



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(*) DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 210 - TERÇA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2014

(*) Republicado, em 15/01/2015, por omissão gráfica de Atas.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26 Líder Eunício Oliveira - PMDB (62,68) Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (62,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (137) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23 Líder Humberto Costa - PT (115,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,100) Inácio Arruda (90,94,117,128) Marcelo Crivella (36,120,127) Líder do PT - 14 Humberto Costa (115,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,28,93) Anibal Diniz (27,103) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,89,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,94,117,128) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,77) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,127)	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 17 Líder Wilder Moraes - DEM (97,112,118,130) Vice-Líderes Mário Couto (32,61,122) Jayme Campos (26,106,110,124) Líder do PSDB - 13 Aloysio Nunes Ferreira (6,64,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (72) Paulo Bauer (7,31,74,80) Ruben Figueiró (133) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/SD) - 11 Líder Gim - PTB (56,58,59) Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,70) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125) Líder do PR - 3 Alfredo Nascimento (41,70) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,76,131) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira (137) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	PSB - 4 Líder Lídice da Mata - PSB (29,38,82,129,134) Vice-Líder João Capiberibe (135)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de novembro de 2014	006
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2014	017
Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2014	020
Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014	054
Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de dezembro de 2014	086
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014	088
Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	118
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	127
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	130

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2014	148
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014	172
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014	182
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2014	186
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2014	206
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2014	230
Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014 (Realizada em conjunto com a 38ª	

reunião da CE) (vide item 1.1.4)

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014	248
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2014	257
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014	284
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	301
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	321
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2014	324

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014	336
Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2014	342
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014	369
Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014	395
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014	401
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014	412
Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014	416
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	445
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	448
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2014	450

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014	462
Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2014	485
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014	498
Ata da 39ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014	518
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014	536
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014	552

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2014.....	571
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014.....	588
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014.....	607
Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	618
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	628
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2014.....	632
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014.....	636
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014.....	660
Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de dezembro de 2014 (Realizada em conjunto com a 33ª reunião da CAE) (vide item 1.1.1)	
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	682
1.1.5.1 – Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos	
Ata da 8ª Reunião, realizada em 9 de dezembro de 2014.....	687
1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2014.....	693
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2014.....	733
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014.....	752
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014.....	755
Ata da 67ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014 (Realizada em conjunto com a 38ª reunião da CE) (vide item 1.1.4)	
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014.....	763
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2014.....	777
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2014.....	799
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014.....	812
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014.....	836
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2014.....	852
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2014.....	880
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	899
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	914
Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	918
1.1.6.1 – Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça	
Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2014.....	925
1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de março de 2014.....	955
Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2014.....	990
Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de novembro de 2014.....	1005
Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2014.....	1026
Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2014.....	1051
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2014.....	1053
Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2014.....	1073
Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014.....	1098
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2014.....	1128
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	1156
1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014.....	1164
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014.....	1178
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014.....	1186
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014.....	1214
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	1220
1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2014.....	1224
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 03 de dezembro de 2014.....	1225
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014.....	1232
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014.....	1239
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2014.....	1242
1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2014.....	1253

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2014.....	1276
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2014	1286
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014	1295
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014	1303
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014	1315
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014	1327
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	1330
1.1.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014 (Realizada em conjunto com a 39ª reunião da CE) (Vide Item 1.1.4)	
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014.....	1345
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014.....	1368
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014	1404

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO
DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA NILO COELHO, SENADO FEDERAL**

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e Armando Monteiro, e, ainda, do Senador Ataídes Oliveira e da Senadora Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 28ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 79 de 2014 (Aviso nº 1162-Seses-TCU-Plenário), de 5 de novembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 004.723/2014-7, na Sessão Ordinária de 5/11/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; e Aviso nº 80 de 2014 (Aviso nº 1177-Seses-TCU-Plenário), de 5 de novembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 033.840/2013-0, na Sessão Ordinária de 5/11/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei do Senado nº 215 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar à instituição financeira a realização de débito em contas de depósito sem prévia autorização do consumidor”, tendo como relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que oferece relatório favorável ao Projeto. A matéria é retirada de pauta. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório contrário ao Projeto. Em 11/11/2014, o Senador Eduardo Suplicy foi designado relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral. A matéria é retirada de pauta. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 94 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para aplicar a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, às atividades de inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres”, tendo como relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 290 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Gim, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e dá outras providências, para dispor sobre a parceria entre empresas e estabelecimentos de ensino para a oferta de educação profissional”, tendo como relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório contrário ao Projeto. A matéria é retirada de pauta. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde”, tendo como relator do Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 01, de autoria do Senador Francisco Dornelles. A matéria é retirada de pauta. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica”, tendo como relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório favorável ao Projeto. A matéria é retirada de pauta. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas

nºs 1, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”, tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)”, que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º”, tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 317 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que “isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar”, tendo como relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 41 de 2014, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalís, dos funcionários dos Correios, tendo como convidados a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar); além do Superintendente da Previc e de representante da Controladoria Geral da União (CGU). Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 41 de 2014-CAE. **Item 16**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 55 de 2014, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico-social no Brasil. Para tanto, sugere-se a presença dos seguintes convidados: Sra. Tereza Campello – Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Sr. Jorge Chediek – Coordenador

Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil; Sra. Deborah Wetzel – Diretora do Banco Mundial (BIRD) para o Brasil; e Sra. Lena Lavinas, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 55 de 2014-CAE. **Item 17**– Mensagem (SF) nº 88 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “submete, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 11,500,000.00 (onze milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Promoção Social do Município de Alagoinhas’”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Lídice da Mata e o Senador Walter Pinheiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 56/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: Item 18– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 56 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, “nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 88 de 2014, que “submete, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 11,500,000.00 (onze milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Promoção Social do Município de Alagoinhas’”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 56 de 2014-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradecendo a presença de todos, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Tendo em vista a ausência do nobre Relator da matéria prevista na apreciação das emendas da proposta desta Comissão ao Orçamento, Senador Delcídio do Amaral, eu determino a inversão de pauta.

Neste sentido, antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publica no Diário do Senado Federal.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª inverteu a ordem da...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu invertei a ordem. Ao invés de iniciarmos pela apreciação das emendas ao Orçamento, vamos iniciar pela reunião que aprecia os projetos em pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Eu venho pedir a V. Exª e aos nossos pares a possibilidade da inversão de pauta do item 17, que trata de autorização de crédito para a Bahia, em função de eu ter de presidir a Comissão de Educação logo mais. Então, eu pediria essa gentileza a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Submeto ao Plenário a solicitação do ilustre Senador Cyro Miranda.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Será feita a inversão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra o Sr. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a, ouvido o Plenário, que retirássemos de pauta o item 2. É o que trata da Lei Kandir. O projeto do Senador Pedro Simon é muito importante para praticamente todos os Estados da Federação. Na reunião passada, o Senador Suplicy foi o Relator *ad hoc* e foi pedido vista coletiva. Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que, se possível, seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – O pedido de V. Ex^a é procedente. Está retirado de pauta o item 2.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento. Avisos do Tribunal de Contas da União:

- Aviso nº 79, de 5 de novembro de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 004.723/214-7, na sessão ordinária da data já referida, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam;
- Aviso nº 80, de 5 de novembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 0033.840/213-0, na sessão ordinária daquela data, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2013
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar à instituição financeira a realização de débito em contas de depósito sem prévia autorização do consumidor.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Não estando presente o Relator, S. Ex^a o Sr. Governador Rodrigo Rollemberg, retiro de pauta o projeto, para que seja apreciado na próxima sessão.

Atendendo à deliberação do Plenário, levaremos à apreciação o item 17.

ITEM 17
MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2014
– Não terminativo –

Submete, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$11,500,000.00 (onze milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Promoção Social do Município de Alagoinhas.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda.

(...) que apresenta.

Com a palavra, S. Ex^a, o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Agradeço, Presidente, Senador Luiz Henrique, e agradeço aos meus pares pela concessão de inversão de pauta.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Coflex), na forma da Recomendação nº 1.230, de 10 de dezembro de 2010, homologado pelo então Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 27 de dezembro de 2010, alterada

pelas Resoluções nº 671, de 14 de novembro de 2012, e nº 09/0104, de 19 de dezembro de 2013. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA683176.

Da análise, Sr. Presidente.

Segundo o art. 29 da Resolução nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhadas pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Conforme o Parecer nº 1.116, de 26 de agosto de 2014, da Copem, o objetivo geral do programa a ser financiado é garantir a melhoria da qualidade de vida da população, priorizando ações de requalificação urbana na área de infraestrutura, através da pavimentação, da drenagem pluvial, do esgotamento sanitário e da urbanização de bairros precários. Adicionalmente, está prevista a revitalização paisagística de duas praças com a finalidade de torná-las propícias para o lazer da comunidade.

Serão investidos um total de US\$23 milhões dos Estados Unidos da América, sendo US\$11,5 milhões a contrapartida municipal e o restante financiado pela CAF, com desembolsos previstos para serem feitos por três anos, a iniciar em 2014. O custo efetivo médio da operação, flutuante conforme a variação da Libor, está situado em 4,59% ao ano.

Além disso, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado Federal e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Programa está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2014-17 (Lei Municipal nº 2.236, de 2013) e conta com dotação na lei orçamentária municipal para o exercício de 2014 (Lei nº 2.240, de 2013).

Já a Lei Municipal nº 2.109, de 2011, autoriza a presente contratação de operação de crédito externo e a vinculação como contragarantia à garantia da União da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156 também da Carta Magna. A STN considera as garantias oferecidas pelo ente federado suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

Quanto à capacidade de pagamento do Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, a STN, por meio da Nota nº 96, de 20 de junho de 2014, a classifica como pontuação B+, o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente, portanto, para a concessão da garantia da União. Além disso, a contratação da referida operação de crédito não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União.

Em relação à adimplência, a STN afirma estar o Município adimplente com as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional e relativamente aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas. Por sua vez, a PGFN, por meio do citado Parecer nº 1.555, informou que, em 18 de setembro de 2014, constavam a existência de pendências da Administração Direta do Município de Alagoinhas relacionadas com transferências voluntárias recebidas da Administração Pública Federal, mas serão feitas novas consultas de verificação de adimplência no momento de assinatura do contrato de contragarantia.

Quanto aos precatórios, as emissões das certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes estão suspensas até decisão final do mérito do Processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0005633-70.2010.2.00.0000, porém a PGFN, por meio do referido parecer, informa que o ente comprovou a regularidade quanto ao pagamento oportuno dos precatórios por meio da declaração específica, a qual precisará ser reemitida por motivo de vencimento da inicial.

Do voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Alagoinhas, cidade da nobre Senadora Lídice da Mata, Estado da Bahia, encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2014

Autoriza o Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Alagoinhas, pertencente ao Estado da Bahia, autorizado a contratar operação...
Eu acho que aqui, Senador, nós podemos só ler o parágrafo único dos recursos.

O devedor é o Município de Alagoinhas (Bahia), o credor é a Corporação Andina de Fomento, o valor é de US\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) e o desembolso é de 36 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

A amortização é em 24 prestações semestrais e os juros serão a Libor, taxa semestral para dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 2,60%, juros de mora de 2% (dois por cento), comissão de compromisso de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), de financiamento de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) e gastos de avaliação de US\$ 30.000,00 (trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente à CAF.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Alagoinhas, pertencente ao Estado da Bahia, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

(...)

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Cyro Miranda. Concedo a palavra, para discutir, à ilustre Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falo no sentido de agradecer ao Senador Cyro Miranda pelo relatório, feito de forma muito diligente, embora ele tenha recebido somente na semana passada a indicação para relatar essa matéria.

Neste momento, no Senado, tenho certeza de que esta Comissão acolherá essa proposta de empréstimo, já aprovada pelo Ministério da Fazenda e enviada para cá pela Casa Civil da Presidência da República.

Trata-se de investimentos na área de urbanização da cidade de Alagoinhas, uma das mais importantes cidades do Estado da Bahia, que tem em torno de 152 mil habitantes. Alagoinhas é, hoje, o mais novo polo industrial do Estado da Bahia, um polo de bebidas, em que se localizam a Cervejaria Itaipava, a antiga Schincariol, agora Kirin do Brasil, e outras empresas de bebidas que para lá se dirigem em função da água mineral daquela cidade, que é, sem dúvida, sem nenhum tipo de vaidade excessiva, por comprovação científica, a melhor água mineral do Brasil.

É um esforço de mobilização do Prefeito daquela cidade, o Prefeito Paulo Cezar, meu ex-companheiro de Assembleia Legislativa, um Deputado trabalhador e um Prefeito mais destacado ainda, uma das administrações e gestões que mais se destacam no nosso Estado, pela sua capacidade de empreender, que tem como sua Secretária de Obras justamente a ex-Deputada Estadual Sônia Fontes, que também é arquiteta, urbanista e ex-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, da região metropolitana.

Creio que o relatório dá as garantias devidas do Município, já relaciona todas as condições em que essa operação de crédito é realizada, e eu queria, portanto, Sr. Presidente, solicitar aos Srs. Senadores desta Comissão que me deem a satisfação de ouvir a sua aprovação.

Eu cheguei a Alagoinhas aos cinco anos de idade, saí de lá para fazer o segundo grau na cidade de Salvador, de onde nunca mais voltei e onde fui construir minha vida política. Mas em Alagoinhas eu vivi toda a minha infância, minha juventude e conheço o empreendedorismo daquela cidade, a sua capacidade de luta, conheço a capacidade de dar a volta por cima de uma antiga cidade marcada pela agricultura, com a plantação de laranja em desenvolvimento, tendo passado por um importante processo de modernização e hoje é esse polo industrial tão desenvolvido e tão importante que o nosso Estado da Bahia tem.

Então, peço, em nome do povo de Alagoinhas, o voto dos Srs. Senadores. E o Senador Flexa Ribeiro secundará com a sua solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero enaltecer o mérito deste projeto igualmente, porque é um projeto que visa a apoiar o desenvolvimento de uma cidade do interior. Vale dizer que é um projeto que visa àquilo que é mais essencial neste País, que é a descentralização; é o reconhecimento dos brasis importantes que nós temos ao longo deste continente que é o nosso País.

Alagoinhas, a terra cantada por Manezinho Araújo, na história do Tatu Bola e do Tatu Bolinha, este nome, esta cidade permeou a minha infância na música do mestre Manezinho Araújo.

De acordo com o regulamento desta Comissão, em seu art. 2º, II, determino, de ofício, vista coletiva do relatório aos membros da Comissão.

Passemos aos itens seguintes.

Tendo em vista esta coincidência absurda de trabalhos de comissões, essa simultaneidade de trabalhos de comissões, ainda não puderam estar aqui os Senadores Walter Pinheiro...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, estou aqui, bem na sua frente, mas, como fiquei à sua direita, V. Exª realmente não...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Perdoe-me, eu não o tinha visto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – V. Exª é uma figura que, historicamente, sempre teve o seu olhar voltado para a esquerda. (*Risos.*)

Mas eu queria, inclusive, com esse olhar de V. Exª voltado para a esquerda, ainda que eu esteja à sua direita, pedir uma excepcionalidade para este caso do empréstimo para a cidade de Alagoinhas, na Bahia, comportamento que temos patrocinado aqui para as operações de crédito, principalmente para os Estados.

O Município cumpriu todas as exigências feitas pelo Tesouro, é um Município importante de uma região decisiva, e esses recursos vêm em boa hora para uma recuperação da situação em que se encontra Alagoinhas neste momento.

Então, eu queria que V. Exª aquiescesse a este nosso pedido, que também o é da Senadora Lídice da Mata e do Senador João Durval, que não está presente, e já agradeço já a presteza do nosso Relator Cyro Miranda, que atendeu ao nosso apelo nesse final de semana.

Eu não pude estar aqui na semana passada, até por recomendação de V. Exª, que me mandava ir embora do plenário: “Vá pra casa!” Houve um problema relativamente sério, mas Deus coloca um negócio difícil para descobrirmos outro impossível. Então, graças a Deus, eu posso, aqui, hoje, até agradecer literalmente o fato de Ele ter colocado uma trombose em minha perna para que eu descobrisse uma situação muito mais perigosa no meu organismo. A esta altura do campeonato, agora, eu posso até, tranquilamente, achar a trombose uma coisa muito mais leve.

Portanto, eu não estive aqui, na semana passada, até por recomendação médica, mas estou voltando hoje e fazendo este pleito a V. Exª. Inclusive, irmanado com V. Exª, queremos fazer ao Senador Renan o pleito de votarmos em plenário, além desse empréstimo, a convalidação que esta Comissão aprovou na semana retrasada. Esta é uma coisa fundamental. Nós, que aprovamos a renegociação das dívidas, agora precisamos dar um passo mais consequente em relação a essa questão da gestão, principalmente do planejamento econômico dos nossos Estados e Municípios.

Então, eu gostaria de pleitear a V. Exª e aos pares desta Comissão que possamos apreciar aqui esse empréstimo ao Município de Alagoinhas, na Bahia.

Político nasce em tudo quanto é lugar. Lídice da Mata não nasceu em Alagoinhas, mas viveu em Alagoinhas, por conta exatamente da função do seu pai. Eu não nasci em Alagoinhas, mas tenho dois irmãos nascidos lá, por conta de meu pai ser ferroviário. Como eu sou fim de rama lá em casa, eu já nasci em Salvador. Lá em casa tem dois filhos nascidos em cada Município. Nós somos oito. Meu pai era ferroviário, e Alagoinhas era um grande polo ferroviário da Bahia. Portanto, dois dos meus irmãos nasceram em Alagoinhas e seria uma oportunidade de eu prestar uma homenagem a um Município onde eu teria nascido se meu pai não tivesse ido embora para Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra à Senadora Lídice e, depois, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu não conhecia essa nova deliberação nova Comissão, porque fui membro da Comissão no ano passado, mas não o fui este ano. Substituiu-me o Senador Rodrigo Rollemberg, pelo nosso Partido. É por isso que eu quero, neste momento, solicitar a V. Exª e aos outros membros da Comissão, como o Senador Pinheiro falou, uma exceção à regra para que nós possamos votar esse projeto hoje e levar esse procedimento de garantir as operações de crédito para os Estados também para o caso de Alagoinhas, até porque se trata de um projeto que vem sendo motivo de luta pela prefeitura municipal há três anos, para que consigamos viabilizar.

É um programa internacional e apenas um Município no Estado da Bahia conseguiu as condicionantes para receber essa operação de crédito, justamente Alagoinhas.

Não preciso mais falar de toda a nossa ligação afetiva, do Senador Walter Pinheiro, mas, sim, do esforço coletivo daquela administração em dotar a nossa cidade de condições urbanas cada vez melhores para fortalecer, como V. Exª falou, a interiorização do desenvolvimento no nosso País, no nosso caso a interiorização de um projeto de industrialização da Bahia, que passa pelo fortalecimento do polo industrial de Alagoinhas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço... (*Falha na gravação.*)

... e concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, com minha solidariedade a Alagoinhas – minha disposição é de votar, atendendo ao apelo da Senadora Lídice e do Senador Pinheiro –, eu queria fazer uma solicitação a V. Ex^a.

Eu sou autor de um requerimento que formulei já em maio deste ano. É verdade que a nossa Comissão funcionou de maneira letárgica durante o período eleitoral, por razões óbvias, mas eu gostaria, Sr. Presidente, que houvesse uma deliberação sobre esse requerimento, um requerimento em que eu convido a Presidenta da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) para uma audiência pública para prestar esclarecimentos a respeito de denúncias sobre operações do mercado financeiro atingindo o Fundo de Pensão Postalis, dos funcionários dos Correios.

Eu pediria a V. Ex^a que pudesse submetê-lo à deliberação da Comissão. Eu, infelizmente, como quase todos nós aqui, tenho relatorias em outras Comissões ali adiante. Se V. Ex^a pudesse inverter a Ordem do Dia e dar preferência para que houvesse uma deliberação, eu agradeceria a V. Ex^a e ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Atendendo à solicitação do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, submeto ao Plenário o pedido de inversão de pauta para apreciação do item 15.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com a inversão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu concordo com a inversão de pauta, mas o nosso entendimento é de que o relatório lido pelo Senador Cyro Miranda...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já vou decidir.

Tendo em vista que há uma tradição no Parlamento brasileiro de que o Plenário é sempre soberano, submeto a V. Ex^{as} o pleito do ilustre Senador Walter Pinheiro, que vejo aqui, com muita alegria, já recuperado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E rosado, com cores bonitas, corado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que entenderem que podemos excepcionar a aprovação dessa matéria, encurtando a vista coletiva, para que possamos deliberá-la neste momento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria pedir urgência para essa matéria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ainda não deliberei sobre a matéria. *(Risos.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor não aprovou?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu entendo a baianidade que está presente na sua preocupação...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É que Alagoinhas foi onde comi minha primeira tapioca. Então, em homenagem, eu gostaria que houvesse a urgência. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do ilustre Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Podemos pedir a urgência agora, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se for apresentado... Como o Senador Cyro Miranda já antecipou o pedido de urgência para a matéria, submeto ao Plenário a solicitação de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência.

A matéria segue ao plenário.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Muito obrigada a todos que contribuíram com essa votação, Sr. Presidente, e ao Senador Cyro Miranda, que me garantiu o pedido de urgência, já que não sou membro da Comissão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – De acordo com solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, já aprovada pela Comissão, submeto à apreciação dos nobres pares o Requerimento nº 41, de 2014, desta Comissão.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 41, de 2014
– Não terminativo –

Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria:

Relatório:

Observações: Em 06/05/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra, querendo, o autor do requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, creio que o requerimento é autoexplicativo. Trata-se de buscar esclarecimentos sobre uma denúncia feita por essa senhora, que é a Presidente dessa Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão, sobre operações temerárias, ou fraudulentas, com recursos dos funcionários dos Correios acumulados nesse fundo de pensão. Acho que é de todo importante, do interesse dos próprios funcionários e da própria credibilidade desse fundo de pensão, que é um fundo de pensão importante para a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não havendo mais...

Concedo a palavra ao Ilustre Líder José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu tenho acordo com a audiência pública, vou votar favoravelmente, mas eu sugeriria que nós convidássemos também o Superintendente da Previc, que é o órgão fiscalizador e regulamentador das matérias dos fundos de pensão.

Nós criamos essa autarquia federal em 2009, demos uma estrutura para que ela pudesse desempenhar suas tarefas a contento, sua criação foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, e, como se trata de uma matéria que requer um conjunto de outras informações para enriquecer a reunião, nós deveríamos convidar o Presidente da Previc.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu estou de pleno acordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, na mesma linha do Senador Pimentel, eu pediria a V. Exª que, ouvido o Plenário e o autor do requerimento, fosse convidado também o Tribunal de Contas da União para se fazer presente à audiência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª indica algum membro do Tribunal?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Convidamos o Presidente. Se ele não puder vir, ele designa alguém.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, deixa eu fazer uma ponderação ao nobre Flexa Ribeiro. Nós já tivemos, ao longo dos últimos anos, um embate muito forte sobre se previdência complementar está subordinada ao Tribunal de Contas da União. Essa matéria foi ao Supremo Tribunal Federal, que disse que a contribuição do patrocinador, sim, mas as atividades da previdência complementar não estão sujeitas ao Tribunal de Contas da União.

Eu proporia, Flexa, como forma de mediação, que nós pudéssemos convidar a CGU, a Controladoria Geral da União, que é o órgão afeto a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu concordo com a substituição pela CGU e quero parabenizar o Senador Pimentel, Líder do Governo no Congresso, que deu uma entrevista na televisão – eu assisti ontem – dizendo que, a partir de agora, a base do Governo não iria mais obstruir qualquer requerimento que convidasse pessoas que estivessem citadas pela imprensa ou pela Polícia Federal para vir ao Senado Federal.

Então, quero cumprimentar o Senador Pimentel e dizer que concordo com a substituição do TCU pela CGU.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, com adendo do Nobre Senador José Pimentel.

As Sras e os Srs Senadores que concordam com as proposições permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

A Comissão aprova o requerimento com as alterações propostas.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, como V. Exª passou à leitura e votação dos requerimentos, sugiro que possa ser considerado o requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann, ao qual eu fiz um adendo, que, inclusive, já foi objeto de aprovação também na Comissão de Assuntos Sociais, para que se faça, conjuntamente, uma audiência pública para debater a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico e social no Brasil. Se esse debate com a Ministra Tereza Campello e outras autoridades pudesse ser realizado ainda nesta sessão legislativa, isto seria muito positivo, Sr. Presidente.

É o item 16 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – É o item 16? V Exª está pedindo...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para que seja apreciado. Como ele foi lido na sessão passada, peço para que seja votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª está pedindo preferência?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, preferência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, submeto ao Plenário o pedido de inversão de pauta proposto pelo ilustre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

As Sras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos, então, à apreciação desse item.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu pediria à Secretaria da Mesa que me informasse depois sobre a data propícia para essa audiência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª será devidamente informado.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 55, DE 2014

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico-social no Brasil. Para tanto, sugere-se a presença dos seguintes convidados:

Sra Tereza Campello – Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

Sr. Jorge Chediek – Coordenador Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil;

Sra Deborah Wetzel – Diretora do Banco Mundial (BIRD) para o Brasil; e

Sra Lena Lavinas, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria:

Relatório:

Observações: Em 11/11/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente em exercício da Comissão.

Submeto à aprovação o requerimento de realização da referida audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, esse requerimento o Senador Eduardo Suplicy já aprovou na Comissão de Assuntos Sociais, que eu tenho a honra de presidir. A única sugestão – nós vamos estar presentes – é que esse debate... Porque, do ponto de vista da Comissão de Assuntos Sociais, não há o que discutir no mérito. Acho que essa discussão precisa ser feita aqui para olhar o aspecto econômico

disso. Minha sugestão é que ela seja realizada em conjunto, mas na Comissão de Assuntos Econômicos, porque, salvo melhor juízo, esse é o viés que o Senador Eduardo Suplicy quer dar a essa discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Atendendo à solicitação de V. Ex^a, que a faz como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a audiência será realizada nesta Comissão.

Em votação o requerimento, com a alteração proposta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o requerimento com a alteração já anunciada.

Item 3 da pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para aplicar a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, às atividades de inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: 1. A Matéria foi apreciada já pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto.

Com a palavra o ilustre Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, o aspecto dessa matéria, no âmbito desta Comissão, tem a ver até com a própria argumentação citada, minutos atrás, pelo nobre Senador Moka, até porque essa outra matéria de cá até tem muito a ver com o Estado que o Senador Moka representa nesta Casa.

A minha manifestação, Senador Moka, favorável, ou seja, na concordância com o autor em relação a esta atividade, é exatamente na lógica da industrialização, ou seja, de caminhar para um processo em que facilitaremos, sobremaneira, inclusive a atividade municipal. Ainda que até essa incidência de ICMS seja no plano mais federal e de IPI no plano mais estadual, todo o processamento se dá exatamente no Município.

Então, é importante que estimulemos esse tipo de atividade, visando principalmente à produtividade de rebanhos. E o Estado de V. Ex^a é, sem dúvida nenhuma, um Estado estimulador dessa atividade, até pelo tamanho do rebanho que o Estado possui e, principalmente, pelo conjunto de atividades nessa área que o Estado de V. Ex^a patrocina.

Portanto, nada melhor do que utilizar esse melhoramento genético, que, em última instância, ajudará substancialmente os Municípios brasileiros.

Acredito ser, portanto, meu caro Presidente, a introdução disso, apesar de ser uma atividade agora, por nós, econômica, ou seja, há inovação, na medida em que fazemos a exclusão, ou melhor, tratamos do benefício, mas inovação é assim: às vezes, é preciso mudar um papel, mudar um benefício para que a aplicação de novas tecnologias possa se estabelecer em todos os cantos, meu caro Senador Ataídes.

Portanto, somos favoráveis a essa matéria exatamente como estimuladora da atividade econômica e, claro, estimuladora do uso de novas tecnologias, como inovação, para o melhoramento da produtividade dos rebanhos no Brasil, de um modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, vamos colocá-la em votação.

Em votação o relatório do ilustre Senador Walter Pinheiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

Comunico à Casa que o Senador Randolfe Rodrigues solicitou a retirada de pauta dos itens 4 e 6, assim como o fez o Senador Vital do Rêgo em relação ao item 5.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2011
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e dá outras providências, para dispor sobre a parceria entre empresas e estabelecimentos de ensino para a oferta de educação profissional.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2009
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 01, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Observações: 1. A Matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais;

2. Em 13/12/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles;

3. Em 03/06/2013, foi realizada audiência pública para instruir a Matéria.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2012
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extra-judicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: 1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Como os demais projetos são de caráter terminativo e não há quórum em plenário para apreciação dos mesmos, encerro a presente reunião.

Em seguida, passaremos à pauta da 30ª Reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves

e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, dando início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 3/2014-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015-PLDO/2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente em exercício, Senador Luiz Henrique, designa o Senador Armando Monteiro coordenador “ad hoc” em substituição ao Senador Delcídio do Amaral. Em seguida, concede a palavra ao Coordenador “ad hoc” das Emendas, o qual esclarece que foram apresentadas quarenta emendas pelos Senadores Waldemir Moka, Cyro Miranda, Lúcia Vânia, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg. Dentre tais propostas, vinte são emendas de texto e vinte relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2015. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 3/2014-CN: **Emenda nº 01** – CAE 1 – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas – Micro e Pequenas Empresas (2047) – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (210C) – Empresa apoiada (unidade) – 80.000; **Emenda nº 02** – CAE 2 – Promoção do Desenvolvimento Industrial – Desenvolvimento Produtivo (2055) – Promoção do Desenvolvimento Industrial (210E) – Iniciativa implementada (unidade) – 100.000; **Emenda nº 03** – CAE 3 – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (2029) – Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais – APLs – Plano Brasil sem Miséria (20N7) – Arranjo produtivo local apoiado (unidade) – 250.000; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 3/2014-CN: **Emenda nº 04** – CAE 4 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 53; **Emenda nº 05** – CAE 5 – Supressiva – Corpo da Lei – Artigo 88; **Emenda nº 06** – CAE 6 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 89, IV, k; **Emenda nº 07** – CAE 7 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 120; **Emenda nº 08** – CAE 8 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 120; **Emenda nº 09** – CAE 9 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 53; **Emenda nº 10** – CAE 10 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 60; **Emenda nº 11** – CAE 11 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 120; **Emenda nº 12** – CAE 12 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 60; **Emenda nº 13** – CAE 13 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 61, Parágrafo Único; **Emenda nº 14** – CAE 14 – Aditiva – Anexo III – Item 62; **Emenda nº 15** – CAE 15 – Aditiva – Anexo III – Item 62; **Emenda nº 16** – CAE 16 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 13, Parágrafo 1; **Emenda nº 17** – CAE 17 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 2, Parágrafo 6; **Emenda nº 18** – CAE 18 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 97; **Emenda nº 19** – CAE 19 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 2; **Emenda nº 20** – CAE 20 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 92, Parágrafo 3; **Emenda nº 21** – CAE 21 – Modificativa – Anexo II – Inciso VIII, b; **Emenda nº 22** – CAE 22 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 113; **Emenda nº 23** – CAE 23 – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 99. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item 1.

Emendas da CAE ao PLDO

Finalidade:

Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 3/2014-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015 (PLDO/2015), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Coordenador: Senador Delcídio do Amaral.

Não podendo estar presente S. Ex^a, concedo a palavra, para funcionar em caráter *ad hoc*, ao Senador Armando Monteiro.

Foram apresentadas 40 emendas a esta Comissão, sendo 20 emendas ao texto da lei e 20 emendas de inclusão de meta.

Concedo, pois, a palavra ao ilustre Relator, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, Srs e Srs. Senadores, conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

A LDO para 2015 compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Solicito silêncio para a oitiva do relatório do Sr. Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – De acordo com as normas de tramitação do Projeto da LDO de 2015, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CAE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que propõe alteração das seguintes partes do projeto da LDO: Texto do projeto, pp. 3 a 64 do Volume I do Avulso; b – Anexo I – relação dos quadros orçamentários consolidados, p. 65 do Volume I do Avulso; c – Anexo II – relação das informações complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, pp. 66 e 71 do mesmo volume; Anexo III – despesas que não serão objeto de limitação de empenho; Anexo IV – que são das metas anuais de 2015 a 2007; e, finalmente, item f – Anexo IV – demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não há limite ao número de emendas de texto. O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias de 2013 e 2014, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual de 2012-2015, Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite máximo de três emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Encontram-se em análise por esta Comissão 40 propostas de emendas, apresentadas pelos Senadores Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Inácio Arruda, Lúcia Vânia, Rodrigo Rollemberg e Waldemir Moka. Dentre tais propostas, 20 são propostas de emendas de texto e 20 relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO para 2015.

Não existem limites ao número de emendas de texto, mas existe o limite de três emendas de comissão ao Anexo de Metas e Prioridades.

É o relatório.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Finalmente o voto.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO para 2015 de nºs 6, que abrange as Emendas nºs 1, 11, 31 e 40; 8, que abrange a Emenda nº 29; e 30, que abrange a Emenda nº 39; assim como de todas as emendas de texto, de nós 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e aí, na sequência, até o nº 38.

É este o voto, Sr. Presidente.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Coordenador *ad hoc*, Senador Armando Monteiro.

As emendas estão em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As emendas estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta Reunião.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Quero comunicar aos senhores membros desta Comissão e aos demais Senadores e Senadoras da Casa que hoje, às 14 horas, no meu gabinete, realizaremos uma reunião com os membros do Conselho de Política Fazendária e o representante do Ministério da Fazenda para análise das 14 emendas que foram apresentadas ao PLS nº 130, que trata de remissão e restabelecimento dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados à revelia da deliberação unânime do Confaz.

Será um prazer receber os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que puderem ir, para que nós possamos fazer o entendimento com os maiores interessados da matéria, que são os Secretários de Estado, e possamos levar, como já propôs S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro, a matéria a plenário se possível ainda nesta semana.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, apenas para parabenizá-lo pela iniciativa.

Eu fiz essa cobrança, porque eu conversei com o Senador Renan e fiquei um pouco preocupado não só com essa coisa da nossa pauta, mas também com a possibilidade de jogar para o ano de 2015 a apreciação dessa matéria. Esse é um tema que nos foi prometido aqui como sendo uma das questões prioritárias desde 2011.

Depois, Senador Armando, nós enfrentamos aqui a apreciação de uma matéria que era tida como prioritária, caso, inclusive, da Medida Provisória nº 599 e de uma matéria, até relatada por V. Exª, que tratava exatamente dos fundos, e nós vimos tudo isso ir para as calendas, ou melhor, vimos isso morrer aqui.

Preocupado com essa questão, na semana retrasada eu dei entrada numa proposta de emenda à Constituição resgatando os dois fundos e resgatando o teor da Medida Provisória nº 599. Apresentei uma proposta de emenda à Constituição, Senador Luiz Henrique, que copia literalmente aquilo que era a intenção do Governo no sentido de promover a unificação do ICMS e, ao mesmo tempo, a propositura dos dois fundos, o Fundo de Compensação de Perdas e o Fundo de Desenvolvimento Econômico. Se isso era algo importante, decisivo e vital para as finanças dos nossos Estados e, obviamente, resultado principal para a questão da nossa Nação, tomei a iniciativa de reapresentar aquilo que havia sido enviado para esta Casa como matéria prioritária do Governo Federal.

Portanto, creio que a apreciação da convalidação, em que nós já avançamos, é um caminho importante para consolidarmos, de uma vez por todas, aquilo que todos nós batizamos aqui de Pacto Federativo. Mas eu tenho a impressão de que, se nós não recompusermos o caminho para essa caminhada, vamos ficar, na realidade, com um parto federativo na mão, pois nós não teremos conseguido, de forma alguma, realizar o Pacto Federativo.

V. Exª está de parabéns pelo trabalho feito anteriormente consolidando esta matéria aqui na Comissão e, agora, pela iniciativa de juntar os interessados para criarmos o caminho para dar mais um passo.

Já aprovamos aqui o ICMS Importação, já aprovamos aqui a dívida, a Câmara está prometendo aprovar lá a PEC do comércio eletrônico... Portanto, temos na ponta da agulha a questão da convalidação. Agora é dar o passo final em relação a esta questão do ICMS, consequentemente com os dois fundos, para a gente entregar ao País, ainda que, agora, em pedaços, uma reforma tributária inteira e uma reforma fiscal capaz de enxergar a proeza e as dificuldades com que hoje vivem Estados e Municípios brasileiros.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro e às Sras e aos Srs. Senadores que participaram destes trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Lindbergh Farias e Luiz Henrique, Presidente e Vice-Presidente no exercício da Presidência, respectivamente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Anibal Diniz, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Cyro Miranda, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Blairo Maggi e Vicentinho Alves, e, ainda, dos Senadores Pedro Simon e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, João Vicente Claudino e Alfredo Nascimento. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 29ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 81 de 2014 (Aviso nº 1871-GP/TCU), de 13 de novembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 3.042/2014, proferido pelo Plenário daquela Corte, ao apreciar o processo nº TC 008.788/2013-8, na Sessão de 5/11/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 82 de 2014 (Aviso nº 316/MF), DE CARÁTER RESERVADO, de 18 de novembro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatórios sobre financiamentos

com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – Proex, referentes aos três primeiros trimestres de 2014; e Ofício nº 142/14-Presidência/CCJ, de 20 de novembro de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, encaminhando Ofício da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, Santa Catarina. A íntegra do conteúdo do Aviso nº 82, de caráter reservado, ficará à disposição para consulta dos senhores Senadores, na secretaria da Comissão, no período de cinco dias úteis a partir do dia 25/11/2014. Os demais expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. De acordo com o art. 89, IV, o Presidente da Comissão designa o Senador Blairo Maggi como membro da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual na vaga, antes ocupada pelo Senador Cidinho Santos, de suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1** – Emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014 – Complementar, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que “convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)”, tendo como relator o Senador Luiz Henrique. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4-PLEN, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; 5 e 6-PLEN, de autoria do Senador Romero Jucá; 7, 11 e 15-PLEN, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; 8, 9, 10 e 12-PLEN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; 13-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e 14-PLEN, de autoria do Senador Cyro Miranda. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2** – Projeto de Resolução do Senado nº 15 de 2014, não terminativo, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que “estabelece alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre a prestação de serviço de comunicação referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga”, tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao Projeto. O Senador Lindbergh Farias passa a presidência ao Senador Luiz Henrique, em razão de ser o relator da matéria. Após a leitura do relatório, com alterações na análise, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Flexa Ribeiro. É solicitada vista pelos Senadores Cyro Miranda e Humberto Costa. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Luiz Henrique, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3** – Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que “insere parágrafo no art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e altera redação do art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para dar às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação”, tendo como relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório favorável ao Projeto com três emendas que apresenta. Ao ser anunciada a matéria, a relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, apresenta novo relatório, favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Gleisi Hoffmann, relatora da matéria, e Randolfe Rodrigues. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CAE. **Item 4** – Projeto de Lei do Senado nº 215 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar à instituição financeira a realização de débito em contas de depósito sem prévia autorização do consumidor”, tendo como relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5** – Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 11/11/2014, o Senador Eduardo Suplicy foi designado relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral. Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, relator “ad hoc” da matéria, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro e Pedro Simon. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Aprova, também, o Requerimento nº 57/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 6** – Projeto de Lei do Senado nº 290 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Gim, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e dá outras providências, para dispor sobre a parceria entre empresas e estabelecimentos de ensino para a oferta de educação profissional”, tendo como relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7** – Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde”, tendo como relator do Senador Vital do Rêgo, que

oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 01, de autoria do Senador Francisco Dornelles. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica”, tendo como relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Resolução do Senado nº 14 de 2014, de autoria do Senador José Agripino, não terminativo, que “institui o Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal”, tendo como relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito”, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro, relator da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007, por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”, tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Anibal Diniz, relator da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto, por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)”, que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 53 de 2008 e 8 e 544 de 2009, por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 317 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que “isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar”, tendo como relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Ataídes Oliveira, Luiz Henrique e Gleisi Hoffmann. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº1-CAE, por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 15**– Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º”, tendo como

relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 279 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1-CAS. A apreciação da matéria é adiada.

Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 179 de 2011, terminativo, de autoria do Senador José Pimentel, que “acrescenta art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de sessenta dias para o pagamento da indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado”, tendo como relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório pelo relator, Senador Jayme Campos, com alteração no Substitutivo, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Blairo Maggi e Jayme Campos, relator da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o Projeto, por doze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao Projeto.

Item 18– Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “altera a Lei nº 9.496, de 1997, que “estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal”, a fim de socorrer emergencialmente os Estados e o Distrito Federal em face da crise econômica mundial, tendo como relator o Senador Eunício Oliveira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada.

Item 19– Projeto de Lei do Senado nº 200 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Gim, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola, tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta:

Item 20– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 57 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”. Colocado em votação, A Comissão aprova o Requerimento nº 57 de 2014-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Luiz Henrique**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o Ofício 155-2014 BCB/Aspar, no qual o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, confirma a presença em audiência pública que será realizada no dia 16 de dezembro, às 10 horas.

Comunico, também, o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 81, de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 3.042, de 2014, proferido pelo Plenário daquela Corte ao apreciar o Processo nº TC-008788/2013-8, na sessão de 05/11/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 82, de 2014, de caráter reservado, de 18 de novembro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre financiamento com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex), referentes aos três primeiros trimestres de 2014.

Correspondência.

Ofício nº 142/14-Presidência/CCJ, de 20 de novembro de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, encaminhando Ofício da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, Santa Catarina.

Comunico que a íntegra do conteúdo do Aviso nº 82, de caráter reservado, ficará à disposição para consulta dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão, no período de cinco dias úteis a partir de hoje, 25/11/2014.

Os demais expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo o Relator Blairo Maggi como membro da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual, na vaga antes ocupada pelo Senador Cidinho Santos, de Suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força.

Primeiro item da pauta.

Passo a palavra para o Senador Luiz Henrique.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Só uma informação: nós aprovamos, na reunião passada, um requerimento de minha autoria, que foi subscrito também pelo Senador Suplicy, que solicitava uma audiência pública com a Ministra Tereza Campello e também com representante da ONU e de outros organismos, sobre a questão dos indicadores sociais e o impacto na economia.

A Ministra Tereza tem a disposição de estar aqui nesta Casa no dia dois, portanto, na próxima terça-feira. Eu consultaria V. Exª se tem como nós marcarmos essa audiência pública para o próximo dia dois.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu acabei de conversar com o Senador Eduardo Suplicy para nós dividirmos a próxima reunião em duas partes: às 10 horas, começaríamos uma reunião com a nossa pauta ordinária, e às 11 horas, teríamos essa audiência pública.

Já encaminhamos à Secretaria, para entrar em contato com a Ministra, para confirmar na próxima terça-feira, às 11 horas da manhã.

ITEM 1 EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2014

Ementa do Projeto: *Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).*

Autoria do Projeto: Senador Cyro Miranda e outros

Relatoria das Emendas: Senador Luiz Henrique

Relatório: Não apresentado.

Observações: 1. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4-PLEN, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; 5 e 6-PLEN, de autoria do Senador Romero Jucá; 7, 11 e 15-PLEN, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; 8, 9, 10 e 12-PLEN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; 13-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e 14-PLEN, de autoria do Senador Cyro Miranda. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 130, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e de vários outros colegas, que convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia dos créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, foi aprovado nesta Comissão.

Quando começou sua tramitação no plenário, foram apresentadas 14 emendas propostas pelos Senadores Ricardo Ferraço e Romero Jucá, pela própria Senadora Lúcia Vânia e pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Cyro Miranda.

Na última terça-feira, realizamos uma reunião, no nosso gabinete, com os ilustres propositores das emendas e com uma representação expressiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), sob a Presidência do Coordenador Tostes. Pedeu-me o Coordenador do Confaz que essa matéria fosse apreciada na próxima semana, na próxima sessão ordinária, já que ele pretende convocar o Confaz esta semana para submeter aos demais membros daquele importante Conselho os termos do acordo que foi por mim encaminhado no sentido de acolher parcialmente várias dessas emendas.

Por isso, Sr. Presidente, prestando este esclarecimento aos ilustres membros da Comissão, eu solicito a V. Exª que paute o exame desta matéria, continuando primeiro item, para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Um pedido de esclarecimento, Senador Luiz Henrique.

Nós aprovamos e houve uma série de emendas que já haviam sido avaliadas. Mas por que retornou à Comissão? Desculpe-me, mas eu não consegui...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Emendas de plenário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – São emendas de plenário e a Comissão tem que se manifestar sobre elas.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – V. Exª é que vai exarar o parecer?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ah, entendi!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E eu quero que esse parecer, a exemplo do que ocorreu na tramitação anterior desse projeto, seja feito de comum acordo com o Confaz...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muito bem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... porque é um processo que diz respeito a esse Conselho e é de interesse direto dos Srs. Secretários da Fazenda.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Está bem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu queria agradecer ao Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente desta Comissão, por ter me substituído durante todo o período eleitoral e após, quando estive viajando – estou voltando aos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos somente hoje –, e falar do importante avanço construído aqui pelo Senador Luiz Henrique nesse acordo de convalidação dos incentivos.

Eu acho, inclusive, que a nomeação do Ministro Nelson Barbosa, que conduziu, aqui, passo a passo com esta Comissão, a reforma do ICMS, abre espaço também, Senador Ministro Armando Monteiro, para discutirmos a votação da reforma do ICMS no plenário. Seria de grande significado para o País se conseguíssemos fazer isso ainda em dezembro. São pequenos detalhes. Já foi aprovado na CAE, está no plenário do Senado Federal, e o Ministro Nelson Barbosa conhece os detalhes.

Pequenos ajustes podem levar o Senado Federal a aprovar a reforma do ICMS ainda em dezembro. Isso teria um significado político e econômico – acho – muito importante.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu acho muito oportuna a colocação de V. Exª e gostaria de fazer a sugestão de que V. Exª, na condição de Presidente da Comissão, e o Senador Luiz Henrique, na condição de Vice-Presidente da Comissão e também Relator, fizessem algumas gestões no sentido de que nós pudéssemos apressar esses entendimentos, porque eu acho que seria realmente uma sinalização muito positiva para a sociedade se nós pudéssemos resolver todos esses assuntos. Eu penso que, corretamente, o Governo está procurando vinculá-los, porque uma coisa sem a outra perde totalmente o sentido se fazer.

Então, eu sugeriria a V. Exª, com o apoio de mais outras pessoas – o próprio Senador, Ministro Armando, pode nos ajudar nesse esforço, que é uma coisa boa –, que realmente façamos essa votação antes do final desta Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto, nós estamos combinando com o Senador Luiz Henrique que assim que a Presidenta Dilma oficializar os nomes dos Ministros nós marcaremos uma reunião com eles para tratar desse tema, com o Ministro da Fazenda e com o Ministro do Planejamento. Acho que o Senador Armando Monteiro, que participou ativamente desse processo, pode nos ajudar muito. E é uma grande sinalização com uma equipe nova votarmos isso ainda em dezembro. Faltam poucos detalhes. Então, faremos isso assim que for oficializado pela Presidenta Dilma.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, queria primeiro saudar o seu retorno a esta Comissão. Eu quero dizer que o Senador Luiz Henrique a conduziu com muita competência, como sempre, mas quero saudar o seu retorno e dizer que endosso essa sua proposta e a ela me alinho inteiramente – também já foi endossada pelo Senador Humberto Costa –, por entender que essas matérias estão fortemente relacionadas, ou seja, o PLS 106, que foi votado aqui nesta Comissão e prevê a reforma, a instituição, a criação dos fundos de desenvolvimento e o fundo de garantia das receitas dos Estados, e a reforma do ICMS propriamente dita. A meu ver, todas elas completam essa reforma que é tão importante para o País, porque se

não reduzirmos as alíquotas interestaduais do ICMS estaremos fornecendo gás, combustível para uma nova geração de incentivos ou para, vamos dizer, a continuidade da chamada guerra fiscal.

Então, eu quero reconhecer o extraordinário empenho e o trabalho que o Senador Luiz Henrique, de forma muito inteligente, como sempre, realizou para que pudéssemos avançar na convalidação dos incentivos, lembrando que é fundamental também coroar esta Legislatura com a aprovação desses outros projetos que completem esse arcabouço, esse importante arcabouço de reforma, contribuindo para melhorar extraordinariamente o sistema tributário nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro, primeiro quero parabenizá-lo aqui, em nome de todos os Senadores desta Comissão. Nós sabemos que a Presidente Dilma acertou ao nomeá-lo Ministro do Desenvolvimento. Nós conhecemos sua competência, sabemos do seu compromisso com o desenvolvimento econômico.

Falava agora com o Senador Requião dos desafios nossos. Eu acho que é fundamental retomar o crescimento econômico, a nossa atividade industrial.

V. Ex^a, com certeza, vai ajudar muito o País neste novo momento de dificuldades no campo da economia. Acho que V. Ex^a, no seu Ministério, vai ajudar muito na condução também da política econômica, no diálogo com o Ministro do Planejamento e com o Ministro da Fazenda.

Parabéns, Senador Armando Monteiro.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Na verdade, a minha indicação era o pai do Senador Armando, mas ele não aceitou. A Presidente Dilma então optou...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O pai foi Ministro do Getúlio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ... pelo filho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Foi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ah, foi Ministro do Jango.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Estou pronto para relatar o item 9. Se V. Ex^a e o Plenário concordarem, estou pronto para relatar o item 9.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, mesmo considerando importante o pedido do Senador Raupp, vou conversar com ele, porque o segundo item da pauta – do qual inclusive V. Ex^a é o Relator – é um projeto de resolução do Senado sobre determinação de alíquota única de ICMS para banda larga.

Eu gostaria de pedir ao Senador Raupp a compreensão, para que a gente possa relatar esse projeto e depois, sim, se não tiver nenhum Senador que se oponha, eu concordo em...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Isso.

Senador Luiz Henrique, eu passo a Presidência a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 15, DE 2014

– Não terminativo –

Estabelece alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre a prestação de serviço de comunicação referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: Concedo a palavra, para emitir o seu parecer, ao nosso Presidente, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 15, de 2014, de autoria da Sr^a Senadora Gleisi Hoffmann, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em dois artigos.

O art. 1º estabelece, em seu *caput*, alíquota máxima de 10% (dez por cento) para o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga, conhecido também como Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

No mesmo artigo, dois incisos impõem condições para aplicação da referida alíquota máxima, quais sejam: que a oferta de serviço possua velocidade nominal igual ou superior a 5 Mbps (megabits por segundo) e o preço referente à prestação do serviço seja inferior ao valor mensal de R\$40,00; ou que a oferta de serviço possua velocidade nominal igual ou superior a 10 Mbps, independentemente do valor mensal cobrado.

O art. 2º é cláusula de vigência, a dar-se a partir da publicação da resolução.

Eu vou fazer uma leitura resumida do relatório.

A autora, na justificação do PRS nº 15, de 2014, chama a atenção para a necessidade de harmonização nacional da alíquota que incide sobre o serviço de banda larga, no patamar de 10%.

De fato, como prossegue a justificação, o impacto fiscal se limitaria a 0,46% (no máximo) da arrecadação anual do ICMS, o que equivale a 0,24% das receitas totais. Contudo, caso seja considerado o crescimento econômico derivado da expansão da banda larga ensejada pela proposta, a arrecadação de ICMS pode, no médio prazo, aumentar 1,4%.

A iniciativa parte da premissa, que julgamos acertada, de que a desoneração tributária de determinados setores da atividade econômica não traz, necessariamente, uma perda de arrecadação para os Estados, embora alguma redução possa ser observada no início da aplicação da medida. Ao contrário, ao se estimular os agentes econômicos a praticar preços menores, amplia-se o mercado consumidor e proporciona-se, no médio e no longo prazos, um incremento significativo nas receitas de ICMS.

O acesso à internet banda larga é a base de avanços educacionais, geração de conhecimento, inovações tecnológicas, ganhos de produtividade, acesso a serviços públicos mais eficientes, instrumentos mais efetivos de participação popular.

Assim, a difusão do acesso à internet em banda larga na sociedade é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do País. Especialmente importante é a popularização do acesso à internet banda larga fixa, que é a modalidade de conexão que, geralmente, atende a múltiplos usuários em domicílios, empresas, escolas, bibliotecas, centros de inclusão digital e outras organizações públicas e privadas.

Nos últimos anos, o acesso da população à internet em banda larga registrou um crescimento expressivo. Contudo a parte mais relevante do crescimento esteve associada à dinâmica do mercado de acesso móvel celular, ou seja, a banda larga móvel 3G e 4G. O mercado de banda larga fixa experimentou, Senador Luiz Henrique, um desenvolvimento muito mais tímido.

Segundo dados da Anatel, entre dezembro de 2010 e agosto de 2014, os acessos de banda larga fixa aumentaram 57%, passando de 15 milhões para 23,5 milhões. No mesmo período a quantidade de acessos móveis cresceu 634%, passando de 18,9 milhões para 138,8 milhões. A expansão da banda larga móvel, em parte, é explicada pela política do Governo Federal de privilegiar a imposição de obrigações de investimentos em infraestrutura às operadoras de telecomunicações vencedoras de editais de licitação do direito de exploração de faixas de frequência do espectro radioelétrico.

Esse instrumento de política pública, porém, não se aplica à ampliação de banda larga fixa, que tem sido estimulada pelo Governo Federal por meio de outras iniciativas do Programa Nacional de Banda Larga.

Todas essas iniciativas são importantes, mas, para aumentar a presença da internet banda larga fixa nos domicílios e empresas do País, é imprescindível reduzir o preço do serviço. A pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2013 indica que o principal motivo para a falta de internet nos domicílios brasileiros é o custo elevado dos serviços.

Além disso, estudo do Ipea, em pesquisa coordenada por Hildebrando Rodrigues Macedo e Alexandre Xavier, em 2010, evidencia que a demanda por internet de banda larga fixa é muito sensível ao preço, sendo esse o fator mais importante para explicar a difusão dos serviços.

No Brasil, segundo estimativas do Ministério das Comunicações, o preço médio da mensalidade do serviço de internet banda larga fixa é de R\$76,81, variando de R\$63,00 em São Paulo, para R\$287,00 no Amapá. E pelo menos um terço desse valor corresponde a tributos. Assim, qualquer política pública voltada à redução do preço de banda larga fixa deve, necessariamente, contemplar medidas de desoneração tributária.

Contudo, nesse aspecto, a margem de intervenção do Governo Federal é bastante limitada, pois o tributo que mais onera o usuário de serviço de acesso à internet em banda larga é o ICMS. Os tributos federais, PIS, Cofins, Fust, Funtel, respondem por 4,68% do valor da fatura mensal do serviço; ao passo que o ICMS corresponde, em média, a 26,71% desse valor, com alíquotas variando de 25% a 35%, dependendo da unidade da Federação considerada.

Nesse sentido, a proposta de harmonização das alíquotas de ICMS sobre serviços em 10% é essencial para massificação da internet em banda larga no Brasil. Se implantada, as prestadoras de banda larga fixa poderiam reduzir os preços dos acessos desonerados em aproximadamente 20%. Como o mercado de banda larga fixa é competitivo, 99,8% dos Municípios brasileiros contam com pelo menos duas empresas prestadoras, e 88% têm pelo menos três, a população seria beneficiada por uma queda significativa do preço de acesso.

A proposta ainda contribui para aumentar a qualidade da internet brasileira, uma vez que condiciona o benefício tributário a acessos com velocidade de transmissão de pelo menos 5 megabits, superior a dos acessos móveis celulares e compatível com aplicações mais avançadas.

Por fim, cumpre destacar de que há evidências de que o potencial benefício ensejado pela implantação da proposta supera o eventual custo fiscal a ela associado, conforme apresentado na justificativa que acompanha a proposta legislativa apresentada pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Acrescente-se a esses argumentos que a chamada “nova classe média”, alçada a esta condição após anos de implementação de políticas públicas de redistribuição de renda e inserção de mais e mais brasileiros no mercado de trabalho e de consumo, está ávida por novos serviços com qualidade e preços módicos, a exemplo da internet em banda larga.

A função do legislador, em mais esse esforço de inclusão social, é abrir caminho para que a carga tributária não impeça o crescimento da oferta de serviços, ao mesmo tempo preservando a arrecadação dos Estados em níveis satisfatórios.

O PRS nº 15, de 2014, cumpre bem tal propósito, estabelecendo uma equilibrada alíquota máxima de ICMS para serviços de banda larga.

Voto.

Pelas razões apresentadas, votamos pela aprovação do PRS nº 15, de 2014.

Quero parabenizar a Senadora Gleisi pela apresentação desse projeto de resolução ao Senado, a quem quero passar imediatamente a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu vou pedir vista deste projeto, a pedido do Confaz, cujo coordenador está aqui presente. Acho que há uma perda significativa de receita. Como é uma semana só...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Vista coletiva.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes de conceder vista coletiva, passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

Senador, um milhão de desculpas. Na verdade, eu sou o Relator. Quem está presidindo é o Senador Luiz Henrique. *(Risos.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu como Relator me confundi nos papéis. Um milhão de desculpas. Por isso, é importante sair da cadeira e inverter, para não haver esse tipo de confusão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Houve pedido de vista formulado pelo ilustre Senador Cyro Miranda e pedido de vista coletiva solicitado pelo Senador Humberto Costa.

Concedo vista coletiva e devolvo a Presidência a quem de direito, Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Desculpe pela confusão.

Antes de passarmos ao item 9, concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffman.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Senador, sei que vamos ter, na próxima terça-feira, oportunidade de debater o projeto, de discuti-lo, mas queria agradecer o parecer exarado por V. Exª, que vem bem ao encontro do objetivo que tínhamos.

E também solicito aqui ao nosso Senador Luiz Henrique, grande mediador junto ao Confaz, que tem tido papel importante nessas relações com os secretários, para que possamos conversar. Esse projeto não retira receita grande dos Estados, até porque o serviço é pequeno. Então, hoje, a arrecadação, com esse tipo de serviço, é muito pequena. Se ampliarmos a base de quem utiliza esse serviço, vamos aumentar a arrecadação. Esse é o estudo que quero apresentar na próxima terça-feira. Apresentaria, aqui, na discussão por Estado.

Então, faço um apelo ao Senador Luiz Henrique para que a gente possa conversar, porque não tenho dúvidas de que, além de melhorar a arrecadação, num prazo já imediato, a aprovação do projeto vai possibilitar a inclusão de milhões de pessoas com acesso a banda larga no País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, posso pedir a palavra para responder a solicitação?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nós deveremos ter ainda várias reuniões com o Confaz relativamente a esta matéria da reforma de ICMS, e incluiremos, com todo prazer, esta matéria no contexto das discussões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu também ia pedir vista do projeto, mas o Senador Cyro Miranda e outros Senadores já o fizeram, e houve vista coletiva.

A intenção da Senadora Gleisi, autora do projeto, é muito boa, no sentido de habilitar as pessoas a terem acesso a banda larga. Preocupa-me estarmos legislando em cima de um imposto estadual, porque isso é que dá problemas. Se assim o fosse, Senadora Gleisi, o projeto encaminhado pelo Executivo para o Senado, a medida provisória que criava o plano de desenvolvimento da aviação regional poderia muito bem... Inclusive eu fui Relator durante a discussão para o parecer, Senador Luiz Henrique, e um dos pontos que as empresas pediram, entendendo que era importante para fortalecer a aviação regional, era a redução do ICMS cobrado pelos Estados. Então, os Estados já estão em situação de dificuldade. E os 60 bilhões de incentivo...

A União acabou, ontem à noite, de fazer uma irresponsabilidade fiscal ao flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Parte disso, ou grande parte disso, que são 45%, cabe aos Estados e Municípios. E a União deveria – como tem projeto de minha autoria e de vários outros Senadores –, quando desse incentivo, dá-lo somente na parte que cabe a ela do Imposto de Renda e do IPI, sem entrar na parte que cabe aos Estados e Municípios.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu solicito a V. Ex^a, se possível, fazer uma inversão de pauta do item 17, PLS 179, uma matéria muito importante.

Aqui tem alguns itens que não são terminativos. Aproveitando o quórum, se fosse possível, que V. Ex^a fizesse uma inversão de pauta, após o seu entendimento, para que eu possa ler o meu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Na mesma sintonia do Senador Jayme Campos, nós vemos que alguns itens são terminativos. Como há quórum, logicamente respeitando quem pediu primeiro, o Senador Jayme Campos, peço inversão do item 14, porque talvez os relatores dos itens anteriores não estejam aqui presentes. Que possamos partir nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo e Senador Jayme, nós faremos isso. Eu vou agora entrar no item 9, que foi um pedido do Senador Raupp. Depois disso, entraremos nos terminativos e iremos privilegiar, na apreciação dos mesmos, aqueles projetos em que os relatores estejam na Comissão.

Estão aqui o Senador Casildo Maldaner, o Senador Jayme Campos, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador José Pimentel e o Senador Flexa Ribeiro, que são Relatores de projetos terminativos. Então, só vou analisar esse item 9, do Senador Valdir Raupp, e depois entraremos nos itens terminativos, Senador Jayme Campos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero dizer que estou presente como Relator do item 5, que também gostaria que fosse analisado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas faremos isso depois dos terminativos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Porque a gente quer aproveitar o quórum que temos aqui, neste momento, de 14 Senadores. Eu peço, inclusive, para que nenhum dos Senadores se ausente da sala nesse momento, para que consigamos votar esses itens terminativos.

Senador Valdir Raupp.

ITEM 9

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 14, DE 2014

– Não terminativo –

Institui o Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: 1. A Matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

Com a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 14, de 2014, de autoria do Senador José Agripino, que institui o Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.

O PRS nº 14, de 2014, apresenta sete artigos, dos quais o primeiro institui o prêmio mencionado, destinado a agraciar estudantes e jovens empreendedores, bem como entidades, governamentais e não governamentais, que tenham se destacado no âmbito da iniciativa privada ou por trabalho relacionado ao empreendedorismo.

Então, vamos direto ao voto, Sr. Presidente.

Voto.

Consoante o exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2014.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal.

Vamos agora, Senador Jayme Campos, para os itens terminativos.

Eu queria ir pela sequência. O primeiro Senador aqui presente como Relator é o Senador Flexa Ribeiro, item nº 11.

Tem um pedido do Senador Moka para retirar de pauta o item nº 10.

ITEM 11

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, DE 2007

– Terminativo –

Dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.

Autoria: Senador Adelmir Santana

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 680, DE 2007

– Terminativo –

Proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito.

Autoria: Senador Adelmir Santana

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007.

Observações: 1. As Matérias foram apreciadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007.

Lembro que os projetos são terminativos e que o quórum é qualificado.

O relatório já foi lido pelo Relator na 63ª reunião, realizada em 1º de outubro de 2013.

Consulto o Relator sobre se deseja fazer uso da palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh, só para relembrar o relatório que já foi lido, como V. Ex^a falou anteriormente.

Esse é um projeto do Senador Adelmir Santana, de 2007. Estamos em 2014. Portanto, é de 7 anos atrás. Tinha como objetivo obrigar o compartilhamento das redes de coleta e processamento de informação das operadoras de cartões de crédito e de débito.

Lembro que naquela altura, quando o Senador Adelmir Santana fez a proposição, fizemos audiências públicas e as bandeiras de cartão diziam que não havia tecnologia que pudesse unificar, em um único equipa-

mento, todas as bandeiras, que era impossível. Ou seja, era um entendimento de reserva de mercado que cada bandeira fazia. O empresário teria de locar, para cada cartão, uma máquina para débito e crédito.

O tempo e a tecnologia que diziam que não existia criou, lançou, uma máquina que hoje já faz isso: uma única máquina aceita os diferentes cartões de crédito. Veio ao encontro daquilo que o projeto do Senador Adelmir Santana propunha.

Em face disso, quero parabenizar o Senador Adelmir Santana pelo que propôs em 2007. Mas hoje já está resolvido e o voto é pela prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação a declaração de prejudicialidade.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator vota “sim” à declaração de prejudicialidade dos projetos.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)* Saiu.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aprovado.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs

Desculpe-me, Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro é voto conhecido. Foi o Relator.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator.

O Senador Valdir Raupp saiu no meio da votação. Está faltando o voto dele aqui. O quórum estava exato. Se o pessoal da assessoria puder chamá-lo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Determino à Secretaria que vá à captura.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Uma sugestão: não pode ficar em *stand-by* essa votação até que... para o próximo item?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ele já está vindo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vamos analisando o próximo item e depois se conclui este.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas é questão de segundos, entendeu, Senador Casildo?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Deveríamos suspender a votação mas vamos aguardar. Vamos aguardar. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Chegou!

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Raupp. E fica claro aqui que se algum Senador sair, perderemos o quórum para os projetos terminativos. Aprovado.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 677 e 680, de 2007, por 13 votos SIM.

Vamos, agora, ao item 13.

ITEM 13
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2008
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Autoria: Senador Expedito Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2009
– Terminativo –

Adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário).

Autoria: Senador Cristovam Buarque

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, DE 2009
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 8 e 544 de 2009.

Observações: 1. *As Matérias foram apreciadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008 com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 8 e 544, de 2009.*

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que nos termos dos Requerimentos nºs 514 e 581, de 2010, dos Senadores Eduardo Suplicy e João Tenório, respectivamente, tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 8 e nº 544, ambos de 2009.

Em comum, as proposições objetivam alterar a legislação que rege o atual Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de maneira a facilitar o pagamento das dívidas contraídas pelos estudantes e, assim, reduzir a inadimplência no fundo.

Como se sabe, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação que financia a educação superior de estudantes em instituições não gratuitas. A seus recursos têm acesso os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva do Ministério da Educação.

Recentemente, à semelhança do ocorrido com vários outros mecanismos de financiamento, o Fies foi objeto de questionamentos sobre a sua adequação financeira às reais possibilidades de pagamento dos estudantes beneficiados. Isso ocorreu particularmente nos anos de 2007 a 2009, ocasião em que entenderam os estudantes que o modelo operacional adotado no programa Fies engendrava situações que tornavam impossíveis o pagamento dos financiamentos concedidos.

Em conformidade com essas reivindicações, foram procedidas várias alterações legais e regulamentares, com importantes e favoráveis implicações nas condições financeiras do referido programa. As melhorias daí resultantes induziram, inclusive, uma crescente adesão do número de estudantes ao Programa. Aqui, cabe destacar: Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que ampliou o prazo de carência do Fies de seis para dezoito meses após a conclusão do curso; Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, que reduziu os juros incidentes sobre a amortização dos débitos do Fies, substituiu a Caixa Econômica Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como seu agente operador e possibilitou o abatimento das dívidas em contrapartida ao exercício profissional como professor da rede pública ou médico do programa Saúde na Família; Lei nº 12.385, que determinou que a fixação das condições de amortização dos contratos de financiamento do Fies sejam estabelecidas em ato do Poder Executivo federal; Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que ampliou a abrangência do fundo, criando o Fies Empresa, e introduziu etapa conciliatória nos processos judiciais de execução de dívidas dos estudantes.

Nesse novo contexto de operação do Fies, função estratégica na operacionalização de seus financiamentos passou a ser exercida também por normas e procedimentos infralegais, logicamente em consonância com as referidas disposições legais que a transferiram ao FNDE e engendraram uma melhor adequação de seus financiamentos.

Nesse plano infralegal, merece realce a edição do Decreto nº 7.337, que permitiu a amortização dos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fies em período equivalente a até três vezes o prazo de duração do curso, acrescido de doze meses, com o início do pagamento no décimo nono mês subsequente à conclusão do curso.

Na mesma linha, a Resolução do FNDE nº 3, de 2010, autorizou tais condições excepcionais de amortização, com alongamento de prazo, para os contratos do Fies celebrados antes de janeiro de 2010, de estudantes adimplentes ou inadimplentes, cujas prestações mensais fossem superiores a R\$ 100 (cem reais).

Para se ter ideia sobre a dimensão dos resultados obtidos a partir dessas alterações, basta observar que, atualmente, cerca de meio milhão de alunos beneficiam-se de empréstimos subsidiados por meio do Fies para arcar com as mensalidades de instituições privadas de ensino superior e profissional.

Desse modo, os projetos que ora analisamos, precederam e deram impulso às mencionadas alterações legais que, no nosso entendimento, contemplam, de forma abrangente e adequada, os objetivos por eles visados.

A recente ampliação do Fies para novas modalidades, como o mencionado Fies Empresa, requer que as condições de amortização a serem adotadas nos contratos sejam efetivamente concebidas e normatizadas pelo agente operador, em face de considerações relacionadas tanto ao alcance social da iniciativa, quanto à sua sustentabilidade operacional e financeira. Essa preocupação torna-se ainda mais relevante se considerarmos que a adesão ao Fies vem crescendo de maneira significativa, o que resultou em números recordes de contratos assinados em 2011 e 2012, justamente após as diversas modificações realizadas no fundo.

Assim, em que pese o mérito das propostas em exame, entendemos que elas, hoje, são extemporâneas e se encontram prejudicadas em decorrência das alterações legais procedidas a partir de sua apresentação.

Voto.

Pelas razões expostas, somos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, e das Emendas nº 01–CE e 02–CE, do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2009, apensados.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro... Vou colocar em votação as declarações de prejudicialidade.

Quem vota com o Relator, vota “sim” às declarações de prejudicialidade dos projetos e das emendas.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel, voto conhecido.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, é o voto agora.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Perdão. Com o Relator, claro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Ele é o Relator do próximo projeto que será apreciado.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quatorze votos SIM. Aprovado.

A Comissão aprova as declarações de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 2008, e 544, de 2009.

Vamos agora ao item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2013

– Terminativo –

Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra o Relator, Senador Casildo.

Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Um minutinho só, antes de o Relator proferir o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – É uma manifestação rápida aos membros da Comissão e ao Senador Valdir Raupp, especialmente, que foi Relator de um projeto de minha autoria que cria o prêmio Jovem Empreendedor.

Senador Valdir Raupp, esse projeto faz parte de um elenco de projetos que criei que visam a estimular o empreendedorismo, completa o das *startups*, que está aprovado no Senado e em vias de ser aprovado na Câ-

mara, faz parte dessa ideia; o das empresas juniores é outro projeto que, no âmbito das universidades, agrega estudantes universitários que se organizam em torno de uma empresa, estimulando o empreendedorismo. É outro projeto. O terceiro é esse que estimula o empreendedorismo através da concessão de premiação; o quarto que vou apresentar, está pronto, é o empreendedorismo na área rural, é um projeto bem elaborado, que leva ao jovem do campo, ao filho de homem do campo, todo um elenco de proposituras que significam o estímulo a que também o jovem do campo se enverede não pelo emprego público ou emprego que ele peça, mas pelo emprego que ele gere, a partir do empreendedorismo que, na minha opinião, é pedra de toque para qualquer país capitalista que objetive crescer pelo talento das pessoas.

Agradeço aos membros da Comissão pela aprovação do meu projeto e, em particular, ao Senado Valdir Raupp, pelo competente relatório que apresentou e logrou êxito nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O projeto foi aprovado por unanimidade, Senador Agripino. Aproveito para parabenizá-lo.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, o projeto que traz a ementa que o nobre Presidente acabou de relatar prevê a isenção do Imposto sobre Importação de equipamentos e componentes da geração de energia elétrica solar.

O projeto de lei possui dois artigos, de autoria do Senador Ataídes Oliveira.

O primeiro artigo isenta do Imposto sobre Importação os produtos classificações na posição 8541.40 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. O parágrafo único determina que a isenção cessará diante da oferta no Brasil de produtos em condições similares ao importado no que tange à qualidade, conteúdo técnico, preço e capacidade produtiva, nos termos de regulamentação do Poder Executivo.

O segundo artigo do PLS nº 317, de 2013, trata da cláusula de vigência da lei. O dispositivo estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação e que produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente à sua publicação.

Por isso, como já declinou o Presidente da Comissão, o Senador Lindbergh Farias, na Comissão de Infraestrutura, foi aprovado no último dia 4 de junho.

E, dispensando a análise, que é profunda, relatando a importância de diversificarmos a geração de energia no Brasil, e a solar é um dos componentes fundamentais para isso, e somos jovens na geração de energia solar, conclui com o voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAE

O parágrafo único do art. 1º do PLS nº 317, de 2013, passa a vigorar com seguinte redação:

“Parágrafo único. A isenção do Imposto sobre Importação somente será aplicada quando não houver similar nacional”.

Penso que isto é fundamental: não havendo similar, não havendo concorrência, na hora em que o Brasil produzir equipamentos mais idênticos, deixa de existir. Então, é algo para socorrer, para estimular, inclusive, a produção de equipamentos no Brasil, para ajudar nisso.

Quero cumprimentar o autor dessa proposta, o Senador Ataídes. Acho que é fundamental para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Estão inscritos a Senadora Gleisi; depois o Senador Roberto Requião e o Senador Ataídes, que é o autor do projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Quero só fazer uma defesa do nosso projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem. Passo primeiro ao Senador Ataídes, que é o autor do projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o nosso companheiro e colega, este competente Senador da República, Maldaner, pelo seu belo relatório.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, é sabido por todos nós que, no Brasil, a nossa matriz energética está um tanto quanto deficiente. Mesmo diante do nosso PIB baixo, corremos vários riscos, e, se tivermos um acréscimo em nosso PIB – que é o esperado por todos nós –, evidentemente vamos ter problemas de apagões.

Quero salientar, Sr. Presidente, que o Brasil é um dos grandes produtores de silício e também um grande exportador de silício. O silício é a matéria básica para fabricação das placas de energia solar ou de energia fo-

tovoltaica. Somos um dos grandes produtores. Lamentavelmente, em nosso País, ainda não produzimos essas células de silício para fabricação dessas placas de energia solar.

A título de informação, na Universidade do Rio Grande do Sul, existe um laboratório que está já há algum tempo em estudo na fabricação dessas células, mas em termos acadêmicos. Então, estamos longe ainda de ter essa tecnologia da fabricação dessas placas de energia fotovoltaica.

Hoje, parece-me que somente China, Estados Unidos, Alemanha, Coreia do Sul e mais dois países produzem essas placas. E nós aqui com essa abundância de matéria-prima, com sol, mas ainda, lamentavelmente, não temos essa tecnologia.

Eu gostaria, Sr. Presidente, muito rapidamente, de fazer uma justificação.

O Brasil, graças ao desenvolvimento econômico em curso e, principalmente, ao seu potencial de crescimento econômico, experimenta forte elevação da demanda por energia. Entretanto, a despeito de o País contar com a maior intensidade de radiação solar do mundo, a tecnologia de utilização de energia fotovoltaica alternativa limpa e ambientalmente adequada ainda é pouco conhecida e de rara utilização.

As usinas hidrelétricas vêm perdendo espaço de expansão, encontrando o horizonte de seu esgotamento, tanto pela dificuldade de reservas hídricas disponíveis quanto pelas implicações socioambientais decorrentes.

A geração de energia elétrica a partir de usinas termoeletricas, em geral poluidoras, passou a ser elemento de apoio para eventuais momentos de baixo estoque hídrico, um recurso mais acionado que o desejável com significativos aumentos das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e suas danosas consequências ambientais já exaustivamente comprovadas.

É de fundamental importância a existência de um mercado que demande tecnologias modernas e limpas. E, para isso, a exemplo das tecnologias ora em curso de geração de energia, é necessário que haja vontade política e visão de Estado para que novas tecnologias, como a solar fotovoltaica, encontrem terreno de desenvolvimento e amadurecimento.

Isto posto, fica evidente a importância do incentivo ao desenvolvimento do mercado de energia solar fotovoltaica na geração de emprego e renda em regiões para as quais não há como alcançar os índices econômicos das regiões que historicamente se beneficiaram da industrialização, mas que podem se beneficiar do mais abundante, inesgotável e limpo recurso natural, a energia solar.

A cadeia produtiva relacionada à geração de energia fotovoltaica apresenta grande valor agregado ao longo de suas etapas e, com o surgimento de um mercado incentivado, ela experimentará desenvolvimento ainda maior. Há toda uma cadeia de insumos e processos vinculados à fabricação de componentes fotovoltaicos cujo crescimento é de grande importância para a economia do País.

Assim sendo, Sr. Presidente, em vista dos argumentos acima expostos e preocupado com o nosso quórum, conto com o apoio dos nossos ilustres pares para a aprovação do aludido Projeto, de nº 317, de nossa autoria.

E quero também aqui colocar que essa renúncia fiscal, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é praticamente insignificante para a nossa economia. Por exemplo, em 2013, uma renúncia de R\$2.070.000, R\$2.230.000 para 2014 e R\$2.410.000 para 2015.

Ou seja, Sr. Presidente, a aprovação deste projeto eu não tenho dúvida de que será de extrema valia para o nosso País e para o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ataídes. Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é apenas para cumprimentar o Senador Casildo Maldaner, que fez o parecer do projeto do Senador Ataídes Oliveira, a quem cumprimento também por acreditar que esse projeto é fundamental para o desenvolvimento de energia alternativa. Não tenho dúvidas disso.

Nossa preocupação residia, Senador Casildo, e V. Exª fez exatamente a ressalva, em relação ao conteúdo nacional. Porque, ao mesmo tempo em que temos de facilitar o acesso, baratear o custo, temos também que nos preocupar com a indústria nacional, que está desenvolvendo, como disse o Senador Ataídes, essa tecnologia. Então, penso que essa emenda oferecida pelo Senador Casildo ao projeto do Senador Ataídes traz equilíbrio ao projeto.

Então, quero dizer a V. Exª que nós apoiamos esse projeto e achamos que ele é muito importante para o desenvolvimento de energias alternativas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não votaria a favor de mais um projeto de renúncia fiscal não tivesse o projeto do Senador Ataídes, com a emenda do Senador Casildo, o mérito que tem.

Nós, em Santa Catarina, estamos desenvolvendo um projeto de fabricação nacional de filmes fotovoltaicos, que, adicionados às janelas dos edifícios, gerarão energia elétrica a partir da matriz solar. A renúncia fiscal, no caso, é muito pequena para o mérito tecnológico, o mérito desenvolvimentista desse projeto.

Por isso, quero cumprimentar o Senador Ataídes e o Senador Casildo. Votarei a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto relatado pelo Senador Casildo Maldaner.

Quem vota com o Relator vota “sim” ao projeto e à emenda.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o projeto e a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o autor e com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Do Senador Casildo Maldaner, o voto já é conhecido.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Foram 14 votos SIM.

Aprovado.

A Comissão aprova o projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

Senador Roberto Requião, nós ainda temos dois itens terminativos aqui para votarmos hoje: o nº 15, com o Senador Eduardo Suplicy e o nº 17, com o Senador Jayme Campos. Voltaremos, depois, aos não terminativos, no item 3.

Passo, imediatamente, ao item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.

Autoria: Senador Jefferson Praia

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações: 1. *A Matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao Projeto.*

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Vou diretamente à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Isso. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não há óbice quanto à atribuição do Congresso para dispor, com a sanção do Presidente da República, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Maior.

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade, não há vícios que prejudiquem o projeto. O texto está em conformidade com a boa técnica legislativa.

O objetivo da alteração da redação dos arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, consubstanciada no PLS nº 238, de 2010, é a prorrogação dos incentivos fiscais ali concedidos para 31 de dezembro de 2033. Os incentivos continuam restritos a projetos que estejam na área de atuação da Sudene e da Sudam e que estejam enquadrados em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, conforme ato do Poder Executivo.

Com a nova redação proposta para o *caput* do art. 1º da MPV 2.199-14, de 2001, pelo PLS em tela, fica estabelecido que os projetos protocolizados e aprovados até 2033 terão acesso aos incentivos fiscais. O PLS nº 238, de 2010, também propõe a alteração do art. 3º da MPV. Este dispositivo mantém até 2013 os incentivos fiscais previstos no art. 2º, inciso I, da Lei nº 9.532, de 1997, sendo seu percentual máximo de 30%. Com a redação proposta pelo PLS nº 238, de 2010, esse prazo é prorrogado até 2033.

O autor da matéria, Jefferson Praia, argumenta que, no caso de empreendimentos localizados na área de atuação da Sudam, haverá, com a prorrogação, o nivelamento do prazo dos incentivos com aquele previsto para os empreendimentos que operam na área de atuação da Suframa. Isso ocorre porque tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2008, prevendo a prorrogação daqueles incentivos até 2033.

Essa PEC encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados como PEC 506, de 2010.

Quanto ao mérito, concordo integralmente com os argumentos do autor. No entanto, é preciso considerar que a alteração normativa proposta já foi objeto de deliberação por parte do Congresso Nacional quando da conversão da Medida Provisória nº 563, de 2012, na Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

A única diferença entre o que está proposto na matéria em análise e o que foi alterado por meio da lei supracitada é o prazo de vigência dos benefícios fiscais em questão. Conforme mencionado anteriormente, o PLS nº 238, de 2010, propõe a prorrogação do prazo até 2033, enquanto que a Lei nº 12.715, de 2012, estendeu o prazo até 2018. Trata-se de diferença considerável de prazos, mas que não justifica a continuidade da proposição em análise. Aproximando-se o fim do novo prazo estipulado pela lei mencionada, e havendo necessidade de que os benefícios tenham sua vigência prorrogada, proposição semelhante poderá ser novamente apresentada.

Em suma, em que pese o mérito da iniciativa parlamentar, considero que a matéria encontra-se prejudicada.

Em face do exposto, entendo que a presente iniciativa legislativa perdeu a oportunidade e, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado, voto pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2010.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-la em votação.

Quem vota com o Relator vota “sim” à declaração de prejudicialidade do projeto.

Senador Eduardo Suplicy, o voto é conhecido.

Senador José Pimentel

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Treze votos SIM.

Aprovada.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2010.

Entrando imediatamente no item 17. Relator, Senador Jayme Campos.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de sessenta dias para o pagamento da indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh, Sr^{as} e Srs. Senadores, procurarei ser o mais objetivo possível, diante do fato de que o relatório já se encontra aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço. Muito obrigado, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Relatório.

É submetido a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2011, do Senador José Pimentel, que acrescenta art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de 60 dias para o pagamento da indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado.

A proposição é composta por dois artigos.

O art. 1º acrescenta o art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para estabelecer que a indenização decorrente de morte ou invalidez permanente do segurado deverá ser paga no prazo máximo de 60 dias, contados da entrega à seguradora dos documentos que comprovem a ocorrência do sinistro, após o que incidirão, em favor do beneficiário, multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor total da indenização devida.

O art. 2º determina que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da proposição, o autor argumenta que são frequentes as dificuldades dos beneficiários de seguros de vida e de acidentes pessoais em receber o que lhes é devido em função da morte do segurado ou de eventos que lhes reduzem à invalidez permanente. Afirma que, se não bastasse a fragilidade em que se encontram, com o luto pela perda do ente querido ou com a angústia pela perspectiva da invalidez, as companhias seguradoras impõem exigências desproporcionais e dificuldades para promover o pagamento da

indenização, razão pela qual propõe a definição de um prazo para pagamento em lei, de modo a proteger os cidadãos dos abusos perpetrados por aqueles que detêm o poder econômico e se aproveitam da fragilidade dos segurados e de seus beneficiários para impor-lhes sua vontade.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Vou abreviar aqui a análise. Acho que não é necessário, visto que esse projeto, como eu disse e volto a repetir, já está aqui nesta Comissão.

Voto. Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2011

(EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1 – CAE)

Acrescenta art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de trinta dias para o pagamento da indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 14-A – O pagamento da indenização ou capital segurado decorrente de morte ou invalidez permanente do segurado deverá ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da entrega à seguradora dos documentos previstos nas condições gerais do contrato de seguro, que comprovam a ocorrência de sinistro.

§1º – É facultado à seguradora, no caso de dúvida fundada e justificável, solicitar outros documentos e/ou informação complementar ao segurado ou beneficiário.

§2º – No caso de solicitação de documentação e/ou informação complementar na forma prevista no §1º, o prazo de que trata o *caput* deste artigo será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que as exigências forem completamente atendidas.

§3º – O não pagamento da indenização ou do capital segurado no prazo previsto no *caput* e no §2º deste artigo implicará a aplicação de juros de mora a partir desta data, sem prejuízo de sua atualização, nos termos da regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

Essa é a emenda, Sr. Presidente. E o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui Ministro da Previdência Social de 2008 a 2010.

Ali nós tínhamos as chamadas “filas da madrugada”, e levava-se até 180 dias para concessão de uma pensão por morte ou de um benefício previdenciário. Esse prazo, com a tecnologia, nós reduzimos para até meia hora, e foi por isso que as filas desapareceram. E essa concessão dos benefícios previdenciários para o trabalhador que era acidentado passou a ser de até meia hora. Mas, nesse sistema, havia situações que levavam dois anos! E o objetivo era alimentar alguns escritórios de prestação de serviço em detrimento da família que ia receber o benefício.

Foi dali que eu construí esse projeto, em que o nobre Relator, Senador Jayme Campos, traz para 30 dias. A minha vontade era a mesma da Previdência Social, para meia hora, mas eu sei que a tecnologia ali existente não permite. Por isso, estou de pleno acordo com o nobre Relator em fixar em até 30 dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o Senador Pimentel e o Senador Jayme Campos – o Senador Pimentel, pela iniciativa da matéria, e o Senador Jayme Campos, pelo parecer, que amplia o alcance do projeto. De fato, as pessoas passam, Senador Pimentel, por situações muito difíceis na hora de buscar o seu seguro. Na hora de ser vendido o seguro, é algo muito fácil, e tudo vai ser resolvido; na hora em que a pessoa precisa da execução do seu seguro, é algo muito difícil.

Penso que esta Comissão dá um passo importante ao aprovar esta matéria, principalmente por ser de caráter terminativo, que já vai à sanção presidencial.

Então, eu queria apenas registrar, tanto ao Senador Pimentel quanto ao Senador Jayme Campos, o meu apoio ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, quero também cumprimentar o autor, Senador José Pimentel, e o Senador Jayme Campos, como Relator, e dizer que o custo Brasil, a burocracia da nossa máquina pública tem sido um dos maiores custos, não somente custo financeiro, mas também custo social. E esse projeto que nós estamos votando – espero que o aprovemos – é um exemplo claro do papel do Senado Federal e da Câmara Federal, enfim, do Congresso, para desobstruir, criar facilidades para que possamos ser ágeis nas decisões para aplicar os direitos e também os deveres de cada um.

Lembro-me de quando assumi o governo do Estado do Mato Grosso. Lá também, como disse aqui o Pimentel, que é o autor dessa matéria, para aposentar um funcionário público, eram dois, três anos, e era aquela briga: ia e voltava, e vem documento, e volta documento. Também lá criamos um procedimento em que, em 30 minutos, o cidadão, depois de requerer a aposentadoria, já tinha a certidão de aposentado e já passava, então, a gozar dos benefícios e dos seus direitos.

Então, eu queria cumprimentar tanto o Senador Jayme Campos como o Senador Pimentel e estimular os colegas e nós mesmos, aqui no Senado, para que procuremos resolver e desobstruir essas questões. E não só isso; na área trabalhista e em outras áreas, como a ambiental, nós temos problemas, que, na verdade, são dificuldades colocadas no meio do caminho para vender facilidades. Não quero dizer que seja a facilidade a corrupção, mas é a facilidade de ter que pedir favor, de ter que encaminhar, de ter que colocar gente no meio do processo; e vem gente que viaja, e é hotel, é uma despesa infernal para conseguir uma coisa que é de direito e que, muitas vezes, como disse aqui o Pimentel, sai bem mais cara do que o próprio direito que a pessoa tem para receber.

Então, quero cumprimentar a todos, e o meu voto será favorável, com certeza.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, só para uma correção...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu falei aqui, talvez na ânsia de que o projeto fosse logo à sanção e produzisse efeitos, que ele iria à sanção presidencial. Na realidade, como ele é terminativo, vai para a Câmara, porque a origem dele é no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu queria apenas acrescentar aqui o art. 2º, de que esta lei entra em vigor na data da sua publicação, na emenda substitutiva que fiz em relação ao projeto do Senador José Pimentel.

Só para acrescentar, porque, lamentavelmente, a nossa assessoria, a Consultoria Jurídica, não colocou aqui, nessa emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então vamos votar logo. É um projeto importante. Nós estamos com medo de perda de quórum.

Quem vota com o Relator vota “sim” ao substitutivo.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador José Pimentel não vota, porque é o autor do projeto, mas conta para quórum.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o autor e com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Da mesma forma, com o autor e o Relator, elogiando a proposta inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Voto já conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ah, voto já conhecido! Voto conhecido!

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aprovado com 12 votos SIM.

A Comissão aprova a Emenda nº 1-CAE, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria volta na próxima reunião. Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se possível, podemos ir ao item 12, que é terminativo, para aproveitar o quórum?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É a última terminativa.

Item 12, cujo Relator é o Senador Anibal Diniz. Vamos aproveitar este quórum.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008

– Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA;

2. Em 20/08/2013, foi concedida a vista ao Senador Armando Monteiro.

O relatório já foi lido pelo Relator na 48ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2013, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Armando Monteiro.

Consulto o Relator se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, muito objetivamente, como já foi lido o relatório, é só para deixar mais uma vez esclarecido que o PLS isenta de IPI os veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos. E essa discriminação dos produtos sujeitos à isenção, prevista no art. 1º do PLS, está muito ampla e genérica, o que não corresponde à necessidade de especificação na Tipi (Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados). Afinal, da forma como foi redigido o projeto, não é possível identificar quais seriam os produtos químicos, veículos e equipamentos que se enquadrariam no processo de reciclagem.

Exatamente por isso e também pelo fato de os produtos químicos em boa parte já contarem com alíquota zero do Imposto sobre Produção Industrial, nós entendemos que o projeto deve ser rejeitado, exatamente por não trazer nenhuma inovação à legislação.

Então, com todo o respeito ao Senador Marcelo Crivella, com toda a boa intenção que teve na apresentação desta proposição, o voto é pela rejeição do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação.

Quem vota com o Relator vota “não” ao projeto.

Este é o último item terminativo. Depois, iremos aos itens não terminativos, ao item 3 da pauta.

Quem vota com o Relator vota “não”.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel. *(Pausa)*
Está lá atrás. Está vindo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com o Relator.
Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Anibal Diniz.
Voto conhecido.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*
Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, já pressentindo saudade aqui do nosso convívio com o Senador Anibal Diniz, que nos deixará na próxima legislatura, eu quero cumprimentá-lo pelo parecer, e voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cassildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Da mesma forma, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Foram 13 votos NÃO. Rejeitado.
A Comissão rejeita o Projeto.

Vamos imediatamente ao Item 3 da pauta. Projetos não terminativos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2013

– Não terminativo –

Inserir parágrafo no art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterar redação do art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para dar às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras e Srs. Senadores, nós distribuímos há pouco uma substituição ao parecer que apresentei e foi publicado, através de uma convergência com o Senador Roberto Requião, autor do projeto, da propositura.

Esse é um tema já deveras conhecido desta Comissão e também do Congresso Nacional. Então, gostaria de avisar aos Senadores que vou ler aqui a partir da análise – o relatório já é conhecido, porque estava publicado – o novo parecer distribuído à Comissão.

A análise da matéria compete à CAE por versar sobre tributos.

A iniciativa do autor para a propositura do projeto tem amparo nos arts. 48, I, e 61, combinados com os arts. 24, I, e 146, III, todos da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, não há qualquer reparo a fazer ao projeto, uma vez que foram respeitados os princípios da generalidade, efetividade, bem como pelo fato ter sido escolhido o instrumento legislativo adequado à espécie (lei complementar). Além disso, o projeto não fere os princípios norteadores do Direito brasileiro e

foi elaborado em técnica legislativa correta, nos moldes do que exige a Lei Complementar nº 95, de 1998. Há, apenas, a necessidade de ajuste formal na redação do art. 4º, que é realizado por meio de emenda.

No mérito, tecemos os comentários que se seguem:

Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, foram atendidos diversos reclamos das microempresas e das EPPs em relação à substituição tributária. Entre outras alterações ao regime do Simples Nacional, a nova lei complementar acrescentou dispositivo à Lei Complementar nº 123, de 2006, que prevê a segregação de receitas decorrentes de operações ou prestações sujeitas à tributação concentrada em uma única etapa, bem como, em relação ao ICMS, que o imposto já tenha sido recolhido por substituto tributário ou por antecipação tributária com encerramento de tributação. O contribuinte poderá, assim, deduzir as receitas oriundas de vendas de produtos e mercadorias gravados pela substituição tributária para fins de cálculo do ICMS, o que nos parece solução adequada, mas não suficiente.

Tal dispositivo não estabeleceu limites à imposição tributária severa aos micro e pequenos empresários, lacuna esta que veio a ser definida por meio do que propõe o art. 1º do projeto.

No tocante à restituição do ICMS nas vendas realizadas por preço menor do que o arbitrado pela Administração em relação às mercadorias submetidas à substituição tributária, a medida é justa, indo no mesmo sentido da Constituição Federal, que prevê a restituição em caso de não realização da operação tributada antecipadamente. Entendemos, porém, que a revogação dos parágrafos do art. 10 da Lei Kandir, feita pelo art. 3º do projeto, não beneficia o contribuinte, já que elimina importante prazo aplicável à Administração tributária para que responda a pedidos de restituição de ICMS em casos de substituição tributária.

Em outras palavras, a revogação retira do contribuinte a prerrogativa de promover a restituição por meio de creditamento do tributo atualizado em caso de descumprimento do prazo pela Administração tributária estadual ou distrital.

Quanto ao *caput* do art. 10 na redação proposta, entendemos que vem ele dar concretude aos ditames do §7º do art. 150 da Constituição Federal, que determina que:

A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Já no que se refere ao art. 1º do projeto, verifica-se que, ao estabelecer o limite de 3,95% para as alíquotas do ICMS aos micro e pequenos empresários, a proposta está tão somente cumprindo o ideal constitucional insculpido na alínea *d* do inciso III do art. 146 da Carta Magna, que destinou à lei complementar a chamada definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

O primeiro imposto aqui citado, do art. 155, II, é exatamente o ICMS. Ou seja, a Constituição alberga proteção principiológica às micro e pequenas empresas, sendo dever do legislador infraconstitucional dar a devida efetividade aos princípios regentes da matéria. O presente projeto vem exatamente atender a esse cânone constitucional.

Voto. Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2013 – Complementar, com as seguintes emendas:

Primeira. Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2013, complementar, a seguinte redação:

Insere parágrafo no Art. 19 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, que altera a redação do caput do Art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para dar às micro e pequenas empresas, no caso de aquisição de produtos sujeitos a substituição tributária o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação e dá outras providências.

Segunda. Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2013, complementar, a seguinte redação.

Art. 2º. O art. 10 da Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à compensação automática do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar ou se realizar com base de cálculo inferior à estimada pela Administração (...) ou Distrital.

Terceira. Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 201 de 2013, complementar.

Quarta. Dê-se ao atual art. 4º, renumerado para art. 3º, a seguinte redação:

Esta lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

Este é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, o autor do projeto, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – A substituição tributária surge em São Paulo para resolver um determinado tipo de problema: produção concentrada e distribuição atomizada. Ela se adequa perfeitamente, por exemplo, à indústria automobilística. Mas, no momento, com uma relativa crise de arrecadação, estabeleceu-se em unidades da Federação uma fúria tributária. E passaram a incluir na substituição tributária um número, uma gama enorme de produtos. Uma lei relatada pelo Senador Armando Costa atenuou esse problema, estabelecendo uma relação muito grande...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Quer fazer novos cálculos?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Armando Monteiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Armando Monteiro, exatamente. Humberto Costa e Armando Monteiro, é que eu fiz uma simbiose entre os dois pernambucanos. Eles andam tão aliados na militância política que estou confundindo o nome e o sobrenome deles.

Mas excluiu um número muito grande de itens desse processo.

Mesmo assim, a insistência arrecadadora tem colocado em risco a existência das pequenas empresas. Eu vejo isso no meu Estado, o Paraná, e num número enorme de outros Estados.

Então, a intenção dessa lei é estabelecer um limite para a substituição tributária que é o limite imposto para as microempresas.

O meu projeto estabelecia inicialmente R\$3,95 que é o limite atual. A Senadora Gleisi melhorou isso dando uma flexibilidade ao projeto que se adapta a modificações que possam ser feitas na alíquota das micro e pequenas empresas e incorpora o art. 150, item VII da Constituição – eu já havia incorporado – que é a indenização automática quando a prática comercial for diferente do valor arbitrado para a venda final.

Então, eu acho que isso resolve o problema das pequenas e microempresas no Brasil e complementa o projeto relatado pelo Senador Armando Monteiro, já aprovado pela Presidenta da República.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 1.851, estabeleceu a não obrigatoriedade de devolução do ICMS nos casos de fato gerador presumido realizado a menor.

Eu tenho aqui uma solicitação do Confaz e da Secretaria da Fazenda para aprimorar alguns cálculos e, por essa razão, Sr. Presidente, reconhecendo o mérito dos argumentos, tanto do Senador Roberto Requião, bem como da Senadora Gleisi Hoffmann, mas atendendo essa solicitação, gostaria de pedir vista para aprimorar e adaptar corretamente a jurisprudência desse caso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, eu queria dizer que vamos colocar esse ponto como o segundo ponto em pauta da reunião da próxima terça-feira.

Este é um item importante, esse tema da substituição tributária foi debatido por esta Comissão, a reclamação de micro e pequenas empresas pelo País afora é gigantesca e justa.

Vamos colocar como segundo ponto.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Reconhecendo isso e o compromisso de ter qualquer sugestão nesta semana mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu lhe pergunto por que não será o primeiro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu lhe pergunto por que não é o primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Porque eu tinha me comprometido a colocar como primeiro o item em relação ao ICMS da banda larga, que é outro projeto importante também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Então, que seja o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Segundo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, só me permita uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Desculpe, o primeiro é o 130. Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É evidente que a ampliação da substituição tributária melhora a arrecadação dos Estados, mas ela interfere na circulação das mercadorias e acaba reduzindo a arrecadação final pela quebra de pequenas e microempresas. É o que está acontecendo no Estado do Paraná.

Eu a Senadora Gleisi abordamos isso várias vezes durante a campanha eleitoral. Então, essa fúria arrecadora tem que ser contida. Eu espero que, na próxima terça-feira, a gente aprove definitivamente o projeto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) –

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique; Senador Randolfe depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu queria fazer um apelo ao Senador Suplicy, uma vez que esta matéria vai ser apreciada ainda pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Se V. Ex^a não poderia retirar o pedido de vista para que nós possamos apreciar as suas preocupações quando da análise na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Caro Senador Luiz Henrique, da Comissão de Meio Ambiente não sou membro. Aqui eu sou membro e espero poder colaborar da maneira mais construtiva possível, resguardando o apelo do Presidente Lindbergh Farias de não atrasar de maneira alguma. Então, de voltarmos na próxima segunda-feira ao item 2.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu peço desculpas a V. Ex^a.

Equivoquei-me, é outro projeto que vai à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – De qualquer maneira, eu faço o apelo para que V. Ex^a retire o pedido de vista, podendo reapreciar esta matéria em plenário.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Fica reiterada a minha convicção da importância e analisarei da maneira mais rápida possível, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Está bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Essa fúria arrecadora, como definiu muito bem o Senador Requião, da substituição tributária, pode ter tido seus efeitos, obviamente, para São Paulo, mas para todo o Brasil tem penalizado, e como já foi dito aqui, sobretudo, os médios e os pequenos empresários.

Agora, imaginem, como foi dito pelo Senador Requião e pela Senadora Gleisi: deve ter tido efeitos nefastos para um Estado rico como o Paraná; imaginem para um Estado pequeno, pobre e carente como o Estado do Amapá e os Estados periféricos do País.

Foi efeito devastador. Empresas de quase todo o setor produtivo, as empresas pequenas dos Estados periféricos do País, como o meu Estado do Amapá, fecharam; o comércio do meu Estado fechou, não sobreviveu.

Então, a iniciativa do Senador Armando Monteiro, definido ou renomeado como Costa, foi uma homenagem, Senador Armando Monteiro, à nobre coligação lá de Pernambuco, que teve V. Ex^a agora nessas eleições, a nobre aliança das eleições.

Enfim, o projeto do Senador Armando Monteiro foi uma iniciativa, mas essa iniciativa agora do Senador Roberto Requião é outra, para terminar, porque a substituição tributária, como aconteceu, devastou as médias e as pequenas empresas pelo Brasil todo. Devastou em Estados ricos e em Estados periféricos; nos Estados menores da Federação, nos Estados mais pobres, como o meu, o efeito foi devastador, foi trágico.

Então, por isso, não pode tardar a aprovação de matérias assim nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Que seja mesmo o segundo item para ser aprovado.

E eu vou trabalhar, Senador Requião, na Comissão de Fiscalização, da qual eu sou membro, para que o quanto antes nós possamos tirar aqui do plenário do Senado este projeto e levá-lo para a Câmara. Aproveito para saudar essa iniciativa de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Lembrando que não vai para a CMA, vai direto para o plenário.

Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Olha, eu queria também me somar ao pedido do Senador Luiz Henrique.

Eu entendo o posicionamento do Senador Suplicy, que está, com certeza, fazendo uma análise com referência grande ao Estado de São Paulo, mas eu queria fazer um apelo ao Senador Suplicy, da minha Bancada, do meu Partido, para que a gente pudesse votar o relatório hoje.

Nós vamos fazer esse debate...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora, já está virando um constrangimento ao Senador Suplicy.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... no plenário. Nós temos um debate grande no plenário sobre matérias em relação a ICMS, a equilíbrio federativo, e esta aqui é uma matéria importante. Nós tivemos um avanço importante com o Senador Armando Monteiro, mas, com certeza, ficaram ainda questões em que nós temos de avançar.

E tenho certeza de que, no plenário, ainda caberá discussão, emendas, mas a gente poderia avançar nesse sentido. Acho que nós fecharíamos com chave de ouro hoje com o debate aqui na Comissão. Uma Comissão tão produtiva! Votamos tantas matérias, tão importantes para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi, deixe-me falar: eu acho que já está virando até um constrangimento para o Senador Eduardo Suplicy, e ele é sempre muito firme na defesa do interesse de São Paulo.

Eu coloco em votação na próxima terça, sem falta, porque já houve duas solicitações ao Senador, e S. Exª reiterou que quer pedir vista.

Acho que não cabe a gente continuar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Acho que o apelo da Senadora Gleisi... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos passar para o Senador Eduardo Suplicy a última. Estou tentando socorrer o Senador aqui. *(Risos.)*

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Veja só, Senador Lindbergh Farias. Já passou a eleição, não fui levado novamente ao Senado para o ano que vem, mas eu sempre aqui procurei levar em conta os interesses de São Paulo, também. E sempre de uma maneira que São Paulo pudesse contribuir para o desenvolvimento de toda Nação e da forma mais equitativa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Primeiro o Brasil.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, primeiro o Brasil, sim. O Senador Pedro Simon me lembra bem. E essa tem sido a minha atitude aqui, mas, é claro que um apelo da Senadora Gleisi, do Senador Luiz Henrique, do Senador Armando Monteiro, agora Ministro, e do Senador Roberto Requião me fazem pensar muito. No entanto, se eu deixar de pedir essa vista, acho que estarei descumprindo um compromisso.

Eu quero muito atender à Senadora Gleisi Hoffmann, até porque eu fiz a ela um apelo de grande significado para mim e porque, por tudo que sei, ela está prestes a concluir o nosso compromisso de análise do projeto das sociedades cooperativas. Então, o apelo dela, para mim, é uma coisa extraordinária. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sim.

E aí, Senador? *(Risos.)*

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu vou fazer uma indagação aos representantes do Confaz e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Se o projeto for ao plenário, eles podem, com o compromisso, do autor e da Relatora, de estudar com atenção as sugestões que eles irão, eventualmente, formular a partir da análise que eles disseram que se faz importante, que isso seja devidamente considerado na análise antes de votarmos no plenário, e, mediante esse compromisso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Senador...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Sim, mas eles acham que poderá haver essa contribuição dos senhores...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria sugerir... Agradeço ao Senador Suplicy por esta abertura na discussão que estamos tendo aqui. O Senador Luiz Henrique tem coordenado muito bem, junto com os demais Senadores, essa mediação e essa relação com o Confaz, inclusive com o Estado de São Paulo. Então, acho que o Senador Luiz Henrique poderia colocar mais esse projeto na sua pauta de conversação junto a tantos outros que nós já temos no plenário.

Eu não tenho dúvida de que a gente vai conseguir avançar. E estaríamos demonstrando ao Brasil o compromisso que nós temos com a pequena e a microempresa brasileiras.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu quero me comprometer... *(Falha na gravação.)*

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... que, inclusive com a sua presença, é provável que nós tenhamos, na segunda ou na terça-feira que vem ou, talvez, nesta quinta-feira, um encontro com o Confaz

para sacramentarmos aquele interesse de acordo para a votação do PLS nº 130. Quero assumir com V. Exª o compromisso de poder ajudar também no encaminhamento de um entendimento com relação a essa matéria.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero transmitir aos representantes do Confaz e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo que eu me comprometo a levar as proposições e análises que os senhores estiverem apresentando como se fossem apresentadas aqui, na CAE, mas eu vou, pessoalmente, levar a todos os interessados, especialmente ao autor, Senador Requião, à Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora, aos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro e a todos que se interessaram pelo tema.

Vocês podem contar comigo. Eu vou levar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu vou levar o estudo que fizeram ao conhecimento dos autores e Relatores, especialmente, e, assim, vou atender ao apelo – como eu diria?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Fraterno.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... fraterno... (*Risos.*)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... e irrecusável, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agradeço imensamente, Senador Eduardo Suplicy. Muito obrigada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Lindbergh...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Este é o momento em que a sensibilidade...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Por falar em apelo fraterno, devo trazer de volta a poesia do nosso grande poetinha Vinícius de Moraes: “Ah, por favor não vá embora...”

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Lindbergh...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu espero a retribuição para conseguirmos votar a lei de sociedades de cooperativas ainda antes que eu saia do Senado. Isso é um...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não, o senhor é muito rápido. Está quase pronto o parecer, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. A Comissão toda agradece.

Vou passar para o Senador só para encerrar.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Aproveitando a generosidade de todos, eu gostaria que, também em plenário, antes que eu deixe o Senado, fosse votado o projeto, que já vai para o Senado, já está na última fase, sobre a linha oficial de pobreza, também de minha autoria. Apresentei esse projeto em 99 e ele, finalmente, está na reta final.

Peço a todos os Líderes que coloquem na pauta do plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Parabéns e muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Quero só cumprimentar o Senador Suplicy pela atitude.

O Senador agiu, agora, segundo sua prerrogativa constitucional. Ele é Senador do Brasil eleito por São Paulo e atendeu a uma visão nacional de apoio à microempresa.

Por outro lado, não vejo como São Paulo possa perder com isso. Eu acho que é um erro a substituição tributária em cima da microempresa. Ela antecipa uma receita, inclusive cobra sobre os estoques já comprados da pequena e da microempresa, dá uma acelerada na renda, que é seguida por uma diminuição consequente de arrecadação.

Então, eu quero cumprimentar o Senador Suplicy e dizer que, de qualquer forma, os argumentos que vierem serão recebidos e estudados, porque a intenção é eliminar uma possibilidade de um fechamento em massa de pequenas e microempresas, o que, aliás, já está ocorrendo no Brasil inteiro e, certamente, estará ocorrendo em São Paulo também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

Vamos colocar...

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado pela referência, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradecendo, novamente, ao Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos colocar esse já em votação? Vai falar sobre o tema?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) –

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não? Então vamos colocar em votação o item 3.

Os Senadores que concordam com o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 da CAE.

Parabéns ao autor do projeto, o Senador Roberto Requião.

Vamos passar ao item 5.

Antes, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh, foi aprovado por esta Comissão um requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira pedindo que seja convocada uma audiência pública, para a qual é convidada a Sr. Claudia Munhoz Ricaldone, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão, para tratar das denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalís, dos funcionários dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa, o Senador Aloysio ligou ontem para mim e eu já tinha me comprometido, inclusive, a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – É só para marcar a data da audiência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu quero atender a V. Exª e pedir à Secretaria que entre em contato com os convidados para a gente marcar a data dessa audiência pública.

Então, já atendo a V. Exª agora e já peço à Secretaria, pois são três os nomes dos convidados, com dois nomes do Senador José Pimentel, que marque a data dessa audiência pública.

Eu já havia falado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – São a Srª Cláudia Ricaldone, o Superintendente da Previc e o representante da CGU.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente.

Falei, inclusive, por telefone ontem com o Senador Aloysio.

Aproveito a sua solicitação para já determinar à Secretaria...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Já na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, vamos tentar entrar em contato com eles para marcar a data, e eu entro em contato com o Senador Aloysio e com V. Exª para a gente acertar a data a ser realizada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas eu já coloco a Secretaria para entrar em contato...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Se possível, Presidente, que a gente faça na semana que vem. Já estamos terminando...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na terça-feira não vamos poder, porque na terça-feira nós vamos ter... Mas podemos fazer uma reunião em outra data.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Extraordinária.

Na terça-feira, nós vamos ter vários itens de pauta às 10 da manhã e às 11 horas a Ministra Tereza Campello vai estar aqui para falar da superação da pobreza e do desenvolvimento econômico e social no Brasil. Mas nós vamos marcar para o mais breve possível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Dependendo da pauta... Acho que vamos ter sessões importantes daqui até o fim da legislatura. Acho que seria, então, uma reunião extraordinária para fazer a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pode ser. Nós vamos combinando, V. Exª com o Senador Aloysio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Item nº 5:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2013
– Não terminativo –

Define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Primeiro, foi o Senador Delcídio do Amaral, que foi substituído. Agora, o Senador *ad hoc* é o Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Passo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy.

Este é o último item da pauta que nós vamos apreciar no dia de hoje.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2013, que “define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.”

O PLS nº 312, de 2013, estabelece que a União entregue aos Estados e ao Distrito Federal, em parcelas mensais e iguais, o montante equivalente às perdas de receitas decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários e semielaborados definidas pela Lei Complementar nº 87, de 1996, conhecida como Lei Kandir.

Determina, ainda, que o cálculo desse montante terá como base a “carga tributária efetiva”, resultante da arrecadação do ICMS, autorizada a cada Estado ou ao Distrito Federal, por convênio celebrado nos termos da Lei complementar nº 24, de 1975, e verificada em 31 de julho de 1996.

O valor da entrega mensal corresponderá a “1/12 da perda de arrecadação efetiva, apurada nos doze meses que antecederem ao mês de julho do ano anterior ao que corresponder a entrega.”

O Projeto determina também que, do montante de recursos atribuídos a cada Estado, 25% serão entregues aos seus Municípios, segundo os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, da Constituição Federal.

Essa compensação financeira pela desoneração perdurará até o exercício subsequente àquele em que o ICMS “tenha tido o produto de sua arrecadação, em proporção superior a 80%, destinado ao Estado ou ao Distrito Federal, onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços, por três períodos consecutivos.”

Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos de instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao ICMS, “declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.”

O PLS ainda estabelece que o Poder Executivo encaminhará, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, às comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal responsáveis pela área de educação, “relatório sobre a aplicação dos recursos no exercício anterior, detalhando eventuais desvios e ilícitos detectados na conta dos entes beneficiários, bem como listando os entes que tiveram o benefício interrompido em função da infração ao disposto na lei” proposta.

Conforme a cláusula de vigência, a lei entrará em vigor no primeiro dia útil do exercício subsequente ao de sua publicação.

O autor argumenta que apresentara em 2006 projeto sobre a matéria e que, não obstante voto favorável da relatora, Senadora Patrícia Saboya, ele não chegou a ser apreciado. Aduz, em essência, que o ICMS sofreu redução em sua base de cálculo original, tanto com a desoneração das exportações de produtos industrializados, mediante o Decreto-Lei nº 406, de 1968, quanto com a das exportações de produtos semielaborados e primários, advinda com a Lei Kandir (constitucionalizada com a EC 42, de 2003). Alega que, em ambos os casos, os valores hoje recebidos como compensação estão reduzidos, em termos reais, à metade.

Com a citada Emenda Constitucional nº 42, que constitucionalizou a desoneração prevista na Lei Kandir, introduziu-se o art. 91 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que exige lei complementar para fixar o montante da compensação. Mas, conforme argumentos do autor, “o Governo Federal está dando sinais claros de se elidir desse compromisso.

Por essa razão, os valores relativos à compensação dos efeitos receita da ‘Lei Kandir resultam de negociações anuais, sendo que a quantia prevista para os últimos anos para todo o País estacionou nos R\$5,2 bilhões, quando as perdas estimadas alcançam R\$18 bilhões anuais.”

O autor reforça seus argumentos com dados que ilustram a situação vivida pelo Estado do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos:

Considerando que a arrecadação total do ICMS se situa em R\$10 bilhões anuais e contrapondo os valores relativos às perdas de receitas nos fluxos externos (em torno de R\$2,5 bilhões) e de créditos transferidos (R\$900 milhões), obtém-se uma ideia da magnitude que representa, em termos financeiros, a equação montada pelas desonerações das exportações e seu sistema de compensações insuficientes, num contexto de aproveitamento liberalizado de créditos definido pela lei básica do ICMS, a Lei Kandir, e sob a condição financeira de cumprir o acordo de amortização da dívida para com a União.

Em agosto de 2013, o PLS foi distribuído a esta Comissão, tendo o Sr. Presidente designado-me Relator da matéria.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Conforme exposto pelo Senador Pedro Simon, a Lei Kandir representou uma redução da base do ICMS, redução que deveria ser ressarcida pela União. No entanto, a compensação prevista pelo art. 91 da Constituição ainda não foi regulamentada e tal fato tem tornado muito difícil para que os Estados obtenham um nível adequado de compensação.

A compensação em valores inferiores ao que seria devido tem se agravado, sendo necessário um grande esforço anual por parte dos Estados para que consigam, junto ao Governo Federal, pelo menos parte do montante das desonerações.

No entanto, na proposta apresentada pelo Senador Pedro Simon, faz-se menção unicamente às perdas anuais de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários e semielaborados, quando a desoneração alcançou, também, os créditos de ICMS decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente.

Assim, o ressarcimento atual, mesmo que em valores inferiores ao devido, não só considera os valores referentes às exportações de produtos primários e semielaborados, mas também os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente.

O Protocolo ICMS 69, de 2008, do Confaz, estabeleceu os critérios de partilha que, em conjunto com a LC 115/2002, têm sido utilizados desde então. Conforme coeficientes calculados pelo GT08/Cotepe, estes coeficientes para 2015 serão os que estão aqui na tabela, encaminhada a todos para a devida leitura.

Aqui, acrescento que a solução proposta pelo autor não contempla todos os componentes que impactaram a receita dos Estados, prejudicando aqueles afetados preponderantemente pelo reconhecimento do crédito nas aquisições de mercadorias destinadas ao ativo permanente.

Neste sentido, esta Emenda Substitutiva Global visa incluir também a necessidade de se compensarem as perdas relativas aos créditos de ICMS decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente. Além disso, como tais cálculos já vêm sendo feitos anualmente pelo Confaz, incorpora-se ao presente projeto as diretrizes hoje constantes do Protocolo ICMS 69, de 2008.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 312 – Complementar, na forma do substitutivo que apresento:

EMENDA Nº

Dê-se ao Projeto de Lei Complementar a seguinte redação [...]

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, em parcelas mensais e iguais, o montante equivalente às respectivas perdas anuais de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações de produtos primários, semielaborados e dos créditos de ICMS decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente estabelecido pela Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996.

Art. 2º. O valor do ICMS desonerado nas exportações para o exterior de produtos primários e semielaborados, de cada Estado, será obtido da seguinte forma:

I – o valor das exportações para o exterior de produtos primários e semielaborados, de cada Estado, será obtido pela diferença entre o valor total das exportações apurado pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento e o valor das exportações de produtos industrializados utilizado para obtenção dos índices previstos nas Leis Complementares nº 61, de 26 de dezembro de 1989, e nº 65, de 15 de abril de 1991, tendo por base os 12 meses anteriores ao mês de julho do ano do cálculo;

II – o valor obtido na forma do inciso I será convertido em moeda nacional utilizando-se a média ponderada das cotações oficiais mensais do Banco Central do Brasil para a moeda norte-americana, valor de compra, do mesmo período a que se referem às exportações;

III – ao valor calculado, nos termos do inciso II, será aplicada a alíquota de 13% para se obter o montante do ICMS desonerado pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador, V. Exª já leu o relatório. Na verdade, não é necessária a leitura do substitutivo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Esse substitutivo, que vai até o art. 9º, está disponível e foi distribuído a todos.

Assim, Sr. Presidente, acho que todos têm ciência do meu parecer e do substitutivo e assim concluo meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Antes de passar para o autor do projeto, o nosso Senador Pedro Simon, passo aqui para o Senador Luiz Henrique. É importante o Senador Pedro Simon encerrar essa discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, esse projeto é da maior importância e se inclui no elenco de medidas necessárias a um novo pacto federativo que recupere o nível de arrecadação dos Estados e dos Municípios.

Quando o Governo Federal, ainda no âmbito do autoritarismo, estabeleceu a isenção do ICMS para as importações, ele deixou os Estados, principalmente aqueles como o Rio Grande do Sul, do ilustre Senador Pedro Simon, sem uma receita importante, tendo em vista que os Estados fizeram um grande esforço no sentido de ocupar importantes mercados internacionais e se tornaram Estados exportadores. Ou seja, nós partimos da política de substituição de importações para atingir um patamar de crescimento das exportações.

O que era a filosofia da Lei Kandir? Era fazer com que a União Federal devolvesse metade da isenção estabelecida, com o entendimento de que, recebendo essa metade, os Estados poderiam alavancar mais ainda sua atividade econômica e ir buscar os outros 50% relativos à isenção no crescimento da atividade econômica em seus Estados.

No entanto, essa regra deixou de existir e o projeto do Senador Pedro Simon pretende devolver aos Estados as perdas que, como evidenciam o seu projeto e o parecer do ilustre Senador Eduardo Suplicy, os Estados vêm tendo não apenas com um ressarcimento muito pequeno dos créditos de exportação, mas também penalizados pelos altos encargos que a União vem cobrando até hoje, o que espero que deixe de acontecer com a sanção presidencial do projeto que já aprovamos aqui e no Plenário e com outras matérias que fizeram com que a União açambarcasse dois terços da receita tributária nacional.

Por isso, votarei, com entusiasmo, pela aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes do Senador Pedro Simon, há ainda o Senador Flexa Ribeiro. Para encerrar, depois, o Senador Pedro Simon.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh Farias, eu não poderia deixar de me pronunciar a respeito desse projeto

Quero parabenizar o Senador Pedro Simon.

Desde 1996, com a criação da Lei Kandir, àquela altura necessária para fomentar as exportações brasileiras, que representavam um déficit na balança comercial, foi eliminado o ICMS sobre as exportações de qualquer produto.

Os produtos industrializados já eram não tributados. Os produtos primários e semielaborados é que passaram a ficar, então, isentos de tributação. E isso trouxe para... Hoje, vários Estados brasileiros, 21 ou 22 Estados brasileiros sofrem pela perda de arrecadação. E o meu Estado, o Estado do Pará, que tem 35% da sua base econômica em cima da mineração, de exportar o minério em bruto, ficou com uma perda de arrecadação de algo em torno de R\$ 1,5 bilhão por ano, com tendência de aumentar, porque a Companhia Vale do Rio Doce vai dobrar a sua capacidade de produção de 100 milhões de toneladas/ano para 200 milhões de toneladas/ano.

Então, o efeito nocivo desses grandes projetos para o Estado depois de sua implantação é que o contingente humano que vai para implantação do projeto não sai do Estado. Ele permanece no Estado quando o projeto entra em operação e fica usando somente um percentual muito pequeno, 5%, daquele contingente que veio para a instalação, demandando do Estado saúde, educação, infraestrutura e segurança, e o Estado não tem receita para fazer frente a essas necessidades.

Então, o Senador Pedro Simon foi objetivo no projeto de sua autoria. E o Senador Suplicy, atendendo a um projeto substitutivo do Confaz, dos Secretários de Fazenda de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal, apresenta esse substitutivo, que vem esclarecer e definir e tornar completo o projeto do Senador Pedro Simon.

Então, Senador Lindbergh, perguntei a V. Exª e V. Exª respondeu que ele vai daqui direto para o plenário. Vamos tentar, e vamos conseguir, aprová-lo ainda nesta legislatura. Não tenho dúvida de que vamos ter o Governo contrário ao projeto, mas os Senadores e os Deputados, em seguida, que irão votar terão que votar a favor dos seus Estados e, no caso dos Deputados, da sua população.

Então, eu espero que nós consigamos aprovar o projeto rapidamente no plenário do Senado Federal e que ele possa ser aprovado na Câmara Federal na próxima legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, autor do projeto.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ...sobre esse projeto. Quando ele foi apresentado, eu fui um dos poucos Senadores que votaram contra. Expliquei que a palavra firme das lideranças do Governo na época dizendo que a União compensaria em absoluto o que os Estados perderiam eu achava ridícula e sem nenhuma condição de ser cumprida.

Se o Governo quisesse, então, que ele fizesse uma compensação na hora de votar a lei. “Sai daqui e entra aqui”. Agora dizer: “Sai daqui, sai o imposto de exportação, e nós vamos compensar como quiser” é piada. E foi a piada que aconteceu.

Olhando os jornais de hoje, vemos aqui: “União atrasa o repasse de mais R\$ 2 bilhões”. Essa tem sido a rotina.

No Rio Grande do Sul nós perdemos US\$1 bilhão por ano. Para o Rio Grande do Sul, um Estado exportador, isso significa praticamente... Com a dívida que nós temos, é US\$1 bilhão que eles nos tiraram... Nós temos um grande inimigo, o Governo, que, se fosse um particular, seria um agiota, que nós colocaríamos na cadeia, porque, na verdade, o que eles estão cobrando pela dívida do Estado é um escândalo. E a coisa fica como está ficando.

Então, eu acho – e eu felicito o Senador Suplicy, pela análise que ele fez – que isso realmente retorna a uma realidade. Eu acho que, se nós conseguirmos votar essa matéria, é um retorno positivo e concreto. Alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, como o Pará, por exemplo, como Goiás, onde a repercussão é tremendamente negativa, assim como em Santa Catarina...

Eu quero dizer que falamos com o Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul sobre o substitutivo do Senador Suplicy. Ele disse que nós devemos votar favoravelmente, e o Rio Grande acha que é a grande saída.

Não vou falar, não vou analisar, apenas vou fazer um apelo aqui: aprovado, como diz o ilustre Senador do Pará, que a gente aprove também o pedido de urgência para a votação em plenário.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª será atendido, Senador Pedro Simon.

Vamos colocar em votação o projeto.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir-se parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, CAE, Substitutivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pedido de urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aprovado o relatório.

Vamos votar agora a urgência.

Os Srs. Senadores que concordam com o pedido da urgência permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de urgência.

Antes de encerrar esta sessão, eu comunico aos Srs. Senadores que a TV Senado começou a operar hoje ao vivo no Youtube. É a primeira emissora do mundo a fazer multiprogramação ao vivo no Youtube, sem edição e sem cortes. Começamos hoje aqui na CAE.

Com essa transmissão simultânea com canal aberto, a internet terá a vantagem de poder voltar até quatro horas na programação já exibida.

Então, agradecemos à TV Senado e informamos que essa vai ser uma prática em todas as comissões desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA NILO COELHO, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dois de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senadores Lindbergh Farias, Luiz Henrique e Benedito de Lira, Presidente, Vice-Presidente no exercício da Presidência e Presidente Eventual, respectivamente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Gim, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Kátia Abreu, Alvaro Dias e Jayme Campos. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 31ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 83 de 2014 (Aviso nº 323/GMF/MF-DF), de 24 de novembro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de outubro de 2014, e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 1171-Seses-TCU-Plenário, de 12 de novembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 005.968/2014-3, na Sessão Ordinária de 12/11/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 84 de 2014 (Aviso nº 1207-Seses-TCU-Plenário), de 19 de novembro de 2014, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 011.779/2014-4, na Sessão Ordinária de 19/11/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 86 de 2014 (Aviso nº 127/2014-BCB), de 26 de novembro de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao mês de outubro de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Of. 104/2014, de 5 de novembro de 2014, da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, encaminhando a moção aprovada por unanimidade de votos por aquela Casa Legislativa. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da primeira parte da pauta. **Item 1** – Emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014 – Complementar, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que “convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)”, tendo como relator o Senador Luiz Henrique. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4-PLEN, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; 5 e 6-PLEN, de autoria do Senador Romero Jucá; 7, 11 e 15-PLEN, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; 8, 9, 10 e 12-PLEN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; 13-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e 14-PLEN, de autoria do Senador Cyro Miranda. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2** – Projeto de Resolução do Senado nº 15 de 2014, não terminativo, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que “estabelece alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre a prestação de serviço de comunicação referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga”, tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao Projeto. O Senador Lindbergh Farias passa a presidência ao Senador Benedito de Lira, em razão de ser o relator da matéria. Anunciada a matéria, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Lindbergh Farias, relator da matéria, Pedro Simon, José Pimentel e Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Cyro Miranda e Aloysio Nunes Ferreira. Aprova, também, o Requerimento nº 58/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 3** – Turno Suplementar ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 179 de 2011, terminativo, de autoria do Senador José Pimentel, que “acrescenta art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de sessenta dias para o pagamento da indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado”, tendo como relator o Senador Jayme Campos. Em 25/11/2014, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do R.I.S.F, a matéria é submetida a Turno Suplementar; não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação nos termos do art. 284 do

R.I.S.F. Não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “dispõe sobre as sociedades cooperativas”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “dispõe sobre as sociedades cooperativas”, tendo como relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei nº 3 de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 153 de 2007 e das Emendas nºs 1-CCJ (Substitutivo) e 2-CRA (Substitutivo). Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 5**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 58 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, “nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 15 de 2014, que ‘estabelece alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre a prestação de serviço de comunicação referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga’”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 58 de 2014-CAE. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação da matéria constante da segunda parte da pauta. **Item 1**– Projeto de Decreto Legislativo nº 183 de 2014, não terminativo, de autoria de Líderes Partidários e outros, que “escolhe o Sr. Vital do Rêgo Filho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, Da Constituição Federal, e art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992”, tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. O Senador Lindbergh Farias passa a presidência ao Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente, em razão de ser o relator da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Lúcia Vânia, Antonio Carlos Valadares, Eunício Oliveira, Gleisi Hoffmann, Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, José Agripino, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Romero Jucá, Eduardo Amorim, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Ana Amélia e Cristovam Buarque. Encerradas as votações secretas, a Presidência convida os Senadores Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. A Comissão aprova o nome do Senhor Vital do Rêgo Filho para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, por vinte e cinco votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente, Vice-Presidente e Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Luiz Henrique**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Benedito de Lira**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 31ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico, também, o recebimento dos seguintes documentos, para o conhecimento de V. Ex^{as}.

Antes, porém, solicito à Secretaria que localize o Senador Luiz Henrique, pois o primeiro item da pauta tem S. Ex^a como Relator. Sei que S. Ex^a já está na Casa.

Passo a ler os seguintes os documentos:

I – Avisos do Ministério da Fazenda.

1. Aviso nº 83 de 2014 (Aviso nº 323/GMF/MF-DF), de 24 de novembro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de outubro de 2014, e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II – Avisos do Tribunal de Contas da União.

1. Aviso nº 1.171-Seses-TCU-Plenário, de 12 de novembro de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC 005.968/2014-3, na sessão ordinária de 12/11/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

2. Aviso nº 84, de 2014 (Aviso nº 1.207-Seses-TCU-Plenário), de 19 de novembro de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC 011.779/2014-4, na sessão ordinária de 19/11/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

III – Banco Central do Brasil.

1. Aviso nº 86, de 2014 (Aviso nº 127/2014-BCB), de 26 de novembro de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao mês de outubro de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

IV – Correspondências.

1. Of. 104/2014, de 5 de novembro de 2014, da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, encaminhando a moção aprovada por unanimidade de votos por aquela Casa Legislativa.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Quanto ao primeiro item, estamos aguardando o Relator, que ainda não chegou. Vamos, então, passar imediatamente para o item 2, Senador Aloysio. Não temos como começar a apreciação do item 1 sem o Relator.

Vamos ao item 2.

Convidaria o Senador Benedito de Lira para presidir a reunião, porque sou o Relator do item 2, apesar de já haver lido o relatório.

Antes de passar a Presidência ao Senador Benedito de Lira, eu gostaria de conceder a palavra para a autora do projeto de resolução, a Senadora Gleisi Hoffmann.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 15, DE 2014

– Não terminativo –

Estabelece alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre a prestação de serviço de comunicação referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: 1. Em 25/11/2014, foi concedida vista coletiva.

Concedo a palavra para a autora do projeto de resolução, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Sr. Presidente, creio que já foi lido o relatório referente a esse projeto, se não me engano, na última reunião.

Eu queria fazer algumas ponderações. Inclusive, o Senador Flexa Ribeiro, que não está aqui, havia me pedido algumas informações sobre o impacto do ICMS em relação à limitação de 10% sobre o serviço de banda larga para a internet fixa. Eu fiz um apanhado disso. Fiz uma atualização dos dados que nós já havíamos apresentado na proposta, e a apresentei ao Senador Flexa Ribeiro – também encaminhei para outros Senadores –, mas eu gostaria de reforçar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não há impacto na arrecadação dos Estados, porque hoje a base é muito pequena. Ou seja, nós temos pouco serviço instalado até pelo custo desse serviço de banda larga fixa. Portanto, as pessoas compram pouco. Para se ter ideia, as diferenças são enormes. Se observarmos as Regiões Norte e Nordeste do País, veremos que o custo é quase cinco vezes o que se cobra nas Regiões Sul e Sudeste. Então, nós temos pouco serviço de banda larga fixa. Portanto, a arrecadação é pouca. Em uma simulação que fizemos para 2015, nenhum Estado perde arrecadação. Nos piores cenários, a arrecadação varia positivamente entre 0,01% e 0,10%.

Então, eu acredito que, se nós aprovarmos isso, primeiro, nós vamos estimular a banda larga – chegou aqui o Senador Cyro Miranda, que, inclusive, havia pedido vista do processo; também encaminhei ao seu gabinete, Senador, um estudo sobre isso –, além disso, nós vamos estimular a banda larga, vamos ampliar a base e vamos melhorar a arrecadação dos Estados.

Sr. Presidente, Sr. Relator, antes devolver a palavra a V. Exª, antes de devolvê-la à Mesa, eu queria dizer que, no dia 25 de novembro, dia em que debatíamos esse tema, saiu uma matéria na Agência Brasil e também no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o acesso à internet e à telefonia no Brasil, dizendo que ainda estão entre os mais caros do mundo. A informação está num estudo da União Internacional de Telecomunicações. No País, o custo da internet para a população mais carente representa 20 vezes o peso que o serviço tem nas nações mais ricas. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos de fazer de tudo para que tornemos acessível esse serviço. Ao torná-lo acessível, ao aumentar a base de consumo, nós vamos também aumentar a base de arrecadação.

Cerca de 40% dos brasileiros que possuem computador não têm como pagar uma assinatura de internet. Por isso, estamos propondo a redução de ICMS, porque, hoje, esse ICMS representa quase 27% do custo

de uma assinatura. Ao reduzi-lo para 10%, haverá um impacto significativo no preço do serviço. E aí, com certeza, vamos aumentar o acesso.

Eu queria pedir aos nossos colegas, aos pares desta Comissão a aprovação deste projeto, agradecendo o relatório apresentado pelo Senador Lindbergh. Trata-se de projeto de resolução do Senado, que ainda vai ao Plenário, mas acredito que é uma grande contribuição que daremos para a acessibilidade à internet.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O relatório já foi lido. Já foram prestadas as informações pela autora do projeto.

Concedo a palavra ao Relator. (*Pausa.*)

O Senador Aloysio pede a palavra, pela ordem.

Tem a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, infelizmente, não pude estar presente quando o Senador Lindbergh leu o seu relatório. A Senadora Gleisi Hoffmann teve a gentileza de me procurar ainda há pouco para expor os dados essenciais que informaram a sua proposição.

Sr. Presidente, tenho uma objeção, ou melhor, uma dúvida quanto à constitucionalidade, e penso que ela deveria ser esclarecida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senado tem competência para editar uma resolução desse teor, limitando a alíquota de ICMS, no caso de conflitos entre Estados. E eu não vejo conflito, nesse caso, que autorizaria a emissão dessa resolução, pretendida pela Senadora Gleisi Hoffmann. Não vejo conflito uma vez que o tributo é cobrado no destino e os Estados fixam a sua alíquota no exercício da sua autonomia. De modo que tenho essa objeção.

E eu sugeriria, Sr. Presidente, que o projeto fosse encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, uma vez que me parece meritório o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O projeto será aprovado nesta Comissão e vai a Plenário. O Plenário, então, apresenta um requerimento para ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Também gostaria de usar da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Também fiz parte da vista coletiva.

Sr. Presidente, o Senador Aloysio está baseando na indicação da existência de consenso entre os Estados em relação à necessidade de incentivar o acesso à banda larga, sendo ainda mais evidente que o conflito seria necessário para o estabelecimento de alíquotas máximas por parte do Senado Federal. Não existe.

Constatamos, assim, que não há qualquer conflito de interesse específico e dos Estados a ser resolvido, conforme exige a Constituição Federal no seu art. 155, §2º, alínea “b”, inciso V, da prestação de serviços da internet por conectividade de banda larga. Ao contrário. Há consenso formalizado pelo Confaz, em convênio do ICMS. Isso eu recebi do Confaz.

Portanto, em não havendo conflito a ser resolvido, o PRS nº 15, de 2014, do Senado Federal, não cumpre com o requisito essencial para a aprovação da resolução, que fixa alíquota máxima do ICMS. Razão pela qual tal projeto padece do vício de constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Foi o que eu acabei de informar há pouco ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Assim sendo, o projeto será aprovado nesta Comissão.

Em Plenário, faremos um requerimento para que...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Foi aprovado não. Será votado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Perdão, Senador. É verdade. Estou antecipando os fatos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – O projeto é meritório, Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, em Plenário, far-se-á o requerimento, e o projeto retornará à Comissão de Constituição e Justiça para análise da constitucionalidade.

Considerando a presença do Vice-Presidente da Comissão, Senador Luiz Henrique – eu agradeço ao Presidente –, passo a Presidência a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª está relatando?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Ele é o relator.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Benedito de Lira.

Quero justificar o meu atraso: estava em reunião com o Presidente e alguns membros do Confaz, juntamente com a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Cyro Miranda, o Senador Ricardo Ferraço, para discutirmos a questão relativa ao PLS nº 130. Posteriormente, vou submeter ao Plenário uma proposição a respeito desse assunto.

Concedo a palavra ao nosso Presidente, Relator do projeto, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu não vou ler o relatório, porque já o fiz semana passada, Senador Aloysio. Acho, inclusive, que o Plenário do Senado Federal pode, através de um requerimento, levar essa discussão para a Comissão de Constituição e Justiça. Agora, acho esse projeto de resolução muito importante. Só vou, aqui, resumidamente, explicá-lo, para quem não esteve presente na reunião passada.

O projeto de resolução tem dois artigos. O art. 1º estabelece em seu *caput* alíquota máxima de 10% para o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga.

No mesmo artigo, dois incisos impõem condições para a aplicação da referida alíquota máxima, quais sejam: a oferta de serviços tem que possuir velocidade nominal igual ou superior a 5 Mbps (megabit) por segundo, e o preço referente à prestação do serviço seja inferior ao valor mensal de R\$40,00 (quarenta reais); ou que a oferta de serviço possua velocidade nominal igual ou superior a 10 Mbps, independentemente do valor mensal cobrado.

Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras, pois, os tributos federais – PIS, Cofins, Fust, Funttel – respondem apenas por 4,68% do valor da fatura mensal do serviço, ao passo que o ICMS corresponde a uma média de 26,71% desse valor. As alíquotas variam de 25% para 35%.

Quero chamar a atenção também que, entre dezembro de 2010 e agosto de 2014, os acessos de banda larga fixa aumentaram apenas 57%...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ...passando de R\$15 milhões para R\$23 milhões.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – No mesmo período, a quantidade de acessos móveis cresceu 634%, passando de R\$18,9 milhões para R\$138,8 milhões.

Por fim, eu só queria citar aqui alguns estudos que falam que a redução de 20% do preço de serviço estaria associada a um aumento de pelo menos 20% dos assinantes dos serviços. Além disso, pesquisas internacionais sugerem que a difusão do acesso à internet em banda larga é fortemente correlacionada ao crescimento econômico.

Segundo Qiang, Rossotto e Kimura (2009), em estudo para o Banco Mundial, um aumento de 10 pontos percentuais na densidade de banda larga gera um impacto de 1.38 pontos percentuais na taxa de crescimento do PIB *per capita* em países em desenvolvimento. No Brasil, Macedo e Carvalho (2010) estimam que esse aumento de densidade – de 10 pontos – estaria associado a um crescimento do PIB *per capita* de 1.96 a 3.59 pontos percentuais.

Por tudo isso – todos nós sabemos da relação com o aumento de produtividade no Brasil, com a melhoria do acesso à educação, do acesso aos serviços públicos –, eu acho fundamental avançarmos na discussão deste projeto de resolução do Senado, aprovando-o, no dia de hoje, e deixando aberta a discussão para o plenário...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Peço silêncio ao Plenário para as explicações que estão sendo fornecidas pelo ilustre Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ...sobre a constitucionalidade e a possibilidade de apresentação de um requerimento, para que vá à Comissão de Constituição e Justiça.

Quero dizer que em alguns Estados – e eu falava sobre isso com o Senador Aloysio Nunes Ferreira – a alíquota é bem mais baixa, como no Estado de São Paulo, por exemplo. E isso é fundamental que aconteça no conjunto dos Estados brasileiros. De forma que eu peço aqui aos Srs. Senadores que aprovemos esta matéria, mesmo podendo trazê-la de novo à discussão, através de um requerimento de Plenário, para que ela seja discutida também pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, vou colocá-la em votação.

Em votação o relatório do nosso Presidente, o ilustre Senador Lindbergh Farias.

Os Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com o voto contrário dos Senadores Cyro Miranda e Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto.

Devolvo a Presidência ao ilustre Presidente Lindbergh Farias.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Solicito a palavra pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Também a solicito pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Temos, aqui, uma tabelinha. Na verdade, agora, vamos ao item 1, cujo Relator é o Senador Luiz Henrique.

ITEM 1

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2014

Ementa do Projeto: *Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).*

Autoria do Projeto: Senador Cyro Miranda e outros

Relatoria das Emendas: Senador Luiz Henrique

Relatório: Não apresentado.

Observações: 1. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4-PLEN, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; 5 e 6-PLEN, de autoria do Senador Romero Jucá; 7, 11 e 15-PLEN, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; 8, 9, 10 e 12-PLEN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; 13-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e 14-PLEN, de autoria do Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como eu já havia antecipado – quero ressaltar aqui a presença do Secretário Tostes, Coordenador do Conselho de Política Fazendária –, estivemos reunidos em meu gabinete, o Senador Cyro Miranda, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Ricardo Ferraço, eu e vários representantes do Confaz, e estamos chegando quase a um texto consensual relativamente ao Projeto de Lei do Senado nº 130.

(*Soa a campanha.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Por isso, Sr. Presidente, de acordo com a proposta que fiz aos ilustres representantes do Confaz, pediria a V. Exª. que submetesse ao Plenário o pedido que faço de adiamento da deliberação dessa matéria para a reunião da próxima terça-feira, quando apresentarei o meu parecer. O Confaz, através dos seus governadores, fará um apelo para que o texto seja objeto de uma deliberação na próxima quinta-feira, na reunião daquele Conselho, e venha para estabelecimento de um consenso entre nós, de modo a que possamos deliberar essa matéria na próxima terça-feira.

É a proposição que faço, Sr. Presidente, de adiamento da matéria, a pedido do Confaz, para deliberarmos definitivamente nesta Comissão, sobre ela, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu atendo de imediato V. Exª. V. Exª está conduzindo essas negociações com muita dedicação, com muita habilidade. Eu, como Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, retiro este item 1 da pauta e o coloco como primeiro item da pauta da próxima reunião de terça-feira.

(*É o seguinte o item retirado de pauta:*

ITEM 1

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2014

Ementa do Projeto: *Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).*

Autoria do Projeto: Senador Cyro Miranda e outros

Relatoria das Emendas: Senador Luiz Henrique

Relatório: Não apresentado.

Observações: 1. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4-PLEN, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; 5 e 6-PLEN, de autoria do Senador Romero Jucá; 7, 11 e 15-PLEN, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; 8, 9, 10 e 12-PLEN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; 13-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e 14-PLEN, de autoria do Senador Cyro Miranda.)

Concedo a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente, eu queria só agradecer a esta Comissão, agradecer a V. Exª pela relatoria e pela aprovação do PRS nº 15, de 2014. Tenho certeza de que vai ser uma grande contribuição para a inclusão da banda larga fixa e também para o aumento da arrecadação dos Estados.

Queria solicitar, Sr. Presidente, que fosse remetido ao Plenário com urgência.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu não sou membro da Comissão e o assunto não está em pauta, mas acontece que tenho em mãos uma matéria que é exatamente o Decreto da Presidência da República.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – O art. 1º diz dos limites de movimentação de empenho e tal; o art. 2º trata do montante de que trata o inciso I do artigo tal. Art. 4º:

A distribuição e a utilização do valor da ampliação a que se referem os arts. 1º e 2º deste Decreto ficam condicionadas à publicação da lei resultante da aprovação do PLN nº 36, de 2014-CN, em tramitação no Congresso Nacional.s à publicação da lei resultante da aprovação do PLN nº 36, de 2014 – CN, em tramitação no Congresso Nacional.

O Governo, Sr. Presidente, dá uma verba nova para os Parlamentares usarem, distribuírem, mas condiciona que eles só poderão fazer isso se aprovarem o decreto, a lei que está para ser discutida pelo Congresso Nacional.

Sinceramente, eu nunca tinha visto isso. Nós estamos vivendo o regime do toma lá, dá cá; nós estamos vivendo o regime da troca, nós estamos vivendo um regime lamentável e o Governo está acabando, está começando com o que está iniciando... Agora, botar no papel! Botar no papel! Está certo, os Parlamentares do Governo dizem: “Olha, vou dar mais um milhão para vocês, para a verba de vocês, desde que vocês aprovem essa questão. Aproveem no Congresso e tem a verba”.

Isso se faz. É um acordo. Eu estou acostumado. O troca-troca é normal. Agora, botar no papel?! Isso aqui é crime de responsabilidade.

Eu acho que devemos fazer como se fez na ocasião anterior quando o Governo, por decreto, criou os conselhos – lá é uma coisa importante, correta, só não se podia fazer por decreto, então, o Presidente baixou uma norma do Congresso Nacional anulando aquela. Eu acho que é o caso aqui, Sr. Presidente. O Congresso Nacional deve baixar uma norma anulando isso, porque isso é botar no papel, é oficializar. Há o troca-troca; acontece, não acontece; é ou não é. Agora, isso é oficializar. É uma nova regra. Aqui está a fotografia do Governo da Presidente, que está terminando, e aqui está a fotografia do Governo que está começando. É isto aqui, Sr. Presidente.

A Presidente poderia pelo menos deixar mais dez dias, pois eu estou indo embora, para eu não chegar ao final e ver um escândalo como este, um absurdo como este!

Eu peço a V. Exª que é Presidente desta importante Comissão e a esta Comissão a que o assunto diz respeito, que estudem com a Presidência do Senado no sentido de fazer o que foi feito na vez anterior. Na vez anterior em que os conselhos populares foram criados por decreto, o Senado...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ... achou que não podia ser criado por decreto e baixou uma resolução anulando aquela. Eu acho que V. Exª e os Líderes deveriam se reunir nesse sentido para fazer a mesma coisa aqui.

Que fique o trato: está aqui, está resolvido, ela vai dar o dinheiro, os Senadores vão votar. É outra coisa. Agora, botar no papel?! Oficializar a chantagem?! Sinceramente, Sr. Presidente, é roubar e deixar a fotografia de quem está roubando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Passo a palavra ao Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero começar com o registro da atenção que o Senador Pedro Simon tem para com as questões da República. Todos nós temos a mesma posição.

No entanto, nesta matéria, ele está redondamente errado. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 implantou o orçamento impositivo. E o orçamento impositivo representa um percentual de todas as liberações que são feitas com relação ao Orçamento 2014. O Governo está liberando R\$10,5 bilhões para investimentos e custeios neste momento. E a parcela que representa o orçamento impositivo, representa exatamente o valor que está nesse decreto. A Presidenta da República estaria descumprindo a LDO de 2014 e o Orçamento de 2014 se não fizesse isso.

Aliás, aqueles que militaram pelo orçamento impositivo deveriam ter lido com mais clareza e com maior competência as consequências das emendas impositivas, porque elas representam um percentual de todos os recursos que a União libera para as demais ações.

Portanto, nobre Senador Pedro Simon, a Presidenta estaria cometendo crime de responsabilidade se não respeitasse o que o Congresso Nacional votou na LDO e no Orçamento 2014 no que diz respeito ao orçamento impositivo. Isto representa exclusivamente isso.

Agora, aqueles que dizem que é preciso patrocinar um golpe no Estado nacional – e V. Ex^a, Senador Pedro Simon, não faz parte desse grupo – constroem esse discurso.

Portanto, para revogar o decreto, é preciso pôr fim às emendas impositivas que democraticamente o Congresso Nacional votou no final de 2013.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Líder, eu gostaria apenas de saber algo.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – O Senado Federal a chamada PEC do Orçamento Impositivo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Das emendas impositivas, mais precisamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Das emendas individuais.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Valadares e Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – E essa PEC se encontra na Câmara dos Deputados. V. Ex^a, como Líder do Governo no Congresso o que tem a dizer sobre isso?...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Valadares, esse é um debate importante. Eu estou preocupado com a nossa pauta, porque há dois pontos a deliberar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Já que foi dado a ele a palavra para falar sobre esse assunto, vi a oportunidade de fazer um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Há a indicação de Ministro. Eu peço-lhe que seja breve.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Rapidinho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – ... e responder à minha indagação, que é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro que é pertinente, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Uma vez que é o assunto a que ele estava se referindo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro que é pertinente. A minha preocupação é que às 11 horas está marcada a segunda etapa desta audiência.

Então, passo a palavra, por um minuto, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, nós aprovamos, em 2013, a emenda que aumenta os recursos para a saúde pública, indo para 15% das Receitas Correntes Líquidas e também as emendas individuais impositivas, e a metade delas para a saúde pública. A Câmara Federal se insurgiu contra a decisão do Senado Federal e está aprovando a emenda impositiva, mas não vinculando com os recursos da saúde. Em face disso, caso eles concluam a votação, ela voltará ao Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Obrigado, Líder.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos para o item...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Meio minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, claro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Apenas para dizer que o nobre Líder acrescentou um outro fato. Quer dizer, a Presidenta não cumpriu a lei, não realizou o que está na lei. Então, o que ela está fazendo? Está mudando a lei para a lei voltar ao que ela fez. Ela gastou mais do que a lei? Gastou mais do que a lei. Então, o que está fazendo? Baixe o valor da lei na lei. Quer dizer, a lei vai se adaptar daqui para o futuro, o Governo gasta o que gastar e faz depois a adaptação. Ela gastou dez, podia só gastar oito. Baixa oito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Este é um outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Esse é um debate que vamos ter mais tarde no Congresso Nacional. Inclusive, estou inscrito para falar sobre o tema.

A Senadora Gleisi Hoffmann tinha pedido urgência em relação ao item 2.

Os Srs. Senadores que concordam com a urgência para o plenário do item 2 permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a urgência.

Nós vamos ter o item 3, para o qual não será necessário votação; vai ser muito rápido.

Quanto ao item 4, a Senadora Gleisi Hoffmann vai apenas ler o relatório e conceder vista coletiva. Eu espero fazer isso em 15 minutos, para, às 11h15, começarmos a segunda etapa da audiência, que é o relatório da indicação do Senador Vital do Rêgo para Ministro do Tribunal de Contas da União.

Item 3: turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2011.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de sessenta dias para o pagamento da indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: 1. Em 25/11/2014, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F.

Já foi apresentado o relatório.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos ao último item de pauta, que é a regulamentação da Lei das Cooperativas. Aqui, quero destacar o esforço do Senador Eduardo Suplicy em toda sua história como Senador na Casa, neste último período dialogando com a Senadora Gleisi Hoffmann, que é a Relatora, para que fosse aprovado esse relatório. Então, queria começar destacando o esforço dessa luta que é uma das causas do Senador Eduardo Suplicy.

Item 4.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2007

– Terminativo –

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Autoria: Senador Osmar Dias

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2007

– Terminativo –

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Não apresentado

Observações: 1. Em 27/11/2007, foi realizada Audiência Pública para instruir as Matérias;
2. As Matérias foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao PLS nº 3 de 2007 nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153, de 2007;
3. As Matérias foram apreciadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao PLS nº 3 de 2007 nos termos da Emenda nº 2-CRA (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153, de 2007 e às Emendas nºs 2 a 6, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Favorável ao PLS nº 3, de 2007, nos termos do substitutivo que apresenta e pela prejudicialidade do PLS 153, de 07 e das Emendas nºs 1, da CCJ, e 2, da CRA.

Passo, imediatamente, a palavra para a Relatora, já ficando acertado aqui que vai haver vista coletiva. Este item volta como item 2 da próxima reunião. O item 1 é o 130 e o item 2 é este relatório.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente, considero este um dos projetos de maior importância que vamos discutir nesta Comissão e, quiçá, aprová-lo, porque ele é de grande necessidade para o Sistema Cooperativista Brasileiro.

Falo isso, porque conheço profundamente a realidade desse setor. O Estado do Paraná é um dos Estados em que as cooperativas têm uma presença importante na nossa economia.

Eu não podia também deixar de fazer aqui uma saudação muito especial ao Senador Eduardo Suplicy pelo seu esforço, pela sua dedicação ao tema, pelas conversas que mantivemos; e também à Unicafe, que representa as cooperativas, à Unisol, à Unicopas agora, que congrega todas, à OCB e diversos atores que participaram dessa discussão tão importante para nós e para o desenvolvimento do sistema cooperativo.

Os projetos a que V. Exª acabou de se referir objetivam substituir a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a atual Lei do Cooperativismo. O Projeto de Lei do Senado nº 03, de 2007, divide-se em 18 capítulos e, por ser a proposição mais antiga, Senador Suplicy, será tomado como referência em análise pelo que dispõe o nosso Regimento.

O Capítulo I trata do objeto da lei: o Sistema Cooperativista Nacional, composto pelo conjunto de cooperativas e seus órgãos de representação; prevê também a observância da legislação específica nas atividades das cooperativas de crédito integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

O Capítulo II dispõe que a cooperativa é uma sociedade civil de pessoas de forma jurídica própria, não sujeita à falência, constituída para prestação de serviços aos associados através do exercício de uma ou mais atividades econômicas sem objetivo de lucro; relaciona ainda 12 características obrigatórias que a distinguem de outras sociedades; e torna o termo cooperativa exclusivo das sociedade que se enquadram na definição que explicita.

O Capítulo III permite a ação cooperativa a todos ramos das atividades humanas; e consagra a sua classificação em singulares, centrais ou federações e confederações, conforme o nível de agregação.

O Capítulo IV trata do ato constitutivo da cooperativa; das informações que devem constar de seus estatutos; e de prazos: para o encaminhamento dessa documentação ao órgão estadual de representação do sistema cooperativista, para a declaração pelo órgão da sua compatibilidade com a legislação ou as exigências de compatibilização, para o cumprimento das exigências pela cooperativa, para recurso ao órgão nacional de representação do Sistema Cooperativista e para decisão do órgão nacional. Esse capítulo IV trata ainda da apresentação dos documentos à junta comercial; da submissão aos mesmos procedimentos da reforma dos estatutos e da fusão, desmembramento e incorporação; da responsabilidade principal, solidária e ilimitada dos fundadores perante terceiros pelos atos praticados pela cooperativa irregular; e do caso particular de constituição de cooperativas escolares.

O Capítulo V enumera os livros e controles que a cooperativa deverá manter, sendo facultada a adoção de processos mecanográficos ou eletrônicos, observadas as normas legais pertinentes.

O Capítulo VI estabelece a composição e a forma de integralização do capital social dividido em quotas-partes; dispõe sobre a possibilidade de pagamentos de juros reais, de até 12% ao ano, sobre a parcela das sobras integralizadas no exercício e sobre a instituição de capital rotativo para fins especificados na assembleia e emissão de Certificados de Aporte de Capital.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – O Capítulo VII trata da constituição de reserva legal e de Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), ao tempo em que faculta a criação

de outros fundos e reservas; e prevê a apresentação pela administração à assembleia de plano de aplicação dos recursos do Fates.

O Capítulo VIII relaciona os requisitos necessários ao ingresso, permanência dos associados na cooperativa, os procedimentos a cumprir no ato da admissão, bem como os casos em que ocorrerá a perda da qualidade de sócio por demissão voluntária, exclusão ou eliminação.

O Capítulo IX explicita as competências privativas da assembleia geral; ordena a realização de ao menos uma reunião anual para análise das contas do balanço geral e das destinações das sobras; delimita as formas de convocação; dispõe sobre a direção dos trabalhos e o quórum necessário às diversas deliberações; e acolhe o princípio cooperativista de um voto por sócio, facultando ao estatuto social dispor de maneira diversa.

O Capítulo X trata dos órgãos de administração da cooperativa, estabelecendo limites para o prazo da gestão, as inelegibilidades, as vedações impostas aos administradores e os limites de sua responsabilidade.

O Capítulo XI prevê a existência do conselho fiscal, sua constituição, responsabilidades e modo de operação, bem como hipóteses de sua inexistência.

O Capítulo XII regula o sistema operacional das cooperativas; define, para tanto, o ato cooperativo, ao qual a Constituição prevê tratamento tributário adequado; cria a possibilidade de cooperação entre cooperativas e outras pessoas, naturais ou jurídicas, mediante o estabelecimento de contratos de parceria. Prevê, ainda, um mecanismo de capitalização das cooperativas mediante emissão de Certificados de Aporte de Capital, adquiríveis por não sócios. Estabelece, finalmente, as condições nas quais a cooperativa poderá operar com não sócios, bem como os procedimentos para a cobertura das despesas, das perdas e prejuízos, assim como a destinação das sobras.

O Capítulo XIII estipula a duração do exercício social e relaciona as demonstrações contábeis necessárias à instrução da deliberação da Assembleia Geral.

O Capítulo XIV dispõe sobre os processos de fusão, incorporação e desmembramento de cooperativas.

Os Capítulos XV e XVI referem-se, respectivamente, à situação de moratória e aos casos de dissolução, liquidação e extinção de cooperativas.

O Capítulo XVII trata da representação do Sistema Cooperativista e afirma o princípio da unicidade de seu sistema de representação, em nível local, estadual e nacional. A representação do Sistema no plano nacional caberá, conforme o Projeto, à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade constituída pelos órgãos estaduais de representação. Ao Sistema, como um todo, competirá a tarefa de acompanhar o processo de constituição de novas cooperativas, assim como fiscalizar o funcionamento das existentes. É mantida, nesse Capítulo, a contribuição cooperativista, recolhida em favor da OCB, que deve repassar, por sua vez, 50% do montante recolhido ao órgão estadual de representação.

No Capítulo XVIII, “Das Disposições Gerais e Transitórias”, é estabelecido o prazo de doze meses para as cooperativas adequarem seus estatutos à nova lei.

O Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, por sua vez, possui 20 capítulos, sendo 18 deles estruturados da mesma forma que o PLS nº 3, de 2007, diferindo apenas pelo acréscimo dos capítulos XVIII e XIX que tratam, respectivamente, “Da Certificação das Cooperativas” e “Das Cooperativas Especiais”, transferindo as disposições gerais e transitórias para o Capítulo XX.

Um ponto fundamental de divergência entre os projetos sob exame diz respeito à definição do ato cooperativo. O PLS nº 153, de 2007, segue a definição tradicional, conforme a qual ato cooperativo é “aquele praticado entre a cooperativa e seu cooperado, ou entre cooperativas associadas, na realização de trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social da cooperativa”. O PLS nº 3, de 2007, acrescenta um segundo parágrafo ao *caput* do artigo, equiparando ao ato cooperativo os “negócios auxiliares ou meios, indispensáveis à consecução dos objetivos sociais”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora, nós vamos ter um debate grande na próxima terça-feira. Na verdade, eu a aconselharia a fazer uma leitura resumida e apresentar o seu voto, porque nós vamos disponibilizar esse relatório para todos os Srs. Senadores. Eu estou impressionado com o tamanho do voto. Estou assustado. Então, eu acho que poderia ser feito dessa forma.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não se preocupe. O voto não é tudo isso. É porque existe o substitutivo.

Eu posso passar à análise – o voto é muito simples – que, pelo menos, tem quatro páginas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, vamos à análise e, em seguida, ao voto. E na próxima terça-feira a gente fará uma discussão aprofundada. Vou fazer uma pauta mais curta na próxima semana, porque esse é um tema muito complexo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não tem problema. Estou apenas seguindo o Regimento, Sr. Presidente.

Análise.

Em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União (art. 24, da Constituição Federal – CF).

No que concerne à juridicidade, os projetos inovam no ordenamento jurídico e dispõe de coercitividade, estando, destarte, consoante a legislação pátria.

Os projetos atendem aos requisitos da boa técnica legislativa de que tratam as Leis Complementares nº 95 e 107.

Com respeito ao mérito, compete a esta Comissão, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado, opinar sobre as proposições pertinentes à aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

Cumpre, inicialmente, destacar que os projetos em análise, em verdade, iniciaram sua tramitação muito antes de 2007. A origem das propostas da revisão da Lei do Cooperativismo no Senado se deu a partir da apresentação dos Projetos de Lei nº 171, dos Senadores Osmar Dias e José Fogaça, e nº 605, do Senador Eduardo Suplicy.

A atual legislação que rege o cooperativismo, a Lei nº 5.764, de 1971, foi considerada, à época de sua edição, uma das mais modernas do mundo. No entanto, após 40 anos de vigência, a Lei Geral do Cooperativismo precisa ser atualizada, sobretudo em virtude das enormes mudanças por que passaram o Brasil e o mundo desde o início da década de 70. A Lei foi inspirada pela Constituição de 1988. Caberia ao Estado, de acordo com a Lei nº 5.764, autorizar ou não o funcionamento de novas cooperativas, proceder ao seu registro, fiscalizar o cumprimento da legislação e intervir nas cooperativas faltosas, sempre que necessário.

Esse conjunto de dispositivos não foi recepcionado pelo art. 5º, inciso XVIII, da Carta Magna, a qual reza que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Esse exemplo ilustra a necessidade de nova lei para o cooperativismo, adequando-o à Carta de 1988.

Os projetos possuem alguns pontos polêmicos, sobre os quais há opiniões divergentes, e até mesmo contrapostas das diversas entidades representativas do cooperativismo.

O Senador Renato Casagrande, após inúmeras reuniões com essas entidades, conseguiu um acordo que resultou em um texto de consenso, que seria apresentado na forma de substitutivo em seu parecer a ser oferecido à CCJ. No entanto, por um equívoco técnico, o parecer lido pelo Relator *ad hoc*, e aprovado pela Comissão, se refere a uma versão do substitutivo produzida antes do acordo final aqui mencionado. Por esse motivo, decidi apresentar aqui, na CAE, um novo substitutivo, que resgata integralmente o texto acordado entre o Senador Renato Casagrande e as entidades cooperativistas.

Os pontos mais polêmicos do projeto são a definição de ato cooperativo, que tem importantes implicações tributárias, e a forma de representação do setor cooperativista, com a contraposição entre os princípios da unicidade e da liberdade de associação.

Analisei, com atenção, o comando constitucional que dispõe sobre o adequado tratamento tributário do ato cooperativo. A partir desse estudo, ficou claro que o Constituinte, como forma de incentivar o cooperativismo, determinou que o ato praticado entre a cooperativa e seus sócios tivesse tratamento tributário diferenciado em relação ao dispensado às empresas capitalistas. Porém, esse tratamento mais favorável, por força da própria Constituição, restringe-se ao ato cooperativo.

Modificar essa conceituação por lei ordinária para ampliar tais benefícios aos negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais seria, no mínimo, temerário, pois ampliaria o escopo do tratamento tributário diferenciado previsto na Constituição.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Entretanto, nas reuniões que realizei com representantes do setor cooperativista e do Governo, ficou acertado que a discussão sobre o ato cooperativo não seria mais tratado neste momento.

Chegamos a cogitar a possibilidade de não revogar o art. 79 da Lei nº 5.764, que trata do ato cooperativo. Porém, após consultas a juristas, concluí que a manutenção de um único artigo traria enorme insegurança jurídica.

Dessa forma, decidi por transcrever o atual texto do art. 79 para o substitutivo e manter o dispositivo que determina que a definição do ato cooperativo para fins tributários será objeto de lei complementar, conforme determina a Constituição, e que já tramita na Câmara dos Deputados.

Em relação à questão da forma de representação do cooperativismo, ouvi as opiniões de entidades ligadas a diversos ramos do cooperativismo e de representantes do Governo.

Dessas discussões, concluí que no Brasil existem, atualmente, dois subsistemas cooperativistas: o tradicional, formado por cooperativas com visão empresarial, que é representado pela OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e outro mais recente, baseado na economia solidária e representado pela União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), sucessora da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não é possível fugir dessa realidade. São os dois sistemas cooperativistas existentes no Brasil e cada um deve ter o direito de se organizar da forma que entender mais adequada.

É importante ressaltar que no dia 29 de janeiro de 2014 foi constituída a Unicopas, sendo o estatuto aprovado e o Conselho Diretor definido no dia 30 de janeiro, tendo o desafio de congregar e representar nacionalmente as organizações do cooperativismo de economia solidária Unicafes, Unisol e Concrab.

Reconhecendo essa realidade, o substitutivo estabelece que são duas as entidades nacionais de representação do Sistema Cooperativista: a OCB e a Unicopas, e determina, também, a obrigatoriedade do registro de todas as cooperativas em uma das entidades nacionais de representação.

Cabe aqui fazer a distinção entre registro e filiação. O registro é o ato que inscreve a cooperativa no Sistema Cooperativista, e deve ser obrigatório, pois somente a partir dele pode o Sistema Cooperativista reconhecer a existência de uma nova cooperativa. Já a filiação é o ato de associação da cooperativa a uma entidade nacional de representação, e deve ser livre, conforme determina o art. 5º, inciso XVII, da Constituição (é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar).

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Diante disso, a proposta que apresento no substitutivo garante expressamente a liberdade de associação das cooperativas a entidades de representação, mas torna obrigatório o registro das cooperativas na OCB ou na Unicopas. Em resumo, registro e filiação são atos independentes. Assim, todas as cooperativas devem estar registradas, mas podem filiar-se à OCB, à Unicopas, a nenhuma delas, e até mesmo às duas, se assim o desejarem.

Quanto à possibilidade, pelo PLS nº 3, de 2007, de que a cooperativa venha a abrir seu capital, é importante destacar que a permissão para emissão de certificados de aporte de capital, com participação nos resultados da cooperativa, deve ser avaliada tanto em face dos princípios cooperativistas quanto em face do contexto da legislação cooperativista brasileira.

Nesse sentido, mais uma vez, concordo com o parecer do Senador Renato Casagrande que criou um mecanismo que permite a participação de capital de não sócios na cooperativa, sem que esses possam intervir em sua gestão ou venham a obter participação nos resultados. Considero, ainda, que a participação nos resultados é incompatível com o tratamento tributário diferenciado dispensado ao ato cooperativo, pois haveria, nesse caso, uma indevida transferência de isenção tributária para investidores não cooperativados.

Dessa forma, proponho, no substitutivo, a criação dos Certificados de Crédito Cooperativo (CCC), títulos com características próximas às de debêntures, com remuneração por meio de juros, sem participação nos resultados da cooperativa e com emissão limitada a 49% do capital social da cooperativa. Além disso, mantenho o mecanismo que permite às cooperativas estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a consecução de empreendimentos específicos.

O capítulo que trata da moratória das sociedades cooperativas foi retirado. Nos projetos dos Senadores Osmar Dias e Eduardo Suplicy havia a previsão de moratória para as cooperativas. Os contornos dessa moratória eram semelhantes ao da antiga “concordata”, mas não haveria a previsão de falência no caso de descumprimento das condições da moratória. Assim, ficaria inviabilizado qualquer empréstimo para cooperativas, pois elas poderiam requerer moratória, deixar de pagar a dívida e não sofreriam nenhuma “sanção” por isso, exceto o quase inócuo prosseguimento da execução em momento no qual já seria improvável algum resultado prático para o exequente.

Com esse risco de conceder empréstimos para cooperativas, elas ficariam fora do mercado de crédito. Não conseguiriam empréstimos junto ao Sistema Financeiro Nacional e teriam dificuldade até de adquirir produtos de fornecedores sem pagamento no ato. Em face disso, decidimos retirar o capítulo da moratória, de modo que fica mantida a atual regra da Lei nº 5.764, de 1971, em que a execução de dívidas segue as regras do Código de Processo Civil.

Ainda com o objetivo de conferir maior transparência na relação da cooperativa com seus credores, acrescentamos seção que trata dos crimes contra credores, como fraude, quebra de sigilo e desvio de bens das cooperativas, de forma similar ao capítulo de crimes da Lei de Falências. Esses dispositivos penais serão importantes para não deixar impunes os administradores que cometem irregularidades e desvios que acabam levando a cooperativa à bancarrota.

Por fim, seguindo o preceito regimental do art. 260, II, “b”, que estabelece que, na tramitação conjunta de projetos, terá precedência o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa, entendo que deve ser aprovado o PLS nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias. Entretanto, salientamos que, embora formalmente prejudicado, o PLS nº 153, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, é aproveitado em vários aspectos na redação do substitutivo proposto.

Em consequência, ficam prejudicadas as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CRA. Aliás, o mesmo vale para a Emenda nº 2-CRA, que, no mérito, está sendo contemplada em inúmeros dispositivos no substitutivo que apresento, sendo tão somente prejudicada pela forma como tratou do assunto, ao manter a Lei nº 5.764, que pretendemos revogar para criar uma nova legislação.

De qualquer forma, é fundamental destacar o extraordinário esforço de relatoria realizado pelo Senador Waldemir Moka na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que igualmente trouxe luz a vários temas que acabaram sendo incorporados neste parecer.

Por último, mas não menos importante, gostaria de ressaltar que a participação do Senador Eduardo Suplicy no debate sobre um novo modelo para as sociedades cooperativas, sobretudo apoiando as cooperativas da agricultura familiar e de economia solidária, configura-se em mais uma de suas contribuições fundamentais para o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito no País, com a presença que, aliás, sempre foi marcante em sua trajetória de defesa dos direitos humanos, das minorias e de uma maior igualdade social.

A prejudicialidade de seu projeto se dá por questão meramente regimental, já que de fato trabalhei no sentido de aprimorar ambas as proposições e apresentar, para o Senado e para o Brasil, a melhor solução para as sociedades cooperativas.

Voto.

Ante o exposto, opino pela aprovação do PLS nº 3, da forma do substitutivo a seguir, ficando prejudicados o PLS nº 153 e as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CRA.

Este é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Fica concedida vista coletiva. Esse assunto volta na próxima terça-feira.

Eu queria agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann. Este tema é complexo e merece um debate mais aprofundado. Por isso, peço licença ao Senador Eduardo Suplicy, porque sei que S. Ex^a tem muito a falar sobre o tema, mas que deixe para a próxima terça-feira, porque, na verdade, a segunda parte desta reunião será iniciada imediatamente, já que estava marcada para às 11 horas, para discutir, aqui, o relatório da indicação do Senador Vital do Rêgo para o Tribunal de Contas da União. De forma que peço ao Senador Eduardo Suplicy que a gente volte a esse tema na próxima terça-feira, porque, agora, imediatamente, vamos dar início à segunda parte.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 183, DE 2014

– Não terminativo –

Escolhe o Sr. Vital do Rêgo Filho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, Da Constituição Federal, e art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992.

Autoria: Líderes Partidários

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações: Convido o Senador Vital do Rêgo para compor à Mesa. (*Palmas.*)

Antes de passar a Presidência para o Senador Luiz Henrique, pois eu sou o Relator, faço questão de anunciar aqui a presença do nosso Ministro do STJ e do TSE Herman Benjamin, que construiu sua carreira em São Paulo, mas é paraibano de Catolé do Rocha. Queria saudar aqui o Conselheiro Jarbas Soares Júnior, do Conselho Nacional do Ministério Público; o Conselheiro Leonardo Carvalho; o Conselheiro Walter Agra; Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; nosso Ministro Bruno Dantas, que está aqui também, do Tribunal de Contas da União; o Brigadeiro Rui Mesquita, do Ministério da Aeroná-

tica; e vejo aqui o ex-Prefeito de Campina Grande, irmão do Senador Vital do Rêgo, Veneziano, que muito nos honra com sua presença.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu, muito brevemente, não posso deixar de agradecer a atenção da Senadora Gleisi Hoffmann, no parecer tão bem elaborado, em que ela levou em consideração as ponderações que as sociedades de economia solidária fizeram junto a ela. Então, a agradeço e opinarei mais a respeito na próxima reunião, mas quero desde já agradecer-lhe pela atenção dada ao tema. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Passo imediatamente a Presidência ao Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item 1 da pauta, nessa segunda parte da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos.

Tenho a honra de passar a palavra ao ilustre Relator, mas, antes, quero assinalar que, para mim, Senador Vital do Rêgo, é uma grande honra presidir este ato.

Na minha longa vida pública de 45 anos e 12 mandatos consecutivos, um dos privilégios que tive foi o de conhecer o seu pai, Deputado Vital do Rêgo, homem público por excelência. V. Ex^a trouxe para esta Casa o mesmo DNA, a mesma característica, a mesma personalidade, o mesmo caráter, a mesma seriedade no trato da vida pública.

Passo a palavra ao ilustre Relator, Senador Lindbergh Farias, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o ilustre indicado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, deixe-me explicar por que sou Relator. Na verdade, houve tantos pedidos de Senadores do PMDB, que, como não tinha como escolher, decidi na condição de paraibano, avocar a relatoria e apresentar este relatório.

Para mim, é um grande orgulho. Sou Senador pelo Rio de Janeiro, mas sou paraibano. Conheço a história de Vital do Rêgo, de sua família. Quero dizer que, para mim, como paraibano, é um grande orgulho apresentar este relatório e ver sua trajetória, no sentido de tornar-se, com certeza, Ministro do Tribunal de Contas da União.

Então, para mim, é uma grande honra e um orgulho tê-lo aqui, Senador Vital do Rêgo.

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 183, de 2014, que escolhe o Sr. Vital do Rêgo Filho para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992.

Cabe ao Colegiado, nos termos do art. 3º do Decreto Legislativo nº 6, de 22 de abril de 1993, instruir o PDS e sobre ele emitir parecer após a arguição pública do indicado.

A vaga para a qual foi escolhido o Sr. Vital do Rêgo decorre da aposentadoria voluntária do Ministro José Jorge de Vasconcelos Lima, concedida pela Presidenta da República em 17 de novembro de 2014.

A indicação do Senador Vital do Rêgo foi apresentada pelo Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira, e subscrita por diversas outras Lideranças. A proposição vem acompanhada do currículo do escolhido e dos documentos que comprovam o preenchimento dos requisitos constitucionais e legais exigidos para o ocupante do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Análise. A Constituição Federal de 1988 conferiu ao Tribunal de Contas da União (TCU) o importantíssimo papel de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo. As competências constitucionais privativas do Tribunal constam dos artigos 71 a 74 e 161, entre as quais estão apreciar as contas anuais do presidente da República; julgar as contas dos administradores públicos; realizar inspeções e auditorias; fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos; e apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais.

Além das atribuições previstas na Constituição, várias outras têm sido conferidas ao Tribunal por meio de leis específicas. Destacam-se entre elas as atribuições conferidas ao Tribunal pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Lei de Licitações e Contratos e, anualmente, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As competências constitucionais e legais atribuídas ao TCU indicam a importância do tribunal para democracia brasileira, como instrumento de controle externo. O tribunal atingiu um extraordinário patamar de amadurecimento institucional e granjeou, com todo merecimento, o respeito da sociedade brasileira.

De acordo com o art. 73 da Constituição Federal e com o art. 1º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, o escolhido para o cargo de Ministro do TCU deve preencher os seguintes requisitos: a) ser maior de 35 anos; b)

ser menor de 65 anos; c) ter idoneidade moral e reputação ilibada; d) possuir notório saber em matéria jurídica, contábil, econômica, financeira ou de Administração Pública; e e) haver exercido por mais de dez anos função pública ou atividade para a qual são exigidos os conhecimentos citados.

O Senador Vital do Rêgo Filho nasceu em 21 de setembro de 1963, contando 51 anos. Cumpre, portanto, o requisito objetivo da idade inscrito na Magna Carta.

Natural de Campina Grande, é conhecido em toda a Paraíba como Vitalzinho. Tem herança genética de grandes homens da política paraibana e de destaque nacional. Seu avô materno, Pedro Moreno Gondim, foi Deputado Federal, Estadual e governador. Seu avô paterno, Veneziano Vital do Rêgo, foi Deputado Estadual por várias legislaturas em Pernambuco. Seu pai, Antônio Vital do Rêgo – até hoje eu não conheci outro orador igual a ele –, jovem, na Paraíba, foi Deputado Federal. Sua mãe, Ozanilda Gondim Vital do Rêgo, é Deputada Federal. Seu irmão, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, foi prefeito eleito em 2004 e reeleito em Campina Grande em 2008, agora Deputado Federal eleito.

No que diz respeito à sua formação acadêmica, o indicado tem formação multidisciplinar, pois é graduado em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFP), e em Direito, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Além de médico e advogado, o indicado é também professor concursado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde leciona a Cadeira de Direito Eleitoral.

Ao lado da sólida formação acadêmica obtida, complementada por diversos cursos, o indicado destaca-se pela sua atuação política. Foi eleito pelo Estado da Paraíba para exercer o mandato de Senador nas 54ª e 55ª Legislaturas (2011-2019). Antes disso, porém, já fora vereador do Município de Campina Grande (1989-1995); Deputado Estadual por três vezes consecutivas (1995-2007); e Deputado Federal (2007-2011).

No Parlamento brasileiro exerceu diversas e relevantes funções, dentre as quais destacamos a titularidade da Corregedoria do Senado e a presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamento e Fiscalização e Controle (CMO). Desde 2013, preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O indicado tem trabalhado incansavelmente para assegurar a efetiva realização da função fiscalizadora do Senado Federal. Nessa condição, presidiu diversas comissões parlamentares de inquérito, tanto no Senado Federal quanto no Congresso Nacional.

Como Senador, o indicado destaca-se pela relatoria de diversos projetos de relevo, notadamente na área de controle da Administração Pública, Direito Penal, Direito Processual Civil e finanças públicas.

Vital do Rêgo Filho recebeu diversas comendas e honrarias, todas elas indicadas em seu currículo, entre as quais homenagem do Conselho Federal de Medicina; comenda da Associação dos Delegados da Polícia Federal; comenda da Ordem do Mérito Militar do Exército Brasileiro; medalha da Ordem do Mérito Naval; comenda da Ordem do Mérito do Trabalho Judiciário e medalha comemorativa dos 70 anos da consolidação das leis trabalhistas, ambas concedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os conhecimentos jurídicos adquiridos na academia foram empregados e aprimorados ao longo de sua carreira de 25 anos como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República. Nessa longa trajetória, trabalhou na produção de leis municipais, estaduais e federais, inclusive as relativas à Administração Pública, compreendendo, entre outras, matérias relacionadas aos servidores públicos, licitações e contratos, tributação, finanças e fiscalização de atos administrativos.

Demonstradas ficam, então, a experiência profissional, a formação técnica adequada e a afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como dos requisitos previstos no art. 73 da Constituição Federal.

Finalmente, registramos que o indicado remeteu todos os documentos exigidos nos termos do art. 1º do Ato nº 2, de 2011, da CAE, e do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Grande personalidade de Campina Grande, na minha querida Paraíba, Vital do Rêgo Filho é um homem do diálogo, para quem a diversidade de opinião é da essência da vida democrática e o ponto de partida para os avanços institucionais, o que é reconhecido por todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores. Tanto é assim que foi o único nome indicado para ocupar a vaga do Senado no Tribunal de Contas da União (TCU).

Além de atender aos requisitos constitucionais, o indicado reúne o saber técnico e a sensibilidade política indispensáveis ao cargo de Ministro da mais alta Corte de Contas do País. Estou certo de que cumprirá com dignidade a fundamental missão de proteger o patrimônio público e assegurar a correta e eficiente aplicação dos escassos recursos dos contribuintes.

Em face do exposto, e por ser o Senador Vital do Rêgo Filho nacionalmente conhecido, acreditamos que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação para o Tribunal de Contas da União.

Antes de devolver a palavra ao Presidente, Senador Luiz Henrique, eu faria o apelo – o Senador Vital do Rêgo foi o único nome indicado para essa vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União – para que a gente

já passasse à outra fase, da sabatina, e à votação no dia de hoje, até porque temos poucas reuniões da CAE – faltam duas reuniões. Acho que esse seria um bom encaminhamento para esta reunião.

Parabéns, Senador Vital do Rêgo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Relator Lindbergh Farias.

A Resolução nº 41, de 2013, estabelece que será concedida, automaticamente, a vista coletiva aos membros da Comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal.

No entanto, a tradição deste Parlamento é de que o Plenário é sempre soberano para adotar decisão diversa da norma regimental.

Nesses termos, consulto o Plenário se dispensamos essa disposição regimental.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam com a dispensa permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao ilustre indicado, Senador Vital do Rêgo Filho, para a sua exposição.

Antes, porém, quero salientar que o Ato nº 2 desta Comissão, aprovado em 2011, estabelece: “O processo de votação secreta do nome do indicado iniciará somente após arguição da autoridade pelos membros da Comissão”.

Há vários Srs. Senadores e Sras Senadoras inscritos, mas o ato da Mesa estabelece que, salvo se, em caráter excepcional, for decidido de forma contrária pela Comissão.

Pergunto, pois, se, após a palavra do ilustre indicado, poderemos iniciar o processo de votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Concedo a palavra ao ilustre Senador Vital do Rêgo Filho.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Quero saudar, inicialmente, o Presidente em exercício desta Comissão, Senador Luiz Henrique, meu fraterno amigo, referência de homem público não apenas para Santa Catarina, mas para o Brasil, um homem a quem, ao aqui chegar, me apresentei como filho de Vital do Rêgo.

E foi com essa herança bendita e é com esse sentimento de saudade, Senador Armando, que venho a uma reunião diferente. Quantas vezes eu me sentei na cadeira reservada hoje ao Presidente Lindbergh e ao Presidente Luiz Henrique? Agora, estou aqui para, com meus colegas há quatro anos, com meus amigos, com homens e mulheres com quem aprendi a conviver numa relação harmoniosa e salutar para o País, apresentar-me aos senhores.

Quero saudar o meu Relator. Com um gesto de paraibanidade próprio das nossas raízes, próprio daqueles que amam, daqueles que se sentem solidários em causas comuns, o Senador Lindbergh, contrariando o desejo de muitos colegas do PMDB e de fora dele, Senador Eunício, Senador Braga, Senador Gim, Senador Raupp, avocou essa missão para ele, Relator, que poderia ser fácil como expressa o seu relatório. No entanto, para mim, ao fazê-lo, ele entra novamente na minha história de vida: colegas, jovens em Campina Grande e João Pessoa, famílias comuns, nos encontramos aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado, Lindbergh, por seu relatório.

Quero cumprimentar as autoridades, as autoridades já mencionadas, mas faço questão de fazê-lo, por força das suas presenças, que, muito mais do que a mim, mas à história que estamos percorrendo no Senado, atestam este grande momento de emoção.

Ao Ministro Herman Benjamin, paraibano como eu, como Lindbergh, do Superior Tribunal de Justiça e do TSE, uma das figuras notáveis da Justiça brasileira; ao meu amigo, que pude ter a honra de sabatar no Conselho Nacional do Ministério Público, Jarbas Soares Júnior; ao meu queridíssimo amigo Leonardo Carvalho, também Conselheiro do CNMP; ao Conselheiro paraibano Walter Agra, companheiro de grandes jornadas; ao meu irmão e amigo, Presidente da Associação dos Procuradores da República, Alexandre Camanho; ao Brigadeiro Rui Mesquita, que vem representando o Ministério da Aeronáutica.

E, em nome do Tribunal, está aqui um Ministro da Casa, um Ministro que saiu recentemente, há menos de seis meses, do nosso convívio, para irradiar com luz, com sabedoria, com espírito público, com competência, em nome do Congresso Nacional, mais um espaço importante na sua vida: ao Ministro Bruno Dantas, que tive a honra de ser seu Relator na sabatina, meu abraço fraterno. Leve aos Srs. Ministros, companheiros da Casa, o meu mais absoluto respeito.

É uma honra, senhoras e senhores. Cumprimento os meus familiares...

(Soa a campanha.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...a minha esposa, Vilalba, aqui presente, solidária, parceira; o meu Líder e querido irmão, Deputado Federal eleito, Veneziano Vital do Rêgo; o meu filho, Vital do Rêgo Neto. É uma satisfação muito grande poder vê-los aqui na minha Casa, na minha Casa, na minha Comissão, nos encontros com os meus amigos, companheiros, Parlamentares.

É uma honra ser sabatinado pelos senhores, Senador Pimentel. Aqui, não preciso me apresentar para aqueles que já me conhecem, alguns antes mesmo da minha chegada ao Senado. Mas, para aqueles que não conheceram a minha trajetória, com base em uma vocação política herdada dos meus pais e avós, que me levou desde os 25 anos de idade, depois de concluir os cursos de Medicina e de Direito, a galgar pelo voto popular todos os cargos disponíveis no Parlamento, Senador Ivo: Vereador por dois mandatos, Deputado Estadual por três mandatos, Deputado Federal e, agora, Senador da República.

E 26 anos depois, Senador Moka, por esta mesma democracia representativa, meu querido irmão Vicentinho, estou sendo escolhido, ungido pelas Lideranças da Casa para representar o Senado e o Congresso Nacional na mais alta Corte de Contas do País, o centenário Tribunal de Contas da União, Senadora Vanessa. Distinguido pela indicação de diversos Líderes Parlamentares, a partir do meu Líder, meu amigo leal, companheiro, Senador Eunício Oliveira, passando pelo Líder do Bloco União e Força, Senador Gim Argello, por Líderes de diversos partidos – Partido dos Trabalhadores, PSB –, Senador Dornelles, Senador Valadares, aqui representando...

É uma Casa que já abrigou ilustres paraibanos: Vergniaud Wanderley, José Pereira Lyra e João Agripino Maia.

Aprendi muito com os senhores e tenho procurado dignificar a representação dos paraibanos nesta Casa ocupando espaços importantes, apresentando propostas legislativas ou abraçando causas no plenário do Senado, sempre convicto de que, com trabalho, diálogo, convencimento, ofereceremos respostas, Senador Benedito de Lira, aos desafios que a sociedade tanto reclama, sem abdicar dos meus conceitos éticos e morais.

Recebi esta indicação como coroamento de uma história de vida no Parlamento. E espero, com o apoio das Sras e dos Srs. Senadores, Senadora Gleisi, levar ao TCU o sentimento de uma sociedade sedenta dos avanços que os órgãos de controle se propõem fazer, com a transparência na fiscalização das contas públicas, fazendo com que os recursos do povo sejam cada vez mais bem aplicados.

Desejo, com os meus pares, se for escolhido pelos senhores, ser a ponte permanente de integração da Corte de Contas com o Congresso Nacional, igualmente responsável, ou Líder responsável pelo controle externo das instituições, contribuindo para a máxima eficácia das nossas funções e responsabilidades constitucionais, que são realizar o exercício fiscalizatório, Senador João Vicente, com viés normativo, baseado em métodos repressivos, mas, acima de tudo – grifo meu – acima de tudo, buscando os avanços preventivos e resolutivos que possam garantir ao País a boa governança.

O Constituinte foi sábio ao ampliar os limites do controle, mas ainda estamos muito distantes do ideal. Esse controle é fundamental na relação entre o Estado e a sociedade, contribuindo para a garantia do regime democrático e tornando-se um instrumento gerencial de aperfeiçoamento da gestão pública, que deve estar permanentemente em sintonia com os interesses da sociedade.

Somos um país continental, com gestores públicos constituídos nos mais diversos lugares, onde muitos, ou a maioria deles são desassistidos tecnicamente, sem ao menos contar com um advogado ou um contador, e submetidos à mesma rigidez normativa aplicada aos grandes Municípios, estes, sim, capazes de compor expressivas equipes com capacidade técnica para fechar suas contas, Senadora Lúcia Vânia.

A linguagem sempre utilizada nos relatórios é de difícil assimilação pela população, em geral destinatária do trabalho final, de transparência das contas públicas, desenvolvido pelo Tribunal. Há muito pouca divulgação, Ministro Bruno, dos trabalhos das auditorias. São gargalos procedimentais que precisam, devem e não de ser vencidos.

No enfrentamento desta realidade, temos à disposição ferramentas constitucionais, queridíssimo Moka, para estimular a participação popular no exercício do controle externo, dentre as quais posso citar a que considero a melhor de todas: a transparência, remédio cuja composição agrega os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade e da eficiência, na forma do art. 37 da Constituição Federal, que, combinados com a impessoalidade e eficiência e com a tecnologia da informação, serão capazes de criar um cenário novo de protagonismo para a população.

O TCU – e quero fazer uma saudação – tem uma excelente equipe técnica, Paulo, assim como nós, Senadores, temos os nossos valiosíssimos consultores, a quem quero saudar na pessoa do Consultor Jayme Santiago. São consultores que nos auxiliam com competência em todas as áreas das atividades parlamentares.

Essa equipe técnica do TCU deve ser valorizada por todos da Corte, para que tenham ferramentas que nos possam permitir, aos Srs. Ministros, continuar prestando um serviço eficiente de suporte e, consequente-

mente, fazer com que o trabalho final do tribunal seja apresentado com a qualidade e a transparência esperadas pela sociedade.

A fiscalização dos recursos públicos, de responsabilidade do Tribunal de Contas da União, não se deve restringir aos aspectos legais e contábeis previstos no art. 71 da Constituição, mas deve ir além, buscando avaliar a eficiência e a efetividade das ações governamentais.

Ou seja, Senador Raupp, ao tribunal importa o resultado das políticas públicas. Ao tribunal deve importar o resultado das políticas públicas, agindo com ações preventivas e resolutivas no curso do processo que esteja comprometendo a eficácia da ação administrativa.

O Brasil precisa de um pacto pela governança em todas as suas esferas de governo, e o controle externo deve ser o grande indutor para a viabilização desse pacto. Essa conduta já vem sendo adotada, com resultados significativos, pelo TCU. Vi, no relatório de atividades, que o TCU concluiu, em 2013, ações de controle prévio que evitaram prejuízos de quase R\$20 bilhões, Senador Flexa Ribeiro; em 2012, de R\$12 bilhões; em 2011, de R\$14 bilhões. Tudo isso foi feito pelo controle prévio ou concomitante. Essa estratégia de sucesso, Governador Wellington Dias, meu caro Senador, deve ser aperfeiçoada permanentemente pelo tribunal.

Devo dizer aos meus queridos colegas – e já caminho para encerrar – que, caso eu seja escolhido para essa nova função, serei um permanente escravo dos princípios que regem a Constituição Federal e o exercício da Magistratura, sem deixar de colaborar com o aperfeiçoamento dos mecanismos de aplicação de políticas públicas em nosso País, no limite da competência constitucional do tribunal, sem interferir nas prerrogativas de elaboração dessas políticas de responsabilidade do Poder Executivo e do nosso Poder, o Poder Legislativo, mas buscando sobremodo interpretar o pensamento do legislador.

Com relação ao controle externo dos tribunais de contas, sou autor da PEC nº 28, de 2007, que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, matéria que aguarda decisão plenária da Câmara dos Deputados. Sou favorável à criação desse conselho, inspirado nos modelos de sucesso do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de forma a estabelecer também nos tribunais de contas uma forma de controle sobre os seus atos.

Trago, por derradeiro, um conceito, que li há algum tempo, do Ministro Marcos Vilaça. Eu memorizei esse conselho, Senador Blairo Maggi, porque ele traz e traduz uma linguagem médica do nosso pernambucano, do nosso conterrâneo, o Ministro Marcos Vilaça, tão ligado ao Ministro, Senador Armando Monteiro. Marcos Vilaça dizia – e, para mim, esta é a síntese desta explanação – que o TCU tem de priorizar a realização de biopsias, para melhorar a saúde da Administração Pública, em vez de necropsias, nos procedimentos de baixa resolutividade. Há biópsias e necrópsias.

Finalizando esta breve exposição, submeto aos meus Pares, aos meus honrados Pares, o meu nome. Coloco-me à inteira disposição para responder às perguntas das Sras Parlamentares e dos Srs. Parlamentares.

Antes, Senador José Agripino, faço uma derradeira, uma última saudação – esta foi a minha imagem primeira na manhã de hoje – a um homem que não está aqui presente fisicamente, mas que tinha como sonho de sua vida encerrar a sua extraordinária carreira política no Tribunal de Contas da União.

Chegou até a apresentar seu nome à Câmara dos Deputados, e não conseguiu. O destino me fez estar aqui, no seu lugar, não o substituindo, porque ele é insubstituível.

No seu leito de morte, eu dizia a mim e a todos os colegas médicos: “Ele sempre foi primeiro e único e o será para sempre.”

Quero saudar meu pai, Vital do Rêgo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Encerrada a exposição do ilustre Senador Vital do Rêgo, passaremos à arguição pelos Srs. Senadores e Sras Senadoras, obedecendo à ordem de inscrição, tendo cada Senador três minutos para as perguntas.

Antes, porém, gostaria de convidar à Mesa, com muita honra, o Senador Armando Monteiro, que acaba de ser designado Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. (*Palmas.*)

Comunico que, de acordo com deliberação já adotada pelo Plenário desta Comissão, está iniciado o processo de votação.

Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Valdir Raupp, Presidente do meu Partido.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique e Senador Lindbergh, que estão aí revezando a presidência desta Comissão de Assuntos Econômicos; indicado para o Tribunal de Contas da União, Senador Vital do Rêgo Filho; Sras e Srs. Senadores, demais Parlamentares, Deputados aqui presentes, ministros, convidados, creio que não teríamos muito o que acrescentar depois do relatório brilhante do Senador Lindbergh Farias, da fala do Presidente Luiz Henrique, da exposição do nosso querido Senador Vital do Rêgo e futuro Ministro do Tribunal de Contas da União. Apenas com palavras não poderíamos descrever as qualidades do Senador Vital do Rêgo, qualidades essas que, como bem disse, herdou de família, de berço,

do seu querido pai. Neste momento, além de estar se dispondo a ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União, está realizando um sonho do seu querido pai.

Hoje, eu diria que estou com um misto de alegria e de tristeza. Alegria por V. Exª estar ocupando um cargo tão importante, como é o de Ministro do Tribunal de Contas da União, e um pouco de tristeza por estar nos deixando. Eu tenho certeza de que V. Exª vai fazer como o Bruno Dantas e tantos outros, que saíram daqui, mas sempre estão voltando.

Sua permanência vai ser longa, pela sua juventude; sua permanência, certamente, será longa no tribunal, talvez mais de 20 anos, mas não tenho nenhuma dúvida de que V. Exª exercerá sua missão com seriedade, com retidão, com dinamismo, como é praxe de V. Exª, nos julgados do Tribunal de Contas da União.

Encerro aqui a minha fala, Senador Vital, desejando-lhe muito sucesso. Que Deus possa iluminá-lo, abençoá-lo, como tem iluminado em todos os cargos que V. Exª ocupou até o momento, não só no mandato de Senador da República, mas exercendo funções importantes, como a de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e tantas outras relatorias e presidências V. Exª ocupou, nesse curto espaço de tempo, aqui no Senado Federal.

Que Deus lhe dê vida longa e sabedoria para continuar servindo o nosso País, o nosso Brasil.

Muito obrigado.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao ilustre representante de São Paulo, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique.

Prezado Senador Vital do Rêgo Filho, V. Exª tem muito honrado o seu mandato, o povo da Paraíba e, à frente da Comissão de Constituição e Justiça, à frente das comissões parlamentares de inquérito, V. Exª tem realizado um trabalho que certamente fez com que todos nós pudéssemos confiar na sua pessoa para designá-lo para tamanha missão, a qual, nas circunstâncias presentes, aumenta ainda mais de importância.

V. Exª aqui ressaltou, e eu estou de pleno acordo: a transparência é fundamental. A transparência em tempo real é a melhor maneira de prevenir irregularidades em qualquer setor da Administração Pública. Que bom que V. Exª assim pensa e poderá, com essa diretriz, sugerir à Administração Pública que venha a tomar precaução para evitar, prevenir problemas tais como os que nós temos visto, seja na Petrobras, seja em outras empresas públicas.

Ainda no dia 21 de novembro de 2014, o empresário Ricardo Semler, presidente da Semco, escreveu um artigo na *Folha de S. Paulo* – “Nunca se roubou tão pouco” – que ele inicia assim:

Nossa empresa deixou de vender equipamentos para a Petrobras nos anos 70. Era impossível vender diretamente sem propina. Tentamos de novo nos anos 80, 90 e até recentemente. Em 40 anos de persistentes tentativas, nada feito.

Ele aqui – possivelmente, V. Exª leu esse artigo, que teve grande repercussão – coloca que é importante todos nós, no dia a dia, contribuímos para que esses episódios de corrupção não se repitam.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas eu gostaria de lhe perguntar: como Ministro do Tribunal de Contas da União e tendo em conta toda a sua experiência, inclusive para apurar os fatos que preocuparam toda a população brasileira, seja no âmbito da Petrobras, seja no de outros, que recomendações tem V. Exª para sugerir às empresas públicas brasileiras a fim de que tomem atitudes, normas, diretrizes que possam, efetivamente, se não extinguir inteiramente, mas contribuir para muito acabar com processos de corrupção que têm preocupado a todos nós brasileiros?

Muito boa sorte a V. Exª e que tenha muito sucesso em sua nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Concedo a palavra ao ilustre Senador, pelo Espírito Santo, Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Permita-me, Sr. Presidente, cumprimentá-lo pelo encaminhamento; cumprimentar os nossos dois presidentes. O nosso Presidente encaminhou a forma expedita de deliberarmos sobre este tema, aqui nesta Comissão, com o propósito, inclusive, de, ao final, quem sabe, deliberarmos sob regime de urgência, para que, ainda hoje, o Plenário do Senado possa decidir sobre a indicação de S. Exª o Senador Vital do Rêgo para se constituir em Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas da União.

Eu inicio aqui a minha manifestação, associando-me, evidentemente, ao Senador Eunício Oliveira, que, na condição de nosso Líder, encaminhou essa propositura.

Eu não a assinei, não fui um dos tantos Senadores que a consignou, porque estava em missão parlamentar no exterior. Mas, se aqui estivesse, evidentemente, teria consignado essa indicação feita pelo nosso Líder Eunício Oliveira, porque ela traz, no seu conteúdo, no seu escopo, as premissas que deve reunir um homem público para representar o Senado brasileiro, para representar a sociedade brasileira. Ao fim e ao cabo, é isso que faz um juiz, um ministro do Tribunal de Contas da União.

Eu o faria com muita alegria e com muito prazer, porque, com o Senador Vital do Rêgo, já comemos um saco de sal grosso, ao longo desse período em que convivemos aqui no Senado da República. E conhecemos a sua dedicação, a forma equilibrada, a forma justa, a forma republicana com que atuou nos mais diversos assuntos, que, ao longo desses quase quatro anos, tivemos de enfrentar aqui, no Senado da República.

V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo, vai colher o coroamento daquilo que plantou, não apenas ao longo da sua vida pública como Senador da República, mas como Deputado Federal, como Deputado Estadual, como homem público da Paraíba. De modo que, para mim, será uma alegria poder aprovar a indicação de V. Ex^a, na convicção e na certeza de que saberá conduzir esse ministério com elevação, com dignidade e, sobretudo, com o papel de magistrado que V. Ex^a passa a ter.

E é nessa dimensão que eu, evidentemente, tomo de V. Ex^a a opinião sobre um projeto que nós apresentaremos aqui nesta Casa, um projeto que tem por objetivo sustar os efeitos do Decreto nº 2.745, de 27 de agosto de 1998, que instituiu procedimento licitatório simplificado junto à Petrobras. Esse decreto foi constituído ainda lá em 1998, para ser utilizado de maneira excepcional. E aquilo que era exceção virou regra. Aí nós temos um conjunto de desdobramentos que, nas últimas semanas e nos últimos meses, chamam a atenção da sociedade brasileira pela utilização descabida com que a Petrobras fez uso desse expediente, transformando exceção em regra, nas mais diversas contratações, quais sejam a construção do Comperj, no Rio de Janeiro; da Refinaria Abreu e Lima; dos procedimentos em relação à aquisição da Refinaria de Pasadena.

Enfim, aquilo que era exceção virou regra de utilização, e isso produziu um conjunto de consequências.

E é preciso que se considere que, no tempo, o Tribunal de Contas da União tem atuado preventivamente para sinalizar ao Estado brasileiro, na dimensão de Estado brasileiro, que não é de propriedade ou que não pode ser apropriado por qualquer um de nós, sejam partidos, sejam políticos ou quem quer que seja. E todos esses encaminhamentos preventivos feitos pelo Tribunal de Contas da União, se considerados, poderiam eliminar um conjunto de desvios e delinquências que estamos observando na conjuntura da vida pública brasileira.

Gostaria de ouvir V. Ex^a com relação a esse tema que é do seu domínio, porque é homem formado em Direito e, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pôde, em muitos momentos, deliberar sobre conflitos dessa natureza e mediá-los.

Então, a indagação que faço a V. Ex^a é se não chegou o momento de aprovarmos nesta Casa um decreto legislativo sustando os efeitos desse decreto presidencial que pode estar no centro, no núcleo de um conjunto de problemas – para dizer o mínimo – que nós estamos enfrentando na vida pública brasileira neste momento.

No mais, cumprimento V. Ex^a e lhe desejo aquilo que o Senador Raupp já o fez: sabedoria – foi o que Salomão solicitou para que pudesse continuar –, para que possa continuar orgulhando seu Estado da Paraíba e todos aqueles que confiaram em V. Ex^a, como nós, na certeza de que vai exercer um mandato no Tribunal de Contas da União com muita dignidade, como o fez em todos os mandatos em que teve a confiança e a delegação da população do importante Estado da Paraíba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a palavra do ilustre Senador Ricardo Ferraço.

Concedo a palavra à representante do Estado de Goiás, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu querido Senador Vital, eu quero cumprimentá-lo e dizer da nossa confiança, pelo seu trabalho, pela sua trajetória.

Com base no que já acompanhamos dessa trajetória, sua atuação na Comissão de Justiça, nós não temos dúvidas de que V. Ex^a será um grande Ministro no Tribunal de Contas da União.

Gostei muito da exposição de V. Ex^a quando tratou aqui de questões importantes dentro do tribunal, como, por exemplo, a necessidade de decodificar as ações, as recomendações do próprio tribunal, para que o gestor público, o agente público possa ver a profundidade daquelas análises que nós entendemos de grande importância para a correção de rumos.

Também quero destacar aqui a sua fala, quando também propõe reforçar as ações preventivas. Nós sabemos que, reforçando essas ações preventivas, nós vamos evitar que uma obra seja paralisada e que seus custos se tornem maiores do que o sobrepreço que ela apresenta.

Quanto à necessidade de resolutividade das ações, eu acho que é o seu sentimento de praticidade e de experiência política que leva a essa pontuação que considero muito importante na sua fala.

Por fim, apenas faço um questionamento. Quero saber o que V. Ex^a acha do RDC (Regime Diferenciado de Contratação), o regime especial de licitação que foi tão utilizado na Copa do Mundo. Diante de tanto sobrepreço nas obras, nós queríamos saber o que V. Ex^a acha: se esse é o caminho que devemos trilhar, uma vez que, mesmo com a licitação mais profunda, mais especificada, nós temos esses grandes desvios.

A simplificação dessa licitação não seria um caminho para chegarmos àquilo que o Senador Ferraço já colocou aqui em relação à Petrobras, cuja licitação foi flexibilizada? No entanto, hoje, nós temos resultados que escandalizam a Nação.

Portanto, eu gostaria de saber de V. Ex^a o que pensa de universalizar o regime de licitação diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia e concedo a palavra ao representante do Estado de Sergipe, ilustre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, Ministro Vital do Rêgo, V. Ex^a vai ocupar, sem dúvida alguma, uma função de muito destaque na República do Brasil. Já exercia, como Senador, um mandato brilhante, com muita competência, idealismo, coragem e devotamento à causa pública. Na Comissão de Justiça, posso dar o meu testemunho, V. Ex^a agiu com muita eficiência, com muita imparcialidade, transferindo responsabilidades a todos os membros daquela comissão para o bom desempenho dos nossos trabalhos, o que configura a capacidade rara de um homem público para o exercício de atribuições tão importantes que lhe foram delegadas pelo povo da Paraíba.

Acho que V. Ex^a estará em bom lugar, embora o Senado vá ressentir-se da sua falta, porque V. Ex^a é “pau para toda obra”. Está sempre à frente das grandes causas, relatando grandes projetos, presidindo comissões importantes. Mas lá, sem dúvida, o Senado se sentirá representado, não só o seu Estado da Paraíba, que muito o admira, mas todos os seus colegas que daqui participam e que acompanham o seu trabalho, pois sabem que lá, no Tribunal de Contas da União, a sua presença será edificante. Com a sua experiência, conhecimento e preparo, haverá de contribuir para o aperfeiçoamento das atividades daquele órgão que tem uma importância fundamental no controle e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, como órgão auxiliar do Poder Legislativo.

De forma que V. Ex^a tem todos os méritos para estar no Tribunal de Contas da União, como teve todos os méritos reconhecidos pelo povo da Paraíba para chegar ao Senado Federal.

Conta, portanto, com o meu apoio entusiástico, a minha admiração e o meu respeito. Acima de tudo, Senador Vital do Rêgo, que Deus o cubra de graças no exercício dessa função! Que Deus o ajude. Tenho certeza de que V. Ex^a se sairá bem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao meu Líder, representante do Estado do Ceará, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Meu caro Presidente Luiz Henrique, meu querido companheiro Vital do Rêgo, com quem tive o privilégio de dividir a Liderança do PMDB, ainda na Câmara dos Deputados, quando éramos Deputados, e que tive aqui também o privilégio de, como Líder, poder ter indicado para ser Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para ser relator e presidente de CPLs, para ser relator da LDO. E V. Ex^a sempre exerceu todas essas funções com eficiência, com dedicação e com espírito público.

Tive eu, como Líder do PMDB, o privilégio de fazer a sua indicação como primeiro subscritor e autor do projeto de decreto legislativo para que V. Ex^a se tornasse aqui candidato e, se Deus quiser, mais tarde, eleito pelos nossos Pares, Ministro do Tribunal de Contas da União.

Quero dizer a V. Ex^a e ao Brasil que nós perdemos aqui um grande companheiro de Bancada e um grande companheiro de Partido, porque V. Ex^a, como Ministro, não poderá mais ter filiação partidária. Perde esta Casa um grande e eficiente Líder e um grande Senador, mas ganha o Tribunal de Contas da União um ministro eficiente e o Brasil, um fiscal mais eficiente ainda do interesse público do Brasil.

Portanto, eu não tenho perguntas a fazer a V. Ex^a. Quero apenas dizer ao Brasil que hoje nós estamos fazendo aqui um ato verdadeiro de colocar um companheiro que, como disse o Senador Ricardo Ferraço, já comeu, com muitos de nós aqui, mais de um litro de sal, como dizemos no Nordeste brasileiro. E, com certeza, como honrou todos os mandatos parlamentares que recebeu da vontade popular, V. Ex^a vai honrar muito o mandato de Ministro do Tribunal de Contas que seus Pares entregam, neste dia de hoje, em suas mãos.

Que Deus o abençoe nesta nova caminhada. Parabéns por ver aqui que todos os Senadores, ao se manifestarem, quase não têm perguntas para fazer a V. Ex^a, por todos sabermos do conhecimento que tem V. Ex^a sobre as questões do interesse público do Brasil.

Muito obrigado.

Boa tarde.

Que Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Eunício Oliveira.

Concedo a palavra à representante do Estado do Paraná, a ilustre Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Também uso da palavra para cumprimentar nosso colega, nosso companheiro, o Senador Vital do Rêgo, nosso Presidente da CCJ, a quem quero muito agradecer pela convivência, pelo carinho e, sobretudo, pela clareza nos encaminhamentos de projetos, muitas vezes, difíceis, projetos complexos e polêmicos. V. Exª sempre arbitrou muito bem na CCJ o encaminhamento desses projetos.

Eu tenho certeza, Senador, de que será um grande Ministro no Tribunal de Contas da União, juntando-se ao nosso Ministro Bruno Dantas, que está aqui e a quem saúdo também.

Quero aproveitar para saudar sua família e para parabenizá-los por essa indicação, uma grande indicação do Senado. Tenho certeza de que não nos furtaremos da sua convivência. Será um Ministro que terá muita relação com esta Casa.

Eu teria um pedido a fazer a V. Exª. Na realidade, é um pedido que penso ser importante para todo o Brasil. Nós estamos há mais de um ano e meio com o nosso processo de licitação dos portos brasileiros. Já conseguimos liberar vários portos privados, e os portos públicos ainda estão sob análise do Tribunal de Contas da União. Eu concordo que aquela corte tem de analisar os procedimentos, se antecipar, avaliar, mas aquela corte não pode segurar o processo por mais de um ano, com uma política já decidida por este Congresso Nacional, uma política definida por um Governo eleito.

Então, faço um pedido a V. Exª, um apelo, para que V. Exª possa intervir nesse processo e para que ele possa andar. Que ele possa ter pelo menos uma decisão, favorável ou contrária ao modelo que foi encaminhado ou a quesitos do modelo que foi encaminhado, mas o Tribunal precisa manifestar-se a esse respeito.

Eu tenho muito respeito ao Tribunal de Contas da União, mas ele é um órgão auxiliar do Poder Legislativo e não é um órgão formulador de políticas públicas. Então, é importante que ele faça, sim, as orientações, faça a política preventiva, mas que não substitua as responsabilidades constitucionais de todos os órgãos e instituições.

Por fim, Senador Vital do Rêgo, dialogando com a minha colega Senadora Lúcia Vânia, eu queria dizer que o RDC não foi responsável por nenhum sobrepreço de obras na Copa do Mundo, até porque nós não utilizamos o RDC para construção dos estádios, que foi objeto de críticas muito grandes, inclusive aqui no Congresso, pela alteração de preços. Todos os estádios foram, com exceção do de Brasília, feitos pela iniciativa privada e, portanto, não pelo Poder Público.

Para o estádio de Brasília, que foi feito pelo Poder Público, foi utilizada a Lei de Licitações, a Lei nº 8.666. Nós utilizamos o RDC para obras posteriores, como as obras dos aeroportos, que, na realidade, se mostrou mais ágil e com grande economia para o setor público.

Então, eu queria, também, pedir a V. Exª, que acompanhou, nesta Casa, esses debates sobre o regime diferenciado de contratação, que seja uma das vozes junto àquele Tribunal para que a gente agilize e melhore o processo licitatório no Brasil. A Lei nº 8.666 não é nenhuma garantia de que não haja problemas, desvios ou malversação. E, muito pelo contrário, também não é uma garantia de qualidade das obras.

Portanto, acho que nós temos que avançar. Esta Casa já tem um projeto que está para ser votado no Plenário do Senado, de relatoria da Senadora Kátia Abreu, e penso que nós temos que avançar.

Então, tenho certeza de que V. Exª, com a vivência que teve nesta Casa, conhecedor da realidade de governo, vai poder nos ajudar muito naquela Corte.

Que Deus o ilumine!

Boa sorte e que V. Exª tenha uma gestão muito profícua em favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra ao ilustre Líder do Governo, representante do Estado do Amazonas, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente Luiz Henrique, nosso querido Senador Vital do Rêgo, nosso amigo, nosso companheiro de Partido, nosso Relator Lindbergh, que destacou a sua relação com a Paraíba.

Eu, primeiramente, gostaria de cumprimentar o amigo, o companheiro Vital do Rêgo. Sei o quanto o companheiro e amigo Vital do Rêgo ponderou, pensou e repensou em tomar essa decisão de aceitar esse desafio de representar o Senado da República, de, portanto, representar a República brasileira na Corte de Contas da União.

Não foi uma decisão fácil, mas creio que V. Exª, que conhece o Parlamento brasileiro, que conhece as vicissitudes da Administração Pública brasileira, porque não é fácil, hoje, no Brasil, enfrentar os desafios da administração... Eu comentava, ainda há pouco, aqui, com o Senador Blairo, o quanto o Brasil tem mudado, e, em alguns aspectos, mudado para pior, na relação da Administração Pública, dos controles externos, dos contro-

les de transparência, e de como a sociedade brasileira tem visto, cada vez mais, com surpresa, tudo que tem acontecido recentemente.

Sei que a decisão não foi fácil, sei que a história política de V. Ex^a e da sua família é longa, mas sei, também, que V. Ex^a tem na sua família e nos seus correligionários lá na Paraíba grandes companheiros para poder continuar a história de luta e a história política construída pelo PMDB e por Vital do Rêgo, seu pai, naquele Estado.

Quero, portanto, cumprimentá-lo pela decisão. Acho que ganha o Tribunal de Contas da União, ganha a representatividade do Senado no Tribunal de Contas da União. V. Ex^a se somará a outros companheiros que já representam o Senado naquela Casa, como é o caso do Ministro Bruno Dantas e do Ministro Carreiro, mas V. Ex^a traz algo que ambos não construíram ao longo da sua vida, que é a relação com o voto direto, com a democracia direta, com a demanda direta, pela história de mandatos de V. Ex^a e pela história de relação de V. Ex^a com o povo nordestino, um povo sofrido, carente de tantos investimentos e carente de tantas políticas públicas que possam fazer com que as regiões mais excluídas do Brasil possam ter inclusão através das políticas públicas e das políticas do Governo Federal e das diferentes esferas públicas.

Portanto, quero dar um abraço no companheiro! Mais do que indagar, mais do que fazer um questionamento aqui, quero lhe dar um abraço, um abraço de solidariedade pela decisão e um abraço no sentido de que Deus possa abençoá-lo enormemente dando-lhe sabedoria, paciência, compreensão.

Mas eu também gostaria de fazer aqui uma colocação ao nosso futuro Ministro. Tenho certeza de que V. Ex^a será homenageado por esta Comissão hoje com uma votação unânime e não tenho dúvida de que o mesmo acontecerá no plenário do Senado e no plenário da Câmara. V. Ex^a vai enfrentar exatamente todos esses desafios a que me referi ainda há pouco no Tribunal de Contas da União.

Ainda há pouco, a Senadora Gleisi colocava desafios sobre os portos. Eu fui relator dessa matéria nesta Casa e sei o quanto o Brasil precisa avançar nessa área, sei o quanto o Brasil tem desafios a serem vencidos. Assim como os portos, a região de V. Ex^a, a minha região, o Brasil precisa vencer a questão da aviação regional. Uma medida provisória foi editada, caiu... Nós temos PAC da aviação regional em pleno andamento, sendo executado pelo Banco do Brasil com grandes dificuldades, com grandes carências, e, ao mesmo tempo, todos os desafios de transparência, de dinamismo e, acima de tudo, de credibilidade dos investimentos públicos.

Portanto, quero dizer que todos nós das Regiões Norte e Nordeste, todos nós do Parlamento depositamos em V. Ex^a a convicção, o crédito e a esperança de termos em V. Ex^a um fator de interlocução e um fator de interpretação dessa democracia direta no Tribunal de Contas da União.

Algo que acho que vale a pena destacar para todos os nossos companheiros é que V. Ex^a, ao compor a Corte de Contas, Senadora Gleisi, será o único entre os Ministros que terá neste momento, pelo menos em função de aposentadoria de alguns companheiros que estão saindo daquela Casa, a responsabilidade de representar esse voto direto e o voto direto de regiões como as Regiões Norte e Nordeste do nosso País.

Perdemos um peemedebista, mas ganhamos, sem dúvida nenhuma, um grande Ministro, um grande companheiro no Tribunal de Contas da União que trará, não tenho a menor dúvida, novos enfoques e um novo dinamismo àquela Corte.

Que Deus o abençoe! Desejo-lhe sucesso e que V. Ex^a possa, no Tribunal de Contas da União, construir uma história tão bonita como aquela que construiu ao longo da sua vida com o nosso PMDB e na sua vida pública da democracia direta aqui, neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Braga. Concedo a palavra à ilustre representante, também, do Estado do Amazonas Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero, primeiro, cumprimentar o Senador Vital do Rêgo, nosso amigo, companheiro, de quem eu tive a felicidade de ser companheira também na Câmara dos Deputados, cumprimentar sua família, que está aqui, e falar poucas palavras, Senador Vital. Primeiro, cumprimento o Relator da matéria, Senador Lindbergh, pelo belo relato que nos apresenta.

Senador Vital, acho que os atos sempre falaram muito mais do que as palavras, que os gestos sempre falaram muito mais do que as palavras, e o que nós estamos vendo aqui, nos pronunciamentos de todos os Parlamentares, do seu partido, de partidos aliados do Governo, de partidos de oposição ao Governo, são menções elogiosas e positivas em relação à sua pessoa. Com toda simplicidade, um dos Senadores que me antecedeu disse que V. Ex^a é “pau para toda obra”. Eu diria não essas palavras, mas que a V. Ex^a sempre coube o comando das tarefas mais difíceis e espinhosas desta Casa. E por que o comando dessas matérias coube sempre a V. Ex^a? Primeiro, pela sua história e, segundo, pela forma respeitosa em relação às leis, ao Regimento, ao processo democrático e a todos nós que aqui estamos, da oposição ou da situação. Então, eu fico feliz de ver que um colega nosso, um companheiro, um Senador, tem a unanimidade. V. Ex^a, que tem, se não a unanimidade, a quase

unanimidade, chega aqui e não é questionado. Eu tenho alguns questionamentos, mas vou marcar uma audiência com V. Exª para depois e apresentá-los, apresentar os meus pedidos, porque os temas são espinhosos.

O doente, V. Exª sabe, porque é médico, a gente trata com remédio, não com veneno para matar o doente. Então, eu acho que a gente vive um momento delicado no Brasil e V. Exª sai desta Casa para outra Casa, onde vai continuar vivendo este momento delicado com uma responsabilidade diferenciada, mas ainda muito grande, Senador Vital.

Então, eu quero desejar a V. Exª toda a lucidez que pautou a sua vida até aqui, porque V. Exª sabe trabalhar com a razão mas sempre colocando uma pitada de emoção, que é necessária na política brasileira e que, muitas vezes, fica de lado. E é essa pitada que faz as pessoas corretas, justas e respeitadoras do coletivo.

Parabéns pela indicação! Foi indicação do seu partido, mas deixa de ser indicação do seu partido e passa a ser indicação do Senado Federal. Sabemos que estaremos muito bem representados, não nós Parlamentares, mas o povo brasileiro, com sua presença no Tribunal de Contas da União.

Parabéns, Senador Vital!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao ilustre representante do Estado do Pará Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente, Senador Luiz Henrique, que preside esta reunião, Ministro Vital do Rêgo, Senador Lindbergh Farias, Relator da indicação do Senador Vital do Rêgo para o TCU.

Amigo Vital, eu quero, primeiro, aqui, dizer que V. Exª você granjeou a amizade e o respeito de todos os seus pares no Senado Federal. Quero, aqui, saudar a vossa família, que, neste momento, vem aqui prestigiar a aprovação, por unanimidade, com certeza absoluta, do seu nome para assumir uma nova missão, a missão de Ministro do Tribunal de Contas da União.

O convívio com V. Exª no Senado Federal fez com que nós o conhecêssemos pela sua competência, pela sua inteligência e pela forma de tratar todos, com lhanza de trato, tanto os que são situação como os que são de oposição ao Governo que V. Exª tão bem defende, como é o nosso caso.

Como Presidente da CCJ e em outras funções, eu diria, difíceis de serem exercidas, V. Exª tem dado tudo de si para cumpri-las como tem cumprido, com inteligência e atendendo às questões solicitadas pelo Governo. Tenho certeza absoluta de que com algumas delas V. Exª também não concorda, não concordaria, mas V. Exª se colocou como Senador da base do Governo e tem cumprido a sua obrigação.

Divergimos várias vezes, muitas vezes, mas todos nós da oposição o respeitamos pela forma como V. Exª trata, com transparência e não procurando subterfúgios para aprovar aquilo de que a oposição discorda, mas que é aprovado pelo fato de a base ter maioria no Congresso Nacional.

V. Exª vai assumir uma nova missão, da maior importância. Eu quero, aqui, saudar o trabalho do Tribunal de Contas da União. É um órgão assessor do Congresso Nacional e faz um trabalho, como eu disse, de vital importância para o uso correto dos recursos públicos.

O Tribunal de Contas da União está aprimorando o seu exercício na fiscalização dos recursos públicos a cada ano, antecipando-se, preventivamente, àquilo que pode vir a ocorrer, o que já fez várias vezes e fez no caso dos recursos desviados da Refinaria Abreu e Lima, da Coperj, no Rio de Janeiro. Nós, aqui, no Senado Federal, na Comissão Mista de Orçamento, votamos para não haver mais repasses a essas obras por recomendação do Tribunal de Contas da União. Lamentavelmente, o então Presidente Lula resolveu vetar aquilo que a Comissão Mista de Orçamento e o Congresso Nacional, ao aprovar a LDO, recomendavam, e deu no que o Brasil inteiro está vendo.

Então, V. Exª vai assumir um cargo importantíssimo para que o Brasil volte ao caminho da normalidade. Isto é o que todos nós queremos: que os recursos públicos sejam adequadamente aplicados em benefício dos brasileiros.

Quero desejar a V. Exª... Competência V. Exª já tem; inteligência V. Exª tem até por excesso, eu diria... Aqui foi citado Salomão e não há necessidade de pedir mais sabedoria para V. Exª. Eu quero só pedir a Deus que o ilumine nessa nova missão que V. Exª vai assumir e que ele seja, permanentemente, o condutor dos trabalhos de V. Exª no cargo que V. Exª vai assumir. Tenho certeza absoluta de que S. Exª será, Senador Luiz Henrique, que preside a reunião da CAE, aprovado pela unanimidade de seus pares, porque o Vitalzinho, como nós o chamamos aqui, é amigo de todos, da oposição ou da situação.

Parabéns, Vital!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Flexa Ribeiro.

Ainda estão inscritos os Senadores José Agripino, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Romero Jucá, Gim Argello, Casildo Maldaner e Eduardo Amorim.

Concedo, pois, a palavra, pela ordem, ao ilustre Líder, representando o Rio Grande do Norte, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Senador Vital do Rêgo, V. Ex^a vai suceder o Senador José Jorge, que foi indicado e eleito pelo Senado para exercer as funções de Ministro do Tribunal de Contas da União. Ele, Aroldo Cedraz e Augusto Nardes integram a Corte representando a classe política, o poder congressional, o Poder Legislativo. Na minha opinião, eles o fazem com muita competência, com muita isenção e com muita respeitabilidade. V. Ex^a vai substituir José Jorge, que conheço e com quem convivi durante muito tempo. Eu digo isto porque eles tiveram e têm um desempenho exemplar. Eles são *experts* em matéria de contas? Não o são. V. Ex^a é um *expert* em contas? Não o é. Mas V. Ex^a vai contar, se for aprovado, e vai ser, com uma assessoria técnica isenta e de excelente qualidade.

Esta Casa e o Brasil vão exigir de V. Ex^a, fundamentalmente, duas coisas: coragem para decidir e bom-senso.

V. Ex^a foi Presidente da Comissão Mista de Orçamento, foi Presidente da CCJ, foi Presidente de comissão parlamentar de inquérito, e nessas funções, que são difíceis, complicadíssimas, a toda hora você é obrigado a decidir e a toda hora você é chamado a exercer bom senso na sua decisão. Eu não tenho nenhuma dúvida de que V. Ex^a vai ser um bom Ministro do Tribunal de Contas da União. Não tenho nenhuma dúvida! Nenhuma! Nenhuma! Porque V. Ex^a já mostrou aqui, como Parlamentar, como Deputado Federal, como Senador, como dirigente de comissão, de comissão parlamentar de inquérito, da Comissão Mista de Orçamentos, que mexe com mil interesses, que é hábil no trato, que é equilibrado na decisão, que é firme nas posições e que tem bom senso para decidir. O resto é assessoria técnica, a que V. Ex^a encomenda opinião sensata, honesta, tecnicamente correta, para V. Ex^a possa aplicar.

O Brasil inteiro, em muitos momentos, vai ficar olhando o que o Ministro Vital do Rêgo vai decidir sobre essa ou aquela questão. Há pouco tempo, o Brasil inteiro olhou para o José Jorge numa questão que envolvia a Presidente da República, Dilma Rousseff, na responsabilização pessoal de Sua Excelência com relação à compra de Pasadena. E ele agiu com maestria, com extrema competência. Eu acho que a mesma coisa V. Ex^a vai fazer, e vai honrar esta Casa com sua competência, com sua lhanza no trato, que talvez esta seja a razão de, na sua sabatina, estarem presentes tantos Senadores, que vieram dar uma palavra de apreço a V. Ex^a. E eu não lhe pergunto nada por isto, porque confio na sua capacidade de decidir, na sua coragem de decidir, no seu bom senso para pedir a opinião de quem pode dá-la na Corte que V. Ex^a vai integrar e na aplicação daquilo que interessa ao Brasil com espírito público e com ética.

Por esta razão é que venho aqui, muito mais do que para qualquer outra coisa, para lhe felicitar e dizer, na frente do seu filho, da sua nora, do seu irmão Veneziano, que foi Prefeito de Campina Grande e agora foi eleito Deputado Federal, que, de coração, o que lhe desejo muita boa sorte e que preste bons serviços ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador José Agripino e concedo a palavra ao ilustre representante de Rondônia Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É com alegria que cumprimento os meus pares e que desejo sucesso ao nosso colega Vital do Rêgo, futuro Ministro do Tribunal de Contas da União.

Que, nessa nova caminhada, Deus o ilumine, não só com saúde, mas com muita inteligência para poder continuar fazendo o trabalho extraordinário que V. Ex^a vem fazendo.

No seu pronunciamento, na explanação da sua vida como Vereador, como Deputado Estadual, como Deputado Federal e como Senador da República, o senhor sabe da amargura e do aperto que os executivos municipais das pequenas cidades, passam Brasil afora. E V. Ex^a sabe, ao mesmo tempo, como o senhor mesmo falou, da dificuldade que têm as pequenas prefeituras e as grandes estruturas. Portanto, o senhor tem não somente o conhecimento, mas tem, acima de tudo, com certeza, a oportunidade de poder reforçar, contribuir, junto aos demais pares, para que se possa fazer justiça lá e para que os prefeitos Brasil afora, essas pessoas que têm um conhecimento e uma capacidade de se envolver mais ainda com a política, não sejam tratados da maneira generalizada como são tratados hoje. Infelizmente, da maneira como é tratada a política, os gestores, muitos dos novos prefeitos, dos novos políticos, encontram-se, muitas vezes, desestimulados.

Ao mesmo tempo, tenho certeza de que, com a participação e a presença de V. Ex^a, os nossos colegas Senadores, os Deputados Federais e os prefeitos Brasil afora sabem que terão uma pessoa com conhecimento dentro do Tribunal de Contas da União. Isto não quer dizer os demais não tenham conhecimento – eles têm conhecimento, sim –, mas o senhor tem, além disso tudo, o conhecimento político, que é o que nós sempre vivemos na pele.

Portanto, só posso lhe desejar sucesso e que, nessa nova caminhada, nova empreitada, V. Ex^a possa, cada vez mais, integrar, no meio político, pessoas competentes, pessoas íntegras, pessoas sérias, fazendo o melhor para os nossos Municípios, para os nossos Estados, para o nosso Brasil.

Que Deus o ilumine!

Um abraço e conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Ivo Cassol. Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Blairo Maggi, que representa o Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar toda a Mesa e cumprimentar o nosso indicado e sabatinado, Senador Vital.

Estou aqui, Senador, só, para cumprimentá-lo e dizer do carinho e da amizade que nós construímos nesse pequeno período aqui, no Senado, mas que foi de grande valia. V. Exª é uma pessoa com quem aprendi muitas coisas e que aprendi a admirar, a respeitar, pelas posições que teve enquanto Senador e enquanto Presidente da nossa Comissão aqui, no Senado, sempre muito firme, sempre muito dedicado. Tenho certeza de que é isso que V. Exª vai levar para o Tribunal de Contas da União.

Então, eu lhe desejo tudo de bom e agradeço por esse período em que estivemos juntos. Não é essa separação de espaços físicos que vai abalar as amizades que foram aqui construídas, principalmente a minha com V. Exª.

Estarei sempre a sua inteira disposição. Como eu estava falando, eu moro no seu coração e você mora no meu coração.

Um abraço.

Felicidades!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Casildo Maldaner, que representa o Estado de Santa Catarina.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Caro Presidente Luiz Henrique, Senador Lindebergh Farias, Relator, por sinal, também da Paraíba, de nascimento, caro Vitalzinho.

Sei, Senador Vital, que, para uma função dessas, deve ter passado pela cabeça de V. Exª, em alguns momentos, se deveria ou não, pois, embora médico e advogado, V. Exª ainda é jovem. De família tradicional da Paraíba, com suas lutas já desempenhadas e as funções que exerce na Paraíba, começou lá embaixo e disputou tudo quanto é função, é Senador da República e poderia, sem dúvida alguma, em breve, chegar ao Governo do Estado. Mas está aí, é jovem e deixa tudo para buscar algo para atender o Brasil como um todo. Quer dizer, atender dedicando-se a todos, a, com transparência, já corrigir algumas coisas, alguns rumos, a analisar o Brasil como um todo, uma vida.

Sem dúvida alguma, Vital do Rêgo, ir para a Corte Suprema de Contas do País é algo que até Santa Catarina estaria almejando, sem dúvida. Até eu, certa vez, pensei nisso, confesso, mas a idade não permite. Já ultrapassou o limite, passou o canal dessa faixa. Mas V. Exª é jovem e vai ter muito a contribuir para o Brasil, sem dúvida alguma.

Eu quero, pelo seu passado, pela sua luta, pelo que exerceu aqui, no Senado, por aquilo que o Agripino disse há pouco, das competências todas, e concluiu com alguma coisa que é o bom senso, e V. Exª reúne o bom senso. Eu acho que V. Exª agora vai procurar trazer junto a si não só a Paraíba, mas o Brasil como um todo, viver o Brasil na sua totalidade, na transparência das contas, naquilo que é o bom senso, sem dúvida alguma.

Sucesso nessa caminhada, Vitalzinho! Sucesso, extensivo à família de V. Exª e a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Um destaque: nós já tivemos alguém de Santa Catarina na Corte de Contas. Ademar Ghisi já foi Deputado Federal e foi daquela Corte. V. Exª agrega a Santa Catarina, agrega a todos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... Casildo Maldaner.

Concedo a palavra ao ilustre Líder, representando o Estado de Roraima, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Meu caro Senador Vital do Rêgo, Sr. Presidente Luiz Henrique, Senador Lindebergh Farias.

Eu quero dar fazer um testemunho e dizer da minha felicidade de poder estar vivendo este momento. Primeiro, quero registrar que fui amigo e admirador do pai do Senador Vital do Rêgo. Ainda jovem, como Governador de Roraima, tive uma relação muito estreita com Vital do Rêgo, o pai, a quem aprendi a admirar pela firmeza, pela forma de ser. Eu ainda não conhecia os filhos, mas vi a forma brilhante como ele conduziu tanto Vital como Veneziano na vida pública dando, portanto, lições e contribuindo para o Brasil, especialmente para a Paraíba.

Nesta assunção para o Tribunal de Contas, fico particularmente feliz porque quem deixa a vaga no Tribunal de Contas, o Ministro José Jorge, é um pernambucano com quem tive a honra de trabalhar durante muitos anos. Fui seu Chefe de Gabinete, fui Diretor da Cohab, fui Diretor da Secretaria de Educação e aprendi muito com a visão cartesiana, precisa, técnica do Ministro José Jorge, do Senador José Jorge, do Deputado José Jorge, do Secretário José Jorge.

Para o lugar do José Jorge, pernambucano, nordestino, vem um paraibano, nordestino, também com essa visão precisa. A formação do Senador Vital do Rêgo ficou patenteada aqui, no Senado, como uma formação e uma ação extremamente precisa, competente, séria, corajosa, determinada e, portanto, com todos os predicados para assumir as grandes missões que lhe foram delegadas aqui, no Senado da República.

E o Senado da República, ao preencher a vaga do Tribunal de Contas, indica um de seus melhores quadros, exatamente para que tenhamos ali, junto com técnicos exemplares, também políticos com formação técnica exemplar, como é a do Senador Vital do Rêgo.

Eu acho que a Casa está de parabéns. Entendo que o Tribunal de Contas sai engrandecido pela visão técnica e pela visão política que vai agregar o Senador Vital do Rêgo ao trabalho, que é extremamente importante, do Tribunal de Contas da União. É importante que se registre aqui: a cada ano o Tribunal de Contas da União se organiza mais, se aparelha melhor, atua melhor, fiscaliza os gastos públicos, orienta os gastos públicos.

Portanto, sem dúvida alguma, eu diria que é uma representação que engrandece o Senado. Eu tenho certeza de que o Senador e futuro Ministro Vital do Rêgo vai ser feliz em sua ação no Tribunal de Contas, porque ele está acostumado a colaborar com o Brasil. Ele vai mudar de trincheira, mas, sem dúvida alguma, vai para uma trincheira importante, principalmente no momento em que se vive, um momento exatamente de organização dos gastos públicos, de mudança, de melhoria da qualidade dos gastos públicos. Nós temos que ajustar o Brasil, e este é um momento importante para que nós tenhamos uma pessoa, um técnico, um político com a formação do Senador Vital do Rêgo no Tribunal de Contas da União.

Portanto, Vital, quero dizer que, nos seus quatro anos de mandato como Senador, aprendi muito com você. Você deu, nesta Casa, demonstrações de competência, de amizade, de lealdade, e tudo isso conta muito. Eu diria que a sua marca – nós vamos continuar nos encontrando – fica no nosso coração, na nossa alma, pela sua competência, pela sua forma de ser.

Desejo-lhe toda a felicidade do mundo e parabenizo o Tribunal de Contas por estar recebendo um Ministro com a sua qualidade moral, com a sua qualidade técnica e com a sua qualidade como ser humano naquela Casa.

Parabéns!

Que Deus o ilumine!

Parabéns ao Tribunal de Contas da União!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Romero Jucá. Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre representante do Estado de Sergipe Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, Senador Lindbergh, Senador Vital do Rêgo.

Poucas pessoas, Vital, conseguem na vida o que você conseguiu. Há pouco, eu dizia à sua família que me sinto muito orgulhoso desse seu novo desafio. Aquilo que era para ser uma sabatina está sendo, praticamente, uma chancela, porque nós sabemos da sua capacidade. Quantos conseguiram galgar todos os degraus do Poder Legislativo? Você foi Vereador, foi Deputado Estadual, foi Deputado Federal, é Senador e agora, mais do que nunca, vai contribuir com o Poder Público fiscalizando, consultando, informando, julgando muitas vezes, sancionando nessa Corte que é o Tribunal de Contas. Eu digo que foi uma indicação do PMDB, mas eu, como Parlamentar do PSC, também me sinto representado com muito orgulho, porque sei que para aquela Corte vai alguém extremamente capacitado.

Digo mais: não abra mão dos princípios e dos valores que norteiam os seus passos e, portanto, a sua vida.

Eu dizia a seus familiares que você é um orgulho não só para eles, mas também para a gente. Então, era para ser uma sabatina, mas eu acho que conhecemos você e sabemos por demais dos seus valores e dos seus princípios.

Boa sorte! Sei que você ajuda muito não só a Paraíba, mas o nosso País, e agora vai ajudar mais do que nunca, fiscalizando, controlando, da mesma maneira como sempre fez, com muito equilíbrio, um equilíbrio que todo médico tem que ter, na hora de tratar, na hora de cuidar, na hora, também, de se livrar das mazelas. Que o princípio da transparência seja, realmente, norteador na sua nova missão!

A Suécia, por exemplo, tem uma lei de transparência desde 1776; nós resolvemos adotá-la recentemente. É uma lei que ainda anda engatinhando em nosso País, mas ela é extremamente necessária para que cada cidadão saiba onde está investido e como está sendo gasto cada centavo.

Então, que Deus o ilumine! Digo que sou um daqueles que têm muito orgulho de tê-lo naqueles quadros. Conte com o meu apoio. E sei que o Tribunal de Contas ganha, realmente, um grande membro. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Ilustre Senador Eduardo Amorim.

Concedo a palavra ao nobre representante de Goiás Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente Luiz Henrique.

Senador Vital do Rêgo Filho, em quatro anos de convivência com V. Exª eu aprendi a admirá-lo pela sua paciência. V. Exª é um diplomata por excelência, um conciliador, uma pessoa severa consigo mesma, mas, ao mesmo tempo, bondosa com aqueles e com os casos que precisam.

Senador, eu fico imensamente contente de poder estar aqui hoje e colocar o nosso voto para que o ilumine nesse seu novo ciclo da vida. Como Ministro do TCU, uma das mais importantes Casas que vão sempre balizar com parcimônia essas questões que sempre afligem o nosso País, V. Exª vai dignificar aquela Casa.

Campina Grande está de parabéns! A Paraíba está de parabéns! O Brasil está de parabéns! E V. Exª se livra agora, de uma vez por todas, de qualquer eleição! V. Exª já imaginou isso, não pensar mais nas eleições, tão sofridas? Mas V. Exª merece e tem um caminho longo. Que Deus o abençoe! Conte sempre com seu amigo, pela nossa admiração, de irmão.

Vá com Deus, amigo!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra a S. Exª o Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro, o nobre Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, por razões de natureza política e administrativa, eu não tinha a intenção de vir a Brasília nesta semana. Saí do Rio exclusivamente para trazer o meu apoio ao nome de V. Exª para o Tribunal de Contas.

V. Exª foi um dos Senadores que mais me impressionaram no Senado. Relator oficial das grandes causas, o Senado perde hoje V. Exª e o Tribunal de Contas ganha um grande Senador. Eu desejo a V. Exª sucesso no Tribunal de Contas, o mesmo sucesso que V. Exª teve em todos os cargos que ocupou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra à ilustre representante do Rio Grande do Sul Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Luiz Henrique, Presidente desta sessão e Vice-Presidente da CAE.

Senador Vital do Rêgo, eu queria apenas assinar e subscrever todas as manifestações que destacam a sua qualidade, a sua dedicação e o seu compromisso com a democracia, a transparência, a responsabilidade e o interesse público. A representação que V. Exª tem do seu Estado, a Paraíba, dignifica muito os cidadãos paraibanos, as cidadãs paraibanas, mas dignifica, sobretudo, a instituição do Senado Federal, que V. Exª tem honrado até este momento e que terá honrado até o seu último dia e último ato.

Eu quero, Senador, apenas ressaltar as grandes qualidades do caro amigo que eu aprendi a admirar quando cheguei a esta Casa, em 2011, e citar uma questão que diz respeito à iniciativa de criar, nos moldes do Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Tribunais de Contas, que teria a incumbência do controle da atuação funcional, administrativa e financeira das cortes de contas.

O Tribunal tem um papel relevante de auxiliar do Congresso Nacional na fiscalização. Nós estamos passando, neste momento, por um debate institucional aqui, no Senado e na Câmara, que diz respeito à execução da Lei de Responsabilidade Fiscal...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... e do cumprimento das contas públicas. Então, o papel do Tribunal de Contas ganha relevo na medida em que hoje estamos vivendo este dilema.

O controle externo, também, por outro lado, é função do Poder Legislativo, sendo competência do Congresso Nacional exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União. Isto está definido nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal.

Nesse sentido, eu queria saber de V. Exª qual é a disposição que V. Exª tem para reforçar exatamente isso e para que não venhamos a enfrentar o que estamos enfrentando agora, tendo que mudar uma lei que foi feita por nós para que ela possa se ajustar aos interesses do Governo ou da União, que não cumpriu com a Lei de Responsabilidade Fiscal com relação à execução orçamentária.

Eu tenho plena convicção da responsabilidade de V. Exª e quero, também, dar um depoimento. Conheci o Ministro José Jorge, que deixa o Tribunal de Contas da União, mas quero destacar também, não só no aspecto da fiscalização, que, sob a Presidência de um gaúcho, o ex-Deputado Augusto Nardes, o Tribunal de Contas tem atuado de maneira absolutamente adequada para ajudar na governança, na boa governança do setor público brasileiro.

Uma recente iniciativa reuniu os Governadores eleitos para debater exatamente as condições de melhorar a transparência e a governança do setor público. Boa governança é economia do recurso público em benefício do cidadão.

Eu apresento isso, renovando o desejo de muito sucesso para V. Exª, tanto quanto teve nesta Casa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à Senadora Ana Amélia e, fechando com chave de ouro esta arguição, concedo a palavra ao Professor Cristovam Buarque, Senador que representa o Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero dizer que, embora eu seja defensor de concurso público para Ministro do Supremo, e com mandato, sem renovação, sendo trazido aqui para votar em uma indicação, enquanto não for concursado, eu não quero usar a ideia de voto secreto, mas quero manifestar o meu voto, que foi favorável ao Senador Vital do Rêgo. E dou minhas razões, duas. Primeira: sua competência. Eu acho que ele é uma pessoa preparada para o cargo, especialmente tecnicamente. Segundo: tenho confiança na independência dele. Tanto na oposição quanto no Governo têm surgido rumores de que ele iria ali para não ser independente. Mas eu tenho certeza, pelo que ouvi do Senador aqui, que ele será um grande Ministro do Tribunal de Contas, que se comportará de uma maneira ultrarrepública, defendendo os interesses da Nação brasileira. Por isso, dei meu voto ao Senador Vital convicto de que estou fazendo, sim, o que é melhor para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Encerrada a arguição, concedo a palavra ao nobre indicado para as suas considerações finais e para responder às indagações que lhe foram dirigidas.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, foram 21 arguições, mas foram 21 momentos de rara felicidade, de muita emoção, mas, sobretudo, de grande responsabilidade. Eu me vi recebendo aqui de cada um dos senhores, meus colegas, Senadora Ana, Senador Cristovam, Deputada Jô Moraes, eu me vi recebendo um galardão que levo no peito como a manifestação de uma convivência que fiz com os senhores ao longo desses últimos quatro anos, meu queridíssimo Ministro e oráculo Dornelles, que me deu a condição única de poder representá-los no Tribunal de Contas da União, se o Senado Federal aprovar meu nome em votação e se a Câmara o referendar. Mas, ao mesmo tempo, essas mesmas homenagens que eu recebi se transformam em uma carga de responsabilidade para que eu possa honrar cada uma das expressões eternamente levadas por mim. Podem ter certeza de que eu haverei de honrá-los.

Mas o que é mais importante para mim – cito-os nominalmente –, Senador Raupp, Senador Suplicy, Senador Ferraço, Senadora Lúcia Vânia, Senador Luiz Henrique, Senador Lindbergh, Senador Valadares, Senador Eunício, Senadora Gleisi, Senador Eduardo Braga, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Flexa Ribeiro, Senador José Agripino, Senador Ivo Cassol, Senador Blairo Maggi, Senador Casildo Maldaner, Senador Romero Jucá, Senador Eduardo Amorim, Senador Cyro Miranda, Senador Dornelles, Senadora Ana Amélia e Senador Cristovam Buarque, que encerrou este momento de muita emoção, é dizer aos senhores que não foi uma decisão tomada rapidamente. O Líder Eunício Oliveira me convocava a uma reflexão. De um lado, uma convivência, por mais quatro anos, pelo voto popular, garantia essa que a Paraíba me deu. Por outro lado, enfrentar os desafios pelo Brasil e para o Brasil. O Tribunal de Contas da União é essa fronteira extraordinária que os senhores já colocaram aqui como merecedora de todos os nossos créditos, até porque o sistema de controle externo, Tribunal de Contas, Congresso Nacional e Câmara dos Deputados, tem funcionado, cada dia mais, harmônico e independente. É a esse Tribunal que, com o apoio dos senhores, quero levar não apenas a obediência, o respeito ao aparato técnico, que é, sem dúvida alguma, como disse na minha exposição, meu caro Alexandre, um dos patrimônios do Brasil, mas também a sensibilidade dos senhores. Quero levar os nossos debates, quero levar a

palavra dos senhores, quero ser um intérprete desta vontade do Senado da República ao legendário Tribunal de Contas da União.

Quero agradecer profundamente a mensagem dos senhores e dizer-lhes que tenho certeza de que, se eu nominar cada um, como já fiz, se eu destacar em cada um, certos senhores sabem que há uma história muito forte que eu posso contar.

Esses quatro anos me deram, efetivamente, este patrimônio, o patrimônio da lealdade, Senador Eunício, o patrimônio do respeito, o patrimônio da correção, o patrimônio da amizade, o patrimônio, acima de tudo, do respeito ao contraditório, Senador Cristovam, mas a convicção daquilo que aprendi com a minha família, com os meus pais e meu avós, inarredável sob o ponto de vista moral e ético.

O que fiz ao longo desses últimos quatro anos os senhores não fizeram agora para mim. A minha história, que os senhores contaram aqui, meu querido Presidente, não foi apenas um presente para mim, mas o depoimento, o excerto, o espaço de cada um dos senhores está sendo contado para o meu filho mais velho, Vital do Rêgo Neto, que está ali. E é esse patrimônio que quero transferir para ele, é esse patrimônio imaterial que quero transferir para ele, para dizer que ele pode se honrar do pai que tem, mas, acima de tudo, do homem público que hoje representa ele e os paraibanos do meu Estado.

É com estas palavras que me dirijo ao Senador Suplicy: o senhor falou com muita propriedade, e quanta saudade a Casa vai ter do senhor, porque esse povo brasileiro, que o admira, sabe que o senhor foi transparente a vida inteira no exercício do seu mandato, e é só com transparência, só com o controle prévio e concomitante, um dos arcabouços mais fundamentais entre todos os nossos princípios, regulados pelo art. 37 e presente na Constituição, nos arts. 70 a 74, nas funções do Tribunal de Contas. A transparência e o fortalecimento do controle interno são as grandes contribuições que esta Casa, fazendo a sinergia necessária com o órgão auxiliar do Congresso Nacional, esta Casa, que é protagonista das políticas públicas... Esta certeza eu terei: levarei, Senador Suplicy, o exemplo necessário para aumentar a transparência e para fortalecer o controle prévio e concomitante do Tribunal de Contas.

Quero dizer ao meu querido Senador Ricardo Ferraço, um jovem da minha idade, da minha geração, que tem uma característica que eu tenho, o extremo zelo na produção legislativa, que ele às vezes nos priva de uma ideia que estava sendo elaborada no nosso consciente porque chega mais rápido.

O senhor tem um *feeling* para apresentar propostas. E a riqueza do seu acervo eu tenho, porque uma das missões que o Líder me confiou foi presidir a Comissão de Constituição e Justiça, pela qual, prestando homenagem a todos os seus servidores, quero dizer que passam efetivamente mais de 70% da produção legislativa da Casa.

Sei que o senhor, novamente, marca um gol, na linguagem futebolística um gol de placa, ao questionar aquilo que hoje é motivo de uma grande expectativa nossa no Supremo Tribunal Federal: a questão do Decreto nº 2.745, de 1998, que foi motivado por uma lei que deu ao Poder Executivo a condição de editar... Esse decreto que o senhor chamou de processo simplificado de licitação, e ele é isso, é motivo de uma grande revisão por parte do Supremo Tribunal Federal. Nós estamos aguardando a manifestação do Supremo há algum tempo, e, segundo o Presidente Nardes, essa manifestação virá rápido. Ele esteve em contato esta semana com o Ministro Lewandowski.

O senhor agiu com um projeto de decreto legislativo, porque, efetivamente, a Petrobras, em nome da competitividade desse mercado tão necessário hoje, não poderia deixar de cumprir os princípios do art. 37 da Constituição Federal, que são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o LIMPE. Esses princípios não poderiam, em nome da simplificação do Decreto, deixar de ser cumpridos. E, efetivamente, tanto os órgãos de controle interno, a CGU, quanto o órgão de controle externo, na sua esfera técnica, o Tribunal de Contas, estão debruçados sobre a necessidade. Mas nós temos, além da sua proposta, nós temos outras possibilidades. Este Senado está em vias de votar, Senador Dornelles, sempre com a orientação de V. Ex^a, a melhoria, o aperfeiçoamento da Lei de Licitações. É hora de essa lei ser efetivamente modernizada, porque, ao seu tempo, ela trouxe garroteamentos. E aí já começo a responder à Senadora Lúcia Vânia com relação ao RDC.

O RDC, sem dúvida alguma, é um avanço. É pacífico hoje, inclusive no Tribunal de Contas, que o RDC é um avanço. Ele trouxe a inversão de fases, trouxe elementos que poderiam e podem melhorar, mas também trouxe a contratação integrada, que, como eu já disse aos meus pares, eu tenho dificuldade de assimilar, a possibilidade de dar, de oferecer ao contratante o projeto básico sem o poder contratante tomar a iniciativa. Nós estamos votando.

A Senadora Lúcia Vânia foi muito competente quando nos perguntava o qual o meu pensamento em relação ao RDC. Acho um avanço, acho que nós devemos deixar na Lei de Licitações esta condição de modernizar para que os gargalos e as amarras possam ser retirados, mas ainda o Tribunal de Contas vai se pronunciar sobre os resultados do RDC em aplicação, em execução orçamentária. Devemos ter força para operacionalizar e o cuidado e a cautela de esperar os resultados.

A Senadora Gleisi Hoffman falou sobre a questão da concessão dos portos, que está em tramitação no TCU. Houve um pedido de vista do Ministro Raimundo Carreiro, oriundo desta Casa, que está há mais de um ano, como Ministro, tomando as últimas providências e a nossa presença, se V. Ex^{as} assim desejarem, vai ser para apressar este parecer junto ao Ministro Raimundo Carreiro.

Com relação à pergunta da Senadora Ana Amélia, eu estou muito à vontade para falar sobre o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, porque eu sou o autor da PEC nº 28, de 2007, pois, quando aqui cheguei como Deputado Federal, entendi que a Corte de Contas tinha também que ter um controle externo sobre ela e sobre os seus atos administrativos. Nós temos conselhos que foram criticados no início e que são muito bem sucedidos, como o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, que hoje são modelos de sucesso. Penso que a matéria já foi votada e está aguardando o Plenário da Câmara dos Deputados.

Há também um projeto do Senador Suplicy e um do Senador Casagrande – não sei se o Senador Suplicy se recorda disso – que eu tenho a honra de relatar. Já deixei com a assessoria a manifestação favorável aos dois projetos, do Senador Suplicy e do Senador Casagrande, que correm aqui no Senado. Talvez eles possam, pela própria tramitação do Senado, ter maior sucesso do que a PEC de minha autoria, que é a PEC nº 28. Mas o motivo, o objetivo é o mesmo. Nós estamos com a necessidade de implantação desse Conselho, vamos debater, e aqui é o foro para o debate.

Eu tenho a certeza de que as manifestações de cada um e de todos os Senadores foram, para mim, motivo de muita honra.

Deus está no comando. Que Ele seja louvado!

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Encerrada a fase contraditória desta reunião, agradecendo as palavras do Senador Vital do Rêgo, consulto os Srs. Senadores se algum deles ainda não votou. *(Pausa.)*

Tendo todos exercido o seu direito de voto, encerro o processo de votação e, já pressentindo a falta que farão aqui nesta Casa, gostaria de, em homenagem a ambos, convidar os Senadores Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores.

Agradecendo a aquiescência de V. Ex^{as}, vamos dar início ao processo de escrutinação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Comunico à Comissão que o Senador Vital do Rêgo obteve a totalidade dos votos. Foram 25 votos “sim”.

A Comissão aprova o nome do Senador Vital do Rêgo para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. *(Palmas.)*

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Líder Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, nós gostaríamos de votar essa matéria no plenário hoje. Por isso, eu solicito, como Líder do PMDB, urgência para que levemos essa matéria ao plenário e ainda hoje tenhamos a votação e a consagração do nosso Líder Vital do Rêgo no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – O pedido de V. Ex^a reitera, corrobora a urgência já deferida em função de um acordo de Líderes relativamente à indicação do Senador Vital do Rêgo. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)

**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2014, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 2º semestre do exercício de 2013, e 1º semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, para atender ao Requerimento nº 709/2014-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Antonio Imbassahy (PSDB/BA), demandando a sua presença para prestar esclarecimentos sobre divergências relacionadas com o cálculo do superávit primário consolidado do Governo Central". Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - **Deputados:** Alexandre Toledo, titular da CMO/CN, Alfredo Kaefer, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Arnaldo Jardim, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Benjamin Maranhão, titular da CMO/CN, Betinho Rosado, titular da CMO/CN, Carlos Melles, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Celso Maldaner, suplente da CFT/CD e suplente da CAE/SF, Cláudio Puty, titular da CFT/CD e suplente da CMO/CN, Cleber Verde, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CMO/CN, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD, Edinho Bez, suplente da CFFC/CD, Edio Lopes, titular da CFFC/CD e suplente da CFT/CD, Felipe Maia, titular da CMO/CN, Izalci, suplente da CMO/CN, Lázaro Botelho, suplente da CMO/CN, Mário Feitoza, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Mendonça Filho, suplente da CFFC/CD e titular da CDEIC/CD, Milton Monti, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, titular da CFT/CD, Pauderney Avelino, titular da CFT/CD, Paulo Pimenta, titular da CMO/CN, Rodrigo de Castro, titular da CMO/CN, Vanderlei Macris, suplente da CFFC/CD e Waldenor Pereira, titular da CMO/CN; - **Senadores:** Armando Monteiro, suplente da CMA/SF e titular da CAE/SF, Delcídio do Amaral, suplente da CMA/SF e titular da CAE/SF, Eduardo Amorim, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, José Pimentel, titular da CAE/SF, Lúcia Vânia, suplente da CAE/SF, Mozarildo Cavalcanti, titular da CMO/CN e Vicentinho Alves, suplente da CAE/SF e titular da CMO/CN; Compareceu, ainda, o Deputado Amauri Teixeira - PT/BA, parlamentar não integrante das Comissões participantes. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e um minutos, a reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP), que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; e o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do BACEN. O Presidente informou que de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser interrompido desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Prosseguindo, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra*

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL**

Às onze horas e dois minutos do dia nove de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim, e, ainda, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, João Vicente Claudino e Alfredo Nascimento. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 32ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 87/2014, de 26/11/2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC014.810/2014-0, na sessão ordinária de 26/11/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da primeira parte da pauta. **Item 1** – Emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014 – Complementar, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que “convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)”, tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório contrário às Emendas nºs 2 a 15-PLEN. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4-PLEN, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; 5 e 6-PLEN, de autoria do Senador Romero Jucá; 7, 11 e 15-PLEN, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; 8, 9, 10 e 12-PLEN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; 13-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e 14-PLEN, de autoria do Senador Cyro Miranda. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ana Amélia, Casildo Maldaner, Humberto Costa, Blairo Maggi, Cyro Miranda, Alvaro Dias e José Agripino. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário às Emendas nºs 2 a 15-PLEN. Aprova, também, o Requerimento nº 59/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. Votam vencidos ao relatório e ao requerimento os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Suplicy. **Item 2** – Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “dispõe sobre as sociedades cooperativas”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “dispõe sobre as sociedades cooperativas”, tendo como relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei nº 3 de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 153 de 2007 e das Emendas nºs 1-CCJ (Substitutivo) e 2-CRA (Substitutivo). Em 09/12/2014, foram apresentadas as Emendas nºs 3 e 4, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e 5 a 15, de autoria do Senador Humberto Costa. Anunciada a matéria, a relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, apresenta novo relatório, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007 e das Emendas nºs 4, 8, 9, 13 e 14, nos termos do Substitutivo que apresenta, pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7, 10, 11, 12 e 15, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 153 de 2007 e das Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CRA. Após a leitura, usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Humberto Costa, Alvaro Dias, Luiz Henrique e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova, por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, a Emenda nº 16 (Substitutivo), renumerada como Emenda nº 3-CAE, acatando as Emendas nºs 4, 8, 9, 13 e 14, que serão incorporadas ao Substitutivo, ficando prejudicados os Projetos de Lei do Senado nº 3 e 153 de 2007 e as demais emendas a eles oferecidas. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao Projeto. **Item 3** – Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde”, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relató-

rio favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles. Em 9/12/2014, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Humberto Costa. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Valdir Raupp relator “ad hoc” da matéria. Anunciada a matéria, o relator “ad hoc” apresenta novo relatório, acatando a Emenda nº 2 apresentada. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, usam da palavra os Senadores Humberto Costa e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, de autoria do Senador Humberto Costa, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e, em decisão terminativa, à Comissão de Assuntos Sociais. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica”, tendo como relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 341 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura”, tendo como relator o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. A Matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e, em decisão terminativa, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 290 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Gim, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e dá outras providências, para dispor sobre a parceria entre empresas e estabelecimentos de ensino para a oferta de educação profissional”, tendo como relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “altera os arts. 150, 173 e 174 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para retirar a decadência do direito de lançamento do crédito tributário quando houver instauração de procedimento investigatório pela polícia ou pelo Ministério Público ou o ajuizamento de ação penal por ilícito que envolva o tributo devido”, tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “altera a Lei nº 9.496, de 1997, que “estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal”, a fim de socorrer emergencialmente os Estados e o Distrito Federal em face da crise econômica mundial”, tendo como relator o Senador Eunício Oliveira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 279 de 2013, terminativo, de autoria do Senadores Cícero Lucena, que “altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 66 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Luiz Henrique, que “permite a atualização a valor de mercado de bens e direitos na declaração anual de ajuste do imposto de renda da pessoa física relativa ao exercício financeiro de 2014, ano calendário de 2013”, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 200 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Gim, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola, tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 249 de 2011, terminativo, de au-

toria do Senador Luiz Henrique, que “cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar projetos de florestamento ou reflorestamento em propriedade rural familiar”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta, da Emenda nº 1-CMA, na forma da subemenda que apresenta, e da Emenda nº 2-CMA. A apreciação da matéria é adiada. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 14**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 59 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para as Emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014, que “convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 59 de 2014-CAE. Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Suplicy. Em seguida, a Presidência passa à apreciação das matérias constantes da segunda parte da pauta, com a finalidade de apreciar a avaliação da política pública “Distribuição dos Recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM”, nos termos da Resolução nº 44, de 2013, tendo como relatora a Senadora Ana Amélia. Em 25/03/2014, foi aprovado o Requerimento nº 20/2014-CAE, o qual requer que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no exercício de 2014, seja a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Após a leitura, é aprovado o relatório sobre a avaliação de políticas públicas. É apreciada, ainda, extrapauta, a avaliação periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional (STN) em sua estrutura e seus componentes, bem como o desempenho das administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preconiza a Constituição Federal no art. 52, inciso XV, nos termos da Resolução nº 1, de 2013, tendo como relatora a Senadora Ana Amélia. Em 04/04/2014 foi aprovado o Requerimento nº 48/2014-CAE, o qual requer a modificação dos prazos nos trabalhos de avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional. Após a leitura, é aprovado o relatório sobre a avaliação do Sistema Tributário Nacional. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 15**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 60 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, nos termos regimentais, que sejam solicitados ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, estudos que estimem os impactos das proposições que dispõem, na forma do art. 18, parágrafo 4º, da Constituição Federal, sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios sobre as cotas-parte devidas aos demais municípios. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 60 de 2014-CAE. É inaugurado, ainda, na terceira parte da pauta, o Painel Eletrônico do Plenário 19 das Comissões e a nova galeria dos ex-presidentes da CAE. Usa da palavra o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 32ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico também o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso nº 87/2014, de 26/11/2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC014.810/2014-0, na sessão ordinária de 26/11/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 1:

ITEM 1 EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2014

Ementa do Projeto: *Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).*

Autoria do Projeto: Senador Cyro Miranda e outros

Relatoria das Emendas: Senador Luiz Henrique

Relatório: Contrário às Emendas nºs 2 a 15-PLEN.

Observações: 1. Foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 4-PLEN, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; 5 e 6-PLEN, de autoria do Senador Romero Jucá; 7, 11 e 15-PLEN, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; 8, 9, 10 e 12-PLEN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; 13-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e 14-PLEN, de autoria do Senador Cyro Miranda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós estamos vivendo uma situação que contraria as leis da Física; talvez a Teoria da Relatividade tornasse possível o evento a que nós estamos assistindo, que é o fato de esta Comissão ter sido convocada para duas atividades ao mesmo tempo em dois lugares distintos. A Comissão está convocada hoje para deliberar sobre, entre outras matérias, esta, importantíssima, e também para uma reunião conjunta com a Comissão Mista de Orçamento para ouvir o Ministro Tombini.

Então, queria que V. Exª disciplinasse esse assunto, porque estamos vivendo um informalismo absurdo no Senado, especialmente no funcionamento das comissões. Como não gostaria que esta reunião ficasse marcada por alguma irregularidade, peço a V. Exª uma explicação para esse problema e uma solução. Uma solução que avento seria marcar essa reunião para as 14h, que não colidiria com a Ordem do Dia do Congresso Nacional, marcado para as 17h.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Temos sessão do Congresso, hoje, Sr. Presidente, convocado para meio-dia.

(Intervenção fora do microfone.)

Para as 17h?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Às 17h. Mudou.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, O.K..

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio, V. Exª está coberto de razão. Reclamamos com a CMO, porque, na verdade, não nos consultaram. Vamos decidir, aqui, coletivamente.

Consultando a Secretaria, apesar da situação absurda de termos duas reuniões marcadas, não há, do ponto de vista do Regimento, nenhum impedimento à realização desta nossa reunião aqui. Diz o Regimento, no art. 107, parágrafo único: “Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado”.

Na verdade, a reunião da CMO não é uma reunião deliberativa. Então, apesar da situação – V. Exª está coberto de razão; dou razão a V. Exª -, não há impedimento regimental para a realização desta nossa reunião. De forma que...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, considerando esta afirmação de V. Exª, de que a CMO divulgou a reunião conjunta da Comissão Mista de Orçamento com a Comissão de Assuntos Econômicos sem nos consultar, acho que não tem o menor sentido nós não destravarmos a nossa pauta, considerando a relevância dos assuntos dela constantes.

Então, o apelo que faço a V. Exª é de que possamos continuar os nossos trabalhos, agradecendo à Presidência da Comissão Mista de Orçamento e pedindo que V. Exª oficie aquela Comissão para que não se faça mais isso. Para todos nós, é um prazer participar de uma audiência pública com o Presidente Tombini, na CMO, mas isso precisa estar acordado com a Comissão de Assuntos Econômicos. Se não foi acordado, acho que não está valendo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, a minha fala é na linha do que já falou aqui o Senador Ferraço. Uma vez que ele já explicitou o que penso, não há mais o que acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Então, dando razão ao Senador Aloysio Nunes, mas, por essa interpretação do Regimento, vamos manter...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Apenas quis fazer esse registro, Sr. Presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem feito, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...talvez não contrarie o Regimento, mas contraria a lógica. Já sei o que o Ministro Tombini vai falar na Comissão Mista de Orçamento e não concordo. (Risos.)

Pretendo ficar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª vai ter oportunidade na próxima terça-feira, quando ele estará aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Passo imediatamente a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Senador Lindbergh Farias, Srªs e Srs. Senadores, a matéria que vamos apreciar neste momento resultou de um amplo acordo realizado em meu gabinete, com a presença de boa parte dos membros do Conselho de Política Fazendária, com a presença do representante do Ministério da Fazenda, Dr. Dyogo; com a presença do Líder do Governo, Senador Eduardo Braga; e de vários Senadores. Lembro-me da Senadora Gleisi, do Senador Cyro, do Senador Casildo, da Senadora Ana Amélia, do Senador Romero Jucá, da Senadora Lúcia Vânia e de tantos outros que estiveram presentes no meu gabinete quando da celebração desse acordo.

Em razão desse amplo acordo realizado, envolvendo Governo Federal, governos estaduais e boa parte das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, nós trouxemos o nosso parecer ao Plenário desta Comissão, e ele foi aprovado unanimemente.

Aprovado o projeto nesta Comissão, foram propostas, em plenário, no prazo regimental, várias emendas: Emendas nºs 2 a 4, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; Emendas nºs 5 e 6, de autoria do Senador Romero Jucá; Emendas nºs 7, 11 e 15, de autoria da Senadora Lúcia Vânia; Emendas nºs 8, 9, 10 e 12, do Plenário, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Emenda nº 13, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e Emenda nº 14, de autoria do Senador Cyro Miranda.

Com uma nova reunião envolvendo os mesmos atores, tentamos estabelecer novo acordo que incorporasse total ou parcialmente as emendas propostas. Infelizmente, não houve novo acordo.

Por isso, neste sentido, em homenagem àquele entendimento amplo a que me referi, eu estou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, rejeitando todas as emendas, para que deliberemos aqui, ou seja, para que ratifiquemos aqui o texto já aprovado, unanimemente, por esta Comissão.

O parecer está publicado e consta nas telas dos computadores de V. Exªs.

O voto é pela manutenção do texto já aprovado, com a rejeição de todas as emendas.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, Relator.

Vamos suspender a reunião, por um instante, pois chegou aqui agora o nosso Presidente Renan.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos votar primeiro o parecer, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vamos votar em homenagem ao Presidente da Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse parecer é conhecido, já foi votado. Vamos homenagear o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª não acha que pode haver uma discussão...?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não há sentido, porque já foi votado à unanimidade.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu acredito que é preciso maior reflexão a respeito. Então, peço para que tenhamos primeiro a inauguração da nova sala pelo Presidente Renan, porque...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na verdade, vai ser rápido, Senador Ricardo Ferraço. Acho que seria melhor a gente suspender a reunião, rapidamente.

Vou passar a presidência para o nosso Presidente, porque nós vamos inaugurar o painel eletrônico, para modernização das comissões, o que começou com a nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Maior demonstração de prestígio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, é um grande prazer.

Eu passo a presidência, imediatamente, ao nosso Presidente Renan, que vai explicar essas modificações, agradecendo em nome de toda a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em primeiro lugar, eu queria, meu caro Presidente Lindbergh, pedir desculpas pela interrupção dos trabalhos. Apesar da importância da matéria, também sei que se trata de interrupção importante, porque, como consequência dela, nós, hoje, precisaremos votar, no plenário do Senado Federal, uma alteração no Regimento para podermos pôr em prática o novo painel eletrônico da CAE, que é o primeiro painel inaugurado. Nós vamos ter painéis em todas as comissões, mas este aqui é o primeiro.

Eu queria que os senhores e as senhoras me permitissem algumas informações que considero importantes.

O novo sistema conta, como todos estão vendo, com um painel em alta definição para exibição da presença dos Senadores, para a realização de votações eletrônicas e também para exibição de audiências públicas.

Cada Senador, Cassol, tem à sua disposição um computador de última geração com tela sensível ao toque, onde poderá consultar a pauta eletrônica da comissão, dispensando a impressão de avulso.

Nessa mesma máquina – permitam-me continuar dando essas informações –, será possível votar e examinar as matérias da pauta, bem como acompanhar as notícias e mensagens eletrônicas.

Hoje, ainda – como disse inicialmente – não será possível realizar as votações, em virtude de nós não termos aprovado a mudança regimental que permitirá votações eletrônicas nas comissões, mas esperamos, Senador Alvaro Dias, fazer isso hoje. Como é um item só que altera um determinado artigo do nosso Regimento, é importante que essa alteração, Aloysio, seja aprovada hoje, para já amanhã podermos iniciar o funcionamento do painel da Comissão de Constituição e Justiça.

Na entrada da sala da Comissão, foi instalado um totem de registro de presença, com biometria, e na entrada das alas Alexandre Costa e Nilo Coelho, em breve, telões apresentarão tudo o que está ocorrendo em cada comissão, inclusive – quando for o caso – o item que está sendo deliberado. Isso também é uma informação muito importante.

Além disso, nós substituímos os estofados das poltronas, foram desenvolvidos painéis decorativos inspirados nas obras de arte do Senado Federal, para compor o ambiente das comissões nas paredes atrás da mesa, bem como foram produzidos novos painéis de ex-presidentes das comissões com a mesma temática inspirada em Athos Bulcão.

Particularmente, no nosso caso aqui, no caso da CAE, o painel desta sala que nós vamos inaugurar logo mais, na parte externa, com as fotos dos ex-presidentes, foi também inspirado nas plaquetas metálicas que decoram a cúpula do plenário do Senado Federal, e foi – é importante também que se diga – concebido pela equipe da Coordenação de Criação e *Marketing* (Comark) da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal – Luiz Henrique e Lindbergh Farias.

Já no plenário, novos painéis foram instalados ao longo desse último final de semana, e neles será possível acompanhar a transmissão ao vivo da TV Senado, de modo a permitir que, das galerias, independentemente do ângulo de visão, seja possível ao visitante visualizar melhor o orador.

Outra informação importante é que o painel permitirá o registro da orientação de Liderança, o que não era possível, e permitirá, em sessões solenes e especiais, que sejam exibidos vídeos e apresentações pertinentes ao tema daquela sessão.

Mais importante do que tudo isso é que novos equipamentos de votação do plenário serão acessíveis inclusive àqueles que não possam mover as mãos. Serão disponibilizados postos de votação que permitem o reconhecimento da íris do Parlamentar e possibilitarão o voto com o piscar dos olhos ou com os pés, a depender da necessidade especial do Parlamentar.

O terminal de votação do Senador também terá teclas com relevo em braille e exibirá o voto do Parlamentar, que em seguida o confirmará, evitando os casos que nós conhecemos – e são muitos os casos – de Senadores que votam incorretamente ou que, por acidente, digitaram ali, naquele momento exato, a tecla errada.

Finalmente, esse novo sistema, Presidente Lindbergh, permitirá a publicação – e isso também é muito importante –, em tempo real, dos resultados de votação em meio eletrônico. Hoje, Senador Aloysio, o atual sistema só permite a impressão do resultado das votações e de qualquer reprodução ou estatística que se deseje fazer, via fotocópia ou redigitação, toda a redigitação dos dados, o que significa que nós estávamos, verdadeiramente, em descompasso com os novos tempos.

Todas essas melhorias, que incluem a aquisição de painéis para o plenário e para todas as comissões, bem como o fornecimento dos postos de votação, leitores de impressão digital e mais de 360 computadores para uso exclusivo dos Senadores no plenário e nas comissões, foram feitas a um custo total de R\$4 milhões – R\$4 milhões foi o custo total de tudo isso –, inteiramente custeados com os recursos obtidos pelo Senado pela venda da folha de pagamento ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Isso prova, evidentemente, os compromissos desta Mesa Diretora de fazer mais com menos.

Nós teremos – já estou encerrando –, como todos sabem, economizado mais de R\$500 milhões, ao mesmo tempo em que ampliamos e modernizamos o Senado Federal. E mais ainda: o Senado, nesse biênio, nesses dois últimos anos, multiplicou por três os seus investimentos. Além de um corte de R\$500 milhões, R\$530 milhões exatamente, o Senado Federal multiplicou por três os investimentos da Casa, que eram, nos últimos anos, feitos na faixa de R\$20 milhões, R\$22 milhões, e, nesse último ano, nós ultrapassamos R\$66 milhões.

Eram essas as informações que, rapidamente, sem pretender interromper, gostaria de dividir com vocês, especialmente com o nosso Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Quero agradecer e convidar todos os Senadores para irmos agora aqui fora para fazer a inauguração...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Rápida inauguração. Tivemos de fazer a remoção das fotografias da galeria dos presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero dizer, Presidente, que há um impacto também importante na questão ambiental. Nós nos livramos da era do papel e entramos, definitivamente, na era digital. Há um ano, tínhamos reuniões aqui – o Senador Luiz Henrique, como Senador desta Comissão, já estava nessa batalha há muito tempo –, com calhamaços, pautas no papel. E entramos em um novo momento de trabalho aqui no Senado Federal. Estamos superando isso aqui. Era desta forma que funcionavam os nossos trabalhos nas comissões.

Então, sem sombra de dúvida, este é um grande salto desta Comissão do Senado Federal. Por isso, parabênz muito o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, agradecendo pelo fato de a CAE ser a primeira das comissões.

Muito rapidamente, convido todos os Senadores a irem aqui fora para fazermos o descerramento da placa.

(Suspensa às 11 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos retomar os nossos trabalhos. O Senador Luiz Henrique já havia falado. O Senador Eduardo Suplicy pediu a palavra.

A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu me inscrevo para discutir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Faria, caro Senador Luiz Henrique, Relator do Projeto de Lei nº 130, de 2014, primeiro, quero enaltecer o esforço de V. Exª em procurar chegar a um entendimento com os secretários da Fazenda, representados no Confaz. Eu sou testemunha do esforço que V. Exª fez para ouvi-los. Eu me sentiria confortável para votar a matéria se V. Exª tivesse, pelo menos, aceitado algumas emendas, tais como a Emenda nº 10, do Senador Aloysio Nunes Ferreira:

Que a produção de efeitos de convênio a ser celebrado esteja condicionada à aprovação de lei complementar relativa à instituição de fundos federativos de compensação dos Estados pela redução de alíquota do ICMS, pela implantação da Resolução do Senado nº 13, de 2013, e pela repartição do ICMS sobre o comércio eletrônico e de desenvolvimento regional.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E também a Emenda nº 13, de minha autoria, que pretende que a produção de efeitos de convênio a ser celebrado seja condicionada à edição de resolução, pelo Senado Federal, relativa à redução de alíquotas estaduais de ICMS.

Não tendo sido aceitas essas emendas, avalio – e este também é um apelo do próprio Governador Geraldo Alckmin, que manifestou a sua preocupação a esse respeito na semana passada e ainda hoje – que deveríamos aguardar a proposta de reforma tributária que a equipe de Governo irá realizar, para então apreciarmos, de maneira definitiva, esta matéria.

Esse é o ponto de vista que eu gostaria, pelo menos, de expressar aqui, com todo o respeito ao esforço de V. Exª.

É a sugestão que formulo. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, meus preza-dos colegas, eu penso que o projeto de lei da Senadora Lúcia Vânia, a quem saúdo como uma das grandes expressões do PSDB na política, é um começo de solução para o problema da guerra fiscal, mas não é tudo. E a adoção dessa medida, isoladamente, sem que sejam implementadas, ao mesmo tempo, outras medidas – e me refiro explicitamente à redução do número de alíquotas interestaduais, à redução do seu montante; à co-

brança no destino, de um lado e, de outro lado, à instituição dos fundos compensatórios –, além de não resolver o problema, poderá agravá-lo.

Sr. Presidente, todos nós constatamos isso; daí o esforço desta Comissão para resolver este grave problema que pesa sobre a economia brasileira, que é a deterioração da qualidade do ICMS. Todos concordamos que é preciso dar uma solução para esse problema.

O ICMS, não obstante ser um imposto estadual, de competência estadual, tem sido usado como uma alternativa dos Estados para implementar o seu desenvolvimento regional, coisa que deveria ser uma iniciativa da União. Cabe à União, por meio dos tributos que arrecada, instituir políticas de desenvolvimento regional, porque o ICMS, sendo um imposto estadual, acaba tendo também um repercussão nacional. Por força do mecanismo de crédito, das compensações que ocorrem ao longo de cadeia produtiva que se estende por várias unidades da Federação, uma decisão sobre ICMS no Estado afeta outras unidades da Federação. Por isso, há, desde muitas décadas, a regra da unanimidade do Confaz para a instituição desses benefícios, de modo a impedir a ação unilateral dos Estados, que pode muitas vezes prejudicar outros.

E, por terem sido instituídos ao arrepio dessa regra da unanimidade, muitos desses benefícios fiscais são contestados hoje, e temos hoje uma questão da maior gravidade e pendente de solução no Supremo Tribunal Federal, onde há a possibilidade de adoção de uma súmula vinculante, aplicada a todas essas leis cuja constitucionalidade foi contestada.

Por isso, aliás, há uma pressa muito grande da Comissão em votar esse projeto de lei, diante da ameaça dessa súmula vinculante.

Ora, Sr. Presidente, todos nós sabemos que já existe, a partir da adoção de uma lei que está em vigor há muito anos – elaborada até pelo trabalho do Ministro Gilmar Mendes, quando era assessor jurídico do Presidente Fernando Henrique –, uma lei que permite a modulação dos efeitos das decisões do Supremo, de modo que, se viesse a ser adotada uma súmula vinculante, esta seria adotada apenas para disciplinar o futuro e não para desfazer um passado, porque traria um caos à economia brasileira.

Mas essa é a razão da pressa da Comissão em adotar este projeto de lei, desvinculado das demais providências que, todos concordam, devam ser adotadas concomitantemente. Eu diria que esse receio deve ser afastado por uma questão de bom senso. Não creio jamais que o Supremo Tribunal Federal fosse tomar uma decisão que arruinasse a economia brasileira, que levasse o caos à vida das empresas que estão instaladas aí e estimuladas por esses benefícios fiscais.

Por isso, Sr. Presidente, considero que esse projeto de lei deve caminhar concomitantemente às outras providências.

Vejam que aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, depois de um trabalho minucioso, paciente, especialmente do Senador Delcídio do Amaral, já aprovamos um projeto de resolução na linha da redução das alíquotas e sua cobrança no destino. Ela precisa ser votada em plenário.

Os fundos compensatórios foram objeto de uma medida provisória, editada pela Presidente Dilma, que, infelizmente, morreu de morte matada pelo Governo: o Governo pôs o pé em cima e a matou, frustrando um trabalho muito bem feito do Senador Walter Pinheiro, que foi o Relator da matéria.

É preciso, Sr. Presidente, que a nova equipe econômica, talvez no novo mandato da Presidente Dilma, disposta a colocar a casa em ordem, assuma essa questão.

Isso ficou parado por falta de liderança política. A Presidente Dilma abriu mão da força do seu mandato para impulsionar essas questões para que nós pudéssemos hoje votar essa matéria, já tendo no horizonte, claro, a adoção também dos fundos e da unificação das alíquotas, de modo a acabar com a guerra fiscal. O projeto como está hoje, aprovado isoladamente, vai – no meu entender – frustrar essa reforma do ICMS, que é uma medida de salvação nacional.

Todos concordam, e a entrevista recente do Ministro Delfim Netto é mais uma na linha da argumentação de que esse problema da reforma do ICMS é uma das reformas mais urgentes que precisam ser atacadas pelo Executivo e pelo Congresso Nacional.

Na medida em que adotemos o projeto de lei isolado dessas outras medidas, nós teremos a possibilidade de reinstituição de benefícios por um prazo de 15 anos, que eu não sei quando terminará. Isso porque 15 anos no mundo da política brasileira se transforma facilmente em 20, 30, em 50, perpetuando uma situação que distorce os cálculos econômicos, inibe os investimentos e mais, Sr. Presidente, privilegia empresas beneficiárias dessas medidas tributárias dos Estados em detrimento da própria receita dos Estados e dos Municípios.

Nós estamos trocando aí um benefício fiscal para uma empresa por arrecadação dos Estados e Municípios, que poderão propiciar investimentos à saúde, à educação, infraestrutura, num momento em que a situação fiscal dos Estados e dos Municípios é gravíssima, como é do conhecimento de todos.

Por essa razão, Sr. Presidente – reconhecendo o esforço e a paciência beneditina; a competência sem limites do nosso Relator, o Senador Luiz Henrique; e a inspiração altamente meritória da Senadora Lúcia Vânia, que seguramente concorda comigo, que todas essas medidas devam caminhar concomitantemente, é que eu voto contra.

Penso, Sr. Presidente, que votar este projeto – no momento em que se avizinha a troca de muitos governadores de Estado, inclusive com mudança de partidos no comando, sem que haja, por parte dos novos integrantes do Confaz, a possibilidade de examinar essa matéria; no momento em que há uma troca da equipe econômica do Governo, sem que nós saibamos exatamente o que eles vão propor em matéria de desenvolvimento regional – é algo que, no meu entender, me parece, digamos assim, inconveniente.

Por essa razão, respeitando o trabalho feito até agora e por saber por onde sopra o vento e que essa matéria será aprovada por esta Comissão, é que voto contra e vou defender a minha posição mais tarde no plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, este não é um tema novo na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Há pelo menos seis meses, nós estamos debatendo essa matéria. Audiências públicas, reuniões as mais diversas, entendimentos e convergências foram construídos ao longo desse período. Este projeto relatado pelo Senador Luiz Henrique, a meu juízo, está longe do ideal. Por quê?

Porque o Senador Luiz Henrique, na condição de Relator, para construção de uma convergência que contou com o Confaz; contou, na Mesa, com o Presidente do Confaz; com o coordenador do Confaz; contou, na Mesa, com o Secretário Andrea Calabi – extraordinária figura. Ao longo desse período, muitos ajustes foram feitos, e esses ajustes produziram uma negociação, uma negociação em torno de uma proposta apresentada pelo Senador Luiz Henrique, longe daquilo que eu considero ideal, porque, na prática, não resolve todos os problemas.

E quero crer que tampouco esse foi o propósito da Senadora Lúcia Vânia quando apresentou esta proposta.

Sr. Presidente, não há, no marco legal brasileiro, nenhuma outra determinação como esta inscrita, consagrada, na Lei Complementar nº 24 de 1975, que determina a regra da unanimidade

Para aprovarmos uma emenda à Constituição Federal, nós precisamos de um quórum qualificado, mas não precisamos de unanimidade.

Por que essa unanimidade foi, à época, constituída?

Porque, em 1975, o nosso País não respirava os ares da democracia, da liberdade de expressão. E, à época, a unanimidade era facilmente conquistada em função de uma decisão vertical. No tempo, a decisão se tornou absolutamente incompatível com a realidade dos fatos.

Somou-se à preocupação, quero crer, da Senadora Lúcia Vânia, a súmula vinculante proposta pelo Ministro Gilmar Mendes, já devidamente analisada pela Procuradoria-Geral da República, já analisada pela Comissão de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Em pauta, os efeitos que poderiam modular ou poderão modular a eventualidade dessa súmula vinculante. Não é uma decisão por gravidade... Isso tem que ser decidido, e não é no automático.

Portanto, a iniciativa de concedermos ao Confaz a possibilidade de, por um quórum qualificado de dois terços, convalidar... Porque não somos nós que estamos convalidando; nós estamos dando autorização ao Confaz para que possa convalidar isso.

Enfim, esse debate que estamos fazendo aqui tem o sentido de oferecermos ao Supremo Tribunal Federal uma resposta. O Congresso não está parado. A Comissão de Assuntos Econômicos não está omissa. Nós estamos oferecendo um marco legal para que possamos evitar a implementação da Súmula Vinculante nº 69, que trará aos nossos Estados uma extraordinária desorganização nas nossas contas públicas.

Então, Sr. Presidente, eu acho que nós chegamos num ponto de maturidade, até porque essa proposta, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que o Senador Luiz Henrique apresenta é a proposta que já foi votada: a unanimidade dos membros.

Essa é a proposta que foi construída em convergência com o Confaz, em convergência com todo o Confaz, inclusive com o Secretário Andrea Calabi. Não temos aqui um fato novo.

O Senador Luiz Henrique não está alterando em qualquer sentido a proposta que já foi apresentada e que já foi construída com os membros do Confaz.

Então, em nome desse amplo e profundo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro, com muita alegria.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O próprio Senador Luiz Henrique mencionou que, na reunião havida nesses últimos dias, não houve o consenso propriamente do Confaz, e, se fossem aceitas as emendas que mencionei, as principais emendas que o próprio Confaz acreditava que seriam importantes – a Emenda nº 10 do Senador Aloysio Nunes e a Emenda nº 13 –, aí sim, poderíamos dizer que haveria consenso, mas, na forma apresentada agora, não há.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Seria importante que o Relator, o Senador Luiz Henrique, pudesse inclusive elucidar isso. Afirma o Senador Eduardo Suplicy que esta proposta que V. Exª está relatando, ao não aceitar as emendas, é diferente daquela proposta que foi acordada com o Confaz, com a sua coordenação e com os seus representantes.

Tanto que essa proposta foi votada, à unanimidade dos nossos membros, em função desse acordo, para que pudéssemos levar essa matéria ao plenário.

Quer dizer, V. Exª não alterou uma vírgula sequer do acordo que foi construído inclusive com o representante do Ministério da Fazenda, o Dr. Dyogo, que, por designação do Ministro Guido Mantega, esteve sentado à Mesa conosco.

Então, manifesto-me favoravelmente à posição de V. Exª, até porque V. Exª está cumprindo um acordo feito, V. Exª não incorporou novas emendas, mas está ratificando aquele acordo que foi feito na prática, simplesmente dando ao Confaz autorização para que o mesmo, com quórum qualificado, possibilite, através de convênio próprio, específico, a convalidação e os efeitos dos incentivos concedidos por diversos Estados brasileiros, para que esses Estados possam trabalhar a desconcentração do desenvolvimento econômico e social em todo o País.

Então, entendo o esforço feito pelo Senador Luiz Henrique – e já concluo, Sr Presidente –, entendo que nós precisamos ir adiante naquilo que nós combinamos, naquilo que nós acordamos. E, na certeza de que o parecer do Senador Luiz Henrique está em linha com aquilo que foi combinado, manifesto-me favoravelmente na direção de nós votarmos esse projeto em definitivo, para que o Plenário possa fazer, enfim, o debate de temas em que eventualmente possam não haver consenso. E eu mesmo tenho alguns destaques que vou apresentar em plenário.

No entanto, esse é um outro passo e um outro momento.

Por ora, precisamos valorizar o trabalho e o esforço feito pelo Senador Luiz Henrique, que, ao longo desse processo, debateu em profundidade com o Confaz, com o Governo Federal e com todos os Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, autora do projeto.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Aloysio Nunes e agradecer-lhe a referência à minha pessoa.

Mas eu quero levantar a questão que eu considero importante. A motivação deste projeto foi no sentido de que a situação, como está, em relação aos incentivos fiscais gera uma insegurança jurídica muito, muito grave e que perturba enormemente a economia dos nossos Estados.

Em um segundo momento, respondendo também à questão da unanimidade do Confaz, quero aqui deixar claro que a nova composição do Confaz exclusivamente para discutir esse projeto foi alterada, mas alterada em comum acordo com a decisão unânime do Confaz: seriam dois terços de todas as unidades federadas e um terço de cada unidade da Federação.

Outro aspecto que considero importante é a gente poder dizer que esse projeto foi altamente discutido. O Senador Luiz Henrique teve a paciência de levar essa discussão por seis meses e teve também a iniciativa inédita nesta Casa de trazer o Confaz para discutir dentro do Congresso Nacional, aproximando essa discussão, fazendo com que fôssemos construindo esse projeto a muitas mãos.

Considero louvável o Senador Luiz Henrique, diante da enormidade de emendas que recebeu após o acordo, optar por rejeitar todas as emendas, para que pudéssemos avançar naquilo que foi feito e naquilo que foi acordado.

Portanto, eu quero, também aqui, respondendo ao Senador Aloysio sobre a votação da resolução, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. A resolução, brilhantemente relatada pelo Senador Delcídio, foi aprovada, mas continua sem ser levada ao plenário em função das dificuldades criadas por aqueles que não concordaram com o projeto.

A mesma coisa foi com relação aos fundos. Nós concordamos em votar a resolução sem que houvesse – Sr. Presidente, está difícil falar – ainda a definição tanto dos fundos de compensação quanto do fundo de desenvolvimento regional.

Portanto, eu acredito que um projeto dessa natureza tem de ser votado como nós votamos: votamos isoladamente os fundos, votamos isoladamente a resolução, e estamos votando isoladamente a convalidação.

No entanto, todos eles estão caminhando – ou deverão caminhar – em conjunto. Eu não vejo por que só a questão da convalidação não poder ser votada separadamente, uma vez que a resolução foi votada separadamente, os fundos foram apresentados aqui, separadamente, e, agora, a resolução.

Então, o nosso acordo era no sentido de agilizar a votação do comércio eletrônico, agilizar a votação da redução de alíquotas, agilizar a votação dos fundos e agilizar a votação da convalidação.

Portanto, eu quero aqui dizer da importância de referendar o voto que já foi aqui unanimemente aposto pelos Srs. Senadores. E eu acredito que, hoje, nós faremos da mesma forma também no plenário e deveremos apresentar algumas emendas que entrarão em discussão, para que possamos fazer um relatório que venha ao encontro de todos aqueles que desejam resolver este problema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero também, como todos fizeram aqui, rapidamente, louvar e registrar a importância do trabalho do Senador Luiz Henrique, que, com competência, com paciência, com articulação, conseguiu evoluir uma medida que eu considero extremamente importante, até fundamental para os rumos da economia brasileira.

Nós temos de convalidar rapidamente esses incentivos fiscais, sob pena de desestruturar o processo de produção nos Estados, principalmente nos Estados mais pobres.

Fiz questão de justificar ao Senador Luiz Henrique a reunião feita, no seu gabinete, junto com os membros do Confaz. Considero fundamental acrescentar um artigo ao texto do Senador Luiz Henrique – eu o chamei de art. 3º, por conta da emenda que estava prevista antes –, com o seguinte texto:

Art. 3º. Ficam remidos e anistiados os créditos tributários de ICMS, constituídos ou não, relativos a operações e prestações alcançadas por benefícios, ou incentivos fiscais ou financeiros, vinculados ao ICMS, concedidos por legislação estadual ou distrital editados até a data da publicação da lei complementar.

Ou seja, nós temos de deixar claro que, independente do ajuste e da renovação dos benefícios para frente, não deve ficar nenhum esqueleto, nenhuma possibilidade de veto ou de glosa de créditos que foram concedidos dentro dessa mesma sistemática, sob pena de, amanhã, nós termos uma legislação que, para frente, está regularizada, e, para trás, em tese, algum Estado poder tentar glosar aquilo que estamos aprovando aqui.

Então, eu registro a importância de colocar esse texto. Sei que o Senador Luiz Henrique concorda com a colocação do texto. Não sei se ele considera o melhor momento colocá-lo aqui ou no plenário.

Por conta disso, vou votar favoravelmente ao projeto, da forma que o Senador Luiz Henrique quiser encaminhar, mas vou pedir também – já deixo o pedido – para se votar o regime de urgência dessa matéria, exatamente para que, se for necessário algum ajuste no plenário, ele possa ser feito com parecer de plenário sem precisar voltar à Comissão.

Portanto, louvando o seu trabalho e dando um voto de confiança ao Senador Luiz Henrique, eu voto favoravelmente à matéria, mas peço a inclusão, aqui ou no plenário, desse texto do art. 3º, que, exatamente convalida para trás e dirime qualquer dúvida sobre qualquer glosa dos créditos que foram concedidos.

Esse é o meu voto e o meu encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu não vou ser repetitivo, mas quero aqui dizer que algumas coisas, Sr. Presidente, eu escuto, e, aí, pela minha origem, lá da fronteira, eu não consigo me conter.

Dizer que os Estados vão votar isso e que os próprios Municípios vão perder...Olha, os Estados e os Municípios não têm como perder. Eles não tinham essas indústrias. As indústrias foram para o interior em função do incentivo dado.

Então, como é que você vai perder alguma coisa que você não tinha?

Então, esses argumentos, realmente, não ajudam.

Aqui, estamos construindo o início.

É bem verdade que, além disso aí, Senador Luiz Henrique, eu tenho comigo que, dificilmente, essa matéria seria votada não fosse V. Ex^a o Relator. Por quê?

Porque teve muita paciência, muita habilidade e muita competência de construir uma proposta que – todos nós sabemos – não é, sem dúvida... Nós temos que votar, por exemplo, o Fundo de Compensação. É uma série de coisas, mas o início tem de ser por aqui, senão não vamos dar o segundo e o terceiro passo e completar esta que, na minha avaliação, é quase uma reforma tributária.

É fundamental essa questão do ICMS? É. Tem que reduzir? Tem, mas, para reduzir, tem que criar o Fundo de Compensação. Do contrário, os Estados pequenos do interior não conseguem fazer isso. É preciso que entendam isso, senão a maioria de nós teria de votar contra.

Eu voto a favor, na certeza de que esta matéria vai continuar sendo discutida.

Por exemplo, sobre o comércio eletrônico, eu não sei por que a Câmara não vota o comércio eletrônico. É uma forma de compensar a perda dos Estados. Então, nos grandes Estados industrializados, os representantes têm que entender isso, senão não dá para avançar.

Ao terminar, cumprimento o Senador Luiz Henrique pela competência, pela habilidade, e cumprimento a autora, esta valorosa Senadora do Estado de Goiás, que é a Senadora Lúcia Vânia, que, se não tivesse colocado o projeto, nós também não estaríamos discutindo isso aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Walde-mir Moka.

Agora, está inscrito o Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Lindbergh, eu agradeço a V. Exª e aos caros colegas, Senadores e Senadoras.

Esta não é uma matéria partidária; é uma matéria federativa. É uma questão fundamental da responsabilidade desta Casa.

Eu queria também reafirmar e ratificar o esforço que fez o Senador Luiz Henrique, que, como ex-Governador de Santa Catarina, conhece, na prática, os dilemas que tem um Estado na gestão, especialmente na questão tributária fiscal, que é o que estamos debatendo agora.

O Supremo está com esta questão da convalidação dos incentivos para examinar, e nós temos que dar o primeiro passo. O Rio Grande do Sul é contra. Está na posição de São Paulo em relação a isso, mas, se não fizermos nada...

Há um processo também de alteração, com o segundo mandato da Presidente Dilma, em que a própria orientação econômica já vem sinalizando algumas mudanças que terão impacto sobre as finanças de Estados e Municípios, mas, se nada fizermos, corremos o risco de ver o Supremo Tribunal Federal dar uma sentença ou tomar uma posição que vai agravar a situação e que não vai representar uma solução para essa insegurança jurídica em que estão as empresas que tiveram, como ocorreu no Rio Grande do Sul, incentivos fiscais.

Então, a convalidação é importante. Agora, no restante do processo, o Estado do Rio Grande do Sul, que talvez esteja financeiramente na situação mais delicada, mais fragilizada, tem dificuldade com essa matéria.

Então, eu quero ressaltar a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, o direito que esses Estados tiveram de estabelecer políticas de incentivo e atração de novos investimentos, mas também pontuar como estão os Estados, que, do ponto de vista financeiro, estão numa situação caótica, como é o nosso Rio Grande do Sul.

Então, eu queria ponderar essas questões, para a compreensão do Senador Luiz Henrique e da Senadora Lúcia Vânia, pelo esforço que fez para encontrar uma saída nesse aspecto tão complexo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo inscrito é o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Caro Presidente, Lindbergh, e colegas, eu se-rei breve.

Eu confesso que, quando um homem que eu admiro não de hoje, mas desde a época da Câmara dos Deputados, no início dos anos 80, o Senador Aloysio Nunes, começou a fazer a exposição do projeto, eu comecei a encucar com ele. A coisa está caminhando para algo que talvez não seja o momento. Eu fiquei aqui comigo pensando que esse debate vai longe.

Quando o Senador Aloysio Nunes foi concluindo – e eu vou me estribar numa afirmação sua ao final –, dizia ele: “Olhe, eu vou votar contra, e a mesma coisa será a minha posição lá no plenário depois, porque eu, aqui na Comissão, já conheço, mas não é o pensamento do Brasil ou dos colegas”.

Quando ele disse aquilo, me aliviou. Mais ou menos, há um entendimento dos colegas que representam os demais Estados do Brasil. Isso me trouxe um alívio, sem dúvida alguma. Acho que essa é a tendência. É um avanço; já é um começo de alguma coisa a mais.

Como dizia o Senador Ricardo Ferraço, para alterarmos um item constitucional no Brasil, nós não precisamos da totalidade. O Confaz, hoje, exige isso.

Eu acho que estamos avançando no sentido de fortalecer o princípio federativo. É a descentralização do Brasil. Eu acho que é o primeiro passo.

Por isso, Senadora Lúcia Vânia, que é a autora, e Senador Luiz Henrique – eu sempre digo que o Luiz Henrique é o homem que carrega a agulha e a linha para costurar um grande entendimento –, essa é a minha expressão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

O próximo orador inscrito é o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente. Sras Senadoras, Srs. Senadores, eu quero também associar-me a todos os que defenderam este projeto, que foi brilhantemente relatado pelo Senador Luiz Henrique, que procurou construir um consenso em torno de todos os Parlamentares, ouvindo também os secretários de Fazenda e o próprio Confaz. É importante dizer que ele é Relator de outros projetos que diretamente se inter-relacionam com essa temática, entre eles aquele que... Não é pelo fato de tratar de ICMS, mas por tratar do pacto federativo e também de uma tentativa de alívio para Estados e Municípios, que foi o que mudou o indexador da dívida. Todos nós votamos por essa proposta, que beneficiava determinados Estados, da mesma forma como votamos pela proposta que tratou da questão da importação de produtos por intermédio dos portos, o que beneficiou um conjunto de Estados também.

Esta é uma proposição que vem fazer justiça, mas que obviamente também beneficia um conjunto de Estados que tiveram de valer-se da guerra fiscal, por conta da não existência de leis que viessem a impedi-la, e que fizeram isso não porque desejassem fazê-lo, mas para tentar estimular um processo de industrialização dos seus respectivos territórios.

Todos nós sabemos que há hoje uma situação de insegurança jurídica, porque, como o Supremo já declarou esses projetos de incentivo como inconstitucionais, nós corremos o risco de chegar a uma situação de caos absoluto.

Por essa razão, eu quero aqui também afirmar o meu voto favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O próximo orador inscrito é o Senador Blairo Maggi. É o último orador inscrito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, eu também quero deixar aqui meu posicionamento favorável ao relatório, acompanhando o Relator, porque quem foi governador, como eu fui, por dois mandatos...

(Soa a campanha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... pelo Estado do Mato Grosso, sabe da luta que os governadores têm para fazer com que haja um processo de industrialização nos seus Estados. Alguns têm matérias-primas e direcionam aquele processo de industrialização no rumo das suas matérias-primas. Outros não têm matérias-primas e se valem do comércio pela sua posição geográfica, no caso dos portos. Mas o importante é que cada um dos governadores, na sua época, no seu período, procuraram responder aos anseios do seu Estado, da sociedade, das pessoas que vivem lá. E nenhum dos governadores do passado, e nem dos atuais, pode abrir mão dessa possibilidade de crescimento, da verticalização, da industrialização de suas matérias-primas; enfim, de fazer com que parte da renda e parte dos empregos que são gerados em outros Estados, no benefício das suas matérias-primas, possam ser usufruídos no seu Estado de origem – no caso, no Estado do Mato Grosso.

Então, é de extrema importância a aprovação deste projeto hoje e deste relatório, para que a gente afaste definitivamente os riscos de ele ser considerado ilegal, como o Supremo Tribunal Federal já o fez – e isso continua em discussão –, e para que não traga instabilidade econômica aos seus Estados. E mais: os governadores que assumem neste momento, também, já olham para o futuro.

Conversando, poucos dias atrás, com o Senador Pedro Taques, que foi eleito Governador do Estado do Mato Grosso pelos próximos quatro anos, ouvi que uma das metas que o Governador quer colocar para o Estado de Mato Grosso é a industrialização, a verticalização.

No entanto, é extremamente difícil alguém sair de Santa Catarina, alguém sair do Sul, do Sudeste, andar 1,7 mil, 1,8 mil quilômetros, continente adentro, no contrafrete, só porque nós temos olhos azuis ou somos mais bonitos, ou somos mais feios, ou estamos em um território mais *caliente* do que os demais. Não! As empresas irão para Mato Grosso se elas sentirem que têm matéria-prima e têm condições de pagar os investimentos, e, principalmente, se o valor agregado puder ser compensado na distância dos fretes que nós temos. Assim é no Estado do Mato Grosso do Sul, do Senador Moka.

Então, cada um dos nossos Estados tem uma particularidade, e essa particularidade deve ser observada no novo projeto de lei, dando autonomia para que os Estados possam convalidar aquilo que foi feito dentro de uma regra do passado, mas que, também, tenhamos para o futuro algo de diferente. Do contrário, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós teremos uma situação que já há 500 anos ocorre no Brasil, que é o aumento da população, o aumento da riqueza ao longo da costa brasileira, em detrimento dos Estados que estão no centro do País, no norte do País e mais no oeste do País.

Precisamos olhar para tudo isso. Sempre foi uma das questões discutidas no Centro-Oeste brasileiro e foi uma das propostas que me trouxeram ao Senado Federal: para defender o que fizemos no passado e criar condições para que possamos avançar no futuro, para que não sejamos, simplesmente, o maior produtor de soja do País, o maior produtor de milho do País, o maior produtor de algodão do País. Não. Nós queremos mais do que isso! Nós queremos a industrialização, a verticalização, mas nada acontecerá se nós não conseguirmos dar o incentivo – não só o incentivo fiscal, mas o incentivo da mão de obra, o incentivo das condições de infraestrutura naqueles Estados da Federação brasileira.

Quero deixar, aqui, o meu apoio a essa alternativa que votamos hoje.

Sr. Presidente, muito obrigado. E parabéns, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Chegou aqui o Senador Cyro Miranda, que já estava inscrito. Depois, o Senador Alvaro Dias, e passaremos ao nosso Relator e colocaremos em votação.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou ser bem rápido.

Falaram muito, aqui, do desenvolvimento regional e de uma política de desenvolvimento. Justamente por falta da mesma foi que se desenvolveu o único instrumento que se tinha.

Mas eu quero lembrar que este é o melhor programa social que pode haver: geração de empregos. Não há bolsa família, bolsa disto, bolsa daquilo melhor do que a geração de empregos. Isso propiciou para o Centro-Oeste, para o Norte e para o Nordeste uma forma infalível de geração de empregos e de prosperidade.

Eu desafio alguém, aqui, neste plenário, a me dizer que o Sul e o Sudeste foram prejudicados com o desenvolvimento dessas regiões. Muito pelo contrário! São Paulo se livrou de um êxodo que era constante nas décadas de 60, 70, 80, até começo da década de 90. Todos corriam para São Paulo em busca de emprego; corriam para o Sul e o Sudeste. E, hoje, isso sensivelmente diminuiu.

Então, por tudo o que já foi dito, por tudo o que foi explicitado e, depois de oito meses de trabalho da Senadora Lúcia Vânia, de conversas do Senador Luiz Henrique e tantos outros envolvidos, nós chegamos, sim, a um consenso. É um consenso, porque nós temos dois vieses: um político e outro técnico – esse é o político e terá de ser respeitado.

Agradeço. Por isso, o meu voto favorável.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem, Senador Cyro Miranda. O último Senador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, louve-se o esforço da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Luiz Henrique em buscar solução, mesmo que parcial, para problemas que enfrentam unidades da Federação com o seu processo de desenvolvimento, sobretudo industrial, inibido pelo arcabouço jurídico referente à questão tributária.

Eu imagino que não há outra alternativa a não ser aprovar um projeto dessa natureza, evidentemente sem desvalorizá-lo. Entendo que é muito pouco diante do que almeja o País, sobretudo depois de um pleito eleitoral em que temas dessa natureza foram debatidos, obviamente com compromissos que foram assumidos por quem se elegeu para presidir o País.

Neste regime presidencialista, sabemos que as reformas essenciais só ocorrerão quando houver interesse, iniciativa, articulação política e competência de quem preside o País.

É um momento oportuno para cobrarmos as reformas essenciais: a reforma do sistema federativo, com o acoplamento da reforma do sistema tributário.

Creio ser repetitivo afirmar que temos um modelo tributário ultrapassado, anarquizado, exatamente em função das tentativas isoladas do seu aprimoramento.

Entendemos que é responsabilidade maior do Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional, no início do próximo período legislativo, as reformas fundamentais para alavancarmos o desenvolvimento nacional, para retirarmos o País dessa paralisia econômica que incomoda a todos, com consequências ainda imprevisíveis.

Portanto, Sr. Presidente, valorizo o trabalho da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Luiz Henrique. Voto favoravelmente, mas é muito pouco diante das necessidades do País. Creio ser o nosso dever enfatizar sempre, a cada passo, a cada momento de debate desta matéria, a responsabilidade de quem preside o País com as reformas essenciais para o nosso futuro.

Por isso, fica a cobrança. A Presidente Dilma Rousseff há de tomar iniciativa, no início do próximo período legislativo, para que essas reformas ocorram de forma ampla e definitiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Já havia encerrado as inscrições, mas o Senador José Agripino pediu a palavra.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, é muito rápido.

Quero manifestar a minha posição em relação ao trabalho do Senador Luiz Henrique, que foi pertinaz, eficiente e patriótico, porque ele conseguiu, ao final, uma negociação que envolve as definições daqui para frente do Confaz, por dois terços do colegiado, mantido um terço de cada região.

Penso que isso é um avanço que se vai sentir daqui pra frente, porque muita coisa, neste País, em matéria de tributos, é travada pelo fato da exigência de as decisões do Confaz ocorrerem por unanimidade. Esta é difícil. Essa evolução para dois terços vai possibilitar, pela flexibilização, um mundo de avanços e de coisas positivas movidas pelo debate, debate e argumento.

Agora, preocupa-me – é claro que o sistema de incentivo pelo tempo proposto está mantido por 15 anos pra frente, para quem os tem – o fato, com relação ao contencioso pelo qual as empresas respondem, de haver o conflito entre créditos, o que significa uma espada de Dâmocles no sistema de incentivos.

Vamos votar favoravelmente a esta matéria aqui. Vamos tentar votar no plenário do Senado favoravelmente, e a matéria vai à Câmara, para que, naquela Casa, já com a posse do novo mandato da Presidente Dilma e dos novos integrantes da equipe econômica, se defina a questão do fundo, a sua administração e em que condições ele vai existir, para que essas dúvidas todas se dirimam.

Agora, acho fundamental a emenda aqui referida pelo Senado Romero Jucá, com a qual quero solidarizar-me, manifestando desde já o meu inteiro “de acordo” com a emenda de S. Ex^a, que é, na verdade, quem vai dar a garantia de equilíbrio a esse contencioso ao qual me referi. Isso significa, na verdade, nitroglicerina pura na relação entre Estados e na vida das empresas que estão nos diversos Estados mediante incentivos fiscais, que têm de ser reconhecidos e que não podem ser objeto de demandas judiciais a serem definidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa é a minha manifestação e declaração de voto e de apoio à emenda que vai ser apresentada em plenário pelo Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Relator, o Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, apenas, Sr. Presidente, fazer uma....

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... uma sugestão ao Relator, Senador Luiz Henrique.

Os principais pontos que foram considerados pelo Confaz e que poderiam nos levar a um consenso referem-se, justamente, primeiro, à Emenda nº 10, do Senador Aloysio Nunes, de que a produção dos efeitos do convênio a ser celebrado esteja condicionada à aprovação de lei complementar relativa à instituição de fundos federativos, da compensação dos Estados e de desenvolvimento regional; e estabelecer que a convalidação deve ser objeto de lei específica da unidade federada concedente. E a outra, a Emenda nº 13, de minha autoria, que pretende que a produção de efeitos do convênio a ser celebrado esteja condicionada à edição de resolução pelo Senado relativa à redução de alíquotas interestaduais do ICMS.

Eu agradeço se o Senador Luiz Henrique puder informar por que não foi possível aceitar essas duas emendas. E, se houver, ainda, a possibilidade de aceitá-las, eu quero, aqui, expressar que votarei a favor.

Tenho a informação de que a nova equipe econômica tem a intenção de convidar V. Ex^a, ainda, para um diálogo antes da votação em plenário. E acredito que seria bom: se votássemos a proposta com essas duas emendas aprovadas, aí eu também voto a favor; do contrário, que possa haver, até a votação em plenário do PLS nº 130, o diálogo de V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, e quem sabe, até, da Senadora Lúcia Vânia, que tem o mérito de ter apresentado esta proposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres membros do Confaz que nos dão a honra da sua presença, liderados pelo seu coordenador, Secretário do Estado do Pará, Dr. Tostes.

Eu quero lembrar à Comissão que a discussão desta matéria deriva de dois acordos. O primeiro acordo foi realizado quando apreciamos o Projeto de Lei da Câmara nº 99, que estabelecia os novos indicadores da dívida.

O que queria esta Comissão?

Esta Comissão queria emendar aquele projeto que veio da Câmara com os mesmos dispositivos ou dispositivos semelhantes a esses que constam do projeto da ilustre Senadora Lúcia Vânia.

E eu me lembro do meu Líder, Senador Eunício Oliveira, que se obstinava na aprovação de uma emenda, convalidando os incentivos e os benefícios fiscais concedidos pelos Estados.

Eu fiz um apelo à Comissão para que apartasse do PLC nº 99 disposições novas, para que o projeto não voltasse para a Câmara, e propus que aprovássemos o mesmo texto, *ipsis litteris*, conforme veio da Câmara. E assim foi feito. Houve, aqui, um amplo acordo, envolvendo, inclusive, os dois Líderes governistas, o Senador Eduardo Braga e o Senador José Pimentel. E, desse acordo, criou-se uma comissão coordenada pela Senadora Lúcia Vânia para apresentar este projeto.

Então, qual era o sentido do acordo?

Que Senadora Lúcia Vânia, que o fez rápida e competentemente, apresentasse um projeto para ser aprovado rapidamente nesta Comissão e nesta Casa.

O segundo acordo foi elaborado em torno do texto que nós aprovamos na sessão passada. Esse acordo também envolveu boa parte dos membros desta Comissão, envolveu a maioria dos nobres secretários de Fazenda, envolveu o Ministério da Fazenda, e chegou-se àquele texto. Já foi dito aqui que não é o texto ideal, mas é o texto possível, dentro daquilo que os juristas alemães chamam de *realpolitik*.

Ora, Senador Suplicy, eu não acolhi as emendas, não por tratá-las como despidiendas ou sem fundamento. Pelo contrário, respeito os seus propositores, V. Ex^a e o Senador Aloysio Nunes Ferreira – respeito-os demais –, mas não conseguimos, sobre nenhuma das emendas, construir um acordo. E tentamos. V. Ex^a é testemunha das reuniões que fizemos no nosso gabinete.

Portanto, o texto que nós vamos aprovar é exatamente aquele que já foi objeto de deliberação desta Comissão. Ao rejeitar todas as emendas, nós ratificamos aquele texto. Por que é importante aprovar? Porque não prejudica a intenção de V. Ex^a, nem do Senador Aloysio, porque, aprovada nesta Casa, esta matéria vai para a Câmara, e teremos um tempo imenso para deliberar, finalmente, sobre ela. Enquanto isso, a nova equipe econômica poderá negociar, nesta Casa, o texto da reforma tributária, dos novos indicadores do ICMS e dos fundos de compensação e desenvolvimento regional.

Aliás, sobre isso, eu quero louvar o trabalho feito pelo futuro ministro, Armando Monteiro, que, em projeto do Senador Paulo Bauer, já estabeleceu uma forma palatável, uma forma sensata, uma forma equilibrada, uma forma possível de se estabelecer o quanto, na compensação, no desenvolvimento regional, vai representar de financiamento e o quanto vai representar de recursos do Tesouro.

Portanto, as matérias que envolvem as emendas que V. Ex^a mencionou vão ser objeto de ampla deliberação no projeto de novos indicadores do ICMS – aliás, já aprovado nesta Comissão e na Comissão de Justiça, mas pendente de aprovação no Plenário – na sua tramitação pela Câmara dos Deputados.

Sendo assim, eu peço aos ilustres pares que, ratificando, corroborando, restabelecendo uma decisão já adotada por esta Comissão, aprovem, unanimemente, o texto que eu propus e agradeço as menções elogiosas que me foram dirigidas e que estão muito além da minha capacidade, da minha competência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos colocar em votação.

Antes, só quero registrar um pouco a minha posição neste debate. Eu sempre fui favorável à discussão em conjunto dos temas da convalidação de incentivos, da reforma do ICMS, da criação dos fundos, até porque, se a gente convalida e não aprofunda na discussão da reforma do ICMS, nós vamos ter um aprofundamento da guerra fiscal.

Mas, no caso que a gente está tendo aqui, com a aprovação, nesta Comissão de Assuntos Econômicos e no plenário, ainda vai haver uma longa tramitação na Câmara dos Deputados. Eu acho que há todo um espaço para a nova equipe econômica coordenar os esforços na Câmara e no Senado para que os projetos sejam aprovados de forma conjunta. Então, na verdade, a votação aqui no dia de hoje é mais um sinal do Congresso e do Senado Federal de que a gente quer fazer esse tema avançar. Tenho certeza disto, até porque foi o próprio Ministro Nelson Barbosa que esteve aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, na votação da reforma do ICMS.

Volto a dizer: esse tema já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, está no plenário do Senado Federal e, com pequenos ajustes, nós podemos votar no plenário do Senado o projeto sobre o ICMS.

Então, acho que a votação aqui hoje é um passo adiante, não é contraditório. Volto a dizer: minha posição é que os temas devem ser tratados em conjunto. Acho que a nova equipe econômica, com certeza, vai fazer isso.

Em votação o relatório do Senador Luiz Henrique.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Requeiro...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Requeiro a urgência, Sr. Presidente, para que nós possamos encaminhar essa matéria para votação em Plenário entre hoje e amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência dos Senadores Ricardo Ferraço e Romero Jucá.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, o item 3 da pauta trata de um projeto para o qual já há entendimento partidário consolidado. É um projeto do Senador Flexa Ribeiro que define participação direta de empresas de capitais estrangeiros em atenção à saúde. É um projeto não terminativo que ainda vai a três Comissões.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a se é possível, consultado o Plenário, inverter a ordem para encerrarmos a votação do item 3 e, depois, voltarmos ao item 2.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Benedito de Lira e, depois, Senadora Gleisi.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, se não for lhe pedir muito, eu também gostaria de, ouvido o Plenário, fazer a antecipação do item 5 da pauta, considerando que essa matéria já se encontra nesta Comissão há mais de 468 dias para ser discutida e votada.

Então, requeiro isto a V. Ex^a. Senão, não teremos tempo, vai passar mais tempo, e eu quero que ele seja decidido sob a Presidência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado.

Senadora Gleisi.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – E está aqui o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, estou conversando aqui com o Senador Vital do Rêgo. Nós temos como segundo item de pauta o projeto que dispõe sobre as sociedades cooperativas. É um projeto terminativo que nós ficamos de votar na semana passada, como prioridade da CAE, mas que precisa de quórum qualificado.

Então, eu queria sugerir ao Senador Vital Rêgo, mesmo entendendo a necessidade que ele está colocando e que não é terminativo o projeto, que nós mantenhamos a pauta e aproveitemos o quórum qualificado que temos agora na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu não posso negar uma solicitação da...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É um projeto que está aqui desde 1999...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então vamos seguir a pauta.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos seguir a pauta.

Como eu sou o Relator hoje e o Senador Valdir Raupp o foi em outra oportunidade, em virtude de trabalho em outras Comissões, eu posso ser substituído pelo Senador Valdir Raupp na oportunidade da leitura do meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo, eu acho que vai dar tempo.

Então, vamos seguir para o item 2.

Passo, imediatamente, a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, que já leu o seu relatório.

Senador Benedito de Lira, nós votaremos o item 5 hoje, de todo jeito. V. Ex^a pode esperar que nós vamos votar este item 5. É o meu compromisso com o senhor.

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2007
– Terminativo –

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Autoria: Senador Osmar Dias

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2007
– Terminativo –

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 3, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 153, de 2007 e das Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CRA.

Observações: 1. Em 27/11/2007, foi realizada Audiência Pública para instruir as Matérias;

2. As Matérias foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao PLS nº 3 de 2007 nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153, de 2007;

3. As Matérias foram apreciadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao PLS nº 3 de 2007 nos termos da Emenda nº 2-CRA (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153, de 2007 e às Emendas nºs 2 a 6, de autoria do Senador Eduardo Suplicy;

4. Em 02/12/2014, foi concedida Vista Coletiva.

A relatoria é da Senadora Gleisi Hoffmann, que já leu o relatório na nossa última reunião. Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A relatoria é da Senadora Gleisi Hoffmann, que já leu o relatório na nossa última reunião.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu já fiz a leitura do relatório apresentado a esta Comissão. Depois dessa leitura, o relatório foi publicado. Tivemos algumas manifestações por parte do Governo e das entidades, inclusive com emendas.

Eu mantenho o meu relatório e posso me manifestar em relação às emendas apresentadas assim que elas forem discutidas nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na verdade, foram apresentadas 13 emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu sei que o projeto foi lido, tem relatório e três emendas. Eu fui o Relator na Comissão de Agricultura. A Senadora Gleisi acabou acatando emendas que eu rejeitei na Comissão de Agricultura, em função até do pedido da própria Organização das Cooperativas Brasileiras.

Então, eu vou pedir vista para poder conversar com o pessoal da OCB.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A Senadora Gleisi vai dar o parecer sobre as emendas.

Mas já houve pedido de vista na semana passada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ela leu e ficou para esta semana...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não, não, foi feito pedido de vista coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – As emendas que foram apresentadas aqui a partir da Emenda nº 3, eu gostaria apenas de situá-las e fazer o parecer oral dessas emendas.

Quero dizer, antes disso, também ao Senador Moka...

Senador Moka, quero me referir a V. Exª e também aos demais pares nesta Casa dizendo que este é um esforço muito grande para que a gente possa chegar ao consenso em um projeto que é polêmico. Conversei com V. Exª. Eu, inclusive, tinha divergências também na Comissão de Agricultura, mas me retirei da Comissão e não votei o projeto para que ele pudesse ser aprovado e viesse para cá. Fiz um esforço de conversação com a OCB e também com as cooperativas solidárias. Tudo o que me foi recomendado e pedido em consenso com

as cooperativas nós estamos encaminhando. E eu vou fazer o parecer oral das emendas. Se V. Ex^a tiver dúvidas sobre isso, a gente discute mais pormenorizadamente. Mas quero dizer que o que eu estou apresentando aqui é um esforço muito grande de conversação com as cooperativas. Eu disse, quando apresentei meu relatório, que V. Ex^a fez um trabalho muito importante e fundamental para a discussão desse projeto, assim como o Senador Suplicy, que pediu que o projeto viesse a votação hoje para que ele pudesse participar dessa discussão e encerrasse a votação aqui no âmbito do Senado.

Então, vou passar às emendas.

A Emenda nº 3 é relativa à supressão dos §§1º e 2º do substitutivo do PLS nº 3. Pede para suprimir as expressões “que configuram uma categoria econômica e das entidades que a representam”. Quero dizer, Sr. Presidente, que eu rejeito essa emenda, não a acato. Essa expressão “categoria econômica e das entidades que a representam” já estava no parecer que ofereci em 2011 e foi ponto importante do acordo que fizemos com o sistema cooperativista. Ambas as entidades com as quais nós conversamos também não têm aqui... Primeiro, a OCB defende, as entidades das cooperativas solidárias não têm uma posição tão firme sobre isso, mas quero dizer que isso foi importante, fundamental para que a gente pudesse fazer o acordo.

Emenda de nº 4: “Dê-se ao art. 8º do Substitutivo a seguinte redação...”. Inclusive, ela foi apresentada também pelo Senador Suplicy. Ela, na realidade, não muda o conteúdo da redação dada ao art. 8º; ela simplesmente melhora a redação, aprimora a redação, dividindo os assuntos, dois assuntos, no mesmo artigo, em dois incisos. Portanto, para a melhoria da redação do projeto, eu estou acatando essa emenda, que não mexe com o conteúdo.

Emenda nº 5: “Suprimam-se do §3º do art. 2º do Substitutivo as expressões “facilidades” e também “tratamento tributário e fiscal diferenciado” e suprima-se o art. 46 do substitutivo e dê-se ao art. 92 do projeto a seguinte redação: “Ficam revogadas as Leis nºs 5.764 e 6.891, com exceção do art. 79 da Lei nº 5.764.” Rejeito essa emenda. Sei que o ato cooperativo é previsão de legislação complementar, está em discussão na Câmara dos Deputados, mas não vejo contradição se esse artigo prevalecer aqui, até porque o art. 79 da Lei nº 5.764 que a emenda visa ressaltar tem a mesma expressão do art. 46 que a emenda manda suprimir.

Portanto, o meu parecer é pela rejeição dessa emenda.

Emenda nº 6: “Suprima-se o inciso VII do art. 83 do Substitutivo, renumerando-se os demais, e dê-se ao §1º do art. 83 do Substitutivo a seguinte redação: “É livre a associação de entidades nacionais e representação do Sistema Cooperativista Nacional.”

Também rejeito essa emenda. Aqui foi ponto crucial do acordo que nós fizemos para o relatório, apresentado em 2011, em que se reconhece como entidades nacionais do Sistema Cooperativista a OCB e a Unicopas. Portanto, mantenho a redação do Substitutivo.

Emenda nº 7: “Suprima-se o art. 84 do Substitutivo.”

Também opino pela sua rejeição, Sr. Presidente, porque trata das contribuições ao Sistema Cooperativista, o que é fundamental para a sua manutenção e estruturação como ele se coloca hoje.

Emenda nº 8: “Substitua-se, no inciso II do art. 4º do Substitutivo, a expressão “diferentes” por “correlatos” e suprima-se o §2º do art. 4º do Substitutivo.”

Eu acato essa emenda, porque ela propõe um ajuste na classificação das cooperativas de forma a evitar a constituição de centrais ou federações de cooperativas de objetivos ou finalidades diversos. De fato há sentido em se permitir a união de cooperativas em centrais ou federações quando possuam os mesmos ou correlatos objetos.

Emenda nº 9: “Dê-se ao art. 52 do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: (...)”

Aqui, Sr. Presidente, eu não vou ler a redação que foi proposta, uma redação mais extensa, mas é sobre o Certificado de Crédito Cooperativo.

Essa matéria é uma matéria polêmica. *A priori*, o Ministério da Fazenda era contrário a isso constar do projeto. Foi feito um grande esforço para haver um entendimento. A redação que o Governo mandou foi encaminhada ao Congresso, ao Senado da República, foi submetida às entidades e há um “de acordo” das entidades para aceitar essa redação, que é sobre o certificado de crédito cooperativo.

Portanto, eu dou parecer favorável à Emenda nº 9.

Emenda nº 10: “Modifica o art. 86 do Substitutivo, que determina que fica instituída a Relação Anual de Informações das Cooperativas, a ser preenchida anualmente pelas cooperativas com informações relativas ao ano-base anterior e encaminhadas ao Poder Público na forma do regulamento.”

Rejeito essa emenda, Sr. Presidente, por entender que não há necessidade de uma determinação legal para ser encaminhada ao Poder Público a Relação Anual de Informações das Cooperativas, posto que o Poder Público pode solicitar essas informações a qualquer momento.

A Emenda nº 11 sugere a supressão, no art. 88, da expressão “e apresentem certificado de registro junto à respectiva entidade nacional de representação do Sistema Cooperativista.”

Também sou pela sua rejeição, Sr. Presidente. Aqui trata, de novo, de matéria importante para o acordo que fizemos em relação a essa parecer: registro e contribuição.

A Emenda nº 12 trata dos recursos e manda acrescentar parágrafo ao art. 14 do Substitutivo: “Os recursos recebidos por cooperativa nos termos do §3º não poderão ser repassados a outras cooperativas”.

Também rejeito essa emenda por uma solicitação também da representação do cooperativismo solidário.

Emenda nº 13: “Dê-se ao §3º do art. 28 do Substitutivo do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: “Os delegados terão direito a voz e voto, cabendo ao estatuto definir o número máximo de cooperados, representados por delegados, não podendo ser superior a 5% do número total de associados, permitindo-se aos representados presentes o direito de voz apenas.” “Dê-se ao inciso II do art. 33, substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2007, a seguinte redação: “O prazo de gestão não será superior a quatro anos, podendo ser reeleito para um único período subsequente.”

Consultei as entidades. Isso é, obviamente, matéria de estatuto. É uma sugestão do Governo, mas as entidades não se opuseram a aceitar essa emenda. Portanto, acatamos a emenda.

Emenda nº 14. É um pedido de supressão dos arts. 78, 79, 80, 81 e 82 do Substitutivo, que tratam de punições, portanto, de legislação penal. Por entender que o Código Penal e a legislação penal extravagante em vigor já contêm os dispositivos necessários para coibir a prática das ações descritas nos tipos penais contidos nos artigos cuja supressão é solicitada, eu acato essa emenda, porque esses tipos penais esparsos, conforme se justifica, costumam gerar processos confusos, decisões contraditórias e são pouco eficientes para moldar as condutas. Ambas as entidades concordam com esse encaminhamento. Então, acatamos a emenda.

Emenda nº 15: “Substitua-se, no *caput* do art. 84, a expressão ‘registrada’ por ‘filiada’.” Rejeitamos essa emenda por conta do acordo já colocado aqui, Sr. Presidente, sobre o registro e a contribuição das entidades.

O comentário e o parecer sobre as emendas eram esses.

Portanto, opino pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7, 10, 11, 12 e 15 e pela aprovação das Emendas nºs 4, 8, 9, 13 e 14.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apesar de a Senadora Gleisi Hoffmann ter acatado as emendas, o que permitiria, regimentalmente, um pedido de vista, eu entendo que a Senadora Gleisi conversou... Eu tive essa informação porque quero até dizer para V. Exª que... Bom, V. Exª já me conhece e sabe que eu raramente faria qualquer pedido de vista que não tivesse embasamento.

No meio da semana, eu fui procurado pela OCB, que me pediu que eu solicitasse vista desse texto. Mas, agora, a assessoria da OCB, o pessoal que faz essa assessoria aqui me informou que V. Exª conversou e a entidade acatou. Ou seja, o texto que V. Exª está apresentando tem o respaldo da OCB. Então, evidentemente, eu tenho o prazer de dizer que vou retirar o pedido de vista e que votarei favoravelmente ao texto de V. Exª, porque, para mim, só teria sentido o pedido de vista se a Organização das Cooperativas Brasileiras discordasse, e ela não discorda.

Então, V. Exª acabou fazendo um trabalho que julgo ser melhor do que eu tentei fazer na Comissão de Agricultura, porque V. Exª contemplou as emendas do Senador Eduardo Suplicy, que eu rejeitei em função do pedido da OCB. E agora V. Exª cria um clima em que isso é possível. Eu quero saudar V. Exª e dizer que eu retiro o pedido de vista e voto favoravelmente ao texto da Senadora Gleisi Hoffmann, parabenizando-a pelo brilhante trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, naturalmente, eu votarei favoravelmente a esse projeto. Faço aqui minha homenagem ao Senador Suplicy, um grande batalhador pelo processo de regulamentação do funcionamento das sociedades cooperativas, e também à Senadora Gleisi Hoffmann, que fez o relatório do projeto originalmente apresentado pelo Senador Osmar Dias.

Eu queria apenas, aqui, por dever de justiça, dizer que, a pedido do Governo, apresentei várias emendas a esse projeto mas gostaria de marcar uma posição em relação a duas emendas que não foram acatadas. A primeira delas diz respeito à criação da contribuição cooperativa. Há um posicionamento do Governo de questionamento quanto à constitucionalidade desse tributo. Entende-se que teria que haver uma previsão constitucional para que isso acontecesse e que não seria possível criar um tributo destinado diretamente a particular, porque estamos falando de particulares.

A outra emenda diz respeito ao conceito da livre associação. Nesse sentido, essa emenda se propunha a suprimir o inciso VIII do art. 83 desse Substitutivo e daria a seguinte redação, no caso, ao art. 4º: “Substitua-se, onde houver, no Substitutivo, a expressão ‘filiadas’ por ‘associadas’”.

A argumentação é que não haveria necessidade de um registro ser realizado por entidade de direito privado. Na verdade, haveria uma afiliação daquela cooperativa a uma entidade nacional, mas o registro teria de ser feito por outro órgão com essa competência. Além do mais, haveria certa limitação a esse direito de livre associação.

Portanto, queria apenas registrar, a pedido do Governo, essas duas emendas que foram rejeitadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Essa não foi aceita, não? A da RAIS? *(Pausa.)* Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Humberto Costa. Concedo a palavra ao Sr. Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Sr. Presidente, uma retrospectiva.

O projeto é de autoria do ex-Senador Osmar Dias, do ano de 2007, como resultado de amplos e profícuos debates no cooperativismo nacional, sob a liderança da Ocepar, levando em conta também parâmetros com a legislação de outros países. Portanto, é fruto de amplo debate, com participação intensa das lideranças cooperativas de todo o País.

Alguns pontos essenciais: retira a tutela do Estado na organização do cooperativismo brasileiro, o que é saudável, abre a possibilidade do lançamento de papéis, com a abertura de capital, a exemplo do que ocorre entre as empresas do setor privado no capitalismo vigente no País, normatiza a representação, estabelecendo a unicidade, com a possibilidade de uma representação nacional e uma representação por Estado tão somente, o que também é importante.

E ainda há outras inovações, como o dispositivo específico sobre cooperativas escolares, a retirada de qualquer menção à correção monetária, a relação minuciosa das atribuições do Conselho Administrativo, a possibilidade de ingresso na condição de associado de pessoas jurídicas.

Enfim, são inovações importantes, aprimorando o sistema cooperativista nacional, que tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento do País. Um Estado como o nosso, o Estado do Paraná, meu Estado e Estado da Senadora Gleisi Hoffmann, deve muito ao cooperativismo. São cooperativas competentes, extremamente bem organizadas, que estabelecem, sobretudo em relação ao Poder Público, uma relação ética fundamental. Não há sonegação. Enfim, é uma contribuição fundamental para o desenvolvimento de um Estado agrícola como o nosso, especialmente, agregando valor à economia, com a industrialização, com a transformação da matéria-prima em produtos industrializados, como vem ocorrendo atualmente no nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, nosso voto é favorável. Tramita desde 2007 e é claro que já poderíamos ter aprovado isso há mais tempo, mas os nossos aplausos ao ex-Senador Osmar Dias, que desenvolveu intenso trabalho para apresentação desta proposta e demonstrou grande interesse na sua apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senhores, temos inscritos a Senadora Ana Amélia, o Senador Luiz Henrique, o Senador Eduardo Suplicy. Temos um problema: o quórum está caindo. Estamos com os exatos 14 Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Votamos e falamos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se V. Exª permitir, eu falo após a votação...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ..., para não perdermos o quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Isso. Vamos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, faremos isso.

O Senador Luiz Henrique concorda? *(Pausa.)*

Concorda também.

Então, vamos colocar em votação.

Em votação o substitutivo.

Vamos fazer votação nominal.

É a última vez que vamos fazer essa votação no papel aqui.

Quem vota com a Relatora vota “sim”.

Senador Eduardo Suplicy, voto...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – “Sim”, com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann, também voto conhecido.

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – “Sim”, com louvor à Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu voto favoravelmente enaltecendo o papel extremamente democrático e convergente com que a Relatora, Senadora Gleisi, conduziu esse debate, sobretudo com relação à participação da OCB, que tem a missão extraordinária de coordenar os esforços em favor do fortalecimento do cooperativismo no Brasil. Ela foi ouvida, foi consultada e está apoiando integralmente o parecer emitido pela Senadora Gleisi.

Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – “Sim”.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Da mesma forma, quero me congratular com a Senadora Gleisi Hoffmann e dizer que o relatório foi um relatório em que todas as cooperativas foram ouvidas, não só a OCB. Isso era um trabalho difícil, porque nós estamos acabando com a chamada unicidade, que era uma coisa terrível. Hoje, o projeto contempla isso. Você tem dois sistemas, pelo menos, que representam as cooperativas. Há uma participação, está mais democratizado, e eu penso que o texto, pelo menos pelo testemunho, aqui, do pessoal da OCB e da Senadora Gleisi Hoffmann, foi construído ouvindo todas essas entidades. Então, eu a saúdo e digo que meu voto é favorável, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu sou de um Estado de cooperativismo. O cooperativismo nasceu no Rio Grande do Sul, na cidade de Nova Petrópolis. Portanto, Senador Lindbergh Farias, este tema é extremamente caro para um Senador gaúcho.

Eu também queria cumprimentar o ex-Senador Osmar Dias, autor desse projeto, a quem rendo homenagens, o Relator anterior em duas Comissões, o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, e, sobretudo, exaltar o esforço que o Senador Moka fez na construção desse projeto. Participei de várias audiências públicas. Ele fez um trabalho notável em relação a isso. Como só poste não muda de lugar, a evolução do próprio entendimento da OCB a respeito da matéria permitiu que o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann acomodasse as pressões para alterações que mudassem essa situação.

Eu também queria fazer justiça ao Senador Eduardo Suplicy, que está se despedindo desta Casa.

Senador Suplicy, eu queria lhe dizer que, tanto quanto a renda mínima, que é, digamos, a “menina dos olhos” do seu mandato aqui, no Senado, a questão da mudança da legislação e desse marco regulatório para o cooperativismo foi uma pedra de toque e V. Exª havia me pedido que eu estivesse aqui. Então, homenageio V. Exª por esse esforço e cumprimento a Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, que é de um Estado onde o cooperativismo é muito forte.

Meu voto é favorável, Presidente Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Voto “sim”.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – “Sim”.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – “Sim”.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Voto “sim”, cumprimentando a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – “Sim”, com meus cumprimentos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador, o senhor “pulou” meu nome. Sou titular, por enquanto, até o dia 31 de janeiro.

Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Desculpe-me, Senador. É que não estava marcado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Está no quadro. A não ser que o quadro esteja errado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Peço desculpas a V. Ex^a.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor já está descartando quem não estará aqui na próxima legislatura?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É porque a Secretaria coloca uma tinta amarela no nome dos presentes e ela não foi colocada no nome de V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ainda bem que é amarela, não é de outra cor.

Senador, eu venho de um Estado onde o cooperativismo deu certo. Quero, então, parabenizar o Paraná. O projeto é de um paranaense e relatoria é de outra.

Voto favorável, dando os parabéns à Relatora e ao autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado. (*Pausa.*)

Aprovado. A Comissão aprova a Emenda nº 16, renumerada como Emenda nº 3 da CAE, acatando as Emendas nºs 4, 8, 9, 13 e 14, que serão incorporadas ao Substitutivo, ficando prejudicados os projetos e as demais emendas a ele oferecidas, nos termos dos arts. 316 e 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria foi aprovada com 16 votos.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito brevemente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu sei que vai abrir agora para discussão da matéria, e o Senador Suplicy vai se posicionar, mas eu queria só fazer um agradecimento e também um pedido de desculpas.

Primeiro, o meu pedido de desculpas ao Senador Moka. Realmente, nós trabalhamos juntos na Comissão de Agricultura, mas, durante esta semana, quando nós fizemos as conversações com as entidades, eu não tive condições de procurar o Senador Moka, em razão dos trabalhos aqui, no Senado e também no Congresso, das mudanças na LDO. Então, eu quero me desculpar com o Senador Moka e enaltecer o seu trabalho e o seu esforço. S. Ex^a contribuiu muito para o aperfeiçoamento deste projeto. Como disse a Senadora Ana Amélia, nós tivemos que caminhar um pouco para poder chegar a um entendimento.

Eu quero fazer uma homenagem muito especial ao Senador Suplicy, que foi um Senador que se dedicou muito a essa matéria e que colocou pontos importantes, democratizando o acesso ao sistema cooperativista. E quero fazer também um agradecimento e uma menção especial à OCB e à Unicopas, pela maturidade durante o processo de discussão e por nós podermos ter chegado a esse consenso no processo que nós votamos hoje, depois de tantos anos de tramitação nesta Casa, e também, particularmente, a V. Ex^a, que nos proporcionou colocar na pauta esse projeto e encerrar o ano de 2014 com um projeto que, posso dizer, é muito importante para o meu Estado. Ele é muito importante, tenho certeza, para todos os Estados brasileiros, mas ele é fundamental para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Gleisi. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aqui aos que estão inscritos. Como eu sou Relator do próximo item e já são quase 13 horas e às 14 horas começa a sessão do Plenário, eu queria fazer um apelo aos que estão inscritos para que a gente pudesse continuar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na verdade, estão inscritos o Senador Luiz Henrique e o Senador Eduardo Suplicy. Creio que sejam breves considerações. Nós vamos, depois de encerrado este ponto, voltar ao item nº 3 e ao item nº 5, do Senador Benedito de Lira. São os dois últimos pontos desta reunião.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Serei breve, Sr. Presidente, mas a matéria é tão importante, é tão relevante, é tão fundamental, o trabalho da Senadora Gleisi Hoffmann é tão relevante que eu não me contive em me inscrever para discutir essa matéria.

Há um livro, do historiador Eric Hobsbawm, que é, na minha opinião, o balizamento mais perfeito da história do século XX. Em *A Era dos Extremos*, Hobsbawm relata um fato muito importante: saído da prisão, Vaclav Havel, legendário líder da Revolução do Veludo, vai à praça de Praga e, vendo aquele entusiasmo da multidão com a perspectiva de passar do comunismo para o capitalismo, faz o seguinte alerta:

Não se iludam, é verdade que o comunismo soube distribuir a riqueza, mas foi incapaz de produzi-la. Agora, lembrem-se de uma coisa: o capitalismo é capaz de produzir a riqueza, mas incapaz de distribuí-la. Não queiram pular do Muro de Berlim e cair no sul do Bronx.

Essa frase é fantástica.

O cooperativismo que eu vejo no dia a dia em Santa Catarina, o que eu constatei como governador do Estado, na prática da cooperativa Aurora, da Cooperativa Alfa, da Cooperativa Coopercampos, o que eu observei foram entidades que são capazes de produzir a riqueza e, ao mesmo tempo, distribuí-la. Assisti, Sr. Presidente e Srs. e Srs. Senadores, à distribuição de cheques de R\$80 mil, de R\$100 mil a milhares de cooperados em assembleias dessas cooperativas. Por isso, essa norma é fundamental, porque ela escora uma atividade que representa, talvez, no espírito da encíclica *Rerum Novarum*, a capacidade de estabelecer um equilíbrio entre o peso do capital e o peso do Estado. O cooperativismo é, talvez, dentre as iniciativas do homem, aquela que é capaz de levar a sociedade humana ao desenvolvimento, à justiça social, ao crescimento econômico e à distribuição de renda.

Parabéns, Senadora Gleisi Hoffmann!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann pelo extraordinário esforço, assim como o Senador Waldemir Moka, o Relator da Comissão anterior, Senador Renato Casagrande, autor do parecer aprovado na CCJ, e cumprimentar todos os representantes, o Luiz Possamai, da Unicopas, o Rudemar Casagrande, da Cresol Central, o Ivor Vicentini, da Coopac, do Rio Grande do Sul, a Sandra Bergamin, da Unicafe, o Ivor Fernandes, da Unicafe de Santa Catarina e do Paraná, o Celestino Persch, Presidente da Cooperoeste, o Francisco Dal Chiavon, da Unicopas, o Arnaldo Brito, da Contag, pois todos colaboraram no diálogo, assim como a OCB, com a Senadora Gleisi Hoffmann.

Muito obrigado pela atenção. Felizmente, vejo esse projeto aprovado antes do término do ano legislativo. Agradeço a todos os colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, quero parabenizar a Senadora Gleisi Hoffmann pelo trabalho competente. Não é fácil. Era um relatório complexo e é preciso ter muita capacidade de diálogo.

Senador Eduardo Suplicy, nós ainda temos que votar o turno suplementar. Na próxima reunião, que é a última reunião da CAE neste ano, nós vamos ter uma audiência com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, mas eu vou fazer uma pequena pauta antes para que a gente vote este projeto na próxima terça-feira, em homenagem ao trabalho de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Ex^a é um Senador que trabalha aqui há 24 anos, que esteve à frente deste debate por tanto tempo. V. Ex^a, com quem vamos perder o convívio no próximo período, ao voltar das eleições, nos procurou pedindo que esse projeto fosse em frente, porque V. Ex^a trabalhou muito por ele.

Então, é uma homenagem que nós vamos fazer ao trabalho do Senador Eduardo Suplicy colocando na pauta da próxima sessão.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de ressaltar que na emenda aceita pela Senadora Gleisi Hoffmann fica ainda mais claro que se permite que as cooperativas constituídas em funcionamento venham a ter a liberdade de escolher, segundo os interesses de seus associados, a entidade nacional de representação do sistema cooperativista, exatamente com o sentido que o meu projeto original chegou, que andou junto com o do Osmar Dias, e a Senadora Gleisi Hoffmann soube conciliar os interesses, sobretudo em favor do sistema de cooperativismo de economia solidária.

Eu cumprimento também o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, que tanto se empenhou para que chegássemos a esse entendimento.

Muito obrigado.

Um beijo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Parabéns, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Gleisi!

Vamos ao item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2009

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Vital do Rego

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Observações: 1. *A Matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais;*
2. *Em 13/12/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles;*

3. *Em 03/06/2013, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria.*

A relatoria é do Senador Vital do Rego, mas ele teve que ir à Comissão Mista de Orçamento. Então, vamos designar o Senador Valdir Raupp como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bastante breve, no máximo cinco minutos.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, altera o art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde, para ampliar o rol de serviços de assistência à saúde em que a participação de empresas ou capitais estrangeiros é permitida, a saber: hospital geral, inclusive filantrópico; laboratórios de análises clínicas, de anatomia patológica e de genética humana; serviço de fisioterapia; e serviço de diagnóstico por imagem. Excluem-se desse rol os serviços de cirurgia cardiovascular, terapia ou propedêutica hemodinâmica, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise e transplantes, bem como bancos de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, por serem considerados estratégicos e de interesse nacional.

Ademais, de acordo com o projeto, a participação de empresas ou capitais estrangeiros é facultada somente aos hospitais gerais cujo número de equipamentos de hemodiálise seja inferior a 10% do número de leitos; cuja taxa de ocupação de leitos por pacientes submetidos a cirurgia cardiovascular, terapia ou propedêutica hemodinâmica ou transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano seja inferior a 30% da taxa de ocupação total de leitos; e cuja soma das taxas de ocupação de leitos por pacientes de quimioterapia e de radioterapia seja inferior a 30% da taxa de ocupação total de leitos.

Além disso, o projeto de lei em comento estabelece outra restrição: a participação de empresas ou capitais estrangeiros será permitida apenas às pessoas jurídicas organizadas sob a forma de sociedades anônimas, com no mínimo 51% do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Na justificação da proposição, o autor ressalta que a medida proposta possibilitará a entrada de novos recursos financeiros no setor, que poderão baratear os preços da assistência à saúde, bem como auxiliar na recuperação dos hospitais filantrópicos, que passam por sérias dificuldades.

O projeto, após análise por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, e pela aprovação, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2009

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23. A participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde é permitida apenas nos seguintes casos:

- I – doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos;
- II – em serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social;
- III – em serviços hospitalares, serviços ambulatoriais e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia;
- IV – nas hipóteses previstas em legislação específica.

Parágrafo único. A participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde obedecerá à legislação brasileira, submetendo-se a controle e fiscalização pelos Sistema Único de Saúde (SUS) e pela autoridade sanitária.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª tem que se pronunciar depois sobre a Emenda nº 2, do Senador Humberto Costa, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É pela aprovação da Emenda nº 2, do Senador Humberto Costa, e rejeição da Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem. Vamos em frente.

A matéria está em discussão.

Está inscrito o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de parabenizar o Senador Flexa Ribeiro pela apresentação dessa proposição, que era algo que já deveria ter sido, de fato, objeto de deliberação por parte do Congresso Nacional, até porque nós já tivemos, no que diz respeito ao controle de empresas na área de saúde suplementar, a presença de empresa estrangeira que teve o processo de aquisição, de compra de uma grande empresa na área de saúde suplementar aprovado pelos órgãos de defesa do consumidor. Então, não haver a possibilidade de que nós possamos ter uma abertura para o capital estrangeiro no que diz respeito à prestação dos serviços era uma espécie de contrassenso, ainda mais numa área em que sabemos que há um potencial de crescimento e que carece de mais recursos para a implementação dos negócios nessa área.

Então, eu queria, na medida em que foi acatada a emenda que apresentei... Reconheço, de certa forma, que ela é pouco redundante, mas acho que nos deixa mais confortáveis para que essa legislação passe a vigorar e nós tenhamos a plena certeza de que, do ponto de vista estratégico, nós permaneceremos com o controle sobre o funcionamento da área da saúde de um modo geral, que é responsabilidade constitucional do Poder Executivo.

Quero dizer que votarei pela proposta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro, autor do projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh Farias, quero parabenizar o Senador Raupp. Ele era o Relator inicialmente, mas a relatoria foi transferida para o Senador Vital do Rêgo, que, por força de compromissos, não pôde ficar até a leitura de seu parecer, o que o fez retornar ao Senador Valdir Raupp como Relator *ad hoc*.

Quero dizer, Senador Lindbergh, que o Brasil perdeu muito tempo; esse projeto é de 2009 e só agora o Governo decidiu apoiar o projeto. Quero agradecer ao Senador Humberto Costa, que deu o depoimento. Acredito que a sua fala é a fala do Governo com relação ao projeto. Esse é um projeto da maior importância para uma área em que há deficiência em todo o Brasil, porque há deficiências nos Municípios, há deficiência nos Estados e há deficiência no Governo Federal.

Então, não abrir para o capital estrangeiro a área de saúde era trabalhar contra um atendimento à questão mais importante, que trata da vida da pessoa.

Quero pedir aos meus pares que possamos tramitar o projeto, já que agora temos o apoio do Governo, com a maior urgência possível, de tal forma que esses capitais possam vir ajudar a melhorar os serviços de saúde não só para aqueles que possuem plano de saúde privada ou podem bancar seu tratamento, mas também – porque o projeto assim define – para aqueles atendidos pelo Sistema Único de Saúde, pois o projeto, apesar de aceitar capital estrangeiro, diz que tem por obrigação atender também ao SUS.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos colocar em votação o relatório. Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, e a Emenda nº 2, de autoria do Senador Humberto Costa, nos termos da Emenda nº 3 – Substitutivo, renumerada como Emenda nº 1-CAE-Substitutivo, e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

A matéria vai à CCJ.

Vamos, agora, imediatamente, ao item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações: 1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, em decisão terminativa, pela de Agricultura e Reforma Agrária.

Com a palavra o Relator.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com licença, Senador Blairo.

Presidente, é só para dizer ao senhor que, em cinco minutos, depois da leitura, apreciação e votação do relatório do Senador Blairo Maggi e do projeto do Senador Benedito, eu terei condições de apresentar a política pública para a questão da distribuição (*Ininteligível.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para antecipar V. Exª para fechar bem a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vamos fazer isso. Temos que fechar o ano com essa votação.

Senador Blairo Maggi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, em homenagem ao Senador Benedito de Lira, depois de 468 dias aguardando aqui na Comissão... E ele me cobrava há alguns dias: “Senador, o senhor não vai votar, não relatar?” Falei: “Eu estou pronto!” E estamos aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Ele cobrou desta Presidência também. Nós garantimos e colocamos na pauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Marcando firme aqui.

Bem, vamos ao relatório.

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado, nº 341, de 2013, do Senador Benedito de Lira, que altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.

Diga-se, de passagem, que o Senador fez uma visita à Israel, viu como tudo funciona e, então, quer propor essa alteração.

O art. 1º da proposição identifica o objetivo da Lei, de incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.

O art. 2º acrescenta os arts. 23-A e 23-B à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, e regula as atividades pesqueiras.

O art. 23-A define o que é a produção aquícola conjugada à agrícola. Por seu turno, o artigo 23-B proposto promove vários benefícios aos produtores rurais que praticarem aquicultura conjugada à agricultura, tais como dispensas de licenciamentos ambientais, prioridades na renovação e concessão sobre o uso de recursos hídricos, incentivos fiscais entre outros.

Finalmente, o art. 3º trata da cláusula de vigência. Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que a aquicultura integrada à agricultura é um sistema de produção de peixes integrado ao de vegetais de forma que haja benefícios para ambas as atividades. Dentre tais benefícios, destacam-se a transformação de alimentos, a gestão de resíduos, a utilização da água e a geração de combustível.

O projeto não recebeu emendas.

O PLS será analisado também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que é a CMA, e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a CRA, cabendo à última a decisão terminativa.

Vamos à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado, opinar em assuntos correlatos à política de crédito, inciso III, e tributos, inciso IV.

Com respeito ao mérito, o PLS nº 341, de 2013, corretamente incentiva à prática da agricultura conjugada à aquicultura, por meio da utilização integrada dos recursos naturais – solos e águas interiores, superficiais e subterrâneas –, bem como da infraestrutura de capital, incluindo lagos artificiais, açudes, barragens, poços artesianos, canais, tubulação e bombas. As vantagens econômicas e ambientais da sinergia entre essas duas atividades são bem conhecidas.

Dentre os incentivos concedidos estão os fiscais, na forma da Lei, e o crédito rural diferenciado, na forma do regulamento. Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, analisar esses incentivos e, em nossa opinião, o PLS corretamente os prevê em normatização posterior. A legislação tributária deverá ser alterada para incentivar a atividade, por iniciativa parlamentar ou do projeto do Poder Executivo. Segundo informações do Manual de Crédito Rural, o MCR, do Banco Central do Brasil, cumprindo as finalidades especiais, pode ser concedido o crédito rural à pessoa física ou jurídica que se dedique à exploração da pesca e da aquicultura com fins comerciais, incluindo-se os amadores de pesca.

Ainda conforme o Manual de Crédito Rural, o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) tem entre seus objetivos apoiar e fomentar os setores da produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos da aquicultura.

Entre os itens financiáveis do Moderagro estão a implementação de frigorífico e de unidade de beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenagem de pescados e produtos da aquicultura, aquisição de máquinas, motores, equipamentos e demais materiais utilizados para a pesca e produção aquícola, inclusive embarcações, equipamentos de navegação, comunicação e ecosondas, e demais itens necessários ao empreendimento pesqueiro e aquícola. Alguns desses itens também são objetos de financiamento pelo Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), voltado para cooperativas singulares e centrais, também conforme regulamentado no Manual de Crédito Rural.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) também prevê financiamento para aquisição, modernização, reforma, substituição e obras de construção das embarcações de pesca comercial artesanal, desde que o tomador do crédito apresente anuência emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Entretanto, o MCR não trata de crédito rural diferenciado para atividades que conjuguem a agricultura e a aquicultura, razão por que consideramos acertada a reivindicação por linhas de crédito como incentivo especial.

Por fim, com o intuito de adequar a proposição ao Novo Código Florestal, sugerimos uma emenda para alterar o inciso I do art. 23-B proposto, e definir como beneficiários da dispensa do licenciamento ambiental a pequena propriedade ou a posse familiar.

Além disso, quanto à técnica legislativa, observamos a necessidade de correção do texto, do inciso III, do art. 23-B proposto para fazer constar de forma completa a palavra “isenção”.

Do voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2013, com as seguinte redação:

EMENDA Nº – CAE

No art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2013, dê-se ao inciso I do art. 23-B proposto a seguinte redação:

“Art. 23-B.
I – Dispensa do licenciamento ambiental a que se refere à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para pequena propriedade ou posse familiar rural, conforme inciso V e parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
.....”

EMENDA Nº – CAE

No art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2013, substitua-se no inciso III do art. 23-B proposto a expressão “senção” por “isenção”.

Então, esse é o voto.

É pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Parabéns ao Senador Benedito de Lira, a quem passo a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Caro Presidente, eu quero agradecer a V. Exª por pautar a matéria e agradecer ao nobre Senador Blairo Maggi pelo relatório que apresentou e pelo seu voto. Ao mesmo tempo, quero dizer que isso é uma contribuição extraordinária que se dá ao setor da pesca e da agricultura irrigada. Isso vai trazer uma série de vantagens e de benefícios para aqueles que exercitam essa atividade de que nós precisamos. Um País que tem uma costa como a que nós temos e o percentual de água doce que nós temos precisa produzir mais e, logicamente, economizar, porque a água hoje está sendo um problema mundial.

Então, eu queria agradecer a V. Exª e, mais uma vez, ao Senador Blairo e aos demais Senadores que participaram deste encontro e da aprovação desta matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado e parabéns, Senador Benedito de Lira.

Nós vamos agora, Senadora Ana Amélia, para a terceira parte da reunião. Nós temos que votar isso este ano. É a Avaliação da Política Pública. Finalidade: Avaliação da política pública “Distribuição dos Recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM”, nos termos da Resolução nº 44, de 2013.

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Todo o pessoal da Secretaria está parabenizando muito V. Exª pelo trabalho. Dizem que ele é muito completo.

Eu passo, imediatamente, para a Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria agradecer a V. Exª.

Eu pedi ao Senador Blairo, ex-governador, ao Senador Benedito, que também conhece profundamente a causa municipalista, e a V. Exª, que, como prefeito de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, sabe também as dores por que passam os prefeitos.

Este relatório diz respeito, como disse V. Exª, não só à questão da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, como também à avaliação do Sistema Tributário Nacional. Os dois relatórios estão contidos no mesmo texto, que foi encaminhado a todos os demais Senadores.

Eu faço apenas um breve resumo, porque a Consultoria Legislativa do Senado teve um empenho muito grande nesse trabalho, até, talvez, dentro da lógica do importância desse tema, fazendo um detalhamento do marco legal dos montantes rateados pelo FPM, levantamento de análises das proposições tramitando nesta Casa relacionadas à matéria, apresentação de requerimento para audiências públicas, recuperação da memória

de todas as audiências públicas com temática semelhante e revisão dos critérios de rateio, em relação à questão tributária, conforme o FPM e a identificação dos principais problemas.

Como todos os Senadores têm este relatório em mãos, vale lembrar que essa classificação das propostas todas antecipa os principais problemas existentes, Senador Lindbergh Farias, na presente conformação do FPM, tal como identificados pelos principais interessados: prefeitos, vereadores, secretários municipais, suas entidades representativas, como a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), no nível municipal, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Tribunal de Contas da União, no nível federal. Esses são os problemas de natureza técnica, jurídica e econômica que estão exigindo uma resposta da parte do Congresso Nacional sobre a forma do projeto apresentado.

Eu queria destacar aqui, pela relevância do tema, que foi a promulgação, pelo Congresso Nacional, no dia 2 de dezembro, da Emenda à Constituição nº 84, de 2014, resultante da PEC nº 39, de 2013, subscrita por mim e por mais 27 Senadores, que aumenta um ponto percentual o repasse dos recursos do FPM para os Municípios já a partir de julho do ano que vem, que foi extremamente importante.

Tínhamos agendado uma audiência pública para amanhã, mas nós a cancelamos devido à dificuldade, para os convidados, de estar nesta audiência, entre eles o Confaz.

Portanto, eu queria me limitar a dizer que, dada a consistência do relatório feito, com a ajuda da Consultoria Legislativa, as proposições importantes estão contidas, e estas são as recomendações finais: a Casa aprovar, com a celeridade possível, encaminhando-a à Câmara dos Deputados, a PEC nº 31, que fala da compensação para os Municípios toda vez que a União desonerar ou reduzir o IPI ou o Imposto de Renda para algum setor econômico. Então, deverá haver uma compensação. E o PLS nº 84, que é do rateio definido pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

O segundo item é muito importante, e V. Exª já poderá, agora, determinar o encaminhamento.

A questão diz o seguinte: a solicitação para que esta Casa e esta Comissão solicitem ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, quando oportuno, estudos que estimem os impactos das proposições que disponham, na forma do art 18, § 4º, da Constituição Federal, sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios sobre as cotas-partes devidas aos demais Municípios.

O senhor sabe que essa matéria foi amplamente debatida, os vetos foram mantidos nessa matéria, que é de iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, e penso que o Ipea poderá nos ajudar nesse procedimento, e V. Exª terá autoridade, antes de encerrar o seu brilhante mandato na Presidência desta Comissão, para fazer isso.

E também, ao votar novas leis sobre isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, na forma do art 50, § 6º, da Constituição Federal, que esta Casa introduza, quando oportuno, compensações orçamentárias para os governos estaduais e municipais.

Esse é o relatório que submeto à aprovação dos meus colegas aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, agradecendo a V. Exª por ter me designado Presidente da Subcomissão Mista dos Municípios e ter trabalhado intensamente nessa matéria. Agradecemos também ao Senador Blairo e ao Senador Benedito de Lira.

Obrigado, Senador.

Este é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Só quero chamar atenção rapidamente para um ponto da FPM. A distribuição em relação aos Municípios, Senador Blairo Maggi, você tem ali que até dez mil habitantes é um percentual. O último percentual é acima de 156 mil habitantes. De forma que conheço algumas situações: se a cidade tem 800 mil ou 160, recebe a mesma coisa.

Nós temos distorções. No meu Estado, o Rio de Janeiro, uma cidade como São Gonçalo tem um milhão de habitantes e tem o menor FPM *per capita*, junto com a cidade de Guarulhos, em São Paulo. E é uma cidade com problemas gigantescos. É difícil um prefeito ser reeleito, é um problema.

Temos cidades grandes – Nova Iguaçu tem 800 mil, Caxias tem 800 mil, Belfort Roxo tem mais de 500 mil, São João de Meriti tem mais de 500 mil – que são muito penalizadas. E não tem lógica, porque o critério tem que ser um critério...Então, a última faixa ser a faixa de 156 mil eu acho, sinceramente, que é uma grande lacuna que temos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Nós temos que resolver.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Temos que resolver.

Eu queria parabenizar a Senadora. O pessoal da Secretaria disse que é um trabalho muito completo e é a contribuição mais atualizada a esse debate sobre FPM. Isso aqui tem que ser publicado. Eu falo para a Secretaria da Comissão ver como é que a gente pode providenciar a publicação. Eu ainda não li o trabalho, que,

segundo me informaram a Consultoria e a Secretaria, é muito consistente. De forma que nós vamos ter que colocar em votação os dois relatórios. Vou colocar de uma forma...

É o mesmo texto. Vamos colocar em votação a Avaliação da política pública “Distribuição dos Recursos do FPM” e, também extrapauta, porque não estava na pauta, o relatório da avaliação periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, que também foi relatado pela Senadora Ana Amélia. Ambos são casados, na verdade.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia.

Coloco em votação, imediatamente, o requerimento que ela apresentou:

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam solicitados ao IPEA estudos que estimem os impactos das proposições que dispõem, na forma do art 18, § 4º, da Constituição Federal, sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios sobre as cotas-partes devidas aos demais Municípios.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2014.

Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado também o requerimento.

Aprovados os dois relatórios e um requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço, Senador.

Acho que o grande ganho da Comissão de Assuntos Econômicos foi ter aprovado, com a relatoria do Senador Armando Monteiro, a questão da PEC nº 39 desta Casa, que foi o aumento do recurso para os Municípios.

A situação financeira dos Municípios é gravíssima. Muitos Municípios inclusive os citados por V. Exª terão dificuldade em pagar o 13º salário aos seus servidores. Então, é preciso que a Casa da República, esta Casa, reveja e trate com urgência esta matéria.

Fico feliz que V. Exª tenha trazido à pauta exatamente essas distorções que não são aceitáveis do ponto de vista da gestão municipal. Nosso papel foi cumprido, Senador Lindbergh, graças a sua experiência e sua atenção com esse tema prioritário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas V. Exª é que foi a líder dessa condução aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos e no Senado Federal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Ana Amélia, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Blairo Maggi e Vicentinho Alves, e, ainda, da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Alfredo Nascimento. A Presidência declara aberta a Reunião, apresentando o balanço dos trabalhos da Comissão no biênio 2013-2014. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann e os Senadores Armando Monteiro, Luiz Henrique, Cyro Miranda, Eduardo Braga e Eduardo Suplicy. Em seguida, dá início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 13/2014-CN – Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2015-PLOA/2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida, concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Armando Monteiro, o qual esclarece que foram apresentadas trinta e cinco emendas, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Lindbergh Farias, Francisco Dornelles, Cyro Miranda, José Pimentel, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Hum-

berto Costa e Benedito de Lira. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Apropriação ao PL nº 13/2014-CN: **Emenda nº 01** – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério da Fazenda – Apoio financeiro à Fundação Getúlio Vargas – Valor R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); **Emenda nº 02** – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Secretaria da Micro e Pequena Empresa – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas – Valor R\$ 106.400.000,00 (cento e seis milhões e quatrocentos mil reais); **Emenda nº 03** – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras – Valor R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); **Emenda nº 04** – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Promoção do Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência dispensa a leitura da Ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Senadora Gleisi, vou aqui fazer um balanço dos nossos trabalhos na CAE, até porque estamos à espera da composição de quórum, quando, então, entraremos na primeira matéria da pauta, que é a discussão e a votação de emendas desta Comissão – Relator, Senador Armando Monteiro.

Cumprindo uma tradição desta Comissão, gostaria de fazer um breve resumo das atividades da CAE nestes dois anos em que, com muita honra, venho presidindo esta Comissão.

Quando assumi a Comissão, apresentei um plano de trabalho que, de forma bastante resumida, indicava as prioridades de nossa gestão. Nosso principal compromisso foi com a Repactuação Federativa, priorizando o tema dos repasses para o FPE e FPM, a renegociação da dívida dos Estados e Municípios e a reforma do ICMS. Humildemente entendo que conseguimos avançar em várias dessas matérias, muitas das quais se converteram em importantes leis que mudarão a vida de vários Estados e Municípios.

Voltando ao balanço, durante o biênio 2013-2014, a Comissão de Assuntos Econômicos realizou 119 reuniões, sendo 56 ordinárias, 45 extraordinárias e 18 conjuntas.

Durante essas reuniões, apreciamos 415 matérias. Dessas matérias, foram aprovadas 349; conhecidas e arquivadas 3; rejeitadas 35; e prejudicadas 28.

Em relação aos projetos de lei apreciados na CAE, foram 120 projetos de lei do Senado e 17 projetos de lei da Câmara.

Aprovamos 52 autorizações de empréstimos para a União, Estados e Municípios

Para os Estados, 40: 6 para São Paulo; 4 para Ceará; 4 para Sergipe; 3 para Pernambuco; 3 para Amazonas; 3 para Rio de Janeiro; 3 para Rio Grande do Sul; 2 para Acre; 2 para Alagoas; 2 para Bahia; 2 para o Paraná; 1 para Goiás; 1 para Rio Grande do Norte; 1 para Maranhão; 1 para o Pará; 1 para o Distrito Federal; 1 para Santa Catarina.

Para os Municípios, nove: 3 para Belo Horizonte; 1 para São Bernardo do Campo; 1 para Rio de Janeiro; – 1 para Cascavel – 1 para Alagoinhas/BA; 1 para Florianópolis 1 para Canoas

E ainda, 3 para União 1 para o Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine); 1 para o Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF); 1 para o Projeto Dom Helder Câmara.

A soma dos valores dos empréstimos autorizados durante o ano de 2014 foi de US\$10,86 bilhões, o que equivale a aproximadamente R\$28,99 bilhões.

Eu gostaria de destacar algumas matérias importantes que foram aprovadas durante esse biênio 2013-2014:

Em linha com o nosso plano de trabalho, avançamos na reforma do ICMS. Debates amplamente e aprovamos quatro projetos de lei que são as colunas de sustentação desta reforma:

– PRS nº 1 de 2013, aprovado pela CAE, está no Plenário, que pode aprovar no começo do próximo ano. A nova equipe econômica está muito disposta a fazer essa pauta avançar. O PRS estabelece alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais, promovendo a convergência de alíquotas. Essa é a principal ferramenta para acabarmos de vez com a guerra fiscal. O texto aprovado pela CAE, relatado pelo Senador Delcídio Amaral, foi amplamente debatido com o Confaz e com todos os Senadores. O projeto encontra-se pronto para votação no plenário do Senado, onde ainda poderá ser ajustado.

– PLS nº 106 de 2013, Complementar, altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para disciplinar a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas resultantes de redução da alíquota interestadual decorrente da reforma do ICMS. Fruto da Medida Provisória nº 499, de 2012, esse projeto é fundamental para viabilizar a reforma do ICMS. Primeiro, porque garante aos Estados a compensação financeira decorrente de eventual perda de arrecadação, por meio do Fundo de Compensação. Segundo, porque cria um instrumento efetivo para fomentar o desenvolvimento regional, tão importante num país desigual como o Brasil, por meio do Fundo de Desenvolvimento Regional. Esse projeto, relatado pelo Senador e futuro Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Armando Monteiro, também foi amplamente debatido com o Confaz e com o Governo. Aprovado pela CAE, esse projeto encontra-se na CCJ.

– PLS nº 130 de 2014, convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao ICMS (convalidação dos incentivos fiscais). Não dá para acabar com a guerra fiscal sem equacionar o passivo existente. Hoje existe uma imensa insegurança jurídica acerca dos benefícios fiscais de ICMS concedido pelos Estados sem a anuência do Confaz. O STF está debatendo uma súmula vinculante tornando inconstitucionais esses benefícios, o que espalharia o caos em muitas economias estaduais. Como Casa da Federação, o Senado precisa enfrentar esse problema. É exatamente isso que faz este projeto, cuja relatoria é do meu amigo e Vice-Presidente desta Comissão, Senador Luiz Henrique. Sou a favor da convalidação, mas defendendo que a reforma do ICMS seja aprovada em conjunto: redução das alíquotas, criação dos fundos e convalidação dos incentivos fiscais. Só assim conseguiremos dar um salto para resolver esse gargalo, que, por si só, representa cerca de 70% da reforma tributária. Tenho certeza que a nova equipe econômica – Ministros Joaquim Levi e Nelson Barbosa – estão atentos a essa questão.

– PLC nº 99 de 2013 (Não terminativo) – **Altera a Lei** de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para discutir sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências (renegociação da dívida de Estados e Municípios). Esse projeto, já sancionado pela Presidenta Dilma, corrigiu uma grande injustiça. A União cobrava mais juros dos Estados e Municípios do que cobra dos agentes privados nos empréstimos dos bancos públicos, em especial, do BNDES. Com a experiência parlamentar e, principalmente, de governos reeleitos de Santa Catarina, o senador Luiz Henrique relatou essa matéria, que agora é lei.

Parabéns, Senador Luiz Henrique!

Outros projetos de grande relevância econômica e social também foram apreciados por esta comissão:

– PLC nº 310 de 2009 (Terminativo) – Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes. Foi aprovado no Senado e está na Câmara dos Deputados.

– PLC nº 57 de 2010 (Não terminativo) – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares (PLC dos Garçons). Esse é o projeto que trata dos 10% dos garçons.

– PLC nº 103 de 2012 (Não terminativo) – Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).

– PDS nº 151 de 2013 (Não terminativo) – Veda o pagamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional no caso de reeleição. Foi aprovado pela CAE. Foi uma proposta da Senadora Gleisi Hoffmann.

– PLS nº 36 de 2011 (Não terminativo) – Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural.

– PLS nº 571 de 2011 (Terminativo) – Concede prioridade aos portadores de deficiência física, na restituição do imposto de renda pago a maior.

– PLS nº 231 de 2012 (Terminativo) – Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas.

– PRS nº 15 de 2014 – (Não terminativo) – Estabelece alíquotas máximas do ICMS incidentes sobre a prestação de serviço de comunicação referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga.

Para fechar com chave de ouro nossa agenda Legislativa, a sessão da CAE de hoje será histórica porque aprovará, em turno suplementar, o Projeto de Lei das Cooperativas, PLS nº 3, de 2007, e PLS nº 153, de 2007, que tem entre seus autores o nosso incansável Senador Eduardo Suplicy. O texto relatado de forma muito com-

petente pela Senadora Gleisi Hoffmann moderniza a lei geral das cooperativas brasileiras, permitindo a coexistência de dois sistemas, um liderado pela OCB, mais vinculado às nossas vigorosas cooperativas empresariais, e outro liderado pela Unicopas, que representará as importantíssimas cooperativas de economia solidária.

Parabéns, Senador Suplicy! Parabéns, Senadora Gleisi!

Por fim, e igualmente importante, inauguramos a Avaliação de Políticas Públicas, tendo como tema Distribuição do Fundo de Compensação dos Municípios. A partir de 2014, por iniciativa do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, entrou em vigor uma inovação regimental segundo a qual as comissões permanentes passaram a ter competência para avaliar políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, o que certamente contribuirá para construir capacidades de análise no âmbito do Senado para identificar os problemas e propor soluções concretas para resolvê-los.

A política pública escolhida pela CAE para avaliação foi a repartição mais justa dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como Presidente, indiquei a Senadora Ana Amélia (PP/RS) para relatar a matéria. Uma das maiores defensoras da causa municipalista no Congresso Nacional, a Senadora Ana Amélia é também a Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais da CAE. Seu relatório, aprovado na semana passada, apresenta, de forma clara e objetiva, as principais questões envolvidas no FPM e indica uma agenda legislativa para aperfeiçoar a repartição dos recursos do Fundo.

Fui Prefeito de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, por dois mandatos. Senti na pele as distorções na distribuição dos recursos do FPM. Com cerca de 800 mil habitantes, Municípios carentes de serviços públicos, como Nova Iguaçu – no Rio de Janeiro, temos São Gonçalo, Caxias, Belford Roxo, São João de Miriti – recebe a mesma fração de recursos que Municípios menores, a partir de 154 mil habitantes. Não é justo! O Congresso Nacional precisa corrigir essa e outras distorções no FPM.

Todos conhecemos a crise fiscal pela qual passam a União, os Estados e, principalmente, os Municípios. Os recursos são poucos para demandas cada vez maiores. A promulgação da Emenda à Constituição nº 84, no último dia 2 de dezembro, que amplia os recursos do FPM, representa uma histórica conquista do movimento municipalista. Mas precisamos avançar ainda, sobretudo para tornar mais justa a distribuição do Fundo.

Por entender que essa matéria é de grande relevância e que o relatório da Senadora Ana Amélia representa uma importante ferramenta na luta pelo aperfeiçoamento do FPM, determinamos à Secretaria que providenciasse a publicação do relatório. O livreto, que ora apresento às senhoras e aos senhores, certamente será objeto de grandes debates. Peço à Secretaria que entregue para os Senadores e Senadoras cópia dessa publicação.

Parabéns Senadora Ana Amélia!

De 485 matérias tramitando atualmente na CAE, 291 estão com os relatores; 191 matérias estão prontas para a pauta; e três estão aguardando distribuição, a pedido dos próprios autores.

Por meio desse gráfico, pode-se perceber como as matérias foram distribuídas, respeitando o art. 126 do Regimento Interno do Senado Federal, que prevê a distribuição das matérias proporcionalmente aos Partidos ou Blocos Parlamentares: o Bloco de Apoio ao Governo está com 34,8%, sendo que teria direito a 29,63% da relatoria das matérias; o Bloco da Maioria está com 33,91%, sendo de direito, 37,04%; o Bloco da Minoria está com 18,74%, sendo de direito 18,52%.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, neste tão alentado e completo relatório de V. Ex^a, que demonstra muito bem o quanto foi produtivo o trabalho desta Comissão, eu constatei aqui que um projeto importantíssimo não foi referido por V. Ex^a. Refiro-me ao PLS nº 323, de 2010, de autoria do Senador Alfredo Cotait, na origem, mas que, finalmente, disciplina a questão do uso da substituição tributária para as empresas que estão no Simples, no Regime Simplificado de Tributação. Ou seja, pela primeira vez, nós estaremos limitando o uso da substituição de modo a prejudicar as micro e pequenas empresas.

Portanto, seria mais um projeto que eu lembraria como um bom exemplo do quanto esta Comissão produziu no interesse do País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Ex^a está coberto de razão. Esta foi uma falha da nossa apresentação, porque esse projeto atinge micro e pequena empresa de todo o País. Foi um tema discutido aqui, inclusive fizemos audiência pública. Aliás, V. Ex^a foi o Relator desse projeto. Assim sendo, vou destacá-lo e colocá-lo no relatório.

Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Considerando a divisão já clássica no Parlamento entre governo e oposição, os Senadores da Base do Governo receberam 81% das relatorias, sendo que teriam direito a 81,48%. Já os Senadores da oposição receberam 18,74%, sendo que teria direito a 18,52%.

Aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, procuramos atender a todos os pedidos dos membros desta Comissão. Claro que isso nem sempre é possível, porque as matérias mais relevantes são reivindicadas por muitos Senadores. Procuramos utilizar o critério temporal para definir o relator, ou seja: quem pediu antes teve prioridade. Aproveito aqui para pedir desculpas para os que não foram plenamente contemplados, mas gostaria de dizer que procurei agir com equidade, tratando os Senadores da mesma forma, sejam os da base do governo, sejam os da oposição.

Apreciamos 142 requerimentos, dos quais 132 foram aprovados, sendo atendidos 84; parcialmente atendidos, três e ainda não atendidos, 45.

Foram, também, rejeitados dois requerimentos, retirados, quatro e prejudicados, quatro.

Realizamos 48 audiências públicas durante o biênio 2013-2014, com a presença, dentre outras autoridades, do Ministro Guido Mantega, de ex-ministros tais como Nelson Machado e Guilherme Gomes Dias, do Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e do Presidente da CNI, Robson Andrade. Recebemos também diversos professores, doutores e estudiosos dos temas econômicos.

Dentre as 48 audiências, podemos destacar:

- Audiências para instruir o Projeto de Resolução nº 1 de 2014 e discutir a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS;
- Audiências para debater a dívida dos Estados e Municípios;
 - Audiências para discutir o tema “Desoneração do Transporte Público” e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 310 de 2009, que “institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes”;
 - Audiências para debater a solidez da Política Econômica Brasileira;
 - Audiências para discutir os motivos do aumento excessivo das tarifas aéreas, em determinados períodos do ano;
 - Audiências para expor detalhes dos avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Realizamos também no biênio 2013-2014 dois produtivos seminários. O primeiro, intitulado “Política Tributária e Sustentabilidade: uma plataforma para a nova economia”, contou com diversos expositores, tais como Caio Magri, Ricardo Abramovay, Marcio Pochmann, Odilon Guedes, Bernard Appy e Marina Grossi.

O segundo seminário, intitulado “O Estado e a Federação: crise e reformas”, teve como expositores o Ministro do STF Gilmar Mendes, Ricardo Varsano, Andrea Calabi, Fernando Rezende, Marcelo Vieira e José Roberto Afonso.

Promovemos sabatinas e deliberações sobre diversas autoridades, tais como do Cade, da APO, da CVM, entre as quais a do Ministro Bruno Dantas e do nosso querido Senador Vital do Rêgo Filho.

Por fim, quero agradecer ao meu Vice-Presidente – na verdade, foi um copresidente –, Senador Luiz Henrique. Como todos sabem, fui candidato a governador neste ano, quando, então, compartilhamos esta presidência. E o Senador Luiz Henrique, aqui, teve papel decisivo, inclusive para fazer avançar nesses momentos o debate de um projeto fundamental nessa repactuação federativa. Já falei no começo aqui, da convalidação dos incentivos. Vamos ter, no próximo período, a discussão da reforma do ICMS, que, tenho certeza, Senador Luiz Henrique, é prioridade desta equipe econômica que vai assumir agora. Agradeço ao Senador Luiz Henrique que, com o brilhantismo de sempre, me substituiu na presidência em várias oportunidades, especialmente no período eleitoral.

Foi uma honra, Senador Luiz Henrique, trabalhar ao lado de um parlamentar tão experiente e de uma pessoa tão humana e companheira como V. Ex^a.

Quero agradecer ainda, à Senadora Ana Amélia. Pedi, na semana passada, a publicação do seu relatório, relatório muito consistente, sobre o Fundo de Participação dos Municípios. Acho que esse relatório vai trazer uma nova leva de discussões sobre esse tema.

Quero agradecer ainda à minha secretaria e, muito especialmente, à secretaria desta Comissão. À Secretária da Comissão, Adriana, a nossa querida Nina, e a todos os servidores e servidoras (Idiane, Tony, Ricardo, Guilherme, Daniel, Marcus, Érika, Dulce, Aron, Renato, Osmair e Nilma), o meu muito obrigado.

Quero agradecer ainda ao Coordenador de Apoio das Comissões Permanentes, o sempre disponível Gonzaga, e a todos os servidores da Casa. De forma sempre diligente, vocês procederam com muita competência ao longo de todo o biênio. Muito obrigado.

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer ao meu Partido, o PT, pela indicação para presidir a CAE, e, muito especialmente, a todas as senhoras e a todos os senhores pelo apoio recebido neste biênio na Presidência desta Comissão.

Foi uma honra presidir esta Comissão.

Muito obrigado, Srs. Senadores. (*Palmas.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentá-lo e dizer que V. Ex^a, com sua juventude, aliada à sua experiência política e à técnica, concluiu, como aconteceu no ano passado, com o nosso Senador Delcídio do Amaral, um período de êxitos e de avanços em todos os temas que esta Comissão analisou.

Então, eu queria agradecer a V. Ex^a pelo compromisso que me deu de ser Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais. Temos trabalhado intensamente nisso. Essa publicação é, como disse no texto, uma ferramenta para a questão federativa, para os Municípios. Trouxemos essa agenda para a Casa própria, que é o Senado Federal. O seu envolvimento nessas questões, seguramente inspirado pela sua experiência como Prefeito de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, contribuiu decisivamente.

Eu queria também cumprimentar o apoio do Senador Luiz Henrique, seu Vice-Presidente, na condução de um tema crucial que foi o da convalidação dos incentivos fiscais e também no da questão da renegociação da dívida dos Estados e Municípios. Foram momentos muito, muito valiosos na questão federativa.

Por fim, mas não menos importante, a questão relacionada à Emenda nº 39, originária desta Casa, que aumentou o recurso a ser distribuído a partir do ano que vem para os Municípios e que vai ter uma significação financeira já a partir do mês de julho. Não era tudo o que queríamos, mas foi o possível.

E aí aproveito para agradecer ao Senador Armando Monteiro e ao nosso querido Senador Humberto Costa, que foram decisivos na negociação com o Governo para permitir esse acréscimo de receita para os Municípios brasileiros.

Parabéns, Senador Lindbergh Farias!

Continue contando com esta Senadora nesta Comissão a partir de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

Depois, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Eduardo Braga e Senador Cyro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Caro Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria destacar que, mesmo quando V. Ex^a, Sr. Presidente, se encontrava em campanha eleitoral no Rio de Janeiro, V. Ex^a nunca esteve ausente desta Comissão. Nada do que fizemos deixou de contar com o seu aval, por contato que nós fazíamos por telefone. Quero cumprimentá-lo pelo êxito de sua gestão à frente desta Comissão, pelo trabalho dinâmico empreendido a ela neste biênio.

Sr. Presidente, eu gostaria de trazer à Comissão um fato muito relevante.

Na reunião da semana passada, realizada no gabinete do Presidente Renan Calheiros, ficou decidido que hoje, pela manhã, nós nos encontraríamos com o futuro Ministro da Fazenda, Dr. Joaquim Levy, para demonstrar a importância da ultimação da deliberação do projeto apresentado pela Senadora Lúcia Vânia e por outros Srs. Senadores que convalida os benefícios e outros incentivos fiscais concedidos pelos Estados.

Eu gostaria de comunicar aos nobres pares que essa reunião deve ocorrer ainda antes das 12 horas, no gabinete do Presidente do Senado Federal, conforme articulação feita pelo Senador Eduardo Braga, Líder do Governo. Seria importante que as Sr^{as} e os Srs. Senadores que tiveram participação tão importante nesse processo deliberativo pudessem comparecer ao gabinete do Presidente Renan Calheiros para adotarmos a decisão de levarmos à votação esse processo, em consonância com o Governo e com os Governadores, ainda nesta última semana da Sessão Legislativa deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Na realidade, pedi a palavra para cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar pela elaboração do relatório, os trabalhos desenvolvidos, as reuniões que tivemos nesta Comissão, os grandes debates e, com certeza, a contribuição que demos na discussão legislativa brasileira e, principalmente, sua atuação, dinâmica, decisiva, democrática, distribuindo as relatorias conforme o posicionamento das bancadas aqui nesta Casa, o peso das bancadas nesta Casa. Sempre dando espaço para que pudéssemos fazer as discussões de maneira ampla.

Também quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, que foi fundamental nesse processo de auxílio no funcionamento das comissões e em todos os projetos importantes que nós decidimos aqui, discutimos e deliberamos.

Hoje, com certeza, fecharemos com chave de ouro, ao fazer a análise e segunda discussão do projeto sobre o cooperativismo, iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Osmar Dias e que dá um novo marco regulatório ao sistema cooperativo nacional.

Então, parabéns. Sei que V. Ex^a está deixando a Presidência agora, mas vai retornar a esta Comissão com certeza, pois são da linha de discussão de V. Ex^a os temas relativos à economia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda e, depois, o Senador Eduardo Braga.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, Senador Luiz Henrique, é redundância dizer que foi um prazer conviver com V. Ex^{as}...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Prazer de conviver com V. Ex^a nesta Casa, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – E nesta Comissão especial, eu que me despeço hoje à tarde. Foi muito gratificante. Eu participei, em meu mandato de 4 anos e poucos, duas vezes na Comissão de Assuntos Econômicos, o que foi extremamente produtivo.

Quero parabenizá-lo pela conduta ética, republicana. Embora de Partidos opostos, mas sempre um respeitando o outro, sem termos feito nenhuma exigência de ambas as partes para que as coisas tomassem outro rumo.

Agradeço também ao Senador Luiz Henrique, que o substituiu no período eleitoral e que comandou projetos de altíssima relevância. Quero dizer aos senhores que vou sentir muitas saudades, saudades de olhar e ver como chama o meu querido amigo Delcídio o Senador lindão Lindbergh Farias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cyro, antes de passar ao Senador Eduardo Braga, V. Ex^a é que vai deixar saudades em todos nós aqui, pela sua atuação. V. Ex^a é do PSDB, eu sou do PT, V. Ex^a sempre foi muito firme na defesa de suas posições, nas críticas ao Governo, mas V. Ex^a é um Parlamentar que tem uma relação com todos os Senadores desta Casa, uma relação de carinho e de admiração pelo seu trabalho, não é, Senadora Ana Amélia? Sempre presente aqui, em cada um dos debates.

V. Ex^a vai fazer muita falta ao Senado Federal. Estarei hoje à tarde no Senado para prestar uma homenagem também a V. Ex^a.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Meu caro Presidente, Senador Lindbergh Farias; nosso Vice-Presidente, Senador Luiz Henrique; colegas Senadores e colegas Senadoras; primeiramente, gostaria de cumprimentar a CAE pelas inovações tecnológicas conquistadas junto à gestão da Mesa do Senado.

Creio que esta é uma inovação importante nas nossas Comissões, mostra a importância que a CAE tem nesse processo, não apenas o nosso painel de votação eletrônica, que trará, obviamente, uma circunstância presencial interessante a nossa Comissão.

Quero também destacar e cumprimentar V. Ex^a e o nosso Luiz Henrique pela oportunidade dos temas e pela condução desta Comissão com bastante esmero e bastante atenção aos temas da Nação brasileira.

Não houve um tema sequer, seja Petrobras, seja aviação regional, seja macroeconomia, seja questão cambial, seja questão fiscal, seja Pacto Federativo, que não tenha sido amplamente debatido nesta Casa. E o interessante é que nós debatemos na Comissão e conseguimos avançar de forma propositiva com projetos importantes. Nós conseguimos avançar com projetos do FPM, conseguimos avançar com projeto com relação ao indexador da dívida pública. Acho que essa é uma das grandes conquistas do Pacto Federativo brasileiro este ano.

Estamos muito próximos de conseguir, com as negociações com a Câmara, a votação definitiva de emendas, como, por exemplo, a emenda do orçamento impositivo. Eu tive o prazer de ser o Relator e de apresentar um substitutivo nesta Casa. E outras matérias que reputo que vão ter impactos gigantescos no cotidiano das pessoas, como aviação regional. Foi aqui, na CAE, que nós debatemos com todas as autoridades envolvidas, com o setor privado e tivemos grandes conquistas.

Além, portanto, da forma e do mérito, há que se elogiar também a condução política, democrática, transparente de V. Ex^a, Luiz Henrique, à frente desta Comissão.

Portanto, quero aqui cumprimentá-lo e agradecer por essa convivência nesta importante Comissão da Casa e dizer que essas conquistas todas merecem não apenas o relatório apresentado por V. Ex^{as} no dia de

hoje, mas a nossa admiração, o nosso aplauso pelas conquistas que alcançamos e por outras que haveremos de alcançar também aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Agradeço muito a intervenção de V. Ex^a.

Vou passar a palavra, Senador Eduardo Braga, ao nosso Senador e também futuro Ministro, como V. Ex^a, Armando Monteiro, que muito nos ajudou na condução dos trabalhos desta Comissão, em todos os momentos: nas discussões, nas audiências públicas.

Portanto, é com enorme prazer que passo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Meu caro Presidente, Lindbergh, eu não poderia deixar aqui de manifestar a V. Ex^a o meu reconhecimento pelo seu trabalho, pela forma serena com que V. Ex^a conduziu os trabalhos desta Comissão, a forma democrática, cordial e, ao mesmo tempo, a compreensão que V. Ex^a sempre revelou do que seria a agenda, o foco dos trabalhos desta Comissão.

V. Ex^a tem sempre uma compreensão muito aguçada, eu diria, daquilo que interessa na discussão nessa circunstância da economia brasileira.

Lembro, por exemplo, a importância que V. Ex^a sempre atribuiu às chamadas reformas microeconômicas. Essa visão de que nós podemos, de forma incremental, atuar para ir melhorando o ambiente de operação das empresas, o ambiente institucional, que, de resto, também condiciona o desempenho da economia brasileira. Ao mesmo tempo, as questões mais associadas à discussão da questão macroeconômica do País, a forma também sempre muito lúcida com que V. Ex^a abordava essas questões e orientava, de alguma forma, o encaminhamento do debate nesta Comissão.

Então, quero tributar a V. Ex^a este reconhecimento e quero expressar o respeito que tenho por V. Ex^a pela forma com que atua, pelo seu espírito público. V. Ex^a teve um desempenho muito bom no cumprimento dessa missão. Portanto, eu me honro de ter integrado a Comissão nesse período, sob a sua condução.

Quero também fazer um reconhecimento a essa figura extraordinária, o copresidente, como você o chamou, o nosso Governador, sempre Governador, nosso guru Luiz Henrique, que tem sempre também uma forma muito cordial, muito cooperativa e muito amiga de encaminhar as questões. Ele também sempre é muito paciente com seus companheiros. Do alto de sua experiência e de sua sabedoria, ele sempre, de alguma maneira, estimula o debate e a participação e valoriza essa forma conjunta de atuação aqui, nos trabalhos da Comissão.

Portanto, era essa a minha manifestação. Tenho a certeza de que estaremos sempre juntos, quaisquer que sejam as circunstâncias.

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando, antes de passar a palavra para o Senador Eduardo Suplicy, que é o último orador inscrito, quero dizer que V. Ex^a sabe da nossa admiração pelo seu trabalho. Eu acho que a Presidenta Dilma – e o digo não por que sou seu colega no Senado – acertou, e muito, na sua indicação para Ministro. Acho que V. Ex^a pode cumprir um papel muito importante nesses desafios que vamos ter no próximo período, nas dificuldades que vamos enfrentar no próximo período.

Eu queria dizer que não serei mais o Presidente na próxima Legislatura, no próximo ano, mas V. Ex^a sabe que, como Ministro, pode contar com todos os Senadores desta Casa e desta Comissão de Assuntos Econômicos, porque nós sabemos da sua competência para enfrentar esses desafios.

Eu queria deixar registrado isso. V. Ex^a conte com a CAE e conte com o Senado da República!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Concedo a palavra ao último orador, o Senador Eduardo Suplicy, que vai ser homenageado hoje aqui com a aprovação da legislação sobre as cooperativas, que vai ser votada em turno suplementar no dia de hoje.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Por isso, quero ser breve.

Sobretudo, quero cumprimentar V. Ex^a, como Presidente da CAE, que deu extraordinário dinamismo a esta Comissão, em companhia do Vice-Presidente, Senador Luiz Henrique, que, muitas vezes, aqui, presidiu a reunião, conforme salientou V. Ex^a, e que também contribuiu extraordinariamente com trabalhos como os que agora estamos para decidir.

O Senador Luiz Henrique anunciou que, daqui a pouco – e já são mais de 11 horas –, haverá uma reunião no gabinete da Presidência. Mas, ao mesmo tempo, os Ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa estão sendo aguardados na Comissão de Orçamento. E aqui precisamos estar também para votar o projeto de cooperativas.

Então, agradeço as referências do Senador Lindbergh Farias.

Agora, vamos concluir, então, essa votação suplementar tão importante relativa às normas e diretrizes das sociedades cooperativas, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Há, na verdade, dois itens. Vamos começar a 35ª Reunião com a discussão de emendas ao Orçamento.

Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 13, de 2014-CN, Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Coordenador: Senador Armando Monteiro.

Foram apresentadas 35 emendas a esta Comissão, sendo todas de apropriação.

Passo, imediatamente, a palavra para o Senador Armando Monteiro.

Depois, entraremos no outro item da pauta, que é justamente a lei das cooperativas.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 (PLOA 2015), o Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN.

Encontram-se sob a análise desta Comissão 35 propostas de emendas elaboradas pelos Senadores Benedito de Lira, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, José Pimentel, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Waldemir Moka.

As propostas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão, nomeadamente: Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria da Micro e Pequena Empresa; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Entendemos, entretanto, que a Emenda nº 9 (Ministério da Justiça) deva ser apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Emenda nº 28 (Ministério do Trabalho e Emprego) na Comissão de Assuntos Sociais.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discriminam o número atribuído a cada proposta de emenda por esta CAE, o tipo de emenda, a esfera orçamentária, a unidade orçamentária, a descrição da programação, o valor proposto e o autor.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Assuntos Econômicos. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, assim como no Parecer Preliminar. Subsidiariamente à Resolução nº 1, o Parecer Preliminar traça regras procedimentais para a confecção, a apresentação e a admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica. Nesse sentido, optamos por priorizar programas que incentivem a promoção do desenvolvimento industrial; o apoio às micro e pequenas empresas; o fomento à inovação e às tecnologias inovadoras e o apoio à pesquisa, o ensino, à formação técnica e o desenvolvimento estatístico nas áreas de economia, administração e desenvolvimento de políticas públicas.

Vale ressaltar que os programas referentes a essas áreas estão representados em 16 emendas, do total de 35 apresentadas, ou seja, a nossa escolha recai sobre cerca de 46% do universo de proposições consideradas de maior relevância pelos Senadores.

Podemos afirmar ainda que todas as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, além daquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2015, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento: Emenda nº 8, de autoria do Senador Lindbergh

Farias; Emenda nº 13, do Senador Cyro Miranda; Emenda nº 27, do Senador Romero Jucá; e Emenda nº 30, do Senador Humberto Costa.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Era esse o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – As emendas estão em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As emendas estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL

Às onze horas e dezessete minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Blairo Maggi e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Alfredo Nascimento. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 34ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, informa que, em atendimento ao art. 89, § 2º, do R.I.S.F., que dispõe que “ao encerrar-se a legislatura, o Presidente providenciará a fim de que os seus membros devolvam à secretaria da Comissão os processos que lhe tenham sido distribuídos”, todas as matérias deverão ser devolvidas à secretaria da CAE até o dia 23 de dezembro. Esclarece, também, que todas as matérias serão analisadas quanto ao seu arquivamento ou não-arquivamento. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação da matéria constante da pauta. **Item 1** – Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “dispõe sobre as sociedades cooperativas”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “dispõe sobre as sociedades cooperativas”, tendo como relatora a Senadora Gleisi Hoffmann. Em 09/12/2014, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do R.I.S.F., a matéria é submetida a Turno Suplementar; não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação nos termos do art. 284 do R.I.S.F. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Luiz Henrique e a Senadora Gleisi Hoffmann. Não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício nº 168/14-Presidência/CCJ, de 11 de dezembro de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga/SC com moção apresentada naquela Casa Legislativa dia 29 de outubro de 2014. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lindbergh Farias

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro imediatamente aberta a 36ª Reunião da Comissão e Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 34ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Em atendimento ao art. 89, §2º do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe que “Ao encerrar-se a legislatura, o Presidente providenciará a fim de que os seus membros devolvam à secretaria da comissão os processos que lhes tenham sido distribuídos”, informo que todas as matérias deverão ser devolvidas à Secretaria da CAE até o dia 23 de dezembro, uma vez que a última reunião da Comissão está sendo realizada hoje.

Esclareço que todas as matérias serão analisadas quanto ao seu arquivamento ou não arquivamento.

Ressalto que poderemos, excepcionalmente, marcar uma reunião para deliberar somente sobre matérias urgentes.

Vamos lá, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Gleisi.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2007

– Terminativo –

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Autoria: Senador Osmar Dias

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2007

– Terminativo –

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Aplicável somente se houver apresentação de emendas.

Observações: 1. Em 09/12/2014, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, as Matérias são submetidas a Turno Suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F.

Não sendo apresentadas emendas no turno suplementar, a matéria está em discussão.

Eu pergunto à Senadora Gleisi e ao Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero cumprimentar o trabalho da Senadora Gleisi Hoffmann pela forma com que ouviu todas as entidades representativas das cooperativas, tanto a OCB quanto a UNICAPS, todas as sociedades cooperativas, sobretudo de agricultores familiares e de economia solidária, que tiveram as suas proposições consideradas e acatadas pela Senadora Gleisi Hoffmann, que conseguiu, assim, realizar um trabalho que atende a todos os segmentos. Para essa aprovação da lei sobre as sociedades cooperativas, de iniciativa tanto do Senador Osmar Dias quanto minha, que teve o acompanhamento por parte do Secretário de Economia Solidária, o Prof. Paul Singer, assim como de todos os outros segmentos, houve um diálogo interministerial das diversas áreas do Governo. Então, todos colaboraram.

Enfim, Sr. Presidente, acredito que a aprovação desta matéria hoje é um marco na história das sociedades cooperativas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para, mais uma vez, enaltecer o trabalho dedicado e eficiente da Senadora Gleisi Hoffmann, eu queria assinalar uma coincidência histórica. No dia 21 de dezembro de 1844, era criada a primeira cooperativa no mundo, a Sociedade dos Probos de Rochdale, constituída por 28 tecelões, na cidade de Manchester, na Inglaterra, com o capital de 28 libras, ou seja, a contribuição de 1 libra de cada um dos seus constituintes. Aquela primeira cooperativa abriu um pequeno armazém.

Era uma resposta daqueles operários à injusta relação entre capital e trabalho naquele auge da Revolução Industrial, em que os trabalhadores menores e idosos e os trabalhadores em geral enfrentavam longas jornadas de trabalho, extenuantes jornadas de trabalho, mendigando um salário ínfimo, o que levou às grandes passeatas, nas quais os ingleses cantavam o refrão: *"Eight hours to work, eight hours to play, eight hours to sleep, eight shillings at day"*. Esse era o *slogan* que cantavam os operários ingleses, fixando nesse pequeno verso as reivindicações básicas dos trabalhadores de então: *eight shillings at day*, o salário mínimo, e oito horas de trabalho diário. O movimento cooperativista de Rochdale foi uma resposta àquela chaga social da Revolução Industrial tão bem caracterizada nas obras de Charles Dickens.

Pois bem. A Sociedade dos Probos de Rochdale elaborou um estatuto com princípios de conduta moral e ética que ainda constituem a base do cooperativismo, que é, como já assinalai na outra reunião, o sistema que, ao mesmo tempo, sabe gerar a renda e distribuí-la, conforme assinalou Václav Havel, naquele memorável discurso a que aqui me referi.

Parabéns à Senadora Gleisi Hoffmann. Esta é uma manhã muito importante. Acredito que este seu relatório já enaltece a sua presença aqui, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, a Relatora, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer as palavras do Senador Luiz Henrique e também as do Senador Suplicy pelo reconhecimento do relatório e dizer que ele é fruto de um longo debate nesta Casa. Aliás, a matéria tramita no Congresso Nacional desde 1999. Em 2007, houve um avanço importante com dois projetos que consolidaram as propostas em uma lei que vigora agora como o novo marco regulatório das cooperativas. Não tenho dúvida da importância que isso tem.

Eu queria agradecer muito também o Senador Eduardo Suplicy pela colaboração que teve durante esse processo e pela conversa com as entidades. Eu queria agradecer a todos os Senadores desta Comissão, a V. Ex^a, Sr. Presidente, e, principalmente, às entidades cooperativas, a OCB e a Unicopas.

Eu queria fazer uma menção especial às cooperativas do meu Estado. O Estado do Paraná, Senador Suplicy, é um dos Estados que mais se destacam no cooperativismo nacional. Há um sistema cooperativista muito forte e que tem uma participação importante na economia do nosso Estado. Não podemos falar sobre desenvolvimento do Paraná sem falar da história do cooperativismo. E quero fazer essa homenagem para o Ocepar – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – e também para o pessoal da Unicafe – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. A Unicafe, depois, em conjunto com a Concrab e a Unisol formaram a Unicopas. Tanto a Unicafe como a Ocepar são instituições e entidades muito importantes para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Eu fico muito feliz de ter tido a honra de relatar esse projeto. Já em 2011, iniciei esse relatório. Depois, eu saí para ir para a Casa Civil e, quando voltei, tive a honra de novamente ser a Relatora.

Para mim, é fundamental, primeiro pelo reconhecimento do cooperativismo no Estado do Paraná, o Estado que represento aqui, e, segundo, por termos conseguido, com o esforço de todos os Senadores, chegar a esta conclusão. Não era uma matéria fácil e simples, posto que, desde 1999, é matéria que se discute nesta Casa. Nós tínhamos que vencer situações importantes. Uma lei de 1971 ainda trazia um ranço muito forte da intervenção do Estado na organização cooperativa, o que conseguimos vencer. E conseguimos fazer também com que houvesse o reconhecimento do cooperativismo solidário e, portanto, ter duas entidades representativas do Sistema Cooperativista.

Eu queria agradecer muito o esforço da CAE e agradecer muito o esforço dos Senadores. Espero que consigamos fazer a tramitação dessa matéria e que a Câmara dos Deputados consiga votar também o Ato Cooperativo, porque isso vai complementar o esforço que nós fizemos aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigada, Senadora Gleisi.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É para assinalar que estão aqui representantes das entidades que a Senadora Gleisi Hoffmann mencionou, como a Maíra Figueira, da Unicopas, o Décio Sieb, da Contag, e outros, que também agradecem V. Ex^a pelo esforço de haver ouvido todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Parabéns a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem. Antes que V. Ex^a termine, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Está aprovado.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

Presidente Lindbergh Farias e Vice-Presidente Senador Luiz Henrique – Presidente, muitas vezes –, a Senadora Gleisi Hoffmann propôs que houvesse, para o que não deu tempo, uma audiência pública com a presença da Ministra Tereza Campello e com representantes de entidades da ONU. Infelizmente, não houve tempo.

Mas eu gostaria de aqui ressaltar que, na quinta-feira passada, eu estive presente na grande reunião que houve aqui, em Brasília, em que a Ministra Tereza Campello, do Ministério de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome promoveu um debate, uma discussão exatamente sobre o Plano Brasil sem Miséria, em que colocou os objetivos que foram alcançados, como os 22 milhões de brasileiros que saíram da pobreza, bem como o benefício médio final do Bolsa Família que aumentou 84% acima da inflação, e mais de 1,37 milhão de famílias localizadas no Cadastro Único com a busca ativa, e tantos outros objetivos alcançados do ponto de vista da inclusão produtiva, inclusão social, acesso a serviços, então, uma análise multidimensional da pobreza foi apresentada.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu gostaria de requerer seja registrada nos Anais da Comissão de Assuntos Econômicos a palestra completa – com as transparências que foram apresentadas – do balanço do Plano Brasil sem Miséria, algo que eu também farei no plenário do Senado, mas para que fiquem registrados, ainda na gestão de V. Ex^a, esses resultados importantes que merecem ser objeto de diálogo de uma audiência pública, conforme a Senadora Gleisi Hoffmann propôs e que poderá ser realizada no primeiro semestre do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. A Secretaria tomará as providências. V. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Enquanto aguardamos o Ministro Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, anuncio o recebimento dos seguintes documentos, para nosso conhecimento.

Correspondências: Ofício nº 168, de 2014, Presidência, CCJ, de 11 de dezembro de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, encaminhando Ofício da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Santa Catarina, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É a terra do meu Assessor Jorge Welter.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Interessante. E a terra do Jorge.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Olha ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – E com moção apresentada naquela Casa Legislativa, dia 29 de outubro de 2014.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão. Um, em especial, para o Senador Luiz Henrique por causa do nosso Jorge.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.).

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana

Amélia, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Blairo Maggi e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Alfredo Nascimento. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 36ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, esclarece que a Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. A Presidência convida o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica – Dipec, para compor a Mesa. Após a exposição do Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Gleisi Hoffmann, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Inácio Arruda e Blairo Maggi. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência dispensa a leitura da Ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lindbergh Farias

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 36ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nesta audiência pública discutiremos diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado: Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

Peço ao Senador Ricardo Ferraço que conduza o Presidente do Banco Central ao plenário desta Comissão. *(Pausa.)*

Eu convido a adentrar ao plenário o Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini, que já se encontra na Secretaria da Comissão. *(Pausa.)*

Comunico ainda que se encontra presente Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, o Ministro Alexandre Tombini, terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

O interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta ao interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Essas são as normas, mas, existe sempre uma tolerância por parte desta Presidência.

Com a palavra o Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para fazer sua exposição.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito bom dia a todos!

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh Farias; Exmº Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Luiz Henrique; Exmªs Srªs Senadoras, Exmºs Srs. Senadores; senhoras e senhores aqui presentes, é sempre uma grande honra retornar a esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para prestar os esclarecimentos a V. Exªs e à sociedade brasileira, em atendimento ao contido nos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa, para discorrer sobre os fundamentos econômicos, a forma de condução da política monetária e os resultados da economia e das ações do Banco Central do Brasil.

O meu pronunciamento, hoje, está dividido em três partes. Primeiro, farei uma breve exposição sobre a conjuntura econômica internacional, que está em processo de transição, o que tem resultado em realinhamento dos preços dos principais ativos financeiros. Na segunda parte da minha exposição, pretendo discorrer sobre a atividade econômica no Brasil, a perspectiva de recuperação gradual do nível de atividade, bem como de mudanças na composição da demanda e da oferta agregadas que favoreçam o crescimento potencial à frente. Na terceira e última parte, falarei sobre a condução das políticas a cargo do Banco Central.

Para iniciar o meu pronunciamento de hoje, eu gostaria de contextualizar alguns aspectos do atual cenário econômico mundial. Por uma questão de informação, vou também distribuir a V. Exªs um conjunto de eslaides de que nós poderemos tratar na sessão de debates.

Embora a situação econômica internacional continue complexa, ela tende a favorecer, no horizonte relevante para a política monetária, o processo de retomada da atividade no Brasil e da convergência da nossa inflação para o centro da meta.

Uma parte da complexidade decorre da coexistência do desempenho positivo da economia dos Estados Unidos com persistentes dificuldades em outras economias sistemicamente importantes, como Europa, Japão e a própria China.

Outra parte da complexidade vem da tendência atual de baixa acentuada do preço do petróleo, que, apesar do potencial impacto positivo sobre o nível de atividade global, bem como de conter pressões inflacionárias, notadamente nas economias emergentes, pode simultaneamente acentuar o risco de deflação em algumas economias avançadas importantes.

O desempenho das principais áreas econômicas será determinado pela capacidade dos respectivos formuladores de política de enfrentar os desafios domésticos e externos. Nos Estados Unidos, espera-se continuidade do bom gerenciamento do processo de normalização da política monetária, mantendo expectativas de inflação bem ancoradas e evitando sobressaltos. Em parte da área do euro e no Japão, espera-se a realização de reformas e a adoção de políticas que permitam vencer o ambiente de estagnação econômica. Na China, espera-se transição sustentada e suave para o modelo de crescimento baseado no consumo doméstico, evitando a desaceleração econômica abrupta. No restante dos países emergentes, espera-se reforço da estabilidade macroeconômica e financeira durante o processo que se avizinha de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos.

Atenho-me agora mais detidamente à atividade econômica doméstica.

Espera-se recuperação gradual com melhora progressiva dos níveis de confiança dos consumidores e empresários. Devo destacar que, a despeito do crescimento modesto esperado em 2014 e 2015, a perspectiva é de que ocorram mudanças na composição da demanda e da oferta agregadas que favoreçam o crescimento potencial, ou seja, que contribuam para elevar a taxa de investimento da economia. O consumo tende a continuar em expansão, embora em ritmo menor do que o observado em anos recentes, em resposta a estímulos como o crescimento da renda e a expansão moderada do crédito. Os investimentos, por sua vez, devem ganhar impulso em resposta à recuperação da confiança, também aos impactos das concessões de serviços públicos e ampliação nas áreas de exploração de petróleo, dentre outros. Ao mesmo tempo, como já citado, o cenário de maior crescimento global combinado com a depreciação observada do real deverá impulsionar as exportações do País à frente.

Relativamente à oferta nesse contexto de mudanças: devem emergir condições mais favoráveis à competitividade da indústria e da agropecuária, com o avanço dos investimentos em infraestrutura, por exemplo, resultantes de parcerias entre o setor público e o setor privado. Por sua vez, o setor de serviços tende a apresentar menores taxas de crescimento após longo período de acentuada expansão, em parte decorrente do processo de inclusão social.

Esses fatores, associados à melhoria da qualificação da mão de obra, trarão melhores fundamentos para o crescimento nos próximos anos. Além disso, as condições do mercado de trabalho continuam favoráveis, com geração de empregos e manutenção da trajetória de expansão da renda real do trabalhador. A taxa de desemprego encontra-se em níveis historicamente baixos, sinalizando que estamos próximos ao pleno emprego. Nesse contexto, é preciso estimular fontes complementares de crescimento, em particular é preciso focar em ganhos de produtividade. A melhoria da infraestrutura e a adoção de políticas públicas voltadas a aumentar o acesso e a qualidade da educação são fundamentais para avançarmos nessa direção.

O mercado de crédito, por sua vez, segue evoluindo de forma compatível com o ritmo da atividade econômica, sustentado por um sistema financeiro sólido, bem capitalizado e com índices de inadimplência historicamente reduzidos. Nesses últimos anos temos observado expansão moderada do crédito, após uma década de crescimento acentuado, impulsionado pela melhora na infraestrutura e no arcabouço institucional, bem como na ascensão social de parcela expressiva da população pelo processo de inclusão financeira e pelos avanços no mercado de trabalho.

O declínio dos preços internacionais de produtos importantes da pauta de exportação brasileira tem contribuído para a redução do superávit comercial e manutenção do déficit em transações correntes em nível superior a 3,5% do PIB, como a 3,5% do PIB, como ocorrido em 2013.

No entanto, esse déficit, reflexo também da necessária complementação da poupança externa à poupança doméstica, tem sido mais que integralmente financiado pelos investimentos estrangeiros direcionados ao País, em especial os Investimentos Estrangeiros Diretos, que permanecem ingressando em montante significativo, acima dos US\$60 bilhões por ano, e de forma disseminada entre os diversos setores da economia brasileira.

As perspectivas para o setor externo em 2015 são melhores e se sustentam na expectativa de maior crescimento global, na depreciação observada do real e na ampliação da produção interna de petróleo, fatores que devem contribuir para o melhor desempenho da balança comercial em 2015.

Exm^{as} Senadoras e Exm^{os} Senadores, neste ponto gostaria de fazer algumas considerações em relação à missão do Banco Central do Brasil de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda por meio do controle da inflação.

Numa análise retrospectiva, destaco que o Banco Central manteve a inflação sob controle nos últimos anos, em que pesem alguns “ventos” contrários. A título de ilustração, mencionaria, de um lado, uma conjuntura internacional das mais complexas numa perspectiva histórica, reflexo da crise que emergiu em 2008 e da recidiva verificada em 2011. De outro, a ocorrência de choques de preços desfavoráveis no âmbito doméstico, a exemplo dos decorrentes de condições climáticas das mais adversas, também numa perspectiva histórica.

Olhando adiante, que do ponto de vista da política monetária me refiro aos próximos anos, o Banco Central, neste momento, trabalha para fazer com que a inflação retome o mais rápido possível a trajetória de convergência para a meta de 4,5% ao ano. O horizonte de convergência com o qual trabalhamos se estende até o final de 2016. Embora o esforço ora empreendido pelo Banco Central tenha como foco a trajetória da inflação nos próximos dois anos, não se pode perder de vista que os ganhos decorrentes da esperada convergência da inflação para a trajetória de metas, como disse, em 2016, estender-se-ão por vários anos, podendo, inclusive, ter caráter de permanência.

O Banco Central entende que, antes de retomar a trajetória de convergência para a meta, mais precisamente, durante o ano de 2015, a inflação acumulada em doze meses tende a permanecer elevada.

A esse respeito, importante destacar que o cenário mais provável com que o Banco Central trabalha indica o pico desse processo ocorrendo no primeiro trimestre de 2015, em parte, as pressões de preços que ora se identificam se deve à ocorrência de dois importantes processos de ajuste de preços relativos presentes na economia brasileira, a saber: o realinhamento dos preços domésticos em relação aos preços internacionais e o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres da economia.

Recentemente, nós no Banco Central, verificamos a intensificação dos ajustes de preços relativos – depreciação nominal do real e ajustes em preços administrados – e avaliamos que esses desenvolvimentos tornavam o balanço de riscos para a inflação menos favorável. Por conseguinte, entendo que não deveria ser tomado como surpresa, nos próximos meses, um cenário que contempla inflação acima dos níveis em que atualmente se encontra.

Independentemente disso, entretanto, estou convencido de que, após um curto interregno possivelmente em elevação, a inflação em doze meses iniciará um longo período de declínio, que o cenário mais provável se inicia no segundo trimestre de 2015 e vai culminar com o atingimento da meta de 4,5% ao ano.

Diversos fatores apoiam esse meu entendimento a respeito da trajetória futura da inflação. O mais importante deles, naturalmente, são os efeitos cumulativos e defasados das ações de política monetária adotadas pelo Banco Central.

Essa força preponderante tende a ser complementada por forças auxiliares, como uma política fiscal contida e iniciativas no sentido de moderar concessões de subsídios por intermédio de operações de crédito.

Diante desse quadro, quero aqui ratificar o que tenho dito em outros fóruns. O Banco Central não será complacente com a inflação e fará o que for necessário para viabilizar um cenário de inflação mais benigno no período de 2015/2016.

Ainda sobre as políticas do Banco Central, eu gostaria de falar um pouco sobre o mercado de câmbio. Ressalto que o programa de *swaps* cambiais tem atingido plenamente seus objetivos. Em funcionamento desde agosto de 2013, ele permitiu amortecer as oscilações da taxa de câmbio ao tempo em que fornece proteção aos agentes econômicos. O volume ofertado, cerca de um pouco mais de US\$100 bilhões e equivalentes, corresponde a menos de 30% das reservas internacionais do País e não traz comprometimento a esses ativos, uma vez que esses instrumentos são liquidados em reais. Além do mais, os *swaps* cambiais acabam representando uma oportunidade de redução do custo de carregamento das reservas internacionais, dentro de parâmetros admissíveis de risco e retorno. Essa situação, portanto, não enseja de nossa parte qualquer necessidade, no curto e médio prazo, de reversão dessas posições.

Entendemos também que o estoque dos derivativos cambiais ofertados pelo Banco Central até o momento já atende de forma significativa à demanda por proteção cambial da economia. Esse estoque de *swaps* vem sendo administrado em operações que são renovadas mensalmente, vencem quase que uniformemente ao longo dos próximos trimestres e devem continuar a ser renovadas no futuro, observadas as condições de demanda.

Dito isso, nos próximos dias, o Banco Central definirá os parâmetros do programa de leilões diários de *swaps* cambiais, que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015.

Exm^{as} Sr^{as} Senadoras e Exm^{os} Srs. Senadores, para concluir esta minha breve introdução, eu gostaria de dizer que, em relação ao conjunto das políticas macroeconômicas, entendo que o fortalecimento da política fiscal, por meio de um processo consistente e crível de consolidação de receitas e despesas rigorosamente conduzido, deverá, ao longo do tempo, facilitar a convergência da inflação para meta de 4,5% ao ano. Atuando de forma independente, mas complementar, as políticas fiscal e monetária em ambiente de estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional, certamente, serão cruciais para a retomada da confiança de empresários e consumidores na economia brasileira.

Exm^o Sr. Presidente, foram essas as minhas considerações iniciais.

Fico à disposição para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente Alexandre Tombini.

Vamos passar a palavra, imediatamente, ao primeiro Senador inscrito, Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao segundo inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias; Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente; Diretor Carlos Hamilton, da Política Econômica do Banco Central; caro Presidente e Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, eu acho que é muito importante que nós possamos ouvir a sua análise, em que pese o Brasil esteja vivendo, inclusive em decorrência da situação da economia internacional, um crescimento aquém da potencialidade que nós, em diversas ocasiões, demonstramos no passado. Houve períodos longos em que o Brasil cresceu a taxas superiores a 7%, até superiores a 10% ao ano, em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto. Naquelas ocasiões, houve também um problema sério, qual seja, a desigualdade crescente, que fez com que o Brasil, nos anos 90, se tornasse na classificação do Banco Mundial o terceiro país mais desigual do mundo.

Nesses últimos 12 anos, já com experiências que haviam sido desenvolvidas durante o governo anterior do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas, sobretudo, a partir de 2003, nos governos do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, houve um avanço significativo que possibilitou o crescimento da economia, nem sempre tão alto como gostaríamos, mas com a diminuição significativa da pobreza extrema, da pobreza absoluta, assim como, também, a diminuição da desigualdade.

Ainda na quinta-feira passada, eu estive ouvindo a exposição que a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome fez no simpósio sobre o Brasil sem Miséria, discutindo com inúmeros segmentos dos movimentos sociais brasileiros. Na oportunidade, S. Ex^a colocou ainda, principalmente quando se considera as diversas dimensões do conceito de pobreza, não apenas o da renda, mas também os acessos, por exemplo, à energia elétrica, devido ao Programa Luz para Todos, o acesso a cisternas, o acesso a melhor saneamento básico, a melhores condições de habitação, e assim por diante. Então, quando se examina a pobreza na sua característica multidimensional, houve, de fato, uma melhoria de oportunidades envolvendo, inclusive, melhores oportunidades de educação – tanto é que ela registra, neste balanço, um aumento significativo da escolaridade de crianças e de jovens dentre as famílias, por exemplo, 5% mais pobres, que tiveram um crescimento da sua escolaridade bem mais acentuado do que o conjunto da população.

Entretanto, na visita que fez, há duas ou três semanas, o economista Thomas Piketty, da França – que tem um trabalho muito importante, de extraordinária repercussão entre economistas no mundo inteiro, *O Capital no Século XXI*, além de ter mostrado que, nos países mais desenvolvidos, tem havido um crescimento da concentração da riqueza nas mãos, por exemplo, dos 10% mais ricos, assinalou que seria importante que, no Brasil, houvesse maior transparência nos dados sobre a renda e a riqueza acumuladas.

Ele citou estudos dos Profs. Marcelo Medeiros e Pedro Souza, da Universidade de Brasília, e também da Universidade de Brasília Fábio Almeida Castro, um trabalho sobre a estabilidade da desigualdade de renda no Brasil de 2006 a 2012, eles procuram mostrar – e isso foi objeto de referência do Prof. Thomas Piketty – que a desigualdade não teria diminuído de forma tão acentuada. Teria havido até uma evolução de mais estabilidade de 2006 a 2012, e, inclusive, no período 2012 a 2013, um possível aumento da desigualdade.

Eu gostaria muito que V. Ex^a pudesse fazer um comentário sobre esses dados. No diálogo com a Ministra Tereza Campello, na semana passada, ela procurou destacar que esse estudo do Prof. Medeiros e outros levam em consideração não apenas os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, mas também os dados da Receita Federal, o que envolve os rendimentos, sobretudo da população que tem mais renda, e também a riqueza acumulada.

Como essa é uma preocupação de toda a equipe econômica, da qual V. Ex^a é um dos principais membros, e tendo em conta que o Prof. Thomas Piketty mencionou que, como no sistema tributário fiscal brasileiro, nós temos mais impostos com maior ênfase no consumo e não tanto sobre a renda e a riqueza, então, ele recomendou que além de maior transparência sobre os dados de rendimento e riqueza no Brasil, seria bom pensarmos também numa tributação que envolvesse mais os maiores rendimentos, mais a riqueza acumulada e mais a tributação sobre, por exemplo, a herança.

Como a nova equipe econômica está refletindo sobre que medidas irão tomar na Reforma Tributária e Fiscal, eu gostaria de ouvi-lo, porque certamente há uma preocupação de fazer com que a economia brasileira seja mais competitiva, que o seu sistema tributário e fiscal leve em conta a competitividade da economia brasileira em relação a outros países, mas, ao mesmo tempo, precisamos ter um sistema tributário e fiscal muito transparente, de tal forma que a população conheça bem o que é realizado pelos impostos e taxas cobradas, até para que tenham a boa vontade em contribuir com os impostos e taxas, até mesmo aqueles mais bem aquinhoados, que tenham maior renda, na medida em que perceberem que a sociedade brasileira caminha na direção de um sistema de maior solidariedade, de maior fraternidade, de maior equidade e justiça, haverá – acredito – maior boa vontade em um sistema tributário que efetivamente represente um caminho de realização de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduard Suplicy.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Senador Luiz Henrique, é sempre uma alegria receber na Comissão de Assuntos Econômicos o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, homem de vasta experiência, de um currículo acompanhado por muitos méritos, o que o conduziu à Presidência do nosso Banco Central.

Como faz de 90 em 90 dias, de novo V. Ex^a nos honra com sua presença.

Quem dirige a palavra a V. Ex^a é alguém que tem procurado ser independente nas suas posições aqui no Senado. Eu militei pela mudança, votei pela mudança, coordenei a campanha do Senador Aécio Neves no Espírito Santo, Estado que eu represento nesta Casa, ainda assim, Dr. Tombini, contrariando alguns, eu votei pela adequação da LDO, primeiro porque não acredito no quanto pior, melhor. Eu acho que o quanto pior é pior mesmo. Votei pela adequação, sobretudo quando cheguei à conclusão de que 15 Estados federados também não tinham cumprido as suas metas fiscais e também não tinham feito as suas alterações em suas Assembleias Legislativas. Eu votei entendendo que a luta política tem o seu limite, e nós precisávamos – eu falo isso com muita humildade, mas falo isso com muita convicção – dar à nova equipe econômica um voto de confiança, um voto de confiança no Brasil. Se o Brasil for bem, todos vão bem. Se o Brasil for melhor, melhor para o conjunto da sociedade brasileira.

Mas eu recebi, de alguns segmentos, muitas críticas, por haver votado a favor da adequação da LDO; e eu fiz disso um gesto de confiança do Ministro Joaquim Levy, do Ministro Nelson Barbosa e em V. Ex^a. E quero dizer isso aqui, francamente, olhando para V. Ex^a, para que V. Ex^a, juntamente com seus diretores, tenham uma dimensão da responsabilidade que nós assumimos aqui no Parlamento brasileiro ao fazermos a adequação da LDO. Não foi uma tarefa fácil. Essa foi uma discussão que ganhou contornos na classe média brasileira, ganhou contornos nos formadores de opinião pública, mas eu fiz, externando a confiança que um brasileiro precisa ter, de boa-fé, de que nós possamos a partir deste momento iniciar um novo ciclo. Os indicativos são esses.

Eu tenho algumas questões que eu gostaria de dirigir a V. Ex^a, sobretudo, questões que estão ligadas à política monetária e à política fiscal. Duas das mais importantes colunas da macroeconomia brasileira, que andaram muito de braços dados nos últimos anos, mas que há sinais de que vão andar de maneira mais unida e mais coesa, e o produto disso, no médio prazo, eu quero crer que possa produzir bons resultados para o conjunto da sociedade brasileira.

Durante o ano de 2014, a inflação brasileira vem flertando no limite superior da meta. Os agentes econômicos já trabalham com o teto da meta e não mais com o centro da meta de 6,5%. Nos últimos cinco anos, temos uma inflação média acima de 6% ao ano e, em novembro, a inflação, nos últimos doze meses medida pela variação do IPCA, alcançou os 6,56% acima, portanto, do teto previsto. E isso vem ocorrendo consistentemente desde agosto. O IBGE calcula que para que a inflação anual não supere o teto de 6,5%, a inflação, em dezembro, não pode ser superior a 0,86%. Mesmo sendo a nossa meta de inflação 4,5% e não 6,5% superior a de países desenvolvidos, que trabalham com valores ao redor de 3%, temos tido imensa dificuldade em trabalhar com o centro da meta, e as perspectivas são de que, somente dentro de dois anos, a política monetária irá mirar o centro da meta, enquanto nossos vizinhos, por exemplo, trabalham com índices mais baixos, desde

agora, ou seja, o que vai acontecer com o nosso País no 2º semestre de 2015, no 1º semestre de 2016, outros países já estão trabalhando. E todos nós sabemos o quanto a inflação é perversa, o quanto ela deteriora o valor de compra da sociedade brasileira, sobretudo, dos mais pobres, dos assalariados.

Apenas para ilustrar, o Fundo Monetário Internacional divulga que a expectativa de inflação em 2014 para a Colômbia é de 2,8%; México, 3,9%; Chile, 4,4%. Essa é a constatação, ou seja, estamos muito acima desses indicadores. Para 2015, espera-se ainda uma crescente pressão dos preços administrados. Algumas estimativas apontam para a elevação de 7,8%, mas o Copom está trabalhando com a estimativa de elevação de apenas 6%. Apenas o caso das tarifas elétricas, vários analistas apontam para a elevação de preço da ordem de 18% a 25%. Vários outros preços com impactos direto no bolso da população também devem se elevar, como o transporte público e combustíveis, por exemplo.

É nesse ambiente de extraordinária contradição e de preços administrados artificialmente que a equipe econômica, em que V. Exª é um dos principais artífices, terá que trabalhar, para criar as condições e as bases para que a inflação possa, no médio prazo, voltar para o seu centro.

Dado que desde agosto a inflação tem sido superior ao teto estimado, ainda há expectativa de que a meta para a inflação de 2014 possa ser cumprida?

O que efetivamente irá mudar para que possamos resgatar a credibilidade política das metas da inflação como uma das três colunas fundamentais da credibilidade e da reputação na orientação econômica de nosso País?

Quando passaremos efetivamente a trabalhar com o centro da meta, e não mais com o teto da meta como referência?

Como conciliar a busca pelo centro da meta da inflação com a pressão adicional, como disse aqui anteriormente, dos preços administrados?

Há também algumas considerações com relação à política fiscal, algumas incertezas, algumas imprecisões, para as quais eu gostaria de merecer, por parte de V. Exª, uma avaliação num posicionamento.

Nos últimos anos, observamos uma clara deterioração das contas públicas com o aumento desenfreado de gastos e, conseqüentemente, o aumento do endividamento do País. De janeiro a outubro de 2014, enquanto as receitas aumentavam 7%, as despesas do Governo central se elevaram em 12,6%, culminando com um resultado deficitário da ordem de R\$11,6 bilhões ao ano. Em 2011, a dívida bruta era equivalente a 54,2% do Produto Interno Bruto; já em 2014, essa dívida deve chegar a quase 62% do Produto Interno Bruto, pelo método adotado pelo Banco Central. Como consequência, no ano que vem, o Brasil terá de pagar ainda mais juros sobre a sua dívida pública. Atualmente, estima-se em 5,5% do PIB o montante referente a serviço da dívida, o que representa mais de R\$260 bilhões no ano, ou seja, dez vezes o que se gasta, por exemplo, com o Bolsa Família.

Após quase uma década de redução constante no montante pago anualmente de juros sobre a dívida pública, nos últimos três anos, o que observamos foi uma curva ascendente, contrariando o que aconteceu nos anos anteriores. A conjunção de dívida alta com juros altos somente pode resultar em mais elevação do serviço da dívida, impactando e dificultando ainda mais o ajuste das contas públicas do País.

Agora, alterações na equipe econômica do Governo, do qual V. Exª faz parte, continuará sinalizando, mais do que nunca, uma guinada de 180º em relação à sua política fiscal – são sinalizadas metas de superávit desafiadoras para os próximos três anos – e defende-se um foco no tamanho da dívida bruta, não mais apenas nos valores da dívida líquida. De maneira semelhante, foi prometido o fim da contabilidade criativa e da falta de transparência no conjunto de inversões financeiras por parte do Governo. A Ata do Copom, ocorrida nos dias 2 e 3 de dezembro, também reconhece tal sinalização ao argumentar que o balanço do setor público tende a se deslocar para a zona de neutralidade, sem descartar a possibilidade de migração para a zona de contenção fiscal. Porém, de maneira quase concomitante a essa sinalização dada pelo Copom, mesmo após o primeiro pronunciamento da futura equipe econômica, quando sinalizaram essa guinada, o Governo deu continuidade à sua política de subsídios, transferindo R\$30 bilhões de dinheiro público ao BNDES, para concessão de crédito subsidiado a diversos dinheiro público ao BNDES, para a concessão de crédito subsidiado a diversos setores, por meio da edição da Medida Provisória nº 661, no mesmo dia 2 de dezembro.

Desde 2009, esta política de financiamento público já gerou aportes superiores a R\$450 bilhões, utilizados por créditos subsidiados, sem que possamos observar o tão esperado crescimento econômico em razão dessas transferências feitas.

De maneira semelhante, nos últimos anos, o Governo Federal também incentivou os Estados e Municípios a se endividarem, promovendo um ciclo de expansão de crédito a esses entes públicos da ordem de, aproximadamente, R\$200 bilhões.

Parte desse crédito foi utilizado para gastos que não irão gerar ganhos futuros, porque foram recursos e transferências para despesas permanentes, custeio, manutenção de máquina pública, mas, como consequência, o resultado fiscal dos entes estaduais e municipais também apresentam indicativos de piora.

Essa política de financiamento público subsidiado poderia ser justificada como foi como medida anticíclica em contexto de grave choque externo decorrente da crise internacional, mas decorreram mais de cinco anos e uma política que era temporária, se tornou continuada – e já vou encerrando, Sr. Presidente.

Esta política de financiamento público por meio de bancos oficiais é especialmente, a meu juízo, questionável, pela sua falta de transparência. O Tesouro Nacional se endivida no mercado para alavancar recursos, pagando, no mínimo, 11,75% ao ano, taxa Selic, e empresta esses recursos para o BNDES, cobrando TJLP, hoje, a 5% ao ano. O diferencial de juros é o custo financeiro dessa operação.

Enfim, Sr. Presidente, há a necessidade de um casamento, como disse aqui, no interior da minha modesta intervenção, da política fiscal com a política monetária. O que desejo ouvir, de viva voz, de V. Ex^a, pela credibilidade que V. Ex^a tem, pela carreira técnica construída no mérito, que sinais concretos e efetivos a nova equipe econômica poderá nos dar para que esses sinais de confiança possam se materializar em fatos concretos, asseverando, mais uma vez, que votei na adequação da LDO, por absoluto voto de confiança em V. Ex^a, no Ministro Joaquim Levy e no Ministro Nelson Barbosa, de que nós estamos iniciando um ciclo novo, de ajuste das contas públicas, para que, em razão e consequência disso, o nosso País possa voltar a crescer e gerar oportunidade para os brasileiros.

Muito obrigado pela condescendência, Sr. Presidente, e Sr. Ministro Alexandre Tombini.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço pela exposição.

Passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar nosso Ministro Alexandre Tombini, que, mais uma vez, comparece a esta Comissão. Seja muito bem-vindo! Também cumprimentar o Diretor, Carlos Hamilton, e toda a equipe do Banco Central. É um prazer tê-los, aqui, conosco, novamente.

Eu queria, Ministro, fazer algumas perguntas, inclusive porque ajudaria a esclarecer também o que o Senador Ricardo Ferraço, aqui, acabou de expor.

Primeiro, V. Ex^a falou que a recuperação do Brasil será gradual, porque nós temos um consumo em expansão, embora em ritmo menor, com crescimento global, com depreciação do real. Isso melhora as exportações e, portanto, teremos um resultado melhor, e que isso, também, vai ter um peso na meta inflacionária.

Eu gostaria de saber, desses itens, o que mais pesa em termos de chegar à meta inflacionária ou manter dentro da meta da banda superior a inflação é a depreciação da moeda, cortes fiscais, melhora nas exportações? Em que ordem isso tem relevância nesse impacto da inflação?

A outra coisa que eu gostaria de perguntar a V. Ex^a é sobre a dívida, tanto a dívida líquida, como a dívida bruta. Aliás, a dívida líquida sempre foi uma referência para nós sobre a solvência dos países.

Eu lembro que, em 2003, quando o Presidente Lula assumiu o governo, nossa dívida líquida estava acima de 65% do Produto Interno Bruto, e o grande desafio era termos uma política que pudesse trazer credibilidade, baixando a dívida líquida em relação ao PIB. Hoje, temos uma dívida líquida de pouco mais de 35%, e agora falamos em dívida bruta. Por que mudamos tanto essa avaliação em termos de endividamento?

Gostaria também de saber, depois o Senador Ferraço pode dizer, de onde ele retirou a referência de que vamos chegar a uma dívida bruta de 62%. Pelo menos as informações que tivemos na última exposição que a Ministra Miriam Belchior fez na Comissão Mista de Orçamento é que estávamos com uma dívida bruta na faixa de 56%. Portanto, nenhum descalabro em relação ao que medíamos há quatro, cinco anos. Parece-me que a nossa dívida bruta está estável. Ora, se temos estabilidade em relação à dívida no PIB, mudar a nossa política ou adequar a nossa meta de superávit primário, já diria de resultado primário da LDO não é uma catástrofe. Na realidade, ele é um instrumento de política fiscal. Você ajusta de acordo com as necessidades, levando inclusive em consideração a conjuntura internacional.

Então, quero dizer que, diferentemente do Senador Ferraço, não votei na mudança do resultado fiscal apenas por confiar em V. Ex^a e nos dois novos Ministros. Já confiava na equipe econômica da Presidenta Dilma, inclusive em V. Ex^a, a quem reitero a confiança, mas votei por entender que o momento era importante e que não tínhamos risco nenhum de ter um problema com as nossas dívidas públicas, seja ela líquida, seja ela bruta, que elas continuam, sim, sob controle.

E também é bom lembrar, nesta Comissão, Senador Ricardo Ferraço, que a política econômica levada pela Presidenta Dilma nestes últimos quatro anos foi de muita responsabilidade, e muita responsabilidade com o fiscal. Não sei se V. Ex^{as} lembram, mas, em 2011, fizemos um corte no orçamento público de R\$50 bilhões.

Muita gente dizia que era impossível cumprir esse corte. Esse corte foi cumprido, tivemos uma contenção grande de despesas e, em 2012, tivemos um novo contingenciamento de R\$50 bilhões. Isso inclusive teve efeitos na própria economia brasileira. Tivemos críticas sobre isso. Mas fizemos, porque precisava.

E não há um descontrole das contas públicas. Eu gostaria de saber em quais itens V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, coloca que há descontrole em contas públicas. A conta de pessoal, por exemplo, que, em 2003, era de cinco pontos percentuais do PIB, equivalia 5%, hoje é cerca de 4%. Essa é uma conta relevante para as finanças públicas. A conta de juros, que V. Ex^a diz que é mais ou menos 5% do consumo do PIB, há quatro anos era mais de 8%. Então, temos um equilíbrio, a nova dívida também. Então, os grandes números do fiscal, os grandes números da nossa política econômica são números que estão sob controle e em descendência, não em ascendência.

Agora, posso dizer a V. Ex^a onde cresceram as nossas despesas. Cresceram em educação, cresceram para melhor o ensino superior, abrimos mais universidades públicas, inclusive no Estado de V. Ex^a, institutos federais de educação tecnológica, creches. Cresceram em saúde, para que tivéssemos mais recursos para hospitais, para nossas unidades básicas de saúde, para que pudéssemos ter o Mais Médicos. Foi aí que cresceram nossas despesas. Na assistência social, porque incluir 40 milhões de pessoas num país como o Brasil, com as dimensões que tem, num curto espaço de tempo, não é feito por milagre. Obviamente, houve um investimento muito forte do Governo nisso.

Então, queria só deixar claro, porque parece, muitas vezes, Sr. Presidente, Sr. Ministro, que estamos vivendo um descalabro econômico no Brasil. Eu não vejo isso. Acho que temos problemas como tem a conjuntura internacional. Aliás, V. Ex^a falou aqui que a conjuntura internacional não está fácil, tirando os Estados Unidos que estão começando uma recuperação mais intensa, a Europa ainda patina, mesmo a China vai crescer menos. São parceiros comerciais estratégicos do Brasil. Obviamente que isso tem impacto interno. Não podemos esquecer que, a partir de 2003, além da justeza da política adotada pelo Presidente Lula, também tivemos um cenário internacional muitíssimo favorável à nossa economia. E agora, com o cenário desfavorável, nós conseguimos, Senador, manter emprego. Para mim, a coisa mais importante em uma economia é manter o emprego e manter a renda das pessoas.

A renda pode não ter crescido como nós gostaríamos, mas ela se manteve e cresceu um pouquinho sim. Isso para mim é um indicador econômico relevante.

Aliás, por falar em indicadores econômicos relevantes, eu queria aproveitar, Ministro, exatamente, para tocar nesse assunto. Nós ficamos, via de regra, falando de indicadores – claro que são os indicadores globais de PIB, para medir a economia, se o PIB aqui é fraco, então, é porque a nossa economia está ruim –, mas eu gostaria de perguntar como a gente insere outros indicadores que mostram que a economia está trazendo o resultado que precisa trazer? Porque economia é um instrumento, não é um fim em si mesma, é uma ciência criada para dar equilíbrio entre demanda e oferta, equilibrar o consumo de excedentes, enfim, para melhorar a vida e as condições da sociedade, do povo.

Então, se nós temos uma economia que segura emprego, uma economia que garante a renda, uma economia que tira as pessoas da miséria, uma economia que está proporcionando expansão do investimento, se nós olharmos o que é o PAC, com o Minha Casa, Minha Vida, se nós olharmos os investimentos em estradas, se nós olharmos investimentos na área de educação, tivemos muitos investimentos nos últimos anos. Quer dizer, se nós temos uma economia que dá esse resultado, por que temos que, única e exclusivamente, achar que a economia está boa ou está ruim pelo Produto Interno Bruto? Que, aliás, é uma medição de fluxo, não é necessariamente da riqueza instalada.

Então, eu acho que isso a gente tem que começar a discutir, sei que é um tema polêmico, sei que há debates sobre isso, mas gostaria, também, de ouvir a sua opinião sobre esses indicadores.

E, também, só para terminar, a questão da inflação, quais foram os anos que o Brasil teve – desde que começou a ter o regime de meta de inflação – a inflação no centro da meta? Gostaria de saber isso.

E, por final, gostaria de externar aqui uma preocupação e saber qual é a posição da autoridade monetária em relação a isso, que são as ações e medidas tomadas pelos Estados Brasileiros. Por exemplo o meu Estado, o Estado do Paraná, acaba de enviar à Assembleia Legislativa – e foi aprovado – um pacote de aumento de tributo, muito expressivo. Por exemplo: 40% de aumento no IPVA; mais de 50% de aumento do ICMS, em mais de 90 mil itens de consumo. Isso vai ter um impacto, na economia, com certeza, muito grande. Vai ter um impacto na inflação, e vai ter um impacto, também, no desenvolvimento da economia do Estado.

Como a autoridade monetária vê essas ações dos governos locais que não estão, na realidade, em linha com a política nacional? Porque nós vamos ter aqui ajustes, principalmente, do lado das despesas, porque mesmo mudando a meta de resultado da LDO, nós já temos resultados previstos, para 2015, 2016, de 1,2% e de 2% do PIB, para superávit primário. Mas eu tenho certeza, convicção – assim como estou acompanhando

as políticas desenvolvidas pelo Governo da Presidenta Dilma -, de que não deveremos ter alteração no sistema tributário, no sentido de aumentar tributos.

Podemos ter até alterações daqueles tributos que fazem a moderação, por exemplo, a Cide, ou, – como disse o Senador Eduardo Suplicy – de repente, nós instituímos um imposto maior sobre lucros, ou sobre grandes fortunas, enfim, acho que isso é possível. Mas não, por exemplo, um aumento dos impostos que tenha um impacto no consumo e na produção. E os Estados estão fazendo isso, Paraná fez isso, outros Estados estão fazendo, e isso, claro, tem impacto na economia nacional. Então, como a autoridade monetária vê isso, e se tem uma discussão no Governo em relação a esses pontos?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Também, Senadora Gleisi...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pelo Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado pela exposição de V. Ex^a.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pelo art. 14. O debate que a Senadora Gleisi propõe não é bom, é extraordinário. Mas partindo das premissas que ela parte...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas o Presidente concedeu ou não o art. 14?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedeu. V. Ex^a também concedeu. (Risos.)

Partindo dessa premissa... Eu vou encerrar, é muito rápido. Eu acho que esse debate não é aqui, claro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Era para isso que eu iria alertar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas partindo dessa premissa, não temos necessidade alguma de fazer ajuste fiscal em 2015. Podemos continuar navegando em céu de brigadeiro, em mar de almirante, porque as circunstâncias e as conjunturas de nosso País estão extraordinárias. Então, o Ministro Joaquim Levy pode descartar o ajuste para que está sinalizando.

Mas, em outro momento, eu acho que podemos debater isso com profundidade, não em uma oportunidade como essa, em que temos a honra de receber o nosso Presidente do Banco Central.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com certeza, e não foi isso que eu falei, Senador. Mas teremos oportunidade de debater com profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu tenho deixado o tempo muito solto, mas na verdade vou fazer um apelo agora, porque vamos ter uma sessão extraordinária do Senado Federal para votarmos o Código de Processo Civil.

Então, estou querendo ver se conseguimos encerrar aqui por volta das 13 horas e 15 minutos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu prometo que não farei nenhuma palestra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas antes do Senador Inácio Arruda, está inscrita a Senadora Lúcia Vânia. Depois, falará os Senadores Luiz Henrique, Inácio Arruda e Blairo Maggi.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro – é um prazer recebê-lo aqui –, Dr. Carlos Hamilton, Diretor de Política Econômica, Senador Luiz Henrique.

Sr. Ministro, mais uma vez, é um prazer ouvi-lo e, sem dúvida, quero cumprimentá-lo pela nova missão que tem pela frente, pelo novo desafio que tem pela frente.

A tomar por base a fala da Senadora Gleisi, V. Ex^a terá um céu de brigadeiro pela frente! Pelo menos, eu desejo que tudo corra bem.

Mas, Ministro, eu peço até desculpas se estou sendo repetitiva, uma vez que não pude estar aqui durante a sua explanação. Mas eu gostaria de reiterar o que já foi colocado em relação à inflação, que deverá encerrar o ano no topo da meta. Dessa forma, embora o índice oficial deva ficar dentro dos limites determinados formalmente, na prática nós temos um quadro de aumento de preços que pode estar, mesmo que não de forma explícita, colocando em risco as conquistas que foram conseguidas a duras penas no passado.

Embora V. Ex^a tenha reiterado várias vezes em suas entrevistas que a inflação no Brasil está sob controle, eu gostaria de questioná-lo em relação à atuação do Banco Central em 2014. Não teria o Banco Central sido leniente, atuando em uma zona de risco acima do desejado, tendo em vista a evolução da inflação ao longo do ano, como foi colocado aqui pelo Senador Ferraço, e a clara deterioração do quadro fiscal?

Não teria o Banco Central de ter agido de forma mais enfática, usando o seu principal instrumento, a taxa de juros, para controlar a inflação, a despeito de um ano eleitoral?

A segunda pergunta que eu faria: qual é a estimativa do impacto da alta da Selic sobre a economia brasileira?

A terceira: qual é o horizonte temporal factível para termos a convergência da inflação ao centro da meta e, em um futuro próximo, para a redução da meta a níveis mais civilizados?

Como o senhor avalia as consequências da política monetária para o setor público, diante do aumento do custo dos juros, das dificuldades de caixa do Governo para o setor produtivo, em particular a indústria brasileira de 2015, que já vem apresentando desempenho negativo diante deste cenário de restrição monetária e também fiscal?

Portanto, eu gostaria de merecer de V. Ex^a as respostas a estas perguntas que, de certa forma, são perguntas repetitivas, sobre assuntos que V. Ex^a deve ter mencionado durante a sua fala. Peço desculpas se estou sendo redundante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr^{as} e Srs Senadores, vou atender ao apelo de V. Ex^a, Sr. Presidente, fazendo uma pergunta específica a S. Ex^a Ministro Tombini, que nos honra com a sua presença nesta Casa.

A pergunta é relativa ao déficit da conta corrente de turismo, que já atingiu US\$17,8 bilhões, em 2013, e se prevê que atinga 19 bilhões, em 2014. Estima-se que a remessa de dólares ao exterior para viagens representa o dobro do que o País paga de juros da dívida externa.

Portanto, essa questão do déficit na conta turismo, que representa 20% já do total do déficit público do País, eu entendo que seja uma questão prioritária.

A minha pergunta é se a nova equipe econômica está trabalhando em um pacote de incentivos e benefícios para tornar mais atraentes que as externas as viagens ao interior do País, tendo em vista que a rede hoteleira nacional sofre com essa verdadeira diáspora turística, que leva milhares e milhares e, cada vez mais, milhares de brasileiros a fazerem as suas viagens ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Tombini, eu também estou alinhado com aqueles que consideram que as dificuldades para você fazer um ajuste fiscal são grandes, no Brasil, em face da demanda por serviços que o Estado tem obrigação absoluta de prover.

Então, para haver essa expansão da rede federal de educação, tanto universidades, como em institutos federais, há a necessidade absoluta de aumentar a *per capita* da saúde, no Brasil, que é vergonhosa, em face dos nossos vizinhos. Então, eu vejo que aqui nós temos dificuldades.

Ao mesmo tempo, há esse problema da política de juros. Os nossos países da Europa, os nossos conhecidos países europeus estão em uma política recessiva forte. Eles têm aplicado uma política de ajuste, em alguns países, uma duríssima política de ajuste.

Qual tem sido o resultado? Esta apresentação mesmo de V. Ex^a, hoje, mostra que a situação ainda é dramática na Europa; e há moderação nos países emergentes. Então, há moderação nos países emergentes e a Europa está com grandes dificuldades ainda. Os americanos estão saindo um pouco da crise, mas os patamares ainda são baixos.

Então, há um apelo muito grande e muito forte por ajustes mais duros, no Brasil, como se fosse uma volta àquela velha política de ajustes cruciais, que atinge principalmente as pessoas, o povo.

É claro que, às vezes, você fica no chamado beco sem saída. O que fazer? Normalmente, tem sido muito forte o apelo por juros mais elevados. Nós temos nos batido muito com esse problema. Na minha agremiação política, nós temos discutido isso quase todos os dias, sobre como não encontramos alternativa.

Aqui mesmo, na Região Sul do nosso País, onde nós temos uma relação de mercado comum com outras Nações, nós não podemos aproveitar essa relação para diminuir impacto de preço, principalmente em produtos alimentícios.

É claro, às vezes, que nós enfrentamos o nosso mercado interno, porque os nossos produtores acham que não tem que abrir para ninguém. Mas, às vezes, temos de fazer uma política de boa vizinhança com países com os quais nós somos superavitários, permanentemente, e não abrimos em determinados setores que nos ajudariam na disputa do preço no nosso mercado.

Então, como encontrar outras alternativas que não seja só essa política de elevar juros? Há um clamor, em determinados setores no Brasil, principalmente entre os articulistas que trabalham com mercado financeiro na mídia brasileira, de clamar por mais juros.

Eu tenho, assim, esta impressão de que nós vamos ferindo de morte as expectativas para adiante, com a política de juros; se a levamos mais ainda, então vamos contendo, de tal maneira, nossa expectativa de voltar a crescer e de responder a essas necessidades.

Fazemos clamor pela política de juros e depois reclamamos do programa de infraestrutura. Quem vai investir em infraestrutura, se o Governo paga tão bem na taxa Selic? Basta ver, o analista clama por juros, depois diz... Ele reclama da infraestrutura, depois você pergunta: você investiria seu dinheiro onde? No final, o cara vai dizer que investe nos títulos do Governo. Vai se investir em produção para quê? Vai se perder dinheiro na produção? Então se investe na taxa do Governo.

Então, temos nos batido com isso. Será que só temos essa alternativa e não podemos encontrar outros mecanismos? E acho também que foi muito correta a política em relação à questão do superávit primário, foi uma coisa correta que o Governo adotou, justa, necessária, importante. Acho que houve convicção do Governo, foi uma atitude muito boa.

Agora, esse problema na taxa de juros é crucial para nós, no Brasil. Esse preço do dinheiro pago pelo Governo é muito grave para a economia brasileira, no nosso entender. E a minha pergunta é se só temos essa alternativa, porque se tivermos só essa alternativa, estaremos comprometendo a expectativa de crescimento do País, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, pela exposição.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Ele disse que não iria fazer nenhuma palestra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o nosso Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; também, o Carlos Hamilton, que está aqui conosco; o Presidente da Comissão e o Vice-Presidente, Senador Luiz Henrique.

Também não pretendo fazer nenhuma grande explanação. Só gostaria de tecer um comentário para o Presidente do Banco Central: o de que ninguém está assim escape, de que ninguém pode dizer que nunca acontecerá alguma coisa com ele em termos de economia.

Dependendo das decisões que se vão tomando na vida, teremos mais sucesso ou menos sucesso. Mas, basicamente, na vida e nas empresas, o que rege o sucesso é a confiança. Se não temos confiança no mercado, se não temos confiança nos setores nos quais trabalhamos, dificilmente conseguimos avançar nesse processo.

Eu lembro-me de uma história que acontecia, quando garoto. Meu pai era um tomador de empréstimos, não havia bancos na região onde ele trabalhava. Íamos à missa todo domingo, pela manhã, em cima de uma caminhonete que ele tinha, e, depois da missa, Senador Luiz Henrique, meu pai ficava na porta da igreja conversando com os outros agricultores, com os outros colonos. Eu ficava incomodado, porque queria voltar para casa para jogar futebol no meu terreiro, para tomar banho no rio, perto de casa.

E vim entender bem mais tarde, depois, o que meu pai fazia na porta da igreja. Ele passava explicando aos demais, porque era tomador de empréstimo dos agricultores, o que estava fazendo com o dinheiro dele e que não havia risco de ele quebrar – porque havia comentários etc. e tal. Então, ele mantinha o crédito na expectativa, na confiança e na transparência.

E ele sempre me disse isto: “Olhe, meu filho, vale mais estar sem dinheiro no bolso, mas tendo crédito para buscá-lo, do que ter muito dinheiro no bolso e não ter crédito para andar para frente. Basicamente, foi isso que me levou, como empresário – e a minha família – a conseguir avançar nesse mundo dos negócios e também crescer, baseados na confiança e na transparência absoluta do que fazemos e do que vamos fazer.

Aqui é que gostaria de fazer, então, meu comentário a respeito do nosso País: o de que nós, de certa forma, quebramos a confiança, ao longo deste último ano, ou dos últimos anos, quando se permitiu, por vários problemas que tivemos, por exemplo a contabilidade criativa. Quer dizer, o mercado inteiro lia que não estava bem, que não era possível, em uma transação, fazermos uma exportação de uma plataforma de petróleo para o Panamá, e a plataforma não sair do Brasil. Quer dizer, todo mundo via que era uma jogada contábil criativa. E isso foi deteriorando a nossa economia pela falta de confiança. Muito bem.

O Governo admitiu isso agora. Não adianta tampar o sol com a peneira. O Governo admitiu que decisões foram tomadas de forma errada ou de forma, às vezes, muito rápida. Como, por exemplo, a questão da mudança da política energética: um desastre para o País. As contas desse setor ainda virão pela frente. Eu conheço esse setor, trabalho nesse setor também, e o que tem aí para ser pago pelo contribuinte – e que é o Governo, somos todos nós – é bilhões e bilhões que vêm pela frente. Está parado, mas eles virão. O setor produtivo não consegue bancar isso; não tem como bancar e vai vir para o Governo.

Então, eu digo assim: o Governo reconheceu, no momento em que pediu para que nós, em uma sessão ou várias sessões... E fomos até às quatro horas da manhã e eu fiquei lá e votei favorável à mudança do valor do superávit primário. Entendo que naquele momento foi quando o Governo reconheceu: “Olha, eu tenho um problema; eu tenho um problema. Eu tenho dinheiro para fazer o superávit primário, mas se eu ficar só com o

superávit primário, eu não consigo transferir recursos para os Estados, para os Municípios, não consigo pagar as empreiteiras que estão fazendo as obras e vou quebrar tudo isso numa sequência.” Então, para mim, o Governo reconheceu, e eu fui lá e votei favorável porque entendo que o Governo fez a parte dele, disse: “Olha, eu estou com um problema e a gente precisa mudar.”

E aí, então, veio, Presidente Tombini, a sua confirmação novamente para o Banco Central, veio o Ministro Levy para a Fazenda e o Nelson Barbosa para o Planejamento. E eu quero deixar aqui, então, não um conselho; uma observação. O nosso País tem jeito; claro que tem. Nós somos um País que tem muitas riquezas. Nós precisaremos trabalhar mais; nós trabalhamos pouco. Como o Brasil, perto dos Estados Unidos ou outros países, trabalhou pouco. Precisaríamos ter uma carga horária maior de trabalho, precisaríamos ter uma mudança de muitas coisas que acho que virão pela frente. Não é obrigar as pessoas a trabalhar, mas permitir que aqueles que queiram trabalhar mais possam trabalhar mais. Infelizmente, nós não temos essa cultura, enquanto os Estados Unidos e outros países têm.

Então, eu gostaria de deixar aqui a minha sugestão que é o seguinte: temos jeito, mas precisamos indicar para onde queremos ir. E precisamos ter, então, transparência absoluta naquilo que vamos fazer. E, aí, Presidente Tombini, eu espero – sinceramente espero – que a Presidente Dilma, ao convidá-lo para ficar no posto e convidar os outros dois ministros, que são a trinca da economia, tenha dito aos senhores que os senhores têm autonomia para gerir, tocar e ir adiante naquele objetivo que todos nós queremos, que é uma economia firme que consiga crescer, com inflação baixa, por tudo aquilo que os meus colegas já falaram, antecedendo a mim.

Então, quero deixar aqui muito claro que sem transparência e sem confiança nós não vamos a lugar nenhum. Só com indicação dos senhores para o Banco Central e os dois ministérios mais importantes da economia brasileira o mercado já se acalmou. Tem dólar subindo, mas não é mais só por uma questão da nossa política; é uma questão internacional. Se você olhar como o mundo hoje está globalizado e as informações circulam em uma intensidade, em uma velocidade enorme, tudo que acontecer na Rússia ou que acontecer na China vai acontecer ou ter consequência aqui no Brasil.

Então, Presidente, fica aqui o meu... Eu não sei se é alerta, sugestão, conselho, mas da observação que tenho da minha vida: sem confiança e sem transparência, não há como avançar. E o País só avançará quando nós tivermos isso na plenitude. E tenho certeza de que a Presidente Dilma deve ter dado a vocês essa condição de efetivamente colocar a economia nos trilhos, porque só assim nós teremos um País grande e um País justo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

Antes de passar a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, posso pela oportunidade fazer uma brevíssima observação e uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu ontem visitei, em Maricá, a experiência de outra moeda social chamada Mumbuca, onde o prefeito Quaqué foi muito assessorado pelo João Joaquim de Melo, idealizador da moeda social Palma e que, pelo que tenho informação, é reconhecida pelo Banco Central.

Pergunto se o Banco Central tem também reconhecido a experiência de Maricá e outras que existem no Brasil, porque me pareceu muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes de passar a palavra para o Ministro Alexandre Tombini, eu vou fazer aqui uma breve consideração. Na verdade não é nem uma pergunta, mas eu queria deixar claro um pouco minhas preocupações quanto ao crescimento econômico no próximo ano.

Eu sei que o compromisso central do Banco Central é a estabilidade monetária, é o combate à inflação. Em bancos centrais, o FED, norte-americano, tem um compromisso de combate à inflação, mas crescimento econômico e geração de empregos também já é atribuição dele; já é atribuição dele equilibrar isso.

Então, eu sei que não é atribuição direta apenas do Banco Central o centro da estabilidade monetária, mas o senhor faz parte de uma equipe econômica, o senhor também é Ministro, está lá com o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, com o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, com o nosso Ministro Armando Monteiro – que concorda com certeza com o que eu vou falar, porque eu conheço suas posições –, mas eu tenho uma preocupação muito grande com o crescimento econômico, esse é um debate do mundo inteiro. Nós tivemos recessão técnica no Brasil este ano, os dois primeiros trimestres com crescimento negativo. Com todo respeito, Senadora Lúcia Vânia, dizer que o Banco Central foi tolerante... Nós temos a maior taxa de juros do mundo, queriam mais juros, mais juros, num quadro desses?

Então, trago aqui, Ministro – não precisa me responder –, a preocupação de um Senador: nós não aguentamos no próximo ano só uma discussão de aperto fiscal e aperto monetário, não dá para aguentar tudo isso assim, como se esse fosse o caminho. Olha, nós vamos ter um ano muito difícil, a conjuntura econômica inter-

nacional é difícil, a nacional é difícil, agravada por essa situação da Petrobras, que é responsável por uma parcela grande de investimentos neste País, e nós não sabemos qual vai ser a conjunção de todos esses fatores no próximo ano. Assim, eu vejo que se for só aperto fiscal e monetário em conjunto, nós podemos colapsar a nossa economia. E eu queria trazer aqui uns números. O economista Amir Khair tem entrado nesse debate dessa questão da taxa Selic e diz o seguinte: 80% da inflação não depende do Banco Central, não são alcançados pela Selic. Aí fala: inflação de serviços, 35%; alimentos e bebidas, 25%; preços monitorados, 20% – apenas 20% da composição do IPCA depende da taxa Selic. Eu falo isso porque tem um impacto fiscal gigantesco. O cálculo aproximado é que para cada um ponto da Selic nós temos mais 20 bi de impacto fiscal.

Portanto, Presidente, Ministro, eu não faço nenhuma pergunta, mas expresso aqui a minha torcida para que essa política fiscal mais transparente passe segurança ao nosso País para que a gente possa retornar a uma política declinante de taxas de juros no futuro. Eu sei que há uma série de critérios técnicos, o Banco Central tem autonomia operacional, mas essa é minha torcida como brasileiro, como Senador, porque eu acho que se a gente consegue passar mais transparência e segurança em relação à política fiscal, o cenário desejável é a gente voltar, mais à frente, a construir uma trajetória declinante da nossa taxa de juros.

Assim, eu quero mais é externar essa minha preocupação com esse outro problema do cenário econômico que para mim é o central, que é crescimento econômico também e manutenção da taxa de emprego.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh Farias. Obrigado, Senadoras e Senadores, pelos comentários e questionamentos.

Primeiramente, pela ordem, o Senador Suplicy mencionava todos os progressos feitos na área da inclusão social no País. Eu adicionaria também a inclusão financeira, que teve um papel fundamental nessa última década pelo menos, com a agregação de cerca de 40 milhões de novos clientes ao sistema financeiro.

Hoje nós temos os 5.500 Municípios, aproximadamente, todos com serviços financeiros à disposição da população, seja na questão do crédito, mas também, principalmente, no uso do Sistema de Pagamentos Brasileiro, que é um sistema bastante eficiente.

Então, esse é um processo... Nós, no Banco Central, é a parte que nos toca mais diretamente. Sobre esse tema, nós temos trabalhado na regulação para permitir essa expansão, já de alguns anos, e temos visto um progresso importante. Acho que ajuda nesse contexto de inserção social do brasileiro.

Em relação ao seu comentário sobre o estudo que foi referido também pelo Thomas Piketty sobre a questão da concentração de renda e riqueza no País, eu acho que novos estudos, com novas bases, ajudam a entender o padrão de evolução da distribuição da renda e da riqueza no País.

Naturalmente, temos que olhar esses estudos delimitados no período estudado e, também, enfim, lembrar das limitações das bases de dados utilizados. Quando você vai para uma base, digamos, tributária, em particular na questão dos tributos diretos sobre a renda, esse estudo foca, digamos assim, no segmento mais rico da população brasileira e denota aquela concentração que foi apontada.

Agora, naturalmente, esses dados deixam de fora uma parcela significativa da população que está nas faixas de isenção. Então, é mais difícil com esse tipo de dado – se não impossível – capturar a concentração ou desconcentração da riqueza, já que uma parcela expressiva da população, talvez aquela que tenha se beneficiado mais nesse período de inserção social, não esteja cotejada em relação aos dados tributários.

Então, tem que complementar os dados tributários com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, porque pega um contingente muito mais amplo para fazer uma avaliação mais precisa do quadro de distribuição e concentração de renda e riqueza.

Então, eu vejo que esses estudos merecem a nossa atenção. O Banco Central tem participado de debate sobre o assunto, mas devemos olhá-los no contexto.

Em relação às formulações da nova equipe econômica, eles melhor dirão na questão tributária e fiscal. Naturalmente, V. Exª aponta para o fato de que talvez tributos indiretos, em relação aos tributos diretos, sejam mais regressivos, incidam com maior força sobre as camadas de renda menos favorecidas. Acho que esse é um traço universal. Mas em relação a planos específicos, eu declinaria e certamente os nossos colegas estarão bem posicionados para entrar nos detalhes.

O Senador Ferraço faz uma série de considerações, certo? Em relação à questão da meta, por exemplo, acho que a Senadora Lúcia Vânia já respondeu a sua primeira pergunta: se vai ser possível, em 2014, estar abaixo do topo da meta de inflação, de 6,5%. A resposta é positiva. Sim.

V. Exª mencionou aí o limite de 0,86% do IBGE. Nós acreditamos que a inflação de dezembro será menor do que isso, logo, estaremos aí abaixo do limite de 6,50%.

Em relação a perspectivas, eu vou reiterar aqui. Nós vemos, no curto prazo, pressões inflacionárias decorrentes desse realinhamento, esses dois realinhamentos de preço. Nós tivemos aí também, recentemente,

um fortalecimento do dólar no mercado internacional, para não dizer nos primeiros dias desta semana e na semana passada. É um processo que já vem. Se pegarmos...

Existe um gráfico interessante aqui nesse conjunto – não sei se você consegue colocar lá, Carlos. O 16.

Bom, aqui nós vemos a evolução da taxa de câmbio nominal real/dólar. O que nós vemos, entre outras coisas, é que esse processo de ajuste e preço relativo vem ocorrendo já de algum tempo. Ali na ponta, a gente vê uma inclinação mais forte desse processo. Nós temos comunicado, no Banco Central, que uma das razões pela qual nós temos ajustado a nossa política monetária é para fazer frente aos efeitos secundários. Nós não estamos combatendo o ajuste do real em relação ao dólar, mas nós temos que ficar atentos e evitar que os efeitos secundários, ou seja, que outros segmentos que não diretamente impactados pelo dólar acabem por elevar seus preços e você tenha uma resistência no processo inflacionário. No curto prazo, nós temos essa puxada e esse é um dos fatores também.

Já, outras perguntas que foram formuladas... Esse ciclo de aperto na taxa de juros, os 375 pontos mais os 75 que nós fizemos recentemente vêm, chegam, coincidem com uma desvalorização do real.

V. Exª bem se recorda que em 22 de maio do ano passado, The Federal Reserve, o banco central norte-americano, iniciou o processo de discussão sobre o *tapering*, ou seja, a redução dos estímulos não convencionais da política monetária. Isso gerou um fortalecimento do dólar e muitas moedas sofreram, se desvalorizaram ou se depreciaram. Então, foi o primeiro ciclo, dentro desse período, que se tem notícia, onde o aperto da política monetária coincidiu com a desvalorização da moeda, reflexo, entre outras coisas, desse movimento global do dólar. Então, esse é um vento contrário que explica um pouco dos resultados da política em relação à inflação.

Então, nós estamos cuidando, porque esse processo está aí, não é? Nós vimos os mercados apresentando, hoje, ontem e semana passada, um grande fortalecimento do dólar. Nós estamos cuidando para evitar que esses efeitos secundários se transformem em inflação resistente. Então, nós vemos, no curto prazo, uma acumulação de pressões, mas olhamos através dessas pressões e a política monetária vem sendo ajustada para evitar que essas pressões se tornem duradouras, para que elas se limitem no tempo e nós entremos naquele processo que eu mencionei aqui de um declínio da inflação acumulada em 12 meses e que nos leve, no horizonte relevante para a política monetária em 2016, para o centro da meta de 4,5%.

O outro processo de realinhamento de preços relativos diz respeito a preços administrados *versus* preços livres da economia. V. Exª bem se recorda, e aqui tem um gráfico também, que quando nós vamos lá no vale, no final de 2013, vemos que esse preço administrado chegou a 1,5% – está certo? – em 12 meses. Ele, agora, ao longo de todo o ano de 2014, vem ajustando-se em relação aos preços livres. Então, preço administrado, inflação acumulada em 12 meses, no último dado que temos, dado de novembro, está na faixa de 5,83%. Então, isso é um realinhamento de preços relativos importante. Nós precisamos evitar que esse realinhamento transborde para outros setores e se traduza em inflação persistente.

A despeito desses movimentos, desses dois movimentos de preços relativos, com a política monetária sendo adotada e com a atenção que nós temos em relação ao futuro, nós vamos passar por um período, no curto prazo, talvez no início... – eu mencionei, aqui, um pouco mais precisamente, que esse declínio, o pico talvez seja no primeiro trimestre de 2015, e nós entremos, a partir do segundo trimestre, num longo processo de declínio da inflação acumulada em 12 meses. E nós vamos trabalhar para que ela convirja para o centro da meta ao final de 2016. É essa a proposição, é nisso que nós estamos trabalhando, ou seja, admitindo, sim, que esses ajustes de preços relativos estão ocorrendo e, talvez, até continuem a ocorrer no futuro.

Então, é basicamente isso em relação à inflação. Estamos trabalhando tendo reconhecido esses impactos. O Banco Central tem sido claro a respeito do fato de que nós vamos evitar que os efeitos secundários se propaguem.

Bem, a questão dos juros sobre a dívida. V. Exª bem sabe que não é o juro de curto prazo de política monetária que determina – não é? Se o juro de curto prazo não é suficiente para ancorar a inflação na meta, possivelmente, como o Governo se financia, não só no curto no prazo, ele se financia ao longo de vários anos, pode ser que uma taxa baixa de política monetária não reflita numa taxa baixa na estrutura a termo da taxa de juros. Ou seja, então, nós temos que levar isto em consideração: o fato da taxa básica de juros estar num patamar mais baixo não significa que o custo de financiamento diminua; uma parte é financiada no Selic ou no curto prazo, mas uma boa parte da dívida é financiada ao longo de vários anos com um prazo médio estendido, e é um desejo que se estenda ao longo do tempo. Então, nós temos que olhar sempre a estrutura da taxa de juros ao longo do tempo.

Nós vimos isso acontecer, já, no passado. Nós precisamos ter uma política monetária crível, que ancore a expectativa de inflação e que leve a inflação para o centro da meta. E isso tem um impacto ao longo do processo de redução e não de aumento do custo da conta de juros, digamos assim. Então, esta é a perspectiva: se olharmos só a taxa do Banco Central e esquecermos da taxa que o mercado vai pedir para financiar para o

Governo, nós estaremos vendo apenas um pedaço da história; talvez o pedaço não mais importante quando diz respeito ao custo de financiamento do Governo.

Bem, outras considerações feitas por V. Exª em relação à política fiscal, certamente, os colegas da equipe econômica, Joaquim e Nelson, estarão bem posicionados para detalhar. Agora, o que eu tenho dito e disse hoje no meu pronunciamento é que eu considero, do ponto de vista do Banco Central, que as duas políticas são independentes, porém, complementares. Então, um processo de que eu já falei várias vezes aqui, Senador Lindbergh, ao longo do tempo, nesse quatro anos, é que quanto mais apertada a política fiscal do ponto de vista do Banco Central, tanto mais facilitado é o nosso trabalho. Isso eu disse várias vezes, enfim. Obviamente, quem define a política fiscal é o conjunto do Governo, que tem aí um desafio que é esse superávit de 1,2% do PIB para 2015 numa conjuntura que não é uma conjuntura das mais benignas, para usar um eufemismo aqui, em relação ao cenário internacional. Então, é um desafio, sim. Quer dizer, nós falávamos em 2% antes; 1,2% vai ser desafiante, mas é factível e vai ajudar nesse processo em relação às duas políticas, talvez as políticas principais de estabilização da economia.

E a ideia é – a que o Senador Blairo Maggi se referia – fortalecer a confiança, tanto de consumidores quanto de empresários. Inclusive, um dos aspectos que tem que ser considerado na desaceleração da economia ao longo de 2014 foi a queda dos investimentos. Nós tivemos quatro trimestres de redução de investimentos. Então, acho que é fundamental, principalmente neste período.

Nós estamos vendo, hoje, nesses últimos dias, uma certa evolução das moedas em relação ao dólar. Tivemos a questão russa de ontem e de hoje, que na madrugada aumentou quase sete pontos de percentagem a taxa de juros de política numa tentativa de estabilizar o rublo, que vem sofrendo perdas grandes. Então, esse processo que decorre, talvez, de um movimento maior, por exemplo, a acentuada queda do preço do petróleo refletindo em importantes países que têm esse recurso natural como talvez o principal recurso econômico.

Então, esse ambiente não se restringiu à Rússia, está tendo impacto em várias moedas. Num primeiro momento, nós vimos isso lá trás, na discussão do *tapering*, em maio do ano passado. Primeiro, há uma venda de ativos em mercados emergentes tratada indiscriminadamente, mas, ao longo do tempo, os países vão sendo separados: aqueles que têm políticas mais sólidas, aqueles que têm colchões de proteção, por exemplo, acumulação de reservas, acumulação de liquidez no sistema financeiro, um sistema financeiro bem robusto, isso tudo vai ajudar nesse processo de normalização das condições monetárias ao final de 2014.

Ao longo de 2015 é importante, sim, que nós tenhamos políticas bem ajustadas para enfrentar esse período, não só pelos objetivos internos, no caso do Banco Central trazer a inflação para 4,5% ao final de 2016, tentando passar o mais baixo possível em 2015, abaixo do limite superior... É um quadro que recomenda políticas adequadas para enfrentar esse cenário.

A Senadora Gleisi Hoffmann.

Primeiro, obrigado pelas considerações a respeito do Banco Central e da recondução ao cargo de Presidente do Banco Central.

Não há dúvida de que tivemos uma série de melhoras na economia brasileira. Entre outras, V. Exª mencionou o nível, talvez o recorde de baixa de desemprego na economia brasileira. Isso é algo que... Vários países têm interesse em entender a experiência brasileira sobre o mercado de trabalho. Eu tive oportunidade de discutir isso no seminário de Jackson Hole, que é um dos mais importantes de política econômica, recentemente ocorrido nos Estados Unidos, patrocinado pelo Federal Reserve de Kansas City, onde foi pedido ao Brasil que debatesse sobre a evolução do mercado de trabalho e os desafios para a política monetária. Mas essencialmente esses avanços que foram feitos ao longo dos últimos anos no País são reconhecidos internacionalmente. Sem dúvida é importante consolidar para a frente essa inclusão que nós tivemos no Brasil.

Em relação aos fatores da inflação, de novo, duas coisas que nós estamos olhando agora, neste momento, estão claras na nossa comunicação: essas mudanças de preços relativos, tanto administrados quanto livres, está havendo uma recuperação, e os preços domésticos em relação aos preços internacionais, esse ajuste no valor do real em relação às demais moedas. Esses dois, eu creio que são tendências que inclusive reduzem a vulnerabilidade da economia brasileira, mas nós temos a obrigação, o dever de cuidar para que essas mudanças de preços relativos, quando ocorrerem, sejam o mais duradouras possível, não sejam transformadas em inflação, de modo que, com isso, você acabe por criar uma corrida, tendo sempre que ajustar nominalmente os preços administrados e ajustar nominalmente o câmbio para ter o mesmo ajuste duradouro e preços relativos. Então a forma de se fazer isso é segurar a inflação. É isso que nós estamos fazendo, é isso que nós vamos fazer, convergindo a inflação para o centro da meta em 2016.

Em relação à dívida bruta e à dívida líquida, esse é um debate entre economistas, mas certamente controlando a dívida bruta nós teremos resultados importantes para o conjunto da economia.

O Ministro indicado, Joaquim Levy, na sua apresentação falou tanto do objetivo de primário quanto do porquê desse número, no sentido de estabilizar a relação da dívida bruta do Governo geral ao longo dos próximos anos, dos próximos três anos, fazendo-a entrar numa trajetória declinante. E isso, naturalmente, passa também pela contenção das transferências do Tesouro Nacional às instituições financeiras públicas, parte também do que ele apresentou na sua explanação inicial.

A mudança da LDO reflete o estado da economia, não só a economia brasileira, mas a economia global. Certamente com a economia crescendo muito pouco em 2014, isso teve reflexo sobre a receita. Ao final, houve um ajuste da realidade que se impôs nesse período.

Olhando para a frente é importante então, como eu disse aqui, nas minhas palavras introdutórias, que esse processo de consolidação de receitas e despesas seja perseguido com consistência e determinação para que seja atingida aquela meta de 1,2% no próximo ano e de 2% nos dois anos seguintes, para que isso de fato ajude o nosso trabalho, mas que ajude a reforçar a confiança na economia brasileira.

Ações pontuais de Estado, eu realmente não as conheço. V. Exª sugeriu que talvez ajustes pelo lado da despesa tenham mais efeito do que ajustes pelo lado da receita.

Eu não me preocuparia tanto pelo impacto da inflação, porque isso é um impacto em nível de preço, mas, ao longo do tempo, o que determina a inflação, na minha opinião, é o balanço entre oferta e demanda. Quer dizer, pode haver um impacto passageiro, para mais ou para menos, mas o que vai determinar a trajetória de inflação, tirando esses eventos pontuais, seria a evolução da oferta e da demanda.

Em relação ao V. Exª sugeriu, eu concordo. Sob o ponto de vista de um ajuste, a despesa conta mais do que a receita, porque na despesa entra um para um, na receita uma parte é consumida, outra parte é poupada. Há uma literatura vasta sobre esse assunto na efetividade de ajuste pelo lado da receita e pelo lado da despesa. Às vezes não é possível fazer só pelo lado da despesa. V. Exª mencionou alguns itens, por exemplo, no plano federal, que talvez tivessem que ser ajustados nesse processo. Mas deixo os colegas, especialmente o Joaquim, mas também o Nelson, tratarem desse assunto.

Em relação às questões da Senadora Lúcia Vânia, acho que em parte já foram respondidas.

Aquele gráfico anterior que eu mostrei... Nesse processo de elevação da taxa de juros, nós tivemos também um ajuste importantíssimo. Se pegarmos do nível de 2011 ao nível de 2014, o real se deprecia mais de 70% em relação ao dólar. Essa é uma força contrária. Eu falava nas minhas palavras introdutórias que, a despeito de termos mantido a inflação sob controle, ou seja, ainda dentro dos limites, no fechamento dos anos-calendário, houve forças que se contrapuseram; essa força se contrapôs ao esforço de política monetária. Mas nós estamos de novo, neste momento, olhando para os efeitos secundários da depreciação e buscando contê-los, para que essa depreciação seja uma depreciação real e tenha um impacto positivo sobre a economia, tanto a indústria quanto o setor exportador nesse caso.

Bem, há outras questões, mas o horizonte de convergência nós estamos focando – obviamente, no ano que vem, vamos passar por debaixo do limite superior – estamos convergindo, estamos focando no centro em 2016: em 2016, 4,5; e, no ano que vem, o mais baixo possível, dentro dos limites, do limite do Sistema de Metas para a Inflação, porque nós temos esses processos que estão ocorrendo de ajuste do dólar no mundo e ajuste aqui de preços administrados contra preços livres.

O impacto sobre a economia dessas políticas creio que é, como falou o Senador Blairo Maggi, dar confiança, previsibilidade, de modo que isso não seja, digamos, um fator negativo para a evolução da economia brasileira, ou seja, a estabilidade econômica, a convergência da inflação para a meta, enfim, que isso seja removido enquanto preocupação. O Banco Central sempre vai continuar preocupado com isso, naturalmente, mas este é o nosso objetivo: trazer essa inflação para o centro da meta em 2016.

Em relação ao Senador Luiz Henrique, ele apontou corretamente essa expansão da conta de turismo no balanço de pagamento, que hoje representa em torno de 19 bilhões, como V. Exª mencionou. Esse movimento que nós vemos ali, de evolução do dólar, certamente tem um impacto sobre isso, tanto do influxo de turismo quanto do turismo brasileiro no exterior.

Nós vemos que, em 2011, essa conta, esse déficit cresceu 3% em relação ao ano anterior; em 2012, cresceu 6; em 2013, cresceu 17%; mas, em 2014, já vai crescer 1,2%; e, provavelmente, em 2015 essa conta vai estar estabilizada. Então, do ponto de vista macro, o controle da inflação com esse ajuste de preços relativos do câmbio, que tem ocorrido no País, vai, digamos assim, afetar favoravelmente, no caso, o turismo interno.

Em relação a políticas específicas, naturalmente, temos o nosso Ministro do Turismo. O Ministério do Turismo certamente vai estar olhando isso. Nós temos alguma colaboração com eles na questão das estatísticas, de como medir esses fluxos de turismo. Estivemos muito ativos nessa, digamos, troca de informações, especialmente em função do evento Copa do Mundo este ano. Mas, certamente, ele tem as políticas específicas.

No âmbito macro, seria essa questão, digamos, do valor do dólar, que se modificou de maneira importante nos últimos anos e mais recentemente, vemos esse movimento que terá um impacto no setor.

Em relação ao questionamento do Senador Inácio Arruda, acho que é isso mesmo, o instrumento é esse. A gente tem que aplicar esse instrumento.

A ideia, como havia mencionado, quer dizer, o foco hoje do Banco Central é conter os efeitos de segunda ordem e deixar a economia entrar com a inflação num processo de declínio ao longo dos próximos trimestres, a começar, possivelmente, no segundo trimestre de 2015. Vamos ter pico no início do ano – há muitos ajustes já programados –, mas, passado esse pico, estamos buscando uma trajetória de declínio da inflação acumulada em 12 meses que leve essa inflação a 4,5% ao final de 2016, ou seja, as outras políticas de novo são independentes, elas complementam, podem complementar o trabalho, mas é necessário ter a persistência e a determinação no atingimento dessas políticas que, certamente, ajudarão nesse processo.

O Senador Eduardo Suplicy, além das primeiras perguntas, fez um questionamento sobre as moedas sociais. Acho que temos olhado esse fenômeno bem localizado de reciclagem local, ou seja, não é uma moeda que vai ter circulação no Território brasileiro. Naturalmente, temos a nossa moeda, mas, como uma política de inclusão financeira, em comunidades, acho que tem validade, já estivemos estudando – não sei, exatamente, em relação a essa moeda de Maricá, que ele mencionou, mas, enfim, várias outras moedas nós estudamos, nós acompanhamos do Banco Central, como instrumento, não como meio de pagamento, de circulação, mas como um instrumento de inclusão financeira localizado nas comunidades.

Em relação às suas ponderações, Senador Lindbergh, estes são tempos desafiantes em relação ao cenário internacional. Estamos vendo certa volatilidade aumentada nos dias recentes, um pouco o reflexo desse processo que vem com períodos de alta volatilidade, e estamos atravessando um. Acho que a qualidade das nossas políticas, a adequação das nossas políticas, a sustentabilidade das dívidas, a convergência da inflação para meta ajudam o Brasil a navegar com segurança este período.

O ano de 2015 é um ano ainda de transição, para prepararmos para 2016 e para frente, já com a economia global crescendo mais e o comércio internacional beneficiado. Temos essa questão do petróleo que V. Ex^a mencionou do ponto de vista do País, aí falando de uma questão financeira. O Brasil hoje é ainda importador líquido de petróleo, ou seja, sobre esses preços que estamos vendo hoje – não sei se são sustentáveis, não sou especialista na matéria –, mas, em junho, o barril do petróleo do tipo *brent* estava na faixa de US\$110; hoje está abaixo de US\$60. O da WTA é um pouco menos e está já quase beirando os US\$50.

Quer dizer, a esses preços, naturalmente pelo fato de o Brasil ser importador líquido ainda, vai haver, lá na frente, uma produção maior, uma exportação maior do que a importação, mas, ainda nos próximos dois anos, deve ser importador líquido. Para o próximo ano, se esses preços se sustentassem nesse nível, teríamos a economia na conta petróleo qualquer coisa entre US\$5 e 10 bilhões.

Então, do ponto de vista desse caso específico, naturalmente que, a esses preços, acho que todas as empresas de petróleo no mundo estão olhando os seus planos de investimento de médio prazo, mas há muita dúvida em relação à estabilidade desses preços. Mas, estritamente falando do ponto de vista do balanço de pagamentos – e mencionei também a contenção na inflação e em várias economias emergentes –, ajuda no processo de contenção e, no caso do Brasil, ajuda também na questão do balanço de pagamentos. E a esses preços teríamos uma economia adicional entre US\$5 bilhões a US\$10 bilhões para o próximo ano.

Então, são essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Presidente Ministro Tombini, quero lhe agradecer e parabenizá-lo pela recondução, a convite da Presidenta Dilma. Nós temos aqui muita confiança nessa equipe de funcionários públicos do Banco Central. Hoje nós estamos tendo a nossa última reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos nesta Legislatura. É a última reunião que eu presido. Nós encerramos desta forma, e eu queria muito cumprimentar o senhor pelo seu trabalho à frente do Banco Central. Eu vejo um cartaz ali do pessoal, “E os concursados? E os aprovados do Banco Central?”, e eu digo: esses vão depender mais do Levy do que do Presidente Tombini. (*Risos.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vai haver ajustes nessa área, Presidente? Vai haver ajustes ou há alguma esperança?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Temos esperança.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Hoje o Ministro Levy também está aqui; está na Comissão de Orçamento, ao mesmo tempo em que V. S^a está aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço a todos.

Queria dizer ao Senador Inácio Arruda, que me telefonou semana passada, que nós temos um empréstimo do Município de Fortaleza e outro empréstimo de São Luís do Maranhão, que só chegaram, não foram

lidos no plenário; por isso não conseguimos colocá-los em pauta hoje, mas nós já conseguimos assinaturas suficientes para que vão direto ao Plenário, visto que estamos encerrando esta Legislatura. Há outros empréstimos também que podem chegar entre hoje e amanhã, e nós vamos proceder da mesma forma.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Gostaria de agradecer a V. Ex^a. É um apelo do meu Município, da cidade de Fortaleza, e também da cidade de São Luís, capital do Maranhão. São dois empréstimos muito importantes. No caso de Fortaleza, está ligado diretamente a questões levantadas pelo movimento social em relação à mobilidade urbana. São recursos para transporte público que nós vamos injetar na cidade de Fortaleza. Então, é muito importante a aprovação, e eu quero agradecer a V. Ex^a pelo requerimento que permite que a gente possa votar ainda hoje, no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às nove horas e dez minutos, do dia doze de novembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Douglas Cintra e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, de 2008 – Não Terminativo – Autoria do Projeto: Deputado Júlio Delgado. Ementa do Projeto: Dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina. **Relatório:** Pela aprovação das Emendas nº(s) 1 e 2, de 2011-PLEN, na forma das Subemendas que apresenta; e pela aprovação da Emenda de Redação que apresenta ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008. Resultado: Aprovado Parecer favorável à Emenda nº 1-PLEN nos termos da Subemenda nº 1-CAS; à Emenda nº 2-PLEN nos termos da Subemenda nº 1-CAS; e à Emenda de Redação nº 3-CAS, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008. Relatoria das Emendas: Senador Paulo Davim. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Deputado Dr. Jorge Silva. **Altera a Lei** nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de crack e outras drogas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40 de 2014. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 40 de 2014. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prosseguimento da tramitação. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2012 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Gim. Dispõe sobre a reserva de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e define os critérios de sua admissão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: O Senador Douglas Cintra apresenta 1 (uma) Emenda ao Projeto. A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para análise da Emenda apresentada. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2012 – Terminativo – **Autoria:** Deputado Zenaldo Coutinho. Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Re-

lador para reexame do Relatório. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Deputado Penna. Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2013. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2013. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. ITEM 6 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** do Projeto: Senador Blairo Maggi. Ementa do Projeto: **Altera a Lei** nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta. **Relatório:** Pronto para deliberação. Resultado: Não foram oferecidas Emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria:** do Projeto: Senador Paulo Paim. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2007 – Terminativo – **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Altera a Lei** nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2007. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, de 2012 – Terminativo – **Autoria:** Senador Gim. Dispõe sobre a validade de laudo de exame médico-pericial de pessoa com deficiência permanente. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2012. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Wellington Dias. Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 251 de 2012. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senador Paulo Bauer. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os alimentos que contêm lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, e as Emendas nºs 1-CAS e 2 –CAS. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Paulo Paim. Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2014, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2014, e a Emenda nº 1–CAS. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 44, de 2014. **Autoria:** Senador Jayme Campos. Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater, com especialistas e com a sociedade civil, a proposta de guarda compartilhada, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2013. A título de sugestão, apresento o seguinte rol de autoridades para que sejam convidadas a participar da referida audiência pública: 1) a Sra. Maria Roseli Guiesmann, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP); 2) o Sr. Analdino Rodrigues Paulino, Presidente da Associação de Pais e Mães Separados (APASE); 3) a Sra. Maria Berenice Dias, Jurista autora do artigo “Guarda compartilhada, uma novidade bem-vinda!” e Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM); 4) a Sra. Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli, Juíza Titular da 3ª Vara Especializada em Família e Sucessões de Várzea Alegre, Mato Grosso; 5) o Sr. Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz (ABCF); 6) o Sr. José Fernando Simão, Professor de Direito Civil da USP e Diretor do Conselho Consultivo Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Em ADITAMENTO ao requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 39/2014, aprovado no dia 06 de agosto de 2014, solicito a substituição dos nomes que irão compor a mesa como expositores, referente ao RQS 39/2014. Sendo assim, a nova lista de sugestão dos indicados para debater o tema: “Licença Classista Remunerada”, serão: 1) ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil Sra. Margarida Lopes de Araújo; 2) SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer; 3) SINDIFISCO – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Cláudio Marcio Oliveira Damasceno; 4) Roberto Kupski – Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); 5) Luiz Azevedo – Secretário-executivo da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; 6) Eva Maria Cella Dal Chiavon – Secretária Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 46, de 2014. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico-social no Brasil. Para

tanto, sugere-se a presença dos seguintes convidados: 1. Sra. Tereza Campello – Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); 2. Sr. Jorge Chediek – Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil e Representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil; 3. Dra. Deborah Wetzel – Diretora do Banco Mundial (BIRD) para o Brasil; e 4. Sra. Lena Lavinias, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Douglas Cintra, as Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin e o Senador Waldemir Moka, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de três itens não terminativos e sete terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Eu queria, antes de colocar em discussão o primeiro projeto, dizer que estou com um requerimento Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, de autoria do Senador Jayme Campos. O requerimento dispõe:

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater, com especialistas e com a sociedade civil, a proposta de guarda compartilhada, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2013.

A título de sugestão, o Senador Jayme Campos apresenta o seguinte rol de autoridades para que sejam convidadas a participar da referida audiência pública: Sr^a Maria Roseli Guiesmann, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP); o Sr. Analdino Rodrigues Paulino, Presidente da Associação de Pais e Mães Separados (Apase); a Sr^a Maria Benedita Dias, jurista autora do artigo “Guarda compartilhada, uma novidade bem-vinda!” e Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família; a Sr^a Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli, Juíza Titular da 3ª Vara Especializada em Família e Sucessões de Várzea Grande, Mato Grosso; o Sr. Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz; e o Sr. José Fernando Simão, Professor de Direito Civil da USP e Diretor do Conselho Consultivo Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, a confiança de ter me designado para ser Relator desta matéria, que reputo da maior importância, que é o Projeto de autoria do ilustre, valoroso e competente Deputado Arnaldo Faria de Sá. Estamos aqui, desta feita no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais, tendo o privilégio – faço questão de frisar desta forma – porque estamos aqui relatando um projeto que é de suma importância, sobretudo para as crianças brasileiras, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013, que trata da guarda compartilhada, e estamos propondo essa audiência pública a fim de convidarmos essas autoridades para podermos, de forma muito criterioso, zelosa e, sobretudo, responsável, instruir e relatar um projeto que, certamente, dará às nossas crianças a garantia de que poderão, de fato, ter um dia e um amanhã melhores.

Temos acompanhado, Sr. Presidente Waldemir Moka, através da imprensa e de fatos em todo o Território nacional, que há, com certeza, milhares de crianças passando, realmente, por privações e, muitas vezes, por violência. Pretendemos aprimorar esse projeto, sobretudo para dar a garantia de que não acontecerão mais casos como o do Bernardo, no Rio Grande do Sul, e também o da Isabella Nardoni, em São Paulo, além de outras tragédias que acontecem todos os dias neste País.

De maneira, Sr. Presidente, que proponho essa audiência pública na certeza absoluta de que, após ouvirmos essas autoridades, poderemos instruir um relatório com que, certamente, vamos preservar vidas de milhões de crianças neste nosso País.

Agradeço a V. Ex^a e informo que a audiência, conforme já acordado com V. Ex^a, será no dia 20, às 10 horas, aqui nesta Comissão. Pretendemos, após a conclusão da audiência, relatar e trazer o projeto da guarda compartilhada para votação na quarta-feira seguinte, dia 26 de novembro, às 9 horas,

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero informar ao Plenário, previamente, até em função do tema, Senador Paulo Paim, que acompanha, assim como todos os membros, que, para a proposta do Senador Jayme de uma audiência pública, já reservamos aqui a quinta-feira que vem. Na quinta-feira que vem acontecerá a audiência pública com essas pessoas convidadas, que lidam, todas elas, com essa questão diariamente.

Faremos a audiência na quinta-feira – o Senador Jayme vai ouvir e, evidentemente, vão estar presentes as duas partes – e na quarta-feira vamos votar o projeto com o relatório de S. Ex^a. É uma tramitação, Senadora Ana Rita, o mais ágil e breve possível, sem prejuízo, evidentemente, da audiência pública, para que o Relator possa realmente estabelecer um juízo, até porque há emendas, que estão colocadas.

Acho que a forma como estamos colocando... E peço o apoio, juntamente com o Senador Jayme, para que possamos votar o requerimento. E a tramitação desse assunto já fica definida, já ficando marcada data para sua votação, que será no dia 26. Portanto, dia 20, quinta-feira próxima, será a audiência pública e dia 26, quarta-feira seguinte, o projeto será votado nesta Comissão.

Ouç o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, Senador Moka, e nobre Relator, ex-Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos, estou acompanhando este tema da guarda compartilhada, assim como outros Senadores, acompanhei o surgimento dele na Câmara, com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, e participei de alguns eventos, fora do meu Estado, sobre essa questão tão importante que visa a proteger a criança. Divórcio, separação é natural, mas a criança não tem que ser a prejudicada, e a guarda compartilhada permite que a criança tenha acesso ao pai e à mãe.

Participamos de diversos atos, audiências, inclusive haviam solicitado que eu também pleiteasse junto a V. Ex^a, o que eu fiz – quero dar esta resposta ao movimento da guarda compartilhada –, mas V. Ex^a já havia dito a mim que já havia outra solicitação, que é do nobre Senador aqui, e eu me sinto representado, tranquilamente, com sua relatoria.

Claro que o movimento gostaria que a matéria fosse votada hoje, mas eu entendo muito bem a posição do Relator. O Relator não é especialista no tema, como nós não somos especialistas em todos os temas. Eu mesmo sou Relator do projeto dos aeronautas que vamos votar hoje e não sou um especialista no tema. Tive que ouvir, ouvir e ouvir até formar a minha convicção. Mas acho que está bem encaminhado, Sr. Presidente, e o movimento tem que entender. Nós gostaríamos de votar hoje, mas eu sempre digo que o Congresso não é uma padaria. Por que é faço essa comparação com padaria? Porque, quando eu chego à padaria, eu sempre quero um pãozinho quente, mas a cidadã lá me diz que em tal horário terá pão quente, que aquela hora não tem, nem que eu queira. Então, eles têm de entender isso.

O Senador Jayme Campos, com a maior boa intenção, quer analisar com todo o respeito que merecem as emendas apresentadas e quer que a própria sociedade fale sobre as emendas. Já até marcaram data da audiência. Então, que fique claro que não é enrolação, porque às vezes o pessoal acha que audiência pública é só para protelar. Nesse caso, eu tenho certeza de que não é, porque sei da seriedade de ambos que estão propondo esse encaminhamento.

Teremos audiência e, sem seguida, vamos votar. S. Ex^a marcou até o dia da votação, como foi acertado com os aeronautas para o dia de hoje.

Então, eu quero apenas dar o meu testemunho e comungar com a iniciativa de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Jayme Campos.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Eu quero fazer uma sugestão. Estão aqui os aeronautas. É um pessoal que – eu percebi desde o início – está com uma enorme disposição, com uma boa vontade incrível. No último dia, nós ainda, numa derradeira tentativa de acordo, concedemos o prazo, que vence hoje.

Quero propor uma inversão ao Plenário. É só, Senadora Ana Rita, um turno suplementar. Votamos isso e não precisamos nem de votação nominal. O Senador Paulo Paim é o Relator. Eu quero, com isso, primeiro, fazer um agradecimento pela forma com que os aeronautas participaram desse debate, de forma respeitosa, muito tranquila, muito equilibrada. Quero dar este testemunho aqui. Lamentavelmente, a informação que eu tenho é de que, embora houvesse a maior boa vontade, não houve acordo.

O compromisso que nós tomamos aqui eu quero cumprir aqui hoje – e peço isto às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores – é o de votarmos esse projeto hoje, porque esgotamos todo o tempo, toda a capacidade, no sentido de que houvesse o acordo, que não houve. Proponho, então, a inversão de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Antes, porém, peço que se manifeste quem tiver alguma objeção à inversão de pauta. *(Pausa.)*

Todos concordam.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a é o Relator da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como Relator, Sr. Presidente, eu me socorro, às vezes, do meu grande amigo, já falecido, Floriceno Paixão, do Rio Grande do Sul. Ele dizia: “Paim, bom mesmo não é ficarmos aqui discursando, discursando, discursando, falando de um tema que já está lido, votado e agora só é segundo turno.”

Por isso, o apelo que faço já a V. Ex^a – sei que é este o encaminhamento, e não vou ficar baixando discurso – é que votemos o segundo turno, pelo acordo firmado, e a vida continua. E vamos negociar lá na Câmara, se as partes entenderem necessário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Turno suplementar de discussão do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: – Em 04.06.2014, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de nova Emenda Substitutiva integral.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

O substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Está, portanto, aprovado o projeto substitutivo dos aeronautas. *(Palmas.)*

Quero, mais uma vez, agradecer a forma com que se portaram os aeronautas que aqui vieram: com muita disposição o tempo todo, com vontade e com muito equilíbrio, acima de tudo.

Não houve acordo, mas não foi por falta de empenho. Pessoalmente, eu me empenhei, assim como o Paulo Paim. O Plenário concedeu todas as oportunidades.

Então, a todos vocês a nossa saudação. Tomara que, na Câmara, vocês consigam um acordo! Aqui, nós tentamos, fizemos a nossa parte e o substitutivo, portanto, está aprovado.

Parabéns aos aeronautas! *(Palmas.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E vai ser um minuto mesmo, Sr. Presidente.

Eu quero fazer um apelo a todos os Senadores que estão aqui na Comissão e mesmo àqueles que estão nos gabinetes – se for preciso, comentaremos também no plenário –, pois nós fechamos um grande acordo, dando esse prazo até o dia de hoje, de que nós votaríamos, de que não haveria nenhum tipo de protelação ou obstrução, que não haveria recurso ao Plenário e que o projeto iria diretamente para a Câmara dos Deputados.

Eu sou daqueles que, apesar de tudo que falam da política, ainda confiam no homem público, que acreditam quando ele dá sua palavra. E todos deram sua palavra, inclusive os que representavam o setor, digamos, que não conseguiu caminhar para o grande entendimento, de que não recorreriam ao Plenário.

Eu gostaria muito que esse acordo fosse efetivamente cumprido. Lá na Câmara, se houver alteração, ele volta para cá de novo, e aqui construiremos, com certeza, a redação final, mediante um entendimento.

Era só isto, Sr. Presidente, para resgatar esse acordo que nós firmamos.

Obrigado a V. Exª pela forma como mediu, dialogando muito com os aeronautas, com os empresários, comigo mesmo, como Relator, e também com o plenário da Casa.

Parabéns a vocês! O projeto é de vocês, mas quem ganha com isso é a sociedade brasileira e a segurança de voo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O item 1 da pauta é não terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

– Não terminativo –

Dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Autoria: Deputado Júlio Delgado

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação das Emendas nº(s) 1 e 2, de 2011-PLEN, na forma das Subemendas que apresenta; e pela aprovação da Emenda de Redação que apresenta ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008.

Observações: – Em 17.11.2010, é aprovado, em Turno Único no Plenário do Senado Federal, o Substitutivo ao PLC nº 107, de 2008.

– Em 09.02.2011, no Turno Suplementar, são lidas em Plenário as 2 (duas) Emendas apresentadas pelo Senador Humberto Costa.

– Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A autoria das emendas de Plenário é do Senador Humberto Costa.

O Relator das emendas é o Senador Paulo Davim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir a leitura do seu relatório sobre as emendas de Plenário.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, como este assunto já foi debatido e conhecido, eu gostaria de já começar pela análise das emendas, já que todos nós conhecemos o teor do projeto.

Nesta Comissão, as emendas de Plenário estiveram sob a relatoria do Senador Eduardo Amorim e depois do Senador Sérgio Petecão. Infelizmente, ambos deixaram de compor o Colegiado antes da apreciação de seus relatórios. Por concordar com o texto por eles apresentado, reproduzo tal conteúdo neste parecer.

O texto da Emenda nº 2 – PLEN, certamente por equívoco, repete o texto da Emenda nº 1 – PLEN, referindo-se a alimentos, mas faz menção à Lei nº 8.918, de 1994, que diz respeito a bebidas, e não a alimentos.

As emendas do Senador Humberto Costa propõem um novo direcionamento para o projeto: em vez de atribuir aos produtores de alimentos e bebidas a responsabilidade pela apresentação da advertência de que seus produtos contêm fenilalanina ou outra substância cujo consumo seja contraindicado aos portadores de deficiências do metabolismo ou doenças específicas, como faz o substitutivo da CAS, transfere para a Anvisa a responsabilidade de apresentar tabela com informações sobre a presença e a quantidade de fenilalanina nos alimentos e nas bebidas, voltando a restringir o alcance da proposição a essa única substância.

Em documento enviado ao Senado, a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA) critica o PLC nº 107, de 2008, e o substitutivo aprovado na CAS, ao mesmo tempo em que manifesta apoio às duas emendas de Plenário, chamando atenção para a necessidade de corrigir a falha de redação anteriormente apontada, de forma a substituir a palavra alimentos pelo termo bebidas no texto da Emenda nº 2 – PLEN.

No documento da Abia, destacam-se os seguintes argumentos e conclusões:

– a alteração pretendida pelo PLC nº 107, de 2008, bem como pela Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), padece de impropriedade, tendo em vista que o tema está devida e suficientemente regulado, e essa regulamentação vem sendo conduzida de forma eficaz pelo órgão técnico responsável, a Anvisa, de forma a atender plenamente às necessidades dos portadores de fenilcetonúria;

– a Anvisa firmou acordo com o Ministério Público Federal de São Paulo e, em cumprimento ao acordo, editou a Resolução RDC/ANVISA nº 19/10, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas informarem à Anvisa a quantidade de fenilalanina, proteína e umidade dos alimentos, para elabora-

ção de tabela do conteúdo de fenilalanina em alimentos, assim como disponibilizar as informações nos sítios eletrônicos das empresas ou serviço de atendimento ao consumidor (SAC);

- o acordo acima mencionado foi firmado em razão da reconhecida inviabilidade de declarar-se a fenilalanina nos rótulos de todos os alimentos, especialmente por ferir legislação harmonizada no Mercosul (Resolução GMC nº 26/03, que institui o regulamento técnico do Mercosul para a rotulagem de alimentos embalados, acordada e harmonizada entre os quatro Estados-Partes do mercado comum);
- o substitutivo aprovado na CAS ampliou o alcance da proposição para outras substâncias cujo consumo seja contraindicado aos portadores de deficiências do metabolismo ou doenças específicas, sem, contudo, definir a que substâncias está se referindo, o que certamente gera inviabilidade e inaplicabilidade da proposta;
- os rótulos dos alimentos trazem, obrigatoriamente, a lista de ingredientes (Resolução RDC/ANVISA nº 259/02), o que possibilita a clara identificação de substâncias ou ingredientes que podem ou não ser consumidos por parcelas específicas da população.

Em relação a tais argumentos e conclusões, é inquestionável que a matéria, por seu caráter técnico e específico, deveria permanecer na alçada dos órgãos técnicos e dos regulamentos infralegais. Também é incontestável o empecilho representado pela normatização harmonizada no âmbito do Mercosul, que hoje define o padrão de rotulagem dos alimentos nos seus Estados-Partes. A esse respeito, reproduzimos trecho do parecer da CAS:

Em nosso País, algumas normas infralegais já estabelecem a obrigatoriedade da aposição de advertência sobre a presença do aminoácido. (...)

Essas normas não abrangem os alimentos e bebidas de forma geral e também não incorporam a quantificação da substância. Isso advém tanto das dificuldades técnicas de apontar a existência e a quantidade de fenilalanina em alimentos e bebidas quanto da necessidade de os produtores nacionais se adequarem aos regulamentos vigentes sobre a rotulagem de seus produtos, especialmente as normas discutidas e harmonizadas no âmbito do Mercosul.

Por tais razões, a matéria deveria permanecer delegada aos órgãos técnicos de normatização infralegal. Não obstante, a ela pode ser atribuído status legal, em conformidade com a intenção do autor do projeto em análise, desde que se lhe atribua um caráter de norma geral e abstrata.

A aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados e também pela CAS e pelo Plenário desta Casa mostra a disposição dos legisladores de atribuir à matéria *status* de norma legal. Assim, resta-nos aperfeiçoar a proposição para que ela não introduza no ordenamento jurídico brasileiro uma determinação que origine conflitos com a legislação harmonizada no Mercosul.

Para essa finalidade, consideramos que as emendas do Senador Humberto Costa não representam a melhor solução. Ressaltamos, primeiramente, que o texto por elas proposto designa órgão do Poder Executivo para executar atribuições, o que contraria o princípio constitucional da independência entre os Poderes. Além disso, entendemos que, ao contrário da afirmação da Abia, a lei originada não se deve restringir a uma única substância, pois isso retira dela o caráter de norma geral e abstrata.

Assim, o texto que propomos para as emendas, por meio da apresentação de subemendas, remete a matéria para a deliberação dos órgãos técnicos competentes.

A proposta caminha em mão dupla: evita o engessamento do tema pela lei e dá legitimidade aos órgãos técnicos para regulamentar a rotulagem dos alimentos em relação a qualquer substância cujo consumo necessite ser controlado ou seja contraindicado, sobretudo aos portadores de deficiências do metabolismo ou de doenças específicas. Essa maior abrangência pode incluir os elementos nutricionais cujo consumo excessivo vem sendo combatido pelas autoridades sanitárias.

Dessa forma, as subemendas atribuem aos regulamentos a tarefa de explicitar os casos em que é necessária a aposição de advertência, nos respectivos rótulos, para esclarecer o consumidor e encaminhá-lo a uma fonte oficial de informações.

Por fim, chamamos a atenção para a necessidade de corrigir a ementa do substitutivo ao projeto de lei, de forma a que ela corresponda ao novo texto proposto.

Do voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação das Emendas nº 1 e nº 2, de 2011 – PLEN, nos termos das subemendas adiante formuladas, e também da seguinte emenda de redação ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107.

Era este o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 1 – PLEN, nos termos da Subemenda nº 1 da CAS, à Emenda nº 2 – PLEN, nos termos da Subemenda nº 1, da Comissão, e à Emenda de Redação nº 3, da Comissão, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu pediria a V. Ex^a e aos pares que, como nós temos quórum, houvesse uma inversão de pauta do Item 10, que já esteve nesta Casa por três vezes, pois tenho uma relatoria em outra Comissão.

Se pudessem me ajudar, eu agradeceria bastante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Consulto a Senadora Ana Rita e o Senador Eduardo Suplicy se podemos fazer a inversão, porque ambos estão presentes e são relatores, do Item 2 e do Item 3, respectivamente.

Esse projeto é aquele do Senador Paulo Paim que apresentou aquela polêmica com o Senador Romero Jucá, que está presente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E já esclarecemos, com o apoio do Senador Romero Jucá, que está presente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Abriu mão daquele requerimento, e o projeto está apto a ser votado.

Consulto V. Ex^{as} se posso fazer a inversão.

Senadora Ana Rita, concorda?

Senador Eduardo Suplicy?

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, vamos passar ao Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2014

– Terminativo –

Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2014, e da Emenda que apresenta.

Foi recebido, nesta data, novo relatório do Senador Cyro Miranda, com alteração no texto da emenda que apresenta.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para proferir a leitura do seu relatório.

Como é um texto novo, pedi à assessoria que o disponibilizasse, para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam acompanhar, porque o Senador Cyro Miranda apresentou um novo relatório, Senador Paulo Paim, e a Presidência tem o dever de comunicar ao Plenário e de colocar o novo texto em apreciação. Evidentemente, o Senador Cyro Miranda fará a leitura do relatório e, evidentemente, vamos discutir a emenda que apresenta.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permite, é só para dizer que é uma pequena alteração que não modifica em nada o mérito. Então, já há concordância com o Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer a gentileza de terem atendido o meu pedido de inversão de pauta.

A proposição pretende acrescentar à legislação de regência dispositivo legal que afaste a controvérsia sobre o uso de EPI pelos trabalhadores e os efeitos decorrentes do trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências.

Então, Sr. Presidente, vou à análise do projeto.

Alterações promovidas no Plano de Benefícios do Regime Geral inserem-se no campo da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema.

Ressalte-se, por pertinente, que se não se está legislando acerca dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria especial, mas tão somente sobre a eficácia dos equipamentos de proteção individual, para fins de prova da exposição do segurado aos agentes nocivos à sua saúde ou à integridade física. Por isso, a matéria não se encontra submetida à reserva de lei complementar a que alude o art. 201, §1º, da Constituição Federal, sendo a lei ordinária o instrumento apto para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de antijuridicidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

No mérito, algumas considerações merecem ser feitas. A decisão do STF de colocar o tema sob repercussão geral indica a importância e relevância deste julgamento. Para melhor entendimento, importante compreender a sistemática utilizada para a concessão da aposentadoria especial. Atualmente, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social, a aposentadoria especial é o benefício a que tem direito o segurado que tiver trabalhado, durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física. Assim, o tempo de trabalho necessário para se aposentar diminui de acordo com a nocividade do agente a que o trabalhador foi exposto.

O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no decreto regulamentador. Consideram-se tempo de trabalho os períodos correspondentes ao exercício de atividade permanente e habitual, não ocasional nem intermitente, durante toda a jornada de trabalho.

A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, exercido em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário próprio do INSS, DIRBEN 8030 (antigo SB40), preenchido pela empresa ou seu preposto com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho, expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, nos termos da legislação trabalhista.

Do laudo técnico, deverá constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva, de medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho, ou de tecnologia de proteção individual, que elimine, minimize ou controle a exposição a agentes nocivos aos limites de tolerância, respeitado o estabelecido na legislação trabalhista.

Para o segurado que tiver exercido sucessivamente duas ou mais atividades sujeitas a condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física, sem completar em qualquer delas o prazo mínimo exigido para a aposentadoria especial, serão os respectivos períodos somados, após conversão conforme tabela do Ministério da Previdência Social.

Até o advento da Medida Provisória nº 1.523, de 1996, o Poder Legislativo tinha competência para relacionar as possíveis atividades determinantes do direito (art. 152 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).

A partir, porém, daquela medida provisória, essa atribuição passou a ser do Poder Executivo que, ao regulamentar a matéria, através do Decreto nº 2.172, de 1997, com as suas sucessivas alterações, classifica os agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física da pessoa que poderão ensejar o direito ao benefício da aposentadoria especial.

Assim, diferentemente do passado, a nova configuração desse benefício passa a ser um direito do indivíduo e não mais de uma categoria profissional, como a dos médicos, dos cirurgiões-dentistas, dos engenheiros, dos motoristas, cobradores, vigilantes ou de qualquer outra categoria profissional.

Nessa mesma direção, a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, posteriormente, a Emenda nº 47, de 2005, estabeleceu, no § 1º do art. 201 da Constituição, que a aposentadoria especial será

devida para as atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei complementar, *verbis*:

“Art. 201.
§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.”

Além disso, até que o Supremo Tribunal Federal se posicione definitivamente sobre o assunto, muitas aposentadorias poderão ser represadas, ou submetidas a um patamar jurídico inferior, pois não concedidas com o reconhecimento pleno do período de labor exercido sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física, em claro e evidente prejuízo ao trabalhador e à sua saúde e integridade física.

Lembramos que a Turma Nacional de Uniformização (TNU) da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais já editou súmula se posicionando, no mérito, no mesmo sentido deste projeto, senão vejamos:

“Súmula 9/TNU. Seguridade social. Aposentadoria especial. Equipamento de Proteção Individual – EPI. Uso que não impede a contagem do tempo especial. O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado.”

Portanto, embora submetida ao crivo do STF, a matéria já tem posição unificada na jurisprudência uniforme dos Juizados Especiais Federais.

Independente da decisão a ser adotada pelo STF, não pode o Congresso Nacional continuar se omitindo em relação a tema de enorme relevância, razão pela qual o projeto de lei merece ser aprovado, pois em consonância com a jurisprudência em vigor.

Entretanto, a redação que se busca imprimir ao §5º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, pode levar ao entendimento de que, mesmo completamente eliminado o agente nocivo à saúde ou à integridade física do segurado, o oferecimento de equipamentos de proteção individual em nada influencia a concessão de aposentadoria especial.

Ora, se não existem mais as condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do trabalhador, a concessão de aposentadoria especial contraria o disposto no art. 201, §1º, da Constituição Federal.

Por isso, apresentamos emenda ao texto do PLS nº 58, de 2014, no sentido de deixar expresso que o mencionado fornecimento e o uso dos equipamentos pelo segurado, por si só, não eliminam os agentes nocivos ou o risco que caracteriza o trabalho em condições especiais.

Faço um reparo a essa emenda. Diz o seguinte: por fim, eliminamos no §5º a expressão “sociais e psicológicos”, por entendermos que esses fatores introduzem elementos subjetivos à elaboração do perfil profissiográfico, dando margem a demandas excessivas e interpretações errôneas.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 58, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº

Dê-se ao §5º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 1º
“Art. 58.

.....
§5º O fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, pelo empregador, e o seu uso, pelo empregado, não eliminam, por si só, os agentes nocivos ou o risco que caracteriza o trabalho em condições especiais para fins de concessão de aposentadoria especial, devendo ser considerados, também, outros fatores ambientais, sociais e psicológicos na elaboração do perfil profissiográfico.” (NR)

Este é o relatório.

Parabenizo o autor pela sua intenção.

Peço aos nossos pares a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A votação é nominal.

Há duas emendas.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda que apresenta.
Logo em seguida, submeterei também a emenda à votação.
Em votação o projeto, ressalvada a emenda.
Com vota o Senador Paulo Paim?

Voto conhecido. É o autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto “sim”.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o autor e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimentando ambos, voto com o Relator e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jaime Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Eu quero cumprimentar tanto o autor como o Relator e votar “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

Voto conhecido. É o nosso Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o projeto, eu consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos repetir a votação para a emenda do Relator. *(Pausa.)*

Aprovada a emenda.

Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2014, e a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de crack e outras drogas.

Autoria: Deputado Dr. Jorge Silva

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2014.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.
– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para a leitura do seu relatório

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Por meio de seu art. 1º, a iniciativa explicita seu propósito de alterar a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de *crack* e similares.

O art. 2º da proposição estabelece que a Lei nº 9.472, de 1997, passa a vigorar acrescida do art. 78-A, cujo *caput* obriga as prestadoras dos serviços de telefonia fixa e móvel a estampar, nos cartões de recarga de telefones pré-pagos e cartões indutivos para utilização em telefones de uso público por elas emitidos, ou seus sucedâneos, mensagens de combate ao consumo de *crack* e outras drogas, sem ônus ao usuário de serviços de telecomunicações.

Conforme o § 1º do artigo proposto, os cartões previstos no *caput* deverão estar disponíveis em todo o território nacional. E, em consonância com o § 2º do mesmo dispositivo, as mensagens previstas no *caput* deverão estar presentes em todos os cartões ou seus sucedâneos emitidos pelas prestadoras dos serviços de telefonia fixa e móvel e serão estipuladas em regulamento, devendo ser trocadas de seis em seis meses.

Por fim, o art. 3º – cláusula de vigência – determina que a lei originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição, apreciada conclusivamente pelas comissões a que foi distribuída, recebeu parecer favorável da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa Legislativa, o PLC nº 40, de 2014, foi distribuído à apreciação das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Análise.

A proposição é inegavelmente meritória. Ao visar o público alvo tanto dos consumidores da telefonia móvel pré-paga quanto dos usuários de telefones públicos, a medida apresenta grande potencial para atingir uma enorme parcela da população, sem custos adicionais para as operadoras de telefonia.

Para ilustrar esse mérito, a justificação do projeto original apresentado à Câmara dos Deputados e os pareceres aprovados nas comissões daquela Casa lembram a expressiva capilaridade geográfica e a cobertura nacional do uso de aparelhos celulares pré-pagos, que requerem cartões de recarga, e apontam os telefones públicos, que também requerem a utilização de cartão, como um meio de comunicação ainda muito popular no Brasil.

Os textos também enfatizam o grave problema social e de saúde pública subjacente à escalada do uso de *crack* e de outras drogas.

Nesse contexto, quando se torna cada vez mais evidente o fracasso das medidas de combate ao tráfico e à oferta de drogas, é preciso enfatizar e apoiar as ações que possam reduzir a demanda dos cidadãos por esses produtos, privilegiando as vertentes da educação e da conscientização acerca das consequências das escolhas de cada indivíduo.

Nesse sentido, a campanha informativa prevista na proposição em análise servirá a dois pressupostos da Política Nacional Antidrogas: i) conscientização do usuário e da sociedade em geral de que o uso de drogas ilícitas alimenta as atividades e organizações criminosas que têm, no narcotráfico, sua principal fonte de recursos financeiros; ii) prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade.

Fica evidenciado, assim, o mérito da proposta, cujo texto, sob o ponto de vista social e sanitário, merece ser convolado em lei.

Ressalte-se que o ponto de vista das empresas e do impacto sobre o sistema de telefonia será objeto de análise da CCT.

Ressaltamos, finalmente, que não detectamos óbices concernentes à constitucionalidade e à juridicidade do PLC nº 40, de 2014.

Voto.

Pelas razões expendidas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2014.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Rita.

Para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, uma das coisas com que me preocupo muito nas matérias que são debatidas nesta Comissão e na Casa é a viabilidade, a aplicabilidade. Muitas vezes a gente aprova leis que terminam sendo inexecutáveis.

Agora, a proposta do Deputado Jorge Silva e o relatório da Senadora Ana Rita numa matéria de grande alcance social e, ao mesmo tempo, de grande aplicabilidade é uma matéria exequível. E vou dizer por quê.

Eu apresentei aqui um projeto de lei colocando criminalizando, dentro das discriminações do Código Penal, a psicofobia. Apresentei outro projeto de lei criando o Dia Nacional de Combate à Psicofobia, que está

na Comissão de Educação. Eu fiz um apelo ao meu queridíssimo Senador Paulo Paim para que faça a relatoria deste último.

Eu abracei essa proposta, que, na verdade, é da Associação Brasileira de Psiquiatria. Abracei, apresentei os dois projetos de lei e procurei entrar em contato com a Oi, porque a Oi tem essa prática de dar publicidade às campanhas. A Oi achou interessante a matéria e tem nos ajudado colocando nos seus cartões telefônicos a foto de pessoas normais que discriminem quem tenha distúrbio mental e escrevendo “Psicofobia é crime”, nos dois versos do cartão da Oi. Eu digo o nome da empresa porque a iniciativa é louvável.

Estou apenas mostrando que existe aplicabilidade, que a proposta é exequível, que acho que é de grande alcance social. A gente precisa utilizar todos os instrumentos possíveis para levar informação que ajude a construir uma sociedade melhor. O combate às drogas é extremamente importante, deve ser uma guerra incessante, usando-se todos os instrumentos necessários para a conscientização. E esse instrumento apontado pelo Deputado Dr. Jorge Silva e tão bem relatado pela Senadora Ana Rita é um caminho palpável, viável, a ser seguido no combate ao tráfico e às drogas. E o exemplo está aqui: a Oi abraçou a causa e está distribuindo milhões de cartões pelo Brasil afora, alertando que discriminar o doente mental ou alguém que tenha distúrbio mental é crime. É um crime pior do que discriminar alguém que está em pleno gozo de suas faculdades mentais, que é capaz de se defender ou de promover a sua defesa, porque aquele que discrimina um cidadão ou uma cidadã que não tem condição de reação apresenta maior grau de perversidade.

Por isso, essa campanha é louvável e eu quero parabenizá-lo pelo relatório e o Deputado pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente, eu quero agradecer pelas palavras do Senador Paulo Davim, que conseguiu sintetizar, de fato, a essência do projeto, e parabenizar o Deputado Dr. Jorge Silva, que é médico, do meu Estado, por apresentar um projeto que, inicialmente, parece uma coisa tão simples, mas que tem um alcance social imenso, porque consegue chegar a todas as pessoas. Quem não utiliza um celular pré-pago ou um telefone fixo hoje em dia? Enfim, é de um alcance social muito grande. Conforme nós conversávamos aqui, é com o somatório de diversas iniciativas que nós vamos fazer o enfrentamento de fato e o combate à questão das drogas.

Então é uma iniciativa realmente importante e louvável que merece o nosso apoio.

Obrigada, Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação o relatório da Senadora Ana Rita.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prosseguimento da sua tramitação.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minuto.

Eu quero pedir aos Srs. Senadores, sem prejuízo do debate, pois nós estamos com quórum...

Todas as matérias agora serão matérias que exigem quórum porque se tratam de projetos terminativos aqui na Comissão.

Eu quero ainda agradecer e dizer ao Srs. Senadores e Senadoras que hoje, para nossa alegria, satisfação, temos a presença do Sr. Gabriel Patrocínio, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Design do Brasil e Conselheiro da Associação de Designers Gráficos; do Sr. Tulio Filho, Presidente da Associação das Empresas e Profissionais de Design do Paraná; e Cesar Paciornik, Presidente da Associação de Produtos.

Eu quero dizer que, logo em seguida, vamos examinar e discutir e votar o projeto de lei desse importante segmento, dessa importante categoria.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena, pela ordem, e, em seguida, Senador Paulo Davim.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu solicito a V. Exª que consulte o Plenário no sentido da possibilidade de inversão de pauta do item 9, em função de já ter sido lido, iniciado o debate, e pedida vista coletiva. Eu solicito a V. Exª essa consulta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena, na verdade, há uma emenda que foi apresentada hoje pelo Senador Douglas Cintra, e o Senador Eduardo Suplicy já infor-

mou à Mesa que vai pedir a retirada do projeto. Mas o Senador Douglas Cintra pediu para que ele pudesse, pelo menos, dar ciência ao Plenário da emenda que ele está apresentando. É o único projeto. Logo em seguida, se o Plenário, evidentemente, concordar, nós faremos a inversão de pauta.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita, sim, prezado Senador Presidente Waldemir Moka – eu estou pronto –, relatar o meu parecer a respeito do projeto do Senador Gim. Tenho uma proposta de modificação, mas o propósito é inteiramente adequado. Soube hoje pelo Senador Douglas Cintra que ele tem uma proposta que merece séria consideração, e eu gostaria de solicitar uma semana de prazo. Ele me informa que o Senador Armando Monteiro voltará semana que vem. Então, acho que é mais do que justo que ele tenha aqui a oportunidade de mostrar o quão atuante está sendo neste período como Senador suplente do Senador Armando Monteiro.

Então, eu agradeço muito a atenção de V. Exª e peço para relatar, já considerando a sua emenda na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a palavra, o Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, primeiro, eu agradeço a gentileza do Senador Suplicy e, rapidamente, quero explicar a nossa emenda.

A legislação diz que o provimento de cargo público deve considerar a cota para pessoas com deficiência. E também diz, mas não de forma muito clara, que o cargo e as atribuições devem ser compatíveis com a deficiência de que são portadoras. Referimo-nos especificamente às funções, por exemplo, policiais.

Hoje alguns questionamentos jurídicos têm sido feitos em relação a concursos que têm até atrasado alguns concursos policiais. E a nossa ideia é deixar claro que os concursos públicos para carreira de natureza policial ficam dispensados do cumprimento da obrigação prevista no artigo, quando destinar-se ao preenchimento de vagas relacionadas a atividades incompatíveis com a possibilidade do desempenho das suas funções por pessoas com deficiência. Imagine o senhor um policial que está colocando em risco até a ele mesmo e a sua função se for portador de deficiência! Nada mais. Evitaremos, assim, a judicialização de alguns casos, como tem acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo o Senador Douglas Cintra, o Presidente vai retirar de pauta, a pedido do Relator, o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2012.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, com satisfação, a presença nesta Comissão, na manhã de hoje, do Deputado Penna, que é o Presidente do Partido Verde e também o autor do projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação do exercício do profissional de designer. Eu quero dizer ao Deputado Penna da nossa alegria, da nossa satisfação em tê-lo aqui e saudá-lo como autor da matéria.

Na mesma ocasião, Sr. Presidente, eu gostaria de retirar de pauta o item 4.

O item 4 dispõe sobre a regulamentação de análise de exames genéticos. O Ministério da Saúde deu um parecer favorável a essa matéria, só que ofereceu algumas sugestões. Nós achamos por bem, já que o parecer do Ministério da Saúde é um parecer favorável, retirá-lo de pauta para que a gente possa absorver algumas sugestões oriundas do Ministério da Saúde.

E gostaria de pedir, se possível, para fazer o relato da matéria dos *designers*, porque eles estão aqui ansiosos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, Senador Cícero Lucena, eu vou fazer a seguinte proposta: como estão presentes aqui no plenário os representantes dos *designers*, e esse projeto está realmente na frente, com o Relator aqui, o Paulo Davim, eu consulto V. Exª e o Plenário se podemos votá-lo. Logo em seguida, faremos a inversão de pauta, até porque no projeto de V. Exª há um voto em separado da Senadora Ana Rita. Ou seja, é um projeto que vai ensejar discussão. E aí nós podemos...

Então, eu gostaria de colocar em votação o item nº 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2013

– Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências.

Autoria: Deputado Penna

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2013.

Observações: – *Votação nominal.*

Em 14/08/2013 é aprovado requerimento de iniciativa do Senador Humberto Costa solicitando audiência pública para instruir a matéria.

Em 05/11/2014 é aprovado requerimento de iniciativa do Senador Humberto Costa dispensando a audiência pública para instrução da matéria.

A votação será nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, esse relatório já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei, mas V.Exª pode querer fazer o relatório só para atualizar a discussão. Se V.Exª entender que não...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Não, Sr. Presidente, eu gostaria que passasse logo à votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A votação é nominal.

Em discussão, o relatório, que já foi lido. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator, atendendo a uma solicitação dos *designers* do Rio Grande do Sul, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, voto conhecido, é o nosso Relator, vota “sim”.

Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Presidente Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei nº 24, de 2013. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Mais uma vez a Presidência cumprimenta os senhores que representam aqui a categoria dos *designers* na pessoa do Sr. Gabriel Patrocínio, Tulio Filho e Cesar Paciornik.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2013

– Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os alimentos que contenham lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações: – *Em 29.10.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.*

– *Em 05.11.2014, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.*

– *Votação nominal.*

Em 11/11/2014, a Senadora Ana Rita apresenta voto em separado que conclui pela rejeição do projeto. A votação será nominal.

Eu chamo a atenção do Plenário. Nós temos um relatório, do Senador Cícero Lucena, que é pela aprovação, e temos um voto em separado que será lido agora pela Senadora Ana Rita, em que pede a rejeição do projeto. A votação será nominal.

Eu consulto os Srs. Senadores se há algumas manifestação decorrente do pedido de vista.

E eu concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para proferir leitura do seu voto em separado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, o referido projeto está disposto em dois artigos, e pretende em seu art. 1º incluir ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, o art. 19-A, para determinar que os rótulos de alimentos que contenham lactose tragam o indicativo do teor da substância em caracteres legíveis, além do parágrafo único que inclui as embalagens de leite nesta exigência. O Art. 2º da proposição dispõe sobre a cláusula de vigência

Ao justificar a iniciativa, o autor destaca que diversos estudos apontam a ocorrência elevada de intolerância à lactose no Brasil. Desta forma, o nobre autor conclui que o conhecimento do teor de lactose presente nos alimentos é uma condição essencial para que as pessoas que tenham este problema possam administrar seu consumo diário de leite e derivados.

Eu vou passar agora, Sr. Presidente, diretamente para a análise.

Com base na análise da viabilidade e custo-benefício da proposta, o Relator propôs a modificação do PL de forma a exigir que os alimentos que contenham lactose indiquem no rótulo a presença dessa substância ao invés de sua quantidade. Foi proposto ainda que a indicação dessa presença seja realizada de acordo com as determinações fixadas em regulamento.

A Lei n. 9.782/1999, que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), estabelece como papel da Agência a regulamentação, controle e fiscalização de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, incluindo alimentos e medicamentos.

Desta forma, a Anvisa tem atuado na regulamentação da rotulagem de alimentos, de forma a corrigir problemas de comunicação e garantir aos consumidores o acesso a informações consideradas essenciais para proteger e promover sua saúde. Tal trabalho também envolve a harmonização da regulamentação básica da rotulagem de alimentos no Mercosul, reforçando o objetivo de proteção à saúde dos consumidores e contribuindo para facilitar o comércio internacional de alimentos.

Nesse sentido, destacamos que a Resolução RDC nº 259/2002, que dispõe sobre a rotulagem geral de alimentos, exige que os rótulos dos alimentos apresentem uma lista de ingredientes com a declaração de seus constituintes em ordem decrescente. Tal requerimento garante que os consumidores tenham acesso a informações sobre a adição de leite, derivados lácteos e lactose ao produto.

Assim, a proposta de declaração da presença de lactose nos rótulos dos alimentos seria redundante, uma vez que a regulamentação atual de rotulagem já obriga a declaração de uma lista de ingredientes, permitindo que os consumidores identifiquem a presença de lactose nos alimentos.

Observa-se que a proposta de declaração da presença de lactose nos rótulos dos alimentos é inconsistente com a abordagem regulatória proposta pela agência para declaração de substâncias alergênicas, pois esta prevê a declaração da origem do ingrediente, como, por exemplo, se contém leite, se contém derivados de leite, e não o nome de substâncias específicas, por exemplo, lactose, caseína.

A Anvisa também disciplina os alimentos para fins especiais, ou seja, produtos especialmente elaborados para atender às necessidades de indivíduos com doenças e alterações metabólicas ou fisiológicas. Regras específicas para produtos formulados para indivíduos que necessitam de dietas com restrição de lactose constam da Portaria da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde nº 29, de 1998.

Entendemos que as propostas não são proporcionais em relação à amplitude e severidade dos problemas relacionados à intolerância à lactose, pois não existem dados representativos sobre sua prevalência na população brasileira e a severidade dos efeitos adversos é baixa em comparação com outras reações adversas a alimentos, por exemplo, alergias alimentares. Além disso, a proposta contraria as novas medidas regulatórias

que estão sendo desenvolvidas para a rotulagem de alimentos que contêm determinadas substâncias reconhecidas por causar alergias e intolerâncias alimentares.

Por fim, tais alterações iriam de encontro aos regulamentos técnicos de rotulagem de alimentos que estão harmonizados no Mercosul, especificamente a RDC nº 259/2002 e a RDC nº 360/2003, o que pode causar problemas no comércio internacional de alimentos.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013.

É esse, Presidente, o nosso parecer.

Quero aproveitar aqui para cumprimentar o Senador Paulo Bauer pela iniciativa e também o Senador Relator da proposta, Cícero Lucena – já até conversamos um pouco sobre isso –, mas, infelizmente, em função do que foi abordado, do que já está previsto pela Anvisa, das regulamentações da Anvisa, se torna inócuo esse projeto, Sr. Presidente.

Essa é a nossa razão da rejeição do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra, agora, ao Senador Cícero Lucena para as suas considerações, se julgar necessário.

Quero informar que o Senador Cícero Lucena já leu o relatório, e foram adiadas a discussão e a votação. Nesse espaço de tempo, a Senadora Ana Rita ofereceu esse voto em separado que acabou de ler.

Consulto se o Relator, Senador Cícero Lucena, deseja fazer alguma consideração.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Desejo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, com a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – O autor pediu para que fizesse primeiro, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, desejo inicialmente informar que o Senador Cícero Lucena, compreendendo muito bem a intenção que tivemos de proteger a população brasileira que tem intolerância à lactose, fez um brilhante relatório e aperfeiçoou o projeto que nós apresentamos. Inclusive, no meu projeto, inicialmente, se estabelecia que os alimentos que contêm lactose deveriam indicar na sua embalagem a quantidade de lactose, o teor de lactose existente. E o Senador Cícero o aperfeiçoou dentro da realidade e da possibilidade técnica que a indústria de alimentos tem, dizendo apenas que se deve mencionar a existência da lactose e, por isso, o projeto ficou ainda melhor do que a minha proposta inicial.

A Senadora Ana Rita faz a leitura do seu voto em separado e pede a rejeição do projeto, apresentando argumentos que eu quero aqui – com todo o respeito – contrapor.

Primeiro, se a Anvisa tem a competência para fazer esse tipo de recomendação ou determinação, a verdade é que nunca fez e não faz. Aliás, muita coisa que a Anvisa deveria fazer não é feita nem em relação aos alimentos, nem em relação aos medicamentos, nem em relação à saúde pública. Isso força, obviamente, o Poder Legislativo a assumir determinadas competências e responsabilidades e também o Poder Executivo assim procede.

Quando há uma informação no voto em separado da Senadora de que não caberia uma lei para indicar a existência de lactose nos alimentos, e, sim, apenas uma norma infralegal, eu contraponho dizendo que, no caso do glúten, existe uma lei, de 10 de maio de 2003, de nº 10.674, sancionada pelo Presidente Lula, que estabeleceu que, naquele caso, vale lei. Eu não quero crer que só porque a autoria do caso da lactose é de um Parlamentar, é do Poder Legislativo a lei não deva ser encaminhada e votada.

Segundo, eu concordo que nós poderíamos considerar que na indicação dos componentes que são utilizados na formulação, na produção de um alimento, já consta a existência, por exemplo, de leite, mas eu não conheço ninguém no Brasil, Sr. Presidente, que diga que tem intolerância ao leite.

A verdade é que nós temos intolerância à lactose, que é um componente do leite. E o fato não está muito claro, porque esse é um tema muito técnico, eu o estudei, e posso assegurar a V. Ex^{as} que mesmo a pessoa que tem intolerância à lactose não está proibida de ingerir leite. A questão é a quantidade que o médico vai recomendar de ingestão diária, até porque o leite é absolutamente necessário para a saúde da pessoa pelos seus componentes.

Portanto, eu diria que o voto em separado da Senadora, com todo o respeito, não deveria ser acolhido por esta Comissão, e, sim, o parecer do Senador Cícero Lucena, até porque também vale dizer, só para ter uma ideia, que, na sua manifestação, Senadora, a senhora colocou que o assunto não merece tanta preocupação, porque ele não tem tanta amplitude quanto possamos pensar. Só num *site* criado por uma catarinense, que

foi a motivadora do projeto de lei, chamada Jéssica Duarte – eu fui pessoalmente conhecer essa moça, na cidade Rio do Sul; ela abriu um *site* para reivindicar que, no Brasil, pessoas se manifestassem pela aprovação e pela celeridade do projeto –, hoje de manhã, às 9h30, esse *site* continha 17.663 assinaturas pedindo aprovação. Ora, um projeto que vai beneficiar, primeiro, essas 17 mil pessoas, não é um projeto importante? Temos que sempre beneficiar milhões?

E existem, sim, milhões de pessoas que têm intolerância à lactose, e não sabem, porque não há diagnóstico médico adequado, por enquanto, no mundo da medicina. Não é utilizada com frequência pelos médicos a solicitação de exames para a detecção desse problema.

Portanto, eu penso, com todo o respeito, que o projeto deveria ser aprovado para que nós protegêssemos a população brasileira e avançássemos nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a palavra o Relator, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após a fala e os esclarecimentos do autor do projeto, Senador Paulo Bauer, eu teria muito pouco a acrescentar, a não ser reafirmar que é, sim, direito desta Casa legislar e estabelecer que, inclusive, as agências criadas por esta Casa, muitas delas, devem se submeter a normas que foram legisladas aqui no Congresso Nacional, em particular no Senado.

A Anvisa tem suas obrigações, e o Senador Paulo Bauer disse com muita competência que ela não cumpre, como a sociedade brasileira deseja, diretamente o seu papel. Nós temos vários exemplos, como o próprio exemplo do glúten, daquilo que é colocado no cigarro, do que é colocado nas propagandas de bebidas, dizendo que faz mal, do que é colocado nos medicamentos. Foram iniciativas legislativas que estabeleceram isso. Portanto, esta Comissão e esta Casa têm, sim, o dever e a obrigação de legislar em defesa do povo brasileiro.

O Senador citou 17 mil pedidos, e eu, como Relator, recebi centenas de milhares de solicitações para que eu aprovasse esse projeto.

Tive a preocupação de que fosse algo que pudesse ser aplicado. O que é que custa colocar nos rótulos ou nas embalagens que contém lactose para preservar o bem-estar de vários brasileiros?

Por isso, Sr. Presidente, a minha manifestação é no sentido da rejeição do voto da Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, eu vou pedir o seguinte: eu vou conceder o aparte, mas nós não podemos prolongar o debate, porque V. Ex^a leu o voto. Vou ouvir a sua argumentação agora e, logo em seguida, colher os votos.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou ser breve, Sr. Presidente. Pode ficar tranquilo.

É apenas para esclarecer, porque o Senador Paulo Bauer parece que deu o entendimento de que esta Senadora aqui não está preocupada com a questão da intolerância à lactose. Não é isso não, Senador. Preocupou-me, sim.

O objetivo do voto em separado é apenas para destacar que cabe à Anvisa, que é o órgão de fiscalização, cumprir com essa tarefa. Por isso, a razão do voto em separado.

Se a Anvisa ainda, por alguma razão, não publicou resoluções que atendam à expectativa da nossa população, é um problema que a Anvisa precisa corrigir, mas eu fiz aqui a leitura do relatório citando duas resoluções da Anvisa, a 259 e a 360, uma de 2002 e a outra de 2003, que tratam do assunto. Se essas resoluções são insuficientes, eu acho que cabe cobrar da Anvisa que cumpra, de fato, o seu papel. É apenas isso.

Jamais estou me manifestando como se não estivesse reconhecendo a importância de regulamentar essa questão, considerando a realidade da nossa população, que tem muitas pessoas, com certeza – conheço pessoas muito próximas a mim que a têm –, com intolerância à lactose.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero explicar: nós temos, então, um relatório. Eu vou colocar em votação o relatório. Se for rejeitado o relatório do Senador Cícero Lucena, prevalece o voto em separado da Senadora Ana Rita. Vou repetir: o relatório do Senador Cícero Lucena é pela aprovação do projeto do Senador Paulo Bauer.

Eu vou submeter agora a votação nominal o relatório do Senador Cícero Lucena, considerando que temos o voto em separado. Como é que funciona isso? Se for rejeitado o parecer do Senador Cícero Lucena, vai prevalecer o voto em separado da Senadora Ana Rita.

Eu penso que a Presidência foi bastante clara na exposição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Está correto.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Eu queria apenas dizer que, diante da argumentação do Senador Paulo Bauer, não tenho dúvida alguma de que temos que votar com seu projeto,

sobretudo para acompanhar o voto do Relator, Senador Cícero Lucena. Em que pese a argumentação da Senadora Ana Rita, eu vejo que em nada vai prejudicar. Muito pelo contrário, o projeto do Senador Paulo é para aprimorar sobretudo a fiscalização, na medida em que, lamentavelmente, a Anvisa não cumpre a sua função.

Senadora, vejo aqui que apenas um *síte* de uma cidadã do seu Estado, Santa Catarina, teve hoje dezesseis mil, seiscentas e tantas manifestações. Vou mostrar ao Senador Paulo Paim, porque ele me disse que na família dele há esse problema. Ele tem um filho que não pode ingerir lactose. E é mal especificado isso. Vamos ser sincero aqui.

Eu acho, minha querida Senadora Ana Rita, que V. Ex^a é competente, está, sobretudo, sempre defendendo as causas sociais e isso aqui é um caso de saúde pública. De maneira que eu acho que todos nós aqui temos uma responsabilidade, sobretudo com a boa comercialização deste País.

De maneira que eu quero, antes de mais nada, manifestar o meu voto com o autor e com o Relator. Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aqui a Senadora Vanessa Grazziotin quer se manifestar também.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, havia aceitado a sugestão de V. Ex^a: que passássemos imediatamente a voto, porque, creio, cada um já tem a sua opinião formalizada.

Eu quero dizer que, nesse aspecto, eu não vou ficar com o voto em separado. Eu votarei com o relatório, Sr. Presidente, porque acho que a polêmica é sobre a iniciativa, sobre o direito de iniciativa. E eu considero, eu que tenho inúmeros projetos apresentados semelhantes a este, e não apenas eu, mas os meus colegas Parlamentares, que já se transformaram em lei, que não há por que, por esse argumento, barrar uma coisa que é tão importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois bem. Encerrada a discussão.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Assim, reconhecendo as argumentações dos nossos colegas Parlamentares e conversando inclusive com o Senador Paulo Paim, eu, particularmente, na família, também tenho problema de pessoas com intolerância à lactose e o Senador Paulo Paim também tem e nós sabemos das dificuldades dessas pessoas, então, diante de uma questão técnica, porque aqui a defesa nossa foi mais por uma questão técnica de competência da Anvisa, eu acho que, considerando as argumentações aqui colocadas, eu posso retirar o voto separado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho uma atitude louvável a da Senadora.

Eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo desprendimento, ao tempo em que cumprimento o autor, Paulo Bauer, e o Senador Cícero Lucena.

Vamos à votação, que é nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Ana Rita, que tinha voto em separado? Eu quero eu quero consultar a V. Ex^a: vota com o Relator?

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator, mesmo considerando que o meu voto em separado seria importante, para não ferir as competências da Anvisa, destaco isso. Mas voto com o Relator, diante da retirada do meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sei que o Senador Paulo Bauer é especialista em educação, foi Secretário de Educação do Estado por diversos governos. Agora, não sabia que é tão dedicado ao campo da saúde também. É mais uma especialidade.

Claro, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator.

Ele pode ser inserido no exercício ilegal da profissão, não é? (*Risos.*)

João Aberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Voto com o Relator, parabenizando o autor da matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu devo destacar que eu estava conversando com o Senador João Alberto aqui, dizendo que a nossa Senadora Ana Rita fez um ato extraordinário de coesão, de harmonia aqui na Comissão. Foi extraordinário, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu quero, primeiro, Senador, votar a favor, porque a votação e a aprovação desse relatório do Senador Cícero Lucena ao projeto do Senador Paulo Bauer para especificar a existência da lactose nos produtos alimentícios de qualquer natureza resgata, como disse a Senadora Vanessa Grazziotin, a credibilidade não da Comissão de Assuntos Sociais, mas do Poder Legislativo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena voto conhecido. É o Relator.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Agradeço a Senadora Ana Rita pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Jayme Campos já declarou voto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Comissão, porque hoje tivemos a oportunidade de... Tanto o Senador Paulo Bauer quanto o Senador Cícero Lucena nos mostraram argumentos que sensibilizaram inclusive a Senadora Ana Rita para a retirada de seu voto em separado. Eu a cumprimento pela atitude e voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Primeiro parabênz a Senadora Ana Rita pela atitude e o Relator e o autor, principalmente o Relator, que teve o cuidado de não transformar o rótulo num bulário. Então, fez sucinto, de uma maneira bem prática para o usuário... Obrigado.

Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Paulo Bauer é autor, voto conhecido.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Voto conhecido.

Agradeço a V. Exª pela competente condução desse assunto, também à Senadora Ana Rita pelo seu gesto. Agradeço e cumprimento o Senador Cícero Lucena e agradeço a todos por se manifestarem favoráveis à matéria. Muito obrigado.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o projeto.

Eu quero consultar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos votar em globo e repetir a votação para as duas emendas do Relator. *(Pausa.)*

Aprovadas as emendas.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, e as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, nós estamos com o relatório pronto do item nº 7, de que sou Relatora, mas solicitaram que nós retirássemos o projeto hoje, tanto a Senadora Lúcia Vânia, que é autora da matéria, pelo fato de ela não estar aqui presente, quanto a Contag, que nos procurou e pediu mais um tempo, para que pudesse também fazer uma discussão conosco. Então, eu estou solicitando a retirada do projeto.

Além disso, Sr. Presidente, eu quero aproveitar para fazer um apelo aqui aos colegas Senadores e Senadoras porque, daqui a pouco, às 11h30, nós teremos reunião da Comissão de Direitos Humanos. Assim como foi importante dar quórum hoje aqui na CAS, para que nós pudéssemos deliberar sobre estas matérias, na

Comissão de Direitos Humanos nós estamos com uma pauta reprimida de matérias terminativas, por falta de quórum presencial.

Então, eu faço um apelo aqui aos colegas, Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Direitos Humanos, que se façam presentes às 11h30, no Plenário 7, para que possamos deliberar as matérias que se encontram na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero, então, também fazer coro ao apelo. Eu, lamentavelmente, não tenho assento na Comissão de Direitos Humanos, mas faço um apelo aos Senadores e Senadoras que são membros da Comissão de Direitos Humanos: que possam dar o quórum necessário para aprovação do requerimento.

E agradeço a presença aqui hoje, maciça, dos Senadores e Senadoras. Foi possível... Só falta um projeto para nós esgotarmos a pauta, que é o item nº 8, cujo Relator é o Senador Wellington Dias.

Na ausência do Relator, eu pergunto ao Senador Paulo Paim se pode relatar o Projeto do Item 8.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é a página?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A página é 149, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou tentar ser o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Enquanto o Senador Paim procura, eu queria fazer uma ponderação, uma queixa e uma crítica, Presidente.

Nesta Comissão, por minha iniciativa, foi feita uma audiência pública de grande relevância, com as maiores autoridades do País, inclusive da Anvisa, Ministério da Saúde, Conep e Interfarma, para discutir aqui a relevância de agilizarmos os procedimentos e registros de pesquisas clínicas. Essa é uma matéria da maior relevância. O Brasil está muito atrasado, porque isso não é apenas questão da tecnologia de novos medicamentos, é também da qualidade da saúde de milhares de brasileiros.

Foi feito isso com este objetivo: agilizar os procedimentos. Tanto é que a própria Anvisa – tão citada aqui há pouco, nessa votação desse projeto da lactose – já trabalhou para reduzir para um mês os procedimentos internos para isso. Até elogio o procedimento tomado pelo Dr. Dirceu Barbano, com quem aqui naquela audiência tivemos, digamos, um contraponto e um contraditório.

Mas, para minha surpresa – e eu queria fazer esse registro público aqui na Comissão de Assuntos Sociais, porque foi aqui nesta Comissão que foi discutido esse problema relacionado à demora dos registros de pesquisas clínicas para as cobaias humanas –, o coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), Dr. Jorge Alves de Almeida Venâncio, que eu recebi, no meu gabinete, com todo o comando da Conep, para tratar antecipadamente desta audiência que era para renovar o meu objetivo: apressar os procedimentos dentro de uma máxima segurança à saúde dos pacientes, na reunião do Conselho Nacional de Saúde, o que disse o Sr. Jorge Venâncio publicamente, por que me foi relatado por várias fontes? Que eu, Senadora Ana Amélia, estava trabalhando num projeto junto com a Interfarma para reduzir as competências da Conep, também redundando na insegurança à saúde dos pacientes. Considero isso um desrespeito.

Na quinta-feira, encaminhei documento ao Sr. Jorge Venâncio – e até agora nenhuma resposta, nenhum telefonema dele – em que disse: tomei conhecimento de declarações feitas por V. Exª na reunião do Conselho Nacional de Saúde, realizada em Brasília, no dia 5 de novembro, a respeito das razões do meu interesse na desburocratização dos processos de registro para novas pesquisas no Brasil. Fiquei estarelecida ao saber que V. Sª teria informado aos participantes da referida reunião que – abro aspas – “a Interfarma está produzindo um projeto de lei com a minha ajuda [da Senadora Ana Amélia] para tratar desse assunto.” O mais grave: que eu estaria patrocinando iniciativa legislativa para reduzir as prerrogativas da Conep nesse processo, e, como consequência, reduzindo a segurança dos pacientes. Preciso que V. Sª esclareça essas declarações e, em caso positivo, apresente as provas para confirmar esses fatos, que são inconcebíveis do ponto de vista de uma autoridade responsável por um setor tão importante para a saúde pública em nosso País. Também estranho essa manifestação pública, pois recebi, no dia 24 de fevereiro do corrente ano, em meu gabinete, todos os membros da Conep, sob sua liderança, para tratar da – em negrito – desburocratização e agilização dos licenciamentos dos novos medicamentos. Isso, Sr. Coordenador, nada tem a ver com a prerrogativa da Conep, da Anvisa ou da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Nosso objetivo continua sendo sempre o mesmo: defender os direitos dos pacientes com a segurança assegurada a testes de novos medicamentos. Aguardo sua manifestação com a brevidade possível, dada a gravidade dessa manifestação perante o Conselho Nacional de Saúde para definir outros procedimentos legislativos.

É a segunda vez que isso acontece no âmbito do Ministério da Saúde. Quando fizemos, no dia 3 de novembro, o Novembro Azul, convidando o Ministério da Saúde, não houve nenhum representante. Até agora esta Comissão, pelo meu conhecimento, não recebeu qualquer manifestação do que aconteceu por não haver

nenhum representante para lançar o Novembro Azul, embora saiba que o próprio Ministério da Saúde tem uma política preventiva de saúde do homem.

E agora, com esta informação, eu sinto um absoluto desrespeito a uma Parlamentar que está aqui com a legitimidade de quase 3,5 milhões de votos, defendendo interesses da saúde e dos pacientes que precisam de um novo medicamento.

Então, eu preciso fazer este manifesto, Presidente. Pretendo fazê-lo no plenário.

Aí, quando vem a autoridade pedir o nosso apoio para as iniciativas – louváveis, algumas; outras, discutíveis –, como a que discutimos aqui publicamente, de uma matéria tão relevante, em que, como eu diria, república, social e humanamente falando, a Senadora Ana Rita abriu mão do seu voto – foi uma decisão que engrandece esta Casa e engrandece a Comissão de Assuntos Sociais...

Agora, isso é inadmissível. Considero um desrespeito. O mais grave ainda é o descaso, porque até agora não veio nenhuma manifestação do Presidente do Conep, o Sr. Jorge Alves de Almeida Venâncio.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero pedir à Comissão um voto de solidariedade à Senadora Ana Amélia e determino que se redija um documento, com a assinatura dos membros desta Comissão, pedindo que esse senhor dê as explicações devidas. Se isso não acontecer, eu não sei se ele pode ser convocado, mas nós temos condições para isso. Não sei se a convocação seria através do Diretor da Anvisa. Parece-me que há uma hierarquia. Mas primeiro fazemos um voto de solidariedade à Senadora Ana Amélia. Peço esse apoio a esta Comissão, porque nós não podemos deixar que isso ocorra. Não é possível isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Isso não é possível, não é aceitável. Eu me sinto, na verdade, desrespeitado, assim como a Senadora Ana Amélia, e sou solidário à manifestação que a Senadora faz hoje aqui, nesta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero cumprimentá-la, Senadora, e também V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu vou redigir esse voto de solidariedade à manifestação da Senadora Ana Amélia.

Vamos deixar isso... Dessa forma, Senadora Ana Amélia, não sei se V. Exª se sente... Acho que é o mínimo que os seus pares aqui podem fazer neste momento, em função da sua atuação, da sua legitimidade e da sua seriedade no trato com essas questões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço, Presidente.

Fico muito chocada, mas muito sensibilizada, primeiro, com o gesto e, segundo, porque, em nenhum momento nesta Casa, trabalhei por qualquer interesse escuso. Foi sempre pelo interesse público. E aqui os colegas Senadores e as Senadoras sabem que, em nenhum momento, eu fugi da responsabilidade, da ética e da transparência.

Por isso também, agradeço a V. Exª. Penso que, dessa forma, se faz justiça ao comportamento de um Parlamentar que tem compromisso com esses princípios. E esse é o princípio que norteia todos os Parlamentares desta Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Muito bem, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Informo que a assessoria diz que o voto de solidariedade tem que ser encaminhado ao Ministro da Saúde para dar conhecimento do que está acontecendo, e eu farei isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E vou colher as assinaturas, evidentemente, para que V. Exªs possam subscrever, com o Presidente, esse voto de solidariedade.

O último item da pauta é o item 8, p. 149.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre a validade de laudo de exame médico-pericial de pessoa com deficiência permanente.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2012.

Observações: – Em 21.11.2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislativa aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como Relator *ad hoc*, para proferir a leitura do relatório do Senador Wellington Dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, são oito laudas. Como eu conheço o tema – li rapidamente aqui –, posso dar o meu depoimento e o meu voto, acompanhando a posição do Senador Wellington Dias, em um minuto.

Cumprimento pela iniciativa o Senador Gim Argello, mas a declaração é pela prejudicialidade e explico por quê.

Já foi votado tema idêntico a este aqui na Casa, com diversos projetos apensados, inclusive um de minha autoria, e estão todos lá na Câmara.

Então, a decisão que o Wellington Dias deu aqui não é quanto ao mérito. A decisão dele é para a economia legislativa. Se existe algo que está lá na Câmara e o Senado já votou, ele considerou a prejudicialidade. Assim mesmo, cumprimento a iniciativa do autor, que quis ajudar. Mas, como a matéria já foi votada e está lá na Câmara, este é o meu parecer: pela prejudicialidade, acompanhando o Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, o projeto é declarado prejudicado, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade.

Quem vota com o Relator *ad hoc*, Senador Paulo Paim, vota “sim” para a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2012.

Vou colher os votos.

Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator original.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – “Sim”.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Resultado: aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, antes de encerrar eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma audiência pública. Nós já marcamos, dia e hora, combinamos horário com V. Exª e estamos apenas adequando o nome dos convidados – deve estar na mão de V. Exª. Eu pediria a V. Exª que colocasse em votação porque nós ajustamos quem serão os seis convidados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Requerimento do Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Em ADITAMENTO ao requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 39/2014, aprovado no dia 06 de agosto de 2014, solicito a substituição dos nomes que irão compor a mesa como expositores, referente ao RQS 39/2014. Sendo assim, a nova lista de sugestão dos indicados para debater o tema: “Licença Classista Remunerada”, serão: 1) ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil Srª Margarida Lopes de Araújo; 2) SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer; 3) SINDIFISCO – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Cláudio Marcio Oliveira Damasceno; 4) Roberto Kupski – Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); 5) Luiz Azevedo – Secretário-executivo da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; 6) Eva Maria Cella Dal Chiavon – Secretária Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Outro requerimento, do Senador Eduardo Suplicy.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico-social no Brasil. Para tanto, sugere-se a presença dos seguintes convidados: 1. Sra. Tereza Campello – Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); 2. Sr. Jorge Chediek – Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil e Representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil; 3. Dra. Deborah Wetzel – Diretora do Banco Mundial (BIRD) para o Brasil; e 4. Sra. Lena Lavinas, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de informar, Sr. Presidente, que esse requerimento foi apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann, já foi lido e será deliberado na próxima reunião da CAE. Minha sugestão é a de que a reunião seja conjunta com a CAS por causa da relevância do tema. Então, essa é a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou procurar manter contato com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para ver se a gente consegue, porque a questão é a agenda; tem que coincidir a das duas Comissões. Mas farei isso com o maior prazer, Senador Eduardo Suplicy. Prometo me empenhar pessoalmente nessa agenda.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)* Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, queria pedir a V. Exª, que é tão operoso e zeloso pelos temas aqui desta Comissão – e aproveito para agradecer também aos pares pela aprovação da audiência pública nesta Comissão que trata do acesso a medicamentos por portadores de doenças raras –, dentro do que for possível, que V. Exª marcasse essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós temos... De qualquer forma, penso que já está marcada. Mas se não estiver, nós vamos, ainda dentro do período, marcar essa audiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É só para fazer um convite. Nós recebemos aqui os aeronautas, em torno de duzentos deles. Eles estão no plenário do Senado e estão convidando a todos nós, se pudermos, para irmos lá tirar uma foto com eles.

Então, o convite está feito a todos os Senadores, e, é claro, especialmente a V. Exª. Pode crer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o maior prazer, Senador. Já foi aprovado esse requerimento, Senador Cícero Lucena?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Já.

Então, nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 09 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às nove horas e vinte e nove minutos, do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Wellington Dias, Benedito de Lira, Armando Monteiro, e das Senadoras Ana Rita, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Justificam ausência a Senadora Ana Amélia e o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, de 2013 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Altera a Lei** nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir as doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2013, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Jayme Campos. Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Roberto Requião. Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2014, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2014, com a Emenda nº 1-CAS. A Matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Altera a Lei** nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014, e da Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Cidinho Santos. Modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2014. Resultado: Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. Fica adiado o item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2012. EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema “Aportes das Neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas” a ser realizada no próximo dia 26 de novembro, às 10 horas. Proponho para a audiência

a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Bernadette Rogé; 2. Dr. Alfred Sholl-Franco; 3. Dra. Suzana Herculano; 4. Dra. Françoise Molenat. O Evento está inserido na VII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal a ser realizada na semana de 25 a 27 de novembro de 2014. Resultado: Aprovado. ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, para debater o “vírus EBOLA”, para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Dr. Arthur Chioro – Ministro da Saúde. 2. Ideli Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos. 3. Benigno Pedro Matute Tang – Embaixador Extraordinário da República da Guiné Equatorial. 4. Salvador Beck Landau – Cônsul Honorário da Libéria. 5. Eugênia Pereira Saldanha Araújo – Embaixadora da República da Guiné-Bissau. 6. Representante da Fundação Oswaldo Cruz. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Jayme Campos, Paulo Davim, Cícero Lucena; as Senadoras Ana Rita, Lúcia Vânia; e o Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e dois terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Eu explico por que o número reduzido de projetos: logo após a nossa reunião ordinária, nós vamos convocar outra reunião, porque hoje é o prazo para que esta Comissão ofereça a chamada emenda coletiva ou emenda de comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, eu fiz com um número reduzido, embora deva avisar, também, que o número de projetos nossos na Comissão é de apenas seis. Na verdade, é uma Comissão – mérito de V. Ex^{as} – muito eficiente, pois não fica nada sem ser votado.

Eu quero dar início e vou pedir para que, com a presença do Relator, o assíduo e eficiente Senador Paulo Davim, meu amigo e colega médico, a gente possa começar pelo item 4 da nossa pauta.

Eu tenho informação de que a Senadora Ana Rita, que é a Relatora do primeiro item... Então, Senador Paulo Davim, pedindo desculpas a V. Ex^a, eu vou começar pelo item 1 da pauta.

Senadora Ana Rita, eu sei que hoje V. Ex^a preside também a outra comissão. Como é o item 1, V. Ex^a pode fazer o relatório, nós votamos e, logo em seguida, V. Ex^a já está liberada.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir as doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do imposto de renda.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Rita para a leitura do seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Primeiramente, bom dia, Senador Moka. Obrigada.

Submete-se à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim. A iniciativa altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro

de 1988, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências, para incluir as doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do Imposto de Renda.

O art. 2º do projeto determina que a lei dele originada passará a vigor a partir da data de sua publicação.

Após seu exame por esta Comissão, o projeto seguirá para a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, que proferirá decisão terminativa sobre a matéria.

Em sua justificação, o autor da proposição informa que o grupo das doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas engloba diversas enfermidades graves e incuráveis, com destaque para o lúpus eritematoso sistêmico, a esclerose lateral amiotrófica, a osteoporose e a artrite reumatoide. A medida trará benefício às pessoas que necessitam de tratamento contínuo e de alto custo.

Após a leitura do relatório perante esta CAS, a proposição foi objeto de duas emendas. A Emenda nº 2–CAS, de autoria do Senador Paulo Davim, propõe a inclusão da linfangioleiomiomatose pulmonar entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do Imposto de Renda. A Emenda nº 3–CAS, do Senador Waldemir Moka, determina a inclusão da doença de Huntington entre essas moléstias.

É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É. É a Coreia de Huntington.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A análise, Sr. Presidente.

A apreciação do PLS nº 315, de 2013, por esta Comissão encontra fundamento nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que conferem à CAS competência para opinar sobre matéria relacionada à seguridade social e à proteção e defesa da saúde. Os aspectos econômicos e financeiros do projeto serão examinados pela CAE, que também decidirá sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição, bem como sobre sua adequação às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O propósito do autor do projeto sob análise – amenizar a carga tributária sobre os portadores de determinadas doenças crônicas – é inquestionavelmente meritório. As pessoas acometidas por algumas enfermidades especificadas em lei já gozam de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. Nada mais justo, portanto, do que estender o benefício aos portadores de doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas.

É importante salientar um aspecto inovador da proposição apresentada pelo Senador Paulo Paim: a isenção conferida a portadores de amplo grupo de doenças, ao mesmo tempo em que não exige gravidade do quadro clínico para a concessão do direito. Dessa forma, espera-se que o benefício alcance grande número de pessoas, pois mesmo pessoas portadoras de formas muito leves das moléstias apontadas farão jus à isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Formas iniciais de osteoporose e quadros leves de artrose permitirão que seus portadores deixem de recolher mensalmente aos cofres do Governo Federal uma expressiva parcela de sua remuneração, de modo que terão mais disponibilidade financeira para fazer frente aos custos com suplementos alimentares, medicamentos e procedimentos aptos a reverter ou pelo menos estancar a evolução do processo patológico em curso. É a chamada prevenção secundária, que impede o agravamento de uma doença instalada. Nos casos de maior gravidade, o benefício tributário terá efeitos ainda mais relevantes, pois os doentes necessitam de maiores quantidades de medicamentos e procedimentos terapêuticos, com custos proporcionalmente maiores. Em qualquer hipótese, é a saúde da população brasileira que será beneficiada com a aprovação da medida ora analisada por esta Comissão.

No que se refere à técnica legislativa, cabe apontar a numeração equivocada do primeiro artigo do PLS 315, de 2013, passivo de correção por meio de emenda. As emendas oferecidas pelos Senadores Paulo Davim e Waldemir Moka ampliam ainda mais o alcance do projeto e merecem ser acatadas. No entanto, por ampliar o escopo do projeto, há que se modificar sua emenda, a fim de alcançar as novas doenças contempladas. Destarte, oferecemos emenda substitutiva para: Item 1, acolher as emendas apresentadas; 2, promover os necessários ajustes na emenda da proposição; 3, corrigir a numeração do primeiro artigo do PLS 315, de 2013.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2013, e das emendas, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Não vou ler toda a emenda substitutiva, porque já é de conhecimento de todas as Srªs Senadoras e de todos os Srs. Senadores.

É esse, Sr. Presidente, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir o autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só quero cumprimentar V. Exª e o Senador Paulo Davim pelas emendas; a Senadora Ana Rita, que faz um substitutivo que amplia o projeto e inclusive o melhora. Eu me sinto totalmente contemplado. Na verdade, o objetivo foi atender aqueles que têm doenças permanentes e degenerativas, inclusive. É no momento em que o cidadão, como diz uma análise que recebi, mais precisa de um conforto, que lhe poderá dar o não pagamento do imposto naquele período – está escrito no material que recebi –, para envelhecer e morrer com dignidade.

Por isso, meus cumprimentos ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, também quero agradecer à Senadora Ana Rita por ter contemplado a nossa emenda. Tivemos oportunidade, fizemos aqui uma audiência pública com portadores, com os familiares, da chamada Coreia de Huntington. Na verdade, é uma doença progressiva, que vai limitando. Coreia são movimentos involuntários, mas as pessoas ficam incapacitadas de trabalhar, de exercer a sua profissão. Embora mantenham a lucidez, ela ataca principalmente a parte motora; são movimentos involuntários. Uma das coisas que eles mais reivindicavam era essa isenção, porque o tratamento dessa doença, da Coreia, que nem reconhecida era. Passou a ser reconhecida depois que fizemos a audiência pública aqui... Então, agradeço o substitutivo que V. Exª apresentou.

Também peço a aprovação do projeto do eminente Senador Paulo Paim.

Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de também me manifestar, de dizer que me senti muito honrada e feliz de poder relatar essa matéria, porque nós sabemos o quanto é sofrido para as pessoas que têm qualquer tipo de doença degenerativa, que as impede, inclusive, de ter uma vida normal, trabalhar, se divertir, viajar.

A qualidade de vida das pessoas fica bastante comprometida, altamente comprometida em alguns casos. Então, eu acredito que esse projeto ainda precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos, porque é uma questão que precisa ser avaliada ainda do ponto de vista financeiro, mas eu acho que nada mais do que justo é possibilitar que essas pessoas tenham acesso aos medicamentos que são muito caros.

Eu convivi com uma menina de 26 anos que tinha lúpus, uma estudante que fazia duas faculdades, uma menina extremamente estudiosa, feliz. Ela faleceu aos 26 anos por causa do lúpus, que, com muita dificuldade, fazia o seu tratamento.

Então, eu acho que é um projeto de alcance social extremamente grande. Então, eu quero parabenizar o autor, o Senador Paulo Paim, que soube acolher essa demanda, possivelmente fruto de muita conversa de pessoas portadoras de vários tipos de doença com esse perfil. E também o Senador Moka, que contribuiu com a sua emenda. E o Senador Paulo Davim.

Parabenizo V. Exªs também. Acho que conjuntamente aqui nós estamos prestando um belíssimo serviço a uma parte da nossa população que sofre com esse tipo de doença.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação.

A votação é simbólica.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório da Senadora Ana Rita permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2013, na forma da Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais, que é o substitutivo da Senadora Ana Rita.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão que lá será terminativa.

O item 2 a Senadora Ana Amélia pediu que se retirasse de pauta. Senador Jayme, V. Exª é o autor.

É o seguinte o projeto retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2014

– Não terminativo –

Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para o item 3, estamos aguardando o Senador Cícero Lucena.

E o item 4 é o que nós vamos apreciar agora.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014, e da Emenda que apresenta.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a vista do item 4.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Do item 4.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Até para eu entender melhor o projeto. O Relator do item 4 é o Senador Paulo Davim. Entretanto, já mantive o contato com ele aqui. Eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como não? Mas o Senador Paulo Davim, para que eu possa conceder vista, tem que ler primeiro o relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sem problema. Vamos à leitura.

Vem para a análise desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 175, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que dispõe sobre a realização de audiências públicas no âmbito do controle das atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), disciplinadas pela Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, conhecida como Lei de OGM.

A proposição é constituída de apenas dois artigos. O primeiro dispositivo altera o art. 15 da Lei de OGM com o objetivo de determinar a realização de audiência pública, com a participação da população local, para instruir processos de autorização de ensaio de campo com OGM destinado a controlar vetor transmissor de zoonose ou doença. O segundo artigo – cláusula de vigência – determina que a lei originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

A autora argumenta que é necessário fortalecer o controle social sobre as atividades comerciais com OGM, especialmente nos casos em que há a exposição da população a organismos geneticamente modificados em experimentos de campo.

A proposição foi distribuída para a análise das Comissões de Assuntos Sociais e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança é a instância competente para autorizar pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, conforme o art. 14 da Lei nº 11.105, de 2005.

No entanto, apesar de o art. 15 da citada Lei facultar à CTNBio promover audiências públicas para a instrução dos pareceres técnicos, seu regulamento limita o alcance desse instrumento de controle social. Como se observa, o art. 43 do Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005, condiciona a realização das audiências à aprovação da maioria absoluta dos integrantes da Comissão.

Por conseguinte, em razão das dificuldades impostas pelo regulamento da lei à realização de audiências públicas, esse mecanismo de controle social acaba não sendo efetivo.

Em relação ao caso especificamente referido na justificação do projeto – a aprovação da CTNBio para o uso de mosquito *Aedes aegypti* geneticamente modificado no combate à dengue –, houve a realização de experimentos de campo em áreas habitadas, o que pode ocasionar riscos, sem que a população tivesse sido consultada ou esclarecida.

Assim, a proposição sob análise reforça a necessidade de realização de audiências públicas no âmbito das decisões da CTNBio, tornando-as obrigatórias nos casos de autorização para ensaio de campo com OGM destinado a controlar vetor transmissor de zoonose ou doença.

No entanto, o projeto peca por ter um escopo limitado ao caso mencionado.

De modo a aprimorar o PLS, propomos que as audiências públicas – por serem importantes mecanismos de controle social – sejam também realizadas previamente à emissão de pareceres técnicos referentes à liberação comercial de organismos geneticamente modificados, quando requeridas por membro da CTNBio, por órgãos e entidades de registro e fiscalização mencionados no art. 16 da citada lei ou por organização da sociedade civil com interesse na matéria objeto de deliberação.

Isso posto, consideramos que a aprovação do projeto sob análise, com a emenda que ora apresentamos, poderá significar um avanço na democratização das decisões da citada instituição.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014, com a seguinte emenda.

A emenda é ao art. 1º do projeto de lei do Senado.

O art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Nos processos de liberação comercial de OGM e derivados, a CTNBio realizará audiência pública sempre que requerida por membro da Comissão, por órgãos e entidades de registro e fiscalização mencionados no art. 16 desta lei ou por organização da sociedade civil com interesse na matéria objeto de deliberação.

Parágrafo único. É obrigatória a realização de audiência pública prévia para a autorização de ensaio de campo com OGM destinado a controlar vetor transmissor de zoonose ou doença, garantida a participação da população local.”

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Há um pedido de vista do Senador Jayme Campos.

Vista concedida ao eminente Senador.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu solicito vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva.

O Senador Cícero Lucena, que é o Relator do item 3, pediu a retirada do item 3 da pauta.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2014

– Não terminativo –

Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2014, e da Emenda que apresenta.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Decisão Terminativa.*

– *Votação simbólica.*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, nós vamos, agora, para o último item da pauta, que é o item 6, pedindo a presença dos Senadores, porque, logo em seguida, eu vou convocar uma outra reunião, que é específica para que possamos votar as emendas à LDO da Comissão.

Então, o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2014

– Terminativo –

Modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho.

Autoria: Senador Cidinho Santos

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2014.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou simplificar a leitura do relatório. Embora, creio eu, na boa intenção do Senador Cidinho, na verdade, a fiscalização do trabalho, no Brasil, está muito fragilizada. Nós mais do que quadruplicamos o número de empresas e diminuimos pela metade o número de fiscais. Se o projeto dele fosse aprovado, o fiscal iria lá, veria o que acontece, digamos, o ato que seria motivo de gerar uma multa, e ele não poderia multar. Ele teria que voltar daí a um tempo, para, só então, consagrar.

Eu acho que só cria mais um fato burocrático e dificulta ainda mais a fiscalização. Por isso, com todo o respeito ao Senador, meu voto é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero, primeiro, avisar que não temos quórum para deliberar sobre matéria terminativa, mas eu quero abrir a discussão.

Em discussão o relatório do Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Para discutir, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu concordo inteiramente com a visão do Senador Paulo Paim. Acredito que essa fiscalização tem de ser efetiva, e nós não temos como enfraquecer esse poder de fiscalização do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Eu vou encerrar a discussão, Senador Paulo Paim, e vamos esperar. Eu acho que, nesta reunião, não teremos quórum para deliberar, mas já fica lido o projeto, e encerrada a discussão. Fica apto a ser votado.

Então, encerro...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de colocar extrapauta um requerimento de minha autoria que já foi referente a uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

Há o requerimento da Senadora Ana Rita.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, DE 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema “Aportes das Neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas” a ser realizada no próximo dia 26 de novembro, às 10 horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Drª Bernadette Rogé;
2. Dr. Alfred Sholl-Franco;
3. Drª Suzana Herculano;
4. Drª Françoise Molenat.

O Evento está inserido na VII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal a ser realizada na semana de 25 a 27 de novembro de 2014.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria:

Relatório:

Observações: Eu tenho acompanhado essas audiências, Senador. Eu acho que é uma coisa fundamental. Lamentavelmente, é em uma quarta-feira, quando será votado aqui nesta comissão o projeto de lei de guarda compartilhada. Nós vamos fazer uma audiência pública amanhã, quinta-feira, e temos o compromisso tomado pelo Relator, Senador Jayme Campos, de que, no dia 26, aqui, esse projeto vai a voto. Então, é claro que vamos acolher o recolhimento, que já está marcado, divulgado. Mas eu sempre participei e eu tenho acompanhado. É um assunto que me interessa de perto essa

questão do avanço. Estão sendo descobertas uma série de consequências mesmo, sobretudo da pré-infância, quando se começa a estudar isso, o que está cada vez mais avançando. É fundamental.

Agora, lamentavelmente, vai coincidir com o horário da nossa Comissão, e um projeto importante, que tem toda uma discussão nacional. Então, desde já... Mas é claro que nós vamos acompanhá-lo de perto.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento, também, que está sobre a mesa, sobre o vírus ebola. Eu acho fundamental que esta Comissão debata o tema, que é internacional.

Temos de saber o que estamos fazendo no Brasil para evitar que ele chegue aqui.

Por isso, eu encaminhei o requerimento. Há uma data pré-agendada dentro do seu calendário. Se possível, eu gostaria de votá-lo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Há o seu e também o do Senador Romero Jucá.

Estou tomando a liberdade, Senador Paim, de conversar com o Ministro Chioro. Essa é uma audiência pública, da qual ele também tem interesse em participar. Ele já solicitou, inclusive, que gostaria de conversar.

Se V. Exª permitir, eu gostaria de votar isso na próxima reunião ordinária, porque, provavelmente, eu já vou ter a data da vinda do Ministro aqui, que é fundamental. Mas, se V. Exª quiser, não há prejuízo de votar e continuar as tratativas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tem que votar em conjunto um requerimento do Senador Romero Jucá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu gostaria de reafirmar aqui a importância desse requerimento. Hoje mesmo, a notícia de que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) vai estabelecer um convênio com os Estados Unidos para desenvolver a vacina. Acredito que é uma coisa inédita e importante para o País. E nós temos que ter conhecimento da evolução desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu não tenho a menor dúvida, tanto que já recebi do Ministro. Ele sugeriu até uma reunião com a Comissão, além da audiência pública, para que possamos debater, mas no sentido até de tranquilizar. As chances de isso acontecer, graças a Deus, são muito remotas, mas é fundamental que estejamos preparados e conheçamos o que o Ministério da Saúde está fazendo preventivamente.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só para também contribuir com essa reflexão, Senador Moka, a audiência pública à qual estamos nos referindo no requerimento faz parte da VII Semana de Valorização da Primeira Infância. É uma programação já preparada com maior antecedência por servidores, inclusive daqui, do Senado Federal. É uma audiência conjunta da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), da Comissão e Educação e da Comissão de Direitos Humanos.

É uma pena que os horários estejam coincidindo, porque o tema da guarda compartilhada é altamente importante também. Se pudéssemos ajustar os horários, mantendo o dia, para facilitar a nossa presença, acho que seria interessante, mas, de qualquer modo, é muito difícil alterar a data considerando que já houve uma divulgação, inclusive com relação à VI Semana, que vai além da audiência pública. Há outras atividades também.

Então, eu agradeço a compreensão de V. Exªs, mas, se pudermos aprovar, vai ser muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós vamos aprovar com certeza, Senadora. Como disse, eu acompanho o assunto com muito interesse e já aprendi muita coisa. O interesse é como médico mesmo e, sobretudo, porque é um assunto muito interessante, só que a audiência e os horários estão sendo coordenados pelo Senador Cyro Miranda na Comissão de Educação. Eu apenas fiz questão de justificar que, lamentavelmente... Nas últimas três ou quatro, eu tenho participado. Os motivos eu já expus aqui.

Em votação o requerimento da Senadora Ana Rita, que propõe audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação para o importante tema “Aportes da Neurociência e a compressão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas”.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou ler também o requerimento do Senador Paim, requerimento extrapauta.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, DE 2014
– Não terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, para debater o “vírus EBOLA”, para tanto, sugiro que sejam convidados:

1. Dr. Arthur Chioro – Ministro da Saúde.
2. Ideli Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos.
3. Benigno Pedro Matute Tang – Embaixador Extraordinário da República da Guiné Equatorial.
4. Salvador Beck Landau – Cônsul Honorário da Libéria.
5. Eugênia Pereira Saldanha Araújo – Embaixadora da República da Guiné-Bissau
6. Representante da Fundação Oswaldo Cruz.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Eu penso que o requerimento já foi devidamente justificado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu perguntaria ao Senador Paulo Paim se a gente poderia convidar alguém da Fundação Oswaldo Cruz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ela já manda em mim. Quer dizer, agora, fico sabendo que manda em você também.

Então, nós temos, ainda, o item... Somos cinco debatedores.

Então, nós fechamos, aí, o número que nós, aqui, pactuamos como número máximo de debatedores.

V. Exª encaminha, depois, o nome do representante ou de alguém da Fiocruz.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Questão de ordem...

Antes, votação do requerimento do Senador Paulo Paim.

As Srªs. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o adendo, já permitido pelo autor, no nome da Senadora Lúcia Vânia, da Fundação Oswaldo Cruz.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, devido ao corre-corre a que todos nós nos submetemos nas outras comissões, eu pediria a V. Exª, se fosse possível, voltar a incluir o item 3, do qual eu sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu penso que nós havíamos retirado, até por pedido da sua assessoria.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, com a sua presença, o item 3, Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2014.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2014
– Não terminativo –

Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2014, e da Emenda que apresenta.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Decisão Terminativa.*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradecendo a V. Exª, eu vou direto à análise.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei – prontuário de paciente – é afeita ao temário desta Comissão.

Quanto ao mérito, consideramos que a aprovação do projeto de lei sob análise representará um auxílio necessário aos responsáveis pela guarda dos prontuários, em razão das conhecidas dificuldades existentes na conservação dos atuais documentos em papel, assim como um avanço no que se refere à proteção à saúde da população, em virtude da facilitação do acesso a informações relevantes para a assistência ao paciente.

O Conselho Federal de Medicina define prontuário médico como um “documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada aos indivíduos” (art. 1º da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.638/2002).

Tradicionalmente, as informações que constam dos prontuários são registradas em papel. No entanto, de acordo com a Sociedade Brasileira de Informática em Saúde, o prontuário em papel apresenta inúmeros problemas, a saber: informação acessível a apenas um profissional por vez; baixa mobilidade; ilegibilidade, ambiguidade e perda frequente de informação; falta de padronização; dificuldade de acesso; ineficiência em termos de armazenamento e organização de grandes volumes de dados; e fragilidade dos registros, entre outros. Ademais, a sua guarda requer amplos espaços para arquivos físicos, que são escassos nos serviços da saúde.

O prontuário em papel pode ser digitalizado, ou seja, escaneado e armazenado, processo que deve ser controlado por um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos. A Resolução do Conselho Nacional nº 1.821/2007, “que aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos de prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde”, normatiza e legitima o prontuário digitalizado.

O descarte dos originais em papel está autorizado, desde que o sistema informatizado utilizado esteja em conformidade com os requisitos do Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2), estabelecido pelo Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (arts. 1º, 2º e 3º da Resolução CFM nº 1.821, de 2007).

Definido pelo Conselho Federal de Medicina em parceria com a Sociedade Brasileira de Informática em Saúde, o NGS2 determina os requisitos obrigatórios de estrutura, conteúdo e funcionalidades que devem ser atendidos pelos sistemas informatizados que lidam ou que armazenam informações relacionadas com prontuários médicos, para que seja possível suprimir os originais em papel.

O NGS2 estabelece tanto os requisitos para o processo de digitalização, no sentido de garantir a originalidade e a confiabilidade dos documentos digitalizados, quanto os requisitos para o *software* de GED – controle de versão, autenticação e identificação de usuários, segurança dos dados, e características obrigatórias relacionadas com a certificação digital. Para permitir o descarte dos originais em papel, é necessário que ambos – o *software* de GED e o processo de digitalização – atendam integralmente ao especificado no NGS2.

No caso de microfilmagem mediante equipamentos óptico-mecânicos, os prontuários poderão ser eliminados de acordo com a legislação específica que regulamenta essa área e após análise obrigatória da Comissão de Revisão de Prontuários da unidade médico-hospitalar geradora do arquivo (art. 6º da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.821, de 2007).

Ressalte-se, ainda, que a legislação vigente para a criação de documentos eletrônicos juridicamente válidos é a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, que estabeleceu as bases da digitalização de documentos, inclusive no que respeita ao uso de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil. Assim, para ter legitimidade jurídica, um documento eletrônico deve ser assinado com um certificado digital padrão ICP-Brasil.

Assim, em relação à legislação vigente, a proposição inova ao estabelecer apenas dois requisitos para a destruição dos documentos originais digitalizados (art. 1º, §2º): conformidade dos documentos digitalizados com as disposições da Lei nº 12.682, de 2012; e assinatura com certificado digital padrão ICP-Brasil.

O PLS inova, também, ao definir o prazo de 20 anos para que os prontuários armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente possam ser eliminados. Atualmente, de acordo com o art. 7º da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.821, de 2007, a guarda é permanente para os prontuários dos pacientes arquivados eletronicamente em meio óptico, microfilmado ou digitalizado. Também de acordo com a norma do Conselho Federal de Medicina, foi estabelecido o prazo mínimo de 20 anos, a partir do último registro, para a preservação dos prontuários dos pacientes em suporte de papel, que não foram arquivados eletronicamente em meio óptico, microfilmado ou digitalizado.

Nada obstante, cabe ajuste ao texto do projeto, com a finalidade de aperfeiçoá-lo. A ausência da cláusula de vigência, mandatória em termos de técnica legislativa, conforme determina o art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por conseguinte, apresentamos uma emenda ao projeto de lei, no intuito de sanar os pontos ressalvados. Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2014, com a seguinte emenda:

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2014, o seguinte art. 3º:

“Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta dias da data de sua publicação.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Cícero Lucena.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero só registrar a iniciativa do projeto do Senador Roberto Requião e o relatório do Senador, que o aprimora com as emendas. Os ajustes que foram feitos diminuem o prazo para incineração, de 20 para 5 anos; dão um período para que a lei entre em vigor; e ainda determinam quando se poderá começar a fazer o armazenamento e, conseqüentemente, a incineração do material que não vai ser mais usado.

Quero só cumprimentar a todos. Vejo aqui que o próprio Governo está pedindo a aprovação. Então, parabéns ao autor e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Cícero Lucena permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2014, com a Emenda nº1-CAS.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão que lá será terminativa.

Está encerrada a pauta desta reunião.

Eu quero convocar os Srs. Senadores presentes para a próxima reunião imediatamente a seguir, que é a deliberação das emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, desta Comissão.

Uma explicação: no final da semana, na quinta-feira ou na sexta-feira, foi que nós recebemos já a determinação para que... Hoje é o prazo limite para a gente apresentar isso.

Eu não costumo avocar relatoria – V. Ex^{as} sabem disso; eu sempre designo Relator. Mas eram 178 emendas! Eu achei que nós tínhamos muito pouco tempo. Acabei avocando a relatoria das emendas e pedi ajuda à Consultoria do Senado – e não me canso de elogiar a eficiência de nossos consultores aqui do Senado Federal. Quero fazer um agradecimento ao Dr. Aritan, Dr. André e Dr. Marcel, que me auxiliaram.

Eu quero pedir ao Senador Jayme que assuma a presidência, para que eu possa fazer o relatório e explicar os critérios que eu quero submeter a V. Ex^{as} para aprovação dessa emendas.

Passo a presidência ao Senador Jayme Campos.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL

Às dez horas e quinze minutos, do dia dezanove de novembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor **Senador Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Wellington Dias, Benedito de Lira, Armando Monteiro e das Senadoras Ana Rita, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Justificam ausência o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais

membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à discussão e à votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, de 2014 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2015), que “*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências*”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria das Emendas na CAS:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovadas 10 (dez) Emendas da CAS ao PLDO 2015, sendo 3 (três) Emendas de Inclusão de Meta e 7 (sete) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **Emendas de Inclusão de Meta:** **Emenda nº 1–CAS** – 8535 – 3.000 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. **Emenda nº 2–CAS** – 6148 – 200.000 – Assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais (Rede Sarah). **Emenda nº 3–CAS** – 2B30 – 1.700 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica. **Emendas ao Texto da Lei:** **Emenda nº 4–CAS** – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 35. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 5–CAS** – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 89, Parágrafo 5º, Inciso III. **Iniciativa:** Senadora Angela Portela; **Emenda nº 6–CAS** – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 106, Parágrafo 1º, Inciso I, Alínea j. **Iniciativa:** Senadora Angela Portela; **Emenda nº 7–CAS** – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 4º. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 8–CAS** – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 4º. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 9–CAS** – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 12. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim e **Emenda nº 10–CAS** – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 4º. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim.

Usam da palavra o Senador Paulo Paim, as Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia e o Senador Waldemir Moka, Relator das Emendas na CAS. O Senhor Presidente em exercício, Senador Jayme Campos, submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 36ª Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (Pausa.)

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovadas.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Orçamento de 2015, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Apreciação e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN (Mensagem nº 80, de 2014 na origem) – PLDO/2015.

Observações: Foram recebidas 173 emendas, emendas de inclusão de metas, sete emendas ao texto da lei.

A votação será simbólica (art. 35 da Resolução nº 1/2006, combinado com o art. 90, §3º, alínea “f”, do Regimento Comum).

Quero conceder a palavra ao ilustre Senador Waldemir Moka, para a leitura do seu relatório.

V. Exª está com a palavra, Sr. Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos.

Eu passo direto à leitura. Antes, porém, Senador, eu quero anunciar, com muita alegria, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, que a assessoria me informa que é um recorde de emendas à LDO. Isso demonstra o interesse desta Comissão em propor as emendas.

Relatório.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº1/2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN, que *dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015*.

A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – a chamada LDO de 2015 – orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual; compreenderá as metas e prioridades para a Administração Pública Federal, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (PLDO 2015) é integrado pelo texto propriamente dito e por seis documentos anexos, os quais visam a: relacionar tanto os demonstrativos quanto as informações que devem integrar o projeto de lei orçamentária de 2015; fixar as metas fiscais para o exercício de 2015; relacionar as despesas isentas de eventual limitação de empenho e movimentação financeira; evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros; e explicitar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2015, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, disciplinado nos arts. 85 e 86 da referida resolução, a Comissão de Assuntos Sociais tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autora de emenda coletiva, também chamada de emenda de comissão.

As emendas passíveis de serem apresentadas pelas comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são de dois tipos: emendas de texto e emendas de inclusão de meta. Quanto às emendas de texto, nos termos do item 2.1.3 da parte especial do parecer preliminar da Comissão Mista de Orçamento, são passíveis de emenda o próprio texto do PLDO, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2015, o anexo de metas fiscais anuais referentes a 2015, o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e a relação das despesas isentas de limitação de empenho. Não há limites aplicáveis à propositura de emendas de texto. Ou seja, as emendas de texto nós podemos oferecer, tantas quantas forem pertinentes.

Nos termos do item 2.1.8 da parte especial do parecer preliminar, o anexo de metas e prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das leis orçamentárias para 2013 e 2014, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18/1/2012).

Segundo o item 2 do parecer preliminar da Comissão Mista de Orçamento, a apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar os seguintes limites: a) até três emendas por Bancada estadual do Congresso Nacional – então, as Bancadas de cada Estado podem oferecer três emendas; b) até três emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal – e é aqui que nós nos incluímos; e c) até três emendas por Congressista.

O menor nível de detalhamento da programação no Anexo de Metas e Prioridades corresponderá ao da ação orçamentária, seguida dos respectivos produto, unidade de medida e meta física.

Vale destacar que o parecer preliminar exige, no item 2.3.2, que as emendas de comissão estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão.

Encontram-se em análise por esta Comissão sete propostas de emenda ao texto relacionadas no anexo 1 e 173 propostas de emenda ao anexo de metas e prioridades relacionadas no anexo 2 deste parecer.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e eu ainda quero dizer: qual o critério? As sete emendas de texto, eu acatei as sete emendas. E, para as 173, eu usei um critério: eu acatei as emendas que mais tiveram incidência, quer dizer, as que mais se repetiram. Então, os temas mais solicitados foram exatamente aqueles que eu procurei colocar aqui, para atender o maior número de Senadoras e Senadores. E tive um cuidado, porque, com justiça, esta Comissão prioriza muito emendas na área de saúde, em detrimento da área social. Eu tive o cuidado de colocar, atendendo aí... – posso citar, não é, Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoridade/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Pode, claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioridade/PMDB – MS) – A Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Ana Rita, dizem: “Olha, você é médico e é suspeito de colocar só para a saúde.” Então, na verdade eu acho justo, e nós tomamos o cuidado de colocar uma das emendas nessa área social.

Para as três emendas, eu coloquei aqui: estruturação de unidades de atenção especializada em saúde; assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população; desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo de saúde, serviço social autônomo da Associação das Pioneiras Sociais, a Rede Sarah; e estruturação da rede de serviço de proteção social básica.

Então, são essas as três emendas.

Eu peço, Sr. Presidente, a aprovação. Procurei ser o mais isento e o mais criterioso possível nesse relatório. É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Cumprimento o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Waldemir Moka, pelo belo relatório, com certeza atendendo aqui, de forma muito conciliatória, e sobretudo responsável, as emendas encaminhadas pelos Senadores, naturalmente, que compõem esta Comissão. Quero cumprimentar V. Ex^a.

Em discussão a matéria.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Para discutir, Senadora Lúcia Vânia. Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Relator. Quero cumprimentá-lo, agradecendo, especialmente por ter se lembrado... Há um ano, coloquei aqui a necessidade de que esta Comissão também contemplasse a área de assistência social. E, hoje, eu vejo que S. Ex^a atende a essa solicitação e o faz numa emenda altamente positiva, que é relativa ao centro de convivência de idosos. Eu acredito que o País está envelhecendo, sendo necessário um cuidado especial à terceira idade, e, sem dúvida, esta Comissão sai à frente, priorizando emendas que vêm contemplar os idosos do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Alguém mais que queira discutir a matéria?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na mesma linha da Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, quero cumprimentar o Relator, Senador Waldemir Moka, pela forma como compilou as emendas, levando em consideração o critério do maior número de propostas apresentadas pelos Srs. Senadores.

E eu fico de novo, Senadora Lúcia Vânia, com V. Ex^a, com a preocupação com os idosos. É um tema que, de fato, nós temos todos tratado com muito carinho. O Brasil caminha para estar entre os cinco países do mundo com a população mais idosa, e que bom isso. E nós precisamos ter, de fato, cada vez mais investimento nessa área, e o Orçamento tem de apontar nesse sentido. Tanto é que por iniciativa, não minha, mas de um vereador de São Paulo, está circulando uma PEC – ele está recolhendo assinaturas em todo o País, de apoio – para criar um fundo específico para aplicação em políticas para os idosos. Já há os fundos estaduais, municipais, mas a ideia dele é criar um fundo nacional.

Então, meus cumprimentos por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – A Senadora Lúcia Vânia deseja falar.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É só para complementar a minha fala, pois eu me esqueci de colocar aqui a importância também da Rede Sarah. Sem dúvida alguma, é um hospital referência, um hospital que tem prestado um serviço inestimável a este País.

A escolha da Rede Sarah traz muita satisfação para nós.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para discutir a matéria.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero também ratificar aqui o que os nossos colegas Senadores, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Paulo Paim já disseram, porque, na verdade, são muitas as emendas. Mas, de forma muito sábia, o Relator, com a consultoria do Senado, conseguiu sintetizar as três emendas que esta Comissão pode oferecer, de tal modo que atende a todo mundo e atende, principalmente, a nossa população que mais precisa. Esse é o nosso objetivo.

Então, parabéns, Senador Moka, pelo esforço e pela sabedoria de ter esse olhar atento à realidade do nosso povo, escolhendo aí os temas que mais são necessários para atender às necessidades.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka, Relator da matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero agradecer a manifestação dos Senadores e também de V. Ex^a, que preside esta reunião.

Na verdade, quero dizer que ser Relator de uma matéria com o quadro de consultores que tem o Senado é uma questão fácil, porque é um pessoal realmente muito eficiente. Basta estabelecermos um critério.

Então, quero, na verdade, dividir o mérito aqui com os consultores e também com o consultor do Orçamento, o Dr. Luiz Gonçalves, porque isso é fundamental. Na verdade, essas pessoas têm toda uma coordenação e um comando também.

Agradeço e divido o mérito do relatório com esses servidores do Senado, como já disse, altamente técnicos, altamente especializados e muito eficientes.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Waldemir Moka pelo belo relatório e também me associo à sua fala em relação aos seus agradecimentos a toda equipe que participou da elaboração desse relatório.

Estão de parabéns, na medida em que estão ouvindo aqui, de viva voz, do Senador Waldemir Moka esses elogios. São, com certeza, pessoas que têm valor e capacidade. Eu, particularmente, tenho a maior admiração e respeito pelos servidores do Senado, sobretudo, pelos consultores.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável às emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao PLN nº 3, de 2014.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoridade/DEM – MT) – Aprovado o relatório que passa a constituir parecer favorável, com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 3, de 2014, do Congresso Nacional.

As emendas aprovadas desta Comissão irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com base no art. 36, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião, que é a 36ª.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido o Senador Waldemir Moka para reassumir o cargo de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioridade/PMDB – MS) – Ao reassumir a presidência, quero dizer o seguinte: é evidente que existe o trabalho dos consultores, mas eu não posso esquecer da minha enferrujadinha, daquela ruiva ali, a Dra. Érica, que é, sem dúvida nenhuma, muito eficiente, todos os anos. Ela está aqui, no Senado, há muito tempo. É uma herança muito boa do saudoso Senador Ramez Tebet. Obrigado, Érica.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e sete minutos, do dia vinte de novembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **Paulo Paim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Kaká Andrade, José Pimentel e Benedito de Lira** e das Senadoras **Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia**. Justificam ausência o Senador **Cristovam Buarque** e a Senadora **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater com especialistas e com a sociedade civil a proposta de guarda compartilhada, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2014-CAS, de iniciativa do Senador Jayme Campos, com a presença dos seguintes oradores: **MARIA ROSELI GUIESSMANN**, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude; **ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO**, Presidente da Associação de Pais e Mães Separados; **SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA**, Presidente da Comissão de Mediação do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Representante de **MARIA BERENICE DIAS**, Vice-Presidente Nacional do

Instituto Brasileiro de Direito de Família; **EULICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI**, Juíza Titular da 3ª Vara Especializada em Família e Sucessões de Várzea Grande – MT; **SÉRGIO MOURA RODRIGUES**, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz; e **JOSÉ FERNANDO SIMÃO**, Diretor do Conselho Consultivo Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Usam da palavra a Senadora Lúcia Vânia e os Senadores Jayme Campos e **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.– Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2014, desta Comissão, de iniciativa do Senador Jayme Campos, com o objetivo de debater com especialistas e com a sociedade civil a proposta de guarda compartilhada, objeto de Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 117, de 2013.

Quero convidar o Sr. Analdino Rodrigues Paulino Neto, Presidente da Associação de Pais e Mães Separados. Por favor, Sr. Analdino.

Convido a Drª Suzana Borges Viegas de Lima, Presidente da Comissão de Mediação do Instituto Brasileiro de Direito de Família, representando aqui a Drª Maria Berenice Dias.

Eu queria convidar, para fazer parte desta Mesa, a Juíza Titular da 3ª Vara Especializada em Família e Sucessões, de Várzea Grande, em Mato Grosso, Drª Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli.

Eu gostaria, ainda, de convidar, para compor a Mesa, o Dr. Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz.

Convido, ainda, o Dr. José Fernando Simão, Diretor do Conselho Consultivo Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Eu ainda não a chamei, porque a informação que tenho é que, não sei se já... Nós temos ainda outra convidada, que está entrando no Senado. Então, certamente, chegará daqui a pouco, Senador Jayme, a Drª Maria Roseli Guieessmann, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude.

Eu queria, antes de iniciar e dar a palavra aos expositores, passar a palavra para o Senador Relator dessa importante matéria, Senador Jayme Campos, que também é autor do requerimento que propôs esta audiência pública.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka; senhores convidados, Dr. Sérgio, Dr. José Fernando, Drª Jaqueline, Drª Suzana, Dr. Analdino e demais convidados e autoridades aqui presentes, antes de mais nada, quero agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, a confiança de me ter designado Relator deste projeto, que reputo da maior importância, sobretudo porque estamos procurando aqui cuidar das nossas crianças; e agradecer também a presença dos senhores convidados, que naturalmente deixaram seus afazeres particulares para vir aqui participar desta audiência.

Certamente, buscamos criar, através desta audiência pública, um instrumento que nos permita ouvir as opiniões mais divergentes das senhoras e dos senhores convidados, com o objetivo de instruir o nosso relatório de forma transparente, zelosa, cuidadosa, para, certamente, fazer uma lei, ou seja, melhorar essa lei já existente, de forma bastante despretenciosa, para que possamos atender aos nossos objetivos e sobretudo melhorar aquilo que pode atender à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, para não me alongar nas minhas colocações, pretendo ouvir com muita atenção os nossos convidados, para que assim que elaborarmos o nosso relatório o entreguemos a V. Exª, no máximo até segunda-feira, e que no dia 26, conforme calendário elaborado pela Presidência desta Comissão, nós possamos votar um projeto que nos dê certeza e garantia absoluta de que as nossas crianças vão ter a proteção daquilo que é o mais consagrado das leis brasileiras.

De maneira que o cumprimento e o desejo sucesso e que esta audiência seja a mais proveitosa possível no seu decorrer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Jayme Campos, eu gostaria então de...

A gente percebe, naturalmente, que essa matéria tem o interesse nacional. Percebo isso. Nesta Comissão, os temas realmente são importantes, mas confesso que, nos últimos tempos, talvez seja um dos temas que mais tenham a participação da sociedade civil como um todo.

Eu tomei o cuidado de designar como Relator desta matéria um Senador que considero tranquilo, pai de família, avô, homem equilibrado, que tem total isenção para conduzir esse relatório.

Quero também dizer que não há, nunca houve... e a Presidência desta Comissão quer garantir que nós não vamos procrastinar esta matéria. Não é este o objetivo, nunca foi. Agora, eu também não vou impedir uma audiência pública como esta, sobretudo com a qualidade dos expositores, para que o Relator possa ter um raio x de corpo inteiro do que pensa a média da sociedade civil representada, mas principalmente os especialistas que manejam no dia a dia essa questão e essas decisões. Eu acho que isso é fundamental.

Temos data. Ficou marcada para quinta-feira a audiência pública, que está acontecendo. O Senador Jayme Campos garante que no início da semana que vem ele entrega o relatório, depois de ouvi-los, naturalmente. E já está marcada para quarta-feira, na nossa sessão ordinária, a discussão e, se possível ainda na quarta-feira, a votação. Eu digo se possível, porque regimentalmente algum Senador ou Senadora pode pedir vista, mas é sempre com prazo regimental. Eu gostaria que a gente pudesse – se dependesse de mim – discutir e votar ainda na quarta-feira que vem. Esse é o meu propósito, é o meu objetivo.

Quero comunicar que cada expositor... Agradeço a presença... Muito obrigado pela presença que vai, sem dúvida, ilustrar, enriquecer essa discussão.

Esclareço que cada expositor terá dez minutos. Inicialmente é muito pouco. É que o assunto é repetitivo. Não tem jeito, porque vão falar seis pessoas. E depois eu inverte. Quer dizer, nós faremos uma primeira rodada, vão surgir argumentos contraditórios, e você tem que permitir que a Mesa estabeleça respostas para argumentações.

Quero dizer que tenho uma ordem aqui. A ordem que eu chamar aqui – primeiro, segundo, terceiro –, na volta eu inverte, de tal forma que o último orador, na réplica, passa a ser o primeiro. E assim por diante.

Então, por dez minutos, eu quero conceder a palavra... Seria a Dr^a Maria Roseli. Na hora em que ela chegar, certamente nós vamos colocá-la aqui na mesa.

Então, na ordem que eu tenho aqui, com a palavra por dez minutos...

Eu quero avisar aos expositores que ali tem um relógio que vai marcar dez minutos. Quando chegar ao nono minuto, soará um alarme. Não sou eu que estou buzinando aqui. Eu quero deixar claro. Todo mundo olha para mim, mas ele é programado para isso. Esse um minuto é o tempo do expositor para concluir.

Espero que os senhores possam fazer essa conclusão em dez minutos, porque terão oportunidade de falar ainda da réplica. Enfim, nós vamos estabelecer um debate que, tenho certeza, será muito proveitoso.

Então, com a palavra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Permita-me dizer: o Senador Moka é muito generoso, e, às vezes, a pessoa não fechou nem o raciocínio e, para concluir, precisaria de um minuto ou dois minutos de tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que se eu falar que eles vão ter mais dois minutos, isso vira cinco minutos, Jayme. Eu conheço já.

Então, com a palavra... – que bom que esteja descontraído o ambiente, não é? –, o Sr. Analdino Rodrigues Paulino Neto, presidente da Associação de Pais e Mães Separados.

O SR. ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO – Eu preparei a minha fala para 15 minutos, que foi o tempo de que fui informado anteriormente. Como passou a 10 minutos, eu vou falar rápido, porque quero falar tudo o que eu havia programado. Estou até desligando o meu celular para não tocar durante minha fala.

Em 13 de março de 2014, a ONG Apase (www.apase.org.br) completou 17 anos em defesa da igualdade parental e dos direitos dos filhos de pais separados, com participação decisiva na criação da lei de guarda compartilhada, da lei da alienação parental, da lei das escolas e da lei dos avós.

Nós percorremos, depois da sanção das duas leis, todas as capitais brasileiras e mais de cem cidades no País proferindo palestras, divulgando tanto a lei de guarda compartilhada quanto divulgando a problemática da alienação parental. Falamos em tribunais, no MP, em universidades, na OAB e em diversas entidades civis.

Eu gostaria de lembrar que há um grande equívoco quando os Senadores mencionaram, como motivo para revisão do PLC 117/13, a morte das duas crianças: Isabella Nardoni e o menino Bernardo. Tanto que a avó do menino Bernardo é a favor do PLC 117/13 exatamente como ele está, na íntegra, sem mudanças. Tanto que

ela enviou uma carta para a revista *IstoÉ* e enviou também para o Senado informando esse desejo que ela tem de que o PLC chegue à Presidente Dilma exatamente como ele saiu da Câmara, sem nenhuma mudança! As duas crianças foram vítimas da guarda unilateral e não da guarda compartilhada!

Uma das características da guarda unilateral é exatamente a criação do litígio, porque dá-se o poder a um dos genitores e ao outro dá-se a obrigação, o ônus do pagamento da pensão alimentícia. Isso causa um litígio muito grande, e são esses litígios que causam toda essa problemática que a gente tem.

Houve um caso em Goiânia, em que um pai pegou o filho, alugou um avião pequeno e tentou jogar o avião em cima do Shopping Flamboyant, que é o maior *shopping* de Goiânia. Ele não acertou, caiu no estacionamento, o avião pegou fogo e morreram os dois.

Nós temos histórico também de pais que pulam de um apartamento com o filho junto.

Temos históricos de mães como a de um caso em Minas Gerais, por exemplo, que deixam o filho num lago, dentro de uma cestinha.

Tudo isso é fruto da guarda unilateral. Por isso essa luta muito grande para que a gente tenha a guarda compartilhada.

É importante salientar que mais de um milhão de mães... As pessoas não têm conhecimento porque o que aparece para a sociedade é que os pais estão lutando para conquistar o direito de uma convivência maior com os filhos; mas nós temos mais de um milhão de mães no Brasil que não têm a guarda de seus filhos, porque os pais obtiveram a guarda unilateral. Então, os pais que obtiveram a guarda unilateral, em grande número, têm o mesmo procedimento da maioria das mães, que é dificultar a convivência dos filhos com o outro genitor.

Nós temos o caso de uma mãe, no Rio de Janeiro, por exemplo, que não vê a filha há 20 anos; e ela, inclusive, tem um neto que não conhece. Então, essa problemática toda da alienação parental tem origem na guarda unilateral.

Queria lembrar a todos que muita gente, às vezes, até professores universitários escrevem livros, etc., e falam em guarda alternada. No nosso ordenamento jurídico não existe a palavra guarda alternada. No Brasil não temos guarda alternada. Quem falar isso está incorrendo num grande erro, e temos muitos professores que falam também, e estão incorrendo em grande erro. No nosso ordenamento jurídico, não existe guarda alternada – o que é alternado são os dias, os finais de semana, isso é alternado, mas a guarda é unilateral ou compartilhada, o.k.?

A nova lei de guarda compartilhada, assim que for sancionada pela Presidente da República, fará parte do Código Civil. O Código Civil trata das leis civis de condução da sociedade, do comportamento, etc., e é importante que a nossa legislação não confunda o ordenamento jurídico brasileiro. O PLC 117, de 2013, assim que virar lei, vai fazer parte do Código Civil.

Temos uma proposta do Senador Romero Jucá que cita o menino Bernardo e a menina Nardoni. Não são compatíveis com o Código Civil. Se ele achar por bem fazer uma proposta penal em relação a problemas domésticos, violência doméstica e violência contra a criança, ele que se dirija ao código competente que é o Código Penal, e não ao Código Civil, o.k.?

Na ONG Apase, fazemos um trabalho com a maioria dos Senadores aqui, estive com a maioria de todos, são 81 Senadores. Durante a tramitação desse projeto eu estive com praticamente todos os Senadores. Pode ser que um ou outro não se lembre da minha presença, mas me lembro de todos eles. Inclusive, estive com os dois que estão aqui presentes, com os quais deixei material, etc.

Temos cinco livros também sobre a problemática. E somos a primeira entidade e a primeira editora a lançar livro no Brasil sobre guarda compartilhada. A Dr^a Jaqueline Cherulli faz parte da quinta edição do nosso livro sobre guarda compartilhada, trazendo um brilhante artigo.

E temos a honra de falar que descobrimos a Dr^a Jaqueline Cherulli, Juíza no interior do Mato Grosso – agora me deu branco sobre o nome da cidade em que a conheci... Eu a conheci em Rondonópolis e a convidei para fazer parte do livro, fiz um vídeo com ela, coloquei no *site*, coloquei nas nossas redes sociais. E a Dr^a Jaqueline Cherulli hoje é conhecida nacionalmente.

Então, vamos deixar esses dois livros com a Comissão e vamos deixar esse artigo, que escrevi para uma revista especializada, que se chama “O limite da intimidade familiar entre pais e filhos”. É para evitar um pouco esse alastramento dessa erva daninha que está tomando conta dos litígios nas varas de família que são as falsas acusações.

Em menor escala, temos as falsas acusações de maus-tratos, e, em maior escala, temos as falsas acusações de abuso sexual. Então, isso afasta definitivamente o acusado da convivência com a criança, porque se perde o afeto. E temos hoje uma pesquisa no Fórum Central do Rio de Janeiro que dá uma estatística assustadora: 80% das acusações feitas no Fórum Central do Rio de Janeiro sobre abuso sexual são falsas.

A Câmara dos Deputados, em 2008, aprovou a lei de guarda compartilhada em vigor. A ONG Apase começou a lutar pela guarda compartilhada no ano 2000. Em 2002, a Drª Patrícia Pimentel, que é essa jovem senhora que está ali na foto, enviou para a ONG Apase um pré-projeto de lei de guarda compartilhada.

E convidamos todos os segmentos da sociedade – ...

(Soa a campanha.)

O SR. ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO – ...já havia diversos grupos também – para participar dessa luta pela guarda compartilhada, que foi encampada pelo Deputado Tilden Santiago, na época. Ali há uma foto do Tilden Santiago – é o primeiro, mais gordinho –, depois apareço eu; e o Lula abraça minha filha e eu, na sanção presidencial da guarda compartilhada.

Eu queria passar um vídeo. Alguém pode me ajudar? É um minuto.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO – Terminou o vídeo. Aí é para mostrar para vocês que nós nos empenhamos fortemente na aprovação da primeira lei da guarda compartilhada desde a propositura do projeto de lei até a sanção presidencial.

Eu queria contar para vocês que estou nessa luta não é de graça. Eu tenho uma filha de cuja mãe me separei quando ela tinha dois anos e meio. Foram cinco anos e meio de luta judicial e 23 processos – vou repetir: 23 processos! –, um dos litígios mais terríveis que eu já conheci nas separações judiciais – eu só não fui acusado de abuso sexual.

Foi uma duríssima alienação parental e uma guarda compartilhada tardia, mas que foi a primeira e única no Brasil até hoje; guarda compartilhada de pais morando em Estados diferentes – eu estava morando em Porto Alegre e a mãe da minha filha estava morando em Goiânia. Hoje a minha filha tem 16 anos e falta a muitas aulas. É um problema da alienação parental. Chegou a faltar, recentemente, a três dias consecutivos no mesmo mês. Sempre fica de recuperação nos períodos de prova, variando de uma a três matérias por período.

Sempre que vou falar com ela sobre os assuntos, tem respostas mal-educadas e desliga o celular. O pior é que a alienação parental continua – um pouco com a família materna e também uma irmã que tem bastante contato com ela –, sempre lhe dão razão quando ela se indispõe com o pai, que sou eu. Então, eu queria dar esse exemplo para dizer que a maioria absoluta dos pais separados vive a mesma realidade que eu vivi.

Estou terminando.

Eu queria fazer uma homenagem para uma mãe também, para vocês verem que nós nos preocupamos, sim, e muito, com as mães. Essa mãe é uma mulher que era muito famosa em São Paulo, era cineasta e trabalhava em teatro com José Celso Martinez Corrêa. Fazia filmes, trabalhava no teatro etc. e tal. Ela se separou do primeiro marido e teve um segundo casamento com esse rapaz que a está beijando no rosto, que é o Fred Steffen, meu amigo. Eu acabei ficando amigo também da Elaine Cesar.

A Elaine Cesar foi acusada pelo pai do filho dela de, quando ia dar banho na criança, chupar o pênis da criança enquanto a estava trocando. Ela foi imediatamente afastada do filho, como de praxe nas decisões judiciais. Houve um recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo, e o Desembargador usou, *ipsis litteris*, a seguinte frase: “A criança está mais segura na companhia do pai e da tia, pois a mãe – prestem atenção –, além de ter uma profissão que não a permite educar uma criança – o desembargador considerou que a atriz, assim como o pessoal ligado a teatro etc., era prostituta –, está com câncer – que ela descobriu depois que iniciou esse processo –, levando uma gravidez de risco e tendo um novo relacionamento.”

Quer dizer, uma mulher nessas condições, para o desembargador, não tinha condições de manter a maternidade. Seu filho nasceu perfeitamente saudável, hoje está com aproximadamente três anos, é um menino muito bonito, muito inteligente, que eu conheço.

Observação: os pequenos órfãos só se viram uma única vez após o falecimento da Elaine. Para mais informações, Google.

É um fato a ser muito visto e lembrado, porque é um grande problema da guarda unilateral.

Temos mais um caso aqui, que aconteceu em São João da Boa Vista, São Paulo, uma acusação que o pai fez, porque havia o entendimento de que a guarda compartilhada deveria ser dada para casais em consenso. O Judiciário estava tendencioso a dar a guarda compartilhada. O pai insinuou que a mãe tinha problemas psicológicos – chama-se Beatriz Pereira da Silveira – e com isso ela foi afastada do filho, o pai teve guarda unilateral, e o filho dela, que tem 14 anos hoje, entrou em desespero e tentou suicídio.

Para que vocês tenham conhecimento, nós temos diversos tipos de agressões que as crianças fazem a si mesmas: autoflagelações, corte de partes do corpo – que não sei o nome que se dá – elas cortam parte do

corpo, tentam suicídio, e muitas com sucesso – e claro que a mídia não divulga, porque inclusive acaba lembrando às crianças que elas podem se suicidar.

(Soa a campainha.)

O SR. ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO – Eu encerro e deixo para a segunda parte.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero agradecer o Sr. Analdino pela exposição. Muito obrigado pela contribuição.

Eu quero registrar e agradecer a presença da Dr^a Maria Roseli Guießmann – não sei se estou pronunciando corretamente seu sobrenome –, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude.

Eu havia lido aqui, Dr^a Maria Roseli, que essa seria a sequência. Então, ele falou primeiro e a senhora fala em seguida; mas, depois, vai haver uma réplica, e eu inverte essa ordem, certo?

No nono minuto, vai soar a campainha e, como eu considere mais dois minutos para o Dr. Analdino, por uma questão de isenção, todos terão, depois dos dez minutos, mais dois minutos, porque foi concedido ao Sr. Analdino.

Com a palavra a Dr^a Maria Roseli Guießmann.

A SR^a MARIA ROSELI GUIESSMANN – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos.

Eu sou Presidente de uma associação que reúne juízes, promotores e defensores públicos da infância e da juventude. A nossa preocupação principal, o objeto da ABMP é exatamente a criança. Evidente que a guarda compartilhada é o ideal, isso é indiscutível. É uma situação que com certeza leva a criança a ter esse contato com pai e mãe com muito mais frequência e tal.

Eu, às vezes, penso que é lamentável que a gente tenha que pensar numa lei para regular o que deveria ser tão natural. Ao contrário do meu antecessor aqui, o Dr. Analdino, eu tive uma separação em que nunca houve o menor problema. Era uma guarda compartilhada sem estar no papel, mas não tinha problema nenhum: ficava com o pai, comigo, sem essa questão da guarda unilateral ser tão rigorosa.

A gente sabe, no Judiciário, que a existência dessas falsas acusações é grande. A gente observa que, às vezes, a questão começa na Vara de Família e, depois, vai para a Vara da Infância e Juventude e vai para a Vara Criminal também. Então, são questões todas atreladas. É até chocante ver a questão que foi colocada aqui sobre o que o desembargador escreveu, mas é interessante como o Judiciário e as pessoas que atuam na área jurídica não têm noção da área dessas questões mais sensíveis, como questões de família e da infância e juventude.

O que ocorre? Claro que quem é da área já acompanha, tem esse contato com a equipe técnica o tempo todo, com psicólogos, assistência social, médicos, enfim, todos os ramos relacionados à infância e juventude. Mas o que a gente vê é realmente a falta de preparo, a começar pela formação nas universidades, porque não se formam para essas áreas.

O curioso é que, quando eu estive na Alemanha, eles explicaram que lá o juiz, somente após quatro anos no exercício da sua função, pode trabalhar na área de infância, juventude e família. E aqui no Brasil, não. Uma pessoa é aprovada num concurso – estou participando, lá no Paraná, de um concurso e pergunto muito sobre infância e juventude –, às vezes com 26, 27 anos de idade, vai trabalhar numa comarca no interior do Estado, nessa comarca, vai atender a todos os casos, e a gente vê que ela toma, muitas vezes, decisões precipitadas, decisões com base nas suas próprias experiências, que são poucas. E isso dificulta bastante.

Então, pelo que nós lutamos muito na nossa área? Para que haja formação de juízes, promotores e defensores públicos para saber lidar com essas questões. Hoje a gente fala do depoimento especial, que é uma situação importante, até para averiguar, no caso, se existiu esse abuso às vezes alegado pela outra parte ou não. E precisamos muito desse apoio para saber se houve ou não esse abuso.

Esse depoimento especial, o depoimento sem dano... É claro que nesse momento a criança ou o adolescente vai ter oportunidade de falar e de ser ouvido por um profissional que realmente o compreenda, que consiga extrair a verdade.

Então realmente o Judiciário em geral, o sistema de Justiça é muito dependente desses outros órgãos, para que possamos atuar com eficiência nesses casos.

A gente, no dia a dia, se depara muito com essa questão. Eu penso que a aprovação dessa lei da guarda compartilhada, embora, como eu disse no início, devesse ser algo muito natural, seguramente vai dar mais subsídio para o magistrado no momento em que ocorrem tantas divergências entre o casal, por conta da guarda do filho.

Eu não vou tomar tanto tempo assim.

Quero dizer que a ABMP entende que a guarda compartilhada efetivamente é a melhor solução para a criança.

Também na experiência como magistrada, sei que é muito difícil a guarda compartilhada na prática quando há muito problema entre o casal que se separou. A gente sabe que na prática é complicado fazer valer esse direito, que é um direito da criança na verdade... Eu acho que é até mais da criança do que dos próprios pais. Por isso a gente defende que a criança tenha esse convívio com os dois.

Eu não vou tomar muito tempo. Acho que era o que eu tinha para falar por enquanto. Agradeço a palavra.

Agradeço o convite, Senador. É uma satisfação estar aqui e participar deste momento que eu considero muito importante para a aprovação desse projeto de lei, este PLC nº 117, de 2013.

Eu lhe devolvo a palavra, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Drª Maria Roseli, agradecendo a sua participação e dizendo que é importantíssimo. (*Palmas.*)

De imediato, concedo a palavra à Drª Suzana Borges Viegas de Lima, que é Presidente da Comissão de Mediação do Instituto Brasileiro de Direito da Família.

A SRª SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA – Muito obrigada, Senador.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os presentes, agradecer o convite, este espaço para o IBDFAM falar numa audiência tão importante, um tema tão relevante para a sociedade, sobre a família brasileira, base da nossa sociedade.

Então agradeço e já vou iniciar a minha fala concordando com a Drª Maria Roseli. Se todos nós tivéssemos bom senso, não estaríamos aqui discutindo uma lei sobre a guarda compartilhada. Não teríamos tantos processos em tramitação discutindo com quem a criança vai ficar.

Eu quero expor um pouquinho da história da guarda compartilhada, para que nós possamos entender o contexto dela hoje.

Como a guarda compartilhada era há dez, quinze anos?

Ela praticamente não existia. Predominava a guarda unilateral, que era concedida à mãe. Por quê? Porque, culturalmente, a mãe era encarregada dos cuidados domésticos e do cuidado com os filhos.

Então, há mais de dez anos a guarda compartilhada começou a ser recepcionada pela doutrina, pela jurisprudência, e assim ela foi tomando espaço no Brasil.

É um modelo importado de outros países, que têm adotado essa guarda compartilhada com altos índices de sucesso, como Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra onde ela surgiu. Bem, então, para entender como ela é agora, vamos ao art. 1.584 do Código Civil:

A guarda unilateral ou compartilhada poderá ser:

I – requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles (...);

II – decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, ou em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe.

(...)

§ 2º Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada.

Bom, nós temos aí alguns termos-chave em cima dos quais o IBDFAM se debruça para poder compreender essa proposta de aperfeiçoamento da guarda compartilhada.

A conclusão que nós temos ao longo desses anos de prática de guarda compartilhada é que ela é tida como uma modalidade preferencial, porém não obrigatória, muito embora exista a possibilidade de que o juiz decida isso até mesmo contra a vontade das partes. Isso é uma possibilidade hoje.

Mas ela é preferencial de quem, minha gente? Ela é preferencial dos pais, dos juízes, dos filhos? É preferencial dos pais... Se for depender dos pais, nós não teremos a guarda compartilhada, não só como um projeto, mas como uma realidade de um projeto de coparentalidade. Nós teremos aquelas brigas de sempre: “Não, olha, eu não gosto mais do meu ex-cônjuge, por isso eu não quero que o meu filho conviva com ele”. Essas são as razões, simplificando aqui para vocês, que são expostas cotidianamente no Judiciário.

Então, o critério vigente é bastante subjetivo, esse “sempre que possível”. E, de acordo com esse critério, as chances de implementação da guarda compartilhada são menores, sem dúvida nenhuma. De fato, houve nesses últimos anos, uma mudança na cultura, porém tímida.

Eu tenho... Posso trazer para vocês, compartilhar com vocês a minha experiência prática. Eu sou professora de Prática Jurídica. Eu trabalho no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Brasília em Ceilândia. Nós temos, lá, uma comunidade carente. Então, o que eu vejo ali pelo fórum de Ceilândia? Juízes que já chegam fa-

lando, abrem a audiência dizendo: “Aqui não tem guarda compartilhada. Não dá certo, as pessoas não sabem o que é”. Então, por que não explicar? Eu acho que é a função do magistrado dar essa explicação ao jurisdicionado.

Em segundo lugar, eu ouço também: “Não, guarda compartilhada é para rico, não é para pobre”. Eu, estando lá nessa comunidade carente, posso garantir a vocês – e isso crescentemente, durante a minha experiência – que, cada dia que passa, essa comunidade, esses assistidos chegam já pedindo a guarda compartilhada. E, quando não pedem, nós propomos como uma possibilidade, independentemente de classe social ou econômica, porque filhos são filhos.

Bom, como pode ser a guarda compartilhada agora? Nós temos um projeto muito bom, interessantíssimo, que propõe realmente o aperfeiçoamento da guarda compartilhada. O IBDFAM entende que esse aperfeiçoamento é muito bem-vindo.

Então, diante da importação desse modelo de outros países, nós temos que levar em consideração as diferenças dos sistemas. O Brasil é um País de tradição patriarcal. Então, nós temos que levar isso em consideração. Nós passamos por um período de adaptação ao longo desses anos, e o PL 117, de 2013, aprecia diversos aspectos que devem ser considerados. Mas, em função do pouco tempo, eu quero dizer que o IBDFAM se preocupa muito mais com a forma de implementação da guarda compartilhada. Eu acho que esse é o cerne do projeto, para que essa implementação seja efetiva e atenda ao melhor interesse da criança e do adolescente, que é o que importa realmente.

Então, o foco dos interesses egoístas dos pais é deslocado para os filhos, para o melhor interesse dos filhos.

A vontade de um dos pais não pode ter o condão de excluir o outro pai do projeto de coparentalidade, de coparticipação, que é o que nós precisamos incentivar e tentamos implementar há mais de uma década.

A grande contribuição do projeto que estamos discutindo hoje é fixar o critério da capacidade e da aptidão dos pais para fixação da guarda compartilhada. Então, vou ler para vocês, apenas para facilitar o entendimento.

O § 2º do projeto, em seu art. 1.584, diz:

Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor.

Então, nós temos aí um critério claro: desde que seja capaz e tenha interesse. E ressalvadas aquelas exceções que estão previstas em lei e que serão levadas em consideração, porque nós também não podemos estabelecer uma regra absoluta. Sim, ela poderá ser regra, mas desde que os juízes, os promotores e os advogados possam analisar cada caso como ele é, com as suas características e as suas particularidades, porque nenhuma família é idêntica à outra, isso eu posso garantir. O próprio nome do nosso instituto já diz isto: Instituto Brasileiro de Direito das Famílias. Então, há uma pluralidade de modelos de famílias, e dentro dessa pluralidade há muitas variações.

Nesse sentido, quero fazer referência aqui e peço licença para ler um trecho do Recurso Especial nº 1428596, do Rio Grande do Sul, no qual recentemente a Relatora Nancy Andrigli se manifestou favoravelmente à fixação da guarda compartilhada, ainda que ausente o consenso entre os pais.

Então, é um entendimento que vem sendo reafirmado. Embora não esteja pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ele está se manifestando reiteradamente.

Leio um trecho do voto da Ministra, que entendo bastante emblemático para a nossa discussão de hoje:

É questionável a afirmação de que a litigiosidade entre os pais impede a fixação da guarda compartilhada, porquanto se ignora toda a estruturação teórica, prática e legal que apontam para a adoção da guarda compartilhada como regra.

A conclusão de inviabilidade da guarda compartilhada por ausência de consenso faz prevalecer o exercício de uma potestade inexistente. E diz-se inexistente, porque, como afirmado antes, o poder familiar existe para proteção da prole e pelos interesses desta é exercido, não podendo, assim, ser usado para contrariar esses mesmos interesses.

Na verdade, exigir-se consenso para a guarda compartilhada dá foco distorcido à problemática, pois se centra na existência de litígio e se ignora a busca do melhor interesse do menor.

Para a litigiosidade entre pais é preciso se buscar soluções. Novas soluções porque novo o problema, desde que não se inviabilize o instituto da guarda compartilhada nem deem a um dos genitores – normalmente à mãe, in casu, ao pai – poderes de vetar a realização do melhor interesse do menor.

Portanto, para concluir, depois de ler esse trecho que entendo bastante relevante para a nossa discussão hoje, vou manifestar posicionamento do IBDFAM, que é pela aprovação do projeto de lei tal como saiu da Câmara dos Deputados, sem a Emenda nº 1 que foi proposta.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Drª Suzana, pela exposição.

De imediato concedo a palavra à Juíza Titular da 3ª Vara Especializada em Família e Sucessões, de Várzea Grande, no Mato Grosso, Dr. Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli.

A SRª EULICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI – Eu trouxe um vídeo que gostaria que fosse rodado. O vídeo é de um minuto e 28 segundos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª EULICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI – Excelentíssimo Sr. Senador Moka, Excelentíssimo Sr. Senador Jayme Campos, senhores aqui presentes, caros oradores, registro também, nesta oportunidade, o meu agradecimento ao Desembargador Orlando de Almeida Perri, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; ao Desembargador Márcio Vidal, Presidente em Exercício; ao Desembargador Sebastião de Moraes Filho, Digníssimo Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso; e ao Diretor da Escola Superior da Magistratura – Esmagis –, Desembargador Paulo da Cunha. E agradeço também a todos os colegas do TJ.

Vou ater-me à minha anotação porque o tempo é curto e porque não quero me dispersar e nem perder o raciocínio.

Bem, como já dito aqui, embora nós tenhamos uma lei, desde 2008, que trouxe alteração aos arts. 1.583 e 1.584 do Código Civil, muito se divulgou sobre incluir a guarda compartilhada na nossa legislação, o que não é a realidade.

A guarda compartilhada passou a existir legalmente em 2002. Há seis anos ela é praticada de forma aca-nhada trazendo para nós, então, essa estatística. Em 2002, 2,64%; em 2008, com a lei aprovada, 3,99% e, em 2012, apenas 5,95% de ambos exercem essa modalidade de guarda.

Por não ser unânime o entendimento acerca da expressão “sempre que possível” no contexto “quando não houver acordo entre pai e mãe quanto à guarda do filho será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada”, no nosso meio, de juristas, advogados, magistrados, promotores, não se pacificou um entendimento.

O Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá apresentou originalmente o PL 1009/2011. Tive a grata surpresa de, alguns anos depois, saber que na justificção do projeto ele utilizava um artigo de minha autoria. Aprovado uma vez na Câmara seguiu para o Senado e, também, o que seria motivo de alegria para muitas famílias, no dia 29 de outubro passado, agora recentemente, virou uma frustração porque, infelizmente, houve um pedido de retirada de votação e viemos parar onde nos encontramos aqui.

Um dos motivos da retirada, como já abordado aqui pela Mesa, pelo Senador Romero Jucá, foi a questão da violência contra a criança, solicitando encaminhamento a esta Comissão. Ele associou a questão ao caso do menino Bernardo, que foi pela mídia muito divulgado. Esse argumento não justifica a intenção e nós vimos aqui, inclusive, publicada, já massificada, a própria fala da avó – e trago aqui as imagens porque já estão na mídia disponíveis.

A avó diz que... Lá nós temos em destaque a ponderação: “Pode-se afirmar cabalmente que se a proposta original do PLC nº 117, de 2013 estivesse promulgada no curso da vida de Bernardo Uglione, a alienação parental seria praticamente eliminada e talvez até impedida a sua morte, o que se tornaria bem mais difícil de acontecer.”

Nesta Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Jayme Campos requereu esta audiência e aqui nós estamos para tratar de assuntos que dizem respeito diretamente ao convívio familiar de 20 milhões de jovens, crianças e adolescentes. Vinte milhões!

Vinte milhões, senhores, Sr. Presidente, Sr. Senador Jayme Campos, não podem ser tratados como exceção. Vinte milhões, em nenhum cálculo matemático, é minoria, num total de 60 milhões. Os senhores hão de convir que nós temos aqui que fazer a diferença. Não estamos reunidos nesta manhã para mais um blá-blá-blá blá.

Desculpem-me, mas eu trago aos senhores e os chamo para esta luta aqui ó: “O mundo não será destruído por aqueles que fazem o mal, mas por aqueles que olham e nada fazem.” Nós somos os que olham e podem fazer a diferença; e podem fazer alguma coisa nessas vidas.

Vamos seguir, que temos um tempo.

Presidente, eu quero comunicar ao senhor que eu me apropriei dos minutos, na forma de usucapião, da Drª Suzana. *(Risos.)*

Eu fiquei de olho no cronômetro e me apropriei. E tenho aqui já o meu advogado – não é Simão? – para me defender.

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Está defendida.

A SRª EULICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI – Já estou defendida.

Bem, vamos lá.

O temor da ocorrência dessa violência não é descabido, de forma alguma. A gente não pode também virar as costas para o que foi fato e foi trágico. Mas nós temos uma vasta e eficaz legislação voltada para essas questões, dentro do que prevê e estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e também o ordenamento penal.

O que não se pode mais admitir, frente a toda mudança e alteração nos padrões e legislação brasileira acerca do Direito de Família, é que pai e mãe, figuras de convivência diária na vida dos filhos enquanto dura a união entre os genitores, passem a ser tidos e vistos como visitas, visitantes, visitasões. Esse termo tem que ser riscado da legislação.

Não se pode mais impor visitação às crianças e jovens que anseiam pela convivência; aos genitores que se mostram aptos e também anseiam pela continuidade de uma vida familiar.

Desculpem-me os colegas que conosco fazem e proporcionam a prestação jurisdicional se me volto, de forma desapegada, às expressões tão gastas para a não aplicabilidade da guarda compartilhada. Rechaço mesmo, porque a sociedade, cansada diante da acanhada aplicação da guarda nesta forma, clama por detalhamentos e esclarecimentos do que já foi estabelecido em 2008. Sobejam instrumentos e temos abundância de textos legais, inclusive constitucionais, a fundamentar e garantir a sua aplicação ou a sua não aplicação.

A Constituição Federal garante, com absoluta prioridade, à família, à criança e ao adolescente o direito de convivência familiar – sublinho, friso aqui – e comunitária, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 227 do Texto Constitucional).

O art. 15 do ECA garante à criança e ao adolescente o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento. E o art. 16 destaca o direito à liberdade, que compreende participar da vida familiar e comunitária sem discriminação.

Avançando no texto tão festejado e tão reconhecido, inclusive pelos estudos que envolvem direito comparado, lemos, no art. 19 do Estatuto, que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família, senhores. Família! Não é no seio da sua mãe nem do pai. Família! Segundo, é assegurada essa convivência familiar.

Estamos falando de gente, senhores, de pessoas, de pessoas em formação. E eu trago aqui um clamor, porque gado a gente marca, tange, ferra, engorda e mata, mas com gente tem que ser diferente.

Dois artigos adiante, da legislação que nós estamos analisamos, vemos que o poder familiar será exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe, art. 21.

(Soa a campanha.)

A SRª EULICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI – Continuo no meu usucapião aqui.

E, finalmente, no art. 22, cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. Aos pais! Dever!

Falamos de um universo, volto a frisar, de 20 milhões de crianças e adolescentes, segundo o IBGE. O que nos falta é clareza acerca dos efeitos das rupturas. Em um casal que se separa surge a figura do ex, que não abrange senão a relação homem e mulher. Esse é o raio de ação de um divórcio, de uma separação. Existe ex-mulher, ex-marido, ex-companheiro, ex-companheira, mas nunca, jamais vai existir ex-filho, ex-filha, ex-pai, ex-mãe e ex-família. A família e seus vínculos perdurarão para sempre, porque família não acaba, família nunca acaba.

É tardia a necessidade de não mais se possibilitar sejam os filhos usados como peça ou mesmo como uma tecla que, acionada, dê continuidade a discussões de relações fracassadas entre dois adultos. Temos um alto preço a pagar num breve futuro de jovens com cicatrizes incuráveis, vítimas da omissão e descompromisso do Estado.

Por todo o explanado, senhores, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que defendo seja o texto inalterado, afirmando que essa aprovação vai garantir o aumento da modalidade da guarda compartilhada numa progressão inversa aos casos de alienação parental. Aprovar o projeto é o meio de inibir essa prática odiosa e tão corriqueira no nosso meio.

Muito obrigada. Essa vai ser minha fala. Deixo meus contatos.

Agradeço a oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Eu quero agradecer a contribuição e quero passar, de imediato, ao Dr. Sérgio de Moura Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz; e dizer à doutora que ela nem usou os minutos que requereu. Eu achava que o usucapião fosse só rural, mas a senhora o transformou em área urbana também.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Sr. Presidente, agradecemos o convite feito à Associação Brasileira Criança Feliz. Senador Jayme, também agradecemos essa oportunidade de estar aqui presente, para mais uma vez defendermos os interesses de nossos 20 milhões de filhos de pais separados que sofrem por não ter a guarda compartilhada, mas são vítimas da alienação parental, como muito bem citado pelos oradores anteriores.

Agradeço este momento por poder estar aqui e reforçar essa ideia, dizendo que nós temos que praticar a guarda compartilhada, que já é lei, já existe e está mais do que justificada. Já estivemos nesta Casa por várias vezes. O Senado já foi consultado, a Câmara Federal já foi consultada e em 2008 fechou questão.

Novamente, estamos diante de um projeto de lei enxuto, perfeito e pronto para ser aprovado. Fomos golpeados sorrateiramente por fatos que já foram discutidos e que colocaram em dúvida um texto estudado exaustivamente por pais, profissionais da área jurídica, profissionais das áreas de saúde, psicologia, assistência social, e agora está em cheque algo que já era para ter sido praticado naturalmente, em nosso País, há muito tempo.

Permitam-me, rapidamente, apresentar a Associação Brasileira Criança Feliz, por um dever de agradecimento de milhares de pais que participam conosco e lutam em todo o Brasil pelo melhor interesse das crianças. E não é o melhor interesse das crianças propalado, copiado e colado nas decisões judiciais, como nós vemos. O melhor interesse da criança é estar junto, convivendo sadiamente, diariamente, se possível, respeitando condições ambientais, físicas, distâncias, mas sempre sabendo que tem pai e mãe, e não é dela a morte inventada.

A Associação Brasileira Criança Feliz, por todo o Brasil, luta e diz: guarda compartilhada já! E mostra que a guarda é possível.

Temos pais que sofrem com a falta da guarda compartilhada, mas temos muitos pais que usam com muita responsabilidade, com muito carinho e amor, a guarda compartilhada. E digamos aqui: se houvesse consenso, que é o que muito está sendo discutido, não precisaríamos da Justiça, da ação judicial. Se houvesse consenso entre pai e mãe, como quer fazer crer o Judiciário que, se não há harmonia entre o casal, não se pode aplicar a guarda compartilhada, isso é comodismo, isso é covardia para não pensar e ler o que nós já temos de mais moderno na legislação, no entendimento do nosso Judiciário, como já foi bem citado aqui pelos meus antecessores.

A jurisprudência já existe, o entendimento do Superior Tribunal já existe, e há juiz na primeira instância aplicando entendimento lá de 2013, que, onde não há consenso, não pode ser aplicada. E eu pergunto: se houvesse consenso, haveria separação? Se houvesse diálogo e entendimento entre os pais e as mães, separar para quê? Se houvesse consenso, eles estabeleceriam que o melhor para os seus filhos é a convivência plena de pais, filhos, avós, que sofrem com a alienação parental. E a alienação parental é fácil de fazer; basta eu não querer. Eu encho os laudos dos processos, torno-os monstruosos, torno-os centenários e vou alimentando o ódio.

Então, nós temos que parar e aprovar esse projeto de lei, que não deveria ter saído do curso em que estava. Esta Casa recebe essa missão, e nós, Sr. Senador, suplicamos, em nome de milhões de pais e filhos, que esse processo retorne ao seu curso e que nós possamos libertar com honra e dignidade esses pais, essas mães, porque há gente que acha que brigar pela guarda compartilhada é coisa de homem. Não, Sr. Senador, a estatística mostra que é coisa de pais, mães, avós, que sofrem com a alienação parental.

O Judiciário tem que parar de copiar jurisprudência antiga e ler o que nós temos de mais moderno. O Judiciário tem que parar de delegar aos seus assistentes que copiem as decisões e colem nas suas e assinem. Nós temos que ter responsabilidade jurídica. Nós temos que ter responsabilidade com a vida de milhões de pais, de milhões de filhos que são massacrados, são destruídos diariamente no próprio Judiciário. O próprio Judiciário é um alienador também. Existem pai, mãe, avô, parentes alienando e dizendo que a guarda compartilhada é interesse classista, é interesse sexista e assim por diante. Mas, não. Os primeiros alienadores, sim, são os pais maldosos, apoiados por toda uma estrutura, e é o próprio Judiciário que nos diz.

Vou ler aqui o depoimento de uma mãe. Está na internet, no Facebook:

Anos e anos, eu e meu ex-marido pedimos ao juiz que nos desse a guarda compartilhada. Colocamos em nosso texto, lá, naquela coisa que chamam de petição. Aí, o juiz não deu, disse que se não houvesse entendimento não poderia haver e delegou para os assistentes sociais, para os psicólogos formularem [aqui diz assim] pareceres.

Então, senhores, precisa ser juiz, precisa ser médico para olhar para uma criança e ver que ela precisa de pai e mãe? Ou então, aquele que não quer a guarda compartilhada já está praticando um ato de alienação parental.

Não está no texto da Lei 12.318 não querer a guarda compartilhada, mas diz: “dificultar, impedir por várias formas o convívio sadio entre pais e filhos”. É um ato de alienação parental. E não querer que seu filho tenha a convivência sadia com ambos os pais, que é o que a guarda compartilhada busca, Sr. Senador, é um ato de alienação parental, senão o maior deles. E aí seguem-se outros que vêm e fazem soma.

Então, repetimos, já foi falado na carta da avó Jussara Marlene. Aqueles responsáveis pelo trato das questões familiares estão em julgamento – não estou condenando nem julgando ninguém, não tenho essa propriedade, nem penso nisso –, mas se eles agissem pensando no menino Bernardo, que correu ao Judiciário e pediu socorro... Há centenas de vídeos em que estão gravados o choro, o grito e o lamento daquele menino pedindo para ir para a avó. Meu Deus! Precisa ser juiz para ver que aquela criança estava precisando de socorro? Não! Não precisa. Tem que ter humanidade. Tem que saber pensar diferente. Os homens evoluíram, os homens querem cuidar de seus filhos; as mulheres também evoluíram, elas entendem. As mulheres sensatas, os homens sensatos, humanos.

Guarda compartilhada já, Sr. Senador, e pelo texto original. É o que lhe pede a Associação Brasileira Criança Feliz, representando, estudando e comparecendo, que vai lhe entregar posteriormente um estudo feito por pais, mães, profissionais da área jurídica, profissionais das outras ciências, pedindo guarda compartilhada já, chega de alienação parental, Senador, e pelo texto apresentado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Arnaldino... Eu vou pedir ao Sr. Arnaldino... Logo após as exposições, a gente cumprimenta todo mundo.

Estou querendo aproveitar o tempo para que possamos, depois do que vocês disserem, estabelecer o debate. Eu acho que isso é fundamental.

Concedo a palavra ao Dr. José Fernando Simão, Diretor do Conselho Consultivo Nacional do Instituto Brasileiro de Direito da Família.

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Sr. Senador, Sr. Presidente, Sr. Senador Jayme Campos, muito obrigado pelo convite. Dr. Orlando Maia, meu antigo aluno no Largo São Francisco, na USP, muito obrigado pelo convite.

O debate aqui cingiu um dos tópicos: “A guarda compartilhada deve ou não ser obrigatória?” E a Mesa, em consenso, entende que sim. A Mesa, em consenso, entende que sim e, portanto, o problema de redação do art. 1.584, §2º, que, como leu a professora Suzana, diz: “sempre que possível”, seria retirado, para corrigir a redação e ser aplicada a guarda compartilhada.

Se essa é a premissa da Mesa, eu só tive um pouco de dúvida sobre a Drª Maria Roseli Guinessmann, que disse que no *space* de magistrada poderia haver alguma coisa, mas depois gostaria de ouvi-la sobre isso.

Se é essa a premissa, só vou dar uma contribuição sobre problemas de redação da lei. Redação. E esses problemas de redação precisam ser enfrentados porque, afinal, a lei tem que ser feita com categorias jurídicas para serem bem aplicadas, não adianta uma boa ideia como essa, de que eu compartilho, com defeitos técnicos na hora da aplicação.

Então, ao contrário de todos que falaram antes de mim, eu queria, Senador Jayme Campos, sugerir, como professor, que alguns pontos fossem mais bem refletidos tecnicamente, não como conceito; mas como conceito técnico de aplicação da norma projetada.

Eu queria começar dizendo que partindo da premissa de que a guarda compartilhada vai ser a regra no sistema, o projeto sugere que no art. 1.583, do Código Civil, nós tenhamos a seguinte redação, no seu parágrafo 2º: “Na guarda compartilhada, o tempo de custódia física dos filhos deve ser dividido de forma equilibrada com mãe e pai.”

Custódia física é um termo totalmente não recomendável. A ideia é convívio em partes iguais, convívio igualitário no melhor interesse da criança? Perfeito. Custódia física dá a ideia de coisificação da criança. Então, ainda que a ideia seja boa e adequada, o termo de opção do projeto não é adequado. É melhor se falar direito de convívio a custódia física, que retoma uma coisificação do ser humano nada recomendável, ainda que seja nobre o espírito do projeto. Portanto, a minha sugestão é que o termo custódia física seja modificado para convívio, com o mesmo efeito, mas mais nobre e mais atinente aos princípios constitucionais. Essa é a minha sugestão para o §2º do art. 1.583.

A minha sugestão para o projetado §3º do mesmo art. 1.583 – está pequeno, mas eu vou ler para os senhores – é a seguinte: “Na guarda compartilhada, a cidade considerada base da moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos”.

Eu preciso fazer uma nota aqui. Não é o professor universitário que não sabe a diferença entre guarda compartilhada e guarda alternada, viu Arnaldino? O problema é que guarda alternada é o que cria indiretamente o projeto nesse §3º. É bom que se diga que a ideia de residência, à luz da psicanálise, é única. A residência, principalmente para crianças em tenra idade... Quando ela vai se tornando adolescente, a psicanálise flexibiliza essas ideias. Eu não poderia ter dupla residência, eu tenho que ter convívio, eu tenho que ter presença de ambos – é direito da criança –, mas dupla residência não é recomendável. E curiosamente, apesar de chamar de guarda compartilhada, a cidade considerada a base da moradia dos filhos...

Eu liguei ontem para a Drª Angela Gimenez, – vou contar para vocês –, que é colega da Drª Jaqueline lá no Mato Grosso, para conversar um pouco sobre essa ideia. Ela me dizia assim: “Sabe o que é, Simão, é que hoje em dia guarda compartilhada tem que ter a ideia de pais morando em cidades diferentes”. Eu explicava para ela: “Angela, mas é viável uma guarda compartilhada se um mora em Mato Grosso e outro em São Paulo – nossos Estados, o meu e o da Drª Angela – ? Ela disse: “É, porque o poder de decisão dos pais é igual”. E o que eu dizia para ela?

Então, nós estamos cometendo um equívoco técnico que é bom que no projeto arrume, para ficar bonitinho, tudo no seu lugar. O direito/dever de escolha de escola, educação, religião, é dos dois e sempre será, com guarda alternada, com guarda compartilhada e com guarda unilateral. Se o juiz hoje entende que, porque

a mãe tem a guarda ou o pai tem a guarda, o outro está alijado do poder decisório, isso é um equívoco gravíssimo e danoso à criança, mas não é consertado com esse artigo. Porque esse artigo dá a impressão – artigo projetado, §3º do art. 1.583 – de guarda alternada. Então, se a ideia é boa, a aplicação não é legal. Não é legal e não é técnica, porque daria a impressão de dupla residência da criança.

Então, se quisermos, Senador, efetivamente...E eu acho correto o pleito que fazem os pais divorciados e separados de que têm de participar das decisões, e têm mesmo. É direito/dever. Mas não é essa a forma. Aqui eu aponto a forma, não a ideia, que pode ser boa, mas, da forma como está escrita, não resolve isso – dando dupla residência ou cidade-base – e cria problema. Então, se quisermos arrumar esse equívoco nas decisões judiciais, em que a mãe, por ser guardiã, manda na criança – coisificada como eu disse agora há pouco –, não é essa a solução. Então, a minha crítica não é à ideia, mas à forma como ela veio para o projeto. E aí, Senador, precisaríamos mudar o poder familiar, porque não é na guarda que resolvemos essa questão. Eu precisaria mudar as regras do poder familiar. Eu deixo essa nota para vocês.

O próximo ponto.

O §5º do relatório do Senador Raupp sugere um acréscimo na parte final, de acordo com o projeto original, em que, para possibilitar a supervisão, a mãe tem a guarda. O pai não tem a guarda, o pai tem o dever de supervisionar – corretíssimo. A mãe não pode fazer o que quiser com o filho, como se ele fosse propriedade. Correto. O pai tem o dever de supervisionar.

“Qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestações de contas.” Esse dispositivo projetado é uma reação a uma orientação do STJ – é bom que se saiba disso – que recentemente encaminhou, não de maneira pacífica, mas majoritária, a orientação de que a mãe, recebendo a pensão, não tem o dever de prestar contas do que faz com o dinheiro.

Os advogados começaram a propor ações de prestação de contas contra as mães, porque afinal, diziam esses advogados, estão desviando o dinheiro das pensões. O STJ decidiu que não cabe essa ação. O projeto, se aprovado, estabelece exatamente o contrário: permite ao pai a prestação de contas, o que também, em tese, me parece muito positivo, porque afinal, se o dinheiro é da criança e a mãe administra dinheiro alheio, ela que preste contas.

Agora, a minha sugestão é que, como redação, o §6º sugerido pela Senadora Angela Portela é mais adequado do que o do Senador Raupp, porque ele fala: “Solicitar informações, receber prestações de contas...”. A redação mais adequada, já que a ideia é boa, não é a do Senador Raupp, do projeto original, mas a da Senadora Angela Portela. Isso porque, na verdade, as expressões “solicitar informações” e “receber prestações de contas” são duas coisas diferentes. Está mais bem redigida, Senador Jayme, a ideia da Senadora Angela Portela, mais do que a redação original do projeto, que usa este “e/ou” que, no Direito, só dá confusão. É melhor não utilizar isso – essa é uma sugestão de redação para o dispositivo.

Bom, na verdade, o §3º já existe. Aqui haveria um acréscimo ao §3º, seria um complemento ao §3º do art. 1.583.

Bom, vamos prosseguir aqui.

Parágrafo 3º, agora sugerido para o art. 1.584.

O que diz a lei hoje? “Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá basear-se em orientação técnico-profissional de equipe multidisciplinar e interdisciplinar...” Trata-se de consultar psicólogos, assistentes sociais e qualquer profissional que ajude a compreender a dinâmica daquela nova situação familiar pós-divórcio, pós-separação etc.

A sugestão do relatório do Senador Raupp: “...que deverá visar à divisão equilibrada do tempo com o pai e a mãe”. Vejam, a Senadora Angela Portela novamente faz melhor: “...sempre visando à divisão equilibrada de responsabilidade e de tempo”. Claro, porque o tempo é uma consequência de responsabilidades. Parece aqui que o relatório do Senador Raupp olha os direitos dos pais, e o da Senadora Portela, os direitos da criança. Portanto, a redação sugerida, de divisão de responsabilidades e tempo, porque o tempo é consequência da responsabilidade, é muito mais adequada para o espírito do projeto de lei. Parece-me que a divisão de tempo é um detalhe da guarda que é importante, mas não é único. Por isso que o texto da Senadora, mais uma vez, me agrada mais do que o do Senador Raupp.

Prosseguindo.

O atual §4º do art. 1.584 fala o seguinte: “A alteração não autorizada ou o descumprimento imotivado de cláusula de guarda unilateral ou compartilhada poderá implicar a redução de prerrogativas atribuídas a sua detentora, inclusive quanto ao número de horas de convivência”. Haveria, então, uma punição pela alteração ou descumprimento da guarda, e a punição seria exemplificativa – número de horas de convivência, seria revisto esse número. O Senador Raupp mantém o dispositivo tirando a parte final, que é exatamente “...o número

de horas de convivência com seu filho”. A Senadora Angela Portela mantém. A minha grande questão técnica aqui, como professor de Direito, é: quando o Código Civil, em 2008, exemplifica uma punição, ele não fecha a punição, é um exemplo, uma possibilidade para o juiz aplicar. Não necessariamente ele vai aplicar, dependerá da análise do caso concreto. Retirar essa parte final do parágrafo, tecnicamente, não me parece ser de grande valia, mas, se houver consenso de que isso melhora a situação, não há também nenhum problema na retirada. É que não me parece haver um efeito prático nessa retirada.

Sr. Presidente, eu preciso de mais dois minutos, só para acabar aqui os artigos de lei, está certo?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. S^a os terá, da mesma forma que os outros tiveram.

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

A sugestão da inclusão de um parágrafo 6º, para mim, é de grande valia, esse parágrafo é muito bem redigido. “Quando estabelecimento público ou privado não preste informações...” Às vezes a escola diz: “Não, como vocês são divorciados, só falo com a mãe, não falo com o pai”. Ou um médico... Muitas vezes um laudo... A criança vai a um psicanalista, o pai precisa saber o que está acontecendo com o filho, e vem a resposta: “Não, eu só falo com a mãe, porque ela tem a guarda”. Esse estabelecimento público ou privado é obrigado a prestar as informações em favor de ambos. Claro, se ambos são pais, ambos têm o direito. E há uma previsão de multa cominatória – até achei uma multa muito singela – de R\$200 a R\$500 por dia. Se for um grande hospital, pode ser até que nem ligue para essa multa, mas, enfim, é uma boa ideia. Tem que ser mantido esse §6º.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Eu posso só dizer mais uma coisa, Sr. Senador, só para acabar?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. S^a vai ter mais dois minutos.

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Tenho dois minutos ainda? Obrigado, Sr. Senador.

Uma das mudanças que o projeto faz... Essa me preocupa, porque é uma leitura de família que não é feita com o resto do Código. Enquanto nós não tivermos o estatuto de família, não dá para, no Código, separar a família do Direito Civil. Então, é o seguinte. Quando muda o Código aqui, afeta o Código acolá. Aqui o projeto não percebeu. É uma mudança que, na verdade, é ínfima, mas não pode ser feita.

O 1.634, no inciso II, hoje diz assim: “Compete aos pais quanto à pessoa dos filhos menores [...] tê-los em sua companhia e guarda”.

A proposta do relatório do Senador Raupp: “Exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do 1.584”. Vejam, some a palavra “companhia”. O desaparecimento dessa palavra aqui implica responsabilidade civil dos pais – aliás, foi meu tema de doutorado, do 932, inciso I. Portanto, se a ideia é mencionar a guarda compartilhada, não há nenhum problema: “...tê-los em sua companhia e guarda, nos termos do artigo tal, seguindo a guarda compartilhada”. A palavra “companhia” não pode sair daqui porque afeta a responsabilidade civil lá atrás. Isto é um problema de sistema do Código Civil: podemos alterar, mas sem prejudicar o resto do Código. Pode-se trazer a ideia sem prejudicar o resto do Código.

E eu diria mais uma coisa. O problema daquela minha crítica ao §3º, do duplo domicílio... “Ah, mas hoje as mães somem com as crianças, mudam de domicílio, e os pais...” – eu tenho um cliente assim, eu fiquei andando o Brasil inteiro atrás dessa criança, porque a mãe a cada mês mudava de cidade. Isso, o projeto que estamos discutindo já resolve, porque ele insere um inciso IV e um inciso V ao art. 1.634, e o inciso IV vai dizer: “...conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viagem ao exterior”, o que o ECA já prevê. Aqui prevalece aquela máxima do Direito de o que abunda não prejudica, repete-se o que é bom – *quod abundat non nocet*.

E o inciso V... “Conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para mudar de residência permanente”. Legal. É bom que haja isso. Portanto, não é aquele §3º mal escrito e nefasto que vai resolver a questão, porque o projeto já resolve. A minha sugestão, Sr. Senador, é que esse parágrafo seja expurgado, porque cria a guarda alternada com o nome de compartilhada e que, pelo menos, a palavra “custódia física” se transforme em “convivência”. Não faz sentido um projeto dessa magnitude ainda usar “custódia física”. Essa é uma visão muito antiga do Direito Civil, hoje se fala em convivência compartilhada, que é maravilhosa e atende o objetivo do projeto.

Estou partindo da premissa – e termino aqui, Sr. Senador – de que efetivamente a guarda compartilhada obrigatória é a premissa desse nosso projeto.

Muito obrigado a todos. Estou à disposição para responder qualquer pergunta que se faça necessário responder.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr. José Fernando Simão.

Eu quero, Senador Jayme Campos, propor o seguinte. Agora concedo a palavra para o relator, que certamente pode questionar ou não e, logo em seguida, aquilo que eu disse: eu vou inverter a ordem da chamada. Então, quem falou por último vai repetir os argumentos, talvez, ou fazer alguma outra colocação. Aí, o Analdino, que foi o primeiro a falar, será o último desta vez. Não sei se fui claro...

Com a palavra o ilustre Relator Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, demais convidados, eu me inteirei bem, eu acho que foi fundamental esta audiência pública pois a matéria é complexa e é de interesse, como o senhor bem disse aqui, de todas as famílias e de todas as crianças de nosso País.

Conforme o entendimento do Dr. Simão aqui, eu acho que está faltando uma boa redação e, sobretudo, uma boa técnica legislativa. Essa é a minha interpretação, meu entendimento de primeira mão.

Todavia – para ser bem pragmático, Sr. Presidente –, eu gostaria apenas de endereçar uma indagação à Drª Maria Roseli sobre a formação dos juízes para o trato dos problemas da infância e da juventude.

Drª Roseli, se os juízes e os técnicos fossem adequadamente formados, eu imagino que bastaria a lei como está. A senhora disse aqui que muitas vezes juízes vão para comarcas do interior do seu Estado sem nenhuma experiência – de fato é verdade – e muitas vezes não têm capacidade para lidar com a questão, uma vez que lidam não só com esse assunto, mas com outros interesses da sociedade. Nesse caso, pelo que bem entendi, seria de bom alvitre que o próprio Poder Judiciário, para delegar essa prerrogativa, essa autoridade ao juiz em algumas comarcas, lhe fornecesse uma melhor formação, sobretudo para se inteirar melhor para tratar dos assuntos aos quais me referi. De maneira que, quando a senhora dá aqui a sua opinião, eu lhe indago: qual seria a sua recomendação em relação a essa minha pergunta?

Pode responder, se possível.

A SRª MARIA ROSELI GUIESSMANN – Pois não. Eu até agradeço a pergunta, porque é uma oportunidade que tenho aqui de levar ao conhecimento dos presentes o seguinte:

Nós, da Infância e Juventude, lutamos muito, mas muito mesmo, para que ocorra essa formação mais aprofundada dos juízes para lidar com essas questões. Na verdade, não só dos juízes, mas de todos os operadores, de todos os atores do sistema de Justiça e do sistema que atua com crianças e adolescentes. Todos eles têm que ter uma capacitação para tratar dessa criança e desse adolescente de modo a não vitimá-los duas, três, quatro vezes.

O que ocorre hoje? O cidadão estuda para o concurso. Esse concurso público é difícil, a pessoa estuda, estuda, lê muito. Quando fazemos uma questão prática – sou examinadora desse último concurso da Magistratura, que, inclusive, está acontecendo hoje lá em Curitiba –, o que percebemos? Colocamos uma questão muito simples, um caso com o qual o juiz vai se deparar no dia a dia, e ele absolutamente não sabe responder, porque é muita teoria, nenhuma prática e nenhuma sensibilização.

Eu faço parte também da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira dos Magistrados – coincidentemente, também está fazendo reunião aqui hoje, às 15 horas –, na qual também pedimos uma formação mais humanística do juiz. A forma atual de seleção é esta: decorar livros, teorias, o que decide o STJ. Aliás, não me surpreende a colocação que foi feita aqui na Mesa de que os juízes simplesmente colam jurisprudência, porque, realmente... Eles acabam sabendo tudo o que o STJ decide, mas vejam que, ali, na área de família, infância e juventude, diante de um caso concretíssimo... Cada situação é uma situação peculiar, e essa situação tem que ser vista. E é vista, inclusive pelo tribunal, porque existem recursos contra a decisão de um magistrado de primeiro grau.

Quando chega ao tribunal, é claro que se vai ler e, às vezes... Eu tenho o hábito de ligar e perguntar onde a criança está – por exemplo, no acolhimento institucional –, perguntar como essa criança está reagindo à ausência do pai ou à ausência da mãe. Essas são informações que o juiz tem que ter para decidir.

Eu vou dizer uma coisa aqui. Eu acredito que a guarda compartilhada – me perdoe, doutor – é uma questão muito mais de natureza psicológica do que de natureza jurídica. E essa natureza psicológica... É o questionamento que o senhor faz para mim hoje, porque é de natureza mais psicológica. Se é de natureza mais psicológica, é evidente que a formação jurídica não é suficiente. Então, é até um desabafo meu aqui, porque na Infância e Juventude lutamos muito para que isso aconteça.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado.

Eu vou fazer mais uma indagação, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu quero me dirigir ao Dr. José Fernando Simão.

A guarda compartilhada já existe, de uma forma que permite aos juízes aplicá-la em prol do melhor interesse da criança. O PL 117 traz de novo... Além de limitar o poder do juiz, indica qual a melhor forma de salvaguardar o melhor interesse da criança. Eu pergunto a V. Sª se, de fato, essas modificações às quais o senhor se referiu no texto, inclusive sugerindo correções de redação para se alcançar uma boa técnica legislativa...Ele é extremamente importante, definitivamente importante para nós aprimorarmos, melhorarmos e, sobretudo, darmos segurança, maior garantia às nossas crianças?

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Sr. Senador, eu agradeço o convite mais uma vez. É difícil a academia estar presente no debate legislativo, então, o que fez V. Ex^a muito me anima.

Quero dizer o seguinte. De tudo o que eu lhes disse, se o senhor retivesse a informação de que aquele §3º, da dupla residência, é nefasto à criança... Os demais são ajustes de técnica legislativa que melhorariam muito a lei. Dupla residência: este é o único ponto em que o projeto peca. O resto são convicções, são interesses. Eu até poderia, se V. Ex^a quisesse, enviar-lhe ideias de pequenas emendas de redação, não de conteúdo, para que o projeto ficasse mais... É que, realmente, Excelência, “custódia física”, numa lei dessa magnitude, é algo que não se coaduna com os tempos atuais. Custódia física é de objeto, não é de pessoa; a pessoa não é custodiada – talvez preso seja custodiado pelo Estado.

Aqui nós falamos de pessoas, de seres humanos. Se o projeto tem tão nobres interesses, pelo menos se coloque o termo convivência, saindo custódia física, e que o art. 1.634 volte com a palavra companhia, para conversar com o sistema todo. A retirada da palavra companhia é nefasta para a responsabilidade civil dos pais.

São só essas as alterações, mas eu, realmente, acho que a questão filosófica é: “A guarda compartilhada imposta resolve ou não resolve?” Aqui, na Mesa, o consenso é que resolve.

Portanto, eu vou pular esse questionamento, vou direto para a técnica, porque a técnica a gente pode aprimorar para que o projeto saia melhor do que está hoje, para as crianças, para as vítimas da alienação parental, como tanto frisaram nesta Mesa.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Muito obrigado.

Pode prosseguir. Eu vou ouvir mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme. Não, não tem mais questões.

Eu consulto o Senador Kaká Andrade se tem algum questionamento.

Eu estou ouvindo, eu vou fazer uma outra rodada com a presença da Senadora Lúcia Vânia.

Vou prosseguir, agora, com a palavra. Não sei se querem colocar mais alguma coisa, mas, na ordem, o Dr. José Fernando Simão.

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Se o Sr. Senador pudesse ouvir os outros, eu poderia arrematar, porque como acabei de falar, não tem ainda o contraditório, não teve o diálogo com os colegas de Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Simão, eu imagino que seja isso, mas o critério é esse.

Então, vou chamar o segundo, o Dr. Sérgio de Moura Rodrigues.

O SR. SÉRGIO DE MOURA RODRIGUES – Senhores, contra os argumentos até agora, a gente só vem entendendo que realmente temos que defender a guarda compartilhada e a melhor forma de se aplicá-la. Ela tem que ser a primeira e isso já é consenso tanto dos oradores como da sociedade brasileira.

Rendo-me a algumas colocações do Dr. Simão, mas reforço aqui o que disse sobre a atuação, como um todo, do nosso Judiciário, de toda a estrutura judiciária. Lá, nessa lei que está sendo discutida e volta:

Na audiência de conciliação, o juiz informará ao pai e à mãe o significado da guarda compartilhada, a sua importância, a similitude de deveres e direitos atribuídos aos genitores e as sanções pelo descumprimento das cláusulas.

Eu não quero ser crítico tão forte, mas já participei de inúmeras audiências, já li inúmeras decisões e eu conheço um ou dois num universo de mil magistrados que fazem isso, descem do seu lugar e vão ouvir os pais e as mães e orientá-los por cinco minutos, muito longe daquele: há acordo, não há acordo? Segue.

Senhores, está escrito na lei que os nossos protetores, digníssimos integrantes de um sistema judiciário tão necessário, tão primordial à garantia jurídica e a nossa garantia, poderiam pensar um pouquinho mais nos nossos filhos; e quando dizem que têm de tratar cada caso a cada caso, dignem-se a mais cinco minutos do seu preciosíssimo tempo e orientem cumprindo a lei, apenas cumprindo a lei. Está escrito.

Coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra, na sequência, à Dr^a Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli.

A SR^a EULICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI – Eu gostaria de tecer um comentário a respeito da preocupação, muito justificada, da Dr^a Maria Roseli, mas, Senador Jayme, no nosso Estado, graças a Deus, não temos essas agruras, porque encerrado o nosso concurso lá, temos um período longo de preparação em que os aprovados passam, em todas as matérias, por treinamentos, e temos uma Escola da Magistratura, a Es-magis, muito atuante, temos inúmeros cursos e somos consultados a respeito de em que gostaríamos de obter qualificação, aprimoramento, e tudo é feito nesse sentido.

Dr. Simão, fico aqui também apreensiva, porque nós temos Várzea Grande e Cuiabá, que são cidades diferentes; Guarulhos, São Bernardo, Santo André, São Paulo são cidades diferentes, e mesmo que atravessássemos... Já fui juíza em uma comarca em que se atravessava a ponte e era outro Estado – Simão, você sabe disso –, e independentemente dessas questões geográficas, pais que residem em cidades distintas não poderiam ter a guarda compartilhada? Eu indago aqui. Por que não? Não vejo empecilho.

E vejo também o espírito do legislador nessa questão de inibir mais uma vez a prática da alienação parental, para que não haja, como você mesmo afirmou no nosso meio, uma busca incessante de filhos que são retirados da visão de um dos dois, ou da mãe ou do pai, e somem da vida do outro.

Então, registro a minha preocupação em relação à ponderação técnica que o meu caro amigo Simão fez aqui.

Encerro, Senadores, com a fala de um pai que me enviou uma mensagem quando soube que aqui estaria presente. Não é jurisdicionado, não atuei em nenhum processo dele, mas quando alguém se levanta para empunhar uma bandeira e trazer o que é a vivência do dia a dia de uma vara de família, muitas notícias, mensagens aportam... Tenho página no facebook aberta, intitulada Direito de Família, então, recebo muitas mensagens.

Ele disse que um dia uma alma enferma declarou para ele: a criança só tem uma parte do genes do pai, e que bom que alguns genes podem ser modificados. Apesar disso, sei que o mais – agora é a fala do pai, da mensagem que ele recebeu –, apesar disso, sei que o mais poderoso gene que uma criança carrega consigo é o amor do seu pai, e esse gene independe de distância ou de tempo; ele, cedo ou tarde, é manifestado na vida dessa criança, pois é moeda espiritual deitada ao pés do Criador e Ele é fiel depositário de tudo que entregamos a Ele.

Digo o nome aqui desse pai porque ele me autorizou, o nome desse pai é Adriano Diniz, e é um pai porque a estatística mostra que ainda são poucos que detêm a guarda, mas temos muitas mães que sofrem, muitas. Já ouvi choro de muitas mães.

Então fica aqui minha ponderação final.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr^a Eulice Jaqueline. Dr^a Suzana Borges Viegas de Lima.

A SR^a SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA – Obrigada, Senador, queria fazer apenas duas considerações, a primeira em relação à necessidade da lei. Alguns dizem que uma lei seria desnecessária e eu já disse aqui que se todos tivéssemos bom senso nós não estaríamos aqui discutindo uma lei.

Então, conforme propõe o projeto, um aperfeiçoamento da guarda compartilhada alguns dizem que seria desnecessário, mas nós devemos levar em consideração que a sociedade é normativista, ou seja, ela espera que a lei estabeleça um padrão de comportamento, para que as pessoas possam seguir.

Essa seria a minha primeira consideração.

A segunda é em relação à questão das cidades, da guarda compartilhada em cidades diferentes. Eu não vejo nenhum empecilho para guarda compartilhada em cidades diferentes nem em países diferentes, até mesmo porque já tive vários casos de guarda compartilhada convencionada entre diplomatas.

Claro que no caso da diferença de cidades e de países, há uma limitação geográfica e física. Portanto, o exercício da guarda compartilhada será diferente, mas não deixará de ser guarda compartilhada porque decisões precisam ser tomadas mesmo havendo esse distanciamento. Portanto, não vejo uma inviabilidade em relação a isso. Essas são as ...

Sim.

Já encerrei a minha fala, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou chamar a Maria Roseli Guiesmann, que é a Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude.

Aqui cabe uma explicação. Ela falou respondendo a um questionamento do Senador Jayme. Agora, na sequência, ela está naturalmente inscrita para fazer, como todos, a fala da réplica ou alguma ponderação que julgar necessária.

A SR^a MARIA ROSELI GUIESSMANN – Sim, obrigada. Gostaria, sim, de fazer.

Não estamos aqui discutindo a função jurisdicional, até porque penso que a lei, a Constituição já bem estabelece que, em primeiro lugar, o interesse da criança tem que ser zelado pela sua família. Certo? Em segundo, pela sociedade e, somente por último e em terceiro, pelo Estado. Já daí retiramos que o Estado, o juiz aqui não vai resolver os problemas psicológicos que envolvem aquela separação, que envolvem aquele divórcio, enfim, aquela situação específica. Isso, muitas vezes... E é claro que quem atua na área sabe que precisa de

uma equipe multidisciplinar, sem ela não é possível mesmo que isso aconteça. Penso assim: a lei será um *plus*, mais uma ferramenta que o juiz terá para resolver a questão, mais uma. Esse projeto de lei não vai resolver a questão familiar, mas, com certeza, vejo como uma ferramenta muito útil.

Vejo aqui que temos, como na área de infância e juventude, um mito que é o acolhimento institucional *versus* aquela entrega da criança em situação de risco para uma família acolhedora. É um mito! Todos dizem isso, não funciona na prática, não é possível. Acho que, na cabeça da maioria dos operadores do Direito, é assim: guarda compartilhada realmente não funciona, é complicado e tudo mais. Certo? Porque isso demanda o retorno da parte ao Judiciário o tempo todo, ao sistema de Justiça, vamos dizer, não só o Judiciário, para o escritório de advocacia, para o Ministério Público, e para o juiz, no caso. Então, penso: é uma ferramenta a mais? É. Vai resolver tudo? Não vai.

Com relação à classe social, acho lamentável que se pense assim, porque até em cidades menores essa guarda compartilhada existe; e ela existe de uma forma muito rudimentar, mas existe. A criança vai à casa da avó, do avô, o tempo todo ali. Pensamos em cidades grandes etc, quando esquecemos dos bairros, em que os pais moram próximos e acontece isso.

Penso que a estatística hoje não há. Não temos uma estatística de quantas famílias operam nesse sistema da guarda compartilhada; não temos, porque realmente existe muito na prática e não existe formalizada judicialmente; quando se dão bem, quando moram próximos, não há esse problema.

Gostaria também de colocar o seguinte: o crime existe, no caso da situação. Duas situações extremas, dois pais que muito querem a guarda daquele filho, a guarda unilateral, a compartilhada muitas vezes não é aquela que o pai quer, ou a mãe, quando a situação de divórcio é uma situação complicada, psicologicamente falando. Então, o que acontece? Há essa situação, que acho mais fácil de resolver porque ambos querem aquela criança; e há a situação pior que é a do abandono.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, como crime em espécie, o abandono não só material, como o abandono moral e o abandono afetivo, ou seja, isso configura crime, detenção de seis meses a dois anos, salvo engano. Então, é crime esse abandono também, mas o Estado tem que vir por último. Sempre digo: primeiro é a família; depois, se a família não resolve entre si, a sociedade; e, por último, apenas, que o Estado deve intervir.

Eram só essas considerações e agradeço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado à Dr^a Maria Roseli. E agora, na sequência, o último, Analdino Rodrigues Paulino Neto.

Por favor.

O SR. ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO – Queria colocar aqui para rebater, como é um debate, ao Professor Simão, que a ONG Apase é como se fosse um sindicato de pais. Atendemos os pais do Brasil inteiro e viajamos por todo o País. Já estive desde o Amapá até o extremo do Rio Grande do Sul e percorri todo o Norte e Nordeste. Faço palestra, faço mediação, tenho contato com o Judiciário, visito universidades, faço palestras em universidades, faço palestras em OAB; ainda tem a presença do IBDFAM em muitas cidades, o qual participa conosco desse trabalho.

O meu primeiro ponto que anotei é da academia, citada pelo Professor Simão, e vou colocá-la no mesmo nível do Judiciário.

O maior atropelo que encontramos, a grande pedra no meio do caminho ou a pedra no sapato de filhos de pais separados, das próprias crianças filhas de pais separados é exatamente esse grupo: é a academia e é o Judiciário. Por quê? Porque mesmo tendo uma formação, eles não têm a vivência do problema, como citou aqui a nossa querida presidente da associação dos Membros do Ministério Público. Não tendo a convivência, de que adianta essa formação? Uma formação sem convivência. É como uma pessoa que se formou médico, mas não teve a prática médica, não teve o período ali de vivência no hospital, atendendo às pessoas e vendo caso a caso, podendo aprender com o dia a dia.

O grande problema que temos, que encontramos é exatamente a academia e o Judiciário. Quando o juiz estudou, há não sei quantos anos, não havia essas matérias: guarda compartilhada e nem alienação parental.

Queria lembrar a vocês que o primeiro livro de guarda compartilhada, publicado no Brasil, foi publicado pela ONG Apase. O primeiro livro de alienação, publicado no Brasil, foi publicado pela ONG Apase, há oito anos. Trouxemos esse assunto para o Brasil – alienação parental – há 15 anos. Esse assunto já vai para quase 30 anos e trouxemos para cá há 15 anos. A notícia... A gente sabe que quando acontece qualquer problema na China, em 30 segundos, um minuto, já temos conhecimento aqui, via televisão e internet; mas a cultura é diferente, a cultura leva 20, 30, 50 anos para chegar de um país a outro, por exemplo.

Queria deixar claro que, por exemplo, falei dos livros que editamos; posteriormente editarmos esses primeiros livros desses assuntos, as editoras comerciais, passados dois, três anos, dentro do que vendiam pouco,

também editaram. Então, devemos ter aqui no Brasil em torno de cinco editoras diferentes que lançaram livros de guarda compartilhada.

O nosso livro de guarda compartilhada da ONG Apase teve cinco edições de mil exemplares e estamos com mais da metade da última edição; então, vendemos 4.500 exemplares de livro de guarda compartilhada. Tenho contato com as outras editoras – porque essa foi também uma profissão que tive – e tenho a informação segura de que no Brasil até hoje não se venderam nem 10.000 livros sobre guarda compartilhada.

Agora, pergunto para o senhores: quantos advogados nós temos? Quantos professores universitários nós temos? Quantos juízes e promotores nós temos? Quantos psicólogos e assistentes sociais nós temos e que trabalham com essa problemática? Acredito que essa soma deve passar de cem mil pessoas. Então, de cem mil pessoas que trabalham, na prática, com essa problemática, apenas cinco mil pessoas compraram um livro de guarda compartilhada. De onde essas pessoas tiraram informação sobre guarda compartilhada? De um artigo na internet, de um artigo de jornal, um artigo de revista.

Pergunto aos senhores: uma pessoa que vai decidir sobre a vida de uma criança, sobre a vida de um casal, sobre a vida de uma família, tem condições de fazer essa decisão apenas tendo lido um artigo na internet, um artigo de revista, um artigo de jornal? Acho que não.

O ponto dois. Forma e conteúdo, citados lá pelo Professor Simão novamente, que acho que é mais um erro que encontramos pela frente. Nós nos preocupamos, na essência, com o conteúdo; a forma como se apresenta, para nós, tem uma relevância, mas não tão significativa. Por exemplo, se vem lá um refrigerante na embalagem x, “Ah, não vou tomar, porque não gostei da embalagem”, mas, de repente, o refrigerante é bom.

Então, eu acredito que a forma como está delineado o PLC nº 117/13 é uma forma adequada, suficiente e capaz de poder colocar na cabeça dos juízes, dos promotores, dos psicólogos, dos assistentes sociais e dos demais operadores do Direito o que a sociedade precisa deles para que executem essa lei.

Eu acho que os legisladores devem pensar nisso também. Vale a pena mexer? Aí mexe num capítulo, mexe em outro, mexe no parágrafo, mexe em outro parágrafo e, daí, acaba descaracterizando a lei. Esse é o nosso medo. Isso que aconteceu com a lei da guarda compartilhada em vigor.

Eu lutei muito para que essa lei fosse aprovada e, em cada passo, a gente se via entristecido porque mudou um parágrafo, mudou um artigo e, no final, a lei saiu descaracterizada.

Por exemplo, o § 2º do art. 1.584: “Quando não houver acordo entre pai e mãe quanto à guarda do filho será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada”. Mas o problema é que o Judiciário entendeu a frase “sempre que possível”, tanto o Judiciário, quando a Academia, entendeu a frase “sempre que possível” quando houvesse consenso.

Meus senhores, 20 milhões de crianças e adolescentes no Brasil amargam dura alienação parental. E só sabe o que é alienação parental não é quem leu um artigo de Internet, não. Só sabe o que é uma dura alienação parental quem participou dela, quem viveu a alienação parental. Então, devido a esse erro de leitura do Judiciário é que a gente tem esses 20 milhões de crianças e adolescentes que estão esperando justiça.

Eu tenho aqui o item 3 que marquei. O Professor Simão novamente cita o artigo referente a escolas.

(Soa a campanha.)

O SR. ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO – Esse artigo referente a escolas já tem uma lei específica, porque a lei das escolas muda exatamente o art. 12 do Estatuto de Diretrizes e Bases da Educação. Eu sei ele de cor, mas vou poupar vocês. Quem quiser saber o art. 12 e a lei que já existe sobre escola procure o Estatuto.

Eu queria falar aqui o meu ponto...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Analdino, você está...

O SR. ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO – Só um minuto. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ninguém aqui..

Vou lhe pedir mais um minuto, mas é para você concluir nesse um minuto.

O SR. ANALDINO RODRIGUES PAULINO NETO – Para concluir.

Eu queria só citar que durante esse período em que a gente está trabalhando para aprovação do PLC 117/13, a gente fez um projeto que se chamava Projeto Carinho do Abraço. E a gente fez em Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Quando eu estava em Florianópolis, um pai me apresentou uma filha com o olho opaco, uma criança de cinco anos com olho opaco. Não precisou dizer mais nada. Aquela criança era vítima de uma forte alienação parental.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Analdino.

Eu vou, antes de conceder a palavra ao Dr. Simão, porque ele não pode ser crucificado sem que a gente pelo menos dê a ele a chance de...

Isso, Simão, é para desconstrair um pouco. Vamos levar esse debate com tranquilidade, está certo?

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Total tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Dr. Simão foi citado algumas vezes e é importante que ele possa responder aos questionamentos da Mesa.

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Como nós temos aqui quatro Senadores da República e a TV Senado, eu vou pular a parte da função da academia porque, daí, o Senador Jayme Campos me convida a voltar aqui por mais quatro horas para mostrar a importância da academia para delimitar conceitos, mas eu acho que, Orlando, sou um péssimo professor, porque eu disse e ninguém entendeu.

Na guarda compartilhada, projeto, com o relatório do Senador Raupp, o que está escrito? Não estou dizendo o que quis dizer, o que está escrito. Parágrafo 3º do art. 1.583: “A cidade considerada base da moradia dos filhos...” Pressupõe-se duas cidades. Eu não disse que a guarda compartilhada não pode ocorrer entre São Paulo e São Bernardo ou Várzea Grande e Cuiabá. Eu disse que a residência é única e não duas residências.

Guarda compartilhada entre pessoas que moram em países diversos só significa sabem o quê? Aberração do sistema. Para dizer que os pais têm iguais direitos e deveres. Eles já têm sem guarda compartilhada. Se o projeto é bom, dupla residência é nefasto para a criança. É só isso que estou colocando aqui.

Eu não sou contra o projeto e a academia ajuda muito para explicar que um artigo desse é nefasto à criança e abre porta para a guarda alternada que é refutada pelo sistema jurídico, apesar do nome compartilhada. Eu dou um exemplo aqui de um refrigerante com o rótulo errado. Nós vamos comprar Pepsi e levar Guaraná e, para a criança, sabe o que significa levar Guaraná? Guarda alternada, que é péssima para ela.

Então, o § 3º precisa ser revisto e retirado desse projeto porque esse parágrafo não acrescenta, ele não ajuda a luta pela guarda compartilhada e prejudica a criança. É só isso que estou dizendo. E, por favor, quanto à leitura que fiz do 1.634, a luz da parte geral da responsabilidade civil é seriíssima. Se o Senado aprova, se o Congresso aprova tirando a palavra companhia, isso afeta a responsabilidade civil, sendo que para o projeto tal como está hoje, não muda manter o texto do 1.634, inciso II, como está. Não muda em nada a guarda compartilhada, não prejudica ninguém.

O que estou dando aqui é uma orientação que me parece clara para o Código Civil continuar coeso sem prejudicar o projeto de guarda compartilhada. Agora, eu não vou me estender, porque se eu fosse fazer uma defesa da academia, a coisa iria muito longe; e nem sindicatos nem academias aqui vão bater boca.

Muito obrigado, Senador Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Antes da conclusão do Dr. Simão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Queria apenas dizer que já estamos encerrando aqui. O Presidente tem que viajar e os outros Senadores têm que viajar.

Professor Simão, o que o senhor acha da emenda do Senador Romero Jucá?

Queria apenas fazer essa indagação.

O SR. JOSÉ FERNANDO SIMÃO – Uma palavra: lastimável.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu quero fazer também, Sr. Presidente... O senhor está concluindo e quero também me dirigir à Drª Jaqueline.

Drª Jaqueline, a senhora entende perfeitamente. Não está a guarda compartilhada prevista em lei. Por que motivo os Magistrados pouco aplicam-na, na prática? No seu entendimento, seria por comodismo?

Para concluir a minha participação, Sr. Presidente.

A SRª EULICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI – Não só isso, Senador, mas também pela redação, que diz: “sempre que possível”. Causa uma certa confusão esse “sempre que possível”. Entendeu-se como consenso e não é consenso. O “sempre que possível” é quando o pai se mostra apto, a mãe se mostra apta, mesmo que a relação deles não seja saudável.

São pessoas que não se relacionam de forma saudável, mas são pessoas intelectualizadas, competentes, profissionais, a doença não passa daquele raio, como eu disse na tela que projetei. Então, podem não se entender como ex, mas são pais maravilhosos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu indago se a Senadora Lúcia Vânia, se os Senadores têm algum questionamento, alguma fala, porque vou encerrar a audiência.

Pois não, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores expositores, gostaria de cumprimentá-los e dizer da nossa satisfação em recebê-los aqui para discutir um tema da mais alta importância no que diz respeito a comportamento.

Eu acredito que a sociedade brasileira hoje é uma sociedade que está se tornando cada vez mais complexa, para a qual, naturalmente, a discussão desse tema é extremamente oportuna.

Eu concordo inteiramente com o que foi dito aqui pelos expositores no que diz respeito à guarda compartilhada. Tenho na minha própria família a filha que tem dois casamentos, e de cada casamento ela tem dois filhos. E a guarda compartilhada é feita com os dois ex-maridos de forma perfeitamente harmônica, em que as crianças vão para a casa do pai, como vão para a casa da mãe de forma alternada, sem que haja nenhum problema. Concordo principalmente com que se leve em conta que a defesa do direito da criança em primeiro lugar está na família, como foi muito bem colocado aqui pela Maria Roseli. Em segundo lugar, com a sociedade.

Acho que o sindicato tem uma vivência representando a sociedade, uma vivência profunda do assunto. Eu acho que é um assunto que demanda vivência, demanda acima de tudo contato com a realidade. Acho que, por último, o Estado interfere quando há uma desarmonia ou há uma divergência.

Portanto, o projeto é, em minha visão, muito bom porque vem responder à complexidade da nova família brasileira; e, sem dúvida nenhuma, é um avanço. Portanto, tem o meu apoio. E ao apoiá-lo, quero cumprimentar os expositores que vêm reforçar uma convicção que eu já tinha, mas que ainda demandava algumas dúvidas. E é a partir do debate... Embora não tenha podido ouvir a exposição, a partir do debate a minha convicção foi se fortalecendo, e agora eu não tenho nenhuma dúvida em votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Kaká Andrade está aí? Não.

Eu quero, antes de encerrar, dizer o seguinte que acho importante: a Comissão de Assuntos Sociais não pediu para que o projeto viesse para cá. A Presidência não pediu e até me neguei a assinar o requerimento para estar aqui; todavia, eu acho que foi importante esta audiência, Senador Jayme.

Acho que V. Ex^a acertou quando foi designado relator e pediu uma audiência pública, porque o que vimos aqui, embora os convidados nós não conhecêssemos... Eu, pelo menos, não conhecia qual era o pensamento das pessoas que foram convidadas para compor esta Mesa, até porque o convite nasceu da própria Consultoria. Então, buscaram-se as pessoas que mais detinham conhecimento, que pudessem realmente orientar essa discussão e, sobretudo, fazer com que o relator tivesse, como já disse, um raio-x de corpo inteiro dessas questões.

Então, acho que a audiência pública cumpriu o objetivo – essa é a minha opinião. Eu, como Presidente, não costumo colocar posições, até porque a minha função aqui é a de conduzir os debates e, para ficar isento, procuro evitar me posicionar, mas desta vez, no Plenário, como tentaram, já tinha designado o relator. Daí, se mudou...

Eu falei: “Não, eu sou favorável à guarda compartilhada, tenho convivência boa em relação a essa questão e acho que o que nós precisamos realmente e... Lamentavelmente, quando se colocou “sempre que possível”, aquilo deu origem a uma interpretação, embora essa palavra “sempre que possível” talvez fosse até importante para quando o juiz pudesse... Mas não é. Na prática, não funciona assim.

A Doutora disse: “A sociedade brasileira é normativa. Ela precisa de normas”. Então, vamos ter que colocar uma lei que diga que a guarda compartilhada passa a ser lei, e daí deixaremos de ter o comodismo de pensar se será possível ou não será possível. Vai ter que dar guarda. É claro que vão existir situações em que o juiz vai dizer: “Eu não vou poder dar”; mas isso vai ser uma exceção à regra.

Eu, para não me delongar, quero agradecer mais uma vez a todos dizendo que a audiência cumpriu seu objetivo.

E quero encerrar a presente reunião. Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às onze horas e seis minutos, do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **Paulo Paim** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, João Durval, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia.

Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater o tema “Licença classista remunerada”, em atendimento aos Requerimentos nºs 39 e 45, de 2014-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO**, Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip, Representante de **Margarida Lopes de Araújo**, Presidente do Conselho Executivo da Anfip; **DARO MARCOS PIFFER**, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – Sinal; **CELIO DINIZ ROCHA**, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco, Representante de **Cláudio Marcio Oliveira Damasceno**, Presidente do Sindifisco; **ROBERTO KUPSKI**, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – Fonacate; e **VLADIMIR NEPOMUCENO**, Assessor da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, Representante de **Eva Maria Cella Dal Chiavon**, Secretária-Executiva do MP. Justificou ausência **LUIZ AZEVEDO**, Secretário-Executivo da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Fez uso da palavra o Senador Paulo Paim, Presidente Eventual. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura da ata e a aprovação da mesma. Os Senadores que aprovam querem permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há expediente sobre a Mesa que passo a ler.

Ao Ex^{mo} Sr. Presidente desta Comissão, Senador Waldemir Moka. Assunto: Ofício 128, de 2014. Ao Presidente da CAS. “Sr. Senador, sinto informar que declino do convite para participar da reunião de audiência pública destinada a debater o tema Licença Classista Remunerada, requerida pelo Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim. O tema em questão tem sido tratado no Governo pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.” Assina Luiz Azevedo, Secretário-Executivo da Secretaria de Relações Institucionais do Palácio do Planalto, e diz que compete a outra área.

Bom, vamos à nossa audiência pública.

Eu justifico que o Presidente desta Comissão, Waldemir Moka, não se encontra presidindo, pediu que eu viesse, porque ele está na Comissão de Orçamento, onde há um debate muito polarizado. Ele foi chamado e está presente lá.

Sou muito pontual. Eu iria abrir a reunião às 11 horas em ponto, mas tive que representar o Presidente Renan pelo mesmo motivo, porque ele não pôde estar presente no encontro entre Brasil e União Europeia.

Já feita essa abertura, neste momento estou aqui para aprofundarmos o debate sobre o tema.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 39 e 45, de autoria deste Senador, com o objetivo de debater o tema Licença Classista Remunerada.

Cada orador terá o tempo de dez minutos, prorrogável por mais cinco.

Convido, de imediato, para compor a Mesa, os seguintes ilustres convidados. Primeiro: Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que representa aqui a Presidenta Margarida Lopes de Araújo. Está aí o Floriano? Está aqui do meu lado. O Floriano é parceiro de todas as horas, por isso já me surpreendeu, já estava aqui do meu lado quando eu terminei de falar.

Convidamos o Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer. Está aqui, seja bem vindo, amigo;

Convidamos também o Sr. Célio Diniz Rocha, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que representa aqui o Sr. Cláudio Márcio Oliveira Damasceno.

Convidamos também Roberto Kupski, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, lá do Rio Grande do Sul;

Convidamos também o Assessor da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, representante da Srª Eva Maria Cella Dal Chiavon, o Sr. Vladimir Nepomuceno. Está aqui conosco também, velho companheiro de longas jornadas.

Eu recebi aqui da assessoria uma introdução para o tema. Nós vamos, de imediato, aos oradores, mas vou fazer aqui uma pequena abertura.

Sabemos que os direitos e deveres por vezes se confundem. O exemplo disso é o tema da audiência, que, pela sua importância, foi marcada para o dia de hoje, já que houve um veto da Presidenta.

O que esta Comissão pretende é chamar a atenção para um debate no qual perfilam lado a lado o sacrossanto direito ao trabalho e a permanente demanda da sociedade por um serviço público mais ágil e qualificado. Para nós, promover o acesso a esses direitos é um dever do Estado, e ter um desfecho rápido para essa luta é um direito de todos.

Enfim, aqui vamos debater a questão da licença classista remunerada.

Eu vou seguir aqui, se não houver nenhuma posição contrária da Mesa, de acordo com a ordem que eu chamei para se posicionarem na nossa Mesa. Então, de imediato, chamo o Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, representando a nossa querida amiga e Presidenta daquela entidade, Margarida Lopes de Araújo, o amigo Floriano Martins de Sá Neto. Com a palavra.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia a todos e a todas. Eu queria saudar o Senador Paulo Paim e agradecer pela iniciativa desta importante audiência pública em que nós temos a oportunidade de falar para os Senadores, e mais do que para os Senadores, aproveitando a TV Senado para falar também para a população brasileira e os servidores públicos pelo Brasil inteiro.

Eu gostaria de saudar a Mesa inteira aqui na pessoa do Roberto Kupski, do nosso Fonacate, fórum das carreiras típicas de Estado, e saudar o Governo na pessoa do Vladimir, por quem nós nutrimos bastante carinho.

Colegas, Senadores, senhoras e senhores, nós estamos aqui hoje discutindo esse assunto – basicamente, eu vou me ater em por que nós estamos discutindo esse assunto hoje – porque foi aprovada uma emenda à Medida Provisória nº 632, de autoria do Líder do PT na Câmara dos Deputados, o Deputado Vicentinho, que é um Deputado muito conhecido, um Deputado lutador pelas causas dos trabalhadores e dos servidores públicos.

O Deputado apresentou essa emenda, e foi uma emenda trabalhada, pedida. Basicamente, eu iria ler as justificativas que o Deputado Vicentinho apresentou para que essa emenda pudesse prosperar. Ela foi aprovada na Câmara e foi aprovada no Senado e, posteriormente, vetada pela Presidente Dilma, existem lá as razões para o veto.

E nós estamos aqui hoje para falar um pouquinho sobre isto: sobre a justiça que é o retorno ou a implementação dessa possibilidade para que nós, os dirigentes dos servidores públicos, possamos ter algo que perdemos ao longo dos anos. Nós temos que lembrar que tivemos isso logo depois que a Constituição de 1988 foi aprovada, regulamentada pela Lei 8.112, e isso nos foi retirado.

A solução que nós temos hoje é uma liberação que é proporcional ao número de servidores, de sócios ou ao tamanho do sindicato, e não poderia ser diferente. E essa liberação passa, ou seja, o sindicato, a associação tem que reembolsar o patrão dos valores da remuneração daqueles poucos servidores que ficam à disposição.

Nós temos visto, ao longo dos últimos anos, que os servidores públicos, quando nós olhamos principalmente a 8.112 e vemos uma lei totalmente desfigurada, uma lei que vem, ao longo dos anos, tendo retirada dela garantias mínimas para que o servidor público possa desempenhar as suas funções com tranquilidade, com transparência, vamos mais, quando olhamos a Constituição, as emendas, aquelas promessas que tivemos logo depois que a Constituição de 1988 foi aprovada, como a estabilidade, a previdência paritária com os aposentados, vemos que tudo isso foi, ao longo dos anos, sendo retirado.

Então, para o servidor público, hoje, a impressão que fica é a de que, cada vez mais, o Governo nos aproxima dos demais trabalhadores da iniciativa privada, e isso sem nenhum demérito à condição que os trabalhadores da iniciativa privada têm, mas o servidor público tem algumas características que o diferenciam dos demais servidores. Em primeiro lugar, nós não trabalhamos para o patrão, nós trabalhamos para a sociedade. Isso é um pouco difuso, é um pouco complicado nessa relação, mas é importante que se diga que há esta diferença fundamental: nós trabalhamos para o Estado e o Estado não almeja lucro, então o servidor, em tese, tendo ou não o Estado um bom desempenho, tem pouca diferença na relação de como é tratado.

Então, ao longo dos anos, isso vem acontecendo e essa relação, a relação que fica entre mim, entre a liderança, entre o sindicato e a associação que representa o trabalhador do serviço público, acho que é importante. Eu já comecei até a usar mais esse termo, na realidade, hoje, que eu sou um trabalhador do serviço público, acho que mais do que funcionário público, auditor fiscal, que é a minha função, a que ocupo, por concurso público, diga-se de passagem.

Senador Paulo Paim, o sentimento é que o Governo nos empurra cada vez mais para essa correlação do mundo privado na questão dos direitos. Nós não temos hoje... Por exemplo, a aposentadoria do novo servidor público é uma aposentadoria que foi privatizada naquilo que excede o teto do regime geral, então, isso apro-

xima, efetivamente, o trabalhador do serviço público do trabalhador da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e das demais empresas que têm previdência complementar fechada. Esse me parece que tem sido o desenrolar das coisas.

Então, quando se chega a essa situação, que é a representação dos trabalhadores, porque a mim me parece pouco improvável que seja produtivo o Governo, por mais bem-intencionado que possa ser, se relacionar diretamente com a massa de servidores públicos federais, que é bastante grande, o natural, e é para isso que existe a Constituição, para isso que são feitas as leis, é que o Governo, ao se relacionar com os seus servidores, o faça por meio de suas entidades representativas.

Em que condição isso tem que se dar? Vamos lá, vamos olhar para o mundo privado então. No mundo privado, em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que os trabalhadores privados têm uma justiça apartada, a Justiça do Trabalho, que é separada para dirimir esses conflitos, coisa que, para o servidor público federal, se dá no âmbito da Justiça Federal. É uma grande diferença também que preciso aqui anotar.

Vamos lá então. Como se dá essa questão do dirigente sindical? Ele tem uma camisa de força hoje nesse quantitativo. Por exemplo, na minha diretoria, que são 18 diretores, temos, no máximo, 2 para liberar; os outros 16 dependem – entre aspas – de “benesses”, “olhos fechados” ou uma regulamentação interna que faça com que esse servidor tenha o mínimo de proteção para que, já que a nossa relação, diferentemente do mundo privado, é através da lei, não aconteça alguma ilegalidade nesse desempenho do mandato classista.

A lei, ou seja, a proposta – o Deputado Vicentinho aprovou a sua emenda à medida provisória – é, para as entidades, um avanço, porque, além de aumentar esse quantitativo de licenciados dentro de uma escala perfeitamente colocada aqui, ou seja, não estamos querendo o exagero de termos dezenas, milhares de pessoas dispensadas – não! –, a proposta do Deputado Vicentinho está bastante razoável e nos dá isso, principalmente porque, hoje – digo da minha entidade –, para a minha entidade liberar dois, é um peso muito grande, porque tem que reembolsar. Então, liberamos um, que geralmente é o Presidente da entidade, porque esse, mais do que ninguém, precisa efetivamente ter uma proteção maior; mas, para o segundo, temos dificuldade de conseguir essa liberação.

É muito importante que o Governo faça isso, porque significa reconhecer, nas lideranças sindicais, nas lideranças associativas, o caminho natural, proveitoso para ambas as partes, para que os servidores tenham canais legítimos, canais apropriados para levar as suas demandas para o patrão, que, no caso, é o Governo Federal – em última instância, a nossa Presidente –, para que, da mesma forma, venha também do Governo uma mesa de negociação.

Poderia aqui citar mais e mais coisas que estão faltando nesse relacionamento. Esse relacionamento nosso tem aqui, hoje, uma oportunidade muito grande de a gente começar, de o Governo reconhecer isso e arrumar isso de alguma forma, reconhecendo que esse veto foi além do necessário, não precisaria ter acontecido, a matéria poderia perfeitamente ter prosseguido e termos um patamar diferente, diferenciado, voltando àquilo que tivemos no passado, dentro de uma sinalização de que não se faz serviço público sem servidor público capacitado, remunerado, treinado, representado, seja nos diversos fóruns, nos diversos mecanismos de representação que existem.

Em linhas gerais, Senador Paulo Paim, quero dizer da importância que essa matéria tem, dizer que existem outras dezenas de matérias que são relevantes também para os servidores públicos e que não avançam, reconhecer, na presença do Senador, que tem sido um defensor da causa não só do servidor público, dos trabalhadores, dos aposentados...

(Soa a campanha.)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – ... e dizer que, da nossa parte, entendemos que o Governo precisaria dar uma sinalização de que quer ou não resolver esse problema, quer ou não dar ao servidor público a condição no mínimo análoga à que os trabalhadores da iniciativa privada têm hoje, já que, nas empresas privadas, existe um financiamento do qual nós, servidores públicos, não dispomos. Hoje, o financiamento da nossa atividade sindical e associativa é, praticamente, 100% dele, bancado pelos próprios sindicalizados, associados.

Em linhas gerais, é isso.

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de falar aqui aos Senadores e à TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Vice-Presidente Floriano Martins.

Me perguntaram aqui, pelo bendito WhatsApp... Eu vou, então, fazer uma introdução rápida, complementando, Floriano, aquilo que você já esclareceu, para os próximos debatedores.

Atualmente, a legislação autoriza a liberação de um servidor por entidade de classe, ficando o pagamento dos vencimentos daquele funcionário por conta da própria entidade. No escopo do projeto do Deputado

Vicentinho, que ora apreciamos, prevê-se a cessão, por parte da Administração Pública, de: 2 servidores para entidades com até 5 mil associados; 4 trabalhadores para aquelas que tenham mais de 5 mil e menos de 30 mil afiliados; e 8 funcionários para associações de classe que possuam mais de 30 mil membros. O texto estabelece que as despesas relativas aos salários dos servidores vinculados às entidades sindicais correrão por conta dos órgãos aos quais estejam vinculados.

Esse ônus foi superestimado, de acordo com o estudo que recebemos, pelos técnicos do Governo Federal. Ainda que o cálculo estivesse correto, seriam custos irrisórios comparados com a coesão social que a iniciativa pode proporcionar. Mas ele é menor do que o divulgado, segundo apontam os estudos conduzidos, inclusive, pelas centrais e entidades de caráter nacional. Todos esses dados dão a impressão, para nós, que recebemos esse material, que Sua Excelência a Presidente da República, ao vetar o dispositivo inserido no bojo da Medida Provisória nº 630, de 2013, que versava sobre a licença classista remunerada, o fez com base nas premissas, conforme esse estudo, incompletas.

Vou além, e aí já concluo e volta para a Mesa. Vou além, senhoras e senhores: conhecendo o espírito justo, fraterno e progressista da nossa Presidenta, acredito ser possível termos uma solução consensual para esse impasse, assim que todas as informações forem apresentadas na Mesa.

Está feito aqui um pequeno esclarecimento. Já deixei claro o nosso entendimento.

Passo a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sr. Daro Marcos Piffer.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Paulo Paim, a quem quero agradecer pela oportunidade de a gente vir discutir esse tema, que é vital para os sindicatos dos servidores públicos. Quero cumprimentar também os meus colegas de Mesa, em especial o Vladimir. Espero que ele consiga levar esses nossos pleitos à Ministra, e tenha um sentimento bom em relação a nós. Nós não queremos usurpar o dinheiro do Estado; muito pelo contrário, nós queremos é participar da criação do Estado.

Eu vou aqui me ater a alguns pontos que já foram até levantados pelo colega Floriano. Vamos lá.

A gente tem que lembrar que a relação entre o servidor público e o Estado era praticamente uma relação de tutela. Quando o cidadão resolvia ser servidor público, praticamente o Estado passava a tutelá-lo, ou seja: venha trabalhar para o governo e eu vou lhe garantir um bom salário, vou lhe garantir a aposentadoria, ou: preocupe-se em trabalhar para o Governo que você vai ser retribuído por isso, e bem retribuído.

De alguns anos para cá, essa relação de tutela foi desaparecendo e o Governo passou a atuar mais como patrão. Ele deixa de ser o tutor dos servidores públicos, e passa a ser praticamente patrão, igual ao patrão da iniciativa privada.

O Floriano já lembrou bem que o servidor público presta serviço à sociedade. O patrão, em si, do servidor público é a sociedade, ele tem que prestar um bom serviço e tem que ser cobrado pela sociedade.

O Governo, na realidade, é um mero intermediário entre a sociedade e o servidor público, mas ele se pôs na posição de patrão e, como patrão, passou a retirar todas as condições de tutela que nós tínhamos, não é? Nós perdemos a aposentadoria integral, nós perdemos a paridade, principalmente. O ataque inicial foi basicamente aos servidores inativos, àqueles que se aposentavam. Mas também perdemos grande parte do salário para fazer a contribuição à nossa aposentadoria. Nós perdemos 11% do salário, porque passamos a contribuir para a aposentadoria, por quê? Porque acabou com aquele regime de tutela.

Essas seguidas perdas salariais – eu diria precarização do serviço público por meio da precarização do servidor público –, elas tiveram a única contrapartida que nos foi dada que foi o direito condicional à greve e à formação sindical, ou seja, passamos, a partir daí, a poder nos organizar sindicalmente.

Porém, como todos sabemos, uma organização sindical, pela importância que tem na representatividade da categoria a qual ela representa, necessita ter garantia de custeio. Assim foi quando se formaram os sindicatos dos trabalhadores da iniciativa privada na época de Getúlio Vargas. Para evitar a opressão do patrão para impedir que o seu funcionário se sindicalizasse ou que pressionassem economicamente os sindicatos, foi garantido o custeio por meio da contribuição sindical. Antigamente era chamado imposto sindical, hoje é contribuição sindical.

Então, os sindicatos da iniciativa privada têm no seu custeio a contribuição associativa daqueles que se associaram aos sindicatos, têm também a contribuição sindical e, ultimamente, mais do que isso, os sindicatos da iniciativa privada também lançam mão da taxa negocial – quando eles entram em negociação, eles aprovam em assembleia uma taxa negocial, que hoje é responsável por quase 80% dos custos dos sindicatos da iniciativa privada.

Enquanto isso, o servidor público, que foi perdendo uma série de direitos que eu já citei, não teve a outra contrapartida. Até hoje, nós não temos direito à negociação salarial. Nós não temos garantida, apesar de estar na Constituição, a recomposição anual salarial. Então, o que é garantido à iniciativa privada, não foi dado

ao servidor público. E, com isso, existe uma necessidade de se fortalecer os sindicatos dos servidores públicos exatamente para eles poderem atuar com o Governo, ser o contrapeso dessas ações do Governo, que passou a se comportar como um patrão: “Eu quero tudo, e não vou te dar nada em troca.”

Por isso nós precisamos de associações fortes nos sindicatos dos servidores públicos e, por isso, nós estamos aqui requerendo que se dê direito aos dirigentes desses sindicatos de serem remunerados pelo Governo, com esse direito, inclusive, de nós termos sindicatos fortes, porque o sindicato tem um custeio muito grande e necessário para capacitar os seus dirigentes, formar dirigentes.

Há cursos de negociação em que, quando conseguimos entrar em negociação, nós temos que fazer formulações de notas técnicas para combater os argumentos do Governo. Nós temos que ter argumentos fortes e para isso temos que gastar dinheiro emitindo nota técnica. E hoje o dirigente é caro para o sindicato.

Existe sindicato que, apesar de ter direito de liberar dirigente dos servidores públicos, não libera porque não tem como custeá-lo. O custeio hoje de sindicato de padrão médio que pode liberar, como já falou o Senador Paulo Paim, até quatro funcionários, praticamente, é de R\$1 milhão por ano. E é caro porque, quando o Governo se coloca como patrão, temos que reembolsá-lo do salário pago ao dirigente, temos que reembolsar também a parte patronal, como se o Governo realmente fosse patrão. Então, temos que reembolsar a parte que o Governo diz que coloca na previdência do servidor público. E todos os outros gastos que o Governo diz que são patronais também têm que ser reembolsados pelo sindicatos. Então, o custeio fica muito alto, de fato, para o sindicato.

Não precisamos nem dizer do poderio que tem o Governo, seja econômico, seja poderio político, seja poderio de mídia, ou seja, o poderio do Governo é extremamente alto. Em função disso, precisamos ter sindicatos mais fortes e sindicatos mais fortes é um princípio de funcionamento de uma sociedade moderna.

Por isso, estamos aqui com essa bandeira, para voltarmos a ter os dirigentes de acordo com esse mapa de liberação que já está aprovado. Não estamos querendo nenhum abuso. A quantidade de dirigentes liberados é devidamente norteadada pela lei, mas que haja contribuição do Governo para isso, uma vez que nós, sindicatos, como já disse o Floriano e eu vou reforçar, só temos a contribuição associativa. Como sabemos, defendemos toda a categoria, e só os associados contribuem com o sindicato.

É isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

Registro aqui que recebi, à Mesa, a presença da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) na figura do João Paulo Ribeiro, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público; também da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil), representada pelo seu departamento jurídico e também por João Paulo Ribeiro, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo; também a Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativo em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil), representada por João Paulo Ribeiro, coordenador de Organização Sindical.

Passamos a palavra a Celio Diniz Rocha, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, representante de Cláudio Marcio Oliveira Damasceno.

O SR. CELIO DINIZ ROCHA – Senador Paulo Paim, ilustres membros da Mesa, senhoras e senhores todos que nos ouvem neste momento, trago a saudação do nosso Presidente Cláudio Damasceno, Presidente do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

É complicado a gente falar depois do Floriano e depois do Daro, porque a gente fica numa sinuca. Eles falam tudo. Eles são completos na explanação deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sobra a melhor parte para você.

O SR. CELIO DINIZ ROCHA – Pois é, Senador, a gente fica numa situação complicada.

As relações de trabalho, quer sejam na iniciativa privada, quer sejam no Governo, sempre têm uma parte mais fraca. Existe um ditado que diz que uma corda tem um lado mais fraco, uma corrente tem sempre um elo mais fraco e esse elo, essa parte mais fraca sempre é o trabalhador. Na relação do trabalho ele sofre com o peso, com a pressão do capital e, na relação com o Governo, ele sofre o peso do próprio Governo, que tem a caneta na mão, tem a máquina a seu dispor e tem influência na mídia.

Para poder tutelar essa relação, existe, na relação privada, a CLT. Em relação ao Governo, como bem falou o Floriano, nós tínhamos a Lei 8.112. E por que tínhamos? Porque, ao longo dos anos, ela foi sendo desfigurada. A partir da implementação de uma doutrina ou de uma ideia de um Estado mínimo, foi-se tirando a parte do Estado que justamente cabia ao trabalhador do Estado, que nada mais é do que o próprio Estado perante a sociedade. Então, o Estado, ao desfigurar a Lei 8.112 tirando os direitos do trabalhador, tirando as garantias

do trabalhador, tirando as prerrogativas do trabalhador do serviço público, acaba desfigurando a si próprio. Ele tira a motivação do trabalhador, ele tira a prestação de serviço à população.

E o que a gente tem visto é, muitas vezes, a população reclamando de serviços públicos mal prestados. A população está descontente com o serviço público que recebe. Eu acho que a maior reclamação da população diz respeito a nós pagarmos uma carga tributária altíssima, e não termos o retorno devido por essa carga tributária que a população brasileira paga.

Eu vejo como um dos principais motivos para isso a desfiguração da relação do servidor público com o seu patrão, o que desmotiva o servidor público. Uma das vertentes dessa desfiguração é justamente a questão da redução da representatividade desse servidor. Normalmente, quando a gente vai para uma mesa de negociação, o que a gente tem visto ultimamente é que a mesa de negociação se estende, e se estende, e se estende, e se estende, e se estende. Lá em nosso sindicato, costuma-se dizer que o representante sindical é um tomador de cafezinho. Ele vai sentar “centas” vezes, “trocentas” vezes à mesa de negociação para tomar café, e dali não sai nenhuma resolução, não sai nada. Quando está expirando o prazo, por exemplo, para a lei orçamentária ou o prazo, em época de eleição, em que nada se pode dar antes de seis meses do pleito, daí o Governo impõe: “Não, o que quero para vocês é isso aqui; vocês têm até amanhã para decidir.” Quantas e quantas vezes a gente vê isso?

Então, o trabalho deles está enfraquecido e um dos direitos que a Constituição traz para o trabalhador é a livre associação sindical, a livre reunião em sindicato ou em associação representativa e esse direito passa a ser praticamente letra morta à medida que o Governo enfraquece os sindicatos. E uma das formas, talvez a mais contundente, de enfraquecer o sindicato é quebrar o seu sustento financeiro.

Então, a partir do momento em que o Estado, em 1997, corta o salário dos representantes sindicais, está enfraquecendo a representação sindical, está enfraquecendo o trabalhador e está enfraquecendo o próprio Estado perante a sociedade, que é a quem o trabalhador, o servidor público presta serviço.

A Constituição precisa ter efetividade. Se ela diz que existe o direito à associação sindical, existe o direito à reunião associativa representativa, então, o Governo precisa dar ao trabalhador esse direito de uma forma concreta. É uma questão de isonomia até.

Nós fizemos um levantamento e descobrimos que, entre os Estados da Federação, apenas três não remuneraram os representantes classistas que têm a dispensa do ponto: Ceará, Amazonas e Mato Grosso. Todos os demais Estados, quer por suas constituições, quer por suas leis estatutárias, estatutos dos servidores, quer por leis infraconstitucionais, remuneraram os seus dirigentes classistas, ou seja, liberam os dirigentes classistas com ônus para o Tesouro estadual.

Na iniciativa privada, não é diferente. A remuneração dos representantes sindicais se dá por meio de acordos, pelas negociações e pelos acordos. Nós fizemos um levantamento e, só nesse período de 2012 a 2014, apuramos 40 acordos de entidades associativas patronais com as entidades associativas sindicais.

Então, o que a gente está requerendo, Senador, é nada mais mais menos do que a isonomia. Se o Estado trata dessa forma os seus funcionários, se a iniciativa privada trata dessa forma os seus funcionários, por que a União não pode tratar? Por que a União está procurando ser diferente, mas diferente por um lado ruim, um lado pior?

Estava, agora há pouco, antes da reunião, sentado, conversando com um colega, e ele dizia que, conversando com um amigo, o amigo dizia assim: “Ah, eu estava pensando em prestar concurso para funcionário público federal, mas não vou, não, não vale a pena, é melhor eu continuar aqui no Estado.” E essa é a conversa que a gente ouve em vários rincões deste País. Eu vou citar como exemplo os auditores fiscais da Receita Federal. Os auditores fiscais da Receita Federal fiscalizam em torno de vinte e tantas exações diferentes, têm que trabalhar com uma legislação complicadíssima – aduaneira...

(Soa a campanha.)

O SR. CELIO DINIZ ROCHA – ... previdenciária e tributária –, no entanto, o auditor fiscal, no *ranking* salarial de funcionários públicos, entre seus pares fiscais tributários estaduais, está em 23º lugar. Então, há 22 Estados que remuneram os seus fiscais melhor do que a União remunera os seus fiscais, sendo que a atribuição... Falo isso sem nenhum demérito para os fiscais, viu, Kupski? *(Risos.)*

Eu entendo que nós temos um cabedal de atribuições um tanto maior do que o do fiscal estadual. Enfim, a gente está aí numa situação... E o Governo Federal se coloca, na questão sindical também, abaixo dos Estados. O que a gente está pleiteando, então, é apenas uma isonomia.

Eu me dirijo agora ao Nepomuceno: o Governo justifica o veto, dizendo que a alteração garantiria de forma indiscriminadamente ampla a remuneração paga pela União a todos os servidores licenciados para o desempenho dos mandatos previstos no dispositivo. Então, o Governo venha e diga o que não seria “indiscri-

minadamente ampla". Vamos conversar. Eu acho que a gente pode negociar. O que é esse muito ampla? Quatro servidores a cada 30 mil é amplo demais? Então, nós podemos conversar? O sindicato paga metade? O Governo paga a metade? Não sei. Não dá para colocar algum tipo de negociação na mesa?

Eu acho que a gente tem que ter um ponto de partida. O ponto de partida eu acho que é o texto de Deputado Vicentinho. Podemos conversar sobre isso.

E o Governo também fala – para encerrar, Senador – que é de R\$147 milhões a despesa que o Governo teria com essas dispensas. O Senador Paim, aqui na sua fala, contestou esses números, mas esse valor nos parece muito irrisório, ele representa apenas 0,06% das despesas com pessoal e encargos sociais previstas no projeto de lei orçamentária de 2014. Essas despesas seriam um montante de R\$241,6 bilhões, então, esses R\$147 milhões são só 0,06%. Não me parece que seja um peso tão grande assim para o Governo que não dê para a gente começar uma negociação.

Então, a nossa palavra é neste sentido: vamos trabalhar de forma negociada para que possamos estabelecer, então, essa dispensa remunerada dos representantes classistas.

Muito obrigado, Senador. Obrigado, Senhoras e Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Celio Diniz Rocha, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, representante de Cláudio Marcio Oliveira Damasceno.

Sabe por que eu contestei, Celio? Porque eu estou acostumado, nesta Casa, com algo – eu estou aqui já há quase 30 anos, cheguei aqui nas portas da Constituinte e fiquei até hoje –: toda vez que é para o trabalhador, os números são altamente dimensionados. Eu me lembro de que diziam o seguinte: "Um por cento que tu deres para o salário mínimo tu já vais quebrar a Previdência." Mas quando você desonera a folha em 20% sobre o total da folha, não quebra. São umas coisas que, para mim, não batem. Não batem. Então, esses números, quando eu vi, achei exagerados, mas, assim mesmo, significantes, concordo, e estão no pronunciamento.

Agora, os números são facilmente jogados para a opinião pública ao longo da história – não estou falando deste ou daquele governo – com a maior facilidade. Quando você, depois, aprofunda, vê que não é bem assim. Se isso fosse verdadeiro, não se poderia desonerar a folha em 20% e passar para zero – a ampla maioria passa para zero sobre o faturamento; alguns, 1%; outros, 1,5% –, quando sabemos que isso não cobre o que sai da Previdência para atender o interesse do empresariado, no caso da desoneração da folha. Não cobre de jeito nenhum. Aí, sim, poderemos ter problemas no futuro. Mas não é o tema, só dei o gancho com relação aos números.

Eu vou, primeiro, registrar a presença aqui do Sinditamaraty –está conosco a sua Presidenta, Srª Sandra Maria – e quero também registrar a presença do Luiz Alberto. O Luiz Alberto é um mestre, é um doutor nesta área do serviço público. Foi assessor da bancada do PT desde a Constituinte – eu tive a alegria de ser praticamente liderado por ele naquela época –, um grande assessor em bons tempos, um grande assessor. Depois foi assessor da Presidente da República e agora está de volta ao Congresso, assessorando os Senadores.

É muito bom tê-lo presente aqui, Luiz Alberto. Lembrando aqueles bons tempos, digo que você faz falta lá e faz falta aqui. Eu vou dar uma salva de palmas para o Luiz Alberto. (*Palmas.*)

Passamos, de imediato, a palavra ao Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, o Sr. Roberto Kupski, me ajude na pronúncia.

O SR. ROBERTO KUPSKI – Kupski.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu fui mais ou menos...

O SR. ROBERTO KUPSKI – Foi bem, foi bem sim.

Primeiro, Senador Paulo Paim, quero agradecer e cumprimentá-lo pela realização desta audiência pública. V. Exª é um Senador, conterrâneo meu, que tem orgulhado não só o Rio Grande do Sul, mas o Brasil todo com o seu mandato, que dignifica esta Casa pelo diálogo que o Senhor tem propiciado às carreiras e às entidades, como aqui está acontecendo. Às vezes, a gente não tem tido diálogo com alguns segmentos e governos, mas aqui, nesta Casa, por sua pessoa, sempre tivemos.

Quero saudar a todos os presentes.

Dr. Vladimir Nepomuceno, é muito importante dizer que, às vezes, a gente tem se ressentido com o diálogo com a Ministra Miriam, com quem, infelizmente, o Fonacate até hoje não conseguiu ter um contato direto, mas a sua presença aqui é muito importante para nós, para esse debate.

Quero saudar os que compõem a nossa Mesa, os colegas Floriano, Celio e Daro, saudar a todas estas entidades filiadas: o Fonacate, na pessoa do nosso Secretário-Geral; o Rudinei Marques, Presidente da Unacon Sindical. E dizer que o Fonacate congrega servidores federais, estaduais, municipais, 26 entidades associativas e sindicais dos três Poderes, como o Sindilegis, que compõe esta Casa. Também compõe o nosso Fonacate 180 mil servidores.

Nós viemos aqui em nome de todas estas entidades, em nome de tantas entidades de servidores públicos, para fazer efetivamente esta demanda: acho que já passou a hora de nós resgatarmos essa condição de o servidor público, por sua representação associativa e sindical, poder ter, sem ônus para a entidade, e, sim, com ônus para a Administração – o que não é um ônus; na realidade, defendemos que isso é um direito –, a valorização do Estado.

Nós vimos, agora, há pouco, a questão desse decreto dos conselhos populares, que é justamente a participação social, pois, com entidades representativas de servidores, nós fizemos essa representação social.

Defender os interesses de servidores não é nenhum privilégio. Acho que é uma prerrogativa do Estado. E nós precisamos avançar.

Que pena que a Presidenta, apesar de ter suas razões, vetou a emenda do Deputado Vicentinho a um projeto de lei aprovado, a medida provisória, que, no seu art. 92, na Lei 8.112, trocava “sem remuneração” para “com ônus para a Administração pública”, mas infelizmente, teve vetada essa parte!

Foi aprovado, pelo menos, o avanço de ter mais representação. Agora, para entidade com até 5.000, Senador, nós já temos 2 servidores liberados; de 5.001, 4 servidores; e, com mais de 30.000, 8 servidores. Eu não tenho dúvida de que a repercussão financeira não é alta para o que representa esse direito.

Vou citar alguns trabalhos que essas entidades fazem. Primeiro, existe esse congraçamento e a qualificação profissional que, muitas vezes, o Estado não tem condições de dar e não dá. Nós administramos planos de saúde que desoneram o SUS. Nós temos eventos anuais que trazem uma qualificação, um crescimento e valorização pessoal promovidos por nossas entidades e que demandam um trabalho muito forte. Na semana passada, estive aqui com o Celio num evento do nosso Sindifisco Nacional; esta semana, está acontecendo o nosso Sinait, também filiado ao Fonacate. Houve, há um mês, o evento dos advogados públicos, também no Paraná.

A temática desses eventos é que são todos voltados à qualificação profissional, fatalmente, mesmo que existam – e tem de haver; isso é correto – questões corporativas. Todos os eventos das nossas entidades têm qualificação profissional como debate.

Congregamos as diversas unidades da Federação onde temos atuação com essa troca de experiência. Mas, para isso, há um custo. Nós fizemos alguns desses eventos com patrocínio; outros, só com o nosso bolso. O dirigente, com certeza, tem de ter a mobilidade, a garantia de exercício dessa atividade. E onerar as entidades com essa liberação, que pode chegar a R\$1 milhão, considerando os encargos patronais por que ainda são responsáveis, efetivamente, não é justo.

Senador Paim, imprensa, todos os que aqui nos acompanham pela TV Senado, nós temos uma sugestão de emenda para simplesmente criar – vou lhe passar às mãos – um parágrafo nesta lei, no art. 92 da Lei nº 8.112, para que, no caso de entidades de classe de âmbito nacional, sindicais e associativas, inclusive centrais sindicais, as liberações ocorram com ônus para a Administração Pública. Não temos dúvida de que a repercussão não é significativa, inclusive, considerando as associativas. E é claro que nós temos de ter critérios para isso, pois não queremos a proliferação de entidades, o que não vai acontecer.

Trago exemplos de várias unidades da Federação. Vou aproveitar aqui, Senador, para citar a legislação de alguns Estados. E aí já vou corrigir o Celio. O Amazonas tem, sim – realmente, é a primeira aqui –, a Lei Ordinária 2.709, de 2001, que permite, naquela origem, até três servidores, para entidades associativas ou sindicais, mas passou para cinco por uma alteração recente. No Pará, há a Lei nº 5.810, de janeiro de 1994; na Paraíba, a Lei Complementar 58, de dezembro de 2003; no Rio Grande do Norte, Lei Complementar nº 122, de julho de 1994; em São Paulo, Lei Complementar nº 3.413, de janeiro de 1974; no meu Rio Grande, a Lei nº 9.073, de 1990.

Hoje eu tenho condição de representar nacionalmente a categoria dos auditores fiscais estaduais, a Presidência da Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Tributos Estaduais), por causa dessa lei do Rio Grande do Sul, que me permite a cedência para a entidade associativa tanto estadual como nacional. É claro que hoje estou retirando uma vaga estadual.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO KUPSKI – Mas, com certeza, nenhuma dessas unidades quebrou ou teve suas finanças comprometidas; muito pelo contrário. Houve muito crescimento profissional e pessoal dessas carreiras.

Por isso, nós fizemos um apelo, através desta Comissão, através do Senado, através do Congresso Nacional: que sensibilizemos o Governo Federal, Dr. Vladimir, para que, o mais urgente possível, se faça a correção.

Ontem, em audiência com o Ministro Berzoini, tratamos desse tema, e não há uma repercussão vista por muitas pessoas do Governo como significativa. Nós temos um paralelo com a iniciativa privada. Quantos acordos e dissídios coletivos têm a definição de que haverá a liberação para sindicatos ou entidades outras com ônus para a empresa? Esse é um ônus que nós repartimos como sociedade. É lógico que há o preço dos produtos, a folha salarial daquela empresa. O próprio Ministro Berzoini nos citou quantos exemplos? Quantas

vezes ele já teve essa condição de poder fazer um trabalho de representação social, representação da sua categoria, sendo liberado?

Por isso, nós queremos, sim, dizer que essas questões são muito importantes. É preciso haver uma solução definitiva para que as nossas entidades associativas e sindicais tenham a liberação nos limites que estão na legislação, no art. 92, e não são efetivamente de valores expressivos, na nossa visão, para o que representa.

Vamos continuar com a questão do diálogo, Senador. Discutimos aqui sobre outros temas, como a questão da lei de greve. Aprovou-se agora um texto, mas não tivemos a possibilidade de negociação nem de participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu vou fazer novas audiências públicas. Já fiz dois requerimentos para que esse texto vá para as comissões de mérito.

O SR. ROBERTO KUPSKI – Muito bom, muito bom. É como a questão do Funpresp, que faço questão de registrar. Nós não quisemos a previdência complementar, mas está aí. Nós nos envolvemos em um debate nessa primeira eleição, e já passou o tempo legal de nomeação dos eleitos. Essa é uma preocupação que estamos trazendo para esta Casa. Não é possível! Nós queremos valorizar. Não começa bem a primeira eleição sem o cumprimento do prazo para a nomeação.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Roberto Kupski, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado.

Eu conversei aqui com o Vladimir, e ele concordou com a fala do JP, que pediu a palavra porque nenhuma central teve assento. Como houve um problema de número de pessoas aqui na Mesa, seguindo a orientação do Presidente, você falará do plenário, se desejar JP, em nome das centrais sindicais. Pode até sentar aqui na primeira fila, se ficar melhor para você.

Assim, passo a palavra a você, como se à mesa estivesse, e, depois, ao Vladimir. Terá o mesmo tempo que os outros painelistas: dez minutos mais cinco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Não vai ser necessário.

Nós fizemos a solicitação e compreendemos a organicidade do Senado e da Câmara. Os companheiros que estão hoje à mesa são nossos colegas de trabalho, de entidades importantes no serviço público federal, e nós estamos juntos – não estamos separados aqui dentro.

O que me faz pedir a fala aqui, Sr. Senador, é o fato de que nós, desde novembro de 2011, como centrais sindicais, a saber: Força Sindical, UGT, Nova Central Sindical, CGTB, CSB, CTB, CUT e, com participação em um seminário, os companheiros da CSP-Conlutas, totalizando oito centrais sindicais, acordamos fazer uma negociação diretamente com o Governo, junto ao Ministério do Planejamento ou junto a quem o Governo designar.

Mas nós protocolamos, na Secretaria-Geral da Presidência da República, um projeto que normatiza e organiza os servidores públicos, porque nós não temos qualquer legislação, seja para negociação coletiva, seja para liberação sindical, seja para o direito de greve. Nós colocamos na mesa uma proposta sistematizada por todas as centrais e acordada, é óbvio. Estamos abertos ao debate, mas sequer fomos chamados para a discussão. Na verdade, há a ausência de negociação.

Agora, com o advento da má condução do processo, de uma malfadada construção – desculpe o termo, mas não posso dizer outra coisa – dessa comissão de constituição que regulamenta a questão da constituição que, inclusive, foi vetada... Inclusive, foi aprovado o projeto do Senador Romero Jucá, o relatório, que agora veta, inclusive, a questão da greve. Não nos permitem negociação, não nos permitem liberação, e agora falam assim: “Você não pode fazer greve, inclusive”. Quer dizer, para mim – desculpem o termo – é uma palhaçada o que o Senado está fazendo. É um desserviço à sociedade. Não tem outro... Viu, Senador? Em alta condução, até pela trajetória desde como...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lembrando que é uma Comissão Câmara e Senado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E para mim, foi montada mesmo com esse objetivo, porque tiraram o debate de mérito de comissão por comissão. Estou tentando reaver – e você tem razão –, fazendo com que este debate vá para as comissões de mérito aqui e lá no Senado. Pior do que está, só essa proposta aí.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Então, nós tentamos fazer uma última conversa com o Presidente Cándido Vaccarezza e com o próprio Senador, que nos recebeu várias vezes, mas foi pífio, ele não aceitou quase nada do que nós apresentamos. E com todas essas entidades aqui ele esteve junto várias vezes. Ficamos horas esperando o Senador, pelo trabalho que ele tem aqui dentro, mas, infelizmente, é uma coisa que não funciona.

Eles querem fazer isso, eles querem impedir e o que acontece no âmbito federal acaba acontecendo nos âmbitos municipal e estadual. Por exemplo, com o simples fato de terem aprovado essa questão do veto da li-

beração classista, alguns prefeitos começaram a cancelar acordos coletivos. Não estão liberando mais, acabou. Então, se o Governo não pode ajudar, não atrapalhe.

Desde 1988 que está para ser organizada a representação sindical dos trabalhadores do serviço público e não se faz nada. Há vários projetos no Congresso Nacional, muitos negociados, inclusive, há muito tempo, e não se vota, não se quer fazer. Acho que é falta de vontade. E até mesmo, já que o representante do Ministério do Planejamento vai falar, lembro que você vai à secretaria de relação internacional, eles te recebem, conversam, tomam café... Cuidado, Célio; não fale do café, não, porque eles vão tirar isso também, é verdade; se a gente começar a falar, nem café e água não vai haver. Lá no Ministério do Planejamento, você pode ver: antigamente, nós tínhamos aguinha e café na mesa. Agora, eles botaram do ladinho. Se acabou, não toma mais. Estou preocupado. Parece até comédia mas, gente, isso é preocupante.

Eu estava aqui lembrando, também, do Luiz Alberto. O Luiz Alberto, para nós, era a pessoa iluminada dos áureos tempos, principalmente do setor federal. Aí, rapaz, ele fez um estágio do outro lado. Tomara que ele volte com o mesmo gás que ele tinha antes, porque se for como naquele estágio que ele teve na Casa Civil, nós estamos lascados também! Era: "Bem-vindo!" Você entrava, você era recebido, porque aqui, na Casa, nós temos grande apreço por você...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele voltou porque acho que com alguma coisa ele não concordou, lá.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Espero, espero. Mas Toninho, um amigo pessoal disse para mim, me deu ótimas referências, falou: "O Luiz Alberto vai voltar, ele vai estar como um forte aliado, novamente, com a gente."

Então, a contribuição que as centrais têm aqui, companheiro Pedro Armengol, companheiro Lineu, João Domingos, da CSPB, da qual eu sou, também... Você falou aí, eu pensei que você ia falar assim: "É dirigente também?" Mas tenho grande honra de estar aqui pela Federação, pela Fasubra, centrais e confederação.

Estamos abertos para o debate e queremos o seguinte: abrir um debate sério com o Governo, queremos exigir que o Governo abra uma negociação com a gente. Porque, finalizando, a entidade da qual faço parte também, a Fasubra, está tendo coisas dignas de vergonha, escandalosas.

Um companheiro do Ministério Público foi recentemente à Universidade do Paraná. Ele está fazendo essa varredura em todo o País, usando a Constituição. Mas lá se chegou ao absurdo de pegar vídeos que mostram trabalhadores e professores nossos em atividades sindicais, em congresso e, no dia do congresso, verificar como estava sua folha de frequência e denunciar, se chegou ao ponto de ter que fazer uma discussão para devolução do dinheiro, porque aqueles dirigentes, ou aqueles trabalhadores da universidade...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... não deveriam estar no congresso da sua categoria, do seu sindicato. Isso, na verdade, é perseguição política. Nem na ditadura militar nós sofremos tanta repressão. E, na verdade, não são meus colegas que estão no Ministério Público fazendo isso que são culpados, mas sim quem os dirige, e sim a ausência do Estado em regulamentar, em negociar.

Inclusive, muitos de nós, vocês da Mesa, todos, quem não conseguir pagar está passível de ter seu ponto descontado nesse momento em que o Senador os convida para falar para a população em geral e para todos os Senadores.

Termino a minha falação saudando o Senador Paim e dizendo que a ausência do Senado, dos Senadores em um debate tão importante é a pura declaração de que isso aqui não interessa para muitos desta Casa e para muitos naquela Casa chamada Câmara dos Deputados.

Então, na verdade, nós estamos no limbo – inclusive, com o limbo, também, parece que o Papa acabou. Então, penso que a única solução que nós da centrais temos é colocar os trabalhadores na rua e começar a fazer uma forte pressão nesta Casa e dizer quem é que manda aqui de fato: o trabalhador, o trabalhador do serviço público, para fazer com que aqui aprovelem leis que vão no sentido organizativo, como o companheiro Roberto, que me antecedeu, disse.

Estamos aqui para servir o Estado e para conduzir o Estado de uma forma mais digna.

É isso. Obrigado pelo espaço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, João Paulo. João Paulo falou em nome das centrais sindicais.

Eu também sou daqueles, João Paulo, que acredita que aqui no Parlamento as coisas só acontecem mediante pressão popular. Se não houver pressão popular, um ou outro que se manifesta de forma mais contundente é chamado de rebelde. Só que não resolve nada a rebeldia de um ou outro Senador ou Deputado. Agora, a pressão popular resolve; essa resolve; é a única que resolve.

Muito bem.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Mas tem que dizer por onde a gente entra aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso eu garanto, isso eu garanto.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Nós chegamos na chapelaria: “Não, tem que ir por ali.” Chega ali: “Não, tem que ir para ali ou outro lugar lá.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quando chegarem ao Senado, como eu fazia quando estava na Câmara, é só me procurar que eu boto todo mundo para dentro. E boto mesmo.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Tem os terceirizados, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, tem que avisar a mim, para eu ir lá e pegar a moçada. Toda vez que isso aconteceu, eu fui lá e não tem aquela... Porque, quando se trata dos grandes empresários, eles entram de gravata, bonitinho e tal... Quando é sem-teto...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – O sem-teto deixa o sapato dele na porta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É. Quando é o sem-teto ou o sem-terra, eu tenho que ir lá para eles entrarem. Mas eles têm entrada. Isso eu garanto.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Por falar nisso, o pessoal da Aerus está lá fora, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, o pessoal da Aerus está acampado aqui dentro. Está acampado aqui dentro.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu conversei com eles na entrada da chapelaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, não. Eles estão acampados dentro do Senado, dia e noite e eu tenho ido lá, inclusive, visitá-los seguidamente, com direito, inclusive, a lanche dado pelo Presidente da Câmara, diga-se de passagem.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Muito bem, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso é fato e é real. Se fosse, eu era o primeiro a jogar contra. Mas não posso jogar contra. Eu mesmo fiquei com eles, durante 30 dias, acampado aqui dentro. E é bom que se diga que poucos sindicalistas vieram visitá-los. É importante essa solidariedade. Muito poucos passavam a noite aqui com eles. Eu fiquei. Acho que nós temos de pensar nisto: a solidariedade do conjunto do movimento sindical em grandes ações. Eles estão em uma situação desesperadora. Morreram mais de mil já e até agora não houve o acordo falado do Aerus.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Espero que daqui a 30 anos a Funpresp não seja também de outros modos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É, mas, se continuar sem a mobilização e a solidariedade e a pressão, tu sabes que uma andorinha não faz verão. Não estou me referindo a este ou aquele Parlamentar. Se pressão popular não houver, as coisas não vão acontecer aqui dentro. Por isso que eles estão acampados aqui dentro até hoje.

Passo a palavra, agora, como último convidado aqui da Mesa, para o assessor da Secretaria de Relações do Trabalho do Serviço Público, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, representante de Eva Maria Cella Dal Chiavon, o Sr. Vladimir Nepomuceno.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Em primeiro lugar, boa tarde a todos os presentes, em especial ao Senador Paulo Paim, a quem agradeço, em nome da Dr^a Eva, o convite. Cumprimento os colegas de bancada, todos companheiros de longa data, Floriano, Daro, Celio, Roberto e JP. Também vou pegar carona e lembrar do nosso amigo Luiz Alberto, com quem eu convivi na época em que ele era assessor do Parlamento e eu sindicalista; depois, ele no governo e eu no governo também; ele volta para cá e eu, por enquanto, continuo lá na mesma função de quando a gente se encontrou lá no governo. Aliás, Luiz Alberto é uma fonte de que todos nós bebemos e aprendemos muito. Ainda é pouco, mas aprendemos muito com ele.

Bom, Senador, eu acho que essa discussão sobre a liberação remunerada do servidor público federal, dirigente de entidade sindical, é muito importante e necessária. Agora, entendemos que ela tem que ser feita da maneira mais completa. Isso eu tive oportunidade de conversar com alguns companheiros na época da emenda apresentada pelo Deputado Vicentinho à Medida Provisória 632 e depois quando apareceu uma nova emenda à Medida Provisória 650.

apresentada, através do Deputado Vicentinho, à Medida Provisória nº 632. E depois, quando apareceu uma nova emenda, na Medida Provisória nº 650.

E a gente observa uma mudança da emenda apresentada na Medida Provisória nº 632 para a emenda apresentada na Medida Provisória nº 650, porque foi justamente no intervalo em que a gente conversou informalmente que eu me lembrava do seguinte: vocês estão tão preocupados com a remuneração garantida do dirigente sindical servidor público federal que esqueceram da possibilidade de o servidor público federal ser dirigente de central sindical e ter o mesmo direito. Também não se preocuparam em tentar reverter uma

mudança que deu em 2005, quando esse direito foi estendido para quem não é dirigente sindical. Ninguém se preocupou em tirar isso, em voltar.

E, não por coincidência, a conversa que eu fiz foi com um dos membros da direção do Fonacate, na Medida Provisória nº 650 a proposta foi justamente esta: incluir o servidor dirigente sindical que seja de central sindical e voltar a ser apenas garantido o direito para quem for dirigente sindical e não mais dirigente de cooperativas e outras associações que não tenham caráter sindical.

Isso mostra o quê? Falta a gente discutir muito. Nós queremos discutir. A posição do Governo é tranquila em relação a isso, mas nós não queremos discutir a liberação pela liberação na forma como está. E nós discordamos de que a discussão se dê: até tantos 1; até tantos 2; até tantos 3; tanto que passou fácil. Era 1, 2 ou 3, agora é 2, 4 ou 8, já está na lei.

Outra reivindicação, que foi sugestão também depois de conversas de alguns companheiros do movimento sindical, porque a liberação de ponto para o mandato classista era garantido um único mandato podendo ser renovado por mais um. Agora, na medida provisória que foi aprovada, foi exterminada essa limitação. Porque o entendimento nosso na Secretaria de Relações de Trabalho é de que quem deve definir durante quanto tempo o dirigente sindical deve ficar à disposição da entidade é a entidade e, em última instância, a categoria. Nem o Estado, nem ninguém tem que interferir em quem são os dirigentes sindicais e muito menos quem é o dirigente sindical a ser liberado de ponto para atuar no movimento sindical. O que a gente entende ser um pequeno avanço no que se refere ao conjunto, mas é um avanço muito importante.

Quero aqui retomar a discussão a partir do seguinte: nós temos preocupação com algumas coisas que as pessoas colocam meio soltas. Por exemplo: o Luiz Alberto deve lembrar, o Senador também, na época da Constituinte, a gente tentou colocar – na época eu estava no movimento sindical – o tripé negociação coletiva, organização sindical e direito de greve para servidor público na Constituinte.

Passaram dois, um não foi. Qual não foi? Organização sindical.

Depois, em 1990, quando da elaboração da 8.112 – eu também ainda no movimento sindical e também o Senador estava no Parlamento, o Luiz Alberto também estava e vários companheiros aqui estavam –, a gente tentou, de novo, na 8.112, garantir direito de greve, organização sindical e negociação coletiva para servidor público.

Na época, o governo encaminhou a mensagem dizendo o seguinte: “As normas regentes das relações estatutárias, inclusive cláusulas remuneratórias estão estritamente subordinadas ao princípio da reserva legal”. Dizendo o seguinte: “Estou mexendo com o Orçamento e não posso tratar de negociação coletiva, porque negociação só se dá com quem é o dono do dinheiro, ou seja, com o patrão no setor privado”.

Mais adiante, na época, em dezembro de 1990, foi dito: “Note-se que a própria competência do Presidente da República para propor alterações da remuneração dos servidores públicos é constitucionalmente vinculada, porquanto sujeita a disponibilidade orçamentária e limitada pela realização de receitas correntes.”

Ou seja, argumentos colocados, em 1990, e que até hoje o movimento sindical não apresentou uma proposta para que a gente mudasse isso aqui.

Foi feito na década de 80, repetido na década de 90, e nada. Nós temos aqui nesta Casa e na Câmara, dois projetos de lei no Senado; na Câmara, duas propostas de emenda à Constituição, 12 projetos de lei, todos apensados. Muitos deles originários do movimento sindical e nenhum trata de organização sindical de servidor público. Nenhum. Todos tratam de greve. E ninguém fala da necessidade de a gente tratar da negociação coletiva. Por exemplo, cobra-se muito a regulamentação da Convenção nº 151 da OIT. Nós achamos que temos que discutir, mas, por exemplo, a Convenção nº 154 da OIT, que trata de negociação coletiva, engloba servidor público, está vigente há mais de dez anos e o movimento sindical até hoje não apresentou nenhuma proposta para tratar do assunto.

Ou seja, o que nós precisamos? Abrir o debate completo.

O Governo quer discutir organização sindical de servidor público, negociação coletiva e direito de greve juntos. Nós achamos que uma aprovação, como se deu na Comissão recentemente aqui, na Comissão Mista, aquela proposta apresentada pelo Senador Romero Jucá, para nós é importante que ela seja muito bem discutida entre o Parlamento, o Governo e as entidades sindicais, senão nós podemos ter coisas muito ruins aprovadas, que não seria boas para os servidores.

Agora, nós temos que levar em consideração a liberação de dirigente sindical. Foi colocado aqui que o custo é pequeno. Em termos de reais, dinheiro público nunca é pequeno, qualquer dinheiro que a gente use, que venha do contribuinte, tem que ser muito bem trabalhado.

Agora, o Governo não se furta de colocar em discussão a garantia de remuneração do dirigente sindical liberado, mas nós queremos discutir critérios. A partir da discussão da organização sindical no serviço público

nós entendemos que dá para fazer uma boa discussão e garantir a liberação, de forma que a gente venha a construir, porque a redação da 8.112, na nossa ótica, está ultrapassada. Por exemplo, até 5 mil garante 2.

(Soa a campanha.)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Eu pergunto: Qualquer entidade sindical com qualquer representatividade? Ou nós temos que discutir organização sindical e garantir um mínimo de representatividade para quem senta em uma mesa de negociação, se nós queremos que a negociação também vá para a lei, também seja formalizada?

Porque se nós temos hoje uma liberação, ainda que não formal, de organização sindical, nós podemos ter, no mesmo prédio, duas, três, quatro, cinco entidades sindicais de servidores públicos, porque a regra não limita.

No entanto, na hora de encaminhar, se for o caso, uma greve, uma mesa de negociação, todo mundo vai poder sentar à mesa? Todo mundo com liberação?

A quantidade de dirigentes sindicais liberados hoje com ônus para as entidades é enorme. Há segmentos da sociedade, inclusive dentro do Governo, que acham que pode haver uma proliferação. Não concordo com isso, até pela forma como a maioria das entidades sindicais se organiza.

Agora, nós temos que garantir isso para quem tem representatividade na sua categoria. Nós não queremos dizer como o servidor deve se organizar, mas queremos que quem venha para cá fale em nome de um coletivo realmente representativo e não é número que define isso. Porque enquanto eu tenho um número muito grande em um setor eu posso ter um número muito pequeno em outro. Existem categorias do serviço público federal que possuem 5 mil servidores. Pega a categoria do João Paulo, por exemplo, servidor de Universidade Federal, só uma universidade tem 90 mil. E eu vou dar o mesmo direito de representatividade? Eu não vou dar pesos diferentes? Nós temos que discutir isso, temos que discutir a organização sindical no serviço público.

Outra coisa: o financiamento das entidades sindicais. Foi falado aqui mais de uma vez, o Floriano foi o primeiro a tocar no assunto. Setor privado tem imposto sindical e as taxas. Quem disse que servidor público federal não tem foram as entidades que pediram para não cobrar. Não foi o Governo, não foi o Parlamento. Quando começou a surgir desconto de imposto sindical em entidade sindical de servidor público, eu lembro que estava no movimento sindical ainda, e isto permanece até hoje, o fórum das entidades gerais de servidores públicos encaminhava anualmente, na época, ao Ministério da Administração, um ofício pedindo para que não descontasse imposto sindical. Então, reclamar que não tem?! Tem que ver o seguinte: “Então, eu mudei de ideia. Eu não queria e agora eu quero”. Ou vamos discutir a partir do tripé: organização, direito de greve e negociação, formas de financiamento das entidades sindicais.

Porque eu também acho que é importante discutir. Todo mundo tem direito àquilo que o sindicato conquistou, mas só os associados financiam. Está meio estranho, tem que melhorar essa relação. Não acho que tenha que ser benefício apenas para o associado, mas também não acho que só uma parte tenha que financiar para todo mundo.

Agora, qual é a saída? Tem que sair do debate, tem que sair da discussão. E aí quando se ouve aqui a comparação Estados e Municípios, perdoem-me o reparo, não são só três não, tem mais Estados que não dão garantia de remuneração ao seu servidor. Por exemplo, o Estado de São Paulo, na Constituição Estadual diz: “Servidor tem direito na forma do art. 38 da Constituição”. Ponto.

O Estado de São Paulo não remunera servidor público. Você quer outro? Santa Catarina garante a remuneração, mas o dirigente do órgão ao qual o servidor é vinculado tem que previamente autorizar, para que ele seja inclusive liberado de ponto. Há outros Estados que tratam de forma diferenciada. O Distrito Federal é quase que cópia da redação anterior da 8.112. Então, cada Estado que libera com remuneração tem um critério diferente, uma fórmula diferente, uma situação totalmente tratada de acordo com a realidade lá no Estado.

Então, a gente acha que servidor federal, pela sua peculiaridade, tem que ter uma discussão completa, correta, garantindo – e aí nós até conversávamos isso hoje cedo lá no Ministério – ...

(Soa a campanha.)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Achamos ótimo quando alguém aqui fala assim: “A Constituição garante o direito para o setor público e o setor privado; no entanto, o trabalhador do setor privado pode fazer acordo coletivo.” Ótimo. Que seja num acordo coletivo, como a CLT faz. A CLT diz que é não remunerado, salvo se houver um acordo entre patrões e empregados através das suas entidades.

Pois muito bem: vamos formalizar a negociação coletiva, vamos formalizar os direitos do trabalhador sindicalizado no serviço público, e aí, quem sabe num acordo coletivo, num contrato coletivo de trabalho, podemos ter as liberações, como foi dito aqui? Nem tudo para lá, nem tudo para cá. Alguns liberaram com remuneração, outros sem, liberação parcial. Mas o assunto tem que ser fruto de um debate, porque se for ficar barganhando

na 8.112, há coisas – para encerrar – que estão desde 1990 na 8.112, que trata de dirigente sindical, na própria redação do art. 92, muito superficialmente. Foi tratado no finalzinho de 2003, pegando uma carona através da proposta apresentada e aprovada em Plenário na Câmara pelo Deputado Vicentinho.

Agora nós achamos que a organização sindical do servidor público, para nós, é um debate fundamental e que vai nortear a relação do Estado com a representação dos seus servidores. A partir daí nós vamos chegar não só à remuneração, mas à liberação de ponto, porque independente de remuneração, nós temos que discutir a liberação de ponto de dirigentes sindicais, porque eu não aceito, por exemplo, que o Sindifisco, que representa os auditores fiscais da Receita em nível nacional, tenha direito a três dirigentes liberados, da mesma forma que outras entidades que não têm uma representatividade em nível nacional. Por quê? Porque a organização sindical do servidor é diferente.

Na CLT, sindicato é no âmbito de um Município; no serviço público federal, nós temos sindicato que ocupa uma universidade; nós temos sindicato que ocupa um Município; nós temos sindicato que representa um hospital, nós temos sindicato que representa parte dos servidores de um hospital; nós temos sindicato que pega região; e nós temos sindicato que pega o Brasil inteiro. E eu ainda não falei de federação nem confederação, estou falando só de sindicato.

Então nós temos que ver a realidade da organização sindical, a realidade das categorias. Não podemos tratar como números. A quantidade de técnicos administrativos das universidades não pode ser comparada, por exemplo, com a dos servidores que trabalham em controle de tráfego aéreo no Ministério da Defesa; mas os dois têm que ter representatividade, guardando as diferenças, não só numéricas de cada um. E a diferença ali é de muito, muito, muito pouco do lado de lá, para muito do lado de cá.

Então nós entendemos que o debate precisa ser aberto.

Nós vamos agora, a partir do início do próximo ano, definição de equipes de Governo, nós não sabemos nem se eu, se o Secretário, se outros que compõem a equipe vamos ainda estar na equipe de Governo, mas nós queremos deixar como proposta para o próximo mandato a necessidade de a discussão ser aberta e feita de forma correta, porque também não está para nós muito bem colocado ter quatorze projetos de lei, sendo a maioria de autoria do movimento sindical, que não fala sequer da sua própria organização, só fala do direito de greve. E aí fica o direito de greve colocado pelo movimento sindical num sentido, e direito de greve colocado por setores da sociedade de outro.

Por fim eu quero só colocar o seguinte: servidor público federal, no meio da Administração Pública brasileira como um todo, é a menor parte. Qualquer coisa que a gente faça para servidor público federal reflete em Estados e Municípios. Se a gente tem – e pelo que eu vi aqui foi feito um levantamento –, nós também temos lá nos 27 Estados, nas 27 capitais e cidades de médio porte, e quem tem alguma coisa falando de liberação de dirigente sindical, a grande maioria é cópia da 8.112. Então a gente tem que tomar muito cuidado com o que a gente escreve aqui, porque repercute nos Estados e nos Municípios de médio e grande porte.

O que eu quero dizer com isso? Não adianta o Governo Federal, de repente, fechar um acordo com as entidades dos servidores federais. Se não agradar, nós podemos tomar um bombardeio de Bancadas que representam interesses de prefeitos e governadores. Nós temos que envolver servidores estaduais, servidores municipais e fazer um trabalho muito grande aqui.

Nós temos projetos de lei aqui que, este ano, completaram dez anos, doze anos que não foram aprovados ainda, mesmo tendo a anuência do Governo Federal, porque governos estaduais e municipais falam o seguinte: “Se for do jeito que vocês querem, nós vamos gastar muito dinheiro, então nós vamos ser contra”. E, aí, orientam as Bancadas a não aprovarem.

Então, tem que ter uma articulação muito grande, uma articulação bem profunda.

(Soa a campanha.)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Nós podemos iniciar, a partir do início do próximo ano, um grande debate sobre o assunto e construirmos juntos uma proposta que trate da organização, dentro da organização, a liberação de ponto do dirigente sindical e, dos liberados, como fica a remuneração desses servidores.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Vladimir Nepomuceno, que é Assessor da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), representante da Sr^a Eva Maria Cella Dal Chiavon!

Bom, deixe-me registrar as presenças, antes de eu iniciar o debate aqui na Mesa, do Sr. Marcus Firme do Reis, Diretor de Seguridade Social da Federação Nacional dos Policiais Federais; do Sr. Rudinei Marques Presidente do Unacon; do Sr. Filipe Leão, Diretor Financeiro da Unacon Sindical; Sr. Aurélio de Souza, Presidente da Anesp; da CGTB; do Sindicato Nacional de Arquitetos, Economistas, Engenheiros, Estatísticos e Geólogos do

Executivo Federal, Sr. Flausino Antunes Neto. É que tem dois nomes aqui também, tem o Engenheiro André Luís. Mas está presente o Flausino Antunes Neto, não é isso? Muito bem.

O normal é a gente conceder a palavra, para as considerações finais, por cinco minutos, para cada um dos convidados. Mas, em toda audiência que eu presido, eu sempre abro a palavra para, no mínimo, duas ou três pessoas do plenário. Assim sendo consulto se alguém do plenário quer usar a palavra por cinco minutos?

(Pausa.)

É fundamental que seja representante de entidade, pessoal.

Então, já temos dois inscritos. Falaram esses dois e, depois, vamos às considerações finais para todos que usaram a palavra, inclusive o JP.

Basta apertar o botão, você primeiro, aqui, dar o nome e a entidade.

O SR. FLAUSINO ANTUNES NETO – Bom dia, Senador Paulo Paim, e aos demais companheiros que aqui estão!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem a palavra por cinco minutos.

O SR. FLAUSINO ANTUNES NETO – Eu sou Flausino, sou do Sinaeg (Sindicato Nacional dos Servidores dos Cargos Específicos do Poder Executivo Federal, mas estou representando a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e tenho muita satisfação em estar aqui para participar dessa discussão e pela derrubada do veto. Essa é a questão. Eu acho que o artigo e as outras coisas que estão vinculadas à 8.112 são de outro departamento, de outro momento.

Hoje, o que estamos focando é a liberação sindical, é o que foi votado na medida provisória, e como esta Casa vai se comportar com a questão do veto da Presidenta Dilma. Se foi uma vontade do Congresso, nas duas Casas, votada unanimemente, eu acho que o Congresso teria que mostrar que é autônomo, que tem legitimidade em defender um projeto que eles mesmos votaram, que será de acordo com a vontade dos servidores. Então, esta Casa tem que olhar essa questão. A questão orçamentária, o valor também não é muito perante as outras questões do orçamento. Não é muita coisa não. Não é esse o prisma que a gente tem que focar. É focar no fortalecimento da classe trabalhadora e dos seus representantes sindicais.

Essa é a linha que a Casa tem que ver, o Senado e a Câmara. E pedir aqui, em nome da Central, que se derube esse veto. Isso é a coisa mais importante que nós temos aí para o final do ano, para os servidores federais.

Então, essa é a nossa mensagem. Pedimos o apoio do Senador para que a gente consiga fazer essa valorização até do próprio Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Flausino Antunes Neto!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Flausino Antunes Neto!

Próximo.

O SR. FILIPE LEÃO – Bom dia a todos e a todas! Parabenizo o Exmo. Senador Paulo Paim pela importante discussão aqui nesta audiência sobre o veto em relação à Lei nº 8.112.

Senador, sou Filipe Leão e represento aqui o sindicato dos servidores – eu queria até abrir a palavra para que nosso presidente pudesse explicar, mas ele me concedeu o momento – e represento os servidores da Controladoria-Geral da União e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Eu queria iniciar, primeiramente, sobre questão da fala do Governo. Muito me admira um Governo que, há 12 anos, tem colocada uma série de demandas do mundo do trabalho e agora a fala do Secretário é a de que vai se preparar um material para se iniciar um debate na próxima gestão. Ou seja, depois de 12 anos de um Governo dos trabalhadores, com uma série de demandas sindicais, fala-se em iniciar um debate acerca dessa questão.

Eu acho que, quando queremos discutir tudo, quando queremos discutir o mundo, acabamos não discutindo nada. As centrais sindicais, as associações de classe, os sindicatos de todo o Brasil, da União, colocaram, na mesa, uma pauta concreta e simples para ser resolvida, e o Governo não resolveu. Essa é a questão. Não queremos discutir o mundo. Queremos discutir uma pauta concreta e objetiva e isso não foi discutido. Ao contrário, foi vetado pela Presidente da República. Essa é uma questão importante que precisa ser colocada.

Então, não dá para pensar em discutir, porque se quisessem discutir, por exemplo, organização sindical, cadê a auto-organização sindical? Quem discute a auto-organização são os próprios trabalhadores através das suas associações e sindicatos. Não cabe ao Congresso discutir como vai ser a organização da Fasubra, da Unacon, do Sindifisco, não. Cada um aqui tem a sua forma de auto-organização. Daí da liberdade sindical. Então, não queremos colocar essa discussão aqui para que seja regulada no Congresso. Há um autocontrole, há um autodebate. Agora, na medida em que as entidades colocam uma proposta concreta e a Presidente veta, com o aval do Ministério do Planejamento, porque essa foi a verbalização aqui em torno desse assunto, aí fica difícil, porque o que está colocado é o seguinte: queremos discutir tudo, mas, na hora de discutir o essencial, nós não aprovamos.

Daí até hoje a discussão sobre a greve, em que não avançamos, daí a questão da negociação coletiva, que sempre se discute, sempre se tangencia a discussão da negociação coletiva, da greve, e agora querem discutir a organização sindical quando está colocada, na mesa, uma proposta concreta de liberação simples, objetiva, nada de excessos. Ao contrário. É uma proposta até tímida diante, por exemplo, das diversas diferenças que hoje existem no serviço público em relação aos seus sindicatos.

Como o próprio Governo falou, nós temos entidades com 90 mil na sua base e, se fosse uma proposta excessiva, em tese, contemplaríamos essas entidades do ponto de vista da sua necessidade de dirigentes liberados. Mas não foi isso que a proposta colocou. A proposta colocou uma questão muito simples: quatro, seis, sete. Quer dizer, o impacto disso no orçamento é pífio. Pagamos hoje R\$750 bilhões de recursos com o serviço da dívida...

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE LEÃO – ... e o Governo, até hoje, passa esse debate e não coloca isso em questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cinquenta segundos.

O SR. FILIPE LEÃO – Para concluir, Senador, eu gostaria de parabenizar, mais uma vez, V. Ex^a por essa audiência e dizer que os servidores públicos estão insatisfeitos com este Governo. Foram 12 anos de gestão do Partido de Trabalhadores, em que poderia ter avançado uma série de questões para o mundo do trabalho e se omitiu uma série de questões como essa que foi colocada agora e vetada pela Presidente Dilma.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Poderia repetir seu nome.

O SR. FILIPE LEÃO – Filipe Leão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Filipe Leão.

Esse foi o Filipe Leão, que colocou o seu ponto de vista sobre o tema.

Agora, nós vamos voltar às considerações finais, lembrando que cada um terá cinco minutos, e, se houver algum questionamento, aproveite para fazê-lo. O encerramento será feito pelo Vladimir.

Começo pelo J.P. Você tem cinco minutos para as suas considerações finais e pode, naturalmente, deixar os questionamentos ao nosso Assessor do Ministério, Sr. Vladimir.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu só queria dar um toque aqui.

Acho que é muito tempo, mas a categoria é que me elegeu. Mas estou, pela lei de São Paulo, há 10 anos, entendeu? E com todas as minhas remunerações, todas as carreiras, todas as implementações que são feitas. É óbvio que não sou bem avaliado lá, não é?

Há fatos lá, em São Paulo, na Unicamp... Sou funcionário da Unicamp, havia pessoas que estavam 10 níveis abaixo de mim e que, hoje, pela dedicação ao serviço público, estão 20 acima de mim. São ônus que a gente tem de ter.

Fora a avaliação anual que é feita na universidade, todos os outros méritos, todas as outras vantagens o servidor estadual contempla.

Então, é só para ajustar. Agora não sei... Acho que não precisava.

A outra questão é que acho que não vale a pena: se há uma lei melhor no Ceará, se há uma lei em São Paulo ou a que acho a mais progressista, inclusive, lá do Rio Grande do Sul, isso não importa. O que importa é que, havendo o advento de uma negociação coletiva, temos de ter agente para negociar. Esta é a questão. Alguém vai ter de fazer.

Então, primeiro, vamos fazer um pacto para haver a negociação coletiva? Vamos estabelecer isso de fato? Vamos deixar de fazer greve no setor, deixar de fazer a prestação para a sociedade e vamos sentar para a negociação? Porque hoje fazemos greve para negociações efetivas. Como o Célio falou, ir lá para tomar café, os companheiros Vladimir, o Mendonça, todo mundo é gente boa, desde a época do Dieese. A gente pode ir lá para tomar café, agora, se vai conversar mesmo... Se vai efetivar... Não vai mesmo. Então, a gente, na verdade, quer negociação efetiva, de fato.

A outra questão: diante da não negociação, da não liberação, fazer direito de greve nos parece oportunismo demais e um pouco repressão. Acho que não vale a pena. Apenas dizer aqui quem são, e, na fala de alguns companheiros, somos favoráveis, como centrais, a que quem negocia, quem deve assinar... Inclusive o Governo Federal fez um acordo. Se o Governo Federal quer honestidade, seriedade, não deveria fazer acordo com associação; deveria apenas assinar quem é sindical.

Então, acho que ele deveria rever esse posicionamento e receber associações de classe. Ou essa associação de classe é tão importante? A gente precisa saber se representa o sindicato ou quem vai representar.

Nós somos favoráveis a que quem representa os trabalhadores são os trabalhadores; são os sindicatos, as centrais sindicais. E quem não reivindica às centrais sindicais que sente à mesa, porque acho que, com oito centrais sindicais dispostas a negociar com o Governo, pega-se uma abrangência de noventa e poucos por cento, para não dizer 99%.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Acho que, nesse detalhe, estamos aptos, como, em várias outras emendas, em várias outras questões que estão aqui, no âmbito nacional, as centrais fecham, não há problema nenhum. Então, fechamos.

E as pessoas que estiverem fora desse leque que vão reivindicar a sua parcela e que tentem contestar ou convencer a sociedade. Acho que é bem direto assim. Acho que temos de ter “dirigência”. Eu fui eleito e gostaria de ser respeitado. E acho que sou respeitado nas instâncias que dirigimos.

E a Fasubra hoje... Nós fizemos um acordo; não tínhamos – só para concluir – registro sindical. Ficamos 35 anos, e agora recentemente foi expedido o registro sindical para a Federação. Hoje só da Lei nº 11.091, que foi assinada pelo ex-Presidente Lula, não tínhamos registro sindical. No entanto, fizemos negociação e fechamos acordo. São 189 mil, Vladimir, segundo o Ministério do Planejamento, segundo o Paulo Henrique – qualquer coisa, ele é que mentiu – é o quadro da nossa base hoje.

Então, é uma federação, e já conseguimos de fato ter os nossos parâmetros de negociação. E conseguimos na luta, sem registro sindical, sem organização sindical, mas fizemos com os vários companheiros com que brincamos. Nós botamos mil, duas mil pessoas e conseguimos pressionar, fora o Estado.

Então, acho que os elementos foram postos aqui. Quero parabenizá-lo, Senador, mais uma vez. E, se necessário for, acho que temos de chamar as centrais, as entidades que estão contribuindo, como as entidades que estão presentes à mesa aqui.

E estamos dispostos a apresentar um projeto de lei.

Vladimir, termino dizendo o seguinte: o companheiro Deputado, infelizmente, o povo trabalhador perdeu, e o Sul também perdeu, Assis Melo apresentou o projeto de lei das centrais sindicais, que faz a organização dos sindicatos do serviço público. Ele já anunciou o número aqui. Eu estava tentando falar com a Assessora, mas, infelizmente, neste momento, eu não posso dizer. Mas começou com o Deputado Policarpo que, infelizmente, o povo de Brasília, também, não elegeu...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... É uma perda, mas o Policarpo apresentou, o Deputado Assis emendou com o seu relatório, e já está tramitando, na Casa, um projeto que regulamenta a organização sindical, apresentado pelas sete centrais sindicais.

Obrigado!

Vamos continuar o debate para a gente conseguir algo importante para os trabalhadores do serviço público. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o JP da Fasubra, e ele falou, também, pelas centrais sindicais.

Agora, vamos para o Roberto Kupski.

O SR. ROBERTO KUPSKI – Bem, Senador, com bastante objetividade, acho que fica muito claro, aqui, o Dr. Vladimir buscar resolver tudo para não procurar resolver nada. Então, acho que é um tema pontual, que há condições de ser feito esse trabalho. As entidades têm trabalhado nessa questão de Lei de Greve. Inclusive têm propostas... E, aí, eu quero, também, comentar a presença das centrais – JP, Flausino, aqui –, muito importante neste debate. Então, não é possível pensar que vamos tentar resolver toda essa questão ampla... E de que as entidades têm participado, como as próprias centrais já falaram que têm projetos, o fórum também tem projeto na questão de negociação, na questão da 151...

Vemos, felizmente, representante sindical que era sindicato antes de estar lá no Governo, que conhece e tem condições de nos ajudar a construir isso. A gente está aqui, e o que está lá tem que pensar, manter uma coerência nessa atividade. Contamos aí contigo, como tem tanto tempo de liderança sindical, a nos ajudar a fazer isso. Nós vamos procurar resolver essa questão pontual.

Vou dar só, sobre a questão de São Paulo, acho que isso é importante... Nós temos que buscar, realmente... Eu congrego uma federação que tem os auditores fiscais estaduais – eu sou auditor estadual –, e só quero dizer que, na questão da filiada de São Paulo, vou reler a Lei Complementar nº 343, a que o JP já fez referência, no seu art 1º:

Poderão afastar-se para exercer seus mandatos nas entidades de classe representativas de funcionários e servidores do Estado, que congreguem, no mínimo, 500 (quinhentos) associados, os Presidentes, Secretários Gerais e Tesoureiros dessas entidades [...]

Art. 2.º – O afastamento de que trata o artigo anterior dar-se-á sem prejuízo dos vencimentos, da remuneração ou do salário, bem como das demais vantagens do cargo ou função-atividade. Enquanto afastados, os funcionários e servidores não poderão ser exonerados, dispensados ou despedidos, salvo a pedido ou por justa causa.

Essa lei aplica-se à nossa filiada Fresp, como o JP falou, então existe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO KUPSKI – Exatamente. Assim, poderia ler outras que eu tenho aqui, mas não é o caso.

Então, está, efetivamente, em São Paulo, acontecendo, e traz, digo mais – repito –, com muita vantagem para o Estado. Realmente, um crescimento profissional e pessoal dessas categorias.

Vou, agora, discordar um pouco do meu amigo JP na questão associativa. O serviço público tem uma história com a associação. Entendo, sim, que devemos, como é o caso dessas do Fisco, que alcançam também sua representação através de associação... Vamos contar uma história da Anfp. Eu sei que está aqui um que vai defender muito melhor, com 65 anos, é interlocutora, tem um trabalho com a sociedade. Por que não, também, alcançar, assim como no caso da minha federação – que é uma associação. Então, é possível, sim, se alcançar associações nesse debate, nessa representação.

Senador Paulo Paim, efetivamente, gostaríamos que isso, com essa sua iniciativa que, mais uma vez, agradecemos, avancemos mesmo nesse tema, para essa solução definitiva desse ponto. Essa solução, Dr. Vladimir, vai ajudar a resolver essas outras questões que nós temos para enfrentar, como a questão da Lei de Greve – que vimos aprovada sem a nossa participação –, um texto, com a questão da regulamentação do 151, a negociação coletiva. A liberação com ônus para a Administração não vai atrapalhar, bem ao contrário, ela vai ajudar a fazer acontecer esses debates de que tanto se necessita no serviço público.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Roberto. Ele vem do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado.

Passamos a palavra ao Celio Diniz Rocha.

O SR. CELIO DINIZ ROCHA – Ouvimos muitas coisas relevantes aqui. Vimos também contrastes entre dados e informações, mas é bom trazermos os contrastes, as informações, os estudos, para podermos chegar a um consenso, para vermos aquilo que leva o melhor para a sociedade brasileira.

Eu também acredito que uma caminhada de dez quilômetros é feita passo a passo. Ninguém dá um passo de dez quilômetros. E, sinceramente, quando o Governo fala em negociação, dá-me um arrepio. Eu adoro o cheiro de café, mas não gosto de café, não bebo café. Então, essa história de ficar tomando cafezinho não me alcança; eu fico só na água. E, na minha idade, com a próstata aumentada, tomar muita água dá um aperto.

Mas posso dizer uma coisa com certeza: se há uma categoria no serviço público que não gosta de fazer greve é a dos auditores da Receita Federal, mas, infelizmente, toda vez que a gente senta com o Governo para negociação de alguma pauta salarial, o Governo, com essa negociação, empurra a gente para a greve. Foi assim em 2012, na nossa última greve, quando a negociação começou em março, e foi cafezinho atrás de cafezinho. Em 2008, idem, bem como em 2006.

A categoria que menos gosta de fazer greve é uma das categorias que mais faz greve, porque a negociação com o Governo não chega a lugar algum, chega sempre a um impasse. E, para falar a verdade, quando se chega ao final do acordo, o acordo não é cumprido. Quer uma prova? A Lei nº 12.855, que trata da indenização de fronteira, foi fruto de acordo salarial, mas, até hoje, não foi implementada pelo próprio Governo, que encaminhou o projeto para o Congresso. Faz um ano e três meses. Foi aprovada, mas o Governo, até hoje, não a regulamentou. E alega que não a regulamentou por que ainda não decidiu quais as localidades que vão ser beneficiadas. Será que o Governo fez isso mesmo? Será que mandou um projeto de lei sem saber ainda quais as cidades que seriam beneficiadas? É verdade isso mesmo? Ouço todo dia o Planejamento dizer: “Nós ainda estamos decidindo quais as localidades que serão beneficiadas.” O Governo fez isso? Mandou um projeto sem ter decidido quais seriam as localidades? Não sei, mas isso me parece uma coisa muito absurda.

O Nepomuceno fala aqui que quer trabalhar, então, uma negociação em cima de tudo isso. Mas, quando a emenda foi apresentada para a medida provisória, o Governo não a viu? Essa é uma coisa pública. O Governo, que tem seus assessores, seus os acompanhantes da atividade parlamentar, não viu essa emenda? O

Governo não chamou as entidades para conversar, para sentar? E aí? O que deu essa conversa? Eu gostaria de saber sobre isso também.

Há outra coisa sobre a qual o Nepomuceno reclama: a representatividade das entidades. O texto da matéria nossa, que ora estamos discutindo, não fala em número de membros da categoria funcional, fala em números de associados da entidade. Isso não é representatividade?

São questões que coloco, e fico, às vezes, sem atinar uma solução para elas.

(Soa a campanha.)

O SR. CELIO DINIZ ROCHA – Senador, parabéns pela iniciativa!

Muito obrigado a todos que tiveram a paciência de estar aqui para nos ouvir.

Esperamos que, realmente, haja um efetivo debate e que haja uma efetiva negociação sobre esses pontos, para que possamos avançar não pelo bem corporativo, mas pelo bem do serviço público no Brasil, porque as entidades associativas e sindicais, como bem disse o Kupski, prestam um serviço à sociedade brasileira na formação dos trabalhadores, dos servidores do serviço público brasileiro, e também prestam serviço à Nação na defesa de assuntos de interesse da população.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Celio Diniz Rocha, que aqui falou pelos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil!

De imediato, concedo a palavra a Daro Marcos Piffer, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Vou me ater principalmente às falas do meu colega Vladimir, porque tenho de pedir um pouco de coerência. Peço um pouco de coerência.

Ele reclama que há 14 itens de leis de greve rodando pelo Congresso e nenhuma da organização sindical. Se há 14 itens, se você pegar as 14 leis de greve que deve haver aí, uma ou duas devem ter sido propostas pelas entidades sindicais ou pelas centrais, que sejam. O restante foi fruto de alguma cabeça iluminada.

O próprio JP lembrou muito bem que nós temos aqui não só projeto de lei defendendo a organização sindical, como também a lei de greve, como também a negociação, etc.. E nós, particularmente, o sinal, defendemos que todas essas leis deveriam ser feitas em conjunto, em um projeto de lei só, para que não saia um Frankenstein, uma lei que acabe em conflito com outra lei, quando é sobre o mesmo tema.

O senhor fala sobre representatividade. Quando se lembrou da representatividade, primeiro achei interessante, mas logo depois entendi que era representatividade em número de servidores, em número da categoria. Vocês falam em representatividade, mas os primeiros que matam contra a representatividade é o próprio Governo. O sinal, nas poucas oportunidades que tivemos de negociar no Ministério do Planejamento, nós tivemos que aturar na nossa mesa outras entidades sindicais, quando nós temos seis mil filiados; uma outra tinha 600 filiados na minha base, e a outra, 300. Eu não tenho dúvida nenhuma sobre quem tem maior representatividade, mas o Governo não utilizou, porque não negociamos só com a gente, não. Tem que estar os outros lá na mesa também. Então, peço coerência do Governo, o que vocês querem.

Na CLT, já está há muito tempo decidido sobre unicidade sindical. Entendo que, para cada base de categoria – tanto no serviço público quanto na CLT elas são bases regionais –, dentro do serviço público a gente entende que deveriam ser bases conforme a categoria, a entidade do serviço público que está sendo formada.

Além do mais, você falou que não nos ouviu falar de organização sindical, mas eu sei por que você nunca nos ouviu falar, embora haja projeto de lei aqui no Congresso: porque vocês não nos ouvem, vocês não nos recebem. Só o sinal deve haver um quilo de papel no Ministério do Planejamento solicitando audiência. Acredito que eles chegam e devem ser imediatamente lidos e arquivados, naquele arquivinho redondo que fica ao lado da mesa, porque nem resposta nós recebemos dos pedidos de audiência, para conversarmos, para negociarmos. Não há nada lá. Então, realmente, vocês não ouvem. A outra questão é que, se nós não propomos mais, é porque nós ficamos o tempo todo nos defendendo. Sai cada coisa de projetos de lei e de projetos de portaria que a única coisa que o sindicato consegue fazer é se defender. Sair para se defender.

Se você olhar a nossa audiência de hoje, que é sobre licença classista, nós já ouvimos aqui sobre fronteiras, sobre negociação, sobre direito de greve.

(Soa a campanha.)

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Só faltava falar – não foi falado também, mas é outra reclamação diária dos sindicatos – que se coloca o concurso público, mas não há nomeação dos concursados.

Temos um monte de mazelas. Vocês viram o tanto de mazelas que já houve aqui. *(Fora do microfone.)*

Isonomia dos benefícios. Há uma série de coisas.

A verdade é a seguinte: o servidor público federal está caminhando para ser um trabalhador de segunda classe. Trabalhador de nível inferior. É isso que está acontecendo e é para isso que estamos aqui. Estamos pedindo, solicitando que volte o direito, que é a licença classista remunerada, para a gente ter condições de enfrentar toda essa artilharia que vem do Governo.

(Soa a campanha.)

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Então, basicamente é isso.

Só a última coisa: o Vladimir também veio falar primeiro que a gente tem que respeitar as peculiaridades de cada Estado

...respeitar as peculiaridades de cada Estado, porque cada Estado tem as suas peculiaridades. Então, devem fazer as leis... Cada um tem os seus problemas. Depois falam: “Olha, mas temos que tomar cuidado, porque tudo o que nós fazemos aqui vai refletir nos Estados”. Ora, vamos regular para todo mundo e vamos esquecer as peculiaridades ou vamos negociar o do serviço público federal e deixar os Estados, para cada um resolver as suas peculiaridades?

Enfim, quero agradecer ao Senador Paulo Paim esta oportunidade; quero agradecer a presença de todos e quero dizer também que nós, sindicatos – pelo menos o meu, o Sinal –, estamos abertos aqui para negociar, para discutir, para debater.

Foi a única grande coisa positiva que o Vladimir falou: vamos debater. Eu só quero saber quando. Nós estamos a postos para começar já se for assim a vontade do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Daro Marcos Piffer, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

Agora vamos ouvir o Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom, nestas considerações finais, eu queria dizer que fique prestando bastante atenção ao que dizia o Vladimir, porque é muito raro vir alguém do Governo e abrir realmente uma pauta, relembrar questões históricas.

Na realidade, Vladimir, eu acho que nós estamos precisando fazer uma DR, uma discussão de relação. Isso tem que ser uma coisa permanente, próxima mesmo.

Quero dizer que nestes 12 anos do Governo dos Trabalhadores, a impressão que o servidor público tem hoje, a revolta que nós temos é que nós votamos no PT esse tempo todo, nestes 12 anos nós acreditamos. E o que acontece? O Governo parece que não nos considera trabalhadores ou, como agora ouvi, nos considera trabalhadores de segunda categoria. Eu pergunto: é possível o Brasil fazer esse grande concerto nacional, redistribuir renda, crescer, acabar com a inflação e acabar com os sonegadores sem servidores públicos qualificados em quantidade suficiente, treinados, capacitados e representados? Então, Vladimir, o recado é esse.

Toda caminhada, de fato, começa com o primeiro passo, e o primeiro passo é este: que o Governo reconheça o que está hoje. Nós não estamos querendo criar aqui, inventar sindicato, inventar associação para aumentar o número de representantes com a benesse da liberação classista. É o que há hoje, o que há hoje é mais do que suficiente. Então, vamos dar um passo de cada vez nessa discussão de relação. Já existem aqui os representantes legítimos, eleitos, com suas entidades formadas, com seus estatutos próprios.

E aproveito para dizer para o JP e para os nossos ouvintes do Senado: a nossa categoria, o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, tem na Associação Nacional, uma entidade que vai fazer 65 anos de idade, que é anterior à Constituição, que tem algumas prerrogativas que, inclusive, o sindicato não tem – nós podemos representar junto ao Supremo Tribunal Federal. Então, existem vantagens. Essa discussão nós tivemos internamente logo depois da Constituição. Foi criado o braço sindical, que hoje está muito bem representado pelo nosso Sindicato Nacional, e a Anfip continua existindo. E ela vai continuar existindo até quando seus associados assim entenderem. Se algum dia entenderem diferente, a Anfip tem que ser extinta, porque não há possibilidade de ela ser absorvida pelo sindicato.

Vladimir, meus parabéns pela coragem de vir aqui trazer... Realmente você sabia que, ao falar, receberia esse *feedback*. Mas leve à Ministra Miriam Belchior ou a quem vá substituí-la esse descontentamento mesmo.

E vou dizer mais aqui: se há uma coisa de que eu sinto falta, de que eu ainda me lembro com certa saudade da época do governo de Fernando Henrique e dos anteriores, é do *status* que nos era dado – nós tínhamos o Mare, não era isso? Com todas as coisas ruins que aconteceram naquele período, pelo menos havia um interlocutor que resolvia. Hoje a impressão que fica é que, lá no Planejamento, com todo respeito a sua posição... É aquele departamento que fica mais perto da escada, que fica perto do banheiro, em termos de interesse mesmo. Há um desinteresse mesmo. É essa a impressão que temos tido ao longo destes 12 anos, de ter

um relacionamento correto, coerente com o servidor público. Não se faz serviço público sem servidor público. Pelo menos ainda não inventaram essa fórmula.

Era o que queríamos dizer. Comecem pela licença classista. É um passo importante, é um passo que não foi inventado aqui, não foi a oposição que fez essa emenda, foi o Deputado Vicentinho, Líder do Partido dos Trabalhadores, que, por sinal, é o partido da Presidente da República, que depois vetou essa mesma Medida.

Era o que eu gostaria de falar, Vladimir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente para Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que representou aqui a Presidente Margarida.

Agora, então, vamos para as considerações finais do Sr. Vladimir, naturalmente haverá um tempo maior para responder a todos.

Concedo a palavra ao Vladimir, que fala aqui pelo Ministério do Planejamento.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Bom, eu acho que alguns comentários nessa última rodada ajudam a esclarecer tudo o que eu falei. Eu pego principalmente o Floriano e o Daro.

Eu vou pegar o Floriano. Não queremos nada diferente do que está aí. Já existem as entidades, já existe a representação. O Daro falou que, quando se senta o Sinal, sentam-se umas três entidades que eles não reconhecem como representativas da categoria, falando exclusivamente de servidores do Banco Central. E isso acontece com diversas. Nas agências reguladoras, existe esse problema. Na base da Fasubra, já surgiu mais uma entidade. E a Fasubra diz o quê? “Não recebemos essa entidade porque quem representa técnico administrativo somos nós.”

Só que a atual legislação diz que cabe apenas ao Estado o registro. Não diz como é, se representa aqui, se representa ali. Apenas vai ao Ministério do Trabalho, registra, está tudo certo, funciona como entidade sindical. Aí eu pergunto: com que critérios nós do Governo vamos dizer “Não entra”? Se é para não discutir organização sindical, eu pergunto às entidades sindicais com que critério eu barro essas três entidades que o Sinal diz que não representam, mas que existem registradas como entidade sindical formal?

Hoje, há associações que se dizem de caráter sindical, e são, porque a Anfip surgiu assim. A Fasubra, como o JP lembrou e eu ia citar agora nesta fala, funcionou sem ser entidade sindical formal durante mais de 30 anos. Eu fui fundador de um sindicato que foi nada mais nada menos que o aglomerado de várias associações que faziam greve, que negociavam com o governo. E começamos a discutir e a fazer greve nos governos militares. Uma das primeiras greves que fizemos – naquela época estávamos juntos na Previdência, até porque somos servidores de lá – foi contra quem? Contra general. Era o Presidente. Quando conseguimos reajuste. E eram associações. Hoje, temos problemas porque toda vez em que há alguma reunião entre entidades sindicais e o Governo, escutamos o seguinte: “Quem representa esta categoria é esta entidade, aquela ali não representa”. Mas se ela tem registro sindical, como é que vou dizer que não chega?

Nós temos que perguntar: de que forma os servidores devem se organizar? É autônoma? Não existe autorregulação, não existe “autoisto” ou “autoaquilo”. O que existe, por mais que não se queira, é anarquia, para o bem e para o mal.

Então, eu tenho um problema muito sério. Aquelas entidades em que que passei os últimos 30 anos atuando com o movimento sindical, sendo 20 como sindicalista e, agora, 13 como funcionário da equipe de Governo, algumas eu sei que são de caráter sindical, e realmente são, porque até hoje não conseguiram, por motivos diversos, seu registro sindical. Mas elas têm luta, têm representatividade na base, atuam – beleza –, mas ainda não têm o registro. Eu reconheço. E digo: sai este Governo, entra outro, vai que o resultado da eleição fosse outro, alguém teria representação em alguma mesa? Primeiro, que a mesa não ia existir, não ia ter como reclamar de nada, porque a mesa não ia existir. Mas, ainda que existisse, quem decidiria quem entra e quem sai? Isso é algo que a temos que ver.

Rapidamente, você aborda também, Daro, a questão da CLT: unicidade sindical. Servidor público nunca discutiu unicidade sindical. Pelo contrário, sempre foi contra. No entanto, no Rio de Janeiro, houve um problema sério na base da Fasubra, que tem um sindicato na UFRJ que representa apenas os servidores da UFRJ, e os servidores da UniRio quiseram organizar sua unidade sindical e foram proibidos pela unicidade sindical. Porque a Fasubra não se organiza como, por exemplo, o Sinal, que representa, num sindicato, os servidores dos dez Estados em que há unidade do Banco Central, o Sindifisco, que representa os servidores federais da área de auditoria em nível nacional; na Fasubra, cada sindicato é uma universidade. E há uma universidade no Rio que não tem sindicato e nem pode ter por causa da unicidade sindical.

Qual é o modelo de organização sindical de servidor público? Como é que a gente faz para tratar essas dificuldades?

Outra coisa que o Daro também coloca é a questão de que um ou dois PLs são de origem do movimento sindical. Não, houve entidade sindical que entrou pela Comissão de Legislação Participativa sem falar nada com a entidade nacional e é autora de projeto. Há outros projetos de sindicalistas que vieram avulsos conversar com assessorias de parlamentares e já os trouxeram prontos. Há um ou dois que são por estas entidades que estão aqui debatendo, mas boa parte veio pelo movimento sindical de modo transversal. Parlamentar não é obrigado a aceitar nem a dizer que não aceita. Ele faz o que acha que deve e o que é mais correto.

Outra coisa é a peculiaridade dos Estados e o cuidado não são contraditórios, não. Nós temos que tomar cuidado porque, de boa parte do que a gente faz em nível nacional, pode observar que a grande maioria da legislação que trata de liberação de dirigente sindical é cópia da 8.112. É, com adaptações aqui e ali. Agora, cada Estado tem o direito e deve fazer o que acha que deve. Então, respeito a peculiaridade, mas tenho que tomar cuidado porque o outro lá está olhando o que eu faço aqui e pode querer copiar. Como já foi dito aqui, se não for bom, ele também corta o que estiver avançado lá.

A representatividade que a gente coloca é a própria entidade sindical apresentar proposta. Porque, como o Daro falou, chega o Sinal – eu sei, eu conheço a direção do Sinal, eu conheço a militância dos que estão lá e dos que já foram dirigentes do Sinal, a fundação da entidade eu conheço –, e eu sou a pessoa que vai, como Governo, dizer “entra essa entidade e não entra aquela”. Quem é que tem representatividade?

(Soa a campanha.)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Outra coisa que a gente acha importante, e eu concordo com o JP, é que antes de o direito de greve virar lei, tem que ser discutido. E eu concordo também com mais uma observação do Daro, as três coisas têm que ser discutidas juntas. Para quem não acompanhou, desde a década de 80, servidor público tenta discutir organização sindical, negociação coletiva e direito de greve. Foi barrado na Constituinte, foi barrado na 8.112, e vem sendo barrado ao longo de décadas. Então, dizer que servidor não quer discutir isso é não conhecer a própria história da sua categoria.

Eu, como servidor – estou no Governo mas não vou deixar de ser servidor –, quero ver o meu direito de greve, eu quero ver o direito da minha entidade sindical negociar e, se for o caso, assinar acordo ou contrato coletivo de trabalho, em que eu possa discutir a liberação do dirigente. E aí eu acho que a gente tem que tratar, sim, as três coisas juntas. Não é tentar resolver o mundo e não resolver nada. Agora, não adianta também eu subir um degrau da escada e parar nele. Eu quero saber como é que eu faço para chegar lá em cima.

Quem é militante aqui, principalmente a grande maioria que veio da esquerda, no mínimo deve ter lido alguma coisa sobre tática e estratégia. Não se chega a um objetivo apenas dando um passo sem saber qual é o objetivo. O que eu quero? Resolver uma coisa de cada vez? Sim, é tático. Mas eu preciso saber o que é estratégico, eu preciso saber o que eu quero quando chegar lá.

E eu vou caminhando para o encerramento, dizendo o seguinte: nós queremos discutir a liberação de dirigente sindical, que inclui a remuneração, colocando, primeiro, que essa liberação tem que ser proporcional, garantindo representatividade não só em número de pessoas. Aí na lei, infelizmente, está dito “número de associados”: basta ter cinco mil associados para uma pessoa ser liberada para o movimento sindical, independente de ser remunerada ou não.

Dessas três entidades aí, quantas têm filiados no Banco Central? Se bobear, não têm cinco, não têm dez, não têm vinte. Mas têm um liberado. A direção do Sinal, que pega dez Estados, se bobear, não tem os três. E aí? Que tal a gente discutir uma proporcionalidade com base no tamanho da categoria, na área abrangente dessa categoria? Porque a grande parte dos servidores públicos, as categorias são em nível nacional, com raras exceções. Nós temos que discutir a remuneração desses servidores através de acordo, em que a gente veja quem é 100% onerado pelo Estado, quem é parcialmente onerado pelo Estado – esse parcialmente pode ser em valores, pode ser em prazo em que a gente possa discutir. Vamos discutir os direitos também dos servidores dirigentes sindicais liberados de ponto. O JP lembrou uma coisa que aconteceu com ele, e aconteceu comigo também. Eu fiquei dez anos liberados para o movimento sindical, eu vi quem entrou junto comigo chegar ao topo da tabela e eu ficar dez degraus junto comigo, chegar no topo da tabela, e eu ficar dez degraus abaixo, porque eu não tive progressão, não tive promoção, não tive nada. Voltei a ter no dia em que saí da direção do sindicato.

Nós temos que discutir os direitos do servidor dirigente sindical, e não apenas a remuneração!

E outro ponto: nós temos que definir qual é a entidade de caráter sindical, porque hoje o nome sindicato, federação, confederação ou associação não decide, não define. Nós não podemos dizer quem é que representa quem. Quem diz – eu concordo – é o servidor; agora, se o servidor tem isso claro, vamos pôr no papel! Vamos pôr as garantias básicas na lei e vamos levar o detalhamento, a minúcia para um processo de negociação coletiva pela qual, através de normas de negociação construídas em conjunto, nós definamos quais são os conteúdos dos acordos que a gente quer.

Foi levantado aqui, durante o debate, que a CLT garante a remuneração, desde que fruto de um acordo entre patrão e empregado. Por que nós não podemos fazer isso no serviço público? Por que não podemos colocar na lei que a liberação e a remuneração podem ser fruto de acordo? Mas, para isso, nós temos que tratar da norma de negociação coletiva; e, para tratar da negociação coletiva, nós temos de tratar de representatividade, se não nós vamos ter que fazer o que nós estamos fazendo agora, que é correr para impedir que projetos que tratam de restrição ao direito de greve sejam vitoriosos aqui dentro desta Casa.

Nós temos de olhar por que é que nós temos – e aí, Daro, não é exagero não – 12 projetos de lei, todos apensados – e o do Assis está junto –, em que negociação é deste tamanho, organização é quase nada, e greve é quase o projeto inteiro! Nós temos de discutir isso abertamente. O Governo se dispõe? Dispõe-se. E, quando eu falo que nós vamos preparar o material para deixar para a próxima equipe de Governo, não é dizer que o Governo não fez nada e, ao apagar as luzes do mandato, está querendo encaminhar alguma coisa. Não. É dizer o seguinte: a obrigação de quem está numa equipe em fim de mandato é apresentar para quem for suceder – nós não sabemos, pode ser que sejamos nós mesmos que vamos continuar lá, mas a gente não sabe –, é apresentar para a nossa Ministra – que também não sabemos se continua ou não – o que nós entendemos que é o balanço do que foi feito e as propostas do que precisa ser encaminhado, para que haja continuidade; para que aquilo que não encaminhou possa encaminhar, aquilo que encaminhou pouco encaminhe mais, e aquilo que encaminhou bem seja consolidado.

Então, nós temos que garantir todo o processo para que, no início da próxima Legislatura no Congresso, que vem logo um mês depois do início do funcionamento da nova equipe do Executivo, a gente tenha como dar continuidade, e não, daqui a pouco, ter que ver tanto o Governo, quanto as entidades sindicais e o Parlamento tentando recuperar, porque ninguém se lembra de como é que terminou o ano de 2014.

No mais, é agradecer ao Senador pelo convite para participar aqui, é agradecer a todos pela paciência, e dizer que, por mais que tenhamos dificuldades, a gente nunca deixou de conversar. A gente tem participado, dentro do possível, das audiências públicas aqui, principalmente as lideradas pelo Senador Paulo Paim, que é um grande defensor dos trabalhadores, seja do setor público, seja do setor estatal, privado, formais ou informais – porque trabalhador, muitas vezes, não é nem formal, mas é trabalhador –, e a gente, sempre que puder, vai contribuir.

E eu acho que a gente tem tudo para avançar bastante nessa discussão, não só da remuneração, mas da liberação e da doação do dirigente sindical no serviço público federal.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Vladimir, que falou pela Secretária-Executiva do Ministério de Planejamento.

Nós estamos com um problema de horário. Vou tentar ser muito rápido aqui no encaminhamento. Eu vou propor o seguinte: eu acho que o que mais surgiu neste debate, para mim, foi a palavra negociação. Não é nem negociação das entidades com o Congresso, é a negociação das entidades com o Executivo. E essa negociação – pego aqui uma palavra do Daro e de todos também – deve iniciar já, para que, se vier uma proposta do Executivo, ela tenha muito mais força para se contrapor ao projeto que foi aprovado aqui, naquela “comissão” – entre aspas. E, quando se montam essas comissões especiais, eu vejo que já vem bomba, porque saem das comissões de mérito, onde a gente consegue atuar de forma mais precisa. Assim mesmo, nós apresentamos o projeto da Fonacate, que é uma ampla visão do serviço público. Fiz uma reunião entre todas as centrais sindicais e a Fonacate, na busca de que se construísse um entendimento entre as centrais e a Fonacate. Não avançou aquela reunião. Então, estão os dois projetos na mão do Relator, que já deu a sua posição: nem da Fonacate, muito menos o projeto das centrais sindicais.

Por isso, eu iria propor aqui que nós encaminhássemos uma negociação urgente, com quatro pontos, que são o que vocês falaram, pois eu não estou inventando a roda: liberação com remuneração, direito de greve, negociação coletiva e organização sindical. Pelo que percebi e pelo motivo dessa agenda, estou colocando na ordem: liberação com remuneração, direito de greve, negociação coletiva e organização sindical.

Para não ficar só o dito pelo não dito, seria fundamental, Vladimir, que saíssemos desta audiência com uma reunião marcada com esse objetivo, porque, se o projeto aprovado naquela comissão não tiver uma posição contrária do Governo – eu sei como é que acontecem as coisas aqui, na Casa –, ele acaba sendo aprovado. Nós precisamos que essa mesa de negociação diga, com o Governo participando: “Esse projeto nós não vamos aceitar. Se é para aprovar esse projeto, é melhor não aprovar nada”. Esse é o que proíbe o direito de greve pela forma como ele foi montado.

Este seria o encaminhamento mais concreto: que saíssemos daqui com uma porta de negociação.

Vou passar para o JP dar uma contribuição. JP, para podermos encerrar.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Mais uma vez, perfeito, mas eu só queria fazer um adendo de uma questão: com a permissão do Flauzino, que é da CGTB, nós das centrais sindicais temos hoje, na comissão de relações do trabalho, no Ministério do Trabalho, um GT de servidores públicos. Nessa instância, já avançamos em vários itens, inclusive já pactuados no âmbito do Ministério do Trabalho. Eu não sei se o Ministério do Planejamento tem isso, mas eu queria incluir nessa agenda o Ministério do Trabalho, a Secretaria de Relações do Trabalho, onde está a câmara de servidores públicos. Lá, nós podemos apresentar alguns pontos que já foram consensuados com as centrais sindicais, como o financiamento dos servidores públicos, a questão de como deve ser o financiamento. Já fechamos acordo de como se caracteriza quem é trabalhador do serviço público, esse leque todo. E, com a reunião de hoje, tentaremos construir uma redação para a questão da representatividade. Então, já há vários pontos avançados que o Ministério do Trabalho pode vir aqui e apresentar também. Estamos incluindo, e nós das centrais nos organizamos para saber quem apresenta.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Que se faça uma mesa de negociação com as entidades que vá nesse leque e que possa avançar muito mais que isso que eu coloquei aqui.

Só quero dizer que ao projeto do Romero Jucá, para contrapor, nós apresentamos um substitutivo global e também uma série de emendas para gerar o debate. Queremos que todo esse material não seja votado e vá para essa mesa de negociação. Quem sabe lá vocês construam um substitutivo final e o remetam para cá, de preferência com apoio do Executivo.

Assim, esta reunião cumpriu os seus objetivos.

Obrigado a todos.

Até a próxima. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às nove horas e treze minutos, do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Paulo Davim, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Lídice da Mata. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM 1 – EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, de 2013 – Não Terminativo – **Autoria:** CPMI – Violência contra a Mulher – 2012 (CPMIVCM) – Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.295 de 2013 do Senado Federal (PLS Nº 295/2013 na Casa de origem), que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para inserir, entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, o princípio da organização de serviços públicos específicos e especializados para atendimento de mulheres e vítimas de violência doméstica em geral. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado Parecer da Favorável à Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2008 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Altera a Lei** nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008, e das 2 (duas) Emendas que apresen-

ta. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Altera a Lei** nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014, e da Emenda que apresenta. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014, com a Emenda nº 1-CAS. A Matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2013 – Não Terminativo – **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013, e da Emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda de iniciativa do Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS (de Redação); e contrário à Emenda do Senador Romero Jucá. Aprovado Requerimento nº 49, de 2014-CAS, solicitando Urgência nos termos do artigos 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2011 – Terminativo – **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesão como segurado especial da Previdência Social. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011. **Relatoria:** Senador José Pimentel. Resultado: Adiado. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, de 2012 – Terminativo – **Autoria:** Senador Jayme Campos. Dispõe sobre a profissão de vigia autônomo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2012, e da Emenda que apresenta. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senador Paulo Paim. Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. Resultado: Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Gim. Institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para sua emissão. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Adiado. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Cidinho Santos. Modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2014. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Altera a Lei** nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para incluir a realização de exames para identificação de biomarcadores nas mulheres de alto risco e reduzir para 35 anos a idade a partir da qual será disponibilizada a mamografia às mulheres pertencentes a grupos de risco. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, de 2014 – **Autoria:** Senador Jayme Campos e outros. Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013. Resultado: Aprovado. ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, de 2014 – **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. Em aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais (RAS) nº 42, de 2014, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2014, de autoria do Senador Kaká Andrade, que altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que os reajustes dos planos coletivos sejam regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, na lista de matérias de que trata o referido requerimento. Por oportuno, encaminho relação dos indicados para compor a Audiência Pública: • Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; • Representante da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON; • Representante da Unimed do Brasil; • Representante da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRANGE; • Representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde; • Representante da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti; e as Senadoras Ana Rita, Marta Suplicy, Lídice da Mata

e Lúcia Vânia; e o Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calhão, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis terminativos, conforme pauta previamente divulgada. Para o item nº 1 e o item nº 2 da pauta, estou aguardando a chegada dos relatores, a Senadora Ana Rita e o Senador Cristovam Buarque, mas já se encontram presentes os relatores do item nº 3 e do item 4.

Vou começar, então, pelo item 3. Não, estou confundindo. Mas eu não gostaria de começar pelo item 4. Eu acho que deveríamos aguardar, embora, Senador Jayme Campos, V. Exª já esteja com o relatório pronto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Também há o item 6, e eu posso ficar aqui por mais uns 40 minutos. Na hora em que o senhor achar propício fazer uma inversão para que eu possa ler, eu leio; Não precisa ser o primeiro, respeitando...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está bom. Enquanto isso, chega a Senadora Ana Rita.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, com a aquiescência do Plenário, vamos inverter, visto que o Senador Cyro Miranda preside a Comissão de Educação, e ele vai ler o parecer do item 6, que, embora seja terminativo, fica lido. e aguardaremos o quórum para deliberação.

ITEM Nº 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre a profissão de vigia autônomo.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2012, e da Emenda que apresenta.

Observações: – *Votação nominal.*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra a Senador Cyro Miranda, para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, o meu bom dia ao Senador Moka, que preside esta Comissão, e meus agradecimentos a V. Exª e aos meus pares pela oportunidade de inverter a pauta em função de termos uma audiência pública, inclusive em conjunto com V. Exª, a Comissão de Assuntos Econômicos, e também com a Comissão da Senadora Ana Rita.

Com muito prazer, relato o Projeto de Lei do Senado nº 302, do Senador Jayme Campos. O projeto possui 5 artigos.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão de caráter terminativo, Sr. Presidente.

O projeto possui cinco artigos: o primeiro deles cria a profissão e delimita seu campo de atuação. Em seus termos, o vigia autônomo é aquele que, desarmado, exerce a guarda ou patrulhamento de condomínios, ruas, imóveis residenciais ou comerciais, recebendo remuneração dos proprietários ou dos moradores. O exercício da atividade depende de registro nos órgãos de segurança pública dos Estados, ou dos Municípios, em caso de omissão dos Estados.

O art. 3º estabelece os requisitos mínimos para obtenção do registro de vigia autônomo, quais sejam, idade igual ou superior a 21 anos, residência fixa, ausência de antecedentes criminais, quitação das obrigações militares e eleitorais, escolaridade em nível fundamental, aptidão física e psicológica aferida por aprovação em

exame de entidade credenciada pelos órgãos de segurança pública. Além disso, o vigia deve possuir habilitação em curso de segurança privada e não pode ser funcionalmente vinculado a nenhum órgão de segurança pública.

O art. 4º dispõe que ao vigia autônomo aplicam-se as disposições da legislação trabalhista e previdenciária. E, por fim, o art. 5º determina a entrada imediata em vigor da lei, se aprovada.

Análise.

Sr. Presidente, na verdade, nós não estamos criando aqui a profissão de vigia. Na verdade, estamos regulamentando.

Ao Congresso Nacional compete a apreciação de proposição atinente às relações de trabalho, nos termos dos arts. 22, I e 48, *caput*, da Constituição Federal. Não há, portanto, problemas quanto à competência desta Casa e desta Comissão para a apreciação do projeto.

Ainda quanto aos aspectos formais, a questão afeta à regulamentação de profissões não se afigura reservada à lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento apto a sua disciplina.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição possui inequívoca importância e merece aprovação.

Uma das funções do legislador, talvez a principal delas, é a de identificar demandas sociais e, a partir delas, propor medidas que a assimilem ao ordenamento jurídico, como forma de reconhecimento social dessa demanda e como fundamento da atuação social dos interesses, justos, da sociedade e das parcelas que a compõem.

A presente proposição é um exemplo dessa atuação parlamentar. Como sabemos, a atividade de vigia autônomo encontra-se disseminada por todo o País.

Um reflexo, sem dúvida, da insegurança social que atinge até mesmo as pequenas cidades, por todo o Brasil, profissionais isolados ou organizados em consórcios ou cooperativas oferecem serviço de vigilância e de segurança de condomínios, ruas e prédios comerciais e residenciais.

Conquanto a atividade seja disseminada, o autor da Proposição considera e – com ele concordamos – que a ausência de sua regulamentação é prejudicial aos profissionais que a exercem, para seus clientes e, em última análise, para toda a sociedade.

A proposição ora em exame tem por escopo essa regulamentação e, em nossa opinião, de seu objetivo se desincumbe muito bem.

Com efeito, busca equilibrar o interesse da categoria e o social ao estabelecer critérios bastante razoáveis de qualificação para o exercício da profissão. Nos termos do projeto, o vigia autônomo deve obter registro junto aos órgãos de segurança pública do Estado onde exerce suas funções, registro este condicionado à inexistência de antecedentes criminais, ao cumprimento de suas obrigações cívicas, à sua idoneidade legal e à qualificação para o exercício da atividade.

As exigências impostas, como dissemos, são razoáveis e nos parecem adequadas para garantir à sociedade um mínimo de segurança para utilização dos vigias autônomos.

Cabem, não obstante algumas sugestões para seu aperfeiçoamento.

No art. 1º a expressão “fica criada a profissão de vigia autônomo” nos parece imprópria, uma vez que a legislação não tem o condão de criar um ofício, mormente um cuja existência já se encontra disseminada por todo o Brasil. A Lei deve se limitar, acreditamos, a reconhecer a realidade social da existência da profissão e a estender a seus componentes os efeitos jurídicos desse reconhecimento.

Outro ponto que merece reparos é a fixação da idade mínima de 21 anos para o exercício da atividade. Desde o advento do novo Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a capacidade civil plena é atingida aos 18 anos (art. 5º, *caput*), confluindo, dessa forma, com a capacidade penal, a capacidade eleitoral, excetuando-se a possibilidade de inscrição eleitoral aos 16 anos e a exigência de idades maiores para a eleição para alguns cargos eleitorais, e a capacidade plena para o trabalho – capacidade, no caso, de desempenho de trabalho noturno, insalubre ou perigoso.

Ora, se toda a legislação pertinente aponta a idade de 18 anos como a idade padrão para que se alcance plena capacidade, não encontramos fundamento para estabelecer idade maior para o exercício da profissão de vigia autônomo, disposição que, inclusive, pode ser considerada inconstitucional.

Entendemos que garantida a responsabilização civil e penal do profissional, não há motivos para se restringir o exercício da profissão a quem quer que seja. Excessiva, também, a restrição unicamente a brasileiro, dado que a Constituição não abriga distinções, no tocante à prática de profissão, entre brasileiros natos, naturalizados e estrangeiros, salvo poucas e estritas exceções.

Ora, em tal caso, consideramos suficiente que o trabalhador tenha condições de trabalhar no Brasil, matéria que já se encontra regulamentada no Estatuto do Estrangeiro – Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

Finalmente, entendemos que o art. 4º, que estende aos vigias autônomos a aplicação da legislação trabalhista, não se sustenta, contendo, mesmo, uma contradição em termos. Efetivamente, os termos do art. 1º e a própria denominação “vigia autônomo” descrevem uma relação contratual tipicamente atinente à prestação

de serviço, contemplada nos arts. 593 a 609 do Código Civil, inexistindo contrato de trabalho entre os vigias e seus contratantes.

Em tais circunstâncias, incabível se falar em extensão da legislação trabalhista a trabalhador autônomo. Trata-se de condição mutuamente exclusiva. Ou o trabalhador goza da liberdade do autônomo, sem a proteção da legislação trabalhista, ou goza dessa proteção com as restrições inerentes à relação de emprego.

Além disso, dispensável a referência à legislação previdenciária, dado que o autônomo é segurado obrigatório da Previdência Social, independentemente de qualquer outra consideração.

Destarte, apresentamos emendas para a solução desses três problemas apontados, recomendando, outrossim, a aprovação da Proposição.

VOTO

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 302, de 2012, do eminente Senador Jayme Campos, na forma da seguinte

EMENDA Nº – CAS

Dê-se aos arts. 1º e 3º, a, do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 302, de 2012, a seguinte redação, suprimindo-se o art. 4º e renumerando-se o seguinte:

Art. 1º Aplica-se a presente Lei ao exercício da profissão de vigia autônomo, definida como a atividade dos que exercem, desarmados, a guarda de condomínios ou ruas e o patrulhamento, a pé ou motorizado, de imóveis residenciais ou comerciais, percebendo remuneração paga pelos proprietários ou moradores da área abrangida pela vigilância.

Art. 3º
a) *ser maior de 18 anos;*
.....

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós temos então, por uma inversão de pauta, o Item 6. O Senador Cyro Miranda é o Relator, o autor é o Senador Jayme Campos.

A minha proposta é que o deixemos como lido. Não vamos iniciar a discussão porque já estamos com a Senadora Ana Rita, do item 1.

Na oportunidade do quórum, Senador Cyro, abriremos a discussão e, logo em seguida, a votação. Passo, então, à pauta normal. O projeto é considerado lido, e está suspensa a discussão.

ITEM 1

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 2013 – Não terminativo –

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.295 de 2013 do Senado Federal (PLS Nº 295/2013 na Casa de origem), que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para inserir, entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, o princípio da organização de serviços públicos específicos e especializados para atendimento de mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

Autoria: CPMI – Violência contra a Mulher – 2012

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prosseguimento da tramitação.*

– *Votação simbólica.*

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para leitura do seu relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Moka.

A emenda que passamos a analisar resulta de revisão feita pela Câmara dos Deputados ao texto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 295, de 2013, que trata do atendimento de mulheres e de vítimas de violência doméstica na rede de saúde pública do País. O projeto, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

(CPMI) da Violência contra a Mulher, na sua forma original, inclui, no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, inciso que prevê a organização de serviços públicos especializados para atendimento de mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garantam, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

Com as alterações oferecidas pela Câmara dos Deputados, nos termos da emenda apresentada pela Deputada Iara Bernardi, relatora da matéria na Comissão de Seguridade Social e Família daquela Casa, o inciso incluído ficaria com a seguinte redação: “organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras, em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013”.

Ratificada pelo Plenário da Câmara, a emenda veio para deliberação do Senado e está sujeita ao exame prévio desta Comissão de Assuntos Sociais, antes de ser submetida à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Análise.

A emenda oferecida pela Câmara dos Deputados ao PLS nº 295, de 2013, atua em dois sentidos. O primeiro é o de melhorar a redação da matéria, tornando o texto mais objetivo e mais consentâneo com o dispositivo da lei modificada, uma vez que se trata ali dos princípios a serem observados na criação dos serviços de saúde.

Em outro sentido, a emenda amplia a abrangência e a eficácia do projeto ao incluir em seu texto referência à Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Em consequência dessa mudança, ela estende a proteção buscada na matéria também para as vítimas de violência sexual.

Ressalte-se que a lei referida detalha o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. A menção desse diploma no texto do projeto contribui para o desenho de uma política pública de saúde que reconheça as necessidades específicas de atendimento das vítimas tanto da violência sexual quanto da violência doméstica.

O projeto contribui, sobretudo, para garantir às mulheres o direito fundamental à saúde, além de direcionar as ações do Estado para garantir um atendimento capaz de assegurar, no contexto da violência doméstica e da violência sexual, a prestação de serviços especializados que ofereçam os cuidados necessários para que as vítimas alcancem plena recuperação.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013.

É este o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Para discutir, Senadora?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É, para apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, por favor.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para dizer que essa emenda é muito bem-vinda no sentido de que, hoje, as mulheres vítimas de violência doméstica, mas principalmente violência sexual, não têm esse atendimento mais específico numa situação de extrema vulnerabilidade.

O que percebo é que, esta semana, este mês em que estamos dando um enfoque muito grande à violência contra a mulher em todas as Comissões, parabenizo esta Comissão por ter trazido este item para ser votado. Inclusive, Senadora Ana Rita, isso é fruto do seu extraordinário trabalho como Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher. Eu também diria que ele completa o projeto que apresentei e que foi votado na CCJ esta semana, que fala, no disposto do art. 203, do amparo à mulher vítima de violência. Então, parece-me que estamos cercando, porque fizemos na assistência social um projeto que ampara a mulher vítima de violência, para que essa mulher vai seja tratada, no mesmo caso, junto com o portador de deficiência ou idoso, pelo período de vulnerabilidade. Agora, a gente enfoca na saúde da mulher vítima principalmente de violência sexual para que tenha o atendimento, e, hoje, sem isso, não teria.

Parabéns, Senadora. É um projeto de extrema importância para as mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só para dar uma contribuição.

De acordo com estudo recentemente publicado, 35% de todas as mulheres devem sofrer violência ou em casa ou fora dela ao longo de suas vidas e 42% das mulheres foram vítimas de violência física ou sexual nesses casos.

Só esses dados, enfim, os números dos dados aqui comprovam a grandeza do projeto e a importância da aprovação dele no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, quero aqui agradecer à Senadora Marta Suplicy, que tem sido uma defensora sempre muito presente nessa questão da violência contra as mulheres. Também agradeço ao Senador Paulo Paim, mas, em particular, quero aqui fazer um agradecimento à Deputada Iara Bernardi, porque ela apresenta uma emenda que qualifica o projeto. E, na verdade, as mulheres que são vítimas da violência doméstica e também da violência sexual – e os casos são numerosos em nosso País, lamentavelmente –, ficam com muitas sequelas. Então, o atendimento da área da saúde é fundamental, não só o atendimento psicológico, mas particularmente o atendimento de reparação, quando se refere à estética da pessoa.

Quantas mulheres, nesse sofrimento, têm seu rosto desfigurado, por exemplo? É algo que marca a sua vida para sempre. Então, uma cirurgia reparadora, feita pelo Sistema Único de Saúde, é fundamental para que essa mulher possa recuperar sua autoestima e voltar a ter uma vida normal, depois dos anos de sofrimento que muitas delas passam.

Então, é uma alegria aprovar esse projeto aqui, hoje, nesta Comissão de Assuntos Sociais. Posteriormente, irá para a Comissão de Direitos Humanos.

Quero agradecer ao Presidente, Senador Moka, por tê-lo pautado nesta reunião de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, a votação é simbólica.

Acho que a Senadora Ana Rita lembrou bem. Fui colega da Deputada Iara Bernardi. Tem, realmente, uma trajetória, uma luta nesse sentido. V. Exª lembrou bem. Há casos, inclusive, em que as mulheres têm o seu rosto desfigurado. Não é muito incomum isso, são queimaduras, uma série de sequelas.

Quando você dá condições para que haja essa reparação, além do acompanhamento psicológico, de uma equipe multidisciplinar, acho que é de fundamental importância principalmente a reparação desses danos que realmente mutilam fisicamente as pessoas.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer favorável da Comissão à emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento da sua tramitação.

Item 3 da pauta.

Estou aguardando o Senador Cristovam como Relator. É o Item 2.

Pediria ao Senador Paulo Davim. Esse item, na verdade, já foi lido e foi pedida vista coletiva. Então, o que temos de fazer é colocá-lo em votação. Pediria ao Senador Paulo Davim para que falasse do projeto. Se os senhores Senadores concordarem, logo em seguida, encerrada já a discussão, passaremos também à votação, que é uma votação simbólica.

Aí adentraremos ao Item nº 4, que é a discussão do projeto de guarda compartilhada, cujo Relator é o Senador Jayme Campos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014, e da Emenda que apresenta.

Observações: – Em 19.11.2014, lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

– A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Decisão Terminativa.

– *Votação simbólica.*

O Senador Paulo Davim tem a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, resumidamente, para rememorarmos, para relembrarmos todos, para refrescar, esse projeto de lei de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Que lei é essa? É a Lei de Biossegurança. Essa lei, a Lei 11.105, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização das atividades envolvendo organismos geneticamente modificados.

Pois bem, o art. 15 dessa lei estabelece que, nas pesquisas e nos procedimentos com mecanismos geneticamente modificados que sejam aplicados em áreas habitadas, em campo, como eles chamam, haja previamente uma audiência pública. Só que esse mesmo art. 15 limita a existência dessa audiência pública à votação dos membros do conselho, ou seja, a maioria dos membros tem que votar a favor, aprovando a audiência pública.

Esse projeto de lei da Senadora Grazziotin modifica apenas um artigo. Ela estabelece a obrigatoriedade da realização de audiência pública. Ela tira esse impedimento da maioria absoluta da Comissão da CTNBio. Basicamente é isso. Torna, praticamente, obrigatória. Hoje a audiência pública já existe, mas mediante a aprovação da maioria dos seus membros. Ela apenas tira esse impedimento. É simples o projeto da Senadora Grazziotin, e o meu voto foi favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como houve pedido de vista, consulto se há entre os Senadores alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Encerrada a discussão, vou proceder à votação.

A votação é simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2014, com a Emenda nº1 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em decisão que lá será terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2013

Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013, e da Emenda de redação que apresenta; e pela rejeição da Emenda de iniciativa do Senador Romero Jucá.

– Em 29.04.2014, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

– Em 02.09.2014, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável ao Projeto.

– Em 10.11.2014, o Senador Romero Jucá ofereceu uma emenda ao projeto.

– Em 20.11.2014, a Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência pública sobre a proposta de guarda compartilhada, objeto do PLC nº 117, de 2013.

– A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Moka, colegas Senadores e Senadoras, quero apenas fazer um breve comentário, com a devida vênia. Peço permissão a V. Ex^a.

Nós tivemos um amplo debate. Particularmente nesta Comissão, nós tivemos uma bela audiência pública, de que várias autoridades com conhecimentos profundos em relação a esse projeto participaram.

Quero dizer que o nosso relatório não teve quase nada a observar sobre esse projeto, tendo em vista que mudamos apenas um termo, o que permitiu, com certeza, aperfeiçoar o termo anteriormente usado no projeto de lei encaminhado pela Câmara dos Deputados.

De maneira que quero, aqui, ser o mais breve possível para fazer a leitura do meu relatório nesse processo.

RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2013 (Projeto de Lei nº 1.009, de 2011, na Câmara dos Deputados), cujo objetivo é definir a expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre a aplicação desse instituto jurídico.

Para tanto, o projeto, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), para estabelecer que, mesmo em caso de desacordo entre os pais, será do tipo compartilhada a guarda dos filhos.

Ademais, o projeto especifica a necessidade de divisão equilibrada do tempo de convivência dos filhos com a mãe e o pai; possibilita a supervisão compartilhada dos interesses do filho; fixa multa para o estabelecimento que se negar a dar informações a qualquer dos genitores sobre os filhos; dá preferência à oitiva das partes perante o juiz, em caso de necessidade de medida cautelar que envolva guarda dos filhos; e determina que ambos os pais participem do ato que autoriza a viagem dos filhos para o exterior ou para a mudança permanente de Município.

Na justificação da matéria, o autor, após louvar o instituto da guarda compartilhada de filhos de casais separados, argumenta que a forma atual da lei não consegue mais resolver as questões às quais se dirige. Segundo ele, a redação da lei induz os magistrados a decretarem a guarda compartilhada apenas nos casos em que os pais mantenham uma boa relação após o final do casamento, evitando o uso do instituto justamente naqueles casos em que ele seria mais necessário, que é nas situações de desacordo.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi submetido à Comissão de Seguridade Social e à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que o aprovaram na forma de substitutivo.

Encaminhado ao Senado, o projeto foi distribuído para a análise prévia da Comissão de Direitos Humanos – CDH onde teve o parecer aprovado com a apresentação de um substitutivo e da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania que aprovou parecer pela aprovação, nos termos do projeto originalmente enviado pela Câmara dos Deputados.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 884, de 2014, esta Comissão de Assuntos Sociais foi chamada a analisar o projeto, o que passa a fazer.

Perante esta Comissão foi apresentada uma emenda do Senador Romero Jucá.

II – ANÁLISE

Conforme os incisos I, II e IV do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre matéria acerca de assistência social e assuntos correlatos, inclusive a proteção à infância e à adolescência, o que torna regimental o exame do PLC nº 117, de 2013.

O maior mérito do projeto é o de reparar a intenção do legislador de fortalecer o instituto da guarda compartilhada. Acertou o autor ao interpretar a guarda compartilhada como solução para os casos de desinteligência entre os ex-cônjuges, não se devendo evitar seu uso quando houver discórdia. Ao contrário, trata-se de obrigar a sua aplicação, e o meio encontrado para isso é adequado.

Conforme o autor, a existência de acordo ou de bom relacionamento entre os genitores não pode ser critério condicionante para a instituição da guarda compartilhada. Mesmo porque um cônjuge conflituoso poderia valer-se da situação para impedir a aplicação da guarda compartilhada, que é, na maioria das situações, o instituto que melhor atende aos interesses dos filhos.

Assim, avaliamos a proposição como uma medida que tem o condão de não permitir que as crianças e os adolescentes tornem-se meios de lutas nos conflitos entre os genitores.

Não obstante os seus méritos, o PLC nº 117, de 2013, receberia bem uma emenda de redação, de modo a substituir as expressão “custódia física” por “convivência”, para dar-lhe mais compatibilidade com os códigos morais de nosso tempo.

III – VOTO

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013, com a seguinte emenda de redação que apresenta e pela rejeição da emenda de iniciativa do Senador Romero Jucá.

Apresenta a Comissão de Assuntos Sociais a seguinte:

EMENDA

Dê-se ao art. 2º, do PLC nº 117, que altera o §2º, do art. 1.583, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 a seguinte redação:

Art. 1.583

§ 2º – Na guarda compartilhada o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada entre a mãe e o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

Esses são o meu relatório e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Jayme Campos.

Só queria, antes, dar uma informação. Na última quinta-feira, nós ouvimos aqui seis especialistas, indicados aleatoriamente, até pela Consultoria do Senado.

Tinha a presença, salvo melhor juízo, de três juízas que cuidam do assunto e uma advogada que faz a intermediação. E houve unanimidade desses especialistas. Também tinha a presença do Arnaldino aqui como debatedor, que é um incansável lutador por essa causa. Não houve nenhuma manifestação contra o projeto. Foram unânimes. E esta Comissão deveria aprovar o projeto como veio da Câmara.

A emenda que o Senador Jayme Campos propõe é uma emenda de redação. Ela não altera o conteúdo do projeto, ou seja, se nós a aprovarmos hoje aqui, penso em estabelecer com o Plenário da Comissão um pedido de urgência, e o Senador Renan Calheiros já me disse que, se for feito o pedido de urgência, fará o possível para votar ainda hoje no plenário do Senado.

Há uma expectativa muito grande sobre esse projeto. Eu me sinto na obrigação de informá-los, mas longe de exercer qualquer patrulhamento sobre qualquer um dos Senadores, porque, V. Ex^{as} me conhecem e sabem que eu não faria isso nunca. Mas me senti na obrigação de informá-los sobre a audiência pública que aconteceu aqui na quinta-feira próxima passada.

Então, em discussão o projeto.

Para discutir, Senadora Marta Suplicy.

Saúdo V. Ex^a e desejo boas-vindas por seu retorno. Sua presença, sua cultura, sua inteligência são muito importantes nesta Comissão, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigada pela recepção tão carinhosa, Senador Moka.

Concordo com V. Ex^a: este é um dos projetos importantes para a família, principalmente para a criança. Muitos podem criticar, dizendo que a mãe é principal. Mas isso é muito antigo. As famílias já mudaram muito. Hoje o pai e a mãe, nas famílias, exercem o mesmo papel. O pai leva ao dentista, o pai cuida, o pai dá banho, o pai troca fralda e isso é extremamente bom para o desenvolvimento e para o vínculo da criança com esse pai e com essa mãe. Então, esse é um argumento extremamente defasado – nem sei se isso foi discutido aqui na audiência –, é antigo.

Mas existe ainda esta preocupação: “O pai não vai saber fazer tão bem quanto eu, que sou a mãe.” Ridículo. Pai, às vezes, faz muito melhor. Às vezes, faz pior, mas isso faz parte. Há mãe boa, mãe que é qualificada, e pai que é e pai que não é. Não é isso que vai fazer a diferença nesse sentido que estamos conversando.

A outra coisa que eu queria colocar é o ponto seguinte: quando há uma separação, há um conflito geralmente acentuado, turbulência na casa, tensão, o que é muito ruim para a criança. Acredito que a guarda compartilhada diminua essa situação em benefício da criança, porque se eu tenho o poder de ficar com a criança, eu posso exercer esse poder com o cônjuge que saiu. Isso pode se dar até de forma financeira, tentando arrumar as visitas de acordo com a forma como ele se porte, de acordo com o que eu queira financeiramente, ou também por vingança, situações variadas que sabemos que existem.

Então, acredito que isso acaba colocando o casal de forma equitativa em relação ao poder, e isso, para a criança, ajuda bastante, porque a coisa acaba esfriando depois de um tempo.

Também quero dizer que o mais importante disso é que é um projeto generoso com a criança, que é o que nós estamos discutindo aqui. E por quê? Porque se os dois, pai e mãe, podem prestar esse cuidado à criança, o desenvolvimento certamente será mais adequado e a possibilidade de ela desenvolver os vínculos tanto com a mãe quanto com o pai vai ser mais semelhante, vai haver uma oportunidade ali que muitas vezes não existe e isto, o cuidado que se tem com a criança, é o que vai criar esse vínculo. Se o pai faz somente visita, isso realmente não vai levar à criação de um vínculo como aquele decorrente de ele assumir a responsabilidade da guarda compartilhada.

Muitos homens talvez não queiram isso de imediato. Entendo, porque há cabeça que ainda funciona assim e porque a sociedade é machista mesmo.

Ele vai ter mais dificuldade em sair do trabalho na quarta-feira ou na quinta-feira, às 16h30, para buscar aquela criança na escola. Ele vai ter mais dificuldade do que uma mãe que já se ajeitou. Em toda situação familiar geralmente é assim. Mas isso faz parte da transição da sociedade em que vivemos.

Acho que, no final das contas, olhando em retrospecto dez, quinze anos depois, esse pai que tem o problema hoje de rearranjo de trabalho vai ficar muito satisfeito e muito grato por ter sido requisitado ou quase obrigado a assumir esse papel.

Parabéns pelo projeto e pelo esforço que V. Ex^a está fazendo, pela audiência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Eu vou ler aqui uma relação de inscritos. Estão inscritos para discutir o projeto: Senadora Lídice da Mata, é a próxima Senadora da lista; Senador Cyro Miranda; Senador Paim; Senador Eduardo Suplicy; Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, também quero parabenizar o Deputado Arnaldo Faria de Sá e V. Ex^a que, na Presidência desta Comissão, está fazendo um esforço para viabilizar o debate e a aprovação deste projeto antes do final do ano.

Eu creio ser esse projeto uma proposta, como disse a Senadora Marta, de grande relevância para a vida das crianças, das famílias e das mulheres.

Diferentemente de como alguns pensam, as mulheres e o movimento de mulheres não querem a permanência de um poder absoluto sobre seus filhos. A necessidade de dividir esse poder com os pais e de fazer com que os pais tenham uma paternidade responsável é uma preocupação das mulheres, que têm o foco no seus filhos e que, por isso, sabem da importância para os filhos dessa guarda compartilhada.

É claro que, num momento de separação, muitas vezes conflituosa, sempre há alguém que não queria separar-se. Muitas vezes é a mulher. E muitas vezes a mulher, dominada pelo sentimento de revanche, leva os filhos a uma separação do pai. Há uma proibição da presença do pai na vida das crianças. Mas nem sempre é só isso, não. Muitos pais, por decidirem-se pela constituição de uma nova família – um ditado popular diz que os homens amam as mulheres e as mulheres amam os filhos –, se esquecem da família anterior e passam a adotar a nova família como sendo a sua família. E tudo isso é rompimento difícil para os filhos que, desde muito cedo, são levados, muitas vezes, a optar, a fazer uma opção que eles nunca quiseram, entre o pai e a mãe num conflito que não é deles.

Portanto, é um projeto extremamente importante para viabilizar a segurança das crianças, o afeto, a possibilidade de referência de uma família moderna, em que hoje já se pode dizer: os meus filhos, os seus filhos e os nossos filhos num só núcleo familiar. Isso é extremamente positivo.

Eu não poderia deixar, como integrante desse movimento de mulheres por tantos anos, de registrar aqui que essa é uma luta em que o movimento feminista, no Brasil inteiro, sempre esteve presente.

Parabenizando, dou meu voto favorável.

Parabenizo também o Relator, Senador Jayme Campos, que relatou de forma concisa e precisa esse objetivo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo a Senadora Lídice da Mata, concedo a palavra, para discutir, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, logo a princípio quero parabenizar o Relator por ter, do projeto de autoria do Deputado, feito um relatório claro, um relatório fácil de ser entendido, mostrando as dificuldades.

É evidente que sabemos que qualquer separação é dolorosa para a criança a princípio. Nenhum filho quer ver o pai e a mãe separados. Depois ele vira um brinquedo, muitas vezes, por tudo o que a Senadora Lídice da Mata já comentou, na mão de duas pessoas. E isso influencia muitas vezes o juiz. São levados fatos ao juiz que não são verídicos.

Então, esse projeto da guarda compartilhada vem trazer uma disponibilidade que o homem tem, que talvez no passado não fosse tão presente ou não se conhecia. No entanto, hoje a gente sabe, em consultórios de pessoas, de especialistas da área, que recebem pais e mães, que há muitos homens extremamente interessados, às vezes até mais do que as mães.

Como disse a Senadora Marta, temos dos dois lados aqueles mais interessados e os menos interessados, e a guarda compartilhada é uma oportunidade para que a criança sofra muito menos. A criança sempre vai ver a figura do pai e da mãe como extremamente necessária. Não interessando a briga que tiveram, mas a criança precisa de um pai e precisa de uma mãe.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, esse projeto já foi amplamente discutido na Comissão de Direitos Humanos, na CCJ e já estava no plenário. Do plenário, ele voltou para cá, criou-se uma expectativa enorme na sociedade pela sua aprovação.

Eu acompanhei um pouco desde a questão primeira da alienação parental e depois da guarda compartilhada. Eu quero cumprimentar todos os Senadores que me antecederam e, principalmente, claro, o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Senador Jayme Campos, Relator da matéria, que atendeu ao apelo popular. O apelo popular é para aprovar o projeto nos moldes que veio lá da Câmara dos Deputados, e foi esse o nosso entendimento, tanto que ele já estava no plenário das comissões de cujo debate participei.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que mexeu muito comigo a carta, que o senhor deve ter recebido, da avó do menino Bernardo, em que tanto a avó quanto os advogados do menino disseram que se esse projeto já tivesse sido aprovado o menino provavelmente não teria sido assassinado pela madrasta. Só esse exemplo e a força da carta que li quando me chegou demonstram que temos que votar a matéria com rapidez e dar a urgência necessária. E, naturalmente, depois a Presidenta da República ainda vai poder fazer um crivo mais profundo sobre o tema no momento da sanção.

Era isso, elogiando a todos que ajudaram na elaboração desse projeto e que aqui o defendeu.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Paulo Paim. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero cumprimentar o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Relator, Senador Jayme Campos, toda a Comissão e V. Exª pelo esforço que têm tido para apreciarmos bem essa matéria.

Todos sabemos que a educação dos filhos se processa em melhores condições quando ocorre a participação do pai e da mãe da criança. É lícito pensar que, *a priori*, a guarda compartilhada é o melhor caminho para as crianças quando da separação do casal.

Há casos especiais como, por exemplo, quando um dos ex-cônjuges utiliza a criança para magoar o outro ou quando ainda existe um sentimento forte de uma das partes, para os quais se faz necessário analisar com mais parcimônia a forma de aplicação da guarda compartilhada. Mas não é postura simples exigir ou impor aos magistrados determinadas decisões relativas ao direito da família, pois sabemos que o juiz precisa fazer um estudo particular diante de cada caso concreto.

Eu pedi à Consultoria Legislativa que analise ainda alguns pontos específicos do projeto de lei. Seria bom até ter mais tempo para isso, mas eu compreendo as observações de V. Exª, a audiência que foi proporcionada na semana passada. Muitos dos especialistas, conforme V. Exª mencionou, avaliam que devemos aprovar o projeto tal como está. E eu quero aqui reiterar um apelo à Consultoria Legislativa para que, se tiverem alguma sugestão ainda por ser apresentada que possa fazê-lo antes de a matéria ser apreciada em plenário. Assim, eu não vou solicitar vista, Sr. Presidente, mas faço esse apelo porque há casos, por exemplo, de mães que têm tido grande dificuldades no acerto com a Justiça quando, por exemplo, a criança está no exterior com um dos pais, e causando dificuldades para a mãe, que deseja também ter a guarda das crianças. Nesses casos, o entendimento nem sempre é tão fácil.

São casos de maior complexidade, mas eu espero que a Consultoria Legislativa possa encaminhar alguma sugestão para ser ainda apreciada em plenário.

Então, eu vou atender ao apelo de V. Exª e não pedir vista hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero agradecer o Senador Eduardo Suplicy e dizer que, realmente, ainda tem o plenário.

Também quero dar o testemunho ao dizer que ouvimos muita gente. O assunto é polêmico, mas há unanimidade de que o melhor caminho é esse. Claro que é difícil. Eu ouvi de uma especialista, uma juíza, que há juízes que entram para a audiência e dizem: “Aqui não tem guarda compartilhada”. No entanto, a legislação atual diz que “sempre que possível”. Então, “sempre que possível” é usado, na maioria das vezes, para conceder guarda unilateral.

Então, isso não pode mais acontecer. Agora, eu vou respeitar sempre a opinião dos Senadores, mas sinto-me na obrigação de dizer que o projeto está maduro para ir à votação no Senado. Cabe emenda, cabe mais discussão. e ainda nós temos a sanção da Presidente Dilma. Tem tudo isso ainda para acontecer. Mas eu faria esse apelo, realmente. É muito incomum, da minha parte, como Presidente, tomar partido em uma discussão como essa, mas eu me senti na obrigação de fazê-lo em relação a esse projeto.

Concedo a palavra a Senadora Lúcia Vânia, a última oradora inscrita para discutir.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar V. Exª pela forma como conduziu esse tema. É um tema delicado, um tema im-

portante, acerca do qual o Relator teve a preocupação de convocar, aqui, uma audiência pública que eu tive o prazer de assistir, audiência em que as dúvidas foram esclarecidas pelos especialistas que aqui estiveram.

Eu não tenho dúvida de que o Relator foi extremamente cuidadoso, preocupado com o tema e que vamos oferecer à sociedade brasileira um projeto debatido, um projeto refletido.

Não vou me alongar dizendo dos benefícios do projeto, vez que as Senadoras Lídice e Marta já o fizeram, dizendo da importância desse projeto para as crianças brasileiras e, principalmente, a resposta à nova composição da família brasileira na sua complexidade hoje, que não pode ser tratada como foi anteriormente.

Portanto, eu deixo aqui o meu apoio, os meus cumprimentos ao Relator, os meus cumprimentos ao autor do Projeto, Deputado Arnaldo Faria de Sá, e, principalmente os meus cumprimentos a V. Exª que teve a clareza e a preocupação ao convocar uma audiência pública, que foi altamente positiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a Senadora Lúcia Vânia.

Está encerrada a discussão.

A votação do projeto é simbólica.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator do Senador Jayme Campos – a quem, de público, quero agradecer o empenho, a presteza, a agilidade a forma equilibrada com que ele conduziu esse relatório – permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013, com a Emenda nº1-CAS, emenda de redação, e contrário à Emenda do Senador Romero Juca.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Tem a palavra V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Quero solicitar a V. Exª que esse projeto seja encaminhado para o plenário da Casa em regime de urgência. É uma matéria, como V. Exª bem o disse, prioritária, tendo em vista a necessidade de buscarmos uma lei firme que possa dar segurança a toda a sociedade.

Assim sendo, apelo para que V. Exª faça a leitura do requerimento e o coloque em votação.

Esse é o nosso pleito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Extrapauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, DE 2014

– Não terminativo –

Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013.

Autoria: Senador Jayme Campos e outros

Eu também vou subscrever esse requerimento. Caso haja algum Senador ou Senadora que também queira subscrevê-lo penso que seria importante, para que pudéssemos levá-lo ao Presidente do Senado como apoio de todos nós.

Posso considerar o apoio de todos os membros presentes aqui na Comissão de Assuntos Sociais?

(Pausa.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, estão aprovados o projeto e o requerimento de urgência.

Parabéns ao Senador Jayme Campos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exª, com a concordância dos colegas, se, depois da votação do próximo item, poderíamos votar o item 7, que é de minha autoria, mas eu sou Relator de um outro item agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Embora concorde sem nenhuma dificuldade sobre essa questão levantada pelo Senador Mozarildo, o item 5, Senador Mozarildo trata de projeto do Senador Rodrigo Rollemberg, relatado pelo Senador José Pimentel, que recebeu parecer favorável em outras duas comissões e tem parecer de rejeição nesta Comissão. Eu queria encaminhar a solicitação a V. Exª de pedido de vista para que nós adiássemos a votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata, tão logo seja lido, evidentemente lhe concederei vista. Antes, porém, é preciso que ele seja lido.

Então, com a aquiescência do Plenário, feita a inversão da pauta, vamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2013

– Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, por economia processual, vou direto à análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às condições para o exercício de profissões.

O profissional da gerontologia tem papel fundamental nesse processo e a sua atuação já é uma realidade em nosso País, conforme bem apontou o autor da proposição. Esses profissionais hoje atuam em planos de saúde, consultorias de preparação para aposentadoria, núcleos de convivência para idosos, hospitais-dia geriátricos, em centro-dia e na área da educação, além de pesquisa básica principalmente sobre o mal de Alzheimer.

Realmente, é um profissional, que ao lado dos outros já reconhecidos, completa a equipe adequada ao cuidado com o processo do envelhecimento, em suas múltiplas facetas. Dotar-lhes de reconhecimento legal é fortalecer-lhes a profissão e honrar-lhes o seu fiel cumprimento.

Voto.

Essas são as razões pelas quais o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Tendo em vista ser este um projeto terminativo e por estarmos sem quórum, a minha sugestão é que passemos à leitura de todos os projetos e aguardemos quórum. Enquanto isso, vamos à leitura dos pareceres.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de retirar da pauta o item 10 do qual sou Relatora, porque o Ministério da Saúde nos contatou com objetivo de oferecer algumas contribuições. Então, eu vou reformular o nosso relatório, considerando também as contribuições do Ministério da Saúde. Por isso, peço para ser retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está retirado de pauta, a pedido da Relatora, o item 10.

(*É o seguinte o item retirado de pauta:*)

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para incluir a realização de exames para identificação de biomarcadores nas mulheres de alto risco e reduzir para 35

anos a idade a partir da qual será disponibilizada a mamografia às mulheres pertencentes a grupos de risco.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – *Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.*

– *Votação nominal.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho, Senador Lídice.

Eu pediria ao Senador Paulo Paim se ele pode fazer a leitura do item 2. O Relator é o Senador Cristovam Buarque e é pela aprovação. O projeto não é terminativo.

Senadora Lídice da Mata, com a ausência do Senador Pimentel, eu vou retirar de pauta o item 5, porque, aí, V. Exª não tem necessidade de esperar a leitura.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, estou retirando da pauta, de ofício, o item 5. Em seguida, farei a leitura do item 2.

(É o seguinte o item retirado de pauta):

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta alínea c ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea c ao inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o artesanato como segurado especial da Previdência Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2011.

Observações: – *Votação nominal.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2008

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra, como Relator *ad hoc*, para relatar o item 2 de nossa pauta, ao Senador Paulo Paim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente apenas para fazer uma solicitação a V. Exª: do nosso projeto já relatado pelo Senador Cyro Miranda, V. Exª suspendeu a discussão pela falta de quórum. Espero que V. Exª, após a leitura do relatório que vai ser proferido pelo eminente Senador Paulo Paim, coloque em discussão e, após a discussão, entre em processo de votação, tendo em vista ser um projeto que não é terminativo. Ou melhor, é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O projeto é terminativo. Eu posso abrir a discussão e encerrar a discussão para que ele fique aguardando a votação. Está certo?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Positivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, percebo que é um relatório amplo, são quase dez folhas sobre um tema delicado. Por isso,...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª prefere que eu o retire de pauta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acharia bom, Sr. Presidente. Eu assumo a relatoria *ad hoc*. Caso, na próxima reunião, o Relator estiver presente, não há problema algum de eu lhe devolver a relatoria. Caso contrário, eu trarei a minha posição clara, porque como são inúmeras páginas e é um tema delicado, eu me sentiria meio constrangido de dar um parecer sem tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu o entendo e compartilho da sua preocupação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Retiramos de pauta e eu me comprometo, como Relator *ad hoc* fazer a leitura, com alguma alteração, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu, propositadamente, lhe solicitei relatoria *ad hoc* porque, se tem alguém que poderia fazê-lo, é V. Exª, por ser um tema que V. Exª domina. Mas entendo a sua preocupação e dela compartilho.

Está retirado de pauta o item 2 lido acima.

Abro a discussão do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre a profissão de vigia autônomo.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2012, e da Emenda que apresenta.

Observações: – *Votação nominal.*

(Pausa.)

O relatório já foi lido pelo Senador Cyro Miranda.

Em discussão o projeto.

O relatório é do Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tem a palavra, para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu estou muito apegado ao projeto do Senador Jayme Campos. E entendo que o art. 4 foi a coisa mais bonita que encontrei no projeto, porque ali se assegura que o trabalhador de cooperativa, autônomo, mas cooperativado, vai ter direito à Previdência e ao cumprimento da CLT.

O Senador Cyro, também de forma competente e inteligente, mostra que pode haver uma contradição entre o autônomo e esse direito, que eu acho que é sagrado, de o trabalhador receber o correspondente à CLT e à Previdência. Teríamos dois caminhos, se V. Exª concordar. Eu estou favorável ao seu projeto na íntegra. Poderíamos chamar aqui os vigilantes, que é uma categoria superorganizada, para dialogar sobre o seu projeto, ou eu peço vista, e daí vou dar um parecer muito mais próximo à sua posição, embora eu entenda a contradição levantada: autônomo é uma coisa e celetista é outra.

Nós poderíamos construir uma redação que garantisse a esses trabalhadores, que é a sua intenção, o direito a ganhar o que manda a CLT e a Previdência, até porque o nosso próprio Congresso, agora, vai votar dos nossos funcionários de confiança, que eles tenham direito ao mínimo, que é a CLT e ao Fundo de Garantia, que vai na linha do seu projeto também

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Senador Paulo, é evidente que, partindo de V. Exª, temos que levar em consideração, sobretudo por ser um mestre na defesa dos trabalhadores brasileiros. A intenção do nosso projeto é criar e, sobretudo, reconhecer uma categoria que, lamentavelmente hoje, não tem nenhuma garantia, nenhum benefício.

Naturalmente se é desejo de V. Exª promover uma audiência pública, evidentemente que, para mim, seria muito bom, tendo em vista que teríamos a oportunidade ímpar de ouvir as pessoas envolvidas, sobretudo o trabalhador denominado vigia. Temos alguns milhões no Brasil, que lamentavelmente, não são considera-

dos, ou seja, não têm nenhum reconhecimento, por se tratar de pessoas que se empregam sem ter nenhum direito empregatício.

Assim sendo, entendo que, se V. Ex^a quiser aprimorar, sobretudo por ser um especialista em assuntos correlatos, com certeza eu receberei de bom grado.

Com certeza, V. Ex^a fará um requerimento à Mesa, propondo uma audiência pública, se possível, para que possamos aprimorar esse projeto, feito com a melhor intenção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Saiba V. Ex^a que isso aqui partiu de muitos vigias. Na minha cidade, Várzea Grande, fui procurado por um contingente enorme de pessoas humildes para que eles fossem reconhecidos. “Senador, nós queremos ser reconhecidos. Nós queremos ter o nosso trabalho transformado em uma categoria que presta belos serviços à sociedade. Lamentavelmente, hoje, não temos reconhecimento e não somos valorizadas como merecemos.”

Essa é a minha motivação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para ficar claro: se o Relator não tivesse retirado o art. 4, eu votaria em seu projeto; depois discutiríamos mais à frente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, eu estou em dúvida se o Senador Paulo Paim está ou não pedindo vista. Se ele pedir vista para uma audiência pública, fica sobrestada a votação do projeto.

Eu penso que o pedido de vista para a conversa com a categoria e para propor uma alteração que o Senador Cyro Miranda aceite, seja talvez o meio de agilizarmos a aprovação do projeto. Mas se V. Ex^a acha que deve fazer audiência pública, aí o caminho realmente é...

Sendo pedido de vista, fica sobrestada a discussão do projeto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu queria fazer um apelo ao Senador Paulo Paim para que, se possível, em seu pedido de vista, pudéssemos aprimorar ou melhorar tendo em vista o seu conhecimento profundo, mas eu gostaria imensamente de aprovar este projeto ainda durante o meu mandato como Senador da República.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Seu pedido é uma ordem, Senador.

Farei só o pedido de vista. Vamos dialogar para aprimorar com o Relator, para garantir o que está no art. 4, de sua lavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu fico muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista concedida...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Poderia ser vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, vista coletiva.

Provavelmente, na próxima quarta-feira estejamos aptos a votar o projeto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em função de que os próximos itens... Se bem que nós já lemos também. Só tem um item aqui.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só para ser fiel à minha conversa com o setor empresarial, quanto ao item 7, que já li e cujo relatório apresentei, eles me pediram uma rodada de negociação, que acertamos na segunda-feira. Aí, se ajustarmos o que tem que ser ajustado no item 7, que já dei parecer pela rejeição... Mas a CNI me procurou, e vou dialogar com eles na segunda-feira e votaríamos na próxima quarta-feira.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu queria apenas indagar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não. Há um equívoco. O item 7 foi lido. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Não é o item 7, é o item 9, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Do item 9, de que V. Ex^a é o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É o item 9, Presidente. É o item 9.

Eu já li, mas quero só anunciar que vou manter o acordo, vamos nos reunir na segunda-feira e votaríamos na próxima quarta-feira.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

Eu queria apenas consultar V. Ex^a se está encerrada a discussão desse meu projeto?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está encerrada a discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Está encerrada, apenas agora aguardando, naturalmente, o pedido de vista feito pelo Senador Paulo Paim, que vai fazer suas avaliações.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Evidentemente, com o pedido de vista, havendo alguma modificação no texto...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Aí volta à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aí a Presidência reabre a discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª conhece melhor o Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu tenho aqui, do Líder Humberto Costa, um pedido extrapauta. Não sei se V. Exª poderia apreciar neste momento. Na verdade, ele diz o seguinte:

“Em aditamento ao requerimento da Comissão de Assuntos Sociais, requeiro, nos termos regimentais, inclusão do Projeto de Lei nº 282, de autoria do Senador Kaká Andrade, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que os reajustes dos planos coletivos sejam regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, na lista de matérias de que trata o referido requerimento”.

Aqui ele dá a lista dos convidados para essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª só tem que subscrever o requerimento do Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já está subscrito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É o requerimento que o Senador Paulo Paim apresentou à Comissão. Na verdade, é um aditamento.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, DE 2014

– Não terminativo –

Em aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais (RAS) nº 42, de 2014, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2014, de autoria do Senador Kaká Andrade, que altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que os reajustes dos planos coletivos sejam regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, na lista de matérias de que trata o referido requerimento.

Por oportuno, encaminho relação dos indicados para compor a Audiência Pública: • Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; • Representante da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON; • Representante da Unimed do Brasil; • Representante da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRANGE; Representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde; Representante da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Coloco em votação o requerimento do Senador Humberto Costa, subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência...

Senador Cristovam Buarque, V. Exª me perdoe, mas eu realmente tinha pedido ao Senador Paulo Paim... e fizemos aqui um acordo de que na próxima semana nós ouviríamos... Porque o projeto é complexo, com duas emendas, e o Senador Paulo Paim não se sentiu à vontade para fazer a relatoria *ad hoc*. Mas que bom que V. Exª está presente.

E eu concedo a palavra a V. Exª se quiser fazer algum comentário a respeito do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Apenas para dizer que estou satisfeito com a ideia de adiar porque dá mais tempo para pensar melhor. E na próxima semana eu estarei aqui para relatar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Então, o encaminhamento que foi dado é o mesmo com que V. Exª também concorda.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE DEZEMBRO
DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9,
ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL**

Às nove horas e dezoito minutos, do dia três de dezembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Paulo Davim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Graziotin, Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Jayme Campos. Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2014. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2014 – Complementar – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Altera a Lei** Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências, para dispor sobre a utilização do critério populacional e do Índice de Desenvolvimento Humano no rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados para os demais entes da Federação. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2014 – Complementar. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senadora Ana Rita. Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Substitutivo. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do RAS 25 de 2013 – CAS, de minha autoria. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, de 2014 – **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2014-CAS, aprovado em 28 de maio de 2014, requeiro a retificação do nome do Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, a saber Senhor Ronaldo Salles. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014; item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2008; item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2012; item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013; item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014; item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2014; item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Eduardo Suplicy, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, a Senadora Ana Amélia, e o Senador Waldemir Moka, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 41ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e de seis itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Antes de iniciar essa apreciação, concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino, pela ordem. Ele quer propor a inclusão na pauta de um projeto. Temos de ouvi-lo, Senador Paulo Paim, Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Davim.

Com a palavra, o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka; Srª Senadora; Srs. Senadores, eu queria solicitar a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 88, do qual sou Relator. Ele já foi lido. Nós o retiramos para fazer modificações. Ampliamos as discussões sobre o projeto e fizemos um novo relatório.

E queria solicitar a inclusão extrapauta da leitura. Sei que é um projeto terminativo, mas, pelo menos, damos andamento à leitura desse projeto na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos incluir na pauta a solicitação do Senador João Vicente Claudino.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, conversei aqui com o nosso amigo e Relator. Fui eu quem pediu vista da outra vez, combinado com ele. Ele apresenta um novo relatório. Eu acho que seria muito bom – e ele concorda – se ele lesse o relatório dele. Não será feito pedido de vista – eu me comprometo – na próxima semana. Ele lê o relatório, a discussão continua, e nós votaríamos na próxima quarta-feira. Pelo menos foi o que combinamos aqui. Eu vou receber o relatório. Se eu tiver algum adendo a fazer, eu o faço e entrego para ele. E ele, como Relator, se entender que é possível, nós votamos na quarta. O meu compromisso não é pedir vista na próxima quarta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Paim.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Penso que a matéria, também na mesma linha do Senador Paim, é prudente. Quando houver a discussão, porque vai ser feita apenas a leitura do relatório pelo Senador João Claudino, quando houver o debate, poderá ser alterado, votado a favor ou contra. A matéria também vai para a Câmara dos Deputados. Ela é terminativa aqui, mas vai para a Câmara. Lá, ela terá todo, digamos, um grande roteiro de exame e análise, que é relevante e importante.

Então, também concordo com a posição assumida pelo Senador e pela sua proposta.

Aproveito até o pela ordem, Sr. Presidente, para retirar de pauta o item 2, que é um projeto do Senador Jayme Campos, para que não haja risco de arquivamento...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 3, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim, item 3. Desculpem-me.

Sobre o item 3, Senador, houve pedido para ser retirado de pauta, porque o projeto do Senador tem relevância, mas há muitas argumentações pelas partes ouvidas. Então, para não ser arquivado, anulada a iniciativa dele, que presidiu esta Comissão, vamos fazer um reexame do projeto, fazer uma alteração no projeto para aperfeiçoá-lo. Então, penso que o melhor caminho é retirá-lo de pauta.

Queria também fazer uma solicitação. Houve um requerimento, que vai ser feito amanhã, e é para a questão também da secretaria, que trata do requerimento da audiência de amanhã para exame do câncer de intestino. É só a substituição do Sr. Paulo Gonçalves, que era ex-presidente da Sociedade Brasileira de Proctologia, pelo Dr. Ronaldo Salles, que é o nome do presidente atual da Sociedade Brasileira de Proctologia.

O terceiro item, Presidente: o Dr. Paulo Henrique Fracaro, que é de uma outra audiência pública, que nós vamos tratar, não é mais presidente, e, sim, superintendente. Então, Paulo Fracaro, na audiência seguinte, não é presidente, mas superintendente. Para não haver problema.

Também há um requerimento meu, que espero que esteja na pauta, para retirada do pedido de audiência pública em que vamos tratar dos instrutores de trânsito.

São essas as três solicitações que faço à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou pedir para V. Exª que formalize. O requerimento já está aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Já estão aí todos.

Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Bom dia, Presidente; bom dia a todos os Senadores e Senadoras; bom dia a todos os presentes.

Esta Comissão aprovou, no mês passado, matéria que regulamentava a profissão de *designer*. Nesta semana, a Unesco escolheu Curitiba para ser a capital mundial do *design*. Com essa notícia, acho que a regulamentação dessas matérias se impõe.

Infelizmente, essa matéria foi votada aqui em caráter terminativo, mas recebeu um recurso do Senador Crivella – ele tem todo o direito disso – para ser apreciada em plenário. Só que o prazo se esgotou e não foi apresentada nenhuma emenda.

Eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Crivella para retirar esse requerimento ou, se isso não for possível, para que V. Ex^a, na condição de Presidente da CAS, solicitasse celeridade na votação desse projeto, porque o mundo inteiro está encarando a atividade do *designer* como atividade importante, necessária, não só para o segmento privado, mas para o segmento público também. Na hora em que a Unesco escolhe Curitiba como a capital internacional do *design*, eu acho que isso reforça a aprovação e a regulamentação dessa profissão aqui no Brasil. Então, é um apelo que eu faço a V. Ex^a, e um apelo que eu faço ao Senador Crivella para retirar esse requerimento e, caso não seja possível, para V. Ex^a solicitar, junto à Mesa, celeridade na apreciação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – As duas coisas: pessoalmente, vou conversar com o Senador Crivella e também fazer um apelo ao Presidente Renan para que agilize a votação levando em consideração exatamente esses argumentos. Mas nós poderíamos ir juntos, Senador Paulo Davim. Eu acho que seria importante que V. Ex^a nos acompanhasse, e todos os Senadores que achassem importante. O Senador Crivella é um homem de diálogo. A impressão que eu tenho é que ele é um homem sensível. Posso estar enganado, mas provavelmente ele concordará em abrir mão dessa questão da votação no plenário do Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, na mesma linha, já que todos estão colocando a questão de retirar de pauta, o Líder Humberto Costa está cuidando muito desse item 4. Ele não está presente e pediu para mim que, se possível, o item 4 não fosse votado hoje. Se for votado, ele pede então que eu solicite vista, para que ele possa estudar melhor a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixe eu lhe dizer: o Relator do item 4 é o Senador Cyro Miranda. O Relator tem que ler para eu conceder o pedido de vista. Como V. Ex^a não é Relator nem autor, eu tenho dificuldade, não de conceder vista, mas de retirar de ofício.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro. Eu apenas estou dizendo que o Líder Humberto Costa está pedindo para, se possível, tirar de ofício, consultando, é claro, as partes interessadas. Se não for possível, eu faço o pedido de vista formal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tão logo chegue o Senador Cyro Miranda, nós vamos ver.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aliás é um projeto muito importante.

Eu consulto o Plenário se o Senador João Vicente Claudino pode já, de imediato, ler o seu relatório, porque lido o relatório, no acordo que nós fizemos, ele passará a fazer parte do conjunto da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2013

– Terminativo –

Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

Observações: Com a palavra, o Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, de iniciativa do nobre Senador Vital do Rêgo, o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, que “acrescenta §5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências”.

De iniciativa do nobre Senador Vital do Rêgo, o Projeto de Lei do Senado em epígrafe pretende aditar dispositivo à CLT para regular a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante, tendo sido dita proposição distribuída, em razão da matéria, para exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo.

O foco da proposta legiferante consiste em possibilitar às empresas, com empregados de diferentes categorias profissionais, a celebração, diretamente com o sindicato da categoria preponderante em seu quadro, de contratos ou acordos coletivos de trabalho, válidos para todos os seus obreiros, para compensação de jornadas, com dispensa de acréscimo de salário.

Em tal hipótese, ficam prejudicadas cláusulas semelhantes de outros instrumentos de negociação coletiva, eventualmente aplicáveis às relações de trabalho no âmbito daquela empresa. Reporta-se o autor ao preceito consolidado do *caput* do art. 59, que prevê o denominado “banco de horas”, a cujo teor as empresas, mediante acordos e convenções coletivas de trabalho, poderão dispensar o acréscimo de salário relativo a horas extras, quando o excesso de horas num dia for compensado pela diminuição na jornada de outro dia de trabalho.

Embora reconhecendo o inegável avanço e valia que referido instrumento representou nas relações trabalhistas, observa que as negociações relativas aos bancos de horas nem sempre se pautam pela segurança jurídica e consenso, mormente em empresas que possuem empregados pertencentes a diversas categorias profissionais, com interesses diversos e diferentes jornadas, criando dificuldades ao processo e levando a resultados nem sempre satisfatórios.

Assinala, também, o autor os percalços que podem surgir na organização do trabalho, no caso de estipulação de regras ou parâmetros diferentes para compensação de jornadas, que atendam perfis de diferentes profissionais, cujas atividades, porém, devam estar associadas, fatores que contribuem eventualmente para frustrar a tentativa de um acordo ou convenção coletiva.

Análise.

Trata-se de projeto que se amolda à previsão do inciso XIII do art. 7º da Lei Maior, quando faculta a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

No entanto, a iniciativa do nobre Senador Vital do Rêgo ao estabelecer que a compensação de jornadas seja ajustada com a categoria preponderante dentro da empresa, incorre em inconstitucionalidade por violar a representatividade sindical, já que não se pode sujeitar validamente diferentes categorias, passíveis de compor o quadro de pessoal da empresa, a uma negociação firmada apenas com o sindicato da categoria preponderante.

Daí a necessidade de excluir-se a regra prevista para o citado §5º, até porque esta não se harmoniza também com a nova redação que preconizamos ao §2º do mesmo artigo, sobre o banco de horas, que explicita a possibilidade de a compensação de jornada, inclusive na modalidade banco de horas, ser firmada por meio de acordo individual ou coletivo, ou convenção coletiva de trabalho.

Alvitamos, por isso mesmo, com igual propósito de aperfeiçoar o marco normativo relacionado com a jornada de trabalho, introduzir novo mecanismo legal, à disposição das partes empregadoras e trabalhadoras, sem prejuízo da alternativa de organização do tempo de trabalho individual ou coletivo no âmbito das empresas, com a institucionalização do banco de horas.

Trata-se de novo regime, dito jornada facultativa, mediante o qual se pode atender situações especiais, próprias de diferentes categorias laborais que têm jornada legal diferenciada, inferior às 44 horas semanais, tornando possível a ampliação destas até o limite constitucional, cuja implementação propiciará vantagens mútuas, em forma de ganhos aos trabalhadores e melhor gestão operacional e produtiva às empresas em geral.

Tal o escopo do substitutivo de relatoria que ofereço ao Projeto, cujo objetivo consiste em permitir a negociação individual ou coletiva da duração do trabalho, em lugar da necessidade de alterar leis especiais de restrito âmbito corporativo, a fim de restabelecer a jornada comum aos trabalhadores.

Ocorre que não poucas atividades ou profissões foram contempladas com leis especiais, com a redução das horas cumpridas a cada dia como também da carga horária semanal, sob invocação de diferentes motivações ou fatores, sendo que as restrições ou empecilhos legais advindos à organização das jornadas de trabalho têm representado perda de produtividade, elevação de custos, desvalia aos trabalhadores e insegurança jurídica nas relações de trabalho.

Ao intento de superar ditos óbices legais e seus efeitos prejudiciais para todos, propõe-se que, em certa medida e sob condições especiais, a jornada diferenciada possa ser estendida, sem perdas ou ladear direitos trabalhistas, por isso que as disposições regulatórias devem atender às modernas conquistas e possibilidades que mudaram as condições de trabalho no mundo atual: é fato que o horário laboral se transformou no mundo com a digitalização, a automação, os recursos de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), o contexto do ambiente concorrencial para as empresas como também para os trabalhadores.

Destarte, sob o ponto de vista do trabalhador, a adoção da jornada estendida, com remuneração adicional de 20% nas horas acrescidas à jornada atual, aporta benefícios como: (i) aumento proporcional e real de renda; (ii) não obsta a eventualidade de horas suplementares, semelhantemente majoradas nos termos da proposta; (iii) jornada previsível com remuneração estável; (iv) valorização profissional e (v) maior interação com a empresa.

Assim, a implementação da jornada complementar facultativa poderá advir de um ajuste contratual entre empregador e empregado, com assistência social, ou, alternativamente, via negociação de acordo individual ou coletivo, ou, ainda, por convenção negociada entre as respectivas representações sindicais, especificamente nos casos em que, por diferentes leis esparsas, houve redução de jornada.

A experiência laboral que a referida emenda viabiliza consiste, pois, em que, em relação às profissões com jornadas diferenciadas, seja permitida a extensão continuada da jornada, dentro do teto constitucional de 44 horas, mediante incorporação proporcional de salários, correspondente ao aumento da duração da jornada, além do adicional de 20% sobre o valor das horas acrescidas.

Dita providência representará, de modo geral, aumento remuneratório para todas as categorias profissionais compreendidas nos lindes do Substitutivo adiante, sendo:

- aumento da remuneração total em 72% e aumento real de salários da ordem de 7,5% para os empregados atualmente vinculados à jornada de 05 horas (acréscimo de 3 horas);
- aumento da remuneração total em 40%, ou real de 5%, para aqueles que cumprem jornada de 06 horas (acréscimo de 2 horas); e
- aumento da remuneração total em 17,14%, ou real de 2,5%, para os que trabalham 07 horas a cada dia (acréscimo de 1 hora).

Esse aumento do valor da remuneração de um dia de trabalho repercutirá, proporcionalmente à soma das horas acrescidas à jornada com o percentual de 20%, sobre o valor da contribuição sindical anual das respectivas categorias profissionais, o que se acha explicitado na norma constante do §3º do art. 58-B, a ser aditado à CLT, conforme o Substitutivo.

Particularmente em relação às horas suplementares, que não se confundem com as horas adicionais para compor a jornada normal, a remuneração do serviço extraordinário, a teor do inciso XVI do art. 7º da Constituição Federal, será calculada sobre o valor médio das horas normais e adicionais que compõem a jornada facultativa, conforme prevê o §2º do art. 58-B projetado.

Para segurança do trabalhador, exige-se formalização contratual da nova jornada, no ingresso ou na migração para esse regime, com assistência social, o que também poderá ser objeto de acordo ou convenção coletiva.

Semelhante abertura, preconizada via Substitutivo anexo, não se aplicará, porém, no caso de profissões ou atividades que possam implicar risco à saúde do trabalhador ou de terceiros, em situações nas quais as condições de insalubridade estejam devidamente reconhecidas na conformidade da legislação laboral.

Esse é o nosso voto, pela aprovação, Sr. Presidente, que acompanha um substitutivo que modifica o projeto e faz a adequação, dentro das discussões que nós relatamos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório.

Como combinamos, nós não vamos encerrar a discussão, vamos suspendê-la. Não há quórum. Este é um projeto terminativo e será inserido na pauta da próxima semana. Então, o Senador Paim, a Senadora Ana Amélia e todos os Srs. Senadores terão prazo para analisá-lo.

O compromisso, pelo menos do Senador Paim, é de que, na semana que vem, não haverá pedido de vista. Todas as questões serão dirimidas com o Relator, Senador João Claudino.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de retirar de pauta o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na condição de Relator, o item 8 está retirado de pauta, de ofício.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2014

– Terminativo –

Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014.

Observações: – *Votação nominal.*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, DE 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do RAS 25 de 2013 – CAS, de minha autoria.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria:

Relatório:

Observações: Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para justificar ou encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Moka, tínhamos solicitado uma audiência pública para debater um projeto que altera a qualificação exigida no exercício da profissão de instrutor de trânsito.

A solicitação dessa audiência foi feita em 2013. Nós não pudemos realizá-la, mas já temos elementos para formular o relatório do projeto, independentemente da audiência pública. Então, para evitar “restos a pagar” da agenda da nossa CAS, eu peço para retirar essa solicitação dessa audiência pública.

Peço apenas para retirar de pauta, pois não há mais necessidade dela, em função disso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o requerimento.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O segundo requerimento extrapauta, em aditamento ao Requerimento nº 29/2014 desta Comissão, aprovado em 28 de maio de 2014, é o seguinte:

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, DE 2014

– Não terminativo –

Em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2014-CAS, aprovado em 28 de maio de 2014, requeiro a retificação do nome do Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, a saber Senhor Ronaldo Salles.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria:

Relatório:

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Esse é um requerimento que a Senadora já justificou. É apenas e tão somente que mudou o presidente, e ela está atualizando o nome do atual presidente, porque nós vamos promover aqui uma audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Amanhã. Aliás, estão convidados todos. É amanhã a audiência importante sobre o câncer de intestino.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Exatamente.

V. Exª quer encaminhar? Eu acabei...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria explicar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... pela relevância dessa matéria, Senador Moka. Estou convidando todos os colegas, especialmente nossos médicos aqui, que são tão presentes: V. Exª, o Senador Paulo Davim, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Humberto Costa, o Senador Mozarildo e outros colegas médicos, e nós que fazemos clínica geral, os demais Senadores. O nosso é cardiologista.

Acontece que esse debate me foi proposto pela Drª Marlise Mello Cerato Michaelsen, presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia. Estarão presentes nesta audiência amanhã, além dela, para debater o Dia Nacional de Prevenção do Câncer do Intestino:

– Dr. Paulo Hoff, que cancelou vários compromissos que teria, me ligou ontem, com muita gentileza, e estará presente para dar sua colaboração;

- Dr. Ronaldo Salles, presidente da sociedade Brasileira de Proctologia;
- Drª Angelita Habr-Gama, presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino;
- Drª Luciana Holtz, presidente do Instituto Oncoguia.

Essas cinco autoridades darão uma excelente contribuição nesse debate, que eu penso... Nós vimos nesta semana o problema da Aids, do recrudescimento do problema da Aids em jovens, Senador. E o câncer de intestino é insidioso, porque, quando os sintomas aparecem, a doença já está em estágio avançado.

Muitas questões são relacionadas a prevenção, tais como as de câncer de mama, de próstata – de que esta Comissão tratou. O câncer do intestino também tem essa relevância, e queremos instituir aqui o Maio Laranja, que será também, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, uma forma de alerta para esse câncer cuja incidência é das maiores entre homens e mulheres. Esse câncer não distingue sexo. Atinge homens e mulheres.

Então, eu queria renovar o convite para a audiência de amanhã, e já está esclarecido, então, o requerimento. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Agora eu passo à pauta.

Quanto ao item 1, o Relator não está presente, o Senador Cristovam Buarque também não. E a Senadora Ana Amélia acabou retirando o item 3, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu coloco o item 4 da pauta, do Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências, para dispor sobre a utilização do critério populacional e do Índice de Desenvolvimento Humano no rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados para os demais entes da Federação.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2014 – Complementar.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.*
– *Votação simbólica.*

O Relator é o eminente Senador Cyro Miranda, representante do grande Estado de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não tão grande em extensão como Mato Grosso do Sul, mas também grande. Obrigado pelas palavras, Presidente.

Presidente, primeiro, vou fazer um resumo desse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estou falando grande na representatividade parlamentar, sobretudo do Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado. É que o senhor não deixou isso bem explícito. Então, eu dirimi essa dúvida com V. Exª.

Esse projeto buscar reintroduzir critérios objetivos no rateio dos recursos da União vinculados à saúde e destinados a Estados, Municípios e Distrito Federal. Até 2012, Sr. Presidente, vigorava o critério populacional na Lei Orgânica da Saúde. A Lei Complementar nº 141, de 2012, revogou esse critério, deixando com o Ministério da Saúde a prerrogativa de definir, anualmente, os montantes a serem transferidos a cada ente federado.

O LCP nº 141, de 2012, determinou que nova metodologia de repartição dos recursos seria pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNC). Até hoje, todavia, não se estipularam os novos critérios. Então, foi abolido um critério sem se estipularem os novos critérios.

O projeto do Senador Cássio Cunha Lima propõe justamente essa nova metodologia, qual seja o retorno do critério populacional acrescido do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – não estamos inventando nada, estamos retornando ao que era em 2012 –, desenvolvido pela ONU e amplamente aplicado sobre saúde, renda e educação, propiciando avaliações mais justas e equânimes. Enfim, o projeto preenche uma lacuna na legislação e merece prosperar.

Ainda na análise, Sr. Presidente.

O critério anterior foi abandonado. A Lei Complementar nº 141, de 2012, determinou que os recursos da União sejam repassados de acordo com as necessidades da população, a epidemiologia, as condições socioeconômicas e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde. Mas essa divisão tem de ter algum parâmetro. Não pode ser a cargo do nada. Se não há um índice para que se reparta essa verba de maneira justa – e o IDH é uma delas, pois aqueles que têm pior IDH mais necessidade têm –, nós estamos retornando com critérios.

A Lei Complementar nº 141 determinou que o Ministério da Saúde definirá e publicará, anualmente, utilizando metodologia pactuada na Comissão Intergestores Tripartite e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, os montantes a serem transferidos a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município para custeio das ações e serviços públicos de saúde. Entretanto, como ainda não se instituiu a metodologia legalmente prevista, o repasse da verba federal para a área da saúde deixou de contar com um parâmetro objetivo.

Do voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação deste projeto de lei do Senado.

Também adianto que este projeto não é terminativo nesta nossa Comissão. Ele ainda tem um caminho para fazer. Então, peço aos nossos pares a sua aprovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o projeto.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu confesso que tenho o maior respeito e carinho pela competência de elaboração de projetos tanto do Senador Cássio Cunha Lima quanto do Senador Cyro Miranda, mas eu recebi um pedido, sobre o qual já alertava V. Ex^a, do Senador Humberto Costa – que está se deslocando para cá, mas não chegou a tempo – para que eu pedisse vista. E a vista até poderia ser coletiva, no meu entendimento, de forma tal que, na próxima quarta-feira, a matéria voltasse à pauta. Se eu não pedir vista, já há outros dois Senadores para quem o Humberto fez o mesmo pedido, e eles, então, vão ter de pedir vista.

Eu faço um apelo para o meu querido amigo Cyro Miranda, que sempre tem colaborado comigo – não é a primeira vez que ele colabora: inúmeras vezes, eu pedi para ele, e ele não pediu vista –, mas eu fiquei nessa situação.

Eu acho que nós poderíamos, se ele concordar, já combinar aqui que a vista será coletiva, atendendo ao pedido do Líder Humberto Costa, e que a matéria seja votada na próxima quarta-feira.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O pedido de vista é absolutamente regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu faço questão de mostrar, porque se eu fosse entendido na matéria, eu faria uma defesa da vista com convicção. Eu estou fazendo sem convicção porque não conheço o tema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, como não.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente, eu gostaria de pedir vista coletiva, eu sugiro vista coletiva, e dizer ao Senador Cyro Miranda que o projeto é meritório, a iniciativa do Senador Cássio é meritória, é uma preocupação, o relatório do Senador Cyro Miranda foi brilhante, agora eu tenho dúvidas. Não foi o Senador Humberto Costa que me pediu nada. Não me pediu, mas eu tenho dúvida, porque, veja bem, a distribuição de recursos levava em consideração o critério populacional. Agora, ficou essa vacância. Tudo bem.

A sugestão é que se leve em consideração o IDH. É óbvio que as regiões, os Municípios de menor IDH, naturalmente, merecerão uma atenção maior no tocante à distribuição desses recursos. Agora, a gente precisa ter cuidado, porque as diferenças de IDHs dos Municípios do interior do Brasil são ínfimas. Os IDHs são baixos, com diferenças muito próximas, de forma que se usar esse critério, Senador Cyro Miranda, você pode contemplar Municípios e deixar Municípios fora com diferença de IDHs muito próximas.

Aí, o que pode acontecer? Pode acontecer de rebaixar os que estavam ali, limítrofes, para um IDH mais baixo. Aqueles que estão no IDH que estaria fora da contemplação dessa visão de distribuição mais equânime poderiam ser prejudicados no ano seguinte, em que o IDH cair, entendeu?

Então, em se tratando de saúde, as coisas são muito mais complexas, muito mais imbricadas.

A gente tem que considerar aspectos geográficos, também. Então, eu tenho dúvida. Ninguém me pediu para pedir vista, nem o Senador Humberto Costa, o que seria legítimo, mas me paira dúvida nesse critério.

Por isso, eu faço coro com a solicitação do Senador Paim.

Peço vênia a V. Ex^a. Acho meritória a iniciativa, a relatoria, perfeita, mas eu tenho dúvida. Eu, Senador Paulo Davim, tenho dúvida de como será essa distribuição, mesmo considerando um critério social como o IDH, mesmo assim, em função das características muito próximas dos IDHs dos Municípios do interior do Brasil.

Então, eu tenho dúvidas quanto a isso, por isso peço vista.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Relator Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Senador Paulo Davim, muito pelo contrário, eu fico agradecido de ver o interesse de V. Ex^a, principalmente como médico, ligado à saúde, que vem dar contribuição.

Não é porque tem um projeto com uma relatoria em cima que ele esteja perfeito. Pode ter aspectos em que nós não tenhamos nos detido.

Agora, eu só gostaria, e estou aberto, para que, nessa próxima semana, nós sentássemos e o senhor apresentasse. Será muito bem-vindo. Eu acho que é assim que se constrói alguma coisa com solidez. Eu acho que é legítimo e é para isso que existe esta discussão.

De maneira nenhuma, Paulo, eu ficaria chateado com o pedido de vista, a não ser que fosse infundado, ou se fosse apenas como um tipo de retaliação protelatório, o que, de maneira nenhuma, isso é.

Então, eu fico muito contente por perceber que tem interesse nessa área, só que a gente deve procurar dar um dinamismo.

Eu agradeço a V. Ex^{as}.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu me comprometo, Senador Cyro Miranda, a hoje mesmo me debruçar sobre esse projeto, pedir a contribuição da consultoria do Senado, de forma que possa contribuir para que, na próxima quarta, a gente o aprecie, até porque é necessário.

Agora, eu fiquei, realmente, com dúvida quanto a esse critério.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu apenas quero colocar duas questões: primeiro, eu acho que critérios mínimos para liberar recursos na saúde são critérios importantes. São muito importantes, porque você vai atender exatamente aqueles Municípios onde você tem mais necessidades.

Segundo, ela é uma lei complementar e não é terminativa aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu só estou dizendo que eu acho que é importante o pedido de vista. Na quarta-feira nós vamos avaliar.

Eu acho que o Senador Paulo Davim tem razão. Esses critérios para a saúde, de IDH, podem mudar de um ano para outro, de dois anos, e nós vamos ficar com um critério permanente, que, permanentemente, vai ter que ser atualizado.

Aí temos que ver a conveniência ou não desse critério. Mas é um critério justo, no momento em que ele coloca como inversamente proporcional: quem tem menos, o menor índice, é o que precisa mais.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Mas há essas nuances que o Senador falou.

A minha assessoria me lembrou de uma coisa, Senador: o orçamento leva em conta esse tipo. Então, temos que coadunar. Não adianta às vezes a gente querer fazer uma coisa aqui se eles estão levando em conta esse aspecto. Então, eu acho que é mais amplo ainda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está concedida vista, vista coletiva. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, estou num dilema, porque estão nos chamando para irmos à sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou suspender a reunião.

Eu tenho o compromisso de suspender a reunião, de encerrar a reunião em função da sessão do Congresso Nacional.

Então, nada mais havendo a tratar...

Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^{as}. estão liberadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, com respeito ao requerimento aqui aprovado junto com a Comissão de Assuntos Econômicos para que a Ministra Tereza Campello com outras

autoridades possam estar presentes numa audiência pública, vai ser muito difícil, nas próximas duas semanas, pois são as últimas. Então, que se compatibilize o horário.

Eu conversei com a Senadora Gleisi Hoffmann se é possível que transfira para o ano que vem. Eu pergunto, primeiro, regimentalmente: os requerimentos aqui aprovados passam a valer também para o ano que vem ou que terão que ser novamente aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele está perguntando se os requerimentos aprovados têm validade para o ano que vem. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não tem, Senador. Mas eu quero assumir um compromisso com V. Ex^a: eu estarei aqui no ano que vem, farei parte da Comissão de Assuntos Sociais. Eu assumo o compromisso com V. Ex^a de apresentar o requerimento, mas deixando muito claro que estou falando por V. Ex^a, que é um pedido de V. Ex^a.

Eu quero tomar esse compromisso.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Diante dessa possibilidade, a Senadora Gleisi Hoffmann, tendo em vista que eu não estarei como Senador no semestre que vem, por iniciativa dela, gostaria que eu fosse um dos debatedores. Se V. Ex^a me honrar com esse convite...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu indico V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas para o ano que vem, já que...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na condição de palestrante aqui nesta Comissão. Será uma honra recebê-lo aqui, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Como estudioso do tema, eu agradeço muito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Será uma honra. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às nove horas e cinquenta e oito minutos, do dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita, Ana Amélia, e Lúcia Vânia. Registra a presença o Senador Ruben Figueiró. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater o tema “Políticas públicas de prevenção do câncer de intestino, bem como instruir a elaboração de projeto de lei com o propósito de instituir o Dia Nacional de Prevenção do Câncer de Intestino”, em atendimento aos Requerimentos nºs 29 e 52, de 2014-CAS, ambos de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: **Patricia Sampaio Chueiri** – Coordenadora-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, do Ministério da Saúde; **Marlise Mello Cerato Michaelsen** – Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP; **Paulo Hoff** – Diretor-Geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo – Icesp; **Eduardo de Paula Vieira** – Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Coloproctologia; representante de Ronaldo Salles, presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia; **Angelita Habr-Gama** – Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino – Abrapreci; **Luciana Holtz** – Presidente do Instituto Oncoguia. Usam da palavra o Senador Ruben Figueiró, o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 29 e 52, de 2014, ambos de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de discutir políticas públicas de prevenção do câncer de intestino, bem como instruir a elaboração de projeto de lei com o propósito de instituir o Dia Nacional de Prevenção do Câncer de Intestino.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Marlise Mello Cerato Michaelson, Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia.

Muito obrigado, Drª Marlise, pela presença.

Convido o Dr. Paulo Hoff, Diretor-Geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo; o Dr. Eduardo de Paula Vieira, Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, representante de Ronaldo Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia; a Drª Angelita Habr-Gama, Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino.

Muito obrigada, Drª Angelina.

Convido a Drª Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

A Luciana já é colaboradora aqui de várias audiências.

Eu estou aguardando a chegada da Drª Patrícia Sampaio Chueiri, Coordenadora-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, do Ministério da Saúde.

Quero agradecer a presença de cada um dos oradores, dizer da satisfação que temos de recebê-los aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, para esta audiência pública requerida pela ilustre Senadora Ana Amélia, e dizer algumas coisas da audiência pública.

Inicialmente, os senhores falarão por dez minutos, cada um. O tempo parece, num primeiro momento, curto. Só que damos os dez minutos e depois rodamos outra vez. E como o tema é repetitivo, embora eu saiba que cada um dos senhores vai tentar... Mas tem algumas partes, como estatística, incidência, coisas que são... E acaba a gente, mesmo que não queira... Então, o tempo é de dez minutos. Quero avisá-los de que aquele relógio marca os dez minutos. No nono minuto soa uma campainha que não sou eu que toco, ele é programado para isso. Falo porque as pessoas ficam olhando para mim, como se eu estivesse buzinando para o orador. É até meio desagradável. Mas é para informar que tem um minuto para concluir. É claro que isso também não é uma sangria desatada. Evidentemente, a gente vai aguardar mais um minuto, um minuto e meio ou dois. O que não pode é esquecer que os outros...

Nós somos seis. Então, só de fala, já dá uma hora. Aí, tem a volta, porque os argumentos, às vezes, são... Alguém questiona um dos oradores e diverge. Há divergências – talvez não hoje – e são permitidas a réplica, a tréplica, o que for necessário, está certo?

Eu vou considerar a ordem em que estou chamando para a ordem da fala e, depois, no retorno, eu inverte essa ordem, de tal forma que o último a falar vai ser o primeiro no início, e assim consequentemente, está certo?

Então, eu, antes de conceder a palavra aos oradores, regimentalmente, concedo a palavra à Senadora autora do requerimento, Senadora Ana Amélia, até para que ela possa justificar esta audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Em primeiro lugar, caro Presidente, Senador Moka, e Senador Ruben Figueiró, eu queria agradecer imensamente a disponibilidade de todos os convidados, que deixaram agendas extremamente relevantes. Estamos chegando no mês de dezembro, é um mês particularmente complicado, com programação de férias, os pacientes precisam sair bem, e todos têm os compromissos com a sua clientela, ou os compromissos institucionais, com as instituições que representam aqui, em diversas áreas.

Então, esse é o primeiro agradecimento.

Não menos importante é agradecer ao Senador Moka, porque nós tivemos uma sessão que se prolongou até às cinco da manhã e o Senador Moka ficou até lá. Eu tive, eu diria, uma crise de hipotermia, porque o plenário do Congresso estava, realmente, desumanamente frio...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E ela é gaúcha, imaginem eu, que sou pantaneiro!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A situação foi complicada e eu não podia, por condição de saúde, até, porque fiquei completamente desequilibrada de temperatura. Então, não consegui ficar lá e seria pior ainda, porque teriam que me levar de maca de lá de dentro.

Eu fiquei encarangada, ouviu, Senador Moka, o senhor que é do Mato Grosso do Sul? O Senador Ruben Figueiró... Conhece o termo?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Conheço o termo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, muitos dos nossos telespectadores desta audiência, dada a circunstância de muitos Senadores estarem, ainda, recuperando-se do que aconteceu ontem à noite ou nesta madrugada...

Esta audiência é transmitida ao vivo, neste momento, pela TV Senado, e o Brasil inteiro, interessado nas questões relacionadas à saúde pública e, em particular, no caso, hoje, discutindo a questão da prevenção ao câncer de intestino, está acompanhando. A TV e toda a rede do sistema do Senado recebem contribuições. As pessoas ligam, manifestam-se, então, isso já tem o alcance que nós queremos dar, por quê? Porque o objetivo desta audiência é, exatamente, discutir, dar os argumentos para que sob o ponto de vista legislativo se institua a lei do Dia Nacional de Prevenção do Câncer de Intestino.

Todas essas iniciativas, por mais, digamos, aparentes, apenas, que possam ser, no que podem ajudar a combater a doença ou a prevenir a doença? Elas terão, sim, um significado na melhoria da qualidade de saúde dos brasileiros, na prevenção de um dos cânceres que têm letalidade e atinge tanto homens, quanto mulheres. Então, não é o câncer da mama, para o qual a gente tem o Outubro Rosa, não é o da próstata, que pega o universo masculino no Novembro Azul, de nossa iniciativa também, Senador Moka, mas é, agora, o do Maio Laranja, possivelmente, para dar uma cor, também, a essa doença insidiosa que é o câncer de intestino.

Eu queria agradecer, particularmente, à Drª Marlise Mello Cerato Michaelson, que é do Rio Grande do Sul e me levantou a questão, ela que é interessada nesse setor, e me deu vários argumentos sobre a necessidade disso, levando-me até a colocar roupa cor de laranja no dia em que nós lá falamos sobre o problema. Então, são os sinais que a gente precisa ter.

Já para não perdemos mais tempo, Senado Moka, quero agradecer muito a V. Exª por ter vindo presidir esta Comissão e esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu, rapidamente, mas com enorme prazer, gostaria de agradecer a presença, aqui, do Dr. Edson Arakaki, Dr. André Abrão, Drª Soraia Araújo, Drª Alexandra Mendoza e Drª Marcia Cortes de Campos.

Muito obrigado pela presença aqui.

Concedo a palavra, então, por dez minutos, à Drª Marlise Mello Cerato Michaelson, Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia.

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – Exmº Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Senador Waldemir Moka; Exmª Senadora Ana Amélia Lemos; Exmº Ministro da Saúde, Dr. Aedmar Chioro, ou seu representante do Ministério da Saúde; prezados colegas; Dr. Ronaldo Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, aqui o Dr. Eduardo, representando-o; Drª Angelita Gama, Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino; Dr. Paulo Hoff, Diretor do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo; Drª Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; demais autoridade presentes; senhoras e senhores, bom dia.

Estou hoje, nesta solenidade, representando a Associação Gaúcha de Coloproctologia e quero agradecer, em meu nome e em nome de toda a diretoria e dos membros da Sociedade Gaúcha de Coloproctologia, dizendo que é uma grande honra participar desta audiência pública, na qualidade de oradora do tema Políticas Públicas de Prevenção do Câncer de Intestino. Falarei sobre a nossa campanha de prevenção do câncer de intestino Maio Laranja.

Consolidando o tema, estamos trabalhando desde maio para a instituição de projetos de lei que tornem a última semana do mês de maio como a Semana de Prevenção ao Câncer de Intestino. Estamos aqui reunidos para a elaboração de projetos de lei com o propósito de instituir o dia nacional de prevenção ao câncer de intestino.

Quero fazer um agradecimento especial a três pessoas, entre várias outras que me receberam, me entenderam a mão e acreditaram no projeto, incentivaram e trabalharam comigo para lançarmos o Maio Laranja: a Senadora Ana Amélia Lemos, política dedicada, comprometida e que realmente batalha pelas causas da saúde, entre tantas outras.

Senadora, minhas palavras seriam insuficientes para expressar minha satisfação em poder contar com seu apoio, por ser uma pessoa que faz total diferença na vida dos outros, ajudando a salvar vidas e a dar qualidade de vida.

A outra homenagem é ao Deputado Pedro Westphalen, colega, ginecologista, comprometido. Está sempre lutando também pelos direitos dos médicos e pelas causas da saúde. O Deputado e sua equipe me receberam e prontamente propuseram que fosse feito um projeto de lei que tornasse obrigatória a prevenção ao câncer de intestino como plano de governo. Afinal, estamos tratando de um problema de saúde pública.

A terceira pessoa que se envolveu com a causa e também a apoiou e registrou um projeto de lei para tornar a última semana do mês de maio como a Semana de Prevenção ao Câncer de Intestino foi o Vereador Idenir Sequin, que, junto com sua equipe, está trabalhando nesse projeto, que se encontra em votação nesta semana.

Agradeço também à minha família, que sempre me ensinou e incentivou a fazer o melhor.

Finalizo dizendo que salvar a vida dos outros é salvar a nossa própria e a das pessoas que amamos. Não existe recompensa maior do que promover a saúde. Para isso, temos que fazer prevenção.

Agora, gostaria de apresentar aos senhores a nossa campanha de prevenção ao câncer de intestino Maio Laranja: “Faça a prevenção e tenha uma vida saudável.”

A incidência de câncer colorretal é maior na Europa e na América do Norte, sendo menor na África, Ásia e América do Sul. É o terceiro tipo de câncer mais comum, após pulmão e próstata, em nível mundial e também no Brasil. Após próstata e pulmão, nos homens, o câncer colorretal; e, após a mama, nas mulheres, o câncer colorretal. As regiões de maior incidência são as Regiões Sul e Sudeste, sendo 25 a cada 100 mil homens e 27 a cada 100 mil mulheres.

Esta é uma representação espacial que mostra as regiões de maior incidência, tanto nos homens quanto nas mulheres.

Esta também é uma representação por regiões.

Aqui, o número é a estimativa do Inca de novos casos para 2014: em torno de 15.070 casos para os homens e 17.530 casos para as mulheres.

Esta também mostra uma estimativa da incidência tanto no Estado quanto na capital, e a gente pode ver que, no Estado do Rio Grande do Sul, o câncer colorretal é o terceiro; o câncer mais comum nos homens, e o segundo, nas mulheres, sendo que, em Porto Alegre, ele é o segundo mais comum, tanto em homens quanto em mulheres. Em relação às mulheres, Porto Alegre é a capital brasileira de maior incidência do País.

O câncer colorretal é uma doença multifatorial, que sofre ação de agentes ambientais, fatores dietéticos, alterações somáticas e da hereditariedade. Há vários fatores agressores e protetores sobre os quais vou falar a seguir.

Vocês podem ver que a maior parte dos tumores são casos esporádicos. Há pacientes que têm história familiar em torno de 10% a 30%, e os demais, as outras síndromes genéticas.

O câncer colorretal não aparece de um dia para outro. Leva em torno de dez a quinze anos, mais ou menos, para se formar um câncer colorretal, sofrendo várias alterações genéticas, formando um pólipso que vai crescendo até formar o tumor propriamente dito.

Este é o exemplo de um tumor e aqui de uma polipose familiar, que é uma síndrome genética.

Os fatores que aumentam a incidência de câncer colorretal: gordura saturada animal; a carne vermelha, que libera radicais livres e agentes pró-oxidantes, álcool, que altera a absorção do folato; a obesidade; o tabagismo; a doença inflamatória intestinal; a colecistectomia; a história familiar – se a pessoa tem um familiar com câncer de intestino, aumenta em 2,25 vezes a chance de ter, e, se tem dois familiares, dobra essa chance –; a radioterapia; a acromegalia. É um tumor que é raro antes dos 50 anos.

Os fatores protetores: frutas e legumes, que têm agentes antioxidantes, carotenoides e ácido ascórbico; fibras, como todos sabem; cálcio; folatos; ácido acetilsalicílico e anti-inflamatórios não esteroides, que são protetores, mas que não utilizamos devido os seus efeitos colaterais; reposição hormonal; e atividade física.

As manifestações sintomáticas: dor abdominal, sensação de evacuação incompleta, alteração do hábito intestinal, sangramento anal. Se, no exame de sangue, há o sangue oculto nas fezes positivo, em torno de 30% a 60% podem ter um câncer invasivo; e em torno de 20% a 25%, um pólipso benigno. Vou falar mais a seguir.

Os três pilares das campanhas de rastreamento de câncer colorretal: mudança de comportamento e conscientização da população; rastreamento de câncer e lesões precursoras; e o tratamento rápido e acessível a todos.

Os rastreamentos levam ao diagnóstico precoce com taxas de cura até 90% ou evitam a doença. Interrompendo a sequência adenoma-carcinoma e fazendo um diagnóstico do pólipso, podemos fazer a polipectomia.

O que se pode fazer em termos de mudança de comportamento? Não ingerir bebida alcoólica em excesso; consumir diariamente fibras, frutas e verduras: em torno de 25g a 30g; praticar atividade física regular; evitar gorduras e carne vermelha; não fumar; beber em torno de 2l a 3l de água por dia; e realizar os exames – a colonoscopia a partir dos 50 anos ou, se tiver história familiar, a partir dos 40 anos. Se houver alguma manifestação sintomática, procurar um especialista.

Vocês podem ver por que a campanha foi chamada Maio Laranja.

Essas campanhas de rastreamento se prestam para pacientes de risco moderado, ou seja, pessoas de ambos os sexos acima de 50 anos.

Nas campanhas de rastreamento, devemos aplicar exames simples e de fácil execução, para que possam ser aplicados em grandes populações.

Somente em torno de 10% a 15% dos pacientes com tumor precoce vão ter manifestação sintomática. Então, muitas pessoas vão ter uma lesão, um pólipó ou um tumor e não vão ter manifestação sintomática.

O câncer colorretal, pela alta prevalência, fase assintomática longa e presença de lesões pré-malignas tratáveis, é ideal para rastrear. Isso pode ser feito através de exames de fezes ou exames estruturais.

Quanto ao teste de sangue oculto nas fezes, pode ser feito o guáico ou o teste imunoquímico, sendo que, no guáico, várias coisas interferem, como alimentos, medicamentos, podendo haver um resultado falso positivo. Então, hoje em dia, se utilizam mais os teste imunoquímicos, que detectam a hemoglobina humana, que não tem reação cruzada com os alimentos e os medicamentos, tendo uma sensibilidade e especificidade alta.

O teste de DNA fecal ainda não há aqui no nosso meio.

Há os exames estruturais, como a retossigmoidoscopia flexível e a colonoscopia. A retossigmoidoscopia não avalia todo o intestino, avalia em torno de 60cm do intestino. A colonoscopia é considerado padrão áureo para avaliar o câncer e as lesões precursoras, tendo uma taxa de complicação baixa. Os demais exames, colonografia e enema baritado, são exames que podemos fazer, com tomografia ou raios X, mas eles sempre vão precisar de uma confirmação.

O intervalo necessário para esses exames para rastreamento: o da colonoscopia seria uma vez a cada dez anos; o do teste de sangue oculto nas fezes, tanto guáico como imunoquímico, seria anual ou bianual; e os demais, a retossigmoidoscopia, o enema baritado, a colono virtual, a cada cinco anos.

(Soa a campanha.)

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – O teste de sangue oculto nas fezes é o exame indicado para população em que não tem como oferecer colonoscopia para todas as pessoas de risco moderado. Ele deve ser complementado com a colonoscopia sempre que positivo.

Um estudo americano, um estudo recente que saiu no *The New England*, comprovou que a taxa de câncer colorretal caiu 30% em dez anos, sendo que o número de colonoscopias triplicou, ou seja, realmente, podemos prevenir o câncer de intestino.

Recomendações do Inca e de vários outros institutos são as de que, sempre que houver sangue oculto nas fezes positivo, o paciente deve ser triado para a colonoscopia.

O programa de rastreamento para Porto Alegre busca acrescentar pesquisa de sangue oculto nas fezes nas Unidades Básicas de Saúde. Se o sangue oculto nas fezes for positivo, o paciente deve ter acesso a uma Unidade que possa triar e destiná-lo para um hospital para que realize a colonoscopia, porque esse é o grande problema que nós temos. Pacientes que tenham convênio ou condições devem procurar um especialista.

Então, a campanha Maio Laranja, um projeto ligado à Semana de Prevenção ao Câncer de Intestino, visa a tornar o mês de maio um mês de prevenção desse tipo de câncer através de palestras e de ações que abordem esse tema, com dicas de prevenção e com assuntos relacionados. São projetos em andamento a legalização da campanha e o Dia Nacional de Prevenção ao Câncer de Intestino, com o lema “Faça a Prevenção e Tenha uma Vida Saudável”. Isso começou em maio deste ano, com o objetivo de mudar a realidade do Rio Grande do Sul, diminuindo a incidência do câncer colorretal, e de conscientizar da necessidade da realização dos exames de colonoscopia.

Nós levamos um modelo inflável, o Intestino Gigante da Abrapreci, da Drª Angelita. Esse foi o nosso evento científico de abertura, do qual várias pessoas participaram, como a Drª Angelita, o Presidente da Sociedade Brasileira e vários outros colegas.

Essas são algumas fotos, para vocês verem como, realmente, nós obtivemos o apoio de todos os coloproctologistas e de várias outras entidades.

Aqui, mostramos que para lá também foram crianças e adolescentes. Mostramos também todas as homenagens que recebemos com a campanha. Aí estão os patrocinadores.

Eu gostaria de terminar, dizendo que, quando sonhamos sozinhos, é apenas um sonho e que, quando sonhamos juntos, é o início de uma nova realidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço à Drª Marlise. Agradeço também a observância do tempo. Isso é importante, porque, depois, acaba sobrando tempo para a parte que julgo ser mais produtiva.

Com a palavra, o Dr. Paulo Hoff, Diretor-Geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo.

O SR. PAULO HOFF – Sr. Presidente, Senador Moka, e Senadora Ana Amélia, muito obrigado pelo convite. Cumprimento o Senador Ruben Figueiró.

Quero saudar os demais componentes da Mesa e os participantes desta audiência e agradecer à Dra Marlise, que faz com minha apresentação seja muito mais curta. A apresentação dela foi muito completa, o que facilita bastante.

Eu vou contar uma historinha interessante, já que me sobra tempo. Na década de 90, nos Estados Unidos, começaram a fazer aqueles pequenos nozinhos comemorativos, para a conscientização dos cânceres, e houve uma briga muito grande em torno de qual seria a cor que caracterizaria o câncer colorretal. Um grupo queria que fosse marrom, por algumas razões óbvias, mas acabou vencendo o azul-escuro. A cor do *bottom* é azul-escuro. Mas acho que não há necessidade alguma de seguirmos a coloração americana. Eu apoio o Maio Laranja de todo o coração, pois acho que fica muito bonito. E é um contraste interessante, porque, afinal de contas, já existe o Novembro Azul, referente ao câncer de próstata. Então, é ótimo!

Não me vou ater a tudo que já foi apresentado, mas chamo a atenção para um dos eslaides que a Dra Marlise colocou e que penso ser importante para a nossa discussão hoje. Acho que é necessário haver um tempo de conscientização. E esse não é assunto para discussão nesta Mesa, pois isso é consenso. Acho que o que podemos discutir aqui é o seguinte: até onde iremos nessa conscientização?

Eu chamaria a atenção para o fato de que existe no Brasil, sim, diferenças regionais importantíssimas quanto à incidência dessa doença. Quando falamos de Brasil, estamos falando de um continente inteiro e estamos falando de um País que tem certas restrições orçamentárias etc.. Então, qualquer planejamento que o Ministério da Saúde venha a fazer para adotar procedimentos em relação a essa doença, talvez até infelizmente, tenha de levar em consideração essas diferenças regionais – esta é minha opinião –, para que o projeto possa dar certo.

Para aqueles que nos estão ouvindo pela televisão, eu só chamaria a atenção para o fato de que, hoje, nós reconhecemos duas vias de formação dos tumores: a instabilidade cromossômica, que leva dez anos, e a instabilidade de microssatélites, que é um pouco mais rápida. Mesmo que o indivíduo tenha feito uma colonoscopia recente, se tiver sintomas, é importante que ele retorne ao médico, porque existem exceções.

Vou chamar a atenção dos senhores para dois pontos da prevenção: a prevenção primária e a prevenção secundária; e, às vezes, a gente mistura um pouco as duas.

É importante que a gente separe, porque a prevenção primária é mais fácil e mais barata. É mais difícil no sentido de conscientizar a população, mas quase não necessita de recurso para sua aplicação.

O que seria a prevenção primária para o câncer de colo retal? Mudança de estilo de vida. Foi muito bem apresentado pela Dra Marlise. Mudanças de hábitos nutricionais, alimentares e de exercício. E essas mudanças, se realizadas quando o indivíduo é jovem, vão resultar numa redução importante da incidência da doença, praticamente sem custo para a sociedade.

Depois, nós temos a prevenção secundária, que é a determinação da presença de uma lesão pré-maligna que virará câncer, ou de um câncer em estágio inicial. Aqui nós falamos de todos esses tipos de metodologias que foram muito bem apresentadas pela Dra Marlise, que podem levar à detecção e resolução do problema antes que ele se torne algo invencível ou incurável.

Eu não vou me ater a todos os tipos de prevenção que foram apresentados, metodologias de prevenção, mas discutirei muito rapidamente, Senador Moka, duas delas. Primeiro, o sangue oculto nas fezes. Esse é o mais barato e já há nos Estados Unidos documentação que leva a uma redução de até 30% na mortalidade por câncer colorretal. Infelizmente, é um exame que não é tão simples como parece, porque sofre de falso positivo, que leva à necessidade de exames adicionais. Mas isso está sendo resolvido agora com os exames imunoquímicos, que são mais específicos para hemoglobina humana e não têm uma reação cruzada com a hemoglobina animal da alimentação, e acho que num futuro muito próximo teremos os exames de DNA nas fezes, porque já está em fase experimental. E aí, sim, teremos um exame de alta sensibilidade e especificidade, que vai diminuir a necessidade de exames que vão resultar em resultados negativos para os pacientes.

Aí temos a colonoscopia, que acaba sendo, no final, o padrão ouro, porque não só faz o diagnóstico mas faz a cura do problema, pois remove o problema quando é um pólip, um câncer inicial. Mucosectomia, que é a remoção da mucosa doente do intestino, cura tumores em estágio inicial. É um procedimento muito importante. Mas tem um custo que não é só do procedimento em si, mas tem o custo do preparo. Quem já teve a oportunidade de realizar o exame sabe que o preparo é um pouco mais demorado, exige um pouco mais de atenção particularmente em pessoas idosas. Então, tudo isso tem que ser levado em conta ao se fazer algum tipo de programa de prevenção.

Eu acho, Senador, que a solução mesmo virá muito em breve, quando nós pudermos extrair o DNA circulante, ou seja, vamos fazer um exame de sangue e analisar, no exame de sangue, a presença de DNA do tumor

circulante. Isso já existe, não é ficção científica. Não é comercialmente disponível, mas hoje, para pacientes com câncer, nós já conseguimos quantificar o DNA circulante e isso pode ser utilizado até em planejamento futuro. Acho que em poucos anos estará disponível e teremos uma ferramenta maravilhosa, simples e fácil de fazer, que resolve muitos dos problemas que estão sendo discutidos.

Para evitar que não tenhamos tempo para debate, acho que podemos sair daqui todos com a convicção de que é necessário um tempo de conscientização, seja um dia, uma semana ou um mês, mas o importante é que a gente traga um tumor que é cada vez mais comum à realidade, para que a população saiba que o tumor existe e a maneira de evitá-lo ou então tratá-lo precocemente.

É importante que discutamos a regionalização dos tipos de procedimentos que serão realizados. Estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, provavelmente precisam de programas imediatamente, para redução da incidência e cura do câncer. Em outros Estados que têm incidência mais baixa, talvez essa discussão possa se aprofundar um pouco mais. Eu não daria uma solução nacional única. Acho que seria importante vermos o risco de cada região.

Há um apelo que eu sempre faço nesse tipo de reunião, Senadora, para que o Governo brasileiro invista em soluções nacionais, como por exemplo uma tecnologia nacional de captura de DNA circulante para detecção precoce não só de tumor colorretal, mas de outros tumores em pacientes aparentemente saudáveis.

Nós precisamos investir mais em pesquisa, capacitação de cientistas no Brasil, porque acho que a solução final que vai realmente resolver, ou adiantar muito essa condição, passa por uma incorporação de tecnologia que, neste momento, ainda é investigacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria agradecer muito, Dr. Paulo Hoff. Vi que o Senador Ruben Figueiró prestou muita atenção. Vi que o senhor, V. Ex^a, desculpe, prestou muita atenção. Tem alguma relação com o Dr. Paulo Hoff, assim mais...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – É muito importante ouvir a opinião de genro. Se ele não for corinthiano, bem entendido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É um fanal.

Quero dizer o seguinte: é importante essa fala, e a gente percebe que o Paulo deve estar acostumado porque é extremamente didático. Dei aula durante 15 anos e sei quando estou diante de alguém que está acostumado a colocar as coisas com muita didática. E é fundamental porque as pessoas que estão nos ouvindo, na imensa maioria, são leigas. Então, é importante que a gente tenha esta preocupação. Tenho certeza, Senador, pelo nível da Mesa. A começar pela nossa estreante aqui, que esgotou o assunto em dez minutos. Imagine se ela tivesse mais tempo para falar?

Então, acho que é importante, principalmente. E essas questões vão aparecer. Durante o debate aqui, a Dr^a Patrícia é uma grande colaboradora. Sempre que veio aqui, a gente sai com encaminhamento. E temos tido uma colaboração muito grande do Ministério da Saúde, na pessoa da Dr^a Patrícia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E como V. Ex^a prestou atenção, pela ordem, Presidente, é que foram muito bem complementadas a didática da Dr^a Marlise com o que o Dr. Paulo avançou, já indo para um outro caminho que me chamou muita atenção, que é a regionalização, e essa questão de perseguir com tecnologia avançada disponível no mundo, que o Brasil pode também chegar mais cedo, aqui, na América Latina, com uma área tão... Surpreendeu-me essa história do DNA circulante. Isso é muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na sequência, quero passar a palavra ao Dr. Eduardo de Paula Vieira, Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, representando, aqui, o Dr. Ronaldo Salles, Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia.

O SR. EDUARDO DE PAULA VIEIRA – Bom dia a todos.

Exm^o Senador Moka, Exm^a Senadora Ana Amélia, Exm^o Senador Ruben Figueiró, em nome da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, a qual aqui represento, gostaria de parabenizar esta iniciativa de discutir este programa efetivamente de prevenção do câncer de intestino, câncer colorretal, e dizer que isso é uma preocupação constante nossa como Sociedade Brasileira.

Não vou entrar no mérito científico, acho que já foi muito bem apresentado pela Dr^a Marlise, e quero falar um pouco mais da nossa estrutura como Sociedade e o que podemos oferecer.

O grande problema, acho, da política de saúde no Brasil é o tamanho do País e as diferenças regionais. Somos, na verdade, um Continente. Isso gera problemas em todas as áreas de saúde, dentre elas a de intestino. Como V. Ex^{as} já viram, há diferença de incidência entre uma Região e outra do País.

Como Sociedade Brasileira de Coloproctologia, temos regionais, como a gaúcha, da qual somos os coordenadores, vamos dizer assim, e temos ascendência sobre todas essas regionais. Temos uma identificação de todos os serviços que tenham membro coloproctologista, que são certificados pela nossa Sociedade em todo o Brasil, e a nossa Sociedade, na verdade, em termos de coloproctologista, é a segunda maior Sociedade

do mundo, cerca de 1.700 coloproctologistas dentro da Sociedade; só perdemos para a Sociedade Americana de Coloproctologia.

Esse é um ponto muito importante que vem agregar essa possibilidade de difundirmos o conhecimento, com diversos programas de ensino que proporcionamos não só aos colegas médicos, mas à própria população, através do *site*, através de várias ações como uma eventual possibilidade de disseminação e divulgação de qualquer programação de prevenção ou de conscientização. Então, nós temos condições de tentar nacionalizar efetivamente, ainda que com as diferenças regionais, esse programa, se for instituído de alguma forma.

Isso é muito importante e já houve algumas discussões, até no âmbito do Ministério da Saúde. A Dr^a Luciana Pyramo, que já foi nossa ex-presidente, chegou a ir ao Ministério tentar alguma coisa, e a questão sempre caía no custo. Quer dizer, eu acho que a gente deve discutir aqui, porque isso vai ser uma coisa muito importante em termos de rejeição ou aprovação, eventualmente, de qualquer projeto.

Penso muito seriamente: o que nós vemos hoje? Além de fazer parte da direção da sociedade, eu sou professor de coloproctologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é um serviço público, e vemos que os pacientes chegam para tratar o câncer de intestino num estágio muito avançado.

Então, mesmo antes da prevenção, nós poderíamos pegar esses cânceres num estágio precoce. Imaginem quanto não seria bom haver a prevenção.

E o que acontece? Na verdade, acaba o custo de um tratamento de um paciente com um câncer muito avançado sendo muito maior. Porque, no final das contas, vai requerer internação, quimioterapia, radioterapia, quer dizer, cuidados paliativos num paciente terminal para quem não haja mais soluções médicas a serem oferecidas; esse vai ser um custo muito maior.

Atualmente, o que acontece? Por um medo e por não haver uma diretriz efetiva sobre prevenção, sobre conscientização, as pessoas começam a ouvir falar e todo mundo, até o médico, sai pedindo exame. Saem pedindo colonoscopia, muitas vezes desnecessárias. Então, o que nós vemos hoje, principalmente na rede pública, mas na privada também, é serem solicitadas inúmeras colonoscopias que não seriam necessárias. Eu acho que, se houver uma diretriz como, por exemplo, há para o câncer de mama, principalmente no sistema público, nós vamos ter não um aumento de custo, mas uma diminuição, com efetividade muito maior no resultado final. Como a Dr^a Marlise e o Dr. Paulo já mostraram, efetivamente, se a gente tirar aquele pólipó que é encontrado no intestino, benigno, o tratamento será mais efetivo. Porque, diferentemente da prevenção do câncer de próstata, do câncer de mama, na verdade, nesse caso, não é feita uma prevenção, mas uma detecção precoce. No nosso caso, com a retirada desses pólipos, que são benignos – e, se forem deixados, na maioria das vezes, vão virar um câncer –, nós realizaríamos a prevenção.

Então, se conseguirmos colocar critérios a que os pacientes possam ser submetidos, como serem solicitadas colonoscopias, mas, antes, provavelmente, um exame mais simples, como sangue oculto e até retossigmoidoscopias, poderemos, sim, na minha avaliação, diminuir muito esse custo. Tanto na realização simplesmente do exame – e não vamos pensar no tratamento de um paciente com um câncer mais avançado, porque esse vai continuar ainda por um tempo –, só a colonoscopia, a curto prazo, acredito, teremos uma redução de custo. Eu acho que esse é um ponto muito importante, Senador. E apoiando a Sociedade Brasileira de Coloproctologia. Eu acho que esta aqui é uma excelente forma para isso. Nós estamos apoiando e temos essas condições de, eventualmente, nacionalizar, vamos dizer assim, todo o programa.

Após alguma discussão, Senador, a gente pode retornar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

São coisas diferentes: detectar-se precocemente, indo para o tratamento, e prevenir. Realmente, em se tratando desse tipo de câncer, realmente o custo será muito menor.

Eu acho que são essas coisas que, nessas audiências, a gente vai juntando, formatando, fazendo raios-X do corpo inteiro, do que é importante, para que a gente possa avançar.

Eu quero, ao agradecer ao Dr. Eduardo, conceder a palavra à Dr^a Angelita Habr-Gama, Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino.

A SR^a ANGELITA HABR-GAMA – É um prazer enorme, uma honra estar aqui.

Cumprimento a nossa querida Senadora Ana Amélia por sua grande iniciativa, não só nisto, mas ela fez outras leis. Há uma lei importantíssima que nós todos usamos, está o Prof. Paulo Hoff está aqui para se gabar, da quimioterapia oral, de que muitas pessoas se esquecem. Muito bem! Parabéns, Senadora! Nós a admiramos muito. Senador Moka, parabéns por estarmos aqui! Eu agradeço aos nossos colegas.

Algumas coisas vamos ter que obrigatoriamente repetir, já foi dito, mas vou acelerar. É importante, esse é um câncer importante para o Ministério agir, porque é um dos cânceres mais frequentes, é o terceiro câncer no Brasil geral, o segundo no sexo masculino e é uma grande causa de mortalidade. É o único câncer prevenível, porque nós conhecemos a lesão que precede, retiramos, através do exame que se chama colonoscopia, e o

doente está curado, diferentemente do câncer de mama, do útero e da próstata, em que nós fazemos – muito bem feita e deve ser feita – detecção precoce. No câncer de intestino, além da detecção precoce, nós podemos fazer – como foi dito já – a prevenção. É um câncer importante e, no momento, para o futuro, temos que lembrar que em cada 20 pessoas, uma terá câncer de intestino e 90% terá câncer já diagnosticado. Temos 90% dos casos diagnosticados acima de 50 anos. É por isso que começamos as campanhas de conscientização de prevenção a partir dos 50 anos. E o Brasil segue o que ocorre no mundo. É muito frequente, está-se tornando realmente um programa de saúde pública. É por isso que nós estamos aqui. Já foi dito pela Dr^a Marlise que é um câncer do qual conhecemos a sequência: mucosa normal vai crescendo, mudando e vai se transformar num pólipó, que nós removemos com a colonoscopia. E, num prazo que dá folga para que o doente descubra esse câncer, num prazo de 10 anos, ele já cresceu, formou um câncer, mas ainda é possível fazer o diagnóstico, fazer o tratamento precoce e podemos conseguir a cura. Quanto mais precocemente nós detectamos e fazemos a prevenção, pela retirada dos pólipos, nós estamos curando esse câncer. É interessante saber que após os 50 anos, no mínimo 25% da população terá um pólipó. Então, ele precisa, portanto, ser rastreado.

Quero mostrar aqui os países que fazem prevenção. Nós já sabemos que nos Estados Unidos é bem conduzido o sistema de prevenção, reduzindo – como já foi mostrado aqui – enormemente a incidência de mortalidade por câncer. Na Europa, Alemanha, França, Espanha e Portugal, fazem-se campanhas de prevenção; Canadá, muito. Mas eu queria chamar a atenção na América Latina, o único país em que se faz prevenção – espantem-se – é a Bolívia. Porque na Bolívia a saúde pública é cuidada como aqui no Brasil, pelo sistema nacional de saúde. Como no Brasil nós temos o sistema nacional de saúde – que é muito bem feito, nós precisamos melhorar sua qualidade –, nós podemos fazer prevenção, seguirmos o modelo da Bolívia.

Mas eu queria chamar a atenção para esta diretriz, o Caderno de Atenção Primária nº 29. Já foi suficientemente reconhecido – e os senhores leiam bem – que a prevenção está com o Grau de Recomendação A, a pesquisa de sangue oculto nas fezes, retoscopia e colonoscopia realmente previnem o câncer no intestino, Grau de Recomendação A.

Mas não sei por que, em 1910, foi feita uma diretriz chamando a atenção de que esse programa de rastreamento – rastreamento é pesquisa de tumor no indivíduo assintomático –, esses testes não são úteis, principalmente o sangue oculto, porque ele se acompanha de uma quantidade enorme de falsos positivos. Não importa que alguém tenha sangue positivo nas fezes falso, porque ele está sabendo. Se descobrirmos hemorroidas, doenças diverticulares, já valeu. Então, é importante fazer pesquisa de sangue oculto. Mas aí, nessa diretriz – achando que os falsos positivos dificultam os programas de rastreamento – recomendando e impedindo, a partir daí, que os programas que são feitos por sociedades e entidades tenham continuidade, porque estão impedidos por meio dessa diretriz que nós gostaríamos, na reunião de hoje, que realmente fosse modificada.

É bom chamarmos a atenção para que caindo significativamente a incidência de câncer nos Estados Unidos (65%), de 2002 a 2006, paralelamente cai a taxa de mortalidade. E eu diria aos senhores que o câncer colorretal teria um excelente prognóstico, mas ainda a nossa probabilidade de cura, no Brasil, raramente, ultrapassa os 50%. Só em centros acadêmicos, em centros que têm bem desenvolvidas as técnicas cirúrgicas e as técnicas de diagnóstico precoce, nós conseguimos ter índices de cura acima de 60%. Mas, a cada 100 doentes que nós operamos e tratamos, 50 vão morrer em cinco anos. E é um câncer de excelente prognóstico, de diagnóstico precoce fácil e de fácil prevenção.

Então, é esse o câncer que nós devemos rastrear, porque o rastreamento e as políticas públicas de rastreamento vão reduzir a incidência, a mortalidade; vai ser mais efetivo quanto ao custo para o País; e, claro, vai melhorar, de imediato, a qualidade de vida do cidadão. Então, nós devemos fazer isso!

Nós somos entusiastas da prevenção. E nós começamos isso em 1980, quando começou nos Estados Unidos, promovendo aqui o primeiro congresso de prevenção de câncer de estômago, de câncer de intestino grosso. Fizemos um congresso do qual participaram as maiores entidades nacionais – eram 50 participantes. Escrevemos um livro sobre prevenção e já publicamos um trabalho utilizando a pesquisa de sangue oculto numa população assintomática, na cidade de São Paulo, com a colaboração, num trabalho multicêntrico, de vários colegas no Brasil, e já encontramos uma incidência significativa de câncer nessa população assintomática. Ou seja, datando, desde de esse trabalho publicado em 1983 e do nosso primeiro congresso, em 1980, a gente vem falando em prevenção. Até que, em 2004, após várias vindas aqui ao Senado, de várias conversas com o Ministro à época, nós entendemos o problema do Brasil: o Brasil é muito grande; é difícil economicamente fazer programas de prevenção, mas vale a pena. Nós sabemos que a incidência é grande, mas como o Dr. Hoff bem mencionou, é principalmente alta no Sul. Então, talvez, a gente devesse, por economia, por facilidade, regionalizar esses programas.

Nós fizemos a Abrapreci, que, infelizmente, não é capaz de fazer a prevenção. Mas nós fazemos uma campanha de conscientização corpo-a-corpo, porque, conscientizando a população, nós vamos facilitar o trabalho das nossas entidades públicas, do Ministério, e ter, com isso, o seu apoio.

Para tanto, fizemos um intestino gigante, o “gigantão”, com quase 30 metros, que anda pelo Brasil inteiro, já foi de Manaus a Porto Alegre, visitando 19 Estados do Brasil. Colocamos no avião, colocamos no ônibus, pelo que agradeço aqui o trabalho da D. Regina Pires, nossa Secretária da Abrapreci. Enfim, fazemos um trabalho corpo-a-corpo, carregando esse intestino, que já foi até ao Canadá.

O grande impulso de prevenção no Canadá foi movido pela passagem desse intestino naquele país, quando de um congresso internacional, americano-canadense. Esse intestino girou por lá durante um mês. É um intestino fantástico; é um modelo que serve para a instrução da juventude. Acompanhando o intestino, nós temos dentro um boneco que fala, em linguagem lúdica, para as crianças. Nós, geralmente, levamos as nutricionistas, que falam às crianças, ensinando-as a se alimentarem, ensinando os pais a se alimentarem, a mudarem os seus hábitos de vida.

Esse intestino gira muito. Fizemos iniciativas locais e regionais; tivemos o prazer de sermos seguidos pela Dr^a Marlise Mello em Porto Alegre. Apoiamos muito essa iniciativa, que culmina, agora, no Maio Laranja...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANGELITA HABR-GAMA – Nós já vamos encerrar.

Nós fizemos um plano piloto. Fizemos uma cidade, no Norte de São Paulo, que se chama Santa Cruz das Palmeiras – e os senhores viram que o brasileiro adere aos programas de prevenção. Nós entrevistamos quase cinco mil pessoas e treinamos o teste de sangue oculto. Nós ganhamos de presente 10 mil testes de sangue oculto, testes imunoquímicos, do governo chinês. Consegui iludir... *(Risos.)*

Facilitar que eles nos mandassem. Não consegui no Brasil, mas consegui na China; e foi...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Sensibilizar.

A SR^a ANGELITA HABR-GAMA – Isso! Sensibilizar; não iludir. E nós conseguimos fazer a pesquisa de sangue oculto em Santa Cruz das Palmeiras. Passamos a fazer a colonoscopia. Nós mesmos levamos os colonoscópios, uma vez por mês, e fizemos as colonoscopias, tivemos um resultado positivo importante, e os doentes, quando foram operados, contaram com o auxílio dos colegas de Santa Cruz.

Publicamos um trabalho, que tem sido muito citado no exterior. E, agora, reproduzimos, com o auxílio do Ministério da Saúde, um plano piloto de filantropia através do pessoal da Oswaldo Cruz. Fizemos isso na Moca, em frente à quadra de futebol do Juventus. Fizemos um programa de prevenção muito bem feito, tivemos entrevistadores, distribuímos exames de sangue oculto, agora pagos pelo Ministério da Saúde com apoio da Prefeitura e com nosso próprio apoio. Trabalhamos nisso e entrevistamos 8,5 mil pessoas, fizemos exames de sangue oculto, detectamos câncer. Temos aqui, já para o Brasil, modelo de dois projetos pilotos.

Então, o que podemos fazer através desta reunião?

Solicitar ao Ministério da Saúde que reavalie as diretrizes do Caderno 29 e criar um grupo de trabalho para avaliação e planejamento de implementação de políticas de rastreamento, e é isso que estamos fazendo. Além disso, deve integrar esses programas no Programa de Saúde da Família, permitir que os projetos pilotos de rastreamento também sejam projetos do Pronon. Queremos que o Ministério da Saúde apoie as iniciativas, regionais, municipais, privadas, todas elas, porque, juntos, podemos realmente fazer um trabalho que será modelo para muitos outros países. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr^a Angelita, fiquei com vontade de bater palmas para a senhora. *(Risos.)*

Na próxima audiência pública, vamos convidá-la sempre, porque a senhora já traz inclusive o encamiçamento da... *(Risos.)*

Ela já traz, ela fala e já diz o que tem que ser feito.

Percebi que a doutora fala com paixão, com autoridade de quem conhece. Eu tenho apenas uma curiosidade: de quem foi a ideia desse intestino gigante? Achei uma coisa que...

A SR^a ANGELITA HABR-GAMA – Nos ouvimos – o planejamento disse – os Estados Unidos, mas eles não haviam feito ainda. Chegamos aqui e, correndo, fizemos antes deles.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A senhora é ligeira, iludiu os chineses e, agora, passou os americanos. *(Risos.)*

A SR^a ANGELITA HABR-GAMA – E fizemos por iniciativa própria. Esse modelo era muito simples. Depois, precisou ir para os Estados Unidos. Eles gostaram muito, queriam comprar o nosso modelo, iam nos pagar muito pouco, menos do que gastamos. Então, não vendemos; cedemos a eles o DVD com a fala do Dr. Preventino. Vamos a alguns congressos no Canadá e Estados Unidos, sobretudo de gastroenterologia, e vemos um intes-

tinão igualzinho ao nosso, com o boneco brasileiro falando em inglês ou em francês, porque ele fala ora em inglês, ora em francês. Ele fala: “*I came from Brazil*” ou “*I came from São Paulo, Abrapecí*”. (Risos.)

São Paulo, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Eu vou conceder a palavra à Dr^a Luciana Holtz, uma parceira nossa aqui, Presidente do Instituto Oncoguia.

A SR^a LUCIANA HOLTZ – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Moka. Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade de nos abrir esse espaço para, realmente, discutirmos esse tema tão importante. Obrigada, Senadora Ana Amélia, parceira e grande defensora da causa do câncer no Brasil. Bom dia, plateia.

Eu estou aqui representando o Instituto Oncoguia, uma ONG que atua para ajudar o paciente com câncer a viver melhor, por meio de projetos de informação, de apoio aos pacientes e na defesa de direitos.

Diferentemente de todo mundo, acho que não tenho mais números para dar; acho que a importância, a relevância e a gravidade do tema já foi mais do que dita; porém, como a história da Maria, temos várias outras no portal, e acho que vale a pena ler um pouquinho.

Em 2009, comecei a sentir muitas dores abdominais, dores insuportáveis. Fui ao ginecologista, achando que fosse alguma inflamação. Fiz todos os exames, mas não acusaram nada. E continuava a sentir dores. Começou um sangramento pelas fezes. Voltei ao médico e expliquei o que estava acontecendo, e ele me orientou a passar em um gastro. Marquei consulta, fiz uma colono, e veio a notícia de que eu estava com câncer no intestino.

Essa é uma história entre muitas outras. O que a gente vê nesse cenário do câncer de intestino é que, da prevenção ao paciente que vive realmente com a doença, o caminho não está claro, os problemas são muitos, acho que falta, realmente, muita transparência, desde o paciente que não sabe sequer em que médico deve ir, qual o exame que tem que fazer, onde ele vai fazer o tratamento. Então, ele fica literalmente perdido nesse mundo, nesse cenário, porque a gente precisa torná-lo mais claro.

De novo, vou contar a história da D. Ana, que tem 53 anos. Ela começou a sentir algumas dores abdominais, percebeu o intestino um pouco preso, notou sangue nas fezes, procurou a UBS mais perto de sua casa. Ela é uma paciente que depende do SUS. Eu acho que esta fala dela também é muito importante: “Nunca ouvi falar em colonoscopia e nem sabia que existia câncer no intestino”. Gente, assim, eu acho que vale a pena a gente prestar atenção nisso! O quanto realmente a gente tem um trabalho de base para educar as pessoas com relação inclusive ao tipo de câncer que a gente está abrindo.

E aí, gente, olha só a historinha dela – quantos desafios. Infelizmente, quando ela chegou na UBS não havia médico. Foi puro azar dela uma UBS em que não havia médico. E a gente sabe que isso também é uma realidade aí pelos muitos lugares Brasil afora. Infelizmente ela demorou mais de 30 dias para conseguir passar por um médico da UBS. O médico não a examinou. E aí, por conta da queixa dela de sangue nas fezes, ele deu vermifugo. O que, aparentemente, é bastante comum, porque acho que confunde ali, pelo que a gente entendeu. D. Ana continuou com os sintomas. Ela conseguiu voltar ao médico três meses depois e, dessa vez, havia um outro médico na UBS, que ouviu suas queixas e resolveu, então, pedir uma colonoscopia.

Gente, ela aguardou seis meses na fila para fazer o exame! E, de verdade, na cidade de São Paulo, a fila no Município para fazer uma colonoscopia é de seis meses. Ela aguardou, então, o exame. Com o resultado, ela já estava com câncer colorretal com metástase no fígado. Hoje ela está em tratamento. A gente sabe então que no SUS ela também não tem acesso ao melhor tratamento, mas a gente não vai discutir isso aqui hoje.

Bom gente, então o meu pedido: se Anas e Josés – acho que vale a gente lembrar que diferente do Outubro Rosa, diferente do Novembro Azul, que a gente está falando de homens e mulheres, no câncer de intestino a gente está falando de homens e de mulheres; é uma doença que atinge a todos nós – tivessem acesso, então, a uma informação ao câncer de intestino e aos seus exames preventivos, ao sangue oculto, imunoquímico, a colonoscopia, que sedentarismo e obesidade têm, sim, relação com o câncer de intestino... Recentemente, a gente fez uma pesquisa com o Datafolha, e dados que nos surpreenderam muito foram que, realmente, é muito baixa a relação que as pessoas fazem conectando mesmo o sedentarismo e a obesidade com o surgimento de um câncer. Hoje a gente sabe, principalmente a obesidade, o quanto está conectada com o surgimento de um câncer e, em especial, o câncer colorretal.

Acho que aos 50 anos a importância, realmente, de a gente ter disponível o exame de sangue oculto nas fezes, e aí vale, sim, essa discussão com relação ao imunoquímico. Se esse sangue oculto tiver alterado, acho que esse paciente precisa ser priorizado e a gente precisa pensar se é possível disponibilizar uma colonoscopia em um mês ou o mais rápido possível. E, de novo, se for uma paciente que já está apresentando sintomas, como os da D. Ana, ela precisa ser priorizada, precisa ser tirada da fila e precisa ter acesso a uma colonoscopia o mais rápido possível.

Então, a gente fez um documento, que acabamos de distribuir para vocês, que foi amplamente discutido, nós reunimos diferentes entidades, profissionais, isso aconteceu em maio deste ano, e ele traz aí algumas

recomendações. A gente teve desafios; a gente propôs que, durante a reunião, discutíssemos barreiras da prevenção, barreiras do diagnóstico, barreiras do tratamento e barreiras de viver com a doença. E, de verdade, gente, apesar de a gente querer muito discutir os desafios, inclusive o tratamento em si do paciente, a gente quase que não conseguiu chegar lá, porque as barreiras da prevenção e as barreiras do diagnóstico são tantas e merecem atenção e precisam ser priorizadas que eu acho que vai ficar, realmente, para um segundo capítulo, apesar de merecer muito.

E aí vale a gente lembrar, então, na última página, que acho que está completamente em alinhamento aqui com a Mesa, que as duas prioridades que ficaram da reunião foram a questão de a gente conscientizar a população sobre a doença, seus fatores de risco, sinais e sintomas, essa questão da obesidade, do sedentarismo, do combate à obesidade e ao sedentarismo, e a questão de a gente promover junto, ao mesmo tempo... Acho que não dá para fazer uma coisa desconectada da outra.

Está aí o número da mortalidade, os pacientes estão morrendo por causa dessa doença que a gente pode simplesmente prevenir. Acho que este é o ponto. E junto, então, a gente promover melhor acesso ao diagnóstico precoce. E aí cabe, aqui, a gente discutir. Mas o pedido seria, Patrícia, que realmente o Governo criasse uma política nacional de rastreamento, que a gente pudesse construí-la juntos, dentro do que é possível, claro, considerando todos os desafios que a gente sabe que esse cenário tem.

É isto. O que a gente quer, e acho que está claro aqui na Mesa, é conseguir fazer com que o câncer gere menos sofrimento, preconceito e mortes, promover mais qualidade de vida. E não podemos nos esquecer de que estamos aqui para salvar vidas.

Obrigada, gente.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr^a Luciana, parceira importante da nossa Comissão.

A Patrícia sempre é a última a falar, porque as pessoas, de alguma forma... Só sobra o Ministério da Saúde. Não é que sobre, mas é a responsabilidade, na verdade.

Mas a gente... Eu, às vezes, sou muito duro, mas eu gosto de reconhecer quando a gente tem tido, e nós temos tido, eu, pelo menos aqui, a Patrícia tem sido realmente uma pessoa que tem dado a essas prioridades dessas audiências públicas e a gente tem encontrado essa... É por isso que estimula. Desde a época em que nós fizemos aqui... A Ana foi a autora e eu relatei a quimioterapia oral. Na época, tivemos que brigar com os planos de saúde.

Lembra a confusão que foi com os planos de saúde? A senhora não queria nem ouvir falar naquilo.

Mas eu acho que é assim. A gente tem que ir vencendo.

Então, passo a palavra à Dr^a Patrícia Sampaio, Coordenadora Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, do Ministério da Saúde.

A SR^a PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Bom dia, Senador Moka, Senadora Ana Amélia, colegas da Mesa.

É um prazer estar aqui mais uma vez.

Muitas coisas que vocês trouxeram eu também trouxe. Então, vou tentar fazer uma apresentação um pouco mais rápida para a gente poder abrir para o debate.

Rapidamente, vou falar do contexto epidemiológico, de que já se falou bastante, da Política Nacional de Oncologia, da questão do rastreamento, das recomendações atuais e das possibilidades para o futuro, de como a gente pode conversar.

Então, aqui já foi dado, acho que mudou e a gente, então...

É um câncer muito incidente, mas ninguém falou dos dados de mortalidade.

Ele não é um dos cânceres que mais matam no País. Ele é o quinto entre as mulheres e o sexto entre os homens. Então, quando a gente olha a epidemiologia, a gente tem que olhar a incidência e a mortalidade. Olhando só um dado, a gente tem uns vieses de leitura.

As maiores incidências, como o Dr. Paulo falou, sim, são nas Regiões Sul e Sudeste e também em Mato Grosso do Sul. Depois a gente pode falar um pouquinho em relação às políticas regionais, em como a gente pode pensar um pouquinho sobre isso. Então, acho que todos vocês já conhecem a Portaria 874, que foi a revisão da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, e as novidades da política, que foram esses dois pontos aqui.

A Portaria descreve quais são as responsabilidades das esferas de gestão. Eu sinto falta aqui, na Mesa, e quero pontuar isto, do Conass e Conasems.

O Sistema Único de Saúde é tripartite. A gente é um país federado. Não adianta a gente pensar só no Ministério da Saúde, que tem o maior volume de financiamento – não estou não reconhecendo isso –, mas, para pensar as políticas, eu preciso de Estado e Município juntos. E também na Portaria estão descritas as res-

ponsabilidades das estruturas operacionais, então, do ponto de atenção primária, secundária, hospitalar, e em relação a quais são as responsabilidades na linha de cuidado da pessoa com câncer.

Além disso, a gente tem uma portaria que saiu este ano que redefine os critérios e os parâmetros para organização, planejamento, controle e avaliação da alta complexidade na área da oncologia. Mudou a lógica.

Então, a habilitação dos hospitais que fazem tratamento oncológico no SUS era muito desligada da rede. Essa portaria, então, traz uma lógica de rede, uma responsabilidade para uma população adscrita. Isso muda e torna mais fácil o trabalho com as questões de referência, contrarreferência, até para fazer programas organizados de rastreamento.

Para relembrar, a gente gastou, em 2013, só com tratamento na área da oncologia, sem incluir aqui a compra centralizada de medicamentos, R\$ 2,8 bilhões com cirurgia, quimioterapia e radioterapia. E aqui está a quantidade de procedimentos realizados. O maior é de quimioterapia, depois cirurgia e radioterapia, em que a gente precisa avançar.

Aqui eu quero lembrar que programas... Qual a diferença... Nos sistemas nacionais de saúde, podemos ter vários graus de organização da prevenção e do controle do câncer. Primeiro, quero lembrar que prevenção é diferente de rastreamento, que é diferente de detecção precoce. A gente fica falando em prevenção e acha que tem de fazer exame.

Eu posso ter a prevenção primária, para mudar a qualidade de vida e hábitos de vida da população, eu posso fazer campanhas e alertas para sinais e sintomas – a gente ainda precisa dar esse passo – e eu posso ter programas organizados ou oportunistas de rastreamento. A gente precisa ter bem claro, porque, senão, prevenção fica igual a exame, e não é disso que estamos falando.

Para fazer rastreamento, o câncer de cólon é perfeito. E a gente sabe a história natural da doença. Eu tenho lesão precursora, igual a câncer de colo do útero, e o rastreamento é feito na população assintomática e, em geral, é populacional. Eu posso escolher uma população com risco adicional ou não. Em um programa de rastreamento organizado, para poder disparar isso, eticamente, é preciso garantir a confirmação diagnóstica, porque rastreamento não é confirmação diagnóstica, dependendo do tipo de exame que for usado para rastreamento, como o sangue oculto dito aqui, e, obrigatoriamente, eu tenho que ofertar o tratamento. Eu não posso colocar essa paciente em outra fila e ela só ficar na cabeça que está com câncer. Então, antes disso, precisamos tomar uma série de medidas. Então, eticamente, só pode haver um programa de rastreamento organizado se forem garantidas outras questões dentro do SUS. E tem a questão de se trabalhar com diagnóstico precoce, sinais e sintomas.

Crítérios. Eu trouxe esse trabalho de 1968, muito antigo, mas esses são os critérios para programas populacionais de rastreamento. A doença tem que representar um importante problema de saúde pública, que seja relevante para a população, considerando esses conceitos de epidemiologia, magnitude, transcendência e vulnerabilidade, a história natural precisa ser bem conhecida, é ideal que se conheça um estágio pré-clínico bem definido, durante o qual a doença pode ser diagnosticada e tratada, é preciso provar benefício de detecção precoce e tratamento precoce, para o rastreamento ter mais benefício do que malefício para o paciente, os exames de detecção dessa condição clínica devem estar disponíveis, aceitáveis e confiáveis, o custo do rastreamento e tratamento de uma condição clínica deve ser razoável e compatível com o orçamento destinado ao sistema público de saúde e o rastreamento deve ser um processo contínuo e sistemático para que haja queda de mortalidade, como a gente teve em amostras de trabalhos aqui, hoje.

Aqui estão alguns dos critérios que a OMS coloca para ter programas de rastreamento. Então, é preciso haver evidências científicas robustas, recurso humano, equipamento, tecnologia suficiente para cobrir todo público-alvo do programa de rastreamento, é preciso haver retaguardas de serviço de confirmação diagnóstica, oferta de tratamento e seguimento desse paciente e a prevalência da doença deve ser grande o bastante para justificar o rastreamento.

Eu sempre gosto de lembrar isto: rastreamento é uma intervenção sanitária complexa e poucos países do mundo têm condição de fazer o rastreamento populacional de forma adequada. Então, hoje, poucos países do mundo têm programas organizados de rastreamento. Há outros procedimentos que podemos implementar antes do rastreamento.

Bom, já se falou dessa questão de fatores protetores, de fatores de risco em relação ao cólon.

Aqui está o CAB 29, o Caderno de Atenção Básica, que orienta a questão do rastreamento. Justamente porque somos um País federativo, a ideia era, se algum Estado ou Município decidisse por isso, a gente deixar claro as evidências que temos em relação a isso. Mas é diferente de pensarmos uma política nacional. Então, sim, há bastantes evidências para o diagnóstico precoce e, sim, há evidências para o rastreamento.

E aqui a recomendação, que a Dr^a Angelita já trouxe, que está no caderno.

Hoje, a gente não considera o rastreamento viável e custo efetivo. A gente recomenda fortemente estratégias para divulgação ampla de sinais de alerta para a população e profissionais de saúde e acesso imediato ao exame diagnóstico.

A gente precisa trabalhar com linha vermelha na oncologia. Eu já falei isso várias vezes. Uma pessoa que tem a doença de Crohn, por exemplo, e está esperando a colonoscopia não pode ficar na mesma fila de uma pessoa que está esperando porque está com sinal e sintoma de câncer. Devem ser filas diferentes. A gente precisa trabalhar com protocolos muito claros de regulação. E eu preciso dar acesso ao tratamento adequado e oportuno.

Bom, o que eu pensei de próximos passos possíveis nessa questão? Eu conheço o Proadi do HO. A gente ainda não teve o resultado de custo efetividade de avaliação desse Proadi, que é o que a gente está esperando desse sistema. Eu acredito que eles apresentem no ano que vem, em São Paulo, na Mooca, que finalizou o projeto e a gente está aguardando os resultados. Então, o que eu pensei de próximos passos? A gente poderia pensar em criar um grupo de trabalho dentro do Comitê de Mobilização Social e de Especialistas de Oncologia para pensar em relação ao câncer colorretal, ao câncer de intestino, pensar que a gente pode escrever e espalhar para o Brasil inteiro recomendações em relação à referência na linha vermelha, como o NHS tem hoje. São coisas que a gente pode pensar. Pode pensar em fazer campanhas e alertas sobre sinais e sintomas tanto para cidadãos quanto para profissionais de saúde. E eu acho que a gente precisa pensar num projeto piloto em uma região de saúde, não só num Município ou numa região de um Município, para avaliar com mais magnitude, com mais força epidemiológica a questão do custo efetividade...

(Soa a campanha.)

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Estou acabando.

Podemos pensar na comparação dos exames de rastreamento, porque a gente sabe a questão do falso positivo, o exame que a gente hoje faz de sangue oculto nas fezes, e a questão da faixa etária, em que eu acho que a gente precisa pensar.

Eu só queria fazer algumas considerações em relação às falas que a gente ouviu hoje.

Em relação à regionalização, Dr. Paulo Hoff, é uma dificuldade. Aí é uma avaliação... Hoje o sistema de saúde, o brasileiro não tem maturidade para a gente ter políticas regionais, porque, enquanto eu, como Ministério da Saúde, penso numa política regional, vem um juiz, por exemplo, lá da Região Norte, e vai brigar porque não está se dando colonoscopia... Então, a gente precisa de uma decisão maior do que a do Ministério da Saúde para pensar em políticas regionais. Por isso que eu falei da questão de a gente ter Estados e Municípios, porque a gente pode trabalhar em parceria com decisões dos secretários estaduais, e aí a gente talvez não tenha tanto problema com a área da judicialização, e pensar isso nacionalmente regionalizado... Eu acho que isso se torna mais viável em vez de inviabilizar o sistema, como a judicialização tem feito hoje em grandes etapas. Então, eu acho que é um jeito de a gente pensar em parcerias com as secretarias estaduais.

Já que a Luciana me fez um pedido, eu vou fazer um pedido para ela. Para mim, dói muito, é muito caro ver como a gente apresenta o SUS. A gente não se orgulha de ter um sistema de saúde nacional que foi e é muito importante para a mudança de vários indicadores de saúde e de mortalidade. Está perfeito? Não está perfeito, a gente precisa avançar. Então, eu fico muito triste de ver o quanto a atenção primária sempre é apresentada de forma desqualificada. E, se a gente não girar essa roda, se a atenção primária não for o lugar que tem maior qualidade, uma série de coisas, e a gente não apresentá-la de forma diferente, ela sempre vai ser um lugar a que nenhum médico quer ir, onde nenhum médico quer ficar. Os piores estágios na faculdade de Medicina, em geral, são na atenção primária. Então, se a gente não mudar esse discurso, a gente não vai conseguir mudar a realidade. E a mesma coisa em relação ao Sistema Único. A gente precisa olhar o copo meio cheio. Ele não está perfeito, mas ele fez um monte de coisas.

Então, eu queria saber: por quê o tratamento não é ideal? Especificamente, o que está faltando para esse paciente? Vamos ver. Precisa mandar para a Conitec? Peço para apresentar o contrário. É só este o pedido. Obrigada.

Estou à disposição aqui para a gente ver os encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Patrícia parece ser muito durona, mas não é, gente.

Patrícia, eu vou começar fazendo uma provocação mais no sentido de a gente encaminhar o debate.

Eu tive uma percepção e acho que você não tem uma prioridade, quer dizer, entre as prioridades. Não me pareceu. Depois eu queria ouvi-la para a gente estabelecer esse encaminhamento.

Eu acho que a Patrícia tem razão com relação a essa questão da judicialização, que realmente é importante. Talvez a parceria com a Secretaria de Saúde pudesse evitar isso. Quer dizer, é uma decisão do Secretário

de Saúde colocar aquele serviço proporcional, um rateamento ou não, e estabelecer uma relação entre o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul. Nós temos essa cultura da carne vermelha. Quer dizer, é uma coisa bem próxima dos nossos dois Estados. Mas aí há também São Paulo. É difícil estabelecer essas relações. Mas me chamou a atenção Mato Grosso do Sul ter essa correlação.

Eu passo a palavra para... Na verdade, a Senadora Ana Amélia não pergunta, mas faz uma inquirição. Ela tem essa facilidade de jornalista.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Moka, muito obrigada, Do Mato Grosso do Sul, eu lhe dou a explicação sobre uma cidade que o senhor me convidou para conhecer chamada Chapadão do Sul. A cidade tem 30 anos e tem uma população de quase 30 mil habitantes, sendo que 95% deles são gaúchos. Isso talvez explique a identidade do problema. A migração que houve, a ida de gaúchos para essa região de maneira mais intensa do que para outros Estados talvez esteja determinada pelas questões genéticas. Eu não sou uma clínica geral, não; eu estou apenas fazendo uma dedução que talvez tenha lógica, mas me parece que isso talvez possa sinalizar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas isso tem a ver com o hábito, o hábito da alimentação, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim, exatamente por isso também, porque levam... No almoço de que participamos, Senador, havia um galeto, linguça – todas carnes leves –, um churrasco, salada de maionese, muita fartura. Era tudo bom, mas bastante gordura.

Mas eu começo pela Drª Patrícia. Concorde com o Senador Moka que a Drª Patrícia é muito aplicada nos procedimentos.

Pelo que a senhora fala, não se pode minimizar o problema do câncer do intestino, porque esse é o sexto câncer que mais mata entre os homens e o quinto entre as mulheres. E aí eu me reporto à questão da AIDS. Baixamos a vigilância sobre a AIDS. O que aconteceu? A tendência da sociedade é ao sedentarismo. Hoje, com a vida moderna, em que você não se levanta da cadeira sequer para mudar o canal da televisão, você está, culturalmente se viciando nos maus hábitos.

Como acabou caindo a vigilância sobre a prevenção à AIDS, ela recrudescer de maneira assustadora no Brasil. Então, se a gente não cuidar agora, nós podemos ter, como aconteceu com a AIDS, o câncer de intestino pode aumentar, até por conta dessa mudança de hábitos e de comportamentos da sociedade brasileira, como de resto no mundo. A internet é um vício, as crianças ficam o dia inteiro sentadas em casa, Drª Patrícia. Para elas, não é castigo, porque elas adoram ficar ali. Só que, para a saúde delas, isso é o pior dos mundos. Então, ela não sai para jogar bola, para dar pinote e tal, o que seria necessário.

Então, eu imagino que a senhora considera que nós temos que trabalhar, mas que isso não é a emergência maior, porque temos outras coisas para fazer.

A senhora falou do que o Ministério da Saúde gastou com o SUS nessa área, R\$2,8 bilhões, mas a senhora não falou do universo atendido.

Quantas pessoas foram atendidas e se há uma estatística sobre esse atendimento, sobre esse gasto – e aí há a questão da qualidade do gasto –, no que diz respeito à recuperação do paciente que foi atendido para tratamento ou para uma quimioterapia ou para uma cirurgia para a retirada de pólipos e tratamento para evitar o câncer? Então, qual é a avaliação de qualidade desse gasto de R\$2,8 bilhões?

É muito dinheiro! Se atendeu a um universo de tantas pessoas, a gente pode...

Eu vou fazer para todos depois. É só para deixá-la...

Então, a senhora fala que é difícil estabelecer uma regionalização, porque o pessoal do Nordeste vai lhe cobrar. Isto é natural, pois vivemos numa Casa política. Eu vejo isso no meu Estado, na minha região. Você libera uma emenda para uma região e me dizem: “Senadora, a senhora deu uma emenda para o tal município; eu também quero”. Isto é parte da nossa demanda, do processo de enfrentamento. Mas a senhora tem um grande argumento, por exemplo, em relação à Região Sul, que é o de ter o índice mais alto, no caso do Rio Grande do Sul mais ainda, pelos dados da Drª Marlise, o que requer, talvez, um tratamento. Claro que essa região é mais receptiva, pelos órgãos todos, a entrar numa ação comunitária, numa ação de parceria. Concorde com a senhora que não dá para pensar que o Poder Público, só o SUS... E já farei um requerimento, Senador Waldemir Moka, para uma segunda audiência, sobre o mesmo tema, trazendo o Ministério da Saúde, o Conasems e também o Conselho Nacional dos Municípios. Acho que é importante o debate com outras entidades que tratem do tema, porque se compõe.

Eu gostei muito de ver aqui que talvez a área médica, a área de coloproctologia, tenha sido, Drª Angelita – e aí a senhora é protagonista do processo – tenha muita parceria com entidades públicas, como a Drª Patrícia falou, com o seu Instituto, o AJ, com a Abrace, fazendo um trabalho que hoje tem repercussão internacio-

nal. Quer dizer, desenhar o intestino... As crianças aprendem muito mais vendo uma representação física que lhes dá a noção do que é aquilo, porque, teoricamente... Eu não tenho ideia de como é o desenho dele agora, falando, mas imagino que é um S dentro do corpo da gente, do abdômen. É isso, doutor? Ainda bem que não errei. A criança tem uma capacidade de entender melhor as coisas pelo lado lúdico, caminhando dentro daquela realidade. Eu a cumprimento por isto.

Como a senhora já tem experiência, eu gostaria de saber em que outras coisas seria possível estabelecer parcerias com os setores. Esse trabalho comunitário daquela cidade de São Paulo, Santa Cruz das Palmeiras, foi um trabalho para exatamente fazer um diagnóstico geral, os exames, todas as questões feitas.

Eu queria saber da Dr^a Marlise quanto custa uma colonoscopia e quanto custa um exame de verificação de sangue nas fezes. Quanto custa isso? Isto é para fazer também um cálculo de custo/benefício, o que é necessário para a prevenção.

Para o Dr. Eduardo eu gostaria de perguntar por que – e isso me preocupou muito, nós já vimos isso outras vezes aqui – existem exames desnecessários. Há falta de orientação médica? É mais cômodo para o médico pedir isso? Isso facilitaria a vida dele? Ou é a falta de uma boa formação, na especialidade, para identificar, independentemente da colonoscopia, outros procedimentos para realizar isso?

A nossa Luciana fez um pedido para a Patrícia. Estou curiosa para ouvir a resposta e a resposta da provocação que a Patrícia fez a você a respeito de como realizar isso.

Ao Dr. Paulo Hoff, que falou dessa questão do DNA circulante, pergunto em que estágio está essa sistema, essa detecção, essa identificação do DNA, que já é feito em outras áreas, que é, hoje, um exame caro, e como ele sugeriria que órgãos do Governo, públicos ou privados, numa parceria público-privada, poderiam, com mais rapidez, oferecer à sociedade brasileira um acesso a esse exame mais rapidamente, porque dependeria de uma política de investimentos para que um laboratório brasileiro ou o Governo, através das suas instituições de pesquisa, de ciência, pesquisa e tecnologia, trabalhassem em cima disso. Nós estamos qualificados? Qual é o caminho para chegarmos a esse exame?

Como o senhor viu, Presidente Moka, não é uma inquisição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, eu estou aqui para aprender. Eu só tenho que dar um testemunho e agradecer o Dr. Paulo Hoff por ter me convencido a fazer um exame de colonoscopia, porque eu acho que sou o único dos presentes que já passou por essa experiência, para mim extremamente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Ex^a não está desejando nada para ninguém, não é? (*Risos.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Portanto, por uma experiência que eu tive, a recomendação que faço a todos é que não temam esse exame.

Eu quero dizer que saio daqui extremamente esclarecido a respeito da importância de combate ao câncer colorretal.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para lhe ajudar, Senador, o exame não dói nada. Chato é o preparo. (*Risos.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Olha, é o temor do preparo. Mas foi extremamente válido para mim.

Eu quero cumprimentá-lo, portanto, meu caro Presidente, Senador Waldemir Moka, pela iniciativa que V. Ex^a e a Senadora Ana Amélia tiveram de convocar ilustres personalidades, especialistas na área, que vão contribuir sensivelmente para que o Senado da República amanhã ofereça um projeto capaz de atender os reclamos da nossa sociedade.

Com essas palavras, breves palavras, eu cumprimento todos pela oportunidade que me deram de ouvir lições valiosíssimas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Primeiro, eu devo dizer que a liberdade com o Senador é porque ele é do meu Estado e que, quando eu comecei a minha vida política, o Senador já era um político tradicional, um patrimônio político, um homem que é, para nós do Mato Grosso do Sul, um orgulho, uma referência.

Agora, eu cometi um erro. Eu não deveria brincar com isso, porque, pedagogicamente, a gente não deve dizer que o exame é doloroso ou que... Isso, ao invés de contribuir para estimular ao exame, pode criar preconceito e resistências, mas ele é um exame necessário.

E eu acho que a evolução vai caminhar para isso mesmo. Claro que há formas com custo menor e prevenções – eu concordo com a Patrícia –, mas a forma realmente, sem dúvida nenhuma, seria essa. Eu só insisto

que... E aí, só para a minha participação, porque são coisas diferentes, porque eu acho que, se a gente conseguisse fazer realmente uma política pública que a gente pudesse... E aí, Drª Patrícia, estou falando realmente com diagnóstico, e a pessoa fosse realmente ainda na fase em que ainda não virou um câncer, e a gente pudesse fazer as intervenções, eu acho que – e aí acho que foi o Dr. Eduardo que falou – o custo iria diminuir.

Então, talvez a gente estivesse falando em diminuição de custos, e não em aumento. É claro que eu entendo as dificuldades. Eu acho que a gente tem que tratar as coisas aqui dentro dessa realidade. O País é continental, eu acho que temos que priorizar as regiões, acho que é importante isso, mas nós temos que começar.

Eu acho que o importante é esse grupo de trabalho, eu acho que é fundamental. E aí eu não sei, Senadora Ana Amélia, se a gente faz uma audiência pública. Por que não incorporar nesse grupo de trabalho? Aí o pessoal já vem para essa reunião, o Conasems. Eu acho que talvez... Porque já teríamos, o pessoal já participaria como... Escolheríamos, talvez, um Estado, pode ser, em função da incidência do câncer no seu Estado, mas pode ser no Mato Grosso do Sul, e eu ajudaria, com certeza, nessa coisa da parceria com a Secretaria de Saúde do meu Estado. Eu teria até uma certa facilidade para fazer isso. E a gente começaria com um grupo de trabalho, um projeto-piloto, regionalmente, não o Município, talvez algo mais amplo, que pudesse ajudar nesse sentido.

Eu, agora, vou inverter. A Patrícia foi a última a falar. Eu começo pela Patrícia para responder os questionamentos. Eu vou passando, e, se houver algum questionamento entre os palestrantes, nós voltamos a considerar a tréplica.

Então, Drª Patrícia.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Obrigada.

Quando eu quis trazer os dados epidemiológicos, penso que a gente causa um viés no dado, Senadora. Então, tem que se olhar todos. Não quis dizer que não é uma prioridade, mas não é a única prioridade. Eu tenho outras coisas. Eu tenho que olhar incidência e mortalidade. Eu não posso olhar só incidência. Isso não é o olhar integral, global, para você fazer uma análise e tomada de decisão na gestão.

Eu acho que a gente está num momento bom, porque logo ele vai subir na escala de mortalidade, principalmente em outras regiões. Então, é um momento de a gente pensar e organizar políticas até para evitar que isso aconteça, atuar nesse sentido. Acho que ficou uma impressão ruim. Eu só quis dizer que a gente precisa olhar todos os dados, não olhar só dados de incidência.

Eu posso mandar, depois, Senadora, sobre a quantidade de pessoas que aquele número representa. Eu não sei de cor, eu não trouxe esse dado. Mas só com isso é difícil avaliar a qualidade de gastos. A gente precisa de... Hoje, para avaliar a qualidade do gasto, eu precisava olhar uma série de indicadores e uma série de dados, porque nem temos acesso a todos hoje, por exemplo, com o RHC, o Registro Hospitalar de Câncer. Lá eu talvez conseguisse olhar algumas coisas. São coisas para a gente pensar, metas mais para o futuro, a longo prazo, nem tanto a longo prazo.

Uma questão que eu acho que não respondi. Em relação à Drª Angelita, o Pronon permite apresentar projetos com esse conteúdo. Não sei por que ficou essa impressão de que não permite. Ele permite. Ele tem linha de assistência, de formação em educação permanente e linha de pesquisa. Então, na linha de pesquisa, um estudo deste não teria por que não ser financiado.

A SRª ANGELITA HABR-GAMA – Os estudos tem, mas as campanhas...

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Eu posso até, na assistência, financiar algumas campanhas, pela assistência....

O SR. PAULO HOFF – Desde que não sejam serviços já instalados.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Não, porque, se o serviço já instalado, Dr. Paulo, não faz isso...

O SR. PAULO HOFF – Sim, mas é...

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Não sei qual é a dúvida.

O SR. PAULO HOFF – Eu acho que o que a Profª Angelita está levantando é que no Pronon está especificado que, se há uma área de assistência já existente, o Pronon não pode ser utilizado para ampliar essa área já existente.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Não, doutor, não é isso que o Pronon fala. O Pronon não pode pagar... Eu não posso pagar ações que eu já faço no SUS. Mas, se eu ampliar as minhas ações, eu posso colocar para dentro do Pronon. Então, por exemplo, vamos dizer que eu atenda cem pessoas. Se vou passar a atender 150, essas 50 eu posso pôr para dentro do Pronon, num exemplo simples.

Outro ponto. Eu estou aqui, no Ministério da Saúde, e preciso pensar numa política nacional. Eu não acho que a gente tem maturidade, enquanto sociedade, de que a política nacional se regionalize. Infelizmente, os argumentos de incidência, por exemplo, ou de mortalidade, têm... No Judiciário, por exemplo, é difícil, em várias questões. Eu não estou falando que a gente não tem que fazer nada regional; eu só acho que, talvez, pensar numa política nacional/regional não seja a saída. A gente talvez possa apoiar políticas regionais de Estado,

até, talvez, com financiamento do Ministério, mas que isso seja do Estado. Se eu fizer isso saindo do Ministério, isso vai ficar.... É muito difícil fazer isso. Isso sai até do meu âmbito de tomada de decisão.

Eu coloquei aqui que acho que a gente pode formar um grupo de trabalho – foram esses os próximos passos possíveis que eu pensei – para a gente focar, pensar em questões de curto, médio e longo prazos que a gente pode fazer em relação ao câncer de intestino. Eu acho que há coisas, antes do rastreamento, com exames, que a gente precisa dar conta de fazer. Isto pensando em política nacional. Estou falando o que eu acho. Esse grupo de trabalho a gente pode compor e fazer isso por dentro do comitê que já existe.

Hoje, o Comitê de Mobilização, tanto social quanto de especialistas, é focado só no câncer de colo e no câncer de mama. A minha ideia é que a gente amplie isso, que ele seja um comitê de mobilização do câncer, e a gente tenha grupos de trabalho, até para a gente ter mais corpo.

Vou colocar isso em pauta, na reunião do comitê. Não sei se vai passar. Se não passar, a gente pode pensar em como criar isso de outra forma, um grupo de trabalho nesse sentido.

Não sei se respondi.

A SRª ANGELITA HABR-GAMA – Pergunto a você, porque acho que, no Brasil, os registros de câncer são muito falhos. Então, acho que deveria regionalizar, mas é muito difícil, porque o Brasil tem 200 milhões de habitantes, mas sei que os registros de câncer existem em poucas cidades. Nós fizemos um levantamento por cima há pouco tempo e verificamos que havia apenas 19 Municípios, cidades com registro de câncer no Brasil. Então, essa diferença de incidência entre norte e sul pode ser causada pelas diferenças nos registros. Talvez fosse preciso priorizar também um estudo melhor dos registros de câncer no País, assim como registros de mortalidade. Agora, a mortalidade nos Estados Unidos e na Europa está bem documentada. A mortalidade é paralela à incidência: a incidência nos Estados Unidos diminuiu 65% e a mortalidade, 50%.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Professora, por exemplo, a gente tem outros cânceres com mortalidade maior. É só isso. Não estou dizendo que... A gente não pode esquecer a parte de cima da tabela.

A SRª ANGELITA HABR-GAMA – No caso do câncer de intestino, eu falei que, de cada 100 doentes que nós operamos, 50 morrem em cinco anos. Então, é a mortalidade num câncer de tão bom prognóstico...

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Aí é questão da sobrevida, do estadiamento, do diagnóstico, mas é discussão para a gente fazer no grupo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª Angelita, vamos fazer uma sequência. Eu tenho também a atribuição de coordenar e organizar. Se não, começa uma discussão e não conseguimos encaminhar de forma, penso eu, mais adequada.

Então, na sequência, Drª Luciana Holtz.

A SRª LUCIANA HOLTZ – De qualquer forma, acho que você conhece o nosso trabalho e, de verdade, é com dor no coração que escolhi essa história. Mas esta é a história que a gente escuta. De verdade, de cada dez casos de pacientes do SUS que ligam para a gente, sete estão vivendo isso. Você sabe que a gente vai conversar, inclusive, sobre o desafio. Eu concordo totalmente quando a gente pensa no desafio que é garantir diagnóstico precoce, que a gente precisa oferecer o médico no momento certo, exame no momento certo, tratamento no momento certo... Esse processo, antes de chegar ao tratamento de câncer, se chama regulação. E a gente sabe que regulação hoje, no Brasil, está na UTI – roubando um pouco a discussão, a gente vem usando esse termo quando fala de pesquisa clínica –, porque o paciente está perdido nesse processo. Por exemplo, lá em São Paulo, até lá no M'Boi, que é um lugar em que a gente tem o Oncoguia na comunidade, em que a gente está lá para educar as mulheres, para que elas entendam o processo, para que elas usem o sistema do jeito correto, que tem que entrar pela UBS, que tem que esperar a regulação, que ela tem que ser atendida pelo médico, o exame tem que ser pedido... A gente está educando esses pacientes o tempo inteiro, mas elas estão, literalmente, esperando. Lá no M'Boi, por exemplo, tem 25 UBS e 6 não tem médico. Isto lá em São Paulo, numa região de 600 mil habitantes.

Então, não tenho dúvida, a gente está aqui para construir, para contribuir, para fazer junto. A conversa de tratamento, não tenho dúvida, é outra. A gente estava junto, um desses dias, numa reunião com todas as instituições filantrópicas de câncer, e saí de lá mal, porque fiquei ouvindo as instituições filantrópicas de câncer pedindo apoio. Todas com déficit negativo, contas de 10 milhões, de 20 milhões, sem receber esse retorno... Os hospitais que estão ali cuidando dos pacientes estavam pedindo ajuda, Senadora. Então, saí de lá falando: "Ai, meu Deus, o que a gente vai fazer com isso?" E aí, de novo, volta para o Estado. Concordo com você que talvez a gente precise mesmo ter o Município ou Estado aqui para entender quem é que ajuda a pagar essa conta.

Então, os desafios são muitos, sim, mas acho que estamos no caminho. Vamos prosseguir.

Só uma coisa: Dr. Paulo, para entender um pouquinho, talvez até pensando em nosso público leigo, eu queria que o senhor falasse um pouquinho dessa questão da regionalização. Por que isso acontece? Como é isso? Acho que isso é um superdesafio mesmo. Se a gente tem os motivos – imagino – de por que ser mais São

Paulo, Rio Grande do Sul... O que acontece nos outros Estados? Se é porque não estamos achando, se tem a ver com hábito de vida... Eu queria só entender um pouco melhor isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na hora em que chegar a vez do Dr. Paulo, ele responderá, Luciana.

Drª Angelita, por favor.

A SRª ANGELITA HABR-GAMA – Acho que já falei muito. Eu acho que nós estamos no caminho certo. Precisamos juntar esforços e fazer essas iniciativas juntos. Mas, talvez, o assunto nosso, o de prevenção, não é fácil, mas a conscientização da população, essas medidas de ensino, classe médica... A classe médica também precisa ser ensinada, isso o que se tem feito por meio de folhetos. Nós mandamos folhetos a todos os congressos para diversas especialidades, divulgando as ideias sobre câncer de intestinos, mandamos a programas de televisão. Tudo isso é muito importante que o Ministério também faça isso e divulgue à população as medidas e o conhecimento sobre a importância de cada um, individualmente. Cada médico que atende a pequenas populações... Porque a prevenção secundária é muito importante também. Cada médico é responsável por um grupo de doentes. Se os médicos se conscientizarem disso e, felizmente, estão se conscientizando, isso melhora muito, até, às vezes, em excesso, como o disse o Profª Paulo.

Realmente, nós estamos caminhando... Não temos muito o que falar, mas temos de divulgar, trabalhar muito porque no País – muito pouca gente... Uma vez, em um programa de televisão, recebi um telefonema de Roraima. Uma cliente ouviu o Programa de Divulgação de Intestino, foi ao médico, fez colonoscopia, e ela tinha um câncer precoce. Então, agradeceu a informação, pois lá ninguém falava sobre isso. *(Risos.)*

Eu acho que nós estamos no caminho certo. Precisamos juntar esforços e fazer essas iniciativas juntos. Nosso assunto, prevenção, não é fácil, mas a conscientização da população, essas medidas de ensino, a classe médica... A classe médica também precisa ser ensinada, e é isso que a gente tem feito por meio de folhetos. Nós mandamos folhetos de todos os congressos para diversas especialidades, divulgando as ideias sobre câncer de intestino. Programas de televisão... Tudo isso é muito importante. Que o Ministério também faça isso e divulgue à população as medidas e o conhecimento sobre a importância de cada um, individualmente... Cada médico que atende a pequenas populações... Porque a prevenção secundária também é muito importante. Cada médico é responsável por um grupo de doentes. Se os médicos se conscientizarem disso – e, felizmente, eles estão se conscientizando –, isso melhora muito, às vezes até em excesso, como disse o Dr. Paulo.

Realmente, nós estamos caminhando. Não temos mais muito o que falar, mas temos de divulgar, de trabalhar muito, porque, no País, muito pouca gente... Uma vez, em um programa de televisão, recebi um telefonema de Roraima. Uma cliente ouviu um programa de divulgação do câncer de intestino, foi ao médico, fez colonoscopia e descobriu que tinha um câncer precoce. Então, ela agradeceu a informação, pois lá ninguém falava sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Eduardo de Paula Vieira.

O SR. EDUARDO DE PAULA VIEIRA – Respondendo à Senadora... Depois, eu gostaria de colocar o que, efetivamente, a Sociedade Brasileira de Coloproctologia pensa desse tema.

Eu acho que a senhora tocou no ponto crucial de, efetivamente, todo esse projeto que estamos todos querendo desenvolver. Na verdade, eu acho que todo o mundo é a favor de se prevenir em relação a alguma coisa. É fácil haver unanimidade quanto a isso. A questão é quando vai bater no custo. Efetivamente, vai bater no custo benefício. O que acontece? Principalmente, baterá, efetivamente, mais até que no sangue oculto, vai bater, no nosso caso, na colonoscopia. Acho que esse é o ponto crucial de toda essa discussão aqui. Na verdade... Eu também faço colonoscopia, tanto na parte privada quanto na parte pública. Faço esse adendo porque, eventualmente, poderia vir alguém da saúde suplementar, o que seria importante, pois há um percentual importante da sociedade que é suprida pela saúde suplementar. Acho que eles teriam interesse e também poderiam ajudar.

Tanto na saúde pública, no SUS, onde eu faço, quanto na suplementar, eu diria – não tenho o número exato – que 80% das colonoscopias que eu faço são desnecessárias. Falo da minha experiência. Acho esse número extremamente alto. Eu não diria que são desnecessárias, mas que... Muitos terão outras patologias importantes, mas aqueles que vão, efetivamente, para uma prevenção de câncer, 80% não se enquadrariam... Porque há outras patologias, como doenças inflamatórias... Então, eu estaria exagerando falando em 80% de todas as patologias. Mas, no câncer, a gente vê que muitos médicos não têm uma orientação. Aí é questão da judicialização, quero dizer, da medicina, pois, hoje em dia, o paciente vai lá e o médico, com medo, se por acaso o cara não se enquadrar... Eu já operei paciente com câncer colorretal de 17 anos. Então, a prevenção nele seria muito complicado, ele vai sair da média.

Agora, se conseguirmos – quer dizer, em um eventual projeto – colocar... Como a mama, não é? Houve até uma discussão a respeito do exame da mama, tendo 40 ou 50 anos, se só de um lado ou não... Então,

nessa discussão, eu acho fundamental nós adotarmos critérios os quais esses pacientes vão ser submetidos a colonoscopia em termos de prevenção do câncer colorretal. E não tenho dúvida de que vai diminuir – é lógico que esses 80% não são uma coisa científica, é uma sensação minha; pode ser menos, mas é significativa –, vai diminuir significativamente essa fila que tanto nos preocupa e vai diminuir o custo. Não tenho dúvida disso. Independentemente da diminuição do custo do tratamento a longo prazo.

Acho que, adotando critérios, nós vamos diminuir o custo de colonoscopia e facilitar o acesso a curto prazo. Entendo que, com a efetiva prevenção secundária, vamos diminuir também a longo prazo.

E, não seria uma questão de formação médica, não é? Quer dizer a questão médica... Eu seria um defensor da carreira de Estado de médico. É por isso acho que faltam médicos na ponta, porque não é atraente para o médico, como seria para o Judiciário, em que o juiz vai fiar ali na periferia, no interior, durante 3, 4, 5 anos, e depois vai galgar outro espaço, e no final vai ser consultor.

Então, a carreira de Estado para o médico a Sociedade Brasileira de Coloproctologia vê que seria fundamental não só para o câncer colorretal como para qualquer política de saúde no Brasil.

Em termos da regionalização, nós pensamos que é importante – concordo com a Dr^a Patrícia – que o programa deva ser nacional, sim. É lógico que esse programa – e também concordo muito com o que ela falou de nós sabermos exatamente do que estamos falando, se é conscientização, se é rastreamento, se é prevenção. E isso pode ser uma sequência também, fazemos o projeto de iniciar uma conscientização – é o que estamos pensando, que temos discutido muito na Sociedade Brasileira – e, efetivamente, passar, num futuro, por prevenção, rastreamento para os exames.

Então, pode ser isso. O Programa pode ser estabelecido hoje e ser sequencial, não é? Entendemos também que, apesar de pelo Brasil ter uma grande diferença, quer dizer, nós temos ascendência sobre os diferentes Estados, nós estamos em contato constante com todos os serviços...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO DE PAULA VIEIRA – ... visitando todos os serviços de diferentes Estados, tanto a parte pública, quanto a parte privada, e temos ascendência. E, eventualmente, isso poderia ser feito, sim, um projeto piloto no local, mas que isso fosse parte de um programa nacional, seria essa a nossa avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Dr. Eduardo.

Com a palavra o Dr. Paulo Hoff.

O SR. PAULO HOFF – Certamente, a senhora tem parentes, talvez filhas, netas ou sobrinhas, grávidas. Hoje, uma mulher grávida que apresente alguma suspeita de má-formação fetal, vai ao laboratório, recolhe o material e o exame do DNA do feto é feito já comercialmente.

A tecnologia para se fazer a detecção de tumores não é muito diferente. Passa... Claro que não é tão simples, talvez, porque você precisa determinar que moléculas especificamente você vai pesquisar, etc. Mas a tecnologia em si está muito próxima de ser dominada completamente.

Nós já podemos mensurar e avaliar células tumorais circulantes. Já se faz isso com certa rotina, não comercial, mas em pesquisa a gente faz isso com certa rotina. Então, acho que está muito próximo. Acho que o Governo Federal, obviamente, não vai virar uma empresa para fazer o teste, mas ele pode ajudar direcionando, por exemplo, em nível de CNPq, abrindo uma linha de financiamento a investigadores que tenham como interesse detecção precoce de tumor por via de testes hematológicos e etc.

Então, há maneiras que o Governo tem de estimular. Nós temos que ser uma sociedade mais de empreendedores, de inovadores, e o Governo tem que fomentar isso, não, necessariamente, o Governo tomando a frente e um órgão do Governo fazendo o teste, mas facilitando, para que os investigadores – e nós temos muitos investigadores bons no Brasil – possam fazer.

Eu vou aproveitar o meu tempo rapidamente.

Eu queria fazer só alguns comentários. Um deles, Senador é que os 2,8 bilhões são muito dinheiro. Mas, se nós olharmos uma lógica de mercado de seguradoras, isso teria que ser de 6 a 7 bilhões, porque uma operadora dispende de 6% a 7% do seu orçamento em tratamento de câncer. Isso é um número comercial. Então, é muito dinheiro, mas provavelmente ainda está subfinanciado.

Um segundo ponto que a senhora abordou, e é importante a gente mencionar, eu acho, Senadora, que há uma deficiência de formação. Vamos ser honestos. Oncologia não é um foco importante ainda nas faculdades de Medicina como deveria ser. E vou dizer algo que talvez não foi tratado aqui – nós estamos falando de testes complexos –, mas de um quarto até quase um terço desses tumores são detectáveis por toque. A maior parte dos tumores é do lado esquerdo do intestino, os tumores do reto são de 30% a 40% e nosso dedo chega até 7cm, 8cm, dependendo do tamanho e do comprimento da mão. Então, muitos desses tumores seriam de-

tectáveis com um toque. Quantas pessoas vão ao médico, rotineiramente, e nunca fizeram toque. Então, isso é algo a ponderar.

Eu tinha muitas coisas a abordar, mas eu vou me ater à pergunta da Luciana, porque, eu creio, isso foi mencionado bastante. Refiro-me à regionalização. Eu acho que há incidências diferentes de tipos distintos de câncer no Brasil, por hábitos populacionais, herança étnica. Existe uma série de razões. É claro que o ideal seria fazer rastreamento de todos os tipos de câncer para todos os pacientes, mas isso é difícil. Então, você tem que escolher onde você vai ter maior retorno.

É muito importante um conceito médico da expectativa pré-teste. Antes de fazer um teste, eu tenho que ter uma expectativa razoável de que esse teste vai dar um resultado positivo, porque, se eu faço um teste e essa expectativa é muito baixa, a chance de um falso-positivo é muito maior do que a chance de um resultado positivo verdadeiro e eu acabo submetendo o pacientes a mais...

Em um Estado como o Rio Grande do Sul, por exemplo – vamos usar o exemplo da Senadora –, na minha opinião, a expectativa pré-teste é grande o suficiente para justificar o rastreamento. Outros Estados da Federação podem não atingir esse patamar. Aí, permita-me, eu adoro História, Senador Moka, por isso vou lembrar um pouco os primórdios do senado romano. No senado romano, Júlio César, no primeiro século antes de Cristo, tomou a iniciativa de usar o senado como fator de unificação da República e depois seguiu o Império, com senadores das diversas províncias representando-os. Thomas Jefferson, em suas famosas cartas federalistas, discutia o papel de haver ou não um senado na república americana, e se decidiu que o senado era importante porque seria a representação das unidades federadas, e não do povo. É o nosso modelo. Então, é mais do que adequada discutir no Senado se é apropriada ou não a regionalização. Prevenção primária tem que ser nacional. Quanto à prevenção secundária, vamos chegar a um acordo onde ela é justificada, porque os recursos não são infinitos.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO DE PAULA VIEIRA – Patrícia, para terminar, o nosso problema no tocante ao que foi abordado é o seguinte: concordo plenamente com você, hoje se nós estabelecêssemos colonoscopia para todo o mundo, os pacientes do rastreamento ocupariam o espaço dos pacientes com sintomas. Seria pior a emenda do que o soneto. Mas isso não pode ser uma justificativa permanente. É algo que impede a implantação imediata, mas não impede que se faça um planejamento de aumentar a disponibilidade de colonoscopia para que você possa implantar o programa de rastreamento. Então, não pode ser uma desculpa de avestruz, não vamos esconder a cabeça. O problema existe. É preciso aumentar o número de exames. A fila de colonoscopia é uma realidade e, se nós fizemos o rastreamento, vai aumentar. Então, vamos preparar as instituições para fazer o rastreamento, mas não vamos só ignorar, porque é um problema.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Desculpe-me, só um aparte: o sangue oculto dá um percentual de positividade. Não é muito que vai para a colonoscopia, porque não passa de 8%. Então, ao fazermos o rastreamento, pedimos o sangue oculto. Desses positivos, nos dois trabalhos que a gente fez – aliás, já tinha feito antes –, não dá mais do que 8%. Então, se 8% fizerem colonoscopia já está bom. É que nós não temos colonoscópios no Brasil suficientes e muito menos colonoscopistas preparados para fazer a colonoscopia. É preciso treiná-los. Então, tudo isso é ensino. E a programação – desculpe-me, são sempre bons os apartes colaterais –, agora, e eu estou sabendo, é que o Ministério está interessado mais, porque, por exemplo, o nosso programa vai se encerrar em dezembro, em colonoscopias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, agora, na sequência, a última a falar é a Drª Marlise Mello Cerato Michaelsen, que é a Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia.

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – Os colegas todos já mencionaram a questão das prioridades. Acho que, realmente, os dados da Drª Patrícia, de que o câncer colorretal é o quinto ou o sexto em mortalidade, pesando mortalidade e incidência, a gente tem de avaliar bem essa questão, porque, se colocar todo mundo junto, todo o País junto, realmente a gente vai ter uma incidência mais baixa e uma mortalidade não tão alta.

Acho que, por isso, a gente está falando tanto em regionalização. Acho, sim, que o projeto tem de ser no nível nacional, que a gente tem de ter o apoio nacional, mas, também, por outro lado, tem que priorizar as regiões de maior incidência, porque essas vão ter também uma mortalidade muito alta, ou seja, como a Drª Angelita mostrou, como eu mostrei, em torno de 50%. Então, de dois, um vai morrer.

A gente tem que começar por algum local, senão é muito confortável. Muitas pessoas falam: “Ah, o País não tem dinheiro para investir em rastreamento, então nós não vamos fazer rastreamento, não vamos fazer prevenção, não vamos fazer campanha, porque não há condições de fazer colonoscopia em todo mundo”. Realmente, a gente tem que priorizar a colonoscopia. Acho que, sem dúvida, como já foi falado, fazer um projeto

de conscientização é uma coisa que é fácil de fazer, que todo mundo pode fazer, que não requer custos para isso, e sim organização de grupos que tenham vontade de fazer; prevenção primária, também. Então, eu acho que tem que ser estabelecido. Sugiro que seja iniciado pelas regiões de maior incidência com alguns projetos junto à Secretaria da Saúde, como fizemos na Campanha Maio Laranja. Eu, pessoalmente, entrei em contato com o Governo do Estado, com a Secretaria da Saúde, com a Câmara de Vereadores, com a Assembleia Legislativa, para que se tivesse mais força para conseguir mudar a realidade.

Realmente, eu acho que a gente tem que fazer projeto e trabalhos práticos. E é muito difícil, mesmo a gente vindo aqui e falar, é muito difícil ter esse apoio na região.

Então, acho, sim, que, nas regiões de maior incidência, além da conscientização da prevenção primária, a gente tem que instituir a pesquisa de sangue oculto nas fezes, na população de risco moderado, não de risco alto, porque senão, realmente, os pacientes com sintomas não teriam condições. Penso que também a gente pode, no nível regional, juntar os diversos especialistas, fazer uma comissão com os diversos especialistas e fazer mutirões de colonoscopia, tentar mudar essa realidade, tentar absorver essa população que não teria condições de fazer colonoscopia. Também acho que a fila não pode ser a mesma. Acho que o paciente que faz no posto de saúde, porque é fácil instituir a pesquisa de sangue oculto nas fezes no posto de saúde, que não é um exame caro, é um exame que custa em torno de R\$15,00 mais ou menos, já a colonoscopia é um exame mais caro. Creio que, no nível do SUS, deve ser em torno de cento e poucos reais, eu acredito. Se for particular, daí é mais caro, em torno de R\$1 mil, de R\$1,5 mil, dependendo da localização.

Mas acho, sim, que a gente tem que instituir esses programas, a gente tem que instituir a pesquisa de sangue oculto nos postos de saúde e, de alguma maneira, triar esses pacientes. Porque senão, realmente, Patrícia, tu tens toda a razão: a gente cria pânico na população. A gente alerta que o paciente que faz o exame, a gente solicita o exame, pior ainda, a gente solicita, o paciente tem o exame positivo, fica com aquilo na mão, e a gente não tem o que fazer. Porque o grande problema é justamente o tempo que o paciente tem para esperar a colonoscopia. Depois que ele faz e tem o diagnóstico de câncer, no máximo em duas semanas está sendo tratado. Isso o SUS absorve, não há problema nenhum. Isso funciona muito bem lá no Rio Grande do Sul, e acredito que nos outros lugares.

Então, acho, sim, que a gente tem que agir, para mudar essa realidade. A gente está vendo que, apesar do número de colonoscopias, a incidência não está diminuindo, está aumentando. Isso é preocupante. Se agora está em quinto e sexto, amanhã vai estar em terceiro, segundo. Então, realmente, acho que a gente tem que agir. Este é o momento de agir.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Voltando ao começo, esta audiência pública, como todas as outras em que vêm os especialistas e de forma muito didática oferecem aos leigos, como nós, Parlamentares, que, à exceção dos médicos, que é o caso do nosso Senador Moka...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas eu sou quase leigo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas estudou Medicina e ainda lembra, porque tem uma memória boa, das lições que recebia na Faculdade.

O objetivo dessa audiência – e, realmente, foi primorosa, de todas, e elas foram todas complementares, como se fosse montada uma teia, aqui, cada um deu uma complementação, que temos um quadro muito real de todos os problemas, evidentemente, vamos continuar nesse processo, um a mais, de acordo com a sugestão da Patrícia, mas, mais dentro, já, de um grupo de trabalho, para institucionalizar –, então, o objetivo da audiência é exatamente aquilo que a Drª Marlise Cerato me provocou, quando eu estive visitando o Hospital Ernesto Dornelles, lá em Porto Alegre, considerado Sorbonne da Medicina. Então, eu fui lá e ela foi muito insistente sobre a questão. Eu fui lá para cuidar de mastologia com o Dr. Pedrini, e, aí, ela aproveitou a minha presença lá e já entrou com a mesma obstinação. E, aí, estão todos aqui, Drª Marlise, por conta daquele encontro no Hospital Ernesto Dornelles.

O objetivo, aqui, é exatamente institucionalizar, porque, se não tiver, ficam isoladas as iniciativas, e uma coisa, Patrícia, barata, que é a campanha de prevenção, a campanha nacional. Instituir, formalmente, o Dia Nacional da Prevenção ao Câncer de Intestino, dia ou mês, nós podemos colocar, o Mês de Prevenção ao Câncer de Intestino.

Hoje, o outubro é o Outubro Rosa, o novembro é o Novembro Azul. Então, podemos, em vez de ficar um dia só, porque se dilui, num dia só, a informação, mas penso que o mês marca mais. Exatamente porque aqui, também ficou muito claro em cada uma das exposições, e quem mais, digamos, do ponto de vista, aí, talvez, pelo viés de comunicadora que fui, durante muito tempo, a comunicação e a informação são essenciais. Então,

a Luciana, quando diz “eu não sabia o que que era uma colonoscopia, eu não sabia o que que era isso”, se o paciente não tem noções básicas dos exames que vai ter que fazer, ou mesmo de um câncer, câncer de mama, o que é que tem que fazer a mulher? Todas sabem, mamografia. Então, mamografia é uma coisa conhecida das mulheres. Então, colonoscopia... Claro que, como a Patrícia salientou, Dr^a Angelita, a incidência do câncer, ele não é o maior, como o de mama, e de próstata, no caso dos homens, mas ele tem que, aqui, esse mês de maio laranja, ele tem que ser para valer, para entrarem todas as organizações públicas e privadas, médicas e não médicas, área social, para ampliar o grau de informação, porque foi, exatamente, também, no grau de informação sobre a AIDS que houve, digamos, um recrudescimento da incidência da AIDS. Aí, quando você vai ver, um jovem: “Ah, eu não uso camisinha. Pois é, eu me esqueci”. “Eu não lembro”, “Eu não sabia dos riscos que ocorrem”.

Então, como o objetivo da audiência é isto: criar condição para você formalizar, nacionalmente, com uma política pública de prevenção primária, minha querida Patrícia, acho que essa sua sugestão, aqui, nós vamos convidar os Secretários Estaduais de Saúde e Municipais, porque esses são os agentes, esses são os agentes que têm que liderar o processo: o SUS, as Secretarias Estaduais e as Secretarias dos Municípios.

Ora, se a Dr^a Marlise, em um Estado que é, digamos, festejado pelo seu alto grau de politização, como o Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, tem dificuldades para fazer essa interatividade com os diversos segmentos, numa matéria de saúde, de que o Estado é o que tem a maior incidência de câncer de intestino, imagine o que é num longínquo Estado do Norte do País ou do Nordeste, com muito menor grau de oportunidades nos meios de comunicação, no agente público para, digamos levar isso, nas escolas.

A experiência, ali, que foi mostrada, que as crianças vão lá, aos eventos, como isso, o maio laranja, levar para as escolas, porque a criança, como sabem, absorve essas informações e leva para o pai. Então, aqui nós chegamos a conclusão, de fato, que a campanha é fundamental, porque quanto maior for a informação, maior é a capacidade de a pessoa assumir a responsabilidade sobre o cuidar da sua própria saúde.

Aqui foi dito, na exposição da Dr^a. Marlise, todos os hábitos que precisam, que valem para qualquer patologia, para a cardiologia, obesidade, tanto que esta Comissão discutiu o grave problema da obesidade no Brasil e os custos que isso está representando, hoje, como epidemia no Brasil, a obesidade. Dr. Paulo Hoff, que é oncologista, mas, também, cardiologia especializado, esse é um problema grave. E todos eles estão diretamente vinculados a todos os tipos de câncer, a obesidade. O sedentarismo igualmente.

Então, todos esses parâmetros estão aqui referidos e essa informação é fundamental em qualquer iniciativa. Que não adianta nós... E aí também o Dr. Eduardo nos enriqueceu, 80% dos exames seriam dispensáveis. Também é isso uma coisa muito importante. Aí para as entidades médicas, até para o Oncoguia, o próprio Ministério, que também fiscaliza, e as instituições públicas nesse sentido da qualidade do serviço prestado.

Então, eu saio convencida daqui de que informação é fundamental, Dr^a. Marlise, que é o ponto da questão também levantada pela Luciana, e quantas questões de conteúdo propriamente dito, que são as políticas de prevenção primária, prevenção secundária, o exame de sangue nas fezes, ou colonoscopia, ou o próprio – esse que me chamou a atenção – do DNA circulante. E isso, digamos, prosseguir como debate no maio laranja e, permanentemente, estar na agenda das políticas públicas de saúde.

Então, eu nem vou fazer as perguntas, porque em todas as exposições, com muito didatismo, aqui nas exposições tudo já foi dito sobre os princípios e porque ela é importante e sobre a institucionalização do maio laranja.

Então, muito obrigada, Senador Moka, por haver convocado esta audiência antes de a gente terminar o ano. Esta audiência foi extremamente valiosa do ponto de vista da matéria que é muito importante para a saúde pública do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado Senadora.

Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – De tudo que eu pude ouvir aqui, leigo, não tão leigo quanto V. Ex^a, mas muito mais, eu me conscientizei, realmente, da importância desta audiência. E concordo, perfeitamente, com a Senadora Ana Amélia de que há necessidade de uma campanha nacional para que o povo tome ciência da importância desse exame de colonoscopia.

Eu me lembro, inclusive, de uma frase de um iminente homem público de nosso País, que lançou um alerta, ele se chama Senador Milton Campos, nome nacional – eu tenho certeza que V. Ex^{as} o conhecem pelo menos de nome, eu tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente –, que dizia que é melhor adentrar no meio da corrente tentando dar curso às águas do que ficar às margens apreciando os efeitos do caudal.

Esse é o propósito que os senhores aqui nos prestaram ao nos alertar. Vamos, realmente, adentrar no meio da corrente para ver se nós conseguimos contornar essas águas danosas que decorrem dessas doenças tão importantes que hoje assolam uma boa parcela da população brasileira.

Sr. Presidente, meus cumprimentos reiterados pela oportunidade desta audiência.

Senadora Ana Amélia, meus aplausos e também a todos os senhores. Saio daqui consciente de uma realidade muito importante para a saúde do nosso País.

Cumprimentos a todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Moka, pela ordem.

Já que o Senador Ruben Figueiró usou uma frase emblemática do Milton Campos, que dá nome à Fundação que eu presido, professor e político mineiro de grande respeito.

A Laura Boeira – imagino que a Patrícia a conheça – é Analista Técnica de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, mandou, já que eu havia feito uma série de perguntas, e também como há uma definição que a Drª Angelita leu, referente à manifestação da Organização Mundial da Saúde, aquele texto que aparece ali que fala sobre a questão de disponibilizar, falar sobre o exame de sangue oculto nas fezes, enfim, aquele texto que a senhora apresentou aqui, que me preocupou, que sempre se trata do custo disso e o efeito e o impacto para o paciente. Então, a Laura – vejam só a coincidência – mandou uma frase, não sei quem é o autor, mas em espanhol: “Si quieres cambio verdadero, pues camina distinto.” Ou seja, se quer realmente que mude, a gente tem que fazer diferente. É mais ou menos isso. Achei legal.

Então, parabéns! Veja só como são as coisas.

É interessante a frase porque ela também complementa o que disse o Senador Figueiró sobre o curso das águas, enfim, de mudá-las. É a mesma coisa: mudar o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tem que ter coragem para entrar na correnteza. É mais como você ficar na margem, olhando.

Quero, como sempre faço, ser objetivo, Patrícia. Então, Senadora, aqui vai o meu primeiro questionamento: esse projeto está na Câmara ou no Senado? V. Exª vai apresentá-lo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vamos fazer o projeto. A audiência é para instruí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas ele está...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estamos preparando sim. Está aqui. Está pronto. Ele instrui, fundamenta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, vamos ter um grupo de trabalho. Essa é a minha sugestão.

Então, Drª Patrícia, no final aqui, informalmente, a gente troca, como a gente faz, os cartões, os contatos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Da regionalização, né?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E aí, para fazer o grupo de trabalho, grupo que, paralelamente, vai orientar também esse projeto. Porque, para mim, ficou claro que nós temos que começar com a conscientização. Se tivermos um mês, uma semana, enfim, o maio laranja, é a conscientização, e fazer uma transição, ter um prazo definido: tanto tempo para fazer a conscientização, depois, vamos passar... Até que a gente possa chegar naquilo que as entidades estariam já adaptadas para receber essa demanda. Porque me lembro do Novembro azul, começamos a falar aqui de câncer de próstata, câncer de próstata...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vieram aqui, vieram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não há urologista, ou há poucos, no Sistema Único de Saúde. Então, há uma demanda e, depois, isso fica difícil. Então, eu acho que essas coisas têm que caminhar juntas. E o projeto tem que ter essa cronologia, porque aí vai ficar uma coisa que vai dar a curto, médio e longo prazo, para que a gente possa caminhar, devagar talvez, mas para que a gente chegue a isso daí.

E eu queria, antes de encerrar, Patrícia, dizer que, na verdade, no Ministério da Saúde a política é nacional. Mas temos condições de fazer a política nacional, e aí, com a participação do Estado, regionalizando as iniciativas. Acho que é possível isso. No Mato Grosso do Sul, cheguei a perguntar para a doutora, estamos passando por um momento de transição, foram eleitos novos Governadores, não tenho dificuldade com quem ganhou lá, no Estado, e posso estar enganado também com o futuro Secretário de Saúde, quer dizer, é uma pessoa que conheço bem, e vamos ter facilidade. Se for Mato Grosso do Sul, se tivermos que começar um projeto-piloto por ali, acho que é possível, como acho que é possível também no Rio Grande do Sul. Sei que você não quer assumir este compromisso, mas a gente tem que ter o início, vamos ter que ter este início, aí, eu queria ouvi-la assim com objetividade, pragmatismo de sempre, se é possível a gente fazer isso, para a gente sair daqui com uma coisa mais concreta do ponto de vista do encaminhamento e de propor uma solução para isso.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Senador, com o que eu podia me comprometer, eu já me comprometi, que é montar o grupo de trabalho e pensar nos tempos, em como é que vamos organizar isso. Não tenho governabilidade para me comprometer com algo maior, em fazer acontecer rastreamento com colonoscopia nos Estados. Não tem como eu fazer isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, só para ajudar. A Comissão de Assuntos Sociais vai se reunir antes do final do ano com o Ministro. Eu não sei se o Ministro continua ou não, mas, independentemente disso, acho que é uma oportunidade de conversa que eu terei.

Ainda na condição de Presidente da Comissão, eu queria perguntar se há alguma coisa que esta Comissão poderia ajudar no encaminhamento ou você acha que o limite é este neste momento?

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUERI – Eu realmente acho que o limite é este, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, fica claro que o que podemos fazer de prático aqui, Senadora Ana Amélia, é nos comprometermos com um grupo de trabalho, não mais que isso, senão vamos esbarrar no faz de conta. E eu detesto isso, eu não gosto disso.

Então, é um grupo de trabalho que vai se reunir. A minha sugestão é que esse grupo de trabalho oriente como vai ser o projeto que a Senadora pretende apresentar, para que possamos apresentar alguma coisa no projeto que esteja em consonância com aquilo que achamos. É claro que vamos fazer um esforço para avançar, viu Patrícia, pode ter certeza disso, porque essa é a intenção de todo mundo aqui.

Antes de encerrar, eu pergunto se alguém da Mesa tem mais alguma questão para ser colocada. *(Pausa.)*

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, rapidamente. Eu quero ouvi-la.

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – Eu acho muito interessante esse encaminhamento, muito importante, só que sugiro que seja marcada uma nova reunião ou uma nova audiência com representantes regionais, para que eles possam se comprometer, já que o Ministério da Saúde não pode se comprometer, a não ser com formar o grupo de trabalho para começarmos a conscientização.

Eu acho que o problema, em certas regiões, como o Rio Grande do Sul e São Paulo, é grave. E, se ficarmos protelando, a coisa vai cada vez complicar mais e piorar. Então, acho que devemos fazer, sim, uma reunião com representantes. Eu, como sociedade gaúcha, não tenho tanta força para exigir que seja liberada uma verba, por exemplo, para colocar o exame de sangue oculto nas fezes nos postos de saúde, para podermos fazer uma triagem em regiões de maior incidência.

Então, eu sugiro que isso seja discutido, e, para isso, que seja realizada uma reunião com representantes do SUS e dos governos, com as secretarias de saúde regionais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dentro do que a Drª Patrícia falou sobre que era preciso estar hoje aqui exatamente os Secretários estaduais e municipais de saúde.

Então, podemos, na sequência, não concluir, para trazê-los aqui e fazer uma nova audiência com eles e com Ministério da Saúde – ou a entidade que representa o setor da área médica, que está preocupada – e estabelecer essas regras, essas normas, e um maior – digamos – comprometimento e responsabilidade na adoção dessas políticas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora e Drª Marlise, eu vou divergir disso, porque, se nós ficarmos no grupo de trabalho, vamos chamar os representantes. Primeiro, o Senado não tem como convidá-los, pois a autonomia dos secretários de saúde é restrita ao governador.

Agora, é diferente o nosso acesso ao Ministério da Saúde. Por isso que estou dizendo que é a partir deste grupo de trabalho... Senão, vamos ter de esperar uma outra reunião, com representantes dos Estados e dos Municípios. Estamos no final do ano e vamos fazer isso quando? No ano que vem? Eu não sei nem quem estará presidindo a Comissão.

Eu penso que teríamos de, se possível, daqui para o final do ano, tentar organizar este grupo de trabalho. Pelo menos isso. E, a partir do ano que vem, aí, sim, no reinício, começamos com vocês já reunidos, com uma visão da política nacional, como seria possível a regionalização, e aí chamaremos uma nova reunião, Senadora Ana Amélia. É apenas uma sugestão por que querendo ser mais prático e caminhar para alguma coisa que tenha uma sequência, porque uma reunião com essa representação, primeiro, nós não vamos fazer antes do final do ano, não tem como fazer, e aí já passa para o ano que vem. Eu penso que nós poderíamos fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Bom, aí, nesse caso, Senador Moka, eu não sei quem está presidindo hoje o Conselho dos Secretários Estaduais de Saúde. Se ele não for dessa região, seria melhor até trazer o secretário estadual da região e o secretário municipal da capital que talvez pudesse também ser, e, se o Presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde for da região, traz o presidente.

Drª Marlise, veja como essa coisa da comunicação é importante. Acabo de receber de uma pessoa que está nos assistindo, nos acompanhando que disse: “Excelentes as sugestões da Drª Marlise. Foi ao ponto das questões relacionadas a esse comprometimento”. Então, as pessoas estão acompanhando e estão atentas com isso. Acho que realmente é importante. Penso que é produtivo para podermos fazer, antes de encerrar. Acho que terá dificuldades de fazer este ano. Mas que seja a primeira missão no mês de fevereiro, quando retomarmos os trabalhos legislativos, e, independente do nosso projeto, andar, dar encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por isso que estou dizendo que o grupo teria essa finalidade de orientar o projeto, de preparar a reunião, que seria mais objetiva, com vocês já mais articulados, porque isso serve para aproximar, mas, informalmente, na hora que vocês se reunirem, porque não é uma coisa de audiência pública, é uma coisa mais prática: “Quem sabe fazemos isso, quem sabe fazemos aquilo”. E aí a outra reunião tem já essa característica porque vocês já terão esse formato.

Vamos ser só mais objetivos.

Drª Luciana.

A SRª LUCIANA HOLTZ – Eu não quero ir para casa, Senador, com esse ponto porque eu acho que, se pelo menos eu ouvir da Mesa que realmente está todo mundo junto... Quando a gente faz como conscientização, a gente aprende muito com os movimentos globais. E uma coisa que me preocupa muito, Senador – e isso acho que já dividi com você um pouco da minha preocupação –, é que o mês global de conscientização do câncer de intestino é março. Então, eu acho que a diferença que o Outubro Rosa fez e que Novembro Azul fez foi porque a gente estava amparado dentro de um movimento global. Só me preocupa essa desconexão com o movimento global. O que é minha sugestão? Se a Mesa tiver todo mundo alinhado, porque é juntos que a gente vai fazer a diferença, então, eu acho que o.k. a gente ficar com maio, mas eu não podia deixar de fazer esse comentário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Moka, o mesmo argumento que eu fiz que era, para mim, março. Mas a Drª Marlise teve um argumento do período do ano para o Brasil – Carnaval, férias, essa coisa assim de um pouco do desligamento das pessoas e a retomada em março – e aí falou maio. Também não fui eu que inventei o maio, o maio foi uma sugestão da Drª Marlise. Então, por isso talvez ela tenha as razões para não estar sintonizado com a questão global.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho o seguinte: nós temos que dar o passo do tamanho que a gente pode, senão nós vamos criar uma expectativa e, depois, nós mesmos... Porque, por exemplo, chamar os secretários de saúde do Estado, fazer uma reunião, nós não temos. Essa política fica a cargo do governador de Estado. É diferente isso. É diferente quando a Comissão de Assuntos Sociais se reúne com representantes do Ministério da Saúde para que a gente, a partir do Ministério da Saúde, possa fazer, mas ela, pelo menos eu tenho que respeitar, é o limite nesse momento do grupo de trabalho. E aí eu quero dizer que o grupo de trabalho, isso será em maio, pelo que estou dizendo. Nós temos, então, já o final do ano, o início do ano que vem e vamos fazer o primeiro com uma série de coisas. Agora, a globalização disso aí, desculpe-me, mas é todo mundo, é compromisso de todo o mundo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Moka, o que ela explicou é o seguinte: assim como a questão não nasceu no Brasil do Outubro Rosa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ..., ele é um movimento global, da mesma forma o Novembro Azul.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, o que a Drª Luciana está argumentando é que, se nós botarmos maio, que, globalmente, nos outros países, é março.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, se nós fizermos em maio, nós estaremos desconectados do movimento global disso. O que ela está propondo é que seja em março e não em maio. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas é isso o que eu estou dizendo, Ana. Essa decisão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Do grupo de trabalho

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É o que eu estou dizendo. O grupo de trabalho vai dar a você condições para quando propor o projeto, isso vai estar afinado entre vocês. É disso que eu estou falando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas é importante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei que a questão globalizada ajuda e eu tenho consciência disso. Agora, eu acho que nós não vamos tomar aqui a decisão. Vai-se tomar nesse grupo depois que vocês conversarem. É a minha opinião.

Pois não.

A SRª LUCIANA HOLTZ – Eu só gostaria de colocar que nós fizemos no mês de maio porque a gente não tinha tempo hábil para organizar todo o trabalho até março. Realmente, março é um período em que o pesso-

al está voltando. A gente chegou a pesquisar e viu que em alguns lugares realmente é março, e tem algumas divergências em nível mundial.

Nada impede que a gente converse e decida mudar o mês. Não é uma coisa rígida. A única questão é que nós, em nível de Rio Grande do Sul, instituímos alguns projetos de lei que já estão até em votação, inclusive um deles nesta semana em nível de Assembleia e Câmara de Vereadores, instituindo maio como mês de prevenção. Porque nós fizemos a primeira campanha em maio e porque nós teríamos mais tempo de organizar uma segunda campanha em maio novamente. Mas eu acho que isso a gente tem que discutir realmente e ouvir a opinião de todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo, não foi nem porque V. Exª chegou já no final, mas...

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me apenas cumprimentar V. Exª, Senadora Ana Amélia e todos que participaram. Eu queria pedir desculpas a todos. Só queria lhes dizer que, até por uma questão de prevenção e saúde, depois de eu haver dormido pouco por diversos dias e haver dormido às 6 horas da manhã, portanto, se eu viesse aqui cedo hoje, eu teria tido alguma coisa. Então, por essa razão, por questão de prevenção e cuidado com a saúde, que é o tema de todos aqui, eu cumprimento-os, mas quero justificar minha ausência, por ter chegado nesse horário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sou testemunha, estávamos juntos lá. É que eu, na condição de Presidente, primeiro que a Ana Amélia manda em mim, então esse é o primeiro ponto. Eu não tinha como não estar aqui. Realmente, fomos até de madrugada, a Ana já disse isso aqui, Eduardo.

Eu ao encerrar, quero dizer o seguinte: Senadora Ana Amélia, veja que lá no seu Estado já há projeto na Assembleia Legislativa. Então, essa discussão vai ter que ser feita nesse grupo de trabalho, e o projeto que V. Exª vai apresentar vai ter que estar em sintonia ou não. Aí vai ser uma opção que o grupo vai ter. Eu quero só contribuir para a gente organizar, senão, com a vontade e com a ansiedade que nós estamos de fazer as coisas, de repente nós podemos começar sem estar sintonizados globalmente, podemos estar já votando algumas coisas no caso do Estado, em função da incidência, da necessidade, mas eu acho que seria importante que a gente pudesse pensar de forma mais globalizada nisso aí.

Como sempre, Patrícia, que a gente possa contar com o Ministério da Saúde, com o encaminhamento. Eu me coloco à disposição daqui para o final do ano, se vocês quiserem fazer reunião no gabinete ou no Ministério da Saúde, onde for, eu estou à disposição. Claro que nós já temos a presença da Senadora Ana Amélia, do Senador Ruben Figueiró, talvez do Eduardo, mas que a gente possa ajudar. É a contribuição que eu posso aqui me comprometer.

Senadora Ana Amélia tem a palavra para encerrar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Apenas dizendo a frase do Dr. Paulo: “A prevenção primária é mais barata e mais fácil”. Então, o objetivo, digamos, prioritário, básico é este: a prevenção primária. E isso se dará nesse mês, falando sempre todo dia. O que não diz que depois dos outros deixaremos de falar neles, é apenas alertar, dar relevo ao tema.

O segundo é a prevenção secundária, com todos esses procedimentos que foram feitos aqui, dentro de uma lógica. Para essa ideia do piloto para regionalizar e identificar os problemas, sugerido pela Patrícia, nós também estamos à disposição, Drª. Patrícia, para trabalhar juntos na segunda etapa.

As duas coisas são fundamentais, mas a primeira é mais viável, mais barata, mais fácil de fazer. E como aqui é a Casa da República é mais fácil trabalhar em torno disso.

De novo, muito obrigada a todos os senhores e senhoras. Estou feliz, como mulher, que nesta Mesa com seis expositores, quatro são mulheres e dois, homens. É raro isso acontecer!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para encerrar, vamos nos comprometer, Senadora Ana Amélia, no sentido de que no início do ano, aqui, nesta Comissão, vamos voltar ao tema, ver como está o encaminhamento deste grupo de trabalho, e aí vamos prosseguir para que possamos, em um segundo momento, avançarmos, tendo esses compromissos, eu acho que a Drª Marlise tem razão, mas neste momento, não me sinto em condições de assumir esses compromissos sem antes termos uma ideia do grupo de trabalho.

Então, agradeço a todos os participantes.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10
DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES,
PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL**

Às nove horas e treze minutos, do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Cyro Miranda e Paulo Bauer, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. O Senador Cristovam Buarque Justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª PARTE – Avaliação da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Finalidade:** Avaliação da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, constante do Requerimento nº 16, de 2014-CAS, em atendimento ao artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado o Relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir o Parecer da Comissão de Assuntos Sociais. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação. **2ª PARTE – Deliberação de proposições. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Dr. Adilson Soares. Dispõe sobre microsseguros, estabelece critérios para a autorização de sociedades seguradoras e corretores de seguros especializados; altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Davim, em substituição ao Senador Cícero Lucena. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Paulo Davim. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Rita, em substituição ao Senador Humberto Costa. Lido o Relatório, é concedido Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senadora Ana Rita. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Edinho Bez. Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, a fim de dispor sobre a associação entre corretor de imóveis e imobiliárias e dá outras providências. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2014, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2014, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. Aprovado o Requerimento nº 53, de 2014-CAS, solicitando Urgência à matéria nos termos dos artigos 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2014 – Complementar – Não Terminativo – Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências, para dispor sobre a utilização do critério populacional e do Índice de Desenvolvimento Humano no rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados para os demais entes da Federação. Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2014 – Complementar. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2014 – COMPLEMENTAR. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **ITEM 11 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 53, de 2014 – Autoria:** Senadora Ana Amélia e ou-

tros. Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2014. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, de 2012; ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2013; ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013; ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2014; ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2014; e ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2014. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Paulo Davim, Jayme Campos, Cyro Miranda, Vicentinho Alves; as Senadoras Ana Rita, Ana Amélia, Lúcia Vânia; e o Senador Waldemir Moka, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A presente reunião destina-se à apreciação de pauta previamente divulgada.

Eu havia colocado na primeira parte a avaliação da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que é, na verdade, um requerimento nosso aqui para propor um tema – a Relatora da matéria é da Senadora Ana Amélia –, mas eu achei melhor que apreciássemos esses temas, pelo menos os não terminativos, e, logo depois dos quatro temas não terminativos, a Senadora faria a leitura do seu relatório e o aprovaríamos.

O tema nosso aqui é Avaliação da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

O Senador Cícero Lucena e o Senador Humberto Costa estão a caminho.

Eu queria começar por um tema que não é terminativo aqui, mas é um tema relevante. Acho que todos os Senadores foram procurados. Trata-se do item 3 da pauta, um projeto de lei da Câmara, cujo autor é o Deputado Edinho Bez, de Santa Catarina.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2014

– Não terminativo –

Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, a fim de dispor sobre a associação entre corretor de imóveis e imobiliárias e dá outras providências.

Autoria: Deputado Edinho Bez

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2014, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações: – *Votação simbólica.*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente Moka.

Caros colegas Senadores e Senadoras, queria fazer um registro da relevância desse tema que durante sete anos tramitou pela Câmara dos Deputados e foi submetido a uma série de audiências públicas com todos os protagonistas e agentes envolvendo a questão da atividade de corretores de imóveis.

Além de todo esse trabalho feito pelo autor do projeto, Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina, que zelosamente trabalhou nessa matéria muito relevante, eu falei com o Presidente do Secovi do Rio Grande do Sul apoiando a iniciativa, Dr. Moacyr Schukster.

Recebi a visita, no gabinete, do Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis (Fenaci), Joaquim Antônio Mendonça Ribeiro; do Secovi de São Paulo, Pedro Caquembu; Luis Henrique Macedo Cidade, Assessor Legislativo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); José Maria Cavalcante Lima, 1º Vice-Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis; Lucimar Alves Elias, Presidente do Sindimóveis, de Goiás, Estado da Senadora Lúcia Vânia; Maria Cristina Chaul Barbosa, Presidente do Sindimóveis, do Ceará;

Marcos Augusto Netto, Presidente do Secovi do Mato Grosso do Sul, o Magoo. Que é Marcos Augusto ninguém sabe, mas Magoo todos sabem, não é Senador Moka? É do seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mr. Magoo, está ali presente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente.

Sidney Antônio da Fontoura Gomes, Vice-Presidente de Relações Sindicais da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis; e Ovídio Maia, Diretor da Ovídio Maia Imóveis; além do Presidente do Sinduscon do Rio Grande do Sul, Ricardo.

Eles tiveram o cuidado de conversar com todos os Parlamentares de todos os partidos, dada a questão.

Entendi que como esse assunto foi exaustivamente debatido, e sou como V. Exª é, como é o Senador Paim, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Benedito, as coisas têm que ser práticas. Não adianta querermos criar dificuldades numa matéria de que já houve o esgotamento do estudo. Isso não diminui o Senado. Pelo contrário, tomamos nossa atitude resoluta, nossa efetividade – eu penso – com o maior rigor e mais responsabilidade.

Eu vou direto, Senador Moka, na análise do projeto. Deixo a questão do relatório propriamente dito para ir à análise do projeto, para simplificar inclusive a votação dessa matéria, que diz respeito a milhares de profissionais que operam na área de corretagem de imóveis.

No mérito, a proposição do Deputado Edinho Bez, de que esta Comissão está tratando, adapta a Lei nº 6.530, de 1978, às relações travadas entre o capital e o trabalho na atualidade.

Assim sucede, pois diversos são os matizes de que o trabalho humano pode se revestir.

Sabe-se que o trabalhador pode colocar sua energia vital em favor do tomador de serviço sem a subordinação inerente ao contrato de emprego. Esse é um conceito. Aliás, alternativas à relação empregatícia representam forma bastante difundida de promover a ocupação remunerada dos jovens brasileiros. Preserva o trabalhador dessa forma a sua independência em relação ao patrão, podendo adequar melhor a sua rotina laboral às suas necessidades diárias pela natureza dessa atividade da corretagem, no caso dos imóveis.

Não se está, ressalte-se, inibindo a formação de relações de trabalho regidas pela CLT. O que a proposição pretende é adaptar o mercado imobiliário às necessidades não só das empresa, mas sobretudo dos trabalhadores, dos profissionais desse setor.

Quando o vínculo empregatício for adequado à preservação dos interesses de ambas as partes da relação contratual, o liame estabelecido entre os contratantes será, assim, regido pela CLT. Do contrário, a relação será disciplinada pelas leis civis.

É esse o teor dos §§ 2º, 3º e 4º cuja inserção no art. 6º da Lei nº 6.530, de 1978, é visada. Neles, em síntese, é previsto que o corretor de imóveis poderá, mantendo a sua autonomia profissional, se associar a uma ou mais imobiliárias.

Quanto ao § 5º, que se busca inserir no mencionado art. 6º, há apenas a reiteração de que a contribuição sindical, quando devida, será recolhida na forma da CLT. Trata-se, pois, de demonstração clara de que o PLC nº 96, de 2014, não desestimula de forma alguma a formação de contratos de emprego entre corretores e imobiliárias.

Apenas por questão de técnica legislativa, sugere-se que o conteúdo dos referidos §§ 2º a 5º seja transformado em arts. 6º-A e 6º-B.

Então, não altera mérito, apenas a disposição.

A razão disso reside no art. 11, III, b, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que o artigo verse sobre apenas uma matéria. É apenas um ajuste legislativo.

Considerando que o art. 6º da Lei nº 6.530, de 1978, dispõe sobre as pessoas jurídicas inscritas nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, e não sobre a associação entre corretores autônomos e imobiliárias, tampouco sobre a contribuição sindical dos mencionados profissionais, coaduna-se com os imperativos da técnica legislativa que os aludidos tópicos sejam disciplinados em artigos distintos.

Corolário da referida alteração é a modificação da ementa do PLC nº 96, de 2014, a fim de que ela faça referência aos mencionados art. 6º-A e 6º-B.

Tecidas essas considerações, a aprovação da proposição em foco, com as modificações acima, não de mérito, é medida que se impõe, até pela posição da Assessoria Legislativa do Senado Federal, a quem eu antecipadamente agradeço.

Voto.

Do exposto, opina-se pela aprovação do PLC nº 96, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 96, de 2014, a seguinte redação:

“Acrescenta os arts. 6º-A e 6º-B à Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, a fim de dispor sobre a associação entre corretor de imóveis e imobiliárias e sobre a contribuição sindical dos corretores de imóveis, além de dar outras providências.”

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 96, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 6º-A e 6º-B:

‘Art. 6º-A O corretor de imóveis pode associar-se a uma ou mais imobiliárias, mantendo a sua autonomia profissional, sem qualquer outro vínculo, inclusive empregatício e previdenciário, mediante contrato de associação específico registrado no Sindicato dos Corretores de Imóveis ou, onde não houver sindicato instalado, registrado nas delegacias da Federação Nacional de Corretores de Imóveis. § 1º Pelo contrato previsto no *caput* desse artigo, o corretor de imóveis associado e a imobiliária coordenam, entre si, o desempenho de funções correlatas à intermediação imobiliária e ajustam critérios para a partilha dos resultados da atividade de corretagem, mediante obrigatória assistência da entidade sindical.

§ 2º O contrato de associação não implica troca de serviços, pagamentos ou remunerações entre a imobiliária e o corretor de imóveis associado.

Art. 6º-B O recolhimento da contribuição sindical dos corretores de imóveis ocorrerá conforme as regras da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aplicáveis, com valor não inferior a R\$ 203,40 (duzentos e três reais e quarenta centavos), corrigidos, anualmente, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM ou outro índice que o substitua.”

Este é o voto, caro Presidente, e queria, dos nossos colegas Senadores, pedir o apoio, dada a simplificação do que foi muito bem esclarecido, preservados os direitos dos trabalhadores numa atividade que tem uma natureza específica, como é a corretagem de imóvel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero discutir, Sr. Presidente, de forma muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou colocar em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia, mas, antes, eu queria registrar e agradecer a presença do Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis, Sr. Joaquim Antônio Mendonça Ribeiro. Em seu nome e em nome também do James Antônio Gomes, que é o Presidente do Creci do meu estado, Mato Grosso do Sul, e do Magoo, nós o tratamos carinhosamente de Magoo, que é o Presidente do Secovi.

Eu quero informar aos Srs. Senadores que fui procurado por eles também. O autor do projeto, Deputado Edinho Bez, praticamente esgotou essa discussão na Câmara, tanto é que todas as entidades estão de acordo. Não há nenhum ruído, nenhum sequer. Então, corretor de imóveis... o pessoal vende enxoval para freira, vocês sabem disso. O negócio de convencer as pessoas é com eles mesmos. Mas fizeram um trabalho brilhante. Quero parabenizar, porque eles foram de Estado em Estado. Fizeram o dever de casa. Conversaram com os Senadores. Eu sei porque vários Senadores chegaram para mim e disseram: “Moka, V. Exª precisa colocar na pauta o projeto dos corretores”. Quer dizer, esse é o trabalho que os senhores fizeram. Então, sejam bem-vindos, e eu agora coloco em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

Logo em seguida, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, eu vou ser muito rápido, até porque é muito bom ver que um projeto chega aqui discutido, articulado, trabalhado entre todos os setores, principalmente entre empregados, empregadores, profissionais liberais, e foi o que aconteceu com esse projeto.

Eu cumprimento tanto o autor, o Deputado Edinho Bez, como a Senadora Ana Amélia, porque apesar de toda essa conversa que foi feita com todo mundo, ela ontem sentou comigo lá no plenário, perguntou se eu estava a par do projeto, se eu conhecia toda a história, todo o caminho, e claro que eu disse para ela que não conhecia tanto quanto ela, na qualidade de Relatora da matéria, mas que havia conversado com o setor e que, de minha parte, com certeza absoluta, não haveria nenhuma posição a não ser de apoio ao relatório dela, às emendas e ao trabalho feito pelo próprio autor e pelas entidades sindicais.

Eu só quero registrar que para mim foi também importante ter recebido, Senadora Ana Amélia, na semana passada, um telefonema do Ricardo Nerbas. Quem é o Ricardo Nerbas? Por incrível que pareça, ele não é da área, ele é Diretor-Presidente dos Técnicos do Trabalho desse setor lá na OIT, e aqui no Estado ele é Diretor do Sindicato dos Técnicos, fazendo um apelo para que nós também nos somássemos a essa caminhada.

Então o faço com toda satisfação, cumprimentando toda a categoria, toda a articulação feita, tanto pelo setor empregador como pelo setor que é mais responsável, embora sejam profissionais liberais e autônomos muitos dos empregados. E, naturalmente, cumprimento o autor e a Relatora, por isso voto com convicção.

Parabéns, Edinho; parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras desta Comissão, eu quero primeiramente parabenizar a Senadora Ana Amélia, que se dedicou ao projeto que é de extrema importância, algo que realmente vem dar uma nova regulamentação à profissão de corretor de imóveis. Além disso, é um projeto aperfeiçoado pelo relatório com as emendas que atualizam a antiga Lei 6.530, de 1978, adaptando o corretor de imóveis ao mercado imobiliário e às necessidades de empresas e trabalhadores.

Então, é um projeto que possibilita essa relação do mercado imobiliário, das empresas e trabalhadores, garantindo que haja preservação dos interesses de ambas as partes, tanto do empresariado, das empresas, quanto dos trabalhadores. Com isso, melhora muito as condições de trabalho de ambas as partes.

Aproveito a oportunidade para saudar os presidentes do Espírito Santo, que estão aqui – acredito –; a nossa companheira – desculpe-me, esqueci seu nome – Maria Elizabeth, Presidente da categoria lá no Estado do Espírito Santo, que esteve ontem conversando conosco, juntamente com outros Presidentes conversando com diversos outros Senadores.

Então, esta Comissão hoje está trazendo para essa categoria de corretor de imóveis, Sr. Presidente, uma grande alegria e uma grande satisfação, porque terá uma legislação atualizada, atendendo às necessidades e aos momentos atuais do mercado imobiliário.

Parabéns à Senadora Ana Amélia, ao Deputado Edinho, autor da matéria. Com a relatoria da Senadora Ana Amélia, o projeto ficou um pouco mais qualificado. Parabéns a todos que trabalharam nessa matéria! Desejo aos corretores presentes, aos presidentes das entidades um belo trabalho. Que Deus os abençoe nessa tarefa importante que é de cuidar do mercado imobiliário, que também gera emprego para muitas e muitas pessoas. Isso é fundamental.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Senadora Lúcia Vânia

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar os representantes do Estado de Goiás do Sindimóveis e a Presidente Srª Lucimar Alves Elias; o Presidente da Federação Nacional de Corretores de Imóveis, Joaquim Antônio Mendonça Ribeiro; o representante do SecoviGoiás, José Humberto Vieira de Carvalho.

Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar, em primeiro lugar, a habilidade, a sensibilidade do Edinho, que, sem dúvida nenhuma, capitaneou um projeto de mais alta relevância. Cumprimento e saúdo a presença dele entre nós, neste momento. Cumprimento também a Senadora Ana Amélia, que tem uma sensibilidade enorme com as questões sociais, principalmente. Ela entendeu que o projeto foi amplamente discutido na Câmara dos Deputados e que, aqui no Senado, competia a esta comissão dar agilidade ao projeto e apresentar resolutividade.

Eu acho que essa é uma das coisas que nós devemos cultivar aqui no Senado da República. Ana Amélia é uma pessoa que trata dessas questões dessa forma. Portanto, quero cumprimentá-la pelo sucesso. Este projeto vem flexibilizar a CLT nas relações de trabalho entre os corretores de imóveis e os trabalhadores. Sem dúvida nenhuma, é um avanço pactuado de forma que nenhuma das partes sofre prejuízo. Portanto, ela recebeu o apoio de todas as entidades aqui representadas.

A presença dessas entidades aqui significa, sem dúvida nenhuma, o apoio a um projeto que foi amplamente discutido e que teve a sensibilidade de andar. Embora ele já tenha sete anos, é muito bom que a gente consiga aprovar um projeto dessa natureza.

Deixo aqui os meus cumprimentos à Senadora Ana Amélia, os meus cumprimentos ao Deputado Edinho Bez e também os meus cumprimentos e agradecimentos aos representantes que já foram citados aqui do meu Estado, o Estado de Goiás, que tiveram a sensibilidade de estar no meu gabinete, de explicar o projeto e de tecer elogios à Senadora Ana Amélia. Muito nos honra saber que o nosso Estado já tem, também, um carinho muito forte pela Senadora Ana Amélia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço a participação da Senadora Lúcia Vânia e indago se mais algum Senador quer fazer alguma intervenção.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer as referências todas dos Senadores.

Este foi um trabalho conjunto, a quatro mãos, de V. Exª, que, como Presidente da Comissão, teve a sensibilidade de entender que nós não podíamos encerrar o exercício de 2014 sem concluir um projeto que já estava acabado, só faltava fazer o pacote do presente de Natal para os corretores de imóveis e para uma categoria tão grande em todo o País.

Quero agradecer as palavras da Senadora Ana Rita, do Senador Paulo Paim, da Senadora Lúcia Vânia e também a presença aqui do autor, o Deputado Edinho Bez, pela, digamos, persistência que teve, porque foram mais de sete anos trabalhando em torno deste projeto, de grande valor, não só social, mas também profissional, para essa categoria tão importante para o País, também do ponto de vista econômico, como muito bem ressaltou a Senadora Ana Rita.

Então, em homenagem também à forma como a categoria se organizou, Senador – e V. Exª salientou exatamente esse aspecto –, de maneira muito competente. Foi a todos os gabinetes, procurou os Senadores, conversou com os Senadores. E aí chegamos a essa conclusão.

Os ajustes feitos não alteram o mérito e eu, já de antemão, vendo pelas manifestações o sucesso que terá a aprovação da matéria, já encaminhei a V. Exª um requerimento solicitando a tramitação de urgência, porque ela não é terminativa na CAS, ela vai ao plenário.

Então nós, hoje, teremos sessão deliberativa e, se entender a nossa Comissão, será um grande feito da Comissão de Assuntos Sociais, no conjunto de todos os Senadores e Senadoras que a integram.

Muito obrigada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu quero apenas também me associar aos demais Senadores e Senadoras aqui que se manifestaram favoravelmente. Para mim, não seria diferente. Eu quero me manifestar favorável, cumprimentar o autor do projeto, o valoroso Deputado Edinho Bez, como também a Relatora da matéria, a Senadora Ana Amélia. De maneira que eu também quero encaminhar de forma favorável, “sim”, cumprimentando e parabenizando todos os corretores do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero, neste momento, fazer uma menção especial ao autor do projeto, meu companheiro, fomos Deputados três ou quatro mandatos juntos, o Deputado Edinho.

O Edinho, Deputado Federal do PMDB – desculpe-me por puxar para o meu partido –, é de Santa Catarina, pupilo do nosso Senador e ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, aqui na Casa. E o Edinho teve, então, essa iniciativa de propor um projeto que está aí, que mostrou na prática. Eu não vi um ruído, uma divergência.

Eu vou colocar em votação o projeto, já com o pedido. Eu havia combinado com a Senadora Ana Amélia e conversei ontem com o Senador Presidente Renan Calheiros. Ele disse que, se aprovássemos aqui um requerimento de urgência, ele tentaria. Quero desde já dizer que isso não é simples assim, pois é difícil acontecer que um projeto votado numa comissão seja aprovado no plenário no mesmo dia. Mas nós vamos tentar o requerimento de urgência para que a gente possa aprová-lo no plenário do Senado Federal.

Então, encerrada a discussão, em votação o relatório da Senadora Ana Amélia, com as duas emendas.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2014, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação. *(Palmas.)*

Parabéns aos corretores aqui. Quero saudá-los a todos.

Coloco em votação um requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 53, DE 2014

– Não terminativo –

Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2014.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações: Senadora Ana Amélia, se V. Ex^a me permite, eu gostaria que todos os Senadores aqui presentes pudessem subscrever o requerimento de urgência, porque nós vamos chegar com um peso político maior, ao tempo que faço um desafio. Ainda durante o dia, percorro os gabinetes, mas agora o trabalho é mais específico: falem com os Líderes partidários, porque são eles que vão dar, ou não, o apoio ao Presidente Renan. É preciso consenso para que esse projeto seja votado ainda hoje no plenário.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência. Portanto, está aprovado o projeto. *(Palmas.)*

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Já antecipo o apoio favorável do Partido Progressista, porque sou Vice-Líder e estou na Liderança, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, para que não passe em branco, sou Vice-Líder também. Então, o PT apoia por unanimidade. *(Palmas.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, sou Líder do PV e o apoio. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Como aqui é quase um movimento *hors concours*, à frente dos outros projetos, pelo DEM, como Vice-Líder, já também encaminho favoravelmente. *(Palmas.)*

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agora o senhor fala pelo PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu não tenho essa prerrogativa, sou um humilde Senador, lá do interior do Mato Grosso do Sul, mas vou falar com o Líder do PMDB, o Senador Eunício. Mas muito mais importante do que eu seriam os representantes do seu Estado do Ceará o procurarem, porque eu acho isso fundamental. Acredito que estão aí presentes e o Senador Eunício também dará... Até porque o autor do projeto é um Deputado Federal do PMDB, o nosso querido Deputado Edinho.

Parabéns pelo trabalho, parabéns pelo projeto. Se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra, V. Ex^a tem aí o microfone desta Comissão que o recebe com muita honra. *(Palmas.)*

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Primeiro, quero agradecer o nosso Presidente, Deputado Moka. Temos história de luta nesta Casa, que é o Congresso, Senado e Câmara. Quando conversei com V. Ex^a, V. Ex^a, na hora, sensibilizou-se e disse que não iria medir esforços para agilizar, para que pudéssemos aprovar ainda este ano. Quando eu estava conversando com V. Ex^a e citando alguns Senadores para relatar com quem a gente tivesse mais conhecimento, tranquilidade no falar, mais à vontade, V. Ex^a, em contato comigo, citou, de repente, uma das Senadoras, a Ana Amélia, e eu falei “não tem melhor”, pela amizade que tenho com ela também, e por sermos vizinhos. Foi assim a conversa que tivemos.

Quero aqui agradecer, também, a todos os Senadores com quem falamos, com quem conversamos, os presentes aqui, como a Senadora Lúcia Vânia, o Paulo Paim, a Ana Rita, o Jayme Campos e Paulo Davim e estender a todos os agradecimentos, porque todos com quem nós conversamos, Senadora Ana Amélia, todos se sentiram sensibilizados por uma luta de sete anos.

Eu devo ter participado de mais de 20 reuniões em São Paulo e Rio de Janeiro, com segmentos no Rio de Janeiro, em São Paulo, com corretores, com imobiliárias, com o Ministério do Trabalho, que foi muito complicado no início, mas depois houve esse entendimento. Nada melhor do que aprovar com consentimento e aquiescência de todos.

Sinto-me muito sensibilizado, neste momento, porque ter o apoio unânime é sinal de que vale a pena fazer um trabalho sério, correto e dedicado.

Agradeço, mais uma vez, à nossa Senadora Ana Amélia, minha amiga particular – posso dizer assim –, uma lutadora trabalhadora e uma das grandes Parlamentares que temos nesta Casa.

Enfim, agradecer a todos em nome do meu amigo, Presidente Moka.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Edinho.

Quero, então, saudar os corretores. Acho que os senhores estão, neste momento, já perdendo tempo na Comissão e podem ir em busca de um apoio para levarmos, ainda hoje, ao plenário.

O segundo item da pauta vou pedir para a Senadora Ana Amélia, porque quero votar ainda hoje.

O Regimento Interno do Senado Federal estabelece, em seu novo art. 96-B, inserido pela Resolução nº 44, de 2013, que as Comissões Permanentes selecionarão, no âmbito de sua competência, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo para serem avaliadas. Esta Comissão de Assuntos Sociais aprovou o Requerimento nº 16, de 2014, indicando a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

Esta Presidência indicou a dedicada Senadora Ana Amélia para relatar essa matéria, cujo relatório será apreciado agora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente Waldemir Moka. Tive a responsabilidade e a incumbência de fazer um relatório para avaliar a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Fizemos uma seleção sobre dois aspectos que dizem respeito muito diretamente à saúde da mulher, que é o câncer de mama...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou pedir ao plenário... Por favor. Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Tão importante quanto a questão dos corretores, agora entramos numa questão social de grande relevância em saúde pública, que é a saúde da mulher. Então, tive a incumbência de fazer o relatório sobre a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

Queria agradecer antecipadamente, Senador Moka, ao Flávio Palhano de Jesus Vasconcelos e ao Marcos Paulo da Rocha Eirado. Esses dois técnicos trabalharam com muito cuidado, com muita atenção, fazendo um rastreamento geral sobre o programa, com apresentação de soluções e de iniciativas que o Poder Público, com apoio do Congresso Nacional, devem tomar nessa área.

Penso que isso tem que ser reconhecido, porque realmente foi um trabalho de fôlego, com foco nos setores do câncer de mama e de colo de útero.

Nesta Comissão, na última reunião da semana passada, foi discutida aqui, com especialistas da melhor qualidade e com muitas mulheres, a questão do câncer de intestino, que afeta tanto homens quanto mulheres. Mas estamos tratando especificamente da questão da saúde da mulher.

Esse relatório faz uma análise geral sobre todas as condições e sobre toda situação nacional, comparativamente ao mundo, com relação à nossa inserção na questão do câncer de mama, com alguns aspectos para que chamo atenção, como no meu Estado do Rio Grande do Sul onde a incidência é maior, e também quanto às questões relacionadas à letalidade.

Da mesma forma, foi feito esse levantamento em relação ao câncer de colo de útero, com uma metodologia aplicada adequadamente – como é aplicada a mamografia, que no caso do câncer de mama é o exame mais recomendado ainda, apesar das polêmicas que se estabelecem –, que é o exame de Papanicolau, também com todos os dados técnicos.

Como esse relatório foi entregue a todos os Senadores e Senadoras, penso que é a forma mais correta de agilidade. Vou direto às conclusões do trabalho, renovando o agradecimento aos técnicos que trabalharam intensamente, junto com a Bárbara Sales, que cuida da assessoria do gabinete na Comissão de Assuntos Sociais. Na conclusão, os nossos técnicos recomendam.

Desde a inauguração, em 1984, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que foi substituído pelo Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, tem contribuído significativamente para a melhora dos indicadores de saúde das mulheres. Entretanto, no que tange ao controle das neoplasias malignas de mama e de colo de útero, percebemos que grandes desafios ainda persistem.

De um lado, nos últimos anos o País vem testemunhando aumento da taxa de mortalidade quanto ao câncer de mama, a despeito da tecnologia disponível para diagnóstico e tratamento. Ademais, os dados epidemiológicos brasileiros estão em desvantagem em relação aos demais países da América Latina, tais como Uruguai, Chile, Argentina, Suriname e Porto Rico, Senador. Não podemos ficar nesse patamar, temos de avançar muito.

Os possíveis problemas que afetam as mulheres brasileiras são a falta de acesso da população-alvo ao exame bianual de mamografia e a dificuldade do SUS em acolher as mulheres com diagnóstico de câncer de mama, de oferecer tratamento tempestivo, na hora certa, e de qualidade. Por outro lado, as taxas de mortalidade para o câncer de colo de útero se têm mantido estáveis nos últimos vinte anos.

Dados do Siscolo evidenciaram boa qualidade das amostras enviadas aos laboratórios de patologia do SUS para exame de Papanicolau. Ainda assim, a estabilidade na taxa de mortalidade por essa doença também pode ser consequência das dificuldades de acesso rápido ao tratamento após o diagnóstico.

No que tange à prevenção do câncer de colo de útero, em 2014, o Ministério da Saúde iniciou o Programa de Vacinação Gratuita contra o HPV. Aliás, iniciativa desta Casa, a Senadora Vanessa Grazziotin trabalhou

muito, a Senadora Ana Rita da mesma forma, que é indicada para meninas com idade entre 11 e 13 anos. Espera-se, assim, que o programa produza a efetiva queda da incidência, prevalência, morbidade e mortalidade da doença nos próximos anos.

Quanto à tempestividade ou à oportunidade do tratamento ofertado ao paciente portador de câncer, o SUS persiste com dificuldade de garantir acesso rápido a essas pessoas. Conforme anteriormente mencionado, o atraso no tratamento é causa do aumento da mortalidade. Ou seja, o tratamento do câncer tem de ser iniciado na hora certa. Por isso, lembro da Lei dos 60 dias, que trata de iniciar, após o diagnóstico, o tratamento.

Apesar da edição da Lei 12.732, de 2012, ainda não se detectou melhora no problema da tempestividade do tratamento do câncer, já que os dados disponíveis ainda apontam para tempos de espera para o início do tratamento mais longos que aquele que a lei determina – a que acabei de mencionar, a Lei dos 60 dias. Isso indica a persistência de problemas estruturais do SUS, com manutenção da dificuldade de acesso aos serviços oncológicos.]

Recomendações.

Indicamos a seguir algumas recomendações ao Tribunal de Contas da União, que derivam, em grande medida, dos problemas e gargalos operacionais identificados não apenas pela Corte de Contas, mas também pela própria Procuradoria-Geral da República, com o Dr. Eitel Santiago, quando examinamos a questão da aplicação da Lei dos 60 dias:

- analisar a qualidade do exame de mamografia realizado no SUS;
- avaliar os motivos da baixa cobertura do exame de mamografia da população-alvo;
- inquirir o Ministério da Saúde quanto aos motivos do aumento da taxa de mortalidade provocada pelo câncer de mama;
- realizar auditorias nos serviços de anatomia patológica credenciados pelo SUS, para avaliar se existem condições estruturais para atender adequadamente a demanda de exames de Papanicolaou realizados no SUS;
- avaliar se a rede de atendimento credenciada pelo SUS tem condições de acatar plenamente as determinações da Lei nº 12.732, de 2012 – a Lei dos 60 dias, eu lembro;
- analisar se estão sendo cumpridas as disposições da Lei nº 12.732, de 2012;
- verificar se estão em curso medidas para melhorar a alimentação dos bancos de dados sobre tratamento oncológico;
- verificar as medidas em curso para melhorar a rede de assistência oncológica e aumentar o número de especialistas disponíveis no SUS.

Quando tratamos da saúde do homem, temos a falta de urologistas, que V. Exª bem mencionou.

Indicamos, também, algumas recomendações ao MS:

- adotar medidas para tornar efetivo o RHC em âmbito nacional;
- criar incentivos para os estabelecimentos que apresentarem boa adesão ao preenchimento de dados no RHC;
- manutenção de um RHC completo e atualizado para bem municiar os gestores que atuam na Política Nacional de Atenção Oncológica com indicadores de tempestividade e efetividade do tratamento;
- divulgação atualizada de indicadores de sobrevida, de forma que possibilite o efetivo acompanhamento da qualidade da atenção oncológica;
- instituir medidas para que dados das Apacs de quimioterapia e de radioterapia sejam registrados de maneira consistente;
- promover a formação e a capacitação de profissionais para atuarem na assistência oncológica;

Por fim, promover cursos de capacitação em prevenção e diagnóstico precoce do câncer para profissionais que atuam na atenção primária de saúde.

A prevenção, Senador Moka – o senhor que é médico e todos sabem –, é o melhor remédio.

Então, esse é o relatório.

E eu queria renovar o agradecimento ao Fábio Palhano de Jesus Vasconcelos e ao Marcos Paulo da Rocha Eirado. E essas instituições farão um grande papel, não só o Ministério da Saúde, que lidera a aplicação da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, mas também o TCU e a própria Procuradoria Geral da República.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou colocar em discussão.

Eu só queria, Senadora Ana Amélia, propor uma questão. Essa é, na verdade, uma proposta nova da Mesa Diretora, de que a gente fizesse aqui, e em cada Comissão Permanente, uma política de avaliação nacional de algum tema. O sugerido foi a Política Integral à Saúde da Mulher.

Eu queria propor o seguinte. São várias as recomendações. Quanto a essas recomendações, é preciso, daqui para o ano que vem, nesta mesma Comissão, Senadora, que a gente faça uma avaliação de tudo o que está sendo proposto em termos de acompanhamento, porque senão nós ficaremos fazendo um relatório e não teremos como aferir esse relatório.

Eu acho que o ideal é passar daqui para o ano que vem com uma cópia desse relatório, mantendo-o aqui na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais, e principalmente pelos encaminhamentos que serão feitos, seja para o Tribunal de Contas da União, seja para o Ministério da Saúde. Daqui a um ano, que a gente possa aferir, com a sugestão da Comissão, o que avançou em relação à Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

Eu sei que isso, Senadora Ana Amélia, não estava previsto. Quando se propõe, é importante que a gente tenha meios para aferir se aquilo que foi pedido, que foi encaminhado teve realmente alguma acompanhamento ou algum avanço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Moka, eu queria agradecer a V. Exª. Eu fui Relatora, na Comissão de Assuntos Econômicos, também da política nacional da distribuição dos recursos para os Municípios, e também da política tributária nacional.

Entre outras medidas, a distribuição e a repartição do dinheiro do FPM obedece alguns critérios de população e critérios indicadores econômicos, IDH, enfim. Uma delas pedia que o IPEA, (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) fizesse um novo mapa – além do IBGE que já faz – para avaliar exatamente a composição econômica e social populacional dos Municípios. Isso foi requerido. Nós aprovamos na hora. Então, já ficou uma medida prática que, claro, é bem mais simples do que aqui, em que o contexto de sugestões apresentadas é muito grande.

A gente teria que definir uma prioridade para um deles, talvez o câncer de mama que aumentou a letalidade, concentrar no câncer de mama, porque no colo de útero já reduziu; mas no câncer de mama, talvez concentrar a maior energia da Comissão de Assuntos Sociais, porque é o maior problema que temos hoje na análise desse...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, só de nós tomarmos o compromisso de daqui para o final do ano que vem, a gente sentar a hora que for... porque isso vai virar... Todo ano a Comissão vai escolher uma política pública para ser avaliada. Ao escolhermos a outra, vamos avaliar as sugestões que V. Exª está fazendo, se o Plenário assim entender.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, não tenho nada contra os encaminhamentos feitos e propostos por V. Exª e também pela Relatora. Eu apenas estou num impasse aqui e queria uma colaboração de V. Exª.

Há uma série de itens terminativos em que eu gostaria de participar do debate, da votação e da discussão. Mas, ao mesmo tempo, eu sou relator de quatro projetos, lá na CCJ, e o Presidente Vital do Rêgo está me chamando para que eu vá lá fazer o parecer. Eu iria para lá e, quando entrassem os terminativos, se fosse o caso, alguém me convocaria e eu viria para cá. Se V. Exª permitisse esse encaminhamento, me ajudaria neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É claro, Senador.

Eu vou evoluir ainda. Nós temos dois projetos não terminativos que eu quero votar. E aí, terminado isso, eu vou avaliar o quórum.

Mas, de qualquer forma, os projetos que nós temos aqui já foram todos lidos, eles precisam é ser votados, não é? Então, eu coloco, ainda, em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. Mas, desde já, evidentemente, concordo com a sugestão de V. Exª.

Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero apenas, Sr. Presidente, manifestar a minha opinião a respeito do conteúdo do relatório, mas particularmente das recomendações aqui colocadas.

Eu penso que esta Comissão está oferecendo ao Ministério da Saúde e ao Tribunal de Contas da União uma importante contribuição, porque é um estudo, uma análise que foi feita pelo Senado Federal, através dos seus consultores, sob a liderança da Senadora Ana Amélia, muito importante, e que nós dá condições realmente

de melhorar as políticas públicas voltadas para a saúde da mulher e, em particular, com relação ao câncer de mama e também ao câncer que atinge os homens.

Então, eu quero aqui manifestar a minha satisfação, dizer que eu tenho concordância também com este encaminhamento e que, a partir do próximo ano, realmente, faço o acompanhamento dos desdobramentos dessas recomendações. E talvez focar em algumas delas. Conforme a Senadora Ana Amélia já sugeriu, talvez focar na questão do câncer de mama, que é hoje, ainda, um problema que tem atingido muitas mulheres, para que a gente possa de fato avançar nessa área e contribuir no aperfeiçoamento das políticas públicas.

Acho que é muito bem-vindo. Com certeza, o Ministério da Saúde acolhe com muita satisfação essas recomendações.

E talvez, quem sabe, posteriormente, ouvir o Ministério da Saúde, também, qual é a opinião a respeito dessas recomendações, se algo que está sendo proposto aqui já está em andamento. Enfim, acho que é importante esse debate permanecer aqui na Comissões Assuntos Sociais.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria inclusive dizer que eu conversei com o Ministro. Na semana que vem, quero fazer um encerramento e convidei um Ministro para participar do encerramento, como já fizemos outras vezes, um jantar. Eu acho que seria um momento oportuno, Senadora Ana Amélia, até para a gente entregar pessoalmente ao Ministro esse relatório.

É claro que quem vai fazer isso oficialmente é a Mesa do Senado, mas nós podemos discutir com o Ministro. Vai chegar ao Ministério da Saúde, mas eu estou tratando disso com a sua assessoria.

Na semana que vem, em se confirmando, a gente faria isso de uma forma de confraternização da Comissão, mas também não vai deixar de ser uma reunião de trabalho. A gente aproveitaria também para discutir isso com S. Ex^a o Ministro da Saúde.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, já que o senhor vai entrar na pauta dos não terminativos, eu tenho o item 4, que já foi lido, e houve um pedido de vista. Então, eu gostaria de saber se V. Ex^a poderia colocá-lo para discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no diário do Senado Federal.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da sua tramitação.

Eu tinha pedido ao Senador Paulo Davim para relatar o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre microsseguros, estabelece critérios para a autorização de sociedades seguradoras e corretores de seguros especializados; altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Dr. Adilson Soares

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2013, e da Emenda que apresenta.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

A relatoria *ad hoc* é do Senador Paulo Davim.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pois não, Sr. Presidente. Eu peço permissão para fazer a leitura, passar direto para a análise.

Análise.

A análise deste projeto pela Comissão de Assuntos Sociais está em consonância com o art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual compete a esta Comissão opinar sobre condições para o exercício de profissões, previdência social e outros assuntos correlatos.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto de lei analisado versa sobre Direito Tributário, Trabalhista, Econômico e Empresarial, matérias de competência privativa ou concorrente da União, compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (*caput* do art. 48 da Constituição).

A iniciativa parlamentar é legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do §1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Quanto à constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios. As restrições que o projeto opera à liberdade de iniciativa econômica não são, por sua vez, excessivas, dado que fica assegurado o comércio de microsseguros sem prejuízo excessivo para as atribuições conferidas às seguradoras e aos corretores de seguros.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: a) inovação, dado que disciplina e estimula o microsseguro; b) efetividade; c) adequação normativa, já que o tema deve estar previsto em lei ordinária; d) coercitividade, dado que as seguradoras e os corretores serão administrativamente sancionados se descumprirem as normas; e e) generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todas as seguradoras e corretores de seguros.

A proposição é vazada em boa técnica legislativa: não há inclusão de matéria diversa ao tema. As expressões utilizadas, por sua vez, preenchem os requisitos de redação das disposições normativas. Propomos, apenas, a correção formal consistente na inserção da palavra “devido” após a expressão “1% (um por cento) do IRPJ”, no §2º do art. 12 do projeto.

Acerca do mérito, no campo do Direito Securitário e Empresarial, representado pelo disposto nos arts. 1º a 5º do PLC nº 59, de 2013, são pertinentes as observações abaixo expostas.

O microsseguro será um produto de seguro com regras de incentivo tributário e previdenciário, a fim de fomentar a promoção do mercado de seguros junto à clientela de baixa renda. Trata-se de medida meritória do ponto de vista do Direito Econômico, porque cria um mercado de bens e serviços hoje inexistente ou pouco expressivo em volume de faturamento.

O cliente do microsseguro poderá ser pessoa física, profissional ou não, bem como pessoa jurídica com fins lucrativos, tais como sociedade ou empresa individual, desde que faturem, no ano, até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), isto é, desde que se enquadrem no conceito de microempresa. Trata-se de norma razoável em termos de abrangência porque limita a clientela às pessoas físicas e às microempresas.

O plano de microsseguro sofrerá limitações estipuladas pelo órgão regulador, a fim de não poder ultrapassar um limite máximo de valor segurado, um limite máximo de vigência, um limite máximo de prazo para o pagamento da indenização e a possibilidade de contratação de maneira simplificada, por meio eletrônico. A fixação desses parâmetros estará a cargo da Superintendência de Seguros Privados (Susep), e os parâmetros a serem definidos é que determinarão o acerto ou erro na definição do produto microsseguro.

Mas é meritório que tais parâmetros sejam definidos em normas infralegais, dadas as oscilações naturais da economia, renda e poder aquisitivo da população. Não é necessário que o Congresso Nacional defina pisos e tetos de valor e de prazo a serem seguidos pela Susep. Da forma em que está, sem piso ou teto, fica a Susep livre para definir o formato do produto, o que é meritório.

Também estimula a concorrência no setor e auxilia a fiscalização da Susep a medida determinada no projeto de separação de contabilidade da seguradora que opera no mercado convencional e no mercado de microsseguros. A contabilidade separada ajuda a Susep a fiscalizar a seguradora, em especial para reprimir práticas abusivas de preços predatórios ou abusivos, efetivados por meio de subsídios cruzados, pelo qual lucros obtidos em um mercado (por exemplo, no mercado convencional de seguros por uma seguradora que neste mercado tenha tradição) são utilizados para viabilizar a expansão predatória da empresa em um novo mercado (por exemplo, no novo mercado de microsseguros).

O art. 4º prevê a figura do correspondente de microsseguro, equiparado que está à figura do mandatário, isto é, o correspondente contrata o microsseguro e o faz em nome da seguradora. Como está, a seguradora será obrigada a honrar e a cumprir todos os contratos de microsseguro pactuados pelo correspondente com o cliente. O aspecto negativo dessa previsão é que o correspondente vincula a seguradora a cumprir o con-

trato que foi celebrado pelo correspondente, ou seja, a seguradora não poderá desistir de cumprir qualquer contrato nesses casos.

O aspecto positivo é que esse sistema potencializa as vendas de microsseguro e confere maior segurança jurídica ao cliente do microsseguro, uma vez que o contrato celebrado com o correspondente equivale integralmente a um contrato celebrado pelo cliente direto com a seguradora.

O art. 5º trata do microsseguro contratado em grupo, isto é, quando, por exemplo, uma empresa qualquer contrata microsseguro para todos os seus empregados. A norma do projeto é benéfica ao cliente de microsseguro, pois garante que a relação contratual, a despeito de ter sido contratada em grupo, será sempre de natureza individual, isto é, o empregado da fábrica será segurado direto da companhia seguradora, sem qualquer intermediação contratual com seu patrão que tenha estipulado a contratação do seguro em grupo. O projeto, ainda, equipara a empresa estipuladora do seguro em grupo à condição de correspondente da empresa seguradora, o que confere maior segurança jurídica para o cliente do microsseguro. Trata-se de proposta meritória.

O art. 14 acrescenta ao § 9º do Plano de Custeio da Previdência Social a alínea “z”, que estabelece que não compõe o salário de contribuição do segurado o valor correspondente ao microsseguro custeado pelo empregador, desde que seja oferecido indistintamente a todos os empregados cujo salário seja igual ou inferior a três salários mínimos.

O art. 1º do projeto define microsseguro como aquele estipulado para a proteção de riscos específicos mediante proporcionalidade de prêmios e contratação simplificada.

A legislação, como se vê, já exclui da remuneração do empregado os seguros de vida e de acidentes pessoais. Como – acreditamos – os microsseguros custeados pelo empregador dizem respeito justamente à vida e à integridade física do empregado, parece-nos que o dispositivo seria inócuo, dado que já previsto em lei que sua contratação não comporia o salário.

Contudo, como o microsseguro pode cobrir qualquer evento específico, existe a possibilidade de que seja contratado pelo empregador para cobrir riscos diversos de morte ou de lesão decorrente de acidente, o que, possivelmente, justificaria sua inclusão.

Por essa razão, e pelo fato de que a supressão do dispositivo neste momento representaria um atraso do procedimento do projeto que, de maneira geral, possui inegáveis méritos, nos inclinamos por sua aprovação, neste pormenor, da maneira como veio da Casa de origem.

Por todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 59, de 2013, com as suas respectivas Emendas.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório que é do Senador Cícero Lucena, mas que foi lido pelo Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Este projeto não é terminativo aqui, ele vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Lá, evidentemente, essa questão será debatida na Comissão porque ali é terminativo.

Eu queria, apenas e tão somente, registrar a presença do autor, Deputado Dr. Adilson Soares, aqui na nossa Comissão, demonstrando o interesse e evidentemente acompanhando seu projeto.

Dr. Adilson, nesta Comissão, neste momento, nós entendemos que é um projeto, sem dúvida nenhuma, com muito mérito. Essa discussão... Por ser terminativo na CAE, aqui não sofrerá nenhum óbice a sua tramitação.

Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/SD – TO) – Presidente, colegas Senadores e Senadoras, é só para registrar a presença do nosso ilustre colega Deputado Federal Adilson Soares, que, inclusive, é irmão do R. R. Soares, e missionário.

Essa propositura é do Deputado Adilson, que foi nosso colega, Senador Moka, na Câmara, no mandato passado. Ele sempre tem iniciativas de muito alcance social e esse projeto, que agora nós vamos aprovar aqui na Comissão de Assuntos Sociais, trata de uma causa nobre. É louvável esse projeto.

Portanto, eu tenho, ao lado dele, aqui no Senado, procurado contribuir para que a gente chegue ao final, na CAE, com esse projeto aprovado, porque quem vai ganhar muito é o povo, principalmente as pessoas menos favorecidas, pois mais de cem milhões de pessoas serão atendidas com esse projeto.

Portanto, parabeno o Relator. Em nome dele, agradeço a todos os colegas e a V. Exª, Presidente. E ele não vai voltar mais, não se candidatou como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Mas nós vamos... Se não

der para este ano, o ano que vem, lá na CAE, como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, nós vamos procurar contribuir para agilizar a aprovação deste projeto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Vicentinho.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e a Srª Senadora que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2013, com a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, onde a decisão será terminativa.

Agradecemos a presença do Deputado Federal Adilson Soares. E se V. Exª quiser fazer uso da palavra, V. Exª é muito bem-vindo a esta Comissão.

O SR. DR. ADILSON SOARES (PR – RJ) – Vou aproveitar a oportunidade. É que esse seguro atinge mais de cem milhões de brasileiros e tem no mundo todo, porque eu fui na Susep, no Rio de Janeiro, onde pessoas de países do mundo todo que têm esse tipo de seguro demonstraram que ele é muito importante.

Eu trabalhei em igreja, trabalhei com meu irmão, o R. R. Soares, e o familiar falecia mas a família não tinha dinheiro para o sepultamento e ia pedir à igreja. Aí, conseguia. Às vezes a igreja estava apertada também e não tinha o dinheiro, mas dava. E, depois, vinham pedir dinheiro para fazer a manutenção, enquanto não chegava o subsídio do INSS. Então, o que acontecia? Ficava apertado.

E, com isso, não. Vão pagar um valor pequenininho. E o Governo dá um desconto nos impostos, que é baixinho. Então, isso vai beneficiar mais de cem milhões de brasileiros. É uma bênção.

E, assim, muito obrigado por tudo e pela aprovação. E ao senhor também, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lembrando que essa questão, essa parte financeira, o impacto financeiro disso... a Comissão que vai tratar disso é a Comissão de Assuntos Econômicos.

Naturalmente que no mérito, a Comissão de Assuntos Sociais não poderia agir diferente a não ser votar pelo mérito do projeto. Agora, o impacto disso, a questão financeira será discutida na Comissão de Assuntos Econômicos. E, evidentemente, V. Exª terá ali acompanhando o Senador Vicentinho e aqueles que também fazem parte da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu quero passar ao item nº 4 da pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, a presença do Senador aqui.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências, para dispor sobre a utilização do critério populacional e do Índice de Desenvolvimento Humano no rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados para os demais entes da Federação.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2014 – Complementar.

Observações: – Em 03.12.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

– *Votação simbólica.*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista?

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, o meu Líder, Senador Humberto Costa, preparou um voto em separado. Ele está com dificuldades de estar aqui neste momento e me pediu que apresentasse o voto em separado em nome dele. Então, eu faço essa consulta ao senhor se posso proceder dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O impasse nosso é que... Nós temos uma dificuldade, porque eu, para aprovar esse voto em separado, preciso de um número de Parlamentares que nós não temos aqui presentes.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A minha sugestão, Senadora Ana Rita: esse projeto também vai ser discutido lá na CAE, não é? Ele é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos. E como ele foi lido e foi pedida vista coletiva, fica difícil para a Presidência não submeter o relatório à votação. Eu entendo o voto em separado, mas numericamente nós teríamos que ter esse apoio.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, com certeza, porque o voto em separado, inclusive, é pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois é.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, esse quórum realmente não é qualificado para deliberar sobre isso. Mas eu quero fazer esse registro aqui, então.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – De que o Senador Humberto Costa apresentou um voto em separado pela rejeição da matéria e me pediu que fizesse essa comunicação, e, se possível... Mas perante a questão regimental, nós não poderemos aprovar, com certeza. Fica o registro que existe um voto em separado do Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Paulo Davim.

Mas eu quero, antes, esclarecer à Senadora Ana Rita, quanto ao voto em separado, que como ele é pela rejeição eu não tenho como fazer de outra forma. V. Exª entende o que estou dizendo.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, esse projeto me trouxe algumas dúvidas quanto à sua eficácia. Evidentemente que é meritório, acho que deve se balizar no IDH. Fiz algumas consultas.

Confesso que, apesar de várias outras decisões sobretudo orçamentárias levarem em consideração o IDH, no caso do repasse de recursos da saúde há algumas particularidades. Há sempre uma argumentação dizendo que o próprio Orçamento tem como base o IDH, mas a saúde tem suas particularidades. Porém, com as minhas dúvidas não foram esclarecidas, também não me acho no direito de criar obstáculo para aprovação desta matéria aqui, uma vez que não é terminativo.

Como vai para a CAE, acho que lá a Comissão deverá se debruçar sobre essas questões de financiamento, estou apenas dando o retorno do pedido de vista que fiz.

Entrei em contato com a Consultoria, fizemos um estudo que por si só aponta pela legalidade, mas não me tirou a dúvida sobre exatamente a epidemiologia das regiões, dos Municípios. Então, acho que, quanto ao óbice criado por mim mesmo, deve ser votado e a discussão se travará na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora Ana Rita me pergunta se pode ler o voto em separado. Evidentemente que é permitido o voto em separado, porque vamos colocar em votação o relatório do Senador Cyro Miranda. Se o Plenário aqui rejeitar o relatório do Senador Cyro Miranda, prevalecerá o voto em separado, mas ainda não temos como votar, porque o voto em separado precisará da maioria. É isso que estou explicando. Mas ler o voto em separado ela pode, e vamos colocar em votação, simbolicamente, o relatório do Senador Cyro Miranda.

V. Exª está ciente do que estou dizendo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Entendo, Sr. Presidente, mas é aquela história, malhar em ferro frio, porque não vamos ter condição de decidir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tudo bem, mas é um direito regimental. Senadora Ana Rita, V. Exª pode ler o voto em separado. Vamos submeter à votação o relatório do Senador Cyro Miranda. Se rejeitado, vamos...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas vai colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou colocar em votação o relatório, simbolicamente...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Mas o voto em separado...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora Ana Rita está insistindo no voto em separado, e evidentemente, sem quórum, vai cair o quórum. Não tenho como apreciar. V. Exª é quem decide.

Eu tento sempre ser o mais convergente possível. Acho que nós – minha opinião – vamos ter a oportunidade de discutir isso na CAE. Agora, o pessoal às vezes, a assessoria, insiste numa coisa que não vai contribuir para o avanço. Eu tenho certeza de que o Senador Cyro Miranda, o Senador Humberto Costa... Lá na CAE podemos fazer o ajuste que for necessário. Não é essa...Evidentemente não vou também...

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Há um problema regimental.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – A Senadora Ana Rita está dizendo que ela tem de subscrever o voto em separado, que é do Senador Humberto, que é um voto pessoal...

Senadora, eu entendo, mas, regimentalmente, eu poderia até indeferir. Então, já estou me referindo à sua assessora, ali.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Monocraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu poderia indeferir, de pronto, dizendo que o voto é individual, então. Mas eu não quero isso, quero criar um ambiente de – qual que é o objetivo? – concórdia. Votamos simbolicamente o relatório, que já foi visto, pedido de vista, e lá na Comissão de Assuntos Econômicos nós vamos discutir.

Eu mesmo vou ter assento na Comissão de Assuntos Econômicos. Se o Senador Humberto Costa quiser, nós poderemos travar essa discussão. Eu também não estou seguro. Assis tem razão. O Senador Cássio Cunha tem a melhor das intenções, mas, realmente, o texto do projeto – eu quero colocar aqui – traz algumas inseguranças para quem vai ter que manusear, depois, essa lei. Ele é complicado.

Em discussão o Relatório do Senador Cyro Miranda, que já tem pedido de vista, precisa de votos.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu queria até fazer um apelo ao Senador Cyro se ele pode retirar a matéria da pauta e deixar para a próxima?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Olha, ela já veio de um pedido de vista, certo? Eu acho que o bom senso é votar. Se perder, perdeu; se não perder, ele vai para a Comissão de Assuntos Econômicos e lá ele, então, é rediscutido. Não terminou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, eu vou...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...regimento. Até para deixar V. Exª... Eu vou indeferir o pedido, porque o voto é individual e só poderia ser lido aqui pelo Senador Humberto Costa.

Em discussão o Relatório do Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

O Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, ele passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2014, que é complementar.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

Item nº 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2014
– Não terminativo –

Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.*
– *Votação simbólica.*

Eu pergunto à Senadora Ana Rita se ela pode... É o item nº 2, o autor é o Senador Humberto Costa. É uma votação também simbólica, Senadora Ana Rita.

Senadora Lúcia Vânia pode?

Então, a votação será simbólica. Eu concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir a leitura do Relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigado, Senador Moka. Eu vou ser objetiva porque estou sendo convidada a ir para a CCJ, onde também tenho uma relatoria, Senador. Eu vou direto à análise do projeto.

Análise.

De acordo com o art. nº 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS o exame de proposições que digam respeito à seguridade social, previdência social, assistência social e outros assuntos correlatos, o que torna regimental o seu exame do PLC nº 50, de 2014.

Sob essa perspectiva, não se observam óbices quanto à juridicidade e à constitucionalidade da proposição.

No que respeita à substância da matéria, tem-se que o projeto dirige-se a relações comerciais importantes, que surgiram de modo espontâneo, em razão do progresso econômico da sociedade em direção à generalização do bem-estar. A espontaneidade levou tais novas relações econômicas tão longe quanto foi possível, mas agora chega o momento de a lei regular tais relações, de modo a que se transformem em práticas sólidas, de interesse público e com respeito aos direitos do consumidor. O PLC nº 50, de 2014, elege os meios adequados e alcança todos esses objetivos.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014.

Este, Sr. Presidente, é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Para discutir, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu tenho algumas dúvidas, Senador Moka, a respeito da iniciativa louvável do Senador Humberto Costa, que se preocupou com os direitos do consumidor. Nós temos de ter em mente exatamente essa perspectiva e essa prioridade.

Mas como eu tenho algumas dúvidas a respeito da forma como isso vai ser aplicado na prática nessas relações, eu gostaria de pedir vista deste projeto para o apreciarmos assim que possível, fazendo uma análise mais detalhada, assegurando que a Senadora Ana Rita vá correndo para a CCJ.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva.

Encerramos, então, a pauta com os projetos não terminativos. Os outros projetos são todos terminativos e a maioria deles já foi lida.

A próxima reunião será na próxima quarta-feira. Eu vou tentar garantir quórum para podermos votar todos esses projetos terminativos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS****ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às onze horas e sete minutos, do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Cícero Lucena** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Cyro Miranda, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Marta Suplicy. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater o tema “acesso a medicamentos órfãos por portadores de doenças raras”, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2014-CAS, de iniciativa do Senador Cícero Lucena, com a presença dos seguintes oradores: **José Eduardo Fogolin Passos** – Coordenador-Geral de Alta e Média Complexidade – CGMAC/DAET/MS (representante de: Ministro da Saúde, e Secretário de Atenção à Saúde); **Clarice Alegre Petramale** – Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde no SUS; **Maria José Delgado** – Diretora de Inovação da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; (representante de: Antônio Britto); **Maria Cecília J. B. M. Oliveira** – Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves – AFAG. A Presidência registra a presença das seguintes pessoas e instituições: Lauda Santos, Hulda Rode, Anderson Bertoluzzi, da AMAVI – Associação Maria Vitória; Lennon Custódio, Chefe de gabinete do Deputado Mara Gabrilli; Antoine Daher, Diretor Presidente da Casa Hunter; Daiane Kock de Souza, Representante da AFAG – Paraná e Santa Catarina; Margareth Maria Araújo Mendes, Portadora de HPN; Deise Zanin, Presidente da Associação Gaúcha MPS; Maria Juliana de O. Silva, Presidente da Menkes Brasil e Delegada da AFAG; Raquel de Oliveira Martins, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Angioedema Hereditário – Abranghe; Graça Afonso, Presidente da SAFE – Associação Amiga dos Fenilcetonúricos do Brasil; Sandra Mota e José Léda, da Pró-cura da ELA e AMAVI; Élica Fernandes, Gerente Executiva e Social da AbrEla – Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica; Regina Próspero, Diretora Presidente da Associação Paulista de Mucopolissacaridose e doenças Raras/ Aliança Brasileira de Genética – APMPs/ABG; e Luis Eduardo Próspero, Conselheiro da APMPs, que fez um depoimento como portador de doença rara. Usam da palavra o Senador Cícero Lucena e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício da CAS, Senador Cícero Lucena, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cícero Lucena**, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais;

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, já que existe número regimental, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e Srs Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2014, de iniciativa do Senador Cícero Lucena, de minha iniciativa, com objetivo de tratar sobre o acesso a medicamentos órfãos por portadores de doenças raras.

Foram convidados quatro representantes, e três já se encontram aqui. Portanto, já há número suficiente para iniciarmos a nossa reunião, até porque hoje é um dia muito corrido no Senado. Estamos com, vamos dizer, o nosso prazo limite, várias Comissões em reuniões, votação de Orçamento, apresentações de emendas. Portanto, vamos iniciar para que esse trabalho possa ter o tempo que nós desejamos.

Convido o Sr. José Eduardo Fogolin Passos, que é Coordenador-Geral de Alta e Média Complexidade do Ministério da Saúde; a Srª Maria José Delgado, Diretora de Inovação da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma, representante do Dr. Antônio Britto; Srª Maria Cecília J. B. M. Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; foi ainda convidada a Drª Clarice Alegre

Petramale, Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde do Ministério. Possivelmente, ela já esteja chegando, porque, como os senhores e as senhoras perceberam, estamos com uma certa dificuldade de acesso a esta Casa, mas, com certeza, ela deve estar a caminho, porque não informou a sua ausência.

Então, eu gostaria, para iniciarmos, de comunicar aos senhores oradores que esta Presidência considera a palavra por dez minutos, podendo prorrogar um pouco mais, se assim for necessário aos senhores participantes desta Mesa. Desde já, agradeço a presença de todos.

Então, com a palavra, o Sr. José Eduardo Fogolin Passos.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Bom da a todos, bom dia a todas. Esta audiência considero de extrema importância. Não é o nosso primeiro encontro. Muitos aqui já participaram, durante esses dois, três anos de discussão, não somente da própria política, mas da sua construção.

Gostaria de agradecer, Senador Cícero Lucena, pela oportunidade de estar aqui, representando não somente o Ministério da Saúde, mas o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, e, em especial, a Secretaria de Atenção à Saúde, justamente na fala da própria política.

Antes de iniciar minha fala de 10 minutos – é claro que é um tempo muito restrito para falar de todo um processo e da importância que a temática nos traz –, eu tenho uma apresentação e gostaria de, antes de mais nada, discorrer sobre os diversos fatores que nos trouxeram essa apresentação. Acima de tudo, eu vou pedir a autorização para até fazer a apresentação. Por gentileza.

Bom, a política nacional de atenção integral às pessoas com doenças raras foi uma política genuinamente construída com a participação de várias entidades e movimentos sociais. Podemos dizer, Senador, que essa política genuinamente representou, na sua essência, a construção de uma maneira participativa do movimento social que assim se traz na introdução do Sistema Único de Saúde.

Antes de mais nada, trazemos, como um fator fundamental construir uma política pública com uma grande diferença regional que tem o nosso País, um País de grande extensão territorial, mas com diferenças que trazem, na sua região, tanto na Região Norte quanto na Região, Sul, que são diferenças não somente do ponto de vista econômico, do ponto de vista de seus indicadores seja de desenvolvimento ou indicadores sociais, mas, acima de tudo, uma diferença social.

E aí a grande importância e dificuldade da sua implementação, de uma maneira equânime e de uma maneira igualitária para todas as ações e, essencialmente, para todas as pessoas.

O nosso Sistema Único de Saúde surgiu de uma grande reforma sanitária e essa evolução do sistema traz, acima de tudo, uma mudança muito importante recentemente.

Nós saímos de uma ação que era hierárquica para justamente, hoje, uma ação poliárquica de defesa do sistema. Isso é importante porque traz, na construção da política, não apenas um ponto de atenção, que é, justamente, construir uma política voltada apenas para as ações de atenção especializada, mas que a gente possa fazer o acolhimento e o cuidado em todas as esferas de atenção, considerando a atenção básica como sendo a mais capilarizada de todo o sistema, que é o mais próximo de toda a sociedade.

Nós sabemos que a construção disso tudo traz acima a construção de uma rede de atenção e o Sistema Único de Saúde, como sempre nós dissemos, nós temos uma grande dívida para as pessoas e familiares de pessoas com doenças raras. Essa dívida histórica se traduz, hoje, justamente em abordar uma construção de uma política que possa trazer não apenas o fornecimento de um tratamento, mas, acima de tudo, um acolhimento e atenção especial, que é o mais importante de toda essa estratégia.

O Brasil passa a ser, a partir do momento em que publicou a sua política, um dos poucos países do mundo a ter uma política pública voltada à atenção das pessoas com doenças raras. Não se trata apenas de trazer uma oportunidade, de ter um medicamento específico, de um tratamento específico, mas ter uma política pública.

Então, essa é a grande evolução e a nova construção escrita de uma página nesse sistema, que não é apenas uma portaria publicada, mas é uma nova política pública implementada.

A própria rede de atenção, a gente traz que, muitas vezes, as famílias e as pessoas com doenças raras tinham uma rede social para busca não somente de informações, mas também, acima de tudo, para poder encontrar qual era a porta de entrada, qual o ponto que poderia trazer um acolhimento a essas pessoas. Diante disso, nós partimos para a construção de uma política pública que pudesse trazer, acima de tudo, esse acolhimento.

Em relação às doenças raras, a Organização Mundial de Saúde assim definiu e a Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Raras traz a mesma definição de doenças raras como sendo aquela doença que afeta até 65 pessoas para cada 100 mil indivíduos.

Existem dois grandes alicerces de definição de doenças raras. Um vai ao encontro à questão de doenças raras em relação a medicamentos órfãos e outro vai em relação à prevalência. A maioria dos países considera a utilização da prevalência e alguns países, como dito, consideram números um pouco variados. O Brasil ado-

tou, e isso foi colocado em consulta pública, a definição de doença rara assim como a Organização Mundial de Saúde também definiu.

O acometimento da doença rara... Vários, aqui, participaram de toda a construção, mas é importante destacar. Essa audiência está sendo divulgada e é importante que a gente traga essa informação para toda a sociedade. Ela acomete de 6 a 8% da população.

Embora, individualmente, possa ser considerada rara, nós temos quase 15 milhões de brasileiros que têm uma doença rara das 8 mil doenças raras, hoje, que são documentadas. Então, tem uma grande importância, não somente no contexto epidemiológico, mas no contexto individual do cuidado.

Cerca de 80% dessas doenças são de origem genética e, sob o ponto de vista das características fundamentais, trazem uma diversidade de sinais e sintomas. Aí, também trazem os primeiros obstáculos para o cuidado dessas pessoas, porque, muitas vezes, aquilo que se tem cuidado ou de informação dentro do sistema de informação no Sistema Único de Saúde traz justamente algumas condições como consequências, mas, essencialmente em relação à doença rara, a gente tem pouca informação que nos traga subsídio de maneira suficiente.

São manifestações relativamente frequentes e que, muitas vezes, podem simular algumas doenças comuns, e dificultam, muitas vezes, não somente seu diagnóstico, mas também isso traz um sofrimento clínico e psicossocial a todas as pessoas e famílias.

A minha formação é na área médica e posso dizer, com toda certeza, que a academia, não somente na área médica, mas de grande parte dos profissionais de saúde ainda carece ter um subsídio fundamental de informação e de formação de profissionais para que tenham conhecimento em relação às doenças raras.

Aí, trago um ponto importante: o cuidado medicamentoso tem um papel fundamental, mas, acima de tudo, a política pública tem que ser baseada e ter seu alicerce em outras ações fundamentais.

Não se pode pautar uma política pública de atenção às pessoas com doenças raras apenas com medicamentos. De um universo de oito mil doenças raras, não ultrapassam o número de cem as doenças que têm alguma não evidência total de benefício com o uso de algum medicamento, ou seja, apenas 1,2% das doenças seriam contempladas se nós fôssemos pautar uma política pública com a questão específica de medicamentos.

Existe uma série de necessidades que vão desde o acolhimento ao diagnóstico. A partir do diagnóstico, quais são as medidas de cuidado, sejam cuidados de reabilitação ou habilitação? Alguns tratamentos específicos perpassam não somente as cirurgias, transplantes, mas outras necessidades; e, em alguns pontos específicos, temos o uso de medicamentos. Aí, sim, a política não se furta dessa necessidade, mas não tem como considerar a base de uma discussão apenas em administração de medicamentos. Então, isso já foi como base fundamental dessa construção.

Trazemos também a importância, em todo o sistema. O nosso Sistema Único de Saúde carece disto acima de tudo: da construção de uma política de uma organização da sua rede de atenção. Não começa a partir de uma aquisição de medicamento. Seria muito simplório para o sistema se construíssemos uma política apenas na questão de medicamentos. Eles têm sua importância sim, e o próprio Ministério e o Sistema Único de Saúde, em todas as suas esferas de gestão, trazem essa preocupação. Há, nessa questão o pêndulo, o fiel da balança, que é a judicialização, que tem a sua importância. E não nos furtamos de fazer essa discussão.

Como constatação fundamental, a política não partia do zero. Ela tinha inúmeras outras ações, vez que o Sistema Único de Saúde já tratava da sua construção, seja a Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência, que vem estruturando um cuidado de reabilitação para as pessoas com deficiência, a própria triagem neonatal, as outras redes. Afinal de contas, a política é transversal, a própria rede de urgência. Toda pessoa, em determinadas circunstâncias da sua vida, pode passar por alguma necessidade de urgência. E sabemos que pessoas com doenças raras, muitas vezes, em determinados pontos de atenção, portas de urgências hospitalares e não hospitalares, acabam sendo transferidas: "Não, esse cuidado eu não faço; esse é um cuidado que pode ser feito apenas num hospital universitário, num hospital mais complexo". E isso não é verdade. Então, é importante trazer essa discussão.

Começamos a discussão da política em 2012. Durante todo esse período em que percorremos o País com diversas pessoas aqui, tive oportunidade não somente de discutir a política, mas de participar de diversos eventos, ouvindo as próprias famílias de pessoas com doenças raras. E dois pontos fundamentais foram solicitados: acima de tudo, acima da questão específica de medicamento, a grande solicitação era o cuidado integral em todas as esferas de atenção pelas equipes multiprofissionais e uma atuação interdisciplinar, possibilitando equacionar os principais problemas, acima de tudo, acolhendo esses doentes; e o diagnóstico, não o diagnóstico etiológico, pelo Código Internacional de Doenças, mas, acima de tudo, o direito da sua condição, de saber a sua condição. Então, praticamente essas foram as duas grandes demandas solicitadas.

Vários encontros, inclusive nessa própria Casa, fizemos com os grupos que foram formados para a construção da política, chegando à publicação da portaria que regulamentou a instituição da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, e lançou as suas diretrizes.

De maneira concomitante também, foi publicada uma portaria específica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, incorporando no Sistema Único de Saúde procedimentos e diagnósticos que até então não eram incorporados nos sistemas, que vão promover a possibilidade do diagnóstico mais precoce de determinadas doenças raras. É importante destacar que não se trata apenas uma portaria, mas uma política pública. E ela trouxe não apenas a instituição de uma política, de uma possibilidade, na rede, na organização do sistema, de identificar alguns serviços que hoje já existem e realizam cuidados às pessoas com doenças raras, mas também de ter um financiamento específico e habilitar novos serviços, que, assim, passam a ser denominados serviços especializados e outros, dependendo da sua complexidade, serviços de referência de atenção às pessoas com doenças raras.

O Ministério da Saúde passa, agora, a fazer um custeio mensal a esses serviços, após habilitados, e um financiamento específico para todos os procedimentos de apoio diagnóstico, que são necessários ao diagnóstico de um conjunto de doenças raras.

Além disso, isso propõe a possibilidade da incorporação, seja de medicamentos, seja de fórmulas nutricionais, através dos protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas.

Aqui, a gente traz um conjunto de procedimentos que foram incorporados ao Sistema Único de Saúde para o diagnóstico e atenção às pessoas com doenças raras e também o aconselhamento genético, que passa a ser constituinte do Sistema Único de Saúde.

A política, muito brevemente, foi estruturada em dois grandes eixos: doenças de origem genética e doenças raras de origem não genética. Para cada um deles, há um conjunto de procedimentos diagnósticos.

O que queremos justamente deixar plasmado é que a proposta dessa política tem um caráter de atingir todas as esferas de atenção. Não é uma proposta de habilitação de serviços apenas, isolados, porque não temos necessidade que é compreendida e tem a sua resposta apenas em um ponto de atenção. Cada cidadão vive e mora no Município, onde, essencialmente, existe a necessidade de ter uma primeira abordagem, um primeiro acolhimento. Para isso, trazemos uma política que procura ter uma integralidade, que vai desde a atenção básica à atenção especializada.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Nessa lógica...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Só para esclarecimento, já tinha prorrogado em cinco minutos e, quando faz esse toque, falta um minuto, mas, como o senhor está precisando de mais tempo, vou lhe dar mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Agradeço.

Então, para entrar na finalização da apresentação, essa própria política traz a incorporação essencialmente de medicamentos e fórmulas nutricionais, através de uma comissão nacional de incorporação de tecnologias. Isso se dá com protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Não é apenas nessa política. O Sistema Único de Saúde traz essa incorporação dentro dessa necessidade. Traz também a organização através de uma rede com o objetivo fundamental de reduzir a mortalidade e a morbidade das manifestações em relação a essas doenças raras, com o fito específico de melhoria e qualidade da vida das pessoas.

Trazemos aqui essa organização. É importante destacar um ponto nesse fluxograma que traz o procedimento dentro da organização. O Sistema Único de Saúde traz uma organização através de um fluxo de atenção. Destacamos que, quando há evidências de um tratamento medicamentoso, a própria formulação de protocolo clínico e diretrizes terapêuticas, assim como em outras necessidades no Sistema Único de Saúde, ele será incorporado.

Vou destacar, apenas um pouco mais adiante, as ações do ano de 2014.

A política foi publicada justamente no início do ano e, durante este ano, tivemos, primeiro, a interpretação da política por parte dos gestores, porque a implementação de uma política pública no Sistema Único de Saúde traz uma pactuação nas três esferas de atenção. O mais importante foi que justamente diversos gestores estão procurando a interpretação dessa própria política, que é nova dentro do Sistema, mas, acima de tudo, de algumas ações de 2014 que aconteceram.

O Ministério da Saúde, através do departamento de ciência e tecnologia, lançou um edital de pesquisa para doenças raras, que, agora, já está em fase de chamada, via CNPq. Esse edital de pesquisa traz oportunidade de atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovação, essencialmente para instituições públicas e

privadas de todas as regiões, no tocante às doenças raras. O edital foi lançado justamente para trazer pesquisas dentro da área em relação especial às doenças raras.

O Ministério da Saúde, considerando a importância de capilarizar a atenção essencialmente para a atenção básica, lançou um curso de formação de teleconsultores em toda a rede, principalmente voltados para a atenção básica, com o objetivo de qualificar os núcleos de Telesaúde em todo o País para orientar os profissionais de saúde da atenção básica sobre as diretrizes de doenças raras. São 22 alunos que fazem uma teleconsultoria em toda a rede, nesses Estados, nesse primeiro momento.

O curso, iniciado em outubro, foi finalizado agora. Com isso, a gente leva a informação, não somente a diretriz, mas, principalmente, e um profissional da atenção básica que está realizando um cuidado a uma família, a uma pessoa com doença rara faz o contato com esses núcleos de teleconsultoria, que vão orientar toda a informação. Assim, toda aquela diretriz que foi publicada em relação ao cuidado das pessoas com doenças raras passou, agora, a ser transmitida aos teleconsultores e aos profissionais da atenção básica.

Além disso – e é muito importante destacar –, considerando a necessidade de avaliar incorporações tecnológicas dentro do Sistema Único de Saúde no cuidado e atenção às pessoas com doenças raras, em maio, o Ministério da Saúde, com especial participação da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos e a própria Secretaria de Atenção à Saúde, constituiu um painel de especialistas que foi organizado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, com a participação de 60 especialistas em doenças raras, e, ‘por meio de critérios – e, aí, a Drª Clarice poderá discorrer um pouco mais sobre essas ações –, essa proposta foi para consulta pública, com relatório em fase de finalização, sobre um conjunto de doenças que são um primeiro momento das primeiras incorporações de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. São quase 8 mil doenças; e, então, foram elencados critérios para a elaboração desses protocolos.

Para finalizar, em relação às perspectivas para o ano de 2015, o Ministério da Saúde traçou uma diretriz e, acima de tudo, alguns caminhos de implantação e implementação da política com as oficinas regionais, elencando os Estados que, hoje, já possuem serviços que estão realizando o atendimento e o cuidado de pessoas com doenças raras; e, através desses Estados e dessas...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – ... Secretarias, fazer uma busca para, não o Ministério aguardar a habilitação de serviços, mas, justamente, em conjunto com os gestores, realizar a proposta de trazer as habilitações.

Além disso, a elaboração de indicadores de gestão e assistenciais para o monitoramento da política. Nós só vamos conseguir medir e ter uma linha de base com esses indicadores e a divulgação de informações sobre doenças raras, de uma maneira mais participativa, não somente através de audiências públicas, mas também de visitas a toda a rede.

A elaboração dos protocolos contemplando 19 grupos de doenças e, acima de tudo, um conjunto de formações de aconselhadores genéticos, que já vai ser lançado a partir do ano de 2015.

E uma parte importante da política: nós estamos elaborando, a partir de um crivo específico, o levantamento de laboratórios e a elaboração de parâmetros de qualidade para os laboratórios para a realização dos exames de apoio diagnóstico.

Então, esse conjunto de ações, para concluir, faz parte do escopo não apenas da construção de uma política e a publicação de uma portaria, mas de um comprometimento do Ministério da Saúde justamente em relação à sua implementação e à sua avaliação e acompanhamento.

Queremos deixar também plasmada a importância desta audiência e trazer que, não apenas a incorporação ou o uso de um medicamento vai trazer exatamente essa qualidade, mas, acima de tudo, uma política pública que possa acolher a necessidade fundamental de todas as pessoas com doenças raras e suas famílias.

Então, é muito importante que nós façamos uma discussão que não seja apenas clivada pelo ponto e pelo ápice da incorporação específica de um medicamento, que tem a sua fundamental importância, mas que possamos olhar a política como outros países vem fazendo, ou seja, sob uma ótica mais holística, a ótica de um cuidado integral.

O Ministério da Saúde jamais se furtou a essa discussão, a importante discussão sobre medicamentos, não apenas a incorporação de protocolos para medicamentos, mas também dizer quando não existem as evidências para o uso do medicamento e, acima de tudo, que isso possa trazer um protocolo que oriente um cuidado que vá promover qualidade de vida.

Agradeço a todos pela oportunidade.

Um bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço ao Sr. José Eduardo e digo que S. S^a vai ter oportunidade de explicar algo mais de acordo com as perguntas que, eventualmente, venham a lhe ser dirigidas.

Antes de passar a palavra à Dr^a Clarisse, eu gostaria de registrar também a presença da Sr^a Regina Próspero, Presidente da Associação Paulista dos Familiares e Amigos de Portadores de MPS e Doenças Raras, que aqui nos honra com a sua presença.

Com a palavra, então, a Dr^a Clarice Alegre Petramale.

A SR^a CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Obrigada. Bom dia a todos. Desculpem pelo atraso, tivemos dificuldade na entrada.

Quero só fortalecer alguns pontos que foram expostos. Da somatória do que se disse da política, é importante que se sublinhem algumas coisas. A primeira delas é: o que significa existir uma política nacional de doenças raras? Isso significa que o SUS acolhe essas doenças, o SUS reconhece essas doenças raras, que muitas vezes não conhecemos completamente, já que a maioria delas estão sendo ainda estudadas, descobertas; tratamentos estão sendo propostos. E o SUS, Sistema Único de Saúde, engloba, nas suas prestações de serviços, do sistema brasileiro, essas doenças. Elas passam a fazer parte do nosso dia a dia de atendimento. Então, é um grande desafio para qualquer sistema de saúde, para qualquer país desenvolvido e é um grande desafio para nós, que vamos abranger novas doenças, doenças ainda não completamente conhecidas, que demandam ainda muito estudo, considerando que temos um país grande, um país em desenvolvimento e muitas prioridades para serem endereçadas ao mesmo tempo. Portanto, realmente a política significa isto, um olhar e uma formalização do SUS de incluir essas doenças para dentro do Sistema Único de Saúde, para assistência do SUS.

Em segundo lugar, ele mostrou claramente a formação de uma rede de serviços especializados. É preciso ter uma rede de lugares onde se estude essas doenças, onde se trate essas doenças, onde se diagnostique, onde sejamos capazes de fazer aconselhamento genético acerca dessas doenças. Hoje em dia ainda, no Brasil, temos centros de excelência, mas são ilhas, ilhas que não se comunicam de forma articulada. Não é um sistema. Então, é muito importante que o Sistema Único de Saúde tenha uma rede, uma sub-rede que trate das doenças raras e das doenças genéticas.

É preciso que consigamos difundir o conhecimento sobre as raras para os médicos do dia a dia, médicos que estão no atendimento básico. É impossível. Vocês vão ver que elas são diferentes entre si, mas têm muitos pontos em comum, e um deles é o diagnóstico precoce. O diagnóstico precoce só vai acontecer se alguém desconfiar, se alguém tiver em mente que essa doença possa existir. Se isso não passar pela cabeça do médico da família, do pediatra, do médico do posto de saúde, isso não vai acontecer, e o diagnóstico vai ser atrasado. Assim, muitas das iniciativas que se poderiam fazer para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas vão ser frustradas por um diagnóstico demorado, difícil. Portanto, é muito importante que a rede saiba que doença é essa. É por isso que estar em uma política do SUS e haver um protocolo de atenção, um protocolo clínico, diretrizes terapêuticas para aquele tratamento, para aquela doença, é importante demais. Por quê? Porque vai se abrir aquele espaço de conversa com a rede básica também.

É muito importante a triagem neonatal incluindo essas novas possibilidades de diagnóstico precoce logo já no nascimento. Então, como ampliar com qualidade essa rede, esse grupo de exames que faz parte hoje da triagem neonatal e como agir com presteza quando um diagnóstico acontece? Como fazer todo o envolvimento com a família e com a pessoa que precisa do tratamento.

Já falei do diagnóstico precoce. O aconselhamento genético é fundamental em boa parte dessas doenças. Em algumas, não, mas na maioria delas o aconselhamento genético ajuda demais a família entender o que vai acontecer, qual o prognóstico para aquela doença, qual a probabilidade de a família ter outros filhos assim. Tudo isso tem que ser conhecimento à disposição dos familiares que vão lidar com essa doença.

Depois vou falar das terapias. Existem muitas terapias, e precisamos pensar em mais que terapias de medicamentos. O medicamento é uma terapia ponte que pode ajudar enquanto não se faz uma terapia mais definitiva. Em muitos casos, o tratamento curativo não é um medicamento; dificilmente o será. Provavelmente será uma terapia genética, um transplante, coisas que vão deixar a pessoa em uma condição melhor.

Os medicamentos para a vida toda, a reposição de hormônios, de enzimas, reposições de vários tipos, podem funcionar melhor em alguns casos.

No geral, eles não funcionam tão bem e há dificuldades de controlar a doença com isso.

É preciso investir mais. É preciso investir em terapias genéticas. É preciso investir em transplantes. A gente tem que falar isso, porque esses vão ser os caminhos da cura. O tratamento medicamentoso serve por um tempo, mas ele realmente não vai conseguir curar nenhuma doença desse tipo. Então, é preciso estudar mais, saber mais, usar os nossos centros e usar a oportunidade de aprender mais sobre essas doenças com o grupo de pessoas que têm essa doenças no Brasil.

Hoje, nós estamos desperdiçando esse potencial. São os outros países que estudam os nossos doentes. Muitas vezes não temos os dados, não recebemos esses dados, esses dados vão para fora e a gente não fica sabendo sobre eles.

Então, é ter essa rede que pode polarizar isso, que pode receber essa informação, pode fazer a doença avançar no sentido do tratamento como um todo, não só o tratamento do medicamento para aquela doença, é fundamental, no meu entendimento de médica sanitária, médica que está na gestão do SUS há muitos anos.

De verdade, a gente só encontra o que a gente procura. Se, numa empresa farmacêutica, eu estou com o problema de como encontrar um remédio, como fazer uma enzima que substitua uma enzima que está faltando no corpo humano, eu vou encontrar essa outras coisas. A terapia tem que ser ampla. Para o doente e para a família, tanto faz que venha a partir de um tratamento, de uma cirurgia, de um transplante ou de um medicamento, ou de uma vacina, o que interessa para a família é a cura, é o tratamento, é a melhoria da qualidade de vida.

(Soa a campanha.)

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Então, é isso que eu queria deixar aqui mostrado. E toda essa evolução que tivemos junto com o grupo da SAS que fez essa política, que trabalhou essa política, a SCTIE, que trabalhou ajudando no sentido de avaliar as melhores possibilidades para priorizar essas doenças.

Fizemos isso no meio do ano, em junho, mais ou menos; estamos com uma consulta pública fechada com mais de 800 contribuições vindas da sociedade, sugerindo... Primeiro, elogiando. Houve muita gente elogiando a política – foi muito interessante. E outros dizendo que a doença do filho tem um nome assim, assim, e perguntando se ela está incluída ou não no grupo das doenças priorizadas.

Agora, estamos fazendo um batimento entre todos esses nomes de doenças, porque muitas já estão incluídas nos *clusters* que vamos abranger e, em seguida, vamos pôr de volta na internet para que as pessoas saibam que as doenças dos filhos, ou a doença dos parentes estão incluídas no bojo dessa priorização iniciada.

Obrigada. O tempo é curto e vocês vêem que o negócio aqui é rápido.

Obrigada. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Drª Clarice.

Passo a palavra agora, a Drª Maria José Delgado, Diretora de Inovação da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), representando o Dr. Antônio Britto.

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO – Bom dia a todos. Senador Lucena, é um prazer estar aqui falando desse tema de acesso, que avaliamos, na Interfarma, que é um tema que precisa se desdobrar em muitas audiências públicas para que a gente possa chegar a contento do que, na verdade, do paciente brasileiro precisa, merece e tem direito.

Só para situar, a Interfarma foi fundada em 1990, é a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa e representa empresas e pesquisadores nacionais e estrangeiros responsáveis pela inovação em saúde no Brasil.

O nosso objetivo é promover e incentivar o desenvolvimento no País da indústria de pesquisa científica e tecnológica voltada para a produção de insumos farmacêuticos, matéria prima, medicamentos e produtos para a saúde humana.

A representação do nosso mercado está distribuída nesses percentuais. São 55 associadas e é importante registrar que os 14 medicamentos registrados pela Anvisa e disponibilizados para o comércio no Brasil são de empresas associadas à Interfarma.

Avaliamos também que há um esforço importante do Ministério da Saúde acerca da política pública, reconhecemos o valor da política, entendemos toda a dificuldade de implementação no Brasil continental.

Há também esforço da Conitec para discutir as incorporações e definir as primeiras doenças, para os primeiros PCDTs, mas precisamos discutir um pouco mais e avançar um pouco mais naquilo que está posto, porque é assim que o mundo anda. As coisas são estabelecidas, o Estado define a política, define que ela é necessária, e ela é mesmo, mas é preciso que ela avance, é preciso que ela se concretize.

Só para deixar um cenário mundial, as nossas associadas têm um compromisso cada vez mais de inovações e gastamos, aproximadamente, em 2011, US\$135 bilhões em pesquisa. São mais de 44 mil pesquisas em andamento no mundo. Dessas, 800 no Brasil. Temos um enfrentamento importante em relação à pesquisa, no Brasil, e isso público, todo mundo conhece, mas assim, ainda, conseguimos ter esse número de pesquisas acontecendo no Brasil.

Para doenças, drogas órfãs, no mundo, 237 estudos. Esses estudos são pontuais, são para drogas que vão tratar ou cuidar do custo do avanço da doença, então, são drogas que, com certeza, vão trazer um benefício para os pacientes até que todo esse outro desenvolvimento posto pela Drª Clarice esteja à disposição desses pacientes: os transplantes, as terapias genéticas. Então, enquanto isso, a indústria pesquisa, produz e coloca à

disposição da sociedade e do mundo o medicamento, que também não é o fator mais importante da política, e nós concordamos com o Ministério da Saúde, mas, entretanto, ele faz parte, tem que estar nessa política e é fundamental para a qualidade de vida dos brasileiros que, hoje, já fazem uso desses medicamentos.

Então, é importante que o processo de incorporação na Conitec possa rever alguns critérios, para que as submissões das empresas ou as definições de incorporação, como estudo fármaco-econômico, possam ser ultrapassadas e os processos possam passar pela análise do seu processo produtivo, do seu desenvolvimento, da sua pesquisa, para que possa, então, ser avaliada e organizada a questão orçamentária, para que ele possa ser incorporado no sistema público de saúde. Não é possível, depois de tanto tempo, e esse é um avanço, também, que a gente reconhece, que só a doença de Gaucher tenha medicamento incorporado no sistema público brasileiro.

Bom, então, são 237 estudos. Desses, quatro, para doenças raras, estão sendo conduzidos no Brasil, o que, também, para nós, é um desafio, mas é importante para que a gente tenha também a população, a nossa população de grande diversidade genética fazendo parte do desenvolvimento de estudos, para que esse produto seja cada vez mais adequado também à população brasileira.

Os principais fatores que influenciam a decisão de investir, no Brasil, em pesquisa em desenvolvimento. A gente tem, ali, a disponibilidade de pessoal com capacidade e qualidade como o maior fator, mas, embaixo, a gente pode verificar, também, outros itens que são relevantes para que essa pesquisa ocorra de maneira mais sistematizada e rotineira, não só pelas nossas associadas internacionais, mas para as brasileiras também, que são associadas à Interfarma.

Antecedentes do cenário legislativo mundial. Como o mundo olhou para isso, para esse tema que nós estamos discutindo aqui, que é acesso, e pensou que, talvez tivesse que ter legislações específicas que olhassem para o problema das doenças raras com a sua raridade, com a sua especificidade?

Então, primeiro, tem que deixar claro que o medicamento órfão tende a ser um tratamento disponível para doenças muito complexas e desconhecidas. Por essa razão, precisa ser encarado de maneira diferenciada.

O pequeno número de medicamento órfão disponível reflete a complexidade da doença rara e ultrarrara, e a falta de conhecimento científico sobre ela, já mencionado pelo Dr. Fogolin e já também pela Dr^a Clarice, que não é diferente para a indústria. Encontrar o número de pacientes suficiente para uma pesquisa é complexo no mundo, encontrar a diversidade das doenças da mesma maneira, então, esse também não é um tema fácil, mas que a indústria, de maneira sistematizada, cada vez mais acha importante e investe, também, nessa pesquisa em desenvolvimento para essas doenças.

Desenvolver esses tratamentos exige altos investimentos de pesquisa em desenvolvimento e tecnologia para um número pequeno de pacientes no mundo. Então, é tão complexa a produção e, primeiro, o desenvolvimento desse produto, que tem um percentual que chega a ser de 2,5 mil% a mais numa das linhas daquelas que são exigidas para pesquisa clínica. Depois, os pacientes estão distribuídos pelo mundo. Então, é complicado encontrar e ter um perfil da droga que, realmente, vai atender pontualmente a evolução daquela doença, para propiciar qualidade de vida para esse paciente.

Outro problema: produção. A produção, para alcançar a escala, tem que estar centralizada em algum lugar do mundo, para que possa abastecer, então, o restante do mundo. Não dá para ter produção de medicamentos de doenças raras em todos os lugares do mundo, pela distribuição do pequeno número de pacientes.

O estudo, então, das doenças raras é complexo e desconhecido e acaba por limitar a quantidade de produtos no portfólio e o equilíbrio entre perdas e ganhos dos diferentes produtos. A indústria vive também do negócio e precisa equilibrar as suas perdas. Isso não é nenhum demérito. O Brasil tem uma Constituição que reconheceu que nós somos um País capitalista, e isso não é demérito para quem produz, para quem emprega e para quem traz desenvolvimento para o Brasil.

Então, nesse cenário, o que o mundo olhou e definiu a adoção de marcos regulatórios importantes que propiciaram soluções permanentes e sustentáveis sobre o problema do acesso? Eu destaquei aqui Estados Unidos e a União Europeia, que têm modelos que deram celeridade para o registro desses produtos, linhas especiais de financiamento para pesquisas, impostos diferenciados para licenciamento e dez anos de comercialização exclusiva.

Na Comunidade Europeia, de novo as taxas especiais, processo rápido de registro, de novo, exclusividade de mercado, possibilidade de consultoria científica durante a fase de pesquisa e dez anos de exclusividade.

E aí tem esses outros países que também têm temas muito focados, que não têm um sistema igual ao brasileiro, mas que se assemelha na disponibilidade do acesso do medicamento para os pacientes portadores de doenças raras.

E aí o que a gente vê de avanço no Executivo? Como mencionado aqui, a Portaria 199, a Portaria 2.439, aquela da atenção nacional à oncologia, que eu a trago aqui pela questão dos tumores raros, de que a gente

vai falar um pouquinho mais à frente, a RDC 57, de 2013, que dispõe sobre a priorização da análise técnica de petições de registro e pós-registro, o que também foi um avanço... Os medicamentos para tratamento de doenças raras têm uma priorização com dez pontos, e, então, a gente ultrapassa, talvez, a dificuldade da demora da concessão do registro... Temos a Instrução Normativa nº 1, que dispõe sobre a lista de medicamentos liberados para importação em caráter excepcional, e a Consulta 20, da Conitec, que nós reconhecemos como um avanço, mas à qual temos algumas considerações também, porque deve estar consolidado em 2015. A não ser que o resultado das contribuições da consulta pública traga uma alteração das doenças ali elencadas, em 2015 haverá PCDTs que só tratarão de acolhimento, que só tratarão de outros cuidados assistenciais. Mas naquele rol de doenças nenhuma doença está contemplada com medicamento.

Se eu estiver errada, Clarice, por favor, me corrija.

Avanços no Congresso Nacional. O PLS nº 530, que é completo, na minha análise, faz alteração importante na legislação sanitária brasileira e, com certeza, vai ser um divisor de águas quando falamos da instituição da Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do sistema público de saúde, em que pese a Portaria 199. Assim também foi com a Conitec. A Conitec começou com uma portaria, e, depois, uma lei consagrou os critérios que o Congresso entendeu pertinentes e entendeu necessários para incorporação de medicamento no Sistema Único brasileiro.

Então, eu também entendo que os esforços legislativos do Congresso são importantes para que a Política Nacional para Doenças Raras possa ser também instituída por lei. E temos o PL nº 1.606, na Câmara, que também tem a mesma linha, que institui a Política Nacional de Doenças Raras no Sistema Único de Saúde, que é bem parecido com a 199 e que traz alguns outros critérios e algumas outras inclusões que a 199 não contemplou de maneira textual.

Desafios regulatórios para o acesso. Nós entendemos que regulação sanitária hoje tem um quadro técnico importante, respeitado e qualificado, mas que é importante destacar os mecanismos brasileiros de regulação econômica para medicamentos que foram concebidos no Brasil para lidar com o tratamento destinado às doenças de alta prevalência e que também não é possível utilizar do mesmo método para as doenças raras.

O modelo de precificação, no entanto, não deveria ser aplicado a medicamentos órfãos, uma vez que o modelo econômico é totalmente diferente.

Essa é uma discussão importante de se fazer e é importante avançar nisso.

No período de 2004/2011, a Anvisa relatou que apenas dois medicamentos órfãos receberam preço na CMED na categoria I – inovador e patenteado. Isso pode ser um mais indicador de que o atual modelo de precificação acaba por impedir a entrada de terapias inovadoras e necessárias no mercado brasileiro.

O atual modelo brasileiro de precificação reduz a atratividade para o mercado, impactando no planejamento das indústrias, fazendo-as rever ou abandonar planos de investimentos no Brasil. Isso se dá também porque os descontos obrigatórios são os mesmos praticados nos medicamentos que tratam doenças de alta prevalência.

É importante destacar que este não é um modelo que acontece no mundo. No mundo, há uma diferença dos descontos obrigatórios, oferecidos ao governo. Para drogas órfãs, há também uma política específica, um critério específico e uma redução desse valor também a menor. É importante discutirmos isso, para que possamos avançar e ter também resultados do ponto de vista regulatório.

Esta é só uma curva, só um desenho, uma mostra gráfica do que significou a fala anterior sobre a informação da Anvisa. Este é de 2013.

Entre os desafios da Conitec para a garantia do acesso, está o aperfeiçoamento, à luz das doenças raras, na análise dos processos, sustentabilidade financeira, negociações e pactuações.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO – É importante que a indústria também esteja nesta discussão. É importante que possamos contribuir com o Governo naquilo que nos cabe.

Na construção da política, não tivemos essa oportunidade, mas, agora, acho que é o momento de a gente requerer e fazer isso de maneira sistematizada, para que a indústria venha a participar e contribuir com o que lhe cabe.

Incluir gradualmente no SUS os medicamentos disponíveis, aqueles que já são comercializados no Brasil. Estou falando gradualmente. Não estou falando de uma vez só. Defendemos que, gradualmente, essa política inclua os medicamentos disponíveis no Brasil.

As políticas públicas têm função primordial de reduzir a judicialização. Isso só vai acontecer se as inclusões também ocorrerem pelo sistema público de saúde, porque não é possível saber que a droga existe e que

o paciente não vai ter acesso a ela no Brasil. Há uma medida, e a medida de exceção está virando regra no Brasil, que é a judicialização.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO – A qualificação do termo “doença rara” nos PCDTs existentes e nos novos, que serão implementados a partir de 2015. Nós verificamos que, nos últimos PCDTs publicados pela Conitec, em que pese o porte da política pública de 65 para 100 estar descrito na doença, não há o reconhecimento como doença rara.

Isso pode parecer banal, mas é importante para o paciente. O PCDT que definiu, que deu o código de percentual, estabelecido pela política do Ministério da Saúde, deve trazer no descritivo o reconhecimento de doença rara daquela patologia. Isso ocorreu em alguns PCDTs publicados agora recentemente; em outros, não.

Isso também é um equilíbrio que a gente requer como importante acontecer.

Ampliar o diálogo com a indústria. Isso a gente tem requerido e vai continuar requerendo.

O desafio do Ministério da Saúde, coordenação de alta complexidade, Dr. Fogolin, é ampliar os esforços para que Estados e Municípios implementem os credenciamentos dos serviços definidos na portaria de forma eficiente, porque, até agora, não há nenhum – Dr. Fogolin, por favor, me corrija. Eu não conheço nenhum Estado que já tenha conseguido o credenciamento para assistência naqueles espaços definidos, naqueles serviços definidos pela Portaria nº 199, e já vamos fazer aniversário de um ano em janeiro.

Definir em qual política pública os tumores raros serão contemplados. Esse é um compromisso do Ministério da Saúde, firmado na última reunião que antecedeu a publicação da Portaria nº 199. Corrija-me também, Dr. Fogolin, se eu estiver errada.

Os tumores foram retirados da Política Nacional para Doenças Raras, com o compromisso de serem alocados na Política Nacional de Oncologia. Por isso, eu a citei nos avanços do Executivo.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO – Até o presente momento, pacientes com tumores raros não têm uma rede de assistência. Isso não está definido em nenhuma das políticas.

Incentivos em pesquisa clínica especificamente para doenças raras, Dr. Fogolin, mas para além dos editais. Acho que é preciso definir, no âmbito do Ministério da Saúde, o que hoje impacta o desenvolvimento de pesquisa no Brasil.

Nós temos uma portaria com itens importantes que afastam o esforço brasileiro e de outras empresas para a pesquisa no Brasil.

Questões a discutir para avançar – Senador, V. Exª me permite? É o último eslaide: necessidade de marco regulatório brasileiro específico, que considere as características únicas das drogas órfãs. E aí nós estamos falando do conjunto de coisas que é preciso, tanto do que está contemplado no PL nº 530, pois é importante também olhar um pouco para a questão de precificação. A ausência de incentivos para disponibilizar novos medicamentos órfãos para o mercado faz com que o Brasil tende a focar excessivamente no preço. O atual modelo não avalia o custo do paciente, perdendo de vista o valor que esse tratamento traz para as pessoas com doenças raras e suas famílias. Ampliação de acesso a medicamentos de maneira gradual no SUS, já que existem 14 medicamentos órfãos sendo comercializados no Brasil, e a única doença rara que possui medicamento órfão incorporado é a Doença de Gaucher; definição da qualificação “doença rara”; definição do cuidado para os tumores e a articulação no Ministério da Saúde para ampliar a pesquisa clínica no Brasil, voltada para as doenças raras, para além das publicações do CNPq, de editais do CNPq, para que possa resolver, ajudar e contribuir com a indústria farmacêutica em seu conjunto, para que as pesquisas possam ocorrer de maneira mais ampliada e mais sistematizada no Brasil.

Agradeço, mais uma vez, pelo espaço para a minha participação.

Estou à disposição para o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço à Drª Maria José Delgado, representante da indústria farmacêutica.

Gostaria de registrar também a presença da Drª Élide Fernandes, Gerente Executiva e Social da ABrELA (Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica); Dr. Antoine Daher, Diretor-Presidente da Casa Hunter, Associação dos Portadores de Deficiência de Hunter e outras doenças raras; Srª Graça Afonso, Presidente da Safe (Associação Amiga dos Fenilcetonúricos do Brasil); Margareth Maria Araujo Mendes, portadora da HPN, da Afag; Raquel de Oliveira Martins, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Angioedema Hereditário; Maria Juliana de O. Silva, Presidente da Merkes Brasil e Delegada da Afag; Deise Zanin, Presidente da Associação

Gaúcha de Mucopolissacaridoses; Daiane Kock de Souza, representante da Afag no Paraná e em Santa Catarina; Leuda Santos, Presidente e Diretora de Comunicação e Diretora Financeira da Amavi – Associação Maria Vitoria; Hulda Rode; Anderson Bertoluzzi; Sr. Luís Eduardo Próspero e Regina Próspero, Conselheiros da APMS – Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridoses e Doenças Raras e Associação Brasileira Genética.

Passo a palavra, então, à Srª Maria Cecília J. B. M. Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afag).

A SRª MARIA CECÍLIA J. B. M. OLIVEIRA – No primeiro momento, eu gostaria de agradecer ao Senador Cícero Lucena e ao Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, por entenderem a importância desse assunto e por haver viabilizado esta audiência pública.

Gostaria de agradecer e cumprimentar a todos aqui presentes: pacientes, representantes de associações, representantes da Afag em vários Estados, profissionais de saúde e a sociedade civil em geral, e também a todos os representantes do Governo.

Estou aqui representando a Afag, uma associação de âmbito nacional, que luta pela conscientização sobre doenças graves e raras em todo o Brasil, promovendo eventos, palestras e cursos em diversas regiões do País.

Nós buscamos, com isso, levar o conhecimento sobre essas doenças raras, para, assim, conseguirmos que haja diagnósticos cada vez mais precoces e, com isso, um tratamento que seja o mais rápido possível. E para quê? Para promover mais qualidade de vida e dignidade para esses pacientes.

Nós sabemos que um paciente com uma doença rara não precisa apenas de tratamento medicamentoso. Um paciente com uma doença rara também tem necessidade de atendimento multidisciplinar; tem a necessidade de facilitadores de acesso, com vistas a minimizar as diferenças no seu dia a dia, promovendo melhorias para o seu processo de inclusão social.

A Afag e, acredito, todos aqui presentes – e há muitas associações que lutam por esses pacientes – têm conhecimento de que muitos desses pacientes poderiam, sim, ter uma qualidade de vida maior se tivessem, em conjunto com toda uma terapia multidisciplinar, um tratamento medicamentoso, o que, muitas vezes, não têm. Nós sabemos que um percentual muito pequeno das doenças raras recebem esse tratamento.

E a nossa luta também não se resume a esse tratamento medicamentoso. Hoje, esta audiência pública foi aberta justamente para nós tratarmos desse assunto, mas temos pleno conhecimento de que nós, assim como todas as associações que estão aqui, acabamos fazendo o papel do Estado quando um paciente precisa de um diagnóstico precoce, quando precisa encontrar médicos capacitados no tratamento daquela doença. Nós sabemos disso e todos nós aqui lutamos por isso, ou seja, para adequar o tratamento àquele paciente, para conseguir para ele fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição... E, aqui, algumas associações, em especial a Abrela, sabem da importância da nutrição na saúde desses pacientes. Embora eles possam não ter um tratamento específico, um medicamento específico, isso funcionaria para esses pacientes como tratamento, como um avanço na possibilidade de manutenção das suas vidas. E a luta para inclusão de protocolos para essas terapias nutricionais também é muito importante e, aqui, se equipara ao que nós estamos tratando, isto é, os medicamentos órfãos, porque, para esse tipo de paciente, esse é também um medicamento.

Neste momento, contudo, nós estamos aqui para discutir um aspecto extremamente importante, que é um percentual desses pacientes com doenças raras que têm um tratamento disponível, que têm um tratamento que pode significar para eles viver ou não viver; viver com mais qualidade ou viver com menos qualidade. Estamos aqui para falar do acesso a esses tratamentos e das dificuldades encontradas pelos pacientes com doenças raras. Infelizmente, o que nós vemos, no Brasil, quase que em regra geral, é a não dispensação desses medicamentos pelo governo para os pacientes que precisam.

No Brasil, nós temos medicamentos para doenças raras com quase dez anos de registro junto à Anvisa, e, até hoje, o único meio que esses pacientes encontram para ter acesso a esses medicamentos é pela via judicial. A judicialização, com certeza, não é o melhor caminho para o paciente, até porque, antes disso, ele já travou toda uma luta – e a a sua família – para conseguir um diagnóstico. Ele já travou uma batalha, primeiro, com relação ao diagnóstico; e, aí, quando se tem esse diagnóstico, que muitas vezes é devastador para toda a família, o indivíduo começa outra batalha, a luta pelo seu tratamento. Aí, sim, podemos afirmar que a judicialização, realmente, não seria o melhor caminho. Contudo, no Brasil, ela é o único caminho para esses pacientes.

O que me chama a atenção e me coloca sempre em uma posição de inconformismo... Em sua grande maioria, esses tratamentos são únicos, já reconhecidos pela comunidade médica nacional e mundial; são tratamentos já registrados nos principais órgãos regulatórios do mundo – FDA, nos Estados Unidos, EMA, na Europa; em sua maioria, já possuem registros em dezenas de outros países e também no Brasil, em muitos casos.

E, mesmo assim, o que vemos é a total flata de proatividade do nosso governo para a incorporação desses tratamentos. E aí vêm algumas considerações.

Existem tratamentos que já são dispensados, há anos e anos, para milhares de pacientes com doenças raras graças a milhares de decisões judiciais. Esses pacientes terão que ser tratados pelo resto de suas vidas até que realmente se consiga a cura, que é o que todos querem. Mas, enquanto não se consegue, temos que promover a manutenção da saúde desse paciente. E, se hoje, isso se dá com essas terapias, vamos lutar por isso, porque, senão, quando chegar a cura, não vai mais haver paciente para ser tratado. Precisamos, então, lutar com o que temos no momento. O que desejamos é isto: que, cada vez mais, esses pacientes que precisam tenham uma vida mais longa.

Se pegarmos uma doença rara, por exemplo, que tenha já um universo de 150 a 200 pacientes sendo tratados, no Brasil, como eu disse, por decisões judiciais, em sua maioria, reiteradas e confirmadas por tribunais superiores; se pegarmos o fato de que esse tratamento já conta com aprovação mundial e nacional, pela Anvisa, que reconhece a eficácia de tratamento daqueles pacientes; se considerarmos que, em sua imensa maioria, é um tratamento único, um medicamento órfão; se considerarmos que esses 150 a 200 pacientes que necessitam de um tratamento com medicamento órfão, de alto custo, e que o têm graças a uma garantia judicial, sabemos que eles vão continuar precisando e, se Deus quiser, por muito tempo até que realmente consigam a cura; se considerarmos que esse produto que não é dispensado pelo Governo por protocolo clínico tem seu custo bem superior em comparação se ele fosse incorporado; com todas essas considerações, vem o questionamento: por que nosso Governo não busca, de forma mais ativa um acordo, uma negociação junto ao fabricante, buscando atender esse paciente de forma administrativa, incorporando esses tratamentos e, por consequência, reduzindo-lhe o custo? O custo já existe pelo Governo. Não estaríamos criando uma nova despesa. O que se faria com isso seria uma redução significativa e a possibilidade de atender não apenas aquele universo de 150 ou 200 pessoas que ingressaram em juízo...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA CECÍLIA J. B. M. OLIVEIRA – ... para garantir o direito estabelecido pela Constituição e reiteradamente desrespeitadas pelo Governo brasileiro? poderia ser atendido todo o universo de pacientes com aquela doença rara por um custo muito menor.

Com isso, o que também teríamos como reflexo? Quando se trata da chance desses indivíduos adoecerem, de seu estado de saúde se agravar, de haver a necessidade de constantes internações, vemos que isso se reduz significativamente. Reduz assim também o custo do governo com aquele paciente. Em muitos casos, tratar ou não tratar pode significar também a possibilidade, ou não, de esse paciente estar plenamente integrado à sociedade, ser economicamente ativo, de não haver membros da sua família largando emprego para cuidar desse indivíduo. Assim, poderá significar mais uma forma de desoneração para o Estado.

Não estamos aqui para defender nem fabricante nem governo, mas não podemos deixar de considerar que, neste cenário, existem quatro atores-chave: o governo; o fabricante; o profissional médico, que muitas vezes, é tolhido no seu direito e no seu dever de indicar para o paciente o que é melhor para ele; e, o principal, o próprio paciente. Não há que se falar aqui em mocinhos e bandidos, mas há que se considerar que todos os lados têm, e devem, se comunicar de forma mais harmônica possível, pois, caso contrário, o maior prejudicado será o paciente e, por que não dizer, a sociedade civil em geral.

Na minha visão – acredito que ela é compartilhada por muitos dos presentes –, o que falta é uma aproximação sincera do Governo. E o que significa isso? Olhar a realidade já existente, considerar que ela é fruto da fragilidade e ineficácia das políticas públicas e tentar organizar o que já existe, o que já está posto. E como?

Se tenho que tratar – isso é um direito do paciente, ninguém pede para ficar doente e, muito menos, para ter uma doença grave e rara, e precisar de um tratamento extremamente caro; efetivamente ninguém quer isso – uma doença, esse indivíduo tem todo direito de ser tratado. A vida não pode ser considerada uma roleta em que, se sua doença é contemplada em protocolos clínicos, parabéns, você vai sobreviver, terá acesso a tratamento.

E muitas vezes, aqui, nem assim.

Agora, se você tem uma doença rara, desculpe, não temos o que fazer. Olha, se esses pacientes não tivessem conseguido tratamento via judicial, com certeza, muitos já não estariam mais aqui. O Governo não consegue entender que, para esses indivíduos, o tempo é tudo.

Anos de discussão, de implementação, de priorização, e quantas vidas terão que pagar isso? Centenas? Milhares? E se essa situação ocorresse na casa de nós, também dos representantes do governo? Porque isso já aconteceu inclusive e houve tratamento.

A solução pode não ser tão simples, mas, com certeza, é menos complexa do que colocam. Se o Governo realmente olhasse com olhos de administrador e também sabedor dos direitos que estão sendo desrespeitados,

com certeza, traria à discussão os atores-chaves. Tentaria, sim, uma negociação com os fabricantes. A ausência dessa aproximação também se reflete no posicionamento da própria indústria frente ao Governo brasileiro.

O Brasil vai foi discussão em fórum internacional, por representantes de diversos países, governos e indústria, que tinham praticamente a mesma imagem do Brasil: que não conseguiu entender como as coisas funcionavam aqui. Como seria possível uma efetiva implementação no Brasil. E a ausência desse entendimento gera o cenário atual. Ora, por que vir para o Brasil? Por que pesquisa no Brasil? Por que registrar um medicamento no Brasil, se mesmo assim um paciente não teria um acesso garantido?

Enfim, eu acredito que as situações que já existem hoje deveriam ser olhadas de forma a se tentar uma adequação. Como eu disse, nós não estaríamos criando despesa, nós estaríamos utilizando melhor isso. Se estabelecer formalmente o que já está na prática, no intuito de reduzir custos e trabalho, atender a mais pacientes, reduzir os acometimentos, os agravamentos. Isso nada mais seria do que dar efetividade ao direito que já existe e é assegurado pela nossa Constituição. E a sociedade, acredito, agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço a última palestrante, Dr^a Maria Cecília Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves.

Obviamente que a Comissão funciona com base no seu Regimento – esta é uma prática da Casa. E dentro desse Regimento, não é permitida a participação de outras pessoas que não os convidados devidamente aprovados para esta audiência. Mas eu peço a compreensão dos convidados para também passar a palavra a um portador de deficiência, estabelecendo um prazo de cinco minutos, deixando claro que ele não pode fazer indagação a qualquer um dos convidados. E, de preferência, também não fazer alguma menção direta aos convidados.

Peço a compreensão, já que estou abrindo mão do Regimento da Casa, mas eu acho que é complementar nesta audiência pública que está sendo gravada e que será repassada na televisão para que a gente possa ouvir também um portador e saber do seu sentimento, as suas angústias e os seus desejos para que esta audiência possa dar a sua contribuição.

Para isso, chamo o Sr. Luiz Eduardo, membro da AMPS (Associação dos Portadores de Mucopolissacaridose), que tem a palavra por cinco minutos.

O SR. LUIZ EDUARDO – Quero cumprimentar, primeiramente, todos e agradecer pela oportunidade de debater esse tema que considero tão importante, principalmente sendo eu uma pessoa interessada, uma pessoa que sofre com doença rara. É um assunto que eu tenho acompanhado há mais de 12 anos, fora a vivência da própria doença. Então, finalmente, eu estou vendo progresso, estou vendo uma atenção maior do que se dava logo que comecei essa história.

Queria também passar a minha vivência da doença. Eu tenho mucopolissacaridose tipo 6. Tenho 24 anos. Sou formado em Direito, e a causa de eu ter feito esse curso foi principalmente para que eu tivesse conhecimento jurídico para ajudar as pessoas, principalmente aquelas que não têm nem ideia de que elas têm direito a um tratamento integral, a um tratamento gratuito disponibilizado pelo Estado.

Desde que eu comecei a vir a Brasília, em 2002, pedir a incorporação dos tratamentos para mucopolissacaridose, infelizmente, como eu falei, há doze anos passados, ainda estou engatinhando nessa luta. Eu sempre ouvia falar sobre estatísticas em relação a custo/benefício, ou seja, que tratar um portador de mucopolissacaridose significaria deixar de atender pessoas que sofrem com outros problemas. Infelizmente o único meio que tenho de ter uma saúde de qualidade, é mediante tratamento. Faço esse tratamento há onze anos e, graças a Deus, eu me mantenho vivo. Eu tinha problema de saúde muito grave, para o qual infelizmente não existe cura. Também não haveria tempo para essa cura. Como eu estava falando, pelos dados estatísticos, a única certeza que eu tenho é a de que eu não quero fazer parte da estatística de óbitos de doenças raras.

Eu quero deixar essa reflexão para todos, porque saúde é uma questão muito delicada. Eu sei que tem que ser tratada em todos os aspectos, mas eu gostaria de pedir atenção maior e uma agilidade maior, porque eu já presenciei muitas pessoas que se foram, não tiveram a mesma oportunidade que eu de ter um tratamento digno, de ter uma saúde de qualidade. É o que deixo.

Peço a todos que reflitam, que todos possamos trabalhar em conjunto, porque todos somos brasileiros. Independentemente da doença, independentemente do sexo, da cor, todos somos filhos do Brasil, e a própria Constituição nos assegura esse direito, nos assegura que sejamos tratados com qualidade de vida, independentemente do custo do tratamento, independentemente de quantas pessoas sofrem com esse mal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Esse foi o Luiz Eduardo.

Como eu fui o autor do requerimento para esta audiência, e nós recebemos pela internet algumas perguntas, vou iniciar a parte de perguntas aos membros da Mesa, transmitindo esse sentimento nas perguntas que me fizeram.

Para o representante do Ministério da Saúde a pergunta é a seguinte: “Assim como a hemofilia, que figura no rol de doenças raras, tem um espaço organizado dentro do Ministério da Saúde, da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados, seria viável a estruturação de uma coordenação para tratar exclusivamente do planejamento de políticas públicas para pacientes com doenças raras?”

Outra pergunta: “TCDTs e doenças raras. Considerando que a elaboração dos protocolos clínicos de doenças raras foi feita sem a participação da sociedade civil, inclusive sem o envolvimento das associações de pacientes e com a participação restrita de alguns especialistas, especialidades médicas de apenas, principalmente, geneticistas, que mais diagnosticam do que tratam os pacientes, como o Ministério da Saúde pensa estruturar efetivamente o acesso aos medicamentos órfãos para os pacientes com doenças raras?”

Outra: “Pesquisa, inovação e retorno. Considerando o tempo dos recursos investidos pela indústria de medicamentos órfãos na pesquisa de um novo medicamento para doenças até então desconhecidas e o fato de que o retorno desses investimentos se dá a longo prazo, principalmente porque o número de pacientes é pequeno e limitado por natureza, existe algum mecanismo de incentivo para as pesquisas de medicamentos voltados para as doenças raras sendo estudado pelo Ministério da Saúde, de forma a garantir a atratividade do mercado brasileiro para essas empresas que costumam ser menores e altamente inovadoras?”

Essas foram algumas das perguntas que foram dirigidas a mim e que transmito à Mesa.

Gostaria de organizar essa etapa da audiência.

A Dr^a Maria José, por exemplo, que representa a indústria farmacêutica, fez algumas indagações também. Vou passar a palavra a todos que compõem a Mesa, mas, Dr. José Eduardo Fogolin e Dr^a Clarisse, algumas perguntas, algumas indagações, inclusive essas que eu fiz, foram dirigidas ao Governo, eu passaria a palavra a vocês para que possam responder não só a minha colocação como até o pronunciamento daquelas pessoas que também explanaram as suas opiniões.

Com a palavra o Sr. José Eduardo Fogolin. Vou ser generoso no tempo, mas sem poder prorrogar 10 min.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Acho que temos não somente essas perguntas, mas uma série de outras discussões. Sempre tivemos uma tratativa bastante transparente e de mesmo nível.

Gostaria de iniciar respondendo as perguntas que vieram por via eletrônica.

A primeira pergunta, e não é a primeira vez que existe esse questionamento: qual seria a possibilidade de o Ministério, dentro de sua estrutura organizacional, instituir uma coordenação específica para gerir a política pública de atenção às pessoas com doenças raras? Não é a primeira vez que respondo e reafirmo o posicionamento da hemofilia. A hemofilia iniciou dentro de uma coordenação também ampla. A Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados não é uma coordenação específica para a hemofilia. Quando da construção desta política pública, ela foi vinculada a esta coordenação por tratar de assuntos específicos e afins, mas não se trata da criação de uma coordenação específica para a hemofilia. Por outro lado, a organização, a estrutura, se fôssemos criar uma coordenação para cada necessidade, seria impossível ter uma estrutura organizacional. Seria uma coordenação para a cardiologia, uma coordenação para a neurologia, e fragmentaríamos, o que justamente é o oposto do que queremos criar. A política pública não tem nenhum impedimento no seu gerenciamento, na sua organização por estar vinculada a uma coordenação.

Trazemos esse posicionamento até porque não seria e não é fato de se criar coordenações específicas. Isso fragmenta muito mais o seu gerenciamento. Não é a intenção, e não será, do Ministério criar estruturas, essas caixinhas específicas para gerir estratégias. As estratégias são geridas e discutidas no âmbito dos seus colegiados. A gestão e o acompanhamento dessas políticas públicas também não são uma ação apenas dentro do Ministério da Saúde. O Sistema Único de Saúde, para quem o acompanha, tem as suas esferas de gestão, e essa organização, dentro da atenção especializada, vinculada também à atenção básica dentro da sua Secretaria, já traz sua possibilidade de gerenciamento.

Ter coordenações específicas fragmenta mais o cuidado, e não existe estrutura organizacional, em qualquer órgão público, até para se criar mais cargos, para se criar uma coordenação para cada necessidade específica. Existe, sim, e aí vou fazer um *link*, Senador, respondendo a algumas colocações da Dr^a Maria José em relação a quais seriam as ações do Ministério da Saúde para sua implementação, uma efetividade de se colocar no papel.

O Ministério da Saúde, apenas para fazer um paralelo, tem as suas responsabilidades dentro do Sistema Único de Saúde.

É importante destacar aqui que a elaboração das diretrizes, o financiamento também do sistema, a discussão das políticas e a execução das políticas públicas acontecem no âmbito local de todo esse sistema.

Mas não se furtando também à responsabilidade da implementação, durante este ano de 2014, o Ministério da Saúde entrou em contato diretamente com os gestores estaduais e municipais, justamente estreitando a relação pós-publicação dessa política pública, porque ela traz em seu ensejo também dúvidas... Essa política pública, diferentemente do que colocou a Dr^a Maria José, é uma política pública recente, é uma política públi-

ca que traz, também, uma necessidade de organização do sistema. Muito embora alguns serviços de alguns estabelecimentos de saúde realizem um cuidado, eles, essencialmente, estavam dentro das universidades, vinculados, muitas vezes, a pesquisas... Então, hoje, o Ministério da Saúde, durante este ano de 2014, elencou vários direcionadores não somente para interpretação da política, mas também da implementação, e, sim, alguns projetos já chegaram para habilitação. O Estado do Rio Grande do Sul e alguns Estados do Nordeste encaminharam propostas de habilitação de serviços para a implementação da política pública.

Não contente apenas com esse primeiro movimento, como eu bem coloquei na apresentação, faz parte do rol das perspectivas de planejamento para o ano de 2015, o Ministério da Saúde elencou os potenciais serviços que, hoje, realizam cuidado para as pessoas com doenças raras e o Ministério da Saúde vai, através das suas oficinas, através dos seus apoiadores regionais, também discutir a política pública num movimento que não apenas aguarda habilitação, mas que também vai ao encontro dos gestores justamente para não apenas reduzir as dúvidas que existem em relação a essa implementação, mas também para passar a ser participativo não apenas da construção da política, mas da sua implementação.

E aí há outro questionamento, em relação ao apontamento das associações, especificamente ao painel de especialistas. Eu vou falar parte dessa alocação, mas a Dr^a Maria Clarice Petramale vai complementar. O painel de especialistas foi elencado por um conjunto também de indicativos das próprias associações. Parte das associações também indicou representantes e especialistas para participarem. Todos os critérios para colocação do rol de elenco foram critérios que o Ministério da Saúde elaborou, não foram critérios decididos pelos especialistas. Nós apontamos os critérios, e, acima de tudo, todo o conjunto de ações foi a consulta pública. Então, a participação não se restringiu a uma participação apenas no painel de especialistas; a participação também teve a sua consulta pública, e ordenado por critérios. Esses critérios a própria Dr^a Clarice pode apontar.

Eu queria também voltar aos outros dois questionamentos que a Dr^a Maria José aqui colocou, um vinculado especificamente à questão da ampliação dos esforços aos gestores – eu bem os disse agora – e outro em relação à tratativa de tumores raros. O Ministério da Saúde não se furtou a essa discussão. Nós tivemos, recentemente, uma nova republicação da Política Nacional de Atenção Oncológica, temos, também, a ampliação desses esforços até além dos 60 dias, outras ações estão sendo feitas em relação à Política Nacional de Atenção Oncológica, não apenas oncológica, mas o cuidado do diagnóstico precoce ao tratamento do câncer, e as tratativas dentro do Ministério da Saúde entre as diretorias e coordenações específicas já trouxeram à luz de uma discussão o próximo avanço... Nós estamos, recentemente, com a política publicada, que é a Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Raras... O fato de ter colocado...

Essa foto faz parte de um filme em que a gente quer discutir essa implementação. Então, o Ministério da Saúde não deixou de contemplar, mas foram algumas escolhas iniciais para a elaboração da política, até porque o cuidado às pessoas com doenças raras não tinha, em nenhuma parte da rede de atenção, pontos específicos para esse cuidado, ao passo que as pessoas com doenças oncológicas têm um serviço hoje já estruturado para atendimento, as Unacons, as Cacoms e os outros serviços que realizam o atendimento. Então, foram medidas iniciais de abordagem, inclusive discutidas até com as associações representantes das pessoas com doenças raras, para a implementação da política – não foi uma escolha do Ministério da Saúde –, mas nós temos essa tratativa que não será colocada de lado.

Terceiro, articular os incentivos específicos para a pesquisa clínica. O Ministério da Saúde, sim, colocou isso, considerando não somente a necessidade, mas o primeiro momento de colocação do incentivo às pesquisas clínicas por meio de editais. E esses editais não são os únicos. Qualquer outra pesquisa pode ser solicitada. Esses editais foram direcionados especificamente pela coordenação para as pessoas com doenças raras, mas isso não foge à possibilidade de solicitações de demais pesquisas.

Então, inicialmente, coloco esses apontamentos. Terei oportunidade de discorrer sobre outras colocações aqui feitas. Algumas, de certa forma, apresentam outra visão, mas vamos ter ainda, durante este período, a possibilidade de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Dr. José Eduardo.

Passo, então, a palavra à Dr^a Clarice Alegre Petramale, pedindo também à senhora que, ao término da sua fala, já faça as suas considerações finais.

A SR^a CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Boa parte das perguntas acho que vêm por conta de não se conhecer ainda muito bem como funciona a Conitec. Como a Lei nº 12.401 inclui na Lei do SUS o modo de avaliar a tecnologia para entrada e atualização do Sistema Único de Saúde, muita gente ainda não conhece bem os detalhes.

Então, vou perder um minutinho, para explicar rapidamente algumas possibilidades e limitações da Conitec.

Então, na Mesa e mesmo nas perguntas, ficam claras algumas dúvidas. Por exemplo, a Conitec não negocia preços. Ela recebe demandas; ela não cria demandas próprias. Ela não analisa coisas que ela decide sozinha.

Então, a Conitec não faz isso. É uma comissão que assessora o Ministério da Saúde, quando alguém demanda alguma coisa; quando recebemos algum pedido de avaliação.

Então, no caso das doenças raras, como no caso das doenças comuns e de todos os medicamentos e produtos que são pautados à Conitec, eles são avaliados dentro do prazo que a lei dá, dentro do prazo e do rito que a lei traz. Simples assim.

Então, eu digo a vocês que não há demandas de empresas pedindo a incorporação desses 14 medicamentos na lista do SUS. Nenhuma empresa pediu. Por isso, a Conitec não avaliou. Então, não há pedidos de empresas, não há pedidos de associações, não há pedidos de sociedades médicas. E o Ministério da Saúde tem uma política, como vocês viram. Foi mostrado aqui que o Ministério optou por uma política que vai trazer, de forma integral, todas as necessidades das doenças, no que elas têm de comum e no que elas têm de particularidades. Então, a Conitec não inventa uma demanda. Ela não analisa por si. Portanto, precisamos receber demandas.

A análise das demandas será feita dentro de 180 dias, como diz a lei. É o tempo de se analisar se o remédio é seguro, se o remédio tem eficácia e se tem vantagens para a vida, para a saúde, para a qualidade de vida do paciente.

Não há limite de custo-efetividade, mas os estudos econômicos são necessários, embora não sejam restritivos. A nossa lei brasileira não diz que existe um corte e que, acima de determinado valor, não se vai pagar pela vida de uma pessoa. Isso a sociedade brasileira não aceitou, a sociedade brasileira não estipulou, e a lei brasileira não diz.

Então, a exigência de estudos econômicos é a exigência geral. Quando vamos fazer uma compra, uma incorporação de qualquer coisa na nossa vida, queremos saber o benefício que traz, o risco que eventualmente pode trazer e quanto vai custar para minha vida. Isso é simples e não quer dizer que se vai impedir a entrada de um medicamento por ele ser caro.

Existe falha de medicamento barato também em doença rara, gente! Estamos falando aqui só de medicamentos milionários, mas há falhas de hidrocortisona 10mg, para crianças que têm problemas de adrenal congênita, e as empresas não produzem. Por quê? Porque é barato, porque não tem patente, porque não interessa.

Vejam que estamos nos debatendo com problema de custo que a nossa sociedade brasileira não pôs. O limite de custo-efetividade a sociedade brasileira não taxou. Então, a Conitec não avalia segundo esse critério, mas ela quer saber o benefício que vai ser entregue para a pessoa, o benefício para a família, o benefício para a sociedade, o risco dessas medicações e quanto vai custar – simples assim –, para poder se planejar.

A Conitec, de novo, só recomenda. Ela não incorpora, ela não compra, ela não negocia preço. Muitos falam que quando comprarmos para muitas pessoas de um fornecedor único vamos conseguir negociar preço. Eu digo a vocês que nós não vamos. Porque há medicamentos registrados no Brasil que não são comercializados no Brasil porque o preço que foi dado, que é a média dos preços internacionais, não é nenhuma coisa muito baixa não, é a média dos preços internacionais; a empresa não aceitou e prefere que a gente importe. Ele não vai se preocupar em trazer o remédio para 200 milhões de habitantes, um paisinho que não tem tanta importância assim.

Vejam que existem várias lacunas e problemas ligados ao mercado. O problema do preço, você pode ter registro e não comercializar aqui, por que não aceita o preço? Eu posso citar alguns medicamentos que estão nessa linha.

Então, vejam: achar que você vai conseguir negociar baixa de preço para incorporação no SUS de um produtor mundial que sequer comercializa aqui, eu acho muito difícil a gente acreditar nesse tipo de ação. Não é tão fácil conseguir baixar o preço dessa forma. Ele vai ser um preço alto porque não negocia e baixa o preço. Sabem o que faz baixar o preço? Concorrência. No caso da Doença de Gaucher ficou muito claro que só a concorrência conseguiu baixar o preço. Hoje em dia as enzimas são bem mais baratas do que eram, quando entraram, porque há concorrentes. Existe imiglucerase, taliglucerase, velaglucerase, enzimas semelhantes e que têm, então, valores de concorrência. Enquanto nós não produzirmos similares a esses produtos nós não vamos conseguir baixar preço. Isso daí é uma questão de mercado, gente! Eu falo sempre que a área da empresa farmacêutica que tem dó das pessoas, que está preocupada com as pessoas não é setor comercial. O setor comercial procura conseguir os maiores lucros possíveis, e não é fácil baixar esses lucros se só existe um produtor mundial de uma única enzima não vamos conseguir por aí.

De toda forma, a Conitec está à disposição para demandas. Não está fechado o pedido de incorporação de medicamentos para doenças raras. Façam isso. Podem pedir. Podem fazer a submissão dos pedidos. As empresas que produzem podem pedir. Por que não pediram? Não sei. Até agora, três anos de Conitec e não recebemos nenhum pedido dessas enzimas. Por isso é um problema. Agora, os estudos econômicos não vêm. Sem estudo econômico, a lei diz que a demanda não é considerada válida. Para uma demanda, no Brasil, ser considerada válida você tem que fazer o pedido, tem que dizer o benefício, tem que dizer o risco e quanto cus-

ta. É isso. Não quanto custa o remédio, mas quanto custa o impacto daquilo, o benefício que aquilo traz. Isso é feito para todos os remédios e não só para os remédios das doenças raras.

Voltando, não existe só protocolo, Maria José – e você sabe –, para doença rara, Doença de Gaucher. Existem 29 protocolos para doenças raras já no SUS. Não com esse nome, mas são doenças raras também. O fato de estar escrito que é raro ou não é um detalhe que se pode acertar simplesmente, porque a política é posterior ao lançamento desses protocolos, já que o Ministério havia reconhecido essas doenças como importantes, relevantes para o tratamento, por isso o protocolo. Aperfeiçoar isso é um caminho que temos que fazer o tempo todo. Não é uma coisa que se resolve em uma discussão de 15 minutos, nem se explica tudo isso em uma discussão de 20 minutos.

Ocorre que muita coisa que se fala hoje sobre a doença rara e o problema do preço e tudo tem a ver com a Anvisa, que não foi convidada para esta Mesa. Então, eu acho que estamos fazendo o máximo que podemos para dar agilidade para que as coisas aconteçam, mas que aconteçam para todos, independentemente de haver ações judiciais, pois elas vão continuar existindo, porque as pessoas precisam dela. Ninguém nega isso. Nenhum de nós aqui no Ministério nega isso: a necessidade de que haja caminhos alternativos quando uma doença não é vista, não está no foco de uma saúde pública tão grande como a do Brasil.

(Soa a campanha.)

Agora, não podemos parar. Se tivermos persistência neste caminho, vamos fazer um belíssimo programa, uma belíssima política, que vai ensinar a muita gente.

É citado aqui que há programas para doenças raras, porém sem custeio dos tratamentos. O Canadá não custeava os tratamentos, embora haja registro dos produtos. É o nosso caso. Temos registro dos produtos, mas ainda não custeamos todos os tratamentos de doenças raras.

A doença rara não é apenas aquela de depósito. Doença de depósito é um grupo de doenças raras. Mas há muitas outras doenças raras que precisam ser endereçadas e receber o cuidado que merecem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço à Dr^a Clarice Alegre.

Passo a palavra à Dr^a Maria José Delgado, que representa a Associação da Indústria Farmacêutica, por dez minutos para as considerações finais.

A SR^a MARIA JOSÉ DELGADO – Como ressaltado pela Dr^a Clarice, quanto ao registro de preço definido pela Agência Reguladora Brasileira, as indústrias farmacêuticas associadas à Interfarma, nenhuma se furta a registrar o preço do produto quando a exigência assim o faz. Então, o registro do produto é uma etapa; e a segunda é o registro de preço desse produto. Não há uma definição pela Agência Reguladora de que isso seja automático.

Então, é algo que a agência vai resolver, com certeza. Acho importante e concordo com a Clarice que ela tem algumas coisas, que é da sua competência conduzir, conforme discutimos aqui, amadurecer, refletir e definir em marcos regulatórios.

Como também dito, quanto à questão da precificação e de tantas outras coisas, as doenças raras e o medicamento órfão têm uma especificidade que também precisa ser olhada pela autoridade sanitária brasileira. Nenhuma associada se furta ao cumprimento das exposições legais. Acredito que nenhuma indústria farmacêutica se furte a isso. Esse não é o fato.

Outro detalhe importante é o de que nossas indústrias se submetem, sim, a pedidos de incorporação de medicamentos órfãos na Conitec. Temos um problema técnico: o estudo farmacoeconômico previsto na legislação brasileira não define o modelo. E o mais consagrado hoje, adotado no Brasil – todo mundo sabe disso – é o estudo farmacoeconômico de custo de efetividade, que não há como ser aplicado ao órfão. Ela não tem incorporador. É algo muito simples e técnico. É simples assim, como disse a Dr^a Clarice.

Então, precisamos encontrar um modelo farmacoeconômico que possa atender às necessidades citadas pela Dr^a Clarice em relação a impacto orçamentário, para que os processos passem pela primeira análise de submissão e não sejam indeferidos sem análise de mérito, porque o estudo farmacoeconômico não está juntado no processo, porque nós tentamos juntar modelos de estudos farmacoeconômicos, mas ainda não conseguimos êxito de aquele estudo ser reconhecido como o adequado àquela droga.

Assim, penso que esse é mais outro item da conversa que precisamos aprofundar – a indústria, a associação de pacientes e o Estado brasileiro – para a definição desse modelo – se é um, ou mais de um. É importante ser definido qual o critério, porque aí se define tanto para as associações de pacientes ou para qualquer cidadão brasileiro, que, pela legislação da Conitec, associação de pacientes, representações de categorias profissionais, possam também solicitar a incorporação de medicamento no SUS à Conitec.

É preciso que essa instrução processual esteja correta. Cumprir a instrução processual não é suficiente quando se trata do estudo farmacoeconômico, porque não há uma definição de qual será o mais oportuno para as drogas órfãs. Então, esse é um exercício que a Interfarma tem feito, de maneira sistematizada, de maneira rotineira, para que possamos encontrar e trazer modelos, olhar para o mundo e trazer propostas, para também sanar o problema do estudo farmacoeconômico, porque, aí sim, esse estudo vai ser analisado pelo grupo técnico, da mesma forma como são analisados os produtos de doença de prevalência no Brasil.

É importante que alinhemos os medicamentos órfãos com os de doenças prevalentes, porque, aí, vamos conseguir provar os estudos, a qualidade, a efetividade e a segurança desse produto, já concedido pelo registro sanitário também à Conitec.

Então, é isso. Temos algumas coisas que foram levantadas aqui hoje. São temas importantes. São *gaps* importantes, que precisamos ultrapassar. Só vamos fazer isso, se estivermos conversando. Não vamos superar os obstáculos, se não reconhecermos que há coisas para serem feitas ainda. As coisas estão sendo muito bem feitas, mas precisam de mais. Só vamos conseguir avançar, se tivermos oportunidade de conversar e de contribuir também com o Ministério da Saúde, com as associações de pacientes, com a academia, com as universidades, com quem faz pesquisa e com todos os autores que têm a ver com este assunto que estamos tratando aqui.

Ele é irrelevante. Ele é muito importante e precisa ter a participação efetiva de todos, com o conhecimento do que está fazendo, a participação de profundidade de conhecimento do que está fazendo, para que também valide e chame o que o Estado brasileiro está fazendo com todas as representações dentro deste País.

Queria, Sr. Presidente, pedir licença para falar dessa revista, que a Interfarma também publicou, o *Jornal Brasileiro de Economia e Saúde*, voltado à farmacoeconomia, em que publicamos e fizemos um esforço importante, onde renomadas pessoas, renomados profissionais do Brasil, escreveram sobre doenças raras nas perspectivas das suas profissões.

Então, há artigos do Direito, da Medicina, relacionados à pesquisa clínica, à farmacoeconomia, falando também da política brasileira.

Trouxe alguns exemplares. Penso que seja uma contribuição importante também da Interfarma. Espero que, em 2015, tenhamos mais possibilidade de conversa, ampliando o nosso diálogo e contribuindo para que possamos avançar com os senhores quanto ao que nosso povo merece, que a Constituição brasileira garantiu a todo o cidadão brasileiro, ou seja, total cuidado e total necessidade de disposição, para que esse paciente tenha o que merece: o melhor atendimento médico, mas também o melhor atendimento farmacêutico e a melhor assistência farmacêutica.

Muito obrigada.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço à Dr^a Maria José Delgado e passo a palavra, com muita satisfação, à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sei que ainda não terminaram as exposições. Quero apenas dizer que estamos, hoje, em um dia totalmente atípico. Para que os expositores entendam, trata-se de um dia de encerramento das Comissões. Eu mesma acabei de apresentar um relatório na Comissão de Educação, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, a gente tem um envolvimento muito grande.

Queria cumprimentar o Senador Cícero Lucena pela iniciativa desta audiência pública. Ela tem uma grande relevância, porque começa a se debater essa questão em caráter nacional.

Queria cumprimentar a todos, ao Dr. José Eduardo Fogolin Passos, do Ministério da Saúde, à Dr^a Clarice Alegre Petramale, que acabou de falar, à Maria José Delgado, da Interfarma, à Maria Cecília Oliveira e à Regina Próspero, que ajudou também num processo, cujo projeto estou relatando, e ao seu filho Eduardo, que deu um depoimento aqui, porque a minha assessoria estava acompanhando.

Sou relatora do Projeto de Lei do Senado nº 530, do Senador Vital do Rêgo, que trata exatamente da questão de uma política nacional para doenças raras, definindo exatamente os medicamentos órfãos para isso.

É uma matéria bastante complexa. Estamos recebendo e ouvindo as pessoas. Vamos também fazer uma consulta ao Dr. Fogolin, porque o nosso interesse é o de que a lei fique de uma forma em que a virtude está no meio. Nem muito ao mar, nem muito à terra.

Então, precisamos ver as questões da doença em si, da medicação, do paciente e do custo evidentemente, sublinhado pela Dr^a Clarice e pela própria Maria José.

Assim, a nossa preocupação é com o bem-estar dos pacientes. Esse é o dever maior do legislador.

Sou autora da lei da quimioterapia oral, que já está em vigor, obrigando os planos de saúde a receberem para os seus clientes. Então, não é dinheiro público; são as pessoas que pagam.

E a repercussão dessa matéria, do ponto de vista do alívio para o SUS e também para facilitação dos pacientes, tem sido muito reconhecida e falada.

Ouvi um comentário do Dr. Drauzio Varella, falando sobre a saúde financeira dos planos de saúde em função dessa demanda. Também tenho preocupação com isso, porque fazer uma lei não é só pensar sem imaginar que isso vá causar ao agente que tenha a obrigação de cumprir a lei algum dano a sua saúde financeira.

Nós temos que ter porque foi sublinhado aqui por todos. Eu também me preocupo com isso quando li a matéria do Dr. Drauzio Varella.

Queria saudar também a presença da Deise Zanin, que integra a Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves, cuja sede é Campinas, São Paulo, mas ela é minha conterrânea, gaúcha, de perto da minha terra, Ibiraiaras. Eu sou de Lagoa Vermelha. Para quem não conhece o Rio Grande do Sul, são cidades vizinhas. Fico muito feliz que a Deise esteja aqui. Ela também é Presidente da Associação Gaúcha de Mucopolissacaridose. Ela está envolvida também com esse procedimento.

Queria dar esse depoimento, Senador Cícero Lucena, cumprimentando V. Ex^a. A minha assessoria está aqui desde o começo, acompanhando todo o desenrolar para que a gente possa também ajudar, com os elementos aqui discutidos, a aperfeiçoar o projeto que estou relatando do Senador Vital do Rêgo, salientando também a relevância dessa iniciativa.

O Ministério da Saúde fez a Portaria nº 199, que cria a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, mas não abordou a questão dos medicamentos órfãos. Ela faz uma referência à assistência e necessidades do paciente, oferta do cuidado integral, incorporação e utilização de novas tecnologias, incluindo tratamento medicamentoso, mas não entra no detalhamento disso.

Então, nós temos que fazer, dentro da realidade brasileira, da situação financeira dos órgãos públicos, leia-se SUS, um ajuste, uma adaptação para que os portadores de doenças raras sejam atendidos.

Queria agradecer muito ao senhor, cumprimentando-o, Senador Cícero, pela iniciativa desta audiência pública muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu que agradeço a V. Ex^a. Quero dizer da minha alegria de estar acompanhando o projeto do Senador Vital do Rêgo, cuja relatoria está nas mãos de V. Ex^a, que sei que, como sempre – é a sua prática, o seu procedimento –, trata com muito zelo, com muita sensibilidade, mas com muita responsabilidade, não apenas este projeto, mas todos aqueles que tem a oportunidade de relatar. Agradeço.

Passo, então, a palavra à Dr^a Maria Cecília Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves, também com o tempo regimental de dez minutos, no máximo, pedindo para que faça as suas considerações finais.

A SR^a MARIA CECÍLIA J. B. M. OLIVEIRA – Eu gostaria também de agradecer a presença da Senadora Ana Amélia, que muito tem contribuído para essa luta dos portadores de doenças raras.

Eu reitero alguns aspectos que acredito são importantes e viáveis na realidade brasileira e que poderiam fazer muita diferença na vida dessas pessoas com doenças raras.

Como eu disse, quando eu falo de uma aproximação sincera dos atores, é uma aproximação em que não se espera que um chegue ao outro. Se a realidade existe, cabe ao Governo também defender os interesses daquele paciente com doença rara, não ficar numa situação de espera. É isso que eu vejo.

E se a situação existe, eu sei que não é com essa simplicidade que eu coloco, mas é uma visão de associação que tem que ver os pacientes. Se essa necessidade já é real, já é existente, já existe aquela dispensação, fruto de milhares de decisões judiciais – que, como todos aqui sabem, muitas vezes não é o melhor caminho, principalmente para o paciente, que já está esgotado na sua luta até por um diagnóstico precoce –, mas, se isso existe, como a Maria José falou, muitos acabam não conseguindo, inclusive por parte do laboratório – algo que eu também desconheço – o acesso a esse pedido de incorporação por um entrave burocrático, por que nós não tentamos, então, estruturar de uma outra forma para que isso seja factível?

Volto a insistir: já existe essa demanda, já existe essa despesa. Não seria melhor fazer algo para isso ser reorganizado tanto em proveito do governo quanto em proveito dos pacientes?

Eu acho que, quando se fala do protocolo de Gaucher, muito se conseguiu, sim, em redução, acredito, porque, antigamente, ficou por anos um único medicamento. E, depois, quando houve a falta desse, entrou rapidamente um outro medicamento que, na época, não tinha nem registro na Anvisa, nem no país de origem, repito: de forma muito rápida; e os outros dois que já existiam só foram incorporados muito tempo depois.

Desculpe-me, pode ser até que tenha toda uma explicação para isso, mas, aos olhos de quem está vendo, algo está errado. Pode até ser que tenha uma explicação, mas nós estamos vendo pelos olhos do paciente. E a minha doença? Ela não é preocupante? Ela não é degenerativa? Ela também não tem a mesma gravidade? Porque isso aconteceu em Gaucher. No protocolo de 2011, posso estar enganada, há medicamento sem registro.

Então, peço atenção e reitero: acho que falta proatividade do governo, falta proatividade junto aos fabricantes para atender o paciente. Se já existe aquilo, se aquilo já é fomentado, se já existe a despesa, porque não adequá-la da melhor forma possível? Com isso todos vão ganhar, inclusive o governo, que vai ganhar com menos internações, como eu falei, com menos despesas, com menos pessoas. A realidade de uma família de pacientes com doenças graves, dependendo da situação, é o paciente ficar em casa e pelo menos um membro da família não poder trabalhar. Essas pessoas são dependentes também do governo nessas despesas.

Então, eu acho que a gente tem que ver, sim, com esses olhos de administrador e criar mecanismos facilitadores para isso acontecer. Se a gente quiser complicar e somente criar obstáculos, a gente consegue também. Sei que talvez possa ser até uma visão simplista, mas acho também não pode ser tão complexa.

Eu gostaria de agradecer.

É só isso o que eu tenho para falar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço a Dr^a Maria Cecília.

Por fim, o Dr. José Eduardo já tinha feito seu comentário, e eu me esqueci de pedir a ele que fizesse as considerações finais. Como não o fiz, vou passar a ele a palavra agora, porque ele também quer fazer um pequeno esclarecimento, mas peço que por não mais do que dois minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Eu não vou... Todos aqui me conhecem e sabem o quanto eu gosto de discorrer sobre essa temática. Mas eu vou ser bem objetivo.

Eu queria agradecer a todos, em especial ao próprio Senador, pela oportunidade de estar aqui na CAS e à própria Senadora Ana Amélia. Nós temos, sim, um encontro que era para ter acontecido nesse mês anterior. Algumas associações não conseguiram chegar a Brasília por uma intercorrência, pelas condições climáticas para a vinda. Então, nós temos, sim, uma agenda para discutir o projeto de lei.

É importante colocar onde nós estávamos e onde, hoje, o Sistema Único de Saúde está e destacar que temos, sim, algumas colocações a serem postas sobre uma mesa de discussão. Todavia, hoje, o Sistema Único de Saúde consegue olhar para uma necessidade que antes nós não tínhamos colocado como uma política pública.

O Governo Federal, em especial o próprio Ministério da Saúde, fez, sim, junto com as associações, usuários e as pessoas, uma grande construção para uma política pública não apenas na saúde, mas uma oportunidade de discutir desde incorporação tecnológica, desenvolvimento, economia em saúde, mas, acima de tudo, dignidade e qualidade de vida.

Eu só queria colocar, foi um apontamento da Dr^a Maria José, que a indústria, como falado por ela, tem, sim, uma vivência de negócios compreensível e busca equilibrar suas perdas. O Sistema Único de Saúde tem um olhar mais focado especificamente na qualidade de vida das pessoas e, sobremaneira, em relação a esse interesse primordial que é o de avançar nesse sistema.

A função primordial de uma política pública, diferentemente, não é reduzir a judicialização, mas acima de tudo desenvolver o bem-estar da própria sociedade. Eu acho que a construção dessa política nesses dois anos, a conversa olho no olho que nós tivemos com cada uma das pessoas aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – ... redigir uma proposta, colocar em consulta pública e trazer para a discussão, hoje, o Brasil pode olhar e falar: “Temos o que colocar na mesa e discutir”.

Uma política pública tem uma plasticidade. Ela foi colocada, foi publicada e, como todas as demais políticas, passou por processos de adaptação. Então, hoje, a oportunidade que a gente tem, nesta mesa, de colocar uma discussão... E o art. 37 da Portaria traz, sim, a discussão para a incorporação de medicamentos e diz que: “Os medicamentos e as fórmulas nutricionais, incorporados pela Conitec – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, e constantes dos protocolos clínicos [...] para os cuidados das pessoas com doenças raras serão objeto de pactuação tripartite...”

Então, a política pública trouxe, no seu art.37, essa necessidade de discussão, e, acima de tudo, não somente do lado da gestão, mas também do lado do olhar para essas pessoas e a própria sociedade, o Ministério da Saúde sempre será parceiro para a discussão.

É um grande salto; é um ponto inicial e de partida para toda uma discussão. Quem tem a ganhar, sempre e acima de tudo, são as pessoas com doenças raras e é para isso que esta Comissão e este Ministério e os demais gestores, junto com vocês, estão dispostos a discutir.

Agradeço do fundo do coração. Todos, aqui, sabem que, durante esse longo período em que se vem vem discutindo, acima de tudo, há uma porta sempre aberta, para se poder trazer o melhor cuidado.

Obrigado ao Senador e a todos aqui presentes. Obrigado, Maria José.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço ao Dr. José Eduardo e a todos que se dispuseram a participar desta audiência pública.

Quero dizer da minha satisfação quanto a esta realização, porque ficou muito claro, e podem ser resumidas – vamos dizer assim – essas necessidades na perspectiva e na busca, não de cada um achar que já está fazendo, suficientemente, o seu papel, mas de estar com as portas não apenas abertas, Dr. José Eduardo, mas escancaradas, para se buscar a solução de um problema que é tão sério, tão grave, e pelo qual todos se sentem responsáveis.

Então, se todos nos sentimos responsáveis, quer seja o governo, a indústria farmacêutica, os familiares, o Legislativo, o Senado – que tem um projeto –, vamos aproveitar esse projeto para que consigamos avanços, a passos largos, na busca de uma solução pela qual todos nos sentimos responsáveis.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e que Deus proteja a todos.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos, do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência em exercício da Senhora Senadora Lídice da Mata, com a presença das Senadoras Ana Rita, Ana Amélia, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e dos Senadores Humberto Costa, José Pimentel, João Alberto Souza, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Cícero Lucena, Casildo Maldaner, Paulo Paim, Vicentinho Alves e Waldemir Moka. Registra presença o Senador Wellington Dias. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Esta Reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao **PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13, de 2014**, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015” (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015). A autoria do Projeto: Presidência da República. **Relatoria das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais:** Senador Waldemir Moka. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Waldemir Moka, que comunica terem sido apresentadas **165** (cento e sessenta e cinco) Emendas ao Projeto perante esta Comissão, sendo 164 (cento e sessenta e quatro) de Apropriação e 1 (uma) de Remanejamento. Encerrada a discussão, o Relatório conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de **Apropriação** e 1 (uma) Emenda de **Remanejamento**, nos termos do artigo 44, § 1º, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN. **Resultado:** Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015, a seguir relacionadas: **Emenda nº 1-CAS** – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah. **Código da Ação:** 6148. **Valor:** R\$ 283.000.000. **Iniciativa:** Senadores Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Romero Jucá, Lídice da Mata, Humberto Costa, Lúcia Vânia, Benedito de Lira. **Emenda nº 2-CAS** – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. **Código da Ação:** 8581. **Valor:** R\$ 252.000.000. **Iniciativa:** Senadores Waldemir Moka, Humberto Costa, Cyro Miranda, Romero Jucá, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy. **Emenda nº 3-CAS** – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. **Código da Ação:** 8535. **Valor:** R\$ 279.000.000. **Iniciativa:** Senadores Waldemir Moka, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Romero Jucá, Lídice da Mata, Lúcia Vânia. **Emenda nº 4-CAS** – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher. **Código da Ação:** 6175. **Valor:** R\$ 70.000.000. **Iniciativa:** Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia. **Emenda nº 5-CAS** – Remanejamento – Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil. **Código da Ação:** 4324. **Valor:** R\$ 17.000.000. **Iniciativa:** Senador Waldemir Moka. A Senhora Presidente em exercício, Senadora Lídice da Mata, submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 45ª Reunião (Extraordinária), que é

aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhora Presidente em exercício, Senadora Lídice da Mata, e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 (PLOA/2015), Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014. Foram recebidas 165 emendas, sendo 164 de apropriação, e apenas uma de remanejamento.

A votação será simbólica (art. 35 da Resolução nº 1/2006, combinado com o art. 90, §3º, alínea “f” do Regimento Comum).

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para a leitura do seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Parecer da nossa Comissão de Assuntos Sociais, sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 – PLOA/2015), nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 165 (cento e sessenta e cinco) propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2015), conforme discriminado no anexo que acompanha este parecer.

Análise das Propostas.

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 44, §1º, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN, pode apresentar até 8 (oito) emendas ao projeto de lei orçamentária, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento, relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente. Vale destacar que foram apresentadas 164 (cento e sessenta e quatro) emendas de apropriação e apenas uma de remanejamento.

A análise por nós empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional, tendo em vista as disposições dos arts. 26, §1º, e 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN. Quanto a esse ponto, entendemos que todas as propostas de emenda apresentadas cumprem os dispositivos da citada resolução.

Sobre as emendas de apropriação, com o objetivo de atender o maior número possível de emendas, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham ações dentro da mesma unidade orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das mesmas.

Tal metodologia nos auxiliou a verificar quais ações foram mais demandadas pelos integrantes desta Comissão. A seleção das 4 (quatro) emendas de apropriação a serem apresentadas por esta Comissão buscou, então, abranger, da melhor maneira possível, as 164 (cento e sessenta e quatro) emendas de apropriação apresentadas. Como critério de desempate, selecionou-se ação relacionada a políticas públicas recentemente analisadas por esta Comissão e indicadas como prioritárias ao Poder Executivo. Dessa forma, propomos a aprovação das emendas a seguir.

Na verdade, Senadora Lídice da Mata, nossa Presidente, nós pegamos as quatro emendas, na verdade, as três mais votadas e aí houve um empate com a quarta. Como critério de desempate, adotei a emenda que fazia menção ao relatório que aprovamos aqui sobre políticas públicas de interesse nacional, que é a saúde integral da mulher. Então, a quarta emenda selecionada ficou com esse critério.

Quero dizer que este relatório foi feito pela Consultoria do Senado. O critério é o que, já há algum tempo, a gente vem adotando aqui, porque eu acho que é o mais justo. Aglutinamos as emendas que são mais demandadas. E acho que, com esse critério, acabamos atendendo o maior número de Senadores e Senadoras.

Então, fiz um quadro.

Emenda nº 1. Fundo Nacional de Saúde; Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah; no valor de R\$283 milhões. E aqui existe a sequência

dos Senadores: Senador Waldemir Moka, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Cyro Miranda, Senador Vicentinho Alves, Senador Romero Jucá, Senadora Lídice da Mata, Senador Humberto Costa, Senadora Lúcia Vânia e Senador Benedito de Lira.

Emenda nº 2. Também Fundo Nacional de Saúde: Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. Há também a sequência dos Senadores: Senador Waldemir Moka, Senador Humberto Costa, Senador Cyro Miranda, Senador Romero Jucá, Senadora Lídice da Mata, Senadora Lúcia Vânia e Senadora Marta Suplicy.

Emenda nº 3. Sobre a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. Existe a mesma sequência de Senadores.

E Emenda nº 4. Eu falei do critério. Corresponde a Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher; valor, R\$70 milhões. Senador Paulo Paim, Senador Cyro Miranda, Senadora Lídice da Mata e Senadora Lúcia Vânia.

E uma emenda de remanejamento. É Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil.

A Marinha tinha feito um pleito: eles querem recursos, porque eles têm um navio chamado hospital navio, em que eles atendem às populações ribeirinhas do País.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Interessantíssimo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não é uma emenda de apropriação, mas uma emenda de remanejamento.

Com isso, o voto do Relator.

Diante do exposto, votamos por que esta Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação das 4 (quatro) emendas de apropriação anteriormente citadas, assim como da emenda de remanejamento acima discriminada, e propomos que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o nosso relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Quero parabenizá-lo pelo relatório competente, Senador Waldemir Moka, e especialmente dizer a V. Exª que o critério de unir um número maior de Senadores em uma mesma emenda é um critério que também está sendo utilizado em diversas outras Comissões. Portanto, V. Exª fique tranquilo em relação ao critério definido.

Quero saudar V. Exª pela perspicácia e pela sensibilidade na escolha, no desempate da emenda de implantação a políticas de atenção integral à saúde da mulher, uma grande reivindicação de todos os segmentos e das mulheres desta Casa, e parabenizá-lo pela emenda de remanejamento, que acho extremamente importante destacar. V. Exª, como uma pessoa que tem também uma relação com a população indígena e próxima à Região Amazônica, tem toda a condição de fazer essa escolha de forma muito apropriada. Quero parabenizá-lo.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Waldemir Moka.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável, com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014.

As emendas aprovadas por esta Comissão irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com base no art. 36, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta 45ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srª Presidente, só um minuto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu não poderia encerrar sem mencionar e agradecer, mais uma vez – eu talvez tenha feito isso várias vezes, mas é que eu acho que o quadro de consultores do Congresso Nacional é, realmente, de valorosos servidores –, no nome do Luiz Gonçalves, do Marcel Pereira, do Aritan Maia e do André Burello, os consultores. E dizer que eu contei com essa equipe para a confecção deste relatório. Quero, mais uma vez, enaltecê-los e dizer do profissionalismo e, mais do que isso, do compromisso que esse quadro de consultores tem com o Senado Federal e, portanto, com a população brasileira. Então, os meus agradecimentos. Muito obrigado.

V. Exª sabe que este ano a Comissão Mista de Orçamento deliberou, na quinta-feira passada, que nós fizéssemos as emendas, e nós as estamos apresentando, mercê do trabalho e do compromisso que essa equipe tem com esta Casa.

Muitíssimo obrigado pela cooperação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Sem dúvida, não fosse esse quadro de consultores, nós teríamos certamente muita dificuldade no exercício dos nossos mandatos.

Incorporo o seu agradecimento à ata desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e três minutos, do dia dezessete de dezembro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cyro Miranda e Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Maria do Carmo Alves. O Senador Cristovam Buarque justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senadora Ana Rita. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Maurício Rands. Altera o § 3º do art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir as profissões liberais no conceito de categoria profissional diferenciada. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2014. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 77 de 2014. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, de 2012 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir procedimentos relativos à revalidação de diplomas estrangeiros de medicina. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2012, e das 2 (duas). Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista à Senadora Vanessa Grazziotin nos termos regimentais. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2010 – Terminativo – Autoria:** Senador Gilberto Goellner. Modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Jayme Campos. Dispõe sobre a profissão de vigia autônomo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2012, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. Dispõe sobre

o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Gim. Institui a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para sua emissão. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Cidinho Santos. Modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2014. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Pedro Taques. Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2014. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. Usam da palavra os Senadores: Paulo Davim, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Jayme Campos, Eduardo Suplicy; as Senadoras Ana Rita, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin; e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.457, de 2014, do Tribunal de Contas da União, que encaminha para ciência cópia do relatório sistêmico da função previdência social, com o objetivo de oferecer ao Congresso Nacional um panorama sobre o tema e a atuação do Tribunal de Contas da União.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de três itens não terminativos e sete terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Antes do primeiro item da pauta, eu queria, rapidamente, fazer um pequeno balanço desses dois anos, aqui, da nossa Comissão, no biênio 2013-2014.

Durante esses dois anos, foram deliberadas 214 proposições e aprovados 124 requerimentos. Realizamos 111 reuniões, sendo 68 deliberativas e 43 audiências públicas, além de 8 audiências em conjunto com outras Comissões. Foram 9 sabatinas, ao todo, para a escolha de autoridades.

Gostaria de destacar o tema Financiamento Público da Saúde. A Comissão de Assuntos Sociais ouviu o Ministro da Saúde, os Secretários de Saúde Estaduais, entidades representativas do setor. Foi aprovada a destinação de 18% da receita corrente líquida da União para a Saúde, de forma escalonada.

Eu queria, entre outros Senadores, destacar, aqui, a cooperação e a atuação, na época em que isso aconteceu, do Senador Humberto Costa, que foi, inclusive, um dos relatores, aqui, de uma Comissão Especial para tratar dessa questão.

Foi aprovado pela Casa o projeto de minha autoria para destinar às áreas de educação e saúde recursos públicos desviados pela corrupção e recuperados por meio de ações judiciais. O dinheiro que é repatriado entra no Tesouro de forma comum, mas o projeto pretende, exatamente, que esse recurso seja destinado à área de saúde e de educação.

Após um debate intenso entre os Senadores, alteramos as regras do Programa Bolsa Família, aqui, com atuação, também, da Comissão como um todo, mas a Relatora desse projeto foi a Senadora Lúcia Vânia.

Houve envolvimento pessoal da Presidência da CAS para que o Estatuto da Juventude fosse votado no Plenário do Senado em regime de urgência, logo depois de ter sido acatado por esta Comissão de Assuntos Sociais.

Foram ouvidas reivindicações das entidades representativas da juventude e os pontos mais polêmicos foram negociados graças ao empenho do Relator, o brilhante Senador Paulo Paim, a quem eu, particularmente, agradeço a cooperação durante a questão do Estatuto da Juventude.

Também receberam relatórios favoráveis do Senador Paim as mudanças na jornada de trabalho dos aeronautas e a definição de comissões a serem pagas aos comerciários.

Foi aprovada a Política Nacional de Tecnologia Social, com o objetivo de fomentar a integração dos saberes popular e científico-formal.

Debatemos, em audiência pública, e aprovamos o projeto que enfatiza a guarda compartilhada para os filhos quando não houver acordo entre os pais, relatado pelo ex-Presidente dessa Comissão, meu amigo, grande Senador do Mato Grosso, Senador Jayme Campos.

Votamos novas regras para que corretores de imóveis possam manter autonomia profissional e se associar a uma ou mais imobiliárias.

De autoria da Senadora Ana Amélia, discutimos e votamos o projeto que obriga os planos de saúde a custearem medicamentos quimioterápicos, de uso oral, nos tratamentos contra o câncer.

Aprovamos diversos projetos que envolvem os direitos das mulheres, entre eles a proposta que garante às mulheres que sofrem abusos sexuais a inclusão no atendimento de mulheres vítimas de violência pela saúde pública.

A exigência de que o SUS ofereça condições para a realização de partos humanizados. A reconstituição das mamas pelo Sistema Único de Saúde imediatamente após cirurgia em mulheres vítimas do câncer de mama. E a proposta legislativa que cria mecanismos para coibir a discriminação quanto a mulheres no mercado de trabalho.

Destaco a atuação da Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente da CAS, e das Senadoras Ana Rita, Angela Portela, Lúcia Vânia e Lídice da Mata.

Elegemos a saúde da mulher como política pública a ser avaliada pela Comissão no ano de 2014. A avaliação feita pela Senadora Ana Amélia.

Para incentivar a contratação de trabalhadores com mais de 50 anos de idade, aprovamos a dedução em dobro pelas empresas dos salários dos empregados experientes. E a permissão para que possam descontar do Imposto de Renda os gastos com cuidadores de idosos.

Aprovamos a aposentadoria especial para garis e pescadores, a exigência aos médicos estrangeiros do equivalente às propostas pelos médicos formados no País. E discutimos as pesquisas médicas no Brasil, relatado pelo eminente Senador Paulo Davim. Aprovamos o projeto que equiparou a jornada de trabalho de dentistas à dos médicos.

Entre as audiências públicas realizadas, destaco a discussão sobre a doença falciforme, na Câmara Municipal de Salvador, por requerimento da Senadora Lídice da Mata. E o debate que divulgou a doença de RANKL.

Para liberação de medicamentos para o câncer de medula óssea, um grupo de Senadores da CAS negociou com a Anvisa a liberação no Brasil da substância lenalidomida para tratamento do mieloma múltiplo, entre eles o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amélia.

E discutimos neste ano a necessidade de uma campanha sobre o câncer de intestino. Ainda ontem debatemos o medicamento para doenças raras, a pedido do Senador Cícero Lucena.

O ritmo foi intenso, de grandes mudanças sociais. Agradeço o empenho dos Senadores da Casa, todos os Senadores e Senadoras, sem os quais não teria sido possível realizar um trabalho tão produtivo.

Agradeço ainda aos funcionários do Senado, e aí faço um agradecimento muito especial à Dulcília. Dulcília, eu quero que você e o Pedro recebam, em nome dos servidores, um agradecimento muito especial. Sei que sou uma pessoa difícil, porque sou exigente comigo mesmo e exijo muito, às vezes, das pessoas, mas tudo em função do compromisso que a gente tem com o mandato e com a população deste País. Ao longo da minha vida, quero registrar aqui, raramente pude contar com servidores tão dedicados e tão zelosos como nesta Comissão. Muitíssimo obrigado.

Agradeço também os consultores, assessores e aqui também um agradecimento especial a minha equipe na pessoa da jornalista Andreia e das minhas queridas amigas e assessoras: a Fran, a Francilene, a Bruna, a Bárbara, enfim, a todos vocês. Muitíssimo obrigado pela ajuda nesta Comissão.

Quero dizer aos Srs. Senadores que esta é a nossa última reunião ordinária deste ano e também do ano legislativo. Gostaria, então, de passar à apreciação do primeiro item da nossa pauta, que é relatado pela Senadora Ana Rita, aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Moka, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, sabemos que hoje vai ser uma correria: o Congresso é às 10 horas e a CCJ está chamando. Assim, vou tomar a liberdade de talvez, pela primeira vez, não aceitar uma orientação sua e me intrometer na sua Presidência, que exerceu com muita competência.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a, esta talvez seja, e é, a última reunião que V. Ex^a vai presidir durante este ano. Quero aqui dar um depoimento de coração e de alma mesmo. V. Ex^a foi de uma competência, eu diria, que cada Parlamentar, cada Senador, cada um é um, incomparável na forma de dirigir os trabalhos da nossa Comissão. Senador Jayme Campos, ex-presidente também, fez um trabalho brilhante, e V. Ex^a, quando assumiu, me lembro, disse: darei continuidade ao trabalho do presidente Jayme Campos. É claro, dentro da sua forma de ver, de enxergar o trabalho desta Comissão. Mas o que quero dizer é que toda vez que um Senador pediu a V. Ex^a para relatar um projeto, V. Ex^a disse “até lhe dou, mas tem Cicrano que pediu antes, a prioridade é para quem pediu antes”, não levando em consideração nunca a questão partidária. Tanto que relatei projetos para mim importantíssimos, como o da juventude, só para dar exemplo de um deles, que V. Ex^a listou e em outros tantos, me lembro, eu falei: Olha, o Jayme pediu, a prioridade é dele. Como foi o brilhante relatório que V. Ex^a fez no último caso da guarda compartilhada, que todos nós nos sentimos contemplados com o relatório.

Presidente Moka, só posso dizer para V. Ex^a neste momento oxalá e tomara que todos os presidentes das comissões tenham uma postura igual à de V. Ex^a e à do Jayme, permita-me que me refira aqui ao Jayme, porque isso é muito bom. Aqui projeto não fica engavetado, projeto é lido e é votado. E vamos para discussão, vamos para mediação, como V. Ex^a fez muito bem em inúmeros casos, como o do aeronauta, por exemplo, e o da própria juventude e tantos outros nos quais todos aqui trabalhamos.

Então, V. Ex^a me permita, a melhor forma de homenageá-lo é pedir a todos aqui para darmos uma grande salva de palmas para um grande presidente da nossa Comissão. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de pleno acordo com as palavras do Senador Paulo Paim. V. Ex^a conduziu muito bem a Comissão de Assuntos Sociais. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Eduardo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente Moka, também quero, endossando as palavras dos Senadores Paim e Suplicy, dar aqui meu testemunho do trabalho ordenado, sério, rápido que V. Ex^a e a equipe, tendo à frente a Dulcídia, realizaram nesta Comissão, que considero vital para os interesses das pessoas e que realmente foi muito bem conduzida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, Senadora Ana Rita, pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu me somo às palavras bastante bem colocadas pelo Senador Paulo Paim. Quero dizer da minha alegria, nestes quatro anos, de ter participado desta Comissão e por ter passado por dois grandes presidentes, o presidente Jayme Campos, que foi de uma competência insofismável, do seu talento para conduzir a Comissão, por seu empenho, seu comprometimento veio coroar estes quatro anos que passei aqui na CAS. Quero saudá-lo, elogiá-lo e registrar a minha admiração por V. Ex^a e pelo Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Paulo Davim. Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia, Presidente Moka, não havia cumprimentado o senhor ainda, quero também me manifestar neste momento. Esta é a última reunião de que participo, no ano que vem não estarei aqui.

Quero, primeiro, agradecer a oportunidade de poder conviver com todos vocês, de poder debater os assuntos aqui na Comissão de Assuntos Sociais, sob a liderança do Senador Jayme Campos e, agora, de V. Ex^a, uma comissão tão importante que discute temas que têm muita relação com minha formação profissional, com minha militância, com minha experiência de vida.

Eu quero afirmar aqui que levo comigo toda essa experiência e agradeço muito a oportunidade de poder ter passado por aqui. Espero que eu tenha contribuído com as reflexões, com os debates, com as relatorias, com os projetos que apresentei.

Então, quero agradecer a oportunidade e parabenizar a todos vocês, parabenizar V. Ex^a, Senador Moka, que, com muita disposição e muita fidelidade, cumpriu a sua tarefa, a sua missão, como Presidente desta Comissão. Parabéns! Muito obrigada e sucesso, no próximo período, nos próximos anos que vocês têm pela frente, e que eu, particularmente, quero acompanhar pela TV Senado. Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, permita-me.

Acho que V. Exª aqui, nos quatro anos, contribuiu muito. V. Exª é sempre muito dedicada. Eu acho que o Espírito Santo se orgulha do mandato que V. Exª exerceu aqui. Desde que aqui cheguei, nesta Comissão, V. Exª é uma das Senadoras mais atuantes, e, como disse, pela sua formação, conhecia e conhece muito a área. Quero também registrar isso aqui e agradecer a convivência e a amizade com V. Exª. Muito obrigado!

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Meu caro amigo, Presidente, Senador Waldemir Moka, demais colegas, Senadores e Senadoras, eu não poderia deixar também de me manifestar, nesta oportunidade, a sua passagem pela Presidência desta Comissão.

Eu diria que bastava apenas me associar às palavras de outros colegas que já se dirigiram a V. Exª, mas quero, aqui, de público, dizer da minha admiração e respeito, sobretudo, pela forma competente, coerente, séria e ética com que V. Exª conduziu os trabalhos desta Comissão. Mato Grosso do Sul, tenha certeza, tem a honra e o privilégio de ter Moka aqui representando o povo do Mato Grosso do Sul, não só na Câmara, como brilhante, valoroso e bravo Deputado, mas, também, desta feita como Senador.

A Comissão de Assuntos Sociais, Presidente Moka, com certeza, sem a menor dúvida de errar, houve um desempenho fantástico, nesses últimos quatro anos. Não subestimando, longe de mim, a atuação de outros Presidentes, mas, sem falsa modéstia, durante a minha gestão e, sobretudo, na gestão de V. Exª, ela fez um trabalho irreparável aqui, na medida em que foi feita de forma democrática a distribuição dos projetos. Sempre coerente, quando um Senador se dirigia pedindo para relatar uma matéria, V. Exª sempre dizia aos demais: “Olha, eu já prometi. Fulano pediu primeiro e eu quero confessar que não tenho condições de dar para você.” isso aconteceu várias vezes comigo e, naturalmente, com outros Senadores. De maneira que quero cumprimentá-lo. No trabalho que V. Exª fez aqui, ficarão marcas indeléveis.

Eu, particularmente, saio muito feliz desta Comissão, da qual participei desde o primeiro dia em que cheguei aqui. Nos meus oito anos de Senado, eu participei desta Comissão de Assuntos Sociais e imagino que pude dar a minha contribuição, sobretudo, aprovando projetos de interesses da sociedade, particularmente, dos menos afortunados, que dependem visceralmente das atitudes dos Poderes constituídos, sobretudo do Poder Executivo. Tenha certeza de que não somente eu, mas o senhor, Paim, Paulo Davim, Eduardo, Mozarildo, Ana Rita e todos os outros valorosos Senadores demos a nossa contribuição para construirmos um Brasil melhor, um Brasil de mais oportunidades, sobretudo, um país com mais justiça social.

Quero render minhas homenagens ao cumprimentá-lo e dizer que eu saio daqui – esta é a minha última reunião – com boas lembranças de bons companheiros e certo do meu dever cumprido como Senador e, acima de tudo, como Presidente desta Comissão, cujo privilégio me foi dado por dois anos. As minhas saudações e os meus cumprimentos. Tenho certeza absoluta de que V. Exª vai continuar sendo esse grande homem público, com retidão de caráter invejável, e, acima de tudo, um Parlamentar que é exemplo para todos nós, sobretudo, para o povo brasileiro.

Parabéns, Senador Moka!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu quero também registrar que o Senador Jayme Campos não quis disputar outra eleição. Se disputasse, eu não tenho a menor dúvida de que ele tinha sido reeleito, em função do grande trabalho que teve pelo seu Estado.

Registro ainda que nós não vamos ter – imagino eu, pelo menos na conversa que eu tive com o Senador Paulo Davim – S. Exª, provavelmente, aqui, conosco, nos próximos quatro anos, mas quero fazer questão de destacar o papel e a importância que o Senador Paulo Davim desempenhou aqui como Senador, como médico. Diferentemente de mim, o Senador Paulo Davim deixou o hospital – ele é médico intensivista –, as unidades de terapia intensiva, para vir para cá. Então, trouxe uma bagagem muito grande e muito recente. Isso ajuda e muito, essa experiência, principalmente numa comissão em que se discutiu muito a saúde.

Eu, Senador Jayme, em 2010, quando me elegi Senador, fui a um encontro de 35 anos de formado e tomei uma bronca dos meus colegas de turma. Eles falaram: “Você foi para o Congresso e agora você, que nem é produtor rural, vive defendendo a agricultura e a pecuária. Você precisa se dedicar mais a essa área da saúde, em que você é formado, é médico”. E tomei um compromisso com a minha turma de que, aqui, no Senado, seria diferente, e assumi aqui a Comissão de Assuntos Sociais, que é muito mais ampla do que a Comissão de Saúde, porque é área social, do trabalho e da previdência.

Hoje também aproveito para dizer aos meus colegas de turma que o compromisso tomado não se esgotou. Temos ainda mais quatro anos, e vou ter, nesse mandato, uma atuação muito mais direta, é claro sem esquecer o campo, porque a economia do meu Estado, Mato Grosso do Sul, depende da agricultura e da pecuária, que são também muito importantes para o meu Estado.

Agradeço muito aos Srs. Senadores que me honraram com a presença, mas principalmente com a colaboração nesses dois anos em que estive aqui à frente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu queria apenas dizer que, se eu tivesse direito a votar numa eleição indireta, eu queria eleger o Paulo Davim para ser o nosso Senador biônico nesta Comissão. Foi um brilhante Senador, como V. Exª disse aqui. Eu disse: “Paulo, se tivesse votação indireta, eu votaria no senhor para ser o nosso representante de novo, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais”. Um grande Senador, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, no item 1, a Senadora Ana Rita foi Senadora *ad hoc*.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2014.

Observações: – Em 10.12.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para suas considerações, se julgar necessário.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, não tenho nenhuma observação a fazer. Julgo que o projeto é importante, projeto que foi relatado pelo Senador Humberto Costa, eu fui a relatora *ad hoc*. Não tenho nenhuma observação a fazer. Se assim os Senadores concordarem, o parecer é pela aprovação. Então, espero que possamos aprová-lo nesta manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só para lembrar, o projeto dispõe sobre planos de assistência funerária, sua normatização, fiscalização e comercialização e dá outras providências.

Realmente, é um projeto importante, porque normatiza essa questão, que, às vezes, acaba até sendo polêmica. É importante ter uma normatização nacional em relação a essa questão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão favorável ao PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 50, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

A Senadora Vanessa Grazziotin já está presente, mas, neste momento, está ausente do plenário.

Vou passar ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, de 2012

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir procedimentos relativos à revalidação de diplomas estrangeiros de medicina.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para prosseguimento da tramitação.

– *Votação simbólica.*

E eu Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, este é um tema que tem sido bastante debatido em algumas comissões, inclusive nesta. Trata-se da revalidação do diploma de médicos estrangeiros.

Essa matéria de autoria do Senador Alfredo Nascimento cria três exigências para a regulamentação do diploma de médicos estrangeiros: a primeira é que seja feita análise curricular com exigências semelhantes ao que deve ser cumprido pelos cursos brasileiros; a segunda é a aprovação no exame nacional, instituído pelo Poder Executivo; e a terceira exigência é a realização de um período de prática profissional supervisionada, preferencialmente em localidades carentes de profissionais de saúde.

A princípio acho a ideia muito meritória.

Análise.

As proposições a este respeito estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A disciplina das matérias é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

Posteriormente, esta matéria será submetida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, em decisão terminativa, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Nesta última, em especial, por determinação regimental, deverão ser analisados mais detidamente os requisitos curriculares a serem demonstrados pelos candidatos para obtenção da revalidação do diploma de medicina, proposto pelo projeto.

Assim, a liberdade para o exercício de qualquer profissão não é absoluta. A norma constitucional é uma norma de eficácia contida, ou seja, prevê que pode haver restrições para certas atividades, como é o caso da medicina, uma profissão regulamentada pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que impõe condições para o seu exercício, como explicitado pelo art. 17, que diz:

Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

O projeto é também meritório, pois procura assegurar igual competência a todos os médicos que atuam no Brasil, independentemente do país onde o diploma foi expedido, garantindo, ainda, a segurança sanitária da população por eles atendida.

Essa competência passa a ser aferida, no caso dos profissionais que cursaram medicina fora do País, com o cumprimento dos requisitos que o projeto impõe para o exercício da profissão, padronizando os instrumentos ora existentes.

Ao projeto, todavia, são necessários dois reparos.

Primeiramente, detectamos uma ênfase exagerada no exame que deverá aferir a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências requeridas para o exercício profissional adequado aos princípios, diretrizes e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS), presente no inciso II. Entendemos que a referida aquisição de conhecimentos, habilidades e competências para o exercício profissional da medicina pode ser objeto de capacitação específica apenas para os que se interessarem pela assistência pública de saúde.

Em segundo lugar, não está muito clara a razão da realização de período de prática profissional supervisionada, preferencialmente em localidades carentes de profissionais da saúde, como proposto pelo inciso III. A medida é, no mínimo, polêmica.

Com efeito, impor o cumprimento de um estágio de aperfeiçoamento, além da exigência da análise curricular e da prova de proficiência, é, sem dúvida alguma, um excesso de zelo que só retardará o profissional em sua entrada no mercado de trabalho nacional.

Se, por outro lado, sua finalidade é o de autorizar universidades públicas ou privadas a firmar convênios com universidades no exterior, deveriam estar presentes os critérios para essa formalização.

Enfim, se o objetivo é para que o formando em medicina no exterior possa complementar sua formação no Brasil em tempo equivalente a um terço da formação dos médicos formados no Brasil, estaríamos tão somente sendo a matriz emissora de certificações para as instituições de ensino no exterior.

Até atenderia uma demanda política, de familiares e de estudantes de medicina no exterior, mas seria desastroso para o sistema de ensino brasileiro e para as exigências para que um cidadão brasileiro se habilite aos cursos de medicina no Brasil.

Feitas essas observações, propomos, ao final, emendas para retirar do inciso II a obrigatoriedade de formação específica voltada para o SUS, bem como para suprimir o inciso III, conforme recomendam as diretrizes preconizadas no Encontro Nacional de Entidades Médicas.

Voto.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2012, com as seguintes emendas já explicitadas.

Eu acho, Sr. Presidente, que é sempre polêmica essa questão, sobretudo para mim, mas é importante o que foi dito aqui. As universidades brasileiras não podem passar da condição de formadoras de médicos para apenas homologadoras de diplomas de médicos formados no exterior. Então, esses têm que ter cuidado.

Nós estamos assistindo e temos um farto documentário a respeito do desempenho de alguns profissionais que vieram no Mais Médicos e que estão atuando no Brasil. É realmente estarrecedor. Como o Conselho de Medicina não dispõe de autoridade para fiscalizar, punir e julgar os atos dos profissionais que entraram no Brasil pelo Mais Médicos, cabe apenas registrar. Posso garantir a V. Exª que nós temos um fartíssimo material de equívocos, de negligências, de imperícias praticadas por esses profissionais. Os Conselhos e as instituições médicas pegam esse material e fazem o registro como se fossem abrir um processo ético, mas, como não têm nenhuma autoridade sobre esses profissionais, entregam ao Ministério Público Federal.

Eu posso garantir a V. Exª que já são algumas milhares de denúncias entregues ao Ministério Público Federal, porque a quem esses profissionais podem receber algum tipo de autuação. O que acontece é que, na hora em que são feitas as denúncias e essas denúncias são entregues ao Ministério Público Federal, imediatamente, esses profissionais voltam para o seu país e são trocados. Há uma troca. Nenhum profissional ou, talvez, dificilmente algum profissional desse vá ter algum tipo de punição ou afastamento, muito menos fiscalização, porque todas as vezes em que acontecem denúncias, e são graves – e eu tenho material farto, como eu disse aqui, de equívocos, negligências, imperícias desses profissionais –, quando a denúncia é efetivada, imediatamente, é feita a troca do profissional.

Isso denota – e aqui não vai nenhum depoimento contra o projeto, mas falo especificamente sobre essa questão da aferição da habilidade do saber do profissional que vem –, isso demonstra, cada vez mais, e eu acho que o Programa Mais Médicos tem demonstrado claramente, que o Brasil não pode, a despeito das necessidades conjunturais da saúde no Brasil, abrir mão desse mecanismo de aferição do conhecimento de um profissional que atua numa área tão nobre, como a saúde, numa área que mexe com as vidas das pessoas.

Há vários trabalhos internacionais mostrando que há uma rigidez muito grande nos outros países. Nenhum médico brasileiro sai do Brasil e vai trabalhar em qualquer país do mundo sem antes fazer, primeiro, prova de proficiência de idioma e, segundo, revalidação do seu diploma por meio de exames. Em alguns países, como Estados Unidos, Inglaterra e França, esse profissional ainda terá que passar um tempo, tido como estágio probatório, sob supervisão. Mesmo assim, as estatísticas apontam que os profissionais que mais recebem algum tipo de reprimenda, de punição e até mesmo de cassação da sua atuação na Inglaterra, são os profissionais estrangeiros. Esse é um levantamento muito claro, por mais zelo que eles tenham.

Há sempre uma argumentação dizendo que, no Brasil, a quantidade de profissionais estrangeiros é pouca. Isso é verdade, sem sombra de dúvida. Fazem até uma comparação dizendo que, na Inglaterra, algo em torno de 30% dos profissionais que atuam são formados fora do país. Ótimo! Isso é verdade. Agora vamos contextualizar esses achados.

Primeiro, desde 1070, já existiam algumas faculdades de Medicina na Europa. Em 1500, toda a Europa já possuía faculdades de Medicina, e o Brasil não tinha sido descoberto ainda. Ao longo desses anos, essas escolas médicas foram-se aprimorando e passaram a ser escolas de referência no mundo inteiro, escolas de excelência, centros de pesquisas. Todos os profissionais do mundo têm a cobiça de trabalhar, estagiar, concursar ou fazer pós-graduação nesses centros de referência, que, na Europa, são milhares e milhares. É a mesma coisa de o jogador de futebol no Brasil que sonha jogar um dia num grande clube, no Barcelona, no Real Madrid, etc. É um cobiça natural.

Na verdade, não foram os governos dos respectivos países que foram atrás dessa demanda de profissionais estrangeiros nesses países. Eles vieram porque são grandes serviços, e, em torno desses grandes serviços, sempre satelitam outros serviços conveniados e profissionais que tomam conhecimento da excelência dos serviços prestados nessas faculdades, nesses cursos, mediante centenas de trabalhos científicos que são publicados nas revistas indexadas mundialmente. Então, essa cobiça desperta-se nos médicos mundo afora naturalmente. Mas eles não abrem mão da rigidez na avaliação dos diplomas e da habilidade dos profissionais.

Por isso, eu acho que este tema deve, sim, ser mais debatido. Não é terminativo na CAS. Esta matéria sairá daqui e irá para a Comissão de Relações Exteriores e, terminativamente, para a Comissão de Educação. Esta é uma matéria que deve ser debatida. Não existe verdade rotulada. Nós, no Brasil, não conseguimos chegar a um ponto de equilíbrio. Portanto, quanto mais matérias que falem a esse respeito melhor. Temos que promover mais debates e, quem sabe, fazer uma junção das boas ideias que surjam dessas matérias apresentadas, de forma que ofereçamos para o Brasil acessibilidade dos pacientes que precisam do atendimento médico e

segurança. Este é o objetivo que todos nós queremos: levar o trabalho médico às regiões de difícil provimento no Brasil, mas com a segurança e a garantia de que toda a população precisa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão, o relatório do Senador Paulo Davim.

Para discutir, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, eu quero estragar a festa, porque a gente vive um momento importante de despedidas, aliás, eu quero também cumprimentar V. Exª – já o farei.

Eu vou pedir vista deste projeto. Sinto-me obrigada a fazê-lo. Por quê? Porque o Relator da matéria, Senador Paulo Davim, tem um projeto que está tramitando; o Senador Requião tem um projeto que já foi aprovado no Senado e está na Câmara; nós temos o Mais Médicos; e há um projeto de minha autoria que tramita, ou seja, nós temos mais de uma dezena, eu diria, duas dezenas de projetos, e seria importante que, ano que vem, fizéssemos, aqui, que é a comissão de mérito, e não nas Relações Exteriores, em lugar nenhum, e quem sabe na Comissão de Educação, um grande debate acerca desta questão que é importante e não diz respeito a médicos somente e não só à saúde, mas à sociedade como um todo.

Então, solicito vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, vista concedida à Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2014

– Não terminativo –

Altera o § 3º do art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir as profissões liberais no conceito de categoria profissional diferenciada.

Autoria: Deputado Maurício Rands

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2014.

Observações: – *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O projeto, como V. Exª já localizou, é de autoria do Deputado Maurício Rands. Fomos Deputados com ele; um excelente Deputado, grande Parlamentar. Tinha como uma das suas prioridades a questão das relações de trabalho.

Esse projeto inclui os profissionais liberais no conceito categoria profissional diferenciada.

Na justificação, o autor explica a estrutura sindical estabelecida na Constituição de 1988 pretende conciliar princípios associados à plena liberdade sindical e conceitos estabelecidos no tempo de Getúlio Vargas, como a unicidade sindical e a contribuição compulsória. Essa conciliação nem sempre é pacífica, e muitas questões permanecem insolúveis, como o enquadramento sindical dos profissionais liberais empregados, de que trata a proposição em análise.

Registra a justificação, ainda, que há entendimento de muitos juízes no sentido de que os profissionais liberais não se enquadrariam numa categoria diferenciada. Essa visão estaria fundamentada na existência do Quadro de Atividades e Profissões, a que se refere o art. 577 da CLT, que serviria como base para o enquadramento. Ocorre que esse quadro está completamente desatualizado e contraria, em certo sentido, a plena liberdade de organização sindical.

A matéria foi examinada em caráter conclusivo, em comissões, na Câmara dos Deputados, com pareceres da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Não foram apresentadas as emendas.

No mérito, chegamos a uma conclusão favorável à aprovação da proposta. Os profissionais liberais possuem capacitação especial e exercem, via de regra, atribuições bem específicas dentro das empresas em que trabalham. Isso, logicamente, vai associá-los a direitos diferenciados, para o bem e para o mal, em relação aos direitos dos trabalhadores que compõem a categoria preponderante naquele espaço empresarial. Fazer justiça, nesse caso, é tratar desigualmente os desiguais. Além disso, os profissionais liberais possuem certa autonomia técnica e profissional associada à natureza de suas funções.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, cremos que a aprovação da proposta em exame vai reduzir o grau de insegurança jurídica no que se refere ao enquadramento sindical dos profissionais liberais. Isso é positivo para os empregados que passam a conhecer, efetivamente, os direitos e os deveres que estão sendo estabelecidos no momento em que se firma a relação de emprego.

Portanto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2014.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero, primeiro, dizer que não pude chegar mais cedo, até estava pronta há muito tempo, por conta de alguns atrasos decorrentes do temporal de ontem. Fiquei presa no temporal de ontem. Nunca senti tanto medo na minha vida como ontem à noite. Voltei para cá. Saí dez e pouco da noite. Vi carro boiando do nosso lado, mas o motorista, com muita presteza, conseguiu virar e, passando por um monte de canteiros, conseguiu chegar de volta aqui. Não era só água que ia para baixo, era água que ia para cima também. Nunca vi isso. Nunca tive tanto medo e já me via nadando lá. A informação que tenho é que o carro do Senador Inácio Arruda ficou preso e parou. Parou! Então, hoje o atraso se deu em decorrência disso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Era quase uma vingança do tempo contra os Parlamentares do PCdoB.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu acho, não é? Exatamente, a gente estava indo para o nosso amigo oculto ontem, e o amigo oculto foi transferido para, hoje, às 12 horas, olhe só, e estamos prontos para voltar para votar, caso houvesse a sessão do Congresso, que está acontecendo agora.

Mas, Presidente, eu já soube aqui das homenagens que fizeram a V. Exª e quero, em primeiro lugar, agradecer ao bloco de que participo, o Bloco de Apoio ao Governo, do Partido dos Trabalhadores, do PDT, do PCdoB, do PSB e de vários outros partidos que confiaram em mim para que eu fosse Vice-Presidente desta Comissão, com V. Exª na Presidência. Eu disse: “Olha, eu vou porque sei que, quando o Moka está à frente, a gente não tem trabalho, porque o Senador Moka é daqueles que não largam a tarefa. Quando pega, ele começa e vai até o fim, e faz tudo muito bem feito.”

A gente já teve a oportunidade aqui de cumprimentar o nosso querido Senador Jayme, que não estará fisicamente conosco a partir do ano que vem, mas estará presente, não tenha dúvida. O Senador Jayme fez um belo trabalho aqui. E que bom que foi sucedido por V. Exª, porque da mesma forma fez um belo trabalho.

Às vezes, eu tenho debates muito ríspidos com V. Exª, porque do jeito que o senhor é firme na defesa das suas opiniões, eu sou das minhas também, mas nunca faltamos com o respeito. Nunca! Não há nada do que reclamar quanto à sua postura democrática em relação a todos nós, da Comissão, em relação aos trabalhadores, porque esta é a Comissão que eles mais frequentam. V. Exª teve a coragem e a independência de segurar muito a barra na mão, de decidir, assumir e ir até o final.

Então, eu quero dizer do meu orgulho de ter sido Vice-Presidente desta Comissão com V. Exª na Presidência, Senador Moka. E não tenha dúvida nenhuma: assim como o Senador Jayme, V. Exª nos ensina a cada dia, porque tem o respeito não só do seu Partido, o PMDB, mas tem o respeito de todos nós, a como ser firme e, ao mesmo tempo, amplo, aberto ao debate, à democracia. Muito obrigada por essa convivência! Parabéns pelo trabalho! Eu só não vou pedir aplausos porque dizem que o Senador Paim já pediu, e V. Exª já foi muito aplaudido aqui.

Que bom que esta não seja uma despedida, porque o senhor estará de volta no ano que vem, e nós estaremos de volta. Ficará não só o retrato que agora está lá fora, como está o do Jayme, mas ficará toda uma história muito importante. Muitas categorias nunca mais se esquecerão do Senador Moka. Eu não quero nem pegar categorias ligadas a mim; eu quero pegar a categoria dos aeronautas. Os aeronautas lhe serão extremamente gratos, Senador, porque V. Exª cumpriu a palavra do início ao fim, e este é o exemplo, porque assim foi com todas as categorias. Parabéns!

Muito obrigada pela sua competência e, principalmente, muito obrigada pela convivência nesse período importante, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa, a alegria, o prazer, a honra foram meus de tê-la como Vice-Presidente. V. Exª esteve todas as vezes ao meu lado, ajudando, contri-

buindo. Então, o mérito que tivemos aqui, eu quero dividi-lo com V. Exª, pela parceria, pela alegria e, mais do que isso, pela honra de tê-la como Vice-Presidente. Muitíssimo obrigado pela ajuda!

O quarto item, a Relatora é a Senadora Ana Amélia. Ela não é muito presente nesta Comissão. Então, Senadora Ana Amélia... (*Risos.*)

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2010

– Terminativo –

Modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito.

Autoria: Senador Gilberto Goellner

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, e da Emenda que apresenta.

Observações: – *Votação nominal.*

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Moka, agradeço a V. Exª pela brincadeira de dizer que eu não sou muito presente aqui, mas sei que isso é, de coração, exatamente o contrário não só aqui, mas nas duas Comissões em que somos companheiros, que é a Comissão de Agricultura, V. Exª representando o Mato Grosso do Sul.

Quero dizer, Senador, que a Senadora Vanessa fez um relato muito preciso. Às vezes, nos esquecemos de narrar, para quem está nos acompanhando, os dilemas que vivemos aqui, coisas muito prosaicas, muito singelas, mas que atrapalham, como a chuvarada que caiu ontem. Hoje, carros – e eu venho do Noroeste – estão parados no meio d'água ainda, ao longo da L4, a via que margeia o Lago Paranoá. Também o excesso de frio no nosso plenário acabou me dando uma infecção, uma laringite violenta. Ontem, tive de sair, romper com todos os compromissos porque a febre aumentou. Felizmente, cheguei a casa antes do temporal, senão teria tomado o remédio no meio do caminho, mas isso faz parte. Os elevadores do Senado não estão funcionando, a garagem do Senado foi invadida pela água. Estão até agora tirando a terra que entrou. Foi, realmente, uma perturbação geral em Brasília, ontem à noite, nesta região e também em outras áreas da cidade. Todos sofrem, toda a população sofre, especialmente os menos favorecidos. Apenas para compartilhar com todos o que ocorreu ontem.

Venho acompanhando também as manifestações dos colegas. É dispensável realçar o seu compromisso nesta Comissão, Senador Moka.

Senador Jayme Campos, nós já havíamos nos acostumado com o seu jeito, aí veio Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Acho até que foi uma coisa combinada: duas pessoas com a mesma forma singela, simples de ser, comprometidas com toda a agenda legislativa. Terminamos o ano, eu me lembro bem, na gestão do Senador Jayme Campos, com a pauta toda cumprida. V. Exª só não o fará porque coincidiu de estarmos encerrando agora, por exemplo, a última reunião deste ano. Por esta ser uma matéria terminativa, precisaríamos de um quórum específico de 11 Senadores, o que não é possível, pois temos solicitações de CMO, Orçamento, Congresso e uma série de outras reuniões. Aqui está a CDR. A transmissão não está ao vivo, porque está sendo transmitida a CDR. A CCJ está discutindo o Código Penal. Então, realmente, percebemos, nesta última semana, a gravidade, a irracionalidade da distribuição do trabalho que nos cabe, mas V. Exª está sempre presente.

A Senadora Vanessa lembrou aqui as categorias que foram beneficiadas. Faço questão de dizer: esta é a última de profissional e não vai ser votada por causa da falta de quórum. É a questão dos corretores de imóveis. Eu queria agradecer a V. Exª por ter se envolvido com o assunto. Conseguimos formatar um relatório. No momento em que surgiu uma dificuldade no plenário, para evitar que voltasse, conseguimos do Senador José Pimentel a compreensão, inclusive da oposição, para uma matéria que envolve milhares de pessoas que trabalham como corretores de imóveis. V. Exª foi extremamente habilidoso na condução do assunto. O Deputado Edinho Bez é o autor da matéria que tramitava há muitos anos.

Dou esse depoimento para mostrar o seu comprometimento com as questões médicas, com as questões de saúde. Em todas elas, V. Exª se envolveu. Quis, inclusive, trazer aqui o Ministro da Saúde para fazer uma exposição. Acho que seria um convite muito pertinente, oportuno. Sei que o esforço de V. Exª foi feito. Preciso dizer isso aos colegas da Comissão, porque acompanhei esse interesse de V. Exª. Seria muito bom que o Ministro aqui viesse. Ele nunca veio, o Ministro Arthur Chioro. Seria ótimo, para encerrar o ano.

Queria dar esse depoimento e agradecer a V. Exª pelo empenho, pela amizade, Senador, pelo seu respeito com os colegas. É muito bom ver um Senador como V. Exª. Sigo seus passos, porque é um dos modelos que tenho aqui para seguir, como todos os outros. O Senador Paulo Davim, que vai nos deixar também, um médi-

co do Rio Grande do Norte que senta ao meu lado, a quem digo que é meu conterrâneo. Ele é do Rio Grande do Norte; eu, do Rio Grande do Sul. O Senador Jayme Campos todo mundo já festejou, assim como o Senador Mozarildo, uma criatura que vem do Norte, de Roraima, com quem tenho muitas afinidades. Lutou como um bravo na questão dos novos Municípios, da emancipação. Vemos as dificuldades. A palavra nem sempre cumprida, Senador. Isso dói! Ontem, viu-se também acordo não cumprido, o que é uma violação à seriedade e à credibilidade das relações, não só das relações políticas e institucionais, mas também das relações humanas.

Então, faço este depoimento e estou muito feliz de ter contribuído modestamente com a sua gestão aqui nesta Comissão, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, me permita. Duas coisas. Eu estou recebendo informação de que tenho que suspender a reunião por causa do quórum do Congresso. Eu nasci assim programado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Disciplina. Eu também sou.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E eu vou ter que suspender, mas, antes de suspender e encerrar, eu queria dar um depoimento pessoal. Primeiro, dizer desse amigo que é o Mozarildo. Mozarildo é dessas figuras fantásticas que ajuda em tudo o que você precisa e que pede. Tive com S. Exª uma convivência a mais extraordinária possível, aprendendo com a sua experiência.

Senadora Ana Amélia, V. Exª... Eu brincava sempre que a Senadora Ana Amélia manda em mim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É um perigo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que V. Exª dever ser unanimidade aqui, pela eficiência, pela determinação, pelo compromisso que V. Exª tem com as coisas que se propõe a fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria dizer que é uma alegria muito grande, aqui, conviver com V. Exª.

Eu tenho um tempo enorme. Estava dizendo para o Paulo Davim. São nove mandatos consecutivos. Comecei muito cedo. E uma das coisas da vida política é que a gente faz muitos amigos. Eu tenho amigos no País inteiro, fruto dessa convivência, aqui, no Congresso Nacional. Mas, Senadora Ana Amélia, V. Exª retrata a determinação, a eficiência, o compromisso desta Comissão com a população deste País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, agradeço muito a sua participação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria também agradecer à equipe, à equipe que acompanha V. Exª. A Dulcília é uma pessoa que lidera uma equipe também muito comprometida. Nós temos aqui estilos de Secretários das Comissões diferentes, mas todos eles... Vou lhe dizer: é muito prazeroso, é gratificante até ver servidores da forma como trabalham aqui. A Dulcília não fala. A gente pouco ouve a Dulcília. Ela fica ali com a serenidade das pessoas que têm o controle da situação. Eu quero cumprimentar toda a equipe que trabalha sob a liderança da Dulcília, Senador Moka. V. Exª sabe o quão importante é ter assessores nos quais podemos confiar. V. Exª também, como o Senador Jayme Campos, foi agraciado por ter uma comissão que tem essa qualidade dos seus assessores.

Muito obrigado, Senador Moka!

Eu desejo a todos, a todos os colegas Senadores, aos que ficam e aos que voltam para os seus Estados um Natal muito bonito e um 2015 muito melhor, com muita saúde, porque esta Comissão tratou da saúde, muita saúde para todos.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu preciso encerrar a reunião em função desse quórum, até porque os outros relatórios são, todos eles, terminativos.

Antes de encerrar, eu preciso também votar a última ata nossa aqui.

Então, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Esta é a última ata também deste período legislativo.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero também, ao encerrar, agradecer a todos. Nós vamos estar ainda no plenário, mas, mais uma vez, muitíssimo obrigado pela ajuda que eu tive aqui ao longo destes dois anos.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.*)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador Luiz Henrique, com a presença dos Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Paulo Paim, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Alvaro Dias e Aloysio Nunes Ferreira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em Exercício, Senador Luiz Henrique, declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao **PL nº 03, de 2014 – CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências”**, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 03/2014-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015). O Senador Aníbal Diniz apresenta o Relatório sobre as 38 (trinta e oito) Emendas de Inclusão de Meta e as 7 (sete) Emendas ao Texto da Lei, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, **são aprovadas: Emendas de inclusão de meta nºs 1 a 3 e Emendas de Texto nºs 4 a 10. EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: Emenda 1: Ementa:** Modernização das Instalações do Ministério Público Federal; **Programa:** 0581 – Defesa da Ordem Jurídica; **Ação:** 1E30 Modernização das Instalações do Ministério Público Federal; **Órgão:** Ministério Público Federal; **Produto (unidade de medida):** Instalação Modernizada; **Acréscimo de meta:** 300; **Justificativa:** Aparelhamento das unidades do Ministério Público Federal de modo a exercer o controle e a fiscalização da lei, mediante a modernização de equipamentos, instalações e tecnologias. **Emenda 2: Ementa:** Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com Cidadania; **Ação:** 201C – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON; **Órgão:** Ministério da Justiça; **Produto (unidade de medida):** Projeto apoiado; **Acréscimo de meta:** 2.000; **Justificativa:** Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública nas fronteiras brasileiras (aquisição de scanners veiculares, sistema de monitoramento e controle, sistemas de inteligência e interceptação de sinais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações e videoconferência; mobiliário e materiais diversos para atividades a serem realizadas nas fronteiras; reforma e construção de bases policiais e Delegacias de Polícia existentes em área de fronteira; construção de próprios nacionais residenciais); Capacitação de operadores de segurança pública para as áreas de fronteiras; Pagamento de Diárias e Passagens para realização de operações nas áreas de fronteiras, realização de capacitação de operadores de segurança, cursos, seminários, eventos, grupos de trabalho e de encontros técnicos. **Emenda 3: Ementa:** Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com Cidadania. **Ação:** 201D – Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública; **Órgão:** Ministério da Justiça; **Produto (unidade de medida):** Projeto apoiado; **Acréscimo de meta:** 20.000; **Justificativa:** Apoio a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros de inteligência de Segurança Pública, centros integrados de operações de Segurança Pública, unidades de perícia, núcleos, setores de estatística e análise criminal, bem como Secretarias Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas. Apoio a projetos de reparelhamento dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios dotando-os de equipamentos tecnológicos e não tecnológicos de segurança e proteção à vida (EPI e EPR), veículos, embarcações, aeronaves, armamentos e munições letais e não letais, mobiliários e materiais voltados para atividade operacional dos Órgãos e Instituições de Segurança Pública. Apoio ao fortalecimento dos órgãos de controle interno e externo da atividade policial e das guardas municipais, por meio da estruturação, formação e articulação para a estruturação e reestruturação das Corregedorias e Ouvidorias das instituições de segurança pública. Adequação lógica para a modernização ou implantação de siste-

mas de informações de segurança pública. Constituição de mecanismo de integração de bases de dados com informações de registros criminais das diversas instituições de segurança pública, justiça e fiscalização do Brasil. Aquisição de equipamentos/produtos de tecnologia da informação e comunicação. Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação. Aquisição de equipamentos para as Delegacias Especializadas, visando o fortalecimento da política interdisciplinar de combate à violência e à impunidade. Implantação da infraestrutura necessária para fornecimento de suporte às ações de segurança pública na implementação do Sistema Nacional de Informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas – SINESP. **EMENDAS DE TEXTO:** **Emenda 4: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Art. 4; **Ementa:** Desigualdade de gênero e étnico racial; **Texto Proposto:** Art. 4º Às prioridades da administração pública federal para o exercício de 2015, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de Funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, ao Programa Brasil sem Miséria, a redução das desigualdades de gênero, étnico-raciais e idosos das quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa. **Emenda 5: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Art. 4º; **Ementa:** Emenda de texto – Aditiva: Art. 4º corpo da lei – ações; **Texto Proposto:** I ações vinculadas ao plano Brasil sem Miséria; II ações de enfrentamento à violência contra às mulheres; III ações de promoção da igualdade racial; IV ações de combate às drogas; **Emenda 6: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Art. 4º; **Ementa:** Emenda de texto – Prioridade de aumento real aos benefícios do INSS; **Texto Proposto:** Parágrafo único. O ganho real dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social acima do valor do salário mínimo também integrará as prioridades do Governo Federal para o exercício de 2015; **Emenda 7: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Art. 12; **Ementa:** Emenda de texto – Capítulo II, art. 12 – discrimina dotações de enfrentamento à violência contra as mulheres na LOA; **Texto Proposto:** Inclua-se no Capítulo II, Art. 12 o seguinte inciso: Art. 12 O projeto e a Lei Orçamentária de 2015 discriminarão, em categoria de programação específicas, as dotações destinadas: XXVII – Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres; **Emenda 8: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Art. 35; **Ementa:** Aumento real dos aposentados; **Texto Proposto:** Inserir após o Art. 35 um artigo com a seguinte redação: Art. – Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, para os valores acima de 1(um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art. 41-A da Lei 8213, acrescido da variação do crescimento da remuneração dos empregos conforme estimativa de contas nacionais divulgado pelo IBGE, apurado pela aplicação da média percentual de dois anos anteriores. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário; **Emenda 9: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Art. 52; **Ementa:** Execução obrigatória emendas individuais/CCJ; **Texto Proposto:** É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, que terá identificador de resultado primário 6 (RP-6), em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º, do Art. 165, da Constituição Federal; **Emenda 10: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 77 parágrafo 1º; **Ementa:** § 1º O anexo a que se refere o caput conterà autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até a data de publicação desta lei, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas: I – quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente; II – quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e III – especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente; **Texto Proposto:** § 1º O anexo a que se refere o caput conterà autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até a data de publicação desta lei, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas: I – quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente; II quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e III – especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às doze horas e oito minutos, do dia dezanove de novembro de dois mil e quatorze e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia, lavrei a presente Ata que foi lida e aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2014, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015, não terminativo, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 3/2014-CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Relator: Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao nobre Senador acreano Anibal Diniz para proferir o seu Relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Devo dizer que recebi, com muita honra, a incumbência do Presidente Senador Vital do Rêgo para a relatoria dessas emendas ao orçamento da União.

A teor do disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3, de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2015.

A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas alterações, compreenderá as metas e prioridades para a Administração Pública Federal, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 é integrado pelo texto propriamente dito e por documentos anexos, os quais visam relacionar tanto os demonstrativos quanto as informações que devem integrar o Projeto de Lei Orçamentária de 2015; fixar as metas fiscais para os exercícios de 2015, 2016 e 2017; relacionar as despesas isentas de eventual limitação de empenho e movimentação financeira; evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros e explicar os objetivos das políticas monetárias creditícia e cambial.

De acordo com as normas de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015, definidas pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a Comissão de Constituição e Justiça tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As emendas passíveis de serem apresentadas pelas comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são de dois tipos: emendas de texto e emendas de inclusão de meta.

Nos termos do item 2.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO, considera-se emenda de texto a que propuser alteração ao texto do projeto, à relação dos quadros orçamentários consolidados, à relação das informações complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, ao rol das despesas que não serão objeto de limitação de empenho, ao anexo de metas fiscais anuais relativas ao período de 2015 a 2017, e ao demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Não há limites aplicáveis à propositura de emendas de texto.

Com relação às emendas de inclusão de meta, de acordo com o item 2.2.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar, cada comissão permanente poderá apresentar até três emendas. Nos termos do item 2.1.8 da Parte Especial do Parecer Preliminar, o Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias para 2013 e 2014, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012/2015 (Lei nº 12.593, de 2012). Conforme consta do item 2.4.1.b da Parte Especial do Parecer Preliminar, para a criação do Anexo de Metas e Prioridades, serão incluídas pela relatoria do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, em decorrência da aprovação de emendas coletivas de comissão, até três ações de interesse nacional, por comissão permanente que apresentar emenda.

Vale destacar que o Parecer Preliminar exige, no item 2.3.1 da Parte Especial, que as emendas de comissão estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às respectivas competências regimentais.

Foi apresentado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um total de 45 propostas de emenda, sendo 38 de inclusão de meta e sete de texto, relacionadas nos Anexos I (propostas de emenda de inclusão de meta) e II (propostas de emenda de texto) a este Parecer, com seus respectivos autores.

Da análise

No que concerne às propostas de emenda de inclusão de meta, após análise acurada de seu conteúdo, não obstante reconheçamos o inegável mérito de todas elas, considerando o limite máximo de três emendas por comissão permanente, optamos por selecionar as seguintes, listadas no Anexo I: n°s 6 e 7 – Ação 1E30 – Modernização das Instalações do Ministério Público Federal, com meta de 300 instalações modernizadas; n°s 23, 24, 25 e 26 – Ação 201C – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON, com meta de 2.000 projetos apoiados; e n°s 27, 28 e 29 – Ação 201D – Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública, com meta de 20.000 projetos apoiados.

Dessa forma, conseguimos acolher parte significativa das propostas de emenda de inclusão de meta apresentadas nesta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, atendendo, ademais, à grande maioria dos Senadores que se manifestaram com proposições de emenda.

A totalidade das emendas de texto propostas coaduna-se às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais. Considerando a ausência de um limite máximo de emendas de texto passíveis de serem apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça à Comissão Mista de Orçamento, optamos por aprovar o encaminhamento de todas as propostas.

Lembramos que a análise de mérito de cada emenda caberá posteriormente à Comissão Mista de Orçamento.

Do voto

Em face do exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, votamos no sentido de que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania delibere pela apresentação à Comissão Mista de Orçamentos:

1. De emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nas seguintes ações:

1.1 Ação 1E30 – Modernização das Instalações do Ministério Público Federal, com meta de 300 instalações modernizadas;

1.2 Ação 201C – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON, com meta de 2.000 projetos apoiados;

1.3 Ação 201D – Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública, com meta de 20.000 projetos apoiados.

2. De emendas ao texto do projeto de lei, nos termos das propostas listadas no Anexo II deste Parecer.

É como voto, Sr. Presidente, de acordo com o presente relatório e os anexos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço e cumprimento o Senador Anibal Diniz pelo seu parecer, que coloco em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Para discutir, Concedo a palavra ao ilustre Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o ano passado nós aprovamos nesta Comissão a questão de recursos para a demarcação de terras indígenas.

Esse é um assunto, Sr. Presidente, explosivo. V. Ex^a tem problemas no seu Estado. Estou aqui do lado da Senadora Gleisi, que tem problemas. O Mato Grosso do Sul é um barril de pólvora. Então, eu estou vendo. Evidentemente, o Relator tem toda uma dificuldade. São muitas emendas e você tem que ter algum critério, mas vou citar o Ministério Público, por exemplo. Eles têm duodécimos, Sr. Presidente, têm recursos do próprio duodécimo. Acho que, claro, atender é uma coisa importante, mas, para a demarcação das terras indígenas, se não houver dinheiro no Orçamento, não há como desapropriar, Presidente, e fica aquele jogo de empurra, porque, se você não tem recursos para desapropriar, como é que você vai tirar um produtor rural de uma área sem ter recurso orçamentário para propor a desapropriação? Do contrário, seria expropriação.

Faço um apelo ao Senador Abílio Diniz, Anibal Diniz...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quando falam do Abílio Diniz, lembro logo da conta bancária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Poderia ser só a conta bancária, não é, Anibal?

Falo isso com uma preocupação enorme, porque sei que sempre sou eu a defender essas questões, mas é em função do que representa. Não é só Mato Grosso do Sul. Mato Grosso tem problema, o Paraná tem problema, Santa Catarina tem problema, Rio Grande do Sul tem um problema muito sério.

Então, eu não sei. Mas eu gostaria... Evidentemente, não vou criar, não é do meu perfil, nenhum tipo de embaraço para aprovarmos o relatório do Senador. Não é isso. Quero apenas e tão somente dizer que essa prioridade da demarcação é fundamental. Se nós aqui não colocarmos recursos no Orçamento, não vamos esperar que a Funai tenha recurso para fazer desapropriação, porque nunca teve.

Estou muito preocupado, porque faço a emenda e a defendo, correndo o risco de até ser antipático com alguma instituição, mas acho que tínhamos que ter como prioridade a demarcação das terras indígenas, porque, usando uma expressão da fronteira, “aforante” isto daqui não temos outra alternativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a manifestação ao Senador Waldemir Moka e Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Gostaria, Sr. Presidente, Sr. Relator, de dizer que a preocupação do Senador Moka é muito relevante. Tivemos várias discussões sobre como resolver o problema de demarcações de terras indígenas. Temos um problema, que é crucial, que se refere à constitucionalidade da desapropriação de terra considerada indígena, porque, *a priori*, quando você considera uma terra indígena, ela é pública, então não cabe desapropriação. Temos apenas recursos para pagar as benfeitorias feitas no imóvel.

Agora, temos um problema a enfrentar, que é muito diferente da Região Norte ou parte da Região Nordeste do País em termos de demarcação, que são as regiões já antropizadas, os Estados da Região Sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul –, que muitas vezes esse interesse é colhido inclusive com pequenos produtores. Temos um drama no Rio Grande do Sul, que acompanhei como Ministra Chefe da Casa Civil que é realmente muito difícil. É em Mato Preto. O que acontece lá com pequenos produtores, alguns inclusive remanescentes de assentamentos da reforma agrária? Houve a decretação de terra indígena, a desapropriação. Então, tem-se de retirar centenas de pequenos proprietários para fazer com que o direito indígena seja reconhecido, e é importante dizer isso, temos que reconhecer, mas com um drama social para essas famílias que saem apenas com os recursos das benfeitorias realizadas no imóvel.

Acho que tínhamos de discutir, Senador Moka, e concordo quando V. Exª coloca essa preocupação, mas sei que vamos nos bater numa questão de constitucionalidade. Não podemos desapropriar terras declaradas indígenas, por serem terras consideradas públicas. Teríamos que fazer uma discussão, e talvez esta Comissão seja a adequada, sobre esse dispositivo constitucional: onde tivermos situações muito conflitantes, que possamos fazer demarcação, eu não diria nem demarcação, mas desapropriação de áreas para assentamentos indígenas. No Paraná, por exemplo, temos uma experiência com assentamento indígena feito em razão da desapropriação de áreas e também de terras para a usina de Itaipu, que fica em Diamante do Oeste, que deu muito certo.

Então, poderíamos usar dessas experiências para poder, em situações mais críticas, fazer isso que o Senador Moka está propondo. Mas sei também que temos de fazer uma discussão sobre a alteração na Constituição. Já há projeto sobre isso. Penso, Senador, que poderíamos iniciar este debate aqui na CCJ. Chamar uma audiência pública para trazer aqui a PEC que está sendo discutida, trazer o Governo – infelizmente, não vamos ter a presença do Senador Anibal Diniz, que é de uma região que tem bastante experiência nessa área – e fazer a discussão para resolver esse problema, porque, eu não tenho dúvidas, é um problema que afeta e traz drama a todo mundo, aos indígenas, aos pequenos produtores, a pedaços de cidades. No Paraná, por exemplo, temos Guaíra, que é uma cidade na fronteira do Estado, em que uma parte da cidade está sendo considerada território indígena. Já foi discutido, houve uma publicação de um relatório, foi questionado. Imagina o drama de você tirar todas essas pessoas que estão em suas casas, que estão com as suas vidas estruturadas, e dizer “não, aqui, agora, nós vamos mudar”. Mas também, por outro lado, não podemos recusar que a população indígena tenha direito.

Então, eu acho que esse é um desafio que nos é colocado, colocado ao Congresso Nacional. E penso que temos de nos debruçar sobre ele, Presidente, Senador Moka, no ano que vem, com uma prioridade grande, para que este País não tenha problemas maiores do que já tivemos em período recente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora citou a Região Sul. No Centro-Oeste, no caso o Mato Grosso do Sul, eu vou dar um exemplo da chamada Fazenda Buriti ou Aldeia Buriti.

Houve uma demarcação inicialmente de três mil hectares. Em torno dessa demarcação, há propriedades, e, depois de acomodadas, foi feita a titulação delas para produtores. Agora, estão tentando ampliar a aldeia, mas as pessoas que estão lá têm título das terras. Não é terra indígena. É uma ampliação! Nesse caso, não precisa

de modificação, porque não é terra indígena, inclusive há decisão judicial dizendo que não é terra indígena. Mesmo assim, a propriedade foi invadida, o produtor saiu da sua propriedade, e nós não conseguimos resolver o problema. Por quê? Porque não há recurso para fazer a chamada desapropriação.

Eu sou um daqueles que entende o seguinte: a sociedade, a população brasileira tem uma dívida com os povos indígenas. Eu sou um que acho que tem. Agora, essa dívida é da sociedade como um todo, não pode ser debitada nas costas de um único segmento que é o produtor rural, porque, ao fazer justiça com os povos indígenas, se comete uma injustiça com o produtor rural, que está ali há 50, 100 anos. O que quero dizer com isso? Que não há outra forma de assegurar a não ser colocando dinheiro no Orçamento, dinheiro da sociedade como um todo, para fazer a reparação ou ampliação dessas aldeias.

Eu tenho comigo que nós precisamos criar uma alternativa, talvez conversando com o Senador Vital do Rêgo, porque ele, além de presidir esta Comissão, é o relator também da LDO. Eu, Senadora Gleisi Hoffmann, gostaria de ver contemplado nela, porque, se não colocarmos na LDO, nós não vamos ter como colocar isso na Lei Orçamentária Anual. É uma questão limitante para nós, porque, se você não assegura na LDO recurso para essa finalidade, pode ser até que tenhamos, e eu vou colocar na Lei Orçamentária, condição de alocar recurso, mas não teríamos na LDO condição de abrigar essa questão, que me parece, salvo melhor juízo, uma coisa absolutamente justa por parte de toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka e passo a palavra ao ilustre Relator Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique.

O Senador Moka hoje faz jus a um ditado que é conhecido em todas as regiões do Brasil: “às vezes, por falta de um grito, se perde uma boiada.” É bom sempre dar um grito na hora certa.

V. Exª traz uma discussão absolutamente oportuna. Qual é o nosso problema aqui? O nosso problema é a velha mágica do cobertor curto: ou a gente cobre o pé ou cobre a cabeça ou então dorme bem encolhidinho para poder contemplar os dois extremos do corpo.

Na realidade, foram apresentadas 38 emendas e tentamos agrupá-las e ver qual trouxe o maior número de Senadores, para estabelecer um parâmetro, uma lógica, e o que vimos? V. Exª assina as duas proposições que estão colocadas aqui: ação, estruturação, reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das instituições de segurança pública com metas de 20 mil projetos apoiados, que tem a assinatura de V. Exª, e essa outra emenda que, no caso, não foi acolhida e que V. Exª está sugerindo que o seja, e que se enquadra como uma nova modalidade, isto é, nova fiscalização e demarcação de terras indígenas, localização e proteção de índios isolados e de recente contato, indenização aos atuais possuidores de títulos de áreas sob demarcação indígena nacional.

Considerando que, de qualquer maneira, vamos ter que proceder àquele processo de contemplar uma área em prejuízo da outra, porque só temos três emendas – no passado, nós tínhamos cinco, agora foram reduzidas para três –, consulto V. Exª se podemos ter concordância na aprovação desse relatório para não causar nenhum tipo de injustiça. Aí seria... Deixa-me ver... *(Pausa.)*

Na realidade, é o Enafron, e é complicado também mexer nisso, porque o Enafron é outra estratégia nacional de proteção, e vivemos em uma demanda permanente, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Permita-me uma sugestão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agora, em relação ao Ministério Público, que V. Exª sugeriu, nós temos um problema, porque ...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, absolutamente. Não acho que devemos mexer nas três emendas que V. Exª elencou, porque seria injusto da minha parte, seja qualquer uma, eu só citei, mas não acho que... O que estou propondo é que a Comissão, como um todo, possa subscrever isso e o relator da LDO, o Senador Vital do Rêgo, que também é o Presidente desta Comissão, possa entender, não é? Porque ele vai...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Da importância de encontrarmos uma forma de incluir essa questão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele pode colocar isso. Ele tem ainda 15 emendas de aspecto mais genérico, individuais, para colocar na LDO. Eu queria merecer o apoio de V. Exª e desta Comissão como todo, mas sem mexer no relatório. Não cometeria essa indelicadeza com V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Dessa forma, Senador Moka, como eu poderia me opor a V. Exª? Estamos absolutamente de acordo. Somo com V. Exª. Vamos juntos, e imagino que o Senador Luiz Henrique também, para falar com o Senador Vital do Rêgo, para que a preocupação de V. Exª possa estar contemplada de alguma forma no relatório do Senador Vital do Rêgo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – O que eu quero é garantir na LDO a possibilidade de que, quando da discussão da Lei Orçamentária, tenhamos uma rubrica para alocar o recurso, porque senão, ainda que tenhamos, nós vamos estar desguarnecidos, porque não teríamos onde colocar, porque na LDO não há essa possibilidade.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Consultoria está dando uma sugestão de que V. Ex^a apresente já essa emenda e nós vamos juntos discutir com o Senador Vital do Rêgo uma forma de fazê-la contemplada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou pedir para a minha assessora, que é a Érica, entrar em contato aqui.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A sua assessora pode ficar em sintonia já com a nossa Consultoria do Senado. Com certeza, vamos encontrar uma saída bem interessante.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado também pela consideração de V. Ex^a em somar conosco neste relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka, e quero fazer coro à peroração de V. Ex^a.

Esse problema é gravíssimo em Santa Catarina. Em Santa Catarina se quer, se pretende ampliar áreas indígenas em terras ocupadas, há quase 100 anos, por moradores que foram titulados num programa de reforma agrária, num programa que foi inédito na época e pioneiro. Nós tivemos e temos tido experiências muito negativas a respeito dessa questão de terras indígenas, muito mal conduzidas. Vou lhe dar um exemplo. Há uma localidade, no Município de Chapecó, que se chama Sede Trentin. Era, como todo o oeste catarinense, altamente produtora. V. Ex^a conhece o oeste. Estivemos em Chapecó, durante a tramitação do Código Florestal. Aquele pedacinho de terra, que representa 0,3% do território brasileiro, que é o oeste catarinense, é o quinto produtor de alimentos do País. Seria talvez o quarto, se não se reduzisse dos pequenos agricultores que lá trabalham a área de plantio.

Agora mesmo temos um problema sério, de que o próprio Governo Federal é vítima: uma ação supostamente de proteção de uma comunidade indígena que não havia historicamente naquele local, mas que teria sido objeto de um deslocamento de índios do Paraguai, impediu a construção de um túnel na BR-101. Isso atrasou a obra em mais de quatro anos.

Mas temos uma solução para essa questão, que é a PEC nº 71, proposta pelo meu conterrâneo, Senador Paulo Bauer, da qual sou Relator. Ela está para ser votada nesta Comissão desde 2011. Essa PEC altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta o art. 67–A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas, expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. Ela é um grande avanço na regularização dessa questão. Eu creio, até secundando o que disse a Senadora Gleisi Hoffmann, que deveríamos apreciar rapidamente, se possível neste ano ainda, essa PEC, para que ela vá para a Câmara dos Deputados e para que possa haver um tratamento mais adequado a essa questão.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.*)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 49ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 26 de novembro de 2014, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Antonio Carlos

Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Vicentinho Alves, Humberto Costa, Paulo Paim, Ciro Nogueira, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Gim, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecção, Aécio Neves e Alvaro Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2012 – Terminativo. Altera o art. 8º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para estender, de quatro meses para um ano, o período de quarentena a que está sujeito o ex-dirigente de agência reguladora. **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014 – Terminativo. Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de 1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas. **Autoria:** Senador Anibal Diniz. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Concedida vista às Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela e ao Senador Benedito de Lira, nos termos regimentais. ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, de 2012 – Não Terminativo. Inclui o art. 16-A na Constituição Federal, para dispor sobre a vedação de divulgação de pesquisas eleitorais, nos quinze dias que antecedem o pleito eleitoral em 1º e 2º turnos. **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Em 26/11/2014, foi apresentada a Emenda nº 2, pelo Senador Cássio Cunha Lima. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2010 – Não Terminativo. Dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado. **Autoria:** Deputado Lobbe Neto. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CAE, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CAE, na forma da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo). ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, de 2011 – Complementar – Não Terminativo. Altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para estabelecer percentual de vagas destinadas ao preenchimento por mulheres nas eleições proporcionais. **Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 21) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2011. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as câmaras municipais nos municípios com mais de 200 mil eleitores. Autoria do Projeto: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria das Emendas: Senador Cássio Cunha Lima. Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN. Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 1-PLEN. ITEM 22) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2007 – Não Terminativo. Dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal, para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais. **Autoria:** Senador Alvaro Dias e outros. TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 88, de 2007 – Não Terminativo. Dá nova redação ao § 2º do art. 14 da Constituição Federal, de modo a permitir o alistamento eleitoral de estrangeiros residentes no Brasil. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi e outros. TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2012 – Não Terminativo. Altera os arts. 5º, 12 e 14 da Constituição Federal para estender aos estrangeiros direitos inerentes aos brasileiros e conferir aos estrangeiros com residência permanente no País capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições municipais. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade das PECs nº 14, de 2007; 88, de 2007 e 25, de 2012 e, quanto ao mérito e por razão regimental, favorável à PEC nº 14, de 2007, e contrário às demais, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 24) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, de 2014 – Não Terminativo. Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. **Autoria:** Deputada Margarida Salomão e outros. Relatoria: Senador Eduardo Braga (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Aprovado Requerimento nº 55, de 2014-CCJ, de calendário especial para a tramitação da matéria. ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, de 2014 – Não Terminativo. Cria cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF. **Autoria:** Tribunal de Justiça do

Distrito Federal e dos Territórios. Relatoria: Senador Romero Jucá (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Gim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 56, de 2014-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 26) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2014 – Não Terminativo. Dispõe sobre a criação de 1 (uma) vara federal no Estado do Paraná e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. EXTRAPAUTA: ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2014 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir o conceito de Rede Nacional e Estação de Abrangência Nacional e estabelecer obrigação de carregamento de seus sinais a todos os usuários independentemente da tecnologia. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista ao Senador Francisco Dornelles, nos termos regimentais. ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2014 – Não Terminativo. Altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para Agente Policial de Custódia. **Autoria:** Presidente da República. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista à Senadora Angela Portela e ao Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos regimentais. ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012 – Terminativo. Altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo. **Autoria:** Deputado Mauro Mariani. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Armando Monteiro e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. ITEM 32) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 55, de 2014. Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda a Constituição nº 12, de 2014, tendo como primeira signatária a Deputada Federal Margarida Salomão, que “Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação”, para que a matéria conste na Ordem do Dia de sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas. **Autoria:** Senador Anibal Diniz. Resultado: Aprovado. ITEM 33) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 56, de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 92, de 2014. **Autoria:** Senador Gim. Resultado: Aprovado. ITEM 34) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 57, de 2014. Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 52, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, para realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais, a inclusão do nome do Senhor Eduardo Neger – Presidente da Associação Brasileira de Internet – ABRA-NET. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Resultado: Aprovado. ITEM 35) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 58, de 2014. Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 52, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, para realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais, a inclusão do nome do Senhor Manoel Antonio dos Santos, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Empresas de Software – ABES. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Resultado: Aprovado. ITEM 36) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 59, de 2014. Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja realizada audiência pública destinada a debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2014, que “dá nova redação ao art. 103-B da Constituição Federal”. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM 37) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 60, de 2014. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, com a finalidade de instruir o PLS 154, de 2013, que “altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências”, apensado ao PLS 247, de 2007. Para a referida audiência pública relacionamos as seguintes instituições e representantes: 1 – Representante da ANOREG-BR – Associação dos Notários e Registradores do Brasil; 2 – Representante da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos; 3 -Representante da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; 4 -Representante do DENATRAN – Departamento Nacional de trânsito; 5 -Representante do IRTDPJ – BR – Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas; 6 – Representante da ARTD – Associação dos Registradores de Títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro – Dr. Durval Hale; 7 – Representante do INADEC – Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Dr. Ilan Chveid;

8 – Representante do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Dra. Claudia Lima Marques. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. Resultado: Aprovado. ITEM 38) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 61, de 2014. Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 52, de 2014– CCJ, de autoria do nobre senador Ricardo Ferraço, seja convidado também o senhor RENATO OPICE BLUM, advogado, Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP; para participar de debate em reunião de Audiência Pública com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a presidência ao Senador Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2012; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2010; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 655, de 2011; ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, de 2007; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2014; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2014; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2009; ITEM 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2009; TRAMITAM EM CONJUNTO PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 240 e 510, de 2007, e PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2009; ITEM 18) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2005; ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011 – Complementar; ITEM 27) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013; ITEM 28) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião será destinada à deliberação dos Itens 1 a 28.

Passo a palavra, pela ordem, aos Srs. Senadores.

Pela ordem, o Senador Gim, o Senador Anibal e o Senador Luiz Henrique, que, por ordem cronológica, haviam me pedido a palavra pela ordem para manifestar alterações ou solicitações de inclusão, alterações de pauta.

Eu espero que as Lideranças possam, ainda neste início de sessão, encaminhar à Presidência o número dos projetos que estão acordados.

Com a palavra, pela ordem, Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os Senadores, bom dia aos nossos ouvintes da Rádio Senado e aos telespectadores da TV Senado.

Eu gostaria de pedir a V. Exª, por favor, que incluía extrapauta dois projetos: o PLS nº 332, de 2014, de autoria de V. Exª, Senador Vital do Rêgo, porque eu já estou com o parecer pronto, já está distribuído e é uma matéria muito simples; e o PLC nº 114, de 2014, também, que é um projeto de lei que está com o parecer pronto.

Eu também gostaria de pedir a V. Exª, por favor, que fizesse inversão de pauta, porque não é terminativo, do Item 25, pois as pessoas se encontram aqui na expectativa dessa matéria de interesse do Distrito Federal, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. *(Palmas.)*

Assim, já os liberaria, com tranquilidade. É uma matéria cujo Relator é o Senador Romero Jucá, mas, se o senhor me designasse Relator *ad hoc*, eu também o faria.

Como não tem nenhum dos três que são terminativos nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Alguma objeção à solicitação do Senador Gim? *(Pausa.)*

Nenhuma objeção.

Ficam incluídos, extrapauta, os projetos que V. Exª aduziu, e vamos iniciar pelo 25.

Senador Aníbal Diniz com a palavra. Depois, o Senador Luiz Henrique.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, eu gostaria que nós pudéssemos, também, fazer uma inversão de pauta no sentido de trazer o Item nº 24, que é a PEC nº 12, que adiciona dispositivo na Constituição para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação na Constituição Federal.

A PEC nº 12 tem parecer favorável do Senador Eduardo Braga e, caso ele não esteja presente, a gente poderia fazer, como relator *ad hoc*, ou o próprio Senador Luiz Henrique, a apresentação do relatório. Esse seria um item não terminativo.

Nos itens terminativos, eu pediria a V. Exª que, quando nós tivermos quórum, pudéssemos incluir, como primeiro item da pauta, o de nº 9, o PLS nº 132, de minha autoria, que trata da proposta de equilíbrio de gênero nas eleições para o Senado com duas vagas.

Eu agradeceria muito aos Srs. Senadores presentes se pudessem concordar com essa proposta de inversão de pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

Alguma objeção? (*Pausa.*)

Nenhuma objeção.

Ficam as inversões concedidas, a partir das solicitadas pelo Senador Gim Argello e, depois, as solicitadas pelo Senador Anibal.

Agora, Senador Luiz Henrique com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solicito a V. Exª, Presidente Vital do Rêgo, a inclusão em pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2012, de autoria do Sr. Deputado Mauro Mariani, que dispõe sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículos.

Por outro lado, não vi integrar a pauta – e espero que esteja integrando – a Proposta de Emenda à Constituição de minha autoria que proíbe a publicação de pesquisas eleitorais nos últimos 15 dias.

Não figurando na pauta – não a vi aqui –, eu pediria, também, a inversão para análise do parecer do Senador Randolfe Rodrigues para que ele que possa ser analisado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique, a matéria está na pauta; é o item nº 17.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item nº 17? Então, eu pediria a permissão também, após os itens já solicitados pelos ilustres Senadores Gim Argello e Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

Alguma objeção à solicitação do Senador Luiz Henrique? (*Pausa.*)

Nenhuma objeção. Vamos aos itens cuja inversão foi solicitada.

ITEM 29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir o conceito de Rede Nacional e Estação de Abrangência Nacional e estabelecer obrigação de carregamento de seus sinais a todos os usuários independentemente da tecnologia.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Gim.

Senador Gim, a matéria está com V.Exª para relatar.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114... Desculpe, Sr. Presidente, nós estamos falando do nº 332. Hoje, nós estamos, graças a Deus, com a pauta muito rica.

Da Comissão De Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2014, de autoria do nobre Senador, Presidente desta Comissão, Vital do Rêgo, que **Altera a Lei** nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir o conceito de Rede Nacional e Estação de Abrangência Nacional e estabelecer obrigação de carregamento de seus sinais a todos os usuários independentemente da tecnologia.

Fizemos o relatório, a análise da matéria, e, após a manifestação deste Colegiado, a matéria seguirá para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a quem cabe deliberar terminativamente, Sr. Presidente.

Tendo em vista... Eu peço a V. Ex^a, se me permitir, para ir vou direto ao voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2014.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, no que pese a maior admiração, respeito e amizade que eu tenho pelo Senador Gim Argello, como a matéria é altamente complexa, eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida a V. Ex^a.

O projeto seguinte é o projeto do Distrito Federal, que cria cargos de provimento efetivo em comissão.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, de 2014

– Não terminativo –

Cria cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Autoria: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Com ausência justificada, nomeio o Senador Gim Argello para proferir o seu relatório, nos termos do relatório anterior ou com alguma alteração de S. Ex^a.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, o experiente Senador Romero Jucá já proferiu o seu relatório, e, tendo esse, vou rapidamente colocar dentro da sua visão, que é a minha visão também, na condição de Relator *ad hoc*.

Primeiramente, agradeço a V. Ex^a essa designação que muito me honra.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 92, de 2014, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que visa a criar cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas no âmbito do referido órgão jurídico.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, que concluiu pela aprovação do PLC com emenda aditiva que tratava de adequá-lo à legislação orçamentária em vigor.

Ademais, ainda na Câmara, a proposição foi avaliada pela Comissão de Finanças e Tributação, a qual concluiu pela adequação financeira e orçamentária do projeto de lei em voga, bem como da emenda supracitada; e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se posicionou favoravelmente à aprovação tanto do PLC quanto da emenda.

Já no Senado Federal, a matéria foi despachada exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em seu art. 1º, o projeto trata de criar cargos e funções devidamente discriminados e quantificados nos anexos da proposição.

Os artigos seguintes consignam a adequação das despesas decorrentes da aprovação deste PLC à legislação orçamentária, à Constituição Federal de 1988 e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, o art. 6º estabeleceu que, em caso de aprovação do projeto, a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Análise:

Quanto à constitucionalidade, não observamos quaisquer vícios materiais ou formais na proposição. É o que se depreende da interpretação holística dos arts. 21, 48 e 96 do Texto constitucional.

Afinal, de acordo com o inciso XIII do art. 21 da Constituição Federal, compete à União organizar e manter o Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios.

Conforme o inciso X do art. 48 da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.

E ele segue discorrendo sobre toda essa matéria, Sr. Presidente.

Ora, o intenso crescimento populacional verificado no Distrito Federal e em seu entorno exige uma atuação pronta e assertiva do Estado com o intuito de se manter a correta prestação dos serviços públicos. Assim, é necessário que o Poder Judiciário tenha à sua disposição o capital humano indispensável para o exercício de sua atividade jurisdicional com a eficiência necessária. Com tal objetivo em mente, estamos certos de que a ampliação dos quadros do TJDFT irá contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional no Distrito Federal e no entorno, indo ao encontro do interesse público, por proporcionar ao povo maior acesso à Justiça.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante de todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 92, de 2014, Sr. Presidente.

Este é o voto do nobre Senador Romero Jucá, o qual acompanho com muita felicidade. Entendo ser essa uma questão de justiça para com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que tão bem desempenha o seu papel para o Distrito Federal e para o entorno.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade. *(Palmas.)*

Apresento os parabéns aos jovens.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exª a urgência dessa matéria para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A urgência está em discussão. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência, a matéria vai ao plenário. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

Parabenizo os senhores concursados do TJDFT. Espero que cada um dos senhores e das senhoras possa ser convocado rapidamente ao trabalho. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

Item 24.

O Senador Eduardo Braga está ausente, mas já houve, da sua assessoria, o entendimento para que o Senador Anibal Diniz possa, como Relator *ad hoc*, conduzir essa tarefa.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passemos ao Item 24, pág. 408.

ITEM 24

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2014

– Não terminativo –

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

Autoria: Deputada Margarida Salomão.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra, para funcionar como Relator *ad hoc*, ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a PEC nº 12 em questão modifica a redação de alguns dispositivos da Constituição Federal a fim de simplificar e adicionar dispositivos à Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação na nossa Constituição.

Vale ressaltar que essa matéria é fruto de um amplo entendimento na Câmara dos Deputados. Ela foi construída a partir da Comissão Especial e tem, como primeira signatária, a Deputada Margarida Salomão. Saliendo, ainda, que essa PEC foi construída a muitas mãos, com toda a comunidade científica favorável. Por isso, a PEC em análise – e nesta oportunidade contamos, honrosamente, com a presença aqui de várias representantes da comunidade científica – merece ser aprovada, e faço minhas reverências ao Senador Eduardo Braga, que a relatou com brilhantismo.

A PEC em análise modifica a redação de alguns dispositivos da Constituição Federal (CF) para acrescentar:

a) entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a de proporcionar os meios de acesso à tecnologia, à pesquisa e à inovação (art. 23, V, CF);

b) a competência de a União, os Estados e o Distrito Federal legislar concorrentemente sobre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação (art. 24, IX, CF);

c) a competência do Sistema Único de Saúde para incrementar, em sua área de atuação, também a inovação, não se resumindo ao desenvolvimento científico e tecnológico (art. 200, V, CF);

d) as atividades de estímulo de pesquisa e fomento à inovação a serem realizadas não só por universidades, mas também por instituições de educação profissional e tecnológica, entre as que poderão receber apoio financeiro do Poder Público (art. 213, §2º, CF);

e) o vocábulo “Inovação” ao título do Capítulo IV do Título VIII da Lei Maior, compreendidos pelos seus arts. 218 e 219, passando a denominar-se “Da Ciência, Tecnologia e Inovação”;

f) a capacitação científica e a inovação a serem promovidas e incentivadas pelo Estado, o qual, atualmente, tem o dever restrito apenas ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológicas (art. 218, caput, CF);

g) a pesquisa tecnológica para receber tratamento prioritário do Estado e não só a pesquisa científica básica, tendo em vista o progresso da tecnologia e inovação e não só as ciências (art. 218, §1º, CF);

h) a área de inovação para receber apoio do Estado na formação de recursos humanos, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica (art. 218, §3º, CF).

A PEC acrescenta, ainda, os seguintes dispositivos, para prever:

a) a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções;

b) que o Estado estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, na execução das atividades atinentes ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica;

Diante, Sr. Presidente, de todo o exposto, torna-se, por conseguinte, necessária a apresentação de uma emenda substitutiva de redação, a qual não implica qualquer alteração de mérito da PEC nº 12, não cabendo, assim, o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. O objetivo é tão somente sanar as inadequações redacionais por nós constatadas, mediante a inclusão em um só artigo, o art. 1º, de todos os dispositivos constitucionais que são objetos de modificação pela proposta e para expressar, em ordem direta, os termos invertidos do §5º, que é acrescentado ao art. 167 da Lei Fundamental, e do novo art. 219-A.

Do voto.

Em face do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2014, quanto aos aspectos constitucionais, regimentais e de mérito, na forma da seguinte redação substitutiva.

Redação:

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 23.
V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
.....

“Art. 24.
IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
.....

Art. 167.
§5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidas, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem a necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo.

Art. 200.
V – incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
.....

Art. 213.

§2º As atividades de pesquisa, extensão e estímulo e de fomento à inovação, realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica, poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

É o voto, Sr. Presidente, com a íntegra da emenda apresentada pelo Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, que tenho a honra de representá-lo como Relator *ad hoc*. E aproveito para, também, cumprir aqui o Deputado Sibá Machado, presente a esta Casa, que conduziu também as discussões atinentes à ciência e à tecnologia na Câmara dos Deputados.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada e vai para o Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs, Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada e vai a exame do Plenário.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço, Sr. Presidente, urgência para apreciação em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É PEC não há, regimentalmente, a urgência.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Na realidade, pedimos a quebra do interstício...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um calendário especial.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... para que a gente possa fazer, num calendário especial, a sua aprovação ainda em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza, faremos assim.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, para parabenizar o Senador Anibal pelo relatório e também parabenizar o Deputado Sibá Machado, que está aqui, a todos os profissionais da área de ciência e tecnologia, aos nossos cientistas, que acompanham esta reunião da Comissão, e dizer que, com certeza, este é um fato histórico: a importância da aprovação desta PEC para a comunidade científica.

Assim, queria aproveitar para externar os parabéns e dizer que nós temos um grande compromisso com essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Honra-me muito ter pautado essa matéria, porque a comunidade científica nacional está há décadas esperando a modernização legal que essa PEC pode oferecer.

Minhas congratulações ao Deputado Sibá, extensivas ao trabalho do Senador Anibal Diniz e, principalmente, a todo o ordenamento feito, à sistematização obtida, ao longo do tempo, pelo Senador Eduardo Braga.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de incluir na pauta o item 20.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 20...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – A inversão de pauta para apreciação do item 20.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada a inversão, vamos...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos agora o Senador Gim; depois teremos as inversões já feitas; e, agora, vamos atender a Senadora Angela Portela.

Item extrapauta. Solicitação apoiada, por unanimidade, pela Comissão.

ITEM 30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para Agente Policial de Custódia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Gim.

Com a palavra V. Ex^a.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Desculpe, Senador. Só pergunto se há impacto orçamentário.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Não; é só nomenclatura. Não existe impacto. É um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, proponho parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2014 (nº 6.302, de 2013, na Casa de origem), da Presidência da República, que altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para Agente Policial de Custódia.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 114, de 2014 (nº 6.302, de 2013, na origem), nobre Senadora Gleisi Hoffmann e demais Senadores, de iniciativa da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para Agente Policial de Custódia.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição estabelece que os atuais cargos de Agente Penitenciário que compõem a Carreira da Polícia Civil do Distrito Federal passam a ser denominados Agente de Custódia da Polícia Civil do Distrito Federal.

Por seu turno, o art. 2º altera a redação do art. 3º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para fazer a adequação de que trata o art. 1º da presente proposição, acima referido.

Ademais, o mesmo art. 2º acrescenta art. 3º-A à lei em tela para dispor, nos termos do seu *caput*, que os servidores ocupantes dos cargos de Agente de Custódia Policial passam a ter lotação e exercício nas unidades que compõem a estrutura orgânica da Polícia Civil do Distrito Federal, mediante designação de seu Diretor-Geral.

Outrossim, o §1º do sobredito art. 3º-A estatui que, para os fins do disposto no *caput*, a apresentação dos servidores ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal deverá ocorrer no prazo de 180 dias, a contar da data da publicação da lei que ora se pretende adotar.

Já o §2º preceitua que as atividades dos servidores ocupantes dos cargos de Agente de Custódia Policial, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, deverão estar relacionadas à atribuição daquele cargo, e o §3º registra que, no caso de servidores afastados ou licenciados por período superior a 180 dias, quando da publicação da lei cuja proposição ora relatamos, as lotações serão alteradas automaticamente pela unidade administrativa competente.

O §4º consigna que o servidor afastado referido no §3º deverá, quando do seu retorno à atividade, apresentar-se ao Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

Por fim, o art. 4º traz a cláusula de vigência a partir da publicação da lei que se almeja adotar.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em pauta, bem como sobre o seu conteúdo.

Por fim, Sr. Presidente, peço para ir direto ao voto, se V. Exª assim concordar.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação.

Em alguns momentos do parecer, referi-me a “Agente de Custódia”. Mas, para não ficar em desacordo com o texto do projeto, altero para “Agente Policial de Custódia”, a fim de não termos nenhum engano, Sr. Presidente.

Este, o voto pela sua aprovação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida à Senadora Angela Portela.

O próximo item é o de nº 20; e, após, vamos voltar ao item solicitado pelo Senador Luiz Henrique.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, de 2011

– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para estabelecer percentual de vagas destinadas ao preenchimento por mulheres nas eleições proporcionais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos direto à análise do projeto.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, cabe assinalar, em primeiro lugar, que nela são observados os requisitos constitucionais de competência e iniciativa e que seu conteúdo não conflita com os direitos e garantias individuais.

Em segundo lugar, é necessário examinar em que medida o princípio da soberania popular resultaria vulnerado pelo projeto em apreço. Os adversários das propostas de reserva de cadeiras para os dois sexos podem argumentar, no plano geral, que o princípio da soberania popular seria afetado por uma regra que reserve cadeiras para um ou para cada um dos sexos. No plano específico, podem ainda levantar as condições de elegibilidade, relacionadas no §3º do art. 14 da Constituição, que não mencionam o sexo do eleito.

No entanto, a reserva de cadeiras encontra respaldo no princípio da igualdade perante a lei, especificamente na igualdade entre homens e mulheres, no que tange a direitos e obrigações, nos termos do inciso I do art. 5º da Constituição. Nessa perspectiva, para aproximar a sociedade da situação de igualdade normativa que a Constituição prevê, é legítimo o recurso a determinados mecanismos, mesmo que ao custo da relativização de outros princípios, igualmente relevantes. Aliás, consolidou-se no Brasil, nos últimos anos, o entendimento de que políticas de ação afirmativa em benefício de grupos desprivilegiados em geral encontram amparo na Constituição.

A relação das condições de elegibilidade elencadas no art. 14 da Constituição, por sua vez, não pode ser considerada exaustiva, dado que a lei já prevê condições outras que ali não constam.

Tampouco encontramos reparos no que diz respeito à juridicidade e à regimentalidade do projeto.

No que se refere à técnica legislativa, cabe observar, em primeiro lugar, que a cláusula de vigência não faz a devida ressalva ao princípio da anualidade, expresso no art. 16 da Constituição. Em segundo lugar, em razão de erro de digitação, faltam as aspas ao final do texto a ser acrescido à Lei Complementar nº 78, de 1993.

Em relação ao mérito, é preciso assinalar, em primeiro lugar, a relevância do problema que motivou a elaboração e apresentação do projeto em exame. A participação feminina nos diferentes Legislativos do Brasil é irrisória e deixa o País, na comparação internacional, atrás de países que não dispõem de regras de estímulo à participação de mulheres. Essa situação demonstra de maneira cabal o fracasso da política de reserva de candidaturas, em vigor há quase vinte anos entre nós. Urge, portanto, substituir a política de reserva de candidaturas vigente por uma política de reserva de cadeiras, tal como estipula o projeto sob análise.

Considero adequado também o percentual de cinquenta por cento das vagas em disputa. Afinal, as mulheres constituem já a maioria da população brasileira e a tendência observável é de aumento dessa maioria ao invés de sua redução progressiva até uma situação de igualdade numérica entre homens e mulheres.

Nessa perspectiva, não haveria sentido em restringir a eficácia da regra à Câmara dos Deputados. Merece, portanto, aprovação a vigência da reserva para os Legislativos estaduais e municipais.

Vimos que o projeto prevê que, no cálculo do número de vagas reservadas para mulheres, o Tribunal Superior Eleitoral desprezará a fração, se inferior a meio, e igualará a um, se igual ou superior. No caso de Estados e Municípios que elegem bancadas de número par, essa regra não se aplica, uma vez que não há frações restantes. Nos casos de bancadas de número ímpar, a fração nunca é inferior a meio, de modo que o significado da regra é reservar para as mulheres, nesses casos, uma cadeira a mais do número que restaria para os candidatos homens.

Proponho, assim, a emenda abaixo, com o objetivo de alterar a redação desse parágrafo, acrescentar no *caput* a expressão “ao menos”, inserir aspas ao final do § 2º e alterar a cláusula de vigência.

Finalmente, é preciso lembrar que a aprovação do projeto importará a necessidade de alterações posteriores na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

Voto.

Em face do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 295, de 2011-Complementar, e, no mérito, por sua aprovação na forma da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para estabelecer percentual de vagas destinadas ao preenchimento por mulheres nas eleições proporcionais.

Art. 1º A Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 3º-A. Observado o disposto nos artigos 2º e 3º desta Lei Complementar, a representação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais terá ao menos cinquenta por cento das vagas reservadas para preenchimento por mulheres.

§1º Para o cálculo do percentual de que trata o caput deste artigo, o Tribunal Superior Eleitoral igualará a fração a um.

§2º Será reservado o mesmo percentual de vagas estabelecido no caput deste artigo, a ser preenchido por mulheres, na representação das Assembleias Legislativas Estaduais, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais, observado o critério de cálculo de que trata o §1º.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição.

Esse é o nosso parecer e o nosso substitutivo, Sr. Presidente.

Quero aqui destacar a autora, Senadora Gleisi Hoffmann, que apresentou esse projeto visando ampliar a participação das mulheres nas eleições proporcionais às Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores e na Câmara Federal.

Sem dúvida alguma, há um consenso hoje, Sr. Presidente, quanto à necessidade de maior participação das mulheres nas instâncias de poder. Esse projeto que estou relatando, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, certamente vem para proporcionar uma maior participação da mulher. É uma tentativa de ampliar a participação da mulher no Poder Legislativo.

Era esse o nosso relatório.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O movimento é fulgurante, tem muita força.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente, queria pedir vista coletiva do PLC nº114.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Do PLC nº 114.

Vista coletiva ao projeto anterior.

Em discussão a matéria em pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Parabenizo a autora e a Relatora, duas grandes mulheres.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Agradeço, Senador Vital do Rêgo; agradeço também à Senadora Angela.

Tenho de fazer aqui uma homenagem à Senadora Marta Suplicy que foi precursora da discussão das quotas de participação das mulheres na política. O primeiro projeto que o Congresso Nacional discutiu e votou foi de autoria da Senadora Marta, que colocava quota para as candidaturas femininas. Tivemos um avanço muito importante, mas, com certeza, precisávamos avançar mais para ter a garantia de que as mulheres possam ter, no Parlamento, o direito de exercer a sua representatividade, do jeito que têm na sociedade. Não há democracia plena se metade da população não tem a participação igualitária nas suas instituições.

Então, queria agradecer a esta Comissão, a V. Exª, agradecer à Senadora Angela, parabenizar e agradecer muito à Senadora Marta, que sempre foi uma referência para nós na luta pelos direitos da mulher.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência parabeniza a Bancada Feminina, a operosa e eficiente Bancada Feminina na CCJ, onde o projeto da Senadora Gleisi repara, em bom tempo, muitas das injustiças cometidas por força da exclusão. E a Senadora Marta Suplicy foi, como disse a Senadora Gleisi, uma das precursoras dessa ideia.

Haveremos de votar a matéria em plenário com a maior brevidade possível, com os parabéns desta Presidência as Srªs Senadoras.

Vamos à pauta ordinária.

O item nº 4 é o primeiro item da pauta ordinária consensual.

Vou votar só um requerimento, aqui, de autoria do Senador Aloysio Nunes, solicitando a inclusão, na audiência pública que instruiu o Projeto de Lei nº 181, do Sr. Renato Opice Blum, advogado e Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do Instituto dos Advogados de São Paulo.

ITEM 38**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 61, DE 2014**

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 52, de 2014-CCJ, de autoria do nobre senador Ricardo Ferraço, seja convidado também o senhor RENATO OPICE BLUM, advogado, Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP; para participar de debate em reunião de Audiência Pública com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado.

Eu tenho uma pauta consensual, mas ela terá que obedecer a um critério preliminar, que são os itens não terminativos. Na pauta consensual, os itens não terminativos têm precedência por força do nosso quórum.

Item 19.

A matéria está na pág. 327.

ITEM 19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2010**

– Não terminativo –

Dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado.

Autoria: Deputado Lobbe Neto.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CAE, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

– A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Angela, para discussão, em síntese, do seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Vamos fazer uma síntese do nosso relatório.

Não vislumbramos vício de iniciativa na matéria sob apreciação, dado o grande alcance de semelhante medida, que pode muito bem ser adotada por todos os estabelecimentos de ensino. Os termos em que está vazada possibilitam certa margem de liberdade na escolha dos alimentos a serem permitidos em cada localidade, em consideração às tradições culinárias e gastronômicas de cada Estado.

Também na sua materialidade o projeto merece acolhida, por total sintonia com as diretrizes do art. 208 da Constituição, segundo o qual o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, além de outras obrigações ali elencadas.

O cuidado do legislador para com o tema da saúde infanto-juvenil, em sintonia com as modernas preocupações relativas à saúde das crianças e dos jovens, resultou na edição da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a chamada Lei da Merenda, que, entre outras providências, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Direto na Escola aos alunos de educação básica. O art. 2º impõe como uma das diretrizes da alimentação escolar o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

As emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Econômicos agregam valor ao projeto ao exigir que o cardápio oferecido nas escolas seja elaborado por nutricionista e ao impor a elaboração de relatório circunstanciado por parte dos órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização do cumprimento do disposto na matéria. O nutricionista é o profissional que melhor pode avaliar a característica saudável dos diversos alimentos, e o relatório das atividades publicado semestralmente permitirá à sociedade fiscalizar o cumprimento da obrigação imposta pelo projeto.

Ante o exposto, a medida merece seguir seu curso, com inclusão das referidas emendas e algumas alterações de caráter redacional.

Nosso voto, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2010, e pelas emendas apresentadas perante a Comissão de Assuntos Econômicos, mediante este substitutivo que está nas mãos de cada membro desta Comissão, que dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente, para aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria. *(Palmas.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, e as Emendas nºs 1 e 2-CAE, na forma da Emenda nº 3-CCJ, Substitutiva.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senadora Gleisi e, em seguida, Senador Flexa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, não sei se já há uma ordem devida dos projetos a serem analisados; porém, sou Relatora do item 26, não terminativo, um item bastante rápido. Se pudesse adiantar, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nós temos o quórum já constituído? *(Pausa.)*

Quórum terminativo, ainda não?

Estamos dependendo, ainda, de um Senador a mais.

Solicitamos aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências do Senado que venham à CCJ para que possamos apreciar as matérias terminativas.

O item que vai ser apreciado agora é, exatamente, o de nº 26; Contudo, antes vamos conceder...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... pela ordem, a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Anibal Diniz, sou o Relator do Item 12 da pauta (PLS nº 71, de 2014), de autoria do Senador Ferraço. Porém, o Senador Ferraço está no exterior e manifestou que gostaria de estar presente quando fosse relatado o seu projeto.

Então, eu pediria a sua exclusão da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Será atendido, conforme a solicitação de V. Exª.

Item nº 26 da pauta.

Como ainda não temos o quórum terminativo, vamos a esse item não terminativo.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação de 1 (uma) vara federal no Estado do Paraná e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo, agora, a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para proferir o seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras Senadoras, o projeto que V. Exª acabou de comunicar a este Plenário tem obediência ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Conselho Nacional de Justiça examinou o projeto em tela, aprovando-o na sua Sessão Ordinária do Colegiado nº 198, ocorrida em 04 de novembro de 2014, na forma do Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei 4647.

Eu queria, portanto, Presidente, diante desses fatos, passar logo à análise do projeto.

Do ponto de vista da constitucionalidade formal, não há reparos a fazer, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior, não havendo, também, qualquer problema no que diz respeito à constitucionalidade material e à juridicidade.

No tocante ao mérito, como muito bem registra o autor do projeto, o PLC nº 2, de 2014, tem por objetivo ampliar a estrutura de funcionamento da Justiça Federal na Seção Judiciária do Estado do Paraná, permitindo não apenas a agilização dos processos em tramitação naquele ramo do Poder Judiciário, como a melhoria do atendimento aos jurisdicionados paranaenses.

Trata-se de tornar efetivo o comando expresso no art. 5º da Constituição, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a chamada Reforma do Judiciário, que assegura a todos, tanto no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Ou seja, aprovar o projeto, além de cumprir o texto constitucional, significa garantir a adequada prestação aos jurisdicionados que buscam o socorro da Justiça Federal em nosso Estado.

Essa constatação fica ainda mais evidente quando se verifica que a nova subseção judiciária federal, com sede no Município de Pitanga, abrangerá uma área de quase 12 mil quilômetros quadrados, onde vivem mais de 200 mil pessoas, e que tem um produto interno bruto que supera R\$2 bilhões.

Quanto à exigência contida no art. 79 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de que a presente proposição seja instruída por parecer ou comprovação de solicitação de parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela acima referida decisão daquele Colegiado no Parecer de Mérito.

Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária, cabe registrar que a Lei Orçamentária para 2014 prevê, de forma expressa, em seu anexo, item 2.3.3, autorização para criação e provimento dos cargos de que trata a proposição no presente exercício.

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2014.

Esses são o parecer e o voto, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto.

A matéria vai ao plenário.

Temos número regimental com a garantia do Senador Aloysio Nunes, que disse que está chegando.

Assim, concedo agora a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer a defesa do seu relatório do Projeto de Lei do Senado nº 132.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2014

– Terminativo –

Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de 1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas.

Autoria: Senador Anibal Diniz.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para que possa proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão, terminativamente, o Projeto de Lei do Senado – PLS – nº 132, de 2014, de autoria do nobre Senador Anibal Diniz, que acrescenta o art. 83-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer que, quando da renovação do Senado Federal por dois terços, uma das vagas será reservada para candidatos do sexo masculino e a outra para candidatas do sexo feminino.

Com tal mister, a justificação do PLS ressalta que o objetivo deste é garantir a ampliação da representação feminina no Senado Federal, o que ocorrerá com a adoção da regra supracitada, a qual resultará, considerando

a eleição seguinte, na qual o terço restante é renovado, numa reserva de trinta e três por cento das cadeiras do Senado Federal para mulheres.

Ademais, o art. 2º do projeto em questão determina que, em caso de aprovação do PLS, a Lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Quanto à tramitação, a matéria foi despachada com exclusividade para esta Comissão, à qual caberá decisão terminativa, conforme inciso I do art. 91 do Regimento Interno do Senado. Perante a CCJ, abriu-se o prazo de cinco dias úteis para oferecimento de emendas, após publicação e distribuição em avulsos do PLS, as quais não foram propostas.

Análise.

Relativamente à constitucionalidade, não observamos quaisquer vícios materiais ou formais na proposição.

Nesse sentido, destacamos que a nossa Constituição prevê, no inciso I de seu art. 22, que compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral, sem elencar, em quaisquer artigos, a reserva de competência para tal feito.

Ademais, ressalte-se que há fartas doutrina e jurisprudência, nacional e estrangeira, no sentido de que as políticas afirmativas quanto a minorias sociais (ainda que maiorias demográficas), são compatíveis com o princípio constitucional da isonomia.

Aliás, na espécie, a lei eleitoral em vigor, Lei nº 9.504, de 1997, já prevê a reserva de 30% das candidaturas para candidatos de cada sexo, isso quanto às eleições para os cargos proporcionais, de vereador, deputado estadual e distrital e deputado federal. Aqui, a regra é ampliada para alcançar, com mais precisa efetividade jurídica, as eleições para o cargo de Senador.

Portanto, é plenamente constitucional a apresentação do presente projeto, especialmente por este reforçar o inciso IV do §4º do art. 60 da nossa Constituição, que classifica como cláusula pétrea de nosso Estado de Direito os direitos e garantias individuais, tal qual o princípio da isonomia.

Salientamos, ainda, que o percentual reservado, de 33%, é plenamente compatível com o princípio constitucional da razoabilidade e da proporcionalidade. Afinal, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população feminina é percentualmente maior que a masculina, ou seja, corresponde a mais de 50%, em torno de 51%, da população total. Assim, tendo em vista que o Parlamento é órgão de representação da vontade popular, nada mais coerente que o povo seja representado de forma isonômica, inclusive quanto ao gênero predominante.

Quanto à juridicidade, percebe-se que o projeto em análise, efetivamente, inova o ordenamento jurídico, sem padecer de quaisquer vícios de legalidade.

Ademais, relativamente à regimentalidade, o inciso I do art. 101 estabelece a obrigação de a CCJ opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que receber. Já a alínea “d” do inciso II do art. 101 determina que compete a esta Comissão emitir parecer quanto ao mérito sobre matérias de competência da União relativas a Direito Eleitoral. Assim, é perfeitamente compatível com o RISF que a CCJ opine, isolada e terminativamente, acerca do projeto em tela.

Por fim, no que concerne ao mérito, não há dúvidas quanto à relevância deste PLS, especialmente se considerarmos a crescente preocupação do Poder Público e desta Casa Legislativa em fazer valer o direito dos socialmente excluídos, mediante a aprovação de projetos que fortaleçam as políticas de ações afirmativas deste País, como os que utilizam o sistema de reserva de vagas como fundamento essencial para se resguardar o princípio constitucional da isonomia, fortalecendo a igualdade racial, econômica e de gênero, no Brasil.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, votamos pela aprovação do PLS nº 132, de 2014.

Essa é a leitura, Sr. Presidente, e a declaração do nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria.

Pela ordem de inscitos, a Senadora Marta Suplicy, com a palavra, por cinco minutos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Aníbal Diniz por propor essa renovação de dois terços do Senado, para que, das duas vagas disputadas, uma seja disputada por mulher.

Primeiro, Senador, quero dizer que não é um projeto fácil. É um projeto sobre o qual, quando você comenta com alguém, as pessoas vão dizer: “Mas isso não pode ser. É esdrúxulo. Por que fazer? Já há cota. Acabamos de apresentar outra possibilidade de cota”. Mas eu vou citar alguns números e depois fazer uma reflexão sobre a importância deste projeto.

Nestas eleições agora, pelas quais acabamos de passar, nós tivemos um pequeno aumento da participação das mulheres na Câmara dos Deputados. Nós saímos de 8,7% da atual legislatura, para 9,9%. Quer dizer, nós somos hoje 45 Deputadas e seremos, em 2015, 51 Deputadas. Crescemos. Não podemos dizer que não. Aqui no Senado, com uma representação de 81 Senadores no total, nós temos 11 Senadoras. No ano que vem, nós vamos ter 13 Senadoras. Crescemos. Não podemos dizer que não, mas nós sabemos que, nem mesmo com três mulheres disputando a Presidência da República – Dilma, Marina e Luciana, que obtiveram 67 milhões de votos, ou seja, 64,5% dos votos válidos –, nós tivemos a representação feminina crescendo adequadamente. Nós vemos que o preconceito em votar em mulher poderia aparentemente não existir, porque 64% dos votos foram para mulheres candidatas a Presidente, mas, na prática, não é assim que as coisas acontecem e as condições de disputa para a mulher são infinitamente mais difíceis.

Em relação a outros países, num *ranking* de 189 países analisados pela União Interparlamentar, o Brasil ocupa a 152ª posição. Então, vocês percebem que nós estamos mais para o fim do que para o começo. Crescemos também alguns pontinhos, em virtude dessa eleição, mas como eu disse em ritmo de tataruga.

Nós continuamos entre os mais atrasados do mundo. Se formos comparar países onde existe lista fechada, em que se alternam homens e mulheres, como na Argentina, tem uma representação de 36,6%; no México, 37,4%. Então, nós vemos onde a ação afirmativa é bem feita, nós conseguimos realmente ter uma representação não de 50%, mas uma representação como temos falado, de 30%, trinta e poucos por cento, que seria o ideal neste momento.

Agora, é porque na Argentina, por exemplo, a cota é para efetivamente eleitas e não apenas para candidaturas como é aqui, e isso diferencia, além das cotas que fizemos há mais de 10 anos na Câmara, do projeto de V. Exª, porque o projeto de V. Exª elege, querendo ou não, e o projeto das cotas é passível de confusão dentre os partidos. Ele é um projeto que foi melhorado, porque quando foi feito, ele permitia, de certa forma, um dribble, depois em 2009, ele teve uma remodelagem, mas essa remodelagem, trocou a expressão “reservar cota” por “preencher”. Mas isso também não funcionou, porque, mais uma vez, nós não atingimos 30% de candidaturas nos partidos, nós atingimos 28,2%.

Então, essa é uma frustração muito grande que nós todos temos carregado.

Nesse sentido, eu acredito que o projeto de V. Exª é um projeto que realmente muda a situação; é um projeto que não fica reservando a vaga; é um projeto que não faz o partido ter dificuldades de priorizar ou de ajudar financeiramente a mulher.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É um projeto sem chicana.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É um projeto que vai funcionar.

Agora, que não vai ser um projeto fácil, eu tenho total clareza; vai precisar de muita articulação.

E eu diria diria que alguns colegas têm levantado o ponto de vista de isso ser para 2026, mas eu seria contra. Eu acho que isso é um projeto para já. É um projeto que, aprovado, deve ser para a próxima legislatura, porque é um projeto que vai vingar só a cada oito anos, e disso nós temos que ter clareza também.

A cada 8 anos, em quanto tempo nós vamos conseguir ter um número razoável de mulheres aqui?

Agora, é um projeto que eu parabeno, um projeto corajoso, eu diria, e um projeto em torno do qual vamos ter, nós Senadores que vamos votar a favor, homens e mulheres que certamente votarão a favor, uma grande união e, depois, um grande trabalho, para que consigamos um número cada vez maior de mulheres qualificadas para ocupar esses espaços.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ok. Com a palavra o Senador Anibal Diniz, autor.

Continua aberta a ordem de inscrição, Senador Humberto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Presidente, Vital do Rêgo, eu uso a palavra muito rapidamente para cumprimentar o Senador Paim, agradecer-lo pela coragem e contundência de seu relatório, favorável à matéria que apresentei e gostaria de conclamar os Srs. Senadores, principalmente os Srs. Senadores homens, para que nós tomemos uma atitude de coragem neste momento.

É um momento que nós podemos fazer história, porque essa matéria é uma matéria terminativa, o Brasil ocupa hoje a 158ª posição no ranking da representação feminina no Parlamento, é sim um estudo da União Parlamentar Internacional.

E nós podemos hoje, com a nossa decisão, contribuir para que o Brasil reverta essa situação e saia dessa posição vexatória, portanto, num apelo para que nós façamos história nesse dia na Comissão de Constituição e Justiça, eu conclamo os Srs. Senadores a votarem favoráveis a esta matéria de acordo com a proposição que apresentei e fico muito agradecido pela atenção de todos os Senadores e Senadoras.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa, pela ordem, observando a ordem de inscritos.

V. Exª quer se inscrever, Senadora Lúcia?

Senador Benedito, quer se inscrever também?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Não, Sr. Presidente. Esta matéria é muito importante realmente... Não preciso me aprofundar mais, então, eu peço vista dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não; não foi dado vista ainda.

Vista coletiva concedida.

Matéria seguinte.

Não há mais processos consensualizados. Vamos aos projetos não consensualizados.

Os não terminativos estão rareando aqui.

Item 22, pág. 356 do avulso dos senhores.

ITEM 22

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2007

– Não terminativo –

Dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal, para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 2012

– Não terminativo –

Altera os arts. 5º, 12 e 14 da Constituição Federal para estender aos estrangeiros direitos inerentes aos brasileiros e conferir aos estrangeiros com residência permanente no País capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições municipais.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade das PECs nº 14, de 2007; 88, de 2007 e 25, de 2012 e, quanto ao mérito e por razão regimental, favorável à PEC nº 14, de 2007, e contrário às demais, na forma do substitutivo que apresenta.

Tramitação conjunta de diversos outros Senadores com iniciativas semelhantes.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, esta Comissão examina as Propostas de Emenda à Constituição nº 14, de 2007, nº 88, de 2007 e nº 25, de 2012.

Esta Comissão examina as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nº 14, de 2007; nº 88, de 2007; e nº 25, de 2012.

A PEC nº 14, de 2007, altera o art. 14 da Constituição Federal, para prever, na forma da lei, a participação dos estrangeiros domiciliados no Brasil nas eleições municipais, por meio do direito de voto, bem como da elegibilidade para o cargo de vereador.

Na justificação, registra-se que o Brasil é um país que foi formado com a participação decisiva de imigrantes dos diversos continentes e que a nacionalidade brasileira é, pois, uma nacionalidade multicultural, que sempre acolheu as pessoas estrangeiras.

Acrescentam os autores que nosso Estado de Direito Democrático não pode permanecer indiferente à necessidade de dar voz e voto às grandes correntes migratórias que vêm viver sob sua jurisdição e se tornam homens de segunda classe por não poderem influenciar as decisões de políticas públicas que lhes dizem respeito e não terem nenhum tipo de poder para assegurar a atenção do governo relativamente às suas reivindicações.

cações. Afinal, também eles têm necessidades de habitação, saúde, educação e tudo isso se decide, em grande parte, nos pleitos municipais.

A PEC nº 88, de 2007, também altera o art. 14 da Constituição Federal, para permitir que se alistem como eleitores os estrangeiros legalmente residentes no Brasil...

Sr. Presidente, está difícil ler.

(Soa a campanha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – A PEC nº 88, de 2007, também altera o art. 14 da Constituição Federal, para permitir que se alistem como eleitores os estrangeiros legalmente residentes no Brasil há mais de cinco anos e que tenham mais de 16 anos de idade.

Na justificação, destaca-se que diversos países têm concedido direitos políticos a estrangeiros, como Nova Zelândia, Dinamarca, Holanda, Suécia, Finlândia, Bélgica, Chile, Venezuela, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

Os autores também sustentam que estrangeiros legalmente residentes no Brasil que não se naturalizam ficam privados dos direitos de cidadania, pois não votam no nosso País, tampouco no país de origem, por dificuldades legais ou técnicas. Dessa forma, permitir a esses cidadãos o direito de alistamento eleitoral significa importante retribuição aos imigrantes, cuja contribuição foi e é reconhecidamente muito importante para a formação da nacionalidade brasileira.

Por seu turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2012, cujo primeiro signatário é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, promove as seguintes concessões aos estrangeiros:

a) atribui os direitos e deveres individuais e coletivos, tais como o direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, não apenas aos estrangeiros residentes no País, mas também a todos os estrangeiros no país;

b) altera o § 1º do art. 12 da Carta Magna, que confere aos portugueses com residência permanente no Brasil os direitos inerentes ao brasileiro, desde que haja reciprocidade em favor de brasileiros em Portugal, para conferir tais direitos a todos os estrangeiros com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor de brasileiros;

c) faculta o alistamento e o voto aos estrangeiros com residência permanente no País, para fins de participação nas eleições municipais, na forma da lei, e permite que os estrangeiros com residência permanente no País concorram às eleições municipais.

Na justificação, os autores da proposição sustentam que turistas também devem gozar dos direitos fundamentais básicos e que se deve abrir espaço à diplomacia brasileira para negociar tratados que estendam a estrangeiros residentes, e não mais apenas aos portugueses, certos direitos inerentes aos brasileiros.

Defendem a concessão da capacidade eleitoral ativa e passiva a estrangeiros com residência permanente no Brasil, a exemplo de alguns países, uma vez que as noções de Estado-nação e soberania vêm sofrendo profundas alterações, sobretudo com o acirramento do processo de globalização verificado nas últimas décadas, o qual se caracteriza pelo intenso fluxo transnacional de pessoas, ideias e valores. Ademais, ressaltam que o Estado que recebe o estrangeiro, incluindo o Brasil, não o isenta do cumprimento de uma série de deveres, como o pagamento de impostos.

Em virtude da aprovação, em 17/12/2010, do Requerimento 926, também de 2010, de autoria do Senador Marco Maciel, passaram a tramitar em conjunto as PECs 33, de 2002; 14, de 2007; 88, de 2007. Em 4/2/2011, foi arquivada a PEC 33, de 2002, em atendimento ao disposto no art. 333 do Regimento Interno desta Casa.

Por seu turno, em 12/11/2013, foi aprovado o Requerimento 1.272, do mesmo ano, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a tramitação conjunta das demais propostas mencionadas na PEC nº 25, de 2012, que já havia recebido relatório favorável do Senador Antonio Carlos Rodrigues, mas que não chegou a ser apreciado nesta Comissão.

As proposições não receberam emendas.

Análise.

Cabe a esta Comissão decidir sobre admissibilidade e mérito da proposta.

Coadunado com os argumentos oferecidos pelo ilustre Senador Antonio Carlos Rodrigues no relatório favorável à PEC 25, de 2012, que ora reproduzo com algumas adaptações, uma vez que aqui são examinadas também a PEC 14, de 2007...

(Soa a campanha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – ... e nº 88, de 2007.

Do ponto de vista de admissibilidade, verifico que as proposições estão subscritas por mais de um terço de membros desta Casa e sua apreciação não viola as limitações circunstanciais à promulgação da emenda à Constituição (art. 60, *caput*, I, e §1º, da Constituição). Não tratam de matéria constante de proposta de emenda

rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa nem há pretensão de abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais, do art. 60, §§4º e 5º, da Constituição.

Ainda quanto à constitucionalidade material das proposições, destaco que a extensão dos direitos individuais aos estrangeiros no País, como previsto na PEC 25, de 2012, vai ao encontro do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Segundo aquela Corte, a interpretação do art. 5º, *caput*, da Constituição não deve ser literal, porque, de outra forma, os estrangeiros não residentes estariam alijados da titularidade de todos os direitos fundamentais. Assim, há direitos que devem ser assegurados a todos, independentemente da nacionalidade do indivíduo, porquanto considerados emanções necessárias do princípio da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, o *habeas corpus* do Relator Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, Informativo 639; *Habeas Corpus* 94.016, do Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, de 2009. O mesmo entendimento foi consagrado no julgamento do *habeas corpus* da 2ª Turma, Relator Ministro Celso de Mello, de 16/9/2009.

Do mesmo modo, entendo ser constitucional conferir aos demais estrangeiros – além dos portugueses – com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, os direitos inerentes aos brasileiros.

Por seu turno, a concessão da capacidade eleitoral ativa e passiva aos estrangeiros nas eleições municipais, como previsto nas três propostas sob exame, também não apresenta vício de inconstitucionalidade, porquanto tal medida não visa a restringir o voto universal, tido como cláusula pétrea; antes pretende ampliar o universo dos indivíduos aptos a exercer direitos políticos, sem oferecer qualquer óbice ou limitação ao exercício desse mesmo direito fundamental aos brasileiros natos ou naturalizados.

No que se refere ao mérito, entendo que a concessão de direitos fundamentais a estrangeiros no País, bem como de determinados direitos políticos a estrangeiros que aqui residam, é conveniente e oportuno, por motivos que se seguem. A extensão dos direitos individuais aos estrangeiros no País compartilha dos propósitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotados pela Resolução nº 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, tais como o de resguardar o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observâncias desses direitos e liberdades.

A referida regra também encontra precedente no Direito Comparado. A Constituição da República Portuguesa de 1976 estabelece, em seu art. 12º, o princípio da universalidade dos direitos e deveres fundamentais, segundo a qual todos os cidadãos gozam de direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição. Segundo José Joaquim Gomes Canotilho, na obra *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, o princípio da universalidade significa que os direitos fundamentais são direitos de todos, são direitos humanos e não apenas direitos dos cidadãos portugueses, a não ser quando a Constituição, ou lei com atualização constitucional, estabeleça uma reserva de direitos para os nacionais ou cidadãos portugueses.

Sr. Presidente, como todos os Srs. Senadores têm o relatório em mãos, eu já iria direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Faça isso, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade das PECs nº 14 de 2007, nº 88 de 2007 e nº 25 de 2012, quanto ao mérito. E, por razão regimental, pela aprovação da PEC nº 14 de 2007 e pela prejudicialidade das demais, na forma do seguinte substitutivo.

O substitutivo encontra-se, também, na mãos dos Srs. Senadores. Portanto, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro eu queria elogiar a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório que apresentou aqui. E, Senadora, no que tange aos direitos previsto no art. 5º da Constituição, já há uma interpretação constitucional predominante de estender esses direitos ao estrangeiro, independente de residência no País, posto que lhes visam a proteger a pessoa e a dignidade humana. Assim, o Congresso, com o seu relatório, estaria positivando uma realidade jurídica já implícita no texto constitucional. Portanto, explicitando.

Entretanto, há um dispositivo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que talvez mereça uma análise mais aprofundada sobre o tema. Então, eu consulto a Senadora Lúcia Vânia se poderíamos fazer essa análise agora ou poderíamos retirar ou ter vistas do processo, que é o dispositivo referente ao art. 5º, Senadora, inc. XIII: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Qual o problema que nós vemos aí? Se for aprovado como está, ela tornará nula as disposições do Estatuto do Estrangeiro, que limitam ou impedem o exercício de atividade remunerada, tendo em vista que ele terá uma garantia constitucional de exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão, devendo ter, se for o caso, as qualificações necessárias apenas para a profissão regulamentada. Isso tem um grande impacto nas relações

jurídicas nacionais e internacionais, já que o mercado de trabalho é geralmente objeto de proteção por parte dos países.

Eu penso que isso teria que ser altamente condicionado à reciprocidade, porque, por exemplo, hoje os nossos trabalhadores não podem ou não têm esse direito em relação a um outro país. Nós trouxemos médicos estrangeiros aqui por meio de um convênio, de uma negociação. Temos solicitação, por exemplo, de estrangeiros pra trabalhar no Brasil, e precisamos, muitas vezes, de mão de obra adequada e complementar, mas isso tudo sempre é objeto de discussão por parte da nossa Chancelaria com outro país.

Então, pergunto a V. Exª se dá para solicitarmos vista e, aí, conversar com V. Exª sobre como acertar essa redação, não para proibir, mas para que a reciprocidade seja, de fato, reconhecida.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoría/PSDB – GO) – Concorde, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Vista coletiva, não é? Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva.

Ficarão as Senadoras para organizar a dissipação das últimas dúvidas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoría/PSDB – GO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O próximo Item extrapauta foi solicitado pelo Senador Luiz Henrique, de autoria do Deputado Mauro Mariani – Projeto de Lei nº 95, de 2012.

ITEM 31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012

– Terminativo –

Altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo.

Autoria: Deputado Mauro Mariani.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, V. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara Nº 95, de 2012, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a delegação de expedição de permissão internacional para dirigir veículos e do certificado de passagem nas alfândegas e associações devidamente habilitadas pelo Poder Público federal.

O art. 19, inciso XX, do Código de Trânsito Brasileiro, que se pretende alterar, limita a delegação da prestação de serviços aos departamentos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

A proposição que ora se examina, de autoria do ilustre Deputado Mauro Mariani, pretende estender a possibilidade de tal delegação a associações privadas.

Ao fundamentar a sua proposta, o autor alega a necessidade de adequação da legislação de trânsito brasileira ao art 41, §1º, alínea “c”, da Convenção de Viena, sobre o trânsito viário, de 8 de novembro de 1968, que, ao tratar dos documentos de habilitação internacional, autoriza que sua emissão seja feita por associação devidamente habilitada.

Originalmente, o projeto de lei restringia a possibilidade de delegação da prestação de serviço de expedição do referido documento à Associação Automobilística Nacional, filiada à Federação Internacional de Automóveis (FIA), o que foi alterado por emenda do relator na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Leal, mediante a exclusão da referência à FIA.

A proposição com a emenda foi aprovada na Comissão de Viação e Transportes e confirmada na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, de modo terminativo.

O substitutivo foi encaminhado ao Senado Federal com a seguinte redação:

Art. 19, inciso XX:

Expedir a permissão internacional para conduzir veículo e o certificado de passagem nas alfândegas mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal ou a associação habilitada a esse efeito pelo Poder Público federal.

Nesta Casa, o projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Relações Exteriores, tendo sido verificado naquela Comissão que, à época da promulgação da Convenção por meio do Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981, havia sido feita a reserva, entre outros dispositivos, do art. 41, §1º, alínea “c” da Convenção em questão, ou seja, a Convenção de Viena.

A exigência de que os motoristas habilitados em países que conduzem veículos com volante à direita fizessem teste prévio antes de conduzir veículo com volante à esquerda foi o motivo declarado para que o Executivo da época houvesse feito reserva ao art. 41 retromencionado.

Ao considerar que a adaptação para dirigir pelo outro lado não requereria maior habilidade, em atenção ao princípio da reciprocidade, já que o Reino Unido não requer exame prévio de brasileiros, e considerando, ainda, que a alteração da lei interna reforçaria a ideia original da Convenção de Viena, o relator da matéria, Senador Jorge Viana, emitiu parecer favorável à aprovação do projeto, no que foi seguido pela unanimidade da Comissão.

Aprovada a matéria na Comissão de Relações Exteriores, a proposição veio a esta Comissão para ser apreciada em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria, impondo-se, por força do caráter terminativo da distribuição, o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Encontram-se atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade.

A matéria trânsito é de competência da União, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, inexistindo reserva de iniciativa em favor do Presidente da República.

Observamos que a alteração proposta abrange o certificado de passagem nas alfândegas, cuja expedição também poderá ser delegada a associação devidamente habilitada pelo Governo Federal.

No mérito, considero que a iniciativa, ao possibilitar que sejam disponibilizados mais pontos de atendimento, cria condições para tornar mais fácil e ágil a obtenção dos dois documentos, ainda mais porque se trata de delegação a associação especializada, associação automobilística, que tenha a responsabilidade da sua própria natureza a constituição.

Do ponto de vista redacional, verificamos que deve ser excluída a crase anterior ao vocábulo “associação”, uma vez que, da forma redigida, está restringindo a delegação a uma associação específica, o que não nos parece ter sido a intenção do autor do projeto.

Ante o exposto, salvo melhor juízo, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95 de 2012, com a emenda de redação que apresentamos.

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, no art. 1º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 95, de 2012 (Projeto de Lei nº 4.530, de 2008, na origem), a crase que antecede o vocábulo “associação”.

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vistas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Vistas coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida.

O item 3 da pauta, Senador Mozarildo, é de V. Exª a autoria.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2012

– Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para estender, de quatro meses para um ano, o período de quarentena a que está sujeito o ex-dirigente de agência reguladora.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações: – Em 20/11/2014, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A votação será nominal.

A matéria está no rol das consensualizadas.

Indago ao Senador Randolfe Rodrigues se tem alguma alteração nova a fazer. V. Exª já expediu o seu relatório. Matéria terminativa.

V. Exª tem a palavra para a síntese do seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, altera o art. 8º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que “dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências”, para estender de quatro meses para um ano o período de quarentena a que está sujeito o ex-dirigente de agências reguladoras.

O relatório é para aprovação do projeto e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O PLS nº 272, de 2012, é composto de dois artigos.

O art. 1º propõe a alteração da redação do *caput* do art. 8º da Lei nº 9.986, de 2000, para, como visto, estender de quatro meses para um ano o período de quarentena.

O referido projeto de lei foi distribuído apenas para a CCJ. No prazo regimental...

A matéria é da competência da União, conforme estabelece o art. 48, inciso X, da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, sobre ela dispor.

Inexistem ressalvas também quanto à juridicidade da proposição. A alteração pontual proposta à Lei nº 9.986, de 2000, preserva a organicidade e a higidez do ordenamento jurídico.

É boa a técnica legislativa adotada, especialmente por ter sido observada a regra contida no inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95.

Regimentalmente, o autor utilizou a proposição adequada – projeto de lei do Senado – para veicular as alterações pretendidas.

Devemos dizer, quanto ao mérito, Sr. Presidente, que o PLS nº 272, de 2012, de autoria do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, só merece nossos elogios.

A ampliação da restrição temporal imposta ao ex-dirigente de agência reguladora, de quatro meses para um ano, é mais do que razoável.

O atual prazo de quarentena de apenas quatro meses é absolutamente ineficiente e insuficiente para impedir que o ex-dirigente torne impossível a apropriação de informações privilegiadas por terceiros que atuem no setor da economia regulado pela agência em que exercia seu cargo.

O direito fundamental ao livre exercício profissional deve, sim, ser mitigado, nesses casos, por um imperativo de moralidade administrativa e de proteção aos setores estratégicos da economia nacional.

Resta, portanto, Sr. Presidente, uma última palavra quanto à proposta de revogação do § 3º do art. 8º da Lei nº 9.986, de 2000. Esse dispositivo estabelece que o período de quarentena previsto no *caput* aplica-se ao ex-dirigente exonerado a pedido, se este já tiver cumprido pelo menos seis meses do seu mandato.

Em outras palavras, o ex-dirigente que tivesse cumprido, por exemplo, cinco meses e meio de mandato, poderia, no dia seguinte à publicação oficial de sua exoneração, atuar profissionalmente, sem qualquer embaraço, no setor da economia regulado pela agência a que pertencia.

Quero destacar, Sr. Presidente, para concluir, que, no dia 21 de novembro próximo passado, a Secretaria da CCJ nos encaminhou a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Nessa emenda, além de elogiar o conteúdo moralizador do PLS, o Senador Aloysio pondera sobre a excessiva duração do prazo de quarentena proposto – um ano –, o que pode trazer graves prejuízos ao ex-agente público impedido de exercer sua profissão no setor privado, e alerta para a existência da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício de cargo ou emprego.

Assim, S. Exª propõe que o prazo de quarentena contido no PLS nº 272, de 2012, seja reduzido de um ano para seis meses, para promover a compatibilização entre seu texto, direcionado especificamente aos agentes públicos que atuam nas agências reguladoras.

Entendemos que a Emenda nº 1 não apresenta quaisquer vícios de constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa e, no que concerne à análise de sua juridicidade e mérito, promove importante alteração no texto do PLS nº 272.

Registramos, assim, que a redação da emenda do PLS nº 272, de 2012 e a do *caput* do art. 8º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, conferida pelo art. 1º do projeto, serão alteradas com a aprovação da Emenda nº 1.

Do voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2012, e acatamos a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Portanto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação, com louvor, do projeto de lei de iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, meu querido Senador, congênere do nobre Estado de Roraima, e acatamos a emenda oferecida pelo Senador Aloysio Nunes.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está consensualizada.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à chamada nominal.

Senadora Gleisi, como vota?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal, com o Relator.

Senador Valadares, com o Relator.

O Senador Randolfe é o Relator. Voto conhecido, portanto.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A favor, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Dornelles. *(Pausa.)*

Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo é o autor. Voto conhecido.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir a emenda.

Aprovada... As emendas... Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aprovado o projeto com a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item seguinte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente, eu gostaria de, com a anuência de V. Exª e dos colegas, pedir urgência para este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Urgência solicitada.

O projeto já é terminativo. Só vai à Mesa para providências. Mas vamos mandar com urgência à Mesa, para providências, pronto!

Requerimentos de aditamento de audiências públicas do Senador Ciro Nogueira, Senador Vicentinho Alves, Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 35

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 58, DE 2014

– Não terminativo –

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 52, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, para realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo,

que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais, a inclusão do nome do Senhor Manoel Antonio dos Santos, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Empresas de Software – ABES.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

ITEM 36

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 59, DE 2014

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja realizada audiência pública destinada a debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2014, que “dá nova redação ao art. 103-B da Constituição Federal”.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 37

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 60, DE 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, com a finalidade de instruir o PLS 154, de 2013, que “altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências”, apensado ao PLS 247, de 2007. Para a referida audiência pública relacionamos as seguintes instituições e representantes: 1 – Representante da ANOREG-BR – Associação dos Notários e Registradores do Brasil; 2 -Representante da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos; 3 -Representante da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; 4 -Representante do DENATRAN – Departamento Nacional de trânsito; 5 -Representante do IRTDPJ – BR – Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas; 6 – Representante da ARTD – Associação dos Registradores de Títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro – Dr. Durval Hale; 7 – Representante do INADEC – Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Dr. Ilan Chveid; 8 – Representante do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Dra. Claudia Lima Marques.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.

Em discussão.

(Pausa.)

Aprovados os requerimentos de S. Ex^{as}.

Continuamos com o quorum terminativo? (Pausa.)

Não há mais condições...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um instante.

Tenho um projeto do Senador Cássio, que é Relator, não terminativo.

Poderemos ir a ele, Senador?

Emenda de Plenário para instituir... Senador Cássio, é o item 21, pág. 350.

ITEM 21

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2011

Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as câmaras municipais nos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Autoria do Projeto: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatoria das Emendas: Senador Cássio Cunha Lima.

Antes, porém, do Senador Cássio, com a palavra o Senador Randolfe, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, só para comunicar... Já havia me comunicado com V. Exª – e também a assessoria já encaminhou – sobre a PEC nº 57, em relação às pesquisas.

Em decorrência do entendimento que nós fizemos com a Senadora Lúcia Vânia, o autor, Senador Luiz Henrique, e também com o Senador Dornelles, nós solicitamos a retirada de pauta, no dia de hoje, para buscarmos um entendimento e buscarmos o melhor encaminhamento em relação a essa matéria.

Vamos procurar ou retornar à pauta, conforme o entendimento, também com V. Exª, ou na próxima sessão, ou, conforme o entendimento que buscarmos com S. Exª o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendo à solicitação de V. Exª, até porque chegou uma emenda...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... nova, do Senador Cássio, que precisa do exame de V. Exª.

Senadora Lúcia Vânia, é sobre a matéria?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V. Exª pela decisão de retirar essa matéria de pauta. Estive conversando com o Senador Luiz Henrique, juntamente com o Senador Dornelles e o Senador Randolfe. Ficou decidido, com o apoio de V. Exª, que, na quarta-feira, nós solicitaremos uma audiência pública e, junto com o Senador Luiz Henrique, nós vamos elencar os nomes dos expositores que farão essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia, faremos o seguinte para melhorar e otimizar os nossos resultados: V. Exª, o Senador Randolfe e o Senador Luiz Henrique já protocolam um requerimento a esta Presidência, de audiência pública, com os nomes dos senhores convidados para na quarta-feira nós votarmos o requerimento. O.k?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós já apresentamos o requerimento, só que queremos alterar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atualizem. Atualizem os dados e os nomes e quarta-feira votaremos o requerimento de audiência pública, marcaremos imediatamente a audiência pública e aí estamos com o processado completamente instruído. Vamos levar à votação em plenário.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu poderia, Sr. Presidente, agradecer ao Senador Luiz Henrique a gentileza de nos conceder essa oportunidade?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Luiz Henrique é um homem sensível, assim como o Senador Randolfe...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... o Senador Anibal e Senador Cássio, que está trabalhando nessa matéria, também. Todos foram extremamente sensíveis a esse adiamento momentâneo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só para dizer que o jovem Senador Randolfe Rodrigues age como um veterano nesta Casa ao construir esse caminho de entendimento.

Parabéns. Eu acho que foi uma boa iniciativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Aprendo com S. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Esse menino vai longe.

Vamos lá.

Voltemos ao Item 21, pág. 350, que tem consenso também. É uma emenda que institui o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as câmaras municipais com Municípios acima de 200 mil eleitores.

O autor é o Senador Aloysio.

Houve uma emenda do Senador Cristovam Buarque.

Senador Cássio é o Relator.

Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra S. Exª o Senador Relator para o seu relatório.

Informo que há consenso para a votação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, sou relator do vencido e quero deixar claro que esta é uma matéria de grande repercussão, inclusive fruto de debates que vêm sendo realizados no Congresso Nacional sobre a reforma política, a reforma eleitoral.

O Senador Aloysio apresentou proposta que foi rejeitada nesta Comissão. E, em recurso ao plenário, o Senador Cristovam apresentou emenda ao texto rejeitado.

O que faço aqui nada mais é do que também oferecer, pelas razões que vou expor, o parecer pela rejeição da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 145, de 2011, entendendo que na próxima legislatura, o Senado e a Câmara dos Deputados, ou seja, o Congresso Nacional haverá de se debruçar de forma prioritária sobre as necessidades da reforma político-eleitoral do nosso País.

Portanto, o tema foi tratado de maneira isolada, rejeitado aqui na CCJ. E, pelas razões que passo a expor, lendo o relatório, para que todos fiquem devidamente informados do que estaremos votando nesse instante...

Passo à leitura do relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 145, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que tem por objetivo instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as câmaras municipais com mais de 200 mil eleitores, veio à apreciação desta Comissão, em decisão terminativa. A decisão da Comissão, contrária a posição do ilustre relator da matéria, Senador Pedro Taques, foi pela rejeição da proposição, restando prejudicadas as emendas a ela apresentadas.

Foi apresentado, pelo eminente autor do projeto, o Recurso nº 7, de 2013, para apreciação da matéria pelo Plenário do Senado, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Aberto o prazo regimental de 5 dias úteis para apresentação de emendas perante a Mesa, o Senador Cristovam Buarque apresentou a Emenda nº 1–Plen, objeto do presente parecer.

A Emenda propõe a adoção do sistema majoritário, mediante o voto uninominal, para as eleições de vereadores. Estende, por conseguinte, para todas as Câmaras Municipais a regra eleitoral que o projeto original reservava aos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Passo à análise do projeto.

Na justificação do PLS nº 145, de 2011, o autor manifesta seu entendimento acerca da superioridade do sistema eleitoral majoritário para as eleições legislativas, com exceção do caso dos Senadores. As eleições para vereador constituiriam, nessa perspectiva, um excelente laboratório para a população brasileira residente nas maiores cidades perceber, com experiência, as vantagens, em termos de qualidade da representação, da nova regra eleitoral.

No entanto, além de considerar os fortes fundamentos que convenceram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela rejeição da matéria, trazidos no Parecer vencedor, que me coube redigir, torna-se temerária a análise da matéria de forma isolada, notadamente na atual conjuntura de manifestações populares por reformas e maior participação política dos representantes eleitos.

Portanto, na minha visão, não há razões para que a Emenda de Plenário apresentada pelo nobre e digno Senador Cristovam Buarque seja acolhida, tendo em vista que os argumentos manejados contra o projeto original, que previa o uso da nova regra para os Municípios de maior número de eleitores, valem igualmente para a emenda em apreço, que propõe a aplicação da nova regra para todos os Municípios.

Assim, apresento, de maneira didática e resumida, tais argumentos, a fim de rejeitar a emenda de Plenário, ora analisada:

1) A grande quantidade de votos não aproveitados no sistema majoritário, por uma regra na qual o vencedor “leva tudo”, que pode chegar até a 50% menos 1, nos casos de distritos com disputas acirradas.

2) A janela que o sistema abre para situações em que a minoria dos eleitores conquiste a maioria na Câmara, a depender das diferenças toleradas pela lei no número de eleitores de cada distrito.

3) A impossibilidade da delimitação impessoal dos distritos eleitorais, que evite o viés favorável a determinados partidos e candidatos.

4) A tendência no rumo de campanhas centradas em questões paroquiais, em contraste com o debate sobre problemas gerais que o voto proporcional estimula.

5) A questão do fundamento da cidadania moderna, situado muito mais na adesão consciente a um projeto político para a coletividade, afim, portanto, ao voto proporcional, que na localização geográfica, distrital, da residência de cada cidadão.

6) A tendência ao bipartidarismo que o voto distrital carrega, um sistema limitado para expressar a diversidade de posições políticas relevantes na sociedade hoje.

7) Finalmente, a associação do voto majoritário a um tipo de democracia, a democracia majoritária, que exclui a oposição do exercício e responsabilidades de governo, reservando-lhe o papel de espera da eleição seguinte. O voto proporcional, contrariamente, induz um comportamento de cooperação e partilha de res-

ponsabilidades entre o governo e a oposição, comportamento mais condizente com a complexidade dos problemas que ocupam a agenda da política nos dias atuais.

Eu relembro, para que eu possa fazer a leitura do breve voto, a necessidade da inclusão desse tema no grande debate que o Brasil e o Congresso deverá abraçar, creio eu, e essa é a esperança d o povo brasileiro, da reforma política eleitoral na próxima legislatura. Portanto, em razão do exposto, o parecer é pela rejeição da Emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 1145, de 2011, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação o relatório contrário à Emenda nº 1, de Plenário.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o voto contrário queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão contrário à Emenda nº 1, de Plenário.

A matéria volta ao Plenário.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu não sei qual o item que V. Exª colocará em pauta agora. Eu queria fazer um apelo a V. Exª e aos colegas de Comissão. Nós temos sessão do Congresso Nacional marcada para meio-dia para discutirmos alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Tendo em vista o esvaziamento da Comissão, eu solicitaria que encerrássemos hoje a reunião para que tenhamos tempo de nos preparar para a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito oportuna a observação de V. Exª. Imagino que haja concordância dos demais Senadores.

Lembro aos Srs. Membros da Comissão que, dia 2 de dezembro de 2014, próxima terça-feira, às 10 horas, está agendada a audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais, requerida pelo Senador Ricardo Ferraço, nos termos do Requerimento nº 52, de 2014.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Constituição e Justiça, lembrando a todos que o PLS nº 132 está em vista coletiva. Na próxima quarta-feira, ele volta à discussão nesta Casa, a partir das 10h.

Muito obrigado a todos e tenhamos uma boa reunião da Comissão Mista de Orçamento.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Anibal Diniz (Vice-Presidente da CCJ), com a presença dos Senadores José Pimentel, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Walter Pinheiro, Paulo Paim, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Anibal Diniz) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. **Requerimentos de realização de audiência:** RQJ 52/2014, Senador Ricardo Ferraço; RQJs 57 e 58/2014, Senador Ciro Nogueira; e RQJ 61/2014, Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Participantes:** Danilo Doneda, Coordenador Geral de Estudo e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (representante de: José Eduardo Cardozo); Leandro Vilain, Diretor de Políticas de Negócios e Operações da FEBRABAN (representante de: Luiz Carlos Trabuco Cappi); Leonardo Augusto Furtado Palhares, Vice-Presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico – Camara-e.net (representante de: Antônio José Ludovino Lopes); Paulo Rená da Silva Santarém, Diretor do Instituto Beta para Internet e Democracia – IBIDEM (representante de: Elice Bueno); Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Mônica Steffen Guise Rosina, Docente Supervisora do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (GEPI) da FGV-Direito-SP; Virgílio Augusto Fernandes Almeida,

Coordenador do Comitê Gestor da Internet – CGI.br; **Carol Conway**, Diretora Jurídica da Associação Brasileira de Internet – ABRANET (representante de: Eduardo Neger); **Manoel Antônio dos Santos**, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Empresas de Software – ABES; **Renato Opice Blum**, Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do Instituto dos Advogados de São Paulo. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e cinco minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Anibal Diniz) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Anibal Diniz**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais, conforme os Requerimentos nºs 52, de 2014, CCJ, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; 57 e 58, de 2014, CCJ, de autoria do Senador Ciro Nogueira; e 61, de 2014, CCJ, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Convido para compor conosco a mesa o Sr. Leandro Vilain, Diretor de Política de Negócios e Operações da Febraban, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Sr. Leandro Vilain, seja bem-vindo.

Sr. Leonardo Augusto Furtado Palhares, Vice-Presidente de Estratégias da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico.

Sr. Leonardo Augusto, seja muito bem-vindo.

Sr. Paulo Rená da Silva Santarém, Diretor do Instituto Beta para Internet e Democracia, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Sr. Paulo Rená, seja muito bem-vindo.

Convido também a Sra. Mônica Steffen Guise Rosina, Docente Supervisora do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação, da Fundação Getúlio Vargas.

Sra. Mônica Steffen, seja muito bem-vinda.

Convido também a Sra. Carol Conway, Diretora Jurídica da Associação Brasileira da Internet (Abranet), representando o Presidente da Associação, Sr. Eduardo Neger.

Estamos com a Mesa composta, mas temos ainda outros debatedores.

O Sr. Danilo Daneda, por favor, tome assento aqui na primeira fila, porque, como há um grande número de debatedores, a gente vai se revezando à medida que as exposições vão sendo concluídas.

O Sr. Danilo Daneda é Coordenador-Geral de Estudo e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça; o Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira é Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil); o Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida é Coordenador do Comitê Gestor da Internet (CGI no Brasil).

Sr. Virgílio, por favor, seja muito bem-vindo.

O Sr. Renato Opice Blum é Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do Instituto dos Advogados de São Paulo.

Sr. Renato Blum, seja muito bem-vindo.

O Sr. Manoel Antônio dos Santos é Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Softwares.

Sr. Manoel Antônio, seja muito bem-vindo.

São esses os convidados. Imagino que não tenha faltado ninguém para ser chamado.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores que se inscreverem para as interpelações. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Eu convido para iniciar esta nossa audiência pública como debatedora a Diretora Jurídica da Associação Brasileira de Internet (Abranet), representando o Presidente da Associação, Sr. Eduardo Neger.

Eu concedo a palavra, com muita honra, à Srª Carol Conway.

A SRª CAROL CONWAY – Bom dia a todos!

Senador Anibal Diniz, muito obrigada pelo convite. Muito obrigada a esta Comissão pela honra de poder expor alguns pontos em relação a Projeto de Lei 181, de 2014. Prometo ser breve e ficar à disposição para os posteriores debates.

Eu trouxe uma apresentação.

Seria possível colocar um projetor?

Bom, em primeiro lugar eu gostaria de apresentar a Associação Brasileira de Internet aos presentes.

A Associação Brasileira de Internet foi criada em 1996, praticamente junto com o surgimento da internet comercial brasileira por usuários, pessoas e empresas pioneiras na prestação de serviço e no estudo das novas tecnologias em Território nacional.

Hoje o corpo da Abranet é composto por mais de 300 empresas: micro, pequenas, médias e também grandes. Em sua maioria, aproximadamente 90%, são pequenas e médias empresas, mas há também grandes empresas que se sucederam nesse mercado tão novo da tecnologia.

A Abranet tem sede em São Paulo, mas tem presença em todo o Território nacional com associados em praticamente todos os Estados da Federação. No âmbito das discussões legislativas sobre a internet, a Abranet teve a honra de participar da discussão do marco civil da internet, que hoje consideramos como praticamente a constituição da internet no nosso País e temos muito orgulho da promulgação dessa Lei.

Como eu disse, essa é uma pesquisa do Comitê Gestor da Internet, que traz o percentual de pequenas e médias empresas no nosso País; hoje chegam a 55% os empreendimentos que têm de um a nove funcionários.

O tema da proteção de dados, que é o tema do Projeto de Lei nº 181, é um tema – não apenas para a Abranet, mas para toda a sociedade brasileira, inclusive para nós que representamos as associações – muito caro. Ele interessa não apenas por ser o principal ponto de intersecção entre o mundo público e o mundo privado, mas também por ser um tema que pode impactar severamente o futuro do desenvolvimento das atividades de internet no Brasil.

Bom, só para falar um pouco dos sujeitos que essa lei abarca, temos os e-consumidores, que são todas as pessoas que fazem uso da plataforma da internet, seja para se informar, seja para comprar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Carol, eu me esqueci de informar o tempo. Nós temos, inicialmente, o tempo de dez minutos para exposição. Caso necessário, acrescentamos alguns minutos.

A SRª CAROL CONWAY – Obrigada Senador, acredito que não chegarei aos dez minutos, pretendo ser breve.

Então, temos de um lado os e-consumidores, que são tanto as pessoas que fazem uso da plataforma para se informar quanto aquelas que pretendem comprar um bem e até aquelas que pretendem manifestar uma opinião ou mesmo uma crítica sobre algum ponto. Os usuários são não apenas as empresas, mas também a economia digital como um todo, leia-se empresas que estão no mundo *off-line* e que passaram a ter, na internet, mais uma plataforma de realização de negócios. Além desses, há o Governo nos seus diversos papéis e não apenas como um provedor de políticas desenvolvimentistas. Ou seja: mesmo nas atividades que não necessariamente abarcam a internet, o Governo é sujeito das normas que estão sendo disciplinadas nesse projeto, como provedor de políticas públicas que trabalham com dados. Por exemplo, o Bolsa Família ou mesmo as obrigações decorrentes da Lei de Acesso à Informação, que estão sujeitas à exposição de dados.

O Governo também tem o papel de indutor do desenvolvimento tecnológico e com ele alguns objetivos desse projeto de lei são abarcados principalmente quando se fala da garantia da liberdade de informação do cidadão por meio da internet.

O tema da proteção de dados é especialmente caro ao desenvolvimento da sociedade porque ele abarca não apenas a proteção de dados em si, mas também diversos outros temas que estão constitucionalmente colocados. A Abranet entende como necessário que esse Projeto de Lei analise também o tema da proteção de dados sob essas óticas, ou seja, é preciso não apenas olhar a proteção de dados, o tema em si, mas também todos os outros direitos e liberdades que dizem respeito à proteção de dados e que são impactados por ela.

Exemplo, o direito à expressão e à informação. O usuário, por meio da Internet e dos modelos que estão na Internet, teve acesso a muitas informações que antes eram mantidas apenas para as classes mais elitizadas. E esse modelo de acesso à informação pelo usuário foi muito viabilizado, por exemplo, pelo modelo em que não existe cobrança direta do usuário, mas sim um modelo em que há cobrança do anunciante para que determinada informação seja disponibilizada para todos os usuários na Internet. Ou seja, o usuário não paga diretamente ao provedor. Ele paga mediante sua audiência, que, por consequência, gera a captação de publi-

cidade nas plataformas de internet. Então, esse direito à informação e o direito de expressão, que é decorrente da existência da plataforma, devem ser pesados na hora de escrever artigo sobre proteção de dados.

Eu me refiro, por exemplo, ao art. 9º do Projeto de Lei 181, que impõe algumas restrições à veiculação de publicidade na internet. Então, é necessário pensar o projeto de lei não apenas sob a ótica da proteção de dados, mas também permeada pelo direito à expressão e informação. É necessário ter cuidado.

A livre iniciativa, que beneficia não apenas empresas, mas também os próprios consumidores com o bem-estar que é decorrente da competição entre empresas é outro ponto que deve ser permeado nas discussões sobre privacidade, porque muitas empresas, principalmente as pequenas e microempresas, antes não tinham como divulgar seus produtos ou apresentá-los ao internauta ou ao consumidor em geral. E esse modelo, o modelo que está posto, permitiu o desenvolvimento de pequenas e médias empresas para que rapidamente elas possam crescer e ter visibilidade na Internet.

Então, a livre iniciativa é outro princípio constitucional que deve permear as discussões ora postas, tendo em vista que qualquer erro nesse projeto pode levar ao impedimento do desenvolvimento de empresas pequenas em face de entraves à publicidade.

Outro princípio que deve ser avaliado é o do desenvolvimento tecnológico do País. Hoje em dia, muitas empresas inovam em pequenas garagens, em pequenos locais. E essa inovação é decorrente da liberdade de criação de modelos de negócios e de incentivo governamental ao desenvolvimento da Internet. Modelos muito rígidos ou pouco pensados principalmente em relação a detalhes técnicos podem rapidamente travar o desenvolvimento dessas pequenas empresas. Portanto, o que a Abranet recomenda e sugere é que o princípio do desenvolvimento tecnológico seja considerado nas discussões do PL nº 181.

Na verdade o tema do desenvolvimento tecnológico é citado em diversas passagens da Constituição Federal, mas, só para deixar claro e trazer um exemplo, cito o art. 219 da Constituição, segundo o qual o mercado interno integra o patrimônio nacional e deve ser incentivado, tendo em vista viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos da lei federal.

Bom, já caminhando para o final, gostaríamos de deixar alguns conceitos para avaliação desta Comissão:

1) Conceitos importam. Não adianta termos medo da tecnologia. É necessário que o projeto de lei se debruce sobre os conceitos técnicos e separe cada tipo de dado que pretende regular determinadas obrigações. Dados sensíveis não são equivalentes a dados pessoais, que não são equivalentes muitas vezes a dados cadastrais ou a simples dados anonimizados, aqueles que não levam a identificação do usuário. Transparência é a regra de ouro. Ou seja, muito automaticamente se pensa na existência de consentimento para toda e qualquer prática que envolva a proteção de dados no Brasil ou no mundo. No entanto, com o sentimento, ele pode ser útil em determinadas hipóteses, mas, em outras situações, ele não é a melhor forma de se obter o real consentimento do usuário.

Eu ouvi dizer que já há empresas até criando *softwares* para que o usuário possa dar um consentimento de forma massiva. E acho que não é isso o que se quer com o consentimento. O que se quer com o consentimento é o consentimento real do usuário. Então, esse consentimento tem que ser dado quando ele for apropriado, mas a transparência deve ser a regra de ouro, mais do que o consentimento, para que o usuário saiba o que está sendo feito com os seus dados e, por outro lado, quando necessário, ele dê um consentimento.

Bom, a definição dos sujeitos, como eu já disse, precisa ser aperfeiçoada. No projeto de lei, existem diversas passagens que falam, por exemplo, que dados podem ser armazenados e, enfim, tratados pelo Governo por motivos de segurança pública, e esse conceito está muito vago. Ou que ao Governo não se aplica a regra de consentimento quando ele tiver dificuldade em obter o consentimento. Então, precisamos trabalhar não apenas nos conceitos e na transparência, mas também nas definições de sujeitos. A regra de proteção de dados tem que valer para todos os sujeitos.

Bom, a regulação eficiente é bem-vinda. Nós louvamos a iniciativa desta Comissão, do Relator e do autor do projeto, mas pedimos que a regulação seja principiológica e que exista espaço para a autorregulação. Um bom exemplo que temos é a chamada Capem – vejo vários dos meus colegas de Capem aqui –, que era o código de autorregulamentação para a prática de *e-mail marketing*.

Lá por 2009 toda a sociedade se reuniu, os representantes da sociedade se reuniram, para diferenciar o que é um *e-mail marketing* do que é um *spam*. E essa autorregulação está em vigor desde 2009, estabelecendo certos princípios éticos para a indústria. A indústria séria tem todo o interesse em ter regras éticas para que empresas que não são sérias – vamos dizer assim – não roubem o seu consumidor de uma forma anticompetitiva. Então, o espaço para a autorregulação deve ser deixado e deve ser pensado. E, como a Abranet faz parte também do Capem, estamos à disposição para melhor explicar aos Senadores, se assim desejarem.

Bom, em relação à autoridade competente,...

(Soa a campanha.)

A SRª CAROL CONWAY – ... que será o meu último ponto, o texto fala em autoridade: a autoridade vai regulamentar; a autoridade vai disciplinar. Se for criada determinada autoridade, o que a Abranet, em princípio, imagina é que essa autoridade deva se dar no modelo do Comitê Gestor da Internet, muito bem sucedido por trazer para a mesa e para os debates todos os interesses envolvidos em toda e qualquer deliberação sobre a regulação, sobre a proteção de dados. É aquela velha questão: se você pergunta uma história para duas pessoas, a verdade está na terceira, no equilíbrio das duas versões. Então, o modelo de *mood stakeholder* é muito louvado pela Abranet, que acredita que esse é um bom exemplo de como se obtêm boas decisões na regulação da internet.

Por fim, regime de sanção e prazos são alguns dos temas sobre os quais nós temos alguns comentários.

(Soa a campanha.)

A SRª CAROL CONWAY – E pedimos que se olhem as regulamentações de outros países e não apenas a regulamentação europeia, que inclusive está em revisão. Muitas empresas que estão na Europa não entendem se obedecem a regras do país A, do país B ou da autoridade reguladora em nível europeu. Nós pedimos que sejam olhados todos os países e que deles seja tirada a melhor experiência como, digamos assim, jurisprudência para nós, mas que nós tenhamos a nossa própria autonomia.

Por fim, diante dos interesses...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tempo, por favor.

A SRª CAROL CONWAY – ...envolvidos nesse projeto de lei, sugerimos que ele tramite também pela CAE, pela CCT e que, eventualmente, abra-se o espaço de uma consulta pública, como foi no Marco Civil.

Muito obrigada, Senador; muito obrigada a todos. E fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Srª Carol.

Passamos a palavra agora ao Sr. Leandro Vilain.

O SR. LEANDRO VILAIN – Muito obrigado. Bom dia a todos, Ex^{mo} Sr. Senador Anibal Diniz, integrantes desta Mesa, inicialmente eu gostaria de agradecer o convite desta audiência pública para e parabenizar a Comissão pela iniciativa de debater tema tão importante para a sociedade.

Não há dúvidas de que a proteção de dados é uma questão de grande relevância e também extremamente complexa. Por essa razão, o assunto deve ser analisado de maneira profunda, de modo a garantir que justamente aquele que se busca proteger não seja prejudicado, ou seja, o consumidor final. Assim, entendemos que, apesar de nobre a intenção do autor, a Proposta de Lei nº 181, de 2014, põe em risco toda estrutura de análise de risco de crédito para o mercado financeiro, o que é extremamente danoso ao consumidor final. Embora represente uma oportunidade de avanço social e econômico, a inclusão financeira exige maiores níveis de conhecimento sobre a população que está ingressando agora no mercado financeiro, no mercado de crédito, bem como o esforço de desenvolver modelos de análise de crédito ajustada à realidade de um consumidor que, agora, está entrando no sistema.

Dessa forma, é fundamental coletar informações úteis para toda análise de crédito de cada novo cliente sob o risco de se ter índices crescentes de inadimplência no mercado, trazendo desequilíbrio ao sistema financeiro e prejudicando aqueles que apresentam um bom histórico de crédito.

Ao estabelecer restrições no tratamento de dados e obrigatoriedade de publicação nas metodologias utilizadas pelas instituições financeiras, o projeto de lei reduz a capacidade de realizar análise de créditos com acurácia, prejudicando a competição no mercado ao impedir ofertas mais justas a cada perfil de risco. Além disso, o projeto propõe que os modelos de análise não sejam mais de conhecimento privativo, tornando públicas as metodologias utilizadas e, portanto, aumentando significativamente o risco de fraudes no sistema.

Um sistema de informações de crédito preciso e de alta eficiência fornece benefício para os consumidores, permitindo-lhes um maior acesso ao crédito em condições favoráveis, bem como a capacidade para monitorar suas dívidas. A transparência e a boa governança do sistema de informações também são importantes para ampliar o acesso de novos clientes aos mais variados tipos de crédito e, ao mesmo tempo, para melhorar a gestão de risco das instituições financeiras.

O tratamento das informações constantes dos bancos de dados que reúne informações sobre consumidores apresentam dupla vantagem para o consumidor. Em primeiro lugar, contribuem para o desenvolvimento de sua reputação junto ao sistema financeiro e, em segundo, contribuem para o uso responsável do crédito, colaborando para o melhor gerenciamento das finanças pessoais e evitando comportamentos que levem a um endividamento excessivo.

Agora, analisando o projeto de lei, vamos a alguns dos principais pontos que consideramos negativos e que merecem a nossa atenção. De acordo com a proposta, art. 5º, o titular terá direito de conhecimento da lógica subjacente ao tratamento automatizado desses dados e comunicação individualizada sobre essas informações. Sendo assim, o PL está comprometendo todo o processo de análise de crédito, ampliando a vulnerabilidade às fraudes, na medida em que se torna pública a metodologia de decisão de crédito, facilitando a ação de fraudadores para prover informações inverídicas para a decisão de crédito no sistema financeiro.

A proposta de tornar pública a metodologia de tratamento de dados traria ainda um ambiente de menor competitividade, na medida em que todas as instituições financeiras seriam conhecedoras dos modelos de crédito do mercado de seus competidores, havendo uma tendência a médio prazo de se adotar uma convergência num modelo de análise do sistema financeiro para um modelo único.

Cabe ainda lembrar a importância de cada instituição financeira em manter em seu próprio conhecimento no tratamento desses dados, criando uma oportunidade em termos de cada uma das instituições com a própria estratégia comercial em avaliar o seu risco de seus clientes de se tornarem inadimplentes ou não.

Essas diversas estratégias comerciais também levam a uma maior competitividade e um equilíbrio saudável do mercado, na medida em que essas ferramentas geram avaliações importantes para se evitar o superendividamento por parte dos clientes. Além disso, as complexidades do modelo de decisão de crédito nos levam a crer que o compartilhamento dessas informações seriam de pouca compreensão por parte do consumidor e não haveria nenhuma utilidade dessa informação.

Lembramos ainda que este modelo de tratamento automatizado leva em consideração um elevado número de variáveis e, na maior parte das vezes, a rejeição de uma proposta de crédito não se dá por um único fator, mas, sim, por uma combinação de variáveis que são únicas a cada indivíduo. Apenas para contextualizar, poderíamos aqui tentar traçar um paralelo com os critérios de análise de processamento, por exemplo, do imposto de renda de pessoa física no Brasil. Se aplicado o mesmo modelo de tratamento que está sendo proposto aqui, no PLR, a um processamento do imposto de renda, poderíamos, então, imaginar que a Receita Federal teria que abrir toda a metodologia de avaliação a todos os contribuintes, abrindo possibilidades para sonegação e solicitação de análise manual de uma quantidade gigantesca de declarações, o que, possivelmente, levaria todo um sistema a um colapso em curto espaço de tempo.

Adicionalmente, a possibilidade de haver um elevado número de demandas administrativas e judiciais levará o sistema a uma incerteza do ambiente jurídico aumentando o risco, diminuindo a automação dos processos e, por consequência, a maior restrição ao crédito ou a um maior descontrole das operações, que é um dos pilares do sistema financeiro nacional.

O outro ponto que destacamos é que a necessidade de comunicação individualizada ao titular da informação, prevista no art. 5º, inciso III, elevaria sobremaneira os custos da análise.

Adicionalmente ainda, o inciso IV do mesmo artigo, ao requerer que seja informada a finalidade que fundamentou a coleta de dados, impedirá que dados coletados para uma finalidade específica sejam utilizados para outra finalidade, novamente elevando injustificadamente os custos de coleta.

Já no art. 10 é assegurada ao titular dos dados a possibilidade de impugnar a avaliação de crédito baseada no tratamento automatizado de dados, bem como o direito à obtenção de decisão humana. Ora, se cada instituição financeira tem o direito de adotar a sua própria política de crédito baseada em regras e controles, não faz nenhum sentido adotar uma prática de revisar uma proposta de crédito que já tenha sido declinada pelo sistema automatizado. Essa revisão, através do atendimento humano, simplesmente repetirá a aplicação das regras adotadas pela instituição, chegando à mesma conclusão de um sistema automatizado. A repetição da análise sobre as mesmas regras obterá, nesse caso, o mesmo resultado, simplesmente trazendo mais incerteza ao processo, na medida em que a aplicação desse procedimento sob forma de atendimento humano está sujeita a falhas que o sistema automatizado não teria, além de ser mais ineficiente e mais lento.

Além disso, o tratamento das informações de forma automatizada gera a oportunidade de aplicação de regras muito mais específicas a cada grupo de clientes, podendo gerar centenas ou milhares de modelos diferenciados, tornando ainda mais justa a análise de crédito. Já no atendimento humano, em função da capacidade do ser humano na memorização de critérios, as aplicações de regras de crédito teriam que ser mais simplificadas, trazendo as decisões de crédito para uma média da carteira de crédito, podendo gerar injustiça para clientes que estão fora dos padrões médios das carteiras.

Ainda no mesmo artigo, há previsão ainda de que o titular tenha o direito à obtenção de decisão humana fundamentada. É importante dizer que a fundamentação para uma decisão de crédito nem sempre está baseada em uma única variável, mas em um conjunto de informações que, de forma agregada, compõem a decisão de crédito. O compartilhamento dessa decisão, conforme mencionado anteriormente, trará uma enor-

me vulnerabilidade às fraudes de crédito, maior incerteza jurídica e será de muito pouco entendimento e uso para o consumidor usual, devido à sua complexidade.

Para a análise de crédito, portanto, é livre a adoção, pelas instituições financeiras, de critérios internos no estabelecimento de limites, desde que não sejam discriminatórios, possibilitando a essas se valerem do direito de conceder crédito a quem quiserem, em virtude da liberalidade da contratação.

Também no art. 6º, inciso II, há a previsão do direito a recebimento de indenização por dano moral coletivo, sem haver adequado tratamento normativo do processo em que tal dano deva ser discutido.

Dando sequência, o art. 7º dá a possibilidade ao titular dos dados de exigir, em um prazo máximo de cinco dias úteis, relatórios que contenham todas as informações relevantes sobre os tratamentos de dados, como finalidade, forma da coleta e período de conservação, trazendo insegurança jurídica sobre o critério da informação a ser compartilhada, o que trará mais retrocesso nos processos de análise de crédito e controle das instituições financeiras.

O art. 12 estipula uma série de restrições que inviabilizarão a atividade de uso e tratamento das informações para a adoção de melhores decisões. O inciso II, ao prescrever que o tratamento se dará para finalidades específicas e delimitadas, impedirá que dados coletados para uma finalidade, mas também úteis para outros fins, possam ser utilizados para finalidade diversa daquela para a qual foram originalmente coletados. O inciso III leva o mesmo efeito, ao vincular o prazo em que os dados podem ser utilizados para uma finalidade específica.

O consentimento expresso por parte do titular, previsto no art. 6º, inciso IV, como coleta, armazenamento e tratamento de dados, e o conhecimento da lógica subjacente ao tratamento automatizado de dados...

(Soa a campanha.)

O SR. LEANDRO VILAIN – ... levarão também a uma grande quantidade de informações ao cliente, que não terá capacidade de interpretar e tomar uma decisão que seja favorável a ele próprio, gerando prejuízo a um sistema que hoje funciona favoravelmente.

É importante lembrar ainda que no Brasil os cadastros positivos e negativos submetem-se já a diversas exigências preocupadas com a tutela das partes vulneráveis na relação de consumo. Entre outros limites, a consulta a dados dele constantes já depende de autorização do cliente, no caso do cadastro positivo, e a anotação em cadastro negativo, que deve ser comunicada ao consumidor.

Finalmente, já no art. 13 há a previsão de que o tratamento de dados deverá ser feito somente na execução de um contrato ou na fase pré-contratual de uma relação em que o titular seja parte.

Essa limitação simplesmente levará alguns dos sistemas antifraude que temos hoje no sistema financeiro ao colapso, como, por exemplo, o de cartões de crédito, uma vez que há hoje a necessidade de análise comportamental prévia do cliente para se avaliar o risco de uma transação fora dos padrões de comportamento em ambiente de alta disponibilidade, vinte e quatro horas, sete dias por semana. Se aprovada, essa limitação restringirá a capacidade analítica dos padrões de compra, impedindo que se avalie, por exemplo, se uma transação de cartão de crédito pode ser aprovada ou se destoa totalmente do padrão de compras do titular do cartão, lembrando que não haveria como executar essa análise no momento da transação.

Ainda no PL, as multas previstas no art. 27 são exorbitantes, na medida em que preveem 5% do faturamento do grupo econômico no Brasil, excluindo tributos ou mesmo a proibição, por cinco anos, das atividades de tratamento de dados pessoais, o que poderia levar a empresa em questão a uma esfera de perda de competitividade perante o mercado competitivo, como o da indústria financeira no Brasil.

Portanto, como já foi dito aqui, a importância do tratamento de dados pessoais de forma automatizada e ampla é de fundamental importância para termos equilíbrio nos controles de crédito, destacando-se como ferramenta fundamental para a calibragem das taxas de juros cobradas nessas operações. Além disso, podem ser observadas a melhoria do conhecimento dos bancos de dados sobre as características dos candidatos a tomar crédito, permitindo fazer avaliação acurada da probabilidade de quitação, a análise dos tomadores de crédito com bons históricos para que consigam melhores taxas, tornando o sistema mais justo. As análises dos bancos de dados funcionam também como mecanismo de disciplina, incentivando os tomadores de crédito a refletir sobre a sua capacidade de pagamento, evitando-se o super endividamento.

Finalmente, para concluir, apesar de se tratar de uma matéria que visa dar maior segurança jurídica e proteção ao manejo de dados pessoais, o Projeto de Lei 181 se excede na sua pretensão, a ponto de prejudicar a outra ponta da relação de consumo, a instituição financeira e, finalmente, ao consumidor. No tocante ao mercado de crédito, suas disposições são danosas, atingem a avaliação do risco de crédito, o que compromete todo o sistema, tanto pressionando as taxas de juros ao consumidor para cima quanto deixando o setor mais permeável à fraude.

Pelas razões expostas, estamos recomendando o aprofundamento das discussões no sentido de maior cautela e, por isso, a alteração substancial de todo o projeto ou, alternativamente, estamos nos manifestando pela rejeição integral ao projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Leandro Vilain. Agora, passo a palavra ao Sr. Paulo Rená da Silva Santarém, que é Diretor do Instituto Beta Para Internet. O Sr. Paulo Rená tem o tempo de dez minutos para a sua apresentação.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – Primeiramente, bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Gostaria de agradecer à CCJ do Senado pela possibilidade não só de falar, mas de ouvir as demais posições aqui colocadas. É sempre interessante que façamos debates públicos sobre assuntos de interesse público.

Sou Paulo Rená, Diretor do Ibidem. Vou fazer uma apresentação em três grandes partes. Primeiro, farei uma contextualização deste momento que estamos passando. Num segundo momento, falarei da proteção de dados de forma geral e, num terceiro momento, falarei sobre o PL, o que farei no nosso breve tempo, de nove minutos agora.

Agradeço, então, ao Senado e ao Idec pela possibilidade de representá-los aqui. Somos uma Associação sem fins lucrativos. O Ibidem está sediado em Brasília, tentando fazer eco ao que diversas outras instituições, como, por exemplo, a Intervezes, presente aqui também, e diversos outros entes da sociedade civil, que têm se ocupado de tratar de temas da agenda da cultura digital e também da proteção de dados pessoais, que extrapolam a Internet como um todo.

Estamos em um momento histórico, queria ressaltar, com o Congresso funcionando após as eleições, o que é um dado bastante positivo, funcionando de verdade, e num momento em que o Estado se debruça a debater a privacidade, ainda com bastante atraso, algo que deve ser elogiado.

Uso como referência para atraso o fato de que, na Europa, já temos uma lei de 1981, uma norma que se vê no debate para atualização de uma regulamentação geral no âmbito da União Europeia. De qualquer forma, temos o PLS 181 e, além disso, o debate, que tem sido promovido desde 2010, pela Senacon, do Ministério da Justiça, a respeito da produção de dados pessoais.

O importante agora, o que falta a partir desse debate institucional e até para o sucesso do debate institucional, é que ele seja acompanhado também de um debate social, que esse tema entre na agenda do dia a dia, que esse tema passe a ser considerado pelas pessoas comuns.

Lembro que, segundo o argumento do escritor e jornalista canadense Cory Doctorow, a privacidade não é exatamente percebida em suas consequências quando cada ser humano faz a sua escolha. Ele faz um paralelo com o fumo. Se, a cada tragada em um cigarro, começasse a brotar um câncer no peito do fumante, ninguém fumaria. A questão é que os problemas de saúde vêm um futuro longínquo e permite que se postergue pensar sobre esses problemas. O mesmo ocorre na privacidade: algumas escolhas que são feitas, algumas propostas que são colocadas não conseguem enxergar as possíveis e reais consequências dessas escolhas por se tratar de um futuro longínquo.

Como podemos enfrentar a proteção de dados pessoais como um problema social real? Acho que o Brasil inteiro e muitos países no mundo tiveram a possibilidade de refletir sobre esse assunto com as revelações de Edward Snowden sobre como a soma de grandes dados, Big Data, em especial de metadados, com a falta de um controle, pode levar a uma situação de completo risco para a privacidade em geral. Mas foi facilmente percebido como isso afeta governos, como isso afeta Estados, como isso afeta governantes no Brasil, especificamente; mas não se conseguiu com isso, a meu ver, sensibilizar as pessoas comuns. As pessoas comuns ainda estão no patamar de se verem e imaginar que não devem nada a ninguém; então, por que eu deveria me preocupar com minha privacidade?

Focando ainda na questão do Estado, trago o argumento também do pensador americano, Jack Balkin que coloca que os Estados Unidos estariam já vivendo, com relação a dados pessoais, o que ele chama de “estado de vigilância nacional”. Seria um tipo de estado de informação para qual os corpos dos seres humanos, dos cidadãos, não são apenas corpos governados, mas são vistos como fontes de informação que podem ser utilizadas, claro, também para prestação de serviços públicos, mas, eventualmente, para a persecução de crimes. Então, diversas funções do estado podem se desenvolver a partir dessa exploração, dessa mineração de dados. Inclusive, as próprias pessoas podem não saber sobre si mesmas. Então, trata-se de saber quantas vezes por semana você passa por determinada rua ou tem determinado comportamento e eventuais projeções desse tipo.

O Estado, nesse contexto, pode se colocar como autoritário, que vai se mostrar como um glutão e absorver informações demais e será miserável no sentido de não divulgar essas informações a ninguém ou poderá ser democrático e atuará de uma forma que ele coloca como *gourmet*, em que o Estado vai analisar os dados que, para ele, são sensíveis apenas, e filantropo, na medida em que ele vai divulgar sim, vai ser transparente sim em todos os seus procedimentos, inclusive para permitir o controle democrático, que é necessário.

Faço um parêntese aqui para dizer que muito dessa fala em relação ao Estado ressalta – já adiantando um problema material em relação ao projeto – que ele se centra, apesar de tratar de algumas formas do Estado, na regulação da questão privada. Não podemos nos esquecer de que o Estado é, sim, um grande gestor de dados pessoais. Então, é muito importante que o projeto em sua essência – e ao longo de todas as suas exposições – trate dessas duas possibilidades.

Voltando ainda à alegoria de Jack Balkin, do “estado de vigilância nacional” – desculpem, não é alegoria, mas a observação dele com relação à realidade – ele traz a ideia de que esse Estado traz três riscos para o constitucionalismo: primeiro, a possibilidade de que a legislação traga faixas paralelas ou exceções por meio das quais a ação do Estado possa se desenvolver. Em seguida, além desse risco, há a hipótese de que essa faixa paralela passe a se transformar no que seria a faixa principal, passando a ser tradicionalmente percebida como a principal via de atuação na gestão dos dados pessoais. Um terceiro risco seria uma atuação conjunta entre Estado e entes privados, de tal forma que a regulação não consiga captar, efetivamente, a atuação de nenhum dos dois atores.

Um exemplo seria na relação da NSCI com o Facebook, em que há acusação de que dados seriam coletados pelas empresas privadas, Facebook, Yahoo, Google ou quaisquer outras grandes ou pequenas empresas de internet de que os usuários se utilizam, e esses dados seriam acessados pelo Governo sem o controle, seja porque as empresas não têm como vedar esse acesso, seja porque elas dão esse acesso conscientemente.

Ainda no contexto da proteção de dados, o Brasil conta com o Decreto nº 592, de 1992, que internacionalizou o pacto internacional dos direitos civis e políticos, que é de 1966, se eu não me engano.

Pois bem, no art. 17 deste decreto, consta a previsão de que:

1) ninguém poderá ser objetivo de ingerências arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais às suas honra e reputação;

2) Toda pessoa terá direito à proteção da lei contra essas ingerências ou ofensas. E, aí, nesse contexto, a gente passa, então, a importância do debate do PLS nº 181.

Vou pular, aqui, a referência à atuação internacional do Brasil na ONU, e ao relatório recente, divulgado em outubro de 2014, que ressalta a necessidade de pensar o risco de a vigilância em massa pública ou privada corroer a privacidade dos cidadãos e implicar violações de direitos, para tratar, agora, ao final, dos problemas, efetivamente, do PLS nº 181.

Primeiro, aponto, apenas aludo a problemas formais, que podem ser verificados facilmente na leitura do projeto, como, por exemplo, o fato de que diversos artigos, entre eles o art. 1º, carecem de referências expressas ao dispositivo de que trata, ao falar de dispositivos constitucionais que tratam da privacidade, ditame constitucional, em vez de falar expressamente do art. 5º, seus incisos X e XII, que garantem a privacidade e a intimidade, o que não respeita o art. 11, alínea “g”, da Lei Complementar nº 95/1998.

O art. 5º, inciso VIII, chama de “proprietário do banco de dados”, sendo que o mesmo artigo, no inciso anterior, fala em “responsável pelo banco de dados”, demonstrando, aí, uma atecnia simples, mas que tem ecos ao longo do projeto. Aponto como problema real, no Projeto, a questão de definição dos dados pessoais, que está muito tímida, e não enfrenta o problema em toda a sua profundidade.

Aproveito para criticar, também, a emenda proposta pelo Relator, nesta CCJ, que retira a proteção com relação aos dados biométricos. E, aí, abro um parêntese para uma questão que, também, passou ao largo da sociedade. Não houve debate público, tampouco houve um controle legislativo pelo Congresso, seja pelo Senado, seja pela Câmara, com relação à biometria empreendida pelo TSE, por meio de portaria, valendo-se de uma regulamentação, sem o controle democrático, sem a menor possibilidade de que houvesse uma oposição, um debate de perspectivas com relação a se é, realmente, necessário que cada eleitor ofereça – seja exigido – a sua digital para votar, digital que a gente, hoje, apresenta em bancos, na entrada de qualquer prédio público. Acho que essa abertura não seria interessante no Projeto, que se propõe justamente, a proteger dados pessoais.

E há a questão da faixa paralela, na referência ao Jack Balkin, do “estado de vigilância nacional” – vou pinçar, aqui, entre várias disposições, o art. 13, que já foi citado – em que há diversas possibilidades com que pode ser feito o tratamento de dados pessoais, uma delas é quando é necessário para realização de atividades específicas de pessoas jurídicas de direito público, quando o consentimento for um obstáculo à consecução do interesse público.

Esse tipo de exceção materializa essa preocupação com o que seria uma faixa paralela. O Estado está correndo por fora em relação às diversas restrições que são colocadas à sociedade civil. E, nesses incisos do art. 13, não há clareza se eles têm que ser observados em conjunto ou se eles têm que ser observados individualmente. Basta que seja na execução de um contrato, e não haverá necessidade de consentimento expresso ou todos eles têm que ser preenchidos ao mesmo tempo? Isso não faz sentido, na medida em que não haverá contrato com um ente de direito público; será uma relação administrativa.

Além disso, eu aproveito para pontuar, também, ainda, de passagem, a questão das sanções, notadamente do art. 27, inciso III, que estabelece uma multa sobre o faturamento do grupo econômico, que não é exatamente adequada...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tempo.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – E, bom, em respeito ao tempo, pedindo desculpa por me alongar na abordagem do Projeto de Lei do Senado nº181, agradeço, novamente, a oportunidade e coloco-me a disposição tanto dos Senadores aqui presentes como da sociedade em geral para empreender esse debate, que é essencial, já estamos em atraso, mas ainda assim é importante para o Brasil, como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Paulo Rená. Concedo a palavra agora ao Sr. Leonardo Augusto.

O SR. LEONARDO AUGUSTO FURTADO PALHARES – Ex.^{mo} Sr. Senador Anibal Diniz, muito obrigado pelo convite para participar desta audiência pública. Na pessoa de V. Ex.^a, saúdo os demais integrantes desta Casa e o público em geral. Bom, meu nome é Leonardo Palhares, sou Vice-Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, a Camara-e.net, e, sem dúvida nenhuma, esse é um tema que é muito importante para nós.

Antes de entrar no debate do tema, acho que faz sentido informar aos senhores acerca da instituição que representamos e em nome de quem falamos aqui.

A Camara-e.net é uma instituição criada há 14 anos, multissetorial, com o foco, na época, de tratar e ajudar no desenvolvimento do comércio eletrônico no Brasil. E, obviamente, com o desenvolvimento do comércio eletrônico em si, evoluímos para algo muito maior que isso. Não se fala de comércio eletrônico puro e simplesmente, fala-se de economia digital.

A Camara-e.net é uma instituição que congrega as maiores empresas da economia digital no Brasil, parte delas, e grandes empresas do mundo. E todas elas estão juntas com o intuito e com o objetivo de, justamente, fomentar a economia digital, desenvolver o mercado, desenvolver novas iniciativas. E essa é uma bandeira que a câmara, ao longo dos últimos 14 anos de sua existência, vem segurando e defendendo com muita bravura, ou seja a de se capacitar novos empreendimentos na internet.

Como exemplo, cito uma iniciativa que a câmara já há 11 anos desenvolve, que se chama Ciclo MPE. É um ciclo de capacitação do micro e pequeno empresário digital, que a cada ano percorre 20, 25 cidades no Brasil – é um ciclo itinerante, presencial – capacitando os pequenos empresários a fazer uso da ferramenta digital, da internet, como meio de aferição de renda e de desenvolvimento. São quase quatro mil, cinco mil empresas por ano. São empresários que frequentam esse ciclo e que nos dão hoje a soma de mais de 50 mil pessoas que frequentaram e participaram dos eventos da câmara, nessa função de justamente fomentar o mercado.

Bom, passo objetivamente agora à análise do tema em debate e aproveito aqui para limitar um pouco a minha participação, a minha expressão nesse ponto, já que foi dito pela Carol da Abranet, a primeira pergunta que se faz é: proteção de dados, a quem se aplica? Proteção de dados, tratamento de dados, coleta de dados e uso de dados, não é assunto novo, isso não foi inventado com a internet. Esse é um assunto que data de muito tempo, e é óbvio que ele ganhou novos contornos a partir do modelo econômico que a internet usa hoje. No entanto, esse assunto não é um assunto exclusivo ou privilégio de Facebook, Google e outras grandes empresas que há por aí. Na verdade, a proteção de dados, o uso dos dados, no dia a dia, é uma questão de toda a sociedade, que vai muito além do mundo *on-line*; abrange o mundo *off-line*. Na verdade, deve ser por esse ângulo que o PLS nº181 deve ser considerado bem como toda e qualquer discussão sobre proteção de dados no Brasil.

A proteção de dados, apesar de aqui eu estar representando uma instituição da economia digital, tem que ser considerada em todos os seus aspectos.

Bom, antes até de entrar no PLS, eu acho que faz sentido, um pouco, sinalizar para todos o que é a economia digital no Brasil e quais são os impactos, quais são os impactos, quais são os números relacionados, os usuários de internet no Brasil.

Segundo dados da Consultoria E-bit, o comércio eletrônico no Brasil representou no ano de 2013 algo perto de R\$30 bilhões em receita. São números que vêm crescendo em índices e percentuais superiores a 20%, 25% ao ano. São índices para deixar a economia chinesa com inveja. E isso mostra quão profícuo é o mercado e a economia digital no Brasil.

O Brasil hoje tem mais de 100 milhões de pessoas conectadas, fazendo uso da internet. É mais do que a metade da população brasileira conectada e fazendo uso. A internet hoje é democrática o suficiente para permear e ultrapassar toda e qualquer classe social. Não é mais uma questão de determinadas classes, nichos ou segmentos. A internet está aí para todo mundo e vem se desenvolvendo nesses espaços apesar de termos hoje, como já foi louvado aqui, a aprovação do marco civil da internet.

Durante todo esse tempo, a internet se desenvolveu sem ter necessariamente uma regulação específica que a vinculasse. Também baseados nesses princípios ou bases, os usuários da internet vêm cada vez mais usando a internet, sentindo-se confortável com a ferramenta, entendendo as funcionalidades, as possibilidades que a internet traz, fazendo um uso cada vez mais crescente daquilo que a internet pode oferecer.

Como conclusão desse ponto, existe um critério muito importante de desenvolvimento econômico, e estamos falando de um mercado, falando apenas de e-commerce, de são R\$30 bilhões. Mas estamos falando também de um aspecto democratizante do desenvolvimento social muito grande que a internet representa para o Brasil.

E esse modelo de desenvolvimento só foi tão eficaz e tão eficiente exatamente porque a internet hoje funda-se sobre um modelo econômico de gratuidade. Ninguém paga para ter acesso a um buscador, ninguém paga para ter acesso a notícias na internet. Todo mundo pode ter um *e-mail* com boa capacidade de armazenagem sem pagar nada na internet. “Não tem nenhum lanche grátis”, como diz o ditado. O modelo econômico da internet e toda questão econômica da internet passa através disso.

O uso da internet é gratuito, temos 50% da população brasileira fazendo uso dela, mas a apreciação econômica está também nos dados, na coleta dos dados e na possibilidade, a partir da coleta de dados, que as empresas que fazem uso da internet têm de oferecer aos usuários melhor experiência. É aquilo de que hoje muito se fala, a “experiência do usuário”, o fato de se poder direcionar melhor os interesses, as atividades de uma pessoa a partir da interpretação dos dados que é feita.

Feita essa introdução, temos alguns comentários específicos. Vou me poupar e me concentrar um diretamente nos comentários, já que boa parte das introduções que tínhamos para fazer já foram tratadas da bancada.

Quando se fala de regulação de proteção de dados no Brasil ou no mundo, temos de ter, sobretudo quando se trata de tecnologia e aspectos relacionadas à tecnologia, o foco nos princípios, o foco principiológico na definição do texto a ser aprovado, a ser debatido, enfim. Isso porque a tecnologia muda, mas os princípios são os mesmos. O foco tem de ser no bem jurídico protegido, e esse deve ser o tom que a lei deve ter.

A tecnologia empregada tem que ser neutra porque hoje é uma, e amanhã será outra. Mas os princípios terão de ser o foco.

Aqui, cito muito rapidamente o Código de Defesa do Consumidor, que foi aprovado em 1990 e até hoje é muito bem aplicado para questões relacionadas à internet – internet que, em 1990, nem sequer se sabia o que seria.

O segundo ponto é muito específico. Eu sou mineiro e na minha terra há um ditado que diz: “Para quem não sabe onde quer chegar, qualquer lugar está bom”. Nesse sentido, é muito importante que a lei defina, sabia e estabeleça onde se quer chegar com ela.

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO AUGUSTO FURTADO PALHARES – E, para isso, as definições que estão expostas no art. 5º precisam ser bem trabalhadas, melhor do que hoje consta do texto sob análise.

Quando se fala em proteção de dados pessoais, nós estamos falando de uma espécie que comporta vários gêneros. Na proteção de dados, temos dados que são meramente cadastrais – o nome da pessoa, o CPF, o endereço –; há dados que são considerados pessoais; aqueles dados que seriam os dados sensíveis, ou mesmo dados anônimos.

É muito importante que a lei faça essa distinção para que ela possa atribuir a devida força e proteção a cada uma das classes, sob pena de, não o fazendo, atribuir uma proteção desmedida àquela espécie de dados que não mereceria tanta proteção ou vice-versa.

A questão do consentimento também é muito importante. E aqui faço referência até ao ponto que citei aqui antes quando falei das abordagens principiológicas e do cuidado ao se adotarem determinadas técnicas ou indicarem tecnologias. A mesma coisa acontece com o consentimento.

É óbvio que tem de se basear a questão relacionada à proteção de dados aos princípios da privacidade, da intimidade, e, ao mesmo tempo, do princípio da livre expressão, da possibilidade e do desenvolvimento econômico.

Mas o consentimento em si não necessariamente precisa existir, e, existindo, não necessariamente precisa ser expresso e inequívoco, sob pena de se engessar o desenvolvimento tecnológico da internet, no Brasil, e de se prejudicar o desenvolvimento de um modelo econômico que hoje se baseia na gratuidade, que pode vir a ser.

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO AUGUSTO FURTADO PALHARES – Uma vez que não se pode ter os dados como um fator econômico necessário à operacionalidade da internet, no Brasil, haverá a possibilidade muito nefasta, eu diria, sob o ponto de vista democrático e social, de restrição ao uso da internet.

E, como último ponto, quer dizer, falando aqui da autoridade reguladora, discute-se muito sobre a possibilidade e a eficácia de uma autoridade reguladora. A camara-e.net vê com algumas restrições a necessidade de criação de uma autoridade reguladora. Esse é um assunto que estamos debatendo e discutindo muito internamente. Mas, caso seja necessário, caso seja essa a opção do legislador, que a autoridade legisladora seja única, seja estabelecida em nível federal, e que seja muito bem discutida a sua estrutura, os seus poderes, e sua competência.

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO AUGUSTO FURTADO PALHARES – Dada a matéria tratada e como se tem hoje a Constituição Brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tempo, por favor.

O SR. LEONARDO AUGUSTO FURTADO PALHARES – ...existe o risco – já termino – de que se possam criar autoridades estaduais, eventualmente, até autoridades até municipais, o que transformaria a gestão da proteção de dados, no Brasil, em uma questão caótica.

E, em sede de conclusão, a camara-e.net tem trabalhado muito sobre o tema e discutido muito sobre o tema da proteção de dados. Temos propostas objetivas a serem apresentadas a este Senado e o faremos na pessoa do Presidente, Senador Vital do Rêgo, do Senador Anibal Diniz e de todos os outros demais Senadores desta Casa. Apresentaremos, em breve, o texto, Senador.

Concluindo a minha apresentação, agradeço muito a atenção de todos e coloco a mim e a camara-e.net à disposição para qualquer questionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Leonardo Palhares. Passamos, agora, a palavra à Srª Mônica Steffen.

O SR. MÔNICA STEFFEN GUISE ROSINA – Bom dia a todos. Eu queria, primeiramente, agradecer o convite que me foi feito pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para estar aqui, hoje.

É uma honra falar em nome do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

Eu gostaria de parabenizar a iniciativa da discussão pública, transparente e aberta, neste momento.

O projeto de lei, de fato, trata de assunto absolutamente pertinente e, talvez, um dos assuntos mais relevantes da contemporaneidade que é toda a discussão relacionada à privacidade.

Eventos recentes nos mostram o quão relevante essa regulação pode ser e o quão perigoso são brechas nessa regulação e, em especial, por parte governamental, tendo em vista os vazamentos de Edward Snowden e a amplitude de conhecimentos de informações adquiridas pela NSA, nos Estados Unidos, nos mostraram.

Tenho uma fala breve, que basicamente vai apontar algumas fragilidades identificadas no Projeto de Lei nº 181, e propor algumas sugestões de como a sociedade pode trabalhar para saná-las em alguma medida.

Quero só lembrar a todos que um dos princípios para a disciplina do uso da internet no Brasil é a proteção à privacidade do usuário, e esse é um princípio estabelecido na Lei nº 12.965, Marco Civil da Internet, que se concretiza em legislações como essa, como é o escopo desse projeto. Então, tem extrema relevância, mas é importante ressaltar a importância do princípio da proteção à privacidade do usuário.

Essa é uma legislação que, no contexto, afeta diversos setores da economia. Ela não é voltada, obviamente, apenas à internet. Vou ater minha fala à internet, porque é onde tenho estudos e algum *expertise*, mas é importante lembrarmos que esse é um projeto de lei que, se virar lei, atingirá todos os serviços, todos os setores, desde instituições financeiras, passando por hotelaria, saúde, serviços educacionais, e precisa ser pensado também nesse contexto.

Nesse sentido, volto a ressaltar a importância de um debate mais amplo, mais transparente e que envolva, de fato, representantes de todos os setores que serão impactados pela lei.

Essa lei não prescinde dessa participação, só tem a ganhar com essa participação. Nesse sentido, um sistema de consulta pública aberta, como foi o caso do Marco Civil da Internet, certamente tem muito a contribuir para o avanço do projeto. Entendo, como acadêmica, ser muito mais benéfico e inclusivo.

Algumas fragilidades que identificamos no projeto, tentando ser breve: primeiro, uma amplitude terminológica adotada pelo projeto. Em diversos momentos do projeto, a amplitude é grande. A título exemplificativo, cito o art. 5º, I, que, ao definir dado pessoal, tem ali termos bastante vagos e inclui, na definição de dados pessoais, o endereço de IP do usuário.

O endereço de IP do usuário não foi criado para identificar um indivíduo, mas sim para identificar um terminal. Então, posso ter um terminal que é utilizado por diversas pessoas, ou posso ter uma pessoa que utiliza diversos terminais para se conectar à internet. Em que medida o endereço de IP, de fato, deve ser incluído na definição de dados pessoais é algo que precisa estar aberto, sim, à ampla discussão.

O inciso III do mesmo artigo também é muito amplo na definição de tratamento de dados. É um inciso extenso, que vai basicamente tratar tudo como tratamento de dados, inclusive a utilização. Então, se entendo o IP como dado e se tenho uma definição de tratamento que diz que tudo que é feito com aquele IP é tratamento, então, tudo que se faz com a minha localização, ou seja, o terminal que utilizo para acessar a internet está sujeito à legislação. Em última instância, isso inviabiliza a oferta de determinados serviços para a população que hoje democratizam o acesso à internet no Brasil. Hoje temos *e-mails* gratuitos, sistemas de buscas gratuitas, temos redes sociais que são gratuitas, e são gratuitas na medida em que parte do que ofereço em troca são dados.

Não estou dizendo que não se deva regular. É importante, sim, a regulação. Sou muito favorável, por exemplo, a uma discussão que limite a identificação do IP ao indivíduo, o que é possível por meio do tratamento de metadados. Mas dizer que o operador, a empresa, ao tratar o dado, ou seja, a simplesmente fazer uso daquele IP para que ele possa concluir o serviço que ele pretende me ofertar, é bastante complicado.

O projeto também traz disposições que, do nosso ponto de vista, são de difícil concretização. Esse é um projeto que, claramente, inspira-se no modelo europeu de proteção à privacidade. A Europa traz uma história que justifica, em grande medida, essa alta preocupação com a proteção da privacidade, e é um modelo baseado em transparência e escolha. Em diversos momentos, no projeto de lei, encontramos disposições no sentido de que o usuário de internet precisa saber o que está sendo colocado, o que está sendo feito com os seus dados, e ele precisa expressar o seu consentimento; então, é consentimento expresso.

O meu questionamento é em que medida e como isso vai se concretizar, tendo em vista o volume das informações e o volume de aplicações de internet das quais fazemos uso na nossa navegação constante e diária. Existe um número enorme de evidências hoje disponíveis que mostram que as pessoas não leem termos e condições de serviço, políticas de privacidade. Se leem, se param para ler, não têm condições de compreendê-los, dada a complexidade desses termos e dessas condições. E, ainda que tivessem as ferramentas que permitissem a compreensão desses termos, não teriam tempo hábil para fazer isso.

Convido os senhores a pensar na última navegação na internet, em quantos aplicativos foram utilizados. Se, para cada movimento na internet, eu precisar ler, entender e consentir com aqueles termos, isso, em grande medida, inviabiliza a minha navegação. Um estudo recente de uma pesquisadora chamada Elizabeth Cramer, nos Estados Unidos, mostra que, realisticamente falando, tendo em vista o número de aplicações de internet utilizadas, as pessoas passariam um terço do ano delas lendo, na sua totalidade, os termos e condições de uso de tudo aquilo que elas utilizam na internet.

Então, não sou favorável à não regulação, sou muito favorável à proteção da privacidade do indivíduo, mas precisamos refletir sobre quais mecanismos de escolhas serão esses que, de fato, consigam cumprir a finalidade de informar o consumidor de forma a permitir que ele, conscientemente, faça suas escolhas. Não acho que a resposta esteja em uma lei. Acho que a resposta vai estar em autorregulação,...

(Soa a campanha.)

O SR. MÔNICA STEFFEN GUISE ROSINA – ... no debate sobre a criação, por exemplo, de uma autoridade... Como alguns colegas colocaram, somos amplamente favoráveis à criação de uma autoridade de privacidade, mas multissetorial, aos moldes do CGI, que incluía a academia, a sociedade civil e setores que são impactados pela legislação.

Por fim, uma última ponderação, já me encaminhando para o final. Essa é uma lei que nos parece ser bastante restritiva, gerando regras, limitações e responsabilidades ao setor privado, mas é uma lei que coloca, em uma posição muito confortável, o Governo Federal. Tão preocupante – se não mais do que a coleta dos meus dados por empresas privadas, preocupa-me a coleta dos meus dados e a utilização deles pelos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Srª Mônica.

Desfazemos, então, essa parte da Mesa para fazermos a segunda composição, convidando os Srs. Virgílio Augusto, Manoel Antônio, Renato Blum, Eduardo Levy e Danilo Doneda para que tomem assento e possamos dar continuidade a esta nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A importância desta audiência pública se mostra indiscutível. Imaginem só se essa matéria tivesse que ir a voto sem as observações que foram apresentadas aqui. A proposição de que ela deva tramitar também na Comissão de Ciência e Tecnologia e em outras comissões ganha total pertinência a partir das observações feitas aqui, para que a gente encontre uma forma de ter a maior participação possível dos segmentos interessados na matéria.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Virgílio Augusto, que é Coordenador do Comitê Gestor da Internet (CGI).

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – Muito obrigado, Senador. Inicialmente, agradeço à CCJ o convite e agradeço ao Senador Anibal Diniz a presença aqui.

Vou falar um pouco sobre o Comitê Gestor da Internet e a ligação do Comitê Gestor da Internet com a questão da proteção dos dados pessoais. Embora a questão da proteção dos dados pessoais seja mais ampla, possa ocorrer fora do domínio das ações, das atividades ou das iniciativas dentro da internet, certamente quase a totalidade da coleta de dados vai ocorrer através da internet. Então, vem a importância de entendermos um pouco os processos de regulação e de governança da internet, não só no País, como também fora do País.

O contexto da governança da internet nos leva a alguns números importantes. Estamos falando de uma população na internet de três bilhões de pessoas globalmente. A internet é uma tecnologia multiuso, que tem uma aplicação essencial para o cidadão, para as empresas e para a economia. Hoje em dia, a vida diária passa pelo uso da internet. Em termos econômicos, tem também uma parcela cada vez maior. A internet contribui hoje com 5% a 9% do total do PIB dos mercados desenvolvidos. Nas economias emergentes, ela cresce a uma taxa de 15% a 20% ao ano, cresce muito mais do que a economia tradicional.

O mercado brasileiro é um dos sete maiores mercados do mundo, de qualquer dimensão que se olha. Por exemplo, quando se considera o mercado de tecnologia de informação e comunicação, em 2013, ele foi da ordem de US\$162 bilhões, o que faz do Brasil o sexto mercado no mundo global. Em termos de tecnologia da informação, quase US\$62 bilhões. Em termos globais, a estimativa é que a economia da internet, até 2016, alcance US\$4,2 trilhões. Estamos falando de algo essencial para o cidadão e essencial para os países, os governos. A grande parte das ações da internet, que gera toda essa questão econômica, passa pela coleta de dados, tem o seu componente.

O outro lado dessa moeda, de uma pujança econômica, é a realidade. Temos crimes cibernéticos, temos ameaças à segurança, ataques à liberdade de expressão e aos direitos humanos, invasão de privacidade, espionagem, disputa jurídica de caráter transnacional, concentração de mercados e riqueza. Então, esse é o outro lado da moeda.

Pois bem, como conciliar esses dois lados? Aí entra em pauta a questão da governança da internet. Como a internet não tem um dono, não tem uma autoridade central, a governança da internet ocorre através de arranjos que organizam as funções e os recursos de uma rede de alcance global, de forma a assegurar seu funcionamento correto em qualquer parte do mundo.

E, daí, ficam enfatizados dois aspectos importantes: a natureza multissetorial – sociedade, empresas, governos – e descentralizada; ou seja, a internet requer arranjos globais, arranjos locais e arranjos regionais. Dentro desses arranjos locais, está a questão que estamos aqui hoje discutindo, a proteção de dados pessoais.

Pois bem, talvez essa é uma área em que Brasil apresenta uma modernidade impressionante e reconhecida globalmente. Os processos de governança da internet no Brasil têm sido vistos e colocados no cenário internacional como processos que são modernos, são exemplares para outros países. E de onde vem essa modernidade do País no que se refere à governança da internet?

Começou em 1995, com a criação do comitê gestor da internet, inicialmente por meio de portaria interministerial e, posteriormente, em 2013, num decreto presidencial, que alterou a composição desse Comitê Gestor.

Em 2009, esse Comitê Gestor promoveu a discussão e publicou um documento de consenso entre os conselheiros, chamados princípios para o uso e a governança da internet, o chamado Decálogo da Internet no País, em que a proteção à privacidade era um dos primeiros itens desse Decálogo.

Em 2011, iniciou-se a discussão do Marco Civil, que teve um processo importante, que aqui já foi mencionado várias vezes, da participação popular, das consultas, das audiências públicas; e esse processo acabou sendo encerrado com a aprovação pelo Congresso e, posteriormente, com a sanção do Marco Civil pela Presidente Dilma, agora em abril deste ano. E, também em abril deste ano, como uma resposta às revelações de Snowden, no ano passado, de monitoramento de dados de cidadãos e autoridades brasileiras, o País acabou fazendo uma discussão mais ampla sobre as regras gerais da internet, que foi chamada NET Mundial, que ocorreu também em São Paulo nessa época.

Vou pular isso aqui que não é necessário.

O que é o Comitê Gestor da Internet? É governo, não é governo? Bem, o Comitê Gestor da Internet foi criado por uma portaria interministerial e alterado por um decreto do Presidente Lula, em 2003. Ele estabelece as diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da internet no Brasil.

Certamente, nessa época, essas questões, como, por exemplo, proteção à privacidade, proteção aos dados pessoais, não eram tão agudas e tão importantes como hoje, dada certamente a expansão e a quase ubiquidade da internet e seus serviços na vida cotidiana.

Ainda, como atribuições do CGI, há: estabelecer diretrizes para a organização das relações entre Governo e a sociedade. Aí, na parte mais técnica, de execução dos registros dos nomes de domínio, mais ali embaixo há alguns pontos importantes que são: articular a proposição de normas e procedimentos relativos à regulamentação das atividades da internet no País. E aí, de novo, entra esse debate sobre a questão de proteção de dados pessoais.

Como é composto o Comitê Gestor da Internet? Ele tem uma composição multissetorial: são vinte e um membros, nove membros de Governo, quatro membros eleitos pelo setor privado, quatro membros pela comunidade de usuários – sociedade civil – e quatro membros representando a academia e a comunidade técnica.

É importante observar que são 21 membros e, em nenhum setor, isoladamente, tem a maioria dos votos, ou seja, tudo que é aprovado e discutido no Comitê Gestor deve ser negociado entre os vários setores. Essa é a prática que o Comitê Gestor opera e funciona nesse modelo multissetorial.

Portanto, quando se preparou o Decálogo de uso da internet no Brasil, que acabou sendo inspirador do projeto inicial do Marco Civil, esse Decálogo foi aprovado por todos os setores ali representados, que são os setores da sociedade brasileira; daí, isso nos traz essa questão, uma temática tão importante feita a proteção de dados pessoais vai merecer e merece uma discussão mais ampla e multissetorial, como foi feito no caso do Marco Civil.

O quadro legal que constitui – vamos dizer – o arco de legislação e regulação da sociedade da informação no País é composto basicamente dos princípios do CGI para a governança e uso da internet, da lei de acesso à informação, dos princípios sobre dados abertos propostos por um consórcio internacional chamado WTC, do Marco Civil da Internet...

(Soa a campanha.)

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – ... e agora dessa discussão fundamental da proteção de dados pessoais, do APL em preparação pelo Governo e desse Projeto nº 181, do Senador Vital do Rêgo, que tem uma importância tremenda para essa expansão dos serviços da internet. Relembrando aqui, a questão de proteção à privacidade era o primeiro item dos princípios para governança da internet propostos em 2009. O Marco Civil define os princípios, direitos e deveres para cidadãos, empresas e órgãos governamentais e tem esse ponto importante: ele articula essa interconexão de códigos tecnológicos e códigos legais, e isso nós vamos ver ocorrendo também na proposição dessa discussão do Marco, da proteção de dados sociais.

Mas eu gostaria de chamar a atenção: a elaboração do Marco Civil foi um processo participativo. Foi inicialmente proposto pelo Ministério da Justiça, com inspiração no decálogo de princípios do CGI. Houve uma consulta pública, um debate aberto na internet. Uma plataforma criada pelo Ministério da Cultura recebeu mais de 2 mil contribuições de cidadãos e instituições. Até a Polícia Federal e as Organizações Globo fizeram sugestões através dessa plataforma, tal a amplitude do debate. Foi sancionado pela Presidente em 2014. Os pontos-chaves foram direitos e princípios, regime de manuseio e retenção de dados, neutralidade de rede, limitação de responsabilidade dos intermediários, proteção. Os valores-chaves do Marco Civil são que ele minimiza a incerteza jurídica e dá ao País um arcabouço institucional que permite uma expansão da internet e das indústrias associadas. A regulamentação está em andamento.

Dentro do Marco Civil, a proteção de dados pessoais é colocada explicitamente, embora o detalhamento disso seja objeto dessas propostas em discussão. Houve o encontro do NETmundial. As discussões globais para os princípios de governança da internet também apontam para a proteção de dados pessoais e a proteção de privacidade, ali dentro daquele item de direitos humanos e valores compartilhados.

Do ponto de vista não só do CGI, mas também do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, há um aspecto tecnológico fundamental. Há uma evolução desses processos de coleta, que tendem a se acentuar em um futuro próximo, através dos dispositivos de GPS, dos *smartphones*, dos dispositivos pessoais usados no corpo humano. Há uma explosão dos sensores do tipo RFD, dos dados biométricos, das redes de vídeo e áudio espalhadas pelas cidades e pelos edifícios, dos *cookies*. Há uma ampliação da capacidade de armazenamento, dado o barateamento desses equipamentos, das bases de dados, do armazenamento e da recuperação de informação. Há a evolução das tecnologias de *Big Data*, com agregação, mineração e inferência de qualquer tipo de relação possível e há, finalmente, o processamento e uso através da internet, *web*, *e-mails*, celulares e redes sociais.

Do ponto de vista do CGI, nós gostaríamos de colocar dois pontos para concluir. O primeiro é a importância de termos um debate amplo sobre uma questão que é central para a evolução – vamos dizer – do Brasil digital, que cresce mais, inclusive, do que a economia tradicional, que é a questão da proteção de dados pessoais dentro de um ambiente seguro e confiável para o cidadão, mas ao mesmo tempo não inibidor da inovação e do desenvolvimento econômico e social do País.

(*Soa a campanha.*)

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – Daí a necessidade de revermos essa questão sob a ótica, por exemplo, do Marco Civil, que teve um processo participativo envolvendo amplos setores da sociedade e que, certamente, esta Casa vai levar nessa direção. Nós gostaríamos de enfatizar a importância dessa proposta do Senador Vital do Rêgo e estamos aqui prontos para colaborar com ideias que aperfeiçoem esse processo de elaboração da proposta de proteção de dados pessoais.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Sr. Virgílio.

Agora, com a palavra, o Sr. Manoel Antônio dos Santos, que é Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Empresas de *Softwares*.

O SR. MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS – Nós gostaríamos, em nome da Associação Brasileira das Empresas de *Softwares*, de agradecer ao Senador Anibal Diniz, que é o grande artífice desta audiência, com certeza o grande estimulador, que abriu um espaço importante para discutirmos esse tema.

Gostaríamos também, de uma maneira especial, de agradecer ao Senador Ricardo Ferraço ter atendido ao nosso pedido e permitido que também pudéssemos fazer partes desta audiência.

A Associação Brasileira das Empresas de *Softwares* é uma entidade de classe fundada, há 28 anos. Há no nosso quadro associativo 1.518 empresas associadas e mais 562 conveniadas, que representam, no seu conjunto, aproximadamente 85% do mercado brasileiro de *software* e cerca de 20 bilhões do PIB desse setor.

A Abes tem uma série de serviços que coloca à disposição dos seus associados, e um desses serviços são estudos e pesquisas setoriais que já publicamos, há 11 anos, e que estão disponíveis no *site*. E trago algumas reflexões a respeito do último estudo.

O Brasil está em oitavo lugar no mercado mundial de TI. Nós representamos no nosso setor de TI, *softwares*, serviços e *hardwares* US\$61 bilhões.

No setor da América Latina, representamos 48% desse mercado, aproximadamente. Somando-se apenas o setor de serviços, temos 14 bilhões – serviços agregados ao *software* – e, de *software* especificamente, arredondando-se, 11 bilhões; somando-se com o setor de *hardwares*, perfazemos 71 bilhões, que é o setor de TI no Brasil.

Logo, quando percebemos a gravidade de qualquer regra que possa afetar a atividade dessas empresas de tecnologia da informação, o dano que ela pode causar à economia, a limitação de acesso de outras empresas no mercado brasileiro e o crescimento das pequenas e microempresas... Vimos que 85% das empresas associadas à Abes se enquadram nesse rol de pequenas e microempresas.

Falando especificamente do projeto de lei, fizemos uma analogia com o seguinte: pegamos do projeto de lei alguma estrutura básica. Ele tem lá os princípios, algumas definições. Ele define o que são os direitos básicos, o que são conexão e comunicação na internet.

Nós somos, naquele projeto, no anteprojeto do Marco Civil, que o Ministério da Justiça colocou em discussão, há alguns anos, há dois ou três anos – e que agora, em outubro, convocou a sociedade para dizer que vai discutir novamente...

Ele diz o seguinte: de novo, princípios. Define o que são dados, fala da comunicação e da interconexão na internet.

Aí vamos para o Marco Civil da Internet. Temos de novo os princípios, definições. Volta-se a falar dos direitos e garantias que são protegidos; volta-se a falar de novo do acesso à internet.

Pegamos uma publicação no *site* do Ministério da Justiça, quando ele colocou em discussão o primeiro anteprojeto de proteção dos dados pessoais. E ele vai falar o quê? Dos serviços *on line*; que há uma constante procura por ambientes de rede; da segurança das informações na internet e que é importante que sejam protegidas.

Aí ele vai falar especificamente o seguinte:

O Brasil segue atrás de outros países na criação de uma lei de proteção ao indivíduo, no que se refere à coleta e ao tratamento de dados especiais trafegados na rede". Ou seja, estamos falando especificamente de tratamento de dados circulando em rede.

Dizia o Ministério da Justiça na sua discussão, no tema que abriu a discussão:

A falta de uma legislação específica, diferenciada, em políticas em meios virtuais acaba permitindo o quê? Que empresas de telecomunicações, provedores de internet, rastreamento indevido [aí ele vai falar lá] são de inspecionar os pacotes das pegadas digitais que se deixam na rede, que são agregados ao seu protocolo de internet.

E aí ele conclui: “Onde o projeto de lei debate, buscou-se a regulamentação de uma matéria carente dessa legislação específica no setor”.

Diz mais o Ministério da Justiça:

A lógica do anteprojeto proposto visa a assegurar ao cidadão o controle da titularidade sobre suas próprias informações pessoais, como forma de quê? De garantia do direito constitucional à privacidade. Isso, porque, de novo, com o avanço da tecnologia é cada vez mais comum que as informações pessoais sejam obtidas e utilizadas, sejam o reconhecimento expresso de seu titular e muitas vezes até mesmo contra a sua vontade.

O que nós estamos falando? Nós estamos falando de dados pessoais de Internet e de conexão.

Aí eu pego o Marco Civil, que é especificamente o art. 3º. Vai falar o quê? Quais são as garantias, os princípios que ele vai proteger? A proteção da privacidade, proteção de dados pessoais... Aí vai para o art. 7º. A Internet é essencial ao exercício da cidadania e aos usuários são assegurados os seguintes direitos: inviolabilidade da intimidade e da vida privada, indenização pelo dano causado – um dos artigos específicos que nós temos aqui. Inviolabilidade e sigilo do fluxo das suas comunicações pela Internet, inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas...

Aí vai para o art. 7º, continuando ainda.

São direitos dos usuários: Não fornecimento a terceiros dos seus dados pessoais, salvo mediante consentimento expresso e livre. O inciso VIII: informações claras e completas sobre o uso, tratamento e proteção de seus dados pessoais. Aí o inciso VI: Ter especificado nos contratos de prestação de serviços ou em termos de aplicações de Internet... Ou seja, para divulgar as informações, eu preciso ter um contrato e o contrato tem que ter uma autorização para fazer isso. Inciso XI: um dos direitos é o consentimento expresso sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais. Aí vai ainda. São direito do usuário: exclusão definitiva dos dados pessoais que tiverem sido fornecidos a determinada aplicação da internet.

Art. 10... Vou falar agora das conexões, tratando sobre a proteção, de novo, dos dados pessoais.

Agora a disponibilização dos registros e conexões da Internet, bem como de dados pessoais deve atender à preservação da intimidade e da vida privada. O §1º desse mesmo artigo: o provedor responsável pela guarda somente será obrigado a disponibilizar os registros mencionados no *caput* de forma autônoma ou associados a dados pessoais e outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou da Internet.

Art. 11... Eu cansaria vocês se eu continuasse nessa leitura.

A pergunta que a gente faz é a seguinte... Fala-se, inclusive, que as particularidades da legislação da Internet poderiam ser objeto de uma regulamentação específica, autorizada pela própria legislação. A pergunta que eu faço é a seguinte: é preciso, de fato, uma lei para tratar especificamente da proteção dos dados pessoais? Faltaram ou será que a gente não fez a lição de casa quando a gente discutiu o Marco Civil? Faltaram alguns artigos? Faltaram algumas disposições? Essas disposições podem ser complementadas agora através do regulamento? Bastaria a introdução de dois ou três artigos para falar, por exemplo, sobre dados sensíveis, sobre eventuais omissões que a gente tenha feito para aperfeiçoar? Por que a gente? Daqui a pouco nós vamos começar a discutir um projeto de lei que vai tratar das garantias, direitos e obrigações referentes aos dados que circulam pelos correios eletrônicos. Uma terceira lei para falar dos conteúdos digitais; uma outra lei para falar dos jogos *on line*... Assim, nós vamos passar criando leis em cima de leis para tratar do mesmo assunto, no mesmo ambiente virtual?

Então, o que eu gostaria de lembrar aqui é que a gente passou quase uma década discutindo um projeto de lei do Senador Eduardo Azeredo sobre crimes cibernéticos. Tinha lá 50, 60 artigos, disposições, parágrafos, não sei o quê. Aí, apareceu um caso concreto – a violação dos direitos da atriz Carolina Dickman –, e a gente aprovou uma lei para tratar desses mesmos direitos com dois e únicos artigos.

Será que a gente foi omissa na aprovação da lei que dá proteção contra a violação, isto é, os crimes informáticos, ou será que a gente está sendo prolixo nas demais regulamentações que falam sobre o uso de Internet?

A Professora Maristela Basso fez um estudo com o símbolo da USP...

Ainda tenho tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim.

O SR. MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS – Pois bem; um estudo que foi publicado no seminário de proteção à privacidade dos dados da Internet, promovido pelo Comitê Gestor da Internet, do Virgílio, que saiu há pouco, e ela listou lá, por exemplo, artigos do Código Civil que falam sobre a mesma proteção de dados; ela listou o Estatuto da Criança e do Adolescente, os artigos que falam sobre a proteção e a privacidade; os artigos do Código de Defesa do Consumidor que falam sobre o mesmo tema, sobre fichas, sobre registros, sobre dados pessoais; a Lei Federal nº 9.507, que é o direito do *habeas data*, que fala também da proteção de dados, retificação de dados e direito de divulgação... Enfim, além de tudo que a gente falou sobre o que o Marco Civil contempla, a gente tem uma série de legislações esparsas que vai tratar do mesmo mecanismo.

Então a pergunta que a gente faz é se não valeria a pena a gente se debruçar sobre o projeto, extrair daqui os artigos mais sensíveis, por acaso falando sobre a proteção dos dados sensíveis, e fazer alguma emenda a uma lei que já existe, e a gente teria uma regulamentação única sobre todos os temas, que seria de alcance mundial, porque esse tema interessa para muitas empresas.

Nós vamos entregar aos Senadores, se nos permitir – e com certeza vai permitir –, um resumo de alguns comentários que a gente fez sobre alguns artigos específicos que a gente acha que podem ser aperfeiçoados se a gente tiver que caminhar com esse projeto.

Repito: se a gente tiver que caminhar com esse projeto como um todo, então, a gente está sugerindo 10 ou 11 constatações de textos que a gente acha que estão dúbios, que deixam confusão, que criam insegurança, e nós estamos propondo algumas emendas que possam aperfeiçoar esse projeto.

Eu agradeço a vocês pela oportunidade de terem me ouvido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado. Parabéns pela sua provocativa exposição.

Vamos, agora, ouvir o Sr. Renato Blum, Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do IASP.

Tem a palavra por 10 minutos.

O SR. RENATO OPICE BLUM – Senador Diniz, bom dia. Bom dia a todos. É uma honra voltar a esta Casa.

Nesse meio tempo, eu separei alguns tópicos e atualizei o que eu tinha, aqui, para falar, tentando, apesar de ser advogado, ser bem objetivo.

O primeiro ponto para discutir: eu acho que a regulação, Sr. Senador, é irreversível. Eu acho que nós teremos, de qualquer forma, uma lei que vai regular a proteção de dados pessoais, sem dúvida nenhuma, como aconteceu na Argentina, já há muitos anos, no Uruguai, há mais ou menos três anos, Paraguai também no mesmo tempo, recentemente, no Peru, na Colômbia, na Costa Rica, sem falar no melhor modelo, na minha opinião, que é o modelo de regulação europeu, em especial a Diretiva 9546, que, aliás, por que não, poderia e deve servir como modelo inspirador de uma legislação nacional.

Eu percebo, inclusive, que muitos dos princípios da Diretiva 9546 têm sido aproveitados, seja nesse projeto, seja em outros projetos, como, por exemplo, o 3558, de 2012, que fala da biometria, da proteção de dados biométricos, avança e amplia até um pouquinho alguns conceitos; o Projeto 4060, de 2012, um pouquinho mais extenso, um pouquinho mais profundo; este que nós estamos discutindo neste momento; e o anteprojeto, talvez o mais discutido até hoje, do nosso colega Danilo Doneda, que inspirou e, inclusive, redigiu esse projeto em função da sua experiência no seu doutorado na Europa. Eu quero fazer questão de cumprimentá-lo, aqui, pessoalmente e registrar, reiterar os meus cumprimentos e o meu respeito ao Danilo.

Nessa questão da redação, já que isso é irreversível, algumas questões que são imprescindíveis, a meu ver, de serem debatidas.

Primeira questão: evitar, a todo custo, a todo custo, definições técnicas. Leis ordinárias, hoje, principalmente que tratam de tecnologia, não podem conter definições técnicas, sob o risco de que essas definições fiquem obsoletas e, depois, para corrigir isso, nós teremos que ter uma nova lei ordinária.

É para isso que serve a regulamentação, notadamente via decreto.

Dentro dessa questão técnica, cito, aqui, a polêmica citada pela Profª Mônica, aqui, inclusive, muito bem exposta essa questão tecnológica, a polêmica do IP.

Eu também entendo, Profª Mônica, que o IP, pelo fato de ele não identificar ninguém, não pode ser considerado um dado pessoal. Eu discutia isso, inclusive, com o Danilo, e o Danilo muito bem lembrou aqui e falou: “Mas, Renato, o IP via *e-mail* talvez vá identificar.” Eu concordo com ele nesse sentido, mas eu preferiria, apesar de concordar com os dois, deixar isso para a regulamentação e insistir nos requisitos mais específicos, mais genéricos, mais protetivos como um todo.

Eu dou dois exemplos, aqui, para ilustrar essa dificuldade que existe, hoje, em legislar nessa área, não só brasileira. A dificuldade é global.

O marco civil e a Lei 12737, citada pelo Prof. Manoel.

Na 12737, que visa, em grande parte, a proteger dados que, eventualmente, sejam obtidos ilicitamente, por invasão, cria condições para a tipificação da conduta da invasão, como, por exemplo, a quebra de um mecanismo de segurança, ou seja, será que eu tenho que, para a configuração do ilícito penal, efetivamente quebrar um dispositivo de segurança ou, hoje, a realidade já é outra?

A minha resposta é a segunda: hoje, a realidade é outra. Essa condicionante pode não proteger adequadamente a sociedade.

O Marco Civil, que inovou em especial no art. 7º, melhorou um pouquinho a questão da proteção de dados pessoais; porém, o próprio Marco Civil apresenta, no art. 10, uma equiparação quando fala em dados cadastrais, Professor Paulo Rená, que inclusive colaborou bastante no Marco Civil. Há com relação a dados cadastrais a exemplificação como sendo o nome da pessoa, endereço, etc., acessíveis por autoridades administrativas que detenham competência para tanto.

O Marco Civil também fala em dados pessoais. Todavia, não define o que são dados pessoais. Aqui vai a minha crítica. Acho que poderíamos ter definido, sei das dificuldades legislativas, mas tentando aqui acertar na técnica, o que são efetivamente dados pessoais. Por que não adotar o exemplo da Diretiva Europeia? Aliás, União Europeia que, em 2016, terá um sistema único de proteção. Será uma lei só para todos os países. Não teremos mais o formato da Diretiva. Será uma lei só dada a importância do tema.

Aproveitando novamente um ponto da Profª Mônica, a que se referiu com relação ao consentimento. Consentimento é fundamental. Aliás, é basilar, é um pilar fundamental em qualquer legislação que trata da proteção de dados pessoais. Porém, será que nós usuários, o internauta efetivamente, quando consente, sabe o que ele está fazendo? Porque hoje, o que acontece? Na prática, nós não lemos mais os termos de uso. Nós concordamos. E qual a consequência? Se nós não concordarmos, nós não usaremos essa ou aquela aplicação. Existem algumas aplicações que nós não temos mais como fazer essa opção: eu não quero usar. Eu terei que usar. E daí nasce uma questão, talvez a mais importante de todas, que é a educação. A percepção do internauta, da sociedade de que ela está naquele momento consentindo com a utilização de seus dados vinculados a determinadas condições.

E aí andou bem o Marco Civil na minha interpretação, ainda que a disposição seja genérica. O marco civil, acho que na regulamentação isso vai ser explicitado, vai obrigar com que esses termos de uso fiquem mais fáceis, mais claros e mais objetivos. Isso tem que acontecer. Essa parte da educação é fundamental.

E vejam que interessante. Eu trago aqui o exemplo da Target, daquela rede varejista norte-americana. E os Estados Unidos têm, nas normas da Federal Trade Commission, uma boa proteção, em função das leis estaduais norte-americanas também, uma boa proteção de dados pessoais.

Porém, o que aconteceu com a Target? No trabalho do Big Data, na análise dos dados e das práticas de compra de uma consumidora, o processamento desses dados gerou a conclusão de que muito provavelmente, 87% de chance, aquela consumidora estivesse grávida pelos produtos que ela estava comprando – sequencialmente, uma análise de inteligência específica.

E aí a Target começou a mandar correspondências específicas para gestantes. E era uma moça, uma adolescente, na realidade quem recebeu, ou pelo menos quem abriu aquela correspondência foi o pai dela, que, inadvertidamente ou curiosamente resolveu entrar em contato com o target e perguntou: “Por que vocês ficam mandando correspondências para minha filha dizendo que ela está grávida? Ela é só uma adolescente, está no segundo colegial.”

E pasmem, seis meses depois, ela deu à luz. E isso dentro de um sistema de uma certa proteção de dados. Eu falei em relação à Lei nº 12.737, da invasão, agora, estou falando de um sistema já regulado. Como é complexo e como é difícil fazer esse ajuste, fazer esse alinhamento.

Como eu citei aqui a questão do modelo europeu, eu também não posso deixar de citar um documento que tem uma vinculação indireta, documento do *article* 29, que é o grupo da União Europeia que trata de proteção de dados. Ele lança um documento agora no dia 26 de novembro. É um guia para implementação do chamado *entre aspas* “direito ao esquecimento”, daquele caso do espanhol, com uma série de regrinhas práticas que buscadores ou pessoas físicas ou jurídicas que estejam direta ou indiretamente envolvidas com aquela situação adotem.

Nesse ponto, eu faço o *link* final com relação à adoção do que vem dando certo. Então, na minha opinião, União Europeia hoje é o melhor modelo que existe de proteção de dados. Ele é dinâmico, evoluído, já conta com uma diversidade muito grande, jurisprudencial inclusive. Já que existe toda essa dificuldade, e isso também vai ser prerrogativa aqui no nosso País, a minha sugestão aqui é que nós adotemos aquilo que vem dando certo, em especial, nesse caso, as normas e o que a União Europeia vai fazer agora em 2016.

E queria encerrar dizendo que essa é uma tarefa – e acho que aqui é uma colocação unânime – que envolve, sem dúvida, toda a sociedade, todos os setores. Temos que continuar assim, só há um problema: já estamos muito atrasados, o Brasil já está muito atrasado nessa questão. Temos que achar uma forma de contar com a colaboração de todos, mas com efeito prático, efetivo, para que isso aconteça, no máximo, nos próximos dois anos. É o meu sentimento, é o que penso como cidadão brasileiro e como advogado representando minha comissão do Instituto dos Advogados.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Renato Blum.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Eduardo Levy, representando o SindiTelebrasil.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Na última audiência, fiz uma provocação sobre as 18 razões do navio e hoje eu queria começar com uma pequena provocação também, ouvindo o Renato, ouvindo o Leandro e os aspectos de investimento do País, que não podem ser paralisados, os riscos que temos e a sabedoria, apesar do atraso, de ouvir todos os interessados que são implicados na questão.

Imaginemos que a gente chega junto a um orelhão, tira o orelhão do gancho e recebe uma mensagem: se você quiser fazer uma chamada gratuita, apenas nos autorize a ouvir. Se você não nos autorizar a escutar o que você está falando, pague.

Eu trouxe aqui hoje algumas questões que envolvem apenas regulamentos do setor de telecomunicação e basicamente dados cadastrais. Se formos olhar apenas como é aquilo que regulamenta o que talvez seja de importância quase que secundária hoje, saber onde o cara mora, qual o número do telefone dele, comparado com a questão de quem comprou um anticoncepcional ou coisa parecida num determinado lugar e ter a informação, e essa informação poder circular em vários aspectos, a coisa é realmente muito mais complexa e muito mais profunda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Eduardo Levy, permita-me um minuto. Eu gostaria de registrar a presença entre nós do Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, que nos honra com sua presença nesta audiência pública.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Vou começar, então, dizendo que o nosso histórico atesta uma garantia de inviolabilidade da intimidade da vida privada e do sigilo da comunicação dos nossos usuários. Estamos sujeitos à fiscalização intensa. A Constituição assegura o sigilo, já foi falado aqui. E como é que nós protegemos os dados das comunicações dos nossos usuários? Aí eu volto ao que eu falei apenas nas questões dos nossos regulamentos, as resoluções. A Resolução da Anatel do regulamento do SMP, que está ali – quem olhar SMP enxergue celular –, diz: “tem direito à inviolabilidade e sigilo, respeitadas as hipóteses constitucionais de quebra de sigilo das comunicações; tem direito à privacidade nos documentos, cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela prestadora”. Já está escrito isso no regulamento, apesar de não definir o que é um dado pessoal.

Nós temos que guardar os dados dos nossos clientes, não obviamente o conteúdo do que eles falam, mas temos que guardar os dados de ligações efetuadas e recebidas, data, horário, duração, valor da chamada, bem como os dados cadastrais por um prazo mínimo de cinco anos. Também cinco anos é alguma coisa que não fica muito de acordo com aquilo que está de mais novo no País, em termos de tempo. Esse regulamento é de agosto de 2007. Nós somos responsáveis pelo sigilo da comunicação em toda a rede, bem como a confidencialidade dos dados e informações, o que é, de certa forma, óbvio: não podemos conhecer aquilo que é trafegado tanto nas redes de voz como nas redes de dados.

Nós passamos para outro serviço que nós temos que é STFC. Quem olhar ali STFC entenda como telefonia fixa. Na telefonia fixa, a questão se repete mais uma vez da mesma forma, tendo uma nuance na questão da lista telefônica, aquilo que é disponibilizado pelo usuário para o público pode ser também disponibilizado pelas empresas. Nós temos que zelar também por todos os dados, aquilo que é pertinente à telefonia fixa e, então, nós caímos em outro serviço. Ou seja, todo e qualquer serviço de Internet prestado no País tem que ser mediante empresas que tenham licença de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia.

Também nós temos que zelar pelo serviço de telecomunicações, inclusive registros de conexão e informação do assinante. O assinante do SCM, ou seja, todos aqueles que têm acesso ao serviço de Internet têm direito à privacidade nos seus documentos de cobrança e na utilização dos seus dados pessoais também pela prestadora.

Hoje, nenhuma tele fornece ou facilita informações que possam quebrar a comunicação dos seus usuários, salvo mediante ordem judicial dentro da lei brasileira.

Os dados dos clientes são mantidos em segurança e só disponibilizados quando solicitados pelas autoridades policiais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Seja muito bem-vindo, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – É interessante também que, mesmo nessa questão, o setor de telecomunicações tem discussão junto ao Supremo Tribunal Federal a respeito de proteção constitucional ou não para dados cadastrais, que nós temos legislações que nos exigem a entrega de dados apenas por intermédio da autoridade policial. Então, nós temos, no próprio de setor de telecomunicações, apenas para dados cadastrais, questões de insegurança jurídica, imagina para questões que sejam de dados pessoais. Foi o que nós dissemos aqui. Ninguém veio aqui tratar das teles nas questões de voz ou a questão de ?? das pes-

soas. É muito anterior a isso. E essas questões têm discussão dentro do Supremo Tribunal Federal. Nós temos empresas que entregam e empresas que não entregam, pela interpretação que se faz.

Imaginem, senhores, apenas para essas questões, nós temos sistemas de operações, uma infraestrutura enorme para proteger essas informações e garantir que essas informações, ao serem entregues, sejam entregues mediante acessos restritos, protegidos, rastreáveis, apenas para entregar nome, telefone, endereço, número de onde ligou, para quem ligou e durante quanto tempo ligou, mais nada do que isso. Os sistemas são extremamente complexos e caros.

Muitos falaram sobre o assunto aqui, mas é preciso – e alguns também já comentaram – que esta discussão seja muito aprofundada, muito profunda para nós, que, por um lado, protegemos o cidadão naquilo que nós queremos e, por outro lado, estarmos atualizados com o que vem ocorrendo no mundo e não inviabilizarmos os investimentos e a economia do País da forma como ela é feita.

Pela importância e complexidade, entendemos, então, que deve ser muito mais debatido e aprofundado do que está sendo feito aqui. Eu trouxe um pequeno exemplo da complexidade do que existe hoje no setor de telecomunicações apenas a respeito de dados cadastrais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Eduardo Levy.

Agora, como último expositor, passamos a palavra ao Sr. Danilo Doneda, que é Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça.

O Sr. Danilo Doneda tem vinte minutos para a sua exposição inicial.

O SR. DANILO DONEDA – Obrigado, Senador Anibal Diniz. Saúdo a plateia, colegas de mesa, e os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares.

Vim aqui representando o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o Secretário Nacional do Consumidor, Juliano Pereira da Silva, que, igualmente, saúda a todos os presentes.

A proteção de dados pessoais é tema prioritário na agenda do Ministro da Justiça, do Ministério da Justiça. Em primeiro lugar, o Ministério vê com muitíssimos bons olhos e saúda a iniciativa do Senado Federal em apreciar um projeto de lei sobre a proteção de dados pessoais. Acreditamos que o Senado Federal está cumprindo a sua função perante o Estado, perante o cidadão brasileiro, colocando esse tema para a discussão, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, endereçando-o na forma que houver por bem encaminhar.

O tema da proteção de dados pessoais, como foi mencionado por muitos aqui na mesa, é um tema cuja apreciação e eventual legislação é, de certa forma, iminente.

Eu gosto sempre de lembrar o jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio. Ele, que sabia traduzir em termos bem simples equações muito complexas, dizia que os direitos nascem quando são necessários. Quando há uma demanda social, quando é identificada uma sistemática, uma forma de regular, de abordar alguns problemas, essa fórmula faz sentido, essa fórmula pode ser traduzida em regras de aplicação e estruturas de implementação.

A opinião do Ministério da Justiça é que este momento para proteção de dados chegou para o Brasil. É uma dinâmica que, no Brasil, desenrola-se há alguns anos e que passa pela constatação do problema, pelo amadurecimento da sociedade, pela discussão e debate interno, amadurecido. Este momento, como comprova esta audiência pública realizada hoje, aqui, no Senado, é chegado.

A proteção dos dados pessoais é um tema complexo. Ele foi aqui – eu notei –, durante as várias exposições, focado sob diversas óticas, todas elas diferentes e todas elas verdadeiras, em relação ao seu ambiente, ao seu ponto de vista.

Sob o ponto de vista do consumidor é importante proteger seus dados. Sob o ponto de vista daquele que toma crédito, também há algumas relações importantes. Sob o ponto de vista do internauta, quem dirá que não? Sob o ponto de vista do eleitor, sob o ponto de vista do cidadão sob vigilância, sob o ponto de vista do contribuinte, etc, etc.

Há muitos flancos, há muitos pontos de vista, há muitos prismas pelos quais a proteção de dados pode ser enfocada. A opção do Ministério da Justiça, cumprindo a sua obrigação institucional/funcional, é focar o ponto de vista no cidadão, isto é, na pessoa que está em diversas fases da sua vida, em diversos períodos do dia, sujeita à aplicação de normas referentes a todas essas esferas, muitas vezes, acumuladas.

E a posição do Ministério da Justiça, nesse sentido, é de procurar abordar o problema da proteção de dados de uma forma integral. O marco civil aborda de uma forma, outras leis abordam de outras formas. Porém, o que é uma demanda urgente, no nosso ponto de vista, é a especificação de uma tutela ampla e geral, que, nesse sentido, se coaduna com a missão proposta pelo projeto de lei aqui em apreciação. Isto é, é o primeiro projeto de lei geral sobre proteção de dados que chegou a tal nível de tramitação e discussão, no Brasil.

E, como abordar esse problema? Como abordar o problema da proteção de dados? Muito se dessumi, na discussão da proteção de dados, que aqui estamos diante de uma continuação da discussão de alguns problemas que têm a ver com sigilo, que têm a ver com privacidade.

Nós diríamos que, para que possamos compreender com a necessária abrangência e cuidado que o tema nos propõe, é necessário perceber que aqui não se trata somente da proteção da privacidade, não se trata somente de dar uma garantia de sigilo, confidencialidade, sobre dados que estamos tentando regular. Trata-se de um problema que é um pouquinho anterior a eles. É um problema de, vamos dizer, assimetria informacional.

Hoje em dia, está muito claro, em muitas das falas, está muito claro, na percepção geral do cidadão, que quem tem informação pessoal tem poder, e esse poder pode ser exercido contra-operante àqueles que são os titulares dos dados.

O fato de alguns setores aqui representados – tomo aquela mais recente, que foi a exposição do Levy, mas valeria para todas – afirmarem literalmente que não utilizam de forma abusiva dados pessoais quer dizer somente basicamente o quê? Que nós temos poder, mas não o exercemos. E, realmente, eu acredito que, eventualmente, não, mas a questão é a seguinte: o fato de deter dados pessoais, de processar dados pessoais, de ter acesso a dados pessoais causa um desbalanço no equilíbrio de poder entre cidadão e alguns setores, entre cidadão e Estado. E, do ponto de vista do cidadão, para o Ministério da Justiça, isso é importante, isso é relevante.

A missão de uma regulação sobre dados pessoais vai, eventualmente, abranger questões sobre privacidade, mas, mais do que tudo, vai procurar fornecer a necessária equalização desse desbalanço de poder causado pela assimetria informacional.

É uma regra genérica do direito à informação o fato de que aqueles que têm mais poder devem se submeter a maiores regras sobre transparência, a maiores deveres sobre transparência. Prova disso é que o Estado detém uma normativa, com base constitucional, exatamente sobre isso. Aqueles que têm menos condições de gerir o que é feito sobre os seus próprios dados e que, muitas vezes, não têm sequer condição de entender o que, de fato, é feito com seus dados, quais os efeitos daquele tratamento... Alguém já mencionou que é como o fumo. O Paulo Rená mencionou que os efeitos do fumo se verificam a longo prazo. Eu diria que, pior ainda, às vezes sequer individualmente, mas em grandes números, nas coletividades. Aqueles que têm menos poder sobre o que é feito sobre seus próprios dados devem ter maiores garantias. A eles deve ser dada transparência e poder de escolha e decisão efetiva sobre o que de fato é feito com seus próprios dados pessoais.

Nesse sentido, essa constatação não é uma primazia do nosso Ministério, não é uma primazia de setores que propugnam qualquer forma de intervenção normativa sobre o tema da proteção de dados. Hoje em dia, em 2014, em dezembro, 102 países em todo o mundo possuem leis gerais de proteção de dados; possuem marcos normativos gerais sobre proteção de dados. Desses, como apêndice, 92 países possuem autoridades públicas especialmente voltadas para zelar pela eficácia, pela aplicação dessa lei.

Qual é a vantagem? O que levou tantos países – representativos, claro, de uma parcela imensamente grande daqueles que detêm a maior população, os maiores centros de tratamento de dados etc – a decidirem regular, de forma razoavelmente convergente, vários temas sobre proteção de dados?

Há várias vantagens em se regular de forma unificada e gerar uma proteção de dados. Primeiro, você, evidentemente, protege o cidadão de uma forma geral, unitária. O cidadão tem segurança sobre o que vai acontecer com os seus dados; ele sabe a quem recorrer; ele sabe quais são os seus direitos mínimos; e sabe isso perante qualquer setor, seja o setor público, seja o privado, seja o setor de proteção ao crédito, seja um hospital no qual adentre – claro, contra a vontade, porque ninguém decide isso –, mas, enfim, ele sabe o mínimo de direitos que ele tem e quais os instrumentos que ele tem para poder exercê-los.

Agora, o segundo ponto, que é também relevante e extremamente importante para muitos que estão aqui presentes e fazem parte da discussão, é que – e, a princípio pode parecer paradoxal – a proteção de dados pessoais, isto é, a regulamentação da proteção de dados pessoais favorece o fluxo de dados entre setores, entre entes, entre *players* que tenham um grau de *compliance* que respeitem as leis de proteção de dados, que, no fundo, também servem para fornecer segurança ao mercado e ao próprio Estado, para saber que ele pode, sim, tratar os dados.

A atividade de tratamento de dados não é de, forma alguma, algo a ser demonizado. É uma atividade virtuosa, com vários efeitos positivos para a sociedade, para atores específicos dentro dela. Só que essa atividade deve ser contrabalanceada dentro de um setor no qual há esse desequilíbrio estrutural de poderes. E esse equilíbrio tem que ser colocado de uma forma eficaz e responsável na equação.

Então, a criação de uma normativa de proteção de dados fortalece, em última análise, a segurança jurídica e aqueles *players* do mercado que tratam dados de forma aderente a parâmetros...

(Soa a campanha.)

O SR. DANILO DONEDA – ... normativos unificados.

Outro ponto. Uma regulamentação sobre proteção de dados pessoais pode facilitar que um país como o Brasil tenha uma normativa em harmonia com padrões internacionais de proteção de dados. Isso é importante, se não por outros motivos, pelo fato de que, hoje em dia, o Brasil sofre com barreiras comerciais, em sua indústria de serviços, principalmente. Não pode assumir internamente processamento de dados de cidadãos de outros países que impedem que dados pessoais de seus próprios cidadãos sejam transmitidos, sejam processados, tratados em países que não detenham uma normativa adequada a respeito. Ou melhor, isso pode ser feito, mas com severas dificuldades.

Essa é uma barreira comercial; é uma barreira para a própria indústria brasileira, para o setor de serviços, principalmente, para captar oportunidades de negócios no exterior. Hoje em dia, países como Argentina, Chile, Colômbia abocanhem uma boa parcela desse mercado de *outsourcing*, de soluções de TI que envolvem o tratamento de dados pessoais justamente porque fornecem maior segurança às empresas desses outros países.

Juntamente com a questão de segurança jurídica, é necessário lembrar, como uma espécie de alerta, talvez, que o risco que pode ser vislumbrado, até em muitas apresentações que foram feitas, é uma fragmentação do tratamento da proteção de dados pessoais no ordenamento brasileiro.

Vejam bem: a regulamentação de dados pessoais, como bem lembraram vários expositores, já está sendo feita, só que de forma fragmentada, assistemática e que, muito provavelmente, vai causar colisões entre normas, vai causar confusão e insegurança para o cidadão e para o mercado. Hoje em dia, a Lei de Acesso à Informação trata de proteção de dados, o Marco Civil da Internet trata de proteção de Dados. O Levy acabou de citar o Serviço Móvel Pessoal, a Telefonia Fixa Comutada... São todos regulamentos da Anatel que trata de dados pessoais, bem como o Código de Defesa do Consumidor, o Cadastro Positivo, a Constituição Federal trata de dados pessoais; *habeas data* trata de dados pessoais – e vou parando por aqui.

Qual o risco de tudo isso? E digo que concordo inteiramente com a preocupação do Professor Manoel Antônio dos Santos. O risco é você ter uma normativa incoerente e absolutamente ingovernável. É necessário que a uniformização, a atração de toda essa normativa por uma normativa geral, principiologicamente, e que entre em aspectos efetivos de sua aplicação para que todos esses setores possam dialogar entre si, para que todos esses setores possam deter um nível mínimo de proteção de dados e que o cidadão possa se sentir seguro dentro desse marco normativo geral.

Em relação a isso, repito, identificamos no projeto de lei em análise um passo decisivo em relação à uniformização do tratamento da proteção de dados no Brasil. Há vários pontos que entendemos merecem uma discussão, merecem aprofundamento: as definições, a própria escolha sobre se a ênfase do regulador vai ser na coleta de dados ou nos aspectos referentes ao seu tratamento. O ponto referente ao tratamento de dados do setor público, que sempre merece bastante atenção, porque, muito embora a proteção do cidadão deva ser em igual medida, tanto perante o setor público quanto perante o Estado, também é necessário lembrar que os mecanismos de proteção, os instrumentos a serem utilizados têm que ser dosados e modificados em relação à natureza intrínseca às atividades de cada um desses entes – setor público e setor privado.

A complexidade desse tema – e, de fato, essa é uma matéria nova – faz com que a questão seja tanto mais palpitante quanto o que parece. Parece-me que a ideia de aprofundar esses temas foi uma tônica em várias das exposições. Lembro ainda que essa discussão já está em vigor no Brasil. O representante da Febraban, no começo da matéria, identificou muitas normas presentes no novo projeto de lei como: caras, burocráticas, ineficazes ou como propriamente um retrocesso. Contudo, é necessário lembrar que muitos outros países têm normas idênticas, se não mais restritivas, se não mais fortes, e que, no Brasil, muitas dessas normas já estão em vigor de forma setorial ou não tão salientes em alguns ordenamentos. E a tarefa de sistematizar esse problema é de todos nós, e o Ministério da Justiça, com a experiência que está tendo nos debates, por tratar da matéria há alguns anos, participando como observador de iniciativas regulatórias como a revisão da Convenção 108 do Conselho da Europa, da recente revisão das Linhas-Guias da OCDE sobre a matéria, coloca-se à inteira disposição do Senado Federal para auxiliar nesse debate, para que seja o mais proveitoso e profícuo para a sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Danilo. Quero estender também esse agradecimento a todos os debatedores.

Senador Antonio Carlos Valadares, gostaria de abordar algum aspecto sobre esta audiência pública? Alguma indagação, alguma opinião a respeito?

Passo imediatamente a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Anibal Diniz.

Eu estava em outra Comissão, na Comissão de Assuntos Econômicos, aprovando vários projetos, discutindo e debatendo também a escolha do novo ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo, que é Presidente desta Comissão, razão por que eu não estive aqui desde o início para participar ativamente deste debate.

Inclusive, eu tenho um projeto de lei que foi o primeiro a ser aprovado e a ser apresentado no ano de 2013, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 330, que estabelece os princípios aplicáveis ao tratamento dos dados pessoais, contendo regras especiais para os dados sensíveis, e prever os direitos do titular dos dados e os deveres do proprietário, o gestor do banco de dados, além de normas sobre a segurança e o cancelamento de dados.

Esse projeto foi apresentado no momento em que o mundo voltava os olhos para o caso do americano Snowden, que expôs os métodos do Governo Americano de acesso aos dados dos cidadãos do mundo inteiro.

Aqui no Brasil, também assistindo à decisão do Tribunal Superior Eleitoral de liberar dados de 141 milhões de eleitores para o Serasa, decisão que foi posteriormente revogada em razão das críticas que surgiram desse fato.

Também há o projeto que está sendo discutido, neste momento, que é o do Senador Vital do Rêgo, PLS nº 181, de 2013, e como se trata de matérias correlatas, nós pedimos ao Presidente do Senado que essas duas matérias, juntamente com o projeto que veio da CPI, tramitem em conjunto aqui na Casa.

Logicamente que esse debate vai se aprofundar mais ainda, é importante a presença de todos os senhores aqui, convidados nesta Comissão, e esperamos que não fique somente nesta audiência pública, mas em outras que possam ser realizadas e assim também a consulta aos internautas que acompanham diariamente os projetos do nosso Senado Federal para um conhecimento profundo de todas as matérias que são aqui discutidas.

No nosso projeto são previstas as responsabilidades cíveis e administrativas daqueles que infringem, que possam infringir os preceitos nela inseridos. Aborda a proteção, o tratamento e os dados pessoais de forma mais ampla e abrangente. O objetivo é oferecer ao Ordenamento Jurídico Brasileiro um tratamento legislativo contra a proteção e o uso de dados pessoais, contribuindo para a concretização do Texto Constitucional.

A Lei Maior brasileira é considerada das mais avançadas em matéria de Direitos Fundamentais, cabe ao legislador infraconstitucional elaborar normas que lhe confirmem plena eficácia, de modo a evitar que seus valiosos preceitos não se vejam esvaziados pela ausência de regulamentação.

No mundo inteiro há uma preocupação com essa questão da espionagem que é feita por meio da internet. Agora mesmo nós recebemos uma informação da Assessoria do Senado que a ONU aprova a resolução de proposta com o Brasil e a Alemanha contra a espionagem. É a 3ª Comissão da Assembleia Geral da ONU, que aprovou por consenso o novo projeto de resolução que busca garantir o direito à privacidade.

O texto apresentado por Brasil e Alemanha é uma atualização de resoluções adotadas em 2013, após os escândalos de espionagem do governo dos Estados Unidos, revelados por Edward Snowden. Entre as mudanças está a menção aos metadados, que incluem informações como origem e destino de *e-mails*, histórico de visita de página na internet e detalhes sobre ligações telefônicas. Para os países, o acesso a esses dados pode revelar tanto as informações quanto o conteúdo das comunicações.

Em discurso feito na Comissão, após a aprovação, o Embaixador do Brasil na ONU, Guilherme Patriota, Embaixador Adjunto, criticou a retirada dos termos mais firmes do texto. Referências aos princípios de precisão e proporcionalidade não foram tão fortes quanto deveriam ser etc., etc.

Então, há, sem dúvida alguma, uma preocupação, não só do Brasil como de outros países do mundo, com essa espionagem que é feita atualmente, que foi descoberta, primeiro, nos Estados Unidos.

Assim, eu louvo a atitude da Comissão de Justiça em promover esta audiência pública para discutir e debater assunto tão importante e tão atual e tão necessário para a proteção de nossa privacidade, a defesa da liberdade e da democracia. Eu acho que a democracia não se fortalece apenas em dar educação e saúde de qualidade; enfim, todos os aqueles direitos fundamentais que são garantidos em nossa Constituição. Acho que um direito fundamental do cidadão, também, é a privacidade; ele não ser invadido em sua privacidade, o que configura não só um crime como também uma ação despropositada para reduzir a liberdade do cidadão.

Esta é minha participação, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de dizer aos presentes e aos convidados que recebam as minhas homenagens, ressaltando que a contribuição que os senhores deram, durante este debate, a meu ver, será utilizada por nosso Relator, a fim de obtermos um aperfeiçoamento condizente com as necessidades primárias de nosso Brasil, que se harmonizam com as conquistas da liberdade e da democracia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Muito bom que V. Exª tenha feito essa exposição, também já anunciando a sua intenção de fazer o apensamento das matérias correlatas para que elas possam tramitar em conjunto e possam receber pareceres

também simultâneos, a fim de que a gente ter uma equidade no que diz respeito ao calendário de tramitação das iniciativas.

Gostaria de dizer, também a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, que tivemos aqui, hoje, não só essas cinco exposições, mas foram dez! Todos os que estão ao lado de V. Ex^a foram expositores. Então, tivemos 10 exposições, algumas delas absolutamente sintéticas, como a da Febraban, que pede a rejeição integral do projeto; há a posição da Sr^a Carol, que sugere que a matéria seja discutida em outras Comissões, que possa ir também à Comissão de Ciência e Tecnologia, de modo a fazermos com que haja mais participação de outros organismos no debate da matéria.

Quero anunciar que nosso trabalho legislativo vai até 22 de dezembro. Acredito que tenhamos mais duas ou três reuniões da Comissão de Constituição e Justiça. Certamente, em passando a matéria para outras Comissões, só iremos ter uma decisão sobre esse assunto muito provavelmente para 2015. Mas, considerando as várias observações, e todas muito pertinentes... E o bom do debate é a gente se dar conta de que todas as posições, por antagônicas que seja, trazem sinal de luz para a compreensão da matéria, para a gente refletir sobre a matéria. Então, as provocações do Professor Manoel foram muito bem-vindas, porque ele faz o questionamento sobre já estar absolutamente explícito, na legislação vigente, que a proteção de dados pode ser e já está sendo e já foi tratada. Não é o caso apenas de regulamentação? Não é o caso apenas de uma emenda complementar a alguns dos dispositivos já existentes?

E, também, há a reflexão de que o tratamento dado na União Europeia é o mais abrangente, é o mais sintético, é o mais objetivo, e, assim, se se pretende trabalhar na busca de um modelo similar, não é esse, também, o caminho? Se nós já estamos atrasados, temos que fazer essa matéria tramitar o mais rapidamente possível, para que a gente consiga a construção mais abrangente, mais célere, e que possa dar a garantia ao cidadão brasileiro de que vamos ter os seus dados protegidos e longe de qualquer possibilidade de esse encaminhamento resultar em prejuízo para as empresas.

Eu acho que temos de criar um mecanismo em que o cidadão esteja protegido, sem que, amanhã ou depois, cause um desastre à economia, por conta de um excesso de, digamos assim, de situação em que aqueles que pretendem fazer mau uso da sua proteção, ou seja, não querem trabalhar com a transparência, porque não querem seus dados, também, revelados – é o caso da Defesa do Consumidor e da Proteção do Crédito, que é muito presente –, porque me parece que as instituições financeiras têm muito receio em relação a isso.

Bom, em síntese, temos um conjunto de observações aqui que, certamente, a Consultoria do Senado, que está acompanhando, está muito atenta a todos esses aspectos, para a gente poder fazer a revisão do **Relatório** e, se aprovados os requerimentos, fazer com que a matéria tramite, também, em outras Comissões, de tal maneira que eu acho que temos muitos elementos para reestudar o **Relatório** da matéria. A gente não tem como imaginar manter um **Relatório** depois de tantas contribuições significativas que vieram.

Então, eu concluiria essa nossa audiência pública perguntando se tem algum dos expositores que gostaria de fazer um complemento, alguma informação adicional. A gente poderia conceder mais dois minutos para cada um dos participantes que desejassem fazer as suas considerações finais para que a gente pudesse dar um ponto final a essa nossa riquíssima audiência pública que eu espero que não fique só nela, que possamos fazer outras também.

Agora, eu deixaria à vontade para quem quisesse fazer uso da palavra para uma consideração final.

Sr. Manoel, podemos começar pelo senhor.

O SR. MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS – Eu só gostaria de parabenizar. Eu vi, com carinho, o **Relatório** que o senhor tinha lido e, para mim, é um gesto de nobreza, enriquece o nosso Congresso, esse amadurecimento. Quer dizer, eu preparei um **Relatório**, mas, depois de uma reflexão com a sociedade, eu gostaria de dar uma relida nesse material.

Então, esse é o elemento mais importante. Significa que a locomoção de cada um, aqui, foi suficiente, atingiu o seu objetivo, de levar uma nova reflexão de um projeto, que ainda não estava, na nossa visão, permitam-nos, suficientemente, maduro.

Então, muito obrigado por esse gesto de grandeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Sr. Leonardo, gostaria de usar da palavra?

O SR. LEONARDO AUGUSTO FURTADO PALHARES – Eu gostaria de aproveitar essa última oportunidade para poder agradecer a todos pela audiência pública e fazer, da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, uma conclusão que parece que é geral, de que o assunto, absolutamente relevante, depende, ainda, de um debate público muito aberto, muito amplo, para se solidificar e para ficar pronto.

De qualquer forma, muito obrigado pela oportunidade, Senador, e conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Srª Mônica Steffen.

O SR. MÔNICA STEFFEN GUISE ROSINA – Gostaria, só, mais uma vez, de agradecer a oportunidade e colocar a Fundação Getúlio Vargas à disposição dessa Casa, enfim, dos colegas, aqui, para que o debate seja levado adiante aí, para que a gente não perca o ritmo das discussões. Quanto mais transparência, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Sr. Paulo Rená.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM – Senador, novamente, agradecer o convite, e aproveitar a oportunidade final para fazer uma sugestão de que essa Casa, que já conta com uma plataforma bastante interessante de participação social, que é o e-Cidadania, possa considerar essa possibilidade de que esse Projeto de Lei do Senado seja, também, submetido a debate aberto por meio dessa plataforma, eventualmente, dialogando com a iniciativa do Ministério da Justiça, mas não necessariamente vinculando-se ao que o Executivo vá fazer. O Senado tem totais instrumentos capazes de fazer este debate também mais aberto com a sociedade aqui mesmo no Legislativo.

É isso. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Paulo Rená, pela observação e pela sugestão.

Informo que todas as contribuições apresentadas hoje já estão disponíveis também na Internet para que todos que queiram aprofundar a respeito da reflexão deste assunto.

Gostaria de passar a palavra à Srª Carol.

A SRª CAROL CONWAY – Senador, em nome da Abranet, dos nossos associados, eu agradeço o convite. Apreendi muito também com os debates que foram realizados nesta manhã. Coloco-me à disposição para continuar este debate, aceitar mais sugestões. Esperamos que exista uma legislação, como o Danilo mencionou, que possa harmonizar todas as provisões a respeito da proteção de dados e que seja muito profícua nos seus conceitos, pois isso favorece não apenas ao cidadão consumidor, mas também ao desenvolvimento das empresas e ao desenvolvimento tecnológico do País. Então, é interesse de todos nós, principalmente do Governo, na provisão das políticas públicas. Esperamos em breve comemorar a promulgação de projeto de lei embasado nessas diretrizes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Sr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Agradeço e reforço o que eu acho que ficou claro aqui para todos, a necessidade de um aprofundamento nessas discussões tão sensíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Sr. Virgílio Augusto.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – Eu queria agradecer ao Senador e elogiar essa iniciativa do Senado, essencial para a construção do arcabouço da sociedade de informação não só do Brasil, mas do mundo inteiro. Cada vez move-se mais para uma economia digital, para um mundo em que o componente digital faz parte da vida cotidiana do cidadão, das empresas e do Governo. Então, essa atualidade do Senado nessa questão é louvável.

Eu gostaria também de sumarizar três pontos que são importantes a meu ver: a participação multissetorial e pluralista na discussão e na formulação desse projeto de dados pessoais e finalmente da urgência de termos essa legislação aprovada, porque, como se disse, é importante nas relações internacionais, econômicas, trocas de serviço, que certamente vão possibilitar que o Brasil se insira de maneira mais ampla nessa economia global digital.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Virgílio.

Sr. Renato Blum.

O SR. RENATO OPICE BLUM – Senador, um assunto que eu não mencionei, fazendo uma referência rápida, nos fóruns internacionais de que eu tenho participado, sempre, sem exceção, discute-se a troca de dados entre países. Eu percebo que um parte dos projetos já tem previsão com relação a este assunto, mas eu gostaria de reforçar este ponto, em função do que eu tenho ouvido e visto. A tendência, inclusive, é dobrar a ponta para esta questão.

Quero agradecer a participação em nome do instituto e em meu nome também e dizer que estaremos todos sempre à disposição para colaborar na construção de normativas de marcos legais da melhor forma possível. É uma honra sempre estar aqui.

Queria cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares. Estava vendo um pouquinho a sua proposta, bem completa, mais de 15 artigos, bem detalhados inclusive. Faço este registro. Meus sinceros cumprimentos. Cumprimento a todos que participaram deste excelente debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Sr. Danilo Doneda.

O SR. DANILO DONEDA – Sendo o último a falar, não tenho propriamente nada a acrescentar. Somente felicito o Senador Anibal Diniz pela excelente síntese de conclusão, que demonstra que o Senado está bastante atento tanto ao problema quanto às diversas propostas de equalização e resolução do problema de proteção de dados pessoais. Ressalto novamente que o Ministério da Justiça se encontra à inteira disposição desta Casa no que puder ajudar.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bom, eu quero agradecer imensamente a contribuição de todos.

Não havendo nada mais a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

Não sei se há fotografos no ambiente. Se houver, gostaria de convidar a todos, ao Senador Antonio Carlos, a todo mundo, para que fiquemos aqui juntos para uma fotografia, um registro desse debate importante sobre a proteção de dados.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia três de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, José Agripino, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Humberto Costa, Paulo Paim, Ciro Nogueira, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Gim, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento e das Senadoras Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Pedro Simon, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2013 – Terminativo. Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, para tipificar penalmente a violação de direitos ou prerrogativas do Advogado e o exercício ilegal da Advocacia, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gim. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2014 – Não Terminativo. Altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para Agente Policial de Custódia. **Autoria:** Presidente da República. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 63, de 2014, de urgência para a matéria. ITEM 38) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2014 – Não Terminativo. Altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Senador Vital do Rêgo. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. EXTRAPAUTA: ITEM 47) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 62, de 2014. Requeiro a desistência do pedido de realização de Audiência Pú-

blica (RQJ nº 37/2014) no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça. A audiência serviria para instruir o PLC nº 42, de 2014, o qual altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. ITEM 48) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 63, de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2014. **Autoria:** Senador Gim. Resultado: Aprovado. ITEM 49) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 64, de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 332 de 2014, que “altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir o conceito de Rede Nacional e Estação de Abrangência Nacional e estabelecer obrigação de carregamento de seus sinais a todos os usuários independentemente da tecnologia”. Para tanto solicito que sejam convidadas as autoridades abaixo nominadas: João Batista de Rezende – Presidente da ANATEL; Patrícia Ávila – Secretária de Serviços de Comunicação eletrônica do Ministério das Comunicações; Dr. Daniel Slaviero – Presidente da ABERT; Sr. Oscar Vicente Simões – Presidente da ABTA; Sr. Frederico Nogueira – Vice Presidente de TV aberta da ABRA; Sr. Marcos Tolentino – Presidente da Rede Brasil de Televisão; Sr. Walter Ceneviva – Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Sr. Rodrigo Martinez – Central Nacional de Televisão; Sr. Fernando Di Genio – Presidente do Grupo MIX de Comunicação. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a presidência ao Senador Luiz Henrique. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia três de dezembro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2011; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2012; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2010; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014; ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, de 2007; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 655, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2014; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2014; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2009; ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2013; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2013; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2007; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2014; ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2009, TRAMITAM EM CONJUNTO PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 240 e Nº 510, de 2007, e PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2009; ITEM 23) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2005; ITEM 24) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2007, TRAMITAM EM CONJUNTO PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 88, de 2007, e Nº 25, de 2012; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013; ITEM 27) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2011; ITEM 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2014; ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2010; ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2014; ITEM 32) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2003; ITEM 33) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2007, TRAMITAM EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2007, PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2012, e PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2012; ITEM 34) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2009; ITEM 35) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011, TRAMITAM EM CONJUNTO PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 92 e Nº 351, de 2012; ITEM 36) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2009; ITEM 37) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2011; ITEM 39) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2014; ITEM 40) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2014; ITEM 41) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; ITEM 42) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2014; ITEM 43) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, de 2011; ITEM 44) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, de 2012, TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, de 2012; ITEM 45) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2014; ITEM 46) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta 51ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) –

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos uma pauta com itens de 1 a 44 e este primeiro momento é destinado às inversões...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... e aos pronunciamentos dos Srs. Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Gim, Senador Dornelles e Senador Ricardo já haviam me solicitado antes do início da reunião.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, é só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Henrique, Senador Flexa Ribeiro e Senador Blairo.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Dentro dessa lógica tão bem conduzida por V. Exª, parabenizando V. Exª por ontem também, porque foi uma demonstração de afeto, carinho e respeito a que deu Casa a V. Exª, que é merecedor de todo o nosso respeito e acatamento, eu peço a V. Exª, Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo, que, por favor, faça a inversão de ordem do item nº 30 para primeiro item da ordem do dia. Sendo uma matéria tranquila – e todos são favoráveis à votação –, muito rápida, que o projeto, o item nº 30 da pauta, passe para primeiro item, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para o atendimento à solicitação do Senador Gim não há discussão.

Atendida.

Senador Dornelles, depois Senador Ricardo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu pedi vista, na reunião anterior, do item nº 28. A matéria é altamente complexa. Eu conversei com o Senador Gim, que foi o Relator. Quero solicitar a V. Exª o adiamento, até a semana que vem, da votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitado o adiamento do item nº 28.

Senador Gim, V. Exª é o Relator. V. Exª concorda com o Senador Dornelles, lembrando do exíguo prazo que nós temos?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Dentro do exíguo prazo, se ele não trouxe o relatório hoje, que fique para daqui a mais uma semana. O Senador Dornelles manda em nós todos há muitos anos, e não vai ser uma semana que vai fazer essa diferença.

Então, ministro Dornelles, mais uma semana, com o compromisso de que, semana que vem, estejamos aqui todos, para votar as matérias tão importantes.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, ainda, se houver o critério de votar inicialmente os não terminativos, eu pediria que V. Exª examinasse a possibilidade de inversão de pauta para o item nº 31.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada a inversão do item nº 31.

Inversão concedida.

E também concedido o adiamento, para a próxima reunião, do item nº 28.

Senador Ricardo, Senador Luiz Henrique.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª inclusão extrapauta de requerimento de minha autoria que dispensa audiência pública, considerando os debates construídos no PLC 42, de 2014, que trata de um tema muito aguardado pela sociedade brasileira, que é o tema da eliminação da necessária autorização para construção de biografias. Nós estamos solicitando a dispensa da audiência pública e, considerando que é um tema extrapauta, pediria que nós pudéssemos incorporar na pauta de hoje esta matéria para que eu pudesse relatar.

Além disso, considerando o item nº 38, que é relatado por V. Exª e também é um tema não terminativo, o encaminhamento que faço é que V. Exª possa submeter à Comissão a inversão de pauta. De igual forma, o item nº 44 e o item nº 11, por serem matérias não terminativas.

É o encaminhamento que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k. Vamos definir a solicitação do Senador Ricardo por três partes. A primeira: a votação do requerimento de cancelamento da audiência pública. Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Depois, as inversões que o Senador Ricardo Ferraço solicitou: inversões dos itens, para orientação dos senhores, nºs 38, 44 e 11. O de número 11 é terminativo, vamos excluí-lo. Então, itens 38 e 44.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É verdade. Além do requerimento para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu já votei o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, a inclusão do PLC 42.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E inclusão extrapauta do PLC 42.

Alguma objeção dos senhores? *(Pausa.)*

Nenhuma.

Atendido o Senador Ferraço.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, aliás, Senadores – fui Deputado cinco vezes e ainda estou com o reflexo condicionado –, eu pediria a inversão do item nº 27 para a apreciação da PEC 71, de 2011.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item nº 27. O Senador Henrique pede a inversão do item nº 27. *(Pausa.)*

Não há objeção.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) –

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique; depois, Senador Pedro Taques e, depois, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Flexa estava na relação das solicitações anteriores.

Senador Flexa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, não, desculpe, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Governador, V. Ex^a tem preferência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É só para pedir inversão, Sr. Presidente, do item nº 35 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item nº 35.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada a inversão do item nº 35 pelo Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Nenhuma objeção.

Atendida.

Senador Flexa, Senador Blairo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Ministro, me preocupa o início da sessão no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – É que nós teremos que encerrar a reunião da CCJ.

Eu pediria a V. Ex^a, ouvindo o Plenário, a inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria, para que ele pudesse ser lido e apreciado na reunião de hoje, porque diz respeito ao item nº 28 de que o Senador Gim é Relator e que o Senador Dornelles pediu para ser transferido para a próxima reunião. É um requerimento que pede seja feita uma audiência pública para que possamos dar a todos os Senadores as informações necessárias para votar o projeto do item nº 28.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Requerimento solicitado pelo Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Nenhuma objeção.

Incluído na pauta.

Eu posso votar o requerimento agora, como já fiz com o do Senador Ferraço?

E gostaria de dizer aos senhores que nós temos que marcar essa audiência pública dentro do prazo do Senador Dornelles, durante esta semana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Requerimento do Senador Flexa Ribeiro, solicitando audiência pública para tratar do Projeto de Lei 332.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Senador Gim, V. Exª é Relator do Projeto 332.

Nós acordamos, aqui, que ele será votado na próxima semana.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só que nós acabamos de votar um requerimento do Senador Flexa Ribeiro, solicitando uma audiência pública para este projeto.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Dentro dessa semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos de fazê-lo. Aí peço a V. Exª que comande esse processo, como Relator da matéria, de audiência pública nessa semana, conversando com o autor.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Combinado. Então, nessa semana, assim o faremos, conforme determina a aprovação deste requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Proporia, Senador Gim, que nós pudéssemos marcar a audiência para a próxima terça-feira, antes da reunião de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O que V. Exªs decidirem esta Presidência homologa.

Senador Gim, vamos ao Item nº 30?

O primeiro item da inversão é o item 30. Depois é o 38.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Perdão, Senador Blairo Maggi. É que V. Exª está tão magro, tão bem, com tão boa saúde, que talvez eu estivesse vendo outra pessoa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, requeiro uma inclusão extrapauta, inclusive já está na sua mesa, sobre os termos regimentais de inclusão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça para a apreciação do PDS nº 124, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada a inclusão extrapauta do PDS nº 124.

Sem nenhuma objeção.

Atendido o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, vamos ao Item nº 30.

Nós estamos com a Ordem do Dia do Congresso Nacional iniciando. Há um consenso em torno do Item nº 30. Gostaria que o Senador Gim pudesse relatá-lo.

ITEM 30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para Agente Policial de Custódia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: Em 26/11/2014, a Presidência concedeu vista à Senadora Angela Portela e ao Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos regimentais.

Senador Gim, faça somente a conclusão, porque o pedido de vista do Senador Mozarildo Cavalcanti já foi feito.

V. Exª tem de fazer somente a manifestação final.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de uma matéria que faz justiça principalmente aos nossos agentes penitenciários da carreira da Polícia Civil do Distrito Federal.

Enfim, à luz das informações e considerações que envolvem a matéria, o nosso entendimento é no sentido de que a presente proposição deve ser acolhida por esta Casa.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

As Srs e os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, também gostaria de pedir urgência deste item para Plenário, tendo em vista que estamos no final do ano. É uma matéria muito importante para os agentes do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação, a urgência. *(Pausa.)*

Urgência votada.

Urgência aprovada.

Pediria ao Senador Luiz Henrique para presidir os nossos trabalhos, em virtude de que o próximo item é o de nº 38 e tenho a honra de relatá-lo. Trata-se de um item do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Item 38 da pauta.

ITEM 38

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2014

– Não terminativo –

Altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, ainda na condição de Relator, recebi agora a solicitação do Senador Renan Calheiros, que preside a sessão do Congresso Nacional – já estamos em plena Ordem do Dia...

Vou solicitar dos senhores a aquiescência apenas para votar este projeto. É uma proposta muito interessante do Senador Ricardo Ferraço, que envolve todo o País, que é a inserção da segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esse é um tema relevantíssimo para que eu pediria a compreensão dos senhores e imediatamente vou pedir ao Senador Presidente, Luiz Henrique, para encerrar a reunião.

É o item nº 38.

Passo a ler o relatório objetivamente.

Não há nenhuma implicação legal, constitucional, jurídica e regimental da matéria.

Quanto à técnica, entendemos que duas alterações redacionais que devem ser realizadas. A primeira refere-se ao preâmbulo da proposta em sua parte final, alterando a redação para "(...) promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional". É apenas de nomenclatura. E a outra: "Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação".

No que tange ao mérito, cumpre proceder a uma análise da matéria objeto das alterações.

Segurança pública é a manutenção da ordem pública interna, que consiste na atividade de preservação ou restabelecimento de uma convivência social harmônica que permite que todos gozem de seus direitos e exerçam suas atividades sem perturbação de outrem. Na sua dinâmica, é uma atividade de vigilância, prevenção e repressão de condutas delituosas.

Nesse sentido, a atividade de segurança pública é exercida pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, nos termos do art. 144.

Há, portanto, uma repartição de competências nessa matéria entre União e Estados, de modo que a temática da segurança pública mostra-se como competência e responsabilidade de cada unidade da Federação, tendo em vista as peculiaridades regionais, sem prejuízo da atuação dos órgãos federais em questão.

No que se refere aos Municípios, não autorizou a Constituição a instituição de órgão de polícia ostensiva e, tampouco, de polícia judiciária, facultando-lhes a criação de guardas municipais destinadas à proteção dos seus bens, serviços e instalações. Observa-se, entretanto, ser esta uma atividade de segurança pública, na medida em que busca assegurar a incolumidade do patrimônio público.

Afigura-se, destarte, que é meritória a inserção dos incisos nos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, a fim de extirpar quaisquer eventuais dúvidas existentes a respeito da competência comum da matéria entre todos os entes da Federação brasileira no que tange à garantia da segurança pública em respectiva competência.

Esse é o meu entendimento como Relator.

Diante do exposto, votamos pela aprovação, com a emenda redacional.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório do Senador Vital do Rego, favorável à proposta, com duas emendas de redação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta com as Emendas de Redação n°s 1 e 2 desta Comissão.

A matéria vai ao plenário.

Nada mais havendo a tratar, em virtude da realização concomitante de sessão do Congresso Nacional, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador Flexa Ribeiro, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e das Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Flexa Ribeiro) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública. Assunto / Finalidade: Destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2014, que “**Altera a Lei** nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir o conceito de Rede Nacional e Estação de Abrangência Nacional e estabelecer obrigação de carregamento de seus sinais a todos os usuários independentemente da tecnologia”. Requerimento de realização de audiência: RQJ 64/2014, Senador Flexa Ribeiro. Reunião destinada a instruir a seguinte matéria: PLS 332/2014, Senador Vital do Rego. Participantes: Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (representante de: João Batista de Rezende); Oscar Vicente Simões, Presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Marcos Tolentino, Presidente da Rede Brasil de Televisão – RBTv; Flávio Lara Resende, Diretor-Geral do Grupo Bandeirantes de Comunicação e Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA (representante de: Frederico Nogueira e Walter Vieira Ceneviva). Resultado: Realizada a Audiência Pública. O Senhor Senador Flexa Ribeiro passa a Presidência ao Senador Eduardo Amorim. O Senhor Senador Eduardo Amorim devolve a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e cinco minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Flexa Ribeiro) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2014, que “Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir o conceito de Rede Nacional

e Estação de Abrangência Nacional e estabelecer obrigação de carregamento de seus sinais a todos os usuários independentemente da tecnologia”, conforme o Requerimento nº 64, de 2014, da Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Convido para tomarem assento à mesa o Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaiika, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, representante do Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Anatel; o Sr. Oscar Vicente Simões de Oliveira, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; o Sr. Flávio Lara Resende, Diretor-Geral do Grupo Bandeirantes de Comunicação e Diretor Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, representante do Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirante de Comunicação, Walter Vieira Ceneviva, e do Vice-Presidente da TV Aberta de Associação de Radiodifusores – Abra, Sr. Frederico Nogueira, e o Sr. Marcos Tolentino da Silva, Presidente da Rede Brasil de Televisão – RBTv.

Justificaram a ausência a Sr^a Patrícia Brito de Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações – lamentável não termos aqui o Ministério das Comunicações para a audiência pública –; Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Rodrigo Martinez, Diretor da Central Nacional de Televisão (CNT); Fernando Di Genio Barbosa, Presidente do Grupo Mix de Comunicação.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos à fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Convido, então, o Sr. Marcelo Bechara, representante do Presidente da Anatel, para fazer a sua exposição por dez minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Bechara.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Muito obrigado, Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro.

A Anatel, como sempre, toda vez que convidada, comparece, e o Sr. Presidente João Rezende pediu que eu o representasse nesta audiência pública de hoje. Temos o prazer e a satisfação de estar aqui, junto com os senhores. Gostaria de cumprimentar os companheiros de Mesa: Oscar, Marcos Tolentino, Flávio Lara Resende e todos os presentes a esta audiência pública.

Bom, a Anatel, Senador Flexa, assim como toda agência reguladora – não seria diferente com a Agência Nacional de Telecomunicações –, tem um papel, basicamente, como agência de Estado, de pegar a lei, regulamentar a lei, quando necessária sua regulamentação, aplicar a lei e fiscalizar a lei aplicada. Ponto.

Esta Casa, junto com a Câmara dos Deputados, enfrentou um longo debate a respeito do famoso PL nº 29. Depois, veio para cá o PLC nº 116. O senhor se lembra muito bem – até porque bastante atuante não apenas nesta Comissão, mas também na de Ciência e Tecnologia que, inclusive, presidiu – que se debateu profundamente a mudança no mercado de televisão por assinatura no Brasil.

A ideia era abrir o mercado de tevê por assinatura. Esse mercado tinha uma assimetria, porque havia a lei do cabo, de 1995; um decreto, sobre serviço de tevê UHF, de 1988; e outro decreto com duas portarias, para os serviços de MMDS e DTH. Então, havia normas para todos os sabores e gostos.

E havia uma especificidade em relação à lei do cabo, que acho que é o grande foco da discussão e do debate que está sendo apresentado, que é o carregamento dos canais obrigatórios. Há uma expressão em inglês, conhecida como “*must carry*”, que é o “dever de carregar”, o “dever de carregamento”. Portanto, aqui na nossa tradução, a “obrigação de carregamento” por parte de operadores de tevê, até então a cabo, de carregar o sinal das geradoras de televisão daquela região em que aquela operação de cabo está sendo realizada.

Então, estamos aqui em Brasília. Existe uma operadora de cabo, além, obviamente, de todos aqueles canais típicos de uma tevê paga – canais especializados em esportes, em entretenimento, em desenhos infantis. Tem-se a obrigação de carregar os canais das geradoras locais e mais – foi aí que nasceu a obrigação também do carregamento da TV Senado, da TV Câmara, da TV Justiça: criou-se o canal comunitário do cabo, o canal universitário. Então, ofereceu-se ao usuário de tevê por assinatura uma gama de opções de acesso à informação.

Bom, o que aconteceu? O cabo não é o único serviço para se chegar até a casa de um assinante de TV por assinatura, existe outro serviço muito comum que é o serviço de DTH, que para ilustrar é aquele que recebe por uma anteninha parabólica; nós vemos espalhadas aí aquela menor, que acessa o sinal através da Banda Ku, que é de onde o satélite chove a programação.

Não tinha essa obrigação de carregamento. Não tinha. Essa obrigação não existia. As TVs públicas, então, falaram: “Espere aí, quer dizer que aquele que assiste ao serviço pela TV a cabo tem TV Câmara, tem TV Senado, tem TV Justiça e quem tem o DTH não as assiste”. Para isso, então, uma medida provisória depois criou a EBC, antiga Radiobrás, e também deu origem à TV Brasil, foi uma medida provisória amplamente discutida que trouxe

um dispositivo que determinou que, independentemente da tecnologia de distribuição, deveriam ser carregados os canais públicos. Mas apenas os canais públicos, até porque aquela legislação era de radiodifusão pública.

Veio o PL 29. Qual era a concepção do PL 29? A concepção do PL 29, agora Lei nº 12.485, era exatamente tratar de forma convergente os serviços de televisão por assinatura. Então, agora a gente já não fala mais de serviço de TV a cabo, não fala mais de serviço de MMDS, em que pese, obviamente, essas tecnologias ainda existirem. Passa a ser, então, um serviço chamado SeAC (Serviço de Acesso Condicionado). Eu confesso que o nome não favorece muito a compreensão de que é um serviço de TV por assinatura, mas, enfim, é o Serviço de Acesso Condicionado.

Inclusive, a gente se refere muito à Lei nº 12.485 como a lei do SeAC. Ela não é a lei do SeAC, apenas fala sobre acesso condicionado como um todo. Então, ela traz obrigação, agora, de que independentemente da plataforma, todo mundo seja obrigado a carregar as geradoras locais – isso está no seu art. 32 – e os canais públicos.

Acontece que o legislador foi sábio quando identificou que para algumas determinadas plataformas tecnológicas – é o caso do satélite – seria impossível você carregar todas as geradoras do Brasil. Quantas geradoras nós temos no Brasil? Aproximadamente umas 520. Ora, pegar 520 sinais de televisão, que são as geradoras locais, subir para o satélite para fazer a distribuição e cumprir o carregamento... provavelmente não há satélite neste País que tenha capacidade de fazer esse carregamento.

Aí a lei foi sábia ao dizer o seguinte: neste caso, quem vai definir os critérios de carregamento é a Anatel. Então, a Anatel teve de estabelecer um critério. E qual foi o critério que a Anatel estabeleceu? Como se sabe que dessas 520 muitas estão afiliadas, ou são geradoras com várias retransmissoras que alcançam o Brasil inteiro, pegaremos aquelas que alcancem um terço da população brasileira, mas que cheguem às cinco regiões geopolíticas do País, ou seja, vão da Região Norte até a Região Sul passando pelas demais.

Então, a Anatel fez uma consulta pública, que chegou ao número de 14. Existem 14 grupos no Brasil que chegam a um terço da população brasileira e às cinco regiões geopolíticas. Aí, a Anatel obrigou que as empresas de DTH que quisessem carregar uma das 14 deveriam carregar as 13 demais. Se não quisesse carregar ninguém... Nas 14 nós temos Band, SBT, Globo, Record, Rede Vida, Canção Nova, Rede Brasil, RIT, Mix TV. Se quiser carregar uma dessas, vai ter que carregar as outras por um princípio de isonomia. Também se não quiser, não carrega ninguém, porque o satélite não tem essa possibilidade.

Só para concluir, porque estou vendo que faltam 15 segundos. O projeto de lei que aqui está trata – pelo que eu pude perceber – nada mais fazer do que reconhecer esse conceito que a Anatel criou, dividir em duas categorias: a de rede nacional e a de estação de abrangência nacional. É interessante, porque a Lei do SeAC fala de rede nacional no art. 32, §16, e não diz o que é rede nacional. Não há o conceito de rede nacional na Lei do SeAC. A ideia aqui, parece-me, seria pelo menos fazer esse conceito. Cria a ideia de uma abrangência de estação nacional, pelo que eu percebi. Também existem no Brasil estações que são uma única geradora com retransmissoras espalhadas por todo o País; existe essa situação. Então, eu acredito que seja isso. E estender essa obrigação para o carregamento de qualquer tecnologia. Pelo que eu estou percebendo, como isso já acontece no DTH, seria para o cabo. Porque o MMDS e o TVHF hoje já não são mais serviços relevantes. As frequências de MMDS já estão servindo para a telefonia móvel, o TVHF vai morrer em 2018, é um canal só, não tem competitividade. Os dois grandes serviços de televisão por assinatura que nós temos é o DTH e o cabo. O DTH já contempla o carregamento. Eram 14, eu não sei... A gente precisa, de vez em quando, fazer essa consulta pública, porque pode ser 13, 15, a gente não sabe. Existe uma dinâmica nesse setor. Mas quando a Anatel fez a contabilidade dessas estações eram 14. Portanto, são 14 que estão sendo distribuídas no DTH. E a ideia, pelo que eu percebi do projeto, era fazer a extensão desse conceito para o cabo.

A opinião da Anatel. A Anatel, Senador Flexa, cumpre aquilo que o legislador determinar. Se o legislador entender que agora é importante para o Brasil fazer esse tipo de coisa, nós vamos fazer cumprir. Do jeito que está sendo feito hoje nós estamos cumprindo a lei na forma como ela foi construída, dando, inclusive, opção àqueles que não têm condições de carregar que não carregue ninguém, mas se carregar uma que carregue as demais. E não há, hoje, essa obrigação para o cabo. O cabo não tem essa obrigação de fazer o carregamento. É por isso que estão querendo mexer na lei, mas o cabo não tem essa obrigação. A obrigação do cabo, hoje, é de fazer o carregamento da geradora local. Esta carregando a geradora local? Cumpriu.

Então, essa é a colocação que a Anatel faz, e, obviamente, coloca à disposição toda a sua estrutura e todo o corpo técnico para os esclarecimentos que forem necessários. Acho que o que a Anatel fez foi importante, Senador Flexa, porque nós não sabíamos quem eram essas 14. Aliás, nós não sabíamos quem era quem. Acho que nem o Ministério das Comunicações não sabia quem eram as redes de televisão no Brasil; eles tinham uma noção. Porque na hora em que você vai enxergar o contrato de concessão não diz de quem que ela é. Você não sabe que fulano de tal é afiliado com sicrano. Você sabe que ali é um grupo de pessoas e que uma determinada região é detentora de uma geradora. Com a consulta pública que a Anatel fez, nós tivemos a condição de

detectar quem é afiliado de quem, qual é a geradora que está vinculada a determinada retransmissora e vice-versa. E, com isso, foi possível construir essa dimensão que chegou a 14, mas que pode ser menos, pode ser mais. Eu acho que a Anatel, periodicamente, tem que visitar isso, até para que não fique um congelamento de 14 sinais, porque, amanhã, uma pode vender, passar para outra e aí a regra não vai ser cumprida à risca, e acho que a gente tem que ter um nível de estabilidade.

Volto a dizer: o que for a determinação do Congresso Nacional é papel da Anatel fazer valer e cumprir. E nós o faremos se assim for a vontade.

Coloco-me, então, ao inteiro dispor para todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Marcelo Bechara, que aqui representa o Presidente da Anatel, Dr. João Batista de Rezende, nesta audiência pública.

Passo a palavra ao Dr. Oscar Vicente Simões de Oliveira, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA).

V. S^a terá 10 minutos para a sua exposição.

Com a palavra o Dr. Oscar Vicente.

O SR. OSCAR VICENTE SIMÕES – Senador Flexa, muito obrigado.

É um prazer e uma satisfação a ABTA estar aqui representando os operadores de TV por assinatura e trazendo o nosso posicionamento a respeito desse tema.

Cumprimento também os membros da mesa: Marcos Tolentino, Flávio, Marcelo Bechara, Conselheiro da Anatel.

Eu vou fazer uma pequena apresentação. Trouxe alguns eslaides que eu acho que podem ilustrar um pouco algumas coisas que o Conselheiro Marcelo Bechara já abordou aqui.

Todo negócio tem que ser olhado, no nosso ponto de vista, a partir de dois eixos: quais os benefícios que ele traz para a sociedade e a sustentabilidade na prestação do serviço. A TV por assinatura, evidentemente, permite à população acesso à cultura, entretenimento, à informação, ao conhecimento; gera empregos, enfim, traz uma série de dimensões relacionadas à demanda. E também precisa haver uma competição saudável, haver viabilização dos investimentos e haver sustentabilidade.

O equilíbrio aqui é dado pela lei, pela legislação, pelos regulamentos, no caso de uma atividade regulada. E o desafio é manter o equilíbrio sistêmico. A pergunta que a gente faz no setor é: esse projeto especificamente, esse PLS em debate aqui hoje, a quem interessa? Quem se beneficia com ele? A sociedade? Ele contribui para a sustentabilidade da prestação de serviços? Ou ele piora a sustentabilidade? Que impacto ele traz? Ele é neutro? Ele melhora?

Essa dimensão é absolutamente relevante. Na nossa avaliação, nós não encontramos nenhuma variável de benefício para a sociedade. Ao contrário, a gente acha que ele afeta a sustentabilidade do negócio.

O sinal das geradoras locais já é disponível nas suas áreas de concessão. Ele está lá. Ele é gratuito, é universal. Nós não conhecemos – pelo menos os nossos operadores não conhecem – nenhuma demanda de assinantes, que é quem no final do dia paga pelos serviços, de que eles estejam interessados em estações de abrangência nacional.

O projeto traz insegurança jurídica porque a quantidade de canais a serem carregados fica incerta. Nós ouvimos agora do Conselheiro da Anatel que, para definir as 14 redes nacionais, que têm a mesma programação majoritariamente por um dos seus membros, da sua cabeça de rede, foi um exercício que a Anatel realizou. Quantas serão as estações de abrangência nacional?

A rigor qualquer uma geradora local que tiver repetidora nas cinco regiões do País e cobrir um terço da população se habilita. Então, no limite extremo, podemos chegar a 500 estações de abrangência nacional.

Qualquer obrigação de carregamento de canais demanda investimentos. Por quê? Porque são canais que vão ocupar um espectro da rede, um pedaço da rede que vai ser ocupada por aquele canal.

Um outro aspecto negativo que a gente enxerga é que transforma uma opção de carregamento das 14 redes nacionais em uma obrigação. O DTH hoje... A Anatel regulamentando o comando da Lei nº 12.485 – colocou o Conselheiro Bechara claramente –, o operador tem a opção. E o princípio ali foi da isonomia: se carrega, carrega as quatorze. Mas se o operador de DTH entender que isso é inviável do ponto de vista econômico, eu não carrego ninguém – eu tenho essa opção.

Ao tornar obrigatório para o DTH, o PLS avança mais, ele torna obrigatório para o cabo. Como eu vou mostrar aqui, já carrega todas as geradoras locais. Ele cria um segundo *must carry*.

E a gente entende, no setor, que isso é mais uma ação que pode inibir investimentos. Investimentos que são fundamentais, especialmente em banda larga. O País demanda redes de banda larga, para acesso à inter-

net e tudo o mais. Isso pode impactar os investimentos, pode impactar a arrecadação de impostos, geração de emprego, etc.

No nosso entendimento, como a fonte de receita da TV por assinatura são os assinantes, no final do dia quem vai pagar a conta é o consumidor final. Por isso, nós entendemos que isso não atende, de forma alguma, aos interesses da sociedade.

Para exemplificar aqui: o cabo, hoje, as concessões de cabo carregam as 517 geradoras locais em todas as cidades onde estão. Elas já carregam. A lei determina assim, a regulamentação da Anatel também determina e para o cabo não há um problema tão grande, porque ele tem um *head-end* local, o sinal vai por fibra, capta-se, coloca-se na rede e se distribui.

O DTH é um conceito que o conselheiro estabeleceu aqui. Note que você tem um sinal que sai de uma *uplink*, vai a 30 mil quilômetros, lá no satélite, depois volta numa cobertura nacional. A lei diz o seguinte: a obrigação é de carregamento das geradoras locais. Como disse o Conselheiro Marcelo Bechara – com quem concordo plenamente – o legislador foi sábio ao dizer assim: “Olha, existindo impossibilidade econômica ou técnica, a Anatel pode dispensar o carregamento dos 516”, dispensa que não existe no cabo, ele continua carregando.

Então, foi estabelecido um critério de rede nacional a partir de uma consulta pública e aqui estão as 14 redes que são obrigatórias de carregamento hoje nas redes de DTH.

Pois bem, transformar isso aqui em obrigação para rede de cabo também! Ela já carrega a geradora local. E aqui, uma pequena e rápida retrospectiva, Senador Flexa e demais. Além do cabo, ela obrigava as geradoras locais do Legislativo, TV Câmara, TV Senado, Canal Universitário, Educativo e Cultural. Em 2002, tivemos a TV Justiça; em 2008, TV Brasil e NBR; em 2011, com a Lei do SeAC, Canal de Cidadania e até 12 canais de conteúdo brasileiro e mais um canal jornalístico adicional.

Então, existe hoje na TV por assinatura a obrigatoriedade de 38 canais. Nós vamos acrescentar no cabo mais 14? Qual é o sentido disso? É uma questão em que a gente não encontrou razoabilidade: acrescentar mais 14 para o cabo? Vamos, então, para 52 canais obrigatórios? Hoje já representam os canais obrigatórios alguma coisa como 25% dos canais SD disponíveis.

Aqui, um exemplo muito rápido. Se uma rede de 550MHz estivesse em São Paulo – as redes em São Paulo hoje já são até de mais, mas, para exemplificar e trazer aqui um elemento de reflexão – se fosse uma rede de 540MHz, 15% dos canais já são obrigatórios, 10 vieram SeAC, que trouxe novas obrigações, e sobram aqui então 75% para canais de Pay TV. A capacidade restante é usada para rede de banda larga.

Agora, note, se eu tiver um pacote de TV por assinatura popular, que tem poucos canais aqui, a relação canal obrigatório e canal pago fica desproporcional e você tem muito poucos canais que são capazes de monetizar essa rede, monetizar esse investimento.

Que impactos a gente está percebendo? No cabo, a Lei 12.485 impõe, determina, o Regulamento da Anatel também, o carregamento de todas as geradoras locais, isso é feito, não há nenhuma operadora de cabo que eu tenha conhecimento de que não esteja cumprindo a legislação.

Adicionar a obrigatoriedade das redes nacionais cria, no nosso entendimento, para o cabo, um novo *must carry*, uma obrigação de carregar mais 14 canais. Além disso, cria a imprevisibilidade, porque não se sabe quantas são as chamadas Estações de Abrangência Nacional.

Na tecnologia de DTH, Senador, transforma uma opção em obrigação, o que para um negócio não é... O gestor deixa de ter margem de manobra para poder administrar o seu negócio. Carregar todas as geradoras locais é técnica e economicamente o inviável pelo DTH...

(Soa a campanha.)

O SR. OSCAR VICENTE SIMÕES – ...não há como carregar e obrigar a distribuição de canais de radiodifusão em áreas em que esses não dispõem de concessão para operação conflita com a legislação vigente. A concessão de TV aberta, pública, é local. Então, o que se vai fazer é o seguinte: eu pego um geradora de Maringá e vai ser levado o sinal para Belém, para uma região que contraria completamente a lógica.

Então, no nosso entendimento, a gente acha que esse PL em discussão está desprovido de razoabilidade, obrigar a fazer uma viagem de 30 mil quilômetros de uma coisa que já é disponível. O esforço dessa magnitude só se justifica, no nosso entendimento, se existir claramente uma demanda muito bem caracterizada do assinante, o que nos parece que não é o caso presente.

Para encerrar, a Lei nº 12.485 tramitou no Congresso, nesta Casa, por mais de cinco anos. Ela foi recentemente regulamentada em 2012. Foi regulamentada pela Anatel e, em maio de 2012, pela Ancine. Esse tema é extremamente complexo, que deve levar em conta a natureza, aspectos técnicos, econômicos, comerciais, culturais. Impor um novo carregamento e criar uma nova categoria de canais privilegiados para serem carregados só acarretam custo sem agregar valor ao serviço pelo qual o assinante paga.

Então, o nosso apelo aqui, Senador Flexa, respeitosamente, é que, considerado o intervalo pequeno de programação da lei e da sua regulamentação – nós estamos falando de dois anos –, esse projeto seja arquivado ou, no mínimo, retirado da pauta de votação amanhã, para que os debates possam ser aprofundados para que possamos trazer aqui novos estudos que complementem e fundamentem de maneira mais expressiva o que nós temos aqui falado.

Essa é a nossa intervenção aqui. Eu me coloco à disposição para perguntas e esclarecimentos e para encaminhar qualquer documento requerido por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Oscar Vicente Simões de Oliveira, Presidente da ABTA, e passo a palavra ao Dr. Flávio Lara Resende, Diretor-Geral do Grupo Bandeirantes de Comunicação e Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra).

V. S^a terá 10min.

O SR. FLÁVIO LARA RESENDE – Senador Flexa Ribeiro, eu queria, inicialmente, agradecer a gentileza de estarmos aqui hoje para falarmos em nome do Grupo Bandeirantes de Comunicação e da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra).

Vou ser bastante breve. Quero cumprimentar aqui a Mesa, o Bechara, o Oscar, o Marcos Tolentino e ser bastante breve, dizendo o seguinte: tanto o Grupo Bandeirantes como a Associação Brasileira de Radiodifusores – temos o mesmo Presidente, o João Carlos Saad é o Presidente do Grupo Bandeirante e o Presidente da Abra –, não temos, ainda, neste momento, uma posição nem favorável nem contrária ao projeto. Nós achamos que este projeto precisa ser mais discutido, mais amplamente conversado, trazendo outros personagens para discussão desse projeto. Consideramos que os critérios hoje...

Não posso deixar de registrar aqui a importância da TV de abrangência nacional, da rede nacional aberta e gratuita. Achamos que é fundamental para o Brasil, fundamental para o nosso País, mas, neste momento, achamos que esse projeto precisa ser mais discutido, que, hoje, os critérios existentes, determinados pela Anatel, para definir rede nacional são satisfatórios e que, se vierem a ser modificados, nós teremos uma possibilidade de nos pronunciarmos sobre essa modificação. Neste momento, consideramos que esse projeto precisa ser mais discutido, mais demoradamente e com maior número de instituições e de pessoas, para que possamos chegar a uma conclusão sobre isso.

Agradeço a possibilidade de estar aqui e cumprimento o Senador Flexa Ribeiro e esta Casa, que é o Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Flávio Lara Resende e passo a palavra ao último convidado presente – tínhamos mais quatro convidados, que não puderam estar aqui no dia de hoje –, Dr. Marcos Tolentino da Silva, Presidente da Rede Brasil de Televisão.

V. S^a terá 10min para fazer sua exposição.

O SR. MARCOS TOLENTINO – Obrigado, Ex^{mo} Senador Flexa, parabéns também o Oscar Vicente, Dr. Marcelo Bechara, Dr. Flávio Lara e todos aqui presentes também da OI, Claro, NET, dentro desta audiência pública.

Tenho um entendimento bem diferente, não só pela minha posição, mas pelo que venho assistindo. Quando se fala hoje que as redes nacionais estão no sistema DTH, os assinantes de DTH estão dentro de redes nacionais e os assinantes de TV a cabo não têm um acesso. Aí eu pergunto – na verdade, deixo até para perguntar no final: tudo isso estaria acontecendo se o sistema, se o CA, respeitasse a lei e não desligasse o sinal aberto? Qual assinante assina uma renúncia pela qual ele está deixando de ter 18 canais abertos na casa dele ou mesmo uma rede nacional? Eu duvido que haja um assinante que tenha um documento assinado em que renunciou o direito.

Por que isso? Quando da instalação das operações de cabo, há muitos anos, o que tem sido feito? Eles vão à casa das pessoas e as pessoas assinam, mas, automaticamente, sem saber, perdem os canais regionais abertos, que são retransmissoras, as que são RTVs. Com relação à rede nacional, independentemente de ser RTV, que também seria o caso de colocar, eles ficam, na verdade, proibidos de ter esse acesso. O que acontece com isso? Há inclusive várias denúncias em Procons. A pessoa tinha vários canais regionais, que traziam regionalização, não só falando da rede nacional, mas não tem mais acesso. Em determinado dia, se não paga a fatura ou se tenta retomar, ele procura o cabo e descobre que não existe mais. A antena dele mudou, porque não está sendo respeitado, e não o foi, durante esses anos todos, o acesso verdadeiro na TV.

O que tem acontecido? As operadoras de cabo têm restringido, na verdade, o direito dos assinantes de ter o canal aberto. Nenhum assinante, na verdade, pelas denúncias em Procon e outros, assinou: “Olha, renuncio o meu direito a 18 canais abertos.” Ele não sabe o que é isso. Ele entra em um pacote máster de cem canais sem saber que perdeu o canal aberto da cidade dele. Poderia ser um canal tradicional, informação regional, mas ele não tem.

Entendo que o PL não seria tão importante se o sistema tivesse sido respeitado desde o início ou depois da Lei nº 12.485, que deixou mais clara a obrigação – não sei o artigo em que está, depois levanto aqui – de manter o sistema original. A pessoa tem a antena e os cabos em casa. Eles não podem ser desligados, mas isso acontece. Inclusive, nas últimas assinaturas feitas, mudei de apartamento, pedi: chegando à casa, havia o sistema aberto; eles cortaram o sinal e não tenho acesso a minha rede e a outras redes, salvo se, dentro daquele local, eu for geradora local.

Quando se diz que há um lado comercial, claro que não é interessante para operadora de cabo carregar mais 10, 12 ou 13 redes nacionais. O interessante para ela é fazer o conteúdo, faturar. Só que vem acontecendo isso há muitos anos, e não está sendo fiscalizado. Nos últimos anos, ficou mais clara a obrigatoriedade de manter o sinal aberto, mas a Anatel não tem fiscalizado isso. Continuam suprimindo o direito de acesso à informação das pessoas.

Batendo de um lado, se o projeto de lei tem que ser readaptado, reajustado, é óbvio que há uma posição mais importante neste momento. Se você liga para 10, 20, 30 pessoas que fizeram a assinatura no cabo, eles não têm o canal aberto mais. Então, como seria a tentativa de equilibrar isso? As redes nacionais serem carregadas pela TV a cabo é o único jeito para diminuir um pouquinho, para haver um pouco de isonomia, sem contar que a operadora de cabo tem o direito dela. Ela coloca 10, 20 canais da maior rede, 30 da outra rede, 40, dentro do objetivo dela, e tira a isonomia simplesmente assim. Temos uma concessão pública e o direito de todo mundo ter uma TV gratuita em casa, informação, jornalismo, religião, mas essas informações ficam condicionadas a que a TV a cabo queira que seja assim. Todas as operadoras vendem o pacote, mas as pessoas que compram não estão sabendo que renunciaram o direito desses canais, porque não renunciaram.

Trabalho em cima da intenção desse Projeto de Lei nº 332, principalmente, por carregar certa isonomia e a obrigatoriedade, que, na verdade, há dois anos, não acontece. Qualquer pessoa que tiver operadora de cabo, se você ligar agora, se não for gerador local, não vai encontrar várias redes lá dentro. Então, é este princípio que defendo: tem que haver a rede nacional para equilibrar um pouquinho essa isonomia. Entende, Senador?

Agora, da minha posição...

E outra coisa: o sistema DTH carregou as 14. Quem assina o DTH tem as 14 redes; quem assina qualquer operação de cabo não terá as 14 redes, terá 4 ou 5 redes. E não é possível essa posição assim, falar “daqui a pouco teremos 500 redes”. Não, porque não há espectro. Em média, por capital, serão 18, 22 canais, 23. E, se você pegar pelo próprio espectro, na verdade, não há essa possibilidade de ter 500 canais depois, por não haver espectro, na verdade, para acontecerem 500 redes hoje nacionais. Vai ficar entre uma ou duas no máximo.

Esta é a minha posição. Defendo a necessidade do PLS 332 ou o cumprimento do não desligamento da operação de cabo. Você comprou o cabo, você liga, o sinal é aberto. E isso não tem sido cumprido. Por isso, eu aposto que um jeito de equilibrar essa fiscalização é esse Projeto de Lei nº 332. Claro, se tiver que se adaptar alguma coisa, que seja adaptada. Mas não pode ficar fora, o que tem acontecido dentro das operadoras de cabo hoje no País.

Termino por aqui. Se alguém quiser fazer qualquer colocação...

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Marcos Tolentino da Silva.

Quero aqui justificar e lamentar a ausência do Senador Gim, que é o Relator do Projeto de Lei nº 332, de 2014. Ele está com um problema de saúde em um membro de sua família e não pôde chegar a tempo de participar da audiência pública.

Ao ouvir as palestras dos nossos quatro convidados...

O Senador Eduardo vai presidir, porque eu vou votar aqui na CCT e já volto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Dando continuidade aos trabalhos, substituindo aqui com muita honra o Senador Flexa Ribeiro – já que estamos vivendo uma semana de muita correria e temos que estar presente em várias Comissões praticamente ao mesmo tempo, contrariando um princípio básico da física de que não é possível ocupar dois espaços ao mesmo tempo –, passamos às considerações finais, para que cada um possa fazer a sua consideração final, e encerraremos os trabalhos.

Vamos passar, na ordem, para o Sr. Marcelo Bechara.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAlKA – Obrigado, Senador.

A Anatel agradece a oportunidade de estar presente em mais uma audiência pública aqui nesta Casa. Repito que, quantas forem as vezes em que a Anatel for convidada, ela sempre se fará presente, e colocamos obviamente todo o nosso quadro funcional à disposição desta Casa para os debates que possam se seguir na tramitação do projeto em debate, que é o PLS 332, de 2014.

Repito que o entendimento da Agência é o entendimento do Senado. Naquilo que efetivamente for a vontade legislativa, caberá à Anatel, até por sua obrigação constitucional – uma das três agências previstas, inclusive, na Constituição da República –, fazer valer a vontade do Congresso Nacional. É esse o nosso entendimento.

Agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui presente.

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Dr. Marcelo, pelas suas palavras, pelo seu posicionamento. Com certeza, o objetivo do Senado é ajudar cada vez mais não só a Anatel, mas principalmente o nosso País naquilo que é a missão. E a Anatel tem um papel fundamental nessa questão.

Passo a palavra ao Sr. Oscar Vicente Simões, presidente executivo da ABTA.

O SR. OSCAR VICENTE SIMÕES – Em nome da ABTA, também agradeço a oportunidade de estar aqui.

Reitero a nossa solicitação de que esse PL não prospere ou que, ou que, no mínimo, tenhamos tempo para aprofundar o debate.

Concordo com o Tolentino que o acesso à TV aberta é um direito alienável e as pessoas podem fazê-lo a qualquer momento. Basta botar uma antena e você capta. Então, acho que, sem dúvida nenhuma, o acesso à TV aberta universal é um direito inalienável do cidadão e ninguém pode cercear isso. Se, eventualmente, estiver acontecendo esse tipo de situação, ela tem que ser tratada topicamente. Eu acho que mudar uma legislação que harmonizou e que está em fase de plena aplicação é uma temeridade neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Devolvo a Presidência dos trabalhos, para dar continuidade, ao amigo e colega Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Quero, ao retomar os trabalhos, agradecer ao Senador Eduardo Amorim, que presidiu temporariamente esta reunião da CCJ que trata da audiência pública sobre o Projeto 332, de 2014.

Como eu dizia, antes de me retirar para votar na CCT, aqui precisamos estar ao mesmo tempo em três ou quatro lugares, nas comissões que estão funcionando, e pelo menos votar outorgas de rádio que foram relatadas com parecer favorável na CCT.

Mas, voltando ao tema da nossa audiência pública, eu queria dirimir uma dúvida com relação às palestras, parabenizar os nossos quatro convidados pelas palestras.

Dr. Oscar Vicente Simões de Oliveira, como Presidente da Associação Brasileira de Televisão por assinatura, na projeção, V. S^a fez uma referência de que a TV a cabo iria carregar as 14 redes nacionais. Essa é uma outra pergunta que eu ia fazer à Anatel, mas já foi respondida pelo Dr. Oscar, que fez a listagem das 14 redes consideradas nacionais. E aí houve uma opinião divergente. A Rede bandeirante, do Grupo Bandeirantes de Comunicação, é associada da ABTA?

Não é. Está certo.

Então, a confusão eu fiz quando me referi ao depoimento do Grupo Bandeirantes, que não tinha uma posição ainda fechada em relação ao Projeto nº 332.

A ABTA é contrária ao projeto. A Rede Bandeirantes, representando também a Abra, não tem uma posição firmada em relação ao projeto.

Eu gostaria de perguntar, então, ao representante da Anatel, Dr. Marcelo Bechara: o Projeto 332 trata de rede nacional e de estação de abrangência nacional. Eu queria saber da Anatel qual a diferenciação entre rede nacional e estação de abrangência nacional.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Bom, Senador, provavelmente, para participar desta audiência, eu tive que estudar o projeto. A Lei nº 12.485, a Lei do SeAC, fala em rede nacional, ela cita rede nacional – salvo engano, no art. 32, §16 –, mas não diz o que é rede nacional. Se você for procurar na legislação de comunicação brasileira, não vai achar em nenhum lugar o que é rede nacional. O engraçado é exatamente isto: a lei fala de uma obrigação que você consegue extrair pelo o que está lá previsto se que... Por que ela fala em rede nacional? Se eu, por exemplo – aproveitar o exemplo que está aqui na Mesa, é mais fácil –, sou um afiliado do Grupo Bandeirantes de Televisão no Estado do Pará e aí está chegando um sinal do Grupo Bandeirantes de Televisão de um afiliado, por exemplo, da Bahia, eu afiliado do Pará posso solicitar que aquele sinal da Bahia não entre, não invada aquela minha região. Isso é o que parece que quis dizer o legislador quando mencionou rede nacional. Só que não diz o que é rede nacional. Se eu for na parte de conceito da lei, não fala o que é rede nacional.

Quando a Anatel teve que se deparar com a regulamentação, a Anatel, então, falou: “Olha, se o legislador não disse o que é rede nacional, não é a Anatel que vai dizer.” Até porque rede de televisão é uma concepção do serviço de radiodifusão de sons e imagens, que, inclusive, é de competência sua outorga do Ministério das Comunicações. Então, o que a Anatel fez? A Anatel, para tentar contemplar o carregamento do sinal, na con-

sulta pública, antes da lei, colocou que seriam apenas geradoras com suas afiliadas e que alcançassem 50% da população brasileira. Foi assim que saiu na consulta pública.

Só que, durante os debates da consulta pública, percebeu-se que estaria se cometendo uma grande injustiça com outras que não são redes do ponto de vista da configuração de uma cabeça de rede sua filiação, mas que também tem seu sinal chegando ao Brasil inteiro. E aí, então, a gente não conceituou nem o que é rede nacional e nem nunca pensou em conceituar abrangência nacional. O que a Anatel fez? A Anatel, no conceito que a Anatel estabelece, se você observar o § 2º do art. 52 da Resolução nº 581, o conceito que a Anatel coloca é exatamente o conceito que, pela lei aqui, abraçaria tanto rede quanto estação nacional. É a mesma coisa. Só que o que o legislador fez aqui, na proposta legislativa? Separou os dois conceitos: rede é uma coisa e estação é outra. Para a Anatel, ficou, na verdade, um grupo de geradoras e retransmissoras, não importando se parte de uma estação única, não importando se parte de uma série de gerações com afiliações, que contemplem... Porque, para nós, o importante era que aquele sinal chegasse a cinco regiões geopolíticas do País e contemplasse, no mínimo, um terço da população brasileira. Então, a Anatel não entrou...

Mas, na prática, o que a proposta legislativa fez? Pegou o conceito da Anatel e dividiu em duas categorias. Poderia ter feito isso como não poderia ter feito isso. Eu acho que, do ponto de vista objetivo, não faria a menor diferença. Acho que fizeram isso porque a lei fala em rede nacional e não diz o que é rede nacional. E aí, obviamente, não quis a Anatel se aventurar numa definição de algo que nem o legislador quis fazer e que também, obviamente, não é de sua atribuição.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade, Senador, para inclusive fazer um comentário, diante de uma quase denúncia feita pelo representante da Rede Brasil, e dizer que, na regulamentação – tive a honra, inclusive, de ser o relator desse Regulamento nº 581 –, é obrigação – está escrito aqui, art. 73 dos Direitos e Obrigações das Prestadoras – da prestadora de serviço de acesso condicionado manter a instalação do sistema de recepção dos canais de programação de radiodifusão de sons e imagens abertos e não codificados e preservar a instalação do sistema de recepção existente antes da instalação do SeAC. Ou seja, se uma operadora de TV por assinatura, seja ela de cabo ou DTH, vai à casa do assinante e faz a instalação de sua recepção, ela tem que manter a recepção do sinal aberto local, seja das geradoras, seja das retransmissoras. Se não estiverem fazendo isso – e eu vou informar à nossa Superintendência de Controle e Obrigações, ao Dr. Roberto Pinto Martins –, avise a nossa fiscalização para que a gente entre em campo, para ver se está sendo respeitada essa obrigação de manter o sinal aberto. Caso não seja, evidentemente, a Agência vai tomar as providências cabíveis contra aqueles que não estão cumprindo a sua regulação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Bechara.

Eu recebi aqui, da Consultoria do Senado Federal, um questionamento que vai na linha, parece, do que acabou de nos falar o Dr. Bechara, pela Anatel.

Eu faço a pergunta aos quatro convidados: se não seria possível contornar a dificuldade apontada, de carregar essas redes na TV a cabo pela obrigação de incluir nos equipamentos de TV por assinatura uma entrada específica para o sinal de uma antena destinada à captação dos sinais locais.

Parece que vai nessa linha.

Eu gostaria de ouvir comentário dos senhores convidados a respeito dessa consulta feita pelos nossos assessores do Senado Federal.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Solicito para responder primeiro, até porque eu acho que vou poder melhor orientar a resposta dos demais. Aliás, assessores do Senado sempre muito bem informados, não é? É realmente impressionante. Aliás, um consultor legislativo daqui, inclusive, é Diretor da Anatel, Dr. Igor. E temos outros que lá trabalham. Realmente é um nível de qualidade absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – E um dos mais competentes assessores. Dou o meu testemunho de quando presidi a CCT: Dr. Igor.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – É verdade.

O que está acontecendo?

Nós temos uma proposta de regulamento que ainda será submetida à consulta pública, que tenta trazer essa obrigação, ou seja, de criar... Ainda está em debate a possibilidade de que, quando da implantação dos serviços de televisão por assinatura, no caso do DTH, porque a gente espera que o cabo já cumpra isso...

Como o DTH recebe o sinal das estações nacionais, muitas vezes, eu, pegando um exemplo mais uma vez, estou lá no Estado do Pará, sou assinante de um serviço de DTH, mas não estou assistindo à Rede Bandeirantes local; eu estou assistindo à Rede Bandeirantes do sinal nacional – vamos colocar assim –, que muito provavelmente deve vir de São Paulo. Aí, obviamente, eu não tenho acesso ao jornal local, eu não tenho acesso à publicidade local e isso cria um constrangimento para a eventual afiliada, por exemplo, do Grupo Bandeirantes de

lá, que, como defesa, pode proibir que aquele sinal entre lá. Mas aí não entra outro sinal da Band lá. E aí, quem fica prejudicado, em última instância, é o usuário, que não vai ter acesso àquele determinado tipo de conteúdo.

Qual é a ideia da Anatel?

Obrigar que esses operadores coloquem uma antena de recepção do sinal digital terrestre. E aí, o sinal digital local da afiliada do Grupo Bandeirantes seria captado pela caixinha da televisão por assinatura. E mais, para evitar inclusive aquela preocupação apresentada pelo representante da Rede Brasil, de que ao instalar um se desligue o outro, para o usuário não faria a menor diferença, porque, como é um sinal digital, existem tecnologias de sistemas *software* que permitem que eu pegue o sinal do ar, pegue o sinal do satélite, coloque-os juntos dentro de um mesmo sistema, dentro de uma mesma guia de programação, e possa fazer a mudança pelo controle remoto sem que o usuário perceba a diferença.

Isso é tecnicamente possível, isso nós estamos trabalhando para fazer. Mas isso, eu acho que é diferente do projeto de lei. O que faz essa regulamentação que a Anatel quer endereçar é garantir que aqueles que estão assistindo a um serviço de DTH recebam o sinal local pelo ar. A proposta que está sendo colocada aqui é garantir que aqueles que estão assistindo à TV a cabo recebam as 14 redes nacionais. Então são dois endereçamentos diferentes.

Quanto ao primeiro assunto, nós temos competência para fazer. Nós temos competência regulatória para fazer, porque, evidentemente, isso já está na alçada, garantir que o sinal local chegue a quem está acessando aquele serviço.

Para esse segundo modelo, nós não temos ainda competência, a não ser que a lei passe. Hoje ela fala em carregamento de geradora local e está objetivando aqui uma obrigação de levar as redes que têm uma relevância, um alcance nacional para todos os assinantes de TV a cabo.

Não sei se consegui ser didático o suficiente, mas é porque o tema é complexo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Bechara.

Passo a palavra ao Dr. Oscar Vicente.

O SR. OSCAR VICENTE SIMÕES – Obrigado, Senador.

Eu acho que o Conselheiro Bechara abordou brilhantemente o tema. A solução tecnológica existe. O único senão com relação a isso é que hoje existem 20 milhões de assinantes. Uma caixa dessa, um equipamento desse, um *decoder* desse custa em torno de R\$300, R\$400, dependendo do modelo. A ida de um técnico a casa de um assinante para trocar o que existe hoje por esse novo que conteria essa solução custa mais R\$100. Então, se formos atender toda base legada, R\$500 vezes 20 milhões, nós estamos falando de R\$10 bilhões o tamanho da conta. Então, a mensalidade vai para uns R\$2,5 mil por assinante para poder monetizar esse investimento.

Se a gente restringir o DTH, que hoje representa aproximadamente, *grosso modo*, 60% da base de assinantes, 12 milhões dessa base legada, se eu tiver que ir à casa de todas essas pessoas para trocar esse equipamento a esse preço também, estamos falando de alguma coisa como R\$6 bilhões. Este é o tamanho do desafio: como uma operadora consegue absorver o impacto regulatório desse tamanho e dessa magnitude? Aí, eu volto ao primeiro gráfico que apresentei aqui hoje: o equilíbrio entre a sustentabilidade do negócio e o interesse público. A busca desse equilíbrio é fundamental. Esse é o papel da regulação e é o papel do legislador. Como a gente equilibra isso? Essa é a solução. Eu fui incompleto na minha fala em relação à questão de garantir, mas o Bechara está correto, o operador que estiver bloqueando o acesso ou destruindo o que existe lá, é passível de multa e de penalidades pesadas, as multas não são pequenas.

Então, acho que são escolhas que precisam ser feitas. Só peço, então, mais uma vez, que as façamos levando em conta todas as variáveis envolvidas na questão: os aspectos econômicos, os aspectos operacionais de tudo isso.

Mais um ponto: não é trivial você trocar 20 milhões de caixas na casa das pessoas, são 20 milhões de visitas, uma operação logística que demanda anos. Às vezes, a gente se depara com esses problemas no dia a dia das operações.

Tivemos uma discussão com a Anatel, só para dizer um exemplo: “É só mudar o campo da fatura...” Mas para mudar o campo da fatura deve-se mexer com o *software*, há um impacto brutal, tudo isso acaba impactando em custo. E o serviço de TV por assinatura ainda não é um serviço que está maduro, temos apenas 30% de penetração. Há o desafio de entregar esse serviço à classe C e à classe D. Toda vez que se criam obrigações que aumentam o custo, reflete-se na mensalidade, a única fonte de receita que o setor tem.

Então, acho que esse é o ponto. Agora, é possível tecnicamente? É possível, sem dúvida nenhuma, é possível. Resta saber quem vai pagar a conta.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado, Dr. Oscar Vicente.

Passo a palavra ao Dr. Flávio Lara Resende.

O SR. FLÁVIO LARA RESENDE – Senador Flexa Ribeiro, eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade de estar aqui hoje e dizer que o Grupo Bandeirantes e a ABRA louvam a iniciativa da Anatel de tentar garantir o sinal aberto, local, gratuito, na forma como expôs o Conselheiro Marcelo Bechara, que é uma coisa – como ele também disse – absolutamente diferente desse projeto. Mantemos a nossa posição de sérias dúvidas sobre o projeto e não temos realmente ainda uma posição formada sobre ele.

Mais uma vez, agradeço e cumprimento todos os presentes e os componentes da Mesa.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado, Dr. Flávio.
Dr. Marcos Tolentino.

O SR. MARCOS TOLENTINO – Obrigado.

Voltando um pouquinho, a solução, pelo que eu vejo... Olhem só o tamanho do prejuízo! Na verdade, em 20 milhões, hoje, de ligações, ter-se ia que voltar para colocar a caixa para ligar o sinal aberto, que não poderia ter sido desligado todo tempo. Então, esse valor... Todos os cabos que foram ligados o foram no sinal aberto. Eu sei, porque, em casa, eu tinha o sinal aberto e mudei, e o sinal aberto foi desligado. Então, todas as vezes que você tem o sinal aberto na sua casa e faz uma assinatura de cabo, eles desligam o sinal aberto. Isso tem vários, é só você fazer uma auditoria. Para corrigir isso, teria um valor realmente – eu estou dentro dessa posição – bilionário.

Como se corrige na verdade? Quando eu falo em colocar as redes nacionais, as 14 redes – algumas já estão –, seria um pouco do equilíbrio do que já vem acontecendo, porque há muitos anos que já acontece isso, e não é como ele passou, não é só comprar uma antena. Já existia a antena e o cabo, mas eles vão e desligam. São serviços terceirizados, e não sei se eles não são orientados, mas todos fazem isso. Se você procurar no Procon, há várias denúncias. Então, eles tiram.

Estamos tentando corrigir isso. As redes nacionais que têm conteúdo, que têm expressão hoje nacional, 14 redes, devem fazer parte dessa PL. Esse seria um modo de corrigir o acesso desses assinantes que perderam esse acesso do canal aberto, seja via rede nacional. Esse seria o início para poder corrigir. Por isso, que eu opto sempre por manter essa PL, mas que ela seja corrigida e discutida mais na CCT. A CCT abre de novo a discussão e faz as alterações necessárias. Por isso, essa posição, porque, se não se inicia, a cada dia o sinal aberto vai sumir, porque quem assinou perdeu o sinal aberto, não só o regional, mas também o nacional, como rede nacional. Essa falta de acesso é imensa.

Nas operadoras DTH, várias continuam mantendo. Falo isso porque tive DTH em casa e mantiveram aberto. Ligaram em casa um DTH e mantiveram aberto na região litorânea. Não acontece na operação a cabo. São todos desligados. Não tem nenhum caso que eu tenha visto, que esteja ligado, a não ser que se pague depois para ligar de novo.

Então, peço que ela seja rediscutida na CCT, com as emendas que houver, com as alterações posteriores. Se não iniciarmos esse debate... Como nós dissemos, são 20 milhões que teriam que ser corrigidos, e o custo é altíssimo para a operação de cabo, fora da realidade. Quando se fala de 14 redes nacionais, 7 mais ou menos, 6 ou 7 já estão na operação de cabo nacional. Não é nada tão significativo. Quando você levanta o cabo, tem várias emissoras com 30, 20, 40 canais, mas estamos falando de um canal para que se tenha um pouco de isonomia do que acontece hoje dentro da operadora de cabo. Estamos falando de um canal. Não estamos falando de 20, 30, 40 canais. Não estamos falando de canal em duplicidade. Estamos falando de um canal que seja iniciado por rede nacional, que as pessoas tenham esse acesso. A rede nacional, ela que faça o conteúdo regional, porque ela tem interesse no conteúdo regional para faturar. Ela que faça acontecer nessa parte regional.

Voltando à posição, peço que seja mantida e seja rediscutida na CCT, até em respeito ao Dr. Oscar. Esse número – eu concordo – é bilionário, mas o prejuízo que as redes já tiveram sendo desligadas também é bilionário. Olha o prejuízo: você tem uma concessão, você investe, você compra transmissor, você prepara, você tem um telespectador, mas o cabo foi lá e vendeu, e ele não assiste mais. A cada dia, vai se desligando as velas. Se é assim, acabamos com o conceito de concessão pública, TV gratuita a todos, e trabalhamos com cabo, o DTH. Então, perde-se o conceito do que aconteceu. Se você corrige agora, e o prejuízo desses 20 milhões para trás? É incalculável isso! São 20 milhões, em média, dito até pelo Dr. Oscar, que já foram desligados e que é impossível de serem corrigidos. Então, o meio, hoje, de corrigir, esquecendo o regional, é a rede nacional, aprovando essa PL, corrigindo algumas coisas que não concordam, com as 14 redes, que participam em todas as capitais – essas redes estão em 90% das capitais – e retransmissoras, que participam, hoje, em 60%, 70% do País, a maioria delas com 80% de cobertura no aberto, desde que o cabo não desligue, quando ela começa a deixar de participar.

Se se fizer uma auditoria hoje, vão determinar que o cabo está desligado. Então, não é questão de comprar, é questão de desligar. Não sei se é de ciência. Já foram várias notificações. Há várias denúncias. Desligam,

porque são terceirizados. Eles vendem operação de cabo, mas ninguém sabe que não terá acesso a 10, 12, 15 canais regionais. Nenhum telespectador sabe. Não assinou nada, o assinante.

Por isso, peço para manter e levar essa discussão para a CCT, para se adaptar o que incomoda a Band ou outras emissoras. Eu diria que são 2 ou 3, mais as outras 10 não se manifestaram, mas tenho certeza de que pensam desse modo, porque estive com eles. É o jeito que se tem para corrigir um pouco essa desigualdade que acontece, hoje, quando ligam uma operação de cabo em sua residência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Marcos Tolentino.

Este é um projeto que não encerra na CCJ. A CCJ deveria tratar de verificar a constitucionalidade do Projeto. A discussão do mérito será feita na CCT, para onde ele será enviado. Ele vai sair da CCJ com parecer favorável ou contrário, mas o mérito, repito, do projeto será discutido, terminativamente, na CCT e, depois, no plenário do Senado Federal.

Quero agradecer aos nossos convidados da audiência de hoje. Tenho certeza absoluta de que o Senador Gim Argello, Relator, que não pôde estar presente, vai ter acesso às informações aqui colocadas pelos palestrantes, por meio da gravação da audiência pública de hoje do Senado Federal.

Quero agradecer a todos e dou por encerrada a 52ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, José Agripino, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Paulo Paim, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e das Senadoras Lídice da Mata e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2012 – Não Terminativo. Reforma do Código Penal Brasileiro.

Autoria: Senador José Sarney. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2003 – Não Terminativo. Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Vital do Rêgo. Relatório: Contrário ao PLS nº 337, de 2003, e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, acolhendo as Emendas nº 2, 3, 4 e 6, e rejeitando as Emendas nº 1, 5, 7, 8 e 9 – todas apresentadas na CCJ -, ratificando, ainda, o Parecer da Comissão Especial no que tange às demais matérias apensadas. Em 10/12/2014, foram apresentadas as Emendas nº 10, de autoria do Senador Blairo Maggi, e 11 a 14, de autoria do Senador Armando Monteiro (dependendo de Relatório). Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência ao Senador Blairo Maggi. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e dez minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de Item Único: Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, Reforma do Código Penal Brasileiro.

Eu solicitaria ao Senador Blairo Maggi que desse curso à presente sessão, no exercício da presidência, já que assumirei a **Relatoria** do Código.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2012

– Não terminativo –

Reforma do Código Penal Brasileiro.

Autoria: Senador José Sarney

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2003

– Não terminativo –

Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Contrário ao PLS nº 337, de 2003, e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, acolhendo as Emendas nº 2, 3, 4 e 6, e rejeitando as Emendas nº 1, 5, 7, 8 e 9 – todas apresentadas na CCJ -, ratificando, ainda, o Parecer da Comissão Especial no que tange às demais matérias apensadas.

Observações: – *Foram apresentadas as Emendas nº 1 a 4, de autoria do Senador Humberto Costa; nº 5, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 6, de autoria do Senador Humberto Costa; nº 7 e 8, de autoria do Senador Blairo Maggi e nº 9, de autoria do Senador Gim Argello;*

– *Em 10/12/2014, foram apresentadas as emendas nº 10, de autoria do Senador Blairo Maggi, e nº 11 a 14, de autoria do Senador Armando Monteiro, dependem de Relatório.*

Então, Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo para proferir o seu Relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente Senador Blairo Maggi, senhoras e senhores, o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, foi anteriormente apreciado por comissão especialmente constituída para tal finalidade, sob a relatoria do eminente e competente Senador Pedro Taques, que produziu o substitutivo cujo texto agora nos debruçamos.

Gostaria, preliminarmente, de enaltecer o trabalho desta **Relatoria**, capitaneada pelo Senador Pedro Taques, que, indiscutivelmente, aprimorou o texto do anteprojeto produzido pela comissão externa de juristas. O Senador Pedro Taques viajou o Brasil inteiro, discutiu e fez reuniões com todas as entidades que, direta ou indiretamente, manifestaram o desejo de participar da feitura, da elaboração, desta monumental obra legislativa.

Apresentaremos agora o nosso **Relatório**, sendo imprescindível esclarecer, Sr. Presidente, que, para que não se perdesse o trabalho da comissão que nos antecedeu, o nosso ponto de partida foi exatamente o texto do substitutivo produzido e aprovado por ela.

A Comissão Especial analisou inclusive todas as proposições que tramitam conjuntamente, cabendo registrar que este Relator concorda e ratifica o entendimento adotado em relação a cada uma delas.

Diante disso, a nossa análise ficará restrita ao texto do substitutivo e às emendas ora apresentadas perante esta relatoria, lidas por S. Exª o Sr. Presidente, de nºs 1 a 8, que serão examinadas, cada uma, na oportunidade em que este relatório tratar do ponto que se pretende emendar.

Destaco as audiências públicas, como já o fiz, com finalidade de instruir a matéria e abrir a discussão para a sociedade na elaboração de tão importante documento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou só concluir, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu gostaria de indagar a V. Exª se será feita a leitura do relatório em sua inteireza porque ele é um relatório quase que amazônico na sua extensão: mil páginas.

Então, eu gostaria, sem querer interromper S. Exª o Relator, depois desse preâmbulo, desse vestibular que está sendo feito pelo Senador Vital do Rêgo, futuro Ministro do Tribunal de Contas da União, se pudesse dar o relatório como lido.

Se isso for acatado por V. Exª, eu teria alguns pontos que gostaria de ressaltar depois da leitura do relatório, se ele for lido por inteiro ou só numa parte mais reduzida.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Consulto o Relator sobre sua posição a respeito.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – O texto produzido tem em torno de mil páginas. Nós fizemos uma síntese, com uma apresentação vestibular, preliminar, exatamente porque pelo rito processual legislativo que esta Comissão definiu, vamos abrir vista coletiva para a inserção do CP na próxima reunião para sua deliberação.

Por isso, a peça ficará ao estudo dos Srs. Parlamentares, das suas respectivas assessorias técnicas, com prazo para apresentação de emendas até a próxima sexta-feira, para que possamos analisá-las no final de semana e, na quarta-feira, termos condições de deliberar sobre o código.

Vou só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Se todos estão de acordo, o Relator fará a leitura preliminar. E fica até sexta-feira para apresentação de emendas e de comentários.

Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Requião acabou de chegar. É visto e noticiado que Requião acabou de chegar. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vamos cumprir a formalidade. V. Exª terá cinco horas para ler o seu texto. (*Risos.*)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, continuando o encaminhamento.

Concluo meu relatório pela aprovação do PLS, com a apresentação de novo substitutivo, que mantém, na essência, o trabalho da Comissão Especial, promovendo, não obstante, alterações de forma e de conteúdo que merecem destaque, por aperfeiçoarem o Projeto.

Mantivemos, em linhas gerais, os seguintes aspectos do Substitutivo do Senador Pedro, que merecem destaque:

- a) previsão de penas maiores para crimes contra a vida;
- b) aumento do rol de crimes hediondos, com a inclusão da corrupção; e
- c) instituição de um sistema mais rigoroso de progressão de penas, impondo ao condenado por crime mais grave tempo maior em regime fechado nos presídios.

Manteve-se, também, a ideia de substituir todas as leis penais extravagantes por um único diploma legal.

Foram feitas, contudo, diversas modificações na redação do texto, além de aprimoramentos da técnica legislativa, para dar mais coesão, sistematicidade e conjunto ao texto do código.

Na parte relativa aos crimes tributários, preferimos adotar a redação consagrada na Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária, em lugar do regramento proposto. Fizemos essa opção tendo em conta que a legislação atual está consolidada na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais Pátrios. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, editou a Súmula Vinculante nº 24 sobre o tema. Reformular todo o sistema de crimes tributários poderia gerar insegurança jurídica e até, no limite, afugentar investimentos no País.

Outro ponto que merece destaque é a inclusão de um título, o Título XIX, destinado aos crimes contra o Estado democrático de direito. Com efeito, o PLS revogava a Lei de Segurança Nacional, a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, sem prever a sua substituição. Do nosso ponto de vista, mesmo essa lei sendo considerada um entulho ditatorial, não se pode simplesmente deixar de criminalizar algumas condutas, como, por exemplo, a tentativa de golpe de Estado, cuja punição é exigida na Constituição Federal. Decidimos, por isso, incluir um novo grupo de crimes, encampando o trabalho de outra comissão de juristas, que já se debruçara sobre o assunto no passado.

Outra modificação que perpassa todo o novo substitutivo é a previsão de faixas mais precisas para as causas de aumento e diminuição de pena. Assim, para dar maior segurança jurídica e certeza à pena, as faixas de aumento de pena foram estreitadas para evitar a exacerbação da reprimenda apenas em razão da majorante. Assim, a título de exemplo, uma faixa de “metade até o dobro” foi substituída por “um terço a metade” ou “um terço a dois terços”. Essa modificação, ao mesmo tempo em que não restringe a individualização da pena em concreto, traz para o juiz maior previsibilidade sobre o *quantum* da reprimenda, realizando o preceito constitucional da legalidade penal.

Quanto ao princípio da insignificância ou da bagatela, que exclui o crime quando a lesão ao bem jurídico é ínfima, observamos que... (*Falha na gravação.*)

... ao reincidente. De acordo com a nossa proposta, se o agente que cometer um crime e o fato for reincidente, caberá ao juiz decidir se aplica ou não, no caso concreto, o princípio referido. Dessa maneira, nem se estimula a reiteração de pequenos delitos, nem se pune, excessivamente, o sujeito que praticar dois furtos de valor irrisório.

Outro ponto em que o PLS também é aperfeiçoado diz respeito à responsabilização penal da pessoa jurídica. Nos termos do substitutivo que propomos, está bem definido que a empresa pode responder criminalmente pelos atos de seus diretores ou administradores, exceto estes quando agem com extrapolação dos poderes que lhes eram conferidos pelo estatuto ou contrato social.

Também se pode destacar – e caminho para o final – o aprimoramento da redação pelo delito de redução à condição análoga à de escravo, com vistas a punir pelo mesmo delito quem alicia trabalhadores para essa situação de indignidade.

Em resumo, o nosso esforço foi no sentido de buscar o equilíbrio entre as duas finalidades que esperam de uma legislação penal: punir os agentes criminosos de maneira proporcional à gravidade da conduta de cada um e evitar que o legítimo anseio de reparação por parte da sociedade se transforme em abuso estatal.

Entre as linhas do Direito Penal Mínimo e do Direito Penal Máximo, procuramos alcançar o Direito Penal do Equilíbrio, consubstanciado no substitutivo que ora apresentamos e que, acreditamos, aperfeiçoa sobremaneira, a legislação penal brasileira.

É, em linhas gerais, Sr. Presidente, o nosso substitutivo, enaltecendo o trabalho da Comissão de Juristas, e, principalmente, o da Comissão Especial, que tratou desta matéria, tendo à frente o Sr. Relator, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o Pedro que vai ler agora.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Agora, é o Pedro que vai ler?

Muito obrigado pela leitura do seu relatório.

Passo a palavra, então, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer as palavras elogiosas do Senador Vital do Rêgo, que prova que ele tem o coração chagoso, um coração grande.

Eu quero destacar alguns pontos positivos na inovação com a qual Senador Vital do Rêgo, na sua relatoria, melhorou – e muito – o nosso relatório. Posso aqui citar o aperfeiçoamento da redação do dispositivo que veda a combinação das leis penais no tempo.

Estes pontos são positivos:

– possibilidade de reconhecimento da insignificância, no caso do reincidente, conforme circunstâncias do caso – art. 25;

– manutenção da responsabilidade penal das pessoas jurídicas, manutenção dos prazos rígidos para a progressão de regime;

Para que o Sr. Adelino, lá de Acorizal, no Estado de Mato Grosso, possa entender, Sr. Presidente, hoje, com 1/6 da pena, o cidadão que comete um crime de homicídio, por exemplo, em que a pena mínima são 6 (seis) anos, com 1/6, 1 (um) ano do semiaberto, ele já vai para o aberto, e não existe o aberto. Isso é um absurdo!

Não existem países, no mundo, com uma pena de homicídio de seis anos. Isso mostra que a retirada da vida de um semelhante não tem valor. E o Senador Vital do Rêgo mantém a progressão de regime com um tempo maior;

– proibição da revista vexatória;

– ampliação das condutas tipificadas como crime de redução da pessoa à condição análoga à de escravo;

– transformação do crime de dirigir alcoolizado para crime de perigo abstrato. Era crime de perigo concreto;

– manutenção da definição do crime de terrorismo e da excludente da tipicidade;

– modificação do tipo de sonegação fiscal.

E também duas outras inovações que trouxemos, lá no nosso substitutivo e foram mantidas pelo Senador Vital do Rêgo: criminalização do caixa dois, que hoje é crime de falsidade ideológica, no Código Eleitoral, e também enriquecimento ilícito, o que mantém a nossa obrigação, a obrigação da República Federativa do Brasil, que assinou o Tratado de Mérida, e precisamos manter isso.

Existem alguns pontos que vou trabalhar ainda nas emendas, até sexta-feira, para que possamos discutir na quarta. Mas eu quero expressar respeito ao Senador Vital do Rêgo.

Peço desculpas do Senador Requião, pois não terei condições de fazer a leitura deste relatório agora. Não tenho condições disso. Se o Senador Requião tiver interesse, eu ficarei aqui para ouvi-lo, para fazer essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, eu fico sem condições de ter uma opinião sobre o processo...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na próxima quarta-feira, certamente, V. Exª terá.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ...sem essa leitura, na forma do Regimento, e de maneira integral.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas V. Exª tem o final de semana inteiro para ler o relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Pedro Taques harmonizou o pensamento penal dominante, no Brasil, de estudiosos, de acadêmicos, com a conduta e a sensibilidade de homem do povo.

Então, essa harmonização conceitual e real nos dá a certeza de que esse trabalho feito pela Comissão, feito pelo Senado Federal, vai ter, ao ser aprovado nesta Casa e pela Câmara dos Deputados, a melhor acolhida.

Eu quero fazer um agradecimento muito especial, Sr. Presidente.

Eu sempre digo que a hora da partida – essas são palavras de meu pai – é irmã gêmea da hora da chegada. E, ao chegar a esta Casa, eu tive a nossa Consultoria Legislativa. E aqui presto uma homenagem aos nossos consultores que nos acompanharam permanentemente, ao João, ao Jayme, a todos os companheiros da Consultoria, pois eles foram fundamentais para o processo de aprimoramento, sistematização e interpretação do desejo do legislador na elaboração desta matéria e de quantas matérias estão sujeitas à apreciação do Senado.

Que as minhas palavras finais, neste momento em que vamos continuar estudando, ao longo da semana, sejam de enaltecimento ao trabalho da nossa Consultoria, que tão bem assistiu Senador Pedro Taques como nos assistiu, com o apoio imprescindível dos nossos gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Senador Vital do Rêgo. Também agradeço ao Senador Pedro Taques.

Vamos, então, encerrar a presente reunião. Logo em seguida, o Presidente vai reabrir outra reunião.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Imediatamente, começaremos outra sessão. Obrigado.

Encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dez minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Paulo Paim, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Gim, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Mozarildo Cavalcanti e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 51ª Reunião Ordinária e das 52ª e 53ª Reuniões Extraordinárias, que são dadas por aprovadas. A Presidência registra a presença de Sua Excelência o Deputado Federal Newton Lima e dos Senhores Cacique Daran, de São Paulo, Daniel Leme Vasquez Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, e Marcos Tupã Guarani. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, de 2012 – Não Terminativo. Altera as alíneas a e b do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, para determinar a realização de eleições diretas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais e assegurar a participação dos juízes vitalícios. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e outros. TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, de 2012 – Não Terminativo. Altera o

art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2012, e favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2012. Resultado: Concedida vista aos Senadores Roberto Requião e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2014 – Não Terminativo. Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura. **Autoria:** Deputado Newton Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011 – Não Terminativo. Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. **Autoria:** Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2012 – Não Terminativo. Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2012 – Não Terminativo. Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991. **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senador Eduardo Braga (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao PLS nº 606, de 2011, favorável à Emenda nº 3 e, parcialmente favorável à Emenda nº 12, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário aos PLS nº 92 e 351, de 2012, bem como às Emendas nº 1, 2, 4 a 11, e 13 a 19. Durante a discussão, a Senadora Ana Rita, relatora “ad hoc”, apresenta Parecer contrário às Emendas nºs 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 606, de 2011, favorável à Emenda nº 3 e, parcialmente favorável à Emenda nº 12, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário aos PLS nº 92 e 351, de 2012, bem como às Emendas nº 1, 2, 4 a 11, e 13 a 19. Manifesta-se pela abstenção o Senador Francisco Dornelles. ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2011 – Não Terminativo. Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. **Autoria:** Senador Paulo Bauer e outros. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Francisco Dornelles, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Ana Rita, nos termos regimentais. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2013 – Não Terminativo. Susta a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 429, de 05 de dezembro de 2012, que “estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)”. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Pedro Taques. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 65, de 2014-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012 – Terminativo. Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2007 – Terminativo. Altera a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para disciplinar a escolha do Secretário da Receita Federal do Brasil. **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 36) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2007 – Complementar – Não Terminativo. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde). **Autoria:** Deputado Roberto Gouveia. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2007 – Complementar – Não Terminativo. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2012 – Complementar – Não Terminativo. Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde. **Autoria:** Se-

nador Ricardo Ferraço. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2012 – Complementar – Não Terminativo. Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do PLC nº 89, de 2007 – Complementar, do PLS nº 156, de 2007 – Complementar, do PLS nº 11, de 2012 – Complementar, e do PLS nº 162, de 2012 – Complementar, na forma do art. 334, I e II, do Regimento Interno desta Casa. Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade dos Projetos. ITEM 38) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2009 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com vistas a, nos novos contratos de concessão ferroviária, instituir o direito de passagem nas diferentes malhas concedidas e autorizar a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas. **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatoria: Senador Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CI, com uma subemenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CI-CCJ, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ. ITEM 41) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2014 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 43) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, de 2011 – Não Terminativo. Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Francisco Dornelles, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 44) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Concedida vista ao Senador Francisco Dornelles, nos termos regimentais. ITEM 45) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 65, de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2013. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência ao Senador Pedro Taques. O Senhor Senador Pedro Taques devolve a Presidência ao Senador Vital do Rêgo. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro. O Senhor Senador Flexa Ribeiro devolve a Presidência ao Senador Vital do Rêgo. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência ao Senador Ricardo Ferraço. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e trinta e cinco minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2011; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, de 2012; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2010; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014; ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2013; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, de 2007; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 655, de 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2014; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2014; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2009; ITEM 19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2013; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2013; ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2012, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, de 2012; ITEM 26) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2011; ITEM 27) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2009, TRAMITAM EM CONJUNTO PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 240 E Nº 510, de 2007, E PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2009; ITEM 28) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2005; ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2007, TRAMITAM EM CONJUNTO PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 88, de 2007, E Nº 25, de 2012; ITEM 30) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011; ITEM 31) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013; ITEM 32) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2014; ITEM 33) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2010; ITEM 34) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2014; ITEM 35) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2003; ITEM 37) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2009; ITEM 39) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2011; ITEM 40) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2014; ITEM 42) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das reuniões anteriores.

As Sras Senadores e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 43.

Está aberto o espaço para os Srs. Senadores e as Sras Senadoras falarem sobre a nossa pauta, solicitando inversões. Vamos iniciar, como estamos fazendo todas as últimas sessões, com os projetos não terminativos, entre eles, aqueles que são merecedores de acordo entre as Lideranças.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Vital do Rêgo, eu queria fazer um apelo ao Plenário e a V. Exª. Há um projeto que V. Exª relatou e de que sou o autor, que trata dos interesses dos caminhoneiros de todo o País. É um projeto simples, bem objetivo, que visa fortalecer a segurança deles, tanto do patrimônio como das vidas. E eu queria muito pedir a V. Exª, se possível, a inversão de pauta, para que V. Exª lesse o relatório.

Neste sábado, participo de um congresso nacional em Torres, sobre esse setor, e eu gostaria de levar, oxalá, o seu parecer aprovado nesta Comissão. Por isso, peço a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada a inversão de pauta. Alguma objeção dos Srs. Senadores?

Qual o projeto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Item 21, Projeto 356, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ele é terminativo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ele é terminativo. Só quando atingirmos o quórum, a inversão será concedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Algum projeto na pauta que mereça inversão ou prioridade de V. Exªs? Pelos não terminativos, inicialmente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Há um projeto não terminativo, o item 38, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos. Peço ao Senador Pedro Taques para presidir. É um projeto de que sou Relator e tem a autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, é não terminativo. **Altera a Lei nº 10.233.**

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sem maiores delongas, passo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, Relator do item 38, Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2009.

V. Exª tem a palavra.

ITEM 38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2009

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com vistas a, nos novos contratos de concessão ferroviária, instituir o direito de passagem nas diferentes malhas concedidas e autorizar a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CI, com uma subemenda que apresenta.

Observações: – A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 185, de 2009, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que, mediante alteração na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, institui o direito de passagem nas malhas ferroviárias concedidas e autoriza a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas dos contratos de concessão ferroviária.

O projeto em análise promove duas alterações no referido diploma legal, a Lei 10.233. Por meio de seu art. 1º, inclui novo inciso no art. 35, para determinar que os contratos de concessão prevejam, em suas cláusulas essenciais, as condições para o exercício do direito de passagem de composições de outras concessionárias.

No art. 2º, classifica as revisões tarifárias em duas modalidades: as periódicas e as extraordinárias, quando da ocorrência de fatos não previstos no contrato.

Esse é o relatório.

Vamos à análise.

Não há nenhum óbice à constitucionalidade e juridicidade da matéria, as alterações promovidas pelo projeto dizem respeito ao contrato de concessão ferroviária, não se incluindo no rol em relação às que a Lei Maior estabeleceu de reserva de iniciativa.

Por essas razões, votamos pela constitucionalidade e juridicidade e, no seu mérito, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Relator.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir...

Aprovado, e retorno a Presidência a S. Exª o Senador Vital do Rêgo, parabenizando-o pelo relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, há um decreto legislativo, acho que é o item nº 5, cujo Relator é o Senador Sérgio Petecão, que está viajando para o exterior. Acabei de falar com ele, que me pediu para que V. Exª colocasse um relator *ad hoc* para ler o relatório, que é de suma importância. É um projeto de decreto legislativo de minha autoria que versa sobre o emplacamento de tratores e colheitadeiras, que está gerando grande confusão em todo o setor do agronegócio e da agricultura no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por conhecer a matéria, até em razão da proximidade geográfica, da cultura, dos mesmos valores com relação ao agronegócio, nomeio o Senador Pedro Taques, nosso futuro governador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpa, Pedro.

Vamos ao item 5.

Perdoe-me, fui cumprimentar S. Exª o Sr. Ministro Francisco Dornelles. Para nós, um homem de grande respeito.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, DE 2013

– Não terminativo –

Susta a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 429, de 05 de dezembro de 2012, que “estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)”.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nomeado Relator *ad hoc*, Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 124, de 2013, de autoria de S. Exª o Senador Blairo Maggi, que, abro alas, “susta a Resolução do Conselho

Nacional de Trânsito nº 429, de 05 de dezembro de 2012, que ‘estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)’.”

O projeto contém dois artigos, sendo que o primeiro susta a mencionada resolução do Contran, e o segundo contém a cláusula de vigência, que seria imediata.

O autor argumenta que o Código de Trânsito não se aplica a maquinários agrícolas, uma vez que o art. 1º desta Lei é bastante claro ao limitar seu escopo às vias abertas à circulação.

À CCJ, a esta Comissão, Sr. Presidente, compete analisar não só os aspectos formais, como também o mérito da proposição.

Com relação à constitucionalidade, não vejo nenhum vício, Sr. Presidente.

Quanto ao mérito do projeto, compartilhamos as preocupações de S. Exª o Senador Blairo Maggi, pois acreditamos que a mencionada resolução do Contran pode acarretar aumento de custos para os produtores brasileiros.

Nesse sentido, concordamos com o entendimento.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa adequada e, no mérito, por sua aprovação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Senador Blairo Maggi me dá uma informação sobre o projeto.

Essa medida, essa isenção para máquinas agrícolas, tratores principalmente, já havia sido aprovada pelo Congresso Nacional. Ela foi vetada pela Presidente Dilma que, por sua vez, a incluiu numa medida provisória que foi enviada ao Congresso Nacional e prescreveu.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não tem sentido algum esse procedimento em relação a máquinas agrícolas e tratores. Acho que estamos restabelecendo o que já decidimos no Congresso e que, de certa forma, é também a intenção da Presidência da República. Portanto, o voto deve ser favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer, que passa a constituir o projeto desta Comissão.

Vai a Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu pediria urgência para ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Urgência solicitada, urgência concedida.

Com a palavra pela ordem, o Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu sou o autor da PEC 54 não terminativa.

O Senador Romero Jucá é o Relator e não se encontra presente, mas se V. Exª pudesse indicar alguém *ad hoc*...

Tenho até alguma discordância com a emenda que ele fez, mas, se aprovarmos, a gente discute em plenário depois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou solicitar aqui que a Secretaria se comunique com o Senador Jucá em respeito a S. Exª, que é o Relator da matéria.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2012

– Não terminativo –

Altera as alíneas a e b do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, para determinar a realização de eleições diretas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente dos Tribunais dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais e assegurar a participação dos juízes vitalícios.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2012

– Não terminativo –

Altera o art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de segundo grau.

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2012, e favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2012.

Concedo a palavra ao Senador Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de duas Propostas de Emenda à Constituição, as Emendas de nº 8 e nº 15, de autoria, respectivamente, de S. Ex^{as} os Senadores Eduardo Suplicy e Vital do Rêgo, propondo alteração do art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre eleição dos órgãos diretivos dos tribunais de segundo grau.

Cabe a esta Comissão, Sr. Presidente, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da proposição quanto a sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, as Propostas de Emenda à Constituição preenchem o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, tendo sido assinadas por mais de um terço dos membros da Casa.

Após estudar a matéria e inclusive participar de audiência pública realizada em meu Estado, assim como na Comissão de Constituição e Justiça sobre o tema, concluo que a Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Senador Vital do Rêgo é, de fato, a melhor chance de que dispomos para alcançar a democracia no Judiciário. A proposta altera o art. 96 da Constituição Federal para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos dos tribunais de segundo grau, assim como dá a todos os desembargadores o direito de disputar a administração nas Cortes de Justiça do País.

Atualmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas 17% da magistratura podem votar na escolha do presidente e vice-presidente dos tribunais. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional prevê que os cargos diretivos dos tribunais (presidência, vice-presidência e corregedoria) serão exercidos pelos magistrados mais antigos. Hoje, portanto, convivemos com um sistema que relaciona antiguidade com competência de gestão e tal circunstância cobra seu preço: a dificuldade histórica dos tribunais de apresentarem práticas administrativas compassadas com princípios caros ao setor público.

Isso fez surgir, inclusive, o Conselho Nacional de Justiça, cujas atribuições são definidas no §4º do art. 103-B da Constituição Federal.

Deve-se afirmar que a implementação das eleições diretas implica sintonizar a organização administrativa do Poder Judiciário com a essência da Constituição Federal.

No regime atual, termina por formar-se uma espécie de aristocracia judicial quando sabemos que a jurisdição e o controle de constitucionalidade são exercidos igualmente por todos os membros do Poder Judiciário. E, como se falar em boa gestão judicial, quando a escolha de seu dirigente deixa de ser uma questão político-democrática para se tornar biológico-cronológica?

É preciso lembrar, por exemplo, Boaventura de Souza Santos, para quem abro aspas, Sr. Presidente, “as Repúblicas devem ter por imperativo democratizar a democracia, mais ainda as suas instituições responsáveis pela proteção e promoção da democracia, como é o caso do Judiciário”.

De outra sorte, é preciso destacar que tal estado de coisas tem sido mantido a partir de uma interpretação da Constituição bastante discutível a meu juízo. Tribunal não é sinônimo de órgão colegiado, ou de instância superior, mas, sim, significa o conjunto dos magistrados ou os magistrados ou pessoas que administram a Justiça. A palavra tribunal vem do latim tribunal, que era o lugar onde se sentavam os tribunos, daí, tribuna, onde se sentavam os magistrados, os juízes.

E, assim, tribunal tanto se refere à autoridade administrativa, como à autoridade judicial, ao juiz singularmente considerado, como ao colégio de juízes. Na terminologia do direito francês, tribunal designa o magistrado, ou o corpo de magistrados, exercendo uma jurisdição, em regra, de caráter inferior, sendo os tribunais de ordem superior denominados de cortes.

Terá querido o Constituinte designar tribunal de modo a adotar a expressão sinônimo de desembargadores dos tribunais regionais federais e tribunais de justiça? Parece-me que não, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Para reforçar a robustez dessa conclusão, alcançada pela interpretação sistemática, vemos que, nos últimos anos, impôs-se a tendência da escolha democrática dos órgãos de direção da demais funções essenciais da Justiça como o Ministério Público, a defensoria pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, tratadas no mesmo título do Poder Judiciário.

De modo que é contrário ao sistema ético estabelecido pela Constituição prever-se a escolha dos dirigentes dos tribunais por um colegiado restrito, método incompatível, de toda sorte, com o princípio democrático.

Surge a regra, pela primeira vez, com a República, prevendo a Constituição de 1891 que “os tribunais federais elegerão de seu seio os seus presidentes e organizarão as suas seções respectivas”. A regra volta com a democratização, como se observa na Constituição de 1946 e na Constituição outorgada pela ditadura militar, no ano de 1967.

Findo oficialmente o regime de exceção, a atual Constituição da República estabelece no seu art. 96: “Compete privativamente: I – aos tribunais: a) eleger seus órgãos diretivos”.

Discorrendo sobre a Constituição de 1946, Pontes de Miranda dizia que “nenhuma Constituição estadual pode entregar ao governador, ou à assembleia legislativa, a designação do Presidente dos tribunais de justiça, ou outros quaisquer. Tão pouco dar a presidência ao mais antigo, ou de qualquer modo excluir a eletividade.”

A rígida estrutura da carreira da magistratura tem cobrado seu preço e isso se soma a inexistência de uma formação adequada para a administração dos tribunais daquele que, no mais das vezes, tem sido juiz durante toda a vida.

E há um círculo vicioso, Sr. Presidente, se já se sabe que, por uma praxe de simples decurso do tempo no exercício do cargo junto ao tribunal, serão eleitos presidente, vice e corregedor os juízes mais antigos, salvo situações excepcionais, por que haveria um membro de tribunal de dedicar-se à busca pelo aprimoramento da arte da administração e da comunicação, por exemplo? A experiência sempre vem com o tempo, mas não necessariamente a competência. Essa é fruto de compromisso constante com o aperfeiçoamento, a sensibilidade, a humildade e o foco em resultados para a instituição. Há quem viva toda uma vida na burocracia da Justiça e não tenha em si despertadas essas características de gestão.

Juridicamente, contudo, ainda prevalece o entendimento de que, enquanto não editada nova Loman, sequer as Constituições Estaduais podem estabelecer sistemática distinta, uma vez vinculado o provimento dos cargos diretivos dos tribunais ao regime da exclusiva iniciativa do Supremo Tribunal Federal para lei complementar em tal sentido, conforme medida cautelar concedida em tal sentido por aquela Casa julgadora, com mérito ainda pendente de julgamento.

É preciso reconhecer, em sentido contrário, que a implantação de eleições diretas na escolha dos presidentes e vice-presidentes dos Tribunais Estaduais, Regionais do Trabalho e Federais, estendendo-se aos juízes vitalícios de 1º grau o direito ao voto, é medida que se impõe, pois está em plena sintonia com os princípios da transparência e da democratização, que devem nortear todos os órgãos e instituições.

Por toda essa ordem de razões é que se torna imperiosa, a meu juízo, a aprovação da PEC do Senador Vital, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Com a aprovação da emenda constitucional, quedam em terra todas as possíveis objeções jurídicas à mudança de regime eleitoral no seio da magistratura. O Poder Legislativo pode fazer emenda constitucional para estabelecer alterações desse jaez. A prerrogativa do Supremo Tribunal Federal para editar uma nova lei orgânica da magistratura não se constitui em óbice à iniciativa parlamentar para aprovar emenda constitucional. Lembremos, por exemplo, as diversas emendas constitucionais já aprovadas, alterando e introduzindo dispositivos no capítulo destinado ao Poder Judiciário.

Recentemente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pesquisa da AMB, Associação de Magistrados do Brasil, constatou que 99% dos juízes sequer sabiam qual era o percentual dos recursos orçamentários destinados à sua vara ou comarca. Apenas o processo político de discussão e decisão sobre os rumos da instituição poderá integrar os magistrados de primeiro grau na tarefa de tornar o Judiciário mais célere e orçamentariamente mais equilibrado.

É preciso, contudo, louvar igualmente a preocupação do Senador Eduardo Suplicy e ressaltar que aqui optei pela redação dada pelo Senador Vital do Rêgo, apenas por considerá-la mais completa, pois prevê o quórum para a eleição – maioria absoluta –, a forma com que será conduzida – por voto secreto –, tratando, ademais, da situação específica dos corregedores.

Nesse sentido, Sr. Presidente, voto, em razão das considerações expendidas acima, pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2012, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2012, na convicção e na certeza, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, de que a proposta de V. Ex^a trará arejamento, democracia, melhor e maior participação do conjunto da magistratura nos destinos dos nossos tribunais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É como relato a matéria, cumprimentando V. Exª por essa iniciativa, a meu juízo, extraordinária, porque radicaliza na democracia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão, a matéria.

Senador Requião, Senador Suplicy, inscritos para discutir. Senador Suplicy, coautor da matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero colocar aqui, com clareza, a minha preocupação. Não radicaliza a democracia o projeto. A radicalização da democracia seria fazer com que a sociedade interferisse na eleição dos juízes e na formação dos tribunais. Eu sou partidário do sistema californiano, por exemplo, da eleição direta dos magistrados. Eu, ao escutar o Senador Ferraço, lembrei dos textos manuelescos, o Estado corporativo, que eram os livros de cabeceira do Hitler e do Mussolini. Essa supervalorização da corporação, na verdade, a meu ver, em primeira análise, sindicaliza a eleição dos Magistrados. As associações de juízes se tornariam senhoras absolutas da eleição dos tribunais superiores. E o custo dessas eleições seria influenciado até por financiamentos externos, de grupos interessados na formação da Cúpula do Judiciário.

A democratização seria interferência direta da sociedade. A justiça é um assunto sério demais para ficar apenas nas mãos dos Juízes, tanto que as leis são elaboradas no Congresso Nacional por representantes do povo. Então, o meu temor é que essa corporativização do processo transformasse o tribunal, na verdade, em um sindicato de reivindicações salariais e corporativas. Daí viriam os auxílios: auxílios residência, auxílio *tablet*, auxílio biblioteca e benefícios salariais.

Eu recebi alguns telefonemas de desembargadores muito sérios, do Paraná, me chamando a atenção para esse vezo corporativo. Não tenho, ainda, uma opinião definitiva sobre o caso, mas acho que a sindicalização da eleição dos tribunais transforma os tribunais em associações de Magistrados. Isso não é bom para o Judiciário brasileiro, não é bom para a sociedade. Então, para refletir mais sobre isso e talvez fazer uma proposta alternativa, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me uma breve palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Permitirei, até porque V. Exª é coautor da proposta de emenda à Constituição conosco. Mas a vista foi concedida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço, e, sobretudo, V. Exª, autor da proposição, pela iniciativa que também abracei, tendo em vista o apelo de instituições como Anamatra, Ajufe, Associação dos Juízes do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro e todos que avaliaram que está na direção de maior democratização a eleição por todos os magistrados.

As ponderações do Senador Roberto Requião, que, inclusive, mostram a realidade hoje nos Estados Unidos, já há décadas, segundo a qual a população, da mesma maneira que elege os seus representantes para o Legislativo também viria a eleger os juízes responsáveis pelos tribunais é algo a ser levado em conta também. É na direção de democratização, mas o passo dado, na iniciativa de V. Exª e na minha própria, acredito que é passo na direção de maior democratização.

Ele vai além, então, vamos respeitar a consideração do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade. Vista concedida, coletiva. O Senador Suplicy acabou de pedir para que a matéria possa vir à pauta na próxima reunião.

Agradeço ao Senador Ferraço pelo brilhante, como sempre, relatório. Voto não é demais à democracia; é fundamental à democracia.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2014

– Não terminativo –

Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura.

Autoria: Deputado Newton Lima

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Observações: – Em 03/12/2014, a Comissão aprovou o Requerimento nº 62, de 2014-CCJ, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço que solicita a dispensa da Audiência Pública para instruir a matéria, de que trata o Requerimento nº 37, de 2014-CCJ.

Comunico aos senhores que há um requerimento do Senador José Agripino.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, em razão de estarmos buscando um entendimento, nessa matéria, com o Senador José Agripino, consulto V. Exª se poderíamos deixar esse item mais para o final, na busca, repito, de um entendimento e de um diálogo aqui com o Senador José Agripino,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... para que possamos tempestivamente retomar o debate em relação ao tema.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª.

Quero, por respeito à Câmara dos Deputados, registrar a presença do autor da propositura, o querido Deputado Newton Lima que está aqui para acompanhar a propositura.

Fica o requerimento na pauta, e V. Exª conduzirá nos próximos minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas será examinado ainda hoje, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 36 da pauta. É um item de acordo, na linha do pensamento dominante desta Comissão, de votarmos primeiro os itens não terminativos, por acordo – porque há um acordo – para depois mergulharmos nos itens terminativos.

ITEM 36

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2007

– Não terminativo –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providencias, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).

Autoria: Deputado Roberto Gouveia

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para proferir seu relatório. (Pausa.)

Com a palavra V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vêm a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007, do Deputado Roberto Gouveia, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências; o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2007 – Complementar, do Senador Marconi Perillo, que regulamenta o §3º do art. 198... (Pausa.)

Só um minutinho, Sr. Presidente, senão não enxergo. (Pausa.)

... que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde; o PLS nº 11, de 2012 – Complementar, do Senador Ricardo Ferraço, que Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou o §3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde; e o PLS nº 162 – Complementar, do Senador Cícero Lucena, que Altera a Lei Complementar nº 141, de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.

O PLC nº 89, de 2007 – Complementar, e o PLS nº 156, de 2007 – Complementar têm por objetivo regulamentar os §§2º e 3º do art. 198 da Carta Magna, fixando os montantes mínimos de recursos a serem aplicados pelas três esferas da Federação em ações e serviços públicos de saúde. As proposições estabelecem, ainda, regras para o repasse, a aplicação e a fiscalização desses recursos.

Já os PLS nºs 11 e 162, de 2012 – Complementares, visam a alterar a Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, no tocante ao tema da fixação do montante de recursos que a União deve destinar à saúde.

Foi apresentada emenda de autoria do Senador Álvaro Dias ao PLC nº 89, de 2007 – Complementar.

As duas primeiras proposições, em virtude da aprovação do Requerimento nº 1.062, de 2008, passaram a tramitar em conjunto, quando foram distribuídas a esta CCJ e às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

Nessa fase da tramitação, as matérias chegaram a ser apreciadas nesta Comissão e, na reunião do dia 7 de julho de 2010, o colegiado aprovou o relatório da Senadora Lúcia Vânia, contrário ao PLC nº 89 – Complementar, e favorável ao PLS nº 156 – Complementar.

Posteriormente, em razão da aprovação do Requerimento nº 974, de 2013, as quatro proposições passaram a tramitar em conjunto e foram distribuídas à CAS, à CCJ e à CAE.

Na CAS, em reunião realizada no dia 9 de outubro de 2013, foi aprovado o relatório do Senador Eduardo Amorim, favorável ao PLC nº 89 – Complementar, na forma da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), e contrário aos PLS nºs 156, 11 e 162 – Complementares.

Análise.

Indiscutivelmente, as quatro proposições dispõem sobre um dos mais relevantes temas sobre o qual o Congresso Nacional tem se dedicado, qual seja, a questão do financiamento do Sistema Único de Saúde.

Entretanto, da própria ementa dos projetos sob exame, observa-se que exsurge a prejudicialidade dos dois primeiros, que têm objeto idêntico ao da citada Lei Complementar nº 141, de 2012, o de regulamentar o §3º do art. 198 da Constituição, inserido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Essa constatação é reforçada quando se cotejam os três textos, que coincidem em diversos pontos.

Ou seja, o PLC nº 89 e o PLS nº 156 estão prejudicados por terem perdido a oportunidade em razão da edição da Lei Complementar nº 141, na forma do art. 334, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O mesmo não ocorre, entretanto, com os PLS nºs 11 e 162, de 2012 – Complementares, cujo objeto é, como já se afirmou, exatamente, o de alterar a Lei Complementar nº 141, de 2012.

Vale observar, entretanto, que, ainda que as proposições não tenham sido prejudicadas por terem perdido a oportunidade, elas o foram em razão de seu prejulgamento pelo Plenário do Senado Federal em outra deliberação.

Isso porque, recentemente, esta Casa já se debruçou sobre o tema que é o seu objeto.

Ocorreu na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22-A, de 2000, cujo segundo turno ocorreu em 12 de novembro de 2013.

Essa proposição, entre outras alterações, dá nova redação aos incisos I dos §§2º e 3º do art. 198 da Constituição, tornando autoaplicável o mínimo do montante de recursos que a União deve destinar ao financiamento da saúde.

Encaminhada à Câmara dos Deputados, após diversas intercorrências em sua tramitação, a matéria encontra-se pronta para a pauta do Plenário daquela Casa, numerada como PEC nº 358, de 2013, na forma de substitutivo da respectiva comissão especial, que mantém, em seu texto, a alteração acima transcrita.

Ora, com a aprovação da matéria, a modificação constitucional pretendida implicará a perda de objeto dos PLS nºs 11 e 162, de 2012 – Complementares, uma vez que derrogará o art. 5º da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Assim, estão prejudicadas essas últimas proposições, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário do Senado Federal, quando da votação da PEC nº 22-A, de 2000, na forma do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pelo encaminhamento do PLC nº 89, de 2007, do PLS nº 156, de 2007, do PLS nº 11, de 2012, e também do PLS nº 162 ao Sr. Presidente do Senado Federal, para que, na forma do art. 334, I e II, do Regimento Interno desta Casa, sejam declarados prejudicados.

É o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Agradeço, Senadora Gleisi Hoffmann.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, pela prejudicialidade dos projetos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade dos projetos.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 24, Projeto de Lei do Senado...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Tenho pronto já, há várias reuniões, o parecer sobre o item 4 e gostaria que fosse seguida a ordem. Aliás, sobre isso eu já tinha falado com o Presidente Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Então vamos atender a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique. Voltamos ao Item 4 da pauta.

Item 4 da pauta.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senadora Ana Rita, com a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de solicitar um pedido de inversão de pauta. O PLS 606, de 2011, é o Item 3 da pauta, que dispõe sobre o cumprimento de sentença e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

O Senador Eduardo Braga, que é o Relator da matéria, me pediu para ser Relatora *ad hoc*.

Essa matéria tramita nesta Casa desde 2011 e não é terminativa nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em relação à solicitação da Senadora Ana Rita, há alguma objeção?

Nenhuma objeção. Peço para consultar a assessoria do Senador Eduardo Braga se há alguma objeção em V. Ex^a assumir, de forma *ad hoc*, a matéria. E, novamente,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a tinha me sugerido que, quando desse quórum, eu pedisse a inversão do Item 21. Então, mais uma vez, solicito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, primeiro o Item 4, garantindo ao Senador Luiz Henrique, depois o item da Senadora Ana Rita, depois...

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Pediria também inversão de pauta do Item 43, que é um projeto que já vem sendo reclamado há muito tempo e eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, Luiz Henrique, Ana Rita, Senador Paulo Paim e Senador Benedito de Lira, o.k?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Quarenta e três.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 4.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2011

– Não terminativo –

Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: – Em 14/11/2012, foi apresentado o voto em separado do Senador Randolfe Rodrigues contrário à Proposta, e o voto em separado do Senador Eduardo Suplicy, favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Ministro, Sr. Ministro Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Comissão examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011, de iniciativa do Senador Paulo Bauer e outros Srs. Senadores, que pretende instituir pagamento de indenização para detentores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas, desde que esses títulos tenham sido regularmente expedidos até 5 de outubro de 1988.

A proposição suprime a parte final do § 6º do art. 231 da Constituição Federal, que veda a indenização ou a ações contra a União em decorrência da nulidade e extinção dos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, exceto com relação a benfeitorias resultantes da ocupação de boa-fé.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nesse mesmo sentido, a proposição acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar indenização com base no valor

estimado da terra nua e das benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé aos possuidores de títulos de domínio que os indiquem como proprietários de áreas declaradas tradicionalmente indígenas e que tenham sido regularmente expedidos pelo Poder Público até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Caso aprovada, a emenda resultante da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da proposta, o ilustre Senador Paulo Bauer argui que se devem conciliar as justas pretensões daqueles que de boa-fé detêm títulos dominiais relativos a terras ora reconhecidas como indígenas com o direito fundamental dos índios à terra que histórica, cultural e tradicionalmente lhes compete.

Em 14 de novembro de 2011, o Senador Eduardo Suplicy apresentou voto em separado à matéria, concluindo, na forma de substitutivo, que a indenização: primeiro, dependerá da existência de título de domínio expedido pelo Poder Público antes da promulgação da Constituição; segundo, não será devida quando há terra nua em relação ao título que originalmente derivou de posse injusta; terceiro, não será estendida aos processos demarcatórios concluídos pelo Poder Executivo até o dia 5 de outubro de 2008.

Na mesma data, o nobre Senador Randolfe Rodrigues também submeteu a esta Comissão voto em separado, arrematando porém pela integral rejeição da proposta, sob o argumento de que considerar nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios equivale dizer que tais atos encontram-se em total desconformidade com as regras do ordenamento jurídico, razão pela qual não são suscetíveis de confirmação, não convalidam pelo passar do tempo e não produzem efeitos.

Análise.

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão opinar sobre a admissibilidade e o mérito das propostas de emenda à Constituição nela em curso.

A proposição atende aos ditames formais e materiais de constitucionalidade, pois não tramita na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, tão pouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual Sessão Legislativa nem tende a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes ou os direitos e garantias individuais. Além disso, foi subscrita por mais de um terço dos Srs. Senadores.

Reconhecemos a acirrada controvérsia pendente sobre a matéria ora examinada, consistente na oposição entre a possibilidade de indenizar os detentores de títulos dominiais expedidos pelo Poder Público de um lado, algo que admite, se bem que com reservas, o ilustre Senador Eduardo Suplicy, e a rejeição a qualquer pretensão indenizatória fundamentada em títulos declarados nulos e extintos pela Constituição de outro lado, como postula o Senador Randolfe Rodrigues.

Em que pese a discussão jurídica sobre o § 6º do art. 231 da Carta Magna, não podemos ignorar que as consequências tanto da redação em vigor quanto das alterações alvitadas pela PEC nº 71, de 2011, atingem a vida de milhares de pessoas, índios e não índios, sendo indispensável que ofereçamos uma solução que tenda a produzir justiça e paz e não acirre os conflitos já existentes.

Desse modo, forçoso notar que muitas das posses atuais se assentam em títulos dominiais expedidos pelo poder público em favor de particulares, tendo gozado, por anos, de presunção de legalidade e legitimidade. Ao declarar esses títulos nulos, sem indenizar seus detentores, o Estado brasileiro promove indisfarçável injustiça, pois não honra a posse civil e a propriedade que reconheceu e mesmo criou, provocando grave insegurança jurídica, ainda que seja legítima a prevalência da posse indígena.

A PEC nº 71, de 2011, não pretende opor esses títulos à posse indígena, e não fere direito algum dos indígenas. Tampouco busca coonestar suposta ação de particulares “cientes das legítimas pretensões dos índios, que eram facilmente atropeladas pelo ‘espírito bandeirante’ – sem ofensa aos paulistas – de outrora”, como ponderou, compreensivelmente preocupado, o Senador Randolfe Rodrigues.

Ao contrário, a ampla maioria dos particulares que se estabeleceram em terras indígenas tiveram o amparo legal e material e, mais do que isso, o incentivo do Estado brasileiro, que então promovia a colonização do interior. Caso exemplar deu-se em Mato Grosso do Sul na década de 1940.

Não pode agora o Poder Público simplesmente retirar o amparo jurídico a essas pessoas, sem indenizá-las pela posse que se revista de justiça e de boa-fé. O Estado patrocinou a situação de direito e de fato que resultou no conflito fundiário entre colonos e índios, e a todos os envolvidos deve reparação. A todos os envolvidos, repito, deve o Estado reparar. É justa a indenização, até porque falamos, na maioria dos casos, de pequenos agricultores familiares que se acham há gerações nessas terras. É injusto que essas pessoas paguem sozinhas o preço dessas mudanças históricas, sendo que nada fizeram sem o amparo estatal, conforme a lei então vigente.

O argumento de que a nulidade e a extinção dos títulos dominiais não podem gerar efeitos indenizatórios não se sustenta diante do próprio §6º do art. 231 da Constituição, que permite a indenização das benfeitorias derivadas da ocupação feita de boa-fé. Ou seja, o fundamento jurídico para indenizar a posse da terra nua em

boa-fé é o mesmo que a Constituição admite para as benfeitorias sobre ela realizadas, e não pode ser mitigado pela leitura seletiva do comando constitucional.

Mas não é só: cuida-se, substancialmente, de compreender que a responsabilidade estatal aqui não decorre nem da declaração do caráter da terra indígena nem da nulidade dos atos jurídicos decorrente desse procedimento, mas sim, do dano causado pelo Estado a terceiros de boa-fé como consequência da expedição de títulos de domínio ou legitimação de posse em favor que lhes foram deferidos.

A reparação a cargo do Estado baseia-se no art. 37, §6º, do texto constitucional – que impõe às pessoas jurídicas de direito público o dever de responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, tenham causado a terceiros – e em princípio elementar de Direito Civil, segundo o qual devem as partes, na presença de dano, receber reparação e ser devolvidas ao estado anterior. No caso, o Estado, ao emitir títulos e legitimar posses de áreas posteriormente declaradas indígenas, tratou a terra, equivocadamente, no que fez incorrer em erro milhares de famílias, como se bem dominical, isto é, sem destinação pública específica, fosse, tornando os atos correspondentes dignos de credibilidade, como, aliás, ocorre, por presunção, com todos os atos de Estado.

Verificam-se presentes, pois, os elementos caracterizadores da responsabilidade estatal e hábeis a deferir a reparação em favor dos prejudicados: fato ou ato administrativo causador de dano, a expedição de títulos dominiais de que resultou a posse colona; o dano propriamente dito, a expropriação sem indenização pela terra; e o nexo causal entre uma e outra coisa. Não ignoramos que esses atos de titulação sejam nulos por força da dicção do §6º do art. 231 da Constituição. Disso não pode decorrer, porém, que os cidadãos que neles depositaram confiança, e com base neles se viram estabelecidos por anos naquilo que imaginavam ser sua propriedade, fiquem completamente desamparados e sem possibilidade de reclamar proteção ao ordenamento.

Repito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não ignoramos que esses atos de titulação sejam nulos por força da dicção do §6º do art. 231 da Constituição. Disso não pode decorrer, porém, que os cidadãos que neles depositaram confiança, fidúcia e credibilidade e com base neles se viram estabelecidos por anos, gerações e gerações, naquilo que imaginavam ser sua propriedade, fiquem completamente desamparados e sem possibilidade de reclamar proteção ao ordenamento.

Se o ato administrativo é injurídico e por sua própria desconformidade com as normas deve ser excluído do mundo do Direito, a reparação dos danos por ele deixados, no entanto, é providência que se impõe, como afirmação do Estado democrático.

E não custa colocar em claro: o principal dano é a expropriação – não há outro modo de chamá-la – sem compensação, algo que se tem seguido à declaração de nulidade dos títulos como consequência do processo de demarcação de terras indígenas.

Assim, e sem ferir a já cristalizada prevalência dos direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, impõe-se reconhecer que há pessoas que adquiriram terras de boa-fé, nelas viveram e trabalharam, e têm a justa pretensão de ser indenizadas pelo mesmo Estado que amparou e promoveu tais atos, sob pena de arcarem sozinhas com todo o ônus de um processo histórico que envolve muitas partes.

Vale também assentar: a responsabilização que entendemos caber ao Poder Público – decorre não da demarcação e declaração da terra indígena, que resulta da própria Constituição Federal, mas sim da prática administrativa ilegal consistente na expedição de títulos de domínio ou posse sobre terras que devia o Estado saber indígenas.

Mas não só disso. A esse primeiro ato lesivo, conjuga-se o desrespeito ao prazo de cinco anos para conclusão das demarcações, estabelecido pela Constituição Federal, no art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Com o decurso do prazo quinquenal sem que fossem concluídas as demarcações, a Constituição Federal restou novamente descumprida, e a legítima expectativa dos possuidores de título de propriedade restou reforçada.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quanto às demarcações concluídas e homologadas nos primeiros cinco anos, ainda se pode alegar o cumprimento do rito previsto pelo Constituinte originário, que não amparava o direito dos ocupantes das terras. No entanto, para as demarcações feitas posteriormente, em desacordo com o art. 67 do ADCT, parece-nos que outra solução, mais justa para todos os envolvidos, deva ser buscada.

Se as regras constitucionais acima citadas já não fossem suficientes para amparar o pleito dos possuidores de boa-fé, uma análise rigorosa do princípio da segurança jurídica o faria. Ora, um agricultor que, em 1988, ocupasse terras em relação às quais houvesse dúvida se seriam ou não demarcadas como indígenas, estaria ciente dos riscos que correria em permanecer, investir e produzir naquelas terras, pois somente teria direito às benfeitorias. Após cinco anos da promulgação da Constituição, no entanto, a situação se inverte e a confiança em seu título se fortalece, pois a própria União, com sua conduta omissiva, conferiu legítima expectativa ao citado agricultor.

Em nome da segurança jurídica, é razoável que o Direito ampare essa nova situação, dando-lhe tratamento distinto dos possuidores de terras demarcadas durante o prazo quinquenal do art. 67 das Disposições Constitucionais Transitórias.

Enfim, com esse objetivo de conciliar os interesses ora submetidos a esta Comissão na forma da Proposta de Emenda Constitucional sob exame, apresentamos, ao final deste relatório, Substitutivo que, ao tempo em que garante aos detentores de títulos dominiais idôneos direito à indenização, o faz segundo critérios precisos e que excluem, evidentemente, as pretensões de grileiros ou posseiros que tenham agido ou pretendam agir de má-fé, desonestamente e em desconformidade com a lei, estes, ao contrário, devem ser expulsos da terra e punidos criminalmente.

Em primeiro lugar, exige-se que, para a obtenção de indenização, se faça prova de ter realmente a União expedido o título que, tornado nulo com a declaração do caráter indígena da terra, tenha causado o dano ao particular; em segundo lugar, que a posse atual seja justa – isto é, não violenta nem clandestina nem precária – e de boa-fé – o indicado no título ou quem o suceda deve ignorar o vício ou o obstáculo que impedia a aquisição da coisa.

A razão subjacente consiste em evitar a ação de grileiros nessas terras, mesmo nas já homologadas e nas quais não haja mais conflitos agrários. Receamos que isso possa originar ou recrudesce conflitos violentos entre indígenas, muitas vezes indefesos ou dispendo de armas precárias, e posseiros e grileiros com capangas altamente armados.

Preconiza-se, ainda, que os danos decorrentes da responsabilidade estabelecida sejam calculados com base no valor da terra nua e das benfeitorias necessárias e úteis realizadas de boa-fé naquelas propriedades. A ideia é aproximar a responsabilidade ora instituída da noção de compensação e de reparação, de modo que os particulares sejam devolvidos a um estado de conforto e segurança jurídica. Sem esse estado de conforto e segurança jurídica, não se pode afirmar o império da legalidade e da democracia nesse País.

Finalmente, pelas razões já expostas, determina-se a aplicação da inovação resultante da Proposta apenas aos casos envolvendo processos demarcatórios cujo decreto homologatório tenha sido publicado após cinco anos da promulgação da Constituição Cidadã.

Voto.

Somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 231.
.....

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei civil, na hipótese de comprovado dano causado pelo Poder Público ao particular de boa-fé.” (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 67-A:

“Art. 67-A. A União responderá, nos termos da lei civil, pelos danos causados aos detentores de boa-fé de títulos de domínio, concessão de uso ou equivalente regularmente expedidos pelo poder público até 5 de outubro de 1988 relativos a áreas posteriormente declaradas tradicionalmente indígenas.
§ 1º Não se aplica o disposto no caput às demarcações homologadas no prazo de que trata o art. 67 do ADCT.

§ 2º Os danos decorrentes da responsabilidade a que se refere o caput deste artigo calcular-se-ão com base no valor da terra nua e das benfeitorias necessárias e úteis realizadas de boa-fé e não serão reparados se a posse atual for injusta ou de má-fé.”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto do Senador Paulo Bauer justifica a sua investidura neste Senado; ele vale por todo o mandato, pela importância que tem, pelo que poderá afirmar no futuro a paz no

campo e a redução dos conflitos entre populações autóctones e colonos que foram incentivados pelo Estado a ocupar – e o fizeram de boa-fé – aquelas terras.

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, embora o relatório do Senador Luiz Henrique tenha sanado muitas dúvidas e tenha melhorado a proposta original, ainda permanecem algumas questões que precisam ser melhor trabalhadas.

Eu solicito vista do projeto para que possamos dialogar mais sobre o conteúdo do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedida vista a V. Exª na forma do Regimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vistas coletivas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vistas coletivas concedidas em razão da solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu iria ler e queria destacar alguns trechos do meu voto em separado, mas fica para a próxima reunião.

Todavia, gostaria de assinalar aqui a presença, na CCJ, do Cacique Daran, de São Paulo; do Daniel Leme Vasquez Kaiowá, do Mato Grosso do Sul; e do Marcos Tupã Guarani, que são membros de diversas comissões guaranis, Arpin Sudeste, CNPI e Aty Guasu. São coordenadores que vieram aqui acompanhar a apreciação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós nos associamos à manifestação de V. Exª.

Sejam os senhores muito bem-vindos à Comissão de Constituição e Justiça.

Aproveitando, Senador Suplicy, V. Exª confirma que, na Proposta de Emenda à Constituição nº 8, também solicitou vista coletiva, juntamente com o Senador Requião?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É porque eu acho que há um propósito positivo do Senador Roberto Requião para democratizar, e gostaria de acompanhar isso com atenção. Como sou Senador até 31 de janeiro, eu peço também vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fica, portanto, ratificada a vista coletiva à Proposta de Emenda à Constituição nº 8 – item 1.

Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu solicito a retirada de pauta do item 23, de minha relatoria, para maior exame da matéria, isso de acordo com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª será atendido, na forma regimental. É o seguinte o item retirado:

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 2007

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para disciplinar a escolha do Secretário da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;*
– *Votação nominal.*

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem, eu apenas quero fazer um registro e dar meus cumprimentos ao Senador Luiz Henrique pelo brilhante relatório que fez a respeito da PEC que propus a esta Casa e a esta Comissão. Eu penso que o relatório é muito esclarecedor e considero que as palavras finais do Senador Luiz Henrique são as mais positivas e as mais claras quando ele menciona a palavra

“paz”. Nós precisamos colocar paz no ambiente jurídico que se refere à questão da demarcação das terras indígenas e da criação das reservas indígenas em nosso País.

Eu tenho certeza de que os Senadores que requereram vista coletiva vão ter a condição de analisar ainda mais essa matéria e tenho certeza de que os Senadores e Senadoras que já dialogaram comigo a respeito delas em ocasiões anteriores haverão de manifestar-se favoravelmente porque, acima de tudo, a proposta pretende preservar o direito dos indígenas, e também fazer com que os agricultores que se instalaram nas terras antes indígenas – e que se pretende retornem à condição de terras indígenas – não sejam prejudicados. Afinal, não é justo que pessoas honestas, de boa fé, trabalhadoras, e que contribuíram e contribuem com o desenvolvimento do País sejam punidas pelo dispositivo legal. Tenho certeza de que o Constituinte de 1988 não teve esse propósito, e nós vamos corrigir isso, com certeza, com a aprovação dessa PEC, em benefício de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, DE 2011

– Não terminativo –

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Romero Jucá.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2012

– Não terminativo –

Acrescenta o §8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2012

– Não terminativo –

Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Favorável ao PLS nº 606, de 2011, favorável à Emenda nº 3 e, parcialmente favorável à Emenda nº 12, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário aos PLS nº 92 e 351, de 2012, bem como às Emendas nº 1, 2, 4 a 11, e 13 a 19.

Observações: – Em 27/02/2013, foram apresentadas as Emendas nº 1 a 3, de autoria do Senador José Agripino;

– Em 03/12/2013, foram apresentadas as Emendas nº 4 a 12, de autoria do Senador Ciro Nogueira;

– Em 02/12/14, foram apresentadas as Emendas nº 13 a 16, de autoria do Senador Francisco Dornelles; e as Emendas nºs 17 e 18, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– Em 03/12/2014, foi apresentada a Emenda nº 19, de autoria do Senador Cyro Miranda;

– As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

A relatoria foi designada ao Senador Eduardo Braga, que está ausente. Na ausência deste, eu designo Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vêm a exame desta Comissão, conjuntamente...

Na verdade, Sr. Presidente, eu vou fazer uma leitura do sumário do relatório, porque o relatório na íntegra é muito extenso, e o sumário já coloca as questões principais. Assim, ganhamos tempo aqui.

Vêm a exame desta Comissão, conjuntamente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 606, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho; o PLS nº 92, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que acrescenta o §8º ao art. 899 da CLT, para dispensar os Microempreendedores Individuais, as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho; e o PLS nº 351, de 2012, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que acrescenta o artigo 879-A ao texto da CLT e revoga o art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991 e modifica os índices de atualização monetária e de juros incidentes sobre as condenações trabalhistas.

A apreciação das três matérias foi atribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, em virtude da aprovação do Requerimento nº 385, de 2013, do Senador João Vicente Claudino, cabendo à última a decisão terminativa.

No âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, até a presente data, foram apresentadas 19 emendas, Sr. Presidente, ao PLS nº 606, de 2011, sendo 3 da lavra do Senador José Agripino, 9 de autoria do Senador Ciro Nogueira, 4 do Senador Francisco Dornelles, 2 emendas apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes e também uma emenda apresentada pelo Senador Cyro Miranda.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 101, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ discutir e votar o presente projeto de lei.

As alterações promovidas na CLT inserem-se no campo do Direito do Trabalho, mais especificamente no seu aspecto processual. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de constitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais. Ressalte-se ainda que não se trata de matéria cuja disciplina seja reservada a lei complementar, motivo pelo qual a proposição ora apresentada é adequada para disciplina da questão em exame.

Os três projetos têm por denominador comum o fato de que propõem modificações significativas do procedimento de execução no âmbito do processo e da Justiça do Trabalho.

O PLS 606, de 2011, ainda que de iniciativa do Senador Romero Jucá, é inspirado em trabalho realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho e modifica extensamente o Capítulo V do Título X da CLT. Seu fundamento encontra-se na necessidade de buscar uma atualização da execução trabalhista em face das modificações implementadas no Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Destaca seu o autor que, entre 2001 e 2010, o número de processos represados na Justiça do Trabalho passou de 1.655.568 a 2.588.046, concentrando-se esse gargalo na fase executória.

Trata-se, portanto, de atualizar a execução trabalhista, colocando-a a passo da execução cível e das alterações sociais, econômicas e tecnológicas que se produziram nos últimos anos.

O autor assegura que o princípio diretor desse projeto é o subjacente às garantias constitucionais do amplo acesso à jurisdição; do devido processo legal adjetivo e da sua razoável duração. Para concretizá-lo, torna-se necessária a alteração do paradigma ainda vigente na CLT.

O projeto preserva as regras já existentes sobre a execução das contribuições previdenciárias. Por outro lado, amplia-se o rol dos títulos executivos extrajudiciais, viabilizando a cobrança direta de valores inequivocamente reconhecidos em favor dos trabalhadores.

As alterações propostas visam à implementação do processo judicial eletrônico, eliminando-se atos processuais desnecessários, em atendimento à tendência inegável de virtualização dos atos procedimentais.

A regulamentação da execução de sentenças coletivas é outro objetivo do projeto, que visa à orientação segura e clara do tema, com o fim de suprimir omissões ainda hoje existentes e delimitar o procedimento a ser observado a bem do uso desta tão importante alternativa processual ao congestionamento da Justiça.

No mérito, louve-se a iniciativa legislativa protagonizada pelo eminente autor, que propôs alterações substantivas ao processo de execução trabalhista, no sentido de compatibilizá-lo com os anseios da sociedade por uma justiça mais célere, que confira ao vencedor da fase de conhecimento o bem da vida reconhecido pelo Poder Judiciário.

Não é concebível que o crédito trabalhista de natureza alimentícia, conforme o art. 100 da Constituição, efetivamente reconhecido após regular processamento judicial e assegurada a mais ampla defesa, seja embaçado de tal forma que, mesmo após anos de tramitação judicial, permaneça sem solução definitiva.

Não se pode tolerar, tampouco, o paradoxo hoje vigente no processo civil, tomado como gênero, em que as dívidas comerciais e cíveis são cobradas, pelo sistema do Código de Processo Civil, com maior efetividade e em menor tempo do que os créditos trabalhistas.

Dessa forma e de maneira a aplainar as dissensões apresentadas durante a fase de audiências públicas que nortearam a redação do presente relatório, apresentamos substitutivo à matéria, que contempla a eliminação dessa discrepância, aproximando os dois modelos, sem perder de vista as peculiaridades do processo de trabalho e as garantias constitucionais asseguradas às partes, estabelecendo que as regras do Código de Processo Civil, naquilo que não forem incompatíveis, serão aplicadas subsidiariamente ao processo do trabalho.

Ressalte-se, ainda, que a Fazenda Pública não sofreu nenhum prejuízo com as normas propostas no substitutivo, sendo mantidos o sistema de cobrança, nos moldes da Lei nº 6.830, de 1980; a execução de seus débitos por precatório; e a integralidade dos privilégios garantidos por outras leis.

O art. 876 mantém a integração subsidiária do Código de Processo Civil à sistemática da execução trabalhista, ressaltando a necessidade de intimação da União da decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, para preservação de seus interesses quanto às contribuições previdenciárias.

Mantivemos, de forma explícita, a competência do Juízo para promover todas as medidas para o integral cumprimento da sentença *ex officio* ou por interseção de qualquer interessado, ressalvada a ciência que deverá ser dada às partes das providências adotadas pelo Juízo.

O projeto avança no sentido de ampliar o rol de títulos executivos extrajudiciais, relacionando-os ao art. 878-B, além dos já previstos na CLT. Todavia, procuramos delimitar melhor esses títulos no âmbito do substitutivo, evitando dubiedades, além da possibilidade de que fossem de alguma forma indeterminados.

No art. 878-C, ficou estabelecido que todas as despesas da execução correm por conta do devedor. Todavia, podem ocorrer hipóteses em que não haja devedor ou ainda em que a demanda ou o pedido são julgados infundados. Para esses casos, a legislação deve prever exceção, excluindo das despesas aquelas a que o credor der causa injustificada.

No art. 878-D, alterou-se a redação, para que se assegure o interesse do exequente, devendo ser observada a forma menos onerosa para o executado.

Quanto ao art. 879, oferecemos modificações no sentido de garantir a oportunidade de manifestação da parte contrária, quando o cálculo de liquidação for apresentado pela outra e para impedir o excesso de discricionariedade do juízo na homologação dos cálculos.

O art. 879-A fixa o prazo de oito dias para que sejam satisfeitas as obrigações de pagar e dispõe, em seu § 1º, que a intimação para pagamento também se dará de forma ágil por qualquer meio idôneo.

Esse dispositivo foi ponto de grande resistência, motivo pelo qual o remodelamos completamente, para que se reforce o direito à ampla defesa.

Nesse sentido, inserimos dispositivos para garantir a ciência do devedor da conta de homologação, para impedir a imposição de medidas de impossível reparabilidade, antes de ser definida a execução, e para garantir as condições especiais para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

As modificações que propusemos ao art. 880-A (art. 889-A do substitutivo) buscam regulamentar a utilização dos meios eletrônicos de constrição de bens, de forma que sejam realizados de maneira mais consentânea com os princípios do contraditório e da menor gravosidade ao devedor, que consideramos essenciais à condução do processo em sua fase executória.

O interesse de terceiros de boa-fé nos bens arrematados ou adjudicados foi preservado pela garantia de impugnação por ação anulatória, nos termos do art. 889-F do substitutivo.

Além disso, buscamos disciplinar o art. 889-H do substitutivo à execução das condenações genéricas impostas em sentenças coletivas por meio de ações autônomas individuais ou plúrimas.

Incluímos ainda disposições sobre a remuneração dos leiloeiros judiciais e sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, da inscrição dos devedores do banco de dados dos devedores trabalhistas.

A presente proposição não abandona o espírito norteador da prática cotidiana da Justiça do Trabalho, que é o princípio da conciliação, observada em vários momentos do processo como ferramenta de pacificação social relevante.

Sua aprovação significará um avanço na regulamentação do processo do trabalho em benefício da efetividade da justiça, tão reclamada pela população como um todo.

A aprovação do PLS nº 606, de 2011, assegura avanço e maior equilíbrio entre as partes, pois é inconcebível que apenas 24% dos trabalhadores vitoriosos na Justiça do Trabalho consigam lograr a satisfação efetiva de seus direitos.

Em relação às Emendas nº 1, 2 e 3, de autoria do Senador José Agripino, rejeitamos a de nº 01, porque suprimida no Substitutivo; rejeitamos a de nº 02, pois promovemos alterações em relação ao dispositivo referido; e pelo acolhimento da Emenda nº 03, nos termos do substitutivo.

As Emendas de nº 4 a 12 são todas de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Opinamos pela rejeição da Emenda nº 4, por entendermos incompatível com a orientação geral do substitutivo, no sentido de harmonização autônoma do processo trabalhista com o processo comum.

A Emenda nº 5 deve ser rejeitada por ignorar o fato de que a preclusão do direito de manifestação da União deve ter em conta as condições específicas do processo e do interesse público.

A Emenda nº 6 deve ser rejeitada, pois o projeto e o substitutivo já buscam garantir a ampla defesa dos interesses das partes.

Da mesma forma, entendemos incabível o acolhimento da Emenda nº 7, por instituir formalismo incompatível com a sistemática geral, adotada na execução.

A Emenda nº 8 amplia prazo que entendemos suficiente para manifestação das partes, pelo que entendemos incabível.

A Emenda nº 9 restringe a aplicação de multa no caso de execução provisória, tópico que entendemos superado pelas disposições adotadas no substitutivo.

A Emenda nº 10 disciplina a reunião de processos referentes a um único devedor, mas o faz de forma, que entendemos, problemática do ponto de vista da competência territorial dos tribunais, pelo o que nos inclinamos por sua rejeição.

A Emenda nº 11 complementa a de nº 10, e deve, também, ser rejeitada.

A Emenda nº 12 que disciplina a execução de sentença coletiva, deve ser, parcialmente, aprovada na forma do *caput* do art. 889-H, do substitutivo.

As Emendas de nº 13, 14, 15 e 16 foram oferecidas pelo Senador Francisco Dornelles.

A Emenda nº 13 engessa em demasia a liquidação da sentença ao estabelecer critério distinto de manifestação das partes, além de representar desnecessário prolongamento do feito, ao garantir prazo sucessivo de manifestação dos litigantes, opinamos assim por sua rejeição.

A Emenda nº 14 busca preservar o direito do devedor durante execução provisória e em caso de modificação da sentença, sem embargo da justeza da preocupação, entendemos que, tanto a distinção da execução provisória e da definitiva, quanto os direitos do devedor, já foram definidos de forma bastante clara no substitutivo que apresentamos, pelo o que impede sua rejeição.

A Emenda nº 15 modifica a execução das condenações genéricas impostas em sentenças coletivas, adotando o modelo baseado na competência originária do juízo prolator da sentença e impondo o sobrestamento das demais ações. Tal modelo, entendemos, contraria a intenção do projeto que busca descentralizar tanto quanto possível essa execução, de forma a garantir o acesso à justiça dos substitutivos processuais. Entendemos, ainda, que o modelo proposto acarretaria um retardamento indevido da prestação jurisdicional. Opinamos, destarte, por sua rejeição.

A Emenda nº 16 estabelece efeito suspensivo da impugnação referente a constrição de bens, art. 5º, do art. 889-B e caráter provisório à execução impugnada por recurso, a que não foi atribuída efeito suspensivo. Seu acolhimento representaria mais uma forma de retardamento processual, entendemos. A proteção dos interesses do devedor, contra eventuais graves danos e no referente a parcelas incontroversas, já está garantido pela atual redação do dispositivo. Opinamos, destarte, por sua rejeição.

As Emendas nºs 17 e 18 são de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A Emenda nº 17 tem por objetivo diferenciar a execução provisória da definitiva e garantir que exista caução suficiente do credor para impedir o levantamento de dinheiro ou alienação de bens que enseje grave dano ao credor. Sem embargo do entendimento do autor, entendemos que, tanto a aplicabilidade do dispositivo, unicamente no caso da execução provisória, quanto a necessidade de cautela na prática de tais atos para evitar danos, já estão devidamente contempladas na redação atual do substitutivo. Assim, inclinamo-nos pela rejeição.

A Emenda nº 18 estabelece prazo de 15 dias para garantir do Juízo ou pagamento e revive a redação original do §2º quanto ao meio de intimação da decisão homologatória. Também nos inclinamos por sua rejeição por entendermos que não existe necessidade de se estender o prazo estabelecido. Além disso, entendemos que o procedimento de execução se orienta, teleologicamente, pelo pagamento da condenação pelo que diz necessária à referência. No caso, à garantia do juízo dado, principalmente, que o direito do contraditório e o resguardo à eventual parte controversa já se acham contemplados no substitutivo.

Finalmente, Sr. Presidente, a Emenda nº 19, de autoria do Senador Ciro Miranda, por possuir o mesmo teor da Emenda nº 17, opinamos pela rejeição. Além disso, julgamos oportuna a redação dada ao §2º por restringir a possibilidade de interpretação excessivamente aberta ao dispositivo. No que se refere à primeira proposição, PLS nº 92/2012, o que se almeja é o acréscimo do §8º ao art. 899 da CLT para dispensar os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho. A aprovação dessa disposição traria enorme impacto processual e econômico, pois a maioria das empresas no Brasil são microempresas e empresas de pequeno porte e não seria razoável nem justo que elas pudessem ter um benefício processual distinto dos demais litigantes. Ressalte-se que não se trata de um benefício tributário, mas meramente processual. E, por essa razão, opinamos pela rejeição do PLS nº 92/2012.

Em relação ao PLS nº 351/2012, não é conveniente, neste momento, sob qualquer ângulo, a alteração das regras de correção monetária e de juros adotados legalmente pela Justiça do Trabalho, até porque qualquer situação é sempre sujeita à sazonalidade, devendo-se preservar critérios já utilizados há mais tempo e que respondam, de forma satisfatória, às partes envolvidas no processo trabalhista.

Voto.

Em face do esforço, opinamos pela rejeição do PLS nº 92/2012; pela rejeição do PLS nº 351/2012; pela aprovação do PLS nº 606/2011; pela aprovação da Emenda nº 3 e a aprovação parcial da Emenda nº 12, e pela rejeição das Emendas, 1 e 2, e de nºs 4 a 11, inclusive a Emenda nº 19, na CCJ, na forma dos seguintes substitutivos.

Este, Sr. Presidente, é o parecer elaborado pelo Senador Eduardo Braga de que ora faço a leitura como Relatora *ad hoc*.

Obrigada, Sr. Presidente; obrigada a todos os Senadores e Senadoras.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Senador Luiz Henrique e, em seguida, Senador Francisco Dornelles.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores, o nobre Senador Romero Jucá busca, com esse projeto, o método mais eficiente, mais justo, mais rápido para a solução dos processos que envolvem, no mais das vezes, títulos de natureza alimentar. E, por isso, ele é importante.

O texto amplia o rol atual dos títulos executivos extrajudiciais, viabilizando a cobrança direta de valores, inequivocamente, reconhecidos em favor de trabalhadores. Permite, outrossim, o parcelamento do débito, tornando ainda mais efetivo o cumprimento da obrigação.

Por outro lado, o projeto tão brilhantemente relatado pelo Senador Eduardo Braga, cuja leitura acaba de ser feita pela Senadora Ana Rita *ad hoc*, avança rumo à concretização do processo judicial eletrônico, eliminando as cartas precatórias. Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque faz com que o procedimento judicial reconheça o avanço tecnológico e não permaneça na era do papelório e do carimbório.

Por isso, Sr. Presidente, pelo mérito do projeto já destacado pela Senadora Ana Rita e pelo aperfeiçoamento que foi realizado pelo ilustre Relator, opino pela aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação ao mérito, eu tenho muitas dúvidas sobre esse projeto, mas, como ele ainda vai ser examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos e estamos examinando a constitucionalidade deste projeto, vou fazer abstenção e examinar na CAE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Continua em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Paulo Paim, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... só para dizer que este projeto está sendo debatido há muito tempo na Casa. O objetivo é acelerar os julgamentos no mundo do trabalho, na Justiça. O Senador me pediu, inclusive, que eu fizesse a relatoria da matéria. Só não o fiz porque não acompanhei o último processo de negociação e fizemos entendimento aqui com a Senadora Ana Rita. Eu, naturalmente, votarei a favor do projeto, concordando com o parecer aqui lido por ela.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Antes, porém, ouço o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Também, Presidente, seguindo a linha do eminente Senador Paim, nós todos temos essa preocupação de que apenas em torno de 20% a 30% dos casos levados à Justiça do Trabalho obtenham sucesso. Isso precisa ser, realmente, assunto da nossa deliberação. Eu vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, colocamos em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Aprovado o relatório, com a abstenção do Senador Francisco Dornelles.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O Senador Raupp, aqui, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Raupp, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, eu gostaria, com a concordância do Plenário, se fosse possível, a inversão de pauta para o item extrapauta PLS nº 259. Já está, sobre a mesa o pedido de extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a está solicitando, em primeiro plano, a inclusão?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – A inclusão, claro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Posteriormente à inclusão, a inversão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Posteriormente, a inversão se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulto o Plenário se há alguma...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidente, eu gostaria também de pedir a V. Ex^a para consultar o Plenário sobre o item 32, de autoria do Senador, que agora se despede, Vital do Rêgo. Acho que seria até uma homenagem nossa aprovar o projeto dele hoje aqui. É um projeto que é terminativo na CCT. Faremos apenas a análise da constitucionalidade. Há o relatório do Senador Gim Argello e eu gostaria que V. Ex^a me nomeasse, se pudesse, relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria lembrar a V. Ex^a do item 21.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O item 21 é o próximo da pauta...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... até porque essa inversão já foi solicitada e já foi acolhida pelo conjunto dos membros da Comissão.

Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que colocasse, entre os primeiros projetos, entre as primeiras proposições a serem debatidas na próxima reunião, a questão do *recall*. Trata-se do item 35, se não me engano, cujo Relator é o Senador Walter Pinheiro.

Solicito, assim, que V. Ex^a o colocasse como item prioritário, já que estamos às vésperas de uma nova Legislatura, quando o processo político será amplamente debatido. Então, seria de bom alvitre que o Senado, de logo, desse uma sugestão ao Congresso Nacional sobre a introdução de novos mecanismos de consulta e participação popular, no caso, o veto popular, uma iniciativa também nossa, e o *recall* – a substituição de mandatos eletivos através de eleição ou revogação de mandatos.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos levar à consideração do Presidente Vital do Rêgo a ponderação de V. Ex^a, mas, antes, gostaria de submeter ao Plenário a inclusão extrapauta do PLS nº 259, bem como a inversão da pauta, solicitada pelo Senador Marcelo Crivella, do item 32.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Por maior respeito e carinho que eu tenha pelo Senador Crivella, a matéria do Item 32 é muito polêmica.

Eu não concordo com a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não havendo unanimidade, seguiremos a pauta, mas submetendo ao indicativo do Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tenho um requerimento de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O de nº 332?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente. O requerimento já foi protocolado; já foi lido em Plenário. Assim, para que ele seja submetido à deliberação, seria preciso que o processado fosse enviado à Mesa.

É nesse time que me manifesto também, em concordância com o Senador Dornelles, para que o processado seja enviado à Mesa, de tal maneira que o meu requerimento possa ser apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pessoalmente, não me oponho. Vou levar à consideração do Presidente Vital do Rêgo, para que ele possa, na condição de Presidente, deliberar sobre essa justa consideração que faz V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Ex^a até já esteve envolvido numa polêmica a respeito desse assunto. A gente apresenta um requerimento de audiência de Comissões; o requerimento não é votado; e, enquanto isso, o projeto tramita nas Comissões, e o requerimento perde a oportunidade.

O que sempre se argumenta é que o processado esteja sobre a Mesa do Plenário, para que seja votado o requerimento.

Para que possamos dar agilidade ao processo, requeiro a V. Ex^a o envio desse expediente à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos recomendar à assessoria da Comissão que proceda dessa forma, atendendo a requerimento da Mesa.

Em votação a solicitação que faz para inclusão em pauta...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Apenas um esclarecimento de V. Ex^a. Então, ele continua na pauta como Item nº 32?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Continua normalmente na pauta. O que estamos aqui deliberando é a não inversão, em razão da ausência de unanimidade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Tudo bem.

Lembro ao eminente Senador Dornelles que ele não é terminativo aqui. Ele ainda vai para a Comissão de Ciência e Tecnologia. Aqui é só a juridicidade, a constitucionalidade e a regimentalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas desejo que V. Ex^{as}, do Estado do Rio de Janeiro, possam entender-se no encaminhamento dessa matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Não. Já nos entendemos. É o item 32.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em votação a solicitação do Senador Valdir Raupp, de inclusão do PLS nº 259.

Se não houver nenhum Senador que se oponha, vamos concluí-lo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Gostaria de lembrar que, na hora em que V. Ex^a considerar apropriado, apreciássemos o Item nº 2, projeto de autoria do Deputado Newton Lima, que se encontra aqui desde o início.

Há um requerimento; porém, se o autor não estiver presente, então, normalmente... Mas, na hora que V. Ex^a considerar adequado,... Apenas para não esquecermos o Item nº 2 ainda nesta reunião, com um parecer tão bom de V. Ex^a.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passemos ao

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2012

– Terminativo –

Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.

Autoria: Senador Paulo Paim.

A matéria foi designada ao Senador Vital do Rêgo, que não se encontra no presente. Assim, vamos designar, *ad hoc*, a Senadora Gleisi, para que possa proceder ao relato.

A palavra está com V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como disse V. Ex^a, a proposição em análise prevê a alteração da redação do art. 53 da Lei nº 10.406, para que seja acrescentado um parágrafo, transformando-se o atual parágrafo único em §1º neste artigo.

Quero passar logo à análise da matéria, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre direito civil.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Quanto à atribuição da CCJ para o exame de tão importante proposição, o art. 101 a ela confere tal prerrogativa.

O presente projeto de lei tem como objeto tema sensível aos caminhoneiros brasileiros, em especial aos que atuam de forma autônoma.

O eminente autor, na busca de uma alternativa ao problema enfrentado por esta importante categoria profissional, sugere o acréscimo de um novo parágrafo ao art. 53 do Código Civil brasileiro.

Ocorre, entretanto, que as definições e conceitos contidos no art. 53 do referido código constituem importante alicerce jurídico das organizações sociais brasileiras, e a alteração pretendida poderá, se aprovada, gerar enorme desconforto a outros importantes segmentos sociais, que poderão almejar, de igual forma, a disciplina jurídica de sua pretensão específica, razão pela qual ajustamos a redação, remetendo a disciplina da matéria para novo artigo no capítulo que trata dos seguros.

Além disso, uma das características fundamentais das associações civis é a organização para fins não econômicos.

Analisando o tema, e de forma especial o apelo formulado pela Fenacat, estamos propondo uma alteração no projeto, transferindo o tratamento legislativo dispensado no âmbito do art. 53 do Código Civil.

Tal iniciativa nos parece mais apropriada na medida em que a grande controvérsia que advém da proposição é a tentativa, por parte das autoridades federais, de modo particular a Superintendência de Seguros Privados (Susep), de enquadrar como contrato de seguro a proteção patrimonial pretendida pelos associados de inúmeras associações de caminhoneiros no sistema de autogestão e de compartilhamento de riscos.

Além disso, comprova-se, por ampla documentação que nos foi encaminhada pela entidade referida, a negativa de inúmeras seguradoras na contratação de seguro para determinados tipos de caminhão, em face do ano de fabricação ou de outras especificações técnicas.

O prêmio a ser pago, quando do aceite do seguro, extrapola, na maioria dos casos, a capacidade econômica do caminhoneiro, inviabilizando sua contratação e, por via de consequência, a exploração autônoma da atividade de transporte de cargas.

Nesse termo, e com base, inclusive, em longo parecer elaborado pelo saudoso professor Antônio Junqueira Filho, da USP, concluiu que não se pode confundir serviços de proteção de autogestão com seguros. Aqueles exigem mutualidade e estabelecem rateio entre participantes, ou estipulam fundo de reserva a partir de contribuições periódicas sem estrutura societária, não abrangendo o mercado de consumo, mas, sim, um grupo de associados, como é o caso dos caminhoneiros. Já a atividade de seguros abrange o mercado de forma geral, e não pessoas determinadas, sendo a empresa organizada para essa finalidade.

Desse modo, “grupos restritos de ajuda mútua” organizados em “autogestão” não devem ser tratados como seguros também do ponto de vista regulatório, por ausência de risco sistêmico. Portanto, os serviços de proteção oferecidos pelas associações da Fenacat também podem ser prestados independentemente de autorização ou fiscalização das autoridades reguladoras.

Em síntese, as associações filiadas à Fenacat são estruturalmente diferentes das sociedades de seguro mútuo, não exercendo atividade securitária. Da mesma forma, os serviços de proteção por autogestão oferecidos a seus associados não correspondem a contratos de seguro, tendo natureza jurídica de contratos de comunhão de escopo para repartição de riscos.

Por fim, é importante registrar que, apesar da omissão do Código Civil de 2002 quanto à figura se afastar do modelo regulador outrora previsto nos arts. 1.466 e 1.470 do revogado Código Civil de 1916, é praticamente consenso na doutrina não haver quaisquer vedação legal à prática. Tanto é assim que o Enunciado nº 185 aprovado na Terceira Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, consagrou entendimento nesse exato sentido, *in verbis*:

A disciplina dos seguros do Código Civil e as normas da previdência privada que impõem contratação exclusivamente por meio de entidades legalmente autorizadas não impedem a formação de grupos restritos de ajuda mútua, caracterizados pela autogestão.

Assim, propomos quatro emendas, com vistas a ajustar a proposição e a regular a matéria, de tal forma a conferir em lei a garantia de atividade lícita aos contratos de ajuda mútua na forma de autogestão praticada no âmbito de associações de caminhoneiros.

E, por fim, propomos a anistia das multas aplicadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) até a data de publicação desta Lei às associações de caminhoneiros em face da atividade de assistência mútua desenvolvida pelas mesmas e que se procura revestir de atividade ilícita na área de seguros.

Em face do exposto, opina-se pela aprovação do PLS nº 356, de acordo com as emendas apresentadas. É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, conforme entendimento feito com o próprio Relator original, nós faríamos o pedido de vista coletivo. Assim, a matéria não seria votada hoje e ficaria, então, para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fica concedida vista coletiva.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria também que fosse considerado o item 13, do qual sou Relator. A hora que V. Exª puder colocá-lo em pauta, eu estou pronto para relatá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passemos ao
ITEM 43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, DE 2011

– Não terminativo –

Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Observações: – *A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, para proferir o seu relatório.

A palavra é de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – De autoria do Senador Marcelo Crivella, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 739, de 2011, encontra-se nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para análise, após o que a matéria deverá seguir para exame na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

No art. 2º, adotam-se, para os fins da lei que se pretende aprovar, as definições de sustentabilidade econômica e de sustentabilidade social, que, em apertada síntese, são, respectivamente, a viabilidade da obra e o seu bom aproveitamento por parte da sociedade.

Cabe a esta CCJ, de acordo com os arts. 101, I e II, g, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como sobre o mérito, no que se refere a matérias de competência da União, especialmente, entre outras, normas gerais de licitação e contratação.

No que diz respeito à constitucionalidade da proposição, nada a opor, uma vez que a matéria é de competência legislativa privativa da União, conforme redação do art. 22, XXVII, da Constituição Federal (CF).

Sua iniciativa não é privativa de outros Poderes, o que permite, assim, a iniciativa parlamentar.

Não se pode admitir que os escassos recursos públicos sejam destinados a obras que não tenham capacidade de ser mantidas no futuro. Impõe-se, nesse contexto, que as obras e serviços de engenharia sejam precedidos de estudos e planos que evidenciem sua sustentabilidade socioeconômica.

Quanto à juridicidade, também nada a opor: em nosso ver, a proposição vem adequadamente complementar a legislação afeta ao tema, sobre a qual havemos por bem destacar alguns pontos. Nossa Carta Política confere lastro jurídico para que maus gestores sejam identificados e responsabilizados pelos órgãos e instâncias de controle da Administração Pública, a começar pelo princípio constitucional da eficiência, previsto no

seu art. 37, *caput*. Seguindo, temos o art. 70, que estatui que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta não ocorre apenas pelo aspecto da legalidade, mas também no que respeita à legitimidade e economicidade, dentre outros aspectos.

Ademais, o art. 71, II, do Texto Maior, atribui ao Tribunal de Contas da União (TCU) competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário público. Esse julgamento realizado pelo órgão de controle, conforme preconiza o art. 1º, §1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, Lei Orgânica do TCU, precisa considerar, entre outros fatores, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes.

Entendemos, por fim, que as obras destinadas à segurança nacional devem ser dispensadas de demonstrar sua sustentabilidade socioeconômica. Tendo em vista a grande quantidade de obras de engenharia que vêm sendo realizadas pelas Forças Armadas, acreditamos que a conjugação da atividade militar com a sustentabilidade econômica e social será de difícil evidencição, especialmente junto aos respectivos órgãos gestores de recursos. Cumpre salientar que o PLS nº 739, de 2011, vem vazado em boa técnica legislativa, segundo determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Pelo exposto, pugnamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 739, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda sugerida a seguir.

EMENDA Nº -CCJ

Acrescente-se §4º do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 739, de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 3º
.....
§4º Estão dispensadas da obrigação de que trata o caput as obras destinadas à segurança nacional.”

É o parecer o e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra como autor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vou conceder a palavra a V. Exª, mas antes vou conceder à Senadora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – É que, de repente, consigo convencer esta bela Senadora pelo Paraná. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas V. Exª não sabe se ela está a favor ou contra. Às vezes, a manifestação é favorável.

Contudo, na condição de autor, vou conceder a V. Exª a palavra. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Obrigado.

Sr. Presidente, esse projeto visa apenas uma coisa. Senador Suplicy, quando fazemos um projeto de engenharia, fazemos cálculo estrutural, projeto de arquitetura, detalhamento disso tudo e, depois, mandamos para o setor de custos fazerem o orçamento e a planilha de execução da obra. Todavia, não fazemos um projeto muito importante, o da sustentabilidade.

O sujeito, quando vai fazer uma rede de esgoto, tem fórmulas para chegar a dez polegadas de diâmetro. Ele vê o crescimento da população nos últimos dez anos e prevê os próximos dez anos. E aí se faz uma rede de esgoto que não vai precisar ser trocada durante dez anos. A mesma coisa precisamos fazer quando vamos construir, por exemplo, uma obra de estádio de futebol, para verificar se, depois da Olimpíada ou depois da Copa do Mundo, ela vai ter sustentabilidade.

Lá no meu Estado, o Rio de Janeiro, nós construímos uma Cidade da Música – e foram centenas de milhões de reais – e não conseguimos hoje recursos para que ela funcione. Então, o Poder Público faz lá uma segurança e faz a manutenção, que é caríssima. Não houve interesse da iniciativa privada, e não há público para pagar os custos. Nós ficamos com uma obra que é um elefante branco. Quantas dessas, Sr. Presidente, existem no Brasil?

Então, quando falamos em projeto de sustentabilidade, há a parte ambiental e, sobretudo, a parte econômica.

Esse projeto ainda vai para as Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Econômicos.

Faço um apelo à dileta companheira para que peçamos vista no mérito. Aqui se trata só de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, em que o projeto não ofende em nada.

Era só essa a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, mesmo considerando a solicitação do Senador Marcelo Crivella e achando que o projeto é meritório, quero dizer que tenho uma experiência com encaminhamento de projetos, sejam eles de obras públicas ou de concessões, sobre todas as fases anteriores ao projeto. Acho que temos de fazer análises de sustentabilidade econômica e social, mas temos que ter muito cuidado para que isso não se torne mais um impeditivo de realização de obras.

Então, dada a minha preocupação, Senador Crivella, ainda que concordando com V. Exª de que aqui não é terminativo, eu gostaria de pedir a V. Exª a compreensão para que pudéssemos ter um tempo melhor para analisar essa matéria. Por isso, eu queria pedir vista.

Peço vista coletiva e me comprometo com o Senador Crivella a, na próxima quarta-feira, já trazer uma avaliação mais adequada sobre o projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Não foi completamente em vão meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fica concedida a vista coletiva, Senadora Gleisi Hoffmann.

Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Quero apenas concordar com o pedido de vista coletiva, mas deixar, antecipadamente, meu apoio, meu voto favorável ao projeto do Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fica concedida vista coletiva por reivindicação e requerimento da Senadora Gleisi e do Senador Francisco Dornelles.

Item 43... Perdão. Item extrapauta:

ITEM EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2009

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;*

– *A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já foi antecipado pelo nobre Senador Francisco Dornelles, que deverá pedir vista, vou apenas ler o voto, e, depois, voltaremos a discutir lá na frente.

Nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na Comissão de Assuntos Econômicos, foi aprovado texto substitutivo que retirou as limitações previstas no texto original do projeto em relação à participação de empresas ou capitais estrangeiros, ampliando, dessa forma, a possibilidade da aplicação desse capital sem as restrições anteriormente previstas. Por considerarmos pertinente o texto aprovado pela CAE, entendemos que esta Comissão deve deliberar no mesmo sentido.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, um dos assuntos de maior discussão hoje na Organização Mundial de Comércio é a abertura do mercado de serviços. V. Exª conhece profundamente o assunto.

E os países desenvolvidos pleiteiam a abertura do setor de serviços do Brasil para suas empresas e o Brasil tem condicionado que essa abertura do mercado de serviços tenha como contrapartida a eliminação de incentivos que os países desenvolvidos dão às suas exportações, a eliminação de incentivos fiscais que eles dão

contra as nossas mercadorias e a abertura do mercado na área da agricultura. De modo que acho que assunto dessa natureza não pode ser feito de forma unilateral. Nós estamos abrindo nosso mercado de serviços de forma unilateral quando isso deve ser feito nas negociações da organização mundial de comércio.

Por esse motivo, peço vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo vista dessa matéria ao Senador Francisco Dornelles.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2014

– Não terminativo –

Altera o art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para garantir a liberdade de expressão, informação e o acesso à cultura.

Autoria: Deputado Newton Lima

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Observações: – Em 03/12/2014, a Comissão aprovou o Requerimento nº 62, de 2014-CCJ, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço que solicita a dispensa da Audiência Pública para instruir a matéria, de que trata o Requerimento nº 37, de 2014-CCJ.

Com relação ao item 2, do qual, por coincidência, sou Relator, de autoria do eminente Deputado Newton Lima, que nos honra com sua presença, um tema que nós trabalhamos dedicadamente, uma tema muito relevante para um elemento civilizatório, qual seja a liberdade de expressão, o acesso à informação, para que a sociedade possa se apropriar, sobretudo, da biografia das figuras e pessoas que contribuem de maneira efetiva para a nossa sociedade e tantas outras.

Como estamos com uma perspectiva de possibilidade de acordo, em razão do requerimento feito pelo Senador José Agripino, nós vamos dar como lido o nosso parecer, que já é de conhecimento e domínio público, por estar publicado nos Anais da Comissão de Constituição e Justiça, e vamos conceder vista coletiva para que, na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça, quem sabe, nós possamos conseguir um acordo convergente e, de forma terminativa, possamos concluir a deliberação nesta Comissão e enviar à sanção presidencial, considerando a importância dessa matéria.

De modo que vamos dar como lido, portanto, o relatório e vamos conceder vista coletiva, na busca de um entendimento com o Senador José Agripino.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de acordo, Sr. Presidente, e gostaria muito de que façamos um esforço para que, ainda nesta Sessão Legislativa e com a presença do Deputado Newton Lima em exercício, possamos concluir a apreciação dessa iniciativa tão positiva.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Tenha a convicção V. Exª de que este é o sentido e esta é a nossa preocupação: encerrarmos 2014 com esse processo votado aqui no Senado; ele foi ampla e profundamente debatido na Câmara e nós estamos prontos para votar e tenho muita expectativa também e confiança em que possamos encerrar 2014 com esse processo votado e deliberado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se V. Exª quiser avançar no item 13, estou disposto a ler, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em função do quórum e não havendo mais algo que possa ser tratado, nós vamos encerrar a presente reunião, antes, porém, ouvindo o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sobre o item 13, conviria eu ler o parecer hoje para já dar como lido na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O projeto é terminativo, nós não temos quórum para deliberar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, fica para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu considero mais razoável...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se for possível assegurar que ele esteja como um dos itens mais no início da pauta para ser apreciado ainda na próxima semana, agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos levar a consideração de V. Exª ao Presidente Vital do Rêgo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, complementarmente, após o Senador Suplicy, poderia ser feita a mesma coisa em relação ao item 41, de minha relatoria? Não havendo quórum, dar como lido o relatório para apreciação na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele é terminativo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – É não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª é o Relator?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª quer dar como lido e vista coletiva?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Então, V. Exª faz uso da palavra e faz o encaminhamento.

ITEM 41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O projeto está à pág. 949.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 218, de 2014, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que **Altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que “concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório”, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia.**

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e sobre ela emitir parecer.

Na mesma direção, a proposição não se inclui entre aquelas cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, *ex vi* do art. 61, §1º, da Lei Maior. Isso fica evidente quando se verifica que o diploma legal que se pretende alterar se originou de projeto de lei de autoria parlamentar, do eminente Deputado Luciano Zica.

Quanto ao mérito, vale repetir aqui trechos do esclarecedor relatório apresentado na CDH pelo ilustre relator da matéria, o Senador Paulo Paim (em anexo, vem o relatório de S. Exª o Senador Paulo Paim).

Assim, a aprovação do presente projeto permitirá a ampliação do escopo da Lei nº 10.790, de 2003, ao encontro do seu objetivo, o de fazer justiça com os empregados do Sistema Petrobras que foram desligados de suas empresas ao arrepio dos princípios que devem nortear a relação de uma empresa estatal com os seus funcionários, entre os quais se destacam a impessoalidade e o tratamento isonômico.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2014.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fica dado como lido o relatório.

Vamos conceder vista coletiva, para deliberação em uma próxima sessão.

Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro. Hoje, pela manhã, Dia Internacional dos Direitos Humanos, no Palácio do Planalto, a Comissão Nacional da Verdade, coordenada pelo Professor Pedro Dallari, divulgou o seu relatório perante a Presidenta Dilma Rousseff e todos os seus ministros e inúmeros familiares de mortos e desaparecidos.

Esse relatório é da maior relevância. Trata-se de uma ação extremamente importante para o efetivo conhecimento de todas as gerações de tudo aquilo que aconteceu de 1946 a 1988, em especial de 1964 a 1988. Em dois anos e sete meses, a Comissão Nacional ouviu cerca de 1.200 testemunhos. Esteve em vinte diferentes unidades da Federação e contou com a colaboração de inúmeros organismos, inclusive do Governo Federal, do Ministério da Defesa, e realizou um trabalho primoroso.

Aquela cerimônia, hoje, no Palácio do Planalto, além de contar com a exposição tão benfeita pelo coordenador Pedro Dallari, da Comissão Nacional da Verdade, foi seguida de um pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff, de extraordinária relevância e comovente. Ela, em alguns momentos, ao lembrar de fatos ocorridos, inclusive com ela e com pessoas que tiveram suas vidas perdidas, diante daqueles familiares teve um momento de grande emoção. Precisou até parar por quase um minuto o seu pronunciamento, e todos ali reagiram, aplaudindo a Presidenta Dilma Rousseff de pé.

Eu queria apenas fazer esse registro da importância desse documento, que será entregue hoje, pessoalmente, pelos membros da Comissão Nacional da Verdade ao Presidente Renan Calheiros em seu gabinete, às 15 horas, nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Nós nos associamos a essa manifestação, reconhecendo a importância e a relevância dos trabalhos que foram desenvolvidos pela Comissão da Verdade, evoluindo e avançando, passando a limpo temas que foram dramáticos para a vida democrática brasileira.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e quatro minutos, do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Paulo Paim, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi e as Senhoras Senadoras Gleisi Hoffmann e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Marcelo Crivella, Randalfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira e Magno Malta. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13/2014**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”. O Senador Anibal Diniz apresenta o Relatório sobre as 143 (**cento e quarenta e três**) Emendas sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, são aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA-2015: **EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: EMENDA 01-CCJ) Órgão:** 34000 – Ministério Público da União; **Unidade Orçamentária:** 34101 – Ministério Público Federal; **Programa:** 0581 – Defesa da Ordem Jurídica; **Ação:** 1E30 – Modernização das Instalações do Ministério Público Federal; **Tipo de Emenda:** Acréscimo; **Valor:** R\$ 180.000.000,00; **Justificativa:** Entre as funções institucionais atribuídas pela Constituição Federal ao Ministério Público está a de “promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”. Em atendimento a esse comando constitucional, a Procuradoria Geral da República criou 6 Câmaras de Coordenação e Revisão para dar o necessário suporte técnico-jurídico aos Procuradores da República, em todo o Brasil, em suas atividades (investigações, inquéritos criminais e civis, controle externo da atividade policial, etc) de proteção ao meio ambiente, dos patrimônios público, social e cultural, de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos. Além de um corpo técnico competente, o Ministério Público Federal necessita garantir a constante modernização e aparelhamento de suas instalações em todo o país, para tornar mais eficiente e rápido o trabalho dessas equipes técnicas e dos próprios Procuradores da República. (São 27 Procuradorias da República nas Capitais dos Estados, 5 Procuradorias Regionais da República instaladas nas 5 Regiões do país e a própria PGR, além das 221 Procuradorias da República em municípios implantadas e 46 a serem instaladas, para acompanhar a rápida interiorização da Justiça Federal, como vem ocorrendo); **EMENDA 02-CCJ) Órgão:** 11000 – Superior Tribunal de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 11101 – Superior Tribunal de Justiça; **Programa:** 0568 – Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça; **Ação:** 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes; **Tipo de Emenda:** Acréscimo; **Valor:** R\$ 75.000.000,00; **Justificativa:** A meta física foi apurada com base no quantitativo de beneficiários dos últimos anos e acrescida de projeção para o ano de 2015. A previsão de gasto, por seu turno, foi obtida considerando a média mensal de despesas médico-hospitalares

nos meses de fevereiro a agosto de 2014, incluso o valor de restos a pagar, cujo aumento decorre do somatório de fatores como o crescimento e envelhecimento da população assistida, a conscientização dos beneficiários no que tange a prevenção de doenças crônicas, busca por diagnóstico e tratamento precoce, exames periódicos obrigatórios, as solicitações de reajuste pelas empresas credenciadas, o acréscimo no preço dos insumos de saúde (taxas, diárias, materiais, medicamentos e honorários médicos), além do surgimento e utilização de novas tecnologias, procedimentos e técnicas de tratamento. Com base nessas premissas, chegou-se à necessidade do acréscimo dos valores solicitados; **EMENDA 03-CCJ) Órgão:** 03000 – Tribunal de Contas da União; **Unidade Orçamentária:** 03101 – Tribunal de Contas da União; **Programa:** 0550 – Controle Externo; **Ação:** 4018 – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais; **Tipo de Emenda:** Acréscimo; **Valor:** R\$ 40.000.000,00; **Justificativa:** A emenda em tela, no valor de R\$ 40.000.000,00, visa a dotar o Tribunal de Contas da União – TCU de recursos suficientes para atender demandas das áreas administrativas e de controle externo por novos sistemas corporativos e por implementação de novas funcionalidades nos sistemas existentes. Dessa forma, e considerando que o uso da tecnologia de ponta dá suporte para que o Tribunal exerça sua missão institucional com efetividade, haja vista a conhecida relevância da TI no ambiente organizacional, com a emenda ao orçamento, será possível a realização das seguintes ações em 2015: a) Desenvolvimento e implantação de métodos de controle baseados em análise de dados (Audit Analytics) que permitirá o exame dos expressivos volumes de dados disponíveis nos sistemas que sustentam o funcionamento da Administração Pública Federal, de modo a viabilizar ações tempestivas do Tribunal em resposta a eventuais falhas ou desvios na aplicação de recursos públicos. Para tanto, serão necessários investimentos na aquisição de equipamentos e softwares apropriados, bem como na contratação de serviços e no estabelecimento de projetos de pesquisa em cooperação com universidades e outros centros de excelência no assunto. b) Desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas para interação com os cidadãos e estímulo ao controle social que tornará o Tribunal de Contas da União capaz de prover serviços em plataformas móveis, bem como utilizar as redes sociais como canais ativos para escuta e comunicação com a sociedade, não apenas para prover informações sobre as atividades desta casa, mas também como forma de estimular o crescimento de iniciativas de controle social. Dessa forma, será necessário contratar serviços especializados nas áreas de desenvolvimento de aplicativos móveis e de análise e comunicação em mídias sociais, bem como adquirir licenças de softwares específicos para suportar tais iniciativas. c) Atendimento a crescente demanda interna por novas soluções de TI, bem como que requeiram atualização de equipamentos, de softwares em uso, inclusive com o acréscimo de novas funcionalidades, para apoiar os processos de trabalho do Tribunal. Assim sendo, serão necessários recursos adicionais para as despesas relacionadas à área de tecnologia da informação, uma vez que a proposta orçamentária do TCU, em virtude dos referenciais monetários determinados pelo Ministério do Planejamento, ficou bem aquém da necessidade planejada para 2015; **EMENDA 04-CCJ) Órgão:** 90000 – Reserva de Contingência; **Unidade Orçamentária:** 90000 – Reserva de Contingência; **Programa:** 0999 – Reserva de Contingência; **Ação:** 0Z01 – Reserva de Contingência Fiscal – Primária; **Subtítulo:** 6499 – Reserva de Contingência – Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal; **Tipo de Emenda:** Acréscimo. **Valor:** R\$ 139.000.000,00; **Justificativa:** Consoante Emenda de Texto aprovada, cujo texto proposto é o seguinte: 2.5.2. PL nº 7.027, de 2013 – Criação: 6.412 / Provimento, Admissão ou Contratação – Qtde: 6.412/ Em 2015: R\$ 139.000.000 / Anualizada (3): R\$ 155.890.092.. **Total das emendas de apropriação: R\$ 434.000.000,00. EMENDA DE TEXTO: EMENDA 06-CCJ) Orgão:** Tribunal Superior Eleitoral – 90000 – Reserva de Contingência; **Referência :** Anexo V – Inciso I Alínea 2 Item 2; **Texto atual:** 2.5.2. PL nº 7.027, de 2013 – Criação: 6.412 / Provimento, Admissão ou Contratação – Qtde: – / Em 2015: R\$ – / Anualizada (3): R\$ –; **Texto proposto:** 2.5.2. PL nº 7.027, de 2013 – Criação: 6.412 / Provimento, Admissão ou Contratação – Qtde: 6412/ Em 2015: R\$ 139.000.000 / Anualizada (3): R\$ 155.890.092,00; **Justificativa:** A emenda proposta têm como objetivo viabilizar a implementação de quadro de pessoal próprio da Justiça Eleitoral nos Cartórios das Zonas Eleitorais, conforme disposto no PL 7027/2013 que tramita na Câmara dos Deputados. Posto que os Cartórios são fonte primeira de contato do cidadão com o aparelho judicial eleitoral, o projeto representa aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade e, consequentemente, fortalecimento da democracia. Desde 2004, com a edição da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, duas situações delicadas se perpetuam nos Estados: 1. Foram criados 166 (cento e sessenta e seis) Cartórios Eleitorais que funcionam precariamente, seja com servidores requisitados de Órgãos Municipais ou Estaduais, seja com servidores desviados de funções dos Tribunais Regionais. 2. Existe uma diferença de remuneração entre o Chefe de Cartório da capital e do interior, o que têm sido alvo de constantes pedidos judiciais para equiparação, visto que as atividades são iguais tanto nas capitais quanto no interior. Dessa forma, é necessário a apresentação de emenda de comissão em favor da Justiça Eleitoral no montante de R\$ 139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões de reais) para suplementação dos valores consignados no Anexo V do PLN 13/2014 que são destinados às despesas obrigatórias referentes ao grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais.

Ressalte-se que foi aprovado na CCJ a Correspondente Emenda de Acréscimo à Despesa. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às dez horas e trinta e três minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2015, PLOA 2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLN 13, de 2014. A matéria é não terminativa.

Concedo a palavra ao Sr. Relator Anibal Diniz para proferir o relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Senador Vital do Rêgo, em primeiro lugar, quero falar da minha honra e satisfação em ter sido designado por V. Exª para esta missão de fazer este relatório das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2015.

Nos termos do art. 166 da Constituição Federal e conforme a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015 (Projeto de Lei Orçamentária Anual Para 2015 – PLOA 2015).

Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem competência para propor emendas ao projeto, podendo apresentar, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN (art. 44, §1º, II, c/c Anexo da Resolução, atualizado pelo Parecer Preliminar do PLOA 2015), até oito emendas de acréscimo ou inclusão de despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente.

No prazo assinalado, foram apresentadas a esta CCJ 143 (cento e quarenta e três) propostas de emenda, relacionadas no Anexo deste parecer. Do conjunto, 140 (cento e quarenta) são propostas de emenda de apropriação e 3 (três) são propostas de emenda ao Anexo V do PLOA, relativo a despesas de pessoal, pressuposta a correlativa emenda à despesa.

É o relatório.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas apresentadas, haja vista que esta Comissão está sujeita regimentalmente ao limite de até oito emendas ao PLOA, sendo até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento.

Diante disso, não obstante todas as propostas submetidas a esta CCJ detenham inegável mérito, fomos forçados a optar por algumas delas, o que fizemos com atenção ao seu alcance social, procurando atender a todos os Senadores que apresentaram propostas, observadas, ademais, as normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional da emenda, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN.

Nesses marcos, manifestamo-nos pela apresentação de emendas de apropriação, nos seguintes termos.

Emendas a despesas de apropriação, do tipo: acréscimo (com a respectiva emenda de texto), unidade orçamentária reserva de contingência, que tem como ação OZ01, reserva de contingência, recursos para o atendimento do art. 169, §1º, inciso II da Constituição Federal (despesas de pessoal para a Justiça Eleitoral), no valor de R\$139 milhões.

Da mesma forma, atendendo à Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, unidade orçamentária Superior Tribunal de Justiça, no valor de R\$75 milhões.

Unidade orçamentária Tribunal de Contas da União, emenda de fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais no valor de R\$40 milhões; e unidade orçamentária Ministério Público Federal, emenda destinada à modernização das instalações do Ministério Público Federal, no valor de R\$ 180 milhões.

Em face do exposto, votamos por que esta Comissão de Constituição e Justiça delibere pela apresentação dessas quatro emendas de apropriação anteriormente citadas, propondo outrossim que a secretaria desta

Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Orçamento.

Juntamente com o relatório, Sr. Presidente, há todo um anexo com o conjunto das emendas apresentadas, em número de 143, e lembrando a todos os Srs. Senadores que tentamos contemplar o maior número possível de Senadores signatários na apresentação desse conjunto de quatro emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabéns pelo voto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o apoio indispensável dos sempre presentes Senador Mozarildo e Senador Moka.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Vital do Rêgo, eu não...

É engraçado que eu fiquei esperando começar mesmo. Deve ser muito rápida esta reunião de vocês aqui.

Eu tenho uma preocupação, porque esta é a única Comissão em que nós podemos alocar recursos para aquela questão de demarcação de terras indígenas. Então, não é porque eu fique insistindo, mas eu não tenho alternativa. O único lugar onde a gente pode colocar recursos para atender essa demanda de demarcação é na CCJ, e todos os anos a gente acaba tendo certa dificuldade aqui. Eu realmente não sei como... Eu gostaria que V. Ex^a entendesse isso.

O próprio Ministério da Justiça tem uma decisão, uma definição, de que a única forma de fazer isso, quando se trata de terras de pessoas detentoras de terras ou de títulos, é pela desapropriação, não pela expropriação. E, para isso, você tem que colocar recursos no Orçamento. Não há outra forma de fazer isso. E aí eu insisto sempre nisso. Colocamos na LDO... E aí nós ficamos socando dinheiro aqui – é Ministério Público, é não sei o quê, é não sei o quê... E onde é necessário nós acabamos deixando de lado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu, inclusive, com o Senador Relator, já determinei que se separasse uma emenda de remanejamento para atender a V. Ex^a, e o Senador Jucá recompõe.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aí nós vamos ter que falar, mas V. Ex^a tem de me ajudar nessa questão com o Senador Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu me comprometo com o senhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – No ano passado, nós resolvemos dessa forma, mas foi uma luta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu me comprometo com o senhor, porque o Senador Jucá já me deu essa garantia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está bem. Então, nós vamos fazer uma emenda de remanejamento e vamos alocar os recursos no relatório final.

Fico agradecido.

Peço desculpas, mas não tenho como não...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O senhor tem todo o direito, todo o respeito e a admiração desta Presidência.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião, solicitando a presença dos senhores na reunião ordinária de amanhã.

Tenham todos um bom dia.

Fiquem com Deus!

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e doze minutos, do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência

do Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Paulo Paim, Waldemir Moka, Ciro Miranda e as Senhoras Senadoras Gleisi Hoffmann, Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcante, Magno Malta e Vicentinho Alves. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13/2014**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”. O Senador Waldemir Moka apresenta o Relatório sobre 1 (uma) Emenda de Remanejamento sugerida ao referido Projeto. Após a discussão, é aprovada a seguinte Emenda ao PLOA-2015: **EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA: EMENDA 05-CCJ) Órgão:** 30000 – Ministério da Justiça; **Unidade Orçamentária:** 30202 – Fundação Nacional do Índio – FUNAI; **Programa:** 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas; **Ação:** 20UF – Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato; **Tipo de Emenda:** Inclusão. **Valor:** R\$ 28.000.000,00; **Justificativa:** Esta emenda consiste em assegurar aos atuais possuidores das áreas sob demarcação uma reparação financeira, sem, por outro lado desguarnecer os direitos dos indígenas à terra. Os títulos dominiais emitidos precisam ser protegidos sendo necessário conciliar os interesses em conflito. Para isso, deve-se garantir aos possuidores de títulos de domínio o direito de receber indenização pela terra nua e eventuais benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. Já há uma sinalização nesse sentido, mas é fundamental que esse processo avance e os recursos fiquem garantidos no Orçamento Geral da União. Em meu Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a política de ocupação, historicamente em função da Guerra do Paraguai, tinha um interesse de segurança nacional. Ao considerar a fronteira com o Paraguai uma área de segurança nacional, temendo uma guerra e a possível ocupação desse vazio demográfico, o governo federal à época, realizou uma série de projetos que visavam justamente colonizar a nossa região, são diversas propriedades com mais de 50, 100 anos de ocupação e produtividade, não podendo agora sob a alegação de devolução de terras consideradas indígenas não levar em consideração o marco temporal de reconhecimento e ignorar o título emitido ou comercializado considerando-o nulo; Por este motivo a indicação dos recursos aprovados nesta emenda tem por objetivo apoiar a União a acatar os títulos que concedeu e promover a indenização necessária. Em 2013, foi aprovada emenda da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – Senado Federal, que constou da Lei 12.798/2013, cuja funcional-programática é a de nº 14.125.2065.20UF.7000, que trazia na especificação da meta o descritor: TERRA INDIGENA REGULARIZADA /PROTEGIDA (mais abrangente). Em 2014, consta do OGU, por meio de emenda da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – Senado Federal Emenda – 60030005 – a mesma Funcional-Programática 14.125.2065.20UF.7000. (Terra indígena fiscalizada) Durante a Tramitação da LDO 2015, foi apresentada emenda perante a CCJ/SF, que resultou num acordo de atendimento da emenda por meio da Relatoria da LDO, o que foi realizado, constando do Anexo VII – Metas e Prioridades, com a meta para 2015 de 161 – TERRA INDIGENA REGULARIZADA /PROTEGIDA. **Total das emendas de remanejamento de despesa:** R\$ 28.000.000,00. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às onze horas e quatorze minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da emenda de remanejamento desta Comissão ao PL nº 13/2014-CN – Projeto de Lei Orçamentária, que será apresentada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka para a leitura da emenda.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a V. Exª e ao Relator, Senador Anibal Diniz, no sentido de que pudéssemos fazer este adendo ao parecer, que passo a ler. É um relatório em adição à decisão adotada por esta Comissão de Constituição e Justiça.

Propõe-se a apresentação de emenda de remanejamento, no valor de R\$28 milhões, para inclusão de despesa na programação – Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato – Indenização aos Atuais Possuidores de Títulos das Áreas sob Demarcação Indígena – Tesouro Nacional, na unidade orçamentária 30202 – Funai, com cancelamento nas sequências 001561, 001564, 001567, 001587, 001636, 001639, 001640, 001641, 001643, 001645.

Em face do exposto, votamos por que esta CCJ delibere pela apresentação da emenda de remanejamento citada, propondo, outrossim, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Orçamento.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a emenda.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queriam permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queriam permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Convoco V. Ex^{as} para a reunião ordinária deliberativa de amanhã.

Senador Moka, parabéns, mais uma vez.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

ÀS DEZ HORAS E TRÊS MINUTOS DO DIA DEZESSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUATORZE, NA SALA DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NÚMERO TRÊS, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENHOR SENADOR VITAL DO RÊGO, COM A PRESENÇA DOS SENADORES JOSÉ PIMENTEL, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, José Agripino, Humberto Costa, Paulo Paim, Cyro Miranda, Gim, Blairo Maggi e das Senadoras Lídice da Mata, Marta Suplicy e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Vicentinho Alves e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2012 – Não Terminativo. Reforma do Código Penal Brasileiro. **Autoria:** Senador José Sarney. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2003 – Não Terminativo. Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, com acolhimento das Emendas nos 2, 4, 10, 25 e 26-CCJ e acolhimento parcial das Emendas nos 3, 6, 12, 15, 17, 31, 32, 33, 37, 40, 43, 45 e 55-CCJ, sempre com ajustes, e rejeição das Emendas nos 1, 5, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75 e 76-CCJ, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2003, ratificando o parecer da Comissão Especial no que tange às demais matérias apensadas, exceto quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que deve ser desapensado. Em 1º/04/2014, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 6, de 2014-CCJ de iniciativa do Senador Vital do Rêgo. Em 15/04/2014, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimentos nº 6 e 14, de 2014-CCJ de iniciativa dos Senadores Vital do Rêgo e Paulo Bauer, respectivamente. Em 29/04/2014, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 11, de 2014-CCJ, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo. Foram apresentadas as Emendas nº 1 a 4, de autoria do Senador Humberto Costa; nº 5, de autoria do Senador Romero Jucá; nº 6, de autoria do Senador Humberto Costa; nº 7 e 8, de autoria do Senador Blairo Maggi e nº 9, de autoria do Senador Gim. Em 10/12/2014, foi apresentada a Emenda nº 10, de autoria do Senador Blairo Maggi e as Emendas nº 11 a 14, de autoria do Senador Armando Monteiro. Em 11/12/2014, foram apresentadas as Emendas nº 15 a 19, de autoria do Senador

Luiz Henrique; e a Emenda nº 20, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Em 12/12/2014, foram apresentadas as Emendas nºs 21 a 30, e nº 38, de autoria da Senadora Ana Rita; as Emendas nº 31 e 32, de autoria do Senador Acir Gurgacz; as Emendas nº 33 a 37, de autoria do Senador Magno Malta; as Emendas nº 39 a 45, de autoria do Senador Gim; as Emendas nº 46 a 56, de autoria do Senador Humberto Costa; as Emendas nº 57 a 65, de autoria da Senadora Marta Suplicy; as Emendas nº 66 a 74, e 76, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; e a Emenda nº 75, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima. Em 10/12/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. Em 16/12/2014, foi apresentado relatório reformulado pelo Senador Vital do Rêgo. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência ao Senador Ricardo Ferraço. O Senhor Senador Ricardo Ferraço passa a Presidência ao Senador Anibal Diniz. O Senhor Senador Anibal Diniz devolve a Presidência ao Senador Vital do Rêgo. A Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da presente Ata, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e treze minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação do item único da pauta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2012

– Não terminativo –

Reforma do Código Penal Brasileiro.

Autoria: Senador José Sarney

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 337, de 2003, e diversas outras matérias apensadas.

Passo a presidência ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Exª o Senador Vital do Rêgo para proferir relatório relacionado às emendas de nºs 10 a 76.

A palavra é de V. Exª pelo tempo que julgar necessário e adequado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srs e Srs. Senadores, apresentamos em 10 de dezembro passado, o relatório com o substitutivo ao Projeto de Lei nº 236, de 2012, de autoria do Senador José Sarney, e que reforma o Código Penal.

De acordo com o procedimento aprovado neste Plenário, abriu-se prazo até o dia 12, sexta-feira passada, para a apresentação de emendas. Foram apresentadas, no total, 76 emendas, cabendo lembrar que as de nº 1 a 9, foram analisadas no relatório que lemos na reunião do dia 10 de dezembro.

A seguir, passaremos a analisar as emendas apresentadas após a leitura do relatório, não sem antes justificar as modificações que havemos por bem fazer no substitutivo.

Após a publicação da leitura do nosso relatório perante a CCJ, deparamos com a necessidade de alguns ajustes pontuais, que fazemos nesta oportunidade, juntamente com a análise das emendas apresentadas.

Observamos que havia dois artigos 60. Na verdade, o primeiro deles contém dispositivos que pertencem ao art. 59, que passam a integrá-lo como §§ 6º e 7º.

Reavaliemos os dispositivos relacionados com a colaboração com a Justiça. No caso de colaboração após a sentença, a redução deve ser de até um terço, e não de até metade, para impedir que seja mais benéfica do que a colaboração na fase anterior à sentença.

Além disso, incluímos um parágrafo ao art. 104, para prever a possibilidade de o delegado de polícia, ainda no inquérito policial, representar ao juiz pela concessão do benefício previsto no art. 106, se houver relevante colaboração do investigado, antes da realização do acordo, ou mesmo na falta deste, ficando acatada a emenda do Senador Humberto Costa.

No art. 127, preferimos manter a fórmula já consagrada no Código Penal vigente, que estabelece a exclusão de punibilidade e não a exclusão do crime. Com relação ao inciso I, mantivemos a redação do aborto

necessário, previsto no inciso I do art. 128 do Código Penal vigente. Aliás, foi nesse sentido o texto aprovado na Comissão Especial, sendo que, na consolidação, o texto não foi atualizado. Mas já fora aprovado, desta forma, na Comissão Especial.

Ainda no art. 127, que passa a ter o *nomen juris* de “Disposições gerais aplicáveis ao aborto”, inserimos o parágrafo para punir a conduta de difundir ou fazer propaganda indevida de procedimento, substância ou objeto destinado a provocar aborto. Isso porque está sendo revogada a Lei de Contravenções Penais, que pune conduta similar no seu art. 20. Inserimos o termo “indevidamente” para admitir a divulgação de avanços da Medicina relacionados ao tema, visto que há hipóteses de aborto que não se configuram crimes, sendo que a gestante, em circunstâncias que tais, merece o atendimento médico da melhor forma técnica possível existente, autorizada pelo Conselho Federal de Medicina.

No art. 178, inserimos a figura equiparada no §2º, para punir, com a pena prevista no *caput*, a alteração de obra de criação alheia, delito que constava como dispositivo autônomo no substitutivo anterior na Comissão Especial. Também inserimos um inciso no §2º, para criminalizar a conduta de filmar obra audiovisual sem autorização – uma das formas mais comuns de pirataria atualmente.

Já no art. 184, promovemos alteração para que a ação penal, no crime de violação de direito autoral, passe a ser pública e incondicionada – e não privada, como estava previsto no substitutivo.

Nos arts. 404 e 405: maus-tratos contra animais e rinha, aumentamos as penas para igualá-las no que estava previsto no PLS original: 1 a 4 anos e 2 a 6 anos, respectivamente. Entendemos que, assim, haverá uma resposta penal mais adequada à gravidade da conduta.

No capítulo dos crimes contra a humanidade, inserimos o art. 472 com renumeração dos subseqüentes para punir o uso e a fabricação de minas terrestres antipessoais e armas químicas. Isso porque estão sendo revogados o art. 2º da Lei 10.300, de outubro de 2001, e o art. 4º da Lei 11.254, que criminalizam as condutas em virtude de tratados internacionais firmados pelo Brasil, como a Convenção de Ottawa e a Convenção sobre Armas Químicas, ambas em 1997. Aproveitamos, também, para estender o tipo penal às demais armas de destruição em massa: biológica, nucleares, radiológicas, em virtude das Resoluções nºs 1.540, 1.977, de 2004 e 2011, respectivamente, adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, também acatadas no Brasil.

No art. 515, acrescentamos o parágrafo único para prever o tipo de depositário infiel de embrião humano, consistente em deixar de registrar o destino que lhe foi dado. É um novo tipo penal, chamado depositário infiel de embrião humano. Feitos esses ajustes, por motivação própria, passaremos à análise das emendas.

Acolhemos a Emenda nº 10, que contempla também a Emenda nº 15. Entendemos que a caracterização do trabalho escravo deve ser apurada por critérios objetivos para dar certeza e segurança jurídica aos aplicadores da lei. Nesse sentido, a emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi, dá ao 154 redação compatível com o texto do PLS nº 432, de 2013, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências, aprovado recentemente, em 11 de novembro passado, pela Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição Federal (CMCLF).

Rejeitamos as Emendas nºs 11 e 16. A primeira pretende alterar a redação do §1º do art. 39, para que a responsabilidade penal da pessoa jurídica dependa da identificação e da responsabilização da pessoa física, autora, coautora ou partícipe do mesmo fato. Entendemos que o texto que propomos representa nítido avanço no sentido da responsabilização criminal da pessoa jurídica, não acarretando, do nosso ponto de vista, a dupla imputação, visto que esta não se confunde com a pessoa física coautora ou partícipe. Pretendemos seja possível a punição da pessoa jurídica, independentemente de se apurar a conduta da pessoa física. Ademais, a ampla jurisprudência citada na justificação da emenda funda-se justamente na legislação que pretendemos revogar.

Acatamos parcialmente, com ajustes, as Emenda nºs 12 e 17. O parágrafo único do art. 72 do substitutivo que propomos já contempla os limites temporais para a pena de proibição de obter subsídios, subvenções ou doações do Poder Público. Todavia, consideramos que a gradação nele estabelecida deve ser suprimida.

Rejeitamos a Emenda nº 13, que pretende suprimir condutas relacionadas à sonegação previdenciária, já que as mesmas estão contempladas no texto do CP no art. 337-A.

Do mesmo modo, rejeitamos a Emenda nº 14, pois o período máximo da pena prevista no §4º do art. 71, que se pretende suprimir, é de um mês e não de um ano como argumentado na justificação.

Rejeitamos, ainda, a Emenda nº 18, que pretende alterar os §§ 1º e 3º do art. 71 do substitutivo. No §1º, a emenda é no sentido de que, para fins de transação, suspensão condicional do processo e cálculo de prescrição, adotar-se-á como referencial a pena de multa. Ocorre que essas categorias jurídicas estão condicionadas ou são calculadas a partir do tempo de privação de liberdade, havendo, dessa forma, verdadeira impossibilidade lógica de se admitir a emenda.

A Emenda nº 19, do Senador Luiz Henrique, visa a estabelecer o período de dois anos para a prescrição da multa. Consideramos que deve ser rejeitada, por considerarmos a solução atual – atrelar a prescrição da multa à da pena de prisão – mais adequada ao sistema do Código, evitando que uma pena prescreva, e a outra não.

A Emenda nº 20, do Senador Flexa Ribeiro, propõe a criação de uma causa de aumento de pena genérica e inominada, a ser aplicada discricionariamente pelo julgador. Entendemos inconveniente essa solução, que vem justamente na contramão do substitutivo, o qual buscou dar maior certeza à punição.

A Emenda nº 27, da Senadora Ana Rita, visa a extinguir os crimes contra a honra, e cremos que deva ser rejeitada. A calúnia, a injúria e a difamação não representam exercícios da liberdade de expressão, mas seu abuso, que deve ser punido. Não conhecemos, aliás, ordenamento jurídico que deixe de criminalizar tais condutas no mundo – nem mesmo os Estados Unidos da América, país conhecido por garantir de maneira até ampla demais a liberdade de expressão.

Sobre as Emendas nºs 25 e 26, da Senadora Ana Rita, pode-se afirmar que incorporam, na essência, o PLS nº 292, de 2013, que tipifica o feminicídio. Como essa proposição já teve parecer favorável desta CCJ, acolhemos as emendas, na forma do substitutivo apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann e aprovado por esta Comissão.

Quanto à Emenda nº 28, da Senadora Ana Rita, e que visa a criminalizar a agressão (em substituição à contravenção penal hoje existente de “vias de fato”), deve ser rejeitada. Como a extinção das contravenções foi uma política que norteou o novo Código desde o início, e como as lesões corporais já estão punidas de forma exemplar e minudente, recomendamos a rejeição desta emenda.

A Emenda nº 30, também da Senadora Ana Rita, deseja excluir a possibilidade de aplicação da barganha ao delito de violência doméstica. Ocorre que esse instituto já não seria aplicável, em regra, ao delito citado, pela sua própria natureza.

As Emendas nºs 21 a 24 e 29, da Senadora Ana Rita; nºs 57 a 65, da Senadora Marta Suplicy; e nºs 69 a 73, do Senador Randolfe Rodrigues, procuram incorporar o conteúdo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122, de 2006, que trata da criminalização da homofobia, bem como sua adoção como agravante genérica e causa de aumento de pena em diversos delitos.

Solicitamos à Consultoria Legislativa desta Casa a elaboração de uma análise sobre o contexto constitucional da criminalização da homofobia no Brasil e no Direito Comparado. Foi elaborada, então, a Nota Informativa nº 2.478, de 2014 – que segue anexa a este adendo –, concluindo que o uso do Direito Penal para criminalizar esse repugnante discurso do ódio é questão polêmica em vários países.

Na Europa, por exemplo, embora a União Europeia recomende a criminalização, vários Estados-partes têm usado outros meios para combater essa prática odiosa.

Mesmo na Alemanha, em que o tipo penal de injúria abrange a discriminação por motivo de orientação religiosa ou identidade de gênero, já há diversas críticas, porque o efeito colateral da penalização específica dessa conduta tem sido o encarceramento de populações de imigrantes muçulmanos.

A Consultoria alertou, ademais, que não há um estudo de impacto legislativo da utilização do Direito Penal para esse fim, o que é recomendado em diversos estudos. Essa análise, aliás, parece-nos incompatível com a tramitação de um Código, motivo por que mantemos a decisão tomada na Comissão Especial que se debruçou sobre este novo Código Penal, rejeitando as emendas.

Acolhemos, com ajustes, as Emendas nºs 31, 37 e 40. Consideramos que a não aplicação de pena do homicídio culposo configura-se direito subjetivo do agente que teve a infelicidade de provocar a morte de um ente querido. Todavia, entendemos que a isenção de pena não deva alcançar os casos de culpa gravíssima.

As Emendas nºs 32, 33 e 45 já estão parcialmente contempladas no texto do substitutivo, após a reformulação que fizemos no art. 127, que trata da exclusão da punibilidade do aborto. No mais, temos que o exame de corpo de delito é essencial e imprescindível para a caracterização do estupro a autorizar a realização do aborto legal, razão por que dispensável disposição nesse sentido.

Rejeitamos as Emendas nºs 34 e 44, que preveem a imprescritibilidade dos crimes contra a vida após o recebimento da denúncia, pois entendemos que essa regra seria inconstitucional. A regra é a prescrição, sendo que as exceções à regra estão estabelecidas na Constituição Federal.

Também rejeitamos as Emendas nºs 35 e 41, que tipificam o ato obsceno, porque o bem jurídico, no caso, pode ser tutelado com aplicação de sanções de natureza não penal.

Pelo mesmo motivo, rejeitamos a Emenda nº 42, que tipifica o escrito obsceno.

Rejeitamos as Emendas nºs 36 e 39, porque o texto sugerido não promove alteração efetiva do que já consta no substitutivo, que prevê claramente que as reprimendas costumeiras das comunidades indígenas somente são admissíveis se compatíveis com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos.

Rejeitamos ainda a Emenda nº 38. Embora louváveis os propósitos no sentido de resguardar os filhos pequenos ou deficientes, temos que seria temerário, mesmo nesses casos, prever a prisão domiciliar independentemente da gravidade do crime.

Acolhemos, com ajustes, a Emenda nº 43, nos termos da reformulação que fizemos no art. 127 do substitutivo

Rejeitamos a Emenda nº 46, que estabelece regras sobre a revista pessoal para acesso a estabelecimentos prisionais.

Também rejeitamos a Emenda nº 47, que traz de volta o livramento condicional. Reproduzimos, aqui, trecho do relatório do Senador Pedro Taques – e aí eu faço a reprodução do texto do relatório do Senador Pedro Taques.

Rejeitamos a Emenda nº 50, porque essa alteração já está contemplada no art. 48 do substitutivo.

As Emendas nºs 51, 52 e 53 são também rejeitadas, porque promovem alteração efetiva nos arts. 49, 50 e 51, que, aliás, contemplam, com vantagens, as regras relacionadas ao trabalho do preso.

Rejeitamos a Emenda nº 54 porque prevê o direito de recolhimento em cela individual. Isso pode até ser uma meta da política carcerária, mas jamais poderá ser relacionado como direito do preso.

Acolhemos parcialmente, com ajustes, a Emenda nº 55, que trata da detração, para que o §3º do art. 57 do substitutivo passe a ter a redação proposta.

Rejeitamos a Emenda nº 56, que não alude a circunstâncias agravantes, senão a verdadeiras condutas que devem ser classificadas como causa de aumento de pena, segundo a boa técnica legislativa

A Emenda nº 66, do Senador Randolfe Rodrigues, busca aumentar a pena do “caixa-dois”, instrumento inédito que trouxemos no Código Penal. Entendemos que o equilíbrio da pena já está proposto no projeto.

Rejeitamos a Emenda nº 67, que inclui parágrafo único no art. 258 do substitutivo, para qualificar a incitação ao crime se recair sobre os delitos contra a liberdade sexual. É que, admitida essa regra, teríamos de prever circunstâncias qualificadoras.

A Emenda nº 68, do Senador Randolfe Rodrigues, que pretende descriminalizar o uso de drogas, também, no nosso entender deve ser rejeitada.

Também entendemos que deve ser rejeitada a Emenda nº 74, do Senador Randolfe Rodrigues, que visa a retirar a previsão do crime de terrorismo. A criminalização dessa conduta não é uma opção do legislador, mas um dever de legislar imposto pelo inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal (CF).

Quanto à Emenda nº 76, que prevê a criação de um tipo penal para a conduta de assédio moral, entendemos que já a trouxemos no regramento atual.

A Emenda nº 75, do Senador Cássio Cunha Lima, estabelece que a interrupção da prescrição, em caso de sentença ou acórdãos condenatórios. A interrupção da prescrição deve ocorrer quando o Judiciário efetivamente se manifestar sobre a ação penal, e não quando essa manifestação for publicada. É o nosso entendimento.

Sr. Presidente, após a análise uma a uma de todas as emendas apresentadas, quero ler uma errata no §10 do art. 121; ou seja, onde se lê §§ 3º e 4º, leia-se §§ 4º e 5º – apenas estamos renumerando-os.

E uma nova redação do §11 do mesmo art. 121. No caso do §4º, o juiz deixará de aplicar a pena se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, na forma da seguinte emenda substitutiva que contempla as modificações de iniciativa própria justificadas na análise preliminar, com os acolhimentos das Emendas nºs 2, 4, 10, 25, 26; acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 6, 12, 15, 17, 31, 32, 33, 37, 40, 43, 45 e 55, sempre com ajustes; e rejeição das demais emendas

Rejeitamos o Projeto de Lei nº 337 e ratificamos o parecer da Comissão Especial no que tange às demais matérias apensadas, exceto quanto ao PROJETO de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que deverá ser desapensada dessa matéria.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os cumprimentos desta Presidência pelo diligente trabalho desenvolvido por V. Exª.

E, havendo acordo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... entre Líderes, fica concedida a vista coletiva da matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A minha manifestação era exatamente para solicitar vista, considerando o conjunto de temas complexos e polêmicos que traz essa matéria, evidentemente enaltecendo o esforço do Relator, o Senador Vital do Rêgo. No entanto, não há nenhuma condição, a menor condição de nós deliberarmos sobre temas como esses que impactam o dia a dia da sociedade brasileira, das famílias brasileiras, sem que façamos um enfrentamento, sem que façamos o aprofundamento do debate aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

V. Exª já, de ofício, concedeu vista. Isso é exatamente o que eu ia requerer, mas V. Exª o fez antecipadamente, para que nós o façamos, quem sabe, no ano seguinte, na retomada dos trabalhos do Senado, aqui na Comissão de Constituição e Justiça – um pouco mais tristes, porque não teremos aqui o nosso Presidente Vital do Rêgo, que assumirá a sua cadeira, na condição de Ministro Conselheiro do Tribunal de Contas da União, representando o Senado da República, e sucedendo o nosso estimado ex-Senador, Ministro José Jorge.

De modo que o que eu queria V. Exª já concedeu, que era o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Ferraço.

Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu também gostaria de dizer que acho necessário um pedido de vista, mas gostaria, antes de encerrar esta reunião, de dizer da minha não concordância, talvez até indignação, com o apensamento do PLC nº 122 ao Código Penal e essa – não sei como chamar – justificativa, sugestão, que me parece até muito estranha e desrespeitosa, no sentido de desapensar o 122.

Por quê?

Porque, pelo pouco que consegui entender, voltando aqui, havia possibilidade de ser aprovado na Comissão de Direitos Humanos. Aí, foi apensado ao Código Penal e não foi votado. Aqui está escrito que foi aprovado, mas acabei de ver, no relatório do Senado, que não foi aprovado na CDH. Ele foi para lá. Ele foi apensado, porque acharam que era pertinente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se me permite, Senadora, foi por uma decisão do Plenário, que mandou remeter ao Código.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, mas por isso que é procrastinação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro, claro.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu acho que foi feita uma manobra procrastinatória para apensar. Apensou-se, e, agora, tenho em mãos uma justificativa dizendo que foi apensado e que foi errado: que ele não compete ao Código Penal, que ele deveria ser desapensado e voltar para o 122. O que é isso?! Quer dizer, fica evidente que foi apensado para não ser votado. Volta para a Comissão de Direitos Humanos e apensa em qualquer coisa, e ficamos nesse jogo. Enquanto isso, milhares de pessoas são vilipendiadas.

O que não dá para entender, na rejeição da emenda que hoje recebemos, é por que existe crime de racismo, existe crime religioso, existe crime de preconceito regional e nacional e não existe crime de orientação sexual, sendo que quem está morrendo na rua hoje é homossexual.

Isso que aconteceu me parece seriíssimo. E quero deixar aqui o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Marta.

A matéria está sob vista. Portanto, não temos discussão da matéria hoje.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu ia falar sobre outro tema. Agora, fiquei na dúvida, porque eu fui o Relator do PLC nº 122 na Comissão de Direitos Humanos, durante um ano. Peguei o trabalho iniciado pela nobre Senadora. Esse trabalho estava pronto para ser votado mediante um amplo acordo que havíamos construído lá, mas houve um requerimento, aprovado em plenário, e o Presidente Renan Calheiros, cumprindo o Regimento, pediu que o projeto fosse ao plenário e viesse remetido a esta Comissão.

A pergunta que faço, bem objetiva: o 122 volta para a Comissão de Direitos Humanos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim, é importante V. Exª fazer essa pergunta até porque não agora mais esta relatoria, mas esta Presidência vai manifestar-se. Eu recebi o apensado, que foi a proposta da Comissão Especial. A Comissão Especial teve o seu Relator, o Senador Pedro Taques. Eu normatizei, concluí, finalizei o texto com as alterações que trouxe no nosso relatório.

E, no nosso relatório, entendemos que o 122 não podia ser julgado aqui porque não é matéria de Código. A Comissão poderia rejeitá-lo agora ou aprová-lo agora. O entendimento desta relatoria era que, tecnicamente, não era matéria de Código, fundado na Consultoria Legislativa, cujo anexo coloquei aí, o estudo da Consultoria Legislativa da Casa.

O que esta relatoria propôs foi o desapensamento. E não entro no mérito do Plenário: se apensou ou desapensou errado. O apensamento não foi com a cumplicidade, ação ou inação desta Presidência ou deste Senador, mas entendo que a matéria, pela sua relevância, tem o dever de caminhar de forma que o Senado e o Congresso Nacional tenham uma posição definitiva sobre o feito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Desapensou e vai voltar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para mim, não ficou claro, Senador Vital. Desapensou então? O senhor está desapensando?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Não desapensou, até porque meu voto não foi aprovado, Senadora Marta. Eu estou propondo o desapensamento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas não vai ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quem desapensa é a senhora e os seus colegas...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Que quiserem desapensar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Decidirão se devem desapensar, se devem votar e aprovar, se devem votar e rejeitar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, entendi. Ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O nosso relatório está colocado.

Srªs e Srs. Senadores, em virtude da convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para hoje às 10h e em virtude de outras atividades, como a votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e que dá outras providências, determino o cancelamento da 58ª Reunião Ordinária...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir pela ordem, antes de terminar, uma gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª que, eu sei, será um grande Ministro do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra o Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É um esclarecimento pessoal. Senador, eu sei que V. Exª vai concordar. V. Exª foi o Relator do PL que trata da situação dos caminhoneiros, o PL nº 356, de 2012. Temos aqui em torno de 150 caminhoneiros – uns estão aqui, outros estão nos corredores –, que vieram do Brasil todo na expectativa dessa votação.

Como houve pedido de vista, na última semana, por entendimento de toda a Comissão, a Senadora Gleisi foi Relatora *ad hoc*, mas não deu quórum – eu quero dar essa explicação a eles. Hoje, teremos a sessão para votar a LDO. Eles têm, inclusive, uma carta que eu entreguei a todos os Senadores e entregarei também a V. Exª simbolicamente: 7 milhões de caminhoneiros pedem a aprovação do seu relatório com a urgência devida.

Como não será votado hoje – eu percebi que corretamente a assessoria da Mesa colocou aqui, está na pauta –, na próxima reunião, então, nós poderemos votar.

A Senadora Gleisi está fazendo já algumas conversas dentro do Governo, para que não haja nenhum obstáculo, e a gente possa votar o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. V. Exª normalmente age desta forma: com fidelidade histórica à verdade. Os caminhoneiros estão aqui. (*Palmas.*)

O nosso relatório ganha a simpatia hoje da maior parte dos membros da Comissão de Constituição e Justiça. Não foi aprovado, na reunião passada, em virtude de flagrante ausência de quórum regimental. Nós também estamos com uma dificuldade hoje, além dos impedimentos de ordem legal para continuar com a Comissão em virtude de sessão do Congresso Nacional, conforme já exposto; temos também a dificuldade de quórum regimental, porque há diversas reuniões simultâneas.

Mas fica a certeza de que o relatório está posto, Senador Paim, e está em boas mãos – de V. Exª e da Senadora Gleisi Hoffmann, que vai tratar dessa matéria. E já está ao alvedrio da futura presidência desta Comissão com a proposta de preferência do tema, já como tema inicial da primeira pauta da próxima reunião ordinária no novo período legislativo. (*Palmas.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Vital, quero aproveitar este momento, sendo esta a nossa última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Legislatura.

Considerando que termino, juntamente com V. Ex^a, este exercício na condição de Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu gostaria de fazer os meus agradecimentos finais e dizer que foi uma honra ter dividido com V. Ex^a a responsabilidade dos trabalhos desses últimos dois anos.

Quero dizer que fico com uma sensação não de frustração, mas de grande expectativa de que possa – ainda com a minha ausência aqui, no Senado Federal, a partir de 2015 – ser apreciado o PLS nº 132, que prevê equilíbrio de gênero nas eleições com duas vagas para o Senado.

V. Ex^a teve toda diligência no sentido de colocar a matéria em pauta. Ela continua em pauta, sob vista coletiva. Imaginamos, Senadora Marta, Senador Paim, que são muito simpáticos a esse tema, que essa matéria, que vai estar em tramitação na próxima Legislatura, possa ganhar o debate necessário, porque o Brasil precisa dar uma satisfação no que diz respeito à participação feminina no Parlamento.

Hoje o Brasil ocupa a vergonhosa posição 158^a no *ranking* mundial de participação feminina no Parlamento.

A nossa proposta é uma proposta concreta no sentido de fazer com que o Senado Federal, que é a Casa do equilíbrio da Federação, possa ter uma presença maior de mulheres, garantindo, pelo menos, uma representante do sexo feminino em cada uma das unidades da Federação.

Por ter tido a solidariedade de V. Ex^a, no sentido de ter colocado essa matéria em pauta, eu quero agradecer a V. Ex^a, agradecer a todos os colegas Senadores que compartilharam conosco esse período e dizer que me sinto muito honrado por ter tido a oportunidade de fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça pelos últimos quatro anos, sendo que, nos últimos dois anos, na condição de Vice-Presidente, ao lado de V. Ex^a.

Então, muito obrigado e parabéns pela excelente condução ao longo desse período e boníssima sorte na sua nova missão no Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Anibal Diniz. A honra foi minha em partilhar com V. Ex^a a convivência diária. V. Ex^a nunca faltou a esta Presidência na condução dos seus trabalhos.

Nós, daqui a pouco, vamos apresentar os números do nosso biênio, do biênio em que, ambos, eu e V. Ex^a, pudemos produzir em termos de celeridade, em termos de rapidez, em termos de assuntos que foram pauta e temas tão fundamentais para o exercício da nossa cidadania e da nossa representatividade aqui no Senado.

Senador Ricardo Ferraço e Senador Cyro Miranda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pelo que pude compreender, Sr. Presidente, V. Ex^a está, praticamente, encerrando a nossa reunião. Não vamos deliberar nada em função da convocação do Congresso. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esse é o impositivo regimental, para o meu lamento. Nós temos uma pauta riquíssima hoje e teríamos a possibilidade de aprovar mais algumas matérias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois bem, Sr. Presidente. Sendo essa a última reunião deste exercício, sendo esta a última reunião que V. Ex^a preside aqui na Comissão de Constituição e Justiça, a minha manifestação é para cumprimentá-lo. V. Ex^a, ao longo dos últimos dois anos, liderou e conduziu os trabalhos aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com absoluto espírito democrático; democrático e republicano, ampliando, compartilhando as decisões em momentos difíceis, porque esta é uma Casa política, em que nem sempre há convergência. Muito pelo contrário, a divergência é própria do protagonismo do exercício político, do exercício parlamentar. Mas V. Ex^a, com autoridade e equilíbrio, conduziu os trabalhos ao longo desses últimos dois anos, em que eu, designado, como V. Ex^a, pelo nosso Partido, fui membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O que desejo é cumprimentá-lo pela forma com que V. Ex^a conduziu os trabalhos aqui na Comissão. E não apenas V. Ex^a, mas toda a equipe que esteve ao seu lado; dos nossos funcionários e assessores aqui da Comissão de Constituição e Justiça; de igual forma, o Vice-Presidente, Senador Anibal, que também fez aqui a sua manifestação.

O nosso desejo é que V. Ex^a leve esse espírito para o Tribunal de Contas da União. V. Ex^a não se afasta da vida pública, V. Ex^a se afasta da vida política por imposição constitucional. Mas V. Ex^a vai cumprir, no Tribunal de Contas da União, uma relevante missão, uma relevante missão. O Tribunal de Contas da União tem tido, nos últimos tempos, um papel cada vez mais de protagonista na vida brasileira, contribuindo muito no seu papel de fiscalização, no seu papel de prevenção, protegendo e incorporando uma série de mecanismos na vida pública brasileira, na correta e boa aplicação dos recursos públicos.

Desejo que V. Ex^a possa seguir o seu caminho, que V. Ex^a possa manter esses princípios, essas convicções e esses valores com os quais, ao longo desses últimos dois anos, nós pudemos não apenas contribuir e participar. Pudemos testemunhar a forma, como disse no início da minha manifestação, democrática e republicana.

Que V. Ex^a seja muito feliz na sua nova missão, não menor do que esta, mas uma missão diferente no Tribunal de Contas da União.

Felicidades a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Ricardo Ferraço. V. Ex^a foi um extraordinário companheiro, como todos os companheiros que tenho na Casa, Senadoras e Senadores. Foram responsáveis pelo êxito dos trabalhos desta Comissão.

Os números que nós temos à disposição do País, em termos de produção legislativa, foram recorde em todos os tempos. Isso marca o espírito desta Comissão, que foi democrática, porque democráticos e republicanos são os seus membros.

Eu apenas tive a oportunidade e a honra, para o engrandecimento da minha carreira como homem público, de presidir e coordenar esses trabalhos, trabalhos que tiveram expoentes do Parlamento nacional como V. Ex^a.

Ouçó o Senador Cyro, a Senadora Marta e, depois, o Senador Agripino.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo, Senador Anibal Diniz, amigo, quero aqui externar os mais profundos agradecimentos pela paciência, complacência e benevolência que teve nesta Comissão com todos e, principalmente, com este seu amigo.

Despeço-me também do Senado, mas deixando aqui os mais sinceros agradecimentos pela condução dos trabalhos com ética e responsabilidade, mostrando ser sempre um grande democrata, um grande republicano.

V. Ex^a, por onde passou e em todas as comissões que presidiu deixou a sua marca e hoje é contemplado e guindado a um cargo de não menor importância – de muita importância e extremamente necessário.

Desejo a você, amigo, muitas felicidades, muito trabalho. Conte com este seu amigo e, aos pares desta Comissão, o meu muito obrigado pela convivência e pela cordialidade.

E à equipe espetacular desta Comissão deixo os nossos agradecimentos, porque, se não é a estrutura que V. Ex^a tem, dificilmente conseguiríamos fazer 5% daquilo a que nos propomos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado a todos. Desejo a todos um feliz Natal, um Ano Novo de muita luz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cyro, eu, aqui nesta Comissão, apenas transformei em realidade sonhos dos senhores, ideias do povo brasileiro que puderam ser consubstanciadas com o trabalho extraordinário de todas as assessorias técnicas de cada um dos Srs. Senadores.

Os senhores são instrumentos, com eu, da vontade popular e da representação de cada um dos seus Estados. E eu pude coordenar os trabalhos aqui, dando e oferecendo a cada um e a todos a ampla possibilidade de debate democrático.

Esse talvez tenha sido o melhor de todos os gestos e a melhor de todas as minhas ações como coordenador desse trabalho.

Senadora Marta Suplicy, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Vital, eu não poderia deixar, diante de uma carreira que vai ser iniciada, de parabenizá-lo pela condução agora ao Tribunal de Contas da União. Toda a sua bagagem e experiência, tanto no Senado como na vida, certamente vão auxiliá-lo a cumprir com maestria essa nova função.

Boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Senadora Marta, que nos dá o prazer de voltar à Casa.

V. Ex^a, pela sua inteligência, pela referência nacional que é, pela coragem de assumir posições, que sempre marcaram a vida da jornalista, a vida da ministra, a vida da prefeita, a vida da Senadora, é sem dúvida alguma uma das referências que temos.

Eu vou ficar privado da convivência diária com o seu carinho e inteligência. Mas certamente, na condição de membro do controle externo auxiliar do Poder Legislativo, haveremos de estar juntos em grandes e novos embates em nome do povo brasileiro.

Obrigado pelas suas palavras, Senadora Marta.

Senadora Lúcia Vânia, vou deixar deixar o Senador José Agripino por último, a voz do meu conterrâneo para encerrar este momento.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu cumprimento o Senador Vital pela direção dos trabalhos aqui na Comissão de Constituição e Justiça. V. Ex^a apresentou um trabalho, sem dúvida alguma, de destaque. Uma característica importante deste trabalho é a resolutividade que V. Ex^a deu a esta Comissão. E encerra V. Ex^a o seu mandato, entregando ao País uma das peças mais importantes da nossa legislação, que é o novo Código de Processo Civil.

Portanto, receba os meus cumprimentos. Espero que V. Ex^a tenha muito êxito e sucesso no Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia, eu tive a honra de trabalhar ao lado de V. Exª e posso garantir, não apenas ao povo do Goiás, mas ao País a competência com que V. Exª conduz as suas matérias.

No meu currículo de grandes embates de ideias que, aqui na Casa, travamos, muitos têm a parceria de V. Exª: parceria na área de saúde – V. Exª é uma protagonista nesse setor; parcerias na hora do entendimento do Pacto Federativo; na área tributária. V. Exª aqui sempre foi uma permanente muleta para costurar entendimentos que esta Presidência precisava em horas tão saturadas, como meu pai dizia – “saturadas de destino”.

Mas quero ouvir meu conterrâneo, meu amigo pessoal, herança da minha família, joia de uma relação tradicional e tão próspera de amizade, afeto e carinho entre Paraíba e Rio Grande do Norte, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Senador Vital do Rêgo, não sei se V. Exª vai fazer um discurso de despedida ou não, mas quero fazer aqui, desde já, a minha manifestação em relação a V. Exª.

Eu ouvi, nas conversas informais que temos com nossos conterrâneos, outro dia, um amigo meu – falamos sobre os Senadores de diversos partidos –, que perguntou pelo Senador Vital do Rêgo. E ele teve uma manifestação curiosa: “Ah, Senador para gostar de confusão! Vive metido com mil coisas diferentes!”

É a imagem que V. Exª passa: Presidente da CCJ, Presidente de comissão parlamentar de inquérito, duas de uma vez só, relator de matérias importantes como o Código Penal, tudo ao mesmo tempo. E terminou indicado e escolhido Ministro do Tribunal de Contas da União pela votação praticamente unânime da Câmara e do Senado.

Então, essa é a imagem de V. Exª, que quero sublinhar com uma manifestação: fui Presidente da CCJ – não sou advogado; sou engenheiro. Quando fui Presidente da CCJ, a Comissão operou uma coisa importante, que foi a reforma do Judiciário, uma das mais profundas modificações no comportamento do Judiciário que se fez nos últimos 20 anos. E V. Exª, que é advogado, operou. Já foi votada a matéria. Foi votado ontem, no Senado – é um galardão que V. Exª eleva –, o Código de Processo Civil, uma coisa que foi levada a efeito através de sua relatoria.

Então, o que queria manifestar era a minha admiração pelo conterrâneo paraibano operoso, que é capaz, ao mesmo tempo, de levar a efeito várias missões, sempre com competência e com muita habilidade, porque uma Comissão como esta, só esta, já exige, para produzir bons resultados, muito traquejo, muita habilidade e muita capacidade de articulação, para evitar que o conflito de interesses sepulte o objetivo final, porque quem conduz uma comissão importante como essa, como a Comissão de Assuntos Econômicos, tem de produzir resultados. E se produzem resultados não apenas pela qualidade da matéria, mas pela qualidade da condução para aprovar a matéria de boa qualidade, conciliando interesses partidários. Essa foi a missão que V. Exª levou a efeito, com maestria.

Então, a imagem que V. Exª deixa na Casa é a de um inquieto, de um irrequieto, competente, muito habilidoso e que, com certeza absoluta, vai continuar na sua juventude, haja vista a idade do casal, e que vai levar a efeito um bom trabalho no Tribunal de Contas da União, em benefício do nosso País, da nossa Região, porque V. Exª não se vai despir da condição de nordestino, de meu vizinho paraibano e de brasileiro de qualidade, a serviço do interesse coletivo do Brasil.

Com essas palavras, quero cumprimentá-lo pelo desempenho à frente da Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu desempenho como Senador e pelo seu desempenho como cidadão que nos orgulha a todos, seus companheiros de Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino, essas palavras poderiam estar reservadas para um plenário maior, o plenário mor do nosso Parlamento.

Talvez, no dia de hoje, pela intensa atividade legislativa, eu não tenha a oportunidade de fazer ainda os meus agradecimentos. Já os fiz quando da votação consagrada que recebi de colegas tão suspeitos quanto V. Exª, por força da afetividade que nós temos e do carinho recíproco.

Eu o fiz quando fui escolhido pela Casa para representá-los no Tribunal de Contas da União.

Mas queira recolher, meu caro Agripino, um sentimento de gratidão e um sentimento de profunda saudade, porque, em determinados momentos vejo pessoas, ícones da minha infância quando já engatinhava nos parlamentos do meu Estado, na Câmara e na Assembleia Legislativa. Eu tinha referências, referências que nutria por força da herança que recebi do meu pai, o seu amigo, amigo da sua família e seu admirador.

E o sonho de poder ter a convivência diária com homens que eram referências para mim me fez ter a ousadia de enfrentar uma campanha para ser Senador pela Paraíba. E aqui cheguei há quatro anos e encontrei pessoas que são fundamentais ou que foram fundamentais para este resultado, o resultado de um mandato probado, íntegro e, acima de tudo, responsável, que dignifica o meu Estado.

Muito obrigado pela sua convivência.

Muito obrigado pela sua companhia.

Muito obrigado pelas suas palavras, que são exemplo de ponderação, exemplo de inteligência e, acima de tudo, de competência.

Obrigado pela sua amizade.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Poeta, inscreva-me aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Inscrevo.

Senador, meu companheiro, meu amigo, meu irmão, Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo. Eu fico muito orgulhoso de o senhor me chamar desta forma, de amigo, de irmão, porque a consideração que tenho por V. Exª é a mesma.

Vejo as palavras do nosso sábio professor Agripino falando sobre V. Exª e fico pensando o que mais poderia acrescentar. E penso em São Francisco que diz que, quando você não tem muito o que falar talvez o silêncio seja melhor. Mas você, Senador Vital do Rêgo, merece que se fale muito a seu respeito, mas muito mesmo, porque a sua passagem, esses quatro anos, aqui no Senado ensinou a todos a habilidade, a competência, o que é ser companheiro, o que é participar, o que é efetivamente trabalhar para o Legislativo.

Agora há pouco, começaram a relacionar as suas funções aqui, e eu não dei conta de relacionar todas.

Lembrei-me também dessa presidência que o senhor tão bem exerce à frente da CCJ e que foi modelo para todos, em que todos tiveram participação. O senhor distribuiu material para todos. O senhor tratou todos com muita competência e, mais do que isso, com muita lealdade, sendo oposição ou situação. O senhor atendeu a todos.

Na frente da relatoria do Código de Processo Civil, o senhor, ontem, mostrou competência.

Hoje, Relator do Código Penal, daquilo que ninguém queria, pois todos achavam que era muito trabalhoso, V. Exª o desempenhou com tranquilidade, parecendo até que era fácil.

Eu digo tanto que é difícil tentar ocupar o espaço que V. Exª passa porque o senhor me deixou responsável, na condição de Vice-Presidente de uma CPMI, o que me dá um trabalho gigantesco, e, quando o senhor vai lá, toca aquilo com naturalidade, com a simplicidade daqueles que realmente nasceram para fazer do Legislativo grande.

E, com essa mesma competência, eu sei que o senhor chega ao Tribunal de Contas da União.

O Senado da República, o Parlamento, perde muito com a sua saída, Senador Vital do Rêgo, mas o Tribunal de Contas se agiganta com a sua presença lá, porque o senhor realmente é digno de chegar lá e mostrar para o Brasil o papel do Tribunal de Contas e, mais do que isso, o papel de um homem público da sua grandeza, do seu tamanho.

Senador Vital do Rêgo, eu tenho muito orgulho de ser tratado e tratá-lo como amigo e irmão.

Parabéns, Senador Vital do Rêgo, pelo que é à frente do seu mandato, mas, acima de tudo, à frente da sua família, que o senhor é um excelente chefe de família também.

Parabéns, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Gim.

Aqui, quando cheguei há quatro anos, encontrei a minha primeira porta aberta, o meu primeiro abraço amigo, que foi de V. Exª, que veio ao meu encontro antes de eu assumir o meu mandato, para dizer que contasse com V. Exª.

Em nenhum momento, desses quatro anos, eu deixei de contar com o amigo, com o irmão, com o companheiro que, sem dúvida alguma, se mostrou um dos mais hábeis articuladores deste Congresso, pela inteligência, pela experiência de vida. Com a sua juventude, ter a experiência que V. Exª tem é por ser reconhecida um homem predestinado, um líder incontestado. Ter a sua amizade é muito honroso para mim.

Senador Inácio Arruda, Senador Blairo Maggi, para que possamos concluir.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Senador Vital do Rêgo, primeiro, os meus cumprimentos pelo trabalho e pela dedicação com que V. Exª atuou no Senado Federal, V. Exª que é um Parlamentar que vem das legislaturas de câmara de vereadores, de assembleia, de Câmara Federal. Conhece o Legislativo inteiro.

V. Exª atua em duas frentes profissionais importantíssimas: na área da saúde e no Direito no nosso País, V. Exª tem um conhecimento do chamado Brasil profundo, desconhecido de grande parte das elites poderosas do nosso País, que é esse “interiorzão” do Nordeste brasileiro – da Campina Grande, desse interior cearense e pernambucano –, que transforma o seu conhecimento, a sua firmeza e determinação também em doçura, também em letra, em poema, em arte, porque sabe o que é o interior nordestino, sabe o que é o Brasil profundo.

V. Exª carrega não só o conhecimento, a capacidade, que demonstrou não só dirigindo a nossa Comissão – que é talvez a mais importante do Senado Federal –, mas cumprindo missões das mais espinhosas. V. Exª não rejeitou missão, não: “A parada é esta aqui; vou enfrentar”.

Então, isto é muito importante na vida pública: enfrentar as coisas difíceis, porque as fáceis todo mundo corre para fazer. Agora as difíceis, essas que são as espinhosas, que você tem de descascar o famoso abacaxi, essas é que provam a competência e a capacidade e como se conduzir em uma situação dessa. E V. Exª se conduziu muito bem no Senado Federal.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito bem. Acho que é um mandato de alto valor para nós e nos ajudou a compreender muitas coisas no debate político. A facilidade com que V. Exª tratou os seus colegas aqui no Senado Federal, não deixando de ouvir, de ter a paciência necessária com todos. Acho que isso é um valor muito grande, e nós ganhamos muito com a sua ascensão ao Tribunal de Contas da União.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Acho que nós ganhamos. Pensamos, às vezes, que o Senado perdeu, mas nós temos de olhar o País inteiro, e, tendo V. Exª no Tribunal de Contas da União, o Brasil ganha. Isso é o mais importante para todos nós.

Então, eu quero cumprimentá-lo por essa trajetória, por esse conhecimento, essa compreensão deste País imenso. V. Exª vai levar tudo isso para essa instância, digamos assim, judiciária de contas, e isso é muito, muito importante.

Então, o senhor leve o nosso abraço, o nosso abraço de militante da política que somos. V. Exª não se despede, V. Exª continua numa trajetória muito importante da vida pública brasileira. Então, leve o nosso abraço, o meu, particular, e do meu Partido, do Partido Comunista do Brasil, que tem essa trajetória também longínqua na vida política brasileira e sabe o valor das pessoas que atuam com a capacidade, a firmeza e a compreensão e, sobretudo, transformando atos também em arte, como V. Exª fez aqui no Senado Federal e tem feito em sua vida política.

Um grande abraço, meus cumprimentos e parabéns pela sua belíssima trajetória.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio, quando o estava ouvindo, eu me lembrei de um dos muitos encontros com a imprensa da minha terra, quando um dos jornalistas me perguntou: “O que você acha de Inácio Arruda? Como é o comunismo dele?”. Existe toda aquela aura de interrogações, de procuras nos tempos de hoje sobre o Partido de V. Exª, de uma história extraordinária para o País. E a resposta que eu dei a ele eu quero repetir agora: “Ele é um brasileiro.” Um brasileiro. Um homem com quem eu tive o prazer de viajar, de ouvir histórias que embalsamaram viagens aos sertões do Nordeste, histórias de homem pobre, de filho de homem pobre, que conseguiu na vida sobreviver e, ao sobreviver, conseguiu vencer. V. Exª é um sobrevivente, um brasileiro que nos orgulha muito, a mim, de poder dizer que aprendi muito na educação com V. Exª, com seus conceitos de educação integrada, com seus conceitos do comunismo da vida real. Este é o grande emblema que eu poderia dizer a V. Exª.

V. Exª vai me privar das relações parlamentares, mas não me privará da amizade profunda que eu quero ter com V. Exª no meu gabinete ou em qualquer encontro que tivermos, para que eu possa continuar aprendendo com este brasileiro Inácio Arruda.

Senador Blairo Maggi, meu queridíssimo companheiro de todas as horas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Digo o mesmo, Presidente, meu querido amigo.

Eu já tive oportunidade de me manifestar e praticamente de me despedir de V. Exª umas três vezes pelas reuniões. Espero fazer a quarta ainda hoje depois da votação do Código lá no nosso plenário, onde certamente nós terminaremos a tarefa que V. Exª também me liderou – e tão bem liderado.

Deixo registrado aqui na nossa Comissão, CCJ, o seu trabalho, o meu agradecimento pelas oportunidades que tivemos de trabalhar juntos, pelas matérias que foram a mim designadas por V. Exª nos momentos difíceis, às vezes, dessas relatorias. O Presidente estar junto sempre é bom, dá apoio: “Vamos por aqui. Vamos seguir por aí”. Então, eu quero, Senador Vital, agradecer-lhe imensamente pelo seu trabalho e, mais uma vez, agradecer-lhe pela amizade e pelo companheirismo que formamos aqui dentro.

Como disse o Senador Gim, o Congresso e o Senado perdem muito com a sua ida, um Senador operoso e trabalhador. Mas, por outro lado, um organismo de controle da Nação brasileira, que é vinculado ao Congresso Nacional, ganha muito com a sua presença lá. O senhor será uma ponte entre nós e o TCU, onde muitas coisas precisam ser reavaliadas.

Eu sempre fui muito crítico do centralismo do controle. Quer dizer, o controle não pode sobrepor-se ao trabalho. Ele tem que controlar. Ele tem que cuidar. Ele não pode deixar as coisas descambarem, como a gente

diz. Mas entre as opiniões preconcebidas do não entendimento, do engenheiro que é, da sala, do ar-condicionado, e o engenheiro que está no campo têm uma diferença muito grande.

V. Ex^a, no papel de Conselheiro do Tribunal de Contas, certamente terá a esperteza, a capacidade de separar as duas coisas e entender o que é possível: aquilo que nós desejamos e aquilo que é possível efetivamente no campo. Há muitas diferenças, muitas coisas que travam as nossas obras no Brasil, mas eu tenho certeza de que V. Ex^a irá contribuir para desobstruir esses canais que hoje estão aí encravados.

Presidente, parabéns, felicidades! Até mais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Blairo Maggi, quando ainda na Paraíba lia as revistas semanais ou encontrava nos jornais menções a V. Ex^a, eu tinha uma curiosidade enorme de conhecer esse homem que, para o mundo, era exemplo de operosidade, exemplo do Brasil que deu certo, que desbravou fronteiras, que conseguiu uma *commodity* que é a marca do nosso agronegócio. Conseguiu levar o nome do Brasil, o reconhecimento do País afora. Quem é esse homem?

Eu tinha uma curiosidade enorme, Blairo, de abraçar esse homem e dizer: “Estou aqui para aprender contigo”. Eu gosto do agronegócio porque nasci no campo. Eu sou filho – e gosto de me dizer – do campo, com o pé na roça.

Essa referência, esse símbolo do Brasil que deu certo eu encontrei, mas não encontrei um homem prepotente, majestoso. Não encontrei um homem acima dos homens. Encontrei um homem humilde, simples, que fala a linguagem do povo, de um espírito humano maravilhoso. Por isso, você deu certo, meu amigo. É por isso que Mato Grosso o tem honrado com tantas representações, quer na sua terra, quer na sua gente. Você é a cara deste Brasil que deu certo. Orgulho-me muito de chamá-lo de amigo.

Senhores, para efeito de registro taquigráfico, estão as nossas estatísticas deste biênio:

Total de reuniões: 136; audiências públicas: 32; prestação de contas da PGR: 1; projetos de lei aprovados de forma terminativa: 69; projetos de lei aprovados de forma não terminativa: 89; propostas de emenda à Constituição aprovadas: 75; projetos de lei da Câmara: 11; projetos de lei da Câmara não terminativos: 128; mensagens do Senado Federal: 15; requerimentos e projetos de resolução: 13; ofícios: 31; projetos de decreto legislativo: 6; turno suplementar: 16; substitutivos da Câmara: 10; emendas à Câmara: 2; emendas da CCJ: 273; emendas de plenário: 21; requerimentos: 153; recursos: 3; emendas à LDO: 31; emendas ao PLOA: 11; total: 958 julgados e deliberados, graças ao trabalho desta extraordinária equipe, a quem eu quero agradecer penhoradamente. (*Palmas.*)

Na pessoa de Edinaldo, os nossos consultores legislativos, a quem não me canso de dizer que são a alma desse processo. E essa assessoria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E, sobre essa assessoria maravilhosa, de todos os partidos, quero registrar o meu contentamento. São vocês que, trabalhando com os Senadores, puderam nos dar este momento histórico, sublime na minha vida pública. Obrigado Cristian, obrigado Milena, obrigado a todos. Fiquem com Deus, sejam muito felizes. Feliz Natal, que Deus proteja cada um dos senhores, e um ano novo maravilhoso.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta última reunião deste biênio.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa última reunião.

Obrigado a todos, fiquem com Deus!

(*Iniciada às 10 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e um minuto do dia dezanove de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Ana Rita, Inácio Arruda, Wilson Matos, Maria do Carmo Alves,

Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro e Gim. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Ana Amélia. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 35/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, destinado a debater “**A proposta de federalização da educação de base**”. O tema, submetido a enquete para indicação da prioridade de escolha dos professores, foi escolhido dentre assuntos como formação do professor, ensino em tempo integral e currículo nacional único, para constar da programação do Programa Jovem Senador 2014, organizado pelo Senado Federal, no período de 19 a 21 de novembro do ano corrente. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, faz a leitura do pronunciamento do Senhor Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Cyro Miranda, a respeito da presente reunião e justifica sua ausência em razão de compromissos parlamentares, agendados de última hora, na cidade de São Paulo. Logo após, a presidência passa a palavra ao Senador Paulo Davim, presidente da Comissão **Senado Jovem Brasileiro**. Como expositor, comparece à Audiência Pública o **Senhor Waldery Rodrigues Júnior, Consultor Legislativo do Senado Federal**. Logo após, a presidência registra a presença na presente reunião dos professores premiados no Programa Jovem Senador 2014, Senhor Abner Dangelo Rios Morais (CE); Senhora Ana Maria Gasparini (MS); Senhora Claudia Albuquerque Wolstein (AC); Senhora Helenira da Silva Geminiano (SC); Senhora Liliane Leal Garcia (PA); Senhora Maria Célia de Zamuner Panise Honório (SP); Senhora Marlene de Souza Liberato (PB); Senhor Ricardo Braga (AM); Senhora Vera Maria Ramos dos Santos (AP); Senhora Ana Maria de Carvalho Mota (PI); Senhora Angela Maria Klepa (PR); Senhor Denilson Melo Rodrigues (SE); Senhora Inacia Lúcia de Medeiros (RN); Senhora Luciana Emília Duarte Farias de Lima (PE); Senhora Maria das Graças Carvalho de Macedo (MA); Senhor Mauro Sérgio Demício (RO); Senhora Rose Mery Fernandes da Costa (RS); Senhora Verônica Martinelli Fernandes Andreatta (ES); Senhora Andressa Souza Silva (DF); Senhora Bernadete de Almeida Alves (RJ); Senhora Flora Márcia de Lima Santos (AL); Senhor Isaac José Santana (BA); Senhor Marcos Antonio Abreu Lima (RR); Senhora Maria Noêmia Alves (TO); Senhor Jeová Antônio de Oliveira (GO); Senhora Selma de Lourdes Cebalho El Chamy (MT); Senhora Viviane Amorim Pinto Silva (MG). Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Wilson Matos. Em seguida, o Senhor Presidente Eventual, Senador Wilson Matos, registra a presença na presente reunião dos pais dos alunos premiados no Programa Jovem Senador, Senhor Mário Silva de Almeida, pai da aluna Maria Jéssica Silva de Almeida (PE); Senhora Eliane Salete Rovani Schvenber, mãe da aluna Ana Paula Schvenber (RO); Enedina Maria G. Prestes, mãe da aluna Nataly Gonzaga Prestes (AM); e Senhora Celma Jamones, mãe da aluna Nathalia Lima Jamones (MT). Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Inácio Arruda. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Wilson Matos, passa a palavra, excepcionalmente, aos professores premiados no Programa Jovem Senador 2014, em virtude da extrema relevância do tema, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não prevê manifestações de não parlamentares neste tipo de reunião. Usam da palavra a Senhora Flora Márcia de Lima Santos (AL); Senhora Ana Maria Gasparini (MS); Senhor Jeová Antônio de Oliveira (GO); Senhora Andressa Souza Silva (DF); Senhora Ana Maria Coelho Carducci (MT) e Senhora Marlene Souza Liberato (PB). Após as considerações finais do expositor, a presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Wilson Matos, encerra a reunião às onze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Wilson Matos**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 35, de nossa autoria e de outros Senadores – também do Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, e do Senador Paulo Davim –, para realização de audiência pública destinada a avaliar a proposta de federalização da educação de base. Proposta essa que surgiu da discussão dos Jovens Senadores e, naturalmente, dos professores.

O Senador Paulo Davim é o Presidente da nossa Comissão que trata do tema dos Jovens Senadores. Depois que ele assumiu, tudo mudou. Eu diria que o Programa Jovem Senador era um antes de Paulo Davim, e é outro bem melhor a partir de Paulo Davim. Tanto que nós temos aqui uma norma de não reeleição, mas ele é reeleito todos os anos – conseguiu quebrar até a norma. *(Risos.)*

Então, a proposta de federalização da educação de base vai ser discutido por vocês, que foi uma pesquisa feita entre os próprios professores e também por alunos, que foram consultados e optaram por esse tema.

Enfim, dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe o convidado para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

O nosso convidado que vai fazer a palestra de abertura já está chegando.

Informamos que a audiência tem cobertura da TV Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, Rádio Senado e ainda pela internet: www.senado.gov.br/tv, canal 2.

O Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, teve que viajar a São Paulo, mas ele tinha preparado um texto para que ficasse registrado nos Anais da Comissão neste dia tão importante em que estamos recebendo vocês aqui. Então, eu passo a fazer a leitura, identificando neste texto a posição de toda a Mesa da Comissão de Educação.

O saudoso Senador Darcy Ribeiro ensinava que o brasileiro é um povo mestiço, fruto de uma ninguémdade, porque o filho do europeu com o negro não era branco, nem era negro, era ninguém. Da mesma forma, o filho do europeu com o índio não era branco, nem era índio, era ninguém.

É exatamente dessa percepção, da mestiçagem de etnias, que surge o sentimento de ser brasileiro, de pertencer a uma diversidade étnica e cultural, que, embora inclusa no mundo ocidental, reunia diferentes crenças, costumes e visões de mundo, para formar a nossa gente.

A maior lição que o Brasil tem a ensinar ao mundo é, sem dúvida, a de ser um País unido pela diversidade, num colorido que serve de exemplo para tantas nações que não conseguiram atingir o ideal da paz e da convivência pacífica em razão dos conflitos entre os povos que as compõem.

Nem mesmo as diferenças regionais da língua portuguesa são, no Brasil, uma barreira capaz de afastar a compreensão entre quem vem do Norte ou do Sul, do Nordeste ou do Centro-Oeste.

Se o carnaval carioca se espraia por todos os rincões do País como manifestação nacional, o São João universaliza a cultura nordestina e os Centros de Tradições Gaúchas difundem os costumes pampianos. [Opa, tocou no meu Rio Grande, digo, no nosso Rio Grande. O gaúcho é bairrista, vocês nem imaginam. Eu não sou. Mas tem uma música, lá, que diz: “Pra ser feliz é só dizer que eu sou do Sul; e isso me basta!” É bairrista demais! Mas é uma canção de lá. Como o nordestino tem de dizer o mesmo: “Pra ser feliz é dou dizer que sou nordestino, e isso me basta!” E o do Centro-Oeste igual. Mas é só para dizer que o gaúcho não é bairrista. Eu me lembrei disso aqui, agora.]

Sem dúvida, somos um povo unido pela diversidade. Esta eleição presidencial, por mais acirrada que tenha sido não será motivo, nem pretexto, para abalar os laços de união do povo brasileiro. Vivemos um período democrático sem precedentes na história brasileira desde a promulgação da Constituição de 1988, e não tem sentido querer provocar a divisão do país. [Eu estava lá; eu fui Constituinte.]

A democracia pressupõe o respeito ao Estado de direito, ao império da lei, mas, para enraizar-se e aperfeiçoar-se, precisa garantir a igualdade de oportunidades, por meio de uma educação pública de qualidade. O acesso ao conhecimento tem o condão de consolidar a democracia porque iguala os cidadãos e lhes permite desenvolver as potencialidades, independentemente da origem ou condição social.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, tem a honra de receber, no dia de hoje, em audiência pública, o Consultor Legislativo Waldery Rodrigues Júnior, que fará a palestra inicial, por 15 minutos, os variados aspectos da proposta de federalização da educação de base.

A presente audiência pública está inserida na pauta do Programa Jovem Senador – e o nosso querido Presidente está presente –, fruto do Requerimento nº 35, de 2014, subscrito por mim e pelo Senador Paulo Davim.

Está tramitando no Congresso a proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2013, que trata do tema da federalização, que será aqui discutido.

A proposta é de autoria do Senador Cristovam Buarque.

A PEC nº 32 procura alterar o art. 211 da Constituição, passando o ônus financeiro da educação básica pública aos cofres da União, com garantia de padrão de qualidade, sobretudo, pela criação da chamada Carreira Nacional dos Profissionais da Educação Básica Pública.

A proposição já conta com relatório favorável do meu querido amigo e Senador, também do Rio Grande, Senador Pedro Simon.

Ressalto que, ao reconhecer a queda significativa da taxa do analfabetismo de países como Bolívia, ou pensarmos historicamente em como o Japão e depois outros países asiáticos superaram sua condição insular econômica e educacionalmente, não se pode esquecer que os supostos milagres produzidos, por exemplo, nesses países, são atravessados, são permeados pela educação bem aplicada e dirigida.

Os professores são realmente o eixo dessas mudanças. É deles que devemos esperar a transformação qualitativa que o Brasil precisa e anseia. Assim, nada mais justo que uma remuneração adequada lhes seja destinada.

Inclusive, o Rio Grande, que cumpre o piso, isso serve para todos os governos, até para o meu que, infelizmente, não cumpria o piso. Que todos cumpram o piso dos professores! Só assim, sem precisar de jornadas extenuantes ou de outros empregos, poderão esses profissionais do saber exercer o mister de ensinar em toda a sua extensão, com a qualidade que nossas crianças e nossos adolescentes merecem. Certamente, em tempo integral de dedicação, nossos mestres podem mesmo aprimorar programas em face das realidades locais.

Para terminar, discussões como essa são fundamentais para que o Brasil avance e reforce a importância dos educadores, pois o trabalho docente em sala de aula na moldagem de mentes irrequietas, curiosas é fundamental em todas as etapas do crescimento infanto-juvenil para a formação do futuro cidadão, antenado com o mundo e, sobretudo, preparado para processar inteligente e criticamente os conteúdos que a sociedade vai apresentar.

Ao encerrar, cito novamente Darcy Ribeiro, que lutou em defesa da escola pública e, junto com Anísio Teixeira, fundou a Universidade de Brasília, desempenhando um papel relevante na elaboração das chamadas reformas de base. Já no final da sua vida, Darcy Ribeiro confessou, no livro de memórias, dizendo: “Termino esta minha vida já exausto de viver, mas querendo mais vida, mais amor, mais saber, mais travessuras.”

Muito bem, moçada. Vamos, agora, à nossa audiência.

Passo, de imediato, a palavra ao Senador Paulo Davim, que é Presidente do Programa Jovem Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Bom dia, professores e professoras.

Quero dizer da minha satisfação, da nossa satisfação em tê-los aqui contribuindo para o fortalecimento desse projeto exitoso, por demais exitoso, que é o projeto Jovem Senador.

No ano passado, nós fizemos uma avaliação, depois do evento, e vimos que precisávamos avançar, precisávamos completar o que estava incompleto. Na minha concepção, não existe escola sem aluno, da mesma forma que não existe escola sem professor. Então, precisávamos completar esse projeto, e, para completar o projeto, precisávamos trazer também os professores para compor esse cenário, até porque o nosso objetivo é muito mais amplo do que apenas trazer o jovem, premiar o jovem e colocar o jovem no plenário do Senado para discutir alguns assuntos. Não é isso! A nossa intenção é, primeiro, de politizar o jovem, depois de reconhecer talentos e, sobretudo, de fortalecer a escola.

Neste ano, algo em torno de 150 mil estudantes foram mobilizados para o projeto Jovem Senador. Aí vocês devem dizer: “Senador Paulo Davim, o senhor está satisfeito com o desempenho?” Eu vou dizer que não, eu vou dizer que não. Eu quero muito mais. O Senado quer muito mais. Nós precisamos de muito mais mobilização do que apenas 150 mil jovens. É um número expressivo? É, mas nós queremos mais. Nós precisamos sensibilizar a rede de ensino no Brasil por inteiro, e nada melhor do que contar com o respaldo dos professores. Os alunos já saem daqui sensibilizados. É uma experiência incrível, inesquecível, grandiosa, gerenciada por todos eles. Mas, se o professor conhecer de perto essa experiência, esse projeto, eu tenho absoluta certeza de que nós teremos aliados fortes para ajudar a capilarizar esse projeto.

Nós queremos que todo jovem passe a discutir temas do seu interesse, temas da sociedade. Nós queremos que a sociedade, por inteiro, por inteiro, se politize, e nada melhor do que começarmos pela juventude. A juventude tem um potencial de disseminação de ideias extraordinário. A juventude tem uma capacidade de aglutinação invejável.

Todos nós fomos jovens, uns há muito tempo, outros há mais, mas nunca nos esquecemos o que construímos na nossa juventude. As amizades, os sonhos que foram acalentados – muitos desses sonhos conseguimos tornar realidade, pela força de sonhar, pela vontade de construir, pelas condições que nos foram dadas; e outros sonhos, simplesmente, ficaram perdidos na poeira do tempo porque não nos foram dadas essas condições. Por isso sou encantado com esse projeto. Porque a gente consegue oferecer a esse jovem algum tipo de instrumento para que ele possa ser catapultado na realização dos seus sonhos.

Quantos jovens que vieram por aqui... Olha, estou neste projeto há três anos, pela gentileza dos meus colegas Senadores, em particular o Senador Paulo Paim, que foi o Senador que concebeu o projeto Jovem Senador. Foi um projeto de resolução de autoria dele – porque Paulo Paim sempre teve uma sensibilidade social muito aflorada – que criou o projeto Jovem Senador. Tive a felicidade de assumir a presidência desse projeto e, por gentileza dos meus pares, continuo há três anos. Este, seguramente, é o último ano. Mas posso dizer aos senhores e às senhoras que estou absolutamente encantado com o projeto. Motivado para, onde estiver – mesmo que não esteja aqui no Senado, mas lá na minha região, lá na minha cidade, lá no meu Estado –, ser um divulgador desse projeto.

Porque a gente percebe que os jovens que aqui vêm são de regiões diferentes, de realidades as mais diversas possíveis. E eles chegam aqui e trazem muita coisa boa. É óbvio que eles levam lições e nos deixam muitas lições também. Eles aprendem e nos passam informações que melhoram a nossa visão social, melhoram muito o conhecimento da realidade deste País imenso que é o Brasil. São jovens, os jovens nos ensinam muito. Eu dizendo isso para os mestres é até uma ousadia minha: eu tenho a absoluta certeza de que os professores ensinam, mas também aprendem muito.

Tive a oportunidade de dar aulas – eu não diria de ser professor, mas de dar aulas. Todos nós, em alguma fase da vida, já desempenhamos esse papel. Tive a oportunidade de dar aulas em supletivos, pré-vestibulares. Na minha época – estou ficando velho: na minha época! –, mas quando passei no vestibular, lá se vão 36 anos, logo em seguida fui dar aula em pré-vestibular, em supletivo, etc. e tal. Depois, passei a dar aulas de UTI, já médico formado, com especialização. E é impressionante como nós aprendemos com aqueles a quem ensinamos. É impressionante. É uma troca de experiências, uma troca de ensinamentos. Isso nos fortalece muito para seguirmos em frente. É um revigorante. É um alento. É um bálsamo para vencermos as dificuldades, os obstáculos.

Trabalhar na Educação no Brasil – vocês, mais do que ninguém, sabem disso –, é um desafio a todo instante, a toda hora e todo dia. Mas, a vocação fala mais alto.

Esse projeto Jovem Senador precisa muito do empenho de todos os professores no Brasil, assim como dos diretores das escolas, dos servidores, dos trabalhadores da educação, todos, para que possamos fazer com que continuemos crescendo com esse projeto exitoso.

Vamos trazer para cá os debates mais incríveis que esses jovens trazem. Jovens que debatem sobre drogas, sobre educação, sobre segurança, sobre os temas mais complexos, mais atuais. Eles trazem e discutem as próprias necessidades, trocam experiências entre si. O fruto disso são projetos da lavra do programa Jovem Senador, que tramitam na Casa.

Ontem mesmo, tivemos um dia histórico no Senado Federal. Pela primeira vez, foi votado em plenário dois projetos do programa Jovem Senador. Projetos que foram construídos, debatidos e formatados pelos jovens. Esses projetos passaram pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, de lá, seguiram o trâmite normal como todos os projetos de origem dos Senadores da Casa. Ontem, vivenciamos esse momento histórico.

Portanto, a minha fala é no sentido de dar boas-vindas, dizer da minha satisfação, dizer que, oxalá, todos os anos a gente consiga aprimorar o projeto Jovem Senador. Neste ano, avançamos, trouxemos os professores. Alunos e professores são a razão maior da existência das escolas. Eu não consigo separar esse binômio. Ao mesmo tempo, além de dizer da nossa satisfação em recebê-los, propor um pacto a todos os professores que aqui estão; sejam aliados do programa Jovem Senador. Divulguem-no! Divulguem-no para as diversas escolas onde trabalham. Façam isso, é um favor que pedimos. Sensibilizem o diretor das escolas onde trabalham. Mesmo que não trabalhem nas escolas, mas que trabalharam um dia, que procurem a direção da escola. No meu Estado, por exemplo, Inácia, eu fiquei triste pelo número de escolas que estiveram envolvidas no projeto Jovem Senador. Eu gostaria muito... No ano que vem, é um compromisso meu, pessoal, se bem que todos os anos o meu Estado apresentava uma participação bem maior. Não sei o que houve, neste ano, se foram muito eventos que aconteceram, Copa do Mundo, eleição, não sei o que houve...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É que o seu brilho é tão grande que o seu Estado se viu representado na figura do Presidente. (*Risos*.)

Isso aqui é porque ele merece.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – É muita gentileza. Mas eu vou me empenhar pessoalmente para que o meu Estado volte a apresentar o desempenho que teve nos anos anteriores, uma quantidade muito grande de escolas participando do programa Jovem Senador. É isso que eu peço a todos vocês.

Para não me alongar mais, dizer, mais uma vez, que aproveitem essa oportunidade!

Pois não, Flora.

A SRª FLORA MÁRCIA DE LIMA SANTOS – No meu Estado, Alagoas, tivemos uma formação para esse concurso Jovem Senador. A Secretaria Estadual de Educação de lá realizou formação para os professores. Como

nós sabemos, todos os professores estavam lá, só que tem aquele professor que realmente trabalha em sala de aula e tem professor que vai para a formação ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A SRª FLORA MÁRCIA DE LIMA SANTOS – Então, eu fico feliz, porque, na verdade, tivemos essa formação... É claro que sempre a gente acrescenta o nosso jeito, mas sempre é importante. Conversando com alguns colegas...Eu achei que foi bem satisfatória essa questão da formação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como algumas pessoas já sinalizaram que gostariam de se manifestar, então, eu farei o seguinte: primeiro vamos concluir a apresentação da Mesa. Depois o Prof. e Senador Wilson Matos, que é um especialista na área – ele tem um complexo de universidades; se alguém estiver desempregado aí é só falar com ele. *(Risos.)*

Ontem, estiveram aqui pessoas da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, que estão com um problema enorme lá. Eu acertei com eles e vamos ter uma reunião com V. Exª. Quem não puder ficar na Gama Filho definitivamente vão todos para a sua universidade. *(Risos.)* Ele é um companheiro, amigo nosso e vai presidir depois a reunião.

Pessoal, eu queria, aqui na abertura, com todo o carinho ao Prof. e Senador Wilson Matos, ao Waldery Rodrigues, que vai fazer a palestra, mas pelo carinho com que ele abraçou esse projeto e fez acontecer, porque, às vezes, não é só fazer a lei, a lei a gente faz, mas aplicá-la no dia a dia, fazê-la acontecer... E esse projeto, além de todo corpo de funcionários do Senado que ajudaram muito, para mim, não é apenas um projeto apresentado pelo Paulo Paim, mas é pelo Paulo Paim e pelo Paulo Davim, a quem peço uma grande salva de palmas pelo trabalho brilhante. *(Palmas.)*

Vocês viram a emoção dele falando com vocês sobre esse tema.

Pediram-me que eu citasse os nomes dos presentes – o Paulo Davim poderia citar ter citado, mas ele, gentilmente, achou que o Presidente deveria fazê-lo e me passou a relação que passo a ler:

Ceará: Abner Dangelo Rios Moraes.

Mato Grosso do Sul: Anelise Schroeder dos Santos.

Acre: Claudia Albuquerque Wolstein.

Santa Catarina: Helenira da Silva Geminiano.

Pará: Lilliane Leal Garcia.

São Paulo: Maria Célia de Zamuner Panise Honório.

Paraíba: Marlene Souza Sizernando Liberato.

Amazonas: Ricardo Cetraro Braga.

Amapá: Vera Maia Ramos dos Santos.

Piauí: Ana Maria de Carvalho Mota.

Paraná: Angela Maria Klepa.

Sergipe: Denilson Melo Rodrigues.

Rio Grande do Norte: Inacia Lucia de Medeiros.

Pernambuco: Luciana Emília Duarte Farias de Lima.

Maranhão: Maria das Graças Carvalho de Macedo.

Rondônia: Mauro Sérgio Demicio;

Rio Grande do Sul: Rose Mery Fernandes da Costa.

Espírito Santo: Verônica Martinelli Fernandes Andreatta.

Distrito Federal: Andressa Souza Silva.

Rio de Janeiro: Bernadete Aparecida de Almeida.

Alagoas: Flora Márcia de Lima Santos.

Bahia: Isaac David José Santana.

Roraima: Marcos Antonio Abreu Lima.

Tocantins: Maria Noemia Alves.

Goiás: Jeová.

Mato Grosso: Selma de Lourdes Cebalho El Chamy, representada por Ana Maria.

Minas Gerais: Viviane Amorim Pinto Silva.

Peço uma grande salva de palmas para todos.

(Palmas.)

Se alguém não foi citado, pode usar o microfone para declinar seu nome e Estado a que pertence. *(Pausa.)*

Neste momento, como temos que ir para outra comissão que está votando uma série de projetos, eu convidaria o Senador Wilson Matos para assumir a Presidência dos trabalhos.

Sejam bem-vindos!

Palmas para vocês.

Bom trabalho.

Até mais. (*Palmas.*)

(*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Bom dia a todos!

É um prazer recebê-los aqui na Comissão de Educação do Senado. Fico muito entusiasmado quando vejo professores de todos os Estados brasileiros aqui reunidos para debater educação. Isso demonstra que precisamos mudar, não é? Vocês não estão satisfeitos, e muito menos nós, com a educação que estamos vivenciando em nosso País.

Vou fazer a minha apresentação: sou formado em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina, sou paranaense, da cidade de Maringá. Nasci em Jaguapitã e sou professor há 44 anos, com muita satisfação. Fui professor de rede estadual, dei aula para o quarto ano do ensino básico, ensino médio, superior, paralelamente, e fiz a minha caminhada na área da educação. Mais tarde, acabei fundando uma escola e, hoje, a minha instituição tem 60 mil alunos. Mil alunos nos ensinos fundamental, médio e básico, e 59 mil alunos no ensino superior. Isso na cidade de Maringá. Tenho 15 mil presenciais e 45 mil alunos à distância. E a minha instituição é IGC 4, já nas três últimas avaliações, e está surgindo mais uma agora, que será publicada, já temos os dados básicos, vai ser quatro de novo, em uma escala de um a cinco. O IGC é o resultado do aluno, da prova que o aluno faz no Enade, a prova de desempenho do aluno, uma prova que o Governo faz, somado a alguns outros componentes. E, no Paraná, o maior IGC é da minha instituição, junto com a federal do Paraná, a federal tecnológica. E das seis públicas, temos mais algumas públicas também com o IGC 4. Então, nós fazemos com qualidade. “Qualidade”, eu diria, sempre entre aspas, dentro do modelo brasileiro, porque entendo que para termos realmente qualidade nós precisamos avançar muito. Se compararmos com o mundo que deu certo, a nossa educação, em todos os níveis, está muito distante de chegarmos no ponto ideal para que este Brasil realmente possa, e o povo brasileiro, encontrar a sua autodeterminação.

Mas, eu vou falar, ao final, sobre a minha visão de educação. Eu conheço escolas em mais de 50 países do mundo por dentro, ou seja, de ver projetos pedagógicos, salas de aula, laboratórios, equipamentos. Sou um apaixonado por este projeto, que é um projeto que transforma, muda pessoas. Eu sou fruto disto, por isso é a minha paixão pela educação com qualidade e tenho lutado incansavelmente para a melhoria da educação em nosso País. É o principal pilar para o desenvolvimento social e econômico.

Temos o prazer de receber aqui também os pais de alguns alunos do programa Jovem Senador, a exemplo do Mário Silva de Almeida, pai de Maria Jéssica Silva de Almeida.

Bem-vindo!

Elaine Salete Rovani Schwengber, mãe da Ana Paula Schwengber, de Rondônia, aquele belo Estado.

Bem-vinda!

Enedina Maria Prestes, mãe de Nataly e Gonzaga Prestes, do Amazonas.

Bem-vinda!

Celma Janones, mãe de Nathalia Lima Janones, do Mato Grosso.

Que beleza essa diversidade aqui presente hoje em nosso auditório!

Então, tenho o prazer de passar a palavra para Waldery Rodrigues Júnior, um homem de longa experiência na área de educação, Consultor Legislativo, que faz as pesquisas aqui para fundamentar, ajudar a fundamentar os projetos de lei que tramitam nesta Casa.

Com vocês, então, o Prof. Waldery Rodrigues.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Bom dia a todos!

Obrigado, Senador Wilson Matos.

Agradeço também a introdução feita pelos Senadores Paulo Paim e Paulo Davim, e, em especial, agradeço a presença de todos vocês, parabenizando-os por estarem aqui.

Realmente é maravilhoso ter esta oportunidade de poder falar sobre educação para todos vocês e para o Brasil, que está nos assistindo – acredito que ainda estamos em transmissão ao vivo –, falar sobre um tema do qual vocês conhecem melhor do que ninguém, porque vivem no dia a dia, sabem das dificuldades... Antes, porém, permita-me cumprimentar o Senador Inácio Arruda, aqui também presente, Senador do meu Estado, também sou cearense, como ele.

Então, é uma satisfação falar sobre um tema tão importante, tão motivador, e ao mesmo tempo com uma série de dificuldades e uma série de obstáculos que a gente precisa encarar, tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista da nossa escola, da escola onde você trabalha, da escola onde você estuda, como do Estado, do Município e do Estado, e mesmo do País.

A educação é um tema que perpassa diversos assuntos e diversas temáticas, e ela não tem uma solução única, não tem uma solução fechada.

O que nós vamos apresentar aqui, por decisão dos senhores e senhoras, é o tema federalização da educação básica. Nos focalizaremos, aqui, nos concentraremos na questão da educação básica, não teremos foco na educação superior, não neste momento, não neste fórum, em princípio, pois é uma área que carece de total atenção. Os Senadores que falaram antes comentaram um pouquinho sobre esse tema, e a gente vai se alongar, verticalizar essa temática.

Eu sou Waldery Rodrigues, sou aqui do Senado, Consultor, recém-empossado como Consultor Legislativo, mas já trabalho na Casa há três anos e meio. De fato, eu sou do Ipea, passei 18 anos no Ipea, e agora estou aqui no Senado, como concursado, como Consultor, com muita honra.

A minha trajetória está sempre ligada à educação. Sempre gostei de educação, e isso sempre me emocionou, desde o início. Sou Engenheiro, formado pelo ITA e doutorado em Economia. No finalzinho do quinto ano do ITA, eu já me interessei por economia. De vez em quando dava uma passada lá na USP, em São Paulo, e assistia a algumas palestras sobre economia. E dizia: “Esse tema é interessante, talvez ele consiga unir – e une de fato – ferramentas que podem trazer solução e problemas, situações a serem atacadas.” Então, a questão é bem interessante.

O Senador Cristovam Buarque me convidou do Ipea para cá em 2011, e, ao chegar aqui, eu já tinha um grande interesse pelo tema educação, e claro, a *persona* do Senador Cristovam Buarque e a garra e o ânimo com que ele ataca os problemas de educação e busca achar uma solução logo me convenceram a estudar mais o tema, e assim o fiz.

Bom, eu também usei como suporte a minha experiência individual, a minha própria experiência como professor, porque desde os 14 anos eu ensino em diversas áreas, desde preparação para olimpíadas de Matemática até mesmo no doutorado eu já ensinei. Mas também buscando sempre aprender com outras pessoas. Em particular, aprender com quem está na base mesmo, não é?

Em casa, eu tenho duas irmãs – Majane e Malena – que são professoras da educação básica, em Fortaleza. Uma está ligada à escola municipal e a outra à escola estadual. E convivia diretamente com elas. Então, por exemplo, sempre que havia alguma dúvida, pegava um dado macro, um dado geral sobre o Ideb, e aí, eu ligava para ela e perguntava-lhe: “Como é na sua escola? Como é na vizinhança?” E não foi só fazer isso, aqui e acolá, eu visitava, não só em Fortaleza, no Ceará, como também aqui em Brasília, várias vezes, e, também, quando tive oportunidade, em Pernambuco, em cidadezinhas pequenas. A ideia era ver, não só do ponto de vista macro, permitam-me dizer, macroeconômico, mas também analisar na ponta o que acontece.

Por que nossa educação, hoje, não reflete nossa potência como economia? Não somos ainda uma economia desenvolvida, mas uma economia em desenvolvimento que merece um grande foco no mundo. O Brasil está localizado, aproximadamente, depende da cotação do dólar, na 6ª ou na 7ª posição. Já chegamos a ser a 5ª economia mundial. Mas, quando a gente olha as avaliações em termos de educação, nosso desempenho fica muito aquém, bem abaixo do que poderíamos ser.

Em *ranking*, em classificações como as feitas pela OCDE, em testes PISA, o mais conhecido em termos internacional, nós temos uma colocação abaixo da de 50ª, ficamos em 53ª ou mesmo 57ª, dependendo da temática, se é Matemática, leitura ou Ciência em geral. A Unesco também faz essas classificações. Na Unesco, a gente fica muito mal na foto.

Em termo de IDH, que é o Índice de Desenvolvimento Humano, e no seu componente, que é o de escolaridade, ou o componente de educação, se não me falha a memória, nós temos um valor de 7,2 anos/escolaridade para o brasileiro. Então, tipicamente falando, o brasileiro não consegue terminar nem sequer o ensino fundamental, que hoje contempla 9 anos, do 1º ao 9º ano. Então, quando falamos dessa dificuldade, a gente fala de uma pessoa tipicamente que está com 7,2 anos/escolaridade, um pouco mais de sete. Quando a gente olha as condições com que essa escolaridade é dada, a gente pode se assustar. Não à toa, existem fraquezas, assim como existem potencialidades, em nossa sociedade. A gente tem essas dificuldades em termos de educação. Há também aí um enorme caminho para resolvermos a situação.

Então, vamos nos focar nessa possível solução. Eu diria que uma acalorada e apaixonante solução que o Senador Cristovam Buarque já milita há bom tempo, que arrebatou e conseguiu alguns defensores. Eu sou entusiasta dessa ideia. Acho que ela tem falhas, mas acho que ela tem inúmeras potencialidades benéficas. E a gente está aberto ao debate.

Então, por favor.

Nós temos essa temática que a gente se concentra, que é a federalização da educação, e, se tivermos pontos em aberto, aqui está meu *e-mail*: waldery.rodrigues@senado.gov.br, ficarei à disposição dos senhores e das senhoras para questões posteriores, além das aqui resolvidas.

Nossa apresentação tem esse esqueleto que está aqui. Então, uma primeira motivação sobre o porquê de essa temática: federalização da educação, um diagnóstico. Eu gosto de brincar dizendo que, de Engenheiro, Matemático à Economista eu tenho sempre uma paixão por Medicina (*Risos.*). Então, a gente sempre faz um diagnóstico antes de ver o que fazer, não é? O que é recomendado de fato. Então, um pouquinho de diagnóstico e um pouquinho também de teoria. Mas, por que é isso? Não é apenas mania de professor, não! Antes de se atacar um problema de primeira magnitude como o da educação, é importante a gente diagnosticar e teorizar sobre quais as soluções possíveis. Nós temos – e isso é importante ter – diversas utopias que devem ser analisadas de forma séria para sabermos se elas podem ser resolvidas e quanto custam. Não basta termos uma potencial solução. É importante vermos quanto custa essa teoria. E, se fizermos essa solução, teremos mais benefícios ou malefícios no curto prazo, no médio prazo e no longo prazo? Até porque educação não é uma questão somente de hoje, foi uma questão de ontem e é uma questão, certamente, do futuro. Então, temos que buscar uma solução que contemple todo esse espectro de perspectivas.

A proposta em si é direta, e eu já inicio a resumindo.

O que é a federalização? Esse nome pode ser interpretado de diversas formas. *Grosso modo*, poderíamos dizer o seguinte: o Brasil, um País extremamente grande, com diversas problemáticas, adota o sistema federativo – cerca de 40 países, no mundo, adotam o sistema federativo –, que traz soluções e dificuldades. Uma das dificuldades é que a União, o Governo Federal tem muitos recursos. Os Estados – somos 27 Unidades Federativas – 26 Estados mais o Distrito Federal – têm um pouco mais de fôlego, e os Municípios, que estão na ponta – e aí a educação básica fica muito ligada à capacidade dos Municípios –, que são hoje, segundo o IBGE, mais de 5 mil, são 5.566 Municípios, mais ou menos dois ainda podem ser alocados, então, mais de 5 mil Municípios ficam completamente pulverizados e sem uma capacidade fiscal de, sozinhos, resolverem problemas sérios, como em educação, saúde, saneamento, segurança pública, etc.

Então, o nosso federalismo é estranho, ele tem partes mais fortes e partes mais atrofiadas. O Município acaba sendo o primo pobre, aquele que tem poucas condições, em geral. Desses mais de 5 mil, somente 100 têm uma capacidade fiscal realmente autônoma. A maioria deles fica, *grosso modo*, de pires na mão, tentando buscar recursos para resolver os seus problemas.

A federalização, então, seria uma tentativa de correção de rumo para o nosso federalismo para o tema da educação, dizendo o seguinte: a União não pode ficar omissa nos problemas da educação. Ela tem que adotar as escolas – vamos usar o termo adoção, porque ele traz uma perspectiva positiva –, ela tem que adotar aquelas escolas que não estão conseguindo dar aos seus alunos, aos seus professores, às famílias que colocam os seus alunos lá o produto adequado, o serviço adequado; uma educação de qualidade, uma educação que forme plena cidadania, uma educação que capacite um aluno a disputar não só no seu Município, não só no seu Estado, não só no seu país, mas em todo mundo.

É interessante que, quando você olha, no País – e minha cidade é Missão Velha, uma cidade pequeníssima no interior do Ceará –, as cidades onde há, por exemplo, apicultura, como no Piauí, você identifica extrema potencialidades. Um apicultor, no Piauí, pode concorrer com o mundo todo. Uma pessoa que mora na parte oeste do Rio Grande do Sul, que é uma parte pobre, em grande medida, pode ser desenvolvida e competir com um cidadão da Coreia do Sul. Hoje, os seus celulares não me deixam mentir, possivelmente, são um Samsung ou um LG. Temos celulares Samsung, iPhone, não temos celulares Tupi, por exemplo. Isso é algo que não nos deixa orgulhosos e poderíamos ser orgulhosos. Então, a federalização da educação traz, nessa perspectiva do federalismo desequilibrado, um item que tem visão de curto, médio e longo prazo, que é a educação, mais a União, de fato, presente lá sempre. Daí o nome federal.

Poderia ser uma adoção da União pelas escolas de todo o Brasil. Nós temos cerca de 191 mil escolas, na educação básica. Nós temos cerca de 2,1 milhões de professores na escola básica. Nós temos hoje um pouco mais de 50 milhões de alunos na escola básica, envolvendo a educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental, ensino médio, EJA e ensino especial. São 50 milhões de brasileiros. Um em cada quatro brasileiros está nessa temática de que falamos. Veja só que política pública de extrema relevância: um em cada quatro brasileiros. Então, a proposta dela é com base teórica, com base empírica, uma solução para educação.

E quanto custa? 9,6% do PIB, e não 10% do PIB, como coloca o PNE.

Vejam vocês: 9,6% do PIB. E quanto dá isto? Um valor considerável. E quanto a gente gasta em educação hoje, juntando todos os governos: federal, estadual e municipal? Cerca de 6,4% do PIB. Um gasto bem amplo. Mas a gente precisa de mais recursos, muito mais, mais de R\$200 bilhões. Isso é muito dinheiro. É possível fazer isto? É. É uma utopia possível. Uma utopia que tem custo, uma utopia que tem benefícios que geram necessidade de decisão da sociedade. Por isso mesmo, quanto mais esclarecer o que precisa ser feito, o quanto custa para ser feito, e quais as soluções, tanto mais interessante.

O custo, então, esse último ponto, e já antecipei esse principal dado, é menos do que o PNE coloca, e tende a ser menos, porque a educação tem esse grande benefício. E aqui uso novamente a Coreia do Sul como exemplo. A Coreia do Sul, na década de 60, tinha uma renda *per capita*, a renda por cidadão, menor do que a do Brasil. Hoje tem mais do que o dobro do Brasil. E por uma política de estado perene, permanente de investimento na educação e também em ciência, tecnologia e inovação.

Você pode revolucionar a educação diretamente. Meus filhos, meus netos, seus netos, seus filhos podem ver um país completamente diferente. Aliás, nós mesmos poderemos ver. A nossa ideia é que a implantação da federalização – a ideia do Senador Cristovam Buarque e de quem suporta a ideia – é de implementação em um período de 20 anos, pois, uma revolução desse tipo não se faz de um ano para o outro. É necessário adaptar instituições, fontes de financiamento, alocar e avaliar essa alocação de recursos.

Muito bem. A gente finaliza com o potencial impacto dessa proposta em testes. Está bem?

A educação realmente é importante. Podemos criar uma sociedade harmônica com a educação, que é mais do que simplesmente aprendizagem, ela está em toda a base. A educação permite – vocês sabem disso, mas me permitam dizer – uma leitura mais adequada de uma bula de um remédio. Portanto, melhora a saúde. A educação permite ter o que nós, economistas, chamamos de o menor custo de oportunidade, pois uma pessoa bem formada tem mais possibilidades de um bom emprego; uma sociedade mais bem-educada consegue viver mais harmonicamente.

Desenvolvimento econômico é outra motivação. E isso se dá porque os economistas entraram em consenso de que o capital humano, e não o capital físico, é o grande diferenciador para o crescimento sustentável. Você quer tornar um país realmente forte? Eduque-o. Singapura sabe disso, Coreia do Sul sabe disso, Finlândia sabe disso. O Brasil tem que saber disso, mas saber efetivamente, e não colocar apenas ideias bem-intencionadas, mas, sim, ideias embasadas por números, embasadas empiricamente e com institucionalidades possíveis de implementação.

É uma visão de longo prazo. Colocamos a ideia de adoção pelo Governo Federal quando os entes federados não puderem. O federalismo brasileiro é extremamente desequilibrado e fraturado. Temos entidades, tanto nos Municípios quanto nos Estados, endividadas, com problemas de pagamento. Aqui mesmo, no DF, devemos ter dificuldades por restrição fiscal do pagamento dos professores no 13º salário. É possível que seja resolvido, e deve ser resolvido, vai ser resolvido, mas só mostra essa questão de como o federalismo é desequilibrado.

Seguindo.

Diagnóstico. Vou passar um pouco mais rápido agora e havendo necessidade a gente volta.

Em termos de um quadro geral, na nossa educação básica temos no Brasil, hoje, cerca de 50 milhões de alunos, mas esse número tem caído. Vejam vocês: de 2007 para cá esse número vem caindo de 53, 52, 50 milhões. Hoje está um pouquinho acima de 50, pelo Censo da Educação Básica em 2013. Assim, um em cada quatro brasileiros está na educação básica. É um percentual muito grande, é um valor muito grande. E desses 50 milhões de alunos, nós temos na educação pública 42 milhões, na educação privada um número em torno de 8.

Quando abrimos por modalidade a etapa de ensino, vemos que, do total de 50 milhões de alunos, temos, na educação infantil, um pouco mais de 7 milhões. E aqui já vem um ponto extremamente importante. A educação infantil é aquela em que o investimento em educação dá o maior retorno.

Um pouquinho de teoria: não sou eu que falo isso. Isso é suportado, é embasado por diversos estudos, desde prêmios laureados com o Nobel de Economia, com o Prof. James Heckman, até professores extremamente afamados em estudos de educação, como o Prof. Prof. Erick Hanushek, da Universidade de Stanford, como diversos pesquisadores brasileiros de altíssima qualidade, como os Profs. Naércio, Aquino, Fernando Velloso e diversos outros. Aqui, no Brasil, temos diversos contribuidores, diversas contribuições para identificar a importância da educação.

E, na educação infantil, nessa pré-escola, há 7 milhões de brasileirinhos que estão matriculados. É insuficiente. Pelos dados do IBGE, precisaríamos ter 12 milhões de brasileiros matriculados. Nós temos uma não universalidade em educação infantil, que precisa ser corrigida.

Sabe quanto isso vai custar? Cerca de R\$57 bilhões por ano. Esse é o custo de universalização com qualidade dos nossos brasileirinhos, e de ter realmente isso aportado.

O Brasil tem recursos? Tem. Só em termos de nossa... O que está sendo discutido agora, Senador, é que nosso Orçamento é de R\$2,6 trilhões – R\$2,6 trilhões. Essa é a *pizza*, esse é o bolo que está sendo aqui discutido, no Congresso Nacional. Nós estamos nos processos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento anual. Então, temos 7 milhões, e precisariam ser 12 milhões. Nós temos, desse total, no ensino fundamental, quase 30 milhões; no ensino médio, 8 milhões. E aí temos a EJA – Educação de Jovens e Adultos – e a educação especial se distribuindo.

Muito bem. Quando a gente abre por dependência administrativa, e aí fala em escolas federais, municipais e estaduais, a federal ocupa um número muito pequeno. Dos 50 milhões de alunos, menos de 300 mil estão na escola federal; cerca de 18 milhões, dos 50 milhões, estão na estadual; 23 milhões, na municipal; e, na privada, 8 milhões.

Então, a escola federal é uma pequena mostra desse universo bem grande. A ideia da federalização é expandir o que é feito aqui nas federais para todo o universo, pelo menos para o universo das públicas, mantendo-se as escolas privadas também com seu espaço, embora deixaremos sempre em uma solução – e aqui se abre, claro, para o debate – uma opção pelas escolas privadas, quando o cidadão desejar realmente, mas ele ter sempre à disposição uma escola pública de qualidade no seu Município, uma escola pública que forme alunos capazes de competir, mais à frente, com os alunos formados pelas escolas finlandesas, da Alemanha, da França. Essa é a ideia. Quanto custa isso? Nove vírgula seis por cento do PIB em 20 anos de implementação.

Quanto a gente paga só de juros da dívida? Cinco ponto cinco por cento do PIB. Quando começamos a colocar nessa *pizza* o que recebemos, o que temos e o que pagamos, começamos a olhar com mais clareza a ideia de possível implementação, de efetiva implementação de uma solução como a federalização.

Muito bem. Vamos falar sobre o gasto total em educação. A gente está falando de gasto total e não de gasto chamado investimento direto. O gasto total inclui todos os gastos estatais com educação pública ou privada. O investimento direto é mais restrito: se refere a gastos... é um pouquinho menor do que o gasto total. Em termos de percentual.

Pode passar, por favor.

Hoje nós gastamos um percentual que vem aumentando, um percentual do PIB. Permita-me dizer isso em termos de percentual do PIB, mas já lhe falar quanto é 1% do PIB.

Um por cento do PIB, hoje, é aproximadamente R\$50 bilhões. Então, essa é a nossa aritmética. Um por cento do PIB são R\$50 bilhões.

O gasto total com educação tem pulado de 4,7% do PIB, em 2000, para um pouco mais de 6%, hoje. Em 2010, foram 5%, esse é o dado oficial; em 2011, 6%; em 2012, se não me engano, 6,3%; e, em 2013, ano passado, devemos ter chegado – esse número não está fechado ainda porque precisamos dos dados municipais –, em educação, a um total de 6,7%, 6,6% do PIB. Mas essa distribuição não é uniforme. A educação básica recebe esse percentual, enquanto a educação superior recebe algo como 1% do PIB, de forma tal que, quando se olha – e esse é o gasto total –, ao longo dos anos, quantos vezes o ensino superior recebe mais do que a educação básica, essa soma é cerca de 5 vezes mais, o gasto por aluno. Então, numa comparação internacional, o Brasil gasta, *per capita*, por aluno, na educação básica, cinco vezes menos do que gasta na educação superior.

Temos de diminuir esse desequilíbrio, gastar mais na educação básica. Não estou dizendo diminuir, em termos absolutos, o que se gasta na educação superior. Na realidade, aquele custo final de 9,6% do PIB é para toda a educação, para toda a educação básica e superior e, digamos, o entorno, a família que suporta seus estudantes, seus alunos.

Precisamos aumentar, também, um pouco do gasto com o ensino superior, que hoje é em torno de 1% do PIB. A nossa proposta é que passe para 1,4%, 1,5% do PIB e que, para a educação básica, suba de 6%, aproximadamente, para algo como 7,6% do PIB, lembrando que 1% do PIB é algo como R\$50 bilhões.

É possível fazer? É. Tem espaço? Tem. Posso dar-lhe um número bem direto. Só em termos de desoneração tributária, o Brasil está batendo recordes. Em 2014, devemos ter, em termos de desoneração de tributos para comprar carros, por exemplo, que é um dos itens, R\$250 bilhões. Não é preciso essa desoneração tão agressiva. Conseguimos conviver com cerca de R\$130 bilhões de desoneração, não precisamos de R\$250 bilhões. É como se você estivesse tirando de algo mais carente, que é mais promissor, e dando para outros setores que têm sua importância, mas que relativamente são menos importantes do que a educação. Então, requer-se uma solução, uma discussão sobre quais são as reais prioridades e sobre quem você deve incomodar para focar em quem deve receber, porque o Brasil precisa, porque o futuro necessita de um investimento desse tipo. Não podemos ficar com uma economia relativamente forte e uma educação escancaradamente ruim, em termos de desempenho internacional.

Nosso gasto no ensino primário e secundário, em dólar, é bem menor. Menos de US\$2 mil no primário, menos de US\$2 mil no secundário e, no superior, algo como US\$12 mil. Há, realmente, um desequilíbrio, está certo?

Quando olhamos, nesse nosso federalismo, em 2012, o gasto total foi de 6,4% do PIB. Vamos olhar com quanto a União entra? Com 1,3%. E o Estado? Com 2,5% do PIB. E o Município? Com 2,5%. Opa, opa, espera aí, parem o filme! A União não era mais forte? É. E por que ela gasta menos? É uma pergunta que tem de ser feita logo de largada. A União gasta 1,3% do PIB com educação, no País, basicamente com educação básica. Os

Estados gastam 2,5% e os Municípios também. Mas, esperem, não falamos, no diagnóstico, que o Município é quem tem menos recursos? É. Mas ele é quem mais gasta? É. Então, tem alguma coisa desequilibrada.

O Senador Cristovam discutiu e apresentou isso, agora, na campanha da Presidência. Discutiu com as equipes do Senador Aécio, com a equipe da ex-Senadora Marina e do Governador Eduardo Campos e também com parte do Governo, da campanha da Presidenta Dilma. S. Ex^a apresentou esses pontos. Eu mesmo passei mais de três horas discutindo com essas equipes, tendo uma forte interação. Foi uma discussão muito proveitosa – “Por que isso é feito?”.

Há um desbalanceamento, os números não mentem, e temos que colocar isso na mesa e dizer: “Será que a solução para a educação não passa pela União, deixando de ser, em parte, omissa e entrando nessa questão mais frontalmente?” A União paga quase a totalidade do 5.5% do PIB só de juros da dívida, mas, em termos de educação, só entra com 1.3. Por quê? Em termos de desoneração tributária – aquele número de que eu falei, R\$250 bilhões –, dá 5% do PIB. A União desonera 5% do PIB, mas por que ela só gasta 1.3% do PIB em educação?

Vamos seguir.

Quando olhamos a avaliação – esse é o dado do Ideb divulgado agora, em setembro, nos últimos meses...

O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, os senhores e senhoras sabem bem disso. O nosso Ideb é ruim, realmente. Fica a desejar. O Ideb vai de uma escala de zero a dez e contempla a *performance* do aluno, o número de alunos que estão matriculados – a cobertura – e, também, a taxa de aprovação ou reprovação.

Então, nós estamos melhorando. Se olharmos o dado total do Ideb, e aqui está “Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, do primeiro ao quinto ano e do sexto ao nono ano, “Séries Finais do Ensino Fundamental” e o “Ensino Médio”. Estamos melhorando o Ideb a cada dois anos – 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 –, 3,8; 4,2; 4,6; 5; 5. Mas, calma, o Ideb vai até quanto? Até 10. Quem de vocês, aqui, ficaria satisfeito com o seu aluno tirando nota 5, de 0 a 10? Quem de nós colocaria a avaliação de um funcionário público ou de um Senador, em uma escala de 0 a 10, em 5? Você diz: “Olha, Waldery, você é consultor e recebe pelo Estado, mas a sua avaliação foi 5.2, em uma escala de 0 a 10. Melhore, rapaz. Você precisa melhorar bastante. Está longe... Não tem nem um 7. Estamos bem ruins.”

Isso no começo, quando é mais fácil ensinar – em tese. É mais fácil porque a gente tem uma plateia com uma consciência ainda não completamente formada. Então, se o professor for um abnegado, se o professor for aquele que, realmente, quer fazer uma mudança na vida dos alunos, e a família suportar, e houver algumas especificidades da vida que o ajudem, o aluno consegue ir até a nota 10 mesmo. Mas essa é a exceção. Na média, estamos aqui: até 5, para os nossos alunos até o 5º ano, digamos, em uma faixa etária de até 10, 11 anos de idade.

Na faixa etária de 11 anos de idade, em média, até 16, 17 anos, a coisa tem evoluído até 4, de 0 a 10, e no ensino médio... *(Pausa.)*

Desculpem-me, aqui, é de 10 a 14. Quando a gente pega de 15 a 17, 16, olha só, 3.4; 3.5; 3.6; 3.7; 3.7. Está estagnado em 3.7. É indefensável! Você não tem como colocar, por melhor que seja uma propaganda, e dizer: “Nós estamos melhorando.” Não estamos melhorando. A escala é de 0 a 10, é inequívoco!

No ensino médio, onde há uma altíssima taxa de não conclusão – ainda há isso –, onde há problemas seriíssimos, até a questão de segurança... A uma das minhas irmãs, Malena, eu perguntei: “Quantos alunos você já perdeu por que foram mortos?” “Seis”. Já foram levados pelo tráfico.

Então, temos desde uma avaliação geral que está ruim, em termos de uma análise no Brasil – de 0 a 10, estamos estagnados em 3.7 no ensino médio –, até a situações em que o aluno não só não aprende, ele morre! É uma perspectiva que requer, de fato, a atenção de boa parte do funcionalismo público brasileiro – e eu me encaixo nisto – e de boa parte de nossos Parlamentares.

O Senador Wilson Matos, certamente, terá uma importantíssima agenda, que ele já segue há vários anos, e terá um bom espaço para atuação. Isso vai ser bem interessante. Aliás, a próxima Legislatura 2015/2018 será emocionante aqui, no Congresso Nacional. É interessantíssimo que, após um período eleitoral como esse, com uma discussão acirrada, a gente fique antenado para o que o Congresso está fazendo. O que o Congresso está fazendo? Acredito que a gente vá viver quatro anos bastante proveitosos em termos de desafios a serem encarados.

Então, esse é o perfil total. Quando a gente o abre, o que acontece? Peço, por favor, a sua atenção.

Vamos olhar o ensino médio, ou melhor, o ensino inicial, os anos iniciais do ensino fundamental. Do 1º ao 5º ano, a faixa etária está em torno de 7 anos, de 8 anos ou até de 10 anos, aproximadamente. O estadual fica um pouquinho acima. Vamos olhar o último dado: 5,4, acima dos 5,2, verificados no Brasil como um todo. O municipal fica abaixo: 4,9. O da escola privada é de 6,7, bem melhor do que a média nacional. E o da pública é de 4,9. Mas, se você for olhar aqueles menos de 300 mil alunos que estão nas escolas públicas federais, em que se incluem as escolas militares, as escolas associadas a universidades, as escolas de aplicação, quando você

olha esse público pequenininho – dos 50 milhões de alunos, cerca de menos de 300 mil estão na escola federal –, você vai ver que essa turma está com nota 6 no Ideb, nota 6,1, na realidade. Mas por quê? É escola pública? É. Mas por que o aluno tem essa *performance* tão mais alta? Não apenas porque há, por exemplo, nas escolas militares, o concurso das escolas militares. Esse fator também ajuda, mas não é definitivo.

Por exemplo, meu filho está no Colégio Militar de Brasília. Eu acompanhei esse processo. Eu fiz cerca de 35 provas com ele, estudando, vendo qual era o conteúdo. E olhava para as escolas municipais públicas e dizia: “Esse conteúdo estudado para se entrar no 6º ano do Colégio Militar não é visto nem no 7º ano ou no 8º ano, em média, numa escola pública.” Então, Senador, essa colocação me fazia pensar assim: “Caramba, a gente está com uma diferença gigantesca! Há muito trabalho a ser feito.”

Essa admissão no Colégio Militar de Brasília, por exemplo, é de apenas 14% dos alunos, que são concursados. O restante não é concursado. Aí você vai me dizer: “Ah, mas há o efeito renda. A renda das famílias é maior.” É verdade. A gente sabe disso. E a gente tem de fazer o dever de casa no sentido de dizer: “Espera aí! Por que a escola federal tem um desempenho melhor, mesmo corrigindo ou isolando esses efeitos de haver um certo vestibularzinho, um concurso de admissão para algumas federais, e de haver famílias que, em tese, têm uma renda mais alta?”

Quando você retira esses efeitos, a gente vê que é possível federalizar e dar para todas as escolas, para a escola municipal e para a escola estadual, sem que elas percam autonomia de currículo, autonomia de administração, autonomia de formação, mas atendendo a currículos mínimos que são cumpridos nas federais, em média. Por isso é que ela tem uma *performance* melhor. Na realidade, ela chega a superar... Se você olhar o dado da escola privada, verá que ele está acima do total. O da escola privada está em torno de 5 ou de 6, e o do Brasil está em torno de 3 ou 4. A privada supera, mas a pública federal supera a privada.

Aí você olha por que esse grupo seletivo de cerca de 405 escolas públicas federais têm esse desempenho. Quando a gente olha isso, a ideia que vem é a seguinte: será que dá para reproduzir, melhorando, corrigindo alguns erros, essas experiências das escolas federais em todo o Brasil? Quanto é que isso custa? Quanto tempo levo para fazer isso? É possível haver aqui uma escola similar àquela que é montada na educação básica na Coreia ou na Finlândia? Será que o brasileiro, de forma inata, é menos capaz do que um sul-coreano ou do que um finlandês? Será que a gente consegue ter a possibilidade de fazer aqui o que é feito lá? Não em um ano, não em dois, mas em vinte anos, com cerca de cinco mandatos presidenciais? E, uma vez feito, é altamente improvável que qualquer presidente ou qualquer grupo de Parlamentares volte atrás, uma vez feito, uma vez colocado um protótipo, e a ideia do Senador Cristovam é de fazer isso por cidades. Mudar uma cidade completamente. Isso pode ser feito, por exemplo, aqui, em Brazlândia, no DF, ou no Município de Quixeramobim, no Ceará.

Em média, os Municípios brasileiros têm 36 mil habitantes. Desses 36 mil habitantes, divididos por 4, a gente tem cerca de 9 mil alunos. Será que eu consigo formar, em uma cidade, 9 mil alunos que consigam competir com a Coreia do Sul? Quanto custa? Eu trago isto para vocês, já diretamente: são 160 “milhoezinhos” só, para pegar uma cidade típica no Brasil de 36 mil habitantes e transformá-la, para ela ter uma educação de altíssima qualidade. Isso custa somente R\$ 160 milhões por ano. É muito pouco, mas o Município não tem esse dinheiro. A União tem. Só em termos de Imposto de Renda, a União arrecada mais de 100 bilhões. Por que eu não posso pegar, desses 160 bilhões de um determinado imposto, e fazer um protótipo com uma cidade? No Brasil, em média, há 36 mil habitantes. Transformam-se os alunos daquela escola para dizer o seguinte: esta cidade não só está livre do analfabetismo, mas ela tem alunos, brasileiros, que têm condições de competir com qualquer aluno do mundo, quer seja alemão, quer seja americano, chinês. Chinês! A China está fazendo revolução na sua educação. A gente está perdendo para a China.

Isto aqui, possivelmente, não é brasileiro. É chinês. Meu celular não é brasileiro. É coreano. Eu gostaria que ele fosse brasileiro. Este microfone não é. O xampu que você está usando não é brasileiro, possivelmente. Tem fabricação no Brasil, mas não tem a inovação do Brasil. A exceção honrosa para essa questão são os aviões da Embraer. Também a Embrapa e algumas outras redes de excelência. Dizem até que o avião do Primeiro-Ministro da Coreia do Sul é da Embraer. Isso dá um certo alento. Mas a Embraer – eu estudei no ITA, de 1988 a 1992, que gerou a Embraer – foi uma escola pensada 50 anos atrás. Não foi coisa de 2, 4, 5 anos. Foi quando um cearense, Casimiro Montenegro, pensou isso na década de 50. Foi até o MIT, nos Estados Unidos, e perguntou: “Essa é a melhor engenharia do mundo?” “É”. “Pois eu quero que tenha no Brasil também”. Pegou São José dos Campos, uma cidade que era usada, pelo seu bom clima, em grande medida, para cura de doenças respiratórias, e disse: “Aqui vai ter um núcleo de excelência.” A ideia foi mantida e foi desenvolvida ao longo de décadas.

Hoje, na nossa pauta exportadora, a gente tem poucos itens de valor agregado e de conteúdo tecnológico elevado. Os aviões são um exemplo, mas isso em função de uma educação bem planejada. A ideia, com a federalização, é você ter a educação básica que fortaleça toda e qualquer potencial de criação.

O interior de Pernambuco – e Recife, em particular – é extremamente perspicaz e tem um povo extremamente inteligente em desenvolver *softwares* e esses *Apps* de celulares também. O Brasil tem uma larga vantagem em termos de criatividade. Falta treino e rigor nas suas escolas, para que a gente desponte, realmente. Vamos seguir.

As federais têm um desempenho no Ideb muito melhor. Quando a gente abre por região, o Ideb – vamos pegar as séries finais do ensino fundamental –, no Brasil, é 4. Quando a gente olha, essa *performance* é ruim em todas as unidades federativas. Por região, Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o desempenho é ruim. Em particular, temos um desempenho aquém no Nordeste. Então: 3; 3; 4; 4; 2,9 em Alagoas – 2,9 de zero a dez. Então, é uma *performance* que fica...

Mesmo um Estado rico, como São Paulo... Vamos pegar São Paulo aqui: 4,7 no Ideb de 2011 – de zero a dez. Analisando os alunos que terminam o ensino fundamental e o ensino médio em São Paulo – portanto, pessoas que têm pelo menos 12 anos de escolaridade, o que está muito acima da média brasileira, que é 7,2 –, constatou-se que metade deles não consegue identificar corretamente um relógio analógico. Ou seja, se eu falar em 100 minutos, boa parte dos alunos vai achar que isso equivale a 2 horas.

E eles têm dificuldade também para fazer contas. Isto vocês já devem ter experimentado: é comum chegar ao supermercado e perceber que aquela pessoa que tem 12 anos de escolaridade e tem que lhe dar o troco – digamos, você deu R\$70 e o total foi R\$53,5 – não consegue fazer contas simples de cabeça, tem que pegar a maquininha – isso com 12 anos de escolaridade. Isso não é exceção. Será que um aluno com 12 anos de escolaridade na Alemanha tem essa dificuldade?

Pode-se dizer que isso é coisa que não tem impacto na economia. Tem sim, a ponto de termos no Brasil um total de quase 14 milhões de analfabetos e quase 30 milhões de analfabetos funcionais, pessoas que não conseguem, após lerem um texto de três parágrafos, identificar o que o primeiro parágrafo dizia. Então, temos um espaço grande a preencher.

Os Municípios realmente não têm capacidade. Aqui eu peguei os 5 Municípios que têm a maior receita orçamentária por habitante, dá cerca de 17 mil por habitante. Se você pegar a estimativa por aluno, verá que é quatro vezes isso mais ou menos, mas a maioria dos Municípios têm essa *performance*. Vamos pegar aqui os últimos cinco: menos de R\$1 mil por aluno por ano. Poxa, se o Município não tem nem R\$1 mil para investir por aluno, como é que vou transformar esse aluno em um aluno de qualidade internacional?

Nós fizemos uma análise de quanto é preciso investir por aluno por ano no Brasil para que ele consiga ter uma capacidade de competitividade internacional. Chegamos ao número de R\$9,5 mil. É disto que eu preciso: R\$9,5 mil por ano por aluno para transformá-lo em um cidadão classe A mundial.

Muito bem, um pouco de teoria. Se formos olhar o que a teoria fala sobre o que de melhor pode ser adotado como solução para os problemas de educação, veremos o seguinte. E há vários textos que podem ser citados, inclusive de pessoas que têm prêmios Nobel, laureados com o Nobel, ou seja, são estudos realmente embasados.

Este aqui é do Professor Hanushek, da Universidade de Stanford.

Quando temos uma melhora em um teste, temos uma melhora no crescimento econômico muito grande. Se você olhar a história do mundo e olhar a história dos testes educacionais, basicamente... Ao longo de séculos temos visto que a escolaridade explica, em termos de crescimento econômico condicional – é um termo técnico –, a maior parte do crescimento econômico. Se você tem uma boa escolaridade, o país cresce e, se cresce, tem receita e, se tem receita, tem recurso e, se tem recurso, pode alocá-lo em educação, o que retroalimenta, em um círculo virtuoso, a capacidade de crescimento e a capacidade de gerar recursos para mais educação de qualidade.

Quando olhamos para o Brasil – e está aqui o teste, vamos colocar aqui o teste, e permitam-me acelerar pois isto aqui vai ficar disponível para quem tiver interesse mais à frente – em termos de proficiência em matemática. Isto é do Prof. Ricardo Paes de Barros, que é Secretário na Secretaria de Assuntos Econômicos, digamos que seja o vice-ministro lá. Ele aponta que uma proficiência em Matemática implica em taxa crescimento elevada. Se você melhora em cerca de 15 pontos no teste de Matemática da oitava série, você garante um crescimento de quase 1% no PIB. Lembra aquele 1% do PIB, que é cerca de R\$50 bilhões, e que a União só gasta 1,3% do PIB? Se eu melhora a educação, eu tenho mais crescimento. E esse crescimento se reverte em receitas.

Então, o que a União estaria fazendo, ao federalizar, é investimento. Ela aloca mais para a educação, avalia essa educação, e tem, em termos de retorno, receitas geradas, rendas geradas, que permitem que o processo ande por pernas próprias, por si próprio. Então, é importante se quebrar essa não prioridade em educação pela União, no sentido de a União realmente contemplar não só o que ela faz hoje, mas o que os Estados fazem e os Municípios também, para que haja essa *performance*.

Muito bem. Qual é o objetivo da federalização? Assegurar uma escola com máxima qualidade a qualquer criança brasileira. Uma criança, antes de ser paranaense, é brasileira; uma criança, antes de ser amazonense, é brasileira.

Se não me engano, há apenas um representante de Brasília aqui, a maior parte de vocês é de fora, mas, por exemplo, se vocês saírem aqui do Senado e forem a uma agência do Banco do Brasil, que diferença vocês notam daquela agência para uma agência do Banco do Brasil em suas cidades? Nenhuma. Possivelmente, a qualidade de atendimento é a mesma, até o conforto térmico é o mesmo. A única coisa que vocês notam de diferença, às vezes, em uma agência do Banco do Brasil, é o sotaque da pessoa. Mas o sistema de informática é o mesmo, tudo é o mesmo. Agora, comparem o seguinte: vão a uma escola de subúrbio ou de um bairro pobre de suas cidades e ao Colégio Militar de Brasília ou à Escola D. Pedro II, no Rio de Janeiro, ou ao Colégio de Aplicação, de Juiz de Fora. Por que não são iguais? Por que há um choque visual e, mais ainda, efetivo, em termos de *performance*, da valorização do professor e da *performance* do aluno nessas escolas? Federalizar é isto, é buscar unificar. Assim como os Correios e o Banco do Brasil têm essa unificação no Brasil, por que as escolas também não podem ter?

Nós temos cinco medidas concretas. Uma delas é a transformação das carreiras dos professores em uma carreira nacional, ganhando R\$9,5 mil por mês. Essa é a nossa proposta. Pode ser feito. Um consultor como eu, isso é público, ganha R\$26 mil. Por que um professor, em média, no Brasil, ganha entre R\$2 mil e R\$4 mil? Por quê? Por que na Coreia do Sul um professor ganha mais do que o equivalente ao que ganha o Waldery? O professor de escola básica na Coreia do Sul ganha mais do que o equivalente ao que ganha o Waldery na Coreia do Sul. Por que isso acontece?

Vamos lá. E é possível mudar. Temos a valorização dos professores e um concurso nacional. Claro, nos primeiros anos de implementação, valorizando os professores que já são da carreira, porque eles conhecem a realidade. Numa prova, você pode colocar prova de títulos e prova de conhecimento e experiência, mas valorizando, e colocar um concurso em âmbito nacional, com este salário: R\$9,5 mil, por mês. E o gasto por aluno não deve ser de valor menor do que R\$9,5 mil também, por ano, naqueles 50 milhões de alunos.

Muito bem. Há um propósito moral e político, claro, na federalização. O moral é direto: são todos brasileiros, então merecem educação de qualidade realmente aumentada.

Quanto custa? O valor final é 9,6% do PIB, mas, se pegarmos os valores, salário do professor, dá R\$252 bilhões – valor em bilhões. Isso em 2034. Supõe-se uma implementação *pari passu*, ano a ano, em 20 anos. Colocamos, no primeiro ano, cerca de 200 cidades, implementa por cidade essa, literalmente, revolução na educação e mantém. No próximo ano, acrescenta mais 200 a 250 cidades, e vai contemplando isso até cobrir todo o universo de pouco mais de 5 mil Municípios. Quando completar isso tudo, vai custar R\$252 bilhões, lá em 2034 – 20 anos.

Mas eu também tenho que cuidar da previdência dos professores, não só o que ele tem hoje. E dá R\$35 bilhões para que um professor tenha, na sua aposentadoria, uma valorização também adequada. Eu tenho que fazer o pagamento e valorizar todo o *staff*, todos os funcionários que suportam o grande mestre. O professor é o grande diferencial, mas é importante termos toda uma equipe bem valorizada.

A construção de escolas: colocar escolas de altíssima qualidade – gente, eu estou falando e esses números estão abertos no detalhe –, e falo desde um computador de altíssima linha, *softwares* de altíssima linha, treinamento de professores em alta *performance*. Ao longo desse processo, custa isto daqui: 79 milhões. E teremos uma escola de primeiríssima linha, aquela que sai na propaganda eleitoral, mas que não corresponde grosso modo ao que se vê. E aquela escola da propaganda eleitoral, se a gente fosse fazê-la para contemplar cerca de 50 milhões de alunos no Brasil, daria esse valor. São dados de engenharia e podem ser abertos.

Ter equipamentos e manutenção de altíssima qualidade. E manter esse equipamento dá um custo total de R\$441 bilhões, um custo por aluno de R\$9,5 mil. “Mas, Waldery, você falou da educação infantil, não falou? “Falei.” “Só há hoje cerca de 7 milhões de alunos e eu preciso contemplar mais 6 milhões pelo menos. Quanto custaria?” Cinquenta e sete bilhões de reais.

Juntando isso tudo, quanto é que fica?

Eu preciso de mais dois minutos e a gente encerra.

Para a educação básica, nos 20 anos de implementação, o custo como um percentual do PIB que vai aumentando até estabilizar em 7,6%. O atual sistema vai, obviamente, tendo o seu custo diminuído, porque ele vai sendo substituído, e esse sistema vai crescendo.

Então, vejam, para a educação básica a necessidade é termos 7,6% do PIB. É isso que muda a cara da educação básica no Brasil. Mas é para mudar mesmo, mudar permanentemente. E é um valor que cabe no orçamento do Brasil, desde que se discutam quais são as reais prioridades e o que queremos fazer deste País.

Nós devemos crescer – e aí eu falo um pouquinho agora como economista – em 2014 algo como 0,2%, 0,3% – estamos quase estagnados. Nós já crescemos mais de 11% ao ano, lá em 67, de 1967 até 1973. Só que um crescimento extremamente disforme, altamente concentrador de renda.

Conseguimos crescer com investimento em educação, investimento sério, e crescer de forma sustentável algo como 5% do PIB, uma taxa de 5%. Se fizermos esse investimento *pari passu*, conseguiremos colocar realmente o País em um trilho, em uma trajetória de real cidadania. Não é ser apenas a quinta, sexta ou sétima economia do mundo. É ter a educação entre as primeiras do mundo; é ter a saúde entre as primeiras do mundo; é ter a segurança pública entre as primeiras do mundo. Nós não estamos, nem em educação nem em saúde nem em segurança pública.

O último gráfico para fechar.

Gente, aqui é o Pisa. Aqui estão os países... Desculpem-me a letrinha pequena...

(Soa a campanha.)

Aqui estão os países mais bem colocados, que são os chineses. E aí temos aqui Cingapura, França, Alemanha etc.

Aqui são os piores países, os que estão nas piores colocações. O Brasil está aqui.

Então, este mapa é vergonhoso, este é um gráfico de vergonha para o Brasil.

O que eu faço para jogar essa barrinha do Brasil para cá? Se olharmos as escolas estaduais e fizermos, por uma adequação estatística, o desempenho delas comparando com o mundo, está aqui: a estadual e a municipal. Se nós formos olhar as escolas privadas, elas estão aqui, a barrinha foi puxada daqui para cá, melhorou. Mas, se a gente for olhar a barrinha das escolas federais, aqueles privilegiados – vamos dizer assim, é um privilégio que deveria ser estendido para todos os brasileiros – ficam bem aqui, juntinho da Alemanha. Ou seja, que a gente tenha o seguinte: hoje a gente está aqui, estadual afasta a barra, municipal também, e a federalização catapulta a posição do Brasil para próximo da Alemanha. Essa é a proposta da federalização da educação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Só podia ser cearense. *(Risos.)*

Cabra da Missão Velha, que tem a sorte de cair no ITA. Porque isso também é sorte, até hoje essa sorte tem batido à porta dos cearenses, mais ou menos 1/3 é a média, acima um pouco de 1/3 das vagas do ITA são ocupadas por cearenses, até agora, neste ano de 2014.

E mais, quem criou o ITA foi um cearense, uma história fantástica. Criou o ITA contra o seu mentor, porque com oito anos de idade, o criador do ITA foi considerado mental pelo pai. E, com 16, porque ele não queria fazer nem Medicina, nem Direito, nem ser padre, foi deserdado. Olhem aí! E quando foi criar o ITA, o Brasil queria mandar os oficiais da Aeronáutica, da Marinha e do Exército – como, de resto, faz até hoje ainda – para terem formação quase que exclusiva nos Estados Unidos. E foi o reitor do MIT que disse: “Não, o Brasil é um país continental, tem que ter o seu próprio MIT”. E ele voltou de lá com isso na cabeça – para ver que ele nem era mental – e contra a posição do próprio governo do General Dutra e do seu mentor – que digo, porque foi o Brigadeiro Eduardo Gomes que botou o Montenegro dentro do avião e o transformou de soldado raso a piloto da Aeronáutica, depois, evidentemente, em oficial –, porque o seu mentor e o próprio general não queriam construir o CTA nem o ITA, foi feito a fórceps pelo Marechal Montenegro, que saiu de lá do Ceará deserdado e terminou como marechal.

Então, na verdade, a batalha política em relação à educação no Brasil se trava no confronto com as elites econômicas brasileiras. Ou não vamos lembrar que recentemente um governo federal resolveu, por decreto, impedir a expansão de escolas técnicas federais? Isso foi um decreto presidencial, acabou. Nós tivemos que retomar já no governo do Lula, porque era um torneiro mecânico e sabia da importância de haver uma escola de formação profissional. E, com essa retomada, só no meu Estado, o Ceará, foi uma coisa fantástica. Nós tínhamos uma escola técnica federal, também era sorte grande cair dentro de uma, eu caí numa e me graduei em eletrotécnica e mecânica de máquinas, dois cursos fantásticos, que nos dá algo além da visão cultural que a universidade nos dava de formação de gente. Isso foi uma sorte grande. Só havia uma na 13 de maio, que é uma avenida na cidade de Fortaleza, no centro de Fortaleza, só havia uma. Hoje, temos 33: 26 em funcionamento e as outras todas as construção, que devem começar a funcionar neste ano de 2015. Universidade federal só havia uma sediada em Fortaleza. Todo mundo tinha que sair do interior para ir a Fortaleza, ou quem morava no Cariri – como é o caso de Missão Velha, cearense – terminava indo para Recife, Salvador ou direto para o Rio de Janeiro, saía do Ceará para tentar se formar em algum outro lugar. Então, esse funil era muito grande.

Hoje, numa pesquisa recente do IBGE com os vários institutos presentes, a taxa de desemprego caiu e para questionar que o desemprego era uma espécie de fantasia também da televisão e da propaganda, o

que o repórter de uma dessas emissoras famosas de uma família só, que faz um jornal para todo mundo ver todo dia e achar que a verdade é só deles... Só há isto no Brasil também: uma cadeia nacional de rádio e televisão de uma única família para dizer que a verdade é produzida por eles. Ele questionou dizendo o seguinte: “Mas estou vendo aqui que a juventude não está procurando emprego”. Na tese dele, a juventude desistiu de procurar emprego. E o pesquisador disse: “Não, é que está acontecendo um fenômeno: a juventude está na escola, está estudando mais”. Essa é uma novidade no Brasil. Nós estamos conseguindo alargar a presença da juventude nas escolas.

Acho que o tema é muito importante para nós. Na Escola Técnica Federal, todos os meus professores tinham regime de tempo integral.

Olhem a novidade. Há alguém do Ceará na plateia?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Do Ceará.

Olhem a novidade. A novidade é o seguinte: no Ceará, não havia nenhuma escola técnica profissional estadual – nenhuma! – e, num curto espaço de tempo de menos de oito anos, nós saímos de zero escola técnica profissional estadual para 107 em funcionamento. São 107! Na escola técnica profissional estadual, os professores também passaram a ter dedicação exclusiva. O regime de aula é de tempo integral.

O Estado do Ceará é um dos mais pobres da Federação. Agora, há pouco, houve uma renegociação de dívidas dos Estados. O maior devedor é a cidade de São Paulo. O Estado de São Paulo, a cidade de São Paulo, depois, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os maiores devedores em termos de dívidas públicas de Estados e Municípios. O Estado do Ceará não tinha dívida. Além de não ter dívida, ele construiu 107 escolas técnicas que já estão em funcionamento, que vão chegar a 140, que era o programa que tinha.

E, no programa do candidato a Governador que foi eleito, nós propusemos que, em todos os Municípios, em vez de ser apenas os de mais de 50 mil habitantes ou os de mais de 30 mil habitantes, independentemente da quantidade de famílias que moram naquele Município e de pessoas, houvesse uma escola técnica profissional. Isso é uma mudança fantástica no Ceará. Claro que há muitos problemas ainda, no ensino fundamental, no ensino infantil, mas é uma demonstração de que, se fizermos uma associação adequada do que se chama Federação, nós podemos ter um resultado positivo. Houve esses avanços já constatados e há a possibilidade concreta de, numa associação União, Estados e Municípios, conseguirmos elevar a qualidade da formação do povo brasileiro. Isso não é uma coisa simples e fácil, não; é uma batalha dura e difícil.

Sabem também que um programa cearense se tornou nacional? É uma coisa simplória. Ali, o Estado colocou como meta que a criança na chamada idade certa, adequada tem de saber ler, escrever e compreender o que escreveu e tem de aprender as operações aritméticas, sabendo por que e para que serve. Esse salto foi também muito importante para nós, porque ele melhora a qualidade. Essa criança que vai chegando já vai subindo com uma qualidade muito maior.

Isso é uma demonstração, Waldery, de como fazer a federalização. Nós criamos o Sistema Único de Saúde e fizemos uma regra que impõe uma meta para os Municípios e que impõe uma meta de investimentos para os Estados, mas a União ainda ficou livre. No caso da educação, há uma meta para Municípios e Estados e já há a meta orçamentária da União: 18%, da União. Não é pouca coisa 18%.

Como é que se vai distribuir tudo isso? A União, também compreendendo a batalha que nós travamos aqui, no Congresso, em relação à questão da camada do pré-sal, terminou por admitir que nós deveríamos destinar uma parte significativa desses recursos para a educação. Isso também vai dar um aporte, que ainda não é o que precisamos, R\$200 bilhões, mas já é o início de um aporte razoável, mesmo porque não põe R\$200 bilhões de uma vez, porque não tem onde botar.

Você vai distribuindo-os à medida que se vão transformando essas carreiras em carreiras de dedicação exclusiva, com o professor em uma escola. Que o professor não continue com essa loucura de trabalhar em três escolas, porque isso não funciona. Em nenhuma escola, isso funciona. Em nenhum canto do mundo, isso funciona. Isso não está certo. Nós fizemos isso para socorrer o salário. Para socorrer o salário, foi feito isto: dois contratos públicos e mais um terceiro, feito na escola privada, para poder haver um salário adequado. Foi feito para isso.

Então, a questão fundamental do salário temos como resolver. E, em termos, já há uma federalização em curso, porque a União já entra com parte significativa dos recursos na área do ensino fundamental, do ensino médio e mesmo do ensino infantil. Então, já há também ali uma federalização.

Então, como fazemos isso de forma adequada, que não signifique uma intervenção nos Estados e nos Municípios? Como é que a gente vai construir esse movimento da formação das nossas crianças e da nossa juventude? Esse é o melhor caminho que temos para impedir que a sanha conservadora e de direito do Brasil

coloque a juventude como inimiga da sociedade, que é o que se deseja. Está em curso no Congresso Nacional a tese da redução da maioria penal. Votei contra e sou contra, porque acho que esse não é o caminho. O que nós temos de oferecer à juventude é escola de qualidade, escola boa. É isso que temos de oferecer à juventude. E, antes disso, não posso criminalizá-la. E essa é a tentativa dos setores conservadores, que falam na televisão todo dia que a escola está ruim, mas que vão lá em cima dizer que não se podem aumentar os gastos com escola, porque isso vira ganância do Poder Público. É uma ganância, porque, se se dão a milhões de brasileiros a oportunidade de uma escola boa, há um gasto razoável. Esse é um gasto grande, não é pequeno. Isso não é barato, isso é caro, mas deve ser feito, para poder evitar que se criminalize a juventude.

Aqui, está o nosso nó: como fazer a federalização, sem atropelar Estados e Municípios, que são unidades federadas e que, evidentemente, não querem dizer simplesmente ao Governo Federal para ele tomar conta do Estado? Do contrário, não vai prestar a eleição de governadores nem a de prefeitos.

Então, temos esse problema no meio do caminho, mas acho que devemos ampliar a garantia de recursos do Governo Federal para a educação no nosso País.

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Temos de criar um sistema, e, talvez, fosse mais adequado a gente legislar sobre isso, sobre o problema da escola de tempo integral e sobre a questão do professor.

O que acontece com o professor no Brasil? Acontece que a legislação abriu a possibilidade de dois contratos. Na verdade, essa é uma garantia constitucional. O professor pode ter dois contratos públicos pelo regime de horas. Isso enseja um debate com a categoria, para nós transformarmos tudo isso em um contrato em uma única escola, com o direito e a garantia de dois contratos desde que eles sejam feitos numa única escola.

É um debate. Não há unidade em torno disso. Sei disso, porque discuto com sindicatos no Brasil inteiro, com a Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, que reúne uma quantidade grande de sindicatos de trabalhadores em educação. Esse debate é muito acesso, é muito vivo, mas há o sentido de que possamos unificar em torno de uma escola pública e de um contrato: todos numa única escola. Isso dá uma relação de intimidade com as famílias, com os estudantes. Sei qual é o problema do estudante se eu estou numa única escola. Se eu não estiver numa única escola, companheiros, eu não terei condições de saber o que está acontecendo com aquela criança, com aquele estudante. Esse ainda é um dilema nacional.

Então, Waldery, o Brasil vai obrigatoriamente por esse caminho. Não sei se haverá federalização absoluta, em que o próprio contrato seja federal. Mas a federalização não significa apenas a contratação pelo Governo Federal. Pode haver federalização em que os contratos sejam feitos no Município. No caso do Sistema Único de Saúde, não é o Governo Federal que contrata, quem contrata é o Município, quem contrata é o Estado, mas a União, hoje, entra com uma fatia muito grande dos recursos. Inclusive, os recursos de produtividade na área de saúde são todos federais. No caso da educação, não. Um Estado ou Município pode adicionar ganhos aos professores na chamada produtividade, ou prêmios por você avançar, que foi o que fizemos no Estado do Ceará, no caso do Programa de Alfabetização na Idade Certa. Cada escola que garantisse ampliar a qualidade na formação do aluno era premiada. Era um bônus adicional. E a escola que alcançasse aquele índice de melhoria na qualidade também poderia ganhar um bônus adicional, se adotasse uma outra escola para melhorar a qualidade daquela escola.

Esse tem sido um movimento importante, que ainda é pequeno. No meu Estado, ainda considero pequeno. Nós chegamos a uma média na área de Português e Matemática de 6. Quando chegou em 6, encontrei uma professora da área de Matemática, que era também uma menina da universidade federal, que disse: “Nós chegamos em 6, mas está uma dificuldade para chegar em 6,1!”

O Waldery, que é engenheiro e da área de Matemática, do ITA, sabe dessa dificuldade. Para sair de 0 a 6, ela disse: “Puxa vida, foi uma maravilha! Foi até rápido!” Agora, para sair de 6 para 6,1, está sendo uma dificuldade. Isso exige a ampliação, agora, não só dos salários; não só dos recursos que você destina à própria escola ou ao próprio aluno diretamente, mas exige uma agregação de tecnologia e de conhecimento ainda mais vasta, o que também significa aplicação de mais recursos na escola.

Acho que nós temos um caminho que estamos adotando. Nós tivemos ganhos significativos nos últimos anos. Não são pequenos. São grandes. Ampliou-se o acesso. Está bem melhor. Há exemplos como esse, do Ceará, que acho que deveriam ser adotados por todos os Estados. Deveria haver pelo menos uma formação profissional mais adequada e a inclusão nos seus programas de formação desse programa da educação na idade certa. Acho que esse seria um salto muito importante para a formação no nosso País inteiro.

Fiz questão de quase dar esse testemunho porque tive a sorte de cair dentro da Escola Técnica Federal do Ceará. No meu bairro havia festa quando alguém entrava na Escola Técnica. Na minha época de estudante,

eu entrei na escola com oito anos de idade só. Com oito anos fui à primeira sala de aula. Não havia uma sala de aula. Sou novo. Só tenho 57 anos de idade.

Então, há 50 anos, num bairro de Fortaleza, relativamente próximo do centro da cidade, não havia uma sala de aula sequer, para você ver o atraso nosso. Esse atraso foi pela incapacidade de as elites econômicas ricas e poderosas, que poderiam botar seus filhos para estudar em Londres, em Paris, em Nova York, em Miami, mas nunca desejaram o direito de a maioria esmagadora do povo ter acesso à formação. E ainda hoje reclamam porque o Governo fez o ProUni, porque o Governo fez o Reuni, porque ampliou a chance de os pobres chegarem, inclusive, à universidade. Essa que é a batalha que travamos no Brasil. Se a gente conseguir dobrar essa elite e mostrar que ela ganha até muito mais se tivermos um povo mais preparado, acho que teremos uma grande vitória. E vamos chegar, talvez não pelo mesmo caminho que deseja o Senador Cristovam, à federalização da educação no nosso País, o que será uma vitória extraordinária.

Então, fiz questão de vir até aqui para não deixar o Wilson só e, ao mesmo tempo, para dar este testemunho da luta que travamos em nosso País.

Já digo que sou o Relator do Senador Crivella, que é um homem de Deus, e não posso faltar à Comissão de Justiça, porque vai ser considerado pecado mortal a minha ausência!

Obrigado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado, Senador. (Palmas.)

É que, estando com ele, você pode ter alguns galardões a mais no céu!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vamos garantir logo!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Quero parabenizar o Prof. Waldery Rodrigues. Nós podemos terminar dentro de dez minutos, no máximo, esta reunião. Vocês têm que sair também.

Mas eu gostaria de fazer uma rápida análise. Quero dizer que temos várias alternativas. Essa apresentada pelo Cristovam Buarque é fundamental, debatida aqui, com muita maestria, pelo Waldery, mas também, mostrando um pouquinho das crises da educação brasileira, para dizer que temos que adotar medidas urgentes, não podemos ficar como estamos.

A minha ênfase maior é no ensino superior, mas nós temos um mestrado na área de Gestão do Conhecimento e a nossa principal área de pesquisa é no ensino básico fundamental e médio. Então, nós temos muita informação, mas também a Fundação Lemann publica o *Anuário Estatístico da Educação Brasileira*, onde vocês poderão pesquisar.

O que vou colocar aqui são situações baseadas nesses dados que todos conhecemos, nós que estudamos um pouco mais essas questões, mas, de forma geral, são de conhecimento de todos. Eu, inclusive, faço uma palestra para todos os alunos que entram. Recebo os meus alunos, os milhares que recebo, grupos de 500, e faço a mesma palestra dez vezes. Mas o que eu sinto lá, que é a situação de quem chega no ensino superior, de quem entra no ensino superior... Aliás, ressalto que só 17% dos jovens entram no ensino superior brasileiro, 83% não chegam a atingir essa grande oportunidade, algo que representa um grande passo na vida de qualquer pessoa. Para vocês terem uma ideia, nós temos só 10% dos adultos com curso superior, e boa parte dessas pessoas que terminaram o curso superior não adquiriram as proficiências, as competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão e acabam não conseguindo emprego dentro de sua área. Cinquenta por cento dos alunos que entram no ensino superior brasileiro hoje são analfabetos funcionais. Isto é fácil verificar: o Ideb do ensino médio é 3,4. Isto significa que 66% dos alunos estariam reprovados. O Ideb é nota de conhecimento de 1 a 10. Há mais dois componentes, mas o principal peso é, sem dúvida, o conhecimento.

Nesse *Anuário Estatístico da Educação Brasileira*, essa fundação fez uma análise, na Prova Brasil, para verificar o índice de acertos em matemática. Verificou-se que só 5,5% dos alunos do terceiro ano do ensino médio adquiriram as proficiências do projeto pedagógico do ensino médio, sendo matemática a disciplina mais importante para o desenvolvimento do raciocínio lógico.

Você trouxe aqui um gráfico mostrando que, quanto mais o aluno cresce na proficiência em matemática – eu sou formado em matemática –, mais o país cresce economicamente. Não quero tirar a importância das demais disciplinas. No seu conjunto, há um desenvolvimento global do ser humano. Mas vou repetir: 5,5% dos alunos que terminam o ensino médio dominam matemática. Se fossem fazer uma prova rigorosa... É que nós vamos nos acomodando ao nível do aluno para que ele possa tirar nota. Se eles fossem fazer uma prova rigorosa, mais de 90% seriam reprovados. E um estudo feito na prova do Enem em 2012 também mostra mais ou menos isso.

Quando terminam o 5º ano, 34% adquiriram as proficiências dos conteúdos ministrados naquele ano. Se fosse feita uma avaliação rigorosa no 5º ano, quase 70% ficariam retidos. Mas como reter tantos? Por isso... E, no 9º ano, 17% adquirem a proficiência em língua portuguesa e matemática.

Bem, por isso, 23,5% dos que entram no ensino fundamental lá no começo não o terminam. Ou seja, nesse período, 23,5% desistem. São 7 milhões de estudantes, nesse período, que deixam de concluir o ensino fundamental. E, ao desistirem do ensino fundamental, vão para onde? Vão para as melhores práticas de cidadania e ética da sociedade? Uma boa parte deles vai pelos descaminhos da vida.

E a escola... Somos campeões em indisciplina dentro da sala de aula. Sabem por quê? A nossa criança é má? Não, nossas crianças são muito boas, os brasileiros são gente boa, comunicativos, alegres, criativos, mas criativos dentro do censo comum. Se nós desenvolvermos as habilidades e as competências do povo brasileiro para valer e somarmos isso à sua criatividade do censo comum, que é superior à observada na maior parte dos países, ninguém segura esta Nação. E sabem por que a nossa criança é indisciplinada na escola? Porque ela vai passando de um ano para o outro adquirindo menos da metade do conhecimento que deveria ter dentro de dois ou três anos. Ela está dentro da sala sem entender quase nada do que o professor está ensinando. E a sala de aula deixa de ser prazerosa. O prazer dela vai estar no pátio, na rua ou em outros cantos, não dentro da sala de aula. É o modelo educacional brasileiro que produz a indisciplina dentro da sala de aula. O principal criador da indisciplina é o modelo que temos hoje.

Segundo pesquisas da OCDE feitas em 60 países, na escola brasileira é onde existe o maior índice de agressividade do aluno em relação ao professor. É o modelo que produz isso, porque, uma vez que o aluno não está aprendendo, não está entendendo, o espaço deixa de ser prazeroso e gera indisciplina. O professor cobra, a família cobra, e aquilo vira uma situação insustentável. É o que temos hoje na educação brasileira.

No ensino médio, de 9 milhões de alunos, 30% desistem; no ensino superior, dos poucos que entram, dos dois milhões e pouquinho que entram anualmente, 40% desistem. Sabem por que desistem? Porque não aprenderam a aprender, não foram convertidos ao conhecimento.

Então, além da federalização, que considero fundamental – e agora vi mais detalhes –, temos que ter também a escola de tempo integral. Nenhum país do mundo deu certo com escola de tempo parcial. E o nosso PNE, no que tange a esse aspecto, é muito frágil. O que ele diz? Ele diz que, até 2024, 50% das escolas públicas brasileiras deverão ter programa de tempo integral para pelo menos 25% dos alunos. O que isso significa? Para os próximos dez anos, vamos continuar reproduzindo o que temos. Ou seja, a escola brasileira é reprodutora da cultura que temos. Vocês são culpados – todos nós somos responsáveis juntos –, mas vocês, como professores, e eu temos uma responsabilidade maior. Podemos fazer mais do que fazemos hoje. E eu trago, sempre trouxe para mim o desafio como professor, como gestor da educação.

Claro que há um contexto geral, que realmente precisamos desses recursos todos, de uma reforma completa, mas temos que fazer melhor do que estamos fazendo hoje. Se uma escola tira nota 3 no Ideb e outra, ao lado, em outra vila, tira nota 5, o que está acontecendo? Gestão e ação dentro de sala de aula. É claro que convivemos com o contexto da cultura de uma sociedade não convertida e que não valoriza o conhecimento, sem dúvida alguma. A desistência é o produtor do maior índice de criminalidade que temos hoje. Somos um dos países com maior índice de criminalidade do mundo, e 69% dos crimes são cometidos por jovens de 18 a 28 anos, por uma camada de 10% da população; 12% são responsáveis por quase 70% dos crimes. São os que estudaram, que tiveram oportunidades boas na escola, que aprenderam a aprender, que estão dentro da nota mais alta? Não. Infelizmente, não. São aqueles que abandonaram a escola, que não têm, quase todos, curso superior nem ensino médio, porque escola nossa não integra.

São alguns dos problemas que temos que continuar discutindo com profundidade.

Inclusive, tenho, nesta Casa, um projeto que propõe a implantação de tempo integral. Está em discussão. O Cristovam Buarque é o o Relator, já fez o relatório favorável, e o projeto provavelmente ainda será discutido nesta Casa este ano. Implantar gradativamente... Todos dizem que é difícil dinheiro para tempo integral, mas vemos que não é preciso tanto dinheiro assim. A proposta é que implantemos gradativamente: em 2016, o primeiro ano em tempo integral; em 2017, o segundo ano; em 2018, o terceiro; e assim por diante, de forma a cumprirmos aquela meta do tempo integral do PNE não para apenas 25% dos alunos, mas para todos os alunos, do primeiro ao nono ano.

Nem propus isto no ensino médio, porque nós só vamos corrigir o ensino médio quando resolvermos o problema da base. Em várias discussões, dizem: “Vamos fazer um novo projeto para o ensino médio”. Eu sou contra. Nós temos que corrigir a base primeiro e corrigir o ensino médio depois. Se o aluno chega lá sem o domínio dos conteúdos de nove anos, como é que o ensino médio vai corrigir isso?

Então, eu propus essa implantação gradativa. Aí os Municípios terão tempo de ir organizando seus espaços e tal, com o apoio de novos recursos. É claro que precisarão dos novos recursos.

Propus, também um, novo projeto pedagógico. Porque não existe um projeto de tempo integral para a escola brasileira. Mesmo nos Estados de vocês, quando há uma escola de tempo integral, há um projeto pedagógico de desenvolvimento de competências, de habilidades, de raciocínio lógico, de domínio de proficiência

para o tempo integral? Não. No tempo integral, há atividades adversas a isso, aquilo que se consegue por ali, com um profissional aqui e outro ali.

Não é essa a realidade, meus queridos?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – É essa a realidade.

Então, eu propus, dentro desse programa, um projeto pedagógico em que em pelo menos 50% do segundo turno seja dado matemática, língua portuguesa e ciências, porque essas são as que mais desenvolvem o raciocínio lógico e as competências para a vida. E nos outros 50% do segundo turno, vamos trabalhar com filosofia, artes, esportes e outras atividades lúdicas. Mas, se nós não dermos mais matemática, com mais profundidade e tal...

Nós temos uma escola de quatro horas, com meia hora de merenda. A OCDE diz que nós temos um desperdício, dentro da sala de aula, de 32% do tempo, de 18% em indisciplina e 14% em atividades burocráticas como chamadas. Além disso, o aluno pode faltar a 25% dessas aulas – 50 dias por ano, meus queridos! Nos países do mundo que dão certo, a frequência é de 100%. Os alunos só podem faltar se estiverem doentes.

A escola tem que ser levada a sério. Nós temos que rugir uma série de ações. E eu já propus um projeto aqui, há seis anos, para reduzir de 25% para 15% o índice de falta. Não foi zero. Aqui, no Senado, nós aprovamos rapidamente; na Câmara, não passou, está até hoje por lá.

Gente, nós precisamos fazer um movimento para que a educação deste País seja levada a sério, da nossa parte e, principalmente, de cima para baixo, para que a gente possa, realmente, mudar este País. Nós só vamos ter uma verdadeira democracia quando todos tiverem direito de acesso a uma educação de qualidade.

Eu vou abrir para quatro perguntas, dúvidas ou pequenos comentários. Uma professora já se manifestou querendo falar aqui há tempo.

Por favor, diga o seu nome, o seu Estado e pode fazer a sua pergunta.

A SRª ANDRESSA SOUZA SILVA – Bom dia!

Meu nome é Andressa, sou aqui do Distrito Federal.

Na verdade, eu tinha duas perguntas, mas, como serão só quatro, eu vou fazer apenas uma e deixar oportunidade para os outros colegas. Então, eu optei pela pergunta sobre a federalização.

Está escrito aqui que o processo do plebiscito está em análise pela Comissão de Assuntos Sociais.

Eu gostaria de saber se, nesse cenário de mudança política que virá a partir de 2015, essa mudança pode influenciar positivamente ou negativamente esse processo de análise do projeto de federalização e se há uma previsão de término dessa análise.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Na sua pergunta, você está especificamente falando do plebiscito sobre a federalização, não é?

Esse foi um tema, eu diria, bastante caloroso e que movimentou bastante o gabinete do Senador Cristovam ao longo de 2014, no finalzinho de 2013 e no primeiro semestre deste ano.

A nossa intenção em relação ao plebiscito sobre a federalização era de que ele entrasse já nas eleições de 2014, nas eleições presidenciais, e era factível que o TSE fizesse campanhas de orientação sobre a temática, explicitando esses diagnósticos, potenciais soluções, custos etc. E questões federativas, até para que o eleitor pudesse decidir.

O calendário eleitoral realmente é muito acirrado e isso acabou atrasando um pouco as votações. Nós tivemos a CCJ, e ele ainda vai para a CAE e para a CAS.

Bom, 2016 está logo aí. Nós temos eleições em que essas temáticas serão discutidas e 2018 também não é uma data tão distante. O fato é que a proposta continua, vai tramitar aqui, no Senado, e, depois, vai seguir para a Câmara, uma proposta de colocar uma pergunta sobre o plebiscito.

O parecer favorável na CCJ foi do Senador Pedro Taques, um constitucionalista de primeira linha. Ele deu parecer favorável na própria CCJ, que analisa a constitucionalidade dos temas, das propostas. Então, vai seguir. E conto com a apreciação de vocês, uma análise...

Na página do Senador Cristovam há farto material em PDF. Vocês podem olhar detalhadamente cada um desses cálculos, as propostas, como a carreira do magistério vai contemplar quem já está no magistério, os valores a serem custeados, como o ensino integral dentro da federalização é contemplado... Esse material todo está em cristovam.org.br.

Obrigado.

A SRª ANDRESSA SOUZA SILVA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Denilson, com a palavra.

O SR. DENILSON MELO RODRIGUES – Eu queria, primeiramente, cumprimentar a Mesa e os professores presentes.

Meu nome é Denilson e sou de Sergipe.

Eu queria também parabenizar o Prof. Waldery, porque é a primeira vez que vejo, de forma técnica, ser apresentado esse projeto da federalização da educação, haja vista que nos Estados, pelo menos no meu, Sergipe, não têm chegado a contento as informações mais precisas. O que a gente vê e ouve é por intermédio da fala do Senador Cristovam Buarque veiculada pela TV Senado.

Diante de tantas perguntas que eu tinha a fazer, duas me chamaram a atenção no que diz respeito à posição dos professores que já estão nas redes estaduais e municipais dentro de toda essa sistemática, caso ela venha a ser aprovada, que é a questão da incorporação e da transformação das carreiras.

Eu queria entender, por parte do senhor, Prof. Waldery, como ficarão os professores que já estão em carreira, que já são concursados, dentro dessa nova ótica. Porque você nos apresenta aqui dois eslaides, o 28 e o 30, que não esclareceram muito bem quanto a essa guinada, essa transformação dos professores que já estão na carreira e daqueles que vierem a entrar através de concurso público. Como ficarão os professores que já estão na carreira consolidada, de acordo com a última estrutura do piso salarial, dentro dessa transformação?

Obrigado.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Excelentes perguntas. Obrigado por fazê-las.

A proposta contempla uma nova carreira, de tal maneira que os cerca de 2,1 milhões de professores migrem, em 20 anos, para o novo sistema e contempla... Dada a pressão de tempo, não falei todas informações. Além de o novo professor ganhar R\$9.500,00 como salário mensal e ter aquela questão da Previdência e o suporte adicional, dentro desses 9,6% do PIB de custo total dessa revolução educacional, a gente contempla elevar todos os salários dos professores no atual sistema para, pelo menos, R\$4.500,00 por mês. Então, de largada, o professor da educação básica... Porque tem que ser um tratamento de choque. Você não pode pegar uma instituição e pretender realmente mudá-la se você não colocar sangue novo e se você não valorizar também quem já está lá.

Então, a proposta contempla os professores que estão no sistema de forma a manterem, obviamente, todos os seus direitos, toda a estrutura que eles já têm, e aquele professor que não ganha R\$4.500,00 por mês para que haja um aumento imediato. Toda escola que tiver o novo professor que vai ganhar R\$9.500,00, aprovado em concurso nacional... Assim como há concurso nacional para o Banco do Brasil, para a Receita Federal, para o Tesouro, para o Banco Central, para o professor é interessante que se faça um concurso nacional também e que ele se inscreva na sua cidade para a cidade em que está sendo implementada a federalização.

Claro, gente, que, no primeiro ano da federalização, o ideal é haver uma distribuição regional, em que todos os Estados sejam contemplados, as 27 unidades federativas, escolas de cidades mais ricas e cidades menos ricas, de forma a harmonizar. Os professores do atual sistema terão sua carreira valorizada também não só em termos salariais, mas como uma preparação para o concurso. É claro que ninguém pode dispensar a prata da casa. Não mesmo. Pelo contrário, é preciso valorizá-la e incentivá-la.

Esses detalhes não estão nessa apresentação, mas em livros. Em cristovam.org.br há livros de mais 200 páginas e trabalhos detalhando cada um desses pontos, inclusive as propostas legislativas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Quero convidar a Ana Maria e a Marlene para que façam as suas perguntas para otimizarmos o tempo. Depois, a resposta virá simultaneamente para as duas.

A SRª ANA MARIA COELHO CARDUCCI – Eu sou Ana Maria Coelho, de Cáceres, Mato Grosso.

Eu não irei fazer nenhuma pergunta. Eu gostaria de parabenizar o consultor e de pensar na possibilidade, sim, de vislumbre da federalização absoluta da União na adoção das escolas estaduais, até porque nós somos professores e entendemos essa estatística posta.

Pensando na educação, na dinâmica da educação, na importância da educação, observamos a seguinte realidade: há professores interessados, sim, há escolas interessadas, sim, mas com poucos recursos para o trabalho. Percebemos, na educação básica, professores com curso de Pedagogia focados diretamente nessas crianças sem material necessário para trabalhar, porque não há recurso real para isso.

Quando se faz a comparação das escolas privadas e das escolas militares com as escolas públicas, nós entendemos assim: nossos alunos têm grande potencial, nós temos grandes profissionais, mas nós, infelizmente, não somos vistos.

Aqui está uma parcela de representantes de Estados que vêm mostrar e ratificar a minha fala na colocação sobre podermos fazer a diferença quando trazemos os nossos alunos para participarem de um momento lindo como este.

Então, o nosso comentário era para parabenizar e para dizer que não podemos ficar na fala do nosso colega que saiu ali de que podemos fazer um pouquinho da federalização e não uma federalização absoluta. Nós viemos aqui para sonhar que podemos, sim, pensar numa federalização absoluta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Profª Marlene.

A SRª MARLENE SOUZA SIZERNANDO LIBERATO – Bom dia!

Meu nome é Marlene e sou da Paraíba.

Fiquei também muito feliz por estar aqui. Foi um prazer enorme.

Estão de parabéns todos que apresentaram.

Eu fiquei aqui pensando. Eu tenho dois filhos, gêmeos, de 15 anos. Os dois estão no segundo ano do ensino médio, porém um estuda numa escola estadual e o outro, no Instituto Federal. E aí eu vejo essa diferença de qualidade no dia a dia, vejo a grande diferença que existe. Eu sempre fico me perguntando: “Por que meu filho que estuda na estadual não tem a mesma qualidade de ensino que tem o que estuda no Instituto Federal?” A minha inquietude é esta: quais são os maiores entraves para essa prática e quais as reais possibilidades de ser colocada em prática essa lei da federalização da educação básica?

Obrigada.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Obrigado pelas duas perguntas, da Ana Maria e da Marlene.

Ana Maria, um comentário direto é que, de fato, sonhar é necessário mesmo, e esse sonho é factível. Como economista, eu confesso para vocês que eu olho esse tema no domingo à noite sem o menor esforço. Eu realmente gosto de analisar e combinar soluções possíveis que impactem realmente a sociedade e a economias brasileiras, verificando a factibilidade delas.

Gente, há uma corrupção de prioridades no Brasil. Existe a corrupção de corrupção de um agente público, como essas aí que estão sendo noticiadas diariamente, que é mais direta e danosa ao País, mas há uma corrupção – e essa é uma frase do Senador Cristovam, não minha – que acho que é realmente mais danosa porque é menos vista, menos observada: a corrupção nas prioridades. A educação não tem tido a prioridade que realmente merece. Essa prioridade não é, de fato, impossível, custa para todas as etapas de ensino, desde a educação infantil até a universidade, 9,6% do PIB. Eu gostaria, realmente, de saber, de todos os que estão nos vendo no Brasil, por que a gente precisa menos do que isso ou mais, até para chegar a um contraponto.

Acho que a gente não pode esperar. Não é fazendo aos pouquinhos que a gente muda realmente a nação, a gente tem de fazer muito e rápido. Estamos perdendo muito espaço em termos de competitividade e de capacitação para diversas nações do mundo.

Então, obrigado pela colocação e ratifico sua posição.

No último ponto, na pergunta da Ana Maria, a diferença entre uma escola estadual e uma escola federal, como é o caso de um colégio militar, por exemplo, ou de uma escola de aplicação, é realmente significativa e se dá no dia a dia. É possível mudar? Sem dúvida. Veja que é um jogo onde os diversos agentes têm interesse, os pais têm interesse, a família tem interesse, o aluno tem interesse de ser bem-educado. Não vamos mudar isso. Por conjunturas e por condicionalidades, ele não consegue ou se desvia. O País também deseja e precisa. Então, é um jogo onde esses vetores só precisam ser organizados em um só local, e isto não custa muito caro. Mudar, valorizar em termos salariais, dar um ambiente minimamente descente, com conforto, com segurança, é factível, é possível.

Só para dar um último número – gosto sempre de colocar números para contrapor –, o BNDES tem, historicamente, destinado R\$70 bilhões de financiamento. Este ano serão R\$190 bilhões, R\$100 bilhões a mais. Por que e para quem? Será que é para os senhores, professores? Ou esse “S” de BNDES, que é o “S” de social, deveria ser mais bem olhado? Quando a gente olha a “cozinha”, entre aspas, da economia brasileira, a gente vê que há muita coisa que precisaria ser modificada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Matos. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Já estamos encerrando a sessão, mas eu gostaria só de passar mais um pensamento e, antes dele, um rápido comentário.

Nós, professores, às vezes transferimos a culpa para a família. “Ah, o problema da educação brasileira é a família!” A família tem a sua parte de responsabilidade, sim, mas Daisaku Ikeda, um pensador japonês, disse que uma educação de qualidade no desenvolvimento do aluno faz com que ele engrandeça a alma. Educação de qualidade engrandece a alma, lapida o caráter e induz à paz. E esse projeto também está em nossa responsabilidade hoje.

Vamos continuar avançando, fazendo melhor a nossa parte e não parar de sonhar.

Há um pensador que diz que, quando o ser humano tem sonhos e coloca toda a força de sua alma sobre seus sonhos, o universo conspira a seu favor. Mas sonhar, por si só, não vai adiantar nada. Temos de sonhar e ir

à luta, temos de, primeiro, planejar, gerenciar, executar, rever, reivindicar e mobilizar para que, realmente, nossos sonhos de uma educação melhor e de um país melhor possam realmente ser realizados.

Parabéns a todos vocês, que viajaram de tão longas distâncias para estar aqui nesta audiência. Esperamos que tenhamos correspondido, pelo menos em parte, às expectativas de vocês. O debate e a luta não param.

Um abraço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, João Capiberibe, Wilson Matos, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Pedro Simon, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Gim e Ana Amélia, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é pela prejudicialidade do projeto. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do relator. Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osvaldo Sobrinho, que “Denomina Agrimensor Ramis Bucair a rodovia BR-174”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. Item 13: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 25, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Fátima Bezerra, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre gestão democrática nas escolas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o parecer é pela rejeição do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Item 15: Requerimento nº 42/2014-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Paulo Davim e Ana Rita, que requerem “Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I, do Regimento Interno desta Casa, requeremos a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, a fim de instruir o PLS 263, de 2014, que institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril. Sugerimos que sejam convidados representantes das seguintes entidades: Associação Brasileira de Psiquiatria; Associação Brasileira do Déficit de Atenção; Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais e Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde”. O Requerimento é aprovado. Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013-Complementar, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que “Acréscenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do FUNDEB”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wilson Matos e o parecer favorável é aprovado, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE.

Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura do seguinte comunicado: “Comunico aos Senhores Senadores que, a partir da próxima sessão, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, diminuirá a impressão de pautas, com o avulso dos projetos. A medida vem em consonância com o Programa Senado Verde e visa diminuir o uso do papel nos trabalhos deste Colegiado em contribuição ao desenvolvimento sustentável. Esclareço que serão impressos apenas 10 exemplares para auxiliar os trabalhos da Presidência e atender, excepcionalmente, àqueles Senadores que não estiverem com os tablets. O acompanhamento das discussões e votações das matérias poderá ser feito através do site da Comissão, uma vez que todos os documentos referentes à pauta encontram-se disponíveis on-line. Conto com a compreensão e colaboração de todos para que este Colegiado dê um importante passo em direção a um meio ambiente mais equilibrado e com menos desperdício”. O Comunicado vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 2: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 296, de 2009; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2011; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2013; Item 9: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 165, de 2010; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013; e Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Sras Senadoras e Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aprovado.

Quero agradecer a presença do Senador Cristovam Buarque, da Senadora Maria do Carmo, como sempre pontual, e do Senador Wilson Matos, que aqui sempre nos prestigiam.

Senador Cristovam, que chegou de viagem a Palo Alto, tem também um relato para nos apresentar depois da visita que fez.

Eu vou começar já, Senador, aproveitando a presença de V. Exª, que aguardávamos ansiosamente, para que faça a leitura do item 1, e, depois, posteriormente, eu gostaria de ouvir um comentário de V. Exª, um breve relato sobre essa parte que o entusiasmou muito lá em Palo Alto.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental.

Autoria: Senador Wilson Matos

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, outra para as emendas.

Com a palavra o nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Cyro Miranda, quero dizer, em primeiro lugar – e faço isso contente de estar ao lado do Senador Wilson Matos –, que a única razão que eu teria para ficar contra esse projeto seria o fato de que eu não fui o autor. U deveria ter feito esse projeto na primeira semana em que cheguei aqui.

É um projeto extremamente oportuno e necessário. Não posso, entretanto, deixar de dizer que recebi uma sugestão do Governo de pedir vista, mas não vou pedir vista, a não ser que o Senador Wilson diga que

quer adiar. Se ele quer hoje – nem vou consultar, porque sei que ele quer –, então, eu vou ler o meu relatório e o senhor põe em votação, porque é a prerrogativa do Presidente.

O meu relatório, Senador, vai no sentido de lembrar que está em análise, por esta Comissão, projeto de autoria do Senador Wilson Matos.

Para justificar a iniciativa, o autor aponta o pouco tempo que o estudante fica na escola como um dos fatores que explica o atraso brasileiro em termos educacionais – e não há menor dúvida disso. A crise da educação brasileira vem da formação dos professores, da dedicação, da qualidade dos equipamentos, mas, sobretudo, do pouco tempo de permanência na escola, seja ao longo do dia, seja ao longo do ano e seja ao longo da vida. De trás para frente: ao longo da vida, porque se abandona muito cedo a escola no Brasil; ao longo do ano, porque, com greves, com paralisações, com feriados demais, os alunos ficam pouco tempo; e, ao longo do dia, porque o horário diz-se que é de quatro horas, mas, em média, está abaixo de três; menos de três horas por dia é a média de aula. O projeto do Senador Wilson Matos vem no sentido de mudar isso.

A minha análise diz que, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre as proposições. Nos termos da redação atual do art. 24, inciso I, da Lei nº 9.394, de 1996, a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, é de 800 horas.

O *caput* do art. 34 da LDB, por sua vez, prevê que a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, devendo o ensino fundamental ser ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Observa-se, pois, que a LDB pouco dispõe atualmente sobre a educação em tempo integral. O PNE, por seu turno, ainda que tenha avançado no assunto, previu meta ainda bastante tímida para o final do decênio de vigência do Plano: educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Veja bem, Senador Wilson, isso será em 2025. Um quarto do século XXI, passado, a nossa meta é que 25% dos alunos estejam em horário integral. Essa é uma meta suicida pela timidez. É como se uma pessoa tivesse a meta de respirar menos do que deveria.

Considerando os avanços que o tempo integral pode oferecer para a educação no País, com ampliação não só de tempos, mas também de espaços e conteúdos que sejam capazes de consolidar uma educação cidadã, vemos como bastante positiva a iniciativa de instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental.

Não há dúvidas que a escola em tempo integral contribuirá para a melhoria do desempenho escolar e da permanência na escola, em especial nos territórios mais vulneráveis, uma vez que a educação em tempo integral propicia melhor aproveitamento do tempo ocioso do aluno, com possibilidade de orientação dos estudos e das tarefas. Ademais, a articulação entre educação, assistência social, cultura e esporte, que poderá ser propiciada pela escola em tempo integral no ensino fundamental, constituir-se-á como uma importante intervenção para a proteção social e a prevenção a situações de violação de direitos da criança.

De certa maneira, Senador Wilson – o senhor sabe bem, como autor – um horário a mais na escola não tem apenas a vantagem de um horário a mais, tem a vantagem de um horário a menos na rua. Uma hora a mais vale por duas, três ou quatro horas pelo que evita de perda que a rua provoca na criança. Quando eu digo a rua, eu digo a rua, eu digo certos programas de televisão a que ficam assistindo, certos videogames a que se dedicam, sem falar de coisas piores que a gente sabe que acontecem no mundo da droga de hoje.

Então, a situação de vulnerabilidade e risco social, embora não seja determinante, pode contribuir para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade/série e, em última instância, para a reprovação e a evasão escolares.

Além disso, a educação em tempo integral pode transformar a escola em contexto mais atrativo e adequado não só à realidade e às demandas de crianças e de adolescentes brasileiros. Isso é fundamental, a escola hoje é chata, porque o menino fica quatro horas sentado assistindo à aula em quadros negros antiquados. No mundo de hoje, uma aula com quadro negro é como uma viagem em carroça. Ficando mais tempo, essas quatro horas serão intermediadas por esporte, por cultura... A escola fica agradável.

Partindo dos argumentos acima apresentados, embora desejável que a escola de tempo integral fosse estendida a todas as etapas da educação básica, entendemos que o autor do projeto se limitou ao ensino fundamental por razões financeiras, operacionais e pedagógicas.

Por conta disso, Senador, vou apresentar um projeto imitando o seu, citando o seu, para estender isso ao ensino médio.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Será um prazer para mim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A educação em tempo integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico bem estruturado, formação de seus agentes – especialmente os professores –, infraestrutura e meios para a sua implantação.

Com essas preocupações, conforme acréscimo do art. 13-A que se pretende fazer na Lei nº 13.005, de 2014, o projeto ora analisado prevê a implementação gradativa da escola de tempo integral (§1º), a destinação mínima do tempo adicional de aula aos componentes curriculares de Português, Matemática e Ciências (§2º), a possibilidade de as atividades pedagógicas do tempo adicional serem desenvolvidas por estudantes universitários ou por profissionais do magistério (§3º) e a origem dos recursos orçamentários para financiamento das ações necessárias. Ou seja, o projeto tem estas três partes: a duração mínima do tempo adicional para Português, Matemática e Ciências, as três áreas que medem o desempenho da escola, conforme o Pisa; a possibilidade de as atividades pedagógicas do tempo adicional serem desenvolvidas por estudantes universitários ou por profissionais do magistério, seria muito bom envolver estudantes universitários, e a origem dos recursos.

Em suma, julgamos que a medida sugerida por este PLS nº 255, de 2014, constitui garantia de melhoria da qualidade do ensino fundamental, que certamente impactará o ensino médio e o ensino superior, motivo pelo qual merece se tornar parte do ordenamento jurídico vigente.

Contudo, entendemos ser necessária a alteração também do §2º do art. 34 da LDB, de forma que ele não conflite com a nova redação que o projeto ora analisado pretende dar à lei em que está inserido. A esse respeito, nos termos da redação conferida pelo PLS ao parágrafo único do art. 24 da LDB, a implantação progressiva do tempo integral no ensino fundamental terá que observar o PNE, e não será simplesmente feita a critério dos sistemas de ensino.

Ademais, consideramos necessária a adequação da redação da Meta 6 do PNE, dada pelo PLS nº 255, de 2014, para não excluir a educação infantil da meta vigente de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Atualmente, como visto, a meta abarca escolas de toda a educação básica, seja de educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio. Da forma como foi originalmente redigida a Meta 6 no PLS nº 255, de 2014, o objetivo de instituir educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de modo a atender, pelo menos, 25% dos alunos subsistiria somente para o ensino médio.

À luz dos fatos apresentados, com o fim de adequar o projeto para que a LDB mantenha sua coerência interna e para que a educação infantil não fique excluída da Meta 6 do PNE, apresentamos emendas de mérito ao final.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 255, de 2014, do Senador Wilson Matos – com meus parabéns –, com as seguintes emendas:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei a seguinte redação:

Art. 1º. Os arts 24 e 34, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. A carga horária mínima anual será de 1.400 horas no ensino fundamental e de 800 horas no ensino médio, distribuídas por no mínimo 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Ao art. 34 acrescenta-se um §2º:

§2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, nos termos do Plano Nacional de Educação”.

A outra emenda:

Dê-se ao caput da Meta 6, do anexo da Lei nº 3.005, de 25 de julho de 2014, nos termos do art. 3º deste Projeto de Lei, a seguinte redação:

Meta 6: Oferecer escola de tempo integral para a totalidade dos estudantes do ensino fundamental, da rede pública de ensino, nos termos do art. 13, a, e atender a no mínimo 50% das escolas públicas das demais etapas da educação básica, de forma a estender a escola de ensino integral para, pelo menos, 25% dos alunos da educação infantil e do ensino médio também.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Coloco em discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permita-me.

O senhor pediu que no final eu fizesse um comentário sobre essa visão que eu tive.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sim, assim que nós encerrarmos esse ...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Terminarmos.

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O Projeto está em discussão.

Para discutir, Senador.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Primeiro quero parabenizar o Cristovam Buarque, esse sonhador da educação, assim como eu que também sou apaixonado por isso. Todos que estão nesta Comissão lutam melhor educação em nosso País, sem dúvida nenhuma.

Eu apresentei este projeto e só vou esclarecer um pouquinho melhor a sistemática que está aqui exposta. Nem sempre a letra tem que ser interpretada de forma, às vezes, mais profunda.

A nossa proposta é que se implante o tempo integral no ensino fundamental, do 1º ao 9º ano, de forma gradativa. Uma vez aprovada a lei, no primeiro ano subsequente, ou em 2016, implantar o primeiro ano, só no primeiro ano no Brasil inteiro. Primeiro aninho, ciclo inicial. As prefeituras teriam tempo de se mobilizar. No ano seguinte, 2017, implantariam o segundo ano; em 2018, o terceiro ano. E assim sucessivamente, para, até em 2024, termos implantado o tempo integral para todos.

Também propus que se crie, no mesmo projeto de lei, um projeto pedagógico de tempo integral. O Brasil não tem um projeto de tempo integral, um projeto pedagógico para escola de tempo integral. Existem programas de tempo integral.

Hoje 10% das escolas públicas dizem que têm tempo integral, mas são programas. Programa de informática, outro de música, outro é um caratê. A maior parte das ações são lúdicas e não aprofundam o aluno no conhecimento.

Então, propus que se crie um projeto pedagógico para o ensino de tempo integral, em que 50% da carga horária complementar, da nova carga horária, seja dedicada exclusivamente ao ensino e aprendizagem de ciências, matemática e língua portuguesa, que são as disciplinas de maior efeito para o desenvolvimento da capacidade cognitiva do raciocínio lógico da criança. Esse é o grande déficit da escola brasileira que nós temos hoje, que é o domínio das proficiências que estão propostas no projeto pedagógico brasileiro.

Propus também a criação, nesse mesmo projeto, de um novo profissional da área de ensino, que é o mediador do conhecimento, o mediador do ensino e aprendizagem, vai ser esse que trabalhará com ciências, com matemática e língua portuguesa até o 9º ano. Ele vai ser um tarefeiro, um aprofundador dos conhecimentos. Ele não vai ser o dono do projeto pedagógico. O dono do projeto pedagógico nós já temos, a professora, o professor, que tem que preencher o livro, tem que fazer a chamada etc. Então, essa é uma atividade que vai complementar o ensino e, assim, nós teremos uma melhoria da educação básica.

Propus só ensino fundamental porque não vejo como fazer uma reforma já no ensino médio, tendo em vista que o aluno chega ao ensino médio sem domínio das competências e habilidades, sem domínio das proficiências previstas no projeto previstas no projeto pedagógico do 1º ao 9º ano.

Sr. Presidente, dos alunos que terminam o 9º ano neste Brasil só 12% dominam as proficiências da Matemática e 22% dominam proficiência da Língua Portuguesa, ou seja, fazendo a média, Sr^{as} e Srs. Senadores, somente 17% dos alunos que ficam nove anos no ciclo do ensino fundamental passariam de fato se houvesse um exame que cobrasse o domínio das proficiências – só 17% passariam para o ano seguinte!

Vejam a mesma situação no ensino médio. No ensino médio, só 5,2% dos que terminam o ensino médio têm o domínio das proficiências em Matemática. De Língua Portuguesa, 23,3%. Esses dados são retirados das provas do Enem, das provas do Ideb, que o Governo mesmo aplica. Foram analisados o índice de acerto, e é isso. Então, 50% dos que chegam ao ensino superior hoje são analfabetos funcionais. Essa é a grave situação. Então, não vamos conseguir fazer um ensino médio melhor nem uma universidade melhor se não corrigirmos rapidamente essa base que está muito deficitária em nossa Nação.

Acho que chegou a hora. É verdade que um grande debate aqui, que acabou sendo aprovado através da Meta 6 da Lei nº 13.005, que é o PNE, em que, em 2024 ou 2025, 50% das escolas públicas terão que ter programas de tempo integral para 25% dos alunos. Que Brasil é esse que estamos construindo?! Nós só vamos ter uma verdadeira democracia quando todos tiverem direito de acesso a uma escola de qualidade, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não. Pela ordem, Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Eu gostaria de pedir vista.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, é regimental. Vista concedida à Senadora Maria do Carmo e coletiva ao Senador Cícero Lucena.

Antes quero só fazer uma observação, para parabenizar não só o autor mas, também, o Relator, que entendeu. Nós entendemos, realmente, que existe uma fragilidade no tempo do nosso ensino, que hoje é um dos menores. Quando o Chile chega a mais de 10 horas/dia, nós estamos a menos de três horas reais de aula. Então, isso não se atribui a ninguém. não vamos atribuir essa culpa a governo A ou B. Isso foi a própria evolução que não foi caminhando.

Agora, não é justo que a gente vá como meta até 2024. Ou seja, 2025 para alcançarmos 25%. Outra coisa: V. Exª falou muito bem, precisa-se de um projeto; não é pura e simplesmente fazer programas. Outra coisa que me chamou muita atenção foi o que o Senador Cristovam Buarque disse aqui hoje. As aulas estão estáticas; nós precisamos motivar os nossos alunos. Ficar três horas sentado, olhando para o quadro negro, ouvindo uma pessoa falar... Não que todo o ensino esteja assim, mas, em sua grande maioria, sim. Então, é preciso uma reciclagem.

Se nós queremos, realmente, um País voltado para a educação, com metas rígidas, temos que ser ousados. Esse projeto vem a calhar. Na semana que vem, quando devolverem, vamos ter oportunidade de debater-lo e, se Deus quiser, chegarmos a uma conclusão. Eu, então, sobreto essa discussão.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, antes de o senhor mudar para outro item, eu gostaria de parabenizar o Senador Wilson, bem como o Senador Cristovam. Eu comentava com o Senador Cristovam da alegria dele em estar relatando essa matéria. Qual é a ressalva que ele fez? De que gostaria que nós já tivéssemos avançado de forma concreta, responsável, séria, tirarmos dos palanques a prioridade da educação e exercer, quando se tem oportunidade, no cargo que eventualmente se ocupa.

Eu, Sr. Presidente, me permita dizer, sou um testemunho vivo do quanto é importante nós mantermos os nossos alunos na escola.

Tentei esse projeto, inicialmente como prefeito de João Pessoa, e, na verdade, nós tínhamos um turno complementar. E nesse turno complementar várias atividades de reforço escolar, atividades culturais, esportivas. Eu gostaria de fazer duas pequenas ressalvas. Uma das crianças que tiveram a oportunidade desse tempo complementar chegou a ser escolhido para participar do Ballet Bolshoi, porque ele praticava dança em uma das atividades. E cerca de sete alunos saiu da Paraíba para estudar em Joinville, no Ballet Bolshoi, mandados pela prefeitura. Nós mandamos, alugamos uma casa em Joinville, mandamos uma professora para acompanhar essa primeira turma. E esses sete alunos hoje são profissionais, inclusive de nível internacional. Quer dizer, fruto dessa preocupação de tirarmos nossos jovens das ruas e colocá-los em um espaço devido, de acompanhamento, de oportunidade.

Da mesma forma, tive a alegria, por exemplo, na semana passada, quando me dirigia de João Pessoa a Brasília e um jovem se encontrou comigo e disse: “O senhor não se lembra de mim.” Eu disse: “Me desculpe, mas não estou me lembrando.” Ele disse: “Eu sou um daqueles alunos que participaram da orquestra sinfônica infantil do Município de João Pessoa que o senhor criou e levou a Portugal. E hoje sou professor universitário em música e estou vindo aqui na UnB fazer uma palestra.”

Então, podemos, sim, na prática, dizer que educação é o caminho da revolução social.

Parabenizo o autor e o Relator.

Eu tenho uma PEC também nesse sentido que estabelece o tempo integral até 2022. Mas o que é iniciado é o que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu o parabenizo pelas iniciativas quando passou pela prefeitura da João Pessoa. E quantos talentos não estão perdidos por falta desse tipo de oportunidade.

Já falei que esta matéria está sobrestada. Esperamos a devolução com as devidas observações para a próxima semana, quando teremos muito boas chances de homenagear o Senador Wilson Matos. Na terça-feira que vem é o último dia dele substituindo o Senador Alvaro Dias, e nós devemos dar como presente a aprovação desse projeto.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2012

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela rejeição.

Observações: *Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

Com a palavra, o ilustre Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem à análise e deliberação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que propõe inserir entre as atividades não sujeitas ao pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais pelas entidades que especifica, nos eventos beneficentes qualificados.

A proposição compõe-se de dois artigos, dos quais o primeiro acrescenta, ao art. 46 da Lei nº 9.610, de 1998, que define atividades que não constituem ofensa aos direitos autorais, o inciso IX, assim redigido:

IX – a utilização de obras literárias, cinematográficas, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissões de rádio e televisão, bem como a representação teatral e a execução musical, por entidades filantrópicas, escolas, creches e entidades religiosas, em eventos beneficentes promovidos com a finalidade de angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

O art. 2º, por sua vez, estabelece a vigência da lei para a data de sua publicação.

O projeto, ao qual não foram apresentados emendas, será em seguida apreciado, em caráter terminativo, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Análise.

Compete à Comissão de Educação (CE), de acordo com art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, pronunciar-se sobre matérias que tratem de diversão e espetáculos públicos e de criações artísticas, a exemplo da proposição ora examinada.

A proteção aos direitos de autor constitui importante incentivo, assim como justo reconhecimento à criação de obras literárias, artísticas e científicas.

A legislação pertinente prevê, contudo, determinadas limitações a esses direitos. Especificamente, o art. 46 da Lei nº 9.610, de 1998, relaciona, em seus oito incisos, modalidades de utilização de obras artísticas, literárias e científicas que não estão sujeitas ao pagamento de direitos autorais.

Propõe o PLS nº 61, de 2012, como já visto, que a utilização de tais obras por entidades filantrópicas, escolas, creches e entidades religiosas, em eventos promovidos com a finalidade de angariar fundos para a manutenção e o funcionamento próprios, não esteja igualmente submetida ao recolhimento de direitos autorais.

Em que pese à louvável intenção de incentivar a manutenção e a estabilidade financeira das referidas entidades, consideramos indevida uma solução que se dê às expensas dos direitos de autor.

A garantia de remuneração a título de direito autoral, contrapartida de natureza inquestionavelmente alimentar, consiste em uma conquista histórica dos artistas e escritores, obtida com grandes dificuldades, que se deve, tanto quanto possível, respeitar.

A medida proposta, portanto, transfere o crédito devido pela utilização da obra não ao detentor efetivo de seus direitos – o autor – mas a instituições que dela vêm, ao cabo, obter proveito financeiro, conquanto não se questione a essência de seus propósitos.

Nesse caso, o impacto da medida pode alcançar dimensão que venha a prejudicar o campo da produção cultural. Por essa razão, ainda que respeitando os argumentos e a boa intenção do autor da proposição, opinamos, no mérito, por sua rejeição.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador João Capiberibe, ilustre Senador do PSDB do Amapá, pelo seu relatório. Do PSB do Amapá. Mas quem sabe... A gente está tentando já fazer um esforço, sim... *(Risos.)*

Eu coloco em discussão o relatório do Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, vou colocar em votação. E parabênzinhos, embora seja do meu partido, mas eu também, se fosse relator, eu o rejeitaria. Eu acho que isso é bastante democrático aqui.

Então, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2007

– Não terminativo –

Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações: *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.*

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, o meu relatório é pela prejudicialidade, mas eu não gosto de dar esse parecer antes de conversar com o autor da proposta, e não consigo, por tudo que tem acontecido neste semestre eleitoral, conversar com o Senador Magno Malta.

Por isso, eu gostaria de solicitar uma semana a mais para conversar com ele. É possível, regimentalmente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É possível. V. Exª tem a prerrogativa, como Relator, de pedir para retirar de pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Voltaremos na próxima reunião, que será na próxima terça-feira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para ver se o Senador tem argumentos que levem a uma mudança desse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito. Acho isso uma atitude bastante elegante por parte de V. Exª, em vez de dar pela prejudicialidade, dar a oportunidade de o autor discutir.

Passamos, então, ao item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 442, DE 2013

– Não terminativo –

Denomina Agrimensor Ramis Bucair a rodovia BR-174.

Autoria: Senador Osvaldo Sobrinho

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela rejeição.

Observações: *1 – A matéria constou na reunião do dia 5/8/2014.*

2 – Matéria terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Com a palavra o nobre Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação de homenagens cívicas está a cargo da CE.

Em termos de juridicidade, é importante analisar a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. Segundo essa norma, é proibida a atribuição de nome de pessoas vivas a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Para aceitar a nova denominação da BR-174 é necessário consultar também a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação. De acordo com esse diploma legal, supletivamente à terminologia oficial, é possível atribuir a trecho de via o nome de pessoas falecidas que tenham prestado relevantes serviços à Nação ou à humanidade.

Do ponto de vista do mérito – pois a decisão terminativa compete à CI – limitamo-nos a averiguar a propriedade da denominação. Em primeiro lugar, devemos nos lembrar de que se tornou já uma tradição atribuir nomes de brasileiros ilustres a rodovias. Essa é uma maneira pela qual se busca consolidar a memória nacional

em torno de pioneiros, desbravadores, heróis ou simplesmente trabalhadores dedicados que, exatamente pelo bom desempenho de seu ofício, acabaram por legar um exemplo às gerações futuras.

Esse é o caso do Agrimensor Ramis Bucair, responsável pela demarcação de boa parte do grande Estado de Mato Grosso. Para alguns, ele chega a ser considerado como um verdadeiro sucessor do Marechal Cândido Rondon, não apenas no trabalho de manutenção das linhas telegráficas, mas também no espírito de desbravador. Nessa condição, não haveria qualquer empecilho à homenagem.

Entretanto, uma pesquisa sobre a legislação já editada em relação à atribuição de nomes à BR-174 nos leva ao seguinte quadro: essa mesma via já se encontra denominada, em distintos trechos, como se pode ver a seguir:

a) Rodovia Álvaro Maia, no trecho entre Manicoré e Manaus, no Estado do Amazonas, ao coincidir com a BR-319, conforme consta da Lei nº 6.337, de 1976;

b) Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, no trecho entre Comodoro, no Estado do Mato Grosso, e Vilhena, no Estado de Rondônia, ao coincidir com a BR-364, nos termos da Lei nº 8.733, de 1993;

c) Rodovia Governador Hélio Campos, no trecho entre o Marco BV-8, na fronteira com a Venezuela, e a divisa entre os Estados de Roraima e Amazonas, de acordo com a Lei nº 12.069, de 2009;

d) Contorno Oeste Ottomar de Sousa Pinto, no trecho que contorna a capital de Roraima, Boa Vista, fazendo a ligação entre as seções setentrional e meridional da BR-174 no Estado, segundo a Lei nº 12.129, de 2009.

Diante das várias denominações para a BR-174, pode não ser de bom alvitre mudar seu nome para um novo, ainda mais se tal red denominação se sobrepõe a diversas outras, já consagradas. Tal providência provocaria a desorientação dos usuários. Assim, somos obrigados a recomendar a não aprovação dessa proposição.

Este é o voto, Sr. Presidente:

Considerado o mérito, somos pela rejeição do Projeto Lei do Senado nº 442, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço a V. Exª a leitura do relatório.

Coloco o relatório do Senador Cícero Lucena em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório, pela rejeição, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria é terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Aproveitando a boa vontade do Senador Cícero Lucena, peço que faça a leitura ad hoc do PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 25, do item 13, de 2014, não terminativo.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre gestão democrática nas escolas.

Autoria: Deputada Fátima Bezerra

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira, sendo ad hoc o Senador Cícero Lucena.

Relatório: Pela rejeição.

Observações: *Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.*

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Vou direto à análise do PLC nº 25, de 2014, Sr. Presidente, que envolve matéria de natureza educacional. Dessa forma, encontra-se sujeito ao exame de mérito da CE, consoante o disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

No que tange ao mérito, cumpre observar que a gestão democrática da educação é, sem sombra de dúvida, conquista inarredável da sociedade brasileira, fruto da luta de gerações de educadores.

Trata-se, portanto, de conquista a resguardar, a fim de que, a título de se empreenderem mudanças relevantes no espaço educacional, não se caia na armadilha de substituir uma espécie de autoritarismo, representada pela centralização na figura do diretor, por outra, também insidiosa, que transforma um órgão colegiado em instância única de participação no ambiente escolar.

Parece-nos que o presente PLC cai nessa armadilha. Em primeiro lugar, conforme dissemos, centralizam-se, no conselho, as possibilidades para exercício e participação da comunidade escolar. Vale lembrar que o conselho, ainda que relevante, não pode substituir outros órgãos colegiados, tais como as associações de pais e os grêmios estudantis. O ambiente escolar é múltiplo e plural, e é preciso que se deixe aos sujeitos a possi-

bilidade de se organizarem e de se estruturarem da maneira mais efetiva possível, de acordo com a realidade que vivenciam.

A eliminação da expressão – abro e fecho aspas – “ou equivalentes”, no texto do inciso II do art. 14 da LDB é, no nosso entendimento, restrição inadmissível.

Além disso, também é preciso ressaltar a inadequação do tratamento dado no PLC nº 25, de 2014 ao projeto pedagógico (também denominado proposta pedagógica). Referimo-nos basicamente ao fato de serem enfileiradas, no âmbito do conselho escolar, todas as prerrogativas relacionadas à elaboração, ao acompanhamento e à avaliação da proposta pedagógica. Ora, a construção dessa proposta exige aportes diferenciados, que incluem, evidentemente, os da comunidade escolar, mas também, de forma diferenciada, o saber docente.

No planejamento e na estruturação de uma cirurgia, por exemplo, o paciente certamente deve ser ouvido. Essa é, aliás, considerada uma boa prática no exercício moderno da medicina. Entretanto, o planejamento cirúrgico e a estruturação das práticas dentro da sala de cirurgia são de responsabilidade da equipe médica. É bom que seja assim, e não há paciente em sã consciência que não prefira que assim o seja.

No caso da escola, também é preciso resgatar o papel do docente. Mestre e mestra são, *a priori*, profissionais especializados, detentores de conhecimento específico. Suas contribuições na prática escolar são fundamentais para que não se incorra, como nos parece ser o caso em tela, num nefasto assembleísmo autoritário, que retira de outras instâncias de decisão, tais como os coletivos de profissionais da escola e os conselhos de classe, algumas prerrogativas funcionais de caráter essencial para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Com efeito, reputamos as medidas inadequadas para a realidade de nossas escolas, com receio concreto de que os danos decorrentes de sua implantação sejam superiores a eventuais ganhos.

Esse é o voto do Senador Aloysio Nunes, o qual acompanho, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2014.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena, pela relatoria *ad hoc*.

Coloco em discussão. (Pausa.)

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, recebi, agora há pouco, um telefonema da Deputada Fátima Bezerra – que, inclusive, estará aqui, no próximo ano, porque foi eleita Senadora –, preocupada com um parecer que foi dado pela rejeição.

Ela me pede algo que só o Relator ou o autor podem fazer. Ela gostaria que a matéria fosse retirada de pauta, para que ela pudesse conversar com o Senador Aloysio. Eu não sei, porque o Senador Cícero é o Relator *ad hoc*, então o diálogo vai ter que ser com ele. É possível fazer isso, retirar de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu acho que não, mas posso dar uma sugestão. V. Exª pediria vista e, durante essa semana, ela conversaria com o Senador Aloysio. E aí o Senador Aloysio, então, retira de pauta. Certo?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É possível, então, fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É possível pedir vista e ela conversa, durante essa semana, com o Senador Aloysio. O Senador Aloysio, concordando – provavelmente, acredito que não há problema –, retira de pauta, ele mesmo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, eu peço vista, mas, se for possível, que não seja vista coletiva, porque com a vista coletiva, o projeto tem que entrar na pauta na semana que vem. Não sei se ela teria tempo hábil de conversar com ele até a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ela é Deputada, ela está aqui na Casa. Eu até vou sugerir para que ela converse com o Senador, mas eu não posso impedir que ele esteja...

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu também gostaria de ter vista desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, vista coletiva. Mas eu acho que não há problema nenhum. Ela tem uma semana. Aí, o que o Senador Aloysio e ela acharem melhor, eu acato.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu acho que essa é uma maneira de salvaguardar o pedido da Deputada.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está certo. Muito obrigada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu que agradeço.

O item 15:

ITEM 15**REQUERIMENTO Nº , DE 2014**

Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I, do Regimento Interno desta Casa, requeremos a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, a fim de instruir o PLS 263, de 2014, que institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril. Sugerimos que sejam convidados representantes das seguintes entidades: Associação Brasileira de Psiquiatria; Associação Brasileira do Déficit de Atenção; Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais e Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

O requerimento é subscrito pelo Senador Paulo Davim, Senador Paulo Paim e Senadora Ana Rita. Eu peço a V. Exª que leia o requerimento para que possamos colocá-lo em discussão e em votação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Posso me manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Este requerimento, na verdade, é uma solicitação do Senador Paulo Paim e do Senador Paulo Davim. Eu também estou subscrevendo o referido requerimento, que solicita a realização de audiência pública pela Comissão de Educação, a fim de instruir o PLS 263, de 2014, que institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.

Para essa audiência pública, estão sendo convidados representantes da Associação Brasileira de Psiquiatria; Associação Brasileira do Déficit de Atenção; Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais e Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

O objetivo é justamente colher informações e subsídios para melhor instruir o PLS nº 263, de 2014. Esse é o nosso objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão.

Nós estamos cumprindo o art. 93, inciso I, do Regimento, com a realização dessa audiência pública.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento lido pela Senadora Ana Rita, que o subscreve, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu recebi, através da assessoria, pedido do Senador Valdir Raupp para que o Senador Wilson Matos possa ser o Relator *ad hoc* do item 14.

Item 14:

ITEM 14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2013**

– Não terminativo –

Acrescenta o inciso VII ao §1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do FUNDEB.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações: 1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/3/2014.

2 – A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos e posteriormente, será apreciada pelo Plenário.

Com a palavra, o nobre Senador Wilson Matos.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras, vamos à leitura da análise do projeto.

Compete a esta Comissão, em vista das competências que lhe são atribuídas pelo art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre as normas correlacionadas à área educacional, ou que diretamente afetem a educação nacional e o ensino, tais como diretrizes e bases e normas gerais.

O impasse apontado pelo autor em relação ao cumprimento da Lei do Piso dos professores se deve, em parte, ao crescimento das despesas com educação básica nas redes de ensino estadual e municipal. Em razão

disso, a justificação do projeto descreve o quadro e as consequências da impossibilidade de compatibilização dos limites de gastos com pessoal contidos na LRF com as prescrições da Lei do Piso, especialmente.

Essa é a realidade predominante em boa parte das unidades da Federação, onde as matrículas escolares têm crescido em ritmo mais acelerado do que as receitas. Nesses casos, é visível a angústia de profissionais e gestores da educação diante da impossibilidade de valorizar o trabalho pedagógico, atender às novas demandas da educação obrigatória e qualificar as etapas e modalidades do ensino público.

O art. 60 do Ato das Disposições Transitórias, bem como o art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007, que regula o Fundeb, exigem que pelo menos 60% dos recursos de cada fundo estadual sejam aplicados em pagamento dos profissionais do magistério em efetivo exercício. Ora, os limites de gasto com pessoal explícitos na LRF (que na educação são destinados também a gestores e aos funcionários técnico-administrativos) estão bem abaixo desse percentual. Além disso, o aumento da demanda potencial por educação exige contratação de novos professores e funcionários nas escolas. Para completar, tanto o Plano Nacional de Educação quanto os clamores da sociedade exigem a melhoria salarial dos profissionais da educação.

Assim, mesmo que tivessem arrecadação e receita, os gestores dos Estados e Municípios estariam, na prática, impedidos pela vigilância do Ministério da Fazenda, de cumprir a lei do Fundeb e de responder aos fatos. No âmbito da União, este impasse ainda não se deu em razão dos menores encargos diretos com educação básica.

Nesta Comissão, cumpre-nos julgar o mérito do ponto de vista da conveniência, oportunidade e relevância educacional e social da proposição. Na CAE, para onde a matéria seguirá, certamente será avaliada, de maneira mais judiciosa, a forma como o PLS dispõe sobre o artifício financeiro e contábil para superar o impasse.

No tocante às questões de relevância e oportunidade, em face dos impactos positivos na educação brasileira, somos totalmente favoráveis ao projeto. Ao tempo em que a medida proposta é adequada para a garantia de valorização dos professores, sem prejuízos aos gestores, tem potencial para reduzir as “soluções fáceis de sempre”, que geralmente incluem a terceirização de serviços educacionais e a criação de quadros temporários. Não é demais lembrar que medidas desse naipe, que deveriam ser admitidas tão somente em situações emergenciais, têm contribuído para a precarização do trabalho docente e, possivelmente, para o atual estado de produção de resultados de aprendizagem desastrosos em nossas escolas públicas.

Importa consignar, entretanto, que a proposta carece e pode, desde já, ser objeto de aprimoramento. É que, sob a ótica estrita da LRF, a inovação sugerida abre um flanco no controle de gastos com pessoal, dada a omissão em relação à necessidade de readequação dos limites vigentes em todas as esferas administrativas. Decerto, com os professores fora do cálculo dos limites, seria imperioso ajustá-los para baixo. Sem uma trava nesse sentido, poderia haver utilização indevida da medida em prol de outros grupos de servidores, o que ocorreria em detrimento do conjunto da sociedade e dos próprios professores.

Como se sabe, no âmbito de Estados e Municípios, o pagamento de professores constitui, de maneira geral, a despesa com pessoal mais expressiva. Desse modo, para minimizar os riscos de desvirtuamento da proposição, apresentamos emenda destinada a circunscrever as despesas com os segmentos formados pelos demais servidores, não docentes, aos patamares efetivamente observados à ocasião da publicação da nova lei. Para tanto, acrescentamos novo art. 2º ao PLS, em razão do que a cláusula de vigência passa a compor o art. 3º.

Em nosso sentir, à ocasião da apreciação da matéria na CAE, o Senado Federal poderá apresentar juízo mais abalizado acerca da adequação da medida objeto da emenda em questão.

Finalmente, no que respeita à técnica legislativa e redação do projeto, são necessários dois reparos. Na ementa, é oportuno grafar, por extenso, o nome do fundo a que se refere a sigla Fundeb. Em adição, no texto proposto para o inciso VII, cumpre corrigir para julho o nome do mês de publicação da Lei nº 11.738, de 2008.

Voto

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013-Complementar, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº -CE (DE REDAÇÃO)

(Ao PLS nº 14, de 2013-Complementar)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013-Complementar:

“Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para excluir dos limites de gastos com pessoal o pagamento de professores com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).”

EMENDA Nº -CE (DE REDAÇÃO)
(Ao PLS nº 14, de 2013-Complementar)

Dê-se a seguinte redação ao inciso VII do §1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013-Complementar:

“VII – as despesas com pagamento de professores destinadas ao cumprimento do disposto na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e realizadas com recursos oriundos das transferências a que se refere a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.”

EMENDA Nº -CE
(Ao PLS nº 14, de 2013-Complementar)

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013-Complementar, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

“Art. 2º Fica expressamente vedado aos entes da Federação aumentar as despesas com pessoal de que tratam os arts. 19 e 20, II, c, e III, b, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a patamar que ultrapasse os montantes apurados, deduzidos os gastos com pagamento de professores, na data de publicação desta Lei.”

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, esse é o relatório, então, favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wilson Matos, que leu o relatório do Senador Valdir Raupp.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Concorde plenamente com esse projeto porque hoje está havendo dificuldade para implantação mesmo dos programas do segundo turno, pois o Município não pode contratar. Há aqueles 53% do gasto com pessoal. Então, empresas estão contratando e sublocando pessoas à prefeitura, às escolas, porque não ficam subordinadas à própria direção da escola e sim a uma empresa que vende esses projetos. Como venda de projeto, a prefeitura pode usar o dinheiro além dos 53%. Então, acho plenamente justo que esses recursos realmente saiam dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só rapidamente. Acho que é uma iniciativa importante, com certeza, tendo em vista o debate que fazíamos anteriormente da educação em tempo integral. À medida que vamos avançando, vamos criando também novas políticas, e o próprio PNE vai exigir contratação de novos profissionais.

Realmente, há uma dificuldade para os gestores, governadores, prefeitos, de dar conta sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, é uma iniciativa muito importante. A educação deve ser tratada com a devida prioridade e é claro que a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma forma de evitar que haja desvio de recursos públicos, mas também não pode ser um impedimento para que uma política pública tão importante como é a educação deixe de avançar por limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Não tendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria *ad hoc* do Senador Wilson Matos permanecem como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, será apreciada pelo Senado.

Eu tenho um último comunicado a fazer a V. Ex^{as}.

Comunico às Sras e aos Srs. Senadores que a partir da próxima sessão a Comissão de Educação, Cultura e Esporte diminuirá a impressão de pautas com os avulsos dos projetos. A medida vem em consonância com o Programa Senado Verde e visa diminuir o uso do papel nos trabalhos deste Colegiado em contribuição ao desenvolvimento sustentável.

Esclareço que serão impressos apenas dez exemplares para auxiliar os trabalhos da Presidência e atender excepcionalmente àqueles Senadores que não estiverem com os *tablets*.

O acompanhamento da discussão e votação das matérias poderá ser feito através do *site* da Comissão, uma vez que todos os documentos referentes à pauta encontram-se disponíveis *on-line*.

Quero parabenizar, porque essa atitude foi feita quando era 1º Secretário o Senador Cícero Lucena, que já tomou essa providência, mas, infelizmente, a mudança de paradigma é uma coisa tão difícil de acontecer, Senador, que eu acho que a gente... Nós já conseguimos eliminar e reduzir, mas o certo seria há muito tempo nós não termos essa prática.

Então eu conto com a compreensão e a colaboração de todos para que este Colegiado dê um importante passo em direção a um meio ambiente mais equilibrado e com menos desperdício. E sugiro ao próximo Presidente desta Comissão, no ano que vem, que já comece implantando, porque as coisas se fazem no primeiro dia de trabalho. Assim sendo, eu acho que nós vamos alcançar esse intuito.

Faço mais uma vez um apelo e vou...

Pois não, Senador Wilson.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Sr. Presidente, acho que podia ser tudo digitalizado. E nós temos um computador em cada mesa dessa. Nós eliminaremos totalmente o papel.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – E vai ter no ano que vem.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoría/PSDB – PB) – Senador, quando implantamos isso, nós fornecemos um *tablet* a cada Senador, exatamente para que ele tivesse mobilidade e pudesse acompanhar as reuniões das Comissões onde estivesse: ou na própria Comissão ou, vamos dizer assim, se estivesse viajando... Então o *tablet* é muito mais móvel e dinâmico do que ele fixo.

É por isso que...

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – É verdade. Parabéns.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoría/PSDB – PB) – ...o suplente assume, e o titular não passa para o suplente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Nós temos mais de 20 projetos terminativos lidos.

Eu vou pedir a cada um de V. Ex^{as}, Senadora Ana Rita, para conversar com os seus pares dos partidos da base do Governo, porque tem... A Senadora Angela Portela inclusive me pediu: há dois projetos já lidos dela, de Paulo Paim, tem projetos do Senador Cícero... Que a gente faça um esforço concentrado. Como já foram lidos esses projetos terminativos, que a gente possa fazer a aprovação na primeira semana de dezembro, inclusive numa homenagem ao Senador Wilson Matos, que encerra este seu primeiro período.

Nada mais tendo a comentar, agradeço a presença de todos, a colaboração de todos os colaboradores desta Comissão na pessoa do Sr. Júlio Linhares e convoco a todos para a próxima terça-feira... Aliás, perdão, convoco para amanhã, às 10 horas da manhã, uma audiência pública sobre neurociência, trazendo duas personalidades internacionais e duas personalidades nacionais. E à tarde nós também teremos audiência pública da World Skills, que é um dos melhores programas já implantados dentro da ciência e tecnologia pela CNI.

Agradeço mais uma vez a todos e espero vê-los amanhã, às 10 horas da manhã.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 18ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (38ª REUNIÃO); COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (40ª REUNIÃO); E COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (67ª REUNIÃO) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Vicentinho Alves, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 29/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Rita, e aos Requerimentos nº 47/2014-CAS e nº 76/2014-CDH, de autoria da Senhora Senadora Ana Rita, destinados a

debater o tema “**Os aportes das neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas**”, inserido na programação da “**VII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz**”, organizada pelo Senado Federal, no período de 25 a 27 de novembro do ano corrente. Como expositores, comparecem à audiência a **Senhora Bernadette Rogé, Neuropsicóloga (França)**, com o tema “Autismo precoce e Neurociências”; **Senhora Suzana Herculano-Houzel, Neurocientista e Bióloga (RJ)**, com o tema “Cérebro – onde biologia e sociedade se encontram no desenvolvimento infantil”; **Senhor Alfred Sholl-Franco, Biofísico e Neurocientista (RJ)**, com o tema “A Neuroeducação no contexto da Primeira Infância: prevenção, conscientização e capacitação”; **Senhora Françoise Molénat, Psiquiatra infantil (França)**, com o tema “Estresse e gravidez: impacto do ambiente humano”. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião da Senhora Candy Gifford, psicopedagoga e ex-presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Goiás; Senhora Gisele Sayeg Nunes Ferreira, jornalista; Senhora Laurista Corrêa, pediatra; Senhora Marilene Flores Martins, presidente da Associação Internacional das Crianças pelo Direito de Brincar (IPA Brasil); Senhora Cristina Tektanian, consultora da Embaixada do Canadá; Senhora Cristina Werner, Presidente do Instituto de Pesquisas Heloisa Marinho; Senhor Jairo Werner, chefe da cadeira de neuropsiquiatria da Universidade Federal Fluminense; Senhora Simone Maria Loureiro Cabral de Melo Guimarães, Diretora-Geral do Centro de Orientação Médico Psicopedagógica da Secretaria de Estado de Saúde do **Distrito Federal (COMPP/SES/DF)**; **Senhora Danielle Silva Araújo**, coordenadora e professora do **Centro de Integração Empresa Escola** do Distrito Federal (CIEE/DF); Senhora Crisley Maria de Moraes, supervisora em pedagogia do Centro Educacional Especial de Sobradinho – DF; Senhora Bárbara Diniz, pesquisadora do Núcleo de Estudo para a Paz; Senhor Jorge Roberto dos Santos, dirigente da Organização Não Governamental Rede de Integração e Cidadania; Senhora Ana Cláudia Reis de Magalhães, terapeuta organizacional do Centro de Orientação Médico Psicopedagógica do Distrito Federal (COMPP/**SES/GDF**); e Senhora Jacqueline Wendland, professora da psicopatologia da primeira infância da Universidade de Paris, Descartes. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Cyro Miranda, um dos autores do Requerimento aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Logo após, a presidência faz um agradecimento à servidora Lisle Lucena, pelas ações realizadas no âmbito da Comissão de Valorização da Primeira Infância do Senado Federal nos últimos anos. Após as considerações finais do expositor, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Assuntos Sociais e Direitos Humanos e Legislação Participativa. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora **Ana Rita**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. em conjunto com a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e com a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata das reuniões anteriores e a sua aprovação.

As Sras Senadores e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública conjunta, atende ao Requerimento nº 29, de 2014, da Comissão de Educação, de minha autoria e da Senadora Ana Rita, assim como os Requerimentos 76, de 2014, da CDH, e 47, de 2014, da CAS, de autoria da Srª Senadora Ana Rita, para a realização da audiência pública destinada a debater o tema “aportes das neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas.”

A audiência está inserida na programação da VII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal, no período de 25 a 27 de novembro.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os nossos convidados a tomarem assento.

Convido a Sr^a Suzana Herculano-Houzel, neurocientista e bióloga do Rio de Janeiro; Bernardette Rogé, neuropsicóloga da França; Alfred Sholl-Franco, biofísico e neurocientista do Rio de Janeiro; Françoise Molénat, psiquiatra infantil da França.

Sejam todos muito bem-vindos!

Nos últimos seis anos, esta Comissão realizou debates sobre os cuidados necessários à primeira infância, por se tratar de um período da vida de fundamental importância para o desenvolvimento físico e psíquico do ser humano que afeta os aspectos emocionais e de aprendizagem.

Neste ano, a audiência pública proposta abordará os temas “Os aportes da a neurociência à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas”, que será dividido em três temas: “Autismo precoce e neurociências”; “A Neuroeducação no contexto da primeira infância: prevenção, conscientização e capacitação”; “Cérebro – onde Psicologia e sociedade se encontram no desenvolvimento infantil”; “Estresse e gravidez: impacto do ambiente humano”.

Informo ainda aos senhores presentes que esta audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado.

A reunião contará ainda com os seguintes canais de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente audiência e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos Srs. Senadores e Senadoras e expositoras, via internet.

Os interessados poderão acessar ainda o Facebook e o Twitter do Senado Federal, para participarem desta audiência. A audiência também poderá ser assistida pelo site YouTube, através do endereço eletrônico <http://www.youtube.com/TVsenado>.

Eu inicialmente agradeço a presença dos Srs. Senadores Jayme Campos, Cícero Lucena, nesta audiência, que para nós é considerada da maior importância.

Agradeço também a presença de vários psicólogos e psicopedagogos e também da Dr^a Candy Gifford, psicopedagoga e ex-presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Goiás. Tenho muita honra de recebê-la, com um olhar de felicidade, porque é muito bem casada, é minha esposa.

Seja bem-vinda! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, seja muito bem-vindo.

Inicialmente, eu convidaria, pelo tempo de 20 minutos – e, se necessidade houver, o prorrogaremos –, a Sr^a Bernadette Rogé, neuropsicóloga da França, para que faça a sua exposição com o tema “Autismo precoce e Neurociências”.

A SR^a BERNADETTE ROGÉ (Tradução simultânea.) – Eu agradeço muito a todas as pessoas que possibilitaram a organização desta audiência e vou falar dos avanços recentes em matéria de neurociência na área do autismo.

Uma pequena lembrança, para dizer que o autismo é um distúrbio que invade o desenvolvimento e que tem uma aparição precoce durante a primeira infância, mas que persiste na idade adulta, ainda que os avanços sejam possíveis.

É um distúrbio que se manifesta por alterações na capacidade de estabelecer, de manter as relações sociais e de se comunicar, que provocam também distúrbios do comportamento, que são muitas vezes vinculados à falta de comunicação.

Num primeiro momento, a abordagem para o diagnóstico era categorial, ou seja, nós diferenciávamos diferentes quadros, como autismo típico, atípico, Síndrome de Asperger e outros quadros sintomáticos.

Hoje, temos uma abordagem muito mais dimensional, ou seja, os distúrbios ao longo de um espectro de desordem, que variam num *continuum* e que vão do mais leve até o mais severo e que são mais ou menos associados a uma deficiência intelectual ou a outras patologias.

Portanto, em vez de falar de autismo e de outros quadros, falamos hoje de distúrbios do espectro autístico. A epidemiologia mudou muito nesses últimos anos. O autismo foi, durante muito tempo, apresentado como uma patologia rara, mas os últimos estudos mostram que passamos de um nascimento em cada dois mil, em 1960, um em cada 150, até mais recentemente, e um para cem hoje em dia.

Então, esses números são alarmantes. Não se trata de uma epidemia de autismo – isso é uma brincadeira, digamos. Na realidade, se trata de uma coisa muito mais complexa.

Em primeiro lugar, a definição de autismo se ampliou, o que possibilitou incluir casos que são mais difíceis de serem identificados, como os das jovens crianças em que os sinais são muito leves e flutuantes, ou formas mais leves de autismo, como o que nós chamamos de Síndrome de Asperger.

Além disso, os métodos de detecção estão mais finos também. Foram divulgados amplamente, o que faz com que os profissionais sejam mais capacitados para buscar esses sinais.

Em contrapartida, a gente fica preocupado com esse aumento dos números, porque a gente acha que não é apenas um artefato. É, também, o reflexo de um aumento real, inclusive com fatores de meios e ambientes, e nós mostramos que alguns pesticidas, por exemplo, poderiam ser responsáveis por alguns distúrbios neurológicos.

Então, é preciso ter muita atenção em relação a esses fatores.

Nós sempre temos a nossa noção de que os meninos são quatro vezes mais afetados do que as meninas. É um dado constante na literatura.

Os distúrbios da comunicação estão, realmente, no cerne do problema do autismo. A linguagem é afetada. Nas formas mais severas, ela é atrasada e, às vezes, até ausente totalmente, e apresenta anomalias, como a ecolalia, o fato de repetir, sem parar, as palavras ouvidas, sem ser um parceiro de comunicação, e respondendo a perguntas, mas só com a repetição dessas perguntas; dificuldades de compreensão, que têm consequências pesadas em termos de distúrbio de comportamento.

Até nas formas mais leves, que não apresentam déficit intelectual, a linguagem pode se estabelecer e pode até ter uma forma bastante correta, com formulações extremamente complexas e até preciosas, mas é pouca adaptada a situações sociais e à parte pragmática da linguagem. O uso social dessa língua e dessa linguagem é que é difícil.

As pessoas que têm autismo apresentam especificidade de tratamento da informação e essas pessoas apresentam traços e lembram de traços do ambiente, porque elas apresentam processos de exploração diferentes. Elas são atraídas por detalhes e têm uma visão bastante fragmentária, daí uma dificuldade de compreensão, o que é vinculado ao defeito de coerência central.

Como as situações sociais são, por definição, muito complexas, é preciso ressituar, dentro de um contexto, essas situações, a sua apreensão e a sua compreensão. Então, para eles, isso é muito difícil, para essas pessoas atingidas por autismo.

Elas também têm dificuldade de acessar os significados abstratos e, por exemplo, elas não possuem, ou elas têm uma teoria do espírito, mas que se implementa tardiamente. Essa teoria do espírito é a compreensão do que os outros podem pensar ou expressar como emoção. Numa criança típica, isso se implementa, mais ou menos, na idade de 4 anos e é o que possibilita entrar em interação, porque, quando estamos em interação com uma pessoa, nós criamos hipóteses do que ela está pensando, das suas emoções. Isso nos possibilita a adaptação à interação.

As funções executivas também estão perturbadas nessa criança. Essas funções executivas nos possibilitam controlar as nossas ações, sermos flexíveis, nos adaptarmos a diferentes situações em função do contexto. Elas nos possibilitam, também, planificar as nossas ações, controlar os nossos comportamentos, e elas permitem inibir ações automáticas e conservar informações em memória de trabalho durante a execução de uma tarefa. Elas são fundamentais e, no autismo, a gente encontra uma perturbação dessas funções de execução, o que deve ser vinculado, diretamente, às dificuldades de abstração, uma tendência à perseveração, à repetição de comportamentos, uma hiperseletividade da informação e problemas de planificação e de flexibilidade cognitiva, e uma dificuldade, também, de mudar o seu modo de raciocínio ou a sua adaptação em função do contexto.

Os aspectos neurobiológicos foram esclarecidos e interpretados e são vinculados a esses sinais clínicos. Nós mostramos que havia uma ampliação da velocidade do desenvolvimento do perímetro craniano, num período que se situa entre seis meses e dois anos.

Isso traduz, certamente, um defeito de desenvolvimento. É um período durante o qual os neurônios se diferenciam num plano funcional, ao que nós chamamos de *élagage*, ou seja, uma morte natural programada de neurônios, ao mesmo tempo em que eles se especializam. Nós pensamos que, no autismo, essa diferenciação se opera mal e que era o que se traduzia pelo aumento do perímetro craniano.

Na verdade, mostramos também anomalias na repartição da substância cinzenta e branca, e variações nas suas densidades respectivas, que remetem a problemas de conectividade na zona sulco temporal superior, que chamamos de cérebro social, que é o cérebro ativado quando estamos em interação social.

Os estudos em imagem de ressonância magnética mostraram que, nessas pessoas com autismo, essa zona é menos ativada em presença de estímulos sociais. E nas crianças pequenas, essa ativação é muito pequena, relativamente a sinais auditivos que são implementados pela voz humana.

Provavelmente, isso é ligado ao atraso de linguagem. Vocês têm uma ilustração aqui da hipoperfusão temporal. Vocês estão vendo essa zona verde aqui, que é a zona que se ativa quando estamos em presença de informações sociais, de natureza social. Nas crianças com autismo, 80% das crianças apresentam uma diminuição dessa ativação. E, atualmente, o interessante que encontramos nos grupos é que a detecção individual

pode ser feita em 88% dos casos com uma ótima sensibilidade, uma boa especificidade, o que torna as coisas importantes para o diagnóstico.

Em termos de anatomia, na mesma zona temporal superior, observamos uma diminuição da substância cinzenta – isso dos dois lados do cérebro –, e uma diminuição das fibras da substância branca, o que indica uma menor conectividade entre os neurônios. Essas diferenças de anomalia foram colocadas em relação com a severidade do distúrbio autístico.

A imagem funcional mostrou elementos importantes, mostrando, por exemplo, que a criança autista não reage como as outras crianças à voz humana. A voz humana é tratada como qualquer outro som, até um som material.

Nós podemos ver aqui, na imagem, testemunhas em que essa parte temporal do cérebro é ativada em face de um estímulo auditivo, ao passo que embaixo essa zona é muda. Aqui a mesma coisa: em cima, com essas pequenas fontes de luz, e, embaixo, vemos casos de autismo com três pessoas, em que se é completamente mudo, e, em outros casos, em que há uma pequena ativação.

Esse STS é ativado quando há um movimento com valor social: gestos, expressões faciais, o olhar, os movimentos do corpo. Por exemplo, se uma pessoa boceja, essa zona do cérebro é ativada. Então, essa zona é vinculada a uma outra zona que se chama giro temporal superior e que tem um papel muito importante para as informações auditivas e na integração de várias modalidades sensoriais, o que nos possibilita estar em conexão com o mundo social.

Essas duas estruturas estão fortemente conectadas com o sistema límbico, que está implicado e engajado com as emoções e com o córtex frontal e parietal.

Portanto, os problemas nesse nível de conectividade acarretam distúrbios do comportamento afetivo e emocional ligados a essas conexões com o sistema límbico. E esses distúrbios cognitivos de raciocínio, de aprendizagem, estão relacionados às conexões para a rede frontal parietal.

A amígdala, que também é uma estrutura muito engajada e implicada nas emoções, tem um desenvolvimento anormal no autismo, o que possibilita entender os distúrbios expressos por essas crianças.

Recentemente a gente evidenciou também os neurônios-espelhos, que são células nervosas que se ativam não só quando a gente efetua um gesto, mas também quando a gente observa esse gesto em outra pessoa. Esse sistema dos neurônios-espelho é implicado na empatia, que é a faculdade de entender as emoções dos outros. Os autistas têm uma dificuldade nesse nível, e a gente considera que é um problema no nível desses neurônios-espelho. Vocês podem ver aqui, na imagem, a localização. A gente vê novamente as mesmas zonas do cérebro envolvidas na ação e vinculadas com outras zonas do cérebro.

A genética também avançou bastante. Hoje nós temos um grande consórcio internacional mundial, que é o AGP (Autism Genome Project), de que minha equipe faz parte, aliás, e que publicou em 2010 uma publicação que foi bastante revolucionária na revista *Nature*, que é uma das maiores revistas no nível mundial. Eu vou passar os detalhes rapidamente. Esse estudo mostrou que as pessoas portadoras de autismo, além das variações e das multiplicações de pequenas partes de genes que induzem anomalias, algumas dessas mutações são herdadas; portanto, outras aparecem em pacientes para os quais a gente não podia identificar esse tipo de multiplicação nos pais. E a gente mostrou, então, que as pessoas autistas tinham um grande número dessas mutações.

Outra via de progresso é o *eye-tracking*, a traçabilidade do olhar, e, em nossa equipe, a gente usa inovações de ponta em colaboração com uma pesquisadora de Harvard e um doutorando que acaba de defender a sua tese e que mostrou que com o *eye-tracker*, esse aparelho que vocês podem ver aqui na tela, a criança enfrenta, vê um rosto numa tela, e a gente vai tentar traçar o olhar, como o olhar se desloca na tela. As pessoas típicas, as crianças típicas são sensíveis à forma do rosto; em contrapartida, eles apresentam uma ausência para o campo visual esquerdo. Quando a gente olha um rosto, a primeira fixação é à esquerda, ao passo que, nas crianças autistas, esse olhar é dispersado em todo o rosto. Isso não é específico para o rosto humano; a gente apresentou outros estímulos, como rostos de cachorro, e apresentam as mesmas configurações com nariz, olhos, boca, e a gente obtém exatamente os mesmos resultados.

Nós temos, hoje, um projeto de pesquisa muito ambicioso com a pesquisa de indicadores múltiplos na idade de um ano que possibilitariam, cruzando a ressonância magnética, a oculometria, o perímetro craniano e o comportamento de valiar o diagnóstico bastante precoce.

E os tratamentos agora. Nós mostramos e descobrimos mecanismos genéticos que estavam na origem de uma baixa importante de melatonina, que é o hormônio implicado nos ritmos de dia e noite, e essa descoberta é muito importante, porque ela possibilitaria abrir novos caminhos de tratamento para os distúrbios do sono, que são tão frequentes nas crianças autistas e são muito perturbantes para as famílias.

Outro caminho é o da ocitocina, que é o hormônio do vínculo, que é administrado por *spray* nasal, e ela aumenta a confiança nas outras pessoas, nos outros parceiros. Ela foi testada em outros adultos com autismo, e a gente observou modificações de comportamento no bom sentido, uma melhoria do comportamento social que vai junto com uma melhor ativação cerebral.

E recentemente também nós vimos um interesse de um diurético no tratamento do autismo. Esse tratamento parte de uma pesquisa que mostrou, ao mesmo tempo, no animal e no ser humano, que um pouco antes da gravidez e do parto, a mãe produz citocina no feto, e isso leva a uma baixa da taxa de cloro nas células. Esse mecanismo protege os neurônios do estresse intensivo do parto. E a gente mostrou recentemente que, para crianças autistas e com Síndrome de Asperger, entre 3 e 11 anos, que receberam durante três meses esse diurético para reduzir os níveis de cloro intracelulares ou um placebo, e a gente viu que havia uma melhoria considerável do comportamento para os três quartos dessas crianças.

As abordagens desenvolvimentais se baseiam em um diagnóstico precoce, já receberam uma validação no plano comportamental e uma validação dos indicadores objetivos. Eu trabalho especificamente com esse modelo de Denver, Denver Model, que é uma abordagem desenvolvimental que vincula a interação emocional, as aprendizagens em todos os setores do desenvolvimento e o trabalho em estreita colaboração com a família.

Os primeiros resultados publicados mostram que no plano comportamental esse modelo traz mais no desenvolvimento das crianças, e bastante significativo, aliás. Além disso, nós temos indicações de que essa melhoria em termos de comportamento corresponde também a uma melhoria em termos de ativação das estruturas cerebrais.

Então, em resumo, é importante ter em mente que o autismo é um distúrbio neurobiológico, que existe, por enquanto, algumas pistas de tratamento médico para melhorar certos sintomas, mas não para completamente curá-lo. E o que permanece mais eficiente para o futuro das crianças é o diagnóstico precoce, a implementação de uma intervenção precoce e a implicação dos pais, o envolvimento dos pais e seu apoio, para uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo para as crianças e para os pais.

Muito obrigada por sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quero agradecer a Sr^a. Bernadette Rogé pelas sua brilhante exposição e pela observância também do tempo, exatamente nos seus 20 minutos, não que isso seja fator limitante.

Em seguida vamos fazer uma alternância também, até para dar um descanso aos nossos tradutores. Eu convidaria a Sr^a Suzana Herculano, Neurocientista e Bióloga do Rio de Janeiro, que hoje nos falará sobre o tema “Cérebro: onde a biologia e a sociedade se encontram no desenvolvimento infantil”.

Com a palavra a Sr^a Suzana pelo tempo de 20 minutos. Se for necessário, prorrogaremos.

A SR^a SUZANA HERCULANO-HOUZEL – Muito obrigada, bom dia a todos. Eu quero, antes de mais nada, agradecer e parabenizar a organização da Comissão e agradecer o convite para participar de uma iniciativa tão importante. Eu adoro fazer ciência, é claro, mas a ciência só tem sentido se os conhecimentos novos que são gerados servirem para alguma coisa, e de preferência não apenas aos cientistas na sua busca eterna por mais e mais conhecimento, e, sim, às pessoas comuns que inclusive financiam essa pesquisa.

Eu vou fazer outra apresentação ainda hoje mais tarde, onde eu vou falar sobre o desenvolvimento do cérebro durante a infância e os fatores envolvidos no aprendizado. Eu queria me concentrar agora, durante esses 20 minutos, em outra parte da história, outra parte igualmente importante para o desenvolvimento infantil de fato, mais especificamente para o bem-estar. E aqui a gente descobre justamente que é no cérebro onde biologia e sociedade se encontram.

Por muito tempo, infelizmente, mas era compreensível, existia uma verdadeira guerra entre setores diferentes de conhecimento. Aqueles que, de um lado, argumentavam que o comportamento humano e, portanto, o desenvolvimento das habilidades humanas das crianças também seria, antes de mais nada, uma questão puramente biológica, ou seja, determinados completamente pela natureza, pela genética, por fatores químicos, fisiológicos, por tudo aquilo que determina a estrutura do cérebro. Enquanto outros, por muito tempo, sobretudo psicólogos, diziam que não, que o que define o comportamento, o que define as habilidades, o que nós somos, como nós somos, o que nós fazemos não é a biologia, é a sociedade. São todos aqueles fatores culturais que são, na verdade, o resultado do próprio comportamento: as interações dentro da família, a educação que a gente recebe no âmbito da família, dentro da escola, em círculos sociais maiores, através não só de trocas, por meio de linguagem, de palavras, mas também através de contato físico na forma do extremo carinho ou o outro extremo, a violência.

E, hoje em dia, ainda bem – talvez não muito mais do que há uns dez anos, na verdade –, essa briga não existe mais. Entendemos, graças às descobertas da neurociência, que as duas coisas são igualmente importantes.

Hoje se fala muito menos, inclusive, sobre quem é mais importante do que a outra, quantos por cento é biologia, quantos por cento é sociedade; isso é besteira! O que reconhecemos é que existe uma base biológica – é claro, todos nós nascemos com determinada carga genética que define, digamos, o plano básico biológico da estrutura, do funcionamento de cada um –, mas é por meio do resultado desse próprio funcionamento, que é o comportamento nosso e dos outros, e através dessas interações entre cérebros diferentes, através do comportamento, que cérebros diferentes, para nossos fins aqui hoje, sobretudo, o cérebro da criança, se formam, se desenvolvem e vão se definindo cada vez mais. Quer dizer, o futuro do cérebro de cada criança recém-nascida, em parte, já começou a ser definido, não apenas pela genética que ela herda, mas agora sabemos também pelo comportamento dos seus pais – não apenas mãe, mas pai e mãe também – antes de essa criança ser concebida, mas boa parte desse futuro também é feito, digamos, conforme essa criança vive e vai interagindo com os seus familiares, com outras pessoas, no seu círculo social.

Quero mostrar um exemplo em particular para vocês de como isso funciona, que acho que é particularmente relevante no nosso País. É sabido que crianças que sofrem abusos na infância têm uma tendência a se tornarem também adultos violentos e passarem o abuso adiante. Então, receber maus-tratos na infância aumenta muito significativamente a chance de violência na vida adulta; mas também é sabido que nem toda criança que sofreu abusos na infância se torna um adulto violento, ou seja, ser vítima de comportamento abusivo coloca a criança em risco de se tornar um adulto também violento, mas isso é apenas um fator de risco, não é determinante, embora seja um fator de risco extremamente importante.

A razão para a diferença, então, como sugeri, deve estar em alguma contrapartida biológica, talvez exista algum tipo de fator que torna certas crianças especialmente suscetíveis à influência de maus-tratos na infância e faça com que aquelas crianças, em particular, de fato, respondam à ação violenta, de serem vítimas de ações violentas, tornando-se também violentas.

De fato, existem hoje já várias influências genéticas e biológicas de outras formas conhecidas sobre o comportamento, vou me concentrar em apenas uma que é central à história que quero contar aqui a vocês, que é o gene que comanda a produção de uma enzima chamada MAO-A, monoamina oxidase A, vou chamar de MAO-A só.

A MAO-A é uma enzima que impede que a serotonina se acumule em concentrações elevadas demais no cérebro. Só um pequeno parêntese: se vocês lembram do Prozac, que é um antidepressivo, o primeiro antidepressivo realmente famoso, uma das ações dele é aumentar a concentração de serotonina no cérebro, que fez muita gente, incorretamente, dizer: “Ah, a serotonina é o hormônio da felicidade; quanto mais serotonina tivermos no cérebro, melhor a gente fica, mais feliz a gente fica”. Essa é uma versão extremamente simplificada da história, a serotonina tem ações diferentes sobre circuitos diferentes. No cérebro, o que importa é onde ela age; e, nesse caso em particular, a serotonina em excesso facilita a violência, promove o comportamento violento, promove a agressividade. Isso é sabido de várias maneiras, mas, por exemplo, animais cujo genoma foi modificado de maneira a eliminar essa enzima que degrada a serotonina, portanto esses animais têm um excesso anormal de serotonina, esses animais se tornam extremamente agressivos. São camundongos que, se você chegar perto da caixa onde eles vivem, eles pulam em você para agredi-lo.

E esse comportamento pode ser corrigido se você simplesmente introduzir o gene de volta no genoma desses animais.

Existe a versão humana dessa ausência de MAO-A. Tem uma família dinamarquesa conhecida, por exemplo, cujos homens que herdaram essa disfunção da enzima têm uma quantidade anormal de serotonina no cérebro e todos eles são agressivos, inclusive com registro de passagem na polícia por causa de comportamento agressivo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – ...comprometimento nesse tipo de evento?

A SRª SUZANA HERCULANO-HOUZEL – Sim, sim. Tem uma série de fármacos conhecidos que alteram essa quantidade de serotonina, o que é todo um outro vespeiro: qual é a ética ao usar manipulação farmacológica à revelia de pessoas?

Mas, enfim, voltando à história, quero expressar aqui a importância da combinação entre a genética herdada e o aspecto social. O que eu vou mostrar para vocês é um de vários resultados de um estudo extraordinário feito na Nova Zelândia por essa psicóloga americana Terrie Moffitt, de Duke. Na cidade de Dunedin, eles puderam registrar e acompanhar, ao longo de um ano inteiro, de abril de 1972 a abril de 1973, absolutamente todos os nascimentos na cidade e, até o dia de hoje, eles continuam acompanhando essa coorte de pessoas nascidas nesse período, o seu histórico de vida, a sua biologia, fizeram estudos genéticos.

Uma das características que eles puderam testar foi justamente observar qual era, na vida adulta, a incidência de comportamento agressivo entre adultos que na infância sofreram agressões físicas e morais, ver-

bais, e adultos que tiveram, ao contrário, uma infância tranquila. Dependendo da sua genética, aqueles que tinham uma predisposição ao comportamento agressivo, violento, por causa de uma baixa expressão do gene da MAO-A, em contraste com adultos independentes da história de agressão na infância que tinham, digamos, uma proteção natural com altos níveis dessa enzima que levam a uma redução da serotonina no cérebro, que promove a agressão...

Os resultados foram muito impressionantes. O que eles mostram é a incidência de comportamento violento na vida adulta entre pessoas que tinham ou a versão boa ou a versão ruim do gene para MAO-A que predispõe a violência. Entre aqueles adultos que passaram uma infância tranquila, sem violência, a incidência de comportamento violento na vida adulta era a mesma: cerca de 20%. Agora, entre os adultos que sofreram abusos na infância, aqueles que tinham a versão boa de MAO-A, que leva a serotonina baixa, a incidência de comportamento violento dobra para 40%. Mas entre aqueles que sofreram violência na infância e que, além disso, tinham a genética que predispõe à agressão, a incidência era de 80% de comportamento violento. Ou seja, o que a gente tem aqui é uma combinação explosiva entre genética, as nossas características herdadas e aquelas que dependem dos outros, do comportamento dos outros sobre o nosso futuro.

O que a gente tem aqui é um exemplo daqueles casos em que violência gera violência.

Eu quero mostrar para vocês um vídeo curtinho. Não sei se a gente está com... Tem som? Se não tiver som não será muito importante. Importante é o que vocês vão ver nesse vídeo.

Tudo que a gente vê a princípio são crianças seguindo os seus pais em comportamentos que parecem, a princípio, absolutamente inócuos e que aos poucos vão se revelando cada vez mais chocantes. (Pausa.)

Este é um vídeo do governo australiano. Eles têm um problema grave de comportamento agressivo, sobretudo com a população aborígene do país. E a mensagem ali é uma brincadeira com o *"monkey see, monkey do"*, do inglês *"children see, children do"* – o que as crianças veem é o que elas fazem. Eu cresci ouvindo minha mãe dizer que o exemplo é uma pregação silenciosa. É exatamente isso, razão pela qual eu faço questão de mencionar o quão eu me envergonho de morar num País onde a maioria da população se sente no direito de abusar fisicamente de seus filhos, a ponto de repelir tentativas de legislação contra palmadas.

O que que são palmadas senão agressões perpetradas pelos próprios pais contra seus filhos? São exemplos de dominação de comportamento violento e agressivo, e, ao fazerem isso, o que os pais estão fazendo é exatamente passar a mensagem adiante, passar o exemplo adiante de dizer a seus filhos o seguinte: "Olha, conflitos não precisam ser decididos na base da conversa, do entendimento, de tentar se colocar no lugar do outro; quando a gente tem um conflito, quando o outro não concorda com a gente, a gente senta a mão, a gente dá um tapa, porque é isso que eu fiz com você hoje quando você não me obedeceu".

É uma lástima, é vexaminoso. Mais vexaminoso ainda é a gente aceitar que adultos inteligentes se achem no direito de agredir os seus filhos como bem quiserem, sobretudo acharem que se ensina através de violência. Isso não é ensinar, é simplesmente dar o exemplo e fazer os seus filhos terem medo de você – o que, no meu caso, por exemplo, é a última coisa que eu quero.

Mas ainda bem que o contrário existe, e, assim como violência gera violência, a gente sabe que carinho gera carinho, gentileza gera gentileza, exatamente da mesma maneira, através da modificação dos mesmos circuitos no cérebro, que incluem, como mencionou a Prof^a Bernadette Rogé, passam por uma dessas estruturas do controle emocional do cérebro, que é a amígdala – do cérebro, por favor; não é a amígdala da garganta; a amígdala da garganta não se chama mais amígdala justamente para evitar confusões; chama-se tonsila. Quem perdeu a amígdala – eu também não tenho mais as minhas amígdalas – não tem problema algum de controle emocional, estamos todos bem.

O que a gente tem aqui é uma estrutura que é fundamental na detecção de sinais que informam sobre o estado emocional dos outros e que permitem que a gente organize nosso comportamento de acordo. Assim como essas estruturas da amígdala do cérebro reagem a agressões, a ameaças e consideram como uma das alternativas organizar comportamento violento em resposta a essas ameaças, as mesmas estruturas são ativadas de outra maneira quando recebem interações sociais positivas. E a evidência mais óbvia de interação social positiva de interagir com alguém que se preocupa com você, que gosta de você, que quer o seu bem é receber carinho. A coisa talvez mais importante neste caso aqui é que o cérebro do animal, que não precisa nem ser humano – funciona também em camundongos –, o cérebro do animal que recebe carinho se modifica de maneira tal que aquele animal aprende a reagir a ameaças de maneira mais tranquila, mais controlada muito menos agressiva também.

E, muito mais do que isso, aquele animal que recebe carinho se torna cada vez mais propenso a ser carinhoso, por sua vez, também, quando a ocasião aparecer. E o animal que a gente espera que seja carinhoso, por definição, com a gente é a nossa própria mãe, antes de qualquer outra pessoa no mundo.

Não quero me alongar muito, mas quero mencionar para vocês estudos que, talvez, hoje em dia, não fossem mais permitidos pelos comitês de ética, mas que são estudos absolutamente fundamentais para o que a gente hoje conhece sobre o que é ser mãe. São estudos que mostraram o tratamento de macacos reso recém-nascidos que foram separados da mãe e criados ou alimentado artificialmente – deixe-me achar aqui a foto para vocês – por um esqueleto de metal, que a gente vê ali do lado esquerdo, aquecido, que dava suporte e tinha uma mamadeira acoplada. Então, o animal podia recorrer àquela mãe de arame para se alimentar ou podia recorrer também a uma mãe que não o alimentava, mas que era quentinha, macia, mais próxima daquele aconchego da mãe.

E o que esses estudos mostraram – ali a gente vê, essa era a imagem que eu queria – foi a diferença entre a mãe adotada que alimenta...

(Soa a campainha.)

A SRª SUZANA HERCULANO-HOUZEL – ... e a mãe que oferece o suporte, o calor, o aconchego.

Enfim, a descoberta mais importante de todas aqui é que os animais, claramente, não só preferem a mãe que não alimenta, mas que dá aconchego; eles também têm o desenvolvimento completamente diferente. Eles correm para essa mãe, e não para a que os alimenta, quando bonequinhos que se mexem estranhamente aparecem do nada no lugar onde eles vivem.

A gente vê ali, do lado esquerdo, nas duas imagens do lado esquerdo, a mãe macia. Os macaquinhos que foram criados na presença dessa mãe têm um comportamento mais tranquilo em ambientes novos. Eles exploram o ambiente, eles são mais abertos, digamos, a novas experiências, enquanto o macaquinho, que recebeu a alimentação, que recebeu os cuidados, digamos, que a gente acha que são os cuidados fundamentais, é um animal absolutamente retraído, com uma série de – o nome só pode ser este – neuroses, e se torna um animal completamente anormal, cheios de problemas relacionados à ansiedade.

Vou passar três minutinhos só.

Isso tudo, recentemente, ganhou um suporte incrível através de estudos da pediatra americana Tiffany Field, que descobriu... A equipe dela, na verdade, descobriu; foi uma enfermeira – eu adoro essa história! A prática, na época, era que o bebê recém-nascido prematuro fosse colocado em uma incubadora, com todos os cuidados médicos, mas longe da mãe. Mãe e pai não podiam tocar na criança, que estava sob cuidados médicos. Em alguns dias, as crianças, os bebês recém-nascidos, nos incubadores, tinham uma recuperação, um desenvolvimento maravilhoso, ao contrário de todos os outros dias da semana, em que era uma norma essas crianças definharem ou ficarem empacadas, digamos, naquele estado prematuro de desenvolvimento, apesar de todos os cuidados médicos. E a diferença, eles descobriram, era que as crianças se desenvolviam em seguida aos dias de plantão de uma determinada enfermeira, que tinha pena daqueles bebezinhos e ia lá, colocava as mãos dentro da incubadora e acariciava as crianças. Foi graças a essa boa alma que essa pediatra, Tiffany Field, criou todo um programa de pesquisa que nos mostrou a importância do carinho, a importância de ser tocado, de ser acariciado pela mãe no começo da vida.

E hoje isso existe no Brasil, é aplicado no Brasil como um dos programas mais bacanas que a gente tem aqui, motivo de orgulho. Eu estava aqui dizendo que tenho vergonha de ser brasileira na questão do repúdio à Lei da Palmada. Mas eu tenho orgulho de ser brasileira quando vejo esse programa do Ministério da Saúde que promove, que faz com que as mães fiquem no hospital com os seus filhos recém-nascidos.

Enfim, eu não quero me alongar muito, eu quero só mostrar a vocês que a gente, hoje, conhece os meios pelos quais o cérebro muda, tanto funcionalmente como estruturalmente, até a expressão de genes muda no cérebro, dependendo, simplesmente, de o filhote receber carinho.

Como eu falei, isso funciona até com ratos e camundongos. Os ratinhos que são criados por mães, não precisa ser a mãe biológica, ratinhos criados por uma mãe adotiva carinhosa – e carinho, para um rato, quer dizer você recolher a sua ninhada, deitar em cima dela e ficar lambendo, literalmente, a sua cria –, os ratinhos que são criados por essas mães se tornam animais saudáveis, e as ratas, por sua vez, que receberam carinho se tornam, também, animais carinhosos com a sua própria prole depois.

O que se tem, aqui, então, é uma dessas situações onde violência leva a mais violência, porque ela muda o cérebro, mas, ao mesmo tempo, carinho leva a mais carinho e a um cérebro saudável, também, porque essa interação social muda o cérebro. Tudo isso porque o cérebro da gente é susceptível a esse tipo de interação, ou seja, faz diferença para o desenvolvimento do cérebro da gente o que acontece com a gente ao longo da vida. Não só como a gente usa o cérebro que tem – eu vou falar sobre isso à tarde –, mas também que tipo de interação a gente tem com outras pessoas.

E o mais importante de tudo: criar uma criança saudável é muito mais do que simplesmente prover sustento. Hoje, sabe-se, inclusive, que crianças criadas em instituições são doentes de uma série de maneiras

que poderiam ser facilmente evitadas se essas crianças fossem adotadas imediatamente, o mais rapidamente possível, por famílias que pudessem lhes dar carinho e atenção direta. Mas o mais importante de tudo é que a gente sabe que nunca é tarde.

Deixem-me acrescentar. Talvez o que eu disse dê a entender que é preciso intervir ou promover o desenvolvimento saudável de crianças a partir do momento em que elas nascem. A gente precisa lembrar que essas crianças estarão sob o cuidado de adultos. É preciso promover a educação dos adultos, também, para que se possa, de fato, promover o crescimento e o desenvolvimento saudável dessas crianças.

Por fim, eu queria acrescentar uma última coisa. Não sei se vocês notaram – absolutamente, todos os achados e descobertas e conhecimentos novos que eu mostrei para vocês são estrangeiros; nada disso foi feito no Brasil, por uma razão muito simples: falta de investimento, falta de salários dignos que atraíam pesquisadores de maior calibre e competência, para gerar esse tipo de pesquisa e de conhecimento, também, no nosso País, para que a gente, entre outras coisas, não fique mais dependente do avanço da ciência dos outros países.

Muito obrigada e bom dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à Drª Suzana Herculano por...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem.

A SRª CANDY GIFFORD – Queria só fazer um comentário que eu acho importante. De tudo o que você disse, duas coisas: eu vejo, hoje, crianças sofisticadamente abandonadas, mães burocráticas, elas têm de tudo, mas faltam o afeto, o olhar e o escutar. O segundo ponto que me assusta: os pais ainda acham, de maneira geral, que bater, que um tapinha é amor; eles não entendem ainda que é desamor.

E só para fechar, eu recebi uma criança de seis anos, contando que os pais batiam nela. Ela disse para mim: “Tia Candy, minha mãe bateu em mim hoje.” A mãe na sala de espera. E eu disse: “Não se preocupe. Eu vou conversar com a sua mãe. Adulto não pode bater em criança, tem que conversar.” Ela pegou a minha mão, Suzana, e disse: “Vamos lá falar para a minha mãe.” *(Risos.)*

A SRª CANDY GIFFORD – Só para fechar.

Brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado pela intervenção. Aqui, estamos em uma reunião bem informal.

Quero, mais uma vez, agradecer pelo tema abordado pela Drª Suzana e quero registrar, com muito prazer, a presença da jornalista e amiga Gisele Sayeg Nunes Ferreira, esposa do nosso Líder do Senado pelo PSDB, Aloysio Nunes. Agradecer também a presença da Candy. Hoje nós estamos sendo brindados pelas esposas. E a Senadora Marta Suplicy, que reingressa, volta a esta Casa. Seja muito bem-vinda, é uma área muito afim também, entre outras áreas em que V. Exª milita. Mas é um prazer muito grande tê-las aqui.

Quero também agradecer a presença do Dr. Laurista Corrêa, pediatra, que também nos abrilhanta com sua presença, e dos meus pares, Flexa e Cícero, que já foram citados. Depois vou fazer novos agradecimentos.

Passo agora, com muito prazer, a palavra à Drª Françoise Molénat, psiquiatra infantil, que nos falará sobre o tema “Estresse e Gravidez – Impacto do Ambiente Humano”.

Com a palavra, a Drª Françoise.

A SRª FRANÇOISE MOLÉNAT (Tradução simultânea.) – Obrigada.

Srªs e Srs. Senadores, muito obrigada pela acolhida. É uma ocasião rara para nós poder falar na frente de decisores políticos e especialistas da Psicologia do Desenvolvimento. Eu já aprendi muito, desde que cheguei, sobre as energias que já existem ao mesmo tempo no campo, dentro da comunidade e em termos políticos, o que faz com que estejamos reunidos aqui hoje. O Senado nos acolhe, portanto, e vou começar a minha fala contando um episódio de 2012.

O Senado francês organizou um grande colóquio sobre maus-tratos e fui convidada a falar da prevenção. Havia 30 intervenções, cinco ministros, jornalistas de todos os lustres, muita gente e eu era a única a falar de prevenção. Todos os outros conferencistas, que fizeram apresentações de grande qualidade, falaram de detecção, de repressão, de educação. Eu comecei falando que é fácil, finalmente, falar de maus-tratos. A gente tem um culpado: os pais. Mas pela prevenção nós todos somos responsáveis. O que a gente implementou? O que nós implementamos para que os pais recebam o que eles têm que dar para as crianças? Toda a questão da prevenção está aí.

Muito obrigada, portanto, por abrir este espaço para mim e lembrar esse episódio que me afetou muito, e a minha fala foi escutada. E, durante a pausa, um jovem senhor veio me ver e me disse: “Eu gostei do que você falou.” “E você vem de que profissão?” Ele falou: “Eu sou policial”. E esse policial entendeu que, quando ele bota

um pai ou uma mãe na cadeia, ele sabe quanto sofrimento há por trás dessa mãe e desse pai, que tocaram ou maltrataram seus filhos, mas que tiveram eles próprios uma história traumática.

Então, Suzana Herculano, você introduziu de forma magnífica a questão, assim como a Bernadette, portanto, vou falar rapidamente dos dados científicos, já que temos pouco tempo e vou colocar a questão do que fazer. Vou falar rapidamente do que conheço na França, que não é um modelo, mas que é uma experiência, para tentar identificar princípios de ação e de eficiência, ainda que seja cedo para avaliar, como dizia ontem a senhora, de forma longitudinal e de forma longa, os efeitos dos programas, que é um dos problemas dessas políticas de prevenção.

Lembro também que todos os programas de intervenção junto aos adolescentes são ineficientes; é tarde demais. Então, é preciso agir cedo, e todos os dados científicos demonstram isto: a ação deve ser implementada durante o nascimento e não só com os bebês mas com as mulheres grávidas e os futuros pais. Portanto, é uma transformação das nossas mentalidades e das nossas práticas.

Então, sair da impotência, evitar os distúrbios graves dos adolescentes e adultos e como se constrói um bebê. Nós temos vários dados científicos neurofisiológicos que mostram e nos ajudam a entender as interações, como a gente acaba de falar, entre a biologia e o ambiente familiar, como se constroem os vínculos familiares, como diminuir os problemas anteriores.

Então, trata-se de deslocar as energias para cima, oferecer o apoio adequado para os pais, para que eles possam responder às suas crianças e às suas necessidades específicas.

Portanto, trata-se de melhorar o ambiente do feto, da criança dentro do útero, através de uma melhor segurança da mulher grávida. Portanto, melhorar o ambiente materno durante a gravidez, melhorar o ambiente familiar em volta da mãe e da criança e melhorar o ambiente profissional, sensibilizando a todos desses desafios de qualidade de relação desses profissionais, que vão encontrar os futuros pais durante a gravidez e o nascimento, já que o interesse da medicalização do nascimento é oferecer às famílias, aos futuros pais, um ambiente que os sensibilize aos desafios da qualidade de acolhimento, dos vínculos, do respeito. Ou seja, quando a gente diz que é preciso tratar bem uma criança, vamos começar tratando bem os pais também.

E como acolher uma adolescente de 13 ou 15 anos, ou uma senhora um pouco desequilibrada, que “não está bem nos seus sapatos”, como se diz em francês, como acolhê-la nas consultas? Como acolhê-la na clínica? Como olhar na sociedade? Esse olhar vai atingir profundamente a imagem que ela tem de si própria e a confiança que ela tem. Então, o ganho dessa melhoria do ambiente vai ser obstétrico. A gente vai ver como a diminuição da angústia, do estresse melhora muito as condições de acompanhamento obstétrico, do parto, e as condições de bem-estar da criança. Um vínculo pediátrico, mas também um ganho social e psiquiátrico.

Portanto, os desafios são gigantescos. Nós temos evidências difíceis de implementar para organizar uma verdadeira política de prevenção. Então, na França, observamos que há uma estagnação dos indicadores de mortalidade perinatal, apesar dos avanços técnicos da Medicina. E essa observação foi feita de que a gente não integrava no acompanhamento da gravidez os fatores de insegurança da mulher grávida, que tinham impacto na qualidade do desenvolvimento obstétrico. Então, era preciso organizar – isso foi dito em 2005 –, o tratamento e o acompanhamento das gravidezes em contexto de precariedade; organizar para integrar todos os fatores de segurança e de insegurança. E Dominique Mahieu-Caputo, que era professor de ginecologia obstétrica em Paris, e que infelizmente morreu muito jovem, em 2008 publicou um artigo muito importante, dizendo que a obstetrícia deve levar em consideração a precariedade, mesmo título que o diabetes ou um câncer durante a gravidez. Portanto, é preciso integrar no rigor médico os fatores sociais.

Criamos em Paris uma rede de coordenação para situações de grande precariedade, nas famílias imigrantes principalmente.

Por que se interessar pelo estresse durante a gravidez? Não vamos esquecer que o estresse é uma reação de adaptação positiva, vital, necessária frente ao imprevisto, ao perigo etc. É um fator positivo de organização e que vai ser acompanhado com emoções negativas, que vão acarretar, na criança ou no adulto, uma busca de segurança. Mas se o estresse não se beneficia de uma regulação suficiente, ele vai ter consequências na organização cerebral da criança e vai ter consequências até na mãe, na própria mãe. Ou seja, uma dose de estresse que ultrapassa as capacidades de regulação vai ter efeitos neurológicos. Então, o primeiro tratamento – vocês sabem, acaba de ser dito, os trabalhos de Tiffany Field são muito interessantes –, da emoção negativa do estresse no bebê é o tocar, o toque, pele a pele. Na criança, no adolescente e no adulto, o que é o tratamento do estresse? É não ficar sozinho, não deixar essa pessoa sozinha. Portanto, um sentimento de insegurança, a acolhida por um terceiro diminui o estresse.

Estresse demais se traduz por angústias, manifestações somáticas, distúrbios do comportamento, consequências múltiplas tanto na mãe e no futuro da criança. Então, os trabalhos científicos são muito documentados

sobre os efeitos de longo prazo de um estresse antenatal, pré-natal, pós-natal e durante a gravidez. Então, há uma quantidade grande de conhecimentos científicos que chovem, cada dia, com novos trabalhos.

Eu não vou desenvolver isso aqui, porque não é sua preocupação essencial talvez, e a gente não tem tanto tempo, já que as primeiras preocupações eram muito ricas, mas, se a gente se preocupar com a angústia, o estresse e o mal-estar durante a gravidez, a gente abre grandes esperanças para a prevenção dos distúrbios...

Há um problema?

Então, o período da gravidez reativa um certo número de estresse, quando a infância dos pais foi complicada, mas esses pais ou futuros pais têm a sorte de encontrar profissionais...

Aqui eu vou passar.

Aqui são todos os dados científicos.

Então, o estresse materno exagerado, uma angústia materna exagerada vai estar correlacionada com depressões maternas. A gente conhece bem os dados vinculados a isso, distúrbios do vínculo, separações conjugais, desordens somáticas, adições e dependências, e é uma perda de confiança. Então, é imperativo levar em consideração levar todos esses fatores durante a gravidez.

Então, que fazer? Chegamos ao pragmatismo agora: o que fazer? É necessário organizar intervenções protetoras perinatais, botar os pais em confiança desde o primeiro contato, durante a gravidez, um olhar positivo, ainda que seja uma situação complicada. Uma criança tem que ter os mesmos valores de uma adolescente, de uma mulher na rua ou do filho do Presidente da República. Tem que ter a criança o mesmo valor, seja qual for a categoria social, então é preciso organizar a confiabilidade dos sistemas de cuidado em torno do nascimento e da gravidez. É preciso levar em consideração o que a mulher sente, escutá-la, levar em conta os seus fatores de risco e de proteção: Quem está em volta dela? Quem vai estar perto dela quando ela vai voltar para casa? Explorar essas questões desde o início da gravidez, trazer as respostas àquilo que ela expressa, criar uma aliança com a mulher grávida, para que ela não se sinta sozinha, para que ela aceite ajuda. Quanto mais as pessoas estão vulneráveis, mais elas têm medo dos novos encontros, mais elas se fecham, porque elas têm medo de que tirem a criança delas, têm medo de tudo. Então, eles não experimentaram o sentimento de confiança em relação ao outro, por conta da sua história afetiva. Então, criar uma primeira aliança, abrir uma relação aos outros participantes e integrar o conjunto dos componentes ao acompanhamento perinatal.

Esse período perinatal nos dá a ocasião de dar aos pais mais frágeis uma nova experiência das relações em um momento em que eles estão permeáveis ao ambiente. Nunca mais a gente vai encontrar esse momento tão sensível na sua trajetória, a gente não vai mais dar um abraço a uma mãe que acaba de ter um bebê e um chá para ela de noite, já que a gente faz isso na maternidade. Depois isso acabou. Quando ela voltar para casa, a gente vai olhar de forma negativa para essa mulher e dizer: que ela fez com a criança? Então, o que fazer? Identificar os fatores de estresse rapidamente, com diagnósticos ampliados, sem estigmatização, e levar em conta o que a mulher expressa. Não é botar um questionário na frente dela, mas é realmente perguntar para ela quais são as suas angústias, trazer respostas de acordo com a origem do estresse. As respostas são múltiplas: pode ser uma presença humana, pode ser cuidado corporal. Tiffany Field mostrou que a massagem pré-natal modificava a qualidade do despertar da criança depois do nascimento. Oferecer uma proteção, oferecer confiança, levar em consideração o pai, o conjunto da família, mobilizar a comunidade. Se a gente não tem muitos meios profissionalmente, nesse caso, mais uma vez, eu cito o seu grande psiquiatra Salvador Célia, que demonstrou a possibilidade de mobilizar toda uma comunidade e as famílias em torno dos pais vulneráveis e dos bebês vulneráveis.

Portanto, é preciso capacitar os profissionais da gravidez. É melhor introduzir no ato médico a intersubjetividade, para que cada encontro entre uma mulher e um futuro pai, que estão muito frágeis, seja positivo e eles se sintam acolhidos, protegidos, escutados. É uma base para que eles possam oferecer isso à sua criança depois.

Deve-se informar também aos pais os efeitos do estresse e oferecer respostas ajustadas que podem ser não só um acompanhamento, mas também um tratamento, se houver angústia demais. Isso também pode ser o estreitamento de um acompanhamento médico apropriado.

É preciso aprender a trabalhar junto. Um profissional não pode ficar sozinho em situações muito complexas no plano da comunicação e do comportamento. É preciso oferecer coerência e continuidade desde o início da gravidez até a primeira infância.

A gente fala do acompanhamento no caso das gravidezes complicadas. É preciso que haja um profissional que guie a mãe grávida para ter certeza de que ela não vai perder nenhuma consulta e aceitou bem a ajuda proposta, porque o esconderijo, a fuga é primeira reação das pessoas que vão se trancar dentro delas próprias. Isso a gente tem que evitar e antecipar as necessidades de ajuda em casa. Não é só quando a criança não vai bem que é preciso trazer ajuda. É preciso prever a ajuda quando a mãe volta para casa.

É preciso também que os profissionais tenham um acompanhamento, além de ser necessário organizar uma presença psicológica junto aos profissionais da perinatalidade para que eles não fiquem sozinhos, para que eles consigam suportar as histórias complicadas e transformem seus olhares negativos em olhares positivos.

É preciso implementar capacitações inovadoras e interdisciplinares prospectivas, longitudinais para que a gente consiga colocar, paralelamente, a sucessão de todas as intervenções médicas, sociais, psicológicas: o que os pais expressaram em cada etapa; como se constroem os primeiros vínculos; a evolução do estado psicológico dos pais; e os efeitos de todo o trabalho sobre o desenvolvimento da criança. Portanto, é necessário colocar, paralelamente, as formações e as capacitações clínicas e ver quais são os efeitos das nossas atitudes sobre o desenvolvimento da criança em vários estágios – um mês, dois anos, etc.

Então, essas capacitações existem, e já identificamos uma metodologia, implementamos uma metodologia original para reunir todos os fatores da perinatalidade. Apresentamos casos longitudinalmente e convidamos o público a saber dos fatos. “Se estivessem no lugar da enfermeira, da assistente social, o que vocês fariam?”. Assim, aprendemos, paulatinamente, a pensar juntos, a oferecer mais coerência para situações complicadas.

Portanto, o método e a animação são bem codificados, com um referencial que já existe e que vocês podem encontrar facilmente nos *sites* da nossa associação.

Trata-se de identificar as discontinuidades na rede profissional. Vocês sabem que uma divergência de opinião médica sempre acarreta estresse nas mães e nos pais, um estresse, às vezes, até violento quando se trata de um diagnóstico, mas também quando se trata de uma proposta de proteção da infância. Se dois profissionais não estiverem de acordo, não concordarem, os pais vão perder a confiança na rede de profissionais. Então, essa coerência e essa aprendizagem de pensar juntos, todos os profissionais juntos, são fundamentais.

Trata-se de avaliar as nossas hipóteses – no início da gravidez, do que os pais vão precisar? –, medir os efeitos do coletivo e olhar o impacto no desenvolvimento da criança. Tudo isso dá muito rigor às nossas maneiras de trabalhar e às ferramentas que utilizamos.

Então, por que se interessar por essa abordagem integrada? Porque um coletivo coerente é o primeiro fator de segurança para pais que construíram, em contextos que não eram coerentes, sua afetividade. Nós temos uma oportunidade, em torno do nascimento porque há muita gente, de oferecer uma experiência a esses pais de estarem no centro de uma atenção fundada e baseada na coerência e na continuidade.

Outro aspecto extremamente importante: nós falamos muito em educação, em educar os pais, em aconselhá-los, mas o que é a primeira educação implícita e que nos escapa? É a maneira como nós próprios encontramos essas pessoas. Nós nos respeitamos uns aos outros. E é verdade que os pais depois dizem: “A gente nunca tinha visto isto: profissionais que falam uns com os outros da gente. E nós não somos mais nós mesmos. A gente se reconstruiu, graças a essa sucessão de interações dentro de um ambiente estruturado e, portanto, estruturante”.

Então, a gente tem uma oportunidade que potencializa as possibilidades de reorganização dos pais. Além disso, os pais são muito permeáveis a esse período, e a gente cuida do corpo da mulher.

Portanto, a medicina perinatal e todas as ações são centradas no bem-estar materno, e isso passa pelo corpo. E, como se sabe que a emoção e o pensamento têm uma ancoragem biológica, tudo o que acontece no corpo pode mobilizar e reorganizar os traumas do passado. Nós falamos desse tema ontem, e não vamos retomar isso agora, mas é uma observação que vem de uma intuição, e isso já está provado por todos os trabalhos científicos que vêm trazer provas biológicas e neurofisiológicas dessa intuição.

Então, a nossa maneira de trabalhar é o primeiro apoio à parentalidade. E isso passa por sentimentos e não por conselhos. Para que pais aceitem conselhos, eles precisam sentir que são ouvidos. Então, vamos começar por isso, para que eles também possam ouvir seus filhos depois.

Aqui rapidamente, na França, muitos obstetras, pediatras, trabalhadores sociais, psiquiatras pensaram juntos numa melhor prevenção. O Ministério nos acompanhou, e conseguimos implantar um plano de perinatalidade em 2005 – isso é uma minirrevolução – que colocou a segurança emocional das mulheres grávidas no mesmo nível ou com a mesma importância da segurança somática. Isso significa que o médico obstetra é responsável pela segurança emocional das mulheres grávidas durante todo o processo, junto com o pediatra e junto com as colaborações sociais e psicológicas.

Então, é uma mudança de cultura importante, fácil de implementar e de colocar nos textos, mas muito mais difícil de operar na realidade, porque é preciso mudar a cultura, as mentalidades, aprender a trabalhar juntos, aprender a respeitar as nossas diferenças mútuas, as nossas complementaridades. Então, é toda uma mudança em curso, que não é fácil. Portanto, o Estado, o Governo francês implementou, financiou a possibilidade de uma entrevista pré-natal para todas as mulheres grávidas que o aceitarem, o que possibilita uma escuta dos pais. E aí a gente pergunta “quais são suas necessidades, seus medos, suas expectativas?”, para que

a gente possa ajustar o acompanhamento obstétrico, para fazer com que esses pais possam encontrar um especialista, se estiverem viciados, ou terem uma medicina a domicílio.

São pequenos financiamentos. O Ministério organizou redes perinatais regionais, ou seja, cada região, cada localidade beneficia-se de uma coordenação para ajudar os profissionais a trabalharem juntos, a se conhecerem para elaborar protocolos interdisciplinares com o intuito de melhorar os acompanhamentos psicopediátricos, para capacitar, capacitar e capacitar ao trabalho em rede.

Então, nesse trabalho todo, as associações de pais têm papel extremamente importante, e eles sempre são convidados agora em todos os comitês científicos, nos colóquios. O seu testemunho, a sua participação ajuda muito para a evolução das práticas.

Há economias imediatas, através de uma melhor distribuição das tarefas recíprocas: menos problemas de comunicação, menos descompensações imprevistas, sejam elas psicológicas, médicas, psiquiátricas ou comportamentais; menos dias de hospitalização e de internação, por uma melhor coordenação das redes comunitárias. Há condição de que o conjunto das intervenções seja ligado ao acompanhamento médico, porque ele é o mesmo para todas as mulheres, é positivo, e é baseado no objetivo comum para os pais e para os profissionais, que é o de dar todas as chances à criança.

E a cereja em cima do bolo, como se diz na França, o prazer e a segurança que nós temos de trabalhar juntos, é ter um impacto maior sobre a imagem de si, dos pais. Os pais dizem: “É extraordinário sentir que vocês estão trabalhando juntos e que vocês estão felizes em trabalhar juntos em torno da gente.” Então, há um efeito geral de satisfação.

Então, onde investir os meios e os recursos, quando há poucos recursos? Nas capacitações interdisciplinares, nas funções de coordenação, numa presença psicológica para os casos muito difíceis, na valorização de uma enfermeira em complementaridade ao médico, para melhorar o acompanhamento intensivo em torno da gravidez e do nascimento – há muitos trabalhos que foram validados a esse respeito – e na mobilização da comunidade e das associações de pais.

Vocês conhecem lugares que não são ricos ou países que não têm dinheiro e que conseguiram modificar as práticas. Eu queria dar o exemplo de uma pequena cidade, na França, com uma pequena maternidade, com quatrocentos partos por ano e que estava ameaçada de fechar. O ginecologista obstetra foi fazer uma capacitação interdisciplinar. Ele teve um choque, porque ele descobriu o interesse de trabalhar em conjunto e os efeitos sobre as famílias desse trabalho coordenado. Ele voltou ao seu vilarejo e não teve recursos a mais, mas ele mobilizou todas as equipes. Ele foi falar com o médico clínico geral; ele falou com os pais para que eles participem em todas as etapas da gravidez e do parto; ele foi falar com o Município; ele mobilizou grupos de pais; ele melhorou o acolhimento das mulheres grávidas em todas as etapas, na clínica; eles criaram vínculos com os trabalhadores sociais; e eles organizaram a proteção da criança e dos pais, através da confiança estabelecida dentro dessa rede. O resultado: o número de partos foi multiplicado por dois em dois anos, ou seja, a maternidade não teve de fechar. Eles não tiveram um centavo a mais, mas eles transformaram completamente a mentalidade de trabalho.

Quando temos um pouquinho de dinheiro, isso acelera a mudança, é claro, mas a mudança a ser operada é um estado de espírito, uma cultura que é preciso transformar.

Muito obrigada pela sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à Dr^a Françoise Molénat, pelo tema “Estresse e gravidez: impacto do ambiente humano.” Muito obrigado pela sua palestra.

Teremos, agora, para o final, o último palestrante, o Sr. Alfred Sholl-Franco, biofísico e neurocientista, do Rio de Janeiro, que discursará sobre o tema: “A neuroeducação no contexto da primeira infância: prevenção, conscientização e capacitação.”

Com a palavra, o Dr. Alfred.

O SR. ALFRED SHOLL-FRANCO – Obrigado. Obrigado a todos e obrigado à equipe organizadora pelo convite. É um prazer estar aqui, falando um pouco sobre o que fazemos e sobre o que é feito também, e interagir com um grupo fantástico que está aqui, desde ontem. A iniciativa é maravilhosa, em sua já sétima edição. Ontem, pude presenciar a qualidade inquestionável de todas as palestras e, aqui mesmo, a continuidade de pensamento e integração entre os conteúdos abordados.

Então, como comentado pela Prof^a. Herculano-Houzel, há um grande problema entre as questões biológicas e epigenéticas, ou genéticas e epigenéticas, assim como há também a questão sobre áreas e quem é responsável por atuar ou por responder por essas áreas.

As neurociências são relativamente recentes, ou, pelo menos, têm essa definição, e abordam, na verdade, as várias áreas que visam estudar o sistema nervoso sob diferentes pontos de vista, desde a morfologia – o mais clássico –, a fisiologia, física, química, biologia, psicologia, teoria dos sistemas, teoria das informações,

filosofia e assim por diante. E cada vez abre-se mais o leque e amplia-se bastante. Então, neurocientista é um termo bem geral também, porque há formação e visão. Esta é a mais importante, cada um vai dar uma visão diferente, uma contribuição diferente.

Se falamos em neurociências, como está a educação e a sociedade atualmente? Busca-se enriquecer o ambiente, busca-se melhorar, modernizar, usar novas tecnologias. O mundo está em transformação contínua. O Brasil é um país que consegue, assim que se disponha a fazer mudanças, fazer rapidamente, implementá-las e crescer rapidamente. Nós temos essa política aqui. É lógico que sempre há falhas e sempre há o aprendizado. Não modelos, mas experiências servem para nós transformarmos e melhorarmos a nossa sociedade.

Nessa sociedade, então, eu acho que muitos se identificam com esse tipo de imagem, tentando realizar dez mil coisas ao mesmo tempo, desde atuar no computador... Quem está aqui com seu celular, teclando ou recebendo mensagens? Creio que há uma grande maioria aqui. Há demanda de familiares, animais de estimação, colegas, alimentação, divertimento, trabalho, tudo ao mesmo tempo. Isso sobrecarrega, e independe se é num ambiente rural. Nós só vamos fazer diferentes leituras em cima de um mesmo quadro, mas nós temos uma diversidade muito grande – é uma busca do humano a curiosidade e sempre mais coisas para fazer, mais ações.

Então, como é que o conhecimento neurocientífico pode ajudar? Novos horizontes podem ser vistos a partir daí? Será que esse conhecimento será utilizado corretamente ou ele irá ser transformado apenas em conteúdo? Isso é um grande problema quando nós avaliamos a formação dos nossos profissionais, que é extremamente conteudista. Ou seja, será que a neurociência vai se transformar apenas em conteúdo, curiosidade, divertimento ou será um conteúdo utilizado realmente para aplicação? E será bem utilizado? Então, isso cria um paradigma muito importante e, desde o final da década de 80, basicamente, e 90 e 2000, principalmente, começou-se a trabalhar com a interação entre áreas. Então, busca-se a interação entre a educação. Atualmente, dizemos educação, mente e cérebro, mas já houve, no início, uma outra nomenclatura como educação, psicologia e neurociências. Então, sempre evitamos usar determinados nomes.

Mas o que buscamos aqui na neuroeducação é basicamente essa interseção. É lógico que, se nós falarmos aqui em psicopedagogia, em psicologia, em formações outras, nós vamos ter as várias capacidades de interagir entre esses círculos aqui. O mais difícil é o centro. Porém, ninguém pode esperar saber tudo, ou trabalhar com tudo, ou aplicar tudo. Por isso, nós temos que analisar o uso de gestão e de organização multidisciplinar, ou seja, profissionais que trabalhem com a interdisciplinaridade. Bem, o problema, nesse caso, é agregar esses profissionais e promover essa interação.

Como é um campo emergente, também está sujeito a apropriações indevidas e oportunistas.

Aproveito aqui para fazer um aviso de que neuroeducação não cura nada e neurociência também não vai curar nada. Não é, Suzana? É um grande problema quando vemos divulgando e tendo cursos que prometem que a neuroeducação vai curar desde distúrbios de aprendizagem e dificuldade de aprender língua estrangeira a bloqueios de aprendizagem, timidez, preguiça, baixa autoestima, vai curar de tudo, e que se baseia em neurotécnicas, neurocapacidades. Então, bota-se “neuro” na frente e passa a ser popular, passa a ser apropriado, passa a ter um aval científico? Temos que tomar muito cuidado com isso. E isso tem apoio até de entidades sérias, como sindicatos, porque falta o conhecimento e falta que esse conhecimento seja bem utilizado pelo público-alvo, seja entendido e bem interpretado.

Então, temos que tomar cuidado com neurotecnologias, “neuroisso”, “neuroaquilo”, porque também vira “neurofraude”. E como a gente costuma falar, e também o antigo presidente da Sociedade Brasileira de Neurociência e Comportamento, Ubaldo: “O problema é simples: precisa de um “neurocassetete”, precisa de uma “neurovigilância” e precisa também de “neuroalguma coisa” que facilite isso.” Assim, precisamos tomar muito cuidado.

Existe seriedade. Houve a emergência desse campo multidisciplinar, transdisciplinar, que visa agregar a pesquisa, o campo de pesquisa básico, clínico ao educacional.

Hoje se fala tanto e investe-se tanto em pesquisa translacional. Bem, a pesquisa em neurociência e outras ciências com educação também é translacional, e não apenas aquela que vai da pesquisa básica, vulgarmente chamada de ciência pesada, *hard science*, com a clínica. Temos que pensar também na educação como algo importante para se investir em pesquisa. Temos pouco de ponta no Brasil em pesquisa básica e pouco da academia em relação à educação.

Então, surgiu a neuroeducação não como geração espontânea, imediata, e sim como um trabalho contínuo entre grupos de pesquisadores da Europa, Estados Unidos, agregando neurocientistas, pedagogos, psicólogos, equipes multidisciplinares, pensando sobre como as neurociências podem contribuir e dialogar em duas vias, ou seja, nos dois lados, com a educação.

Vários livros surgiram, portanto é muito difícil peneirar o que é bobagem, o que é técnicas de dez maneiras de aprender mais rápido, dez maneiras de tirar a timidez, dez maneiras de estimular o aluno, e o que tem base neurocientífica. No Brasil, ainda há pouca literatura, mas destaco aqui, como eu falei, que, a partir da

década de 80, foi criado, nos Estados Unidos, um grupo de interesse especial – cérebro, neurociência e educação –, e isso foi reaplicado na Europa. Aqui, desde 2002, nós temos vários centros de pesquisa criando cursos. E curso não é palestra, isso é outro problema sobre o qual vou falar.

Fala-se em capacitação, que é o tópico que estou abordando mais aqui. Capacitar não é só expor a informação. Ela tem que ser trabalhada, senão ela não gera conhecimento, ela não é transformada por aquilo que o indivíduo já tem e que é próprio de cada um. Assim, em 2004, criou-se a Sociedade Mente, Cérebro e Educação, que juntou Rita Levi-Montalcini, premiada com o Prêmio Nobel, e, na parte de biologia de fatores de crescimento, Bardo, Gardner e vários outros pesquisadores multidisciplinares, para pensar sobre o tema, com o lançamento, lógico, de revistas.

Aqui no Brasil, em 2010, houve a primeira reunião, quando se decidiu criar uma sociedade brasileira. Acho que temos que ter academia auxiliando e, na verdade, fazendo interlocução com a escola, com os profissionais de educação. E profissional de educação não é só professor, mas também o coordenador pedagógico, o diretor da escola, até a merendeira, o vigia, enfim, todo mundo que trabalha e está vinculado ao processo educacional.

Então, muito investimento foi feito a partir da década de 90, que foi chamada de Década do Cérebro, que acabou refletindo em muito conhecimento sendo gerado, que depois foi costurado nos anos 2000. Agora, na década de 2010, e estamos nela, está sendo trabalhado na forma da mente.

Novos paradigmas começam a surgir quando pensamos na formação do indivíduo e no crescimento do ser social, da criança, do jovem, do adulto, do idoso, em todas as idades. Quando se fala em aprender não se fala apenas na criança. Momentos plásticos são diferentes, mas temos que pensar no processo ensino-aprendizagem e não só na aprendizagem. Muito se preocupa com a criança, com o jovem, com o adulto, com o aprendiz, mas tem que se pensar em quem está ensinando, e isso é muito importante para a gente.

Atualmente, nessa década, nós temos dois grandes projetos – um europeu e um americano – de investimentos nas cifras de bilhões, e, agregadas a esses projetos, ações de divulgação, de conscientização, que é um grande problema, e de integração com a escola.

Então, o acesso ao conhecimento não é garantia de que ele será bem usado. Nós temos que pensar nisso. Basta fornecer? Isso é um desafio. Será que o conhecimento sobre o sistema nervoso ajuda a sociedade, a escola e o aprendiz?

Bem, é lógico que eu posso colocar figuras aqui como colocadas ontem abordando fases, começar a discutir a questão relacionando Piaget, relacionando Wallon, relacionando Ausubel, relacionando os teóricos todos com as bases neurocientíficas a que hoje temos acesso, desde o sensorio-motor até a parte pré-operacional e assim por diante, e relacionar o estágio de desenvolvimento, como intervir. Mas será que esse conhecimento que nós podemos informar vai ser transformado em conhecimento bem utilizado? Será que saber que as informações sensoriais são primordiais para o desenvolvimento sensorio-motor, em fase inicial da primeira infância, e atuar num progressivo para o operacional, será que saber que tenho vias, que chega ao sistema nervoso, integra-se em circuitos, será que conhecer essa massa, em suas mais diferentes divisões, lateral, superior, etc., será que conhecer essa massa simplesmente dá suporte ao educador, ao mediador, ao cuidador, aos pais de como lidar? Nós podemos fazer relação entre inteligências, entre o potencial que essa massa apresenta para o crescimento e a formação do indivíduo e do cidadão, quer tenha ele algum distúrbio, algum déficit, algum problema ou seja dito normal. Nós temos que pensar que o conhecimento neurocientífico é importante para sabermos os pilares de uma aprendizagem – sistemas motores, sensoriais, atenção, motivação, emoção –, que vão ser úteis para que eu construa, mantenha conhecimentos e possa aplicá-los, melhorando a *performance* do jovem, da criança, do bebê, do idoso e de todas as idades, a começar pela primeira infância.

Então, as neurociências educadoras: há uma relação? Como eu posso trabalhar isso? Bem, um problema é a questão de conhecimento. Nós temos grades curriculares engessadas, nós temos disparidades entre cursos, criação de cursos, uma população cada vez mais crescente na universidade como uma saída para a formação. Como bem dito, não adianta pegar só adolescentes, tem que pegar a infância. Trabalho também com escolas, mas sou um professor universitário – então, eu pego aquele final da adolescência –, e vejo que não adianta intervir nesse para a maior parte das coisas, porque já está consolidado. Você pode, sim, se for receptivo, criar modificações, gerar alterações. O cérebro é plástico, mas nós temos que intervir desde cedo, e daí vem um ciclo vicioso. Bem, o educador já foi um adolescente, já foi uma criança. Então, na verdade, é um ciclo onde o educador, o pai, a sociedade têm que ser modificados. Não é só pensar na criança, no infante, mas é pensar no cuidador, é pensar nos pais, é pensar na sociedade. Quando se fala em inclusão, não se pode pensar que eu tenho que fornecer libras ou braile para todos os professores porque eles têm que saber, porque, se o portei-ro não sabe ou não conhece a dificuldade, se o jornalista não sabe, você cria ilusões, e nós temos que pensar numa mudança na sociedade. E a educação, a escola faz parte da sociedade, a família faz parte da sociedade, nós fazemos parte.

A década de 90 foi um marco nas neurociências por causa do investimento e da quantidade de informações agregadas. E, pegando um dado da própria Suzana Herculano, ela aproveitou, depois dessa década, e fez, aqui no Brasil, algo pioneiro, que foi questionar o que se absorveu, o que se sabia, como é que esse conhecimento estava sendo aproveitado de forma a gerar ou não novos conhecimentos, mas no sentido de que: “Estou desvirtuando isso? Estou propagando mais mitos? Expor a população, ter acesso à informação tira mitos, esclarece dúvidas?”. Bem, ela mostrou que, é lógico, o nível educacional e se está na academia ou não influenciam. Mitos têm sido algo explorado a respeito não só das neurociências, mas do nosso cotidiano. E a neurociência não é para ser educada na escola, ela até faz parte do PCN e do PCN+, ou seja, leituras podem ser feitas no programa curricular, mas temos que pensar em como ela pode contribuir para os processos de ensino e aprendizagem.

É um problema é: não adianta simplesmente dar mais informações. Pesquisas realizadas, por exemplo, pelo grupo do Howard Jones e do Joules, na Inglaterra e na Holanda, mostraram que professores que têm mais acesso à literatura, a fontes de conhecimento erram mais a questão de mitos, ou seja, não é só uma questão de educar mais ou de estar no outro extrato da academia ou da escola ou de nível de escolaridade. Erros acontecem, porque as informações são deturpadas. Como bem disse a Suzana com relação à questão da serotonina, não vai se achar que, agora, vamos injetar serotonina em todo mundo, vamos dar Prozac para todo mundo, que isso vai curar tudo. Mas, quando se passa uma informação, a leitura que a população faz é problemática, porque essa leitura e a interpretação dessa leitura vão depender de como está o conhecimento dessa população, de como ela digere essa informação.

Fizemos uma pesquisa no Rio de Janeiro, que é minha casa. Trabalho aqui na Ilha do Fundão – é essa estrelinha aqui, e aqui está o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro possui 16 milhões de habitantes aproximadamente. Só na cidade do Rio, são mais de seis milhões; se pegarmos o Grande Rio, são mais quatro milhões. Então, numa área bem pequena, se comparada ao Brasil – e não coloquei o mapa do Brasil aqui –, temos dez milhões de habitantes com condições sociais, econômicas, culturais, educacionais, bem distintas. Fizemos uma pesquisa em vários bairros do Rio de Janeiro, em várias cidades – são 12 cidades da periferia do Rio de Janeiro, que compõem o que chamamos de Grande Rio – em nível de conscientização.

Aqui está a quantidade de público.

A primeira pergunta que fizemos foi “Você sabe o que é neurociência?”, para o público geral, aqui embaixo; para os alunos, alunos de ensino básico só; e para profissionais de educação, incluindo coordenadores pedagógicos e diretores de escola, e o que obtivemos foi que 60% diziam que sabiam, pelo menos de professores, tanto no Rio como no Grande Rio – aqui é sempre Rio e aqui Grande Rio. Só que, quando pedimos para explicar, escrever sobre isso, só 35%, aproximadamente, dos profissionais de educação sabe; se falarmos em aluno, menos de 20%. Esses dados são do tira-teima: não basta dizer “sei”, tem que escrever alguma coisa, tem que falar alguma coisa, tem que ser coerente na sua resposta. Do público em geral, chega a 35%. São bem equivalentes. Sempre o Grande Rio, apesar de ser a região metropolitana, tem o desempenho de expressão de coerência muito melhor, ou seja, não é uma questão de estar no centro urbano, maior agregador de cultura de conhecimento, ou estar numa região periférica.

Se perguntamos para a sociedade, a importância para a sociedade, apenas 17% dos educadores do Rio de Janeiro sabem responder, coerentemente, como as neurociências podem contribuir para a sociedade; ou quase 40%, quando se fala do Grande Rio. O público geral tem o desempenho melhor do que só de educadores. Alunos sabem dizer melhor como as neurociências podem contribuir para a sociedade. E, se perguntamos para a educação, o Grande Rio foi uma grande surpresa para a gente, uma grande coerência. Mas quero lembrar que isso é daqueles que sabem o que é neurociências. Então, a porcentagem cai mais ainda. Isso é a porcentagem dos que sabiam o que responder sobre neurociências, passada a década do céu, passada mais uma década e já estamos na terceira década.

Eles têm interesse? Têm. Os professores são aqueles que falam mais. Eu gostaria de saber sobre neurociência aplicada à educação ou sobre aprendizagem e memória, tanto no Rio quando no Grande Rio. Já aluno, lógico, gosta de sonhos, gosta de drogas, outros assuntos. E o mais impressionante: fonte de consulta. Esses professores – aqui peguei só os dados dos professores – usam principalmente a internet, mas, quando são do Grande Rio, ainda utilizam atividades de ensino e material impresso, ou seja, há uma constância sempre de internet.

Aprofundando mais esse tópico para o ensino infantil, nós pegamos um município em que tínhamos bastante entrada com a prefeitura, que é a Prefeitura de Belford Roxo – agradeço à Secretária de Educação de lá –, e permeabilidade nas escolas. Mapeando as escolas que têm ação no ensino infantil, perguntamos sobre a formação: 88% dos professores têm formação superior, cursaram uma universidade. Noventa e quatro por cento já trabalharam em alguma classe com crianças com dificuldade de aprendizagem e 82% trabalham com alguma criança em sala de aula com dificuldade de aprendizagem, mas eles têm grande dificuldade até

em identificar, não foram preparados porque a universidade, a escola não preparam. Os currículos são muito conteudistas apenas para as áreas específicas. Se formos falar em licenciaturas, piora mais ainda. Aqui estou falando de pedagogia.

Se nós perguntarmos a natureza das dificuldades de aprendizagem, a maior parte não sabe – 71% não sabem. “Se sente preparado para trabalhar com crianças?” Também não se sente. É subjetivo, eu sei.

Quanto à percepção do professor ao pai do aluno que tem uma dificuldade ou um distúrbio ou simplesmente algum problema com o aprender, a maior parte dos professores sabe que os pais deveriam atuar firmemente no processo educacional, não é algo para ser delegado à escola, a ser delegado para o Governo ou para a área privada, mas, na opinião, a maior parte dos pais não aceita que o filho tenha algum distúrbio ou que tenha algum problema ou alguma dificuldade, usando os vários termos. Esse profissional não sabe quem faz diagnóstico. Ele acha que o professor pode fazer diagnóstico, que o pedagogo pode fazer diagnóstico, que o fisioterapeuta pode fazer diagnóstico. É lógico que 22% acha que é médico; e 22%, fonoaudiólogo. Eles ainda acham que o pedagogo ou, por exemplo, o professor pode fazer tratamento. Então, há uma desinformação muito grande.

O nível de conscientização, de conhecimento e o trabalho desse conhecimento é muito baixo. A maior parte continua utilizando a internet. A internet tem o seu favor e possibilita o acesso a muita informação, mas também é um perigo. Se nós falarmos em alunos e público em geral, a segunda maior fonte é o Wikipédia. Então, complica mais ainda. Dar informação não é o suficiente. Temos que lidar com essa realidade, tanto para o ensino básico, como para todo o ensino, mas o ensino básico vai construir, vai possibilitar a formação da base daquele indivíduo que, depois, vai ser trabalhada mais.

À tarde, teremos outras palestras em relação ao desenvolvimento do sistema nervoso e à própria parte da neurociência na educação. Então, temos que pensar em formação continuada porque temos muitos profissionais trabalhando no mercado que precisam ser capacitados. Temos iniciativas – e acho que devem ser mais ainda incentivadas – como, por exemplo, os novos talentos da CAPS, que trabalha a questão de formações continuadas, trabalha com escola, trabalha com professores. Existem editais específicos. O que peço é que esses editais sejam aumentados, reforçados, com ou sem crise, porque a base da educação, a base da formação do indivíduo é a primeira infância. Então, precisamos investir na formação de quem está lidando diretamente com essas crianças. A desinformação e a informação interpretada erradamente são problemáticas.

Temos três iniciativas pioneiras no Brasil: na Federal do Rio Grande, no Rio de Janeiro e em São Paulo, na USP. São cursos que abordam diferentes aspectos que devem ser valorizados, não só quanto ao normal, quanto ao patológico...

Não basta apenas fazer palestras. Palestras são importantes se a pessoa tem como trabalhar corretamente aquela informação. Nós temos que intervir mais profundamente na formação dos nossos cidadãos. Para isso, a universidade é um ponto importantíssimo, porque ela junta quem produz ciência, que é um problema no Brasil, por causa dos financiamentos, mas a gente ainda faz; o ensino, porque nós formamos os licenciados, formamos os pedagogos, formamos quem irá principalmente trabalhar com isso; e a extensão, que faz o diálogo com a sociedade.

Então, é preciso valorizar com editais, com fomento, com pesquisa básica, pesquisa translacional que envolva educação, que envolva infância, que envolva desenvolvimento.

Termo por aqui e agradeço, mais uma vez, o convite e a participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço muitíssimo ao Dr. Alfred Sholl, pelo tema abordado da maior importância.

Abro para perguntas. Tenho uma ou duas para serem feitas.

Antes eu gostaria de agradecer e registrar a presença de Marilene Flores Martins, presidente da associação internacional das crianças pelo direito de brincar; Cristina, consultora da embaixada do Canadá; Prof^a Cristina Werner, Presidente do Instituto de Pesquisas Heloisa Marinho; Prof. Jairo Werner, chefe da cadeira de neuropsiquiatria da Universidade Federal Fluminense; Simone Maria Loureiro Cabral de Melo Guimarães, Diretora-Geral do COMPP; Danielle Silva Araújo, coordenadora e professora do CIEE Distrito Federal; Crisley Maria de Moraes, supervisora em pedagogia do CIEE especial; Bárbara Diniz, pesquisadora do Núcleo de Estudo para a Paz; Jorge Roberto dos Santos, dirigente de ONG; Ana Cláudia Reis de Magalhães, terapeuta organizacional; e Jacqueline Wendland, professora da psicopatologia da primeira infância da Universidade de Paris, Descartes.

Faço uma pergunta para os nossos expositores.

Há uma discussão muito intensa na área da educação sobre a medicalização da infância. Alguns críticos afirmam que comportamentos e dificuldades de aprendizado têm sido precipitadamente diagnosticados como patologias e, em seguida, tratados com medicamentos. O exemplo mais citado é de diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção, o famoso TDAH, para o qual, em geral, prescreve-se o medicamento conhecido como

Ritalina. O tema é tão polêmico que a Secretaria de Saúde do Município de São Paulo resolveu restringir a distribuição do medicamento. Nesse sentido, perguntamos às senhoras e aos senhores: concordam com a tese de que há uma medicalização da infância no tratamento desses transtornos? Como a neurociência pode contribuir para o melhor entendimento das dificuldades de aprendizado?

Coloco à Mesa.

Suzana, por gentileza.

A SRª SUZANA HERCULANO-HOUZEL – Essa é uma questão muito importante, que toca a vida de muitas pessoas e que tem tudo a ver com o que o Alfred estava falando agora sobre o mal-uso da informação.

A minha posição nesse sentido é muito clara e acho que bastante simples. As pessoas que advogam contra a medicalização de distúrbios reais não têm noção do que esses distúrbios são. Poder usar um tratamento, quando realmente se tem um distúrbio real de déficit de atenção, porque isso existe, é transformador, é o que devolve a possibilidade à criança, ao jovem e mesmo ao adulto, porque é um transtorno que permanece ao longo de toda a vida, de ter uma vida normal, de ter um desempenho cognitivo comparável ao das outras crianças normais dentro da sala de aula.

Na minha opinião, não existe medicalização, existem maus médicos, existem maus psicólogos, existem profissionais e pais também preguiçosos, que preferem não pensar no assunto.

Mas é igualmente importante reconhecer que transtornos reais existem de fato, e, quando eles existem, a coisa mais importante de todas, o que abre portas para a criança ganhar a oportunidade de se integrar na sociedade, de aprender como os colegas, de ter relações saudáveis com os outros, de ter uma boa qualidade de vida, é o diagnóstico.

Há pessoas que têm medo de rótulo e que acham que diagnosticar uma criança como tendo um distúrbio de atenção é colocar um rótulo nessa criança. Se isso é colocar um rótulo, então que seja, porque a melhor coisa que pode acontecer com essas crianças é terem o seu problema real diagnosticado como um problema que não depende delas. Não é porque elas são pirracentas, preguiçosas ou porque os pais não tratam direito ou não deram atenção direito, não cuidaram direito. Não! Às vezes, existe um transtorno real, independentemente de tudo isso, e esse transtorno precisa de atenção e, sim, de cuidados médicos.

Então, não, não concordo que existe uma medicalização: existem maus médicos e existem maus psicólogos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Suzana.

O Dr. Alfred gostaria de fazer um comentário.

Eu só vou restringir um pouquinho aqui as perguntas, em função de que nós temos reunião do Congresso Nacional. Quando começar a sessão do Congresso Nacional, prevista para 12h15 – ainda não nos avisaram –, nós somos obrigados a interromper todos os trabalhos das Comissões. Então, vamos andar um pouquinho mais rápido.

O SR. ALFRED SHOLL-FRANCO – Serei breve.

Primeiro, gostaria de reforçar o que a Suzana falou – corretíssimo. A questão de nomear também como medicalização é problemática, porque é algo necessário. Existe o distúrbio, assim como existem causas genéticas ou causas ambientais ou outras causas, por exemplo, para o autismo.

Então, temos de pensar: os vários distúrbios, os vários problemas que existem, quando há uma causa e existe um medicamento que pode, ele deve ser usado. Eu conheço vários adultos que passaram a tomar medicamento somente quando adultos, porque justamente não queriam ter o rótulo, como a Suzana falou, de ser uma pessoa-problema, de ter uma doença, porque é logo tachada. Então, isso é um problema sério.

O que nós temos, sim, realmente, é a falta de equipes multidisciplinares. Colocar tudo apenas na cabeça do médico, nas costas do médico, é problemático. O tratamento e o diagnóstico dependem da escola, da família, do profissional da área de saúde, e esse profissional não é só o médico, mas sim uma equipe de profissionais, que têm de trabalhar juntos também.

Nós temos de pensar na formação, capacitação e melhora, porque é muito fácil passar um Concerta, uma Ritalina, um medicamento, simplesmente, para as crianças-problema. Agora temos de saber também se precisa da medicação, ou seja, se é um caso para medicação. Então, isso tem de ser analisado caso a caso. Isso dá trabalho. Isso dá custo e trabalho.

Então, se tem de pensar bastante: equipes multidisciplinares, uma visão multidisciplinar. E não é só o TDAH, são vários distúrbios.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Alfred.

Eu tenho uma pergunta que acho que cabe à Drª Bernadette Rogé: “Os estudos do cérebro têm um grau de complexidade muito grande e não podem ser levados para a sala de aula automaticamente. É necessário que haja uma inter-relação entre a Neurociência e a Pedagogia, para tornar aplicáveis esses conhecimentos.

Nesse sentido, perguntamos: existem estudos que fazem este trabalho de unir Neurociência e Pedagogia? Que exemplos podem ser citados em relação a esse aspecto?”

A SRª BERNADETTE ROGÉ (Tradução simultânea.) – Muito obrigada pela pergunta.

A pergunta é muito interessante, porque, de fato, até nos países que desenvolvem muitas pesquisas na área de neurociências, observa-se que há uma grande diferença entre o que se sabe sobre o cérebro e o que a gente pode de fato aplicar em termos de educação especial para as crianças. No entanto, os avanços no conhecimento do autismo, por exemplo, possibilitaram saber identificar precisamente quais eram os pontos fortes e fracos dessas crianças. Por exemplo, conhecemos bem as dificuldades em termos sensoriais, e o fato de conhecer melhor, graças à neurociência, esses aspectos, possibilita a modificação das atitudes educacionais, de pensar em estratégias melhores e mais apropriadas para aprender o que deve ser aprendido pelas crianças.

Portanto, há esforços nesse sentido, mas muita coisa resta ser feita para transformar o que é alta tecnologia, com todas essas novas tecnologias que temos em mãos, e chegar a transpor no campo, para os educadores, esses conhecimentos. Mas as coisas estão andando, e é preciso insistir nessa necessidade de aplicar esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Drª Rogé.

Eu tenho uma última pergunta, que vou fazê-la em nome aqui da nossa plateia: “A intervenção preventiva não deveria ter como base o planejamento familiar?” Eu coloco para a Mesa, não sei a quem mais está afetado, acho que...

A SRª FRANÇOISE MOLÉNAT (Tradução simultânea.) – Obrigada pela pergunta.

Sabe-se há muito tempo que a melhor contracepção é permitir que uma mulher grávida seja corretamente acompanhada durante a sua gravidez e durante o nascimento, que ela não tenha a necessidade de novamente ter crianças novas para se sentir viva e para ter um valor. Então, é o valor que você atribui a essa criança que está chegando, através da atenção que vocês trazem, que a mulher, a mãe pode conter essa tendência a fazer novos bebês para ter um estatuto. Isso não tira nada do interesse da planificação familiar, claro; mas, quando a gente começa a cuidar de outra forma das mulheres grávidas e para de dizer “Você não pensou em contracepção?” e “Mais uma criança?”, mas, ao contrário, diz que “Bom, é o quarto filho; então, vamos fazer tudo para que essa criança seja bem cuidada, bem tratada”, a gente começou a evitar as gravidezes. Mas isso não responde a todas as perguntas.

Só queria acrescentar também que, para a história do remédio, é exatamente a mesma coisa durante a gravidez: quando uma mulher está com muita angústia, a gente geralmente pede para ela parar os ansiolíticos, porque a gente tem medo pelo bebê. Ora, foi demonstrado que o estresse maior tem mais efeito neurológico do que o remédio. E mais uma vez é preciso trabalhar em interdisciplinaridade. O remédio sozinho não basta. É preciso também ver como a gente apoia essa mãe, etc., etc., e todos os pontos de apoio que vão acompanhar o efeito do remédio. São os mesmos debates, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu agradeço a todos. Acho que esta Comissão contribuiu para que a 7ª Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal, que está sendo realizada a partir de hoje, do dia 25 ao 27, tenha o apoio desta Comissão.

Eu quero dizer ao Dr. Alfred, à Drª Françoise, à Drª Suzana, à Drª Bernadette do prazer imenso que tivemos em recebê-los aqui.

Eu tenho feito várias audiências públicas nesses dois anos em que presido esta Comissão, mas esta foi uma das mais importantes, uma das que mais contribuíram para um tema de tamanha relevância que está iniciando esta discussão, hoje, no País, um tema ainda em que nós temos muito que nos aprofundar. Essa contribuição, eu tenho certeza, vai servir para que nós possamos ter uma política de neurociência, pois ainda estamos muito distantes hoje.

Assim, o meu profundo agradecimento, em nome de todos desta Comissão, pelo brilhantismo de cada um dos senhores aqui presentes. E quero ter o prazer de, no próximo ano, ainda marcarmos um novo encontro para termos mais tempo de debater este tema.

Convoco também a todos, se possível, para a audiência pública às 14h, que será feita nesta Comissão para debater a importância da realização da WorldSkills no Brasil e a contribuição do Sistema S para a educação profissional. Contamos com a presença do Presidente da WorldSkills Mundial, Simon Bartley; David Hoey, Diretor-Executivo; Rafael Lucchesi, da CNI; Marcelo Machado, do Ministério da Educação; Fátima Aparecida Antonio, da Secretaria Municipal de São Paulo; e Rafael Wenderson, medalhista de ouro da WorldSkills.

Também gostaria de ressaltar as ações realizadas pela Comissão da Valorização da Primeira Infância, do Senado Federal, que tem à frente a Srª Lisle Lucena, e o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido nesses últimos oito anos. A senhora pode continuar contando com a parceria desta Comissão... (*Palmas.*)

Nosso profundo agradecimento.

Declaro encerrada a presente audiência pública, agradecendo a todos os senhores nesta Comissão pela presença.

Muito obrigado. Que tenhamos todos uma boa tarde!

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 19ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (39ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (27ª REUNIÃO), DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Antonio Carlos Valadares, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Vanessa Grazziotin e Valdir Raupp, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 34/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim; e nº 24/2014-CCT, de autoria dos Senhores Senadores Sérgio Petecão e Zezé Perrella, destinados a debater **“A importância da realização da ‘WorldSkills’ no Brasil e a contribuição do Sistema ‘S’ para a educação profissional”**. Como expositores, comparecem à audiência o **Senhor Simon Bartley, Presidente da WorldSkills; Senhor David Hoey, Diretor-Executivo da WorldSkills; Senhor Rafael Lucchesi, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Senhor Luciano Toledo, Assessor de Inovação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC); Senhora Fátima Aparecida Antônio, Diretora da Divisão do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo; e Senhor Rafael Wenderson, Medalhista de Ouro da WorldSkills**. Finda as apresentações dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pelo Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública conjunta, atende ao Requerimento nº 34/2014-CE, de minha autoria e do Exmº Senador Paulo Paim, assim como ao Requerimento nº 24/2014-CCT, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Sérgio Petecão e Zeze Perrella, para a realização da audiência pública destinada a debater **“A importância da realização da WorldSkills no Brasil e a contribuição do Sistema S para a educação profissional”**.

Dando início à audiência pública, solicito ao nosso Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os senhores convidados para tomarem assento à mesa.

Convido os Srs. Simon Bartley, Presidente da WorldSkills, David Hoey, Diretor-Executivo da WorldSkills, Rafael Lucchesi, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Luciano Toledo, Assessor de Inovação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), a Srª Fátima Aparecida Antônio, Diretora da Divisão do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo, e o Sr. Rafael Wenderson, medalhista de ouro da WorldSkills.

Sejam todos muito bem-vindos!

Em 17 de novembro de 2013, em audiência pública, contamos com presença do Presidente da CNI, o amigo Dr. Robson Andrade. Naquela oportunidade, nós viemos fazer um relato do que foi a WorldSkills na Alemanha, em Leipzig, e nos comprometemos a fazer esta audiência pública porque, no ano que vem, a WorldSkills será realizada no Brasil.

O evento conhecido como WorldSkills, que é a Olimpíada do Conhecimento, é uma competição de habilidades desenvolvidas na educação técnico-profissional, realizada sob a responsabilidade da Organização Internacional para o Treinamento e Vocação, IVTO em inglês.

A WorldSkills tem periodicidade bienal e reúne jovens de países associados a entidades, às quais só podem se inscrever em uma edição, com uma idade máxima de 22 anos e altamente qualificados em alguma das 45 habilidades consideradas na competição.

A história do Brasil na competição resulta da iniciativa da inserção das entidades do Sistema S. Afinal, foi por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria, Senai, que o Brasil associou-se à IVTO, em 1983. Desde então, o País vem participando da WorldSkills, obtendo resultados crescentemente favoráveis, sobretudo nas últimas edições. Mais recentemente, os estudantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Senac, começaram a participar do evento em face da relevância assumida pelo setor de serviços da WorldSkills.

O histórico e a evolução recente da educação técnico-profissional no Brasil trazem uma perspectiva avissareira para a realização da WorldSkills no Brasil em 2015. Espera-se, por exemplo, que se fortaleça a visão da educação profissional e da disponibilidade de pessoal técnico bem treinado como estratégias para a atenção de investimentos externos na área da indústria e de serviços.

A Olimpíada do Conhecimento é uma das ferramentas mais fantásticas que eu já vi para estimular os cursos profissionalizantes e para desenvolver novos talentos. Ela tem uma regra bem rígida, pois o participante deve ter a idade máxima de até 22 anos e só pode participar uma única vez, oportunizando sempre, assim, a reciclagem de um número cada vez maior desses futuros profissionais.

Hoje, com muito prazer, nós temos aqui o Rafael, que foi medalhista de ouro este ano, em Belo Horizonte, na WorldSkills Américas de 2014.

Iniciando nossos trabalhos, é com muito prazer que revejo Mr. Simon, que recebemos muito calorosamente em Leipzig, numa recepção muito bem organizada, a primeira a que tive oportunidade de assistir e que me impressionou bastante. Se as outras foram boas, essa de Leipzig vai nos dar muito trabalho para superar. Vai dar muito trabalho mesmo, Dr. Lucchesi. Acho que o Sistema está se dedicando, mas nós somos capazes, nós vamos surpreendê-los.

Passo, inicialmente, a palavra para o Simon, para que faça as suas considerações.

O SR. SIMON BARTLEY (Tradução simultânea.) – Sr. Presidente Senador, muito obrigado por seu convite para estar aqui falando nesta reunião hoje.

É uma grande honra voltar hoje ao Parlamento brasileiro para falar, pela manhã, na Câmara dos Deputados e, agora, nesta tarde, aqui, no Senado.

Sinto-me deleitado de ver tantos dos meus colegas à mesa para falar, e, por essa razão, vou tentar limitar o tempo das minhas palavras para que ninguém durma até o momento em que chegarmos à quarta apresentação.

Vai ser certo eu realmente fazer uma homenagem particular para o Rafael, medalhista para o Brasil, medalha de prata na WorldSkills Leipzig 2013, e medalha de ouro na WorldSkills América, em Bogotá, Colômbia, neste ano.

Como sempre digo, jovens como Rafael são não somente o futuro para o país dele, sua região, sua comunidade, mas o Rafael e os competidores, na competição WorldSkills, são o nosso futuro, são os indivíduos que vão fazer com que nosso mundo seja bom para viver nos próximos 50 anos.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar um pouco sobre a WorldSkills, falar algumas palavras sobre por que a competição WorldSkills é importante e, finalmente, uma ou duas palavras sobre a WorldSkills em São Paulo, em 2015.

Na tela, você vai ver a missão e o posicionamento da WorldSkills. Eu não vou ler isso para vocês, mas o que eu vou pedir que vocês notem é o fato de que a palavra competição não aparece na nossa visão, na nossa missão e nosso posicionamento.

No entanto, competições é pelo que a WorldSkills é mais conhecida por fazer, e isso é porque, em 1950, Albert-Vidal, na Espanha, quando criou o movimento WorldSkills, pensou que a competição era a melhor forma para transmitir a mensagem, para jovens, pais, professores e legisladores, de que habilidades realmente são importantes em uma economia e em uma comunidade.

Mas o trabalho da WorldSkills é dividido em seis áreas particulares, e essas seis áreas cobrem tudo que nós procuramos fazer na WorldSkills. E, sim, competição está presente no topo, no centro, mas também trabalhamos o desenvolvimento de ideias sobre carreiras. Nós falamos sobre educação, treinamento e capacitação, trabalhamos capacitação e excelência nessa área.

Uma competição como a de São Paulo, em agosto do ano que vem, dura três dias e meio. Para os próximos 373 dias, haverá cooperação para o desenvolvimento internacional entre países. Os bons países que se saírem bem na competição vão ajudar os países que são menores e mais pobres e que não se saírem tão bem. Então, sim, temos competições, mas também temos muito mais cooperação entre países e delegações.

Nós temos advocacia. Se nós só fazemos coisas secretas na competição, estamos fracassando. Nós precisamos sair em direção ao povo, ao negócio, à educação, para podermos dizer para eles de nossa história e de como obter sucesso. E, finalmente, nós fazemos pesquisa em capacitação e em habilidades vocacionais, em carreiras, para que, novamente, possamos advogar e promover isso para os jovens.

Há 72 países-membros da WorldSkills. Os que são membros estão em amarelo. Ela inclui todos os membros do G20, todas as grandes economias do mundo. Mas há muitos países em vermelho, que ainda não são membros da WorldSkills, muitos dos quais gostariam de dele fazer parte. A minha ambição – e talvez isso se dê não no meu mandato – é que todo esse mapa se torne amarelo, exceto o mar, pois eu gostaria que ele ficasse azul.

A segunda coisa que eu ia dizer era sobre o porquê de as competições funcionarem e serem importantes. Exatamente da mesma forma como ocorre nos Jogos Olímpicos, os competidores competem um contra outro ou contra si mesmos para comprovar que são os melhores ou que estão entre os melhores, mas também competem para demonstrar habilidade atlética e a saúde do país que eles representam.

Da mesma forma, criamos os marcos da WorldSkills, em que jovens competidores como o Rafael competem para o seu próprio sucesso, mas também para demonstrar as habilidades do Brasil para treinar e desenvolver jovens em habilidades que podem atender aos desafios dos empregadores de hoje e ao mercado de hoje.

As competições funcionam da mesma forma que os Jogos Olímpicos, porque a competição impele a uma busca por melhoria na excelência do indivíduo e da sua comunidade. É por isso que a WorldSkills é mais bem conhecida como competição. Mas ela faz outras coisas. O desejo original de Albert-Vidal era encorajar a uma abertura entre jovens, sim, mas também para seus pais, seus professores, seus educadores e o governo, pois jovens que estão tomando decisões de carreira na idade de 14 anos ou 15 anos são muito guiados pelas opiniões de seus pais, de seus professores e de outros. Nós acreditamos, como também Albert-Vidal acreditou, que precisamos fazer competições abertas, em que as pessoas possam ver que a excelência em habilidades vocacionais leva a uma carreira, leva ao caminho para uma carreira que é válida e importante para seus filhos. A WorldSkills em São Paulo, não tenho a menor dúvida, vai demonstrar isso para muitos pais e professores aqui, no Brasil.

O que as competições proveem para os jovens? Acho que você vai ouvir isso do Rafael. Elas vão inspirar o jovem na competição representando seu país e também sua região, sua cidade, sua faculdade. Vão inspirá-los a aprender e a ser bem-sucedidos nas suas vidas e vai lhes dar muitas ferramentas para usar no futuro. Temos a evidência, através de pesquisas que realizamos, de que elas melhoram as oportunidades para eles se tornarem líderes nas suas disciplinas, nas suas profissões, nas comunidades. Isso é muito importante se nós vamos desenvolver nossos países em nosso mundo no futuro.

Eu falei que minhas últimas palavras vão ser sobre a competição em São Paulo, no ano que vem.

O que São Paulo fez, o que vocês, aqui, no Parlamento, fizeram foi começar a jornada de advogar a excelência das habilidades vocacionais através da competição. E parte dessa advocacia foi demonstrada ontem, quando foi apresentado ao Parlamento um projeto de lei para o estabelecimento de um dia de habilidades nacional para educação no futuro.

Outro meio para passar a mensagem da WorldSkills de São Paulo 2015 vai ser, através dos Correios, a criação de um selo da WorldSkills para ser usado por todo mundo no Brasil que nunca ouviu falar da WorldSkills e que não vai poder vir para a competição.

A WorldSkills International é muito particular sobre quem ela permite que seja a sede de sua competição bienal. Nunca tivemos nenhuma dúvida de que o Brasil, particularmente a cidade de São Paulo, poderia ser sede da competição. Nós sabíamos que o Brasil tinha habilidades.

O que nós realmente vimos desde a oportunidade de ser sede, em 2012, foi um esforço para se fazer um legado no Brasil que constrói um excelente trabalho pelo Senai e pelo Senac, que constroem em cima do trabalho do Parlamento aqui em Brasília e do trabalho da indústria brasileira.

Nós acreditamos que a competição em São Paulo vai encorajar ao desenvolvimento de habilidades dentro das escolas e faculdades e dentro da indústria brasileira, que vai permitir ao Brasil continuar seu impressionante crescimento na economia mundial.

Por essa razão, eu busco o apoio do Senado e, como fiz hoje, pela manhã, da Câmara dos Deputados, da imprensa e da indústria brasileira para refazer a frase “aquele que se ajuda é ajudado por outros.”

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Mr. Simon, pelas palavras.

Convido, agora, para fazer uso da palavra o Sr. Rafael Lucchesi, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, um parceiro da Confederação Nacional da Indústria, uma pessoa que tem uma enorme contribuição na agenda de educação no Brasil, no Senado da República, e que deu a honra de estar presente conosco na WorldSkills, acompanhando a delegação brasileira na WorldSkills em Leipzig.

Nós queremos fazer aqui uma apresentação muito breve, mas que tem como questão-chave falar para a juventude brasileira que o País do futuro se associa a uma visão de educação profissional. Nós precisamos alterar a matriz educacional brasileira, que tem um pequeno contingente de jovens que fazem educação profissional. E ampliar esse número significativamente vai engordar as estatísticas, vai melhorar o nosso sistema econômico, vai melhorar o nosso sistema educacional, vai abrir oportunidades para a juventude ingressar melhor no mercado de trabalho, ter melhor *performance* para o mercado de trabalho, vai afirmar a cidadania, vai fazer com que as empresas brasileiras sejam mais competitivas nos mercados onde atuam, vai, enfim, assegurar que possamos construir um país com maior capacidade de desenvolvimento, com maior capacidade de gerar oportunidades para os brasileiros. E nós precisamos muito disso.

Se nós enxergarmos essa lâmina, vamos pegar os indicadores do World Economic Forum de alguns países selecionados, exatamente dos que compõem os BRICS, e vamos ver que nós ocupamos uma posição intermediária entre esses países do BRICS. A China lidera, seguida da Rússia, na 53ª posição, e nós ocupamos a 57ª posição. Se nós olharmos o nosso sistema educacional, veremos que ocupamos a 132ª posição.

O Brasil, participando da WorldSkills, tem conseguido uma *performance* muito melhor. Ele tem sido representado pelo Senai e pelo Senac. Nós pegamos, na sua maioria, jovens como o Rafael Wenderson, que vem lá de Mossoró, no Rio Grande do Norte, estudante de uma escola pública, jovem de 21 anos, e abrimos um leque de oportunidades que vai dar para o Rafael oportunidades que ele não teve em outras passagens, em outras janelas que se abriram na vida dele. Ele vai ter uma afirmação profissional muito maior, um leque de opções de ingresso no mercado de trabalho muito mais robusto, inclusive podendo prosseguir com seus estudos para, depois de uma formação profissionalizante no ensino médio, fazer um curso de engenharia, uma graduação tecnológica. Essa é uma agenda extremamente importante para o Brasil como país, mas para cada indivíduo, para cada jovem que o Rafael representa aqui na mesa, para ele poder ter a oportunidade de colocar o talento dele a serviço de construir o Brasil, de representar o Brasil nesses fóruns de competição.

Nós fizemos, na Confederação Nacional da Indústria, Senador e Mr. Simon, uma pesquisa com as 500 principais lideranças empresariais a partir da visão de um mapa estratégico onde estabelecemos uma relação de causa e efeito de todos os principais fatores que interferem na competitividade para estabelecer uma visão maior, que é a agenda de competitividade para o Brasil. A ideia é descobrir que caminhos nós precisamos percorrer para chegarmos mais rapidamente a ser um país que tem um ciclo de desenvolvimento mais intenso, mais durável e que possa dobrar a nossa renda média, que é o caminho da prosperidade, do bem estar, da equidade social.

É claro que – não poderia ser diferente – a base fundamental na sociedade do conhecimento para gerar esse país está exatamente na educação, a educação como um valor universal, como um valor fundamental, a melhoria na qualidade da educação como principal motor de incorporação da cidadania, mas também para a agregação de valor aos indivíduos na construção da sociedade do conhecimento, e a educação profissional removendo todo preconceito que historicamente se construiu neste País em relação à agenda de educação profissional, tendo como claro que a afirmação da cidadania vai muito no ingresso desses indivíduos ao mercado de trabalho.

Cito aqui as palavras do Presidente Lula, um exemplo de mobilidade social com educação profissional, que foi o palestrante magno na WorldSkills, em Leipzig, no Fórum de Líderes. Ele coloca o quão importante foi a educação profissional na transformação da vida dele.

Então, essa é uma agenda extremamente importante, e hoje os empresários têm a clara percepção disso. Nessa pesquisa feita com as 500 lideranças empresariais brasileiras, a educação ficou em um honroso primeiro lugar, reconhecido pela liderança empresarial brasileira como principal fator de competitividade. Temos aqui também uma grata surpresa: a inovação ocupando a 4ª posição, acima de temas como relação do trabalho, ambiente macroeconômico e tamanho do Estado.

Temos muito o que fazer nessa agenda para melhorar a educação no Brasil. Se nós pegarmos uma pesquisa, essa pesquisa aí da McKinsey, veremos que a indústria continua com dificuldade para conseguir trabalhadores qualificados apesar da baixa atividade. Sessenta e cinco por cento das empresas consultadas colocam que nós temos problemas com a falta do trabalhador qualificado. Na verdade, essa pesquisa é nossa, da CNI, mas há outra pesquisa, da McKinsey, que vai na mesma direção. E 49% das empresas encontram dificuldade de qualificar os seus profissionais exatamente pela falta de qualificação em educação básica, pelas deficiências que nós temos na qualidade da educação e também na área de educação profissional.

Então, nós temos problemas de baixa qualificação do trabalhador como principal entrave dos aumentos de ganhos de produtividade para o Brasil. E essa é uma agenda central. Toda a transformação da manufatura a que estamos assistindo no mundo, como ondas, no século XX, dos países industriais ocidentais e o recente ingresso dos países da Orla do Pacífico fizeram uma verdadeira revolução industrial no Sudeste Asiático vêm exatamente da incorporação de uma agenda de educação de massa para a sociedade brasileira. A sociedade brasileira criou esse consenso. E, quando se cria esse consenso, criamos os canais necessários para a afirmação. A decisão de alocar 10% do PIB para a educação, de alocar os *royalties* do petróleo na agenda da educação é uma afirmação que a sociedade faz do ponto de vista de uma compreensão madura de que, para a sociedade do conhecimento, é importante afirmar na alocação de recursos, mas também na capacitação docente, na melhor gestão dessa escola e que escola é importante para essa agenda de competitividade global.

E nós temos problemas. Em 1980, um trabalhador brasileiro tinha 30% da produtividade de um trabalhador norte-americano. Hoje, nós temos 20%. Ou seja, precisamos de cinco trabalhadores brasileiros para equivaler à produtividade de um trabalhador norte-americano; precisamos de quatro trabalhadores brasileiros para equivaler à produtividade de um trabalhador alemão; ou de três brasileiros para equivaler à produtividade de um trabalhador sul-coreano. E essa é uma enorme deficiência que nós temos na nossa produtividade do trabalho, que é um indicador síntese. Vários indicadores concorrem com esse, mas o indicador fundamental de longo prazo em produtividade do trabalho é um só: educação. É a capacidade que você tem de aprender e levar para o chão de fábrica esse conhecimento, seja educação básica, que é compreensão da língua e da matemática para raciocínios abstratos, seja o domínio também de educação profissional, e essa é a agenda em que nós precisamos avançar muito.

Hoje, há 13 milhões de analfabetos no Brasil. E a nossa população que atinge o ensino superior e médio é bem inferior à média dos países ricos, dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Eles têm 75% do estoque populacional que atingiu o ensino médio. Se nós pegarmos o G20, que é um subgrupo dos países em desenvolvimento, temos 60%. E, no Brasil, ainda patinamos com 43%. No ensino superior, na OCDE, temos 32%; no G20, 26%; e nós ainda estamos com o número de 12%, um índice muito semelhante ao do nosso contingente populacional de 30 anos atrás. Então, em 30 anos, avançamos pouco do ponto de vista de formação superior na sociedade brasileira, e precisamos avançar nisso.

No Brasil, enfrentamos esse desafio para atender a demanda projetada de trabalhadores. Por uma pesquisa que fizemos no Senai, que é o Mapa do Trabalho Industrial, nós estávamos duplicando a nossa matriz de produção em educação profissional, saltando de 2 milhões para 4 milhões de vagas. É um dos maiores sistemas de educação profissional existente no mundo. Queríamos saber exatamente onde abriríamos novas escolas, que atividades deveríamos atacar, e fizemos o Mapa do Trabalho Industrial. E sabemos, hoje, que temos que treinar e capacitar 7,2 milhões de trabalhadores, sendo 6,1 milhões em requalificação, porque a indústria se moderniza, investe e incorpora novos padrões, e 1,1 milhão de pessoas que vão ter, pela primeira vez, a carteira assinada no emprego industrial e precisam ter as competências requeridas para trabalhar.

Então, precisamos avançar nisso. O Pronatec não é uma quimera. O Pronatec é um programa do Governo Federal, o Senai é um parceiro, mas não é uma quimera. Ele concorre com uma agenda importante de sustentabilidade do desenvolvimento de uma agenda de competitividade para o Brasil e mobiliza todos os atores. A grande engrenagem, inclusive com o apoio desta Casa, do Congresso Nacional, que eu enxergo no Pronatec como um grande programa formulado pelo governo passado e que já sinaliza para a ação futura, com um compromisso direto da Presidente da República, a Presidente Dilma Rousseff, é uma agenda de que isso se atrela a uma agenda de desenvolvimento econômico nacional de competitividade, ao tempo em que abre uma porta importante para a firmação de política para a juventude, para a equidade social. É, claramente,

uma agenda de um programa social 2.0. É muito além do Bolsa Família; é ensinar a pescar, numa agenda de desenvolvimento sustentável para o Brasil.

E nós precisamos avançar. Antes do Pronatec, 6% dos jovens no País faziam educação profissional junto com a educação regular, jovens de 15 a 19 anos. Como é nos outros países? A média da OCDE é acima de 40%. Na Áustria é 76%; na Finlândia é 69%; na Alemanha, 51%. Em nenhum desses países, a média de jovens que fazem educação superior é inferior à brasileira; ao contrário, é duas vezes e meia, três vezes a média brasileira. Não há uma oposição entre a educação profissional e a formação superior. Essa é uma visão preconceituosa com que nós temos que acabar no Brasil. Ao contrário, isso vai dar maior visão, inclusive, para os jovens de seguirem a sua carreira futura fazendo um curso de engenharia ou uma graduação tecnológica, que é o segundo problema que nós temos na nossa matriz educacional.

Se nós temos um pequeno contingente de jovens que fazem educação profissional junto com a educação regular, quando nós cotejamos isso com os demais países no mundo, nós temos um segundo problema: de cada 100 graduados no Brasil, apenas 5 são engenheiros. Na Coreia do Sul, são 25; no Japão, são mais de 20; na China, somando engenharia com ciências duras, são 36 de cada 100. Ou seja, esses países estão construindo muito mais uma plataforma futura de manufatura do que o Brasil. Nós precisamos ampliar, como o Governo tem feito, na agenda de educação profissional, como é o caso do Pronatec. Nós avançaremos, com isso, uma agenda de valorização da educação profissional, avançaremos inclusive na lógica de mercado de trabalho.

Um jovem que chega hoje ao mercado de trabalho apenas com o ensino regular tem poucas opções no mercado de trabalho. E, se nós pegarmos os indicadores de qualidade da educação brasileira, em que 90% dos jovens concluem o terceiro ano de ensino médio, 90% não aprenderam adequadamente matemática e 70% não aprendeu adequadamente língua portuguesa. O jovem vai para o mercado de trabalho sem nenhum ofício e com uma baixa compreensão de educação regular, ou seja, com enorme dificuldade de ingressar no mercado de trabalho.

Se nós pegarmos as 21 ocupações hoje mais demandadas pela indústria, esse jovem chega ao mercado de trabalho com um salário inicial de em torno de R\$2 mil e, com dez anos de profissão, esse salário se aproxima a R\$5,6 mil por mês. Ou seja, é um salário, em um percurso profissional, maior que grande parte das formações de ensino superior.

Nós temos que mudar, no Brasil, uma enorme engrenagem de exclusão social, porque, nos nove anos de ensino fundamental, nos três anos de ensino médio, na grade curricular, não há uma hora de educação profissional. Toda a grade curricular é pensada como se todos os jovens fossem para a universidade. Isto nunca aconteceu no Brasil. No Brasil, nunca houve tantos jovens que fossem para a universidade: 17%. Mais de 80% não vão para a universidade. Na minha geração, era 90%. Então, mais de 80% dos jovens não vão para a universidade, e o sistema educacional não dá nenhuma régua e compasso para esse jovem ingressar no mercado de trabalho de forma mais eficiente, para si, como projeto individual, e para o País, para construir maior produtividade e riqueza no País.

Essa é a realidade que nós temos que mudar, instrumentalizando melhor oportunidades para a juventude e criando, com isso, uma agenda nessa direção.

O que a CNI, a Confederação Nacional da Indústria, e o Senai têm feito?

Primeiro, nós somos grandes parceiros desse espetacular programa de cidadania, desenvolvimento e competitividade que é o Pronatec. O Senai é o maior parceiro na execução do Pronatec. Dizer isto dá uma enorme satisfação pela importância afirmativa desse programa. Nós estamos fechando este ano com 4 milhões de matrículas, cumprindo o compromisso que nós estabelecemos com o MEC. Saímos de 2 milhões de matrículas, em 2010, para 4 milhões de matrículas, em 2014. Estamos cumprindo isso. E dá mais satisfação ainda quando você vê que 80% das pessoas que nós formamos conseguem colocação no mercado de trabalho no seu primeiro ano.

Hoje, boa parte das pessoas que fazem o Pronatec vem dos programas sociais, indicados pelo MDS, o que é extremamente importante. São pessoas que não tiveram o amparo, o apoio do Estado no sistema educacional, nas oportunidades sociais, e têm, agora, a educação profissional como forma de inserção social.

Então, o Senai atende hoje, no Brasil, pessoas em três Municípios. Nós temos 800 escolas, mas, pelo raio de influência de cada escola, atendemos em três Municípios, até porque temos mais de 400 unidades móveis, navios-escola, temos várias empresas brasileiras, como a Weg, a maior empresa de motores elétricos do mundo, que fica em Jaraguá do Sul, que tem uma escola do Senai desde a sua fundação, como a Volkswagen, desde a sua criação, que tem uma escola do Senai dentro da fábrica, o que é extremamente importante para essa puxada e para essa pegada tecnológica.

Já falei bastante do Pronatec aqui. Acho que isso é uma agenda de democratização do acesso à cidadania. Como o nosso representante do MEC vai falar depois, não vou falar por ele, mas quero aqui dizer da nossa parceria extremamente importante, da satisfação do setor empresarial e do Senai em sermos parceiros nesse

importante programa para o Brasil. Acho que isso é importante na melhoria da qualidade dos nossos profissionais e é um incentivo ao emprego, ao crescimento econômico e ao empreendedorismo. Quinze por cento dos alunos do Senai empreendem, vão montar pequenos negócios, necessários às cadeias de valor mais complexas, que têm na estrutura de serviço algo importante. Então, isso é algo também que é importante para o País.

Nós executamos, desde o início do Pronatec, 47% das matrículas. São mais de 400 cursos oferecidos e mais de 3.800 unidades remotas em todo o País atendendo o Pronatec.

Com relação à nossa preparação para a WorldSkills, o time brasileiro, os melhores times, os nossos melhores atletas para a WorldSkills, há um processo de seleção que começa na escola. O instrutor do Rafael enxerga nele talento, competência, o atitudinal necessário – não conversei com ele, mas, certamente, foi isso que aconteceu –, conversa com ele e o estimula, faz um programa específico. Então, a seletiva ocorre na escola ou no Estado, dependendo da massa crítica do Estado. No Rio Grande do Sul provavelmente tenha sido estadual, mas, em Estados de maior complexidade industrial ele ocorre na escola, como em São Paulo, no Rio, em Minas. Então, ele faz uma seletiva na escola, no Estado, e, depois, vai participar da competição nacional. Ou seja, ele já é um vencedor por toda essa formação que tem, por toda essa distinção, por todas essas competências acumuladas. E aí nós selecionamos os nossos melhores, vamos treiná-los intensivamente até a WorldSkills – todos os países fazem isso –, e aí nós vamos buscar as competências.

A nossa meta é ambiciosa. Nós temos participado da WorldSkills e ocupamos, na última competição, a 5ª posição, mas a nossa meta para 2015, no Brasil, é sermos *top one*. E não há vida fácil. Não é porque a gente vai realizar que os outros países vão dar moleza. Todo mundo quer o pódio, todo mundo quer o lugar mais alto no pódio. Os chineses vêm fortes, os coreanos são tidos como imbatíveis, e nós estamos fazendo o nosso dever de casa com humildade, mas querendo chegar lá.

Nós fizemos a Olimpíada do Conhecimento, a maior competição já realizada nas Américas. Foi de 3 a 6 de setembro, em Belo Horizonte, na Expominas. Visitaram mais de 300 mil jovens. Por que o Senai faz esse esforço grande na Olimpíada do Conhecimento? É para criar oportunidade para pessoas como o Rafael, mas também é, sobretudo, para quem ainda não abriu a porta da educação profissional. Nós fazemos isso muito mais para usar o Rafael como testemunha, para centenas de jovens como ele, do quanto foi importante a educação profissional para transformar a vida dele. O Rafael dá seu depoimento para centenas de pessoas que são jovens como ele, mas não tiveram a oportunidade da educação profissional em suas vidas.

Então, é isso que a gente faz quando pensa em fazer a Olimpíada do Conhecimento: levar a juventude para lá, impactar a sociedade mais fortemente para que um número maior de jovens tenha o acesso ao que acontece na WorldSkills, para que eles possam, com isso, se animar e mudar a sua vida futura, a sua escolha futura, procurando, a partir do Pronatec, possibilidades de ingressar na carreira de educação profissional, transformando as suas vidas. Essa é a nossa ideia.

Houve mais de 300 mil visitantes, com 6 mil pessoas credenciadas, 724 competidores, 636 pessoas da equipe técnica e 58 ocupações. Todos os departamentos regionais do Senai participaram, e um grande número de departamentos regionais do Senac participou. Houve uma grande novidade muito importante que está na nossa discussão de legado com o MEC: os Institutos Federais participaram. Esse é um caminho sem volta.

No Brasil, a WorldSkills reúne países. O Senai tem representado, nesses últimos vinte e tantos anos, o Brasil, mas nós queremos que essa seja uma agenda de Estado, uma agenda de sociedade, que envolva todos, que envolva os Institutos Federais, que envolva o Senai, que envolva o Senac. Essa é uma agenda do País, como a educação profissional e o Pronatec são uma agenda do País. Essa é uma agenda de Estado, de sociedade, de construção do Brasil do futuro.

São mais de 10 mil pessoas envolvidas na organização, com 6 mil empregados e 4,5 mil terceirizados, e o voluntariado. Inclusive, pegamos toda a tecnologia, todo o *know-how* com a WorldSkills e vamos estimular isso agora para 2015.

São sete dias para a competição, mas todo o período de montagem envolve quase um mês. Enfim, há um conjunto grande de números aqui, e eu não vou cansá-los com eles.

De dois em dois anos, realiza-se esse grande momento. A WorldSkills é o grande momento da juventude aliada ao trabalho, do talento aliado ao trabalho. Ele mede essas competências entre jovens do mundo inteiro e sinaliza esta bandeira para a juventude: a importância da educação profissional no mundo naquele conjunto de funções que o nosso Simon tão bem apresentou aqui para nós.

Estivemos presentes em diversas dessas olimpíadas: nas últimas, em 2007, em Shizuoka, no Japão; em 2009, em Calgary, no Canadá; em 2011, em Londres, que foi o Simon que organizou; em Leipzig, agora, onde ocupamos a quinta colocação, com 41 competidores e 12 medalhas. Foi a nossa melhor *performance*. Nós começamos com um total de 15 pontos no Canadá e chegamos aqui, agora, em Leipzig, com 52 pontos.

Essa é a ideia do que houve lá. Como eu falei aqui, em Leipzig, o Lula foi o grande *speaker* do Fórum de Líderes. Vamos ter outros fóruns de líderes. Inclusive, Senador Cyro Miranda, a ideia é ter a presença de quase todos os Ministros de Educação de todos os países que compõem a WorldSkills, que é uma organização que vem se firmando cada vez mais na agenda do mundo. São 70 países. Estão todos sendo convidados. Vai haver um fórum específico para isso, para exatamente fortalecer a agenda de educação profissional no mundo. Aliás, essa é uma agenda que, se nós olharmos as *white papers*, ou seja, a agenda de políticas públicas nos países, se olharmos os países da OCDE, os países em desenvolvimento, o que a Índia está fazendo, o que a China está fazendo, o que os países da Orla Asiática estão fazendo, se olharmos mesmo os países desenvolvidos, o que eles têm rediscutido, o que os Estados Unidos rediscutem hoje a importância da retomada dos *communities colleges*, as escolas profissionalizantes, lá, veremos que é uma agenda mundial, global extremamente importante.

Em São Paulo, nós vamos discutir essa agenda. Nós temos toda uma agenda para articulação dessas olimpíadas, com forte envolvimento do Governo Federal, do Governo Estadual e da Prefeitura Municipal de São Paulo. Estão todos os três níveis de poder envolvidos na organização do nosso evento.

Os principais marcos de realização desse evento são esses, mas o fundamental é que nós vamos estar aqui estruturando a nossa WorldSkills. Houve, em Londres, a WorldSkill e houve a assembleia em maio, quando foi aprovada, por aclamação, a nossa candidatura. Em 2014, houve a assembleia geral dentro da WorldSkills. Em fevereiro agora, nós vamos ter uma grande reunião de preparação e estruturação para a realização, em agosto, da WorldSkills aqui, no Brasil, em São Paulo.

Serão 1,2 mil jovens competidores de, aproximadamente, 60 países-membros, dos 70 que compõem a WorldSkills. Acho que isso é extremamente importante. Será a primeira vez que a WorldSkills estará na América Latina e a segunda vez que ela estará no Hemisfério Sul. Será a maior de todas as competições, pelo número de competidores, pela área necessária de competição, e nós esperamos que ela seja a mais bem organizada, com o maior impacto. Estamos nos empenhando nisso, com o *staff* da WorldSkills, para que possamos avançar nessa direção.

Foram 46 ocupações em Leipzig – aqui serão 50 –, serão 1.312 competidores de, aproximadamente, 60 países e mais de 200 mil visitantes estarão no Anhembi. Dois milhões de pessoas serão atingidas digitalmente. A ideia é a de que uma pessoa que esteja em Xapuri, no Acre, no interior de Alagoas, no Rio Grande do Norte ou no Rio Grande do Sul possa fazer um passeio virtual e ser tocada pela educação profissional. Isso é importante.

Esperamos esse número de voluntários. A ocupação será de todo o espaço do Anhembi, inclusive do Sambódromo. Temos uma equipe interna importante.

Então, queremos obter legados, além dos visitantes, para que possamos discutir – e isto está sendo liderado pelo MEC – toda uma agenda pública ligada à educação profissional. Um governo que lidera o Pronatec, certamente, tem compromisso com esse programa, que, certamente, vai mudar a lógica do sistema educacional.

No dia 11 de agosto será a abertura. Esperamos lá o Senador Cyro Miranda e uma delegação forte do Congresso brasileiro, comprometido com essa agenda de cidadania, de educação. Do dia 12 ao dia 15 de agosto será a competição e no dia 16 de agosto será o encerramento.

Sejam todos bem-vindos à WorldSkills, que será realizada em São Paulo, em agosto de 2015.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Lucchesi, por sua explanação, que é bem abrangente.

Isso é compreensível. Quanto à WorldSkills, eu fiz, uma vez, um comentário com vocês da CNI de que o que faltava era divulgação. Muito pouca gente no Brasil a conhece. Não sei como é o resultado fora do Brasil, mas aqui ele é muito pequeno. Acho que cabe a esta Casa ajudar nessa divulgação.

Quero agradecer a presença do nobre colega Antonio Carlos Valadares, que também é coparticipante desta audiência pública que estamos fazendo, através da sua Comissão, de Desenvolvimento Regional e Turismo, e que também subscreveu o seu compromisso de que hoje estar aqui. Juntos, estamos realizando esta audiência.

Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Falo com a permissão de V. Ex^a, uma vez que agora tenho uma reunião com a Bancada de Sergipe, da qual sou coordenador. Tenho de cuidar das emendas ao Orçamento da União, mas, antes, fiz questão de passar aqui para cumprimentar todos os presentes, os participantes desta Mesa, e para enaltecer o trabalho que a WorldSkills tem feito no mundo inteiro.

No próximo ano, seremos brindados com uma reunião de caráter internacional na cidade de São Paulo e, certamente, estaremos presentes para prestigiar, mais uma vez, esse acontecimento, que vai, sem dúvida alguma, dar uma contribuição enorme não só para melhorarmos as relações entre o Brasil e as diversas nações que tenham o ensino profissional como uma alavanca para o seu desenvolvimento, como também para apren-

dermos mais com as nações da Europa, da Ásia e da América sobre o que fazem seus países para a melhoria da qualidade de vida e para a sustentabilidade do emprego.

Quero dar o meu testemunho: em Leipzig, quando lá estive presente, no ano antepassado, eu pude ver que, realmente, o que falou o Dr. Rafael, da CNI, é uma verdade. Para a Áustria, para os países da Europa que não são o centro mundial da economia, o ensino profissionalizante é importante, como ocorre na França, na Alemanha. países como os da Europa, que não são o centro mundial da economia, mas para eles o ensino profissionalizante é importante, como na França, na Alemanha. Vimos também países da Ásia e tantos outros países do mundo inteiro utilizando-se, para o desenvolvimento de suas nações, dessa ferramenta indispensável que é o ensino profissionalizante. E aqui, no Brasil, os esforços que têm sido dispendidos pelo Sistema S têm que ser reconhecidos.

Logicamente, o Governo Federal, com o ensino técnico, que avançou nesses últimos anos, tem dado a sua contribuição, mas, ainda em relação ao histórico que tem sido feito ao longo dos anos, a CNI, o Sesc, o Senac e todas as instituições modelares que imprimem ao ensino técnico e à aprendizagem profissional uma importância, sem dúvida alguma, têm que ser enaltecidos por todos nós.

Quero dizer que o Brasil é uma Nação ainda em pleno desenvolvimento e que a utilização do ensino profissionalizante, da educação profissionalizante é mais do que necessária, imprescindível, haja vista que, agora, com o aproveitamento do pré-sal, daquilo que for industrializado no nosso País, nós poderemos ter, no Fundo do Pré-Sal, 75% direcionados para a educação. Isso significa, sem dúvida alguma, uma possibilidade não só de apoio a esse sistema, que já vem sendo implementado pelo Sistema S, como também aos próprios programas do Governo voltados para o ensino profissionalizante.

De modo que eu queria enaltecer V. Ex^a, Presidente Cyro Miranda, pela iniciativa de promover este debate e dar boas-vindas a todos aqueles que vieram de outros lugares, de outras instâncias para contribuir com sua presença, sua orientação e sua experiência para o desenvolvimento do sistema profissionalizante em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu que agradeço, Senador Antonio Carlos Valadares, sempre atento e presente a tudo aquilo que se refere à educação.

Eu gostaria também de informar que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e ainda pela internet, em www.senado.gov.br/tv-canal2.

Com muito prazer, Concedo a palavra ao Sr. David Hoey, Diretor-Executivo da WorldSkills, para o seu pronunciamento.

O SR. DAVID HOEY (Tradução simultânea.) – O objetivo de sediar essa competição é promover a importância das tecnologias e profissões para o resultado econômico do País.

No Brasil, como em muitos outros países do mundo, parece haver muita ênfase nos jovens para ir para a faculdade, em vez de reconhecer que as tecnologias e habilidades de capacitação são uma excelente opção de carreira. Também reconhecer na comunidade a importância do papel desses elementos é interessante porque o Brasil vai sediar as Olimpíadas em 2016.

E eu faço a todos uma pergunta muito simples: você pode nomear um único esporte ou qualquer coisa associada com os Jogos Olímpicos que pode ser entregue no Rio que não vá requerer pessoas capacitadas, sejam os esportes, as bolas, os campos, a comida que eles comem, o transporte para os atletas?

Nós tendemos a perder a perspectiva do que realmente impele uma economia, e são os jovens se envolvendo em tecnologias. Também somos o maior laboratório do mundo trazendo setenta países e territórios e te dá a habilidade de aprender um com o outro e trazer de volta os melhores desses sistemas e implementá-los em seu próprio sistema para te dar uma vantagem competitiva.

E para encorajar os jovens em idade escolar – ouvimos muito isto –, os jovens se motivam mais com falsidades, músicas e filmes do que reconhecendo que, se eles trabalharem duro, eles podem ter excelentes carreiras. Eu uso...

O Rafael é o mais jovem aqui na mesa. Você vai ouvir a história dele daqui a pouco, mas ele ganhou medalha de prata em Leipzig. E eu te faço uma pergunta muito simples: em um mundo que é baseado em competência, onde você produz estudantes que fazem o mínimo necessário, você gostaria de trabalhar num prédio que foi desenhado por um aluno que está fazendo o mínimo necessário ou por alguém que se comprometeu a ser o melhor do mundo? E se você é uma indústria brasileira e está vendendo a si mesma contra o resto do mundo, são trabalhadores assim que te dão uma qualidade de mão de obra que você pode vender ou você está entregando o mesmo produto que todo mundo no mundo? Essa é a diferença quando você usa competências e habilidades para aumentar o desempenho. Se você tem competidores assim, eles se tornam o futuro de que o seu país pode depender.

O Rafael mencionou os diferentes setores, e temos 50 diferentes competições de habilidades em todos os setores comerciais, industriais e sociais do mundo. Eu quero mencionar a experiência da visita, porque uma das coisas que você deve focar é em chamar os jovens, os pais, os educadores e os funcionários públicos para essa competição. A experiência é aprender e entender o que são as carreiras de amanhã.

A pior pessoa para dar conselho de carreira são os pais, porque suas percepções são baseadas na educação deles ou na sua experiência no mercado de trabalho. O evento em São Paulo vai ser o maior mostruário das habilidades do futuro. As empresas podem mostrar às indústrias do que elas vão precisar, e é disso que os jovens precisam para fazer uma decisão de carreira. Como um vilarejo de habilidades globais e um dos aspectos... Esse é um mercado onde as empresas, os sistemas educacionais e governos do mundo podem interagir um com o outro e compartilhar as melhores experiências e práticas. Isso se torna uma área aberta onde cada empresa, cada pessoa associada com política, governo, educação, pode interagir com colegas em volta do mundo.

Programas de conferências. O Ministério da Educação vai convidar Ministros da Educação do mundo todo. Nós temos parcerias com grandes organizações internacionais, como a OCDE, a Unesco-Unevoc e muitos outros organismos internacionais, que vão se juntar. Nós não queremos que seja apenas mais outro “papeado”, mas queremos inspirar o mundo através do poder das habilidades e juntar as pessoas para criar soluções e melhores práticas do que as que estão acontecendo. Então, de novo, se torna uma excelente oportunidade de *network* para o Brasil.

Experimente uma habilidade. Esse é um conceito que queremos que as pessoas interajam e tentem dar uma olhada nas diferentes profissões e tecnologias disponíveis. O melhor jeito para interessar os jovens é dar uma experiência prática, de pintura, de decoração. Eles podem, por exemplo, pintando algo, entender do que se trata. Pessoas da indústria estarão lá para conversar, e eles poderão aprender mais sobre isso e conseguir conselhos de carreira sólidos e precisos para o futuro.

Então, essa interatividade é importante. Não basta olhar os concorrentes fazerem o seu trabalho, mas é preciso criar um ambiente como o maior museu interativo de ciência, tecnologia, engenharia e matemática do mundo, coisas que podem atrair os jovens e de que o Brasil precisa para atingir as metas do futuro.

Um programa interessante é “Uma Escola, Um País”, que introduzimos no Japão em 2007, que permite que membros do WorldSkills do mundo todo façam parceria com uma escola em São Paulo e que essa escola aprenda algo sobre outro país. Também vão aprender sobre diferentes coisas que vão aparecer em competições do WorldSkills. E quando as equipes vierem a São Paulo, elas visitarão essa escola e farão algumas trocas culturais com o Brasil. Essa é uma forma excelente de fazer com que os jovens aprendam mais sobre o mundo. Esse programa vai ser realizado aqui em São Paulo.

Tecnologia no seu *smartphone*. Estamos desenvolvendo a informação para que ela não seja apenas sobre o que acontece na competição nos quatro dias, mas para que pessoas de todas as idades possam baixar essas informações e aprender sobre as diferentes tecnologias, habilidades e profissões disponíveis.

Quantas indústrias vocês conhecem que vão enaltecer o Brasil nos próximos dez a vinte anos? As empresas que estão procurando essa mão de obra podem interagir, através desse aplicativo, e os jovens podem ter essa informação, que, depois da competição, ainda continuará lá. Então, o uso da tecnologia é parte essencial da nossa estratégia.

WorldSkills Connect. O que descobrimos é que vamos trazer três mil pessoas do mundo todo para a competição. Fora isso – usamos Leipzig e Londres como exemplo –, vamos receber entre 7 mil e 13 mil pessoas do mundo todo, que virão para a competição, o que será uma excelente oportunidade para você fazer *network* e se conectar a várias indústrias, seja política, operações, etc. Então, o aspecto do *network* na competição no Brasil estará no mostruário e você vai poder fazer *network* com pessoas do mundo todo e se conectar com elas.

A última peça é que eu acho que o WorldSkills São Paulo 2015 é só o começo. Não é um destino. Sim, é um evento que será realizado no ano que vem, para o qual o mundo virá para São Paulo e você vai poder demonstrar muitas coisas que fazem o Brasil grande, mas, ao mesmo tempo, usem isso como o começo do futuro em termos de ir além da competição e de criar um legado para os jovens brasileiros, para as empresas brasileiras.

Esses são alguns comentários meus, Sr. Presidente, a respeito da competição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – MUITÍSSIMO OBRIGADO, SR. DAVID.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Luciano Toledo, Assessor de Inovação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

O SR. LUCIANO TOLEDO – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e o Srs. Simon Bartley e David Hoey, Presidente e Diretor Executivo da WorldSkills, a quem agradeço pelo apoio que têm dado à realização desse grande evento no Brasil, gostaria de cumprimentar o Dr. Rafael Lucchesi, incansável líder do Senai, que é o maior parceiro do Pronatec, represen-

tando aqui a CNI, Diretor de Educação Profissional e Tecnologia da CNI, e o nosso estudante competidor Rafael Wenderson, parabenizando-o pelo desempenho nas competições de que participou.

O recado que venho dar é, em primeiro lugar, um abraço e o suporte do Ministro Henrique Paim à realização da WorldSkills no Brasil. Ele colocou toda a estrutura do Ministério da Educação à disposição para que nós déssemos o apoio institucional necessário à realização desse grande evento, em reconhecimento à sua importância para a educação profissional, especialmente na gestão do Ministro Paim, e ainda como Secretário Executivo, como um dos principais responsáveis pelo maior programa de educação profissional da história do nosso País, que é o Pronatec, um programa que responde a um clamor da população por educação profissional e que traz uma grande inovação em sua concepção de estruturação, que é a articulação das demandas reais da sociedade com as principais redes ofertantes de educação profissional já existentes no País.

E, seguramente, destaca-se aqui o apoio que o Senai tem dado à execução do Pronatec. E eu trago aqui, mais uma vez, o reconhecimento do nosso Ministério, principalmente do Secretário Aléssio Trindade, de Educação Profissional e Tecnológica, e o agradecimento do Governo ao Senai por isso.

O Pronatec é um programa que iniciou em 2011, no finalzinho de 2011 – ele praticamente começou a operar a partir de novembro, final de outubro, início de novembro de 2011 – e conseguiu, nesse período de quatro anos, igualar o número de matrículas na educação profissional ao número de estudantes da educação superior. Era uma defasagem muito forte. Eram 7,5 milhões de pessoas matriculadas na educação superior e pouco mais de 1,5 milhão, 2 milhões de pessoas matriculadas na educação profissional. E hoje nós ficamos muito felizes e orgulhosos de anunciar que nós qualificamos, matriculamos mais de 8 milhões de pessoas na educação profissional nesse período.

A parceria do Senai para a execução dessa ação é essencial. E aproveito para fazer uma ressalva pessoal: sou professor do instituto federal e tenho um reconhecimento profundo pelo desempenho do Senai na educação profissional. Eu falo isto porque a maior parte dos gestores da Secretaria de Educação Profissional do MEC é como eu, professores dos institutos federais, e tem o mesmo entendimento que eu tenho em relação à importância do Senai no contexto da educação profissional brasileira.

Então, eu trago aqui um pouco a estruturação do Pronatec para aqueles que não o conhecem. É um programa que reúne as principais iniciativas preexistentes de educação profissional no Brasil, que é a expansão da rede federal. Foram feitas, nesse período, 208 novas escolas técnicas vinculadas aos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Somando aí com o desempenho já existente no período do governo Lula, nós construímos, em torno de 10 anos, 422 novas escolas técnicas no Brasil.

Para vocês terem uma ideia, de 1909 até 2005 nós tínhamos 140 escolas. Ou seja, nós praticamente quadruplicamos o número de escolas técnicas federais neste País com o Programa de Expansão da Rede Federal, que é uma das iniciativas do Pronatec.

No Brasil Profissionalizado, o Governo Federal disponibilizou recursos para construção, reforma e ampliação das escolas das redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Além disso, o Brasil Profissionalizado financiou a qualificação de professores de formação continuada, dos professores da educação profissional, das redes estaduais, que se fortaleceram também durante o Pronatec.

Com o acordo de gratuidade, nós tivemos um aumento da disponibilidade de matrículas gratuitas para a população na educação profissional. Isto é essencial num país que demanda tanto a formação profissional e em que a população mais carente tem a oportunidade de, enfim, ter acesso a uma escola do nível do Senai. Isto é extremamente importante. E, sem que haja prejuízo para a operação da instituição, nós conseguimos alcançar todas as metas do acordo de gratuidade para o Senai, o Senac, o Senat e o Senar.

A bolsa-formação é a grande inovação do Pronatec. É uma ação nova, uma ação que permite o casamento da demanda com a formação profissional em todas as áreas mais prementes de gestão do próprio Governo Federal. São 15 ministérios envolvidos, as secretarias estaduais de educação e algumas secretarias estaduais de ciência e tecnologia são demandantes do programa, e as melhores redes de educação profissional do País atendem à necessidade dessas instituições demandantes com a oferta de cursos – podem ter certeza – de qualidade, em sua maioria ofertados com instalações exemplares e que têm alcançado o objetivo de não só formar um número de trabalhadores qualificados, mas também formados com qualidade.

E o programa de educação técnica a distância, que é o Redetec Brasil, aumentou muito o número de polos e o número de matrículas nesse período.

Então, o Pronatec, na verdade, é um programa que reúne todas essas iniciativas.

Nós temos aí o desempenho dos 8 milhões de matrículas ao longo desses quatro anos. Vejam que é um esforço muito grande e que, em boa medida, as matrículas respondem a cursos de formação inicial e continuada, mas nós também não podemos nos esquecer de destacar a importância da formação em cursos técnicos

de nível médio. São cursos de duração um pouco mais longa e que dão uma qualificação um pouco mais aprofundada, apesar de o período ser maior para a formação do trabalhador, para atender à demanda do mercado.

O conjunto de metas e desempenho das matrículas do Pronatec está destacado no quadro. O que importa é que nós conseguimos alcançar a meta em todas as iniciativas e conseguimos estabelecer um novo padrão para a educação profissional no Brasil nesse período do primeiro mandato em que a Presidenta Dilma esteve à frente do País.

Em termos de rede ofertante, aqui fica muito clara a importância do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: 47% do conjunto das matrículas do Pronatec, em todas as iniciativas, dizem respeito ao esforço do Senai.

Então, o Ministério da Educação, Rafael, tem grande gratidão ao Senai pela parceria, porque nós sabemos que essa qualificação é feita com muita qualidade.

Além disso, é importante destacar também o desempenho das outras redes. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial teve um desempenho fabuloso, com 37% das matrículas. A rede federal vem logo em seguida, com 9%, o Senat vem com 3%, as redes estaduais, com 2%, e o Senar, com 2%. Isso constitui o conjunto de matrículas nos cursos de formação inicial e continuada, que são muito importantes para a indústria, para o desempenho da indústria, haja vista que eles dão uma resposta muito mais rápida, o que permite uma inserção profissional muito mais rápida para atender à demanda de um setor produtivo que é tão carente de mão de obra qualificada, como acontece no Brasil.

Em relação aos cursos técnicos, a rede federal, por seu desempenho tradicional, apresenta um número maior de matrículas: 31%. Em seguida, temos o Senac e o Senai, depois as escolas estaduais, que também têm grande tradição, as instituições de ensino superior privado, que começaram a ofertar matrículas no programa a partir do Sisutec, que é a analogia ao Sisu para a educação profissional, e também as escolas técnicas privadas.

Então, vejam que há uma grande articulação entre todas as redes ofertantes de educação profissional, com parâmetro de qualidade fixado com régua alta, que permite não só, mais uma vez, atender à expectativa numérica, como à qualidade dessa formação profissional.

Eu acho que aqui o que cabe é destacar o desempenho do Senai no acordo de gratuidade. Vejam que o número de matrículas é realmente impressionante. Para além daquilo que se pode ver como desempenho na nova iniciativa do Pronatec, que é a bolsa-formação, o Senai deu uma resposta fabulosa também naquilo que está pactuado entre o Governo e a instituição em termos de oferta gratuita para a população mais carente em suas instituições.

Então, fica marcado aqui o agradecimento do Senai pelo esforço que é feito no acordo de gratuidade, que já é um esforço inerente à condição da instituição, mas também e principalmente pelo esforço excepcional vinculado à bolsa-formação, que está aqui.

Eu pretendo acelerar a apresentação para não ser enfadonho, mas é importante destacar que houve, por meio de discussões com todas as redes ofertantes e instituições demandantes, um aprimoramento da lógica de pactuação de vagas no programa ao longo desses quatro anos. Seguramente, a contribuição do Senai foi marcante nesse processo e nos permitiu operar. Hoje, eu diria para vocês que nós temos uma tecnologia de localização, de identificação e de acesso aos cursos de educação profissional que foi desenvolvida no sistema de pactuação do Pronatec que é digna de respeito e que é uma política perfeitamente possível de ser exportada, principalmente para os países em desenvolvimento, o que, seguramente, traria grande êxito no alcance das metas da educação profissional de todos esses países também.

A lógica das matrículas se dá por meio da interação entre instituições demandantes e ofertantes. Os principais demandantes são os ministérios e as secretarias estaduais de educação e os principais ofertantes são as instituições que eu já mencionei: a rede federal, as redes estaduais, o Sistema S.

Aqui houve um erro no gráfico, mas estão marcadas aqui as principais instituições que operam por lado dos demandantes.

É importante destacar que a parceria do MEC com o Ministério do Trabalho é essencial nesse processo, porque, anteriormente, antes do Pronatec, a inserção profissional se dava numa lógica muito isolada do Ministério do Trabalho. Com o Pronatec, não só se permitiu que a identificação da demanda e a matrícula das pessoas nos cursos se dessem de uma maneira mais efetiva, mas, principalmente, que houvesse, a partir dessa parceria com o MTE, a estruturação de uma lógica de inserção profissional muito mais eficiente, por meio da conexão do Portal Brasil Mais Emprego com o sistema de matrículas do Pronatec, que identifica imediatamente em que local e em que área de formação houve formação profissional, houve profissional sendo qualificado, para que, uma vez cruzadas as bases de dados, os empregadores pudessem ter acesso a um profissional qualificado de uma maneira mais eficiente e fácil, para que pudesse haver, efetivamente, o aproveitamento do esforço de qualificação.

É importante destacar o esforço do Sisutec, uma iniciativa análoga ao Sisu que permite que instituições privadas, além das demais instituições do País ofertantes de educação profissional, operem cursos técnicos – aqui, nesse caso, apenas cursos técnicos – no âmbito do Pronatec.

É garantida a qualidade dos cursos, uma vez que as instituições privadas que ingressam nesse sistema necessitam ser habilitadas pelo Ministério da Educação. Àquelas que não tinham cursos técnicos tradicionalmente só é permitida a oferta de cursos técnicos em áreas análogas às em que elas têm cursos superiores bem avaliados pelo MEC. Por exemplo, uma instituição privada que tenha o curso de Engenharia Civil só poderia ofertar cursos técnicos análogos à formação na área de Engenharia Civil, mas isto desde que também o curso de Engenharia Civil dela seja bem avaliado pelo Ministério da Educação. Isso garante qualidade e permite a mobilização da infraestrutura laboratorial e a mobilização da inteligência do corpo docente na ampliação do número de vagas também na educação profissional.

Em 2013, foram 266 mil vagas; em 2014, no primeiro semestre, foram 296 mil; agora, no segundo semestre, nós já contamos com quase 300 mil matrículas em cursos técnicos.

Vale ressaltar: essa é uma matrícula excedente e compete principalmente à entrada de novas redes de educação profissional no País.

Por fim, mais informações sobre o Pronatec podem ser obtidas a partir do próprio *site* do Pronatec, prontec.mec.gov.br, do sistema de *business intelligence* do Ministério da Educação, que é o bisistec.mec.gov.br, diretamente pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), cujo *site* é sistec.mec.gov.br, e pelo *site* do Sisutec, que é o Sistema de Seleção Unificada de Cursos Técnicos.

Nós gostaríamos de enfatizar a importância do WorldSkills, como o David Hoey citou, num período em que o Brasil passa a concentrar atenções no mundo inteiro pelo fato de estar muito próximo de sediar, no Rio de Janeiro, as Olimpíadas, que são, seguramente, o maior evento esportivo do mundo. Nós temos, antes da execução das Olimpíadas, a resposta análoga da educação profissional e da política pública de educação profissional no Brasil com o apoio da WorldSkills na realização desse grande evento em São Paulo no ano que vem. Nós temos a convicção de que o desempenho do País está ligado a mostrar que o nosso Brasil é um País que tem grandes respostas para dar para o mundo não só no esporte como também na indústria e, principalmente, no nosso caso, na educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Luciano, e parabéns pela eficácia e parceria, no Pronatec, entre MEC e CNI, pois 47% das inscrições estão com a CNI.

Concedo a palavra, com muito prazer, à Fátima Aparecida Antônio, Diretora da Divisão de Ensino Fundamental e Médio da Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo.

Seja bem-vinda!

A SRª FÁTIMA APARECIDA ANTÔNIO – Boa tarde a todos e a todas!

Queria agradecer muito o convite para estar hoje aqui nesta audiência pública.

Senador Cyro Miranda, muito obrigada. Na pessoa do Senador, cumprimento os demais membros da Mesa, em especial o Rafael, com o qual eu tive oportunidade, hoje, de conviver um pouco mais, de conhecer um pouco mais a sua história, e saio absolutamente convencida de que ele é um vencedor, ele e todos aqueles que estiveram por perto contribuindo, colaborando para que hoje ele estivesse onde está.

Parabéns!

Venho aqui representando a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, especialmente o Prefeito Fernando Haddad, o nosso Secretário de Educação, Cesar Callegari, e o nosso Diretor de Currículo, Prof. Fernando José de Almeida.

A Secretaria de Educação, desde agosto deste ano, vem formulando, em conjunto com a equipe do Senai, a possibilidade de participação das nossas escolas de ensino fundamental nesse evento em agosto de 2015. Então, desde agosto deste ano, ou seja, um ano antes, nós estamos dialogando para construir, em conjunto com as nossas escolas, a possibilidade não só de que serem anfitriãs das delegações estrangeiras, mas também de aproveitarem muito a experiência, o legado, o testemunho desses jovens que vêm de vários países do mundo para contar um pouco a experiência no ensino profissionalizante, no ensino técnico, e os desafios que são colocados para esses estudantes, especialmente na WorldSkills.

Quero falar um pouquinho da educação municipal na cidade de São Paulo. Nós somos uma rede bastante grande, bastante complexa, portanto, com todos os problemas que toda a rede grande neste País tem na educação básica. Como o Rafael Lucchesi bem colocou, nós estamos num caminho bastante propositivo. Nós temos uma agenda na educação, hoje, no País, extremamente afirmativa, mas temos um caminho muito longo a percorrer, especialmente na educação básica. A nossa rede tem 940 mil alunos. Ela atende desde a educação infantil, a creche, a pré-escola, até o ensino médio. Temos apenas oito escolas do ensino médio, que

foram criadas na década de 1990. Não sendo competência dos Municípios ter o ensino médio, elas não foram ampliadas, mas elas foram mantidas até hoje. Inclusive, no final da apresentação, vou colocar que algumas delas mantêm também o curso técnico profissionalizante.

Então, nós temos 940 mil alunos, 84 mil educadores, 2.700 escolas em toda a educação básica. *(Pausa.)*

Qual a importância de a rede municipal de ensino poder participar desse evento fundamental? Eu estava pensando aqui que o Brasil ganhou uma grande oportunidade e São Paulo ganhou um grande presente. Para o País, a oportunidade de sediar essa competição é uma oportunidade e um presente para São Paulo por poder receber tantas delegações de estudantes estrangeiros, com uma experiência no ensino profissionalizante, desafiador, resolvendo problemas, trazendo seus projetos, sendo desafiados, e os nossos alunos podendo participar desse momento será uma coisa extremamente importante para os nossos alunos, para os nossos professores e para a nossa cidade, com certeza, que também está se preparando para receber tão grande e importante evento em agosto de 2015.

Na verdade, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo está participando do Programa Uma Escola, Um País, criado pelo Senai, que vai fazer um intercâmbio de fato entre os alunos do final do ensino fundamental da rede municipal e os alunos competidores de diferentes países.

Eu falei, hoje, pela manhã, que a competição, ou essa possibilidade de haver o contato com alunos do ensino técnico de vários países do mundo com os nossos alunos, vem num momento extremamente ímpar e importante para a nossa rede municipal.

Desde que assumimos o Governo, em 2013, pensando em, de fato, construir a possibilidade de melhorar a qualidade social da educação básica, com todos os índices e números que todos aqui sabem que temos, números tristes, difíceis, de aluno chegando ao final do ensino fundamental com pouca aquisição da leitura, com muita dificuldade na resolução de problemas de todas as ordens... Então, começamos, em 2013, propondo uma ampla reorganização curricular na cidade de São Paulo para as nossas escolas. Uma reorganização curricular que está muito focada nos nove anos do ensino fundamental.

A primeira grande novidade – não é uma novidade, mas vocês vão ver, mais adiante, que a gente trás algumas novidades – é que nós tínhamos dois ciclos e estamos dividindo, então, o ensino fundamental agora em três ciclos. O primeiro ciclo, o ciclo de alfabetização, que vai até o 3º ano, do 1º ao 3º ano, o 2º ciclo, que a gente chama de ciclo interdisciplinar, vai do 4º ao 6º ano, e o último ciclo do ensino fundamental, o ciclo autoral, vai do 7º ao 9º ano. Na verdade, o nome interdisciplinar e o nome autoral não estão colocados aí por acaso. Há uma grande intencionalidade, um grande propósito nisso.

Nós estamos convencidos, enquanto educadores, especialmente na rede municipal, porque debatemos fortemente essa reorganização curricular com os nossos educadores, com os pais, com os alunos, com as universidades na cidade, fizemos diversas audiências pública, e estamos convencidos de que há necessidade de uma mudança estrutural profunda. Que mudança? Uma mudança que torne o currículo mais significativo para os nossos alunos, um currículo que se aproxime mais dos anseios e das necessidades desses meninos e meninas que hoje estão nas escolas públicas deste País.

Ou seja, não dá mais para a gente achar que o professor é o detentor do saber absoluto e que a participação do aluno fica relegada ao último plano. Nós estamos virando isso ao contrário. Nós estamos dando uma enorme importância ao protagonismo do aluno dentro do ensino fundamental.

Trabalhar com a questão interdisciplinar, por intermédio de projeto, valorizar a autoria e o protagonismo dos alunos são dois aspectos fundamentais dessa reorganização curricular, embora trabalhar com projetos interdisciplinares e com a autoria não se restrinja apenas aos dois últimos ciclos.

Nós, em São Paulo, temos uma educação infantil que é exemplo para o País, inclusive, que prepara a criança respeitando o mundo em que ela vive, respeitando sua infância. A gente em, por exemplo, um projeto muito importante, o São Paulo Carinhoso, pelo qual a gente está trabalhando com diferentes secretarias para olhar essa infância na cidade de São Paulo. Quer dizer, a gente vem trabalhando com projetos interdisciplinares desde sua infância e acreditando que a criança também é autora.

Se nós acreditamos nisso, esse investimento, então, vem acontecendo desde a educação infantil. Mas, especialmente a partir do 4º ano, quando entramos no ciclo interdisciplinar, será dada mais ênfase ao trabalho com projetos nos quais os alunos são protagonistas e os professores são mediadores. Esta é a grande dificuldade nessa reorganização curricular: o professor sai um pouco desse lugar de detentor do saber, daquele que transmite, para aquele que medeia, aquele que estimula, aquele que problematiza, aquele que é sensível a todo conhecimento que o aluno tem e já traz para aguçar a curiosidade, observar e ser sensível às reais necessidades do aluno. Então, essa é a grande mudança que a gente está procurando fazer na cidade de São Paulo.

Nós estamos completando o primeiro ano de implantação. Portanto, a gente tem uma longa jornada pela frente e os desafios são imensos. E trabalhar com projeto significa muito isso. Os alunos estão sendo ex-

postos a fomentar o seu trabalho em equipe a partir de projetos interdisciplinares, em que diferentes áreas se unem para responder a uma questão, a um problema, e os alunos são estimulados a trazerem as questões, a trazerem os problemas.

Isso não quer dizer que a gente vai ficar numa discussão apenas do problema que vem. É possível – e aí a mediação do professor é importante – que, desse problema, alargue-se para outros conhecimentos do mundo que estão produzidos, para toda uma cultura produzida, que é importante e que é um direito do aluno também saber.

Eu queria destacar que o trabalho com projetos vem numa vertente bastante importante para trazer à luz o protagonismo do aluno.

No último ciclo, o ciclo autoral, a gente vai culminar com os alunos trabalhando em equipe. A partir do 7º ano eles começam a elaborar um trabalho colaborativo de autoria, ou seja, um trabalho autoral, partindo de um problema que eles querem responder, de algo que os incomoda no território onde vivem, na cidade onde vivem, de uma curiosidade para descobrir ou entender melhor algum assunto. Eles, desde o 7º ano, mediados por professores orientadores que eles escolhem, diante da situação que eles escolhem para resolver, buscam um trabalho de autoria, com pesquisa, com produção.

Esse trabalho é concluído no 9º ano e tem um cunho importantíssimo, que é o da intervenção social. Ou seja, que problema eu pretendo resolver? Que problema incomoda a mim, jovem de 12, de 13, de 14 anos, onde eu vivo e que eu quero responder? O que eu preciso conhecer mais? O que eu gostaria de conhecer?

Então, esse trabalho no ciclo autoral termina com o ensino fundamental dando ênfase a essa autoria do aluno, mediada pelos professores orientadores.

O ciclo autoral, além de estimular à autoria, também quer propiciar ao aluno mais acesso às tecnologias de informação, de comunicação. Portanto, são os alunos do ciclo autoral que vão participar da WorldSkills.

Vejam a grande sacada de colocar os alunos do final do ensino fundamental, que estão vivendo esse processo em suas escolas e, portanto, buscando resolução de problemas, sendo autores de projetos, em contato com vários alunos competidores que vão trazer também proposições, resoluções de problemas para a sociedade, para a vida, para o mundo.

Obviamente, a gente tem absoluta certeza de que esse evento pode e vai despertar nos nossos alunos um interesse muito grande para que eles busquem também, a partir de outras áreas de estudo, o ensino profissionalizante. Não temos dúvida nenhuma disso. Então, estamos oportunizando aos nossos alunos, acho que a WorldSkills vai oportunizar aos alunos do ciclo autoral ter informações sobre ensino técnico profissionalizante.

E aqui eu queria dar um destaque: mais importante do que eu, Secretaria de Educação, eu, Governo, dizer para o aluno que o ensino técnico é importante, que ele precisa fazer o ensino técnico, que é uma mão de obra necessária hoje para o País, para o desenvolvimento do País, muito mais importante do que isso é o Rafael dizer para eles quantas portas foram abertas para ele como cidadão, como profissional quando ele fez a opção de participar de uma competição como essa ou quando ele fez a opção por estar no ensino técnico, por cursar o ensino técnico. Então, a gente vislumbra que, entre eles, entre os jovens, da forma como eles conseguirem se comunicar, e a comunicação entre os jovens é interplanetária, nós percebemos...

Muito recentemente – só um parêntese –, a gente recebeu uma delegação de alunos de Osaka no Estado de São Paulo e ficamos extremamente preocupados. Eles foram visitar algumas das nossas escolas, e nós, adultos, tivemos dificuldade de compreendê-los. Quando a gente olhou, havia um grupo de alunos nossos se comunicando perfeitamente, fazendo – como é que chama? –, postando já coisas no Facebook, à maneira deles.

Então, a gente acredita que nós vamos ter uma oportunidade muito grande de ter, a partir da vivência, da experiência e do testemunho desses alunos, uma comunicação mais eficiente para os nossos jovens também.

Repito: mais importante do que a Fátima ir lá e falar para os seus alunos do ciclo autoral, do final do ensino fundamental, sobre a importância de poder fazer a escolha de cursar o ensino profissionalizante é ele ver outro jovem atuando e ver as possibilidades.

Além disso, não temos dúvida nenhuma, é importante a vivência intercultural, trazer a cultura de outros países e também a possibilidade de outros países conhecerem um pouquinho da nossa cultura, daquilo de que os nossos jovens gostam, curtem, enfim. As nossas escolas estão se preparando para isso, está constando do projeto político-pedagógico das escolas que serão anfitriãs estudar o país que vai visitá-la, conhecer um pouco mais a sua cultura, a sua economia, enfim, aquilo que é importante. Então, o intercâmbio será, assim, fantástico e fundamental.

Aliás, eu estava brincando hoje com o pessoal do Senai e dizendo que eu agora estou achando pouco. Eu queria mais alunos podendo participar desse intercâmbio. A gente tem toda uma complexidade para organizar, e, quando a gente olha de perto a grande possibilidade e oportunidade que isso é, eu gostaria que mais

alunos da rede pública municipal de São Paulo pudesse fazer parte dessa experiência, que será, sem dúvida nenhuma, importantíssima.

E, para finalizar, eu queria dizer que a rede municipal não tem uma vocação específica no ensino profissionalizante, mas ela, ao longo dos últimos anos, vem tecendo algumas parcerias importantes para também oportunizar o ensino técnico, o ensino profissionalizante, de forma tímida. Mas eu acredito que agora, especialmente com o Pronatec, que a gente está, em São Paulo, batendo para conseguir concretizar o Pronatec pela rede pública municipal, especialmente para os nossos jovens da educação de jovens e adultos, acho que a gente vai dar um salto importante.

O que nós temos hoje é uma grande parceria com o Senac e as escolas do Centro Paula Souza, estaduais. Nós atendemos mais de 5600 jovens e adultos que não são alunos da rede pública municipal, mas que moram em torno do CEU, o Centro Educacional Unificado, que é uma grande marca, um grande diferencial de educação que a gente tem em São Paulo. A gente tem 45 CEUs. O CEU é um centro integrado de educação que atende desde a educação infantil até o final do ensino fundamental, mas também promove a educação do ponto de vista integral, pensando na cultura, nas oportunidades de cultura, de esporte que temos dentro dos CEUs. As comunidades do entorno do CEU são beneficiadas por esses cursos, os cursos que são oferecidos pelo Senac e pela Etec. Nós temos apenas oito escolas de ensino médio, mas em duas delas permanece.

Nós tínhamos em todas o Ensino Técnico, nas oito. Aí, por problemas de professor, pela dificuldade de encontrar professores, esses cursos foram tendo problemas. Hoje, temos, em duas escolas, a oferta de ensino técnico: modulação, magistério, *marketing*, contabilidade e prótese dentária.

Temos uma escola de saúde pública, a Escola Técnica de Saúde Pública, que é muito interessante. Ela atende 1.300 alunos e tem uma fila de espera de 2.600. Esse dado nos dá uma ideia de como o ensino técnico profissionalizante, em diversas áreas, é bastante procurado. Acho que a gente precisa articular todos os demandantes de cursos para potencializar isso, porque procura a gente tem. Essa Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti está na Zona Leste de São Paulo. Ela surgiu no momento em que havia um plano, de 2001 a 2004, de desenvolvimento econômico para a Zona Leste. Portanto, ela vem para atender à demanda de mão de obra que foi colocada naquele momento na Zona Leste e permanece até hoje. Ela tem uma grande procura.

O Pronatec, que em São Paulo... Na prefeitura de São Paulo, a gente tem a Fundação Paulistana, que está trabalhando com a implantação do Pronatec, tentando implantar o Pronatec nas oito escolas de ensino médio. Estamos com algumas dificuldades. Onde está o rapaz do Pronatec? Eu falei que, depois, ia conversar com ele em particular. Já foi embora? Falei para as meninas que iria conversar com ele um pouquinho.

A gente tem também cursos FIC, que a gente está formulando do ano passado para cá, tentando buscar também oferecer Pronatec, cursos FIC para os jovens.

Nós temos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas nossas escolas de ensino municipal em São Paulo. Portanto, esse é o público na educação, no ensino municipal, para a oferta de cursos FIC e Pronatec.

Para terminar de verdade, qual é a agenda da Secretaria Municipal de Educação com a WorldSkills? Primeiro, no dia 3 de fevereiro, um aluno de cada escola anfitriã mais um adulto, que pode ser o pai, pode ser um professor, vai fazer parte desse primeiro momento de preparação, dessa grande reunião onde os representantes das delegações vão estar, em São Paulo. No dia 4, o Prefeito, Fernando Haddad, tem a previsão de receber essas delegações. No dia 11 de agosto, as nossas escolas, efetivamente, vão receber as delegações; eles já escolheram os países, como Irã, Estados Unidos, Emirados Árabes, Brasil – escolheram o Brasil, vejam que coisa interessante. Depois, os nossos alunos vão poder participar de uma visita monitorada durante a realização da WorldSkills, no Anhambi.

Eu quero acreditar, tenho 34 anos de magistério, que estamos, realmente, num momento extremamente importante no País. Já foi dito nesta Mesa que a gente não pode perder a dimensão deste momento, que precisamos, sim, unir esforços. A quantidade de ações, projetos e programas que vem se construindo, vem se disponibilizando, vem se consolidando só acontecerá de fato e de verdade se todos estivermos juntos, potencializarmos as nossas ações, mas em conjunto.

Muito obrigada pela oportunidade. Espero encontrá-los todos em São Paulo em agosto do próximo ano. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à Fátima Aparecida pela sua exposição.

Para encerrarmos o nosso ciclo, a palavra do nosso medalhista de ouro da WorldSkills, Rafael Wenderson.

O SR. RAFAEL WENDERSON – Boa tarde a todos. Primeiramente, sabemos que as horas passam, prometo ser um pouco rápido nas minhas palavras.

Vou falar um pouco, basicamente, sobre a minha trajetória na ocupação de solda como competidor. Nesses três anos de treinamento por que passei, abri mão de muitas coisas em prol dessa minha qualificação. Vou falar um pouco sobre a minha trajetória e sobre todas as etapas das quais participei.

A primeira etapa foi em 2012, a etapa estadual, que se realizou em Mossoró, no Rio Grande do Norte, na qual eu fui o primeiro lugar. A partir daí, garanti o meu passaporte para a etapa nacional, que aconteceu em São Paulo, em outubro de 2012, onde consegui o primeiro lugar. No mesmo evento, também, fui eleito o melhor competidor do Estado do Rio Grande do Norte, que é uma premiação feita ao melhor de cada Estado.

Logo após, passei por várias seletivas, etapas de índice, etapas de desempate, pois há um índice em cada ocupação. Se eu não atingir essa nota, corro o risco de não ir para o evento. Embora eu tenha sido campeão nacional, se eu não conseguir atingir essa nota, eu corro o risco de ser cortado da delegação brasileira.

Eu participei, em 2013, da WorldSkills International, que aconteceu em Leipzig, Alemanha, na qual eu fui medalha de prata entre 36 países. Então, eu não considero isso pouca coisa. Fiquei atrás apenas da Coreia. Então, entre 36 países eu ser medalha de prata, considero-me já um campeão, um vencedor.

Logo após, eu não esperava o convite para participar da WorldSkills Americas. Até então eu pensei que a minha jornada tinha acabado como competidor. Mas aí eu recebi o convite para participar em Bogotá, Colômbia, e voltei a me preparar. Eu já estava trabalhando no Senai, já estava ministrando cursos, treinamentos, tive que abrir mão do trabalho. Isso tudo foi acordado entre a direção da escola e o departamento regional. Abri mão do meu salário, abri mão do meu trabalho, para voltar novamente a ser competidor.

Eu me preparei em torno de quatro meses para participar da etapa americana, que aconteceu em Bogotá, na qual eu concorri contra outros 11 países. Fui o primeiro lugar. Fui também o melhor competidor da delegação brasileira, The Best of Nation. E também recebi o Prêmio Albert Vidal, que é este troféu aqui, por ter alcançado o melhor desempenho de toda a competição. Então, eu me preparei bastante para esse evento e não tinha certeza de que iria ganhar. Mas eu tinha convicção de que, se eu fizesse o meu trabalho benfeito, eu teria grandes chances. Foi uma coisa que eu combinei com o meu professor no primeiro dia de competição. Ele disse: “Rafael, eu não quero você apenas campeão na sua modalidade, eu quero você o melhor da delegação brasileira e quero também você o melhor de todo o evento”. E eu disse: está certo, vou fazer o possível para acontecer isso. E graças a Deus aconteceu, recebi todos esses prêmios.

Durante essa trajetória, recebi várias oportunidades de emprego. Eu tive o prazer de conversar com a nossa amiga no horário de almoço e falei um pouco sobre a minha trajetória e sobre as coisas que eu deixei um pouco de lado para participar desse evento.

Eu tenho algumas imagens aqui para mostrar para vocês, que eu considero melhor do que palavras para mim.

Aqui é minha equipe de professores até a etapa nacional. O do lado esquerdo é meu irmão. Ele foi competidor, assim como eu, e também representou o Brasil na WorldSkills, em Shizuoka, Japão, em 2007. Então, ele foi a minha maior influência para poder entrar no Senai.

Eu entrei no Senai através de um curso técnico em mecânica, que eu ainda não concluí, porque, com um ano de curso, eu já tive que trancar o curso para me dedicar apenas ao treinamento da WorldSkills, no início da etapa estadual, no princípio.

O meu treinamento era de manhã, de tarde e de noite, nos finais de semana, sábado e domingo, feriado, não tinha dia de folga. Só no domingo, depois de meio-dia, é que eu tinha folga. Na segunda, eu voltava aos meus treinamentos. Isso foi durante três anos. Durante esse período, eu abri mão de família, abri mão de amigos, abri mão de festas, de dinheiro. Porque antes eu já tinha recebido várias propostas de emprego, mas não quis em nenhuma empresa onde eu estagiava. Tudo em prol desse evento, dessa competição, pois eu sabia que se eu conseguisse um bom resultado eu seria uma pessoa diferenciada no mercado de trabalho.

O da direita também foi aluno do meu irmão. Ele também participou da WorldSkills que aconteceu em Londres, em 2011. No caso, nós três somos da mesma escola, da mesma cidade, e trabalhamos juntos na nossa unidade, o Centro de Educação e Tecnologias Ítalo Bologna, que se encontra em Mossoró, Rio Grande do Norte.

Nas últimas edições, três competidores foram para a etapa mundial. Somos nós aí, da mesma escola. Isso prova que não é cor, não é classe social, não é sotaque que vai provar quem você vai ser realmente na vida. O que prova é a sua dedicação e a sua confiança de correr atrás. E, tendo a certeza, se você correr atrás, você vai conseguir tudo que você quiser na vida.

Até então, isso era apenas um sonho para mim, pois eu via os competidores, via tudo aquilo ali montado para eles e eu pensava comigo mesmo: um dia eu vou estar aí, eu vou querer isso para mim também. Então, eles foram o meu maior gás para poder participar da competição e acordar todos os dias às 6 horas da manhã para ir para o Senai motivado. Eles foram a minha maior inspiração, fora o orgulho da minha família, porque todo mundo só falava nele, no meu irmão. Ele viajava, chegava, todo mundo só falava nele. Aí, eu pensei: é,

está certo! E, graças a Deus, não desmerecendo ele, eu fui até além, que é o que ele queria. Ele falava: “Rafael, não quero que você vá só até aonde eu fui não, quero que você vá além”. Isso prova que realmente nós somos bons no que nós fazemos. Eu ouvia toda aquela bajulação da família com ele e eu falava que queria também aquilo. E, hoje, somos nós dois, e meu irmão de quinze anos já entrou no Senai para participar também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – WorldSkills em família? (*Risos.*)

O SR. RAFAEL WENDERSON – No caso, aí foi a minha premiação, a medalha de melhor competidor na minha ocupação, juntamente com o troféu. E o outro troféu como melhor aluno da delegação do Rio Grande do Norte, o momento da premiação. Nesse momento, você esquece todo aquele cansaço, todo o suor que você derramou. E realmente fala: valeu a pena tudo isso que passei. É nesse momento aí. Resultado de muito esforço e dedicação.

Aí é toda a delegação do Rio Grande do Norte na etapa nacional, em São Paulo, 2012.

Aí já é a etapa mundial, que aconteceu na Alemanha, nos dias de trabalho e de competição. Então, imagine passar de dez a doze horas com essa roupa. Eram três camadas de roupa para proteger contra a radiação emitida pela solda. Era muito cansaço, terminava o dia exausto, mas no outro dia tinha que ter as forças renovadas para voltar ao treinamento novamente.

Aí são os competidores medalhistas da competição mundial. E aí é a equipe de professores. A partir da etapa nacional, entrou o professor, o Júlio, que está ao meu lado direito. Então, nós quatro fazemos parte hoje da equipe que vai treinar os próximos que vão competir em São Paulo no próximo ano.

E tenho orgulho de representar o meu País. Porque eu nunca tinha parado para pensar que um jovem lá do interior de Mossoró, no Rio Grande do Norte, pudesse representar o País dele em uma competição internacional. Como eu falei antes, era apenas um sonho, mas aí se tornou uma grande realidade.

Os prêmios da etapa nacional e da etapa mundial. E aí toda a delegação brasileira.

Aí já foi em Bogotá, na Colômbia, onde eu consegui o prêmio de melhor soldador, de melhor competidor da delegação do Brasil e o prêmio Albert Vidal, como falei anteriormente.

Então, havia três premiações que apenas uma pessoa poderia ganhar nesse evento. E eu fui essa pessoa a ganhar. Graças a Deus, porque tudo isso eu devo a Ele; se não fosse ele, eu não estaria aqui, como eu falei pela manhã. Porque não é fácil você estar em um local... No início eu não ganhava nada. Eu ganhava apenas a esperança de um dia estar onde eu estou hoje.

Então, eu nunca pensei, nunca passou na minha cabeça estar aqui sentado nessa cadeira, nessa mesa aqui juntamente com vocês. Então, graças a Deus, Deus me colocou aqui. E toda a honra e toda a glória eu dedico a Ele. Tudo que eu sou hoje é graças a Ele.

E aí foi o fechamento de um ciclo, um sonho realizado, pois, a partir de agora, eu não posso mais ser competidor. Eu só posso ir para o evento como avaliador ou como outra coisa, mas como competidor eu não posso mais. Então, nada melhor do que você terminar um ciclo como competidor ganhando todos os prêmios de uma competição, não é verdade?

Aí foi uma homenagem com a Presidente logo após o torneio na Colômbia e o reconhecimento por ter feito um bom trabalho.

Então, é basicamente isso que eu tinha para falar para vocês. Todos aqui já ilustraram bastante a importância desse evento para o nosso País. Eu não tenho mais o que falar, pois eles já falaram tudo. Então, vou deixar aqui apenas o meu depoimento e toda essa história que vivi durante esses três melhores anos da minha vida, como competidor.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Parabéns! Parabéns, Mossoró! Parabéns, Rio Grande do Norte! Parabéns, Brasil! Obrigado, Rafael, por você se dedicar e trazer, com todo o seu esforço, essas medalhas para o Brasil. E sei que, daqui para frente, você não vai mais competir, mas vai formar vários campeões, vários medalhistas com certeza.

Não temos mais muito tempo, porque, de acordo com o nosso Regimento do Senado, quando começa a sessão plenária deliberativa, nós somos obrigados a suspender todas as comissões e reuniões que estiverem em andamento. E nos avisaram que o Presidente já está abrindo a sessão.

Eu quero aqui, de coração, agradecer a presença de todos. Quero parabenizar o meu amigo – hoje, digo amigo – Simon pela iniciativa, por tudo o que tem feito pelos cursos profissionalizantes por esse mundo afora. Agradeço ao David e ao Gustavo. Dê nosso abraço, mais uma vez, ao grande campeão Rafael Lucchesi. Leve o nosso abraço ao Robson, da CNI, uma instituição à qual temos muito orgulho de estar ligados. Ao Luciano Toledo, mais uma vez, por tudo o que tem feito nessa área; ao MEC, leve ao meu particular amigo Henrique Paim nosso abraço e nossa gratidão; à Fátima, que conheci hoje aqui, uma educadora de 34 anos; e a você, Rafael, de que já falei há muito tempo.

Aqui, só uma coisa que me gravou muito e é uma experiência de vida que já repeti várias vezes. Eu fazia faculdade de Engenharia Industrial, no final da década de 60, e tive um colega de Londrina, Paraná, cujos pais eram cafeicultores. E o café, naquela época, oscilava muito. Ao final do nosso primeiro ano, esse rapaz virou para mim – ficamos muito amigos – e disse: “Cyro, eu vou ser obrigado a desistir da faculdade, porque os meus pais quebraram literalmente, foram à bancarrota e não tenho mais como me sustentar aqui. Eu vou, praticamente, sair com a roupa do corpo.”

Agora, há uma preocupação. Vou lembrar uma preocupação da minha época, que, talvez, alguns dos senhores se lembrem: eu fiz quatro anos de primário, quatro anos de ginásio – oito –, três anos de colegial, que nós chamávamos de científico – onze anos –, um ano de cursinho, um ano de faculdade. Então, eu tenho 13 anos, e não sei fazer nada. Eu não tenho uma especialidade. Eu sei as capitais de todas as ilhas gregas, o nome dos peixes de profundidade de Fernando Noronha – cultura inútil. O que eu vou fazer da vida? Eu vou ser um *office-boy* depois de 13 anos de estudo. Isso me chamou a atenção e me carrega de muita vontade, desde o início da década de 70, de ver o Brasil caminhar com o Pronatec, que hoje é um programa de que todos nós temos o maior orgulho ao vermos instituições como a CNI dando a ele uma atenção especial. Ela faz tantas obras, mas para mim esta é uma das mais importantes: trazer ao jovem uma perspectiva, uma profissionalização. Daí para frente, o resto é com ele. Daí para frente, ele vai fazer a sua faculdade. Não adianta querermos abrir uma faculdade em cada esquina se não vamos dar oportunidade a esse jovem de, às vezes, chegar até ao final.

Então, fico aqui com uma sensação muito contente de ver que o dever está sendo cumprido. A estrada é longa – nós sabemos –, mas estamos no caminho certo e, graças aos organizadores da WorldSkills, que vêm complementar tudo isso que estamos fazendo aqui no Brasil, vamos levando a prática, levando esses jovens a estimularem outros jovens.

Só peço uma coisa: que, através desta Casa e de cada um dos senhores – do MEC, da Secretaria de São Paulo, da própria CNI, que já faz isso, da WorldSkills –, nós sejamos os grandes incentivadores e divulgadores desse evento da WorldSkills.

Sucesso ao Brasil! Sucesso ao WorldSkills, em agosto de 2015, em São Paulo! Que tenhamos muitos e muitos vencedores, porque o maior vencedor somos nós mesmos, que estamos conquistando esse espaço na profissionalização do Brasil e do mundo.

Muito obrigado a todos. De coração, agradeço a presença.

Encerro aqui a presente audiência, convocando todos para a próxima reunião deliberativa da Comissão de Educação, na próxima terça-feira, às 11 horas, neste plenário.

Muito obrigado. Um bom fim de dia.

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Wilson Matos, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Pedro Simon, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Marta Suplicy, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação dos projetos terminativos. Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que “Dispõe sobre a destinação dos recursos de premiação das loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição e altera a Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES”. A relatora designada é a Senadora Vanessa Grazziotin e o parecer é favorável, na forma da emenda nº 1-CAS (Substitutivo), oferecendo ainda uma subemenda a emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação da relatora. Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012, de caráter terminativo, de

autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais”. A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a deliberação de projetos terminativos. Item 9: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 25, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Fátima Bezerra, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre gestão democrática nas escolas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. Item 10: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 9, de 2009, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Feu Rosa, que “Dispõe sobre a tipificação como contravenção penal, nos casos que especifica, da prática do trote estudantil”, que tramita em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para prever o crime de trote vexatório”; Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o parágrafo único ao art. 45 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre os estatutos das mesmas instituições”; Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Acrescenta o § 4º ao art. 146 do Código Penal e o § 4º ao art. 222 do Código Penal Militar, para tornar crime o trote vexatório”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wilson Matos e o parecer é favorável ao **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 9, de 2009, na forma da emenda substitutiva oferecida, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 404, de 2008, nº 104, de 2009 e nº 176, de 2009, que tramitam em conjunto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos à Senadora Ana Amélia, para relatar o item seguinte. Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2014, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia, Paulo Paim e Pedro Simon, que “Declara Lupicínio Rodrigues Patrono da Música Popular Brasileira”. O relator é o Senador Cyro Miranda e o parecer é favorável ao projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a deliberação de projetos terminativos. Retorna à presidência o Senhor Senador Cyro Miranda. Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é pela prejudicialidade do projeto. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do relator. Neste momento, a Senadora Lídice da Mata, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 15). Em seguida, o Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 16). Prosseguindo, o Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 123, de 2014 (ver Extra-Pauta: Item 14). Logo após, o Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 17). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. Extra-Pauta, Item 14: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 123, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Luci Choinacki, que “Institui o Dia Nacional da Agroecologia”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Extra-Pauta, Item 15: Requerimento nº 44/2014-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim, que requerem “... nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 36/2014-CE, aprovado por esta Comissão no dia 11 de novembro de 2014, a substituição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pelo Ministério da Educação, entre os convidados da Audiência Pública destinada a instruir o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 37, de 2013, que dispõe sobre ‘O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas’”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 16: Requerimento nº 45/2014-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a presença do Reitor da Universidade de São Paulo, Sr. Marco Antônio Zago, Reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, Sr. Carlos Américo Pacheco, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sr. Carlos Antônio Levi da Conceição, Diretor do Insti-

tuto de Ciências Biomédicas da USP, Sr. Jackson Cioni Bittencourt, e do Diretor do Instituto Ayrton Senna, Sr. Mozart Neves Ramos para debater a política nacional sobre doações privadas às Universidades públicas, as boas experiências internacionais, e os instrumentos e medidas necessárias para superar dificuldades legais, tributárias e institucionais que prejudicam ou inviabilizam as doações, reduzindo a capacidade financeira da Universidade e de inovação e autonomia tecnológica do País”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 17: Requerimento nº 43/2014-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, que requerem “... nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 31/2014-CE, aprovado por esta Comissão no dia 2 de setembro de 2014, que seja incluído, entre os convidados da Audiência Pública destinada a debater ‘A Construção de uma Base Curricular Nacional Comum’, representante do Ministério da Educação”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007; Item 4: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 296, de 2009; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014; Item 8: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** nº 165, de 2010; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013; e Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação

As Sras Senadoras e Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós estamos fazendo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O item 5, Sr. Presidente, é um projeto de lei que eu estou relatando. Um projeto de lei que eu considero importante e que, se avançado e se aprovado, causará um impacto também significativo tanto na área da saúde, quanto na área da educação.

É um projeto, Sr. Presidente, cujo parecer já tenho pronto, um parecer favorável, até por conta dos dados com os quais eu trabalhei.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente.

De fato, é um projeto que pega parte dos recursos oriundos das loterias, que hoje vão exclusivamente para o financiamento da educação, e coloca na saúde, sobretudo na política de atendimento básico de saúde da família. Então, é óbvio que é um projeto muito importante.

E, em princípio, eu tenho um parecer favorável a isso. Entretanto, creio que pela importância, pela repercussão, Sr. Presidente, eu preciso de mais dados. Eu preciso de mais estudos, eu preciso de mais impactos. Então, conversando com os servidores do Ministério da Educação e da Saúde, eles me garantiram que, em breve, me apresentarão uma nota relativa aos impactos, que não é uma nota fácil de ser feita, eu reconheço, para que, a partir dessas informações mais precisas e abrangentes, eu possa dar um parecer com maior segurança, Sr. Presidente.

Então, em decorrência disso, solicito de V. Exª a retirada do item da nossa pauta do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Evidente que é regimental, mas, Senadora Grazziotin, esta matéria constou da pauta da reunião do dia 18/03, já com relatório. Depois, no dia 25/11. Então, vamos ver se na semana que vem consegue...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E que ninguém peça vista, porque ela não é terminativa na nossa Comissão. Ela vai, depois, para a Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. Mas o parecer da nossa Comissão eu considero, neste caso, muito mais importante...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Assuntos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Comissão de Educação, muito mais importante da próxima Comissão que analisará, que será a CAE, porque é aqui, na Comissão de Educação, que a gente tem que analisar o impacto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Tem toda razão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Na área da educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Tem razão. Eu só gostaria que terminássemos o ano...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como nós só vamos ter mais duas sessões. Eu vi o relatório, eu tive a oportunidade de ler o seu relatório, muito bem-feito, muito bem fundamentado, inclusive com uma emenda da CAS substitutiva que oferece essa subemenda. Então, é regimental e é um projeto muito importante. Tem toda razão em ter acuidade que ele merece.

Então, na próxima reunião, se Deus quiser, nós vamos colocá-lo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu lhe agradeço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam, seja muito bem-vindo.

Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Angela Portela, o Senador Paulo Paim e pedir desculpas porque eu cheguei aqui com um minuto antes das 11 horas e o Senador Paulo Paim já estava aqui. Senador Wilson Matos, obrigado pela presença.

Passemos, então, ao item 2. Neste item aqui, eu levei um puxão de orelhas, Senadora Angela Portela, porque o Senador Crivella, amigo nosso, muito querido, disse que nós não estávamos pautando. Mas ele foi pautado, é um projeto antigo, e, como tem o relatório de V. Exª, eu não quis deixar fazê-lo *ad hoc* das outras vezes.

Vamos ao item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável

Concedo a palavra a digníssima Senadora

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Vamos fazer o relatório e a análise do Projeto de Lei do Senador Marcelo Crivella.

O art. 1º do projeto altera o inciso III do art. 34 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, conhecida como Lei Pelé.

O art. 2º estabelece que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor lembra que a Lei Pelé já obriga a entidade de prática desportiva a assegurar assistência psicológica aos atletas em formação. Contudo, ele defende que clubes empregadores também tenham a obrigação de cuidar da saúde mental dos seus atletas, mediante o apoio de psicólogos.

O desempenho de um atleta depende de sua capacidade técnica, de suas condições físicas e de seu equilíbrio mental. Por isso, a Lei Pelé estabelece que as entidades de prática desportiva devem, entre outras obrigações, garantir aos atletas em formação “assistência educacional, psicológica, médica e odontológica, assim como alimentação, transporte e convivência familiar”.

Ora, quando trata dos deveres da entidade de prática desportiva empregadora, a lei determina a obrigação de submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática desportiva. Há, portanto, omissão a respeito da atenção à saúde mental.

Não são poucas as situações em que atletas brasileiros de ponta, individualmente ou em equipe, apresentaram-se em competições de projeção internacional como favoritos, dadas as suas reconhecidas qualida-

des técnicas e físicas, mas, em disputas decisivas, não renderam o que deles se esperava, pelo menos em parte devido à ansiedade e à pressão da obrigação de vencer que aparentemente sentiram. Nessas ocasiões, sempre se fala sobre a necessidade de preparação psicológica dos atletas para lidar com essas situações de tensão. Todavia, não se tem notícia de que a medida tenha se tornado prática corrente.

O projeto em análise busca sanar essa lacuna da legislação e contribuir para que nossos atletas tenham melhor desempenho nas competições de que venham a participar.

Assim, no mérito, avaliamos que a CE deve acolher a proposição em tela.

Quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa do projeto, não há óbices a levantar.

Nosso voto, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012.

Esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

Em discussão o relatório da ilustre Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Por ser terminativo, vou sobrestar essa discussão e fazer votos de que consigamos continuar a discussão e, possivelmente, a votação.

O item 9 já foi lido, foi pedido vista coletiva, não havendo nenhuma manifestação. A vista coletiva foi solicitada no dia 25 de novembro, e não houve nenhuma manifestação.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre gestão democrática nas escolas.

Autoria: Deputada Fátima Bezerra

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela rejeição.

O Relator *ad hoc* foi o Senador Cícero Lucena.

Em discussão o item 9.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator pela rejeição permaneçam como se encontram.

Rejeitado o relatório. A matéria vai ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2009

– Não terminativo –

Dispõe sobre a tipificação como contravenção penal, nos casos que especifica, da prática do trote estudantil.

Autoria: Deputado Feu Rosa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2008

– Não terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para prever o crime de trote vexatório.

Autoria: Senador Renato Casagrande

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2009**

– Não terminativo –

Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o parágrafo único ao art. 45 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre os estatutos das mesmas instituições.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2009**

– Não terminativo –

Acrescenta o § 4º ao art. 146 do Código Penal e o § 4º ao art. 222 do Código Penal Militar, para tornar crime o trote vexatório.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável ao PLC nº 9/09, na forma da emenda substitutiva oferecida, e pela prejudicialidade dos PLS nº 404/08, 104/09 e 176/09, que tramitam em conjunto.

Observações: 1 – *A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente, será apreciada pelo Plenário.*

O Relator Cícero Lucena é hoje Relator *ad hoc* pelo Senador Wilson Matos.

Relatório favorável ao PLC nº 9/2009 na forma da emenda substitutiva oferecida, e pela prejudicialidade dos PLS nº 404/08, 104/09 e 176/09, que tramitam em conjunto.

Observações:

A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente, será apreciada pelo Plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Wilson Matos.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – Srs. e Srs. Senadores, caro Presidente Cyro Miranda, vou então ler o relatório do Senador Cícero Lucena que trata desse projeto de lei que considero muito importante, porque, como educador, sinto realmente que chegou a hora de termos uma lei rigorosa sobre essa questão do trote.

É bastante extenso aqui o relato.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Fico, inclusive, muito feliz de a relatoria estar com V. Exª, que é bem da área, tem 60 mil alunos e todos os anos tem trotes.

Então, está em boas mãos.

O SR. WILSON MATOS (PSDB – PR) – Exatamente. *(Risos.)*

Vou à análise porque ele é bastante longo.

O trote estudantil pode ter origem nas primeiras universidades, na Europa da Idade Média, onde aparece associado ao hábito de separar veteranos e calouros por razões profiláticas, notadamente para a proteção da saúde dos primeiros. Todavia, ainda no século XIV, essas preocupações preventivas haviam se transformado em rituais aviltantes, com nítida conotação sadomasoquista. Isso foi observado nas universidades de Bolonha, Paris e, principalmente, Heidelberg, onde os calouros tinham pelos e cabelos arrancados, e eram obrigados a beber urina e a comer excrementos para passar da condição de “feras” a “domesticados”.

Os estudantes brasileiros que realizaram parte de seu processo educativo naquele ambiente trouxeram a “novidade” para o território nacional. Em decorrência disso, surgiram desavenças entre veteranos e calouros, que culminaram com a morte, em 1831, de um estudante da faculdade de Direito de Olinda (PE) – a primeira, mas não única, vítima de trote violento no Brasil.

Hoje, os trotes em calouros nas faculdades ou nas academias militares estão se tornando cada vez mais polêmicos e reprováveis, em razão dos inomináveis abusos, violência, agressividade e humilhação. As selvagerias indescritíveis a que dão azo revelam total menosprezo pelo ser humano e pelo próximo. Com isso, trote estudantil configura grave retrocesso civilizatório, merecendo ser coibido por não ser aceito pela sociedade, tendo em vista o flagrante desrespeito aos direitos humanos que encerra.

A propósito, a oportunidade da matéria pode ser atestada por sua repercussão no Congresso Nacional.

No que concerne às condutas, cuja tipificação é proposta pelos PLS nº 404, de 2008, e nº 176, de 2009, cabe registrar que a lesão corporal, ato de ofensa à integridade física de alguém, já é crime tipificado no art. 129 do CP, sujeito à pena de detenção de três meses a um ano. Da mesma maneira, o constrangimento ilegal encontra-se tipificado no art. 146 do CP, que prevê pena de detenção de três meses a um ano, ou multa, as quais podem ser cumulativas e em dobro, quando, para a execução do crime, reúnam-se mais de três pessoas, ou haja emprego de armas (§ 1º). Ademais, a conduta de “perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios”, com gritaria ou algazarra, já constitui contravenção penal tipificada no art. 42, I, da Lei de Contravenções Penais, cuja pena é prisão simples de quinze dias a três meses ou multa.

Nada impede, entretanto, que o citado PLC nº 9, de 2009, e seus apensos, sejam aprovados, na forma do substitutivo apresentado a seguir, de modo a tipificar penalmente a conduta de trote, por meio de uma lei clara, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

É de salientar que a conduta do “trote” estudantil, se transformada em crime comum de menor potencial ofensivo, será submetida às regras da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”, tendo em vista que a pena cominada máxima não é superior a dois anos.

No que tange à previsão de aplicação de multa por ente estranho ao Poder Judiciário, parece não haver maior empecilho, desde que a medida seja circunscrita ao poder público. Assim, parece não haver maior problema em relação a eventual aplicação de cominações de multa por IES públicas, uma vez que elas integram a estrutura do Estado. No que concerne às IES privadas, pode-se optar por conferir competência específica para aplicar multas, nos casos que as envolverem, a algum órgão ou ente vinculado ao Poder Executivo da União, remetendo-se tal faculdade a regulamento.

Propomos, ainda, substituir as 20 horas de duração máxima das atividades de integração universitária por 12 horas. A hipótese de 20 horas poderia criar uma semana de recesso nas instituições, o que contrariaria os objetivos centrais do processo educativo.

Quanto a outras sanções disciplinares, deve-se cuidar, como faz o substitutivo proposto, de compatibilizar a suspensão ou o desligamento das atividades aos ditames da vida acadêmica.

Por fim, eventual alegação de injuridicidade do projeto, em face da falta de coercitividade das medidas propostas em relação à conduta das instituições de ensino, pode ser justificada em nome da autonomia, que é constitucionalmente assegurada à maioria das instituições onde os trotes de maior expressão têm lugar. Se apontasse os meios de coerção às instituições, para obrigá-las, a proposição poderia ser inquinada de inconstitucional.

Diante do exposto, é de se concluir que os projetos atendem aos requisitos formais de constitucionalidade, porquanto a matéria trata de direito penal e educação, cuja competência para legislar é do Congresso Nacional, por força dos arts. 22, I, 24, IX, e 48, todos da Constituição Federal.

Optamos pelo oferecimento de substitutivo, tendo em vista que os projetos precisam de reparos no que tange aos aspectos de melhor técnica legislativa e de juridicidade, sem prejuízo do caráter educativo que tentam imprimir.

Ademais, a presente tramitação em conjunto obedece à regra do art. 260, II, a, do Regimento Interno, que confere precedência ao projeto da Câmara sobre o do Senado. Assim, embora o substitutivo apresentado incorpore medidas de todas as proposições apensadas, regimentalmente, impõe-se a aprovação do PLC, em detrimento dos PLSs que tramitam em conjunto.

Voto.

Opinamos, por conseguinte, pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 404, de 2008, e nos 104 e 176, ambos de 2009, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Devo ler a emenda?

É o que vai valer.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º: As instituições de ensino superior ficam obrigadas a instaurar processo disciplinar contra o aluno que praticar trote estudantil violento ou vexatório, ainda que a conduta seja praticada fora de suas dependências, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

§1º – O processo disciplinar será regido por atos normativos de cada instituição de ensino superior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo a eventual aplicação de sanção ser comunicada ao Ministério Público, para exame da responsabilidade criminal.

§2º – No âmbito das instituições, observadas as disposições em regulamento adotado pelo Poder Executivo, poderão ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

I – multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a R\$20.000,00 (vinte mil reais), passível de destinação à aquisição de acervo para a biblioteca da respectiva instituição de ensino ou à promoção de outros serviços de interesse do alunado;

II – suspensão da participação do aluno no período em que estiver matriculado;

III – desligamento da instituição de ensino superior.

§3º No caso do inciso I do § 2º, a cobrança da multa poderá ser feita diretamente, quando se tratar de instituição pública de ensino, ou por intermédio do órgão competente, nos termos do regulamento, quando se tratar de instituição privada de ensino.

Art. 2º: Caberá às instituições de ensino superior, antes do início do período letivo, instituir comissão integrada por professores e estudantes, à qual competirá estabelecer um calendário de atividades e eventos destinados à recepção de novos alunos.

§ 1º As atividades visarão à integração na vida universitária, bem como ao conhecimento das instalações, do funcionamento dos equipamentos coletivos e dos serviços sociais disponíveis na instituição de ensino.

§ 2º Em qualquer caso, as atividades previstas no caput não poderão ter duração superior a doze horas, e ocorrerão sempre no primeiro mês do período letivo.

Art. 3º O art. 146 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa com a seguinte redação:

“Constrangimento ilegal

Art. 146.

.....

Trote estudantil violento ou vexatório

§ 4º Constranger estudante, em razão de sua condição de calouro:

I – ofendendo-lhe a integridade física ou moral;

II – expondo-o de forma vexatória;

III – exigindo-lhe bens ou valores, independentemente de sua destinação:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, além da pena

correspondente à violência.” (NR)

Art. 4º O art. 222 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de

1969 (Código Penal Militar), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Constrangimento ilegal

Art. 222.

.....

Trote estudantil violento ou vexatório

§ 4º Constranger estudante de academia ou estabelecimento de ensino ou treinamento militar, inclusive quartéis, em razão de sua condição de calouro:

I – ofendendo-lhe a integridade física ou moral;

II – expondo-o de forma vexatória;

III – exigindo-lhe bens ou valores, independentemente de sua destinação:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Concluído o relatório, Sr. Presidente, só um pequeno comentário.

Eu, na qualidade de reitor, há 25 anos de uma instituição universitária, bem nos primórdios da existência da minha instituição, eu eliminei o trote. Tornou-se proibido totalmente, porque não se justifica mais o trote no mundo contemporâneo, ainda quanto mais num País como o nosso, em que um formado de curso superior, o salário médio é de R\$ 4.800,00. Que festa é essa? Por que sujar a roupa, se pintar, para ir para o mercado, depois de formado, e ganhar R\$ 4.800,00 por mês? E por que eles ganham pouco? Porque não adquiriram as competências, as habilidades necessárias que o mercado do mundo moderno, que contempla a capacidade de pensar em alto nível, exige.

Então, por esses motivos, pela falta, realmente, de expressão do ensino superior brasileiro, pela péssima qualidade do ensino básico, que não permite que ele cresça no ensino superior, eu tomei atitudes duras no sentido de eliminar totalmente o trote. Só tem doação de sangue por calouros no dia em que eles estão chegando na escola, para alimentar os bancos de sangue da nossa cidade e atender as pessoas carentes. Isso é o que acontece na nossa escola.

Então, o que precisa, é pulso firme também de quem administra.

É possível

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Wilson Matos, por ter lido o relatório e pelos seus comentários.

Em discussão.

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

Só quero lembrar, Senador, eu sei já da vontade, que esse projeto é de 2009. Tem cinco anos que ele tramita. Ele já foi apensado, desapensado, discutido, e ele ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça e depois para o Plenário.

Quer dizer, provavelmente este ano ele não vai nem ser lido, ainda, na Comissão de Constituição e Justiça, e o Plenário somente Deus sabe quando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Exª sabe da minha tolerância e a minha vontade de aprovar o maior número possível de projetos como este aqui, que tem toda uma razão de ser.

Nós tivemos caso de trote que levou até a morte de estudantes. Então, de fato, é uma bela iniciativa.

São quatro projetos. Foi criado um substitutivo com duas páginas de construção em matéria de lei, e o que eu recebi, aqui, o pedido, Sr. Presidente, é do Ministério da Justiça e do Ministério Público. Eles não são contra. Eles acham que é importante, e esta Comissão de Educação pra mim, é a formuladora da proposta.

Eu encaminharia da seguinte forma, pois já atendemos diversas vezes aqui construções como essa.

Pedimos vista para que o Ministério Público e o Ministério da Justiça deem a sua opinião, pedimos vista coletiva e votamos semana que vem, mostrando de nossa parte nenhuma intolerância, já que mexe no Código Penal e no próprio Código Militar.

Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito. Vista concedida regimental, vista coletiva com as Senadoras Angela Portela e Ana Amélia.

Já dando como lido, vamos aguardar a manifestação dos poderes que assim pediram.

Passo a Presidência dos trabalhos à Senadora Ana Amélia para que eu possa relatar um projeto de sua autoria e do Senador Paulo Paim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra o nosso Presidente, Senador Cyro Miranda, que fará apresentação do seu relatório, em caráter terminativo, sobre o item 12 da pauta de hoje, declarando Lupicínio Rodrigues patrono da música popular brasileira.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2014

– Terminativo –

Declara Lupicínio Rodrigues Patrono da Música Popular Brasileira.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

A autoria deste projeto é desta Senadora, do Senador Paulo Paim e do Senador Pedro Simon.

É a bancada gaúcha signatária do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Da homenagem em plenário, que resultou neste projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sinto-me extremamente honrado não só pelos autores, Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, mas também por ser um fã incondicional de Lupicínio Rodrigues. E quem não o é?

A proposição contém dois artigos, dos quais o primeiro torna efetiva a declaração mencionada na emenda, enquanto o segundo estabelece que a lei projetada entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Na justificação do projeto, os autores afirmam que o compositor Lupicínio Rodrigues é uma das maiores expressões da Música Popular Brasileira, reunindo todas as condições necessárias para ser declarado seu patrono.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, como estabelecido no art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Lupicínio Rodrigues, cujo centenário se comemora em 2014, é, sem dúvida, um dos mais inspirados e originais compositores de nossa música popular. Sua singularidade já advém do fato de, nascido em Porto

Alegre, ter permanecido ao longo da vida fora do eixo Rio–São Paulo, sempre fiel à sua vocação e a seu estilo de vida de discreta boemia.

Distante, portanto, dos centros econômicos da música popular e de seus holofotes, Lupicínio irá construir uma obra de apurada sensibilidade, cuja marca mais característica são os sambas-canções que traduzem a desilusão amorosa – a famosa dor de cotovelo. É muito do que diz nos tangos argentinos e também na música sertaneja essa dor de cotovelo.

Difícil é ressaltar em demasia a originalidade de sua expressão poética, na qual concepções simples se elevam a alturas líricas arrebatadoras e mesmo arriscadas, como no famoso desfecho de “Sozinha”, quando rima “estrela” com “obtê-la”. Ou quando declara, em uma de suas inesquecíveis definições do sofrimento passionai: “Eu só sei que quando a vejo / Me dá um desejo de morte e de dor”. A intensa emotividade de suas letras, expressa com naturalidade e notável maestria, transfigura os relatos das decepções e rixas amorosas para o plano da mais cabal realização artística.

O criador de melodias, contudo, não deixa nada a dever ao letrista, como o têm comprovado diversas gravações exclusivamente instrumentais de suas músicas por grandes artistas brasileiros, como Paulo Moura e João Donato.

Além dos sambas-canções, Lupicínio Rodrigues criou, sozinho ou bem acompanhado por alguns parceiros, pérolas em diversos outros gêneros, tais como o samba rasgado ou sincopado, a marchinha carnavalesca, a guarânia e a toada.

Difícil é enumerar, sem dúvida, os nomes dos cantores e cantoras que alcançaram algumas de suas mais notáveis interpretações com composições de Lupicínio.

Citemos, ainda assim, Francisco Alves, que lançou clássicos como “Nervos de Aço” e “Esses moços”; Elza Soares, que fez de “Se Acaso Você Chegasse”, seu cartão de apresentação; e o mangueirense Jamelão, seu intérprete definitivo, que, até bem próximo de morrer, regrava e depurava o repertório do compositor gaúcho. Vale destacar, ainda, a interpretação, tão sensível como elegantemente contida, do próprio compositor.

Diante de tal obra, elaborada, ao longo de algumas décadas, com a mais marcada originalidade e inabalável fidelidade do autor a si mesmo, não podemos senão nos deixar arrebatados e reconhecer que estamos diante de um dos gigantes da nossa música.

Apoiamos, assim, a proposta de declarar Lupicínio Rodrigues patrono da Música Popular Brasileira, em consonância com o que dispõe a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, que estabelece critérios para a outorga do título de patrono por lei.

Não encontramos, ademais, quaisquer óbices na proposição no que se refere a sua constitucionalidade, técnica legislativa e adequação ao Regimento da Casa.

Voto.

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2014, agradecendo e parabenizando os autores Ana Amélia, Paulo Paim e Pedro Simon. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito bem, Senador.

Os aplausos são pela beleza do relatório do Senador Cyro Miranda. Realmente, quase parecido com as músicas do Lupicínio Rodrigues. Foi inspirado também o nosso Relator na composição desse texto muito bonito.

Lamentavelmente, Senador Paim, a gente não tem quórum, porque é uma matéria terminativa. Queria também destacar o trabalho da Comissão de Educação, Senador Cyro Miranda pela agilidade com que essa matéria; neste mesmo mês, fizemos a audiência pública e, no mês passado, em novembro, antes de concluído, num pouco mais de mês, já está nesse processo. Então, é muito gratificante para a família de Lupicínio Rodrigues, para nós que somos gaúchos tendo como conterrâneo essa figura ilustre, que tão bem fez para o coração dos homens e mulheres apaixonados e, neste Brasil inteiro e fora do Brasil.

É uma alegria muito grande nesta reunião, a última matéria da pauta de hoje, uma matéria tão bonita quanto essa. Agradecendo mais uma vez ao Senador Cyro Miranda, nosso Presidente, que foi o brilhante Relator dessa matéria que torna Lupicínio Rodrigues patrono da Música Popular Brasileira.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só uma frase. Por uma questão de justiça é assinado pelos três Senadores, coautoria, mas a iniciativa foi sua.

Parabéns, Senadora Ana Amélia!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Paim.

Obrigada pela generosidade.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Senadora Ana Amélia, em se tratando, me perdoe, de Lupicínio, o Brasil inteiro vai não apenas acolher, mas assinar junto com todos os senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A Senadora Lídice da Mata é de um Estado que tem Dorival Caymmi, da mesma geração de Lupicínio Rodrigues e de tantos outros: Caetano Veloso, Gilberto Gil e muito mais jovens do que Dorival. A família de Dorival Caymmi toda é de artistas. Então, Senadora, fica maior ainda o valor do seu apoio para essa iniciativa.

Muito obrigada também.

Obrigado, Senador Paim pela gentileza e pelo reconhecimento.

Fica sobrestada então a votação da matéria em função do quórum porque ela é terminativa.

Tenho a honra de voltar a Presidência ao nosso Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pelas palavras gentis e essa música “Esses moços, pobre moços, ah se soubessem” me traz uma recordação muito grande até porque quando a gente vê essa juventude, às vezes, dando uma desviada – ah, esses moços – isso eu ouvi pela primeira vez uma gravação muito antiga de Noel Rosa cantando.

Noel Rosa tinha um desafio com Wilson Batista, em que eles fizeram um duelo em música e isso é fantástico. Esses são os gigantes da música.

Com muito prazer, eu passo agora ao item 7, cuja relatoria é do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2007

– Não terminativo –

Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações: *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.*

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Esse é o projeto da outra semana. Senador, eu já estive com o Senador Magno Malta. Passei pra ele os meus assessores, ele deve ter entrado em contato, mas não me deu retorno.

Eu insisto que só gostaria de dar o meu parecer pela prejudicialidade depois de convencê-lo, ou mudar depois de ele me convencer.

Eu pergunto se o Regimento permite.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor é Relator, tem toda...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...e vou retirá-lo de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco Maioria/PP – PI) – ...toda a prioridade e liberdade para retirá-lo de pauta, mas peço, ao mesmo tempo, que faça um esforço junto ao gabinete do Senador Malta...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Farei. Isso, a gente se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco Maioria/PP – PI) – ...para que ele – eu entendo, e é louvável a atitude de V. Exª, de não querer dar a prejudicialidade desse projeto sem discutir com o Autor, para que ele seja bem informado. E, às vezes, ele pode até contra-arrazoar com V. Exª e mudar a sua opinião. Mas, para tanto, eu acredito que o Senador Magno Malta deverá estar aqui hoje, no final do dia, vamos ver se amanhã V. Exª consegue...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem. Não, hoje ainda eu vou falar com ele e saber se houve contato.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco Maioria/PP – PI) – ...conversar para a gente voltar a semana que vem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu falei com ele mas não acompanhei depois.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco Maioria/PP – PI) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu solicito, pela ordem, para requerer aos nossos pares desta Comissão e a V. Exª, a inclusão extrapauta do Requerimento de nº 44/2014, de minha autoria.

Na verdade é um requerimento que, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 36/2014, aprovado por esta Comissão no dia 11 de novembro, que substitui o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo Ministério de Educação, entre os convidados da audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara Nº 37/2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atendimento aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Esse é um requerimento que foi recebido por essa Comissão, de iniciativa popular, com mais de dez mil assinaturas dirigidas a esta Casa, e que nós, como relatores do projeto, no que agradecemos a esta Comissão, achamos indispensável viabilizar, antes do encerramento do ano, para que possamos, no próximo, ano dar seguimento a uma pauta de instrução de audiências públicas do projeto. E, para nós, seria importante, já imediatamente, fazer esta audiência pública que é, enfim, uma colaboração das pessoas que nos assistem e que, através de um requerimento com dez mil assinaturas, nos encaminharam um pedido para esta audiência pública.

Há um pequeno engano, em vez de Ministério da Educação, o Ministério da Agricultura, e nós estamos substituindo e eu solicito extrapauta aos Srs. e Sr^{as} Senadores para que nós possamos aprovar a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco Maioria/PP – PI) – Muito bem.

Em votação a inclusão do Requerimento de nº 44/2014, já lido pela Senadora Lídice da Mata.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se podemos incluí-lo extrapauta. *(Pausa.)*

Havendo a concordância dos colegas, está incluído extrapauta.

Em seguida, eu coloco...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Na mesma linha da Senadora Lídice, eu gostaria de apresentar um requerimento para uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Deixe-me só colocar em votação esse requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu coloco em votação o Requerimento nº 44, de 2014, em aditamento ao Requerimento nº 36, de 2014, da CE, lido pela Senadora Lídice da Mata.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Quero dizer à Senadora Lídice da Mata que já estamos marcando para a próxima quarta-feira essa audiência pública, às 10 horas da manhã, conforme acordado.

Nós não queremos deixar nada para o ano que vem. Se os nossos pares puderem estar presentes, nós iremos aprovar tudo.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Infelizmente, isso registra apenas a grande falta que V. Ex^a nos fará no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Nós estamos numa fase, Senador Cristovam... Quando vinha para cá, estava ouvindo o discurso na CAE do Senador Vital do Rêgo, que se despede ao se iniciar o processo de discussão da sua indicação para o Tribunal de Contas da União.

Então, neste ano, nós certamente veremos essas situações de Senadores assumindo Ministérios, assumindo outras missões, e V. Ex^a certamente assumirá outras missões importantes para o povo do seu Estado e para todos nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado pelas palavras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Certamente virão melhores ainda. Mas nós faremos essa despedida, se Deus quiser, na última...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – ... reunião nossa.

Primeiro, pela ordem, o Senador Cristovam, por gentileza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A não ser que seja sobre esse assunto.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Não, não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Outro assunto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, todos nós estamos a par das crises que vivem as universidades, especialmente a USP, recentemente. Eu estive lá faz pouco tempo, e me provocaram uma ideia.

Eu cheguei aqui de volta, fiz uma análise e vi que outros já trabalharam. Se há a Lei Rouanet para a cultura, por que não haver uma lei correspondente de incentivos fiscais para as universidades?

Nesse sentido, estou fazendo um requerimento para que possamos discutir a possibilidade de uma lei de incentivos fiscais para contribuições de pessoas, em geral empresários ou não, às universidades nos moldes do que é feito para a cultura.

Eu gostaria de submeter esse requerimento, em que sugiro a presença do Reitor da USP; do Reitor do ITA; do Reitor da UFRJ; do Sr. Carlos Antônio Levi da Conceição, Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas da USP; do Sr. Jackson Cioni Bittencourt e do Diretor do Instituto Ayrton Senna, Sr. Mozart Neves Ramos, para debater a política nacional sobre doações privadas às universidades públicas, as boas experiências internacionais nesse sentido e os instrumentos e medidas necessárias para superar dificuldades legais, tributárias e institucionais que prejudicam ou inviabilizam as doações, reduzindo a capacidade financeira da universidade e de inovação e autonomia tecnológica do País.

Esse é o meu requerimento, Senador. Gostaria de que fosse incluído extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Parabéns pela ideia, Senador Cristovam

Em primeiro lugar, eu coloco às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se podemos fazer a inclusão extrapauta do requerimento lido pelo Senador Cristovam. *(Pausa.)*

Não havendo nenhuma oposição, está, então, inserido extrapauta o requerimento lido por V. Ex^a, o qual coloco em discussão e em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito feliz a ideia, Senador. Eu acho que isso vai abrir um grande debate para que possamos realmente levar avante esse seu projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu havia solicitado antes.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, normalmente não faço este pedido que vou fazer agora.

A nobre Deputada Luci Choinacki não se reelegeu, mas se dedicou muito a um projeto simples que institui o Dia Nacional da Agroecologia.

Sou o Relator dessa matéria e queria ver se não há a possibilidade de esse projeto ser votado extrapauta. Não é um projeto polêmico nem terminativo e vai, ainda, naturalmente, ao plenário.

Esse é o pedido, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É possível, sim, mas deixa só... Nós vamos, semana que vem, colocar todos os projetos de data comemorativa.

Agora, eu pergunto à assessoria se podia fazer a leitura. Incluir extrapauta, fazer a leitura e deixarmos só para votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixar para votar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Isso.

Coloco, então, a proposição de extrapauta desse projeto. *(Pausa.)*

Não havendo oposição, está incluso extrapauta.

Coloco em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com a inclusão, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Vamos, logo em seguida, localizar o projeto e passar depois à leitura.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Já que estamos falando em fim de mandato, despedidas, eu quero lembrar que o Senador Wilson Matos também termina...

Ah, o senhor vai falar sobre isso? Ah, então está bom. Já estou dando meu apoio para discutirmos a situação dele.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu quero. Inclusive, vou encerrar justamente com esse tópico aqui, que é o item 1, que nós gostaríamos de ter dado de presente, merecido, ao Senador Wilson. Mas eu comento logo em seguida.

Passo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim, para fazer um relatório simples.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2014

– Não terminativo –

Institui o Dia Nacional da Agroecologia.**Autoria:** Deputada Luci Choinacki**Relatoria:** Senador Paulo Paim**Relatório:** Favorável**Observações:**

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, vou simplificar ao máximo o relatório e vou direto à análise.

O Projeto de Lei é da Câmara nº 123 propõe a instituição do Dia Nacional da Agroecologia, a ser comemorado anualmente em 3 de outubro. Nessa data, entidades da sociedade civil e Poder Público de todas as instâncias realizarão campanhas de esclarecimento sobre a importância da agroecologia e, consequentemente, produção orgânica.

Vou direto para a análise.

Segundo a determinação do art. 102, II, do nosso Regimento Interno, compete a esta Comissão a apreciação de matérias que disponham sobre homenagens cívicas, situação em que se enquadra o PL em questão.

No mérito, devemos avaliar o papel da agroecologia no cenário brasileiro e mundial. Segundo os especialistas da área, o abuso da exploração dos recursos naturais levou à degradação ambiental e à redução da biodiversidade. Esse fato, por sinal, já era previsto desde a década de 1960 por cientistas brasileiros. Em decorrência das escolhas da chamada “revolução verde”, houve uma redução da base genética e alimentar, provocada, principalmente, pelo modelo intensivo da agroindústria. A solução, agora, é recriar uma agricultura sustentável, que preserve a saúde humana e ambiental.

Portanto, todos devemos envidar esforços para estimular um novo sistema, que valorize a preservação do meio ambiente pelo ajuste às peculiaridades locais. É isso que faz a agroecologia, ao demonstrar que uma agricultura de alta qualidade biológica não se contrapõe ao agronegócio, é barata, eficiente e produtiva, desde que integrada ao meio ambiente e que valorize o conhecimento e não somente os insumos.

Portanto, no mérito, reconhecemos tanto o valor da agroecologia como o pioneirismo da agrônoma Ana Primavesi, que será homenageada a cada ano, no dia 3 de outubro, ocasião em que, também, deverá ser outorgada uma premiação que leva seu nome.

Do ponto de vista da constitucionalidade, a matéria se encontra entre aquelas cuja iniciativa é faculdade desta Casa. Quanto à juridicidade, como comprovam os anexos ao processado, foram cumpridos os requisitos da Lei nº 12.345, de 2010, para demonstrar a alta significação de se criar um dia nacional em homenagem à agroecologia.

Voto.

Observada a constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e o mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2014 – nº 5.906, de 2013, na Casa de origem.

O nome do prêmio é Prêmio Nacional da Agroecologia Ana Primavesi.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Foi lido, então, o Projeto de Lei da Câmara de autoria da Deputada Luci Choinacki, de nº 123, de 2014, que institui o Dia Nacional da Agroecologia.

Abro a discussão. (Pausa.)

Sobresto a mesma e ele será votado junto com todos da mesma natureza terça-feira próxima, na primeira parte da nossa sessão, quando espero contar com a presença de todos para que todos os projetos desse natureza seja votado.

Fazemos duas votações por ano, uma no primeiro semestre e a outra no segundo.

Eu tenho um requerimento que coloco a meus Pares, para inclusão extrapauta, de minha autoria.

ITEM 17**REQUERIMENTO Nº , DE 2014**

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 31/2014-CE, aprovado por esta Comissão no dia 2 de setembro de 2014, que seja incluído, entre os convidados da Audiência Pública destinada a debater “A Construção de uma Base Curricular Nacional Comum”, representante do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Cyro Miranda e outros

Pergunto aos nobres colegas se estão de acordo que esse requerimento seja incluso extrapauta.

(Pausa.)

Não havendo nenhuma divergência e, agradecendo, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O requerimento é de minha autoria e da Senadora Ana Amélia.

Eu tenho aqui o item 1, que é terminativo, cujo autor é o Senador Wilson Matos e o Relator Cristovam Buarque. Pedi o esforço concentrado, mas não obtive êxito.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental.

Autoria: Senador Wilson Matos

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações: 1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, outra para as emendas.
2 – Na reunião do dia 25/11/14, foi concedida vista coletiva.

Esse relatório, provavelmente será votado na próxima terça-feira.

Peço a presença do Senador Wilson Matos, a quem esta comissão quer fazer um agradecimento muito especial. O Senador Wilson Matos é o 1º Suplente do Senador Alvaro Dias, e o substituiu por quatro meses, muito bem substituído, porque não é fácil substituir um Senador do nível do Senador Alvaro Dias, nosso Líder do PSDB.

V. Exª nos deu aqui um ensinamento, em várias oportunidades, que ficaram gravados nos Anais dessa comissão, pelo seu alto espírito de dedicação à área da educação, com a sua militância, que, tendo uma das maiores universidades do País, com 60 mil alunos, teve uma contribuição expressiva.

V. Exª nos deixará saudades. Tenho certeza de que vai ter oportunidade de voltar a esta Casa. Eu, provavelmente, não vou estar aqui, mas estarei sempre aplaudindo e, tenha certeza, de que este Presidente se tornou um amigo e um fã de V. Exª. Quero me colocar sempre à disposição, na área em que estiver, desse nosso amigo, parceiro e querido Senador Wilson Matos.

Com a palavra, o Senador Wilson Matos.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu quero agradecer as elogiosas palavras do nosso Presidente Cyro Miranda e dizer que, realmente, é uma honra poder ter estado mais esse período. Já estive aqui em 2007, quando protocolei 12 projetos de lei nesta Casa: 11 na área de educação; destes, 5 foram aprovados no Senado, mas, na Câmara, não prosperaram. Eram projetos que, em sua maior parte, não custariam nada para ninguém. Disso tenho convicção, pela minha experiência, não só de educador, de pesquisador, mas de quem conhece escolas em mais de 50 países pelo mundo. Essa é minha missão, é minha paixão, mas não prosperaram na Câmara.

Agora, nessa rápida passagem novamente, protocolei cinco projetos. Acho que o mais importante deles é este a que o nobre colega fez menção. Há poucos dias, tivemos um debate pelo Brasil todo nessa eleição, e todos falaram em educação de tempo integral. Esse projeto cria viabilidade de implantação gradativa, sem maiores impactos na área financeira, à medida que tenhamos aumentos de investimentos através do PIB.

O segundo projeto trata de um exame anual de avaliação de desempenho do professor, através do desenvolvimento do conhecimento do aluno. O terceiro trata da eleição de diretores, através da avaliação do mérito de cada um, do desempenho de cada professor para poder concorrer à função de diretor.

E o quarto, que julgo também tão simples e de tão grande importância, trata da redução da ausência do aluno de 25% para 15%. Não existe no mundo um país em que o aluno possa faltar tanto na escola protegido por uma lei. Para que isso?

Há poucos dias foi publicada uma pesquisa que diz que, dada essa permissão legal de falta de 50 dias por ano, só 16% dos alunos do ensino básico brasileiro foram à escola todos os dias.

Isso é grave, é gravíssimo. E esse projeto, aprovado nesta Casa, não passou na outra Casa em 2007. Mais uma vez, tornei a protocolar e espero que nossos idealistas e Senadores aqui desta Comissão possam olhar com carinho para esses projetos que aqui estou deixando, através da contribuição da minha vivência na área da educação.

E o nosso grande agradecimento ao Senador Cyro Miranda pelo apoio e incentivo durante esse período aqui nesta Casa.

Muito obrigado a todos os meus colegas e pares aqui desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós é que agradecemos a sua presença. Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, nós encaminhamos, já foi protocolado, parece-me que ainda não chegou à Mesa, um requerimento solicitando audiência pública sobre esse tema, sobre esse projeto, para que possamos debater aqui com representantes da área de educação, tanto do Governo quanto da sociedade civil.

Eu considero importante justamente pela conjuntura que estamos vivendo. Aprovamos recentemente o Plano Nacional de Educação. Foi realizada, neste final de semana, a Conferência Nacional de Educação, que por sinal foi muito positiva, com muita gente, um debate muito intenso. E penso que seria interessante, para poder, inclusive, dar um valor maior ao projeto apresentado pelo nosso Senador, a realização desta audiência pública.

Então vou entregar uma cópia, já foi protocolado, não está aqui ainda na secretaria, mas já vou deixar aqui a cópia do requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Será pautado na próxima terça-feira, com certeza.

Senador Cristovam, que começou inclusive falando do Senador Wilson Matos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero agradecer que o senhor tenha no fim apresentado com a mesma sensibilidade e dizer que esse projeto do Senador é algo fundamental que o Brasil já devia ter feito há muitos anos. E estamos demorando. Mais uma vez estamos postergando por diversas razões, sobretudo pelo ano perdido, que foi 2014, com Copa, eleição e por todas as paralisações realizadas.

Entretanto, o Senador Matos traz uma lembrança boa. Pior que todas essas paralisações, é a paralisação da escola. O Brasil dever ser um dos raros países do mundo que incentiva o aluno a não ir à aula. Incentiva o professor a não dar aula sob licenças sem necessidade de comprovação. Incentiva, muitas vezes, reuniões desnecessárias, sem falar nas sucessivas greves que nós toleramos e, às vezes, até induzimos por omissão dos governantes, como nós, seja do Governo ou da oposição.

É uma pena, mas isso está asfixiando o Brasil. Não sei se a gente vai precisar da chamada “pedagogia da catástrofe”, descobrir o desastre para então tentar corrigir. Estou muito pessimista que, depois de 12 anos, não acredito que o atual governo vá por educação como a prioridade. Não acredito nem mesmo como uma prioridade. Acho que vai continuar trabalhando como obrigação.

Recentemente um grupo de intelectuais apresentou uma carta à Presidenta Dilma – eu vi essa carta pela internet –, liderada por uma figura fundamental da história do Brasil, que é Leonardo Boff. E, ao lado de Frei Betto, essa figura maravilhosa.

Pois bem, eles apresentaram uma carta, que eu fui lendo, lendo, lendo, lendo, lendo, procurando a palavra “educação”. No fim, apareceu uma vez ao lado de “saneamento”. Ou seja, não como um vetor do progresso, não como uma necessidade da harmonia social, da eficiência econômica, apenas com a obrigação igual à coleta de lixo, saneamento e outras obrigações desse tipo.

E veja que grandes personalidades assinaram esse documento e fizeram uma tremenda propaganda. Conseguiram uma audiência com a Presidenta para entregar em mãos. Tem parágrafos muito bonitos sobre meio ambiente. Parágrafos inteiros sobre economia. Referências à necessidade de que a imprensa seja regulamentada. Parágrafos sobre relações internacionais. Mas educação só recebeu uma única vez a palavra, solta, sem adjetivos antes ou depois, sem propostas antes ou depois, sem considerações. É isso que faz com que a educação esteja ruim. É o descaso como nós, o povo brasileiro, prova ser esse grupo de especiais e intelectuais, tratamos a educação.

Uma das propostas do Senador Matos visa mudar isso, sobretudo esse projeto em discussão, que é o horário integral.

Estamos 100 anos atrasados em matéria de horário integral. Foi preciso chegar aqui um Senador, aqui, do Paraná para trazer essa proposta. E estamos adiando aprovar. Eu espero que, na próxima semana, consigamos aprovar ainda com a presença do nosso Senador aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª tem toda razão e foi um dos grandes lutadores na apresentação do Plano Nacional da Educação, que se tornou um plano tímido. Não era o nos-

so plano. É um plano que para 2025 teríamos 25% de tempo de ensino de tempo integral. Não vamos chamar escola, mas de ensino de tempo integral. E assim uma série de outras coisas. Realmente, não é meta prioritária. A gente não sente isso como meta prioritária.

Fizemos críticas naquela oportunidade. Esta Comissão fez um trabalho belíssimo de um relatório. E, na última hora, aparece um outro relatório, que conseguimos derrotar aqui nesta Comissão. Quer dizer, não teve a nossa chancela aqui. Mas, no plenário, como somos minoria, aprovaram um plano para dizer que tem um plano. São coisas assim: se puder acontecer, ótimo. Se não, na próxima década a gente rever isso. Infelizmente!

Mas nós estamos fazendo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu fico até surpreso que tenham escrito “Plano” e não “Prano” Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Antes de encerrar esta audiência, gostaria de convidar todos para a audiência pública amanhã, quarta-feira, às 10 horas, cuja finalidade é debater a construção de uma base curricular nacional comum. Autoria do Requerimento nº 31, de 2014, Senadora Ana Amélia, Cristovam Buarque e Cyro Miranda.

A audiência contará com o serviço de interatividade do Senado Federal. Os convidados são: Alice Casimiro Lopes, Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann; Eduardo Deschamps, 1º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Paula Louzано, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). E hoje um requerimento nosso aprovado, incluindo um representante do Ministério da Educação, que acaba de ser incluído nessa nossa audiência.

Então, convido todos, amanhã, para essa audiência pública, que acredito ser de muita importância para instruir não só um projeto, mas alguns projetos que estão em andamento.

Com isso, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores; agradecendo aos apoiadores desta Comissão, na pessoa de Júlio Linhares e a todos que aqui estiveram.

Meu muito obrigado.

Amanhã, teremos audiência pública.

E nosso apelo maior para que, na próxima terça-feira, possamos ter quórum, porque temos matérias importantes, inclusive aquelas que são destinadas às datas comemorativas e nomes de rodovias.

Então, um pedido feito durante o segundo semestre inteirinho pelas Sras e Srs. Senadores.

Agradecendo mais uma vez, desejo a todos uma boa tarde e uma boa semana.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dois minutos do dia três de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ana Rita, Inácio Arruda, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Marta Suplicy, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capi-beribe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Wilson Matos, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 31/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia e Cristovam Buarque e nº 43/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinados a debater **“A Construção de uma Base Curricular Nacional Comum”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Alice Casimiro Lopes, Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Senhor Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann; Senhor Eduardo Deschamps, Primeiro Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Senhora Paula Louzано, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP); e Senhora Maria Beatriz Luce, Secretária de Educação Básica do Minis-**

tério da Educação (MEC). Logo após, a presidência registra a presença na presente reunião do Senhor Deputado Federal Raul Henry (PMDB/PE); do Senhor Deputado Federal Thiago Peixoto (PSD/GO); da Senhora Nilce Rosa da Costa, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação; e da Senhora Clarice Traversini, Diretora de Currículos e Educação do Ministério da Educação. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Parlamentares presentes nesta reunião. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Cristovam Buarque, autores do Requerimento, e os Senhores Deputados Raul Henry (PMDB/PE) e Thiago Peixoto (PSD/GO). Após as considerações finais dos expositores, a presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 31, de 2014, de autoria da Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Comissão; do Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque e deste Presidente, Cyro Miranda, e ao Requerimento nº 43, de 2014, da Comissão de Educação, também de autoria da Senadora Ana Amélia e de minha autoria para realização de audiência pública destinada a debater “A Construção de uma Base Curricular Nacional Comum”.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares que acompanhe os nossos convidados a tomarem assento à Mesa. *(Pausa.)*

Convido a Sr^a Alice Casimiro Lopes, professora associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann; Eduardo Deschamps, 1º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; Paula Louzано, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP e Maria Beatriz Luce, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação – MEC.

A todos os senhores, meu muito bom dia e meu muito obrigado. *(Pausa.)*

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal Senado* e da Rádio Senado.

A reunião contará ainda com os seguintes canais de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente audiência e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos Senadores e expositores via internet. Os interessados poderão acessar ainda o Facebook e o Twitter do Senado Federal para participarem desta audiência. A audiência também poderá ser assistida pelo *site* Youtube, através do endereço eletrônico youtube.com/tvsenado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Informo também às Sras e Srs. Senadores e aos presentes que hoje temos uma sessão do Congresso marcada ontem, por volta das 21h. Quando do início da votação, por determinação do Regimento Interno, somos obrigados a suspender toda e qualquer sessão que estiver em andamento aqui no Senado. As Comissões já tiveram as suas paralisações, a audiência pública poderá continuar até o momento da sua votação.

Ela poderá continuar até o momento da sua votação. Agradeço a presença da minha Vice-Presidente, Ana Amélia, e concedo a ela a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quero primeiramente agradecer, Presidente, a presença dos convidados que aquiesceram ao convite da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Renovo, até porque a abertura da Comissão se dá em respeito ao sacrifício das agendas, porque as pessoas vieram de fora de Brasília para comparecerem a esta audiência. Então, economizando tempo, em dez minutos de exposição, poderemos

tirar proveito, sem anular a realização desta audiência, que é muito relevante. E é um trabalho que imagino conclusivo desta Comissão de Educação num ano de tantos desafios que tivemos.

Então, apenas faço a sugestão para que, quando começar a votação já tenhamos, pelo menos, dado andamento e adiantado a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora, muito bem pontuado.

Então, para sermos bastante objetivos, vamos iniciar com o 1º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Consed, Sr. Eduardo Deschamps. Com a palavra para as suas exposições.

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – Senador Cyro Miranda, muito bom dia. Bom dia à Senadora Ana Amélia Lemos, todos os que nos acompanham a respeito desse assunto, em especial da Base Nacional Comum.

Vou tentar, então, fazer uma síntese muito breve do que já tem sido discutido no Conselho Nacional de Secretários Estaduais acerca disso. Primeiro, gostaria de ressaltar – e acho que todos nesta Mesa vão fazer esse mesmo registro, pelo menos semelhante – que, na verdade, a melhoria da qualidade da educação passa, sim, por uma clara definição de currículo no âmbito das escolas. De maneira geral, quando você avalia que os sistemas educacionais têm os melhores resultados de avaliação e até de atuação, você observa que há três grandes eixos permeando esse trabalho: o primeiro deles é, sim, uma base curricular bem definida, que possa gerar equidade; o segundo deles, bons professores, motivados e que possam desempenhar bem o seu trabalho, e, nesse aspecto, o currículo tem reflexos sobre a formação desses professores; e o terceiro, a gestão das escolas.

Obviamente, há vários outros aspectos que precisam ser levados em consideração, mas esses três são três itens comuns a cada um deles.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – O terceiro é a gestão escolar, em especial as lideranças dos diretores no processo.

Começo ressaltando que, mais uma vez, os países com maior sucesso na aprendizagem dos seus alunos têm currículos básicos: República da Coreia, Austrália, Canadá, Reino Unido, França, Finlândia, entre outros, e recentemente os próprios Estados Unidos começaram a desenvolver a sua base comum, que é o Common Core. E a existência desses programas nacionais de estudo tem alguns aspectos que são importantes colocar, que são aspectos fundamentais nessa definição: o primeiro deles é que não há restrição à autonomia pedagógica da escola...

Estou passando ali, pode ir passando. Desculpe, acabei não falando.

Não há restrição em cada um desses países em relação a sua base curricular, à autonomia pedagógica da escola.

O segundo deles é a oferta de condições para assegurar a equidade no ensino aos estudantes. Um país com dimensões continentais como o Brasil tem diversas experiências curriculares nos seus Estados, nos seus Municípios, nas suas redes. Entretanto, ainda que tenhamos diretrizes curriculares nacionais, não há uma base comum que identifique e que possa permear a formação dos nossos jovens do Oiapoque ao Chuí. Então, essa definição mais básica pode nos ajudar a garantir equidade na formação de cada um dos brasileiros.

O terceiro é uma consequência decorrente desse processo da definição da base comum, que é a orientação para a formação de professores. Essa linha pode permitir, ainda que respeitada a autonomia também das universidades e dos centros de formação em relação à formação que será dada aos professores, mas certamente age como eixo norteador para essa atuação, para que a gente também possa ter professores formados de maneira mais semelhante, digamos assim, em todos os cantos do Brasil, em todos os Estados e Municípios.

E o quarto, ainda que o Brasil tenha um robusto sistema de avaliação da sua educação básica e superior, você, através dela, define melhor, oferece melhores bases para que essa avaliação e melhoria da qualidade do ensino possa ser atingida. A legislação brasileira já trata dessa questão há algum tempo.

Nós temos, por exemplo, na própria Constituição Federal de 1988, a garantia do padrão de qualidade, no seu art. 210, utilizando para isso a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental. E a LDB, no art. 26, dispõe que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter Base Nacional Comum, a ser complementada em cada sistema de ensino. Ou seja, nossa Legislação Maior já prevê isso. O que nos cabe agora é a correspondência de realizar a implementação disso que já está previsto em legislação. O conceito de uma Base Nacional Comum tem sido recorrentemente entendido como um elemento nuclear de disciplinas ou componentes curriculares, sem deixar, entretanto, de considerar que cada escola ou cada rede de ensino possa definir melhor outras partes além dessa parte mais nuclear.

As estratégias do novo Plano Nacional de Educação propõem uma visão ampliada disso, mais abrangente. Por exemplo: para o MEC cabe como papel articular com os entes federados para pactuar propostas

de direitos e objetivos de aprendizagem que constituirão a Base Nacional Comum. E, certamente, a secretária Maria Beatriz Luce vai fazer muita referência a isso, porque, nas reuniões que tivemos no próprio conselho dos secretários estaduais de educação, ela já fez toda uma explanação acerca disso.

Finalmente, a própria lei do Plano Nacional de Educação determina que sejam estabelecidas e implantadas, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a Base Nacional Comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos ou das alunas, para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

Então, podemos observar, nesse aspecto, que a Base Nacional não é apenas um elenco de matérias ou disciplinas. E temos, a partir daí, uma referência acerca do que se espera que, ao longo e ao fim do processo escolar, os estudantes alcancem. Isso é um ponto central. Não é apenas definir um elenco de disciplinas, não é apenas definir um rol de conteúdos, mas, principalmente, tornar mais claro o ponto a que o aluno vai chegar com aquele conhecimento ao qual vai estar exposto naquele período.

Nesse caso, a definição de programas mínimos, com ênfase no principal, especialmente Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e a formação humanística e social, é indispensável para o exercício pleno e consciente da cidadania e, assim, pode constituir um poderoso instrumento de equidade e elevação da qualidade da educação brasileira. Aqui cumpre, então, fazer uma observação de que a grande maioria dos Estados já conta com referenciais curriculares que orientam, de modo detalhado ou não, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio – em alguns casos, discriminados por ciclos ou até mesmo por cada ano escolar –, sobre os conteúdos e os resultados de aprendizagem esperados.

Acabei de fazer a entrega à secretária Maria Beatriz de um trabalho desenvolvido em Santa Catarina, ao longo de todo o ano de 2014, com a participação de mais de oito mil educadores – criamos uma plataforma para isso –, que se constitui na proposta curricular de Santa Catarina e que, na verdade, estabelece, através de três grandes eixos, a filosofia a ser aplicada no Estado – a proposta anterior já completou 26 anos; aqui nós fizemos uma atualização. Nela estão definidos: o percurso formativo para o aluno; os princípios da educação integral do estudante, e não apenas a educação em tempo integral; e, finalmente, conteúdos de temas transversais, em especial os temas relacionados a diversidade, usos de tecnologia e até educação profissional.

Cada Estado ou a maioria dos Estados já tem algum modelo dessa natureza. O que cumpre para nós agora é, efetivamente, realizar a organização disso como um documento básico comum a todos os Estados. Nós temos isso de maneira muito espalhada no Brasil. O trabalho é tornar isso um documento comum, não necessariamente nessa linha, porque aqui é o princípio do processo, do currículo de Santa Catarina. Nós, inclusive, para as próximas etapas, precisamos, urgentemente, que se defina a Base Nacional Comum, sob pena de avançarmos em Santa Catarina, em um processo que tenha que ser imediatamente revisado, caso a Base Nacional Comum seja definida com alguns aspectos diferentes daquilo que o Estado de Santa Catarina tem utilizado. Então, aqui quero fazer também a colocação da urgência que esse tema tem, até porque os prazos dados pelo PNE também já ensejam essa urgência, para que possamos atingir esse resultado.

Finalmente, eu queria apenas fazer a observação das agendas que o Consed já tem realizado acerca da Base Nacional Comum. Aqui nós temos um elenco de ações, realizamos alguns seminários tais como o seminário Construindo uma Base Nacional Comum, em conjunto com a Fundação Lemann; o outro, Colóquio: Base Curricular Nacional, com a Bett Brasil, num evento realizado em 23 de maio deste ano, em São Paulo. Houve também a participação no evento do CNE de uma mesa em que foi discutido o currículo para construir o conhecimento, em setembro. Em agosto, fizemos uma reunião em Mato Grosso do Sul, ordinária, do Consed, que teve a participação de Secretaria da Educação Básica do MEC, cujo principal tema da reunião com os secretários foi a questão da base nacional comum; participamos de uma mesa redonda no *stand* de Abrelivros, também em agosto, sobre a Base Curricular Nacional, e participamos de um evento que a Undime realizou no dia 9 de agosto em Brasília.

Esses são os temas que a gente tem discutido.

Quero colocar aqui e deixar, mais uma vez, Senador, o Consed à disposição para continuar realizando esse debate, mas quero reiterar a importância, pelos benefícios que nós vislumbramos, da implantação de uma Base Nacional Comum, a colocação de que isso já está previsto em legislação brasileira desde 1988. Portanto, de certa maneira, estamos atrasados na realização desse trabalho. Precisamos realizar isso da maneira mais rápida possível, porque isso urge. Assim, poderemos ter efetivamente melhorias nos sistemas educacionais e nos resultados educacionais brasileiros com a definição dessa Base Nacional Curricular Comum.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço, Prof. Eduardo.

Em seguida, passo a palavra à Srª Alice Casimiro Lopes, Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A SRª ALICE CASIMIRO LOPES – Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui. Começo cumprimentando todos os presentes aqui, meus colegas da Mesa, as autoridades presentes e também todos aqueles que nos estão assistindo pela internet.

Como eu estava falando, cumprimento todos, agradeço a oportunidade de estar neste debate sobre a Base Nacional Curricular Comum ou Base Curricular Comum Nacional, como queiram estabelecer. Trata-se de uma temática que vem merecendo um destaque, uma visibilidade maior no momento atual, mas ela não está presente na discussão apenas nos últimos anos; faz parte da história da educação. Estarmos pensando e refletindo sobre a base nacional e sobre o currículo de uma maneira geral.

Quero pontuar que muito do que vou aqui falar... Não vou entrar nos meandros das discussões teóricas, do campo do currículo, das investigações que tenho sobre políticas de currículo porque me parece que não é este o momento além do que necessitamos de uma fala mais breve, mais direta e objetiva. No entanto, eu gostaria de chamar a atenção de todos os presentes para o fato de que tudo de que vou falar aqui é decorrente de um conjunto de pesquisas tanto no campo do currículo no Brasil quanto no campo do currículo no exterior.

E, nesse sentido, quero começar colocando a posição bastante clara de que defendo que não precisamos organizar uma base nacional comum. Então, vou agora fazer um bom debate aqui, um contraponto para discussão. E vou tentar deixar claro por que considero isso, por que considero que não precisamos.

Em primeiro lugar, porque considero que temos diretrizes curriculares já definidas, isso ao longo da história da educação, mas mais localizadamente podemos iniciar esse processo com a LDB de 1996. Após a LDB de 1996, tivemos a Organização de Diretrizes Curriculares Nacionais, para os diferentes níveis da educação básica; tivemos a elaboração, no período do governo Fernando Henrique, dos parâmetros curriculares nacionais e os parâmetros em ação; depois, no governo Lula, no Governo Dilma, tivemos a organização das orientações curriculares e também de diretrizes curriculares da educação básica, que são documentos gerais que orientam a elaboração de documentos nos Municípios e nos Estados, como, aliás, já foi mencionado.

Além disso, temos que sempre lembrar que currículo não é definido nas escolas exclusivamente por orientações que sejam emanadas de Ministério da Educação e de Secretarias. Há um conjunto de registros na sociedade, como livros didáticos, formação continuada de professores, relação entre universidades e escolas, que estão garantindo aquilo que vem sendo, do ponto de vista teórico, genericamente chamado de tradições curriculares.

Em nenhum momento, por favor, leiam nesta palavra “tradições” qualquer sentido de conservadorismo ou de alguma coisa negativa e, sim, de tradições de como é que se pensa e que se concebe que a escola deve ser organizada.

E, nesse sentido, essas orientações vêm estabelecendo um parâmetro geral, uma indicação geral para as escolas. Muitas vezes, o que vai sendo feito nas escolas é a leitura dessas orientações no âmbito das Secretarias Municipais e Estaduais com propostas locais e, a meu ver, isso é muito mais produtivo para a produção de um currículo. Por todas as pesquisas no campo do currículo, as conclusões são de que currículo é uma produção que exige uma relação muito próxima com o contexto local. Nós temos, é claro, orientações gerais que estão relacionadas, por exemplo, com a ideia mais comum de que todo mundo tem que aprender a língua materna, tem que aprender matemática, aprender ciências, aprender estudos sociais, por exemplo, para citar algumas disciplinas mais clássicas, mas nada disso pode ser aprendido ou pode fazer sentido na vida de alunos, professores e suas famílias se não estiver relacionado com os contextos locais. Ensinar tudo isso para comunidades indígenas, por exemplo, não é a mesma coisa que ensinar nas escolas da zona sul do Rio de Janeiro.

É claro que todos os que defendem a ideia de algo mais definido, algo mais especificado em relação ao currículo em âmbito nacional, muitas vezes afirmam que essa proposta de base pode ser uma maneira de combatermos desigualdades no sistema, combatermos a possibilidade de que, se não tenho orientações mais definidas, eu correria o risco de desigualdades no sistema.

Bom, em primeiro lugar, quero chamar a atenção de que não necessariamente nós temos desigualdades do ponto de vista curricular. As desigualdades são muito mais decorrentes de questões relativas a financiamento, salário dos professores, condições de trabalho e mesmo condições de vida dos alunos, porque, por vezes, a problemática educacional, as dificuldades que existem do ponto de vista educacional não são decorrentes de uma questão pedagógica; são decorrentes de problemas sociais, que podem ir do saneamento à violência, que levam ao problema curricular, e isso é gerador de desigualdade.

As diferenças curriculares não são geradoras de desigualdade. As diferenças curriculares são, inclusive, necessárias para garantir justamente a inclusão que estamos procurando defender, porque não é possível produzir inclusão curricular em um país como o Brasil se partirmos da ideia de que existe um padrão único de currículo e de concepção de educação para todos. Ou seja, não precisamos – é o ponto de vista no qual quero insistir muito aqui –, que todas as escolas ensinem o mesmo currículo. Os currículos precisam atender

demandas e necessidades distintas que não são homogêneas; os saberes mobilizados pelas pessoas não são homogêneos e precisam fazer sentido na vida de cada um.

Eu gosto sempre de dar um exemplo bem prático, que talvez ajude a compreender. Estamos aqui numa sala, pessoas com formações as mais distintas, que podem ser consideradas nos seus respectivos contextos como pessoas bem-sucedidas ao longo de uma determinada concepção educacional, e nem por isso nós mobilizamos os mesmos saberes e precisamos dos mesmos saberes para a atual situação de vida e carreira que temos hoje. Mais ainda do que afirmar que não é necessário que tenhamos uma base curricular nacional com a pretensão de produzir algo que seja comum e homogêneo, digo que já temos algo que é comum e homogêneo relacionado às nossas tradições curriculares. Mas, mais do que não ser necessário, vou insistir com todos os presentes de que não é possível. Na prática, esta homogeneidade, que muitas vezes temos relacionado à qualidade da educação e que pretendemos alcançar, nunca é alcançada.

Qualquer base, qualquer listagem de conteúdos, de expectativa de aprendizagem, de proposta curricular, qualquer forma de organização em um documento de orientações curriculares leva obrigatoriamente a uma leitura contextual diferenciada nas escolas, em função das condições de trabalho, das visões de mundo, das leituras dos professores das diferentes disciplinas. Então, acabamos investindo recursos humanos, financeiros, pessoais num projeto que é de início impossível.

É claro que, ainda assim, muitas vezes se insiste nessa ideia da base curricular comum com a pretensão de que ela é garantidora da qualidade da educação.

Esse é um ponto também que acho que merece debate. Certamente, em função do tempo, não tenho a possibilidade de aqui desenvolver todos os aspectos relativos a isso, mas quero chamar a atenção de que qualidade da educação é muito mais do que ensinar conteúdos e obter resultados nas avaliações. Educação remete a valores, a cultura, a formação de identidade, a projetos sociais e, portanto, não podemos relacionar qualidade de educação exclusivamente ao atendimento de determinadas métricas relativas a conteúdo. E infelizmente, socialmente, temos tendido a reduzir qualidade da educação a resultados nos exames. E aí avaliamos a qualidade da educação no Brasil em função daqueles resultados que surgem, seja em exames nacionais, seja em exames internacionais. E eu acho que essa conexão também precisa ser questionada e avaliada de outra maneira, analisada de outra maneira, como entendemos os resultados das avaliações centralizadas.

Em resumo, defendo que também precisamos reconfigurar essa noção de qualidade da educação e não aceitar inclusive a ideia de que a nossa qualidade de educação é ruim porque existe, por exemplo, um determinado resultado no Pisa, porque existem determinados resultados de avaliação.

Eu estou dizendo que esses resultados de avaliação não significam nada? Não, não estou dizendo isso. Eles têm o seu significado, porém eles têm que ser compreendidos à luz de uma teoria pedagógica que vai nos fazer entender, por exemplo, a possibilidade de questionar qual é a chance de termos exames internacionais para avaliar diferenças culturais tão profundas nos diferentes países.

Matemática não é universalmente um conteúdo que possa ser avaliado da mesma maneira nos diferentes países sem considerar as diferenças contextuais relativas aos saberes. Portanto, não podemos nos submeter a esses resultados como se eles fossem a expressão da educação no Brasil.

A educação no Brasil tem problemas? Tem. Precisamos enfrentar esses problemas? Precisamos, mas, a meu ver, a qualidade da educação não vai ser alcançada se continuarmos investindo recursos financeiros, pessoais e humanos de uma maneira geral nessa ideia de construir homogeneidade curricular.

Qual seria, portanto, uma possibilidade de caminho? A meu ver, defender cada vez mais a ideia de que a educação básica é de responsabilidade de Estados e Municípios e de que cabe ao Governo Federal, cabe ao Ministério da Educação, por exemplo, fomentar a formação pedagógica no nível das secretarias, fomentar a possibilidade de construção de propostas curriculares nos Estados e nos Municípios, de maneira a garantir essa contextualização radical do currículo, porque, aí sim, todas as pesquisas brasileiras e estrangeiras, nacionais e internacionais hoje veem apontando para o campo curricular.

E o mais deixo para o debate, para as questões de um processo que, a meu ver, estamos apenas iniciando hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Professora Alice Casimiro.

Quero também agradecer a presença do Senador Cristovam, como já agradeci a da nossa Vice-Presidente Ana Amélia. Agradeço a presença do ilustre Deputado que muito nos honra, Raul Henry, e do Senador Inácio Arruda, sempre presente nesta Comissão.

Em seguida, passo a palavra ao Diretor Executivo da Fundação Lemann, Sr. Denis Mizne.

O SR. DENIS MIZNE – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão, a Senadora Ana Amélia, o Deputado Raul Henry, o Senador Cristovam, o Senador Inácio. É um prazer participar desta audiência na manhã de hoje, uma manhã conturbada aqui no Congresso. Então, vamos ser breves para dar tempo a todos para fazerem as suas colocações.

Eu acho que o início de qualquer debate educacional, Senador, de qualquer discussão sobre educação no Brasil deve partir da questão: os nossos alunos estão aprendendo ou não? Os nossos alunos saem da escola preparados para contribuir com a sociedade, serem bons cidadãos e seguirem os seus projetos de vida ou eles não saem dessa maneira?

As métricas para a gente olhar para isso são variadas. A professora que me antecedeu discute se o Pisa é uma boa métrica, dadas as divergências regionais, se o Ideb é uma boa métrica, mas eu acho que a gente pode olhar para uma série dessas métricas. No Pisa, o Brasil se coloca, na última década, praticamente estagnado e, lá, numa posição baixa na comparação internacional, 57º de 65 países.

Mas, tudo bem, talvez seja uma métrica que não é válida para comparar vários países. Pode ser.

No Brasil, olhando para nosso dado, construído aqui, na nossa lógica, dentro da nossa cultura, pelo Ministério da Educação, construído no Brasil, amplamente aceito pelos Estados e Municípios, uma métrica que passou a fazer parte do dia a dia das escolas, a gente também vê um resultado, uma melhora no ensino fundamental I, que é positiva, mas ainda muito longe do que deveria ser, e uma estagnação no fundamental II e um pequeno recuo no ensino médio. O que isso significa para quem não está no mundo dos números ou dos indicadores, mas para o mundo real dos pais, das mães e dos alunos no Brasil? Significa dizer o seguinte: de todas as crianças que entraram na escola, 12 anos atrás, em 2002, e se formaram agora, em 2014, só 10% terminaram o ensino médio sabendo aquilo que deles era esperado pela normativa brasileira, pelo que convençamos como país, só 10%. E o mais grave, mais de 50% abandonaram a escola nesse processo. Então, a educação brasileira conseguiu dar um salto fundamental na questão da inclusão – e esse não é um salto trivial. É um salto que alguns países desenvolvidos, com que muitas vezes comparam o Brasil, deram 100 anos antes. Então, temos que dar tempo ao tempo ao Brasil. Mas, ao mesmo tempo que temos que dar tempo ao tempo ao Brasil, as crianças não esperam. A coisa mais impressionante da educação é a urgência. Porque a criança que está hoje no primeiro ano, no ano que vem está no segundo, no terceiro, no quarto, no quinto. Ela não pode esperar os nossos debates, as nossas concepções. Claro que eles têm de ser feitos, claro que temos que tomar muito cuidado, porque uma decisão em educação afeta a vida de 56 milhões de crianças, determina os rumos do País para gerações.

Então, a gente tem que combinar – e talvez este seja um desafio peculiar e importante da educação: o senso de urgência e o senso de responsabilidade, a responsabilidade que nos obriga a pensar, a analisar, a aprender nas evidências do Brasil, na robusta Academia Brasileira, mas também na experiência prática dos Municípios, dos Estados, das escolas, daquilo que vem acontecendo no dia a dia da educação brasileira e na experiência internacional. O Brasil não é um país isolado no mundo, há muita coisa que se pode aprender.

Começamos a olhar a experiência internacional sobre esse tema de base nacional comum e olhamos 25 países muito diversos, de Cuba a Estados Unidos, da Austrália à Finlândia, Portugal, Canadá, países federativos, não federativos, países de tradição mais autoritária, menos autoritária...

Em todos eles, encontramos um documento com grau maior ou menor de especificação, mas muito mais claro do que qualquer documento curricular brasileiro. Claro em que sentido? Claro no sentido de que ele consegue comunicar à sociedade, aos professores, em primeiro lugar, mas também aos pais, aquilo que é esperado que cada aluno aprenda a cada ano, a cada fase de sua aprendizagem. Por que isso é importante? Porque se formos buscar a razão pela qual temos esses resultados em educação, resultados que não são positivos, e se não gostamos dos dados de exames, vamos olhar para o indicador de analfabetismo funcional, que se mantém estável. A gente tem 75% da população brasileira incapaz de ler um parágrafo e compreender, explicar esse parágrafo. Esse número é igual ao que era no início da década: 75%. Imaginávamos que a escolaridade, que mais tempo de escola produziria um resultado, que a saída da amostra dos mais velhos, que não tiveram essa oportunidade, melhoraria a base. Não aconteceu: 43% dos alunos que estão hoje no ensino superior têm dificuldades de alfabetização. No ensino superior! Eu posso buscar qualquer indicador, mas acho que há duas coisas que não estão muito em debate no Brasil: uma é que a qualidade da nossa educação não é aquela que se espera, não é como deveria ser, temos que estar melhor; e a segunda coisa que não está em debate é a enorme desigualdade da educação brasileira.

Cada vez que formos discutir o contexto da educação brasileira, devemos olhar para fora, olhar para o que acontece nas famílias, olhar para o que acontece nas regiões em que essas escolas estão localizadas, para o alto nível de desigualdade social. Mas, se olharmos para isso, para explicar a desigualdade social das escolas,

estamos assumindo que a educação pública não está realizando talvez aquela que seja a sua maior missão, que é contribuir para a igualdade de oportunidades, que é diminuir as desigualdades.

A escola não pode ter o seu desempenho justificado pela condição socioeconômica em que está. A condição socioeconômica em que está inserida tem que servir para que o Estado, o Poder Público dê mais condições, trate desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade, e invista mais naquelas escolas em que a família ou o acervo cultural do entorno da escola é menor do que aquele que tem. E por que trazer isso para a discussão da Base Nacional Comum? – e eu tenho três minutos, vou tentar ser o mais objetivo possível.

Primeira coisa, se não temos clareza de onde queremos chegar, é muito difícil chegar lá. Hoje isso é difícil para um professor. E como que o professor pode lidar com isso hoje?

Ele pode ter orientação curricular ou não do seu Município – são 5,7 mil Municípios brasileiros, e poucos têm as condições técnicas e financeiras de criar um currículo total pronto para aquela sua rede. Ele pode ter ou não orientação curricular do Estado, se ele tiver num dos Estados que tenha um documento curricular. Ele tem o livro didático, que é comprado pelo MEC, dentro do Programa Nacional do Livro Didático, cujo índice, muitas vezes, serve de referência para o professor, e não necessariamente dialoga com a base curricular daquele Município ou daquele Estado. Ele tem professores que foram formados com orientações segundo a autonomia das universidades, com orientações observadas pela Capes, e assim por diante, que necessariamente não estão dialogando, necessariamente são incapazes de dialogar com 5,7 mil sistemas educacionais diferentes, com 27 Estados diferentes, para tentar formar esse professor para isso.

Então, temos o professor com certa formação; o livro didático, os materiais didáticos, respondendo a outro desafio; as avaliações que acabam também fazendo parte do dia a dia, criadas por outro órgão, com outra matriz, com outra lógica; e as nossas orientações lá no alto, como um grande guarda-chuva, o que foi muito importante para o avanço educacional brasileiro, mas novamente não é suficiente para deixar claro até onde podemos chegar. E uma boa base nacional, então, deveria servir para orientar a formação de professores, servir para orientar a formação básica dos professores, e não só, a partir da base, acharmos que com um documento resolvemos todos os problemas. A base tem que servir, como disse a Presidenta Dilma na abertura da Conae, há duas semanas...

A Presidenta foi muito enfática sobre a questão da Base Nacional Comum, dizendo – aqui eu leio o texto dela:

Esperamos que a conferência trate da construção da Base Nacional Comum prevista no PNE [como já foi dito pelo Secretário Deschamps] e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com a explicitação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento a cada ano da educação básica. [E, depois, mais para frente, ela fala:] que isso sirva de referência para a formação dos professores.

É muito importante essa conexão. Ao definir uma base, o País se coloca num grande debate, porque esse debate não pode ser um debate de especialistas de disciplinas, ele tem que ser um debate sobre o que o País espera da sua educação.

(Soa a campainha.)

O SR. DENIS MIZNE – Obrigado.

A partir desse debate, que deve mobilizar a sociedade, mobilizar os professores... Muitos países falharam ao construir suas bases nacionais comuns, na hora da implementação, porque não ouviram seus professores no processo. Se isso chega para os Estados e Municípios e para os professores, nas salas de aula, como um documento imposto, que veio de algum lugar que não se sabe bem de qual é, que foi construído num pequeno grupo, isso é rejeitado pela base, e aí simplesmente não vai haver efeito nenhum, vai ser um grande esforço sem o efeito que se pretende.

Então, a primeira grande condição é haver um grande debate. A segunda condição é construir uma base que parta daquilo que é o essencial, e não tentar resolver tudo. O Brasil é uma Federação, a base tem que ter um núcleo – um núcleo! – comum, mas tem que dar espaço aos Estados, aos Municípios, à própria escola.

Elas que vão detalhar como isso vai acontecer, elas vão trazer outros conteúdos, outras habilidades, outros valores para dentro disso. Isso não deve ser..., mas há um núcleo: por alguma razão, somos todos brasileiros, moramos todos no mesmo País, votamos no mesmo sistema, respeitamos as mesmas regras. Isso nos dá um núcleo, e esse núcleo comum é que a base deve achar.

E ele não pode ser grande a ponto de impedir os Estados e Municípios e as escolas de trazerem as suas contribuições. Mas, se ele não for claro...

O que quer dizer “claro”? “Claro” é que ele possa ser compreendido por qualquer professor do País, possa ser compreendido pelos pais; que consigam ler e falar: “puxa, entendi”. É isso que é esperado que o meu filho saiba no final desse ano. Eu posso ajudar. O professor lê e fala: “puxa, é isso”. Agora, como ele vai ensinar, qual o

contexto, que estratégia pedagógica, didática; isso tem que estar na mão do professor, tem que estar na mão da escola, da rede; isso tem que ser preservado. A gente não pode ter uma coisa diretiva, mas a gente tem que ser claro quanto ao ponto de chegada.

Por último, é essencial que a gente consiga trazer para dentro da Base Nacional Comum e para este debate a experiência do chão da escola. Quando a gente debate isso nos círculos da academia, no Brasil, há realmente um debate ferrenho sobre a Base, com posições muito fortes contrárias, posições fortes a favor, mas um sentimento e um debate muito grande. Quando a gente sai do círculo da academia, parece que esse debate vai se esvaindo.

A Undime fez uma consulta pública, no seu último Fórum Nacional Extraordinário, que aconteceu em Florianópolis, e 87% dos dirigentes municipais do Brasil concordam que todas as escolas deveriam ter uma base comum; 98% dos dirigentes ouvidos dizem que isso facilita o trabalho do professor; e 74% deles dizem que, hoje, há variação de um Município para o outro. Se um menino sai de um Município e vai para o Município vizinho, às vezes, há variação dentro da mesma rede. Então, um professor que dá aula em duas redes, um professor que dá aula em duas escolas, muitas vezes, tem que aprender um jeito aqui e outro ali. Não é viável, não é razoável esperar que isso aconteça no Brasil.

E nós ouvimos – esta é uma pesquisa que ainda não foi lançada, mas que eu abro em primeira mão para os senhores e para as senhoras. O Ibope fez uma pesquisa com professores do Brasil, uma amostra representativa de todos os professores de Fundamental I e II do Brasil. Há uma série de perguntas, e há um pequeno bloco sobre a Base Nacional Comum. Nesse bloco, 93% dos professores concordam que saber o que é esperado que os alunos aprendam a cada ano ajuda, deveria ser colocado; e 82% concordam que todas as escolas brasileiras deveriam ter uma base comum.

Então, é muito importante, nesta Casa, que é a Casa do Povo, onde os grandes processos são discutidos; na Comissão de Educação, que é tão importante; a Casa que criou o PNE, que colocou agora a mais recente disposição legal, que prevê a Base Nacional Comum para 2016; é importante saber que o debate no chão da escola, nas redes, nos Estados é muito menor. É algo dizendo assim: nós precisamos disso para conseguir dar o próximo salto. Acho que é isso que nós temos que ter em mente quando estamos conduzindo esse debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Denis Mizne, pela sua exposição.

Em seguida, passo a palavra à Profª Paula Louzano, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, a nossa querida USP.

A SRª PAULA LOUZANO – Bom dia. Eu queria pedir desculpas pelo atraso. Eu fiquei parada na entrada, entrei pelo Congresso; errei.

Eu queria agradecer o convite do Senador Cyro Miranda e saudar aqui todos os Senadores presentes e os demais presentes, do MEC e da sociedade, de maneira geral.

Vou trazer, vou tentar resumir aqui, em dez minutos, uma pesquisa que eu fiz sobre uma análise comparada de políticas curriculares de alguns países. A Beatriz está aqui, e ela já ouviu. Vou tentar resumir rapidamente aqui.

O que tentei responder nessa pesquisa – vou falar só da primeira pergunta da pesquisa – foi como diferentes países têm tratado a questão do currículo como política pública. A minha área de pesquisa é a da política pública, então, foquei na discussão curricular, diferentemente da Profª Alice, somente do ponto de vista da política pública, e tentei analisar como os países tratam ou lidam com a autonomia das escolas *versus* a centralização do Estado na decisão do currículo. Também olhei como ela varia, dependendo do tamanho, natureza, diversidade cultural do país, e o que a gente podia aprender das reformas curriculares desses países. Essa seria a pesquisa completa. Vou falar só da primeira parte da pesquisa.

Eu analisei profundamente os documentos curriculares desses oito países que estão aí no eslaide – Austrália, Cuba, Chile, Estados Unidos, Finlândia, Portugal, México, Nova Zelândia –, tentando manter a diversidade de países federativos, países mais próximos ao Brasil e países menores, maiores unitários e federativos, como já falei.

O que eu tentei analisar, a partir desses documentos, foi como esses documentos legais, que têm força de lei – portanto, só olhei aqueles documentos que têm força de lei, não olhei o currículo das escolas –, como que eles especificam os conhecimentos, as habilidades e os valores que devem ser ensinados aos alunos. Coloquei várias nomenclaturas, competências, porque cada currículo lida ou trata de uma maneira. Mas como que ele especifica o que se ensina e como ele especifica, e se especifica, como que esses conhecimentos, esses valores, essas habilidades têm que ser ensinados? Então, o meu interesse aqui é onde a decisão sobre o currículo é tomada: no nível central, do governo central, ou no nível da escola. Quando a gente olha para o que se ensina nesse conjunto de países que falei para vocês, a gente observa que nenhum país outorga à escola

a autonomia total com respeito ao que se ensina, e o Brasil também não, como vários aqui presentes falaram. A gente também, quando definiu na Constituição que nós devemos ter uma base nacional comum, de certa maneira, está dizendo que a escola não tem autonomia total na definição do que ensina.

A diferença de onde essa centralização ocorre, já que a escola não está sendo autônoma, vai ocorrer no nível nacional ou no nível estadual e municipal, e aí depende muito se o país é federativo unitário, e isso faz a diferença.

O que observamos, e a Austrália e os Estados Unidos são dois exemplos disto, é que nos últimos anos, a partir de meados dos anos 2000, os países federativos têm buscado centralizar nacionalmente essa decisão. Tanto na Austrália quanto nos Estados Unidos, a decisão curricular era tomada no âmbito dos Estados e das províncias. Recentemente, esses dois países decidiram fazer com que essa decisão sobre o currículo escolar fosse tomada no âmbito do governo central, tirando importância aí, na decisão curricular, das províncias e dos Estados, sob o argumento da equidade. A Prof^a Alice falou sobre isso, que esse é um argumento usado e, nesses dois países, esse foi o argumento, o de que a educação de um menino do Alabama não podia ser diferente da educação de um menino de Massachusetts, por exemplo. Esse é um argumento usado nos Estados Unidos e, portanto, os Estados Unidos tomaram a decisão de criar uma base comum, o que eles chamam de Common Core.

A outra diferença é sobre o grau de centralização. Então, dado que a escola não toma essa decisão e essa decisão fica na mão do Estado, governo central ou província, Estado, qual é o grau de centralização? O quanto de fato se centraliza e se define nesse nível central de seu currículo? A diferença é tão sutil que eu precisei analisar os currículos desses países – e vou trazer um exemplo aqui para vocês. Criei uma tipologia de grau de centralização, três tipos, três níveis de centralização, peguei três países como exemplo – Portugal, Finlândia e Cuba –, para mostrar claramente do que estou falando quando digo que o grau de centralização é alto ou baixo.

Portugal é o exemplo onde a decisão do que se ensina é tomada no nível central e aí o governo português criou um conjunto de documentos que foram garantindo essa centralização. Então, há o currículo nacional, que centraliza pouco, e foi criando programas de disciplinas e mais recentemente as metas curriculares onde se especifica muito o que se ensina.

Aqui há um exemplo: pequei matemática, primeiro ano, para todos os países, só para a gente poder comparar o grau de especificação. Então, é a meta curricular... O último documento, no limite, é aquele documento que os professores vão olhar para pensar ou planejar o currículo da escola. Então, no primeiro ano, as metas curriculares de matemática são divididas por tópicos, depois eixos, e dentro de cada meta, por exemplo, de cada objetivo, contar até cem, existe o caminho que o professor tem que percorrer para que o aluno possa contar até cem. Para ele contar até cem, primeiro tem que ensinar o aluno a verificar que dois conjuntos têm o mesmo número de elementos ou determinar qual dos dois é o mais numeroso, utilizando uma correspondência um a um. Então, podemos dizer que aqui estamos falando de um grau de centralização do que se ensina bastante alto, quase que está entrando ou poder-se-ia argumentar que o como está vindo junto com o que, aqui no caso de Portugal.

A Finlândia, nesse espectro que analisei, e quando a gente olha as políticas curriculares no mundo, e Nova Zelândia são considerados os dois países de maior autonomia docente. Acho que isso também é público e notório, tivemos a visita de pessoas da Finlândia, e ela é conhecida por ser um país que outorga um grande grau de autonomia aos seus professores e a gente observa isso através de seu currículo.

Mas a Finlândia tem um documento curricular nacional que especifica o que deve ser ensinado nas escolas finlandesas. Isso é considerado, no contexto mundial, um alto grau de autonomia.

O índice do currículo finlandês tem 330 páginas mais ou menos, e ele já teve 700. Então, a Finlândia acredita que ela outorga mais autonomia hoje aos seus professores do que ela outorgava até o ano de 2004, quando eles fizeram a reforma curricular porque o currículo tinha 700 páginas.

Então, como que é o grau de especificação, que é o que estou olhando, do currículo finlandês? Ele tem uma visão geral da área e poucos objetivos, e objetivos muito mais genéricos quando a gente compara com o currículo português. Nós estamos falando aqui que, quando ele vai falar sobre aprender a contar, ele não vai dizer até quanto que a criança tem que contar no primeiro ano, mas ele vai falar de coisas mais genéricas, como o conceito de número e numeral e aprender as habilidades de cálculo apropriadas no mesmo objetivo. Então, de certa maneira, está colocando dois conteúdos juntos.

E ela especifica os seus conteúdos centrais que todo professor finlandês, no final – aqui, no caso, o currículo é feito de dois em dois anos, porque o professor acompanha o aluno –, todos os conhecimentos que todos os finlandeses têm que saber no final do segundo ano, independente de onde ele está. E aí você tem o número, numeral e algarismo, mas você não tem uma especificação de contar até cem como, por exemplo, você tem no caso de Portugal.

É interessante – só uma nota de rodapé – quando falam que na Finlândia não há avaliação, é padronizada. De fato, você não tem um sistema de avaliação. Por quê? Porque cada professor avalia seus alunos a partir de uma descrição de bom desempenho que está presente no currículo finlandês e que diz claramente o que o aluno tem que saber fazer e o professor certificar de que ele faz isso no final daquele período escolar.

Vou entrar no terceiro modelo de alta centralização, tanto do que se ensina como de como se ensina.

(Soa a campainha.)

A SRª PAULA LOUZANO – Vou tentar concluir aqui em dois minutos.

Poucos países prescrevem ou dizem explicitamente que prescrevem como os professores têm que ensinar. No geral, eles fazem questão de dizer que esta é uma seara do profissional da educação, do professor, ainda que a gente possa discutir se Portugal está entrando no que se ensina. O que vários países da região fazem é sugerir maneiras de ensinar, nos seus documentos.

Bom, Cuba é um país de alta centralização, tanto do que se ensina como de como se ensina. Então, a gente tem tanto documentos que especificam o currículo como documentos que especificam o que o professor tem que fazer na sala de aula.

Então, está aqui o currículo também de primeiro ano de matemática, olhando também para o mesmo conhecimento, que é o de contar até cem. E aqui ele é muito mais claro sobre, além de contar até cem, o que o aluno tem que fazer: indicar o antecessor e o sucessor, etc. – está ali no eslaide.

Além disso, e isso diferencia Cuba, por exemplo, de Portugal, Cuba tem um plano temático por disciplina, onde aparece o que o professor tem que ensinar e como ele tem que dividir seu tempo. Então, vamos lembrar que lá uma das coisas que o professor tem que ensinar para o aluno no primeiro ano é contar até cem, mas na unidade um ele vai ensinar somente a contar até dez. Então, aqui, o professor vem junto, uma metodologia de como que ele vai chegar no cem; o aluno não pode começar do oitenta, ele tem que começar do um ao dez primeiro.

Essa unidade é especificada, porque você tem um conjunto de materiais que são feitos a partir dela. Então, aqui, se eu abrir a unidade um, vou entrar dentro dela, que é contar até dez. Dentro dela, o professor também tem uma subdivisão: antes de ele ensinar o aluno a contar de um a dez, ele vai ensinar ele a contar de um a cinco; e, antes de ele ensinar o seis, ele tem que treinar como se faz a caligrafia do número. Então, tudo isso é altamente especificado no currículo cubano, que o diferencia da maioria dos currículos.

Portanto, só para resumir aqui, os modelos de política curricular que a gente encontra: Cuba fica sozinho no alta centralização do que ensina e alta centralização de como se ensina. Temos Portugal, Chile e México com alta centralização do que ensina e baixa centralização do como se ensina; e a Finlândia, Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos como exemplos de baixa centralização. Ou seja, dizer que o aluno tem que aprender o conceito de número e numeral é considerado uma baixa especificação no contexto internacional e nenhuma centralização de como se ensina.

Isso é totalmente definido pela escola, inclusive como ele combina o número de horas, se ele vai fazer interdisciplinar etc.

Então, só trazendo isso para o debate nacional, lembrando, como vários aqui já falaram, o Brasil já definiu legalmente a necessidade de uma base nacional comum. Não é isso que está em discussão. A gente acredita que tem que ter algum nível de centralização da política. A questão é o quanto a gente já centralizou essa política por meio das nossas diretrizes curriculares é suficiente para garantir essa base comum? Essa é a pergunta.

Quando a gente faz essa comparação do ponto de vista internacional, a gente observa que ela é extremamente baixa. Ela fica totalmente fora desse espectro internacional.

O nosso documento legal... Estou entendendo que os PCNs não são documento legal, eles não têm força de lei, eles não são obrigatórios. Estou considerando as diretrizes curriculares como o documento legal curricular do Brasil, mesmo quando a gente compara com aqueles países que mais outorgam autonomia aos seus professores, como é o caso da Finlândia e da Nova Zelândia. Só um exemplo: como a base nacional comum se configura ou aparece nas nossas diretrizes curriculares. Ela aparece traduzida como disciplinas ou áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática... Ou seja, ela termina onde começam os documentos curriculares de qualquer outro país, que é especificando, dentro dessa área do conhecimento, algum tipo de conhecimento, mais centralizado ou menos centralizado.

Então qual é o problema da situação atual? É que nós temos, a partir desse documento curricular nacional, alguns Estados e Municípios que investiram nessa especificação parecida com a da Finlândia, alguns mais parecidos com Portugal, outros poderemos até dizer mais parecidos com Cuba, que tem material didático, enfim, estruturado, acoplado ao seu currículo, mas eles não se baseiam num documento curricular claro. Já

vimos que estamos falando de um documento que só diz que tem que aprender Matemática, como é o caso dos países analisados, onde se especifica o que da Matemática se ensina.

Além disso, a diferença na capacidade dos entes federados, dos Estados e dos Municípios em produzir esse tipo de orientação curricular tem gerado desigualdade no sistema. Então não é à toa que quem tem no geral tem mais recursos técnicos e capacidade instalada para conseguir fazer isso.

Na minha opinião, essa falta de especificação e essa baixa capacidade técnica de algumas redes escolas em desenvolver essa especificação têm colocado o livro didático – e isso não é nenhuma novidade para ninguém, pois já faz bastante tempo... Mais recentemente, a avaliação externa como responsável indireta pela decisão.

Então, na minha opinião, a decisão curricular é privada, ela está na mão das editoras, ela está na mão das empresas de avaliação. Eu acho que o PNE traz para a gente – acho que a Beatriz vai falar um pouco sobre o trabalho do MEC nesse sentido – a oportunidade de transformar essa decisão numa decisão pública. Então eu espero que a pesquisa que eu trouxe aqui nos ajude a escolher aonde o Brasil vai se colocar nesse cenário mundial.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à Professora Paula Louzano.

Quero agradecer e registrar a presença do ilustre Deputado Tiago Peixoto, ex-Secretário de Educação do meu Estado, que, com muito orgulho, transformou a nossa educação quase que num modelo já, tirando-a do quinto lugar no ensino médio para o primeiro lugar e o segundo no ensino fundamental, se não me falha a memória. Parabéns.

Estamos recebendo o comunicado de que dentro de mais ou menos uns dez a quinze minutos vamos ter que forçosamente encerrar a nossa reunião, porque estamos com o Congresso Nacional. Quando começar a votação, inevitavelmente nós teremos que encerrar. Mas eu acho que nós temos tempo ainda para algumas considerações dos requerentes.

Com muito prazer, eu passo a palavra para a Secretária da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), a Professora Maria Beatriz Luce.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Bom dia, Senadora Ana Amélia, do meu Estado, Srs. Senadores, Deputado.

Presidente, Senador Cyro Miranda, é com enorme satisfação que nós recebemos o convite para estar aqui, hoje.

Trago uma saudação muito especial do Ministro Henrique Paim, agradecendo, como faço, a oportunidade de colocarmos esta Comissão de Educação do Senado, que é tão importante para nós e nos permite também, ao mesmo tempo, uma comunicação com um público mais amplo a par do andamento do trabalho de construção da base nacional comum como uma política pública.

Os parceiros desta Mesa – e eu me permito usar este termo “parceiros” – já fizeram, acho, um quadro muito importante de referências, inclusive, situando as diferentes contribuições da prática, do trabalho nos Estados. Faltou a nós aqui hoje, acho que de forma importante, a Undime, mas, nos estudos acadêmicos, estão representados pelo debate que nós vimos fazendo sobre política nacional de educação e política curricular de longa data.

Eu frequento esta sala, no mínimo, desde o tempo pré-constituente, quando se inauguraram essas práticas de audiências públicas para discutirmos o texto da lei, as políticas públicas, não é, Senadores que têm essa memória? Então, é com enorme prazer que nós o fazemos.

Eu trouxe aqui, de uma forma resumida hoje, só para situar, toda a fundamentação que nós usamos, mostrando que todo o caminho de construção de uma política pública é um caminho de debates, de conflitos, e que é a tensão entre o dever de educar e o direito à educação que nos leva a esta discussão, e que a legislação produzida no Congresso Nacional tem sido muito importante, mas ela necessariamente precisa dialogar, orientar e ser tensionada nos instrumentos de planejamento da gestão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e das escolas, na constituição não apenas das instituições de educação básica, mas das universidades, porque é a educação superior a produtora de conhecimentos e da formação e do material intelectual que também vai estar presentes nas nossas escolas.

Bem, as nossas guias orientadoras, em termos de democratização da educação – respeito à diversidade, a equidade e a gestão democrática – já foram aqui pontuadas de diferentes maneiras. Eu vou passar adiante para mostrar que nós estamos trabalhando nessa construção da base nacional comum num momento histórico muito importante para a educação brasileira.

É claro que este assunto de que nós devemos ter uma base nacional comum e uma parte diversificada em cada Estado, em cada Município e no currículo nas escolas... Porque o que se tem é que currículo só existe na escola, como uma prática vivenciada. O que nós temos nas outras instâncias de centralização organizada do sistema educacional são orientações, são diretrizes, não é? O currículo, pela própria definição, é isso.

Mas nós estamos fazendo isso, então, no momento em que se torna obrigatória e universal a educação infantil na pré-escola, a partir dos quatro anos de idade já no ensino fundamental e no ensino médio – então, essa é uma diretriz importante – e no momento também em que nós somos desafiados a fazer uma integração de noções do mundo do trabalho, de educação profissional no currículo escolar, porque já se provou a importância disso. E estamos vivendo uma fase, nos últimos dois anos, notoriamente, de maior presença pelas políticas adotadas para a educação continuada de professores, com o pacto da alfabetização, o pacto do ensino médio, uma política completamente diferente.

Houve uma inflexão na relação das universidades com as escolas. Nós hoje estamos atendendo universalmente já e gostaríamos de ter recursos para, no cenário do próximo ano e daí para adiante, ampliar a universalização da educação continuada na escola com a força intelectual e de trabalho das universidades também para o quarto e quinto ano do ensino fundamental e também para os anos finais do ensino fundamental.

Então, esse é um cenário, sabendo que ao Ministério da Educação cumpre representar a União na coordenação da Polícia Nacional de Educação, mas que ela se realiza nos Estados e Municípios e se concretiza na escola.

Nós também estamos trabalhando sempre com uma perspectiva de institucionalização de um sistema nacional de educação, finalmente, coisa que não temos ainda na legislação da LDB, mas já temos pelo PNE. Então, isso foi um avanço. E essa política precisa estar sempre em permanente articulação entre currículo, formação dos profissionais, conteúdos educacionais, ou seja, materiais didáticos, infraestrutura escolar, política de avaliação e de financiamento.

Então, para nós, estar construindo a base nacional comum é estar ao mesmo tempo dialogando, colocando exigências da política curricular para a formação de professores, para a política de material didático, para os prédios escolares, equipamentos, para a avaliação e o financiamento, e não ao contrário, porque estamos saindo de uma era em que a política curricular é que ficou submissa ou ocultada e até pouco tratada diante das demais.

Bem, já foi dita toda essa base legal. Vou passar diretamente, para aproveitar bem o tempo, a mostrar como é que nós nos organizamos. E aqui alguns dos presentes à Mesa já tiveram oportunidade de ver um pouco deste material, mas eu tenho novidades a cada semana.

Nós estamos considerando que são instrumentos de origem não só a legislação, mas o Brasil tem sim, já, mais de 500 páginas de orientações curriculares. Com as características que a Paula colocou, eu acho que a gente pode mostrar que, em alguns aspectos, em alguns temas, há, sim, indicação de conteúdo e de método; não é só aquilo que está transposto da LDB para dentro das diretrizes. Então, há diretrizes para todas as etapas da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e para todas as modalidades: como isso vai ser tratado na educação indígena, dos quilombolas, na educação do campo, na educação profissional, etc. e tal. Então, há bastante detalhamento e para isso eu acho que a Professora Casimira tem razão de chamar a atenção. Mas a decisão de uma base nacional comum já está na LDB, está no PNE.

Então, nós precisamos articular isto com as normas dos Estados e Municípios, as orientações e o projeto político-pedagógico das escolas. Esse é o ponto mais importante, junto com a atualização das diretrizes curriculares da formação de professores da educação básica que está sendo retrabalhada no Conselho Nacional de Educação. Neste momento, ainda na segunda-feira à tarde, nós passamos a tarde trabalhando nisso. E nós estamos trabalhando para inserir uma orientação de base curricular comum a todas as licenciaturas.

Nós estamos trabalhando, na interpretação da legislação e do PNE, com mapas conceituais, que são um recurso mais didático de organização, interpretando o papel dos diferentes atores. E aí, a cada oportunidade a partir de hoje, eu queria ter autorização para inserir o diálogo com o Senado, com o Congresso Nacional, aqui representado, como um dos atores da articulação e colaboração na discussão desta base. E nós estamos usando os termos da legislação para isso.

Já temos um conjunto de elementos conceituais tirado das diretrizes curriculares para chamar a atenção, que são, digamos, a base conceitual e metodológica. Estamos trabalhando com um processo participativo, eminentemente participativo, como já foi bem frisado aqui. Se for para ter mais orientações curriculares representadas pelo que se denomina uma base nacional comum de currículo, ela precisará fazer sentido para as pessoas que trabalham nas escolas, para os profissionais da educação. Portanto, essa legitimidade de conceitos, de metodologia precisa alcançar uma legitimidade política. Eles precisam ser, e como são, reconhecemos, legítimos sujeitos produtores dessa proposta nacional, precisam se ver para, depois, poderem continuar usando a base nacional comum, colocá-la em permanente discussão, em permanente aperfeiçoamento.

Primeira coisa que fizemos foi tomar uma decisão política de que política curricular é política central na Política Nacional de Educação Básica. Essa é uma área, reconhecemos, em que o Ministério da Educação, historicamente, trabalhou mais nos últimos anos, com a construção das condições de infraestrutura, do sistema de avaliação, do sistema de estatísticas e informação. Estruturou a política do livro didático, e quero frisar que, cada vez mais, batalhamos para que as escolas tenham opções de escolha para o livro didático, que ele não

seja único, mas é difícil porque o mercado editorial é muito estreito e há forças comerciais que levam, que vão contra o fomento à diversidade da produção. Estamos trabalhando em políticas para fomentar isso.

Então, fizemos da seguinte forma. Primeiro, vamos ver, a partir dessa decisão política, o que nos orienta o PNE e fazer uma consulta com Estados e Municípios. Surpreendentemente para todos, eu acho, obtivemos, em curto espaço de tempo, uma resposta muito significativa. Abrimos, pelo sistema de informações do MEC, com o qual conseguimos dialogar com todas as secretarias municipais e estaduais de educação, e convidamos a responderem um questionário direto para informar se tinham projeto curricular, documento curricular orientador ou não tinham. A resposta foi a seguinte, inclusive surpreendentemente – o “sim” é representado pelo azul –, mas não temos tempo de examinar em detalhes: para a área estadual, surpreendentemente menos atendida, porque há Estados que também não atendem, mas mesmo os Estados que atendem têm para o ensino fundamental e médio e não tem para a educação infantil.

Adiante.

Temos o ensino fundamental já bem presente.

Então, vocês vejam que não é por ausência de orientação. O que está em questão também é a forma, o conteúdo, a apropriação e, portanto, o processo que precisa ser eminentemente político pedagógico e pedagógico político. Esses dados nos mostram que o ensino médio, sim, está muito mais desprovido de orientações, mas, assim mesmo... *(Pausa.)*

É desprovido mesmo no nível estadual.

Assim, tomamos o PNE no seu texto e passamos a fazer um trabalho metódico de planejamento, tirando exatamente as orientações e transformando cada meta em subações estratégicas no planejamento do MEC.

O MEC hoje tem um plano de ações muito minucioso neste sentido. Obviamente a realizar-se em regime de colaboração com Estados e Municípios, em diálogo com a academia, com as entidades organizadas interessadas da sociedade civil, com o Parlamento. Estamos sempre à disposição.

Então, vai adiante nessas estratégias, porque o prazo é de dois anos, esgotando-se no dia 24 de junho de 2016. Temos esta condição que, ao mesmo tempo, nos pressiona, é difícil, mas nos leva a trabalhar.

Esta é a parte, digamos, que já evolui, em uma apropriação do que já estava feito, para propormos neste momento a discussão sistematizada por uma comissão de especialistas, de tudo que nos veio até o momento, de 14 direitos à aprendizagem, ao desenvolvimento, que sintetizariam ou estruturariam esta base, com esta noção de direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Não temos tempo para abordar, mas, pela natureza disso, vocês podem ver que são diretrizes que podem ser cumpridas da educação infantil ao ensino médio e à formação de professores.

Então, temos que nos qualificar para reconhecimento das práticas culturais, para valorização dos saberes, para apropriação de diversas formas de linguagem, para preservação dos patrimônios, para formação e atuação política, porque é o desenvolvimento da pessoa, formação para a cidadania e preparação para o mundo do trabalho – é o que a LDB nos orienta – para integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para apropriação de conceitos e procedimentos, para historicidade, para reflexão crítica, para cuidado de si, para autonomia frente a situações-problema, para atuação consciente, para integração de interesses e motivações, para compreensão da centralidade do trabalho.

Se permite, Senador Cyro Miranda, já vou mostrar aqui um desses elementos trabalhado no conteúdo com o tipo de orientação que estamos fazendo hoje. É só um minuto.

Quero mostrar que temos a possibilidade de, por exemplo, com relação à noção de clima, sistemas e relações, que interessa a toda cidadania, componentes do sistema climático, que vai desde a educação infantil ao ensino médio, relações entre vegetação, clima, florestas, etc., apresentar experiências escolares sugeridas e a relação com outras áreas de conhecimento. Essa seria uma matriz, por exemplo, passando, nos anos finais do ensino fundamental, a estudar os seres vivos como componentes do sistema climático e suas relações e, no ensino médio, a dinâmica climática do Planeta e os impactos socioambientais locais, regionais e globais, os estados físicos da água, etc.

É só para mostrar que realmente estamos conseguindo avançar com exemplos, porque achamos que a contribuição das escolas produzindo mais exemplos é o que nos permitirá constituir uma base nacional comum. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Secretária da Educação Maria Beatriz.

Peço sempre desculpas por estar espremendo em relação ao tempo, mas é alheio a nossa vontade.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Temos, agora, exatamente sete minutos, e gostaria que fosse muito rápido, porque vamos ter que encerrar de qualquer maneira a reunião em sete ou oito minutos.

Passo, então, à primeira requerente, Senadora Ana Amélia, para que faça as suas considerações e perguntas; posteriormente, ao Senador Cristovam; e, se tivermos tempo, ainda, aos Deputados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Cyro Miranda, queria primeiro agradecer muito a todos os expositores. Foi uma primeira iniciativa desta Comissão neste tema, que é absolutamente relevante e inadiável.

Segundo, penso que foi o Denis que falou sobre a questão do debate. Precisamos ampliar muito e trazer aqui o chão de fábrica, no termo usado, na verdade, os secretários municipais que não estão presentes, que é o Undime. Acho relevante. Teremos que fazer isso novamente.

À exceção da Alice, e a trato assim por ser jovem, que detonou o currículo nacional, há um entendimento, digamos, de consenso, com variáveis, sobre o processo da questão do currículo nacional, o currículo básico nacional, e a prova dos resultados que foram averiguados pelo próprio MEC em relação à participação. Vejam o comprometimento, até pela necessidade, dos Municípios com essa questão, o que me anima muito porque acho que a base está aí, no ensino fundamental infantil. É essa a questão.

O Prefeito de Sarandi, um Município de 30 mil habitantes no Rio Grande do Sul – a querida Secretária Maria Beatriz, que é gaúcha, sabe disso –, mantém creche para as crianças de seis meses a seis anos, doze meses por ano. A mãe entrega lá às 6h e apanha às 18h, com qualidade. É a mãe que é operária. Eu fui visitar a escola. Essa criança é diferente. Ela nem se importava com as visitas que chegavam. Ela estava concentrada, fazendo os seus trabalhos de desenvolvimento motor, vendo televisão ou ouvindo história das monitoras. Fiquei impressionada.

A vontade política, a decisão de fazer é fundamental, e o debate para que aqui possamos construir tem que continuar.

Queria, sinceramente, ao Secretário Estadual de Santa Catarina, que é uma referência, a Profª Paula, ao Denis e à Alice, porque é uma contribuição, mesmo que contraditória... É claro que o MEC está fazendo um trabalho. É importante que vejamos isso. Claro que não dá para comparar o nosso País com a Finlândia. Temos que comparar por que fizeram e por que dá certo e ajustar para a nossa realidade.

Foi maravilhoso. Apreendi muito hoje aqui. Fiz curso normal. Sou normalista. No segundo ano, segundo o currículo municipal, era para ensinar a comunidade local. Na época, o currículo era esse. No terceiro ano do ensino fundamental, era o Estado, a realidade do Estado. Então, eu levava os meus alunos, no estágio. Levei para conhecer o prefeito da cidade – marquei audiência – e o gerente do banco, para eles saberem e terem a noção da formação da comunidade. No segundo, eu fazia cartas dos meus alunos para outros Municípios do Estado para contarem a história das Missões ou da região da serra, que era minha. Isso dava uma coisa diferente. As crianças tinham uma participação incrível. Isso em 1968. Essa área me encanta.

Parabéns pelas explicações. Não vamos ter um debate, o que seria necessário, mas vamos continuar na segunda etapa, meu caro Presidente Cyro Miranda, trazendo aqui os outros protagonistas desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora.

Estamos começando um ciclo de debates. O que nós temos que tirar dessa lição é a importância de estarmos começando. No ano que vem, acho que temos que exaurir em muitas audiências públicas.

Com muito prazer, por três minutos, Senador Cristovam. Infelizmente, vamos encurtando o tempo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sou tentado a fazer apenas a pergunta, mas, antes, vou, por um minuto talvez, dizer o seguinte. Creio que temos um programa de complexidade nacional que faz com que respeitemos as especificidades, mas temos um problema de desigualdade, que é outra coisa e que nos obriga intervenção forte. A própria Professora Maria Beatriz disse que, do ponto de vista de orientação, já temos tudo, mas ela não chega lá. Não tem como! É muito desigual Americana, em São Paulo, e Axixá, em Pernambuco.

A pergunta: o que a gente quer ao dar educação? Queremos que cada aluno vire um ser humano pleno, capaz de deslumbrar com as belezas e se indignar com as injustiças, entender a lógica, ter um ofício, não importando onde ele está. Agora, tem que respeitar as vocações. Temos que dar absoluta liberdade, quase, à vocação. O indivíduo aluno tem que ter liberdade; a escola não! A escola tem que ter liberdade para dar liberdade ao aluno, mas, do ponto de vista da sua estrutura, tem que ser igual. Tirando certas especificidades, como a Profª Alice falou, de grupos indígenas, certas especificidades étnicas, para o restante as condições têm que ser as mesmas e o conteúdo básico. Agora, a partir daí, respeita-se, sim, as vocações.

Mas a minha pergunta é... Para isso, exige um currículo comum, tolerando as vocações. Daí, a pergunta: é possível um currículo comum num país com a complexidade e a desigualdade brasileira, mantendo a educação municipal?

Só essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O. K.

Já já nós passamos.

Primeiro, pergunto ao Deputado Raul Henry se quer também fazer uma colocação.

O SR. RAUL HENRY (PMDB – PE) – Eu quero, Senador.

Vou fazer uma breve pergunta, aqui, à Professora Alice.

Primeiro, parablenizo a Comissão por esta audiência pública. Lamentavelmente, no próximo ano, não estarei aqui para debater este assunto, mas me impressionou muito, na fala dela, citar, por exemplo, que o ensino da matemática depende de contextualização cultural.

Aí, a minha pergunta: a regra de três que se ensina em São Paulo é diferente da regra de três que se ensina no interior do Piauí ou de Pernambuco?

Pontuação, acentuação, concordância verbal, concordância nominal, isso é diferente para o aluno que está em Porto Alegre ou que está no Sertão de Pernambuco?

Para mim, é muito difícil essa compreensão.

O conceito de fração é diferente? Dois mais dois é diferente em São Paulo e no Piauí?

Realmente, fiquei muito impressionado com essa fala dela. Se possível, gostaria de ouvir dela essa explicação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vai ouvi-la, sim.

Deputado Thiago, para fazer uma colocação.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD – GO) – Sr. Presidente, antes de mais nada, queria parabenizá-lo pela audiência, pelo fato de a Comissão do Senado promover este importante encontro. Entendo que nós debatemos muito os temas educacionais, tanto na Câmara quanto no Senado, mas eu diria que não existe hoje, na agenda educacional do País, nada mais importante do que essa base nacional curricular.

Falo isso pela minha experiência como secretário em Goiás. Fizemos lá muitas mudanças, mas talvez nada tenha gerado tanto impacto como o fato de ter um currículo.

E uma coisa me chama a atenção: quando começamos a desenhar isso lá – a Paula participou desse processo também lá com a gente –, parecia que as resistências iam ser muito grandes. A academia, contrária; parecia ser uma missão impossível. E me surpreendeu, pois não foi nem um pouco impossível; muito pelo contrário. Foi muito mais simples do que eu imaginava. Acho que se criou um conceito de uma complexidade disso que, lá na escola, não é real. Ou seja: a escola participou, a escola discutiu, a escola cooperou para a construção desse currículo; não houve resistências grandes, e o resultado mais importante é que – com muita certeza falo isso aqui – os nossos alunos que passaram a ter acesso a esse currículo tiveram acesso a educação de melhor qualidade.

Uma outra coisa importante que o Senador disse aqui muito bem: nós temos uma meta de gerar equidade no País, e o currículo é uma forma de se gerar equidade, de se reduzir a desigualdade educacional da nossa Nação.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu que agradeço.

Passo a palavra a quem deseje responder a pergunta do Senador Cristovam e, depois, à Professora Alice, para resposta à indagação do Deputado Henry.

Quer responder? (*Pausa.*)

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Senador Cristovam, nós todos reconhecemos, nessa pergunta, a sua visão, que acompanho há algum tempo a respeito da organização do Sistema Nacional de Educação.

Queria lhe dizer que, na República Federativa, a Assembleia Nacional Constituinte atribuiu aos Municípios uma organicidade e competências muito maiores do que – e inclusive de autonomia, de participação – em qualquer outro modelo federativo que conheçamos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, a senhora acha que está na hora de mudar essa Constituição?

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Pois é. Então, no momento, nós estamos trabalhando com esse sentido.

A organização de um sistema municipal de educação é uma tarefa complexa. É difícil, mas eu acho que já temos alguns exemplos muito interessantes no nosso País, que mereceriam, inclusive – acho este tema, se me permitem a sugestão... –, alguns estudos, uma própria audiência com especialistas, com estudiosos, no País.

Então, eu diria o seguinte: que o fato de nós termos uma descentralização de gestão com a institucionalização de sistemas de ensino nos Municípios me parece não vai retirar o problema de que precisamos trabalhar as políticas nacionais de educação em todas as unidades de ensino. Quer dizer, as escolas continuarão a existir. E me preocupa muito que as escolas não tenham um ponto de referência de coordenação política e administrativa mais próxima delas.

Então, acho que o que está em questão seria discutirmos exatamente o nível de detalhamento, de atenção, de apoio ao desenvolvimento do trabalho da unidade escolar como um elemento mais bem estruturado na articulação União, Estados e Municípios.

Eu diria que precisamos urgentemente fortalecer as condições de materialidade, de corpo profissional instituído e qualificado em cada unidade escolar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E tudo isso é possível mesmo com a pobreza e a desigualdade dos Municípios? Ter um professor no interior de Pernambuco igual ao de Brasília? A gente consegue? Mesmo que a responsabilidade seja municipal.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – As desigualdades...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aliás, tiremos Brasília, porque, aqui em Brasília, quem paga a educação é o Governo Federal.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – O nosso trabalho é combater as desigualdades, é diminuir as desigualdades, e esse é o horizonte de trabalho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe. No caso de educação, não. No caso da educação, é eliminar as desigualdades.

No caso da renda, é diminuir...

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – No caso da saúde e da educação, é eliminar o acesso.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Combatendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim, combatendo para eliminar. A meta tem que ser eliminar.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Concordo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Concorda.

É possível eliminar...

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Igualdade de condições...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso. De acesso.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – ... de acesso e continuidade nos estudos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ai, alguns vão ser melhores, outros vão ser piores, pelo esforço próprio, pela vocação.

Agora, é possível, com a desigualdade dos Municípios, conseguir essa igualdade, mantendo a municipalização que a Constituição prevê? Ou está na hora de mudar esse artigo da Constituição?

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Eu creio que é difícil, mas eu também temo que não seria fácil só com sistemas estaduais ou só com o sistema federalizado, Senador. Essa é a minha opinião. Eu creio que, ao mesmo tempo em que temos esse compromisso de superação da desigualdade, temos também um compromisso com a relevância da diversidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, mas a proposta que eu faço é respeitar...

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Que não são antagônicos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu tanto respeito as diversidades que eu defendo que cada escola se autoadministre. Não precisa nem do Município, mas a carreira do professor tem de ser a mesma; o salário tem de ser equivalente; a seleção tem de ser nacional.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Concordo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, é nesse sentido.

Agora, a gestão é local, e o conteúdo, também.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Estamos trabalhando em algumas medidas. Inclusive, eu queria lhe dizer que, no Ministério da Educação, inclusive em articulação com a Undime, foram retomados os trabalhos para nós termos uma prova nacional docente, pelo menos, à disposição dos Municípios que quiserem usar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou encerrar, mas há só uma coisa gráfica, Professora, que mostra que não é possível.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A senhora fez aqui um belo mapa... Como se chama?

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Mapa conceitual.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A senhora viu a marginalidade como aparece o MEC nesse mapa?

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Não, para nós foi o ponto de partida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dá para mostrar o mapa? É um tiquinho de nada. É um sujeito...

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Foi o ponto de partida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... de dezenas de outros. Não tem como. A senhora, por exemplo, Secretária, deveria ser ministra da educação de base. Do contrário, não consegue. A senhora é um pedacinho do Ministério, perdido...

Eu sei porque fui Ministro e vi que, durante um ano, só me pediam universidade, universidade, universidade, universidade ou escola técnica.

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Não; mas mudou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Será?

A SRª MARIA BEATRIZ LUCE – Eu que acompanho – permita-me –, e o senhor tem outras evidências... Esse é um bom debate. Como cidadã, como professora, Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É verdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Enquanto selecionam o eslaide, gostaria que a Professora Alice respondesse ao Deputado Raul. Por favor.

A SRª ALICE CASIMIRO LOPES – Bom, Deputado, eu tenho que, enfaticamente, dizer que ensinar Matemática tem realmente uma relação contextual fortíssima. Talvez seja uma das áreas onde mais existam trabalhos para expressar essa relação contextual, mesmo porque a Matemática, no nível superior, como dimensão, como conhecimento relacionado à produção de pesquisa, ela, sim, está no nível do abstrato e de se afastar do cotidiano. A Matemática que se ensina na escola, Matemática para fazer sentido para os alunos, essa razão e proporção não é ensinada como conhecimento meramente abstrato. Ela tem que ter a solução de um problema, uma questão que vai ser pensada a partir da razão e proporção, por exemplo. Mas vale para todos os outros exemplos que o senhor apresentou.

Por isso, todo esse conhecimento é eminentemente contextualizado. O aluno, os exemplos com os quais vão ser trabalhados, a própria construção do conceito de razão e proporção, porque um aspecto muito importante que todo mundo precisa considerar é que conhecimento não é uma coisa que se afasta de nós. Conhecimento só faz sentido no interior do sujeito, com a relação que cada um de nós tem com o conhecimento.

É isso que faz com que a gente tenha de pensar que desigualdades educacionais não se resolvem com currículo. Desigualdade educacional se soluciona resolvendo-se as desigualdades sociais, com condições de trabalho para os professores, com melhores salários, com condições de vida para os alunos. É isso que garante o fim de desigualdade educacional.

E, ao mesmo tempo, a gente tem de respeitar as diferenças, porque essas, sim, não se eliminam. Nós, aqui, não sabemos as mesmas coisas. Eu estudei, por exemplo, uma série de questões de Química, porque fui professora de Química da educação básica durante dez anos, que certamente não são do conhecimento da grande maioria aqui. E isso não é um problema.

Nós não precisamos mobilizar os mesmos saberes, e estar o tempo todo tentando definir uma base em que a gente diga, em cada ano, o que vai ser ensinado é ser diretivo, sim, e esse nível de direcionamento “desempodera” os professores, desmobiliza os professores. E, para a gente ter comprometimento com a educação, ao contrário, a gente tem de ter mobilização dos professores, cobrar responsabilidade e atuação para um comprometimento social. Se eu vou ensinar determinado conteúdo, qualquer que ele seja, se vou ensinar a língua materna, os textos que vão ser trabalhados são diferentes em cada contexto, e é isso que a gente precisa respeitar do ponto de vista curricular, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Professora Alice.

Passo, em seguida, para as considerações finais, por dois minutos, do Sr. Denis; e, posteriormente, encerro com a Professora Paula.

O SR. DENIS MIZNE – Eu queria agradecer a oportunidade de participar deste debate, que eu achei riquíssimo. Eu acho que temos de dar voz aos atores no processo. Fala-se muito dos professores no processo da educação – o que eles pensam, o que eles querem –, mas ouve-se pouco.

A pesquisa foi lá ouvir, na ponta, dentro da escola: 93% acham que saber ano a ano, como a Presidenta Dilma falou na abertura da Conae que saber ano a ano ajuda. Porque como ele vai saber? Ele é um professor do terceiro ano. O que aconteceu no segundo? Desse conteúdo aqui, o que foi dado? Para onde eu vou?

Agora, isso não elimina toda a questão importantíssima que a Professora Alice traz, do contexto. Na minha interpretação, o dois mais dois é dois mais dois em qualquer lugar; o meio é meio em qualquer lugar. Agora, como ensinar dois mais dois da maneira mais efetiva pode variar de criança para criança, de sala de aula para sala de aula.

Então, tem que ser preservada realmente a oportunidade de se dar ao professor, à escola, à rede, a melhor maneira de se pensar o como ensinar, como conseguir fazer. Agora, decidir se ele deve ou não aprender dois mais dois, ou a ler, em que momento, em que ano, e tal, isso não me parece um tema... Quer dizer, pelo menos, aos professores, aos dirigentes municipais de educação, à boa parte da sociedade civil organizada que trabalha em educação, aos secretários estaduais, secretários municipais, aos gestores de escola, a um pedaço da academia, não parece ser um grande debate mais.

E, aí, eu acho que a gente precisa conseguir andar, porque eu volto ao ponto: a educação tem pressa, e os alunos estão lá. O nosso debate está comprometendo uma série de gerações. A gente tem de dar espaço ao debate, mas tem que dar oportunidade também à ação. Acho que a gente deu muita oportunidade ao debate. Temos que dar oportunidade à ação.

Acho muito bem-vinda a apresentação da Secretária Maria Beatriz, com quem a gente vem dialogando e cuja equipe tem tomado uma posição muito forte, o Ítalo, a Clarice, que tem envolvido um grupo grande. Devem estar trabalhando sem dormir há meses para conseguir fazer esse esforço hercúleo daquele mapa, de todo o mapa, e fazer circular... Não é fácil fazer esse negócio e colocar à nossa disposição, e acho que de muitas forças da sociedade, e contribuir para esse processo. Há muita evidência, há muita pesquisa, um grupo de organizações que está participando do debate...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – (*Inaudível.*)

O SR. DENIS MIZNE – É, mas também de ação, de como ajudar, de onde ir. Há experiências riquíssimas. Acho que é muito bem-vinda a proposta da Comissão de Educação do Senado de seguir esse debate. Há muita gente pensando e agindo sobre esse assunto no Brasil, experiências de Municípios, experiências de Estados bem sucedidas que eu acho que podem servir.

E é preciso ouvir o professor, trazê-lo para o centro dessa conversa. Acho que o Brasil vai avançar, não por mágica. Dizem que todo problema complexo tem uma solução rápida, fácil, barata, imediata e errada. Então, a gente precisa ter coragem de tomar decisões complexas. Toda vez que a gente discute um problema tão complexo como educação e não busca uma bala de prata, os outros buscam para nós. Então, a base não vai resolver, claro, da mesma maneira que o piso não vai resolver, da mesma maneira que a estruturação em nove anos não vai resolver. É um conjunto, mas a base tem esse poder aglutinador, porque ela vai colocar o Brasil debatendo o que a gente espera que as crianças saibam ao terminar a escola. E é isso que é fundamental. O mundo hoje é diferente, requer outras coisas, e a gente tem que fazer uma escolha para dar esse essencial.

Eu gosto muito da fala do Senador Cristovam da liberdade do aluno. Vamos dar liberdade ao aluno, vamos dar a ele condições para exercer sua liberdade, para que ele seja o cidadão que todos nós esperamos que ele seja e que possa ter a liberdade de contribuir para um país ainda melhor do que o que a gente tem hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. S^a tem toda a razão. Parabéns! É como dizem: se, no interior do Acre, nós formos dobrar o salário do professor primário, sabem o que vai acontecer? Nada. Ele só vai ter um poder aquisitivo maior. Mas nada vai acontecer para o aluno. Então, é um conjunto de ações.

Professora Paula.

A SR^a PAULA LOUZANO – Eu queria agradecer o convite mais uma vez e dizer que acho que a Base Nacional Comum, esse processo que o MEC tem liderado, pode ser a materialização do que o Professor Michael Young chama de conhecimento poderoso. O que seria esse conhecimento poderoso? É aquele conhecimento que vai garantir as mesmas possibilidades para o menino de Quixadá e para o meu filho, em São Paulo. E razão e proporção, para mim, é um conhecimento poderoso, que todas as crianças brasileiras, no final do nono ano, entendam e consigam compreender o que isso significa e saibam usar, aplicar isso. Por quê? Porque é isso que vai garantir... Eu não tenho dúvida de que o meu filho, como, provavelmente, o filho de todo mundo que está aqui nesta sala, vai poder ser engenheiro se quiser ser engenheiro, porque vai ter que estudar cálculo, vai poder ser médico porque vai ter que ler um *paper* de estatística.

Então, eu acredito que a Base Nacional Comum vai poder ampliar a oportunidade daqueles que hoje não a estão tendo.

Então, concordo com a Alice. Eu não tenho dúvida de que o contexto importa, mas a matemática é a mesma. Todos têm que aprender razão e proporção, e isso tem que ser um direito. Eu não tenho dúvida de que tem que ser um direito. Agora, como a materialização...

O SR. RAUL HENRY (PMDB – PE) – Paula, em Pernambuco, a gente calcula bode por hectare no sertão e, em São Paulo, carro por quilômetro de avenida, mas é a mesma matemática. *(Risos.)*

A SRª PAULA LOUZANO – É a mesma matemática, mas o exemplo vai ser outro. E eu não tenho dúvida de que, se não for outro, não vai ter sentido. É por isso que eu acredito que o nosso modelo é muito mais do que e muito menos do como, porque esse como é o professor que vai definir, no seu contexto. Mas a garantia do direito tem que ser para todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós é que agradecemos.

Eu quero agradecer e registrar a presença da Nilce Rosa, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação, da Clarice Traversini, Diretora de Currículos e Educação do MEC, da Camila, Gerente de Fundação, do Ítalo Modesto, da Ana, do Luiz Ribeiro, do Filipe Farias e da Jussara e dizer que me sinto muito feliz porque essa iniciativa que nós estamos “estartando” agora... Provavelmente, eu não estarei no Senado e muito menos na Comissão no ano que vem, mas a minha querida Vice-Presidente vai continuar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sob nossos protestos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

A ideia é fazermos um seminário, começarmos a ampliar essa discussão em março. A Senadora Ana Amélia vai capitanear. Quem sabe o Raul também venha para cá daqui a quatro anos. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas o que fica patente aqui é que nós estamos saindo daquela inércia. Ou seja, tem febre? Quebra o termômetro. Não, nós estamos começando a cuidar da febre. Isto é muito importante. Sabemos que temos necessidade de melhorar esse espaço. Como venho da área empresarial e sou muito prático, o que mais me chamou a atenção foi o que o Denis me falou de tudo. Para mim, o que importa é o resultado. Como nós estamos na ponta? Nós melhoramos? Nossa escola pública melhorou? Os nossos profissionais estão melhores? Há igualdade? Precisamos continuar dando cotas? Então, como resultado final, a gente vem aqui para o começo e começa a ver que precisamos rever o fundamental. E nós estamos fazendo isto. E é obrigação desta Casa, Maria Beatriz, estarmos em consonância com o Ministério sempre nessas audiências públicas.

Agradeço imensamente a presença da Casimiro, da Maria Beatriz, do Denis, da Paula e quero dizer que isso é só o início e que nós vamos continuar, de longe, o Raul em Pernambuco e eu em Goiás, junto com os nossos Parlamentares, a municiar. E tenho certeza de que nós vamos, sim, daqui a alguns anos, sentar a esta mesa e dizer “é, realmente, as desigualdades desapareceram”.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião e convido todos para a próxima terça-feira.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Marta Suplicy, Ana Rita, Randalfe Rodrigues, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, comunica que a reunião será dividida em duas partes, a primeira com a finalidade exclusiva de deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem de denominações de locais públicos, nos termos da Decisão nº 3-CE, e a segunda destinada à deliberação dos demais projetos. Logo após, a presidência informa que as proposições constantes da primeira parte da reunião serão agregadas

em blocos para realização das votações, esclarecendo que o primeiro bloco constituirá em uma única votação nominal para os projetos pela aprovação; o segundo, em uma única votação nominal para os projetos pela rejeição; e o terceiro, em uma única votação simbólica para os projetos não terminativos pela aprovação. Haverá ainda uma quarta votação simbólica para o item 12 da pauta, com parecer pela rejeição dos projetos que tramitam em conjunto. Em seguida, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à apreciação do plenário a proposta de dispensa da leitura dos pareceres, ressaltando que é facultado a qualquer membro da comissão solicitar destaque para votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea b, da decisão nº 1-CE. A proposta é aprovada por unanimidade. Logo após, a presidência inicia a deliberação da primeira parte da pauta. Prosseguindo, o Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2014 (**ver Extra-Pauta: Item 13**). Logo após, o Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, requer, oralmente a retirada de pauta do seguinte item: **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que “Denomina ‘Rodovia Ministro Alfredo Nasser’ a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela”, **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 723, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Denomina ‘Governador Ottomar de Sousa Pinto’ a BR-174, no Estado de Roraima, no trecho da divisa dos Estados do Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil/Venezuela”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 e do Projeto de Lei do Senado nº 723, de 2007. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do autor. Em seguida, a Presidência inicia a deliberação dos itens terminativos, com parecer pela aprovação dos projetos, a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 1-CE. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Odacir Soares, que “Denomina Ponte Rondon-Roosevelt a ponte sobre o rio Madeira, localizada na BR 364, que liga os Estados de Rondônia e Amazonas, entre os municípios de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM)”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável. A matéria é dada como lida e a discussão iniciada, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a deliberação de projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, que “Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável, com uma emenda oferecida. A matéria é dada como lida e a discussão iniciada, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a deliberação de projetos terminativos. Logo após, a Presidência passa a deliberação dos itens terminativos, com parecer pela rejeição dos projetos a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 1-CE. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Institui o mês de março como o ‘MÊS DA POESIA’”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é dada como lida e a discussão iniciada, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a deliberação de projetos terminativos. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do ‘Soldado da Borracha’”. O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é dada como lida e a discussão iniciada, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior votação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a deliberação de projetos terminativos. Em seguida, a Presidência passa a deliberação dos itens não terminativos com pareceres favoráveis, a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 3-CE. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Márcio Marinho, que “Institui o Dia Nacional da Capoeira”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o parecer favorável, com a emenda nº 1-CE, é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Zezéu Ribeiro, que “Institui o Dia Nacional do Samba de Roda”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer favorável é aprovado. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jose Stédile, que “Institui o Dia Nacional do Empregado Sindical”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Roberto de Lucena, que “Institui o dia 3 de março como o Dia Nacional da Igreja O Brasil Para Cristo”. O relator designado é o Senador Eduardo Braga e o parecer favorável é aprovado. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Luci Choinacki, que “Institui o Dia Nacional da Agroecologia”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, a Senadora Ângela Portela, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2014, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 14**). **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2014**, de caráter não termina-

tivo, de autoria do Deputado Luiz Couto, que “Denomina Israel Guedes Ferreira o edifício da Agência Central do INSS no Município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o parecer favorável é aprovado. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho, que “Denomina Rodovia General Bento Gonçalves o trecho da rodovia BR-116 entre os Municípios de Porto Alegre e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável é aprovado. **Extra-pauta, Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Artur Bruno, que “Institui o dia 7 de abril como Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola”. A relatora designada é a Senadora Vanessa Grazziotin e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação do Requerimento incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 47/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Ângela Portela e Ana Rita, que requerem “... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2014, que ‘Institui o Dia Nacional da Agroecologia’”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias da primeira parte da reunião: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2014; Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011; e Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2011**. Logo após, a presidência passa a deliberação da segunda parte da pauta. Neste momento, a Senadora Ana Rita, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 14, o que é aprovado. Prosseguindo, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2014, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 15**). Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Presidente da Comissão, Senador Cyro Miranda. **Item 14: Requerimento nº 46/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer “... nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 255/2014, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Representante do Ministério da Educação – MEC; Representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES; Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; e Representante da Confederação Nacional dos Municípios”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014, fica sobrestado até a realização da audiência pública. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer, pela prejudicialidade do projeto, é aprovado. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Fátima Bezerra, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre gestão democrática nas escolas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Feu Rosa, que “Dispõe sobre a tipificação como contravenção penal, nos casos que especifica, da prática do trote estudantil”, **que tramita em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2008**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), para prever o crime de trote vexatório”; **Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2009**, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o parágrafo único ao art. 45 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre os estatutos das mesmas instituições”; **Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2009**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Acrescenta o § 4º ao art. 146 do Código Penal e o § 4º ao art. 222 do Código Penal Militar, para tornar crime o trote vexatório”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009, na forma da emenda nº 1-CE (Substitutivo), e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 404, de 2008, nº 104, de 2009 e nº 176, de 2009, que tramitam em conjunto, é aprovado. Reassume a presidência dos trabalhos o Senhor Senador Paulo Paim. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que “Confere ao Município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, o título de

Capital Nacional do Chimarrão”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável é aprovado. Neste momento a Senhora Senadora Ana Rita faz um pronunciamento no sentido de registrar seu descontentamento com os procedimentos adotados pela presidência desta comissão quanto à designação de relatoria do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências”. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, registra a reclamação da senadora e manifesta-se no sentido de levá-la ao conhecimento do Senhor Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-pauta, Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sandro Mabel, que “Confere ao Município de Olímpia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Folclore”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer favorável é aprovado. **Extra-pauta, Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jorge Silva, que “Designa Juscelino Kubitschek de Oliveira como o patrono da urologia no Brasil”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias da segunda parte da reunião: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2014; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014; e Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim**, encerra a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira tem por finalidade a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de locais públicos, nos termos da Decisão nº 3 desta Comissão. A segunda será destinada à deliberação dos demais projetos.

Nessa primeira parte, as proposições serão agregadas em blocos para realização das votações. O primeiro bloco será uma única votação nominal para os projetos pela aprovação. O segundo bloco terá uma única votação nominal para os projetos pela rejeição. O terceiro bloco terá uma única votação simbólica para os projetos não terminativos pela aprovação. Já a quarta votação, simbólica, compreenderá o item 12 da pauta, com parecer pela rejeição dos projetos que tramitam em conjunto.

Submeto à aprovação do Plenário proposta de dispensa da leitura dos pareceres. Ressalto que é facultado a qualquer membro desta Comissão solicitar destaque para a votação em separado de qualquer uma das matérias segundo o disposto na alínea b da Decisão nº 1 desta Comissão.

Submeto à aprovação do Plenário a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2014.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta do Projeto nº 7, de 2014, da Câmara permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Passamos, então, à pauta, e vamos discutindo o encaminhamento, se houver alguma dúvida no Plenário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Eu gostaria, como autor do item 12, que fosse retirado de pauta para que eu pudesse encontrar um caminho que pudesse compatibilizar o pensamento do Relator com o meu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bem.

Então, a pedido do Senador Mozarildo, é regimental, o item 12 sai de pauta, para que se encontre um entendimento com o autor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Página 109.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Página 109. Está retirado de pauta.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu solicito inversão de pauta do item 14, considerando que ele está relacionado ao item 1 da segunda parte da reunião. Então, para que o item 1 seja votado, é importante ser votado primeiro o item 14, porque o item 14 trata-se de uma audiência pública para instruir o projeto de lei previsto no item 1 da segunda parte da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bem. Eu não vejo nenhum prejuízo da solicitação de V. Exª pedindo inversão, embora nós vamos começar aqui pelo item 1 e 2, com parecer favorável ao projeto, mas o pedido de V. Exª está contemplado. Eu diria que ninguém aqui será contra a inversão da pauta. O.k.?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. É só para registrar que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É antes da votação do item 1.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes do item 1, temos que votar o item 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Entendi. Já está assegurado o seu pedido. Nós vamos começar agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bom.

Os itens 1 e 2, com pareceres favoráveis aos projetos.

Não havendo quórum, claro que nós não vamos votar neste momento, apenas é dado como lido, mas V. Exª será contemplada. Antes da votação, será votado o seu pedido de audiência pública. O.k.?

Os itens 3 e 4, com parecer pela rejeição dos projetos.

Em discussão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2014

– Terminativo –

Denomina Ponte Rondon-Roosevelt a ponte sobre o rio Madeira, localizada na BR 364, que liga os Estados de Rondônia e Amazonas, entre os municípios de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM).

Autoria: Senador Odacir Soares

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Observações: Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2011

– Terminativo –

Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.

Autoria: Deputado Angelo Vanhoni

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável com a emenda oferecida.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

2 – Matéria a ser votada em bloco.

Não havendo quórum, claro que nós não vamos votar neste momento, apenas é dado como lido, mas V. Exª será contemplada. Antes da votação, será votado o seu pedido de audiência pública. O.k.?

Os itens 3 e 4, com parecer pela rejeição dos projetos.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, DE 2011**

– Terminativo –

Institui o mês de março como o “MÊS DA POESIA”.**Autoria:** Senador Paulo Paim**Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves**Relatório:** Pela rejeição.**Observações:** 1 – Matéria a ser votada em bloco.**ITEM 4****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2011**

– Terminativo –

Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do “Soldado da Borracha”.**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin**Relatoria:** Senador João Alberto Souza**Relatório:** Pela rejeição**Observações:** 1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/5/2014.

2 – Matéria a ser votada em bloco.

(Pausa.)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, continua aberta a discussão, e também não há número para fazermos votação nominal.

Os itens 5 a 11...Votação simbólica. Vou ler os itens para situar os Senadores e Senadoras.

Estou tratando agora dos itens não terminativos de 5 a 11.

Votação simbólica.

Eu vou dizer do que trata cada item.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2014**

– Não terminativo –

Institui o Dia Nacional da Capoeira.**Autoria:** Deputado Márcio Marinho**Relatoria:** Senador Anibal Diniz**ITEM 6****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2014**

– Não terminativo –

Institui o Dia Nacional do Samba de Roda.**Autoria:** Deputado Zezéu Ribeiro**Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares**ITEM 7****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2014**

– Não terminativo –

Institui o Dia Nacional do Empregado Sindical.**Autoria:** Deputado Jose Stédile**Relatoria:** Senador Paulo Paim**Relatório:** Favorável

ITEM 8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2014**

– Não terminativo –

Institui o dia 3 de março como o Dia Nacional da Igreja O Brasil Para Cristo.**Autoria:** Deputado Roberto de Lucena**Relatoria:** Senador Eduardo Braga**Relatório:** Favorável**ITEM 9****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2014**

– Não terminativo –

Institui o Dia Nacional da Agroecologia.**Autoria:** Deputada Luci Choinacki**Relatoria:** Senador Paulo Paim

Eu me lembro de que, na última reunião, ela me fez o apelo, eu pedi para colocar em pauta e li o relatório, que é favorável.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2014**

– Não terminativo –

Denomina Israel Guedes Ferreira o edifício da Agência Central do INSS no Município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba.**Autoria:** Deputado Luiz Couto**Relatoria:** Senador Vital do Rêgo**Relatório:** Favorável**ITEM 11****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 2014**

– Não terminativo –

Denomina Rodovia General Bento Gonçalves o trecho da rodovia BR-116 entre os Municípios de Porto Alegre e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.**Autoria:** Deputado Mendes Ribeiro Filho**Relatoria:** Senadora Ana Amélia

O Deputado Mendes Ribeiro Filho encontra-se muito doente.

Seria uma grande homenagem se nós aprovássemos de fato o projeto de autoria dele e de relatoria da Senadora Ana Amélia.

O item 12 saiu de pauta por orientação do nobre Senador Mozarildo.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2014**

– Não terminativo –

Confere ao Município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Chimarrão.**Autoria:** Deputado Beto Albuquerque**Relatoria:** Senadora Ana Amélia**Relatório:** Favorável**Observações:** A matéria será apreciada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora vamos, conforme combinado, ao item 13:

ITEM Nº 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2014

– Não Terminativo –

Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.

Autoria: Deputado Artur Bruno.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Votação simbólica dos projetos lidos, de 5 a 11, mais o 13, extrapauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aprovados os pareceres favoráveis aos projetos.

O item 12 foi retirado de pauta.

Vamos voltar ao item 1. Vamos só fazer a leitura.

Seguindo a orientação da Senadora Ana Rita, eu vou ler também, em seguida, a inversão de pauta, que é o que a senhora quer, quanto à audiência pública.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2014

– Terminativo –

Denomina Ponte Rondon-Roosevelt a ponte sobre o rio Madeira, localizada na BR 364, que liga os Estados de Rondônia e Amazonas, entre os municípios de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM).

Autoria: Senador Odacir Soares

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Observações: *Matéria a ser votada em bloco.*

Item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2011

– Terminativo –

Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.

Autoria: Deputado Angelo Vanhoni

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável com a emenda oferecida.

Observações: 1 – *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.*
2 – *Matéria a ser votada em bloco.*

Vamos ao item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, de 2011

– Terminativo –

Institui o mês de março como o “MÊS DA POESIA”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela rejeição.

Observações: 1 – *Matéria a ser votada em bloco. (Risos.)*

Item 4:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2011

– Terminativo –

Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do “Soldado da Borracha”.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela rejeição

Observações: 1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/5/2014.

2 – Matéria a ser votada em bloco.

Esses são os terminativos, que já foram lidos.

Todos esses projetos que li são terminativos, esses últimos ficam sobrestados até que haja número, de Senadores e Senadoras, suficiente no plenário para votação.

Vamos à segunda parte da pauta.

Qual é o item?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – De Olímpia.

É o item... do PLC nº 125.

Pedi a V. Exª que, se fosse possível, incluísse extrapauta, nesse caso eu relataria, porque tenho que voltar à CAE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os Senadores que concordam com o pedido do Senador Aloysio de que esse item entre extrapauta continuem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ao mesmo tempo, ele pede a inversão da pauta para que ele possa se deslocar para uma outra Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. Feita a inversão de pauta, com a palavra o Relator.

E devolvo à Presidência ao Senador Cyro.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu só queria pedir urgência para o projeto que foi aprovado agora, do item 9, que institui o Dia Nacional da Agroecologia. Pedir urgência para votação no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Coloco a proposta da Senadora Angela Portela em discussão para que seja incluso extrapauta em regime de urgência.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar concordando com a Senadora Angela Portela. É um projeto importante. Acho que a autora, Deputada Luci, gostaria muito de vê-lo aprovado ainda este ano, considerando que ela não estará no Congresso Nacional a partir do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito. Não tendo quem queira discutir. Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2014.

Voltamos então à parte 2.

Item 1:

EXTRAPAUTA

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2014

– Não terminativo –

Confere ao Município de Olímpia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Folclore.

Autoria: Deputado Sandro Mabel

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável

Observações: *Matéria a ser votada em bloco.*

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Não entendi o item 9 que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Foi votada a urgência...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, ele já está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Foi votada a urgência. Perfeito.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ainda falta votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Falta votar o projeto. Então, voltaremos a ele em seguida.

O projeto já foi votado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Já foi votado o projeto. Estou pedindo urgência para votação em plenário.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Para votação em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Já foi aprovada a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Já foi aprovada. Eu me confundi...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Também me confundiu aqui. Então, foi votada a urgência para ir ao plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Isso.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Tudo bem. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O Senador Paulo Paim votou em bloco todos os projetos não terminativos. Então, votamos o pedido de urgência para o plenário, foi aceito por todos os Senadores ele vai com um pedido de urgência para o Senado.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2014, que confere ao Município de Olímpia, no Estado de São Paulo o título de Capital Nacional do Folclore e homenagem cívica honorífica.

É da nossa região de São José do Rio Preto.

Com a palavra o Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero agradecer em primeiro lugar a colaboração, a gentileza dos meus colegas da Comissão que concordaram com a inclusão desse projeto de lei extrapauta para que eu pudesse relatá-lo neste momento.

O projeto de lei vem da Câmara dos Deputados e é de autoria do Deputado Sandro Mabel. O seu objetivo é conferir à cidade de Olímpia, vizinha, meu caro Senador Cyro Miranda, a sua cidade natal São José de Rio Preto, o título de Capital Nacional do Folclore.

Muita gente me perguntou por que isso, alguns que ainda não conhecem a importância do Festival de Folclore que se realiza anualmente em Olímpia. São 49 anos já. Olímpia se transformou realmente no centro de convergência de grupos folclóricos, pesquisadores de folclore, do povo interessado na manifestação da cultura popular que acontece a essa cidade anualmente para assistir a um dos mais belos espetáculos de massa que ocorre no Brasil que é o Festival de Folclore que foi construído em uma praça que foi construída especialmente para isso, um estádio foi construído especialmente para isso e tem 96.000m² de espaço disponível e que traz o nome de um Prof. José Santana que foi o idealizador e o promotor desse evento. Além disso, em Olímpia, temos lá o Museu de História e Folclore Maria Olímpia que é considerado um dos mais completos e ricos, em matéria de diversidade, do Brasil, com mais de três mil peças relativas ao folclore brasileiro.

De modo que a aprovação desse, Sr. Presidente, além de prestar uma homenagem a todos aqueles que mantiveram viva essa chama, a todos aqueles que instituíram esse festival e fazem com que ele se transforme cada vez mais num grande evento de repercussão nacional e mesmo internacional, uma vez que para lá acorrem grupos folclóricos de outros países é também uma forma de tornar conhecido de todos os brasileiros essa grande realização que homenageia a cultura popular em nosso País.

Portanto, o meu relatório conclui pelo voto favorável à aprovação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, até pela explicação do porquê o Deputado Sandro Mabel fez esse projeto da nossa querida Olímpia, bem pertinho, faz parte de São José do Rio Preto, diga-se de passagem, região metropolitana.

Coloco, então, em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2014, de autoria do Deputado Sandro Mabel e relatoria do Senador Nunes Ferreira.

Não tendo quem queira discutir, coloco em votação.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 125.

Passemos, então, ao item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental.

Autoria: Senador Wilson Matos

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações: 1 – *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, outra para as emendas.*
2 – *Na reunião do dia 25/11/2014, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.*

3 – *Na reunião do dia 2/12/2014, foi apresentado requerimento nº 46/2014-CE, de autoria da Senadora Ana Rita, propondo a realização de Audiência Pública para instruir o presente projeto. Sendo aprovado o requerimento a matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública.*

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, o requerimento é o item 14, para o qual eu havia solicitado inversão de pauta, para que fosse votado antes do item 1, para garantir a realização de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Ex^a, tem toda a razão, ele tem prioridade e nós vamos colocá-lo, então, em votação agora.

Em discussão, passo a palavra à Senadora para fazer a justificativa do requerimento.

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeremos, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2014, que “Institui o Dia Nacional da Agroecologia”.

Autoria: Senadora Angela Portela e outros.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, nós solicitamos essa audiência pública, considerando que o projeto de lei que será apreciado, o PLS nº 255, de 2014, trata de alteração do Plano Nacional de Educação.

Eu havia justificado que o Plano Nacional de Educação já foi bastante debatido aqui no Congresso Nacional e aprovado recentemente. Houve também a Conferência Nacional de Educação, há poucos dias, e, portanto, eu acho que é preciso, realmente, debater o projeto ora proposto, para que não façamos nenhuma alteração no Plano Nacional de Educação que venha trazer qualquer dificuldade, qualquer prejuízo.

Então, o objetivo da audiência pública é justamente fazer esse debate para instruir o PLS nº 255, de 2014, aqui apresentado, que está no item 1, de autoria do Senador Wilson Matos e relatoria do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito. Regimentalmente estamos de pleno acordo.

Colocamos em discussão, então, o Requerimento nº 46, de autoria da Senadora Ana Rita, por ela relatado e justificado.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, o projeto fica sobrestado até essa audiência pública, que terá seis representantes: representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, representante do Ministério da Educação, representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e representante Conselho Nacional de Secretários de Educação.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um adendo, porque ontem à noite, representante da Confederação Nacional dos Municípios nos procurou para também participar da audiência pública, e, diante dos nomes aqui colocados, eu tenho entendimento de que há uma boa representação. Mas, se esta Comissão entender que é importante, eu acatarei também a solicitação da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Bom, há a representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Eu não me oponho, vou colocar em discussão, mas eu acho que uma audiência pública com mais de cinco – aqui já são seis e iríamos para sete – se torna meio improdutivo. Mas a deliberação é dos Srs. Senadores.

Eu coloco, então, em discussão a inclusão do representante do Município, uma vez que vejo que tem representante da União Nacional dos Dirigentes, mas nada contra. Ou pode até desmembrar em duas se for o caso.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós colocamos em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com a inclusão de um representante dos Municípios permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Item 7, Senador Cícero Lucena.

Enquanto aguardamos a volta do Senador Cícero, vamos passar ao item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2007

– Não terminativo –

Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre compact discs (CD) e digital video discs (DVD) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na contribuição para o financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações: *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.*

Eu pergunto ao Senador Mozarildo Cavalcanti se aceita ser o Relator *ad hoc*.

Em seguida, o item 7, do Senador Cícero.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto é de autoria do Senador Magno Malta, e o Relator é o Senador Cristovam Buarque.

Funcionando como Relator *ad hoc*, eu quero passar às considerações finais do mérito do projeto.

O exame das especificidades de cada tributo, inerentes à configuração constitucional e legal e a seus objetivos políticos, econômicos e fiscais, também autoriza que a Comissão de Educação alerte: a) a isenção do Imposto de Importação corresponde a uma derrogação da Tarifa Externa Comum, adotada pelos países-membros do Mercosul. O favor fiscal deve, portanto, ser previamente negociado no âmbito do Mercosul, não cabendo ao Brasil concedê-lo de maneira unilateral; b) o Congresso Nacional delegou ao Chefe do Poder Executivo a competência para alterar as alíquotas do IPI. A redução das alíquotas relativas aos CDs e DVDs, hoje de 15%, parece mais apropriada que a isenção, inclusive sob a ótica constitucional, pois ofenderia menos o princípio da seletividade citado anteriormente; c) a receita da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, incidentes na importação e no mercado interno, é vinculada à Seguridade Social e à proteção do trabalhador. O princípio constitucional da solidariedade impõe que o legislador seja sóbrio na outorga de desonerações que

têm se concentrado em poucos setores considerados essenciais, como alimentos, investimento em infraestrutura, medicamentos, atividades ligadas à saúde, livros, etc.

Finalmente, cabe mencionar que o Congresso Nacional tem promovido esforços no sentido de prevenir e reprimir a pirataria que tanto incomoda o setor. A título exemplificativo, podemos citar a aprovação, após extensa discussão, da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que instituiu o Regime de Tributação Unificado na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, de forma a incentivar a formalização do comércio dos sacoleiros.

Por tais motivos, seguimos a mesma linha adotada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e consideramos prejudicado o projeto.

Por essas razões, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 210, de 2007.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão o Projeto de Lei nº 210, de 2007. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam com a prejudicialidade do projeto relatado *ad hoc* pelo Senador Mozarildo Cavalcanti permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O projeto foi aprovado, com parecer pela prejudicialidade.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 7:

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2009

– Não terminativo –

Dispõe sobre a tipificação como contravenção penal, nos casos que especifica, da prática do trote estudantil.

Autoria: Deputado Feu Rosa

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 9/2009, na forma da emenda substitutiva oferecida, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 404/2008, 104/2009 e 176/2009, que tramitam em conjunto.

Observações: 1 – Na reunião do dia 2/12/2014, foi concedida vista coletiva.

2 – A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, será apreciada no plenário.

Tramita em conjunto com os projetos citados: 404, 104 e 176.

Com a palavra, o nobre Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

O trote estudantil pode ter origem nas primeiras universidades, na Europa da Idade Média, onde aparece associado ao hábito de separar veteranos e calouros por razões profiláticas, notadamente para a proteção da saúde dos primeiros. Todavia, ainda no século XIV, essas preocupações preventivas haviam se transformado em rituais aviltantes, com nítida conotação sadomasoquista. Isso foi observado nas universidades de Bolonha, Paris e, principalmente, Heidelberg, onde os calouros tinham pelos e cabelos arrancados e eram obrigados a beber urina e a comer excrementos para passar da condição de “feras” a “domesticados”.

Os estudantes brasileiros que realizaram parte de seu processo educativo naquele ambiente trouxeram a “novidade” para o Território nacional. Em decorrência disso, surgiram desavenças entre veteranos e calouros, que culminaram com a morte, em 1831, de um estudante da faculdade de Direito de Olinda – a primeira, mas não única, vítima de trote violento no Brasil.

Hoje, os trotes em calouros nas faculdades ou nas academias militares estão se tornando cada vez mais polêmicos e reprováveis em razão dos inomináveis abusos, violência, agressividade e humilhação. As selvagerias indescritíveis a que dão azo revelam total menosprezo pelo ser humano e pelo próximo. Com isso, trote estudantil configura grave retrocesso civilizatório, merecendo ser coibido por não ser aceito pela sociedade, tendo em vista o flagrante desrespeito aos direitos humanos que encerra.

A propósito, a oportunidade da matéria pode ser atestada por sua repercussão no Congresso Nacional.

No que concerne às condutas, cuja tipificação é proposta pelos PLS nº 404, de 2008, e nº 176, de 2009, cabe registrar que a lesão corporal, ato de ofensa à integridade física de alguém, já é crime tipificado no art. 129 do Código de Penal, sujeito à pena de detenção de três meses a um ano. Da mesma maneira, o constrangimento ilegal encontra-se tipificado no art. 146 do Código Penal, que prevê pena de detenção de três meses a um ano ou multa, as quais podem ser cumulativas e em dobro, quando, para a execução do crime, reúnam-se mais de três pessoas ou haja emprego de armas. Ademais, a conduta de “perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios”, com gritaria ou algazarra, já constitui contravenção penal tipificada no art. 42 da Lei de Contravenções Penais, cuja pena é prisão simples de quinze dias a três meses ou multa.

Nada impede, entretanto, que o citado PLC nº 9, de 2009, e seus apensos sejam aprovados, na forma do substitutivo apresentado a seguir, de modo a tipificar penalmente a conduta de trote, por meio de uma lei clara, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

É de salientar que a conduta do trote estudantil, se transformada em crime comum de menor potencial ofensivo, será submetida às regras da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”, tendo em vista que a pena cominada máxima não é superior a dois anos.

No que tange à previsão de aplicação de multa por ente estranho ao Poder Judiciário, parece não haver muito empecilho, desde que a medida seja circunscrita ao Poder Público. Assim, parece não haver maior problema em relação à eventual aplicação de cominações de multa por IES públicas, uma vez que integram a estrutura do Estado.

No que concerne às IES privadas, pode-se optar por conferir competência específica para aplicar multas, nos casos que as envolverem, a algum órgão ou ente vinculado ao Poder Executivo da União, remetendo-se tal faculdade a regulamento.

Propomos ainda substituir as 20 horas de duração máxima da atividade de integração universitária por 12 horas. A hipótese de 20 horas poderia criar uma semana de recesso nas instituições, o que contrariaria os objetivos centrais do processo educativo.

Quanto a outras sanções disciplinares, deve-se cuidar, como o faz o substitutivo proposto, de compatibilizar a suspensão ou o desligamento das atividades aos ditames da vida acadêmica.

Por fim, eventual alegação de injuridicidade do projeto, em face da falta de coercitividade das medidas propostas em relação à conduta das instituições de ensino, pode ser justificada em nome da autonomia, que é constitucionalmente assegurada à maioria das instituições onde os trotes de maior expressão têm lugar. Se apontasse os meios de coerção às instituições, para obrigá-las, a proposição poderia ser inquinada de inconstitucional.

Diante do exposto, é de se concluir que os projetos atendem aos requisitos formais de constitucionalidade, porquanto a matéria trata de direito penal e educação, cuja competência para legislar é do Congresso Nacional, por força dos arts. 22, I, 24, IX, e 48, todos da Constituição Federal.

Optamos pelo oferecimento de substitutivo, tendo em vista que os projetos precisam de reparos no que tange aos aspectos de melhor técnica legislativa e jurisdição, sem prejuízo do caráter educativo que tentam imprimir.

Ademais, a presente tramitação em conjunto obedece à regra do art. 260 do Regimento Interno, que confere procedência ao projeto da Câmara sobre o do Senado.

Assim, embora o substitutivo apresentado incorpore medidas de todas as proposições apensadas, regimentalmente se impõe a aprovação do PLSC em detrimento do PLS, que tramitam em conjunto.

Voto.

Opinamos, por conseguinte, pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 404, de 2008, e dos Projetos nº 104 e 176, ambos de 2009, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009, na forma seguinte da emenda substitutiva.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Informo a todos que essa matéria ainda vai à CCJ e depois ao Plenário.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os demais projetos estão prejudicados.

Aprovado na forma do substitutivo lido aqui pelo Senador.

Item 12, conforme acordo feito no início dos trabalhos.

Em seguida, passarei à Senadora Ana Amélia.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2014

– Não terminativo –

Confere ao Município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Chimarrão.

Autoria: Deputado Beto Albuquerque

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável

Observações: *A matéria será apreciada pelo Plenário.*

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores e Senadoras, queria, antes, agradecer a votação e a aprovação, que foi feita em bloco pelos colegas Senadores, do item 11, que trata de uma iniciativa do Deputado Mendes Ribeiro Filho, ex-Ministro da Agricultura, denominando Rodovia General Bento Gonçalves o trecho da BR-116 entre Porto Alegre e Jaguarão, uma cidade importante na fronteira com o Uruguai – do outro lado é Rio Branco – no nosso Estado do Rio Grande do Sul. É uma referência importante. Queria cumprimentar e agradecer aos colegas Senadores.

O relatório cuja relatoria me coube é do Deputado Beto Albuquerque. Como já foi visto o preâmbulo do Senador Paulo Paim, nosso Presidente da Comissão de Educação neste momento, o projeto confere ao Município de Venâncio Aires o título de Capital Nacional do Chimarrão.

Eu queria apresentar, então, o relatório, lembrando que, na justificativa, o autor, Deputado Beto Albuquerque, ressaltou a importância que tem a erva-mate e o seu consumo na forma de chimarrão para o Município de Venâncio Aires – e para uma ampla região, também, em todo o nosso Estado –, o que já lhe valeu, em 2009, o reconhecimento, pela Lei nº 13.281, do Estado do Rio Grande do Sul, como Capital Nacional do Chimarrão.

O reconhecimento em nível federal viria a atestar, de modo incontestável, a proeminência de Venâncio Aires na valorização cultural do chimarrão.

Depois de receber, na Casa de origem, pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal, onde foi distribuída à apreciação exclusiva desta Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas à proposição. É claro que a erva mate, na análise do projeto – é preciso lembrar – é uma planta nativa da América do Sul, que foi, desde os tempos antigos, cultivada e apreciada como bebida pelos quíchuas, aymarás e guaranis, as populações primitivas da região remanescentes evidentemente.

A forma mais tradicional de consumo se dá por meio da infusão do mate amargo na cuia, sendo, então, sorvido pela bomba – eis o famoso chimarrão –, que se tornou não apenas um hábito cotidiano, mas também uma importante forma de convívio e forte elemento de identidade cultural em alguns países sul-americanos e em nossa Região Sul.

No Brasil, o chimarrão se popularizou não apenas nos Estados sulistas, mas também em áreas do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e em todas as outras regiões, como Goiás, em que os imigrantes gaúchos foram para estas como desbravadores.

Comparo o chimarrão, Senador Paulo Paim, ao cachimbo da paz, porque passa de mão em mão, tendo um pouco desse símbolo da congregação das pessoas.

Com o tempo, foram descobertas importantes propriedades nutritivas e medicinais da erva mate, a exemplo de reforçar o sistema imunológico, combater a oxidação e fortalecer os sistemas nervoso e cardíaco. Não é à toa que nossos gaúchos sempre consumiram a bebida moderadamente estimulante para ajudar na lide diária com os rebanhos e outras tarefas da vida do campo.

Entre os municípios sul-rio-grandenses e brasileiros, Venâncio Aires, há muito tempo, se destaca no cultivo e no beneficiamento da erva mate, no consumo e na valorização do chimarrão. Na bandeira e no brasão do município, veem-se a cuia, a bomba e a própria erva.

Os nomes do chimarrão e do mate estão presentes em diversos logradouros públicos, e um dos mais concorridos eventos na cidade, que já está na sua agenda cultural e turística, é a Festa Nacional do Chimarrão.

Deve ser ressaltada ainda a atuação do Instituto Escola do Chimarrão, que, desde 1998, busca difundir e estimular o hábito salutar, ampliando o seu consumo e beneficiando, assim, toda a cadeia produtiva da erva mate, que, como o café, também é estimulante.

Por tais motivações culturais e econômicas e pelo inegável mérito e destaque de Venâncio Aires na promoção do costume do chimarrão, julgamos plenamente justificado que esse município receba, por Lei Federal, o título de Capital Nacional do Chimarrão, com a iniciativa oportuna do Deputado Beto Albuquerque.

Consideramos, ademais, que a proposição se mostra condizente com os ditames constitucionais, com os princípios gerais do Direito, com o Regimento Interno da Casa e com a técnica legislativa adequada.

Tendo em vista o disposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2014.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cumprimentando o Deputado Beto Albuquerque e o relatório da Senadora Ana Amélia, favorável, abrimos a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Projeto é aprovado por unanimidade.

Parabéns a Venâncio Aires. Parabéns, Deputado Beto Albuquerque. Parabéns, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Antes de encerrar a presente reunião, concedo a palavra à Senadora Ana Rita, pela ordem.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, gostaria de fazer essa fala na presença do Presidente Cyro Miranda, que é o Presidente desta Comissão.

Sou Relatora do PLS nº 19, de 2011, que trata da Voz do Brasil.

O Senador Lobão Filho fez um requerimento, para que o Projeto fosse encaminhado para a CCT, Comissão de Ciência e de Tecnologia. Esse projeto foi devolvido. Desde abril, pelo acompanhamento que estamos fazendo aqui, o Presidente desta Comissão avocou para ele a relatoria. Eu era Relatora do Projeto.

Nessa semana que passou, cobrei isso do Senador Cyro Miranda, no sentido de que era importante que o projeto fosse votado ainda este ano.

O Senador Cyro Miranda me disse, naquele momento, que não tinha avocado para si o projeto, e pedi a ele que retornasse, então, para o debate aqui nesta Comissão, para que nós pudéssemos ter a oportunidade de apreciar. Até porque, como Relatora, eu fiz audiência pública sobre esse projeto, ouvi diversas entidades a respeito do assunto, recebi a Abert no meu gabinete, conversamos sobre o projeto, enfim, eu acumulei informações e acumulei uma opinião a respeito desse projeto a partir da audiência pública e também por ter ouvido diversas pessoas, diversas entidades, inclusive a Abert.

Acontece que eu fiquei muito surpresa quando, no acompanhamento do andamento do projeto, foi definida uma outra relatoria para a matéria e justamente no dia em que eu cobrei do Presidente que o projeto viesse para a pauta.

Então, estou completamente insatisfeita com esse encaminhamento, me senti desrespeitada, porque retiraram de mim uma relatoria e nem me falaram nada, nem me comunicaram, e é uma matéria que eu entendo de alta relevância, tanto que está tramitando nesta Casa, vai e volta, vai e volta, ficou parada um bom tempo porque é uma matéria que gerou discussão aqui dentro do Congresso. Eu, como Relatora, me senti desrespeitada.

Quero fazer esse registro. E gostaria de que esse registro ficasse constando aqui dos anais desta Comissão. Gostaria de ter feito isso na presença do Presidente, Senador Cyro, porque é o Presidente desta Comissão e foi com ele que eu dialoguei. Então, faço esse registro da minha insatisfação e também de que me senti desrespeitada porque era Relatora, a relatoria foi avocada para o Presidente, ele tem todo o direito, regimentalmente, de fazer isso, só que, depois, definiu uma outra relatoria. Eu não entendi. Confesso que não entendi. Então, faço esse registro da minha insatisfação e do meu descontentamento com esse procedimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, eu providenciei aqui para que o Senador Presidente viesse até aqui a fim de que pudesse responder o que aconteceu nesse procedimento. Parece-me que ele está votando na CAE. Mas nós pedimos a ele que retornasse a esta nossa reunião, porque acho importante, devido a suas considerações. Acho que todos nós ficamos aqui meio sem entender bem o que aconteceu. Então, nada melhor do que o Senador chegar aqui.

Aproveito, na expectativa de ele vir, para, de imediato, passar a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Acho pertinente. Esse tema é muito importante – eu, como jornalista, e também o Senador Sérgio Zambiasi, que iniciou esse debate, assim o consideramos. São muito importantes as ponderações da Senadora Ana Rita.

Eu queria aproveitar, como não é terminativa a matéria, para pedir a V. Exª que submetesse aos colegas se poderíamos colocar uma matéria extrapauta, para limpar a nossa agenda aqui, porque a matéria não tem nenhum conflito.

Talvez muitas pessoas não saibam, quando fiz o relatório fui saber, que Juscelino Kubitschek, que dá nome inclusive ao auditório da Procuradoria-Geral da República, acabei de vir de uma cerimônia lá agora, Juscelino Kubitschek, criador da nossa Capital, Brasília, era de formação médica, era urologista. O Senador Mozarildo, que está aqui, é médico também. O autor do projeto, Deputado Jorge Silva, que é do Espírito Santo, da Senadora Ana Rita, é médico urologista também, uma figura que tem dado contribuição.

Então, o projeto dele, de que tive a honra de ser Relatora, considera Juscelino Kubitschek patrono da urologia no Brasil. Acho que é uma homenagem que se faz. Não há conflito nisso.

Se a gente pudesse votar, gostaria de que V. Ex^a, Senador Paulo Paim, enquanto o nosso Presidente não vem à Comissão, submetesse a plenário. Se os Senadores não se opõem, poderíamos apresentar o relatório e votá-lo. É extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora. De imediato, vamos fazer o seguinte encaminhamento: consulto o Plenário se concorda com a inclusão extrapauta do Projeto da Câmara nº 122, de 2014, de autoria do Deputado Dr. Jorge Silva.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, entendo que foi acatada a inclusão extrapauta.

Já que foi incluído extrapauta, de imediato, passo a palavra à Relatora do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de autoria do Deputado Dr. Jorge Silva, que designa Juscelino Kubitschek de Oliveira patrono da Urologia no Brasil.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, vem a propósito a apreciação da matéria, porque nós acabamos o Novembro Azul, em cuja realização a Sociedade Brasileira de Urologia teve uma participação muito ativa. Nós, aqui no Senado, trabalhamos em conjunto com o Deputado Dr. Jorge Silva.

O PLC nº 122 faz uma homenagem justa a um dos vultos mais importantes da história política brasileira, colocando em evidência uma especialidade médica da maior relevância.

Juscelino Kubitschek, estadista internacionalmente reconhecido, homem que contribuiu para a projeção internacional do Brasil, foi também médico urologista e merece ocupar a posição de patrono dessa especialidade médica.

Ressalte-se também o fato de que, nos últimos anos, a área de urologia, em particular no ramo do diagnóstico e tratamento de doenças prostáticas, tem tido sua importância amplamente destacada. Inúmeras campanhas são conduzidas anualmente com o propósito de conscientizar a população masculina quanto à necessidade de realizar exames preventivos da próstata.

Segundo especialistas, essa modalidade de tumor maligno é a segunda que mais mata os homens e a primeira em incidência entre aqueles que passam dos 50 anos de idade.

Dessa forma, associar uma especialidade médica que, entre vários outros acometimentos de saúde, trata de doença de tal importância ao nome de um brasileiro de tamanho destaque como Juscelino Kubitschek, certamente, contribuirá muito para potencializar as campanhas que visam criar a cultura da prevenção e promover hábitos saudáveis.

É, portanto, extremamente meritório e oportuno o projeto em apreço, de autoria do Deputado Dr. Jorge Silva.

Cumpre também analisar os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, tendo em vista que a proposição não foi despachada para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Também com relação a isso não há reparos a fazer ao PLC nº 122.

Voto.

Diante das argumentações expostas, somos pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2014 (PLC nº 5.828, de 2013, na origem).

Este, o meu voto, pela aprovação, destacando, mais uma vez, o mérito da iniciativa do Dr. Jorge Silva.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs, Senadores que concordam com o relatório apresentado pela Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Como o Senador Cyro não chegou, eu vou para os “finalmentes”, sem prejuízo de que, quem sabe, na próxima quarta-feira, a gente continue o debate sobre o questionamento levantado pela Senadora Ana Rita. Contudo, falarei a ele do seu descontentamento, mediante o que aqui foi relatado, com relação à tramitação do projeto.

Enfim, informo que amanhã, quarta-feira, às 10h, teremos reunião da Comissão, com vistas à realização de audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que dispõe sobre o sistema nacional de políticas públicas sobre drogas e as condições de atenções aos usuários ou dependentes de drogas; e trata do financiamento das políticas sobre drogas.

Observações:

- Autoria do Requerimento nº 36, de 2014: Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata;
- Autoria do requerimento, com aditamento: Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim;

Ainda: a audiência pública foi encaminhada por meio da Proposta nº 13.061, apresentada por meio do Portal e-Cidadania e endossada pela manifestação de apoio de 10 mil cidadãos.

Essa audiência será realizada em caráter interativo, através do Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

Reunião destinada a instruir a seguintes matéria: PLC nº 37, de 2013, de autoria do Deputado Osmar Terra.

Convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
 - Representante do Ministério da Educação;
 - Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e
 - Diretor do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Sr. Elisaldo Luiz de Araújo Carlini.
- Sem mais para o momento, damos por encerrada a nossa reunião de hoje da nossa Comissão de Educação. Até amanhã.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Lídice da Mata**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Lídice da Mata, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ângela Portela, Marta Suplicy, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 36/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata e nº 44/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim, destinados a instruir o **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que dispõe sobre “O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e trata do financiamento das políticas sobre drogas”**. A audiência pública foi encaminhada por meio da Proposta nº 13.061, apresentada através do portal e-cidadania e endossada pela manifestação de apoio de dez mil cidadãos. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Clarice Salette Traversini, Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC); Senhor Alexandre Teixeira Trino, Coordenador Adjunto de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; Senhor Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, Diretor do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID); e Senhor Jaime César de Moura Oliveira, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**. Logo após, a presidência registra a presença na presente reunião do Senhor Diogo Soares, Diretor-Adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Senhora Raquel Turci Pedroso, Coordenadora do Projeto de Prevenção ao uso de Drogas nas Escolas da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; Senhor Daniel Adolpho Daltin Assis, Consultor da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; Senhor Marcos Paulo Dias Rodrigues, Chefe da Assessoria Parlamentar da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Senhora Andresa Porto, Relações Governamentais da Rede Justiça; Senhor Pedro Binsfeld, Assessor da Presidência da Agência Nacional de Vig-

lância Sanitária (ANVISA); Senhora Camila Xavier Gontijo, Representante da Associação de Pacientes; e Senhora Luciana Boiteux, Professora de Direito Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Finda a apresentação dos expositores, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Lídice da Mata agradece aos mais de cem internautas que participaram interativamente da presente reunião, através do portal e-cidadania, com o envio de mais de trezentos comentários aos participantes. Em seguida, distribui alguns questionamentos recebidos, assim como a pergunta formulada pela professora Luciana Boiteux, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para serem respondidos pelos expositores. Após as considerações finais dos expositores, a presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Lídice da Mata, encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimento nºs 36, de 2014-CE, de minha autoria e do Exmº Sr. Senador Cyro Miranda, e nº 44, de 2014-CE, de minha autoria e do Exmº Sr. Senador Paulo Paim, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Convidados: convido a Srª Clarice Salete Traversini, Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC); convido o Sr. Alexandre Teixeira Trino, Coordenador Adjunto de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, Diretor do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid); Sr. Jaime César de Moura Oliveira, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Bom dia a todos!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado; portanto, todos os órgãos de comunicação da Casa.

A reunião contará, ainda, com os seguintes canais de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.gov.br/e-cidadania, que transmitirá ao vivo a presente audiência e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Nós já começamos a receber algumas dessas perguntas. Os interessados poderão acessar, ainda, o Facebook e o Twitter do Senado Federal, para participarem desta audiência. A audiência também poderá ser assistida pelo *site* YouTube, através do endereço eletrônico <http://youtube.com/tvsenado>.

O Senado é a única Casa legislativa do País que transmite todas as suas sessões diariamente, em tempo real, pelo YouTube e agora, também, já faz isso nas comissões de trabalho.

Quero registrar as presenças de Diogo Soares, Adjunto de Diretor da Anvisa; Raquel Pedroso, Coordenadora do Projeto de Prevenção ao uso de Drogas nas Escolas da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde – o nome é grande, longo; Daniel Assis, Consultor de Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; Marcos Paulo Dias Rodrigues, Chefe da Assessoria Parlamentar da Anvisa; Andressa Porto, Relações Governamentais da Rede Justiça; Pedro Binsfeld, Assessoria da Presidência da Anvisa; Camila Xavier Gontijo, Representante da Associação de Pacientes.

Sejam todos bem-vindos a esta reunião!

Só para esclarecimento, o requerimento para esta audiência pública foi apresentado via e-Cidadania, que é o portal de participação interativa do Senado, com o apoio de 10 mil assinaturas. Portanto, é uma audiência pública fruto da participação direta do cidadão no Senado Federal, para nos instruir a respeito do projeto que trata da política nacional de drogas, oriunda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

relatada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, e, aqui, nesta Comissão, trataremos da questão sob a ótica da sua relação com educação, passará a ser relatada por mim nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Nós já aprovamos requerimento no sentido de dar prosseguimento a este debate e devemos, a partir do próximo ano, manter algumas audiências públicas sobre essa temática, para poder adaptar esta visão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a respeito da política nacional de drogas do nosso País. Portanto, esta audiência pública inaugura a nossa discussão neste tema aqui, na Comissão de Educação.

Agradeço a todos os envolvidos, a todos que estão aqui presentes, aos que estão nos acompanhando através da TV Senado, YouTube, e-Cidadania e de todas as outras formas de comunicação que o Senado mantém com o cidadão.

Vamos iniciar a nossa audiência. Antes, porém, sugerimos o tempo de 15 minutos para cada um dos expositores, tendo, claro, um pensamento de não impedir ninguém de finalizar o seu raciocínio, nós daremos o tempo necessário para que cada um possa concluir. Apenas estabelecemos um tempo para que possamos ter um planejamento do período de realização da audiência pública e permitir a todos o mesmo nível de participação igualitária. Certo? Quando o tempo se esgota, sem a minha intervenção, o relógio do Senado é programado, ele dará um aviso para solicitar a conclusão da fala.

Vamos, então, iniciar pela ordem daqueles que convidamos ou pela ordem aqui da Mesa. Talvez seja melhor...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – ... pela ordem da Mesa.

Então, aceitando a sugestão da Drª Clarisse, uma das nossas convidadas, a minha parceira nesta Mesa como mulher, eu passo a palavra ao Prof. Dr. Elisaldo Carlini.

Muito obrigada.

Estamos com uma quantidade grande de participação no e-Cidadania, provavelmente, mais de cem perguntas e opiniões a respeito.

O SR. ELISALDO LUIZ DE ARAÚJO CARLINI – Pois não.

Antes de começar a fazer minha explanação, por meio de eslaides, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer demais a honra do convite recebido. Tenho satisfação de estar aqui presente na companhia de colegas de diferentes Ministérios.

Eu gostaria também de dizer alguma coisa a respeito do meu currículo.

Sou formado em Medicina por mais de 60 anos. Desde 1957, lido com essa área de drogas, problemas de drogas. Fui membro do INCB, que é o órgão internacional das Nações Unidas, ligado, especificamente, ao programa de drogas, durante dois mandatos, e sou, atualmente, membro da Organização Mundial de Saúde, do comitê de peritos sobre drogas. Então, é uma experiência muito antiga, e o antigo pode ter valor, às vezes, porque quem não sabe a história repete seus erros.

E, antes de eu começar a falar sobre o assunto em si, eu gostaria de dizer o seguinte: aqui, no Brasil, o problema sobre drogas passou por vários momentos importantes. O primeiro momento da atualidade foi o primeiro Programa Nacional de Políticas sobre Drogas através da Presidência da República. Então, por meio de um órgão existente na Presidência da República, foi criado o Confen, Conselho Federal de Entorpecentes, que, depois, evoluiu ao sair da Presidência da República para o Ministério da Justiça, e foi feito um grande programa nacional de consulta popular, do qual praticamente todos os membros ativos trabalhando na área participaram.

Houve, inicialmente, cinco grandes reuniões localizadas no Rio Grande do Sul, Sudoeste, Norte e Nordeste, onde cerca de 300 a 400 pessoas convidadas discutiram três ou quatro dias o que achavam que deveria ser o consenso popular sobre o problema de drogas. Depois de haver essas cinco ou seis reuniões muito grandes, reuniu-se praticamente todas essas comissões em Brasília – havia mais de mil pessoas presentes – e, depois de cerca de quatro a cinco dias –, chegou-se finalmente ao Programa Nacional de Políticas sobre Drogas.

É um programa que ainda existe, ligado ao Ministério da Justiça e ao Conad, Conselho Nacional de Política sobre Drogas, que tem uma Secretaria executiva que é a Senad, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Mas não é só isso que tem no Brasil. Eu gostaria de citar, por exemplo, na parte mais biológica, mais médica, por exemplo, evoluiu bastante o programa. Nós passamos a ter a redução de danos como algo aceito oficialmente no Brasil todo; junto ao problema de redução de danos, a maneira de se encarar o problema de drogas, abriu-se os CAPS AD, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Isso evoluiu para programas, agora, que estão numa briga ideológica muito importante, em São Paulo, que vou comentar algo sobre isso, que é o problema de internação ou não internação compulsória. E eu conheço pelo menos uns três outros programas de prevenção às drogas que estão indo, mas sem haver uma coordenação central, que acho que talvez seria a função do Legislativo brasileiro pedir que haja mais coordenação.

O Ministério da Saúde tem programas nesse sentido, o Ministério da Educação tem programas nesse sentido e o Ministério da Justiça tem programas nesse sentido. E eu não vejo realmente, como veterano de muitas datas, de longa data militando nessa área, o que está havendo de muita colaboração para o entendimento mútuo em relação a esse assunto.

Outra coisa que eu acho que também deveríamos levar em conta – eu sou médico, sou professor de Medicina – é que durante muito tempo houve uma espécie de predominância do discurso médico ao se encarar o problema de drogas. Isso não está correto. O problema de drogas não é puramente de patologia, de doença. É um problema que envolve também Antropologia, Medicina, conforme eu já disse, Sociologia, religião, envolve os múltiplos aspectos do conhecimento humano. Isso deveria ser mais discutido em conjunto, para que possamos ter uma ideia mais ampla dessa amplitude enorme que é o ser humano que usa drogas. E nós ainda teimamos em estudar a droga esquecendo o ser humano.

Eu vou abordar agora, muito rapidamente, um aspecto apenas que está ocorrendo em São Paulo, que eu acho muito relevante. Não é o mais importante dos problemas de uso de drogas no País, como o de uso do *crack* e da *cracolândia*. O álcool é muitas vezes mais um problema de saúde pública do que o uso do *crack*, mas o que está na cabeça de todo mundo é o problema das tragédias individuais, muito mais do que a tragédia de saúde pública, que é o problema do álcool. Mas eu quero me restringir a esse aspecto, para poder comentar muito rapidamente como eu acho que deveríamos nos envolver mais. E eu acho que o nosso Legislativo tem participado, como já está fazendo.

Em São Paulo, está ocorrendo atualmente uma discussão sobre o problema das *cracolândias*. Como resolver esse problema? Atualmente nós temos praticamente uma guerra aberta entre duas ideologias sobre como tratar esse problema. Uma tem mais influência do Estado; outra, tem mais influência da Prefeitura de São Paulo. A do Estado é chamada “Recomeço”, e o programa da Prefeitura é “Braços Abertos”. A diferença grande é que o “Recomeço” permite a internação compulsória, e o “Braços Abertos” não admite a internação compulsória.

O projeto que eu recebi hoje também leva em consideração a internação compulsória, do chamado “Recomeço”.

Eu vou passar muito rapidamente, porque acho que o importante é citar alguma coisa.

O problema de redução de dano desde muito tempo atrás é reconhecido como algo que deve ser feito. Já é aceito por todo mundo, então há pouca resistência, respeito, eu acho que nós não precisamos discutir mais. É saber, por exemplo, que o INCB, que é o órgão das Nações Unidas que lida com esse assunto, falou, em maio de 2003, que reconhece a importância de redução de danos em uma estratégia de prevenção terciária.

Esse reconhecimento é universal. Eu não quero comentar mais sobre ele, mas saber que isso é reconhecido no mundo inteiro. Este INCB, esse órgão, então, a intervenção que ele considera, também não quero mencionar. E aí, definir o que é redução de dano, para que todo mundo entenda isso.

O outro órgão das Nações Unidas, em 2002, diz que redução de danos refere-se a políticas ou programas que visam diretamente reduzir o dano resultante do uso de álcool ou drogas, tanto para o indivíduo, como para a sociedade. O termo é usado particularmente para programas que evitam reduzir o dano, sem necessariamente exigir a abstinência.

Então, essa definição oficial nós não vamos discuti-la mais, porque é uma coisa que eu acho que já está... Podemos discuti-la não agora neste local, não é?

Há exemplos vários de redução de danos. Eu quero só, por exemplo, mencionar o seguinte: ele deve atingir várias coisas... Não deve ser isso, não deve ser isso. Massacre no Carandiru, passe para frente. Este eu quero comentar. Os estudantes, em junho...

Por favor, volte ao eslaide anterior.

Eu quero mostrar o que aconteceu em junho do ano passado, em São Paulo, com os estudantes e com a Polícia do Estado de São Paulo. Esse é um quadro dramático.

Próximo eslaide, por favor.

Aí temos o Rio de Janeiro. Vocês vêm aí praticamente a figura de um gladiador; ele está massacrando, com os pés, dois estudantes que estavam envolvidos numa passeata. Esse tipo de situação está muito perigosa em São Paulo.

Próximo eslaide.

Na realidade, o que acaba ocorrendo é que se ouve falar, em torno desse tema, de estudantes com o uso de drogas, algo que está transformando a nossa opinião em opiniões puramente ideológicas, que deveríamos mudar sobre isso.

Próximo, por favor.

E aí eu queria dizer, por exemplo, que a polícia de São Paulo nem sempre praticou esse tipo de violência. Era famosíssima, em São Paulo, a dupla Cosme e Damião, que saía em cavalos à noite, uma dupla que corria a

cidade socorrendo as pessoas que estavam na rua dormindo, necessitando de auxílio – coisa que poderíamos repetir.

Próximo eslaide, por favor.

A polícia nem sempre é assim. O Corpo de Bombeiros de São Paulo...

Próximo eslaide, por favor.

E também há uma coisa importante que devemos entender: como é que a polícia tem que tratar a população civil? Esse é um aspecto que eu tenho frisado muito, como médico, como professor, trabalhando no Departamento de Medicina Preventiva, dizendo: “Nós não podemos imaginar que a Polícia Civil deva ter um treinamento que seja feito por oficiais do Exército. Nós não podemos imaginar um Exército que não esteja planejando eliminar o inimigo”. E esta é uma frase famosíssima que surgiu quando, lá no Chile, o Presidente Salvador Allende pediu que o Exército procurasse impedir o caos, e o Ministro do Exército daquela ocasião disse: “Presidente, o Exército, quando vai às ruas, é para matar”. Então, essa é uma coisa que eu tenho muito medo de que possa vir a ocorrer no Brasil, se nós não tomarmos cuidado em relação ao que nós estamos discutindo.

Próximo eslaide, por favor.

Este daqui é um exemplo típico do projeto chamado Recomeço. Esta moça está sendo tomada à força, felizmente já por agentes da saúde, para ser levada compulsoriamente para ser tratada. Isso está causando problemas enormes em São Paulo. Eles se recusam, não querem ir.

Próximo eslaide, por favor.

Esta mulher, por exemplo, não quis se internar voluntariamente, porque era moradora de rua, usuária de crack, e tinha um cachorro que era o grande afeto da vida dela. E ela disse que não iria, que ela não iria abandonar o seu cachorro por causa da internação. Então, na realidade, eu considero esta uma foto absolutamente importante, porque mostra que o craqueiro tem personalidade, mostra que ele tem sentimentos, mostra que ele tem solidariedade e que ele é um excluído da sociedade através de programas que eu acho péssimos – são programas que tentam fazer com que a força perdure e vença ao invés do diálogo.

Próximo eslaide, por favor.

Mostro dois projetos diferentes, ambos atualmente ativos em São Paulo.

Próximo eslaide, por favor.

Existe uma alternância para isso, que é o Consultório de Rua, feito por um médico da Bahia, Dr. Antonio Nery Filho.

Próximo eslaide, por favor.

Pode pular.

Aqui mostram crianças de rua desenhando, através de instrução das pessoas desse projeto Consultório de Rua.

Próximo eslaide, por favor.

Esta é a instrutora, com sua camisa vermelha, lidando com dois meninos de rua, mais um velho, usuário de drogas.

Isto é o que acho que nós devemos imaginar como termos absolutamente importantes para serem inseridos em quaisquer programa de recuperação para a sociedade com indivíduos que têm problemas com o uso de droga.

Próximo eslaide, por favor.

Eu queria dizer também a vocês uma coisa que acho importante: a chamada higienização da sociedade. Isso é um exemplo que vem de muito tempo atrás, de Roma antiga. Um jovem condenado à morte por...

(Soa a campanha.)

O SR. ELISALDO LUIZ DE ARAÚJO CARLINI – Já se passaram os 15 minutos? Então, dois minutinhos mais.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Pode prosseguir por mais cinco minutos.

O SR. ELISALDO LUIZ DE ARAÚJO CARLINI – E agora, recentemente, nosso Ministro do Supremo Tribunal Federal lançou mão desse conceito: “Se lançavam para a morte, do alto da Rocha Tarpeia, ao arbítrio de alguns, as crianças consideradas fracas ou debilitadas.”

E eu considero os jovens que usam drogas fracos e debilitados. Eles não podem ser tratados como se tivéssemos de tirá-los do meio, porque estão, simplesmente, sujando o meio, enfeando o meio, prejudicando nossa consciência, que fica pesada por causa disso.

Próximo eslaide, por favor.

Eu queria citar que, quando falamos de internação à força, nós não estamos sequer falando nada de novo. Isso está contido em novos projetos de lei. Em 1921, isso está escrito em livro, Gazeta Clínica, no art. 6º da Lei 4.294:

“O Poder Executivo creará no Distrito Federal um estabelecimento especial, com tratamento médico e regimen de trabalho, tendo duas secções: uma de internandos judiciários e outra de internandos voluntários.”

Então, nós estamos tentando repetir, em 2014-2015, algo por meio de uma lei... Sei que parece que há um projeto de lei federal que em São Paulo está sendo discutido).

Próximo eslaide, por favor.

Em 1924, foi criada a Liga da Higiene Mental no Brasil. Essa Liga perdura até hoje em campos da psiquiatria, em que esse processo em ter a raça purificada, a raça melhor, sem o problema de drogas vigendo, não é?

Próximo eslaide, por favor.

Aí, em 1938, repete-se a lei novamente. A Internação e da Interdição Civil, art. 27 do decreto de 1938: “A toxicomania ou a intoxicação habitual, por substâncias entorpecentes, é considerada doença de notificação compulsória...”

Art. 29: “Os toxicômanos ou os intoxicados habituais, por entorpecentes, por inebriantes em geral ou bebidas alcoólicas, são passíveis de internação obrigatória ou facultativa por tempo determinado ou não.”

Eu vou parar por aqui, porque eu acho que o mais importante que nós temos de discutir é esse aspecto que está contido no ar, que está sendo motivo de brigas em São Paulo, atritos entre duas ideologias que se digladiam em São Paulo. Acho que o problema de internação compulsória é algo que deveria ser rediscutido. Isso aqui é um exemplo de que nós não conhecemos a história brasileira e podemos repetir o erro que nós fizemos há quase um século.

É isso o que tinha a dizer a respeito, da maneira que eu imagino a situação.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Muito obrigada. Se o senhor quiser complementar o raciocínio ou acrescentar alguma coisa, não há problema. O tempo é apenas como referência. Mas, se o senhor precisar, pode estender ou mesmo em outro momento voltar.

O SR. ELISALDO LUIZ DE ARAÚJO CARLINI – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Passo, portanto, imediatamente, a palavra ao Sr. Jaime César de Moura Oliveira, representante da Anvisa, Diretor-Presidente Substituto.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia a todos!

Cumprimento a todos os presentes, os companheiros de Mesa. Parabenizo a Comissão pela realização desta audiência e, especialmente, pela possibilidade de quem, não estando presente aqui, também acompanha, via YouTube, poder participar no envio de questões e comentários para cá. Esse tipo de instrumento é fundamental para que essa discussão, com muito esclarecimento, principalmente a respeito de posições institucionais, venham a ter o alcance necessário, em nível nacional, a respeito de um tema como este.

A própria composição da Mesa já revela muito a variedade de aspectos que são tratados neste projeto de lei, como política geral, desde questões que envolvem prevenção, o amparo e a assistência aos dependentes de drogas, passando por questões que chegam até ao uso recreativo de certas substâncias, previstas em um dos artigos aqui, e chegando também a matérias que são mais afetas à competência da Anvisa. E aí eu me refiro diretamente ao art. 30-A, projeto que trata da possibilidade de importação ou possibilidade de uso de medicamentos produzidos a partir de derivados ou produtos diretos da *cannabis*, da maconha, para uso medicinal. Nesses produtos é que eu vou me ater mais ao final da minha apresentação.

Antes disso, é importante eu fazer algumas ponderações a respeito do papel institucional na Anvisa, quando a gente está tratando de questões relacionadas à Política Nacional sobre Drogas.

A Anvisa tem papéis indiretos, no entanto, importantes para esta política, como, por exemplo, regulamentação de condições sanitárias de operação de comunidades terapêuticas, que são instrumentos fundamentais da Política Nacional sobre Drogas, para o tratamento, para o amparo, para o acolhimento de dependentes químicos, e tem outros papéis mais diretos. Atualmente, o papel que está mais em voga, mais discutido, mais aparente em relação à Anvisa, são as discussões a respeito de aprovação de produtos, de medicamentos que utilizam, que são produzidos a partir de substâncias que hoje em dia são proscritas no País.

Vou me ater mais diretamente à *cannabis*, à maconha, em função de ser uma discussão que já vem ocorrendo durante esse ano todo na Anvisa e que tem despertado maior atenção a respeito do papel da instituição, a respeito do papel da Anvisa.

Muitas vezes se atribui à Agência determinados papéis em relação à possibilidade de utilização de medicamentos produzidos a partir principalmente da maconha, da *cannabis*, que não são papéis diretamente relacionados à competência da Anvisa. O uso medicinal dessa planta envolve muitas questões que dizem res-

peito à atuação da Agência. Mas envolve também muitas outras questões que dizem respeito a uma atuação de vários órgãos do Poder Público, incluindo também a produção legislativa aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

É importante que se tenha essa dimensão bem esclarecida a respeito de qual é o alcance da competência da Anvisa nessa matéria porque, muitas vezes, determinados tipos de questionamentos ou imagina-se que determinadas decisões podem ser tomadas exclusivamente no âmbito da Anvisa enquanto não podem, elas dependem de uma série de outros órgãos públicos e, muitas vezes, dependem de atuação normativa que está fora das atribuições da Agência.

Na Agência, hoje em dia – e isso vou tratar com mais detalhes, comentando especificamente o art. 30-A do Projeto de Lei nº 37, de 2013, porque algumas coisas a gente pode extrair de lá a título de contribuição para a própria discussão do PL – discute-se atualmente a reclassificação de um dos canabinoides presente na maconha, que é o canabidiol. Atualmente, tem-se isolado cerca de 85 canabinoides, cada um com propriedades específicas, os mais conhecidos são o canabidiol, o THC e o canabinol, que, hoje em dia, por conta da forma como a legislação é construída, todos eles acabam sendo incluídos dentro de um anexo da Portaria nº 344, que é a portaria que elenca todas as substâncias que podem causar dependência física ou psíquica, por conta de como essa legislação é construída, acabam entrando em listagens da Portaria nº 344, que resultam na proibição, na proscrição desse tipo de substância no País.

Próxima, por favor.

Vejam que a apresentação é longa. Por isso vou pular alguns eslaides para ir direto ao ponto.

Como eu estava dizendo, a discussão que hoje em dia existe na Anvisa a respeito de uso medicinal da maconha ou de derivados da maconha diz respeito ao canabidiol, um dos canabinoides presentes na planta, e que está acompanhado de outros três canabinoides, em termos de composição da planta e dos canabinoides que hoje em dia são conhecidos, são isolados na maior quantidade, o THC, o canabinol e o próprio canabidiol. Estamos tratando de uma substância, portanto, da maconha.

O canabidiol pode ser extraído da maconha através de um determinado processo, que está descrito nesse eslaide, mas, hoje em dia, você não tem esse produto isolado, pelo menos disponível no mercado, existem iniciativas para se isolar esse produto ou pelo menos para produzi-lo de forma sintética, mas os produtos que hoje em dia estão disponíveis em outros países possuem canabidiol juntamente com, na maior parte das vezes, quantidade residual de outros canabinoides, principalmente o THC.

O canabidiol tem um potencial terapêutico identificado pela literatura que compreende todas essas doenças que vocês podem ver aí descritas no eslaide. O levantamento de literatura foi feito através de uma pesquisa PubMed, com mais de 500 artigos científicos, há referências. Logicamente que o grau de comprovação de benefícios terapêuticos do canabidiol, em relação a qualquer uma dessas doenças, variam de acordo com o grau e a profundidade de pesquisas que foram feitas a respeito dela. Nesse eslaide seguinte, vocês podem verificar onde está com o maior número de estrelinhas é o maior nível de literatura, tratando do potencial terapêutico do canabidiol. Então, vocês veem que esquizofrenia tem um grau de evidência superior, por exemplo, à utilização do canabidiol para tratamento de transtornos do humor ou de transtornos de ansiedade.

Essa apresentação estará disponível, então vocês podem pegar detalhes, porque alguns trechos podem estar difíceis de enxergar.

Isso aqui também é o levantamento feito por profissionais, por pesquisadores da USP de Ribeirão Preto, a respeito de potencial terapêutico do canabidiol para várias doenças – na verdade, não é sobre o canabidiol, são de alguns canabinoides, exceto THC, em que há pesquisas científicas indicando potencial terapêutico.

O que se discute, hoje em dia, em relação ao canabidiol quanto a potenciais riscos e benefícios que ele pode oferecer? Quais são as principais questões que são tratados hoje em dia? Bom, primeiro que não há evidências na literatura de que o canabidiol causa qualquer tipo de dependência; as evidências que existem, inclusive, levam a crer que ele tem o efeito antagônico em relação ao THC, que é o principal componente psicoativo da maconha. O segundo ponto é que – é um detalhamento do primeiro, na verdade – as referências científicas indicam que o canabidiol não possui esse efeito psicoativo que é encontrado no THC. Existem carências de informação a respeito do mecanismo de ação, dose, indicações terapêuticas, segurança e eficácia desse produto.

Então, apesar de existirem indícios, indicativos, do potencial terapêutico dele e da inexistência de efeitos negativos ou pelo menos de efeitos psicoativos semelhantes ao THC, mecanismos de ação, doses e indicações terapêuticas ainda faltam detalhamentos na literatura a respeito desse tipo de aspecto relativo ao uso de canabidiol.

Existem deficiências em relação à prescrição, a orientações técnicas para prescrição, muito embora sobre o tema, o uso medicinal do canabidiol, estejam crescendo as discussões em termos de intensidade dentro de

conselhos médicos; o Cremesp, em São Paulo, já tem uma resolução com orientação para prescrição do canabidiol, e o Conselho Federal de Medicina está em discussão e com previsão de, em breve, também, soltar uma resolução a respeito.

E existem também evidências de que o uso a curto prazo não gera riscos significativos, e quanto ao uso a longo prazo, não há conclusões exatas a respeito do potencial impacto negativo que possa ser gerado.

Existem estudos clínicos sendo desenvolvidos a respeito do uso do canabidiol. Do total desses estudos, foram identificados 51 estudos no banco de dados do Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos. Desse total de estudos, 39%, 20 estudos entre estes 51, dizem respeito ao produto Sativex, um produto registrado, um medicamento registrado já aprovado na Agência Europeia, na EMA, com a principal indicação no tratamento da dor, analgésico, portanto. É um produto que possui 50% de canabidiol, 50% de THC. Esse produto, o Sativex, muito recentemente, em novembro, houve pedido de registro dele na Anvisa. Anteriormente, tinha havido um pedido de inspeção na planta produtora desse produto e mais recentemente houve um pedido de registro dele, no mês passado, na Anvisa. Então, toda discussão a respeito de eficácia e segurança desse produto terá início para verificar se será registrado também no Brasil. É um produto registrado na EMA, na Agência Europeia.

Vocês vêm que há uma concentração muito grande de estudos clínicos sendo realizados na Europa, 31; Estados Unidos, 8 estudos; Canadá, 5 estudos; Israel, África do Sul, México, Chile, também existem estudos sendo desenvolvidos a respeito do canabidiol especificamente. No Brasil, a USP Ribeirão Preto desenvolve estudo clínico para avaliar os efeitos terapêuticos do canabidiol no tratamento da doença de Parkinson.

Existem produtos comerciais contendo canabidiol que já estão disponíveis no mercado. Alguns desses produtos hoje em dia têm sido objeto de autorização excepcional da Anvisa para importação no Brasil, para servir como apoio no tratamento de sintomas de algumas doenças, principalmente doenças que geram convulsão. O Sativex, esse produto que acabei de mencionar, 50% THC, 50% canabidiol, que está registrado na EMA, e que existe um pedido recente de registro feito no País. Epidiolex é um outro produto que está em fase de estudos clínicos. RSHO, Real Scientific Hemp Oil, que não tem registro para uso medicinal, é um produto que, nos Estados Unidos, é comercializado como um suplemento alimentar e que existem importações em caráter excepcional para o Brasil por autorização excepcional da Anvisa. E dois produtos sintéticos com registro para uso medicinal tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, que é o Dronabinol e o Nabilone.

Aqui também informações a respeito dos produtos que já estão disponíveis no mercado em relação à concentração de canabidiol e de THC em cada um deles.

Estes são os países em que existe uso lícito de canabidiol para fins terapêuticos. Vocês vêm que há uma gama grande de países em que há algum tipo de regime, seja autorização do produto, seja algum outro tipo de esquema de acompanhamento do uso do produto por pacientes: Israel, Itália, Holanda, Dinamarca, Alemanha, República Tcheca, Espanha.

Tratados internacionais, eu vou pular.

A situação regulatória no Brasil. Hoje em dia o canabidiol, no Brasil, não consta nominalmente na lista da Portaria nº 344. Considera-se o uso dele vedado, proscrito, porque ele é considerado um dos extratos da *cannabis*, um dos extratos da maconha. Então, ele está incluído ou na lista E ou na lista F2. A lista E trata de plantas proibidas e na Lista F, todo sistema F de listas, F2 entre elas, é de substâncias de uso proscrito no Brasil, porque podem gerar efeitos entorpecentes ou psicotrópicos. Essa classificação atual do canabidiol está sendo discutida na Anvisa desde maio deste ano, que foi a primeira vez que foi pautado na diretoria colegiada, e deve ser concluída ainda neste ano a discussão a respeito da reclassificação do canabidiol.

O que está sendo discutido é a retirada do canabidiol especificamente das listas em que hoje em dia ele está incluso para classificação na lista C-1, que é uma lista de não proibição, mas de uso controlado.

A Anvisa, durante esse período, para viabilizar acesso aos medicamentos que contêm canabidiol, vem conferindo autorizações excepcionais de uso desse produto, basicamente mediante a apresentação de prescrição médica. Já foram quase 300 pedidos feitos, 238 foram autorizados, alguns estão em análise e outros foram arquivados por circunstâncias variadas, e o prazo médio de análise dessas liberações são de nove dias. Então não existe, por parte da Anvisa, prazos não razoáveis para a apreciação desse pedido. Muito pelo contrário. Esse prazo que existe hoje em dia, inclusive, é resultado de uma simplificação grande de procedimentos feitos. Logicamente que o paciente – e isso é indesejável, estamos trabalhando no sentido de melhorar – não consegue receber hoje em dia o medicamento em casa. Ele tem que retirá-lo em um aeroporto ou um porto por onde ele for importado. A maioria dos produtos, ou quase a sua totalidade, é importado via aeroporto. Isso não é por questões regulatórias da Anvisa; isso é por questões regulatórias na área tributária. Tem havido, por coordenação do Ministério da Justiça, conversas entre Ministério da Fazenda e a Anvisa para eliminar essa restrição.

Esse é o procedimento, hoje em dia, para liberações excepcionais da Anvisa.

Paralelamente à discussão a respeito do uso de canabidiol, existem ações da Anvisa para se estabelecer um monitoramento sobre os pacientes que estão utilizando esse tipo de produto. É um protocolo de cooperação em curso entre a Anvisa e a Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, USP.

O uso medicinal do canabidiol já vem sendo tratado, como falei anteriormente, por conselhos na área de prescrição médica, conselhos de médicos. O Conselho Federal de Medicina está em discussão; o Cremesp já soldou uma resolução a respeito do assunto – essa é a resolução do Cremesp.

E pontos em debate na Agência a respeito da reclassificação do canabidiol. Quais são as questões que estão sendo tratadas? A primeira questão é de evidências científicas quanto ao perfil farmacológico, ou seja, riscos benefícios relacionados ao uso do produto. Isomeria com THC é uma questão técnica referente aonde o canabidiol está classificado hoje na Portaria nº 344. Efeitos práticos da reclassificação do canabidiol – isso é importante destacar – não é a reclassificação do canabidiol ou mesmo a reclassificação de qualquer outro canabinoide, entre eles o THC, que vai viabilizar a importação direta do produto. O que viabiliza a importação direta do produto, a disponibilidade do produto no mercado nacional é o registro de produto na Anvisa. Muitas vezes existem confusões a respeito de onde se vai levar, onde se vai chegar com a reclassificação do canabidiol e THC e não vai se chegar à disponibilidade do produto no mercado nacional.

Discute-se também a adequação da lista C-1 para a reclassificação e esses dois outros pontos que dizem respeito ao aprimoramento ao processo de importação e monitoramento de produtos e pacientes que estão atualmente utilizando o canabidiol.

Especificamente em relação a um artigo que diz respeito ao uso medicinal de produtos derivados da maconha, que está em discussão no PL. Refiro-me ao art. 30-A: “É permitido a pacientes ou seus representantes legais importar derivados e produtos de *cannabis* para uso medicinal.”

Nessa primeira parte do dispositivo é importante que se tenha clareza de que essa importação já é possível. Ela é possível mediante autorização excepcional da Anvisa quando estamos falando de um medicamento. Nessa parte inicial do dispositivo pode se estar querendo – e é legítimo para determinados tipos de uso – que a importação não de medicamentos, mas a importação de outros produtos com muito menos nível de processamento, como, por exemplo, a própria folha da maconha com algum nível de processamento, pode estar querendo pretender a importação desse tipo de produto, logicamente que vai depender de regulamentação por parte do órgão federal da área de saúde, de Anvisa, ou de outro órgão na forma de regulamento. Portanto, não é um dispositivo autoaplicável. Muitas vezes se espera que essas medidas tragam resultados imediatos para quem quer ter acesso a esse tipo de produto. Essa medida não é autoaplicável, ela vai precisar de regulamentação, seja por parte da Anvisa, seja por parte de outro órgão, exigindo-se a apresentação de receita médica e autorização do órgão federal da área da saúde.

Isso já ocorre. O principal elemento que existe para a Anvisa fazer liberações excepcionais dos produtos contendo canabidiol é a receita médica, é a prescrição médica. Então, em termos de alteração, na situação atual que hoje é verificada e que já é admitida pela legislação, esse dispositivo tem um alcance limitado, tanto por não ser autoaplicável, porque depende de regulamentação, quanto porque a matéria principal de que ele trata já é uma matéria que a legislação atual autoriza, que a legislação atual permite.

Eu creio que são esses dois pontos principais que eu gostaria de comentar a respeito do 30-A, e fico à disposição para outros questionamentos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Muito obrigada.

Enquanto o Sr. Jaime falava já chegaram algumas muitas perguntas direcionadas à Anvisa. Eu vou separando e vou passando para ele.

Quanto ao número de perguntas, eu quero agradecer a todos aqueles que estão nos acompanhando pelo e-Cidadania e participando nessa interatividade, já passa muito de cem perguntas, são 170 agora, quase 200 perguntas, não apenas perguntas, comentários que nos chegam através do Portal e-Cidadania. Já estou tentando, aqui na Mesa, separar algumas perguntas para as distribuir, mas não está fácil face ao grande número delas. De qualquer forma, as que eu identifiquei claramente com a expressão Anvisa eu já vou passando ao Dr. Jaime, para que ele possa lê-las e, em uma segunda rodada, dar algum tratamento à questão.

Agora vou passar a palavra à Profª Clarisse Salete Traversini, Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

A sua fala é muito importante porque ela se dirige justamente à essência, digamos assim, da relação que nós temos que tratar nesta Comissão, que é essa relação drogas/educação/ escola e a forma como é tratada nas nossas escolas públicas. E depois nós vamos também tratar das escolas privadas.

A SRª CLARICE SALETE TRAVERSINI – Bom dia!

Em primeiro lugar, eu também gostaria de agradecer à Senadora Lídice da Mata pelo convite. Agradecer também a oportunidade de ouvir os colegas da Mesa, porque sempre é um aprendizado, e informações que a gente tem sobre isso. Agradeço também a colega que vai passar o eslaide porque ajuda muito.

Antes de iniciar, eu gostaria de dizer duas coisas com relação a isso que a Senadora acabou de comentar. Nós tivemos aqui na semana passada com a nossa Secretária de Educação Básica, Profª Maria Beatriz Luce, em que tratamos da Base Nacional Comum Curricular, que é, então, um processo que nós estamos iniciando e que o Plano Nacional de Educação nos instiga, nos exige, que tenhamos pronto até 24 de junho de 2016.

E o que significa a Base Nacional Comum? É um conjunto de conhecimentos para que todos os estudantes brasileiros possam aprender em todas as regiões do País. Seriam os conhecimentos essenciais para aprendizagem. Junto com a Base Nacional Comum nós temos a parte diversificada porque, como o Prof. Carlini também comentou quando estávamos aguardando a reunião, o nosso País é muito grande e o que nós entendemos por conhecimento em um lugar não necessariamente em outro contexto ele vai ser trabalhado, ensinado e aprendido daquele jeito.

Então, nós estamos trabalhando com esse processo onde se rediscutirão os conhecimentos fundamentais para serem aprendidos por todos os estudantes.

Próximo, por favor.

Então, no projeto de lei, nós temos dois ou três aspectos que já estavam contemplados e passamos a acrescentar um que é muito importante, que vai na direção do que esta Mesa já apontou.

Inicialmente ter uma mobilização para a Semana Nacional da Política sobre Drogas, a intensificação do debate, da informação e as ações educativas, então justamente para trabalhar na prevenção. E a prevenção tem a ver muito com o nosso estudante.

Vejam: nós estamos hoje com a exigência da educação pública de não mais sete a quatorze, mas quatro a dezessete anos. Então, o ensino médio entra como educação obrigatória. Isso nos compromete muito mais com esse processo de conscientização e prevenção.

O estudante precisa encontrar na escola um lugar de desenvolver seu projeto de vida. Se ele não encontrar isso na escola dificilmente temos como trabalhar a questão da prevenção. Então, isso é algo muito importante para nós e justamente é o que a gente está acrescentando nesse projeto, que é a divulgação de informações, a atenção também a algum dos nossos alunos dependentes, mas dentro dessa ideia da reinserção e de não trabalhar como estigma, porque é muito forte na escola o estigma com um familiar desse aluno e com um próprio aluno que tem isso. Essa ideia de trabalhar o processo de inclusão escolar não é só do deficiente, mas também é do estudante que está passando por algum momento em si e na sua família que precisa desse acolhimento, dessa atenção para poder trabalhá-lo.

Pode passar, por favor.

Nós tivemos avanços importantes na nossa legislação brasileira, principalmente naquela frase que tem a menor na prevenção, na educação, é a nossa frase importante. A prevenção não pode ser um tema transversal. Ela precisa integrar a formação do sujeito dentro do ambiente integral. E a prevenção não só a questão das drogas, mas a de um processo de trabalhar a prevenção no sentido do não preconceito, do não estigma, daquilo que não fortalece a formação do sujeito como um sujeito plural. Isso é fundamental para a gente. E como que a gente trabalha isso? Com a noção de direitos. A noção de direitos, para nós na educação, é a noção do direito a aprender e a desenvolver-se – isso também é outra coisa importante. E no direito de aprender e desenvolver-se não é só o aluno que é responsabilizado pela sua aprendizagem, mas as instituições públicas precisam que essas condições sejam ofertadas.

Próximo.

Temos, na questão legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a nossa LDB, que trata do direito da proteção à vida, à saúde, do desenvolvimento do educando do seu preparo para a cidadania, a qualificação para o trabalho. Então, temos legislações que nos amparam fortemente para trabalhar essa questão.

Pode passar.

Eu deixo disponível e vocês podem ver.

A principal legislação, que nos ajuda bastante nesse processo, são as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. E eu trouxe aqui uma delas que integra as diretrizes curriculares que é a do ensino médio, que é um dos nossos pontos importantes dado, pois uma das maiores incidências que se tem é com jovens; e é onde nós precisamos atingir. E é no ensino médio onde temos um fortalecimento maior da construção da identidade entre a escola e o território. Isso vai desde a educação infantil, mas é no ensino médio em que o sujeito tenha mais forte o reconhecimento a pertencer a um território, a pertencer a um grupo, a construir a sua identidade.

Nos parece que aqui temos um *locus* para poder ter uma maior atenção a esse sujeito que está construindo a sua identidade.

Pode passar, por favor.

Dentro disso, temos, nas diretrizes, um artigo específico que nos exige que no projeto pedagógico das unidades escolares nós trabalhemos com ações intersetoriais para ter claramente a prevenção do uso de drogas. Então, nesse processo temos ações concretas em que a gente consegue, junto aos estudantes, desenvolver esse processo de prevenção, de valorização da vida, de protagonista que é por via da ação indutiva chamada Programa Mais Educação, que vocês devem ter ouvido falar e devem conhecer e, no ensino médio, Ensino Médio Inovador, em que temos uma extensão do tempo e de atividades com esses alunos.

No ensino fundamental, o Programa Mais Educação passa de quatro para sete horas, tendo no contraturno oficinas. E nós estamos em um processo, no desenvolvimento do PNE, que é passar não para turno e contraturno, mas para um turno único, que não tenha matérias exigentes de manhã e o lazer à tarde, como temos visto, mas poder mesclar isso.

E, no ensino médio inovador, cinco ou sete horas, conforme a possibilidade da escola.

Pode passar, por favor.

Então, dentro disso que eu estava comentando com vocês, o conceito que nós trabalhamos e que tem muita relação com o Ministério da Saúde e do Desenvolvimento Social é a ideia de integralidade.

Então, nós temos: educação integral, como a educação, o desenvolvimento, não só cognitivo do sujeito, mas também social. Por isso, as oficinas do contraturno escolar têm todo um processo de desenvolvimento: esporte, arte, agroecologia, para a educação do campo.

Então, uma série de aspectos que o tempo da aula de quatro horas não dá conta.

Então, nós temos um território de responsabilidade; a intersectorialidade, que é algo muito novo para nós, historicamente, no País e difícil de fazer. É bonito teoricamente, mas é difícil de fazer, porque envolve conversas de ambos os lados.

A proteção integral. Isso precisa ser vivência cotidiana.

Por isso, na nossa concepção, o tema transversal não dá conta, pois é abordado esporadicamente. A gente precisa trabalhar o pertencimento desse nosso aluno e a possibilidade de ele ter um protagonismo dentro da escola diariamente; de tempos em tempos, isso não ajuda. É preciso que ele se confronte todos os dias com situações que o façam perceber-se pertencente àquele local.

Pode passar, por favor.

Aí, nós trazemos alguns conceitos em que a gente trabalha: educação integral, que se aproxima do cuidado integral, dessa ideia de integralidade; e o segundo conceito, que nos ajuda na proximidade da intersectorialidade: ações no território.

Isso é importante, porque o território é o lugar ao qual esse sujeito pertence, seja do seu cotidiano da vida, da instituição escola, onde ele trabalha. E, no território, ele tem, no mínimo, capilarizadas no Município duas instituições de apoio, que é a escola e a unidade básica de saúde.

Então, é essa relação intersectorial que precisamos estreitar neste processo. E isso chega a todos os Municípios, a todos os bairros e que podemos aproximar.

Hoje, nós temos também o centro de referência da assistência social com o fortalecimento de vínculos, o que nos tem auxiliado muito, principalmente com os programas. O Peti, por exemplo, nosso Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, tem nos ajudado muito nesse processo.

Pode passar, por favor.

Qual é o *locus* para esse favor de prevenção? Então, é a ação nesse território escolar e o território como o lugar de pertencer. Eu faço parte dali. Eu faço parte. Eu vejo ali um lugar onde eu posso desenvolver um projeto de vida.

Eu friso muito, de novo, o que eu disse no início: se o território escolar não for um lugar em que o nosso estudante perceba que, ali, ele tem uma possibilidade de construir um projeto de vida, ele não vai permanecer e acreditar nesse potencial de desenvolvimento.

Então, esta é uma das nossas preocupações para agir: o território como um lugar de promoção de saúde e prevenção ao uso de drogas.

Pode passar, por favor.

Para a ideia de se ter um escola republicana nesse sentido, é preciso, primeiro, de todo um esforço de ações cotidianas para despertar o estudante a fazer a gestão cotidiana do seu destino.

Esse despertar não é feito por meio de palestra, ele não é feito por meio de exposição de conteúdos. Ele é feito por meio de ações que interessem a ele desenvolver; que ele possa encontrar sentido naquilo.

Eu não digo que toda exposição, que aula expositiva não seja importante, mas, se ele não se sentir mobilizado para isso, nada vai acontecer. Ele simplesmente vai fazer um trabalho escolar.

Então, a criação desse espaço para ele encontrar o seu espaço de vida. Aí, entra a ideia de autoria e de autonomia.

Eu recomendo a vocês, se tiverem oportunidade de ver, um vídeo feito há poucos dias do nosso projeto chamado Trajetórias Criativas. Foi tema do Profissão Repórter, na semana passada, em que há todo um trabalho com jovens de 15 a 17 anos que ainda estão na escola. Esse projeto foge totalmente à organização da escola e faz uma outra proposição, justamente tentando fazer com que o sujeito, o estudante, perceba que vale a pena ele ver na escola, construir na escola, um projeto de vida.

Onde nós percebemos metodologias muito produtivas que estão mobilizando nossos estudantes, em especial de 15 a 17 anos?

Em arte e em esportes. São duas áreas extremamente importantes. Quando eu falo em arte, eu me refiro à produção de conteúdo por meio de tecnologias (filmes, pequenos vídeos que contem do cotidiano, que contem da vida), representações teatrais, a elaboração de pautas para serem representadas, a elaboração de pautas para que se vá a campo fazer pequenos filmes.

Por que eu trago isso para esta audiência?

Porque isso nos instiga a repensar metodologias de trabalho com os jovens.

Hoje se diz que o jovem não escreve mais. Ele escreve muito quando é algo por que ele tem interesse. Então, no Trajetórias Criativas, nós tivemos alunos programando páginas e páginas de uma peça de teatro, por exemplo. Quer dizer: a escrita é uma escrita...

(Soa a campanha.)

A SRª CLARICE SALETE TRAVERSINI – ... para aquilo que interessa. Então, acho que isso é uma metodologia importante para a gente ver.

Pode passar para mim, por favor. Eu já estou finalizando.

Aqui é a ideia, então, dos programas, na educação integral; no ensino médio, o Ensino Médio Inovador; a relação escola-comunidade, que está dentro do Programa Mais Educação; e o Programa Saúde na Escola, que é uma articulação com o Ministério da Saúde.

Pode passar, por favor. Passa o final, que eu acho que é importante.

Nós temos, então, uma parceria com a Senad (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas). Atualmente, temos um curso de prevenção ao uso de drogas para educadores da educação básica, em que já se chegou a um grande número de vagas ofertadas. Nós temos 17 universidades trabalhando conosco, sendo que a UnB é uma das universidades que mais tem atingido o número de vagas.

Passe o próximo, por favor.

Aqui, uma síntese disso. Então, agora, em 2014, nós temos ofertadas 106 mil vagas em educação presencial e a distância nesse curso, o que representa... Então, aí há o montante de recursos investidos, que é um montante significativo. E essa segunda linha, que é o total enviado a custeio dos projetos da LOA, são as universidades federais que estão em parceria conosco desenvolvendo esses projetos.

Então, do total de metas da Senad, que eram 212 mil, mais ou menos, hoje, em 2014, nós já conseguimos atingir praticamente 80% desse número de vagas. Algumas não estão contabilizadas aí, por conta de alguns procedimentos em andamento que nós temos.

Pode passar o final.

Aí, nós temos, então, nesse curso, uma meta do Programa Crack, É Possível Vencer. Há um erro: possível é com dois esses; depois eu conserto para deixar aí para vocês; foi um erro de grafia.

A meta é 210 mil educadores até 2014, e nós conseguimos chegar a 177 mil vagas. Então, é um esforço intersetorial que se está fazendo, justamente para que possamos ter professores e educadores sociais de outros ministérios e que estão no território, para que possam ter essas informações trabalhadas.

Então, pode finalizar, por favor.

Acho que esta é uma imagem importante, porque a gente não consegue fazer esse processo na escola se a gente não trabalhar a ideia de retirar o estigma; de não estigmatizar. A ideia de ter um mundo onde todos nós caibamos é essa ideia de trabalhar na escola para que não se tenha estigma de nenhum tipo, e isso não tem sido fácil. Algumas instituições não nos têm ajudado, em especial quando a gente tem algumas posições bastante unilaterais de composição do que é a família, por exemplo, ou de algumas críticas em relação à valorização da diversidade. Esse tipo de trabalho não nos ajuda nesse processo de retirada dos estigmas.

Então, é muito importante que vocês possam nos ajudar nesse processo, os legisladores, para que a gente possa trabalhar essa ideia de um mundo onde todos nós possamos conviver com a diversidade, sem preconceito e sem estigma.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Vou passar a palavra para o Sr. Alexandre Teixeira, que é Coordenador Adjunto de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, como última intervenção.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar a Mesa, inicialmente, por intermédio da Senadora Lídice da Mata, agradecer pelo convite.,

Nós, da Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, temos um enorme prazer de estar aqui debatendo sobre o assunto, sobre o PLC nº 37, que nós é muito caro em termos de interesses, em termos de pautarmos induções e diretrizes dentro do projeto de lei que sejam sinérgicos com a Política Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Eu queria cumprimentar o Professor Carlini, o Dr. Jaime, companheiro lá da Anvisa; a Drª Clarice Salette, do Ministério da Educação; também saudar o plenário e lembrar que hoje estamos comemorando o Dia Internacional dos Direitos Humanos, uma data muito auspiciosa para nós debatermos aqui, nesta Casa, a partir do eixo da educação, e alinharmos o tema dos direitos humanos com o tema das drogas. Eu acho que é muito auspicioso lembrar isso.

Eu vou começar colocando as nossas diretrizes basilares da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, que vai muito no processo de desconstruir – a partir de uma política de qualificação do cuidado – estigmas e rótulos, que estão bem incrustados, ainda, na sociedade como um todo, em torno não só da questão da loucura, mas também da dependência química, do uso indevido de álcool e outras drogas. A política, nas suas diretrizes basilares, vem produzindo, de alguma forma, concretude, na capilaridade dos territórios, Municípios e Estados, uma rede de atenção psicossocial que legitima essas diretrizes.

Por falar em redes de atenção psicossocial que legitimem essa construção de um cuidado mais qualificado para usuários que fazem uso indevido de álcool e outras drogas, é importante citar os avanços que a gente vem constituindo com a política na implementação de pontos de atenção e equipamentos nesses territórios, principalmente territórios prioritários, em que existem nichos de concentração de usuários. Cito, principalmente territórios onde existem cenas de uso, nos quais, de alguma forma, vimos produzindo uma indução forte de implantação de vários equipamentos – o Professor Carlini citou o consultório na rua como um equipamento emblemático.

Ali, há equipes atuando nesses territórios, de uma forma bem qualificada e entendendo a realidade desses usuários, usuários esses que têm toda uma complexidade de demandas e necessidades que vão muito além do tema das drogas – é bom que se diga isso.

E, aí, lembro mais uma vez a questão dos direitos humanos e o grau de vulnerabilidade social que esses usuários, por várias pesquisas já realizadas, mostram no seu escopo de demandas e necessidades, da importância de encararmos esse projeto de lei como uma oportunidade de adensarmos esse contexto. E aí, falando um pouco da educação, o que a gente pode inserir de propostas e perspectivas de aprofundamento nesse campo da educação, levando principalmente em consideração pontos dentro do projeto de lei que são muito importantes para nós no que diz respeito principalmente à prevenção às drogas e que, considero eu, dialogam fundamentalmente com o eixo educação?

Acho que a Clarice Salette, do Ministério da Educação, MEC, foi muito feliz na sua apresentação quando trouxe perspectivas de, a partir de uma educação integral, a partir da escola, a gente conseguir produzir resultados efetivos de um trabalho junto à comunidade escolar. E, aí, eu quero citar uma experiência exitosa que nós, do Ministério da Saúde, dentro da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, temos experienciado com um projeto baseado na prevenção ao álcool e outras drogas nas escolas, mas que não tem como foco trabalhar essa comunidade escolar eminentemente centrada na substância ou na droga em si.

Esse projeto está disseminado em mais de 15 cidades como um projeto piloto que já atende mais de 15 mil alunos e mais de 250 famílias. Ele tem uma metodologia bastante inovadora, justamente por não estar centrada na droga em si, e sim na produção de possibilidades junto a esse aluno e junto à comunidade escolar. Tem como foco principal a formação do professor, para que ele dissemine essa metodologia junto a alunos, a partir das metodologias colocadas, muito para potencializar habilidades e competências junto a essa comunidade escolar, para mediar conflitos, para o aluno ter uma percepção mais abrangente de certas conduções que, às vezes, nas relações afetivas e nas relações sociais, repercutem em processos de vulnerabilidade que fazem com que esse aluno, com que essa criança ou com que esse adolescente vá buscar a droga às vezes muito cedo.

É importante citar que vários estudos comprovam que, quanto mais tarde essa criança ou esse adolescente tiver contato com a droga, mais fácil vai ser. Ele vai ter muito mais ferramentas e referências para saber

mediar essa questão de uma forma que não produza sequelas e problemas de uso indevido junto a essa criança, esse adolescente.

Daí a importância de a gente investir fundamentalmente em um projeto como esse, que dialogue não somente com a comunidade escolar, mas que dialogue com um projeto de vida desse aluno, dessas famílias. É importante que se diga que essa metodologia tem um caráter de abrangência dentro das famílias.

Mais do que isso, esse projeto tem uma abrangência dentro do território onde essa criança e essa escola estão atuando, e tem uma abrangência dentro da rede de atenção psicossocial onde está a escola.

Quando eu digo rede de atenção psicossocial, eu cito todos os pontos de atenção que giram em torno, basicamente, dessa rede: as unidades básicas de saúde, que são os pontos de atenção, e têm maior capilaridade dentro das comunidades.

Essas unidades básicas de saúde têm aí a estratégia de saúde da família como um vetor fundamental de modelo de atenção que já estão, de alguma forma, sendo qualificados na dimensão de álcool e outras drogas.

Nós temos os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) como pontos e equipamentos emblemáticos para nós, da rede de atenção psicossocial, no sentido de atender a usuários, principalmente os CAPS AD, os centros de atenção psicossocial focados em álcool e outras drogas.

A partir dessa promoção do cuidado, no que tange à prevenção às drogas, nas escolas, com a dimensão de um comprometimento desse projeto com a rede que está posta no território, consideramos fundamental também citar aqui a importância de se investir na qualificação de profissionais e gestores da rede de atenção à saúde, da Rede Suas (Sistema Único de Assistência Social) e também da rede de educação, como estávamos falando anteriormente, no sentido de produzir mais massa crítica e qualificação das atividades para esses profissionais.

Vamos combinar que, dentro do campo da saúde mental, o eixo álcool e drogas vem avançando de forma bastante intensa nos últimos anos. Mas entendemos que essa qualificação dos profissionais, dos gestores que estão lá na ponta, recebendo essas demandas, é fundamental. E aí citar várias estratégias, dentro do Ministério da Saúde, de qualificar esses profissionais.

Existe hoje, a partir de um termo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina, um curso já em andamento em álcool e drogas, que já tem 3,5 mil alunos, no caso, profissionais e gestores de saúde, que estão sendo qualificados em álcool e outras drogas, com esse vetor de trabalho, que vai desde todo um processo de orientação da promoção do cuidado, junto ao usuário de álcool e outras drogas, como também o processo de prevenção nesse contexto.

Quero citar também uma outra estratégia importante no campo da formação, que é o Projeto Caminhos do Cuidado. Esse projeto é da Secretaria de Gestão, Trabalho e Saúde, do Ministério da Saúde, em cooperação com a Coordenação Nacional de Saúde Mental, que visa à qualificação de agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem das equipes de saúde da família.

É um projeto muito ambicioso, pois tem uma meta de qualificar 295 mil agentes comunitários de saúde no País. Ele começou no início de 2014, e, hoje, nós já temos 200 mil agentes comunitários da saúde qualificados em álcool e outras drogas, no sentido de espraíarmos, de ampliarmos o nosso escopo de atenção a usuários de álcool e outras drogas, eminentemente focados na estratégia de saúde da família.

Como eu disse, anteriormente, é o modelo de atenção que mais chega próximo da população e que tem, por excelência, a partir do modelo de atenção primária em saúde, um foco importante nas principais demandas e necessidades que surgem do território.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – E, a partir disso, essa prioridade de atenção ao álcool e outras drogas vai – e a gente não tem a menor dúvida de que isso vai acontecer a partir de uma qualificação como essa – ter seu processo de qualificação do cuidado muito aquecido, na medida em que esses agentes comunitários de saúde, junto às equipes de saúde da família, tenham um protagonismo de cuidado junto a esse usuário.

Outros pontos eu gostaria de citar em relação ao eixo educação, por nós considerado um eixo importante – e acho que estratégico – para refletirmos e produzirmos mais imersão no que diz respeito à formação de conselheiros. Dentro dessa perspectiva do projeto de lei, há todo um contexto de estratégias, de ampliação da participação social na formulação, implementação e avaliação da política sobre drogas no País; e de como podemos investir na qualificação desses conselheiros a partir dessas diretrizes, no sentido de produzirmos mais massa crítica junto a essa reflexão sobre drogas, num contexto mais ampliado, que dê efetivamente uma legitimidade maior junto a essa questão para, como disse o Prof. Carlini – o próprio Jaime colocou isso, e também a Salete –, darmos a dimensão ampliada que esse tema merece para a sociedade.

Por fim, eu só queria salientar também que é importante a gente ter a atenção de promover investimentos e estudos que digam respeito à avaliação dos resultados de políticas sobre drogas no País. As universidades, nesse processo, têm um papel fundamental na ampliação de estudos que, para nós, do Ministério da Saúde e da Coordenação Nacional de Saúde Mental, têm um valor de uso importantíssimo, como o Jaime já trouxe vários estudos a respeito do canabidiol, estudos acadêmicos. Para nós, o avanço no processo de investimentos relacionados a estudos acadêmicos nesse contexto é importante e estratégico.

Por ora, vou ficar por aqui e a gente, agora, acho que vai partir para a plenária, para as perguntas.

Obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Muito obrigada, Dr. Alexandre.

Vou fazer o seguinte. Todos os painelistas já se pronunciaram. E nós temos aqui um número... Nem sei mais dizer quantas manifestações houve aqui; eu dei um pouquinho a cada um – provavelmente são muito mais de 200. Mas muitas delas não são perguntas, a maioria esmagadora não são perguntas; são comentários a respeito do tema.

E a presença da Anvisa na Mesa provocou, sem dúvida alguma, um debate à parte, que é o posicionamento da Anvisa nesta discussão da liberação das substâncias derivadas da maconha. Há muitas manifestações a respeito disso, muitas manifestações se posicionando contra ou a favor da legalização da maconha e da descriminalização de outras drogas; há muitas manifestações a favor e algumas outras contra. Há manifestações a favor do uso como medicamento e contrárias ao uso recreativo. São manifestações as mais diversas.

Algumas manifestações feitas sobre a questão mais propriamente dita, algumas poucas sobre internação ou não internação, liberação, principalmente, que foi a discussão colocada pelo Prof. Elisaldo, e algumas últimas manifestações a respeito da discussão sobre a questão das drogas nas escolas.

No entanto, vou sugerir que nenhum dos senhores se manifeste especificamente sobre uma resposta ou outra, porque o número é muito grande, e nós não vamos poder dar todas as respostas, até pelo funcionamento do Senado. Nós temos um tempo previsto para finalizar esta reunião.

Eu tenho um contato pessoal com esse assunto, pois também estou me debruçando sobre o projeto. É claro que a temática da política de drogas se insere em muitas áreas, desde a área, digamos assim, da doença, do tratamento daquele que é hoje considerado uma pessoa com uso abusivo da droga até à situação da questão da segurança pública – libera ou não libera? Quais as quantidades?

Esse tipo de coisa está, também, refletida no projeto de lei. Há a discussão com a Anvisa, sobre o funcionamento da Anvisa; sobre a liberação dos derivados da *cannabis* ou da maconha; sobre a política de prevenção e o seu tratamento dentro das escolas. Eu sei da posição do MEC de não permitir nenhum tipo de, digamos assim, caracterização, de *bullying*, de exclusão do jovem usuário de droga na escola, mas, sim, de uma reinserção dentro do projeto escolar e, portanto, de reintegração a uma ideia de reencontrar um projeto de vida.

Pessoalmente, conheço casos – sei e todos nós que trabalhamos com educação sabemos disso –, especialmente em muitas escolas privadas, de jovens que tenham sido identificados, flagrados no uso da droga que, muitas vezes, são até expulsos da escola. Não sei que tipo de relação o MEC tem de estabelecer com essas instituições.

Há também a questão que envolve posicionamentos religiosos, tudo isso. Para a Coordenação de Saúde Mental, do Ministério da Saúde, até mesmo a distribuição dos recursos da saúde: deve-se concentrar a sua disputa pelas comunidades terapêuticas, de um lado, ou pelos programas de políticas públicas dos Estados e dos Municípios, centrados na política de construção dos CAPS AD? Ou mesmo projetos ressaltados aqui de atuação junto às comunidades de rua, com a população de rua, destacadamente os Consultórios de Rua, desenvolvidos na Bahia pelo Dr. Antonio Nery e pela Drª Ana Pitta em dois projetos diferentes.

É muito largo. A discussão envolve muitos aspectos. Por isso, estou sugerido que a gente possa fazer uma fala final, diante do que vocês conseguirem ler. O único para quem eu não passei ainda foi o Dr. Alexandre, que falou por último, mas vou dar oportunidade de ele ler algumas dessas manifestações. Assim, podem ter ideia do que as pessoas estão falando e fazer uma fala final a respeito do tema. Tudo o que vocês disseram foi gravado, foi transmitido e vai constar de alguma forma.

Eu vou tentar incorporar isso nessa discussão do nosso relatório e levar adiante com outras audiências públicas que vamos ter.

Pessoalmente, acompanho essa discussão há cerca de 20 anos. Quando prefeita de Salvador, eu fui procurada por duas áreas. Uma, o Dr. Fábio, vindo da cidade de Santos, meu ex-companheiro de movimento estudantil, ele de Londrina e eu da Bahia. Todos conhecem muito o Dr. Fábio, à época na Secretaria de Saúde de Santos tratando da Aids, iniciando o debate sobre prevenção à Aids no Brasil, procurou-me para, em nome desse projeto, projeto que ele desenvolvia na prefeitura de Santos, discutir a política de distribuição de seringas para usuários de drogas que se contaminavam com Aids pela utilização da seringa em comum.

E, logo depois, também pelo professor, doutor e grande conhecedor do assunto, um precursor também, como o Dr. Elisaldo, de toda essa política de drogas no Brasil, o Dr. Antonio Nery, que me procurava pelo vexo da abordagem da prevenção às drogas e do tratamento das drogas em adolescentes nas ruas, propôs uma política também de redução de danos, com distribuição de seringas e de nós conseguirmos montar um posto de atendimento volante, constituindo um carro que pudesse atuar na cidade.

Confesso a vocês que, naquele momento, apesar de ter debatido muito com duas pessoas, todos dois de grande confiança pessoal minha e técnica em reconhecimento na sociedade, em função das nossas condições específicas na cidade, eu não adotei essa política. Mas, a partir dali, no centro de saúde do Município existente no Pelourinho, uma região com muita população de rua, passamos a atuar com uma ação voltada para o atendimento ao usuário de droga, antecipando uma política que hoje é desenvolvida pelos CAPS AD.

Sobre a política de CAPS AD, também tenho muitos questionamentos. Não pela política, mas principalmente, em se tratando de uma política de atenção básica, portanto dependente dos Municípios, da dificuldade que temos na implantação de ADs. Portanto, CAPS Álcool e Drogas funcionando 24 horas; é um momento em que a população de rua, especialmente crianças e adolescentes submetidos a um nível de vulnerabilidade total precisam de um atendimento e, em geral, não o têm.

Então, se puderem dar umas palavrinhas sobre essas questões, mas visando principalmente a que a gente se dirigisse para o relatório.

Aos nossos acompanhantes na internet e participantes desta reunião, agradeço, desde já, a grande contribuição.

E quero chamá-los à participação do debate em torno até do conjunto das questões e do debate do projeto em si, para que a gente não se limite apenas à discussão da liberação dos derivados de maconha ou outro aspecto menor.

E, principalmente, uma grande pergunta que sei que foi feita, mas que é o outro vetor desse debate, que é a relação drogas versus pobreza, ou a relação socioeconômica da droga no nosso País.

Estamos discutindo uma política de prevenção enquanto muitas crianças e muitos adolescentes estão fora da escola e que, portanto, não serão alcançados por essa política de prevenção dentro das escolas.

Estou absolutamente convencida, como uma agente pública, como uma política que acompanha essa questão há muitos anos, que, se não tratarmos da pobreza e, especialmente, da inclusão de crianças e adolescentes em faixa de pobreza, não teremos uma política vitoriosa, nem na prevenção e nem, portanto, depois, na possibilidade de até pensarmos na droga para o seu uso recreativo, como se costuma falar no que diz respeito às chamadas drogas lícitas. Aliás, as drogas lícitas não apenas são lícitas. A sua propaganda é livre e, recentemente, muito vinculada aos esportes.

Em todo o período da Copa do Mundo vimos a produção de cerveja no mundo e no Brasil também vinculada ao futebol e a outras práticas desportivas, por mais contraditório que possa ser. Então, esse é também um grande debate.

Muito obrigada.

Vou, portanto, reiniciar com o Professor Elisaldo, para que ele faça uma fala final. Quero perguntar se essa fala final pode ser de cinco minutos. Pode ser maior?

O SR. ELISALDO LUIZ DE ARAÚJO CARLINI – Não tenho ideia ainda. Mas eu acho que em torno de cinco minutos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Em torno de cinco minutos, com tolerância, é claro.

Obrigada.

O SR. ELISALDO LUIZ DE ARAÚJO CARLINI – Inicialmente, queria tomar as palavras da Senadora, porque foi com uma alegria enorme que vi o nome do Fábio Mesquita e do Antonio Nery, bons baianos que são e grandes amigos de muito tempo. Ambos têm um papel muito importante no problema de dependência de drogas e tratamento humanitário também das pessoas que sofrem essa doença, segundo a classificação da ONU. Então, é uma alegria muito grande poder comentar.

Queria comentar, rapidamente, dois aspectos de que V. Exª falou também e que acho que merecem consideração. V. Exª falou do problema de ter que trabalhar à noite, porque, muitas vezes, as pessoas que estão em vulnerabilidade à noite têm dificuldade de obter socorro, auxílio. A quem elas podem procurar?

É uma briga antiga nossa, e estamos procurando fazer com que as farmácias passem a fazer parte do grupo de saúde que lida com esses problemas.

As farmácias têm plantões com muita frequência. É um número muito grande de farmácias no Brasil. Se conseguirmos fazer com que o farmacêutico participe nesses programas educacionais de prevenção a respeito do abuso de drogas, estaremos fazendo uma contribuição enorme.

Acho, por exemplo, que o que se faz hoje em dia é acusar o farmacêutico como um contribuidor para o uso de medicamento por baixo do pano. Acho que o papel deles é muito maior do que esse que nem existe, na opinião.

A segunda coisa é a respeito da legalização da pobreza. Trabalhei muito com crianças em São Paulo, de rua e também crianças em favelas. Uma coisa curiosa é que o tráfico para essas crianças tem um função social que não podemos ignorar.

Conheci um menino, por exemplo, que, quando chegava o fim de semana e ele ia visitar a sua casa, era recebido pela mãe e pelos irmãos mais novos, porque era o provedor da casa. E era imenso o respeito que a família tinha por esse menino, porque era ele que trazia o meio de sobrevivência da família. E é até uma carreira para esse menino, porque ele começa como o empinador de papagaio, quer dizer, o que avisa. Quando sobe, por exemplo, um tráfico ou a polícia, ele avisa. Depois, ele passa a ser o “endolador”. Ele pode começar a preparar as trouxinhas de maconha ou de *crack*, embrulhando, até chegar finalmente à posição de soldado, quando ele cuida, em São Paulo, de uma “bocada”. E são centenas de milhares.

Tenho sempre essa pergunta a respeito da legalização. Como médico, tenho dificuldade em aceitar a legalização e também rejeitá-la. Mas, como cidadão, tenho uma pergunta que me deixa profundamente preocupado: o que farão centenas de milhares de jovens que encontraram no tráfico sua maneira de sobrevivência? É acabar com o tráfico e simplesmente deixar esses meninos todos soltos na rua? O que eles irão fazer? Vamos dar uma carteira de trabalho para todo mundo, se é possível isso? Eles vão aceitar? Então, essa é a pergunta básica e fundamental. Devemos discutir quando formos falar a respeito do tráfico.

Nós temos que levar em consideração que está sendo uma fonte de trabalho para centenas de milhares de pessoas, e o Estado, até hoje, sequer pensou no que fazer com essas pessoas.

Agora, quanto às perguntas, eu vou ser rápido também. Tenho aqui uma pergunta, da Luana Cristini: Quem ganha com a proibição? Deixar um remédio/planta nas mãos do tráfico e da polícia? É caso de saúde e de agricultura. Auto cultivo e Clubes Cannabicos são direitos constitucionais privados? Senadores, pedimos a regulamentação já., de São Paulo.

Ela diz o seguinte:

O problema da internação é que não há o diálogo entre quem interna e quem é internado. Talvez aquela mulher com o cachorro [que eu mostrei] queira ser tratada, mas não vai abandonar o seu companheiro, pois é humana. Com certeza fim do internamento compulsório e mais diálogo com viciado e família”.

Ela disse exatamente o que é importante: quer dizer, não é para colocar e separar da sociedade uma pessoa com esse problema.

Existem várias outras perguntas que se referem à mesma coisa. Vou ler todas elas e dar uma resposta única, uma opinião muito rápida.

Fernando Casa Grande, de Santa Catarina, comenta uma coisa:

Proibição do ópio: criminalizar imigrantes chineses na década de 1880. Proibição da cocaína: criminalizar negros na década de 1920. Tudo isso, é claro, nos EUA, o país com o maior fracasso na política de combate às drogas. Contudo, a ficha está caindo pra eles, e pra nós?

Acho que começou a cair muito recentemente. Essa reunião aqui, o envolvimento pesado do Congresso brasileiro.

Estive aqui já várias vezes, já vi os Senadores, já vi os Deputados Federais falando. Isso é um sinal de que realmente a ficha caiu. Espero que tenha continuidade. Esta reunião aqui é um exemplo disso, para ver.

E eu gostaria de repetir aqui a frase que acho que nós não falamos suficientemente: “Quem não conhece a história repete os seus erros”.

Nós estamos fazendo exatamente o mesmo erro agora, na tentativa de criar uma lei de internação compulsória. Não aprendemos leis de quase um século passado, aqui no Brasil, que não funcionaram.

Laura Freitas, de Minas Gerais: “Quem ganha com a proibição? Deixar um remédio/planta nas mãos do tráfico e da polícia? [...]”

Isso cabe dentro dessa informação comum.

Leandro Pereira Rodrigues, não informou de onde é: “É tão difícil entender que a criminalização do usuário só prejudica ainda mais o sistema penitenciário, pois as cadeias estão cheias de presos POBRES E NEGROS! [...]”.

Essa é uma outra verdade também, que eu acho que está voltando, vindo à tona agora para a gente discutir. E quando eu falo isso, falo porque eu vejo com uma frequência enorme que se estuda a droga que o homem usa. O grande problema é estudar o homem que usa a droga. O problema está nele e não na droga, que é uma coisa inanimada. Não prestar atenção nisso. Quem é a vítima da perseguição oficial? Não é tudo – tratamento, atendimento. A perseguição oficial é aos pobres e negros mesmo no Brasil.

Marco Antônio Mendes, de São Paulo: “Precisamos parar com essa hipocrisia em dizer que maconha é droga e penalizar a população por isso”.

Ele falou umas palavrinhas não muito gentis a respeito de todos nós, mas eu pulo isso aqui, e depois diz: “Os usuários precisam ser acolhidos e conscientizados pelo Estado”.

O que é verdade, mas é importante também dizer o seguinte, pela definição da Organização Mundial de Saúde, o uso de drogas é uma doença, e droga não tem nenhum sentido pejorativo em Medicina ou mesmo em farmácias. Droga significa, simplesmente, uma substância impura. Um extrato de uma planta é uma droga; a própria planta em si é uma droga também.

“A proibição da planta *cannabis* foi um equívoco da história que precisa ser revisto o quanto antes”. A Laura Freitas fez essa pergunta.

Bom, não sei se vocês sabem, mas quem foi responsável, em parte, em 1924, por transformar a maconha em uma droga criminosa foi um brasileiro que participou da Liga das Nações, de uma reunião famosa que houve em 1924, em Genebra, Liga das Nações, na qual ele disse que no Brasil, ele é um egípcio, a maconha era mais perigosa do que o ópio. Não tem sentido nenhum o que esse brasileiro falou, e os quarenta e tantos países lá presentes aceitaram isso como uma verdade.

E, portanto, nós tínhamos, também, até, a obrigação de tentar...

Aliás, Senadora, foi feita uma reunião aqui no Brasil, no Ministério da Saúde, em 1995, e foi pedido oficialmente nessa reunião que o Brasil procurasse consertar esse erro histórico.

O Brasil foi, então, responsável perante a OMS e, depois, perante a ONU, por colocar a maconha como uma droga perigosa. Portanto, deveria o Governo brasileiro solicitar que a maconha fosse retirada dessa pecha. Foi aprovado por mais de 100 pessoas presentes, desde 1995, e não houve resposta ainda.

É isso que eu tenho a responder.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Muito obrigada pela sua grande contribuição a este debate, para o Senado Federal. Foi uma honra tê-lo entre nós, e quem sabe o senhor não pode voltar numa outra audiência pública para aprofundarmos mais essa discussão.

Concedo a palavra agora ao Dr. Jaime César, da Anvisa.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Obrigado, Senadora. Só queria comentar inicialmente como é sensacional o nível de alcance que tem um debate como este, pelo número de perguntas que toda a Mesa recebeu aqui.

Eu tenho muitas perguntas que foram feitas. Procurei identificar um denominador comum entre elas aqui, para tentar, nesse tempo de comentário, fazer alguns comentários que elucidem, esclareçam pontos levantados aqui pelo maior número de pessoas possível.

A primeira questão é o uso recreativo e o uso medicinal. A Anvisa não trata de uso recreativo da maconha. A Anvisa é uma instituição que analisa e aprova ou não produtos destinados ao uso terapêutico. Portanto, se discutem produtos, medicamentos fabricados a partir de canabinoides, seja THC, seja canabidiol, mas não do uso recreativo. Logicamente a Anvisa, como uma instituição ligada à saúde pública, como outras instituições do País, pode e vê com muito bons olhos que seja trazida para dentro da discussão a respeito de uso recreativo, mas não é uma competência legal da Anvisa. É uma discussão paralela à questão do uso medicinal.

Planta *in natura* e medicamentos. A Anvisa não trata, não tem competência legal para regular cultivo da maconha, seja ele para uso medicinal ou não. A Anvisa não tem competência para regular o uso fumado da maconha. Não é atribuição da Anvisa. A Anvisa trata de produtos produzidos a partir da maconha ou produzidos a partir de qualquer outra substância que tenha finalidade terapêutica.

Então, as questões que dizem respeito a: “Ah, como é que fica a minha situação, porque eu quero cultivar em casa?” “Como é que fica a minha situação, porque eu uso, ou existe a possibilidade de usar, com benefícios para mim?” A maconha *in natura*, fumada etc., isso não é uma atribuição da Anvisa.

Logicamente, daí surgem questões sobre onde afinal vão ficar concentrados os produtos que podem ser destinados a esses pacientes que podem utilizá-los. Eles vão ter possibilidade de produzir por eles mesmos ou de ter acesso por uma fonte mais doméstica, mais tradicional, ou eles vão ter que depender da produção industrial?

De acordo com a legislação que nós temos hoje para a produção de medicamentos, a Anvisa trata isso como uma atividade industrial, uma atividade empresarial, porque existe uma série de outras legislações associadas a essa questão. O próprio registro do medicamento com estudos clínicos, boas práticas de fabricação etc. Então, não tem alcance a decisão da Anvisa, qualquer que ela seja, na produção artesanal, na produção em casa, no fumar a maconha etc.

Tratamento técnico e preconceito. De fato, o preconceito é o maior inimigo que a gente tem, pelo menos nessa vertente que a Anvisa trata, a respeito da possibilidade de uso medicinal – não tenha dúvida. Se a gente

aplicar, muitas vezes, a mesma lógica preconceituosa que existe em relação ao aproveitamento de canabinoides ou de outros produtos derivados da maconha para uso medicinal, nós teríamos que questionar hoje em dia, por exemplo, o uso da morfina, produzida a partir da papoula, que é também de onde se extrai o ópio, que é uma droga ilícita, vedada etc.

Não é disso que nós estamos falando. Se aquela planta ou qualquer outra substância pode ser utilizada com ganhos terapêuticos, a discussão tem que ser feita como vem sendo feita na Anvisa, em termos técnico-científicos, e não com preconceitos em relação à droga, de forma alguma.

E, por fim, é importante dizer que também não pode ser tratada a questão do uso medicinal como porta de entrada ou como abertura para a legalização geral. Essa perspectiva é ruim, porque contamina uma ação necessária, importante, porque há pessoas que podem..

(Soa a campainha.)

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – ... ser beneficiadas com esse tipo de produto. Ela contamina com uma outra discussão que envolve muitos outros aspectos do uso de drogas. E a segregação, a divisão dessas duas questões de forma bem estanque, é a melhor forma se pode ter para chegar a resultados bons em ambas, seja aqui no Senado, seja em outras instituições que tratam da matéria.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Muito obrigada.

Drª Clarice.

A SRª CLARICE SALETE TRAVERSINI – Os questionamentos, então, são de praticamente duas ordens. A primeira, que é bastante comum e de que nós recebemos uma avalanche de pedidos, é criar uma disciplina para tratar da prevenção do uso de drogas.

Então, quando há um assunto em pauta, recebemos sempre esta proposição: “Vamos criar uma disciplina”. Temos um levantamento de que, até o ano passado, nós tínhamos mais de 100 sugestões de criação de disciplinas. Então, não se trata de criar uma nova disciplina de prevenção, nem de temas transversais. Trata-se de podermos trabalhar, no conhecimento escolar, seja comum, seja diversificado, conhecimentos imprescindíveis para que possamos fazer esse processo de prevenção.

O segundo ponto das perguntas é justamente como fazer com aqueles alunos que abandonaram a escola em idade escolar para vender droga, para sobreviver. E as perguntas são bem claras neste sentido: “Como é que trazemos de volta?”, ou “Como é que se lida com a prevenção, que não é 100% efetiva?”.

Bem, gostaríamos muito de ter uma resposta única e dizer: “Faça assim”, mas não temos. Uma das saídas que temos visto é justamente a de ações intersetoriais: podermos agir com vários setores que estão atuantes, lá no território da escola, para que possamos pensar maneiras, e que as pessoas pertencentes àquele lugar o enxerguem como um lugar seu, um lugar em que possam desenvolver e, talvez na própria escola, pensar em processos de reinserção, se for o caso, em ensinos médios – ensinos médios, porque temos mais do que uma modalidade – integrados com educação e trabalho. Talvez, nesse meio, possa a reinserção do aluno que saiu enxergar uma perspectiva de trabalho aí dentro. Mas são possibilidades em que se vai trabalhando, e, certamente, não são 100% efetivas sempre as ações que pensamos.

Agradeço à Senadora pelo convite e nos colocamos à disposição para a continuidade do diálogo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Muitíssimo obrigada por sua participação.

Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – Eu vou começar por uma pergunta que o Robson Ramos dos Santos Brandão, da Bahia, me faz: se o correto não seria informar em vez de prevenir.

Robson, eu acho que, informando, prevenimos. Agora, precisamos tratar dessa informação, fazer um tratamento adequado dessa informação, que tenha convergência com uma perspectiva de trazer para a sociedade e para o usuário uma perspectiva de um conceito citado pelo Professor Carlini, que, para nós é muito caro, o conceito de redução de danos. E o conceito de redução de danos, visto como uma ética do cuidado, que produza, a partir desse conceito, sujeitos de direitos mais conscientes dos seus atos, com mais responsabilização desses sujeitos em torno da questão de drogas. E essa ética do cuidado de redução de danos tem uma oferta de possibilidades enorme, no que diz respeito à informação e à comunicação sobre drogas, sobre prevenção às drogas.

Pela fala da Senadora Lídice, ficamos contentes de saber que há todo um lastro de bagagem nesse processo de ter convivido com pessoas tão referenciais para nós, como o Fábio Mesquita, que hoje é o atual Coordenador Nacional do Programa de Aids do Ministério da Saúde, e também o Professor Nery, da Bahia, que foi o baluarte da introdução do Consultório de Rua. E, a partir dessa experiência, podemos, no Ministério da

Saúde, implantar os consultórios na rua. Hoje são mais de 134 consultórios na rua em funcionamento no País, justamente por conta dessa experiência da Bahia.

Falando do conceito de redução de danos e de Consultório de Rua, para não falar do CAPS AD III, que eu também vou citar aqui, eu gostaria só de descrever e falar um pouco sobre a experiência que está acontecendo em São Paulo, que é o Programa de Braços Abertos, uma experiência extremamente revolucionária no campo de atenção ao álcool e a outras drogas; extremamente bem sucedida no que diz respeito a uma qualificação do cuidado mais ampliada dos usuários lá na região da Sé, na região da cena de uso lá da Sé. Foi feito um amplo processo de atuação intersetorial naquele território da Sé, congregando estratégias de atenção à saúde desses indivíduos, com todo um processo de oferta de moradia social, ofertando hotéis sociais no mesmo lugar onde as pessoas estão, sem higienizá-las, sem tirá-las do local onde elas estão. É coisa normal que aconteça, nas políticas municipais, querer tirar as pessoas dos nichos de concentração onde elas ficam nas cenas de uso. E, a partir desse movimento de ofertar os hotéis sociais no mesmo lugar onde estão,...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA TRINO – ... de alguma forma, a partir daquelas relações afetivas e sociais que ali estão, você pode ofertar também um processo de geração de trabalho e renda para essas pessoas, que é o que está acontecendo em São Paulo. É digno de a gente louvar aqui e de a gente produzir, a partir de leis e políticas como essa, replicações, e visibilizar mais esse tipo de política, para que outros Municípios possam aderir a estratégias como essa, que são estratégias que tiram o foco das drogas e colocam o foco onde ele deve estar, que é na redução das vulnerabilidades sociais que esses indivíduos apresentam e de que o Estado, de uma forma geral, precisa dar conta. Ele precisa assumir o seu papel de qualificar a atenção a esses indivíduos, não só no que diz respeito à saúde, mas fundamentalmente no que diz respeito à proteção social desses indivíduos. O Programa de Braços Abertos vem cumprindo esse papel de forma relevante.

Acho que é isso. A gente fica por aqui.

Obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Obrigada pela contribuição. Nós teremos oportunidade de trazê-lo, certamente, em outros momentos, para continuarmos essa discussão em 2015.

Eu quero só dizer que agradeço também a participação da Drª Luciana Boiteux – não sei se é assim a pronúncia do seu nome –, professora de Direito Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que acompanhou a nossa discussão e que fez uma pergunta que eu proponho que os senhores respondam através do *e-mail* dela, que ela nos dá aqui, que foi ao Prof. Carlini e ao Dr. Jaime, que respondeu em parte: “Qual é a posição sobre o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei de Drogas, que é a questão do cultivo pessoal da *cannabis* para fins medicinais?”

O Dr. Jaime já respondeu, do ponto de vista da Anvisa, mas ele pode detalhar depois neste *e-mail*, que também vai repassar ao Prof. Carlini, para que ele possa fazer o mesmo.

Muito obrigada.

Declaro, portanto, encerrada a presente audiência pública, agradecendo a atenção de todos os internautas e participantes aqui nesta reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e três minutos do dia onze de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Marta Suplicy, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião,

Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 42/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita e Paulo Davim, destinado a instruir o **Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2014, que “Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP); Senhora Iane Kestelman, Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA); e Senhor Denis Wilson Recco, Assessor Técnico da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde**. Logo após, a presidência registra a presença na presente reunião da Senhora Patrícia Lima Rodopiano de Oliveira, Coordenadora de Projetos da Associação Brasileira do Déficit de Atenção e do Senhor José Miguel Neto, Médico Psiquiatra da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores presentes na presente reunião. Usa da palavra o Senhor Senador Paulo Davim, um dos autores do Requerimento. Após as considerações finais dos expositores, a presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, encerra a reunião às dez horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 42, de 2014, desta Comissão, de autoria dos Exm^{os} Srs. Senadores Paulo Paim, Paulo Davim e Ana Rita, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2014, que institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são o Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Dr. Antônio Geraldo da Silva, a Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção, Iane Kestelman, e também Denis Wilson Recco, assessor técnico da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.

Sejam muito bem-vindos.

Muito obrigada pela gentileza da presença nesta nossa audiência aqui, na Comissão.

Informo que esta audiência tem cobertura da nossa TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e ainda pela internet: www.senado.gov.br/tv-canal2.

De imediato, eu gostaria de informar aos nossos convidados e palestrantes que o tempo de exposição de cada um será de dez minutos e que teremos a responsabilidade posterior de, eventualmente, fazer um debate em torno no tema, que, na verdade, é para instruir a criação do Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia.

Então, de imediato, como temos apenas uma mulher entre os convidados, eu convido a Iane para fazer a sua exposição. A Iane é Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção.

Muito obrigada.

Bem-vinda.

A SRª IANE KESTELMAN – Eu gostaria de agradecer aos ilustres Senadores pela oportunidade de hoje estar aqui, nesta sala, defendendo os direitos das pessoas com transtornos psiquiátricos no Brasil.

Eu vou tentar resumir a minha fala o máximo que eu puder, mas eu gostaria de, primeiro, abordar o que é déficit de atenção, porque grande parte das pessoas nem sabe o que é isso.

Déficit de atenção é um transtorno que acomete de 4% a 5% da população mundial – essa é a prevalência em todos os países –, não é um transtorno benigno, traz muitas consequências para os portadores. Na verdade, hoje, no Brasil, é uma das maiores fontes de preconceitos. Essas pessoas sofrem muito, inclusive porque existem determinados grupos e movimentos que negam a existência do transtorno, inclusive a despeito de esse transtorno ser reconhecido pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização Brasileira de Psiquiatria.

Então, eu vou começar rapidamente.

Bom, deu sou Presidente dessa associação, Presidente voluntária, sou psicóloga e mãe de jovens com déficit de atenção.

O que é o transtorno do déficit de atenção? É um transtorno neurobiológico de causas genéticas que aparece na infância e, frequentemente, acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude, impulsividade.

A despeito de muitas pessoas dizerem que o déficit de atenção é um transtorno novo, dos tempos modernos, inventado por indústrias, na verdade, esse gráfico mostra claramente que ele foi descrito pela primeira vez em 1900, no século passado, e que já passou, ao longo desse tempo, por várias nomenclaturas até os dias de hoje, em 2014, quando ele ganhou o nome de transtorno do déficit de atenção pelo manual de psiquiatria da associação americana.

O fator hereditário é fundamental. Há múltiplos genes envolvidos nesse transtorno, e ele tem como sintomas cardinais a desatenção, a hiperatividade e a impulsividade.

A prevalência, segundo as pesquisas científicas mundiais, é de 3% a 7% das crianças, um contingente realmente bastante significativo, de 4% dos adultos e é três vezes mais frequente em meninas.

Os sintomas do TDAH não são meros aspectos do comportamento infantil, como muitos dizem. O quadro foi descrito no século passado e é exatamente o mesmo no Brasil, na Índia, na Nova Zelândia, na China.

Isso é só para vocês terem uma noção. Essas são as áreas envolvidas, para mostrar que, de fato, é um transtorno neurobiológico. Essas são as áreas comprometidas no cérebro de uma pessoa com TDAH. Não é pouca coisa. Não podemos dizer – mesmo eu sendo uma psicóloga – que é uma reação comportamental, que é um transtorno psicológico, que tem relação com desigualdades sociais. É lógico que todos esses fatores culturais potencializam ou agravam o quadro, mas é um transtorno de natureza neurobiológica.

Vou passar um pouquinho.

Bom, isto aqui é uma imagem de *path-scan* que costumamos usar em pesquisa para mostrar como o metabolismo do cérebro de uma pessoa com TDAH é completamente diferente do de uma pessoa sem TDAH. O do lado esquerdo, do controle, é o lobo frontal de um sujeito sem TDAH e o do lado direito é o de uma pessoa com TDAH. Vocês observem como a ativação da imagem do portador de TDAH é muito menor em uma situação de teste, de atenção.

Estou passando aqui.

É um transtorno de longa duração, que persiste na idade adulta e traz muitos prejuízos nas disfunções executivas. Isso eu acho que é o que mais nos interessa para eu tentar ser sucinta.

O que acontece com essas pessoas com TDAH?

Esses dados que eu vou apresentar para os senhores são dados de pesquisas, não são dados aleatórios, não são dados que foram coletados de minha experiência pessoal ou de consultório.

Essas pessoas têm menos anos de educação completados, têm mais abusos de drogas, menor autoestima, habilidades sociais pobres, mais tentativas de suicídio, maior isolamento social, maior número de comorbidades psiquiátricas, que são outros transtornos associados ao TDAH, mais acidentes e de maior gravidade. Entre essas pessoas, 21% trocaram de escola diversas vezes, 45% sofreram uma suspensão, 30% sofreram uma reprovação ou repetição, de 32% a 40% abandonam os estudos, somente de 5% a 10% terminam a universidade, 40% dos adolescentes com TDAH apresentam problemas de gravidez em caso precoce, de 50% a 70% das pessoas com TDAH têm poucos ou nenhum amigo, de 70% a 80% dos adultos com TDAH apresentam baixo rendimento profissional – são pessoas que estão sempre aquém das suas possibilidades. Pais de crianças com TDAH apresentam três vezes mais probabilidade de separação ou divórcio. Ainda entre as pessoas com TDAH, 16% sofrem de doença sexualmente transmissível, por causa da impulsividade, crianças com TDAH têm maior chance de serem atropeladas, sofrerem acidentes de bicicleta e serem admitidas na UTI por causa de desatenção, adolescentes com TDAH recebem quatro vezes mais multas de trânsito – isso eu conheço bem, porque, na minha casa, isso era um fato recorrente antes de sabermos como tratá-los –, adolescentes com TDAH têm quatro vezes mais chances de acidente de carro e sete vezes mais de ter um segundo acidente. Nos Estados Unidos foram feitas pesquisas mostrando, a partir de acidentes de trânsito que havia com pessoas com TDAH, e encontraram um contingente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Professora Iane, desculpe-me, para não... Multas de trânsito com adolescentes? Hoje, para se ter uma carteira de motorista...

A SRª IANE KESTELMAN – Não, mas consideramos a adolescência até os 21 anos de idade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Quando ele já está dirigindo automóvel.

A SRª IANE KESTELMAN – Já está dirigindo automóvel.

O que acontece na questão profissional? Mudanças frequentes de emprego, maior índice de desemprego, consequentemente demissões, abandonos, subemprego, níveis salariais mais modestos, evidentemente, na

medida em que essas pessoas não desenvolvem todas as suas potencialidades, e trabalho autônomo, porque no trabalho autônomo é mais fácil você lidar com o seu tempo, pois você não precisa cumprir regras, focar e ter estruturas mais definidas.

A questão da direção: desatenção nos sinais e manobras, direção em alta velocidade, busca de situações de risco – eu vou mostrar isto rapidamente depois –, o que faz com que eles sejam mais propícios ao uso de drogas, e maior número de acidentes.

Drogas. Existe um universo muito grande de adolescentes e adultos com déficit de atenção que fazem uso de drogas. Inclusive, existem pesquisas, aqui, no Brasil, nas universidades, mostrando que, nas cracklândias e, assim, dentro das próprias clínicas que trabalham com abuso de substâncias, existem muitas pessoas com TDAH.

Essas são as drogas conhecidas por nós, mas as mais frequentes, que conseguimos identificar, são o tabagismo e a maconha.

No adulto, é comum vermos o estilo de vida desorganizado, mudança frequente de atividades, mudança frequente de parceiros, atraso crônico – são pessoas que sempre estão atrasadas –, dificuldade de estabelecer prioridades, dificuldade de foco, comportamento de busca de situações novas, hipersensibilidade, reação de curto-circuito – são pessoas que explodem com muita facilidade, mas há também, ainda, dificuldade de controle, que chamamos do freio inibitório, que é a região do córtex pré-frontal, que controla os impulsos, e dirigir perigosamente.

Isso, rapidamente também, é uma tabela que mostra o percentual de vezes que uma pessoa com TDAH, no caso um adulto, está fora do papel que deveria estar cumprindo. Então, vocês podem observar que 15% dessas pessoas com TDAH, nessa amostra específica, não estavam cumprindo o seu papel, enquanto que, entre as pessoas sem TDAH, esse percentual era de 6%, o que mostra que há quase 3% a mais de chances de uma pessoa com TDAH estar fora do seu papel.

Baixo funcionamento também quando exerce esse papel: 15% para quem tem TDAH e 6% para quem não tem. Baixo funcionamento social: 18% para 5%. Então, são baixos escores para quem tem TDAH.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Tem cura.

A SRª IANE KESTELMAN – Tem cura.

Eu estou tentando mostrar os prejuízos para dizer que existe caminho para essas pessoas. Podemos trabalhar com a inclusão delas na educação e na sociedade, mas, no final, vou mostrar para vocês o grande preconceito que enfrentamos e por que é tão difícil.

Essa pesquisa foi feita por um parceiro nosso lá do UFRJ e foi feita no Colégio de Aplicação da UFRJ, no Rio de Janeiro, com uma amostra de 2 mil alunos. Então, essa pesquisa mostrou que as pessoas, os alunos com TDAH possuem três anos, praticamente, de estudo a menos do que as que não têm TDAH. Depois disso, eles permanecem empregados em funções de menor importância na vida adulta. A pesquisa mostrou também que 90% das pessoas com TDAH não concluem seus estudos em relação a 60% dos não portadores de TDAH. A chance de repetência e suspensão desses alunos é três vezes maior – a pesquisa na UFRJ mostrou – e a chance de expulsão do colégio é oito vezes maior. Então, estamos diante de um problema grave, inclusive do ponto de vista da exclusão social, da evasão escolar. Não é, realmente, um transtorno benigno que possamos negligenciar.

Bom, isto aqui é um estudo que foi feito por um grupo de amigos nossos lá da universidade, mostrando que... Ele está em inglês, porque, quando você faz um artigo científico, mesmo que ele seja nacional, para aqueles que não são médicos, ele é publicado em revistas internacionais para ter validação da comunidade científica. Então, ele mostra que existe uma relação entre problemas de aprendizagem e déficit de atenção, e é uma relação realmente bastante forte.

Este é um gráfico de uma pesquisa que mostra – vocês podem ver: em azul, são as pessoas com TDAH; em vermelho, são as pessoas com TDAH – como o índice de repetição, expulsão e suspensões são muito maiores. É absolutamente incrível!

Eles costumam ter mais comorbidades, ou seja, mais doenças, transtornos associados ao TDAH. Apenas 30% das pessoas com TDAH têm o TDAH puro, com sintomas de desatenção, impulsividade e hiperatividade. Esse outro contingente tem outras doenças associadas, como depressão, distúrbio bipolar, ansiedade etc.

Este aqui é um estudo americano – a gente está desenvolvendo um brasileiro, que eu vou mostrar no final – mostrando o impacto econômico do TDAH. Então, vê-se que o custo médio anual para um adulto com TDAH é de US\$4,929 mil, US\$5 mil, e que o custo para uma pessoa sem TDAH, em média, é de US\$1,4 mil. Então, vemos que o custo médio de uma pessoa com TDAH, para o Estado, é quase o dobro do de uma pessoa sem TDAH.

Este aqui também é um estudo feito no Brasil, que traz o impacto avaliado em adultos com déficit de atenção, um estudo piloto.

Este é o jornal internacional de déficit de atenção. Este artigo também foi publicado por um grupo do Brasil, mostrando que existe uma relação entre a *performance* de pessoas com TDAH, transtornos de apren-

dizagem, e as questões familiares na educação no Brasil. Isso foi publicado lá fora e feito pela equipe de uma universidade aqui no Brasil.

Este é um estudo bastante recente – que foi publicado, inclusive, pela *Revista Brasileira de Psiquiatria* e já está sendo publicado no exterior – mostrando que, a despeito do que dizem, há um excesso de diagnósticos de TDAH, – o estudo foi feito por três especialistas, um da USP, um da Unifesp e um da Universidade Federal do Rio de Janeiro –, comparando os dados de vendas de medicamentos colhidos pelas indústrias farmacêuticas, pelas farmácias, enfim, e a população brasileira com dados do IBGE, na verdade, apenas 19% das pessoas com TDAH são tratadas no Brasil, o que é muito pouco. Então, a gente tem a certeza de que é um subtratamento.

Este estudo está em andamento, ainda não está concluído – vocês podem ver que ele tem um carimbo azul em cima: *for review* –, e vai mostrar exatamente o que já existe nos Estados Unidos em termos de resposta, o custo, no Brasil, de tratar, os custos sociais na saúde e na educação, de ter TDAH e não haver tratamento. Então, a gente vai ter esse dado para mostrar quanto isso custou ao governo brasileiro.

Para concluir: quais são os fatores que aumentam o preconceito, que é enorme? A desinformação, a mídia... Porque – vocês sabem melhor que eu, todos nós sabemos –, com uma boa assessoria de imprensa, a gente pauta questões relativas a transtornos psiquiátricos.

Eu, como psicóloga – sou psicanalista –, me sinto muito confortável de dizer que, para o leigo, o limite entre o biológico e o psicológico é muito tênue, enquanto que nós, que somos da área de saúde mental, sabemos identificar claramente. Então, temos que lidar – as pessoas com TDAH –, todo o tempo, com esse tipo de enfrentamento. Como se não bastassem todos esses prejuízos que vemos que essas pessoas têm e que, no final das contas, trazem muitos sofrimentos – a questão maior é o sofrimento dessas pessoas e o alijamento social –, ainda têm que lidar com matérias da mídia como as que eu vou mostrar.

Exclusão escolar, ausência de capacitação de professores na área de educação... Os professores não sabem o que é, e essas crianças são jogadas para fora de sala de aula, como fizeram com os meus próprios filhos.

Eu tenho um filho, hoje com 29 anos, que se formou em Economia na PUC do Rio de Janeiro, que é uma das melhores faculdades, mas que, aos 14 anos de idade, foi sumariamente – eu mesma não sabia o que era TDAH – excluído da escola. Se não tivesse ele as condições que tinha – mãe psicóloga, boas escolas e suporte para poder avançar –, ele hoje estaria, provavelmente, numa cracolândia, que é o que acontece com essas crianças.

Há ausência de capacitação também de profissionais de saúde para lidar com essas crianças no consultório, não diagnóstico e má-fé. Falo de má-fé porque muitos grupos sabem que existem e negam a existência por questões meramente ideológicas. Falar sobre isso não traz os benefícios que certos grupos gostariam de ter. Isto é um exemplo rápido – já estou concluindo – do preconceito.

Esta é uma matéria que saiu há algum tempo e diz assim: “TDAH: doença ou conspiração contra a infância?”

Srs. Senadores, já não basta um pai e uma mãe sofrerem, já não basta um adulto sofrer, já não basta esse percurso árduo que essas pessoas têm que fazer; elas ainda abrem o jornal de manhã e leem isso.

E o que acontece no final das contas é que essas pessoas começam a esconder o transtorno que têm, começam a não revelar, porque elas têm medo.

Esta é outra matéria que saiu, que, para mim, é a cereja do bolo: “Pais usam a droga da obediência para ‘domar’ os filhos”. Isso é um absurdo!

Eu estava lhe dizendo, Senador: como se fosse fácil para nós, pais, termos que lidar com o fato de nossos filhos terem uma série de dificuldades para avançar na vida acadêmica, na vida social, a gente ainda tem que abrir um jornal como este, um jornal de grande veiculação no Rio de Janeiro... Essas pautas saíram também na *Folha de S.Paulo*, em grandes jornais, aqui, no *Correio Braziliense*... A gente tem que lidar com o fato de que nós estamos drogando os nossos filhos! Nós não estamos drogando os nossos filhos. Nós estamos tratando dos nossos filhos para que eles não fiquem à margem da sociedade.

Outro exemplo do preconceito, matéria que saiu na grande mídia: “Mãe diz que escola recusa filho hiperativo que tem déficit de atenção”. E recusa mesmo.

A questão do preconceito é que as mães estão chegando às escolas... Eu sou Presidente e voluntária de uma associação de pessoas com TDAH. As mães e os pais já chegaram ao ponto de não dizerem na escola que os filhos têm TDAH, porque já sabem que a matrícula vai ser recusada ou que, quando ela não é recusada ostensivamente, com eles dizendo “não queremos seu filho na escola”, é dada a desculpa de que não existe vaga.

“Justiça obriga escola a aceitar matrícula de aluno com déficit de atenção e hiperatividade”.

Mais embaixo: “Tribunal de Justiça de Goiás concede liminar mostrando que escola não pode recusar matrícula”. Já estou concluindo.

Este eslaide eu sempre uso no final para dizer que nós temos que lutar contra o preconceito contra esses transtornos psiquiátricos, porque a travessia de todo mundo, ao longo da vida, não é fácil, mas a dessas pessoas, especialmente dessas crianças, é um verdadeiro *rafting*. Elas atravessam com muita dificuldade. Nós

temos que lutar pela inclusão delas, pelo não preconceito e por políticas públicas que efetivamente as ajudem a seguir um caminho cidadão.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Parabéns pela exposição, Drª Iane Kestelman. Agora, eu gostaria de convidar o assessor técnico da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, Dr. Denis Wilson Recco.

Se puder expor em dez minutos, seria melhor, por conta da agenda que o Senado tem.

O SR. DENIS WILSON RECCO – Bom dia a todos e a todas!

Tentarei ser breve.

Eu gostaria de ratificar a posição da Coordenação Nacional de Saúde Mental, que tem como pauta no cotidiano o combate ao preconceito e ao estigma das pessoas com transtorno mental.

Para ser mais breve e claro, vou ler um texto:

Venho, em nome da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, ratificar que lutamos contra qualquer tipo de preconceito e estigma contra as pessoas que apresentam algum tipo de transtorno mental.

Fazendo um panorama histórico, nossa luta começa em meados da década de 70 e tem no dia 18 de maio o marco da luta antimanicomial, que tem como bandeira o respeito e o resgate dos direitos civis, políticos e sociais das pessoas com transtornos mentais e seus familiares, afirmando a necessidade do seu protagonismo na construção de políticas públicas de saúde mental e intersetoriais.

Atualmente, nossa luta é pelo avanço na direção da garantia mais ampla dos direitos sociais que envolvem todos os meios para uma vida digna e saudável, trabalho e moradia dignos, meios para a educação e aprimoramento pessoal e profissional e direito ao lazer, à diversão e à alegria.

A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas é orientada pelas diretrizes da Reforma Psiquiátrica e da Lei nº 10.216, de 2001, que propõe a superação do modelo asilar e a garantia dos direitos de cidadania da pessoa com transtorno mental.

Nessa perspectiva, prioriza iniciativas que visam garantir o cuidado integral centrado nos territórios, na perspectiva da garantia de direitos e com a promoção de autonomia e o exercício da cidadania, buscando progressiva inclusão social.

Na última década, implantamos a rede de serviços fundamentalmente de Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS, transferindo recursos que financiavam hospitais para a implantação desses novos serviços.

Em 2001, por meio da Portaria nº 3.088, de 2011, institui-se a Rede de Atenção Psicossocial, com o objetivo de criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O Ministério vem incentivando à implantação de uma rede de serviços aos usuários que promova maior integração social e fortaleça a autonomia, o protagonismo e a participação social.

A implantação da RAPS, com serviços substitutivos ao modelo asilar, como os CAPS, unidades de acolhimento, residências terapêuticas, leitos em hospitais gerais, centros de convivência, entre outros, fortalece as diretrizes do Movimento de Reforma Psiquiátrica do País. Assim, cada vez mais, o cuidado aos usuários da saúde mental é realizado em serviços integrados à comunidade, articulados em uma rede intersetorial, sem o caráter asilar predominante anteriormente, favorecendo maior participação em atividades comunitárias, o que favorece a quebra do estigma e a diminuição do preconceito.

Além disso, auxiliando o processo de produção de cidadania e garantia de direitos, o programa De Volta para Casa, criado pelo Ministério da Saúde, é um programa de reintegração social de pessoas acometidas de transtornos mentais egressas de longas internações, segundo critérios definidos pela Lei nº 10.708, de 2003, que tem como parte integrante o pagamento de auxílio e reabilitação psicossocial.

Nosso Ministro da Saúde, Arthur Chioro, em seu discurso de posse, firmou seu compromisso com a saúde mental, referindo-se às pessoas que apresentam transtornos mentais, afirmando que o Brasil tem uma dívida histórica com esses brasileiros e que tenham certeza de que nós vamos pagá-la. Para isso, destaca a importância do diálogo entre os partícipes dessa ação com as pessoas que apresentam algum tipo de transtorno mental, familiares e sociedade em geral, com o intuito de promover espaços mais coesos e que fomentem processo de cuidados mais humanizados e que combatam o preconceito.

Finalizo, agradecendo pela participação nesta audiência pública e desejando uma sociedade livre de preconceitos e estigmas e que tenhamos a possibilidade de construir uma sociedade sem manicômios e mais cidadã. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço ao Denis Wilson Recco pela posição do Ministério da Saúde sobre esta matéria tão relevante, a partir dos dados trazidos pela especialista Drª Iane Kestelman.

Agora, passo a palavra ao Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Bom dia a todos!

Agradeço a oportunidade de poder estar aqui e falar para a população brasileira, pela TV Senado, agradeço ao Senador Paulo Davim, à Senadora Ana Amélia.

Para nós, é extremamente importante poder falar nesta Casa sobre este tema. Eu preparei minha exposição para vinte minutos, conforme instrução que recebi, mas vou tentar reduzi-la para dez minutos, a fim de atender-lhes, dando o melhor de informação possível.

Pode projetar, por favor.

A Associação Brasileira de Psiquiatria é uma instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo congregar todos os psiquiatras brasileiros, promovido o devido reconhecimento perante os órgãos médicos e governamentais do País.

Pode passar.

A Associação luta incessantemente para que possamos ter uma saúde mental digna para todos os brasileiros. É importante dizer isto, porque nós temos cerca de 50 milhões de brasileiros que padecem de algum tipo de transtorno mental. A ABP tem projetos de cunho social que visam orientar a população e desmistificar as doenças mentais.

O estigma é muito grande. Nossos pacientes deixam de ter acesso a trabalho, a escola, deixam de ter acesso até a questões afetivas, porque há restrições familiares quando se diz que alguém tem algum tipo de transtorno mental.

Para termos ideia do que estamos falando, temos, na população brasileira, 14.571.000 negros, cerca de 18 milhões de homossexuais e 50 milhões de padecentes de doenças mentais. Esses dados são do IBGE e da OMS.

Prestem atenção ao que eu disse: 50 milhões!

Claro que nós da ABP somos contra o racismo. Temos, inclusive, campanha contra isso, que é a “A sociedade contra o preconceito”. É claro que somos contrários à homofobia, e não poderíamos deixar de lutar contra a psicofobia, que é o preconceito contra os portadores de deficiências e de transtornos mentais. Por isso, estamos, há algum tempo, lutando contra o preconceito, e temos conclamado a sociedade para lutar contra o preconceito. Nós temos conclamado a sociedade para lutar contra o preconceito.

Nós temos um pai dessa campanha, que foi, e vai continuar sendo, o Chico Anysio. Ele, que faleceu no dia 12 de abril, foi o pai dessa campanha, a pessoa que deu o *start*, junto com a ABP, para que lutássemos contra o preconceito, porque ele era padecente de doença mental: ele tinha um quadro de depressão, que tratou durante 24 anos.

Ele declarou que, se não fosse o tratamento que fez na psiquiatria, se não fosse o tratamento psiquiátrico, ele jamais teria sido sequer 20% daquilo que foi. Isto está declarado. Temos um DVD gravado sobre isso, que eu trouxe para entregar aos Srs. Senadores, porque é importante ouvir o apelo que o Chico Anysio faz.

Em função disso, criamos uma campanha mostrando que psicofobia é crime. É um crime fazer isso contra as pessoas. Tínhamos a intenção de criminalizar para encher as cadeias com pessoas que têm preconceito contra doentes mentais? Não! Essa campanha tem um intuito educativo. Essa campanha tem um intuito de mostrar para as pessoas a importância de cuidar bem de quem padece de uma doença mental.

Com certeza, é difícil a família que não tenha alguém com algum quadro psiquiátrico, com alguém que merece tratamento e que já não tenha sido vítima do estigma. Nós temos que lutar contra isso.

A psicofobia, que nós definimos como o preconceito contra os portadores de transtornos e de deficiências mentais, existe no nosso dia a dia. Ao iniciarmos essa campanha, com apenas uma semana de campanha, passamos de 16,4 mil resultados de busca da palavra “psicofobia” no Google para 128 mil citações. Isto significa que as pessoas estão buscando saber o que é esse preconceito, como identificá-lo e como combatê-lo. Isso, por si só, já foi uma grande vitória.

Cerca de 700 milhões de pessoas possuem doenças mentais e pouquíssimas buscam o tratamento adequado por conta do preconceito. Vejam que ontem saiu uma pesquisa, liberada pelo IBGE, o PNS, que mostra que temos cerca de 11 milhões de pessoas que declararam ter depressão.

Gente, depressão é uma das doenças cujas vítimas sofrem intenso preconceito. São 11 milhões de pessoas que declararam isto ao IBGE. Se 11 milhões de pessoas declararam isso, podem ter certeza de que esse número é ínfimo em relação à quantidade de pessoas que têm a doença e escondem o fato, que não têm coragem de declarar. E nós estamos falando da depressão, que é extremamente conhecida. Imagine quantos há

que têm esquizofrenia, transtorno de ansiedade, transtornos alimentares, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de humor bipolar e outras doenças mais que temos na área psiquiátrica.

Depois do primeiro quadro de depressão, só para vocês terem uma ideia, a probabilidade de haver um segundo é de 50% a 70%. Então, se a pessoa não trata a doença, ela tem de 50% a 70% de chance de ter um novo quadro. E mesmo os que tratam, se não tratarem adequadamente, se não levarem o tratamento até o final, caem nessa estatística. Para o terceiro quadro, a chance aumenta de 70% a 90%, e o tratamento precoce diminui esses riscos.

Dentre as dez principais causas de afastamento do trabalho em todo o mundo, cinco são decorrentes de transtornos mentais. Imagem: cinco das dez causas de afastamento do trabalho são decorrentes de transtornos mentais.

Ao criar esse dia, o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, vamos ajudar quantos milhões não de pessoas, mas de famílias?

Como a ABP combate a psicofobia? Com informação. Todos os dias usamos as nossas redes sociais para orientar a população sobre as doenças mentais. Usamos os canais do Youtube, usamos o Facebook, Google+, LinkedIn, Twitter, Instagram para orientar a população, porque somos uma associação sem fins lucrativos. Então, não temos potencial financeiro para fazer diferente disso. Por isso, criar esse dia dá uma guinada, muda completamente. É uma mudança de 180 graus, muda do pouco para o extraordinário a possibilidade de existir esse dia oficializado.

Por isso, pedimos apoio para as pessoas. E o bom é que estamos tendo reconhecimento internacional. Estes aqui são apoios internacionais.

Este aqui é um americano...

Não vou citar um a um em função do tempo, mas aqui temos um espanhol...

Temos o pessoal da América Latina.

Este aqui é o Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina.

Estes aqui são mexicanos.

Este aqui é o Secretário da Associação Mundial de Psiquiatria...

Todos dão apoio internacional à nossa campanha. Eu, inclusive, conclamo vocês a tirarem uma foto conosco hoje, apoiando a nossa campanha. Nosso fotógrafo está aqui, nossa placa está aqui. Para nós, uma foto com a Senadora Ana Amélia, com o Senador Paulo Paim e com o Senador Davim é muitíssimo importante. O Senador Paulo Paim já nos declarou apoio a essa causa. Isto é extremamente importante.

O Senador Paulo Davim, que é médico, já fez essa foto e tem lutado muito intensamente pelas nossas causas dos doentes mentais.

Aqui, dando apoio internacional às nossas campanhas, estão psiquiatras e pessoas comuns.

Este é Presidente da Associação dos Psiquiatras da América Latina.

Este é o Presidente que passou o cargo há 15 dias para o colega.

Esta é uma paraguaia.

Enfim, são pessoas do mundo inteiro apoiando essa campanha.

No Brasil, temos alguns apoiadores importantes: a Marília Gabriela, jornalista e apresentadora, cujo apoio é extremamente importante, o Reynaldo Gianecchini, ator, cuja entrada na campanha promoveu uma movimentação muito grande.

Este é o Nando Reis, cantor e compositor.

Aqui, Bárbara Paz, atriz da Rede Globo.

O Chico Anísio, o pai de tudo isso, o nascedouro da ideia e da possibilidade de fazer. Ele nos ajudou muitíssimo até o seu último dia de vida. O Chico Anísio é o nosso representante máximo. Tudo de que precisávamos nós conseguimos com ele.

Este é o Dinho Ouro Preto, cantor e compositor, do Capital Inicial.

Aqui, Luiz Felipe Scolari, técnico de futebol, pentacampeão mundial.

Dany Bananinha, da Rede Globo, que trabalha no Caldeirão do Huck.

Luciano do Valle, outro lutador. A primeira pessoa a entrar nessa campanha, depois do Chico Anísio, foi o Luciano do Valle. Ele fez declaração sobre isso, deu entrevistas sobre o assunto, chamou a imprensa para apoiar a campanha... O Luciano do Valle fez tratamento psiquiátrico durante longos anos. Ele falava da importância do tratamento, de as pessoas poderem ter acesso ao tratamento, poderem ter a chance de trabalhar e produzir, como ele fazia.

Aqui, a população comum, entrando na campanha de forma muito intensa.

Aqui um exemplo: o Ambulatório de Psiquiatria da Residência Médica do IPq, de Santa Catarina.

Aqui, uma liga de estudantes de Medicina, Psicologia e Assistência Social, a Liga Acadêmica de Saúde Mental da UniFOA.

Aqui, é hospital psiquiátrico de Rio Preto.

Aqui, o pessoal que trabalha no CAPS de Poconé.

Enfim, o Brasil inteiro entrando na campanha.

Aqui, a Liga de Enfermagem em Saúde Mental da Universidade Federal de São João del-Rei.

A Liga Interdisciplinar de Saúde Mental da Furb, de Santa Catarina.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – A Lisamec, a Liga de Saúde Mental e Comunitária da Unichristus, no Ceará.

A Psicologia da Estácio de Sá, no Rio de Janeiro.

É o Brasil inteiro entrando na campanha, população comum.

E há atletas como o Barcos, o Reinaldo Rei, da Seleção Brasileira, o maior jogador que já tivemos no Atlético Mineiro. Ele jogou no Cruzeiro, jogou na Seleção Brasileira e está firme na campanha. Temos o Romário, o Popó, o Guga – os dois primeiros são Parlamentares –, temos o Túlio, jogador de vôlei da seleção, o Carlos Schwanke, o Valdir, todos atletas importantes que estão engajados na campanha.

Recebemos centenas de fotos de pessoas que querem fazer parte da campanha contra a psicofobia. Colocamos a possibilidade de a pessoa baixar essa placa no nosso *site*. Houve um *boom* de acessos em nosso *site*. As pessoas baixaram essa placa para tirar as fotos, mas também mostraram sua criatividade fazendo em papel comum e mandando.

Temos postado diuturnamente, mas ainda temos centenas de fotos para postar, do Brasil inteiro.

Psiquiatras do Brasil inteiro estão participando da campanha, profissionais de todas as regiões do Brasil.

E criamos um vídeo para ser compartilhado nas redes sociais. Eu peço apenas que se libere o som desse vídeo, onde chamamos as pessoas para se engajarem nessa campanha.

Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Se for possível repetir a reprodução o vídeo só para mostrar...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Esse vídeo está tendo um grande acesso nas redes sociais. As pessoas estão replicando esse vídeo, porque estamos chamando todos para se engajarem.

Gente, você não tem ideia do que é lidar com isso, como eu lido há 28 anos. Eu atendo, todos os dias da minha vida profissional, pessoas que padecem de doença mental. É muito triste. Vocês não têm ideia do sofrimento da família. Vocês não têm ideia das perdas, das migrações de classe social, de alta para média, de média para baixa, em razão de haver doentes mentais nas famílias. É muito grave. É muito sério. Essas pessoas merecem todo o cuidado.

Há muito preconceito. Nega-se emprego. Há pais que, quando tomam conhecimento de que o namorado da filha tem alguma doença mental, fazem esse relacionamento acabar, porque não deixam um filho se relacionar com alguém que tem ou teve depressão, que tem ou teve transtorno bipolar, que teve TDAH ou está tratando de TDAH.

O preconceito é muito grande. O preconceito começa ao ir ao psiquiatra. Quando você chega a uma farmácia com uma receita, existe preconceito. Quando você vai comprar um remédio para tratar, existe preconceito. Quando você precisa internar uma pessoa, você tem a clínica ginecológica, você tem a clínica pediátrica, mas não temos, via de regra, uma unidade de psiquiatria no hospital geral. Os donos de hospitais não querem ter o doente mental ali dentro. Os donos que têm um sistema ambulatorial não querem que haja também um ambulatório de psiquiatria, de psicologia, de enfermagem psiquiátrica, de nutrição para doentes mentais em seu serviço.

O preconceito é muito grande.

Eu nasci em uma cidadezinha chamada Grão Mogol, no norte de Minas. Eu cresci nessa cidade, convivendo nas ruas, com deficientes mentais, com quem tinha síndrome de Down, com quem tinha quadros psiquiátricos. Eram pessoas novas, adolescentes, adultos. Eu aprendi a conviver com esses doentes de uma forma muito legal. E a minha cidadezinha convive com esses doentes, no dia a dia de uma forma muito boa. Isso faz com que haja menos preconceito. Isso faz com que as pessoas tenham uma maior possibilidade de acesso ao tratamento.

Então, chamo todos vocês que estão nos assistindo e que estão nesta sala: vamos trabalhar contra o preconceito, vamos acabar com a psicofobia. Nós precisamos dessa ajuda para que esses pacientes possam ser mais bem entendidos, mais bem tratados e para que tenhamos isso como meta, como responsabilidade social.

Essa é uma luta que eu vou levar até o fim da minha vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A Comissão de Educação, Cultura e Esporte também diz “não” ao preconceito, Dr. Antônio Geraldo da Silva. Então, assumimos esse compromisso com esta audiência pública. É uma responsabilidade, até porque tratamos de educação, e nenhum ser humano pode ser considerado incluído se não tiver acesso e direito à educação. Então, dizemos também “não” ao preconceito.

Eu queria também agradecer ao Dr. Antônio pela exposição, eu diria, apaixonada assim como foi a Drª lane. Ele revelou a sua clientela e a forma de inclusão na cidade dele, no interior de Minas, em uma cidade pequena do norte de Minas, e a Drª lane revelou a sua experiência pessoal como mãe e como profissional que atende pacientes portadores desse déficit de atenção.

Aqui, entendemos melhor, com essas exposições, a dificuldade e a gravidade desse problema, e sempre partimos do princípio de que prevenir é sempre melhor do que remediar. Na infância, se você fizer um tratamento adequado, as condições de recuperação do portador dessa deficiência serão melhores, o tratamento e o acompanhamento terão melhores resultados.

Eu queria cumprimentar e agradecer a presença da Simone Paes dos Santos, gerente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Já lhe passo a palavra, Senador Paulo Davim.

Agradeço também a presença da Patrícia Lima Rodopiano de Oliveira, Coordenadora de Projetos da Associação Brasileira do Déficit de Atenção, e do Dr. José Miguel Neto, da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal.

A todos vocês agradeço muito pela presença, que muito nos honra.

Passo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Senadora Ana Amélia, primeiro, quero agradecer por sua presença aqui, pela gentileza, pela disponibilidade de vir presidir esta reunião da Comissão de Educação, quero agradecer ao Secretário Júlio, que foi de uma presteza a toda prova, quero agradecer aos convidados que aqui estiveram e a todos os funcionários desta Comissão, que estiveram presentes sempre prontos a nos ajudar.

Quero dizer que sou muito engajado nessa luta, até porque todas as formas de discriminação são abomináveis, mas uma coisa que me incomoda é quando a discriminação, o preconceito é dirigido contra alguém que não tem condição de construir a sua própria defesa, contra alguém que não tem condição de fazer o enfrentamento, tornando-se muito mais vulnerável. O seu sofrimento é imenso, não só o sofrimento pessoal, mas o da família e de todos que o cercam.

Então, eu acho que, se houvesse uma graduação em relação à gravidade do preconceito e da discriminação, da crueldade, esse tipo de preconceito, o preconceito direcionado a essas pessoas se revestiria de uma gravidade maior. Todos são abomináveis, mas esse, na minha avaliação, é pior, porque não dá à vítima o direito de construir sua defesa, de esboçar uma reação mínima para enfrentar, de concatenar argumentos para enfrentar esse preconceito.

Portanto, quero parabenizar o Dr. Antônio Geraldo por essa iniciativa, quero parabenizar a Drª lane pela sensibilidade e pela coragem, sobretudo, e quero parabenizar o Denis, que nos mostrou que o Ministério da Saúde, como não poderia ser diferente, sempre tem se postado contra esse tipo de preconceito.

Quero conclamar todos para engrossarmos essas fileiras contra esse preconceito. Nós não podemos mais aceitar esse tipo de coisa no Brasil, em nossa sociedade, porque é muito sério. Como foi muito bem colocado pela Drª lane, as famílias, os pais, até por excesso de amor aos filhos, querendo protegê-los desse cruel tratamento preconceituoso e da discriminatório, por isso mesmo, se privam de levar as crianças ao tratamento no psiquiatra para que essa notícia não vaze na circunvizinhança, notícia não vaze na circunvizinhança ou na escola, sobretudo nos Municípios menores do Brasil, onde se conhece e se dá conta de tudo, e essa criança não passe a ser discriminada. Mas não só a criança é discriminada, pois a família inteira também o é. Na família em que há alguém, seja adulto ou criança, com distúrbio, algum tipo de transtorno mental, a família inteira é discriminada pela vizinhança e é tratada como a família dos doidinhos.

Então, é muito grave essa situação, que está muito mais presente do que se possa imaginar.

Portanto, quero agradecer, mais uma vez, à Senadora Ana Amélia pela sensibilidade, o que, aliás, não é uma novidade, pois ela é uma brilhante Senadora, de uma grande sensibilidade. Acho até que a sensibilidade para estes assuntos sociais da Senadora Ana Amélia é bem maior do que a de muitos profissionais da área de

saúde. Ela tem uma sensibilidade nata, que traz consigo. Por isso mesmo, essa sensibilidade ajuda muito a interpretar os anseios e as vontades da população, da sociedade. E ela é a grande intérprete do desejo do povo brasileiro aqui, no Senado Federal.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Davim, sobretudo pelas generosas e estimulantes referências. Na verdade, o compromisso de todos aqui na Casa, especialmente na Comissão de Educação, é acolher as demandas de todos os setores, de um cidadão, isoladamente, a uma representação de uma entidade de classe ou de um segmento da sociedade, qualquer que seja. Então, a demanda foi trazida à Comissão pela Associação Brasileira de Psiquiatria, junto com as entidades que representam o setor, para que se institua também no Brasil, já que esse me parece ser um movimento global, evitar o preconceito a esse problema.

Estamos, hoje, convivendo muito com as questões relacionadas à inclusão na educação, discutimos o PNE aqui na Comissão. Eu, particularmente, sou do Rio Grande do Sul, um Estado em que as entidades formadas na comunidade, pelos pais dos alunos portadores de deficiências, das crianças ou dos adultos, criaram, há 60 anos, o movimento das APAEs. Mas há outras entidades. E, quando a família se envolve, entendo que o resultado é muito maior do que aquele obtido apenas quando você delega ou terceiriza o tratamento a profissionais. Por melhores que eles sejam, existe uma relação de afetividade das pessoas, seja por vínculo familiar, o pai ou a mãe, os irmãos, os amigos, dentro desse processo.

Lutamos muito para manter o termo “preferencialmente” e temos ido, aqui, à lane, ao Dr. Antônio e também ao Denis... Brasília e Paraná são os únicos entes federativos que possuem escolas públicas para este tratamento de pessoas portadoras de deficiência. Eu conheço os dois de Brasília. Hoje, quando você está querendo a inclusão verdadeira, e todos nós lutamos por ela, o que me preocupa é exatamente a capacidade, que aqui foi mostrada pela lane, de capacitar professores a, primeiro, identificar num aluno hiperativo o transtorno de atenção. Então, isso é muito complexo. Isso vai exigir das escolas um novo olhar sobre os alunos no cumprimento do próprio PNE, quando ele estiver aplicado, e, mais do que isso, se antecipar desde jovens, porque, às vezes, os pais, por desinformação, ignorância, por absolutamente nada a não ser o desconhecimento, não identificam uma criança portadora de um déficit de atenção.

Então, temos que repensar a escola para que o aluno que tenha não só essa mas qualquer outra patologia também possa ser mais bem acolhido. O preconceito nasce, muitas vezes, da desinformação em todo o processo. Então, a mídia vem dando informações, nem sempre explicando direito, às vezes confundindo mais do que explicando. Eu sou jornalista e posso fazer a autocrítica.

Mas eu queria agradecer ao Senador Paulo Davim.

Vamos sentir muito a sua falta. O senhor fica conosco, pois é suplente do Senador Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, e – não é para retribuir as generosas referências – é o autor do projeto que institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia no Brasil, o que é muito importante.

Então, esta audiência é exclusiva para instruir o projeto do Senador Paulo Davim, que deixará, aqui, nesta Casa, um patrimônio muito grande. De todas as iniciativas que teve, individualmente, essa talvez seja uma das mais relevantes, porque isso muda a visão, e a percepção da sociedade brasileira precisa mudar. O objetivo do projeto do Senador Paulo Davim é exatamente este: sensibilizar a sociedade brasileira, os pais, os alunos, os professores, os profissionais da área, os agentes públicos, o Ministério da Saúde. Nos Municípios, nos Estados, são muitas as carências, nós sabemos, mas a iniciativa do Senador Paulo Davim é relevante. Começamos os projetos dando o primeiro passo, e este é o primeiro, talvez o mais importante, passo nesse projeto iniciado como uma campanha muito bonita de uma figura de todos nós conhecida e por nós respeitada... Aliás, duas figuras: o Luciano do Valle e o Chico Anysio, que são figuras que nós temos... Eles devem estar fazendo, onde estiverem, com aquele cartaz que diz que psicofobia é crime... Então, eles estão aí espalhando, e, o mais importante, talvez inspirando mentes como a do Senador Paulo Davim, a tomarem essas iniciativas.

Então, eu agradeço muito a todos que estão aí presentes. Foi muito esclarecedora toda a exposição de todos os nossos palestrantes, do Dr. Antônio Geraldo Da Silva, da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, da lane Kestelman, Presidente da Sociedade Brasileira do Déficit de Atenção – vejam que até já temos uma entidade cuidando especificamente da patologia – e também do Denis Wilson Recco, que é assessor técnico de Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde. A todos eu agradeço, em nome do nosso Presidente, Senador Cyro Miranda, que também nos deixará, como o Senador Paulo Davim, um grande vazio. São pessoas muito comprometidas com toda a agenda da sociedade brasileira, mas o Senador Paulo Davim, por ser médico, tem também esse sentir as dores das pessoas, e as dores são muitas, não só as físicas, Senador Paulo Davim, pois, às vezes, as mais doloridas são as dores emocionais e as dores mentais. Então, as frustrações, essa incompreensão de uma sociedade cada vez mais consumista, mais egoísta, menos compar-

tilhada, menos solidária, e talvez aí esteja residindo parte dos nossos problemas de um entendimento mais fraterno entre as pessoas... É possível que, chegando o Natal, tenhamos uns momentos de reflexão sobre como nós vivemos, sobre o mundo em que estamos e sobre o que podemos fazer para melhorá-lo. É assim que começamos, dentro da nossa casa. A nossa casa é esta aqui também. Casa é onde moramos com os nossos parentes, com os nossos amigos, com nossa família, mas esta também é a nossa casa, onde nós trabalhamos, tentando espalhar boas práticas.

Então, muito obrigada, novamente, a todos, desejando um feliz Natal a vocês todos aqui, cumprimentando também pelo trabalho exemplar que realizam. Aos que vieram atender o convite, muito obrigada. Agradeço também ao Júlio Linhares e a toda equipe pela colaboração que deram. Já está bem instruído o projeto que cria o dia 12 de abril como Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia.

Parabéns a todos!

Muito obrigada.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Marta Suplicy, Ana Rita, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ângela Portela, Lídice da Mata, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, comunica que a reunião será dividida em duas partes, a primeira tem por finalidade a deliberação de projetos diversos e a segunda será destinada à deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem de denominações de locais públicos, nos termos da Decisão nº 3-CE. Logo após, a presidência informa que as proposições constantes da segunda parte da reunião serão agregadas em blocos para realização duas votações, esclarecendo que o primeiro bloco constituirá em uma única votação nominal para os projetos pela aprovação e o segundo, em uma única votação nominal para os projetos pela rejeição. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, comunica ao Plenário que os pareceres foram dados como lidos na última reunião deliberativa desta comissão, realizada no dia 9 de dezembro de 2014, ressaltando que é facultado a qualquer membro da comissão solicitar destaque para votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea b, da decisão nº 1-CE. Prosseguindo, a presidência faz um balanço das principais atividades realizadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte no biênio 2013-2014, elencando as principais matérias deliberadas e audiências públicas realizadas. Usam da palavra para parabenizar os Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia pelos trabalhos realizados como presidente e vice-presidente desta comissão, respectivamente, os Senhores Senadores Alvaro Dias, Paulo Paim, e Inácio Arruda. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da primeira parte da pauta. **Item 10: Requerimento nº 48/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Bauer e Alvaro Dias, que requerem "... nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação as seguintes informações acerca dos processos de credenciamento de instituições de educação superior (IES) e de reconhecimento de cursos na modalidade a distância: 1– relação de processos de credenciamento de IES e de reconhecimento de cursos a distância que deram entrada no Ministério da Educação (MEC), nos termos das Portarias Normativas nº 1, de 2013; nº 12, de 2013; nº 1, de 2014; e nº 7, de 2014, acompanhada dos dados a seguir relacionados aos períodos compreendidos pelas supracitadas portarias: IES que tiveram seus pleitos de credenciamento atendidos; cursos a distância que foram reconhecidos; IES cujos processos já se encerraram e que não tiveram suas solicitações de credenciamento atendidas; cursos a distância cujos processos já se encerraram e que não foram reconhecidos; IES que ainda aguardam deliberação sobre suas solicitações; 2– estágio de tramitação dos

processos de credenciamento de instituições e de reconhecimento de cursos a distância ainda não atendidos, além da indicação dos atrasos acumulados em cada uma das etapas específicas do fluxo processual; 3– prazo médio de deliberação dos processos de credenciamento de IES e de reconhecimento de cursos a distância; 4– relação dos entraves processuais mais comuns para a deliberação acerca desse tipo de processo, por parte do MEC, bem como apresentação das medidas adotadas para sanar dificuldades e atrasos no fluxo”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Inácio Arruda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 11**). Logo após, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-pauta, Item 11: Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Altera a Resolução nº 2, de 2001, para permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer favorável é aprovado, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE, nº 3-CE, nº 4-CE e nº 5-CE. Ficam adiadas as seguintes matérias da primeira parte da reunião: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2007; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2014; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014; e Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012**. Ficam adiadas as seguintes matérias da segunda parte da reunião: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2014; Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011; e Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira tem por finalidade a deliberação de projetos diversos e a segunda será destinada à deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de locais públicos, nos termos da Decisão nº 3 da Comissão de Educação.

Na segunda parte, as propostas serão agregadas em blocos para a realização das votações.

O primeiro bloco terá uma única votação nominal para os projetos pela aprovação e o segundo bloco terá uma única votação nominal para os projetos pela rejeição.

Ressalto que os pareceres foram dados como lidos na última reunião deliberativa, realizada no último dia 9 de dezembro. Lembro que é facultado a qualquer membro da Comissão solicitar destaques para votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea “b” da Decisão nº 1 desta Comissão.

Passemos à pauta.

Vamos começar por um rápido balanço das principais matérias deliberadas nesta nossa gestão em conjunto com a Senador Ana Amélia.

O total de matérias apreciadas por esta Comissão, nesses dois anos, foi de 387. Total de reuniões realizadas: 117. Total de audiências públicas: 53.

Vamos destacar aqui alguns projetos aprovados na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, talvez os mais relevantes:

- PLS nº 304, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, que determina condições especiais para o ingresso nos programas ProUni e Fies ao jovem sem apoio familiar ou afastado do convívio familiar;
- PLS nº 696, de 2011, do Senador Aníbal Diniz, que determina a obrigatoriedade da realização do Exame Nacional do Ensino Médio pelos concluintes do ensino médio;

- PLS nº 123, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que estabelece a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na carreira de magistério superior;
- PLS nº 103, de 2012, da Presidente da República, do Plano Nacional de Educação – PNE, relatado pelo Senador Alvaro Dias;
- PLS nº 217, de 2004, do Senador Tião Viana, que institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, de minha relatoria;
- PLS nº 53, de 2008, do Senador Expedito Júnior, que permite a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (Fies);
- PLS nº 168, de 2012, do Senador Cristovam Buarque, que garante emprego e exige prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiverem seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas;
- PLS nº 344, de 2012, do Senador Cristovam Buarque, que garante que sejam oferecidos, nas instituições de ensino superior, programas de educação para idosos (presencial e à distancia).

Projetos aprovados em relação à cultura:

- PLC nº 97, de 2011, da Deputada Alice Portugal, que dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus nas hipóteses que descreve;
- PLS nº 20, de 2011 – Complementar, da Senadora Lídice da Mata, que proíbe o contingenciamento de recursos orçamentários da União para a cultura;
- PLC nº 28, de 2012, do Deputado Sandes Júnior, que obriga as escolas de ensino básico de todos os entes federados a criar e manter bibliotecas escolares em todas as escolas públicas e provê-las com profissionais capacitados;

Em relação ao esporte:

- PLS nº 160, de 2012, do Senador Fernando Collor, que aumenta os limites de dedução do imposto de renda devido aos patrocinadores ou doadores de projetos desportivos e paradesportivos;
- PLS nº 429, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, que institui normas gerais sobre desporto para sujeitar ex-dirigentes de entidades desportivas profissionais às responsabilidades e sanções civis;
- PLS nº 253, de 2012, do Senador Cássio Cunha Lima, que limita a uma reeleição os mandatos dos dirigentes de entidades desportivas.

Principais audiências públicas:

- O Sistema Educacional Finlandês;
- Programa de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas e afins;
- Os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira;
- Instruir o PLS 284/12 – que institui a residência pedagógica para os professores da educação básica;
- O reconhecimento e validação dos diplomas do Mercosul e a situação dos estudantes transferidos das universidades públicas e privadas;
- É possível atingir as metas para a educação sem aumentar os gastos? Uma análise para os Municípios brasileiros”;
- VI Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz;
- Ciclo de Audiências Públicas sobre o Plano Nacional de Educação. Foram feitas cerca de 27 audiências públicas.

Projetos aprovados em 2014:

Na educação:

- PLC nº 68, de 2013 do Deputado Vieira da Cunha, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*);
- PLC nº 116, de 2013, do Deputado Otavio Leite, LDB, que Institui que o ensino de educação física na educação básica seja ministrado exclusivamente por professores licenciados na área;
- PLS nº 284, de 2012, do Senador Blairo Maggi, LDB, que institui a residência pedagógica para os professores da educação básica;
- PLS nº 280, de 2013, do Senador Ricardo Ferraço, que destina recursos do bônus do pré-sal para as áreas de educação e saúde;
- PDS nº 460, de 2013, do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, que aprova plebiscito sobre transferência da responsabilidade da educação básica para a União.
- PLS nº 14, de 2013, do Senador Eunício Oliveira, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do Fundeb;

– PLS nº 534, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Na cultura:

– SCD nº 185, de 2008, que inclui ensino audiovisual no currículo da educação básica;
– PLS nº 401, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, que atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais para instituir mecanismos de fiscalização da atuação do Ecad.

No esporte:

– PLS nº 332, de 2009, do Senador Expedito Junior, que permite a concessão de gratificação dos atletas beneficiados pelo programa Bolsa Atleta;
– PLS nº 221, de 2014, do Senador Alvaro Dias, que estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol brasileiro.

Principais audiências públicas realizadas em 2014:

– A real situação das obras relacionadas à Copa do Mundo e seu legado;
– As novas fronteiras do conhecimento: José Luis Cordeiro (Cientista e Professor da Singularity University, Nasa);
– Cenários do Futuro nos próximos 50 anos: Domenico De Masi (professor e sociólogo);
– A Construção de uma Base Curricular Nacional Comum;
– Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e trata do financiamento das políticas sobre drogas.

Isto além das 27 audiências públicas que foram feitas para instruir o Plano Nacional de Educação.

Aqui, faço um agradecimento muito especial, nesta Comissão, ao Senador Alvaro Dias, que foi o Relator e se dedicou diuturnamente, num prazo recorde, porque essa matéria ficou na Câmara dos Deputados por mais de três anos e veio com urgência, como sempre acontece aqui, no Senado, para que nós fizéssemos isso em 30 dias. Então, nesses 30 dias nós conseguimos fazer essas audiências públicas. Foi um dos Planos Nacionais de Educação que tiveram relatório mais bem elaborados, mas, infelizmente, muita coisa foi modificada por insistência do Governo e, depois, na votação em plenário, nós fomos derrotados. Mas fica aqui a marca indelével da preocupação desse Senador com a educação.

Faço um agradecimento muito especial pela participação que sempre teve aqui o Senador Paulo Paim, junto com os demais Senadores, sempre assíduo, atento à educação, num processo que nos deixou extremamente sensibilizados, até pelas atitudes republicanas: por estar num Partido de oposição, quando seus projetos eram discutidos e precisavam ser negociados, ele estava sempre pronto, assim como muitos outros Senadores.

E faço aqui a minha justa homenagem à Senadora Ana Amélia, essa grande Senadora, de quem tenho o privilégio de ser minha amiga pessoal, que comigo dividiu os trabalhos desta Comissão nesses últimos dois anos.

A Senadora Ana Amélia não imagina a estima que tenho por S. Ex^a, pela competência, pela docilidade, por sua independência em todos os atos que se passaram nesta Casa, tendo sempre a sua opinião, a opinião da Senadora Ana Amélia, não se deixando influenciar pelo partido A, B ou C.

Tenho uma estima por V. Ex^a e faço votos de que V. Ex^a continue esse trabalho brilhante. Quero vê-la, quero visitá-la um dia como governadora do Rio Grande do Sul. Tudo a seu tempo.

Quero fazer um agradecimento também especial ao meu Partido, por ter me indicado a esta Comissão. O responsável que comandou naquela época, ainda Líder nosso, nos dois anos, foi o Senador Alvaro Dias, que me privilegiou para que eu viesse comandar esta pasta. A educação, a cultura e os esportes sempre foram uma bandeira forte não só do nosso Partido, mas de todos os brasileiros. Tínhamos a visão de que, principalmente com o Plano Nacional de Educação, teríamos uma responsabilidade muito grande, que seria, como foi, uma Comissão muito forte.

Agradeço também a toda a assessoria do Senado, aos consultores que sempre nos brindaram com a sua presteza. Foram reuniões infinitas para discutir projetos que, às vezes, muitas vezes, eram rejeitados, mas tínhamos que entender o porquê e discutir.

Faço aqui um agradecimento especial, em meu nome e no nome da Ana Amélia. Esta Comissão não teria o resultado de competência que teve, tanto da Ana Amélia quanto nosso, de agilidade, de discussão e de presteza se não fosse essa equipe que aqui tenho, comandada pelo Júlio Ricardo Linhares, que, infelizmente, neste momento, não está aqui – ele está em uma consulta médica inadiável –, pela sua primeira secretária, Adriana Nunes Gomes, secretária adjunta. Nossos agradecimentos à Elaine Crepaldi, técnica legislativa, à Andréia Mano da Silva Tavares, também analista legislativa, ao Ivan Cerqueira Filho, analista legislativo, ao Nivaldo, assistente

parlamentar, sempre presente, ao Marconi, amigo também, assistente parlamentar, ao Mauro Inácio, ao João Paulo, à Isabela, à Isis Gonçalves e à Fernanda Regina de Jesus.

Eu me despeço hoje – é meu último dia nesta Comissão – levando no meu coração uma imagem que jamais será esquecida. Um dos grandes prêmios que consegui na minha vida e que vai fazer parte da minha biografia foi ter presidido, junto com a Senadora Ana Amélia, esta Comissão. Foram gratificantes todos os debates que aqui tivemos, como o foi a ajuda que pudemos dar aos deficientes. Em todas as áreas, procuramos estar presentes e não deixar que qualquer outro motivo fosse maior para que não levássemos com responsabilidade os nossos atos.

Fica o meu profundo agradecimento, de coração, a todos os senhores aqui presentes e aos que não puderam vir. Podem ter certeza de que, onde estiverem, vou estar sempre à disposição desses meus amigos. A todos vocês, à equipe, à minha equipe do gabinete, que faz parte também da Comissão, como a Vivian, a Zinda e o João Eustáquio, que também colaboram indiretamente nesta Comissão, o meu muito obrigado. *(Palmas.)*

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente e amigo Cyro Miranda, em primeiro lugar, agradeço as generosas referências. Fizemos aqui uma parceria para trabalhar em favor da educação, do esporte e da cultura do nosso País com o mesmo empenho com que V. Exª pauta toda a sua atividade, toda a sua vida.

Eu também queria concordar com as referências ao empenho do Senador Alvaro Dias no PNE e dizer-lhe que, no PNE, a meu juízo, depois de acompanhar, na Meta 4, na questão específica da educação especial, a palavra “preferencialmente”, vi a adesão que o Brasil inteiro teve, o empenho desta Comissão e o envolvimento com esta causa tão importante. Sessenta anos de Apaes foram o momento maior de uso das redes sociais em benefício de uma causa legítima, de uma causa justa, de uma causa social de grande relevância, até porque a Apaes é um movimento em que a família está unida junto com profissionais muito dedicados.

Na educação especial, ainda me referindo a este grande momento da Comissão de Educação, com o Brasil inteiro mobilizado, eu queria dizer da visita que V. Exª e eu, por sugestão do ex-Senador, agora Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, tivemos a oportunidade de fazer ao Centro de Educação Especial daqui, do Distrito Federal, e avaliar, pessoalmente, o empenho dos professores na educação especial, uma área que temos que olhar com muito carinho e cuidado para evitar que, preocupados com a inclusão, possamos provocar a exclusão de pessoas que precisam de um tratamento diferenciado. Não se pode tratar desiguais como iguais. Este é o ponto de vista. Eu já estive lá pela segunda vez, e agora, pela terceira vez, visitei outra unidade. V. Exª não pôde ir pois tinha uma extensa agenda.

Mas eu também queria dizer que, além desse e dos demais temas tratando do esporte e da cultura que passaram por aqui, Senador Cyro Miranda, eu penso que esta Comissão não foi muito bem compreendida – finalmente, agora foi recolocado o que nós fizemos – em relação a um tema que suscitou muita polêmica. Refiro-me ao Acordo Ortográfico. Neste momento, penso que a Comissão repôs as coisas nos seus devidos lugares, já que fomos provocados. V. Exª, outros Senadores, a Senadora Lídice da Mata e eu trabalhamos muito para que a Comissão fosse, digamos, o ambiente para debater esse tema. Atribuíram-nos iniciativa que nós não tivemos. A nossa preocupação foi tão-somente abrir espaço, e foi bem-sucedida. Quero lhe dizer que a Academia Brasileira de Letras, com a presença, aqui, na última audiência, do Prof. Evanildo Bechara, entendeu as nossas ponderações e levou a mensagem desta Comissão como deveria ter sido feito.

Então, faço questão de fazer este registro, porque recebi a informação de que a referência à Comissão de Educação foi feita como deveria. Nós não podemos interferir no conteúdo do Acordo. O que nós queríamos é que as correções que necessitam ser feitas a esse Acordo sejam feitas, dentro de um regime democrático, pela comissão adequada que vai examinar isso. Fomos suscitados aqui por pessoas que tiveram muito interesse em acertar o passo, ou seja, de corrigir as deficiências.

Felizmente, a Academia, nas palavras do Prof. Evanildo Bechara, entendeu procedentes as sugestões apresentadas pelo Prof. Pasquale Cipro Neto, pelo Prof. Fernando, de Goiás, especialista na redação de texto na área do Direito, extremamente didático, e também, claro, pelo Prof. Ernani Pimentel.

Então, o nosso trabalho foi concluído a contento e as sugestões encaminhadas à comissão especial, cujos trabalhos vamos monitorar e acompanhar.

Eu queria fazer este registro porque foi muito bem encaminhado por V. Exª e não compreendido, porque muitos jornalistas, muitos editoriais trataram do assunto como se nós estivéssemos querendo mudar a forma da escrita. Não era isso. Nós queríamos que as falhas ou deficiências fossem corrigidas. Tão-somente foi esse o nosso trabalho. E V. Exª teve a noção exata dessa responsabilidade, com o apoio muito judicioso do secretário Júlio Linhares e de toda a equipe da Comissão da Educação, Cultura e Esportes.

Então, mais uma vez, parabéns, Senador!

V. Exª deixará muita saudade nesta Comissão e no Plenário do Senado, pelo seu comprometimento, pela sua responsabilidade, pela sua transparência e pela forma de relacionamento com os Senadores. A sua marca já ficou nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pela generosidade. Foi muito bem lembrado. Eu é que agradeço, pois o Acordo Ortográfico só foi realmente explicitado da maneira certa porque V. Exª conduziu a maioria dessas audiências públicas e também interagiu com a imprensa, que estava deturpando o que nós estávamos acompanhando. Mas acho que isso chegou ao final ainda no momento certo. Acho que, no próximo ano, isso terá que ser desenvolvido, porque no final de 2015 encerrará o prazo para que esse Acordo seja efetivamente cancelado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com muito prazer, concedo a palavra ao meu amigo querido Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente Cyro Miranda, V. Exª foi um grande Presidente. O PSDB, ao indicá-lo, certamente, tinha a exata noção da sua competência, da sua responsabilidade, da sua dedicação à causa da educação, e o fez muito bem. V. Exª presidiu esta Comissão com muita eficiência e, sobretudo, dedicação. Vários projetos importantes foram aqui debatidos, audiências públicas com conteúdo, uma contribuição excepcional à Casa e à educação brasileira. O auge, quero crer, foi a condução de V. Exª em relação ao Plano Nacional de Educação, que possibilitou tantas audiências públicas, com os maiores especialistas do setor em todo o País aqui comparecendo, de várias áreas, de vários segmentos, debatendo o Plano Nacional de Educação.

Na área do esporte também, já que vivíamos o momento da Copa do Mundo, V. Exª comandou audiências públicas importantes, o debate sobre projetos também da maior importância. Ao final mesmo, projeto de nossa autoria, procurando disciplinar as ações da CBF, moralizar a gestão exercida na Confederação Brasileira de Desporto.

Portanto, V. Exª deixa um legado importante no campo da produção legislativa, deixa um legado importante no relacionamento com os seus pares, de todos os partidos, num relacionamento suprapartidário, republicano, e deixa um legado de amizade também inesquecível: a capacidade de relacionar-se amistosamente com todos, com a cordialidade goiana, sobretudo com essa *expertise* no relacionamento humano, fazendo com que todos nos tornássemos seus admiradores, na sua modéstia, na sua simplicidade, sem, evidentemente, comprometer o seu conteúdo político, a sua capacidade de exercer um mandato eletivo.

Como já disse a Senadora Ana Amélia, V. Exª fará muita falta. Sentiremos a sua ausência. Vou repetir o que disse ao Senador Pedro Simon esses dias: V. Exª deixa o Senado, mas o Senado não deixa V. Exª. Não nos esqueceremos da sua presença aqui e da sua figura, não nos esqueceremos, sobretudo, dos exemplos que V. Exª, de forma excepcional, nos legou nesse período curto, mas profícuo, produtivo, em que esteve no Senado Federal. Certamente, não nos esqueceremos de V. Exª, que estará conosco sempre. Creio que a sua visita será sempre muito bem-vinda ao Senado Federal.

Parabéns! Vá em frente! Alimente os seus sonhos, as suas esperanças e caminhe na direção do futuro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, amigo dileto que me emociona com suas palavras e com sua generosidade.

V. Exªs são muito mais generosos comigo do que eu com vocês. Aqui, nesta Casa, aprendi muito, principalmente com os amigos, amigos que a gente foi construindo, sabendo que a nossa verdade é tão verdade quanto a desses nossos amigos. Isto meu deu um equilíbrio.

Sou uma pessoa tocada muito pelo lado emocional, pela praticidade, mas com um lado totalmente emocional. Não me debruço em cima de artigos e leis pura e simplesmente. Isso, então, me fez caminhar com V. Exªs de maneira gratificante, e vou sentir muitas saudades desta Comissão e desta Casa.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, aproveitando o gancho que V. Exª deu, de que um dia quer ir ao Rio Grande vendo a Senadora Ana Amélia governadora, estamos aqui com dois grandes prováveis candidatos a governador em 2018.

Eu, que sou mais humilde, tentarei voltar para o Senado, oxalá com o percentual de votos que recebeu o Alvaro Dias, algo que superou todas as votações no País.

Foi de quanto mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi de 77%, quase 80%! Eu também tenho um sonho, de ter, um dia, esse percentual de votação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só não foi por unanimidade porque, como ele não concorda com a unanimidade do Confaz, ele também não quis a unanimidade na eleição. *(Risos.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, eu não vou falar de ambos, mas vou falar de V. Ex^a.

Primeiro, quero falar do seu pronunciamento hoje, aqui, quando diz que é movido por emoções. Eu acho isso muito bonito e digo que, no dia que perder as emoções, não importa se no Parlamento ou em outra atividade, é quase que como perder a razão da vida. A emoção é que norteia os nossos passos e que nos dá direção. Há quem diga que existe a inteligência da emoção. A emoção é tão bonita que aprimora a nossa capacidade de argumentar quando a gente fala com a alma, com o coração, exatamente o que V. Ex^a faz.

Eu fiquei muito feliz aqui com a sua Presidência. Percebi duas coisas que são importantes para mim: o seu lado da lealdade às pessoas, a todos, homens, mulheres, independentemente de partido, e essa do partido. Em nenhum momento, como Presidente da Comissão de Educação, e eu acho que participei de todas as reuniões que V. Ex^a presidiu, V. Ex^a atuou aqui querendo puxar, como a gente fala no Rio Grande, a brasa para o seu Partido. V. Ex^a foi firme, mas sempre dentro do Regimento. V. Ex^a foi, para todos nós, um exemplo da conduta que deve ter o Presidente de uma Comissão.

Eu gostaria muito de ver votado ainda no dia de hoje... Eu vi o esforço que V. Ex^a fez, Senadora Ana Amélia, e até falou, no seu nome e no meu, que gostaria muito que hoje votássemos a homenagem aos cem anos de Lupicínio, que assinamos junto, mas V. Ex^a é a primeira signatária... E, ao mesmo tempo, eu queria aprovar esse outro “projeto”, que eu dizia para V. Ex^a que é um símbolo do meu mandato, da concessão da bolsa de estudos para os empregados por parte do empregador, que poderá deduzir... Quando eu comecei no Senai, onde comecei a minha vida, eu tinha uma bolsa de um salário mínimo, pago por uma empresa, a cada cem empregados... Então, essa sua vontade de atender a todos, não importando a sigla partidária, é que fez com que eu me aproximasse cada vez mais de V. Ex^a.

Eu terminaria dizendo que houve uma audiência aqui que eu jamais vou esquecer. Sabe qual é? Aquela em que a sua esposa fez uma palestra. Ela, aqui, ao seu lado, fez uma palestra brilhante, que mexeu com todos nós. Eu digo que o Senador Cyro Miranda é um homem feliz. Eu via o carinho, o amor, a paixão, a emoção dela ao falar para nós e olhar para V. Ex^a.

V. Ex^a volta para os braços da sua amada. Nem todos podem dizer isto. V. Ex^a volta agora porque não ficará aqui. V. Ex^a não ficará aqui tanto tempo. Volta agora para ficar um tempo maior nos braços dela, da família, enfim. E V. Ex^a vai continuar fazendo política, porque homens como V. Ex^a não saem da política, como o Senador Simon. V. Ex^a continuará fazendo política naquela linha de fazer o bem – eu gosto muito desta frase – sem olhar a quem. Por isso é que eu fiz questão de estar aqui, como vou estar no plenário esta tarde, dando o humilde depoimento de alguém que aprendeu a admirá-lo.

Por isso, vida longa! Vida longa a homens e mulheres que agem como V. Ex^a!

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a está insistindo para que eu chore. Eu estou me segurando. Mas o seu carinho e a identificação que tive com V. Ex^a... Quando me refiro ao Partido dos Trabalhadores, eu sempre digo que tenho um grande amigo que é um exemplo dentro de seu partido. Esse homem, que dedicou a vida toda à política, também me emocionou, naquela fala da minha esposa, quando fez o depoimento falando da sua irmã, que perdeu a visão, como emocionou a todos. Eu vi o lado humano do Senador Paulo Paim, um homem dedicado às causas não só dos trabalhadores, mas às causas humanas, que não faz isso por política, mas porque vê necessidade de ajudar uma classe sofrida e, muitas vezes, muito desassistida, embora às vezes não pareça. V. Ex^a, naquele dia, me deixou também muito emocionado, porque nós tivemos um coral de pessoas deficientes que, com muito esforço, cantou músicas lindas para nós.

E, em relação à minha família, estou muito contente – o senhor tem razão – porque eu, no dia 9 de janeiro, comemoro uma data emblemática, pelo número, 45 anos de casado. O meu Partido leva o número 45. E, nessa minha vida toda, nunca fiquei com essa de vir aqui na hora do almoço de segunda-feira e voltar na quinta à noite ou sexta. Então, há uma separação, sim, por mais perto, hoje, que a gente esteja.

Então, eu acho que tudo tem o seu tempo, tem um ciclo, a vida tem um ciclo, e a gente tem que saber o momento de sair e deixar os jovens tomarem conta. Tem muita gente jovem, mas jovem não só na idade, porque, repetindo uma frase de Cora Coralina, eu não tenho medo de envelhecer; eu tenho medo de ficar velho. Então, nós vamos ser jovens sempre nesse sentido. Mas o ciclo da vida é esse. A gente vai abrindo espaço, as saudades ficam, fazem parte da nossa biografia, e a gente vai carregando no coração esses amigos queridos

que a gente vai ganhando. A gente acha que chega, que não tem mais amigos, mas tem, cada vez vem mais, e o coração os vai abrigando. V. Exª me fará falta, mas, de vez em quando, eu vou ligar e vou me aconselhar.

Muito obrigado por tudo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Senador Cyro, quero cumprimentá-lo pela atividade destacada exercida no Senado Federal, tanto na educação, aqui, na nossa Comissão, como membro titular, sempre muito ativo. Quantas audiências públicas, quantos debates nós já realizamos aqui fruto de requerimentos que V. Exª apresentou?

A outra atitude foi como dirigente da nossa Comissão – isto é muito importante –, na direção de uma comissão, como a Comissão de Educação, que trata de matérias que cuidam de formar o povo, de preparar a cidadania, de construir a nacionalidade, que trata da nossa língua. Então, é um princípio da nacionalidade.

Então, V. Exª sempre agiu aqui com um espírito de muita sensibilidade, aberto, com capacidade de compreensão política sobre a presença de todas as correntes de opinião, de que todos pudessem opinar, de que todos pudessem oferecer sugestões. O debate sobre o Plano Nacional de Educação foi um debate muito vivo, muito atento, porque há muitos interesses, e nenhuma organização da sociedade brasileira deixou de opinar. Todas vieram aqui, manifestaram-se, uns aplaudiram, outros vaiaram, outros gritaram, outros berraram, e no final nós produzimos um texto que acho que era o mais próximo daquilo que interessa ao povo brasileiro. Acho que aí teve exatamente a mão e a habilidade de V. Exª.

Acho que isso é muito importante. É o legado, é o vão examinar na história, é o que vão olhar mais tarde. “Olha, passou aqui esse Cyro Miranda, que agiu dessa maneira”. Então, acho que isso é muito importante para a nossa atividade política, a despeito da batalha que se trava também no Brasil sobre a política, de uma espécie de desqualificação permanente da ação política no nosso País. Acho que V. Exª operou no sentido contrário, no sentido da qualificação, de dar força à política no nosso País.

Eu sempre digo que encerro meu mandato de Senador da República e que acho que foi uma jornada muito interessante. Fui Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República. Então, cumpri esse ciclo inteiro da ação legislativa. E é um grande aprendizado. E nós não encerramos a nossa atividade. Nós encerramos o nosso mandato, que foi conferido por uma ação popular. Isso nós vamos encerrar, mas a nossa atividade política vai continuar em outra frente, em outro lugar. O Cyro Miranda não vai deixar de fazer política, não tem como. Ninguém vai deixar que ele deixe de fazer política.

Você vai ficar fazendo política de forma permanente porque está presente na sua vida responder a anseios da sociedade, seja no Parlamento, seja fora do Parlamento. É por isso que acho que V. Exª ainda vai ter muito trabalho pela frente. E como V. Exª tem receio de ficar velho, então, para não ficar velho, não há jeito, há que se manter firme na ação política.

Então, meus cumprimentos, os cumprimentos do meu Partido pela atitude sempre ampla, capaz de ouvir todos, atitude que V. Exª sempre teve como membro da nossa Comissão e, especialmente, como dirigente da Comissão, pois é um posto muito destacado presidir a Comissão de Educação do Senado.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado pelas palavras carinhosas, Senador Inácio Arruda. Leve também o meu abraço à sua companheira de Partido, a Vanessa Grazziotin, por quem eu tenho uma estima muito grande. Foi um prazer muito grande conviver com V. Exª, sempre presente, o que nos ajudou muito nesta Comissão. Admiro V. Exª e sei que nós dois, de certa maneira, vamos estar juntos sempre para contribuir de alguma forma. É a natureza nossa. Às vezes sem mandato... Eu não volto mais, mas V. Exª tem toda a chance, daqui a quatro anos, de estar nesta Casa ou em algum outro cargo no seu Ceará. Os cearenses têm muito orgulho desse Senador da República, desse político que foi Vereador, Deputado Estadual, Federal e que tem uma vida, tem uma biografia escrita na política em prol do Ceará e do Brasil.

Obrigado, de coração, pelas suas palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Temos aqui o item nº 10, que é um requerimento que pode ser votado ainda agora, porque é não terminativo.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação as seguintes informações acerca dos processos de credenciamento de instituições de educação superior (IES) e de reconhecimento de cursos na modalidade a

distância: 1– relação de processos de credenciamento de IES e de reconhecimento de cursos a distância que deram entrada no Ministério da Educação (MEC), nos termos das Portarias Normativas nº 1, de 2013; nº 12, de 2013; nº 1, de 2014; e nº 7, de 2014, acompanhada dos dados a seguir, relacionados aos períodos compreendidos pelas supracitadas portarias: IES que tiveram seus pleitos de credenciamento atendidos; cursos a distância que foram reconhecidos; IES cujos processos já se encerraram e que não tiveram suas solicitações de credenciamento atendidas; cursos a distância cujos processos já se encerraram e que não foram reconhecidos; IES que ainda aguardam deliberação sobre suas solicitações; 2– estágio de tramitação dos processos de credenciamento de instituições e de reconhecimento de cursos a distância ainda não atendidos, além da indicação dos atrasos acumulados em cada uma das etapas específicas do fluxo processual; 3– prazo médio de deliberação dos processos de credenciamento de IES e de reconhecimento de cursos a distância; 4– relação dos entraves processuais mais comuns para a deliberação acerca desse tipo de processo, por parte do MEC, bem como apresentação das medidas adotadas para sanar dificuldades e atrasos no fluxo.

Autoria: Senador Paulo Bauer

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Passo a leitura desse requerimento ao Senador Alvaro Dias, requerimento que é subscrito pelo Senador Paulo Bauer e pelo Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente, o requerimento, que é subscrito, em primeiro lugar, pelo Senador Paulo Bauer, é encaminhado ao Ministro da Educação e solicita informações acerca dos processos de credenciamento de instituições de educação superior e de reconhecimento de cursos na modalidade à distância. Ele pede a relação de processos de credenciamento e de reconhecimento de cursos à distância, IES que tiveram seus pleitos de credenciamento atendidos, cursos à distância que foram reconhecidos, IES cujos processos já se encerraram e que não tiveram suas solicitações de credenciamento atendidas, cursos à distância cujos processos já se encerraram e que não foram reconhecidos, IES que ainda aguardam deliberação sobre suas suas solicitações, o estágio de tramitação dos processos de credenciamento de instituições e de reconhecimento de cursos à distância ainda não atendidos, além da indicação dos atrasos acumulados em cada uma das etapas específicas do fluxo processual, prazo médio de deliberação dos processos de credenciamento de IES e de reconhecimento de cursos à distância e ainda a relação dos entraves processuais mais comuns para a deliberação acerca desse tipo de processo por parte do MEC, bem como apresentação das medidas adotadas para sanar dificuldades e atrasos no fluxo.

Creio ser desnecessário ler a justificção. É um simples pedido de informação. Não creio que haverá qualquer obstáculo à sua aprovação.

Portanto, é essa a leitura, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu coloco, então, em discussão o Requerimento nº 48, de 2014, lido pelo Senador Alvaro Dias, de sua autoria também, e do Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aprovado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu entreguei à Mesa um projeto de resolução. Se não for motivo de embaraço para os trabalhos da Presidência, eu pediria que V. Ex^a verificasse se temos apoio para colocá-lo como extrapauta. É um projeto de resolução da Senadora Vanessa Grazziotin, e é muito importante que seja iniciativa de uma Senadora. O Prêmio Bertha Lutz é oferecido às mulheres que se destacam em defesa da luta das mulheres. A Senadora considera que devemos homenagear homens que se destacam na luta em defesa das mulheres. Então, se for possível a gente colocá-lo como extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeitamente, Senador.

Eu coloco em discussão colocar como extrapauta o projeto da autora Senadora Vanessa Grazziotin de nº 40, de 2014.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

Presidente, na verdade, eu me vejo impossibilitado de votar o projeto da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, e, por isso, vou ser contra, porque seria votar em causa própria. *(Risos.)*

Claro que é uma descontração, porque nós, homens, podemos agora entrar nos espaços de vocês. Mas, como eu sou relator de uma PEC que quer assegurar que, na eleição de dois, um seja das mulheres, e dei um parecer favorável, aí eu me sinto agora em condição, depois dessa explicação, de votar favoravelmente ao projeto dela.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Você deu um susto aqui.

Então, primeiro, aprovada a inclusão extrapauta.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aprovado em extrapauta.

Em seguida, já passo a palavra ao Relator, para que faça a relatoria do Projeto nº 40, de 2014.

ITEM 11

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 40, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 2, de 2001, para permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

A natureza, homenagem, diploma, condecorações, premiações e comemoração.

Esse projeto, no dia 11 de novembro de 2014, passou pela Comissão de Educação, foi retirado de pauta e colocado extrapauta agora. A matéria, por ter sido retirada de pauta, não foi votada na reunião do dia 11.

Com a palavra, então, o Relator Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Lembro que ela vai à CCJ e à Mesa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, ela não é terminativa e nós podemos, então, aprová-la aqui.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Projeto de Resolução da Senadora Vanessa Grazziotin é autoexplicativo. Ele vai mostrando que, na prática, para que as conquistas alcançadas até hoje pelas mulheres pudessem se materializar, foi preciso – porque este Parlamento é, majoritariamente, masculino, amplamente masculino – que as mulheres tivessem que ter o concurso de homens que foram capazes de compreender e assumir – isto no âmbito do Parlamento – as suas proposições mais justas e que se materializaram.

E fora do Parlamento foram inúmeros os homens que se destacaram na defesa dos direitos das mulheres, isso na área do Direito, na área da saúde, na área da assistência social e na área religiosa. Muitos bispos, padres, freiras se juntaram em grandes movimentos em defesa das mulheres. Eu lembro que o Dia das Mães contou com a participação de muitos homens que apoiaram a luta das mulheres, porque pouca gente sabe que o Dia das Mães no Brasil foi uma luta feminista, progressista, avançada, em que, entre outras figuras, estava Bertha Lutz. Mas muitos homens se juntaram.

Então, eu acho que é autoexplicativo. O meu voto é pela aprovação. Acho que é justa e correta a proposição da Senadora Vanessa Grazziotin. Então, eu peço o apoio de todos para que a gente possa aprovar e que a matéria possa caminhar nas demais comissões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão o Projeto de Resolução do Senado nº 40, já com as observações feitas pelo Senador Paulo Paim.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Eu apoio plenamente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Encerrada a discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Embora, Senador Paulo Paim, ultimamente nós precisamos mais das mulheres nos defendendo do que o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É verdade.

Senador Paulo Paim, crie, para o ano que vem, algumas cotas para nós homens, porque a coisa está ficando difícil.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadoras e Senadores que concordam com o Projeto de Resolução do Senado nº 40, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e relatoria do eminente Senador Inácio Arruda, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai para discussão na CCJ, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e posteriormente à Mesa do Senado.

Encerrando, então, esta audiência pública, nós vamos passar para a segunda parte.

Então, agradecemos, mais uma vez, a todos que colaboraram e estiveram presentes ou assistiram às nossas reuniões e a todos aqueles que assessoram os Srs. Senadores, sempre presentes nesta sala de reunião. Muitas vezes os Senadores não podem estar, por acúmulo de agenda, mas os seus assessores aqui estão, se reportam e discutem muita coisa aqui conosco.

Nosso muito obrigado a todos os senhores e que o próximo Presidente tenha uma profícua gestão, dando continuidade a essa galeria de ex-Presidentes que eu, a partir do ano que vem, terei o prazer de integrar.

O meu muito obrigado, de coração, a todos os senhores.

Declaro encerrada a última reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal. *(Palmas.)*

(Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2015

Às doze horas e dez minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Marta Suplicy, Ana Rita, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à Lei Orçamentária Anual – LOA 2015. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a palavra à Senhora Senadora Ana Amélia, relatora das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para proferir seu relatório. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao à **Lei Orçamentária Anual – LOA 2015: Emendas de Apropriação: Emenda nº 1 – Educação – Educação Básica – “20RP – Infraestrutura para a Educação Básica”**, no valor de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), para a unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, apresentada pelos Senadores Ana Amélia, Lídice da Mata, Valdir Raupp, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda e Paulo Paim. **Emenda nº 2 – Educação – Educação Profissional e Tecnológica – “20RW – Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica”**, no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para a unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Ana Amélia, Romero Jucá, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda e Paulo Paim. **Emenda n.º 3 – Cultura – “20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira”**, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), para a unidade orçamentária 42902 – Fundo Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Ana Rita, Ana Amélia, Benedito de Lira, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Cyro Miranda. A programação apoiará diversas áreas da Cultura, com ênfase na atuação da FUNARTE. **Emenda nº 4 – Esporte – “5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer”**, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para a unidade orçamentária 51101 – Ministério do Esporte,

apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Ana Rita, Ana Amélia, Valdir Raupp, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Cyro Miranda. Finda a discussão e votação das Emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, a Senhora Relatora, Senadora Ana Amélia, apresenta proposta no sentido de aprovar uma recomendação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), para que analise a viabilidade de apoiar a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir de propostas apresentadas nesta Comissão de Educação no valor de R\$ 40 milhões. A recomendação representa uma homenagem ao senador Francisco Dorneles que solicitou o apoio do colegiado a essa importante instituição. A proposta é aprovada. Prosseguindo, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião, às doze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão de Lei Orçamentária Anual de 2015.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Convido a Senadora Ana Amélia, Relatora das Emendas da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, com a finalidade de discutir e votar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esportes ao Projeto de Lei Orçamentária de 2015, PLN nº 13, de 2014.

A eminente Relatora está com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Senador Cyro Miranda, nosso Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, caros colegas Senadores, nós fizemos um relatório bem sucinto, como é praxe aqui, até porque, até para a economia de tempo, essa objetividade é relevante.

No prazo regimental estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 114 Propostas de Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015. Dessas, 59 foram destinadas ao Ministério da Educação; 18, ao Ministério da Cultura; 24, para o Esporte; e 13, para outros órgãos. Conforme consta da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, esta Comissão de Educação pode apresentar até quatro emendas de apropriação.

Portanto, apesar de considerar meritórias todas as sugestões oferecidas, tivemos de escolher apenas quatro proposições. Demos preferência às proposições que receberam o maior número de apoio dos Parlamentares e que tivessem o maior alcance finalístico da ação governamental. Esse foi um critério, eu penso, bastante correto e justo. Acolhemos uma proposta para a Educação Básica, uma para a Educação Profissional e Tecnológica, uma para a Cultura e uma para o Esporte.

Na Educação Básica, decidimos reforçar com R\$ 110 milhões a Ação 20 RP, Infraestrutura para a Educação Básica, proposta pelos Senadores Lídice da Mata, Valdir Raupp, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda, Paulo Paim e esta Relatora. Já na Educação Profissional e Tecnológica, resolvemos aceitar as sugestões dos Senadores Lídice da Mata, Romero Jucá, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda, Paulo Paim e esta Relatora, na forma de uma emenda que consigna R\$ 120 milhões para a Ação 20 RW, Apoio à Formação Profissional Científica e Tecnológica. Para a Cultura, indicamos alocar mais R\$ 600 milhões para a Ação de Promoção e Fomento à Cultura Brasileira, a partir de propostas dos Senadores Ana Rita, Benedito de Lira, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda, Lídice da Mata e esta Relatora. Essa programação apoiará diversas áreas da Cultura, com ênfase na atuação da Funarte. Finalmente, no Esporte, optamos por acolher a proposta dos Senadores Ana Rita, Lídice da Mata, Valdir Raupp, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda e desta Relatora, que reforça com R\$ 200 milhões a Ação Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer.

Eu queria explicar que, na manhã de hoje, a assessoria do Ministério do Esporte propôs que fosse uma emenda – nós já tínhamos concluído o relatório – para a questão de alto rendimento, dos atletas de alto rendimento, no sentido de que pudéssemos aplicar esses recursos. Como já havíamos incluído, entendemos que... Veja só, você pode entender o que aprovamos nessa emenda da Comissão, que é a questão da implantação e modernização da infraestrutura para o esporte educacional, recreativo e de lazer, que é o fato de que o esporte

de alto rendimento pode também ser compatibilizado com a emenda original que fizemos, diante do grande número de Parlamentares que a ela subscreveram.

Assim, o voto que elaboro é pela aprovação dessa discriminação do Projeto de Lei Orçamentário de 2015, de R\$ 110 milhões à Infraestrutura para a Educação Básica, a questão de R\$ 120 milhões para Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); mais R\$ 600 milhões para a promoção e fomento à cultura brasileira, Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura; R\$ 200 milhões para a implantação e modernização para o esporte educacional, recreativo e de lazer da unidade orçamentária do Ministério do Esporte.

Queria também acrescentar, Sr. Senador Cyro Miranda, além dessas emendas, que são ditadas por serem, necessariamente, quatro apenas – é difícil escolher; quando o cobertor é curto, esse é o nosso dilema –, que gostaria de aprovar, com o apoio do Senador Paulo Paim, uma recomendação desta Comissão à Comissão Mista de Orçamento para que analise a viabilidade de apoiar a Fundação Getúlio Vargas, a partir da proposta apresentada, nesta Comissão de Educação, no valor de R\$ 40 milhões. Nós sabemos, do ponto de vista técnico-legislativo da proposta orçamentária, como ela não é subordinada ao MEC ou a outro organismo afeto a esta Comissão... E por que faremos isso? Porque V. Exª e eu estamos homenageando, dessa forma, um grande Senador que está deixando o Senado Federal para assumir outro desafio, o desafio de ser Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro: o meu querido Líder, Senador Francisco Dornelles. Então, em homenagem ao Senador Francisco Dornelles, nós encaminhamos essa recomendação à Comissão de Orçamento para que analise essa viabilidade da emenda sugerida por ele. É nesse sentido, porque, regimentalmente, teria dificuldades técnicas e legais.

Também preciso, por questão de justiça, Senador Cyro Miranda, agradecer muito ao Dr. Murilo, que foi exemplar, atencioso, dedicado, é um especialista, ao Francisco, do meu gabinete, que cuida da área orçamentária, à Bárbara Sales, também do meu gabinete, e fazer um agradecimento muito especial ao nosso querido Júlio Linhares, porque, antes de ir ao médico, que era uma questão de emergência, fizemos uma reunião às 8 horas desta manhã para acertar os detalhes desse relatório que acabo de apresentar, com o voto pela aprovação dele. Então, esse é um agradecimento necessário que faço não só em meu nome, mas tenho certeza de que também em seu nome e em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, cuja atividade encerramos agora.

Esse é voto, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Muito bem colocado, inclusive falando dessa nossa vontade – de V. Exª e minha – de atender ao Senador Francisco Dornelles. Nós fizemos o possível e o impossível para que isso fosse colocado, mas nós sabíamos, depois, através da assessoria – quero agradecer muito ao Murilo –, que estava em desacordo com a técnica legislativa. Ela não tem o caráter nacional e também está afeta ao Ministério da Fazenda. Então, iria ser glosada, indo por esta Comissão.

Mas, com a recomendação de V. Exª, por eu pertencer à Comissão Mista de Orçamento, vou conversar com o Senador Romero Jucá. Peço também a V. Exª que nos ajude. Vamos fazer coro. Também vou pedir ao Senador Francisco Dornelles para conversar para ver de que maneira podemos, através da Comissão de Orçamento, colocar em votação, em pauta esse orçamento.

No mais, eu só quero parabenizá-la pelas emendas. Eu aqui consto em todas, mas é porque fico ligando para os Senadores para saber que emenda ele vai fazer para eu fazer uma igual para poder constar aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para garantir.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu quero agradecer aqui à Ana Maria Bacerlar, minha consultora nesta área, que fez essas emendas que discutimos bastante. Acho que contemplou de maneira muito equilibrada. Infelizmente, nós só temos quatro emendas. No ano passado, foram cinco. Neste ano, cortaram para quatro. Então, procuramos aqui dar um equilíbrio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esperamos que não caia para três em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Que não caia para três, não é?

Então, eu coloco em discussão o voto da Relatora pela apresentação das emendas já relatadas aqui do Projeto de Lei Orçamentária para 2015. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia.

Eu aqui faço só um registro: todas as vezes, eles me colocam aqui, Senadora, que “a matéria será aprovada pelos Srs. Senadores e Senadoras...”. Nunca ninguém notou isto nos 12 anos: eu inverte essa ordem para “Senadoras e Senadores”, em todos os meus papéis. Em tudo o que eu vejo aqui neste Congresso, ainda há um machismo e falta um pouco de atenção para com as mulheres. Primeiro, eu sempre falo aqui: Srªs Senadoras e Senadores. Eu deixei para o último dia, porque, se corrigirem agora, já não é por minha conta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Isso me incomoda muito. É uma questão de gênero. Também, quando mandam uma correspondência, Senador, põem entre parênteses, “o(a)”. Eu acho isso uma forma, eu diria, no mínimo deselegante de tratar. Ou manda para a pessoa ou não, manda uma circular direto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente!

Parabéns, Senadora Ana Amélia. Obrigado, mais uma vez, por tudo!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

Parabéns à equipe que ajudou, ao Dr. Murilo e ao Francisco!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Parabéns à equipe!

Eu tive o apoio do Murilo várias vezes na CMO, na primeira vez em que participei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dedicadíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Apreendi muito com eles. É uma matéria extremamente difícil. Eu e V. Exª podemos dizer, pelo menos nesta 54ª Legislatura: missão cumprida!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Missão cumprida!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Meus votos de muito sucesso. Que ocupe, como sempre, os lugares relevantes guardados a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador. Igualmente para o senhor.

Eu queria lhe fazer um pedido. Como o Senador Alvaro diz que o senhor sai do Senado, mas o Senado não sai do senhor, peço que, quando estiver atento – e sempre está – às questões relacionadas a esta Comissão, ou a outra questão, e o senhor entender que isso é relevante, não espere nenhum minuto para ligar, para falar no gabinete, para falar na Comissão, com a assessoria. Fale com a Adriana, fale com o Júlio, fale com a equipe, e diga “esse assunto é importante para se tratar”. A gente precisa exatamente desse olhar de quem está fora. Às vezes a gente está aqui dentro e fica contaminado por uma visão – digamos – unilateral dos problemas, e não enxergamos o todo. Então, V. Exª vai ficar fora, mas em permanente contato com a realidade, angustiado também pelos problemas que temos, mas eu tenho certeza de que isso será valioso para todos nós, especialmente para mim, Senador. Espero a sua colaboração, e pode fazê-la da maneira mais informal possível. Não precisa nem escrever. Mande um torpedo, mande um tuíte, mande um “zap-zap”, como o pessoal fala, para mim. Será tudo muito bem acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora, por essa abertura. Pode ter certeza de que vou estar em contato com V. Exª e com todos os nossos colaboradores.

Eu peço à Adriana que leve um abraço carinhoso nosso ao Júlio, que não pode estar presente nesta sessão de encerramento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É a primeira vez!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É a primeira vez, por um motivo bastante justo. Ele é uma figura fundamental, com a sua maneira interativa e propositiva, não se deixa abater pelos nossos argumentos – muito pelo contrário, contra-argumenta até a exaustão. Até que, de vez em quando, a gente diz assim: “Júlio, infelizmente não vai ser assim. Não dá!”. Mas é uma pessoa extremamente dedicada à educação, cultura e esporte. Ele sim, como vocês, é fundamental neste Senado. Que a consultoria e todos dessa equipe sejam preservados por muitos e muitos anos, e que os caminhos de vocês sejam trilhados pelos desejos e pelos sonhos.

Muito obrigado, de coração.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Nós temos, agora, mais uma doutora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois é, pós-graduada na primeira pós-graduação em Direito Legislativo pelo ILB, que eu tive o prazer de presidir. O Renan abriu e o Senador passou para mim. Eu conduzi os trabalhos e encerrei, e dei um abraço na minha querida amiga Adriana pela Comissão toda.

Dessa maneira, encerramos definitivamente os nossos trabalhos.

Desejamos a todos um feliz Natal e um próspero Ano-Novo, com muita garra, muita fibra. As coisas são difíceis, mas não são impossíveis. Continuamos a sonhar. Um abraço a todos!

Obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Humberto Costa, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Blairo Maggi e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e comunica o retorno dos Senadores Armando Monteiro e Ivo Cassol aos quadros da comissão, com a saída dos Senadores suplentes Douglas Cintra e Odacir Soares. A Presidência informa que, devido ao desligamento do Senador Douglas Cintra, foi retirado de pauta o Requerimento da CMA nº 37, de 2014, de sua autoria, que solicita audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2014. **LEITURA DE AVISOS, MENSAGENS E OFÍCIOS.** Conforme análise prévia, a Presidência determina que a seguinte mensagem ficará à disposição dos Senhores Senadores por sete dias na secretaria da comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, será arquivada: MSF nº 86/2014, que cuida de relatório anual com informações referentes à implementação da Lei de Acesso à Informação. Conforme análise prévia, a Presidência determina que o seguinte aviso será relatado: Aviso TCU nº 944/2014, que cuida de auditoria operacional a fim de avaliar o processo de concessão florestal federal, como autorizado pelo Acórdão 3494/2012-TCU-Plenário. A seguir, a Presidência faz um discurso de homenagem ao poeta mato-grossense Manoel de Barros, falecido no dia 13/11/2014, e um discurso sobre a situação e desafios da agricultura familiar brasileira. A Presidência suspende a reunião às nove horas e cinquenta e dois minutos, por trinta minutos, ante a ausência de quórum para deliberação. Reaberta a reunião às dez horas e vinte minutos e permanecendo a ausência de quórum para deliberação, a Presidência declara encerrada a presente reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

Comunico o retorno, hoje, dos Senadores Armando Monteiro e Ivo Cassol aos quadros da Comissão, tendo em vista a saída dos Senadores Douglas Cintra e Odacir Soares.

Informo ainda que, devido ao desligamento do Senador Douglas Cintra, foi retirado de pauta o Requerimento nº 37–CMA, de 2014, de autoria de S. Exª, que solicita audiência pública para a instrução do PLS nº 233, de 2014. Como o projeto será redistribuído, fica a cargo, então, do próximo relator a realização ou não de audiência pública com esse fim.

Leitura de avisos.

Mensagens e ofícios recebidos na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Conforme análise prévia, a seguinte mensagem ficará à disposição das Sras e dos Srs. Senadores, por sete dias na Secretaria desta Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, então, será arquivada.

Também temos a Mensagem do Senado Federal nº 86, de 2014, que cuida de relatório anual com informações referentes à implementação da Lei de Acesso à Informação. Conforme análise prévia, leio o seguinte aviso – o aviso será relatado –: Aviso do TCU nº 944, de 2014, que cuida de auditoria operacional a fim de avaliar o processo de concessão florestal federal com a autorização, pelo Acórdão nº 3.494, de 2012, TCU-Plenário.

Seguiremos a nossa pauta com os requerimentos já lidos na reunião anterior e os que leremos na presença dos autores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero fazer dois breves pronunciamentos. O primeiro, farei de forma extemporânea, porque estava de licença médica, por 20 dias aproximadamente, após ter feito duas cirurgias nesse período. Mas agora, felizmente restabelecido, estou de volta às minhas atividades no Senado. Mas, nesse período, faleceu um grande mato-grossense, ao qual eu gostaria de prestar minha homenagem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado, eu não poderia deixar de registrar aqui uma homenagem ao grande poeta brasileiro, Manoel Wenceslau Leite de Barros, que faleceu no último dia 13, período em que eu me encontrava ausente desta Casa, em licença médica.

Manoel de Barros era mato-grossense, nascido, em 19 de dezembro de 1916, no Beco da Marinha, em Cuiabá. Publicou 33 obras no Brasil e recebeu vários prêmios literários, entre eles, dois Prêmios Jabuti. É o mais aclamado poeta brasileiro da contemporaneidade nos meios literários. Deixa saudades, mas, sobretudo, nos deixa um riquíssimo acervo da poesia brasileira.

“A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas.”

O poeta estava internado desde o dia 24 de outubro no Hospital Proncor, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde deu entrada para tratar uma obstrução intestinal.

Barros trazia consigo a vivência pantaneira e soube, como ninguém, traduzir essa simplicidade em obras literárias. Sobre suas obras, certa vez disse: “Minha invenção é algo que vem do subconsciente, da imaginação criadora, busca do baú da infância, onde ficam guardadas as nossas primeiras sensações”.

Em 1937, nascia seu primeiro livro, *Poemas Concebidos sem Pecado*, com apenas 21 exemplares feitos artesanalmente com ajuda de amigos.

O poeta chegou a flertar com o Partido Comunista Brasileiro, mas não foi longe. Saiu do Brasil e foi estudar cinema e artes visuais em países como a Bolívia, Peru e Estados Unidos. Retornou ao Brasil, casou-se com D. Stella, teve três filhos e foi morar em Mato Grosso do Sul.

Na década de 1980, Barros assinou contrato com sua primeira editora, a Civilização Brasileira, e saiu do anonimato graças a Millôr Fernandes, que passou a elogiar o então recém-publicado *Livro de Pré-Coisas*, em 1985, quando nosso poeta já estava com 68 anos.

Sua originalidade constava na junção da natureza com a linguagem, coisas de uma nobre alma pantaneira, simples, densa, que não gostava de holofotes.

Fecho minha homenagem com um trecho onde Barros, com propriedade ímpar, se descreve, e muito nos ensina abro aspas:

“Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade
das tartarugas mais que as dos mísseis.
Tenho em mim esse atraso de nascença.
Eu fui aparelhado
para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz por isso.
Meu quintal é maior do que o mundo.
Sou um apanhador de desperdícios:
Amo os restos
como as boas moscas.” [Fecho aspas.]

Também, na sequência, quero fazer um pronunciamento sobre a questão da agricultura familiar. Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, meu bom-dia!

O ano de 2014 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura empresarial – que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

No Brasil, a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola de alimentos. Atualmente, a maior parte dos alimentos sobre a mesa dos brasileiros vem desse tipo de agricultura ou desse tipo de propriedade.

Esse tipo de agricultura não só produz e alimenta o País, mas também cria e inova! São mais de quatro milhões de unidades familiares, distribuídas entre os Estados e o Distrito Federal, que contribuem com a economia nacional em mais de 33% do Produto Interno Bruto Agropecuário e com 74% da mão de obra empregada no campo.

No decorrer das últimas 10 safras a renda do setor cresceu 52%, fortalecendo a sua produção e o seu desenvolvimento, movimentando cerca de R\$ 100 bilhões e destacando a agricultura familiar como um dos pilares do desenvolvimento da economia brasileira.

Ela é de extrema importância por estar vinculada à segurança alimentar do mundo, por preservar os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada, para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais, além de representar uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover o desenvolvimento social e o bem-estar das comunidades.

No entanto, senhoras e senhores, para que a agricultura familiar tenha êxito, vários fatores são fundamentais. Entre eles estão as condições agroecológicas e as características territoriais, ambientais, políticas e também o acesso aos mercados, o acesso a terra e aos recursos naturais, o acesso à tecnologia e serviços de extensão e disponibilidade de educação especializada.

Nobres colegas Senadoras e Senadores, o Governo Federal tem criado programas para o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, como é o caso do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que tem por objetivo integrar esse pequeno produtor à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento da renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e profissionalização dos produtores familiares.

Um trabalho que merece destaque nesse setor é o Programa de Aquisição de Alimentos, chamado PAA, um instrumento acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão de obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família.

Historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, entregues invariavelmente a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil e, quando não muito, não lhes pagavam também.

O Programa de Aquisição de Alimentos tenta mudar esse quadro quando promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente ou por meio de suas associações e cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar nutricional atendidas por programas sociais locais.

Digo que ainda é pouco! É preciso reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover mudança de rumo para um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado.

A qualidade de vida do homem do campo está diretamente ligada à agricultura familiar!

Senadoras e Senadores, é necessária e urgente a conscientização e o entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam. Não podemos ser omissos! Precisamos estar dentro do processo para ajudar a identificar maneiras eficientes de apoiar a agricultura familiar.

Muito obrigado!

Srs. Senadores, nós ainda não temos quórum para deliberar.

Como de costume, gostaria de deixar a palavra aberta para os que estão presentes. O Senador Valdir Raupp foi o primeiro a chegar à Comissão, então tem o direito e a primazia para fazer a sua manifestação, o seu pronunciamento neste momento.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi; Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, minha fala será apenas para regozijar-me com a volta de V. Ex^a para a Presidência desta Comissão e por saber que tudo está correndo

bem, que não passou de uma cirurgia de rotina e que V. Ex está pronto para o trabalho. V. Exª fez muita falta aqui, nesta Comissão, não só pelo quórum, mas pela qualidade do trabalho que faz na Presidência desta Comissão.

Quero dizer que, nesse período em que V. Exª ficou afastado, nós tratamos de temas importantíssimos aqui, como a questão dos resíduos sólidos, que deverá estar sendo inserida numa medida provisória para que os Municípios brasileiros possam se adequar nesse período, que, possivelmente, será de dois anos, porque até o momento, devido à crise financeira dos Municípios, eles ainda não conseguiram se adequar à nova legislação sobre os aterros sanitários. Mesmo com o consórcio das prefeituras de interior – as menores, dos menores Municípios, precisam fazer consórcios –, mesmo assim há um custo, e esse custo precisa, de alguma forma, ser financiado, possivelmente pelo Governo Federal.

Esse foi o nosso apelo, para que o Governo Federal possa socorrer, possa ajudar.

Eu ainda falava, Sr. Presidente, que, nesse período, aconteceu uma coisa interessante com o Estado mais rico da Federação brasileira, São Paulo: devido à crise de água, o Governo do Estado de São Paulo pediu ao Governo Federal R\$3,5 bilhões para socorrer o Estado, sobretudo a capital do Estado de São Paulo. Parece-me que todos os Municípios brasileiros precisariam, para auxiliá-los nessa questão dos aterros sanitários, de R\$2 bilhões, e só São Paulo está pedindo R\$3,5 bilhões para ajudar na questão da água.

Então, acho que o pleito é justo para que o Governo Federal possa socorrer os Municípios brasileiros nessa questão dos aterros sanitários.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Eu quero aproveitar e agradecer por sua participação na última reunião, já que V. Exª foi incumbido, convidado, eu lhe solicitei que assumisse a Presidência desta Comissão por duas vezes, já que eu não poderia estar presente e os trabalhos devem continuar. Então, eu quero agradecer por sua participação, já que o nosso Vice-Presidente também estava licenciado, em função de campanha eleitoral, e também está voltando agora. Então, quero agradecer pela forma como V. Exª conduziu os trabalhos, fazendo com que esta Comissão não se atrasasse no seu cronograma até o final do ano.

Muito obrigado, Senador Valdir.

Pergunto se o Senador Humberto Costa quer fazer uso da palavra.

V. Exª tem tempo livre aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, Sr. Presidente. Quero apenas saudar o retorno de V. Exª à condição de Presidente desta Comissão e dizer da nossa expectativa de que até o final do ano possamos tratar de alguns temas relevantes, de matérias relevantes que tramitam nesta Comissão e aguardar que tenhamos, nas próximas reuniões, o quórum necessário ao menos para que nós possamos escolher alguns pontos que sejam de fato importantes para a população brasileira ao longo deste final de ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador.

De fato, nós temos uma pauta com vários itens. Nós temos 23 ou 24 itens já pautados, sendo 15 deles, aproximadamente, não terminativos. Na última reunião de que participei, praticamente limpamos a pauta, mas chegaram vários projetos. Então, nós ainda temos aqui em torno de 15 ou 20 projetos terminativos e que requerem, então, um quórum qualificado para que a gente possa votar.

Como ainda não temos esse quórum neste momento, vou suspender a reunião temporariamente e aguardar até que a gente tenha quórum. Se não conseguirmos fazer isso, eu pediria a todos os colegas presentes e aos ausentes, através de seus assessores, que a gente fizesse um esforço para reservar um espaço na agenda de cada um dos Senadores e Senadoras desta Comissão para, na próxima terça-feira, vir a esta Comissão e resolver todas as nossas pendências.

Como disse o Senador Humberto Costa, nós temos projetos importantes sobre defesa do consumidor, na área de meio ambiente e outros que estão aqui parados e precisam seguir para outras Comissões para que possam ser deliberados e também seguir adiante na pauta do Congresso Nacional ou não, dependendo de cada uma das Comissões.

Mas, enfim, vou, então, suspender esta reunião por meia hora e, depois, vamos tentar retomar com a presença de maior número de pessoas.

Muito obrigado aos senhores presentes.

Retornaremos daqui a 30 minutos.

(Suspensa às 9 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está reaberta a nossa reunião.

Vou aproveitar para encerrar a nossa reunião, já que se passou o nosso tempo dos 30 minutos.

Quero mais uma vez convocar a todos que fazem parte desta Comissão para fazer um esforço, na terça-feira, às 9h30, para que possamos deliberar sobre os temas que estão aqui colocados. Como falei, temos em torno de 15 projetos não terminativos e 12 ou 15 projetos terminativos, que são importantes e dependem da nossa aprovação ou rejeição para que possam continuar tramitando na Casa neste período.

Quero agradecer a presença de todos e saudar aqui o Senador Ivo Cassol, que reassume, hoje, as suas funções no Senado Federal. Seja bem-vindo, Senador Ivo! Que na próxima reunião, terça-feira, V. Exª possa estar conosco aqui já cedo, como sempre esteve, para deliberarmos sobre as matérias aqui colocadas.

Então, diante disso, encerro a presente reunião, antes perguntando ao Senador Ivo se quer usar da palavra, fazer algum comunicado, pois ainda há tempo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É uma alegria cumprimentá-lo, Senador Blairo Maggi, e também ao Senador Raupp.

Quero deixar um abraço ao nosso telespectador que nos está acompanhando pelo Brasil afora e dizer que estou na ativa desde o dia 13 deste mês. Mas, ao mesmo tempo, como há o trâmite normal dentro desta Casa, aguardamos até a nossa equipe, a nossa Liderança, passar o nome de volta para as comissões, Senador Blairo. Já fazemos parte novamente, a partir desta semana, desta Comissão tão importante. Com certeza, com o trabalho em conjunto, iremos dar opção a muitos setores da nossa economia, do nosso agronegócio, de poder ajudar muito mais o nosso Brasil.

Então, para mim é motivo de alegria acompanhar V. Exª presidindo esta Comissão tão importante para o Brasil, para que possamos voltar a crescer e nos desenvolver ainda mais após essas eleições que todos vivemos em nível nacional.

Um abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cassol.

Registro também aqui que, no dia de ontem, despachei mais de 30 projetos que chegaram a esta Comissão, os quais distribuí a seus membros. Então, todos têm trabalho nesta semana, projetos para relatar. Peço, se possível, que possam trazê-los na próxima semana para limparmos a pauta aqui desta Comissão.

Muito obrigado a todos e bom dia.

Está encerrada a presente reunião.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador BLAIRO MAGGI, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Humberto Costa, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e submete aos Senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas das 25ª e 26ª reuniões da comissão. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS, MENSAGENS E OFÍCIOS. Conforme análise prévia, a Presidência determina que a seguinte mensagem ficará à disposição dos Senhores Senadores por sete dias na secretaria da comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, será arquivada: 1) AVS nº 85, de 2014. Cuida de representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) acerca da fixação, para o exercício de 2015, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). 2) Aviso TCU nº 1172/2014. Cuida de acompanhamento com o objetivo de “apurar o resultado primário ajustado do Governo Federal de 2013, confrontando com os valores do resultado primário convencional”. Passe-se à PAUTA. **ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 19, de 2013 – Não Terminativo.** Encaminha cópia do Acórdão proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União no Processo nº TC 014.293/2012-9, pertinente à solicitação do Congresso Nacional de realização de auditoria operacional para avaliar a aplicação e a fiscalização dos recursos da compensação ambiental, instituída pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Au-

toria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, de 2014 – Não Terminativo.** Encaminha cópia do Acórdão nº 713/2014 – TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 020.911/2013-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, atinente ao acompanhamento de Conformidade que objetiva avaliar a renúncia tributária, concedida no período referente aos exercícios de 2008 a 2012, referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), bem como o impacto dessa renúncia nas diversas repartições de receitas tributárias federais, em especial, nas transferências dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Para que a comissão: a) tome conhecimento do feito; b) solicite ao Ministério da Fazenda que informe o prazo para conclusão do estudo técnico objeto de determinação do item 9.2 do Acórdão nº 713/2014-TCU-Plenário; c) solicite ao Ministério da Fazenda que envie cópia do estudo técnico objeto de determinação do item 9.2 do Acórdão n.º 713/2014-TCU-Plenário as seguintes comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; d) avalie a possibilidade, juntamente com a CAE, de apresentar projeto de lei complementar para alterar o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, com o intuito de que as propostas normativas concessoras de renúncia tributária de receita sejam acompanhadas de demonstração pelo proponente dos objetivos pretendidos, indicadores e metas esperados com o benefício tributário, além do impacto sobre os repasses aos Fundos Constitucionais de Financiamentos (FNO, FNE e FCO), Fundos de Participação (FPM e FPE), IPI-Exportação, bem como relativamente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em observância aos princípios da publicidade e eficiência, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, ao princípio da transparência para a responsabilidade na gestão fiscal contido no parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 e ao pacto federativo; e e) remeta o processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, para que a comissão: a) tome conhecimento do feito; b) solicite ao Ministério da Fazenda que informe o prazo para conclusão do estudo técnico objeto de determinação do item 9.2 do Acórdão nº 713/2014-TCU-Plenário; c) solicite ao Ministério da Fazenda que envie cópia do estudo técnico objeto de determinação do item 9.2 do Acórdão n.º 713/2014-TCU-Plenário as seguintes comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; d) avalie a possibilidade, juntamente com a CAE, de apresentar projeto de lei complementar para alterar o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, com o intuito de que as propostas normativas concessoras de renúncia tributária de receita sejam acompanhadas de demonstração pelo proponente dos objetivos pretendidos, indicadores e metas esperados com o benefício tributário, além do impacto sobre os repasses aos Fundos Constitucionais de Financiamentos (FNO, FNE e FCO), Fundos de Participação (FPM e FPE), IPI-Exportação, bem como relativamente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em observância aos princípios da publicidade e eficiência, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, ao princípio da transparência para a responsabilidade na gestão fiscal contido no parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 e ao pacto federativo; e e) remeta o processado ao arquivo. **ITEM 6) AVISO Nº 32, de 2014 – Não Terminativo.** Encaminha cópia do Acórdão nº 1200/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, com o objetivo de elaborar diagnóstico sobre a situação da estrutura de recursos humanos das áreas de TI das instituições públicas federais no âmbito dos três poderes da República (TC 023.414/2013-8). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. Assume a Presidência da reunião o Senhor Senador Ivo Cassol. **ITEM 7) OFÍCIO “S” Nº 11, de 2014 – Não Terminativo.** Encaminha, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2013. Autoria: Ministério da Integração Nacional. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 8) OFÍCIO “S” Nº 12, de 2014 – Não Terminativo.** Encaminha, em cumprimento ao art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2014. Autoria: Ministério da Integração Nacional. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer

da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. É devolvida a Presidência da reunião ao Senhor Senador Blairo Maggi. **ITEM 9) MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2014 – Não Terminativo.** Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2014. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2013 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo. Autoria: Deputado Ivan Valente. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Concedida vista ao Senador Acir Gurgacz, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Não Terminativo.** Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2013 – Não Terminativo.** Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Luiz Henrique (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2011 – Terminativo.** Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Lido o Relatório e adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2012 – Terminativo.** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 2-CRA. Resultado: Lido o Relatório e adiadas a discussão e a votação da matéria. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a presente reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, muito bom dia.

Na quarta-feira da semana passada, no dia 26, tivemos a excelente notícia de que o desmatamento na Amazônia Legal caiu 18% entre agosto de 2013 e julho de 2014 em relação ao período anterior. Em números absolutos, o bioma perdeu 4.848 quilômetros quadrados em decorrência do desmatamento – os números apresentados em 2013 indicaram uma área de 5.891 quilômetros quadrados. As informações são do sistema Prodes, que é o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal e também do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, e representam o índice oficial de desmatamento acompanhado pelo Governo Federal. Apesar de o Prodes não traduzir o que foi desmatamento de forma legal ou ilegal, acredita-se que a maior parcela das agressões a florestas ocorrem fora da lei.

É uma ótima notícia, especialmente diante dos dados de 2013, quando houve um aumento de 29% em relação a 2012. É preciso fazer mais. No entanto, estamos no caminho certo para desmatar cada vez menos. Com a exceção do Acre e de Roraima, o desmatamento foi reduzido nos demais Estados que compõem a região da Amazônia Legal.

A Ministra do Meio Ambiente, Sr^a Izabella Teixeira, atribuiu esses resultados a uma mudança na forma de fiscalização da Amazônia Legal, com uma parceria entre o Ibama, a Polícia Federal e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Entretanto, eu atribuo esse resultado principalmente ao Código Florestal Brasileiro, regulado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabeleceu limites de uso da propriedade e respeito à vegetação existente na terra. Essa queda de 18% do desmatamento na Amazônia é a segunda menor já registrada desde 1988 e indica o bom funcionamento da governança ambiental. Com o Código Florestal, o Brasil entrou em uma nova fase.

Senhoras e senhores, o novo Código buscou conciliar a produção de alimentos com a conservação ambiental. Dentre outros avanços, prevê a instituição de pagamentos ou incentivos para as atividades de manutenção de áreas de preservação permanente, de reserva legal ou de uso restrito. Dessa forma, criou um vínculo entre a atividade econômica e a preservação do meio ambiente. Também foram definidos parâmetros para o uso da terra na atividade agropecuária. Ele obrigou os produtores rurais a registrarem suas propriedades em um cadastro eletrônico, o chamado CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, que já está permitindo o mapeamento da situação ambiental nas propriedades rurais em todo o País.

Atualmente, o Brasil possui 5,6 milhões de imóveis rurais segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra. Esses imóveis ocupam 60% da área total do Brasil, ou seja, 509 milhões de hectares. Dessas propriedades, 10% realizaram o CAR. No entanto, a área já cadastrada é bem maior, uma vez que prevaleceu o cadastramento de propriedades de maior porte.

Além disso, os produtores passaram a atender novos parâmetros de preservação do meio ambiente, incluindo a obrigação de recuperar áreas degradadas em suas terras ou suas propriedades.

Esse é um Brasil criando condições para o desenvolvimento agrícola responsável, pautado pela preservação ambiental. Muitas ações que vêm sendo feitas comprovam isso. Na semana passada, por exemplo, no dia 25, em uma solenidade no Ministério do Meio Ambiente, o Grupo de Trabalho da Soja (GTS), integrado por indústrias e também por *trades*, sociedade civil e o governo, assumiu o compromisso de executar uma nova agenda para a transição da moratória da soja no bioma amazônico.

Essa moratória foi instituída em 2009 e tem vigência até 31 de dezembro deste ano. Contudo, em função da necessidade de aperfeiçoar o sistema de governança oficial de uso e da ocupação territorial por meio do CAR, passará por um período de transição até 31 de maio de 2016.

O GTS também assumiu o compromisso – o grupo da soja assumiu o compromisso – de realizar o monitoramento por satélite da safra de soja nos Municípios que possuam área superior a 5 mil hectares plantados com a cultura no bioma amazônico.

A soja não é um vetor importante de desmatamento no bioma Amazônia. Segundo o monitoramento por satélite feito pela empresa Agrosatélite e verificado pelo Inpe, foram identificados apenas 47 mil hectares com soja, o que corresponde a 0,9% do desmatamento acumulado no bioma. Cabe ressaltar que 99,1% são causados por outras atividades econômicas que não a sojicultura.

Aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria só de fazer um parêntese. Essa moratória da soja nasceu por iniciativa das próprias empresas em 2006, quando o Brasil ficou, vamos chamar assim, quase à deriva, e o desmatamento fugia do controle. Lembro muito bem que o assunto foi liderado pelo Paulo Adario e também pelo Pedro Jacyr Bongioio, que é presidente da minha companhia, junto com Cargill, com Bunge, com Dreyfus e tantos outros. Reuniram-se com outras entidades e propuseram isso então, Senador Acir, fora de um programa de governo. Era um programa de empresas para também dar a sua contribuição no sentido de dizer: “Olha, nós não compraremos, nós não financiaremos, nós não exportaremos soja oriunda de desmatamento ilegal”.

E essas empresas foram, então, responsáveis, junto com outras ações de governo, pela diminuição, quase que pela extinção do desmatamento ilegal para a cultura da soja. Quer dizer, então, demonstra muito claramente que, quando a sociedade civil organizada, quando as empresas também entram para dentro de uma situação ambiental, elas têm, pelo seu poderio econômico, pelo seu poderio comercial, também de estabelecer regras fora das regras de governo.

E isso é demonstrado aqui pelos números. Então, mais de 99% das áreas plantadas com soja no bioma amazônico o são de forma legal. E aquela que é ilegal não transita por essas empresas. E eu, sinceramente, nem sei como esse produtor consegue vender, por onde ele sai. Mas, através dessas empresas, não é comercializado, não é embarcado nos portos brasileiros e não é exportado. Muito provavelmente, acaba ficando no mercado marginal dentro do Brasil. Mas a pressão das empresas sobre esses produtores é bastante grande. E, claro, depois há o sistema de governo, que também vem e interdita essas propriedades e informa a essas empresas de que essas áreas interditas não podem ser comercializadas, não podem ser financiadas.

Isso, então...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, sobre essa questão. É importante que se diga – V. Ex^a já colocou muito bem – que essa moratória é com relação ao desmatamento ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Ilegal, obviamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É, obviamente. Para nós, tudo bem.

Na semana retrasada, eu vi uma matéria na televisão – não vou citar o programa para não causar constrangimento – em que se colocou que a moratória era para o plantio de soja na Amazônia. Isso causa uma

confusão na cabeça das pessoas. Nós que moramos lá entendemos muito bem, mas é importante colocar da forma como V. Exª está colocando: que é o desmatamento ilegal. O que é ilegal não pode ser comercializado, tem que ser combatido. E nós temos feito isso, tanto no nosso Estado de Rondônia quanto V. Exª no Estado do Mato Grosso. Nós temos procurado combater toda a ilegalidade com relação ao desmatamento. A propósito, essas pessoas que produzem o desmatamento ilegal não conseguem fazer a comercialização, mas eu acredito que nem o plantio também, pois não há financiamento para áreas que não estejam, comprovadamente, com a sua legalidade em relação ao desmatamento.

Então, cumprimento V. Exª pela sua abordagem e também pela comemoração da diminuição do desmatamento. A especulação sobre o avanço do desmatamento na Amazônia era muito grande em função do aumento da produtividade. Aumentou-se a produtividade na Amazônia Legal. No seu Estado, no nosso Estado, houve um aumento muito grande nos últimos anos, e isso se deve, exatamente como V. Exª colocou, em função do nosso Código Florestal aprovado e aplicado. As empresas puderam fazer os investimentos necessários para aumentar a produtividade.

Neste ano, em Rondônia, por exemplo, nós batemos um recorde de empréstimos. A agricultura familiar bateu o recorde em empréstimos com relação a investimentos na agricultura familiar, através do Banco do Brasil, por exemplo. O Banco do Brasil atingiu a meta de R\$1 bilhão para empréstimos para a agricultura familiar, o que demonstra que está havendo o investimento e que está, em função desse investimento, havendo o aumento da produção, não em função de um possível aumento de desmatamento. O desmatamento está controlado nos nossos Estados e é, realmente, um motivo para nós comemorarmos. Sobre uma especulação que havia de que estava havendo aumento do desmatamento, agora o Inpe nos oficializa dizendo que houve um dos menores desmatamentos da história da Amazônia.

Então, só para colaborar com V. Exª e dizer que é motivo para nós comemorarmos realmente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir.

Isso demonstra, Senador Acir, pelo que eu vinha lendo... Nós temos nosso Código Florestal aprovado. Tínhamos uma moratória por parte das empresas da área ilegal. As empresas então reunidas junto com o Greenpeace; junto com a Amaggi, através do Pedro Jacyr; da Bunge, através do Murilo; da Cargill, através do Paulo, que é o diretor deles; e do Adrian, a partir da LDC e também da ADM, que é uma grande empresa; e as demais empresas, assumiram o compromisso, junto com a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), de que eles levarão esse controle até 31 de maio de 2016.

Por que isso?

Porque o mercado entende que o Código Florestal é uma coisa que veio para ficar; ele é bom, ele controla, mas nós não o temos ainda totalmente na mão. Então, as empresas estão levando até maio de 2016, quando se pretende, então, abandonar esse tipo de atividade privada, cuidando do meio ambiente, porque se pressupõe que o Governo, através dos seus controles do Código Florestal – o que aqui foi também liderado pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Luiz Henrique –, em 2016, tenha todas as ferramentas do Código Florestal prontas. Assim, as empresas não precisarão mais dispendere recursos. Obviamente, ficarão atentas à legislação, mas elas não farão mais o controle que fazem hoje.

Então, só para dizer, as empresas vinham fazendo, veio o Código Florestal, e está comprovado que diminuiu 18% do desmatamento, mas as empresas querem continuar ou continuarão dando esse benefício, essa posição até 31 de maio de 2016.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Na verdade, essa fiscalização não acaba, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não. Não acaba; só vamos parar de gastar dinheiro para cuidar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Vai acontecer naturalmente...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Naturalmente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... como V. Exª bem colocou. Com a implantação total do Código Florestal, as coisas tendem a caminhar com mais naturalidade, na questão da preocupação com o desmatamento e também com o reflorestamento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu tenho certa preocupação com relação ao Sul do País, onde há uma necessidade de área de reserva ambiental de 20%. Essa reserva de 20% vai realmente criar muitas discussões. E eu entendo que é possível, inclusive, nós debatermos novamente essa questão de reserva legal de 20% no Sul do País, como de 80% na Região Amazônica, também. É um tema que, quando isso tiver que acontecer, eu entendo que nós vamos ter que debater e discutir isso novamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador.

Isso demonstra muito claramente que há ferramentas de governo para ajudar a cuidar da questão do meio ambiente. Mas, quando o mercado se organiza, Senador Jorge, ele também passa a exigir e pedir uma contribuição dos setores. Não só das empresas exportadoras, comercializadoras, mas também dos produtores. É uma cadeia: o comprador pede, o exportador cuida e vem pedindo ao produtor para que ele se enquadre dentro desse processo.

Mas vamos em frente.

Não podemos esquecer, porém, que, apesar da queda da taxa de desmatamento, ainda assim foram desmatados 4.848 quilômetros quadrados. Não podemos comemorar isso e temos de perseguir, então, a redução.

O Código Florestal trouxe e está trazendo os produtores para a legalidade, para o desenvolvimento sustentável. O grande problema a ser enfrentado agora é a ilegalidade e é o desmatamento cometido por aqueles que ficam à margem da lei. E isso o Brasil não pode tolerar.

A Presidente Dilma Rousseff afirmou em seu Twitter, na semana passada, que acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia é compromisso do seu Governo. E eu diria mais: é compromisso da sociedade brasileira e é compromisso dos produtores, daqueles que moram nessa região, não permitir o desmatamento ilegal e fazer com que os governos estaduais permitam o legal, aquilo a que as pessoas têm direito.

Temos de ser otimistas. A queda no desmatamento é razoavelmente positiva, mas é necessário atenção. O Inpe já divulgou, na sexta-feira passada, que o Sistema de Alerta para Fiscalização encontrou mais derrubadas entre agosto e outubro de 2013.

Senhoras e senhores, graças ao progresso das melhores práticas agrícolas e ao progresso da governança, o Brasil é o terceiro maior exportador agrícola do mundo e tem hoje 62% do seu território coberto com vegetação nativa. Juntos, Governo, setor produtivo e sociedade civil devem continuar trabalhando em uma agenda positiva, que aperfeiçoe ainda mais a governança pública.

O principal objetivo é contribuir para o Brasil continuar conciliando safras recordes de alimentos com a conservação dos seus recursos naturais.

Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É só para ratificar um número que acabei de colocar. Um bilhão de reais que o Banco do Brasil emprestou à agricultura familiar foi nos últimos meses. O Banco do Brasil deve fechar o ano emprestando em torno de R\$5 bilhões à agricultura familiar. Então, é um número bastante significativo e histórico para o nosso Estado. E é o sinal de que a população agrícola está investindo no seu negócio, investindo em consertar as suas áreas degradadas. Está investindo em reflorestamento. Está investindo em maquinário, em tecnologia.

Esse é o resultado que nós esperávamos para o nosso Estado de Rondônia, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir.

Eu pergunto à Senadora Ana Rita se quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

S. Exª está ao telefone.

Senador Jorge Viana, enquanto aguardamos o nosso quórum, V. Exª tem o tempo que quiser.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem. Eu queria cumprimentar o Senador Acir, a Senadora Ana Rita e V. Exª, Presidente, Senador Blairo Maggi, inclusive, por trazer aqui a questão do desmatamento, que foi contemplada pelo meu colega Senador reeleito Acir Gurgacz, pelo Estado de Rondônia.

Eu penso que a divulgação dos dados oficiais que completam a série histórica feita pelo Inpe é muito importante para o Brasil. Nós estamos às vésperas da COP-20, a conferência das partes que vai acontecer em Lima, agora, no mês de dezembro, e se estava criando, dentro e fora do Brasil, uma versão muito complicada, de que o desmatamento no Brasil estava aumentando, estava fora do controle, e alguns ousavam dizer que isso era em decorrência das alterações do Código Florestal. E essa redução de 18% desmonta, desfaz essa versão.

Não estou querendo, com isso, diminuir a importância desse debate. O Senador Acir estava pondo: o Brasil já tem, isso vem desde a época do governo Fernando Henrique, começo dos anos 90, em que ficou estabelecido o percentual de área de reserva legal dentro das propriedades, que, aliás, é algo que o Brasil tem de valorizar mais. É um dos poucos países do mundo que fazem isso; alguns fazem coisas similares, mas é um dos poucos países do mundo que têm. Em todas as unidades de conservação que são patrimônio da sociedade brasileira, do mundo inteiro, é um zelo que temos pela conservação dos recursos naturais, mas, além disso, na legislação brasileira, nós temos as áreas, as unidades de conservação dentro das propriedades – as áreas de proteção que são áreas das florestas protetoras, nas encostas, nos córregos, nas nascentes, as APPs, e as áreas de reserva legal também.

Mas, Senador, veja só, o Brasil praticamente destruiu um dos mais importantes biomas que havia, que era a Mata Atlântica; sobraram 12% em todo o Sul. O Cerrado é onde nós estamos tendo a maior conversão de vegetação nativa hoje; e, no Cerrado, está estabelecido em lei que se devem conservar no mínimo 35% da área de vegetação nativa; e, na Amazônia, 80%.

Eu sou da Amazônia. Eu sei que isso é uma situação... Por que o diferencial? Mas nós estamos num bioma que é único no mundo, que nós não conhecemos ainda adequadamente, e eu penso que essa própria legislação, Senador Blairo, que ordena um pouco o uso da terra... Por isso que o debate do Código foi tão... Porque nós estávamos discutindo o uso da terra, o uso da propriedade. Não é uma coisa simples. Nós estávamos discutindo conservação dos recursos naturais. Por isso, os ânimos tão acirrados, a disputa tão dura como foi, mas eu acho que nós cumprimos bem o nosso papel aqui, nesta sala. V. Ex^{as} ajudaram muito. Eu sou testemunha disso, mediando, abrindo mão o Senador Acir, de posições, de convicções para encontrar um melhor termo

E qual é o resultado hoje? Redução do desmatamento em 18%.

A fala da Presidenta Dilma é muito correta. Com a regra que nós temos de uso da terra, o Brasil não pode assinar termo de desmatamento zero, senão nós estamos rasgando a Constituição e a lei, mas nós podemos assumir compromisso e buscar desmatamento ilegal zero. Essa é a diferença, e, se nós não traduzirmos isso, fica parecendo que somos contra a conservação dos recursos naturais. Mas nós temos que traduzir, falar isso quantas vezes for necessário. Por quê? Porque, em cada bioma do Brasil, há uma legislação que garante conversão de vegetação. A conversão de vegetação é garantida por lei. Bom, então, vamos mudar a lei. E, se está garantido em lei, nós temos de assegurar o cumprimento dessa lei. Agora, a nossa legislação é muito... Ela é inovadora, ela é única, singular no mundo do ponto de vista de botar dentro das propriedades unidades de conservação, o que não vemos em outros países.

Então, por desconhecimento, às vezes, nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – No caso de reserva legal, pode-se fazer o manejo, obviamente sustentável, mas não há ganho. E agora, quando o mundo inteiro cai diante da realidade da mudança climática, que é fato concreto... Por exemplo, os Estados Unidos e a China assinaram agora uma cooperação. Muito provavelmente, na COP-21, na França, no ano que vem, nós devemos ter um documento que o mundo inteiro possa considerar como algo que venha a suceder o Protocolo de Kyoto – muito provavelmente. A base desse documento deve sair de Lima agora, e, por esse movimento que Estados Unidos e China fizeram, a China começou a apontar quando é que ela imagina que vai estancar o aumento das emissões.

Olha, o Brasil fez uma proposição de redução de emissões voluntária. Com essa redução do desmatamento, reduzimos o desmatamento em 82% no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Foi a Ministra Izabella Teixeira; foi um esforço; foi também o novo Código Florestal. Por que não dizer isso?

Agora, o Código está sendo implementado. Fico feliz de ver ambientalistas, pessoas que tenho na melhor conta, agora lutando pela implementação do novo Código Florestal. Então, isso é sinal de que não fizemos o melhor Código Florestal do mundo, mas fizemos um bom Código Florestal para o Brasil.

Agora, os meus amigos ambientalistas dizem é necessário que se implemente o Código, que precisamos ser vigilantes. Acho isso ótimo! Estamos de acordo, porque, de fato, não mexemos no rigor do Código, mas fizemos uma mediação nas Disposições Transitórias para quem está na ilegalidade poder sair, e nós saímos do enfrentamento entre meio ambiente e produtor.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a sabe. Visitei propriedades de V. Ex^a, Senador Blairo Maggi, com colegas do Senado: havia ONGs trabalhando lá, fazendo recomposição de área de APP, com custo altíssimo, e cumprindo o velho Código Florestal. Inclusive, V. Ex^a já havia comprado a fazenda com aquele passivo ambiental, e o Ministério Público lá não está – lembro-me bem, mas V. Ex^a estava cumprindo.

O Código Florestal estabelece, agora também, prazo. A natureza sozinha pode recompor-se se deixarmos que ela se recomponha. O custo vai lá pra baixo, porque era caro. Agora, isso vai ser feito sem aquele custo. Essas foram as contribuições que demos, o tratamento diferenciado para o pequeno proprietário do Sul.

Não há problema. Devemos isso também à Presidenta Dilma, porque ela aperfeiçoou o que tínhamos feito aqui, salvaguardando a produção do meio ambiente.

O que ela fez? Como é a composição das propriedades no Brasil? São 5,5 milhões de propriedades no Brasil; 10% destas têm mais ou menos 75% de toda a área, e 90% das propriedades têm 25%.

A Presidenta Dilma, com a escadinha de até quatro módulos, flexibilizou a recomposição das áreas já antropizadas, já desmatadas, para as pequenas propriedades, para o agricultor familiar, para aquele que tem dez hectares lá no Sul do País, que faz um aproveitamento. Aliás, todos eles têm uma floresta protetora nos

córregos, nas nascentes, com base no velho Código Florestal, alterado na década de 80. Então, eles não estão na ilegalidade. Acho que essa composição foi muito interessante.

Agora, penso que o nosso País – e no ano que vem temos de fazer esse debate – tem de cobrar do Governo uma política florestal que possa associar produtores, ambientalistas e políticas públicas – Estados e Municípios –, para que possamos zerar o desmatamento ilegal. Acho que, assim, vamos impor-nos diante do mundo, fazendo a política certa, como V. Exª colocou no final do discurso, Senador Blairo Maggi.

Então, gostaria de cumprimentá-lo por essa iniciativa de fazer o debate. Queria solicitar de V. Exª e informar aos meus Colegas que estou apresentando, Senador Blairo Maggi, agora, nestes próximos dias, talvez ainda hoje, pelo menos dois requerimentos para os quais eu gostaria da atenção de V. Exª, que reassume a presidência da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor.

Um deles diz respeito a um tema que não pode cair no esquecimento, que é o financiamento das tarifas de transporte coletivo neste País. Esse debate, em junho do ano passado, levou milhões de pessoas às ruas. Nessa semana, saiu um programa muito interessante na GloboNews, com a produção do André Trigueiros, uma pessoa muito estudiosa desse tema, que reúne pessoas especialistas. Queria pedir a V. Exª que me ajude, para que possamos trazer pra cá esse debate.

V. Exª foi Governador. Esse é um assunto que só vamos resolver mudando a política de composição de custo de tarifa no País. Há discussão, e alguns defendem... Há os companheiros do Movimento Passe Livre, que mobilizaram a sociedade, há especialistas no Ipea, em várias áreas, dentro do BNDES, nos Municípios, nos Estados, nessa área, mas o Brasil está na contramão, pois 82% da população brasileira vivem nas cidades.

V. Exª tem ônibus, e a sua família trabalha nessa área. É impossível o Brasil seguir com essa política de o usuário do ônibus pagar a tarifa. É o único País do mundo que tenta pegar esse caminho. Em nenhuma cidade do mundo, a composição de transporte público é feita dessa maneira, porque é impraticável.

Como resultado disso, há uma tarifa alta e um serviço de péssima qualidade, porque quanto mais alta a tarifa, menos gente anda. Quanto menos gente andar de ônibus, pior para o sistema, sendo necessário usar ônibus velho.

No mundo inteiro, no mínimo, 60% – não vou chamar de subsídios – são financiados por não usuários do sistema. Então, nas grandes cidades do mundo, a composição de um bilhete de 1 dólar ou de 1 euro, no mínimo, 60% dele são pagos, dão financiados, por quem não é usuário, que está comprando *ticket*. Quer dizer, quem compra o *ticket* paga 30%, 20%, 10% do preço da tarifa.

Temos de encontrar mecanismos de financiamento, senão vamos ter um impasse permanente entre prefeitos, administrações, Estados. E, aí, o que está acontecendo? Ao invés de se aumentar o número de pessoas usando ônibus interestaduais – o que é bom pra nós, seria bom! –, ao invés de se ter um número maior de pessoas usando transporte coletivo, há uma diminuição desse número em muitos lugares. Aí, o que aumenta? O uso do carro! As cidades não funcionam. O trânsito fica impraticável; todo mundo reclama, saindo caro para todos.

Então, o dono de um carro tem de entender, já que ele faz a opção de ter o seu carro, que ele precisa dar também uma contribuição – às vezes, eles usam o IPVA para fazer isso, combustível, financiamento. Não sei se os senhores sabem, mas quero trazer esse debate pra cá, Senador Blairo Maggi, pois há, salvo engano, cinco ou seis cidades no Brasil em que o transporte é de graça, mas, como nada é de graça, alguém paga. São cidades com menos de 35 mil habitantes, onde há normalmente grandes indústrias instaladas. É feita uma composição do financiamento do transporte, e o melhor caminho que se encontrou foi, no sentido de que a sociedade do Município paga, as pessoas andam em transporte de boa qualidade, através de arrecadação de impostos de uma composição de preço, e a cidade ganha com isso.

É algo fantástico que temos. Não é de se estranhar, porque, se formos a Paris, Londres, Barcelona, Nova York, mais de 70% do preço do transporte – seja do metrô, seja do ônibus –, quem paga é o conjunto da sociedade. Aqui no Brasil, o coitado, o pobre que anda de ônibus, que sai de madrugada de casa para pegar ônibus, não só paga a passagem dele, mas de todo mundo que pega o ônibus de graça, porque tudo quanto é político vai fazendo lei para todo mundo entrar de graça no ônibus, fazendo festa com o chapéu dos outros. E quem paga é o coitado que menos pode, que precisa andar de ônibus, porque não tem outro meio de transporte.

Então, esse é um assunto muito sério. Gostaria de que, sem ninguém na rua – vou apresentar um requerimento –, fizéssemos duas rodadas nesta Comissão, provavelmente já no ano que vem, porque estou vendo que o tempo está muito curto. Mas vou apresentar esses requerimentos de qualquer jeito agora, trazendo todos os movimentos sociais envolvidos nesse debate, em separado mesmo, para ouvirmos a voz do usuário, dos técnicos e responsáveis pelo sistema, para ouvi-los.

Depois de ouvi-los, aí sim, vamos juntar as duas partes, para ver como podemos estimular o Senado, para que tenha uma política que melhore isso. Oitenta e dois por cento da população morando nas cidades, e estas, todas elas impraticáveis e insustentáveis, não há mais como fazer. Todo mundo, quem mora nas perife-

rias, está gastando duas, três horas por dia, no mínimo, para se locomover nas cidades. Isso inviabiliza economicamente a cidade e o País.

Também quero apresentar um requerimento sobre outro aspecto, no sentido de, mais uma vez, trazer um debate do sistema de transporte aéreo na Amazônia, especialmente no Acre. Cheguei de madrugada, mais uma noite não dormida. Saí meia-noite de Rio Branco, cheguei aqui às seis horas da manhã – R\$2 mil uma passagem. A Emirates está oferecendo agora, por R\$3 mil, ida e volta, passagem do Rio ou de São Paulo para Hong Kong, para Xangai. Lá pro outro lado do mundo, vai e volta por R\$3 mil.

Agora, se quisermos ir para este mundo ocidental, que é Rio Branco, são R\$2 mil para ir, se houver vaga. E não posso, como Senador, como representante do povo do Acre, ficar calado diante disso.

O aeroporto está em reforma, a TAM vai voltar durante o dia até abril, a partir do dia 21 deste mês, e a TAM disse que não ia colocar voo. Ontem, fui informado pelo pessoal da TAM que eles vão pôr dois por semana durante o dia. Aí, é um jogo de carta marcada: diminuem o número de aeronaves, ou seja, diminuem-se os assentos. Isso implica, com a demanda de final de ano, todas as famílias querendo viajar, aumento da tarifa. Vendem tudo com tarifa cheia.

Não posso ficar de braços cruzados diante disso. Aqui é a Comissão de Defesa do Consumidor. Vamos precisar trazer o pessoal da TAM, da GOL, da Azul, novamente aqui para debatermos com os representantes dos usuários, porque sei que boa parte do custo da tarifa aérea é o combustível, que é de 40%, mas não podemos explorar a população da Amazônia, onde o transporte aéreo não é uma questão de luxo. Não há outra alternativa: é o único transporte que se tem. Ele é de primeira necessidade.

Aproveito para agradecer a V. Ex^a pela oportunidade de apresentar aqui a ideia de trazer para a Comissão dois debates: um sobre a qualidade e a composição de preço das passagens de transporte coletivo, inclusive interestadual. Precisamos ter isso. É necessário termos uma política de incentivo, porque, de abril pra cá, há mais gente andando de avião do que de ônibus, mas temos de seguir melhorando. Construímos tantas rodovias, melhorando o transporte rodoviário, para que a população mais pobre tenha alternativa também.

Obviamente, há a questão do transporte aéreo para o Acre.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para contribuir com o Senador Jorge Viana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Senador Jorge Viana, o grande problema do transporte coletivo são as gratuidades que são pagas pelos usuários. Essas gratuidades deveriam ser pagas pelo governo, ora estadual, ora municipal, ora federal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E pelos Parlamentares que apresentam as propostas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os vereadores! Eles adoram fazer isto: isenta isso; isenta aquilo. Que eles venham pagar com o salário deles!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Também seria uma alternativa.

O grande problema da composição tarifária é que o trabalhador, a pessoa que mais necessita do ônibus – aquela pessoa que não tem condições de comprar um automóvel, uma motocicleta –, que paga a tarifa mais cara, pois ele a subsidia. É ele que paga a diferença da gratuidade do estudante, do idoso e de outros mais.

Portanto, essa sua colocação é muito importante.

Vamos fazer esse debate, Sr. Presidente, porque é a única alternativa, para que possamos melhorar o transporte coletivo nas grandes ou pequenas cidades. Precisamos reformular a planilha. Já coloquei aqui a importância de termos uma planilha única para o País. Não podemos ter em cada cidade uma planilha. A planilha nacional é importante. Cada Município coloca os seus dados. O esqueleto da planilha tem de ser o mesmo. Não podemos ter uma maneira de calcular aqui em Brasília, outra maneira em São Paulo, outra maneira em Ji-Paraná.

Todas as cidades têm de ter a mesma planilha, ou seja, a mesma base de cálculo, para que possamos ter uma tarifa justa para a população brasileira.

Meus cumprimentos ao Senador Jorge Viana por trazer esse tema a debate nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Senador Jorge Viana, fiz uma fala antes de V. Ex^a chegar, explicando a importância desse novo Código Florestal, de que V. Ex^a foi um dos Relatores, e também colocando que a contribuição de um dos setores exportadores das grandes empresas, das três, as esmagadoras, as exportadoras, do processo iniciado em 2006, com a moratória da soja por essas empresas, independente do Governo, onde elas deram uma contribuição muito importante, no sentido da redução do desmatamento ilegal para o plantio da soja.

Então, foi uma contribuição importante. Acho importante que V. Ex^a, que tem feito palestras mundo afora sobre esse assunto, do Brasil, fale sobre esse item.

É importante que esse item seja colocado, porque demonstra muito claramente que, quando os setores produtivos e os comerciantes se envolvem, temos uma condição especial de resolver esses assuntos.

Antes de passarmos à nossa pauta, Senador Jorge Viana, quero também dizer que V. Ex^a, que está sendo também um dos cotados para substituir a Ministra Izabella, se é que ela vai sair...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Estou sem cota.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está sem cota? Mas eu gostaria de deixar aqui pela...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nem a cota do Senado eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas eu gostaria de dizer que, pela Comissão de Meio Ambiente...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sem cota, eu não sei. Não falo na cota, mas o apoio ele tem muito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O apoio da Comissão de Meio Ambiente V. Ex^a tem, porque tem conhecimento, tem competência de levar ao Ministério do Meio Ambiente aquilo de que o Brasil precisa: preservar e fazer com que este País se desenvolva. Obviamente...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E para a gente da Amazônia seria uma grande honra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Seria uma grande honra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Todos nós nos sentiríamos representados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas quero deixar claro que eu não estou demitindo aqui também a Ministra Izabella. Tem feito um excelente trabalho, tem sido muito competente, mas, se por acaso houver uma troca, eu espero que o candidato daqui da Comissão de Meio Ambiente seja o Senador Jorge Viana. Tem todo o nosso apoio.

Vamos então à nossa pauta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu sugiro que se possa inverter a pauta para que a gente possa ler os relatórios dos itens 12 e 22. Poderíamos colocá-los só para deixá-los para votação. Não sei se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É possível, nós estamos com quórum agora. V. Ex^a está com a palavra, então, para relatar o item nº 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013

– Não terminativo –

Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação

Observações:

– A matéria constou nas pautas dos dias 05/08/2014, 04/11/2014, 11/11/2014 e 25/11/2014.

– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente, o item 12...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Caro Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não, Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se você não ficar...

Nós estamos em poucos aqui. Esse é um tema polêmico, delicado, mas como ele é não terminativo, eu inclusive iria pedir vista, porque ele envolve algo que pode travar ainda mais esses licenciamentos de obras,

em vez de garantir que a gente tenha um bom zelo e um bom preparo para execução dessas obras, mas, ao mesmo tempo, celeridade. Mas, em respeito ao colega Acir, eu estou achando, como ele é não terminativo, que nós vamos ter de fazer um debate final sobre esse projeto na CCJ, porque ele segue para lá, salvo engano.

Então, eu só estou fazendo uma ressalva, já que é uma matéria que está aqui, porque eu tenho uma divergência, quando nada, de poder apreciar mais, mas eu não vou fazer o pedido de vista, já que o colega Acir pediu inclusive inversão de pauta para apresentar seu relatório. E, depois, como eu também estou na CCJ, a gente vê como é que faz.

É só para justificar. Estou mudando de posição.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Submete-se ao exame *da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.*

O art. 1º do projeto insere inciso V no §2º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que constitui anexo do edital de licitação, dele fazendo parte integrante, a licença exigida pela legislação ambiental aplicável para a sua instalação em empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental.

O art. 2º, por seu turno, estabelece que a vigência da lei resultante do projeto inicia-se na data da sua publicação.

Na justificação da matéria, o Senador Aloysio alega que é muito comum a paralisação de empreendimentos devido a problemas associados à obtenção de licença de instalação. Nas palavras do autor, em geral, isso se deve ao pouco comprometimento e dedicação de gestores no planejamento do empreendimento e na elaboração dos projetos básicos.

Ao exigir a licença de instalação como parte integrante do edital de licitação para obras sujeitas ao licenciamento ambiental, a proposição objetiva promover maior esforço da administração pública em produzir projetos que consubstanciem aquilo que realmente será levado a cabo. Ao mesmo tempo, a matéria busca fomentar posturas mais criteriosas dos órgãos ambientais encarregados da emissão dessas licenças.

O autor cita entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca do tema – por meio do Acórdão nº 26, de 2002, do Plenário do TCU, e da Cartilha de Licenciamento Ambiental produzida pelo tribunal: as licitações de obras, instalações e serviços que demandem licença ambiental somente devem ocorrer após a obtenção da licença de instalação, pois essa licença é a que atesta a concepção, a localização e o projeto de instalação aprovados. Defende, ainda, na justificação, que a proposição busca evitar que procedimentos licitatórios que envolvam valores de contratação vultosos sejam iniciados às pressas, sem o devido planejamento, o que invariavelmente culmina com a paralisação posterior do empreendimento ou serviço com consequentes prejuízos ao Erário, não se coadunando com o interesse público.

Conforme a distribuição feita pela Mesa, após a apreciação da CMA, a matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Análise, Sr. Presidente.

Para não ler toda a análise, Sr. Presidente, eu entendo que posso ir direto ao voto, pois a análise está à disposição dos colegas.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2013, com modificação proposta há pouco, mas é uma modificação apenas de redação, Sr. Presidente. Não muda nada no projeto.

Então, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2013, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Está em discussão o item 12. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto.

Eu pergunto ao Senador Jorge Viana, que é Relator do item 19, terminativo, se V. Exª pode ler? Nós já deixaríamos como lido e, quando tivermos voto suficiente, como ele é terminativo, nós faríamos a votação, para adiantar a nossa pauta.

ITEM 19**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2011**
– Terminativo –**Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC.****Autoria:** Senador Vital do Rêgo**Relatoria:** Senador Jorge Viana**Relatório:** Pela rejeição**Observações:***-Matéria apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).**-A matéria constou nas pautas dos dias 04/11/2014 e 25/11/2014.***O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pode ser.

Agradeço, Sr. Presidente.

Eu faço a leitura, aqui na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, do relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, que cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo (Sinac). É um tema bem afeito a esta Comissão.

Compete a esta Comissão pronunciar-se sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor, conforme disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

De imediato, cumpre-nos registrar a Resolução nº 7, de 28 de agosto de 2006, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para apresentar proposta de estrutura básica para um Sistema de Monitoramento de Acidentes de Consumo, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO). Esse grupo de trabalho foi coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e composto por representantes das entidades e dos órgãos integrantes do CONMETRO.

A proposta do Senador Vital do Rêgo é instituir um Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo (Sinac), com o propósito de fazer controle social da saúde e segurança dos consumidores de produtos e serviços colocados no mercado.

O problema é que, depois desse trabalho feito no local adequado, posteriormente foi aprovada a estrutura básica do Sistema de Monitoramento de Acidentes de Consumo (Simac).

O Simac tem o objetivo precípuo de criar uma base de dados fidedignos que disponibilize informações estatisticamente consistentes sobre acidentes de consumo, de modo a proporcionar aos diferentes atores da sociedade a tomada de decisões fundamentadas. Dessa forma, será possibilitada a identificação de produtos e serviços que ponham em risco a saúde e a segurança do consumidor, a diminuição dos riscos de danos à incolumidade física do consumidor e do usuário – que resulta no aprimoramento tecnológico contínuo da qualidade e da segurança dos produtos nacionais –, a redução de gastos públicos advindos de acidentes de consumo e a consequente otimização da aplicação de recursos públicos, efeito da prevenção exitosa desses acidentes.

Como se depreende, a concepção de um sistema nacional para o controle de acidentes de consumo seria uma iniciativa digna de acolhimento.

No entanto – e aí eu chamo a atenção dos colegas –, já está em fase de implantação o sistema de informações objeto da proposição, uma vez que o INMETRO desenvolveu o Simac, no exercício da sua competência prevista no art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999.

Mencione-se, ainda, que a estrutura do Simac foi aprovada na 54ª Reunião do CONMETRO, realizada em 10 de dezembro de 2009.

Ademais, entendemos que o disciplinamento do tema em norma infralegal se adapta melhor à sua natureza, dado que devem ser consideradas as especificidades da implementação de um sistema de monitoramento de acidentes de consumo, e somente o regulamento poderia ser tão minucioso.

Então, estou relatando que há todo um trabalho realizado pelo INMETRO e que o projeto fica prejudicado. Aliás, a opção por uma regulação que possa ser feita por norma infralegal a partir dos órgãos envolvidos é muito melhor, porque eles podem detalhar e atender aos objetivos e à intenção do proponente.

Pelos motivos expostos, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011.

É o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Como não temos quórum para votar este item, ele fica, então, como lido, e, assim que tivermos quórum para a votação, faremos a discussão. Ou V. Exª já quer discutir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Assim que convier a V. Exª e ao Plenário, eu também queria fazer a leitura, e se for possível votar, o item 10 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Desculpe-me, qual é o item?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Item 10, que é de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Assim o faremos.

Senador Acir com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, também sugiro a leitura do item 22, terminativo, para que o deixemos pronto para a votação. Isso na sequência, porque, em primeiro lugar está o item 10, que tem como Relator o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Faremos isso.

Item 10:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Autoria: Deputado Ivan Valente

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-Matéria apreciada pela CCJ e pela CI, com pareceres pela aprovação do projeto.

-A matéria constou na pauta do dia 25/11/2014.

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização (CMA) o Projeto Lei da Câmara nº 50, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.546, de 2012, na Casa de origem), de autoria do Deputado Ivan Valente.

O projeto visa a alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para submeter à publicidade os processos de reajuste e revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

No decurso da justificção, o autor, quanto à Lei nº 12.587, de 2012, esclarece que, muito apropriadamente, esse novo diploma legal fixou, em seu art. 8º, que a política tarifária do serviço de transporte público coletivo deve se pautar, dentre outras diretrizes, pela transparência da estrutura tarifária e pela publicidade do processo de revisão das tarifas.

O autor pontua ainda que tal norma de procedimento nasce, de um lado, do próprio texto constitucional – art. 37, § 3º, inciso II, da Constituição da República, que garante acesso dos usuários de serviços públicos a registros administrativos e a informações sobre atos do governo, na forma da lei – e, de outro, da simples constatação de que, sem a força de uma norma nacional que formalize a aplicação da lei maior nos serviços públicos de transporte coletivo urbano, grande parte das municipalidades ignora a obrigação de dar publicidade a dados e informações que instruem análises de revisão tarifária.

Ademais, segundo a justificção, a falta de transparência nos processos que cuidam da majoração de tarifa termina por despertar enorme desconfiança nos usuários acerca da lisura e da correção técnica da atuação do Poder Público o que, muitas vezes, se transforma em revolta e põe em perigo a ordem e os patrimônios público e privado. O autor aponta que a atuação conscienciosa do legislador pode levar à formação de um ambiente socioinstitucional em que o espaço para o contencioso se reduza de maneira significativa.

Nesse aspecto, esclarece que no art. 9º da Lei nº 12.587, de 2012, e nos seus vários parágrafos encontramos apenas uma menção à publicidade de ato que se ocupe de aumento tarifário.

Nos termos do art. 102-A do Regimento Interno, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização opinar assuntos atinentes à defesa do consumidor.

A proposição em análise reforça o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos, tornando mais transparente o processo de revisão tarifária e abrindo ao conhecimento público os itens de custos formadores da tarifa. Assim, a sociedade poderá discutir em melhores bases as implicações tarifárias das melhorias nos níveis de serviço almejadas pelos usuários e do atendimento de demandas das categorias profissionais que trabalham nos sistemas de transporte público.

Essa transparência, no nosso entender, Sr. Presidente, poderá ainda enriquecer o debate social acerca das demandas por subsídios de diversas categorias da sociedade, de maneira que se poderá equalizar de forma mais justa, ou pelo menos mais transparente, os custos e benefícios dos sistemas de transporte.

Sendo assim, nosso voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Entendo que é de fundamental importância a transparência do preço das passagens do transporte público brasileiro.

Eu gostaria de ampliar essa transparência. Por isto, peço vista com o objetivo de debater com mais profundidade e trazer mais elementos para que possamos tornar ainda mais transparente toda a equalização das tarifas brasileiras, incluindo, como disse há pouco, uma planilha nacional, para que tenhamos uma única planilha no Brasil para discutir e definir o preço das passagens de ônibus em todas as cidades brasileiras. Então, peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Concedo vista, então, do item nº 10 ao Senador Acir Gurgacz.

Vamos ao item 4. Peço ao Senador Ivo Cassol que seja o Relator *ad hoc*.

ITEM 4

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 19, de 2013

– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União no Processo nº TC 014.293/2012-9, pertinente à solicitação do Congresso Nacional de realização de auditoria operacional para avaliar a aplicação e a fiscalização dos recursos da compensação ambiental, instituída pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

O Relator, que era o Senador Cristovam Buarque, agora será substituído pelo Senador Ivo Cassol.

O relatório é pelo conhecimento e pelo arquivamento.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Muito obrigado, Presidente, Senador Blairo Maggi.

Nobres colegas, vem ao exame da nossa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Aviso do Tribunal de Contas da União.

Vamos à análise.

A complexidade e o elevado apuro técnico da auditoria podem ser constatados a partir das determinações e recomendações acolhidas no Acórdão, que a seguir apresentamos, com breve descrição dos seus respectivos fundamentos.

1. Determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade:

1.a) abster-se de autorizar os empreendedores a cumprirem a obrigação de realizar a compensação ambiental mediante depósito do valor em contas escriturais abertas na Caixa em nome do empreendimento, ante a inexistência de previsão de tal procedimento na Lei do SNUC e no decreto que a regulamenta;

1.b) concluir os inventários ainda pendentes dos bens móveis e imóveis adquiridos com recursos da compensação e os incorpore a seu patrimônio, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Resolução nº 1.111/2007, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e na Portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

2. Determinar ao Ministério do Meio Ambiente e ao ICMBio, com relação ao saldo existente nas contas escriturais de compensação ambiental na Caixa, adotar, no prazo de cento e vinte dias, as providências ne-

cessárias à incorporação desses valores à Conta Única do Tesouro e ao orçamento fiscal da União e à correspondente aplicação nas finalidades a que se vinculam, com estrita observância da legislação orçamentária e financeira pertinente.

O TCU decidiu ainda, em seu acórdão:

3. Determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que, no prazo de noventa dias, apresente plano de ação para, em espaço de tempo razoável, identificar os empreendimentos sujeitos à compensação ambiental, dentro do universo de licenciamentos ambientais em análise, o cálculo do valor dessa obrigação e a definição da unidade de conservação beneficiária, conforme dispositivos do Decreto nº 4.340, de 2002.

4. Recomendar ao IBAMA que institua procedimentos regulares e sistematizados para validação do valor de referência declarado pelo empreendedor; e que institua procedimentos de controle de processos de compensação ambiental, de modo a proporcionar mais segurança e confiabilidade às informações.

Vamos ao voto.

Em face do exposto, e considerando que as determinações e recomendações aos órgãos e entidades responsáveis pela gestão da compensação ambiental, constantes no Acórdão nº 2.853/3013-TCU-Plenário, serão objeto de monitoramento por parte do Tribunal de Contas da União, concluímos no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento do Aviso AMA nº 19, de 2013 (Aviso TCU nº 855, de 2013), procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Vamos ao item nº 5.

Neste item, solicito à Senadora Vanessa Grazziotin que atue como Relatora ad hoc.

ITEM 5

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 713/2014 – TCU – Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 020.911/2013-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, atinente ao Acompanhamento de Conformidade que objetiva avaliar a renúncia tributária, concedida no período referente aos exercícios de 2008 a 2012, referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), bem como o impacto dessa renúncia nas diversas repartições de receitas tributárias federais, em especial, nas transferências dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria inicial, originária, do Senador Anibal Diniz, substituído, agora, pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Para que a comissão:

a) tome conhecimento do feito;

b) solicite ao Ministério da Fazenda que informe o prazo para conclusão do estudo técnico objeto de determinação do item 9.2 do Acórdão nº 713/2014-TCU-Plenário;

c) solicite ao Ministério da Fazenda que envie cópia do estudo técnico objeto de determinação do item 9.2 do Acórdão nº 713/2014-TCU-Plenário as seguintes comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;

d) avalie a possibilidade, juntamente com a CAE, de apresentar projeto de lei complementar para alterar o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, com o intuito de que as propostas normativas concessoas de renúncia tributária de receita sejam acompanhadas de demonstração pelo proponente dos objetivos pretendidos, indicadores e metas esperados com o benefício tributário, além do impacto sobre os repasses aos Fundos Constitucionais de Financiamentos (FNO, FNE e FCO), Fundos de Participação (FPM e FPE), IPI-Exportação, bem como

relativamente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em observância aos princípios da publicidade e eficiência, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, ao princípio da transparência para a responsabilidade na gestão fiscal contido no parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 e ao pacto federativo; e

e) remeta o processado ao arquivo.

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 25/11/2014.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

Imagino o relatório, já que o pedido é imenso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois é. Eu não vou ler o relatório todo, Sr. Presidente, porque penso que é apenas para justificar...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Já está bem explicado aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. É apenas para justificar que a decisão do relatório, que foi muito bem elaborado pelo Senador Anibal Diniz, não é apenas para remeter ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Certo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ele solicita, ele reforça as solicitações contidas no relatório do Tribunal de Contas da União, Sr. Presidente.

A matéria é de grande interesse para o País e para todos os Estados e Municípios brasileiros. Ele trata do relatório relativo às isenções tributárias referentes ao período de 2008 a 2012, um período bem longo, e do impacto que essa renúncia tributária..

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Causa nos Estados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente, em relação aos repasses dos fundos constitucionais, do FPM e do FPE.

A análise é que, primeiro, ele levanta quantos por cento de cada tributo a União tem que passar para Estados e Municípios. Seria 21,5% do que for arrecadado com o IR e o IPI para o Fundo de Participação dos Estados (FPE), 23,5% do que for arrecadado com o IR e o IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além do repasse de 3% do que for arrecadado com o IR e o IPI para os Fundos de Participação da Região Nordeste, da Região Centro-Oeste e da Região Norte (FNO, FCO E FNE), do repasse de 10% do IPI-Exportação para os Estados e o DF, das exportações de produtos industrializados, e do repasse de 20% das receitas dos fundos de participação e do IPI-Exportação para o Fundeb.

Então, não é apenas FPE e FPM, pois tem também os fundos constitucionais de desenvolvimento regional e o Fundeb.

O relatório faz um demonstrativo dos percentuais repassados durante esse período de 2008 a 2012, em termos percentuais e em termos absolutos, e chega à conclusão de que, infelizmente, das regiões que mais perdem, a que mais perde é a Nordeste, a mais carente, que perdeu, nesse período, quase R\$70 bilhões, precisamente, de acordo com o relatório, R\$68,2 bilhões, e, portanto, faz uma série de recomendações, todas elas já lidas por V. Exª, Sr. Presidente. Tudo que V. Exª leu é que o Senado Federal, através desta Comissão, deste relatório, abraça as recomendações do Tribunal de Contas da União e pede que todas elas sejam enviadas para cá, tanto para esta Comissão como para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Por fim, sugere, na alínea “d” do voto, que esta Comissão, juntamente com a CAE, avalie a possibilidade de apresentar um projeto de lei complementar para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o intuito de fazer com que propostas normativas concessoras de renúncia tributária de receita sejam acompanhadas de demonstração pelo proponente dos objetivos pretendidos, indicadores e metas esperadas com o benefício tributário, além do impacto sobre os repasses dos fundos constitucionais de desenvolvimento, de repasse a Estados e Municípios, de desenvolvimento regional e da manutenção da educação.

Então, Sr. Presidente, esse é o relatório e, por fim, remete o processado ao arquivo.

Então, penso que V. Exª, como nosso coordenador, como nosso Presidente, deva, de fato, acatar o que está aqui, que é muito importante, e, quem sabe, ainda neste ano, apresentar um projeto de lei sugerindo as mudanças apontadas aqui no relatório.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, só para discutir a matéria aqui.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está em discussão a matéria.

Senador Ivo Cassol, para discutir.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Eu, há vários anos, desde que cheguei ao Senado Federal, sempre fui contra os incentivos fiscais para adquirir veículos. O que vemos hoje? O estímulo ao emprego em São Paulo, mas nos esquecemos da falta de recursos, Senadora Vanessa, e a senhora tem razão, para os nosso Estados e para os nosso Municípios, para a infraestrutura urbana ou para a infraestrutura rodoviária.

Ao mesmo tempo, a gente percebe que esse incentivo que foi dado lá atrás hoje deu no gargalo. Chega a um ponto em que o nosso consumidor, o nosso usuário está endividado, nós temos um amontoado de carros nas garagens e nas concessionárias, nas fábricas, e, ao mesmo tempo, nós temos os Executivos municipais, as nossas prefeituras, sem recursos sequer para arrumar as suas avenidas, as suas ruas e dar um visual melhor para a cidade.

Então, eu sempre fui contra incentivos fiscais de IPI e Imposto de Renda.

É muito fácil o Governo Federal ficar fazendo festa com o chapéu alheio. Por quê? Se quer dar incentivo para beneficiar algum Estado, que dê da Receita Federal, não colocando da receita que divide com os Estados.

Ao mesmo tempo – e vou continuar batendo na tecla –, se tivermos que dar incentivos fiscais, nós temos que dar incentivo nos impostos sobre açúcar, no imposto sobre óleo de cozinha, no imposto sobre arroz, sobre feijão, que são a nossa cesta básica, do nosso povo brasileiro. Não, o Governo Federal dá incentivos fiscais para comprar carro. Quem tem R\$30 mil para gastar com um carro pode colocar mais R\$5 mil do bolso e pagar imposto para nós termos dinheiro para ter um caixa.

Hoje, está aí o déficit nas contas públicas, tudo estourado. Por quê? Porque deu incentivo para o emprego lá atrás e agora chegou a um ponto em que explodiu tudo. Resultado: quem vai pagar a conta somos todos nós, eu e vocês.

Portanto, fui contra incentivos fiscais para estimular a venda dos carros. Hoje, o povo brasileiro está endividado e, além disso tudo, a gente percebeu que foi feita festa com o chapéu alheio.

Portanto, nós precisamos, aqui, nesta Casa, regulamentar que todo incentivo que o Estado quiser dar ele deve tirar da fatia dele, que todo incentivo que o Município quiser dar, do IPTU, ele deve dar com o recurso dele e que, se a União quiser dar um incentivo fiscal para beneficiar algum Estado, por alguma questão de logística, de distância ou de comercialização, ela deve dar dos recursos federais, não dos recursos de todos.

Portanto, eu entendo, Sr. Presidente, que esses incentivos fiscais dados até agora, desde o começo, para estimular nossa economia, chegaram ao gargalo e o povo brasileiro está pagando a conta.

Então, eu tinha razão em tudo quando eu dizia que era contra esses incentivos fiscais da maneira como eram dados. Fui contra e continuo contra.

Então, deixo o meu abraço e digo que podem ter certeza de que o Brasil tem que mudar, para, depois, não pagar a conta futura, como está pagando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Inclusive, Senador, eu gostaria de convidar V. Ex^a, como representante desta Comissão, para auxiliar na formulação da lei. De acordo com o relatório, o que se pede é que apresentemos um projeto de lei para impedir esse tipo de coisa. E V. Ex^a tem toda razão quando diz que a partição daquilo que já é do Estado e do Município não deve acontecer. Por exemplo, no Estado de Mato Grosso, sempre que o Estado dá – ou deu, enquanto eu era Governador, e agora, atualmente, continua dando – incentivo fiscal para qualquer atividade econômica, resguarda-se a parte dos Municípios. Não se avança sobre aquilo. O Estado dá incentivo sobre a parte dele, e não sobre a dos Municípios, e de outras contribuições também. Então, V. Ex^a tem toda razão, mas o relatório aqui diz...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – E faço parte desse grupo. Pode me colocar, desde já, nesse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu já o estou convidando, porque é a CAE que deve apresentar, por sugestão...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Com certeza, faço parte, a partir de agora. Sabe por quê, Presidente Senador Blairo Maggi?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu já o nomeio coordenador, por parte da Comissão de Meio Ambiente,...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – ... para provocar a CAE, para apresentarmos, ainda este ano, essa proposição.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – E pode ter certeza de que isso vem ao encontro do que tanto defendi nos meus discursos, pois sempre, aqui, na Comissão de Meio Ambiente, como na CAE e no ple-

nário, fui contra a concessão desses incentivos fiscais. Não sou contra a progressão de desenvolvimento de cada região, sou contra a maneira como foi feita.

Outra coisa, Sr. Presidente: quando se dá incentivo para a compra de um carro, de um veículo, me desculpe, mas a pessoa tem dinheiro para comprar. Nós temos que dar incentivo é para a compra de remédio, para pessoas que vivem com salário mínimo, pedindo esmola, com o pires na mão.

Então, há muita coisa errada neste Brasil. Espero que agora haja consciência e que se corrijam os erros.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, nos termos propostos pela Relatora.

Vamos, então, ao item 22, projeto terminativo.

A leitura será feita pelo Senador Acir Gurgacz, que é o Relator da matéria.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 2-CRA

Observações:

-Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CCJ, e pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 2-CRA.

-A matéria constou na pauta do dia 25/11/2014.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bem, Sr. Presidente, a proposição modifica o art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que, em seu *caput*, tipifica as categorias e estabelece as dimensões mínimas das Áreas de Preservação Permanente (APPs) – inclusive as de natureza hídrica – em zonas rurais ou urbanas.

O PLS sob exame acresce dois parágrafos (§§9º e 10) a esse art. 4º com o propósito de conceder aos Municípios plena competência para definir e fixar os limites das APPs – por meio de planos diretores e leis locais de uso e ocupação do solo – nas áreas compreendidas nos perímetros urbanos determinados por lei municipal e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

A proposição já tramitou nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A primeira Comissão aprovou o PLS com emenda para corrigir vício de técnica legislativa referente à numeração de dispositivos. Assim, os §§9º e 10 inseridos no art. 4º da Lei 12.651, de 2012, pelo art. 1º do PLS, passam a ser, respectivamente, §§ 10 e 11.

Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde tivemos a oportunidade de relatar a matéria, o projeto também foi aprovado com uma emenda, que dá nova redação ao §10 do art. 4º da Lei nº 12.651, de 2012.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 368, de 2012, no prazo regimental.

Análise.

A Lei nº 12.651, de 2012 (Novo Código Florestal), em seu art. 4º, tipifica e estabelece as dimensões das APPs – áreas vegetadas, ou não, que devem ser obrigatoriamente preservadas, ou restauradas, em zonas urbanas ou rurais.

A autora do projeto apontou, de forma inequívoca, que “em muitas situações, a metragem de APP hídrica exigida conflita com as peculiaridades dos Municípios”, e “exatamente por conta desse conflito, e das diferentes interpretações jurídicas que eram dadas à idêntica redação presente no antigo Código Florestal, o Ministério Público vem ajuizando inúmeras ações do Ministério Público contra diversas prefeituras brasileiras”.

Como bem observou a CCJ, quando se trata de APP em áreas urbanas, “é imprescindível disciplinar o uso do solo de forma a atender a aspectos sociais e econômicos de ordenamento territorial, e não apenas os ambientais”.

Ainda conforme a CCJ, a proposição tem o mérito de “promover a segurança jurídica em processos de licenciamento ambiental a que se sujeitam inúmeros empreendimentos, bem como para trazer à legalidade – obedecidos o plano diretor e os planos de defesa civil – ocupações seculares em áreas urbanas atualmente classificadas como APP”.

Nesse contexto, seguindo argumento expendido na CRA, é preciso reconhecer o fato, ainda que polêmico, de que, consideradas as funcionalidades específicas das áreas urbanas, os afastamentos mínimos requeridos pela Lei nº 12.651, de 2012, para as APPs hídricas podem se mostrar excessivos. Por consequente, não nos parece adequado impor ao meio urbano as mesmas regras prescritas para as zonas rurais.

O fato de as APPs em áreas urbanas passarem a ser regidas pelos planos diretores e pelas leis de uso do solo municipais não implica menor rigor na proteção ambiental, uma vez que o projeto determina a oitiva dos conselhos municipais de meio ambiente.

Como ponderamos anteriormente, embora o PLS sob exame apresente uma solução que compatibiliza a função social do meio urbano e a proteção dos atributos ambientais, julgamos ainda necessário aperfeiçoar sua redação.

Em primeiro lugar, em prol da clareza e da boa técnica legislativa, os §§ 9º e 10 acrescidos ao art. 4º do novo Código Florestal pelo projeto passam a ser nomeados como §§ 10 e 11.

A análise desses parágrafos, à luz das competências da CMA, leva-nos a reiterar que o texto não faz menção expressa às APPs. Observa-se que o termo “faixas marginais de qualquer curso d’água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação”, utilizado no projeto, não coincide com definição de APP dada pela Lei nº 12.651, de 2012 – circunstância que poderia levar à interpretação de que os municípios definiriam as “faixas de inundação” e não propriamente as APPs em áreas urbanas como quer a iniciativa.

Manifestamos também, uma vez mais, a convicção que o comando inscrito na redação proposta para o § 11 do art. 4º da Lei nº 12.651, de 2012, qual seja o de estabelecer a observância dos planos diretores, mostra-se desnecessário em face da determinação nesse sentido estabelecida no art. 182 da Constituição Federal.

Essas adequações já foram objeto da Emenda nº 2-CRA, que propõe ao § 10 do art. 4º da Lei nº 12.651, de 2012, a seguinte redação: nas áreas urbanas, a largura das faixas de APP marginais a corpos d’água serão definidas nos planos diretores e nas leis de uso do solo municipais, ouvidos os respectivos conselhos municipais de meio ambiente e respeitado, no que couber, o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.

Desse modo, entendemos que o projeto merece acolhimento com a emenda aprovada pela CRA, restando prejudicada a emenda da CCJ que se referia à renumeração dos dois parágrafos originalmente propostos.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2012, nos termos da Emenda nº 2-CRA e pela prejudicialidade da Emenda nº1-CCJ.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Como se trata de projeto terminativo, nós não podemos abrir a discussão. Ele, então, fica dado como lido. Quando houver quórum, faremos a discussão e a votação.

Convido o Senador Ivo Casso a assumir a Presidência, uma vez que eu tenho dois itens, de nºs 7 e 8, a relatar. Com a Presidência o Senador Ivo Cassol. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Estou aqui só conferindo com a ajuda dos assessores, mas eles falharam. Eu já tinha o item 7 em mão, para passar a palavra ao nosso Presidente, Senador Blairo Maggi, que é o Relator desta matéria, mas a Mesa me disse que eram os itens 8 e 9. Eu só estava corrigindo aqui para confirmar.

ITEM 7

OFÍCIO “S” Nº 11, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2013.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 11, de 2014, que encaminha ao Senado Federal, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de

setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao primeiro semestre de 2013.

O Relator é o nosso parceiro, ex-Governador e Senador pelo Brasil e pelo Mato Grosso, Blairo Maggi. Com a palavra S. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos então ao relatório.

O Relatório foi aprovado *ad referendum* do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Resolução Condel/Sudeco nº 019/2013, de 2013, e foi discutido e votado na 4ª Reunião Ordinária do Conselho ocorrida em 25 de março de 2014.

A documentação foi encaminhada à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, onde foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O Relatório de Gestão do FCO relativo ao primeiro semestre de 2013 elaborado pelo Banco do Brasil S.A. (que, de acordo com o art. 16 da Lei nº 7.827, de 1989, é o administrador do Fundo) reúne informações sobre os resultados alcançados e sobre o desempenho dos recursos do Fundo ao longo daquele período. O Relatório traz também informações sobre o estado dos recursos e aplicações do FCO no final do primeiro semestre de 2013.

Já o Parecer Conjunto nº 26/2013-SFRI/Sudeco traz uma avaliação do Relatório de Gestão elaborado pelo Banco do Brasil S.A. Com esse propósito, discute a distribuição dos financiamentos concedidos por setor de atividade, por porte, por Unidade da Federação e por área prioritária e avalia suas repercussões econômicas e sociais na Região Centro-Oeste. O parecer da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) é favorável à aprovação do Relatório de Gestão elaborado pelo Banco do Brasil S.A.

Finalmente, a Resolução Condel/Sudeco 019/2013, de 2013, aprova o Relatório de Gestão elaborado pelo Banco do Brasil S.A. acompanhado do Parecer Conjunto nº 26/2013-SFRI/Sudeco *ad referendum* do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste e recomenda que se envidem esforços para incrementar as contratações em Municípios enquadrados nas tipologias “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Condel.

Bem, a análise deste relatório é bastante extensa, mas, como eu disse aqui, passou por vários órgãos e aqui, nesta Comissão, foi distribuída e está pautada desde a semana passada e deve ser do conhecimento de todos.

Portanto, não lerei a análise, uma vez que já foi distribuída e que todos os Srs. Senadores têm ou tiveram conhecimento dela. Vou direto ao voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício “S” nº 11, de 2014, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao arquivo.

É este o voto, Sr. Presidente, do item nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado ao nosso Presidente, Senador Blairo Maggi, Relator desse Ofício “S” nº 11, de 2014.

Em discussão. (Pausa.)

Enquanto estamos na discussão, aproveito para reforçar esse relatório do Tribunal de Contas da União nesta Comissão de Meio Ambiente, tanto o FCO, fundo constitucional de financiamento do Centro-Oeste, como também o FNO, da nossa Região Norte, infelizmente, o Ministério da Integração Nacional e também o Ministério da Fazenda, Senador Blairo Maggi, cortaram os financiamentos para PCH. Com a falta de energia elétrica que ocorre no Brasil, estão colocando qualquer empreendimento, seja pequeno ou médio, no mesmo nível de empreendimentos como Belo Monte e as usinas de Jirau e Santo Antônio.

Portanto, eu gostaria que o novo Ministro da Fazenda e o Ministro da Integração Nacional e o Palácio do Planalto reativassem para que esses empreendimentos nessas regiões que geram emprego, riqueza e têm mais energia disponível sejam, novamente, colocados no mesmo patamar que tinham antigamente, com financiamento desses fundos constitucionais do Norte, como incentivo para que a gente possa ajudar ainda mais o Brasil.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Blairo Maggi permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Vamos ao item 8:

ITEM 8**OFÍCIO “S” Nº 12, de 2014
– Não terminativo –**

Encaminha, em cumprimento ao art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2014.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 04/11/2014 e 25/11/2014.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Presidente Ivo Cassol.

Vou direto à análise, já que o relatório contém as mesmas recomendações do anterior.

O art. 14, inciso II, da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que cabe ao Conselho Deliberativo da respectiva superintendência de desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste “aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento de cada Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário”.

Já o inciso IV desse mesmo artigo determina que o referido Conselho Deliberativo encaminhe “o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o inciso II do caput deste artigo, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional”.

De acordo com a programação, serão consideradas prioritárias as seguintes atividades, aprovadas nos termos da Resolução CONDEL/SUDECO nº 15, de 6 de setembro de 2013:

- Projetos de apoio à agricultura familiar, mini e pequenos produtores rurais, empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações;
- Projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e diminuição de desigualdades intra e inter-regionais;
- Projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente;
- Projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário;
- Projetos do setor de turismo; e
- Projetos que contribuam para reduzir desigualdades nos espaços considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Nos termos do art. 6º da Lei nº 7.827, de 1989, as principais fontes de recursos do FCO são: repasse de 0,6% da arrecadação do IR e do IPI, os retornos e resultados das aplicações correspondentes e a remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados. Para a execução orçamentária do exercício de 2014 está previsto o montante de R\$4,96 bilhões, dos quais R\$1,44 bilhão para Goiás e para Mato Grosso, R\$1,14 bilhão para Mato Grosso do Sul e R\$942,6 milhões para o Distrito Federal.

Entendemos que documentação em análise prima pela transparência, pois vai além dos dispositivos legais supramencionados, posto que, conforme relatado, a matéria deverá ser também encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do já referido art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 1989. Cabe, portanto, a esta Comissão, tomar conhecimento do expediente e enviá-la ao arquivo.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 12, de 2014, do Ministério da Integração Nacional (MI), que encaminhou ao Senado Federal, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o programa de financiamento para o exercício de 2014 do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e pelo encaminhamento da matéria, junto com o presente parecer, ao arquivo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, nosso Presidente e Relator, Senador Blairo Maggi.

Em discussão. (Pausa.)

Aproveitando a oportunidade da discussão, Senador Blairo Maggi, há pouco eu franqueei a palavra, eu gostaria de pedir a V. Ex^a, que é o Relator, que nós pudéssemos incluir no relatório que os fundos constitucionais de financiamento, tanto do Centro-Oeste como do Norte, voltassem a financiar empreendimentos de pequenas centrais hidrelétricas de até 30 megawatts, que aproveitássemos nessa aprovação, uma vez que havia isto até há pouco tempo, mas o Governo Federal tirou e passou tudo para o BNDES.

O que ocorre? O pequeno empreendedor já está naquela região e facilitaria muito mais para ele fazer pelo Basa ou por qualquer outro banco que tenha esse incentivo.

Portanto, eu gostaria de solicitar a inclusão disto, já que V. Ex^a é o Relator, e que comunicássemos isto ao Ministério da Fazenda, pelo meio legal, para que recomendasse essa inclusão. Seria possível?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Ivo Cassol, este é um relatório das atividades que já aconteceram. Nós não estamos discutindo, aqui, a programação de 2015 nem daí para frente. Eu entendo também, Senador Ivo, que essa determinação do que se financiar e do que se priorizar é no âmbito do Condel, do conselho deliberativo de cada uma das regiões. Lembro-me de que, quando eu era Governador – acho que V. Ex^a também deve ter participado de reuniões do Condel, no seu caso do FNO e no nosso, do FCO, do Centro-Oeste –, eu participava dessas reuniões do Condel, oportunidade em que são determinadas quais as ações, os limites e as prioridades dadas a cada um dos programas.

Nesses dois pareceres que temos aqui não temos condições de incluir o que V. Ex^a pede porque já é algo do passado. Nós estamos reconhecendo o que foi feito. Quanto à sua proposição, deveríamos, penso eu, retirar da Comissão, então, uma sugestão – podemos consultar, depois, a nossa comissão técnica – poderíamos aprovar aqui, na próxima reunião, uma sugestão para que os Condel dessas regiões passem a dar prioridade para a geração de hidrelétrica.

Penso eu que esse seria o caminho, já que aqui não tem como incluir essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Certo. Concorde com V. Ex^a. Até concordo em fazer posteriormente. Mas há um problema: o mesmo já ocorreu e, na verdade, não foi sequer discutido no Condel.

Foi uma decisão do Palácio do Planalto quando colocou todos os pequenos empreendedores da Região Norte ou do Brasil que têm esses incentivos do Fundo Constitucional de Financiamento com um custo menor no mesmo patamar dos grandes empreendimentos em nível nacional. Portanto, já está acontecendo. E como isso aqui também já aconteceu, seria uma recomendação para o futuro. Mas eu acato a sua sugestão para que a gente possa fazer um requerimento nesta Comissão e, ao mesmo tempo, provocar tanto o Ministério da Integração Nacional quanto o Ministério da Fazenda, com o novo Ministro, para que não tratem os pequenos empreendedores de Mato Grosso, de Goiás, do Pará, de Rondônia, do Amazonas ou de outros fundos constitucionais que há pelo Brasil afora da mesma forma que trata os grandes empreendedores, a exemplo do consórcio de Belo Monte, de Jirau, de Santo Antônio, como de tantos outros empreendimentos que existem. E hoje o tratamento é igualitário. Então, isso dificulta.

O senhor sabe, porque foi governador, que há muitos pequenos empresários que têm dificuldade de acesso ao BNDES nessas linhas de empreendimento e investimento.

Portanto, acato sua decisão.

Como não há mais nada a discutir, não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Blairo Maggi permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Ao mesmo tempo, convido o nosso Presidente, Senador Blairo Maggi, para assumir novamente a Presidência da CMA.

Obrigado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Agradeço ao Senador Ivo Cassol por ter assumido a Presidência desta Comissão e peço a S. Ex^a que tenha um pouquinho de paciência, porque preciso ler os avisos antes de encerrar a nossa reunião.

Então, volto ao começo e submeto aos Srs. e às Sr^{as} Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 25^a e 26^a Reuniões da CMA.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de Avisos, Mensagens e Ofícios...

Eu vou ter que ler!

Leitura de Avisos, Mensagens e Ofícios recebidos na CMA.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos, ficarão à disposição das Sras e Srs. Senadores, por sete dias, na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, os mesmos serão arquivados.

Aviso nº 85, de 2014. Cuida de representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental acerca da fixação, para os exercícios 2015, dos coeficientes destinados ao cálculo das cotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação (FPM)

Aviso nº 1172, de 2014, do Tribunal de Contas da União, que cuida de acompanhamento com o objetivo de apurar o resultado primário ajustado do Governo Federal, de 2013, confrontado com os valores dos resultados primários e convencionais.

Leituras de requerimentos.

Com o objetivo de dar ciência aos Srs. e Sras Senadoras, informo que há, sobre a mesa, quatro requerimentos apresentados pelos Senadores Jorge Viana e Vital do Rêgo. Os requerimentos serão lidos apenas na presença dos autores e serão apreciados na próxima reunião.

Como os autores não estão presentes, nós não faremos a leitura dos mesmos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não, você que está enganado. Eu li a dispensa da leitura das Atas da 25ª e da 26ª, que já ocorreram. A reunião de hoje, então, é a 27ª.

Está corrigido aqui.

Como não vamos ler os requerimentos... *(Pausa.)*

Senador Ivo Cassol, solicito que V. Exª seja o Relator *ad hoc* do item 6.

ITEM 6

AVISO Nº 32, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 1200/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, com o objetivo de elaborar diagnóstico sobre a situação da estrutura de recursos humanos das áreas de TI das instituições públicas federais no âmbito dos três poderes da República (TC 023.414/2013-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

– A matéria constou na pauta do dia 25/11/2014.

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos à análise.

O Tribunal de Contas da União cumpre sua missão constitucional de auxiliar o Congresso Nacional a exercer o controle externo da atividade administrativa do Estado ao encaminhar a esta Casa cópia do Acórdão nº 1.200/2014 – TCU – Plenário e dos Relatório e Voto que o fundamentaram. O art. 49, inciso X, da Constituição é o fundamento para essa atividade fiscalizatória.

Os serviços e os produtos de Tecnologia da Informação (TI) mostram-se cada vez mais relevantes e estratégicos a diversos setores da sociedade e tornaram-se imprescindíveis à adequada execução e alcance dos objetivos governamentais. Os episódios de espionagem eletrônica do qual o Brasil foi alvo recentemente demonstram a necessidade de se terem recursos humanos suficientes e capacitados na área de TI na Administração Pública.

Portanto, Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos, vamos ao voto.

À luz do exposto, uma vez que esta Comissão tomou conhecimento do Acórdão nº 1.200, de 2014, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, concluo pelo arquivamento do Aviso nº 32, de 2014, do Plenário do TCU.

Sr. Presidente, é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.
Pergunto se o Senador Ivo Cassol está disposto a continuar a relatar, porque temos o item 9. *(Pausa.)*
Vamos ao item 9.

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2014 – Não terminativo –

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2014.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 25/11/2014.

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol, como Relator *ad hoc*.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

A Presidência da República remeteu ao Senado Federal, por meio da Mensagem nº 124, de 2014, relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, em obediência ao art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ao art. 51 da Lei nº 12.919, de 2013.

Análise.

O conteúdo constante do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias encaminhado está em conformidade com o requisitado pela Lei nº 12.919, de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014).

Voto.

Pelo exposto, propomos que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem SF nº 45, de 2014, bem como do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2014 e determine o seu arquivamento.

É o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Relator, Senador Ivo Cassol.

Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Convido o Senador Ivo Cassol para relatar o item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2013 – Não terminativo –

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação

Observações:

– A matéria constou nas pautas dos dias 04/11/2014, 11/11/2014 e 25/11/2014.

– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

A relatoria é do Senador Luiz Henrique e passa agora a ser do Senador Ivo Cassol, como Relator *ad hoc*.
O relatório é pela aprovação.

Com a palavra o Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos à análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea a, do Risf, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Com relação ao mérito, o autor afirma que a intenção da proposição é aumentar, pela aviação brasileira, “a parcela de contribuição à sustentabilidade ambiental, ainda que essa participação seja de apenas 2% do total das emissões de gases causadores do efeito estufa”.

Devemos enfatizar que o efeito estufa, cuja causa é a emissão de gases como o dióxido de carbono, possivelmente é uma das maiores ameaças à existência da civilização no século XXI. O aumento da temperatura média do globo, que de acordo com a maioria dos cientistas é causado pelo acúmulo de gases do efeito estufa na atmosfera, já está afetando o clima e provavelmente está causando secas, inundações e outros eventos climáticos extremos em diferentes partes do Planeta.

Se considerarmos que a produção e o uso de biocombustíveis devem ser incentivados para ajudar nosso País a reduzir as emissões de gases do efeito estufa, tal proposição demonstra elevado valor.

Portanto, à luz dos argumentos expendidos, e dentro da competência desta Comissão, entende-se que a iniciativa do insigne Senador Eduardo Braga deve ser aprovada. A matéria, ainda, será deliberada em decisão terminativa pela CCJ, que efetuará exame detalhado sobre a constitucionalidade da matéria.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2013.

Portanto, Sr. Presidente, nós somos a favor.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós temos, na CAE, a sabatina do nosso colega Vital do Rêgo, que é o nosso sabatinado hoje como futuro Ministro do Tribunal de Contas da União. Portanto, eu gostaria também de participar daquele evento, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu permitirei se V. Exª se comprometer a estar comigo aqui na terça-feira.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Então, estaremos juntos mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Estamos juntos!

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Nós sempre estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Terça-feira eu quero limpar a pauta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Está combinado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

Os demais itens serão adiados para a próxima reunião.

Ficaremos só com um não terminativo, que é o item 14, da Senadora Ana Rita.

Eu quero agradecer a presença de todos, principalmente do Senador Ivo Cassol, que me deu uma mão inestimável para adiantarmos a nossa pauta.

Convido todos para, na terça-feira que vem, às 9 horas e 30 minutos, finalizarmos os projetos aqui colocados. Nós temos vários projetos terminativos que ainda não conseguimos votar. E temos outros não terminativos que vão entrar na pauta. Então, eu gostaria de convidar a todos para terça-feira.

Está encerrada a reunião, com o agradecimento a todos, especialmente ao Senador Ivo Cassol.

Muito obrigado.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador BLAIRO MAGGI, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Ana Rita, Humberto Costa, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo

Maggi, Eduardo Amorim, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e faz a LEITURA DE AVISOS, MENSAGENS E OFÍCIOS. Conforme análise prévia, a Presidência determina que o seguinte ofício ficará à disposição dos Senhores Senadores por sete dias na secretaria da comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, será arquivado: Ofício nº 68/2014/OUVI/SFB/MMA da Ouvidora e Coordenadora do Serviço de Informação ao Cidadão, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Sra. Fernanda da Silveira Campos, que encaminha, em anexo, as apreciações do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014, em cumprimento ao artigo 62, inciso III, alínea “b”, da Lei 11.284, de 2 de março de 2006, que institui, na estrutura do MMA, o SFB; e coloca os serviços da ouvidoria à disposição desta comissão. Passe-se à PAUTA. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36, de 2014.** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Roberto Brandão – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; 2. Rosa Lemos de Sá – Secretária Geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO; 3. Ana Euler – Diretora Presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá; 4. Vicente Andreu – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; 5. Adalberto Veríssimo – Pesquisador Sênior do IMAZON; 6. Carlos Rittl – secretário-executivo do Observatório do Clima. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 39, de 2014.** Requeiro, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle nº 36, de 2014, de autoria da Senadora Ana Rita, que a Sra. Stela Goldenstein, Diretora-Executiva da Associação Águas Claras do Rio Pinheiros, integre o rol de convidados a participar da audiência pública cujo objetivo será debater os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 38, de 2014.** Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 368/2013, que dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; 2. Representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; 3. Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MDA; 4. Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; 5. Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC/PGR. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2013 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo. Autoria: Deputado Ivan Valente. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2013 – Não Terminativo.** Cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia. Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Concedida vista coletiva do projeto aos Senadores Ana Rita e Flexa Ribeiro, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2014 – Não Terminativo.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de as agências que comercializam veículos automotores informarem o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a eventual existência de multas, débitos de impostos, de taxas e de seguro obrigatório, alienação fiduciária ou qualquer registro que impeça a livre circulação do veículo. Autoria: Deputado Fábio Faria. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação com quatro emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CMA. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, de 2013 – Não Terminativo.** Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2014 – Não Terminativo.** Dispõe sobre incentivos para fomentar a reutilização de recursos hídricos no âmbito da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador

Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação com três emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3-CMA. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA das seguintes matérias: **ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2013 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas. Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação com as emendas aprovadas na CCJ. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ/CMA. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011 – Terminativo.** Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário. Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. **ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 40, de 2014.** Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, em conjunto com a Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, para debater sobre o tema “Florestas Plantadas” e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ. Para tanto, solicita-se que sejam convidadas as seguintes autoridades: – Presidente do Conselho Consultivo da IBÁ – Sr. Carlos A. Lira Aguiar e, – Presidente Executiva da IBÁ – Elizabeth de Carvalhaes. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Lido. **ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 41, de 2014.** Requer – nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal – seja realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública para discutir a composição do financiamento das tarifas no transporte público coletivo. Para debater o tema, solicita-se que sejam convidados líderes, oportunamente definidos, de movimentos populares e entidades da sociedade civil diretamente interessados no assunto. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Lido. **ITEM 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 42, de 2014.** Requer – nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal – seja realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública para discutir a composição do financiamento das tarifas no transporte público coletivo. Para debater o tema, solicita-se que sejam convidados técnicos e especialistas no assunto, os quais serão oportunamente definidos. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Lido. **ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 43, de 2014.** Requer – nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal – seja realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública para discutir a prestação dos serviços de transporte aéreo na Região Amazônica: a baixa oferta de voos e os elevados valores cobrados pelas companhias aéreas. Para debater o tema, solicita-se que sejam convidados os Presidentes das três maiores companhias aéreas: senhor Paulo Sérgio Kakinoff (Gol); senhora Claudia Sender (TAM); senhor Antonoaldo Neves (Azul). Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Lido. **ITEM 23) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 44, de 2014.** A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requer, nos termos dos arts. 336, inciso III, 337 e 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a imediata apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013, que “Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo”. Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Resultado: Aprovado. A reunião é suspensa às dez horas e cinquenta e sete minutos, sendo reaberta às onze horas e vinte e nove minutos. É votado o **ITEM 24) RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CMARS), CRIADA PELO REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 33, de 2013,** que dispõe “Requeiro, no termos dos arts. 73 e 76 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada a “Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos”, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual numero de suplentes, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com prazo até a conclusão da tarefa”. Autoria: Subcomissão de Resíduos Sólidos. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado o relatório final apresentado pela Senadora Vanessa Grazziotin. Concluído o acompanhamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos termos do art. 96-B no Regimento Interno do Senado Federal. Ficam adiadas as demais matérias. Por fim, a Presidência submete aos Senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a presente reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata.

Senador BLAIRO MAGGI

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia a todas as senhores e a todos os senhores.

Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de dar início, gostaria de registrar a presença do Prefeito de Campo Verde, Mato Grosso, Fábio Schroeter, e também do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Campo Verde, Pedro Cambará.

Esse Município é importante, no nosso Estado, que lidera o agronegócio, mas com uma característica importante: vai desde a grande produção de milho, soja e algodão até centenas de pequenos produtores assentados pelo Programa de Reforma Agrária, que trabalham dentro de um programa de verticalização na agroindústria, junto com empresas integradoras. Trata-se de um modelo interessante que se pretende sempre copiar e levar a outros Municípios do Estado. Tem-se feito isso.

Então, quero cumprimentar o Fábio Schroeter e o Pedro Cambará, agradecendo e fazendo de público o nosso reconhecimento a esses Municípios não só pela produção, mas pela forma como é feita a produção, realmente de maneira sustentável, olhando e cuidando das boas práticas das questões ambientais.

O Município de Campo Verde é um modelo não só para o Estado de Mato Grosso, mas para o Brasil. Fábio e Pedro, sejam bem-vindos e fiquem à vontade,.

Então, vamos à leitura dos avisos, mensagens e ofícios recebidos da CMA.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores por sete dias na Secretária da Comissão.

Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores, membros da Comissão, eles serão arquivados.

Ofício nº 68, de 2014

– Ofício nº 68/2014, da Ouvidoria e Coordenadoria do Serviço de Informação ao Cidadão, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Sr^a Fernanda da Silveira Campos, que encaminha, em anexo, as apreciações do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014, em cumprimento ao art 62, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que institui, na estrutura do MMA, o SFB; e coloca os serviços da Ouvidoria à disposição desta Comissão.

Leitura de Requerimentos

Com o objetivo de dar ciência às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, informo que há sobre a mesa requerimentos apresentados pelos Senadores Vital do Rêgo e Jorge Viana. Os requerimentos serão lidos apenas na presença dos autores e serão pautados para deliberação na próxima reunião da Comissão.

Como não há a presença dos Srs. Senadores, vou retirar os requerimentos, para lê-lo na presença dos mesmos.

Vamos então ao Item nº 01

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36, de 2014 – Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA .

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Roberto Brandão – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
2. Rosa Lemos de Sá – Secretária Geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO;
3. Ana Euler – Diretora Presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá;
4. Vicente Andreu – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA;
5. Adalberto Veríssimo – Pesquisador Sênior do IMAZON;
6. Carlos Rittl – secretário-executivo do Observatório do Clima.

Autoria: Senadora Ana Rita

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº , DE 2014**

Requeiro, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle nº 36, de 2014, de autoria da Senadora Ana Rita, que a Sra. Stela Goldenstein, Diretora-Executiva da Associação Águas Claras do Rio Pinheiros, integre o rol de convidados a participar da audiência pública cujo objetivo será debater os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Esse requerimento, Senadora Ana Rita, diz respeito a mais uma pessoa que está sendo indicada ao Senador Aloysio Nunes a participar dessa audiência pública.

Então, aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada, então, a inclusão de mais essa convidada.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 38, de 2014
– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 368/2013, que dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag;
2. Representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA;
3. Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MDA;
4. Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST;
5. Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC/PGR.

Autoria: Senadora Ana Rita

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento da Senadora Ana Rita.

Antes, então, de passarmos ao item não terminativo da nossa pauta, farei a leitura do meu pronunciamento. Em seguida, voltaremos à nossa pauta.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, chegamos ao fim de um intenso período de trabalho na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Desde o dia em que fui eleito Presidente desta Comissão, em 27 de fevereiro de 2013, trabalhei incansavelmente, junto com cada um das senhoras e dos senhores, para atender a todas as demandas e deliberar sobre todos os projetos que chegavam a esta comissão. E os números do nosso balanço comprovam isso!

Foram 77 reuniões realizadas por esta Comissão, sendo 41 reuniões deliberativas, 28 audiências públicas, quatro reuniões de trabalho.

Apreciamos uma média de 258 matérias, dentre elas, 75 Projetos de Lei do Senado, 18 Projetos de Lei da Câmara, 11 Ofícios de resposta à requerimento de informação, 11 Mensagens, 48 Avisos e 95 Requerimentos.

Foram debatidos nas audiências públicas temas de interesse da população e que buscam esclarecer e solucionar possíveis problemas iminentes na sociedade.

Todas as audiências públicas são de extrema relevância porém algumas tiveram maior destaque, dentre elas:

- A apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas;
- A questão da carne clandestina, em que foram mostradas denúncias no programa Fantástico da TV Globo, sobre as condições dos abatedouros no Brasil;
- O Colóquio internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade: avaliando “O Futuro que queremos”;
- A Avaliação e discussão do Projeto de Lei do Senado nº 649 de 2011, que “Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público”;

- A Discussão do Projeto “Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores-Chaves do Brasil”;
- O Debate sobre os desdobramentos da Lei 12.651 de 2012 – Código Florestal, que completou um ano de vigência;
- O Debate sobre “Meio Ambiente, Cidadania e a União das Américas do Sul” que contou com a participação:
- do Ministro Antonio Herman Benjamin do Superior Tribunal de Justiça;
- do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, Desembargador Márcio Vidal;
- do Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, Desembargador Antônio Rulli Júnior;
- do Professor da Universidade Jesuíta del Salvador (Argentina), Professor Doutor Ramiro Anzit Guerrero;
- do Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Sr. Valério de Oliveira Mazzuoli;
- O esclarecimento dos fatos veiculados na revista Veja de 19 de dezembro de 2012, intitulada “1 bilhão pelo ralo” sobre a compra e venda de refinaria na cidade de Pasadena/Texas, nos Estados Unidos, pela PETROBRAS;
- O debate sobre a opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d’água para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil;
- O debate sobre a exploração do gás natural de xisto, seus efeitos na política energética e na economia do setor, bem como o aspecto ambiental do método de extração por meio do fraturamento de rochas e injeção de águas e produtos químicos;
- A discussão sobre a exploração de minérios no Amazonas;
- A discussão sobre o funcionamento da telefonia celular no país;
- A discussão da exploração de riquezas naturais, como minérios e madeira, em Terras Indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida indígena, a biodiversidade local e a sustentabilidade dos povos nativos;
- A discussão dos efeitos práticos da Lei 12.815 de 2013, conhecida como Lei dos Portos.
- A instrução ao PLC 21/2014, que “Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil”, denominado de “Marco Civil da Internet”.

Senhoras e Senhores,

Posso dizer que encerro o meu trabalho nessa Comissão com a sensação de dever cumprido!

Agradeço a todos que compõem essa Comissão, titulares e suplentes, por nos ajudarem a atingir o quórum necessário para deliberação das matérias, além de contribuir com seus argumentos e críticas nos debates realizados.

Enfim, como acho que esta é a nossa última reunião da Comissão, gostaria de falar um pouco sobre isso que acabei de ler e dizer da importância desta Comissão.

Pelo que li aqui agora, ficou claro que os temas de que tratamos nesta Comissão são importantes, relevantes e que acabaram tendo desdobramentos, a partir do momento em que vieram, do momento em que foram trazidos a esta Comissão. Então, a Comissão cumpriu com seu papel. E estamos felizes por termos conseguido atingir os índices e o programa que aqui fizemos para deliberação nesse período.

Eu gostaria de perguntar às Sras e aos Srs. Senadores se têm alguma coisa a falar neste momento. A tribuna está livre antes de passarmos aos nossos projetos não deliberativos.

Senador Amorim, Vice-Presidente desta Comissão, fique à vontade.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, apenas para reconhecer toda a sua dedicação, todo o seu trabalho e todo o zelo que teve ao longo desses meses, desses dois anos, na condução dos trabalhos desta Comissão. Sou testemunha.

Para mim, foi mais do que uma honra trabalhar ao seu lado, na Vice-Presidência, ajudando nos momentos em que era preciso, realmente, estender a mão. E tenho a consciência tranquila de que foi feito tudo o que poderia ser feito. Foi aqui questionado o que realmente deveria ser questionado.

Esta é uma comissão especial, uma comissão diferente, uma comissão por onde muitos questionamentos passam, como a fiscalização e o controle dos gastos públicos, sobretudo no momento que o País vive uma situação tão difícil, tão preocupante. E foi por aqui, por esta Comissão, que passaram todos esses questionamentos.

Assim, Senador Blairo Maggi, quero, mais uma vez, parabenizá-lo pelo trabalho, pela sua dedicação. Obrigado pelo convívio, por nos ter tolerado ao longo de todos esses meses, e obrigado também pela oportunidade de presidir esta Comissão nos momentos em que V. Ex^a não pôde estar presente ou que se afastou para tratar de temas de interesse pessoal.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Então, passemos ao item 7...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, permita-me, antes de iniciarmos as votações.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com todo prazer, tem a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Desejo me acostar à fala do Senador Eduardo Amorim, dando o meu testemunho, o reconhecimento e também o agradecimento por ter tido a oportunidade de participar desta Comissão presidida por V. Ex^a e, interinamente, pelo Senador Eduardo Amorim, que manteve um ritmo, uma qualificação e um padrão muito grande nos debates em torno de preocupações com temas relevantes para a nossa Nação, especialmente aqui, nesta Comissão, que tem compromissos com vários setores da nossa sociedade.

Aproveito ainda este registro para fazer um agradecimento a V. Ex^a e aos demais Senadores relativamente à permissão para a criação da Subcomissão de Resíduos Sólidos, que teve a oportunidade de trazer à tona o debate, num ano importante, sobre a questão do fechamento dos lixões, bem como tratar do aprofundamento das alternativas tecnológicas para o cumprimento da Polícia Nacional de Resíduos Sólidos; a discussão da logística reversa etc. E foi neste plenário que esses temas foram bastante discutidos.

Lembro que, logo mais, a Senadora Vanessa Grazziotin, na reunião da Subcomissão, apresentará o relatório final, que esperamos aprovar e deixar essa contribuição.

Então, juntamente com o agradecimento, deixo os meus parabéns a V. Ex^a, ao Senador Eduardo Amorim e a todos os membros desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero, pelo seu comentário.

Esperamos conseguir finalizar, também hoje, a questão da Subcomissão, pois nós teremos, depois da apresentação do relatório, fazer uma reunião aqui para acolher esse relatório e finalizar o processo.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senado Blairo Maggi.

Eu queria também expressar o meu contentamento com os trabalhos da Comissão de Meio Ambiente, pelos debates que aqui foram travados em torno de questões de fundamental importância para a sociedade – e foi lembrado aqui pelo Senador –, como a Lei de Resíduos Sólidos, especialmente a importância de os Estados e os Municípios se adequarem a essa legislação.

Então, acredito que esta Comissão tem um papel fundamental no sentido de continuar debatendo esse tema, pois, além de contribuir para a preservação do meio ambiente, a questão do tratamento dos resíduos sólidos contribui para a geração de emprego e renda para a população. Assim, é um tema cujo debate precisamos aprofundar nesta Comissão de Meio Ambiente.

Eu gostaria, Senador Blairo, embora esta seja uma semana praticamente de finalização dos trabalhos, de ponderar que, se ainda houver oportunidade, nesta ou na semana que vem – acredito que mais na semana que vem –, possamos fazer dos requerimentos aqui aprovados pelo menos uma audiência pública para debater os temas aqui propostos.

Desses requerimentos que apresentei, eu gostaria muito que houvesse possibilidade ainda de realizar essa audiência pública considerando que no ano que vem não estarei aqui. Quero deixar a minha contribuição também nos debates aqui propostos pelos requerimentos aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora, peço então à nossa Secretaria que agilize essa audiência pública. Eu gostaria de deixar V. Ex^a, Senadora Ana Rita, absolutamente à vontade para que possa coordenar essa reunião, essa audiência pública, de marcá-la junto à nossa Comissão, e efetivamente estar aqui presente, atendendo ao seu próprio requerimento, uma vez que eu também não tenho certeza de que estarei aqui na semana que vem. Podemos deixar marcado, faremos todo o esforço, e V. Ex^a, então, assumirá a Presidência dessa audiência pública, porque tenho certeza absoluta de que ela vai acontecer.

Vamos, então, ao item nº 7.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, de 2013****- Não terminativo -****Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.****Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Relatoria:** Senadora Ana Rita**Relatório:** Pela aprovação com uma emenda**Observações:***-A matéria constou nas pautas dos dias 04/11/2014, 11/11/2014, 25/11/2014 e 02/12/2014.**-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

Vou fazer a leitura do relatório. Em seguida, a análise.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 556, de 2013, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A proposição concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis e resultou da conversão do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2012, na Sugestão nº 1, de 2013, após a aprovação da CDH.

Nos termos de seu art. 2º, a proposição pretende estabelecer a concessão de incentivos fiscais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, para fomentar o desenvolvimento das seguintes atividades sustentáveis: geração autônoma de energia elétrica por meio de fontes sustentáveis; construção de cisternas para captação e aproveitamento de água pluvial; conservação e recuperação de recursos hídricos; capacitação de pequenos produtores e trabalhadores rurais; e capacitação profissional.

O art. 2º subdivide-se em três parágrafos.

O § 1º do art. 2º determina que as instituições financeiras concederão, em parceria com o poder público, linhas de crédito facilitado para essas atividades. O § 2º prevê que as atividades de capacitação serão implementadas por intermédio de ações educativas, tais como cursos e palestras, voltadas à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. O § 3º estabelece que as atividades previstas no caput do art. 2º serão adequadas conforme as características e necessidades de cada macrorregião brasileira.

Finalmente, o art. 3º do projeto prevê que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da matéria, aponta-se a necessidade de o Estado contribuir para solucionar problemas tais como a oferta deficiente de luz e de água no meio rural, bem como a ocupação e o uso indevido do solo no meio urbano. Nesse sentido, a proposição buscaria tornar viável e acessível a implantação de atividades sustentáveis no País, por meio de incentivos fiscais, econômicos e creditícios.

Não foram apresentadas emendas. Após a deliberação da CMA, o projeto segue à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos para exame de mérito.

Análise:

Nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre a matéria.

O inciso VI do art. 170 da Constituição Federal lista entre os princípios da ordem econômica “a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração”.

O art. 9º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, prevê, como instrumentos dessa política, incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental, bem como instrumentos econômicos.

O projeto é, portanto, do ponto de vista ambiental, meritório e pretende conceder incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis. Nesse sentido, o uso de tributos e de instrumentos econômicos como indutores de práticas sustentáveis caracteriza-se como função regulatória, em que o objetivo não é somente aliviar a carga tributária para o incentivo econômico de determinadas atividades.

Por meio desse mecanismo, o Estado pode induzir indivíduos e empresas à sustentabilidade ambiental. Isenções fiscais podem estimular comportamentos associados, por exemplo, ao uso racional de recursos naturais. Em outro sentido, a sobrecarga tributária poderia ser utilizada para desestimular atividades que degradem o meio ambiente.

A proposição busca incentivar – por meio da concessão de incentivos fiscais, econômicos e creditícios – o desenvolvimento das atividades listadas no art. 2º, tais como a geração autônoma de energia elétrica a partir de fontes menos poluentes, a conservação e a recuperação de recursos hídricos e a capacitação de profissionais que desenvolvam tais atividades.

Contudo, ponderamos que o projeto merece ajustes, já que prevê a concessão de incentivos fiscais por entes federais autônomos distintos da União, o que é vedado pela Constituição Federal, art. 151, inciso III, transcrito a seguir:

Art. 151. É vedado à União:

(...)

III – instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Nesse sentido, propomos uma emenda ao *caput* do art. 2º do PLS nº 556, de 2013, para corrigir tal vício. Quanto à técnica legislativa, incorporamos o termo “creditício” ao mesmo dispositivo, uma vez que o comando da emenda e do art. 1º do PLS tratam do tema.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CMA

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2013:

“Art. 2º A União concederá incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento das seguintes atividades sustentáveis:

.....”

É este o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Em discussão o parecer da Relatora. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, então, o presente relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 desta Comissão.

Vamos ao item 6, que tem como Relator o Senador Cícero Lucena.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as agências que comercializam veículos automotores informarem o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a eventual existência de multas, débitos de impostos, de taxas e de seguro obrigatório, alienação fiduciária ou qualquer registro que impeça a livre circulação do veículo.

Autoria: Deputado Fábio Faria

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação com quatro emendas

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 25/11/2014 e 02/12/2014.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Passo à análise.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de direito do consumidor, a teor do art. 24, inciso V, da Constituição Federal (CF) e do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito de matérias atinentes à defesa do consumidor.

Quanto à espécie normativa utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No que concerne à juridicidade, a proposição afigura-se irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico, uma vez que cria condutas às agências que comercializam veículos; iii) possui o atributo da generalidade, na medida em que as normas do projeto aplicam-se, indistintamente, a todas as agências; iv) afigura-se dotada de potencial coercitividade, pois vincula os fornecedores; e v) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República, nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa, deve ser feito um rearranjo redacional dos três primeiros artigos do projeto e da ementa, a fim de trazer maior inteligência à ordem lógica dos argumentos. Essa correção é exigência do art. 11, inciso III, d, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ainda quanto à técnica legislativa, faz-se necessário ajustar a redação do art. 1º, a fim de que se busque a uniformização do termo veículos automotores empregado na ementa e nos demais dispositivos do projeto, conforme preceitua o art. 11, inciso II, b, da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Registramos que de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, em seu anexo I, motocicletas e automóveis são espécies do gênero veículos automotores, sendo, portanto, preferível à utilização deste último termo.

Recomendamos, também, a substituição do termo agência, trazido na ementa e ao longo da proposição, por empresário, uma vez que o termo empresário se refere a quem exerce empresa, coadunando-se, portanto, com a legislação do consumidor e a legislação empresarial moderna, inclusive já incorporada ao PLS nº 487, de 2013, que trata sobre a reforma do Código Comercial. A substituição afasta eventual dubiedade do conceito de agência com outros institutos, tais como estabelecimento ou contrato de agência, cujos significados não se confundem.

A segunda emenda redacional faz duas modificações de ordem técnica, mas que não comprometem a essência meritória da proposição. A primeira elimina “Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, seguro obrigatório, taxa de licenciamento anual”, uma vez que ao se colocar, expressamente no corpo do dispositivo, os impostos e as taxas legais promoveriam um fechamento da enumeração, impossibilitando que novas taxas legais criadas pelo legislador ulteriormente fossem abarcadas pelo projeto. Ainda, a segunda alteração de ordem técnica é a de que, não obstante as restrições indicadas no projeto serem atreladas ao Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), sistema com cobertura nacional elaborado pelo Serviço Nacional de Processamento de Dados (Serpro), o órgão que efetivamente promove o registro é o Departamento de Trânsito (Detran) de cada Estado, razão pela qual se recomenda a inclusão da expressão “onde o veículo for registrado”, a fim de atender a finalidade do dispositivo.

A última alteração redacional refere-se à reestruturação redacional do art. 3º, na medida em que o dispositivo cria duas obrigações para a agência arcar, caso haja o descumprimento da Lei, quais sejam: pagar o valor correspondente aos tributos, taxas e consectários indevidamente informados e restituir o valor integral pago pelo comprador no caso de veículo ter sido objeto de furto.

No mérito, somos favoráveis ao substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados e pela CCJC, da mesma Casa.

De fato, notamos que há uma significativa assimetria existente entre as informações detidas pelos vendedores e as detidas pelos consumidores.

O mercado de venda e revenda de veículos sempre guardou um papel importante no cenário econômico brasileiro e, nos últimos anos, o incremento de vendas foi sentido com mais concretude, dada a facilidade de acesso ao crédito e as políticas setoriais de estímulo ao consumo no setor automobilístico, especialmente com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Assim, os estímulos creditícios aliados às políticas de incentivo ao consumo no setor automobilístico impulsionaram as vendas de veículos novos e, conseqüentemente, de usados também, na medida em que o consumidor desfaz-se do seu bem antigo quando compra um novo.

Portanto, uma grande parcela da população foi alçada à condição de consumidor e, como tal, merece a proteção conferida pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

O CDC traz, além do art. 52, outros dispositivos que cuidam dos deveres de informação e transparência, como o art. 6º, inciso III, e o art. 31, os quais aduzem que a informação deverá ser clara e adequada, com as devidas especificações e riscos para o consumidor.

A necessidade de se fazer cumprir os requisitos da informação é evitar que o consumidor seja induzido ao erro ou tome decisões sem a certeza do que está prestes a contratar.

Ademais, é imperioso registrar que o art. 4º, inciso I, do CDC protege o consumidor, parte hipossuficiente e mais vulnerável da relação, que ante um contrato de compra e venda de veículo, não resta alternativa senão aceitar as cláusulas já predeterminadas pelos fornecedores (concessionárias e revendedoras) em contrato de adesão.

Contudo, as regras do CDC, isoladamente consideradas, não são suficientes para os casos tratados na presente proposição. É necessário aprimorar a proteção e o dever de informação ao consumidor.

Como se vê, a proposição é oportuna e acolhe princípios no CDC, estabelecendo regras de conduta às agências que operam na comercialização de veículos automotores a fim de que se proteja o consumidor.

Voto.

Diante de todo o exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2014, e, no mérito, pela aprovação da proposição com emendas de redação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Está em discussão, então, o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Meio Ambiente.

Também é de relatoria do Senador Cícero Lucena o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre incentivos para fomentar a reutilização de recursos hídricos no âmbito da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação com três emendas

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 05/08/2014, 28/10/2014, 04/11/2014, 11/11/2014, 25/11/2014 e 02/12/2014.

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Vou direto à análise, Sr. Presidente.

É importante, pois na subcomissão, uma das coisas que mais se discutiu foi a redução dos impostos de produtos reutilizados e, conseqüentemente, não se pode arcar com a duplicidades dos tributos.

Passo à leitura da análise.

Conforme art. 102-A, inciso II, letras “a” e “d” do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e à conservação e gerenciamento do uso dos recursos hídricos.

Sob os aspectos competentes à CMA, a proposição é meritória. Toma como fundamento a Resolução nº 54, de 28 de novembro de 2005, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água. De fato, o PLS pretende alçar ao nível legal conceitos estabelecidos nessa norma, a exemplo das definições de água residuária, reúso de água, água de reúso, produtor e distribuidor de água de reúso.

O projeto adota ainda, em sua justificação, a motivação exposta na Resolução do CNRH, fundamentada em tratativas multilaterais sobre conservação de água.

Nesse sentido, adota a diretriz da Organização das Nações Unidas (ONU) de que, a não ser que haja grande disponibilidade, nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior. Além disso, incorpora princípios da Agenda 21 sobre racionalização e conservação de recursos hídricos, por meio do reúso de água.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, toma como um de seus fundamentos que a água é um recurso natural limitado e dotado de valor econômico (art. 1º, inciso II) e inclui entre seus objetivos o uso racional da água (art. 2º, inciso II). O projeto harmoniza-se com essa política e considera a importância do reúso desse recurso, diante da escassez observada em certas regiões e do elevado custo associado ao tratamento de água.

A proposição tem, portanto, o mérito de promover a racionalidade no uso da água tratada, que não deve ser desperdiçada em funções menos nobres tais como em área urbana, conforme definição na norma do CNRH; irrigação paisagística, lavagem de logradouros públicos e veículos, desobstrução de tubulações e combate a incêndios.

O uso de medidas fiscais como indutor de práticas econômicas caracteriza-se como função extrafiscal ou regulatória, em que o objetivo não é somente arrecadar recursos financeiros. Por meio da extrafiscalidade, o Estado pode induzir indivíduos e empresas à sustentabilidade ambiental.

Em síntese, isenções fiscais, como as propostas pelo PLS nº 12, de 2014, podem de fato estimular o reúso de água.

A proposição, portanto, pretende adotar tais incentivos com fundamento em diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – órgão competente para promover a articulação do planejamento da gestão da água no Brasil. Propomos, entretanto, emenda redacional, para que a grafia do termo “reúso” conforme a norma culta seja adotada em todo o texto do projeto e emendas que estimulem o reúso da água para produção, distribuição e autoconsumo.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2014, com emendas. Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa, então, a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 desta Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos por um Senador ou uma Senadora para dar quórum aos itens deliberativos. Gostaria de pedir a V. Ex^{as} que permanecessem na Comissão. Eu vou ler três requerimentos aqui colocados...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Sr. Presidente, aproveitando, então, pediria a V. Ex^a a possibilidade da inclusão extrapauta de dois projetos: o PLS nº 148, de 2011, que trata, entre outras coisas, da logística reversa do medicamento; bem como do PLC nº 114, de 2010, que também tem a ver com a questão do resíduo sólido, que institui a obrigação da campanha educativa para a Política de Resíduos Sólidos.

Então, minha solicitação a V. Ex^a é sobre a possibilidade de inclusão desses dois projetos extrapauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Enquanto temos essa pendência do quórum, solicito – parece-me que já há uma compreensão de V. Ex^a – que eu possa fazer a leitura dos requerimentos que apresentei, já que eles só podem ser lidos na presença do autor.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeitamente, Senador Jorge.

Antes de lhe conceder a palavra para ler os requerimentos, aceitaremos e colocaremos extrapauta... Só gostaria da compreensão do Senador Cícero pois, no momento em que atingirmos o quórum, quero partir para a votação dos terminativos. Aí, na sequência, ou antes, se não tivermos o quórum, V. Ex^a poderá ler os seus dois relatórios.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, atendendo à determinação de V. Ex^a, passo à leitura de requerimentos apresentados a esta Comissão.

ITEM 19**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 40, de 2014
– Não terminativo –**

Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, em conjunto com a Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, para debater sobre o tema “Florestas Plantadas” e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ.

Para tanto, solicita-se que sejam convidadas as seguintes autoridades:

– Presidente do Conselho Consultivo da IBÁ – Sr. Carlos A. Lira Aguiar e Presidente Executiva da IBÁ – Elizabeth de Carvalhaes.

Autoria: Senador Jorge Viana

ITEM 22**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 43, de 2014
– Não terminativo –**

Requer – nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal – seja realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública para discutir a prestação dos serviços de transporte aéreo na Região Amazônica: a baixa oferta de voos e os elevados valores cobrados pelas companhias aéreas.

Para debater o tema, solicita-se que sejam convidados os Presidentes das três maiores companhias aéreas: senhor Paulo Sérgio Kakinoff (Gol); senhora Claudia Sender (TAM); senhor Antonoaldo Neves (Azul).

Autoria: Senador Jorge Viana

Esse é um tema com que o Senador Amorim e eu já temos lidado há muito tempo e a situação só se agravou. Os serviços seguem aumentando de custo e a qualidade caindo. Agora, num ponto em que não se pode mais ver cumprido, na Amazônia, o art. 5º da Constituição, que é o direito de ir e vir. Por exemplo, não tem como chegar ao Acre ou sair do Acre até passada a festa de Natal.

Essa é uma situação gravíssima. Eu, como Senador, tenho sido impedido de ir ao Estado por não haver vagas nos voos e por conta do custo da passagem aérea. Uma ida e volta a Rio Branco, quando havia, era mais de R\$5 mil, chegando a R\$6 mil. Daí a justificativa de mais esse... Aqui é a Comissão de Defesa do Consumidor, e nós não podemos aceitar que não haja uma maior oferta de voos e os custos possam ser adequados ao mercado. Daí esse requerimento.

Também apresentei outro requerimento, que passo a ler:

ITEM 21**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 42, de 2014
– Não terminativo –**

Requer – nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal – seja realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública para discutir a composição do financiamento das tarifas no transporte público coletivo.

Para debater o tema, solicito sejam convidados os líderes oportunamente definidos de movimentos populares, de entidades da sociedade civil diretamente interessados no assunto, como Passe Livre e outros.

São dois requerimentos para debateremos esse assunto e entrar na nossa programação, fazer uma audiência pública com representantes da sociedade civil e, depois, fazermos uma outra com representantes das áreas técnicas que operam no setor, para que possamos aprofundar o debate, tanto de um lado, como de outro.

O outro requerimento diz respeito exatamente ao mesmo tema, mas mudam os convidados. Apresento a esta Comissão para debater também a a composição do financiamento das tarifas dos transportes públicos coletivos. Para debater esse tema, eu irei apresentar as sugestões para os convidados técnicos e especialistas no assunto, conforme apresentei em requerimento convidando pessoas da sociedade civil e outro trazendo

especialistas e técnicos desse assunto. Entendo que essa é uma matéria recorrente, uma situação gravíssima por que todas as prefeituras vão passar agora, sobre a composição dos custos das tarifas públicos.

Já tivemos exemplos em junho de 2013 e nenhuma política do ponto de vista do Estado brasileiro foi adotada e nós não temos saída. A composição de custo das tarifas dos transportes públicos coletivos em todas as cidades do mundo não é bancada pelo usuário. No Brasil, praticamente em todas as cidades, ela bancada exclusivamente pelo usuário. Ou seja, quem menos pode é que paga os custos. Aí fica um serviço caro, com qualidade baixa e cada vez uma população menor fazendo uso de um serviço que é tão essencial, e todos buscando uma solução de cada um no seu carro para encontrar a melhor maneira de cumprir suas obrigações de ir e vir do trabalho.

Penso que esse é um debate que nós podemos fazer com a tranquilidade que o momento possibilita sem a pressão que tivemos em 2013. Mas acho que o problema só se agravou e nada foi feito ainda. E é muito importante que o Senado Federal, a Casa da federação, possa realizar esse debate. E o endereço no Senado para esse debate penso ser esta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor. Daí a apresentação desses requerimentos, Sr. Presidente, por entender que são pertinentes às atribuições desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Jorge Viana, como de praxe, os requerimentos foram lidos nesta reunião. faremos a votação desses requerimentos na próxima reunião desta Comissão

Passo a palavra ao Senador Cícero Lucena para que leia seu relatório, colocado como item extrapauta.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação com as emendas aprovadas na CCJ

Senador Cícero, como Presidente da Comissão, fiquei distribuindo os projetos aos colegas. Todos aqueles que chegaram em relação a esse tema encaminhei a V. Ex^a, já que é o Presidente da nossa Subcomissão de Resíduos Sólidos.

Então, com a palavra o Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Presidente, agradeço inclusive essa oportunidade que o senhor me deu não só nesse, mas em vários outros, ao ser Presidente também, o que nos permitiu aprofundar a questão sobre um tema tão importante.

Ao chegar esse projeto às minhas mãos, lembrei-me, Presidente – permita-me contar uma história rápida aqui –, de uma visita que fiz à Suíça em 1989. Na companhia de um amigo, ele pegou uma carteira de cigarros, tirou o último cigarro, olhou, não achou a lixeira e jogou no chão. Um suíço, então, pegou aquela caixa *box* de cigarro e devolveu a ele dizendo: “O senhor deixou cair.” Educadamente, o suíço disse. Esse meu amigo brasileiro disse: “Não, mas é porque não quero mais.” Ele disse: “Mas nós também não queremos.” É uma questão de educação, de consciência. Então, fiquei muito feliz em ser relator desse projeto.

Vou ao relatório, então, Sr. Presidente:

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 114, de 2013, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.

O art. 2º do PLC propõe alteração do art. 16 da PNRS para incluir as campanhas educativas como parte das medidas de gestão de resíduos sólidos passíveis de destinação de recursos da União aos Estados que elaborarem seus respectivos planos de resíduos sólidos.

O mesmo art. 2º pretende alterar o §3º do art. 16 da Lei nº 12.305, de 2010, para incluir, entre as atividades das microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º do mesmo dispositivo, a realização de campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos.

O art. 3º da proposição inclui as campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos como conteúdo mínimo dos planos estaduais de resíduos sólidos, alterando o art. 17, inciso IV, da PNRS. Ainda, mo-

difica o §3º do art. 17 da Lei nº 12.305, de 2010, para estabelecer que as campanhas educativas relacionadas à gestão dos resíduos sólidos integrem o plano microrregional de resíduos sólidos, previsto no §1º do art. 17 da referida lei.

O art. 4º do PLC propõe alteração do art. 18 da PNRS, que condiciona a elaboração do plano municipal de resíduos sólidos para que Distrito Federal e Municípios tenham acesso a recursos da União. A alteração inclui as campanhas educativas – relacionadas à limpeza urbana e ao manejo de resíduos – como passíveis de recebimento desses recursos.

Além disso, o art. 4º da matéria altera o inciso II do §1º do art. 8. Pela proposição, o acesso a recursos da União referidos no *caput* será priorizado aos Municípios que promoverem a divulgação de campanhas educativas relacionadas à gestão de resíduos sólidos.

O art. 5º do PLC modifica o inciso X do art. 19 da PNRS para exigir a realização de campanhas educativas como conteúdo mínimo dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. Por fim, seu art. 6º estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar a matéria, seu autor alega que, por desconhecimento de princípios elementares de manejo de resíduos sólidos, muitas pessoas promovem a contaminação do solo, do lençol freático, do ar e de alimentos, comprometendo, em suma, sua própria saúde. Nesse sentido, a realização de campanhas educativas teria o condão de incentivar proativamente a correta gestão desses resíduos e, assim, melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A proposição foi distribuída para o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual recebeu duas emendas de redação, e desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Conforme o art. 102-A, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição.

A apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição foi realizada pela CCJ, nos termos do art. 101, inciso I, do RISF.

A inovação do PLC nº 114, de 2013, conforme se evidenciou acima, assenta na inserção das campanhas educativas como atividade prioritária e definidora do recebimento de recursos da União pelos demais entes federados, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, bem como na inclusão dessa atividade no rol de conteúdos mínimos de planos estaduais, microrregionais e municipais de resíduos sólidos.

A virtude da proposição em análise é de evidência cristalina.

Ao destacar a importância de campanhas educativas, o projeto materializa a articulação entre a PNRS e a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

A despeito do mérito da PNRS, forçoso é reconhecer que seus avanços ainda são tímidos e os desafios, principalmente aos gestores, restam inúmeros.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2014, persistem no Brasil 2.507 lixões. Ao todo, 3.344 dos 5.570 Municípios, o que corresponde a 60%, ainda dispõem de seus resíduos sólidos sem qualquer tratamento, o que compromete a salubridade humana e ambiental de numerosa população.

Parte da solução dessa crise depende de instrumentos econômicos e de comando e controle, mas outra fração advém de instrumentos voluntários, capazes de persuadir a mudanças comportamentais. Entre estes, destacam-se campanhas educativas, poderosas aliadas que, neste caso, conjugam a força da publicidade com o mérito do conteúdo que se quer ver assimilado em ações.

Veiculando conteúdo de forte apelo ético, como o correto gerenciamento dos resíduos sólidos, tais campanhas são capazes de despertar reflexões numa lógica contextualizada e interdisciplinar. Contribuem, assim, para que indivíduos e coletividade construam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, conforme dispõe o art. 1º, da PNEA.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos visa, em última instância, a uma verdadeira mudança cultural, que só advirá do investimento maciço e continuado em educação e conscientização.

Reside aí o mérito do PLC nº 114, de 2013, pois o conceito de campanhas educativas pressupõe ações estratégicas e contínuas para a construção, o reforço e a assimilação definitiva de um novo comportamento social.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 114, de 2013, com as emendas de redação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero.

O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não tendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

Ainda temos um não terminativo.

Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Já que estamos com quórum para deliberar os terminativos, eu peço a V. Exª que faça uma inversão de pauta para irmos ao item 11.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Flexa, nós não temos quórum ainda.

Eu estou ansioso aqui pelo quórum. Inclusive, estava falando para o Líder do Governo... Porque nós tínhamos quórum...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Estou sendo informado de que tem quórum.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos à conferência. Raimundo, confere para mim o quórum.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um adendo ao item 1, embora já tenha sido aprovado. Foi o primeiro item da pauta de hoje e é um requerimento de minha autoria, mas eu me dei conta de que, entre os candidatos para audiência pública, nós não incluímos os principais interessados, que são os catadores de material reciclado. Então, gostaria de sugerir que fosse incluído entre os convidados o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está bem. Aceita a sua sugestão.

Eu gostaria de dizer o seguinte, temos quórum ou não? O Senador Humberto Costa está em obstrução.

Eu gostaria de dizer que nós tínhamos quórum e eu estou pendente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

Eu só gostaria de saber o que o Senador Humberto está obstruindo?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu vou por aí. Só para concluir.

Eu tenho uma pauta de terminativos trancada há algum tempo. Hoje nós tínhamos quórum e para minha surpresa o Senador Jorge se retirou para derrubar o quórum. O nosso Líder também não vai assinar para não dar o quórum. Então, o que eu disse aqui para o Líder é que se o Governo não quer que se vote determinado item, eu não coloco na pauta até que nós tenhamos um entendimento para trazer à pauta. O problema é que me derrubam toda a pauta. Praticamente é a última reunião que nós temos e eu fico prejudicado na Comissão. É só isso.

É legítimo, é democrático, não há problema nenhum, só que dá para conversar também sobre as coisas, dá para encaminhar as coisas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. *Fora do microfone.*) – Mas é lamentável. É lamentável. É legítimo, é democrático, mas é lamentável. Isso mesmo. Já que não tem quórum...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – V. Exª deu uma solução salomônica e o Senador Humberto Costa poderia dizer qual o item que está obstruindo. Eu espero que não seja de interesse nosso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos ver se não são esses os de interesse de V. Exª. É o item nº 11, o item nº 14, o nº 15 e o nº 16, que são de interesse de V. Exª ou não...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Então, ele está obstruindo a pauta toda.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está obstruída a pauta toda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Então, é importante que a gente consiga, aqui, o quórum sem o PT. O PT não quer que o Brasil ande, ou melhor, quer que ande para trás, como tem conseguido ao longo desses 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu tenho, antes de verificarmos o quórum novamente, o Item nº 5, não terminativo, e eu vou pedir para o Senador Amorim que seja o Relator *ad hoc*, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2013

– Não terminativo –

Cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia.

Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

– Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.

Com a palavra, então, o Relator, Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, vou direto à análise, já que é do conhecimento de todos, porque foi distribuído previamente o relatório. Para ganharmos mais tempo, vou direto à análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

Cabe observar que a apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto compete à CRA, por ser a Comissão à qual incumbe a decisão terminativa. No entanto, torna-se necessário analisar alguns desses aspectos no presente relatório, pois observamos dispositivos com visível inconstitucionalidade.

Com relação ao mérito, a proposição promove a conservação da diversidade biológica ao valorizar o cacau produzido em sistemas agroflorestais, tanto na Mata Atlântica, quanto na Floresta Amazônica.

Entretanto, o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º do projeto – que estabelecem que o órgão ambiental federal realizará a certificação, poderá credenciar instituições para avaliar os empreendimentos que pleitearem os Selos Verdes Cacau Cabruca ou Cacau Amazônia, cobrará preço público ou tarifa e renovará e cassará os selos – invade competência privativa do Presidente da República, conforme a alínea a do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal de 1988.

Ainda quanto ao mérito, cabe também enfatizar que, sendo o Brasil um País de dimensões continentais, a fiscalização apresenta extrema dificuldade. Atribuir a atividade de certificação aos órgãos ambientais federais, conforme previsto nos arts. 3º, 4º e 5º da proposição, sobrecarregaria essas unidades, comprometendo a eficácia de sua atuação.

No que respeita ao prazo de validade dos selos, estabelecido pelo art. 4º, é preferível que tal matéria fique para o regulamento, a exemplo do que dispõe o art. 7º do projeto em relação aos critérios técnicos para a certificação e obtenção dos selos.

Desse modo, concluímos, pelas razões acima, que é necessário suprimir da proposição os referidos arts. 3º, 4º e 5º do projeto.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o Relator votou pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2013, com a seguinte emenda:

Emenda da CMA

Suprimam-se os arts. 3º, 4º e 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2013, renumerando-se os subsequentes.

Esses são a análise do projeto e o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Amorim.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero, aqui, destacar a importância desse projeto.

É um projeto altamente meritório...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, é para discutir o projeto. Ele está em votação, então...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero dar o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – ... está em discussão o projeto. A relatoria é do Senador Amorim.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É um projeto importante e meritório.

Parabenizo a Senadora Vanessa, parabenizo, também o Senador Relator da matéria.

No entanto, Sr. Presidente, embora o Ministério do Meio Ambiente não tenha se manifestado formalmente, eu recebi a informação de que tem muito interesse no projeto, mas quer aperfeiçoar, quer qualificar.

Portanto, eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora Ana Rita, a senhora tem todo o direito de fazer isso, mas o projeto não é terminativo, ele ainda irá a outras Comissões.

Eu pergunto a V. Exª se não pode fazer essa discussão em outra Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu acho que eu só terei tempo nesta Comissão, Sr. Presidente, e como esta é a Comissão de mérito, eu acho que é importante. O Ministério do Meio Ambiente está se manifestando favoravelmente, mas quer dar uma melhorada no projeto, então, eu peço vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vista coletiva. Então, deve voltar na próxima reunião da semana que vem, com um novo parecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O item 4, Presidente, da minha relatoria, havia sido solicitada vista...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador, desse item nº 4 foi pedida vista na reunião anterior pelo Senador Acir Gurgacz. E o Senador não apresentou a versão dele hoje por estar adoentado, tanto que ele foi ao médico. Então, ele pediu para nós não o votarmos. E, de fato, ainda não temos os cinco dias úteis, que seria a obrigação de apresentar no dia de hoje. Portanto, ficará para a próxima reunião, terça-feira, a deliberação do item nº 4, com a compreensão de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente, Presidente. Mas, com a devida vênia, eu queria só que V. Exª checasse se nós não temos os cinco dias. Porque foi solicitado na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Perfeito. Segundo a informação aqui dos nossos universitários, o quinto dia é hoje. Como conta junto, então ele estaria dentro do prazo ainda; ele tem prazo no quinto dia, hoje ainda, inclusive. E aprendi com o Senador do Rio de Janeiro, o nosso Senador mais idoso, Dornelles, quando cheguei aqui e perguntei a ele: “Senador Dornelles, o senhor entende de tudo isso, do Regimento etc. e tal? Ele falou: “Não, Blairo; eu não entendo. Quando eu preciso, eu peço para alguém”. Então, eu também não entendo, peço para os universitários aqui quando preciso.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Nós não temos quórum para deliberar, infelizmente, mas eu gostaria de esperar um pouco mais. Assim, deixo aberta, então, a palavra neste momento.

Se algum dos Senadores quiser fazer algum pronunciamento direcionado a seus Estados ou qualquer assunto, fique à vontade. Se não houver, vou encerrar esta reunião.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

E peço aos demais Senadores que estão na Casa e que fazem parte desta Comissão que venham à Comissão, para nós deliberarmos, limparmos a nossa pauta. Como eu disse antes, sinto-me chateado porque há aqui a assessoria do governo, nós fizemos a pauta com uma semana de antecedência; a pauta é de conhecimento de todos e não dizem se querem ou não querem, para depois obstruírem esta Comissão. Não gosto disso; não estou de acordo.

Quando assumi esta Comissão há dois anos, disse que pautaria todos os itens que aqui chegassem. Assim o fiz, procedi dessa maneira, mas também não sou nenhuma pessoa que não queira discutir. É só chegar e dizer que temos que buscar o entendimento, vamos fazer mais para cá ou para lá; não há problema nenhum. Acho que todos aqui têm essa vontade de fazer a discussão e de ceder ou não ceder, dependendo de suas convicções.

Infelizmente, hoje, a nossa pauta é enorme, com vários itens não terminativos, e eu gostaria muito de fazer com que essa pauta andasse. Fiquei impedido, então, por uma manobra regimental. Mas temos ainda terça-feira que vem para fazer isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Minha avó me ensinou que a coisa que a gente menos pode ser é chato. Eu vou me permitir ser chato com V. Exª e com a assessoria da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu vou dizer para V. Exª fazer com a assessoria, Senador. *(Risos.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

Mas é que diz o art. 132, §1º, do Regimento Interno, que “o pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator [...]”.

Eu me permito insistir com a assessoria, pois me parece que estamos com o prazo de cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador, permita-me.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – São cinco dias úteis e o quinto dia é hoje, que estaria incluído. Essa é a discussão. Eu vou pedir ajuda aos colegas que entendem do Regimento para me ajudarem nessa definição. Por mim, não há problema algum de não votar. Como há um pedido do Senador Acir, por isso que se está nessa discussão aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente. Inclusive, eu acatei, com o devido respeito, o pedido do Senador Acir. Só insisto, Presidente Blairo, pela necessidade desta matéria, que é um reclame do que foram as manifestações de junho, e eu vejo que, após as manifestações de junho, nós que estamos aqui no Distrito Federal... Ainda ontem, a população do Distrito Federal padeceu de uma terrível greve de ônibus, e uma das principais razões dessa greve de ônibus foi a ausência de transparência nas tarifas de transporte coletivo. E vejo que, de junho de 2013 para cá, até algumas empresas de transporte coletivo, por iniciativa própria, começaram a dar transparência a suas tarifas.

Então eu vejo, Senador Blairo, que é uma urgência do País nós aprovarmos uma matéria dessa natureza. É por isso que eu acredito que, se nós não conseguirmos fechar este ano de 2014 com a aprovação dessa matéria – e o senhor mesmo, agora, dialogando com o Senador Humberto, dizia que nós estamos concluindo o ano –, se nós não aprovarmos agora, na CMA, essa matéria, ela não vai a plenário. E se nós tivermos emenda, voltará à Câmara.

Acho que seria um grande tento para o Senado Federal nós aprovarmos essa matéria – inclusive quando aqui, no Distrito Federal, houve uma das maiores greves de transporte coletivo da sua história – e darmos essa resposta ao País, aprovando uma matéria que dá transparência às tarifas de transporte coletivo. Eu considero essa uma das urgências do País neste momento.

É por isso que, com o devido respeito que tenho por V. Exª e pelo reconhecimento de sua direção nesta Comissão, realço tanto a urgência da necessidade de aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Randolfe, eu estou atendendo aqui a um pleito do Senador Acir, como disse, que é favorável a esse seu pedido. Segundo ele, na reunião, quando pediu vista, gostaria de ampliar essa transparência. Mas eu penso que ele poderá fazer isso numa emenda de plenário. Não há problema.

Então, vou aqui colocar a matéria sob apreciação.

Passo ao item nº 4, Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013, não terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Autoria: Deputado Ivan Valente

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-Matéria apreciada pela CCJ e pela CI, com pareceres pela aprovação do projeto.

-O relatório foi lido na reunião de 02/12/2014, sendo concedida vista do projeto ao Senador Acir Gurgacz.

Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues para dar seu parecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização o Projeto Lei da Câmara nº 50, de autoria do Deputado Ivan Valente.

O projeto visa a alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para submeter à publicidade os processos de reajuste e revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

No decurso da justificção, o autor, quanto à Lei nº 12.587, de 2012, esclarece que, muito apropriadamente, esse novo diploma legal fixou, em seu art. 8º, que a política tarifária do serviço de transporte público coletivo deve se pautar, dentre outras diretrizes, pela transparência da estrutura tarifária e pela publicidade do processo de revisão das tarifas.

Nesse aspecto, esclarece que no art. 9º da Lei nº 12.587, de 2012, e nos seus vários parágrafos encontramos apenas uma menção à publicidade de ato que se ocupe de aumento tarifário, qual seja, a revisão extraordinária da tarifa. Sendo assim, não há nenhuma determinação explícita para que se dê conhecimento ao público dos elementos de que se vale a administração para analisar a matéria nas hipóteses de reajuste ao de revisão ordinária da tarifa. No entendimento do autor, essa lacuna é uma ameaça ao pleno exercício do direito, garantido aos usuários do serviço público de transporte coletivo, de saber dos fundamentos sobre os quais se dá a elevação tarifária.

Nos termos do art. 102-A do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar em assuntos atinentes à defesa do consumidor.

A proposição em análise reforça o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos, tornando mais transparente o processo de revisão tarifária e abrindo ao conhecimento público os itens de custos formadores da tarifa. Assim, a sociedade poderá discutir em melhores bases as implicações tarifárias das melhorias nos níveis de serviço almejadas pelos usuários e do atendimento de demandas das categorias profissionais que trabalham nos sistemas de transporte coletivo.

Essa transparência poderá ainda enriquecer o debate social acerca das demandas por subsídios de diversas categorias da sociedade, de maneira que se poderá equalizar de maneira mais justa, ou pelo menos mais transparente, os custos e benefícios dos sistemas de transporte.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013.

Esse é o voto, Sr. Presidente, agradecendo o encaminhamento de V. Exª, tendo certeza de que esse projeto atenderá a um clamor que vem desde as manifestação de junho e a algumas iniciativas dos usuários e das próprias empresas de transporte coletivo, para que se tenha transparência na aplicação das tarifas de transporte coletivo, o que é melhor para empresários, o que é melhor para usuários, o que é melhor para o sistema de transporte coletivo do País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues. Então, vou encaminhar a discussão do projeto.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Essa questão que nós estamos discutindo agora – e estou a favor do Senador Randolfe Rodrigues, nosso Relator – eu vivi na pele, no Estado de Rondônia, quando, na época, era governador e tentei, Senador Randolfe, fazer a licitação das linhas para que houvesse concorrência.

Entendo que o transporte coletivo funciona como um supermercado quando há concorrência na cidade para se comprar um litro de óleo, um quilo de açúcar; enfim, não é diferente em uma casa veterinária ou nos demais comércios.

No caso do nosso Estado de Rondônia, infelizmente, o monopólio está se perpetuando. A exemplo disso, no domingo à noite, de Rolim de Moura a Porto Velho, eu paguei uma passagem para o meu neto e o seu acompanhante no valor de R\$108,00, quando a passagem de Porto Velho a Comodoro ou a Ponta de Lacerda, no seu Estado, Senador Blairo Maggi, custa 60% desse valor.

Portanto, o que nós vemos hoje é que o que está embutido no preço das passagens é um absurdo. Então, o monopólio, infelizmente, tem favorecido algumas empresas.

Aqui, há pouco tempo, infelizmente, esta Casa, este Senado homologou uma medida provisória, não me recordo o número, que ampliava, por mais cinco anos, o prazo das concessões provisórias dessas empresas em nível nacional. Isso é vergonhoso! E eu acho que é vergonhoso porque, na verdade, nós teríamos que ter uma concorrência com menor preço para os usuários.

No meu Estado, Rondônia, vocês que estão me assistindo, usuários, estão pagando a conta. Todo mundo está pagando a conta! Façam um teste: embarquem em Porto Velho, vão até Vilhena e vejam quanto vão pagar pela passagem – um pouco mais de R\$100,00. Agora, embarque em Porto Velho com destino a Comodoro, no Mato Grosso, andando 120km a mais. Vocês verão que vão pagar em torno de R\$60,00 a R\$70,00 pela mesma passagem.

Portanto, da maneira como vimos hoje, infelizmente, o que está dentro da planilha de custo não condiz com a verdade. Um trajeto interestadual custa 60% de um trajeto dentro do meu Estado. Um trajeto dentro do Estado – por exemplo, de Porto Velho a Cacoal, de Porto Velho a Ji-Paraná, de Porto Velho a Pimenta Bueno, de Porto Velho a Cerejeira – custa 50% mais caro do que aquele para quem vai a Cárceres, a cerca de 1000km de distância.

Então, o que temos assistido, em nível nacional, infelizmente, é degradante!

Como defensor do povo do Estado de Rondônia, disse isso da tribuna do plenário do Senado, porque era Relator dessa medida provisória, Senador Randolfe, mas, repito, infelizmente, as Lideranças desta Casa passaram por cima de mim, me tratoraram naquele dia, sem sequer me consultar se eu aceitava, como Relator, incluir, e colocaram extra no plenário. E o único voto contrário foi o meu, conforme está registrado nos anais daquele dia.

Então, vocês, que estão me assistindo pelo Brasil afora, saibam que ficou prorrogada por mais cinco anos essa farra nacional, autorizada por esta Casa, por este Senado, para que essas empresas continuem a ter o monopólio nos quatro cantos do País, dividindo em cada Estado o que cada empresa faz. E quem paga a conta? Vocês, consumidores. Por isso, sou contra.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, eu não compactuo com o modo como são conduzidos os trabalhos pela Liderança do Governo nesta Comissão. Quando nós temos vários projetos terminativos para votar, chegam aqui para obstruir a pauta, como se nós, Senadores, não tivéssemos nada para fazer. Assim, muitas vezes eu me sinto impotente, sem poder produzir. E V, Ex^a, Presidente, também se sente nessa situação, porque nós temos tantos projetos para votar.

Se as Lideranças da Casa querem aprovar algum projeto ou não, que seja discutido antes, mas o que nós não podemos é atrapalhar a pauta inteira desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Aqui, o que é de interesse do governo passa; o que não tem interesse do governo não passa.

Então, não custa a própria Liderança do Governo, como disse aqui ao Líder, que, pelo menos, nós nos sentássemos para produzir muito mais e, assim, dar um retorno à sociedade.

Infelizmente, na hora de sermos jogados na vala, somos generalizados, como se aqui ninguém trabalhasse, como se ninguém fizesse nada.

A gente chega cedo, fica sentado à mesa aqui e, infelizmente...

A gente chega cedo, fica sentado à mesa aqui, e, infelizmente, ficam alguns boicotando porque é mais fácil vir aqui pedir para retirar o projeto em que tem interesse do que qualquer outra coisa. O que há, gente, é projeto de interesse. É um que segura, diz que não vem porque tem dor de barriga, que está se tratando, que está fazendo isso e aquilo, e a insistência. O Randolfe está colocando esse projeto em pauta, porque outro quer que segure também, não quer que bote em pauta. Então, esse projeto de autoria do Senador Randolfe é importante para dar transparência, para que o nosso consumidor possa ter o direito de saber o que está pagando. Infelizmente, hoje, esse monopólio está prejudicando o consumidor brasileiro, o povo de baixa renda.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Continua em discussão o projeto. Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero parabenizá-lo por sua decisão de não adiar um projeto com esse. Em segundo lugar, parabenizo a persistência do colega Senador Randolfe em colocar na pauta um projeto tão importante, que tem tudo a ver com a Comissão e com o dia de hoje, Dia Internacional do Combate à Corrupção. A transparência, com toda certeza, falando em uma linguagem médica, é o melhor remédio para se combater a corrupção, seja lá em que setor for.

A Lei da Transparência existe em países como a Suécia desde 1776. Ela, para nós, ainda é algo novo, mas alguns ainda persistem e resistem em não querer transparência sobretudo com a coisa pública. Então, está de parabéns o Senador Randolfe pelo seu relatório. Digo “sim” a esse projeto. Acho-o fundamental, não há nada a temer, não devemos ter nada a temer. Acho que a Lei da Transparência só faz fortalecer a democracia e colocar cada vez mais a consciência do cidadão brasileiro acerca do que ele paga, do que gasta, até para valorizar realmente cada ação e cada ato público.

Acho que falta de transparência é irmã siamesa da corrupção. Então, está de parabéns, digo “sim” a esse projeto. Parabenizo, mais uma vez, o Relator, Senador Randolfe Rodrigues, por insistir em pautar esse projeto, e a atitude equilibrada do nosso Presidente em não adiar essa apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Amorim.

Não havendo mais quem quera discutir, vamos à votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, encaminho a recomendação de urgência desta Comissão para o debate em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Será feito, será encaminhado.

Em votação o requerimento de urgência.

As Srs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Vou suspender esta reunião...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço, Presidente, a V. Exª pelo ao atendimento e aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

Vou suspender esta reunião por alguns minutos para que o Senador Cícero Lucena...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – ... possa abrir a reunião da Subcomissão, reler o seu relatório final e, depois, na sequência, reabriremos a nossa reunião, quando faremos a incorporação desse relatório já dentro da Comissão de Meio Ambiente.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol... Posso suspender e conceder a palavra depois, Senador?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Pode ser depois. Vocês vão ficar aguardando a formação do quórum aqui?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não, não; já está feito o quórum.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Então, está bem, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu lhe dou a palavra no final, então.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Seu pedido é uma ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

Então, está suspensa a reunião da CMA. Vou reabri-la daqui a alguns instantes.

(Suspensa às 10 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 29 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Está reaberta a reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Retomamos, de imediato, então, a reunião da CMA, colocando em pauta o relatório final da Subcomissão de Resíduos Sólidos, apresentado pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Como o relatório é extenso e acabou de ser lido pela Senadora Vanessa, a fim de agilizar os trabalhos, vou dar como lido o relatório também aqui na Comissão de Meio Ambiente, pois o seu conteúdo já é de conhecimento de todos. Gostaria de lembrar também que o relatório apresentado reflete a posição da Comissão, em relação à Política Nacional de Resíduos Sólidos, servindo suas conclusões como a avaliação do referido programa governamental, nos termos do art. 92-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Aqueles que concordam com o relatório final da Subcomissão de Resíduos Sólidos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Gostaria, antes de encerrar esta reunião, de cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin pelo relatório, e também o Senador Cícero Lucena pela condução da Subcomissão de Resíduos Sólidos. Como disse antes, na reunião, todas as matérias, todos os projetos que chegaram a esta Comissão, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, foram direcionados a V. Exª, porque eu entendo que era e é V. Exª a maior autoridade aqui dentro desta Comissão, para defender e ser o ponto crítico daqueles projetos que aqui chegaram. E V. Exª conduziu isso com maestria, com dedicação, entregando todos os projetos que lhe foram enviados. Então, quero cumprimentar V. Exª.

Estamos chegando ao final de mais uma Legislatura e teremos ainda uma reunião na próxima terça-feira, quando espero que possamos concluir as votações que temos aqui dos nossos projetos terminativos.

Terei uma conversa com a Liderança do Governo, nesta semana, para entender quais são os seus receios dos projetos que aqui estão. Se em algum deles não tivermos consenso para votar, nós o deixaremos fora da pauta para a próxima Legislatura. O importante é que consigamos avançar.

Agradeço ao Senador Cícero e à Senadora Vanessa pela condução desse trabalho, que, como eu disse aqui também na minha fala, faz parte, inclusive, do nosso programa – em relação que temos com a Presidência, deveríamos ter o acompanhamento de um dos programas. Esse programa, então, de resíduos sólidos e esse relatório farão parte, oficialmente, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Por fim, submeto às Srs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e também desta reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas, então, estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às onze horas e onze minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI (PR/MT)**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Ana Rita, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, João Alberto Souza e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA**, destinada à votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 13/2014-CN (Mensagem nº 251/2014 na origem), que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015” – LOA 2015. Até o encerramento do prazo, foram apresentadas vinte e quatro emendas de apropriação de despesa e uma emenda ao texto da lei perante a comissão. A Presidência designa relator das emendas o Senhor Senador Ivo Cassol (PP/RO). Realizada a leitura do relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório foi aprovado, passando a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação da apresentação das seguintes emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO): 1) UO: 44101. Título: Gestão Socioambiental em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 100.000.000. 2) UO: 03101. Título: Provisão de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 145.331.322. 3) UO: 34101. Título: Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei – AJUSTE O SUBTÍTULO – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 100.000.000. 4) UO: 29101. Título: Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 200.000.000. 5) Emenda de texto. Referência: Anexo V – Inciso II Alínea 1 Sub-item 1.3.1. Tipo de Emenda: Aditiva. Por fim, a Presidência submete aos membros da comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da desta reunião. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – **Senador Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, **Raymundo Franco Diniz**, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A reunião destina-se à votação das emendas desta Comissão, a CMA, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014, que estabelece a Lei Orçamentária Anual 2015.

Até o encerramento do prazo, foram apresentadas 24 emendas de apropriação de despesa e uma emenda de texto.

Então, designo Relator das emendas o Senador Ivo Cassol, pelo Estado de Rondônia, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra, então, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs e Srs. Senadores, trata-se de parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão, a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015, Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Autores: diversos.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 01, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 e 45, esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2015 (PLOA 2015), Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão, conforme determinações do Anexo I do Parecer Preliminar (Par-Pre), nomeadamente: o Tribunal de Contas da União, a Defensoria Pública da União, os órgãos do Ministério Público e o Ministério do Meio Ambiente. Esse anexo ao ParPre ainda estabelece os limites de emenda a despesa a serem apresentadas por cada Comissão permanente. Nesse sentido, cabe à CMA quatro emendas de proposição e quatro de remanejamento.

Encontram-se sob análise deste Plenário 25 propostas de emendas, sendo 24 de apropriação e 01 de texto, elaboradas pelos Senadores Flexa Ribeiro, Ana Rita, Valdir Raupp, Gim Argello, Humberto Costa, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Rodrigo Rollemberg e Blairo Maggi.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo, reservadas à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, assim como no Parecer Preliminar. Subsidiariamente à Resolução nº 1, o Parecer Preliminar traça regras procedimentais para a confecção, a apresentação e a admissibilidade de emendas.

Voto.

Podemos afirmar que as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo da questão da preservação e conservação ambiental de territórios de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares, quais sejam: fiscalização da aplicação dos recursos federais (Tribunal de Contas da União) e provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações (Ministério Público Federal), além da prestação de assistência jurídica ao cidadão (Defensoria Pública da União).

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação (itens abaixo 1 a 4) e uma emenda de redação aditiva ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

1. “28.846.0909.0C04.0001” (acréscimo) do Tribunal de Contas da União, no valor de R\$145.331.332, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg;

2. “18.541.2018.20VQ”, (acréscimo) do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$100.000.000, de autoria do Senador Humberto Costa;

3. “98.998.0581.2508” (inclusão) do Ministério Público Federal, no valor de R\$100.000.000, de autoria do Senador Alvaro Dias;

4. “03.422.2020.2725.0001” (acréscimo) da Defensoria Pública da União, no valor de R\$200.000.000, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Gim Argello; e

5. Emenda de redação aditiva que inclui o inciso II, alínea I, subitem 1.3.1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Relembremos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2014. – Senador **Blairo Maggi**, nosso Presidente.

Relator: Senador Ivo Cassol.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, pelo seu relatório.

Em discussão o relatório do Senador Ivo Cassol. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela apresentação das emendas.

Por fim, submeto às Sras e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, a ata será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Antes de finalizar, já que esta é a última reunião da Comissão que realizamos neste ano, eu gostaria de fazer um agradecimento especial aos nossos colaboradores, funcionários da Comissão, e vou citar o nome de um por um: Ana Paula Roncisvalle de Souza, Clara Fontenele Borges, Estevão Ledur, Ewerton Pacheco de Souza, José Mendes da Silva, nosso garçom, hoje aqui substituído pela Dona Diva, Karolyne Karen Laiter, Lindaura Araújo de Castro, Márcia Andrea Renno Silva Negreiros, Oscar do Carmo Júnior e o nosso Secretário, Raymundo Franco Diniz. Agradeço a todos e a todas pela colaboração nesses dois anos à frente desta Comissão.

Hoje, ao chegar aqui, Senador Flexa, eles me deram um presente. Eu disse: “Olha, é a última reunião”, e eles já queriam fazer uma eleição para que eu aqui permanecesse no próximo mandato, na próxima legislatura. Não dá, mas agradeço a preferência do eleitorado da Casa.

Mais uma vez, agradeço a todos pelo empenho, pela dedicação e pela forma como conduziram esta Comissão, sempre presentes. Eu sempre iniciei muito cedo os trabalhos desta Comissão, e todos aqui estavam presentes, em seus postos e com a lição de casa já concluída, para que tivéssemos uma boa condução dos nossos trabalhos.

Então, muito obrigado a todos, de coração mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Ivo Cassol pelo relatório das emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Também gostaria de me associar a V. Exª ao agradecer o apoio e a dedicação dos servidores que nos ajudam, e em especial a Presidência, no trabalho da CMA.

Senador Blairo Maggi, V. Exª foi competente e determinado na condução da CMA ao longo desse biênio. Lembro-me de que, quando V. Exª foi indicado para a Comissão, vozes outras se elevaram, duvidando da condução da Comissão de Meio Ambiente com isenção por V. Exª. E Vª Exª deu a resposta a todos aqueles que, naquela ocasião, se fizeram referência e que deveriam, hoje, vir pedir desculpas a V. Exª, pelo trabalho que foi desenvolvido ao longo destes dois anos.

Quero deixar registrado, nos *Anais do Senado*, os parabéns a V. Exª pela condução desses trabalhos. Como V. Exª bem disse, começava as reuniões bem cedo, procurando quórum dos Senadores, para que pudéssemos deliberar projetos terminativos, e V. Exª foi incansável nesta condução da CMA.

Quero parabenizá-lo e desejar a V. Exª, a todos os membros e aos nossos auxiliares um feliz Natal e um 2015 de muita paz, muita luz e bençãos de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa, que sempre foi um participante assíduo desta Comissão. Todas as terças-feiras sempre esteve presente nesta Comissão e ajudou a conduzir os trabalhos.

Quero agradecer a V. Exª também pela forma como sempre tem se comportado, não só aqui nesta Comissão, mas nas demais também, no plenário. Um Senador atuante, participativo e que sabe o momento de apertar, mas sabe também o momento de negociar.

Esta Casa é o Parlamento, onde a gente tem que conversar. Se cada um de nós chegasse aqui nesta Comissão, no Senado ou na Câmara, com posições inflexíveis, não precisava existir o Parlamento, era só saber a opinião de cada um e fazer pela maioria. Mas não é assim que funciona. E aqui nesta Comissão é assim. Nós fizemos várias reuniões cujas posições foram mudadas, e não foram mudadas por mudar; foram mudadas porque só dessa forma se consegue avançar. Muitas vezes, nós não conseguimos alcançar os nossos objetivos finais, o que nós gostaríamos de atingir naquele momento. Mas o importante é que se avançou. E, num outro momento, Senador Flexa, podemos concluir, finalizar aquele projeto por que tanto lutamos.

Lamento, Senador Flexa, que V. Exª tenha um projeto lá do Vale do XV, lá no seu Estado, que também afeta o Estado de Mato Grosso, que nós não conseguimos levar à votação, por obstrução. Pelo menos nas últimas reuniões, o Governo orientou a sua Bancada para que não desse quórum para votarmos os projetos terminativos. Mas, como disse na última reunião, isso faz parte da democracia, e nós temos que entender que esse é o jogo. Só acho que poderíamos ter feito um jogo mais aberto, dizendo: “Esse eu não posso; aquele eu quero esperar um pouco mais; esse aqui está liberado para votar”. E não falo só por parte do Governo. Aqueles que

são da oposição ou que têm uma posição mais independente e fazem parte da Comissão, eles poderiam estar presentes e fazer o enfrentamento com o Governo.

V. Exª aqui colocou da minha isenção durante esse período como Presidente. De fato, eu procurei ser o mais isento possível, não ter nem um lado nem o outro. Os colegas da Comissão, os membros da Comissão é que devem ter o poder de decidir, no voto, aquilo a que não se consegue chegar no consenso, na negociação. Então, infelizmente, nas últimas reuniões, nós tivemos isso, mas, como disse, há que se reconhecer que faz parte do processo, faz parte da democracia e faz parte do rito desta Casa.

Quero agradecer a V. Exª e aos demais Senadores presentes, ao Senador Ivo Cassol, que tem sido um companheiro aqui na Comissão, sendo frequente também. Em todas as nossas reuniões, ele esteve presente.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol para que se manifeste.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Presidente.

Senador Blairo Maggi, demais colegas, é com imensa alegria que estamos chegando ao final de mais um ano. E, neste momento, quero aqui especialmente desejar um feliz Natal para toda a equipe que fez parte desta Comissão, além dos Senadores e Senadoras e assessores, dos assessores dos Ministérios e dos demais Poderes aqui também presentes, mas, especialmente, Senador Blairo Maggi, quem está em casa assistindo a nós e nos acompanhando, também desejo um feliz Natal e um feliz ano-novo.

Como V. Exª acabou de frisar, aqui é uma Casa em que temos que ouvir todo mundo e, ao mesmo tempo, tentar buscar o consenso. Muitas vezes, a gente se sente quase impotente por querer produzir e não conseguir porque, de alguma maneira, de algum lado, infelizmente acontece como agora há pouco V. Exª falou, quanto ao projeto do Senador Flexa Ribeiro, que queríamos ter colocado para frente e, infelizmente, não tivemos sucesso na penúltima reunião, na última reunião desta Comissão.

Ao mesmo tempo, somos persistentes, somos teimosos. Graças a isso, o Brasil hoje está diferente. Graças a essa coragem toda que a família... Como o seu pai, Senador Blairo Maggi, meu pai há muitos anos nos pegou ainda pequenos e fomos para a Região Norte. Conseguimos desbravar e fazer um dos Estados... Como o seu Estado do Mato Grosso, que V. Exª governou por 8 anos. Quero dizer a V. Exª que o povo do seu Estado, quando passo por lá ou estou nas redondezas de Rondônia, nos Municípios vizinhos do Estado de Mato Grosso, sente saudade da sua gestão como Governador do seu Estado. Também não é diferente no Estado de Rondônia, o trabalho que fiz também acompanhando meus pais, além de ser prefeito, ser governador do Estado de Rondônia e agora Senador da República.

Ao mesmo tempo, estamos nos deparando no dia a dia com essa bandalheira nacional. Por mais que esta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização tenha produzido, a gente fica triste verificando que estamos hoje vendo derreter, por exemplo, a Petrobras, como tantos outros lugares por aí. Eu não pactuo com essa bandalheira, eu não pactuo com essa roubalheira, eu não pactuo com essa sem-vergonhice, eu não pactuo com todo esse esquema montado. Mesmo que às vezes eu cite um partido, quero deixar bem claro: “Cada um responde por seu CPF.” Portanto, quem pisou na bola e quem cometeu erro tem que ser responsabilizado na forma da lei. A classe política não pode ser generalizada num todo – Senadores Flexa Ribeiro e Blairo Maggi – para que não se desestimulem as pessoas de bem, as pessoas sérias, para que volte a entrar na vida pública para ajudar a construir e fazer a diferença nos dias melhores. Hoje, infelizmente, a qualidade dos políticos do Brasil tem diminuído muito. Infelizmente, muitos são bons de bico, são bons para tomar café, são bons para contar causos de pescador, mas na hora de fazer a gestão, infelizmente, não têm a capacidade, não têm a competência necessária para atender a demanda. Quem sai no prejuízo é a população como um todo.

Cabe a nós – esta Casa, esta Comissão – criar mecanismos, criar legislação para facilitar a vida de todo mundo. Às vezes fico triste que criamos muita despesa para o Município, criamos muita despesa para o Estado. É muito fácil um Senador fazer algum projeto de lei, mas não ver a fonte de renda que há para cobrir essa despesa. Aí, está lá o prefeito na ponta da linha se arrebitando todo para tentar cobrir as despesas na área de saúde, na área de educação, na área de assistência social, em todas as outras áreas, na área de infraestrutura.

Da mesma maneira que estamos assistindo ao que está acontecendo com a Petrobras hoje, quero dizer, como membro titular desta Comissão de Meio Ambiente, que infelizmente vejo com tristeza que a diretoria da Petrobras sabia de todo esse esquema quando foi avisado em 2008 e em 2009 e não foram tomadas providências.

Está na hora de a Presidente Dilma, nesse novo mandato, a partir de 1º de janeiro, chutar o pau da barraca, botar ordem em tudo isso e qualquer composição política que venha a fazer jamais possa ser feita com interesses individuais ou separados. Tem que ser o interesse coletivo, que é o interesse do povo.

Portanto, sei que pressão é muito grande em cima do Palácio, mas o interesse do nosso povo é muito maior que o interesse individual de algum partido.

Faço parte de um partido, sou de uma base, faço parte da base do Governo Federal, mas não pactuo quando ficam pressionando, ficam coagindo para que, de repente, alguém fique mamando. Eu discordo disso,

sabe por que, Senador Blairo? O senhor me deu apoio e os demais governadores quando, no começo de 2003, como Governador do Estado de Rondônia, eu pedi intervenção federal no meu Estado por causa do esquema podre que havia dentro da Assembleia Legislativa do meu Estado. Eu enfrentei a corrupção, enfrentei a bandalheira, enfrentei os desonestos corruptos do meu Estado e, quando não tive apoio em nenhum lugar, afora dos meus colegas, a exemplo de V. Exª, que esteve no meu Estado, tive que recorrer ao quinto poder, que, na época, era a imprensa.

A imprensa, o Fantástico, publicou. Lá, gravei os Deputados, gravei os bandalheiros, denunciei, e foi feita uma faxina no Estado de Rondônia. Com isso, consegui fazer o segundo mandato, com muita competência e seriedade, com obras e gestão voltada à população.

Hoje, entristece-me muito o fato de o meu Estado virar novamente uma bandalheira. Parece a Petrobras: só há esquema de corrupção. O Governador do meu Estado é o chefe da quadrilha que comanda o maior esquema de roubalheira.

Ontem, houve mais prisões no Estado. Há também esquemas no Estado. Isso é ruim, porque acaba prejudicando todo mundo.

As pessoas diziam: “Ah! Porque é de Rondônia”. Na época do Fantástico, eu gravei que ladrão não tinha só em Rondônia, mas tinha também aqui em Brasília. E tinha muito! E, hoje, dá para perceber que aqui existem em qualquer quantidade. Então, onde há ser humano, há possibilidade de erro.

Nesta Comissão, aqui, temos a responsabilidade de criar mecanismos, no sentido de facilitar a vida, especialmente tanto do Ministério Público Federal, quanto do Ministério Público Estadual, que possam coibir e, ao mesmo tempo, ajudar os bons gestores a fazerem uma boa administração.

Sinto-me feliz por fazer parte desta Comissão. Deixo o meu abraço pela maneira simples e humilde, com que V. Exª sempre conduziu esta Comissão, não só como Presidente, mas como Senador também.

Fico feliz, porque, quando passo pelo seu Estado, como ontem, quando menciono o Senador Blairo Maggi, eles dizem: “Esse tinha de voltar; esse tinha de fazer isso; esse tinha de fazer aquilo”. Na verdade, com certeza, ficará na história do nosso Estado e do Brasil, a gestão que V. Exª fez, assim como eu fiz no meu Estado de Rondônia.

Então, sinto-me feliz e realizado, mesmo tendo problema de tudo quanto é ordem, porque, na vida política, é assim: ninguém chuta cachorro morto. Só cutuca quem faz alguma coisa. Se alguém que me está assistindo aqui, acha que ninguém está mexendo com vocês, é porque vocês não se candidataram ainda a chefe de quarteirão. Quando você se candidatar a chefe de quarteirão no bairro de vocês, ou numa associação, vai sempre haver alguém para botar defeito em vocês. Pelo menos temos de aproveitar a vontade, a capacidade, a seriedade, das pessoas de bem, para fazer um Brasil melhor, um Mato Grosso melhor, um Pará melhor, uma Rondônia cada vez melhor.

Que Deus abençoe a todos! Sempre tenho pedido às pessoas, que têm o costume de ir à igreja, ou mesmo em casa, que sempre orem por mim, pela minha família, pelas autoridades, para que Deus nos possa abençoar, iluminar e nos dar saúde e paz. Do resto nós corremos atrás.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, Senador pelo Estado de Rondônia.

Quero, antes de finalizar, então, agradecer, mais uma vez, a todos da minha equipe aqui dita, também à Naiane, que é do meu Gabinete, à Monique, que está aqui, ao Castilho, que em todas as terças-feiras, cedo, estão aqui batendo ponto e cuidando para que tudo dê certo antes e depois da reunião.

Então, agradeço a presença e o trabalho de cada um, das senhoras e dos senhores, que são assessores de outros Parlamentares que frequentam esta Comissão, representantes de outros Poderes ou órgãos auxiliares da Administração Pública, que acompanham, ou acompanharam, no dia a dia, as nossas reuniões.

Sempre vejo o rosto de cada um aqui, quer seja jornalista, quer seja um representante de Ministério, do Governo, enfim, de todos os órgãos que têm interesses e que acompanharam as nossas reuniões durante esse período, para orientar as suas Bancadas, os seus Parlamentares e os próprios Ministérios que cada um aqui representa.

Então, quero agradecer do fundo do coração a todos e desejar um feliz Natal e um próspero ano de 2015. Que todos nós possamos estar de volta a partir de fevereiro, quando, então, são retomados os trabalhos não só nesta Comissão – não estarei aqui como Presidente, mas como membro –, mas em outras Comissões.

Desejo a todos um feliz Natal e um bom ano-novo. Que todos possam retornar, o que é o mais importante! Muito obrigado a todos!

Declaro encerrada a presente reunião.

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE****SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DELIBERATIVA DA CMA, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Valdir Raupp, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi. Deixa de comparecer o Senhor Senador Anibal Diniz. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à **PAUTA**, destinada à discussão e deliberação do relatório final da subcomissão. É concedida a palavra a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin para leitura de seu relatório. Realizada a leitura e colocado em discussão, usaram da palavra os Senhores Senadores Cícero Lucena e Blairo Maggi. Colocado em votação, o relatório final foi aprovado nos termos propostos pela relatora. Por fim, a Presidência submete aos Senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião. As atas foram aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Cícero Lucena**

Presidente da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Declaro aberta a reunião da Subcomissão de Resíduos Sólidos em função de termos o quorum regulamentar.

Já que a Relatora Vanessa Grazziotin, que apresentou o relatório, aqui não se encontra, invoco então a relatoria na oportunidade, convidando o Senador Eduardo Amorim a presidir a reunião enquanto faço a leitura do Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena, para ler o seu Relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, isso foi fruto de um trabalho em que nós tivemos a oportunidade de fazer cerca de oito audiências públicas, discutindo com a presença do Governo e seus órgãos representantes, com a municipalidade, com técnicos de várias áreas, com empresários, que trouxeram alternativas tecnológicas e também as reivindicações do setor, como, por exemplo, os impostos que hoje incidem sobre o resíduo sólido que vira matéria-prima.

Ouvimos também professores universitários, foi um debate bastante enriquecedor, e demos nossa contribuição com a preocupação que tínhamos em relação à política de resíduos sólidos, principalmente pelo marco que existia neste ano, que era a obrigatoriedade do fechamento dos lixões – ainda e infelizmente existentes no nosso País.

Há poucos minutos eu fazia a comunicação, exatamente, da quantidade – mais de 3 mil Municípios ainda têm a política de resíduos sólidos e, conseqüentemente, não adotaram o cumprimento no fechamento dos lixões.

Sr. Presidente, aqui chegou a Relatora. Não sei se...

Eu a estava substituindo. Se você, então... Para mim, não há nenhum inconveniente, Senadora Vanessa. Se V. Exª quiser fazer a leitura, a gente retorna, até para que o trabalho fique devidamente fechado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Acho que é mais justo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – ... uma vez que foi você que elaborou o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Acho que é mais justo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Se assim o Presidente me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Devolvo a Presidência ao Senador Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Calma, deixa eu chegar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – ... que acaba de chegar. Vai respirar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – O que você já havia dito?

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Com a palavra, a Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

Quero primeiro cumprimentá-lo pelo belo trabalho desenvolvido, pela proposta apresentada para que esta Subcomissão pudesse ter realizado atividades tão importantes quanto organizou.

Sr. Presidente, o bojo do Relatório eu não vou ler na íntegra, mesmo porque ele foi distribuído com antecedência e será disponibilizado imediatamente na Internet pelo Senado Federal.

Trata-se de um trabalho importante, cujo debate, tenho certeza absoluta, não será encerrado, Senador Cícero, com a apresentação deste relatório, pelo contrário. E nem tudo que aqui está proposto significa dizer que seja o único caminho a ser seguido; outros poderão ser também. Mas, sem dúvida nenhuma, funcionará como um orientador e um balizador para os debates futuros acerca da matéria, mesmo porque emenda aprovada quando do exame de uma medida provisória aqui – não me recordo exatamente o número – ampliou o prazo dos Municípios para que pudessem, na prática, efetivar o cumprimento da lei, instalando os seus lixões, o que foi vetado pela Presidenta Dilma. E isso, por si só, já suscita a continuidade do debate acerca da matéria.

Tive alguns diálogos com alguns integrantes do governo, sobretudo, com o Ministério do Meio Ambiente, que se colocaram contrários a esse aumento de prazo pura e simplesmente. Pretende o Governo Federal, através, principalmente, do Ministério do Meio Ambiente, promover um diálogo mais profundo no sentido de trabalhar questões que garantam a efetividade da lei. E, sem dúvida nenhuma, o que detectamos aqui, nas audiências, e o que a realidade nos impõe é que, talvez, o principal fator seja a disponibilidade de recursos por parte dos entes municipais. E a disponibilidade que digo é ao acesso porque, muitas vezes, o recurso está disponível, mas os Municípios, por uma série de razões burocráticas e legais, inclusive, não conseguem ter acesso a ele.

Esta Subcomissão que trata da questão dos resíduos sólidos (Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos) foi criada, conforme os arts. 73 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, por meio de requerimento de autoria do nosso querido Presidente, Senador Cícero Lucena. E a sua finalidade é acompanhar e fiscalizar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como aqui referi que V. Ex^a já havia ressaltado.

A instalação Comissão se deu no dia 1º de outubro de 2013; portanto, está em funcionamento há pouco mais de um ano. O plano de trabalho está também detalhadamente exposto aqui, no relatório, assim como toda a cronologia das atividades desenvolvidas, que não foram poucas, foram muitas, todas elas começaram no início deste ano e foram muitas as audiências públicas realizadas.

E, aqui, também, no relatório, temos uma síntese de cada audiência pública e, o que é mais importante, uma síntese do pensamento de cada uma das entidades ou representantes de órgãos públicos que aqui vieram.

Portanto, uma leitura detalhada, uma leitura mais apurada desse relatório seria muito importante, além de que não se procurou somente colocar aquilo que os apresentadores aqui colocaram, mas resumir e deixar de uma forma bem clara a posição de cada representante de órgão governamental em todos os níveis.

Aqui tivemos representantes das Associações de Municípios do Brasil inteiro, tivemos representantes do Governo Federal de vários Ministérios, e isso ficou muito bem claro aqui, no relatório. Inclusive, a própria Funasa, que cuida também dessa parte de saneamento das pequenas cidades, o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional dos Municípios, enfim, todos esses órgãos e entidades estiveram aqui presentes. E, repito, apresentamos uma síntese básica no final de cada audiência, o que pode, de uma forma bem resumida e didática, apresentar as opiniões de cada um desses entes

Tivemos a presença do Sindusfarma, da Abinee, da Abvidro. Nós sabemos que essa questão de vidros é muito importante, porque há um diálogo que acontece no Brasil inteiro em relação ao reaproveitamento das garrafas *pet*, diferente das latas em que temos uma cadeia muito mais desenvolvida, até por ser uma cadeia muito mais lucrativa, o que não acontece exatamente com as *pets*.

E o Ministério do Meio Ambiente esteve na maior parte das audiências. Isso é que é importante. O tema foi tão delicado que o nosso Presidente procurou, porque ele que apresentou o plano de trabalho, incluir o Ministério do Meio Ambiente em todos os debates, porque em cada audiência pública nós tivemos um tema diferente sendo debatido.

Também é importante destacar a presença do Movimento Nacional dos Catadores, das confederações da indústria e do comércio, da própria parte das finanças, ou seja, do Ministério da Fazenda, através da Receita Federal. Discutimos também tecnologias alternativas para que a lei dos resíduos sólidos possa ser, no seu todo, implementada.

E aí segue o nosso relatório, Sr. Presidente.

Nas recomendações, entendemos que a partir da realização das audiências públicas, que todas elas, repito, estão sintetizadas, baseado não no pensamento somente dos Senadores e das Senadoras, mas no pensamento mais comum, procuramos captar aquilo que tinha uma clara manifestação de maioria a favor para inserir nessa questão.

Em relação à adequabilidade e permanência da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, vou ler, porque não é um item muito grande e considero importante, Sr. Presidente.

Conforme a opinião praticamente unânime dos expositores, com a qual concordamos, a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos é adequada e bem elaborada; inspirou-se nas legislações europeias de vanguarda e nas boas práticas internacionais; traz institutos jurídicos inovadores, como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto; promove a inclusão dos catadores e estabelece os instrumentos necessários para um novo modelo de gestão integrada de resíduos sólidos.

Por consequência, não é o caso de reabrir o processo legislativo e revisitar temas árduos que foram profundamente debatidos no Parlamento durante a elaboração da lei e que agora estão consolidados. A questão é aperfeiçoar, e tão somente isso, a aplicação desta lei.

A maioria das instituições convidadas, governamentais e privadas, à exceção da Confederação Nacional dos Municípios, posicionou-se contrária à prorrogação dos prazos previstos na lei.

Também foi mencionado que a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente – realizada em 2013 e voltada a tratar do tema dos resíduos sólidos – deliberou por não prorrogar o prazo estipulado no art. 54 da Lei da PNRS para que os Municípios erradicassem os lixões, considerando que isso configuraria “uma licença para continuar poluindo”.

Apesar dessas ponderações, temos a convicção de que a Lei da PNRS não foi realista ao determinar que os lixões deveriam ser desativados em até quatro anos. É preciso reconhecer que o prazo – expirado no último dia 2 de agosto – foi insuficiente para que a maior parte dos Municípios, em particular os menores e mais carentes, solucionasse esse grave problema ambiental e social.

Dessa feita, propomos, nos termos do projeto de lei do Anexo I do relatório, prorrogar por mais dois anos o prazo estipulado no art. 54 da Lei da PNRS.

Também sugerimos encaminhar à Ministra de Estado do Meio Ambiente o requerimento constante do Anexo II deste relatório, que solicita informar a lista dos Municípios que não cumpriram o prazo para a erradicação dos lixões, bem como os motivos por eles alegados.

No sentido de apoiar os Municípios na elaboração dos planos, propusemos que a Confederação Nacional dos Municípios replique o modelo exitoso – isso para mim é motivo de muito orgulho, Sr. Presidente – de parceria firmado com a Associação Amazonense de Municípios.

Foi uma ação que resultou em 59 planos municipais, num universo de 62 Municípios, elaborados com aportes de recursos financeiros do próprio Estado do Amazonas.

E aí eu apenas levanto aqui: aparentemente um número pequeno de Municípios, mas com realidades muito distintas, o que requereu uma capacitação muito forte da equipe técnica, que ajudou na elaboração desses planos. Por exemplo, temos na região alguns Municípios cujos lixões não poderão ser instalados naqueles Municípios, porque são ilhas. Então, outro lugar. Mas tudo isso está apontado e foi discutido em audiências públicas.

Então, é muito importante que esse modelo possa ser seguido e com muito mais facilidades em outros Estados brasileiros.

Entendemos também que seria desejável que a CNM, que é a Confederação Nacional dos Municípios, numa atuação mais proativa, divulgasse de forma institucional e sistemática as iniciativas dos setores governamental e privado, voltado sobretudo para a elaboração dos planos. Entre elas destacam-se as seguintes: os cursos à distância ministrados pelo MMA; os manuais do próprio Ministério de Meio Ambiente e da Abrelpe, para capacitação de gestores municipais; a colaboração prestada por instituições acadêmicas, a exemplo do apoio dado pela Neper, da USP, e as boas práticas e experiências exitosas municipais.

Apresentamos, ainda, um conjunto de recomendações, boa parte das quais dirigidas ao Poder Público municipal, uma vez que compete aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios. Outras se destinam ao Congresso Nacional, ao Governo Federal e Entes estaduais, assim como ao setor privado.

Os desafios para a aplicação do plano da lei, que estabelece o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, identificamos, de pronto, a convergência de opinião dos palestrantes quanto a três pontos cruciais a serem enfrentados. Seriam eles: a debilidade institucional dos Municípios – que não vou ler, porque é grande e nós analisamos cada um desses pontos –, a insuficiência dos recursos financeiros nos três níveis da Federação e a concretização dos instrumentos econômicos previstos na lei do plano, que estabelece o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. E todos eles, como eu disse, Sr. Presidente, já destacados, de forma bem detalhada, aqui neste relatório.

Por fim e do diante do exposto, para iniciar a discussão do tema no Congresso Nacional, que não seria bem iniciar, mas dar continuidade, propomos que a Subcomissão requeira de pronto o regime de urgência para a tramitação dos projetos de lei do Senado, a seguir especificados:

- Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2014, que altera a Lei nº 9.249, de 1995, para conceder benefício fiscal, relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (Cofins), para as empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis destinados à inserção na cadeia produtiva.

- Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2012, que permite a dedução no Imposto de Renda de valores dados a projetos e atividades de reciclagem.

- Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2012, que dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conferir crédito presumido de IPI nas operações com produtos que utilizem materiais plásticos reciclados e reduzir a zero as alíquotas do PIS e Cofins sobre a receita de vendas desses materiais.

Além dos projetos já em trâmite, como aqui dito, está sendo proposto ao Parlamento, seguindo sugestão apresentada nas audiências, instituir medidas tributáveis que permitam a dedução dos custos relacionados à logística reversa.

No âmbito dos tributos estaduais, sugerimos fomentar a discussão quanto a instituir o ICMS ecológico, o que, aliás, já é realidade em diversos Estados. Trata-se de determinar a parcela da arrecadação de ICMS que caberá aos Municípios, com base no conjunto de critérios ambientais. Acreditamos que os recursos destinados por meio do ICMS ecológico podem estimular os Municípios na gestão dos resíduos sólidos.

Por fim, recomendamos aos Municípios instituir fontes de recursos específicas para o custeio do serviço de gestão dos resíduos sólidos. A exemplo da criação de taxa pela cobrança de serviços municipais para os Estados, desde que possam ser considerados serviços específicos e divisíveis. Programas e campanhas educativas, também é proposto que isto ocorra permanentemente.

E nas recomendações finais, a gente apresenta, são poucos os tópicos, são as recomendações finais que passo a ler:

1 – Aprovar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos pois a situação atual traz insegurança jurídica quanto à sua validade. Embora já em aplicação o plano aguarda exame do Conselho Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, que ainda não foi instalado.

2 – Agilizar a implantação do SINIR, sistema de informação previsto na lei do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que permite o compartilhamento dos dados fornecidos pelos Estados e Municípios.

3 – Rever normas infralegais sobre resíduos sólidos, adequando-os à luz da nova lei, que estabelece o plano.

4 – Avançar na formalização dos acordos setoriais para implementação de sistemas de logística reversa. Passados quatro anos da edição da lei do Plano, apenas um acordo foi assinado.

5 – Garantir a participação das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis nos sistemas de logística reversa e a inserção da categoria nos acordos setoriais.

6 – Analisar a pertinência de um banco de dados de casos exitosos de gestão de resíduos sólidos existentes no Brasil.

Esse, Sr. Presidente, é o relatório que submetemos à aprovação dos ilustres pares desta Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

E, Sr. Presidente, creio que após a discussão e a aprovação do relatório, nós temos também, V. Ex^a principalmente, que é o Presidente, juntamente com o próprio Presidente da Comissão de Meio Ambiente, de detalhar uma forma para que ainda esse ano, se possível, possa chegar a todos os Municípios, na mão de todos os Prefeitos, de todas as Câmaras de Vereadores e Governadores, Assembleias Legislativas, para dar conhecimento ao Brasil do trabalho por nós realizado.

Isso seria muito importante destacar, como foi importante o seu protagonismo, a sua atuação, para que essa Comissão pudesse trabalhar no meio de um ano tão conturbado, de tantos debates candentes e de uma eleição, de um processo eleitoral geral, como foi importante dedicar um período importante do Senado e desta Comissão para debater um assunto tão importante para o Brasil, para a população, para a saúde, para o desenvolvimento.

Então, quero homenagear, por fim, V. Ex^a, por ter proposto um tema tão importante quanto este.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu agradeço, Senadora Vanessa Grazziotin, pela sua gentileza, pelas suas palavras, mas, muito mais, pelo trabalho, pelo relatório que V. Ex^a acaba de apresentar e na íntegra, já distribuído anteriormente, bem como serão disponibilizadas as suas sugestões, a sua preocupação, a sensibilidade, o exemplo.

Por exemplo, o Estado do Amazonas que tem uma característica geográfica bastante complicada em relação a maioria do Brasil, mas que por decisões políticas conseguiu elaborar um plano, que isso sirva de modelo para os outros Estados em condições muito melhores, que possam, também, buscar esse mesmo objetivo.

E, também, nessa linha de agradecimento, agradecer ao Presidente, mais uma vez, da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Blairo Maggi, que no primeiro instante em que nós apresentamos o pedido de criação da Subcomissão de Resíduos Sólidos, mesmo estando lotado, o número regimental de subcomissões, ele se esforçou, encerrou uma das comissões, para que nós pudéssemos exercer esse trabalho.

Então, Senador Blairo, tenha a certeza da minha gratidão e o meu reconhecimento pelo apoio e pela solidariedade que V. Ex^a dispensou a esta Subcomissão, juntamente com o que lhe sucedeu temporariamente, o Senador Eduardo Amorim, a fim de que nós pudéssemos concluir esse trabalho hoje, como bem disse a

Senadora Vanessa Grazziotin, com a felicidade de dizer que este é um passo que deve ser continuado nesta caminhada da responsabilidade com o meio ambiente, do compromisso e com o exercício da cidadania.

Até porque, por exemplo, tal como a sugestão da Senadora Vanessa Grazziotin, de estabelecermos campanhas educativas, na Comissão do Meio Ambiente, na reunião que está suspensa, foi aprovado um projeto nesse sentido, que veio da Câmara. Ou seja, há uma sintonia na busca desses objetivos.

Então eu só tenho aqui a agradecer e parabenizar a todos que contribuíram.

Eu acho que a sugestão de V. Ex^a no sentido de que esse trabalho seja encaminhado às Câmaras de Vereadores e às prefeituras é muito importante.

Então, colocando o relatório em discussão. *(Pausa.)*

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A Comissão sugere, Presidente, que a gente faça a leitura dos projetos, apesar de eu já ter...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Citado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... citado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Acha que há necessidade?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É melhor ler, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Os universitários, Sr. Presidente, estão sugerindo que seja lido.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É, mas são projetos, não são...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem.

É que, como nós vamos incorporar esse relatório já na Comissão quando reabrir, então já fica...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – O.k. Ótimo!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Assim, fica lido, e a gente resolve esse assunto de vez.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então vamos lá.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº , DE....

Art. 1º Fica prorrogado por dois anos o prazo de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos. [Este é o anexo I.]

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

E há a devida justificação, Sr. Presidente.

ANEXO II

REQUERIMENTO Nº...., DE...

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o prazo determinado no art. 54 da Lei nº 12.305, [...] para que os Municípios encaminhassem os rejeitos para aterros sanitários, requeiro seja informada pela Ministra de Estado do Meio Ambiente a lista dos Municípios que não cumpriram o referido prazo, bem como os motivos por eles alegados.

ANEXO III

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº... , DE....

Altera a Lei Complementar nº 101, [...] de 2000, e a Lei nº 10.522, [...] de 2002, para facilitar a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos voltados para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

[...]

Art. 1º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde, assistência social e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.” (NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único.

IV – à celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos com Municípios, incluindo as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, vol-

tados para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.” (NR)

Art. 3º O art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais ou em faixa de fronteira ou, ainda, voltados para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de que trata a Lei nº 12.305, [...] de 2010, em decorrência de inadimplementos objetos de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.” (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

E, aí, há toda uma justificativa, que é aquilo que nós falávamos antes: temos que garantir as condições para que a Lei seja efetivamente cumprida; não basta somente, pura e simplesmente prorrogá-la.

ANEXO IV

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº..., DE ...

Altera o art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para facilitar a contratação de operações de crédito destinadas ao financiamento da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

[...]

Art. 1º O art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º ”

§ 3º ”

V – destinadas ao financiamento da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de que trata a Lei nº 12.305, [...] de 2010.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

E há toda uma justificativa.

Tudo isso está perfeitamente lido, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Pronto.

Agradeço mais uma vez.

O relatório, então, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, o relatório final está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório final da Subcomissão está aprovado.

Nos termos do art. 73, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, será submetido a votação no plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Submeto aos Srs. e Sras Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata anterior, bem como da ata desta reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, a todos os Senadores e Senadoras, como aqui já agradei, bem como a toda a equipe técnica desta Comissão e também ao apoio legislativo que tivemos na conclusão de todos os nossos trabalhos...

Pois não, Senadora Vanessa.

A SRA VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu também quero, aqui, apenas para reforçar, dizer que esses seus agradecimentos são os meus agradecimentos também. E dizer que o Senado conta com uma equipe técnica fenomenal, extremamente atenta, dedicada e estudiosa, Sr. Presidente. Sem essa equipe, certamente, nós não teríamos aprovado esse relatório, assim como todo o apoio dado pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Blairo Maggi, que colocou, também, toda a sua equipe da Comissão à disposição.

Muito obrigada, mais uma vez, a V. Exª, Senador Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado.

Está encerrada a reunião.

Que Deus proteja a todos!

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia doze de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Anibal Diniz, Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Magno Malta e Marcelo Crivella. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas das 55ª a 62ª (quinquagésima quinta a sexagésima segunda) Reuniões da CDH e as Atas da 1ª e 2ª Reuniões da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMOVJ. Passa-se a pauta. **Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** – Terminativo – Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 5-CDR/CDH. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CDH. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **Item 6. Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013** – Terminativo – Altera os arts. 3º e 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e os arts. 4º e 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Autoria: Deputado Rogério Carvalho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS/CDH. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011** – Terminativo – Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatoria. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel “na planta” solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apre-

senta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatoria. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2009** – Terminativo – Altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Prejudicado o Projeto. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta, e pelo acatamento da Emenda nº 1-CE, incorporada na primeira Emenda. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nº 1-CE, 2-CDH e 3-CDH. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR/CDH. **Item 12. projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Sérgio Souza. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CI. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Cyro Miranda. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012.** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS/CDH. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Vista concedida ao Senador Cyro Miranda. **Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2013** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas para gestantes e mulheres acompanhadas de criança de até um ano e meio de idade em estacionamentos públicos. Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **Item 16. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999** – Não Terminativo – Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, ao PLS nº 66, de 1999. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999. **Item 17. Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013** – Não Terminativo – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Autoria: Deputado Vieira da Cunha. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 18. Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”. Autoria: Deputada Dalva Figueiredo. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. **Item 19. Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014** – Não Terminativo – Altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. Autoria: Deputada Nilda Gondim. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para proibir a fixação de períodos de carência para exames e acompanhamento pré-natais e partos para mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para casos de gestação de risco. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relató-

rio: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 21. Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2012** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para incluir entre os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, durante o verão, as famílias com renda mensal de até três salários mínimos que tenham membros idosos. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 22. Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2013** – Não Terminativo – Altera o art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facilitar o acesso de enteado e menor tutelado de segurado da Previdência Social aos benefícios do sistema. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 23. Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013** – Não Terminativo – Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 24. SUGESTÃO nº 11, de 2014** – Não Terminativo – Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara nº 16/13. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OAB-SP. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014. **Resultado:** Adiado. **Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação. Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição da matéria. **Resultado:** Adiado. **Item 26. Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2013** – Não Terminativo – Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, é deliberado que serão realizadas audiências públicas acerca da matéria. Ficam adiadas a discussão e a votação. **Item 27. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 71, de 2014.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: “O racismo sofrido nos campos de futebol pelos jogadores negros”. Para tanto, sugiro que sejam convidados 1. Sr. José Maria Marin, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; 2. Sr. Francisco Novelletto Neto, Presidente da Federação Gaúcha de Futebol – FGF; 3. Sr. Fábio Koff, Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; 4. Sr. Odílio Rodrigues Filho, Presidente do Santos Futebol Clube; 5. Sr. Joaquim Evangelista, Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol – SJPF; 6. Ministra Idelli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -SDH; 7. Ministra Luiza Bairos, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 28. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 72, de 2014.** Requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel das TVs Comunitárias para o fortalecimento da comunicação como um Direito Humano fundamental. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Márcio Borgneth, secretário do AudioVisual do Ministério da Cultura; 2. Jordão Pacheco, diretor da TVT – TV dos Trabalhadores; 3. Fernando Moreira, presidente da ABTU – Associação Brasileira de TVs Universitárias. 4. Carlos Alberto Almeida, diretor da TeleSUR; 5. Rodrigo Lucena, presidente da ASTRAL – Associação Brasileira das TVs Legislativas; 6. Nelson Breve, presidente da EBC – Empresa Brasileira de Comunicação. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 29. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73, de 2014** Requeiro a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência, em especial a Resolução nº 280/2013 da Agência Nacional de aviação Civil (ANAC). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Livia Magalhães – Diretora Jurídica do MOAB; 2. Berenice Piana – inspiradora da Lei 12.764/12, que leva o seu nome; 3. Lorena Prado – Coordenadora do Grupo Autismo Jataí; 4. Representante da Empresa Inframérica – Concessionária de Aeroportos no Brasil; 5. Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência/SDH; 6. Representante do Ministério Público Federal; 7. Andrea Pontes – Advogada e Paratleta. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 30. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 74, de 2014.** Requeiro a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Proponho para a audiência a presen-

ça dos seguintes convidados: 1. Floriano Cardoso, presidente da Associação Médica Brasileira; 2. Carlos Vital Tavares, presidente do Conselho Federal de Medicina; 3. Leide Izabem do Nascimento, presidenta da Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos e, 4. Osvaldo Albuquerque Sousa Filho, presidente do Conselho Federal de Enfermagem. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 31. Requerimento Comissão de direitos Humanos e Legislação participativa nº 75, de 2014.** Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, incluir na pauta relativa à Semana dos Direitos Humanos, que ocorrerá de 07 a 13 de dezembro do corrente ano, o evento relativo ao lançamento do livro intitulado: “A inclusão na educação profissional: um novo jeito de ser docente” publicado pela UNESCO a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a UCB – Universidade Católica de Brasília e a Editora LiberLivro. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA. Item 32. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 70, de 2014.** Segundo a Agência Nacional de Águas – ANA, o volume consumido pela irrigação agrícola, indústria e mineração é cinco vezes maior que o demandado para o abastecimento público. Além de reconhecer que estamos em uma fase difícil do ponto de vista climático, é necessário iniciar uma profunda reflexão sobre os usos e os abusos dos recursos hídricos, populações atingidas pela escassez e sua relação com o modelo de desenvolvimento do País. A mineração, em especial, vem utilizando as águas de forma temerária. Em tempos de escassez hídrica, torna-se questionável permitir que os rejeitos da mineração sejam despejados em barragens. É sensato transportar os minérios através do bombeamento de enormes quantidades de água, como é feito nos minerodutos? Para buscar respostas a essa questão, solicito a realização de uma Audiência Pública para debater com técnicos e lideranças de populações atingidas pela escassez gerada pelo impacto do uso da água na mineração. Convidados: – Vicente Andreu – Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; – Carlos Bittencourt – pesquisador IBASE; – Gustavo Gazzinelli – Articulação Baía do Rio Santo Antônio – MG; Patrícia Generoso – REAJA – Atingida pelo Projeto Minas Rio; – Raimundo Gomes – CEPASP – PA. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado. **Item 33. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa Nº 76, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de o tema “Aportes das Neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas” a ser realizada no próximo dia 26 de novembro, às 10 horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Bernadette Rogé; 2. Dr. Alfred Sholl-Franco; 3. Dra. Suzana. Herculano; 4. Dra. Françoise Molenat. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 34. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 77, de 2014.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Decreto nº. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidente da República, que “Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social, e dá outras providências”, para tanto, sugiro que sejam convidados os Representantes das Centrais Sindicais: 1. Arthur H. da Silva Santos – Presidente da CUT. 2. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical. 3. Ricardo Patah – Presidente da UGT. 4. Wagner Gomes – Presidente da CTB. 5. José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central Sindical – NCST. 6. Ubiraci Dantas de Oliveira – Presidente da CGTB. 7. Lourenço Ferreira do Prado – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 35. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 78, de 2014.** Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Art. 90, XIII, requeiro que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, junto a Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade do Senado Federal, realize uma diligência na Superintendência Regional da Polícia Federal em Fortaleza/CE, local para onde foi conduzido coercitivamente o soldado reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro. Lima, de 71 anos, com o objetivo de colher informações sobre seu depoimento e realizar uma oitiva com o mesmo. Depois de passar mais de quatro décadas escondido sob a alcunha de “Camarão”, o carcereiro da Casa da Morte, Antônio Waneir Pinheiro Lima, foi localizado no interior do Ceará. Conduzido para a Polícia Federal, ele reconheceu ter atuado como “vigia da Casa”. A Casa da Morte, como ficou popularmente conhecida, situa-se no imóvel da Rua Arthur Barbosa, bairro Caxambú, Petrópolis, RJ. A casa, cedida ao Centro de Informações do Exército (CIE) pelo empresário alemão Mario Lodders, era bem isolada e praticamente não tinha vizinhos à época, o que facilitava as sessões de tortura. Considerado um dos piores porões de tortura da ditadura civil-militar. Conta-se que do local, também conhecido como Casa dos Horrores e Codão, ninguém saía vivo. A exceção é Inês Etienne Romeu, ex-dirigente da VAR-Palmares, que conseguiu sair da casa graças a uma campanha internacional de denúncia de sua prisão clandestina. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado, com a deliberação de que participarão da diligência os Senadores João Capiberibe, Paulo Paim e a Senadora Lídice da Mata. Às treze horas e cinquenta e oito minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Se-

nador Eduardo Suplicy. Às quatorze horas e dez minutos o Senhor Presidente eventual Eduardo Suplicy devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Paulo Paim, Angela Portela, Humberto Costa, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Magno Malta, Anibal Diniz, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e onze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 55ª à 62ª reuniões da CDH e das atas da 1ª e 2ª reuniões da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, sou Relator dos itens 11, 21, 22 e 23. Eu solicitaria à Mesa a inversão da pauta para que eu pudesse relatar esses quatro projetos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião, o item nº 11 é terminativo. Ainda estamos aguardando a chegada dos demais Senadores para que possamos aprovar os terminativos.

Consulto o Plenário se aprovam a inversão de pauta dos itens 22 e 23...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Itens 21, 22 e 23.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... dos itens 21, 22 e 23, para que os votemos agora, logo no início da reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Item nº 21, p. 395:

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 442, de 2012

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para incluir entre os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, durante o verão, as famílias com renda mensal de até três salários mínimos que tenham membros idosos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAE.*

Vou conceder a palavra ao Senador Roberto Requião para leitura do relatório.

Antes, porém, quero cumprimentar também a Senadora Angela Portela, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Roberto Requião, já que esta é a primeira reunião, após o período eleitoral, desta Comissão de Direitos Humanos. Portanto, nossa pauta está bastante recheada, com diversos projetos a serem apreciados; projetos terminativos e não terminativos.

Também aproveito para registrar a presença do Senador Humberto Costa.

Concedo, então, a palavra, ao Senador Roberto Requião para leitura do relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O projeto, Presidente, como V. Exª deixou claro, inclui no benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica, durante o verão, as famílias com renda mensal de até três salários mínimos que tenham membros idosos.

Vamos à análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que tratem da proteção aos idosos, caso do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2012.

No mérito, considero válidas as medidas buscadas com a proposição. Vale lembrar que a Constituição determina em seu art. 230 que cabe à família, à sociedade e ao Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Nessa direção é que o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 2003, define o envelhecimento como um direito personalíssimo, consignando ao Estado o dever de garantir a efetivação de políticas sociais públicas que proporcionem a vivência saudável dessa fase da vida.

O projeto atua no sentido de garantir qualidade de vida às pessoas idosas, especialmente durante o verão, estação do ano em que elas mais sofrem. Assim, alia-se às necessidades específicas a aplicação de medida seletiva que elege como beneficiárias as pessoas idosas integrantes de famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos, conferindo-lhes uma redução na tarifa elétrica somente durante o período de verão.

Anote-se que tal desconto na tarifa, para todas as famílias beneficiadas, varia conforme o gasto de energia, chegando a ser de 65% para as residências com índice de consumo inferior a 30 Quilowatts-Hora por mês, mas não ultrapassa os 10% para aquelas que consomem até 220. Para consumo superior a essa faixa, não há qualquer desconto. Ressalte-se, aliás, que esses critérios não estão sendo alterados pelo projeto em análise.

Não há óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria. No aspecto formal, contudo, sem prejuízo das pertinentes intenções que ensejaram a proposição, considero que se impõem reparos no tocante à sua redação com a finalidade de representar a medida buscada de maneira mais simples, sem interferir na legislação em vigor além do estritamente necessário.

Os ajustes ao texto são feitos, então, na forma da emenda adiante formulada.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘Art. 2º

.....
§ 1º Excepcionalmente, será também beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no CadÚnico e com renda mensal de até três salários mínimos, que tenha entre seus membros:

I – pessoa com doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento;

II – pessoa idosa.

.....
§ 6º A exceção determinada pelo inciso II do § 1º aplica-se tão somente durante o verão, nos termos do regulamento. (NR)”

Sala da Comissão.

São essas as emendas descritas.

Desta forma, opino pela aprovação deste brilhante projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, que aparece renovada, emagrecida, como uma verdadeira sáfida no Congresso Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Requião.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, esse projeto ainda deverá passar na Comissão de Assuntos Econômicos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Há algumas observações que a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia coloca como considerações que precisariam ser levadas em conta. Como a tarifa social de energia elétrica, em 2012, beneficiava 11,5 milhões de unidades consumidoras, quase 19% do total de unidades residenciais em todo o País naquele mês, os benefícios do TSEE necessitaram de suporte da Conta de Desenvolvimento Energético de R\$161 milhões e das tarifas de consumidores de R\$31,6 milhões.

A inclusão de novas famílias, conforme proposto no PLS em comento, acarretaria aumento no número de unidades consumidoras atendidas por essa política setorial e conseqüentemente na necessidade de recursos para suportar a concessão de descontos.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, a aprovação do PLS acarretaria impacto tarifário de duas formas. Diretamente, dentro da estrutura tarifária das concessionárias ou permissionários de distribuição, e indi-

retamente, devido à maior necessidade de repasse à CDE, e na contramão, portanto, dos recorrentes pleitos da sociedade e dos recentes esforços do Governo Federal pela redução global dessas tarifas.

Eu gostaria, Sr^a Presidente, de recomendar melhor exame, mas como vai passar ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, isso poderá ser feito lá.

Então, não vou colocar objeção aqui agora, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Suplicy.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu apenas quero cumprimentar mais uma vez o Senador Requião pelo apoio que dá a esse projeto e dizer que o entendimento que temos, da forma como o projeto é apresentado, com uma série de dados que teriam que ser comprovados, garante a segurança de que de fato esse será um benefício social.

Venho de uma região, diferente da região de V. Ex^a, diferente da região do Senador Requião, em que o verão lá tem a duração de 12 meses. Sabemos como é difícil para as famílias de baixa renda manter em casa, sob tratamento, pessoas com problemas de saúde ou idosos sem poder ligar o ar condicionado, por uma simples razão: não há dinheiro para pagar a conta de energia.

Então, incluir, mesmo que haja um gasto a mais – porque é isso que faz – na energia, que tira essas famílias da tarifa social, nesses casos seria muito importante e digo até fundamental à vida, Senadora Ana Rita, principalmente nessas regiões do País onde o clima é extremamente perverso com as pessoas.

No mais, dizer que o Senador Requião, depois da campanha eleitoral, voltou para cá muito mais rejuvenescido, Sr^a Presidente. Então, quero cumprimentá-lo também por esse ar rejuvenescido com que ele tem nos brindado, durante todos os dias aqui.

Presidente, obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

O projeto segue para análise na Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Apenas informando aos Senadores que chegaram. Já no início desta reunião houve uma inversão de pauta, solicitada pelo Senador Requião e aprovada pelos presentes, do item 21, esse que acabamos de votar, e também do item 22 e do item 23. Portanto, vou colocar em apreciação o item nº 22, p. 413.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, de 2013

– Não terminativo –

Altera o art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facilitar o acesso de enteado e menor tutelado de segurado da Previdência Social aos benefícios do sistema.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para leitura do relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora Presidente, de acordo com o art. 102-E, incisos V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão examinar matéria referente a proteção à família e à infância, o que torna regimental o exame do PLS nº 474, de 2013.

Esse PLS tem como objeto facilitar o acesso de enteado e menor tutelado de segurado da Previdência Social aos benefícios do sistema.

Não se observam óbices de constitucionalidade e de juridicidade.

Quanto ao mérito, não há como não concordar com o autor do projeto, que argumenta, em suas razões, que um dos maiores problemas para o acesso aos benefícios de nosso sistema previdenciário “seja a complexa teia de exigências formais que é erigida pela legislação”.

De posse de tal diagnóstico, o autor logra detectar uma exigência formal redundante e se propõe a eliminá-la por meio do PLS nº 474, de 2013. Desaparece, então, a necessidade de declaração do segurado de

que enteados ou menores por ele tutelados têm essa condição, uma vez que a comprovação da dependência econômica, que permanece como exigência legal contra fraudes, já a deixa naturalmente esclarecida.

Conforme o exposto, o meu voto é a favor dessa simplificação. Portanto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2013, de autoria do Senador Pedro Taques.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAS, em decisão terminativa.

Item nº 23, p. 421

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2013

– Não terminativo –

Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para a leitura do Relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vamos, Presidente, diretamente à análise do Projeto.

Conforme o disposto nos incisos III e VI, do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão opinar sobre proposições legislativas pertinentes à proteção e garantia dos direitos humanos e à proteção e à integração física das pessoas com deficiência, como é o caso do PLS nº 554, de 2013, ora em análise.

Tal proposição procura atender ao imperativo de acessibilidade como garantia fundamental de acesso aos serviços e espaços públicos ou privados de uso coletivo. Com efeito, se barreiras efetivas, ainda que não intencionais, obstam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a esses serviços e espaços, perde-se significativamente o seu caráter público, configurando-se uma efetiva exclusão.

A acessibilidade guarda estreita relação com os valores de dignidade fundamental da pessoa humana e de pluralismo social e político, tão radicalmente ligados ao Estado Democrático de Direito. Com efeito, não se pode construir uma sociedade livre, justa e solidária, com barreiras efetivas ao exercício da liberdade e da cidadania de segmentos da população, como as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Basta essa simples constatação para que fique patente o mérito da matéria sob exame.

Nesse sentido, devemos somente oferecer um pequeno reparo à redação original da proposição que, inadvertidamente, é demasiado restritiva, ao mencionar somente pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Na verdade, a acessibilidade também deve ser garantida em prol das pessoas com outros tipos de deficiência, como as sensoriais, as quais ainda enfrentam obstáculos no acesso a espaços e serviços públicos ou destinados ao público. Para esse efeito, ampliando o alcance da Lei, basta suprimir a palavra “física”, na qualificação da deficiência, tanto na ementa da proposição quanto no dispositivo por ela inserido na Lei de Licitações.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013, e do inciso II que ele propõe incluir no art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a palavra “física”.

Sala de Comissões.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O meu voto é pela aprovação com a emenda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Requião.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

O Projeto segue para análise da CCJ em decisão terminativa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Presidente, parece que temos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ...quórum para a votação nominal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Nós temos quórum para a votação nominal. Nós vamos, então, agora, iniciar pelo item nº 1, PLS 489. Esse...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, nós...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...projeto já foi lido, é apenas para colocar em votação.

Sim, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Havíamos requerido uma inversão de pauta. Começaríamos pelo item nº 11.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, mas nós colocamos em votação, Senador Requião, apenas os itens que eram projetos não terminativos.

Deixa... Nós vamos seguir a ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Porque não tínhamos quorum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não tínhamos quorum.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Temos quorum agora, podemos votar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, eu só queria solicitar a V. Exª, Senador Requião. Os cinco primeiros itens são projetos que já foram lidos, e a votação eu imagino que não seja demorada. Se V. Exª assim concordar, nós poderemos ler os cinco primeiros itens. Posteriormente, se o Plenário concordar, nós votaremos o item nº 11. Pode ser?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – *C'est toi qui voit.*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com esse encaminhamento?

Eu coloco em votação o seguinte encaminhamento: nós vamos votar os cinco primeiros itens, porque os relatórios já foram lidos em reuniões anteriores, e em seguida nós vamos fazer a inversão de pauta do item nº 11, a pedido do Senador Requião.

Aqueles que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta do item nº 11.

Inicialmente, nós vamos para o item nº 1. É a p. 22 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2009

– Terminativo –

Altera os §§3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

– Em 27/04/2010, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, com a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

– Em 23/10/2013, foi lido o Relatório e, em seguida, concedida vista ao Senador Paulo Paim.

O Senador Anibal Diniz não se encontra presente. Eu vou designar o Relator...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi lido, é só votar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então o relatório foi lido em 23/10/2013, concluindo pela rejeição do projeto, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Paulo Paim. Consulto o Senador Paulo Paim se há manifestação decorrente do pedido de vista.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo manifestação por parte do Senador Paulo Paim, em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, que recebeu parecer contrário.

A votação é nominal. Então, quem vota com o Relator vota “não”, concluindo pela rejeição do projeto.

Vou passar então à votação nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor vota “sim”... Vota “não”. Desculpe. É com o Relator.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota “não”.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota “não”.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota “não”.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota “não”.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota “não”.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O projeto foi rejeitado por unanimidade dos votos.

Item nº 2, p. 43

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para

a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR.

Observações: Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.

– Em 20/09/2011, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-CDR.

– Em 28/06/2012, o Relatório foi lido pelo Senador Eduardo Suplicy, Relator “ad hoc”; a matéria aguarda discussão e votação.

Concedo a palavra ao Relator ad hoc, Senador Eduardo Suplicy, para suas considerações, se assim julgar necessário.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O projeto é de autoria da Senadora Angela Portela e é altamente meritório. Foram apresentadas cinco emendas, todas levando em consideração as próprias recomendações dos Senadores e do próprio Governo, do Ministério das Cidades, que é favorável com sugestões, Srª Presidente.

Não li todo o relatório agora porque já foi lido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi lido, não há necessidade.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as cinco emendas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

A votação é nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a Relatora, incluindo as cinco emendas aprovadas na CDR.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, naturalmente vou acompanhar o Relator, mas não tinha visto, foi o Senador Paulo Davim, que confundo com o Paulo Paim, que me disse que há um probleminha de redação. A pessoa com deficiência e não portadora de deficiência. É só ajustar isso. É uma questão apenas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, o voto do Senador Paulo Paim é com o Relator, fazendo essa ressalva no sentido de que onde estiver “pessoas portadoras de deficiência” passa a ser “pessoa com deficiência”.

Muito bem.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Voto conhecido.

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Por unanimidade, o projeto foi aprovado.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas de nº 1 até a de nº 5, da CDR, acatadas pelo Relator?

Aqueles que aprovam as emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Aprovadas as Emendas de nº 1 até a Emenda de nº 5, da CDR/CDH.

Item 3, p. 66.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2011**– Terminativo –**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.

Observações: Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

– Em 06/03/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.

– Em 11/12/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Pergunto ao Senador Paulo Paim se gostaria de fazer algumas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu só cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin pela mudança que faz no Estatuto do Idoso, que tive a alegria de apresentar. Aprimora-se, com isso, o conteúdo desse importante projeto, que é o Estatuto do Idoso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão, a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, voto conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa, voto conhecido.

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado por unanimidade o projeto.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação, acatadas pelo Relator.

Aqueles que aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as Emendas nº 1 e nº 2, da Comissão de Educação. Comissão de Educação e Comissão de Direitos Humanos.

Item nº 4, p. 77.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2011****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: Tramitação: Terminativo nesta CDH.

– Em 20/11/2013, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Consulto a Senadora Angela Portela sobre se deseja fazer algumas considerações como Relatora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidenta, eu queria, já que o relatório foi lido e é de conhecimento de todos os membros da Comissão, que já o colocássemos em votação.

O projeto é de autoria do Senador Humberto Costa, é um projeto que tem um mérito muito importante, porque modifica a Lei Maria da Penha e cuida das mulheres no que diz respeito à sua dependência financeira, para que se livrem dessa dependência e possam sair do ciclo de violência em que se encontram.

Então, pedimos já a votação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvada a emenda.

A votação é nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela, voto conhecido. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa, autor do projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, o autor do projeto não vota.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

Só estou consultando...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas já é recorrente na Comissão. A Senadora Angela Portela votou em projeto de sua autoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, mas...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E outra observação, se V. Exª me permite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O voto está desconsiderado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Emendas que foram introduzidas na Comissão anterior fazem parte do relatório, não devem ser ratificadas aqui.

Elas já fazem parte do relatório, com a aprovação do Relator.

Nós estamos votando emendas que já foram aprovadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião, nos projetos terminativos, as emendas são votadas em separado, diferentemente dos projetos não terminativos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Claro, desde que sejam feitas na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator?

Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Vanessa se ausentou.

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

A Senadora Vanessa está aqui no plenário. Precisamos do voto dela para garantir o quórum.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ela está aqui, olha.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, há dez Senadores em plenário. Estamos com quórum.

O SR. (Não Identificado) *(Fora do microfone.)* – Já me chamou?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O autor não vota, Senador Eduardo Suplicy.

Senadora Vanessa, voto?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Eu estou aqui atrás, viu, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, por unanimidade, o projeto foi aprovado.

Consulto se podemos reproduzir, Senador Requião, o resultado da votação anterior à emenda apresentada pela relatoria.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a emenda.

Item nº 5, p. 88.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2012

– Terminativo –

Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: Tramitação: Terminativo nesta CDH.

– Em 11/12/2013, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, se desejar fazer algumas considerações.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Apenas ressaltar a importância do projeto, Srª Presidente – importantíssimo –, na tentativa de manter as crianças junto a suas famílias. Por isso, nós fizemos o relatório pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto. A votação é nominal.

Senador João Capiberibe, voto conhecido.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Aguardamos a Senadora retornar ao plenário.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Projeto aprovado por unanimidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Foi aprovada a inversão de pauta do item nº 11. Vamos colocar, agora, em votação, p. 172.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR.

Observações: Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.

– Em 03/07/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para a leitura do relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É um projeto do Senador Aloysio Nunes.

A iniciativa altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece as diretrizes gerais de política urbana, chamada de Estatuto da Cidade, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, que contém as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ao inciso III do art. 3º do Estatuto da Cidade, o projeto acrescenta aos deveres do Estado, em conjunto com os demais entes federados, a promoção de “melhoria dos passeios públicos e do mobiliário urbano”; a seguir, modifica o inciso IV do mesmo artigo para estabelecer, como obrigação do Estado, a produção de “regras de acessibilidade aos locais de uso público”.

Ainda trabalhando sobre o Estatuto da Cidade, o projeto dirige-se, em seu art. 41, que determina a obrigatoriedade do Plano Diretor para as cidades que discrimina, para acrescentar-lhe dois parágrafos. O §3º adicionado determina a elaboração de plano de rotas estratégicas, de modo a garantir a acessibilidade, e o §4º, também acrescentado pelo PLS nº 541, de 2011, estabelece que o plano de rotas estratégicas deverá, preferencialmente, ser elaborado sobre as rotas e vias já existentes que concentrem as fontes geradoras de circulação de pedestres, e de modo integrado com o sistema de transporte coletivo urbano.

Em seguida, o projeto passa à alteração da Lei de Acessibilidade. O *caput* do art. 3º desta última reza, como princípio, que o “planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. A tal *caput* são acrescidos três parágrafos. O primeiro deles define o que seja passeio público e a quais requisitos estes obrigatoriamente atenderão; o segundo parágrafo acrescido regula a acessibilidade nos trechos de passeio público “formados pela confluência de duas vias”, e o último adendo refere-se à qualidade do piso utilizado e a relação deste com a drenagem urbana.

O autor justifica sua proposta com o argumento de que ainda são necessários aperfeiçoamentos legislativos que efetivamente garantam a acessibilidade a todos, especialmente no tocante à locomoção em sentido estrito. Também seriam adequados aperfeiçoamentos normativos porque a norma técnica NBR 9.050, de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, não tem caráter cogente, não gerando, portanto, padronização, o que seria, ao ver do autor, necessário.

A matéria foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, onde recebeu parecer favorável nos termos de quatro emendas apresentadas pelo Relator, e a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que sobre ela decidirá em caráter terminativo.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o exame de proposições que versem sobre a proteção e integração social de pessoas com deficiência, o que torna pertinente o exame do PLS.

Quanto ao mérito, a proposição, nos termos das emendas aprovadas pela CDR, merece todo o nosso apoio. Isso porque, embora a legislação brasileira sobre o tema encontre-se já bastante desenvolvida, o projeto detalha aspectos relevantes da vida urbana, insuficientemente detalhados pelo legislador, logrando aperfeiçoar os preceitos existentes.

É importante porque a NBR, as normas técnicas, não tem o poder cogente que tem uma Lei. E elas estão, em determinados aspectos, em algumas legislações, atropelando até o Código Civil. Como no caso, por exemplo, de normas a respeito de reformas de prédios, apartamentos e residências. Tratávamos disso, agora há pouco, na Comissão de Constituição e Justiça.

No tocante à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição, concordamos com a análise da CDR, que nela encontrou óbices, ainda que ligeiros, e os corrigiu por meio de emendas. Nessa direção, o parecer da CDR alterou a atribuição indevida à União de obrigação de executar melhoria dos passeios públicos e mobiliário urbano, conforme aventado pelo inciso III do art. 3º do projeto em sua forma original, e corrigiu imperfeições de redação, além de modificar a ementa, tornando-a mais representativa da matéria em exame.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

É o voto, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Requião.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O voto do Senador Roberto Requião já é conhecido.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado por unanimidade.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Desenvolvimento Regional, acatadas pela relatoria. (*Pausa.*)

Coloco em votação as emendas.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da CDR com a Comissão de Direitos Humanos.

Item 6, p. 96.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2013

– Terminativo –

Altera os arts. 3º e 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e os arts. 4º e 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Deputado Rogério Carvalho.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações: Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

– Em 19/02/2014, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, para aproveitar o quórum, eu vou direto à análise.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É um projeto simples que, na verdade, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

E passo fazer a leitura da análise:

Compete à CDH examinar proposições pertinentes à proteção e integração social dos idosos, conforme disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal. Tendo em vista o caráter terminativo da análise ora empreendida, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição também devem ser avaliados.

Não identificamos óbices de ordem constitucional à aprovação da matéria ora examinada, que não fere as regras aplicáveis à iniciativa e à competência legislativa delineadas na nossa Constituição Federal.

A juridicidade do PLC nº 62, de 2013, revela-se na aptidão para produzir os fins almejados sem ferir outras normas aplicáveis nem promover antinomia.

Por fim, a técnica legislativa não merece reparos, além daqueles já promovidos pela CAS.

No mérito, são dignas de elogios as alterações propostas, que asseguram participação direta dos idosos na formulação e na execução de políticas públicas voltadas para a sua faixa etária, bem como promovem maior cooperação nacional e internacional e apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que interessem – e muito – a esse segmento populacional. Da mesma forma, é meritório o estímulo à formação e educação permanente dos profissionais de saúde geriátrica.

Voto.

Por essas razões, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, com as Emendas nºs 1 e 2 – CAS.

O projeto é de autoria do Deputado Rogério Carvalho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Consulto o Senador João Capiberibe. Como vota, Senador?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O voto do Senador Paulo Paim já é conhecido. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião já se ausentou. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda, que é membro desta Comissão. Muito bem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto...

O Senador Magno Malta já votou.

Aprovado o projeto por unanimidade.

Todos votaram? (*Pausa.*)

Todos votaram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, nós vamos agora para os itens 7 e 8?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho.

Eu consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Aqueles que aprovam as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nºs 1 e 2-CAS e CDH.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, tanto eu quanto o Líder Humberto Costa recebemos um pedido – faço questão de dizer – da Câmara Brasileira da Indústria da Construção quanto a projetos de que eu sou Relator, um de V. Exª, outro do Senador Humberto Costa.

Eu tenho deixado bem clara a posição de que nós ouvimos todos. Eles nos procuraram para que eu retirasse os dois projetos de pauta. Eles não são contra os projetos, mas querem fazer alguns ajustes para que a gente possa votar na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O item nº 17?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nºs 7 e 8: um de V. Exª, outro do Líder Humberto Costa. Eu sou Relator de ambos os projetos, e faço questão de dizer que nós ouvimos todos, tantos os trabalhadores quanto os empreendedores, os empresários, na busca do bem comum.

Por isso, conversando com o Líder, eu retiro os dois projetos para ouvi-los, e quem sabe possamos votar já na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Os itens nºs 7 e 8 estão retirados da pauta.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Anibal. Pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu atuo como Relator num projeto de autoria do Senador Eduardo Suplicy que tramita nesta Casa há 15 anos. E eu gostaria de render uma homenagem ao Senador Eduardo Suplicy, pedindo que apreciássemos essa matéria na reunião de hoje. É o PLS nº 66, item 16 da pauta.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço muito a sua atenção, Senador Anibal Diniz. De fato, é muito grande a minha expectativa de votar esse projeto finalmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Anibal e ao Senador Eduardo Suplicy: nós temos quórum aqui para votar os terminativos; então, se nós pudéssemos avançar na pauta dos terminativos, assim que concluirmos a pauta dos terminativos, nós poderemos apreciar o item nº 16.

O Relator do item nº 9 é o Senador Cristovam Buarque. Ele não está presente. Nós vamos aguardá-lo.

Vou passar para o item nº 10, que está na p. 154.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, de 2009

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar.

Autoria: Senador Eliseu Resende.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta, e pelo acatamento da Emenda nº 1-CE, incorporada na primeira Emenda.

Observações: Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

– Em 08/06/2010, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Emenda nº 1-CE.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidenta, vou fazer um breve relato da análise do projeto, para que possamos votá-lo.

Quanto ao mérito do projeto, concordamos com o autor a respeito da necessidade de que a Lei de Acessibilidade seja alterada tanto para fixar o percentual mínimo de lugares destinados às pessoas com deficiência auditiva e/ou visual, quanto para especificar a localização de tais assentos. Dessa maneira, não restará dúvida a respeito da adaptação que se pretende estabelecer para que sejam incluídas todas as pessoas no usufruto de bens culturais.

Na oportunidade, também introduzimos no PLS dispositivo destinado a atualizar a terminologia da Lei da Acessibilidade, de maneira a torná-la compatível com a utilizada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, homologada pela Assembleia das Nações Unidas em dezembro de 2006 e incorporada ao Direito brasileiro – com o *status* de emenda constitucional – em julho de 2008.

Por fim, importa observar que o projeto em exame contribui para a efetivação do direito ao acesso a bens culturais, atendendo ao disposto na Constituição Federal que, em seu art. 215, preconiza como dever do Estado garantir a todos o pleno exercício desse direito.

Nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009, com emendas, e pelo acatamento da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, incorporada na primeira delas. Todos os Srs. Senadores e Senadoras têm aí as emendas e podem analisá-las.

Nosso voto é pela aprovação do projeto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Eu colho o voto do Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Angela Portela tem voto conhecido.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto por unanimidade.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as duas emendas apresentadas pela relatoria.

Quem aprova as emendas permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nºs 2 e 3 da Comissão de Direitos Humanos.

A relatoria do item nº 12 é do Senador Antonio Carlos Valadares, que não se encontra presente. Eu vou passar para o item nº 13, p. 207.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Angela Portela.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações: Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

– Em 13/03/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a proposição de autoria da ilustre Senadora Angela Portela insere, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dispositivo para estabelecer requisitos a serem observados no uso de psicofármacos para crianças e adolescentes. Estabelece que a necessidade de utilização desses medicamentos deve ser comprovada, em conformidade com os protocolos clínicos do Ministério da Saúde ou de entidade por ele designada. Estabelece ainda que campanhas de esclarecimento para pais, educadores e alunos serão promovidas de forma permanente, com o objetivo de prevenir a medicalização psicofarmacológica indiscriminada, inadequada, desnecessária ou excessiva em crianças e em adolescentes.

A autora lembra que o uso de psicofármacos em crianças e em adolescentes vem crescendo vertiginosamente no mundo, originando questionamentos por parte de especialistas das diferentes áreas envolvidas na atenção à saúde física e mental dos indivíduos dessas faixas etárias. Lembra ainda que esses questionamentos derivam da visão de que há interesses econômicos de laboratórios farmacêuticos, reforçando a tendência de profissionais de saúde de prescreverem esses medicamentos e de transformarem um problema da área de aprendizagem em um problema biológico do indivíduo, com causa e solução médica. Esse é um processo hoje conhecido como medicalização. Por isso, a autora entende ser importante regular a matéria.

Essa proposição foi analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que a aprovou, acrescentando duas emendas.

Análise.

O projeto em exame trata de matéria compreendida no âmbito das competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal. Não foram identificados quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado Federal, a CDH opina sobre o mérito no que diz respeito à garantia e à promoção dos direitos humanos e também à proteção à infância, à adolescência e à juventude. Então, é pertinente a sua apreciação aqui.

Concordamos com os argumentos apresentados pela autora da proposição: é necessário prevenir a medicalização excessiva e desnecessária de crianças e de adolescentes. Concordamos também com a avaliação da CAS de que essa prevenção deve valer para todo tipo de medicamento, e não somente para os psicofármacos.

Contudo, merecem menção as valiosas conclusões da CAS, segundo as quais alguns dispositivos propostos pelo projeto carecem de uma característica indispensável às normas legais: a coercitividade. Também nesse ponto, estamos de pleno acordo com as observações daquele colegiado: a ausência de coercitividade é realmente observada no texto dos incisos I e II do *caput* do art. 14-A, inserido pelo projeto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. De fato, aquele dispositivo determina, no inciso I, que o uso de psicofármacos em crianças e em adolescentes deve ter comprovada a sua necessidade, mas não determina como isso deve ser feito ou a quem competirá a atribuição de comprovar a adequação da prescrição. Já o inciso II é um comando genérico, do qual não se pode discordar, mas de pouca efetividade no plano concreto.

Assim, segundo nossa visão, que vai ao encontro da posição da CAS sobre a matéria, o referido dispositivo deve ser excluído do texto do PLS nº 247, de 2012.

Reconhecemos, contudo, que a proposta busca sanar uma grave tendência da sociedade de transformar questões não médicas em problemas médicos. Essa postura gera sofrimento psíquico nas crianças, nos adolescentes e em suas famílias. Afinal, uma vez tidos como “doentes”, tornam-se “pacientes” e consequentemente “consumidores” de tratamentos, terapias e medicamentos. Como pessoas em formação, crianças e adolescentes são alvos fáceis da medicalização, tornando-se “doentes” estigmatizados e, consequentemente, muitas vezes excluídos social, afetiva e educacionalmente.

Ademais, a medicalização de nossas crianças e adolescentes é particularmente perversa, chegando mesmo a controlar suas ações e a submetê-los a situações delicadas: abafa questionamentos e desconfortos, oculta violências físicas e psicológicas e, pior, transforma-os em “portadores de distúrbios de comportamento e de aprendizagem”.

Assim, a proposta de autoria da Senadora Angela Portela é, sim, meritória. Afinal, sua intenção é reduzir os riscos impostos a crianças e adolescentes no que respeita ao uso excessivo e desnecessário de medicamentos e derrubar barreiras de exclusão social.

Por fim, entendemos que a solução encontrada pela Comissão de Assuntos Sociais – trazer para a lei a necessidade de, nas campanhas de educação sanitária, ser inserido o tema do uso indiscriminado, desnecessário e excessivo de psicofármacos – é a forma mais adequada para endereçar a matéria.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 247, de 2012, com as alterações promovidas pela Comissão de Assuntos Sociais, mediante as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Humberto.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto. A votação é nominal.

Senador João Capiberibe, como vota?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Angela não vota porque é autora do projeto.

Senador Humberto Costa, voto conhecido.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Desculpem-me. Não chamei o Senador Anibal.

Já há votos suficientes. Por isso, Senador Anibal, V. Exª não vota. V. Exª é suplente. Já há votos suficientes aqui.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto por unanimidade.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1 e 2 da CAS, acatadas pela relatoria.

Quem aprova as emendas permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovadas as Emendas nºs 1 e 2 da CAS e da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, no âmbito da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça, nós temos interesse de ouvir o soldado reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro Lima, vulgo Camarão.

Esse cidadão foi carcereiro da Casa da Morte de Petrópolis, que era usada pelo Exército para torturar militantes e perseguidos políticos. Camarão foi localizado e preso no interior do Ceará após dois meses de busca pelo Ministério Público Federal.

A localização do carcereiro foi feita pela equipe do Ministério Público denominada Justiça de Transição, responsável pela investigação de crimes praticados nos porões da ditadura militar.

A única sobrevivente, Inês Etienne Romeu, foi presa e torturada na Casa da Morte e reconheceu o carcereiro.

Então, submeto a esta Comissão a aprovação de uma diligência externa para ouvir esse cidadão em Fortaleza. Ele está preso na carceragem da Polícia Federal. Submeto e vou encaminhar o requerimento por escrito logo mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe, a Presidência acolhe a solicitação de V. Exª.

Vou colocar a matéria em votação após a votação dos projetos terminativos.

Vou apenas consultar o Plenário se concorda com a inclusão extrapauta da solicitação do Senador João Capiberibe.

Quem aprova a inclusão extrapauta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se puder uma sugestão de data, depois eu queira dar, porque vou estar lá e posso ir junto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

Depois, então, a gente retoma a inclusão extrapauta. No momento da votação nós vamos fazer esses encaminhamentos.

Só peço a compreensão do Senador João Capiberibe para garantir ainda a presença dos Senadores para que possamos concluir a votação dos projetos terminativos.

O item 14 tem relatoria do Senador Gim, que não se encontra.

Item 15, p. 324.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, de 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas para gestantes e mulheres acompanhadas de criança de até um ano e meio de idade em estacionamentos públicos.

Autoria: Senador Anibal Diniz.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para leitura do relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Srª Presidente.

Como V. Exª já falou, a autoria do projeto é do Senador Anibal, que aqui está. Um projeto extremamente meritório. Ele visa à modificação para estender a obrigação da reserva legal a veículos conduzidos por mulheres gestantes ou acompanhadas de criança até um ano e meio de idade. Ademais, aumenta também o percentual da reserva legal de dois para três por cento do total das vagas do estacionamento.

Por fim, Srª Presidente, esse projeto foi encaminhado ao exame exclusivo e terminativo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e o projeto não foi alvo de emendas.

O projeto está plenamente adaptado e é correto em relação à constitucionalidade, em relação à juridicidade e, quanto ao mérito, a proposta é extremamente pertinente, sobretudo com o avanço no atendimento legal às pessoas com mobilidade física reduzida ou dificultada. O projeto considera que mulheres gestantes e pessoas acompanhadas por crianças de até um ano e meio de idade têm mais dificuldade de deslocar-se por conta do peso extra da criança que carregam, seja na barriga, seja no colo – o que é verdade, não é?

Ademais, deve-se considerar que a matéria tem repercussão na área de segurança pública, em função do aumento no número de abordagens às pessoas quando estão justamente entrando ou saindo de seus veículos. Tal situação reclama uma ação mais positiva do Estado para amenizar o problema, ao menos em relação a determinados grupos da população temporariamente mais vulneráveis, como é o caso em questão.

Em decorrência disso, Srª Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei do Senado e, no mérito, por sua aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto.

Votação nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Anibal não vota porque é o autor do projeto.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Vanessa Grazziotin tem seu voto conhecido.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto por unanimidade.

Eu gostaria de fazer uma consulta aos Senadores aqui presentes. Nós estamos com três projetos terminativos cujos Relatores não estão presentes.

Quanto ao Item nº 9, o Senador Paulo Davim se dispôs a ser o Relator *ad hoc*. Eu vou retomar o item nº 9, que já está na pauta há um bom tempo, e, depois, poderemos entrar nos projetos não terminativos.

Se porventura o Senador Antonio Carlos Valadares chegar – ele está aqui na reunião ao lado, na Comissão de Desenvolvimento Regional –, nós retomaremos o item nº 12, para que o Senador Antonio Carlos Valadares possa também fazer o relatório.

Podemos proceder dessa forma?

Item nº 9, p. 140.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2009

– Terminativo –

Altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações: Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

– Em 14/10/2009, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAS.

Designamos agora o Senador Paulo Davim para ser o Relator *ad hoc*.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para que faça a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, eu inicio pela análise, porque esse projeto está aqui há muito tempo e todos nós já tomamos conhecimento dele.

Análise.

A garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes é obrigação de toda a sociedade, do Estado e da família, conforme disposto no art. 227 da Constituição de 1988.

Nesse modelo de cuidado adotado pelo Brasil, os conselheiros tutelares exercem uma função que supera o cumprimento dos deveres de todo cidadão na proteção integral à infância e à adolescência, pois assumem responsabilidades extraordinárias, frequentemente sacrificando seus interesses pessoais e seu bem-estar em prol da coletividade, não raro lidando com situações de grande pressão e estresse.

O projeto, ao instituir remuneração obrigatória e prever direitos sociais mais abrangentes em favor dos membros dos conselhos tutelares, sobretudo dos que se dedicam a essa atividade em regime de dedicação integral, prestigia o relevante trabalho desempenhado por essas pessoas que contribuem para a proteção integral da infância e da juventude.

Ao ser apreciado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o PLS nº 97, de 2009, recebeu três emendas que aprimoram significativamente a sua redação, evitando ofensa à autonomia municipal, em respeito à Constituição.

Contudo, impõe-se a constatação de que entrou em vigor a Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que contempla integralmente o objeto da proposição ora examinada. Convém mencionar, ademais, que essa lei foi sancionada com veto a dispositivo que, no entendimento da Presidência da República, feria a autonomia municipal, refletindo a mesma preocupação que a CAS manifestou nas emendas, ao aprovar o PLS nº 97, de 2009. Também é pertinente notar que essa lei resulta de esforço legislativo paralelo ao PLS nº 97, de 2009, tendo as proposições correlatas tramitado separadamente, em razão de questões regimentais.

Feitas essas considerações, devemos, enfim, reconhecer que o propósito do PLS nº 97, de 2009, já foi satisfeito, estando prejudicada, portanto, a matéria, nos termos do art. 134 do RISF.

Em razão do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2009.

Como eu disse aqui, já foi contemplado pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012. Portanto, se já foi contemplado, está prejudicado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação a declaração de prejudicialidade do projeto.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim é o Relator *ad hoc*, e o voto é conhecido.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O suplente já votou. Então, já temos o número de votos suficiente. Obrigada.

O projeto foi aprovado por unanimidade.

Na verdade, foi aprovado o relatório apresentado pela prejudicialidade do projeto. O relatório apresentado pelo Senador Paulo Davim, Relator *ad hoc*.

Vou passar para o item 12. O Senador Antonio Carlos Valadares está presente. Página 196.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Sérgio Souza.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CI.

Observações: Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.

– Em 13/11/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Serviços e Infraestrutura, com as Emendas nºs 1 e 2-CI.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para a leitura do relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, de iniciativa do Senador Sérgio Souza, que visa a estabelecer que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos 5% da frota adaptada para o embarque e desembarque de cadeirantes, sem necessidade de que deixem suas cadeiras.

Para isso, a proposição adiciona comando específico à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece critérios gerais para acessibilidade aos equipamentos urbanos pelas pessoas com deficiência.

Em suas razões, o autor alude à preferência natural dos cadeirantes por embarcar e desembarcar de táxis “sem a necessidade de ajuda externa ou de que sejam obrigados a ser retirados de suas cadeiras de rodas”, de modo a se sentirem “capazes de gerir suas vidas sozinhos”.

A proposição foi distribuída, primeiramente, à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em que obteve parecer favorável, nos termos de duas emendas, que lhe alteraram a ementa e o texto principal, para neles incluir, como destinatários do novo comando que propõe, não apenas as empresas, mas também as cooperativas que operem frotas de táxis. Agora, na CDH, será apreciada em caráter terminativo.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre matéria referente à “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”, o que torna regimental a apreciação do projeto em tela neste colegiado.

O projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Constituição Federal, não incidindo no campo normativo reservado ao Presidente da República, sendo lícita, portanto, a iniciativa parlamentar.

Ainda no aspecto constitucional, importa destacar a competência comum, atribuída à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de cuidarem “da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência” (art. 23, II, da Constituição Federal); a competência da União para legislar, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência” (art. 24, XIV); e a determinação de que a lei disponha “sobre normas de (...) de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (art. 227, §2º), complementada pelo disposto no art. 244, que trata da adaptação dos veículos “atualmente existentes”.

Os mencionados ditames constitucionais ensejaram a edição da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a denominada Lei da Acessibilidade, norma que a proposição em pauta pretende aprimorar.

Quanto ao mérito, pode-se observar com clareza a adequação da proposição às diretrizes constitucionais e legais, tanto no sentido formal, evidenciado acima, quanto no âmbito material. De fato, o espírito da legislação brasileira sobre o tema tem como metas simultâneas a solidariedade à pessoa com deficiência e a promoção de sua independência e autonomia. A proposição em exame tem a virtude de conciliar bem os dois lados, o que a torna digna de apoio.

Outrossim, vale dizer que estamos de acordo com as emendas propostas e aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, que estendem o comando também às cooperativas, visto que elas igualmente oferecem serviços de táxi.

Voto.

Ante as razões expostas, Srª Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2 oferecidas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

É o parecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Valadares.

Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu gostaria de pedir vista desse projeto, mas antes discutir com o Senador Valadares. O mérito não se discute, mas, ao colocar cooperativas, eu recebi aqui uma informação de que as cooperativas não têm carro próprio; são cooperados. Então, seria preciso fazer um ajuste,

porque, senão, indiscriminadamente, como é que se vão determinar esses 5%, se são cooperados, e as cooperativas não têm uma frota própria?

No projeto original, estava certo, porque não havia cooperados. Quando inseriram cooperados...

Então, eu gostaria de pedir vista, para poder discutir isso com o Senador Valadares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É regimental.

Pedido de vista concedido.

Eu vou passar para o Item nº 14, de relatoria do Senador Gim. Eu estou solicitando ao Senador Magno Malta que seja o Relator *ad hoc*.

Vamos verificar se o quórum permanece? (*Pausa.*)

Não há quórum suficiente para votar matéria terminativa. Então, nós vamos...

Ah, voltou o Senador. Vamos votar. Chegou um novo Senador aqui.

Item 14, na página 308.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Gim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações: Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

– Em 26/03/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Como o Relator não se encontra presente, designo o Senador Magno Malta como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para leitura do relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente, antes de fazer a leitura do relatório, muito rapidamente, consulto V. Exª e também o Senador Capiberibe se poderíamos, logo em seguida, fazer a inversão, visto que vou pedir vista mesmo do projeto do item 26 e já que não haverá prejuízo – se V. Exª e também o Senador Capiberibe concordarem.

Em seguida, passo a ler o meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Magno Malta está pedindo inversão de pauta do Item nº 26...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está pedindo vista? Mas, para pedir vista, tem de primeiro...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não, não.

Eu estou pedindo que, logo em seguida ao meu relatório, V. Exª faça o procedimento. Em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, em seguida, eu posso fazer.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, o meu argumento é que não haverá prejuízo, visto que eu vou pedir vista mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Deixe-me só fazer o encaminhamento.

O Senador Anibal havia solicitado, inicialmente, a votação do Item nº 16. Eu solicitei ao Senador Anibal que aguardasse até terminarmos os projetos terminativos. Então, há o Item nº 16 para ser votado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só que agora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E há um requerimento, já apreciado, do Senador João Capiberibe, que é para colocar em votação o requerimento apresentado pelo Senador João Capiberibe, para realizar uma diligência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não.

Estamos aqui nos projetos terminativos. Vamos votar também o requerimento dele. Em seguida, eu peço que coloque o Item nº 26. Eu já até falei com o Senador Capiberibe, porque vou pedir vista.

Então, passo a ler o meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – É um projeto muito bom o projeto do Senador Ciro, e a relatoria do Senador Gim é favorável.

V. Exª leu, e eu passo a ler esse item. E o voto é favorável.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 349, de 2012, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que propõe a alteração da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a Lei de Acessibilidade, de modo a assegurar que as instituições financeiras providenciem o acesso adequado de clientes com deficiência visual às informações e aos objetos físicos (mormente o cartão de crédito ou débito) a serem fornecidos por tais instituições.

É um projeto meritório, Srª Presidente.

O voto é pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com a vênua do Senador *ad hoc*, eu vou pedir vista, porque há uma informação de que os cartões já têm hoje todas as informações para o deficiente visual. Com esse substitutivo, eles estão ampliando isso, o que requer uma reformulação geral no cartão, inclusive na quantidade de informações. Então, com a vênua do Senador Malta, eu gostaria de pedir vista para discutir isso, inclusive com o autor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É regimental a solicitação do pedido de vista. Então, concedida vista ao Item nº 14.

Em seguida, conforme...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Há uma música no Brasil que diz: “Vige como tem Zé, Zé de baixo, Zé de riba”.

Aqui é Ciro demais. Eu estou achando que estou relatando um projeto dele, que o estou elogiando. No entanto, ele pediu vista, e eu falei: “Mas não é seu?” Não, é do outro Ciro. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em seguida, nós vamos passar para o Item nº 16, projeto não terminativo, substitutivo da Câmara. Página 332.

ITEM 16

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 1999 – Não terminativo –

Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, ao PLS nº 66, de 1999.

Observações: Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.

– Em 20/11/2013, a matéria foi aprovada na CCJ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Srª Senadora Ana Rita.

Essa matéria tem a identidade, o DNA e as digitais do Senador Eduardo Suplicy, que é um militante histórico dessa causa. E não se fala desse assunto em qualquer lugar do mundo sem se fazer referência ao Senador Suplicy.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que institui a linha de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas.

A matéria, apresentada há quase 15 anos e aprovada no Senado Federal no ano 2000, recebeu alterações na Câmara dos Deputados, acolhidas pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania do Senado Federal no dia 20 de novembro de 2013. Depois de examinado pela CDH, o projeto será submetido ao Plenário da Casa.

Em sua forma original, a proposição, é composta por cinco artigos.

Em seu art. 1º, determina que o Poder Executivo, por intermédio da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), deverá estabelecer uma linha

oficial de pobreza, com vistas à sua erradicação. Por linha da pobreza, o projeto entende que seja o padrão de rendimento anual mínimo necessário para permitir que uma família e/ou uma pessoa possam suprir suas necessidades vitais.

O art. 2º prevê que o Presidente da República, por ocasião de sua posse, deverá estabelecer detalhadamente as metas regionais de erradicação da pobreza e de diminuição de desigualdades socioeconômicas, a serem atingidas durante o seu governo. Também deverá apresentar ao Congresso Nacional balanços anuais acerca da evolução das metas estabelecidas (§2º), que devem orientar todas as iniciativas orçamentárias governamentais.

Já o art. 3º versa sobre a obrigação de a atual Presidência da República enviar, ao Congresso Nacional, as metas previstas no *caput* do art. 2º, 30 dias após a regulamentação da lei originária da proposição em apreço.

O art. 4º dá o prazo de 90 dias para a regulamentação da lei e, finalmente, o art. 5º estabelece a cláusula de vigência da norma legal a partir de sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Eduardo Suplicy recorda afirmação do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que, por ocasião de sua posse no segundo mandato, afirmou pouco valer o Brasil se situar entre as maiores economias do mundo e continuar entre os primeiros em desigualdade social.

O autor também afirma que, em face das condições de extrema penúria em que vive parte considerável da população brasileira, e tendo em vista que um dos objetivos da República é a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais, apresenta-se a necessidade de estabelecimento de mecanismos e de critérios que permitam vislumbrar o caminho a ser percorrido, com vistas a atingir os objetivos fixados pela Carta Magna. Segundo ele, “a construção de uma linha de pobreza fornecerá uma referência na análise da extensão da miséria no Brasil e na consecução e orientação das políticas sociais”.

Apresenta, ainda, exemplos de iniciativas semelhantes instituídas em diversos países e que resultaram numa maior consciência sobre o tema.

Já o substitutivo da Câmara dos Deputados reduz significativamente o texto original, resumindo seu escopo:

Prevê o estabelecimento da linha oficial de pobreza, definida como sendo o rendimento anual mínimo definido como sendo o rendimento anual mínimo necessário para que um grupo familiar ou uma pessoa que viva sozinha possa adquirir bens e serviços necessários para uma vida digna, e estabelece que “as políticas públicas de erradicação da pobreza deverão conter metas nacionais e regionais de redução do número de familiares e de pessoas que estejam vivendo abaixo da linha oficial de pobreza”.

Cabe a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o exame dessa matéria e de todas as matérias que versem sobre a garantia e a proteção dos direitos humanos, o que torna regimental a análise do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, que cuida de estabelecer medidas voltadas à erradicação da pobreza.

No que tange à constitucionalidade e juridicidade, concorda-se aqui com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que vê as alterações da Câmara dos Deputados como um aperfeiçoamento do projeto inicial do Senador Eduardo Suplicy. Segundo a CCJ, tais alterações retiraram da proposição aspectos que poderiam ser considerados injurídicos, mantendo, contudo, uma redação consentânea com os objetivos do autor.

No texto original, considerava-se linha de pobreza o padrão de rendimento anual mínimo necessário para que uma família e/ou uma pessoa atendam a necessidades vitais, como já foi dito.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados retirou da matéria o detalhamento que continha as obrigações a serem cumpridas pelo Poder Executivo e manteve, em essência, a definição da linha oficial de pobreza como balizador das ações governamentais voltadas para a erradicação da pobreza.

De 1999 para cá, o País avançou no desenvolvimento de políticas voltadas para a garantia da renda e redução da desigualdade social. No entanto, persiste a ausência de critérios para o estabelecimento da linha de pobreza. Os vários programas sociais em vigor são uma mostra da ausência desse balizador.

O Plano Brasil Sem Miséria, por exemplo, tem por finalidade superar a situação de extrema pobreza da população em todo Território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Nele, é considerada como uma situação de extrema pobreza a população com renda familiar *per capita* mensal de até R\$70.

Outros programas em vigor que também se destinam a combater a pobreza mencionam faixas de renda de pobreza, umas diferentes das outras. Tome-se, por exemplo, a diferença de faixa de renda para ingresso no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é de um quarto de salário mínimo, e a do Programa Bolsa Família (PBF) que atende famílias com renda *per capita* inferior a R\$70.

O fato é que o Governo Federal adota diferentes valores para definir pobreza, criando categorias como extrema pobreza e absoluta pobreza, sem, no entanto, clarificar as razões de adoção desses critérios.

É, de fato, difícil determinar a faixa de renda que defina alguém como pobre. Certamente não há padrão que escape de certa arbitrariedade, com pode ser verificado na literatura especializada sobre o tema, ou, ainda, nas experiências internacionais de padronização desse critério.

O mérito do projeto do Senador Eduardo Suplicy, e esse aspecto é o seu diferencial em relação aos parâmetros dos programas sociais em vigor. É que ele propõe a adoção de uma metodologia oficial de linha de pobreza e a explicitação dos critérios pelos quais ela foi construída. A medida, certamente, irá proporcionar debate na sociedade em torno da definição de um mínimo essencial para que as pessoas possam atender, com dignidade, às suas necessidades vitais.

Tal definição passa por um viés técnico, com certeza, mas apresenta aspectos políticos incontornáveis, revelando-se um indicativo do que a sociedade e seus representantes consideram tolerável em termos de condição social.

Ressalte-se, ainda, que os critérios hoje adotados estão relacionados intimamente à capacidade orçamentária de execução dos programas sociais. Eles podem determinar qual faixa de renda o Poder Executivo consegue atender com os recursos de que dispõe, mas evidentemente não representam a situação concreta de pobreza existente no País.

Assim, continua necessário enfrentar essa questão, e o projeto, na forma do substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados, acertadamente aponta neste sentido.

Srª Presidenta, diante do exposto, o voto é pela aprovação com louvor desta proposição do Senador Eduardo Suplicy, através do substitutivo da Câmara dos Deputados, a aprovação do PLS nº 66, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que vai definir, de uma vez por todas, qual é a linha de pobreza no Brasil, instituindo critérios límpidos para dirimir essa dúvida que tanto instiga os sociólogos e economistas do nosso País.

Parabéns ao Senador Eduardo Suplicy, e o voto é pela aprovação, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal Diniz.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senadora Ana Rita, eu quero agradecer o parecer tão bem consubstanciado do Senador Anibal Diniz.

Eu quero dizer que, lendo os livros de Anthony Atkinson, da Universidade de Oxford, e do Professor James Tobin, prêmio Nobel de Economia, já falecido, mas um dos maiores economistas do século 20 e início deste século, eu vi as recomendações de que cada país, cada governo deveria ter metas de erradicação da pobreza.

E, obviamente, isso está presente na nossa Constituição, pois o art. 3º, inciso III, diz que é objetivo fundamental desta Nação erradicar a pobreza e diminuir as desigualdades socioeconômicas, e também é o objetivo tantas vezes expresso pela Presidenta Dilma Rousseff.

É fato que ela tem considerado a pobreza extrema, muitas vezes até cita, U\$1,25 como a própria ONU considera. Mas é importante que nós possamos ter, e pelo IBGE e pelo Ipea, a definição clara e talvez a definição, tanto da pobreza extrema, como também da pobreza absoluta.

Eu tenho a convicção de que nós poderemos chegar em breve ao dia em que não haja uma pessoa sequer no Brasil com o rendimento abaixo de certo nível. E justamente a proposta da renda básica de cidadania universal e incondicional para todos tem esse propósito.

Então, muito obrigado, Senador Anibal Diniz, pelo parecer de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66 de 1999.

O projeto segue para análise do Plenário.

Vamos agora colocar em discussão... Já aprovamos a inclusão extrapauta do requerimento do Senador João Capiberibe. Eu coloco em discussão o requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, pela ordem.

Há outro requerimento que eu gostaria de apresentar, para que sejam votados os dois.

O requerimento é para uma audiência pública, para discutirmos aqui o uso da água na mineração.

Esse requerimento está sobre a mesa.

Eu peço inversão de pauta para que a gente possa votá-lo agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, eu aguardarei o momento, mas quero lembrar que eu tenho dois requerimentos que eu gostaria de propor a V. Exª.

Um deles eu sei que V. Exª está junto, que é do decreto dos movimentos sociais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós vamos fazer o encaminhamento que havíamos combinado antes.

Nós vamos votar os dois requerimentos do Senador Capiberibe.

Em seguida, vamos apreciar o Item nº 26, que já está na pauta, a pedido do Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Há pouco, a TV Senado estava focalizando V. Exª um pouco mais aqui atrás. Vim, justamente, dar um abraço de agradecimento no Senador Aníbal Diniz, que agora está voltando. Quero dar-lhe um abraço. *(Risos.)*

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Senador, parabéns! Parabéns aos dois!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A TV Senado é importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Parabéns aos dois Senadores que trabalharam conjuntamente na aprovação do projeto.

Consulto se as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores concordam com a inclusão do requerimento extrapauta, que solicita audiência pública para debater com técnicos e lideranças de populações atingidas pela escassez gerada pelo impacto do uso da água da mineração.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Art. 90, XIII, requeiro que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, junto a Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade do Senado Federal, realize uma diligência na Superintendência Regional da Polícia Federal em Fortaleza/CE, local para onde foi conduzido coercitivamente o soldado reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro Lima, de 71 anos, com o objetivo de colher informações sobre seu depoimento e realizar uma oitiva com o mesmo. Depois de passar mais de quatro décadas escondido sob a alcunha de “Camarão”, o carcereiro da Casa da Morte, Antônio Waneir Pinheiro Lima, foi localizado no interior do Ceará. Conduzido para a Polícia Federal, ele reconheceu ter atuado como “vigia da Casa”. A Casa da Morte, como ficou popularmente conhecida, situa-se no imóvel da Rua Arthur Barbosa, bairro Caxambú, Petrópolis, RJ. A casa, cedida ao Centro de Informações do Exército (CIE) pelo empresário alemão Mario Lodders, era bem isolada e praticamente não tinha vizinhos à época, o que facilitava as sessões de tortura. Considerado um dos piores porões de tortura da ditadura civil-militar. Conta-se que do local, também conhecido como Casa dos Horrores e Codão, ninguém saía vivo. A exceção é Inês Etienne Romeu, ex-dirigente da VAR-Palmares, que conseguiu sair da casa graças a uma campanha internacional de denúncia de sua prisão clandestina.

Autoria: Senador João Capiberibe

Vamos colocar já em votação o referido requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Também coloco em votação o requerimento solicitado anteriormente pelo Senador João Capiberibe. Já foi votada e aprovada a inclusão extrapauta.

Nós vamos, agora, aprovar o requerimento para fazer uma diligência ao Estado do Ceará em função do assassinato...

Por favor, repita.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Para ouvir o soldado Camarão, que foi um torturador na Casa da Morte de Petrópolis, segundo o depoimento de Etienne Romeu, que é a única sobrevivente.

Proponho que a gente faça uma diligência externa para ouvi-lo lá em Fortaleza, na carceragem da Polícia Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, aqueles que aprovam o requerimento...

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acho muito importante essa audiência que a Comissão fará lá na prisão em Fortaleza, como V. Exª mencionou. Mas queria recomendar que, se fosse possível, fosse realizada ainda no mês de novembro, pois o relatório da Comissão Nacional da Verdade será divulgado dia 10 de dezembro. Em princípio, no dia 10 de dezembro ou na semana em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Se possível, dia 10. Seria muito pertinente se essa informação...

Sei que o relatório da Comissão de Direitos Humanos está para ser finalizado ainda neste mês, mas uma informação dessa relevância poderá, obviamente, ser acrescida, e ainda há tempo de constar do relatório.

É a recomendação que faço, Senador João Capiberibe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Acho que procede a recomendação do Senador Eduardo Suplicy.

Com certeza, quanto mais cedo for realizada a diligência, melhor, porque o resultado dessa diligência poderá, também, ser incluído no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sugiro que nós façamos essa diligência na próxima quinta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Na próxima quinta-feira.

Primeiro, vou votar a realização da diligência; depois, nós definiremos o dia e quem irá a essa diligência. Então, coloco em votação a realização da diligência para ouvir o carcereiro da Casa da Morte, lá no Estado do Ceará.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Senador João Capiberibe está propondo que se faça na próxima quinta-feira.

É isso, Senador João Capiberibe? *(Pausa.)*

Na próxima quinta-feira.

Antes de mais nada, consulto quem deseja participar dessa diligência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem querer complicar, mas já complicando um pouco, quero dizer que a próxima quinta será dia 20 de novembro. Teremos, aqui, a entrega da Medalha Abdias, uma iniciativa da Senadora Lídice da Mata e deste Senador. Até vou a Fortaleza, mas vou no voo das 16h30min, na própria quinta. Na sexta estarei lá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Podemos ir na sexta. Pronto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na sexta, eu me prontifico a acompanhá-los.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Combinado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador João Capiberibe vai. Então, o Senador Paulo Paim. Alguém mais se manifesta? *(Pausa.)*

A Senadora Lídice da Mata também vai analisar a possibilidade de ir. É isso?

Então, em princípio, são os três Senadores. É importante constar em ata, justamente para poder facilitar depois as passagens que precisam ser providenciadas.

Portanto, na próxima sexta-feira: Senador João Capiberibe, a Senadora Lídice, que vai avaliar a possibilidade de ir, e o Senador Paulo Paim já confirmou.

Então, aprovado.

Vamos apreciar agora o Item nº 26, a pedido do Senador Magno Malta. Logo em seguida, os requerimentos que já constam da pauta, uma boa parte de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, de 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para a leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, submete-se à deliberação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 470, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que derroga o Livro IV do Código Civil e revoga diversos outros dispositivos legais para criar, em seu lugar, o Estatuto das Famílias.

Neste sentido, e conforme justificção apresentada pela autora, a proposição colhe contribuições do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) para oferecer novos parâmetros legais e agregar elementos doutrinários e jurisprudenciais que refletiriam melhor os princípios e valores expressos na Constituição e na sociedade, onde se vê uma significativa pluralidade de configurações familiares.

O PLS nº 470, de 2013, dispõe sobre a caracterização das entidades familiares; a atualização da disciplina aplicável ao casamento e ao divórcio, bem como às relações patrimoniais pertinentes; a equiparação da união estável ao casamento; acolhimento dos avanços jurisprudenciais relativos às uniões homoafetivas; as relações de filiação, a alienação parental, o abandono afetivo e as obrigações alimentares; a tutela e a curatela; aspectos processuais e procedimentais pertinentes ao Direito de Família.

A proposição foi distribuída para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram recebidas emendas.

Análise.

Conforme disposto no art. 102-E, incisos III e V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos e proteção à família. Convém mencionar que a CCJ deve opinar sobre Direito Civil, nos termos do art. 101, inciso II, alínea “d”, do Regimento Interno do Senado Federal, o que abrange grande parte da proposição, de modo que esta análise será orientada conforme essa divisão regimental de competências.

O conceito de família não se encerra no campo jurídico, sendo reflexo da cultura e das relações sociais que tanto derivam das tradições quanto surgem espontaneamente entre as pessoas, queira ou não a lei. As famílias são as células sociais fundamentais nas quais, salvo raras exceções, os indivíduos nascem, crescem e estabelecem relações profundamente significativas e duradouras. Dessa forma, sendo a família um fato social antes de um instituto jurídico, cabe ao Direito proteger esse pilar fundamental da sociedade e disciplinar as relações familiares naturais ou sociais que se estabelecem entre as pessoas.

Um dos pontos de partida deste trabalho é reconhecer a importância da tradição e da estabilidade das relações familiares, pois a lei deve ser um reflexo da sociedade, de seus anseios e de seus valores. Não obstante, o Direito não pode deixar de reconhecer que a sociedade, os costumes e os valores são dinâmicos, estando em constante evolução, o que demanda constante reavaliação das leis pertinentes, para que o Direito não promova o engessamento artificial da sociedade e não se converta num amontoado de regras anacrônicas, ineficazes, desvinculadas da realidade social.

Pode soar estranha e prematura a iniciativa de atualizar todo um livro do Código Civil que tem pouco mais de dez anos. Porém, sabemos que as normas nele contidas refletem debates havidos há meio século, quando os valores patriarcais tradicionais eram muito mais fortes do que hoje.

Desde então, vimos avanços fundamentais na afirmação dos direitos humanos fundamentais, inclusive de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, no combate à discriminação e ao preconceito, inclusive, mas não somente relativos a gênero e à sexualidade. Nesse sentido, a proposição ora examinada já acerta desde o seu nome, pois remete à pluralidade de organizações familiares, admitindo tanto os vínculos naturais de filiação quanto os fortes vínculos oriundos da afetividade, que se traduz na comunhão de vida, o casamento, a união estável, a adoção, a afinidade.

Ressaltamos, inicialmente, a opção pelo PLS nº 470, de 2013, de não discriminar as famílias com fundamento em gênero e sexualidade. O seu art. 20 fala em nubentes, sem especificar homem e mulher. Ao não limitar aos heterossexuais o direito de casar ou de constituir união estável, a proposição acolhe os avanços recentes, observados na sede judicial e administrativa, no sentido de não discriminar a homoafetividade. A família é, ao mesmo tempo, tema pertinente à intimidade de cada pessoa que a integra e à coletividade, que a acolhe e valoriza a organização familiar como base da sociedade.

Por essa razão e para evitar lesão à esfera privada das pessoas, as restrições às organizações familiares, só podem ser admitidas na medida em que são necessárias para preservar direitos dos membros da própria família e da coletividade. Ressalte-se que falamos em direitos, não em convicções religiosas ou valores morais, pois os direitos das minorias devem ser garantidos mesmo diante da vontade da maioria.

Em pleno Estado democrático de direito, a lei não pode operar contra o pluralismo e abrigar o preconceito, pois isso fere o respeito à diversidade humana e à dignidade fundamental de todos. Impor às minorias

a opinião, as crenças ou os valores morais da maioria não é sinônimo de democracia e, sim, de intolerância, própria de regimes totalitários.

Se, felizmente, depois de longa luta contra o preconceito, podemos afirmar com plena clareza que a dignidade humana, fundamental, independe de gênero e sexualidade, não é legítimo que o Estado proíba ou discrimine a comunhão de vida entre pessoas não heterossexuais. Esse entendimento está solidamente ancorado em normas constitucionais relativas a direitos fundamentais, tais como o art. 1º, inciso III, que elenca a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil; o art. 1º, inciso V, que inclui entre esses fundamentos o pluralismo político, atualmente compreendido com respeito e tolerância, não somente à diversidade política, mas também às diferenças sociais, culturais e individuais; o art. 3º, inciso IV, que inclui entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; o *caput* do art. 5º, que afirma a igualdade de todos perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; o art. 5º, inciso X, que afirma serem invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra das pessoas; o art. 5º, inciso XLI, segundo o qual a lei punirá qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais.

No bojo da Constituição Federal de 1988, esses dispositivos que vedam a discriminação e protegem a intimidade, a vida privada, a honra e a diversidade, inclusive de gênero, identidade de gênero, sexo e orientação sexual, contradizem o argumento de que o casamento é limitado à união entre homem e mulher, a partir de uma interpretação derivativa do art. 226, §3º, que menciona a conversão da união estável entre o homem e a mulher em casamento. A prevalecer essa interpretação, mais restritiva, não se poderia considerar como família, à luz da Constituição, a comunidade formada entre adotantes e adotados, pois o §4º do mesmo art. 226 fala em “pais e seus descendentes”. Ademais, conforme disposto no art. 5º, §2º, “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados”, de modo que a menção ao homem e à mulher, isoladamente, não pode contradizer todo o sistema de garantias dos direitos fundamentais e, particularmente, os outros dispositivos que mencionamos.

Todavia, dado que não é lícito ao Estado impor convicções sobre a fé íntima das pessoas privadas, não se pode proibir ou evitar que, no seio das organizações religiosas ou de quaisquer outras formas de relação com o que se considere sagrado, opções alternativas à heterossexualidade biológica e social sejam consideradas pecaminosas. O pecado é livre.

Podemos considerar lícito, portanto, que confissões religiosas defendam que a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade estejam em desacordo com a fé que pregam, mas não se pode tolerar a institucionalização do preconceito, da discriminação e da violência homofóbica no Estado democrático de direito. No mesmo sentido, não se pode admitir que esses valores e crenças pessoais, mesmo que sejam partilhados pela maioria da população, prevaleçam sobre o direito à família de homossexuais, bissexuais e transgêneros. A lei não altera a consciência nem as convicções íntimas das pessoas, mas é dirigida para a sua conduta, e o respeito à diversidade é condição *sine qua non* da democracia.

Esse, certamente, é o tema mais polêmico tratado no PLS nº 470, de 2013, mas também merecem destaque: o art. 13, §2º, que determina a extinção do parentesco por afinidade com a dissolução do casamento, exceto para fins de impedimento à formação de entidade familiar; e o art. 21, §1º, que condiciona a validade do casamento religioso ao registro no prazo de noventa dias, mas o admite como prova de união estável mesmo após o decurso desse prazo. São mudanças salutaras, que refletem a evolução do Direito de Família no Brasil. E há uma evolução permanente da sociedade, e o Estado não pode manter esse fosso, esse divórcio entre a lei, o direito e a sociedade.

Portanto, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Peço vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, eu quero, no mínimo, dialogar sobre o tema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. O Senador Magno Malta pede vista. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero ser aqui muito...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente.

Só um minutinho, Senador Paim, porque eu pedi vista, até porque são 303 artigos. É um estatuto. Isso demanda muita profundidade, razão pela qual peço vista.

Até porque o Senador Capiberibe destacou dois artigos. Então, demanda muita profundidade, um debate muito profundo, razão pela qual eu estou pedindo vista, Senador Paim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de pedir vista, também, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então é vista coletiva, não é isso?

Eu vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, à Senadora Lídice da Mata.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Olha, como já pediu vista coletiva o Senador Magno Malta... Eu ia fazer outro encaminhamento, mas já está decidida a vista coletiva, consequentemente... Porque, eu olhando aqui, Senadora Lídice...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me só dar minha opinião. Se eu a tivesse dado antes, talvez o encaminhamento fosse outro.

Esse aqui é um trabalho gigantesco. Eu trabalhei na concepção de alguns estatutos: o da igualdade racial; da pessoa com deficiência; do motorista. Praticamente discutimos uma atualização na CLT. E, veja bem, são quase 100 páginas.

Como é que nós vamos votar uma matéria dessas?

Reconheço aqui a competência, a qualidade de quem a elaborou. E V. Exª sabe a minha posição, Senadora Lídice da Mata.

Mas eu me sentiria – eu, eu – meio irresponsável se eu votasse um estatuto sem dialogar um pouco com a sociedade, ouvir... Até para valorizar o trabalho elaborado pela Senadora Lídice da Mata. Esse é o tipo de trabalho que, para mim, não tem como passar aqui sem se fazer no mínimo uma audiência pública, ouvindo a sociedade, porque é muita coisa.

Eu estive olhando aqui... E até porque... Senadora Lídice, se me permite, até pelo trabalho, que é um... Olha, é o Estatuto da Família! Olha a complexidade e a grandeza desse seu trabalho. Até para valorizar o seu trabalho. E aqui é a comissão de mérito; não é lá na CCJ. A CCJ vai dizer se é legal, se é inconstitucional ou não. A de mérito é aqui.

Eu sei que... Eu também, muitas vezes, até faço a leitura de um relatório em um minuto, para aprovar o projeto. Mas é um projeto de um, dois artigos que eu tenho muita convicção de que aquilo está correto e adequado e de que os Senadores acompanharam.

Mas, Senadora Lídice, a Srª fez um estudo brilhante, uma ideia brilhante, que merece ficar um tempo maior na nossa Comissão, para a gente caminhar para aprovar esse estatuto pela grandeza que ele merece.

Por isso, eu não entrei na vista e eu entraria em uma audiência para a gente, no mínimo, debater um pouco... Olha, eu não conheço nada aqui, eu não sei o que está escrito aqui...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Apenas pela grandeza do trabalho realizado e pela nossa responsabilidade. Aqui é a Comissão de Direitos Humanos. Consequentemente, é o lugar adequado para discutir o Estatuto da Família; não tem outro local.

Por isso, talvez, eu não sei se, pela minha fala, a gente caminhasse em comum acordo aqui, no mínimo, por uma audiência pública para, depois, ver como seria, digamos, o processo de votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Pela ordem, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vamos ouvir a autora do projeto, Senadora Lídice da Mata.

Depois, o Senador Marcelo Crivella.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Srª Presidente, eu quero agradecer a palavra e saudar o Senador Paim. Agradecer o relatório do Senador Capiberibe e também a solicitação de vista do Senador Supply, mas eu pessoalmente... E Magno Malta. Desculpe.

Eu, pessoalmente, compreendo que esse projeto merece um debate, sim, na Comissão. Um debate maior. Eu quero deixar tranquilo o Senador Magno Malta e outros Senadores que, por alguma, digamos assim, convicção, por qualquer motivação de convicção religiosa, desejarem ter um debate maior sobre esse tema, que eu não farei obstáculo algum a que isso aconteça.

Primeiro, porque considero que a família, como está dito, vai-se formando a partir de uma evolução de afirmação e prática social. Não fosse isso, nós não teríamos a Lei do Divórcio, que levou 12 anos em debate nesta Casa, de autoria do honrado, e orgulho para os baianos, Senador Nelson Carneiro – embora fosse eleito pelo Rio de Janeiro, onde fez sua vida pessoal e política.

Trata-se, o Estatuto das Famílias, de um debate que se iniciou inclusive no meio da associação de advogados de Direito de Família. Portanto, de pessoas que tratam do direito, da conquista do direito, da administração desse direito nas varas de família deste País, para garantir a guarda de muitos, para garantir alimentos para outros, para garantir, portanto, a sobrevivência, principalmente tendo como garantia essencial o direito dos filhos, o direito das crianças e do adolescente, do jovem em uma família.

Na semana passada, Senador Magno Malta, fui a São Paulo, e perto de mim estavam sentados dois rapazes. Eu estava ao fundo, prestando atenção à minha leitura. No entanto, um dos rapazes falava mais alto. E ele falava sobre uma criança. E o outro lhe perguntava: “Mas qual é a relação dela com o pai?”. Era seu enteado. E ele dizia: “Não, a relação deles não é boa. Eu tenho que agir dessa forma, porque é a minha relação que conduz a orientação familiar dele, de valores, etc., porque a relação dele com o pai é muito ruim.”

Ele falava também: “Mas como ele se dá com os seus filhos?” Ele: “Não, com os meus filhos, a relação é muito boa.” Portanto, tratava-se de uma pessoa que havia sido casada, tinha filhos, hoje estava no segundo casamento e se referia à sua relação com o enteado e a sua relação com os seus filhos.

Eu fiquei, assim, parada e me lembrei de que, antigamente, uma conversa dessas era feita em tom muito baixo, para que os que estivessem ao lado não percebessem que se estava tratando de uma pessoa que era separada, de uma relação que tinha com outro. E me lembrava de um amigo meu, um pouco mais velho que eu, que me testemunhou que, certa vez, foi expulso, foi induzido a se retirar da escola quando seus pais se separaram, porque era assim que se conduzia naquele tempo, há 50, 60 anos. Em algumas escolas particulares do Brasil inteiro, isso era naturalizado.

Há, portanto, uma mudança de cultura, de costumes, de hábitos, o que levou a mudanças nas leis. É com essa intenção que nós trazemos esse estatuto ao debate, e não com a ideia de que ele pudesse aqui ser aprovado a toque de caixa, Senador Magno Malta, sem as contribuições dos demais, sem o óbice de alguns que pensam diferente, sem o debate dessas questões na sociedade.

Longe de mim a ideia de que uma coisa dessas pudesse ser aprovada aqui no repente. Eu quero deixar absolutamente tranquilos todos aqueles que tenham algum óbice à aprovação deste projeto. Ele está colocado para se debater com a sociedade brasileira, para ouvir todos os segmentos – os católicos, os protestantes, os evangélicos, os budistas, os que pensam a relação familiar de maneira diferente, os que não pensam ou pensam igual –, para que possamos evoluir a um posicionamento sobre este projeto.

Por isso, quero agradecer o relatório sintético, que sei que foi estudado, que me buscou para ouvir a minha posição durante muito tempo. Eu esperava que tivesse uma audiência pública pelo menos. Creio que veio à pauta muito mais porque estamos no final de um ano, de um período legislativo, e a Secretaria pensou, talvez, poder fazer isso rapidamente. Quero agradecer a todos, inclusive àqueles que o colocaram logo em pauta. Mas a minha posição, como autora deste projeto, é de que ele passe por um processo de debate intenso. Senão, ele não conseguirá servir ao seu objetivo, que é transformar-se numa lei moderna, numa lei que, em vez de deixar tensas as relações familiares, na verdade, abrigue e harmonize, no Direito Civil, as relações familiares em nosso País.

Portanto, quero solicitar aos Senadores que pediram vista coletiva que, eventualmente, possamos renunciar a essa vista coletiva e aprovar uma ou mais audiências públicas para tratarmos desse assunto.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu estou de acordo, Srª Presidente. Se o Senador Magno Malta considerar esse caminho adequado, se o Senador...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho. O Senador Eduardo Supply está se manifestando, como encaminhamento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se V. Exª considerar adequada a proposta que o Senador Paulo Paim e a autora consideraram muito adequada, que procedamos às audiências públicas, uma ou mais, para que aprofundemos a reflexão a respeito.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Quero, inclusive, destacar que não falo de experiências pessoais. Falo de análise da sociedade. Vivi em um tempo – já sou um pouco mais velha – em que os meus pais não foram separados e tenho formação religiosa de família religiosa por parte de pai e mãe, mas quero dizer que a minha proposição, portanto, é uma proposição para debate, para análise e para que nós possamos refletir, profundamente, sobre o Direito de Família no Brasil.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidenta, muito obrigado.

Eu acho que o Senador Paim e a Senadora Lídice sintetizaram, aqui, o pensamento da nossa Comissão. Nós precisamos aprofundar o tema, e, para isso, não tem coisa melhor, instrumento melhor do que as audiências públicas.

Eu mesmo pretendo encaminhar o requerimento, e acho que outros Senadores o farão, para que, com maturidade, ponderação e equilíbrio, possamos votar, aperfeiçoar e aprimorar o projeto da Senadora Lídice da Mata.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu que fiz o pedido de vista, quero, primeiramente, cumprimentar o Senador Paim, pela lucidez, ele que é o campeão de estatutos, que tantos benefícios têm trazido à sociedade; e a lucidez da nossa querida Senadora Lídice da Mata, a sensibilidade de entender a complexidade de um estatuto de 303 artigos, até porque a lei é feita da regra para a exceção, e, nunca, da exceção para a regra.

Existem valores, e, por isso, esse debate, que nem o tempo, nem a evolução, nem a internet vão mexer com eles, porque não têm o direito de mexer com esses valores. Então, o debate tem de ser profundo. E dizia ela, no final da sua fala: não foi o propósito, porque, se você faz isso, dessa forma, em vez de se chegar a algum ponto, a algum denominador, cria-se tensão nas relações.

Então, em nome dessa lucidez, penso, também, que esse debate não se esgota daqui para o dia 17, quando começa o recesso parlamentar. Nós precisamos ter, pelo menos, aí, cinco, seis, o que for, de audiências públicas, como dizia, também, a Senadora Lídice da Mata. E eu a estou citando aqui porque, quando nasciam os meus dentes, minha mãe já votava nela, na Bahia. Então, eu a vou citando, sempre, aqui, porque minha mãe sempre nos colocava para entregar santinho dela, na marra. Então...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Imaginem, imaginem essa realidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Já entreguei santinho dela na marra, mãe mandando.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Vocês acreditam nisso?!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, eu sugiro um calendário...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ele está concluindo.

Senador Magno Malta, concluiu? Concluiu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Opa, desculpa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, eu só citei que minha mãe... E mãe, do jeito que era, se estivesse viva...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Trata-se, portanto, de uma relação familiar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mãe, se fosse viva, já teria dado um “brigueiro” com ela, pelo telefone por ela ser a autora da lei.

Então, eu também retiro a vista, no sentido de que encaminhemos requerimento para que nós possamos produzir essas audiências públicas, debater com a sociedade – quem é a favor, quem é contra, respeitando quem é a favor, respeitando quem é contra. Quem sabe exista um ponto que nos faça convergir – está certo? –, em vez de se gerar tensão e criar relações mais difíceis ainda.

Parabéns à senhora, e eu concordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Eu acho que o projeto é de uma relevância muito grande para a sociedade. Atinge pessoas de todas as classes sociais. É importante aprofundarmos o debate.

Imaginem, por exemplo, que o Código Civil francês, Srª Presidente, só fazia referência ao homem, o Código da Revolução Francesa. A mulher não existia. Agora, se nós analisarmos do Código Civil francês à nossa última versão do código, de dez anos atrás, houve um processo evolutivo que nada pode deter.

Então, eu acho que um calendário de audiências públicas seria fundamental para que pudéssemos debater, com total abertura, porque esse é um tema de interesse geral da sociedade; são direitos civis que estão em jogo. O Estatuto das Famílias amplia esse conceito de família, que é algo fundamental e com o qual convivemos no nosso cotidiano.

Portanto, vamos estabelecer esse calendário e travar o bom debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Então, o pedido de vista está retirado. O compromisso é de que os Senadores que aqui se manifestaram apresentem requerimento para que possamos fazer audiências públicas, uma ou duas, de acordo com a necessidade.

A Senadora Lídice vai apresentar o requerimento.

O Senador Paulo Paim vai apresentar, o Senador Magno Malta...

Se possível, dialoguem, para que possamos pensar juntos, aí, nas audiências públicas.

Então, desta forma, fica suspensa a discussão do Item nº 26, o Projeto de Lei nº 470, de 2013.

Nós temos diversos requerimentos para serem aprovados: há um projeto de lei, não terminativo, de minha relatoria, e eu queria ver se daria tempo, ainda, de votarmos esse projeto. Eu solicito ao Senador João Capiberibe.... Acabou de sair.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Suplicy para presidir aqui, rapidamente. Pode ser, Senador Suplicy, enquanto eu faço a leitura do meu relatório?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Enquanto não começa a Ordem do Dia, nós podemos dar uma geral na pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Como sou Relatora do Item nº 18, eu vou passar a Presidência ao Senador Eduardo Suplicy, para que possa proceder aos encaminhamentos referentes a este item.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Ana Rita sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014, como Relatora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o projeto que está na página. 362.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2014 – Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”.

Autoria: Deputada Dalva Figueiredo

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: Tramitação: CDH e CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2014 (indexado como Projeto de Lei nº 5.297, de 2009, na Casa de origem), de autoria da Deputada Dalva Figueiredo, tem por finalidade alterar a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, para estabelecer que, nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal é pública e incondicionada.

Conforme justificativa oferecida pela autora, a iniciativa resulta da constatação de que muitas mulheres vitimadas pela violência doméstica e familiar deixam de denunciar seus agressores, por vergonha, por medo de sofrer represálias, por preocupação com o que possa acontecer com os filhos, por dependerem economicamente do agressor, por acreditarem que a agressão não se repetirá ou por não quererem prejudicar o agressor, a quem estão emocionalmente apegadas. Esses entraves à denúncia são agravados pela interpretação que muitos magistrados dão à Lei Maria da Penha, no sentido de que a ação penal, nesses casos, é pública e condicionada à representação da vítima.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados, sob a forma de substitutivo, havendo sido examinada pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC nº 37, de 2014, foi distribuído às comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Eu vou passar à análise e vou tentar ser breve.

A Lei Maria da Penha é um marco no combate à violência contra as mulheres. É um dos raros casos nos quais o Direito se adianta à evolução dos costumes, tendo em vista que o machismo e o paternalismo ainda são valores teimosamente impregnados na nossa sociedade, inclusive entre as mulheres. Alguns juízes chegaram

a decidir *contra legem* por considerá-la incompatível com os valores culturais e familiares da nossa sociedade, como se as mulheres não passassem de objetos à disposição e à mercê dos cônjuges e companheiros.

Ocorre que essa lei tem um forte caráter educativo, que depende, em grande parte, de sua efetividade. Dessa forma, se um agressor escapa do rigor da lei, por qualquer razão, até mesmo por eventual complacência ou temor da vítima, prejudica-se todo o sistema de combate à violência contra a mulher. E cada mulher que, sendo vítima de violência doméstica e familiar, deixa de representar contra o seu agressor, e favorece, querendo ou não, a reprodução da violência sobre outras mulheres.

A única ressalva à proposição é a falta de clareza e concisão de sua ementa, que reproduz a ementa da Lei Maria da Penha sem esclarecer o teor da alteração proposta, assim afrontando as prescrições dos arts. 5º e 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Para sanar esse problema, apresentamos uma emenda ao final deste relatório.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014, a seguinte redação: “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer que, nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal é pública e incondicionada.”

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estão insistindo muito para que a gente vá ao plenário para abrir a sessão. Sei que temos alguns requerimentos. Se pudéssemos... Eu sintetizo os meus dois requerimentos em 30 segundos. Se os outros fizerem o mesmo, dará tempo de chegarmos ao plenário.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidente, permita-me fazer uma questão. Quando um projeto é de um Parlamentar, normalmente conclui sua apreciação e votação no âmbito das comissões. O projeto de lei que institui a linha oficial de pobreza já havia sido aprovado na CCJ e hoje foi aprovado aqui. Pergunto: como todo projeto de Parlamentar, ele não é terminativo aqui? Precisa ir ainda ao Plenário? É a indagação que faço. Precisa ir ao Plenário?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele está voltando para a Câmara.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quando há um substitutivo da Câmara, precisa ser aprovado em Plenário? Está bem. Então, está resolvida a questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Gostaria de reforçar: é um substitutivo da Câmara dos Deputados; portanto, precisa necessariamente passar pelo Plenário.

Gostaria de sugerir, como encaminhamento, que votássemos em bloco os requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso, já que não há divergência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Apenas faço um consulta. Tenho um requerimento extrapauta que trata da primeira infância, e precisamos aprová-lo hoje para dar tempo de realizarmos a audiência pública ainda no período necessário.

Então, consulto as Sras e os Srs. Senadores... Se bem que tenho que repassar a presidência, porque o requerimento é meu. Então, devolvo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que possa presidir e colocar em votação extrapauta o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O requerimento da Senadora Ana Rita...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O requerimento da minha autoria tem como objetivo debater o tema Aportes das Neurociências à Compreensão do Desenvolvimento Infantil – Novas Perspectivas.

Essa audiência será realizada no próximo dia 26 de novembro às 10h. Proponho que participem desta audiência os seguintes convidados: Drª Bernadette Rogé, Dr. Alfred Sholl-Franco, Drª Suzana Herculano e Drª Françoise Molénat.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de o tema “Aportes das Neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas” a ser realizada no próximo dia 26 de novembro, às 10 horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Bernadette Rogé; 2. Dr. Alfred Sholl-Franco; 3. Dra. Suzana Herculano; 4. Dra. Françoise Molenat.

Autoria: Senadora Ana Rita

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Volto a palavra à Presidenta Ana Rita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, tenho dois requerimentos. Gostaria que me permitisse encaminhá-los com muita rapidez. Um deles é porque teremos, na próxima segunda-feira, uma audiência pública do combate ao racismo no campo de futebol. Esse é o requerimento. Uma vez aprovado, já está agendado para a próxima segunda-feira às 9h.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pergunto aos Srs. Senadores se poderemos votar em bloco, porque também há vários requerimentos de minha autoria, além desses da primeira infância, que nós estamos incluindo como extrapauta. Há um requerimento relacionado às TVs comunitárias, para que nós possamos debater esse tema...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...tão importante neste momento; também há um requerimento para discutir a questão de mobilidade das pessoas com deficiência, previsto para acontecer, agora, ainda nesta semana, dos Direitos Humanos; um requerimento relacionado a um projeto de que eu sou Relatora, de autoria da Senadora Ana Amélia, relacionado à regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Ela nos solicitou fazer audiência pública a respeito desse tema, e, então, estamos aqui apresentando o requerimento.

E o outro, também, é o lançamento de um livro: “A Inclusão na Educação Profissional: um novo jeito de ser docente”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, para incluir todos, há um, também, que é de minha autoria e há um de V. Exª, que é para discutir o decreto dos conselhos – que ele fosse aprovado no bloco também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Que já está, também, extrapauta. Então, eu coloco em votação a inclusão do requerimento extrapauta, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir a Política Nacional de Participação Social, que é o decreto da Presidenta.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Decreto nº. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidenta da República, que “Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social, e dá outras providências”, para tanto, sugiro que sejam convidados os Representantes das Centrais Sindicais: 1. Arthur H. da Silva Santos – Presidente da CUT. 2. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical. 3. Ricardo Patah – Presidente da UGT. 4. Wagner Gomes – Presidente da CTB. 5. José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central Sindical – NCST. 6. Ubiraci Dantas de Oliveira – Presidente da CGTB. 7. Lourenço Ferreira do Prado – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST

Autoria: Senador Paulo Paim

Quem aprova a inclusão extrapauta permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Eu coloco em votação, em bloco, todos os requerimentos aqui relacionados.

(Pausa.)

Eu vou devolver a presidência ao Senador Eduardo Suplicy, porque diversos requerimentos são de minha autoria. Assim, como Presidente da audiência, S. Ex^a poderá colocá-los em votação. São diversos requerimentos, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Aqueles que estiverem de acordo com os requerimentos mencionados pela Senadora Ana Rita, que referem-se ao decreto sobre participação popular.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E, de minha parte, um sobre o racismo em campos de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Um, sobre o racismo, do Senador Paulo Paim. Sobre as TVs comunitárias, a mobilidade de pessoas com deficiência, instrumentos cirúrgicos de regulamentação de profissão, um lançamento de livro e um outro sobre a primeira infância, todos da Senadora Ana Rita, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: “O racismo sofrido nos campos de futebol pelos jogadores negros”. Para tanto, sugiro que sejam convidados 1. Sr. José Maria Marin, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; 2. Sr. Francisco Novelletto Neto, Presidente da Federação Gaúcha de Futebol – FGF; 3. Sr. Fábio Koff, Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; 4. Sr. Odílio Rodrigues Filho, Presidente do Santos Futebol Clube; 5. Sr. Joaquim Evangelista, Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol – SJPF; 6. Ministra Idelli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República –SDH; 7. Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Autoria: Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel das TVs Comunitárias para o fortalecimento da comunicação como um Direito Humano fundamental. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Márcio Borgneth, secretário do AudioVisual do Ministério da Cultura; 2. Jordão Pacheco, diretor da TVT – TV dos Trabalhadores; 3. Fernando Moreira, presidente da ABTU – Associação Brasileira de TVs Universitárias; 4. Carlos Alberto Almeida, diretor da TeleSUR; 5. Rodrigo Lucena, presidente da ASTRAL – Associação Brasileira das TVs Legislativas; 6. Nelson Breve, presidente da EBC – Empresa Brasileira de Comunicação.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência, em especial a Resolução nº 280/2013 da Agência Nacional de aviação Civil (ANAC).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Livia Magalhães – Diretora Jurídica do MOAB; 2. Berenice Piana – inspiradora da Lei 12.764/12, que leva o seu nome; 3. Lorena Prado – Coordenadora do Grupo Autismo Jataí; 4. Representante da Empresa Inframérica – Concessionária de Aeroportos no Brasil; 5. Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência/SDH; 6. Representante do Ministério Público Federal; 7. Andrea Pontes – Advogada e Paratleta.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Floriano Cardoso, presidente da Associação Médica Brasileira; 2. Carlos Vital Tavares, presidente do Conselho Federal de Medicina; 3. Leide Izabem do Nascimento, presidenta da Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos e, 4. Osvaldo Albuquerque Sousa Filho, presidente do Conselho Federal de Enfermagem

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, incluir na pauta relativa à Semana dos Direitos Humanos, que ocorrerá de 07 a 13 de dezembro do corrente ano, o evento relativo ao lançamento do livro intitulado:

“A inclusão na educação profissional: um novo jeito de ser docente” publicado pela UNESCO a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a UCB – Universidade Católica de Brasília e a Editora LiberLivro..

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Decreto nº. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidenta da República, que “Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social, e dá outras providências”, para tanto, sugiro que sejam convidados os Representantes das Centrais Sindicais: 1. Arthur H. da Silva Santos – Presidente da CUT. 2. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical. 3. Ricardo Patah – Presidente da UGT. 4. Wagner Gomes – Presidente da CTB. 5. José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central Sindical – NCST. 6. Ubiraci Dantas de Oliveira – Presidente da CGTB. 7. Lourenço Ferreira do Prado – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST

Autoria: Senador Paulo Paim

Volto a palavra à Presidenta, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de encerrar esta reunião, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que se fizeram presentes durante toda essa reunião e que contribuíram para que nós pudéssemos praticamente zerar a pauta prevista para o dia de hoje.

Então, agradeço profundamente, a todos os Senadores e Senadoras e, em particular, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Paulo Paim, que ficaram até o final, no sentido de contribuir para o encerramento desta reunião.

Então. Muito obrigada, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.)

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento 71 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema: “O racismo sofrido nos campos de futebol pelos jogadores negros”. O Senhor Presidente esclarece que a audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania e

do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, exibe vídeo e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; Carlos Alberto Junior, Ouvidor Nacional da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Esporte Clube Internacional; Deise Benedito, Assessora do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; José Carlos Torves, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas; Ronaldo Ferreira Tolentino, Integrante da Comissão Especial de Direito Desportivo do Conselho Federal da OAB. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Apresentar como sugestão para os clubes de futebol, que gravem nas camisas do time, usadas pelos jogadores, mensagens contra o racismo, bem como que promovam outras ações educativas e campanhas publicitárias, realizadas por seus jogadores; 2) Avaliar a proposição de projeto de lei para que as pessoas que pratiquem o crime de racismo sejam submetidas, também, a medidas socioeducativas e pedagógicas; 3) Realizar Audiência pública para debater a violência nos estádios de futebol; 4) Propor que uma entidade de caráter nacional também seja incluída como premiada pela medalha Abdias Nascimento (que premia as pessoas que mais se destacaram na luta contra o preconceito), entidade que poderá ser um clube de futebol. O Senhor Presidente agradece a participação dos Senhores convidados, destacando o Inter e o Grêmio, que dentre os clubes de futebol convidados, se disponibilizaram prontamente a participar da audiência. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 64ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 71, de 2014, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 12/11/2014, para debater o tema “O Racismo nos Campos de Futebol.”

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* bit.ly-audienciainterativa ou pelo Alô Senado, através 0800-612211. Isso vai estar no vídeo da TV.

Foram convidados para este evento o Sr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; Sr. Carlos Alberto Júnior, Ouvidor Nacional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Deise Benedito, Assessora do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; José Carlos Torves, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Esporte Clube Internacional; Ronaldo Ferreira Tolentino, Integrante da Comissão Especial de Direito Desportivo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Nós vamos, em seguida, com a assessoria, ver os que já estão presentes. (*Pausa.*)

Muito bem.

Enquanto aguardamos a chegada dos outros convidados que vão participar deste nosso debate sobre um tema tão importante, que trata do combate a todo tipo de preconceito – aqui, no caso, o eixo é o campo esportivo, mais precisamente no campo de futebol –, eu vou fazer uma introdução.

Primeiramente, agradeço a todos aqui presentes por atenderem ao convite para esse debate, tão relevante para o País, naturalmente na ótica dos direitos humanos. O momento é importante e oportuno para discutir o tema racismo no futebol, porque o calendário de 2014 está se encerrando e parece ter havido, lamentavelmente, retrocesso nessa linha de combate.

Lembramos aqui alguns fatos:

– Em jogo do campeonato paulista realizado no início da temporada, o atleta Arouca marcou um gol pelo time do Santos, e ajudou a equipe a vencer o Moji-Mirim por 5 a 2, mas a alegria da vitória foi abalada pelas ofensas racistas desferidas contra ele por parte da torcida rival, que o chamou de macaco e brandou que seu lugar era a África e não o Brasil.

– No campeonato gaúcho, quem sofreu discriminação, também há pouco tempo, foi o árbitro do jogo entre Esportivo e Veranópolis, Márcio Chagas da Silva, que teve o seu carro danificado e foi chamado de maca-

co por parte da torcida – faço sempre questão de dizer isso – ou por parte daqueles que estavam no estádio, de modo semelhante ao episódio do Arouca;

– Em outro jogo também realizado no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, entre Grêmio e Santos, pela Copa do Brasil, o goleiro Aranha sofreu também esse mesmo tipo de ofensa por algumas pessoas que estavam no estádio – eu não vou usar aqui o termo “torcida”, porque, para mim, algumas pessoas que praticam esse ato não merecem nem serem chamadas de torcedores, nem do Grêmio, nem do Inter, nem do Santos, nem do Flamengo, porque são pessoas que cometem um crime e publicamente têm que responder por ele.

A pena aplicada pelo Tribunal de Justiça Desportiva foi a exclusão do clube do campeonato.

Chamar o negro de macaco tem sido a ofensa mais comum no ambiente do futebol e o mais evidente a revelar concordância com teorias já superadas, que pregavam a superioridade de uma etnia sobre a outra. É também considerar o brasileiro inferior a outros povos, porque somos, na verdade, uma mistura de raças. Não há Estado no País que seja composto por uma única cor da pele. Como já disseram, os jogadores – e cumprimento aqui essa iniciativa – em faixas que eu vi nos campos de futebol, somos todos brancos, negros, pardos, amarelos, índios. Essa é uma das riquezas da nossa formação, que significa a mistura cultural e genética. Qualquer tipo de discriminação racial no Brasil é, em si só, contraditória, porque o brasileiro que decidir investigar seu passado descobrirá o cruzamento de etnias, mas a contradição não tem sido suficiente para afastar os atos de intolerância racial, e os três episódios de ofensa que aqui citei são apenas exemplos de alguns que ainda se repetem no futebol, não só no Brasil, mas também no mundo. Não podemos ver com naturalidade, ficando quietos, a discriminação de qualquer tipo. O racismo mancha a história do futebol desde que chegou ao Brasil e não pode ser admitido.

No início, os negros eram proibidos de jogar nos principais times do Rio de Janeiro e São Paulo. Somente por volta de 50, o Vasco da Gama aceitou oficialmente esportistas negros. Foi o primeiro time a fazer a concessão.

Nos anos seguintes, o negro foi-se inserindo como atleta e, já na Copa da Suíça, em 1958, jogadores como Pelé, considerado o Rei do Futebol no mundo; Garrincha, a quem eu daria o mesmo troféu – eu acompanhei Pelé e acompanhei o Garrincha, que merecia também ser chamado Rei do Futebol; Nilton Santos e tantos outros – Didi é mais um que eu lembro aqui – encantaram o mundo com sua habilidade e mostraram em campo que os negros e os brancos, todos são bons de bola e são pessoas, independentemente da cor, que devem ser respeitadas e admiradas pela sua habilidade e não pela cor da pele, por exemplo.

Enfim, os quatro que citamos aqui foram os gênios da bola e poderíamos citar mais uma dúzia. Foram protagonistas da primeira conquista de uma Copa do Mundo pelo Brasil. A partir daí, a escolha dos negros atletas passou a ser mais meritocrática, do mesmo modo que já eram contratados por mérito brancos e negros atletas. No entanto, a mudança parou por aí, já que os demais estratos do futebol ainda hoje não têm o mesmo critério de acesso amplo em alguns Estados e em alguns países entre brancos e negros.

Não é demais dizer que nosso maior desafio é o de garantir igualdade de oportunidades em todas as áreas, seja no campo de futebol, seja na direção dos clubes, e assim nós, de fato, combatermos o racismo. A discriminação racial dos estádios é aquela do torcedor em relação a quem está presente no jogo, sobretudo jogadores e juiz, e é mais fácil combater porque está sujeita a flagrante. Por sua vez, o racismo que inibe a participação do negro na estrutura de poder do esporte é velado, difícil de flagrar e de combater, mas também é danoso.

Considero também importante mencionar que, fora do Brasil, as condutas racistas estão sendo, assim como em nosso País, denunciadas e combatidas, mas ainda precisam ser tratadas com mais rigor. Um caso emblemático do campeonato espanhol envolveu brasileiros. O jogador do Barcelona Daniel Alves sofreu ofensas raciais da torcida adversária, do Vila Real, que simulou sons de macaco e atirou bananas em campo. Numa resposta espontânea – vi o fato –, Daniel descascou a fruta e a comeu. Em apoio, o colega Neymar protagonizou a campanha “Somos Todos Macacos”.

Aliás, houve uma série de contradições acerca dessa campanha, mas foi um gesto de solidariedade. Na campanha, pessoas proeminentes se deixavam fotografar comendo bananas e, em seguida, postavam as fotos na internet.

Inúmeros outros jogadores da Europa foram vítimas de injúria racial, a ponto de a Federação Internacional de Futebol (FIFA) ter demonstrado grande preocupação com o assunto.

Durante a Copa do Mundo do Brasil, os capitães das seleções foram instados a ler mensagens de combate ao racismo. Lembro-me de que a Presidenta Dilma, em evento em Caxias do Sul, disse que ela queria que essa fosse a Copa contra o racismo. Felizmente, não aconteceram atos de racismo nessa Copa.

As mensagens foram amplamente acolhidas pelo povo brasileiro, que também foi acolhedor na recepção aos estrangeiros, aqui, durante a Copa do Mundo.

O futebol internacional parece exercer forte influência no País, porque cada vez mais os brasileiros têm acompanhado os campeonatos europeus, e jogadores com passagens pelo Velho Continente têm vindo jogar no Brasil, ampliando o intercâmbio de atletas, culturas e informações.

Por esse motivo, entendo que nossas ações de combate ao racismo devem ser coordenada com a entidade máxima do futebol, bem como devemos dialogar com associações importantes do futebol mundial, como a União das Federações Europeias de Futebol (UEFA) e as federações da Inglaterra, Alemanha, Espanha.

Enfim, essa é uma introdução que faço.

Quero aqui também lembrar o caso do Tinga, no Peru, que foi agredido com ofensas raciais.

Então, após fazer essa pequena introdução recebida da Assessoria – não vou ler toda ela – a gente vai iniciar o nosso debate.

Com muita satisfação, porque, de pronto, ele aceitou ao convite e foi o primeiro a confirmar a presença, convido o Dr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

Gostaria de avisar que esta nossa audiência está sendo transmitida a o vivo para todo o Brasil tanto ela TV Senado, comentários e notas da Agência do Senado, e pela Rádio Senado.

Convidamos a Dr^a Deise Benedito, Assessora do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Seja bem-vinda! *(Palmas.)*

Convidamos o Sr. José Carlos Torves, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas.

Como o Carlos é gaúcho, se ele não ficar bravo, eu quero dizer que para a minha primeira campanha para Deputado Federal, Constituinte ainda, ele foi um dos coordenadores. Isso há 30 anos! Caso tenha arrependido, agora é tarde. *(Risos.)*

Convidamos o Dr. Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Esporte Clube Internacional.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

Também, se prontificou a aqui estar de pronto. É uma satisfação vê-lo aqui.

Convidamos o Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, integrante da Comissão Especial de Direito Desportivo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

O Tiago havia me dito que viria alguém da SEPPIR. *(Pausa.)*

Está chegando. Muito bem.

Eu vou seguir, aqui, a lista que me foi passada pela Assessoria.

Vamos iniciar com a apresentação de um vídeo sobre “O preconceito no futebol”, que foi construído pela Assessoria da Comissão, juntamente com a do gabinete.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Olha, eu estou muito tranquilo aqui com o Inter e o Grêmio na mesa e quero até dizer que joguei no juvenil do Inter, do Grêmio e do Flamengo, que hoje é o Caxias. Aí, o Flamengo e o Juventude foram fundidos e eu virei Caxias. Então, estou em casa aqui. Sou Caxias. Na verdade, sou um torcedor quase fanático do futebol gaúcho.

Então, vamos começar – já combinamos aqui, na mesa – com o Dr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

Ele tem o tempo de dez minutos, com mais cinco, totalizando 15 minutos. Se necessário, darei mais cinco minutos.

O SR. ADALBERTO PREIS – Senador Paim, Senador que orgulha o Rio Grande do Sul aqui, no Congresso Nacional, independentemente de partido, pois tenho respeito por todos, demais componentes da Mesa, público presente, imprensa, parece-me que este convite para iniciar decorre do rumoroso caso Aranha, ocorrido na Arena do Grêmio e levado a julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Nós já temos, hoje – é um fato concreto, importante, parece-me que definitivo –, concluído um inquérito policial sobre aquele episódio e uma denúncia feita na Justiça em relação a crimes de injúria racial decorrentes daquele episódio.

Foram indiciados e denunciados quatro torcedores. Eu vou insistir: quatro torcedores, num público de 32 mil torcedores que estavam presentes na Arena do Grêmio naquela noite.

Eu não tiro nada da importância que foi dada ao fato e ao combate ao racismo, do qual a injúria racial é uma subespécie, porque, realmente, é um tema importante e relevante, e eu vou mostrar o quanto o Grêmio tem se dedicado no combate interno e externo ao racismo, mas, do ponto de vista da imputação ao clube de uma conduta que foi de poucos torcedores, eu não tenho dúvida de que houve um exagero e houve até uma

injustiça, uma enorme injustiça, ferindo a própria lei, que prevê a responsabilidade do clube quando há um grande contingente de torcedores que a praticam.

Ora, nós temos hoje um inquérito policial indiciando quatro torcedores e uma denúncia contra quatro torcedores. E quiseram imputar a responsabilidade e a característica de racista ao clube Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

O Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense é o único clube no Brasil que tem estatutariamente na bandeira uma estrela dourada que representa o jogador negro do Grêmio campeão mundial pela seleção brasileira, campeão naquele campeonato mundial do México, o jogador Everaldo Marques da Silva. Estatutariamente é bandeira dourada, perdão, é estrela dourada na bandeira do Grêmio.

O autor do Hino do Grêmio – “Até a pé nós iremos” – foi e será eternamente Lupicínio Rodrigues, negro. Nesse Hino “Até a Pé Nós Iremos”, ele plasmou a ideologia do Grêmio, a ideologia clubística do Grêmio, que é aquela de estar com o Grêmio onde o Grêmio estiver. Diz “até a pé nós iremos” para indicar que o Grêmio é um clube que não desiste nunca. O autor do Hino do Grêmio é um negro.

O Grêmio tem entre seus principais atletas jogadores negros, de tal maneira que, se se retirasse da história do Grêmio a participação importante desses jogadores negros, se eliminaria uma parte importante, fundamental, indissociável da história do Grêmio.

O Grêmio é um clube multirracial. Tem no seu estatuto a condenação de qualquer tipo de racismo, tem entre seus torcedores pessoas de todas as cores, raças, respeita e se orgulha disso.

Inclusive, se os senhores prestaram atenção, em um daqueles vídeos que foram constantemente transmitidos por uma cadeia de televisão, no que foi dado como sendo de ofensas racistas ao goleiro Aranha, perceberão que o grupo que aparece é um grupo de torcedores negros do Grêmio. Se tiverem a oportunidade, quando isso passar novamente, peço que prestem atenção. Naquele turbilhão que se criou, as pessoas não prestavam atenção ao detalhe. Porém, nós, que temos a responsabilidade de tomar as providências tanto internas quanto externas em relação ao fato do qual eu não tiro a gravidade – qualquer prática de crime é fato grave, e o crime de racismo e de injúria racial é não menos grave –, verão que houve uma exploração exacerbada, fora dos parâmetros, a tal ponto que eu vou me permitir ler um trecho que foi escrito. Estamos aqui sem *wireless*, está ligado o meu telefone celular, e aí fica mais lento, mas eu, em seguida, vou localizá-lo aqui – está aqui.

Isso foi escrito pelo consagrado colunista J. R. Guzzo e se refere se refere especificamente àquela intenção, e que acabou se materializando, de punição do Grêmio, clube, um clube de 8 milhões de torcedores, todos punidos pela ação de quatro pessoas – quatro pessoas, quatro torcedores –, indicados, indiciados no inquérito policial feito não só com testemunhas, mas também com gravação em alta definição e com áudios do episódio. A polícia concluiu por quatro torcedores. Diz o artigo aqui na parte final o seguinte:

Os defensores da medida alegam que ela se justifica porque serve de exemplo. Tudo bem. Os nazistas, durante a última guerra mundial, gostavam muito de dar esse tipo de exemplo: quando um de seus soldados era morto numa cidade ocupada, e não se sabia quem o havia matado; costumavam fuzilar dez, vinte ou mais moradores escolhidos ao acaso, a título de lição.

É bem pior, claro, ir para o pelotão de fuzilamento do que perder um torneio de futebol. Mas o fato é que os nazistas só aplicavam suas penas coletivas quando não conseguiam identificar o culpado; puniam alguns para assustar a todos. Aqui punimos todos para assustar alguns.

O Grêmio foi dos primeiros clubes do futebol brasileiro a incorporar, a aceitar e prestigiar, como vem prestigiando todos esses anos, jogadores negros. O Senador Paim, na fala inicial, mencionou que, no início do futebol brasileiro, jogadores negros não eram aceitos pelos clubes até que, parece, o Vasco da Gama foi o primeiro. O Grêmio foi um dos primeiros também. Inclusive, há uma crônica de Lupicínio Rodrigues dizendo “Por que sou gremista”. E o fundamento da declaração dele é de que o Grêmio aceitava participar do campeonato com jogadores negros, que, lá no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre na ocasião, eram chamados os “canelas pretas”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me um aparte, para ser fiel à história também. Quero dizer que, recentemente, homenageamos aqui os 100 anos de Lupicínio, e o filho dele, Lupicínio Filho, cantou aqui no plenário do Senado, o Hino do Grêmio, acompanhado por dezenas de vozes espontâneas das galerias e do Plenário.

O SR. ADALBERTO PREIS – Bonito! Muito obrigado, Senador Paim.

Isso me faz também registrar que, recentemente, no programa do Jô Soares, esteve também o Lupinho, o filho do Lupicínio Rodrigues. Cantou o Hino do Grêmio e, para surpresa muito grande, grande número de participantes do auditório acompanhou o Lupinho cantando o Hino do Grêmio. Ele, Lupinho, filho de um negro, negro, disse que essa imputação ao Grêmio é uma bobagem. Diz ele que é uma grande injustiça.

Eu tenho aqui farto material desde anos e vou deixar aqui com o Senado.

O Grêmio vem fazendo palestras educativas nas suas categorias de base em relação à questão racial, em combate ao racismo, preparando seus jovens jogadores para não embarcarem nesse tipo de conduta condenável e respeitarem os jogadores, qualquer que seja a cor da pele. Vem fazendo campanhas públicas, e uma dessas, Senador Paim, exatamente é “100% negro, azul e branco”, que são as cores da camiseta do Grêmio.

Cem por cento negro, azul e branco, e outras faixas com “não ao racismo”, faixas que o Grêmio vem apresentando no *site* do clube, que os jogadores têm apresentado ao entrar no estádio, que têm sido apresentadas em campanhas com vídeos no telão da Arena do Grêmio, em Porto Alegre, o que era feito no estádio Olímpico.

O Grêmio assinou, junto com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, a campanha institucional contra o racismo, participou de forma ativa dessa campanha contra o racismo, e sempre, oficialmente, institucionalmente, fez questão de condenar o racismo em relação a qualquer etnia, digamos assim. O Grêmio é multiétnico, o Grêmio é um clube multirracial.

Eu cumprimento, então, o Senador Paim por esta iniciativa, que considero da maior relevância. Realmente, esta é uma questão que é, prioritariamente, de educação do nosso povo no sentido de tratar todos de forma igual...

(Soa a campanha.)

O SR. ADALBERTO PREIS – Já deu dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já falou 15 e eu te dei mais cinco minutos. *(Risos.)*

O SR. ADALBERTO PREIS – Muito obrigado.

Eu não controlei o tempo, não pensei que fosse tanto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquilo.

O SR. ADALBERTO PREIS – Mas já estou concluindo.

Quem é de formação católica e cristã – não sei em relação a outras religiões, mas acredito que o princípio provavelmente seja o mesmo – aprende, adota a ideia de que todos nós temos uma alma, que essa alma é a mesma, é igual, independentemente da cor da pele, e que nós temos que respeitar o nosso próximo. Diz o ensinamento: amar o próximo como a si mesmo. E a alma de todos é igual, não há raça na alma de ninguém.

Eu concluo, então, Senador, mais uma vez ressaltando a importância desta iniciativa, dizendo que, não obstante a campanha, terrível campanha, terrível campanha, que foi feita contra o Grêmio tentando por no Grêmio a mancha de clube racista, o Grêmio não só não é um clube racista como, ao contrário, é um clube que combate o racismo.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Este foi o Dr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio, que, repito, quando a audiência foi marcada, de imediato disse que poderíamos contar com ele, que ele estaria aqui para dar sua contribuição.

Na verdade, há uma campanha nacional contra o racismo e o preconceito nos campos de futebol, no Brasil e no mundo.

Parabéns pela sua exposição, de alto nível, deixando claro que o Grêmio não é um clube racista, até porque – permita-me que eu diga isto antes, até para ajudar neste debate – foram torcedores isolados que fizeram aquele ato que nós todos condenamos e que sei que V. Ex^a também condenou.

Depois, aqui, na minha fala, eu dei o exemplo do que aconteceu em outro estádio de futebol, que, naturalmente, não envolvia o Grêmio, com um juiz, porque eu também não concordo com a tese de que o Rio Grande do Sul é Estado mais racista e preconceituoso. Não é verdade. Eu estou no Parlamento há 30 anos, os negros são em torno de 12% a 14% no Rio Grande do Sul e eu fui o Deputado Federal inúmeras vezes e fui o Senador mais votado, com quase quatro milhões de votos, em seis milhões de eleitores, o que significa que, de cada três votos, dois votos eu recebi.

Isso mostra que essa é uma luta nacional e internacional contra todo o tipo de preconceito. Mas também eu não sou daqueles que aceitam dizerem que o Rio Grande do Sul é o Estado mais preconceituoso. Não é verdade! Só tem um Senador eleito pelo voto...

O SR. ADALBERTO PREIS – Um dos poucos Estados que teve um governador negro, inclusive com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Teve um governador negro, um prefeito negro, inclusive com o seu voto, o grande Alceu Collares, nosso amigo, nosso parceiro, que foi Prefeito da capital. Tivemos o Carlos Santos, que foi o primeiro Presidente da Assembleia negro e que assumiu como Governador também lá no Rio Grande do Sul.

Isso apenas para dar uma ideia geral da história pública do Rio Grande.

Vamos, agora, na sequência, ouvir o Dr. Carlos Alberto Junior, Ouvidor Nacional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Bom dia a todos e todas.

Inicialmente, quero saudar V. Ex^a, Senador Paulo Paim, pelo convite ao nosso Ministério.

Infelizmente, a Ministra Luiza Bairros não pôde estar presente por compromisso já designado, mas pediu-me que a representasse nessa brilhante audiência, essa brilhante iniciativa de V. Ex^a – como sempre digo, o senhor é vanguarda aqui no Senado –, trazendo questões à pauta que são relevantes para a sociedade.

Eu queria, inicialmente, falar um pouco sobre a história do racismo no futebol. Isso é importante para que possamos nos situar, porque esse terreno tão fértil e que nos traz tantas alegrias vem marcando a nossa sociedade com a discriminação, com o racismo.

Logo no início, quando começou o futebol – infelizmente –, os negros eram os mais talentosos, como dizia a história, mas eles eram impedidos de jogar na liga principal do País. E, por uma revolta do Club de Regatas Vasco da Gama, que ainda não era a elite do futebol, foi formada uma outra liga. E vários dirigentes dessa liga, dita a liga de maior importância do futebol, saíram e disseram que não iriam jogar porque negros jogavam.

Essa é a história do nosso País. Essa é a história como começou o futebol.

Somente depois de muitos anos que conseguido integrá-los. E, pasmem: a única forma de integrar os negros naquela época, Senador, era em um jogo contra pretos e brancos, que acontecia todos os anos no dia 13 de maio. Antes, não podia haver essa integração. A elite deste País não permitia que os negros jogassem no mesmo time que os brancos. Isso estava de acordo com quase todos os grandes clubes do País. Então, é importante a gente situar a história do nosso País para que a gente reconheça, registre e não permita que isso retorne.

Antes de eu entrar mais especificamente no assunto, Senador, eu quero que o senhor me permita fazer uma singela lembrança do que acontece no futebol no nosso País.

Estava vindo para cá e lia uma reportagem, não é sobre jogador de futebol, mas sobre técnicos. Vocês sabem quantos técnicos têm na Série A do nosso brasileiro? Apenas um, que é o técnico do Fluminense, o Cristovão. Se a gente descer para as Séries A e B, Senador, só 15% são negros. E aí, a BBC, uma entidade de fora do nosso País, precisou fazer essa pesquisa, porque, infelizmente, nós não temos esses dados. E, para além disso, a gente percebe que os negros só estão entrando nos clubes como massagista, como auxiliar, mas para dirigir esses clubes e mostrar a diversidade do nosso País – é bom que se diga que nós não estamos querendo que todos os clubes sejam treinados por negros, a questão não é essa –, o que nós queremos e enxergar nos clubes brasileiros essa diversidade, que é a diversidade do nosso País, pois temos 51% de negros. Infelizmente, hoje, isso não é possível.

Então, é importante que a gente reflita sobre esse assunto para entender.

De antemão, solidarizo-me com o Adalberto, o Vice-Presidente do Grêmio, por achar que o Grêmio também não é racista.

Eu acho que a punição do Grêmio não é para servir somente de exemplo. Mas o Grêmio não foi imputado, Adalberto – desculpe-me dialogar diretamente com o senhor, Vice-Presidente do Grêmio –, única e exclusivamente para dar exemplo.

Existe um regulamento de futebol, ao qual todos os clubes são subordinados, sob a justiça desportiva, e lá, no seu art. 243, inciso g, tenta insinuar que o clube é responsável se a sua torcida cometer qualquer ato, não só de racismo.

Aí podemos relembrar os jogadores do Santa Cruz – só para concluir –, por exemplo, que, quando jogaram um vaso sanitário no estádio, o clube foi punido. Os clubes são responsáveis pelas suas torcidas, seja felizmente ou seja infelizmente. Eu não quero discutir aqui a valoração disso, mas a regra do jogo é essa. E todos os clubes quando entram nesse campeonato sabem a regra do jogo. Mas não sou eu que conduzo a mesa, mas, se o Senador permitir, está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É até bom. Eu dizia aqui para o Presidente do Grêmio que fique bem claro: aqui não é o julgamento do Grêmio.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – É, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós estamos tratando do racismo no futebol. E como disse muito bem aqui o Dr. Carlos Alberto, ele também, como eu, acha que o Grêmio não é racista. Eu também acho isso, claramente também acho.

E digo mais: no meu entendimento – antes de passar para o aparte de V. Ex^a, e vou descontar do seu tempo –, que bom que você não é negro, porque, se o Grêmio mandasse aqui, neste momento, um representante da diretoria negro, seria só para mostrar que existe um negro. E não é isso que nós queremos. Nós queremos que brancos e negros façam o debate amplamente do combate ao preconceito.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Senador, se o senhor me permite, é porque aqui não é uma guerra de negros contra brancos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, em hipótese nenhuma.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Não é isso, não se trata disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós queremos é combater o preconceito.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – É claro. E mostrar a diversidade deste País. Eu acho que é o importante é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Queremos construir isso juntos.

Dr. Preis pede um aparte ao Dr. Carlos.

O SR. ADALBERTO PREIS – Dr. Carlos, eu me senti até muito honrado pela maneira amigável pela qual o senhor se dirigiu a mim. Eu me senti muito honrado e lhe agradeço.

É só para esclarecer que esse dispositivo que o senhor invoca diz o seguinte: “Os torcedores são pessoalmente responsáveis, mas, quando um considerável número de torcedores do clube praticar o ato, aí o clube é responsável.”

O considerável número de torcedores, no caso específico, foram quatro torcedores, quatro torcedores. Não foi um considerável número.

E para lhe dizer o seguinte: o Grêmio tem negros na sua direção e o Grêmio tem negros no conselho deliberativo. Um dos negros do conselho deliberativo do Grêmio, que, durante anos, foi do conselho deliberativo é exatamente o ex-Governador Alceu Collares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Volto a palavra ao Dr. Carlos Alberto.

O SR. ADALBERTO PREIS – Eu lhe agradeço.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Não, por favor. Eu entendo. Eu acho que este debate, Senador, se o senhor me permite, mais uma vez, é muito salutar.

O futebol é uma das paixões nacionais. Eu acabei de ter filho agora e já comprei a camisa do meu time para o meu filho, porque eu acho que futebol é algo que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é o seu time?

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – É o Vitória, da Bahia, que ontem ganhou e já saiu da zona de rebaixamento. Então, já estamos um pouco mais felizes.

O meu pai era membro da diretoria do clube; eu me tornei, e isso vai passando de geração para geração. Então, acho que o futebol é uma grande paixão nacional. Mas o futebol também precisa despertar nas pessoas a consciência.

Eu entendo o que o Vice-Presidente nos traz, mas eu assisti o jogo no momento e isso ecoava no estádio. Não é possível que somente quatro pessoas. Eu acho que foram identificadas quatro, mas a rede de televisão que transmitia o jogo ecoava a palavra macaco. Ecoava!

Eu lembro que quando ouvi, eu falava assim: “Amanhã de manhã, eu estou fazendo já...”. E já conversando com a diretoria do Grêmio.

E quero ressaltar aqui também, Senador, que, quando nós agimos de ofício, imediatamente, para a diretoria do clube, o clube respondeu imediatamente para nós, como uma forma de que não concorda com aquilo.

Então, acho que também precisamos ressaltar a disposição do clube em dialogar com o Poder Público para extinguir isso, mostrando todas as suas ações, que o Vice-Presidente também nos trouxe.

Com certeza, em 2014, houve cinco casos de racismo no futebol, somente em 2014. Então, é importante que nós verifiquemos o que está acontecendo no futebol. A Ministra Luiza determinou que a gente pudesse dialogar, sobretudo, com a Confederação Brasileira de Futebol. E já iniciamos o diálogo, Senador, no sentido de construir. A CBF já tem uma ação que se chama “Somos Iguais”, que, agora, estamos aperfeiçoando junto com ela. E já estaremos nessa semana no Rio de Janeiro para dialogar com a Confederação, para aprimorar, inclusive, instrumentos e mecanismos para denunciar o racismo na hora em que ele acontecer no futebol, nos estádios.

Estamos construindo ainda – não posso adiantar – uma ferramenta, um aplicativo, alguma coisa, para que possamos perceber que essa ação é, sobretudo, criminoso. É importante que a gente ressalte – acho que esta é a segunda vez que falo isto aqui, Senador – que o combate ao racismo é algo tão importante, que o legislador – e o senhor estava aqui à época – deu a ele *status* constitucional. O racismo é um dos dois únicos crimes previstos na nossa Constituição Federal, ou seja, o legislador deu *status* constitucional ao crime de racismo. É importante percebermos o que é que a sociedade encaminhava naquela época e combatermos isso.

Não é possível a gente tratar o racismo em qualquer campo da nossa vida, seja no trabalho, seja na convivência, seja no futebol, seja no esporte, como algo de menor potencial ofensivo. Ele atinge, sim, a sociedade. Atingiu o goleiro Aranha, atingiu o Márcio Chagas, atingiu o Arouca, atingiu diversos jogadores. Isso destrói a família. Você via, no dia posterior à ação, o filho adotivo do jogador dizendo que tinha orgulho do pai. Algumas

peessoas falam, já ouvi algumas falarem que essa ação destruiu a vida da pessoa que cometeu o ato de racismo. Mas fico imaginando a vida no outro dia do filho adotivo desse jogador, ouvindo na sua escola que o pai dele era macaco ou sofrendo qualquer tipo de desdém.

Então, a gente também precisa olhar para o que o racismo faz com as pessoas e com as famílias dessas pessoas. Entendo que nós precisamos, cada vez mais, expurgar, retirar, exterminar qualquer prática, qualquer ato de racismo do futebol, do esporte. Isso não é só do futebol, não! Neste ano também, Senador, num jogo de vôlei, gritaram contra jogadores da seleção, contra o Wallace e contra outro jogador. Gritaram: “Macaco, macaco, macaco!”.

Isso está proliferando de forma tão gritante, que a gente precisa – e acho que, mais uma vez, o Senado sai na frente, como vanguarda – achar um mecanismo de combater isso veementemente, ou expulsando esses torcedores, banindo esses torcedores dos estádios e dos jogos, ou de qualquer forma, Senador. Não podem proliferar e permanecer esses atos criminosos.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Eu assemelho o crime de racismo a um crime de potencial ofensivo gravíssimo, porque, apesar de não ferir de morte a vida dessas pessoas, ele fere a alma, ele fere o orgulho, ele fere o sentimento, ele desestabiliza emocionalmente a pessoa.

Recebo, Senador, muitas vezes, pessoas que foram feridas pelo racismo na sua vida, não no futebol, e percebo como elas chegam à minha sala, como elas chegam ao meu gabinete. Elas chegam ali totalmente destruídas.

A alma daquela pessoa se esvai naquele ato criminoso. Às vezes, é muito pior do que uma lesão corporal, é muito pior do que uma tentativa de homicídio, é muito pior do que esses crimes ditos graves da sociedade, porque você trabalha muito com o psicológico da pessoa. Racismo é você desumanizar, é você inferiorizar essa pessoa.

Então, quero dizer aqui, Senador, que a gente precisa – e o nosso Ministério se coloca à disposição de V. Ex^a – encontrar uma forma de exterminar o racismo não só no futebol, mas na nossa sociedade, para que possamos voltar aqui numa outra condição, para que a gente volte aqui comemorando os títulos, sobretudo o título do meu Vitória, que este ano não vai conseguir, mas, no próximo ano, a gente vai dar um baile tanto no Internacional quanto no Grêmio; para que a gente fale de coisas boas, e não falar sobre o racismo no futebol, que vem perdurando desde o início do futebol. Acho que essa peste precisa ser retirada do nosso tão lindo, do nosso tão comemorado, do nosso tão festivo futebol.

O futebol é para trazer alegria e para trazer união. Não é à toa que ele desbancou, logo que chegou aqui, todos os esportes nacionais que havia. Ele foi logo para o topo. Isso mostra a paixão e a comoção que ele desperta no nosso País. Então, precisamos ter um futebol que seja unido, um futebol que seja respeitado, um futebol que seja igualitário para todos e que demonstre a diversidade da nossa sociedade.

Por isso, Senador, agradeço mais uma vez a disposição de V. Ex^a em convocar esta audiência pública. Cada vez mais a gente consolida essa parceria da SEPPIR com esta Comissão, com V. Ex^a. Estaremos sempre aqui atendendo à convocação de V. Ex^a, contribuindo sempre com o pouco dos nossos conhecimentos.

Muito obrigado.

Desejo uma ótima audiência a todos e a todas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Alberto Junior, Ouvidor Nacional da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Informamos mais uma vez que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado para todo o País, Rádio Senado e ainda através da internet, portal e-Cidadania. A audiência é interativa.

Já falamos tanto de Grêmio e de Vitória! É bom que fale também o Inter.

Dr. Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Sport Club Internacional.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Sr. Senador Paulo Paim, em seu nome, quero agradecer este convite. Estou aqui representando a direção, a presidência do Sport Club Internacional de Porto Alegre.

Aproveito também a oportunidade para saudar, em seu nome, Sr. Senador, os demais membros da Mesa aqui presentes.

Fico até... pelas falas dos colegas aqui presentes sobre essa questão.

Quero falar que estou residindo aqui em Brasília há nove anos e meio. Hoje me dão a cedência de ser o representante do Sport Club Internacional aqui em Brasília, como cônsul do Inter e como diretor regional dos consulados das cidades satélites e dos bairros de Brasília.

Quero informar que, a respeito desse fato, já foi bem colocado aqui. Vou entrar por outra linha do debate, Senador, que diz respeito à questão da discriminação racial e do preconceito no futebol. E além do futebol. Infelizmente, a gente tem percebido, visto e ouvido falar disso, nesses últimos dias, o que vai além do futebol.

Quero colocar – aqui já foi bem colocado pelo Dr. Adalberto Preis, e o Carlos aqui contemplou – que, além disso, pessoal, acho que não é só aquele lado da torcida. Realmente, os torcedores estão sendo punidos e devem ser punidos. Só que, por outro lado, não vou colocar aqui toda a mídia.

Realmente, os torcedores estão sendo punidos e devem ser punidos. Só que, por outro lado, não vou colocar aqui toda a mídia, toda a imprensa, mas uma pequena parte, que de pequena se torna grande parte da mídia, da imprensa. E aí eu destaco – não vou destacar em nível nacional, em nível internacional – que na imprensa gaúcha, recentemente, há alguns dias, em um programa de tradição na rádio, no Rio Grande do Sul, dois entre os melhores debatedores da imprensa esportiva do futebol gaúcho se colocaram de uma forma, de uma baixaria, ao extremo de quase se agredirem. Aliás, agrediram-se sim, Sr. Senador, pessoalmente, ofendendo seus familiares, o que causou grande repercussão.

Por que quero chegar a essa linha, Senador? Imagino uma criança, um adolescente... Quando eu tinha filhos pequenos, meu pai me ensinou a levá-los ao estádio desde cedo, desde os 10, 11 anos, ao Beira Rio. Levei meu filho, levei minha filha. Minha filha é gremista, minha esposa atual é gremista, e eu sou dirigente do Inter – para vermos como existe ainda essa diversidade. Muitas vezes levei, Dr. Carlos, minha filha ao Olímpico para assistir ao jogo do Grêmio, sem problema algum. Sou um defensor do meio esportivo, do desporto. Mas quero chegar a essa linha, voltando à questão da rádio, em que os comentaristas meio que se digladiaram ali, em ofensas pessoais. Onde era para se dar o exemplo em discutir a essência do futebol, o debate do futebol, aquilo virou um campo de guerra pior que o estádio, a que a gente não quer assistir. De onde vem, Senador... Isso é para dar mídia? É para dar média? O futebol – e aqui posso falar em meu nome, porque tenho vários amigos, amigas e parentes, como falei, que são gremistas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na sua fala, você falou que houve agressão entre dois comentaristas esportivos e que ofenderam seus próprios familiares.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se não me engano, foi na Rádio...

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Na Rádio Gaúcha, Sala de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na Rádio Gaúcha, envolvendo...

O SR. ALEXANDRE SANTOS – O Kenny Braga e o Sant'Ana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ouvi falar desse episódio, sim. Era só para me situar.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Voltando à questão, tenho vários amigos, aqui em Brasília e no próprio Estado do Rio Grande do Sul, e familiares meus torcedores do Grêmio. Minha filha é gremista.

Mas quero colocar o seguinte: que exemplo nós, o torcedor comum – digo “torcedor comum” no sentido daquele que vai ao estádio, que vai ao bar, como a gente costuma frequentar, aqui em Brasília, para assistir aos jogos, independente se é do Inter, do Grêmio, Flamengo, Vasco, São Paulo, Corinthians –, se o mau exemplo já está vindo da própria mídia, da própria imprensa. E quando digo “mídia”, “imprensa”, não estou generalizando; estou colocando uma questão pontual, em que fazem discriminação. Ou do próprio...

E aí, Senador, vou entrar nessa mesma linha de raciocínio, vou colocar para o senhor que tenho aqui uma cópia de um portal, que daí não entra na questão do futebol, mas sim na questão democrática, que vocês viram aqui recentemente. Como é que a gente quer... E aí, Dr. Carlos, a gente quer colaborar; a gente vem para esta audiência para discutir e tudo; da mesma forma, é um pleito de eleições democráticas, que é livre, espontâneo e vai para o debate. Como é que uma própria camada da sociedade começa a discriminar região A, B, C ou D da sociedade, ou porque é nordestino, ou porque é paulista, ou é carioca? Começam a discriminar. Discriminam, e eu tenho aqui – não é o Alexandre que está inventando – tenho aqui discriminação pelo número de filhos que os familiares têm, Dr. Carlos; pelo número de filhos que foi induzido ao voto, Sr. Senador.

Quer dizer, a cultura nós temos que começar a mudar, a pensar, a clarear. Depois, a gente vai voltar à questão do futebol. Mas acho que isso está indo além, o trem está meio que descarrilhando e está indo além dessa questão aí. E quem deveria dar exemplo e nos ajudar e corrigir, que eu acho que é a mídia, são os portais e tudo, parece que gosta é de ver – com o perdão da palavra, uma palavra meio popular – o circo pegar fogo para dar mídia, ibope. Infelizmente, caminha-se para esse lado, e justamente a gente está aqui para ver isso mudar.

Voltando à questão do futebol, quero falar também que a gente costuma, eu costumo – sou morador de um bairro próximo aqui em Brasília – assistir aos jogos nos bares, com a torcida do Inter e demais membros de outras torcidas.

E quero dar um exemplo: ontem à tarde, assisti a um atleticano e um cruzeirense numa boa. Eles assistindo ao jogo do Cruzeiro. Aquela rivalidade – inimigos não, rivais no futebol –, numa boa, tranquilamente, sem problema nenhum. E infelizmente, Senador, culpa-se a dupla Grenal, inclusive a mídia, de ter criado uma espécie de a maior rivalidade, o maior clássico, e que os torcedores têm que ser separados, não podem assistir a um jogo juntos, porque já se criou um clima de guerra mesmo. De guerra e de ofensas pessoais, e, infelizmente, acabamos evitando de ir ou de convidar outras pessoas para assistirem a um jogo desses, num ambiente coletivo, em que não há como não passar por uma situação constrangedora.

Vou encerrar, Senador, mais uma vez agradecer e dizer que o Inter, a torcida do Inter e a direção do Inter estão presentes, conscientes em relação a essa questão. Sempre estiveram, não é de agora, não é deste momento, dos fatos que, infelizmente, ocorreram recentemente. Sempre defendemos a igualdade, a humanidade, sempre ficamos de portas abertas à questão desportiva.

Quero agradecer mais uma vez o convite. Devolvo a palavra ao senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Sport Club Internacional, que, na sua fala, mostrou inclusive o preconceito dentro do processo eleitoral. Eu vi, daqui, casualmente, o documento que você tinha em mãos, referindo-se aos nordestinos, enfim, à sua capacidade de definir, de escolher quem seria o melhor candidato. É um absurdo, você tem toda razão. Nós temos que combater esse tipo de preconceito. Não é porque não escolheram a candidata ou o candidato de minha preferência que serão discriminados. Você tem toda razão, é um absurdo. E é por isso que esta audiência pública vai na linha de combater todo tipo de preconceito. Repito: não estamos aqui julgando especificamente este ou aquele caso ou este ou aquele clube. Por isso nós somos abrangentes, tanto na fala do Dr. Adalberto como na do Dr. Carlos Alberto, como agora, também, na do Dr. Alexandre Santos.

Muito bem. Agora vamos para a Dr^a Deise Benedito, que representa aqui a Diretoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na área da Ouvidoria Nacional.

A SR^a DEISE BENEDITO – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer, mais uma vez, o convite que me foi feito, que foi feito à Ministra Ideli Salvatti, que infelizmente, por compromissos, não pôde estar presente. Também considero de fundamental importância esta oportunidade de podermos discutir a questão do preconceito e do racismo no futebol.

O Dr. Carlos, ouvidor da SEPPIR, registrou muito bem que houve cinco casos de racismo, só neste ano, nos campos de futebol. Na abertura desta reunião, foram mostrados alguns vídeos referentes a toda a campanha contra o racismo feita durante a Copa do Mundo.

Ouvindo a fala do Sr. Carlos, do Grêmio, e também do senhor do Internacional, uma das coisas que mais me chama a atenção é que a prática do racismo dentro dos jogos de futebol sempre existiu do ponto de vista de se ofender a integridade. Porque quando você chama a pessoa de macaco, como o Carlos disse, o que a pessoa sente, você animaliza o indivíduo, você desconstrói essa pessoa como pessoa humana, você reduz essa pessoa a uma condição de inexistência na sociedade. Então, quando os torcedores chamam de macaco é porque têm a certeza da impunidade, têm a certeza de que xingar... “Estou xigando, o que é que tem? É macaco mesmo, é preto, é macaco, é feito, é fedorento, é fedido...” Todos aqueles adjetivos de desconsiderar aquela pessoa como agente de direitos, uma pessoa que tem o direito de ir e vir assegurado.

A construção desse racismo se dá por práticas que já conhecemos, e são práticas que visam não só a redução, mas também atingir toda uma comunidade, porque eu não estou chamando o Aranha de macaco, eu estou dizendo que toda a população negra é animal, é macaca.

Então, essa ofensa é gravíssima do ponto de vista de que fere a dignidade de todos os homens negros e de todas as mulheres negras neste País.

E há um detalhe também: dizem que “a moça não teve a intenção”. Quer dizer, esse “não ter a intenção” lhe dá o direito de chamar as pessoas daquilo que você quiser – “Eu não tive a intenção; eu xinguei, mas eu não sou racista” –, como se a prática de racismo não fosse só isso.

Esse sentido da prática dessa violação de direitos humanos é grave; por quê? Porque não há como se valorar aquilo que o outro sente quando é animalizado, quando sofre prática de racismo. Eu, particularmente, já fui chamada de “macaca”; e eu sei o que significa ser chamada de macaca quando você é humana, quando a cor da sua pele determina que você é um animal, que você pode ser reduzida à condição de animal. Isso é gravíssimo!

Então, a superação de todo trauma, toda mágoa, toda dor que fica quando você é ofendido é muito cruel. E não há recurso ou dinheiro que pague isso, que é resgatar a dor que lhe foi infligida.

Nessa questão dos jogadores de futebol, muitos jogadores, muitas vezes, são ofendidos. Ou jogando, ou no vestiário, acontece uma graça, sempre ocorre uma graça, mas, muitas vezes, esses jogadores, pelos seus

compromissos com os times de futebol, com as empresas de publicidade, com uma série de coisas, negam-se a sair com a bandeira contra o racismo, porque eles assinam um contrato em que se estabelece “você não se expõe a isto, você não se expõe àquilo”, e o jogador fica calado. Então, muitos jogadores deixam de vir a público para dizer “sofri racismo, fui vítima de racismo, lá dentro do clube rola assim em determinada situação”, porque têm alguns compromissos financeiros implicados nisso. Assim, muitos ficam calados, ficam quietos.

No episódio do Daniel Alves, neste ano, a questão da banana, houve aquela campanha infeliz, dizendo “somos todos macacos”. Essa campanha foi amplamente divulgada. Quer dizer, mais uma vez, considera-se que todas as pessoas, pelo ato de o Daniel ter comido a banana quando foi ofendido ao jogarem uma banana para ele, todos seriam macacos. Mas, graças a uma série de articulações – até cito o nome da *designer* do Rio de Janeiro Dr^a Júlia –, fez-se uma campanha interessante: “Macaco é macaco, banana é banana, e racismo é crime”. E é isso! A grande verdade é essa.

E, em cima disso também, há outro detalhe: é a questão de assumir-se negro. Não é por que você virou jogador de futebol, está famoso, está com grana, está com dinheiro que você deixou de ser negro! Muito pelo contrário: se a polícia tiver que fazer uma batida policial em você, ela rapidinho vai saber”. Pergunte à polícia quem é preto, quem é branco. A autoridade policial sabe rapidinho quem é negro, quem é branco, andando à noite num sábado ou numa madrugada! Então, a abordagem policial vai ocorrer.

Independentemente disso, eu acredito que, quando os jogadores de futebol são vitimados pelo racismo, também há aquela coisa de ficarem acuados, não só pelas razões várias que acabei de elencar aqui, mas também por aquela situação: “E agora?”

O Tinga veio a público. O Aranha fez um trabalho extraordinário na semana passada em Santos: ele fez uma palestra sobre a questão do racismo, junto com a Coordenadoria da Igualdade Racial de Santos. Isso foi muito interessante. Ele vem a público e vem dizer o que está sentindo e o que se deve combater, que é a não desvalorização da pessoa como ser humano.

Também há outro detalhe: nós estamos no mês de novembro, mês da consciência negra, e há uma questão mais séria. Nós falamos do Zumbi dos Palmares, mas há dois fatos que acontecem, e o Senador deve estar acompanhando. Uma das coisas mais importantes que estão colocadas para nós, como sociedade brasileira, é a questão da aprovação do PL 4.471, que visa ao fim dos autos de resistência, cujo objetivo é que sejam investigados os crimes que são praticados contra os jovens negros. Nós somos um País em que, só em 2012, entre 100 mil, mais de 52% de jovens que foram assassinados eram negros, na faixa de 15 a 29 anos.

E o que leva esses jovens a serem mortos e exterminados? A primeira coisa que está colocada é a cor da pele. Então, não só se matam esses jovens, mas se matam as esperanças, matando futuros médicos, advogados, engenheiros, cientistas que poderiam contribuir para o crescimento deste País e também contribuir futuramente com a aposentadoria. Muitas pessoas poderiam se aposentar daqui a alguns anos, o que não vai ser permitido, porque muitos desses jovens já foram ceifados na sua existência.

E há um outro dado para o que eu também gosto de chamar atenção. Neste mês de novembro, houve uma iniciativa muito interessante, há alguns anos, no ano em que foi assassinado o dentista, em São Paulo, Flávio Sant’Ana, que foi assassinado quando saía...

(Soa a campanha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – ... do carro dele, porque se acreditava que ele estava praticando um assalto. Ele foi morto pela Polícia Militar. No estádio de futebol, no mês de novembro, no estádio do Corinthians, uma das coisas mais emocionantes foi ver toda a torcida com uma faixa imensa dizendo “Zumbi somos nós”.

E eu faço uma sugestão aos dois coordenadores dos times de futebol, em caráter de proposta mesmo. Eu acho que os times de futebol têm um compromisso muito forte não só por atingirem diretamente uma massa de jovens, uma massa de torcedores, mas também há a questão de um contato público muito direto através do futebol. Então, eu acho que seria importante estimular mais campanhas contra o racismo. Eu acho que, durante todo o mês de novembro, todos os times do Brasil deveriam entrar em campo com um faixa em alusão ao fim do racismo neste País. Eu acho que isso seria uma das grandes iniciativas no combate ao racismo, que seria estimular as pessoas a refletirem sobre os danos da prática do preconceito e da discriminação.

E ele colocou muito bem que foram quatro pessoas que estavam ali chamando de macaco. A câmera focou precisamente aquelas quatro, mesmo que todo o estádio estaria contaminado ao chamá-lo de macaco, entre esses, negros. A esses negros que também o chamaram de macaco falta a consciência racial, a consciência de pertencimento, a consciência de que não são animais e de que não podem praticar crimes que ofendam a própria integridade da comunidade a que eles pertencem como negros.

Uma das coisas muito interessantes que eu gostaria de citar e que seriam importantes é que, no caso dos crimes de racismo na prática dessa jovem, por exemplo, o que seria feito é que cada pessoa que cometes-

se um ato de racismo fosse convidada a fazer um levantamento de recursos e a dirigir todos os recursos que levantou para as entidades negras. Essa pessoa não vai para a prisão, não vai ficar presa, não vai ser mais uma no espaço superlotado da prisão. Não, como pena alternativa, essa pessoa vai arrecadar recursos e destinar todos os recursos a entidades negras que precisam neste País. E ela vai participar de atividades do movimento negro, vai ministrar cursos de combate ao racismo, vai ministrar curso da Lei nº 10.639. Eu acredito que essas coisas é que devem ser feitas, porque se trata da questão da política pedagógica da sanção. Tem de haver a pedagogia de a pessoa entender que nós estamos numa sociedade em que temos de evitar todo tipo de preconceito e discriminação.

Outro ponto que o Sr. Alexandre colocou é o crescimento das ofensas pós-eleição ou durante a eleição neste ano neste País. É uma coisa, Senador, que me preocupa muito, porque eu vejo que, se não tomarmos cuidado, haverá um recrudescimento muito grande, principalmente, do movimento lei e ordem, que é o mais perigoso. É a prática tolerância zero. Quando se vão para as ruas, ofendem-se os nordestinos, porque votaram na Presidente; ofendem-se mulheres; ofendem-se negros; ofendem-se *gays*; ofendem-se lésbicas. Então, eu acredito que isso é uma coisa muito séria. Nós temos de refletir quais são as medidas que vamos ter de tomar no sentido de que a integridade física das pessoas seja preservada. E que se tenha a democracia, sim, pois tem de se assegurar que as pessoas se manifestem, sim, mas na linha do respeito, na linha da integridade, na linha da certeza de se poder se manifestar sem ofender.

(Soa a campanha.)

A SRª DEISE BENEDITO – Eu acho que isso é uma das coisas principais que temos de discutir.

E acredito também que a grande questão do racismo no futebol é estimulada dentro desse conceito de preconceitos que se está exarcebando na sociedade brasileira. Então, essa questão de ofender passa pela impunidade, a qual necessariamente não é uma pena de prisão, mas, sim, medidas pedagógicas que façam com que essas pessoas tenham a consciência do erro praticado.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Muito bem, Drª Deise Benedito, Assessora direta da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na área da Ouvidoria, que além de também olhar de uma forma abrangente e universal essa luta contra o preconceito, inclusive deixou uma sugestão para que aqueles que cometerem esse tipo de crime – que é inafiançável, na verdade – tenham que responder com medidas socioeducativas.

Parabéns, Doutora.

E agora vamos para a nossa Federação Nacional dos Jornalistas, com o Presidente, Dr. José Carlos Torves. Por favor, Doutor.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Bom dia a todos.

Queria agradecer o convite do Senador Paim.

Só fazer um reparo, porque atualmente estou como Diretor Institucional da Federação Nacional dos Jornalistas. E dizer que essa convocação para se falar sobre o caso de racismo mais explícito que aconteceu agora, nesse momento, do goleiro Aranha, do Santos... Essa iniciativa do Senador não é em cima do fato, não é gratuita.

Eu acompanho a vida política do Senador. Queria só resgatar que a Marcha Zumbi + 10 nasceu no gabinete do Senador. O projeto de lei que tornou o racismo crime inafiançável é de autoria do Senador.

Eu fui, durante 30 anos, repórter, comentarista, narrador de futebol, e posso dizer para vocês que o futebol está permeado pelo racismo. E que esses fatos, agora, chamam atenção em função de evoluções que tivemos, institucionais, da própria sociedade brasileira. E agora temos o Estatuto da Igualdade Racial, a SEPPIR – várias instituições – e a legislação, que ajudaram a explicitar para a sociedade que a mesma deve reagir quando houver casos de racismo, porque antes aconteciam com naturalidade.

Em 1985, nós, com o auxílio do Senador, fizemos um seminário sobre racismo no jornalismo. E desse seminário nasceu a Conajira, Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial, em todo o País.

Eu até vou repassar para os arquivos do Senador essa cartilha que foi a semente dessa organização que criamos, nacionalmente, e que hoje tem contribuído muito com as políticas de igualdade racial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O título da cartilha é *O Negro na Mídia – A Invisibilidade da Cor*.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Exatamente, porque na época nós fizemos um levantamento e lá no Rio Grande do Sul havia dois jornalistas numa emissora e mais um noutra, três, no total do Estado inteiro, que tinham visibilidade na mídia. Eram apenas três jornalistas na época da pesquisa, em 1985.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E não é muito diferente nos outros Estados.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi só porque lá você estava.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Com isso, quero dizer que, no Brasil, há três setores da sociedade que ainda não se democratizaram: um deles é o Judiciário; o outro é a imprensa, a mídia, que precisa urgentemente de democratização; e o futebol é o terceiro. A mudança que vem ocorrendo na sociedade – e temos de caminhar ainda culturalmente, para toda a sociedade ver essa evolução – refere-se à democratização desses setores.

O futebol tem seriíssimos problemas, como o caso de racismo, que ocorre e que escandaliza a sociedade, mas há outros que a gente vê na mídia, como a questão da violência. Eu mesmo, que passei a minha vida inteira trabalhando em campos de futebol, não vou mais a campos de futebol, com medo da violência.

Então, esses três setores precisam evoluir, precisam ser democratizados, para nós atingirmos um grau de civilidade necessário a outros setores do País.

É importante que o Congresso se debruce sobre o tema da democratização do esporte, do futebol, no Brasil, para que haja uma evolução, assim como sobre a regulação da mídia, que a sociedade vem pedindo há muito tempo e que deve ocorrer. Acho que, dessa forma, vamos contribuir para a melhoria não só do esporte como também da sociedade brasileira.

Acho que se vem trabalhando há muito tempo a questão do racismo no futebol. Acho que já tivemos uma grande evolução. O que aconteceu com o Tinga, com o Aranha, com outros jogadores e com árbitros de futebol era normal nos campos de futebol no Brasil. Hoje, nós nos escandalizamos com um ou outro fato, o que é sinal de que já evoluímos bastante. Mas precisamos avançar mais.

Não vou tomar mais tempo. Quero dizer que os jornalistas estão organizados e têm uma grande preocupação com a questão racial no Brasil e, mais do que isso, com a democratização do futebol, dos esportes.

Não é nenhuma novidade, nem é gratuito ou ocasional o fato de a CBF não estar aqui, pois ela é avessa ao debate público.

Eu queria agradecer o convite e deixar aqui a contribuição dos jornalistas, para que consigamos avançar ainda mais, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem, José Carlos Torves, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, que destaca aqui que temos de avançar muito para que o combate ao racismo e ao preconceito avance também no Judiciário, na imprensa e no esporte.

Vamos passar a palavra ao nosso convidado da OAB, que vai fechar a nossa Mesa, sem prejuízo das considerações finais dos nossos convidados: o Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, que é da Comissão Especial de Direito Esportivo da OAB, do Conselho Federal da OAB.

O SR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO – Sr. Senador Paulo Paim, primeiramente, em nome do Presidente Marcus Vinicius, do Conselho Federal da OAB, eu gostaria de agradecer o convite. E, na pessoa de V. Ex^a, cumprimento todos os demais integrantes da Mesa.

Começo minha fala, Sr. Senador, dizendo que a OAB é contra, repudia efetivamente toda a prática de violência no futebol, toda a prática de violência no esporte e, como não deveria deixar de ser, obviamente, o racismo como uma violência social, uma violência moral. A OAB repudia todas essas práticas e tem procurado desenvolver um trabalho educacional no combate à violência, no combate ao racismo.

O Presidente da OAB de Santa Catarina, que também é Presidente da Comissão de Direito Desportivo, Dr. Tullo, fez todo um trabalho de mídia para poder conscientizar os torcedores de que a prática de violência no futebol – e incluo também o racismo, Sr. Senador – prejudica a sociedade, prejudica o esporte e prejudica o time.

Particularmente, concordo com as palavras do Dr. Carlos Junior. E aqui cito o caso do Grêmio, porque foi o mais recente; é o caso aqui citado: efetivamente, o Grêmio não é uma entidade racista. O que aconteceu com o Grêmio poderia ter acontecido com qualquer outro clube. Infelizmente, aconteceu com o Grêmio, num campeonato de nível nacional, numa fase decisiva do campeonato, em que a perda de pontos implicou sua desclassificação.

Mas penso, como disse o Dr. Carlos, que, em que pese o Grêmio não ser um clube racista, a sua torcida ou parte dela, por um ato infeliz naquele momento, praticou um ato de racismo. E o seu clube, na alegria e na tristeza, é responsável pela sua torcida.

Repito: isso não é exclusividade do Grêmio, não é exclusividade do Brasil, porque nós vemos também atos de racismo fora dos campos brasileiros, nos campos sul-americanos, no campo europeu, muitas vezes até mesmo por dirigentes de futebol.

Aqui destaco que, em outubro deste ano, o presidente da federação italiana de futebol foi suspenso por seis meses por prática de racismo. A Uefa o suspendeu por seis meses, porque foi flagrado numa atitude racista.

Então, essa não é uma exclusividade nossa, do Brasil. É do mundo como um todo, da sociedade como um todo. É uma prática que deve ser combatida também como um todo. O clube tem que fazer propaganda,

material educativo e palestras educativas para poder conscientizar não só os seus jogadores, os seus dirigentes, mas também a sua torcida da não prática de racismo. Quando houver essa prática, as autoridades competentes devem combater isso veementemente, de forma exemplar, para que a torcida e o torcedor sintam que se ele fizer aquela prática de violência, aquela prática de racismo, ele não vai ficar impune.

Aqui destaco que isso ocorre não só no meio desportivo, mas, inclusive, criminalmente. Até há pouco tempo, se se praticasse um ato de racismo na sociedade, a pessoa saía de lá presa, havia inquérito policial. E por que dentro dos estádios isso não ocorria? Por que no futebol pode? Há uma permissividade muito grande no futebol dessa agressão mútua. E aqui destaco não só a questão da raça. É comum vermos torcedores xingando membros da torcida adversária de “favelados”. Há, sim, aí também uma discriminação social. Torcedores que atribuam a uma torcida a homoafetividade. É outra discriminação.

Nisso, o movimento negro como um todo está de parabéns, porque não admite forma nenhuma de discriminação. É um exemplo para que outras organizações sociais, a sociedade organizada, o movimento da homoafetividade, os movimentos sociais combatam esses outros tipos de discriminação no futebol. Não apenas na questão do racismo, que chama mais a atenção, mas a permissividade no futebol já existe há muito tempo, e isso tem que ser combatido, Sr. Senador.

No caso específico do Grêmio, acho que a punição foi correta não pela questão, repito, do clube, mas pela questão pedagógica. Os torcedores e a torcida têm que saber que se praticarem algum ato contrário, vai haver consequências. Temos que acabar com esse sentimento de impunidade na sociedade como um todo, mas também no futebol.

Quero destacar também, Sr. Senador, que o esporte em si, mas muito mais o futebol, é um dos meios que mais possibilitam maior integridade social, até maior mobilidade social.

É no estádio de futebol que você vê o branco, o negro, o índio, o velho, o novo, a mulher – todos juntos –, o rico, o pobre; todo mundo junto se abraçando e torcendo pelo seu time. É muito bonito ver isso. Então, não podemos deixar que uma parcela dessa torcida – uma parcela pequena, mas uma parcela – acabe com isso. É tão bonito!

Então, são essas as considerações – não vou me alongar –, reiterando que a OAB tem procurado também promover campanhas educacionais contra a violência e o racismo no futebol e que, efetivamente, repudia todos esses tipos de atitude.

Novamente, agradeço o convite feito. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, que aqui representa a OAB.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixou muito claro...

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Não sei se é possível quebrar o protocolo. Eu só queria fazer uma sugestão aqui aos clubes que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui você pode tudo, menos não quebrar o protocolo! (*Risos.*)

Pode falar.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Obrigado, Senador.

Eu estava aqui pensando, dialogando muito com Deise – porque nós somos colegas e parceiros não só de governo, mas também de vida –, e eu queria dar uma sugestão ao nosso querido Alexandre e ao vice-presidente Adalberto, e que eles pudessem levar isso também, para ecoar, porque os clubes, sempre, em todas as datas comemorativas, gravam nas suas camisas algum dizer. Acho que seria possível eles colocarem algo, dentro deste mês de novembro e até o final do ano, como forma de externar que eles combatem o racismo nos seus clubes, não só através de ações, mas também visibilizando essas ações, porque muito do que os clubes fazem fica invisibilizado; a gente não percebe isso dentro da grande mídia. Acho que seria importante, se possível for, a título de sugestão, que esta Comissão indicasse aos clubes que até criassem uma camisa ou que criassem também – agora, como está na moda – uma *hashtag* dentro das suas redes. Porque os clubes, Senador, têm as suas redes. O Internacional tem a sua tevê, o Grêmio tem a sua tevê, os grandes clubes têm a sua tevê. Que criassem umas *hashtags* e pudessem difundir isso nas redes sociais; uma camisa alusiva ao combate ao racismo, dizendo que eles estão empenhados realmente. Porque nós acreditamos que eles estejam empenhados. Eles fazem ações, já foi demonstrado aqui que eles fazem ações. Mas também que essas ações pudessem ser visibilizadas para a sociedade e também para os seus sócios e também para a sua torcida. Porque acho que, assim, a gente contribui para o combate ao racismo, contribui para que essas manifestações possam ser exterminadas no futebol, com ações efetivas e visibilizadas desses clubes. Como há o “100% negro, azul e branco”, do Grêmio, que pudessem ter na camisa: “aqui combatemos racismo”. Não sou muito bom de *marketing*, não, sou advogado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fica a sugestão.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Mas poderia ser assim: “racismo não”, “aqui se combate o racismo”...

O SR. ADALBERTO PREIS (*Fora do microfone.*) – O Grêmio faz isso.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Que, dentro das suas próprias camisas, pudessem visibilizar isso, ou em uma entrada no clube com faixa, alguma coisa que a própria Deise já proporcionou, porque isso são ações reais que demonstram, realmente, para a sua torcida que ali não será permitido nenhum tipo de manifestação discriminatória. Então, a título de sugestão, acho que esta Comissão poderia dialogar com os clubes nesse sentido, até para ver se eles podem contribuir.

E nós colocamos, inclusive, a CPI à disposição para também, se for necessário alguma coisa, a gente contribuir com os clubes na formulação, na formação tanto dessas palestras que vão sendo feitas, como também dessas ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Estamos à disposição e queremos contribuir também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A Dr^a Deise pediu também para fazer um rápido comentário.

Depois, vamos para as considerações finais da Mesa.

A SR^a DEISE BENEDITO – Acho bastante importante, Carlos, a sua informação, porque é importante que os clubes de futebol assumam determinadas responsabilidades. E, aí, penso que seria interessante todos os clubes de futebol, durante este mês de novembro, trazerem no seu uniforme: “Diga ‘não’ ao racismo”; “Novembro, mês da consciência negra”. E no mês de junho: “Diga ‘não’ à homofobia”. Também seria interessante, quando entrar o mês de junho, em que há a Parada Gay, que é a luta contra a homofobia, trazer: “Diga ‘não’ à homofobia”; “Homofobia é crime”; ou mesmo “Diga ‘não’ ao racismo”, porque racismo é crime. Então, eu acho que seria bastante interessante isso, muito conscientizador.

E, na questão das formações dentro dos clubes de futebol, seria interessante também convocar o pessoal da SEPPIR, convidar o pessoal da Secretaria de Direitos Humanos, convidar o pessoal de associações de gays e lésbicas para fazer formações dentro dos clubes de futebol, com jogadores, com dirigentes. Porque, muitas vezes, as pessoas estão tão acostumadas a ofender a dignidade do outro sem perceberem que estão ofendendo: “Ah, mas eu não falei com essa intenção. Eu não sabia.” Então, a partir dessa formação, se vai saber que tem que se respeitar o outro na sua integralidade. “Ah, mas ele é preto e eu só brinco com deficiência física.” Não! O ser humano não é objeto de brincadeira. Não se pode brincar com as pessoas de qualquer forma. Então, eu acharia interessante também que os clubes de futebol tivessem essa interlocução maior com as entidades de direitos humanos no sentido de formações.

Outra coisa também, em cima do que o colega advogado colocou, eu acho fundamental que a OAB se abra para dentro dos estádios de futebol, para os dirigentes, dizendo: “Olha, as sanções são essas, essas e essas. Existe responsabilidade sim.” Quer dizer, não é a paixão pelo time que vai dar oportunidade de ofender a integridade das pessoas. Eu sou torcedora do Corinthians, mas há o Vitória, o Internacional, o Grêmio, o Flamengo, e viva a diversidade! “É nós!” Então, eu acredito que seja importante que esses espaços dos clubes de futebol sejam mais bem explorados. A minha sugestão é essa para o mês de novembro.

E para o mês de março, “não à violência contra a mulher”. Entrar nos estádios com faixas de “não à violência contra a mulher”. Acho que seria fundamental que todos os times de futebol fizessem isso. É a responsabilidade social dos jogadores e do time com a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Vamos agora para as considerações finais dos nossos convidados.

Eu vou inverter: quem foi o primeiro será o último e quem foi o último será o primeiro.

Então, o primeiro agora vai ser o Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, que aqui representa a OAB, para as suas considerações finais.

Permita-me apenas comunicar aqui que está em plenário o Sr. Alexandre Maciel Gomes, representante do Ajax Futsal do DF, que tem um projeto social de futebol com os catadores da Estrutural do DF. De fato, é o social com o esporte. Parabéns pelo seu movimento!

O Prof. Jailson Kaludo, representando aqui na plateia a Setorial da Pessoa com Deficiência e também é apaixonado pelo esporte. Meus cumprimentos.

Por favor, Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino.

O SR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO – Sr. Senador, serei muito breve. Apenas, novamente, para agradecer o convite e dizer que a OAB está sempre disponível, de portas abertas. E eu me comprometo a levar a proposta feita aqui pela Mesa à Comissão de Direito Desportivo, ao Presidente Marcus Vinicius, de que a OAB promova palestras dentro dos clubes, conscientizando para esse lado legal das sanções cabíveis em caso de práticas de atos de violência e de racismo. Fica aqui o compromisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, doutor, pela contribuição. Vamos trabalhar juntos.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Alexandre Santos, diretor regional dos consulados do Inter.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Sr. Senador Paulo Paim, torcedor do Caxias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Do Caxias, que foi a fusão do Flamengo e Juventude. Então, o pessoal do Juventude pode se sentir contemplado também. E para quem está me ouvindo na minha cidade natal, Caxias, digo que eu optei pelo Caxias, foi pela fusão dos dois times em que eu tinha jogado nos juvenis. E depois – sou do tempo do Pastelão ainda –, o Pastelão me indicou e eu fui para os juvenis do Grêmio e do Inter. Só que eu não consegui entrar em nenhum dos dois, mas fiz o teste, pelo menos, e voltei para os juvenis de Flamengo e Juventude.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Só para lembrar, Senador, grandes treinadores, técnicos de futebol são do seu Caxias, iniciaram lá as suas carreiras: o Luiz Felipe Scolari, o Felipão, e o Tite, do Corinthians, entre outros. E é simpaticíssima a torcida do Caxias, aliás, de todo o Rio Grande. É bonito no País, o País do futebol, como o Dr. Tolentino falou, em locais onde levamos crianças e mulheres, não podemos fazer do espetáculo do futebol uma demonstração de preconceito e de discriminação, levando, às vezes, para o lado de tragédias, de brigas entre torcidas.

Este é outro tema, Senador, que eu sugiro que se levante: a violência nos estádios. É uma proposta que eu deixaria aberta para o senhor e para este Parlamento: a discussão futura sobre a violência nos estádios. Eu sou amante do futebol, frequento estádios sempre que posso, em qualquer Estado do País, de qualquer clube que esteja jogando. Gosto de assistir a uma partida de futebol. Ao vivo, melhor ainda. Quem não gosta? E, infelizmente, ficamos com receio de ir até um estádio próximo, como o Serra Dourada, ou em Taguatinga, com medo de sair de casa, com medo da violência, Senador. Temos receio de frequentar o estádio em razão da violência, e esse seria outro tema para se discutir.

Quero agradecer o convite, em nome da direção do Sport Club Internacional de Porto Alegre, e parabenizar a Mesa. É excelente este debate, que se leve adiante.

Drª Deise, levarei essa proposta ao Sport Club Internacional, ao Presidente Giovanni Luigi.

Agradeço aos membros que participaram, aos ouvintes, às pessoas que assistiram a este valoroso debate, Senador. E que não fique só no debate, que se leve adiante esta discussão, até chegarmos a um denominador comum, que é acabar com a homofobia, com o preconceito e com a discriminação racial.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Alexandre Santos, Diretor do Consulado do Sport Club.

Alguém me lembrou aqui, pelo WhatsApp – agora tudo é WhatsApp, não é? –, que Lupicínio Rodrigues escreveu também um hino para o Inter, mas na disputa, na época, como ele já havia feito um para o Grêmio, acabou não ganhando. Mas escreveu também, mostrando que o coração dele era para todos, o grande Lupicínio Rodrigues.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Dr. José Carlos Torves.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Obrigado pelo convite.

Gostaria de colocar a Federação Nacional dos Jornalistas à disposição para avançarmos neste debate, especialmente sobre racismo no futebol, e não só no futebol, mas na vida, que é um compromisso da Federação Nacional dos Jornalistas, reafirmando a necessidade de democratização do futebol, da imprensa e do Judiciário, a fim de termos uma sociedade melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Torves, da Federação Nacional dos Jornalistas.

Agora, a Drª Deise, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª DEISE BENEDITO – Quero mais uma vez agradecer o convite que me foi feito para estar aqui e fazer duas sugestões.

Eu penso que, dentro da sua disponibilidade de estar envolvendo mais os times de futebol nas campanhas de combate ao racismo, seria também interessante que os jogadores de futebol gravassem peças publicitárias no mês de novembro...

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Você roubou minha ideia.

A SRª DEISE BENEDITO – É? Eu roubei sua ideia?

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Não, estou brincando.

A SRª DEISE BENEDITO – Ah, bom!

Que participassem também de campanhas publicitárias no sentido de combate ao racismo, contra a homofobia, a violência nos estádios e a violência contra a mulher. É importante que sejam jogadores de futebol, porque têm uma imagem, e essa imagem diz muito para o torcedor. Então, se é um jogador x, que eu adoro, que é o meu ídolo, eu penso: “Mas é fulano que está falando isso!”. É a questão da credibilidade, tão dita dentro das campanhas publicitárias, não é? E, para vender esse produto, eu acho que deveriam ser vários jogadores independentes, não necessariamente só jogadores negros, mas jogadores brancos também, falando em combate ao racismo nessas peças publicitárias.

E também eu queria lembrar, Senador, a propósito de que vocês da Mesa falaram muito de Lupicínio Rodrigues, que eu tenho o privilégio de ter nascido no mesmo dia de Lupicínio Rodrigues, no dia 16 de setembro. Isso me deixa muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem próximo da primavera.

A SRª DEISE BENEDITO – É, bem próximo da primavera. Por isso é que estou cheia de flores. *(Risos.)*

E essa questão do Lupicínio é muito interessante, porque ele também nasce no mesmo dia em que foi fundada a Frente Negra Brasileira; a Associação de Proteção dos Desvalidos, em Salvador, que também tinha o objetivo de angariar fundos para a compra de cartas de alforria em 1830. Nada acontece por acaso.

Eu quero agradecer por este convite e quero dizer que a Secretaria de Direitos Humanos sempre vai estar à disposição para contribuir no combate a todas as formas de preconceito e discriminação que ainda existem na sociedade brasileira.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Deise Benedito, que falou pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Passamos a palavra agora ao Dr. Carlos Alberto Junior, Ouvidor Nacional da SEPPIR.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Mais uma vez, Senador, quero agradecer pelo convite, em nome da Ministra Luiza Bairos.

É uma grande satisfação esta aqui neste dia de hoje, conversando sobre um assunto ao mesmo tempo ruim, que é o racismo, mas de uma alegria muito grande, que é o futebol. Então, a gente precisa transformar esse polo negativo em uma ação positiva. É por isso que eu acho que estas sugestões nossas aqui, que tenho convicção de que serão analisadas por esta Comissão para darem prosseguimento a elas, levarão ao convite aos clubes para que façam isso de uma forma amigável; que eles possam, cada vez mais, engajar-se nessa campanha, que é uma resposta de responsabilidade social para a sociedade. Com isso, eu quero externar aqui toda a minha satisfação de estar aqui nesta Mesa tão representativa nesta manhã.

Quero dizer que, cada vez mais, eu entendo que as instituições privadas precisam moldar-se a essa responsabilidade social, estar mais junto da sociedade. E combater o racismo, combater a homofobia, combater a violência contra a mulher é estar junto com a sociedade, mostrando que este País é um país que combate qualquer forma de discriminação. Contudo, além de tudo isso, é preciso instituições fortes, sensíveis, para que a gente possa avançar numa nação igualitária, numa nação justa e com instituições fortes.

Por isso, mais uma vez eu agradeço e coloco-me à disposição. Quero me colocar não só à disposição da Comissão, mas também dos clubes, se eles entenderem que nós podemos contribuir com palestras, com as ações deles no combate ao racismo.

A Ministra me pediu que deixasse aqui a Ouvidoria à disposição; mas não só a Ouvidoria: a SEPPIR também está à disposição dos clubes para contribuir com essa formação, pela qual nós também achamos que somos responsáveis.

Então, muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Eu acho que a gente dá um grande salto histórico hoje, Senador, no combate ao racismo no futebol.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Alberto Junior, que falou em nome da SEPPIR.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Adalberto Preis, que fala em nome do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, ele que é Vice-Presidente. Depois eu vou para os encaminhamentos.

O SR. ADALBERTO PREIS – Eu acabo de receber uma fotografia de um historiador da história do Grêmio, com os seguintes dizeres: “Negro Adão Lima jogou no Grêmio por 10 anos e estreou em 1926.” Há também outra informação: trinta jogadores negros jogaram no Grêmio antes do Tesourinha, que foi considerado o grande marco da abertura multirracial, digamos assim, no Grêmio.

Senador Paulo Paim, a gente sempre aprende. Eu estou contente, satisfeito por ter tido o privilégio de participar desta reunião. Aprendi muito com a visão de outras pessoas que têm experiências diferentes da minha, outros conhecimentos, algum tipo de conhecimento bem maior do que o meu sobre certas matérias.

Realmente, acho que foi uma reunião muito produtiva. Tive a oportunidade de apresentar a posição do Grêmio e ouvi, com satisfação, do Senador Paim, do Dr. Carlos Alberto e do Dr. Tolentino frases contundentes de que, no entendimento dele, o Grêmio não é uma entidade racista.

Se fosse só para ouvir isso, já teria compensado a minha vinda aqui, mas eu não posso deixar – eu até não gostaria disto, porque alguém pode achar que isto quebra essa clima propositivo, com o qual estou encaminhando este encerramento final – passar em branco a observação do Dr. Tolentino que disse que achou justa a condenação do Grêmio. Ele até pode achar isso do ponto de vista pessoal, é um direito que ele tem, mas, falando em nome da OAB, ele não pode dizer isso. Eu, como advogado antigo, muito mais antigo que o Dr. Tolentino, digo com convicção que, em nome da OAB, ele não pode dizer isso. Ele poderia dizer em nome dele, como uma convicção pessoal. Eu até atribuo isso a um fruto da juventude e tal, mas, por favor, em nome da nossa OAB, não. Não julgue em nome da nossa OAB, inclusive um processo que não conhece. Enfim, isso foi apenas um pequeno detalhe, um pequeno senão. Acho que foi uma contribuição importante também a que o Dr. Tolentino deu para todos nós, para esta Comissão do Senado.

Encerrando, ponho o Grêmio à disposição de todas essas iniciativas de combate ao racismo. O Grêmio já vem fazendo isso há vários anos, mas ele se incorporará com um vigor ainda maior a todas essas iniciativas que vierem a ser tomadas.

Muito obrigado. Até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio.

O Dr. Ronaldo quer fazer uma rápida consideração. É legítimo pelo aspecto democrático desta Comissão.

O SR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO – Como consideração final, acho que a frase ficou um pouco solta e isolada. Não foi justa a punição do Grêmio por ser o Grêmio, mas por um caráter pedagógico, um caráter educativo. Aqui, eu destaquei que foi o Grêmio, mas que poderia ter sido qualquer outra torcida. Com esta finalidade pedagógica e educativa de o torcedor saber que, se fizer alguma prática ilícita, haverá consequência, eu reafirmo o que disse, nesse contexto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Ficou bem na linha de que é a sua opinião, claro, e que aqui foi feito o contraponto do Dr. Adalberto. Isso é bom, porque vamos enriquecendo e aprendendo juntos, como foi dito.

Eu vou fazer encaminhamentos.

Foi proposto que esta Comissão apresente como sugestão aos clubes de futebol que, dentro do possível, gravem na camisa e façam divulgação em material usado pelos jogadores mensagem contra o racismo, bem como promovam ações educativas. Em parte, aqui já foi demonstrado que isso está sendo feito, mas o apelo, claro, é o de que continue esse movimento. Avaliar a proposição de projeto de lei para que as pessoas que pratiquem crime de racismo sejam submetidas também a medidas socioeducativas pedagógicas. Realizar audiência pública para debater exclusivamente a violência nos estádios de futebol em toda a sua abrangência. Gravar peças publicitárias contra os preconceitos, contra homofobia, contra a violência contra as mulheres.

Eu proponho o que vou falar aqui agora. Junto com a Senadora Lídice da Mata, nós criamos aqui, no Senado, a chamada Comenda Senador Abdias Nascimento. Essa medalha tem o objetivo de premiar aquelas pessoas que mais se destacaram na luta contra os preconceitos.

Neste ano – e vai ser no dia 20, agora, às 11 horas –, serão o Ministro do STJ Benedito Gonçalves; a Edna Almeida Lourenço, que foi relatora na África do Sul; Gilberto Gil, que vai receber a medalha pela sua luta contra o preconceito; o Martinho da Vila – e quero dizer que o Martinho da Vila reafirmou que estará presente conosco – vai receber a medalha contra o preconceito; o Milton Gonçalves também receberá a medalha Abdias Nascimento pela sua luta contra o preconceito; Silvio Humberto dos Passos, indicado pela Senadora Lídice; e Francisco José do Nascimento, *in memoriam*, Presidente do Instituto Dragão do Mar.

Eu vou propor que todo ano, no dia 20 de novembro, uma entidade também seja incluída entre os agraciados com essa medalha. Oxalá, no próximo ano, já seja um clube de futebol, pela sua luta, pela sua forma de agir, a sua forma de conduzir a luta contra o preconceito no futebol! Eu presido essa Comissão e vou tomar a liberdade de já anunciar que, no próximo ano, nós teremos também uma entidade de caráter nacional que vai receber a medalha Abdias Nascimento.

E, na linha do que todos falaram aqui, a assessoria me lembrou de um caso que passo a ler:

Proprietário de time é banido da NBA por comentários racistas.

O proprietário do Los Angeles Clippers, Donald Sterling, foi banido da NBA por comentários racistas.

Além de não poder entrar mais nas instalações da liga nem manter contato com profissionais da NBA, Sterling foi multado em US\$2,5 milhões (cerca de R\$5,58 milhões) e terá que vender a equipe.

Os comentários racistas de Sterling aconteceram após sua namorada [uma modelo] postar uma foto em rede social ao lado do ex-astro da NBA Erwin [chamado] “Magic” Johnson.

Essa é uma forma também de demonstrar que não é só no futebol; este é um movimento internacional na luta contra todo tipo de preconceito.

Eu quero agradecer muito ao Inter e ao Grêmio por terem estado presentes. Fizemos convite a outros clubes, que não responderam. O Inter e o Grêmio responderam de imediato, dizendo que podíamos contar com eles para este debate, numa demonstração de que estão dispostos a ajudar a todos nesta luta nacional e internacional do combate ao preconceito e o racismo.

Agradeço muito a todos os nossos convidados.

Agradeço ao Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-ball, que esteve presente conosco; ao Carlos Alberto Junior, ouvidor da SEPPIR, que também esteve aqui – ambos deixaram contribuições –; à Drª Deise também, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; ao José Carlos Torves, da Federação Nacional dos Jornalistas; ao Dr. Alexandre Santos, dos Consulados do Inter aqui em Brasília – ele coordena os consulados –; e ao Ronaldo Ferreira Tolentino, que é da comissão especial da OAB que trata deste tema.

Enfim, encerro esta nossa audiência, agradecendo a cada um e cada uma, na certeza de que foi mais um momento para debater a nossa luta contra todo tipo de preconceito e racismo, na certeza de que, oxalá, daqui a uns anos, na hora de entregar a medalha Abdias, nós possamos entregá-la também a alguns clubes de futebol, pela forma como ajudaram nesse encaminhamento.

E fico aqui com a opinião unânime da Mesa, que considerou que nem o Grêmio, nem o Inter, nem o Caxias, nem o Esportivo de Bento é racista; mas que pessoas racistas estavam no estádio e, de forma desrespeitosa, lamentavelmente, ofenderam jogadores com palavras e gestos de preconceito.

Esperamos que eles superem tudo isso e que a gente faça do esporte o que realmente é: saúde, lazer, divertimento. E aqui foi dito que abraça todos: pobre, rico, negro, branco, índio. Não importa a origem, a procedência, a classe social, todos são abraçados pelo esporte. Eu sempre digo que o esporte, de fato, é vida, saúde, lazer, entretenimento; é alegria de ver o gol e as belas jogadas.

Eu, este fim de semana, vi um gol... No meu tempo era... O cara caindo meio de bicicleta, meio de chute, um belo gol.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Foi gol de bicicleta, na vitória do Sport Club Internacional sobre o Goiás. Gol do zagueiro Paulão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É. Foi do Paulão.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Do Paulão. Um belo gol.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Inter entrou logo aqui. O Grêmio já falou bastante porque encerrou. Aí eu encerro a nossa audiência pública.

Até a próxima. Um abraço a todos.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ATA DA 65ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCAÇÃO PARA O DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 3/2014 – PLDO 2015

Às doze horas e um minuto do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 7, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença das seguintes Senadoras e Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e Magno Malta. O Senhor Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de registrar a presença os demais membros. Passa-se a pauta: **Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – PLDO 2015, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências”)**. Relatora: Senadora Ana Rita. Às doze horas e um minuto a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senador Paulo Paim, para que possa relatar a matéria. O Senhor Presidente passa a palavra à Senadora Ana Rita, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório da Senadora Ana Rita, que é **aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 3/2014 – PLDO 2015:**

Às doze horas e doze minutos o Senhor Presidente Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Ana Rita e Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que assinada pela Senhora Presidente será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

CDH/SF - Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2015

NR	EMENTA	PROGRAMA	AÇÃO	META	TIPO DA EMBENDIMENTO
1	Prevenção da Violência contra as mulheres	2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento da Violência	2103 - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	163	Inclusão no Anexo I
2	Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência	2063 - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	2104 - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	16	Inclusão no Anexo I
3	Fomento a ações alternativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial	2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	2101 - Fomento a Ações Alternativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento do Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	14	Inclusão no Anexo I

CDH/SF - Emendas de texto ao PLDO 2015

Ementa	Tipo	Referência
1 - CDH - aumento real dos aposentados	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 36
2 - CDH - prioridade de aumento real aos benefícios do INSS	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 4
3 - CDH - relatório anual de impacto dos programas voltados ao combate das desigualdades de gênero, raça...	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 106 Parágrafo 1 inciso I (Alínea)
4 - CDH - relatório anual de impacto dos programas voltados ao combate das desigualdades de gênero, raça...	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 106 Parágrafo 3
5 - CDH - agências financeiras oficiais de fomento	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 109 Parágrafo 5 inciso III
6 - CDH - transparência para despesas destinadas ao enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 12
7 - CDH - priorizar programas e ações voltados ao enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 4
8 - CDH - monitoramento da Plano Nat. Pol.	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 21
9 - CDH - integração do SIAFI aos planos orçamentários vinculados ao FPMU	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 21
10 - CDH - inclusão de orçamento ações enfrentamento violência doméstica contra mulher	Aditiva	Anexo III – Item 62
11 - CDH - disciplina adaptações de enfrentamento à violência contra as mulheres na LOA	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 12
12 - CDH - desigualdade de gênero e étnico racial para as mulheres	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 4

Esta Reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 03, de 2014, do Congresso Nacional, Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Foram apresentadas 50 emendas perante esta Comissão.

Como sou Relatora das emendas, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para que conduza os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concedo a palavra, de imediato, à Senadora Ana Rita para leitura do Relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Poder Executivo encaminhou apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 03, de 2014, o PLN nº 03, de 2014, do Congresso Nacional, relativo à proposta das diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015, nos termos estabelecidos nos art. 48, inciso II; art. 84, inciso XXIII; art. 165, inciso II e art. 166, todos da Constituição Federal.

No âmbito do Congresso Nacional, o exame da matéria e a emissão de parecer compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, nos termos da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional. E do parecer preliminar aprovado naquele Colegiado, cada Comissão Permanente do Senado Federal pode apresentar até três emendas de inclusão de ação ao anexo de metas e prioridades, sendo ilimitado o número de emendas ao texto.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foram apresentadas, no prazo estabelecido, 53 sugestões, sendo 41 ao anexo de metas e prioridades e 12 ao texto, conforme espelhos em anexo.

Fui escolhida Relatora da matéria que passo a analisar.

Análise das propostas.

Analizamos, inicialmente, adequação das sugestões às disposições da legislação vigente, em especial a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, e o Parecer Preliminar da Comissão Mista de Orçamento que estabelece a necessidade de vinculação do objeto das emendas com as matérias que sejam regimentalmente afetas à Comissão de Direitos Humanos.

Nos termos da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, a competência da Comissão de Direitos Humanos abrange as seguintes subáreas temáticas: Presidência da República e Ministério Público.

Exame da admissibilidade.

O exame das sugestões de alteração do anexo de metas e prioridades nos permitiu concluir que:

- a) As ações contempladas constam do Plano Plurianual vigente;
- b) Todas as ações constantes das propostas de emendas recebidas estão entre as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão de Direitos Humanos e preenchem as condições estabelecidas no Parecer Preliminar da Comissão Mista de Orçamento;
- c) Nenhuma, em nosso sentir, infringe qualquer norma regimental.

No que se refere às emendas ao texto, também entendemos que os objetos tratados nas sugestões estão entre as matérias de competência desta Comissão e atendem ao disposto no referido parecer preliminar aprovado pela CMO. Podem, portanto, ser acolhidas.

Fazemos restrições apenas à Proposta nº 2, cujas informações estão imprecisas. Neste caso específico, estamos recomendando ao respectivo autor que faça os devidos ajustes na proposição e a apresente individualmente na CMO, pois nada obsta que a emenda seja apresentada desse modo naquele Colegiado.

Exame do mérito.

No que se refere ao mérito, consideramos as propostas relevantes e oportunas. São inegavelmente de interesse nacional e estão na área de competência regimental da CDH. A limitação numérica imposta pelo parecer preliminar da CMO nos obriga, no entanto, a escolher apenas três das sugestões relativas ao Anexo de Metas.

Definição das propostas.

Tomamos a decisão de privilegiar os três grupos que têm despertado grande interesse desta Comissão: as mulheres, os negros e as pessoas com deficiência. Coincidentemente, essa também foi a preocupação manifestada pelos autores das propostas. Todos apresentaram proposição em favor daqueles grupos.

Estamos acolhendo em primeiro lugar as proposições que priorizam os gastos na Ação 210-B – Atendimento às mulheres em situação de violência no âmbito do Programa 2016 – Política para as mulheres. Promoção da autonomia e enfrentamento à Violência (Propostas nºs 04, 17, 33, 41 e 51); em segundo lugar, acolhemos as propostas ligadas à Ação 210-N – Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, no Programa 2.063 – Promoção dos direitos de pessoas com deficiência (Propostas nºs 23, 37, 47 e 53); enfim, estamos acolhendo as propostas direcionadas para a Ação 210-H – Fomento a ações afirmativas e outras iniciativas para o

enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade racial, no Programa 2.034 – Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial (Propostas nºs 15, 28, 31 e 39).

Seguindo esses critérios, foram selecionadas para integrar as emendas da CDH ao Anexo de Metas e Prioridades, as Propostas nºs 04, 17, 33, 41 e 51, para compor a primeira emenda; 23, 37, 47 e 53, para compor a segunda emenda e 15, 28, 31 e 39, para compor a terceira emenda.

Estamos sugerindo ajustes nas metas finais, na forma abaixo assinalada, para que se tornem coerentes com a técnica orçamentária e se conformem com as normas legais e regimentais.

Relativamente ao texto, com exceção da Proposta nº 02, sugerimos a esta Comissão que apresente todas as sugestões recebidas, as quais, do nosso ponto de vista, não afrontam as normas regimentais.

Ao final, estamos acolhendo 24 das 53 proposições apresentadas, e estamos contemplando a todos os colegas Senadores e Senadoras que participaram deste processo.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação, tal como apresentadas, das propostas de emendas de texto recebidas, ressalvada a Proposta nº 2 acima citada, e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Plano de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015.

Programa 2016 – Política para mulheres: Promoção da autonomia e enfrentamento da violência. 210-B – Atendimento às mulheres em situação de violência. Meta 163. Inclusão no Anexo I.

Programa 2063 – Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência. 210-N, Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Meta 16. Inclusão ao Anexo I.

E ainda o Programa 2034 – Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial. Ação 210-H. Fomento às ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade racial. Meta 14. Inclusão no Anexo I.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formulação e apresentação das emendas à CMO, inclusive transcrevendo a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida para o sistema de elaboração de emendas.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2014.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela aprovação das Propostas 4, 17, 33, 41 e 51, para compor a primeira emenda; e 23, 37, 47 e 53 para compor a segunda emenda; e 15, 28, 38 e 39, para compor a terceira emenda.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável às Emendas 1, 2 e 3, da CDH, referente à inclusão de metas e de todas as emendas ao texto sugeridas, com exceção da Proposta nº 2.

Esse é o parecer da Comissão, Srª Presidenta.

O relatório está aprovado, na íntegra, como foi feita a leitura pela Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, declaro encerrada a presente reunião e convoco imediatamente a segunda reunião da Comissão de Direitos Humanos, para que possamos apreciar as matérias deliberativas.

(Iniciada às 12 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA APÓS A 65ª REUNIÃO, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e treze minutos do dia doze de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, João Durval, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e Magno Malta. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 66ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª

Legislatura. A Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas das 63ª a 65ª (sexagésima terceira a sexagésima quinta) Reuniões da CDH. Passa-se a pauta. Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 – Não Terminativo – Altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. **Autoria:** Deputada Nilda Gondim. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2013 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para proibir a fixação de períodos de carência para exames e acompanhamento pré-natais e partos para mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para casos de gestação de risco. **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 3. Sugestão nº 11, de 2014 – Não Terminativo – Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara nº 16/13. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OABSP. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014. Resultado: Após a leitura do Relatório, é concedida vista coletiva nos termos regimentais. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. Resultado: Após a leitura do Relatório, é concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. Item 5. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 79, de 2014. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o “Vírus EBOLA”, para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Dr. Arthur Chioro – Ministro da Saúde; 2. Ideli Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos; 3. Benigno Pedro Matute Tang – Embaixador Extraordinário da República da Guiné Equatorial; 4. Salvador Beck Landau – Cônsul Honorário da Libéria; 5. Eugênia Pereira Saldanha Araújo – Embaixadora da República da Guiné-Bissau. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados: Embaixadores de Cuba e dos Estados Unidos. EXTRAPAUTA. Item 6. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 80, de 2014. Em aditamento ao Requerimento nº 79-CDH/2014, requeiro seja incluído o nome do Sr. MOHAMED YOULA, Embaixador da Guiné (Guiné-Conacri) no Brasil como debatedor na audiência pública aprovada para discutir as questões ligadas à calamidade provocada pelo vírus Ebola em países da África e sua projeção em outros continentes. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Flexa Ribeiro e Paulo Davim. Nada mais havendo a tra tar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 63ª a 65ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A pauta da nossa reunião de hoje consta de cinco itens.

A relatoria do primeiro item é do Senador Paulo Davim, que não se encontra presente neste momento.

Nós vamos para o item nº 2, p. 17.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para proibir a fixação de períodos de carência para exames e acompanhamento pré-natais e partos para mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para casos de gestação de risco.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 6, de 2013, que almeja proibir, quando da contratação de planos de saúde, conforme a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1988, a fixação de períodos de carência para exames e acompanhamento pré-natais e partos para mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para casos de gestação de risco. Para isso, a proposição acrescenta um terceiro parágrafo ao art. 12 da lei mencionada acima, com o seguinte conteúdo:

§ 3º É vedado o estabelecimento de quaisquer períodos de carência para a realização de exames pré-natais, de acompanhamento e tratamento obstétricos e de partos para as mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para aquelas mulheres cuja gestação seja considerada de risco.

O autor justifica sua iniciativa com o argumento da hipossuficiência das mulheres nessas condições, o que deve dar lugar a um tratamento desigualmente favorável àquelas, de modo a corrigir a desigualdade inicial. Segundo ele, os custos emocionais e financeiros da gravidez somados acarretam situação excepcional que justifica a medida. Outrossim, ao ver do autor, a medida proposta não implica “alterações importantes na lucratividade dos planos de saúde”, dada a “sólida curva de decréscimo da taxa de fecundidade nos últimos vinte anos, tendência que se projeta para os próximos vinte anos, pelo menos”.

Após o exame por esta CDH, o projeto seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Sociais, que sobre ele decidirá terminativamente.

Não foram apresentadas emendas perante este Colegiado.

Compete à CDH o exame de matéria atinente aos direitos das mulheres, das pessoas com deficiência e da juventude. Portanto, é regimental o exame desta proposição por esta Comissão.

Ressalto que não se observam óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto sob análise.

No tocante ao mérito, o projeto tem a importante virtude de estender, ainda mais, a aplicação do conceito de direitos humanos, sem deixar de ser economicamente viável, haja vista a queda histórica das taxas de natalidade entre nós. Merece, portanto, prosperar.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6, de 2013.

É o parecer, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto.

O Projeto segue para análise da CAS, em decisão terminativa.

Eu vou colocar em votação... Na verdade, nós vamos encaminhar, aqui, para que seja apreciado pelos Senadores, o item nº 5, p. 47, requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

**Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o “Vírus EBOLA”, para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Dr. Arthur Chioro – Ministro da Saúde; 2. Ideli Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos; 3. Benigno Pedro Matute Tang – Embaixador Extraordinário da República da Guiné Equatorial; 4. Salvador Beck Landau – Cônsul Honorário da Libéria; 5. Eugênia Pereira Salda-
nha Araújo – Embaixadora da República da Guiné-Bissau.**

Autoria: Senador Paulo Paim

Vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, na verdade, como o tema eu considero da maior importância, pois estamos falando da vida de milhares e milhares de pessoas, eu tanto encaminhei esse requerimento à Comissão de Assuntos Sociais como também a esta Comissão de Direitos Humanos, com os mesmos convidados.

A minha intenção, se for necessário mesmo, é fazer duas audiências públicas, mas, se for viável, podemos fazer uma única audiência unindo as duas Comissões – Direitos Humanos e Assuntos Sociais – para tratar da questão do vírus Ebola, que já é uma epidemia mundial e que merece um olhar cada vez mais cuidadoso, tanto em nível internacional como no Brasil, que também já tomou uma série de medidas.

Claro que eu entendo ser importante que o próprio Ministro da Saúde venha à Comissão e explique o que estamos fazendo no Brasil, e que os países, principalmente do Continente Africano, possam relatar como está essa situação trágica que está levando à morte milhares de pessoas pelo vírus ebola.

Este é o requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, V. Exª está sugerindo que seja uma audiência conjunta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu encaminhei dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um para a Comissão de Assuntos Sociais e um para cá. Eu queria aprovar exatamente como está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se houver alguma dificuldade de prazo, de horário, devido ao fim do ano, nós faríamos aqui. E se na reta final ambas as Comissões entenderem que pode ser feito em uma única audiência, eu também estarei à disposição. É uma precaução.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, na Comissão de Assuntos Sociais já foi encaminhado, nós vamos aprovar aqui e depois as Secretarias dialogam sobre a possibilidade de fazermos em conjunto. É bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Uma ponderação, Srª Presidente. Eu acho muito importante esta audiência, apoio inteiramente, e fico pensando o seguinte: houve, recentemente, uma cooperação dos Estados Unidos com o Governo de Cuba que causou bastante atenção, uma vez que ainda perdura o embargo dos Estados Unidos em relação a Cuba. Mas há alguns sinais importantes e o mais recente foi que os Estados Unidos enviaram uma equipe médica de especialistas na área de saúde para uma conferência em Cuba, onde estava presente um grande número de pessoas da área de saúde de Cuba que, justamente, em grande número, realizou missões para prevenir e cuidar do problema do Ebola lá nos países da África aqui designados, como a Guiné Equatorial, a Libéria e a Guiné Bissal.

O que eu penso aqui, caro Senador Paulo Paim, é se não seria o caso até de convidar o Embaixador de Cuba e, eventualmente, até o dos Estados Unidos, para os dois se entenderem bem e assim realizarmos um passo adicional para o estabelecimento das relações normais entre Estados Unidos e Cuba, porque eu sou muito favorável a que possam os dois países se entender e acabar com esse embargo.

É a sugestão que eu formulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Podíamos convidar os dois então, tanto o Embaixador de Cuba quanto o dos Estados Unidos, e ambos se encontrarão aqui na nossa Comissão. Proposta do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para que aqui relatem o bom entendimento que houve, que foi até objeto de elogios pelo Secretário de Estado John Kerry sobre isso. Eu acho que seria, quem sabe, uma forma de nós como que soprarmos positivamente esta aproximação até que termine o embargo ou o bloqueio dos Estados Unidos em relação a Cuba, que já dura mais de cinquenta anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy, agradeço o encaminhamento, acho que nós não teremos nenhuma dificuldade de encaminhar esta questão. E inclusive me coloco à disposição para dialogar com o Senador Waldemir Moka para que possamos fazer, de fato, uma audiência conjunta, porque, com uma representação expressiva, caso todos venham, vai ser muito importante fazermos conjunta.

E também, eu tenho certeza, já tenho informação de que o Ministro da Saúde tem muito interesse em vir aqui para debater o tema. Então vamos trabalhar no sentido de fazermos uma audiência conjunta e, se for aprovado, também com os Embaixadores tanto de Cuba quanto dos Estados Unidos.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram, inclusive com essa sugestão do Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado, com a inclusão dos Embaixadores de Cuba e dos Estados Unidos como convidados.

Com a chegada do Senador Randolfe Rodrigues, nós vamos retomar, então, o item nº 3 da pauta, p. 28.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 11, de 2014

– Não terminativo –

Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara nº 16/13.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OABSP

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014.

Observações: Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Srª Presidente.

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão nº 11, de 2014, encaminhada pela Comissão de Direito de Família e Sucessões da Seção de São Paulo da OAB, que propõe alterar o art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, de maneira que o seu item 1º, em vez de conferir primazia ao pai para a declaração de nascimento perante o Registro Civil de Pessoas Naturais, como prescreve a forma vigente, atribua tal prerrogativa aos pais, isoladamente ou em conjunto.

Em acréscimo, propõe a supressão do item 2º do referido art. 52, mediante o qual a mãe apenas pode declarar o nascimento do seu filho se o pai não o fizer.

O exame da SUG nº 11, de 2014, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa se dá com base no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que, em seu inciso I, a esta Comissão atribui competência para opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Deve ser consignado que o PLC nº 16, de 2013, depois de aprovado na Câmara dos Deputados, já obteve pareceres favoráveis de ambas as comissões do Senado Federal para onde foi distribuído, que são esta mesma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta última em caráter terminativo, sendo que, após a interposição de recurso para a apreciação da matéria pelo Plenário, ainda recebeu a Emenda nº 1, de 2013, de Plenário, de autoria do Senador Aloysio Nunes, propondo o seu aperfeiçoamento. Depois de essa emenda ter obtido parecer favorável nesta Comissão, atualmente ela se encontra na espera de oportunidade para sua apreciação pela segunda Comissão a que foi distribuída.

Ante o exposto, votamos pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014, com base no disposto no art. 102-E, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sendo assim, é este o voto e esta a posição em relação a essa Sugestão, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Srª. Presidente.

Cabe vista?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Cabe.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Regimentalmente, vista concedida.

Alguém mais se manifesta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Solicitada vista coletiva.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2014**
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela rejeição da matéria.

Observações: Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Srª. Presidente.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014, de autoria de S. Exª o Senador Armando Monteiro.

A iniciativa tem por finalidade alterar, no Estatuto da Criança e do Adolescente, as condições e o prazo máximo de aplicação da medida socioeducativa de internação aos adolescentes autores de atos infracionais considerados extremamente violentos. São assim qualificados os atos infracionais que resultem em morte ou lesão grave ou gravíssima, e que sejam: praticados com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel; causa de intenso sofrimento físico ou mental; praticados em atividades típicas de grupo de extermínio; praticados mediante pagamento ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; por motivo fútil; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; contra criança, idoso, enfermo ou gestante, equivalente a estupro de vulnerável ou extorsão mediante sequestro.

O PLS de 2014 foi distribuído para exame desta CDH em caráter terminativo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Nos termos do art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições relativas à proteção à infância e à juventude. Sob esse prisma, passamos a examinar o PLS 160.

Como a própria autora da proposição reconhece, o sistema socioeducativo é muito mais eficaz do que o sistema penitenciário na prevenção da reincidência, as estatísticas variam em torno de algo como 20% de reincidência no sistema socioeducativo contra 80% no penitenciário. Traduzindo os números para os prognósticos sociais, o sistema socioeducativo recupera infrator, enquanto o penitenciário galvaniza o criminoso. Essa relação inversa na eficácia das sanções aplicáveis aos adolescentes e aos adultos deriva, em grande parte, da própria natureza das medidas aplicadas. A promoção de atividades educativas e o foco na reinserção familiar e social do adolescente infrator se opõe ao caráter punitivo e à realidade dantesca das prisões.

A brevidade da internação, prescrita no art. 121 do ECA é precisamente um dos fatores que evita a completa alienação social e familiar do adolescente infrator, criando condições mais favoráveis para sua ressocialização do que a reincidência, favorecendo seu ingresso na vida adulta como cidadão pleno e honesto, não como criminoso contumaz.

Finalmente, é pertinente mencionar que há ainda vícios de técnica legislativa e de redação no PLS 160, de 2014, em desconformidade com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Em razão do exposto, meu voto é pela rejeição desse projeto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Vistas, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vistas. Alguém mais?

Então, pedido de vista, que é regimental, concedido ao Senador Flexa.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ainda sobre o requerimento do Senador Paulo Paim, acredito que ele tenha aqui sugerido os países que têm graves problemas com o Ebola. Ele citou Guiné Equatorial, Libéria, Guiné-Bissau.

Um dos países, Senador Paulo Paim, que inclusive o Embaixador me procurou e o Ministro Chioro atendeu, é justamente um dos mais graves é a Guiné-Conacri, que é outra Guiné e recebeu o apoio do Governo brasileiro. Então, me lembro de que o primeiro nome dele é Mohamed, Mohamed Ishida, mas não sei soletrar.

Eu queria acrescentar, sugerir que seja acrescentado o nome do Embaixador da Guiné que, aliás, tive a informação de que o Presidente da Guiné–Conacri estará presente na posse da Presidenta Dilma Rousseff, em 1º de janeiro, até como ato de agradecimento pela atenção dada pelo Governo brasileiro, em especial o Ministro Arthur Chioro. É a sugestão que formulo para acrescentar também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Como o requerimento, Senador Eduardo Suplicy, já foi aprovado, vamos agora colocar como extrapauta um requerimento de aditamento ao item nº 5, que já foi aprovado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão do requerimento extrapauta queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Colocamos em votação o aditamento sugerido pelo Senador Eduardo Suplicy, para incluir na audiência pública a respeito do ebola o Embaixador da Guiné–Conacri.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o aditamento.

O Senador Paulo Davim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Acho que é o mesmo. A Guiné–Conacri é a antiga Guiné Equatorial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então deve ser o mesmo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então está empatado.

Acontece que aqui está Benigno Pedro Matute Tang como Embaixador Extraordinária da República da Guiné Equatorial. E o Embaixador que eu conheço da Guiné–Conacri é Mohamed.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está aprovado. Mas vamos confirmar com a Secretaria se são pessoas diferentes. De qualquer maneira, já está aprovada a inclusão...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A Secretaria destrincha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... como um aditamento.

O Senador Paulo Davim acabou de chegar. Ele é o Relator do item 1. Então, vamos passar ao item 1 da pauta, p. 9.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2014

– Não terminativo –

Altera os arts. 2º e 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.

Autoria: Deputada Nilda Gondim

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações: Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – O PLC nº 44, de 2014, altera o conteúdo do § 2º do art. 2º da lei referida para atribuir-lhes preferência ou prioridade de atendimento “em todas as instituições financeiras ou estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento”. A seguir, a proposição prevê, em caso de descumprimento dessa medida, multa correspondente a dez vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Análise.

De acordo com os incisos IV e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, esta CDH é competente para opinar sobre proposições a respeito de direitos da mulher, de pessoas com deficiência e de pessoas idosas, o que torna regimental o seu exame do PLC nº 44, de 2014.

Não se veem óbices de juridicidade ou de constitucionalidade.

A iniciativa ora examinada é, na verdade, parte de um amplo conjunto de determinações legais no sentido de gerar igualdade de condições e de oportunidades àqueles concidadãos, que, caracterizados por uma peculiaridade (em decorrência de alguma deficiência ou dificuldade de locomoção, em razão da idade ou de condição especial de gestante ou lactente), enfrentam barreiras para o usufruto de seus direitos. Nesse sentido, a medida é louvável, acertada e consoante com o espírito da época e de nossa ordem constitucional.

Seus termos poderiam, entretanto, revelar maior sensibilidade às condições dos ofertantes dos serviços e mercadorias, que são, normalmente, bastante heterogêneas. O projeto, em sua forma atual, obriga todo e qualquer estabelecimento comercial ou similar em que existam caixas, balcões ou guichês para atendimento – isto é, obriga da mesma forma tanto uma grande multinacional quanto o sapateiro em seu quiosque, que atende clientes atrás de seu balcão. O caráter muito abstrato dos termos utilizados desconsidera realidades locais, circunstâncias econômicas, dimensão de empresas e outros fatores relevantes, obrigando indiscriminadamente o grande, o pequeno e o médio agente econômico. Na mesma direção, fixa multas facilmente absorvíveis por uma multinacional, mas devastadoras para uma pequena ou microempresa.

É nesse sentido que propomos emendas com o intuito de obrigar apenas aqueles estabelecimentos em que ocorre, a título constante e previsível, a formação de filas, e que, portanto, revelam volume de negócios compatível com a dimensão das multas estabelecidas.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 2º
Parágrafo único. É assegurada preferência ou prioridade às pessoas de que trata o art. 1º, naquelas instituições financeiras e estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento e nas quais a formação de filas seja previsível e constante, conforme a experiência.” (NR)

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 6º
.....
IV – no caso dos estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento, e nas quais a formação de filas seja previsível e constante, conforme a experiência, à multa correspondente a dez vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.
.....”(NR)

Era só, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu queria fazer uma intervenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pergunto ao Senador Paulo Davim: o menor valor pago hoje, pelo Regime Geral de Previdência Social, é o valor do salário mínimo? É isso? (Pausa.)

Então, seria uma multa equivalente a mais de R\$7 mil. V. Exª considera que esse seria o valor apropriado?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Na verdade, é o seguinte: como foi colocado aqui, as emendas salvaguardavam os pequenos negócios, os pequenos comércios. Agora, o que acontece é um desrespeito tremendo, sobretudo nas instituições bancárias e financeiras. Existe lei que cria a prioridade no atendimento, mas que é desrespeitada de forma contumaz. Então, ou se moraliza de uma vez por todas, ou nunca vamos construir a cidadania neste País. E a forma de, não só nessa questão mas em tudo, a gente fazer valer a lei é criar uma multa que, realmente, seja sentida pela instituição. Essa multa, se fosse imputada para uma pessoa física, seria realmente muito pesada. Mas, para uma instituição, para um grande comércio, para uma grande empresa, ela não será exorbitante, como aparenta ser, *a priori*, aos olhos de quem lê.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só para termos consciência, está previsto para o próximo ano o valor do salário mínimo de R\$788,06, o que significaria uma multa de R\$7.880,60, ou seja, uma multa significativa para algo que pode ser recorrente. Estou chamando a atenção para isso, para que tenhamos bem em conta o valor da multa. Obrigado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Só quero argumentar que, inclusive, houve o reajuste das multas de trânsito. Há multas de R\$12 mil, de R\$13 mil, para a pessoa física, para o indivíduo, para o cidadão que comete uma infração no trânsito. Por que houve esse reajuste? Na avaliação do Denatran, essa é a única

forma capaz de diminuir e coibir o excesso de agressão às leis de trânsito. Infelizmente, o lugar mais sensível das pessoas ainda é o bolso. Então, isso é pedagógico também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais alguém gostaria de discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Direitos Humanos.

O projeto segue para a análise do Plenário.

Consulto os Srs. Senadores se ainda gostariam de se manifestar. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos. Tenham um bom dia.

Quero agradecer aqui profundamente a todos os Senadores e Senadoras que têm marcado presença nesta Comissão. Agora, estamos com a pauta mais aliviada. Todas as matérias estão sendo apreciadas dentro do tempo necessário.

Muito obrigada.

(Iniciada às 12 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 10 HORAS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e doze minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Angela Portela, Vanessa Grazziotin e a não membro Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença da Deputada Federal Keiko Ota (PSDB/SP). A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento 74 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema “A regulamentação da profissão de Instrumentador Cirúrgico”. A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Maria Laura Saviato Alves, Presidenta da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos – ANIC; Antônio José dos Santos, Diretor da Federação Nacional dos Médicos; Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidenta do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário nesta ordem: José Lima Oliveira Júnior, Médico Cirurgião Cardiovascular do Incor, especialista em transplante de coração e coordenador da Comissão de Remoção de Órgãos da ABTO e Mário Eduardo Alves, advogado. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz o seguinte encaminhamento: 1) após a reunião a Senhora Presidenta coloca-se à disposição dos palestrantes e representantes de classe presentes no plenário para debater os aprimoramentos necessários ao PLC nº75/2014, sobretudo no que diz respeito a) à regulamentação clara da situação dos instrumentadores cirúrgicos que já estão no exercício profissional; b) aos pré-requisitos necessários para o exercício da profissão; c) à carga horária do profissional; e d) à redação de alguns dispositivos, a exemplo do art. 4º, II do Projeto de Lei. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Ana Rita e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 68ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 74, de 2014, da CDH, de autoria da Senadora Ana Rita – esta que lhes fala, Presidente desta Comissão –, aprovado em

12 de novembro de 2014, para debater o seguinte tema: a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

Bom dia a todos e a todas que aqui estão!

Quero cumprimentar, com muita alegria, os nossos convidados. E já passo a convidá-los para compor a Mesa.

Convido a Senadora Ana Amélia, Senadora que deseja contribuir com essa discussão, para compor a Mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senadora Ana Rita, eu, com muito prazer, farei isso.

Senadora Ana Rita, como V. Exª é Relatora dessa matéria que regulamenta a profissão do instrumentador cirúrgico, que é extremamente relevante, e nós estamos consolidando várias iniciativas legislativas que tratam da matéria de saúde, e sendo esse projeto de grande alcance, porque há também uma garantia de melhor qualidade da segurança do atendimento aos pacientes, então, essa é a preocupação de V. Exª e a minha e – repito – por ser um projeto de grande qualidade, tenho apenas uma dúvida. Eu acho que a audiência de hoje vai servir para isso e pode até ser uma audiência bem rápida.

Nós estamos, aqui, definindo a regulamentação para a profissão do instrumentador, só que fica uma dúvida para mim, como legisladora, ou seja, os que já estão exercendo a profissão como instrumentador cirúrgico vão ter confirmada essa posição ou a eles será dado um tempo de reciclagem, ou de transição, ou automaticamente como os demais que vão requerer algumas – digamos – capacitações para o exercício da profissão?

Então, parece-me que a única dúvida, e seria conveniente do ponto de vista da clareza da lei e V. Exª tem uma preocupação com isso, é exatamente definir se os instrumentadores cirúrgicos que já estejam exercendo essa atividade terão o reconhecimento tanto quanto os outros. Basta que tenha, digamos, o seu curso de revalidação, alguma especificação clara para dar segurança, inclusive jurídica, no exercício dessa profissão.

Então, parece-me que não há grande polêmica a respeito do tema que é de muita relevância, especialmente para os profissionais dessa área.

Obrigada, Senadora, também pelo seu apoio, queria publicamente registrar aqui a quem participa da audiência, a sua colaboração absolutamente – digamos – de abertura, de compreensão e de democracia ao aceitar uma sugestão, que é de interesse de todos.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia. Na verdade, como Relatora desse projeto, já posso até afirmar que o relatório está pronto, mas queremos receber a contribuição a partir desta audiência pública e também pela participação de V. Exª. Então, quero lhe agradecer por nos ter solicitado essa audiência pública, que é importante.

Senadora Ana Amélia, convido V. Exª para compor a Mesa.

Convido também para compor a Mesa o Dr. Luciano Gonçalves de Sousa Carvalho, Presidente da Associação Médica de Brasília (AMB).

Dr. Luciano já chegou? *(Pausa.)*

Convido também a Srª Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidenta do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

Seja bem-vinda!

Convido também a Drª Maria Laura Savieto Alves, Presidenta da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos (Anic).

Drª Maria Laura, seja bem-vinda!

Convido também o Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina CFM)

Seja bem-vindo, Dr. Mauro!

E ainda o Dr. Antônio José dos Santos, da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

Dr. Antonio, seja bem-vindo!

Eu farei, aqui, uma breve introdução, depois eu passarei a palavra à Senadora Ana Amélia, para que ela possa também se manifestar e, em seguida, nós daremos a palavra aos nossos convidados.

Quero informar que essa audiência, na verdade, atende a uma solicitação da Senadora Ana Amélia, para debater a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Trata-se do Projeto de Lei nº 75, de 2014, que está, hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, o qual, lá, eu sou a Relatora. Portanto, foi de iniciativa da Senadora Ana Amélia a realização dessa audiência pública, para que nós pudéssemos dialogar um pouco mais sobre o projeto no sentido de trazer maiores contribuições.

Na verdade, essa iniciativa se soma a outras iniciativas, que também tramitam aqui no Congresso Nacional, visando à regulamentação dessa profissão.

Os profissionais dessa área de saúde, que reivindicam a regulamentação, já se organizaram como categoria profissional em vários Estados, já levaram a diferentes instituições educacionais à reivindicação para

conquistar o reconhecimento da necessidade de ser implementado o curso de formação específica para instrumentador cirúrgico. Aqui no Congresso Nacional, já articularam iniciativas de proposições legislativas com a finalidade de regulamentar a profissão.

Para o público que nos acompanha pela TV Senado e por todo o sistema de comunicação da Casa, esclareço que é importante este debate, pois diz respeito ao profissional que atua no ato operatório do qual participa como integrante da equipe médico-cirúrgica. O instrumentador cirúrgico ordena, controla e fornece o instrumental e material cirúrgico ao operador, cuidando para que não haja riscos de contaminação. Sua função é facilitar o trabalho do cirurgião, o que beneficia o paciente ao reduzir o tempo cirúrgico, de anestésico e, sobretudo, porque diminui os índices de contaminação pós-operatório.

A presença do instrumentador cirúrgico no mercado de trabalho é uma realidade inegável, constituindo-se em número significativo de profissionais de saúde em atividade nos centros cirúrgicos de hospitais de todo o mundo.

Eu quero, mais uma vez, agradecer aos nossos expositores por terem aceitado o convite para colaborar com a instrução do projeto de lei, o PLC nº 75, de 2014, que eu já mencionei, do qual eu sou Relatora.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, é importante mencionar que nós recebemos diversas manifestações por parte de profissionais de saúde, especialmente da área médica, manifestando apoio ao projeto. Faço questão de ler o ofício da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, endereçado à minha pessoa, dizendo o seguinte:

Caríssima Senadora, venho, mui respeitosamente, encaminhar a V. Ex^a moção de apoio ao projeto supra de regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico, pelos motivos que se seguem:

1) a presença do instrumentador é fundamental para a boa e correta execução de qualquer procedimento cirúrgico, desde antes da operação, na seleção de instrumental e equipamentos necessários, passando por sua disponibilização durante o ato, até seu zelo e manutenção após o procedimento;

2) a maior parte das fontes pagadoras já reconhecem sua importância, reservando honorários específicos destinados a esse profissional;

3) a adequada formação desse profissional com cursos de excelência, capitaneados pela Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos – Anic;

4) há número suficiente de profissionais já formados em atuação.

Em vista do exposto, recorreremos a seu esforço junto aos demais Senadores para aprovação do projeto.

É uma manifestação importante. Há outra manifestação de um angiologista cirurgião vascular, também manifestando seu apoio, bem como de outros profissionais.

Informo a todos vocês que acompanham esta audiência pública, especialmente às pessoas que acompanham pelos meios de comunicação do Senado, principalmente a TV Senado, que esta audiência trata da regulamentação de uma profissão altamente importante, extremamente necessária e que atinge todas as pessoas que passam por um processo cirúrgico: o instrumentador cirúrgico, que é o profissional que, ao lado do médico, do cirurgião, cumpre um papel altamente necessário. Sem ele, o médico terá, com certeza, muitas dificuldades. Possivelmente o médico não fará uma cirurgia se não tiver um instrumentador ao seu lado para repassar-lhe os instrumentos necessários no momento certo, de forma adequada.

Então, é importante até para conhecermos melhor o papel desse profissional e valorizarmos mais a atuação desses profissionais.

Vou conceder a palavra à Senadora Ana Amélia, para que ela possa também se manifestar e, logo após, aos nossos convidados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Cara Senadora Ana Rita, cara Deputada Keiko Ota – muito prazer em recebê-la aqui, em nossa Comissão, é uma alegria muito grande; muito comprometida com as questões de saúde –, convidados, especialmente os que estão compondo a Mesa. Como eu disse, Senadora Ana Rita, a nossa iniciativa foi tão somente a de fazer – digamos – este detalhamento relativo aos que já exercem a profissão de instrumentadores cirúrgicos, homens e mulheres.

Apenas essa é a dúvida. Não há nenhum conflito. Pelo contrário. Como a senhora bem leu as correspondências, as categorias da área médica especialmente, todas elas envolvidas, apoiam integralmente, porque hoje estamos acompanhando aqui, no Congresso Nacional, as iniciativas da Câmara ou mesmo do Senado, na busca de uma regulamentação profissional para as categorias que integram todo o sistema de saúde.

E isso está no bojo exatamente desse projeto do Deputado George Hilton. Desde sua iniciativa, que começou lá em 2007 – imaginem, são sete anos, em 2007 – agora se concluiu, chegando à Câmara. O projeto foi aprovado na Câmara e agora chega aqui, ao Senado, com a relatoria competente da Senadora Ana Rita, que foi muito atenciosa, quando sugeri esta audiência apenas para dar este detalhamento.

Penso que o único ponto que precisa exatamente dessa clareza é a questão dos que já estão exercendo a profissão de instrumentadores cirúrgicos.

Quanto ao mais, agradeço, Senadora Ana Rita, mais uma vez. A senhora foi Relatora do projeto também na CAS, e ele passa pelas duas Comissões, CAS e... CDH ou só CAS? Somente CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Acho que só a CAS.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só a CAS.

É terminativo na CAS, depois vem para o Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Aproveito para registrar, então, a presença da nossa Deputada Keiko Ota. A Deputada é a responsável pela intermediação entre a Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos conosco. Isso foi importante, porque nos deu oportunidade de conhecer a Drª Maria Laura, de dialogar um pouco mais com ela, de conhecer, inclusive, alguns livros publicados por ela e por outros profissionais, que falam desse tema. Então, foi uma boa oportunidade.

Obrigada pela presença, Deputada Keiko Ota, que é Deputada Federal pelo PSB do Estado de São Paulo.

Vou passar a palavra, então, à Maria Laura Saviato Alves, Presidenta da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos.

Nós temos o hábito de conceder a palavra por pelo menos dez minutos para cada convidado. Se houver necessidade, mais três minutos para poderem fazer as conclusões.

A SRª MARIA LAURA SAVIATO ALVES – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar também todos os presentes à Mesa. Agradeço-os muito. Quero agradecer aos componentes da Mesa pelo interesse.

Eu, que sou a Presidente da Associação, fico, assim, engrandecida com a presença de todos.

Estamos aqui exatamente para esclarecer quem é o instrumentador cirúrgico, porque muitas pessoas não sabem, inclusive como a nossa Senadora falou, não conhecem o profissional instrumentador cirúrgico, porque é um profissional que entra no centro cirúrgico, trabalha, faz a sua função, então, ele fica um pouquinho lá, distante das pessoas.

Sou instrumentadora cirúrgica. Fiz o meu curso em 1975, no Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Então, já faz algum tempo que sou instrumentadora, e a nossa preocupação, a grande preocupação nossa sempre foi exatamente a qualificação do profissional. Eu acredito que o instrumentador cirúrgico tem de ter um conhecimento muito grande para entrar em uma cirurgia. Ele tem de ser qualificado, e a preocupação foi muito grande.

Por isso, o primeiro curso aconteceu em São Paulo, no Hospital das Clínicas; depois veio um curso no Hospital São Camilo, de São Paulo, e eles viram que já havia um número suficiente, um número bom de instrumentadores cirúrgicos, que poderiam, assim, já ter um órgão, porque o instrumentador cirúrgico sempre ficou solto por falta de um órgão que estabelecesse, exatamente, a função do instrumentador cirúrgico.

Em 1976, com o Ministro Arnaldo Prieto, o Ministro viu que o instrumentador cirúrgico era auxiliar do cirurgião e não auxiliar da enfermagem. E, desde então, ficamos com esse problema, ou seja, não sabíamos onde estávamos.

Lá no São Camilo, então, eles acharam por bem fundar uma associação de instrumentadores cirúrgicos para ter algum órgão a que o instrumentador cirúrgico pudesse recorrer para saber de alguma coisa, como é que as coisas teriam que andar.

Fizemos muitos seminários, jornadas, muitos congressos nesse tempo todo. E nós também fomos lutar – a associação – perante o Conselho Estadual de Educação para regulamentar uma grade curricular que fosse compatível com o conhecimento do instrumentador cirúrgico. Essa regulamentação dos cursos foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, na qual temos uma grade curricular que é de dezenove meses. Nós temos um ano de teórico, teórico prático na escola e depois seis meses no hospital, para ser o estágio. Então, isso deu para o instrumentador cirúrgico uma condição muito maior, uma condução muito melhor para que ele realmente saiba o que está fazendo num procedimento cirúrgico.

A nossa função é entrar no centro cirúrgico, saber muito bem onde nós vamos nos reportar, usar a roupa privativa, saber exatamente em que sala de cirurgia será o procedimento cirúrgico. Lá, nós vamos ver todo o material que vai ser utilizado naquele procedimento cirúrgico: fio cirúrgico, cateter, se está lá todo o instrumental necessário, para que aquele procedimento cirúrgico seja o melhor e o mais rápido possível, em prol do paciente.

A grande preocupação nossa é ver se aquele instrumental que está lá realmente foi esterilizado. Nós temos um integrador dentro da caixa. E, antes de montar a mesa, inclusive, nós vamos ver como é que está, se a esterilização foi completada, porque é uma grande responsabilidade nossa não contaminar, perceber todos os atos

que estão sendo realizados naquele procedimento cirúrgico, inclusive quando estão abrindo o material, se não estão contaminando, porque nós precisamos de outros profissionais para abrir aquele material todo para nós.

Essa preocupação vem há anos e anos. A gente está nessa luta para qualificar realmente o profissional para que ele saiba e conheça os tempos cirúrgicos, o que é fundamental. Ele tem que conhecer muito bem anatomia e terminologias cirúrgicas para saber exatamente qual é a posição dele na cirurgia, se ele vai ficar ao lado direito, ao lado esquerdo. A equipe cirúrgica é formada pelo cirurgião, primeiro assistente, segundo assistente e instrumentador cirúrgico. Então, a gente tem que saber posicionar a equipe cirúrgica.

É por isso que a gente fala que o instrumentador cirúrgico é a terceira mão do cirurgião e é o ponto de equilíbrio de uma equipe, porque ele tem que realmente manter o equilíbrio no procedimento cirúrgico e notar os procedimentos de todos: como é que eles estão se escovando, se paramentando.

A nossa preocupação foi tão grande, que nós lançamos esse livro das condutas perfeitas que têm que ser seguidas para que não haja contaminação, uma boa degermação e uma antissepsia de tudo.

Também nós temos colegas que lançaram um livro.

Isso aqui é um tratado sobre fios cirúrgicos e agulhas. É muito importante que o instrumentador inclusive conheça os fios cirúrgicos para saber a origem desse fio, para saber se nesse paciente pode ser utilizado aquele fio, porque nós temos vários fios cirúrgicos, por exemplo, um *catgut*, que é de origem animal. Temos fios cirúrgicos de origem animal, vegetal e os sintéticos, que são minerais. E a gente tem que ver se aquele fio, por exemplo, o *catgut*, pode ser utilizado naquele paciente. Se for uma pessoa desnutrida ele não pode usar esse fio cirúrgico, porque o organismo vai absorver rápido, não vai haver uma cicatrização adequada e vai dar uma deiscência no paciente. É função do instrumentador cirúrgico saber inclusive se esses fios cirúrgicos são eficientes para aquela cirurgia, para aquele ato cirúrgico.

É uma formação muito grande que o instrumentador tem que seguir, e acho que, muitas vezes, muitas escolas deixam a desejar. E essa é a grande luta nossa de melhor qualificar o profissional. Que eles tenham, realmente, uma formação muito grande. Que ele tenha respeito ao ser humano que está ali. Que tenha humanidade por aquela pessoa. Que chame o paciente pelo seu nome. “Seu Antônio, o senhor está bem? Vamos entrar na cirurgia, eu faço parte da equipe. Depois vou vê-lo, vou visitá-lo, quando o senhor estiver no quarto.” Então, fazer esse trabalho de humanização também, porque sempre nós notamos a carência do paciente no centro cirúrgico. Muitas vezes a gente vê ele aguardando a cirurgia num corredor, frio, gelado como é um centro cirúrgico, e ninguém se dirige a ele. Ninguém. E, ele tendo uma pessoa assim, ele vai ficar mais tranquilo, porque ele conhece alguém, ele viu alguém da equipe cirúrgica em que ele confia.

Então, acho que isso é um pouco das atividades do instrumentador cirúrgico.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – O tempo já venceu, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – V. Sª tem três minutos ainda. Pode ficar tranquila.

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – Eu queria que apresentassem aquela projeção, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – Eu queria também fazer essa homenagem ao meu grande mestre, Prof. Euryclides de Jesus Zerbini, que foi o meu mestre nos anos em que trabalhei no Incor, e ao meu grande Prof. Adib Jatene, que faleceu, infelizmente, há pouco. *(Palmas.)*

É a pessoa que tenho em grande estima. Falo que ele é meu irmão de alma, o Prof. Adib Jatene. Ele sempre foi uma pessoa honesta. Ele apoiava o instrumentador. Ele parava a cirurgia para ensinar você como era aquele procedimento, como ele gostava que montasse o porta-agulha. Então, foi uma pessoa brilhante na nossa vida, e eu tive o privilégio de trabalhar com esses grandes: o pai da cirurgia cardíaca no Brasil, com quem trabalhei de 1980 até 1990, e com essa equipe, por quem tenho uma grande honra. Foi um grande privilégio ter tido esses mestres na minha vida.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Maria Laura Saviato, Presidenta da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos, pela exposição e também pela experiência de longos e longos anos como instrumentadora cirúrgica, que traz aqui todo seu sentimento. E uma coisa que a senhora colocou, que é fundamental para todo profissional, é fazer um atendimento humanizado. Quem já passou por uma cirurgia sabe o quanto é gelada uma sala cirúrgica em todos os sentidos, e a solidão em que, às vezes, o paciente fica, até na expectativa de ser operado e, muitas vezes, sozinho, aguardando a equipe chegar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E não conhece ninguém. Então aquele diálogo, aquela presença que vai além do profissional que está ali, mas da pessoa, da pessoa humana que está ali para fazer o atendimento. Então é importante isso.

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Antônio José dos Santos, da Federação Nacional dos Médicos. Também, Dr. Antônio, por um tempo de dez minutos. Se houver necessidade, nós poderemos prorrogar o tempo.

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar na pessoa da Senadora Ana Rita todos os presentes. E por parte da minha instituição, que é a Federação Nacional dos Médicos, agradecer a lisonja de haver sido convidado para debater um assunto que eu acho muito importante.

Não resta dúvida o que um profissional bem-formado e bem-intencionado pode fazer durante uma cirurgia. Eu li o projeto, ele já está pronto, mas acho que há algumas coisas que me deixam preocupado. Queria abrir a discussão.

Primeiro, eu queria saber quem pode ser instrumentador cirúrgico? Qual é o pré-requisito que a gente deveria ter para que alguém possa fazer o curso de instrumentador cirúrgico? Se ele já seria um profissional da área de saúde, vamos dizer, um técnico de enfermagem que se especializaria, ou se ele poderia, mesmo não tendo nenhuma experiência, fazer o curso e sair instrumentador. Nesse caso, acho que ele se tornando um profissional diferenciado dentro da sua área, ele mereceria ter um *plus*, um reconhecimento pelo seu trabalho.

A segunda coisa que me preocupa muito é a carga horária de trabalho desse tipo de profissional. Nós sabemos que, como foi apresentado aqui, por exemplo, a cirurgia cardiovascular, você tem um projeto que vai levar três horas, quatro horas, cinco horas, mas às vezes leva quinze horas, porque acontece uma intercorrência. Por mais exames que se façam – hoje nós estamos com os exames complementares bastante evoluídos –, mas, às vezes, por mais hábil que seja o cirurgião, por mais bem-estudado o paciente, surgem intempéries. Então, saber qual carga horária que nós destinaríamos a ele, regime, descanso, porque não é fácil ficar seis, oito, dez horas em pé.

Bom, então essas são algumas coisas que eu anotei.

Achava que esse restante aqui – “Congresso Nacional decreta” e etc...” –, nós poderíamos condensar, melhorar a redação, porque acho que muitos itens desses se sobrepõem uns aos outros. E há coisas aqui que, por exemplo, “tratando as autoridades...” Que autoridade? Então, eram “médicos e demais funcionários.” Um exemplo que eu encontrei aqui.

Então, eu acho que não precisamos nos alongar muito.

É isso aí. O projeto está bom.

Aqui existe um artigo muito importante também, que eu coloquei. Por exemplo, às vezes, o instrumentador cirúrgico está numa cirurgia e, por um problema qualquer, a cirurgia se estende. Termina o horário de trabalho dele e não está programada a vinda de outro. É óbvio que ele não vai poder abandonar essa cirurgia, a menos que ele também tenha alguma coisa que o impeça de continuar trabalhando, passando mal, por exemplo. Para isso tem que haver uma especificação para essas horas que ele vai trabalhar a mais, fora do horário, para que ele não seja prejudicado, porque está prestando um ato de civismo ao não abandonar, ficando, prestativamente, no campo cirúrgico. Eu não sou médico-cirurgião, sou pediatra, assisti a muitas cirurgias...

Para terminar, precisávamos fazer um trabalho junto aos colegas cirurgiões para haver uma sistematização, uma maneira de haver bom entendimento entre o instrumentador e o cirurgião. Antigamente, isso era um ritual. O cirurgião, da maneira que virava para o instrumentador, a Drª Maria Laura, que já tem muitos anos de profissão, lembra-se disso, era um ritual. Depois, isso foi se perdendo, até por que essa profissão ficou improvisada dentro da sala. Então, precisa haver um entrosamento, senão um quer de um jeito, o outro quer de outro, e a gente acaba não conseguindo o objetivo final. É preciso haver um entendimento, uma espécie de código, alguma coisa não na lei, mas que poderia ser incrementado depois.

Acho que não tenho mais nada a falar.

Quero apenas dizer da felicidade de estar aqui com vocês e poder dar a minha opinião. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Antônio José dos Santos, da Federação Nacional dos Médicos, pela contribuição que o senhor nos traz hoje, fazendo observações importantes, extremamente necessárias. Essa questão da carga horária, por exemplo, é algo que, realmente, deve ser observada com mais atenção para que o trabalhador não fique prejudicado.

Concedo a palavra agora à Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem.

A SRª IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA – Bom dia a todos os presentes!

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Rita, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos. Gostaria também de fazer referência à Deputada Keiko Ota, aqui presente também, acompanhando os trabalhos, ao passo, Senadora, em que o Cofen fica extremamente agradecido pelo convite, pela oportunidade de a gente poder explicitar as nossas preocupações com relação a esse projeto.

Inicialmente, o Cofen tem uma posição de muita preocupação com esse projeto. Por quê? Ao analisarmos, vislumbramos várias zonas de sombreamento com a profissão de enfermagem. No art. 4º, dos incisos III ao VII, estão atribuições que já são concedidas por lei no exercício profissional da enfermagem. Então, a lei que regulamenta o exercício profissional da enfermagem é a Lei nº 7.498/86, que é regulamentada pelo Decreto nº 94.406. Basta dizer que alguns desses cuidados que seriam atribuídos a um instrumentador cirúrgico estão expressamente previstos na lei. Vou listá-los. Por exemplo:

I – prestar cuidados no pré e pós-operatórios;

II – circular nas salas de cirurgia e, se necessário, instrumentar;

III – executar atividades de desinfecção e esterilização, zelar pela limpeza e ordem do material de equipamentos e de dependências da unidade de saúde.

Então, esses são só alguns dos incisos que nós confrontamos para demonstrar que existe a previsão na lei do exercício profissional.

Um outro aspecto que também nos preocupa é relativo à questão de centros cirúrgicos, centros de material, que já são objeto de especializações da área da enfermagem. Então, parece-nos, não que a gente não entenda que seja legítimo, e é legítimo o pleito dos instrumentadores cirúrgicos, mas a enfermagem já faz isso desde que existe, desde que existe cirurgia, desde que foi regulamentado, então, há muito tempo a enfermagem já fez e faz.

Um outro diferencial a ser apontado é que nós temos 1 milhão e 500 mil profissionais de nível médio, – e se formos ampliar isso para a questão de enfermeiros, 2 milhões de profissionais – que atuam, exatamente, nessa área.

É um outro aspecto, também, que a gente gostaria de ressaltar, que é uma outra preocupação ao analisar, – e aí a gente faz com o olhar mesmo de órgão fiscalizador – é a quem esse profissional estaria subordinado? Quem, realmente, faria a fiscalização desse exercício profissional? Porque a Constituição é clara, os Conselhos de classe são braços do Estado que fiscalizam o exercício profissional para que, realmente, seja prestada uma assistência livre de imperícia, negligência ou imprudência na área a ser fiscalizada.

Então, essa é uma outra preocupação, porque ele vai lidar justamente com manipulação de – digamos assim – materiais, de instrumentais, a questão da qualificação. Quem vai controlar essa questão do material biológico? Quem é que vai verificar essas questões?

Então, essa é uma outra preocupação nossa, e aí eu falo, também, com conhecimento de enfermeira que atuou, durante algum tempo, em centro cirúrgico.

Então, o Conselho Federal de Enfermagem, ele tem uma posição, assim, muito preocupante com relação a esse projeto. Acredita, também, que ele não está maduro. Acredita que ele não está maduro, porque essas questões precisam ser mais bem debatidas e mais bem vista, para que, realmente, a gente não tenha uma lei que mais à frente a gente possa perceber que ela, na verdade, vem apresentar problemas e passe a ser até mais maléfica do que benéfica à sociedade.

É isso que nós tínhamos para o momento, Senadora Ana Rita.

Mais uma vez nós agradecemos a oportunidade, nos colocamos à disposição para qualquer dúvida, ou se for necessário, também, participar na construção de uma saída que seja, realmente, viável e benéfica para todos. E, mais uma vez, agradecer. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidenta do Conselho Federal de Enfermagem. Obrigada pela sua participação. E é sempre bom, também, ouvir opiniões que venham contribuir, não é isso? Pois também a enfermagem é uma categoria importantíssima, que também tem um papel fundamental no processo cirúrgico, e aqui nós precisamos observar as questões e debater, mais uma vez, aqui.

Eu convido agora, para que nós possamos ouvi-lo, o Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O SR. MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Eu gostaria de cumprimentá-la; assim como à Senadora Ana Amélia; a enfermeira Irene Ferreira, Presidente do Cofen; a Sr^a. Maria Laura, Presidente da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos; o Dr. Antônio José, representante da Fenam; a Deputada Keiko Ota, em nome dos quais cumprimento a todos.

Eu vou ser bastante direto na minha fala, Senadora Ana, mesmo porque, às vezes, a gente fica assim pensando como demorou tanto tempo para poder regulamentar uma profissão tão importante?

Em relação à importância do instrumentador cirúrgico, eu sou cirurgião, sou cirurgião de trauma, na Santa Casa, em Campo Grande, que é o maior pronto-socorro de traumas do Centro-Oeste. Uma coisa é operar com instrumentador e outra, como falou o Dr. Fábio Jatene, completamente diferente uma cirurgia sem instrumentador. Então, acho que não vale a pena a gente perder tempo em relação à importância do instrumentador cirúrgico, que deve ser um profissional da inteira confiança do médico. Mas algumas coisas no projeto, que é totalmente necessário, também nos preocupam. E muito disso já fomos contemplados pela fala da enfermeira Irene Ferreira, Presidente do Cofen.

Nós aprovamos um parecer no Conselho Regional de Medicina, há um mês – ainda não está publicado –, que coloca o instrumentador cirúrgico realmente como profissional da área de enfermagem, justamente pelos motivos já expostos aqui pela Presidente do Cofen. A Lei da Enfermagem é bem clara nesse sentido, a Lei nº 7.498, de 1986, que fala que o auxiliar de enfermagem participa da equipe de saúde, mas não tece maiores comentários em relação à participação dele na atividade cirúrgica. Mas isso fica muito claro, como já foi colocado, pelo Decreto nº 94.406, de 1987, que, em sua letra “j” fala que, uma das atribuições do auxiliar de enfermagem é circular a sala cirúrgica e, se necessário, instrumentar. Além disso, é um reconhecimento a esse profissional, porque a formação de um profissional tão importante, tanto em relação ao sigilo do paciente quanto a tudo o que ocorre dentro da sala de cirurgia e da importância do desempenho do instrumentador no exercício de sua profissão, no nosso pensamento, realmente é necessário que ele tenha formação na área de enfermagem para que possa desempenhar melhor sua função.

Outro ponto do projeto e que realmente nos preocupa bastante é o art. 4º, II, que diz: “São deveres do instrumentador cirúrgico zelar pela dignidade do cirurgião e de sua equipe cirúrgica, tratando as autoridades e funcionários com respeito e independência, não prescindindo de igual tratamento.”

Isso nos preocupa porque o cirurgião é o responsável pela equipe cirúrgica, aí incluído o instrumentador cirúrgico. Na realidade, existe uma hierarquia durante o ato cirúrgico, já que o cirurgião é totalmente responsável com tudo o que ocorre com seu paciente. Eu fico preocupado com essa redação. Eu não entendo o que é o termo “independência”. Quer dizer, será que não estamos avançando um pouco mais do que seria prudente em relação às competências do instrumentador cirúrgico. Esse é um ponto importante do projeto e que acho tem de ser mais bem explicitado o que especificamente esse item quer dizer.

Basicamente, são essas minhas colocações. Em suma: que esse item tem de ser mais bem esclarecido; que, em nossa opinião, o instrumentador deve ter formação na área de enfermagem e também nos colocamos totalmente à disposição, Senador, o Conselho Federal de Medicina, para contribuir, no que for necessário, na elucidação desses pontos do projeto e até na melhor redação de alguns artigos, de forma que fiquem mais claros.

Agradeço o convite, por parte da Comissão, para que pudéssemos participar aqui deste tema tão relevante. Prazer imenso estar aqui com todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Nós recebemos também uma solicitação. Está presente entre nós... Aqui na Comissão de Direitos Humanos nós temos também a possibilidade de abrir algumas falas além a dos convidados que estão à Mesa. Então, o Dr. José Lima Oliveira Júnior, cirurgião cardiovascular do Incor, especialista em transplante de coração e Coordenador da Comissão de Remoção de Órgãos da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. O senhor gostaria também de se manifestar? (*Pausa.*)

Vou lhe conceder três minutos para que possamos também ouvi-lo. Logo após, nós vamos retornar a palavra à Mesa para que as pessoas possam se manifestar diante dos questionamentos, das dúvidas que aqui foram colocadas, das preocupações que também foram colocadas. Acho importante aqui ouvirmos a opinião inclusive da Drª Maria Laura em relação aos questionamentos que foram colocados aqui, para que possamos sair com um encaminhamento que realmente venha contribuir para melhorar o relatório, melhorar o projeto que foi apresentado.

O SR. JOSÉ LIMA OLIVEIRA JÚNIOR – Bom dia a todos. Agradeço, em nome da Senadora, a oportunidade e o privilégio de poder expressar a minha opinião no que se refere à importância e ao papel fundamental do instrumentador cirúrgico dentro do ato operatório.

Eu conheci a Srª Maria Laura, somos provenientes da mesma escola, toda a minha formação foi feita dentro da Universidade de São Paulo. Fui assistente do Professor Adib Jatene por dois anos e meio. O papel do instrumentador é fundamental. Essa relação que se estabelece entre o cirurgião e o instrumentador é uma relação íntima. Um bom instrumentador, que conheça os tempos operatórios e que esteja habituado à forma do cirurgião trabalhar, reduz o tempo operatório em até 30, 40%. Isso, para cirurgias de grande porte, é fundamental, é determinante no resultado operatório, na taxa de complicação pós-operatório e na mortalidade operatória.

Se nós considerarmos que temos um aumento significativo da expectativa de vida da população, em especial no Brasil, é de se esperar que a partir de 2030, como todos os dados do Ministério da Saúde apontam, que tenhamos no Brasil uma epidemia de doenças cardiovasculares e oncológicas, portanto, de doenças de tratamentos que exigem alta complexidade, de tratamento de tempo operatório muito longo. É fundamental que esse tempo operatório seja regrado, seja reduzido, para que os resultados sejam melhores. Isso impacta, do ponto de vista pessoal, no paciente, impacta do ponto de vista social, melhorando os resultados e diminuindo os custos que o Sistema de Saúde tem para tratar cada paciente.

Então, como profissional técnico, é fundamental o reconhecimento e a importância desses profissionais. A questão, obviamente, tem de ser colocada do ponto de vista trabalhista, em se saber quem vai regulamentar, quem vai fiscalizar, mas acho que o ponto principal desse projeto é que ele contempla os dois elementos mais importantes no centro cirúrgico: o cirurgião e o seu instrumentador. Acho que tudo aquilo que vier a auxiliar no desenvolvimento desse projeto tem de vir às expensas do cirurgião e dos instrumentadores.

Respeito profundamente a posição do Conselho Federal de Enfermagem, dos meus Colegas, mas acho que essa relação é inquestionável, ela tem impacto significativo nos resultados cirúrgicos e também do ponto de vista social e financeiro, como ouvi muitas vezes do Professor Jatene, que era reconhecidamente um médico que entendia de números, o quanto isso tem impacto para quem lida com saúde pública neste país.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. José Lima Oliveira Júnior, cirurgião do Incor. É importante a sua opinião, de um Instituto tão importante, que tem uma demanda de cirurgia muito grande, das mais complexas. Queremos aqui agradecer a presença do senhor, trazendo o seu depoimento, a sua experiência profissional.

Vou retomar a palavra. Gostaria de consultar a Mesa sobre quem gostaria de começar.

Primeiro, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senadora Ana Rita, permita que eu registre a minha satisfação, porque esse tema não foi debatido com audiências públicas na Câmara, com a importância e a relevância da matéria exige. Fico feliz por terem me sugerido a proposta desta audiência pública, que está sendo extremamente valiosa.

A Maria Laura trouxe aqui um depoimento do filho do Dr. Jatene, mas uma gravação virtual não tem a mesma vida que um depoimento pessoal, como o Dr. Oliveira Júnior fez aqui, de corpo presente, mostrando a relevância desse processo. Quando o Dr. Antônio Santos falou sobre o tempo, eu me lembrei do médico. O médico também está na mesma situação de estresse de fazer a cirurgia. Então, se a preocupação é com o instrumentador, que dizer do médico que está abrindo o tórax de alguém que está fazendo uma cirurgia cardíaca? A substituição não é como num time de futebol, em que tem um cara aquecendo. Aí troca o jogador, ele vem com o orientador do técnico, ele está lá sentadinho e vem para o campo.

Nós estamos tratando aqui de uma coisa extremamente complexa, que é, digamos, um campo cirúrgico, uma área que está ali, um grupo de especialistas e, dependendo da complexidade da cirurgia, é uma equipe multidisciplinar, que está dentro da sala cirúrgica, e eu não sou médica, eu não entendo, até gostaria de não entrar nesse lugar, nesse centro, Doutor. Imagino. Com todo respeito, eu admiro muito os médicos, mas imagino, numa cirurgia que dure... Em nenhuma cirurgia, eu imagino, o médico pode ter a segurança de que a cirurgia vai demorar uma hora. Não pode. Não pode, porque ele, ao começar a cirurgia, pode se deparar com outros problemas do paciente, e ele vai ter que, ali, naquela hora, tomar uma decisão.

Se ele, como responsável pela cirurgia, não tem o poder de planejar tudo que vai acontecer, porque as coisas vão se alterando, também alterar a equipe dos instrumentadores, Dr. Antônio Santos, naquele momento, por conta de uma carga horária... Claro, é como, também, os comissários de bordo; eles trabalham seguidas 24 horas, depois, saem, param, ou o policial, essas categorias de estresse, que ficam descansando 24 horas. Aí, param, descansam 24 horas e voltam, porque tem um período de exigência.

Então, essas questões do problema do tempo, de definir a carga horária, todas as profissões têm que ter uma carga horária, mas eu penso no médico. Nós temos que, também, então, ver que carga horária é esta.

E a questão da Presidente, da Irene, do Conselho Federal de Enfermagem, fico confiante e acreditando que as ponderações dela não estejam baseadas apenas numa questão corporativa, Irene. Que elas estejam baseadas e fundamentadas no interesse do paciente. Porque, em última análise, quanto a todas as questões relacionadas à saúde, nós temos que pensar não só nos profissionais que exercem essas profissões, o médico, o enfermeiro, o instrumentador cirúrgico e todos os outros que estão no entorno, mas, sobretudo, na pessoa, no cidadão, homem, mulher, pessoa que for recorrer ao serviço médico, para que ele seja atendido com profissionalismo, ética, responsabilidade e comprometimento.

Então, tudo aquilo que a Maria Laura falou sobre o ambiente... Claro, a pessoa que vai se submeter a uma cirurgia, de qualquer tamanho que seja, já é uma pessoa fragilizada. Ela já chega psicologicamente carente, exatamente.

Então, é isso, todos esses elementos levam a valorizar toda equipe que está ali atendendo a esse paciente. Quanto mais envolvimento tiver com o aspecto humano disso, como sublinhou muito bem a Maria Laura, melhor será, até para a recuperação do paciente que ali está. Seja o sorriso do médico, batendo no ombro, “Olha, deu tudo certo. Foi tudo muito bem. Daqui a poucos dias você já vai estar comendo um grande churrasco” – não é Doutor? Que horror! A gaúcha tem que falar nisso, não é Doutor? Não pode fazer isso, não. Não vamos criar um problema para o doente. Mas é esse tipo de ambiente que vai dar maior tranquilidade ao paciente.

Penso, Senadora Ana Rita, que eu me considero aqui atendida, e acho que, agora, é preciso uma conversa que não vai se resolver nesta audiência, entre o Conselho Federal de Enfermagem e a Maria Laura, que está liderando o processo, para que haja, exatamente, um entendimento disso, seja possível conciliar, porque nós precisamos, sim, pelo que foi dito aqui, de assegurar aos instrumentadores cirúrgicos a sua regulamentação. Nós precisamos fazer isso, de uma maneira que, para a própria profissão do instrumentador, dê-lhes segurança jurídica do exercício da atividade profissional, que, como foi destacado, aqui, por todos, é extremamente relevante.

Dr. Mauro Luiz também falou a respeito disso e, também, entendeu, há uma superposição de tarefas e responsabilidades entre a Enfermagem e a Instrumentação Cirúrgica.

É preciso que nessa lei, e a Senadora Ana Rita tem muita habilidade para isso, haja o clareamento dessas dúvidas, para evitar, de novo, aí, não um choque do instrumentador com a enfermagem, mas com o próprio médico, porque se não tiver... Já discutimos, aqui, muito, o Ato Médico, Dr. Mauro, e o senhor sabe que não foi um embate muito fácil, mas é preciso, agora, não criar mais problemas além do que nós já temos em relação a esse assunto.

Então, Senadora Ana Rita, eu queria lhe agradecer novamente, porque a senhora me deu, aqui, a oportunidade de ver que era necessário, realmente, fazer a audiência pública.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia, porque esse diálogo pode resultar, talvez, em algum aperfeiçoamento no projeto, se assim for acertado entre os envolvidos aqui. Mas, acho que, algum dos questionamentos que são colocados aqui à Mesa eu vou recuperar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Desculpa, Senadora Ana Rita, eu acho que o Dr. Mauro Luiz deu umas definições para esse clareamento. Eu acho que ele também terá, dentro do Conselho Federal de Medicina, uma boa contribuição para completar esse...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Sim. Isso. Então, assim, acho que o que o Dr. Mauro Luiz propõe, realmente, está aqui: Aprimorar a redação do projeto, a exemplo do art. 4º, inciso III, não é isso? Inciso II do projeto. Então, nós poderemos depois conversar um pouco sobre isso.

Mas também foi dito que é importante regulamentar, de forma clara, a situação dos instrumentadores que já estão no exercício da profissão. Definir melhor os pré-requisitos para o exercício da profissão, embora já tenha algo construído, formalizado. Essa questão da carga horária, que é um problema do instrumentador, mas é um problema de toda a equipe envolvida no processo cirúrgico, se uma cirurgia inicialmente prevista para durar quatro horas e, por alguma razão, demora três, todos os profissionais ali envolvidos não vão poder abandonar a cirurgia porque passou da carga horária. Todos estão submetidos a essa situação.

Então, é preciso, realmente, não é substituir o profissional na hora da cirurgia, mas é garantir que esse profissional que faça hora extra possa ter esse horário valorizado de alguma maneira. Então, algumas questões importantes são relatadas aqui.

Mas eu vou pedir à Dra. Maria Laura que ela se manifeste diante desses questionamentos. Mas eu faria também uma pergunta, – não sei se, talvez, esse também seja o sentimento de alguns – como é que está hoje, no Brasil, a formação dos profissionais instrumentadores cirúrgicos? Como é a demanda? Se as faculdades ou universidades... como está a formação desses profissionais? Qual é a oferta que tem para o mercado de trabalho? Enfim, falar um pouco sobre a formação profissional dessa categoria tão importante.

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – O profissional instrumentador cirúrgico é de nível técnico. Ele faz um curso técnico em Instrumentação Cirúrgica, como foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, e tem especialidade, inclusive. Quem? O profissional que é da Enfermagem, para eles instrumentarem, eles têm que fazer um curso de especialista em Instrumentação Cirúrgica. Isso foi definido pelo Conselho Estadual de Educação, onde entraram as pedagogas, todos os conselheiros e os dirigentes de ensino para discutir isso. Então, a formação dele é uma formação técnica de 19 meses, onde ele tem todas as matérias pertinentes ao ato cirúrgico, porque o instrumentador cirúrgico não vai cuidar do paciente, não vai ministrar medicamento ao paciente, a preocupação dele é durante o procedimento cirúrgico. Então, ele tem que ter formação para isso.

Ele é um profissional gabaritado para atender ao cirurgião, como falou o Ministro Arnaldo Prieto. O instrumentador cirúrgico é auxiliar do cirurgião. Portanto, ele tem que atender ao cirurgião, ele não vai atender, assim, outras pessoas. A função dele, realmente, é essa. Então, ele tem que ter formação para isso, conhecer isso. Na nossa grade curricular, que é uma grade curricular muito bem planejada pelos nossos pedagogos, pelos nossos assessores jurídicos, que nós entramos nessa grade curricular para ser aprovada pelo Conselho Estadual de Educação. Então, o instrumentador cirúrgico quer – e ele sempre lutou – os espaços dele. Eu acho que cada um tem o seu espaço.

A enfermagem tem o espaço dela – que é nobre, fantástico, maravilhoso – de cuidar do paciente, no leito, antes e depois da cirurgia. O instrumentador cirúrgico é exatamente preparado para estar ali, para não deixar, de jeito algum, que ocorram falhas, que esqueçam um material dentro do paciente como gaze, compressa, como vemos muitas vezes acontecer.

Vemos muitas falhas na saúde que são decorrentes da má formação dos profissionais, porque vemos falhas terríveis acontecendo por aí, são falhas enormes, porque não existe reciclagem, e nós lutamos sempre pela reciclagem do profissional instrumentador cirúrgico. Que ele esteja sempre se reciclando e sempre fazendo cursos. Temos cursos de especialização em videocirurgia, que é a última palavra. Em todas os procedimentos, em todas as especialidades é feita a videocirurgia. E estamos aí, inclusive, com a robótica, onde o instrumentador cirúrgico tem que se especializar para instrumentar o próprio robô. Isso é função do instrumentador cirúrgico.

Então, a função dele é definida, ele não vai medicar paciente. Inclusive, no nosso código de ética está lá, entre as funções do instrumentador cirúrgico, o que ele pode ou não fazer. Ele não pode fazer procedimentos invasivos. Ele tem de ter cuidado com todo um instrumental. Muitas vezes, vemos falhas na esterilização de materiais, e quanto a isso o instrumentador cirúrgico tem que saber, sim, exatamente quando e como foi esterilizado aquele material. Muitas vezes, vimos chegar ao centro cirúrgico campos – hoje em dia usam-se os descartáveis –, campos molhados.

Onde houve essa inspeção? Por que veio esse campo molhado. Isso não pode acontecer. É sinal de que ele não foi devidamente esterilizado. Material muitas vezes com a caixa molhada. Onde aconteceu? Quem inspecionou isso? É o instrumentador ali presente que vê isso, é função dele, inclusive, ver. É esse integrador, como aconteceu...

Então, é uma função do instrumentador, é uma especialidade dele.

Eu acredito que na nossa profissão, inclusive como foi falado, não temos carga horária definida, porque somos os primeiros a entrar no centro cirúrgico e os últimos a sair. O mesmo acontece com o médico, porque se você tem uma cirurgia que, como foi falado, estava programa para durar uma ou duas horas e levou 10 horas, o instrumentador cirúrgico não pode abandonar o caso. Ele tem de continuar ali firme.

Eu já fiquei em cirurgia por 18 horas e saí uma vez para ir ao banheiro e tomar um café com leite, e não tive problema. A minha especialização é cardiologia. Quantas vezes nas madrugadas eu fui para o Incor para implante cardíaco. Eu nunca exigi e nunca precisei que houvesse carga horária nem precisei cobrar isso.

Eu estou na minha função. E nós avisamos muito bem quando vão fazer o curso: se alguém quiser ser instrumentador não pense que vai acontecer assim: “Vai haver uma cirurgia às 13 horas? Eu tenho compromisso às 14 horas”. Isso não existe para o instrumentador cirúrgico. Ele tem de iniciar o procedimento cirúrgico e terminar.

Essa não é uma preocupação do instrumentador cirúrgico, se ele quer ser um bom profissional. Isso aconteceu muitas vezes. O Dr. Lima, que está aqui e trabalha também em cardiologia, sabe que nós não preocupamos com carga horária. Nós nos preocupamos, sim, com a saúde. É essa a grande preocupação que nós temos com a saúde no Brasil, para não haver esses erros grosseiros que estão acontecendo por má qualificação de profissionais. Esse é o nosso grande empenho.

Eu venho lutando há 20 anos para isso. E o professor Adib me falou: “Maria Laura, faça um curso de qualificação. Caia em cima das escolas que aí você vai ver como tudo fica mais fácil.” São palavras do meu grande mestre.

Então, é o que nós fazemos: preocupamo-nos, sim, em reciclar o nosso profissional de instrumentação cirúrgica; não largá-lo aí. Ele tem de saber, sim, tudo o que acontece, o que apareceu e aquilo que é necessário para o bem do paciente.

É essa a grande preocupação: reciclar, porque vemos, em outras áreas, que não existe reciclagem do profissional. Estamos sempre dando cursos para que os instrumentadores cirúrgicos venham aprender, porque, hoje em dia, nós temos as empresas que levam o material para o hospital.

E nós cuidamos também do instrumental do cirurgião, porque ele tem as preferências dele. Ele tem o porta-agulha que ele gosta, o *clamp* vascular que ele gosta, a pinça que ele gosta. Então, nós, os instrumentadores cirúrgicos, é que cuidamos desse material: nós lavamos esse material; entregamos para a CME esterilizar

o material, é aí que nós vamos ver se realmente foi esterilizado. Então, isso faz parte da formação do instrumentador cirúrgico.

Com certeza, eu tenho a minha consciência tranquila, porque o nosso lema sempre foi: responsabilidade, sinceridade e consciência – o grande lema nosso –, em prol do paciente. Vemos que, na saúde, o paciente está jogado. Ele se entrega na mão de um hospital, de um profissional, tem certeza de que aquele profissional é qualificado. E o que nós vimos é a falta de qualificação.

É essa a grande luta que a Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos tem: de realmente melhorar a qualificação dos profissionais da saúde. Esse é o grande problema, essa é a grande responsabilidade. Então, é isso que eu tenho de falar, minha digna Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Drª Maria Laura, por esse depoimento tão vivo, tão forte, tão firme com relação ao trabalho que os instrumentadores realizam.

Eu vou sugerir um encaminhamento aqui para que nós possamos já ir trabalhando para encerrar esta audiência. Depois, vou retornar a palavra à Mesa para as considerações finais. Pode ser?

Eu penso que, após essa audiência, poderíamos conversar um pouco mais no sentido de ajustarmos o que pode ser aperfeiçoado, sem prejuízo da regulamentação da profissão, mas que possamos aperfeiçoar o projeto para que ele tenha uma qualidade maior ainda do que tem, talvez com a contribuição do Dr. Luciano, da própria Irene e, com certeza, da Drª Maria Laura.

Então, eu sugiro isto: que nós façamos as considerações finais e, assim que encerrarmos esta audiência, ficar aqui mais um pouquinho para fazer, então, essa conversa, esse diálogo.

Eu vou passar a palavra, já no início, para o Dr. Antônio José dos Santos, para que ele faça as suas considerações finais ou acrescente mais alguma coisa, a partir desse diálogo que nós tivemos até agora.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS – Eu queria só enfatizar a satisfação de participar de uma discussão tão importante acerca de um tema igualmente importante e me colocar à disposição para participar de qualquer evento em que eu possa dar contribuição.

Acho que o ponto nevrálgico é que me pareceu já haver uma rivalidade já instalada do Conselho Nacional de Enfermagem com quem exerceria a função de instrumentador cirúrgico. Mas, na minha opinião, com esses procedimentos como os que a senhora está fazendo se vai chegar a um denominador comum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Antônio José dos Santos.

Eu vou, agora, conceder a palavra ao Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, para que ele possa, também, se manifestar.

O SR. MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO – Obrigado, Senadora.

Estou muito tranquilo. O Conselho Federal de Medicina apoia integralmente o projeto – integralmente. É uma necessidade.

Realmente, acho que esses pontos são muito importantes, até para o próprio instrumentador, porque, em um primeiro momento, às vezes, a gente quer uma autonomia muito grande, adquirir determinadas competências, e, às vezes, a responsabilidade é muito grande.

Então, são esses os pontos. Eu acho que choca um pouquinho, realmente, com a Lei da Enfermagem, com relação, especificamente, àquele art. 2º, por causa da hierarquia que é necessário existir dentro do centro cirúrgico. Acho que são os dois pontos, mas essa é uma discussão, até certo ponto, menor, e o importante é aprovarmos o projeto.

O Conselho Federal de Medicina fica totalmente à disposição.

Agradeço, mais uma vez, o convite para estar presente nessa discussão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Mauro.

Vou conceder a palavra à Srª Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidenta do Conselho Federal de Enfermagem.

A SRª IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA – As nossas considerações vão se pautar, inicialmente, no fato de que não existe nenhum tipo de rivalidade com relação a enfermeiros, auxiliares, técnicos e instrumentadores cirúrgicos. Também, quero esclarecer que, quando fizemos as considerações que fizemos, isso foi pautado na questão do interesse público mesmo, em uma defesa da assistência de saúde com qualidade. Sabemos que temos tido vários problemas na área da saúde... Quer dizer, buscar alternativas que, talvez, não cheguem ao que se imagina, ao que se pensa; talvez, esse não seja o caminho mais adequado.

Eu queria, também, lembrar o seguinte: há Estados brasileiros em que sequer existe essa figura do instrumentador cirúrgico. Na Região Norte, por exemplo, se você for para o interior do Pará ou Rondônia, você não vai encontrar, isso é feito pelo auxiliar de enfermagem, pelo técnico de enfermagem, pelo enfermeiro.

Um outro aspecto, também, que eu queria trazer à consideração e que preocupa por demais é: A quem esse profissional vai estar subordinado? O Dr. Oliveira falou muito, fez até uma explanação bem interessante, mas eu me pergunto: E se não der certo? E se aquele profissional porventura... Porque nós sabemos que exis-

tem os bons profissionais, os profissionais atualizados e os profissionais desatualizados, ou os que são ruins mesmo por natureza. A quem ele vai responder? A quem, realmente, esse paciente que recebeu essa assistência – tudo bem que é uma assistência indireta –, a quem esse paciente vai reclamar? Ao Conselho Federal de Medicina? Ao Conselho Federal de Enfermagem? À enfermeira que, realmente, é a responsável pelo centro cirúrgico, é quem coordena as atividades do centro cirúrgico, ou à enfermeira do centro de material, que é, realmente, quem supervisiona todos em todas as fases do preparo – desde a lavagem à secagem e à esterilização?

Então, são esses os pontos que o Conselho Federal de Enfermagem traz para discussão, para ponderação, para que se avalie, porque no nosso entendimento, se esse projeto realmente não for ajustado – e eu percebo que existe uma tendência para ajustá-lo –, ele trará mais problemas, no futuro, do que soluções.

Lembrando, também, que, em São Paulo, existe uma situação diferenciada. O Conselho Estadual de São Paulo aprovou dessa forma o curso de instrumentação cirúrgica: agora, cada Estado tem, digamos assim, a sua legislação própria na aprovação. Então, a grade de São Paulo não é a mesma grade do meu Estado de Sergipe; a grade de Sergipe não é a mesma grade de Rondônia. Então, como ficaria isso? Nós teríamos dois mundos neste primeiro momento?

São essas dúvidas que temos, e entendemos que o projeto não está maduro, precisaria ser mais bem discutido, precisaria ser melhor fechado para que possamos, realmente, ter segurança, não só jurídica, não só a segurança jurídica, porque, por exemplo, a Dr^a Maria Laura, por quem eu tenho o maior respeito, falou assim: “um instrumentador entra, mas ele não tem hora de sair”. Um instrumentador é autônomo? Ele vai ser autônomo, porque se ele for autônomo, realmente; mas se ele for contratado, você tem as questões da legislação trabalhista.

Então, são todas essas questões que não estão claras no Projeto. Por isso, mais uma vez reafirmamos a nossa posição de que da forma como está, o Conselho Federal de Enfermagem se posiciona, realmente, numa situação contrária ao Projeto da forma como ele se encontra.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Irene do Carmo Alves, do Conselho de Enfermagem.

Eu vou, também, solicitar, à Dr^a Maria Laura que faça as considerações finais.

A SR^a MARIA LAURA SAVIETO ALVES – Evidentemente, a gente sabe que a realidade do Norte/Nordeste é outra, sem dúvida nenhuma, mas por isso que nós queremos, exatamente, fazer com que o Brasil todo tenha esta formação. É a nossa luta. Eu não quero que só em São Paulo o profissional seja diferente, seja diferenciado. Tem que ser em nível de Brasil, eu acho, eu acredito.

Inclusive, uma vez me mandaram isso daqui, que é lá de uma enfermeira de Sergipe: “Lembramos aos profissionais de Enfermagem que não é de sua competência instrumentar cirurgias, e, conforme o art. 7º do Código de Ética do COFEN, 1993, esses podem recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência legal”. Inclusive eu recebi isso daqui. É um problema sim.

Então, nós queremos, exatamente, regulamentar a profissão que é para alcançar nível nacional, para melhorar os cursos, a formação do instrumentador cirúrgico em nível nacional, não só em Estados que são privilegiados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, que têm a formação muito boa. E que esses itens que a Irene me mostrou aqui, nós conhecemos muito bem – muito bem –, sim, que está, inclusive... se necessário, se não tiver um instrumentador cirúrgico, o Auxiliar Técnico de Enfermagem... porque, hoje em dia, já foi extinto o Auxiliar, praticamente. Eles têm só mais três anos. O técnico, atendente, já foi, praticamente, excluído.

Então, nós queremos que esses profissionais aí sejam todos igualados em nível nacional, porque, a gente vê, a instrumentação cirúrgica só quer o seu espaço. Eu acho que as profissões, cada uma tem seu espaço, isso aconteceu com cirurgiões dentistas, na época, quando eles eram só técnicos – é ou não é? –, e em todas as profissões aconteceu isso, de que a formação dele não era adequada à função dele.

Mas isso daí, exatamente, com esta regulamentação, vai resolver esses problemas que existem, porque existem problemas, sim, em todo lugar, tanto que eu visitei o Brasil todo, todos os Estados brasileiros, e a América Latina, inclusive, para saber como ocorria esse problema lá, o meio, como nós podíamos fazer.

Então, nós estamos nessa linha de fazer uma coisa em nível nacional, que todos, todos os Estados tenham. Sergipe, inclusive, foi um dos primeiros Estados que conseguiu que a Diretoria de Ensino regulamentasse os cursos de instrumentação cirúrgica.

Lá tem o Hospital João Alves, tem os CEs – você foi Professora dos CEs –, em que o curso é regulamentado.

Então, é isso que nós queremos, moralizar, fazer com que todos os Estados entrem.

Inclusive, eu estou com estudos recentes, aqui, sobre esse problema aqui. Queremos ver se conseguimos fazer de forma padronizada em nível do Brasil, porque cada profissional faz de uma forma, e isso não pode acontecer. Então, isso tem que ser moralizado. E moralizado como? Regulamentando uma profissão, tem que ser daquela forma, não cada um fazer como quer. Essa é a minha preocupação, digníssima Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Muito obrigada, Drª Maria Laura.

O Dr. Mário Eduardo pediu também para fazer um comentário, embora já estejamos fazendo as considerações finais, mas é muito importante ouvi-lo, para que possamos também ter a contribuição do senhor. Então, por favor, Dr. Mário Eduardo Alves, que é advogado.

O SR. MÁRIO EDUARDO ALVES – Minha formação acadêmica é nas ciências jurídicas, já há quase 50 anos.

Ex^{ma} Senadora, foi aqui dito sobre a responsabilidade civil dos atos médicos, dos atos cirúrgicos. Ora, para a cirurgia, o cirurgião-chefe acaba assumindo essa responsabilidade. E se agrava mais a situação desse cirurgião se for constatado que no bloco cirúrgico participou pessoa não qualificada. Ora, em que situação ficará esse médico na responsabilidade civil? A regulamentação da profissão fará com que esse cirurgião tenha um instrumento para poder atribuir responsabilidade ao profissional instrumentador cirúrgico, que hoje não tem. É responsabilidade do cirurgião.

Quero lembrar ao nobre representante do Conselho Federal de Medicina que o Conselho Nacional de Saúde, quando era Ministro o Professor Adib Jatene, disse bem especificamente: “O instrumentador cirúrgico é responsável principal do ato cirúrgico”. Quem é o instrumentador cirúrgico? É um profissional especificamente qualificado para essa atuação. Ora, qual a atuação dele? Cuidar do instrumental, dos materiais, de tudo quanto ocorre na cirurgia, em função do cirurgião e não do paciente.

Em 1976, até houve apresentação de um projeto sobre a regulamentação da instrumentação cirúrgica em que ficou bem claro que o instrumentador cirúrgico, se tivesse que ser fiscalizado um dia, seria pelo Conselho de Medicina, não pelo de Enfermagem, porque estão mais ligados ao cirurgião do que à enfermagem os seus procedimentos.

Então, acho que existe aí, temos assistido durante muitos anos a um desejo muito grande da categoria de enfermagem de absorver tudo que ocorre na área da saúde: agentes de saúde, perfusão, etc. Vi uma movimentação da enfermagem buscando para si, dentro da enfermagem, essas atribuições. Elas querem abraçar, dentro da saúde, tudo, porque elas não conseguem dividir e somar.

Tenho dito em algumas palestras da área da saúde que, infelizmente, é com tristeza que a enfermagem, ao conquistar quatro funções, em 1976, está prestes a ficar só com a enfermagem. Está em extinção atendente, auxiliar, técnico.

E disse mais ainda, discordando da posição do nobre Vice-Presidente do Conselho Federal, que não é atribuição do enfermeiro instrumentar, porque a nossa Constituição diz que somente a lei, por iniciativa da União, pode regulamentar uma profissão, e, na regulamentação de enfermagem não consta a instrumentação cirúrgica – na lei que regulamenta a profissão de enfermagem.

Na regulamentação da lei, no tópico auxiliar de enfermagem, no artigo onde já entram atribuições do auxiliar diz: circular a sala, (vírgula) sem necessário instrumentar. Ora, na falta, na urgência, não tendo outro jeito, põe o auxiliar para instrumentar. Não se deu à enfermagem a prerrogativa de instrumentar porque é uma prerrogativa da União legislar a respeito dessa matéria. Decreto regulamentador não é autorizado a dizer da profissão, infelizmente.

Eu sou somente um médico, e vocês têm uma luta muito grande. Vocês estão sofrendo muito, também, na regulamentação de vocês, porque os médicos não têm sua profissão regulamentada, infelizmente. Eu acho que também deverá se cuidar melhor desse direcionamento médico se regulamentar a profissão, sim. São merecedores de maior clareza quanto a essa atividade tão nobre que é a Medicina. E a instrumentação cirúrgica, através de um trabalho que está sendo feito em termos nacionais, de luta de 25 anos, que proclama a regulamentação da profissão como autônoma, se sujeitando até à fiscalização do Conselho Federal de Medicina.

Não neguem a uma profissão tão nobre, tão bonita e que os cirurgiões tão dela necessitam e o paciente mais ainda, esperando que o bloco cirúrgico esteja somente com pessoas qualificadas. Não neguem essa regulamentação tão esperada, tão desejada. É necessário à saúde e ao paciente essa regulamentação. É a segurança de uma melhor Medicina.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Mário Eduardo, pela contribuição para fecharmos esta audiência pública com a fala do senhor, como advogado. Isso é importante.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Dois minutinhos, então, Irene. Você pode falar, porque eu já quero encerrar.

A SRª IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA – Eu só queria trazer um esclarecimento dizendo o seguinte: o auxiliar e o técnico não estão extintos. O que foi extinto foi o atendente, porque hoje ele só é autorizado a

realizar, pela lei, atividades de caráter rotineiro. O auxiliar está aí em pleno vigor; apenas foi modificada a questão de acesso dele às escolas técnicas.

Os profissionais de enfermagem só executam aquilo que está realmente determinado em lei, seja ela lei ordinária, ou não, seja ela decreto regulamentador, ou não. Então, eu só queria deixar isso claro porque, de repente, pode sair a ideia de que só vai existir o enfermeiro e que se está perdendo a divisão na profissão. Isso não é verdade.

Era isso, Senadora, que eu tinha para o momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada.

Então eu quero finalizar esta audiência agradecendo à Senadora Ana Amélia, que fez essa provocação da audiência pública; agradecer à Irene do Carmo, que é Presidente do Conselho Federal de Enfermagem; agradecer à Maria Laura, Presidente da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos; agradecer, também, ao Sr. Mauro Luiz de Britto, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; agradecer ao Dr. Antônio José dos Santos, Diretor da Federação Nacional dos Médicos; agradecer, também, ao Dr. José Lima, Cirurgião do Incor, pela presença, pela contribuição; agradecer ao Dr. Mário Eduardo, Advogado, que aqui se manifestou, e também agradecer muito ao Deputado Keiko Ota, que está presente o tempo todo e que nos ajudou neste diálogo aqui – não é? –, desde há duas semanas, para que nós pudéssemos realizar esta audiência.

E agradeço, também, a presença das demais pessoas que aqui estão, que colaboram e que ajudaram nesta audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com o seguinte encaminhamento: vamos continuar aqui para que possamos dialogar e resolver as questões que aqui foram suscitadas.

Então, muito obrigada pela presença de todos e uma boa tarde. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 73 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema: “A diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência, em especial a Resolução nº 280/2013 da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac”. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Livia Magalhães, Diretora do Departamento Jurídico do Movimento do Orgulho Autista Brasil – Moab; Andréa Pontes, Advogada, Paracanoísta e Paratleta da Confederação Brasileira de Canoagem; Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Marcelo de Souza Carneiro Lima, Gerente-Geral de Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; Marco Aurélio, Diretor de Comunicação Institucional da Associação Nacional de Empresas Administradoras de Aeroportos; e Felipe Fritz Braga, Procurador da República. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário nesta ordem: Carla Maia Lima de Azevedo, jornalista e Simone Franco, mãe de autista e representante do Moab. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz o seguinte encaminhamento: 1) reunião entre os participantes da audiência pública, outras pessoas com deficiência e a Anac, a fim de que a última possa colher sugestões para aprimorar a Resolução nº 280/2013 da Anac. Faz uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 69ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 73, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema: “A diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência, em especial a Resolução nº 280, de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Bom dia a todos e a todas! É um prazer recebê-los nesta audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos.

Hoje nós estamos aqui com a Comissão um pouco esvaziada, porque tivemos sessão durante praticamente o dia todo de ontem e à noite; terminou mais de 5 horas da manhã. Então, muitos dos nossos colegas Parlamentares ainda estão descansando, mas nada impede que nós façamos esta audiência pública para debater esse tema tão importante, principalmente nesta semana, que é a semana dedicada às pessoas com deficiência.

Quero já convidar os representantes que aqui se fazem presentes, para compor a mesa: Livia Magalhães, Diretora do Departamento Jurídico do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Seja bem-vinda! Obrigada pela presença.

Convido Andréa Pontes, advogada, paracanoísta, paratleta da Confederação Brasileira de Canoagem. Andréa já esteve conosco em outras ocasiões trazendo a sua experiência. Seja bem-vinda, Andréa! É um prazer recebê-la novamente.

Convido Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Bom dia, Rodrigo. Seja bem-vindo!

O Sr. Marcelo de Souza Carneiro Lima, Gerente-Geral de Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Seja bem-vindo! Por favor.

Também convido o Marco Aurélio, Diretor de Comunicação Institucional da Associação Nacional de Empresas Administradoras de Aeroportos. Muito obrigado pela presença. Seja bem-vindo, Sr. Marco Aurélio!

Não sei se já se encontra presente o Sr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República. Seja bem-vindo, Dr. Felipe!

Também deverá fazer parte desta Mesa a Deputada Rosinha da Adefal, que foi convidada para contribuir com a nossa discussão. Ela ainda não chegou, mas deve estar próxima do nosso plenário.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, vou fazer apenas algumas considerações iniciais, para que possamos nivelar um pouco as nossas preocupações e também contextualizar o tema que vamos debater aqui hoje.

Na verdade, a Comissão de Direitos Humanos traz para essa discussão um tema com que eu sempre me preocupo muito nas nossas reflexões quando se trata da acessibilidade para pessoas com deficiência.

Nós sabemos que é preciso ter uma preocupação mais ampla com a acessibilidade, porque quando a nossa preocupação é ampla, de garantir acessibilidade para todas as pessoas, com certeza, as pessoas com deficiência estarão sendo contempladas.

No entanto, há situações muito específicas, muito próprias das pessoas com deficiência. É o tema que nós queremos aprofundar aqui hoje. E muitas vezes nos deparamos com ações de injustiça relacionadas à acessibilidade, ações essas que restringem um dos direitos de todo cidadão e cidadã, que é o direito de ir e vir com dignidade e liberdade.

Nós nos perguntamos constantemente como podemos ajudar e o que podemos fazer para apoiar o avanço da acessibilidade e, assim, proporcionar uma vida mais digna para as pessoas com deficiência. E, nessa reflexão, deparamo-nos com o fato de que, nesta semana, ontem, no dia 3 de dezembro, comemoramos o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, data promovida pelas Nações Unidas desde 1998 com o objetivo de possibilitar maior compreensão dos assuntos referentes às pessoas com deficiência. E, se temos uma data reconhecida internacionalmente, o que, sem dúvida, é de grande valia, qual será o motivo de ainda não conseguirmos ter, em nível internacional, uma acessibilidade eficiente em todas as instâncias da sociedade?

Falar em acessibilidade é também promover essa mobilização em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, bem como apoiar essa luta incessante por um mundo mais acessível.

Esta semana é assinalada pelo Senado Federal também como a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Inclusive, a abertura aconteceu aqui no Auditório Petrônio Portela, com a presença de diversas pessoas e, em particular, de crianças com deficiência. E, por isso, a Comissão de Direitos Humanos, engajada com esse tema e conhecedora de sua relevância, traz para esta audiência pública um assunto do interesse de todos e de todas, em especial das pessoas com deficiência.

Vamos aqui discutir o tema que trata da diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência. Sabemos que, quando falamos em acessibilidade digna, não nos estamos referindo apenas à

acessibilidade arquitetônica, mas também à comunicacional, à atitudinal, à metodológica, à programática e a outras. Mas, hoje, a nossa audiência tratará mais especificamente sobre acessibilidade dos transportes aéreos.

Quero aqui aproveitar até para justificar, pois deveríamos ter aqui o intérprete de línguas, a pessoa que cuida da linguagem para pessoas com deficiência, a linguagem em Libras. Infelizmente, não tivemos condição de ter esse profissional aqui nesta manhã. Ficamos com essa dificuldade, pelo que pedimos desculpas inclusive a quem nos está acompanhando pela TV Senado.

Justamente na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, tivemos um triste episódio, do qual todos aqui devem ter tomado conhecimento, que marcou a falta de acessibilidade quando uma cadeirante, uma senhora de 38 anos, não aceitou ser carregada no colo e precisou arrastar-se para subir no avião. Foi algo bastante noticiado e que chamou a atenção de muitas pessoas. Isso se deu pelo fato de a companhia aérea estar sem os equipamentos necessários para o transporte da passageira. A GOL, responsável pelo voo, informou que o equipamento estava com defeito e que tentou conseguir emprestado com outra companhia, mas não obteve sucesso. Já a Infraero informou que o problema de embarque e desembarque é da companhia aérea.

Em 2011, episódio parecido ocorreu com a Deputada Federal Mara Gabrilli, que esperou duas horas para conseguir desembarcar no Aeroporto Internacional de São Paulo.

A Deputada ficou aproximadamente duas horas dentro de uma aeronave da TAM à espera de um ambulift, nome dado ao veículo motorizado que transporta passageiros com deficiência em locomoção. Em nota, a TAM informou que precisou ficar em uma posição remota, porque não havia posições livres para realizar o desembarque dos passageiros e, após o pouso, precisou esperar pela autorização para utilizar o equipamento.

Temos aqui, presentes nesta audiência pública, especialistas que discutirão a Resolução nº 280, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo.

Também vale lembrar que comemoramos, no próximo dia 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, dedicado a homenagear todos os cidadãos que lutam pelos direitos humanos, incentivando o fim de todos os tipos de discriminação. A Comissão de Direitos Humanos desenvolverá uma programação dedicada ao tema. A abertura acontecerá na próxima segunda-feira, às 9h da manhã, neste mesmo plenário, quando aproveito para convidar todos vocês, inclusive os que nos acompanham pela TV, para fazer parte deste momento planejado pela Comissão de Direitos Humanos.

Diante do compromisso da CDH com essas comemorações e pensando nas pessoas com deficiência, bem como na luta pelos direitos humanos contra qualquer tipo de discriminação, propomos este debate.

Reconhecemos que muitos foram os avanços e conquistas, mas não podemos esquecer que muito ainda falta para que realmente conquistemos um “desenho universal”, tão almejado por todas e todos, um desenho universal que tem como objetivo definir produtos e ambientes que contemplem toda a diversidade humana, desde as crianças, adultos altos e baixos, anões, idosos, gestantes, obesos, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O desenho universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos. Perseguir-lo em todas as instâncias é o que podemos fazer de melhor para a sociedade que respeita a diversidade e, para isso, nada melhor do que discutir propostas e direcionar os melhores caminhos a serem seguidos. Sem dúvida, o desenho universal, é o caminho para uma sociedade mais humana e cidadã e a direção que todos e todas devemos seguir, mas, enquanto não temos o tão almejado desenho universal e a tão almejada acessibilidade em todos os níveis, continuemos realizando ações em prol de que sejam um dia concretizados.

É só para introduzir, para dar uma esquentada na nossa conversa.

Vou, agora, passar a palavra aos nossos convidados. A ideia é ouvir, inicialmente, entidades e usuários do transporte aéreo que tenham mobilidade reduzida e que necessitem da acessibilidade adequada e, posteriormente, ouvir aqui as entidades tanto do Governo como o Ministério Público.

Então, vou passar a palavra para a Lívia Magalhães, Diretora do Departamento Jurídico do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), para que, no tempo de dez minutos, possa fazer a sua exposição.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Bom dia a todos! Cumprimento as autoridades presentes à Mesa em nome da Senadora Ana Rita.

Estamos aqui para debater sobre o direito à mobilidade digna das pessoas com deficiência, especificamente a Resolução nº 280 da Anac. Sou advogada militante e Diretora Jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasil. Portanto, falo em nome dos autistas brasileiros e seus familiares.

De acordo com o censo do IBGE, 23,92% dos brasileiros declararam ser pessoas com alguma deficiência. Desse percentual, a estimativa é de que 2 milhões de brasileiros sejam autistas.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer para os senhores que o autismo é um transtorno global do desenvolvimento marcado por três características principais, que seria dificuldade na capacidade de comunicação, dificuldade de socialização e dificuldade de comportamento.

O grau de comprometimento pode variar entre leve, moderado e severo.

O grau leve é mais conhecido como Asperger; no grau mais severo, a pessoa se mostra incapaz de manter qualquer tipo de contato interpessoal, é portadora de um comportamento agressivo e, muitas vezes, de retardo mental.

Sabemos que, historicamente, as pessoas com deficiência enfrentam, enfrentaram e vêm enfrentando inúmeras dificuldades para terem seus direitos mais básicos reconhecidos e respeitados principalmente. As estatísticas do IBGE confirmam, desde o ano de 2000, que as pessoas com deficiência no Brasil não têm acesso à escola, transporte público, trabalho e demais atividades corriqueiras às demais pessoas. A situação é, realmente, muito grave.

Estamos aqui para debater o direito à mobilidade, especialmente quanto ao transporte aéreo. É importante diferenciar as pessoas com deficiências físicas e sensoriais das pessoas com deficiência mental ou intelectual. O foco das minhas considerações está na barreira da mobilidade das pessoas com deficiência intelectual, o que, muitas vezes, não é percebido fisicamente. É o caso dos autistas.

A deficiência intelectual está associada a limitações adaptativas em pelo menos algumas destas habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho. No dia a dia, significa que a pessoa com deficiência intelectual tem dificuldade para aprender, entender e realizar atividades comuns como as outras pessoas realizam. Muitas vezes, essa pessoa com deficiência intelectual se comporta como se tivesse idade inferior à sua idade biológica.

A Resolução nº 280 da Anac é salutar certamente em seu objetivo. Porém, o nosso receio diz respeito a alguns pontos específicos da resolução. O ponto crucial, sob o ponto de vista do deficiente intelectual, está no §1º do art. 6º da Resolução, que dispõe:

§1º Pode haver restrições aos serviços prestados quando não houver condições para garantir a saúde e a segurança do PNAE ou dos demais passageiros, com base nas condições previstas em atos normativos da ANAC, no manual geral de operações ou nas especificações operativas do operador aéreo.

Com a finalidade de avaliar tais condições, é facultado ao operador aéreo exigir a apresentação do formulário de informações médicas, chamado Medif, ou outro documento médico com as informações sobre as condições de saúde do passageiro.

O §1º do art. 10 determina ainda que esse documento médico e o Medif devem ser avaliados pelo serviço médico do operador aéreo especializado em medicina de aviação, com prazo para resposta de 48 (quarenta e oito) horas.

Portanto, na prática, é o serviço médico do próprio operador aéreo que determinará quem pode viajar ou não. Então, diante de tal realidade, surgem alguns questionamentos: como afirmar que essa avaliação será realizada de forma imparcial pelo serviço médico do operador aéreo? No caso de pessoas com deficiência intelectual, que podem ter comportamentos sociais considerados inadequados, como no caso dos autistas, eles podem ser impedidos de viajar? E se a pessoa com deficiência intelectual precisar viajar de última hora e não puder aguardar a avaliação do serviço médico? Ela será impedida de viajar?

Trata-se de uma discriminação velada, especialmente quanto à pessoa com deficiência intelectual. Afinal, se há alguma possibilidade de surtos psicóticos, como, por exemplo, os esquizofrênicos, eles nunca poderão viajar de avião?

Então, nós do Moab temos informações de familiares de pessoas com deficiência, mães e pais de autistas, que precisam esconder a condição dos seus filhos, de portadores de transtornos do espectro autista, com receio de não poderem viajar com eles. Há relatos, inclusive, de uma “lista negra” de pessoas que tiveram a sua viagem recusada, e o receio dos pais é de que nunca mais os seus filhos, sejam crianças, adolescentes ou adultos autistas, possam viajar de avião, uma vez recusada a sua viagem.

Nós temos o caso da Srª Lorena Prado, mãe de um autista de sete anos, que vivenciou uma situação na qual foi impedida de viajar. Ela ligou para a companhia Azul para viajar com a família a São Paulo – ela, o marido e o filho. A atendente, na finalização do pedido, perguntou se eles precisavam de algum serviço extra. O pai, ingenuamente, mencionou que o filho era autista. No mesmo momento, a atendente disse que ele não poderia viajar sem preencher o formulário que lhes seria enviado. Se fosse autorizado, ele poderia viajar. Ela disse ainda: “Mas os senhores podem comprar as suas passagens enquanto aguardam a resposta quanto a seu

filho". Ocorre que os pais não iriam viajar sem a criança. Então, eles preferiram cancelar a viagem por conta desse impedimento quanto à viagem de seu filho. Outra questão: eles seriam informados 24 horas antes da viagem se seu filho estaria autorizado a viajar.

Então, essa é uma situação de restrição de direitos, da liberdade de ir e vir das pessoas. E a Convenção Internacional da ONU dispõe:

A discriminação por motivo de deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro.

Dessa forma, abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

A falta de participação ou inserção das pessoas com deficiência em clubes, empresas, escolas ou em atividade de lazer, turismo, esporte, entre outras, já evidencia a discriminação. Portanto, o paradigma de que as pessoas com deficiências físicas ou mentais fogem dos padrões universais e que isso é um problema que não diz respeito à sociedade deve ser rompido.

A grande preocupação do Moab em relação, especificamente, à Resolução nº 280...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – ... é que ela seja um instrumento de exclusão e discriminação das pessoas com deficiências intelectuais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode concluir.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Já concluí. Obrigada. Acho que, pontualmente, dois minutos após.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas pode concluir, Lívia, se o desejar. A campanha toca faltando um minuto para o fim do seu tempo.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Sim, a nossa preocupação diz respeito às pessoas com deficiência intelectual especificamente. Com certeza, as pessoas com deficiência física e sensorial devem ter a sua acessibilidade garantida, mas, no caso das pessoas com deficiência intelectual, é um pouco mais complicado; é um pouco mais complexa essa avaliação de quem pode viajar e de quem não pode. Quais são os requisitos? Quais são os critérios, uma vez que a resolução diz que o serviço médico do operador aéreo é quem autorizará?

Então, a nossa preocupação é essa. O receio dos pais é de que os seus filhos sejam impedidos de viajar pelo simples fato de eles, em algum momento, poderem ter algum comportamento inadequado.

Não sei se vocês conhecem algum autista pessoalmente, mas o autismo tem graus diferentes, e o autista tem um transtorno global de desenvolvimento que afeta muito o seu comportamento.

Para quem não conhece, parece uma criança birrenta, malcriada, mal-educada. As pessoas acabam achando que a culpa é dos pais, que os pais não educaram. As pessoas não sabem que esse comportamento faz parte do espectro autista. Então, ele pode, em determinado momento, gritar, se debater, deitar no chão, rolar no chão. As pessoas ainda não estão prontas e abertas a entenderem que esse não é um comportamento voluntário; é um comportamento involuntário.

Então, o nosso receio é este: pelo fato de eles terem esse comportamento e de alguma forma incomodarem pessoas, eles serão privados do direito de viajar de avião? Essa é uma questão crucial do ponto de vista do movimento. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Lívia.

A Lívia traz aqui para a gente a realidade das pessoas autistas, crianças e adultos autistas, que têm uma realidade diferenciada também de outras pessoas com deficiência. O autismo ainda não é tão conhecido assim. É um debate razoavelmente novo, recente e que as pessoas ainda não conhecem.

É preciso realmente ter uma atenção especial para esse tipo de deficiência, e as crianças e adultos não podem ser privados de sua liberdade, porque se têm dificuldades para viajar poderão ter dificuldades em outro ambiente. É preciso saber conviver com essa realidade. E a criança não pode ficar privada, porque, se a criança fica privada, a família também fica privada nessa questão.

Muito obrigada, Lívia, por sua presença e por sua participação.

Vou conceder a palavra à Andréa Pontes, que já esteve conosco aqui em outros momentos e que tem uma experiência também muito própria. É paratleta de canoagem e faz parte da Confederação Brasileira de Canoagem.

Por favor, Andréa.

A SRª ANDRÉA PONTES – Bom dia. Primeiramente, queria cumprimentar todos os componentes da Mesa e agradecer pelo convite que foi feito.

Vim aqui para falar um pouquinho sobre algumas modificações que julgo serem pertinentes em relação à Resolução nº 280 e passar um pouquinho da minha experiência como deficiente física e usuária do transporte aéreo.

Eu vejo que a Resolução nº 280 apresenta modificações bastante significativas, mas vejo muitas dificuldades das companhias aéreas em colocar alguns desses tópicos em prática.

Eu selecionei alguns tópicos que julgo importantes, mas, frente ao tempo, vou resumi-los.

A primeira questão que acho importante trazer à baila aqui é a do acompanhante. Até então, era uma situação muito confusa. A resolução anterior não era clara, e eu mesma passei por uma série de empecilhos ao tentar realizar a compra da minha passagem e da passagem do acompanhante.

A Resolução nº 280 deixa claros os casos em que é possibilitada ao passageiro que necessite de atendimento especial a solicitação do acompanhante, que são os casos de passageiros que viajam em macroincubadora; que possuam algum impedimento mental e intelectual ou que necessitem de alguma assistência para realização de necessidades fisiológicas durante o voo.

Isso ficou bem claro nessa resolução agora. A solicitação é feita; a companhia aérea tem um prazo de 48 horas para responder a essa solicitação. E ficou também bem específico que o acompanhante deverá viajar no assento adjacente.

Também consta nessa mesma resolução que o acompanhante vai ter direito a um desconto, num valor igual ou inferior a 20% do valor do bilhete aérea adquirido pelo passageiro que necessite de atendimento especial, conforme art. 27, §1º.

Contudo, há menos de um mês, eu adquiri uma passagem aérea pela companhia TAM e fiz essa aquisição através de pontos. E esse desconto me foi negado.

Até gostaria de puxar para a discussão o Marcelo e o Marco, porque a Resolução não deixa bem explícita essa informação, mas eu entendo que a aquisição de passagem aérea por pontos também é uma moeda, no caso, virtual, hoje em dia muito usada. Se eu posso usar esses pontos para comprar bate-deira, liquidificador, conforme o Multiplus oferece, como é que fica? Será que já posso puxá-los para a discussão, ou deixamos para o final?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANDRÉA PONTES – Está bem. Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Deixe-me explicar aqui. Acho importante que se explique, senão a gente faz uma conversa paralela.

Você faz a sua fala e apresenta todas as questões. O Marcelo vai anotá-las, e, depois, no momento em que ele for manifestar-se, irá responder às questões que você está levantando e às de outras pessoas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANDRÉA PONTES – Lembro sim, Marcelo. Então, esse seria o meu primeiro questionamento.

Bem, depois queria trazer à baila aqui algumas modificações que achei bem bacanas e que têm muito a contribuir: o Medif (*Medical Information Form*) e o Fremec (*Frequent Traveller Medical Card*).

Em cada voo realizado, o passageiro que necessite de atendimento especial deveria preencher um formulário denominado Medif. Então, para todo voo realizado, o passageiro previamente deveria realizar uma consulta médica, porque esse formulário deveria ser preenchido por um médico.

A Resolução nº 280 trouxe – não me recordo em qual artigo –, de forma muito sábia, a criação do Fremec. Então, o Fremec, que é para todo deficiente físico que utilize o serviço aéreo com frequência, é um cartão. Então, o que acontece? Esse cartão vai ter uma validade determinada e evita que, a cada voo, a pessoa tenha de apresentar esse relatório médico. Essa é uma inovação da lei bem interessante, que vai facilitar bastante a vida de usuários frequentes.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA (*Fora do microfone.*) – Art. 6º.

A SRª ANDRÉA PONTES – Art. 6º. Obrigado, Marcelo.

Então, é o art. 6º que determina a criação do Fremec.

Só para tentar ajudar quem está assistindo a esta reunião, o trâmite burocrático do Fremec se dá através da companhia aérea. Então, entramos no *site*, onde haverá os documentos necessários para a solicitação do cartão. O passageiro envia esses documentos à companhia aérea, que é responsável pela confecção do cartão.

Depois, até vou deixar alguns contatos meus. Quem tiver alguma dúvida pode entrar em contato comigo, que explico como funciona.

Bem, a Resolução nº 280 também criou o funcionário responsável por assistência ao passageiro com necessidade de atendimento especial. Era uma figura que, até então, a gente não tinha, e isso também deve ser

ressaltado de forma positiva. Muitas vezes, chegávamos ao aeroporto, íamos fazer o *check-in* e, enfim, vinham três ou quatro atendentes da companhia aérea. Em que pese o fato de eles serem dotados de muito boa vontade, por muitas vezes, esse atendimento era um pouco truculento, talvez por falta de experiência.

Então, a criação dessa figura do funcionário responsável somente por essa assistência também tende a facilitar muito a vida da pessoa que apresente alguma deficiência física ou outros casos.

Também achei bem interessante a criação, através da Resolução nº 280, do chamado controle de qualidade, em que os operadores aéreos e aeroportuários devem dispor de um sistema de controle de qualidade do serviço prestado ao passageiro que necessite de atendimento especial.

Esse controle de qualidade vai servir como uma coleta de informações sobre o atendimento: como foi; quando a pessoa foi atendida; de que forma foi; observações; se tudo aconteceu de forma correta. Esse banco de dados deve ser mantido por dois anos.

Acho muito interessante essa figura por dois aspectos.

Acho que qualquer intercorrência que o passageiro que necessite de atendimento especial tenha solicitado, qualquer intercorrência, poderá solicitar depois e até mesmo questionar com base na prestação, na falha ou até positivamente.

Segundo, acho que esse banco de dados também pode servir para muitas empresas aéreas, para a criação de estatísticas: “O serviço falhou aqui.” “O que aconteceu?” “Temos tantos funcionários que precisam de tal tipo de acessibilidade.” Enfim, acho que disso podem sair dados estatísticos que venham a contribuir para a qualidade do serviço.

Por fim, vou fazer mais um questionamento – tenho pouco mais de um minuto e dá tempo –, aproveitando que o representante da Anac está aqui. Não vou sabatiná-lo, mas vou...

A resolução prevê que o passageiro que necessite de assistência especial seja o primeiro a entrar na aeronave, mas, em contrapartida, ele tem de ser o último a sair. Discordo um pouco, porque, muitas vezes, a poltrona é pequena, não estamos em uma situação de extremo conforto. Se precisar ir ao banheiro, em que pese as aeronaves terem a cadeira menor que circula entre os corredores, é um banheiro extremamente desconfortável. Então, na medida em que o deficiente físico é o primeiro a entrar e o último a sair, o lapso temporal que ele permanece dentro da aeronave se torna muito maior. Se pegamos um voo – por exemplo, eu, que sou gaúcha – de Brasília a Porto Alegre, que tem a duração de duas horas e quinze minutos, o meu tempo de permanência dentro da aeronave acaba sendo muito maior pelo fato de eu ter sido a primeira a entrar e a última a sair.

É muito engraçado: quando a gente é o último a sair, a gente começa a se dar conta de algumas coisas. Há aquelas pessoas que encontram um amigo que não viam há tempo, há os que se esquecem da mala e vêm no contrafluxo. É meia hora para sair de uma aeronave. Chega a ser engraçado. Tem o que quer tirar foto na cabine. E eu não posso sair enquanto todos não deixarem a aeronave.

Então, eu me contraponho. É uma crítica que faço, e fica uma sugestão de tentar mudar a questão de ser o primeiro a entrar e o último a sair.

Só para concluir rapidamente, acho que a Resolução nº 280 é mais específica que a anterior, tende a ser muito mais benéfica ao público que vai ser abrangido por ela, mas tenho muitas dúvidas, na prática, de como vai ser, como as companhias aéreas vão fazer para se adaptar a essa resolução.

Senadora, peço só um minuto para concluir. Tenho recebido através de rede social muitos questionamentos com relação às 48 horas: “Ah, Andrea, agora, tenho que avisar 48 horas antes que eu preciso viajar. Como eu faço?” “Se eu precisar comprar uma passagem na hora, como fica?” Tenho recebido muitas perguntas sobre esse tópico.

Só para esclarecer – depois, o Marcelo pode também fazer mais algumas considerações –, o que entendi da leitura que fiz, do estudo que fiz a respeito da Resolução nº 280 é que esse prazo de 48 horas prévio que consta na resolução é tão somente para as pessoas que necessitarem da utilização de algum equipamento específico; e não para o cadeirante. Isso não existe. Se eu quiser comprar uma passagem ali agora, posso chegar lá, comprar e embarcar. Agora, se, para minha comodidade, para o meu conforto, para a minha segurança, eu quiser fazer alguma exigência, precisar de algum equipamento, aí, sim, preciso avisar 48 horas antes. “Mas, se eu não avisar, não vou poder embarcar?” Não! Pode embarcar, apenas talvez eu não faça uma viagem de forma tão confortável. O prazo para solicitação do acompanhante é 72 horas antes.

Ficam aqui as minhas considerações. Espero ter contribuído um pouco.

Enfim, Marcelo, vou lembrá-lo a respeito dos meus dois questionamentos.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – É um prazer.

Eu passei o artigo errado. Perdão. É o art. 10, §3º.

A SRª ANDRÉA PONTES – Art. 10, §3º.

Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Andréa Pontes.

A Andréa Pontes, em pouco tempo, expressou aqui diversas dificuldades, mas, ao mesmo tempo, apresentou sugestões para buscar resolver esses problemas. Queremos aqui agradecer à Andréa Pontes pela sua contribuição a esse debate.

Posteriormente, Andréa, você retoma a palavra, caso as respostas não venham a atender, ou caso você necessite de mais esclarecimentos.

Vou conceder a palavra ao Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Bom dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, trago um abraço do Secretário Antônio José e cumprimento a todas e a todos presentes à Mesa no nome da Senadora Ana Rita. Obrigado pelo convite.

Ao falar sobre acessibilidade, vamos falar, primeiro, sobre a pessoa com deficiência. A própria convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência nos diz que a deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre impedimentos de natureza física, sensorial, intelectual e mental, os quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir a participação plena da pessoa na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Então, aqui, o conceito da pessoa com deficiência traz uma novidade grande: a questão das barreiras. Estas é que vão impedir o desfrute de uma vida plena em sociedade. Daqui, posso tirar o conceito de acessibilidade, porque esta nada mais é do que eliminar barreiras. Essa discussão aqui é muito saudável, porque nós tentamos eliminar as barreiras no transporte aéreo.

A acessibilidade não é apenas para as pessoas com deficiência. Todos nós somos beneficiários da acessibilidade. Quem aqui não esteve em um restaurante, com muito barulho, querendo assistir ao jornal, mas, ao olhar lá, não consegue entender. E quando a pessoa liga o *close caption*, você consegue entender. Não é verdade? Numa calçada, se ela estiver acessível, posso empurrar o carrinho do bebê, puxar a minha mala. Isso é muito comum em aeroportos.

Então, a falta de acessibilidade em aeroportos também atrapalha as pessoas que não têm deficiência. Aqui em Brasília mesmo, uma vez, ao chegar com a minha mala, tive dificuldade para chegar ao ponto de ônibus.

Então, a acessibilidade não vem apenas beneficiar a pessoa com deficiência, mas a todos. Por isso, a Senadora falou muito bem quando explicou o “desenho universal” para todas as pessoas; não apenas para pessoas com deficiência.

Quantas são as pessoas com deficiência?

A nossa colega Lívia Magalhães já falou sobre o total da população brasileira que se declarou com alguma deficiência nesse censo: um total de 45,9 milhões de pessoas com deficiência, quase 24%. Um em cada quatro brasileiros declararam ter alguma deficiência nesse último Censo de 2010.

Então, estamos falando de um número pequeno. Desses, 6,6 milhões com deficiência visual grave; 4,4 milhões com deficiência motora grave; e 2,2 milhões com deficiência auditiva grave. Aonde estão essas pessoas? Se há tantas pessoas, por que não estamos vendo tantas pessoas assim? Pela falta de acessibilidade.

É o ciclo da invisibilidade. Se eu não forneço acessibilidade, a pessoa não sai de casa, porque não tem acessibilidade. Se ela não sai de casa, por que vou fornecer acessibilidade?

Então, cabe a nós quebrar esse ciclo e começar a fornecer acessibilidade, para que possamos garantir a equiparação de oportunidades, que é o que preza a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência.

Mais um item que eu posso trazer também é a questão da população idosa. O último censo também trouxe um dado de que prevalência de deficiências sensoriais está na população acima de 60 anos. E, como o Brasil tende a envelhecer – a cada ano que passa estamos envelhecendo cada vez mais –, enquanto a taxa de crescimento anual da população total é de 0,57% ao ano, a população de idosos cresce 3,78% ao ano. Em 2001, tínhamos 9% da população e, em 2011, já eram 12% da população.

Outra tendência também da sociedade brasileira é a obesidade. Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, em 2012, 51% da população já apresentavam excesso de peso. Em 2012, já contamos com mais da metade da população brasileira com excesso de peso.

Esse é outro item também que deve ser levado em consideração quando falamos em acessibilidade no transporte aéreo – poltronas, espaços apertados. Tudo isso a gente tem de levar em consideração quando falamos em acessibilidade.

É importante essas discussões públicas. Por isso fico feliz em ser convidado, porque, para pensarmos sobre acessibilidade, para falarmos sobre os direitos da pessoa com deficiência, nos temos de ouvir as pessoas com deficiência. Esse é o princípio básico do “nada sobre nós sem nós”.

Eu não vou me estender, principalmente sobre a Resolução nº 280, porque nós temos especialistas da Anac aqui para falar sobre ela. Mas eu quero dizer que esta Resolução nº 280, em relação à Resolução nº 9, que era a resolução anterior, teve alguns avanços muito importantes também.

Há a questão da pessoa que teve de arrastar-se pela escada, por exemplo, porque ela não queria ser carregada no colo. Na verdade, carregar no colo, hoje, pela Resolução nº 280, já é proibido, até por uma questão de dignidade e de segurança. E aí vêm alguns outros problemas que surgem nos aeroportos, como, por exemplo – a Resolução nº 280 foi bem clara desta vez –, sobre a responsabilidade do ambulift, aquele veículo para se colocar a pessoa dentro da aeronave quando está estacionada em uma posição remota, quando não tem a ponte de embarque, ou quando tem mas não foi alocada na ponte de embarque. Então, a responsabilidade agora está bem clara lá e há inclusive um cronograma de implantação nos aeroportos. Então, um avanço importante também da Resolução nº 280.

A questão do procedimento de comunicação. Isso é algo que deve ser levado em consideração nos aeroportos – aí eu falo, aqui, para os operadores aeroportuários e companhias aéreas. Essa comunicação entre os dois é de suma importância. Aeroportos que possuem mais de 30 pontes de embarque, por falta de comunicação, ou não sei que outro problema pode acontecer ali, acabam alocando uma aeronave fora da ponte de embarque, em uma posição remota, dificultando muito mais o acesso de pessoas com deficiência. Então, é uma outra questão que devemos levar em consideração, ou seja, essa comunicação entre a operação do aeroporto e a empresa aérea.

Essa resolução também trouxe uma definição um tanto quanto polêmica, com a qual eu concordo, que é a questão do termo PNAE, Passageiro com Necessidade de Assistência Especial, e que engloba não apenas pessoas com deficiência. Por isso esse nome; não é só pessoa com deficiência, mas são pessoas com deficiência, pessoas que têm restrição de mobilidade de qualquer natureza, crianças... Então, é um termo que traz novidade e que pode trazer alguma polêmica, mas é um termo correto até.

Outra questão que eu trago à tona refere-se ao fato de sempre pensarmos na Resolução nº 280, pensarmos sempre nos aeroportos visando à Resolução nº 280. Mas a Resolução nº 280 não fala, por exemplo, sobre acessibilidade arquitetônica, sobre a acessibilidade física dos aeroportos.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Para isso, nós temos a Norma nº 9.050, temos o Decreto nº 5.296, e temos outras legislações que também devem ser observadas nos aeroportos, para que não fique de lado, por exemplo, a questão da integração entre os modais. Acho que uma das grandes dificuldades que as pessoas com deficiência podem encontrar, na verdade, talvez não seja a maior dificuldade nos aeroportos em si.

Até deixo aqui a pergunta para as pessoas com deficiência que estão nesta plenária, mas acredito que muitas devem ter dificuldade na interface entre o modal aéreo e o outro modal, seja metroviário, seja rodoviário. “Eu saí do aeroporto. E agora? Vou pegar um ônibus, vou pegar um metrô? Como é essa acessibilidade até lá?”

Então, também é outra coisa que devemos levar em consideração quando falamos de acessibilidade.

Espero ter contribuído e estou aqui na mesa ainda. Continuo e, se alguém tiver alguma pergunta...

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Rodrigo Abreu de Freitas pela sua contribuição, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Com certeza, teremos um tempo, depois, para fazer um debate aqui.

Obrigada, Rodrigo, pela sua contribuição.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo de Souza Carneiro Lima, Gerente-Geral da Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Dr. Marcelo, eu sei que muitas questões foram feitas. Temos um tempo de dez minutos. Na verdade, nesta manhã, estamos com certa dificuldade de ampliar muito o tempo, em função do meu horário inclusive, mas sei que muitas questões o senhor deve responder. Se o tempo não for suficiente, poderemos ampliá-lo um pouco mais.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Agradeço a palavra, agradeço a presença de todos, em nome da Senadora.

Vou fazer uma apresentação rápida e, depois, entramos nas respostas. Pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, pode ser.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Quero apresentar aos senhores um projeto que a Anac vem coordenando, que chamamos de Pacto pela Acessibilidade, para lhes trazer o engajamento, mostrar o

trabalho que a agência tem feito para melhorar a acessibilidade para todas as pessoas, as pessoas com deficiência e todas as pessoas que se utilizam da aviação.

O primeiro ponto que acho importante ressaltar é que de nada adianta uma norma boa, ou de nada adianta uma fiscalização eficiente se não houver uma mudança de cultura. As pessoas saberem que precisam respeitar o próximo, precisam respeitar a pessoa com deficiência, assim como respeitam qualquer outra pessoa. A mudança de cultura é muito importante, e isso depende de cada um de nós, que somos formadores de opinião, e não aceitar um tratamento menos digno, ou não aceitar qualquer tipo de discriminação. Então, tenho isso como fator chave. A mudança de cultura vai trazer enormes benefícios para todos.

Quero mostrar um grupo de trabalho que foi formado. Vou contar, de forma bem sucinta, um pouco da história dele, até pela restrição de tempo.

Começou com uma reunião com o Ministério Público Federal de São Paulo, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Pedro, e a federação nacional dos surdos. Eles fizeram uma auditoria e demonstraram uma série de problemas na aviação, para os surdos.

Nós nos debruçamos sobre esse assunto, pensamos nos problemas, analisamos todas as dificuldades e pensamos em elaborar um planejamento de fiscalização específico para a acessibilidade. Já fazemos a fiscalização desde a Resolução nº 09, que era a resolução anterior à de nº 280. A Anac tem a fiscalização de acessibilidade, mas decidimos mudar a forma de fazer essa fiscalização.

Como podemos melhorar? Como podemos atender melhor o nosso cliente? Esse é o foco desse trabalho.

Aí, pensamos: talvez não seja a melhor proposta melhorar a acessibilidade apenas para as pessoas com deficiência auditiva, mas vamos trabalhar em todos os aspectos de acessibilidade. Então, combinamos uma reunião com o Ministério Público Federal e com a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). E propusemos esse trabalho: “Olha, não vamos ficar presos às dificuldades das pessoas que têm algum tipo de deficiência auditiva; vamos melhorar a acessibilidade como um todo. Vocês topam? Vocês acreditam que esse é o melhor?”.

Tivemos o apoio e o engajamento de ambas as instituições e começamos esse trabalho, que é focado principalmente na consulta aos clientes sobre o serviço de transporte aéreo, que são os principais *stakeholders* – não apenas a Feneis, mas todos que utilizam a aviação –, utilizando um lema, que acho que tem de ser sempre trazido e que o Rodrigo abordou, que é “nada sobre nós sem nós”.

É muito difícil, para quem não tem algum tipo de deficiência, entender as dificuldades da pessoa que a tem. Então, de nada vai adiantar fazermos um belíssimo trabalho de planejamento, um belíssimo trabalho de fiscalização, se não levarmos em consideração os clientes. Nós temos que ouvir as pessoas que efetivamente utilizam o modal aéreo. E esta é a principal proposta desse trabalho: levantar os principais problemas, entender quais são as dificuldades, e esse ser o foco da fiscalização. Ali, a Anac vai atuar de forma mais firme, mais rígida e com uma presença mais intensa.

Precisamos também do treinamento de servidores da Anac, específico. Eu trouxe até alguns manuais que nos foram doados, como o manual da Deputada Federal Rosinha, o manual da Deputada Federal Mara Gabrilli, que têm sido os nossos livros de cabeceira para que a gente tenha um treinamento e consiga prestar um serviço cada vez de melhor qualidade. Então, isso demanda um estudo mesmo para conhecermos as dificuldades.

Conscientização dos nossos servidores, dos nossos fiscais também. Como eu disse, mudança de cultura é essencial. De nada adianta um belíssimo trabalho de planejamento se nós não internalizarmos, nos nossos servidores e em todas as pessoas, a importância desse trabalho.

Envolvimento de todos os segmentos da sociedade. A ideia é que esse grupo de trabalho seja o mais participativo e representativo possível, envolvendo desde a Secretaria de Direitos Humanos, que tem sido um parceiro – aqui faço um elogio à parceria, ao trabalho que temos feito em colaboração – que tem nos ajudado muito, temos aprendido muito; o Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), que recebeu a nossa proposta com excelente acolhimento, fez a deliberação, elogiou a proposta e também se colocou à disposição para nos auxiliar; a Secretaria Nacional do Consumidor, que tem um papel fundamental; o Ministério Público Federal, que desde o início tem feito esse trabalho conosco – o próprio Dr. Fritz, que está aqui na Mesa, fez uma palestra para a Anac, e eu vou abordar esse ponto.

O Poder Legislativo também está conosco desde o início. Iniciamos esse trabalho com a Deputada Federal Mara Gabrilli e com a Deputada Federal Rosinha da Adefal e já temos o projeto para ampliá-lo. Já temos uma reunião marcada com uma equipe de Senadores e Deputados – o nosso assessor parlamentar está organizando esse encontro – e queremos trazer o Legislativo para esse grupo cada vez mais.

E todas as associações que defendem as pessoas com deficiência são bem-vindas para contribuir, para auxiliar nesse trabalho.

O que nós já fizemos efetivamente?

Fizemos um curso de Inspetor de Aviação Civil (Inspac), na modalidade “especialização de serviços aéreos”, no qual já colocamos essa mudança de cultura, essa priorização na fiscalização da acessibilidade, e já mostramos esse trabalho.

Tivemos um encontro dos núcleos regionais de aviação civil, que são os núcleos da Anac que estão presentes em 22 aeroportos no Brasil; são unidades descentralizadas da Anac capazes de realizar fiscalização, para podermos, efetivamente, mudar a cultura e conscientizar os nossos servidores.

Houve uma palestra da Deputada Federal Rosinha da Adefal. A Deputada Mara Gabrilli também ia participar, mas, infelizmente, por problemas pessoais, não pôde. Foi uma palestra muito interessante, muito esclarecedora.

Houve a palestra também do Dr. Fritz, que aqui compõe a Mesa, que também foi uma palestra muito importante para todos nós.

Fizemos um ementário, detalhando a norma nos mínimos itens jurídicos, para que a fiscalização seja mais eficiente.

Elaboramos um manual de fiscalização específico de acessibilidade e tivemos esse projeto aprovado em reunião de diretoria. A Anac é uma agência reguladora, com uma diretoria colegiada, e são os diretores que tomam a decisão. Então, esse projeto tem o respaldo da diretoria da Anac; foi aprovado em reunião de diretoria.

Só para vocês entenderem a dificuldade da Norma nº 280, apenas a título ilustrativo: ela envolve quatro das grandes áreas finalísticas da agência. A agência é muito especializada e trata de temas muito distintos, desde a minha gerência, que é a Gerência-Geral de Ação Fiscal (GGAF), que trata efetivamente da fiscalização, até a área de Superintendência de Padrões Operacionais (SPO), que trata de treinamento de pilotos, treinamento de tripulantes, toda a parte de operação da aeronave; Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária (SIA), que trata de toda essa parte de infraestrutura e um pouco de aeronavegabilidade, que é a parte de construção de aeronaves, certificação de produtos e manutenção de aeronaves.

Então, não é uma norma simples; é uma norma bem complexa. E aproveito a fala da nossa colega Andréa, que realmente traz diversas questões. E a nossa proposta não é resolver de forma ditatorial de que a interpretação é essa. Não. É trazer todos para construirmos essa interpretação, para que seja a melhor possível para todos os clientes.

Enfim, qual é a metodologia deste trabalho? Nós iniciamos com um questionário para todos os *stakeholders*: os clientes, as associações, as federações. Ele foi apresentado no Conade. Vou deixar para os senhores, está disponível no site da Anac, está disponível no Facebook, e todos que puderem contribuir, puderem responder esse questionário ou puderem repassá-lo a colegas, quanto mais informação nós tivermos, melhor vai ser o nosso trabalho, para que possamos, efetivamente, incorporar as solicitações...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – ...de todos os clientes.

O Legislativo também tem participação nesse questionário, o Ministério Público Federal, SDH e Senacom (Serviço Nacional do Comércio).

Vamos definir uma matriz de prioridades na fiscalização, para que, efetivamente, traga uma sensação de mudança, para que a gente atue nos pontos que são mais críticos; incorporação na rotina dos núcleos regionais de aviação civil e inspeções específicas nesses pontos.

Só ilustrando o que é essa matriz de prioridades. Nós vamos definir os itens que, na visão do nosso cliente, têm a probabilidade mais alta de serem descumpridos e, caso sejam descumpridos, tenham um impacto alto para a dignidade, para a segurança e para a experiência no voo da pessoa. Esse é o quadrante em que a Anac precisa atuar com mais rigor, para o qual a gente precisa deslocar a nossa fiscalização e estar vigilante constantemente.

Depois, temos um quadrante também importante, que é de probabilidade baixa de acontecimento, mas, caso aconteça, o impacto é alto. Esse também é um quadrante de muito monitoramento.

Depois, temos dois quadrantes que serão objeto de fiscalização, sim, mas de forma menos constante, porque são esses dois pontos que vão trazer um benefício efetivo para o nosso cliente, que é a probabilidade alta de acontecer, mas com impacto é baixo, e a probabilidade baixa com impacto baixo. Isso, na visão do próprio cliente.

Por fim, a continuidade do projeto, além do inquérito civil público que se iniciou com o Ministério Público Federal. Nós queremos levar esse projeto com ações de curto, médio e longo prazo, levantar os principais problemas encontrados pela fiscalização e continuar ouvindo o nosso cliente, fazer uma retroalimentação nesse planejamento, para que ele efetivamente seja atualizado com os problemas que forem surgindo; elaboração de um plano de melhoria, adequando as empresas aéreas e aeroportos com as melhores práticas mundiais; e

uma preparação para as Olimpíadas. Independentemente de estarem na Resolução nº 280, vamos trazer para o Brasil as melhores práticas mundiais. E, para isso, a gente precisa dos senhores.

Participação efetiva também do Ministério Público Federal, não só no inquérito civil público, mas como parceiro. Tivemos uma reunião muito produtiva com o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão. Ele colocou o Ministério Público Federal como parceiro. Institucionalmente, tem-nos ajudado e vai contribuir nesse projeto a longo prazo; tem conhecimento técnico, representatividade da sociedade em ações proativas, assim como todos os outros parceiros que nós citamos: Legislativo, SDH, associações e qualquer outra entidade que cuide da defesa das pessoas com deficiência.

Cronograma do projeto de curto prazo: obviamente, a gente tem que estabelecer prazo, senão a gente não torna pragmático esse projeto. Até dezembro de 2014, fazer uma mudança no planejamento da fiscalização, levando em consideração as primeiras respostas desse questionário; incorporação à rotina dos núcleos regionais de aviação civil e incorporação às nossas operações de fiscalização, que já acontecem, mas que serão agora focadas naqueles principais problemas.

Em médio prazo, até dezembro de 2015 – esse prazo está sob análise, e a gente pensa em trazê-lo para junho de 2015: execução das novas ações de fiscalização, continuidade; estudo dos principais problemas; avaliação desse planejamento – e, se for o caso, atualização dele; proposição de um plano de melhoria com as melhores práticas mundiais.

E, a longo prazo, junho de 2016, devemos ter finalizado, porque isso precisa começar. A partir de dezembro de 2015, nós iniciamos a fiscalização desse plano, de melhoria, execução das ações de fiscalização, que continua – isso não para, é uma fiscalização paralela; e auditorias específicas em preparação para as Olimpíadas e Paralimpíadas, que são os jogos que vão necessitar de uma prestação muito importante de todos.

Deixo para os senhores o nosso questionário. Peço, mais uma vez, a participação de todos. É um questionário um pouco extenso, mas que vai, sim, trazer uma melhoria. Você pode salvar, o senhor pode continuar em outros dias, não precisa responder num dia só, pode dividir em vários dias, pode levar um mês para responder, mas, efetivamente, quem responder vai nos ajudar a conhecer melhor a situação. Ele está disponível no Facebook da Anac e no *site* da Anac, que é www.anac.gov.br. Caso a pessoa tenha algum tipo de dificuldade com a internet, nós também colocamos a Anac à disposição. A pessoa com deficiência ou qualquer outra que queira responder esse questionário pode ir até a Anac, dirigir-se ao protocolo da Anac aqui em Brasília, e nós teremos o maior prazer em recebê-lo e inserir as respostas da pessoa no sistema. Temos, inclusive, uma pessoa para ler esse questionário, caso a pessoa tenha algum tipo de deficiência visual. Isso tudo está à disposição dos senhores para tentar contribuir com o assunto.

Solicitamos a gentileza de compartilhar o *link* com todos que puderem contribuir com esse assunto.

Assim, encerro minha apresentação.

Há alguma dúvida específica?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Dr. Marcelo, quero agradecer a apresentação do senhor. Eu poderia lhe conceder mais cinco minutos para que o senhor respondesse as questões apresentadas pela Andréa e também pela Lívia. Será que é possível em cinco minutos?

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim?

Então, vou pedir para marcar o tempo.

Mais cinco minutos.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Vou me apressar aqui.

Convido, antes de mais nada, todos os senhores para uma reunião na Anac para que o assunto não se encerre nesta audiência. Convido todos a irem até a Anac para podermos discutir e debater o tema, a resolução. Nós queremos, cada vez mais, agir em parceria com os senhores. Então, convido todos para uma reunião futura na Anac. Nossa casa está aberta para vocês, é só fazer o convite. O nosso contato está aqui, eu deixei o nosso *e-mail*, deixei o meu cartão com todos os senhores. Temos aqui o nosso assessor parlamentar, o George, que também pode fazer esse encaminhamento.

Vou abordar os pontos levantados pela Drª Lívia: o uso da Resolução 280 para discriminação. Nós, efetivamente, esperamos que ela não seja uma desculpa para a discriminação. A Resolução 280 trouxe avanços muito importantes da resolução antiga, a Resolução 9. Obviamente, toda norma precisa estar em constante evolução, inclusive num tema como este, que tem uma evolução teórica, uma evolução de tecnologia muito rápida. Então, foi construído com participação de todos os clientes com o SDH, houve o apoio da própria Secretaria de Direitos Humanos para a elaboração dessa resolução. Ela traz uma série de avanços, mas eu concordo que ela traz uma série de dúvidas e uma série de riscos que nós precisamos fiscalizar de forma intensa, para evitar que as empresas ou os aeroportos utilizem a norma como fator de discriminação.

Efetivamente, no caso do Medif, por exemplo, eu acho que foi dado um instrumento fantástico de cobrança de todas as pessoas, que é o art. 11 da norma, que diz: “Art. 11. A recusa da prestação do serviço de transporte aéreo ao PNAE [...]”. Deixo claro que o PNAE não é portador de necessidades especiais, mas Pessoa com Necessidade de Atendimento Especial, que envolve as pessoas com deficiência, idosos e todos os outros. Nós sabemos a inadequação do termo PNE. Então, quando eu digo PNAE, é a Pessoa com Necessidade de Atendimento Especial.

A recusa da prestação do serviço [...] ao PNAE deve ser justificada por escrito no prazo de 10(dez) dias, [e deve ser] exclusivamente com base nas condições previstas no §1º do art. 6º. [Que] [...] quando não houver condições para garantir a saúde e a segurança [...] [da própria pessoa] ou dos demais passageiros, com base nas condições previstas em atos normativos da ANAC, [que, efetivamente, serão somente no sentido de segurança, pois a Anac nunca vai fazer um ato no sentido de prejudicar o embarque das pessoas com deficiência] no manual geral de operações ou nas especificações operativas [...] [que também somente tratam da parte de segurança, pois não podemos, nunca, colocar a pessoa numa situação de risco de vida.

§2º O operador aéreo deve divulgar as condições gerais e restrições ao transporte do PNAE e de suas ajudas técnicas e equipamentos médicos.

Isto exatamente para trazer um custo para qualquer empresa aérea que opte por negar, ela vai ter um custo, depois judicial, um custo de imagem e um custo com regulador, porque, se não for, efetivamente, em questões objetivas e que eles consigam comprovar, eles serão punidos pela agência e, efetivamente, pelo Judiciário em eventuais ações. Então, isso é importante. Não pode ser em qualquer caso.

E o parágrafo único do art. 11 deixa claro também que o eventual desconforto ou inconveniente causado a outros passageiros ou tripulantes não constitui justificativa para a recusa da prestação de serviço do transporte aéreo.

Então, é muito importante deixar claro: não pode ser utilizado como fator de discriminação. Se isso acontecer, nós pedimos que, por favor, nos repasse. Nós precisamos dessas informações. Por isso também, nessa reunião os senhores podem trazer os casos específicos para fiscalização.

No caso da Drª Andréa Pontes, a recusa do desconto, simplesmente pelo fato de ter sido adquirido por pontos, está completamente equivocada. A senhora tem direito aos pontos. Não foi de graça. A senhora pagou. Esse é um benefício que a empresa concede para que a senhora continue comprando na empresa. Então, na verdade, os pontos não foram de graça. Efetivamente, foram pagos em algum momento. É uma moeda virtual que hoje se troca por qualquer outro produto.

Então, devem, sim, ser garantidos todos os direitos ao passageiro que adquire por pontos. Se a senhora tem um cartão de embarque, a senhora é passageira como qualquer outro. A empresa que agir de forma diferente será punida pela agência. Se a senhora puder encaminhar esse caso, nós abriremos o procedimento de apuração.

A SRª ANDRÉA PONTES – Obrigada.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Fico muito feliz também em ouvir os elogios de diversos componentes aqui à norma. A gente fica muito feliz em saber que a norma teve um avanço. Sabemos que ela sempre pode melhorar, mas, efetivamente, ela traz uma garantia de direitos para os senhores, e ficamos muito felizes em saber disso.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – No caso do embarque prioritário, que a senhora colocou, eu só quero dizer que o embarque prioritário tem dois motivos: ele tem o motivo de segurança e o motivo na parte da dignidade. Vou explicar de forma sucinta. Mas, caso a senhora não queira embarcar prioritariamente, a senhora tem o direito de recusar e de dizer “eu vou entrar por último; eu não quero embarcar prioritariamente.” A senhora pode embarcar por último.

O que o comando da norma vem preservar? A parte de embarque, o pátio de aeronaves, onde a senhora passa até a aeronave, é uma área de risco. Então, a senhora tem que percorrer essa distância o mais rapidamente possível, porque, em uma situação de risco, em uma situação de urgência, a senhora tem prejudicada a capacidade de se proteger. Então, por que se coloca o embarque prioritário? Para que você possa fazer o embarque sem nenhum tipo de obstrução, para que possa embarcar da forma mais célere possível, saindo daquele espaço. E ali devem estar todos os equipamentos de auxílio para serem colocados no compartimento da aeronave, no *overhead bin* da aeronave. Por isso o embarque prioritário.

Na mesma lógica o desembarque por último, para que também percorra todo esse trajeto sem nenhum tipo de obstrução. E, no caso de uma conexão, a senhora tem o desembarque prioritário em relação a todos os outros passageiros para não perder o próximo voo.

Então, esta foi a intenção da norma: preservar a segurança da pessoa com deficiência naquele momento do embarque. Mas, caso a senhora opte, “não quero embarcar prioritariamente; isto, para mim, é um transtorno”, a senhora pode embarcar após todos os outros.

A SRª ANDRÉA PONTES – O que eu questiono com maior veemência é o fato de o desembarque ser por último, porque isso acaba aumentando muito a minha permanência dentro da aeronave.

Depois, Marcelo, se me permitir, a gente pode conversar e ver a possibilidade de achar uma maneira melhor.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Sim.

A SRª ANDRÉA PONTES – Porque várias pessoas portadoras com deficiência reclamam porque acabam ficando um lapso maior de tempo dentro do avião.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Perfeito. É a mesma lógica de o desembarque ser o mais rápido e célere possível naquele período.

E a questão da dignidade. Nós temos casos de pessoas com deficiência que foram hostilizadas por passageiros, porque o passageiro tem necessidade de desembarcar muito rapidamente da aeronave. Então, é uma faculdade a senhora poder esperar e evitar esse tipo de constrangimento. Mas estamos abertos a ouvir e a entender todas as demandas nas reuniões futuras.

A SRª ANDRÉA PONTES – Obrigada, Marcelo, mas vou dar procedência, depois, à discussão contigo.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Claro! Claro!

A SRª ANDRÉA PONTES – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós estamos com problema de tempo, Andréa. Depois, nós vamos fazer uma outra rodada e você poderá complementar. Eu só peço ao Dr. Marcelo para ir concluindo.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Na conclusão, quero deixar clara uma solicitação da Deputada Mara Gabrilli, da inspeção de cadeirantes.

A senhora tem a faculdade de ir para uma sala reservada, por toda uma questão de privacidade, mas ela também pode ser feita em local visível, aberto a todos. É uma faculdade, não uma obrigação. Isso é importante na inspeção de segurança ali no pátio de raio X.

Finalizando, falarei sobre o caso de Foz do Iguaçu, que foi um caso muito triste noticiado esta semana.

A Anac encaminhou no mesmo dia. Nós ficamos sabendo às 10 horas da manhã do caso e ao meio-dia e meia eu já tinha uma equipe embarcando para o aeroporto para fazer uma fiscalização. A equipe já fez a inspeção, e eu vou receber o relatório na sexta-feira. Em apurações preliminares até divulgadas para a imprensa, pode haver uma multa de até R\$300 mil.

Nós queremos utilizar esse caso para não deixar que isso aconteça. Carregar no braço é inaceitável; da forma como foi, é muito pior. Muito triste ver uma cena como essa. E nós vamos apurar as responsabilidades tanto do aeroporto quanto da empresa aérea. Ambos têm responsabilidade para o embarque. Ali nós precisamos saber quem efetivamente deu causa ao que aconteceu.

Por fim, a norma traz mais clareza para os direitos, para os deveres do cidadão – lembrando também que existem deveres –, para que possa ser dado o melhor atendimento possível, e a Anac quer melhorar, cada vez mais, a acessibilidade para todos.

Há questões que estão fora do nosso alcance, e nós pedimos o apoio dos senhores, como, por exemplo, na parte intermodal, que o Rodrigo bem abordou: às vezes, nós garantimos a acessibilidade no aeroporto, mas, quando a pessoa com deficiência chega, não existe um táxi adaptado na cidade; temos uma dificuldade em homologar um equipamento, o ambulift, para aeronaves ATR, que são aquelas aeronaves pequenas, menores. Não existe ainda um equipamento tecnicamente viável. Precisamos do apoio do Inmetro para que possamos homologar, porque também não vamos obrigar a empresa a utilizar um equipamento que pode não ser seguro para o embarque, e nós não temos nenhum tipo de *enforcement* sobre esses organismos.

Nós pedimos apoio para, juntos, melhorarmos a acessibilidade para todos. Esse é o nosso objetivo, esse é o nosso compromisso. E estamos à disposição sempre que necessário. Estão convidados. A Anac é a casa dos senhores também.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada.

Queremos, aqui, agradecer ao Marcelo de Souza Carneiro Lima, que é o gerente geral de Ação Fiscal da Anac.

Quero, também, Marcelo, além de agradecer, ao mesmo tempo, parabenizar pela clareza da sua exposição, em que você colocou aqui as questões, que foram pontuadas de forma rápida, e também pela abertura para ouvir as pessoas, as entidades e receber todas as demandas apresentadas por esse setor, por esse segmento

da sociedade, no sentido de buscar as saídas, buscar as soluções. Então, parabéns e obrigada pela atenção que você demonstrou aqui perante todas as pessoas presentes.

Quero reforçar aqui o *e-mail* que foi deixado pelo Marcelo, que é geop@anac.gov.br. Então, quem está nos acompanhando pela TV pode também anotar esse *e-mail* e, se porventura precisar solicitar alguma informação ou mesmo algum esclarecimento ou apresentar alguma reclamação, com certeza poderá fazê-lo também por este *e-mail*: geop@anac.gov.br.

Aproveito este momento também para registrar a presença do George Alex Lima de Souza, que é o chefe da assessoria parlamentar, que se encontra aqui presente, também se colocando à disposição para dialogar com as pessoas que estão aqui e também futuramente.

Registro a presença da Carla Maia Lima de Azevedo, que é cadeirante e gostaria de falar.

Assim que a Mesa terminar, Carla, passaremos a palavra para você se manifestar.

A Deputada Rosinha ligou para cá e pediu para avisar que está em outra atividade, em outro evento. Ela é Procuradora Adjunta nas Quintas Femininas, e hoje é o assunto é sobre mulheres que ficaram deficientes por violência doméstica, em função da violência praticada pelos maridos, pelos companheiros.

A Deputada tem uma participação especial neste debate e vai fazer o possível para estar aqui conosco. Mas, se ela não puder vir, nós sabemos que podemos contar com ela. Inclusive, o Marcelo trouxe aqui o guia elaborado pelo mandato da Rosinha da Adefal, uma pessoa altamente comprometida com essa luta. Se ela não puder estar presente hoje, ela, com certeza, estará em outro momento.

Eu vou passar a palavra agora para o Marco Aurélio, Diretor de Comunicação Institucional da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos.

Sr. Marco, da mesma forma, sabemos que muitos questionamentos também estão sendo feitos. Nós lhe daremos um tempo de dez minutos e, se houver necessidade, mais cinco minutos, assim como concedemos para a Anac.

O SR. MARCO AURÉLIO NUNES PEREIRA – Em primeiro lugar, Senadora Ana Rita, peço perdão pela minha voz, que está péssima.

Eu gostaria de cumprimentar o Senado Federal e a senhora pela brilhante realização desta reunião para discutir um tema tão importante e caro para para todos os brasileiros, sobretudo num momento especial em que precisamos realmente avançar para assegurar a dignidade de todos os cidadãos no direito de ir, vir e se locomover.

Eu aqui represento a associação nacional das empresas que administram os aeroportos recentemente concedidos e privatizados, que são os aeroportos de Guarulhos, Viracopos, Brasília (Aeroporto JK), Natal, Confins e Galeão. Nossa associação é uma pessoa jurídica de direito privado que existe há apenas um ano. Estamos, portanto, trabalhando há pouco tempo para auscultar os problemas não só das concessionárias, mas também dos usuários dos aeroportos que estão sob nossa responsabilidade e sob nossa administração.

As empresas concessionárias assumiram esses aeroportos há apenas dois anos, sendo que os casos de Confins e do Galeão foram assumidos a partir de setembro deste ano. De lá cá, estão sendo realizados grandes investimentos não apenas na modernização de todo o sistema aeroportuário, do sítio aeroportuário concedido, como também investimentos para melhorar exatamente o atendimento dos passageiros. Evidentemente, passamos por grandes apuros, até porque as obras nesses aeroportos interferiram diretamente na qualidade do atendimento prestado não apenas a necessitados e portadores de deficiências, mas a todos os passageiros brasileiros que iam aos aeroportos em processo de obras e ali tinham que enfrentar toda sorte e todo tipo de problema.

No caso das concessionárias e dos aeroportos recentemente privatizados e passados para o setor privado, cumpre a nós informar que estamos projetando, já estamos executando e investindo em todo tipo e toda sorte de modernizações e de equipamentos que possam efetivamente minorar os problemas, sobretudo aqueles enfrentados pelos portadores de necessidades especiais, de atendimento e de necessidades especiais.

Em particular, eu me refiro até, o que o Marcelo lembrou, a esse episódio que ocorreu no aeroporto de Foz do Iguaçu, em que não havia, naquele momento, um ambulift. Bom, nos aeroportos que foram concedidos, felizmente, todos eles já dispõem de ambulifts e de pontes específicas para embarque remoto. Os embarques remotos, inclusive, que são um grande problema para os portadores de necessidades de atendimento especial, no caso dos nossos aeroportos como Brasília, são raríssimos hoje. Todos eles são feitos pelas pontes de embarque que facilitam sobremaneira o acesso das pessoas às aeronaves.

Eu elogio profundamente a Resolução nº 280, que foi baixada em 2013, portanto uma legislação bastante recente, que aprofunda a discussão, que, aliás, motiva o debate que vocês estão fazendo hoje e que permite a apresentação das contribuições como a da Andréa Pontes, para que tudo isso possa ser aperfeiçoado rapida-

mente, para se evitarem os constrangimentos a que a maioria dos deficientes é obrigada a enfrentar hoje não só em aeroportos, mas em diversas situações.

No caso dos nossos aeroportos, as obras ainda estão prosseguindo. Nós ainda estamos no princípio do processo, primeiro, de reforma de terminais e, depois, da construção de novos terminais. Esperamos que— isso não vai acabar nunca, isso é igual a uma fazenda: não acaba, não tem fim –, pelo menos até o final de 2015, os aeroportos brasileiros apresentem uma nova realidade para os cidadãos. Por exemplo, São Gonçalo do Amarante, que foi totalmente construído pela concessionária em 18 meses, tem rampas de embarque e desembarque, rampas de acesso nos estacionamento, vagas com prioridades demarcadas e claramente demarcadas, sistema sonoro, piso tátil, elevadores e elevadores nos *gates*, banheiros já com cabines especiais e cadeiras de rodas para assistência 24 horas para os que delas precisarem. Então, isso está ocorrendo em todos os aeroportos. Nós estamos nesses processos de arrumação e de preparação.

Eu reconheço: temos ainda muitos problemas. Espero que isso possa estar equacionado e resolvido no mais breve espaço possível de tempo.

E acho mais: acredito que há pontos fundamentais que nós precisamos aperfeiçoar não só nos aeroportos dos concessionários, privados e públicos, no caso da Infraero, mas também em relação aos cidadãos e à legislação. Nós precisamos avançar mais, sobretudo melhorar os processos de informação. A Andréa levantou aqui uma questão. Hoje, nos nossos aeroportos, nós estamos treinando as pessoas para poder dar um atendimento de qualidade às pessoas necessitadas de atendimento especial, porque um dos grandes problemas que existiam e persistem na maioria dos aeroportos é o problema de informação. A informação precisa fluir, e as pessoas precisam saber onde buscar a informação. Nós estamos em processo de investimento pesado nessa questão.

Basicamente, eu queria, primeiro, deixar aqui a informação de que, em breve, espero, os aeroportos brasileiros terão, sobretudo os nossos aeroportos, que são os concedidos, condições de realmente poder atender bem a sociedade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero agradecer ao Sr. Marco Aurélio, Diretor de Comunicação Institucional da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos.

Que bom que também as empresas se colocam abertas, disponíveis, para fazer os ajustes necessários, que têm a resolução da Anac como um instrumento a ser seguido e que, com certeza, estão dispostas a se adequar cada vez mais para oferecer esse atendimento de qualidade não só para os usuários de um modo geral, mas, em particular, para as pessoas com deficiência, reconhecendo, inclusive, os vários tipos de deficiência!

Eu fiquei aqui pensando: imagine um usuário do transporte aéreo que está sozinho e é surdo-mudo. Como ele vai se comunicar, como ele vai transitar se não tiver alguém que faça a linguagem em braile? Isso se torna muito mais difícil. Aliás, em braile, não, mas em Libras. Desculpe, pensei na questão da visualização. É a linguagem em Libras, que também é uma necessidade nesses espaços públicos de atendimento a muitas pessoas. Com certeza, esse tipo de problema deve estar também acontecendo.

Eu vou passar a palavra, agora, ao Felipe Fritz Braga, Procurador da República, para que também, aqui, no prazo de dez minutos, possa se manifestar.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Exmª Srª Senadora Ana Rita, senhores presentes à mesa, auditório que nos assiste, mídia, quero agradecer pelo convite e desejar a todos bom dia.

Nós do Ministério Público Federal trabalhamos com direito, somos advogados, e estamos mais habituados a ouvir reclamações e trabalhar para a sua solução.

Gostei do que ouvi aqui, que acho muito importante. Nós que trabalhamos com direitos, com acessibilidade, não podemos nos contentar com respostas, respostas óbvias, respostas naturalistas, respostas que se contentem com as regras vigentes. É muito importante a sociedade civil envolvida não aceitar essas respostas e os prestadores de serviços também não se contentarem com as respostas que têm para o momento.

A história do conceito de acessibilidade, por si, já mostra, em plano macro, isso que eu estou dizendo. Quer dizer, até pouco tempo atrás, fazendo uma viagem a um passado não tão distante, nós estaríamos acostumadíssimos a ler com tranquilidade manchetes como estas, manchetes, dispositivos de decretos que tratam a pessoa com deficiência como inválido: “A reabilitação profissional visa propiciar aos beneficiários inválidos...”, uma norma previdenciária. Manchetes de jornal: “Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes”, “Servidor inválido pode voltar”. Isso é algo absolutamente inaceitável, que beira o crime, mas algo normal, aceitável, justificável até pouco tempo atrás. Ou então expressões como “incapazes”, “escolas para crianças incapazes”... A própria AACD significava Associação de Assistência à Criança Defeituosa; hoje é Associação de Assistência à Criança Deficiente. Não foi preciso mudar a sigla, mas era urgente a mudança de seu significado. E a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Quer dizer, todos esses conceitos são inaceitáveis hoje, mas já foram plenamente aceitáveis. E as respostas que nós temos hoje um dia serão plenamente inaceitáveis também.

Somente a partir da década de 80 a gente passa a, inclusive, chamar as pessoas com deficiência por denominações que já vão se aproximando da dignidade, graças, claro, a não se aceitarem respostas.

Hoje, nós falamos em “pessoa com deficiência”. É uma forma de falar das pessoas com deficiência que não esconde, não camufla, não procura termos, meios-termos, e que ressalta a dignidade, porque ressalta o fato de ser uma pessoa e essa pessoa ter uma deficiência. Quer dizer, o principal é a pessoa. Não podemos eliminar, nunca, a palavra “pessoa”. É algo que absorve, em si, a luta para que a personalidade seja sempre enfatizada.

A história da luta pelos direitos da pessoa com deficiência no plano jurídico perambulou por diversas normas, decretos, instruções, até chegar ao conceito mais adequado atualmente, que é o da Convenção de Nova York, de 2007, que foi assinada pelo Brasil e aprovada pelo Congresso Nacional com quórum de emenda constitucional. Por esse motivo, ela tem a mesma eficácia de uma emenda constitucional. Os direitos ali expressos têm o mesmo valor que todos os dispositivos da Constituição. É possível ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal por ofensa a essa convenção. É o único tratado internacional, até o momento, que tem essa eficácia constitucional.

Lendo essa definição, ressalta algo extremamente importante: que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e agora, que, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Eu aqui explico a importância disso. Deficiências são aquelas limitações funcionais que, na interação com as barreiras existentes na sociedade, excluem a pessoa. Deficiência é só aquilo que exclui e é tudo aquilo que exclui em razão dessas barreiras. Portanto, a deficiência é, por excelência, a condição a que nós devemos nos referir quando falamos em inclusão. Deficiência é aquilo que exclui.

O decreto que havia, Decreto 3.298, que era o mais moderno, fazia umas definições muito técnicas, métricas, sobre acuidade visual, sobre limitação auditiva, que eram uma metodologia deficiente, porque matemática, quando a deficiência é um conceito que se extrai de uma condição social. Haverá um dia em que uma deficiência que hoje é reconhecida como deficiência não o será mais, porque, por algum motivo, seja pelos meios assistivos, seja pela forma como os serviços são prestados, aquilo não causa mais exclusão. Então, situações que hoje nós não conhecemos, que sequer são tratadas por normas como o decreto que trata de critérios matemáticos e que não são reconhecidas como deficiência podem vir ainda a ser reconhecidas como deficiência.

A Drª Lívia e a Senadora Ana Rita mencionaram a importância de falar sobre o autismo, porque ainda é uma condição pouco conhecida e, do ponto de vista da deficiência, tem de ser mais tratada.

Deficiência – isso também está na convenção, entre seus considerandos – é um conceito em evolução, portanto. É um conceito em evolução. Isso mostra o dinamismo. Quando se trata com deficiência, não se podem aceitar respostas prontas. Tudo muda em deficiência. A gente edita uma norma e no dia seguinte começam a aparecer os furos, as críticas. Nós temos de estar com ouvidos abertos para tratar a pessoa com deficiência com dignidade.

A maior barreira, reconhecidamente, para se tratar da temática de deficiência são as barreiras atitudinais. Quando nós vamos formar uma comissão num órgão público, uma equipe, nós precisamos ter pessoas que tenham acesso ao conhecimento, que estudem as normas, as experiências, os casos concretos e práticos, e que sejam engajadas. Por que têm que ser pessoas engajadas? Por que não podem ser pessoas que fazem um curso de não sei quanto tempo, recebem diploma e pronto, estão habilitadas a tratar daquele tema? A gente pode emitir relatórios, preencher formulários e mostrar: “Está aqui, cumprido, nós temos essas pessoas com diploma, que fizeram o curso não sei onde e têm capacitação para tratar deficiência.” Isto não basta. Têm que ser pessoas engajadas, justamente pelo fato de o conceito de deficiência ser dinâmico, de avanços tecnológicos que fazem com que meios assistivos que eram adequados amanhã sejam indignos. Houve um dia em que carregar uma pessoa no colo para subir até o avião foi defensável, foi tomado como algo digno; hoje não é mais, é inaceitável!

Vou avançar aqui.

Eu queria tratar de um tema extremamente importante. Nós temos os princípios da dignidade, respeito pelas diferenças, isonomia, liberdade, autonomia, independência, segurança e acessibilidade como princípios básicos com que o operador de direito trabalha para tratar essas questões relacionadas à deficiência. E em relação à mobilidade no transporte modal aéreo, a Resolução nº 280, sem dúvida nenhuma, é o resultado de um esforço extremamente importante da Anac, que foi construído de forma muito participativa e, por este exato motivo, a sua qualidade técnica, é uma importante conquista.

O Dr. Rodrigo mencionou que ainda remanesce importante problema, que é interoperabilidade dos vários transportes modais, mas eu diria que há ainda um problema antigo que a sociedade civil vinha discutindo com muita ênfase, que é referente à gratuidade no transporte aéreo. Isso é muito importante!

A gente tem, hoje, gratuidade no sistema aquaviário, no sistema rodoviário, no sistema ferroviário, mas nós não temos no sistema aéreo, um problema que está em discussão há mais de 20 anos. Há mais de 20 anos! É incrível! Mas está há mais de 20 anos. A sociedade civil fez muito barulho uma época, mas já faz um tempo que esse problema está adormecido.

Nós temos a Lei nº 8.899, de 1994, que concedia passe livre às pessoas com deficiência, carentes economicamente, no transporte coletivo interestadual. Ponto. Isto é, abrange todas as modalidades de transporte coletivo interestadual. “Ah, mas aéreo não é coletivo interestadual!” É claro que é. Nós estamos acostumados a ouvir falar de “coletivo” como o “busão” que você pega ali na esquina. Não, transporte coletivo interestadual são todos os transportes coletivos interestaduais. É isso que diz a lei, que decidiu o Congresso Nacional e que foi sancionado pela Presidência da República.

Não vamos nos contentar com respostas fáceis e prontas de que coletivo é o “busão”. Não é! É tudo!

Mas a lei de 1994 dizia que em 90 dias seria regulamentada. Portanto, em 90 dias saiu o decreto? Não. Seis anos depois, saiu o Decreto nº 3.691. Finalmente foi regulamentada. E dizia o seguinte: “As empresas permissionárias e autorizatárias de transporte interestadual de passageiros reservarão dois assentos para pessoas com deficiência.” Previa a gratuidade. Só que o decreto, que, salvo engano, tem só três artigos, inseriu no art. 2º: “O Ministro de Estado dos Transportes disciplinará, no prazo de até trinta dias, o disposto neste Decreto.”

Parece algo inofensivo, mas foi a punhalada nas costas. Por quê? Porque o Ministro dos Transportes não tem competência normativa para disciplinar sobre transporte aéreo; só para transporte aquaviário, ferroviário e rodoviário. Morreu! Jogaram uma pá de cal nesse pleito, que já vinha desde antes de 1994 nas discussões para aprovação da lei.

Então, hoje o que nós temos é esse decreto. E como ficou a coisa? O Ministério Público Federal ajuizou diversas ações. Recebemos muitas representações entre os anos 2003, 2006, o que levou ao ajuizamento de pelo menos cinco ações civis públicas no Brasil, em Estados diferentes.

Coloco o exemplo de Uberlândia. Perdemos na primeira instância, mas ganhamos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e atualmente está eficaz. Ela é somente contra a GOL, a empresa GOL. Tem eficácia nacional.

No Ceará, também ajuizamos contra diversas empresas. Perdemos no primeiro grau e perdemos no segundo grau. O Ministério Público não recorreu contra essa decisão. Transitou em julgado. Pelas leis aplicáveis, isso não impede que sejam ajuizadas outras ações coletivas ou individuais.

Foz do Iguaçu também ajuizou uma ação. Inicialmente, foi procedente, na primeira instância, o Tribunal confirmou a sentença procedente e, atualmente, está em recurso... Não. Perdão! O Tribunal não confirmou, o Tribunal cancelou e está no Superior Tribunal de Justiça.

Há ação no Pará. Essa foi muito bem sucedida. Atualmente, há uma sentença eficaz só para o Estado do Pará. Há outra ação no Pará, também com outro andamento.

Ou seja, são ações absolutamente irracionais ou talvez de uma racionalidade que simplesmente não ajude. Não há regulamentação. No Judiciário, não conseguimos nenhuma uniformidade em relação a essas decisões. Os Tribunais Regionais Federais e o Superior Tribunal de Justiça ora entendem que isso não precisa de regulamentação, porque é um direito fundamental o direito ao transporte aéreo – vejam só, atualmente é reconhecido por alguns tribunais como direito fundamental –, ora os Tribunais entendem que essa é uma matéria que, evidentemente, afeta o equilíbrio econômico e financeiro e, portanto, depende de regulamentação. Quer dizer, em primeiro lugar, o equilíbrio econômico e financeiro.

Então, terminando, Senadora, esse é um tema extremamente importante e está sendo esquecido. Vejo pessoas da sociedade civil inquietas, mas ainda não vejo a sociedade civil mobilizada. Temos a felicidade de ter o Marcelo, que é de uma grande abertura, um parceiro, que gosta do trabalho em parceria... Acho extremamente importante os Poderes, o Legislativo, o Executivo, e a própria Anac, como agência reguladora, se envolverem nesse processo de acessibilidade ao transporte aéreo.

Obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos ao Dr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República, pelos esclarecimentos, pela exposição, inclusive recuperando aqui um pouco o conceito, em que avançamos muito nesses últimos anos, de pessoa com deficiência. Esse conceito também precisa cada vez mais ser apropriado pelas empresas, pelas instituições do nosso País.

Estamos com problema de tempo, mas queremos ouvir também a Carla Maia e a Simone Franco, que é mãe de autista. Como nosso tempo é pequeno, vou conceder a vocês três minutos. Eu gostaria muito que vocês atendessem esse prazo para que possamos terminar dentro do tempo necessário aqui.

Então, Carla Maia Lima de Azevedo, você poderia se apresentar um pouco melhor e fazer a sua fala.

A SRª CARLA MAIA LIMA DE AZEVEDO – Agradeço a oportunidade de estar me colocando aqui.

Meu nome é Carla Maia. Assim como a Andréa, me divido em duas atividades. Sou repórter e atleta, e aqui vou abrir aspas na minha profissão de repórter para falar estritamente como cidadã, porque acredito que posso contribuir pelo fato de eu viajar muito, por ser atleta.

Tenho uma tetraplegia. Não mexo as mãos, diferentemente da Andréa, que é parapléica e mexe as mãos e tem uma vida mais independente, e necessito sempre de cuidados constantes de uma cuidadora ao meu lado, a Suzana.

Então, a questão do acompanhante foi um ganho muito forte para nós pessoas com deficiência e foi uma coisa que começou a ser mais respeitada agora, a partir da Resolução nº 280. Antes, o que passavam para nós, usuários, era que as empresas aéreas faziam de tudo para dificultar. Não existia explicação nem no *site*. Era terrível conseguir informação sobre como proceder para se conseguir o desconto.

Hoje em dia, está muito mais fácil. Está acessível. No *site* há informações, e a gente consegue esse desconto por meio do Medif.

Eu tenho uma tetraplegia desde 1998. Não é algo que vá ser mudado, e a questão do Medif é muito trabalhosa, porque é preciso ir ao médico, há um prazo em que passa a valer, e imagino que tenha sido por isso que foi feito o Fremec (*Frequent Traveller Medical Card*) para facilitar. Bom, eu tentei fazer o Fremec para facilitar a minha vida e não ter que fazer o Medif sempre, mas tive um grande problema: para fazer o Fremec, eles me dão oportunidade de colocar três pessoas fixas. As pessoas que me ajudam não são familiares; são cuidadoras profissionais, com carteira assinada, que me ajudam, que são empregadas. E a participação delas é rotativa. A Suzana está há três anos comigo. Vai casar no final do ano, vai sair. Então, às vezes, uma pessoa fica um ano, dois anos. Eu não tenho como colocar três pessoas. Inclusive, mandei *e-mail* para a empresa aérea, e eles me responderam que o nome das pessoas é fixo e que poderiam até me passar isso. Aí, perguntei se não poderia mudar isso depois? Aí, ele não me respondeu, porque já tinha respondido. Não tinha como ele colocar no *e-mail* que eu não poderia mudar o nome das pessoas.

Então, o que acontece? Acabo sendo obrigada a usar sempre o Medif, porque eu não tenho como fixar o nome de três pessoas que vão me acompanhar.

Bom, outro problema é essa questão de colocar o nome da pessoa que me auxilia, da cuidadora. Muitas viagens e muitas competições eu sei com seis meses de antecedência que vai haver.

(Soa a campanha.)

E com quanto mais antecedência eu compro a passagem, melhor preço eu consigo. Mas, como eu tenho de dar o nome da cuidadora, caso eu a troque perto do evento, eu perco todo o valor do bilhete e tenho de comprar outra. Então, acabo tendo de comprar muito em cima da hora.

Bom, outro item de que gostaria de falar. Minha contribuição para este...

Estou de costas para o tempo. Se vocês me orientarem...

O art. 23 da Resolução nº 280 garante a gratuidade de um item, que seria uma cadeira de rodas. Eu tenho uma tetraplegia, diferentemente da Andréa, que consegue transferir-se sozinha e fazer suas necessidades num toalete precisando apenas de uma cadeira de rodas. Mas eu uso uma cadeira de rodas de banho, para tomar banho, que é mais uma mala. Nesse caso, com apenas um item gratuito – eu já tive problemas de embarque com isso –, não se beneficia também essa cadeira de rodas de banho, que é uma necessidade minha para fazer minhas necessidades fisiológicas, de higiene e para tomar banho.

Bom, eu gostaria de dar minha contribuição ao caso da Kátia, do aeroporto de Foz do Iguaçu. Na hora em que a gente compra passagem no *site*, a gente já avisa que tem deficiência. A gente tem a opção de colocar que faz uso de cadeira de rodas. E, se ela pediu o Medif – não sei se ela pediu –, a empresa deve ser avisada 72 horas antes. Não era para... Eu acho que as empresas aéreas têm tempo hábil de saber, com antecedência, se tem ambulift, se precisa carregar um equipamento e se é preciso de alguém para auxiliar no transporte. Há tempo hábil. Basta se organizar.

E a minha última contribuição é para o Dr. Marco Aurélio, em relação ao aeroporto daqui, de Brasília, já que não há... Venho sofrendo muita dificuldade na hora do desembarque, porque não há estacionamento para pessoa com deficiência perto do portal de desembarque.

Então, o que acontece hoje? Por causa das obras, o que acontece? Eu saio do desembarque, subo com malas nos elevadores – é complicado andar em cadeira de rodas carregando duas malas, porque tem a mala da cadeira de banho e mais a mala –, subo para o embarque, porque lá é o único lugar onde posso estacionar o carro ao lado e colocar as malas no veículo.

Peço até desculpas, porque eu saí um pouco. Fiquei num embate ético aqui, por ser repórter, mas gostaria que ficasse bem claro que essas são as minhas colocações como cidadã. Vamos separar as coisas e conse-

guir contribuir como repórter de uma forma isenta para que outras pessoas com deficiência possam também colocar as suas necessidades e melhorar a fiscalização e os procedimentos.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Carla.

É um prazer conhecê-la. É a primeira vez que você está conosco nesta reunião, nesta Comissão. É um prazer conhecê-la.

Parabéns pela sua tranquilidade em colocar as questões, que são muito específicas de pessoas que têm a mesma deficiência que a sua. Isso é importante, porque a Anac também precisa conhecer essas especificidades, para poder ir ajustando a resolução. É isso que imagino aqui.

Depois, o Dr. Marcelo vai-se colocar.

Vou passar a palavra agora para a Simone Franco, que é mãe de autista e faz parte da diretoria do Moab.

A SRª SIMONE FRANCO – Bom dia.

Eu queria falar mais sobre a questão do meu filho, mas, dada a premência de tempo, vou ser mais objetiva e me focar mais nas críticas e sugestões que tenho a apresentar.

Em relação à questão dele, meu filho viaja de avião conosco desde os dois meses de idade. Ele tem seis anos e, até o momento, nunca precisei fazer um formulário. Mas, neste ano, sabendo que a coisa tem apertado, que as exigências têm aumentado, fiquei com receio e resolvi providenciar essa papelada.

No contato com as companhias, percebi um certo despreparo das pessoas e uma ponta de estigma. Falei a um rapaz que me atendeu numa companhia aérea que meu filho era tranquilo, que está acostumado e adora viajar de avião, que temos controle total sobre ele, que ele tem acompanhamento médico e toma medicação regular, que não há problema algum. Ele adora viajar. Ele chega a um aeroporto e só quer sair de lá de avião. Enfim, ele adora viajar.

O funcionário me disse que precisava que eu fizesse o formulário para que eles soubessem que eu estava no voo. Por que ele quer saber que eu estou no voo? Os passageiros são normais, entram e se acomodam, e meu filho faz do mesmo jeito.

Mas, enfim, fiz esse formulário. Uma coisa que me chamou a atenção foi o fato de que médico responsável pelo atendimento dele tem de preencher os dados, colocar carimbo, mas a companhia aérea se dá o direito de avaliar, no serviço de saúde dela, e negar. Mesmo que o médico do meu filho diga que ele tem condições de viajar, a palavra final vai ser da companhia aérea. Eu questiono isso. Acho isso um pouco arbitrário.

Quer dizer, por que a palavra final vai ser do médico da companhia aérea, que nem conhece o meu filho? Não sei nem se ele conhece o autismo. Ele vai desconsiderar o que o médico do meu filho vai falar? Então, essa é uma questão que não só se aplica ao autismo, mas a outras deficiências.

Bem, além dessa questão do meu filho, tenho também um familiar que é idoso e tem dificuldade de locomoção, que tem mobilidade reduzida. Quando ele viaja, é preciso requisitar uma cadeira de rodas. Ele tem de passar por todo esse processo.

Eu estava observando, há pouco, o Código Brasileiro de Aeronáutica. Há um item que fala das facilidades, um dispositivo. Se não me falha a memória, trata-se do parágrafo único do art. 22. Entre as facilidades, que não está incluída lá, mas que acho que poderia ser pensada – inclusive, isso é algo para o Legislativo trabalhar –, por que não se incluir cadeiras motorizadas, para que as pessoas, de uma certa forma, não dependam dessa assistência da companhia aérea? Ela chega a um terminal e este disponibilizaria um assento...

A minha mãe, para quem, de vez em quando, eu preciso pedir esse serviço, tem esse problema de mobilidade, mas consegue manejar uma cadeira dessas. Se ela pudesse chegar a um aeroporto, dirigir-se a um local, solicitar, e eles fornecessem uma cadeira, ela poderia ir, tranquilamente, sozinha até a ponte de embarque.

Então, é preciso pensar nessa possibilidade de facilitar a vida das pessoas. Acompanhante eles exigem em qualquer circunstância. À medida que você preenche o formulário Medif, independentemente da situação de deficiência ou da necessidade especial apresentada, você tem de cumprir as regras que eles estabelecem.

Acho que precisa ser observada essa questão da arbitrariedade, de eles decidirem quem vai viajar, porque a Constituição Federal e a Convenção garantem o direito de ir e vir das pessoas, e os deficientes também são cidadãos que precisam ter seus direitos respeitados.

Era isto que eu tinha a dizer.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Simone Franco, mãe de autista, que também tem pessoa idosa na família com mobilidade reduzida.

Quero agradecer muito a vocês duas, tanto à Carla quanto à Simone, pela intervenção, pela exposição, porque isso contribui para o enriquecimento deste debate. Não quero ser intransigente, mas preciso sair desta Comissão pelo menos às 11 horas e 15 minutos. Então, estou com o meu tempo bastante reduzido também.

Vou conceder a palavra novamente à Mesa e solicitar que, num prazo máximo de dois minutos, vocês possam fazer a intervenção, mas quero aqui fazer o registro de encaminhamento sugerido pelo Marcelo de haver uma reunião específica com as entidades e com as pessoas... Pude perceber que a Anac tem uma atuação bastante receptiva, aberta, que está disposta a analisar e atualizar a Resolução. Enfim, até de criar uma nova Resolução. O Sr. Marcelo vai-se posicionar. Acho que esse é um encaminhamento bastante concreto.

Além disso, a Comissão de Direitos Humanos, colhendo todas as sugestões aqui feitas, fará os encaminhamentos pertinentes posteriormente.

Quero agradecer a presença de todos vocês.

Vou passar a palavra para a Livia, seguindo a mesma ordem inicial, para que, num tempo de dois minutos, a senhora possa se manifestar.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Eu gostaria de fazer três perguntas ao Sr. Marcelo, representante da Anac.

Tendo em vista a exigência do Medif, as pessoas com deficiência intelectual, aquelas a que me estou atendendo no momento, poderiam embarcar apenas se comprarem a passagem com antecedência ou elas teriam algum óbice para embarcar de última hora? Enfim, eu gostaria de saber sobre isso.

Eu gostaria de saber se a Anac exige que os operadores aéreos possuam médico psiquiatra para avaliar as pessoas com deficiência intelectual e também se as sanções aplicadas aos operadores aéreos estão sendo efetivamente cumpridas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Livia.

Vou passar a palavra agora à Andréa Pontes, para que ela possa fazer as suas considerações finais.

A SRª ANDRÉA PONTES – Eu apenas gostaria de agradecer o convite e a participação de todo mundo. Acho que essa reunião foi de grande valia. Acho que a norma ainda pode ter algumas melhorias, mas poucas, e espero que, na prática, ela realmente seja cumprida, o que já vai ser um grande ganho a todas as pessoas que necessitam de assistência especial.

Eu sugeriria à Senadora mais discussões, mais audiências, sobre o tema, porque ele gera bastante polêmica.

Então, fica só o meu agradecimento pela oportunidade. Fiquei muito surpresa com a receptividade do Marcelo e do Marco no sentido de trabalharmos juntos. Coloco-me à disposição.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Andréa.

Passo, então, a palavra ao Rodrigo Abreu de Freitas, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Obrigado.

Eu também gostaria de agradecer pelo convite. Essas reuniões são muito proveitosas, porque é uma oportunidade de ouvir o público sobre a regulação que o Governo tem feito para as pessoas com deficiência.

Acho que a fala do Procurador Felipe foi fantástica quando ele disse que, como a deficiência é um conceito em evolução, as normas estão sempre em evolução. Essas discussões são benéficas exatamente por causa disso, para que possamos discutir as normas e conseguir estar sempre progredindo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigado, Rodrigo.

Concedo a palavra, agora, ao Marcelo de Souza Carneiro, representante da Anac.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Serei breve. Reforço o encaminhamento da reunião. Podemos tratar de qualquer outro assunto ou mesmo dúvida sobre as perguntas e os encaminhamentos de hoje na próxima reunião, com mais tempo, para que possamos ter um debate qualificado.

Com relação às três perguntas, a deficiência intelectual ou qualquer outra deficiência que não necessite de uma assistência especial, de um equipamento especializado, não depende de prazo. O prazo é colocado para quando é necessário algum tipo de equipamento ou de assistência. É importante também ressaltar que o art. 2º do §9º diz que a ausência de informação sobre assistência não inviabiliza o transporte do PNAE quando houver concordância do passageiro em ser transportado com as assistências que estiverem disponíveis ali, exatamente para, em um caso de emergência ou de urgência, as empresas aéreas não utilizarem a norma como uma desculpa. Não queremos que a norma seja utilizada como uma desculpa...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – ... pelos operadores ou pelas empresas aéreas.

Médico psiquiatra. Sim, a empresa aérea tem que ter um especialista no assunto. Como ela pode avaliar o Medif se não houver um especialista naquele assunto para se pronunciar. Então, sim, deve haver no quadro médico da empresa especialista naquele assunto.

E as sanções são cobradas. A Anac é, hoje, a melhor agência reguladora e o segundo melhor órgão, salvo engano, na arrecadação de multas aplicadas dentro do Governo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Marcelo de Souza Carneiro, da Anac.

Agora, passo a palavra para o Marco Aurélio, diretor de comunicação da Associação Nacional de Empresas Administradoras de Aeroportos.

O SR. MARCO AURÉLIO NUNES PEREIRA – Senadora, meus cumprimentos, pela iniciativa.

Eu gostaria de salientar o seguinte: acho que essa resolução e os debates em torno dela terão, provavelmente, o mesmo significado da Lei de Defesa do Consumidor e do Procon.

Acho que agora precisamos de informação, acompanhamento e fiscalização e que a sociedade, sobretudo o cidadão, se posicione e reclame sempre os seus direitos.

Deixo aqui a nossa Associação à disposição de todos para receber sugestões que possamos levar para os operadores aeroportuários, que são os nossos associados.

Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Marco Aurélio. Da mesma forma, também agradecemos muito a presença do senhor, a disponibilidade de estar aqui e também a abertura de poder colher as sugestões e também as queixas que cada um está colocando.

Concedo agora a palavra, também para as suas considerações finais, ao Dr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Bom, coloco aqui o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria Geral da República. e a procuradoria da República aqui do DF, MPF, para receber reclamações.

Ouvi aqui formulações muito interessantes que, na verdade, são falhas principiológicas que há, ainda, na própria norma ou na aplicação da norma.

Então, eu anotei e me comprometo a levar isso avante dentro do MPF. Em especial, marquei três aqui que acho muito importantes. Agora, vocês, sociedade civil, não deixem de formular todos esses problemas e falhas que vocês veem e, de alguma forma veicular, seja levando à Anac... No Brasil, temos uma problema sério de sub-registro de reclamações. “Ah, isso é culpa das pessoas que não fazem o B.O?” Não, não é isso, é culpa também dos canais, que são ruins. Você tem um desgaste imenso para fazer suas reclamações. Mas, vocês que estão mobilizados, que vieram a uma audiência pública, não podem deixar de formular e, de alguma forma, veicular isso, na forma de representações, colocando isso para exposição da sociedade civil, pois só assim resolvemos os problemas.

Muito obrigado a todos.

Extremamente encarecido, Senadora, pelo convite, em nome, inclusive, do Dr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, e agradeço à Mesa também por ter podido participar desse debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigado, Dr. Felipe.

Para concluir, quero pedir desculpas a vocês. Hoje está sendo um dia bastante atípico aqui no Senado, porque terminamos a sessão de ontem às cinco e meia da manhã e, então, as pessoas praticamente não dormiram essa noite e por isto estamos com ausência de Senadores aqui na parte da manhã. A maioria virá à tarde. Por isso, não pude também ter essa mobilidade de colocar alguém para ficar no meu lugar. Eu preciso viajar. Tenho apenas 10 minutos para chegar ao aeroporto. Espero conseguir. Se não, o Dr. Marco Aurélio vai ter de me ajudar.

Então, agradeço profundamente a todos os nossos convidados. Este é um debate altamente necessário. Precisamos continuar com este debate. Infelizmente, a gente não conseguiu fazer o aprofundamento necessário aqui hoje, mas é um tema que fica em aberto. A Anac está disponível para continuar dialogando.

Sugiro, Dr. Marcelo, que, ao abrir para as entidades, talvez a própria Presidência da República, que haja um grupo de trabalho um pouco mais amplo para que possa construir, coletivamente, essas normas e esses regulamentos para poder facilitar a vida de nossos usuários que têm mobilidade reduzida e as mais variadas dificuldades encontradas nesse processo.

Então, agradeço profundamente a presença de todos vocês e também nossas desculpas a nossos convidados por nosso tempo bastante reduzido.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada e um bom dia a todos vocês.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Ana Rita e do Senador Paulo Paim. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 75 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema: “Abertura da Semana dos Direitos Humanos com o lançamento do vídeo da Agência e Jornal Senado *Toda Loucura será Protegida?* e do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente* publicado pela UNESCO a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a UCB – Universidade Católica de Brasília – e a Editora LiberLivro”. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Valter Junior de Mello, Cantor, Compositor e Professor de softwares leitores de tela, que canta a música *Quem são eles?*; Larissa Bortoni, Jornalista da Secretaria Agência e Jornal do Senado; Geraldo Caliman, co-autor do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*; Loni Elisete Manica, autora do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 70ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 75, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovada em 12 de novembro de 2014, para debater o seguinte tema: abertura da Semana dos Direitos Humanos, com o lançamento do vídeo da TV Senado sobre a Lei Antimanicomial e do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*, publicado pela Unesco a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a Universidade Católica de Brasília e a Editora LiberLivro.

Bom dia a todos e a todas. É um prazer recebê-los e recebê-las aqui nesta manhã de hoje. Pedimos desculpas pelo atraso, mas em transporte aéreo sempre há um probleminha na hora do desembarque. Então, pedimos desculpas por esse tempinho que vocês ficaram esperando.

Eu quero já convidá-los para compor a nossa Mesa.

Convido Valter Júnior de Mello, cantor, compositor e professor de *softwares* leitores de tela.

Seja bem-vindo, Valter. (*Pausa.*)

Muito obrigada pela presença, Valter. É um prazer muito grande recebê-lo aqui hoje.

Convido também a Larissa Bortoni, jornalista da Secretaria, Agência e *Jornal do Senado*.

Seja bem-vinda, Larissa.

É um prazer recebê-la. Muito obrigada pela presença.

Também convido o Padre Geraldo Caliman, coautor do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*.

Seja bem-vindo, Padre Geraldo, nosso conterrâneo do Estado do Espírito Santo. É um prazer muito grande recebê-lo. Muito obrigada pela presença. É uma alegria muito grande.

Convido também a Loni Elisete Manica, autora do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*.

Seja bem-vinda.

Nós estamos aqui também aguardando a presença do Senador Paulo Paim, que, por problema no trânsito aqui em Brasília, ainda não pôde chegar. Assim que chegar, ele vai ocupar este espaço.

Antes de dar prosseguimento com os nossos convidados, vou fazer algumas considerações iniciais a respeito da Semana de Direitos Humanos e a respeito também das temáticas de que trataremos aqui hoje.

A data de hoje tem para nós um significado muito especial: hoje abrimos a semana em que se comemora mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o seu 66º aniversário, a se completar no dia 10 de dezembro.

A Declaração nasceu em 1948, quando a humanidade emergia dos horrores de uma guerra mundial marcada pelo genocídio, em um cenário em que alcançar a plenitude dos direitos humanos para todos parecia muito mais um sonho do que uma meta. E, desde então, ela tem sido simultaneamente um norte e uma baliza para todos aqueles que buscam essa plenitude. Ao longo dessas seis décadas e meia, vimos os direitos humanos sendo paulatinamente conquistados. E ampliados. Vimos a sua evolução.

Fruto daquele momento, o foco inicial era o direito do indivíduo, a limitação da atuação do Estado sobre a esfera da liberdade individual. Protegem-se, então, os direitos civis e políticos: direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade formal, à participação política, às garantias processuais... São os Direitos de Liberdade, que compõem a primeira dimensão dos direitos fundamentais da pessoa, protegendo-a de uma atuação negativa do Estado.

Sucedem-se as liberdades positivas, que conferem ao Estado o poder-dever de intervir, quando presente uma relação de hipossuficiência, visando garantir o equilíbrio entre os desiguais. A proteção se amplia, assim, para os direitos econômicos, sociais e culturais: direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, ao lazer... São os Direitos de Igualdade, que integram a segunda dimensão dos direitos fundamentais, orientando uma atuação positiva do Estado, voltada à satisfação das necessidades da coletividade.

Sobrevêm, então, os direitos humanos de terceira dimensão, agregando os direitos que pertencem a todos os indivíduos, em uma ordem de titularidade coletiva ou difusa. A proteção, agora, se estende à humanidade em seu todo: o direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente, à qualidade de vida, à utilização e conservação do patrimônio histórico e cultural, à comunicação. São os Direitos de Solidariedade, voltados à proteção da humanidade em si, compreendida como as atuais e as futuras gerações.

É neste momento histórico, em que já se fala em quarta e quinta dimensões dos direitos humanos, envolvendo a genética e as comunicações eletrônicas, é neste momento que se insere a atuação da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal. Porque, se muito já se caminhou na senda dos Direitos Humanos, muito ainda há a trilhar.

Não é sem tristeza que assistimos cotidianamente a notícias de violações de direitos humanos por toda parte. É certo que muitas dessas situações já existiam, embora ocultas sob um manto de “normalidade”, e agora vão sendo reveladas e denunciadas como as violações que são. Mas, ainda assim, essa realidade nos revela o quanto ainda falta a percorrer até que alcancemos verdadeiramente os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada como um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, propondo a adoção de medidas progressivas, de caráter nacional e internacional, para assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos. Foi um ponto de partida e é ainda uma diretriz na luta por direitos humanos, razão por que permanece atual.

Esta Comissão de Direitos Humanos tem procurado dar sua contribuição na concretização desse ideal, colocando-se como um canal de veiculação dos direitos humanos em amplo espectro.

Se considerarmos todo o período do Biênio 2013-2014, terão sido 164 reuniões, sendo 116 Audiências Públicas e 48 Reuniões Deliberativas ou de Trabalho. Nelas analisamos 104 proposições legislativas e 205 requerimentos, todos vinculados aos direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos ainda recebeu e deu tratamento a 182 denúncias relacionadas a violações desses direitos, bem como realizou 6 diligências externas, com a adoção das providências recomendadas em seus relatórios.

Nesse período de quase dois anos em que me foi dada a honra de presidir a CDH do Senado abordamos com muita seriedade temas de profunda relevância social, relativos às mulheres, aos negros, às pessoas com deficiência, aos homossexuais, aos idosos e também às crianças e aos jovens, aos indígenas e também aos demais povos tradicionais, às populações marginalizadas e às vítimas de qualquer tipo de violência ou omissão do Estado.

Em conjunto com a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, a pauta da CDH incorporou o debate sobre os 50 anos do golpe militar, com a realização de audiências e diligências que ajudaram a desfazer as sombras lançadas sobre esse período, seus agentes e suas vítimas, seus financiadores e a imbricação com a sociedade civil. E, até por essa razão, é com grande expectativa que aguardamos a apresentação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, prevista para 10 de dezembro.

Com a nossa contribuição, a legislação brasileira já recebeu importantes aprimoramentos, como a Lei de Cotas para Negros em Concursos Públicos, a Lei Menino Bernardo de combate à violência contra as crianças, a Emenda Constitucional que estendeu direitos trabalhistas às domésticas, a Lei Berenice Piana de proteção aos

direitos das pessoas com autismo, entre tantas outras. Muitos outros temas permanecem com a discussão em aberto, merecendo ainda nossa total atenção, como nas questões relativas à regulação da mídia, ao trabalho escravo, às políticas inclusivas, ao combate à homofobia e a toda forma de preconceito, e tantas mais.

Nesse processo, muitos foram os que nos trouxeram suas sugestões, denúncias, opiniões. É gratificante perceber que obtivemos bons resultados em muitos casos. É reconfortante saber que, mesmo no insucesso, estivemos sempre do lado de quem luta pelos direitos humanos. Foi emocionante ver o brilho nos seus olhos, ainda quando esse brilho vinha marejado de lágrimas, de alegria ou de revolta.

Um pouco dessa emoção está exposta em nossa pequena mostra de imagens, que apresenta alguns dos momentos simbólicos que marcaram a atuação da CDH, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Compreender a diversidade dos atores envolvidos é reconhecer a universalidade desses princípios e a importância da atuação do Parlamento em favor da dignidade da Pessoa Humana.

Essa mesma emoção nos envolve hoje, nesta abertura da Semana dos Direitos Humanos, com uma gama diversificada de atividades. Além da exposição de imagens, veremos a apresentação de uma reportagem multimídia da Agência Senado, acerca da Lei Antimanicomial. Em continuidade à comemoração do Dia internacional da Pessoa com Deficiência, teremos o lançamento do livro *A inclusão na educação profissional: um novo jeito de ser docente*, de autoria da Dr^a. Loni Elisete Manica, servidora desta Comissão, em conjunto com o Prof. Dr. Geraldo Caliman.

E ainda, com apoio da Agência Senado, teremos a veiculação pela internet da campanha “Direitos Humanos, direitos de todos”, imagens de momentos históricos e simbólicos de nossas lutas no âmbito da CDH e do Senado Federal à luz dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Então, é com muita alegria, com a sensação realmente de dever cumprido que, nesta Comissão de Direitos Humanos, aproveito para agradecer a todos os Senadores e a todas as Senadoras que contribuíram com esta Comissão, mas em particular aos servidores da Casa, aos servidores da Comissão de Direitos Humanos e também à Agência Senado, à TV Senado, à Rádio Senado, ao *Jornal do Senado*, que deu ampla publicidade às atividades desta Comissão.

Agora, vou passar a palavra ao Sr. Valter Júnior, que cantará a letra da música que retrata quem são eles, as pessoas com deficiência.

Então, Sr. Valter Júnior, uma pessoa com deficiência visual, vai fazer o registro também de quem são as pessoas com deficiência e vai cantar a música “Quem são eles?”, de sua autoria. Fique à vontade, Valter. A palavra está com você.

O SR. VALTER JUNIOR DE MELLO – Obrigado. Peço licença para ficar de pé só um pouco, uma vez que vou cantar. Será melhor. E tomo a liberdade, em nome da Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para cumprimentar todos os componentes da Mesa, bem como todos os presentes.

Claro, muito me honra estar aqui, em especial pelo fato de conhecer a Loni, autora do livro, já há aproximadamente uma década. Eu a conheci dentro desse contexto. Serei verdadeiro em dizer que, nos últimos dez anos, ela nada mudou. Pelo contrário, no que mudou e eu pude perceber, ela não se cansa de buscar soluções e caminhos que venham tornar a vida de pessoas como eu, com deficiência, uma vida de maior qualidade e que possam, por si só, nos facilitar novas conquistas.

Reconheço o privilégio que tenho – e parece estranho dizer isso. Tenho 46 anos e fiquei cego aos 22. Melhor fosse que eu não tivesse ficado cego, mas, se eu fosse escolher um tempo para ficar cego e tivesse escolhido agora, teria feito bem, porque pessoas com deficiência de décadas passadas não puderam usufruir de privilégios que hoje temos.

Eu, por exemplo, estou ansioso por ler o livro, e o farei não no formato impresso em tinta, mas, sim, na sua versão digital, e posso fazer isso confortavelmente utilizando um *software* leitor de telas gratuito e podendo, assim, conhecer não só o seu conteúdo, como também compartilhá-lo.

Dessa forma, saúdo com alegria – e sei que tenho em meus pares coro com relação a isso – as muitas conquistas que temos alcançado, em vários campos, também com relação aos direitos.

E vou cantar uma canção que procura retratar um pouco do que é a realidade cotidiana de um deficiente visual. Essa canção tem o objetivo de fazer ver que, quanto mais conhecemos a realidade de uma pessoa com deficiência, mais nos vemos despidos de preconceitos, vemos paradigmas sendo quebrados e percebemos que está bem ao nosso alcance tornar a vida de pessoas assim uma vida melhor, uma vida com mais qualidade, ao tempo em que esse relacionamento empresta para nós também muitos ganhos. Por isso, quando a canção pergunta “Quem são eles?”, ela apenas quer apontar a realidade de pessoas como eu, que são deficientes visuais, mas que são normais como todos nós.

Obrigado.

(Procede-se à execução de música.)

Os olhos não veem, mas o coração sente muita coisa. Também por isso, mesmo cegos eles podem ver. Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Valter, que voz bonita! Muito bonito! Parabéns. É uma alegria ter você aqui hoje. Pela primeira vez, alguém nesta Comissão canta. Que bom! Muito bem! Obrigada. Foi um momento muito gostoso.

Agora nós vamos passar a palavra para Larissa Bortoni, jornalista da Agência e Jornal do Senado, que é responsável – é isso, Larissa? – pelo lançamento do vídeo em comemoração à Lei Antimanicomial. O nome do vídeo é: “Toda Loucura Será Protegida?”

Por favor, Larissa. Fique à vontade.

A SRª LARISSA BORTONI – Queríamos começar mostrando a abertura desse trabalho, porque, além de um vídeo, na verdade, é um trabalho multimídia da Agência e *Jornal do Senado*. Esse trabalho está em vídeos como esse e textos; há ainda uma reportagem para a Rádio. Além disso, o *Jornal do Senado* vai lançar, acho que amanhã, o Especial Cidadania com esse tema.

Encaramos esse tema tão relevante e tão pouco tratado não apenas pela mídia, mas tão pouco tratado no Brasil inteiro, que decidiu dar um tratamento mais carinhoso a esse assunto.

A abertura do nosso trabalho é esta. Por favor...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª LARISSA BORTONI – Essa, então, é a abertura do programa. É um produto grande, é um produto, como se diz no jargão jornalístico, “coxudo”, um produto grande.

Antes de começar a falar um pouquinho sobre ele, estou aqui como representante de turma. Como boa jornalista, estou morrendo de vergonha porque sei entrevistar, mas essa coisa de falar em público acho um pouco pior do que levar injeção na testa – nunca levei injeção na testa, mas deve ser pior.

Eu sou representante da turma. Esse trabalho não foi feito sozinho. Esse é um trabalho da equipe da Agência Senado. No cerne, no conteúdo maior, trabalhamos eu, Tadeu, que esse moço aqui é o Cacaso, que é aquele moço ali. Agradecemos muito o apoio que recebemos do Marco Antonio Reis, que chamamos de Marcão, que é o Diretor da Agência e nos apoiou muito nesse processo. Além de ser polêmico, é um tema complicado, é um tema escondido.

A ideia de fazer esse material surgiu em fevereiro, quando surgiu a notícia da morte do cineasta Eduardo Coutinho pelo filho. Eu confesso que, até então, eu não sabia nada sobre a lei antimanicomial. Absolutamente nada: o que prevê, quais são os tratamentos, nada! E nós fomos aprendendo ao longo desse processo.

Várias pessoas reforçaram que essa lei busca dar cidadania. Muito mais do que uma lei médica, é uma lei que pretende dar cidadania. O Ministério da Saúde não sabe ao certo quantas pessoas com transtornos mentais há no Brasil, mas estima que seis milhões de pessoas sofrem com transtornos mentais considerados graves.

Por exemplo, na campanha – eu estava acompanhando a campanha –, aqui em Brasília e a nacional, me assustou um pouco que nenhum candidato tocou nesse assunto. É uma invisibilidade incrível. No final, chegamos à conclusão de que a lei é muito boa. A aplicação da lei está muito atrasada no País.

Nós temos cinco mil Municípios mais ou menos, 5500 Municípios e existem 2,1 mil CAPS só, menos da metade do número de Municípios. E o que são as residências terapêuticas? Com o fechamento dos manicômios, muitas pessoas, muitos internos não tinham para onde ir porque eles perderam completamente o contato com a família. E as residências foram criadas num regulamentação da lei, para atender a essa demanda.

São só 274 residências terapêuticas no Brasil. Na Região Norte, por exemplo, só há residência terapêutica no Estado do Tocantins e, mesmo assim, apenas uma. Aqui na Capital do País, não há nenhuma residência terapêutica.

Então, eu queria convidá-los todos; esse material, que é da Agência e do *Jornal do Senado*, está disponível na página do Senado. Acho que vale muito a pena ver.

Vou contar só uma historinha rápida. Sábado eu fui a um churrasco e minha amiga Yara disse ao filho Caetano:

“Foi ela que fez, ela que escreveu”. Ele tem 16 anos. Ele falou: “Me conta”. Eu comecei a contar e, lá pelas tantas, pensei: “Estou enchendo o saco desse moleque, ele deve estar querendo fazer qualquer outra coisa no churrasco além de me ouvir falar sobre lei antimanicomial”. Fui fazer outra coisa. Lá pelas tantas, estou pegando o churrasco, pegando comida, está o Caetano atrás de mim me cutucando: “Conta mais, explica mais”. Por isto já valeu o esforço: um menino de 16 anos, classe média alta, lindo, estar interessado no assunto.

O produto ficou muito bom. Nós estamos orgulhosos dele. E pedimos o apoio da Comissão para que possamos, na Agência Senado, desenvolver outros produtos com essa mesma linha.

A minha última frase. Na campanha, o Gregório, menino da Porta dos Fundos, quando perguntaram para ele em quem iria votar, naquela confusão, ele escrevendo na *Folha*, apanhando de todo mundo, falou que iria votar no partido do ser humanismo. E eu acho que esse momento é, no País e no mundo, o momento de aumentarmos o nosso ser humanismo, o se importar com o ser humano. Acho que o partido do ser humanismo é o partido que merece o maior voto de todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Larissa Bortoni, jornalista da Secretaria Agência e *Jornal do Senado*, por esta grande contribuição que a Agência e *Jornal do Senado* também oferecem, nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Eu vou agora conceder a palavra ao Professor Geraldo Caliman, Coordenador da Cátedra da Unesco e coautor do livro que será lançado. O Prof. Geraldo fará um breve comentário sobre a Cátedra da Unesco que trata dos direitos humanos, de onde foi originado o livro que será lançado.

Por favor, Prof. Geraldo, fique à vontade.

O SR. GERALDO CALIMAN – Inicialmente, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, da nossa bela terra do Estado do Espírito Santo, e também dizer da satisfação de apresentar este livro junto com a autora, que é a Loni, porque, mais do que o livro, está em foco aqui a figura, a presença das pessoas com deficiência.

Loni criou o Programa Senai de Ações Inclusivas e o projeto. Trabalhou nele por muitos anos. Depois, ela vai explicar tudo isso. E não se poderia perder, simplesmente, só na experiência, já que a experiência é também muito importante. Nós não poderíamos perder só na experiência, precisávamos também sistematizar essa grande experiência cientificamente, para disponibilizar esses conteúdos para as universidades, para a sociedade e para as políticas públicas como bem expressou aqui e estava presente também o meu colega lá do Doutorado em Educação, Prof. Cândido Gomes, que já foi assessor aqui no Senado.

Esse livro, diz ele, resulta de uma extensa, quase heroica, pesquisa. Trata de um grupo altamente vulnerável da sociedade, o das pessoas com deficiência. Diz ele: “Pouco se ilumina o elo mais fraco da corrente, porque às vezes, para muita gente é mais conveniente esquecer este elo”.

Aqui, nessa pesquisa, eu fiz a *expertise* metodológica, mas quem estava à frente, operacionalmente, de toda pesquisa, em todo o Brasil – é de abrangência nacional –, foi a Loni.

Eu queria também lembrar que a nossa Cátedra da Unesco, intitulada Juventude, Educação e Sociedade, que eu coordeno, está muito preocupada em trabalhar sobre os temas dos direitos humanos de grupos específicos da sociedade, de maneira particular de grupos “esquecidos” ou, lembrando a palavra já dita aqui, “invisíveis”.

Nós temos as seguintes publicações do ano passado: *Violência e Direitos Humanos*, com um grupo de *experts*, nacionais e internacionais; *Pedagogia da Alteridade*, onde nós lembramos os direitos humanos na situação de migração e de pessoas desenraizadas de suas culturas; também deste ano, *Direitos Humanos na Pedagogia do Amanhã*, focalizando a educação em direitos humanos no meio universitário; e, por último, na sequência, este que é *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência*, tratando do perfil do docente desse ramo da educação profissional.

São quatro livros, entre dez publicações, mais especificamente publicados pela Cátedra Unesco e pela Universidade Católica de Brasília, sempre dentro do programa de mestrado e doutorado em educação da Universidade Católica de Brasília. Estão ali mais de 20 *experts*, nacionais e internacionais, sempre focalizando esses temas.

Assim, é com prazer que apresentamos essa pesquisa de vários anos – quatro anos de dura pesquisa –, que pode contribuir muito para o Brasil nessa área da educação profissional de pessoas com deficiência. Porém, quem deve falar mais é quem executou, quem trabalhou nessa pesquisa do começo ao fim e que tem uma experiência muito grande, a Loni.

Então, deixo a ela essa palavra e agradeço a oportunidade de estarmos aqui. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Professor Geraldo Caliman. Senador Paulo Paim, por favor, dirija-se à Mesa. Sente-se aqui, por favor.

É um prazer receber o Senador Paulo Paim.

Muito obrigada pela presença.

Eu quero, mais uma vez, agradecer as palavras do Professor Geraldo Caliman, que já esteve conosco em outras oportunidades. E quero dizer que sempre é uma alegria receber um conterrâneo do Estado do Espírito Santo aqui nesta Comissão.

Muito obrigada pela presença e pelo trabalho realizado.

Eu vou passar a palavra à Srª Loni e, depois, ao Senador Paulo Paim.

Assim, concedo a palavra à autora do livro *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente*, a doutora em educação Loni Manica, que fará um breve resumo do que trata o livro.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Em primeiro lugar, eu quero agradecer imensamente à Senadora Ana Rita por permitir que nós fizéssemos esse lançamento aqui na Comissão de Direitos Humanos.

V. Exª foi autora do Requerimento, o que me propiciou grande satisfação em saber que eu estaria aqui, no local de trabalho onde eu atuo, a Comissão de Direitos Humanos, podendo falar e lançar o livro que trata das pessoas com deficiência.

Um agradecimento especial ao meu Senador Paulo Paim. E falo “meu” porque foi ele que me trouxe para cá. E ressalto que S. Exª tem sido uma pessoa incansável na área de Direitos Humanos.

Ao Valter, pelas palavras carinhosas. Ele, que tem me acompanhado realmente na última década, é um excelente professor de *softwares* leitores de tela. Nós já realizamos inúmeros trabalhos para a capacitação de professores para que possam trabalhar com informática com alunos cegos. E ele é muito bom nessa área. Criamos várias apostilas e fizemos grandes trabalhos no Brasil todo, inclusive com educação a distância. Então, um agradecimento especial ao Valter pelas palavras carinhosas.

Parabéns à nossa colega pelo filme. Também acho superinteressante que nós possamos estar aqui, na nossa Casa, lançando e mostrando o que vocês fazem com tanta dedicação.

E um agradecimento ao meu orientador, o Professor Caliman, que, nem preciso falar, esteve comigo durante os cinco anos da caminhada da pesquisa. Não foram cinco dias; foram longos cinco anos, que, aliás, passaram tão rápido.

Acho que era um envolvimento e o trabalho que a gente fazia em conjunto. Então, um agradecimento especial ao meu orientador.

O que eu preciso ainda lembrar aqui? Da minha família, que esteve ao meu lado; meu esposo, que está aqui; o meu filho e as minhas filhas, que fazem parte da minha vida. Durante esses cinco longos anos, muito os abandonei. Foram longos fins de semana em que eu ficava trancada no meu quarto. Eles souberam me apoiar. Então, é um agradecimento especial a minha família.

Aos meus pais, e tenho certeza que estão ligados, no Rio Grande do Sul, na televisão do Senado, que, para eles, isso é uma coisa muito importante. Para eles, tenho certeza, é o reconhecimento de uma educação e de um trabalho que eles fizeram. Minha mãe é uma lutadora na área de direitos humanos, Presidente das Apaes do Rio Grande do Sul. O meu pai é um pequeno... Não tem terra, mas tem vontade de ser agricultor. Tem uma chácara onde trabalha todos os dias. Não tem a formação. Não teve a escola formal, mas é uma pessoa extremamente competente em tudo o que faz. Então, beijo a eles, no Rio Grande do Sul. Fica o meu reconhecimento ao meu pai e à minha mãe, que estiveram comigo, e meu reconhecimento aos meus irmãos.

Quero dizer que essa pesquisa, eu a dedico especialmente ao meu irmão, Sérgio Luiz, que é deficiente intelectual. Quando eu nasci, ele já existia, mas não sabia caminhar nem falar. Fui eu que pude acompanhá-lo nesta vida. Sempre me toca lembrar que, quando eu entrei na escola pela primeira vez com ele, de mãos dadas, ele é um pouco mais velho que eu, as crianças e todos chamavam-no de “louquinho”. Não era “deficiente” nem “pessoa com deficiência”. “Lá vem o louquinho!”, e outros nomes que não vale a pena lembrar. Isso me entristecia. Entristecia a ele. Muito eu lutava na escola para que aqueles adjetivos, aquelas coisas mudassem. Ele não conseguiu ser incluído em uma escola regular, mas conseguiu ser acolhido por uma ONG, onde conseguiu se desenvolver e fazer um trabalho.

Então, esse livro é uma dedicação especial ao meu irmão, que me ensinou que as pessoas com deficiência sabem amar, sabem fazer, sabem ser competentes, sabem ir e vir, sabem fazer muito mais do que imaginamos, basta que apostemos nelas e proporcionemos oportunidades.

Esse livro, e o Prof. Caliman já falou, tem um grande objetivo. A ideia é atingir os docentes que atuam com pessoas com deficiência na educação profissional. Como o professor falou, fui gestora à frente de um programa no Brasil todo, em que pude criar e disseminar, com a parceria do Senai, em todas as escolas do Senai, que foram as escolas que me acolheram para que pudéssemos fazer essa pesquisa. Tenho esse reconhecimento e um agradecimento a essas escolas. Conseguimos ir para todo o Brasil fazendo uma pesquisa e coletando dados, o que nos gerou muito material. Não foi possível colocar em um livro esse material. Então, dividimos. O nosso primeiro livro vai tratar do docente. Qual é o novo jeito e o jeito de ser docente das pessoas com deficiência na educação profissional? Para isso, tem as falas, a compilação de 48 professores que atuam com alunos com deficiência em todo Brasil, 35 pessoas com deficiência que estavam dentro da educação profissional e 28 gestores que puderam fazer parte. A coleta da pesquisa não foi muito fácil. Os alunos, em grande parte, eram analfabetos. Tínhamos que fazer uma pesquisa de gravação e transcrever. Mas foi muito gratificante.

Esse primeiro livro trata só de uma primeira parte da pesquisa que é voltada ao docente. O nosso segundo livro vai tratar, então, dos limites e das possibilidades de fazer inclusão na educação. Não era possível colocar tudo aqui. É bom que ficou bem direcionado ao professor, aquele que realmente coloca a mão na massa,

aquele que está na sala de aula e que precisa, às vezes, de uma luz para saber trabalhar ou direcionar ou fazer um trabalho com as pessoas com deficiência.

Esse livro tem 14 capítulos. Perpassa desde um diálogo inicial em que coloca os principais aspectos legais da educação tanto para pessoas com deficiência como não, mas os aspectos legais da educação. Um capítulo fala sobre o que é a pesquisa. No terceiro capítulo, foi construída uma linha do tempo, a partir de um estudo teórico que fiz que vai desde o início, quando eram exterminados até a era da inclusão.

Não faz muito tempo que eles eram mortos ou escondidos dentro de casa. Esse Capítulo 3 fala especialmente dessa linha do tempo das pessoas com deficiência.

No Capítulo 4 eu trato especificamente da educação e da escola inclusiva. O que é essa escola inclusiva? No quinto eu falo sobre o docente que quer trabalhar com uma educação inclusiva. No sexto, falo sobre quem é esse discente. Quais foram os conceitos? Como ele era chamado? Como ele hoje é chamado? Por que terminologias a gente costumou chamar? Por quê “excepcional”? Por quê “mongol”? Por quê alguns termos, alguns pejorativos, que hoje nós não usamos, graças a Deus, chamando-os de pessoas com deficiência? No Capítulo 7 eu falei um pouco sobre como foi feita a pesquisa mesmo. No 8, quem são os sujeitos que participaram ativamente da pesquisa e no 9 eu começo, então, a apresentar o perfil dos alunos pesquisados, a falar do que eles pensam, do que desejam de um professor que vai atuar com eles. No Capítulo 11, então, eu chamo os docentes e falo do que eles pensam como professores, do que eles poderiam fazer, do que fazem e do que não conseguem fazer. No Capítulo 12, então, a questão das principais categorias.

Claro que, para eu poder fazer chegar às principais categorias, eu precisei fazer um cruzamento de todas as respostas, de todos os respondentes, para chegar, então, às categorias finais, que vou passar, rapidamente, aqui para vocês.

A partir do cruzamento dos dados, então, a gente pôde chegar a algumas principais conclusões que são... *(Pausa.)*

Então, esse é o caminho que foi trilhado para chegar aos resultados.

Nós temos aqui um perfil docente, com todos os nossos pesquisados, os alunos, os gestores e os próprios docentes, e os limites e possibilidades da inclusão.

Esse primeiro livro trata desse primeiro item voltado ao perfil docente.

Os segmentos respondentes, os resultados e, depois, então, o cruzamento e os resultados a que chegamos e que originaram esse primeiro livro.

A primeira coisa que eles pedem e que sai aqui no livro parece uma coisa banal. Noventa e nove por cento dos alunos colocaram que querem, dentro de um perfil docente, que a paciência seja levada em consideração, que o professor tenha paciência para escutar, para crer que ele também tem potencial, para entender que esse aluno também pode contribuir com aquela aula, com aquele conteúdo que ele vai trabalhar. Isso foi muito colocado.

A metodologia e a avaliação. Nem sempre a metodologia podem ser iguais. Um aluno surdo que entende Libras e que conhece a logística e também a linguística da Libras, que é diferente do português, vai precisar de uma prova em Libras. Um aluno cego talvez precise de um *software* da prova dentro do computador. E assim por diante. Então, a metodologia, a avaliação nem sempre pode ser a mesma, e isso é muito forte dentro desse trabalho que a gente apresenta aqui.

O tempo, pessoal, também parece uma coisa banal. O professor tem conteúdos a vencer e o aluno diz assim: “Deixa. Eu posso levar dois anos, mas me deixa. Vai um pouco mais lento comigo, porque eu vou conseguir, só preciso de um pouco mais de tempo”.

A questão da qualificação eles cobram muito. Os professores também colocam. Parece-me que é assim: “Eu posso fazer a inclusão com a formação que eu tenho...” Mas o que eles pedem é que nós tenhamos uma qualificação maior, que a gente saiba o que é uma pessoa com deficiência, que tipos de deficiência existem, o que é fazer e educar uma pessoa com deficiência, que conteúdo eu posso trabalhar, que material adaptado eu posso fazer, e isso requer qualificação do professor.

Aprendizagem mediada. Que o professor não seja o dono do saber, que o aluno possa contribuir. Aliás, ele tem muito a contribuir. Ele sempre diz assim: “Olha, se você não sabe o que fazer, me pergunta que eu ajudo”. Então, o diálogo é super importante, como proceder dentro de uma sala de aula, e o aluno pode, então, apoiar.

A superação do preconceito é uma coisa que apareceu muito forte tanto nos gestores quanto nos professores e quanto nos alunos. Eles ainda entendem que existe uma discriminação e um preconceito muito fortes. Quando o professor recebe um aluno com deficiência, ele diz: “Ah, não, eu não consigo, não vai dar, pode mandar de volta, porque eu não tenho qualificação.”

E, aí, também, entra todo um aparato de discriminação com que nós convivemos durante muitos anos e, até pouco tempo, nós não tínhamos essas pessoas com deficiência convivendo no nosso dia a dia. Esse preconceito, realmente, ainda existe e é muito forte.

Então, uma das coisas que eles colocam, muito relevante, é que o professor precisa agregar na sua didática, na sua metodologia essa superação e entender que ele é um aluno, que ele pode e tem condições de render dentro da sala de aula.

Ousado, a ousadia do professor. Eles dizem assim, os alunos, principalmente: “Se o professor tem medo, não tenha medo. Tente. Pelo menos, você está tentando. Agora, se você ousar, eu não vou nem saber que você está tentando e até vou ficar triste. Então, seja ousado em inovar, em tentar fazer o diferente e, também, humilde, para me perguntar como é que pode ser.” Ou seja: “Se você é surdo, como é que eu posso lhe dar aula? Eu posso falar na sua frente, você faz leitura labial? Você prefere que eu coloque o intérprete?” O surdo, o cego: “Você entende Libras? Você entende Braille? Você quer o material em Braille? ‘Não, não conheço.’ Você quer num *software*?”

Fale com o seu aluno, seja humilde, porque o seu aluno, às vezes, sabe mais do que você.

Aqui, eu dou o exemplo de um professor que trabalhava com cursos de mecânica de autos e ele falava assim: “Loni, eu aprendi com uma pessoa com deficiência e, hoje, eu não escolho mais quem é o meu aluno. Eu não quero saber. Eu entro na sala de aula sem saber se eu tenho pessoas com deficiência ou não, porque eu fui resistente, eu não quis atender a um aluno cego e eu era um professor que me dizia inclusivo. O aluno cego chegou e eu falei: ‘É impossível descer com esse aluno nas oficinas de mecânica, é impossível que esse aluno vá poder fazer mecânica de autos, e nós oferecemos para ele milhões de cursos dentro daquela escola: ‘Tem informática, tem não sei o quê.’ Tentamos vender outros, ele disse: ‘Eu não quero. Eu quero ser mecânico.’” O professor falou: “Então, infelizmente, não vai ser aqui, porque eu não posso lhe atender.”

Graças a Deus, ele teve a lucidez, foi ao Ministério Público, o Ministério Público deu o aval na hora, ele voltou para a escola e disse: “Vocês têm que me aceitar, por bem ou por mal. É lei e eu tenho que estar aqui.”

O professor disse – no depoimento do professor: “Que bom, que bom que eu tive essa oportunidade, porque quando eu ia dar aula teórica, ele sabia tudo. Aquele aluno sabia tudo. Ele tinha pesquisado mecânica de autos a vida toda dele. Eu percebi que ele sabia muito mais do que eu. Quando nós fomos para a prática, que eu morria de medo, quando eu ligava o motor, ele já detectava onde estava o problema. Ele me deu uma aula, ele me ensinou que o limite estava na minha cabeça e não na forma como ele, aluno, queria ser e fazer. Tornou-se um grande mecânico e pode trabalhar.”

Então, são depoimentos que eu tive nessa pesquisa e que são ricos.

Trabalhar os pré-requisitos. Os alunos, normalmente, não têm formação. Eles não foram alfabetizados, eles não têm uma... A nossa história revela que eles não estavam incluídos na educação, consequentemente, grande parte das nossas pessoas com deficiência ainda é analfabeta ou tem uma escolaridade muito baixa. Sessenta e três por cento deles ainda não terminaram o primeiro grau – esse foi o último censo.

Então, eles pedem para o professor: “Tenha paciência. Trabalhe um pouquinho um pré-requisito, porque, mesmo sendo um curso profissional básico, que não exija que eu tenha uma formação de escolaridade, eu posso render. É só ter um pouquinho de paciência e, talvez, trabalhar alguns requisitos mínimos, básicos, de que preciso.”

Desenvolver essa prática intimamente relacionada à cidadania e ao trabalho socioeducativo. Transmitir valores.

Aqui, pessoal, eu coloquei algumas das nossas sugestões que estão no livro e eu termino, aqui, falando uma frase de um aluno com Síndrome de Down que foi pesquisado. Ele falou assim: “Se eu fosse um professor, eu ia dizer para ele assim: ‘Professor, um recado para o senhor. Ouça o aluno, tenha carinho, entenda que o aluno com deficiência também tem o que lhe dar.’” Quer dizer, é a paciência, é o carinho, é o poder saber dar, transmitir um conhecimento, sabendo que ele também tem um conhecimento e que, nessa troca, eles crescem juntos.

Então, o meu agradecimento especial, também, aos professores da OCB e a todo o Brasil, que me acolheu nessa pesquisa. Esse resultado não foi de um dia, foi de cinco anos, e foi um trabalho imenso a que nos dedicamos, com orientação do Prof. Caliman, para que pudesse trazer alguma colaboração ao mundo da educação, ao mundo da pesquisa.

Graças a Deus, estou aqui, por convite do Senador Paulo Paim. Parei dentro do Senado, que é uma Casa que faz leis, um lugar onde nós temos uma comissão que trabalha com direitos humanos. E foi aqui, então, que esse livro pôde ser lançado. Agora ele vai ao mundo. Com o apoio da Unesco, ele chega às escolas, aos professores. E que o professor possa ter isso não como receita, mas como um olhar diferente: no que eu já faço, muito bem, continue fazendo; no que eu não faço, é o que eu vou buscar fazer. Não existe uma receita única. Cada aluno é próprio, é indivíduo, é único. E esse aluno eu trato como um ser único.

Então esse é o nosso *trailer* do livro para que vocês possam divulgá-lo e façam uma boa leitura.

Obrigada mais uma vez, Ana Rita, pelo reconhecimento e pela oportunidade que a senhora nos deu de estar aqui fazendo o lançamento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Loni Manica, Doutora em Educação, que lança hoje o seu livro, feito com muito orgulho, com muita dedicação, intitulado *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*.

Parabéns, Loni, pelo trabalho e parabéns ao Prof. Geraldo, que foi o orientador. Realmente uma construção de cinco anos e que nos traz um produto tão importante, que vai ser muito útil a todos os professores, educadores, gestores na área de educação.

Recebam os nossos parabéns!

E é um orgulho tê-la na Comissão de Direitos Humanos como nossa Assessora.

Vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim, para que também faça as suas considerações nesta audiência tão bonita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, que Preside a reunião; demais convidados; Loni, que hoje lança o livro *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente*, sendo coautor do livro e também professor o Dr. Geraldo Caliman; a Larissa Bortoni, com quem eu tenho a alegria de trabalhar há muito tempo aqui no Senado, aliás, um dos principais livros que eu lancei teve a participação dela, livro que eu lanço na Feira do Livro, em Porto Alegre, todos os anos. Ela é jornalista e é Secretária da Agência e Jornal do Senado. O Valter Junior de Mello, cantor, compositor e professor de *softwares* leitores de tela.

Valter, eu pude assistir à sua apresentação. Assim que cheguei, tive que me inscrever e, passando na sala da Secretaria-Geral do Senador, vi que estava todo mundo lá fixado à tela, assistindo e ouvindo a sua apresentação. Ao ver toda a sua sensibilidade e competência, eu me lembrei – e a Loni o conhece muito bem – do meu chefe de gabinete, no Rio Grande do Sul, há 12 anos, que é o Santos Fagundes e é totalmente cego. Com toda a sua competência mostrada aqui, lembrei-me do Santos, lá, que é um articulador político e é totalmente cego. Não pense que eu o tenho como chefe de gabinete porque eu sou bonzinho não. Não tem nada de bonzinho; é porque ele é bom mesmo. Se ele não fosse bom, ele já teria saído.

Então, uma salva de palmas para todas as pessoas deficientes, por tudo o que representa a sua figura hoje aqui. (*Palmas.*)

Se me permitirem, gostaria de ler um texto, não é muito longo, é curtinho, porque leitura de texto longo cansa todo mundo. A Loni, como é muito competente, já fez a dela de improviso. Mas, antes, eu queria fazer um cumprimento especial à Senadora Ana Rita.

A Senadora Ana Rita tem demonstrado, para todos aqueles que duvidavam, quem é da assessoria da Bancada sabe, está aqui a Rose, que, quando eu saí da Comissão – a minha fotografia está ali atrás daquele painel – muitos falavam que a Comissão iria afundar, porque ninguém vai substituir o Senador Paim. A Ana Rita, veio, assumiu, deu um nó em todo mundo, ninguém conseguiu desmanchar o nó, tendo em vista a sua capacidade, a sua competência, fez um trabalho brilhante, que ninguém mais se lembra do Paim. Então, uma salva de palmas a nossa Ana Rita. (*Palmas.*)

Se puder, uma hora dessas, diga que eu fui o seu antecessor.

Tem uma frase da qual eu gosto muito, que diz: o bom mestre é aquele que prepara quem vai substituí-lo e este ultrapassa o mestre. Se um dia eu fui um pequeno mestre, aqui está uma grande mestra, que superou àquele que deu os primeiros passos aqui nesta Comissão.

É um orgulho estar aqui a seu lado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só atrasei porque há greve em Brasília, dos motoristas de ônibus, e uma greve justa, porque as empresas não lhes pagaram o salário de novembro ainda. Não pagaram novembro, não pagaram o décimo terceiro, e eles estão em greve. Então, eu, pacientemente, fiquei duas horas no trânsito, mas fiquei solidário a eles.

Olhem, quem chega atrasado tem o problema de repetir tudo o que os outros já disseram, não é? Mas vou falar rapidamente aqui da importância do dia 10 de dezembro, dia em que o mundo inteiro festeja o dia internacional dos direitos humanos. A data foi escolhida na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos responde pelo registro dos direitos humanos básicos que devem assistir todos os cidadãos. Essa declaração foi assinada por 58 Estados e tem como objetivo promover a paz, a preservação da humanidade, principalmente após o conflito da Segunda Guerra Mundial, que matou, que assassinou milhões de pessoas. O dia 10 de dezembro passa, então, a ser dedicado a homenagear todos

os cidadãos que lutam pelos direitos humanos, incentivando o fim de todos os tipos de discriminação e, consequentemente, os defendem um mundo mais justo e mais igualitário para todos.

Agora, na quarta-feira, em todo o mundo, estarão acontecendo os eventos para promover os direitos humanos dos homens e mulheres. A data é também assinalada em nosso País pela entrega, claro, do Prêmio Nobel da Paz, que, neste ano, foi dirigido a duas pessoas: um indiano, Kailash Satyarthi e uma paquistanesa, Malala Yousafzai, que inclusive esteve aqui no Brasil. Um indiano de 60 anos recebe o prêmio por ser um ativista dos direitos das crianças na Índia e a menina Malala por sua militância a favor da educação das meninas em sua região natal no Noroeste do Paquistão. Ela sobreviveu inclusive a uma tentativa de assassinato promovida pelos talibãs em 2012. O próximo dia 10 será marcado pelo clamor oriundo de todos os cantos do mundo em prol da igualdade de oportunidades e contra todo e qualquer tipo de preconceito.

O Brasil também se engaja nessa luta com inúmeros eventos. O Senado Federal registra a data com várias atividades. E este evento que hoje realizamos aqui faz parte dessa bela agenda. Esse evento traz pessoas ligadas ao tema, em especial, juntam-se a nós representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Mais do que justo que esse evento aconteça aqui, Senadora Ana Rita, exatamente na Comissão de Direitos Humanos, exatamente por ser o órgão do Senado que trata de todos os temas relacionados a essa área. Esta Comissão, que tive a honra de presidir por dois mandatos, hoje é muito bem, muito bem mesmo, presidida pela ossa querida Senadora Ana Rita. É aqui, nesta Comissão, que ouvimos, durante anos e anos, os apelos, as denúncias, os pedidos de socorro, os clamores de inúmeras, inúmeras, inúmeras pessoas que procuram a CDH, munidos, talvez, de uma última esperança para a resolução dos seus problemas.

Lembro a todos vocês, com um exemplo que gosto de dar sempre, a Lei dos autistas. Eles procuraram vários setores da sociedade. Ninguém os ouvia. Por fim, procuraram a nós, aqui, na Comissão de Direitos Humanos. E, tanto eu como a Senadora Ana Rita, a Senadora Angela Portela, ouvimos, debatemos com a Bancada do Partido dos Trabalhadores e hoje existe a Lei dos Autistas, graças a esse movimento feito pela Comissão dos Direitos Humanos. A lei se chama Berenice Piana. Nós demos esse nome à lei – nós, da Comissão – porque ela foi a pessoa que veio nos procurar quase desesperada. “Procurei a todos, ninguém nos ouviu”. Enfim, a Comissão, claro, com o apoio da Presidenta Dilma, que sancionou a lei.

Nós, Senadores, temos obrigação de ouvir a todos, bem como de unirmos esforços para resolver ou, ao menos, amenizar o sofrimento que eles demonstram.

Enfim, estou feliz de estar aqui participando da abertura dos trabalhos desta semana tão importante, e fazemos isso assistindo ao lançamento de duas obras diretamente criadas para as pessoas com deficiência – um filme e um livro.

O filme, idealizado pela nossa TV Senado, que trata de questões relacionadas aos direitos humanos, merece o nosso reconhecimento, pela Agência Senado, enfim, por toda a equipe do Senado, pelo excelente trabalho que está sendo feito aqui na Casa.

A segunda criação é um livro, que, no dia de hoje, está sendo lançado para o Brasil e para o mundo. Trata-se de um livro que resulta de uma ampla pesquisa, realizada no Brasil, sobre a educação profissional para a pessoa com deficiência. Pesquisa esta que foi realizada, como aqui foi dito pela autora e, tenho certeza, pelo coautor junto às escolas do Senai, instituição da qual, tenho a honra de lembrar, fui aluno. Foi no Senai que eu dei o primeiro passo para chegar onde estou hoje. Eu era vendedor de frutas em Porto Alegre. Com 12 anos, fiz um teste para o Senai, passei, e a minha vida mudou.

Então, meus cumprimentos. Temos um pouco a ver com o livro que tu escreves, pois é de onde eu vim.

Esse livro da Loni – e me permita que eu a chame assim, como você pode, claro, me chamar de Paim, como eu chamo aquele cidadão ali, de camisa listrada, de Júnior... Não vou chamar de “teu esposo”; vou chamá-lo simplesmente de Júnior. Não vou dizer se é engenheiro, arquiteto ou se não é nada, mas vou tratá-lo apenas por Júnior, como ele me trata por Paim. Enfim, desse livro da Loni, no qual eu e a Senadora Ana Rita tivemos o privilégio de nos pronunciarmos logo nas primeiras páginas, é com prazer que digo que conheço a autora, pois ela foi – e hoje está aqui dando uma mão para a Comissão de Direitos Humanos – da minha assessoria, e trouxe para o Senado esse belíssimo trabalho que, hoje, nós estamos aqui assistindo ser transformado em livro.

Quero aqui, neste momento, cumprimentar a todos que lutam por um mundo mais justo e que não medem esforços para que os direitos humanos sejam fortalecidos no Brasil e no mundo.

Quero apresentar o meu reconhecimento aos autores do vídeo e aos autores do livro. Ambas as criações tratam de temas relacionados diretamente a esta Comissão.

Para terminar, aproveito para lembrar que, além desta data, o Senado também está festejando a VIII Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, em homenagem ao dia 3 de outubro, que marca o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência...

Aqui, no caso, é 3 de dezembro. Eu lembrei outubro, porque outubro é uma data muito importante para mim – para mim, não para vocês! (*Risos.*)

O dia 3 de dezembro marca o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Assim, são muitos os motivos que nos trazem a esta reunião, neste momento, pois sabemos que ainda temos muito a fazer e caminhos a percorrer. Contudo, precisamos reconhecer que houve avanços. Avançamos e queremos avançar ainda mais.

Os direitos humanos são direitos de todo homem, de toda mulher, de todo negro, de todo branco, de todo índio, de todo cigano, de toda pessoa com ou sem deficiência. Os direitos humanos são direitos dos idosos, dos homossexuais, do rico, do pobre; enfim, de todos os seres humanos.

Direitos humanos são direitos e conquistas do indivíduo e envolvem assuntos que objetivam a existência desta Comissão, a nossa querida e conhecida CDH.

Direitos humanos são o resultado de lutas diárias, como a luta pela dignidade, a luta pela justiça, a luta pela vida.

Direitos humanos são direitos que nós, Senadores, Senadoras e toda a população, temos que reconhecer e trabalhar para que, de todas as formas, possamos chegar ao dia em que ninguém, ninguém mesmo, seja discriminado neste País.

Direitos humanos são os seus, são os meus, são os nossos. Façamos esse direito ser cumprido.

Vida longa à 8ª Semana da Pessoa com Deficiência que estamos realizando. Vida longa à Semana dos Direitos Humanos que iniciamos no dia de hoje. Vivam os direitos humanos. Que a gente busque uma melhoria na qualidade de vida para todos, não só no Brasil, mas no mundo. Vivam todos os militantes dos direitos humanos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Parabéns, também, pelo seu trabalho, pela sua atuação, pela dedicação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... para descontrair só. E parabéns à assessoria, que construiu o texto também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está certo!

E pela dedicação à luta das pessoas com deficiência.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em parceria com a Agência Senado, veicula ao longo da Semana dos Direitos Humanos, a campanha “Direitos Humanos, direitos de todos e todas”, apresentando alguns momentos históricos e simbólicos da luta pela dignidade da vida e da pessoa humana.

Essas lutas foram vividas e retratadas no âmbito das ações da Comissão de Direitos Humanos e do Senado, com apoio da assessoria e repórteres fotográficos da Agência, entre eles, Vinícius Ehlers, aqui da Comissão de Direitos Humanos, Jonas Pereira e Marcos Oliveira, da Agência.

Liberdade de expressão, respeito à diversidade religiosa e de gênero, combate à discriminação e preconceito, dignidade do trabalho e acessibilidade são alguns dos temas da campanha, que envolve direitos fundamentais propostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos apresentados ao mundo há 66 anos pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. A campanha visa a valorizar a atuação e a participação da sociedade na construção da democracia plena e presença inequívoca do povo nas demandas junto ao Parlamento, especialmente com esta Comissão de Direitos Humanos, que tenho a honra de presidir.

Aí, no telão, apresentamos as imagens associadas a alguns dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eu vou fazer a leitura de alguns direitos, porque as letras aí são pequenas.

Na primeira imagem, o art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Na outra imagem, o art. 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Também o art. 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

E, no art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos, sem qualquer distinção, têm direito a igual remuneração por igual trabalho.

E no art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Então, são algumas imagens que trazemos; imagens de momentos históricos vividos aqui na Comissão de Direitos Humanos e também no Senado Federal. Só para citar alguns desses momentos, uma das imagens aqui apresentadas são indígenas, ciganos, povos de matriz africana e outros povos tradicionais que debatem seus direitos na CDH. É essa imagem.

Uma outra imagem trata da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, a PEC das Domésticas, que garantiu a igualdade de direitos trabalhistas para milhões de brasileiras e brasileiros, que é essa imagem que está posta aí.

Essa imagem aí trata de pessoas com deficiência que debatem avanços e desafios em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

Uma outra imagem traz aqui a participação, democratização da comunicação e liberdade de expressão em debate na Comissão de Direitos Humanos, que é essa que está posta ali.

E por último a criminalização da homofobia, em debate na CDH. Também foi um debate importante que deu ampla visibilidade a esse tema.

Além desse, houve outros temas importantes. (*Palmas.*)

Agora, para já ir caminhando para o encerramento, vou conceder a palavra ao Prof. Geraldo Caliman, co-autor do livro *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente*, para que faça suas considerações finais.

O SR. GERALDO CALIMAN – Primeiramente agradeço muito a oportunidade de podermos apresentar esse livro aqui. Como eu disse, o foco é sempre as pessoas com deficiência. A gente espera que realmente ele sirva para a sociedade se referenciar nesse tipo de trabalho, nesse tipo de pesquisa.

Eu queria deixar dois brindes para os Senadores junto com o livro de hoje. Também outros três irmãos tratam da área de direitos humanos, como eu falei no início: *Violência e Direitos Humanos: Espaços da Educação*; sobre pedagogia e direitos humanos, *Direitos Humanos na Pedagogia do Amanhã*; *Pedagogia da Alteridade: para Viajar a Cosmópolis*, cada um com grupos específicos.

Nós damos esse brinde à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Que bom! Obrigada, Professor.

Vamos tirar uma foto, aproveitando o momento.

Muito obrigada.

O SR. GERALDO CALIMAN – Peço à Loni que também dê o brinde ao Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos tirar uma foto os quatro.

Vamos pedir ao nosso convidado Valter para participar da foto coletiva.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Professor Geraldo, pela presença, pelo carinho e pelo presente que nos concedeu aqui hoje.

Muito bacana! Muito obrigada!

Eu vou passar a palavra agora para a Larissa Bortoni, jornalista da Agência e do *Jornal do Senado*.

A SRª LARISSA BORTONI – Eu queria agradecer o convite da Comissão, por dar essa oportunidade para a gente apresentar esse material. É um produto que a gente gostou muito de fazer, um produto difícil de fazer.

Eu não queria me alongar muito. Assim, eu queria convidar os senhores e as senhoras a assistirem um trequinho de um dos vídeos que trata do preconceito sofrido pelas pessoas que têm transtornos mentais.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª LARISSA BORTONI – Esse é um pequeno trecho de um dos vídeos. Como eu disse, são cinco vídeos, um áudio e aquele vídeo de abertura.

Volto a agradecer a Comissão pelo convite e dizer que a Agência Senado e o *Jornal do Senado* estão à disposição dos senhores para futuras parcerias.

A intenção nossa é produzir mais material jornalístico com essa temática.

Muito obrigada e bom dia! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveito a oportunidade para agradecer também a Agência Senado e o *Jornal do Senado* e todos os meios de comunicação do Senado, que têm uma

sensibilidade muito grande pelos temas tratados aqui na Comissão de Direitos Humanos, mas em especial com relação às pessoas com deficiência. Estamos fazendo a abertura hoje de uma semana em que diversas outras atividades vão acontecer e, com certeza, sempre contando com o apoio, a contribuição e com a presença da TV Senado, da Agência Senado e da Rádio Senado.

Aproveito para informar que esta programação... *(Pausa.)*

Aproveitando aqui para informar essa agenda.

Amanhã à tarde, às 14 horas, vamos tratar do “Minerodutos, escassez gerada pelo impacto do uso da água na mineração”. Na quarta-feira, dia 10, será apresentado aqui o relatório final da Comissão Nacional da Verdade – é muito importante esse momento –, no aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando será divulgado o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. E na quinta-feira, nós teremos uma audiência aqui para debater o conteúdo do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Esses são alguns dos temas que esta Comissão está promovendo, sempre com apoio da TV, da Rádio, da Agência Senado e do *Jornal do Senado*.

Muito obrigada, Larissa. Em seu nome, fazemos aqui esse profundo agradecimento a todos vocês.

Vou passar a palavra para a Loni Elisete Manica, que é autora do livro, para que ela também faça as considerações finais. E, ao final, vamos ouvir o Valter.

A SRª LONI ELISETTE MANICA – Senadora, as considerações são, na verdade, agradecimentos. Estou muito feliz pelo dia de hoje. Com certeza, para mim, é um momento único, um momento em que consigo colocar e passar para a sociedade o esforço que nós fizemos durante esse tempo.

Um agradecimento ao meu sogro e minha sogra, que foram meus corretores durante todos esses cinco anos. E ao grupo de acessibilidade, que está aqui, do Senado, que batalha tanto nessa área. Aos meus amigos, aos meus colegas, todos.

Eu vou encerrar dizendo dois trechinhos que foram escritos pelos Senadores e que estão aqui no meu livro.

Senadora Ana Rita:

Sou partidária de que direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes e têm interligação com democracia e com desenvolvimento. Reconheço o avanço e conquistas no que se refere ao respeito às diferenças, à participação social, à redução das desigualdades e ao enfrentamento a todas as violações de direitos humanos. Seguimos lutando para que um dia todas e todos tenham seus direitos respeitados.

Senador Paulo Paim:

O tema da deficiência reivindica seu espaço nas reflexões sobre cidadania, direitos humanos e inclusão social agregando valor ao conceito de desenvolvimento. Almejamos ultrapassar a lógica do assistencialismo e acreditarmos nos princípios da autonomia e da emancipação das pessoas com deficiência. Buscamos a equiparação de oportunidade de uma educação de qualidade, contribuindo assim para melhores oportunidades no mundo do trabalho. Creio que planejar os caminhos do futuro com essa perspectiva é transferir para o ser humano a centralidade das reflexões acerca daquilo que esperamos de uma sociedade desenvolvida.

Muito obrigada, Senadora Ana Rita e Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Loni. É um prazer e um orgulho para nós ter você aqui conosco na nossa Comissão. Parabéns. Que Deus a ilumine. Continue com essa disposição de escrever, de pesquisar sobre esse tema que é de fundamental importância, é de uma ajuda imensa para todos nós.

Não é por acaso que deixamos o Valter para o final, porque eu pedi ao Valter para cantar novamente. Quem não gostaria de ouvir o Valter novamente? Então, Valter Junior de Mello, cantor, compositor e professor de softwares leitores de tela.

Com a música do Valter, nós já vamos fazendo o encerramento da nossa audiência.

O SR. VALTER JUNIOR DE MELLO – Eu quero agradecer e dizer que após cantar, vou contar com a ajuda do professor, bem como de Loni, para passar às mãos de vocês um CD que tem a música que eu cantei ao início, bem como um CD para todos que aqui estão, não é? Eu só fiquei um pouquinho intimidado, porque ele entregou o livro, teve foto, fez tudo isso e eu não vou ter a mesma habilidade. Cego, tanto para entregar as coisas quanto para fotos é mais difícil. E vou pedir licença para ficar de pé.

Essa canção que vou cantar, eu, alvo de tanta generosidade e privilégio de poder cantar uma música na abertura, não julguei que fosse cantar uma segunda, motivo pelo qual eu não trouxe um instrumental e vou cantar a capela.

Essa canção eu vou utilizar para ilustrar a realidade de colegas meus, portadores de deficiência, que numa reação ao julgamento de alguns que poderia levá-los a crer que são incapazes, às vezes migram para outro extremo e querem se mostrar mais capazes do que são. A gente não precisa disso. Nem aceitar uma in-

capacidade, nem nos acharmos capazes de tudo. Por isso, nós podemos caminhar, portadores de deficiência e pessoas consideradas normais até, sem essa dificuldade. Pelo contrário, um ajudando outro.

Eu vou cantar uma canção de um personagem histórico muito ligado a índices fluviométricos. Falo de Pedro, o discípulo de Cristo. Houve um episódio, narrado nas Escrituras, em que fala do momento em que ele confiou demais em si e foi quando ele negou o seu Mestre. Mas ele percebe e caminha depois disso de uma forma equilibrada. É isso o que eu quero cantar. E que seja esse o convite a todos nós: caminharmos de forma equilibrada nos ajudando mutuamente.

(Procede-se à execução de peça musical.)

O SR. VALTER JUNIOR DE MELLO – Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Valter. Foi um prazer, uma alegria e uma honra recebê-lo nesta manhã de hoje, aqui, no Senado. Muito obrigada pelo CD. Fiquei feliz. Iria até perguntar como eu faria para ter acesso a suas músicas. Não sabia que você tinha trazido um CD para nós. Muito obrigada!

Quero fazer um convite a todos que aqui estão. Após o encerramento desta audiência pública, estaremos oferecendo aqui um pequeno coquetel. É muito simples, mas com muito orgulho preparamos para todos vocês. Todos estão convidados a permanecer mais um pouco e se deliciar dessas coisas gostosas que aqui estão.

Ao final, estaremos também distribuindo o livro, segundo a Loni, gratuitamente – Olha que beleza! –, com a possibilidade de ter o autógrafo da nossa autora. Muito obrigada!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada! Bom dia a todos! *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Ana Rita e do Senador João Capiberibe. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 70 de 2014-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado em 12/11/2014, para “debater com técnicos e lideranças de populações atingidas a escassez gerada pelo impacto do uso da água na mineração”. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Patrícia Generoso, Representante da Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas Rio em Conceição do Mato Dentro – REAJA; Maria Teresa Corujo, Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela; Anacleto Pires da Silva, Atingida pelo Projeto Grande Carajás, da Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos do Estado do Maranhão; Gustavo Gazzinelli, Coordenador da Articulação da Bacia do Rio Santo Antônio de Minas Gerais; Eldis Camargo Santos, Especialista em Educação Ambiental – Representante da Agência Nacional de Água – ANA; Carlos Bittencourt, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. O Senhor Presidente solicita aos convidados que expliquem a forma de utilização da água na extração do minério, o que é feito. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar ofício à Presidenta da República Dilma Rousseff solicitando o agendamento de uma reunião com a presença de representantes da CDH do Senado, de representantes do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela e de vereadores de Belo Horizonte, para tratar dos limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela, criado no dia 13/10/2014, ressaltando a questão da segurança hídrica para Belo Horizonte e sua região metropolitana; 2) encaminhar ofício à Agência Nacional das Águas (ANA) informando sobre a questão e demandando um posicionamento a respeito, visto que atuam no âmbito da gestão de águas e vêm desenvolvendo estudos e planos voltados à garantia de abastecimento de águas nos grandes centros urbanos brasileiros; 3) encaminhar ofício ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), salientando a preocupação com os limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela que não protegeram adequadamente a bacia do Ribeirão da Prata e a maior parte da serra, o que significa a desproteção do aquífero e dos mananciais de água que são fundamentais para o Rio das Velhas, no qual está instalada a Captação de Bela Fama que é vital para Belo Horizonte e sua região metropolitana; 4) Ofício à COPASA, na pessoa de Nelson Guimarães

(Superintendente de Produção de Água da Região Metropolitana de Belo Horizonte e responsável pelos Sistemas Integrados e pela sua macro operação), solicitando especial atenção à questão da Serra do Gandarela e do Ribeirão da Prata e sua relação com o Rio das Velhas e a captação de Bela Fama; e 5) apresentar projeto de resolução com o objetivo de suspender todo e qualquer licenciamento para novos minerodutos, até que haja condicionantes claros estabelecidos. O Senhor Presidente concede a palavra para o Sr. Nilson Moulin, assessor do gabinete do Senador João Capiberibe, presente no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe. Às dezesseis horas o Senhor Presidente devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Às dezesseis horas e treze minutos a Senhora Presidente Ana Rita passa a presidência dos trabalhos para o Senador João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito boa tarde, senhores convidados e senhoras convidadas! Muito boa tarde a todos e todas! Muito boa tarde à nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita!

Esta audiência pública tem por objetivo analisar os impactos do uso da água na mineração.

Nós, a sociedade brasileira, temos um enorme descaso pelos recursos naturais. Na verdade, nós temos toda uma história de destruição do patrimônio ambiental, e isso vem desde o período colonial e continua até hoje; continuamos exportadores de natureza.

Eu gostaria de fazer aqui uma saudação especial ao Movimento dos Atingidos pela Mineração, o MAM coletivo de entidades que vem cumprindo um papel estratégico na organização da sociedade em torno dos impactos decorrentes da mineração, e que mobilizou lideranças de doze Estados do Brasil, que estão presentes nesta audiência pública.

Sejam bem-vindos ao Senado e à CDH todas as lideranças do MST, do Sine, da CNBB, da CPT, da Fase, do Ibase e da WWF, Comissão Pró-Índio, de São Paulo, Levante Popular da Juventude e demais organizações aqui presentes.

Boa tarde a todos e todas que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado.

Vou fazer uma breve introdução. Mas, antes, eu gostaria de declarar aberta a 71ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Agradeço a presença da nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos e a consulto se S. Exª não gostaria de presidir.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe, é um prazer vê-lo presidindo essa audiência. Ainda mais que o requerimento e de sua autoria. Aqui estarei acompanhando e contribuindo no debate se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Como eu dizia, farei uma rápida introdução para iniciarmos esta audiência pública.

O Brasil inteiro se encontra alarmado com o problema da escassez de água que atinge o País, em especial o Estado de São Paulo. Além da escassez nos centros urbanos, o desperdício da água é inimaginável. De cada 100 litros de água tratada, chega nas torneiras dos consumidores menos da metade. Há um desperdício gigantesco, o que mostra claramente que nós somos uma sociedade que não temos a menor preocupação com a utilização da água.

O que antes era taxado como alarmismo de ambientalista, agora tornou-se uma grave e fatídica realidade. É um fato. As atividades desenvolvidas pelo ser humano, comprovadamente, já afetaram o ciclo hidrológico do País e a manutenção da disponibilidade hídrica histórica.

É uma problemática que envolve o modelo de desenvolvimento do Brasil e a concepção de mundo que queremos construir para as gerações presentes e futuras. No que tange ao uso da água, na mineração, vivemos uma situação bastante inusitada, no Brasil. De maneira geral, grandes volumes de água são utilizados como um insumo gratuito pelas grandes mineradoras para transportar os recursos minerais extraídos do subsolo. Parece estranho, mas não se trata de nenhum engano. É a mais pura realidade. Uma das atividades econômicas mais lucrativas do mundo, que é a mineração, transporta o objeto da sua riqueza, os minérios, gratuitamente, deslocando e poluindo grandes volumes de água.

Essa é uma situação decorrente do planejamento inadequado do Estado brasileiro, que precisa imediatamente ser corrigido. E esse quadro se torna mais grave ainda devido ao exponencial crescimento do número de concessões de outorga de uso da água emitida pela Agência Nacional de Águas (ANA) para a mineração.

Um exemplo da gravidade da situação é o fato de que o número de outorgas para o uso da água concedidas a mineradoras superou as outorgas concedidas à indústria, no Brasil, em 2012. Ou seja, no Brasil, desde 2012, utiliza-se mais de água na mineração do que na indústria. E é mais um grave indicador da reprimarização da economia nacional, que deve ser objeto de profunda reflexão, o que mostra que nós seguimos ainda o modelo colonial de dependência externa, destruição ambiental e de escravidão de mão de obra, a exploração absurda do trabalhador.

A construção de minerodutos gigantescos, que utilizam até 3 milhões de litros de água por hora para transportar minérios, deve ser regulada e fiscalizada fortemente pelo Estado nacional, fazendo a cobrança pelo uso, em todos os casos, haja vista que esses minerodutos utilizam, em uma hora de funcionamento, uma quantidade de água suficiente para abastecer uma cidade com 500 mil habitantes, em uma hora de utilização. E quase o total desses minerais saem sem valor agregado. Ou seja, a exportação de matéria-prima para o resto do mundo.

O Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente deveriam ter um papel estratégico nesse cenário, visto que nem a ANA, tampouco os Estados, isoladamente, possuem envergadura para equacionar essa problemática.

O planejamento, a gestão e a implementação dos mecanismos de cobrança pelo uso da água devem ser uma prioridade nacional. O Brasil não pode tornar secundário o processo de criação de comitês de bacias hidrográficas e agências de água.

É inadmissível que a Bacia Amazônica – e eu moro na foz do Rio Amazonas –, por exemplo, uma das principais bacias hidrográficas do mundo, não possua comitê de bacias e agências de água em pleno funcionamento, com ampla participação e controle social de recursos hídricos da região, que são fundamentais para o equilíbrio climático nacional e mundial.

A grande disponibilidade hídrica na Bacia Amazônica não pode ser justificativa para que a Agência Nacional de Água não priorize a implantação de comitês de bacias na região. Muito pelo contrário. Quanto maior a riqueza do recurso, maiores devem ser as precauções para o seu uso adequado.

Não podemos incorrer na velha máxima em que a vítima só tranca a porta depois que o ladrão invade. Não podemos nem admitir a hipótese de iniciar a implantação de comitê de bacia e da regulação do uso da água na mineração somente após a crise hídrica chegar a patamares insuportáveis.

Com essas considerações iniciais, quero passar a palavra aos palestrantes, com o objetivo de avançar na regulação dessa problemática central para contemporaneidade, no Brasil.

Eu diria também, que queremos, como resultado desta audiência pública, deste debate, poder formular algumas propostas de lei, alguns projetos de lei, no sentido de controlar melhor o uso da água no Brasil.

E agora, passamos, então, aos convidados que, de antemão, agradeço por terem comparecido, por estarem presentes nesta audiência importantíssima, porque nós pouco discutimos no Parlamento esse tema e, para nós, são fundamentais as informações que possamos colher a partir desta audiência pública.

Eu gostaria de convidar o pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, do Ibase, Sr. Carlos Bittencourt. (*Palmas.*)

Eu gostaria também de convidar o Sr. Gustavo Gazzinelli, coordenador da Articulação da Bacia do Rio Santo Antônio de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Eu gostaria de convidar a Sr^a Anacleta Pires da Silva, atingida pelo projeto Grande Carajás, do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, no Estado do Maranhão. (*Palmas.*)

Convido também Patrícia Generoso, representante da Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas Rio em Conceição de Mato Dentro (Reaja).

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convido Eldis Camargo, Especialista em Educação Ambiental, representante da Agência Nacional de Águas (ANA). Eldis, eu conheço de muitos e muitos anos na militância em defesa do meio ambiente. (*Palmas.*)

E, por último, convido Maria Teresa Corujo, do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela. (*Palmas.*)

Comunico que o Plenário 15 está transmitindo a reunião pelo telão. Então, quem não conseguiu acomodação aqui no nosso plenário pode se dirigir ao Plenário 15, porque a reunião está sendo transmitida lá pelo telão.

Somos, aqui, seis expositores. Temos uma limitação de tempo aqui no Senado, porque, às 16h30 começa a Ordem do Dia – em geral a Ordem do Dia começa às 16h30 – não é isso, Senadora Ana Rita? –, no mais tardar às 17 horas, dependendo do entendimento das lideranças.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Hoje, vai começar às 16 horas. Então, vamos começar rápido a nossa audiência pública, porque na hora em que começar a Ordem do Dia teremos que suspender nossa audiência. Mas, em geral, os Líderes – vocês sabem que no Senado, e na Câmara é igual, são os Líderes que mandam; são os Líderes dos partidos que dizem a hora que começa –, enfim eles se entendem pouco. Então, às vezes, a gente pode começar lá pelas 17 horas. Mas não vale a pena correr o risco.

Assim sendo, eu gostaria de chamar a Sr^a Patrícia Generoso para usar da palavra por dez minutos, com uma prorrogação que depois vou revelar. Mas, inicialmente, por dez minutos iniciais, com direito a prorrogação.

Você tem uma apresentação, Patrícia?

A SR^a PATRÍCIA GENEROSO – Boa tarde a todos!

Meu nome é Patrícia Generoso Tomás. Eu sou de Conceição do Mato Dentro. Conceição era, até pouco tempo, conhecida como a capital mineira do ecoturismo. Atualmente, temos alguns outros títulos indesejáveis que estão sendo agregados à nossa cidade, por conta de um empreendimento minerário de grande impacto e de grande proporção da Anglo American.

O senhor falou do período colonial e da exploração mineral que se fazia no período colonial, mas a exploração mineral que se está propondo atualmente, principalmente em Conceição, é pior do que a que se fazia no período colonial, porque utiliza água como transporte para o minério. Então, passamos aí 500 anos e estamos numa situação ainda pior na minha visão.

Eu trouxe ali, então, só um retrato do que é o Projeto Minas Rio, que é uma extração de minério a céu aberto, com uma cava prevista para 12 quilômetros de lavra, com um projeto de expansão já também programado e sendo entabulado, com mineroduto de 525 quilômetros, passando por 37 Municípios, sendo 25 mineiros, e sete fluminenses, com a utilização de 2.500 m³/h, suficiente para abastecer 220 mil pessoas, e com gravíssimos problemas ambientais, sociais, com o caos que se instaurou, não só na região de Conceição do Mato Dentro a Alvorada de Minas, onde o processo foi licenciado, a cava, como também pelos 525 quilômetros que passou o mineroduto e também no Porto de Açu.

Esse projeto é um caos, é uma destruição do início ao fim, do ponto inicial ao ponto final. Do ponto inicial, com assoreamentos e aterramentos de nascentes e com um caos social, ao ponto final com a salinização das terras e das águas, tornando improdutiva toda uma região e alcançando pequenos proprietários.

Essas imagens, eu trouxe só para destacar que todas são convênios e acordos, financiamentos feitos pelo BNDES, todos eles em datas anteriores ao licenciamento ambiental. Então, é uma coisa que a gente não pode deixar de discutir, quando se discute a questão da água, da mineração, é também a subversão que está decorrendo desses processos, como as decisões políticas têm sido maiores do que as ambientais e sociais e de viabilidade ambiental e social.

O Projeto Minas Rio, para vocês terem ideia, tem um número de condicionantes maior do que Belo Monte. Então, em 2012, havia 362 condicionantes no Projeto Minas Rio só no projeto de licenciamento da cava, sem falar do mineroduto, da linha de transmissão e de todas as outras estruturas de beneficiamento. Só no projeto de licenciamento da cava, em abril de 2012, tínhamos 362. O projeto foi licenciado agora, a licença de operação foi concedida em setembro, dia 29 de setembro, numa reunião em que teve, inclusive, força policial ameaçando a comunidade, prendendo algumas de nossas lideranças, e com inúmeras condicionantes descumpridas.

Bom, isso é um retrato do que eram os nossos rios. Ali uma cachoeira, a Cachoeira do Passa Sete, que era referência para todos nós, era onde as crianças da escola faziam os piqueniques, era o nosso lazer. E essa cachoeira foi detonada, embora não tivesse nenhuma previsão, não tivesse sido, sequer, mencionada no licenciamento ambiental. E ela está abaixo da barragem de rejeito. Sem nenhuma justificativa, a empresa detonou. Nós conseguimos entrar, fotografar, denunciar e hoje há um processo de investigação no Ministério Público, em que a empresa reconhece lá como dano e propõe uma indenização de R\$20 mil.

Essa é minha família e as nossas águas. Aquilo é um retrato. Eu tentei colocar ali os mesmos pontos. Então, essas eram as nossas águas e essas são hoje o que a Anglo American trouxe para nós, na nossa comunidade.

Essa estrutura, essa erosão é uma barragem de contenção. Não é nem a barragem de rejeitos. A barragem de rejeitos desse empreendimento está projetada para uma área de 950 hectares, com mais de 15 nascentes dentro dessa área e com uma altimetria de 85 metros. Essa é a barragem de contenção que a empresa, com a engenheira e a boa técnica dela, não conseguiu garantir que não rompesse. Então, a empresa que apresentou uma barragem de contenção de sedimentos, não é nem a barragem de rejeito, não conseguiu ter uma boa técnica e uma boa engenharia e houve esse dano. Em razão desse dano, todos esses assoreamentos foram para os nossos cursos de água. Hoje, a empresa tem licenciada uma barragem de rejeito, com 950 hectares e com 85 metros de altimetria. Temos lá várias comunidades a menos de um quilômetro da jusante dessa barra-

gem de rejeitos e eles querem nos garantir que a boa técnica deles assegura que podemos continuar vivendo abaixo dessa barragem.

O nosso rio é quase o mesmo ponto.

Esse é o Lúcio Pimenta. Eu queria aqui citar um frase do Lúcio e do Antônio, da família Pimenta, de Conceição. Esse Projeto Minas Rio, em razão de todas essas violações ambientais, sociais, inaugurou um novo tipo de atingido, que é o massacrado. Então, lá em Conceição, não dizemos que somos atingidos. Nós já somos, além de atingidos, massacrados. Não usamos mais o termo atingidos. Usamos o termo massacrados. Somos massacrados pelo Projeto Minas Rio da Anglo American.

Esses são os nossos cursos de água. Ali é parte da comunidade rural, que tinha lá algumas criações. As criações que vão tomar água no rio estão atolando com esse grande número de sedimentos que foi carregado em razão daquele transtorno, daquele assoreamento que vocês viram.

Enfim, além disso tudo, nós temos o mineroduto.

Eu queria voltar aqui. Essa foto aqui é de uma propriedade em Santa Maria de Itabira. Aquilo ali é uma parte do mineroduto. Os proprietários e toda a comunidade, quando foram procurados, disseram a eles que passaria um cano. Não disseram a eles que utilizariam máquinas, não disseram a eles qual era a dimensão do cano. Todos nós do meio rural, quando imaginamos que um cano vai passar na nossa propriedade, imaginamos um cano como se fosse um cano de água, um cano de mangueira. Quando vemos uma situação dessas... As pessoas que foram indenizadas tiveram indenizações irrisórias. Essa senhora, por exemplo, a proposta que a empresa tem é de construir uma passarela para o gado dela passar. Enfim, inviabilizando qualquer tipo de continuidade de vida.

Ali é a questão do Açú, que eu quis trazer também. De uma ponta a outra, esse empreendimento destrói tanto as águas quanto a propriedade, a possibilidade de as pessoas continuarem mantendo suas vidas. Então, o Porto do Açú foi construído num local que, fisicamente, não era apropriado para se construir um porto. Fizeram um quebra-mar e também tiveram que tirar a areia e levar para o continente. Com isso, a água da areia foi descendo, atingiu o canal e salinizou tanto as águas quanto as terras.

Este Município de Açú, por exemplo, é o maior produtor de abacaxi. Todos os proprietários tiveram suas produções inviabilizadas. Eu acho tão drástico. Salgaram a terra deles. Quando você quer expulsar alguém de um lugar... É tão difícil de entender isso, salgar a terra, salgar a água.

Aqui, atualmente; essas fotos são recentes. Com o quebra-mar que se construiu e com as intervenções ambientais que foram feitas, hoje o mar avança na cidade. Entra mar adentro em Açú. Essa é uma foto recente, dos dois últimos meses. Essa é a situação do Projeto Minas Rio de uma ponta a outra.

Nós, da comunidade, temos tentado fazer intercâmbios, buscar o autoconhecimento e algumas soluções.

Entre os impactos – eu coloquei ali – está a supressão de nascentes. Essa supressão de nascentes – eu quero frisar novamente – não é só em Conceição, não é só onde se tem a cava. Ela é no percurso dos 525 quilômetros. O jornal *O Tempo*, de Minas Gerais, fez uma série de reportagens trazendo vários danos, várias queixas em relação a esse empreendimento. Chama-se “Um mineroduto que passou em minha vida”. Em Conceição, nós produzimos alguns vídeos também. Chamam-se “Conceição: guarde nos olhos”.

O tempo é curto. Eu gostaria de propor a vocês conhecer um pouco mais esse projeto. Eu quero demonstrar aqui uma preocupação. Como o senhor disse, esse é um modelo que parece... Eu costumo dizer que se os holofotes não se voltarem a Conceição, nós estaremos inaugurando um novo conceito de atingido, massacrado, e também um novo conceito de empreendimento: aquele em que se fazer tudo errado vai ser a praxe, porque esse empreendimento continua sendo anunciado como um empreendimento que... Hoje, por exemplo, vindo para cá, no aeroporto de Belo Horizonte, estava lá, como um empreendimento que valoriza a comunidade. Também recentemente, ontem, foi lançado um artigo sobre a influência negativa da Anglo, falando exatamente disso: como se usa a publicidade enganosa para enganar tanto as pessoas quanto a sociedade em geral. Então, nosso papel é discutir isso, é trazer esses danos todos à luz, para que esse não seja um novo modelo de empreendimento que massacra pessoas, que viola os direitos e que usa a água em um momento que eu não gosto nem de dizer que é de crise, porque crise é passageira, mas nós estamos vivendo um momento de escassez de água, e estamos inaugurando modelos que usam a água na mineração para o transporte de minério.

Atualmente – só mais um último dado –, em um Município vizinho a Conceição, Morro do Pilar, nós tivemos o licenciamento ambiental de um novo mineroduto, de uma nova cava, e de um novo porto. É um empreendimento com mineroduto, mina e porto em Morro do Pilar, um Município vizinho de Conceição. Teremos lá, dentro de uma mesma bacia, distante menos de 15 quilômetros de um ponto a outro, dois minerodutos. O governo de Minas realmente tem adotado uma política de não valorização das águas e das comunidades, e é isso que a gente precisa denunciar e cobrar.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – É chocante. Em nome da atividade econômica... Teria que se fazer um balanço para ver se, até do ponto de vista econômico, há sustentabilidade em um projeto desse tipo, porque esse minério é transportado para o Porto de Açu e, de lá, para o exterior, sem agregação de mão de obra, praticamente sem valor agregado e deixando um rastro de destruição.

Senadora Ana Rita, eis um trabalho para o próximo ano, porque esse tipo de informação, os brasileiros e as brasileiras não conhecem, não conhecem mesmo.

Eu nunca ouvi uma notícia dessa no Jornal Nacional, da Rede Globo, ou no Jornal da Record, até porque eu também não assisto ao jornal todos os dias. Mas, eventualmente, uma matéria dessa dramaticidade que nós vimos chamaria a atenção do País.

Realmente, você tem inteira razão, Patrícia. Você tem que chamar a atenção para o que está acontecendo lá, para a opinião pública, para os tomadores de decisão.

Dando sequência, eu gostaria de convidar a Sr^a Maria Teresa Corujo, do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

A SR^a MARIA TERESA CORUJO – Boa tarde!

Pode pôr a apresentação, por favor.

Obrigada, Senador, pela oportunidade.

Estou trazendo aqui uma questão envolvendo mineração e água, que não tem diretamente a ver com o mineroduto. É outro aspecto muito grave, que tem envolvido a questão da mineração e que, como o Senador falou, a população não sabe.

Pode passar.

Nós temos um movimento, em Minas, há sete anos, chamado Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, e essa foi a primeira arte que a gente fez; Serra, Água e Vida. Essa é uma paisagem ainda do jeito que está lá, na Serra do Gandarela.

Para quem não conhece, essa região fica pertinho de Belo Horizonte. Como se está vendo ali, aquele quadriculado é a região metropolitana de Belo Horizonte.

A Serra do Gandarela...Eu gostaria de ficar lá perto. Há como? (*Pausa.*) Obrigada.

Essa modernidade...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Fernanda.

A SR^a MARIA TERESA CORUJO – Ótimo, melhorou.

Então, a Serra do Gandarela fica aqui, nessa linha tracejada, é a linha de cumeada da Serra do Gandarela. Aqui está Belo Horizonte, para vocês terem uma noção, e aqui está o Rio das Velhas. Vocês vão entender por que é importante quando a gente fala de bacia hidrográfica.

Aqui, na Serra do Gandarela, essa cor verde e azul é uma classificação das águas, feita em 1997 e em 1994. Então, vocês podem observar que as águas dessa margem do Rio das Velhas estão em muito melhor qualidade do que as desse lado de cá do Rio das Velhas. E o que isso tem a ver com o que estamos falando aqui, mineração e água?

Em Belo Horizonte, a região metropolitana depende de vários sistemas integrados – são quatro. Esses sistemas integrados de abastecimento de água da Copasa de Belo Horizonte têm reservas de água. Esse sistema aqui, que é o do Rio das Velhas, não tem reserva de água. A captação dele, que abastece a população que depende desse sistema, que é algo em torno de 2 milhões de habitantes, depende de uma única captação, que é esse pontinho aqui, a captação de Bela Fama. Por quê? Porque, como o Rio das Velhas sempre teve muita água – porque nasce aqui, no Alto Velhas, onde ainda há qualidade ambiental, e vai descendo – e como sempre esse território naturalmente fornecia muita água, no Rio das Velhas foi feita uma captação que não tem reserva de água. Então, depende da água que há no próprio rio. E essa água abastece hoje algo em torno de 2 milhões de habitantes, envolvendo Belo Horizonte e outros Municípios. E a Serra do Gandarela colabora com quantidade e qualidade de água que chega ao Rio das Velhas – fundamental para que o Rio das Velhas tenha condição de abastecer-se dessa captação. E, depois do Rio das Velhas, essa água continua colaborando para um rio que já chega a Sabará com classe três.

O Ribeirão da Prata é um dos ribeirões cujas águas todas nascem na Serra do Gandarela. A Serra do Gandarela está aqui. Isto aqui é a proposta da barragem de rejeito, que a Vale pretende fazer bem na região da Bacia do Ribeirão da Prata, que chega a Raposos com classe um. É uma água em que basta pôr um filtro para se beber, não há tratamento caro, como a maioria da nossa água.

A distância entre Raposos, aonde o Ribeirão da Prata chega, e a captação do Bela Fama, é de cinco ou seis quilômetros só. Estamos diante de quê?

Nós tivemos à beira de uma situação, em Belo Horizonte, Senador, que também não veio muito à mídia, muito semelhante a São Paulo. A Copasa teve que apelar para uma mineradora liberar água da Lagoa dos Ingleses, porque não estava chegando água suficiente ao Rio das Velhas, para chegar na captação do Bela Fama.

E onde é que a gente vai chegar em relação ao Gandarela? Eu vou passar aqui, depois eu volto lá.

A Serra do Gandarela, nós estamos lutando esse tempo inteiro para preservar essa serra, precisamente da mineração. Existe um grande projeto da Vale, chamado Mina Apolo, para a Vale seria a segunda Carajás. Nós pedimos um parque nacional e uma reserva de desenvolvimento sustentável, e agora, no dia 13 de outubro, infelizmente, foi criado um parque nacional que, de novo, econômico, deixou de fora toda a área que a Vale precisa para a Mina Apolo, a área que essa empresa precisa, e essa área que também a Vale precisa para a mina Baú.

Essas áreas são, precisamente, as áreas que justificaram uma luta de sete anos, porque são nessas áreas que estão os principais atributos para defender esse lugar, inclusive, água – eu não vou falar dos outros. Essas cachoeiras, que eu vou mostrar agora, bem rápido, de classe especial e classe um, elas ficaram fora do parque nacional, porque estão na área de interesse da mineração, para tirar minério de ferro e exportar para a China.

Deixaram de fora do parque nacional, precisamente, mais da metade das áreas de cangas do Sigel sistema ferruginoso, que é, precisamente, o que possibilita tanta água nessa região.

Não protegeram a Bacia do Ribeirão da Prata, que é o Ribeirão que chega em Raposos com classe um, a 5 quilômetros de Bela fama, e que é reserva estratégica para garantir o abastecimento de Belo Horizonte. Compromete – essa proteção que não protege – outras cachoeiras no caminho e o Balneário do Raposos, e compromete, lagoas de altitude – estamos falando de águas, essas estão em Barão de Cocais.

Colocaram o parque nacional nas áreas em que as comunidades não queriam o parque nacional, queriam reserva de desenvolvimento sustentável. Isso significa, para a Serra do Gandarela, que é tão importante para a água, a perda de todos esses territórios. Para quê? Para a mineração Mina Apolo, da Vale, o Piaco, da Vale, Baú, da Val. Isso significa... olha aí os polígonos de interesse minerário.

Então, o desenho feito do parque nacional, deixando de fora essa área, pela qual a gente lutou, esses anos todos, é para atender esses interesses de minerários. Esses são os direitos minerários, lá no DNPM, que é a intenção da Vale de minerar.

A mineração chega, assim como a Anglo American tem lá no aeroporto de Belo Horizonte, e é revoltante, dá vontade de pichar, que ela é uma empresa de sustentabilidade, a Vale, para nós, diz que se é importante para Minas, é importante para a Vale. No entanto, nós temos documentos, e a gente acompanhou, foi ela a empresa que fez tudo para que esse parque fosse decidido criá-lo dessa forma, e foi decidido, infelizmente, pelo Governo Federal.

A mineração, e eu quis pôr um dado, não é verdade que ela traz riqueza para a população. Quem vive em cidades mineradoras sabe, e nós hoje temos o instrumento da Ciência, porque sempre desqualificam nosso discurso, que diz o seguinte: os Municípios – isso foi colocando dados da região metropolitana e o colar – que têm exploração de minério de ferro. O que é que diz esse desenho que fica confuso? É o seguinte, onde tem PIB de indústria automaticamente sobe ou desce o PIB de serviço, porque as duas situações estão ligadas. Onde tem PIB de agropecuária, muita agropecuária, está na contramão de indústrias e serviços. Lógico, regiões brasileiras que têm muita agropecuária não são regiões industriais. E o que é que juntou nessa estatística, que é um instrumento científico? Onde tem CFEM de ferro, é onde tem os maiores índices de pobreza. E isso são dados numéricos, são baseados na linguagem científica, que comprovam aquilo que nós não precisamos disso para ver; que os Municípios como Barão de Cocais, Conceição do Mato Dentro, Itabira, Congonhas, todos os Municípios que têm mineração, principalmente de ferro, não são Municípios que têm qualidade de vida.

Então, para finalizar, é uma questão de uma escolha. A nossa escolha tem sido lutar esse tempo inteiro contra a mineração na Serra do Gandarela.

Infelizmente temos que continuar lutando, porque esse parque nacional não cumpre o seu papel.

Isso é lá na área de Mariana, um complexo Mariana, chamado Mina da Alegria. O que eles querem fazer com todo o território brasileiro que tem minério é explorar, sem parar, tudo. Eles colocam que não há alternativa locacional, porque o minério está ali, então tem que minerar ali. Então nós temos que começar a dizer: “Não há alternativa locacional para lugares que têm água e que geram água e que doam água.” Porque isso é fundamental nesse contraponto. Minério não se bebe. E nós temos lutado muito.

Eu trouxe aqui, no pouco tempo que foi permitido. É uma situação extremamente grave, porque nós estamos falando de 2 milhões de pessoas, fora os Municípios ao redor do Gandarela, que dependem dessa água e que se não se impedir a mineração naquela região, vai-se inviabilizar o abastecimento, porque não há outro lugar para vir água. Então não é questão do mineroduto, mas é questão do espaço natural que permite água. Mas é a mesma situação do norte de Minas. Todos os lugares que têm esse tipo de contexto, eles, a mineração

vai além. Perdem-se os espaços que possibilitam recarga, acúmulo e doação de água. E isso é muito grave, porque não há retorno, é irreversível.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – V. S^a ainda tem um tempo de três minutos.

A SR^a MARIA TERESA CORUJO – Então eu vou aproveitar para explicar, ninguém conhece, eu aprendi nesse tempo, por que onde há minério é que há água? Eu passei rápido porque achei que não ia dar tempo, mas então, se eu tenho três minutos, vai dar tempo, porque isso é uma coisa que não explicam para nós também em lugar nenhum, e seria fundamental nos territórios que têm minério de ferro.

Olha só: lá na nossa região, Minas, e há em outros lugares – aí está o contexto de como é o subsolo –, aqui em cima nós temos cangas. Por isso é que as nossas serras no quadrilátero – que eles chamam ferrífero, e nós chamamos aquífero –, elas são muito duras, as cangas. Então elas mantêm as nossas serras bonitas, quando a gente vê quando vai a Minas, porque elas protegem da erosão ao longo dos milhões de anos. E embaixo há os itabiritos. Os itabiritos cauê são precisamente o ferro que a Vale quer levar. E o que é que acontece aqui? As cangas são duras, mas são porosas, elas têm microfuros. Então a água, ao longo das chuvas, desce pelas cangas bem devagar, vai purificando, e ela se acumula e circula nos itabiritos. Então, quando a mineração chega para tirar ferro, nesse tipo de situação de solo, ela explode as cangas, faz pilhas de estéril, porque não interessa comercialmente, depois vai explodindo os itabiritos, que é onde está o minério de ferro, encontra muita água, usa a água, ou põe a água para outra vertente, e aquelas nascentes que havia do lado de cá, e do lado de cá da serra, começam a secar, às vezes até 4 quilômetros de distância.

E as pessoas não percebem por que está faltando água. Por quê? Porque esse sistema natural, perfeito, de recarga, acúmulo, circulação e doação de água natural, por isso aquelas cachoeiras belíssimas, o Ribeirão da Prata, mais de duas mil nascentes, é porque esse espaço está intacto. Então se esse espaço for minerado para ser a segunda Carajás, é lógico que qualquer pessoa percebe que isso tudo vai ser perdido.

E, para finalizar, há aí situações concretas. Olhem Itabira: sessenta anos de Vale, problemas graves de água. Está lá colocado. A falta de água é um dos graves problemas e um dos preços mais altos que os itabiranos, 110 mil pessoas, pagam por ter a maior mineradora do mundo. Pela sua própria atividade, ela passou a se valer cada vez mais das fontes de água do Município.

Congonhas. Olha, Congonhas está com graves problemas de água. Muita mineração de ferro em Congonhas. O superintendente da Copasa diz: “A água está no minério; se tira o minério, pode faltar água.” Então a nossa discussão sobre mineração também tem que ir para a questão da mineração em si, o direito de a gente dizer “não pode minerar aqui.” Porque ou é uma coisa, ou outra.

É isso, ouviu, Senador?

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Obrigado.

Convido a Sr^a Anacleta Pires da Silva, que é atingida pelo projeto Grande Carajás, Quilombo Santa Rosa do Espeto, do Estado do Maranhão. A senhora tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Ao soar a campainha, a senhora ainda terá cinco minutos.

A SR^a ANACLETA PIRES DA SILVA – Boa tarde a todos!

Então, gente, estou aqui também para falar um pouco dos conflitos sobre o tema água.

Vou falar um pouco da mineração da Grande Carajás. Aqui, algumas coisas já foram contempladas na fala das companheiras do que eu queria falar. E nós, atingidos pela Vale, no Maranhão, acrescentamos a palavra “não” à Vale, ou seja, não vale, porque aquilo que vale preserva e é vida.

A primeira coisa com relação a esse empreendimento, a Grande Carajás, é que começou a matar os peixes. Com a construção da ferrovia, nos territórios onde passavam os igarapés, fizeram grandes placas de concreto e isso impossibilitou a passagem dos peixes que chegavam até a nossa mesa.

E hoje a gente tem lá mais uma grande tristeza, ou seja: vemos, durante 24 horas, os carros dessa “não” Vale fazendo estrada nos leitos dos nossos igarapés. Isso é doído.

Então, começou matando os peixes; matou os nossos igarapés e, agora? Ou vamos criar propostas e fazer uma mulher verdadeira ou vamos morrer todo mundo. Isso porque a Grande Carajás está concentrada no Maranhão, mas sabemos que ela é uma doença mundial. E a mulher verdadeira a que eu me referi aqui, apesar de eu ter iniciado a minha fala e ainda não ter me identificado, é porque me comoveu o nome que inicia o meu nome: meu nome é Anacleta, sou do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru Mirim, Maranhão. Ana significa mulher verdadeira. Então, se há a ANA responsável pela água, está na hora de fazer as suas ações valer. E essa mulher verdadeira é uma boa mãe. Uma terra sem água não é nada.

Fazer o mundo feio, assim diz Paulo Freire, depende de cada um de nós. E eu tenho a certeza de que a oportunidade que Deus está nos dando nesta Casa, como o Senador falou: “Nunca ouvi...”, também muita gen-

te não sabe. Mas eu quero deixar aqui uma outra versão: muita gente não ouve, muita gente não sabe. Agora o que eu quero é que muita gente sinta, porque esse é um sofrimento de todos.

Por que São Paulo está sem água? Eu não consigo falar da falta de água do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, com os igarapés mortos. Ontem, em nossa discussão, alguém falou: “Estamos envenenados, por causa do veneno deixado por essas mineradoras nas nossas águas”. Mas eu não consigo falar, como já disse, só do Quilombo. Por que São Paulo sem água? Por que Minas sem água? Por que Brasília sem água? Por que o mundo sem água? Está na hora de todos pararmos e fazermos uma reflexão, ou seja, sem água não somos ninguém.

Na minha fala inicial, disse que eles começaram matando os peixes. Nós conseguimos viver, por alguns momentos, sem comer nada; agora, sem beber é mais difícil. Por isso é triste quando eu falo do sentir, porque isso está aqui dentro.

A falta da nossa água traz tantas consequências, não é? Onde está a nossa produção? Sem água não se produz, porque sem água não temos vida. Se é para tomarmos uma posição, que comecemos a agir. Para resolver o problema é preciso ação. Acredito, como já disse, que a oportunidade é esta: de, ao sairmos desta Casa, assumirmos o compromisso de fazer uma superação neste nosso Planeta, que está gritando 24 horas. A mãe Terra clamando, porque já lhe cortaram as pernas, tirando o direito de sobreviver de tantos povos que está a mercê da situação, e eu faço parte dele. Hoje, estão tirando os braços, onde estão as mãos que fazem todos os movimentos da massa, que nos preparam a alimentação, que lavam a nossa roupa, que fazem tantas outras ações, colocando no papel para que a mente não esqueça. Então, a mãe Terra está gritando por isso.

Como a companheira falou, a mineração acaba com a água. Ela falou: “Não se bebe mineração” e não se come mineração. Então, nós temos que fazer uma boa reflexão para que quem nunca ouviu passe a ouvir. Acredito que, nesse momento, o mundo inteiro estará sentindo essa reflexão, porque a dor está no meio de cada um de nós. A gente passa a sentir de fato essa dor também, porque só se procura o médico quando se está doente, muitas vezes pelas oportunidades. Estamos todos doentes e não estamos sentindo, porque todo mundo já teve oportunidade de ouvir. Quem é que nunca tomou água aqui? Todos nós já tomamos água, e sabemos que essa água está faltando em nossas casas. Quando falta na nossa casa, falta na casa de todo ser humano. A colega mostrou como ficaram aqueles animais, como ficaram debilitados pela falta de água. A água, hoje, para nós, se não fizermos a reflexão do que significa para cada um de nós, que é a água que está nos conduzindo, com certeza... Não vamos esperar, como ouvimos muitas pessoas falando, 20, 30 anos. É muito tempo, do jeito que as coisas se aceleram, para quem não vale e fica dizendo que vale, tirando a cada instância. O exemplo de eu dizer não vale é porque a gente observa que no nosso Quilombo tinha apenas uma obstrução de Igarapé. Hoje, esse Igarapé está com duas. Ela está preocupada com uma segunda Carajás. Minha colega, está prestes a termos a terceira, porque, no meu Quilombo, Santa Rosa, as duas já existem. Porque quando essa “não” Vale duplicou aquela ferrovia foi mais uma Carajás implantada no nosso País e no nosso mundo, porque sabemos também que ela não é uma questão somente do Brasil, é uma questão em nível mundial.

Então, mais um apelo à ANA, mulher verdadeira: que ela faça a boa ação e que ela não goste, mas ame, porque quem ama preserva; quem gosta, usa. E essa ANA tem é que amar, amar cada ser, para que ela possa fazer essa boa ação de preservar essa água que nos dá vida 24 horas.

Outra coisa também que é muito forte, quando se fala dessa mineração, é a captação – isso também foi dito nas falas das companheiras – das águas. A forma como é feita, acabando... Se a gente pensar: só a Santa Rosa é atingida pela Vale, porque a ferrovia corta o território. Mas nós temos próximo o nosso povoado, a 18 quilômetros, um rio também que está lá se acabando, que é o rio da nossa cidade, o Rio Itapecuru. Para passar pelo Rio Itapecuru, precisava-se de um embarcação; hoje podemos atravessá-lo a pé. Por quê? Por causa da captação das águas também para essas empresas que estão implantadas lá dentro dos territórios maranhenses, no nosso País.

Então, essa era a nossa questão.

(Manifestação da plateia.)

A SRª ANACLETA PIRES DA SILVA – Então, se é para continuar, temos que agir, e agir para valer. Que cada um de nós, daqui a dez anos, possa voltar a esta Casa com uma outra aparência, não com essa aparência de tristeza, de sentimento, mas uma aparência de alegria, de prazer e vida, e poder estar aqui dizendo que o homem destrói, mas que o homem constrói.

Espero eu, uma mulher, e até gostaria de pedir a vocês uma salva de palmas bem calorosa a essas mulheres, em nome desta Ana, porque toda fala aqui começou pelas mulheres, oportunidade em que agradeço ao nosso Senador. *(Palmas.)*

Então, essas são falas de mulheres verdadeiras, de mulheres mães, clamando por aquela mãe que nos dá todo o sustento da nossa vida, que é a mãe Terra. E se nós não zelarmos pela nossa mãe, quem vai zelar por ela? Ninguém, não é, gente?

Então, esse é o apelo que eu deixo a cada um de vocês e a esta Casa também, para que passem a ouvir, a ver e a sentir, juntamente com cada uma de nós que está trazendo essa mensagem aqui, e que essa mensagem seja uma mensagem de denúncia mesmo, para fazer valer as nossas ações.

Meu muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Anacleto Pires da Silva, que é do movimento atingido pelo projeto Grande Carajás.

O quarto convidado é Gustavo Gazzinelli, que é o coordenador de articulação da Bacia do Rio Santo Antônio, de Minas Gerais, que tem a palavra.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Senador Capiberibe, muito obrigado pelo convite, muito obrigado à Comissão, à Senadora Ana Rita. Também agradeço o apoio do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, que nos deu apoio também para estar aqui.

Eu vou fazer uma fala rápida e, depois, vou ao ponto que acho fundamental, que é um pouco da estratégia que a mineração e o Governo têm adotado para tentar viabilizar o processo da mineração, passando por cima das leis e de princípios legais importantes.

Antes, eu queria fazer uma correção: eu não sou coordenador de articulação da Bacia, sou um assessor e tenho participado de todas as atividades de articulação da Bacia do Rio Santo Antônio. Sou conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas.

Eu acredito que não seja possível minerar sem fazer uso da água. Então, a economia das mineradoras e os modos de produção das mineradoras incluem a questão do lavar minérios – e não acredito que, no momento, haja qualquer tecnologia para substituir o uso da água para lavar o minério –; a água usada para gerar eletricidade – boa parte desses megaprojetos de eletricidade no País é para abastecer o complexo minerosiderúrgico, não sei qual é o percentual, mas é um percentual muito alto, e, então, muitos dos impactos que são causados por esses grandes projetos hidrelétricos são para atender à mineração –; e agora esta novidade, que não é bem uma novidade, da água para transportar minério por meio de mineroduto. Há pouco tempo, eu tive acesso a um trabalho que mostra que, na maioria dos países onde há mineroduto, os minerodutos não passam de 200 quilômetros. Aqui, no Brasil, não. Por exemplo, a partir de Minas Gerais, há minerodutos na faixa de 500 quilômetros. E o pessoal canta a maior vitória “Temos o maior mineroduto do mundo”, como se fosse uma maravilha.

Essa economia feita em cima da nossa água vai contra uma deseconomia, a deseconomia que é a subtração de águas subterrâneas, geosistêmicas, a subtração de nascentes, porque na medida em que se fazem pilhas de estêreis e em que se vão aprofundando as cavas da mineração, vão-se abaixando as nascentes, vão secando as nascentes; a subtração da qualidade da água; a subtração de usos para abastecimentos e outras atividades econômicas; e a subtração da fartura. Por exemplo, Minas Gerais já foi considerada a caixa-d’água do Brasil, naquela época em que o Brasil era mais o leste que o norte. Hoje, o Brasil é um país maior, o norte assumiu uma posição que ele não tinha na década de 60, na década de 50, quando se falava que Minas Gerais era a caixa-d’água do Brasil, mas, de qualquer forma, é um Estado que tem muita água, mas não podemos nos beneficiar dessa água, porque hoje tem de se fazer contingenciamento de uso de água, e a companhia de saneamento de Minas Gerais pede às pessoas que elas economizem água. Enquanto isso, as mineradoras estão tirando água do subsolo, e ninguém está pedindo para elas para economizarem água. E há o lazer também, que é uma atividade muito importante, muito ligada à água. Ela tem um valor muito simbólico nesse sentido.

Se é que esse marco regulatório da mineração vai sair – eu espero que não, da forma como está sendo proposto –, que tenhamos também um marco regulatório da água. Aliás, em 1934, quando eles criaram o Código de Minas, na mesma data, eles criaram o Código de Águas. Quando Getúlio Vargas criou o Código de Minas, em 1934, no mesmo dia, ele publicou o Código de Águas. Então, esse marco regulatório tem de garantir os usos múltiplos, monitorar a qualidade e assegurar a economia popular, o valor simbólico, os usos comuns e tradicionais, memória e referências de qualidade. Hoje, em algumas regiões, como o quadrilátero ferrífero e aquífero de Minas Gerais, praticamente todos os rios de qualidade estão sendo impactados pela mineração. Então, vai chegar o dia em que não vai haver um rio de qualidade, com água de qualidade, do jeito que a natureza nos deixou, para falarmos: “Oh, a água que vocês estão piorando a qualidade dela pode ser desse jeito aqui, que é o jeito que a natureza nos deixou”.

Então, existe uma trajetória dos órgãos públicos e das empresas de tentar acabar com os rios de preservação permanente e até de lutar contra lei que estabeleça rios de preservação permanente, porque daqui a pouco nós não vamos ter mais memória da qualidade da água em uma determinada formação geológica. A água que nasce em uma determinada formação geológica. Então, o pessoal vai falar: “Não, a água que a gente tem é essa aqui, já piorzinha, vamos continuar com ela”. É nivelar por baixo. A questão dos usos mais exigentes e prioritários, os direitos humanos e coletivos.

Hoje nós temos uma lei de recursos hídricos, que é uma lei importante, e que eu acho que, muitas vezes, a gente se esquece de lutar pelas questões que já estão colocadas. Então, por exemplo, assegurar o objetivo da política é assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Vou pular algumas coisas aqui. São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos os planos de recursos hídricos, o enquadramento de corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes – eu vou falar um pouco desse termo “usos preponderantes” – e outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

Sobre o enquadramento dos corpos da água, que é o tema principal da minha fala, deve ser feito em classes e segundo os usos preponderantes. Ele visa a assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição das águas. Ou seja, você não pode hoje tentar enquadrar um curso d’água para piorar a qualidade da água, porque isso aumenta o custo de combate à poluição, que é um custo público.

E o que os governos, acredito que até a Agência Nacional das Águas, vários setores, Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais têm feito é tentar estabelecer que o uso preponderante é baseado em uma tendência, presente ou futura, de uso da água quantitativamente. Então, eu vou mostrar isso para vocês.

Aquilo que a companhia Teca estava falando agora há pouco... Isso daqui é de um relatório da Minerações Brasileiras Reunidas de 2007. Hoje é uma empresa que foi comprada pela Vale, faz parte da Vale. O aquífero Cauê, que é a mesma formação cauê de minério de ferro, é o principal sistema aquífero do quadrilátero ferrífero. Por isso, nós estamos falando quadrilátero ferrífero e aquífero. E trata-se de um aquífero de circulação profunda.

Em linhas gerais, qual é o problema? Do ponto de vista hidrológico, esses pontos de descarga, aqueles que vêm do aquífero Cauê, caracterizam-se por apresentar baixa variabilidade sazonal de vazões. O que significa isso? Significa o seguinte: por exemplo, no período seco, que é uma das estações, um dos períodos sazonais, há uma variabilidade pequena da água fornecida pelos reservatórios, que são as jazidas de minério de ferro.

(Soa a campanha.)

As jazidas são os aquíferos, então, na época da estiagem, elas continuam fornecendo muita água e isso acaba sendo muito importante para a reserva, para a segurança hídrica das regiões.

Isso aqui são algumas coisas que já foram faladas. Eu vou pular aqui e eu vou mostrar, vou dar um exemplo, eu acho, do que o Governo tem tentado fazer. E esse aqui é o plano de recursos hídricos de uma Sub-bacia do Rio Doce, que é a do Rio Piracicaba, onde está boa parte da mineração de ferro em Minas Gerais. A outra é a Bacia do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, que são dois afluentes do Rio São Francisco.

Aqui é o mapa da Bacia do Rio Doce, e aquele à esquerda ali, aquela tripinha ali que está toda marcada em vermelho, é a Bacia do Rio Piracicaba. Isso é o que eles chamaram de cenário tendencial de 2030. É essa Bacia aí, o Rio Piracicaba.

Então, eu queria só ler algumas partes aqui, só para vocês terem uma ideia de como a coisa é feita, como é que a sujeira é feita.

Sobre a participação das unidades no PIB regional, a Bacia do Rio Piracicaba concentrava 40% da atividade econômica regional, sendo a principal unidade em termos econômicos de toda a Bacia do Rio Doce, pois concentra as grandes usinas siderúrgicas da região e também as minas.

Sobre os usos de água na Bacia do rio Piracicaba é predominante o abastecimento industrial, que corresponde a 51% do total de retiradas estimadas. Então, aqui eles fazem uma pequena *pizza*, mostrando o uso da água do Rio Piracicaba: 51% vão para o abastecimento industrial e 44%, para o abastecimento humano.

Bom, aí eles fizeram o prognóstico: “Os cenários tendenciais configuram-se, portanto, em uma ferramenta”, e mostram o gráfico indicando que o uso da água de 2006 a 2030 muda. “O uso para abastecimento humano vai ficar mais ou menos alinhado, e o uso industrial vai aumentar muito”.

“Observa-se nitidamente a demanda [isso era um plano lá da Bacia] industrial sobrepondo-se aos demais usos, apresentando uma taxa de aumento de 117%. O segundo uso preponderante, unidade e abastecimento humano, aponta crescimento na demanda, mas não tão significativo quanto o uso industrial. Os dados reforçam a importância do setor industrial na unidade”.

Aí, eles começam a falar dos trechos que estão mais ou menos legais, não legais.

“Como identificado anteriormente, algumas sub-bacias, rios e afluentes do Piracicaba produzem impactos significativos na qualidade da água.”

Lá embaixo: “Observa-se uma degradação praticamente contínua do rio Piracicaba, a partir da foz do Rio Santa Bárbara, permanecendo Classe 4 até o final da unidade. O Rio Santa Bárbara apresenta uma baixa qualidade de água superficial, mesmo antes do Rio de Barão de Cocais”.

Aqui, esse trecho do Rio Piracicaba e do Rio Santa Bárbara.

Vamos retornar à anterior (*Pausa.*)

Aqui, vocês estão vendo as águas em cores azuis são as águas Classe Especial, e as em verde, são Classe 1. São as duas melhores qualidades de água que há. Este aqui é o rio Santa Bárbara na região. Agora, vocês vão ver que a partir deste trecho, ele vai virar Classe 2. Aqui temos uma mineração da Vale, que se chama Gongo Soco. Aqui vão entrando outras minerações da Vale.

Aqui é um grande complexo de mineração da Vale que justificou a Classe 2 do rio. Agora, estão dizendo que o rio Santa Bárbara, voltando à anterior, “apresenta uma baixa qualidade da água superficial, mesmo antes do rio de Barão de Cocais”.

Aqui é onde começa baixar a qualidade. Esse córrego vem dessa mina de Gongo Soco e encontra com o córrego principal que é o formador, um dos dois principais formadores do rio Santa Bárbara, que a montante era um rio de alta qualidade.

Então, ele começa a misturar e, uns 500 metros à frente, já virou isso aí.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Era a qualidade que havia.

Temos, aqui, o saldo hídrico calculado. O cenário tendencial, o cenário para o desenvolvimento, eles não discutem o tipo de tecnologia que será empregado na mineração. A única coisa que se quer dizer é que aquele rio vai piorar de qualidade. Então, a classe dele, o uso preponderante é o uso que a estatística diz, com base no cenário tendencial, ela será mais preponderante para o uso industrial, como se você pudesse relativizar o uso humano, mesmo que proporcionalmente menor.

Aqui, eles propõem a solução: desenquadrar toda a Bacia e deixar só a calha principal do rio enquadrada.

Essa é a política que é coordenada pela ANA, coordenada pelo Ministério de Meio Ambiente, coordenada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais.

E nós temos de atentar para isso, porque são as formas de tentar passar por cima daqueles princípios.

Aqui são os complexos de mineração na região de Belo Horizonte. Você vê, por exemplo, aquele complexo, que é um complexo único, ficaram pequenas minas. Antes eles diziam que era uma coisa localizada. Isso aqui é algo em torno de 30 quilômetros de extensão. Esse aqui é o complexo Mariana, da Vale também, algo em torno de 30 quilômetros de extensão. Aqui, em torno de Itabira, são mais ou menos 20 quilômetros de área de mineração contínua. Então, realmente são impactos muito significativos nos direitos que temos da água.

O tempo acabou. Encerro aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Convido Eldis Camargo, Especialista em Educação Ambiental, que representa a Agência Nacional de Águas, que tem a palavra.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Boa tarde a todas e a todos! Eu queria agradecer o convite em nome da Agência Nacional de Águas. Cumprimento o Exmº Sr. Senador Capiberibe, a Senadora Rita e todos os meus companheiros de Mesa.

Pessoalmente, quero demonstrar o profundo respeito ao movimento de vocês.

A minha fala está ligada àquilo que diz o requerimento do Senador, ressaltando a reflexão sobre os abusos de recursos hídricos. Vou ressaltar, nessa reflexão, a questão da participação pública na mineração e dividir em três partes. Na primeira parte, vou falar um pouco das questões de fundo: sobre o que a gente precisa refletir, o que a gente vai precisar regulamentar, o que falta. Na segunda parte, vou falar do estado da arte, o que está sendo feito no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos Comitês de Bacia, e falar um pouco da atuação da ANA a respeito.

A primeira questão de fundo em que a gente tem que pensar é que estamos aqui neste Parlamento e temos que dar graças a Deus pela possibilidade de falar, porque, até então, nunca a gente teve essa possibilidade perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Então, hoje, nós, sociedade organizada, podemos intentar nossos desejos, nossas solicitações perante esses três Poderes.

Lembrando, ainda, a questão da água. O que é a água? É um elemento natural. E essa confusão que existe, em primeiro lugar, em determinar a água como recurso, a água como elemento e como ela entra no arsenal jurídico, nessa arquitetura jurídica. Não existe um conceito jurídico do que é um recurso hídrico. Então, temos uma Política Nacional de Recursos Hídricos sem saber o que é recurso hídrico juridicamente, o conceito jurídico disso, mas a água superficial e a água subterrânea são recursos ambientais, pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Portanto, até então, o conceito da água e toda a construção jurídica e social que a gente faz têm que ser feitos pelos parâmetros da legislação ambiental, porque não temos o conceito de recursos hídricos. Ela se torna um recurso por conta da poluição e da escassez. A gestão, então, a partir de agora, que temos uma

lei de Política Nacional de Recursos Hídricos, com sistema de gestão, conforme falou nosso colega, até então tínhamos um Código de Águas em que existiam até águas privadas, águas particulares, e nós vamos discutir qual o teor dessa água, de quem é essa água hoje em dia. Lembrando que, na gestão, temos uma abordagem química, física e vamos dar, então, ênfase, pela minha própria formação, à questão jurídica; como é essa construção, essa arquitetura jurídica.

A primeira questão de fundo da Constituição é de quem é essa água? Quem é essa água? Vocês vão ver que, para recursos hídricos, a água é um domínio público; para recursos minerais, a água é da União; e, para a questão ambiental, a água faz parte do meio ambiente, é um recurso ambiental, é um bem de uso comum de todos.

É um bem difuso, um bem de todos, que determina toda outra construção jurídica.

Então, temos o que chamamos de um domínio iminente, ou seja, o Poder Público não é dono da água, a água é de todos. Então temos outra visão de cuidar dessa água.

O segundo ponto importante e que causa muita confusão, a Unidade Federal, somos um País Federativo, e essa visão de bacia hidrográfica que é espacial. A dificuldade de montar essa administração. Imaginem, na Bacia do São Francisco, são sete Estados, como eu vou fazer essa conjugação de todos os Estados? Eu tenho que ter um pacto federativo muito forte, um arranjo muito forte para poder montar. E, recentemente, a ANA montou esse Pacto Nacional pela Gestão das Águas, que está sendo assinado por cada um dos Estados. Todos os Estados já assinaram na intenção de valorizar as ações do Estado, porque um dos princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos é a descentralização. Então, valorizar os Estados para poderem ter os seus mecanismos concretizados também e fazer um arranjo da Nação em torno de uma bacia. Então, a nossa visão não é mais uma visão territorial, de unidade territorial dentro de um sistema federativo, mas uma unidade de bacia hidrográfica.

Outra questão diz respeito às competências. Na área de recursos hídricos, a competência para administrar a água é exclusiva da União. E a competência para legislar, atribuição para legislar é privativa da União, e os Estados podem legislar somente a partir da edição de uma lei complementar. Então, muitos Estados hoje têm suas legislações, mas, provavelmente, poderíamos dizer que é até inconstitucional, porque esse parágrafo único que dita que os Estados podem legislar a partir de uma lei complementar deveria ser regulamentado.

E vocês vejam que não combina com as competência do meio ambiente. A água tem um componente de recurso hídrico e um componente de recurso ambiental. Vocês veem aqui, por exemplo, que a competência material de administrar a água para o meio ambiente é uma competência comum entre União, Estados e Município e Distrito Federal e...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Por favor, a senhora poderia se aproximar um pouco mais da mesa por causa da TV Senado. A TV está cobrindo.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Só que eu vou ficar de costa para vocês.

Eu queria chamar a atenção aqui nesta competência comum, para esta Casa Legislativa, por exemplo, para a questão da mineração, que é do inciso XI do art. 23 da Constituição e não está regulamentada. Ou seja, é competência comum de todos os Entes Federados explorar e fiscalizar os recursos minerais. Então, isso aqui não está regulamentado e nós dependemos dessa regulamentação.

Essa lei complementar que falou sobre a competência comum da questão ambiental não agregou a questão de recursos hídricos. E a competência para legislar na área ambiental é da União e dos Estados, sendo que os Municípios também podem legislar.

O que quer dizer isso tudo? É muito complicado entender toda a dimensão dessa arquitetura.

A lei de recursos hídricos determinou a articulação da União e dos Estados, tendo em vista recursos hídricos de interesse comum, e se montou um sistema de gestão.

Como ficam a mineração e a água nessa confusão toda? Ou seja, nós temos o domínio da União na mineração, domínio da União e dos Estados nos recursos hídricos, domínio de todos no meio ambiente. As competências são diferenciadas também. Então, como ficou a mineração?

Nós temos a Política Nacional de Recursos Hídricos, uma parte já citada pelo Gustavo, mas nós temos dois instrumentos importantes, que é o de gestão de recursos hídricos, onde a mineração vai encontrar guarida em todos esses instrumentos: no Plano Nacional de Recursos Hídricos, que pode ser nacional, estadual ou por bacia; no enquadramento, na outorga e na cobrança.

Vejam que cada um deles tem o seu similar como instrumento de meio ambiente. Então, no Plano Nacional, tenho o zoneamento ambiental, a outorga, a licença, a cobrança, a compensação.

(Soa a campanha.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Na parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, isso aqui é muito novo. Pela primeira vez, nós montamos um sistema de gestão dentro de uma concepção só de comando e controle. Ou seja, hoje em dia, nós temos vários atores dentro de um sistema com várias atribuições. Como estou destacando aqui a participação pública, os agentes, as pessoas podem participar tanto do Conselho Nacional de Recursos Hídricos quanto dos Comitês de Bacia.

Dentro do órgão executivo, como é a ANA, existem as audiências públicas e as consultas públicas. Se vocês entrarem, por exemplo, no *site* da ANA, existem vários convites para vocês participarem das audiências públicas sobre temas que estão sendo discutidos.

Lembro ainda que, em relação ao fundamento da lei, em situações de escassez de água, a prioridade é o consumo humano. O que estou querendo dizer é que vocês têm caminhos para exigir que seja cumprida a lei e sempre proporcionar usos múltiplos. Lembro também que há bem pouco tempo, antes da edição da Lei de Recursos Hídricos, nós tínhamos a hegemonia do setor elétrico. Hoje em dia, a gente tem a possibilidade de que todos tenham o seu caminho.

Na questão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a gente já tem várias resoluções que falam sobre mineração. Muitas resoluções. Então, aqui, nós temos esta que fala sobre diretrizes de integração entre gestão de recursos hídricos e águas minerais, diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água Mineral, integração para outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. Lembro que esses são normativos nacionais que devem ser observados pelos Estados.

Existem outros para água subterrânea. Tivemos agora, recentemente, uma resolução, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de outorga e licença, lembrando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem assento da sociedade civil. Nós temos aqui um representante da Fonasc, o João Climaco, por exemplo, que é sempre atuante nas questões de água.

Eu trouxe aqui uma figura que achei do Instituto Brasileiro de Mineração. Vocês veem que esse instituo brasileiro, que não sei se os representa bem ou não...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Então, vocês têm que ter uma representação aqui forte. Vejam: estão aqui, estão aqui e atuam em todo o comitê. Cadê a representação da sociedade civil que trabalha com mineração?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Pois é, mas dentro do Conselho. Por isso a importância de vocês estarem presentes aqui.

Finalmente, o que a ANA vem fazendo. A ANA ainda é uma adolescente. Ela tem 14 anos. Ela ainda está concretizando muita coisa. Lembrem-se de que estamos montando um sistema de gestão. Sei que muitas vezes a gente não tem tempo para poder concretizar tudo que seria necessário agora, mas está sendo feito.

Aqui, está a finalidade da ANA. A ANA cuida de águas de domínio da União; não de águas de domínio do Estado, mas ela fiscaliza. Existe um indicativo muitas vezes de mediação. A gente tem vários usos para pouca água. Então, a ANA tem que mediar esses usos. Se vocês entrarem no *site* da ANA, existem vários cursos que todo mundo pode fazer a respeito do sistema de gestão. Presta apoio aos Estados.

Aqui, esta conjuntura todo ano é disponibilizada, e vocês podem perceber a montagem dos comitês, como foram montados. Aliás, é importante destacar que a ANA não é responsável pela criação dos comitês. A responsabilidade é do Conselho Nacional, ou seja, existe a Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e ali há todas as regras de como a sociedade, os usuários e o Poder Público podem se unir para a montagem de um comitê, que tem que ser aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Aqui, há todo o levantamento recente da questão de estiagens e chuvas no Brasil. Nós temos lá também, na ANA, o acompanhamento diário de como está a situação de escassez de água, tentando montar arranjos e pactos com os Estados.

Recentemente, também foi editada essa lei de barragens, não é?

(Soa a campanha.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – De segurança de barragens, que vocês também podem acompanhar. Aqui, quantas barragens existem na área de mineração. O resto são hidrelétricas. Esse quadrinho fala de águas subterrâneas e de águas superficiais.

Aqui, outro trabalho da ANA que está sendo feito. A ANA não tem competência em relação a água subterrânea, mas montou um programa de água subterrânea, com o estudo, o levantamento de alguns setores, que já está pronto e que vocês podem também verificar no *site* da ANA.

Aqui, um histórico das outorgas dadas pela ANA e que podemos...

Aqui, a mineração. Como foi indicado, o maior usuário mesmo é o setor de irrigação. E mineração vem aqui.

(Soa a campanha.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Eu posso deixar esse eslaide depois para vocês.

Aqui, o histórico, desde que a ANA começou a atuar, das outorgas dadas.

Nesse quadrinho, nesse vermelhinho mais escuro, vocês podem ver onde estão as áreas de mineração.

Aqui, o exemplo, na Bacia do Rio Paraíba, do volume médio usado para a água. Então, temos: em azul, saneamento; em vermelho, indústria; em amarelo, agricultura; e, em verde, mineração. Na Bacia do Rio Paraíba.

Concluindo, de que precisamos? Precisamos de algumas regulamentações, principalmente na questão de os Estados poderem legislar e na questão de domínio de água, como fazer esse pacto de gestão.

(Soa a campanha.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Na questão de participação social, cada vez mais a sociedade deve intentar e participar dos Comitês de Bacia no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Capacitação: é muito importante saber o que diz a lei e buscar o sentido da lei perante o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Assim como a regulamentação e a informação.

Existe uma história indígena que diz que devemos sempre colocar as palavras para andar. Se nós não as colocamos para andar, elas começam a se enrolar em nossos pés. Nós temos uma Constituição maravilhosa e temos uma lei de recursos hídricos que dá a possibilidade para que todos os interessados participem, temos apenas que colocar essas palavras brasileiras para andar.

Eu agradeço. Valeu. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado. Obrigado.

Agradeço a Srª Eldis pelas informações e vamos ao último convidado, o Sr. Carlos Bittencourt, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Com a palavra.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Obrigado.

Como todos, quero agradecer o convite. Mais uma vez, estamos usando este espaço da Comissão de Direitos Humanos, através do Senador Capiberibe e da Senadora Ana Rita, para debater a mineração.

Eu acho que uma das tarefas que temos, como comitê nacional, é desmistificar o debate da crise hídrica como responsabilidade individual de cada um. Às vezes, passa-se a ideia de que está faltando água no Brasil porque fulano tomou um banho de vinte minutos e não um banho de dez minutos, como deveria ser o certo. É óbvio que não queremos estimular o sobreconsumo, o uso inconsciente da água, mas fica evidente que o problema da água no Brasil não é um problema causado individualmente pelas pessoas.

Um dado que aparecia na própria apresentação da Eldis, no início, era que a mineração, a indústria e a irrigação consomem cinco vezes mais água do que o abastecimento público. Então, esse já é um dado significativo para entender como está feito o arranjo hídrico no Brasil.

Falando especificamente da mineração, vou passar rapidamente por um cenário que muitos aqui do comitê já passaram várias vezes, a fim de analisar o crescimento da mineração. E ele tem relação direta com a expansão do uso da água.

Então, o produto mineral brasileiro, na última década, cresceu mais de 500%. Isso não é qualquer coisa. Houve uma expansão significativa. A própria participação da mineração no PIB cresceu mais de 156%, também na última década. Isso significa que, no próprio arranjo produtivo nacional, a mineração começa a ter um papel cada vez mais forte, por causa do aumento dos preços.

Aqui, para não falar só de preços, a gente tem o aumento quantitativo, em volume da produção de minérios. Então, a extração de areia cresceu mais de 50% entre 2002 e 2011; a de bauxita, mais de 140%; a de brita, mais de 71%; a de caulim, 57%; de cobre, 597%; de ferro, 87,80%; e por aí vai. Então, nós temos um crescimento da produção material de minérios significativo, e com vias de se expandir.

Estes são dados do Plano Nacional de Mineração 2030. O cenário é o minério de ferro passar de 351 mil toneladas em 2008 para um bilhão de toneladas em 2030. E por aí vai. O ouro de 55 toneladas... São crescimentos de 5, 6, um crescimento muito significativo da produção minerária e metalúrgica, e isso tem efeito também sobre o consumo de águas. Aliás, é bom frisar, e eu sempre digo isto: a mineração não é... Nós não estamos falando

aqui de uma indústria de bombons, que quase não polui, que produz em pequena escala; estamos falando de extração em grande escala, em larguíssima escala. Se pegarmos Conceição do Mato Dentro, Carajás, a maioria dos casos que estamos tratando aqui são de escala imensa. E uma experiência que nós temos no Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração é que, por exemplo, aqui temos dezenas de comunidades, mais de 12 Estados representados, e poderíamos colocar aqui nesta mesa cada uma das comunidades, e cada uma das comunidades iria narrar um problema com água. Essa é a realidade da mineração no Brasil.

Aqui é o quadro da reprimarização econômica, de que alguém falava aqui no início. O Brasil, na década de 60, exportava mais de 85% de produtos primários e menos de 10% de produtos manufaturados. Temos ali um xis na década de 80, pois o Brasil passa a exportar mais produtos manufaturados e menos produtos primários; mas veremos, lá no final da década de 2000, que os produtos primários passam a ser a base das exportações brasileiras. Isso tem impactos na produção mineral – a agroindústria e a mineração são o centro dessa exploração –, e isso tem impactos em quê? Nas outorgas de água, a mineração já ultrapassou a indústria no número de outorgas de água, como dizia o Senador, e a irrigação só segue crescendo.

Aqui é a participação no PIB. Vou ser breve, mas vê-se que justamente a indústria de transformação, que cai de 17,2 para 14,6, é o que cresce a indústria extrativa mineral, que sobe de 1,6 para 4,1. É quase uma relação de equilíbrio interno da produção brasileira, de diminuição da indústria de transformação para o crescimento da indústria extrativa.

Um elemento importante: a mineração, além de consumir muita água – vou falar disso com mais detalhe em seguida –, consome muita energia. Se olharmos aqui, se somarmos os setores de cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, mineração e pelletização, não ferrosos e cerâmica, vamos chegar a 38,635 milhões toneladas equivalentes de petróleo (TEP) consumidas em 2012. Isso significa 15,2% da demanda energética nacional. Também aquele mito de que a gente precisa expandir as hidrelétricas no Brasil por causa do Programa Luz para Todos é mentira. Você vai ver que quem demanda fortemente a energia no Brasil não é a demanda residencial: é o consumo industrial minerário. E aí, se você pensar dentro do setor industrial, esses setores ligados à mineração respondem por 43,4 da demanda do setor industrial. Isso tem que ver também, obviamente, com a expansão da hidreletricidade no Brasil, especialmente na Região Norte, a principal fronteira de expansão da mineração hoje.

Aqui a gente tem um quadro de demanda, disponibilidade... Isso produzido pelos próprios relatórios de conjuntura hídrica que a Eldis estava apresentando aqui antes, comparando 2006 e 2010. A gente vai ver, com exceção da Bacia Amazônica, que tem um quadro de abundância muito grande, que é difícil você medir os aspectos de demanda diante da disponibilidade, mas, com exceção da Bacia Amazônica, em todas as outras regiões hidrográficas brasileiras, você vai ter um quadro em que a situação crítica, muito crítica ou preocupante crítica e muito crítica ou preocupante vai ter um crescimento significativo nesse breve intervalo de tempo, entre 2006 e 2010, se olharmos a Bacia do Paraná aqui.

Se olharmos as demais bacias, todas vão ter uma expansão razoável do cenário crítico, preocupante ou muito crítico, na relação demanda/disponibilidade. Quer dizer, está se demandando cada vez mais do que há disponível. Aí é um debate também sobre a capacidade de a Agência Nacional de Águas regular ou gestar todo esse processo.

Aqui é um quadro das cobranças pelo uso de água. Vemos uma evolução significativa, obviamente, de 2003/2004 para 2012.

Essas são diversas formas de pagamentos. Os pontinhos vermelhos são os pagamentos por hidroeletricidade. Essa, hoje, no Brasil, é uma prática já instalada. Quer dizer, a hidroeletricidade paga por água no Brasil. Há um processo instalado para fazer isso. Mas a mineração e os outros usos não.

Esse azulzinho aqui, que só está nessa região aqui, aqui e aqui, representa os únicos lugares em que os governadores já aprovaram a cobrança de água. Nos outros lugares, o comitê estadual aprovou a cobrança e o comitê de bacia estadual aprovou a cobrança – são esses outros azuis.

E o rosinha é o único comitê interestadual, que, se não me engano, é a Bacia do São Francisco, onde foi aprovada a cobrança. Então, todo o resto do Brasil não se encontra regularizada nem sequer a cobrança de água.

Não estou falando que a cobrança de água seria o mecanismo para solucionar os problemas. Eu acho que é só uma parte desse mecanismo. Mas isso mostra uma total dificuldade de controle, mesmo de implementação de mecanismos.

Aí é uma contradição que vale a pena ressaltar. O princípio da descentralização é um princípio importante, porque isso estimula os entes a participarem igualmente. Mas, ao mesmo tempo, desresponsabiliza o órgão nacional de construir uma política centralizada também, de estímulo e ampliação rápida, urgente, diante da crise hídrica que a gente está vivendo, de ampliação do controle sobre os usos, de cobranças sobre os usos e por aí vai. Esse quadro mostra que, na verdade, há, no litoral brasileiro basicamente, aqui em regiões metropo-

litanas importantes, as cobranças institucionalizadas. Nas outras regiões, não há instalação ou regularização de cobrança alguma.

Um dado muito importante para a gente levar em conta também é a questão do consumo consuntivo. Consumo consuntivo é aquele em que o uso da água que se retira do rio não é devolvido ao seu curso na integralidade retirada. Por exemplo, hidrelétrica, navegação não é consumo consuntivo, a água continua ali.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Caramba!

Mas a mineração, a indústria, todos esses fazem consumo consuntivo.

Entre 2000 e 2010, esse consumo cresceu 51,34% – isso aqui é dado da ANA, a fonte é a ANA.

Em todas as regiões hidrográficas, veremos que, em 2000 era um e, em 2010, era outro e significativamente maior. Então, esse é um dado preocupante.

Aqui temos um dado menos atualizado, que a Eldis tinha apresentado, mas é aquele mesmo quadro que ela mostrou, em que a mineração vai ultrapassar a indústria. A indústria com 762 à época, e eu já vi ali que a mineração tinha chegado a 983. Então, isso se expandiu no último período e já está mais forte ainda. Então, em número de outorgas, a mineração já tem uma participação mais significativa.

Aqui é a relação outorga/consumo. Este dado é importante para desmitificar uma coisa: diz-se muito que a irrigação é a principal fonte de consumo de água no Brasil. Ela é a principal fonte de outorgas, mas não necessariamente a principal fonte de consumo. Por quê? Porque aqui, na coluna azul, a gente tem o número de usuários. Então, o setor agropecuário responde por 56,04% do número de usuários – é, de longe, o maior –; a indústria, só 7,2%; o saneamento, 6,7%, e só vai caindo.

No entanto, apesar de ser responsável por 56,4%, ela só é responsável por 30,8% da captação em volume. Isso significa que o uso por unidade de outorga é menor. Por quê? A indústria utiliza apenas 7,2% das outorgas, mas, no entanto, é responsável por 16,65% do volume. Então, quer dizer, aqui temos mais outorgas e menos volume, e, aqui, menos outorgas e mais volumes.

Esse dado, em si, representa que a indústria e a mineração estão incluídas aí dentro e são responsáveis por um volume por outorga mais significativo do que o setor de irrigação. Às vezes, o número de outorgas da irrigação mistifica um pouco. Se olharmos aqui, vamos ver que a irrigação é responsável por 5.567 outorgas; a indústria e a mineração, por apenas 1,5 mil outorgas ou um pouquinho mais. Então, há uma diferença grande, mas, se você olha o consumo, você verá que o consumo não é tão mais significativo.

Há um elemento importante que, hoje, a gente estava discutindo e que, inclusive, a Julianna Malerba, da FASE, tinha colocado no nosso debate. A proposta do Relator Leonardo Quintão, que está infringindo o Código de Ética e Decoro da Câmara por relatar matéria de interesse específico das empresas que o financiaram – isso infringe o Código –, diz que, sem prejuízo de outros usos estabelecidos no contrato de concessão, as mineradoras poderão usar as águas necessárias para as operações da concessão, observadas as disposições, obviamente. Mas elas poderão usar essas águas.

Aqui, há um dado interessante: há um desnível, um desencontro entre os dados do DNPM sobre barragens e os dados da ANA sobre barragens. O DNPM diz que há 598 barragens ativas e inativas, 389 dentro do Plano Nacional de Segurança de Barragens, e 52 cavas exauridas por barramento, como Serra Pelada e outras. Os dados da ANA citam apenas 264 barragens por mineração. Essa é uma coisa importante para a gente colocar no relatório, para ver onde está esse furo. Há um furo. Obviamente, há um furo, e a gente precisa saber onde está esse furo, que, provavelmente, está nos dados da ANA.

As barragens são um drama para a maioria das pessoas que estão vivendo aqui. Houve pessoas mortas agora em Itabirito por conta do rompimento de barragem. Esse é um drama recorrente.

Há ainda o problema da poluição. O tempo é muito pouco. Eu ia citar os problemas que aparecem. Há uma série de problemas que a mineração cria para os usos das águas. O Gustavo colocou alguns, a Teca colocou outros, a Patrícia abordou outros. Há assoreamento, salinização, lixiviação, drenagem ácida, poluição, rompimento de ciclos hidrogeológicos. Há um monte de problemas.

Esses são dados da Vale, no seu Relatório de Sustentabilidade, o que serve quase para rirmos. No Relatório de Sustentabilidade da Vale, eles assumem que, em 2011... Aqui está o descarte total de efluentes líquidos gerados por tipos de destinação. Em 2012, eles jogaram 19% dos efluentes líquidos nos oceanos. Ou melhor, em 2012, foram jogados 17% nos oceanos, 76% em rios, em reservatórios e em barragens e 7% em outros. Quer dizer, eles estão assumindo aqui que eles estão jogando os seus efluentes líquidos nos reservatórios, nas barragens, nos mares, em tudo mais. E, aqui, eles falam quais são os tipos desses efluentes: os efluentes líquidos industriais representam 72,2 milhões de metros cúbicos; os efluentes líquidos oleosos, 0,5 milhão de metros cúbicos; e os efluentes líquidos que não demandam tratamento, que são os mais limpos, somente 21

milhões de metros cúbicos. Então, há 72 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos industriais, pesados, problemáticos, que estão sendo jogados nessa proporção em rios, em reservatórios, em barragens, em oceanos. Imaginem os impactos que isso está gerando também para a qualidade das águas!

A ANA também tem bons dados. É preciso ressaltar o esforço que a Agência Nacional de Águas tem feito pelo menos na produção de dados. Há um salto qualitativo nos últimos dez anos, principalmente, na produção de dados e tudo mais. Mas há também um buraco enorme no alcance do problema que está na base das comunidades que estão aqui e do Brasil em geral.

Então, por exemplo, na questão dos minerodutos, é fundamental que a gente constitua uma regulação específica para minerodutos, na verdade uma regulação ultrarrestritiva, se não proibindo o uso de minerodutos no Brasil na situação em que a gente está vivendo.

Vou falar da Bacia do Rio Santo Antônio. É o que a Patrícia falava e o que o Gustavo também falava. Você está autorizando, a menos de 20 quilômetros de um mineroduto para o outro, o Mineroduto Minas-Rio, que tem 525 quilômetros de extensão. Em geral, usa-se o dado metro cúbico por hora. Esse dado ilude um pouco. O que é metro cúbico? Ninguém sabe. A gente usa litro. Então, esse mineroduto vai usar 2,5 milhões de litros de água por hora para transportar minério, para retirá-lo de Minas Gerais e levá-lo para o Rio de Janeiro. E não há um tubo para fazer voltar essa água. Essa água sai de lá e não volta mais. É transposição de bacia. É isso o que está acontecendo. E, na mesma Bacia do Rio Santo Antônio há o Mineroduto Manabi, que sai do Morro do Pilar, com 511 quilômetros. O pessoal lá da Bacia do Santo Antônio se orgulha não só porque tem o maior do mundo, tem o segundo maior do mundo também.

A SRª PATRÍCIA GENEROSO (*Fora do microfone.*) – Não, o pessoal não, só o governo de Minas.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Só as empresas, não é?

Esse outro mineroduto vai usar três milhões de litros d'água por hora. Há uma projeção de que em Minas Gerais os minerodutos que estão em construção vão usar 15 milhões de litros de água por hora. Isso significa destruição de uma bacia hidrográfica, de bacias hidrográficas; inviabilização de modos de vida. Se isso não é uso concorrencial, inviabilização do uso principal para dessedentação de animais e uso humano, isso é o quê, é o quê?

Então, na verdade, mais uma vez eu acho que o princípio da descentralização permite que os governos estaduais, os comitês de bacias estaduais venham legislando sobre a água em seus Estados e permitindo que esse tipo de coisa seja encaminhado, inclusive, com corrupção, porque um dos secretários lá de Minas Gerais – estávamos comentando no almoço – um tal de Adriano, foi pego agora facilitando empreendimentos mineiros do Sr. Eike Batista. A gente tem visto, com os escândalos que se perpetuam agora no Brasil, como tem sido feito o processo de instalação de empreendimentos, de obras, na verdade, onde o Poder Público, o interesse público está completamente sequestrado pelo interesse privado.

Eu tentei aqui muito rapidamente apresentar dados que eu considerava mais significativos. A gente, de fato, tem aqui uma centena de dados e de problemas para apresentar. Acho que o princípio da descentralização e tudo o mais não pode ser um mecanismo de que a ANA e as outras agências se utilizem para lavar as mãos dos problemas que a gente está vivendo nos territórios, porque os governos estaduais, os comitês de bacias muitas vezes não vêm dando conta desse problemas, portanto eu acho que é importante a gente avançar na busca de mecanismos de regulação que deem conta, que criem esse pacto, mas tomara que seja breve a solução.

Por exemplo: eu estou tentando encaminhar algumas coisas, não sei se está sendo pescado pela relatoria, mas, por exemplo, a questão dos minerodutos é uma questão central; não podemos permitir... Por que a questão? É um recurso gratuito, já que eu mostrei no dado anterior que o pagamento pelo uso da água não está sendo efetivado na maioria das bacias; é um uso gratuito, barato, e por que é que as mineradoras optam pelo mineroduto? Construir ferrovias, comprar vagões, o que é outro problema, passa por cima das comunidades, também é problemático e é muito mais caro. No mineroduto eles põem um cano, bombeiam com água, que é grátis, e transportam o minério. É óbvio que dessa maneira é muito mais fácil.

A gente veio aqui, agradecendo mais uma vez essa audiência, fazer um chamado a atentar para esse problema. Não é possível que a gente só dê atenção à água quando ela acabe. É necessário a gente se antecipar aos problemas e tentar eliminar os fatos causadores dos problemas. E a gente está identificando muito claramente a questão da mineração como o centro disso.

Só anunciar algumas coisas importantes. A gente, do Comitê, além do esforço de luta, de mobilização, também tem feito um esforço de reflexão. Hoje temos presentes aqui três pesquisadores, a Gabriela, a Sílvia e o Luís, que estão em curso com uma pesquisa sobre os impactos da mineração na água. A gente está mapeando todos os casos de impactos da mineração na água, construindo um quadro nacional dos problemas que a gente está vendo e esse é um esforço importante que a gente está construindo para ver os impactos. E,

na verdade, essa audiência pública aqui e também a nossa plenária do Comitê – porque está realizando-se ao mesmo tempo aqui a plenária – é muito importante para isso.

Assim, agradecer mais uma vez e vamos juntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu queria agradecer a todos os convidados pelas informações que nos trouxeram e dizer-lhes que nós vamos ter que voltar a nossa atenção para o problema do uso da água. É fato que nós estamos concluindo este ano e muita coisa deverá acontecer a partir do próximo ano.

Eu tenho aqui uma revista do Senado, a revista *Em Discussão!*, em que o tema principal é a escassez de água. Agora nós temos que verificar qual é o viés da análise que está aqui concentrada na revista.

Temos a Senadora Ana Rita, que é a Presidente da nossa Comissão, a quem eu tenho a honra de passar a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Primeiramente, eu quero aqui parabenizar todos os nossos convidados e convidadas; parabenizar o Senador João Capiberibe pela iniciativa de trazer novamente este debate sobre a questão da água, sobre a questão da mineração.

A Comissão de Direitos Humanos já teve a oportunidade de, em outros momentos, fazer debates sobre esse tema, mas hoje agregou muita informação nova e que realmente nos impactou.

Da minha parte, eu me senti bastante impactada, inclusive com as imagens aqui apresentadas pela Patrícia, e isso me fez pensar duas coisas. Primeiro, é meio irônico nós todos, nas nossas cidades, nessas campanhas para preservar água, para não consumir em excesso, para ter cuidado com a torneira para não ficar aberta, para não ficar pingando, para tomar banho mais rápido, na hora de escovar os dentes fechar a torneira. Há toda uma campanha para economizarmos água, diante dos desafios que a gente tem de falta de água, e aí eu vejo aquelas imagens apresentadas pela Patrícia e pensei que o povo brasileiro parece que está sendo enrolado, porque com uma situação como essa, rios totalmente comprometidos, aquela imagem dos animais que vão beber água no rio e, de repente, não conseguem sair porque o rio virou um grande lamaçal por causa da extração do minério e as águas todas sendo afetadas, isso realmente nos impacta muita. Então, essa é uma questão que eu gostaria de colocar e que nos traz uma grande interrogação: como resolver isso de tal modo que haja solução de fato, e que não demore tanto?

Por outro lado, fico pensando também nos órgãos de fiscalização, de licenciamento ambiental. Muitas vezes, um pequeno empreendimento, uma coisa pequena, uma empresa pequenina que quer se instalar enfrenta tantas dificuldades para conseguir o licenciamento ambiental, e uma obra desse jeito, uma mineradora com esse potencial, com essa capacidade, tem o licenciamento ambiental. Eu fico me perguntando, quais são os critérios, quais são as regras que para alguns é tão restritivo e para outros é tão...? Eu confesso que, na qualidade de Senadora, eu fico me perguntando isso e me sinto meio que impotente diante desse quadro.

E, então, nós temos uma legislação que define normas, define critérios, define uma série de coisas, mas eu vejo que há um descompasso entre o que a lei prevê, o que está sendo regulamentado, o que já foi regulamentado e o que é executado na prática. Parece que há coisas que não combinam. Eu estou falando agora como uma cidadã, também. Não consigo ter resposta para essas questões. Então, deixa-me bastante impactada esse descompasso entre o que a legislação prevê e a realidade de fato. Há alguma coisa no meio do caminho que não nos atende. Então, essa extração do minério precisa ser repensada.

Está para ser votado no Congresso o Código de Mineração, algo que ainda não foi suficientemente debatido. Na minha opinião, muito pouco ou quase nada houve aqui no Senado Federal. E esse Código precisa, realmente, ser muito debatido, muito, para que a gente possa ter respostas para essas questões. Aí me preocupa – a nossa representante da ANA aqui – o fato de que nós não podemos demorar muito, porque quando tivermos um Código que realmente possa nos contemplar, a realidade já foi toda comprometida.

Estou meio que fazendo um certo desabafo aqui, eu fiquei realmente muito preocupada com isso que foi colocado aqui, que não é novidade para nós, porque já fizemos esse debate aqui em outros momentos. A Maria Teresa já esteve conosco, aqui, em outros momentos, mas confesso que essas exposições hoje foram muito fortes, elas trouxeram novos elementos também.

Sr. Presidente, eu gostaria, ainda, porque V. Exª que vai fazer os encaminhamentos desta audiência. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para trazer um outro tema que embora pareça não ter muito a ver, também tem a ver, que é o descaso com relação às áreas indígenas.

Eu recebi uma informação agora cedo, do Conselho Indigenista Missionário, de que em menos de 24h, no Estado de Mato Grosso do Sul, depois de um grupo armado atacar área do Tekoha, no Município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, lideranças dos Kaiowá e Guarani – porque alguns estão aqui hoje, inclusive, estão lá, no meu Gabinete, agora, conversando –, lideranças da comunidade afirmam ter recebido uma ligação do proprietário da Fazenda Burana, em que a pessoa que fez a ligação afirmou que, hoje, quarta-feira, na verdade,

entre 14 e 15 horas, haveria um novo ataque contra os indígenas, e ofereceu dinheiro para saírem da área, e os indígenas, as lideranças indígenas não aceitaram.

A agressão com hora marcada poderá acontecer na sequência do desaparecimento de uma jovem indígena, porque na segunda-feira, no dia de ontem, essa jovem chamada Júlia Venezuela Almeida, Guaraní-Kaio-wá, de 17 anos, caiu depois de ser baleada e foi arrastada, colocada sob um caminhão, um carro, enfim, e, até agora não foi localizada essa pessoa.

Tudo indica que, possivelmente, ela esteja morta, e ela é filha de um índio que também foi assassinado em função da mesma luta, na mesma área, um tempo atrás.

Então, eu trago esta informação, aqui, rapidamente, porque a Comissão de Direitos Humanos da Câmara já está se manifestando sobre isso e nós, da Comissão de Direitos Humanos, contamos, aí, também, com o Senador João Capiberibe, que é Vice-Presidente desta Comissão, vamos nos manifestar com relação a esses fatos.

Então, a falta de demarcação das terras indígenas está levando à morte de muitos índios e diversos fazendeiros e, de uma maneira arrogante, está tirando vida de pessoas, envolvendo diversos capatazes, enfim, e, aqui, de acordo com os relatos, foram muitos carros que chegaram na área, em torno de 40 carros, fazendo cavalo de pau, numa arrogância, numa petulância muito grande.

Então, eu faço esse registro aqui porque também é um problema a que nós precisamos dar um encaminhamento.

Então, é isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez, parabéns pela audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, e, nesse momento em que a senhora traz a denúncia de agressão a lideranças indígenas no Mato Grosso do Sul, a comunidade indígena sofre uma outra agressão nesse momento: a Comissão Especial que analisa a PEC nº 215 está reunida com a ideia de aprovar, trazer para o Congresso, a homologação das futuras áreas demarcadas nas comunidades indígenas.

Isso aí num retrocesso absurdo. É, exatamente, para paralisar, porque o processo de demarcação e homologação de terras indígenas é extremamente demorado. Tem casos que foram demarcados, foram reconhecidas como terras indígenas, depois, demarcadas, depois, homologadas, mas o processo foi parar na Justiça, e já levam 10, 15 anos, sem que essas comunidades possam recuperar as suas terras.

Então, há, na verdade, uma conspiração contra a comunidade indígena, e tem um braço político, que está aqui, dentro do Parlamento, que são os representantes dos setores mais agressivos contra os indígenas e, inclusive, que contratam essa PEC nº 215. Nós recebemos uma denúncia de que um Assessor da Confederação Nacional da Agricultura foi que elaborou o Parecer do Deputado Serralho, que é o Substitutivo da PEC nº 215, que está sendo votada, possivelmente, daqui a pouco, na Comissão Especial da Câmara.

Então, na verdade, há uma conspiração, realmente, contra aquilo que é fundamental preservar, as comunidades indígenas, os recursos naturais desse País, enfim. O que a gente observa, e, infelizmente, o Parlamento, o nosso Parlamento, a nossa representação política é financiada pelas mineradoras.

Uma parte dos Parlamentares aqui recebem financiamento dessas mineradoras e defendem o interesse dessas mineradoras. Voltando à questão específica do uso das águas pelo setor mineral.

Creio que poderíamos... creio não, gostaria que pudéssemos estabelecer aqui alguns encaminhamentos. Acho que precisamos de uma lei de proteção da água. Não basta o código de água que está aí. Acho que teríamos que ter uma lei mais clara para cobrar pelo uso de forma diferenciada, porque você usa a água, nós usamos, todos nós aqui usamos água em nossas casas e pagamos uma taxa não pela água propriamente dita, mas pelo serviço; é caríssimo captar, tratar, distribuir. A água é, de fato, um serviço muito caro. Mas as mineradoras usam água e para o uso de água industrial também ninguém conhece a tabela de preços. Acho que temos de fazer uma lei capaz de... Vamos dar um encaminhamento, solicitar à Consultoria do Senado que nos apresente alguns estudos e algumas propostas para que possamos legislar e, sobretudo, proteger a água.

Outra questão. Há o código da mineração. A pergunta é: da mineração ou das mineradoras? Acho que temos de nos debruçar sobre essa questão e analisarmos, estudarmos e fazermos repercutir na sociedade. O grande problema é que não temos meios de comunicação. É muito difícil que a sociedade se mobilize por algumas causas, uma mobilização mais geral que force, digamos, mudança de posição aqui no Parlamento. É difícil até porque a atividade econômica é muito valorizada, porque a partir dela geram-se empregos, e as pessoas querem o emprego não importando o custo que, muitas vezes, esse emprego exige da natureza.

Mas é importante que trabalhemos, criemos grupos de acompanhamento desse código das mineradoras, para que possamos influenciar ou tentar influenciar e propor algumas modificações. A mesma coisa é trabalhar um sistema de proteção mais eficiente, digamos. Temos uma legislação que protege nossas florestas,

mas vemos que, a cada ano, temos uma perda significativa. Ainda que haja legislação, não conseguimos fazer valer, digamos, a lei para o conjunto da sociedade brasileira.

O Brasil até hoje ainda tem prisão especial para quem tem diploma de curso de nível superior. Então, esses criminosos têm sempre algumas regalias e podem, inclusive, atropelar a lei, podem deixar de cumprir a lei. Sou de um Estado que também tinha mineração, com um componente econômico importante. Hoje já é quase insignificante, a mineração no Amapá deixou de ser a atividade econômica número um, hoje corresponde a menos de 5% do PIB. Mas ela continua existindo lá com muitas dificuldades, numa associação muito corrupta também com o Estado e também com as instituições que deveriam controlar esses aspectos mais nocivos da mineração.

Enfim, talvez seja o caso de pensarmos realmente numa tabela de preço do uso da água diferenciada para mineração. Já que os minerais são exportados como matéria prima e o custo da água tem de ser contabilizado, nós não podemos... nós estamos exportando natureza em forma de soja, em forma de vários produtos extrativos. E aí, chega a mineração...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – O mineroduto gasta dois centavos por metro cúbico.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – “Dois centavos por metro cúbico”, essa informação... E quem paga isso? Não paga um centavo?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – A mineradora paga. Eu fiz a conta aqui. Dá R\$196,980 mil por mês. Agora, imagine em uma cidade de 288 mil habitantes, cada habitante consome 250 litros de... pelos três milhões que você falou, que são os números mineroduto.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – O dado estava equivocado, em vez de 500 mil habitantes, tinha uma população de 250 mil habitantes em 24 horas, é isso?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Na verdade, eu fiz as contas aqui. O mineroduto... Com base nesse cálculo que o Carlos falou aqui, 3 milhões de litros por hora, então são 3 mil metros cúbicos. Imaginando que cada habitante consuma por volta de 250 litros, é um quarto de metro cúbico. Então, para cada metro cúbico, quatro habitantes. Então, 3 mil metros cúbicos por hora abastecem 12 mil habitantes por dia. 12 mil vezes 24 – que é o número de horas do dia – dá 48 mil metros cúbicos. Não, não, não. Está errado. Dá 288 mil habitantes. E, ao preço de dois centavos – que é o cobrado na Bacia do Rio Doce, na cobrança do uso da água, o metro cúbico do mineroduto é dois centavos –, então, isso daria, eu fiz as contas aqui, R\$196.980 mil por mês.

Aí eu pergunto: uma cidade de 288 mil habitantes, quanto será que ela paga de conta de água por mês? A cidade inteira, só pelo consumo residencial?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Eu queria consultar se um ou outro palestrante aqui poderia explicar como se dá o transporte de minério nos minerodutos – quem poderia dar uma explicação – com o uso da água? Isso, para o telespectador da *TV Senado* acho que é muito importante, para que o telespectador, as pessoas que a nós estão assistindo, que estão nos ouvindo possam entender, de fato, como acontece esse transporte de minério impulsionado pela água. Quem pode nos explicar?

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Eu posso dizer um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Com a palavra, Patrícia Generoso.

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Pois eu posso dizer um pouquinho, não muito tecnicamente, que quanto menor o volume de minério maior o volume de água, e esse volume de água... ainda que o minério não esteja sendo explorado e o mineroduto não esteja sendo utilizado para o transporte de minério, a água sempre tem que estar em curso, ela é bombeada.

Então, ela é captada em um local – no caso aqui no mineroduto Minas-Rio, na Bacia do Rio do Peixe –, ela é bombeada para um local onde tenha a planta de beneficiamento. Então, a água nova vai para a planta de beneficiamento. De lá tem uma estação, uma bomba também, que faz com que haja propulsão da água junto com o minério. E para que esse minério não se deposite, então é preciso que o fluxo de água seja constante. E a cada “x” quilômetros – eu não sei precisar aqui – tem uma outra bomba que... Como tem perdas no caminho, em alguns pontos também tem uma nova captação, e entra também uma nova captação de água para a propulsão do minério.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Na proporção de 70% de minério e 30% de água.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Vamos usar o microfone com... O senhor pode ligar, por favor.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – E não é só água e minério. Porque sempre a gente escutou falar “pasta”, água e minério. Envolve amido e... é amônia ou soda cáustica?

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Amônia.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – ...e amônia. Então, na realidade, essa pasta para fazer circular o minério nesses tubos e por gravidade, por bomba, ao longo dos quilômetros, tem também um aspecto de produto químico.

Então, se houver vazamento, como já aconteceu num teste em Conceição do Mato Dentro, quando houve uma grande mortandade de peixes, provavelmente aquele curso d'água não vai ter mais a sua saúde de água e de peixes.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Nem foi só de peixes, porque, além de peixes, semoventes também.

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Isso. Isso significa possibilidades inúmeras desse mineral, desse mineroduto funcionando 500 km, se houver rompimento em algum lugar, quem estiver ali ao lado, perto... Então, nós estamos diante de outra aberração construída em prol da mineração e do lucro da mineração ser cada vez maior. Então, eu não cogito nem a hipótese. Para mim, tem que ser um caminho de impedir imediatamente novos licenciamentos de minerodutos e cancelar os minerodutos já existentes. Eu posso aproveitar o ensejo para dar uma sugestão de encaminhamento, Senador?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Só uma coisa da proporção, para ficar claro. Em geral, em média são 70% de minério para 30% de água, para ter noção. Então, em 26 milhões de toneladas, você pode imaginar a quantidade...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Eu ouço a sua sugestão.

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Senador, a questão da água com a mineração é tão grave que nós não temos tempo de percorrer os caminhos tradicionais de novas leis, de fiscalizar o cumprimento das leis, Senador.

Às vezes me pego pensando que nós estamos numa guerra, só que não declarada, e nós estamos falando de segurança nacional não no sentido de sermos ameaçados por outros países. Nós estamos falando de segurança nacional na perspectiva de não termos condições de nos perpetuar como país por falta de água, disseminando-se numa velocidade como o Carlos mostrou, porque querem minerar tudo o mais rápido possível.

Então, eu penso que nós teríamos que buscar caminhos até dentro do Senado ou jurídicos para ver que condições existem para buscar alternativas imediatas ou para moratórias. Por exemplo, que não se licencie absolutamente nenhum empreendimento que impacte água, qualquer que seja a forma, enquanto não houver a clareza do que isso vai significar.

Não sei se o senhor sabe, mas minerodutos envolvem ainda uma legislação da década de Ditadura em que a mineração é declarada de utilidade pública. Nós estamos usando mecanismos da Ditadura que eram usados para salvaguarda da soberania nacional para essa monstruosidade. Para mim, essas legislações tinham que ser imediatamente abolidas. Mineração não é utilidade pública. Então, não se pode usar isso para minerar APP, fazer mineroduto, fazer caírem liminares porque é de utilidade pública.

Nós temos que tentar arranjar mecanismos, Senador, emergenciais, como se nós estivéssemos num estado de sítio perante uma ameaça nacional, porque nós estamos falando de segurança hídrica. Agora é São Paulo, é o rio São Francisco, é a Bacia do rio Doce, são todos os lugares. Nós temos que construir alguma saída urgente, emergencial, imediata. Não dá para ficar esperando essas formas que a gente veio construindo.

A Agência Nacional das Águas tem um papel nisso, tem que avaliar que mecanismos existem para imediatamente serem suspensos e não ser licenciado mais nenhum empreendimento de grande e médio porte que impacte água, qualquer que seja a forma desse empreendimento. Eu acho que isso tem que constar com um encaminhamento, porque nós estamos falando de vida. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem!

Com a palavra, Eldis Camargo.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Bom, já esclarecer um ponto que foi levantado pelo Carlos. Essa discrepância de barragens do DNPM e dos dados da ANA tem por base que a ANA só cuida de águas de domínio da União e o levantamento do DNPM é de todas as barragens. É muito importante entender essa divisão de águas. É um absurdo. Mas há águas da União e águas do Estado. Isso foi a Constituição que disse.

Outro ponto é a questão da cobrança, a qual acontece diante de um sistema montado e se inicia na vontade do comitê. Não é a ANA que faz a cobrança, ela só arrecada e distribui novamente para a Bacia. Então, tem todo um sistema que precisa ter agência e toda uma legislação para isso.

A Agência Nacional de Águas, assim como qualquer setor público – da nossa colega Teca –, só pode fazer o que está na lei. Então, não poderemos agir se não houver algum tipo de iniciativa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – ...que tem que montar. E outra coisa importante...

O SR. NILSON MOULIN – Tem que mudar a lei. A lei foi feita para as mineradoras no período colonial. Isso tem que mudar.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Aí tem que ficar aqui uma das sugestões. Tem que mudar e ver como está essa nova legislação, se atende a isso que a sociedade está solicitando aqui.

Outro dado importante também, para quem puder acompanhar – e o dever é acompanhar, nós devemos acompanhar –, é o Plano Nacional de Segurança Hídrica, que foi lançado há um mês. Então, teremos de acompanhar porque justamente tem essa intenção.

A ANA é só executora da política, ela não faz a política, entendeu?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Isso está na lei.

A ANA implementa a política.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Pois não, Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Acho que na questão dos minerodutos é importante... O minério é espatifado, passa no moinho e fica num tamanho muito pequenino para passar na água.

Agora, uma coisa importante que a gente não fala, por exemplo, no caso da Anglo American, cujo mineroduto teve a licença de operação do Ibama. O que aconteceu? Esse mineroduto era para transportar 24 milhões de toneladas, mas o plano de exploração de desenvolvimento da mina da Anglo American é para 66 milhões de toneladas, ou seja, eles vão aumentar a produção e na hora em que chegar em 26, 27 milhões de toneladas, vão precisar de um segundo mineroduto. Isso não é discutido com a sociedade.

A Manabi, que é outra empresa que eles estão tentando passar lá, é igual era a do Eike Batista, uma empresa de fachada. Ela está querendo fazer um mineroduto, mas a previsão de produção dela é de 66 milhões de toneladas. Então, vai precisar no mínimo de dois minerodutos.

Então, eles dão a licença e o que acontece? Na hora em que você vai tentar embargar na justiça, o que o juiz vai falar? Como a gente já vê as decisões judiciais, sabe que ele falará: “Não, já se investiu dinheiro aqui, o sistema que foi aprovado é esse e não dá para ser outro sistema”.

Se você somar três minerodutos, dá mais ou menos o custo de uma ferrovia. Só que, então, ele prefere fazer o mineroduto porque a água é barata e o capital inicial que ele vai investir é muito menor do que o da ferrovia. Aí, quando atingir o nível de produção, vai para o segundo mineroduto. O local por que o mineroduto passa é o mesmo no qual já foi instalado o primeiro mineroduto. Por exemplo, a Empresa Samarco, que é a pioneira nos minerodutos no Brasil, já está no terceiro mineroduto, na mesma região.

A questão para a qual eu queria chamar atenção é que a água não é considerada bem comum, porque hoje a política de recursos é separada da política de meio ambiente. Então, se você vai no capítulo da Constituição que trata do meio ambiente, que é o art. 225...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Não. Você falou que esse capítulo considera meio ambiente um bem comum, mas não cita a água em nenhum dos termos do art. 225. Ele não cita a água e não dá *status* para a água da mesma forma que dá para a biodiversidade, para muitas coisas.

Então, a verdade é que hoje a gente precisa de uma emenda constitucional que coloque um inciso lá dizendo que a água é bem comum. Isso não está ali, do ponto de vista jurídico hoje, da mesma forma que ela não é considerada um direito humano. Então, fez-se esse absurdo.

O Conama editou a Resolução nº 369, que passou a declarar a mineração como um bem de utilidade pública. Eles não tiveram o pudor...

Isso começou no Governo do FHC e terminou com Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, no Governo Lula. Começou com o FHC, com os mineiros que estavam lá no Ministério do Meio Ambiente essa Proposta de Resolução 369 que declara a mineração de utilidade pública, e não faz sequer um inciso falando: quando houver outra utilidade pública anterior a essa utilidade pública da mineração, ela tem prioridade. Que é, por exemplo, o caso do abastecimento público.

Então, hoje, você entra no *site* do Departamento Nacional da Produção Mineral, está lá, na primeira página tem um selo Resolução 369 e a turma de mineração acha que o direito à utilidade pública da mineração é tão importante quanto o abastecimento público. E o Governo legisla.

Então, agora quero discordar da Elis, da Eldis só num ponto. A ANA, por exemplo. Existe um cidadão da ANA que se chama Rodrigo Flecha, você deve conhecê-lo. Rodrigo Flecha vai dar cursos para os comitês de bacias de Minas Gerais e vende essa ideia toda de que falei ali, que mostrei ali, que é a meta, é a projeção de uso. É isso que está desconstruindo a política de recursos hídricos por pessoas da ANA que fazem política sim, fazem política sim; e a ANA vai nos momentos de votação e vota junto com o setor da mineração.

Então, acho que hoje esse é um problema sério que nós temos. Nós não temos uma Agência Nacional de Águas que está defendendo a água, não, ela está defendendo o contrário. E o Governo Federal, infelizmente, anda a reboque da mineração. E, no caso do Governo do Minas Gerais, é uma quadrilha, é uma quadrilha criminosa. (*Palmas.*)

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Então, fico indignado quando vem um Senador como o Aécio Neves e fala que tem uma quadrilha no atual Governo, sendo que ele foi um dos chefes da quadrilha que acabou, que implantou a mineração a qualquer custo em Minas Gerais.

Foi ele que barrou o licenciamento da mina, da mina não, do Parque Nacional da Serra do Gandarela, porque o Governo Federal, falou: se o Governo do Estado apoiar, está criado o parque do jeito que a gente propunha, do jeito que estava lá na proposta do ICMBio, proposta original. No governo estadual do Aécio Neves, do Antonio Augusto Anastasia, o novo Senador eleito fez tudo para sabotar o Parque Nacional da Serra do Gandarela porque são capachos, são capachos da mineração. Isso que é a verdade! E, do ponto de vista da expropriação da natureza, da água, isso é uma quadrilha organizada! (*Palmas.*)

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Vai ver hoje o que é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou o Conama. Vai ver a composição para ver o que é a sociedade civil lá dentro. Não é nada! Ela não tem voto nenhum!

Agora, nós temos vários companheiros dos movimentos sociais que são equivocados porque acham que não devem participar dos conselhos pois já são votos vencidos.

Então, se for assim, adeus política! Porque o Parlamento hoje, a maioria é vendida, boa parte, não sei se são 300 picaretas, como dizia o Lula, talvez sejam 400, não sei. Mas o problema é o seguinte, nós temos que participar da política, da política de meio ambiente, da política de recursos hídricos e da política institucional.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Você pode usar, é a última intervenção, daqui a pouco tenho de encerrar.

O SR. NILSON MOULIN – Alô.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Está gravando, identifique-se, por favor.

O SR. NILSON MOULIN – É coerente o que você falou em relação ao Aécio Neves e Minas Gerais, tudo que fez de errado e as mentiras. É coerente com a política do Fernando Henrique.

Quando Fernando Henrique privatizou a Vale, o que já vinha desde o tempo da ditadura foi acentuado e ficou. Então, é coerente com essa linha de vender o patrimônio público que beneficia o grande capital nacional e internacional, e uma parte foi levantada aqui.

Eu creio, Senador, que esse tipo de debate precisa ser ampliado, retomado ano que vem, com audiência pública nessa linha.

Sobre o que foi proposto aqui o Carlos falou muito bem, todos deram contribuições muito importantes para retomarmos em audiências públicas: a questão da água como questão central dessa nossa república des governada e vendida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Quanto a essa questão da minoria, da não participação em função de ser minoria, aqui no Parlamento, em alguns temas nós somos minoria mesmo. Temos três ou quatro defendendo algumas posições e a maioria esmagadora é aquela que defende o sistema.

Vamos aos encaminhamentos.

Tenho aqui algumas propostas. A primeira seria o ofício à Presidente Dilma solicitando o agendamento de uma reunião com representantes da Comissão de Direitos Humanos do Senado, representantes do Movimento pela Preservação da Serra da Gandarela e Vereadores de Belo Horizonte para tratar dos limites do Parque Nacional da Serra da Gandarela, criado no dia 13 de outubro de 2014, ressaltando a questão da segurança hídrica para Belo Horizonte e sua região metropolitana. Vamos encaminhar o ofício solicitando essa audiência com a Presidente Dilma .

O segundo ponto seria o ofício à Agência Nacional de Águas (ANA) informando sobre a questão da água e demandando um posicionamento a respeito, visto que atua no âmbito da gestão de águas e vem desenvolvendo estudos e planos voltados à garantia de abastecimento de água nos grandes centros urbanos brasileiros.

Terceiro, ofício ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) salientando a preocupação com os limites do Parque Nacional da Serra da Gandarela, que não protegeram adequadamente a Bacia do Ribeirão da Prata e a maior parte da Serra, o que significa desproteção do aquífero e dos mananciais de água que são fundamentais para o Rio das Velhas, no qual está a captação de Bela Fama, que é vital para Belo Horizonte e sua região metropolitana.

Quarto, um ofício à Copasa, na pessoa de Nelson Guimarães, Superintendente da Produção e Tratamento de Água da região metropolitana de Belo Horizonte, responsável pelo sistema integrado e pela sua macro-

-operação, solicitando especial atenção à questão da Serra da Gandarela e do Ribeirão da Prata e sua relação com o Rio das Velhas e a captação de Bela Fama.

O quinto ponto, que vamos trabalhar aqui no Senado, será o encaminhamento de um projeto de resolução suspendendo todo e qualquer licenciamento de mineroduto até que os condicionamentos do mineroduto Minas-Rio sejam respondidos. São mais de 360, não é? *(Pausa.)*

Então, nós vamos preparar um projeto de resolução legislativa suspendendo todo e qualquer licenciamento para novos minerodutos e vamos tentar aprovar aqui na Casa. *(Palmas.)*

Aí, então, a gente vai precisar contar, de fato, com a mobilização daqueles que se preocupam com o futuro do nosso País, com o futuro da nossas cidades, porque, pelo que está posto aqui, o que está acontecendo em São Paulo está se reproduzindo em Belo Horizonte e vai acontecer no País como um todo.

Para encerrar, eu gostaria de dizer, a gente sente que o Brasil da democracia melhorou enormemente. Os dados estão aí. Recentemente, o IBGE nos forneceu os dados da expectativa de vida no Brasil. Chegamos a 74 anos e 9 meses. Eu sou de uma geração cuja expectativa de vida era 40 anos, e eu estou com muita sorte de estar por aqui contando essa história. A mortalidade infantil era de 140 crianças a cada um mil nascidas vivas. Hoje caiu para 15 crianças para cada um mil nascidas vivas. O Brasil melhorou.

Agora, o que não é possível é continuarmos melhorando com um custo ambiental tão pesado, não só na questão da utilização da água, mas também da floresta. Nós temos graves problemas na Amazônia, nós temos um avanço da fronteira agrícola, uma conversão de florestas heterogêneas em monocultura, que é algo absurdo, e que precisa, também, de controle. O País, infelizmente, não fiscaliza nem os centros urbanos, a periferia das nossas cidades é completamente abandonada. Imaginem os lugares mais isolados.

Enfim, houve avanços, mas eles aconteceram, sobretudo, na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, na democracia. Dos anos 80 para cá, os dados melhoraram enormemente, e a gente precisa continuar melhorando, mas tem que estar com o olho no futuro.

Nós não podemos deixar para as gerações futuras o desastre. Nós temos que, claro, garantir a nossa sobrevivência, mas garantir a sobrevivência daqueles que virão.

Eu queria finalizar agradecendo a todos os nossos convidados e pedindo a vocês que a gente possa continuar juntos, com essa mesma preocupação de preservar os recursos naturais do nosso País, o patrimônio de todos nós brasileiros e brasileiras. Seja do Norte, seja do Sul, esses recursos são nossos.

Eu quero agradecer aos convidados. Digo a vocês que alguns resultados, alguns produtos sairão desta audiência pública.

Obrigado. Um grande abraço. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.)

ATA DA 72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 11 HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e dez minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, João Capiberibe, Marta Suplicy, Eduardo Suplicy, João Durval, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jayme Campos, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Álvaro Dias. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta registra a presença do Vice-Governador eleito do Estado do Espírito Santo, César Colnago, e lhe concede a palavra. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 66ª a 71ª Reuniões. Em seguida, informa que a Reunião ocorrerá em duas partes, a primeira, reunião de trabalho com o objetivo de apresentar o Relatório do 2º Semestre de 2014 e o Relatório Geral – CDH, Biênio 2013/2014. A segunda, deliberativa. Às treze horas e dezesseis minutos, a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Paim. Às treze horas e vinte e oito minutos o Senhor Presidente eventual Senador Paulo Paim devolve a presidência dos trabalhos a Senhora Presidenta Ana Rita. A Senhora Presidenta faz encaminhamento, coloca em votação e aprova requerimento para que a Mesa do Senado encaminhe representação contra o Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP/RJ) junto a Câmara dos Deputados, por conduta discriminatória contra as mulheres, em especial contra a Deputada Maria do Rosário, ocorrida no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 09/12/2014. Passa-se à apreciação da Pauta. 1ª Parte: Reunião de Trabalho. Finalidade: Apre-

sentação do Relatório do 2º Semestre de 2014 e do Relatório Geral – CDH, Biênio 2013/2014. Resultado: O Relatório foi apresentado e discutido. 2ª Parte. Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2014 – Não Terminativo – Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. Item 3. Sugestão nº 11, de 2014 – Não Terminativo – Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara nº 16/13. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OABSP. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. Item 4. Sugestão nº 5, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, o destino dos recursos e a sua fiscalização. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. Item 5. Sugestão nº 6, de 2014 – Não Terminativo – Estabelece novas regras sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Sugestão nº 8, de 2014 – Não Terminativo – Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. **Autoria:** Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo acolhimento da Sugestão nº 8/2014 para que seja examinada por Subcomissão especial a ser criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Resultado: Adiado. Item 7. Sugestão nº 14, de 2014 – Não Terminativo – Encaminha proposta de Projeto de Lei instituindo um sistema de ouvidorias, no âmbito do Poder Executivo Federal. **Autoria:** Centro Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CI. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Gim (Substituído por ad hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº , de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo como convidados o Procurador Regional da República, Dr. Guilherme Schelb, Pastor Silas Malafaia, Procurador Regional Ronaldo Albo, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, e Juíza de Direito, Dra. Hermínia Azoury, ambos do Estado do Espírito Santo, Psicóloga Dra. Elisete Malafaia, Pr. Renê Terra Nova, Dr. Ives Gandra Martins e igualmente o Ministro Ives Gandra Martins Filho, Dra. Marisa Lobo, psicóloga, 1 representante da ANAJURI – Associação Nacional dos juristas Evangélicos do Brasil, 1 representante dos Juristas de Cristo do Brasil, 1 representante da Comissão de Vida e Família da CNBB, estes, conforme designação das respectivas entidades. para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família. Para as referidas audiências, proponho, ouvida a Comissão, as datas de 05 e 12 de março de 2015. **Autoria:** Senador Magno Malta. Resultado: Não lido. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 81, de 2014. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 77/2014, seja alterada a lista de convida-

dos. Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: 1. Sr. Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; 2. Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical; 3. Sr. Gilberto Carvalho, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República; 4. Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; 5. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; 6. Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; 7. Sra. Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional da Saúde; 8. Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, Ex-Ministro da Fazenda e da Administração Federal; 9. Gilson Dipp, ex Ministro do Superior Tribunal de Justiça; 10. José Geraldo, Professor e Ex-Reitor da Universidade de Brasília. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº , de 2014. Nos termos do art. 73 combinado com o inciso III do art. 76 do Regimento Interno requeiro a criação da Subcomissão Temporária para debater proposições legislativas que julgar cabíveis relativas à regulamentação do uso medicinal, recreativo e industrial da Cannabis e seus componentes, formada por 5 membros titulares e 5 suplentes, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Resultado: Não Lido. Extrapauta. Item 14. Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013 – Não Terminativo – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Autoria:** Deputado Vieira da Cunha. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 82, de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, c/c o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2014, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. **Autoria:** Deputada Federal Elcione Barbalho. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Resultado: Aprovado. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 83, de 2014. CONSIDERANDO o desrespeito e a agressão cometidos pelo Deputado Jair Bolsonaro contra as mulheres, em especial contra a Deputada Federal Maria do Rosário durante a Sessão 284, às 13 horas e 46 minutos, do dia 09/12/2014, (Deliberativa Extraordinária – CD) da Câmara dos Deputados. CONSIDERANDO que o comportamento do Deputado Federal ofendeu os princípios mais básicos dos direitos humanos, protegidos pela Constituição Federal, e é, por isso, incompatível com o decoro parlamentar; CONSIDERANDO que o ataque cometido pelo Deputado Jair Bolsonaro contra a Deputada Maria do Rosário atingiu não apenas a deputada, mas a dignidade da mulher, o esforço secular do Parlamento para avançar na proteção dos direitos humanos, na diminuição das desigualdades de gênero, na diminuição da violência contra a mulher, escopo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e do próprio Senado Federal; A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com fundamento no art. 55, inciso II, § 2º da Constituição Federal, que trata da perda de mandato de parlamentar federal, e art. 3º, inciso VII, art. 5º, incisos I, II, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados; REQUER que a Mesa do Senado Federal apresente à Mesa da Câmara dos Deputados a competente representação contra o Deputado Jair Bolsonaro por quebra de decoro parlamentar, bem como adote as demais providências legais ao seu dispor destinadas à defesa das prerrogativas constitucionais dos integrantes desta Casa Legislativa. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Resultado: Aprovado. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião (72ª), que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 72ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 66ª a 71ª reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta reunião está dividida em duas partes. A primeira parte será uma reunião de trabalho para apresentar os relatórios dos trabalhos desta Comissão e a segunda parte deliberativa de proposições.

Então vamos à primeira parte da reunião, que é a apresentação do relatório do segundo semestre de 2014. Eu não vou fazer a leitura deste relatório, mas ele está à disposição de todas as pessoas que assim dese-

jarem conhecer. Eu vou fazer a leitura do relatório do Biênio 2013/2014, que é o relatório final da Comissão de Direitos Humanos.

O biênio 2013/2014 da Comissão de Direitos Humanos iniciou-se em 28 de fevereiro de 2013, com a eleição da Senadora Ana Rita para a Presidência e do Senador João Capiberibe para a Vice-Presidência da Comissão.

Logo no início dos trabalhos, foi aprovado o Plano de Trabalho da CDH para o biênio, a partir das diretrizes apresentadas pela Presidenta, e instaladas quatro Subcomissões, que igualmente definiram seus planos de trabalho: a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata e Vice-Presidência da Senadora Ângela Portela; a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, sob a Presidência do Senador João Capiberibe e Vice-Presidência do Senador Randolfe Rodrigues; a Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, sob a Presidência do Senador Paulo Davim e Vice-Presidência da Senadora Lídice da Mata; e a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, sob a Presidência do Senador Paulo Paim e Vice-Presidência do Senador Eduardo Suplicy.

Ao encerrar-se esse biênio 2013/2014, a CDH apresenta um balanço das ações desenvolvidas com resultados bastante positivos e de grande relevância social.

Entre fevereiro de 2013 e dezembro de 2014, a Comissão de Direitos Humanos e suas Subcomissões realizaram um total de 161 reuniões, incluindo audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalho, sendo que ainda temos quatro audiências públicas agendadas para ocorrer antes do término do biênio.

Foram 118 audiências públicas com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater assuntos da mais alta relevância para o País, com temas instigantes e bastante variados, como diversificada foi a autoria dos requerimentos que as determinaram, que envolveu mais da metade dos membros da Comissão.

No âmbito da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, foram realizadas três audiências públicas, e uma na Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Quarenta e oito audiências foram realizadas em caráter interativo, garantindo participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. E a resposta foi muito ativa e intensa. Centenas de internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores convidados, que incluíram desde Ministros de Estado até acadêmicos, religiosos e representantes de diversos movimentos sociais.

Os temas tratados nas audiências públicas são de enorme repercussão social, tais como: resultados da política externa brasileira de direitos humanos; Convenção de Haia e situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos; adoção de crianças; novas configurações de famílias; casamento civil igualitário; envelhecimento e situação dos idosos; direitos das mulheres; criação da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres; resultado da pesquisa do Ipea intitulada Estupro no Brasil; políticas públicas; política nacional de participação social; cotas no serviço público; TVs comunitárias e Canal da Cidadania digital; Programa Mais Médicos; mobilidade urbana; alfabetismo no Brasil e necessidade de sua erradicação; doença falciforme; vírus ebola; internação compulsória de dependentes químicos; humanização do parto do Brasil; direito das pessoas com deficiência; Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência; direitos e políticas públicas destinadas às pessoas com Síndrome de Down; conscientização em relação ao autismo; mobilidade digna para pessoas com deficiência; marco legal dos povos tradicionais; situação dos povos indígenas; situação de adolescentes e jovens indígenas; conflitos agrários; agronegócio dos pequenos agricultores – Programa de Aquisição de Alimentos; emissão de poluentes na siderurgia; cultivos transgênicos e seus impactos; direitos dos trabalhadores; trabalho escravo; crimes trabalhistas e competências da Justiça do Trabalho; direito de greve no serviço público; regulamentação da PEC das domésticas; assédio moral no serviço público federal; direitos humanos e conquistas dos militares; mapa da violência no Brasil; combate à violência doméstica e familiar; criminalização dos movimentos sociais; violência contra os profissionais da comunicação; violência contra ativistas de movimentos sociais e socioambientais; extermínio de jovens negros; racismo no futebol; abusos de agentes do Estado ditatorial; necessidade de revisão da Lei da Anistia; desaparecidos da democracia; violação de direitos humanos contra jornalistas do País durante a ditadura militar; participação e as ações ilegais efetuadas por representantes da polícia política brasileira durante o golpe militar que depôs o Presidente chileno Salvador Allende; implementação das recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, apresentado em 10 de dezembro de 2014.

E, ainda, para analisar a proposta de regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha, objeto de sugestão popular recebida pelo portal e-Cidadania, que recebeu mais de 20 mil apoios de internautas, sob relatoria do Senador Cristovam Buarque, foram realizadas seis audiências, organizadas em blocos temáticos e com ampla participação popular.

Nas audiências da Comissão de Direitos Humanos houve o lançamento de importantes publicações e projetos, como: revista *Em discussão!*, com o tema “Adoção – Mudar um Destino”, do Senado Federal; Movimento Ação Integrada – por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis do trabalho escravo contemporâneo, de iniciativa do Sinait e da OIT; *Mulheres nas Eleições 2010*, livro organizado por José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão; *Relatório Figueiredo*, disponibilização da cópia digital do documento, que apontou violência de agentes públicos contra os povos indígenas nos anos 1960 e estava desaparecido há 40 anos; *Publicidade de Alimentos e Crianças*, livro editado pelo Instituto Alana em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância e o núcleo de pesquisa internacional da Universidade de Harvard; *A Inclusão na Educação Profissional: um novo jeito de ser docente*, livro publicado pela Unesco, UCB e Editora LiberLivro; *Toda loucura será protegida?*, matéria multimídia produzida pela Agência Senado sobre a Lei Antimanicomial; Direitos Humanos, Direitos de Todos, exposição de imagens produzidas pela CDH com momentos simbólicos da atuação desta Comissão relacionadas à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 66 anos em 10 de dezembro de 2014.

Em consonância com a política de transparência pública, a CDH fez editar boletins informativos para divulgação das suas atividades.

Em maio de 2013, o *Boletim da CDH* apresentou o relato dos trabalhos até ali desenvolvidos pela Comissão e noticiou as atividades previstas para o período subsequente. Renomeado para *Boletim Direitos Humanos em Pauta*, houve mais quatro números.

Em dezembro de 2013, o nº 1 destacou o debate de projetos como o PLC 122, sobre a criminalização das práticas de discriminação e ódio, e apresentou um balanço da atuação da Comissão e de seus membros, no segundo semestre de 2013.

Em fevereiro de 2014, o nº 2 focou a diligência realizada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, e os mecanismos de legislação participativa no Senado e na CDH.

Em março de 2014, o nº 3 foi dedicado especialmente às mulheres, com diversas matérias afetas ao tema e atenção especial para o combate à violência contra a mulher.

Em outubro de 2014, o nº 4 trouxe ao centro do debate a questão: “Direitos Humanos para quem?”, além de um balanço das atividades desenvolvidas em 2014.

No mesmo período, a Comissão de Direitos Humanos realizou 38 reuniões deliberativas, examinando 104 proposições legislativas, sendo: 59 projetos de lei do Senado; 1 substitutivo da Câmara dos Deputados; 24 projetos de lei da Câmara; 19 sugestões legislativas apresentadas pelo programa Jovem Senador ou diretamente pela sociedade civil, que, sendo aprovadas, passaram a tramitar como PLSs de autoria da Comissão de Direitos Humanos; 1 projeto de resolução do Senado para alteração do nome da atual Ala Filinto Müller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Com a nossa contribuição, a legislação brasileira já recebeu importantes aprimoramentos, como a Lei de Cotas para Negros em Concursos Públicos; a Lei Menino Bernardo, de combate à violência contra as crianças; a emenda constitucional que estendeu direitos trabalhistas às domésticas; a Lei Berenice Piana, de proteção aos direitos das pessoas com autismo; entre tantas outras.

Muitos outros temas permanecem com a discussão em aberto, merecendo nossa total atenção, como as questões relativas à regulação da mídia, ao trabalho escravo, às políticas inclusivas, ao combate à homofobia e a toda forma de preconceito, e tantas mais.

Se no início da nossa gestão a falta de quórum presencial obrigava a protelar indefinidamente a votação de matérias terminativas, ao longo desse período, o crescimento da participação dos Senadores membros reverteu essa tendência de esvaziamento, garantindo a apreciação de 25 proposições em caráter terminativo.

Além disso, a CDH aprovou 205 requerimentos apresentados por seus Senadores e Senadoras membros da Comissão.

A Comissão recebeu, nesse período, 182 denúncias referentes a violações de direitos humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências, visando a seu esclarecimento e solução.

A CDH realizou ainda seis diligências: em Rio Verde, Goiás, para verificar *in loco* os prejuízos provocados pela pulverização aérea de agrotóxico que atingiu a escola municipal e a situação de estudantes e trabalhadores da educação; nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, para visitar locais em que ocorreram torturas e desaparecimentos de presos políticos, durante o período ditatorial, para os quais há proposta de transformação em centros de memória e verdade; no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, Maranhão, ainda durante o recesso parlamentar, em janeiro de 2014, para verificar e discutir, *in loco*, as condições das vítimas de ataques de violência determinados supostamente por líderes de facções criminosas e as condições dos detentos, seus familiares, bem como a situação dos agentes penitenciários; em Santa Maria, Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss e buscar a adoção de medidas pelo Senado

Federal em favor das famílias das vítimas e sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza; na capital do Rio de Janeiro, para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, em 24 de abril de 2014.

Com esses números e a qualidade da atuação do conjunto do colegiado – aproveito para agradecer a participação e o empenho dos Senadores e Senadoras membros da Comissão –, posso afirmar, com toda a segurança, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que tenho a honra de presidir, alcançou, neste biênio 2013/2014, expressivo resultado e contribuiu enormemente para a ampliação das conquistas e a consolidação dos direitos humanos em nosso País.

Agradeço, por fim, à equipe da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, que sempre se empenhou para que tudo corresse a contento e para que pudéssemos obter os resultados expressivos que ora apresentamos.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução das realizações da Comissão de Direitos Humanos neste biênio. Quero aqui, novamente, mostrar os gráficos do quanto avançamos durante todo esse período, os gráficos evolutivos das reuniões deliberativas. Ali, acho que dá para ver. *(Pausa.)*

Então, dá para vocês perceberem o quanto nós avançamos em termos dos projetos. A figura nº 1 são as reuniões realizadas; a figura nº 2 são as matérias deliberadas. O relatório está à disposição de todos vocês.

Há um outro gráfico, em formato de *pizza*, que trata da distribuição temática das matérias deliberadas. Nós podemos perceber aqui o grande índice de matérias relacionadas às pessoas com deficiência e também às mulheres, idosos, povos tradicionais, enfim, um volume muito grande de matérias já aprovadas.

E temos o gráfico também das audiências públicas. O outro gráfico fala das audiências públicas, dos temas das audiências públicas, também bastante variados. Vocês podem perceber que há uma variedade imensa de temas. Muitos temas foram debatidos aqui, nesta Comissão, e foram propostos pela maioria dos Senadores que compõem esta Comissão.

Então, aqui, quero fazer um agradecimento a todos os colegas Senadores e Senadoras que contribuíram com o nosso trabalho.

Aproveito também para registrar a presença do Deputado Federal, capixaba, do nosso Estado, hoje eleito Vice-Governador, Deputado Cesar Colnago, do PSDB do Espírito Santo, que se encontra presente, acompanhando a leitura do nosso relatório.

Muito obrigada pela presença, Deputado César. É um prazer recebê-lo aqui.

Vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim, caso queira se manifestar com relação ao relatório.

Aproveito a oportunidade também para agradecer muito ao Senador Paulo Paim, que foi muito assíduo nesta Comissão, deu sustentação ao nosso trabalho o tempo todo. Contamos com a participação de vários Senadores, mas o Senador Paulo Paim foi um dos que estiveram sempre ao nosso lado, nos ajudando, defendendo e colaborando conosco.

Agradeço também profundamente ao Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão, que teve uma dedicação brilhante ao nosso trabalho; ao Senador Randolfe, à Senadora Angela, enfim, a todos os Senadores que aqui puderam colaborar.

Eu não posso deixar de fazer um agradecimento, embora já o tenha lido – está registrado no relatório –, à nossa equipe, porque eu digo que, se nós tivemos a oportunidade de realizar o trabalho que foi feito, isso foi graças a uma equipe séria, competente, dedicada e, mais do que isso, que abraçou a causa dos direitos humanos. Para se trabalhar numa Comissão como esta, que defende os direitos da pessoa e muitas vezes trata de matérias complicadas, polêmicas, é preciso também haver uma equipe dedicada.

Aproveito para registrar também a presença da Senadora Marta Suplicy, que agora retorna ao Senado e continua membro desta Comissão. Desenvolveu um trabalho muito importante como Ministra da Cultura e também, como Senadora, sempre foi uma grande parceira, uma grande aliada da Comissão de Direitos Humanos, em particular na matéria que trata de cotas raciais. A Senadora Marta Suplicy deu uma grande contribuição para que essa matéria fosse aprovada na CCJ, em particular, mas também passou por esta Comissão. Então, muito obrigada, Senadora Marta!

Eu vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se vacilar, vira uma reunião de homenagem a nossa querida Senadora pelo trabalho que ela fez aqui com a gente, não só nesse campo, mas também no campo das mulheres, na luta contra os preconceitos, na luta principalmente pela liberdade de orientação sexual e religiosa.

Enfim, Senadora Marta Suplicy, V. Exª é uma figura da qual esta Comissão tem muito orgulho, por saber que se fez presente aqui durante inúmeras reuniões, dezenas de reuniões. Lamentamos a sua falta quando V. Exª saiu para ser Ministra, mas que bom que voltou!

Queria dar este depoimento antes que ela saísse. É uma satisfação tê-la de volta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigada por suas palavras, Senador Paim e Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita.

Hoje há a posse no TCU, por isso também a nossa Comissão está um pouco esvaziada.

Mas nós não poderíamos deixar passar em branco – não sei se foi abordado o tema anteriormente, e me parecer ser da competência da Comissão de Direitos Humanos – o episódio que ontem nós vivemos aqui em relação à Deputada Maria do Rosário. Tratar dele compete também ao Senado, porque era uma reunião de Congresso, estávamos nós lá na hora do debate.

Tenho pensado no que nós poderíamos fazer. Tenho acompanhado os dados de violência no País, os dados de violência no meu Estado, que só aumentam, e particularmente os dados, agora, da violência contra a mulher em geral, violência doméstica, mas também contra jovens estudantes, os crimes de estupro e abuso nas festas universitárias e em outras. São todos temas que nos preocupam como mulheres, mas também nos preocupam como cidadãos, porque os que estão estuprando são pessoas que vão exercer profissões, vão ter contato com a população, vão ter contato com mulheres, poderão ser novos Abdul – como é o nome dele? –, aquele que estuprava as pacientes.

Sei lá, eu acho que é uma questão de costumes, é uma questão de valores. Tento entender o que se passa, mas me foge também. Acho que tem muito a ver, basicamente, com família, criação, questão de gênero, respeito e, ainda, resquícios de machismo. Mas, mais que tudo, tem a ver com impunidade, e aí nós voltamos à nossa Casa. Tem a ver com impunidade, porque o cidadão que perpetrou essa fala criminosa é um cidadão que não faz isso pela primeira vez, não faz isso sem querer, ele fez isso já contra a própria Deputada alguns anos atrás; se não me engano, ele é reincidente.

Ontem eu me vi coletando assinaturas – todas nós, Ana Rita ajudando, todas as Deputadas e Senadoras. Eu pensava, na hora em que coletava aquelas assinaturas... E depois ouvi da própria ofendida, Maria do Rosário: “Olha, eu estou cansada de solidariedade, porque solidariedade não muda nada, não está resolvendo o problema.” Então, estou fazendo uma consulta para ver o que podemos fazer. Talvez, no Supremo, possamos entrar com uma ação. Precisamos pensar em alguma coisa mais séria, porque, inclusive, não adianta nada, nem desculpas esse cidadão pede, ele vai praticar e vai dizer que está certo, que é isso mesmo.

Então, era essa questão que eu queria deixar para a nossa Comissão, Presidenta, para que a senhora possa, inclusive, nos ajudar a pensar em algo mais concreto, para que nós não fiquemos só no manifesto ao Presidente Henrique Alves, que desta vez me disse que pelo menos uma suspensão vai ter que acontecer – falou assim, em particular; não sei se vai acontecer.

Eu fico muito desanimada. Esse cidadão teve mais de 450 mil votos, muitos votos, em qualquer lugar são muitos votos. Agora, ele tem esposa, ele tem nora, ele deve ter uma porcentagem grande de eleitoras mulheres. Algumas, provavelmente, pensam exatamente como ele, mas não são todas que pensam assim. Fico imaginando se não há ali, naquele seio de eleitoras dele, alguém que vá – ou a própria esposa, na intimidade da casa – dizer a ele: “Olha, tudo tem limite; calma, não se trata assim uma pessoa, não se trata assim uma colega de trabalho.” Não há voto que compense uma postura como essa. Isso é um testemunho de retrocesso para o País, é uma postura que nos envergonha a todos como nação. É vergonhoso ter no Congresso Nacional uma pessoa que se refira assim a uma colega de trabalho.

Então, eu acho que a coisa é muito séria e que nós devemos, como Comissão de Direitos Humanos, ter uma postura além da solidariedade, algo mais concreto, algo mais proativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Marta, depois...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois quero falar do seu trabalho, permita-me ainda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Mas eu quero só... Porque amanhã nós teremos...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero interromper um minutinho para dizer que isso é mais relevante ainda quando levamos em consideração que a Presidenta da nossa Comissão é quem hoje mais entende de violência contra a mulher, porque andou este País inteiro, recebeu inúmeras denúncias e encaminhou inúmeras formas de lidar com isso – mas acho que nunca pensou que dentro da nossa Casa iríamos ter um caso desse porte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Marta, o que me preocupa também é que fatos como esse, reincidente aqui no Congresso Nacional, tenham desdobramento nas demais Casas Legislativas estaduais e municipais. Sei de vereadores que trataram vereadoras dessa forma e não se fez nada. É preciso realmente que o Congresso Nacional dê exemplo, para que situações como essa não aconteçam nas outras Casas Legislativas. Realmente, quem faz isso precisa sofrer uma punição rigorosa. Então, cabe à Câmara dos Deputados tomar uma atitude severa, isso precisa ser cobrado com certeza.

Amanhã pela manhã nós teremos aqui uma audiência pública na qual debateremos o conteúdo do relatório da Comissão Nacional da Verdade. A Deputada Maria do Rosário estará presente como nossa convidada. Nesse momento, a Comissão de Direitos Humanos vai se posicionar, através de um pronunciamento, através de uma nota, no momento em que ela estiver presente aqui amanhã.

Mas concordo plenamente com a Senadora Marta: a nota é importante porque dá visibilidade ao fato, mas precisamos realmente pensar em algo que dê um basta a esse tipo de situação, porque não é a primeira vez que isso acontece. Esse Deputado já se manifestou dessa forma aqui dentro – não sei se a Senadora Marta se lembra – com a Senadora Marinor Brito, nesta Comissão aqui, por causa de matérias com as quais ele não concordava. Ele não pode tratar as mulheres dessa forma. Ele pode ter as suas discordâncias, opiniões diferentes a respeito das matérias que tramitam aqui, mas não pode agredir verbalmente, com palavras de baixo calão, dizer coisas que ninguém diz publicamente. Não se pode ter esse tipo de comportamento dentro de uma casa legislativa com uma colega de trabalho. Se faz aqui, publicamente, imagine nos espaços privados o que deve acontecer! Então, é uma coisa em relação à qual realmente precisamos nos posicionar de forma mais corajosa e mais firme.

Deputado Cesar Colnago, gostaria também de se manifestar?

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Eu só, com a permissão do Senador Paim, queria dizer... Eu achei que a Comissão da Verdade fosse se reunir hoje. De toda forma, foi muito bom ter encontrado a minha conterrânea, que fez um bellissimo trabalho e que, com certeza, deixa uma história marcante na defesa do Estado democrático, na luta contra a violência.

Acho que a Senadora Marta colocou bem: a questão número um é a questão da impunidade. A segunda é o exemplo. Quer dizer, esta Casa não pode dar esse tipo de exemplo, porque o que acontece aqui reverbera para todas as casas brasileiras, não só para as Casas Legislativas, mas para as famílias, esse tipo de comportamento. Você pode discordar, você pode ter posições diferentes, mas você tem que respeitar acima de tudo as pessoas, os Parlamentares, todo cidadão brasileiro. É inaceitável esse tipo de atitude, que é reincidente. E aí vem a questão da impunidade, que campeia em todos os cantos deste País. Nós temos que mudar isso e acho que esta Casa tem que dar exemplo.

Mas queria, Ana Rita, dar-lhe parabéns por seu trabalho, pelo tanto que andou por este País, pelas inúmeras audiências e também pelo resultado dos processos aqui, dos projetos que tramitaram nesta Comissão tão importante. Nada é tão importante, num Estado democrático de direito, como a questão dos direitos humanos. E V. Ex^a é um exemplo prático dessa atividade – eu conheço V. Ex^a lá do nosso Estado. V. Ex^a brilhou muito, e abrilhanta, este Senado com a sua posição de rigor, de dedicação e de combate sempre aos extremos da violência e dos desajustes.

E aí, Marta, acho que o grande problema – não vou aqui teorizar – é a questão... Acho que nós vivemos um momento no mundo, e particularmente no mundo ocidental, do esvaziamento do ser. Recentemente estava lendo um livro chamado *Um Mundo sem Limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*, que diz que o consumo acima de tudo e a perda dos valores fundamentais da convivência democrática, com certeza, levam a comportamentos dos mais variados, quase à banalização do mal, muito presente nas sociedades, e, acima de tudo, à falta de limites, que gera aquilo que muitas vezes, num processo civilizatório, não se pode aceitar.

Acho que o combate à impunidade, a correção e a valorização daquilo que é fundamental para a vida humana passam muito pelo debate nesta Casa e principalmente nesta Comissão.

Portanto, ao parabenizá-la, quero apostar que o mal e essas coisas tão violentas não vão prevalecer e que nós teremos uma sociedade, num processo civilizatório, muito mais harmônica no sentido de construir, através do debate, da educação e de valores que são tão importantes para a sociedade, um mundo melhor, e não um mundo que, em determinados momentos e em determinados aspectos, caminha mais para a barbárie do que para a evolução de suas sociedades. Quero parabenizá-la, porque eu acho que V. Ex^a aqui – sou testemunha lá pelo Estado – colocou o seu tijolinho na construção de um mundo melhor e, com certeza, de um Senado cumprindo a sua missão. Parabéns!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deputado Cesar Colnago, obrigada pela presença, obrigada pelas palavras, muito obrigada.

Agradeço também à Senadora Marta pelo reconhecimento do trabalho e também por sua dedicação à defesa dos direitos das mulheres.

Senador Paulo Paim para concluir sua intervenção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro quero dizer que, claro, concordo 100% com tudo o que falou aqui a Senadora Marta Suplicy e também o Deputado Federal e hoje Vice-Governador reeleito Cesar Colnago, do Espírito Santo.

A Maria do Rosário é uma grande figura pública do nosso País, Ministra de Direitos Humanos, uma liderança incontestável do nosso Estado, uma das Parlamentares mais votadas do Rio Grande. Pela forma como ela foi ofendida, de fato, merece uma reação que não seja só manifestação de solidariedade à minha querida amiga Deputada Maria do Rosário. Vamos trabalhar juntos para aqui, quem sabe, com a provocação feita pela Senadora, construirmos uma reação que tenha repercussão tão forte como a agressão feita. A agressão feita não tem limite.

Sou obrigado a também dar este depoimento, porque recebi recentemente correspondência de um Estado, e não quero aqui atingir a todos, tenho esse cuidado, que vem com nomes de professores – quero deixar bem claro: há alguns professores, assim como há alguns Parlamentares que agem assim – que usam o direito de decidir quem vai passar e quem não vai passar, agem dessa mesma forma citada em relação à violência contra as mulheres. São meninas e meninos que me mandaram esse depoimento, e nós estamos buscando mais instrumentos para provar efetivamente quem são para não ficar uma imagem que abranja uma categoria. Vamos trazer a denúncia para o nosso Congresso.

Mas, Senadora, além desse apoio que daremos – naturalmente vamos trabalhar juntos em relação ao que fez o Deputado Bolsonaro, tenho que dizer o nome dele –, eu queria, neste momento em que V. Exª faz um balanço do trabalho da Comissão, cumprimentá-la; cumprimentá-la com muito carinho, com muito respeito.

Vou repetir coisas que eu já disse aqui na Comissão e na nossa Bancada. V. Exª foi uma grande surpresa para muita gente que não conhecia o seu trabalho. Como V. Exª foi vice numa época em que fui presidente, para mim não foi surpresa. V. Exª fez aqui um belíssimo trabalho, um excelente trabalho, sem mais aquela história de que só sicrano ou beltrano é que poderiam dirigir a Comissão para dar resultado. O resultado foi além, e muito além, de todos aqueles que a antecederam. V. Exª, claro, aqui não falou em números, mas, se olharmos para o passado, seu trabalho está muito além.

Dou esse depoimento com muita alegria. E lamento muito que no próximo ano V. Exª não esteja aqui conosco. Por opção, claro, do Partido e em razão de decisões no Estado, V. Exª não estará aqui como Senadora, mas fará muita, muita falta. Sei que V. Exª não sairá da vida pública. Continuará sendo essa guerreira, essa lutadora, uma mulher que faz o bem sem olhar a quem e que, muitas vezes, em nome do bem comum, abre mão da sua vida particular. Aqui foi citado o número de viagens que fez pelo País. Eu não fiz o número de viagens que V. Exª fez, quer seja representando a CPI de combate à violência em relação às mulheres, quer seja representando esta Comissão.

Então, eu quero apenas dar o depoimento de que a Casa perde, mas o Espírito Santo e o Brasil ganham, porque V. Exª não sairá da vida pública. Lá do seu Espírito Santo continuará fazendo a grande política, o bom combate, o bom embate, em benefício de todo o povo brasileiro. E como direitos humanos é uma causa universal, V. Exª há de ultrapassar as fronteiras, defendendo, da forma como faz, com tanta competência, os direitos humanos.

Parabéns a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Sinto-me muito feliz pelas palavras de V. Exª. Não sei se mereço tanto, mas creio que cumprimos aqui o que é obrigação nossa. Todo Parlamentar tem um trabalho a ser feito, e eu pude aqui me dedicar a esse trabalho.

Quero agradecer inclusive à nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, que me indicou para assumir esta Presidência. Foi uma conquista e um reconhecimento da nossa Bancada. Fiz isso com muito gosto. O Parlamento é isto: é o serviço que prestamos à sociedade, atendendo às necessidades de uma população, a meu ver, que mais precisa do serviço público e mais depende do Estado. Eu acredito que a Comissão de Direitos Humanos me deu a oportunidade de fazer esse trabalho. E não fiz sozinha, com certeza, não é, Senador Paulo Paim? V. Exª é testemunha disso. Nós fizemos em conjunto. As subcomissões aqui funcionaram. Foi uma dinâmica de trabalho que nos possibilitou trazer aqui hoje o resultado do esforço conjunto de toda uma equipe de trabalho.

Aproveito, ainda, para me reportar à situação da Deputada Maria do Rosário. Eu gostaria de aqui fazer um apelo. A postura do Deputado Jair Bolsonaro não foi uma postura isolada. Foi uma postura reincidente. Adotaremos providências formais; aliás, já estamos adotando, inclusive com uma queixa contra ele. Penso que, primeiro, ele não atacou apenas a pessoa Maria do Rosário, a cidadã, a Parlamentar, a militante de direitos humanos, a ex-Ministra Maria do Rosário. Ele agrediu as mulheres brasileiras com suas palavras, mas, em particular, o foco da agressão dele foi contra as pessoas que lutam pelos direitos humanos. O objetivo central foi atacar os direitos humanos. Várias falas, reportagens que pude ler, posteriores ao fato, dão esse entendimento. Ele agrediu todas as pessoas, homens e mulheres que lutam pelos direitos humanos em nosso País. Ele tem aversão a direitos humanos, não consegue assimilar o que são direitos humanos. E esse é um problema.

Portanto, cabe, na minha opinião, uma reação coletiva, uma reação das mulheres Parlamentares, e já estamos nos mobilizando para isso, uma reação do seu Partido, porque o partido que tem um Parlamentar com esse tipo de comportamento e que dá um péssimo exemplo à sociedade não pode permanecer...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Qual é o partido dele?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o PP.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Podemos falar com a Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Ana Amélia também se manifestou a esse respeito ontem. Nenhum partido deve acolher alguém que tem esse tipo de postura, que é contrário a qualquer princípio, a qualquer atitude.

A Mariana está me sugerindo que talvez nós pudéssemos aprovar uma representação da Comissão de Direitos Humanos junto à Câmara com relação a isso. Se houver concordância, eu acho que poderemos encaminhar uma representação, como Comissão de Direitos Humanos do Senado, junto à Câmara dos Deputados.

Para concluir minha fala, além de o Partido ter que se manifestar, também acredito que as mulheres brasileiras, os movimentos de mulheres deveriam se manifestar, assim como as eleitoras do Deputado. Elas não podem apoiar e eleger uma figura como essa. Estou dizendo, com todas as letras: trata-se de uma pessoa que não pode permanecer no convívio democrático, pois não tem postura democrática. Nós precisamos dar o exemplo.

Ficam as minhas indagações. Além do que podemos fazer aqui formalmente, a partir do nosso Regimento, junto à Justiça e junto à Presidência da Câmara, eu acho que a sociedade precisa se manifestar, por meio de todos os segmentos que eu acabei de relacionar.

Então, fica aqui a sugestão de esta Comissão de Direitos Humanos encaminhar uma representação junto à Câmara.

Se vocês concordam, podemos fazer uma elaboração agora ou...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Poderíamos fazer uma elaboração e depois colher as assinaturas da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Dos membros da Comissão?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De todos, claro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – De todos os membros da Comissão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Podemos aqui aprovar, então, esse encaminhamento?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Podemos?

Em votação o referido encaminhamento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos encaminhar e colher as assinaturas dos demais membros da Comissão para que possamos fazer uma representação junto à Câmara dos Deputados.

Agradeço as presenças do Deputado Cesar Colnago e da nossa Senadora Marta Suplicy.

Estamos concluindo a primeira parte da nossa reunião.

Volto a informar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora, só para registrar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... que, para alegria nossa, vieram aqui prestigiar a reunião, pois sabiam do balanço que V. Exª faria no dia de hoje, eles que também batem palmas porque acompanham o seu trabalho, o Warley, Presidente da Cobap, e o Vereador Julio Ramos, lá de Catanduva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Sejam bem-vindos. Obrigada pela presença. Muito obrigada.

Aproveito para dizer que os relatórios estão à disposição. Nós poderemos imprimir para aqueles que tiverem interesse, mas estão disponíveis também na internet.

Vamos, então, agora, passar para a segunda parte da nossa reunião, que é a parte deliberativa.

Do primeiro item da pauta, pág. 15, a relatoria é de V. Exª, Senador Paulo Paim.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2014
– Não terminativo –

Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: Tramitação: CDH e CTSEGPUBL (Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil).

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro, eu quero agradecer a V. Exª a generosidade de sempre, a grandeza que marca a sua atuação como Líder – é uma das Líderes da nossa Bancada e das mulheres do Brasil e também desta Comissão.

Quando aconteceu o lamentável incidente da boate Kiss no Rio Grande do Sul, em que morreram em torno de 250 pessoas, nós nos deslocamos – aprovados nesta Comissão – para aquela cidade e acompanhamos o luto, a tristeza, num ginásio esportivo, onde os corpos daqueles jovens estavam sendo velados pelos familiares.

Quando voltamos de lá, por iniciativa dos três Senadores do Rio Grande, nós organizamos aqui uma comissão especial para debater a gravidade do fato acontecido, com repercussão internacional, e outros que vinham acontecendo no Brasil e no mundo, como incêndio em casas de espetáculos. Muito bem.

A Senadora Ana Amélia foi a Presidenta, eu fui o Relator do trabalho dessa comissão e, concluído o trabalho, o que nós fizemos? Nós o remetemos para a Câmara dos Deputados, porque lá havia uma comissão que tinha iniciado um trabalho antes do nosso, liderado pelo Deputado Paulo Pimenta, que coordenou essa comissão, e a Relatora lá foi a Deputada Elcione Barbalho.

O nosso trabalho e o daquela comissão foram fundidos num único relatório. Então, este relatório que ora apresento, na verdade, é o brilhante trabalho feito sob a coordenação do Deputado Paulo Pimenta junto com o trabalho que nós fizemos aqui no Senado da República. E é com enorme tristeza que venho apresentar relatório que vai nessa linha. Mas, ao mesmo tempo, com a expectativa de que este relatório iniba, coíba, não permita mais que fatos como esse aconteçam.

Eu fui procurado inúmeras vezes pela comissão das famílias que perderam seus filhos – muitos perderam dois ou três filhos no mesmo momento – nesse incêndio. Eles pediram muito que nós apresentássemos o relatório do projeto para que o Brasil tivesse uma norma mínima. É claro que esse debate ainda vai continuar. Para mim, ele deve continuar a vida toda, no sentido de aprimorar a legislação.

Então, mediante esta fala rápida, homenageando os familiares, que até hoje choram as mortes dos seus entes queridos, faço a leitura do relatório.

Relatório.

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 33, de 2014, de autoria da Deputada Elcione Barbalho, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.

O art. 2º prevê que o planejamento urbano municipal deverá observar normas especiais de prevenção e combate a incêndios e desastres editadas pelos Municípios, respeitada a respectiva legislação estadual.

Tais normas abrangerão locais ocupados por cem ou mais pessoas, ou número menor, caso só possua uma rota de fuga; seja ocupado por idosos, crianças ou pessoas com dificuldade de locomoção; ou contenha muitos materiais inflamáveis.

O dispositivo também prevê que o prefeito municipal poderá conceder autorização especial para a realização de eventos integrantes do patrimônio cultural local ou regional, desde que adote medidas preventivas, verificadas pelo Corpo de Bombeiros Militar ou, na sua falta, por equipe técnica da Prefeitura, treinada e conveniada para esse fim.

O art. 3º, Srª Presidenta Ana Rita, atribui aos Corpos de Bombeiros Militares a incumbência de planejar, analisar, avaliar, vistoriar, aprovar e fiscalizar (inclusive com possibilidade de aplicação de advertência, multa, interdição e embargo) as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público.

O dispositivo também prevê que os Municípios que não possuírem unidade de Corpo de Bombeiros Militar poderão, mediante convênio, criar e manter serviço próprio de prevenção e combate a incêndios e atendimento a emergências.

O art. 4º estabelece condições a serem observadas no processo de aprovação da construção, instalação, reforma, ocupação ou uso de estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público perante o Poder Público municipal, voltado à emissão de alvará de licença ou autorização, ou documento equivalente.

Tais condições são: a observância da legislação estadual sobre incêndio; a facilidade de acesso para socorro e evacuação; o uso de materiais menos inflamáveis e chuveiros automáticos; a conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou similares; e o atendimento das exigências do Corpo de Bombeiros Militar.

O art. 5º institui fiscalizações e vistorias periódicas pelo Poder Público municipal e pelo Corpo de Bombeiros Militar.

O art. 6º prevê a observância de atos normativos expedidos pelos órgãos competentes e as normas da ABNT ou similares.

O art. 7º prevê a suplementação das diretrizes estabelecidas no projeto pelos entes subnacionais, consideradas as peculiaridades regionais e locais.

O art. 8º prevê a inclusão, no prazo de seis meses, de disciplinas relativas a prevenção e combate a incêndios e desastres nos cursos de graduação em Engenharia e Arquitetura e nos cursos de tecnologia e ensino médio correlatos.

O art. 9º prevê curso específico de prevenção e combate a incêndio para oficiais e praças dos setores técnicos e de fiscalização dos Corpos de Bombeiros Militares.

O art. 10 dispõe que o Município e o Corpo de Bombeiros Militar manterão na internet informações sobre os documentos de licenciamento. Também prevê que os estabelecimentos comerciais ou de serviços com *site* na internet deverão divulgar nele seus alvarás e outros documentos de licenciamento.

O art. 11 dispõe que os responsáveis pelo estabelecimento comercial ou de serviços manterão seu alvará e documentos de licenciamento visíveis ao público. O dispositivo também prevê que a capacidade máxima do local deverá ser informada.

O art. 12 criminaliza o descumprimento de determinações do Município ou do Corpo de Bombeiros Militar relativas a prevenção e combate a incêndios e desastres, com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

O art. 13 define como atos de improbidade administrativa certas condutas ou omissões de Prefeito ou de oficial de Corpo de Bombeiros Militar, como a inobservância de prazo máximo para o trâmite administrativo voltado à emissão de alvará ou laudo.

O art. 14 prevê, em caso de projeto que envolva incentivos fiscais da União, a possibilidade de exigência de certificação no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (Sbac) quanto à segurança de eventos e instalações.

O art. 15 prevê o cadastramento, em sistema unificado nacional, das informações sobre incêndios em áreas urbanas.

Os arts. 16, 17 e 18 alteram o Código de Defesa do Consumidor para proibir as comandas em casas noturnas e para prever como prática abusiva e crime a conduta de permitir superlotação.

Eu me lembro de que essa proposta foi apresentada aqui pelo Senador Jorge Viana.

O art. 19 altera o Código Civil para determinar que entidade designada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) ou a ABNT estabelecerão as construções sujeitas à inspeção técnica periódica após o vencimento do prazo de garantia do construtor em relação à solidez e segurança dos edifícios ou outras construções, bem como a periodicidade de sua realização.

Também prevê que o proprietário ou usuário dos edifícios ou outras construções fica obrigado a assegurar livre acesso para a realização de vistorias pelo Poder Público municipal, pelo Corpo de Bombeiros Militar e pelos responsáveis técnicos pelos projetos de arquitetura e engenharia.

O art. 20 harmoniza a proposição com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

O art. 21 permite que os órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenheiro e de arquiteto exijam a apresentação dos projetos técnicos, devidamente aprovados pelo Município.

O art. 22 confere tratamento diferenciado para empresas de pequeno porte e microempresas.

O art. 23 determina a vigência no prazo de 180 dias da publicação.

A matéria será, ainda, submetida ao exame da Comissão Temporária Destinada a Debater e Propor Soluções para o Financiamento da Segurança Pública no Brasil (CTSEGPUBL).

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

O projeto foi inicialmente distribuído somente à CTSEGPUBL.

No entanto, foi aprovado o Requerimento nº 474, de 2014, de nossa autoria, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), para que esta Comissão fosse ouvida.

De fato, de acordo com o art. 102-E, V e VI, do Risf, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições que tratem da proteção à família, às pessoas com deficiência, à infância, à juventude e aos idosos.

O objetivo do PLC nº 33, de 2014, é evitar tragédias como a morte de 242 pessoas em decorrência do incêndio na boate Kiss, ocorrido em 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria.

Veja bem, Srª Presidenta, já estamos no fim de 2014, o incidente foi em 27 de janeiro de 2013, e, daquele momento até hoje, nada, nada foi aprovado aqui no Congresso para combater esse tipo de crime.

O projeto é conveniente e oportuno, por dispor sobre a segurança contra incêndio e pânico em nível nacional, com foco na prevenção, no licenciamento e na fiscalização, visando à preservação de vidas humanas.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 33, de 2014, da forma que chegou à Casa, já que ele é o somatório do relatório que eu havia aqui apresentado e o relatório feito na Câmara, sob a coordenação do Deputado Paulo Pimenta e também da Deputada Elcione Barbalho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Parabéns pela relatoria deste projeto tão importante!

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, se me permitir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há um apelo muito grande dos familiares para que eu peça também a urgência aqui na Comissão, a fim de o projeto ir ao plenário. E já estamos conversando com o Senador Renan Calheiros sobre a possibilidade de ele ser votado na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, vamos concluir a votação da matéria, para depois votarmos a urgência.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise para a Comissão Temporária Destinada a Debater e Propor Soluções para o Financiamento da Segurança Pública no Brasil.

V. Exª está apresentando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, este é mesmo o objetivo.

Como o projeto teria que ser aprovado numa comissão, e foi aprovado hoje nesta aqui, a partir deste momento, com base no Regimento, nós podemos pedir a urgência, via Comissão, para que ele vá diretamente ao plenário e não vá a outras comissões, como foi feito hoje pela manhã, por exemplo, na Comissão de Assuntos Sociais. Um projeto lá aprovado, que teria que ir a outras comissões, aquele que fala do setor imobiliário – nós estávamos lá e também os que atuam nesse setor –, iria para outras comissões, porque lá não era terminativo, mas foi aprovado o requerimento e ele vai ser debatido no plenário, provavelmente, hoje à tarde. Se com o setor imobiliário pôde acontecer isso – e eu votei favoravelmente, inclusive, pensando no trabalho dos corretores –, se os corretores merecem essa homenagem – e acho que merecem mesmo, por isso, votei com muita convicção –, eu também gostaria muito que o Senado tivesse o mesmo procedimento, homenageando os familiares de 242 pessoas, eu diria, criminosamente assassinadas, covardemente, por falta de segurança no espaço em que estavam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É regimental a solicitação de V. Exª.

Coloco em votação o requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim, requerimento de urgência.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência.

Vamos passar para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação.

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Pela rejeição da matéria.

Observações: Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

– Em 19/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.

O relatório já foi lido em 19 de novembro de 2014, concluindo pela rejeição do projeto, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.

Foi apresentado voto em separado, que conclui pela aprovação do projeto.

Concederia a palavra ao Senador Cyro, que não está aqui no momento. Ele veio falar comigo e disse que está retirando o voto em separado porque, pelo Regimento, não haveria condição de apresentar esse voto em separado aqui hoje.

Então, eu coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição do projeto.

O projeto, agora, segue para análise na CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 11, de 2014

– Não terminativo –

Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara nº 16/13.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OABSP.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014.

Observações: Tramitação: CDH.

– Em 19/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva.

O relatório foi lido em 19 de novembro de 2014, concluindo pelo arquivamento da sugestão, oportunidade em que foi concedida vista coletiva.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão nº 11, de 2014.

Considerando que, dos demais projetos não terminativos que estão na pauta, não se encontram presentes os relatores e, para os outros, os terminativos, nós não temos o quórum presencial, eu vou colocar em apreciação o item extrapauta.

Portanto, eu, como sou Relatora deste item, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para fazer a inclusão deste projeto extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do PLC nº 68, de 2013, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Já está extrapauta.

Neste momento, eu convido a Relatora para que dê o seu parecer. Antes, seguindo o protocolo, passo a ler a matéria.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2013**– Não terminativo –****Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).****Autoria:** Deputado Vieira da Cunha**Relatoria:** Senadora Ana Rita**Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

O Deputado Vieira Cunha é do PDT, do Rio Grande do Sul.

A Relatora é a Senadora Ana Rita, à qual concedo a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2013 (PL nº 369, de 2009), do Deputado Vieira da Cunha, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*).

Em seu art. 1º, a proposição apresenta a definição de intimidação sistemática. Ademais, observa que o referido programa poderá fundamentar ações do Ministério e de Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

No seu art. 2º, lista as situações que indicam uma possível situação de intimidação sistemática. Já no art. 3º, traz sete possíveis classificações a se atribuir à intimidação sistemática, a saber: verbal, moral, sexual, social, psicológica, física, material e virtual. No art. 4º, apresenta nove diferentes objetivos do supramencionado programa.

Na sequência, estabelece, no art. 5º, que o combate à intimidação sistemática, em diferentes formas, é dever de estabelecimentos de ensino, clubes e agremiações recreativas.

Por fim, no art. 6º, determina que relatórios bimestrais serão produzidos a fim de planejar ações. No art. 7º, estabelece que entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias de forma a atender aos objetivos e diretrizes do programa. Ao final, no art. 8º, define que a lei resultante entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.

O autor da proposição observa que milhões de crianças, em escolas de todo o mundo, são vítimas da intimidação sistemática, também conhecida por *bullying*. Tal prática acaba por afetar a personalidade e a saúde física e mental das vítimas, como também gera repercussões marcantes nas famílias, na comunidade e na própria economia nacional.

O PLC em análise foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na qual teve o Senador Fleixa Ribeiro como Relator *ad hoc*.

Análise.

O PLC nº 68, de 2013, é consentâneo com as previsões do art. 24, inciso XV, do art. 48, *caput*, e do art. 59, inciso III, da Constituição Federal, bem como do art. 213, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Ademais, a lei ordinária é a espécie normativa adequada para o tratamento da matéria.

Nos termos dos incisos III, V, VI e VIII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, proteção à família, proteção à infância e à juventude e controle das políticas governamentais relativas à proteção à infância e à juventude, temas esses que guardam afinidade com o projeto em exame. Desse modo, não se verificam vícios de constitucionalidade ou, tampouco, de regimentalidade. De igual modo, não se constata vícios de juridicidade, de legalidade ou de técnica legislativa.

A proposição em exame decerto possui grande mérito. Afinal, salta à vista de todos o processo de violência sistemática por que passam diversas pessoas ao longo de fases da vida – em particular, durante a infância e a adolescência. A violência sistemática é um comportamento exercido por aquele que traz alta intolerância à diferença. Assim, a não aceitação do outro em sua particularidade transforma o intolerante num verdadeiro algoz.

Convém lembrar que o entendimento contemporâneo em matéria de direitos humanos é aquele que se pauta pelo respeito à diferença e por sua aceitação. É imperativo o estímulo a uma cultura de não violência, na qual crianças e adolescentes, em particular, são orientados no sentido de aceitarem a pluralidade do mundo em que vivem. A formação de tal cultura, é de se ressaltar, colabora não só para a paz como também para a formação de adultos com maior inteligência emocional.

O presente projeto, portanto, visa a jogar luz sobre o sério problema manifestado pela intimidação sistemática. De maneira prudente, a proposição cria um programa que tem espírito educacional e não punitivo, como certamente é de se evitar. Afinal, a alternativa penal deve sempre ser a última a se usar na solução dos conflitos. Para comportamentos criados pela intolerância, a educação ainda é a melhor solução.

Em síntese, o projeto cria uma imprescindível ferramenta para combater e prevenir a violência sistemática (*bullying*). No entanto, para melhor eficácia e aplicabilidade, ele merece pequenos ajustes.

O programa criado por este projeto descreve uma série de atos e situações que extrapolam a intimidação e se caracterizam, de fato, como violências, o que nos obriga a adequar o conceito aos casos descritos.

Os arts. 2º e 3º que tratam da classificação das ações de violência sistemática se sobrepõem, sendo necessária sua junção para atender à melhor técnica legislativa.

Quanto aos objetivos do programa, é necessário focar o programa no âmbito educacional, tendo em vista que o conceito de *bullying* é, inclusive, muito próprio da educação.

O voto.

Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013 (PL nº 5.369, de 2009, na origem), nos termos da emenda substitutiva.

Eu não vou fazer a leitura da emenda, porque a parte inicial já foi autoexplicativa.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresentou a nobre Senadora Ana Rita.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a se constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1–CDH (Substitutivo).

Em seguida, ainda exercendo a Presidência, eu passo a palavra à Senadora Ana Rita para que ela advoque o seu requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, aqui, estamos solicitando a realização de uma audiência pública. Embora já tivéssemos solicitado e aprovado anteriormente o requerimento de audiência pública, o referido requerimento altera substancialmente a lista de convidados que eu estou propondo para a audiência pública que vai tratar do decreto de participação social.

Na verdade, o requerimento aqui está sendo omissivo com relação ao objetivo, mas o objetivo é fazer o debate sobre o decreto de participação social, que ganhou uma ampla repercussão. Aqui, no Senado, ele tem sido debatido. Nós já fizemos uma audiência pública sobre esse assunto e entendemos que o debate deve permanecer. O tema é importante. O objetivo dessa audiência pública é fazer o aprofundamento da questão. O objetivo desse requerimento é apenas alterar a lista de convidados.

Então, nós estamos convidando o Sr. Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical; o Sr. Gilberto Carvalho, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República; um representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); um representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); a Srª Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional da Saúde; Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, ex-Ministro da Fazenda e da Administração Federal – nós estamos, inclusive, em fase de consulta para verificar a sua disponibilidade –; o Sr. Gilson Dipp, ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça; e o Sr. José Geraldo, Professor e ex-Reitor da Universidade de Brasília.

Conforme eu disse, trata-se da continuidade de um debate já iniciado por esta Comissão. Também tivemos a oportunidade de fazer esse debate na CCJ.

Entendemos que esse assunto continua na pauta. O decreto ainda não foi apreciado pelo Congresso e merece todo aprofundamento. Então, eu peço aqui aos colegas Senadores o apoio a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o requerimento da nobre Senadora Ana Rita, que se soma a um requerimento que nós já tínhamos apresentado, mas, depois, em conversa que tivemos, houve alteração na configuração dos convidados. Por isso, ela apresenta um requerimento que complementa aquele.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Isso.

Eu não mencionei, mas o requerimento inicialmente apresentado é do Senador Paulo Paim. Em comum acordo, fizemos uma alteração da listagem dos convidados. Também, ele tem o apoio do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quem concorda com o requerimento aqui lido e explicitado com muita clareza pela Presidenta desta Comissão permaneça como se encontra...

Primeiro, em discussão o requerimento. Alguém quer discutir o requerimento? *(Pausa.)*

Como ninguém quer discutir o requerimento, nós encaminhamos a votação.

Aqueles que concordam com o teor do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra, novamente, à Presidenta desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já caminhando para o encerramento desta reunião, como não há outras matérias a serem apreciadas, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 72ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Estou recebendo a informação de que foi deliberado, agora, neste momento, na Comissão Mista de Orçamento, o prazo para apresentação de emendas: até à próxima terça-feira. Então, esta Comissão de Direitos Humanos também poderá apresentar emendas.

Nós já temos aí algumas demandas. E nós precisamos apreciar essas emendas no mais tardar até à próxima terça-feira. Possivelmente, haverá aqui uma reunião deliberativa para que possamos apreciar as emendas da Comissão para o Orçamento de 2015.

Então, previamente, todos já estão convocados para a próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos que eu proponho seja na terça-feira, às 11h30 da manhã. Pode ser? Há acordo? *(Pausa.)*

Fica convocada reunião para a próxima terça-feira, às 11h30, para a apreciação das emendas ao Orçamento de 2015, emendas encaminhadas por esta Comissão de Direitos Humanos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 12 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e sete minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita e Paulo Paim. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos nº 77 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e nº 81 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovados em 12/11/2014 e 10/12/2014, respectivamente, para *debater o Decreto nº. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidenta da República, que “Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social, e dá outras providências”*. A Senhora Presidenta informa que a audiência pública tem caráter interativo, com possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Pedro Pontual, Diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República; Gilson Langaro Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; José Geraldo de Sousa Júnior, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da UnB; Marcelo Lavenère, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde; Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores. O Senhor Senador Paulo Paim solicita a exibição de vídeo e a Senhora Presidenta permite a exibição. A Senhora Presidenta concede a palavra a João Barbosa de Arruda, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, presente no plenário. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar gravação da Audiência Pública para todos os Senadores, bem como o vídeo exibido durante a reunião e; 2) solicitar comissão geral no Plenário do Senado Federal para esclarecer o tema. A Senhora Presidenta agradece e apoia a sugestão da cidadã Angela Maria Rodrigues Costa, enviada por meio do Portal e-Cidadania, no sentido de instituir o “Dia Nacional da Participação Social”. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 73ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nº 77, de 2014, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, e nº 81, de 2014, da CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovados em 12 de novembro de 2014 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para debater o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidência da República, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social e dá outras providências.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no link bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Bom dia a todos vocês. Quero aqui cumprimentar todos os nossos convidados para esta audiência pública de hoje. Eu convido, inicialmente, os que já estão presentes nesta Casa.

Convido o Dr. Gilson Langaro Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Seja bem-vindo, Dr. Gilson! (*Palmas.*)

Convido o Prof. José Geraldo de Sousa Júnior, coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da UnB.

Seja bem-vindo, Prof. Geraldo! (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Marcelo Lavenère, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. (*Palmas.*)

Nós estamos aguardando a presença do Pedro Pontual, diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, que confirmou sua presença confirmada, do Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, e da Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, que também já confirmou presença.

Esta audiência pública é uma iniciativa do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Rita, que preside esta audiência.

Estamos aguardando também a chegada do Senador Paulo Paim.

Eu quero já agradecer profundamente a presença do Ministro Gilson Dipp, do representante da CNBB, o Sr. Marcelo Lavenère, e também do Prof. José Geraldo, que já foi reitor da UnB.

Eu vou fazer algumas considerações iniciais. Em seguida, vamos passar, então, para os nossos convidados.

Esta é a segunda audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza para debater a política de participação social. A primeira tinha como objetivo principal discutir formas de sensibilizar o Parlamento para assimilar as palavras de ordem que mais ecoam no seio social desde as manifestações de junho do ano passado, que são: “você não nos representam.” Como já afirmei anteriormente, a expressão, sem dúvida, nos alerta no sentido de que a democracia representativa, por si só, não dá conta das aspirações populares e da cidadania. A democracia plena vai além e exige participação social direta nas decisões sobre os rumos do País. Em nossa Carta Magna, esse mandamento vem afirmado e reafirmado em diversos artigos que asseguram a participação social para a conquista de direitos e da cidadania através de políticas públicas.

Infelizmente, na Câmara dos Deputados, a maioria dos Parlamentares desprezou as vozes das ruas e suspendeu um mecanismo fundamental que pretendia orientar e regulamentar a política de participação social no Governo. Agora, a proposição legislativa se encontra no Senado Federal. Daí a razão principal da nossa segunda audiência pública hoje.

Queremos estimular e desencadear um novo processo de mobilização para que as vozes das ruas possam ecoar nesta Casa de tal forma que o Senado não siga a Câmara na sua conduta antidemocrática, impedindo a participação da sociedade brasileira nos rumos do País. Neste sentido o nosso esforço para trazer os melhores especialistas no tema e representantes da sociedade para aprofundar o debate e contribuir na sensibilização para que o Senado mantenha em vigor o decreto presidencial que institui e regulamenta a política de participação social.

Então, faço aqui estas considerações iniciais para que possamos, rapidamente, traçar aqui um panorama de como se deu esse processo da discussão do decreto aqui, no Congresso Nacional. Nós esperamos que esta audiência pública possa avançar no sentido de sensibilizar o Senado Federal para que o referido decreto seja aprovado, algo que, na minha opinião e na opinião de muitos, não é uma grande novidade, porque nós já vivemos um processo de participação social desde a elaboração da nossa Carta Magna, da Constituição brasileira. E os diversos conselhos hoje existentes no País, que são inúmeros, tanto em nível federal quanto estaduais e municipais, já demonstram a importância e a necessidade de fortalecer esses mecanismos de participação social. Diversas conferências estão sendo realizadas. Conseguimos realizar, recentemente, com muito sucesso, a

Conferência Nacional de Educação, que discutiu já a implementação do Plano Nacional de Educação. Diversas propostas foram apresentadas, com a participação efetiva da sociedade, de professores, de estudantes, dos movimentos sociais de um modo geral. Isso demonstra o quanto são importantes esses canais de participação social, não só os conselhos mas também outros mecanismos como as conferências e diversos outros já existentes.

O Senado mesmo tem mecanismos de participação social. Esta Comissão, por exemplo, é um espaço importante de participação social, porque é Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Aqui, nós já tivemos a oportunidade de aprovar diversos projetos de iniciativa da sociedade que nos foram apresentados através do portal e-Cidadania e outras matérias estão em tramitação, inclusive algumas até polêmicas, mas o Senado já acolheu algumas porque conseguiram a adesão, através do e-Cidadania, de mais de 20 mil apoiantes e outras foram apresentadas por cidadãos, através de suas respectivas entidades, como é o caso, por exemplo, do autismo. Hoje, se nós temos uma lei do autista, isso é fruto desse processo de participação que o Senado Federal tem. E pode ser também através do Programa Jovem Senador, que também é um espaço de participação dos nossos jovens, que são escolhidos nas suas respectivas cidades, vêm para cá representar os Estados e aqui, como Senadores jovens, apresentam também as suas iniciativas. Todas elas passam por esta Comissão inicialmente e depois tramitam normalmente nesta Casa.

Então, é importante fortalecer esses espaços de participação social. Assim, o decreto vem reafirmar, vem consolidar algo que já existe, que funciona, que tem dado certo e que dá voz a todas as pessoas, independentemente de serem Parlamentares.

Então, faço aqui este registro porque é com muito gosto que nós realizamos esta audiência pública com o objetivo de sensibilizar também os nossos Parlamentares.

Reforço, mais uma vez, que quem está nos acompanhando pela TV Senado pode dialogar com os nossos convidados aqui através do portal e-Cidadania, cujo *link* é bit.ly/audiência_interativa, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Já chegaram mais duas pessoas, que vou convidar para a Mesa. Também o Senador Paim já está chegando. Seja bem-vindo, Senador Paim!

Eu já o convido para sentar-se aqui ao meu lado. *(Pausa.)*

O Senador Paim está fazendo a opção de ficar sentado aqui e nós vamos nos revezando nesse debate.

Por favor, professor, sente-se aqui do nosso lado.

Convido agora a Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde.

Seja bem-vinda, Maria do Socorro!

É um prazer recebê-la mais uma vez aqui. *(Palmas.)*

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Desculpe-me pelo atraso. Problemas familiares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não se preocupe.

Está chegando o Prof. Pedro Pontual, Diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

Convido também para estar aqui conosco o Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

Seja bem-vindo, Sr. Luiz Gonzaga!

Então, para os nossos convidados que chegaram agora, nós já fizemos aqui uma breve introdução colocando a importância da discussão do referido decreto.

Parece-me que o Prof. Pedro tem um compromisso às 11 horas.

O SR. PEDRO PONTUAL – O Ministro me convocou para uma reunião às 11 horas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, podemos começar pelo senhor ou o senhor quer...

O SR. PEDRO PONTUAL – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode ser?

O SR. PEDRO PONTUAL – É preciso fazer uma introdução?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu já fiz e passaria diretamente a palavra ao senhor. Pode ser, professor?

O SR. PEDRO PONTUAL – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – De dez a quinze minutos. Acho que poderíamos dar quinze minutos, porque o tempo hoje está tranquilo. Serão quinze minutos para cada um. Nós vamos marcar o tempo com o cronômetro. Então, vocês poderão se orientar pelo cronômetro. Serão quinze minutos e, depois, mais um ou dois minutos para poder fazer a conclusão. Pode ser, professor?

O SR. PEDRO PONTUAL – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, vou passar a palavra ao Prof. Pedro Pontual, que está aqui representando a Secretaria-Geral da Presidência da República e é Diretor do Departamento de Participação Social.

O SR. PEDRO PONTUAL – Bom dia a todos e todas.

Eu queria cumprimentar a Senadora Ana Rita, companheira e militante, há muitos anos, na luta pelos direitos humanos, e agradecer a todos os demais colegas da Mesa que aceitaram o convite para este debate a respeito do Decreto nº 8.243, editado no último dia 23 de maio pela Presidente Dilma Rousseff, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social.

Acho que é importante começar dizendo que a polêmica criada em torno desse decreto, tanto na Câmara como no Senado e na mídia, tem um aspecto positivo no sentido de que ela, como disse o Ministro Gilberto Carvalho no primeiro artigo que escreveu após a bendita polêmica, tornou o tema da participação social, o tema da democracia participativa visível para o conjunto da sociedade brasileira e tem-nos permitido fazer um debate sobre a importância desse tema e sobre seu caráter estratégico na construção da sociedade brasileira. Mas ela tem um aspecto negativo porque tem sido marcada, particularmente pelos setores conservadores, tanto da mídia como da sociedade brasileira, por argumentações que, no nosso modo de ver, não têm nada a ver com o texto do decreto. Em alguns casos, temos a impressão de que partem das pessoas sequer leu o decreto, a começar, eu diria, por essas argumentações de caráter mais ideológico e político – eu diria até que não são argumentações, mas clichês – de que esse decreto iria instituir uma república bolivariana no Brasil, uma república soviética, que iria instituir o comunismo no Brasil, clichês absolutamente descabidos em relação a um decreto que eu diria que tem a pretensão muito modesta, ainda que extremamente relevante, de dar uma organicidade, uma sistematicidade ao conjunto das instâncias e dos mecanismos de participação social que vêm sendo criados ao longo das últimas décadas na sociedade brasileira e que, em particular, tiveram uma expansão bastante significativa a partir de 2003.

Então, qual o objetivo do Decreto nº 8.243? Ele busca, de um lado, integrar, fortalecer e articular os mecanismos e instâncias democráticas de diálogo e de participação social na atuação e na relação entre o Governo Federal e a sociedade brasileira. Ele busca conceituar as instâncias e os mecanismos de participação delimitando o objeto do decreto. Ele estabelece objetivos e diretrizes relativas ao conjunto dos mecanismos e instâncias de diálogo criados para possibilitar um diálogo sobre os programas e as políticas públicas.

Ou seja, a partir da conceituação, que a gente estabelece aqui, das instâncias de participação, dos conselhos de políticas públicas, das comissões de políticas públicas, das conferências nacionais, da Ouvidoria Pública Federal, das mesas de diálogo, do fórum interconselhos, das audiências públicas, das consultas públicas e do que a gente chama de ambientes virtuais de participação social, na verdade, o que propõe o Decreto? Propõe uma conceituação e um aperfeiçoamento dessas instâncias estabelecendo alguns critérios mínimos básicos para o seu funcionamento, sem prejuízo do funcionamento que já existe nos conselhos instituídos. É um Decreto que vale, digamos assim, como orientação para os conselhos e comissões a serem criados. Obviamente, ele pode também servir como referência para uma autoavaliação, uma reformulação, digamos assim, das instâncias já existentes.

Por outro lado, ele abre, claro, espaço para o surgimento de novas formas de participação, assim como fortalece, digamos, uma escuta mais ampliada da sociedade através dos mecanismos proporcionados pelos ambientes virtuais de participação e, particularmente, pela participação via internet.

Portanto, o Decreto, na verdade, organiza as instâncias de participação social existentes no Governo Federal, institui o que a gente chama de Sistema Nacional de Participação Social.

Qual é a diferença entre a política e o sistema? A política é isto que estou dizendo aqui: as diretrizes, os objetivos, as conceituações, os critérios mínimos para o bom funcionamento. E o Sistema Nacional de Participação Social é a proposta de que esse conjunto de mecanismos se articulem melhor entre si, criem uma sinergia no seu funcionamento que lhes dê mais força.

Então, dou para vocês o exemplo muito concreto das conferências nacionais. Há muita queixa, muitas vezes, dos seus participantes de que não conseguem acompanhar o andamento das resoluções das conferências nacionais.

Então, nós estamos propondo, aqui, no Decreto, ao falar sobre os critérios de funcionamento dos conselhos, que os conselhos passem a se responsabilizar pelo monitoramento e acompanhamento das resoluções das conferências nacionais.

O Sistema Nacional de Participação Social também tem, é claro, uma dimensão que a gente chama de federativa. O Decreto tem validade para o âmbito do Governo Federal, mas, paralelamente ao Decreto, nós desencadeamos um processo, que foi bastante rico, de construção, com os secretários estaduais de 20 Estados, das mais diferentes forças políticas, de construção daquilo que a gente chama de Compromisso Nacional pela a Participação Social.

O que que é isso? É uma adesão voluntária que Estados e Municípios fazem a um conjunto de compromissos que são derivados desse Decreto, que foram construídos coletivamente com esses Estados e Municípios – nós já temos 11 Estados que assinaram o compromisso e mais de 40 Municípios –, com o objetivo de fortalecer os processos e as instâncias de participação social lá no Estado e nos Municípios, que é onde a gente sabe que a participação chega mais próxima do cotidiano da vida do cidadão.

Portanto, este é o sentido do Decreto.

Então, cabe esclarecer aqui algumas coisas que têm sido colocadas na polêmica. Deixando de lado aquelas ideológicas, que eu acho que nem vale a pena comentar, porque não têm nada a ver com o Decreto, a algumas delas eu acho que vale a pena fazer menção.

Primeiro: argumenta-se que esse Decreto estaria invadindo as funções do Legislativo. Esse Decreto não faz isso. Ele, na verdade, organiza os mecanismos e instâncias de participação social no âmbito do Poder Executivo, com o mais profundo respeito pelas instâncias que são próprias do Poder Legislativo, até as instâncias de consulta que o Legislativo tem – audiências, consultas públicas, mecanismos de iniciativa de lei popular –, e também porque, digamos assim, as resoluções, as construções que se dão nesses mecanismos de instâncias do Poder Executivo são encaminhadas ao Congresso, que tem poder deliberativo sobre isso.

Eu vou dar o exemplo concreto do PPA. O PPA foi construído num processo de consulta a conselhos e organizações da sociedade civil através do chamado Fórum Interconselhos, experiência, aliás, para nosso orgulho, premiada pela ONU entre as dez experiências mais exitosas de gestão pública no último mês de junho.

Bem, as propostas que surgem no Fórum do Conselho, depois, são incorporadas, todas aquelas que cabem ser incorporadas, na Mensagem do PPA que o Poder Executivo encaminha ao Congresso Nacional, e é o Congresso Nacional que, em última instância, aprova o PPA.

Portanto, não há invasão nenhuma das atribuições que são próprias do Poder Legislativo.

Outro argumento que tem sido utilizado é o de que nós estaríamos criando conselhos populares, na suposição de que esses conselhos populares seriam uma forma de privilegiar os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados ao Partido dos Trabalhadores, etc.

Esse Decreto não fala, em nenhuma linha dele, em conselho popular. Conselho popular, em primeiro lugar, é uma instância autônoma da sociedade civil que existe em muitos Municípios do Brasil. Os conselhos a que nós estamos nos referindo aqui são órgãos de Estado, criados pelo Poder Executivo, com representação da sociedade civil e com representação a mais diversa de todos os setores da sociedade civil, de empresários, de trabalhadores, de movimentos sociais, institucionalizados ou não, de usuários... Portanto, não há nenhum caráter de privilegiamento de nenhum setor da sociedade civil.

Pergunta-se por que a Presidenta o fez na forma de um decreto, não de um projeto de lei? Primeiro, porque o art. 84 da Constituição brasileira dá a Presidenta a prerrogativa de instituir, na forma de decreto, uma política ou um programa público, desde que ele não crie um órgão novo ou uma despesa nova para o Poder. E, de fato, esse Decreto não faz isso; ele organiza e institucionaliza as instâncias já existentes. Portanto, está no âmbito das prerrogativas da Presidenta fazê-lo na forma de um decreto.

Como está meu tempo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Dois minutos.

O SR. PEDRO PONTUAL – Dois minutos? dá para concluir.

Isso não exclui – eu queria deixar aqui em aberto – que, depois de experimentadas as diretrizes, os princípios, as sugestões de critérios mínimos de funcionamento, etc, a gente possa, na futura legislatura, num amplo diálogo com a sociedade e com o Parlamento, vir a constituir um projeto de lei que institua, aí até de um modo mais amplo...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO PONTUAL – ... a Política Nacional de Participação Social.

Eu terminaria dizendo que, embora o processo de construção desse Decreto venha sendo engendrado, digamos assim, desde 2011, desde o início do mandato da Presidente Dilma, e seja fruto de um processo de

construção das últimas décadas, onde esses mecanismos e instâncias foram sendo institucionalizados na sociedade brasileira, eu diria que também o Decreto, em certo sentido, é uma resposta às vozes das ruas, que se manifestaram sobretudo em junho do ano passado, quando, para além das demandas por mobilidade urbana, saúde, educação, segurança, etc, havia um clamor claro sobre mais participação. Nós queríamos participar da vida brasileira. Assim, esse decreto é uma resposta também a essa demanda.

E nós consideramos também que ele, digamos, se transformará, efetivamente, em uma política de Estado, no seu pleno sentido, a partir disso, que hoje é quase um consenso na sociedade brasileira, que é a necessidade de uma reforma política em que a gente tenha não só o aperfeiçoamento dos mecanismos da legislação eleitoral, mas também a incorporação, como organismos de Estado, dos mecanismos de democracia participativa e de democracia direta.

Então, era um pouco o que a gente queria colocar aqui a respeito do Decreto.

Vou pedir muitas desculpas por não poder ficar para o momento do debate, mas fui convocado pelo Ministro. Nós estamos num momento de transição, na Secretaria-Geral, para o novo titular. Mas agradeço muito a iniciativa da Senadora Ana Rita de propor esta audiência pública. Sei, pela qualidade dos meus colegas da mesa e dos que estão presentes à reunião, que haverá um bom debate sobre a questão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Pedro Pontual, pelos esclarecimentos aqui colocados, inclusive esclarecendo justamente os questionamentos que algumas pessoas têm feito a respeito do Decreto. Isso é bom para sanar toda e qualquer dúvida que as pessoas ainda possam ter, principalmente por parte dos colegas Senadores e Senadoras, que deverão, em breve, votar este decreto.

Eu quero apenas registrar que o Senador Paulo Paim também é signatário desta audiência pública. Nós acertamos uma nova composição da Mesa, porque, numa reflexão com o Senador Paulo Paim, concluímos que queríamos uma Mesa que realmente tivesse condição de responder os questionamentos que surgiram a partir da discussão que aconteceu na Câmara, para que possamos avançar.

Posteriormente, passarei a palavra para vocês, mas precisamos seguir o ritual de ouvir primeiro toda a Mesa. Ouviu, meu companheiro?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas ele vai sair às 11 horas. Depois a gente... Antes de ele sair, deixe-o terminar e depois a gente ouve o senhor. Pode ser?

Vou passar a palavra para o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Gilson Dipp, que também terá 15 minutos para se manifestar.

O SR. GILSON LANGARO DIPP – Bom dia a todos.

Quero cumprimentá-los na pessoa da Senadora Ana Rita e do Senador Paulo Paim, meu conterrâneo.

Eu confesso que fico, às vezes, perplexo com tamanha reação em relação a um decreto absolutamente constitucional e absolutamente dentro dos limites legais inerentes à representação popular e aos poderes do Chefe do Executivo.

Primeiro, eu escrevi um artigo, enquanto estava na magistratura, que examinei pelas discussões que vinham se dando, sobre o aspecto jurídico, constitucional e legal, e, segundo, avancei tentando entender o aspecto político, ideológico e de manifestações partidárias em relação a um decreto que me pareceu, sempre, tão simples e objetivo.

O que a Constituição determina? Art. 84, a que o Paulo Pontual já fez referência...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pedro Pontual.

O SR. GILSON LANGARO DIPP – Pedro Pontual. Desculpe-me. É que um Pontual trabalhou comigo na Comissão da Verdade é parente dele. E que é Pedro também, não é? Estou com Paulo na mente.

O art.84 permite que a Presidente da República, ou o Presidente ou quem venha a ser, tenha como sua iniciativa fortalecer, articular movimentos de instâncias democráticas, fortalecer o diálogo entre a Administração Pública Federal e a sociedade civil e uma lei de 2003 prevê que ela seja assistida e assessorada, nesse trabalho, pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Participação social, na Constituição e na realidade brasileira, se verifica a todo o momento. Está aqui a Presidente de Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional de Educação.

Eu, em Porto Alegre, tive a experiência muito engrandecedora – o Paim sabe disto – do Orçamento Participativo, que hoje está disseminado por inúmeros Municípios deste imenso Brasil.

Sob o aspecto constitucional e legal, a Presidente pode regulamentar não só os dispositivos constitucionais como aqueles dispositivos legais que tratam da participação popular. E poderia até nem ser regulamentado por decreto ou por nenhum instrumento. A eficácia da participação popular é assegurada pela Constituição e

pela lei. Ou seja, quis-se, aqui, fazer uma ampla gama de esclarecimento de modo de participação sistêmica da sociedade. E sociedade não é a sociedade organizada no sentido de que essa sociedade seja uma organização partidária.

Nós estamos em um regime democrático, e a democracia não se encerra, não se esgota com a eleição de Parlamentares, não se esgota com a elaboração de leis pelo Parlamento. A democracia é um processo contínuo de evolução que admite a participação do cidadão. E essa participação do cidadão, quando for conveniente, quando for necessária – eu não vou repetir leis nem artigos que justificam –, ela se torna de todo conveniente. E um determinado governo eleito, democraticamente, pela maioria dos eleitores tem o direito de organizar essa participação social da maneira mais adequada, porque isso pode ser não só um compromisso de governo, pode ser um compromisso de política partidária – e a democracia não funciona sem partidos políticos – e pode ser um ato de discricção administrativa, o ato discricionário de a administração organizar o modo de executar as suas políticas públicas.

Um determinado governo pode eligir com maior ou menor intensidade, para a constituição de suas políticas públicas, a escolha de sua participação popular. E outros governos podem, mesmo com a permissão legal e constitucional, deixar essa questão como secundária, podem não tê-la como importante. Agora, se houve um compromisso de cunho partidário, ideológico e programático, eu iria mais além: aquele que foi o eleito tem o dever de cumprir com os objetivos planejados e prometidos. Mas não é só o dever; ele pode até ser responsabilizado politicamente, e até judicialmente – isto é da doutrina do direito constitucional –, caso não cumpra com os objetivos e com os planos efetivamente prometidos.

Eu não vejo como possa o Decreto ser criticado no aspecto de que se estaria excluindo aqui a representatividade parlamentar. Os dispositivos regulatórios do decreto não interferem, de maneira nenhuma, no processo eleitoral.

É essa a preocupação das duas Casas? Se for essa, não se preocupem. O Decreto não influi nas políticas partidárias, não influi na existência de partidos políticos, não interfere na realização periódica de eleições democráticas, com todos os seus sistemas de controles e garantias. Não se cria um órgão público através do Decreto, não se criam despesas públicas. Uma leitura desavisada do Decreto torna isso aparente.

Qual é a interferência no processo parlamentar? Será que estariam diminuídos os outros tipos de participação popular? Claro que não! O plebiscito, o referendo, a iniciativa popular para projetos de lei, tudo está devidamente constitucionalmente resguardado, e essa é uma assertiva que é mister que se faça, porque, nas justificativas para os decretos legislativos que estão tramitando pelo Congresso Nacional – o Decreto já foi aprovado na Câmara, mas não passou pelo Senado, e há decretos legislativos para anular o Decreto Presidencial aqui no Senado –, terão de se debruçar novamente sobre essa realidade.

O Decreto, na essência, define diretrizes gerais dos objetivos da PNPS. E, nessas diretrizes gerais, fica evidente que há o reconhecimento da participação pública nas políticas de execução de políticas administrativas e públicas.

Quanto aos objetivos, há que se dizer claramente que o Decreto reflete uma opção política legítima do Governo em eleger a participação como forma de governar. Ou as formas de governar têm limites? Ou a eleição não visa exatamente a escolha de um programa, de uma forma de governar? Ou ela pode ser tolhida *a posteriori* por fatos concretos, objetivos ou subjetivos criados ao sabor dos ventos?

Essa foi uma metodologia escolhida pelo Governo inerente ao regime democrático. Eu já disse que o Presidente pode editar decretos para regulamentar o art. 84, para regulamentar a Lei de 2003, mesmo que seja, Marcelo, um regulamento autônomo de organização do Poder Executivo. Essas questões são inatacáveis.

E, mais ainda, o art. 5º do Decreto diz que os órgãos de governo deverão ter em mente a participação social, para a execução de políticas públicas, considerando a possibilidade de eles serem ou não consultados. Isso deixa uma margem. Por exemplo: se, em algumas políticas de governo, a participação popular não for, naquele momento, viável para a discussão de um determinado projeto ou se seria desnecessária a participação popular naquele projeto, ela não será, a critério das políticas públicas, não haverá a participação social nos termos do decreto. Deixa uma margem de não obrigatoriedade para que alguns projetos, às vezes, de ordem técnica, por exemplo, possam não possibilitar esse tipo de participação mais ampla.

A proposta também tem o propósito de privilegiar a participação direta da sociedade dentro daqueles limites impostos pela lei. E isto foi feito pelo Decreto, que sempre vai considerar as instâncias e os mecanismos de participação social no momento em que ele for avaliável para que essa oitiva contribua efetivamente para a melhoria dos serviços ou que, às vezes, vamos admitir, até possa prejudicá-lo.

A Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais. Isto até o Judiciário está fazendo. São os métodos alternativos de solução das controvérsias sociais, através de mediação...

(Soa a campanha.)

O SR. GILSON LANGARO DIPP – ..., através de uma série de consultas. Quando eu estava no Conselho Nacional de Justiça, isso virou política pública do Judiciário, pelo temor de uma mesa de monitoramento que possa solucionar eventuais discordâncias ou conflitos entre a sociedade.

Podem criticar o conteúdo através do Decreto de um conteúdo técnico formal, mas, se ele for atacado, Socorro e Prof. José Geraldo, apenas por divergência ideológica, isto não é admissível. A ideologia faz parte da democracia. Hoje tantas críticas são feitas aos partidos políticos porque eles deixam de ter programas, conteúdos e ideologias claras e definitivas.

Uma crítica que se ouve: arregimentar a sociedade pelo governo subtrairia a base de representação do Parlamento.

Essa sustentação escorrega em dois pontos. Em primeiro lugar, de certa forma, mostra uma insegurança – desculpem-me – dos Parlamentares quanto à sua real representatividade da sociedade, não pela Senadora Ana Rita ou pelo Senador Paim, mas pelo nosso sistema político eleitoral, eivado de dificuldades imensas.

Ora, essa fraqueza, essa dúvida não pode se manifestar desse tipo.

Em segundo lugar, aquela decisão equivocada e ultrapassada de uma democracia ainda está presa a puras formalidades da escolha de seus representantes. Democracia é muito mais que isto! É muito mais que isto!

Diz-se que o Governo, com esse Decreto, vai arregimentar a sociedade com as instâncias sociais para a sua sustentação política. Faz parte do jogo democrático. Todo e qualquer governo tem o direito e até o dever de sustentar-se democraticamente por suas bases, seja por suas bases parlamentares, seja por suas bases sociais. E é melhor sustentar-se na base da participação social do que, muitas vezes, sustentar-se num governo em que tenha que haver uma distribuição de benesses para efeito de representatividade. Essa representatividade sustentada nesses termos é que pode, sim, ser criticada.

Estou encerrando.

Se vocês lerem os artigos correspondentes ao processo legislativo, ao Poder Legislativo, vocês verão que o Decreto não afronta um dispositivo constitucional, nem de perto, daqueles dispositivos que tratam da prerrogativa do Legislativo. E não vem, no Decreto, nenhum limite de extravasar as instâncias legais de abuso de poder ou de uso meramente político-partidário.

Portanto, eu fico até surpreso – e quem está falando é alguém que passou a vida no Judiciário –, fico surpreso que tenha havido tanta reação a um decreto legitimamente elaborado, nos moldes legais e constitucionais, que visa nada mais do que dar maior voz ao cidadão, ao eleitor, ao interesse social, que se sobrepõe a todo e qualquer outro interesse, seja de que dimensão for.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, pelas palavras, pelas afirmações, pelas convicções vindas de um representante do Poder Judiciário. Isto é muito importante, porque fortalece o Decreto. Eu e o Senador Paim temos a mesma opinião em relação a isso e defendemos esse Decreto com muita força, com muita veemência, porque nós também temos uma experiência de participação social. A gente vivenciou, toda a nossa vida, os movimentos sociais, representando a sociedade nesses espaços de tomada de decisão. E quando se tem a oportunidade de confirmar isso aqui – e nós encontramos essa dificuldade dentro do Legislativo –, eu digo que, da mesma forma como o senhor se sentiu meio surpreso com essas reações, que nós também nos sentimos bastantes surpresos com essas reações.

Então, muito obrigada pela afirmações que o senhor passou, porque isto ajuda as pessoas que estão nos ouvindo, que estão nos acompanhando a reformular os seus conceitos, a reformular as suas opiniões a respeito de uma política pública tão importante que é a da participação social.

Eu vou passar a palavra, agora, ao Professor José Geraldo de Sousa Júnior, coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da UnB.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Muito bom dia a todas e a todos.

Cumprimento, inicialmente, a Senadora Ana Rita, Presidente desta reunião e da Comissão, o Senador Paulo Paim, os participantes da Mesa e os presentes no plenário, bem como os que nos acompanham pelo auditório mais amplo proporcionado pela TV Senado.

Eu vou procurar figurar a minha abordagem aqui numa outra perspectiva. Levando em conta o fato de que o Pontual já circunscreveu a motivação e a qualificação do decreto do ponto de vista técnico e que, do ponto de vista constitucional, jurídico e também político, o Ministro Gilson Dipp já o fez de forma bastante explicativa, fundamentada e, eu diria, até brilhante quanto ao alcance da medida normativa, eu vou procurar trabalhar no ponto de vista mais social. Diferentemente deles e da própria Senadora, que dizem que se sur-

preendem com a reação, eu quero dizer que eu não me surpreendo, porque vejo nisso, Senador Paim, exatamente mais um momento dessa tensão social e histórica que vivenciamos em nosso País em razão do legado colonial que nos constitui como formação econômica, social e política. Quer dizer, esse legado social é uma história de exclusão, de negação de cidadania, de negação de direitos e de dificuldade de reconhecimento do outro como identidade que se constitua com qualidade política. Nós somos um povo que tinha, há pouco tempo, um sistema escravocrata. Quando vejo aqui representantes de uma central sindical, não posso deixar de pensar que já tínhamos uma Constituição no País inspirada nos ideais dos direitos humanos com o trabalho reduzido à condição de escravidão. Quer dizer, nem de cidadania se falava. Falava-se do não reconhecimento da identidade humana do trabalhador, porque, do ponto de vista jurídico, o regime do trabalho era o mesmo regime civil das coisas. O trabalhador podia, como qualquer objeto, ser comprado, ser vendido, e, na velha representação do direito civil romano, em relação às coisas de que nos tornamos proprietários, podíamos usá-lo, fruir e abusar dele. Quer dizer, nós somos essa sociedade que, muito recentemente, é marcada pelo paradigma social do patrimonialismo – os outros reduzidos à condição de coisa –, do patriarcalismo – sentido do privado prevalecendo sobre o público –, do racismo, Senador, que nos mobilizou a todos.

E ainda sou muito grato à Senadora Ana Rita, que presidiu, na minha universidade, na Universidade de Brasília, uma audiência pública do Senado para nos ajudar a fortalecer a concepção de cotas raciais, que, depois, foram reconhecidas no Supremo Tribunal Federal, do racismo, que está aí, doo sexismo, Senador e Senadora, que não está lá fora, na ameaça do perigo iminente, que subordina, pelo domínio sexual, o homem em relação à mulher, mas que está no Parlamento. Não fugimos do perigo da tribuna do Parlamento, não nesta Casa, felizmente, mas em episódios dramáticos e recentes, ainda não totalmente resolvidos.

Então, é essa sociedade que, na sua construção de identidade social, só recentemente consegue construir uma representação da dignidade da cidadania fundada no direito porque até aqui, fruto dessa herança colonial, ela esteve sempre fundada no favor. Por isso que os intérpretes da nossa história e da nossa construção social sempre nos advertiram desse processo. Estamos no ano de 2014 e estamos celebrando o centenário de Victor Nunes Leal, o autor de *Coronelismo, Enxada e Voto*, livro no qual, a exemplo de outros intérpretes, como Sérgio Buarque de Holanda ou, no Rio Grande do Sul, Raimundo Faoro, ele lembra que o poder é constituído pelo favor, pelo prebentismo, pelo coronelismo, pelo clientelismo, pelo nepotismo.

O Ministro Dipp, no Conselho Nacional da Justiça, conduziu debates tremendos em que o nepotismo estava encrustado no próprio Poder Judiciário. Ou do “cunhadismo”, como, por exemplo, Darci Ribeiro figura nos seus escritos sobre a configuração do povo brasileiro.

Então, essa cultura do favor, mediada pelas condições do nepotismo, pelas condições do clientelismo e pela configuração de uma sociedade hierárquica que faz com que essas tensões nunca tenham se resolvido plenamente, porém, que nunca foram assimiladas de forma conformista.

A história social do Brasil é uma história da luta pela afirmação do direito. Por isso que a dimensão da cidadania – colocada como condição de participação que está na nossa Constituição atual e na representação de noção de democracia que nós podemos configurar neste ponto – é, de outro lado, a luta da afirmação da cidadania como emergência social do povo que se organiza para afirmar direitos.

Não por acaso o escritor José Murilo de Carvalho, no livro célebre que se chama exatamente *Os Bestializados*, lembra que muito recentemente – ele está falando da formação da República – a principal questão que se colocou foi saber se havia povo no Brasil, porque quando se aplicavam os critérios eletivos próprios do sistema delegado de representatividade mediada por muitos fatores: raça, gênero, renda, a nossa primeira Constituição era censitária. A atual é chamada, Senadora, Constituição Cidadã. A primeira, de 1824, é chamada Constituição da Mandioca.

Nós damos apelidos às nossas Constituições, a Polaca. A primeira era da mandioca, por quê? Porque era uma representação censitária. O homem de bem não era o homem que tinha dignidade, era o proprietário. Era o homem que tinha bens. E, portanto, pressupor a possibilidade de protagonismo social – lembra José Murilo de Carvalho nesse livro – era examinar não como a cidadania se construiu dramaticamente pela luta, pelo sufrágio, também pela luta e pelo sufrágio, mas notadamente pela revolta.

E, nesse livro, quando ele faz a pergunta: “Há povo no Brasil?”, ele faz inventário do processo eleitoral, por exemplo, para configurar a primeira representação da República emergente e chega à constatação de um número pífio quanto ao exercício da cidadania. E ao se perguntar, então, como é que o povo se manifesta? Ele não teve outra alternativa senão dizer: “Se manifesta pela revolta.”

Então, ele pôde falar de uma cidadania ativa contraposta a uma cidadania passiva, em que se deposita o voto e se desvincula do acompanhamento da gestão, para uma cidadania ativa em que a presença social transformadora transforma a multidão em povo, transforma a massa inorgânica em protagonismo realizador da política, transforma a política numa dimensão da responsabilidade de desenvolvimento da sociedade e transforma

a questão social numa questão de política e não de polícia, como disse em pleno século XX um antigo prefeito de São Paulo, depois presidente da República, Washington Luís, que a questão social era questão de polícia.

Então, essa tensão não se resolveu teoricamente, porque foi possível construir interpretações desse processo histórico de luta por direitos. Ela se mantém cotidianamente, se mantém quando, por exemplo, nós nos surpreendemos com as demandas das empregadas domésticas de terem direitos. Como a senzala pode querer arvorar-se a algum benefício político decorrente daquilo que é, então, privilégio da casa grande? Como o trabalhador de qualquer natureza, da cidade ou do campo, pode querer se reivindicar como titular de direito, quando ainda temos um sistema de redução à condição análoga de escravo?

Há pouco tempo, aqui nas vizinhanças de Brasília, fiscais do Ministério do Trabalho foram assassinados no interesse dos detentores de terra e da produção agrícola, porque mantinham e mantêm hoje...

O Papa Francisco pediu que se levasse em conta a condição econômica de uso de trabalho escravo, trabalho de criança na produção dos bens de consumo de uma sociedade que, mantida essa distinção e essa hierarquia, transformou, com relação às elites, a cidadania em um sistema de realização de consumo e manteve a demanda popular por direitos como uma subcidadania, como uma forma tutelada, como uma forma controlada de conformismo político e de subordinação política.

Eu queria dizer que não me surpreende esse debate, porque ele é a reprodução de um processo que nós, ainda, não conseguimos resolver plenamente. As razões políticas e jurídicas estão aí colocadas. Tanto o Pontual quanto o ministro mostraram a experiência da construção da democracia e, na nossa experiência de construção da democracia, como uma obra inacabada, como uma obra de realização de direitos... Vejam que a nossa Constituição, inclusive, fruto da participação política, da participação social... Todos nos lembramos...

Marcelo, você representa, aqui, a Comissão de Justiça e Paz, e eu tive o privilégio de, em nome dela, na Constituinte, prestar depoimento em uma das comissões e acompanhar, naquele momento, a materialização, no plano da elaboração constitucional, desses valores da cidadania participativa, desta ideia de que a Constituição não é um almoxarifado onde se depositam direitos reduzidos à sua forma legislativa. Ela é um sistema de interlocução a partir do qual os direitos são continuamente elaborados; e continuamente elaborados pela própria Constituição, que diz que aquele elenco que ela descreve não exclui outros direitos que derivem da natureza do regime ou dos princípios que a Constituição adota.

Portanto, ela se afirma como uma obra aberta que tem que ser constituída, não porque especialistas, técnicos ou representantes sejam os detentores exclusivos da possibilidade de traduzir em normas o que se debate na sociedade, mas porque ela é um instrumento que permite à sociedade estar presente e ativa, formulando os seus próprios projetos, as suas próprias propostas. Daí, esse caráter de uma cidadania de participação, que é o que designa o nosso sistema constitucional e...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – ...caracteriza o processo político e social atual da sociedade brasileira.

Então, não quero me repor, aqui, no aprofundamento dessa discussão, que é necessária e acho que, com o aval de tais credenciais postas, aqui, na mesa, tanto do ponto de vista jurídico-constitucional quanto do político-social, considerando a composição da Bancada aqui, traduz bem esse processo. Quer dizer, uma experiência em que, sem recuar um milímetro do sentido histórico de construção da representação, e ela tem que ser radicalizada – mais representação –, não se reivindica, com medidas como decreto, redução na atividade da representação; reivindica-se mais representação...

Aqui, vejamos, a representação e a participação estão articuladas. A Senadora abriu, mostrando inúmeras situações em que essa relação proporcionou novos instrumentos normativos, legislativos, novas categorias da dimensão da política. Mas se reivindica, também, que, ao lado dela, a democracia direta e participativa, nos termos em que se amadureceu no contexto da nossa sociedade e que a Constituição foi capaz de traduzir e, quem sabe, em uma nova Constituinte se possa aprofundar, esses elementos estejam vivos e orientadores da nossa capacidade protagonista.

Porém, a tensão existe. Estamos vendo a rua retomada pelo modo elitista de preservação daqueles privilégios. Lembra-se do Getúlio Vargas? Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei.

Então, é preciso que o protagonismo social se coloque ativamente no diálogo com as instituições, mas que seja autônomo – *autonomos*, auto, a si próprio; *nomos*, Direito em grego. E que se deem a si próprios o Direito na sua elaboração, num cotidiano radicalizado na sua mais livre expressão da política. E aí ouvir, de fato, a rua.

Não por acaso, eu trabalho, Senadora, a senhora sabe, com um projeto que se chama Direito Achado na Rua, que tenta traduzir aquilo que se elabora já pré-legislativamente como representação das juridicidades emergentes, que os tribunais reconhecem, que a sociedade trabalha, que os dicionários atualizam: ocupar ou

invadir? É propriedade ou moradia? E que nós somos capazes de realizar no amadurecimento da nossa condição da política.

Eu espero que o Senado, que sempre teve uma visão federativa ampla, seja capaz de se manter à altura das expectativas que a sociedade deposita nele, para poder verificar, a exemplo do que aqui foi dito, que não há nenhum deslize do ponto de vista técnico, nenhum deslize do ponto de vista jurídico, nenhum deslize do ponto de vista político.

Há, sim, essa luta social que continua a se apresentar como tensão, enquanto luta por dignidade, cidadania e Direito, que se expressa, muitas vezes, nesse embate ideológico a que se referiu o ministro, em que o mais dramático neste momento é a tensão entre politizar relações sociais, luta de emergência dos novos protagonismos, ou criminalizar essas ações sociais. É resistência elitista daqueles que agora até têm coragem de voltar às ruas e abrir espaço para o seu fascismo subentendido que, no fundo, no fundo, quer de novo salvar o privado, no qual sempre pôde trocar favores, porque não têm condições políticas para reconhecer o Direito, que é a dimensão republicana da qual nós não podemos arredar pé.

Então, essa é a contribuição que eu queria trazer, Senadora, mais uma vez agradecendo a sua iniciativa e, de antemão, dizendo que o Senado vai perder muito com a sua volta à planície. Mas é lá na planície onde realmente a gente se alimenta de novas condições de liberdade e de Direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – De nada. Obrigada, Prof. José Geraldo, que é o Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da UnB. É sempre um prazer ouvi-lo, viu, professor? Não é a primeira vez que o senhor atende a um convite nosso. Já estive aqui em outros momentos. E é sempre bom ouvi-lo. Acho que esta Mesa está sendo muito rica.

Eu quero apenas mencionar, Prof. Geraldo – e também demais presentes –, que nós já estamos recebendo opiniões pelo e-Cidadania. Eu vou passar para todos vocês para que possam ler as opiniões das pessoas, mas, ainda, percebe-se que há muita desinformação. Esta Mesa, com certeza, pode contribuir para mudar a maneira de pensar de alguns. Talvez alguns tenham uma maneira de pensar diferente, e isso a gente tem que respeitar. Mas, às vezes, as pessoas também se posicionam de forma talvez não tão real por falta de informação, por falta de debate, por falta de conhecimento.

Então, o objetivo desta audiência pública é justamente proporcionar este debate, algo que, na minha opinião, é essencial para que as pessoas se posicionem. Se, a partir de um debate como este, as pessoas mantêm o seu pensamento, a sua visão, a democracia nos exige e nos pede que haja respeito às opiniões diferentes. Mas é importante para quem nos acompanha procurar se informar e não emitir opiniões apenas de forma descontextualizada, de forma despolitizada, sem conhecimento de causa.

Então, eu acho que é importante realmente observar isso. Vou, inclusive, professor, passar para o senhor. Depois das considerações finais, vocês poderão inclusive se manifestar com relação às questões que estão chegando.

Nós ouvimos a UnB, passo a palavra para a CNBB, o Sr. Marcelo Lavenère, que é representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, por um tempo, igualmente, de quinze minutos.

O SR. MARCELO LAVENÈRE – Bom dia a todas e a todos. Saúdo todos os presentes na pessoa da nossa Senadora Ana Rita. E quero fazer especial homenagem a essa figura que tem demonstrado um cidadão brasileiro que ultrapassa as estreitas ou largas fronteiras do Poder Judiciário, que é o Ministro Gilson Dipp. (*Palmas.*)

No início dos nossos trabalhos, ouvimos a opinião do Governo a respeito do decreto de participação social.

Depois ouvimos a opinião de um membro do Poder Judiciário, mostrando como o decreto de participação social é absolutamente compatível com o quadro constitucional e o quadro legal e democrático do povo brasileiro, que, portanto, não encerra nenhuma violação aos princípios jurídicos e aos princípios do Direito.

Depois ouvimos a opinião do cientista político Prof. José Geraldo, que traz a sua reflexão científica, a sua reflexão oriunda do seu trabalho na academia, a contribuição da universidade, portanto, para este debate.

E eu venho aqui orgulhosamente me manifestar em nome da CNBB, é verdade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mas com a pretensão de representar um pouco mais que a CNBB, representar a sociedade civil brasileira, com quem a CNBB e outras organizações têm estabelecido uma parceria muito grande.

Neste momento, a CNBB, a OAB, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, a Plataforma dos Movimentos Sociais, a UNE, a UBES, a CUT, a CTB, o MST, o Levante Popular da Juventude, a Consulta Popular, finalmente, mais de cem entidades estão reunidas num movimento chamado coalizão, que pretende realizar no nosso País uma reforma política democrática, uma reforma política, uma reforma dos costumes políticos, uma reforma das estruturas políticas, para que se afeiçoem muito aos ideais que informa o decreto que neste momento estamos discutindo.

Portanto, tenho neste momento o papel de dizer para os nossos telespectadores, para os presentes, para o Senado Federal o que é que população brasileira, o que é que o povo brasileiro, o que é que a sociedade civil brasileira pensa a respeito desse projeto.

Nós sabemos que nem sempre a população e o povo tiveram os seus destinos decididos por outras pessoas que não a comunidade. Mas em um determinado momento da história do mundo foi necessário fazer isso. O aumento da população, as distâncias fizeram com que se pensasse uma forma de que o povo participasse do poder, de que o povo participasse do governo, de que o povo exercesse a sua cidadania, de que o cidadão exercesse a sua cidadania e não ficasse afastado de dar sua opinião.

Como não era possível que cada um fosse escutado, fosse ouvido em cada momento, concebeu-se uma forma de um governo, de uma democracia chamada representativa, em que o cidadão escolhe o seu representante num determinado foro, pode ser o Congresso Nacional, pode ser a Câmara de Vereadores, pode ser a Assembleia Legislativa do Estado e outras instâncias também, não somente as instâncias políticas, para que os seus representantes levassem a sua opinião, os seus desejos, as suas necessidades, para que fossem levadas em conta.

Infelizmente, nos últimos 50, 60 anos, um pouco depois da 2ª Guerra Mundial, o mundo inteiro assistiu à falência, de certa forma, à derrota, ao descrédito desse sistema representativo. Daí, trocando em miúdos, a frase “você não me representam, os políticos não me representam”, o povo, o eleitor, o cidadão não se sente mais representado pela classe política. Isso é defeito só dos políticos? Não, não é defeito só dos políticos. É defeito do sistema político também. É defeito da nossa formação colonial, como mencionou o Prof. José Geraldo, do nosso patrimonialismo.

Um dos autores que ele citou, o gaúcho que foi Presidente da OAB, Raymundo Faoro, escreveu o livro intitulado *Os Donos do Poder*. Quem é o dono do poder? O dono do poder é o Presidente da República, é o Prefeito do Município, é o Presidente da Assembleia Legislativa Estadual? Não! Essas autoridades não são donas do poder. Elas servem ao poder, são empregadas do poder, são funcionárias do poder, são pessoas que estão ali não para receber os epítetos de Excelência, de Majestade, como no tempo da Monarquia, mas para exercer o poder que não é deles.

O Presidente da República não nasceu com o poder de Presidente da República. O Governador do Distrito Federal não nasceu com o poder de Governador do Distrito Federal, nem muito menos se eleito como foi agora, recentemente. Adquiriu um direito próprio. “Eu sou Governador, tenho direito próprio”. Não, companheiro! Você ainda não é nada mais do que o representante daqueles que o elegeram. Não é a sua voz que tem que valer. Não é o seu interesse que tem que ser ouvido. Não são as suas condições pessoais que têm que ser respeitadas, mas você tem que respeitar as condições pessoais do seu eleitor, daqueles que formaram opinião pública e que o elegeram. Você não está aí para ser servido, mas para servir.

Da titularidade do poder o que se diz? Uma frase que todo o mundo sabe: “Todo poder emana do povo”. Não é conversa fiada, não. Só é conversa fiada para os Deputados da Câmara Federal que, de maneira raivosa, hostil, preconceituosa, retrógrada, tomaram uma atitude absolutamente histérica e psicopata, traduzindo um decreto como o do Ministro Dipp, que não é considerado nenhum extraordinário revolucionário, alucinado, mas um homem ponderado, um homem de experiência, um homem que honrou o poder, o Poder Judiciário.

Não vejo motivo para isso. É como se a gente, por acaso, passasse por um amigo na rua e dissesse: “Oh, companheiro, você hoje está bem, você está com o aspecto bom”. E, de repente, aquele companheiro dissesse: “Você está me ofendendo? Você quer me matar? Você quer me desqualificar? Está ferindo a minha honra? Como eu estou ferindo a sua honra se eu estou dizendo que você está com o aspecto bom?”

Este decreto não desqualifica ninguém. Esse decreto não põe ninguém, os poderes, ninguém em causa, nem os retira, apenas diz aquilo que nós sabemos, que qualquer criancinha sabe: “O poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por intermédio dos seus representantes”.

Um americano que não era comunista, nem socialista, nem bolivariano disse: “A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo”. E a gente disse na Constituinte que uma Constituição sem povo é um omelete sem ovos. Nós podemos fazer omelete sem ovos? Mas a Câmara Federal pensa que pode. Os Deputados da Câmara Federal pensam que eles são os titulares do poder nacional. Não o são. Eles usurpam o poder da população brasileira. Usurpar quer dizer roubar. Eles roubam. Eles se apossam da titularidade da soberania do povo para dizer: “Não concordamos que o Governo faça um decreto com a pretensão, com a ousadia de ouvir povo”. Vejam vocês!

Companheiros e companheiras, essa é a mesma reação de quem diz que agora os aeroportos estão cheios de gente que nunca andou de avião, que as ruas estão com trânsito ruim, congestionadas, porque muita gente que não tinha carro agora tem. Que absurdo!

Então, esse pessoal quer viver igual às elites? Esse povinho quer viver como as elites? Essas pessoas não veem que em todas as circunstâncias da nossa vida estamos mudando essa concepção.

Nós tínhamos uma escola em que o professor mandava e acabou; palmatória no menino. Não tinha conversa, era palmatória; e o pai e a mãe do menino achavam que era isso mesmo e que o professor podia bater de palmatória no filho que estava fazendo rebeldia dentro da sala de aula.

Sou de uma formação antiga em que havia o chefe de família, o homem, e a mulher era uma incapaz, era reduzida a uma pessoa que tinha uma perturbação mental, não tinha direito nem de comprar uma coisa no supermercado se não fosse presumida a autorização do marido.

Mas a escola mudou. Hoje, os conselhos escolares estão participando. Não tem um professor que consiga impor aos seus alunos o que ele quer, porque senão os alunos saem da sala de aula, reclamam, batem o pé e dizem “aqui não, violão”.

Na família, hoje, não é só a mulher que adquiriu a patente de coparticipante da família. Duvido que algum de nós que tenha família – e todos nós temos –, possa impor aos nossos filhos de 11, 12 ou 13 anos – e não estou falando de filhos com 18 anos de idade – adolescentes, pré-adolescentes, alguma coisa que não seja pela convicção, que não seja pela racionalidade, que não seja pelo carinho. Se a gente disser que é para ser assim e pronto, o filho ou a filha não fazem.

A mesma coisa a gente vê na igreja. Antigamente, os bispos, os padres eram os donos da Igreja Católica. E falo isso porque estou aqui representando a CNBB. Então, o que o padre dizia, acabou; o que o bispo dizia, acabou; o que o Papa dizia então... E agora temos um Papa que chama os movimentos sociais, temos um Papa que abre os braços para dizer: “venham me ajudar nessa construção de uma visão religiosa, da divindade, da solidariedade, da caridade”. Recentemente, convocou os movimentos sociais do mundo inteiro – islâmicos, protestantes, evangélicos, africanos, asiáticos, católicos – para discutir a possibilidade desses movimentos serem reconhecidos legitimamente.

De modo que é com muita tristeza e mais indignação que o povo brasileiro, que a sociedade civil brasileira, que a CNBB, que a OAB, o movimento que combate a corrupção eleitoral, portanto os segmentos populares do povo brasileiro – e tenho a honra de representá-los neste momento –, enfim, nós dizemos não ao atraso, ao retrocesso, ao preconceito e à falta de espírito cívico da Câmara Federal, que rejeitou de forma raivosa, de forma hostil, um decreto que é absolutamente jurídico, constitucional, sociológico, histórico, popular, democrático, onde é dito que todos podem participar do poder. Não queremos ficar alheios à divisão do poder, não queremos ficar do lado de fora da casa comendo as migalhas, mas ter direito de sentar à mesa e de partilhar os bens da vida com aqueles que são teoricamente os nossos representantes.

Devo dizer também – para terminar, porque o meu tempo se torna curto – que responsabilizo oficial e expressamente uma mídia comunicativa brasileira, elitista, mercadológica, vendida ao capital e que defende os interesses de todos, menos do povo brasileiro. E que nos desinforma, e que mente para a população e que seleciona o que a população pode ou não pode saber e, portanto, mantém a população desinformada.

O que leva alguém a dizer: professor Marcelo, por que esse decreto é para a gente perder as nossas casas! Vi uma pessoa formada dizer isso. Como é que vai perder a sua casa? “Não, porque é a sovietação, o negócio da Venezuela, do bolivarianismo, vão tomar tudo, o povo agora é que vai tomar tudo”. Que Deus quisesse que o povo tomasse tudo! Bendito fosse Deus, bendito Deus se o povo tivesse o direito de tomar tudo, porque tomaram os terrenos da cidade, do movimento sem-teto, tomaram as terras mais férteis deste País para plantar a soja e o açúcar, tomaram as riquezas todas, de tal forma que temos hoje, no mundo inteiro, uma concentração de riqueza condenada pelo Piquet.

De modo que condena, neste momento... o povo brasileiro condena a desinformação que está sofrendo, em virtude da mídia brasileira, televisão, rádio, jornal, os grandes jornais, a grande mídia, desinformando, mentindo e selecionando aquilo que eu posso conhecer e o que eu não posso conhecer. Devo dizer também que a sociedade civil brasileira não se nega a participar dessa construção. A sociedade civil brasileira, através da iniciativa popular, Ministro Dipp, fez a Lei nº 9.840, trouxe para o Congresso Nacional a iniciativa popular de uma lei contra o abuso do poder econômico, portanto contra a compra do voto.

A sociedade civil propôs ao Congresso Nacional, e teve muita dificuldade para aprovar, a lei da ficha limpa, a lei que tira aquele que roubou, aquele que fraudou, aquele que não agiu corretamente na política que, portanto, não pode participar da política. E a sociedade civil brasileira está lutando mais uma vez pela reforma política democrática, uma reforma política que afaste o poder econômico do financiamento eleitoral, de tal forma que os representantes, teoricamente os representantes do povo brasileiro se tornaram... por um vício do sistema eleitoral, por esse financiamento do sistema eleitoral que hoje é legal no Brasil, a lei permite, não é ilícito o financiamento eleitoral por parte das empresas, das empreiteiras, das construtoras de estradas etc. Isso é legal. Mas de tal forma esse sistema se tornou viciado que quem se elege financiado pelo dinheiro do

capitalista, do tubarão, não representa o povo que votou nele, representa aquele que o elegeu. Dizem que quem paga a banda escolhe a música. Se estou pagando a banda, se estou pagando o DJ, escolho a música que quero que ele toque.

De modo que estamos fazendo uma campanha muito grande. Aqui faço, para encerrar, um apelo aos presentes e aos que nos escutam pelas tecnologias eletrônicas, no sentido de apoiar uma reforma política e democrática que basicamente afaste o capitalista, o capital, o poder econômico das empresas financeiras, dos bancos, das grandes pessoas jurídicas deste País de serem determinantes de quem se elege e de quem não se elege.

Por último, a minha condenação veemente ao fato de que estando no Supremo Tribunal Federal um processo proposto pela OAB para tirar o dinheiro do capitalista das eleições e tendo o Supremo Tribunal Federal votado já por 6 x 1 a maioria, dizendo que é inconstitucional o dinheiro das pessoas jurídicas, que este processo esteja parado desde o mês de fevereiro, porque o Ministro Gilmar Mendes pediu vista desse processo, sentou em cima dele e nega ao povo brasileiro o direito de ver o final da prestação jurisdicional.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Marcelo. Com certeza, toda essa exposição que o senhor faz aqui hoje nos contempla profundamente, reflete também o anseio, a angústia, a opinião de muitas pessoas. Parabéns pela exposição do senhor. Espero que esta Casa, que o Congresso Nacional realmente dê uma resposta com relação à reforma política. Não podemos mais conviver com este modelo eleitoral que realmente desvirtua toda uma representação nos espaços de poder, especialmente no Legislativo brasileiro, seja ele aqui no Congresso Nacional, mas também nas casas legislativas estaduais e municipais e principalmente no Congresso Nacional. É preciso realmente mudar essa forma, então a reforma política bem feita, debatida, construída coletivamente pode e com certeza deverá realmente mudar muito essa forma de convivência aqui no Legislativo brasileiro, algo que realmente nos deixa bastante indignados, em alguns momentos.

Então, parabéns, Dr. Marcelo.

Eu também gostaria de lembrar que o senhor já foi Presidente da OAB nacional, no período em que houve o *impeachment* do Ex-Presidente Collor. Então, o senhor marcou, com certeza, a nossa história brasileira também com a sua atuação através da Ordem dos Advogados do Brasil.

E, hoje, nós agradecemos profundamente a CNBB. Ela é uma grande parceira das lutas sociais, mas também é uma grande parceira da Comissão de Direitos Humanos. Quando convidada, ela sempre se fez presente. E, hoje, de uma forma muito brilhante também, através da presença do senhor. Então, muito obrigada.

Eu vou passar a palavra a Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde. Ela me dizia agora, há pouco, que a abertura da Conferência Nacional de Saúde está se dando hoje. Ela já tem agenda agora à tarde. Então, a presença da Maria do Socorro aqui é muito simbólica, neste momento da realização da Conferência Nacional de Saúde.

Você também dispõe de quinze minutos, Maria do Socorro.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Muito obrigada, Senadora. Bom dia a todas e todos. Senador Paim, Senadora Ana Rita, para mim é uma honra compor esta mesa com autoridades que têm o compromisso com a democracia brasileira. Acho que já faz diferença de uma outra audiência pública que também já foi realizada – Câmara e Senado juntos – a um período atrás.

Eu só quero colocar um pouco que esta noite não foi fácil para mim para eu estar até com condições de participar desta audiência, primeiro, porque tenho uma mãe de 94 anos que teve um sintoma de enfarto. E eu saí, às quatro horas da manhã, de uma unidade de pronto atendimento.

Eu quero dizer isso porque só existe uma unidade de pronto atendimento a três quilômetros da minha casa – eu moro em Valparaíso –, exatamente porque temos, a partir da luta política, da luta social, o direito a um SUS, a um Sistema Universal de Saúde. E, a três quilômetros, eu pude socorrer a minha mãe com 94 anos de idade.

A boa coincidência também é de hoje iniciarmos a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, olhando o quanto o Brasil precisa responsabilizar mais o Estado e também o setor patronal, empresarial, pela proteção da classe trabalhadora brasileira.

Nós estamos, hoje, com cerca de 1,5 mil delegados e delegadas de todo o Brasil, com a participação de todas as centrais sindicais e de movimentos sociais, em que estaremos defendendo o direito da classe trabalhadora, tanto da ativa, como também dos aposentados, em responsabilizar o Estado, a partir também dessa política pública que é o SUS.

Quero colocar aqui que esta pauta custa muito caro aos movimentos sociais. Custa muito caro a nós, porque, como já disse o Prof. Geraldo, as outras formas que tínhamos de participação eram por meio da revolta popular.

E a nossa agenda não mudou muito nos últimos tempos. Apesar dos avanços sociais, dos avanços políticos, continuamos com movimentos sociais com muitas questões sociais não resolvidas. Tanto é que a nossa luta ainda é por direitos, a nossa luta ainda é por participação, a nossa luta é por proteção, porque também pagamos imposto, e a nossa luta é por uma sociedade mais democrática. Então, custa muito caro para nós.

E é importante virmos a esta Casa exatamente porque temos a sensação, como eu disse – eu creio que todos os que me antecederam –, de que somos meio que utilizados nas eleições diretas, pelo voto direto, porque uma Casa, como a Câmara, nos procura no período eleitoral, os seus representantes nos procuram no período eleitoral, e, depois, parece que viram as costas para a sociedade, para o povo, como se estivéssemos, na verdade, também alijados de questionar as pautas e a forma como essas questões são tratadas, seja na Câmara, seja no Senado.

Eu acho que tínhamos de estar discutindo aqui de que democracia o Brasil precisa. Depois de trinta anos tentando garantir a consolidação desse processo democrático, é lamentável que ainda tenhamos de vir para uma audiência pública argumentar, para o conjunto de Deputados e Senadores, argumentar para a sociedade brasileira, sobre a importância da democracia, sobretudo, da democracia que garanta a participação direta. É lamentável!

E é lamentável também quando a agenda da sociedade está muito clara para dizer que nós queremos mudanças, e mudança exige exatamente participação, escuta permanente ao povo brasileiro.

Mas como a gente sabe que a democracia brasileira não rompeu com as práticas conservadoras, a sociedade se democratizou mais do que o Estado. O Estado ainda é muito perverso, o Estado é permeado de interesses de conflitos, o Estado brasileiro ainda reproduz muito mais os interesses de uma elite econômica do que, na verdade, a expressão das necessidades do povo.

Então, justifica a gente estar aqui, e é com muita honra que dividimos esta Mesa. Quero dizer que na condição de Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, depois de 77 anos de existência desse conselho e de 25 anos de SUS, tivemos eleições diretas, muito recentemente, que garantiram a participação dos segmentos de usuários na Presidência desse Conselho.

No Conselho Nacional de Saúde, eu represento a Contag, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, represento o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e o segmento dos usuários.

Então, para termos essa noção de que mesmo o Conselho de Políticas Públicas, que tem uma missão tão nobre, que é contribuir para a formulação da política de saúde brasileira, contribuir para a sua avaliação, contribuir para a sua fiscalização, onde existem contradições na garantia desse direito e na qualidade dos serviços, lamentavelmente demorou muito tempo para a gente chegar à condição de um usuário assumir a Presidência desse Conselho. E eu tenho essa honra de, exatamente também pelo voto direto de vários setores representados naquele Conselho, assumir esta Presidência.

Mas eu gostaria de colocar o quanto a sociedade brasileira ainda é muito política e socialmente desigual, e nós vemos isso quando a nossa pauta tem tanta legitimidade e, mesmo assim, ainda temos muita dificuldade nas negociações para obtermos êxito.

Então, uma sociedade que, política e socialmente é muito desigual, conselhos e conferências, como propõe o decreto, com certeza são a garantia básica de participação. Temos outros instrumentos como aqui já foram colocados de que lançamos mão, mas que boa parte da população ainda desconhece: o plebiscito, o referendo. Mas no caso, é mais determinante para nós – e aí quero fazer uma fala muito mais política. Já foram trazidos aspectos mais jurídicos, normativos e sociais. A gente tem que se despojar, como fez o representante da CNBB, e colocar o que para nós tem representado a reação, sobretudo da Câmara, em relação ao decreto de participação social.

É uma reação política lamentavelmente conservadora; lamentavelmente contraditória com o rumo que a sociedade brasileira quer e espera dos poderes instituídos. E é muito lamentável também que isso só ajude a criminalizar a política. Isso ajuda radicalmente a que a população mais desinformada ou que se informa a partir da grande mídia ou da mídia corporativa negue o direito de participar e de decidir os rumos do País.

É um desserviço que os Parlamentares que são contra esse decreto ou contra a natureza, o sentido a que ele se propõe, prestam à população, depois que passamos tanto tempo em uma ditadura e depois que estamos exatamente querendo aprimorar os mecanismos de participação para que se tenha inclusive mais poder popular.

Enquanto outros países da América Latina estão discutindo o poder popular, o poder que vem do povo, da base comunitária, o Brasil ainda está no caminho da social democracia, com todos os poderes tentando manter

um diálogo, tentando manter uma mediação e nós temos reação extremamente conservadora dessa natureza. É um desserviço, um retrocesso, uma contramão em todos os sentidos daquilo que conseguimos construir.

Eu acho que já foram colocados aqui alguns sentidos políticos de negação desse instrumento. Para nós, não é tanto discutir o instrumento. Ele pode, sim, ser melhorado; ele pode sofrer alguns ajustes. Mas o sentido a que ele se propõe não pode ser questionado. E para nós é uma sinalização lamentável a indisposição da Câmara – e se o Senado seguir o mesmo caminho – de querer realmente discutir a reforma política neste País.

Para nós, a impressão que dá é a de que barra um decreto para impossibilitar um debate aberto, transparente, com participação efetiva da sociedade em torno da reforma política. Essa é a impressão que nos dá, porque o outro sentido, da indisposição de pensar o decreto como um instrumento importante, é de não querer discutir a redistribuição de renda ou pensar políticas sociais redistributivas.

Fiz questão de colocar aqui a minha ida à Unidade Básica de Saúde, esta madrugada, com minha mãe. Se eu estivesse em outro País, a conta, com certeza, poderia chegar a minha casa, daqui a algum tempo, do atendimento que ela teve. Mas a gente está exatamente discutindo aqui a importância de um País, desigual como o Brasil, com a riqueza produzida pela força do trabalho, sobretudo; a gente está discutindo aqui a garantia do Estado em redistribuir renda a partir de serviços públicos. Esse é outro sentido também importante do decreto, quando coloca que conselhos e conferências são importantes. Para a gente é, sobretudo, o ganho que a gente teve de poder discutir como redistribuir poder, como redistribuir riquezas e como garantir também políticas e serviços de qualidade.

Temos ainda no Brasil áreas muito refratárias, e é importante que a gente coloque aqui. Nas áreas refratárias, a participação, como já foi colocado também pelos representantes da CNBB e do Judiciário, que nos antecederam, e pelo próprio Professor Geraldo, nas áreas refratárias, que têm um poder político e econômico determinante na nossa sociedade, tenta se voltar contra os interesses populares. Essas áreas, por exemplo, se tivessem maior participação, o Brasil poderia estar em outro patamar da democracia.

Então, quero colocar, por exemplo, a comunicação. É lamentável ver que boa parte da mídia corporativa está muito mais a serviço dos interesses econômicos e políticos do que informar, conscientizar a população. Então, a área da comunicação, por exemplo, precisaria ter muito mais participação da sociedade para a gente dizer que meios de comunicação nós queremos, qual o papel do Estado de regular esses meios de comunicação, que tipo de comunicação e de informação nós queremos que chegue às nossas casas.

Há outras áreas refratárias, como a infraestrutura, o quanto a gente precisaria discutir saneamento básico, discutir obras de grande impacto hoje, como rodovias, portos, aeroportos; o quanto seria importante que a população tivesse participação em áreas como o meio ambiente. Temos, sim, o Conselho de Meio Ambiente, mas temos outras decisões que passam na Câmara, no Senado ou no próprio Executivo que muitas vezes não favorecem o debate e a participação social, temos impactos ambientais danosos, desmatamento, temos queimada, e nem por isso a população é consultada.

Temos áreas refratárias ainda do ponto de vista da ciência, tecnologia e inovação. Um País como o Brasil precisa investir em pesquisa, em ciência e inovação, garantir serviços públicos de qualidade, e nós não temos participação efetiva nessas áreas.

Temos ainda a própria área da questão agrária. Até hoje o Brasil tem uma dívida extremamente relevante do ponto de vista de democratizar o acesso à terra, o acesso à água, e nós queremos participar de forma mais efetiva dos rumos do País no que se refere à distribuição das riquezas naturais. Ou seja, temos muitos argumentos para dizer o quanto o Brasil avançou, mas precisa ainda avançar, do ponto de vista da participação social, para que a gente possa influenciar mais nos rumos e nas transformações que o Brasil requer.

Citei essas áreas de infraestrutura, comunicação, meio ambiente, área econômica. Que bom seria que a gente pudesse opinar sobre os juros também neste País, porque a gente paga muito caro; que bom seria se a gente pudesse discutir as taxas de impostos que a gente paga, e são embutidas, muitas vezes, na folha de pagamento dos nossos salários ou dos produtos que a gente consome, compra no mercado, e nada disso nos é permitido, mesmo num País que tem uma democracia de referência para outros países.

Então, em muitas áreas a gente não tem participação, e essas áreas hoje são determinantes para o crescimento do País, para o desenvolvimento do País. Como eu represento, no Conselho Nacional de Saúde, as populações rurais, pela Contag, nós sabemos o preço que é não ter saneamento básico que chegue à casa de cada trabalhador, de cada trabalhadora, garantir água para a produção da agricultura familiar, garantir água para o consumo humano, garantir água nos seus quintais. E isso, hoje, é uma pauta de grande relevância, não só para o Brasil, mas para o Planeta. Então, como nós vamos decidir os rumos nesse sentido? É a partir da participação social, é a partir dessa forma direta de participação, não é?

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – E queria, ainda, colocar aqui que nós temos que garantir a sustentabilidade dos avanços que nós tivemos neste País. Nós temos vários conselhos de políticas públicas, nós temos conferências de várias áreas de políticas públicas e de direitos, mas, mesmo assim, o poder deliberativo desses espaços de participação ainda não é tão incisivo na decisão de prioridades no País em relação aos rumos que os governantes, muita vezes, tomam em determinadas áreas, mesmo que a gente tenha posição contrária; por exemplo, a privatização e a terceirização de setores estratégicos.

Então, a gente quer defender, aqui, com muita veemência, a importância desse decreto. O Conselho Nacional de Saúde tem 144 entidades que o compõe, entre titulares e suplentes, e nós fizemos um debate, durante a consulta pública e pós consulta pública da Política Nacional de Participação Social, e defendemos – não é? –, com toda a clareza que nos é necessária, esse instrumento, e ainda por cima a garantia da participação social.

Eu quero finalizar, Senadora, ainda reafirmando que nós esperamos que o decreto seja bem discutido e bem acolhido, também no Senado, para não dar a impressão à população brasileira de que há uma indisposição de participação mais efetiva no debate da reforma política. Acho que se o decreto for tratado como um obstáculo, uma trava, para nós da sociedade brasileira, mais do que em relação à participação e ao destino das políticas públicas neste País, é uma trava e um obstáculo muito explícito de indisposição de diálogo com a sociedade para discutir uma pauta que é a prioridade, hoje, da nossa sociedade, que é a reforma política.

Então, a gente está aqui com muita satisfação, entendendo que o momento é oportuno, no início de uma nova Legislatura, no início de um novo Governo, para que as coisas recoloquem-se da forma mais democrática possível. O Brasil não pode ocupar, dentro da imprensa nacional e internacional, o lugar de um país pouco democrático ou conservador, colocando as vísceras – não é? – de uma cultura brasileira, de uma cultura política que pouco se modificou, mesmo apesar da luta da sociedade.

Então, esse é o apelo que a gente faz, e convido, também, quem puder para participar da abertura da Conferência, que se realiza agora, a partir das 14 horas, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, aberta também ao público, mas, depois da abertura, com certeza, teremos a restrição e a garantia de participação de só quem está na condição de delegado.

Então, é essa a contribuição, Senadora, e a gente agradece a participação. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde.

Aproveito, aqui, em nome também do Senador Paulo Paim, com certeza, para desejar uma boa conferência, para desejar sucesso nesse trabalho, assim como aconteceu na Conferência Nacional de Educação. Então, a Saúde tem uma caminhada muita longa – não é? –, de muitos anos; é uma política que vem sendo construída com a participação de várias entidades, de vários setores da sociedade, e o Sistema Único de Saúde, hoje, é o melhor sistema que nós podemos ter. E que as conferências contribuem para aperfeiçoar cada vez mais, para qualificar cada vez mais o nosso Sistema Único de Saúde. Então, parabéns, boa sorte na realização da conferência.

Eu vou passar a palavra...Não sei se o Senador Paim gostaria de...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sigo o ritual de ouvir todos os convidados primeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vamos ouvir o Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Assim que nós ouvirmos o Luiz Gonzaga, o Senador Paulo Paim vai se manifestar e nós vamos abrir, pelo menos, para três pessoas aqui do público, para também terem a oportunidade de se manifestar, com um tempo mais reduzido, é claro, porque já estamos avançados no horário.

Já há uma pessoa inscrita. Peço à Secretaria para colher o nome dela. E mais duas poderão falar, se houver ainda interesse dos demais de se manifestarem.

Então, o Luiz Gonzaga disporá de 15 minutos, assim como os demais.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Bom dia, Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão; Senador Paulo Paim, que tem sido também o nosso ícone dentro desta Casa em defesa dos direitos dos trabalhadores; todos os meus pares de Mesa que já falaram!

Eu queria iniciar minha fala dizendo do momento que estamos vivendo e deste debate. É um momento rico. Se pararmos para analisar, é um momento rico, em que a sociedade pode nos ouvir e participar desta reunião, que a TV Senado transmite para todos os cantos do Brasil.

Nós analisamos todos os debatedores da Mesa. Quando a gente fala por último, a gente tem o privilégio de observar todas as linhas de pensamento, todas as defesas e todas as críticas que, talvez, sejam feitas aos modelos.

Na minha abertura de fala, pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando o Sr. Presidente José Calixto Ramos, que não pôde estar aqui – ele nos designou para fazer esta representação –, quero cumprimentar os meus colegas da Nova Central. Na pessoa do Milton, eu cumprimento todos e toda a Plenária.

Nós estamos vivendo um momento no nosso País em que esse modelo que, até então, impera venceu. Esse modelo que estamos vivendo em nosso País está de rótulo vencido. Há um ciclo, e esse ciclo já está vencido. E nós estamos aqui tendo a oportunidade de debater o novo ciclo, a nova era, o novo momento para a sociedade civil.

Vimos, no decorrer deste ano, os movimentos sociais de rua, vimos muitas manifestações, e muitas delas poderiam não ter ressonância, mas elas se desencadeiam. Até pela lei da Física, há coisas que acabam por vencer. Há esse modelo nosso de País, de sociedade e de política, e é o momento de nós iniciarmos, como estamos fazendo aqui, e de construirmos um novo modelo. Estamos no século XXI, com a democracia em curso.

Eu analisei dois momentos aqui, neste discurso. O primeiro é o momento do decreto. Realmente, avaliei que ele tem total segurança jurídica, que ele tem total respaldo na questão jurídica. Estive analisando o decreto. O Senador Paulo Paim, inclusive, pediu a Nota Técnica do decreto. Observei tudo e vi que tudo estava dentro do que se poderia propor. Observei também o Professor falando do outro lado, da questão do nosso eminente juiz. Ele falou da total legalidade do decreto, da constitucionalidade. Eu também não vejo nenhuma preocupação com esse lado. O grande problema que está estabelecido é o modelo que vivemos, é a situação social.

O Professor muito bem falou. Muitas das minhas falas o Professor já fez, colocando o modelo que vivemos e a inserção da sociedade, o fato de trazer a sociedade para dentro desses debates. Mas o que acontece no nosso País? São momentos que vamos vivendo passo a passo. Temos de fazer os debates. Nesta Casa, no Congresso Nacional, tudo aqui tem de ser muito bem debatido. O Senador Paulo Paim é protagonista do movimento sindical, da representação dos trabalhadores.

Há alguns anos, juntamente com as centrais sindicais, estamos fazendo o debate em torno da defesa dos trabalhadores e de algumas conquistas que nós, ao longo do tempo, estamos buscando. E estamos avançando. Uma das conquistas é a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais. Então, são debates nos quais, aos poucos, ao longo do tempo, vamos avançando.

Agora, no modelo que vivemos no nosso País, o capital é que domina e é o interlocutor do poder. Então, fica muito difícil nós implantarmos alguns avanços para a sociedade civil no modelo que nós temos implantado. O que é necessário? Nós temos de fortalecer e articular os mecanismos democráticos de diálogo, as ações conjuntas entre a Administração Pública e a sociedade civil.

Se não tivermos com essas interações, muito dificilmente nós vamos superar, nós vamos vencer, nós vamos dar oportunidade ao povo, à sociedade, porque entre a sociedade ainda existe um abismo muito grande. Existe um abismo muito grande entre o poder e a sociedade.

Por que esse abismo? Porque a sociedade não participa. A nossa Constituição, a nossa Carta Magna nos dá direitos que ainda não alcançamos. Muitos pontos da Constituição não foram regulamentados. Por conta disso, o ponto do povo ainda não está sendo respeitado, tanto é que quantos projetos nós temos de iniciativa popular nesta Casa, aprovados, ou que chegam a esta Casa e são colocados em votação. Por quê? Porque a sociedade civil ainda não tem, dentro desta Casa, ressonância, não tem respeito, reconhecimento, como bem colocado pelo nosso debatedor, porque é a voz do povo. Nada vem sem que o povo constitua. Só que o povo constitui alguma coisa. Ao chegar dentro deste Poder, é colocado manta, é colocada uma capa, e há um isolamento do povo.

Mas não há como se fugir deste debate. Eu vejo que este debate vai se estender por algum tempo, porque a sociedade hoje clama por mudança.

Hoje, está acontecendo no nosso País a deterioração dos Poderes. Sinceramente, eu digo que, nos rincões mais distantes do nosso País, a sociedade já sabe o que acontece, a sociedade já sabe o que quer, a sociedade sabe do que precisamos para transformar o País, para transformar o homem. O homem, hoje, precisa de mudança, precisa de transformação. Com a evolução do homem, nós precisamos implantar novo modelo. Esse modelo que está aí se superou. O modelo político de hoje não dá mais para continuarmos defendendo. Ele já estagnou, ele se superou. São ciclos. Como vivíamos antigamente na escravidão, e a escravidão teve que ser passada para um novo modelo, nós estamos ainda no modelo da escravidão, em que o capital escraviza o trabalho. Estamos vivendo a escravidão, porque o capital escraviza o trabalho. Nós precisamos romper com esse modelo. Nós precisamos trazer os representantes a esta Casa, a este Congresso, a este Parlamento, mas os representantes que têm essa visão, que têm esse compromisso, que têm essa preocupação, porque, hoje, no sistema em que nós vivemos, nós sabemos que os grandes representantes desta Casa, que é a Casa que constitui as leis do nosso País, não estão verdadeiramente debruçados, colocados, preocupados com a transformação da sociedade, porque eles vêm comprometidos com outras visões, com outras preocupações aqui dentro. E tudo passa, tudo se inicia por uma reforma política de verdade. Só que essa reforma política não pode ser feita por esta própria Casa, porque esta Casa, nós sabemos, que é corporativista; é uma Casa que legisla em causa própria. Acho que teríamos que ter um modelo político em que o político não pudesse ficar simplesmente

olhando só para o Parlamento. Ele tem que olhar para a sociedade. Ele tinha que ter uma meta de alcançar na sociedade, de prestar contas, trazer resultados, trazer benefícios, porque, se não, nós não vamos avançar. Nós não vamos trazer a transformação do homem, e o homem precisa ser transformado. Desde a existência do homem, quando Deus fez o homem, Deus criou o homem para que o homem evoluísse. Se pegarmos a história, se pegarmos os passos do homem, o homem está em evolução. E nós estamos vivendo num País estagnado. O homem não está evoluindo dentro do nosso País, porque as leis não estão evoluindo para que o homem possa dar passos mais adiante.

Os meus colegas de Mesa já fizeram grandes debates, falaram de grande temas, e, só observando as falas de todos, acho que esses temas que estamos debatendo serão temas para o ano 2015, ano 2016 para a reforma política, porque tudo se inicia pela reforma política. Tudo o que fizermos aqui, se a reforma política não avançar... Porque a reforma política impede tudo isso de acontecer. Como é que vamos eleger o representante de um Município, o representante do Estado, o representante da União, se ele não tiver esse compromisso verdadeiro do diálogo social com a sociedade civil?

Interessante que, no momento político, fica muito fácil de esse diálogo chegar a envolver a sociedade.

Depois que termina a eleição, o diálogo se encerra, os projetos, os compromissos, as presenças se encerram, só daqui a quatro anos se abrem novamente projetos, discursos. E nós precisamos vencer esse modelo, eu vejo não dá mais para convivemos com esse modelo. Então, os atores, os responsáveis, que são poucos, nós sabemos... Nesses debates são, aqui, 83 Senadores, são 513 Deputados Federais, nós não vemos esses debates aqui. Tanto é que um barulho surgiu nesta Casa quando alguma coisa se falou na sociedade civil, quando se sinalizou que alguma coisa poderia inserir a sociedade civil dentro de um contexto. Então, nos preocupa muito quando ainda não vivemos, não temos uma clareza de reforma política, de reforma transformadora da sociedade.

Então, era essa a nossa fala. Queria agradecer a todos, ao Senador Paim, à Senadora Ana Rita, e dizer-lhes que a responsabilidade de vocês é muito grande, de estar conduzindo... É um momento, este é o momento que a sociedade, que o Brasil, que o País vive, e este momento será o momento de uma transição. Nós estamos numa transição e isso será relevante e importante, tudo e todos que estão comprometidos com esse processo.

Naturalmente nós sabemos que um decreto por si não vai resolver o problema, um decreto só escrito, um decreto só pontuado, não vai resolver o problema, esse debate tem que ocorrer na sociedade, no poder político, ele tem que envolver todos os poderes, em todas as esferas de poder, em toda a sociedade, para que ela venha a entender, para que venha a compreender, para que ela venha a aceitar, participar, mas de uma forma que não seja para ser usada politicamente, que não venha a ser um sistema que alguém venha usar e tirar proveito, mas que seja um sistema de transformação da sociedade.

É a nossa fala. Parabéns a todos. Que todos tenham uma boa tarde.

Vamos avante. Viva o Brasil e viva a democracia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que aqui hoje tem uma representação – todos os que estão de camisa amarela aqui estão representando a Nova Central.

Obrigada pela presença de vocês e obrigada, Luiz Gonzaga, também, por sua presença, por atender o nosso convite.

Eu vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, para as pessoas inscritas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, antes de me dirigir à Mesa, repasso o pedido que me fizeram. Será que não poderíamos, durante quatro minutos, passar um vídeo? Foi uma solicitação de parte do movimento social sobre o tema. Se for possível – o vídeo tem 4 minutos –, nós o passaríamos e eu falaria em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, com certeza. Há possibilidade de passá-lo agora?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Inclusive, o Prof. Dalmo Dallari era um dos nossos convidados para esta audiência, mas, em função de uma agenda muito apertada que ele tem, não foi possível vir. E que bom que nós tivemos a oportunidade de ouvi-lo por esse vídeo. Obrigada pela sugestão de quem passou.

Obrigada, Senador Paim.

Então, V. Exª, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ainda bem que eu pude bater palmas. Porque se o vídeo fosse contra o que eu penso eu estaria ferrado. “Agora ele vai advogar e colocou um vídeo contra o que

ele pensa!” Mas, felizmente, o vídeo foi sugestão do movimento social, e eu sou um otimista, acredito sempre que vai dar certo, e deu certo. Porque, sem ver, não vi o vídeo, acreditei que daria certo, e felizmente deu.

Mas, Sr^a Presidenta Ana Rita, nossos queridos convidados e convidadas; Dr. Marcelo Lavenère, sua história, sua vida e seu depoimento avalizam o decreto; o Dr. Gilson Dipp, meu parceiro, gaudério lá do meu Rio Grande, faz uma exposição brilhante e didática – e vou dizer, na minha fala, o que proponho para avançarmos neste debate –; o Dr. José Geraldo, sem sombra de dúvida, deu aqui uma aula, pegou mais o viés político da questão, com a profundidade de quem é, de fato, mais do que um professor, um cientista político nessa área; a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Dr^a Maria do Socorro de Souza, falou do dia a dia, da prática, dos conselhos que já existem, estão funcionando, estão contribuindo para a formulação de políticas públicas, e lamenta aqui a posição tomada, infelizmente, na Câmara dos Deputados; o Luiz Gonzaga, da Nova Central Sindical, representando aqui o Calixto, mostra que o debate do decreto é importante, mas também quer que se avance muito mais, que se debata muito mais outras questões além do decreto, que tem também a sua razão de ser.

Eu gostaria de aqui fazer uma fala muito rápida. Eu fico nas duas posições aqui. O Dr. Dipp e Dr. Marcelo praticamente disseram que ficaram perplexos, porque o decreto não tem nada. Já o Dr. José Geraldo coloca que não ficou perplexo e não duvidava que isso fosse acontecer, porque os setores conservadores reacionários não querem de fato a participação popular. Então, os dois, no fundo, têm razão. Eu, num primeiro momento, confesso que fiquei perplexo quando eu vi a reação ao decreto. Mas, depois, fui para a linha do Dr. José Geraldo, no sentido de que não era de duvidar o que viria daqueles que não querem, de fato, que haja uma reação popular organizada.

Enfim, eu quero dizer que avalizo todos os depoimentos colocados na Mesa, na minha humildade e simplicidade do alcance que temos aqui no Parlamento. Estou na Casa há quase 30 anos e devo ser um dos poucos Parlamentares que entraram e nunca saíram. Outros saíram e saíram bem. Por exemplo, o Lula saiu e foi Presidente da República; o Fernando Henrique, Presidente da República; e outros tantos. Eu não saí daqui para nada, nem para ser vereador nem para ser deputado e nunca me aventurei a um espaço no Executivo. Mas eu estou muito preocupado. Eu acho que nós estamos passando o pior momento, da Constituinte para cá, em matéria de direito dos trabalhadores. E todos aqui sabem do compromisso histórico que eu tenho com essas causas. Esse decreto, para mim, seria uma forma de avançarmos, para não permitir que esse retrocesso avançasse, inclusive no Judiciário. Eu estou muito preocupado com o Judiciário.

O decreto, por exemplo, dos quilombolas, se não pedisse vista, seria anulado. Um decreto do Presidente Lula simplesmente regulamentando as terras dos quilombolas.

Vi, recentemente, no Supremo Tribunal Federal – e me assustei –, que trabalhador que usa equipamento de segurança não terá nem o adicional que o empregador paga nem aposentadoria especial.

A desaposentadoria, que para mim é algo normal, trivial, que já é aplicada na área pública toda – Executivo, Legislativo e Judiciário –, está lá e virou um inferno. Mesmo a posição do relator de dizer que daria para o Congresso seis meses para definir, enfim, senão o Supremo ia decidir, também não avança. E a Ministra Rosa Weber, se não me engano, já tinha dado parecer favorável, recuou, pediu vista e não deixa a matéria avançar. E, claro, isso tudo nos deixa aqui muito, muito preocupados. E são iniciativas no Judiciário e dentro do Legislativo. A terceirização avança e caminhamos de volta para o trabalho escravo. Avança e sabemos que avança.

Agora, há um projeto, que casualmente eu peguei para relatar, que diz que um fiscal do ministério que for a uma empresa uma vez só poderá voltar dois anos depois e só pode avisar que estão matando gente lá dentro, mas não pode autuar nem pode parar as máquinas. Isso é fato e é real. E vieram querer negociar comigo para que eu não desse parecer contrário. Eu disse: “Olha, não há como! Eu até sento para dialogar. Mas, com essa redação, pelo amor de Deus!” Como é que eu vou aceitar que a primeira autuação é um comunicado que esta água aqui está sendo envenenada, só que, daqui a dois anos, eu não volto lá, e a água pode continuar sendo envenenada. Se, em dois anos, eu comprovar que ela tem veneno, vai morrer muita gente, daí eu voltarei lá de novo.

Há muitas coisas acontecendo. Como diz o outro e eu disse no plenário esse dia, eu não acredito em bruxa, mas que há, há. E aí o movimento sindical tem que colocar as barbas de molho.

Eu estou assustado, inclusive com o novo Congresso. O número de lideranças populares comprometidas com os movimentos sociais quase caiu pela metade, e bons Parlamentares simplesmente não voltaram. Está aqui na Mesa uma delas: Senadora da República atuante, fez um brilhante trabalho nesses anos aqui, o que é inegável. Foi candidata a Deputada e não se elegeu. É inexplicável! Só dei o seu exemplo, porque a senhora está aqui neste momento. Mas eu poderia citar o nome de quase mais 40 ou 50 bons Parlamentares que não voltaram.

Quando eu vi o decreto, até me animei um pouco um pouco. Se você abre mais espaço para o movimento social, popular se apresentar, como eu me apresentei no passado, como o Lula se apresentou – não estou me comparando ao Lula –, como o Olívio Dutra se apresentou, como Miguel Rossetto, que ouvi ali, brilhante,

brilhante... Miguel Rossetto, para mim, vai ser um dos melhores ministros desta República. E outros, como Jacques Wagner, que se apresentaram lá atrás.

Agora, vejam a Jornada de Junho. Quantos líderes surgiram na Jornada de Junho? Eu não sei. Se tiver um aqui, me diga. Eu não sei! Houve alguém da Jornada de Junho ou de Julho que se apresentou para o mundo político e se elegeu? Eu não sei de nenhum. Pode ser que haja, mas eu não sei.

Então, o quadro é, de fato, um quadro preocupante para o hoje e para o amanhã. E que este espaço aqui, das conferências, dos debates, dos conselhos, vá interagindo com a sociedade, para formarmos as novas lideranças. Claro que seria bom! E é um espaço onde os líderes populares poderão se apresentar para a sociedade brasileira. E como alguém pode ser contra isso? Não querem que as pessoas falem? Só quem tem mandato? Vou tirar aqui a minha carteirinha de Senador para falar; o de gravatinha aqui dentro pode falar.

É inexplicável. É inexplicável. Nós teremos um Congresso, com certeza, mais conservador do que este, e estou muito preocupado também com o Judiciário. Na linha que está indo, eu estou muito, muito preocupado com o Judiciário. Difícil, muito difícil as questões dos movimentos sociais, dos movimentos populares avançarem lá. Talvez! Talvez com o decreto consumado, ou seja, nós derrotando o que eles apresentaram na Câmara aqui no Senado. Aí a gente abre um espaço maior para que a sociedade venha a interagir nesta Casa, com o objetivo de avançarmos com as propostas dos movimentos sociais e populares.

Eu não quero falar muito, mas quero aqui levantar muito mais as minhas preocupações.

E aqui quero elogiar toda a Mesa. E, elogiando a Mesa, Senadora Ana Rita, eu vou conversar muito com o Presidente Renan Calheiros – e que não seja só no meu nome isso –, no sentido de que... Nós não temos que ter medo do debate; não temos medo do debate; e, para mim, eu acho que outras centrais sindicais deveriam também avançar e ser convocadas; lamento; se não me engano, foi convidada pelo menos mais uma, que não se fez presente; não entendi o porquê, e não tenho por que não dizer que foi a CUT que foi convidada, deveria estar aqui e não está. Acho que ela errou, errou. Eu fui um dos fundadores da CUT; fui vice-presidente, com o Meneguelli; nós fomos do dia em que fundaram a CUT. Eu acho que está errado a CUT não estar aqui neste debate no dia de hoje; no mínimo, tinha que mandar um representante. Mas, enfim, não estou aqui para criticar, porque teria que criticar outros.

Nós temos que avançar para que o movimento sindical, como fez a Nova Central, participe mais ativamente desse debate. E que nós façamos uma comissão geral no plenário do Senado, antes da votação dessa matéria. Se votar hoje no plenário, perde. Perde! Por isso, esta audiência pública é importante. E estou falando porque eu pergunto para muita gente: “Leu o decreto?” “Não li, mas sou contra. Não sei, não vi, mas sou contra.”

Eu acho que a explanação que os senhores fizeram aqui, com o brilhantismo de quem tem história... Não foi como quem vem aqui, pega um livro e resolve ler o livrinho aqui. Não! Aqui são homens e mulheres que têm história. Eu acho que nós deveríamos fazer o que chamamos de comissão geral. Eu acho um absurdo: na Câmara, nós tínhamos muito isso. Aqui no Senado, eu vou propor até que se mude o Regimento, já que é a participação popular... Eles dizem: “Ah, não! Nós podemos ouvir aqui”. Então, vamos ouvir numa comissão geral, lá no plenário. Convocam-se todos os Senadores, e vamos fazer o debate. E que venha quem é contra também. Isso é bom. Qual é o problema? E que venha quem é contra também. E vamos fazer o debate lá, com Deputados, Senadores e os painelistas, e vamos ver... Aí, como aqui foi dito, eles dizem – aí eu falei na Bancada inclusive – que esse decreto visa a substituir o Parlamento e passa por cima da Constituição. É o que é dito na rua. Aí você vai ao sindicato, explica para o cara. E ele diz: “Ah, bom! Se é assim, Paim, tudo bem.”

Ora, nós temos que fazer o debate aberto. Esse é o tipo do tema que não tem, de jeito nenhum, de aceitar a votação sem que haja um grande esclarecimento para a sociedade, que os senhores deram aqui com uma competência enorme. Eu confesso: eu não tinha dúvida, mas, se eu tivesse alguma dúvida, eu sairia daqui convencidíssimo de que nós temos de derrubar esse tal de decreto – outro, não é? – que veio da Câmara para derrubar o decreto da Presidenta. Não tem maldade, não tem nada a não ser dizer: “Nós queremos ouvir ainda mais a sociedade”.

Já não há o Conselho Político da Presidenta que reúne sindicalistas, empresários e todo mundo? E muita coisa que surge lá não vem para cá por medida provisória ou por projeto de lei? E qual é o problema? É ilegal, então? Lá, estão empresários e trabalhadores.

E todos os outros conselhos que existem? Podemos aqui dar o exemplo mais direto da Conferência da Saúde. Se o resultado da Conferência da Saúde vai para a Presidenta num documento, o que vocês esperam? Vocês esperam que a Presidenta acate tudo, de preferência. É claro que não vai acatar tudo, mas pode ser que, lá, no meio, ela diga: “Olha, eu acho isso aqui interessante. Vou mandar como projeto de lei ou como MP”. Eu prefiro um projeto de lei, mas pode mandar como MP, se entender que isso é a vontade da sociedade brasileira. Daí não vale? Qual é o crime que vocês cometeram? Ou vocês têm de dizer na Conferência de Saúde: “Olha,

nós vamos cometer um crime agora se mandarmos alguma sugestão dessa Conferência para o Parlamento”? Aí é crime. Aí não dá, não é?

Ou os encontros das centrais sindicais? Vocês fazem um encontro com toda as centrais – e eu defendo que tem de fazer um encontro com todas as centrais sindicais urgentemente – para tirar uma pauta mínima e mandar para a Presidenta. E, se a Presidenta acata ou se vocês mandam para o Congresso e o Congresso acata, vocês vão ser presos, cometeram um crime. É isso que é dito.

A formulação desse decreto vai ser um ato criminoso contra a democracia. É brincadeira, não é? É brincadeira.

Enfim, eu queria falar muito mais isto: é uma alegria enorme ouvi-los. Fico feliz por ter sido um dos – foram eu e a Senadora Ana Rita – que provocaram este momento. Quando eu vi que o decreto foi aprovado lá – na verdade, é rejeitar o nosso decreto –, quando eu vi que aprovaram lá a rejeição do nosso, nós conversamos com a Senadora Ana Rita e propusemos, de forma conjunta, esta audiência. É claro que seria muito bom que todos os Senadores ouvissem.

E fica aqui um pedido já: primeiro, eu vou pedir, querida Senadora, que a gravação deste vídeo seja remetida a todos os Senadores – são 81, não é muita gente –, que todos recebam uma gravação na íntegra deste vídeo; a segunda questão é que saíamos com o compromisso de fazer uma comissão geral no plenário do Senado para que ninguém diga: “Ah, mas eu votei enganado, porque não sabia o que estava acontecendo”. Eu não sou jurista, mas não há esta história de dizer que não conhece a lei. Você vai sofrer as consequências da lei conhecendo ou não conhecendo. Como o decreto não tem nenhuma consequência negativa, mas só consequência positiva, eles terão de votar, no meu entendimento, favorável ao decreto da Presidenta e contra o decreto que vem da Câmara dos Deputados.

Parabéns a V. Ex^a. Foi um dia nobre. Fiquei muito feliz com a exposição de todos.

Um abraço. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Com certeza, o encaminhamento da gravação desta audiência pública para todos os Senadores é essencial. Eu acho que é importante a TV Senado também publicizar esta audiência pública em diversos outros momentos. Acredito que isso seja possível. Eu acho que esta audiência está ao vivo, mas que ela seja replicada em outros momentos para que o cidadão comum que, neste momento, está trabalhando e que não tem acesso possa acompanhar este debate em outros horários, à noite ou no final de semana, para que ele possa compreender a importância deste decreto.

Senador Paim, vou passar para V. Ex^a também ler – já passei para toda a Mesa – as manifestações que vieram pelo e-Cidadania e pelo Alô Senado. Lamentavelmente, a maioria das pessoas que se manifestaram aqui se manifestou contra o decreto, mas, quando lemos a razão de as pessoas se manifestarem, as pessoas, realmente, não têm informação. O que o Dr. Marcelo colocou é fundamental. A grande mídia não tem interesse de passar as informações verdadeiras. De um modo geral, é isso. Então, manipula as informações. E nós temos uma população brasileira que tem pouco acesso à informação, por várias razões, ou porque as informações não chegam ou porque as pessoas não se interessam, e, quando tem, tem de forma equivocada. Isso é grave no nosso País, isso é muito grave, porque ter uma população, na sua grande maioria, desinformada ou com informações equivocadas, compromete o futuro do nosso País, compromete profundamente.

E achar que a escola que vai dar conta de tudo... Não é! Porque muitos dizem: “Ah, isso é papel da educação, tem que discutir isso nas escolas.” As escolas, tanto de nível médio, quanto de nível superior, têm um papel fundamental, também, numa informação correta, mas a grande mídia... E as pessoas preferem, realmente, a TV Globo – e vou citando os nomes aqui que passam informações completamente distorcidas, muitas vezes, não têm interesse – e outras redes de televisão também.

Acho que é importante as pessoas se apropriarem das informações. A TV Senado cumpre um papel, na minha opinião, altamente importante, assim como a TV Câmara, a TV Justiça. Essas têm um papel fundamental, proporcionam debates fundamentais. As pessoas têm que se orientar, têm que se informar, têm que procurar conhecer. É claro, as pessoas são livres para emitir as suas opiniões e manifestar as suas opiniões. O contraditório, também, é fundamental, desde que seja bem fundamentado, desde que seja com base em informações corretas.

A gente também fica meio indignado, dá vontade de falar uma série de coisas, mas, no meu papel, aqui, de Presidente, eu não posso.

Eu vou passar a palavra agora para o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, me permita, só por uma questão de justiça ao STJ: a desaposentadoria passou por unanimidade, se não me engano, no STJ, e está no Supremo.

Permita-me também que eu diga, e eu sei que são 30 segundos a mais, que aquela do Fundo de Garantia eu não engoli também. O Fundo de Garantia do trabalhador, o empresário deixa de pagá-lo 10 anos, 20 anos,

30 anos, e, depois, só vai ter que pagar os últimos 5 anos. Decisão do Supremo. O empresário, com o mínimo, digamos, de má-fé, não precisa ser uma cara de grande boa-fé, faz o seguinte: “Eu não vou pagar mesmo. Deixa correr. O trabalhador quer ficar no emprego.” E, depois, ele vai pagar somente os últimos 5 anos.

Por isso que eu me referia à Justiça, mas, muito mais, ao Supremo. O STJ, para mim, tem... Não é porque está na sua presença. Pode ver que, dificilmente, eu venho à Tribuna criticar o STJ, mas já critiquei o Supremo. Desculpem, mas eu tinha que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o TST também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, para já caminharmos para o encerramento, eu vou conceder a palavra ao Sr. João Barbosa de Arruda, que é, também, da Nova Central Sindical. Após a fala do João Barbosa, não tem mais ninguém inscrito. Ele é a única pessoa inscrita.

Por três minutos, João Barbosa.

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós vamos passar para a Mesa, para fazer as considerações finais, porque a Maria do Socorro tem que abrir a Conferência Nacional de Saúde e nós, às 14h, temos outra audiência pública. Nós estamos com o horário já bastante avançado.

João Barbosa de Arruda.

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Bom dia e boa tarde a todos. Meu nome é João Barbosa. Eu sou diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. A minha profissão é carpinteiro.

Quando o Dr. Pedro terminou a fala dele, pedi para falar, imediatamente, porque já senti que deveria levar diretamente para os Municípios o debate, para vir de baixo para cima – entendeu? –, para que os Municípios e Estados já comecem a discutir.

Não sei se está saindo a minha voz.

Vejo que o Congresso Nacional, e muitos no Senado também, não tem interesse nenhum de a sociedade ter conhecimento das coisas. Da Constituição de 1988, e não vou citar os outros belíssimos artigos, vou citar apenas o art. 7º, que trata da creche para a criança, do salário mínimo digno para o trabalhador, da segurança, da saúde, direito de todos e dever do Estado. Há gente morrendo no chão, falta de médico, falta hospital, falta leite, falta tudo. Falou-se de auditor fiscal morrendo. Há 2.400 auditores fiscais para mais de 2 milhões de habitantes, e, na época da Copa, éramos 70 milhões, trabalhador morrendo à míngua...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais de 200 milhões.

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Somos mais de 200 milhões de habitantes para 2.400 auditores fiscais do Ministério do Trabalho, o que é uma vergonha. Os trabalhadores estão morrendo à míngua.

Agora o Senador, com todo conhecimento, fala do FGTS, porque os malditos estão lesando os direitos dos trabalhadores, ferindo o direito constitucional, legislativo, as convenções e outros direitos mais. Se esses políticos que estão aí estivessem preocupados, regulamentariam pelo menos o art. 7º da Constituição Federal. Isso já beneficiaria milhões de trabalhadores, porque ele trata de todas as esferas, do nascimento até a aposentadoria do trabalhador brasileiro.

Quando eu entrei no mercado de trabalho, entrei para me aposentar com o salário que eu estava no mercado, mas veio o fator previdenciário. Essa foi a única lei do mundo que retroagiu ao tempo em que eu nasci. É a única lei do mundo, porque não existe outra que retroage. A lei entra em vigor na data da sua publicação. Eu, que estava no mercado na época da aposentadoria, “levei ferro” – desculpem-me, mas o trabalhador fala assim –, e também milhões de trabalhadores.

Então, que interesse tem esta Casa? Que interesse tem o Congresso, com exceção das pessoas que estão preocupadas, em discutir com a sociedade? Eles querem mais é tirar o seu proveito, e a sociedade que se dane!

Aqui falou uma conselheira que está com a mãe no hospital. Isso a gente vê todos os dias. Eu moro na Ceilândia, onde há pessoas que morrem no chão, na fila de um hospital. Morrem no chão! Mulher dá à luz a uma criança, como dizem no Ceará, parindo no pé da parede. E as pessoas é que pegam água da torneira para lavar a criança. Isso na Capital Federal!

Aqui, nas obras do Distrito Federal, há trabalhadores morrendo à míngua. Ainda há pessoas cavando buracos no chão para fazerem as suas necessidades. Eu tenho foto, tenho tudo, tenho filme, tenho denúncia do Ministério Público. Obras públicas, obras públicas, obras públicas! Dentro do próprio prédio do Ministério do Trabalho, agora, numa reforma, foi embargada a obra e a empresa foi autuada. Isso foi dentro do próprio Ministério do Trabalho, onde estão os auditores. E tem mais: se tiverem construindo uma obra, se não houver morte, o fiscal não pode ir lá. É determinação do próprio Ministério do Trabalho, que eu não sei de onde vem,

que o fiscal só pode ir se houver grave e iminente risco, mas um canteiro de obra constitui grave e iminente risco do momento em que ele é cercado até o final. E essas pessoas não têm nenhum conhecimento.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Mas, obrigado. Se fosse para falar, iríamos falar o mês todo aqui e não acabaríamos.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. João Barbosa de Arruda, pela contribuição, pelas reflexões que o senhor traz.

Eu vou agora conceder a palavra aos nossos convidados para que possamos fazer as considerações finais. Maria do Socorro, que está com o horário bastante espremido, do Conselho Nacional de Saúde.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Agradeço a gentileza.

Acho que o debate coloca a fragilidade ainda da democracia brasileira, mas eu acho que o nosso papel é ressaltar as potencialidades dela, primeiro, porque, se a gente compara com outros países da América do Sul e da própria Europa, países que estão em crise financeira, vemos que o Brasil avançou bastante.

Eu acho que a fala do Senador Paim retrata, inclusive, que há diversas formas de participação. O decreto trata mais daquelas que são instituídas. Poderíamos até desconsiderar a necessidade de um decreto, porque há portaria, leis municipais, leis estaduais, leis federais. Por exemplo, o Conselho Nacional de Saúde tem uma lei federal que garante que todos os conselhos de saúde sejam instalados e instituídos em todos os níveis. Então, poderíamos até prescindir da necessidade desse decreto, mas jamais prescindir da necessidade de debater qual a democracia que o Brasil ainda precisa consolidar. Somos um país onde os políticos ainda acham que, depois de eleitos, não têm que fazer uma discussão com a sociedade de forma aberta e transparente, onde os políticos ainda comprem votos, onde os políticos ainda não trazem para o centro do debate uma agenda que interesse à sociedade.

E eu quero reafirmar aqui que o que nós queremos é que tanto a Câmara quanto o Senado discutam como agenda nacional o enfrentamento da desigualdade política e social e, conjugado com o debate da desigualdade social e política, a reforma política. Eu acho que é um grande gancho para fazer o debate, Senador, porque a nossa democracia foi capturada, sem sombra de dúvida, pelo poder econômico, por um poder também que financia boa parte das candidaturas, e tem sido capturada também pela mídia corporativa, que o tempo inteiro desconstrói o que a democracia e a cidadania brasileira a duras penas tenta construir.

Acho que é importante deixar claro para todos os que participaram aqui do debate, a partir dos *e-mails* e tudo, que nós não estamos aqui defendendo um legado de um partido...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – ...ou fazendo aqui uma queda-de-braço entre o Governo e a oposição.

Custou muito, em um país da dimensão do Brasil, construir uma democracia com a participação popular. Se não fosse a participação popular, nós não teríamos aposentadoria, nós não teríamos um sistema universal, nós não teríamos uma assistência social, nós não teríamos outras políticas e outras garantias que vão no campo da democracia, exatamente porque, como o Brasil é muito desigual, precisamos distribuir renda e riqueza, e faz parte do papel do Estado e da sociedade construir esses caminhos.

O que nós estamos fazendo aqui é garantir que o Brasil seja menos desigual, garantir que o Brasil seja mais voltado para os interesses da população. Somos a favor disso, e quero colocar aqui que eu acho que nós não estamos concorrendo com a democracia representativa, mas queremos que ela seja mais legítima. Se estão questionando a importância dessa outra forma de participação direta, nós temos muito mais elementos para questionar a legitimidade da democracia representativa, à medida que ela tem sido capturada pelo grande poder econômico e pela mídia corporativa.

Portanto, o que nós estamos fazendo aqui é o dever político de defender, depois de trinta anos da democracia brasileira, os melhores caminhos para a transformação de que o Brasil necessita. Não há sombra de dúvida que conselhos, conferências, fóruns, comitês, mobilizações têm muita legitimidade, e o mundo precisa disso. Nós precisamos cuidar disso para a gente que está aqui construindo este País, mas também para as futuras gerações.

O apelo que fazemos é que a juventude não crie uma descrença dessa forma de participação. Entendemos que precisamos melhorar, mas a juventude é, com certeza, o segmento da população brasileira que mais precisa ser convencido de que esse é o melhor caminho de construir uma sociedade melhor.

É isso, Senadora Ana Rita. Conte sempre com o Conselho Nacional de Saúde.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maria do Socorro, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, mais uma vez, sucesso durante a Conferência Nacional de Saúde.

Eu vou passar a palavra, então, seguindo essa ordem, para o Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Nas nossas considerações finais ao Senador Paulo Paim, ao Plenário e à Mesa, queremos agradecer a oportunidade de participar de um tema tão importante como este, um tema importantíssimo em que nós debatemos a respeito da sociedade civil. Na Nova Central Sindical de Trabalhadores, a nossa luta, a vida inteira, tem sido pelas garantias dos direitos dos trabalhadores. Queremos aqui, de presença, agradecer a participação de V. Exª, nesta Casa, porque nós sabemos que a senhora realmente vai estar em outro ciclo em 2015.

O Senador Paim falou algo preocupante, porque a próxima Casa que está chegando é uma Casa conservadora, é uma Casa que não tem o compromisso, não vem compromissada com os trabalhadores. Isso nos preocupa muito, porque esta Casa é a Casa dos debates, dos embates. O Senador Paulo Paim tem se colocado 24 horas à disposição da classe trabalhadora, em todos os níveis. Nós temos o Senador Paulo Paim como referencial: qualquer coisa, a gente já corre logo para o gabinete do Senador Paim. Ele sempre ouve, sempre insere, mas é difícil.

Estamos no século XXI. No século XXI, nós sabemos que o que prevalece ainda é o capital. O capital sempre está oprimindo o trabalho. Nós sabemos que o capital prevalece, que as leis ainda não estão – como se diz? – bem definidas entre o capital e o trabalho.

O Senador Paulo Paim tinha uma luta antiga, como Deputado Federal, para colocar o salário mínimo em US\$100, mas existia um grande mito de que o salário mínimo, nesse patamar, iria quebrar o País. E nós estamos aí como o mito que existia de que manga com leite era veneno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para lembrar aquele tempo, permita-me dizer que foi manchete, no principal jornal do Rio Grande do Sul, na época eleitoral, a demagogia do Paim em querer que o salário mínimo chegasse a US\$100. Diziam que isso poderia quebrar o País.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Resultado: recebi quatro milhões de votos em 6 milhões de eleitores. O povo não é tão burro como alguns pensam.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Pois é, Senador.

O grande mito do capital é como aquele de que manga com leite era veneno.

Nós estamos vendo muitas coisas ainda. Nós temos que quebrar esses paradigmas, esses mitos do capital.

Se verdadeiramente formos abrir os 500 anos de República, quem são os grandes concentradores de renda do País? Os grandes concentradores de renda do País, dos 500 anos de República para cá, aumentaram as suas riquezas, aumentaram as suas concentrações de renda, e o trabalhador não avançou, a não ser pelas nossas grandes lutas. Esta Casa é uma casa de grandes lutas, de muitas lutas.

Nós queremos parabenizar a Senadora Ana Rita.

Senadora, a senhora deixou o seu legado nesta Casa, deixou a sua história. A sua trajetória ficou marcada nesta Casa, porque o reflexo da sua construção será para a eternidade por muitas e muitas boas lutas e por boas conquistas que a senhora deixou.

Então, que os outros que surgirão venham não só pensando em olhar para o seu próprio grupo, mas também pensando em olhar para a Nação, para a sociedade civil.

Esse debate da sociedade civil é importantíssimo. Podem marcar o dia 15 de dezembro de 2014 como um passo que nós demos, sim, porque muitos passos... Como eu falei, quando o Senador Paim fazia o debate sobre o salário mínimo de US\$100, esse tema foi iniciado, continuado, tornou-se constante, e viramos essa página.

Aqui nós temos a oportunidade de estar com os debatedores, os responsáveis, para iniciarmos e perdurarmos os debates. Um dia, nós vamos virar essa página. Vai ser muito difícil, mas nós temos coragem de enfrentar – a Nova Central, o Sindicato dos Trabalhadores e a sociedade civil.

Então, obrigado a todos.

Que Deus nos abençoe! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Luiz Gonzaga de Negreiros, pela sua presença. Agradeço também a presença dos demais companheiros da Nova Central Sindical.

Eu vou passar a palavra para o Prof. José Geraldo de Souza Júnior, Professor da UnB e Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Também queria registrar a satisfação de ter podido participar desse debate e eu o faço homenageando a Senadora e o Senador, que, em boa hora, pautaram essa agenda, tanto mais agora com a ideia de amplificá-la.

De fato, o que nós temos percebido, não só neste momento, mas também em outras discussões, é que, de um lado, há ignorância no sentido de compreender o alcance da proposta.

Mesmo vendo aqui as questões que chegam – a maioria contra –, nós notamos que as primeiras manifestações são, em geral, contra, porque elas já trazem a pré-compreensão, o preconceito. Depois, na medida em que o debate prossegue e com os esclarecimentos, elas vão mudando, e mesmo algumas que são contra não são propriamente contra. Elas querem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Que eles percebam que foram enganados.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Isso. Tem a ver com o que o Marcelo pontuou, ou seja, a construção de uma opinião pública, que não é uma opinião pública, mas uma opinião publicada; e tem a ver com o fato de que, para além da dimensão hierárquica da sociedade, com essa luta tremenda entre o favor e o direito, entre a democracia e o autoritarismo, as hierarquias, a nossa experiência é de construção de uma sociedade com maior diálogo e com maior capacidade de participação.

Eu estou vendo a Maria do Socorro sair para a conferência. A primeira conferência de saúde é de 1937, no governo Getúlio. Isso está na nossa história.

O Marcelo representa aqui a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, quer dizer, o método que é aquele que o Pontual lembrava ser a característica desse projeto. Ele não inventa nada – o Ministro Dipp mencionou isso. Ele sintetiza, sumaria e organiza, do ponto de vista da Administração Pública. Não interfere em outras áreas, portanto não inova. Revogar o Decreto é, mais ou menos, como revogar a lei da gravidade. Quer dizer, fazer não significa que as conferências continuem a se realizar, que a participação não se efetive, porque todos os elementos previstos no Decreto derivam de disposições que estão na Constituição, nas leis orgânicas, nos estatutos, assim como, por exemplo, o SUS, que foi mencionado – ou Suas, que diz respeito à sua área –, que, em função dessa organicidade derivada da experiência e da Constituição, já tem organismos de participação em quase todos os cinco mil e não sei quantos Municípios brasileiros, com funções deliberativas, consultivas, fiscalizadoras e de capacitação.

Então, a participação é uma demanda do social. Ela existe, como a lei de gravidade existe. O processo da política é constitutivo do protagonismo social. Se a lei ficar contra, vira folha de papel. E a materialidade das relações sociais vai se institucionalizar pelo protagonismo, que acho que é algo que decorre desse processo. Mas é importante construir institucionalidades, porque os direitos humanos, os direitos sociais, os direitos políticos têm uma vocação constituinte, quer dizer, eles se institucionalizam. E, como método, é importante organizar a Administração Pública, para que, nos projetos, nas propostas, nas iniciativas, os mecanismos de participação e de controle social possam ser materializados em inovações de natureza administrativa ou da própria gestão.

Então, acho que a iniciativa da Senadora e do Senador cria essas condições de debate, e tenho certeza de que o discernimento político, o diálogo dos parlamentares com suas bases vão permitir um melhor entendimento e até, se for o caso, o aperfeiçoamento desse instrumento, que em tão boa hora estamos debatendo.

Muito obrigado, mais uma vez. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Professor José Geraldo.

É importante a presença do senhor aqui, porque, com a UnB se manifestando de forma tão clara, como o senhor se manifestou aqui hoje, podemos afirmar que outras universidades, que têm o mesmo compromisso com a formação, com a educação do nosso povo, também têm posições como essa. Então, isso fortalece a nossa luta, especialmente aqui dentro do Congresso, numa disputa muito difícil e muitas vezes desigual também.

Vou passar a palavra agora para o Dr. Gilson Dipp, Ministro do STJ.

O SR. GILSON LANGARO DIPP – Quero agradecer, mais uma vez, o convite que me foi formulado, de estar aqui com a Presidente, Senadora Ana Rita, com o Senador Paim, com os meus queridos Marcelo Lavenère e Professor José Geraldo – nosso líder sindical.

Quero dizer que reitero e ratifico tudo aquilo que disse no início, mas o faço sem qualquer índole preconceituosa. Participação social, controle social são conceitos que estão inseridos flagrantemente na Constituição de 1988 – o Senador Paim acompanhou –, em vários artigos da Constituição. São fundamentos constitucionais.

Eu acho que é necessário que o Estado brasileiro, através principalmente dos seus três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário... E o Paim tem muita razão em criticar principalmente – e eu o faço, há muito tempo – certas decisões do Supremo Tribunal Federal, principalmente quando se trata de cumprimento de convenções e tratados internacionais, naquelas que se referem, Professor, aos direitos humanos...

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Ministro, aliás, eu ouvi o senhor dizer isso de viva voz, desculpe-me, no lançamento da jurisprudência da Corte Interamericana. O senhor dizer isso de viva voz. Que bom!

O SR. GILSON LANGARO DIPP – ...ao cumprimento das decisões das cortes internacionais.

Convenções internacionais, pela Emenda Constitucional nº 45, têm força de emenda constitucional. Essa história do Estado, da soberania do Estado, o conceito de ordem pública, de bons costumes são conceitos ultrapassados nessa nova ordem constitucional internacional. Eu não posso desprezar uma decisão de uma Corte Interamericana de Direitos Humanos, à qual, o Brasil, livre e soberanamente, sim, aderiu, e fazer com que elas simplesmente não existam, não aconteçam.

O que eu quero dizer é que os três Poderes precisam se despir um pouco das paixões políticas e ideológicas e levar em conta um pouco mais o interesse social, o bem comum. (*Palmas.*)

Temos que projetar um Brasil para o futuro com a participação de todos os organismos, institucionais e não institucionais, mas principalmente da sociedade, organizada ou não. Com isso, eu quero dizer que o cidadão, o brasileiro, merece consideração maior do que essa discussão – para mim, inócua – sobre como, quando e como se deve dar uma participação de índole constitucional, que é a participação social, solidária do cidadão.

Muito obrigado por tudo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Gilson Dipp, Ministro do STJ, pela presença. Confesso que eu não o conhecia tão bem. Hoje, eu fiquei muito feliz com as manifestações do senhor. Como eu estou aqui, no Senado, há quatro anos apenas, eu não tinha tido a oportunidade de ouvi-lo pessoalmente. Fiquei muito feliz com a presença do senhor e com as manifestações aqui colocadas. Muito obrigada! É com certeza uma grande contribuição.

Eu vou agora passar a palavra para o Dr. Marcelo, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para que também faça o seu pronunciamento final.

O SR. MARCELO LAVENÈRE – Senadora Ana Rita, Senador Paim, manifestar, claro, no início destas palavras de encerramento, a convicção da sociedade civil, da CNBB, dos organismos que estão compondo aquele movimento da coalizão por uma reforma política, democrática, pela oportunidade de nós estarmos aqui malhando água mole em pedra dura, mas dizem que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Nós vamos malhar nessa pedra dura, nós vamos insistir o tempo todo, nós vamos conseguir que o caminho da história não seja pervertido ou desviado.

Mas eu queria, encerrando, dizer uma palavra para todos aqueles que mandaram um mensagem contrária ao que foi dito aqui. Não foram muitos, inclusive, em alguns momentos, foram sete ou oito opiniões de uma mesma pessoa, de modo que o grupo foi restrito àqueles que, de plano, dizem que o decreto fere a Constituição, que o decreto representa um golpe no Poder Legislativo para o Governo ficar cada vez com mais força. Para essas pessoas que não acreditam na participação social, para essas pessoas que estão mal-informadas, para essas pessoas a quem nós dissemos, aqui, que temos consciência de que os mecanismos de comunicação que chegam não são aqueles mais puros, não oferecem uma água pura para ser bebida, mas um processo já desgastado de influência, de autoritarismo, para elas, queremos dizer que ponham a cabeça para pensar...

(*Soa a campanha.*)

O SR. MARCELO LAVENÈRE – ...que tenham consciência de que nenhum dos que vieram aqui, hoje, está defendendo nem o Governo, nem partido político, nem ideologia. Nós estamos ficando, apenas, no caminho daquilo em que o mundo está caminhando.

Todos nós sabemos a história daquela mãe que, vendo o desfile estudantil ou militar e observando que todos os desfilantes estavam com o passo certo e o seu filho era o único que estava com o passo errado, numa visão distorcida, disse: “É. Todos estão errados. Só o meu filho é que está certo”. O mundo inteiro está na contramão daquilo que a Câmara Federal decidiu, o Norte da África, a Espanha, os Estados Unidos, com os jovens que ocuparam e ainda ocupam a rua financeira Wall Street, a juventude brasileira, que também foi para as ruas.

Então, vamos acreditar que os nossos políticos não vão ficar na contramarcha, no contrapé, no retrocesso da história, e que nós, malhando, cada vez mais, e sempre com esperança e confiança, na pedra dura, vamos construir a nossa cidadania de terra, trabalho e pão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Marcelo. Leve o nosso respeito, o nosso carinho, a nossa admiração, também, para a CNBB, que sempre esteve, aqui, conosco, nesses momentos importantes. Muita obrigada pela presença do senhor.

Eu vou fazer o encerramento, apenas destacando algumas coisas. Primeiro, o Senador Paulo Paim sugeriu que nós enviássemos, para todos Senadores e Senadoras, cópia desta audiência pública. Acho que é possível

providenciar isso e vamos providenciar o mais cedo possível. Outro ponto, esse dos internautas, uma das pessoas que fez contato sugere que possamos instituir o Dia Nacional da Participação Social.

Eu quero agradecer a essa internauta, a Ângela Maria Rodrigues Costa, por essa sugestão, porque isso vai garantir que este debate sobre a participação social permaneça também. Quando se cria o dia, esse dia, assim como tem o dia de categorias profissionais, sempre se destina para o debate. Então, criando-se o Dia Nacional da Participação Social, acho que vai possibilitar que este assunto continue, sempre, na pauta, para os próximos anos, sem que haja dificuldades no debate.

Quero, também, agradecer a todos os internautas que se manifestaram, aqui, de diversas formas. Uma boa parte dos que se manifestaram, disse da sua experiência de ser conselheiro em âmbito municipal.

É claro que os mecanismos de participação social existem e precisam ser fortalecidos e ampliados, mas também têm as suas dificuldades de funcionamento. As experiências locais precisam ser debatidas, porque, nem sempre, nos Conselhos, há, de fato, uma dinâmica local que possibilite a participação de todos, mas não podemos achar que uma dificuldade em determinado local possa servir de motivação para dizer que a participação popular não existe ou que o Decreto não contempla. Nós precisamos, realmente, levar esses debates para os espaços locais.

Então, qual é o recado que eu deixo, aqui, para os internautas que se manifestaram a partir dessas experiências locais ou mesmo estaduais? Que motivem as Câmaras Municipais, que motivem as Assembleias Legislativas a fazerem esse debate. Acho que é importante. Levem o Decreto para o seu espaço local e façam o debate a partir deste Decreto. Esta audiência pública pode ser uma motivadora. As pessoas poderão, em contato conosco, buscar cópia desta audiência pública e repercutir esse debate no espaço local, ouvindo aqui os nossos convidados mais uma vez. Acho que existem várias formas de continuar dialogando e aprofundando o tema.

Eu quero agradecer muito a todos os nossos convidados por atender o nosso convite e também reafirmar o que alguns disseram: é uma Mesa que não teve contraponto, mas é uma Mesa altamente representativa, conforme o Dr. Marcelo já ia nominando. Nós temos a representação do Poder Judiciário; temos a representação da sociedade civil, através da CNBB, que fala em nome da igreja católica e tem uma amplitude muito grande; temos a representação da UnB, Universidade de Brasília, que pode não estar falando em nome das demais universidades, mas é uma representação de uma universidade altamente reconhecida e respeitada no nosso País; temos aqui a representação de trabalhadores, como é o caso da Nova Central Sindical; e temos a representação de um dos conselhos, o mais antigo, o Conselho Nacional de Saúde. Então, é uma Mesa diversa, uma Mesa que tem representação de diversos setores.

Este debate não se encerra aqui hoje. Acredito que o Senado Federal, assim como o Senador Paim está propondo, tem que fazer novos debates. Então, é um diálogo permanente. Esse decreto exige e possibilita isto: fazer esse diálogo com outras forças. E a Comissão de Direitos Humanos está aberta para receber, inclusive, representação de algum setor que se sinta não contemplado e queira também manifestar sua opinião. Sendo assim, a Comissão de Direitos Humanos é uma espaço aberto para esse diálogo.

Senado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, se me permitir, até para contemplar esse setor, nós vamos procurar, sim, fazer uma comissão geral no Plenário do Senado para falar dez a favor, dez contra, não há problema de número. Vamos fazer o debate no Plenário, tranquilamente, para que eles se sintam contemplados. Se for essa a decisão de V. Ex^a, nos vamos provocar um debate com os 81 Senadores e convidados. Os convidados fazem a exposição e os Senadores questionam, ou não, contra ou favor.

Só uma última frase para responder a ele aqui. À vezes, falam que o Senado é conservador, mas o Senado já acabou com o fator há sete anos. Com um projeto de nossa autoria, por unanimidade, o fator foi acabado. A Câmara é que não vota.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, quando à sugestão de V. Ex^a de levar esse debate para o Plenário, contamos com a sua contribuição no sentido de conversar com o Presidente Renan e esse debate ser ampliado para o espaço que é o Plenário do Senado Federal.

Então, ficamos com esses encaminhamentos, com essas observações e com os nossos agradecimentos a todos os nossos convidados.

Muito obrigada mesmo pela contribuição que todos vocês nos deram.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Um bom-dia a todos! (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 14 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senhora Senadora Ana Rita. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 72 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/11/2014, para discutir “o papel das TVs Comunitárias para o fortalecimento da comunicação como um Direito Humano fundamental”. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM; Evelin Maciel, Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas – ASTRAL; André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; Valter Sanches, Presidente da Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho – REDETVT; Carlos Alberto Almeida, Diretor da TeleSUR. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Ecilla Bezerra, TV Comunitária de Peruíbe – SP; Moysés Corrêa, TV Comunitária do Rio de Janeiro – RJ; Paulo Contim, Acesp – Associação dos Canais Comunitários de São Paulo e da TV Comunitária de Osasco; Phillippe Aboud, TV comunitária de Belo Horizonte; Ney Hugo, Casa das Redes e Mídia Ninja; Igor Santos, TV Comunitária de Recife – PE; Professor Geldo, TV Reflexo – Recanto das Emas. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) Encaminhar à Presidenta Dilma documentos da ABCCOM com apelo para acelerar a criação do Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitários; 2) Fazer Gestões junto à Presidência da República para que: a) haja uma política de maior incentivo para a Radiodifusão comunitária; b) haja a criação de uma política nacional de mídia comunitária; c) seja aprovada a CFRP – Contribuição Financeira da Radiodifusão Pública, que contemple também as TVs comunitárias a cabo; d) incentive os prefeitos a criarem os canais da cidadania; e) sejam transformadas as TVs comunitárias em pontos de cultura e escolas de mídia comunitária; f) aumente o valor das inserções de publicidade institucional da Secom da Presidência da República nas TVs Comunitárias; g) a Ancine passe a considerar produtoras as TVs comunitárias e não meramente exibidoras; h) que haja reserva de espectro para os canais comunitários; 3) estudar uma revisão da legislação existente, para que contemple as necessidades das TVs comunitárias. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 74ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 72, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 12 de novembro de 2014, para discutir o papel das TVs comunitárias para o fortalecimento da comunicação como um direito humano fundamental.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, o link é: bit.ly/audienciainterativa; e do Alô Senado, através do número: 0800 612211.

Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Muito obrigada pela presença. Agradeço aos nossos convidados e convidadas que se fazem presentes.

Para compor a nossa Mesa, eu vou convidar o Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários. (Palmas.)

Muito bem, Paulo. Seja bem-vindo! Muito obrigada.

Convido para compor a Mesa a Evelin Maciel, Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral). (Palmas.)

O André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). (*Palmas.*)

Obrigada, André, pela presença. Seja bem-vindo. Muito obrigada.

Convido também o Valter Sanches, Presidente da Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, Rede TVT. (*Palmas.*)

Muito obrigada. Seja bem-vindo!

E também o Carlos Alberto Almeida, Diretor da TeleSUR. (*Palmas.*)

Obrigada pela presença.

Eu quero, inicialmente, justificar um pouquinho do atraso. Nós tivemos uma audiência pública pela manhã, que terminou quase às 14h. Então, tivemos um pequeno atraso, mas vamos agilizar aqui os trabalhos.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados e convidada, faço aqui algumas considerações iniciais para contextualizar, principalmente para os nossos internautas, para quem nos acompanha pela internet e pela tv, a importância desta audiência pública que estamos fazendo agora, na tarde de hoje.

O dia 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, já está marcado na história de nosso País pela divulgação do relatório da Comissão da Verdade, que oficializou a percepção dos combatentes das lutas políticas e sociais nos anos de chumbo. A tortura foi uma política de Estado.

Sessenta anos se passaram da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A Declaração é um marco na história da luta pela efetivação dos direitos humanos em todo o mundo.

Hoje, no Senado, realizamos esta audiência pública, solicitada pela Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), para discutir o papel das tvs comunitárias no fortalecimento da comunicação como um direito humano fundamental, sabedores que uma das questões centrais do debate sobre direitos humanos no Brasil é a definição do papel dos meios de comunicação nesse processo.

Em seu livro *A Era dos Direitos*, o filósofo italiano Norberto Bobbio discorre acerca da teoria dos direitos humanos a partir da construção daquilo que cunhou de gerações de direitos.

Afirma Bobbio que as gerações se sucedem e se somam ao longo da História, que coloca diante do homem necessidades e desafios. Essas gerações de direito são, portanto, reflexo dos avanços tecnológico e moral das sociedades. Diante dessa construção de Bobbio nos parece que a realidade global está a exigir o entendimento de que estamos diante de uma nova geração de direitos humanos cujo centro é o direito à comunicação. Esse deveria ser considerado um direito humano a ser colocado no topo de nossa luta cotidiana à medida que a maneira como ela se configura interfere decisivamente na garantia ou negação de outros direitos. Devemos ver o direito à comunicação como um direito universal que serve de base a todos os demais direitos humanos.

Em seu art. 19, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o que procurar receber e difundir sem consideração de fronteiras informações e ideias por qualquer meio de expressão. A mídia tem a capacidade de formatar valores, difundir ideias e definir comportamentos. Nesse sentido, pode desempenhar um papel positivo ou negativo. Por um lado, pode atuar como vetor estratégico na elaboração e uma cultura de respeito aos direitos humanos. Por outro, pode reproduzir e dar legitimidade a violações desses direitos, dando respaldo ideológico à constituição de uma sociedade baseada no preconceito e na opressão. A mídia comunitária seja televisiva, bem como a de rádio, desempenha um papel educativo para a sociedade ao mostrar na prática que outra comunicação é possível, uma comunicação centrada no respeito aos direitos humanos e na participação social, na própria elaboração da comunicação.

Nas TVs comunitárias, as pessoas são consideradas como produtores de conteúdo e não apenas como consumidores. As redes sociais estão a mostrar, cada vez com mais intensidade que todos nós somos mídia. Vamos aproveitar essa audiência para debater fortalecer o papel das TVs comunitárias em todo o País e encontrar meios de ajudar a financiar esse importante direito humano, que é o direito à comunicação. (*Palmas.*)

Com base nessas reflexões iniciais é que queremos realizar esta audiência pública de hoje no sentido de construirmos mecanismos de comunicação, de fortalecimento da comunicação popular, da comunicação comunitária, mecanismos que possam realmente assegurar a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros informações as mais confiáveis possíveis. E até debatíamos hoje mais cedo um pouco essa questão no que se refere por exemplo à luta pelos direitos humanos de modo geral e particularmente com relação ao decreto de participação social, que hoje enfrenta algumas dificuldades justamente porque vivemos ainda numa sociedade onde os grandes meios de comunicação, ao que avaliamos e refletimos, não cumprem, na sua fidelidade, na sua integralidade, uma comunicação de fato verdadeira, onde as informações sejam colocadas de forma real, concreta, que possam oferecer às pessoas condições de análise, condições de reflexão as mais reais possíveis, as mais corretas possíveis.

Então, é nesse ambiente que queremos fazer esta audiência pública de hoje à tarde. Para isso, contamos, com certeza, com a contribuição de todos que estão aqui. Eu vou passar, então, a palavra ao Paulo Miranda, que é o Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, ABCCom, para que, num tempo, Paulo, de dez minutos... outras pessoas possivelmente também queiram se manifestar. Então, nós vamos, primeiro, ouvir a Mesa e dar a oportunidade a outras pessoas que queiram também se manifestar sobre este assunto. Então, Paulo, esteja à vontade.

O SR. PAULO MIRANDA – Muito obrigado, Senadora, por esta disposição da senhora de estar aqui, conosco, mesmo com o plenário estando em atividade.

Em primeiro lugar, gostaria muito de agradecer por esta audiência pública, que, para nós, é um marco na democratização da comunicação, principalmente agora, começando o segundo Governo da Presidente Dilma, um momento de reflexão para colocarmos algumas coisas na mesa, para colaborar com a nova comunicação no País que tanto desejamos.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a quem vem sempre colaborando muito conosco, como a frente com a Deputada Luiza Erundina; o Senador Paulo Paim, que sempre nos recebeu aqui, antes de a senhora assumir a Presidência. Como estávamos conversando, agora há pouco, por causa da audiência do ano passado que a senhora fez ao lançar esta cartilha, que vou até deixar com a senhora, pois é a única que eu tenho e está até datada com o dia da audiência...

Hoje, a cartilha está no Brasil todo e já serviu de base para que 320 cidades pedissem o Canal da Cidadania. Quer dizer, as pessoas estão querendo municipalizar a comunicação, e o prefeito não faz isso porque ele se acha o bonitinho, nem com direito a ter um canal, mas porque há uma política do Governo brasileiro e porque as pessoas que querem uma TV comunitária dentro do Canal da Cidadania estão lá, na cola do prefeito, pedindo: “Olha, por favor, peça o Canal da Cidadania. Vamos fazer esse Canal da Cidadania.”

Então, vou deixar, em mão, esta cartilha, porque a senhora é a responsável por ela.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Obrigada. As minhas acabaram também.

O SR. PAULO MIRANDA – Acabaram todas. E é um papel que deveria ser do Ministério das Comunicações, do Governo Federal – estar fazendo essa divulgação para ajudar o Brasil a ter uma outra comunicação.

Há um outro documento que gostaria muito de passar, em mão, para a senhora. É uma carta que enviamos à Presidente Dilma Rousseff e, também, ao Ministro Aloizio Mercadante – um ofício, aliás. Anexa, há a data de 8 de maio de 2014, e é a única versão que conhecemos da contribuição financeira para a radiodifusão pública no Brasil, que seria uma forma de financiar as TVs comunitárias do Brasil, as universitárias, as públicas, a EBC e transformaria o Fistel em um fundo para essas emissoras públicas do campo público brasileiro.

Como nós não andamos sozinhos, trabalhamos junto com a Evelin, Astral, das TVs legislativas, com esse papel fundamental que serve ao País hoje, e por meio da qual estamos, aqui, nos manifestando para muita gente que está em casa nos assistindo e que vai nos ver, depois, com as reprises. Este documento é fundamental, então, queremos que a senhora peça à Presidente Dilma Rousseff que agilize a aprovação desta contribuição.

E mais, também. Queremos esta audiência porque, do jeito que está, não contempla as atuais TVs comunitárias no cabo. Só no dia em que formos para a onda aberta, no modelo digital. Para que possamos aperfeiçoar esta proposta, deixo-a, também, com a senhora.

Também queria agradecer muito esta participação e esta presença que sempre temos em nossos fóruns, em nossas lutas – da Evelin, da Astral, da Abepec, da ABTU, da TVT, que está, aqui, representada pelo Sanches. A Ancine, que, enfim, também, nos reconhece, consegue nos enxergar hoje e está com um projeto maravilhoso, no País, de 60 milhões para a produção audiovisual para as emissoras públicas. Porém, há mais um probleminha. São 60 milhões só para produtoras. Tudo bem que para nós TVs comunitárias será muito bom. Vamos receber 60 milhões de produção de excelência, mas a nossa capacidade tecnológica para fazer essa transmissão de excelência é muito frágil, porque há muitas TVs comunitárias que ainda transmitem em analógico.

Quer dizer, faz-se uma produção de alta definição, mas vamos passar em analógico. Vai cair a qualidade, e o povo brasileiro merece ver com toda a qualidade que for produzida no mercado. Nós não somos contra jogar 60 milhões no mercado, mas nós gostaríamos do apoio desta Comissão para que a Ancine nos visse, também, como produtores, porque, afinal, as TVs comunitárias são produtoras. Nós temos que pagar contas de água, luz, salários, impostos, essa coisa toda.

É uma outra preocupação que, além das muitas que a senhora já tem, é para fortalecer esse campo público da comunicação.

Então, hoje estamos aproveitando essa audiência pública que a senhora nos concede aqui na Comissão de Direitos Humanos para fazer esse apelo porque, para nós, o direito à comunicação é um direito humano. Não se faz a comunicação sem os meios de comunicação alternativos, porque o Brasil ainda não tem uma po-

lítica de mídia comunitária, não tem ainda uma política de mídia alternativa para fazer essa mistura. Está aqui o Geldon, da TV Recanto das Emas; está aqui o Everardo, da Casa das Redes, que envolve Mídia Ninja, Fora do Eixo, TVs comunitárias que estão aqui presentes; o Igor e o Maurício, de Recife; o Moisés, do Rio de Janeiro; o Paulo, de Osasco; Ecilla, de Peruíbe; a Letícia Caiafa e o Felipe, de Belo Horizonte, de onde vem a primeira TV comunitária que existiu no Brasil e que está no ar desde 1995, é a mais antiga, criada pelo nosso Didi, Presidente de Honra da ABCCom.

Então, temos já uma trajetória muito grande, já estamos desde 1995 nessa trajetória, nessa luta. E achamos que se avançou muito pouco. Avançamos muito em termos de legislação, mas pouco em termos de financiamento, de capacidade de produção, transformação das TVs comunitárias em escolas de mídia comunitária, transformação dessas TVs comunitárias em pontos de cultura, para não só incentivar a participação lá dentro, mas atraindo, levando as pessoas lá para dentro. Essas TVs comunitárias fazem contato direto com o povo brasileiro e já são mais de cem emissoras no Brasil.

Outro coisa que gostaríamos muito de falar nesta audiência de hoje é que conseguimos, enfim, ser reconhecidos, depois de quase terminando o Governo da Presidente Dilma, pela Secom, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

E aí vem mais um porém. Abrimos as portas agora em outubro, mas a veiculação das mídias que eles estão nos oferecendo varia de R\$11,00 a R\$150,00. Quer dizer, é muito pouco. Imagina se a Secom, da Presidência da República, vai pagar para a TV Globo R\$11,00 pela veiculação de uma peça publicitária. Que visse com olhos diferentes essa política de comunicação comunitária tão necessária no Brasil, e não essa discriminação tão grande, em que se dá tudo para o mercado, só para as *big* TVs que já são bilionárias, famílias bilionárias no Brasil, que recebem o dinheiro dos nossos impostos para se enriquecerem cada vez mais.

A mídia alternativa comunitária, que abre as suas portas para a sociedade é discriminada, com poucos recursos, sendo que existe dinheiro. Dinheiro não é problema. Nós não vimos recursos como um problema. Para nós, o dinheiro existe, nós queremos muito o orçamento participativo, democrático nesse bolo da publicidade brasileira.

Para a senhora ter um ideia, pela TV comunitária de Brasília, este ano, já passaram mais de cem jovens e crianças, aprendendo a fazer televisão comunitária, todas de escolas públicas do Distrito Federal numa parceria com os sindicatos dos professores.

Imagina, cem emissoras fazendo isso no Brasil todo.

As TVs que realmente estão juntas com a comunidade, estão abertas à comunidade, têm o acesso público, têm esse novo conceito – nós já temos essa experiência toda –, mas ainda somos pouco valorizados pelo Governo brasileiro pela ausência dessa política nacional de mídia comunitária.

Na hora em que entramos então no foco dos direitos humanos, sentimos muita falta de produção dos direitos humanos dentro das TVs comunitárias. Então, quanto mais se fortalecer esse setor, melhor será para o povo brasileiro e para a democratização da comunicação realmente.

E se misturarmos tudo, todas as TVs universitárias, legislativas, comunitárias, EBC, as educativas culturais, com as rádios comunitárias, nós imaginamos que poderíamos estar gerando hoje, no Brasil, cerca de 200 mil empregos nessa comunicação comunitária alternativa.

Então, fica minha participação aqui rapidamente, porque a senhora tem que voltar para o plenário, nessa audiência, no momento certo, de início de segundo Governo da Presidenta Dilma, para que se possa enxergar o que esta Comissão de Direitos Humanos está propondo, fazer essa comunicação alternativa possível no Brasil. Eu agradeço muito à senhora novamente por esta audiência. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Paulo, inclusive pela pontualidade. Foi bastante pontual. Obrigada pela sua manifestação.

Com certeza, a Associação Brasileira de Canais Comunitários pode contar com o apoio da Comissão de Direitos Humanos. Faremos aqui os encaminhamentos propostos, principalmente com relação à Presidenta Dilma, para que, de fato, nós tenhamos aqui uma comunicação pública que valorize as TVs comunitárias, as rádios comunitárias, de acordo com a política proposta pela Associação Brasileira e por todos vocês que aqui estão.

Acho que é importante garantir a sustentabilidade financeira desses espaços de comunicação, que têm muita dificuldade de sobreviver por conta própria, não é verdade? E o apoio governamental é importante para ter uma TV, canais que possamos ter alternativos para a sociedade. Então, faremos aqui os encaminhamentos conforme solicitado, está bom, Paulo?

Muito obrigada.

Vou passar a palavra para a Evelin, Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativos (Astral).

A SRª EVELIN MACIEL – Olá! Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite, uma oportunidade muito boa de falar aqui no Senado. Eu circulo mais pela Câmara dos Deputados, então, poucas vezes cruzo para o Salão Azul.

A gente acompanha o trabalho das emissoras comunitárias há muito tempo e sempre desse lado supostamente mais privilegiado porque nós temos orçamento próprio. Então, a gente consegue tocar nossos projetos com mais celeridade, com cumprimento de prazo, e tudo porque a gente tem essa facilidade de ter orçamento.

Eu não vou entrar nos nossos problemas das emissoras legislativas, vou-me ater às questões da radiodifusão comunitária. Acho que realmente as TVs comunitárias e as rádio comunitárias são o principal veículo de acesso para os cidadãos poderem fazer com que seus conteúdos cheguem às rádios e TVs, mas a gente precisa ter política para isso. Não basta só a vontade porque, para fazer conteúdo com qualquer mídia, a gente já tem a internet, as redes sociais, a gente já consegue fazer circular algum conteúdo, mas não é disso que a gente está falando. Quando a gente vai para a radiodifusão, a gente tem um potencial de ser ouvido, de ser assistido imenso. E é a mídia preferencial do brasileiro, então, a gente não pode abrir mão dessa oportunidade de estar na casa das pessoas, de estar ao lado das grandes emissoras.

Como o Paulo falou, não existe política clara para a radiofusão comunitária no País. A gente abre essa exceção para a política da Ancine, que é muito importante em relação a conteúdo, mas, em relação a uso de espectro, reserva de espaço no espectro não existe, não existe uma política de financiamento. Então, é muito difícil o fortalecimento da radiodifusão comunitária baseado só no esforço pessoal.

Assim, em relação à rádio, eu acho que é uma legislação que precisa ser revista, não é, Senadora? É completamente limitante, é feita para, se andar, andar muito pouco, ter pouca visibilidade, apesar do esforço e até das exceções de rádios de sucesso, mas, de maneira geral, não existe... Há limitação da potência de transmissor e tudo, até de qual canal se usar nas cidades. Eu sei que eu estou chovendo no molhado, mas tenho que apontar um pouquinho do que eu vejo.

Em relação à televisão, eu acho que a situação é mais complicada por não existir, não é? Porque acho que existir no canal por assinatura, como foi criado, é muito bom, é um espaço excelente, mas para aquele brasileiro que tem condição de pagar a assinatura e ter acesso àquele conteúdo.

Então, não é justo para com a própria população, e o que estamos vendo nessa migração para o sistema é uma falta de diálogo em relação aos canais comunitários.

No nosso caso, das legislativas, temos um projeto claro, já temos 30 transmissores ligados, vamos ligar mais 20, em 2015, e nós só conseguimos espaço nessa transição da venda da faixa de 700MHz, que são esses canais que vão do 52 ao 68, justamente porque nós já estávamos em operação, porque a reserva que existia – que foi feita em uma portaria, que esses canais, essa faixa seria usada pelos canais públicos –, ela deixou de existir, a portaria foi extinta e não se colocou nada no lugar.

Então, é um momento muito importante, muito importante que a faixa da radiodifusão está sendo comprimida, da televisão está sendo comprimida e não existe nenhuma perspectiva, ninguém aponta um caminho para onde irão esses canais da cidadania e aqueles outros canais criados no Decreto de TV Digital, que são da cultura, canal da educação e o próprio canal do Executivo, que não necessariamente pode ser o da EBC.

Mas reserva de espectro sozinha também não garante nada, se não tiver recurso para implantar. Então, lembro que, na construção de uma política para isso, é muito importante a gente conseguir um modelo. Onde serão encaixados esses canais da cidadania? Em que transmissor? Porque nós estamos falando de uma necessidade física. Você tem que ter um transmissor para colocar esses canais no ar em cada localidade. Então, quem é que vai apresentar recurso para a compra desse transmissor? Uma média de R\$500 mil para cada transmissor, Senadora, para colocar isso no ar. Então, de onde vai vir esse recurso? Uma vez decidido isso e com quem esse transmissor vai ser dividido, porque ele pode servir a várias emissoras, como vai ser feito o custeio dessa operação? Engenheiro responsável? Aquela parte do dia a dia da operação, pagar energia, porque não basta também falar: Toma aqui, entra aqui esse transmissor. Mas, como é que vai ser mantido esse transmissor? E as outras demandas legais, as outras obrigações legais que vêm junto com isso.

Esse importante passo de sair da TV por assinatura para TV aberta traz junto um monte de obrigações que são muito caras e também tem que estar previsto numa política clara de como é que vai ser mantido isso, que são as legendas ocultas, que é uma obrigação legal, o controle de áudio, que parece que não é nada, mas custa mais R\$30 mil para você fazer isso. E outras obrigações que vêm, quando você está trabalhando com radiodifusão aberta.

Então, nós somos parceiros, nós nos adiantamos nesses últimos anos, implantando os nossos transmissores, porque a gente tem muito claro com quem a gente deve dividir esse transmissor, que eu estou me referindo. Hoje nós dividimos TV Câmara, TV Senado, TV Assembleia e TV Câmara Municipal, mas nós estamos abertos para qualquer diálogo que possa facilitar a instalação nas cidades onde nós já estamos. Nós não quisemos nos

distanciar, por falta de pensamento do que poderemos fazer juntos, mas por uma necessidade prática de que nós tínhamos o recurso e precisávamos instalar até para garantir a existência desses canais.

Então, foi um trabalho difícil de fazer. É uma construção coletiva. Nada disso estava pronto. Está muito claro entre nós, parceiros da Rede Legislativa, que nós estamos construindo esse modelo juntos. Não tem nada pronto, mesmo porque a legislação também não está pronta. Por exemplo, essas preocupações em relação à legenda oculta, ao controle de áudio, que são coisas práticas que a gente já pode sofrer uma fiscalização.

A gente não sabe se a obrigação legal disso é só nossa, da Câmara dos Deputados, porque nós somos os consignatários, o canal está no nosso nome ou se cada canal que ocupa aquela faixa tem que cumprir tudo. É claro que a gente acha que tem que cumprir, mas não está escrito.

Então, é difícil para um funcionário público prever um gasto sem uma previsão legal, concreta: Olha, vocês têm a obrigação de fazer isso. Então, a gente busca muito a interlocução com o Ministério e a Anatel para a gente não se exceder em nada, mas a gente realmente, em muitos momentos, a gente pisa em ovos, porque a gente não tem uma legislação clara para o uso da multiprogramação. Espero ter contribuído e estou à disposição para o debate. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Evelin Maciel, Vice-Presidente da Associação de Televisão e Rádios Legislativas.

Você é da Câmara? Câmara dos Deputados. A TV Câmara tem contribuído muito, tem prestado um belíssimo trabalho, assim como a TV Senado e Rádio Senado, Rádio Câmara também.

E essa troca, esse debate é fundamental a partir das experiências que cada um está desenvolvendo.

Vou passar a palavra agora para o André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC.

O SR. ANDRÉ BARBOSA – Obrigada, Senadora Ana Rita. É com satisfação que estou representando aqui o presidente da EBC, Nelson Breve.

Esse espaço que nós discutimos é tão importante que ele causou impacto desde os anos 70 em toda a Europa e mesmo nos Estados Unidos, com a apreensão de empresas públicas voltadas à transmissão local. Os Estados Unidos um modelo um pouco diferente, todo mundo conhece o modelo europeu.

No Brasil, se engatinhou desde os anos 80, quando se iniciou o processo das rádios livres, muito diferente do processo que depois nós abraçamos mais tarde, a Rádio Chilique, que era um cruzamento entre a PUC e a USP, em São Paulo. Tive o prazer de participar porque era da Rádio USP na época. Era um trabalho voltado para o espaço artístico. Era um espaço de expressão, mas não tinha a conotação específica de um movimento, era mais uma necessidade de ter voz para contrastar com os aspectos “standarizados” daquilo que o rádio apresentava tanto no rádio AM como na possibilidade do nascimento do rádio FM, que surgia naquela época.

Mais tarde o crescimento da rádio comunitária, veio a surgir e um livro muito importante que era a *Reforma Agrária no Ar*, que bate diretamente nessa proposta de espaço público. E o que é importante de se pensar que direito de se comunicar é também direito de expressar e de produzir. A gente não fala só sobre direito de comunicar sob o ponto de vista de que a gente trabalha apenas para ouvir ou para preencher espaços de programação. Isso é um lado importante de investimento na infraestrutura, na veiculação de programas, no espaço de uma indústria audiovisual, enfim, tudo isso é fundamental num país como o nosso, que é diverso, que tem uma série de possibilidades culturais diferenciadas e que precisam estar presentes nos espaços de comunicação e nas mídias eletrônicas. Mais do que isso, é estimular a produção, estimular a expressividade.

E a Internet veio trazer isso com bastante facilidade. Hoje você consegue, a custos bem baixos, trabalhar em programas pouco menos elaborados, no Youtube, por exemplo, ou até mais elaborados. Hoje já se permite fazer isso. Percebe-se hoje a questão da digitalização em todas as frentes, em todas as plataformas.

Mas acho que é importante a gente lembrar algumas coisas. A TV digital surge no mundo nos anos 90 e ela é uma tentativa, mesmo naquela época, de fazer frente ao avanço que já começava a haver da Internet. Apesar da alta definição ter sido desenvolvida pelos japoneses no sistema analógico nos anos 80, foi nos anos 90 é que ela realmente, vamos dizer assim, teve um impulso muito grande. E esse avanço se dá nesse contexto da Organização Internacional de Telecomunicações ter trabalhado, porque ela é uma organização que não representa especificamente o campo social. Ela é uma associação *multistakholder*, então trabalha exatamente com todas as empresas do mundo. E eles tomaram a decisão de que essa banda larga tinha uma proposta de crescimento e, portanto, esse crescimento deveria ser o culpado inclusive pelo espectro. Isso gerou exatamente a faixa de 700MHz, até porque ela é o filé-mignon, porque permite que você faça a equação entre longevidade, ou seja, você ter um investimento que faz uma vez e não precisa fazer tão cedo. São investimentos em torres, investimentos em equipamentos. E você também tem a possibilidade de ter um retorno de qualidade, de serviço melhor.

Era uma equação desejada pelas operadoras de telefone e, portanto, quem ocupava esse espaço eram as emissoras de televisão. Então, começou um processo, que foi apoiado pelas empresas de insumo, também pelas empresas de audiovisual – grandes empresas de audiovisual – de fazer conteúdos pagos e diminuir o espaço dos conteúdos gratuitos. E isso acabou gerando um trabalho no mundo, de apoio à TV a Cabo, à TV por satélite, e cada vez mais se diminuíram os espaços da TV aberta. Isso é tão verdade que essa influência chegou ao Brasil também.

A Lei de Acesso Condicionado, que é tão aplaudida por todos e que realmente trouxe grandes vantagens com relação ao investimento da Ancine, investimento de outros setores, na questão da produção audiovisual, traz, no bojo, como foi dito aqui, uma perversidade porque ela não alcança a população de baixa renda; alcança apenas as pessoas que têm recursos e, portanto, parte do mundo, que não é o caso por exemplo dos países que influenciam diretamente a Organização Internacional de Telecomunicações, países como a América do Sul, a América Central, a África e o Sudoeste da Ásia que perfazem 4 bilhões e 600 milhões de pessoas.

Portanto, esse é um número bastante elevado de pessoas que não têm internet no mundo, não têm nenhuma internet. Diga-se de passagem, desses 4 bilhões e 600 milhões de pessoas, 1 bilhão não tem energia elétrica. Então é realmente um caos e, se você considerar, num País como o Brasil, que tem 44% de internet domiciliar, tem 98% de TV analógica domiciliar e, portanto, tem uma participação muito grande da radiodifusão, seja através do rádio, seja através da televisão, acho que deveria ter sido feito um esforço maior do que foi feito nos últimos quatro anos, para que pudéssemos ter um investimento naquilo que foi realizado até o segundo mandato do Presidente Lula, que foi exatamente a TV digital ter um avanço maior, inclusive como oportunidade para que os grupos que trabalham com o público de baixa renda, que fazem o trabalho comunitário, que fazem o trabalho local tivessem espaços de divulgação, como foi previsto no Decreto nº 5.820.

Esse decreto cria o Canal da Cidadania, com esse aspecto local, com o aspecto de você ter a Prefeitura, a Câmara e outros elementos locais, as associações de bairro, as associações ligadas às universidades, aos centros comerciais locais, que financiando esse canal para que ele pudesse, não só promover a ligação com a produção independente, a produção em *superstation*, ou seja, em canais nacionais, mas também promover a produção local, com isso dando condições às pessoas, como disse o Paulo, serem capacitadas para poderem criar os seus programas. Mas a preocupação maior que temos neste momento, além de toda essa questão de ocupação de espaço, que é fundamental, é saber para onde vai essa televisão que está celeremente correndo para um projeto convergente.

Não vai demorar muito, em todo mundo, para que as questões estejam muito claras, quer dizer, já há uma tendência muito forte de uma relação entre a TV aberta e a TV por *streaming*, quer dizer, aquilo que chamamos de *over the top*, que é o Netflix, melhor especificar assim. Já há nos Estados Unidos, 19% da população americana, principalmente jovens de baixa renda, já estão trabalhando com o Netflix e TV aberta e desligando o cabo.

Quer dizer, então chama-se *cord cutting* esse tipo de sistema. O Brasil não está nesse passo ainda porque ainda tem uma gordurinha para crescer na TV a cabo e também porque ainda não está exatamente neste mesmo pé. Mas, como nos Estados Unidos a TV a cabo impera, como há 87% dos lugares com TV a cabo, você acaba tendo procura de uma nova tendência mesmo. Por que acontece isso? Porque a pessoa tem que assinar as duas. Eu acho até que muita gente faz isso ainda, assina a TV a cabo e assina o *over the top*, assina o Netflix, mas já está acontecendo um tipo de seleção no público de baixa renda, que tem o problema no bolso e vai ter que escolher um desses canais pagos, um desses sistemas de plataforma paga. E complementa com a TV aberta, porque ele vai ver esportes, ele vai ver noticiário, ele vai ver tudo o que for ao vivo na televisão aberta.

Então essa é uma tendência mundial. Eu acho que as pessoas deviam se preocupar também no Canal Comunitário com essa questão de aproximação da TV convergente, porque ela também pode auxiliar no aspecto do *must carry* no aspecto da luta por estar no espaço do cabo, que é uma luta justa, honesta e que tem que ser vencida. Ela nasceu assim na Lei do Cabo, em 1995, nunca foi exatamente implementada da maneira que deveria ter sido feito e, ao mesmo tempo, temos a possibilidade da TV aberta, com os canais da cidadania.

Eu queria só lembrar que o Canal da Cidadania é o canal local, portanto, é lotado na prefeitura local ou em um dos órgãos representativos da Administração Municipal. Eram quatro canais, e, agora, são cinco, aumentaram um canal. Quer dizer, você tem um subcanal e a possibilidade de, nesse transmissor, ter uma série de *encoders*, e você transmite.

A gente luta muito – e eu queria falar nesses trinta segundos finais – pela interatividade. Quer dizer, trata-se exatamente de usar o projeto que estamos fazendo na EBC, que se chama O Brasil 4D. Quem quiser visitá-lo, em Brasília, está em Ceilândia, e é um projeto ligado exatamente a fornecer projetos sociais, aplicativos sociais, produtos sociais, para essa população de baixa renda, como marcar consulta no SUS. Estamos estreando agora isso, como mexer na parte financeira, poder tirar saldo e extrato pela televisão, enfim, coisas que vão facilitar a vida das pessoas. Para quem estiver interessado, está aí, depois eu posso passar. É o Brasil 4D e EBC.

Agradeço. O meu tempo está estourado. Qualquer coisa, estou à disposição. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, André Barbosa, representando aqui a EBC, como superintendente executivo de relacionamento institucional da EBC.

Então, obrigada pela presença. Agradeço também ao Sr. Néelson, Presidente da EBC, que disponibilizou a vinda do senhor aqui.

Vou passar a palavra para o o Valter Sanches, Presidente da Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, Rede TVT.

O SR. VALTER SANCHES – Quero agradecer e saudar a Senadora Ana Rita pela iniciativa da audiência pública e pelo convite, saudar todos da mesa, todos os participantes desta audiência.

Quero manifestar também que fiquei muito feliz hoje, de manhã, porque cheguei mais cedo e acompanhei uma parte da audiência de parte da manhã. E fiquei muito feliz em ver que o vídeo utilizado para ilustrar a audiência era uma reportagem nossa, da TVT.

Então, nos dá muita felicidade em saber que estamos cumprindo o nosso papel de estarmos inseridos nos temas, pois, em outras TVs, não seria vista uma reportagem sobre esse tema, em especial, com esse enfoque que nós demos, ouvindo os lados, enfim, manifestando essa felicidade.

Sobre a questão, embora a TVT não seja uma TV comunitária, ela é uma TV educativa, fruto de uma luta de mais de trinta anos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, quando, desde a época, o Presidente Lula lutava pelo direito de ter uma concessão de rádio e de TV.

E nós, finalmente, conseguimos em 2009. Mas é uma TV educativa. Nós somos afiliados à rede pública de televisão, e nós participamos desse movimento em que nós cooperamos intensamente com as TVs comunitárias. Hoje, os nossos conteúdos, distribuímos e exibimos o conteúdo de 14 TVs comunitárias do Brasil, principalmente do Estado de São Paulo, mas também de Brasília. E temos uma parceria intensa com a ABCCom.

Eu acho que, com a questão da comunicação, não dá para ser inocente com a comunicação. A comunicação não é uma coisa menor, hoje em dia. Acho que há um tempo, quando os conhecimentos, a cultura, a informação, as tradições eram passadas na família, na comunidade mais próxima, na igreja, ou na escola, era tudo mais fácil para transmitir.

Hoje, a versão da realidade, a interpretação da realidade nos é dada pelos meios de comunicação. E, se eles têm uma visão parcial dessa realidade, isso acaba deformando a formação das pessoas. Então, hoje, nós temos um problema, no Brasil, que é esse absurdo desequilíbrio entre as diferentes áreas da comunicação.

Então, nós temos uma comunicação privada que é praticamente um monopólio. A comunicação privada, no Brasil comercial, hoje, se formos ver, em termos de audiência, é mais de 95%. Talvez seja até mais. Não tenho esse dado. E os últimos 5% são para serem divididos entre todos os outros. E isso estou falando em rádio e TV aberta, na TV e rádio aberta de radiodifusão, o que é um problema sério.

Nos países em temos uma sociedade um pouco mais progressista, existe aquela coisa do um terço, um terço, um terço: um terço, comunicação comercial privada empresarial; um terço, comunicação estatal e pública; um terço, comunicação da sociedade civil. Um equilíbrio maior. Em muitos desses países, as TVs públicas são líderes de audiência. No Brasil, existe uma absurda concentração, não só econômica, de poucas famílias que detêm grande parte dos meios de comunicação, inclusive com propriedade cruzada de outras modalidades de comunicação.

A distorção dessa concentração tem um impacto na formação das pessoas, porque a comunicação comercial é voltada ao retorno publicitário. Então, se é voltada ao retorno publicitário, ao anunciante que paga, lembro que se diz que “quem paga a música, quem paga a banda instrui como vai ser a dança”. É exatamente o que acontece. Como é que uma televisão vai falar, por exemplo, de problema de obesidade infantil, se o grande patrocinador dela é uma grande indústria alimentícia, e a gente sabe que alimentos industrializados contribuem para a obesidade infantil. As TVs legislativas também fazem um ótimo trabalho, para tentar mostrar, dar transparência ao Congresso Nacional, às ações do Congresso, à abertura que o Congresso tem com a sociedade, mas, se olharmos a TV comercial, o que se fala é que o Congresso Nacional é um lugar onde se trabalha pouco, ganha muito, rouba dinheiro. É essa visão que a sociedade tem, há uma militância das TVs comerciais contra o processo legislativo. Em relação à saúde, nunca se mostram as boas práticas de políticas públicas, seja de saúde ou educação, nunca se mostram. Mostra-se o caos dos serviços públicos, porque, normalmente, os grandes anunciantes são grandes empresas de educação, grandes empresas de planos de saúde, não há interesse de mostrar as boas práticas de políticas públicas. Sem falar também de todo o conteúdo. Se você está voltado para o retorno do anunciante, você precisa daquele padrão estético, pessoas jovens, magrinhas, bonitas, loiras, brancas. Nunca vai haver um idoso, um deficiente, um público LGBT, negros, enfim, sem falar em conteúdos que expõem a criança à publicidade de cerveja, conteúdos que ela não consegue entender.

Quando tentamos abrir uma discussão com relação a isso, seja público, seja com as próprias TVs privadas ou rádios privadas, eles dizem: “Mas é o que o público quer, isso é o que o público quer”. Sempre lembro do Ariano Suassuna, que tivemos a felicidade de entrevistar alguns meses antes de ele falecer, quando ele esteve em São Bernardo. Ele falava assim, quando um repórter perguntou para ele: “As TVs dizem que não passam poesia porque o público não gosta”. Ele falou: “A gente não costuma dizer que o cachorro gosta de osso? É porque a gente só dá osso para ele. Se der um filé e um osso, ele vai preferir o osso?” Não existe opção de conteúdos, a verdade é essa. Não é que o público goste. O público assiste a espetacularização da violência, o sexismo, o machismo, o individualismo que se tem na TV, esse incentivo, porque não há opção. É um monopólio!

Por isso, as TVs e rádios públicas e comunitárias têm tanta importância, porque só elas vão ter a possibilidade de difundir outros conteúdos de afirmação de culturas regionais, de demonstração de iniciativas importantes para a promoção de direitos humanos. Tenho muita felicidade, também, de a TVT estar hoje com um programa no ar que fizemos para a TV Brasil, que a gente está exibindo conjuntamente, que é o programa Mais Direitos Mais Humanos. Recomendo a todos que assistam, porque é um programa muito bom, que fala dos direitos humanos de forma bem ampla. Isso jamais teve espaço, mostrar alguém que faz um trabalho com jovens com Down no Rio de Janeiro, ou alguém que preserva o direito dos travestis no sistema prisional no Rio Grande do Sul. Ninguém vai mostrar isso na TV.

Então, só as TVs do nosso campo é que podem mostrar isso.

Só quero manifestar que somos uma TV instituída pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, hoje uma fundação mantida conjuntamente pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, com muito esforço, porque a gente praticamente banca 100% dos nossos custos – que não são poucos, o custo todo da exibição em si, do satélite, transmissor, *uplink*, dessa parafernália toda que custa uma nota...

(Soa a campanha.)

O SR. VALTER SANCHES – Temos algumas coisas que nos ajudam, que são alguns convênios que fazemos com a TV Brasil, com o Ministério da Cultura, com a Ancine, mas estão longe de cumprir com nossos custos.

Apesar de estarmos registrados na Secom, a destinação de verbas para nós é praticamente inexistente.

Então, diante disso, acho que o Senado... Eu queria saudar mais uma vez a iniciativa do Senado, da Comissão, da Senadora, de colocar este assunto em discussão, e manifestar todo nosso apoio tanto ao projeto de lei de iniciativa popular da Lei da Mídia Democrática, para regulamentar os artigos da Constituição em relação à comunicação eletrônica no Brasil, quanto às propostas da ABCCom aqui apresentadas de forma de sustentação, que é a forma que podemos ter de melhorar a qualidade de sustentação dessas TVs do campo público e comunitário e que podem – são as únicas – promover mais uma possibilidade de haver mais alternativas, mais vozes e mais imagens na TV brasileira.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos ao Valter Sanches, Presidente da Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho.

Agradeço muito a presença, reafirmando aqui a importância das TVs comunitárias, das rádios comunitárias, a partir de uma experiência que vocês vivenciam no ABC Paulista. Não é isso?

Vou convidar agora o Carlos Alberto Almeida, Diretor da TeleSUR.

O SR. CARLOS ALBERTO ALMEIDA – Muito boa tarde a todos e a todas. Sou grato, Senadora Ana Rita, pelo convite. Queria parabenizar essa iniciativa da senhora, até porque ela tem uma característica democrática e inclusiva, ela inclui uma parte da comunicação, que é aquela que é considerada os primos pobres, o patinho feio – não estou falando dos que estão comigo na Mesa, mas TVs comunitárias – que bravamente, heroicamente resistem e conseguem se manter de pé. Então, parabéns por sua proposta extremamente inclusiva, de considerar também a necessidade democrática de ouvir as nossas vozes, as nossas posições, muitas vezes, as nossas queixas.

Eu gostaria de dizer que aprendi muito com tudo que foi falado pelos que me antecederam aqui. É importantíssimo que esse campo público que está aqui representado na Mesa seja fortalecido, expandido e qualificado e isso depende de políticas públicas cada vez mais consolidadas. Isso tem acontecido em vários países da América Latina.

Agradeço, em nome da TeleSUR, o convite que a senhora nos faz porque, pela TeleSUR, temos conseguido registrar, comprovar, mostrar ao mundo inteiro que tem havido mudanças significativas em vários países na América Latina no âmbito da comunicação. Por exemplo, nós temos que – para retomar aquilo que está escrito na pauta, na comunicação comunitária como fortalecedora de um direito humano – quando a televisão é usada para expandir direitos humanos, direitos democráticos, direitos sociais, direitos trabalhistas, ela está cumprindo essa função, afinal de contas, não se inventou uma parafernália tão cativante, tão deslumbrante e

tão brilhante para que estivesse a serviço de interesses primitivos, baixos e embrutecedores dos seres humanos. Pelo contrário, a televisão tem que ter uma função de revelar a beleza da vida e a necessidade da justiça social, que está acontecendo nos processos de transformações sociais que os povos estão construindo.

E, já que aqui falo em nome da TeleSUR, gostaria de dizer, por exemplo, que, em alguns países da América Latina, a mudança do panorama de radiodifusão é muito muito significativa. E dou alguns exemplos: a tentativa do golpe de Estado, ou do golpe de Estado de 47 horas, realizado contra o Presidente Hugo Chávez, em 2001. Esse golpe foi revertido a partir do papel desempenhado por uma televisão comunitária – a Catia TVe. Foi a Catia TVe, que está instalada num dos bairros mais populosos de Caracas, que fez o questionamento sobre onde estava o Presidente, porque a televisão comercial dizia que havia renunciado, quando ele estava sequestrado e preso em lugar ignorado – e foi, a partir da denúncia feita pela Catia TVe, uma TV comunitária, que a população desceu e ocupou as ruas de Caracas, exigindo a volta do Presidente, que havia sido eleito.

Então, foram direitos humanos defendidos pelas TVs comunitárias. Aí temos um momento ápice na história recente da televisão comunitária na América Latina, em que a Catia TVe, num dos bairros mais populosos de Caracas, que tem quase 1 milhão de habitantes, fez a mobilização em torno da defesa dos direitos democráticos. Nada mais substancial na defesa de um direito humano que exigir o respeito ao direito do voto do cidadão, o voto democrático – isso foi um exemplo de Caracas, um exemplo da Venezuela, em que a TV comunitária cumpriu essa função.

Quando da crise de 2011 do Equador, em que se tentou também desestabilizar o governo democrático do Presidente Rafael Correa, foram as rádios e TVs indígenas e comunitárias que se mobilizaram para exigir o cumprimento da Constituição e suprir a necessidade de um debate que não se fazia pelas TVs comerciais, porque elas, simplesmente, sonegavam o debate democrático que estava acontecendo e que era uma tentativa de golpe a um governo constituído democraticamente pelo voto. E foram essas rádios dos índios, TVs comunitárias, inclusive, indígenas que cumpriram essa função também. Isso ocorreu no Equador.

No caso da Bolívia, temos uma novidade muito importante: há quatro anos, o Presidente Evo Morales, que acaba de ser reeleito democraticamente, com quase 70% dos votos, declarou que estava cansado de ser chamado de narcopresidente. Convidou os proprietários dos todos os grandes meios de comunicação, rádio, jornais e televisão, e perguntou a eles: “Podem provar que eu sou narcopresidente?” E isso ocorreu no gabinete dele, no gabinete de Presidência.

Os magnatas se entreolharam. Não tinham provas, evidentemente, não tinham provas dessa aberração. Então, ele disse: “Olha, a partir de agora nós vamos incentivar a nossa comunicação pública.”

E, primeiro, fundou um jornal popular chamado *Cambio*. Hoje, quatro anos depois, é o jornal de maior tiragem da Bolívia, maior circulação da Bolívia, e se iguala ao jornal *La Razón*, que tem 73 anos de existência – já se equiparou, e o preço é quatro vezes menor. Ele também é publicado digitalmente, vocês podem acionar aqui pela internet: *Cambio* na Bolívia, que é um jornal muito, muito interessante, e defensor, inclusive, da integração latino-americana e, mais do que isso, promoveu, oferecendo as condições técnicas, evidentemente, as condições econômicas de financiamento público, para a construção de uma rede pública de rádios indígenas.

Sabem que a maioria do povo na Bolívia, como no Equador, é de população indígena? Então, já existe essa rede de rádio, que se chama Radio Patria, que emite cada qual dependendo da região, do idioma local, respeitando, portanto, as características culturais dos povos originários. Isso é uma grande contribuição – que não é divulgada aqui, evidentemente, e sabemos o porquê – do governo do Presidente Evo Morales.

E, mais recentemente, na Argentina, com a aprovação da nova lei, a Lei de Meios, que fez aquilo que o Sanches mencionava: um terço do espectro é para o Estado; um terço, para as empresas; e um terço, para a comunicação sem fins de lucro, ou seja, para o setor social ou comunitário. Com isso, surgiram rádios indígenas, TVs universitárias – 50 TVs universitárias de rede aberta digital –, e se estabeleceu um sistema de TV digital pelo qual cada cidadão da Argentina pode acionar 28 canais sem pagar um tostão.

O André Barbosa mencionava aqui o dilema que nós ainda temos, de que há, praticamente, na minha visão, um *apartheid* audiovisual no Brasil. Ou seja, quem não pode pagar não acessa esses canais. Na Argentina, 70% da população tem acesso à TV por assinatura. E, com essa TV digital, não é necessário pagar nada. Inclusive, lá, a TeleSUR já é um canal de sinal aberto também, sem necessidade de pagar qualquer coisa.

E no Uruguai – isso vai agradar muito a todos nós, mas, certamente e especialmente, ao Sanches – a Central Sindical PIT-CNT, do Uruguai, a partir de agora, vai passar a ter um canal de televisão digital aberto. Qualquer um que ligar a televisão poderá acioná-lo.

Então, são mudanças concretas...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ALBERTO ALMEIDA – ... que estão acontecendo aqui.

Como não há mais tempo, eu gostaria só de fazer uma sintonia no canal da Presidenta Dilma Rousseff. Ela defendeu a regulação econômica da mídia. Essa regulação econômica deve incluir, primeiro, uma tática, que é considerar que não há maioria neste Congresso para exigir o tudo ou nada. Temos que fazer aquilo que é possível para avançar. E, nesse avanço, eu proponho que as TVs comunitárias sejam consideradas parte do espectro da economia solidária.

Vejam bem: nós poderíamos ter, no Brasil – se são 5,8 mil Municípios, por aí –, pelo menos 5 mil canais comunitários, fazendo a diversidade cultural, regional, fazendo a integração. Porque, por exemplo, em uma TV comunitária, como a daqui de Brasília, por exemplo, a vice-presidente é uma diretora do sindicato, mas está na diretoria executiva também um companheiro que representa os deficientes visuais. E temos, inclusive, um programa que é conduzido – coisa rara em televisão – por um deficiente visual, para, inclusive, trazer essa necessidade.

Então, estimular a economia solidária significa aumentar a capacidade de promover a cultura, promover a informação e, com isso, promover a economia da educação, da informação e da cultura, gerando nos Municípios uma descentralização e o fortalecimento de uma produção audiovisual, que vai gerar emprego, vai gerar renda, mas, sobretudo, vai gerar democracia e defesa dos direitos humanos.

E, neste momento – e aí termino –, em que estamos ameaçados por vozes sombrias, que tentam falar em desestabilização, em golpismo, claramente, no Brasil, é o momento também de as TVs comunitárias fazerem, como já fizemos no passado, em outros momentos, as forças democráticas, a defesa da legalidade democrática, ou seja, uma nova campanha da legalidade, e as TVs comunitárias e as rádios comunitárias podem contribuir para assegurar o funcionamento da democracia para que o Brasil possa continuar mudando e pagar a sua dívida enorme, social, que tem para com o povo, acumulada durante 500 anos, mas, sobretudo, pagar também a dívida informativa e cultural que se construiu, em forma de montanha, contra o povo brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Carlos Alberto, diretor da TeleSUR, pelas suas reflexões.

Eu estava aqui pensando. Acho que várias sugestões desta Mesa já foram colocadas. Vamos ouvir agora mais alguns representantes que aqui estão, mas o nosso objetivo é também deixar aqui alguns encaminhamentos concretos a partir dessa reflexão. Já foi apresentado aqui, pelo Paulo, um documento, que esta Comissão também vai reforçar junto à Presidenta Dilma, mas, se houver mais alguma sugestão, algum outro encaminhamento, nós o faremos, com o objetivo justamente de fortalecer a rede pública de comunicação, principalmente as rádios e TVs comunitárias.

Tenho plena concordância com o Carlos, acho que é preciso sim, a exemplo de outros países, criar uma rede realmente de rádios e TVs que possa dialogar e que possa informar de forma mais precisa a nossa população. Nós não podemos ficar, muitas vezes, submetidos a informações que nem sempre – aquilo que alguém dizia, acho que foi o Valter – são imparciais, a grande mídia não é imparcial e nem sempre está do lado de quem realmente quer ouvir uma informação correta. Sempre há, de certa forma, algum desvio nessas informações. Então, é preciso criar novas alternativas, fortalecer o que existe e ampliar o que é necessário.

Vou passar a palavra agora para quem já nos solicitou, estou com uma lista aqui de sete pessoas inscritas. Vamos ouvir as sete pessoas. Vou conceder três minutos para cada um, por causa do nosso tempo, por isso pedimos que sejam breves nessa exposição.

Está aqui inscrita Ecilla Bezerra, da TV Comunitária de Peruíbe.

Seja bem-vinda. São três minutos. Vamos pedir a quem controla o tempo para marcar três minutos.

A SRª ECILLA BEZERRA – (Ecilla Bezerra) – Boa tarde. Obrigada, Senadora, por esta oportunidade. Eu gostei demais da fala de todos, cada um colocou uma realidade diferente, mas todas essas diferentes realidades são a nossa realidade total.

Sou presidente da TV Comunitária de Peruíbe e Itanhaém. Agora a nossa operadora já está cabeando Itanhahém, entramos no Canal 16, analógico, e no Canal 8, digital.

A nossa TV Comunitária, agora, em 28 de fevereiro de 2015, fará 17 anos de existência. São 17 anos de muito sofrimento financeiro para mantê-la. Nós temos sede própria, durante quatro anos passamos pagando aluguel, era uma coisa terrível. Então, surgiu uma oportunidade de comprarmos uma sede própria, um prédio na avenida principal da cidade de Peruíbe, que foi financiado pelo Banco do Brasil, que pagamos durante 15 anos. Este ano foi o último. Aleluia! É nosso agora.

Entre tudo que ouvi aqui, nós passamos inclusive o programa da TVT lá em Peruíbe, passamos a OAB, várias associações que têm interesse em divulgar o trabalho, nós temos também a produção local. Nessa produção local, descobrimos uma coisa muito interessante, que também tem muito a ver com o que o Valter Sanches falou. A TV aberta...

(Soa a campanha.)

A SRª ECILLA BEZERRA – ...pode manipular porque, normalmente, coloca no ar aquilo que interessa. A pessoa fala dez minutos e ela coloca 30 segundos. Não é o nosso caso, a gente consegue colocar...

Já terminou meu tempo?

A gente consegue deixar a pessoa falando às vezes até por meia hora. Então, temos muitos políticos que têm um interesse enorme em dar entrevista para a TV Vale das Artes, lá na minha região, e, quando se trata das TVs abertas, eles dão uma coletiva rapidinha.

Então, alguém perguntou uma vez para o Governador: “Por que o senhor faz uma coletiva com as TVs abertas e dá esse tempão separadamente para a TV Comunitária?” Ele falou: “Porque a TV Comunitária me deixa falar na íntegra o que desejo”.

Essa é uma realidade.

A outra coisa que eu gostaria demais de falar, antes que o meu tempo acabe, é referente ao pagamento, porque somos uma TV Comunitária elitizada, porque só quem tem dinheiro é que pode assistir. Tivemos uma apresentadora lá que foi eleita Rainha dos Pagodeiros, porque ela levou todos os grupos de pagode para se apresentarem na nossa TV. Isso porque, obviamente, vários cantores nos procuram porque querem vender os seus discos também em Peruíbe e Itanhaém, não só em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

A questão do idoso. Muito se fala do jovem, é muito programa para jovem, mas a realidade do brasileiro não é bem essa. O futuro do Brasil é o velho, realmente. Estamos abrindo, lá em Peruíbe, dois programas voltados para a terceira idade, que eu acho muito importantes.

Eu gostaria aqui de aproveitar para agradecer à Secom, que, finalmente, vai nos agraciar com as Pls, que nós gostaríamos que fossem eternas, não só agora, neste finalzinho de 2014.

Engrosso aqui a ABCCom, a luta para todos nós.

Eu agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ercilla Bezerra, da TV Comunitária de Peruíbe.

Vou conceder a palavra ao Moisés Correa, da TV Comunitária do Rio de Janeiro.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer, primeiro, à Senadora Ana Rita pela oportunidade que a ABCCom tem de realizar este fórum. Queria fazer minhas as palavras do nosso Presidente, o Paulo Miranda, que representou bem o pensamento das TVs comunitárias. Como o tempo é curto, vou me concentrar apenas em um aspecto do debate.

Eu acho que é justo entender que a internet é um campo novo e um campo democrático de enfrentamento do debate e da manifestação de comunicação, mas eu queria, primeiro, saudar a Secom por ter aceito a luta já de vários anos da ABCCom para voltar a anunciar a publicidade institucional e de utilidade pública, porém os recursos são muito pequenos.

Eu queria mostrar uma contradição entre o que há na Constituição e a criação teórica do Tribunal de Contas da União. A Constituição, no art. 223, diz que “compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão (...), observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”.

Nós sabemos que a distribuição da mídia, Senador, é feita por um tal de critério técnico, mídia técnica, inventado pelo Tribunal de Contas, obviamente, inteiramente de interesse das TVs comerciais.

O último levantamento divulgado diz que, de 2000 para cá, a TV Globo recebeu R\$5,86 bilhões. O SBT e a Record receberam R\$1,63 bilhão e R\$1,5 bilhão. A internet, apenas 5,3%. Se é complementar, como é que se pode explicar que a mídia pública não tenha os recursos que são públicos? Tudo bem que a Nestlé, sei lá, as multinacionais ponham o dinheiro na Rede Globo, façam o que queiram com o dinheiro deles. Agora, quanto ao dinheiro público, tem que aplicar o que está na Constituição. A Constituição fala que é complementar. Na hora de distribuir a verba não é, é o sistema de audiência? Isso não está na Constituição. Então, é necessário, pelo menos, abrir um debate público sobre isso.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância da Secom, agora disposta a voltar a colocar os anúncios nas TVs comunitárias, esse sistema precisa ser mais aprofundado.

Eu não posso me exceder mais. Agradeço a oportunidade. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Moisés Corrêa.

Desculpe, é por causa do nosso tempo, mas também não queremos que a explicação de vocês, que a fala de vocês fique prejudicada. Então, se houver necessidade de complemento, por favor, podem fazer.

Vou convidar a Letícia Caiafa, da TV Comunitária de Belo Horizonte.

O SR. PHILLIPPE ABOUD – Licença, boa tarde. Meu nome é Phillippe. Estou aqui representando a TV Comunitária de Belo Horizonte, junto com a Diretora Executiva, e representando também o Dr. Edivaldo Farias, Presidente de honra da ABCCom.

Eu gostaria de agradecer pelo espaço à Senadora e a toda a Mesa, as discussões que foram levantadas até agora, e falar um pouco do contexto de Belo Horizonte.

A gente vive em Belo Horizonte um contexto muito positivo. Primeiro, porque a TV de cidadania, a TV Comunitária de Belo Horizonte comemorou 19 anos de atuação regional no dia do aniversário de Belo Horizonte, que fez 117 anos, e também pela nossa TV apresentar uma vasta programação voltada para a defesa dos direitos humanos, pelo desenvolvimento social e regional, bem como garantindo a pluralidade de pensamento, a pluralidade ideológica, contribuindo nas lutas pela reivindicação de uma TV mais democrática e inclusiva.

A TVC BH, atualmente, produz seis programas próprios sem nenhum apoio comercial, programas esses que muito dificilmente conseguirão ser apoiados pela iniciativa privada justamente por garantir a visibilidade dos movimentos sociais, por trazer as reivindicações dos movimentos sociais para a TV e trabalhar temas tão polêmicos e tão importantes para a sociedade.

Então, nesse sentido, nós gostaríamos de somar a tudo o que já foi dito, considerando fundamental que o Legislativo caminhe conosco junto com a ABCCom para a criação do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento das TVs Comunitárias, visto, inclusive, que a democratização da mídia foi uma das reivindicações dos brasileiros nas jornadas de junho de 2013 e, hoje, são as TVs Comunitárias que atuam na linha de frente na defesa dos interesses da comunidade e regionais dos cidadãos.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Phillippe, que falou no lugar da Letícia, pela TV Comunitária de Belo Horizonte.

Obrigada pela presença.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Paulo Contim, da Associação dos Canais Comunitários de São Paulo e da TV Comunitária de Osasco.

O SR. PAULO CONTIM – Boa tarde a todos!

Senadora, obrigado pelo espaço. Quero cumprimentar a Mesa em nome da nossa representação, Paulo Miranda, que muito tem debatido e representado e falado coisas muito pertinentes às questões das TVs Comunitárias.

Eu penso, Senadora, que se houver uma comissão da verdade, daqui a alguns anos, sobre a comunicação, eu acho que muita coisa vai aparecer dessa ditadura que nós estamos vivendo das grandes TVs, das TVs comerciais, haja vista os números que foram colocados do financiamento.

As TVs Comunitárias subsistem, muitas vezes, por conta do idealismo dos seus dirigentes, das entidades que representam, porque sem o financiamento público já é um suplício, quanto mais sermos impedidos de ter qualquer atividade comercial. Há em projetos de lei, como o do Berzoini, que estão sendo tramitados, devem entrar em pauta a qualquer momento, permitindo que se tenha um apoio comercial, mas, hoje, nós estamos mesmo sobrevivendo por pura teimosia e por grandes defensores como nós estamos vendo aqui à mesa.

Eu fiquei contente em ouvir o Valter, porque ele conseguiu resumir – o Valter e todos que falaram, mas o Valter, em especial – muitas das coisas que eu gostaria de falar. Ele foi o meu porta-voz. Porque nós temos as TVs abertas aí, e é violência física, violência moral, exposição banal do corpo em horário inadequado, enquanto que, nas nossas TVs, nós fazemos uma autorregulamentação nas TVs Comunitárias, nas TVs públicas não governamentais, até porque entendemos que somos opção. Hoje, acredito e grande parte das TVs, acho que a maioria das TVs Comunitárias...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO CONTIM – ... acreditamos que somos uma nova e grande opção para a democratização da comunicação brasileira. Nós somos laicos, suprapartidários e, acima de tudo, democráticos.

Então eu acho que uma grande contribuição está sendo dada. É histórico estar aqui no Senado Federal sendo ouvido, tendo a oportunidade de colocar os nossos anseios e sair daqui com a certeza de que tem muito mais gente inteligente, muito mais gente que pensa na democracia do nosso País, no fortalecimento das instituições que apoiam as TVs comunitárias.

Eu só tenho muito a agradecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Paulo Contim, da Associação dos Canais Comunitários de São Paulo e da TV Comunitária de Osasco.

Vocês já perceberam que nós temos uma representação aqui bastante variada, de diversos Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais...

Agora, vou convidar o Sr. Igor Santos, da TV Comunitária de Recife. Então, vemos que há uma representação nacional aqui muito importante.

O SR. IGOR SANTOS – Boa tarde, Senadora. Obrigado pelo espaço.

A gente é do Recife, da TV Comunitária, e faz parte da direção da Abccom nacional.

Eu queria só complementar algumas coisas, porque a mesa expôs muito bem todas as dificuldades que os canais comunitários passam e também todas as facetas do que é ser um canal da sociedade, que a gente vem tentando construir ao longo desses anos de TV comunitária e de associação de TVs comunitárias.

Hoje o espaço das TVs comunitárias tem crescido. Apesar de a gente estar no cabo, um terço da população brasileira já tem TV a cabo. E, nesse último encontro da Ancine, através de uma pesquisa interna da Ancine, foi comprovado que, dentro do campo das TVs públicas, as TVs comunitárias são as que mais fazem produção de conteúdo local. Daí a importância das TVs comunitárias quando se fala em produção de conteúdo local, em ser voz da comunidade, em ser representativo para as comunidades como veículo de comunicação. Essa era uma das coisas importantes para ser colocada.

Além disso, a gente também trata de outro aspecto quando é TV comunitária, que é ser também escola de mídia, produzir e formar novos profissionais nas nossas cidades. Muitas vezes a gente perde esses profissionais para as emissoras comerciais, que pagam melhor e tal, mas partiu dali, dessa iniciativa, saiu de lá das TVs comunitárias essa formação.

Para finalizar, agradecer a Secom, apesar de serem muito poucos recursos. Se a gente realmente quer valorizar as TVs comunitárias, se realmente queremos dar um novo tamanho à participação da sociedade na comunicação brasileira, os recursos têm que ser bem maiores, mas já é um início. E que esse recurso não seja interrompido. Já houve outro recurso que partiu da Secom para as TVs comunitárias, mas foi interrompido. Acho que o importante é que não seja interrompido e que ao longo dos anos seja acrescido, porque seria uma forma de realmente a gente elevar a outro patamar a participação da sociedade na comunicação brasileira.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Igor, da TV Comunitária de Recife. Obrigada pela presença.

Vou passar, então, a palavra ao Professor Geldo, da TV Reflexo, Recanto das Emas.

O SR. GELDO FERREIRA DE ARAÚJO – Boa tarde a todos!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Boa tarde.

O SR. GELDO FERREIRA DE ARAÚJO – Boa tarde, Senadora Ana Rita.

Agradeço à ABCCom pelo convite.

Realmente o que foi tratado aqui é importante, principalmente na questão dos direitos, porque a gente vem de escola pública e percebe que os nossos jovens têm uma visão equivocada do que foi a ditadura. É tanto que a gente vê alguns jovens pedindo a ditadura para retornar.

Então é importante. Acho que as TVs comunitárias podem fazer realmente essa ponte com a escola para demonstrar ao aluno que a ditadura foi uma coisa péssima e que ela nunca mais deve voltar, não só no Brasil, mas em qualquer outro país.

Através da comunicação, a gente está aprendendo com esses jovens. Hoje, trouxemos alguns, hoje era dia realmente de nota, mas eles estão aqui porque eles gostam e acreditam nessa nova possibilidade.

A escola realmente não está mais atrativa, mas com a questão da comunicação com as TVs, ela pode ser uma fonte de atração também para diminuir a evasão das escolas.

Agradeço a todos e a todas. Espero realmente um olhar nesse sentido de que possa haver a criação do fundo para ajudar.

Agradeço a todos.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Professor Geldo, pela exposição breve, mas de uma provocação profunda.

Muito obrigada.

Concedo a palavra agora, por último, ao Ney Hugo, Casa das Redes e Mídia Ninja.

O SR. NEY HUGO – Boa tarde a todas e a todos, também agradeço à ABCCom pelo convite.

A Mídia Ninja não tem um histórico de TVs comunitárias. Aqui a gente está mais para ouvir, para entender mais, se aproximar e se somar na luta também. Mas, trago algumas considerações para contribuir a partir do nosso ponto de vista em relação ao momento histórico da comunicação hoje. A internet potencializou muito isso, mas claro que já vem de uma luta anterior das TVs e das rádios comunitárias.

Hoje, o que acontece? Um símbolo, não há mais aquela figura da reportagem do cinegrafista amador que a TV mostrava. Hoje, a pessoa que tem alguma filmagem interessante para a mídia não manda mais o VHS para a TV, como o cinegrafista amador. Ela posta no Youtube e no Facebook, a TV vai lá e paga. Somado a isso,

hoje vemos um constrangimento maior da grande mídia em caluniar as coisas, em manipular as informações ou omitir outras. Quando as redes sociais estão falando muito de determinado assunto, fica constrangedor para a mídia omitir aquilo. Isso não tem quebrado o monopólio ainda, mas tem impedido algumas manipulações, fazendo as movimentos sociais terem algumas conquistas em vários sentidos, para reforçar mesmo essa questão de que essa inovação tecnológica que vem desse momento histórico se soma a todos um acúmulo de luta das TVs e das rádios comunitárias. Há essa questão de que a internet não está em todo lugar, como já foi falado aqui antes. Há lugar onde não existe nem energia elétrica, há o radinho de pilha, muitas o AM. Muita gente não sabe que quanto ao AM, por exemplo, um transmissor aqui em Brasília, de madrugada...

(Soa a campanha.)

O SR. NEY HUGO – ... quando as ondas estão mais calmas, em AM chega lá na Califórnia. Então, olhem o potencial disso para ser, de fato, uma comunicação que descentraliza a informação, que chega nos lugares mais remotos. Na Amazônia há muito trabalho de rádios comunitárias nesse sentido. Isso potencializa muito a questão da cultura, não só a arte, a música, o teatro, isso também, mas no sentido de identidade mesmo, de um povo, de um território, seja uma RA, uma aldeia ou um quilombo. Esse tipo de comunicação fortalece muito isso, para que o território seja valorizado e que, ao mesmo tempo, ele seja protagonista do mundo, protagonista das narrativas do mundo, porque ele está falando com propriedade daquele local, a partir de todas as outras notícias que ele recebe do mundo. Como foi falado aqui também, não é simplesmente um receptor passivo da informação, mas passa a ser um emissor de conteúdo também. Aí, a gente entende o que jornalismo é uma coisa e comunicação é outra. Jornalismo é profissão; comunicação é inerente ao ser humano e é direito humano, como foi colocado aqui no começo.

Parabenizo pela luta. Estamos à disposição para estarmos juntos nessa perspectiva “glocal”, que é o pensar global e agir local. A comunicação tem papel fundamental nisso para que esse tipo de cultura seja feito com esse protagonismo, sendo até mundial, mas, ao mesmo tempo, livre da opressão comunicacional globalizada, que é aquela que esmaga e impede a manifestação cultural daquele território.

Então, estamos juntos aí, gurizada. E parabéns à Senadora e à EBC também. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, muito obrigada, Ney Hugo, da Casa das Redes e da Mídia Ninja; obrigada pela presença. E vocês da Mídia Ninja sempre se fazem presentes aqui; volta e meia, vocês estão presentes aqui nos debates da Comissão de Direitos Humanos. Então, muito obrigada pelo apoio que vocês têm nos dado também.

Vou passar para vocês alguns encaminhamentos – tive ajuda aqui do Paulo, através do documento que foi entregue. Então, vou fazer aqui uma exposição rapidamente das propostas. Se houver algo que não estiver contemplado, vocês ajudem a complementar.

Mas, antes, gostaria de dizer o seguinte: esta audiência pública de hoje está se dando num momento – embora tenhamos feito um debate sobre as TVs comunitárias, rádios comunitárias, já há alguns meses – extremamente importante, até porque apareceu nas falas da maioria de vocês um pouco esse contexto atual. Na semana passada, por exemplo, tivemos aqui uma audiência pública importante, para debater o conteúdo do relatório da Comissão Nacional da Verdade. Hoje pela manhã, discutimos o Decreto de Participação Social, e também não foi a primeira vez em que fizemos um debate sobre o decreto.

Tivemos, há uns dois meses, a oportunidade também de fazer esse debate e, agora à tarde, discuti a questão das TVs comunitárias, rádios comunitárias, a importância dessa mídia popular, vamos dizer assim, comunitária, como um direito humano das pessoas tanto das TVs quanto das rádios. E aí me ocorre uma coisa importante, que disse no início, que é o papel educativo que essa rede de mídias, tanto televisivas, quanto das rádios, têm no processo de educação do nosso povo. E quero aqui aproveitar para parabenizar todos vocês pelo esforço, pela coragem, pela determinação e, embora com poucos recursos, com poucas possibilidades muitas vezes, vocês estiveram trabalhando no sentido de criar essas alternativas que discutem localmente com uma visão global, discutem as questões locais. Conforme disse o nosso amigo Ney Hugo, isso é fundamental e, então, quero parabenizar vocês.

Espero que essa audiência pública de hoje possa contribuir para fortalecer esses instrumentos como uma política pública de fato, que tenha recursos públicos, que tenha, de fato, as condições para que esses canais dessas TVs comunitárias, rádios comunitárias, possam ser ampliadas no nosso País e que estejam presentes em todos os Estados e que possam, de fato, cumprir o seu papel na democratização dos meios de comunicação! Acho que é fundamental tudo isso que vocês estão expressando aqui e que tem total apoio da Comissão de Direitos Humanos, porque, conforme já dissemos e vocês também disseram, ter o acesso à comunicação e ter acesso às informações é um direito humano de todas as pessoas.

Então, o documento que foi entregue aqui pelo Paulo será encaminhado pela Comissão de Direitos Humanos à Presidenta Dilma, com apelo para acelerar a criação do Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitárias. (*Palmas.*)

Nós vamos fazer gestões junto à Presidência para que haja uma política de maior incentivo para a radiodifusão comunitária; para que haja também a criação de uma política nacional de mídia comunitária; que seja criado um Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitárias, como já disse no início; que seja aprovada também a contribuição financeira da radiodifusão pública, que contemple também as TVs comunitárias a cabo; que haja um incentivo aos prefeitos para criarem os canais da cidadania; que sejam transformadas TVs comunitárias em pontos de cultura e escolas de mídia comunitária; o aumento do valor das inserções de publicidade institucional da Secom, da Presidência da República, nas TVs comunitárias; e também que a Ancine passe a considerar produtoras as TVs comunitárias, e não meramente exibidoras. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu agregaria aqui também algo que a Evelin nos disse, na sua fala: a necessidade também de observarmos a nossa legislação hoje e verificarmos, fazermos, se possível, uma atualização, uma revisão da nossa legislação para que ela contemple também as necessidades.

A SRª EVELIN MACIEL (*Fora do microfone.*) – E a reserva de espectro para os canais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E a reserva de espectro para os canais. Então, agregamos aqui também essa sugestão que a Evelin nos traz.

Acho que é isso.

Pergunto aos colegas da Mesa se teriam ainda alguma contribuição, bem como às pessoas que aqui já se manifestaram, se contemplam...

Por favor.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Senadora, eu queria que a senhora analisasse uma possibilidade.

A Câmara Municipal do Rio, dos vereadores da capital, aprovou uma decisão interna no sentido de, no orçamento do próprio Legislativo municipal, contemplarem na mídia também as tevês comunitárias e rádios comunitárias. Então, acho que valeria – não sei se o Paulo concorda –, dado o peso que tem aqui a Comissão e o Senado, enviar uma comunicação às Câmaras municipais no sentido de dizer que isso foi aprovado no Rio e que, em um debate aqui, se viu a importância de que os vereadores do Brasil todo discutam isso para abrir espaço e apoiar essa mídia.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Também agregamos essa sugestão.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – E o Paulo pode passar para a senhora as informações, o projeto que foi aprovado etc., para facilitar essa comunicação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Moysés – não é isso?

O SR. CARLOS ALBERTO ALMEIDA – Uma sugestão é que, no âmbito da Secretaria Nacional da Economia Solidária, as tevês comunitárias sejam contempladas através da aprovação de projetos que movimentam a economia solidária, em âmbito regional, municipal, local das comunidades, e que tenham também a capacidade de sustentar essa atividade, já que ela tem uma relação direta com aquela economia solidária lá do Município. Isso pode dar uma grande dinamização nessa atividade, já que nós, de certa forma, também somos uma economia solidária. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ BARBOSA – Senadora, eu queria acrescentar também uma coisa. Acho que precisamos pensar no fundo de base para os Canais da Cidadania. Acho que teremos uma dificuldade muito grande junto às prefeituras, porque elas não têm recursos. Nós sabemos da situação em que se encontram as prefeituras, principalmente as médias e pequenas. Para viabilizarmos, realmente, o Canal da Cidadania, vamos ter que pensar em uma sustentabilidade que pode passar por um trabalho ligado a um fundo, que é um fundo que parece ser uma política que vai ser empregada pelo Ministério das Comunicações, já que foi lançada através do próprio Decreto nº 5.820, que agora foi estabelecido através de uma portaria ministerial. Acho que essa sustentabilidade não está prevista nesses dois documentos originários da Presidência da República e do Ministério, então, precisaríamos cuidar dessa situação, porque, senão, não vai sair do papel o Canal da Cidadania. Precisaríamos mesmo de um fundo, e esse fundo vai beneficiar todos, não só a comunicação institucional da cidade, mas toda a comunicação comunitária, da universidade local. Acho que seria fundamental agregar essa política que o Ministério está fazendo e essa ideia do fundo de participação dos canais comunitários. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Senadora, só para fazer um pequeno complemento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Apoiando a iniciativa do André, acho que essa proposta é fundamental – debatemos até na reunião da ABCCom –, porque são 5.572 Municípios, e até agora, sexta-feira, em um levantamento que fizemos, são duzentos e quantos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOYSÉS CORRÊA – São 320 prefeituras. E um dos problemas que notamos, em contato com as prefeituras, é que a prefeitura vai pedir ao Ministério das Comunicações o Canal da Cidadania e vai ter que arcar com o transmissor e a antena, que são os mais caros. Então, é muito importante essa proposta do André Barbosa no sentido de criar linhas de financiamento ou, no Ministério de Ciência e Tecnologia, no BNDES, etc., uma maneira para que, para as prefeituras, não seja tão oneroso o primeiro movimento, para estender isso por um prazo para as prefeituras fazerem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Moysés. Acho que isso é tranquilo no sentido de fazer o nosso encaminhamento.

Acredito que as sugestões aqui colocadas são, na minha opinião, fáceis de serem resolvidas, havendo boa vontade. Então, acredito que o Governo acolherá as sugestões aqui propostas.

Então, vou fazer esse encaminhamento, em nome da nossa Comissão. Acredito que o Ministério das Comunicações precisa realmente abraçar essa causa e dar todo o apoio necessário. Acho que o momento exige isso, a realidade está exigindo isso, a conjuntura está exigindo isso. O momento é propício.

Acho que, naquilo que compete à Comissão de Direitos Humanos, nós vamos fazer os encaminhamentos. Agora creio ser importante, através das entidades, as quais vocês estão aqui representando, poder acompanhar e fazer as cobranças também no sentido de ir monitorando o andamento daquilo que estamos propondo.

Vou passar a palavra aos demais membros da Mesa, para que possamos já fazer as considerações finais.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Miranda, para que possa também, num prazo de três, no máximo cinco minutos, fazer suas considerações finais.

O SR. PAULO MIRANDA – Senadora, vou usar bem menos do que esse tempo que a senhora me propõe. Volto a agradecer à Comissão de Direitos Humanos, uma instância sagrada para nós neste espaço aqui do Senado Federal e, com certeza absoluta, a cada ano que a gente vem aqui, a gente vem com boas notícias e mais um pacote de reivindicações.

Faço um apelo aos nossos colegas de TVs comunitárias que estão nos assistindo, que estão nos acompanhando pela internet, aos estudantes de comunicação, às lideranças sociais brasileiras, para que adotem as TVs comunitárias, assumam as TVs comunitárias cada vez mais e vamos fazer essa outra comunicação possível no Brasil de que tanto a gente precisa e pedir ao Governo brasileiro e aos governos estaduais e municipais que acelerem esse processo e que passem a valorizar esse setor da nossa comunicação.

Por fim, faço um apelo, usando a mídia do Senado Federal, que tem uma potência muito grande, para que os prefeitos e vereadores que estejam nos assistindo passem a conhecer este direito, que é o de ter o Canal da Cidadania no seu Município, para que, no seu Município, possa haver uma outra comunicação e fazer ali a regionalização da produção jornalística, artística, educativa, cultural, da promoção dos direitos humanos em cada Município no Brasil.

Ficam aqui esse nosso recado e, mais uma vez, os nossos agradecimentos. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Paulo.

Passo a palavra à Srª Evelin.

A SRª EVELIN MACIEL – Quero apenas agradecer e me colocar à disposição, Senadora, para um eventual trabalho de redação de uma normatização para o que é multiprogramação hoje, porque realmente estamos vivendo um vácuo que gera muita instabilidade, muita insegurança para implantação da TV digital em multiprogramação, que é do que a gente está falando aqui.

Quero fazer uma provocação aqui, um convite, se for o caso, para o André e para o Beto Almeida para eles falarem mais um pouquinho sobre o caso da Argentina, onde tivemos um encontro recente, promovido pela EBC, das TVs públicas no mundo. E o caso da Argentina me impressionou muito, André, pelo fato de estarem já lá seis canais públicos abertos. Então, se vocês tiverem um pouquinho mais de informação sobre isso, é de dar inveja a nós. Então, eu queria que vocês falassem um pouquinho.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Evelin. Com certeza, vamos acolher a sua contribuição, caso tenhamos aqui a necessidade de fazer uma nova redação ou atualizar a nossa legislação.

Então, vou passar a palavra ao Sr. André Barbosa, da EBC.

O SR. ANDRÉ BARBOSA – Quanto à questão da legislação, a Evelin está correta, é muito importante. Nós temos uma lei de 1962, regulamentada em 1967. Quer dizer, não existia nem FM na época. Havia a TV preto e branco e o rádio AM. Hoje estamos em um momento totalmente diferente. Se não tivermos hoje uma legislação que possa acompanhar as necessidades não apenas tecnológicas, mas as necessidades de comunicação mais rápida, mais ágil das redes sociais, envolvendo a televisão numa convergência que possa caminhar no sentido da interatividade. Alguém falou sobre a questão da participação, ali atrás, gostei muito da fala dele.

Pessoal de Recife, eu me lembro da TV Viva, primeiro grande exemplo que nós tivemos de televisão participativa, nos anos 80; TVT, com que eu tive a felicidade de trabalhar muitos anos.

É muito auspicioso ver que o pessoal continua essa batalha, mas precisamos, realmente, enfrentar a questão da legislação. Eu poderia citar aqui várias coisas que temos. Uma delas é apropriar-se de regras que possam modernizar a televisão. Uma delas é passar dados pela televisão, não só passar programa. Talvez estejamos com uma visão um pouco conservadora sobre aquilo que a televisão pode fazer. A televisão não precisa apenas passar programas ou passar audiovisual. Ela pode passar dados também pelo *broadcast*. Esse, inclusive, é um projeto que estamos fazendo na RBC, o qual engatinha com muita dificuldade, mas, aos poucos, estamos abrindo esse espaço, que se chama Brasil 4D, como eu citei. Vocês vão encontrar isso no Youtube ou no Google, ou onde vocês quiserem. Vocês vão ter todos os exemplos, inclusive o relatório do Banco Mundial

Sobre a Argentina, é um trabalho belíssimo que foi feito lá algum tempo atrás, ainda no governo Nestor Kirchner, no qual se iniciou uma discussão muito difícil com os meios. O pessoal confunde um pouco e a confusão tem um pouco de sentido porque se encara, pelos meios mais conservadores, como uma luta do governo Kirchner com o Clarín. É verdade em parte isso, porque o Clarín mantinha a propriedade cruzada, mantinha todo um projeto ligado à liderança de fornecimento de papel. Por exemplo, todo o papel gráfico passava pelo Clarín e ele dava o papel para quem ele quisesse. Então, você não tinha como fazer comunicação pública. Você tinha de comprar do Clarín porque ele tinha as remessas das bobinas de papel.

Entre outros exemplos, a TV a cabo, o grande sistema analógico de TV a cabo argentino, que está desde os anos 70, era também dominado pelo Clarín. Então, confundiu-se um pouco a história de uma luta entre o Clarín e o governo argentino. Mas é muito maior do que isso. Não é apenas luta contra um órgão de comunicação. É a presença mesmo da voz pública, da voz das comunidades através dos meios de comunicação de massa.

Eu acho que todos sabem que eles estão tendo um problema e eu queria alertar todos. Naquela terça parte, que é exatamente a parte mais sensível, que é a parte da questão pública, questão ligada às vozes, às TVs e rádios comunitárias, há falta de recursos. Então, com essa falta de recursos, às vezes, você não consegue complementar a sua programação, a não ser com programação de terceiros. Esse não era o plano original.

Está havendo muita crítica a isso na Argentina, mas acho que essa crítica é um pouco maldosa, porque a construção de um processo como esse não pode ser feito com um condão de mágica, ou então, você conseguir verbas de uma hora para outra, num sistema e num cenário que nunca favoreceram as entidades comunidades e públicas.

A Evelin falou sobre os canais que foram criados agora junto à ARSATSA, que é o sistema de satélites argentino. Realmente, são 19 canais, novos públicos. Entre os canais, podemos citar alguns, que já considero edificantes. A própria sociedade argentina já o considera assim, como Paka Paka, o Canal Encuentro e outros de esporte, o Canal Incaa. São canais incríveis, que facilitam a interlocução entre os vários grupos sociais argentinos, como os indígenas, por exemplo, ao norte da Argentina e na Patagônia, ou mesmo a questão ligada aos grupos industriais em Córdoba, Santa Fé, Buenos Aires.

Então, eu queria passar um pouco a palavra ao Carlos Alberto, que entende mais do que desse assunto e está mais ligado a isso.

Eu só quero parabenizar, porque a crítica que fazem hoje sobre não ter a presença ainda muito massiva de grupos comunitários se deve, realmente, a um avanço necessário na relação de fundos, que eles também têm a necessidade de criar. Nós também vamos esbarrar com esse problema, na medida em que isso for implantado no Brasil.

O Brasil é um pouco diferente, tem muito mais emissoras. O Brasil foi criado como um cenário comercial. O cenário público, o sonho do Roquete Pinto, morreu nos anos 30, quando Getúlio instituiu o comercial na rádio. Assim, hoje, nós temos um número enorme de emissoras comerciais e muito poucas emissoras públicas em comparação ao grupo de emissoras comerciais. Isso é um problema para o Brasil, é um problema de direito adquirido, de questões de propriedade. E isso nós vamos ter que estudar juntos também com essa mudança de legislação. Mas isso não pode assustar nem pode inibir a nossa luta para que as comunidades e o direito público sejam geridos na sua totalidade – e ele está na Constituição para isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, André Barbosa.

Então, agora, com a palavra o Sr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO ALMEIDA – Muito telegraficamente, aproveitando a deixa do André, só citando algumas coisas que já estão existindo por aí.

Na Argentina, com a nova lei, estão sendo criados 50 canais universitários digital, porque há 50 universidades. Cada universidade vai ter um canal de TV digital e um canal digital de rádio também aberto – aberto, aberto. Então, essa é uma grande novidade.

Eu queria lembrar, em relação ao Canal Encuentro, mencionado aqui, que a TV Comunitária de Brasília está iniciando os preparativos para transmitir alguns desses programas, que são realmente o requinte, o supremo requinte da concepção de televisão inteligente, humana, e tal. Isso é muito importante.

Vale citar como informação também que, este ano, na Venezuela, foram criados a TV da PDVSA, que é a petroleira de lá – aqui a Petrobras apanha feito cachorro, não tem como responder; para responder, tem que comprar horário naquele canal que ataca para poder fazer sua própria defesa. Foi criada a TV das Forças Armadas – aqui, só tem a Rádio Verde Oliva, que, aliás, é uma boa rádio, surpreendentemente uma boa rádio. Foi criada, também, lá a TV da Juventude e a TV da ciência, que se chama ConCiencia. São quatro canais novos, públicos, estatais – estatais no sentido de financiamento estatal – e as TVs Comunitárias e rádios comunitárias na Venezuela têm financiamento público e podem fazer uso de satélite, através de um fundo público aprovado já há cinco anos.

Bom, essas, então, seriam as novidades que valem a pena citar. E apenas dizer o seguinte: as TVs comunitárias estão de parabéns, porque nós não fazemos propaganda de veneno; nós não fazemos a defesa da concentração da terra; nós defendemos os direitos humanos; nós defendemos a legalidade democrática; nós defendemos a Constituição, a Carta da Terra, a Carta das Nações Unidas, temos orgulho de fazermos essa defesa e estamos prontos para defender, diante de qualquer ameaça que caia hoje sobre a Presidente Dilma Rousseff, a defesa da legalidade democrática.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Carlos Alberto, pela sua fala conclusiva aqui.

Passo a palavra ao Sr. Valter Sanches, da Rede TVT.

O SR. VALTER SANCHES – Eu só queria, mais uma vez, agradecer aqui e registrar que acho que nós estamos dando mais um passo para a consolidação desse polo, porque me identifico como parte de um polo de comunicação pública junto com a EBC, com as TVs legislativas, os canais da cidadania, os canais comunitários e outras iniciativas que, hoje, outras plataformas propiciam. Apesar de o nosso sindicato ter esse investimento histórico nesse projeto, nós não consideramos uma coisa para sermos proprietários disso daí, mas, sim, que a gente faça isso, construa isso de forma colaborativa, como já são nossas reportagens.

Eu acho que são dois caminhos que andam juntos, a luta pela democratização da comunicação – então, a imperiosa necessidade de pôr para frente o projeto de lei, de iniciativa popular, da mídia democrática –, mas também esse é um polo de gente que está fazendo comunicação – não está apenas lutando para democratizar, mas está fazendo – e, com isso, já está contribuindo para a democracia. Agora, não vamos ser ingênuos de achar que a gente pode fazer isso heroicamente, como a gente vem fazendo há anos, e que precisamos de apoio, como eles estão fazendo.

Agora, essa luta, com certeza, vai dar frutos. Vou citar só um exemplo. Não sei se vocês souberam de um caso, de uma reportagem que nós fizemos, que teve muitas visualizações, mais de 300 mil, sobre um menino de uma escola da periferia de São Paulo falando sobre racismo. Não sei se vocês viram esse vídeo. É bem provável que tenham visto. O menino se chama Gustavo. Convido vocês a verem. E ele fala com eloquência. Ele tem dez anos e fala sobre o tema do racismo com uma eloquência impressionante.

A produção de um programa de uma certa televisão que é dona do mercado nos procurou para contatar o menino, para levá-lo para o programa do Dia Nacional da Consciência Negra. Então essa televisão, a Vênus Platinada, nos procurou para pegar o contato, porque ela não tem tecnologia de fala de negro, não sabe falar de negro. Então ela teve que se render a nós para poder achar o contato do menino que falava isso. Agora, o mais importante não é só isso. Mais importante é saber que existem milhões de meninos, de talentos e de pessoas que fazem coisas significativas para as suas comunidades que são invisíveis para a velha mídia, são invisíveis. E são as pessoas que constroem de fato o País.

Então é possível a gente mostrar esses bons exemplos, essas boas práticas, desde que a gente tenha condição e estrutura. E eu acho que a gente está dando mais um passo para contribuir com isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem!

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Senadora, só um pedido para a senhora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Nós somos TVs. Eu tenho um programa na TV Comunitária do Rio e a gente quer passar esta audiência, repeti-la, porque está ao vivo, está na Internet, mas a gente queria receber em qua-

lidade, em DVD, para fazer transmissão para os canais. Acho que os outros canais também têm interesse nisso. Se pudesse agilizar... O Paulo é o nosso contato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós nos comprometemos, então, a passar para todos vocês que estão aqui e utilizaram a palavra e para os demais membros da Mesa uma cópia do DVD. Isso é possível. Podemos providenciar isso.

Então eu quero agradecer profundamente ao Valter Sanches, ao Carlos Alberto Almeida, ao André Barbosa, à Evelin Maciel e ao Paulo Miranda, que vieram aqui colaborar conosco, participar deste debate e contribuir com essas reflexões. E ainda agradecer à Ecilla Bezerra, ao Moysés Corrêa, ao Paulo Contim, ao Philippe, ao Ney Hugo, ao Igor Santos e ao Prof. Geldo, a todos vocês que vieram aqui e participaram ativamente, dando também a contribuição de vocês.

Eu quero, neste final de audiência pública, reafirmar o nosso compromisso de fazer o encaminhamento das propostas aqui colocadas e dizer que amanhã nós teremos uma reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos. É o último prazo que nós temos para apresentar emendas de comissão, e nós aqui apresentamos uma emenda. Eu tomei a iniciativa de apresentar uma emenda para atender à EBC. Estive conversando com o Presidente da EBC e no diálogo que nós tivemos assumimos esse compromisso. Então acredito que é uma oportunidade que a gente tem. A Comissão só pode aprovar três emendas. Queremos que o colegiado tenha acordo nessa proposta nossa de fazer uma emenda para atender à EBC – Empresa Brasil de Comunicação. E vamos trabalhar para que se crie o fundo, para que as TVs comunitárias e rádios comunitárias possam também ter oportunidade de receber recursos públicos e assim poder crescer, avançar e se fortalecer cada vez mais. *(Palmas.)*

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.)

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Martha Suplicy e Eduardo Suplicy. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos nºs 79 e 80, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, respectivamente, aprovados em 19/11/2014, para “debater sobre o Vírus ebola”. A Senhora Presidenta informa que a audiência é realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Alex Ellis, Embaixador do Reino Unido; Claudio Maierovitch, Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde; Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República da Guiné-Bissau; Indranil Chakrabarti, Conselheiro para Cooperação Internacional e Desenvolvimento – Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e os Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 75ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 79/2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Paulo Paim, e 80/2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, aprovados em 19 de novembro de 2014, para debater sobre o vírus ebola.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania – link: http://bit.ly/audiencia_interativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Bom dia a todos e a todas. É um prazer recebê-los aqui nesta audiência pública. Aproveito para registrar a presença do Senador Paulo Paim, que irá presidir esta audiência pública.

Por isso, convido-o para já compor a nossa mesa. Vou apenas fazer a abertura. É ele quem vai conduzir os trabalhos, pois é autor do requerimento.

Antes, quero registrar a presença do Embaixador do Reino Unido, Sr. Alex Ellis.

Muito obrigada pela presença, Embaixador. O senhor estará representado aqui através do Sr. Indranil Chakrabarti, que convido para compor a Mesa, Conselheiro para Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional.

Muito obrigada pela presença, Sr. Indranil. Por favor, sente-se aqui. *(Palmas.)*

Convido também para compor a Mesa a Embaixadora da República da Guiné-Bissau, a Srª Eugênia Pereira Saldanha Araújo.

Seja bem-vinda. *(Palmas.)*

Estamos aguardando a chegada do Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, que já está aqui no Senado, mas ainda não conseguiu encontrar nossa sala.

Vou ceder esse espaço.

Embaixadora, sente-se aqui na cadeira do Senador Paulo Paim, que vai presidir esta audiência pública.

Eu vou ficar acompanhando daqui.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... protocolar, mas gostaria muito que o Embaixador estivesse também aqui, ao lado da Embaixadora, na mesa, pelo tempo que puder. Quando ele tiver de sair, poderá fazê-lo, mas seria muito bom que...

O SR. ALEX ELLIS *(Fora do microfone.)* – Acho que vou sair agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Vai primeiro sentar aqui um pouco. O Embaixador é muito bem humorado. Ele foi conversar comigo e ficamos rindo o tempo todo, mas é claro que, depois, aprofundamos o tema importante, como aquele que levou a sua visita ao meu Gabinete ontem.

Faço questão que V. Exª se sente à mesa. E digo mais: neste momento em que V. Exª estiver aqui, eu vou convidar minha querida Senadora Ana Rita, para que possamos tirar essa foto, a fim de que fique registrado.

Embora os Senadores e as Senadoras estejam correndo por todas as Comissões, devido à votação da LDO, essa foto, para mim, é importantíssima, quando vamos discutir a questão do vírus ebola. *(Pausa.)*

Ok. Olhando lá, sorrindo.

Agradeço.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, a Secretaria Geral da Comissão organizou um vídeo sobre o tema. Então, como a Mesa está montada, a Senadora já fez a abertura, nós passaremos ao vídeo de imediato.

Nesse período, Senadora Ana Rita, teremos tempo para que o representante do Ministério da Saúde possa chegar.

Então, vamos ao vídeo. Depois, vamos ao debate.

O vídeo é curto, com duração de 3 minutos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, belo trabalho. Nossos cumprimentos à equipe da Senadora, que nos apresenta o vídeo, e à equipe que produziu o vídeo com todo o seu conteúdo. Quero cumprimentar a assessoria tanto do gabinete como da Comissão, porque é um trabalho conjunto que faz com que as coisas aconteçam.

O nosso querido amigo e Embaixador do Reino Unido Alex Ellis vai ter que se retirar. Então, solicitei a ele, e ele concordou, que fizesse uma saudação, depois eu faço uma fala também sobre a questão e vamos aos nossos debatedores.

Por favor, Embaixador Alex, Embaixador do Reino Unido.

O SR. ALEX ELLIS – Bom-dia a todos. Muito obrigado, Senador.

Queria agradecer a todos a oportunidade para o meu país, o Reino Unido, de fazer parte deste painel. De fato, para nós, é uma honra, ainda mais estando ao lado da Embaixadora da Guiné-Bissau, colega, dos colegas de Ministério da Saúde, com quem já falamos bastante, Dr. Claudio.

É muito interessante para mim que este debate seja feito na Comissão de Direitos Humanos, isso para mim é muito interessante, relevante. O que isso quer dizer? Quer dizer que uma situação como essa não é a situação de um país distante, de um país que está longe, marca o fato de que o direito humano é fundamen-

tal para qualquer pessoa no mundo, não é direito humano para a pessoa do Acre, de Roraima, direito humano para a pessoa do Reino Unido, é direito humano para todos. Lutar internacionalmente contra a questão do ebola é uma questão de direitos humanos. Além da questão médica, além da questão de desenvolvimento, é um direito humano.

Tenho a honra de representar o único grande país que conseguiu chegar à meta de 0,7% em termos de desenvolvimento para a ajuda aos mais pobres do mundo. Faz parte do nosso trabalho promover a justiça social.

Fico muito contente também com a presença do meu colega Indranil, do Ministério do Desenvolvimento, que fala português muito melhor do que eu – ele estudou aqui. Indranil está em muitas histórias dos tempos de luta contra a pobreza nos anos 80 – isso ele pode contar mais tarde –, ele marchava muito em São Paulo, não é, Indranil? Marchava pelos direitos fundamentais aqui no Brasil. Fico contente de saber que ele faz parte desta Mesa.

Lamento ter que sair, mas agradeço-lhe muito, Senador, por ter criado esta reunião hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero dizer ao Sr. Alex que essa iniciativa é do Senador Supply, que está aqui prestigiando sempre a Comissão, a quem agora eu dou a palavra, porque aqui Senador e Senadora falam quando quiserem e os convidados vão ter que aguardar.

Com a palavra o Senador Supply. E depois eu ainda vou falar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só para assinalar que o bom português do Embaixador Alex Ellis se deve a ele ter se casado com uma esposa portuguesa e ter sido Embaixador do Reino Unido em Portugal. Mas ele, aqui, já está se acostumando e quase perdeu o sotaque português, que só permanece no diálogo com sua esposa. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Está registrado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Embaixador eu sei que terá de se retirar e nós começaremos os nossos trabalhos.

Eu, de pronto, reafirmo aqui a composição da Mesa. Já está conosco o Dr. Claudio Maierovitch, Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde – MS. Está conosco aqui, à minha esquerda, a Dr^a Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República da Guiné-Bissau. E aqui ao meu lado – não vou dizer à direita – o Conselheiro para Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, Dr. Indranil Chakrabarti.

Meus amigos, é uma alegria enorme. Agradeço à Presidenta Ana Rita, que por eu ser um dos autores do requerimento propôs que eu coordenasse os trabalhos desta manhã com um tema tão importante. Como disse muito bem o Embaixador, a questão dos direitos humanos é uma questão internacional e não tem fronteira. Estamos tratando de vidas.

Assim, faço aqui uma pequena introdução, porque acho que é um dia importante no cenário brasileiro, quando vamos falar de algo que preocupa a todos.

Discorro da seguinte forma: o tema que nos reúne aqui hoje é sério, muito sério, é preocupante e merece uma grande reflexão. Vamos colocar nossa atenção mais uma vez sobre o recente surto do chamado vírus ebola na África Ocidental. A situação de fato é muito grave. O último balanço da Organização Mundial da Saúde, divulgado em 31 de outubro passado, indica que essa epidemia do ebola infectou 13,567 mil pessoas e causou até o momento, pelas informações que recebi, em torno de cinco mil mortes, desde o início do ano.

Os países mais afetados – aqui, naturalmente, os painelistas, mais do que eu, poderão fazer colocações – são Libéria, Serra Leoa, Guiné-Conacri, mas também já houve casos na Espanha, nos Estados Unidos, em Mali, na Nigéria e no Senegal.

O ebola não é um vírus qualquer. Pela simples leitura dos números vemos que ele tem um índice de mortalidade que se aproxima dos 50%. Então, é de fato algo grave, como eu dizia, muito, muito letal. Só não é pior porque não é transmissível pelo ar, como é o caso do vírus da gripe.

De acordo com o Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban Ki-moon, nenhum país ou organização pode derrotar o ebola sozinho, pois se trata de uma epidemia que possui dimensões econômicas, humanitárias, políticas e de seguranças amplas e profundas.

Precisamos também acompanhar bem de perto o que está sendo feito pelo nosso Governo brasileiro, União, Estados e Municípios no sentido de preparar a nossa população.

Para mim que venho da área da segurança, da prevenção, a palavra de ordem fundamental nesses casos é prevenção. Enfim, preparar a nossa população para a eventual – ou mesmo sua ameaça – chegada do vírus

ebola no Território Nacional. Ainda que as possibilidades de isso acontecer sejam remotas segundo muitos especialistas, precisamos estar preparados. Prevenir, prevenir, prevenir.

O Governo brasileiro também está prestando solidariedade aos países afetados. O trabalho está sendo realizado em ação conjunta entre o Ministério da Saúde e o Ministério das Relações Exteriores.

É importante mencionar isso devido aos profundos e indissolúveis laços históricos que unem o Brasil e a pátria mãe África. Além disso, é importante pontuar que o ebola não é um problema de um ou outro país, ele é um problema mundial, uma vez que o Criador fez de nós todos, aos seus olhos, irmãos. Somos uma grande família que habita o Planeta Terra. Então, como irmãos, vamos nos unir e fazer o que pudermos, todos, para vencermos o vírus ebola.

Repito, direitos humanos não tem fronteira. Essa luta é de todos os homens e mulheres de bem. Sejam todos bem-vindos. (*Palmas.*)

Pela ordem que está aqui – eu não sei se há alguma preferência – Dr. Claudio é o primeiro. Pode ser?

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH (*Fora do microfone.*) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Então, vamos lá.

Dr. Claudio Maierovitch é Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde – MS. Em seguida, falará Dr^a Eugênia, pela ordem, e por fim falará aqui Indranil Chakrabarti.

Dr. Claudio, por favor.

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH – Muito bom dia.

Inicialmente, agradeço o convite feito. É uma honra estar aqui nesta Casa na presença dos Senadores, que simbolizam da melhor forma o respeito à luta pelos direitos humanos no nosso País e na Casa Legislativa.

Infelizmente, estamos num dia atípico. Eu precisei percorrer umas seis tentativas de entrada no Congresso Nacional até conseguir chegar até aqui, então, peço desculpas pelo atraso, mas consegui ver a segunda metade e a parte final da apresentação e tinha visto esse documentário. Acredito que ele nos dispensa de trazer muitas das informações que já foram apresentadas aqui sobre a doença, para que possamos pensar um pouco mais nas questões mais próximas de nós, nas questões reais.

Como já foi dito aqui, nós estamos diante de uma importante tragédia humanitária. Por vícios culturais nossos – que não são só nossos –, nós, habitualmente, pouco sabemos do que acontece no continente africano e é um traço muito forte que isso pareça muito distante de nós, e temos enfrentado isso na nossa discussão, nas nossas capacitações com os profissionais brasileiros em relação ao enfrentamento dessa crise.

Nós tivemos, no final do ano passado – completamos um ano, aproximadamente –, o início da comunicação de casos da doença pelo vírus ebola no continente africano. Essa epidemia permaneceu muito pouco falada, quase silenciosa nos meios de comunicação até a metade deste ano, quando, dada a exuberância dessa epidemia, o número de vidas ceifadas, a tragédia humanitária que se abateu sobre os três países africanos, a Organização Mundial da Saúde declarou uma emergência mundial pela epidemia.

Em números um pouquinho mais atuais, até o dia 10 deste mês tivemos um número aproximado de 17 mil a 18 mil casos de ebola em todos os países afetados, com quase oito mil mortes.

Nós temos, desde o início da epidemia, acompanhado passo a passo o que está acontecendo, aquilo que diz respeito ao Brasil como risco e aquilo que o Brasil pode fazer como cooperação internacional, como atitude solidária com os países afetados.

São três os países onde há transmissão que é chamada de intensa e disseminada: Guiné – e há que se tomar um cuidado, dada a pouca familiaridade que nós temos no Brasil, muitas vezes, com a geografia africana. Existem três países com nome de Guiné: Guiné-Bissau – Saúdo a embaixadora aqui presente – Guiné Equatorial e Guiné-Conacri. Conacri é a capital. Ela é chamada de Guiné-Conacri.

Além da Guiné, Libéria e Serra Leoa estão entre os países mais pobres do mundo, os países que têm menos estrutura para enfrentar adversidades, e que têm, ao longo de sua história recente, guerras civis, e outros episódios também igualmente ameaçadores – igualmente eu não digo –, fortemente ameaçadores à vida, à organização social, ao bem-estar das pessoas daqueles três países. Isso certamente é o pano de fundo para o que acontece hoje.

Têm sistemas de saúde que quando não são inexistentes, são completamente desestruturados, com condições precaríssimas de vida em especial nas comunidades rurais, que é onde presume-se que começou a epidemia. O que nós tínhamos de antecedente – a maior parte no continente africano – em relação ao ebola eram epidemias localizadas que afetavam comunidades rurais, nenhuma delas com uma dimensão que sequer se aproximasse do que nós vivenciamos hoje.

É uma doença que, embora conhecida desde 1976, sempre chamou pouca atenção do restante do mundo e daqueles que poderiam investir em pesquisa e desenvolvimento de qualquer tipo: medicamento, vacina, diagnóstico. Uma doença que era considerada exótica, de populações pobres isoladas, que não ameaçavam os países centrais...

Como vai, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Anuncio a visita aqui, neste momento, da Senadora Vanessa Grazziotin, que é também uma lutadora nos direitos humanos.

A correria na Casa está grande, mas, assim mesmo, ela veio aqui para registrar a sua presença.

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH – Saúdo a Senadora também.

Trago para as preocupações brasileiras o que tem acontecido, porque como eu disse, não vou ser repetitivo e não teria capacidade nem muito menos despertaria o interesse, como o fez essa apresentação anterior.

No Brasil, nós passamos a acompanhar o que vem acontecendo no continente africano com três tipos de preocupação. A primeira preocupação era que, caso nós recebêssemos um viajante oriundo de um desses países com a doença, de que forma nós garantiríamos atendimento adequado a essa pessoa, de forma a propiciar-lhe as melhores condições possíveis para sua recuperação? Em segundo, num episódio desse, de que forma nós garantiríamos a integridade dos profissionais de saúde e de outras pessoas no Brasil, que viessem a ter contato com essa pessoa, para que não houvesse a transmissão em Território brasileiro, para que nós não tivéssemos casos secundários e muito menos a possibilidade de surtos ou expansão da doença? Em terceiro lugar, não menos importante, de que maneira o Brasil poderia aliar-se ao esforço internacional para apoiar as medidas adotadas em relação à epidemia no continente africano?

Constituímos, no Ministério da Saúde, um mecanismo que é ativado em períodos de crise, chamado Comitê de Operações de Emergência de Saúde (COE). Esse comitê reúne todos os segmentos do Ministério da Saúde que podem ter alguma participação em relação a essa resposta. É um mecanismo de governança excepcional, justamente para que o Ministério da Saúde consiga enfrentar uma crise de caráter excepcional sem se perder nas cisões burocrático-administrativas que marcam a própria máquina pública na sua dificuldade ou demora na resposta a crises que exigem resposta rápida.

Passamos também a reunir semanalmente o grupo executivo interministerial que reúne – não me lembro o número exato – 24 ministérios e instituições do Governo Federal, todos eles com algum tipo de envolvimento na resposta. Isso vai desde o Ministério dos Transportes até o Ministério das Relações Exteriores, envolve área de agricultura, desenvolvimento social; são diversas as pastas e instituições, não apenas ministérios, mas outras organizações que têm algum tipo de envolvimento relativo à preparação do Brasil para uma emergência dessa natureza.

Passamos também a nos reunir, de forma virtual, por via de conferência, semanalmente, com todas as secretarias estaduais de saúde, uma vez que o Ministério da Saúde tem um papel de coordenação, um papel normativo, mas quem tem o ônus e a responsabilidade direta da execução das ações são as secretarias municipais e as secretarias estaduais de saúde. Elas, sim, têm a administração direta dos serviços de saúde.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde passou à preparação do seu próprio sistema e do Sistema Único de Saúde, primeiro para a detecção precoce de casos que pudessem chegar ao Brasil, tanto no momento de chegada de viagem como... Uma vez que o período de incubação da doença, ou seja, o tempo entre o contato com o agente infectante e o desenvolvimento da doença pode demorar até 21 dias, nós tanto poderíamos receber pessoas que chegam com a doença como pessoas que chegaram com saúde ao Brasil e vieram desenvolver a doença posteriormente. Isso significa que não basta um alerta para os pontos de entrada do Brasil, com destaque para os principais aeroportos brasileiros, mas também um alerta para o conjunto de serviços de saúde brasileiros, especialmente aqueles que têm portas abertas para o atendimento de urgências, para o atendimento básico à saúde, em qualquer lugar deste País. Então, foi feito e continua um esforço enorme de sensibilização, informação, capacitação dos profissionais para que, caso haja qualquer tipo de risco ou qualquer tipo de suspeita de chegada de pessoa com a doença, os serviços estejam preparados para o atendimento adequado.

Ao mesmo tempo, isso não pode significar uma sensibilidade excessiva, em especial na situação que mencionei anteriormente, com o desconhecimento que nós, brasileiros, temos do continente africano. Neste período, já tivemos diversos acionamentos, aproximadamente um acionamento por dia, de casos supostamente suspeitos, porque, já no primeiro contato, conseguimos esclarecer que não se tratava de um caso suspeito, uma vez que vinha de outros países da África que não os países afetados pela doença.

Mencionei anteriormente três países com transmissão intensa e disseminada, porque consideramos em nossa avaliação de risco que somente esses três países oferecem a possibilidade de que saiam viajantes que possam chegar aqui com potencial de transmissão da doença. Em outros países, houve casos isolados, como foi o caso da Espanha, que já é considerada uma área fora de risco; o caso do Senegal, o caso da Nigéria, ou pequenos surtos – desculpe, na Nigéria houve um surto, sim –; no Mali, tivemos alguns casos; nos Estados Unidos, tivemos alguns poucos casos.

No entanto, nesses países de poucos casos, todos eles foram relacionados diretamente a algum caso que chegou de algum dos países afetados, e em todos eles foi possível saber quais foram os contatos, qual foi a história, qual foi o percurso que o vírus teve para desencadear cada um dos casos. Então, isso nos deixa

confortáveis para considerar que nenhum desses outros países era de risco. No entanto, nós, ao longo deste período, vivenciamos diversas situações em que percebemos que, muitas vezes, a atitude do serviço de saúde traz junto uma série de conceitos e, principalmente, preconceitos, que são muito presentes na nossa sociedade.

Quer dizer, o fato de uma pessoa de cor negra, de raça negra, chegar falando uma língua diferente já colocava em pânico alguns profissionais de saúde, porque, para muitos deles – e aqui não faço um juízo de valor, mas uma consideração, mais uma vez, sobre o quanto nós desconhecemos do continente africano – o continente é quase um país só. Nós sabemos a heterogeneidade e a riqueza de culturas de variedades de todos os tipos que há no continente africano.

Então, nós tivemos uma infinidade de alarmes falsos. Muitas vezes, alarmes falsos significavam matéria rica para a mídia, significavam isolamento da unidade de saúde, significavam uma preocupação muito grande.

Tivemos um único episódio em que um caso foi classificado como suspeito de verdade.

Acredito que é interessante relatar, brevemente, este caso, porque ele é muito bom para ilustrar como está a preparação brasileira.

Então, nós tivemos, no Município de Cascavel, no Paraná, a chegada de uma pessoa a uma unidade de saúde, que relatou ser proveniente de um dos três países afetados e que tinha tido febre. Isso se enquadra, exatamente, na nossa definição de caso. Nós procuramos uma definição de caso que fosse muito específica em relação à origem geográfica, porém que fosse abrangente do ponto de vista da sintomatologia da manifestação clínica, uma vez que a doença pode não começar com características típicas como nós vemos na televisão, mas com um mal-estar, um cansaço, uma febre, que, no início, pode ser leve.

Neste caso, os profissionais da unidade de saúde suspeitaram, rapidamente, que pudesse ser uma pessoa portando o vírus ebola, com doença pelo vírus ebola, e adotaram as medidas de segurança que são indicadas pelos nossos protocolos, e tivemos um trabalho muito intenso em colaboração com o sistema de Saúde, com a Fundação Oswaldo Cruz, com diversos outros colaboradores, para elaboração de protocolos que estão na página de internet do Ministério da Saúde, atualizados quase diariamente, que foram adotados de forma que não houvesse exposição a risco desses profissionais.

Imediatamente, as equipes de vigilância e saúde do Município e do Estado do Paraná foram avisadas e nos comunicaram, também imediatamente, da suspeita do caso. Discutimos o caso, por telefone mesmo, vendo que se enquadrava na nossa definição e que deveria, portanto, ser acionado o protocolo para a remoção dessa pessoa da localidade com destino àquele que nós definimos como o hospital de referência nacional, o Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, que pertence à Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Então, nessa mesma noite, acionamos a Força Aérea Brasileira, que tem se colocado à disposição e celebrou um termo de cooperação com o Ministério da Saúde para o transporte de doentes e suspeitos de portar a doença pelo vírus ebola, e a aeronave foi para Cascavel levando uma equipe nossa para apoio à investigação do caso e também para trazer o paciente para o Rio de Janeiro, onde ele foi atendido pelo serviço de atendimento médico de urgência do Estado do Rio de Janeiro e levado para o Instituto Nacional de Infectologia.

Esse caso para nós foi exemplar, primeiro porque serviu para uma resposta a diversos dos nossos temores. E nosso primeiro e maior temor é de que a detecção, a suspeita de um caso seja mais demorada do que deveria ser e haja contato direto com outras pessoas que podem, portanto, adquirir o vírus, que embora só seja transmitido pelo contato, tem uma alta transmissibilidade por essa via. E é um traço cultural nosso a proximidade física, o toque. Acho que isso marca muito fortemente o espírito do brasileiro, e, infelizmente, num caso desses isso traz os riscos relativos ao contágio da doença.

Então, isso foi um teste muito importante para o nosso sistema, embora nós tivéssemos anteriormente realizado exercícios de simulação de chegada de aviões do continente africano, de retirada de pessoas do aeroporto. Fizemos, na semana passada, um exercício da chegada de um viajante marítimo, de uma pessoa, num navio que chegou em Santos, com suspeita da doença. Então, esses exercícios todos têm nos ajudado muito a pensar nas situações e são até uma preparação para uma situação real.

Naquele momento, nós tínhamos uma situação que poderia ser real. Era uma situação de suspeita real. Felizmente, aquele caso não se confirmou. Nós tivemos uma boa agilidade do sistema para um transporte seguro de amostra de sangue para o nosso laboratório de referência nacional, localizado em Ananindeua, vizinho de Belém, no Estado do Pará, o Instituto Evandro Chagas. E depois de dois exames negativos, pudemos relaxar as medidas de controle.

Esse caso acontecido no nosso País ilustra muito fortemente a preparação do País para as duas primeiras possibilidades que eu assinalai. Elas são o momento da chegada de um caso, o cuidado adequado para esse caso e o impedimento da transmissão no Continente americano, no Território brasileiro.

Também ilustra uma série de dificuldades, entre elas dificuldades em relação ao trato com os meios de comunicação. E aqui assinalo que as nossas equipes tiveram, inclusive, alguns obstáculos para terem acesso ao local onde estava hospedado o paciente na cidade de Cascavel, porque diversos jornalistas... Havia uma multidão

de representantes da mídia que queriam alguma informação atual, o que é compreensível, o que é louvável. Mas isso apontou para uma necessidade de uma organização melhor nessa relação, até para que os jornalistas não se expusessem a riscos desnecessários ao entrarem num ambiente que onde poderia ter contaminações ou manter contato com outras pessoas que eventualmente poderiam estar doentes, numa abordagem inicial.

No entanto, foi possível verificar o competente trabalho da equipe do Município de Cascavel, do Estado do Paraná, do Estado do Rio de Janeiro e, ousado dizer, da nossa equipe que tem se dedicado muito a isso também, num ambiente em que ainda tem muitas dúvidas. Como me referi anteriormente, essa é uma doença que despertou sempre muito pouco interesse em pesquisa, poucos investimentos. Então, qualquer tema científico que diga respeito à proteção ou ao tratamento desperta uma infinidade de dúvidas.

Nós pudemos assistir no vídeo depoimento da colega brasileira sobre as medidas de proteção. Nós fizemos quase meia dúzia de revisões quanto aos nossos protocolos, quanto à nossa indicação para as medidas de proteção, para o tipo de equipamento de proteção indicado, uma vez que essa dúvida acontece no mundo inteiro. Nós tínhamos menos dúvidas antes da transmissão na Espanha. No entanto, mesmo num país europeu, num país que tem o seu sistema de saúde organizado, houve transmissão, houve contaminação de um profissional de saúde que, em tese, estava devidamente protegido. Então, esses episódios têm ensinado ao mundo inteiro, têm trazido algum nível de segurança para o mundo inteiro.

Ao lado disso, nós procuramos também, com relação ao Governo brasileiro, mobilizar esforços para que se pudesse colaborar de alguma forma com o esforço internacional. Houve algumas limitações, houve algumas solicitações informais. Não houve uma solicitação formal da Organização Mundial da Saúde para que nós enviássemos equipe, mas houve alguns pleitos informais que não puderam ser atendidos, porque nós não tínhamos como garantir um transporte seguro, naquele momento, de um brasileiro que fosse participar de um esforço internacional oficialmente, como representante do Governo brasileiro, e que, eventualmente, numa fatalidade, adoecesse e tivesse que ser transferido para o Brasil em condições adequadas e seguras de transporte aéreo. Hoje, temos condições um pouco melhores, já discutidas com a Força Aérea Brasileira.

No entanto, o Ministério da Saúde fez a doação, no momento inicial, de 15 kits que são utilizados no atendimento a desastres no Brasil. Falamos em kits, na verdade são caixas de cerca de 400 quilos com diversos tipos de medicamentos e materiais utilizados no atendimento a desastres. Cada um deles com a previsão de atendimento a cerca de 500 moradores, por um período de três meses. Então, o Ministério da Saúde brasileiro doou 15 desses kits para os três países. Posteriormente, mais quatro desses kits foram enviados diretamente.

Logo neste primeiro momento também, o Ministério da Saúde transferiu à Organização Mundial da Saúde, por intermédio da Organização Pan-Americana de Saúde, R\$1 milhão como uma iniciativa inicial na cooperação internacional. Mais tarde, um outro valor de cerca de US\$2,5 milhões foi aportado também, em especial como contribuição do Brasil à Organização Pan-Americana de Saúde na preparação da região toda da América do Sul, da América Central e do Caribe, para uma resposta a uma possível entrada de epidemia.

O Governo brasileiro também mobilizou uma quantidade grande de alimentos, não me lembro os números exatos, mas são cerca de seis mil toneladas de arroz, cinco mil e alguma coisa toneladas de feijão, para serem doados àqueles países.

Vamos destacar aqui também o que tem sido o relato dos profissionais que retornam do continente africano, das organizações que atuam nos países afetados e o contato com essas organizações tem sido cotidiano, é que a doença é um problema gravíssimo, no entanto as condições de vida, as condições de miséria, a fome da população nesses países tem sido extremamente agravada pela doença.

A doença interrompeu boa parte das relações internacionais de comércio dos três países, comprometeu fortemente a produção agrícola em muitas localidades em que a doença se espalhou, em que comunidades foram fortemente atingidas. E dos relatos que recebemos muitas vezes o desafio maior não é apenas o tratamento do caso, mas é o tratamento de pessoas num estado de desnutrição gravíssimo e muitas vezes o serviço de saúde onde também faltam alimentos, faltam medicamentos, faltam condições mínimas para o atendimento.

Então, são serviços insuficientes do ponto de vista numérico, serviços que são muitas vezes distantes das localidades onde estão acontecendo os casos e que também têm uma insuficiência muito grave no que se refere aos seus recursos materiais, recursos humanos para o atendimento às pessoas. Então, a doação de alimento certamente significava um apoio importante para os países.

Por fim, mais recentemente, houve a aprovação de um crédito extraordinário para apoio às ações relativas à epidemia do vírus ebola, que já resultou na doação de mais US\$5 milhões à Organização Mundial da Saúde, às organizações não governamentais também, particularmente à Cruz Vermelha Internacional, para atendimento a esta crise que ainda persiste.

Temos acompanhado a situação epidemiológica, temos alguns poucos sinais positivos nas últimas semanas, particularmente com uma ligeira redução do número de casos na Libéria. No entanto, não é possível falar em qualquer ideia de otimismo em relação a este futuro próximo. A situação é gravíssima, as medidas

adotadas internacionalmente certamente ajudam a enfrentar a situação, mas ainda são insuficientes para que haja a velocidade necessária. E quando falamos em velocidade, temos que nos lembrar que não contamos em minutos, contamos em vidas perdidas a cada hora nos países afetados.

Tivemos aqui contato com várias representações de países que têm participado ativamente. Saúdo aqui a Embaixadora de Guiné-Bissau, cujo Ministro da Saúde teve contato com o nosso Ministro da Saúde também, em especial pela identidade cultural e linguística, com a possibilidade de que déssemos algum apoio.

Temos tido contato aqui com a Embaixada do Reino Unido, com a Embaixada dos Estados Unidos também, na busca de que tenhamos ações concertadas, numa resposta que deve deixar de lado eventuais diferenças, tendo como objetivo principal o apoio aos países afetados e uma resposta organizada.

Aquilo que temos para nós é repetido, o tempo todo, não só no Ministério da Saúde brasileiro, mas acredito que internacionalmente. Ainda que os países estejam preocupados em se protegerem, a melhor proteção que eles podem ter é se a crise na África for debelada. Então, as medidas de proteção adotadas no território de cada país certamente são importantes, mas o mais importante realmente é que haja a interrupção da epidemia e da transmissão no continente africano.

Muito obrigado. Desculpe-me se me estendi. Fico à disposição para qualquer questão que seja colocada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dr. Claudio Maierovitch, Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, que fez uma bela exposição, realista, sobre a realidade do vírus ebola no nível internacional, mas principalmente sobre as medidas adotadas pelo Brasil.

Ele atualizou, inclusive, os nossos dados. Estávamos falando de algo em torno de cinco mil mortes. O Dr. Claudio diz que já estão acima de oito mil, mais ou menos oito mil mortes.

E há outro dado que recebi também, o de que haveria algo em torno de quatro mil crianças órfãs. Mas estávamos trabalhando com cinco mil. Consequentemente, esse dado também deve ter aumentado; deve haver aí mais de cinco mil crianças órfãs na África Ocidental – diz, pelo menos, o material que recebi –, muitas vezes de pai e mãe, porque ambos acabam falecendo devido ao vírus, e, em alguns casos, falece um, o pai ou a mãe.

Mas vamos agora – depois teremos a oportunidade do debate – passar a palavra para a Dr^a Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República de Guiné-Bissau.

A SR^a EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Muito obrigada, Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta reunião.

Eu começava por cumprimentar todas as Sr^{as} e Srs. Senadores presentes neste ato; por cumprimentar aqui, à nossa mesa, o Dr. Claudio, que fez uma explanação muito abrangente acerca da situação da epidemia; o Conselheiro da Embaixada do Reino Unido, para dizer que para Guiné-Bissau – é a apresentação da Embaixada – é uma honra e um grande privilégio poder trazer algumas informações que tem em relação a essa grande epidemia que assolou a África Ocidental.

Gostaria, em primeiro lugar, de dizer que Guiné-Bissau, felizmente – volto a dizer de novo, felizmente –, ainda não tem nenhum caso da epidemia. Como estamos circunscritos na zona da África Ocidental, somos mesmo vizinhos da nossa irmã Guiné-Conacri; então, há sempre aquela... não diria confusão, mas aquela sempre inclusão de implicar, digamos assim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela semelhança do nome.

A SR^a EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Pela semelhança do nome, com Guiné-Bissau, no caso da epidemia.

Já falou o Dr. Claudio muito bem que nós temos três Guinés ou quatro Guinés agora, porque há a Guiné-Papua, que fica na zona da Austrália. Mas a Guiné-Conacri é um país que faz fronteira com Guiné-Bissau na zona sul e na zona leste.

Portanto, há toda uma possibilidade, ou havia toda a possibilidade de ser contaminada por razões de que as nossas fronteiras são tão flexíveis, de que não há um rigor. As pessoas mesmo se transportam de um lado para o outro, a pé, portanto há um grande risco.

Contudo, em Guiné-Bissau, a primeira ação que houve foi a de fechar as fronteiras, de leste a sul, com a Guiné-Conacri e também com o Senegal, que é outro país que se circunscreve na zona onde nos encontramos situados.

Então, depois dessa primeira atitude de fechar as fronteiras, criou-se uma comissão de vigilância epidemiológica no país, de alerta, porque, como sabem, as nossas carências em domínios de auxiliares de diagnósticos são imensas, mas para este caso poder-se-ia fazer uma ação, digamos, de solicitação agressiva para que os países e os parceiros pudessem dar algum apoio.

Felizmente, o eco da solicitação do governo foi ouvido; Guiné-Bissau criou essa comissão de vigilância com equipamentos que são extremamente caros. Só em jeito de informação podem saber que se sabe que um doente contaminado chega a custar 120 mil euros em tratamento, neste caso concreto de epidemia de ebola, tendo em

conta os equipamentos, os medicamentos, os fármacos e tudo que são aplicados para o tratamento e a diária e tudo; mais ou menos se estima nesse montante, em termos de euros, o custo que tem essa epidemia por paciente.

Então, como vinha explicando, felizmente, nós, na Guiné-Bissau, não temos ainda até hoje registrado nenhum caso, continuamos com a comissão de alerta e de vigilância epidemiológica ainda a funcionar a todo momento e, entretanto, na semana passada já se abriu a fronteira com o Senegal e com a Guiné-Conacri por razões também humanitárias, tendo em conta que esta sessão desse encontro tem a ver com os direitos humanos, porque toda a fluência de abastecimento de gêneros alimentícios que vêm do Senegal e da Guiné-Conacri ficou de certo modo prejudicado; teve que se abrir as fronteiras para o abastecimento que nós temos com relação a esses países.

De maneira que, neste momento, nós temos registrados cerca de oito mil óbitos, como falou o Dr. Claudio, e temos cerca de 18.464 pessoas infectadas, que estão ainda em tratamento. Temos aí a relação a técnicos de saúde infectados nesses três países: 639 técnicos de saúde infectados. Temos, em termos de óbitos, em nível de técnicos de saúde, sem falar da população, cerca de 349 elementos também, óbitos registrados em nível de técnicos de saúde.

Como falou o Dr. Claudio também há um bocadinho, houve casos muito pontuais no Senegal, na Nigéria e também os casos devido a mudança ou trânsito das pessoas que estiveram em tratamento na África e que regressaram para os países, caso concreto de alguns missionários que pertenciam à Espanha e que regressaram e levaram também, de certa maneira, a epidemiologia. Mas houve ações pontuais com as quais se conseguiu driblar a epidemia, ou seja, a doença.

Na verdade, é uma epidemia extremamente perigosa, como sabemos, porque nós tínhamos só hábito de ter a questão de cólera, destaca o Dr. Claudio, que já para nós seria também uma grande epidemia que se registrava periodicamente na Guiné-Bissau e que também produzia “n” óbitos, mas, com o caso do ebola, a situação se tornou muito mais preocupante, razão por que se criou realmente essa comissão de vigilância epidemiológica para estarmos completamente alerta.

A Guiné-Conacri ainda registra casos, mas dos três países mais afetados, a Serra Leoa está em piores condições, porque a Serra Leoa, além de ter casos ainda muito maiores que os dois países, também tem outras carências muito acentuadas, alimentares, hábitos tradicionais, problemas de pobreza muito preocupantes, de maneira que, dos três países, Serra Leoa se encontra em piores condições neste momento.

Felizmente, a Guiné-Conacri já está a respirar de certa maneira com a situação em relação à epidemia, por isso mesmo que a Guiné-Bissau teve que abrir a fronteira; na Libéria também está sensivelmente melhorada a situação em relação a Serra Leoa.

De resto, as informações que eu tenho para partilhar eram essas. Foi realmente um privilégio. Eu contava até que estivesse cá o meu colega embaixador da Guiné-Conacri para também conosco participar dessas mesmas preocupações. E darmos mais algumas informações mais detalhadas em relação à epidemia, digamos assim. Mas, infelizmente, como não se encontra, e como somos vizinhos, eu posso falar, e como falei já de certa maneira, em relação à Guiné-Conacri.

Volto a agradecer, mais uma vez, ao nosso Senador Paulo Paim por nos ter convidado para partilhar minimamente, porque o Dr. Claudio, da OMS, fez-nos uma radiografia global em termos da situação, quer internacional em relação à epidemia, quer focalizada mesmo nas medidas que o Brasil tem já preparadas e previstas para a situação.

Só uma questão também que carecia de dizer, porque como nós temos fracos meios de diagnóstico, por exemplo no caso de Guiné-Bissau, para se avaliar uma epidemia, para um estudo leva-se cerca de três semanas, por exemplo, o que não acontece aqui no Brasil, com os equipamentos que tem, com a Fiocruz, com as capacidades de resposta que tem em nível de auxiliares, de meios de diagnóstico, que são muito mais rápidos e eficientes. Daí que nós realmente... Foi o que nós pedimos, o apelo que fizemos aos parceiros, para nos facilitar e para nos proporcionar esses meios de diagnóstico e para nos apoiar em termos desses equipamentos específicos mesmo para essa patologia, porque como tivemos a oportunidade de ver, tem que se tapar completamente, todo o corpo, mas em todos os aspectos, para evitar as possibilidades de contágio.

Portanto, muito obrigada por este bocado que me foi proporcionado de partilhar com os Srs. Senadores nesta reunião, e mais uma vez obrigada ao Senador Paim por esta iniciativa de trazer esta questão para ser abordada e falada neste nível, porque na verdade, é um direito. O primeiro direito humano é o direito à vida. O outro que tem a ver é o direito à saúde. E se na verdade temos que ter essas considerações todas, este momento foi muito primordial para partilharmos esse bocadinho. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República da Guiné-Bissau. V. Ex^a é muito simpática, viu? A sua fala é tranquila e comunica com muita tranquilidade ao povo brasileiro, porque esta nossa audiência pública é transmitida para todo o Brasil, e as suas informações são muito, muito precisas.

E veja, quando o Dr. Claudio falou, eu trabalhava com um número menor. O Dr. Claudio já me disse que eram mais de 17 mil pessoas infectadas. A Dr^a Eugênia já fala que são 18,4 mil pessoas infectadas. Como disse bem o Dr. Claudio, é alarmante, é preocupante, e confirmado aqui pela Dr^a Eugênia. E esse dado aqui, que 349

técnicos já morreram. Quer dizer, homens e mulheres que estavam lá trabalhando, em solidariedade àqueles que foram atingidos pela epidemia, faleceram servindo e fazendo o bem a todos.

E essa questão da Guiné é tão complicada, que olha bem o que eu vou ler aqui, num relato de uma revista de comunicação no Brasil. Olhem o que diz: “Os dados incluem duzentos novos casos desde a atualização feita na segunda-feira.” Ainda falava em 6 mil, já são 8 mil. “Oito mil pessoas infectadas pela doença”. A maioria das transmissões aconteceram onde? Na Guiné, ponto. *(Pausa.)*

...Libéria e Serra Leoa. Não diz qual a Guiné, e consequentemente, quando a gente aqui no Brasil ouve, diz “olha, um dos principais países atingidos é a Guiné.” Mas não é a Guiné-Bissau. Você esclareceu muito bem, é a Guiné-Conaquine?

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO *(Fora do microfone.)* – Conacri.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Conacri. Conacri, não é?

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO *(Fora do microfone.)* – É uma colônia de expressão francesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma colônia de...

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode, é importante esclarecer, que fique claro, não é?

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Pois é, a Guiné-Conacri...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quando lá fora usam o nome do Brasil errado, todos nós reclamamos aqui, viu?

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Claro, claro, tem toda razão. Guiné-Conacri é uma das antigas colônias da França, como sabem, tanto é que é de expressão francesa, língua oficial de trabalho, e a língua que prevalece é o francês. E nós, como estamos limitados...

Porque a nossa luta... Agora um parêntese entre parênteses. A nossa luta de libertação nacional foi cedida pelo espaço de Guiné-Conacri, onde esteve a sede do PAIGC, com o nosso saudoso Amílcar Cabral.

Portanto, nós temos realmente muita ligação. Temos relações até de familiaridade – digamos assim –, mas há um vínculo que nos separa em termos geográficos e linguísticos para além da cultura, que a cultura africana é mais ou menos afim. Nós somos, de fato, muito diferentes. Eles são francófilos, nós somos lusófonos.

É um país que tem uma população de mais de dez milhões de habitantes. Nós somos um país com 1,7 milhão de habitantes. Portanto, há muitas diferenças que existem entre nós. Mas não seria bom realmente, porque no Brasil o conceito que se tem da África é que se trata de um bloco único, um país único, quando nós somos 54 países africanos atualmente.

Com a cisão do Sudão – Sudão do Norte e Sudão do Sul –, nós ficamos agora com 54 países – norte, sul, centro, ocidental e oriental. Portanto, ainda subdivididos em vários blocos, com várias línguas, porque nós temos inclusive um país na África que fala espanhol, tanto é que esse país agora está incorporado, foi admitido muito recentemente no Bloco do CPLP, que é a Guiné Equatorial. É o único país que fala espanhol. De resto, as línguas do nosso continente são português, francês, espanhol e inglês. Portanto, há uma grande diferença.

Muito obrigada por esta exposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem pela explicação. Dá uma aula para todos os brasileiros e brasileiras.

Nós vamos passar a palavra ao Conselheiro para Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, o Sr. Indranil Chakrabarti.

Agradeço muito a você, Conselheiro, porque o Embaixador do Reino Unido nos visitou ontem e ele soube que íamos ter o debate da questão do ebola, uma iniciativa nossa e do Senador Suplicy e, de pronto, ele se apresentou para participar do debate. Isso é muito bom. Há algumas Embaixadas que a gente convida. Não estou fazendo crítica, nem vou citar nome desta ou daquela Embaixada. Às vezes dizem: “Não, não podemos, quem sabe, vamos ver”. E o Embaixador de pronto disse: “Eu estarei aqui. Eu gostaria de participar do debate, mas como eu tenho outro compromisso, mandarei um especialista na área”. Você é o *top* de linha neste assunto no Reino Unido. Ele disse que você estaria aqui para nos colocar a par de como o Reino Unido está vendo este tema.

Meus cumprimentos! Muito bom tê-lo aqui. A palavra é sua.

O SR. INDRANIL CHAKRABARTI – Muito obrigado, Senador Paim. Obrigado aos outros palestrantes, o Diretor de Vigilância, Claudio Maierovitch, e à Embaixadora Eugenia Pereira Santana de Araújo.

Realmente, um grande privilégio para a Embaixada do Reino Unido estar aqui e poder falar um pouquinho mais sobre a resposta do Reino Unido à crise do ebola.

Só para explicar um pouquinho, o Reino Unido é um país que tem um Ministério autônomo para cooperação internacional e desenvolvimento, chamado DFID, em inglês, Departamento para Desenvolvimento Internacional.

Aqui no Brasil, a gente tem uma longa história de cooperação bilateral com o Brasil até o ano de 2005. A partir do ano de 2005, nosso papel aqui é trabalhar junto com o Brasil e com entidades brasileiras na coope-

ração trilateral ou na cooperação Sul/Sul. Então, neste momento, temos fortes parcerias com entidades como Embrapa, Ministério de Desenvolvimento Social, para compartilhar boas experiências brasileiras na área de diminuição de pobreza para países de baixa renda, principalmente países da África. Só para explicar um pouquinho o papel do meu Ministério no desenvolvimento internacional.

Eu estou aqui. Fico dentro da Embaixada britânica. Estou há 18 meses aqui. Uma vez mais, muito obrigado pelo convite.

Eu vou falar um pouquinho sobre a resposta do Reino Unido à crise do ebola.

Essa é uma apresentação que eu fiz ao final de novembro, em um evento no Rio de Janeiro com a Fiocruz e com a PUC, Universidade PUC do Rio de Janeiro.

Agora, terão um pouquinho de paciência comigo, com a tecnologia. Bom, acho interessante contextualizar um pouquinho a questão do ebola em Serra Leoa. Depois também do que falou a Embaixadora da República de Guiné-Bissau, acho que tem um conhecimento não muito expandido aqui sobre África como continente e sobre os países da África. Então, vou começar contextualizando um pouquinho.

Serra Leoa é o foco da resposta do Reino Unido na crise do ebola na África Ocidental. Antes do ebola, Serra Leoa estava em firme trajetória de um país fragilizado para uma economia média. Serra Leoa registrava um índice de crescimento econômico de 20% no ano passado. Era o país que mais crescia economicamente em todo o mundo.

O Presidente Koroma caracterizou a crise do ebola como uma luta pela verdadeira sobrevivência da nação. Então, do lado direito do meu eslaide você vê algumas estatísticas básicas sobre Serra Leoa. Serra Leoa foi uma antiga colônia britânica. Serra Leoa foi um destino para os escravos libertados. Eles tinham a oportunidade de voltar para a África e Serra Leoa era um dos países para onde eles podiam voltar.

Serra Leoa passou por uma forte guerra, uma severa guerra civil, nos anos 1990. É um país que tem uma grande riqueza mineral, principalmente na área de diamantes, mas também ouro e outros minerais.

A resposta do Reino Unido está em três eixos. Primeiro, na área de leitos; segundo, na área de sepultamentos; e, terceiro, na área de comunidades. Nós doamos até agora £\$231 milhões, mais ou menos uns U\$400 milhões para responder a essa crise. O Reino Unido mobilizou 750 soldados, proporcionando mobilidade, engenharia e planejamento.

E nós estabelecemos três centros de tratamento do ebola. Você vê na foto, do lado esquerdo, os três centros principais no país de Serra Leoa: um no Sul, um no meio (Hastings), um no Norte (Goderich).

Então, como falei, nosso foco, nossa abordagem em Serra Leoa é em três áreas principais: leitos, sepultamentos e comunidades. Apoiamos o estabelecimento de setecentos leitos de tratamento em Serra Leoa. Leitos para pessoas que padecem a doença do ebola.

Também estamos financiando um centro de saúde para funcionários internacionais, para encorajar e tranquilizar outros governos para também mandarem os seus esforços. Existe agora um sistema de que, se tem um profissional de saúde de qualquer país que fique infectado, a União Europeia financia a evacuação desse profissional para um país da comunidade europeia. E, depois, o tratamento para esse profissional está coberto pelo sistema de saúde que trabalhe, que ele ou ela tem.

Segundo, área de sepultamentos. Como vocês viram no vídeo no começo do evento de hoje, na África Ocidental os sepultamentos são culturalmente muito importantes.

É comum, nos sepultamentos, haver um contato pessoal entre os familiares do morto e o morto. Também há a prática da lavagem do corpo, lavagem à mão. Essas práticas culturais são uma das razões pelas quais o vírus se espalhou tão rapidamente. Também é comum nos sepultamentos que familiares, vizinhos e outros membros da comunidade do morto venham beijá-lo. Então, são vias de transmissão clássicas para o vírus. Para responder a essa questão de sepultamento e às questões culturais, que vocês sabem que são bem profundas em uma sociedade, nós estamos dando 10 milhões de libras para mobilização social, tentando assegurar os enterros seguros dos mortos por ebola. Então, é uma organização social. A questão é tentar convencer as comunidades a utilizar práticas de enterros mais seguras do que as práticas tradicionais. Também ONGs e instituições de caridade do campo vão trabalhar para acordar práticas que permitam honrar os seus amigos e parentes enquanto os corpos são enterrados, garantindo segurança.

A terceira área é a área de comunidades, a área de trabalhar com comunidades para, primeiro, poder isolá-los imediatamente, para que eles possam ser transferidos com segurança para um centro completo de tratamento, e também ajudar as comunidades a construir centros de assistência para que as pessoas que suspeitem que possam ter ebola possam procurar um diagnóstico rápido. Nossa resposta é acompanhada por uma resposta internacional realmente enorme. A maior contribuição internacional foi dos Estados Unidos. O Banco Mundial e a União Europeia também patrocinam muito. Empresas privadas, como Rio Tinto, empresa de mineração, que fez uma doação à OMS (Organização Mundial da Saúde) de 100 mil libras. A London Mining, uma companhia do setor extrativo, que tem muita atuação na Serra Leoa, também construiu um centro de tratamento com 130 leitos em Serra Leoa, e doou mais 100 mil libras. E como vocês podem ver na parde

direita do eslaide, outros países também estão respondendo a essa crise internacional: Cuba, Austrália, Canadá, Alemanha, Itália, até Filipinas e Coreia do Sul. Mas também, como foi anunciado no dia 24 de novembro, agora há uma resposta brasileira que também é significativa. O Brasil fez um compromisso – um *pledge* – de R\$25 milhões na resposta à disseminação do vírus ebola. Até agora, o Brasil contribuiu com R\$18 milhões. Esses fundos foram repassados às Nações Unidas – R\$12 milhões à Organização Mundial da Saúde, R\$4,4 milhões ao programa mundial de alimentação e R\$1,5 milhão a um fundo fiduciário de combate ao ebola.

Finalmente, quero falar da questão de mulheres e crianças. Essa é uma questão muito importante para nós, do Governo britânico, pelas seguintes razões: primeiro, as mulheres constituem mais de 50% da população. Muitas vezes, nas respostas humanitárias desse tipo, a condição e a situação das mulheres e das crianças são esquecidas.

Eu vi que o Senador que está sentado ao meu lado tem um artigo que fala da situação das crianças na África Ocidental. Então, eu queria falar um pouquinho sobre o que nós estamos fazendo particularmente para atingir a questão da mulher e da criança.

Primeiro, estamos trabalhando com nossos parceiros para ter informações confiáveis sobre o impacto do ebola em homens e mulheres, porque vai ter um impacto diferente. O ebola não afeta todo mundo igualmente. E nós supomos que as mulheres vão ser mais impactadas pela questão do ebola do que os homens. A razão principal para isso, como as mulheres da sala bem sabem, é que, nas culturas tradicionais, é muito comum a mulher tomar o papel fundamental, dentro do ciclo familiar, de tratar e cuidar dos doentes. Então, com esse papel tradicional que as mulheres têm em muitas sociedades, não somente na África Ocidental, é muito provável que elas sejam mais atingidas pelo vírus do ebola do que os homens.

Estamos apoiando ONGs locais para apoiar a conscientização do problema, prevenção, resposta e disposição de matérias de higiene para ajudar e prevenir a prorrogação do ebola, abordando, especificamente, o impacto sobre as mulheres e as meninas.

Crianças. Eu trabalhei quatro anos em Zimbábue antes de vir para o Brasil, e uma das consequências muitas vezes esquecida da epidemia do HIV aids, na África Austral, é o impacto indireto sobre crianças. Todo mundo se lembra dos homens e mulheres que morrem de aids na África Austral, mas muitos desses homens e mulheres são pais e mães. Então, o efeito indireto na parte austral desse continente sobre as crianças é incrível. Zimbábue, por exemplo, é um país em que uma em cada quatro crianças é órfã por causa da aids. Nosso foco é sobre os adultos – deve ser sobre os adultos –, mas há o impacto, muitas vezes, indireto sobre as crianças.

A comunidade internacional acha que 2,5 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade vivem em áreas afetadas pelo vírus ebola.

Através do apelo da Unicef, o governo do Reino Unido está provendo £300 mil, R\$1 milhão, para fornecer pacotes de alimentação, proteção psicossocial e social para 150 mil crianças, porque, como vocês sabem, morre o pai, morre a mãe, e a criança fica, muitas vezes, isolada, sem fonte de alimentação, sem qualquer apoio. Ou seja, isso é um aspecto fisiológico. Também há o aspecto psicológico. Criança de três ou quatro anos de idade sem pai e sem mãe tem um aspecto psicológico muito, muito forte.

Além disso, estamos dando um suporte de £130 mil para o fundo de resposta de emergência do ebola, para a criação de centros de cuidados provisórios para as crianças que tenham sido identificadas com ebola.

Depois, com certeza, vamos dar apoio para que essas crianças que ficarem órfãs possam ser registradas, possam achar um membro sobrevivente da família delas, o que também será muito importante depois que essa crise passar.

Muito obrigado.

Eu vou deixar de falar aqui. Estou disponível para qualquer pergunta de vocês, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Indranil Chakrabarti, Conselheiro para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional.

A intenção desta audiência pública é exatamente esta: situar um pouco o quadro aqui dentro do Congresso Nacional, no Senado da República sobre a questão da epidemia do ebola. Temos uma visão do que estava fazendo a comunidade internacional, o que foi colocado muito bem aqui pelo Dr. Indranil, pela Dr^a Eugênia e pelo Dr. Claudio, e, claro, queremos saber quais as medidas preventivas que o Brasil está adotando, o que também foi colocado pelo Dr. Claudio.

Eu fiz questão, pelo material que recebi, de destacar as preocupações que estávamos tendo com as crianças. Os dados que recebemos mostram que pai e mãe que são infectados pela doença acabam morrendo e que as crianças ficam praticamente abandonadas.

É preciso que haja, além da procura dos parentes, uma solidariedade internacional para mais investimento, inclusive, no continente africano, principalmente nos países afetados pela epidemia do ebola.

Entendo que esta reunião cumpriu o seu objetivo. Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado. Milhões de pessoas assistiram a esse debate.

Eu cumprimento a comissão organizadora do gabinete e da Comissão de Direitos Humanos pelo vídeo sobre o momento, que foi bem ilustrativo.

E agora, passo às considerações finais dos nossos três convidados.

Vou chamar, primeiramente, o Dr. Claudio, que foi o primeiro a falar, para fazer suas considerações finais sobre o tema da audiência pública de hoje da nossa Comissão de Direitos Humanos.

O Dr. Claudio é da Casa.

Eles também são da Casa, mas não tanto quanto o senhor.

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH – Parte do Governo brasileiro.

Muito obrigado.

Eu, mais uma vez, queria destacar aqui a importância deste momento, de o Senado Federal se mobilizar em torno desse tema. Infelizmente, acho que essa preocupação não será tão curta quanto nós gostaríamos. Embora, no Brasil, a chance de chegada de uma pessoa com a doença seja mínima, uma vez que os países afetados hoje têm mecanismos de triagem das pessoas que deixam o país e que o Brasil também tem os mecanismos de identificação de quem chega ao País para a informação, não para qualquer tipo de restrição, da mesma forma, a possibilidade de transmissão da doença no Brasil é muito pequena, pois os serviços de saúde estão preparados. Acho que existe um nível de informação bastante razoável no que se refere à população brasileira. Acho que essa iniciativa contribui também para aumentar o nível de informação da nossa população, mas, ainda assim, esse não é um tema do qual possamos pensar em nos despreocupar. Acho que todas as medidas tomadas dão uma segurança bastante razoável do ponto de vista doméstico. No entanto, a nossa preocupação com a solidariedade internacional e com outras medidas que possam estar ao alcance do Governo brasileiro e dos brasileiros deve se manter em pauta como uma preocupação constante.

Mais uma vez, agradeço por esta oportunidade. Para mim, é uma honra estar aqui com a Srª Embaixadora, com o Conselheiro Indranil, com o Senador Paulo Paim e com outros Senadores que estiveram presentes, com os servidores do Senado, das comissões que participaram da preparação. E nós continuamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Claudio Maierovitch, Diretor de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passo a palavra ao Conselheiro Indranil Chakrabarti para que faça suas considerações, seus comentários finais.

Eu vou deixar você, como representante do continente africano, para fazer o encerramento.

O SR. INDRANIL CHAKRABARTI – Obrigado, Senador.

Acho que já falei muito. Eu só queria concluir com algumas observações.

Primeira. Vocês com certeza ouviram que a taxa de transmissão do ebola está diminuindo. É certo. Está diminuindo de 1,4 para 1,2. O que significa isso? Significa que as previsões estatísticas dizem que, a partir de janeiro, o número de casos de ebola pode estar diminuindo. O que isso quer dizer é que, neste momento, os casos de infecção do vírus ebola ainda estão aumentando. O que o Embaixador Alex Ellis falou no começo é que isso não é só um desafio para a Guiné, para a Serra Leoa, para a África Ocidental, pois é um desafio para o mundo inteiro, por dois motivos. Primeiro, pela questão da universalidade dos direitos humanos. A Declaração dos Direitos Humanos, como falou o Embaixador aqui, faz referência a direito a uma vida digna, direito a uma vida saudável, com saúde. Então, a questão do vírus ebola é uma questão de direitos humanos. Segundo, é um desafio para a comunidade internacional pela seguinte razão: o que nós estamos vivendo agora é um momento histórico em que as infecções conseguem se espalhar muito mais rapidamente do que anteriormente. Vocês viram isso com o caso da sars e estão vendo agora com o vírus ebola. Há várias razões para isso. Não sou epidemiologista, mas sei que há razões bem conhecidas, e a mobilização das populações é uma delas.

Um passo muito importante para combater um vírus desse tipo, como o ebola, é combatê-lo na área de infecção mesmo, ou seja, na África Ocidental. Só que, nos países mais afetados na África Ocidental, o sistema de saúde está superlotado. Tudo isso está me levando a dizer que a resposta internacional à crise do ebola é crucial, é muito importante. A crise não passou ainda, essas infecções estão aumentando. Então, a resposta internacional tem de estar presente e tem de aumentar também. Nós, a cada semana, estamos treinando e enviando profissionais de saúde para a região, mas precisamos de mais profissionais de saúde, não só do Reino Unido, mas do mundo inteiro. Precisamos também de pessoas que trabalhem nos laboratórios, precisamos de químicos, principalmente de cloro. Qualquer contribuição que outros países do mundo possam dar para esse desafio será muito importante, uma contribuição muito bem recebida, principalmente para os países que são foco do vírus ebola.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Indranil Chakrabarti, que é Conselheiro para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido.

Como quero deixar que a Dr^a Eugênia encerre, vou ler um documento que recebi que mexe com todos nós nessa linha do que falamos, que direitos humanos não têm fronteira. O direito à vida é um direito de todos. Essa luta na questão do ebola, como exemplo, é uma luta internacional. O apelo feito pelo Conselheiro, assim como, entendo eu, pelo Dr. Cláudio e pela Dr^a Eugênia, vai na linha de que a solidariedade internacional tem de aumentar porque este é um bom combate, como digo, que estamos travando, o combate em defesa da vida. Enfim, rapidamente, atualizando os dados, ebola deixa ao menos 5 mil crianças órfãs na África Ocidental. Surto da doença provocou mais de 8 mil mortes na Libéria, Serra Leoa, Guiné Conacri, Nigéria, conforme a OMS.

O que diz o documento?

Ao menos 5 mil crianças de Guiné, Libéria e Serra Leoa perderam um ou ambos os pais por causa do vírus do ebola, segundo estimativas divulgadas nesta terça-feira pela Unicef. “Milhares de crianças estão enfrentando a morte da mãe, do pai ou de membros da família por causa do ebola”, disse o Diretor Regional da Unicef para a África Ocidental e Central, Manuel Fontaine, que acaba de regressar de uma visita de duas semanas a Guiné-Conacri, Libéria e Serra Leoa.

Um dos principais problemas que essas crianças enfrentam é o fato de que, frequentemente, seus familiares os rejeitam pelo medo do contágio, que é letal, devido à doença, afirmou o Unicef. “Essas crianças necessitam, urgentemente, de especial atenção e apoio. Geralmente, os órfãos são adotados por algum membro da família mais próxima, mas, em algumas comunidades, o medo que rodeia o ebola está ficando mais forte do que os próprios laços familiares”, disse o representante da Unicef.

O organismo alerta que, dado que a epidemia se intensificou nas últimas semanas, a cifra de órfãos pode duplicar até os próximos meses. Segundo os últimos dados, da Organização Mundial da Saúde, o surto que já hoje ultrapassa a 8 mil mortes pode aumentar.

“O ebola está tendo impacto emocional nas crianças, principalmente quando elas ou seus pais têm de ser isolados para o tratamento”, afirmou a agência das Nações Unidas. Para acelerar a resposta ao ebola, o Unicef está buscando “formas tradicionais e inovadoras”, para ajudar e proporcionar, às crianças, “o tratamento físico e emocional de que necessitam”.

Na Libéria, a agência das Nações Unidas está ajudando o governo a formar centenas de trabalhadores sociais e de saúde mental e trabalha com as autoridades locais das regiões mais atingidas para ajudar a fortalecer o apoio da família e da comunidade às crianças afetadas pelo ebola, assim como atender os que foram rejeitados por suas comunidades ou cujas famílias morreram.

Em Serra Leoa, milhares de sobreviventes do ebola agora imunes à doença serão formados para atender e apoiar as crianças em quarentena nos centros de tratamento. O Unicef também trabalha com organizações aliadas para reunir as crianças separadas de suas famílias, por meio de uma extensa rede de busca de familiares em todo o país, que também oferece assistência psicológica às crianças.

Na Guiné, a agência das Nações Unidas para a infância e organizações aliadas darão apoio psicossocial a cerca [atualizado aqui] oitenta mil crianças e famílias vulneráveis nas comunidades afetadas pelo ebola.

“O ebola está tornando uma reação humana básica para consolar uma criança doente em uma sentença de morte potencial”, disse Fontaine.

A grande maioria das crianças afetadas pelo ebola ainda está sem atenção adequada.

Ele diz mais: “Não podemos responder a uma crise dessa natureza em escala de forma habitual. Necessitamos de mais coragem, solidariedade, criatividade e mais recursos”, finaliza ele.

Assim, encerramos a nossa audiência pública agradecendo aos convidados: o Dr. Claudio, a Dr^a Eugênia e o Dr. Indranil.

Eu li esse documento porque é um documento em que a Unicef pede que haja a solidariedade do mundo, a solidariedade internacional, para que mais investimentos sejam feitos na infraestrutura para combater essa epidemia que afeta países da África, mas que pode atingir inúmeros outros países do mundo.

É claro que, antes de encerrar esta fala minha, com este documento, eu queria, então, que a Dr^a Eugênia, que, aqui, legitimamente, e acho que o faz com orgulho, fala em nome do continente africano sobre a epidemia do ebola.

A SR^a EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Em conclusão, eu gostaria de reforçar e saudar, mais uma vez, a iniciativa da convocação desta audiência, bastante pertinente, que vai servir de um veículo de mobilização da opinião internacional em relação a essa realidade que é solicitada a dar resposta aos problemas que acabamos de ouvir aqui, neste momento, que foram bem especificados.

De maneira que a sociedade internacional deve, realmente, sobretudo, pensar para dar resposta em relação às crianças. Nos países africanos, onde temos uma esperança de vida muito curta, se, efetivamente, essas crianças não forem bem apoiadas em termos psicossociais e afetivos, porque perdem os familiares, perdem os progenitores e ficam à deriva, se não houver uma sociedade internacional para dar essas respostas, vai ser muito complicado garantir o futuro dessa geração.

Portanto, acho que, mais uma vez, não seria demasiado reforçarmos que esta audiência vai servir de mobilização para a opinião internacional ter em conta a situação dessa epidemia que assolou os países africanos da África Ocidental, precisamente Serra Leoa, Guiné-Conacri e a Libéria e, em um ou outro caso, o Senegal e a Nigéria, que foram prontamente ultrapassados, para uma resposta que é necessária para, realmente, essas crianças terem com o que sobreviver.

Apesar de existir, nos países africanos, muita solidariedade, porque a convivência, dentro da comunidade, é bastante fraterna, é bastante solidária, tendo em conta a questão dessa epidemia, acho que as pessoas ficaram mesmo com medo do contágio e têm reagido com algumas precauções e até, em algumas situações, com segregação em relação a essas crianças. Podemos até entender assim.

Então, seria, mais uma vez, conveniente para a opinião pública internacional que esta audiência servisse realmente para mobilizar as pessoas, para chamar a atenção das pessoas, para darem uma resposta, humanamente falando, uma vez que a Comissão é de direitos humanos, a essas crianças, que precisam realmente de um apoio, não só material, mas, como perderam os familiares, até de apoios afetivos e psicossociais para poderem, depois, integrar normalmente à comunidade onde se encontrando vivendo sem grandes problemas.

De maneira que, mais uma vez, em nome do grupo africano – no Brasil, temos 34 embaixadas africanas; quer dizer, a maioria dos 54 dos países africanos tem embaixada aqui, no Brasil – e também em nome dos meus colegas embaixadores, agradecemos esta iniciativa, louvamos esta iniciativa. É uma iniciativa muito pertinente, que carece, realmente, de várias opiniões para que se possa realmente conseguir mobilizar formas e recursos, sobretudo recursos financeiros, para os países que estão afetados.

Muito obrigada, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim. Costuma-se dizer aqui: vou parabenizá-lo por esta iniciativa que teve de convocar esta audiência pública, bastante frutífera, porque vai servir para expandir a discussão sobre o problema que tem assolado os países e também de explicar que é Guiné-Conacri, vizinha da Guiné-Bissau, que está infectada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Eugênia Pereira Saldaña Araújo, Embaixadora da República da Guiné-Bissau.

Eu aproveito este momento, porque, tanto o documento da Unicef, como todos aqui na mesa falaram, e agora a Dr^a Eugênia, criou-se um certo medo. E por que eu vou falar da palavra “medo”? Eu estou me dirigindo agora, aqui, ao povo brasileiro e, com muito carinho, ao meu Rio Grande do Sul.

Nós somos o País do mundo que mais tem descendentes da África, do continente africano. Milhares de africanos estão hoje no Brasil. E criou-se, em algumas cidades, o medo de que esses homens e mulheres, a maioria jovens, africanos que estão aqui no Brasil possam trazer a contaminação.

Eu quero dizer, nesta nossa audiência pública, que está sendo transmitida para todo o Brasil – e me socorro aqui do Dr. Claudio, principalmente –, que não há um caso no Brasil. Não há um caso! O único caso foi investigado a fundo e descobriu-se que o cidadão não estava contaminado.

Por exemplo, há muitos companheiros – eu digo companheiros –, irmãos nossos que vieram da África, no Acre, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e mesmo aqui, em Brasília. Eles estão em inúmeros Estados e estão sendo acolhidos. Lembro-me de que, no Rio Grande do Sul, muitos são profissionais da mais alta qualidade. Estão integrados, porque aqui, no Brasil, hoje – para satisfação nossa –, não há falta de emprego. Eles estão, na sua ampla maioria, empregados, reconhecidos, inclusive com a documentação necessária, com o trabalho integrado, do Itamaraty e do Ministério do Trabalho, mas, em algumas cidades que eu já visitei, já me passaram essa preocupação. Então, eu quero dar esse testemunho aqui, do lado da nossa querida Eugênia, que falou em nome do continente africano, do lado do Indranil, Conselheiro, do próprio Alex, Embaixador, e do lado do Dr. Claudio, que falou pelo Governo brasileiro, de que, felizmente, no Brasil não existe um único caso.

Então, fiquem todos tranquilos, porque não é porque no Brasil não existe um único caso que a gente não vai trabalhar primeiro em medidas preventivas internas de forma permanente. Eu sou técnico em segurança do trabalho, e a palavra de ordem para o supervisor técnico em segurança do trabalho é prevenção.

Mas queremos, também, que o Brasil se some, cada vez mais, aos outros países do mundo nessa caminhada, nessa cruzada internacional em defesa da vida. Avançamos muito aqui, no Brasil, na questão da aids e, agora, a questão do ebola é um compromisso de todos nós.

Termino dizendo: os direitos humanos não têm fronteira. Essa é uma caminhada universal de homens e mulheres do mundo todo que fazem o bem sem olhar a quem.

Viva a vida!

Está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)

ATA DA 76ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCA-DA PARA O DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30HS NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 13/2014 – PLOA 2015

Às doze horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 2, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença das seguintes Senadoras e Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Marta Suplicy, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Álvaro Dias. O Senhor Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de registrar a presença os demais membros. Passa-se a pauta: **Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014 do Congresso Nacional (Lei de Orçamento Anual – LOA 2015), que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”.** Relatora: Senadora Ana Rita. Às doze horas e trinta e seis minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senador João Capiberibe, para que possa relatar a matéria. O Senhor Presidente passa a palavra à Senadora Ana Rita, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório da Senadora Ana Rita, que é **aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 13/2014 – PLOA 2015:**

R\$ 1,00

ÓRGÃO	UO	SUBTÍTULO	GND	MA	VALOR
Emenda 1:					
64000 - Secretaria de Direitos Humanos	64101 - Secretaria de Direitos Humanos	20ZN.0001 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - Nacional (Seq: 4210)	3	90	80.600.000
Acrésc. de Meta: 2.950 RP: 2			3	40	281.200.000
			3	30	453.200.000
			Subtotal		815.000.000

Emenda 2:

65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres	65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres	210A.0001 - Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres - Nacional (Seq: 4227)	3	90	150.000.000
Acrésc. de Meta: 2.000 RP: 2			3	40	0
			3	30	0
			4	30	0
			4	40	0
			4	90	250.000.000
			Subtotal		400.000.000

Emenda 3:

67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	67101 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	210H.0001 - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial - Nacional (Seq: 4259)	3	90	640.000.000
Acrésc. de Meta: 1.990 RP: 2			3	40	200.000.000
			3	30	128.900.000
			4	90	300.000.000
			Subtotal		1.268.900.000

TOTAL**2.483.900.000**

Às doze horas e cinquenta minutos o Senhor Presidente João Capiberibe devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta propõe a dispensa, leitura e aprovação da Ata desta Reunião que é aprovada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que assinada pela Senhora Presidenta será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 76ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN – Lei Orçamentária Anual (PLOA), de 2015 –, que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Foram apresentadas 94 emendas perante a Comissão.

Como sou Relatora das emendas, passo a Presidência ao Vice-Presidente, Senador João Capiberibe.

O Senador João Capiberibe vai presidir e eu vou relatar as emendas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bom dia.

Bom dia a todos,

Bom dia a todas.

Bom dia, Srª Presidente.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – É uma satisfação chegar ao mês de dezembro. Daqui a pouco, estará todo mundo de recesso, merecido, depois de muito trabalho.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para a leitura do relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Leio o parecer da Comissão de Direitos Humanos.

Com amparo nas disposições constitucionais, tramita no Congresso Nacional, sob o nº 13, de 2014, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 2015. O projeto encontra-se na fase de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Conforme a Resolução nº 1, de 2006-CN, a CDH pode participar do processo por meio da apresentação de até seis emendas à despesa, sendo três de apropriação e três de remanejamento. Não há limite para apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 94 sugestões de emendas, todas de apropriação, cujas cópias constam em anexo. Dezesseis participaram do processo.

Fui designada Relatora da matéria, que passo a analisar.

Análise das propostas.

Orientaram-nos, nesse parecer, o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) – art. 102-E –, as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, de 2006-CN (arts. 43 e 44), e o parecer preliminar aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), no último dia 10.

Todas as sugestões objetivam aumentar dotações de programações constantes do PLOA 2015. A Sugestão nº 10 beneficia a unidade orçamentária do Ministério da Justiça, fora, portanto, da competência deste Colegiado, nos termos do art. 102-E do RISF e do art. 43 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

As sugestões são, inegavelmente, de interesse nacional, mas a limitação numérica imposta pela Resolução nº 1/2006-CN nos força a acomodar as propostas em apenas 3 (três) emendas desta Comissão.

Composição das emendas da CDH.

Estamos optando pela aprovação integral de todas as sugestões que contemplem as ações 20ZN.0001 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Nacional; 210A.0001 – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres – Nacional; e 210H.0001 – Fomento às ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade racial nacional.

Essa seleção atende aos interesses maiores deste Colegiado. Para as demais proposições que não foram atendidas neste momento, sugerimos a apresentação de emendas individuais como meio de acrescentar recursos a todas as áreas de competência desta Comissão.

Voto do Relator.

Como decorrência, votamos pela apresentação das emendas de apropriação do tipo acréscimo, conforme demonstrado na tabela anexa, nas modalidades de aplicação e nos grupos de natureza de despesa apresentados na tabela anexa.

A Emenda nº 1 é justa e consolida sugestões constantes das Propostas 13, 20, 57, 71, 87, 91, a Emenda nº 2 das Propostas 9, 32, 44, 53, 67 e 83 e a Emenda nº 3 das Propostas 14, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 50, 64 e 80.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta Reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO, juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria da CDH seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados para elaboração das emendas permanecem como consta nas Propostas 13, 9 e 14, respectivamente.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2014.

Sr. Presidente, este é o nosso parecer.

Em anexo está o demonstrativo das emendas, conforme lido aqui no relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Em discussão o Relatório.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nobre Senador João Capiberibe, Senadora Ana Rita, é bom que fique bem claro para o Plenário, como V. Exª me explicou, que V. Exª só pôde atender três emendas, de todas que foram apresentadas, e que usou o critério do maior número de solicitações e também usou o critério – e aí eu vou chegar aonde quero – de que se levasse em consideração aqueles setores que só podem apresentar emenda aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e que não seriam, em hipótese alguma, contemplados em outras comissões.

E aí eu já me situo, mediante a conversa que tive com V. Exª, porque apresentei uma emenda ao Ministério Público do Trabalho, que tem feito um trabalho belíssimo na linha dos direitos humanos. Está aqui, inclusive, o Procurador-Geral, o Dr. Luís Antônio Camargo de Melo. Nas minhas emendas, eu assegurava recursos para o Ministério.

Dialogando com V. Exª, V. Exª me explicou, inclusive, que uma emenda sua, que era para as rádios comunitárias, V. Exª também não pôde atender – se houver algum equívoco na minha fala, você pode me alertar ou me corrigir –, como também não pôde atender essa emenda de minha autoria, porque os outros setores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... inclusive sua, nesse sentido, porque teve que tomar uma decisão em favor daqueles setores que dependem desta Comissão e que não seriam agraciados, enfim, que não seriam contemplados em outras Comissões.

Acho que tenho que fazer esta colocação porque, quando apresentei a emenda, eu disse que aqui dialogaria com V. Exª nesse sentido. Diante da resposta que V. Exª me deu, não tenho outra alternativa a não ser respeitar a decisão da Relatoria.

Não sei se V. Exª quer complementar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero aqui, então, reforçar o que o Senador Paulo Paim disse.

Foram apresentadas, pelos Senadores, 94 sugestões de emendas. Entre essas sugestões, várias que foram apresentadas com relação à SDH, várias com relação à Seppir, várias com relação à SPM, também com relação à juventude, também com relação ao Ministério Público do Trabalho... Diversos Senadores, inclusive eu, o Senador Paim, parece-me que o Senador Capiberibe também apresentou e outros Senadores apresentaram em torno de 13 emendas para o Ministério Público do Trabalho. Para a SDH foram cerca de 42 sugestões de emendas, para a Seppir também acho que foi uma quantidade... Não me recordo agora. A SDH, a Seppir e a SPM, que estamos contemplando, realmente só podem apresentar emendas aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Outros, como é o caso, por exemplo, do Ministério Público do Trabalho, além da Comissão de Direitos Humanos, podem apresentar na Comissão de Constituição e Justiça e, parece-me, em outra comissão. Aqui, na Comissão de Direitos Humanos, atendem os órgãos todos ligados à Presidência da República e o Ministério Público. Então, todos os órgãos ligados à Presidência da República só podem apresentar aqui; o Ministério Público do Trabalho pode apresentar em outra comissão.

Como são vários órgãos ligados à Presidência da República e órgãos ligados diretamente à questão dos direitos humanos, como é o caso, por exemplo, da SDH, a Secretaria de Direitos Humanos, a Seppir, Secretaria

de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SPM, Secretaria de Políticas para as Mulheres, estarão sendo contempladas. Ficarão de fora ainda a juventude...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os idosos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... e também as ligadas à radiodifusão, a EBC...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inclusive os idosos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu orientei as pessoas da EBC que aqui estão a procurarem saber como foi na Comissão de Infraestrutura, porque eles também podem apresentar na Comissão de Infraestrutura. E eles demandaram aquela comissão. Então, é o fortalecimento do sistema público de radiodifusão e comunicação que seria ação, o objeto da EBC, que seria importante contemplar.

Na relatoria, nós avaliamos e pegamos uma ação só, porque é uma emenda só, da SPM, uma sugestão ligada à Seppir e uma sugestão ligada à SDH. Pegamos ações que são mais abrangentes, porque, depois, internamente, cada uma dessas secretarias pode fazer o remanejamento interno. Então, foi a forma que encontramos.

Há outra questão que acho que precisamos resolver para os próximos anos – e nós não conseguimos resolver até hoje –, porque apenas esta Comissão e a Comissão de Desenvolvimento Regional é que podem apresentar três emendas. Todas as demais comissões, a Comissão de Educação, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Meio Ambiente e as demais comissões existentes, podem apresentar quatro sugestões, quatro propostas de emenda. Esta comissão tem uma abrangência imensa e só pode apresentar três emendas. Então, o dilema aqui é muito grande. Por isso, avaliamos que essa decisão contempla o maior número de sugestões apresentadas e contempla o maior número, também, de Parlamentares que apresentarem emendas. Então, a razão do nosso relatório é esta.

É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem.

Eu também, Senador Paim, apresentei uma sugestão para o Ministério Público do Trabalho em função do combate ao trabalho escravo, que eu acho que é um combate de grande importância, mas entendo que o coberto é curto, que escolher três de 94 sugestões exige um exercício enorme de estabelecer critérios e prioridades para chegar a esse número.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela aprovação das Emendas nºs 1, 2 e 3.

A Emenda nº 1 ajusta e consolida as sugestões constantes da Propostas nºs 13, 20, 57, 71, 87 e 91, a Emenda nº 2 consolida as Propostas nºs 9, 32, 44, 53, 67 e 83 e a Emenda nº 3, as Propostas nºs 14, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 50, 64 e 80.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável às Emendas nº 1, 2 e 3 da CDH.

Retorno a presidência à Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de encerrar a presente reunião, agora como Presidenta desta Comissão, quero fazer um registro, inclusive para o relator da CMO, o Senador Romero Jucá.

Das comissões existentes aqui no Senado Federal, conforme eu havia dito, a Comissão de Assuntos Econômicos tem condição de apresentar quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento, a Comissão de Assuntos Sociais, quatro de apropriação e quatro de remanejamento e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Da mesma forma, a Comissão de Educação pode apresentar quatro de apropriação e quatro de remanejamento, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, quatro de apropriação e quatro de remanejamento, a Comissão de Serviços de Infraestrutura também, quatro de apropriação e quatro de remanejamento e a Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo – que, como eu havia dito antes, não é essa que tem três – também tem quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

As únicas comissões que devem apresentar três emendas de apropriação e três de remanejamento são a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Então, comparando com todas as demais comissões, a Comissão de Direitos Humanos fica extremamente prejudicada. E aqui faço um apelo para que se altere o decreto... Não é isso? *(Pausa.)*

É um projeto de resolução. Esse projeto de resolução... Quero o número dele aqui, por favor.

É a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, define quantidade de emendas que cada comissão deve apresentar.

Então, faço aqui, publicamente, um apelo ao Relator da Comissão Mista de Orçamento, o Senador Romero Jucá, e aos demais membros desta Comissão para que possam propor uma alteração nessa resolução,

para que, nos próximos anos, a CDH também possa apresentar pelo menos quatro emendas de apropriação. A ansiedade e a expectativa das pessoas e dos órgãos que têm nesta comissão um espaço de apresentação de emendas é grande. A Comissão tem uma amplitude muito grande, mas não tem a mesma possibilidade de atendimento como as demais comissões.

Então, fica aqui este registro e fica aqui este apelo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Tem uma sugestão que achei interessante. Já que temos três emendas e as outras comissões têm quatro, poderíamos votar a quarta e encaminhar para o Relator. Lá, então, ele tomaria a decisão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pensamos em fazer essa sugestão. A orientação que recebi da consultoria é que, possivelmente, não vai ser atendida. Mas, se o Senador acha importante, poderemos fazer esse...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como diz o outro, a tentativa é válida. Se não vai levar ou não, não sei.

Eu concordaria com a sugestão dele. Quem sabe se resolva essa questão, principalmente do Ministério Público. Nós três fizemos emendas para o Ministério Público.

Se V. Exª concordar, é claro, já que os três fizemos para o Ministério Público.

A tentativa é válida, e o Ministério Público poderá dialogar lá com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A única preocupação que estamos tendo aqui é de que, se deixarmos para decidir lá na Comissão Mista de Orçamento, eles poderão substituir uma dessas três já aprovadas aqui por uma que estamos colocando em quarto lugar. Então, se for assim, em quarta posição ficaria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós temos que fazer o acordo firmado nos moldes aqui feito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... porque aí tem o Ministério Público do Trabalho, tem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Porque já foram votadas, inclusive, as três primeiras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pois é.

Tem o Ministério Público do Trabalho, tem a EBC, que também pediu emendas, tem a da juventude também. Então, há várias outras.

Nós teríamos que tomar essa decisão, mas não sabendo se há espaço para colocar isso no relatório encaminhado, que é um relatório formal.

Não tem.

Vai confundir a Comissão.

Tem que definir três.

Então, acho que é meio arriscado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, só uma sugestão... Eu estou querendo ajudar. Já estão votadas as três. Isso é fato.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Entendo a preocupação da Srª Presidente e acato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É lamentável, mas é esse o nosso dilema. O que nós vamos fazer, não é?

Então, ficamos assim? Há esse acordo, então?

Já votamos as três emendas e vamos encaminhar as três.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradecemos a todos os Senadores.

Nós temos agora uma reunião deliberativa. Pedimos a permanência dos Srs. Senadores aqui nessa reunião.

(Iniciada às 12 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

ATA DA 77ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA LOGO APÓS A 76ª REUNIÃO, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e cinquenta e sete minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Marta Suplicy, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Alvaro Dias. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião. Passa-se a pauta. Pauta. Item 1. Sugestão nº 5, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, o destino dos recursos e a sua fiscalização. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH pela rejeição da Sugestão. A matéria vai ao arquivo. Item 2. Sugestão nº 6, de 2014 – Não Terminativo – Estabelece novas regras sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador João Capiberibe. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei do Senado. Item 3. Sugestão nº 14, de 2014 – Não Terminativo – Encaminha proposta de Projeto de Lei instituindo um sistema de ouvidorias, no âmbito do Poder Executivo Federal. **Autoria:** Centro Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH pelo arquivamento da Sugestão. Item 4. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CI. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Gim (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Extrapauta. Item 7. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 84, de 2014. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Presidente da Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, requeiro que esta comissão reproduza trezentos (300) exemplares do relatório final da Comissão Nacional da Verdade – CNV, e da Comissão Camponesa da Verdade – Violação de Direitos no Campo 1946-1988. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade foi publicado em 10 de dezembro 2014, e é dividido em três volumes. Este é resultado de dois anos e sete meses de trabalho desta comissão, criada para apurar e esclarecer, indicando as circunstâncias e a autoria, as graves violações de direitos humanos praticados entre 1946 e 1988 (período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras), com o objetivo de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. A Comissão Camponesa da Verdade (CCV) foi criada em 2012, fruto do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. O Relatório final do Grupo de Trabalho enumera as violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas no período compreendido entre 1946-1988. **Autoria:** Senador João Capiberibe e outros. Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 85, de 2014. Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam anexadas as assinaturas recolhidas pela campanha “50 Dias contra a impunidade” da Anistia Internacional ao PLS 237, de 2013, que pleiteia os seguintes pontos: – Revisão da Lei de Anistia de 1979, eliminando os dispositivos que impedem a investigação e a sanção de graves violações de direitos humanos; e cumpra a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, investigue e puna os crimes contra a humanidade cometidos por agentes do Estado durante o regime militar. – Aprovação de legislação que adapte as disposições do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional sobre crimes contra a humanidade e crimes de guerra no direito interno Brasileiro. – Apoio e desenvolvimento de políticas de memória, como a abertura de arquivos e o estabelecimento de museus, para manter presente a história das violações de direitos humanos no Brasil e evitar a repetição das mesmas. Solicito também ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que seja dada a celeridade na aprovação do projeto supracitado. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião (77ª), que é dada por

aprovada. A Senhora Presidenta despede-se, agradece a colaboração dos Senadores membros e elogia o empenho dos Servidores da SACDH no biênio no qual presidiu a CDH. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 77ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 73ª a 76ª Reuniões da CDH e, ainda, a aprovação da Ata da 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Proponho a dispensa...

Nós vamos passar, então, para os itens da pauta.

Os Senadores já estão com a pauta em mãos, nós estamos aqui...

Nós temos seis itens de pauta e temos, também, alguns extrapautas, que são requerimentos. Há um requerimento extrapauta.

Temos condições de votar os três primeiros itens, que são não terminativos. No entanto, como os Relatores não estão presentes, solicito aos Srs. Senadores, se possível, que sejam Relatores *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, eu vou fazer um apelo, porque nós temos alguns problemas... O outro é a reunião da Bancada, que é à uma hora.

Se a gente votar os três primeiros, que a gente faça uma síntese do relatório, que, inclusive, pelo que eu vejo, é pela rejeição. Como a gente vai acompanhar o relatório, sem ler todos os documentos, que são páginas e páginas, podemos ir direto ao voto, já que é pela rejeição, porque pelo menos conhecemos a matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Eu solicito a V. Exª incluir o meu requerimento extrapauta, que está sob a mesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, primeiramente, vamos votar os três relatórios. Mas, antes, consulto se os Srs. Senadores aprovam a inclusão extrapauta do requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... apresentado pelo Senador João Capiberibe. Aprovada a inclusão extrapauta.

Nós vamos, então, votar os três primeiros itens e, depois, o extrapauta.

Item 1...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... mas o problema é de tempo. Depois você pega o item 2. Eu vou direto ao voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item nº 1 da pauta. Está na página 10.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 5, de 2014

– Não terminativo –

Dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, o destino dos recursos e a sua fiscalização.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Designo o Senador Paulo Paim Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 5, de 2013, que dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, com o destino dos recursos e a sua fiscalização.

A sugestão é boa, mas considero improcedente. Acompanho o voto do Relator, que, em função do que foi aqui levantado por nós, é pela rejeição da Sugestão nº 5.

É o voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da Sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão.

Passamos ao item 2.

Está na página 23.

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 6, de 2014

– Não terminativo –

Estabelece novas regras sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Como a Senadora Vanessa Grazziotin não está presente, estou designando o Senador João Capiberibe Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, a Senadora Vanessa Grazziotin faz várias considerações sobre a Sugestão e, em seguida, analisa detalhadamente e conclui com o voto pela aprovação da Sugestão nº 6, de 2014, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos, nos termos que seguem. Ela relata o Projeto de Lei do Senado. Portanto, ela aproveita a Sugestão e pede que seja aprovada, de acordo com o relatório.

Era isto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Passamos ao item 3 da pauta.

Está na página 36.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 14, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha proposta de Projeto de Lei instituindo um sistema de ouvidorias, no âmbito do Poder Executivo Federal.

Autoria: Centro Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como Relator *ad hoc*, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, fez uma análise detalhada da questão e, como aqui é uma decisão que caberia ao Executivo, não é contra a

proposta, que acha até interessante. Mas, se a ouvidoria fosse aqui, na Casa, poderíamos decidir. Mas já temos a Ouvidoria da Casa. Como o Executivo é uma instância e essa iniciativa deveria, de preferência, vir de lá para cá, pela complexidade e análise que ela faz, ela termina dizendo que, em razão do que aqui foi exposto, conclui pela inadmissibilidade.

Ela não é contra, mas entende que esse não é o foro correspondente à Sugestão nº 14 e, consequentemente, pede que vá ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pelo arquivamento da Sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão.

Como os demais itens da pauta são terminativos e nós não temos quórum para apreciá-los, vamos ao item extrapauta, já aprovado, de iniciativa do Senador João Capiberibe.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Presidente da Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, requeiro que esta Comissão reproduza 300 exemplares do relatório final da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Camponesa da Verdade, Violação de Direitos do Campo, de 1946 a 1988.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente; Sr. Senador Paim, na semana passada, a Comissão Nacional da Verdade apresentou relatório final de seu trabalho, depois de dois anos e meio, que constata os absurdos cometidos principalmente no período da Ditadura Militar, de 64 a 85.

Essa história é desconhecida da sociedade brasileira. Esse relatório precisa ser divulgado, precisa chegar às bibliotecas das universidades, das instituições. Para isso, nós precisamos dele impresso. Então, a ideia é que esta Comissão de Direitos Humanos, por sua Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, dê essa contribuição com a divulgação do relatório. Para isso, eu peço o apoio dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para reafirmar. Sou totalmente favorável ao trabalho feito. O Senador está pedindo o mínimo: que haja essa reprodução, para que a gente possa divulgar melhor o trabalho realizado pela Comissão da Verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria apenas de fazer o registro de que eu também apresentei o mesmo requerimento, também como item extrapauta, nos mesmos termos. Então, eu gostaria de saber se podemos assinar junto com o Senador João Capiberibe, e, assim, eu retiro meu requerimento, porque é a mesma coisa. São 300 cópias do relatório para atender às demandas. Foi, na verdade, uma solicitação da reunião que apreciou o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Então, retiro meu requerimento e gostaria de subscrever o requerimento do Senador João Capiberibe. Talvez, Senador João Capiberibe, se o próprio Senador Paulo Paim também subscrever o seu requerimento, possamos fazê-lo em conjunto.

Consulto o Senador João Capiberibe se podemos encaminhar dessa forma.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Certo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Tranquilo?

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço muito ao Senador Paulo Paim, ao Senador João Capiberibe, a todos os assessores, colaboradores que nos ajudaram nesta atividade matutina, ajudando-nos no relatório, inclusive, das emendas ao Orçamento da União para o ano de 2015, e também, neste momento, na aprovação dos projetos de lei.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora, eu sei que esta é a última reunião sob sua presidência. Eu não poderia deixar de, em rápidas palavras, muito rápidas, dizer de nossa satisfação de estar aqui, no plenário, sob sua presidência competente, de qualidade, de generosidade, grandeza. V. Exª é uma Presidenta que sempre olhou para todos e que, nesse período de dois anos, foi um verdadeiro símbolo dos

direitos humanos. Ainda ontem, aqui, eu ouvia uma série, eu diria, de estadistas que estavam aqui, como, por exemplo, o Ministro Dipp, do STJ, e tantos outros, que estavam aqui, na Mesa, todos reconhecendo o belíssimo trabalho que V. Exª fez.

Eu repito o que disse ontem: eu não entendo – não entendo e estou preocupado, e por isso aprofundamos e avançamos na reforma política – uma Parlamentar como V. Exª não ter sido reeleita, como Deputada ou mesmo como Senadora, porque, no meu entendimento, V. Exª merecia ser reeleita Senadora. E isso é uma demonstração de que, como uma das convidadas disse ontem, o poder econômico está se apropriando do Congresso Nacional, porque eu sei que a sua disputa no Estado foi desigual sob o aspecto financeiro. Então, mais do que nunca, nós temos que discutir, aprofundar uma reforma eleitoral e política para que uma injustiça como essa... Foi feita uma injustiça. Isto é fato. Não estou aqui julgando o voto de cada cidadão, mas o resultado final foi uma injustiça, pelo brilhante trabalho que V. Exª fez durante todos os anos do seu mandato aqui no Senado da República. Se eu estivesse no Espírito Santo, pode ter certeza absoluta de que eu votaria em V. Exª tanto para Senadora como para Deputada. Eu votaria com muita tranquilidade. Aprendi a respeitá-la e ser mais seu amigo. Eu sempre digo que amigo é uma palavra muito cara para mim, pois são muito poucos. E eu digo a V. Exª, com muito carinho, que eu tenho um enorme prazer em dizer que eu sou seu amigo e que eu queria muito que V. Exª fosse minha amiga. Independentemente dos caminhos que viermos a ter que traçar ao longo de nossas vidas, com certeza, estaremos sempre na mesma trincheira.

Vida longa a pessoas que pensam como V. Exª, especialmente a V. Exª!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Ouvindo essas palavras do senhor, eu me sinto extremamente emocionada, porque o Paulo Paim é um Senador que tem uma trajetória de muitos anos nesta Casa e que é muito respeitado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras brasileiras. V. Exª sempre defendeu a causa daqueles que mais precisam. Então, eu me senti, nesse período, também muito próxima, muito amiga. E vocês, tanto o Senador Paulo Paim quanto o Senador João Capiberibe, sempre foram muito presentes nesta Comissão de Direitos Humanos.

O Senador João Capiberibe, inclusive, na Comissão da Verdade, na nossa Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, teve uma dedicação imensa para poder produzir aqui uma grande contribuição que serviu de apoio, de subsídio para a Comissão Nacional da Verdade. Então, esta Comissão trabalhou muito, nesse período, com apoio, com a presença e a participação de muitos de vocês.

Então, eu me sinto muito feliz e quero agradecer muito a todos vocês. Quero agradecer a todos os assessores que aqui estão, à Rose, nossa companheira, que está sempre aqui, que é da Liderança do nosso Partido e que sempre está nos ajudando, avaliando os projetos e nos orientando, quero agradecer aos assessores dos Parlamentares, do Senador Paim, do Senador João Capiberibe e dos demais Senadores, à Regina da SPM, que está aqui, e à Marinete da SDH, ligadas à Presidência da República, que também sempre estão nos orientando, nos ajudando e sempre se fazendo presentes. Então, eu quero agradecer muito a todos vocês.

Eu confesso, Senador Paim, que eu não tinha muita segurança, no início, de conseguir presidir esta Comissão, que é muito demandada, uma comissão que foi, nesse período, então, muito demandada, por causa da Comissão Nacional da Verdade, das denúncias de violações de direitos humanos que acontecem em vários Estados do País, da violência contra as mulheres e também de direitos de trabalhadores muitas vezes não respeitados, não garantidos, por causa da situação carcerária no País, que é um caos muito grande em vários Estados, da questão indígena, que também foi muito debatida, da violência contra a mulher, da violência contra a criança, da questão da adoção, da questão do tráfico de pessoas, por causa, enfim, de diversas demandas que passaram por aqui.

E eu digo, Senador Paim, que ser Presidente de uma Comissão como esta não é para qualquer pessoa. Não pode e não deve ser, porque ela precisa ter compromisso com essas causas, precisa ter afinidade com essas lutas, precisa realmente ter disposição de apoiar. E aqui – digo isto com muita tranquilidade – nós temos uma equipe de trabalho que fez muita diferença. A nossa equipe merece os nossos aplausos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero citar aqui a Mariana, secretária desta Comissão, que, com muita dedicação, com muito zelo, com muito cuidado, tomou conta de tudo que passou por aqui. Ela conferiu tudo, nada saiu desta Comissão sem passar pelas mãos dela. Todos trabalharam, mas o olhar final sempre foi da Mariana.

Cito o Augustino, uma pessoa que todos nós conhecemos e que tem uma articulação muito grande com os movimentos sociais.

Onde está o Augustino?

Ele sempre dialogou com os movimentos sociais, com os movimentos indígenas, com quilombolas, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com a Via Campesina... Enfim, ele sempre teve muito diálogo com esses setores.

Não vou citar o nome de todos vocês, mas uma boa parte dos assessores está aqui, a Loni e tantos outros estão aqui... Não vou ficar citando para não correr o risco de esquecer alguém que está lá na sala. Mas quero agradecer a todos e a todas vocês que contribuíram com este trabalho, à equipe do nosso gabinete de Senadora... Aqui estão o Pena e o Jonathan... Enfim, houve um trabalho coletivo aqui.

E quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras, que se dedicaram, alguns com mais assiduidade, outros com menos, porque tinham outras comissões como prioridade de trabalho, mas todos, de uma forma ou de outra, contribuíram muito com esta Comissão. O Senador Randolfe, o Senador Paulo Davim, a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Marta, enfim, vários Senadores passaram por aqui e deram a sua contribuição.

Portanto, quero agradecer muito a todos vocês e dizer que amanhã vou fazer um pronunciamento de despedida. Amanhã vou ocupar a tribuna do Senado e vou fazer o meu pronunciamento na parte da tarde, fazendo esses agradecimentos e uma prestação de contas do nosso trabalho. Assim, convido todos vocês para, se puderem, estarem presentes para acompanhar o nosso pronunciamento.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Senadora Ana Rita, foi muito bom trabalhar com a senhora. Foi bom mesmo. Foi uma experiência muito interessante, numa Comissão que trata de temas sensíveis da sociedade brasileira, que é autoritária e que não tem cultura democrática, o que temos que reconhecer. A senhora tem essa sensibilidade com o sofrimento das pessoas e trouxe para esta Comissão, abriu esta Comissão para amplos debates e discussões de segmentos que não têm voz.

Nós sabemos que o Parlamento é ocupado pela força do poder econômico. São eleitos pela força do dinheiro, com raras e honrosas exceções. E os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira não têm voz. Portanto, é muito importante ter uma Senadora como a senhora no Parlamento, conduzindo uma comissão como a Comissão de Direitos Humanos.

Para mim, foi uma belíssima experiência. Apreendi muito aqui. E tenho certeza que a senhora vai fazer muita falta no ano que vem. São poucos aqueles que têm essa identidade com o conjunto e que sabem conviver com as diferenças da sociedade brasileira e respeitá-las.

Assim, quando a gente se despede de alguém que tem essa sensibilidade, a gente sabe que ela, no futuro, vai nos fazer muita falta.

Mas eu não poderia deixar de me despedir pedindo um pouco mais de trabalho de V. Ex^a. É que nós recebemos aqui... A Anistia Internacional fez uma campanha de coleta de assinaturas pedindo a revisão da Lei de Anistia e a encaminhou ao Presidente do Senado, que nos encaminhou.

É verdade que nós temos pouco a fazer com este pedido, a não ser, talvez, encaminhar, através da Comissão de Direitos Humanos, uma solicitação, em anexo à formalização desse abaixo-assinado da Anistia Internacional, para que a Comissão de Relações Exteriores vote o projeto de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, do qual sou Relator. Na verdade, seria um pedido, um apelo para que a Comissão de Relações Exteriores colocasse em pauta esse projeto de revisão da Lei de Anistia.

Era este o último trabalho, agradecendo muitíssimo pela sua presença aqui, que foi importante para todos nós.

Eu tenho certeza de que os movimentos sociais, aqueles segmentos mais vulneráveis do País, de que nós tratamos aqui – a questão indígena, a questão quilombola, a questão dos sem-terra, a questão de invasões que ocorreram em áreas dessas populações sem voz –, nós trouxemos para cá, inclusive com essa questão importantíssima da revisão da memória histórica do nosso País, de mostrar para os jovens que a democracia custou vidas, que a democracia custou enormes sacrifícios. A Comissão cumpriu esse papel com a sua condução.

Muitíssimo obrigado por tudo. Eu agradeço, em nome do povo brasileiro, pela sua contribuição, pela sua participação aqui na Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Eu vou fazer o seguinte encaminhamento, então, com relação à solicitação de V. Ex^a: recebo essa solicitação como um requerimento de V. Ex^a...

Então, coloco em votação a aprovação desse pedido, desse requerimento, para que possamos encaminhar em nome da Comissão.

Aqueles que aprovam o requerimento apresentado pelo Senador João Capiberibe permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Será encaminhada, então, pela Comissão de Direitos Humanos, a solicitação de V. Ex^a.

Finalizando mesmo, agradeço profundamente a todos vocês. Carrego comigo uma experiência muito grande, muito forte, que, para a minha vida, será bastante útil.

E agradeço particularmente a vocês dois. São dois Senadores que sempre estiveram conosco em todos os momentos. Então, muito obrigada pelo apoio, pelo carinho, pela presença, pela solidariedade, muitas vezes, porque, em alguns momentos, a gente precisa ter a solidariedade, como tivemos que ter agora, pela manhã, para a aprovação das emendas. Então, agradeço pela compreensão de todos vocês, para que a gente possa continuar.

Eu tenho absoluta certeza de que a gente sai, mas o trabalho continua, porque vocês vão permanecer aqui, pois o Senador Paim, o Senador Capiberibe e outros Senadores que fazem parte desta Comissão permanecerão aqui. Então, esse trabalho vai continuar, com certeza, com o mesmo vigor, com a mesma disposição. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 12 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMOVJ, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia onze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMOVJ, com a presença do Senador João Capiberibe e das Senadoras Não Membro, Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos nº 43/2014 e 44/2014, ambos aprovados em 21/5/2014, de iniciativa do Senador João Capiberibe, para debater *A implementação das recomendações que constarão no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade e para realizar o lançamento do livro “Um Homem Torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar”*. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados, solicitando que tomem lugar à mesa. Dando prosseguimento aos debates, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, nessa ordem: Wadih Damous, Representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Pedro Dalari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade e Justiça; Deputado Federal Assis do Couto; Gilney Viana, Coordenador do Projeto “Direito à Memória e Verdade” da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Diva Santana, Representante dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos; Francisco Celso Calmon, Representante da Rede Brasil da Memória, Verdade e Justiça; Ela Wiecko V. de Castilho, Vice Procuradora-Geral da República; e Eugênia Augusta Gonzaga, Presidenta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. O Senhor Presidente justifica a ausência da Ex-Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes e manifesta seu apoio a ela, em razão das agressões sofridas pelo Deputado Jair Bolsonaro. A Senhora Senadora Ana Rita também manifesta a sua solidariedade à Deputada Maria do Rosário. O Senhor Presidente registra a presença de diversas pessoas presentes no plenário, e passa a palavra às seguintes: Betinho Duarte, da Comissão da Verdade em Minas Gerais; Laurenice Noleto, da Comissão Jornalistas de Goiás; Ivete Caribé da Rocha, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná; Jarbas Silva Marques, da Comissão Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Cesar Cordaro, da Comissão da Verdade da Prefeitura Municipal de São Paulo; Vicente Rodrigues, do Arquivo Nacional/ Memórias Reveladas; Paulo E. C. Parucker, da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB; e Edivaldo Nunes Cajá, ex-presos político de Pernambuco. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: solicita aos representantes de comissões da verdade presentes no plenário, em especial a OAB, a Comissão Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, que encaminhem cópias dos Relatórios respectivos à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de que possam ser divulgados pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senador João Capiberibe**, Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Senhoras e senhores, bom dia. Bom dia, Srª Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 43 e 44, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, ambos aprovados em 21 de maio de 2014, de minha iniciativa, para debater a implementação das recomendações que constarão no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Esta audiência pública conta com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ambas da Câmara dos Deputados.

Nós proceder em duas etapas. Para compor a primeira mesa, tenho a honra de convidar – e desde já agradecer – o Deputado Federal Assis do Couto.. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Wadih Damous, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Para completar a nossa mesa, convido o Deputado Gil Vianna, Coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e também um ex-combatente da democracia. (*Palmas.*)

Na segunda mesa, nós teremos a participação de Diva Santana, representante dos familiares dos mortos e desaparecidos; Francisco Celso Calmon, representante da Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça; Ela Wiecko, vice-Procuradora-Geral da República; e a Deputada Maria do Rosário Nunes, ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Quero esclarecer que hoje teremos várias atividades que se iniciam com a presente audiência pública. Logo após, iremos até o *hall* da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, onde faremos um ato intitulado “Reconhecer é preciso, reviver nunca mais.” Esse ato tem o objetivo de marcar o encerramento do ano como o ano da democracia, da memória e do direito à verdade para o Congresso Nacional e para toda a sociedade. No decorrer do ato, teremos o lançamento de dois importantes livros: *Brado Retumbante*, do escritor e jornalista Paulo Markun, e *Um Homem Torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*, de Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles.

No período da tarde, teremos o Foro Legislativo Nacional de Direito Humanos pelo Direito à Memória, Verdade e Justiça, que ocorrerá na Câmara dos Deputados. Tudo isso dentro da semana de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados; é, para nós, uma honra recebê-los. Esta Subcomissão foi criada com o objetivo de contribuir, colaborar e dar visibilidade a todo esse trabalho de recuperação da nossa memória histórica e também no sentido da promoção da justiça.

Com essas considerações, passo a palavra à Senadora Ana Rita, que é a Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia a todos e todas.

Eu quero aqui, com muita satisfação, cumprimentar todos os representantes das comissões estaduais da verdade aqui presentes; quero cumprimentar também o Deputado Assis do Couto; o Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão e Justiça; também o Wadih, que se faz presente aqui, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro; e assim cumprimento também o Gilney Viana, Coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e os demais presentes, que farão parte da segunda mesa de debate, de reflexão da Subcomissão de Direitos Humanos.

A apresentação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade se dá num momento muito simbólico. Primeiro porque “descomemoramos”, neste ano, 50 anos do golpe civil militar. Segundo, porque após a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, setores reacionários e de extrema direita têm saído às ruas, inclusive jovens, para pedir uma intervenção militar e o retorno da ditadura. Por certo são jovens demais para saber o real significado de um regime político dessa natureza.

Muito rapidamente quero aqui parabenizar a Presidenta Dilma por ter instalado a Comissão Nacional da Verdade, tão fundamental para que o Brasil pudesse trazer à tona a verdade de um período sombrio de nossa história. É preciso que o trabalho da Comissão não pare por aí. Sabemos das dificuldades que foram enfrentadas para que se pudesse ter acesso às informações, principalmente pela resistência por parte de setores importantes das Forças Armadas que não disponibilizaram os documentos necessários, nem colaboraram para que os crimes cometidos nos quartéis fossem apurados e responsabilizados.

Mais do que conhecer a verdade, recompor nossa história coletiva é fundamental para o avanço do processo civilizatório brasileiro, para o aprofundamento da nossa democracia que a atual Lei de Anistia seja revogada e os crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes de Estado punidos.

É preciso fazer justiça em relação a essas violações a direitos humanos para que possamos avançar no enfrentamento desses mesmos crimes que, infelizmente, se perpetuaram em nossa democracia, a exemplo dos

crimes que continuam sendo cometidos contra os pobres, os negros, os indígenas, quilombolas, moradores de ruas e das periferias, a população LGBT.

Espero que esse relatório seja um instrumento capaz de fazer avançar, neste Parlamento, pautas como a desmilitarização das polícias e o fim dos autos de resistência, legado nefasto deste triste período de nossa história.

No mais, a Comissão de Direitos Humanos está completamente à disposição para que as recomendações da Comissão Nacional da Verdade sejam observadas e cumpridas, além de ser parceira de primeira hora para que possamos consolidar cada vez mais nossa jovem democracia.

Reconhecer é preciso; reviver nunca mais.

Então, parabéns à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal, por ter tomado a iniciativa de articular esse momento tão importante. E quero aqui, em nome de todos os membros da nossa Comissão, agradecer muitíssimo a presença de todos vocês, em especial dos membros da Comissão Nacional da Verdade por fazerem aqui, no Senado Federal, a apresentação do conteúdo do relatório, que foi realizado com muita disposição e também com muita alegria durante todo esse período.

Então, agradeço profundamente a presença de todos vocês. E um bom dia para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Vamos dar sequência, porque nós temos alguns convidados com problema de agenda, de tempo.

Eu apenas gostaria de destacar que o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça e o trabalho que nós também aqui realizamos tem o objetivo claro de fazer chegar as informações às novas gerações.

É fundamental que entendamos que a democracia só fez bem para este País; mas antes da democracia, nós tivemos uma página difícil de ser virada, e que terminou com o sacrifício de centenas de brasileiros e de brasileiras e que só agora vem a público por meio do relatório oficial do Estado brasileiro, que faz uma prestação de contas dos crimes praticados na ditadura. As consequências desse levantamento e da apresentação do relatório certamente será motivo de grandes debates daqui em diante.

Nós, Parlamentares, temos o costume de usar a palavra por muito tempo, mas não vou fazer isso, até porque um momento como este, para mim, é sempre muito difícil. O meu depoimento eu prestei num livro que eu escrevi, onde eu falo de tudo aquilo que nós passamos ao longo da prisão, toda essa fase dura que nós tivemos que enfrentar, muitos de nós que estão aqui presentes tiveram que viver para poder reconstituir a democracia brasileira.

Dando sequência, então, eu gostaria de começar ouvindo o Dr. Wadih Damous, que foi um grande colaborador nesse processo de recuperação da nossa memória.

Com a palavra, Dr. Wadih Damous, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. WADIH DAMOUS – Senadora Ana Rita, Senador Capiberibe, saudando-os, eu saúdo a todos os componentes da Mesa, em particular meu colega Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade. Quero, mais uma vez, agradecer o convite de estar aqui, novamente, colaborando com esta Subcomissão.

Obviamente quem vai falar com conhecimento de causa do relatório é o Dr. Pedro Dallari. Ainda não li o relatório, ainda não tive, Senadora, tempo de ler mais detidamente o relatório. Conheço as linhas gerais, até porque sempre mantivemos diálogo com a Comissão Nacional da Verdade. Mas ontem, na OAB, onde realizamos um ato público que foi muito bonito, carregado de simbolismo, eu dizia que era um momento histórico e que nós tínhamos que considerar, independentemente das críticas que aqui e ali se façam das restrições, que se façam ao trabalho da Comissão Nacional, nós tínhamos que entender que aquele era um momento histórico importante e que o relatório significava e significa um avanço político no que diz respeito às dimensões dos temas ligados à memória, à verdade e à justiça.

Só com muita má vontade – e já ouvi algumas declarações nesse sentido – nós podemos recusar a importância do trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Tem que ter muita má vontade para se fazer isso.

Para considerar se foi um avanço, antes do relatório, antes do advento da Comissão Nacional da Verdade, das comissões estaduais, das comissões municipais, das comissões setoriais, comparando com hoje, é a mesma coisa? Não. Não é a mesma coisa. Nós avançamos. O relatório mostra isso. Há algumas frustrações? Há. Algumas dessas frustrações, e acho que a maior delas, isso todos nós reconhecemos, Dr. Pedro Dallari reconhece, e não se pode creditar à Comissão Nacional da Verdade a responsabilidade por isso, a maior frustração diz respeito aos desaparecidos políticos. Essa é a nossa maior frustração. Nós não podemos, até este momento, dizer aos familiares, dizer aos entes queridos dos desaparecidos onde eles foram enterrados, o que fizeram dos seus corpos.

O que nós temos até hoje são depoimentos de agentes daquela época, e esses depoimentos devem ser recebidos com cautela, porque esses indivíduos sempre agiram na sombra e com base na mentira. Então, o que eles falam, o que eles dizem não pode ser levado ao pé da letra. Não pode ser levada ao pé da letra a infor-

mação do ex-Delegado Cláudio Guerra – se não me engano –, que diz que corpos foram incinerados na Usina Cambaíba, em Campos, porque ele é desmentido pelo Coronel Paulo Malhães, por exemplo, que disse para nós: “Trata-se de um bravateiro, isso não é verdade, porque nós não iríamos entregar corpos para saírem pela estrada de Petrópolis até Campos para serem incinerados”. Então, quem está falando a verdade: o Cláudio Guerra, Paulo Malhães, ou os dois mentiram? Então, essa parte, essa dimensão dos desaparecidos resta em aberto.

A Comissão Nacional está encerrando seus trabalhos dia 16. Se não me engano, Pedro, ela encerra definitivamente a sua atuação, e vai caber às comissões estaduais da verdade, ao Ministério Público, à Comissão de Mortos e Desaparecidos darem continuidade a esse trabalho, que, aliás, era um trabalho que precedia a própria criação da Comissão Nacional da Verdade.

Às vésperas do fechamento do relatório, a Comissão Nacional foi informada do aparecimento de duas ossadas. Uma delas já identificada. A outra, há a possibilidade de se tratar da ossada de Stuart Angel. E nós vamos dar continuidade a isso, nós vamos, enfim, continuar com essa linha de investigação. O que nós pretendemos é tomar do relatório algumas de suas recomendações como roteiro de atuação, por exemplo, na nossa comissão. Acho que as comissões estaduais, a partir do relatório, deveriam promover um encontro nacional das comissões estaduais, das comissões municipais, no sentido de tomar algumas das recomendações e algumas das linhas de investigação da Comissão Nacional, e, no que diz respeito ao âmbito de cada uma, dar andamento em linha de continuidade àquilo que foi iniciado pela Comissão Nacional da Verdade.

Então, eu acho que as recomendações do ponto de vista de se preocupar com o cenário brasileiro atual, andou bem. Nós temos recomendações de políticas públicas na área de segurança, com a recomendação para o fim dos autos de resistência, desmilitarização da polícia, que são mazelas que se intensificaram à época da ditadura.

Nós sabemos que a tortura não foi inventada pela ditadura, aliás os militares aprenderam a torturar com a polícia. Não faz parte, ou não fazia parte da formação dos integrantes das Forças Armadas Brasileiras o ensino da tortura. Eles foram ensinados pela polícia, pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, e isso está plenamente documentado hoje, através de depoimentos. Se graduaram com a polícia e se pós-graduaram nas escolas das Américas, mas os professores primeiros foram as forças ordinárias de segurança pública.

Então, Senador Capiberibe, a tortura precedeu à ditadura, foi aperfeiçoada na ditadura e continua depois da ditadura. Mortes em confronto como farsa foram aperfeiçoadas pela ditadura e continuam hoje sob o nome de autos de resistência. Então, nós temos que interpretar as recomendações, que são extensas, constantes do relatório da Comissão Nacional da Verdade, e lutar, a partir do relatório, para que se transforme em políticas públicas, da formação das nossas Forças Armadas.

As nossas Forças Armadas têm uma formação que remonta à Guerra Fria, baseada no inimigo, agora no inimigo interno, antes era o cenário de guerra fria, em que havia o inimigo externo, que tinham as quintas colunas, aqui no Território Brasileiro, e que tinham que ser combatidas. Hoje o inimigo interno são os pobres, negros, jovens, favelados das nossas periferias, que acabam se tornando alvo da noção do inimigo. Então, nesse sentido, as recomendações, constantes do relatório da Comissão Nacional da Verdade, devem ser levadas como luta para que se transformem em políticas públicas.

E, por último, é sempre bom ressaltar as dificuldades que temos todos nós que estamos trabalhando com essas questões ligadas à memória, à verdade e à justiça, aqui no Brasil. Dificuldades de natureza institucional. As Forças Armadas Brasileiras não colaboram. Não colaboram. É algo que, efetivamente, nos envergonha. As dificuldades que nós tivemos, ao longo de todos esses anos, de conseguir documentação, de ouvir os ex-agentes, foram dificuldades quase que intransponíveis. E isso, efetivamente, acaba condicionando o trabalho das comissões. Embora a atual geração de militares não tenha participado da barbárie daquele tempo, mas o seu silêncio e a sua falta de colaboração tornam essas novas gerações coniventes com o que aconteceu nos idos de 70, na época da ditadura militar. Acabam se tornando cúmplices, porque acobertam os crimes dos seus antecessores. E isso é algo que acaba por influenciar negativamente no trabalho das comissões. O melhor que as Forças Armadas Brasileiras fariam para tirar essa mancha da sua imagem, da sua reputação, era colaborar. Infelizmente, não foi esse o caminho adotado.

E as dificuldades da Comissão Nacional, das comissões estaduais, já começaram na própria tramitação da lei. Os debates parlamentares acerca da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade mostram que já se tentaram criar obstáculos ali, ao estender, por exemplo, o tempo de investigação.

Como é que em dois anos vai se investigar um período de 1946 até 1985? E uma série de outros obstáculos que, ao fim e ao cabo, nós procuramos contornar da melhor maneira possível. Muitas vezes, não logramos êxito...

(Soa a campanha.)

O SR. WADIIH DAMOUS – ... em determinados objetivos exatamente por conta desses obstáculos institucionais.

Eu quero aqui, mais uma vez, reiterar as felicitações que fiz ontem à Comissão Nacional da Verdade. Trata-se de um documento importantíssimo. Vai caber a nós, agora, sobretudo às comissões que sobrevivem à Comissão Nacional da Verdade, dar andamento, dar continuidade a essas linhas de investigação e aprofundar as linhas gerais que foram traçadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Então, basicamente é isso. Muito obrigado. Obrigado, Senadora Ana Rita; obrigado, Senador Capiberibe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Nós é que agradecemos, Dr. Damous. Obrigadíssimo por sua presença.

Eu lembro que esta Comissão se deslocou ao Rio de Janeiro, tanto é a dificuldade que a Comissão Nacional da Verdade enfrentou e nós também enfrentamos. A primeira visita feita a um espaço das Forças Armadas pela Comissão do Rio foi com a nossa presença lá no quartel da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita. Antes disso era quase impossível. Foi impossível realizar essas visitas e verificar os locais, porque a tortura aconteceu exatamente nos prédios, nas repartições do Estado. Havia a parte clandestina, mas a tortura se praticava a menos de 200m do Palácio do Planalto, com o tivemos a oportunidade de ouvir relatos de jornalistas de Brasília que foram presos e torturados no Comando do Estado Maior do Exército. Então, era muito próximo daqui.

Eu gostaria de registrar um encaminhamento, um ofício enviado pela Comissão Estadual da Verdade da Bahia, que apresenta o jornalista Francisco Ribeiro dos Santos Neto, que representa a Comissão Estadual da Verdade nesta audiência pública. Eu gostaria que o jornalista se apresentasse, só para a gente o conhecer.

Muito obrigado pela presença da Comissão da Bahia. (Palmas.)

Nós temos aqui o depoimento do jornalista Pinheiro Salles, da Comissão Nacional da Verdade. Muito obrigado. Eu gostaria que o jornalista também se apresentasse. (Palmas.)

E aqui está o livro, que nós vamos lançar na Câmara dos Deputados, chamado *Um Homem Torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*. As autoras do livro estão aqui, a Leneide Duarte-Plon e a Clarisse Meireles. (Palmas.)

Obrigado pela presença.

Vamos ouvir, agora, o Presidente da Comissão Nacional da Verdade e Justiça, Dr. Pedro Dallari – com a palavra.

O SR. PEDRO DALLARI – Muito bom dia, Senadora Ana Rita. É uma satisfação estar na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República, em evento organizado pela sua Subcomissão de Verdade, Memória e Justiça, que tem à frente o valoroso Senador João Capiberibe, a quem saúdo. Quero também saudar os meus companheiros de Mesa, Deputado Assis do Couto; Dr. Wadih Damous; Gilney Viana, com quem compartilhei nesses últimos meses muitas conversas em torno, justamente, do trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Foram parceiros muito importantes, aos quais eu registro o agradecimento da Comissão. Quero saudar todos os que vão participar deste evento também companheiros de caminhada, minhas senhoras e meus senhores.

Ontem, a Comissão entregou o relatório à Senhora Presidenta da República, cumprindo, assim, disposição da lei que instituiu a Comissão, votada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Senhora Presidenta da República em novembro de 2011, e, nesse sentido, deu atendimento à disposição do art. 11, que estabelecia que, ao final das suas atividades, assinaladas para 16 de dezembro de 2014, portanto daqui a cinco dias, nós deveríamos apresentar um relatório que contivesse a descrição das atividades da Comissão, os fatos investigados e as conclusões e recomendações. E foi isso o que nós fizemos.

Antecipamos em alguns dias para poder fazer com que a data de entrega do relatório coincidissem com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, para expressar que esta iniciativa é mais uma naquela caminhada permanente em prol dos direitos humanos e da sua promoção.

Fizemos também a entrega à sociedade – meu colega Wadih Damous já mencionou o evento na Ordem dos Advogados do Brasil, algumas pessoas aqui estavam presentes –, foi um gesto da Comissão entregar o relatório à sociedade brasileira e lá fizemos a apresentação do relatório.

Vimos ao Congresso Nacional; aqui entregamos este conjunto de oito tomos, correspondentes a três volumes, 4.400 páginas, ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, exatamente porque era nosso entendimento que, se não fosse o Congresso Nacional, a Comissão não teria nascido com o peso que teve.

Um dos diferenciais importantes da Comissão Nacional da Verdade do Brasil é não ter sido instituída por decreto ou por ato presidencial, mas, sim, por lei votada pelo Congresso Nacional. Isso nos deu uma autonomia muito importante.

Procuramos nesses últimos três dias agendar a entrega também ao Presidente da Câmara dos Deputados. Infelizmente, S. Ex^a não teve disponibilidade de agenda e, por isso, não conseguimos fazer, como era o nosso desejo, a entrega também à Câmara dos Deputados.

Entregamos o relatório ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, e entregamos o relatório ao Procurador-Geral da República, Dr. Janot.

Portanto, procuramos na data de ontem prestar contas do trabalho realizado pela Comissão, em atendimento ao mandamento legal.

Foi-me pedido que fizesse uma breve apresentação sobre o relatório. Então, eu vou tomar alguns minutos do Senador Capiberibe para fazê-lo na mesma metodologia. E peço desculpas para aqueles que estiveram ontem na OAB, que eu usei na data de ontem a que me parece a mais adequada, que é apresentar o relatório assim como todos os milhões de brasileiros podem ver.

Então, eu vou pedir aos colegas que estão nos ajudando aqui que coloquem no ar o *site* da Comissão Nacional da Verdade. Vocês vão ver o relatório exatamente como qualquer pessoa que está na sua casa pode ver. Então, vocês podem entrar no *site* da Comissão Nacional da Verdade. Vão entrar na matéria do relatório e tem lá “faça o *download* do relatório”.

Como é um volume de informação muito grande, é muito pesado, eles estão separados nesses nove blocos, mas isso não significa nove volumes ou nove tomos. São nove instrumentos de acesso.

O relatório está dividido em três volumes. O primeiro volume se refere à parte geral, que foi elaborada de maneira estritamente vinculada à observância da lei. Eu peço, então, que você abra, por favor. Vinícius, por favor, abra o primeiro volume.

Pode ir baixando, a primeira página é em branco, mesmo. Vai baixando um pouco. Você tem que ir baixando suavemente pela setinha da direita, porque o documento é muito grande.

Então, o volume um do relatório. Eu gostaria que você fosse até o índice, Vinícius. Há lá os membros da Comissão. É um livro. Na verdade, o que nós estamos colocando no *site* é fac-símile do que está oficialmente publicado. Os membros, toda a equipe que trabalhou.

Aqui estão mencionados, nesse expediente, todos os que trabalharam na Comissão Nacional da Verdade e todas as comissões parceiras com as quais fizemos convênios, todas as comissões estaduais, municipais e setoriais.

Descendo mais um pouco, vamos ao índice, pode parar aí.

Após a apresentação, a parte I, que contém dois capítulos, responde justamente à determinação da lei de que o relatório deveria conter as atividades da Comissão Nacional da Verdade. Então, o Capítulo I fala da criação dos antecedentes, as experiências internacionais e atividades estão no Capítulo II, bastante abrangente, inclusive uma parte que eu menciono porque ela está dando uma certa confusão, que é a Seção C, que fala do relacionamento com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

Outro dia até saiu uma notícia de que as Forças Armadas iriam listar todos os documentos que eles haviam entregue à Comissão Nacional da Verdade. Aí eu disse ao jornalista: “Não precisa, nós já listamos.” Então, na Seção C, eu digo claramente tudo que nós recebemos, as diligências que fizemos, ou seja, não tenho nenhum tipo de perspectiva de ficar falseando as informações. As divergências que existem são de matéria substantiva, e elas estão explícitas.

Aquilo que nós recebemos nós reconhecemos, e ontem fiz questão de dizer na manifestação à Senhora Presidenta que o relacionamento institucional como Ministério da Defesa sempre foi muito bom. Nós não temos problema de relacionamento com o Ministério da Defesa. O que nós não temos é informação. É outra história. Quer dizer, não há substância, mas o relacionamento é muito cordial.

A parte II trata das estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos, que é outra determinação, porque a lei nos obriga a apurar os fatos de maneira circunstanciada, identificando estruturas e instituições, locais e autorias. Foi o que fizemos.

Então, a parte II está ali, com os capítulos que tratam da parte das estruturas. Há um contexto histórico, depois os órgãos e procedimentos de repressão política; depois, as conexões internacionais no Capítulo V e a Operação Condor, que é enfocada, especificamente, no capítulo mais abaixo, no Capítulo VI.

A parte seguinte, a parte III, tem os métodos e práticas nas graves violações aos direitos humanos. Aqui eu quero sublinhar o seguinte: quando a lei fala em graves violações de direitos humanos, o que ela entende por “graves violações dos direitos humanos”? Nós fomos de uma fidelidade absoluta à lei. Ela fala em tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, seguindo o padrão internacional.

Nós acrescentamos a isso a abordagem das detenções ilegais. Por quê? Porque a detenção ilegal é a porta de entrada para essas outras infrações de natureza penal. Portanto, nós, após fazermos, no Capítulo VII, um quadro conceitual para mostrar que nós iríamos trabalhar em cima de um quadro de referência consistente do ponto de vista teórico, fomos percorrer cada um desses tópicos.

No Capítulo VIII, detenções ilegais e arbitrárias. descrevem-se os procedimentos, as práticas, com farto testemunho. Todo o relatório é permeado por testemunhos das vítimas, por depoimentos de terceiros, ou seja, nós procuramos fazer do documento do documento um documento vivo.

O Capítulo IX vem na sequência e trata de tortura. No Capítulo X, nós desmembramos, no enfoque da tortura, a temática da violência sexual, da violência de gênero e violência contra crianças e adolescente, que é algo que nos chocou enormemente e aparece como um padrão. Ou seja, a violência sexual não era algo que era apenas produto da barbárie daquele que torturava. Era um procedimento que tinha método para procurar desestruturar aqueles que eram torturados.

No Capítulo XI, execuções e mortes decorrentes de tortura. Vejam que são capítulos longos, com 60 páginas, 70 páginas, 80 páginas. No Capítulo XII, desaparecimentos forçados, que estão associados à ocultação de cadáver.

Então, vejam que a preocupação da Comissão foi não ser opinática. Não há análise, é fato. Fato! Essa é uma recomendação que eu dou muito às comissões da verdade estaduais e municipais, que vão fazer os seus relatórios.

Quanto mais o relatório trabalha no universo dos fatos mais consistente ele é. Opinião todo mundo tem, mas contra fatos bem identificados não há argumentos, daí a força do nosso relatório.

Depois, seguindo, a parte IV fala da dinâmica das graves violações dos direitos humanos, casos emblemáticos, locais e autores. Nós falamos, no Capítulo XIII, dos casos emblemáticos, alguns casos que têm importância até para entender a estrutura da repressão, como o caso do Rio Centro, por exemplo.

O Capítulo XIV é dedicado à Guerrilha do Araguaia porque nós entendemos que é um episódio de relevância nesse contexto todo e que merecia esse enfoque.

O Capítulo XV, que venho chamando de “atlas do terror”, instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos. Nós listamos uma a uma; algumas pela sua relevância em termos do número de vítimas com mais destaque, mas todas estão listadas porque nós identificamos, tanto as unidades militares e policiais; depois, a estrutura clandestina, cujo marco para nós é a Casa da Morte de Petrópolis, em 1971. Embora já houvesse algumas unidades que operassem antes, a Casa da Morte é o marco, e os navios-prisões, que é pouco conhecido do povo em geral.

Depois, o Capítulo XVI, que está dando grande polêmica aí, e chamando mais atenção: autoria das graves violações de direitos humanos. A crítica vem de todos os lados. Ou seja, que nós não devíamos ter feito isso, porque não é algo que seria adequado fazer a essa altura, passados já tantos anos; nunca se fez isso dessa maneira; ou, então, faltou gente.

Eu vou dizer para vocês a única razão pela qual a gente fez isso: é porque a lei manda. A lei diz que nós temos identificar a autoria. Portanto, nós identificamos a autoria. Recolhemos tudo que tinha de informação em todos os casos ao longo do relatório e fizemos uma lista de 377 pessoas. Classificamos por três categorias e desenvolvemos, embora não seja a especialidade de nenhum dos membros da Comissão de Direito Administrativo ou procuramos trabalhar uma categorização distinguindo a responsabilidade político-institucional que envolve, por exemplo, os Presidentes da República; a responsabilidade pela gestão de estruturas, que envolve a administração dos locais de repressão; e a autoria direta de graves violações pela prática de ato de tortura.

Fizemos, em relação a cada um dos 377 nomes, a identificação da imputação que está sendo dada. No caso daqueles de autoria direta, vocês vão verificar, no Capítulo XVI, inclusive a identificação das vítimas que estão associadas àquele caso.

Depois, no Capítulo XVII, fizemos uma abordagem sobre o Judiciário na ditadura, ou seja, para enfocar como a ditadura não só introduziu uma política de Estado baseada nas graves violações dos direitos humanos, como, em paralelo, através do AI-5, neutralizou o Judiciário para que ele não pudesse exercer o monitoramento daquela política de Estado.

Todo o nosso esforço foi para demonstrar que essas graves violações foram produto de uma ação muito orquestrada do Estado brasileiro e era, realmente, uma política de Estado.

Finalmente, a parte V tem um único capítulo, conclusões e recomendações. Está lá o conjunto de quatro conclusões e 29 recomendações. Nós evitamos fragmentar as recomendações em 500 recomendações de varejo. Nós procuramos tratar daquilo que nos parecia mais importante, mais relevante, como decorrência das investigações da comissão.

Então, esse é o volume 1 do relatório, que responde de maneira estrita ao que está na lei. Em tese, é o que nós teríamos que ter entregue. Peço, então, ao Vinícius que localize o volume 2 para nós, esse é um tomo só. Desça lá para o índice, Vinícius. Ele reflete um conjunto de textos autorais – aumente um pouquinho, porque eu já não consigo enxergar e imagino que tenho alguns colegas jovens há mais tempo que também já não conseguem –, de responsabilidade individual.

Não são textos aprovados ou votados pela Comissão, mas a Comissão reconheceu que houve um esforço muito grande de grupos de trabalho em produzir uma investigação sobre aspectos de segmentos sociais, o impacto das graves violações sobre esses segmentos sociais, e nós entendemos que era importante acolher isso no relatório. Então, não é parte daquilo que foi deliberado pelo Colegiado, mas o Colegiado entendeu ser relevante incorporar, e esse volume 2, então, tem esses textos. No começo de cada um, há identificação do membro do Colegiado responsável pelo texto e da equipe que trabalhou.

Então, tratamos das violações dos direitos humanos no meio militar, no meio dos trabalhadores, dos camponeses, das igrejas cristãs, dos povos indígenas, da universidade.

Há dois textos no final – abaixo um pouquinho, Vinícius, para a gente conseguir ler –, três textos que tratam de ditadura e homossexualidades, que é uma abordagem bastante inovadora; civis que colaboraram com a ditadura. E, no 9, a resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos. São textos que não estão naquela estrutura do volume 1, mas que nós achamos que trazem muitos elementos. Uma parte do material deles até é aproveitado no volume 1, quando se fala das vítimas, quando se fala das pessoas, mas aqui o corte é diferente. O corte é por segmento social, não pelos métodos ou estruturas.

Finalmente, o volume 3 é o mais extenso, são três mil páginas, os que estão de capa branca, cinco tomos do volume 3, que versam sobre as vítimas. São 434 vítimas, entre mortos e desaparecidos políticos, de quem nós tivemos a preocupação de fazer uma ficha, um perfil de cada um deles, enfocando a história de vida e de morte. Então, tem a lista completa.

Eu queria, Vinícius, que você fosse a uma das fichas que abrimos lá, em um dos volumes, vá a outro volume que já tínhamos aberto, para vocês verem. Pegue cada pessoa, vai baixando devagarinho. Tem toda a biografia – esse método se aplica a todos os 434 casos –, a biografia da pessoa, considerações sobre o caso até a instituição da CNV. Então, o tempo todo, a gente homenageia muito quem nos antecedeu. Nós não começamos essa investigação; desde a década de 70, as vítimas vêm sistematizando informações; valemo-nos imensamente das comissões já instituídas no âmbito do Estado: a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, originalmente, que depois passou à SDH – vejo aqui a sua Presidente, que quero saudar –; a Comissão de Anistia. E, do ponto de vista da sociedade civil, os comitês populares de verdade, memória e justiça; os grupos de familiares.

Então, a gente procura enfocar o que já havia. Circunstâncias de desaparecimento e morte. Nós procuramos fazer aquilo que a lei mandou, a circunstanciação do evento. Pode baixar mais um pouquinho. Muito detalhado sempre. Mais um pouco. Vejam que são textos longos. Depois, o local do desaparecimento, a identificação de autoria. Aqui, para cada caso, nós estabelecemos a cadeia de comando do caso. Qual era a cadeia de comando que impactou aquele caso? Quais os órgãos em que a pessoa passou e, dentro de cada órgão, qual era a cadeia de comando, até se chegar aos perpetradores diretos. Pode baixar mais um pouquinho. Autoria direta, o nome dos agentes. Vejam que houve um cuidado. Pode haver erro? Sem dúvida. Em 4.400 páginas vai haver algum erro, alguns, muitos, mas houve um trabalho muito meticuloso para que não houvesse, naquele Capítulo XVI, imputações que pudessem ser desqualificantes do capítulo.

Pode baixar mais um pouquinho.

Aqui nós listamos, até para auxiliar a continuidade das investigações, todas as fontes que utilizamos para apurar aquele caso específico, todos os documentos no arquivo da Comissão Nacional da Verdade, como se localiza aquele documento, porque todo esse acervo vai para o Arquivo Nacional. Então, qualquer pesquisador, com base nisso, terá acesso direto aos documentos, porque nós sabemos que essa investigação tem que ter continuidade. Isso tudo está no *site* da Comissão, acessível a todos.

E, da mesma maneira que a Comissão não foi o princípio da investigação, ela não é o final. Quer dizer, o que estamos oferecendo à sociedade é uma plataforma que sistematizou um conjunto enorme de informações que herdamos. Nós procuramos melhorar, acrescentar, aperfeiçoar e oferecemos à sociedade brasileira na forma de uma base de dados que está muito organizada e, portanto, facilitará o trabalho das comissões da verdade que vão ainda trabalhar ao longo de 2015, das entidades, da sociedade civil, da universidade, da imprensa investigativa, do Parlamento brasileiro. Ou seja, há um conjunto enorme de dados que vão levar algum tempo para serem digeridos. Nós procuramos organizar toda a informação para facilitar o máximo possível o leitor. É uma obra de referência. Ninguém lê isso aqui como se fosse um romance. Os índices foram bem estruturados para que as pessoas possam ir ao foco do que interessa na investigação. Então, esse cuidado com o método, com a apresentação foi algo com que a Comissão teve preocupação o tempo todo.

Finalizo falando das recomendações. Eu não vou me deter a todas elas, mas falo das recomendações a partir das nossas frustrações. Nós temos duas frustrações, dois objetivos que não conseguimos alcançar e, então, recomendamos para aqueles que vêm depois de nós, porque no dia 16 nós seremos história, não teremos mais existência.

A primeira delas, que já foi mencionada pelo Wadih Damous – eu não tenho nenhum problema em ter reconhecido publicamente: nós não conseguimos avançar na localização dos desaparecidos, dos restos mortais dos desaparecidos. Tentamos, nos empenhamos ao máximo, mas foi algo que fica ainda por ser feito.

Nós localizamos e entregamos à família o corpo, os restos mortais de Epaminondas de Oliveira. Localizamos, mais recentemente, os restos mortais de dois desaparecidos no Rio de Janeiro, que estavam enterrados como indigentes. Nós conseguimos estabelecer a relação. Não entregamos os restos mortais, porque terá que se fazer, agora, a exumação para a comprovação. Avançamos em alguns casos. Temos informações bastante substanciais de casos que nunca vão ser equacionados, porque os corpos foram ou incinerados ou jogados no mar. Temos indicações precisas nesse sentido. Portanto, esses restos mortais não vão ser localizados. Agora, há um volume enorme de casos que podem e devem ser localizados. Nós temos a existência já de ossadas que ainda dependem de apuração. Nós avançamos nisso, mas pouco.

Um dos legados importantes da Comissão – e nós apoiamos mais do que foi propriamente nossa responsabilidade; tem mais a ver com a Secretaria de Direitos Humanos, através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, com a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo – foi a constituição, na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), de um centro de antropologia forense para analisar, inicialmente, o caso das vítimas da vala comum do cemitério de Perus, em São Paulo. Isso é importante porque não só vai se fazer a análise desses casos, mas se cria, na universidade, uma estrutura permanente, que é um legado da Comissão, é algo que vai ficar depois como um centro, que não temos no Brasil, que faça isso em bases permanentes e na universidade, que não é o espaço da polícia, não é o espaço que pode, enfim, não ter, talvez, a autonomia ou a independência para fazer isso.

Há o caso das ossadas do Araguaia, que estão aqui na UnB, ainda sob custódia da Polícia Federal, ao que teremos que dar seguimento, mas me parece que isso é fundamental e envolve as Forças Armadas.

No caso do Araguaia, as Forças Armadas sabem onde estão os corpos dos desaparecidos, porque todos morreram ali num contexto de uma operação militar. O Exército e as Forças Armadas fizeram enfrentamento, prenderam as pessoas, executaram-nas e desapareceram com o corpo.

Então, quem sabe? Quem fez isso. Não tem milagre, está certo? Enquanto não houver a informação, não vai se saber. E elas precisam reconhecer onde estão os corpos. Por mais que tenhamos insistido, não conseguimos essa informação.

A segunda frustração, que tem a ver com essa... E aqui eu encerro no Senado Federal. É bom fazer aqui, porque acho que aqui há uma questão institucional importante, que é a seguinte: não é possível que as Forças Armadas continuem sem reconhecer a responsabilidade institucional que tiveram nesse episódio. (*Palmas.*)

É inaceitável! A Comissão Nacional da Verdade não é uma ONG, com todo respeito que merecem as ONGs. É um órgão do Estado brasileiro. Fez uma apuração meticulosa. Ao longo do ano, foi apresentando relatórios preliminares de pesquisa que mostravam esse caráter de política pública do Estado brasileiro na adoção de violações de direitos humanos. E a todo momento as Forças Armadas diziam que não se manifestavam sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o que já era esquisito, porque, se a Comissão é um órgão de Estado, e um órgão de Estado está falando que outro órgão fez alguma coisa, como o órgão não se manifesta? Tem que se manifestar. Enfim, estavam aguardando o relatório. Pois bem, agora há o relatório.

Eu não tenho nenhuma dúvida do compromisso democrático das Forças Armadas contemporâneas. Não tenho nenhuma indicação de que tenha algum tipo de viés antidemocrático ali, mas o fato concreto é que esse silêncio gera, naturalmente, insegurança na sociedade, porque se, expostos todos esses fatos, todo esse quadro, essa cadeia de comando, as Forças Armadas ficarem em silêncio, esse silêncio vai ganhar uma eloquência enorme, vai significar que não há por parte das Forças Armadas ainda a convicção de que não tenha sido correto fazer o que fizeram e, portanto, de que isso não possa vir a ser uma alternativa no futuro. Na medida em que as Forças Armadas reconheçam que houve graves violações, que houve o protagonismo das Forças Armadas nisso, que não deveria ter acontecido isso e que não vai acontecer mais isso, isso representará a superação desse período da história. Claro, vai continuar a temática da responsabilidade individual, o Judiciário vai discutir, agora, uma série de casos, se há no Parlamento propostas de revisão da Lei de Anistia. Isso vai ter sequência, mas, do ponto de vista institucional, o silêncio das Forças Armadas agora será algo grave – será algo grave! –, porque...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PEDRO DALLARI – ...não há razão para que não haja uma explicação do que houve.

E aí eu acho que o Parlamento brasileiro tem um papel muito importante, Senadora Ana Rita e Senador João Capiberibe. O Parlamento vota o orçamento deste País. As Forças Armadas têm recebido enorme apoio do Parlamento e da sociedade brasileira. Hoje, os maiores investimentos ou gastos públicos no Brasil, individualmente tomados, são com as Forças Armadas. O maior investimento, hoje, no Brasil é o submarino em propulsão

nuclear que está sendo desenvolvido pela Marinha. O Parlamento aprovou um orçamento com recursos substanciais para a renovação da frota de jatos na Força Aérea Brasileira, com a compra dos jatos suecos Gripen no começo deste ano. Há um investimento substancial de recursos para a Embraer para o desenvolvimento do cargueiro que vai substituir os aviões cargueiros Hércules, que são muito antigos. E a sociedade tem apoiado isso. A sociedade tem dado respaldo às Forças Armadas. O Parlamento tem votado as verbas orçamentárias. Não há reciprocidade, no entanto. Esse gesto que está existindo de apoio não está sendo retribuído pelo reconhecimento das Forças Armadas do que houve no passado. Não há contribuição no sentido da reconciliação nacional, que só virá com esse reconhecimento. Não é um detalhe, é algo fundamental do ponto de vista institucional, porque, se é publicado um relatório com esse cuidado, com essa densidade, com essa acolhida pela sociedade brasileira, que está sendo muito importante... Foi muito interessante: ontem, fui ao plenário do Senado e conversei com Senadores de diversos partidos. Não há oposição ao que foi apresentado. Essa não é uma temática que está dividindo o País, como outras temáticas. Essa não é! Então, não há sentido.

Acho que o Senado Federal tem uma responsabilidade nisso. A todo momento, vêm aqui os comandantes militares e o Ministro da Defesa, discutem-se projetos para as Forças Armadas.

É importante colocar na pauta do Senado e da Câmara, nesse diálogo com as Forças Armadas por que as Forças Armadas, então, não reconhecem que houve esse quadro. Porque também o silêncio do Senado e da Câmara acabará reforçando essa ideia de que esse é um assunto que se esgota no relatório da Comissão.

É evidente que não estou aqui querendo fomentar nenhum tipo de crise institucional. Antes de tudo, sou de família mineira, está certo? Quer dizer, não tenho nenhum tipo de vocação para atear fogo no circo, mas é importante que haja esse gesto, porque esse gesto vai representar, realmente, uma solução definitiva.

Portanto, de todas as recomendações do relatório – e são todas importantes –, a primeira é a mais importante, a meu ver, mais até do que a temática da responsabilidade individual – mais até! Sei que o que estou falando pode ter certa polêmica, mas mais até! É a responsabilidade político-institucional das Forças Armadas pelas graves violações que ocorreram no Brasil no período de 1964 a 1985, que ocorreram em próprios do Estado, com funcionários do Estado, a partir de uma política de Estado. Portanto, tem que haver o reconhecimento disso pelo Estado e pelo órgão que deu protagonismo a isso, está certo?

Senadores, desculpendo-me um pouco por ter me estendido no tempo, espero ter apresentado, com isso, para a plateia tão importante e significativa, mais do que o relatório, a exposição de motivos, vamos dizer assim, a lógica que está por trás da estruturação desse relatório e por que nós acreditamos ter contribuído com um documento que vai ser uma referência para a continuidade dos trabalhos das instituições e da sociedade brasileira, em especial do Senado da República.

Muito obrigado pela acolhida aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muitíssimo obrigado, Prof. Pedro Dallari, pela sua explanação sobre o relatório, que, certamente, vem para dentro desta Casa. Nós vamos nos debruçar sobre as consequências desse relatório.

Eu queria comunicar às pessoas que estão mal acomodadas que esta audiência pública está sendo transmitida pelo telão no plenário nº 3. Aqueles que não conseguiram acomodação aqui podem se dirigir ao plenário nº 3, onde está sendo reproduzida toda a audiência pública.

Eu queria também informar que o Dr. Wadih Damous teve que se ausentar porque está com voo marcado para 10h30. Então, ele pediu desculpa por ter que se retirar antes da conclusão desta audiência pública.

Vamos dar sequência. Tenho a impressão...

O SR. PEDRO DALLARI – Eu posso ficar mais um pouquinho ainda. Eu tenho que ir para a Comissão. Eu vou pedir desculpas, antecipadamente, por ter que me ausentar. Vocês não sabem o inferno que é coordenar um órgão público que vai ser extinto daqui a cinco dias. É uma experiência dramática, porque, daqui a cinco dias, tenho que devolver o celular, tudo acaba, nós deixamos de existir no mundo e há ainda uma série de providências. Então, posso ficar até às 11 horas, Senador, e, logo em seguida, vou ter que fazer *forfait* aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Federal Assis do Couto, Presidente da Comissão Memória, Verdade e Justiça da Câmara Federal.

O SR. ASSIS DO COUTO (PT – PR) – Apenas uma saudação inicial, Senador João Capiberibe, Presidente da Subcomissão, e aproveitar para fazer um registro em relação à nossa Subcomissão de mesma finalidade na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, presidida pela Deputada Luiza Erundina. Ela se encontra afastada por problemas de saúde e, durante esta semana, não pôde estar aqui. Senão, com certeza, a Deputada Luiza Erundina estaria aqui conosco.

Quero também saudar a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado; saudar o Gilney Viana, companheiro de longa data; Pedro Dallari, pelo brilhante trabalho também aqui, com

certeza, exposto a todos. Parabéns a toda a Comissão, àqueles que colaboraram, pela contribuição importante neste momento da história brasileira. Parabéns mesmo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Minha saudação também a todos presentes, familiares, militantes desta importante causa, jornalistas, todo o pessoal da imprensa aqui presente.

Não vou me estender, Senador, por conta também de outros compromissos. Quero apenas registrar aqui um pequeno pronunciamento e, para economia de tempo, na Câmara, damos como lido. Já temos essa experiência da Câmara. Gostaria de deixar registrados nesta reunião alguns pontos, algumas afirmações que fizemos neste pequeno pronunciamento que faria aqui nesta Comissão. Sei que teremos outras atividades ao meio-dia, à tarde, estaremos juntos até o final da tarde de hoje.

Muito obrigado. Um grande abraço. Parabéns.

Viva a democracia! Tortura nunca mais! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Deputado. Vamos tirar cópia do seu pronunciamento.

O tempo aqui no Senado é mais generoso, porque somos 81; na Câmara, são 513. Então, realmente é essa prática lá. Aqui no Senado é meio raro, não lembro de ter ouvido alguém...No plenário, não é? Mas, mesmo assim, no plenário o tempo para nós é mais generoso, é verdade. Apesar de eu não ter essa trajetória parlamentar, minha trajetória é mais executiva do que parlamentar, ainda assim, estou aprendendo a falar aos poucos, estou aprendendo a ser parlamentar no exercício do mandato de Senador neste último agora, porque o primeiro foi só para me defender, então eu não podia fazer outra coisa.

Dando sequência, passo a palavra ao combatente na luta pela liberdade, um dos militantes que têm uma larga trajetória de luta em defesa dos direitos humanos, o Deputado – para mim sempre Deputado – Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA – Obrigado, Senador Capiberibe, que preside esta Subcomissão; Senadora Ana Rita, que preside a Comissão de Direitos Humanos; nosso presidente Assis do Couto, lá na Câmara; e o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari.

Dr. Pedro, o senhor vê que puseram aqui verdade e justiça, o senhor está vendo? Então, a coisa parece que está na cabeça de muitas pessoas.

Primeiro, eu queria fazer três observações, não vou ser muito extenso.

A primeira observação, além do agradecimento, é registrar, o Dr. Pedro sabe que aqui temos familiares de mortos e desaparecidos, aqui temos representantes de comitês pela verdade, memória e justiça, representantes de comissões, temos pesquisadores internacionais sobre a Comissão Nacional da Verdade, temos militantes presos que viveram, conviveram, sofreram, foram vítimas na linguagem jurídica. Nós não gostamos muito dessa coisa de vítima, fica parecendo que ficamos nos autovitando sucessivamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILNEY VIANA – Também não é herói.

O Paulo Jabur, que conviveu conosco lá na Frei Caneca, disse em uma entrevista: “Nós não somos heróis, se querem falar de algum herói, falem de outras pessoas que deram sua vida.”

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILNEY VIANA – Sobreviventes, exatamente.

Sobre o relatório, aqui temos também pessoal da Secretaria de Recursos Humanos, particularmente a Dr^a Eugênia Fávero, que é presidente da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos, que é parte desse processo e uma parte importante.

Primeiramente, Dr. Pedro, companheiros e companheiras, senhores e senhoras, eu não tive tempo, obviamente, de ler todo o relatório, é muito grande. Mas eu dei uma assuntada naqueles prolegômenos conceituais da introdução, porque ali eu queria fazer uma observação, que é importante, para valorar e para também criticar. Segundo, dei uma assuntada na lista dos 434 mortos e desaparecidos e também nas recomendações.

E como não poderia deixar de ser, como eu trabalhei bastante essa questão dos povos indígenas, e mais especialmente dos camponeses, eu dei uma passada de olhos lá, muito rapidamente. Então, posso incorrer em algum erro aqui também. Mas é preferível que a gente arrisque a deixar de fazer. Nós somos daquele tipo de gente, Senador, que já lutamos por chance menor de 20%. Se aqui há mais de 50%, nós estamos bem fofados para poder lutar.

Primeiro, eu acho que a Comissão Nacional da Verdade é vitoriosa. Eu queria começar por isso. Porque, Dr. Pedro, o senhor não estava na Comissão ainda, e nós fizemos uma audiência, que talvez fosse nesta mesma sala, quando analisamos o projeto de lei que criou a Comissão Nacional da Verdade.

Nós, as chamadas vítimas, lutadores e lutadoras, tínhamos um desânimo muito grande. E uma parcela de nós achávamos que ia ser uma comissão da meia verdade. Alguns de nós assinamos documentos nesse sentido.

Eu não o fiz porque eu sempre acredito na luta e acho que, ainda que a Comissão pudesse ter limitações no seu projeto de lei e ter também limitações na sua constituição, a luta, a mobilização não só dos familiares dos mortos e desaparecidos, dos ex-presos, dos comitês e comissões, isso iria criar um ambiente político que favoreceria o avanço da Comissão. Eu acho que, nesse sentido, essa avaliação que alguns de nós fazíamos foi verdadeira e foi positiva.

Acho até que a Comissão Nacional da Verdade não teria avançado tanto se não tivesse esse ambiente político criado pelos comitês, comissões e por pesquisadores, universidades. Isso não desmerece a Comissão, mas merece também aqueles e aquelas que lutaram na esfera da sociedade civil, inclusive aqui do Parlamento.

O Senador Capiberibe falou sobre aquele evento onde o comandante do 1º BPE, na verdade o comandante do ex-Doi-Codi, lá na Barão de Mesquita, que barrou a Comissão da Verdade do Rio, em que a intervenção dos Senadores foi muito importante, foi muito eficiente, naquele momento. Então, há coisas assim, que somaram. Isso foi muito importante.

Por que eu considero o relatório importante? Porque aquelas expectativas negativas que nós tínhamos foram suprimidas em parte. Depois eu vou falar as grandes debilidades que eu vejo. Se não tivessem anotado que os crimes eram política de Estado, que os crimes cometidos são imprescritíveis e não anistiáveis, e que os seus perpetradores estarão sujeitos a judicialização, ou seja, responderão criminalmente, administrativamente, penalmente, essa coisa toda que o Ministério Público tem muita competência para fazer e o está fazendo – é bom que se diga.

E a questão da anistia, porque a anistia, na verdade, particularmente com o juízo do Supremo Tribunal Federal, coonestou, validou uma interpretação que nunca foi a nossa, de que a anistia anistiou torturadores.

Eu tenho dúvidas até de que tenha sido a compreensão do Congresso Nacional, embora essas leis de transição no Brasil sempre tenham um grau de dubiedade que facilita interpretações de um lado ou de outro.

A lista de perpetradores. O fato de ter a lista ali, que pode ser incompleta... Eu acredito que é incompleta, eu queria deixar claro.

O SR. PEDRO DALLARI (*Fora do microfone.*) – Nós escrevemos, o que nós juntamos é onde há provas irrefutáveis.

O SR. GILNEY VIANA – Onde há mais evidências, provas irrefutáveis.

Pois é. Então, veja bem, eu acerto isso e acordo e foi providente ter feito essas anotações. O fato de existir e o fato de ter colocado os ditadores no topo, isso para nós é muito relevante. (*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA – É relevante, porque haverá um dia em que os retratos deles não constarão nem nas academias militares, muito menos nos prédios públicos. (*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA – Então, as recomendações, particularmente da punição aos perpetradores do crime de lesa-humanidade, as desculpas das Forças Armadas e a continuidade... Esses são elementos que considero centrais e positivos.

É positivo para quem lutou de uma forma para sair da invisibilidade o fato de que a Comissão da Verdade tenha relatado aqueles anexos, particularmente alguns trabalhadores que lutaram não foram reconhecidos, os povos indígenas e os camponeses.

Permita-me dizer que o reconhecimento não exime da crítica que vou fazer logo a seguir, mas falo isso porque participei da Comissão Indígena, da Comissão Camponesa e sei quanto era a ansiedade de que alguma força do Estado reconhecesse seus crimes, que não os reduzisse à invisibilidade histórica que eles têm sido. Assim o foi na Comissão de Anistia, assim o foi na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, por força de uma série de combinações legais, interpretações, *modus operandi* e concepção inclusive de como travar essa questão.

Então, na discussão da Comissão Indígena, Dr. Pedro, alguns de nós mais radicais falavam assim: “Ou coloca a coisa ou não aceitamos colocar no primeiro time”, porque vocês, na verdade, colocaram duas categorias de mortos e desaparecidos. São 434 e milhares de povos indígenas e milhares de camponeses. Isso, a meu ver, é o ponto mais débil desse relatório. É o ponto fraco. (*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA – Então, qual é a consequência disso? A consequência desse ponto fraco – falei dos pontos fortes e falo do ponto fraco – é que se condena à invisibilidade aqueles que mais sofreram e que não tiveram um partido político, não tiveram uma comissão especial de mortos e desaparecidos, que heroicamente jogou para frente a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. Eu acompanhei todo esse processo, porque era no meu gabinete, na minha residência que se reunia a comissão de familiares – e está aqui a Diva, mas estava a Crimeia, a Suzana, a Lara, o Ivan, que ali forjou toda uma forma de pressionar para que ela pudesse andar adiante. Então, foi por isso que rompemos barreiras. Acho que vamos precisar de outras lutas...

(*Soa a campanha.*)

O SR. GILNEY VIANA – Permita-me um pouquinho de tempo, Senador. Acho que vamos precisar de outras lutas para romper a barreira que ainda está imposta à Comissão Nacional da Verdade ou seu subsequente.

Vou dar exemplo de algumas coisas que não foram... Além da exclusão dos camponeses indígenas e de outros – inclusive tem de militares e é bom que se diga – a verdade sobre todos os casos ainda ficou muito a dever, particularmente daqueles que não foram examinados. Outra coisa, o não reconhecimento de violação de direitos coletivos. Gostaria até de discutir isso com quem entende de Direito, porque se individualiza a coisa. Há direitos coletivos que foram violados, inclusive se o senhor deve entender que os Waimiri Atroari, que foram bombardeados no Amazonas, porque lançaram os mesmos panfletos que lançaram contra os guerrilheiros do Araguaia, lançaram contra os Waimiri Atroari, que não tinham noção de Estado, não falavam português, e que literalmente estavam de flecha contra canhões, contra metralhadoras, contra napalm. Ora, alienação do agente do Estado e a percepção de autoridade totalmente falha, totalmente louca. Isso devia, é direito coletivo. Nós queremos a reparação de direitos coletivos também.

Bem, encaminho para o final falando o seguinte, de uma certa forma, em relação ao 434 mortos e desaparecidos, eu acho que a Comissão Nacional da Verdade ficou presa ao mesmo conceito que limitou a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos. Mas lá a delegação era menor. Lá, eu acho que foi uma coisa cruel o que a Comissão Nacional da Verdade fez, sabe por quê? Porque lá o ônus da prova estava para os familiares. Então, o que foi incluído lá foi luta de familiar, exceto os 136, que já foi luta de familiar anterior, de ex-preso, de preso, que os denunciaram, porque os que são testemunhas sobreviventes que viram esses crimes.

Então, eu acho que é uma concepção. E, aí, eu entro na fase final. O conceito que anima a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos não é o mesmo, *data venia* – aqui que eu estou entrando em terreno perigoso, do jurídico – que orienta a Comissão Nacional da Verdade, que admitiu o conceito de crime de lesa-humanidade, fez todo o histórico, comparou a comissão daqui, o que é legal, com duas outras comissões. Mas só não comparou o efetivo das outras duas comissões, que lá reconheceu o direito indígena, reconheceu o direito coletivo, reconheceu o massacre, independente das vítimas serem militantes. O que caracteriza é o crime! Essa é a teoria, é o conceito, que vem de Nuremberg. E mesmo da Declaração da ONU.

Então, essa limitação eu acho que, quando vai conceitualmente, eu acho que você tem essa percepção, mas quando vai no operativo, não tem correspondência, foi limitado ao que era antes.

Termino dizendo o seguinte, é duro... eu acompanhei um pouco essa trajetória e me esforcei para contribuir. A Secretaria de Direitos Humanos se esforçou, a Comissão Especial, a Comissão de Anistia, todos nós nos esforçamos, os comitês assim o fizeram, as comissões o fizeram. Mas havia um grau – o senhor sabe disso, não é Dr. Pedro? – de dificuldade da Comissão da Verdade de aceitar uma contribuição que fosse das vítimas, dos ex-presos, dos familiares. Um grau muito grande. Eu acho que depois, quando o senhor assumiu – reconhecer mérito, porque a crítica de quem faz tem que reconhecer mérito –, melhorou essa relação, fez uma exposição pública melhor e melhorou bem, mas ainda ficou muito a dever.

Bem, termino dizendo que, em nome dos 1.200 camponeses, dos quais nominamos inclusive os seus autores – aqueles que foi possível –; em nome de milhares de indígenas que foram renegados e dos quais – pelo menos lá na Secretaria nós temos um trabalho – mais de 400 nominados; em nome daqueles indígenas que o Estado reconheceu – aqui tem cinco, poderíamos passar para a Comissão Nacional da Verdade –, no relatório Figueiredo, de que os agentes do Estado assassinaram, dentro do próprio SPI, antes do golpe; em nome desses excluídos eu digo o seguinte: a luta continua! (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado Gilney Viana.

Esta Subcomissão procurou estabelecer um diálogo com as Forças Armadas, com o Ministro da Defesa. Nós tivemos a oportunidade – eu queria só relatar aqui para o Presidente da Comissão que está aqui –, nós procuramos o Ministro da Defesa para, exatamente, buscar um diálogo no reconhecimento das responsabilidades institucionais das Forças Armadas. Conversamos, inclusive tivemos uma reunião com todos os comandantes junto com o Ministro da Defesa, e colocamos a necessidade que a Comissão aponta, do reconhecimento das nossas Forças Armadas como esse passivo de direitos humanos, que é o legado da ditadura.

Tivemos alguns impasses nessa discussão tensa, nessa conversa inicial, mas ficamos de retomar o diálogo. Mas nós, que participamos daquela primeira reunião com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o Ministro da Defesa, tomamos a decisão então de aguardar o relatório para retomar o diálogo.

Agora, sim, nós vamos retomar o diálogo com as Forças Armadas no sentido de que elas reconheçam os abusos cometidos. Nós vamos insistir nesse tema com os nossos comandantes, mostrando que eles não têm nenhuma responsabilidade pessoal com o que aconteceu, mas têm responsabilidade institucional. E a sociedade brasileira exige, cobra que isso seja claramente explicitado.

Pode ficar certo, Sr. Presidente, o trabalho que os senhores fizeram na Comissão nós vamos, de todas as maneiras, aqui, mesmo com nossas limitações, tratar de dar continuidade.

É só um encaminhamento que nós estamos dando, em nome da Subcomissão e da Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria também registrar aqui a passagem da Senadora Lídice da Mata, que, em função de retorno a Salvador, não pôde acompanhar esta audiência pública conosco.

O Presidente da Comissão, Prof. Pedro Dallari, pediu a palavra, e vamos concedê-la.

O SR. PEDRO DALLARI – Eu pedi a palavra, pois também vou ter que... Bom, estamos encerrando esta primeira Mesa também, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – A primeira mesa.

O SR. PEDRO DALLARI – Então, eu pedi a palavra apenas para fazer alguns comentários em relação à fala do Gilney, para que pelo menos fique aqui a posição da Comissão Nacional da Verdade.

A Comissão teve uma preocupação muito grande, na elaboração do relatório, de produzir um documento que fosse muito consistente, pois nós tínhamos, e temos, clareza de que o relatório representa, em relação às Forças Armadas, em relação ao Estado brasileiro, um fato político muito importante. Como nós estamos demandando algo que é de extrema dificuldade, nós sabemos, que é o reconhecimento pelas Forças Armadas do que houve, e é, além de tudo, a responsabilização criminal, civil e administrativa de todos aqueles que deram causa às graves violações de direitos humanos, nós tínhamos clareza de que o relatório teria que ser muito consistente no sentido de poder ser utilizado pela sociedade a fim de se lograr esses objetivos.

Isso nos levou a ser muito rigorosos em relação às indicações de autoria, às indicações de vítimas, não porque nós evidentemente achamos que não há muito mais autores e que não há muito mais vítimas, mas nós quisemos fazer algo que fosse uma seleção à prova de qualquer tipo de crítica, para não dar margem ao argumento de que o relatório seria impreciso, de que o relatório seria algo insuficiente, de que seria um documento político ideológico. Vejam que as Forças Armadas, os militares da Reserva têm tentado passar essa versão, e ela não está ganhando aderência, está certo? Porque ninguém está enxergando o relatório como um documento político ideológico.

E houve uma opção clara, sim, de o relatório ser meio conservador em alguns pontos de vista, de sistematizar e colocar informações sobre as quais nós já tínhamos um quadro informativo mais sólido. Então, é evidente que nós temos completo conhecimento, Gilney, da situação dos povos indígenas, da situação dos camponeses, mas nós não teríamos condições de dar o mesmo tratamento metodológico aos – foi o número que nos foi trazido – 8,5 mil índios que teriam morrido nesse processo que nós demos aos 434 casos. Nós cometeríamos o erro de não contemplar adequadamente os 8,5 mil índios e, além de tudo, de minimizar o estudo feito em relação aos 434 casos.

Então, houve uma preocupação muito grande com a consistência. Por isso a solução dada, que eu acho que foi bastante adequada, que foi a seguinte: contemplar no volume 1 aqueles casos sobre os quais nós pudemos fazer um histórico muito detalhado, e há camponeses, e, ao mesmo tempo, contemplar, no volume 2, através daqueles capítulos específicos sobre camponeses e indígenas, no qual a contribuição de pesquisadores envolvidos foi fundamental, para refletir essa nova fronteira da investigação e criar, com isso, condições para o seu desdobramento. Foi uma decisão que considero prudente da Comissão Nacional da Verdade porque contemplou os temas, e nunca isso havia ocorrido num documento oficial do Estado brasileiro, mas, ao mesmo tempo, o fez de maneira a preservar um documento que deu realce maior àqueles fatos onde o quadro informativo e o de sustentação é maior.

Então, é o que eu digo para vocês: pode haver erros? Pode haver, mas o documento é muito consistente, é muito consistente. E isso é o que dará condições de ele ser um instrumento político, porque, se ele não fosse consistente, a imprensa não estaria dando a cobertura que está dando, os Senadores não teriam segurança para usá-lo como instrumento. Então, houve, realmente, foi uma opção. Isso não foi esquecimento, não foi lacuna, não foi desvio ideológico: foi uma opção metodológica pelo rigor. E isso eu vou defender e peço que as pessoas entendam, porque nós tivemos clareza do papel que esse relatório poderia ter e pode ter na história política do Brasil. E, portanto, tivemos esse cuidado.

Acho também importante, no momento em que nós vamos entrar agora num debate difícil, num debate duro com as Forças Armadas, que haja, no debate – e o debate tem que ser feito –, muita preocupação em relação aos papéis que vão ser exercidos

No seu caso, Gilney, você é uma figura fundamental da história da luta social, política brasileira dos direitos humanos. Nós temos uma quilometragem juntos há muitos anos, mas você, hoje, é parte do Governo brasileiro, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (Risos.)

O SR. PEDRO DALLARI – Então é importante você...

O SR. GILNEY VIANA (Fora do microfone.) – Antes de tudo, com o povo! (Risos.)

O SR. PEDRO DALLARI – Eu sei, mas é importante você esclarecer... (Palmas.)

O SR. PEDRO DALLARI – ... se essa posição é a do Governo brasileiro, porque, como nós vamos entrar, agora, num terreno difícil, num momento importante, é muito importante que se procure entender quais são os papéis. Então eu sugiro – e eu quero que você continue a falar tudo o que você está falando –, mas eu sugiro que você faça, assim, um preâmbulo, o seguinte: “Vou falar em meu nome pessoal”. Porque, senão, pode gerar o uso da sua locução como se essa fosse a posição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em relação ao relatório. E, se for, não tem problema, isso é da vida. Eu sou advogado há 33 anos, eu vivo o contraditório com a maior tranquilidade, mas é importante que os papéis fiquem claros e as funções fiquem clara. Não foi esta a posição da Presidenta da República ontem, que, verbalizando pelo Presidente da República, acolheu o relatório.

Isso não significa, obviamente, que não possa haver muita crítica, mas é importante calibrar e dar identidade às críticas, porque isso gerará para o público a percepção de como é que o relatório é recebido pelo Governo. Na medida em que o relatório seja tido como algo que o Governo tem uma posição insatisfatória em relação a ele, o que é legítimo se for essa a posição do Governo, isso é como eu disse: a Comissão não fez um relatório para agradar ao Governo. A Comissão fez um relatório para agradar ela própria e para procurar atender ao que a lei mandou. Mas, se for o Governo, isso tem uma implicação do ponto de vista da forma como as Forças Armadas, como a sociedade, como o Estado vão perceber o relatório. Então, a forma como nós vamos discutir o relatório é importante, por conta do caráter de um instrumento político relevante que ele tem hoje. É uma arma, no sentido positivo de promover mudanças. Então, é uma ponderação fraterna que eu faço ao amigo: faça sempre esse preâmbulo, porque nós vamos viver momentos difíceis agora, momentos, realmente, de certa tensão. Eu tenho clareza disso e é importante a gente ter clareza desse contexto.

Quero aproveitar, então, já que eu vou ter que me retirar, para agradecer, enormemente, esta oportunidade. É o primeiro debate de que eu participo e, para mim, foi muito especial fazê-lo, em primeiro lugar, no Senado da República, na Comissão de Direitos Humanos, e na sua Subcomissão presidida pelo Senador Capiberibe, por quem eu tenho, realmente, uma admiração extrema e que nos ensina com a sua trajetória de vida sobre esse tema que nós versamos no dia de hoje.

Então, muito obrigado pela atenção de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Nós, em nome da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos, agradecemos os nossos ilustres convidados.

E eu queria registrar aqui, e também agradecer, a presença da Deputada Ana Lúcia Vieira, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Sergipe. Obrigado pela presença de V. Ex^a.

O SR. GILNEY VIANA – Posso só fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Pois não.

O SR. GILNEY VIANA – Eu não quero fazer um debate com o Pedro, mas só falar o seguinte: eu me sinto muito à vontade para fazer a crítica, mesmo sendo do Governo.

Como dizia, vou responder com um poema de um poeta catalão, assassinado pelos franquistas: “*Estoy y siempre estaré con los que nada tienen y hasta el nada que le quieren llegar*”. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Esta mesa está suspensa, e eu passo, em seguida, a convidar a próxima mesa. *(Pausa.)*

Bom, dando sequência, eu gostaria de dar início à segunda mesa desta audiência pública, chamando para compor conosco aqui a Sr^a. Diva Santana, que representa os familiares de mortos e desaparecidos.

Diva, por favor. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Francisco Celso Calmon, representante da Rede Brasil da Memória, Verdade e Justiça. *(Palmas.)*

Convido a Vice-Procuradora-Geral da República, a que temos a honra de estar aqui conosco e a quem recebemos com muito entusiasmo, Ela Wiecko. *(Palmas.)*

Por último, convido a Sr^a Eugênia Gonzaga, Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *(Palmas.)*

Estava convidada para compor esta mesa a Deputada e ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, mas, como todos sabemos, ela foi vítima de uma violência, de uma agressão, há poucos dias, que partiu de uma pessoa que, infelizmente, nos envergonha no Parlamento. O Deputado Bolsonaro agrediu a Deputada Maria do Rosário de uma forma absolutamente inusitada, o que de fato nos cria constrangimento de ter que conviver com esse tipo de atitude no Parlamento brasileiro. *(Palmas.)*

A nossa expectativa é que haja punição para este caso, porque este é um Colegiado e fica muito difícil a gente conviver com esse tipo de situação.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveitando a oportunidade do registro da ausência da Deputada Maria do Rosário, registro também que, ontem, na reunião deliberativa da Comissão de Direitos

Humanos, nós aprovamos um requerimento que será encaminhado ao Presidente do Senado Federal, com o objetivo de que a Mesa Diretora possa fazer uma representação, que o Senado Federal apresente à Mesa Diretora da Câmara uma representação contra o referido Deputado.

Não vou fazer a leitura por causa do nosso tempo, mas em relação ao Deputado Jair Bolsonaro, que usou de palavras criminosas com relação à nossa Deputada, a Comissão de Direitos Humanos solicita que a Mesa Diretora da Câmara possa fazer uma representação por quebra de decoro parlamentar. *(Palmas.)*

E que também adote as demais providências legais ao seu dispor destinadas à defesa das prerrogativas constitucionais dos integrantes desta Casa. Sabemos que a Deputada está sofrendo constrangimentos nos corredores da Câmara dos Deputados. E nós não podemos permitir que isso aconteça dentro de uma Casa Legislativa, como é o Congresso Nacional, com relação a uma Parlamentar, ex-Ministra dos Direitos Humanos, e isso acaba repercutindo e tendo também um rebatimento sobre outras pessoas, sobre outros militantes na área dos direitos humanos.

Então, faça aqui esse registro. A Comissão de Direitos Humanos deliberou sobre isso. Nós já estamos encaminhando à Mesa Diretora do Senado para que solicite à Mesa Diretora da Câmara que faça esta representação contra o referido Deputado.

Então, é esse registro que gostaria de fazer neste momento, nesta manhã de hoje. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Obrigada, Senadora.

Registro a presença de Cesar Cordaro, da Comissão da Verdade do Município de São Paulo; Jarbas Silva Marques, da Comissão da Memória, Verdade e Justiça, do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Laurence Noleto, da Comissão da Verdade, de Goiás; Ivete Caribé, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná... *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Ah, do Sindicato dos Jornalistas de Goiás. É que está tão abreviado...

Muito obrigado.

Pinheiro Salles, a que já fiz referência, da Rede Brasil do Centro-Oeste; Francisco Celso Calmon, que compõe a nossa mesa; Gisele de Almeida – não dá para entender direito o que está escrito aqui sobre o que representa Gisele. Obrigado pela sua presença. Vicente Rodrigues, do Arquivo Nacional Memórias Reveladas; Jair Kriskche, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, do Rio Grande do Sul.

Em seguida, vou registrar outras presenças, e vamos dar início a essa segunda mesa.

Passo a palavra à Sr^a Diva Santana, representante dos familiares dos mortos e desaparecidos.

A SR^a DIVA SANTANA – Bom a todos e todas. Saúdo a Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita. Faço também uma saudação e um agradecimento ao Senador João Capiberibe pelo convite.

Na pessoa de familiar de desaparecido político e como Conselheira da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, fui convidada a fazer parte desta mesa.

Porém, antes de iniciar, queria me juntar a essa solidariedade à Deputada Maria do Rosário e lembrar que esse senhor – não sei nem como dispensar o tratamento – já é recorrente nessas insinuações e nessas ofensas morais também à dignidade humana. Lembro-me de que, certa vez, ao passar na porta de seu gabinete, tinha um desenho com um cachorrinho pensando – a gente tinha retornado da região do Araguaia –, e tinha essa foto na porta, com o cachorrinho pensando: “Quem gosta de osso é cachorro”. Então, eu acho que a gente tem que lembrar sempre que a gente não pode esquecer o que ofende à moral e à dignidade humana. Eu acho que a gente não pode esquecer. Dizem que lembrar o passado é saudosismo. Mas eu acho que não. Acho que o que fere os direitos humanos a gente nunca pode esquecer, porque é uma luta constante, é uma luta diária. A promoção dos direitos humanos é uma luta diária e constante.

Eu quero agradecer a todos os camaradas que estão presentes aqui nesta sala, aos familiares em primeiro lugar, aos ex-presos políticos. Penso que são figuras, os ex-presos principalmente, que felizmente ficaram vivos para não deixar essa história sucumbir.

Eu digo que a anistia veio em 1979, e esse passado não morreu porque ficaram essas pessoas, estes ex-presos que felizmente se encontram atuantes na luta pela redemocratização do País, na luta pela memória, na luta pela verdade e na luta pela justiça.

Ficaram os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, que entenderam a necessidade naquele momento da anistia, necessitava-se de uma anistia, porque muitos se encontravam presos e muitos estavam fora ou na clandestinidade, no exílio ou na clandestinidade, e precisavam retornar ao seu País, ao convívio do seu povo.

Então, eu entendo que foi a anistia necessária, mas nós brasileiros também entendemos que a luta ali não acabou. E por isso nós estamos aqui.

O Gilney relembra muito bem das reuniões na sua casa, das reuniões, na casa de Deputados, que a gente fazia aqui, das reuniões no Rio de Janeiro, em Minas, na Bahia. Esses familiares se organizaram após o segundo

congresso da anistia, que foi realizado na Bahia em 1979, e não deixaram essa luta morrer, os familiares, os ex-presos, os setores da sociedade que tinham sensibilidade e compreensão. E eu me lembro sim, eu me lembro de toda a nossa luta. E fico muito emocionada quando me lembro das dificuldades.

Hoje, graças à luta do povo brasileiro, nós estamos vivendo uma democracia, e que esta democracia também está permitindo, porque nós poderíamos estar numa democracia e num governo em que questões como essas não fossem discutidas, em que a Comissão da Verdade não fosse criada e começasse. E não foi a Comissão da Verdade, na verdade, eu acho que quem começa a escrever as páginas dessa história foram os familiares, foram os ex-presos políticos. E, a partir dessa luta, criaram uma lei, a Lei nº 9.140/95, que de início já reconhece os 133 desaparecidos, depois foram acrescentados mais. E pela força de barra e pela força da luta, foram reconhecendo também aqueles que morreram nos presídios, nas torturas, até ali dado como troca de tiros ou suicídios. Essa Comissão criada se debruçou sobre este trabalho com muito afinho, com muita responsabilidade e concluiu a verdadeira mentira sobre os suicídios. Essa lei também foi ampliada.

Paralelo a isso, a Comissão da Anistia faz um levantamento de todo o processo dos ex-presos, depoimentos dos ex-presos, nesse bojo desta luta, fruto da nossa luta, mas nós não conseguimos. É muito penosa a luta por conquistas do povo brasileiro, no geral, seja do sindicalista para melhorar o salário, para melhorar a condição de trabalho, por liberdades, seja de qualquer setor da sociedade. É muito penosa a nossa luta. E, como tal, essa nossa também é uma luta, continua sendo, e acredito, pelas recomendações que a Comissão da Verdade fez, vai continuar mesmo porque nós, enquanto familiares de mortos e desaparecidos políticos, enquanto defensores dos direitos humanos, não vamos abandonar essa luta.

Então, as páginas dessa história começaram a ser escritas a partir da luta pela anistia no Brasil. Eu acho que hoje chegamos primeiro a uma comissão que foi criada na Câmara Federal, composta por cinco Parlamentares, uma comissão especial. Não era uma CPI. A gente queria uma CPI, mas não tinha espaço. Claro, não tinha espaço para mortos e desaparecidos e criou-se uma comissão especial. Desta Comissão, fizeram parte, na época, o Deputado Sigmaringa Seixas, o Deputado Zé Dirceu, o Deputado Roberto Valadão, Deputado Haroldo Lima. Eram cinco Deputados. Não estou lembrando bem quem foi o outro...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª DIVA SANTANA – O Nilmário Miranda.

Nilmário presidiu esta Comissão. Então, esta Comissão aqui, no topo do Congresso Nacional, começa a aparecer a partir dessas discussões. E dessas discussões são elaboradas as leis. Sentamo-nos e nos debruçamos várias vezes, nesses auditórios, para discutir a Lei nº 9.140. Esta lei é pioneira, aprovada em 1995. É pioneira porque começa o Estado brasileiro ao reconhecer os 133 desaparecidos, abre uma perspectiva para o reconhecimento das outras mortes e a responsabilidade deste Estado sobre essas mortes.

A Comissão da Anistia também se organiza. E o Estado brasileiro reconhece também as torturas, as clandestinidades, a falta de liberdade daquelas pessoas que viveram isso, que, acho, chega a casa de mais ou menos – não estou falando aqui em números verdadeiros, não sou da Comissão da Anistia, pelo conhecimento que tenho, sou de um Conselho do Memorial da Anistia, vamos nos reunir daqui a pouco, não é Betinho? – 70 mil processos, cerca de 60 mil analisados pela Comissão da Anistia, em que a maioria confirma as violações aos direitos humanos no País.

Eu acho que são vitoriosas tanto a Lei nº 9.140 como a Comissão de Anistia, a Comissão Nacional da Verdade, que, para mim, nos últimos tempos, de 2010 para cá, favoreceu reviver essa discussão na sociedade brasileira.

E acho, para concluir... Ah, sim, eu estou lembrando porque não vou esquecer. Na minha opinião, com a Comissão da Verdade, como foi com o livro *Memória e Verdade*, organizado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e lançado pelo governo Lula, se tornou oficial: o Estado brasileiro assume oficialmente, com livros assinados por Presidente da República, que houve graves violações e crimes de lesa-humanidade no País. Naquele livro ali está tudo escrito oficialmente. Agora, a Comissão da Verdade lança o seu relatório, que é também o Estado brasileiro constatando essa verdade, que tudo fizeram e fazem até hoje para ocultar da história do Brasil.

Então, na minha opinião, esta página não foi virada. E nós precisamos virar a página da história. Nós precisamos restabelecer a verdade, nós precisamos que se faça justiça.

Eu, enquanto Conselheira da Comissão, e tenho familiar desaparecido, tenho irmã e um cunhado desaparecidos, de repente me sinto familiar, já estou tão incorporada nessa luta que para mim todos são meus familiares. Eu não falo de um só, falo de todos os desaparecidos políticos. A minha dor eu transmito assim. Sinto que a minha dor é grande, e acho que têm dores muito maiores do que a minha, das mães e dos pais dos filhos que se encontram desaparecidos. Eu não tenho filho desaparecido. Portanto, a minha dor é de irmã, não é a dor de uma mãe. Como mãe, eu poderia... Mas eu não tenho filho desaparecido. Então, a dor dos pais, na minha opinião, é uma dor muito maior do que a dor da ausência de uma irmã, pelo sofrimento que passou.

Eu fico muito emocionada nessas atividades porque é como se eu estivesse começando agora, é como se eu tivesse começando a lutar. Eu falo muito de mim, porque é como se eu tivesse começando a lutar agora, indo por este País, cavando buraco aqui, cavando buraco, e, quando chega lá, é mentira, não tem osso. A gente se sente enganada, impotente. E com uma luta... Tem hora que passa na cabeça: “Pô, a minha luta é frustração em cima de frustração”. Mas ao mesmo tempo a violência daqueles que sofreram é tão grande dentro dessa violência.

Como ia dizendo, eu não posso me esquecer de um documento, de um processo que fui relatora, do Pedro Paulo Bretas. O que o pai daquele menino conta, gente... E ele foi banido do País, ele retorna, mas ele, um estudante de medicina, um menino brilhante, a família diz, adquire esquizofrenia e desaparece até hoje, e isso nem a Comissão da Lei nº 9.140 me responde, nem a Comissão da Anistia responde, nem a Comissão Nacional da Verdade. Por isso que digo que esta página não foi virada. A gente precisa continuar lutando.

Deixo o meu recado aqui porque tenho essa força. Estou com 70 anos, mas tenho ainda esta força de continuar lutando pela verdade, pela memória e pela justiça neste País.

Me junto ao Gilney quando ele se lembra dos camponeses e dos índios. Eu fui relatora também de um processo do Nativo da Natividade, que foi preso na ditadura militar, foi, depois da democracia, dirigente sindical e foi assassinado a mando do prefeito da cidade. Fui relatora e pedi, sugeri o deferimento do pedido porque alguns achavam que não se enquadrava na lei porque não estava no prazo. Mas essas coisas eu acho que a luta e a compreensão humana vão rompendo e mostrando que a pessoa foi uma perseguida.

A gente não pode deixar de investigar as mortes dos advogados Paulo Fonteles, Eugênio Lira, na Bahia, e tantos outros, João Batista; a gente não pode deixar de fora tantos outros.

Então, acho que as recomendações da Comissão da Verdade deverão ser aprimoradas e trabalhadas pelo povo brasileiro, pela sociedade civil organizada, a quem acredito e credito muito poder, para a gente virar a página dessa história com a memória, a verdade e a justiça.

(Soa a campanha.)

A SRª DIVA SANTANA – Muito obrigada, Senador João Capiberibe. Muito obrigada a todos e a todas pelo convite. E quero parabenizar esta Casa pelo entendimento de debater essas questões, para que a nossa luta avance. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Diva Santana. Eu estou convencido de que esse trabalho de recuperação da memória, incluindo a reparação com ações judiciais, é importante não só em busca do passado, mas pelo presente. Temos uma sequência: o que foi feito no passado continua a ser feito no presente com setores e segmentos sociais diferentes. O desaparecimento forçado, a ocultação de cadáver, temos vários casos que, praticamente, ocorrem no Brasil inteiro.

A falta de punição, a omissão do Estado brasileiro, diante do que foi feito no passado, terminou institucionalizando a tortura que continua sendo praticada nas delegacias de polícias em todo o País, e temos um caso emblemático que é daquele ajudante de pedreiro Amarildo, da Rocinha, que, em poucas horas, desapareceu. Depois de preso, em poucas horas, seu corpo desapareceu, e não mais voltou a aparecer. Então, acho que é fundamental – viu, Diva? – que continuemos essa luta, pelo presente e pelo futuro do nosso País, pelo respeito aos direitos humanos.

Tenho aqui a Carta de Recife, que nos foi trazida pelo Sr. Edival Nunes Cajá, ex-presos político de Pernambuco e Coordenador do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco. É uma carta assinada por várias entidades que se comprometem à divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Eu queria também registrar a presença da Srª Lúcia Alencar, Coordenadora do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Estado do Ceará, que é do Instituto Frei Tito de Alencar. *(Palmas.)*

Eu queria também registrar a presença do Sr. Marcelo Santa Cruz, Vereador de Olinda, do Partido dos Trabalhadores, que é Coordenador do Comitê Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco e irmão do desaparecido político Fernando Santa Cruz, de quem já recebemos aqui familiares, em depoimento na Subcomissão. *(Palmas.)*

Eu queria também registrar a presença da Srª Cléia Nice Porto, da Contag, representante da Comissão Camponesa da Verdade; do Sr. Vandeir Rodrigues, do Sindicato dos Bancários de Brasília; da Srª Josefa Santos, da Comissão da Verdade do Sindicato dos Bancários de Brasília; do Sr. Renato da Silva Alves, do Sindicato dos Bancários de Brasília; do Sr. Lindoval... não dá para entender; do Sr. Antônio Abdan Silva, Sindicato dos Bancários de Brasília; da Srª Luciana, do Instituto de Estudos da Religião; da Srª Clarisse Meireles, que já destacamos, jornalista que escreveu, em parceria com a Srª Leneide Duarte-Plon, o livro que vai ser lançado, logo mais, na Câmara dos Deputados; do Sr. Francisco Ribeiro Neto, jornalista da Comissão de Anistia do Estado da Bahia; da Srª Jéssica Sousa Oliveira, da Comissão da Verdade da Bahia; do Sr. Gustavo José Carvalho de Sousa, do Ministério da Justiça; da Srª Shana Marques Prado dos Santos, da Comissão Nacional da Verdade; e da Srª Samanta do Carmo, jornalista da TV Brasil.

Vamos dar sequência a essa segunda Mesa.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Calmon, que representa a Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça.

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON – Eu inicio dando meu bom-dia aos meus companheiros que combateram a ditadura, que resistiram, que foram aprisionados, sequestrados, torturados, alguns banidos, e que estão aqui presentes. Nós estamos com uma representação em maioria neste plenário.

(Manifestação da plateia.)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON – Podemos até votar – exatamente, Betinho. Estamos com representação do Sul – Aluizio Palmar está aí, o Norton está chegando –; representação do Nordeste, que já foi lida; do Sudeste – Betinho –; do Centro-Oeste – Pinheiro, Nonô –, de Santa Catarina também... Aliás, Santa Catarina não: do Paraná temos a Ivete; do Distrito Federal – o Sérgio e o Jarbas Marques.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Senadora Ana Rita, minha conterrânea e militante de direitos humanos.

É lamentável que vamos fazer um debate sem a presença de algum representante da Comissão Nacional da Verdade – eles estão com a agenda carregada. O Gilney teve o privilégio de fazer o primeiro contraditório, mas temos muitos contraditórios a fazer.

Mesmo não tendo lido os oito tomos, eu li as recomendações. Não foi uma grande surpresa para nós. Há dois anos e sete meses, tínhamos uma expectativa até um pouco aquém do que trouxe o relatório, mas ele deixou a desejar. Na visão da Rede, deixou a desejar, embora com isso não queira diminuir o trabalho deles, considerando o período que tinham que abranger, considerando as dificuldades que tiveram, desde recursos humanos até a colaboração dos órgãos de Estado. O trabalho é um início para que se dê continuidade ao que mais almejam os componentes da Rede, que é a justiça, sem a qual, acreditamos, não haverá jamais a reconciliação.

E a lei, ao determinar a criação e o papel da CMV, é muito genérica e muito precisa. Ela não fala em alguns casos, ela não fala em algumas mortes, ela não fala em alguns desaparecimentos, ela não fala em alguns locais de tortura e extermínio: ela fala em todos. Então, à medida que o relatório não cumpriu rigorosamente a determinação da lei, fica algo para o futuro, e esse algo, inclusive, já foi manifestado em entrevista e ontem também pela Presidenta da República, ao dizer que estamos inaugurando um processo de desenvolvimento da verdade.

Já foi colocado aqui, mas queremos fazer coro, que a questão do quantitativo de mortos e desaparecidos tem um simbolismo muito maior do que foi dito pelo Dallari quando disse que a precisão técnica levou a fixar o número de 434, que a Comissão evitou um foco político e ideológico. Só que não existe nada fora da política, e a leitura que se vai fazer no Brasil e fora do Brasil é que a nossa ditadura matou e fez desaparecer 434, quando nós sabemos que estudiosos já falam de um número em torno de 11 mil ao incluir camponeses e indígenas. Então, é um número que desfoca a realidade e, por isso, vai ser utilizado por aqueles que têm dificuldade de aceitar o que foi a barbárie da ditadura.

Locais de tortura e extermínio, também a Comissão não foi capaz de ir a todos, inclusive àquele que, há uns três ou quatro meses, se tornou reportagem nacional por conta de Miriam Leitão, jornalista famosa, ter ficado no 38º BI, de nossa terra, onde sofreu as barbáries, não diferentes das que nós sofremos, mas, por ser uma colunista do jornal *O Globo*, teve a dimensão que teve. A Comissão Nacional da Verdade teria que, novamente, em um foco político, ter ido àquele local para deixá-lo registrado como um centro de tortura e também de possível extermínio.

Tivemos essas faltas.

Tivemos uma falta que, julgo, temos de levantar e discutir dentro do Congresso, fora do Congresso, que é a questão da Lei da Anistia: revisar ou reinterpretar? A revisão corre o risco de estar aceitando que a interpretação passada era legal, era tecnicamente legal, tanto que estamos revisando e estamos dizendo: “Não, ela não absolve os torturadores.” Mas, no momento em que se fizer isso, não vai existir o princípio de que a lei não retroage em prejuízo de alguém? Vamos a outro ponto: se acontecer isso, vai parar no STF, ou seja, vai acabar lá também a interpretação para se, no caso de qualquer revisão, de qualquer mexida, vai poder retroagir, e nós estaremos dizendo, então, que aquela interpretação era uma interpretação tecnicamente legal.

A Comissão Nacional da Verdade tinha condições de demonstrar que não houve o tal pacto, que foi uma das premissas do Eros Grau. Não está provado esse pacto! Quem participou dele, como o foi... Até porque existiam dois projetos de Lei da Anistia em que um venceu pela diferença de cinco mil votos. *(Pausa.)*

Cinco votos, perdão.

A reinterpretação, também, a nosso juízo, foi um açodamento, em 2010, da OAB, e não algo integrado com todas as forças, em um momento em que havia a possibilidade de se interpretar a composição do STF. Hoje, há uma composição diferente; hoje, nós podemos voltar a pensar nisso. Mas, acima de tudo, se usa sempre que a Lei da Anistia, principalmente aos que advogam a anistia para os torturadores, os agentes de Estado que cometeram os crimes de lesa-humanidade, é recíproca. Ontem mesmo, dizia o Ministro Mello que, além de ser recíproca, a anistia é esquecimento, como se a história pudesse ser esquecida, como se a ditadura pu-

desse ser esquecida, como se o golpe pudesse ser esquecido. Se ela é recíproca, e o §2º da Lei, que fez com que companheiros nossos permanecessem na prisão após a promulgação da lei, é o mesmo parágrafo que, se aplicado aos agentes da ditadura, eles terão de ser condenados.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON – Então, a Lei da Anistia, ela perpetró as graves violações de direitos humanos na medida em que deixou esses companheiros presos e não obedeceu à isonomia constitucional. Então, vá para um lado ou vá para outro, os agentes de Estado que cometeram esses crimes têm de ser responsabilizados, têm de ser penalizados, não por nós, mas acima de tudo porque, só assim, nós vamos poder colocar um marco na democracia brasileira, um marco em que a gente poderá dizer: Tortura nunca mais! Ditadura nunca mais! Democracia sempre mais!

Mas, até lá é preciso tomar cuidado com algumas sugestões, aparentemente consequentes, aparentemente louváveis, mas que podem ter um viés que não nos satisfaça. Exemplo: as Forças Armadas devem pedir desculpas à Nação. Verdade absoluta! Mas o pedido das Forças Armadas não substitui a Justiça, não substitui a penalização, a criminalização dos agentes que cometeram esses crimes de lesa-humanidade. O maior exemplo, comprovado, insofismável, de que as Forças Armadas não colaboraram foi o Hospital Central do Exército. Fomos lá, falamos com toda direção, general, coronéis, etc, e eles negaram que tivessem os nossos plantões médicos, mas, depois, uma denúncia anônima fez com que o Ministério Público e a Polícia Federal descobrissem que havia um depósito com essas fichas médicas no hospital.

Nós temos a concepção de que o golpe, tendo sido ilegítimo, ilegal, plantou uma árvore que deu todos os frutos podres, e cada galho dessa árvore tem de ter um antídoto para que não mais aconteça. E nas recomendações, nas 29 recomendações, não é isso o que se encontra. Também não se encontra o papel dos Estados Unidos no golpe, um papel que previa que, se houvesse resistência do povo brasileiro, existiria o plano de dividir o País em dois, e o Governador Magalhães Pinto seria o Governador da parte leste para cima. Isso não é uma questão de achar, mas está comprovado nos arquivos do próprio Estados Unidos que já foram liberados.

Os atores e fatores do golpe ainda não estão exaustivamente analisados, tanto que se elogia muito – e se deve elogiar – aqueles órgãos e próceres da República que lutaram contra a ditadura, mas nós tivemos órgão e próceres da República que acolheram o golpe. E, quando se vê o País, hoje, trocando a paranoia do comunismo pela paranoia a ser criada, o que se tenta disseminar, do bolivarianismo, isso exige que todo brasileiro, e, principalmente, de nós que vivemos essa parte, explicito o que foi esse golpe, o que produziu essa árvore podre da história do Brasil.

Então, tudo isso nos remete aqui e temos de ter a continuidade deste trabalho. O trabalho não foi suficiente, embora tenha sido um trabalho que, dentro da precariedade, dentro da falta de colaboração, foi exitoso. A CNV, em sua recomendação, fala de um órgão, um órgão que nós acreditamos que deva ser um órgão de Estado – não está explicitado isso – com representação do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público Federal e de três entidades representativas da sociedade civil, um órgão com sede e representação...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON – ...que daria guarda, manutenção e continuidade deste trabalho.

Mas isso também não é suficiente, porque o que aconteceu no Brasil não aconteceu de forma isolada. E, aí, nós temos a Operação Condor, que também não foi suficientemente aprofundada no relatório da CNV. Por isso, estamos propondo a constituição da Comissão da Verdade do Cone Sul. Sabemos que algumas Comissões da Verdade de outros Estados da América do Sul avançaram mais que a do Brasil. O Brasil também tem uma contribuição a dar na integração do continente, seguindo a linha do Mercosul, seguindo a linha do Unasul, que seria a criação dessa Comissão, que teria a vantagem de fazer com que, na medida em que há troca de experiência, com que cada Estado avance um pouco mais, de tirar o peso de um Estado só e de passá-lo para o ambiente maior em que vamos, mais uma vez, ter o envolvimento dos Estados Unidos nesse sentido.

Nosso atraso é tanto que, ontem, no meu Estado, depois de 16 anos de uma lei de reparação aos capixabas que foram atingidos pela ditadura, depois de 16 anos em que houve o primeiro projeto de lei não aceito, a Assembleia Legislativa teve à mão esse projeto de lei, enviado pelo Governo atual, que está deixando, e elaborado pelo Fórum Direito à Memória e à Verdade, mas o Governador que vai assumir, que tem o domínio da Assembleia Legislativa, orientou que não se aprovasse essa lei.

Esses atrasos que existem em alguns Estados do Brasil fazem com que nós, da Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça, entendamos que nossa luta só foi alcançada com um patamar de vitória, mas que vai continuar enquanto não houver a criminalização daqueles que fizeram à Nação brasileira, aos filhos desta Mãe Gentil, as barbaridades dos crimes de lesa-humanidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença de Aluizio Palmar, ex-presos político, perseguido e sobrevivente – ele é do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu; José Francisco, da Comissão da Verdade e do Sindicato dos Bancários de Brasília; Fabrício Paes, Diretor de Memória da UNE, representando, simbolicamente, Honestino de Guimarães, mártir da resistência à ditadura; Márcio Araújo, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara; Maria da Conceição Alves, da Consultoria Legislativa do Senado; Mila Landin, também da Consultoria do Senado; Nilo da Silva, da Universidade... *(Pausa.)*

Não consigo ler.

A presença de Lucas Goes, da SDH; Francisco Bruno, da Liderança do PSB; Leonel Sousa, da CSB, de São Paulo; e Francisco, ex-presos político de Pernambuco.

Nós temos aqui uma lista de pessoas que gostariam de intervir, mas, às 12h, exatamente, nós teremos o lançamento do livro *Um Homem Torturado: nos Passos de Frei Tito de Alencar*. Vai ser lançado às 12h. Então, nós temos uma limitação de tempo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Explique onde é o lançamento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Será no *hall* da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, no corredor em frente da Taquigrafia, não é isso? Após o túnel que vai para os anexos.

Eu passo a palavra à Vice-Procuradora-Geral da República, Drª Ela Wiecko. *(Pausa.)*

Após o túnel que vai para os anexos.

Eu passo a palavra à Vice-Procuradora-Geral da República, Drª Ela Wiecko.

A SRª ELA WIECKO V. DE CASTILHO – Eu saúdo a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe, que presidem esta audiência pública, aos demais integrantes da Mesa e a todas as pessoas que acompanham esta audiência pública presentes aqui ou em outros lugares *on-line*.

Incumbiu-me o Procurador-Geral da República, que está ausente da cidade, que eu o representasse nesta audiência pública, o que demonstra bem o sentido do reconhecimento da relevância desta audiência pública e, sobretudo, da oportunidade, muito embora o relatório tenha sido lançado ontem, e, por conseguinte, muitos aqui já externaram a impossibilidade de ler o conteúdo integral, o que é nosso caso também. Essa rapidez demonstra o envolvimento do Poder Legislativo, especialmente do Senado, em dar uma resposta à sociedade brasileira a partir das conclusões do documento, do relatório que foi publicado e das recomendações.

Então, o que é preciso dizer, do ponto de vista do Ministério Público – e aqui quero frisar mais uma vez que, substituindo ou representando o Procurador-Geral da República, eu estou representando todo o Ministério Público brasileiro, não só o Ministério Público Federal, mas também todos os Ministérios Públicos estaduais, porquanto o Procurador-Geral da República preside o Conselho Nacional do Ministério Público –, deste lugar de fala do Ministério Público, é que este relatório, além de ser um fato político, é um fato jurídico. E isso para nós, do Ministério Público, é muito importante, porque ele gera consequências jurídicas, consequências em nossa atuação extrajudicial, mas, sobretudo, judicial.

Ressalto que o relatório foi produzido por um órgão de Estado e que, como foi também muito pontuado pelo seu Presidente, Presidente da Comissão Nacional da Verdade, foi um documento feito com o rigor metodológico e com fatos comprovados em documentos, e não em opiniões; enfim, em uma cadeia de elementos probatórios que permitiram a emissão de conclusões. Entre essas conclusões, para nós, do Ministério Público, duas são extremamente importantes: a Conclusão nº 2, da Comprovação do Caráter Generalizado e Sistemático das Graves Violações dos Direitos Humanos, Conclusão, que permite a Conclusão nº 3 – elas estão encadeadas –, da ocorrência, no período analisado, de crimes contra a humanidade. Essas duas conclusões dão um suporte ao Ministério Público naquilo que foi agora solicitado – e que também consta do Relatório –, que é a punição dos torturadores.

O Relatório dá uma base de comprovação fática. Ela já existia, mas – eu repito – ela é agora qualificada com uma declaração do próprio Estado brasileiro por um de seus órgãos. Então, isso vai permitir, com maior largueza, a atuação do Ministério Público Federal, que já vem sendo realizada, nas ações penais propostas em primeiro grau, e também a atuação junto ao Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 153, que ainda pende de julgamento de embargos de declaração. Nessa ação, o Sr. Procurador-Geral da República, muito recentemente, encaminhou uma manifestação escrita em que ela segue exatamente os mesmos argumentos, as mesmas conclusões agora presentes neste relatório. Então, é um fato também o Relatório que deverá ser examinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Também, chamou-me a atenção, na Mesa anterior, quando o Dr. Pedro Dallari explicava o conteúdo desse relatório, o volume 2, que é um volume que contempla análises autorais. Ele explicou que não foram votadas, mas também foram produzidas com um rigor metodológico e, também, são muito importantes para a atuação do Ministério Público Federal. E eu gostaria de ressaltar uma delas, que já foi, inclusive, ressaltada pelo Dr. Gilney Viana, que é aquele relatório relativo aos direitos indígenas e que traz elementos muito claros de que havia uma

política de Estado de supressão dos povos indígenas. E isso é muito importante para a discussão atual dentro do Supremo Tribunal Federal, onde, a partir do julgamento da homologação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, foram estabelecidas algumas condicionantes, e uma delas, que ganha foros agora de uma norma que deve ser seguida, é a de que, se num determinado local os indígenas não estavam no dia 05 de outubro de 1988, eles perderam o direito. Então, esse documento que foi produzido pela Comissão Nacional da Verdade mostra como os povos indígenas foram espoliados pelo próprio Estado. E não é justo que, agora, nós não reconheçamos essa espoliação e exijamos – que é isso que está sendo exigido – que eles provem que resistiram contra o Estado brasileiro para se manter em determinado local até o dia 05 de outubro de 1988.

Numa leitura rápida das recomendações, eu procurei verificar o que havia de específico em relação ao Ministério Público, e localizei a Recomendação nº 7, que trata da retificação da anotação da causa de morte no assento de óbito, providência que o Ministério Público já tomou em algumas situações. Mas, naturalmente, agora, com essa recomendação – como, aliás, em outras –, se impõe que o Ministério Público Federal, bem como os Ministérios Públicos Estaduais se debrucem numa estratégia que dê uma resposta – não é? – coordenada e rápida a todas aquelas questões em que se exige atuação direta do Ministério Público, porque sempre haverá um largo campo de atuação posterior. Ou seja, porque há muitas recomendações que são dirigidas à Administração Federal, ao Governo. Então, na medida em que essas recomendações, elas não forem implementadas, o Ministério Público, ele, também, tem o campo de atuação contra a omissão dos administradores.

Eu gostaria, ainda, de ressaltar que, no âmbito do Ministério Público Federal, temos grupos de trabalho e, até, três órgãos internos que se ocupam das questões que são colocadas no relatório diretamente relacionadas ao que aconteceu no período da ditadura civil-militar, mas, também, das consequências – não é? – dessa ditadura, que são consistentes na persistência da tortura, nas buscas e apreensões fora da lei, enfim, em todas as atividades que são exercidas, principalmente, pelas polícias e que não seguem as regras do Estado democrático de direito. Então, temos grupos de trabalho e, inclusive, a criação, também muito recente, de uma câmara de coordenação e revisão no Ministério Público Federal do controle externo da atividade policial e do sistema prisional, que já tem se ocupado, exatamente, dos temas especificamente levantados nos itens 12, 13 e 14 das recomendações. E, também, é importante referir que, no Conselho Nacional do Ministério Público, que congrega todo o Ministério Público brasileiro, também há uma preocupação e reuniões no sentido de aprimorar, de fortalecer a atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial e na fiscalização do sistema prisional.

E um outro órgão que tem se ocupado, dentro do Ministério Público Federal, é a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e, nesse âmbito, um dos temas, também levantado nas recomendações, é o ensino nas Forças Armadas. É um tema que já foi objeto de alguma preocupação, mas que, realmente, ele precisa de um maior empenho, porque não é só no ensino, mas, também, no recrutamento – não é? – do pessoal das Forças Armadas; e, depois, no ensino é que nós temos que dar uma especial atenção de que isso se faça de acordo com os valores democráticos que estão sinalizados pela nossa Constituição.

Então, Srª Senadora, Sr. Senador, esses são os comentários, as observações e a manifestação imediata do Ministério Público, e que, sem dúvida, poderiam ser, até, mais meticolosos, não fosse, justamente, essa compreensão de todos de que não houve ainda a possibilidade de fazer uma análise detida de toda essa riqueza que o relatório da Comissão Nacional da Verdade nos traz.

Muito obrigada, então, por esta oportunidade de...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – V. Exª tem mais cinco minutos.

A SRª ELA WIECKO V. DE CASTILHO – Eu sei, mas acho que existem outras pessoas, também, que querem falar. Eventualmente, podemos, até, manter um diálogo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Drª. Ela.

A questão indígena é preocupante hoje, extremamente preocupante. Nós acompanhamos, aqui na Comissão, em várias oportunidades, depoimentos de indígenas que são violentados, perseguidos, que têm suas terras invadidas, e nós temos encaminhado e buscado solução, sendo em alguns Estados mais graves do que outros. No caso de Mato Grosso do Sul, nós fizemos uma diligência externa, estivemos nas áreas de conflito. Mas nós estamos avançando muito pouco, até porque a própria Justiça terminou se transformando num grande entrave, os processos demoram décadas para serem resolvidos e a comunidade fica sem o direito de retornar às terras que lhe pertenciam de fato, e que aquilo que a Constituição garante, seus direitos originários, está sendo desrespeitado, porque a justiça que tarda não é justiça. E, agora, com essa interpretação do Supremo extremamente preocupante – que o direito seja reconhecido só a partir de 1988 –, para as comunidades indígenas é uma situação muito temerosa – não é? E, aqui mesmo na Câmara, tramita a PEC nº 215, que, se aprovada, aí, então, é que nós vamos ter o entrave definitivo no processo de demarcação, de homologação das terras indígenas.

Mas vamos dar sequência. Eu passo a palavra à Srª Eugênia Gonzaga, por favor.

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA – Muito boa tarde a todos e todas.

Agradeço o convite feito pelo Senador João Capiberibe, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares, especialmente a Senadora Ana Rita.

Drª Ela Wiecko, minha parceira de Ministério Público Federal – se eu posso falar assim, pois somos da mesma instituição, mas a tenho como grande referência de atuação e de exemplo para mim; Diva, querida, familiar e também, agora, parceira na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos; e Francisco, muito boa tarde.

Bem, estou aqui, hoje, na qualidade de Presidenta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, função que passei a desempenhar apenas agora, em julho de 2014. E recebi esse convite, obviamente, pelo trabalho que eu desempenhava antes como Procuradora da República. Então, acho que tenho que me ater mais a esse período do que agora, como Presidenta da Comissão, e depois dizer o que nós podemos fazer de agora em diante, porque acho que a Comissão Especial sobre Mortos, ela pode ser tida como a nossa primeira Comissão da Verdade no Brasil e ela é a destinatária natural desse legado imenso relacionado à continuidade das buscas pelos corpos dos desaparecidos políticos e de tantos outros – não é?

Bem, a Comissão Nacional da Verdade foi criada após a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. É bom que a gente sempre se lembre disto: O Brasil é um dos países mais atrasados, aqui, na América do Sul no seu dever de fazer justiça de transição. Nós, no Ministério Público, fizemos parte de um grupo pequeno de Procuradores que começaram e deram início a essas medidas visando a uma mínima reparação, a uma mínima justiça de transição. Sendo assim, eu tive a honra de ser uma das coautoras das primeiras ações de responsabilização de pessoas, como Romeu Tuma, como Carlos Brilhante Ustra, como Harry Shibata. Todos eles já foram réus desde os anos 2006, 2007 e 2008, mas eram iniciativas isoladas e sempre com essa imensa dificuldade relacionada à Lei da Anistia, mas que nós fomos enfrentando, até porque começamos no âmbito cível. Então, registro, também, aqui, a postura do Dr. Marlon Weichert, colega Procurador, que esteve comigo e com outros valorosos colegas à frente desses temas. Mas, como eu disse, eram iniciativas isoladas, muito difíceis e muito sem estrutura. A própria busca pelos corpos dos desaparecidos políticos, eu venho acompanhando isso desde o ano de 2002, ela só chegou ao Ministério Público Federal pela total omissão do Estado brasileiro nesse tema. É uma situação dramática – não é? – de 1,4 mil ossadas exumadas no Cemitério de Perus desde 1990 ainda precisando de análise, as buscas no Araguaia ainda de maneira muito incipientes, e tantas outras frentes de trabalho abertas.

Bem, constatamos que era preciso uma Comissão Nacional da Verdade como uma das medidas que o Estado brasileiro precisava tomar. E começamos a bater nessa tecla até muito antes da condenação do Brasil pela Corte Interamericana. Mas não tivemos essa felicidade: a Comissão foi instaurada apenas após a condenação. E, no início, nós, até, éramos muito críticos em relação à Comissão, porque já começava pelo seu tempo de duração: dois anos para se apurar vinte anos. Era uma medida quase impossível, uma tarefa quase impossível. Logo que a Comissão da Verdade foi criada os discursos todos eram: não estamos aqui para justiça. O Gilney, com sua percuciência observou muito bem, não é Comissão Nacional da Verdade e Justiça, foi só Comissão Nacional da Verdade.

E não se falava em justiça e responsabilização. Era um tabu isso há dois anos, porque também tínhamos acabado de receber esse banho de água fria do Supremo Tribunal Federal, dizendo que a Lei da Anistia, conforme foi muito bem observado aqui, teria anistiado também os agentes, e a lei não diz isso, o texto da lei não diz isso. Pacto até hoje não aprendi na faculdade, Drª Ela, que pacto fazia parte do corpo da lei. Eu não soube isto, que o texto da lei incluía o pacto prévio. Então, um método de interpretação histórico que eles não explicam nos livros de hermenêutica. Primeiro, temos que verificar que pacto gerou aquela lei. Temos de ver o momento histórico, mas respeitar pactos é uma situação realmente bem inusitada. Mas, enfim...

Então, vem a Comissão Nacional da Verdade com este tabu, com esta dificuldade de falar em responsabilização, com esse pouco tempo, e veio. Só que hoje eu discordo das críticas que estão sendo feitas aqui. Acho que com esse pouco tempo o resultado apresentado é muito bom. Acho que foi feito um grande movimento, acho que tivemos momentos emocionantes na Comissão Nacional da Verdade como a situação em que foram exumados os restos mortais de Jango, de João Goulart. Independentemente de quem foi João Goulart, eu não discordo nem concordo com ele, mas era um presidente da República enterrado sem nenhuma honra de Estado e ele teve essa dignidade. Foi feita a cerimônia dele com todas as honras de um presidente da República, porque ele simplesmente foi deposto, foi quebrada essa trajetória dele. Acho que teve momentos muito importantes.

Outro ponto é que proliferaram as comissões da verdade, isso foi extremamente positivo, porque a Comissão Nacional da Verdade não pretendeu ser exclusiva. Então, ela não é a única a apresentar a sua posição. Isso fez com que, eu acho, seja muito enriquecedor todo esse clima criado.

E mais, ontem, me chamou muita atenção bastante interessante que tinha na hora da entrega. Um número um em romano junto do banner, imenso, da Comissão Nacional da Verdade. Era um zinho pintado de amarelo. Dá-se a entender que pode ser esta a primeira Comissão Nacional da Verdade, dá-se a entender. Acho que ficou subliminar isso. (*Palmas.*)

Acho que ficou.

Outro ponto foi muito importante sugerir a criação de um órgão permanente e já dizer aquilo a que veio. Então, ela aumentou os nomes. Estou extremamente feliz com o fato de terem sido indicadas as responsabilidades, porque isso, como eu disse, era um tabu. Eu não imaginava, aqui falando por mim, como já foi recomendado aqui anteriormente, falando por mim, eu não imaginava que chegassem a tanto com a nomeação e de tantos nomes. Acho que o Ministério Público Federal agora tem... Já vinha trabalhando, já possuía mais de uma centena de inqueritos instaurados. O Ministério Público Federal já vem trabalhando nisso há muito tempo e já tem um grande caminho trilhado, mas acho que esse relatório, como disse muito bem a Drª Ela, é um fato jurídico importantíssimo, reconhece como crime contra a humanidade, cita nomes, diz as circunstâncias. Tudo isso acho que permite um avanço imenso.

Obviamente o nosso óbice ainda está no Poder Judiciário, e precisamos lutar em relação a este óbice. Mas ele não está só no Poder Judiciário. Temos um óbice imenso na opinião pública também, porque hoje falam aqui tanto de um Bolsonaro da vida, que não é a primeira vez que comete atos incompatíveis com a ética parlamentar, mas ele é o mais votado. Acho que isso reflete... E eu não acredito que as pessoas todas que votem nele concordem com essas coisas, eu não acredito nisso. Eu acredito, sim, que falta muita comunicação, falta muita abertura. (*Palmas.*)

Nós estamos vivendo uma crise imensa de dificuldades de comunicação desses princípios. Segunda-feira, no Sindicato dos Engenheiros, falei: nós defendemos princípios e não esta posição ou aquela, defendemos justiça social, um Estado democrático de direito, com respeito à propriedade privada, que cumpra sua função social. É incrível que não consigamos explicar essas coisas para as pessoas.

Então, acho que temos realmente muitos obstáculos e muita coisa a ser feita. Nesse sentido, para encerrar a minha fala, me colocando aqui nesta qualidade de membro e presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, tive muito orgulho em aceitar, fiquei muito feliz, porque com o Ministério Público Federal vim batendo frequentemente nesta tecla de que a Comissão precisava ser estruturada. Então, recebi uma resposta muito importante: então venha presidir, vamos ver o que vai sugerir. E não é fácil, realmente não é fácil. Enquanto a Comissão Nacional da Verdade foi criada com toda estrutura, esta Comissão que foi criada em 1995, que é fruto da vitória dos familiares que o Gilney falou aqui, dessas pessoas que não desistiram nunca, reunindo-se em suas casas, levando documentos, fazendo coisas incríveis sozinhas, sem nenhum apoio do Estado, só por causa delas nós estamos aqui hoje. Só por causa delas o Ministério Público passou a trabalhar o tema. Só por causa delas temos uma comissão da verdade, e esta Comissão é fruto dessa imensa vitória. Só que ela é fruto daquele tipo de vitória que dá com uma mão e tira com a outra, porque foi uma comissão criada sem absolutamente nenhuma estrutura. Então, hoje chega pedido lá para fazermos exumação do corpo do Stuart Angel. Nós não temos equipe para fazer essa exumação. Fizemos isso de uma maneira *ad hoc* nos Estados, com a colaboração dos IMLs, com o Ministério Público acompanhando. Eu brinco que acompanhei tantas exumações desse jeito que já tenho mais horas do que muito médico legista, de tanto que fizemos. Mas foi de uma maneira que não era a maneira correta. Exumar um corpo não é chamar um médico e um policial e abrir a sepultura. Tem que ter um arqueólogo, tem que ter um geólogo, tem que ter as pessoas que retratem a maneira como aquele corpo estava, tem que ter a maneira certa de tirar. Então, até hoje não vemos fazendo isso de uma maneira correta. Esperamos que tudo isso sirva para conseguirmos revisar a lei que cria a Comissão Especial sobre Mortos. Essa Comissão tem um óbice, Gilney, ela não tem como trabalhar em corpos de pessoas que não tiveram ligação com a militância política, que não se envolveram em conflito armado pela militância política. Então, hoje, nem que queiramos reconhecer a questão dos indígenas, não tem como ser pela Comissão. Mas essa lei precisa ser revista, porque, assim como a lei da anistia, ela tem que tratar de casos de exceção. E todos esses são casos de exceção. (*Palmas.*)

Como foi dito, a história de que tivemos 434 vítimas não reflete a verdade. A ditadura produziu milhares de vítimas no Brasil e essa questão indígena é da maior gravidade, ela está no cerne de toda nossa história. Só que não vejo como sendo um defeito do relatório, acho que o relatório dá meios para continuarmos, elementos para que prossigamos de uma maneira definitiva na Justiça de transição brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Eugênia Gonzaga.

Agora estamos com o lançamento do livro, mas vamos abrir a palavra a algumas pessoas que gostariam de se manifestar da plenária e vamos ouvi-las.

Eu queria destacar a necessidade, para a democracia, da existência dos radicais. É fundamental. Precisamos conviver com... Agora eles precisam aprender a conviver com a democracia. Essa é a grande dificuldade. A votação não me impressiona, sabe por quê? Porque, hoje, eleição no nosso País é marcada pelo poder econômico, ela é determinada, ela é determinante.

Nós temos aqui um debate, que vai ser travado no próximo ano, que é a reforma política. Não é possível uma eleição futura, nos mesmos moldes da de outubro passado, é inadmissível. A composição da Câmara e do Senado, se nós criticamos a que está aí, a que vem será, talvez, um pouco mais complicada. É a força do poder econômico, e nós vamos acompanhar de perto isto, na hora em que o Supremo liberar os nomes dos políticos envolvidos com os escândalos da Petrobras.

Em relação à Justiça, realmente, é preocupante. Nós temos essa preocupação de que, quando os processos chegam à Justiça, há lentidão, vão se arrastando, se arrastando, e, principalmente, quando diz respeito às comunidades indígenas, isso é um problema sério, mas o último recurso que nós temos, na hora do conflito, é o Judiciário. E quando o Judiciário se comporta da forma como nós temos presenciado, a nossa preocupação se torna maior ainda.

Mas, enfim, vamos ouvir aqui o Sr. Betinho Duarte, da Comissão da Verdade de Minas Gerais.

Agora, o tempo, eu vou pedir a compreensão para que a gente possa pegar um pouquinho do lançamento do livro.

O SR. BETINHO DUARTE – Boa tarde a todos. Cumprimento o Senador João Capiberibe, todos da Mesa e todos os presentes. Como ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ex-prefeito interino, Senador, eu vou tentar cumprir o prazo regimental.

Eu tenho três sugestões a fazer, três elogios e uma crítica.

Antes de fazer as sugestões, eu queria dizer que eu estou vivendo momentos impactantes na minha vida, momentos maravilhosos da minha vida, como eu nunca vivi. Eu queria dizer, inclusive, que eu acabei de voltar de Cuba, não porque os fascistas nem a elite branca me mandaram para Cuba, mas porque fui participar do intercâmbio cultural Brasil e Cuba, passando o filme Marcas da Memória, 50 anos do golpe militar, que teve uma aceitação incrível.

Eu queria dizer até, Senador, que, se o senhor pudesse, com a Senadora Ana Rita, aprovar aqui uma solicitação ao Presidente Barack Obama para que libertasse os três heróis cubanos que estão ainda presos, nos Estados Unidos, para que eles passem o Natal em casa, seria de fundamental importância. (*Palmas.*)

As minhas três sugestões são – inclusive não são minhas, são da rede, já discutimos há muito tempo atrás, e não venham dizer que é revanchismo –:

1) A realização de um tribunal popular internacional para julgar os crimes da ditadura militar. Tentamos fazer isso, no ano passado, e não conseguimos. Fica essa ideia da realização desse tribunal popular internacional para julgar os crimes da ditadura militar.

2) A frente nacional em defesa da democracia e contra o fascismo, também estamos discutindo na rede. A Presidenta Dilma foi reeleita, tem que tomar posse e governar. Isto é uma balela: “Fora Dilma!” Isto é crime: “Fora Dilma”, impeachment e intervenção militar. Isso é crime constitucional. Não aceitamos isso, em hipótese alguma. Falam em intervenção militar para combater a corrupção, mas, na essência do golpe, havia corrupção, os que deram o golpe eram corruptos. É só pegar o caso de Itaipu, Angra dos Reis, Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, Serra Pelada e Petrobras, que foi saqueada naquela época. Lembro também que os torturadores ficaram riquíssimos, porque quando eles invadiam os nossos aparelhos, saqueavam tudo. Ficaram riquíssimos. Em Minas, inclusive, são hoje proprietários de minas de ouro e de outras minas. No Rio de Janeiro, transformaram-se em bicheiros e presidentes de escolas de samba.

3) Essa questão de colocar na internet é meio complicada. Queremos sugerir à Presidenta Dilma, que imprima milhares desses relatórios, para que vão para as escolas, para as universidades, enfim, porque, ontem, por exemplo, tive dificuldade em ler o relatório. Veja bem, isso é documento histórico que deve ir para escolas, universidades, bibliotecas, para que a população tenha acesso. (*Palmas.*)

Elogios.

Eu quero primeiro, inicialmente, elogiar o Gilney. (*Risos.*)

Gilney é um companheiro de longa data, inclusive ex-Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção Minas Gerais. Ele estava preso em Linhares. Fizemos uma campanha, mas ele não foi anistiado. A companheira dele na época me procurava: “Bettino, Bettinho, vamos fazer alguma coisa porque senão o Gilney não vai sair.” E nós fizemos e ele saiu. Então, o Gilney, naquela época, há muitos anos, já levantava a ideia de formação de comitês, e agora eu vou elogiar a Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça, porque graças a essa rede nós conquistamos vários avanços. São mais de cem comitês – não é isso, Calmon? – no Brasil inteiro. São mais de cem comitês, comissões, etc.

E o último elogio eu faço à Comissão Nacional da Verdade, que estão de parabéns. Podemos fazer alguma ressalva, mas um trabalho de 2 anos e 7 meses para investigar 42 anos é um trabalho fantástico e, na verdade, um ponto de partida e o início de uma longa caminhada pela frente.

E, por último, a crítica que eu gostaria de fazer, é exatamente ao Ministro, e eu não devia nem fazer nem citar o nome dele, tampouco, Marco Aurélio Mello. Eu não sei por que, voltando de São Paulo, eu comprei o *Estado*. Eu não tenho o costume de ler nenhum jornal, por sinal, porque eu acho que a imprensa, de um modo geral, é do Partido da Imprensa Golpista, mas o Anivaldo Padilha me sugeriu ler porque ele deu uma entrevista. E eu vi essa entrevista aqui do Marco Aurélio Mello, e eu caí para trás. Ele fala que, um Ministro do Supremo mexer em um assunto para punir os torturadores, como querem os integrantes da Comissão Nacional da Verdade, é impensável, nas atuais regras constitucionais. E ele ainda fala, “crime continuado como? Na passagem para a democracia, se as pessoas não apareceram é porque estão mortas”. A minha leitura é que são lixos. “O essencial da questão não se altera e, portanto, o espírito de conciliação negociado deve prevalecer”. Negociado com quem? Os torturadores não negociavam com a gente. Colocavam na cadeia para o interrogatório e no pau de arara. E todos nós sabemos que tortura é crime de lesa-humanidade, imprescritível, inafiançável, e o Brasil assinou esse tratado de estar na Constituição e tem que ser cumprido. Não venham com essa conversa de que tortura não pode punir, até porque tem gente falando em faixa etária. Lei e tratado não tem faixa etária. Até porque os torturadores espancaram e torturaram bebês e crianças. Nós conhecemos um caso: o Fleury, no colo da empregada, deu um tapa na cara de um bebê, que ficou com sequelas, e, recentemente, esse rapaz suicidou-se.

Então, na verdade, em página virada... Eu pergunto para vocês, que página virada é essa? Eu pergunto a Diva: que página virada é essa, Diva? Eu pergunto ao Togo, cujo pai é desaparecido político: que página virada é essa? Eu pergunto ao Gilney, que foi barbaramente torturado: que página virada é essa? Não tem página virada para nós, não. A página não vai virar, e as nossas cicatrizes jamais serão lavadas se não houver justiça, mesmo assim as cicatrizes ficarão. (*Palmas.*)

Queremos justiça Senador, e vamos ter essa justiça, custe o que custar!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Anistia é esquecimento, não é? Mas muitos companheiros, como o Gilney Viana, não foram esquecido. Não esqueceram o Gilney. Não esqueceram tantos outros, não é? Houve um pouco a contradição de quem defende o indefensável.

Vamos conceder a palavra à Laurenice Noleto, da Comissão de Jornalistas de Goiás.

A SRª LAURENICE NOLETO – Eu faço questão de fazer uso da palavra, porque o tema que me traz aqui a falar é justamente de uma importância muito grande, que foi muito pouco colocado aqui, a não ser pela Drª Eugênia, que levantou a questão da comunicação. No registro, no levantamento de vários comitês, inclusive das comissões de jornalistas formadas pelo Brasil todo, em uma coordenação da Federação Nacional dos Jornalistas, que também criou a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, nós fizemos muito levantamento sobre a participação de jornalistas que foram vítimas da ditadura, como temos aqui na bancada, Pinheiro Sales, um dos jornalistas que deve ter sido o mais torturado do Brasil, e Jarbas, outro exemplo de resistência, de jornalista que foi extremamente torturado. E eu tenho o meu marido, que foi vítima – que eu escrevi agora recente um livro sobre a vida dele –, Vilmar Antônio Alves, que foi sindicalista em Goiânia e em Brasília.

Tenho a informação que o Dr. Pedro me deu ali na saída, porque não tive tempo de ler também o relatório, de que a questão da comunicação está, sim, contemplada no item 8, Capítulo VIII, e não sei o quê. Não deu tempo de eu ler ainda. Mas eu quero chamar a atenção de todos nós, e, principalmente, de quem hoje vai trabalhar a continuidade do trabalho apresentado pela Comissão da Verdade, principalmente vocês companheiros que estão aqui de lutas e com representatividade, sobre a importância do papel da imprensa, ontem, no golpe, e hoje. Nós estamos vendo se repetir muita coisa que aconteceu para o pré-golpe de 64. Os Ipês e Ibad de ontem têm novos nomes hoje. Pode ser Millenium. Pode ter vários outros nomes. Mas nós temos consciência disso e precisamos nos preocupar com isso, porque, se não for tratada a questão da comunicação, a repetição da história é muito provável que aconteça, e as nossas vítimas da comunicação, vai ficar sem sentido o sacrifício delas. O empresário comprometido de ontem, continua comprometido hoje, e ele precisa ser denunciado e precisa ser vigiado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Eu passo a palavra à Ivete Caribé, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.

A SRª IVETE CARIBÉ ROCHA – Bom dia! Bom dia à Mesa, especialmente na pessoa do seu Presidente, Senador João Capiberibe! Bom dia à Senadora Ana Rita!

Minha fala é muito rápida, até porque é complementar àquilo que o companheiro Francisco já falou. Realmente pensarmos e lutarmos pela constituição desta Comissão da Verdade do Cone Sul, porque o meu grupo de trabalho na Comissão Estadual da Verdade do Paraná e Teresa Urban, que foi do grupo de trabalho Operação Condor, verificamos, na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, no Chile, a existência de muitos documentos, e nós não conseguimos dar conta do trabalho. Então, é extremamente importante a criação da Comissão do Cone Sul e também de uma justiça especializada para o julgamento desses crimes. A Argentina tem isso. Tive oportunidade de assistir a um julgamento. E foi, para mim, muito impactante, porque ela funciona das 8h até a hora que terminar, com juízes especializados na questão.

Então, eu acho que nós temos que pensar, também, em algo parecido, porque o exemplo é muito bom. Agradeço muito e vou dar a oportunidade a outros companheiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Com a palavra o jornalista Jarbas Silva Marques, da Comissão da Memória e Verdade do Sindicato de Jornalistas do DF.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Senador, antes de nós, o Sindicato dos Jornalistas, num projeto que a Nonô falou sobre a criação pela Fenaj, essa subcomissão, além de enfrentar os quartéis... O depoimento mais importante sobre a repressão em Brasília foi dado nessa sala ao senhor. Foram os colegas jornalistas presos, e nós identificamos, a 200 metros do Congresso e a 300 metros do Palácio do Planalto, nos centros de tortura que a Marinha fez e nos centros de tortura que o Exército fez no prédio do Exército, ao lado do Prédio da Marinha. Foi extremamente importante esse depoimento à subcomissão. Antes, a Senadora Ana Rita, quando a gente ainda lutava pela criação da modificação do projeto da Comissão da Verdade, colocou o plenário à nossa disposição, da lara, do Gilney, dos companheiros de Brasília, pela responsabilidade territorial física que a gente tem de representar aqueles que não podem vir.

Nos depoimentos aqui, nós vimos que esse centro da Marinha foi porque... A crítica que nós fazemos à Comissão da Verdade é que, em Brasília... Só faltou que a gente fizesse requerimento à Comissão Nacional da Verdade para dizer os locais de tortura em Brasília. E sou também membro da Comissão da Verdade da OAB-DF e, por exemplo, em Brasília, a partir de 1968, da invasão da Universidade de Brasília, quando a Marinha coloca o Capitão Azevedo como Reitor, a Marinha passa a centralizar a repressão a todo o campo social em Brasília. Essa foi a razão de montar o centro de tortura no Ministério da Marinha. Ao passo que todos aqueles, nós, que fomos torturados nos quartéis de Brasília... A concentração da repressão foi na Polícia do Exército e nos vários quartéis aqui em Brasília. Então, nem isso nós conseguimos na Capital da República. Quer dizer, o que foi fornecido em primeira mão ao Senado, através da subcomissão, o nosso Sindicato, a nossa comissão, colocou à disposição da Comissão da Verdade.

Então, a história da repressão... Por exemplo, os companheiros que estavam presos na PE, no PIC... o Antônio Bandeira, que chefiou a repressão à guerrilha, trazia cabeças e mãos para identificar aqui na PE. Vários companheiros viram latas de querosene chegando com cabeça e mão para identificar aqui aqueles que foram mortos lá e que não foram identificados lá. Eles trouxeram para Brasília. O Antônio Bandeira trouxe.

Agora, nós vamos dar sequência. Por exemplo, a Comissão da Verdade não viu a agressão à Brasília, a destruição da Universidade de Brasília, e à OAB-DF. A primeira Comissão de Direitos Humanos no Brasil foi criada aqui na OAB-DF. E o Newton Cruz invadiu, no estado de emergência, a OAB. E uma coisa precisa ser ressaltada: a OAB foi invadida no estado de emergência, eles botaram fogo, a OAB-DF não tem nenhuma história administrativa e, pasmem, o Presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, que depois foi Senador e Presidente do Supremo tribunal Federal, sofreu um processo. Eles botaram fogo na OAB e acusaram o Maurício Corrêa de ter sido ele quem botou fogo na OAB. Vejam o cinismo!

E a padronização, a padronização de tortura, por exemplo. Eu fui torturado aqui pela equipe do Meira Mattos, que chegou de São Domingos. E a padronização de tortura... O senhor falou de iniciar pela Polícia Civil. Sim, em parte, mas a escola de tortura do Panamá... Por exemplo, a Ivete sabe, conheceu um sobrevivente que hoje está falecido e que sofreu o mesmo padrão de tortura que eu sofri aqui no Batalhão da Guarda Presidencial, que era um padrão de destruição mental que eles chamavam de escovão. Colocavam os companheiros de processo e me afogaram em tinas de urina e fezes. E o Ildeu Manso, além de no Paraná sofrer esse mesmo padrão de tortura, teve lesões que o levaram à morte.

Então, não se discutiu – isso que foi colocado por outros aqui – o padrão de tortura adotado pelos Estados Unidos, na escola do Panamá, e os torturadores. Três dias atrás o parlamento dos Estados Unidos viu o que o Bush... O que eles ensinaram a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – ...240 mil militares, eles voltaram a fazer. Não precisaram das mãos sujas dos militares na América Latina. Eles mesmos fizeram pelo mundo.

Então, a grande falha desse relatório que eu vejo é até hoje o Supremo Tribunal Federal estar assentado, desde o Nelson Jobim, no processo que a família do Presidente João Belchior Marques Goulart entrou para responsabilizar o governo dos Estados Unidos pelo golpe de Estado. Por que é que esse STF, que é um tribunal de exceção, cria essa anomalia do tal pacto que não existiu? E a luta é do cinismo das pessoas que querem, como o Marco Mello, ensinar a vigarice para mais vigários.

Assim, eu quero lembrar ao senhor que essa Subcomissão teve acesso a uma coisa que estava sepultada: os centros de tortura do Exército e da Marinha, a 200 metros do Congresso Nacional e a 400 metros do palácio de despacho do Presidente da República, o Palácio do Planalto. Isso foi montado aqui, na Esplanada dos Ministérios, e, graças a sua presidência na Subcomissão, pela primeira vez na história, conseguimos provar que a ditadura foi extremamente vergonhosa.

Juscelino Kubitschek. Na comunicação do Figueiredo com o Contreiras, ele diz, em um documento oficial, que Ivete ficou de pegar, descoberto no Paraguai pelo Almada, de aplicar o código 12 no Juscelino. O código 12 é matar.

Então, está na hora de a gente continuar e estender essa luta em busca da verdade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Agora nós temos o último inscrito aqui, que é o Cesar Cordaro.

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ *(Fora do microfone.)* – E o Cajá.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Com certeza. Você quer usar da palavra? Então vai ser o último. Logo em seguida do Cesar Cordaro, então o Edival Cajá vai usar da palavra.

Com a palavra Cesar Cordaro, que é da Comissão da Verdade da prefeitura do Município de São Paulo. *(Pausa.)*

Então vai ser o último. Logo em seguida ao Cesar Cordaro, o Edival Cajá vai usar da palavra.

Com a palavra Cesar Cordaro, que é da Comissão da Verdade da Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. CESAR CORDARO – Sr. Presidente, Senador Capiberibe, Senadora Ana Rita e demais integrantes da Mesa, é com muita satisfação que eu participo deste evento. Represento aqui a Comissão da Verdade Memória e Verdade, da Prefeitura de São Paulo, recém criada. Essa Comissão foi instalada no dia 25 de setembro passado, tardiamente, mas vem na esteira daquilo que foi muito bem colocado pela Dr^a Eugênia Gonzaga em relação ao cumprimento da condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

São Paulo teve uma atuação importante, foi o centro de tortura onde o maior número de pessoas sofreram as graves violações de direitos humanos, e não havia sentido não haver uma comissão da verdade para analisar e apurar a participação da estrutura do Município nessa cadeia de repressão.

Eu vejo com bastante felicidade o resultado geral do relatório da Comissão da Verdade. Em que pesem as eventuais falhas apontadas, eu acho que o resultado é bastante positivo porque, como já foi dito, ele oficializa a posição do Estado em reconhecer as graves violações de direitos humanos como política de Estado. E, nesse aspecto, eu acho que a conclusão da Comissão Nacional da Verdade foi muito feliz e muito importante.

Acho que o aspecto fundamental da Comissão Nacional da Verdade, a partir desse resultado colhido, foi frisado pelo advogado Wadih Damous, que é justamente o esforço que deve ser feito agora para que as recomendações da Comissão sejam transformadas em políticas públicas. E que as eventuais lacunas que ocorreram tenham canais institucionais para que possam ser ampliadas e possam ser preenchidas. Ou seja, como disse o Pedro Dallari, foi uma plataforma a partir da qual efetivamente vai se desencadear a ampliação de todo esse processo que é fundamental para a democracia no Brasil.

E, para encerrar, aqui eu gostaria de falar uma opinião pessoal. Eu acho que nós devemos continuar a perseguir a luta pela realização da justiça. A situação que vivemos hoje e que já foi frisada nos diversos depoimentos, a conduta que a polícia adota em relação ao povo pobre e preto das periferias das grandes cidades, sem dúvida, decorre da impunidade. A impunidade em relação à tortura é inadmissível. A consciência democrática não pode permitir que prevaleça essa impunidade.

E, para responder talvez de uma forma que venha a amenizar a notícia que o companheiro Betinho Duarte leu sobre a posição do Ministro do Supremo, eu gostaria de ressaltar que na ADPF nº 320, que o PSOL promoveu pedindo o cumprimento da sentença da Corte Interamericana...

(Soa a campanha.)

O SR. CESAR CORDARO – ...o Ministério Público – já termino – deu um parecer dizendo que os crimes de natureza permanente devem ser apurados e devem buscar a responsabilidade dos seus agentes. E disse também que os crimes praticados com graves violações de direitos humanos são crimes de lesa-humanidade e não estão sujeitos nem a prescrição nem a anistia.

Era isso o que eu queria dizer, muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu cometi um equívoco aqui, há mais gente na lista; nós temos mais três pessoas e eu vou respeitar aqui a lista, Edival. Temos mais o Vicente Rodrigues e o Paulo Parucker.

Com a palavra o Vicente Rodrigues, que é do Arquivo Nacional Memórias Reveladas.

O SR. VICENTE RODRIGUES – Rapidamente então. Meu nome é Vicente Rodrigues, sou do Arquivo Nacional e da Rede Memórias Reveladas.

Dois pontos que eu ia tratar do relatório, o relatório é muito grande, mas no que se refere aos sapatos, nós, sapateiros do Arquivo Nacional, já demos uma olhada no que é que há de arquivo e de referência aos arquivos da ditadura nesse relatório.

Em primeiro lugar, há 381 referências a acervos, só acervos federais no Tomo I do Volume I. Então, é razoável dizer que foi uma Comissão que trabalhou bem com os arquivos, dentro de tempo, dentro das limitações e com o que ela tinha à mão.

Por outro lado, assim como não houve avanços na identificação dos locais onde estão os desaparecidos políticos, também não houve avanço significativo na localização dos acervos desaparecidos. Talvez inclusive haja uma identidade entre esses dois desaparecimentos, porque os grupos interessados em fazer a informação desaparecer talvez sejam relacionados, ou, muito provável imaginar isso, são relacionados com os que fizeram gente desaparecer.

Então, apenas esses dois aspectos, pontuando que a documentação, embora eu tenha elogiado que a Comissão da Verdade fez um bom trabalho ao utilizar a documentação, é muito grande. Então, ela só arranhou, na verdade, o volume total. Se a gente pegar o volume total da documentação, ela só arranhou, por falta de tempo, por falta de pesquisadores, por falta de possibilidade de tratar vários temas, então é necessário mais pesquisadores.

E o segundo ponto era referenciar talvez essa identidade entre o desaparecimento de acervos e o desaparecimento de pessoas, e, talvez, chegar às pessoas por quem fez desaparecer os acervos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Obrigado. Dando sequência, passo a palavra a Paulo Parucker, da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB.

O SR. PAULO PARUCKER – Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de agradecer a oportunidade e, especialmente, de falar nesse espaço muito simbólico, pois se trata aqui da Subcomissão de Direitos Humanos.

Três aspectos principais para ser bastante rápido. Primeiro: lembrar que esse trabalho do relatório final da Comissão Nacional da Verdade é um trabalho coletivo; devemos dar toda a congratulação possível, mas lembrar que é um trabalho coletivo que envolveu a colaboração das comissões estaduais, das comissões municipais, das comissões setoriais de sindicatos, de universidades, etc., etc.

O segundo aspecto: essa narrativa é uma narrativa historiográfica, é contar uma história, mas ela é também política. E nós sabemos que a justiça não se exerce no vácuo, então cabe a nós darmos sequência a essa pressão política para que consigamos avançar nesse aspecto.

E, por fim, o terceiro aspecto que eu queria ressaltar é que, embora haja essa discussão de 434 vítimas, ou 500, ou 8 mil, eu gostaria de lembrar que é necessário a gente abordar isso com um conceito ampliado de vítimas, não é, porque as graves violações, é claro, sem desmerecer toda a dor das famílias que têm desaparecidos e das pessoas que sofreram torturas, enfim, dos assassinatos, etc – a censura é uma grave violação, a proibição de manifestações é uma grave violação –, todas essas coisas aconteceram com a população, então é preciso que a gente tenha essa noção de que a vítima é também a pessoa comum, é a população do País.

São esses três aspectos que eu gostaria de lembrar. E, por fim, convidá-los a que, em abril de 2015, vamos fazer a entrega do relatório final da Comissão da Verdade da UnB e será um prazer recebê-los nesse momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem. O último inscrito... Mas antes eu gostaria de registrar a presença do Cláudio Antônio de Almeida, que também faz parte da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB. Muito obrigado pela presença.

O último inscrito é Edival Nunes Cajá, ex-presos político, de Pernambuco.

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ – Bem, eu sou membro da coordenação do Comitê Memória, Verdade e Justiça, de Pernambuco; presidimos o Centro Cultural Manoel Lisboa, de Pernambuco, e fui membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, quando presidida por Dom Helder Câmara.

Fui sequestrado nesse período, torturado barbaramente, e pelo fato de não ter dado uma só informação sobre mim e sobre meus companheiros, então eles iniciaram o processo para o meu assassinato. E a sorte é que, dado o prestígio internacional de Dom Helder, essa tortura veio a público e os estudantes da Universidade

Federal iniciaram uma greve, pois eu pertencia à comissão que organizou o 1º ENE e estava organizando o 2º ENE, o Encontro Nacional dos Estudantes, preparatório para reconstituir a UNE. Dessa forma, pude sobreviver por conta dessa greve e por conta das denúncias de Dom Helder no exterior.

Estou falando de mim porque recentemente – a gente está cuidando da memória coletiva, mas também vimos necessidade de cuidar e de registrar a nossa própria memória, pelo menos enquanto a gente tem memória – eu fui à auditoria, junto com o Marcelo Santa Cruz, que é advogado nas horas em que é possível entre a luta pela memória e a luta pelo parlamento lá de Olinda, com uma petição para reivindicar a cópia do processo, um dos primeiros que foi feito contra torturadores. Saí da prisão e, logo em seguida, fiz um processo. Eu e meu advogado, o Dr. Eduardo Chaves Pandolfi, que era o Presidente do Comitê Brasileiro de Anistia em Pernambuco, fomos à Polícia Federal para abrir um processo contra a Polícia.

(Soa a campainha.)

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ – Abrimos o processo. Tentaram nos demover da abertura do processo contra os torturadores. Havia sido uma operação conjunta do DOI-Codi com a Polícia Federal em Pernambuco. Então, tentaram nos demover da abertura desse processo lá. Mas o meu advogado interveio e disse: “Não. Ele tem esse direito. Ele quer abrir o processo. Isso está na Constituição, está no Estatuto? O Regimento da Polícia Federal permite que seus agentes torturem?”. Ele disse: “Não, é claro!” “Então, por que ele não pode abri-lo? Ele está ajudando a Polícia Federal, ao trazer os nomes dos torturadores.” Então, com essa relutância, abriu-se o processo, e o encaminhamos à Auditoria Militar.

No dia do julgamento, eu fui para lá. Estavam os cinco lá. E, na subida da escada, desde o primeiro andar até eu chegar lá, eles foram me ameaçando dizendo que me pegariam na saída. Então, fui obrigado a falar – meu advogado também, nessa hora, não quis falar – na hora em que abriu a sessão e a perguntar se era possível fazer dentro da Auditoria as ameaças que eu estava sofrendo. Uma mulher estava pela primeira vez lá como auditora. A juíza togada perguntou para os policiais presentes se havia alguém me ameaçando. Disseram: “É claro que não, doutora! Ele está vendo fantasmas.”

Então, nesse clima, fizemos esse processo e denunciemos lá. Eles o arquivaram por falta de provas testemunhais. Eles reconheceram as provas documentais, retiradas do IML. O exame de corpo de delito foi feito depois, e as feridas vão sendo apagadas. Havia dez dias de incomunicabilidade. Mesmo depois, estava lá escrito que eu tinha sido ferido com instrumentos contundentes. Então, pegamos uma cópia e a entregamos lá. Mas a Auditoria disse que, apesar de haver provas documentais, faltavam as provas testemunhais e arquivou o processo por falta dessas provas.

Então, fomos pegar a cópia desse processo. Chegamos à Auditoria. Isso não ocorreu no passado, mas agora, seis meses atrás. Não foi isso, Marcelo? *(Pausa.)*

Chegamos lá com o ofício, peticionando a cópia desse processo, que deveria estar lá ou em Brasília. Esperamos um mês, dois meses, e fomos novamente lá. Chegando lá, recebemos a cópia do processo em que fui acusado. Mas disseram que a cópia do processo em que nós acusamos os torturadores tinha sumido. Disseram: “Não existe. Não há mais. Não existe.”

Então, o que acho que deveríamos ter incluído nesse relatório? Devemos pugnar, daqui para frente, pela exclusão dessa Justiça e desses tribunais de guerra em época de paz. É extinção simplesmente! Se não há guerra, para que diabos servem essas auditorias e o Superior Tribunal Militar? Para julgarem civil e para julgarem militar? Não estamos em guerra. Por que não se pode reivindicar formalmente a extinção desse aparato caríssimo? Estão construindo edifícios novos para as auditorias e para o Superior Tribunal Militar. Quando não há guerra, isso é uma irracionalidade. Não há motivo para isso. Não há guerra alguma dentro do País. E se estão investindo recursos nisso, quando eles faltam para a educação, para a saúde. Estão construindo prédios de tribunais de guerra!

Então, Sr. Presidente, eu queria falar duas coisas. Uma delas era essa denúncia. Sonegam esses documentos, qualquer documento que tenha prova contra torturador. As várias peças que nós tínhamos, nós as entregamos. Elas estavam lá. Não ficamos com a cópia e não temos acesso a elas, porque se trata de acusação a torturadores.

A segunda questão é a seguinte: realizamos, em Pernambuco, o II Encontro Norte e Nordeste dos Comitês Memória, Verdade e Justiça, e já ficou anunciado o III Encontro no Ceará. A companheira Lúcia Alencar, que estava lá representando o seu Comitê, com mais cinco companheiros, assumiu esse compromisso de realizar esse III Encontro já no início do segundo semestre no Ceará.

Quero afirmar que, enquanto houver um só desaparecido – e são centenas; com certeza, o número está perto de alguns milhares –, os nossos Comitês de Memória, Verdade e Justiça não serão desativados, seguirão em frente. Temos a esperança de encontrar, sim, as circunstâncias e os restos mortais, para dar uma sepultura digna a esses combatentes, a esses heróis do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Estamos chegando ao final desta audiência pública destinada a analisar o relatório da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça. Na verdade, a partir de agora, nós vamos ter muito trabalho pela frente, vamos tratar de encaminhar várias questões.

Jarbas, da OAB, da UnB, do Sindicato dos Jornalistas, encaminhe uma cópia para nós, para que a gente possa também solicitar informações, requerer informações junto aos Ministérios, enfim, ver o que é possível fazer dentro da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça da CDH do Senado.

Nós, evidentemente, vamos, sim, tomar algumas medidas nas próximas reuniões da Comissão e apresentar algumas propostas de encaminhamento.

A Eugênia foi embora, mas eu gostaria de dizer que o Brasil melhorou muito, o Brasil da democracia é outro País. Os dados mostram, quando você se debruça na evolução da queda da mortalidade infantil e da expectativa de vida, a gente observa que, no Brasil da democracia, nós fizemos avanços significativos. Tenho certeza de que qualquer tentativa de golpe redundaria, evidentemente, numa guerra civil. Não tem como, não cabe mais, não tem a menor possibilidade de se aceitar um golpe ou uma quebra da institucionalidade. Estamos vivendo o mais longo período de estabilidade democrática no País e não vejo como se quebrar isso sem que se provoque, de fato, uma guerra civil no País. Até porque a vida, de fato, melhorou para amplos segmentos populares, e isso é consequência da democracia. E as pessoas sabem disso. Mesmo sem ter acesso à comunicação para travar esse debate, as pessoas sentem que hoje nós vivemos infinitamente melhor do que viveram os nossos pais e os nossos avós.

Então, isso é o que nos dá a garantia de seguir em frente. O que nós precisamos é fazer com que essas conquistas se consolidem e avancem. Entre elas, evidentemente, a reparação e se fazer justiça, a partir do relatório: mobilizar o Ministério Público, mobilizar a opinião pública, trazer para dentro da Casa o debate. Aqui mesmo temos um problema sério. Todos os dias, para chegar ao meu gabinete, passo por uma ala que é uma homenagem a um torturador. Para quem foi torturado, isso faz com que a gente nunca esqueça. Até hoje não conseguimos modificar isso. A Ala Filinto Müller está aí para mostrar que há uma resistência política, que mostra também outra característica de um País que só muito recentemente está construindo a cultura democrática. Então, ainda temos que avançar muito, mas tenho certeza de que vamos continuar avançando. Quem provou da democracia gostou e não abre mão dela de maneira nenhuma.

Eu queria agradecer a todos aqueles que participaram desse debate riquíssimo, que fortalece a democracia e nos estimula a continuar lutando aqui no Senado. Não somos tantos, mas, com a força que vem dos movimentos sociais, a gente traz aqui para dentro um debate, uma discussão que termina provocando avanços.

Eu queria finalizar convidando todos para o lançamento do livro, que está acontecendo já neste momento, a Senadora Ana Rita se adiantou, e vamos para lá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Eduardo Amorim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores **Cristovam Buarque e Jarbas Vasconcelos**. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz pronunciamento referente à Ucrânia. Tem início a apreciação da **PAUTA – 1ª PARTE: Audiência Pública** para debater sobre a crise na Ucrânia, que culminou na consulta popular que aprovou a reintegração da Criméia à Federação Russa; em atendimento ao RRE nº 29/2014 – CRE. O Presidente convida a compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor **Rostyslav Tronenko**, Embaixador da Ucrânia no Brasil. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para sua exposição. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Cyro Miranda. O Embaixador responde os questionamentos e faz suas considerações finais. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Hugo Napoleão. O Presidente agradece a presença do Embaixador e encerra-se a 1ª Parte desta Reunião. O Presidente suspende esta

Reunião às 11 horas e 14 minutos e reabre-a às 11 horas e 16 minutos, quando, então, passa-se à **PAUTA – 2ª PARTE: Audiência Pública** para discutir os rumos da Defesa brasileira e prestar informações no âmbito de sua competência, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 4, de 2013. O Presidente convida a compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor **Celso Amorim**, Ministro de Estado da Defesa. O Presidente registra a presença das seguintes autoridades: Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Tenente Brigadeiro do Ar Ailton dos Santos Pohlmann, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e Comandante Interino da Aeronáutica; General de Exército José Carlos de Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Ari Matos Cardoso, Secretário-Geral do Ministério da Defesa; General de Divisão Luiz Felipe Linhares Gomes, chefe do Escritório de Projetos do Exército; e General de Brigada Eduardo Castanheira Garrido. O Presidente concede a palavra ao Ministro para sua exposição. O Presidente consulta seus colegas sobre inclusão extrapauta de Requerimento de sua autoria. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Luiz Henrique e José Agripino. O Presidente faz considerações referentes ao tema desta parte desta Reunião. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador José Agripino, o Senador Pedro Simon e o Deputado Federal Hugo Napoleão. O Ministro responde os questionamentos apresentados e faz suas considerações finais. O Presidente agradece o Ministro pela presença e também às demais autoridades da Defesa acima citadas. **EXTRAPAUTA – DELIBERATIVA: ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 32, DE 2014 – CRE**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidada a Deputada Maria Corina Machado, para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.” Na discussão, usam a palavra os Senadores Vanessa Grazziotin, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e José Agripino. Aprovado. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy, que solicita a inclusão de item extrapauta. Solicitação aprovada. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 33, DE 2014 – CRE**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidado o Deputado Rodrigo Cabezas, do Partido Socialista Unido da Venezuela para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.” Na discussão usam a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Agripino. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República. – É com grande honra e satisfação que nesta primeira etapa, neste primeiro ciclo da nossa reunião nós estamos tendo o prazer de receber S. Ex^a, o Ex^{mo} Sr. Embaixador da Ucrânia no Brasil, o Embaixador Tronenko. – Esta audiência resulta de requerimento e debate nesta Comissão para que possamos aprofundar um pouco o nosso nível de informação, conhecimento e até mesmo de nivelamento relacionado aos conflitos que estamos observando e acompanhando na Ucrânia, sobretudo em razão da anexação da região da Crimeia à Federação Russa. – Agrademos ao Embaixador, que se disponibilizou para que nós pudéssemos debater o assunto, sinalizando evidentemente um respeito profundo pelo nosso Congresso e, sobretudo, pela forma transparente com que vamos desenvolver esse debate. O fato objetivo é que as nossas relações com a Ucrânia são relações antigas, são relações importantes, até porque os indicativos são de que temos no Brasil pelo menos 500 mil pessoas que são descendentes da Ucrânia. Grande parte dessa comunidade está no Estado do Paraná, mas não apenas no Paraná, também em Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. – Temos importantes cooperações técnicas com a Ucrânia e vale aqui destacar alguns desses mais importantes e relevantes projetos, como é o caso da construção do Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão, com previsão para lançamento do foguete Cyclone 4. Também há um outro projeto muito importante com largo alcance social para o nosso País, a transferência de tecnologia da Ucrânia para produção de insulina no Brasil. – Portanto, é com muita alegria, com muita satisfação e honra que gostaríamos de convidar S. Ex^a, o Embaixador Tronenko, que está acompanhado de S. Ex^a, Embaixatriz, que é brasileira. *(Pausa.)* – Sr. Embaixador, é com muita alegria e com muita honra que recebemos V. Ex^a aqui na Comissão de Relações Exteriores. Vamos passar a palavra a V. Ex^a para que possa fazer uma exposição, possa compartilhar e socializar não apenas com os Senadores que compõem esta Comissão, mas também compartilhar com os brasileiros e, sobretudo, com a comunidade ucraniana, que deve estar nos acompanhando através da TV Senado. – A palavra é de V. Ex^a pelo tempo que considerar necessário para que nós possamos ter uma visão dos últimos acontecimentos e da forma como a Chance-

laria que V. Ex^a coordena está tratando deste tema. – A palavra é de V. Ex^a. – **O SR. ROSTYSLAV TRONENKO** – Obrigado. – Prezado Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, em primeiro lugar queria agradecer ao Senador Ricardo Ferraço, em nome do meu governo, em nome da numerosa comunidade ucraniana no Brasil, que representa mais de 500 mil brasileiros da região ucraniana, pela sua iniciativa de convocar esta audiência pública e pela possibilidade de expor, ante os distinguidos membros desta Casa e a população brasileira, a posição do meu governo referente à situação da República Autônoma da Crimeia, e também sobre a agressão brutal contra o nosso país por parte da Federação da Rússia. – Desde o fim de novembro do ano passado, o mundo – e acredito que o Brasil também – acompanham com apreensão o desenvolvimento da situação na Ucrânia. – Primeiro, foram protestos pacíficos, na maioria de jovens, a favor da integração da Ucrânia na União Europeia, que, após seu espancamento violento, converteram-se nos protestos em massa em todo o país contra a corrupção, a favor dos valores, direitos e liberdades humanas. Muitos agora chamam esse movimento, esse acontecimento de “a revolução da dignidade”. A população exigia o cumprimento de promessas de integração do nosso país à Comunidade Europeia, com o qual o então Presidente Yanukovich foi eleito, no ano 2010, e essa foi declarada a meta principal do seu governo. – Lamentavelmente, o Sr. Yanukovich decidiu usar força contra o seu povo, provocando os confrontos e causando a morte de centenas de pessoas. Os confrontos mais violentos aconteceram entre os dias 18 e 20 de fevereiro deste ano, durante os quais morreram mais de 100 pessoas, e outras centenas ficaram feridas. Depois das negociações, com a mediação da comunidade internacional, na presença dos chanceleres da Alemanha, França e Grã-Bretanha, no dia 21 de fevereiro de 2014 foi logrado o acordo para solucionar a crise política. Também estava presente o representante do Presidente da Federação da Rússia, Sr. Lukin, como enviado especial. – Foi prevista a volta para a constituição do ano 2004, nesse acordo em que conseguiram assinar a posição ucraniana e o Presidente Yanukovich, transformando a Ucrânia em um Estado presidencial parlamentar ou em um Estado parlamentar presidencial, assim como a convocação das eleições presidenciais antecipadas. – Mas, após assinar esse acordo, que não foi assinado pelo representante do Presidente Putin – ele se recusou a assinar esse acordo –, o então Presidente Yanukovich desistiu de cumpri-lo e fugiu do país, desistindo também, dessa forma, das suas funções de Chefe de Estado. Em consequência, em conformidade com a Constituição, o parlamento da Ucrânia tornou-se um órgão legítimo do poder. O então Presidente do parlamento ucraniano, Sr. Volodymyr Rybak, pediu demissão, e os parlamentares elegeram o Sr. Deputado Alexander Turchinov como novo presidente do parlamento da Ucrânia, como exercício, em conformidade com a Constituição, a partir do dia 23 de fevereiro, das funções de presidente interino da Ucrânia, até a divulgação dos resultados das eleições presidenciais, que serão realizadas no dia 25 de maio deste ano. – No dia 27 de fevereiro, o presidente interino da Ucrânia anunciou a criação de uma nova coalizão das bancadas parlamentares, escolha europeia, formada pelos 250 deputados. Entre eles também havia muitos deputados que abandonaram a bancada do Partido das Regiões, mais de 70 deputados, e se juntaram a essa nova coalizão pró-europeia. E o parlamento aprovou o Sr. Arseniy Yatsenyuk como Primeiro-Ministro da Ucrânia, a composição do novo governo ucraniano e o programa de governo. – Cabe sublinhar que o então partido governista, o Partido das Regiões, anunciou sua decisão de tornar-se oposição e de não participar no novo governo de transição. – Quero especialmente sublinhar para os que acham que em Kiev aconteceu o golpe militar, tese muito usada pela propaganda de nosso vizinho. – O Parlamento da Ucrânia é o órgão superior legislativo eleito democraticamente no ano de 2012. Não foi derrubado pelos manifestantes. Sendo o único órgão legítimo após a fuga do então presidente Viktor Yanukovich, assumiu a responsabilidade política sobre o destino do Estado. – Infelizmente, nessas condições complexas, o país vizinho ativou a ingerência nos assuntos internos do nosso Estado e começou a intervenção militar no nosso território, capturando os órgãos administrativos, objetos da infraestrutura, unidades das Forças Armadas da Ucrânia na península da Crimeia, estabelecendo lá o seu governo fantoche, afastando o antigo Primeiro Ministro nomeado pelo Sr. Yanukovich e colocando o novo Primeiro-Ministro, um fantoche com antecedentes criminais. – O assim chamado referendo na Crimeia, realizado no dia 16 de março de 2014, sob as alças de fuzis russos, foi uma farsa política orquestrada e financiada pela Federação da Rússia. Essa farsa, carente de legitimidade política, foi conduzida com violação das leis internacionais fundamentais, sem dizer que a Constituição da Ucrânia não permite a unidade administrativa territorial como é a República Autônoma da Crimeia realizar referendos dessa escala. – Já no dia 17 de março de 2014, a composição ilegítima do Parlamento da República Autônoma aprovou a resolução sobre a independência da Crimeia. É importante enfatizar que o Parlamento da Crimeia, ao tomar a decisão sobre o referendo da Crimeia, no dia 6 de março deste ano, violou o princípio constitucional da integridade territorial do meu país e superou suas competências, estabelecidas pela Constituição da Ucrânia. – Essa violação da lei foi claramente estabelecida pelo Tribunal Constitucional da Ucrânia, que, no seu ato de 14 de março deste ano, reconheceu a decisão mencionada como inconstitucional. – Levando em conta a decisão do Tribunal Consti-

tucional da Ucrânia, o Parlamento da Ucrânia, no dia 15 de março, aprovou a resolução de dissolver o Parlamento da Crimeia, o que resultou na perda de qualquer legitimidade deste último. – Apesar dos atos lícitos da Ucrânia como Estado soberano, sob cuja jurisdição permanece a Crimeia, as autoridades autoproclamadas da península realizaram um plebiscito, o qual sendo um ato de separatismo franco e injustificado, violou não apenas a legislação vigente da Ucrânia, mas também as regras fundamentais do direito internacional vigente. – Nem a Ucrânia nem a comunidade internacional reconhecem essa farsa de plebiscito. Qualquer passo para reconhecer ou legitimar o referendo será visto pela Ucrânia como um movimento profundamente hostil e irá causar graves repercussões em nível bilateral. – A Ucrânia está ciente do fato de que a agressão da Rússia trouxe um mundo à beira de um conflito fatal. Tais ações a parte russa não correspondem às obrigações internacionais da Federação da Rússia tomadas pelos acordos multilaterais e bilaterais com a Ucrânia, que garantem a integridade territorial da Ucrânia, inviabilidade de suas fronteiras e não ingerência nos assuntos internos do nosso país. – O reconhecimento pela Rússia da autoproclamada República da Crimeia tem apenas um objetivo: criar condições pseudojurídicas para anexação do território da Ucrânia e sua incorporação à Federação da Rússia. No entanto, o significado jurídico desse ato em termos da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia e a ocupação militar russa da península da Crimeia é nulo. O Direito Internacional contemporâneo não reconhece a anexação forçada de territórios de outro Estado como um método legítimo de sua aquisição. – Há indícios muito claros, com a presença de mais de 150 mil soldados de tropas militares na fronteira leste da Ucrânia com a Rússia, com a presença das tropas russas na fronteira da Bielo-Rússia com a Ucrânia, que a Rússia está a caminho de desencadear uma intervenção militar de grande porte no leste e no sul da Ucrânia. Moscou está usando a sua vantagem incomparável em força militar e seu estatuto nuclear, violando as garantias dadas à Ucrânia, no ano de 1994, pelo Memorando de Budapeste. Aquele memorando garantiu a nossa independência, a nossa soberania e integridade territorial em troca da entrega de mais de 300 ogivas nucleares, o terceiro maior arsenal nuclear no mundo, que foi devolvido à Federação Russa. Assim, também violando o tratado bilateral de amizade e cooperação, assinado em 1997, entre a Rússia e a Ucrânia. – Há relatos confirmados de que cidadãos russos participaram de ataques a edifícios públicos no leste da Ucrânia. – O mundo e o Brasil devem ajudar a Ucrânia a enfrentar essa agressão flagrante. Pedimos, assim, às nações do mundo e ao Brasil que não fiquem em silêncio e, assim, se distanciem desse ato de agressão. – A Ucrânia, desde o início, desde 21 de fevereiro, desde o início da agressão por nosso vizinho, estava propondo o diálogo, a negociação, lembrando o Estatuto das Nações Unidas, pelo qual todas as disputas, todos os conflitos devem ser resolvidos de maneira pacífica. – A Ucrânia está pronta para dialogar; está pronta para envolver negociadores internacionais. Nós somos um povo de paz; nós queremos que nos deixem em paz, para que a causa daqueles que pereceram, que caíram na Praça Maidan, durante os três meses de protestos no inverno ucraniano, não tenha sido em vão. Nós queremos que nos deixem construir o nosso Estado, mais justo, mais democrático, sendo a Ucrânia um país multicultural, multiconfessional, multiétnico. São mais de 100 etnias convivendo harmonicamente hoje na Ucrânia, assim como a comunidade ucraniana, no sul do Brasil, convive perfeitamente há mais de 120 anos com representantes de outras etnias. Nós só queremos que nos deixem em paz para poder construir o nosso Estado, fazendo as nossas escolhas. – Há, contudo, uma coisa para a qual a Ucrânia nunca está pronta a abrir mão: ceder a agressões. Nós nunca iremos ceder e comprometer a nossa soberania. Nós apelamos ao mundo e ao Brasil para que nos apoiem nisso, em suas palavras e em suas ações. Ninguém está pedindo ao Brasil que compre a briga pela Ucrânia; mas também queríamos que o nosso parceiro estratégico não ficasse em cima do muro – parceiro estratégico, membro da ONU, país que pretende ocupar um lugar no Conselho de Segurança da ONU. – O governo da Ucrânia apelou ao governo brasileiro e ao Brasil, como parceiro estratégico e membro das Nações Unidas, para juntar-se à comunidade internacional e apoiar a nossa independência, soberania e integridade territorial no contexto das ações agressivas da Federação da Rússia contra o meu País. Isso foi apoiado plenamente pela comunidade ucraniana, que em nome de meio milhão de brasileiros descendentes de ucranianos, ainda no começo deste mês de março, apelou à Senhora Presidente do Brasil Dilma Rousseff, que se pronuncie contra a invasão da Rússia na Ucrânia e realize todos esforços diplomáticos para evitá-la. – Ontem, representantes da comunidade ucraniana foram ouvidos na Câmara dos Deputados em uma audiência pública. A minha esposa, Sr^a Embaixatriz Fabiana Tronenko, que é brasileira, cidadã brasileira, curitibana, que também é representante dessa comunidade, apelou aos seus colegas Sr^{as} e Srs. Senadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, pedindo apoio, pedindo apoiar valores, porque nós não falamos da Ucrânia, falamos dos princípios, como: *pacta sunt servanda*, os acordos devem ser cumpridos ou eles ficam simplesmente no papel; o Estatuto das Nações Unidas; o Memorando de Budapeste; o Acordo Bilateral de Amizade e Cooperação entre Rússia e Ucrânia e o Acordo sobre permanência da frota da Federação Russa na cidade de Sebastopol. – A comunidade ucraniana ontem expressou sua profunda insatisfação com a posição do Governo brasileiro e do Brasil, como parceiro estratégico da Ucrânia e

membro da ONU, referente à anexação da Crimeia à Federação Russa. – Cabe mencionar que a Ucrânia está recebendo o apoio da comunidade internacional, inclusive dos países da América Latina: Argentina, México, Panamá, Costa Rica, Comunidade Caribenha (Caricom), já se pronunciaram a favor da independência, soberania e integridade territorial do meu país. – Sr. Presidente, termino aqui para dar mais espaço às perguntas e respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Obrigado, Sr. Embaixador. – Como V. Ex^a avalia a ilegalidade, a imparcialidade e até mesmo a integridade com que foi conduzida a eleição na Crimeia, em que a população se manifestou através do plebiscito pelo desejo de sua anexação ao território da Federação Russa? Qual a relação que S. Ex^a o Embaixador, faz desse plebiscito?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – O que se viu na Crimeia foi um plebiscito inconstitucional à luz do direito ucraniano – ao qual a Crimeia deve se submeter – e ilegítimo segundo o direito internacional. – A província da Crimeia, enquanto parte do território da Ucrânia, não pode ser anexada a outro país.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas a manifestação por parte da população do território da Crimeia foi uma manifestação livre, autônoma, independente?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Eu não sei por que o plebiscito ocorreu sem presença dos observadores da OSCE, sem observadores da ONU. Foram convidados observadores dos grupos radicais da direita e esquerda europeus. – Eu só queria sublinhar que como província da Ucrânia – Crimeia – apenas o nosso parlamento poderia propor um plebiscito e a pergunta deveria ser se o povo da Crimeia quer ou não se tornar independente da Ucrânia, o que não foi o caso. – Realizado o plebiscito e dito “sim”, a Crimeia separar-se-ia da Ucrânia e, uma vez transformada em uma unidade geopolítica independente, com governo, território, povo próprios, poderia buscar sua anexação à Rússia, em novo plebiscito. Somente assim estariam cumpridas as formalidades legais, constitucionais internas, e poder-se-ia esperar o reconhecimento da independência e da subsequente anexação pela comunidade internacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Essas últimas movimentações...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Sem dizer, Sr. Presidente – peço desculpas por interrompê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Eu não sei se o plebiscito pode ser considerado livre com presença militar, no território do nosso país, de grupos paramilitares, com uniforme do outro Estado, chamados grupos pró-russos, com armamento da última geração russa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Essa conjuntura na Ucrânia coloca em risco os acordos bilaterais entre o nosso País e a Ucrânia? Acordos na área de construção compartilhada, no segmento aeroespacial, e também a transferência de tecnologia para a produção, em nosso País, de insulina?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Não acredito nisso. Enquanto eu sei, nós pretendemos continuar a cumprir os acordos assinados com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Prezado Senador Presidente Ricardo Ferraço, quero cumprimentá-lo pela sua iniciativa no sentido de convidar o Embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko, para aqui nos transmitir a sua visão sobre os acontecimento em seu país. Inclusive, por V. Ex^a também ter proposto que o Embaixador da Rússia possa aqui nos transmitir o ponto de vista do seu país. – Esta oportunidade é muito importante, Embaixador Rostyslav Tronenko, para que conheçamos mais, em profundidade, até mesmo a história de seu país. – Eu gostaria muito que o senhor pudesse nos falar um pouco da origem da nação ucraniana, que o senhor pudesse retroagir um pouco ao tempo da formação da Ucrânia, como ela se tornou parte da União Soviética e, depois, extinta a União Soviética, como a Ucrânia passou a ser um país. Como era antes da anexação pela União Soviética? – Gostaria que o senhor pudesse nos dar alguns elementos, para que compreendêssemos mais e melhor a formação da área da Ucrânia, e também que o senhor possa nos explicar, inclusive, a própria situação da Crimeia, como era desde a formação da nação ucraniana. Acredito que, assim, nós teremos mais elementos para avaliar o que está ocorrendo. – Eu também gostaria de lhe perguntar – o Senador Ricardo Ferraço já colocou um pouco disto – se, no território da Crimeia, tivesse ocorrido um referendo, um plebiscito em condições adequadas... Isto é, porque podemos ler na imprensa que a votação foi feita em urnas transparentes, não foi propriamente um voto secreto. E, conforme o senhor nos informou há pouco, ali estavam guardadas as urnas por soldados com armamentos russos e que, talvez, constituíssem, embora não identificados, tropas russas tomando conta do plebiscito. – Se fosse realizado um plebiscito em condições mais adequadas, como é que o senhor avalia que poderia ser o resultado? Ou que razões teriam os habitantes da Crimeia para, efetivamente, preferir deixar de ser Ucrânia? E poderia haver uma forma de consulta que

a própria Ucrânia, que o próprio governo da Ucrânia respeitasse, se fosse feita em moldes que o governo da Ucrânia considerasse adequado? – Outra questão: nós observamos que houve uma vontade de boa parte da população da Ucrânia, que se manifestou nas urnas e que expressou o sentimento de que ela tivesse melhor relacionamento com a União Europeia em relação ao relacionamento com a Rússia. Seria possível, na sua visão, que a Ucrânia viesse a ter um melhor relacionamento, tanto com a União Europeia quanto com a Rússia, e de uma maneira a chegar a bom termo na forma desse relacionamento? Porque, às vezes, soa difícil para nós compreendermos por que a aproximação maior com o país vizinho – no caso a Rússia – precisa se contrapor ao bom relacionamento que a Ucrânia deseja ter com os países também vizinhos e próximos da União Europeia? Será possível, até com o apoio da ONU e de países amigos da Ucrânia, como o Brasil, propor que possa haver esse entendimento com os dois lados?

Enfim, expresso aqui a minha simpatia pelo povo da Ucrânia, vejo que houve um sofrimento extraordinário, nestes últimos meses de conflito.

Daqui a pouco, nós vamos ouvir o Ministro Celso Amorim, de Defesa Nacional e vamos poder perguntar a ele a respeito da posição do Governo brasileiro, tendo em conta até o que o senhor aqui nos falou. Mas acho que, se o senhor puder dar ainda mais elementos para compreendermos a história da nação da Ucrânia, para nós será muito útil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Parece-me que há, no núcleo, na síntese da reflexão do Senador Eduardo Suplicy, uma pergunta mais ou menos assim: quais foram as razões, a juízo do seu Estado, que levaram a Federação Russa a adotar tal posição? Isso se deve ao desejo de a Ucrânia estar mais próxima da União Europeia? Qual é o nível de incompatibilidade que há entre uma relação de proximidade e equilíbrio, tanto com a Federação Russa quanto com a União Europeia? Até porque a Federação Russa e a União Europeia convivem de maneira harmoniosa, com extraordinárias cooperações, sobretudo a cooperação no campo do fornecimento de energia. Há alguma incompatibilidade nisso? Os motivos seriam outros que não esse? Eu acho que essas são as questões do Senador – eu estou adicionando às preocupações dele.

Mas antes de me dirigir a V. Ex^a, vou passar a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Cyro Miranda, para, em seguida, nós possamos ouvir o nosso Embaixador, que nos honra com sua presença nesta Comissão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Ferraço, e quero cumprimentá-lo pelo debate que nos permite fazer, no dia de hoje, e, sobretudo, porque proximamente ouviremos o Embaixador da Rússia no Brasil. Isso é muito importante.

Eu vejo isso como uma aula. Não me sinto à vontade aqui, não só por estar na presença do Embaixador da Ucrânia, mas não me sinto no direito... Claro, tenho minhas opiniões e minhas convicções pessoais, que carecem ainda de muito conhecimento. Por isso essa reunião é importante. Como diz o Senador Suplicy, para uma pergunta sintética, direta, simples, a resposta eu creio que não deve ser nada fácil. Que nos seja dito em poucas palavras, numa rápida exposição, um pouco sobre a história da Ucrânia. Aliás, o Brasil tem falado muito sobre Ucrânia, sobre Crimeia, nesses últimos tempos. Se pegarmos as edições dos jornais, das revistas, as matérias sobre o assunto têm tomado muitas páginas.

Eu não costumo, Senador Ferraço, utilizar em minhas intervenções nada daquilo que saia em *Veja*, em *Época*, em *IstoÉ*. Acho que são matérias que não apenas informam, elas trazem consigo uma forte opinião com que muitas vezes eu não concordo. Trazem no seu conteúdo opiniões fortes com que muitas vezes – aliás a maioria das vezes – eu não concordo. Mas no caso, veja qual foi a manchete da revista *Época* desta semana: *Para uns sim, para outros não*. Essa é a manchete que chama a matéria sobre o caso Ucrânia, Crimeia, Rússia.

Estou ouvindo o Embaixador falar bastante aqui sobre direito internacional; que feriu-se o direito internacional. Diga-nos onde o direito internacional foi ferido, em que aspecto? Mesmo porque, por tudo que li até agora, é exatamente isso que aborda a revista *Época*, há uma contradição: se o direito internacional preza pela soberania territorial, preza também pela autodeterminação dos povos.

A história da Crimeia está aqui em outra revista, um pouco resumida. E a gente vê que é uma história que se entrelaça. Crimeia e Rússia, Rússia e Crimeia. Primeiro, colonizada ou ocupada de forma violenta por império grego, império otomano. Depois, no ano de 1783, Catarina da Rússia anexa... Em 1853, depois também de novos ataques do Império Romano, quando, segundo a história, mais de 15 mil pessoas morreram, volta para Rússia. E assim vai. Até que, em 1917, quando da revolução russa, a Crimeia é tornada uma república socialista autônoma. E já em 1954, pelo que está aqui, com **Khrushchev**, apesar de estar no território anexado à Ucrânia, tem o *status* de uma república autônoma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – **Khrushchev** era ucraniano.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente.

Então, pergunto ao Embaixador, na sua visão, que parte do direito internacional foi ferido e o que o senhor diz dessa contradição que está contida no próprio direito internacional? – Outro questionamento que faço. Estive recentemente na Rússia. Exatamente no domingo, no dia em que estava tendo plebiscito na Crimeia, eu estava em Moscou. No dia anterior, no sábado, saímos do encontro, fomos até a Praça Vermelha e lá havia uma manifestação gigantesca. E o que deu para perceber? Eu estive muito em contato, Senador Ferraço, com opositores do governo Putin, com agremiações partidárias, partidos que são oposição ao governo Putin. Mas o que deu para sentir e compreender é que há uma grande unanimidade em relação à Crimeia, dos favoráveis ao governo e dos contrários ao governo, de todos reconhecendo, primeiro, a aprovação no parlamento da Crimeia e, segundo, o próprio plebiscito, que, como dito aqui, havia... Salvo engano, não fui lá para ser assistente em absoluto, eu estava numa outra atividade, mas não vi um questionamento sequer, nem nos meios de comunicação local, a respeito da lisura com que ocorreu o plebiscito.

A população russa já chegou a ser em torno de 90% e está em torno de 70%, aproximadamente. Eu peço que o senhor nos diga qual o idioma oficial, Embaixador, da Crimeia? Se, recentemente, houve alguma mudança na lei da Ucrânia e que essa vigorou na Crimeia em relação ao reconhecimento? E quais idiomas oficialmente são reconhecidos?

Eu não sei se eu entendi mal, pois tive uma certa dificuldade na comunicação, mas saí de lá com a impressão – que não sei se corresponde à realidade de que, recentemente, teria sido aprovada uma lei proibindo o idioma russo lá. Não sei se isso confere ou não. Eu queria que o senhor nos informasse.

No mais, é isso. Eu acho que o que está por trás eu acho não, é isto – é a pergunta última feita pelo Senador Suplicy, que foi repetida de uma forma bem clara pelo Senador Ferraço, em relação às áreas a que a Ucrânia quer estar ligada. Aliás, só foi possível o acordo com o FMI, um socorro da própria União Europeia, a partir desses conflitos, porque, até então, muito se prometia e pouco se fazia. Enfim, daqui do Brasil, não me cabe expressar qualquer juízo de valor. Para o que nós todos torcemos muito é pela paz, Embaixador.

O senhor coloca que há uma iminente possibilidade de uma invasão ou de a república russa expandir o seu domínio. Claro que isso não seria bom, nem para a região, nem para lugar nenhum do mundo. Isso colocaria em risco a paz mundial, inclusive. Mas, sobre o assunto, eu tenho lido também que não há qualquer – espero que isto corresponda à verdade – intenção por parte da república russa de expandir de forma violenta, através de ocupação, o seu poder em territórios próximos.

No mais, é desejar que o seu povo, com Crimeia e com Rússia, siga vivendo na paz. E que tudo seja decidido dentro do caminho da paz, porque esse é o caminho que todos nós temos de trilhar, a bem da humanidade. Episódios que levaram à morte de 500 mil pessoas – em 1853, foram 500 mil pessoas mortas – não devem se repetir jamais na história dos povos do mundo inteiro.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a S. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente Ricardo Ferraço, Sr. Embaixador, parabéns o Presidente pela iniciativa não tão tardia.

As minhas perguntas já foram feitas: a primeira pelo Sr. Presidente em relação ao plebiscito, e a segunda pelo Senador Suplicy, bem esclarecida pelo Senador Ferraço.

Ficou aqui bem nítida para mim, Sr. Embaixador, a imagem de que foi um plebiscito em que o povo foi coagido, até pelo complemento que fez o Senador Suplicy, falando de urnas transparentes, com aparato policial.

A primeira pergunta é se há alguma possibilidade de se refazer esse plebiscito de uma maneira em que a ONU venha a estar presente, deixando o povo exercer a sua liberdade de expressão? A coisa que mais tem de se respeitar no mundo diplomático é a soberania e a independência que foi conquistada. Para qualquer modificação, cabe ao seu povo, com total liberdade, mudar o seu regime ou não.

Colocou muito bem o Embaixador: o Brasil precisa sair de cima do muro, sim. A diplomacia brasileira falha. Em várias situações, nós ficamos em cima do muro. E esta situação não pode continuar: ou ele é parceiro ou não é parceiro. A interação que ele faz perante a ONU, com o poder que tem, inclusive, de dialogar, é justamente para pacificar. Se ficar em cima do muro, não contribui com nada. Fica-se esperando qual é o melhor resultado aqui ou ali. Então, eu acho que esta Comissão tem, sim, como obrigação esclarecer todos esses fatos. Acho que, com o senhor aqui, nós vamos ter mais subsídios, também, não só o que recebemos da imprensa. Uma chacina de mais de 500 mil mortos não pode passar dessa maneira, sem que a diplomacia brasileira se manifeste. E se deve fiscalizar. Em primeiro lugar, para mim, o mais sagrado é a vontade do povo da sua terra. Esta deve ser respeitada, mas deve ser feita com liberdade e me parece que assim não foi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós que agradecemos a intervenção de V. Ex^a.

Passo a palavra ao Embaixador Rostyslav Tronenko. V. Ex^a tem dez minutos para tentar fazer uma síntese das questões que foram colocadas aqui pelo conjunto dos Srs. Senadores, para nos ajudar a um entendimento melhor da visão do Estado da Ucrânia relacionado a esta recente crise.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço ao senhor e aos Srs. Senadores aqui presentes pelas suas perguntas. Eu vou tentar ser breve. Talvez, falar de alguns fatos daqueles que as imagens televisivas que nos chegam da Crimeia não mostram.

Como vocês sabem, a Crimeia é uma península e é parte da história sobre a qual o Senador Suplicy perguntou. A Ucrânia é o berço dos povos eslavos, vários povos eslavos. Existia o Estado medieval da Rus Kiev. Não confundir com Rússia. O principado de Moscou apareceu séculos mais tarde.

Se os senhores visitarem a capital do meu país, vão encontrar os afrescos na Catedral de Santa Sofia, Santa Sabedoria, do Príncipe Vladimir, e vão encontrar, na Praça de São Miguel, o monumento à Princesa Olga. Eles vão encontrar essas imagens, também, na Catedral de São Pedro, no Vaticano. Por quê? Porque o Príncipe Vladimir, da Rússia, de Kiev, batizou os povos eslavos, no ano 988, e fez isso, segundo várias fontes, em Kiev, à beira do Rio Dniepre; os povos que, até aquele tempo, final do século X, foram pagãos. Mas isso é história. A realidade, os fatos que as imagens televisivas e as revistas omitem.

A Crimeia é uma península. Este pormenor geográfico explica sua dependência em relação ao resto da Ucrânia. Integrar a Crimeia na Rússia promete ser uma aventura incerta e muito cara para os nossos vizinhos. Referendos, como aquele que teve lugar na península ucraniana, tendem a dividir fortemente as várias comunidades.

Gostaria de lembrar sobre a existência da forte comunidade tártara. Antes de a imperatriz russa ganhar a Crimeia, esta pretendia ser o Império Otomano. É a forte comunidade tártara, mais de 12%, quase 13%, lá na Crimeia. Povo turcomano, povo muçulmano, que não participou no referendo, assim chamado livre referendo.

Eles se recusaram a participar e o representante deles, Dzhemilev, recentemente falou que somente 34,8% da população da Crimeia participaram nesse livre, entre aspas, referendo.

A anexação pela Força Militar não resolve a vulnerabilidade geográfica da península. A Crimeia depende do resto da Ucrânia em termos de abastecimento de água. Oitenta por cento da água consumida na Crimeia são fornecidos pela Ucrânia – sem água, como sabemos, não há agricultura nem turismo –; 80% da eletricidade da Crimeia são fornecidos pela Ucrânia; são pagos por nosso orçamento; 65% do gás usado na Crimeia são fornecidos pela Ucrânia – foram fornecidos nos últimos 60 anos e continuam a ser fornecidos –; cerca de 70%, Sr^{as} e Srs. Senadores, da comida vêm da Ucrânia.

A maior fonte de receitas da economia da Crimeia é o turismo, Sr. Presidente. Sessenta e cinco por cento dos turistas são ucranianos. A diminuição do turismo agravará a situação financeira na Península.

Dois terços, cerca de US\$800 milhões por ano do orçamento original da Crimeia, são pagos por Kiev. Esses são fatos. Acredito que sustentar, do ponto de vista financeiro e econômico, o governo original em Simferopol vai custar muito mais do que se pensa.

Por isso, não me admiro nada se daqui a um ou dois anos, quando a euforia passar, a desilusão dos russos na Crimeia em relação a Moscou for substancial.

Respondendo à pergunta da Sr^a Senadora sobre onde se rompeu o direito internacional... Isso me lembrou a pergunta que me fizeram no Itamaraty, no dia 5 de março, durante o encontro.

“Sr. Embaixador, o senhor poderia nos mostrar os indícios da intervenção militar do seu vizinho na Crimeia?” Eu gostaria só de citar a declaração dos seus colegas, 450 colegas do Parlamento ucraniano, que, na semana passada, aprovaram uma declaração da luta pela libertação da Ucrânia.

Eu cito:

Em 18 de março de 2014, o Presidente da Federação Russa colocou a assinatura no assim chamado Tratado sobre a Entrada da República da Crimeia e da Cidade de Sebastopol na Federação Russa. Na atmosfera pomposa do Salão de São Jorge, no Kremlin, em verdadeiro desafio ao mundo, a Rússia descaradamente violou não apenas a legislação vigente da Ucrânia soberana, mas também as Normas Fundamentais do Direito Internacional, consagrados na Carta das Nações Unidas; no Estatuto do Conselho da Europa; na Ata Final da Conferência sobre a Segurança e Cooperação da Europa (CSCE), de 1975, e nos outros documentos resultantes da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa; no Acordo da Criação da Comunidade dos Estados Independentes, de 1991; num memorando sobre garantias de segurança em conexão com a visão da Ucrânia ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, de 5 de dezembro de 1994, entre a Ucrânia, Estados Unidos, Rússia – que se obrigou, segundo esse memorando, a garantir nossa soberania e integridade territorial e

independência e o Reino Unido, sobre o Estatuto Não Nuclear da Ucrânia; no Tratado de Amizade e Cooperação e Parceria entre a Ucrânia e a Federação Russa, assinado em 1997.

Pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, as fronteiras geralmente reconhecidas da Europa estão redesenhadas de maneira cínica pelo país que, com os tratados multilaterais e bilaterais, garantiu a integridade territorial da Ucrânia e a inviolabilidade das suas fronteiras.

O único motivo indisfarçável da Federação Russa para cometer esse crime internacional é a doutrina notória da ampliação do mundo russo.

O Parlamento da Ucrânia chama a atenção dos governos e parlamentos do mundo, organizações internacionais e comunidade internacional para que o povo ucraniano nunca reconhecerá a anexação de uma parte integrante do seu território. República Autônoma da Crimeia, ocupada pela Rússia, em flagrante violação das normas fundamentais do Direito Internacional e os princípios geralmente reconhecidos de coexistência de Estados.

O Parlamento da Ucrânia apela a todos os membros da comunidade internacional que se abstenham do reconhecimento internacional da assim chamada República da Crimeia e da anexação da Crimeia e de Sevastopol pela Rússia como os novos sujeitos da Federação.

Em nome do povo da Ucrânia, o Verkhovna Rada, o Parlamento da Ucrânia, declara que a Crimeia era e será uma parte da Ucrânia. O povo ucraniano nunca e sob nenhuma circunstância parará de lutar pela libertação da Crimeia dos invasores, não importa quão dura ou longa a luta seja.

A Ucrânia vencerá, porque Deus é a verdade e está conosco.

Finda a citação.

É o apelo direto dos seus colegas parlamentares da Ucrânia pelo apoio, que aliás eu senti haver aqui não só do lado da comunidade, mas nesta Casa – e eu senti isso ontem na Câmara dos Deputados –, existe.

Outras perguntas, Sr. Presidente, eu deixo talvez para uma próxima vez.

Talvez eu responda à pergunta do Senador Suplicy sobre se seria possível manter um bom relacionamento tanto com a União Européia como com a Rússia.

Sr. Senador, é aquilo que a Ucrânia tentou fazer nos últimos 23 anos. A nossa troca comercial, de quase 56 bilhões de dólares, é com a União Européia. E, nos melhores anos, foi de quase 60 bilhões de dólares com a Rússia. Com os Estados do chamado acordo aduaneiro, que inclui Bielorrússia, Cazaquistão e outros, chega a mais de 60 bilhões.

É aquilo que a Ucrânia gostaria de fazer, mas estão privando a Ucrânia de fazer. Põem-nos diante do desafio da escolha: “Escolham. Ou vocês ficam conosco ou vão sofrer as consequências”.

Isso não começou em novembro, mas em agosto do ano passado, quando a Federação Russa fechou as fronteiras com a Ucrânia, dando o sinal ao antigo governo sobre quais seriam as consequências.

Mas eu, de novo, acrescento que isso não é sobre a Ucrânia. Isso tudo é sobre princípios e valores, nos quais o mundo civilizado, a Ucrânia e, acredito, o Brasil têm fé.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós é que agradecemos a S. Ex^a Embaixador Roslav Tronenko, Embaixador da Ucrânia em nosso País, que nos honrou com a sua presença, dialogando com os Senadores da Comissão de Relação Exteriores sobre aspectos relacionados à conjuntura e aos desafios nessa importante região do Planeta.

Queremos saudar com alegria a presença entre nós do sempre Senador e Deputado Federal Hugo Napoleão, Coordenador do Grupo de Amizade Brasil/França, que nos honra com a sua presença.

Vamos suspender a reunião por apenas cinco minutos para que possamos retomar com S. Ex^a, o Ministro Celso Amorim, da Defesa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perdoe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É uma pergunta simples. Em relação à língua, qual é a língua oficial praticada na Crimeia hoje?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Como de todo o País. Segundo a nossa Constituição, assim como o Português para o Brasil, a língua oficial da Ucrânia é o Ucraniano. Mas...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas e a língua falada?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Assim como no Brasil, há várias línguas faladas, inclusive originais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Desculpe, eu erro. Mas eu não fujo da questão, Sr^a Senadora. Deixe-me responder.

A língua oficial é o ucraniano em todo o território da Ucrânia, segundo a Constituição.

Foi aprovada pelo antigo governo a lei sobre as bases da política linguística, pelo antigo governo de **Yanukovich**, que permitia, como direitos adicionais, o uso das línguas das minorias étnicas, entre elas a língua russa. A minoria étnica na Ucrânia representa 17%, em torno de oito milhões da população do país de 46 milhões de habitantes. Há outras etnias, mais de cem etnias, que também têm direito a falar as suas línguas.

O novo governo, no dia 23 de fevereiro deste ano, com sua decisão do parlamento... O novo parlamento, desculpe-me. A maioria no parlamento aprovou a lei sobre a antiga lei das bases das políticas linguísticas, mas essa lei não foi assinada pelo presidente interino da Ucrânia. Ela serviu simplesmente – a aprovação dessa lei – como pretexto para nosso vizinho desencadear ações subversivas em nosso território.

O ucraniano é a língua oficial. Nós, especialmente aqueles, como eu, que, por 30 anos, vivemos no outro país, a União Soviética, falamos livremente duas línguas. Não há problema nenhum.

A parte da Ucrânia que foi liberada em 1939, depois do famoso Pacto Molotov-Ribbentrop, entre Stalin e Hitler, foi a menos sacrificada, como a maior parte do leste, do centro e do sul da Ucrânia.

Falando do povo tártaro, que fala a sua língua, porque o povo turcomano... Também não podemos esquecer as tramas que esse povo passou, sem falar da história de que a Crimeia foi descoberta pelos gregos.

Por que os gregos não reclamam os direitos da sua minoria, assim chamada de gregos pônticos, que até agora existem livremente na nossa sociedade? Por que os turcos não reclamam direitos dos tártaros da Crimeia?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – São as perguntas retóricas, mas não há nenhum...

Eu gostaria de entregar para a Srª Senadora esta tabela: Características Comparativas da Garantia de Direitos dos Ucranianos na Rússia e dos Russos na Ucrânia. É material informativo, não é propaganda nossa.

Os ucranianos na Rússia: 1,4% da população, ao redor de dois milhões, embora os dados não oficiais digam que são cerca de dez milhões de ucranianos na Rússia.

Russos na Ucrânia: 8,33 milhões, 17,3% da nossa população.

Quantidade das escolas ucranianas na Rússia: dez escolas secundárias, com estudo da língua ucraniana e disciplinas em ucraniano.

As escolas secundárias com ensino em língua ucraniana não existem.

Srª Senadora, 1.256 escolas secundárias com ensino em língua russa na Ucrânia.

O SR. PRESIDENTE (Rostyslav Tronenko) – Sr. Embaixador...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – ... nas quais estudam, Sr. Presidente...

Deixe-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É porque estamos...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – A senhora estava rindo de mim. Estava fazendo perguntas, rindo.

Deixe-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não.

Sr. Embaixador, nós combinamos de 10 horas às 11 horas. São 11h10min. Em seguida, tenho de ouvir o Ministro da Defesa.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – E o que é mais interessante, Srª Senadora, tenho aqui a avaliação pela OIC.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu não estava rindo, Sr. Embaixador. Eu quero dizer...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Deixe-me falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu sou uma pessoa que sorrio muito.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Desculpe-me.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, não, de jeito nenhum. Não quero que o senhor saia daqui com essa impressão.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Está bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – De jeito nenhum.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Com certeza, Srª Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Se o senhor teve essa impressão, tenha certeza de que não foi essa a minha intenção.

Eu já recebi o seu documento. O senhor tenha certeza de que vou ler com muita atenção.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Eu gostaria de levar a parte final desse documento, que diz que de acordo com os resultados do monitoramento realizado no mar sombrio, de 2009, da situação sobre a garantia dos direitos educacionais da etnia ucraniana na Rússia e dos russos étnicos na Ucrânia, o gabinete do Alto Comissário para as Minorias Nacionais, da OSCE, mencionou que as possibilidades das garantias da Ucrânia das necessidades culturais e linguísticas da minoria russa em geral superam, Srª Senadora, muito mais as possibilidades que são geralmente fornecidas para as minorias nacionais dos outros estados-membros da OSCE.

Eu gostaria, Sr^a Senadora, se a senhora quer os fatos de violação dos direitos humanos e linguísticos da minoria russa na Ucrânia, que a senhora fornecesse esses fatos para o Embaixador, para a Embaixada. Eu seria muito grato à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Rostyslav Tronenko, por sua presença que nos honrou, compartilhando um pouco da conjuntura, das informações e dos desafios a que estamos acompanhando no país de V. Ex^a.

Vamos suspender por cinco minutos e vamos voltar logo com o nosso Ministro da Defesa Celso Amorim. Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 8 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 13 minutos e reaberta às 11 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É com grande honra que recebemos em audiência pública, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presença de S. Ex^a o Ministro da Defesa, Celso Amorim, neste início de Sessão Legislativa de 2014, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

O objetivo desta reunião, além de discutir os principais temas de defesa, é oferecer ao Ministro Celso Amorim mais uma oportunidade de compartilhar com o Parlamento sua visão sempre atualizada dos novos cenários vislumbrados para o setor militar.

Convido S. Ex^a o Ministro Celso Amorim para tomar assento à mesa.

Ministro Celso Amorim, cumprindo resolução desta Casa, temos enorme alegria em receber V. Ex^a.

Eu gostaria de registrar as presenças do Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; do General de Exército Enzo Martins, Comandante do Exército; do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ailton dos Santos, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e Comandante Interino da Aeronáutica; do General de Exército José Carlos Dinardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; de Ari Matos Cardoso, Secretário-Geral do Ministro da Defesa; General de Divisão Luiz Felipe Linhares Gomes, Chefe do Escritório de Projetos do Exército; e do Sr. General de Brigada Eduardo Castanheira Garrido. Sejam V. Ex^{as} muito bem-vindos à Casa, à Comissão de Defesa do Senado. É com enorme alegria que acolhemos todos os senhores.

Passamos de imediato a palavra ao Ministro Celso Amorim, para que ele possa fazer um balanço do exercício de 2013 e apresentar a esta Comissão os principais desafios da Defesa para 2014.

A palavra é de V. Ex^a, Ministro, pelo tempo que julgar necessário, para que possamos ouvi-lo.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores. Eu queria também, como V. Ex^a já fez, registrar minha satisfação com a presença dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e dos outros oficiais gerais, que dão maior brilho a esta reunião.

Como sabe V. Ex^a, tem sido sempre uma prática minha, como Ministro da Defesa, antes também, como Ministro das Relações Exteriores, atender o mais prontamente possível aos convites que me são feitos, não só porque é uma obrigação, mas também porque valorizo muito essa prática democrática do debate que aqui ocorre.

Vou tentar ser breve nessa exposição, porque sei que a própria Comissão vai receber hoje um ex-colaborador meu, hoje Diretor-Geral da OMC, Embaixador Roberto Azevêdo, de cujo êxito todos nós nos orgulhamos muito. Eu mesmo tenho a possibilidade de um despacho com a Presidenta às 15h. Vou tentar ser breve na minha exposição, mas obviamente estarei pronto para discutir vários aspectos.

Sr. Presidente, se me permitir, não vou fazer exatamente um relatório do ano passado, porque eu vou falar em conjunto do que foi o ano passado, deste e dos grandes desafios que nós enfrentamos. Mas, evidentemente, alguma pergunta específica eu estarei totalmente pronto para tentar responder.

Embora eu já tenha vindo aqui outras vezes, e não quero ser muito redundante com outras ocasiões, mas eu acho sempre importante, quando se fala da defesa, e, inevitavelmente, vai-se falar de alguns aspectos como orçamento e outras questões dessa natureza, lembrar o papel que o Brasil tem hoje no mundo, o lugar que o Brasil ocupa hoje no mundo. Na economia, já estive em 6º, depois virou 7º, poderá voltar para 6º, porque isso depende muito de variações cambiais, mas, de qualquer maneira, está entre as seis ou sete maiores economias do mundo.

Aliás, até faço uma observação, se me permitir, Sr. Senador: outro dia, esse antigo vezo de acompanhar os assuntos internacionais, eu vi um importante jornal brasileiro mencionar o G-7, que é o conjunto das sete maiores economias do mundo, só que não cabe, porque, se o Brasil é a 6ª ou a 7ª e se a China é a 2ª, a conta não fecha. Já não são mais as sete maiores economias do mundo, mas as ex-sete maiores economias do mundo. Isso é uma observação que acho importante termos presente.

Mas o Brasil está entre as seis ou sete maiores economias do mundo. É um país que atua em muitas foras, de maneira muito desenvolvida. É membro do G-20, em termos econômico-financeiros. Tem esse pleito histórico de poder ser membro permanente do Conselho de Segurança. Aliás, uma tese que eu vi há poucos dias defendida por um acadêmico norte-americano – até é a proposta de algumas crises atuais – diz que países como Brasil e a Índia deviam estar como membros permanentes do Conselho de Segurança. E, durante muitos anos na minha vida, eu tive que lidar com esse problema, usando, sobretudo, aquilo que, hoje em dia, os acadêmicos chamam de *soft power*, o poder brando. E é verdade: o Brasil tem um grande poder brando, uma grande atratividade da sua cultura, uma diplomacia competente, enfim, uma sociedade dinâmica, livre, democrática, que é algo também muito importante na posição que o País possa ter no mundo. Mas, em várias ocasiões, eu pude observar que ter um pouco mais de poder duro, como chamam de *hard power*, ajudaria até o poder brando a ir adiante.

Aqui poucos têm a minha idade, mas eu li recentemente uma passagem que foi me mostrada por um assessor jovem, do Santiago Dantas, dizendo que o Brasil já está há mais de 50 anos, feito aqui na Câmara, em um ponto em que ele não apenas deveria defender os seus interesses, mas ser capaz também de dar a sua opinião sobre as grandes questões mundiais. Eu complementaria isso, passados 50 anos, dizendo que, para se fazer isso de maneira efetiva, é necessário não só o poder brando, mas também certa capacidade militar que ampare esse poder brando. Essa é, digamos assim, a primeira razão pela qual termos Forças Armadas bem-equipadas, bem-adestradas é absolutamente indispensável.

Esse tema parece uma coisa óbvia e tem que ser – e por isso eu valorizo tanto os debates no Senado e na Câmara – o entendimento não do Ministro da Defesa ou mesmo da Presidenta da República, mas da sociedade brasileira. Eu acho que é preciso que a sociedade brasileira entenda que, para ter o papel que o Brasil quer ter no mundo, ele tem que ter Forças Armadas bem-equipadas, bem-adestradas, e, naturalmente, mais até importante do que, digamos, esse lugar abstrato, para a defesa das riquezas e dos recursos que nós temos.

Eu parto de um axioma básico para um país pelo do porte do Brasil. Eu me lembro de que o Ministro Silveira costumava dizer que o Brasil pode abdicar de tudo, menos da sua grandeza. Um país do porte do Brasil não pode delegar sua defesa a ninguém. Ele tem que cuidar da sua defesa. Pode até cooperar e deve cooperar, como temos cooperado com outros, sobretudo na América do Sul, na África. Eu acabo de vir exatamente de uma viagem à África, onde há um interesse enorme pela cooperação do Brasil. Ele pode cooperar, mas não pode delegar sua defesa a ninguém. Então, esse é um princípio básico da estratégia nacional de defesa, quando ela defende o princípio da dissuasão.

Temos que ser capazes, para defender os nossos recursos, a nossa integridade territorial, a nossa população, de demonstrar a potenciais agressores que não são defendidos, no mundo moderno – aliás, essa é a própria doutrina que se prega hoje, chama-se a estratégia por capacidade –, em vez de ficar lidando com hipóteses específicas de emprego da força militar, temos que ser capazes de demonstrar que quem quiser, se algum país, por alguma razão, de alguma maneira nos agredir ou impingir sobre os nossos recursos, teremos a capacidade de causar um dano que faça com que ele pense duas vezes. Acho que isso é o que temos que pensar, num mundo que é cada vez mais complexo, em que você não pode mais dividir entre leste e oeste, em que você não pode mais dividir de maneira ideológica: é um mundo de muitas complexidades. Então, essa capacidade é absolutamente fundamental, e ela é indelegável, e só é possível com Forças Armadas – mais uma vez, volto a dizer – bem equipadas e bem adestradas.

Gostaria de mencionar sobre isso, rapidamente, que isso sempre pode ser visto por dois ângulos, quando lidamos com problemas de recursos, de orçamentos: um é, digamos, como a série histórica tem-se comportado; e o outro são as necessidades. Então, se eu olhar para a série histórica e for verificar o que tem sido a evolução dos gastos na área de defesa, tenho sobretudo se pensar em custeio e investimento, e, mais ainda, se pensar só em investimento um panorama muito positivo, porque números... Se me permitir, tenho detalhado para depois, se for necessário, mas apenas para não cansar com muita cifra quebrada, o total de custeio de investimento, o que o Brasil investia, em 2003, era de R\$3,7 bilhões e, hoje, 2013, foi de R\$ 18,5, foi de R\$18,3 bilhões aproximadamente é um crescimento notável, mais que quintuplicou aproximadamente a nossa despesa e, ainda que haja uma correção inflacionária, é um crescimento apreciável.

Se eu for considerar apenas o investimento que também é uma maneira importante, vamos ver que aumentou de cerca de quase R\$900 milhões – R\$900 milhões –, R\$0,9 bilhão, para R\$8,9: quer dizer, quase R\$9 bilhões, decuplicou. Se eu olhar por esse ângulo, evidentemente, vou dizer: “Poxa vida, o investimento cresceu muito!” O custeio as pessoas, às vezes, têm o hábito de pensar que é só papel, máquina de escrever, mas não é. No nosso caso, é manutenção do equipamento, munição, treinamento, coisas absolutamente indispensáveis.

Então, se eu for olhar por esse ângulo, vou ficar até muito satisfeito, mas, se olhar pelo ângulo das necessidades ou da comparação internacional, a perspectiva já é um pouco outra. Falando, por exemplo, da comparação

internacional: se eu for, digamos, buscar uma comparação com os BRICS, o Brasil, dentro dos BRICS, juntamente com a África do Sul, é o país que tem a menor proporção de gastos em defesa em relação ao PIB, cerca de 1,5%. A média dos BRICS acho que é de 2,3%, mais ou menos; o maior, que é a Rússia, tem 4%, e por aí vamos.

De qualquer maneira, Portanto, estamos bem abaixo da média dos BRICS, 2,3, talvez até por certa coincidência, porque eu não posso dizer que uma coisa foi pensada por causa da outra. Há um plano que estamos desenvolvendo que é o plano de articulação e equipamento de defesa, que já está sendo feito há muito tempo, porque é uma tarefa que não é simples, porque o primeiro plano foi, digamos assim, uma lista do que seria ideal, aí evidentemente daria algo que seria cinco vezes o orçamento de hoje, algo que é impossível pensar, levando em conta as outras necessidades que o País tem. Depois de uma grande depuração desses gastos, chegamos a uma cifra que nos levaria a um número parecido com esse das médias dos BRICS para atender o que as Forças Armadas considerariam mais essencial para a defesa do Brasil – eu faço isso com uma certa ressalva, porque a gente não sabe exatamente de quanto vai ser o PIB –, que é cerca de 2,3%, 2,2%. Eu aqui, em uma vez anterior em que tive a honra de ser convidado, mencionei que o ideal – nós hoje gastamos cerca de 1,5% do PIB – seria chegarmos a cerca de 2%, num plano de dez anos, porque isso toma tempo, dez, doze anos, enfim, algo por aí. Então, essas cifras todas, mais ou menos, se aproximam e apontam para essa necessidade.

É comum dizer – e é verdade – que grande parte do gasto nosso é com pessoal, e esse é um problema que eu acho que, a médio, longo prazos, terá que ser visto, inclusive o pessoal inativo. Mas uma coisa interessante – eu observei fazendo a pesquisa aqui para esta reunião: o nosso percentual, da Defesa, em relação ao PIB praticamente não mudou, mas o aumento em investimento e em custeio foi muito grande. Qual a explicação? É que, apesar de o pessoal continuar sendo muito oneroso, ele cresceu menos. É grande e é alto, mas cresceu menos do que cresceu a parte de custeio e investimento, bem menos, pouco mais que dobrou.

Bom, então, esse é o panorama que, a meu ver, pode-se dizer que é desnecessário, mas eu acho muito importante, porque – eu volto a falar – a questão de saber quanto nós vamos alocar em recursos para a nossa defesa não é uma questão do Ministro da Defesa, é uma questão do Governo como um todo, mas é, sobretudo, uma questão de Estado, que naturalmente, obviamente, o Congresso, o Senado Federal, mas é uma questão da sociedade brasileira, por isso nós também temos procurado ampliar o debate com a sociedade, meios acadêmicos, etc. Então, eu saliento esse aspecto.

Se eu for olhar pelo ângulo das necessidades, além da comparação com os BRICS, eu vou verificar que muitos projetos que nós consideramos essenciais estão ainda muito aquém do que é necessário fazer. Nós temos conseguido – e isto tem sido muito bom – manter os grandes projetos em andamento – uma exceção importante que eu vou mencionar dos que já estavam funcionando. Tem sido mantido o Prosub, o submarino nuclear; os Guarani, o blindado Guarani, aliás, há três dias, estive na companhia do General Enzo e de outros militares aqui presentes, sobretudo do Exército, eu fui a Cascavel, no Paraná, verificar a entrega de um primeiro lote de blindados Guarani, três lotes. Há 30 anos que o Brasil não produzia uma forma nova de blindados. Nós tínhamos o Urutu e Cascavel, que, hoje – aliás, eu pude ver nessa viagem na África –, são ainda buscados e despertam interesse em vários países, mas nós precisávamos de uma coisa mais moderna, que é o Guarani, patente brasileira, aliás, patente do Exército nacional, execução da Iveco.

Vendo aquela área, apenas um exemplificativo, tão fértil, com tanta capacidade de produção de proteína variada, um dos Parlamentares presentes me disse que era o maior, eu não tenho condições de dizer do Município, mas era a maior produção de frango do mundo no Município, enfim. Aí, me perguntaram: por que Cascavel? Eu falei: não precisa outra resposta, além de ser perto de Itaipu, que é obviamente essencial para o funcionamento do País, você está defendendo aquela capacidade de produção de alimentos, que é um dos elementos mais importantes que teremos a defender nesse mundo complexo. O Brasil é rico em energia, é rico em água, é rico em capacidade de produção de alimentos, e nós temos que defender essa capacidade. Volto a dizer sempre e a frisar: não podemos delegar isso a ninguém, podemos cooperar, mas não delegar.

Então, eu mencionei, por exemplo, projetos que têm avançado, como o Prosub, o blindado Guarani, e outros que têm, ainda que aquém do que talvez fosse ideal, recebido recursos importantes, no caso do Exército, o Sisfron, que é o de monitoramento das fronteiras, e tivemos uma grande decisão, muito importante, que é a de avançar no projeto FX-2, algo que estava parado há cerca de 13 anos – e tive a honra da presença do Senador no momento do anúncio –, que o Brasil tomou a decisão de adquirir, mediante transferência de tecnologia e capacidade de produção do Brasil, inclusive de elementos tecnologicamente mais complexos da Suécia.

Aliás, Sr. Presidente, irei à Suécia, no início de abril, para a primeira reunião de nível ministerial, onde poderemos justamente acompanhar como vai a evolução. A FAB, obviamente, só está negociando com a Saab, com a Força Aérea Sueca, a Embraer também já está envolvida, assim como outras empresas. Será uma ocasião para, em nível ministerial, estabelecermos os acordos necessários para poder executar bem, rapidamente, essa transferência importantíssima de 36 caças, jatos multipropósito.

Também temos avançado em algumas outras coisas, mas algumas não estão seguindo o ritmo que desejávamos, apesar de todos os esforços. Por exemplo, na Marinha, a área de Meios de Superfície, olhando os orçamentos que foram pedidos e o que foi dado, é relativamente pequena. A gente entende, o país tem muitas necessidades, mas temos de ter também essa noção. Por exemplo, um dos projetos importantes, uma corveta brasileira, a Corveta Barroso, que tem de ser modernizado, não o exemplar, mas o projeto, tem um custo bem maior do que aquilo que foi colocado no nosso orçamento. Esse é um exemplo.

A outra área que não entra só no orçamento da Defesa, mas passa também por nós, é a parte espacial. O ex-ministro da Ciência e Tecnologia, meu ex-chefe, Luiz Henrique, aqui presente, sabe muito bem que já naquela época em que ele foi ministro nós falávamos do Programa Espacial Completo Brasileiro. Naquela época eu não sei se a Índia falava. Hoje, a Índia está mandando um foguete para Marte, e nós não conseguimos ainda ter o primeiro lançador, em grande parte pela descontinuidade dos recursos, muitas mudanças administrativas de longo prazo, não estou falando de nenhum governo específico, que acabaram mudando talvez as prioridades.

O fato é que, se você quer ser um país que está na linha de frente no mundo, da mesma maneira que tem um submarino nuclear, que tem uma capacidade de proteção de fronteiras, você tem de ter também uma capacidade espacial para fins pacíficos, mas tem de ter. Eu acho que essa é uma área em que estamos um pouco atrasados. Poderia citar outras, mas também não quero me prolongar muito. Nós entendemos.

Se olharmos para o outro lado, que mencionei antes, o aumento de recursos tem sido mais ou menos constante, com mínimas oscilações, há dez anos, mas as necessidades são muitas, sobretudo se o Brasil quiser ter a projeção internacional que necessita e quiser ser capaz de defender os seus recursos, a sua soberania, sem precisar diretamente de ninguém, até por que, se precisar, ele já acedeu à soberania. Então, essa é a situação que enfrentamos, com a qual temos lidado.

Eu diria que um programa, especialmente, que precisaria de um cuidado especial, porque teve um impacto industrial grande de emprego e de tecnologia e que não tem recebido os recursos de que precisaria, é o Programa dos Helicópteros, mas há outros, como o Programa Proteger, do Exército, e já mencionei os Meios de Superfície da Marinha.

Estou falando da função essencial das Forças Armadas, da primordial, que é a defesa do país, que é a principal, que a gente faz, volto a dizer, não somente através dos meios de dissuasão, mas também de uma cooperação intensa. Por exemplo, na América do Sul, nossa principal área de preocupação, tenho sempre dito que a cooperação é a melhor dissuasão. Então, quanto mais nós cooperamos com os nossos vizinhos menos chance tem de haver qualquer tipo de aventura. Nunca vi nenhum deles querendo se aventurar. A nossa relação é ótima, no plano diplomático, e não quero entrar em outros assuntos que não são da minha área, mas a importância que pode ter a Unasul para várias situações, mas, inclusive na nossa área específica de defesa, onde o Conselho de Defesa Sul-americano tem atuado com importância crescente. Só para dar dois exemplos rápidos, na área da indústria de defesa, nós estamos desenvolvendo projetos conjuntos para aeronaves não tripuladas, que chamamos de VANT, e também desenvolvendo um projeto, em cooperação com vários outros países, de um treinador básico, que estamos chamando de Unasul-1. Isso, na área de indústria. Então, isso vai dando um conhecimento, e nós vamos alargando, aos poucos, a base industrial sul-americana, o que também é algo importante.

É claro que, nesse contexto, o Brasil vai sempre se destacar, mas temos que ter também uma compreensão de que não se pode só querer vender. Vou dar um exemplo também com a Colômbia: o Brasil vendeu um número importante de Super Tucanos para a Colômbia, e nós acabamos de comprar, acabaram de chegar, recentemente, quatro lanchas blindadas colombianas, porque eles têm lanchas muito boas. Aí, pode-se argumentar: ah, não, mas você podia procurar outro parceiro... Mas, se queremos vender, eles também têm que comprar! Isso é básico! E, se queremos uma integração sul-americana que se estenda à área da defesa, temos também que envolver parceiros.

Só para dar outro exemplo, a Argentina está envolvida também no projeto do KC-390, o novo transportador de tropas e cargueiro e também reabastecedor em voo que a Embraer está preparando.

Então, quando é possível – é claro que, em muitos casos, não é possível –, estamos tentando fazer esse esforço.

Mas, além desse aspecto, digamos assim, mais material, importantíssimo, também acho que há um aspecto doutrinário. E aí, quero, totalmente, separar a ideia de doutrina da de ideologia, ou seja, a visão da defesa dos nossos recursos naturais, a importância de trabalharmos juntos, até porque alguns países não terão condições de, sozinhos, defender esses próprios recursos; precisarão de ajuda. E nós mesmos também precisamos da cooperação de vários outros.

E para isso também o Conselho de Defesa Sul-Americano tem contribuído. Já temos algumas atividades nesse campo. Inclusive, há um instituto, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, na Argentina, e a nossa

Escola Superior de Guerra tem realizado – já realizou duas vezes, vai realizar de novo este ano – um curso para oficiais superiores em defesa também, que chamamos de CAD-Sul. Mas a ideia que foi desenvolvida e já foi aprovada é a criação de uma Escola Sul-Americana de Defesa, que acho algo muito importante. Ou seja, acho que temos que ter uma visão sul-americana dos problemas de defesa. Digo “nós” porque acho que isso é um benefício inclusive do Brasil, mas também dos outros países.

E a nossa ideia, já, em princípio, aprovada – não é só nossa; foi discutida com outros países, para evitar qualquer ideia de que alguém está monopolizando e que há uma ideologização –, é manter algo plural. Então, a escola, na realidade, será uma articulação de vários programas, alguns que já existem e outros que passarão a existir. Entre os que já existem, o nosso CAD-Sul, feito pela Escola Superior de Guerra. Então, digamos, a cooperação complementa a dissuasão.

Eu apenas gostaria, se V. Ex^a me permitir, muito rapidamente, de fazer uma rápida referência à África, porque foi a última viagem que fiz. Tenho um tempinho ainda, Senador? – Na viagem à África, estive em Moçambique, África do Sul e República Democrática do Congo. Se me permitirem, vou falar, muito rapidamente, não sobre as relações com esses países, mas, no caso de Moçambique, eles têm uma expectativa muito grande com a possibilidade da nossa cooperação. Eles querem diversificar, não querem ficar dependentes somente de outros países que oferecem ou, às vezes, dão de graça até os recursos. Eles têm muito interesse na nossa cooperação, no treinamento, e acho que esta semana mesmo, se não me engano, um grupo da Marinha está indo visitar Moçambique. Se não for nesta semana, será na próxima. Enfim, por esses dias.

Conseguimos uma aprovação, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara, que terá, mais tarde, que passar pelo plenário e, depois, chegar aqui ao Senado, de uma autorização para doarmos três Tucanos – antigos Tucanos, não Super Tucanos – para Moçambique. É do nosso interesse, não só porque é cooperar com um país com o qual temos muitas relações, mas também porque é o que os outros países fazem: doa-se o Tucano e, depois, quem sabe, vende-se o Super Tucano. E não estou falando de algo abstrato, porque já vendemos um número considerável de Super Tucanos para países africanos. Acho que a Angola já tem mais de seis ou oito; países pequenos, como Burkina Faso, compraram três; enfim, não estou falando de algo abstrato. Estou falando de algo que pode ocorrer.

Em Moçambique, foi uma conversa sobre esses temas; grande interesse em cooperação. Para nós, também, crescentemente, temos interesses comerciais que se multiplicam em vários países.

Na África do Sul, para também falar rapidamente, entre outras coisas, há uma excelente cooperação envolvendo a Força Aérea sul-africana em torno de um míssil ar-ar de última geração chamado A-Darter. Eu pude constatar, vendo lá e conversando com pessoas que entendem mais do que eu, porque são técnicas, o alto nível de sofisticação tecnológica da indústria sul-africana. As indústrias brasileiras estão participando também, como a Mecatron, a Opto, que é uma empresa que andou até em dificuldades aqui no Brasil, mas que está produzindo – digamos assim – o olho do foguete.

É uma cooperação extraordinária e essa cooperação pode e deve, na minha opinião, ser estendida para outras Forças. Aliás, a Marinha já tem uma operação importante, não na área industrial, que se chama IBSA-MAR, que é cooperação dos três países do IBAS – Índia, Brasil e África do Sul – em manobras navais, que é algo também muito importante para o nosso Atlântico Sul e é uma maneira também de nos relacionarmos com outros países em desenvolvimento. Mas eu tenho certeza de que também estão em estudo e poderão ser desenvolvidos projetos do Exército, da própria Marinha, sobretudo nessa área que envolve alta tecnologia, inclusive eletrônica, que é muito difícil obter sem restrições. A vantagem de nossa cooperação com a África do Sul é que, como é um país aproximadamente do nosso nível, não há restrição, até porque algumas coisas estão sendo desenvolvidas juntas pelas nossas empresas. Então, acho algo muito importante.

Foram três países, foram três situações totalmente diferentes. Fui à República Democrática do Congo, com a qual o Brasil tem, na realidade, relações relativamente escassas, eu diria. Lá temos Embaixador naturalmente e, hoje, a presença de um general brasileiro chefiando a mais importante, em número e também em robustez, de todas as operações de paz da ONU. Para grande orgulho nosso, a ação dele está sendo altamente apreciada, até mesmo pelos países que antes ambicionavam o mesmo cargo e que agora não querem mais: “Não, vamos deixar o General Santos Cruz lá.” Quem tiver interesse pode procurar – eu não tenho o número aqui, mas o nosso assessor de imprensa pode encontrá-lo e mandá-lo – um *site* da *Al Jazeera* em que ele deu uma entrevista em que o reconhecimento pelo trabalho dele é realmente demonstrado. Há muitas outras reportagens. Esse *site* da *Al Jazeera* é mais interessante porque é visual.

Além de todas essas funções ligadas à defesa da Pátria, esses projetos e essa permanente luta para ter os recursos necessários, ainda que sempre compreendendo que o País tem também outras necessidades, nós temos que lidar com situações que eu não diria imprevistas, mas cuja dimensão não era prevista. Uma delas é a questão da espionagem. O Senador conhece isso hoje em dia melhor do que todos nós, porque esteve e

está muito envolvido na comissão sobre este tema. Isso nos levou a buscar reforçar ainda mais o que já estava na estratégia nacional de defesa e que já vinha sendo implementado, que é a parte de defesa cibernética.

Nós temos um centro de defesa cibernética que está a cargo do Exército, mas é claro que cada Força também tem as suas ações nessa área, e elas estão sendo coordenadas. Determinei, em função dessas questões de espionagem, que fosse feito um grupo de trabalho que nos desse recomendações mais imediatas. Na realidade, essas recomendações estão ainda sendo objeto de exame de como implementar. Há várias, mas eu vou salientar duas. Uma delas é uma escola de defesa cibernética, que pode servir, inclusive, para outros órgãos da administração, aliás, queremos trabalhar com eles, porque a questão de recursos humanos é absolutamente fundamental nesse campo. Não adianta você ter o equipamento perfeito e depender de uma empresa estrangeira para fazer a revisão, por exemplo. É absolutamente fundamental. Nos programas que nós temos apoiado, seja diretamente, seja em conjunto com o MCTI, num programa de nova defesa, tem estado sempre presente a questão de *software* adequado à defesa. Este é um aspecto: a escola. O outro aspecto, e é uma coisa dentro do Exército ainda sendo estudada, mas é importante que se saiba, é como passar de um centro para um comando de defesa cibernética.

Então, isso é para mostrar que estamos atentos a essas dificuldades, ninguém tem a ilusão de que vai-se tornar invulnerável de um dia para o outro, mas é algo que estamos tentando desenvolver da melhor maneira possível. Há muitas outras tarefas em que as Forças Armadas são chamadas a atuar – poderia citar aqui um longo rol de operações, seja para a proteção de indígenas ou outros, para a proteção do meio ambiente; enfim, uma multiplicidade de questões e outras específicas de segurança, mas onde, nos termos da Constituição e dos pedidos de governadores respectivos também as Forças Armadas têm que assumir um papel da área que chamamos de Garantia de Lei da Ordem (GLO). São muitas outras ações que temos tido.

Evidentemente, teremos uma presença muito grande na segurança da Copa do Mundo, obviamente tudo em estreita coordenação com o Ministério da Justiça e com a secretarias de segurança pública estaduais. O Gal. Bernardi tem estado à frente desse esforço, com comitês integrados, em nível de política nacional e regional e as operações do tipo Ágata, que são operações de grande porte e que, no ano passado e neste, resolvemos, em vez de fazer três no ano, como vínhamos fazendo, concentrar no período anterior aos grandes eventos. No ano passado, foi no anterior à Copa das Confederações e à visita do Papa, foi uma logo perto da outra, e este ano será antes também da Copa do Mundo, final de maio, mais ou menos.

Então, essas atividades menciono, porque elas também são, digamos assim, uma demanda adicional aos recursos das Forças Armadas, tanto os recursos financeiros, quanto os recursos físicos. Na maioria das vezes, da parte financeira, somos ressarcidos, digamos assim, para essas atividades não previstas, mas, às vezes, há um hiato longo, e você tem que lidar com uma situação complexa. Mas também há recursos físicos, algo, por exemplo, que tenho observado – vou dizer francamente, não foi nem objeto de uma reclamação direta, mas tenho observado – é a limitação, por exemplo, dos nossos meios aéreos de transporte.

Os nossos aviões Hercules C-130, que faziam esse papel, do total que temos, acho que há 15, ou 16, na realidade, às vezes, você tem operando três, dois, quatro. Então, é uma limitação muito grande. Os aviões que tínhamos também para transporte de tropas foram desativados, por determinação da Presidenta e, com razão, porque era um antigo sucata que já tinha dado tantos problemas e, quando ele teve o último problema, no aeroporto de Porto Príncipe, onde poderia ter havido uma tragédia, mas, felizmente, não houve, a decisão foi desativá-los, mas, obviamente, isso tudo também limita as possibilidades, acompanhado de uma demanda crescente da sociedade.

Procuramos atender a todos os programas. Às vezes, parte do Governo do Estado, evidentemente, tem que passar por algum órgão federal, como o Ministério da Integração, etc., e algumas outras vezes são programas já federais. A acho que é muito importante que as Forças Armadas exerçam também essa capacidade, porque é uma maneira de deixá-las próximas da população. Mas, evidentemente, tudo isso não só tem um custo financeiro, mas representa também uma demanda adicional sobre recursos físicos e, às vezes, até humanos relativamente escassos.

Então, eu diria que, dentro desse contexto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o panorama não é nem sombrio, nem luminoso, digamos assim, é um panorama de razoabilidade – estamos crescendo. Se olharmos a série histórica, vamos ficar muito contentes: partimos, no caso de custeio e investimento, de 3,5 ou 3, ..., algo assim em bilhões, para 18,3. Em dez anos, caso de investimento, de 0,9 bilhão para quase 9 bilhões – ótimo, mas, se formos olhar para as necessidades ou para a comparação com países de porte equivalente, vamos achar que temos ainda um caminho grande a percorrer.

Essa seria a minha apresentação, para dar tempo também para pergunta. Obrigado, desculpe se me excedi.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Quero consultar os Srs. Senadores, as Sras Senadoras, se poderíamos, aproveitando o quórum, submeter à análise um requerimento extrapauta de minha autoria, inclusive para que pudéssemos formalizar um convite – à Deputada Maria Corina Machado, para trazer a esta Comissão suas reflexões em relação à complexidade e ao agravamento da crise na Venezuela.

Nós tivemos uma interlocução com a Deputada Maria Corina, ela se disponibilizou, e, para tanto, nós precisamos formalizar esse expediente para que nós pudéssemos aprofundar um pouquinho aqui um juízo de valor em relação à complexidade e o desdobramento da crise institucional na Venezuela.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de debater com profundidade a matéria, então eu não se seria o melhor momento esse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Após a nossa audiência com o Ministro, nós submetemos, então, à avaliação de V. Exª e do conjunto dos Senadores.

Nós temos aqui uma ordem de inscrição.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, conforme conversei com V. Exª ontem, nós temos três embaixadores com processo pronto para audiência.

Eu gostaria de sugerir a V. Exª que a próxima sessão, na próxima quinta-feira, fosse destinada a ouvir. São quatro embaixadores. Talvez, pudéssemos fazer audiência única para ouvir os quatro embaixadores, porque a não conclusão do processo de suas designações está atravancando o processo de movimentação de diplomatas na rede da nossa diplomacia exterior.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço, naturalmente, a preocupação de V. Exª. Vamos envidar esforços.

Na próxima quinta, nós temos audiência pública aprovada para discutirmos os rumos das relações do Brasil com os Estados Unidos da América. Nós vamos ver, inclusive, se a gente não consegue fazer, ao longo da semana, uma sessão extraordinária, para que nós pudéssemos fazer um esforço concentrado, de modo que, ao longo da semana, nós pudéssemos receber os nossos embaixadores e pudéssemos sabatiná-los.

E agradeço a...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O apelo que eu faço a V. Exª, quem sabe, é se agenda extraordinariamente para as 14 horas ou da próxima terça, ou da próxima quarta-feira, a fim de fazer essa sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O apelo de V. Exª é um ordem. E ordem dá quem pode, e cumpre quem tem juízo, Senador Luiz Henrique.

Nós vamos, ao longo da semana que vem, agilizar a votação desses quatro embaixadores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Imagine. É um prazer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Presidente Ricardo Ferraço, eu queria manifestar, desde já, veja bem: V. Exª preside com muita equidade, com muita dedicação a nossa Comissão de Relações Exteriores. Hoje, por exemplo, o Ministro da Defesa fez uma explanação bem feita, bem cuidada, bem preparada sobre o orçamento da Defesa, a atualização de equipamentos de Exército, Marinha e Aeronáutica, para colocar, esta é uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. V. Exª cuida de todos os assuntos, da sabatina de embaixadores a assuntos de defesa e assuntos da compreensão do Senado com relação ao contexto do Brasil na América Latina.

Eu sei que V. Exª esteve agora em Lima, num encontro de cúpula, presentes a esse encontro o ex-Presidente do México, o ex-Presidente do Chile, numa fundação presidida por Vargas Llosa, que é uma figura de renome internacional, e sei que V. Exª encontrou, nesse evento, a Deputada Corina, venezuelana. A questão da Venezuela, nesse momento, ocupa o noticiário internacional, com grande preocupação por parte dos países do mundo, notadamente os países da América Latina, da América do Sul, onde o Brasil se insere.

Desde já, eu quero manifestar a V. Exª, primeiro, aplausos pela iniciativa de apresentar o requerimento. Primeiro de tudo: V. Exª foi lá, a convite de Vargas Llosa, conversou com as pessoas, deve ter conversado com muitas pessoas de vários países da América Latina, América do Sul e recolheu a necessidade de trazer a audiência da Deputada Venezuelana, que vem aqui falar, para ouvir crítica, ou ouvir apoio, para que o Brasil tome conhecimento da situação real da Venezuela por parte de alguém que tem protagonismo reconhecido no plano internacional.

Então, desde já, eu quero aplaudir a iniciativa de V. Exª e dizer que conta o nosso, meu e do meu partido, absoluto endosso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª, mas vamos, então, iniciar aqui o nosso diálogo com o nosso querido Ministro, que nos honra.

Ministro, o nosso País é naturalmente um país pacífico, mas os brasileiros, todos os dias, estão enfrentando uma guerra que, não apenas para mim, mas é uma percepção global, estamos perdendo. Essa guerra é a guerra para a droga, para crimes transnacionais efetivados ao longo da nossa fronteira ao leste, o chamado Brasil Profundo. Dentre tantos importantes projetos e programas que a Defesa brasileira tem de pé temos um Programa chamado Sisfron, um programa audacioso, um programa que exige recursos econômicos, recursos tecnológicos, recursos materiais, mas é um programa absolutamente imprescindível. O Senador Agripino registra a nossa presença nesse encontro em Lima, onde foi discutido o problema das drogas na América do Sul. Os fatos são conhecidos. Ou seja, 70% da cocaína que o Brasil consome vem do Peru via Bolívia. Nós temos combatido o tráfico de drogas próximo ao consumo.

Eu gostaria que V. Exª pudesse colocar luz no desenvolvimento, no exercício financeiro e orçamentário do Sisfron, pela importância que esse Programa tem para os brasileiros, considerando que a droga está no centro, no núcleo do problema da criminalidade e da violência urbana em nosso País. Esse é um Programa que tem relação direta com o cotidiano e a rotina dos brasileiros.

Além disso, Sr. Ministro, e já passo a palavra a S. Exª, o Senador Luiz Henrique, como a Defesa Nacional está avaliando a conjuntura do sistema elétrico brasileiro? A cada momento nos preocupam mais as informações dando conta da escassez de água em nossos reservatórios, um problema que, num primeiro momento, diz respeito à economia brasileira, que pode ser um problema para a família brasileira, mas que, num passo seguinte, é um problema de defesa nacional, por tudo que significa a energia no dia a dia da sociedade. Nós temos o Programa Proteger, que é focado na proteção dessas estruturas estratégicas para o nosso país.

Essas são as duas intervenções que faço neste momento, perguntando a V. Exª como anda o desenvolvimento do FX-2. O Brasil já anunciou a decisão de aquisição dos jatos Gripper NG, da Saab, mas há todo um protocolo, todo um procedimento de conversações e diálogos. Está mantido o Programa para que até o final deste ano tenhamos todos esses detalhamentos observados? Essas são as intervenções, que vou passar a V. Exª. Antes, vou ouvir o Senador Luiz Henrique e os demais Senadores. Quando V. Exª for se manifestar, V. Exª faz um sobrevoio por todos esses temas que nós estamos aqui encaminhando a V. Exª.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srªs e Srs. Senadores, nós temos aqui, hoje, participando desta audiência, um brasileiro por excelência, um servidor público exemplar. O conjunto dos servidores públicos brasileiros deveria se inspirar no exemplo do Embaixador Celso Amorim. Na sua longa carreira no Itamaraty, onde teve o segundo mandato mais longo à frente daquele Ministério, perdendo apenas para o Barão do Rio Branco, o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim demonstrou não só a condição de grande brasileiro, como também uma visão que considero muito importante na diplomacia brasileira, a de ampliar o protagonismo do Brasil em países subdesenvolvidos da África e de outros continentes, o que determinou, inclusive, e essa foi uma das causas, a eleição do Embaixador Roberto Azevedo, que, hoje, nos honrará com a sua presença aqui, às 14h30.

O Embaixador Celso Amorim foi Presidente da Embrafilmes numa época de florescência da cinematografia nacional. Foi o período de consolidação da capacitação nacional nessa área.

Tive a honra de trabalhar com o Ministro Celso Amorim no Ministério da Ciência e Tecnologia, quando, entre outros projetos importantes, que têm desdobramento hoje, nós firmamos o mais importante acordo científico entre dois países em desenvolvimento. Firmamos com a China um projeto de construção binacional de dois satélites, que se seguiram, posteriormente, por mais dois, de que resultou, hoje, uma previsão climática muito mais precisa do que a que tínhamos anteriormente e a competência nacional de controlar a devastação das florestas, porque passamos a ter um olho eletrônico sobre todo o território nacional.

Esse grande brasileiro nos dá tranquilidade, por exemplo, quando o seu Ministério decide pela compra dos caças suecos, que a gente sabe que é uma decisão correta, uma decisão honesta, uma decisão voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

O Embaixador Celso Amorim situou, com absoluta correção, que a melhor forma de o Brasil exercer a sua atividade de defesa é a dissuasão. A dissuasão através de um protagonismo junto aos nossos vizinhos, mas um protagonismo solidário, um protagonismo fraterno, um protagonismo que faça com que nós da América portuguesa deixemos de estar de costas para os irmãos da América espanhola, no que se refere à América do Sul. Por isso, eu entendo como equivocadas as críticas a projetos de financiamento à empresa brasileira que vai exportar tecnologia, que vai exportar *expertise* em engenharia, que vai exportar produtos nacionais de cons-

trução, para fazer uma obra, por exemplo, como o Porto de Mariel. É evidente que se cria, nesse caso, uma relação de respeito maior ao nosso País, de carinho maior ao nosso País, uma relação de gratidão ao nosso País, por esse protagonismo. Mesmo caso, o financiamento à expansão da rede de energia elétrica da Argentina e outros projetos que nós temos.

Então, eu queria situar. Eu acho que a palestra do Embaixador Celso Amorim nos trouxe informações precisas, mas a parte que eu considero fulcral da sua palestra é esse protagonismo solidário brasileiro.

Não vou fazer nenhuma pergunta ao Embaixador, porque conheço bem os projetos que estão desenvolvidos. Apenas apoiar a posição de V. Ex^a no sentido de que nós estamos combatendo a droga na ponta do consumo e precisamos impedir que a droga venha. Então, nós temos de combater muito mais ferozmente a droga para impedir a sua importação pelo nosso Território.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senadora Vanessa Grazziotin e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu vou também tentar ser bem sintética, Presidente. Por isso mesmo, quero pedir permissão do Senador Luiz Henrique para assinar embaixo de todas as observações que ele acaba de fazer em relação ao Ministro Celso Amorim, em relação à política de relações exteriores do Brasil e em relação à política que constrói também na Defesa. Assino embaixo. Senador Luiz Henrique, concordo principalmente quando V. Ex^a cumprimenta o Ministro que tem parte muito importante na formação dessa nova política brasileira de integração solidária, que, infelizmente, a muitos incomodam, porque não a veem dessa forma. Não veem o quanto é importante o Brasil se relacionar com Cuba, o quanto é importante o Brasil se relacionar com o Oriente, o quanto é importante o Brasil se relacionar com a África. Então, eu faço das palavras do Senador Luiz Henrique as minhas palavras, as dele certamente têm muito mais força por toda a sua experiência, por todo o seu trabalho e por ter sido o Governador do Estado de onde nasci, uma pessoa tão querida que é. São palavras que trazem, sim, muita autoridade e muita força.

Quero cumprimentar todos os presentes aqui do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, cumprimentando o Comandante Júlio, o Comandante Enzo, os comandantes da Marinha, do Exército. Cumprimento todos.

Ministro Celso Amorim, eu tenho muito orgulho de o Brasil poder contar com um homem patriota como o senhor. Eu não sabia, acabei de saber agora, que o senhor foi o mais longo no Ministério das Relações Exteriores. Isso não foi por acaso, porque deu muito certo. Talvez tenha sido essa a razão da permuta de ministério, apenas essa, porque lá se vai muito tempo, e, às vezes, não é bom que fiquemos muito tempo no mesmo lugar.

De tudo que o senhor falou, eu espero que, com o desenvolver, o desenrolar de algumas coisas que estão prestes a acontecer no País, possamos ter, de fato, condições de o Brasil investir um pouco mais do que investe hoje na área da segurança. Eu acho que isso é um fator essencial, fundamental. O senhor colocou o que seria um percentual mínimo, não é um percentual ideal, mas é um percentual ideal mínimo para que possamos desenvolver tudo aquilo que desenvolvemos.

Eu escuto também: “Ah, porque a Costa Rica” – a Costa Rica é aquele pequenininho país da América Central – “tem muito dinheiro para educação e tal, porque não tem exército”. Mas nós não somos uma Costa Rica e, infelizmente, não estamos rodeados de Costas Ricas. Estamos rodeados de países como os Estados Unidos, países outros que buscam sua expansão, que não é das mais corretas. Então, nós temos de investir, sim, em segurança. Quiçá um dia possamos viver num mundo onde todos os recursos sejam destinados à saúde, à educação, mas essa não é a realidade hoje. Não sendo a realidade hoje, nós precisamos, como uma das nações mais importantes do Planeta, sobretudo do ponto de vista das riquezas naturais, investir muito, sim, em defesa.

Por fim, só para fazer uma breve observação, quero cumprimentá-los em relação à defesa que o senhor apresenta aqui da perspectiva da criação de um comando de defesa cibernética. Esse é um assunto em que tanto o Senador Ferraço como eu e muitos outros... Principalmente o Senador Ferraço, porque ele relata uma CPI em que sempre dizemos que nosso objetivo não é ficar investigando algo que já está dito, algo que já está falado, algo que já está reconhecido, que é que há espionagem, que há interferência e que presidentes, chefes de Estado, como Dilma e Angela Merkel foram espionados... Nunca ninguém negou, os Estados Unidos nunca negaram. Então, é algo que está aí. Qual o nosso papel? Fazer o diagnóstico e, a partir dele, apresentar sugestões. Em breve, deveremos analisar o relatório que deverá ser apresentado.

Então, quando V. Ex^a propõe a criação de um comando de defesa cibernética, acho que o povo brasileiro tem de entender o que isso significa, porque a nossa gente carece de entender melhor o que é a guerra cibernética em curso no mundo hoje. Hoje, o poder não é só território; o poder não é só armamento. O poder é comunicação, é controle sobre as comunicações. Hoje, com um apertar de um botão, uma guerra pode ser desencadeada, um país pode paralisar-se. Que dispositivo hoje não funciona eletronicamente e interligado? Um avião, um automóvel, um caça? Tudo, absolutamente tudo. Então, em um clique, pode se parar um país, gerar o caos em um país, podendo até desencadear uma guerra. Isso é fundamental.

No Brasil, o Governo mostra o compromisso que tem com essa questão. Acho que esse foi o belo serviço que Edward Snowden prestou ao mundo. Todo mundo sabia, mas agora nós precisamos agir e agir com muita força. O Brasil, coligado com outros países, recentemente, assinou um acordo com a União Europeia para construção de um cabo submarino. Então, criar aqui, passar de um centro para um comando, eu considero fundamental e prioritário.

No mais, quero cumprimentar a todos pelo trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador José Agripino.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – Sr. Presidente, perdoe. Se regimental couber, eu também gostaria de tecer breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Será uma honra e uma alegria ouvir V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em seguida ao Senador Agripino, falará V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Prezado Presidente Senador Ricardo Ferraço, meus cumprimentos pela audiência que hoje mais uma vez temos com o Ministro Celso Amorim, que, ao longo desses anos todos, desde 2003, tem comparecido aqui ora como Ministro de Relações Exteriores, ora como Ministro da Defesa, duas a três vezes por ano, pelo menos, e sempre com disposição de contribuir extraordinariamente para a nossa compreensão do que se passa ora com as Relações Exteriores, ora com a Defesa, que tanto interage com as relações exteriores. V. Ex^a, por ter tido a sua experiência como Ministro de Relações Exteriores, se mostra um Ministro da Defesa com uma visão que, certamente, tem sido muito respeitada.

Quero cumprimentar aqui aos Comandantes Júlio, Enzo e Ailton. Fico imaginando a confiança que eles têm nos passos que V. Ex^a dá, com toda a sua experiência e conhecimento.

Eu tenho aqui 6 perguntas.

Primeiro, como se encontra a possibilidade de gradualmente se desativar a Minustah, no Haiti, tendo em conta a realização de eleições neste ano e a normalização da situação naquele País? Em que medida a presença brasileira tem se transformado mais e mais no apoio ao desenvolvimento econômico e social do Haiti e não apenas na questão da segurança? Eu até transmiti ao Comandante Enzo Martins Peri que ouvi há poucos dias a entrevista do General Jaborandi, Comandante da Minustah no Haiti, para a CBN, quando ele falava dessa gradual normalização e a perspectiva de uma possível desativação da Minustah. Eu agradeço muito se puder nos dar uma informação a respeito.

Segundo, como o Governo brasileiro acompanha o diálogo dos Estados Unidos, da União Europeia e da ONU com o Irã? – Quero dizer que, em fevereiro último, dos dias 15 a 17, estive com o Senador Valdir Raupp e os Deputados Ivan Valente e Edson Santos em Teerã, até por isso formulo essa pergunta, e também porque V. Ex^a, como Ministro das Relações Exteriores, em 2010, colaborou junto à Turquia e ao Irã para aquilo que acabou se iniciando, felizmente.

Como é que o Brasil acompanha o diálogo dos Estados Unidos, da União Europeia, do Irã e da ONU visando à utilização da energia nuclear apenas para fins pacíficos? E que consequências positivas essa evolução poderá contribuir para a melhoria das relações Brasil-Irã e assim contribuir para melhores condições de paz no Oriente Médio? – Daí vem a terceira pergunta que se relaciona: como o Brasil tem acompanhado os entendimentos que se desenvolvem entre Israel e Palestina visando também a pacificação no Oriente Médio que é fundamental, já que a própria evolução da situação do Irã pode colaborar para a melhor relação de paz e de reconhecimento entre Israel e Palestina? – Quarta: como o Governo brasileiro acompanha o relacionamento entre a Ucrânia, a Rússia não europeia e os Estados Unidos, assunto que foi objeto do diálogo com o Embaixador da Ucrânia junto a nós há poucos instantes, inclusive a questão da Criméia? E como isso poderá afetar o acordo de colaboração espacial entre o Brasil e a Ucrânia? – V. Ex^a mencionou que a Índia está considerando ir até Marte... O senhor não mencionou? A Índia vai a Marte e nós... Essa é uma possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Suplicy se disponibiliza a ir com o Ministro ou não?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu me disponho a acompanhar o Ministro, mas quem sabe na colaboração espacial Brasil-Ucrânia possa haver um passeio não sei para Lua, para Marte, para aonde for.

O bom entendimento entre o Brasil e a Ucrânia certamente afeta essa cooperação espacial Brasil-Ucrânia que foi iniciada acho que no Governo em que V. Ex^a o Ministro de Relações Exteriores e agora é da sua Pasta da Defesa.

E como o Governo brasileiro acompanha a situação política da Venezuela, que vai ser objeto aqui da reflexão sobre esse requerimento proposto pelo Senador Ricardo Ferraço? – E, finalmente, como o Ministro da Defesa está colaborando com o Ministro da Justiça, o Ministro dos Esportes e os governos estaduais para garantir o bom andamento da Copa do Mundo, as condições de segurança? – Acredito que a preocupação de todos e o apelo que eu e todos nós fazemos aos brasileiros é que possamos nós receber exemplarmente as delegações, os times de futebol de todo e qualquer país e os torcedores que aqui virão torcer para os seus países, por maior que seja a rivalidade, digamos, entre nós e os ingleses no futebol, entre nós e os argentinos e os uruguaiois, mas vamos receber todos da maneira a mais respeitosa e construtiva. E que os gritos de torcida sejam de alegria, de respeito e que possamos nos lembrar, inclusive, de como, por exemplo, o Presidente Nelson Mandela, ao promover a Copa do Mundo de rugby na África do Sul, percebeu o quanto o esporte, seja o rugby ou o futebol, pode ser um instrumento de confraternização entre os povos e de realização de paz.

Essa é a pergunta conclusiva.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro Celso Amorim, queria inicialmente dizer que é sempre um prazer receber V. Ex^a nesta Comissão e em qualquer Comissão, sempre com as suas manifestações cavalheiras, cordatas e esclarecedoras.

E quero fazer um registro: V. Ex^a vem à Comissão, acompanhado de oficiais de alta patente do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que certamente vêm ouvir o depoimento de V. Ex^a sobre o orçamento da Defesa. E V. Ex^a vem a uma Comissão do Senado que é quem cuida, exatamente, da aprovação das matérias.

A primeira assertiva que eu quero fazer a V. Ex^a na presença dos oficiais gerais: toda vida que chega uma demanda qualquer de Exército, Marinha ou Aeronáutica, ao orçamento ou a qualquer Comissão, a boa vontade da Casa é total por respeito às Forças Armadas. Eu digo isso pela constatação que faço. E é bom que eles ouçam isso, porque eles vão ter a confirmação de que o orçamento da Defesa, chegando a esta Casa, é aprovado. O importante é que o Poder Central aprove as propostas que Exército, Marinha, Aeronáutica e Ministério da Defesa façam dentro do Orçamento Geral da União. Porque, aquilo que nos chega como proposta, seja para custeio, seja para investimento, claro que se debate e se discute, mas a boa vontade é patente.

A recente compra das aeronaves, os Gripen... Eu tive oportunidade de, na companhia dos Senadores Ricardo Ferrado e Eunício Oliveira, ir à Suécia e visitar a Saab, Gripen. Eu tive a oportunidade e olha que eu sou Líder de oposição. Eu fiz um discurso público, na tribuna do Senado, colocando a minha compreensão de que – pelo custo, pelo custo de manutenção, pela transferência de tecnologia, por várias ações envolvidas – a melhor opção que eu enxergava era a do Gripen, que foi comprado. Não houve ruído de espécie alguma num negócio milionário, porque a coisa foi feita corretamente e era algo que se impunha.

Por quê? Porque esta Casa tem a consciência de que o Brasil exerce um papel de liderança continental, e a liderança é exercida de forma simbólica. Nós não somos um país beligerante. Mas o Brasil ou um país líder existe a partir de símbolos – ele tem que ter submarino atômico, ele tem que ter equipamentos de infantaria, tem que ter aviões até supersônicos. Ter para ter; não é para usar, é para ser respeitado e para ser entendido como país líder. Eu acho que esse é o pensamento dos senhores oficiais gerais que vem aqui, como V. Ex^a.

Então é importante que a gente tenha essa consciência e que dê apoio ao Ministro da Defesa, que interpreta o sentimento, que está aqui acompanhado de vários oficiais gerais que vêm ouvir a exposição do Ministro, na Casa que aprova o orçamento, e que está solidário com os anseios que V. Ex^a expôs, que pode não ter crescido muito, cresceu um pouco; não na medida do que era necessário, mas cresceu.

Dito isso, eu quero fazer uma indagação tópica. Eu disse que uma nação vive de símbolos. Por exemplo, o perdão da dívida, que o Poder Central endereçou às comissões do Senado, a países dirigidos por ditadores – países africanos dirigidos por ditadores – foi objeto de grande polêmica, porque foram créditos concedidos pelo Governo do Brasil, muitas vezes com recurso do Tesouro, e que são objeto de pedido perdão, pedidos esses de países que são governados por ditadores. Alguns deles proprietários de coleção de Rolls Royce, Bentley, Mercedes Benz, o que causa espécie e tem uma reação completamente contrária, porque há um símbolo de reação a esse tipo de comportamento.

Isso me remete a uma indagação que faço a V. Ex^a no que diz respeito a uma questão da sua pasta, que é um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com exposição de motivos anterior a uma manifestação de beligerância ocorrida em Moçambique. É a doação de três Tucanos – não são Super Tucanos, são

três Tucanos T27 – que não estariam equipados para transporte de armamento, mas seriam adaptáveis para isso. E, dentro da simbologia, o Brasil poderia ser entendido como doador de situação de inquietação, estaria contribuindo para uma situação de beligerância, de conflito interno no país.

Então, em função disso, a minha pergunta tópica a V. Exª, com as considerações que fiz, é no sentido de ver qual o pensamento do Ministério da Defesa – tendo em vista as manifestações posteriores ao envio do projeto de lei que está na Câmara – sobre a doação dos três Tucanos. Tendo em vista que o Brasil é um país líder e vive de simbologia, qual seria o pensamento do Ministério da Defesa em relação à doação desses três Tucanos, instrumento de fomento, como poderia ser interpretado, em uma situação de instabilidade que o Brasil quer ver, pelo contrário, neutralizada? É a pergunta que faço a V. Exª, com cumprimentos à sua presença nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na prática, são armas de guerra com elevado impacto, em mãos, eventualmente, de ditadores sanguinários, que podem se valer desses equipamentos para massacrar e para impedir... Não sei se é o caso de Moçambique, mas a pergunta é se o Governo brasileiro, se a Defesa considera essas variáveis. Parece-me que é isso que o Senador José Agripino pergunta.

Senador Pedro Simon.

Em seguida, nosso queridíssimo Deputado Hugo Napoleão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB - RS) – Sr. Presidente, minha intervenção é muito rápida.

Quero trazer o meu testemunho com relação à pessoa do ilustre Ministro. Ao longo da minha vida, acompanhei, primeiro, a distância, de Porto Alegre, depois, aqui no Senado, o trabalho de S. Exª, a dignidade, a competência, a seriedade, o esforço e a dedicação que ele teve por onde andou e por onde passou. Acho que sua atuação como Ministro das Relações Exteriores foi realmente excepcional. O Brasil participou. É verdade que aconteceram fatos complicados, mas, ao contrário de agora, por exemplo, em que o Brasil silencia e adota a política de não falar nada nem a favor de A nem a favor de B, nós tomávamos posição. E ficou provado que as nossas posições estavam absolutamente certas.

S. Exª agora, no Ministério da Defesa – e trago meu abraço aos ilustres Comandantes das três Armas –, está também mantendo uma posição de firmeza, de integração, de compenetração.

Vejo como um dos problemas sérios que enfrentamos nessa área o que está acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, quando o Governador chama, e chama com justa razão, porque a situação realmente está trágica, as Forças Armadas para ajudarem a manter a ordem, algo que significa muito. Vejo com muita simpatia o trabalho do atual Secretário do Rio de Janeiro, a iniciativa que ele tomou com relação às zonas em que a polícia atua, de forma solidária, de forma amiga, de forma fraterna, não apenas para prender e sufocar. Essa foi, na minha opinião, uma das medidas mais positivas com relação à infelicidade das nossas favelas, à droga, ao tráfico, ao tráfico de armas, inclusive.

Por outro lado, eu nem falaria sobre isso, mas já que o Senador Suplicy falou – e o Senador Suplicy fala realmente tudo e está certo –, não sei se V. Exª poderia dizer alguma coisa com relação ao que está acontecendo na Ucrânia e na Crimeia. V. Exª está em outra área, há o responsável por aquela área, mas a situação está muito interessante. E é muito importante, porque a gente pergunta, pergunta, e o que aconteceu? Na verdade, a Crimeia era praticamente uma nação com território, com língua, com pátria, com congresso, que tinha um acordo para permanecer com a Ucrânia. Fez um plebiscito e esse plebiscito fez com que ela fosse para o outro lado. No início, achei que era um equívoco dos países europeus fazer a inversão, fazer com que a Ucrânia saísse da linha de lá para o lado de cá. Da maneira como foi feito, o argumento é que não restaria outro caminho para a Rússia, porque, se ela permanecesse, a linha da Crimeia até Moscou eram 700, 800 quilômetros. Realmente era algo que não daria para entender.

Então, é uma situação que eu vejo com muita delicadeza. E vejo que essa decisão... Quando se reuniram os maiores países com o Presidente americano, a sensibilidade e a preocupação, inclusive, a linha de racionalidade que eles tiveram – todo mundo imaginava que iam partir para a radicalização etc.

eu vi, na realidade, como uma decisão que eu achei inteligente do Presidente Obama quando ele tirou qualquer possibilidade de intervenção armada, dizendo que não era o caso. Eu acho que isso, que foi considerado a maior crise – depois da guerra fria – que aconteceu no mundo, parece que é capaz de terminar de uma maneira, com uma solução com certa racionalidade. Eu vejo isso com simpatia, sinceramente, embora esteja crescendo...

Aliás, V. Exª podia me orientar nesse sentido. Até Veneza! Eu não sabia que Veneza também pensava em criar a república da cidade de Veneza. Veneza, Barcelona, vários países estão começando a debater essa história – Países Baixos, Escócia. Isso me admirou.

Mas, com toda sinceridade, eu fico feliz que a situação lá na Ucrânia tenha sido uma solução de entendimento e não de radicalização.

Eu espero e rezo para isto: que a conversa entre o Papa Francisco e o Presidente Obama resulte em alguma coisa positiva. Eu me identifico com o que pensa o Papa Francisco e me identifico com o que fez, na primeira campanha para Presidente, o Presidente Obama. Acho que foi realmente emocionante, extraordinária.

Agora, a gente vê que, entre o Presidente fazer e o Presidente agir, há uma infinidade de diferença. Até porque ele, na minha opinião, teve coragem. Ele está querendo terminar com aquela penitenciária em Cuba – que é um absurdo –, mas o Congresso não deixa, não permite que ele tire aqueles presos para dar uma solução. Ele fez um plano de saúde – não tanto quanto ele queria, mas positivo. Agora, o negócio de que os americanos se consideram os protetores do mundo, ou ele concorda com isso ou ele cai fora.

Mas eu quero felicitá-lo, Senador. Queria dizer que tenho muito carinho pelo senhor, tenho muita amizade, muito respeito. E me lembro com saudade das reuniões de que a gente participava, debatendo, analisando e discutindo o bem para este País. Graças a Deus essas coisas estão acontecendo.

E repare, meu prezado Ministro: eu vejo aqui os queridos representantes das Forças Armadas e vejo que nós estamos enfrentando essa situação, realmente muito importante, com muita responsabilidade. Então, passaram 50 anos do movimento de 64, e as instruções são as mais variadas. Eu acho que o nosso pensamento é o futuro, é nos identificarmos com o futuro. Mas eu vejo, de certa forma, que esses esclarecimentos que estão aparecendo eram quase, eu diria, inevitáveis; mais dia ou menos dia, eles teriam de vir. E foi 50 anos depois que as coisas apareceram como deviam aparecer. Eu até diria...

Eu vi quando a Globo, por exemplo, fez o *mea-culpa*, não sei o que havia atrás, dizendo que se equivocou lá, naquela oportunidade. Eu até não sei, mas eu acho que não dá para se fazer nenhuma comparação, identificação no sentido de que o atual comando das Forças Armadas ou dos nossos Exércitos tenha qualquer tipo de identificação com as coisas que aconteceram de lá até aqui. Era até uma coisa que eles podiam afirmar. Eu acho que seria bem vindo se, de repente, as coisas aconteceram; mas o nosso caminho é outro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Ouço com alegria o Deputado Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD - PI) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, muito grato pela fidalguia de V. Ex^a, que segue a do seu querido pai, Theodorico Ferraço, de quem tive a honra de ser colega no Congresso Nacional.

Ex^{mo} Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, quero saudar muito afetuosamente meus ex-colegas de Senado: Senador Eduardo Suplicy; Senador Pedro Simon, meu ex-colega no Ministério quando eu era Ministro da Educação deste País; V. Ex^a da Ciência e Tecnologia, Senador Luiz Henrique; o sempre estimado Senador Aloysio Nunes Ferreira; e os Srs. Comandantes.

Ex^{mo} Sr. Ministro, quero apenas tecer um breve comentário, para refletir discurso que já pronunciei da tribuna da Câmara dos Deputados há poucos dias.

Louvo imensamente, sou profundamente grato ao destino pelo programa das Forças Armadas. Tenho dito e repetido que o Brasil é, como V. Ex^a mesmo disse, a sexta, sétima potência econômica – só não é uma sexta ou sétima potência mundial lato sentido por duas razões: primeiro, pelos índices sociais que melhoraram, mas ainda continuam a desejar quanto a IDH, quanto a analfabetismo; segundo, porque precisa de Forças Armadas adequadas a sua continentalidade. De modo que, por tudo isso, esse programa que foi iniciado pelo ex-Presidente Lula é realmente de extrema importância.

Eu só fico preocupado – e é o comentário que me permito fazer neste instante – com as eventuais compras de ocasião. Isso aconteceu com as três fragatas, melhor dizendo, navios-patrolha da Marinha. Eu abro um parêntese para dizer que, embora cuide com muito prazer dos assuntos das nossas gloriosas Forças Armadas, tenho me dedicado mais especificamente aos da Marinha – sou Presidente da Frente Parlamentar pela Construção Naval para a Defesa Nacional e sou Coordenador da Subcomissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para Assuntos de Marinha. Então, daí a minha preocupação – fecho parêntese para concluir – com notícias que correm com relação à China, que enviou embarcações, navios ao Brasil e houve manobra conjunta etc. É claro que a China não posso deixar de enaltecer e de reconhecer, até por que o meu querido e saudoso pai foi embaixador do Brasil naquele País. Então, tenho um apreço muito grande por ele. Mas quero dizer que temo, porque já vi a China agir com relação à metalurgia, com relação a brinquedos e outros produtos – é claro que não se trata nem de metalurgia nem de brinquedos, mas temo que ela não tenha, para uma eventualidade de compra, não estou dizendo que vai acontecer, as mesmas raízes daquelas que vimos acompanhando durante o nosso passado.

Nada mais tenho a dizer senão isso. Não estou pontuando, estou apenas dando exemplos, para dizer que tenho medo, temo que nós possamos fugir da nossa rota desse grande programa nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Consulto o Senador Aloysio Nunes. (Pausa.) – Passo a palavra então a S. Ex^a, o Ministro Celso Amorim, para as questões que foram aqui levantadas.

Nós temos também algumas perguntas, Sr. Ministro, da Conectas Direitos Humanos, que indaga: dada a ratificação do ATT, que obrigará o País a rever a sua política de exportação de armas, gostaríamos de saber qual será a forma legal desse novo regulamento, PL ou decreto e como será a abertura para a participação da sociedade civil no seu processo de elaboração; também a Conectas pergunta se foi realizada análise de risco, antes do envio do PL 6.646 à Câmara, sobre os potenciais efeitos deletérios à paz e à segurança de Moçambique com a doação de três aeronaves T-27, o Tucano, e o que pode representar nesse mesmo ambiente de eventual instabilidade.

São as perguntas que passo a V. Ex^a, parte delas, perguntadas pelo Senador José Agripino.

O SR. CELSO AMORIM – Quería agradecer aos Srs. Senadores pela atenção, enfim, também pelos comentários recebidos. Eu me permito fazer este agradecimento coletivamente para não alongar, mas, evidentemente, como sabem os meus amigos, me sensibilizam muito, especialmente porque são relações de muito longa data, passando por vários governos, várias situações e até várias funções. Lembro que tive a honra de trabalhar com o então Ministro Luiz Henrique, na área de ciência e tecnologia, e que, nessa mesma área, trabalhei, antes dele, com o então Ministro Renato Archer, amigo muito próximo também do Senador Pedro Simon, sempre com a mesma preocupação de trabalhar pelo Brasil de maneira totalmente livre de qualquer outro tipo de interesse.

Bem, vou tentar responder da maneira mais rápida e eficiente possível.

Senador Ferraço, com relação a suas perguntas sobre fronteiras e drogas, evidentemente, nós temos grande preocupação. Como sabem, a Presidenta lançou um programa, um Plano Nacional de Fronteiras, que tem duas dimensões: uma que é levada basicamente pelo Ministério da Justiça; outra que é levada basicamente pelo Ministério da Defesa, embora as duas interajam o tempo todo. A do Ministério da Defesa são as chamadas Operações Ágata, que são as operações de fronteira e de grande porte. A última operação creio que teve cerca de 23 mil homens ou algo parecido com isso em toda a fronteira do Brasil, e este ano, provavelmente, será um número equivalente também em toda a fronteira. Já foram realizadas sete Operações Ágata. Nos primeiros anos, elas, como eu disse antes, foram divididas regionalmente; mas, em 2013 e agora, em virtude não só de considerações orçamentárias – porque, de qualquer maneira, há custo, mesmo fazendo junto, um custo importante –, achamos que, devidos aos grandes eventos, era mais eficiente nós concentrarmos essas operações num período.

Eu tenho uma estatística que depois posso mandar ao Senador sobre as apreensões feitas, veículos vistoriados, pistas clandestinas que foram destruídas; eu acho que seria muito longo eu entrar nisso agora, mas deixo apenas o registro dessas duas operações, e passo a responder diretamente as perguntas que o Presidente Senador colocou em relação ao Sisfron.

Claro que é um programa para o qual damos enorme importância, num País que tem quase 17 mil quilômetros de fronteira – creio que seja o terceiro do mundo em matéria de extensão da fronteira; só a Rússia e a China, creio, têm extensão maior – e tem 10 vizinhos. Mantemos relações pacíficas com todos eles, mas nós não sabemos o que pode acontecer no futuro, até em função de algum outro evento internacional. Então, é da maior importância esse monitoramento das fronteiras.

É importante também frisar que muitas dessas ações, como disse antes, em relação à Ágata, têm que ser realizadas junto com a Polícia Federal, que é o órgão que tem uma competência mais imediata do ponto de vista de inteligência e de outros aspectos sobre essa questão das drogas.

Mas, para responder a V. Ex^a, no tocante ao orçamento que nós executamos em 2013, o número que tenho aqui foi da ordem de R\$242 milhões. É muito menos, talvez, do que desejasse o Exército e do que desejaríamos nós, mas, ainda assim, não é uma cifra desprezível. Acho que o valor inicialmente programado foi um pouco mais, mas sempre se enfrenta essa questão dos contingenciamentos e, no final, executamos R\$242 milhões, o que não é algo insignificante e representa um módulo que será localizado em Mato Grosso do Sul, ligado à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Então, é algo importante.

E o previsto para 2014 – volto a dizer: também não é o que desejaríamos, mas nós temos de ser realistas dentro do conjunto de situações – são R\$213 milhões. Também, volto a dizer, não é uma quantia insignificante, mas concordo: é menos do que necessitaríamos para desenvolver, no prazo estimado inicialmente pelo Exército, que era de 10 anos, o programa como um todo. Não há dúvida quanto a isso, mas essa tem sido a realidade de vários outros programas também. É uma preocupação real e importante que V. Ex^a menciona.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a manutenção desse desembolso e desse cronograma, esse programa que está previsto para 10 anos será implantado em quantos anos, Ministro?

O SR. CELSO AMORIM – Eu sou otimista, Senador, de modo que eu tenho a expectativa de que nós possamos aumentar esse desembolso nos próximos anos.

Nós estamos agora com grandes projetos – não quero fazer ligação necessariamente de um com outro –, mas, por exemplo, há uma deficiência muito grande, que já foi apontada, de meios de superfície da Marinha, para uma situação de emergência maior. Aliás, é o que explica, creio eu, essa compra de ocasião a que se referiu o Deputado Napoleão, porque, até nos adquirirmos a capacidade de produzirmos navios-patrolha oceânicos, como são esses, isso levaria algum tempo. Nós estamos produzindo navios-patrolha de menor porte, de 500 toneladas. Esses, se não me engano, são de 1.800 toneladas. São navios que já estiveram na África, eles têm uma capacidade muito mais ampla de ação. Aí então a ocasião se deu.

Mas eu queria ilustrar – e aí vamos precisar muito do apoio, e digo nós falando em nome das Forças Armadas –: na medida em que alguns dos projetos atinjam, digamos assim, o ápice do seu custo e comecem a descer, que esse fato não signifique uma diminuição dos recursos da Defesa, mas que ele possa ser dirigido a outros projetos de igual importância, como é o caso do Sisfron, e talvez de um que tenha recebido ainda menos recursos, que é o Proteger, a que V. Ex^a também se referiu.

Eu tenho também a cifra do Proteger desses anos. Para o Proteger, no ano de 2013, foram 125 milhões, que é muito menos do que desejaríamos, mas já nos permite algum desenvolvimento nesta área muito importante. E esses projetos são interligados. Quer dizer, nós temos também o Guarani, o equipamento de meios de transporte do Exército, e isso também ajuda na realização do Proteger de forma indireta. Então não é que esteja desatendido totalmente, mas é um orçamento que gostaríamos que fosse maior, para mostrar eficiência – na qual eu não tenho nenhum mérito –, e usando a força que faz o nível de execução, que é de 96,3% nesse caso. Em geral os níveis de execução são muitos altos na Defesa e nas Forças Armadas. É um ponto que eu gostaria de salientar.

Para este ano, sendo totalmente transparente, no Sisfron, nós temos algo maior, mas no Proteger temos apenas, pouco menos que 50 milhões, o que é talvez de fato insuficiente.

Acho que são os pontos específicos.

V. Ex^a mencionou também o FX-2. Creio que mencionei rapidamente que, desde o segundo dia, eu diria, depois do anúncio, a própria Saab se encarregou de mandar gente para cá, um vice-ministro sueco já esteve aqui, missões também da força aérea sueca estiveram aqui, a FAB tem mantido conversas junto com a Embraer, inclusive, em alguns casos, com outras empresas também. E eu, como disse, devo visitar a Suécia no início de abril – e aí mais uma vez também serei eu que estarei pedindo apoio dos senhores, como também da Câmara – para dois acordos que serão muito importantes para a execução do contrato. É um acordo marco de defesa e um acordo sobre a segurança da informação, absolutamente de acordo com a nossa Lei de Acesso à Informação, mas que também é absolutamente indispensável – aliás a própria Lei de Acesso à Informação prevê a exceção para o aspecto tecnológico – para que a gente possa obter tudo aquilo que foi prometido, inclusive a plena transferência de tecnologia.

Com relação ao Senador Luiz Henrique, creio que ele não fez propriamente uma pergunta, fora as palavras imerecidas que pronunciou a meu respeito. Eu gostei muito da sua expressão, Senador amigo Luiz Henrique: protagonismo solidário. Acho que essa é uma boa qualificação para o que se tentou fazer na política externa, o que eu, na medida do possível, continuo a fazer também na política de defesa.

Por isso mesmo disse que na nossa região, na América do Sul, nós não pensamos em dissuasão. Assim, com relação aos grupos de droga e eventuais bandos armados de outra natureza, a nossa maior dissuasão é a cooperação. Quanto mais nós cooperarmos com os países sul-americanos, menor será o incentivo para que algum deles, de alguma maneira, seja tentado, não diretamente porque não haveria essa razão, mas por alguma influência externa. E isso não está ocorrendo hoje, volto a dizer. Então temos reforçado essa cooperação.

Como nós temos uma grande preocupação também com o Atlântico Sul, nós temos feito algo semelhante com a África de um modo geral. Acho que é nesse espírito. E a sua expressão protagonismo solidário é muito adequada.

V. Ex^a também mencionou – eu não quero entrar em outras polêmicas que não são da minha pasta hoje –, e concordo com o que V. Ex^a disse, a questão do Porto de Mariel e de quanto o Brasil vai poder vender e exportar para Cuba em função disso, mas eu quero fazer um paralelo com outra situação que temos, que é Artibonite. E só digo isso porque temos uma relação, porque as Forças Armadas ainda estão lá – e eu vou responder a uma pergunta que foi feita depois a esse respeito – com um número importante, e temos o comando da Minustah no Haiti. E lá nós colocamos uma doação logo depois do terremoto no Banco Mundial, justamente dentro desse espírito, já mencionado pelo Senador Suplicy, de passar para uma presença que possa ter um aspecto econômico e social até maior que o militar e de segurança apenas, que foi indispensável, obviamente, e continua sendo.

Uma das coisas mais importantes é o projeto para uma usina hidrelétrica em Artibonite. Obviamente, nós teríamos que encontrar uma maneira imaginosa de agir. Aí, também vendo o nosso interesse de médio e

longo prazo, porque nós pusemos 40 milhões, na expectativa de que a chamada “comunidade internacional” – na qual sempre coloco aspas – também contribuísse, e isso não aconteceu. As próprias organizações de crédito, o Banco Interamericano e o Banco Mundial, não corresponderam às nossas expectativas. Então, uma obra que custaria ao Brasil 40 milhões, que eram 20% do total, esperávamos que pudesse evoluir positivamente por outros aspectos, e não aconteceu.

Eu acho que o Brasil tem que deixar um legado importante no Haiti. E eu acho que talvez a coisa mais forte seria essa hidrelétrica, porque esse é um projeto estruturante. Nós temos muitos projetos no Haiti – eu fui Ministro das Relações Exteriores e visitei vários –, mas são projetos, em geral, digamos, que atendem uma necessidade específica. Fizemos lá um Senai, fizemos um programa de desenvolvimento agrário e agricultura familiar, enfim, mas não algo de porte.

Agora, isso exigiria que os órgãos competentes – no caso, o Ministério da Defesa nem sequer é membro da Camex – pensassem numa forma de agir com relação a Artibonite, claro, buscando as garantias adequadas, recebíveis, a certeza de que a gestão da empresa seja positiva, mas deveríamos levar isso adiante.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Permita-me, Ministro. Isso é fundamental para o Haiti. Como aquele povo pode continuar vivendo sem energia elétrica, sem água encanada, sem poder ao menos guardar alimentos na geladeira? Quer dizer, é uma situação dramática que vive o Haiti.

O SR. CELSO AMORIM – Senador, estou de pleno acordo com o que V. Ex^a disse. O que é mais grave é que é um país cujo dinheiro do orçamento, grande parte dele, é consumido na compra de petróleo para produzir energia. Então, ele teria a possibilidade de fazer algo. Por isso ele é um projeto estruturante. Enfim, apenas tomando o gancho das suas observações.

A Senadora Vanessa Grazziotin, creio que também não está mais aqui, mas disse... Ah, desculpe, Senadora. Como eu poderia perder a sua presença aqui? Sinal de que os anos estão cobrando o seu preço na minha capacidade de estar alerta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ela é um dos maiores exemplos de assiduidade aqui do Senado.

O SR. CELSO AMORIM – A Senadora sabe que a nossa cooperação tem sido intensa. Procuramos da maneira mais ampla também cooperar com a Comissão que ela presidiu – preside – e da qual o Senador Ferraço é Relator.

Eu concordo com absolutamente tudo que V. Ex^a disse sobre a importância do comando cibernético. Eu apenas diria, complementando o que V. Ex^a já disse, que também a escola de defesa cibernética é muito importante, porque nós temos que ter uma maneira de manter no Brasil essas pessoas.

É claro: você investe numa empresa, como estamos fazendo agora, por exemplo – na realidade, quem deu esses recursos foi a Finep, nós participamos da parte técnica, o BNDES também, nesse programa Inova Defesa –, mas essas empresas, muitas delas, são muito pequenas, e, se nós não garantirmos um poder de compra do Estado, elas serão vendidas, talvez até para serem fechadas pouco depois.

Então, essa preocupação que eu vi no Congresso, especialmente aqui no Senado, com relação a esse tema, é da maior importância. Nós temos que ter instrumentos. Nós temos uma lei de empresas estratégicas de defesa, mas teríamos que talvez buscar complementar – isso é uma ideia ainda –, de tal maneira que aqueles recursos que foram pelo Estado criem uma obrigação de que a empresa não possa ser vendida sem autorização do próprio Estado.

Isso é absolutamente fundamental e é algo, nessa área cibernética, então, da maior importância, porque normalmente essas empresas, chamadas *startups*, são empresas pequenas quando começam. Até a Microsoft, quando começou, era assim. Mas para nós mantermos e desenvolvermos, temos que ter um alto poder de compra do Estado e mecanismos legais que também não tornem fácil a alienação daquelas empresas que cresceram à custa de recursos do Estado, que são do cidadão brasileiro, em última análise. Então, estou plenamente de acordo com V. Ex^a.

Só um outro comentário sobre esse aspecto. Hoje em dia, nós falamos muito sobre espionagem, porque foi isso que nos atingiu, e nos atingiu em setores que nada poderiam ter a ver com o terrorismo, obviamente. Além da espionagem, ela é já, como disse V. Ex^a, uma arma. Não vou aqui citar casos, porque não quero ficar mencionando, mas há casos em que já foi usada como arma para destruir a capacidade de um país, seja de governança como um todo, seja em setores específicos. E não é uma arma fácil de combater. O próprio Secretário de Defesa dos Estados Unidos, o Leon Panetta, disse que os Estados Unidos estão sujeitos a um Pearl Harbor cibernético.

Então, é algo em que nós temos que investir, e investir muito, com a compreensão de que vai ser difícil avançar, mas com muita ênfase na empresa nacional, na criatividade nacional, quando possível, com *softwa-*

re livre ou modificável, tendo a possibilidade de mudar o código fonte, sobretudo nos casos de cooperação internacional, para que a gente possa deter os instrumentos básicos. E é isso que tem inspirado a nossa ação.

O Senador Suplicy fez seis perguntas, e vou tentar responder da maneira mais rápida possível, pedindo desculpas por isso.

Com relação à desativação da Minustah, V. Ex^a mencionou as eleições. Mas a próxima eleição presidencial não tenho certeza de se será em 2015 ou 2016. Em 2016. Então, digamos que nós olhamos... E essa será, digamos, a terceira eleição democrática, com todas as dificuldades e limitações que o Haiti tem desde que a Minustah foi criada. Eu acho que esse é um tempo razoável para termos em mente. Eu não estou fixando um prazo aqui, porque ocorrem fatos. Ninguém esperava que fosse ocorrer o terremoto e que nós tivéssemos que, de repente, dobrar a nossa presença no Haiti. Mas a nossa retirada já está ocorrendo. Nós chegamos, ao máximo, com cerca de 2,3 mil ou 2,4 mil homens, e, hoje, estamos com 1,4 mil. Estamos voltando ao nível pré-terremoto e queremos, obviamente, fazer com que a nossa presença seja cada vez mais na área de desenvolvimento socioeconômico.

Além do projeto que já mencionei, de Artibonite, que seria muito importante, realmente é uma coisa fundamental... Porque as pessoas perguntam assim: "Mas o Brasil está disposto?" Eu ouvi essa pergunta muitas vezes, de países vizinhos ali da Caricom, países pequeninhos. A pessoa pensa: "Ah, problema de imigração é para os Estados Unidos, para o Canadá, e não Bahamas, pequenos países ali que, na realidade, até têm muito mais dificuldade de absorver essa imigração." Então, a pergunta feita era a seguinte: "Mas o Brasil tem um engajamento de longo prazo com o Haiti?" Porque isso aqui não é uma questão que vai se resolver assim rapidamente. Eu acho que a resposta seria dada concretamente se nós avançássemos nesse projeto.

Por coincidência, tenho, hoje, à tarde também – tinha, não sei se ainda terei, mas, enfim –, uma apresentação sobre um projeto de ajuda ao Haiti na área de engenharia militar. Mais uma vez, o problema sempre é orçamento. Como é que nós podemos ajudar? Claro que aí nós não estamos falando de valores comparáveis com os da hidrelétrica; é outra questão. E uma ideia que eu tenho – posso aqui mencionar para os senhores, porque acho importante, porque isso não será este ano nem no próximo – é que à medida que o nosso envolvimento militar diminua nós possamos, digamos, ter o gasto equivalente, ou aproximadamente equivalente, na ajuda. Porque a engenharia militar não é para explosivos; é para defesa civil, no caso deles. Mas tem que ter um corpo de engenheiros que permaneça lá. Porque a coisa mais comum é você encontrar pessoas altamente capacitadas, haitianos altamente capacitados que emigraram e não querem mais voltar. Então, temos que ter um corpo que tenha compromisso com o país. E eu acho que a engenharia militar seria uma das formas de fazer isso.

Com relação à questão do Irã, Senador, eu não quero entrar em questões de política externa por motivos vários – e já antecipo meu pedido de desculpas ao Senador Simon –, o que eu posso falar é o seguinte: em primeiro lugar, nós devemos saudar o que está havendo agora. Eu participei de negociações em 2010, fiquei frustrado porque elas não desembocaram imediatamente no que nós esperávamos. Eu não vou fazer uma comparação entre os dois acordos, porque isso é uma coisa complexa, muito técnica e difícil. Mas acho que a principal contribuição que o Brasil e a Turquia deram naquela ocasião foi mostrar que a negociação era possível. Porque todo mundo dizia: "Ah, você não pode confiar no Irã, você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo." E, na realidade, está-se demonstrando que, sim, é possível confiar. Claro que confiar verificando – que é como tem que se fazer.

Enfim, essa é a única observação que eu faria, e concordando com o que V. Ex^a disse sobre o papel do Irã no Oriente Médio. Ele é o maior país ali da região e, evidentemente, gostem ou não e, como diria até o Presidente Geisel, para o bem ou para o mal, ele terá uma influência. Então, ele tem que participar. E eu creio que até, sem entrar também em questões de política externa, é uma mera análise, foi a decisão de buscar o desarmamento da Síria e evitar um ataque à Síria que levou também à aceleração de um acordo com o Irã, pela certeza de que ele terá uma influência lá e que é preciso conversar com ele. Bom, eu não vou também entrar muito nas conversas Israel/Palestina, eu confesso, primeiro, porque eu não estou acompanhando de perto. Mas quero dizer que isso interessa muito às pessoas, a todas.

Eu me lembro de uma observação que eu recebi aqui, como Ministro do Exterior, do Senador Pedro Simon, quando era chanceler, em 2006, e houve aquela guerra no Líbano, os ataques de Israel, inicialmente, ao Hezbollah, mas que acabaram atingindo várias lugares do Líbano. Nós temos lá uma participação muito importante. O Brasil tem uma fragata – creio que talvez, no futuro, seja uma corveta, mas, de qualquer maneira, estamos negociando isso com a ONU –, o Brasil tem a nau capitânia da força-tarefa naval da ONU para o Líbano, para ajudar, a fim de que os compromissos que foram assumidos sejam respeitados. Isso é de extrema importância e demonstra o interesse que temos por aquele país, além de pelos brasileiros que temos lá. Então, eu acho que é uma demonstração de que nós estamos acompanhando aqui, na minha área especificamente.

Devo dizer que, uma vez, recebi uma sugestão de que o Brasil pudesse ajudar em outras áreas. Nós faremos o que for possível, mas cada uma será analisada. Por exemplo, nós tivemos observadores militares na Síria em momento ainda muito difícil. Um deles até teve um problema de saúde grave durante aquele período inicial do conflito, quando a mediação do Kofi Annan parecia que podia dar resultado. Quando, evidentemente, ficou claro que, naquele momento, não havia mais o que fazer, nós retiramos, como, aliás, ocorreu com os demais países da ONU. Enfim, esse é um dos aspectos.

Sobre Ucrânia, Rússia, União Europeia – creio que a parte política vou deixar de lado –, o acordo de cooperação espacial, embora se use a base de Alcântara e, de certa maneira, portanto, a Força Aérea e a Defesa Aérea estejam envolvidas, a execução desse acordo é do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Agência Espacial Brasileira. Então, eu não tenho muita condição de falar em detalhes. Eu sei que ele já estava tendo dificuldades de natureza financeira variada, mas eu não teria mais a dizer. Quando eu me referi ao programa espacial, eu estava me referindo, sobretudo, ao veículo lançador brasileiro.

Bom, a mesma observação eu faço sobre a Venezuela. A parte política eu prefiro não... Até porque não há informação. Eu só posso dizer que eu não tenho nenhuma informação alarmista sob o aspecto de defesa. Não tenho. Não me consta que o nosso adido ou que alguém tenha mandado algo que nos preocupe. Claro que, como brasileiros, nós acompanhamos a situação com a atenção devida, mas não há nenhuma preocupação quanto ao aspecto de defesa.

Finalmente, com relação à Copa, estou plenamente de acordo com V. Ex^a. O esporte é uma ocasião excelente para a aproximação dos países. Se não me engano, teremos seleções do Irã e dos Estados Unidos, as quais serão protegidas igualmente. As Forças Armadas, através do Ministério da Defesa, do nosso Estado Maior Conjunto, estão muito atentas.

Eu acho que seria muito longo agora eu explicitar a divisão de tarefas, o que faz a Polícia Federal, o que fazemos nós, o que faz a segurança pública dos Estados, até porque os detalhes disso tudo ainda estão, em alguns casos, sendo discutidos, mas sempre em grande coordenação com o comitê político, com o comitê nacional, com a presença do General De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e, em âmbito regional, naturalmente, a participação dos secretários de segurança de cada Estado é fundamental.

Então, eu acho que estou tentando aqui responder às perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado a V. Ex^a, Senador.

Senador Agripino, mais uma vez, agradeço a sua boa vontade. Era da maior importância, obviamente, para as Forças Armadas e demonstra a importância da Defesa, independentemente, como disse V. Ex^a muito bem, de qualquer conotação partidária. Apreciamos muito o que V. Ex^a disse em relação ao Gripen, porque isso também nos anima e demonstra que é um projeto de Estado. Isto também nos fortalece na negociação: saber que é visto dessa maneira.

Com relação a Moçambique, para ser específico, sem entrar na outra discussão, que também escapa à minha pasta hoje, certamente não se poderia dizer que é governado por um ditador. É um país que tem tido eleições regularmente. Quando fui lá como Chanceler, em 2003, estive não só com o candidato do governo que depois foi vitorioso, o Guebuza, como com o candidato da Oposição, Dhlakama. Eu acabo de visitar Moçambique agora e acho que a situação de lá é muito menos preocupante do que aparenta. Há uma continuação de conversas com a oposição. Esse mesmo líder Dhlakama, que chefiou a Renamo na época da guerra civil, naquela época, com o apoio da África do Sul e do *apartheid*, diga-se de passagem, está conversando, porque quer encontrar uma solução para ele. Há uma facção que agiu de maneira mais violenta, eu não sei. Houve até brasileiros que chegaram a ser ameaçados, evangélicos, creio eu. Mas não vi, honestamente – passei dois ou três dias lá, e você percebe quando há um clima de tensão em torno do tema –, não percebi nenhuma tensão.

Além disso, os Tucanos que nós estamos fornecendo, como V. Ex^a bem frisou, não são Super Tucanos, não são aviões de ataque. São aviões de treinamento e de... É claro que eu não posso excluir a possibilidade de que alguém ponha uma bomba no avião e jogue ou lance. Mas não é um avião de ataque. O Tucano é um avião para treinamento essencialmente e, às vezes, para vigilância. Mas mesmo assim requereria algumas adaptações adicionais. São aviões que estão sendo, em termo técnico, descomissionados pela Força Aérea Brasileira e recolocados com capacidade de voo. E nós apreciaríamos muito o apoio de todos os partidos para mostrar... Porque em Moçambique nós temos também uma imensa... É claro que não são os Tucanos que vão fazer isso, mas demonstrar boa vontade com os países é também importante.

Nós temos uma imensa presença de empresas brasileiras lá, das mais variadas. Eu acho que o investimento total – não tenho essas cifras; o Ministro do Exterior talvez possa lhe dar –, o que ouvi da Embaixadora, o já investido e o programado, não o projetado a longo prazo, mas o programado para ser investido, chega a US\$8 bilhões entre a parte de mineração de carvão, de que somos deficitários em geral, de empresas de construção

e de um trabalho que não entra nos milhões, mas é muito importante pelo lado da saúde, que é a nossa cooperação na área do combate à Aids.

Senador Pedro Simon, mais uma vez, meu agradecimento pelas suas palavras, mas vou lhe pedir desculpa para conversarmos sobre esse assunto no cafezinho. Terei muito prazer em conversar sobre essa situação. Não vou me arriscar aqui a dar opiniões, até porque não tive tempo de coordenar com o meu colega das Relações Exteriores. De repente, uma palavrinha em política internacional já pode nos complicar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Depois o Senador Pedro Simon vai nos contar, não vai?

O SR. CELSO AMORIM – Bem, aí já não é responsabilidade minha.

Senador Hugo Napoleão, creio que já me referi rapidamente a isso, mas, com relação à China, é a mesma a visão que nós temos com relação a qualquer outra grande potência. O Senador Luiz Henrique lembrou aqui a excelente cooperação, aliás, o acordo foi firmado na época em que, acho, o Senador Luiz Henrique acompanhou o Presidente Sarney a Pequim. Naquela época não houve lugar para mim no avião, infelizmente. Eu não estava no Itamaraty. Seu pai era o Embaixador, não é? E foi uma cooperação muito bem sucedida, apesar do acidente agora.

En passant, aproveito essa história do acidente, que todos lamentamos, evidentemente, para enfatizar a importância de termos o lançador brasileiro. Temos que trabalhar em torno do lançador brasileiro. E isso não depende do orçamento da Defesa, porque vem do orçamento de outros Ministérios.

Com relação à China, nós seremos atentos, como somos com relação a qualquer outro. Nós vivemos num mundo multipolar. A China é uma das potências, uma delas. Mas ninguém vai facilitar em nada, até porque sabe que, num mundo como este, quem puder aproveitar e só vender, sem facilitar, fará isso. Dependerá muito da nossa atitude.

Com relação às perguntas dessa ONG que foi mencionada – bom, quanto a Moçambique, eu já dei a minha opinião –, sobre o acordo de exportação de armas, eu devo dizer que nós já temos um controle muito efetivo. A maior parte do que é pedido aqui já é feito. É claro que há sempre situações imprevisíveis, mas nós temos um controle e estaremos abertos para dialogar não só como fazemos aqui, obviamente por obrigação, mas estamos abertos para dialogar também com as ONGs e com qualquer pessoa de boa-fé que queira conversar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Ministro Celso Amorim, pelo diálogo franco, sincero, aberto sobre temas da maior relevância para o nosso País.

Ao agradecer a V. Ex^a a presença, também desejo estender esse agradecimento, pela honra que tivemos de receber aqui S. Ex^a, ao Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, comandante da Marinha; ao General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército – foi uma alegria receber S. Ex^a aqui, o General Enzo –; ao Tenente-Brigadeiro do Ar Ailton dos Santos, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e Comandante interino da Aeronáutica; de igual forma, ao General de Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; da mesma forma, ao Dr. Ari Matos Cardoso, nosso Secretário-Geral do Ministério da Defesa; e ao General de Divisão Luiz Felipe Linhares Gomes, Chefe do Escritório de Projetos do Exército. Também agradeço a presença de S. Ex^a o General de Brigada Eduardo Castanheira Garrido.

Solicito ao Senador José Agripino que acompanhe o nosso Ministro para que possamos, agora, deliberar sobre alguns requerimentos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

REQUERIMENTO Nº 32 - CRE, de 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidada a Deputada Maria Corina Machado, para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão o requerimento.

A Senadora Vanessa Grazziotin pede a palavra.

Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy pede a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe...

Quero cumprimentá-lo, Senador Ferraço, pela forma como vem conduzindo os debates até o momento aqui nesta Comissão. Em decorrência disso, quero sugerir que possamos adotar o mesmo formato, porque convidar uma parlamentar – Deputada Federal, acho – venezuelana que compõe as forças oposicionistas da-

quele país, sem que possamos, em uma mesma reunião e no mesmo momento, ouvir o outro lado da moeda, penso que é pouco democrático e não condiz com a prática e a condução que V. Exª tem dado à Comissão.

Não me oponho à vinda da parlamentar venezuelana opositora. Entretanto, quero aqui sugerir que, na mesma reunião, possamos trazer também outro parlamentar. Na mesma reunião!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não tenho nenhuma...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, pronto! Vamos fazer esse acordo e vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não tenho nenhuma divergência com V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Só gostaríamos de tempo para encaminhar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro, claro! Não tenho divergência alguma com V. Exª. Acho que isso é que enriquece o contraditório e o debate nesta Casa. O que nós precisamos é que V. Exª nos indique que parlamentar V. Exª gostaria que nós convidássemos para debater a democracia e o processo político na Venezuela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Estou de acordo que possamos ouvir a parlamentar venezuelana, mas também acho que seria interessante até ouvirmos outro...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Por acaso, tenho certa afinidade, porque tenho participado, às vezes, no Parlatino, de comissão presidida pelo Deputado Cabezas, da Venezuela, que acredito seja um parlamentar que, provavelmente, apoia o presidente Maduro. Seria, por exemplo, um nome. Se a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exªs fiquem à vontade.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Posso, então... Acho que seria...

Ele, inclusive, foi coautor, comigo e com outros parlamentares, de um projeto sobre a renda básica de cidadania para todos os países da América Latina e do Caribe. É uma pessoa muito sensata, interessante e que conhece muito bem a Venezuela. Acho que seria um nome. Acho que seria um nome isento até e que tem colaborado conosco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Por exemplo. Se estiverem de acordo, eu tenho, inclusive, o endereço...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu estou perfeitamente de acordo. A única coisa com que não posso estar de acordo é que a gente faça de conta que nada está acontecendo num país tão importante quanto a Venezuela, pelas nossas relações culturais, sociais e políticas. Evidentemente que isso é um convite.

Senador Aloysio, a palavra é de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Estou querendo colocar... O Senador Suplicy, que é um homem que teve a coragem, a dignidade de acompanhar a blogueira cubana Yoani Sánchez...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pela liberdade de expressão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Em defesa da liberdade de expressão, quando essa senhora era ameaçada fisicamente por arruaceiros do PCdoB, do PSTU...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, não, Senador Aloysio, nós temos grande respeito a V. Exª. Não fale isso. Não chame...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não, não, não. Ameaçada por arruaceiros, por arruaceiros...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não chame de arruaceiros. Não admito isso, Presidente. Não admito isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Arruaceiros. Então, a senhora, por favor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O senhor me chama de arruaceira, porque militante do PCdoB sou eu, antes de ser Senadora. Não faça isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – A senhora não vai fazer arruaça lá.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Tenho grande respeito por V. Exª. Não faça isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Os arruaceiros do PCdoB...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não faça isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Falo. A senhora não tem o direito de me censurar. Eu falo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Tenho o direito sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não tem. Não tem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Tenho o direito sim, porque o senhor está nos agredindo, está agredindo a mim e à militância do meu partido...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – A senhora não vai me censurar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Tenho direito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – A senhora pode fazer a campanha do Maduro, é venezuelana...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Tenho direito. Tenho direito sim. O senhor engula as suas palavras. O senhor engula as suas palavras.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não engulo coisíssima nenhuma. A senhora não tem autoridade...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu sou uma pessoa educada e respeitadora. Não admito ser chamada de arruaceira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – A senhora não tem... Não estou acusando a senhora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Tenha a santa paciência, não é? Não vou votar mais nada. Quero que faça verificação de quórum, Sr. Presidente. Verificação de quórum agora. Não tem mais acordo. Verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não fico mais aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Quando arruaceiros do PCdoB...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não sou arruaceira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – A senhora não é arruaceira. O seu partido mandou jovens arruaceiros impedirem a palavra de Yoani Sánchez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nunca lhe chamei de arruaceiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – O seu partido, o seu partido, o seu partido tem uma unidade chamada Juventude PCdoB que foi lá promover arruaças. Está nos jornais. Mas enfim...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, há o pedido de verificação de quórum.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Mas enfim, Sr. Presidente, quero me es-tender sobre minha palavra. O fato é o seguinte, o Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos ouvir o Senador Aloysio e, em seguida, podemos ouvir V. Exª, Senadora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – O Senador Suplicy teve uma coragem de acompanhar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Arruaceira eu não sou e nem um dos meus.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – A senhora não é arruaceira, Senadora Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acho que nós temos que manter o alto e elevado relacionamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Estou falando de jovens do seu partido. Ora, veja.

Mas, enfim, o que é inadmissível, Sr. Presidente, é o seguinte: nós temos uma Deputada que está sendo ameaçada na sua liberdade, na sua vida neste momento, Senador Suplicy. Que convidemos alguém que venha da Venezuela, do partido que apoia o governo para vir falar, não tenho nada contra. Aliás, inclusive, o Embaixador da Venezuela já foi convidado e deverá comparecer a esta Comissão proximamente para falar a respeito da sua visão daquilo que acontece no seu país. Agora, temos uma situação de emergência. É para isto que eu queria chamar a atenção de V. Exª em nome da sua coerência, uma situação de grande emergência.

A Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Maria Corina Machado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Maria Corina Machado participou agora, nesta semana, de uma conferência no Peru. Foi convidada para participar de uma conferência sobre a liberdade, promovida pelo escritor Vargas Llosa e pela organização que ele dirige.

No dia em que ela chegou, recebeu um comunicado de que o seu mandato parlamentar havia sido cassado de uma maneira absolutamente inconstitucional, ilegal, pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Sem o devido processo legal, sem o contraditório, sem a instância judicial, o seu mandato foi cassado. Isso mostra, Senador Suplicy, o quanto essa mulher está hoje ameaçada na sua integridade física, na sua liberdade.

Com o Senador Ferraço, que participou dessa conferência e eu também fui acompanhando o Senador Ferraço, conversamos com a Deputada e já a convidamos para que ela venha ao Brasil. E ontem ainda o Senador Renan Calheiros já nos disse que franqueia, está pronto para franquear a palavra à Deputada no Congresso brasileiro, no Senado brasileiro, em nome da defesa da liberdade, da defesa dos direitos dessa pessoa que está sendo ameaçada na sua integridade física.

Por isso é que eu apoio o requerimento do Senador Ferraço, independentemente de ouvirmos, em outra ocasião, um representante do governo venezuelano, do partido do governo venezuelano.

Agora, condicionar uma coisa a outra é simplesmente se valer de um subterfúgio para não ouvir a Deputada, que estará aqui na próxima semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Só para fazer uma sugestão. Acredito que o Deputado Cabezas, que é presidente da comissão de assuntos econômicos, poderia vir. E, na medida em que o próprio Senador Aloysio e V. Exª concordam que seria até interessante que haja a presença de ambos, da Deputada e desse Deputado, que é um membro do parlamento e me lembro de que ele era do partido do então Presidente Chávez, quando interagimos ali – eu participei com ele de, pelo menos, três reuniões da comissão que ele presidia e ele colaborou comigo em apresentar esse projeto –, é a sugestão que formulo, que, ao aprovar a vinda, possamos convidar esse outro Deputado, cujo e-mail darei à Presidência. Nos próximos 60 minutos, V. Exª terá o e-mail dele e o nome completo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos, então, incorporar a sugestão de V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Acho que é Rodrigo Cabezas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...para que possamos, inclusive, em dias diferentes, ter a oportunidade de socializarmos a informação, o conhecimento. O fato objetivo é que somos todos parlamentares sul-americanos, somos membros do Mercosul, somos membros da Unasul. Interessa fortemente ao País, quero crer, e ao Parlamento brasileiro que possamos dialogar com nossos irmãos parlamentares venezuelanos, para identificarmos a realidade dessas informações que todos estamos recebendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não. Quero verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª, para pedir verificação, tem que ter apoio de mais três Senadores. É o Regimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu sou Líder, Sr. Presidente, eu quero verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Independente de V. Exª ser Líder, o Regimento, sou informado pela Secretaria, exige acompanhamento de mais três apoiadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me, Senadora Vanessa, o objetivo que V. Exª expressou aqui de que também...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Acho que não há mais diálogo neste momento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vou colocar em discussão o requerimento, incluindo a Deputada Maria Corina, assim como o Deputado Cabezas, que o eminente Senador Eduardo Suplicy sugere.

Em discussão. (Pausa.) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, na mesma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pode ser na mesma reunião ou não, os requerimentos não estão vinculados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu acho que a ponderação que fiz no início... Eu me dirijo a V. Exª e somente a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim. Eu não me oponho a que V. Exª convide quem V. Exª determinar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Na mesma reunião, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ou não. Ou não. V. Exª pode requerer ou não. Não vou também admitir que V. Exª venha aqui submeter o meu requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*) – Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*) – Aprovado o convite...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, antes da aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A senhora pode...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Aprovado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...de perguntar se algum Parlamentar aqui me apoia...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Aprovado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ...no pedido de verificação de quórum, porque uma questão importante como essa não pode ser votada com uma Comissão tão esvaziada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª já consultou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Se ninguém me apoiar, não tem problema. Estou pedindo apoio para verificação de quórum. Senador Luiz Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu registro que o objetivo de V. Exª foi atendido.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – O objetivo de V. Exª de que as duas vezes... Será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está contemplado, Senadora Vanessa. Nós vamos ouvir as partes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu queria ponderar com a Senadora Vanessa. Olhando para trás, vamos ver um jovem militante exilado deste País durante anos e anos sem poder pisar no Território nacional, sofrendo a dor do exílio, que é o Senador Aloysio Nunes Ferreira. E do lado de cá, uma militante pela democracia, pela democracia social sobretudo. Quer dizer, ambos têm a mesma origem, não são como o Negro e o Solimões, que não se juntam, cujas águas não se misturam. Por isso, quero fazer um apelo aqui para que, sem nenhuma restrição, consideremos aprovados esses requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É claro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ...até porque o Senador Suplicy interveio para estabelecer o contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É claro, é claro. Além do que, é um convite.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – E para que se atenda a uma situação de emergência, porque a Deputada objeto do requerimento de V. Exª vai estar no Brasil na próxima semana.

Então, faço um apelo para que nós mantenhamos esse espírito de concórdia, até porque eu não vejo na história da Senadora Vanessa e na história do Senador Aloysio nenhuma divergência. Pelo contrário, ambos vêm pela luta, pelo sonho de fazer deste País um País com desenvolvimento e justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço o espírito...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ambos têm a mesma origem, podem ter divergências pontuais hoje, mas são dois rios amazônidas que confluem e levam suas águas para o Atlântico.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço o espírito cristão e pacífico de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu me comprometo junto a V. Ex^a. Senadora Vanessa, no mesmo espírito do Senador Luiz Henrique, vamos apaziguar os ânimos. O Deputado é do Partido Socialista Unido da Venezuela, Rodrigo Cabezas. Eu me comprometo a fazer um apelo para que ele venha, na medida do possível, na próxima semana também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não há dificuldade. Não podemos considerar, ter como premissa de que um virá se o outro não vier. Estamos convidando os dois Parlamentares. Um não pode ter como pressuposto a presença do outro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Quem sabe, se o Deputado Cabezas não puder vir, ele possa até indicar um companheiro que possa então vir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeito! V. Ex^a então...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Farei o empenho para apaziguar aqui a amiga Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu queria secundar a intervenção do Senador Luiz Henrique. Eu estava aqui ao lado do Senador Aloysio Nunes. Eu quero muito bem à Senadora Vanessa Grazziotin, tenho por ela apreço pessoal, ela sabe disso. E quero dizer que eu estava ao lado dele e ele não teve nem intenção nem declarou que V. Ex^a é arruaceira, nem de longe. Quando V. Ex^a saiu ele disse: “Não estou dizendo que a senhora é arruaceira.” Não disse! Não disse e não é intenção dele. V. Ex^a não o é. É uma Senadora de respeito, uma mulher que merece a nossa atenção especial.

Eu gostaria da compreensão da Comissão para que nós pudéssemos terminar esta reunião em paz, superando esse episódio que é produto de emoções compreensíveis, é claro.

Mas, na verdade, na verdade – sou testemunha –, não houve desrespeito do Senador Aloysio Nunes. Houve acirramento de ânimos na disputa eventual de assuntos contida, mas, na verdade, não houve – e quero testemunhar – ofensa de ordem política nem pessoal do Senador Aloysio à Senadora Vanessa, a quem peço a compreensão, até em nome da nossa amizade e relação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A Senadora Vanessa pede a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente? – **A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Como fui citado várias vezes, eu pediria para eu mesmo dizer, agradecendo a interferência dos meus queridos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – ... o Senador Luiz Henrique e o Senador Agripino, mais uma vez à Senadora Vanessa e, pela primeira vez, aquilo que eu não disse. Eu não tenho nenhuma objeção, nenhum preconceito, nenhuma hostilidade em relação ao seu Partido, Senadora, nenhum. Pelo contrário, tenho muita admiração pelo PCdoB, por sua luta, pelo sacrifício que seus militantes fizeram e pela senhora. Conheço o seu valor, o seu empenho, a sua luta.

Agora, eu me referi a um episódio em que militantes do seu Partido, assim como militantes de outros partidos, foram agressivos no sentido de impedir que uma pessoa convidada por entidade brasileira usasse a palavra. Se houvesse alguém do PSDB nisso, da mesma forma eu condenaria. Não estou condenando o Partido, estou condenando aquele episódio, em nome da liberdade de expressão.

Senadora, acredite, por favor, não tenho nenhuma intenção nem de ofendê-la, nem de menosprezar o seu Partido, não há a menor hipótese de eu em algum momento levantar esse tipo de acusação em relação ao PCdoB, por favor. Agora, houve um episódio que eu considero lamentável, de que os jovens participaram. Eu condeno esse episódio, só isso; não há mais nada, esqueça. Entre nós, Senadora Vanessa Grazziotin, no que depender de mim, só vai haver concórdia e amizade, independentemente das divergências que venhamos a ter.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Vanessa Grazziotin, a palavra é de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Tive que me retirar, até porque não queria continuar reagindo da forma como estava reagindo. Entretanto, Sr. Presidente e Senador Aloysio, V. Ex^a, não quero aqui retomar o episódio, até em consideração não àquela, mas a essa última intervenção, o que eu vi foi algo que não agrediu a minha pessoa, mas agrediu o meu espírito democrático, meu espírito de convivência...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Desculpa a V. Ex^a se a agredi em alguma coisa...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Disse muito sinceramente: foi minha primeira reação. V. Ex^a sabe não só da admiração que tenho por V. Ex^a, mas que o meu

Partido tem por sua história. Não sou daquela geração, não tive que me exilar, mas sou de uma geração que viu muitos, do meu único partido que tive na minha vida, mortos. Então, “descomemorando” os 50 anos de um regime que muito mal fez ao povo brasileiro, ao País, a V. Exª pessoalmente e a tantos que lutaram, Sr. Presidente, acho que não deveríamos ter protagonizado o episódio que acabou de ser protagonizado.

V. Exª sabe que, quando eu ponderei, não foi contra a vinda da Deputada. Pelo contrário, foi para que pudéssemos ouvir o outro lado e somente isso, nada mais que isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E eu aquiesci.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – No episódio que ocorreu quando da vinda da Srª Sánchez para cá, não tenho conhecimento de que em nenhum momento qualquer militante, seja do meu Partido ou de outro, tenha partido para agressão, porque palavras de ordem e cartazes fazem parte da democracia. O que não faz parte da democracia é violência física. O que não faz parte da democracia é isso. Falar, se pronunciar, ser a favor ou contra é parte da democracia.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, Senador Aloysio: jamais, tenha certeza, nenhum militante do PCdoB nem promove nem incentiva qualquer tipo de arruaça. Prezamos muito pela luta organizada, pela luta democrática, sempre com respeito ao contrário. O Rio Amazonas, aprendi desde que cheguei lá, o Rio Negro e o Rio Solimões não tem suas águas misturadas, mas a convivência é pacífica e sempre pacífica.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A concórdia é sempre um caminho excepcional.

Na realidade, estive em Lima, assim como estive o Senador Aloysio Nunes Ferreira, num evento extraordinário, coordenado pelo escritor Vargas Llosa, Prêmio Nobel de Literatura. Estavam presentes ex-presidentes da República, diversos movimentos e lá fiquei comovido com o depoimento da Deputada María Corina e achei que esse valor, que esse princípio da liberdade de expressão, da manifestação pacífica, é um princípio, um valor universal.

Por isso, estamos submetendo, porque achamos que o Brasil não pode fazer de conta que nada está acontecendo no país vizinho, irmão, como é o caso da Venezuela, com quem nós temos laços históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais.

Então, garantido o contraditório, sem condicionantes, se puderem vir no mesmo dia, ótimo; se não puderem, queremos ouvir para ver como podemos ajudar, porque a cada dia nos preocupa mais a deterioração institucional da Venezuela, com quem temos relações, volto a frisar, muito fortes.

Então, podemos colocar em votação? – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* – Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO Nº 33 - CRE, de 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidado o Deputado Rodrigo Cabezas, do Partido Socialista Unido da Venezuela para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – A Senadora Vanessa Grazziotin, hoje, nas suas arguições ao embaixador da Ucrânia e ao Ministro Celso Amorim reiterou o quanto ela quer que haja condições efetivas de paz no mundo.

Para que isso ocorra é necessário que haja aplicação dos princípios de justiça e de entendimento que, felizmente, graças à colaboração dos Senadores, acabou havendo entre o Senador Aloysio Nunes e a Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Fica aprovado o convite à Deputada María Corina.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Nunca houve hostilidade em relação à Vanessa, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Fica aprovado o requerimento e o convite à Deputada María Corina e ao Parlamentar cujo nome V. Exª e a Senadora Vanessa nos encaminhar.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 8 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 13 minutos, reaberta às 11 horas e 16 minutos e encerrada às 13 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quinze minutos do dia trinta de outubro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti, Fernando Collor, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, João Alberto Souza, Ana Amélia, Sérgio Petecão e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Tem início a apreciação da PAUTA: **ITEM 1 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), que “Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia, assinado em Brasília, em 14 de setembro de 2010.”**O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à matéria. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy para solicitar inversão de pauta para deliberação antecipada do item 7 desta pauta. Inversão aprovada. Usa a palavra o Senador João Alberto Souza e o Senador Eduardo Suplicy. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 51, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de examinar o legado da política externa do atual Governo, de suscitar reflexões sobre opções estratégicas de rumos futuros para o Brasil nessa área, bem como de identificar propostas e iniciativas que mereçam ser levadas em consideração pelo próximo Presidente da República, no período de transição para novo quadriênio.”** Usa a palavra o Senador Luiz Henrique. Aprovado. **ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 52, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de avaliar a trajetória da indústria de defesa no Brasil – a partir do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa – e tratar dos desafios enfrentados atualmente para concretizar o chamado legado de defesa.”** Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 53, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a situação dos imigrantes no Brasil: sua situação e a capacidade (bem como as políticas) do Estado brasileiro em responder às novas demandas impostas pelo aumento expressivo no número desses estrangeiros em território nacional. Para tanto, solicitamos a presença dos seguintes convidados: • Paulo Abrão Pires Júnior – Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; • João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva – Diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça; • Aurélio Veiga Rios – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; e • Rossana Rocha Reis – Professora do Departamento de Ciência Política e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.”** Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Sérgio Petecão. Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 54, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com o objetivo de discutir a eventual liberação, pelo Governo brasileiro, da importação de café. Para tanto, recomendamos a presença do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Senhor Neri Geller.”** Aprovado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir o contrato firmado entre a Petrobras e o Governo da Bolívia, pelo qual ficou definido que a estatal brasileira pagará US\$ 434 milhões ao país vizinho pelo envio de excedente energético do gás natural exportado ao Brasil. Para tanto, recomendo a presença da senhora Maria das Graças Silva Foster, presidente da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).”** Aprovado. **EXTRA PAUTA: ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 56, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar da recente assinatura do contrato relativo ao Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego Gripen NG, de origem sueca, incluindo itens como simuladores, logística inicial e, sobretudo, a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial**

aeroespacial brasileiro. Considerando-se questionamentos sobre as ações a serem desenvolvidas pós-contrato e também sobre o aumento dos valores acordados inicialmente (US\$ 900 milhões acima do previsto), conforme noticiado, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Comandante da Aeronáutica para os esclarecimentos necessários.” Aprovado. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, que registra a presença do senhor Norberto Soares Paiva, Presidente da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez. EXTRA PAUTA: **ITEM 9** – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 57, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014, de minha autoria, que altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida.” Usa a palavra o Senador Luiz Henrique e a Senadora Ana Amélia. Aprovado. **ITEM 7** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Concede pensão especial aos ex-integrantes do “Batalhão Suez”. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, que profere o relatório. Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1 a 4 – CRE, com 10 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Aníbal Diniz. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental para a abertura dos nossos trabalhos, damos início à 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a leitura, assim como a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Primeiro item da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2014

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia, assinado em Brasília, em 14 de setembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2014.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para apresentação do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de fazer um apelo aos demais integrantes que ainda não estão presentes, tendo em vista que, daqui a pouco, nós iremos examinar o projeto de lei do Senador Humberto Costa relativo à pensão vitalícia aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como o Batalhão Suez. Muitos dos seus representantes vieram aqui e estão na expectativa. Trata-se de um projeto de caráter terminativo e precisamos ter o quórum. Então, transmito o apelo aos que estão nos seus gabinetes para virem aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu peço licença ao Senador Luiz Henrique para me associar à manifestação de V. Exª e sensibilizar os nossos colegas Senadores para que nós possamos dar quórum, considerando que esse projeto é terminativo na Comissão de Relações Exteriores. É fundamental que possamos concluir esta votação, compensando, reconhecendo o trabalho do Batalhão Suez.

No final de 1956, o Brasil foi um dos países a enviar tropas para fiscalizar o cessar-fogo do conflito na Península do Sinai. O Batalhão Suez, que constituía a força emergencial das Nações Unidas, possuía tropas de treze países diferentes. Foi uma missão de paz. Mas sete dos nossos soldados não voltaram, vítimas de acidentes. Foi a primeira vez que o Brasil participou de uma força de paz das Nações Unidas. Foram vinte contingentes enviados com cerca de 6 mil homens do Exército Brasileiro, que, durante seus dez anos, tiveram presença no Sinai.

Em 1988, a Unef recebeu o Prêmio Nobel da Paz. A Unef é exatamente a Força de Emergência das Nações Unidas.

O projeto que estamos deliberando assegura o pagamento de pensão, no valor de dois salários mínimos, aos ex-integrantes do batalhão que tenham renda inferior a dois salários mínimos, ou àqueles que não possuam meios para prover a sua subsistência e de sua família. Evidentemente que, pelo esforço, pelo patriotismo desses brasileiros, nós gostaríamos que essa compensação fosse muito maior, Senador Luiz Henrique, mas essa foi a construção possível com o Governo.

Daí a necessidade de nós reconhecermos o esforço do Batalhão de Suez e de, contando aqui com a presença dos nossos Srs. Senadores, em caráter terminativo, concluirmos essa votação, conforme apelo feito pelo Senador Eduardo Suplicy, que reforço e agradeço.

Registro a presença aqui de diversos desses brasileiros que fizeram parte do Batalhão de Suez. Sejam os senhores muito bem-vindos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional! Esta é a oportunidade que nos dá de manifestar todo o respeito pela missão de paz de que todos os senhores fizeram parte, em nome do Estado brasileiro.

Muito obrigado. Sejam todos bem-vindos.

Nós, então, devolvemos a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem a esta Comissão Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2014, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia, assinado em Brasília, em 14 de setembro de 2010.

No meu relatório, eu estabeleço plena concordância com os aspectos constitucionais, legais e jurídicos do projeto.

Na análise, convém destacar, de início, que o Acordo em apreço é complementar ao disposto na Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em 1944. Com efeito, as partes do presente tratado também o são na Convenção de 1944. O novo texto visa, assim, estabelecer serviços aéreos entre e além de seus respectivos territórios.

O estabelecimento de serviço aéreo regular entre Brasil e Quênia, além de representar o fortalecimento das relações bilaterais, indica o estreitamento de vínculos com o continente africano. E eu quero ressaltar exatamente esse aspecto da diplomacia brasileira, no sentido de ter um protagonismo solidário com as nações africanas, estabelecendo um conjunto de ações em que o Brasil pode muito beneficiar nações africanas ainda em desenvolvimento, como pode beneficiar-se de outras que se encontram em estágio de desenvolvimento semelhante ou, em alguns aspectos, até superior ao Brasil.

A região africana congrega países a que estamos ligados há muito tempo por relacionamento amistoso e sólido. Além disso, em face da página negra da escravidão, é significativa a população afrodescendente que incorporou na nossa cultura valores essenciais na música, na dança, na culinária, na arquitetura. Ou seja, o Brasil tem fortes raízes africanas, inclusive com muitas palavras e expressões oriundas daquele continente.

Nesse sentido, o acordo em análise é, a vários títulos, oportuno. Ele, por certo, favorecerá o intercâmbio comercial e humano entre nossas populações, sobretudo o intercâmbio cultural. São por igual dignas de registro as possibilidades de ampliação de trocas comerciais entre os dois pactuantes e o intercâmbio com os demais países da região.

Por fim, observa-se que o documento segue, em linhas gerais, os tratados desta natureza que vinculam o Brasil a outras soberanias. Há, portanto, preocupação com designação e autorização de empresas aéreas, segurança operacional e da aviação, tarifas aeronáuticas, apoio de solo, direitos alfandegários, reconhecimento de certificados e licenças, troca de informações, aprovação de horários, proteção de meio ambiente, entre outras. O acordo, de resto, adota as prescrições da Organização da Aviação Civil Internacional para instrumentos bilaterais que visam o estabelecimento e a exploração de serviços aéreos entre os respectivos territórios.

Quero assinalar também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é mínimo o fluxo de viagens, o fluxo de turismo entre o Brasil e os países africanos. O turismo brasileiro no sentido de visitas ao exterior é um caminho de elefante viciado, em direção à Europa e aos Estados Unidos principalmente. É preciso quebrar essas rotas convencionais e estabelecer meios de uma integração turística, humana, cultural entre o Brasil e os países africanos. E esse Acordo estabelece uma porta para ampliar esse fluxo.

Voto.

Por todo o exposto e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, pelo seu mérito inequívoco, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2014.

Salvo melhor juízo das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, este é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o relatório do eminente Senador Luiz Henrique.

Algum dos Srs. Senadores deseja discutir o relatório? (*Pausa*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos suspender a deliberação desse relatório enquanto aguardamos quórum para deliberação na Comissão de Relações Exteriores.

Passamos à leitura dos demais itens que compõem a nossa pauta.

Está havendo uma votação concorrente com a nossa reunião, que trata da estruturação de carreira dos delegados do Departamento de Polícia Federal e temos um conjunto de Senadores presentes nessa votação. Por isso não estão aqui.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador João Alberto.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – É sobre esse item 7.

Nós não temos quórum para votá-lo. Eu também tenho dúvida sobre a sua constitucionalidade.

Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se nós não poderíamos fazer uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça sobre esse projeto do item 7.

Eu me lembro que, em questões análogas a esta, nós não tivemos condições de votar aqui no Senado Federal. Já que não há número suficiente, até para ganhar tempo, talvez fosse interessante encaminharmos para saber se constitucionalmente é possível votarmos esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu peço ao Senador Eduardo Suplicy, na condição de Relator designado, pois estudou a matéria, que possa se manifestar a respeito...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... dessa questão levantada pelo Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de informar ao Senador Henrique...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não, é o João Alberto, não é o Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Perdão, Senador João Alberto.

Eu gostaria de informar que, ao fazer este parecer, eu levei em conta um outro projeto já aprovado pelo Senado com respeito aos soldados da borracha. Justamente, tendo em conta uma situação semelhante àquela quando se concedeu o direito a um benefício aos soldados da borracha. Ao examinar este projeto do Senador Humberto Costa, decidi por ser favorável à pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez, com alguns cuidados, conforme V. Ex^a poderá observar.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – A constitucionalidade?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Nós já examinamos um projeto de igual natureza, que foi aprovado pelo Senado, relativo aos soldados da borracha.

Então, gostaria de informá-lo que o próprio Senado considerou constitucional e aprovou um projeto de natureza semelhante. Aqui seria, portanto, um tratamento de equidade em relação àqueles que participaram da missão de paz que foi objeto inclusive de reconhecimento internacional pela ONU.

De tal maneira que estes obtiveram reconhecimento internacional ao receberem o Prêmio Nobel da Paz, em 1988, e a medalha da Força de Emergência das Nações Unidas outorgada pelo Secretário-Geral da ONU. Finalmente, receberam reconhecimento nacional oficializado em 23 de maio de 1958, pelo Decreto nº 43.800, que considera a referida missão serviço nacional relevante.

Portanto, não seria justo que os ex-integrantes do Batalhão Suez ficassem à míngua de qualquer compensação pecuniária, o que constitui o mínimo que o Estado brasileiro pode fazer para resgatar moral e materialmente a sua dívida com esses verdadeiros heróis nacionais.

De tal maneira que eu, inclusive, fiz algumas emendas para considerar, por exemplo: a primeira medida modifica o art. 1º, que estabelece o teto de dois salários mínimos para o valor da pensão especial, nos moldes do que está proposto para os chamados soldados da borracha. Portanto, ficou similar. A outra emenda evita que o benefício pessoal seja estendido a terceiros, para que não haja qualquer exagero. A terceira emenda suprime o §2º do art. 5º, para possibilitar que todos ex-membros da tropa que prestaram serviço nacional relevante ao Canal de Suez possam perceber a missão, desde que estejam dentro das limitações impostas pelo art. 1º. E a quarta determina que o reajuste anual do benefício seja realizado sob o mesmo índice do INSS para as aposentadorias.

Ou seja, aqui se trata de um reconhecimento pelos relevantes serviços prestados e reconhecidos internacionalmente.

E, assim como se concedeu uma pensão vitalícia aos chamados soldados da borracha, avaliei que seria próprio e certamente considerado como adequado e constitucional por parte do Senado, que já aprovou medida semelhante para os soldados da borracha.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Presidente, não entro no mérito da questão; acho, inclusive, muito justo. Só quero me pronunciar ao Senado: já tivemos, em outras oportunidade, questões semelhantes a esta, inclusive com ex-colega nosso, que foi Deputado comigo, o Juruna, quando apresentamos aqui. Não conheço o projeto dos soldados da borracha, se é oriundo do Executivo ou do Legislativo.

Então, no caso do Juruna, tivemos que reformar o projeto e fazer uma indicação à Presidência da República, para que mandasse um projeto, propondo a pensão, que não poderíamos constitucionalmente aumentar despesas. Daí, Sr. Presidente, sou plenamente favorável, só quero que o nosso comportamento não seja nulo amanhã e tenhamos entraves lá na frente e até prejudicar quem queremos ajudar.

Não sei se esse caso é de uma indicação à Presidência da República, para que mande o projeto e nós aprovaríamos. Daí eu ter dúvidas se constitucionalmente poderíamos aprová-lo. Essa era a minha dúvida.

Aí pergunto a V. Exª se posso solicitar que seja encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, para dar um parecer a respeito.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A autoria do projeto que concedeu o benefício aos soldados da borracha foi de autoria de Senadores do Norte do Brasil, especialmente da Senadora Vanessa Grazziotin e outros. Vou pedir até à assessoria que possa obter o nome de todos, mas com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Jorge Viana.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Jorge Viana foi outro que...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Jorge Viana, Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin, entre outros.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Exatamente, entre outros, foram os Senadores dos Estados do Norte do Brasil, que conheciam mais de perto o que havia ocorrido com os soldados da borracha.

Portanto, foi de iniciativa de Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – De qualquer forma, estamos sem quórum, para fazer deliberação do item 7 deste projeto, mas V. Exª tem a prerrogativa, como Senador, de encaminhar à Mesa do Senado solicitação para que a Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª dispõe dessa prerrogativa. Mas esse requerimento que V. Exª solicita deve ser feito não à Presidência da Comissão de Relações Exteriores, mas ao Plenário da Casa. O Plenário da Casa e a Mesa é que devem deliberar sobre esse requerimento, mas...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sobre a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, sobre a prerrogativa de V. Exª em requerer que seja consultada a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois não, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Enquanto não houver a formalização desse requerimento, isso não susta o processamento da matéria nesta Comissão. De qualquer maneira, estamos sem quórum para deliberar essa matéria.

Vamos aguardar o quórum e vamos passar à leitura dos demais itens da nossa reunião, que compõem a nossa pauta sem, entretanto, deliberarmos por ausência de quórum.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de examinar o legado da política externa do atual Governo, de suscitar reflexões sobre opções estratégicas de rumos futuros para o Brasil nessa área, bem como de identificar propostas e iniciativas que mereçam ser levadas em consideração pelo próximo Presidente da República, no período de transição para novo quadriênio.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Nós estamos convidando para essa audiência pública o Embaixador Rubens Ricupero, assim como o jornalista William Waack. Ambos já teriam sinalizado a confirmação de presença em nossa Comissão para uma avaliação sobre as escolhas, os caminhos, os resultados e as consequências da política externa conduzida até aqui pelo Governo da Presidente Dilma e uma prospecção, considerando o quadro conjuntural da política externa global.

Esse requerimento é de nossa autoria.

Como não há quórum, vamos apenas deixar sua leitura feita, aguardando que possa haver quórum para discussão e deliberação.

Mas discussão pode ser feita se algum dos Srs. Senadores desejar discutir, naturalmente, a propriedade e a oportunidade de um debate como esse, considerando que estamos na antevéspera, na anteporta de um novo governo, considerando os resultados das eleições e a importância da política externa brasileira.

Em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O requerimento de V. Ex^a, aliás, como em geral as iniciativas que V. Ex^a tem adotado nesta Casa, é da maior pertinência e da maior oportunidade, até porque hoje a imprensa se divide entre críticas e loas à gestão do Itamaraty. É importante que nesse debate a Nação possa ter uma visão mais concreta da gestão do Ministério das Relações Exteriores. Eu mencionei há pouco, na análise daquele acordo aéreo internacional que vai estabelecer uma linha direta com a África, salientei o quão importante tem sido esse protagonismo solidário do Brasil com o continente africano. Então, é essencial que a Nação acompanhe pela TV Senado esse debate.

Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a incorporação de dois nomes, de duas pessoas: uma que tem uma visão proativa em relação à política executada no atual Governo, o ex-secretário-geral do Itamaraty, Embaixador Ruy Nogueira; e o ex-Embaixador Rubens Barbosa, que assessora hoje a Fiesp e tem outra visão a respeito. Se V. Ex^a e o Plenário concordarem, acho que essa mesa redonda seria enriquecida com a participação dos Embaixadores Rubens Barbosa e Ruy Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós acolhemos integralmente a solicitação, a sugestão e a proposição de V. Ex^a, considerando a propriedade desses dois profissionais do Corpo Diplomático brasileiro.

O sentido é exatamente este, Senador Luiz Henrique, Sr^{as} e Srs. Senadores: é passar em revista, é fazer uma reflexão, é fazer um diagnóstico acerca dos caminhos adotados até aqui e da prospecção em relação ao futuro, considerando a política externa como fator importantíssimo para o dia a dia dos brasileiros.

Então, nós acolhemos a sugestão de V. Ex^a. Vamos integrar esses dois importantes nomes que V. Ex^a sugere e vamos, agora com quórum, deliberar sobre esse requerimento, considerando a chegada do Senador Petecão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento, que propõe audiência pública para discussão da política externa brasileira, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a palavra, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para sugerir a V. Ex^a que consiga agendar essa audiência ainda nesta Sessão Legislativa, tendo em vista a importância do tema. V. Ex^a conseguir fazer esta audiência pública, ainda no mês de novembro ou, na pior das hipóteses, na primeira semana de dezembro, será muito importante. Até por que novo Governo se instala, e ele próprio poderia ser suprido desses debates que vão se realizar aqui a respeito desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O sentido é exatamente este, Senador Luiz Henrique, é dar protagonismo ao Senado, a esta Casa, que debate e delibera as questões relacionadas à política externa. E estamos programando, como V. Ex^{as} verão, três ciclos com audiência pública, ainda no exercício de 2014: uma, para discutirmos política externa; outra, para discutirmos política de defesa nacional; e uma terceira, para discutirmos a importância do aprimoramento da estrutura da inteligência em nosso País como componente da estratégia de defesa.

De modo que queremos agradecer a V. Ex^a pelo apoio.

Considerando que o relatório do Senador Luiz Henrique em relação ao item 1 já foi apresentado, e não tínhamos quórum, colocamos em votação o parecer do Senador Luiz Henrique que trata de acordos sobre serviços aéreos entre o Governo brasileiro e o Governo da República do Quênia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.
O item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de avaliar a trajetória da indústria de defesa no Brasil – a partir do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa – e tratar dos desafios enfrentados atualmente para concretizar o chamado legado de defesa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

É similar ao debate que pretendemos fazer em relação à política externa brasileira, ou seja, onde estamos, onde estamos e para onde caminharemos, com que ameaças e oportunidades em relação à nossa defesa nacional, à política industrial brasileira de defesa. Então, a ideia é que pudéssemos ter aqui profissionais do Ministério da Defesa, que pudéssemos ter aqui a Academia, que pudéssemos ter aqui também a representação de entidades que estão participando de importantes projetos, como é o caso do FX-2, como é o caso da contratação dos nossos submarinos à propulsão nuclear, e tantos outros projetos que são importantes não apenas para a defesa, mas são importantes também para inovação, para tecnologia, considerando o interesse dual dessas iniciativas e dessa plataforma para o nosso País.

Em discussão este requerimento de audiência pública para passarmos em revista a política nacional de defesa aqui em nossa Comissão.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Também temos aqui o item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a situação dos imigrantes no Brasil: sua situação e a capacidade (bem como as políticas) do Estado brasileiro em responder às novas demandas impostas pelo aumento expressivo no número desses estrangeiros em território nacional.

Para tanto, solicitamos a presença dos seguintes convidados:

- Paulo Abrão Pires Júnior – Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça;
- João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva – Diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça;
- Aurélio Veiga Rios – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão;
- Rossana Rocha Reis – Professora do Departamento de Ciência Política e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

A nossa proposta tem o sentido de debater e discutir a política de imigração em nosso País, considerando sobretudo que, nos últimos anos, o nosso País vem sendo destino de muitos migrantes, não apenas da América do Sul, mas de outros continentes, e há necessidade de o Estado brasileiro se organizar, se estruturar em torno dessa questão, para não apenas acolher, mas dar um caminho seguro a essas pessoas que buscam em nosso País uma alternativa de vida. Então, achamos que estamos com profundas vulnerabilidades nesse campo.

Esse é um debate que, a meu juízo, faz todo o sentido com esse contexto, sobretudo com relação à migração haitiana, à migração de irmãos nossos africanos e de outros países que estão nas nossas fronteiras, no nosso Brasil profundo, pressionando por políticas que possam dar segurança, que possam dar viabilidade e fazer com que essas pessoas encontrem mercado de trabalho, capacitação, acolhimento humanitário em nosso País. Esse é o sentido da audiência pública.

Pede a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, caros colegas Senadores e Senadoras, bom dia.

Eu queria cumprimentá-lo por essa iniciativa, como pelas demais também, dos requerimentos anteriores, caro Presidente Ricardo Ferraço. E, dentro da lista de convidados, para um tema tão relevante, é verdade – temos acompanhado também esses imigrantes vítimas de violência, como aquele menino cuja mãe pedia para o bandido não matá-lo, no colo da mãe, uma imigrante boliviana em São Paulo –, penso que poderíamos ter aqui também, na lista de convidados, a entidade que representa e que deve ter os imigrantes. Porque estamos vendo só um lado, o lado institucional, mas não o drama, e eventualmente essas pessoas poderão, através da sua representação legítima, de uma entidade que as represente, tratar dessa questão, ou por meio dessas instituições humanitárias, ONGs ligadas à CNBB ou qualquer outra que trate dessas pessoas, que são os imigrantes.

E ainda podemos ouvir a própria Polícia Federal, no campo das fronteiras, da fiscalização de fronteiras, porque há também uma leva enorme que poderá contribuir com informações preciosas a respeito disso. Mesmo que a Polícia Federal, como outros órgãos que suscita aqui ou sugere V. Ex^a, como o Secretário Nacional do Ministério da Justiça, a própria Polícia Federal é subordinada ao Ministério da Justiça, mas acho importante a visão que tem a Polícia Federal. Porque aqui também tratamos, na Comissão de Relações Exteriores, sobre drones, e trouxemos a Polícia Federal, o Ministério da Aeronáutica, que são os agentes que operam o dia a dia em relação à fronteira.

Então, a minha sugestão é a de tentar identificar essa entidade que trata com os imigrantes ou a entidade que os representa e também a questão da Polícia Federal de fronteira.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acolho as contribuições de V. Ex^a, na condição de autor, para que possamos ter aqui a Polícia Federal e possamos ter aqui a presença de uma entidade ou de entidades que estejam atuando, vivendo e contribuindo com esse desafio em nosso País, até porque o desafio da imigração não é apenas um desafio brasileiro. Estamos observando que até mesmo a Organização das Nações Unidas constituiu unidade própria para tratar desse tema. Não apenas o nosso continente, e não apenas o Brasil, mas também o continente europeu está se estruturando de maneira mais organizada para dar destino, acolhimento a essas pessoas que buscam um porto seguro em outros países em função de uma série de questões na origem – problemas étnicos, problemas de guerras, problemas de crises estruturais de toda ordem.

Então, parece-me importante que esta Comissão possa debater esse tema. E nós vamos tentar fazê-lo ainda este ano, porque vamos aproveitar intensamente os meses de novembro e dezembro para dar uma atividade muito dinâmica a esta Comissão, tratando desses temas ao longo dos meses subsequentes.

Pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy, assim como o Senador Petecão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – No mesmo sentido que falou a Senadora Ana Amélia, que propôs uma dessas instituições de caráter humanitário que têm acolhido os imigrantes, eu gostaria de sugerir que, como membro da Pastoral dos Imigrantes, o Padre Paolo Parise, que justamente é o pároco da principal Igreja Católica em São Paulo que tem recebido e acolhido... Inclusive foi feito um entendimento junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, ao Prefeito Fernando Haddad, ao seu Secretário de Direitos Humanos, para melhor acolher os haitianos que estavam...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senegaleses.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senegaleses, africanos, angolanos... Agora já há um edifício em frente à igreja, onde mais imigrantes podem dormir, onde são acolhidos, e também toda a dificuldade que estavam tendo está sendo facilitada para que possam regularizar seus documentos, a carteira de trabalho e assim por diante. De maneira que esse Padre Paolo Parise tem muita experiência e conhecimento das dificuldades. Então, na mesma direção da Senadora Ana Amélia, esse é um possível nome que poderia contribuir significativamente, como representante da Pastoral do Imigrante.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós acolhemos a contribuição de V. Ex^a, o trabalho extraordinário que faz o Padre Paolo Parise, da Pastoral, e seria uma honra e um prazer poder conhecer um pouco de sua visão e experiência, ele que tem vivido na prática, no dia a dia, o enfrentamento e o acolhimento desses imigrantes que estamos acolhendo em nosso País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Exato. Tenho o telefone dele; depois posso encaminhá-lo à Secretaria, porque muitas vezes já dialogamos. Estive lá presente e observei todo esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a pela contribuição e passo a palavra ao Senador Petecão, representante do Estado do Acre, que tem sido porta de entrada de muitos desses imigrantes, sobretudo haitianos; é conhecedor dessa realidade, até mesmo porque fizemos uma visita em missão ao Acre para conhecer essa realidade e é com muito prazer que acolhemos a manifestação de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Ferraço, na mesma linha dos colegas, do Senador Suplicy, que fala dessa receptividade do povo de São Paulo para com esses imigrantes, vem aqui a nossa fala de preocupação com esse fluxo, com essa entrada de imigrantes lá no nosso Estado e diante des-

sa situação que o mundo vive. Penso que seria prudente que o Governo brasileiro reforçasse a fiscalização e o tratamento na área de saúde para que nós possamos dar tranquilidade à população brasileira. O número de imigrantes é grande, como o senhor conhece, como o senhor viu, as condições em que eles entram no nosso País, com que eles chegam ao nosso País são as piores possíveis. Então, acho que é prudente que o Governo brasileiro possa dar uma atenção especial à região do Acre, de Brasileia, de Assis Brasil, que é por onde eles entram, para que nós não estejamos criando uma situação difícil para o povo brasileiro.

Outra situação, Sr. Presidente, que não tem muito a ver com a nossa Comissão, mas que tem a ver, e hoje assumi o compromisso de onde eu estiver e quando eu tiver oportunidade colocar, é a situação que o meu Estado do Acre hoje está passando. Para que o senhor tenha uma ideia, eu viajo hoje à noite e não sei que dia vou poder voltar do Acre, porque nós não temos voos regulares. Nós temos apenas dois voos, que são na madrugada, para os acrianos e as pessoas que estão no Acre se deslocarem para outros centros. O que está acontecendo no Acre hoje é um absurdo! Nós não temos passagem para... Nós não temos condições.

É preciso que as empresas – tanto a TAM como a Gol – possam aumentar o número de voos. O aeroporto está em reforma. Eles acabaram com os voos que nós tínhamos durante o dia. Agora temos apenas dois voos durante a noite. Está impossível. Eu viajo hoje à noite e não sei quando posso voltar. Inclusive estou entrando com um requerimento aqui na Mesa, porque estou impedido de trabalhar aqui no Senado, porque não tenho como voltar do Acre para Brasília. Imagine aquelas pessoas que não tem uma condiçãozinha melhor. As pessoas que hoje dependem de sair do Acre através do transporte aéreo estão totalmente impossibilitadas. Aqui fica o meu repúdio, a minha indignação em nome do povo acriano, e pedindo que as empresas, tanto a TAM, como a Gol, como a Anac... Nós estamos encaminhando expediente à Anac para que tomem as devidas providências.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a V. Ex^a.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 54, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta das Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com o objetivo de discutir a eventual liberação, pelo Governo brasileiro, da importação de café. Para tanto, recomendamos a presença do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Senhor Neri Geller.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, de 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir o contrato firmado entre a Petrobras e o Governo da Bolívia, pelo qual ficou definido que a estatal brasileira pagará US\$ 434 milhões ao país vizinho pelo envio de excedente energético do gás natural exportado ao Brasil.

Para tanto, recomendo a presença da senhora Maria das Graças Silva Foster, presidente da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há ainda outro requerimento.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 56, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar da recente assinatura do contrato relativo ao Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego Gripen NG, de origem sueca, incluindo itens como simuladores, logística inicial e, sobretudo, a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro.

Considerando-se questionamentos sobre as ações a serem desenvolvidas pós-contrato e também sobre o aumento dos valores acordados inicialmente (US\$ 900 milhões acima do previsto), conforme noticiado, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Comandante da Aeronáutica para os esclarecimentos necessários.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 57, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014, de minha autoria, que “altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida”.

Autoria: Ricardo Ferraço

Ou seja, diferentemente de um conjunto de países como os países que compõem a OCDE, como os Estados Unidos, o nosso País tem considerado paraíso fiscal um conjunto de países que são alvo de empresas brasileiras que, por sua capacidade empreendedora, por sua eficiência, se transformaram em multinacionais. São companhias e empresas que geram oportunidades para brasileiros aqui e mundo afora. São companhias que, quando buscam algum desses países que trabalham com tributação favorecida, o fazem não por buscarem ambientes fiscais favorecidos, mas por buscarem oportunidades. É o caso, por exemplo, da BR Foods, uma extraordinária multinacional brasileira, que está sendo fortemente prejudicada quando busca mercados, como no caso dos Emirados Árabes. Ou empresas como Embraer, como WEG Motores, como Petrobras, como Vale do Rio Doce, quando querem se instalar em países como Cingapura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Marcopolo.

Qual a razão de o Brasil considerar esses países paraísos fiscais se a OCDE, se os Estados Unidos e tantos outros países não consideram? Isso tem representado uma restrição na expansão da presença de empreendedores brasileiros mundo afora, gerando oportunidades e divisas para o nosso País.

Esse projeto de minha autoria está designado ao Senador Luiz Henrique como Relator, e a ideia é que nós pudéssemos trazer a esta Comissão entidades, trazermos aqui a Receita Federal, trazermos aqui o Ministério da Fazenda, trazermos aqui a iniciativa privada, para que nós pudéssemos fazer uma discussão sobre a oportunidade de atualizarmos essa legislação, que me parece absolutamente retrógrada em relação ao que o mundo moderno está fazendo.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que pede a palavra para discutir essa audiência pública, na condição inclusive de Relator dessa matéria. Em seguida, à Senadora Ana Amélia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, é mais um requerimento lúcido e oportuno de V. Ex^a. Quero cumprimentá-lo por isso. Quero agradecer a designação como Relator dessa matéria, que é realmente da maior importância.

E ela reflete um descompasso que existe em nosso País. Enquanto a iniciativa privada se atualiza, se moderniza, avança tecnologicamente, abre suas janelas para o mundo desenvolvido, apropria novas técnicas, novos sistemas, novas tecnologias, o Governo – e eu falo o Governo como um todo, todos os níveis – mantém-se atrelado a realidades passadas. Considerar um país como Cingapura um paraíso fiscal é realmente uma atitude retrógrada.

Por isso é importante esse debate que se vai fazer, e eu próprio vou fazer, posteriormente, sugestão de nomes de empresas, de dirigentes de empresas que têm forte inserção internacional, como essas que V. Ex^a já mencionou. Eu poderia citar, por exemplo, a Embraco, que é a única empresa brasileira que é líder mundial no seu setor. A Embraco, que tem sede em Joinville, cidade que eu governei por três mandatos de prefeito, produz compressores e detém – é uma cifra impressionante – 25% do mercado mundial e 50% do mercado norte-americano. Isso significa dizer que de cada quatro geladeiras ou *freezers* produzidos no mundo, uma tem compressor Embraco, e de cada duas produzidas nos Estados Unidos, uma tem compressor da empresa brasileira Embraco.

E a Embraco está na China, a Embraco está nos Estados Unidos, a Embraco está na Itália, a Embraco está na Eslováquia.

Eu gostaria, desde já, de sugerir o nome do Presidente para a América do Sul, João Carlos Brega, para ser um dos empresários a serem sabatinados.

Parabéns a V. Ex^a pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentá-lo novamente pela iniciativa desse debate, Senador Ferraço. E penso que, pela relevância dele, daria maior relevo ainda se pudéssemos, do ponto de vista regimental, fazer junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, porque o alcance transcende essa relação diplomática de relação comercial com os países na expansão das empresas brasileiras. O Rio Grande do Sul tem muitas empresas. Falei da Marcopolo, mas temos a Tramontina também com uma grande inserção internacional, a própria Agrale, Random, empresas que estão hoje projetadas internacionalmente e que, é claro, contribuem para o desenvolvimento do nosso País. Então eu penso que, nesse aspecto, daria maior relevo ainda ao tema tratado se pudéssemos fazer conjunta com duas comissões para reforçar a relevância que tem a matéria.

Felizmente o Governo tomou uma decisão sábia, porque estava indo no caminho inverso, de tributar as empresas brasileiras lá fora. E houve um consenso, um freio de arrumação para evitar essa retirada da competitividade das nossas empresas que operam no exterior, trazendo grandes ganhos para o avanço tecnológico, para a inovação tecnológica, uma visão mais globalizada do comércio e de produtos também. Então estamos aí nesse processo.

Quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa.

Da mesma forma, queria também registrar – estamos aqui para isso – a presença do Norberto Soares Paiva, que é Presidente da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez, aguardando a votação do projeto do Senador Humberto Costa, que tem relatoria do Senador Suplicy, que fez as vezes de secretário desta Comissão ao ligar para os colegas Senadores para que viessem aqui para dar quórum, porque se trata de uma matéria terminativa e é necessária a presença do número regimental. Então...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Temos a boa notícia de que o ex-Presidente da República e ex-Presidente da CRE Fernando Collor está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse é exatamente o sentido, Senadora Ana Amélia, dessa iniciativa legislativa, porque, na prática, um conjunto relevante de empreendedores brasileiros, de corporações brasileiras está sendo punido...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vale do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...pela elevada tributação do Estado brasileiro. E há uma elevada tributação simplesmente em razão de considerar que este ou aquele país é paraíso fiscal porque trabalha com tributação favorecida.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ora, nós não podemos colocar no mesmo nível países que são alvo de mercado importante para as companhias brasileiras.

Então o sentido é fazer esse debate.

Agradecemos a contribuição de V. Ex^a.

Vamos trazer não apenas o Governo para que faça a defesa, enfim, da manutenção desse critério, que é um critério, inclusive, na contramão do mundo civilizado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A pergunta óbvia é a seguinte: por que considerar países como Cingapura paraíso fiscal se a OCDE não considera, se os Estados Unidos não consideram? Que tipo de inovação, que tipo de sustentação tem uma tese como essa em nosso País que não encontra cor, que não encontra guarida mundo afora?

Na verdade nós precisamos ter a compreensão clara de que precisamos ampliar a presença brasileira no mercado mundial, e não trabalhar na contramão desse sentido.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aumentando a competitividade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para aumentar a competitividade. E nós precisamos que as nossas companhias possam ter igualdade de competição mundo afora. Esse é o sentido.

Portanto, colocamos em discussão.

Não tendo mais quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o requerimento dessa audiência pública.

E vamos, de imediato, ao item 7.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a chegada do Senador Fernando Collor, João Capiberibe e Randolfe, agora nós temos quórum suficiente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo, portanto, a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, para que, na condição de Relator, possa fazer um breve resumo sobre esse importante projeto que V. Ex^a já relatou.

Já apresentou o seu relatório e nós precisamos deliberar, tendo agora o quórum regimental por ser essa uma proposta terminativa, que procura fazer justiça, que procura reconhecer o papel dos brasileiros, os brasileiros que fizeram parte da Força de Paz, o histórico Batalhão de Suez.

A palavra é de S. Ex^a para um breve resumo para que possamos proceder à votação, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu já assinali aqui o reconhecimento internacional para essa missão em Suez que recebeu o Prêmio Nobel de Paz, em 1988, a medalha da Força de Emergência das Nações Unidas, outorgada pelo Secretário-Geral da ONU, e receberam o reconhecimento Nacional, oficializado pelo Decreto 43.800, de 1958, que considera a referida missão “serviço nacional relevante”.

Com a finalidade de aperfeiçoar a matéria, apresentamos quatro emendas. A primeira, para estabelecer o teto de dois salários mínimos para o valor da pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão de Suez, nos moldes do que está proposto para os chamados soldados da borracha; a segunda suprime os §§2º e 3º do art. 1º para evitar que o benefício pessoal seja estendido a terceiros; a terceira suprime o §2º do art. 5º para possibilitar que todos os ex-membros da tropa que prestaram serviço nacional relevante no Canal de Suez possam perceber a pensão, desde que estejam dentro das limitações impostas pelo art. 1º, e a quarta, que determina que o reajuste anual do benefício seja realizado com o mesmo índice utilizado pelo INSS para as suas aposentadorias.

Assim, o art. 1º diz que:

É assegurado o pagamento de pensão especial vitalícia, no valor de dois salários mínimos mensais, aos ex-integrantes da tropa brasileira, conhecida como “Batalhão Suez”, que tomaram parte na Força Internacional de Emergência instituída em consequência da Resolução da Assembleia Geral da [...] [ONU], [...] de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional da região compreendida entre o Canal de Suez e a linha de Armistício entre Israel e o Egito fixada na mesma Resolução, recrutados nos termos da Lei 2.953, [...] de 1956 e do Decreto 61, de 22 de novembro de 1956.

Nesta oportunidade, gostaria de dizer o quanto que todos nós brasileiros desejamos que na região do Oriente Médio, seja com respeito ao Egito, Israel, Palestina, Síria, Irã, todos os demais países do Oriente Médio, possam efetivamente viver em paz e que atendam ao apelo ainda ontem feito pelo Papa Francisco para que não se continue o que ele denominou a Terceira Guerra Mundial

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a S. Ex^a.

Ao tempo, registramos aqui, com alegria, a presença do Embaixador Pedro Borio entre nós, na Comissão de Relações Exteriores.

Consulto às senhoras...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Foram marcadas inúmeras audiências públicas para esse período de novembro e dezembro, são poucas, são três semanas. Também gostaria de dizer que o Ministério de Relações Exteriores tem a preocupação de que possamos também arguir embaixadores designados que estão aguardando. Quem sabe, tenhamos que fazer até reuniões extras. É o apelo que transmito a V. Ex^a, até porque eu tenho até o final de dezembro e gostaria muito de terminar a minha missão aqui na CRE, da qual sempre participei como Senador, arguindo mais alguns embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a, seguramente, fará muita falta, não apenas nesta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, como em todo o Senado, pela lisura, pela postura, pela forma amável com que exerce com convicção aquilo que pensa e nós, em algum momento, teremos a oportunidade de homenageá-lo. Evidentemente, estaremos sendo sensibilizados pela manifestação...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... de V. Ex^a, a quem nós agradecemos. Consulto as Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

Nós vamos colocar em votação o projeto em caráter terminativo, que exige a manifestação pessoal de cada uma das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy? Voto conhecido, na condição de Relator.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – “Sim”, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin. A palavra é de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não só para fazer aqui uma homenagem, que merece de todos nós essa homenagem e o reconhecimento, mas pela justeza do projeto também, eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – “Sim”, com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, desde já entristecido com a ausência enorme que será resultado da falta do nosso grande Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que veio da renda mínima para a eficiência máxima, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Ele estava aqui entre nós até bem pouco tempo. Solicito à assessoria que possa ver a localização do nosso Senador Randolfe.

Senador João Capiberibe. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, voto “sim”, claro.

Também penso que a grande homenagem que faremos ao Senador Suplicy seria atender à solicitação que ele fez para a sabatina dos Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos seguramente buscar a conciliação da sabatina dos Srs. Embaixadores com os temas que nós temos aqui, apesar de fazer o registro aqui de profundo incômodo pela forma como têm sido tratadas as nossas missões diplomáticas no Brasil. Consta que, neste momento, 30 dos Srs. Embaixadores de outras nações com as quais o Brasil mantém relações aguardam deferência do Poder Executivo, da Presidência da República, para apresentarem suas credenciais. Parece-me de bom-tom...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Inclusive, Sr. Presidente, o nosso Embaixador da Alemanha está aguardando há seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não me parece concebível que Embaixadores como o da Alemanha e os de mais 29 países tenham de aguardar seis meses para apresentação de suas credenciais, considerando as nossas relações com esses países. Então, eu peço também ao Senador Eduardo Suplicy que, sensibilizado com a sua demanda, nos ajude a sensibilizar o Governo brasileiro para com esse tratamento que não me parece adequado a uma República da dimensão do País. Não estamos tratando com

deferência as nossas missões diplomáticas. E os países com que o Brasil mantém relacionamento aguardam, há muitas meses, pela possibilidade e pela oportunidade de apresentarem suas credenciais.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu falo sobre o tema depois, mas eu queria concluir a votação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos votar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Exatamente. Eu ia perguntar se tinha encerrado a votação. Não, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A matéria é aprovada à unanimidade dos presentes. (*Palmas.*)

Cumprimento o Batalhão de Suez por essa luta, por essa conquista, por essa militância. De nossa parte, foi uma honra reconhecer o esforço de paz que todos os senhores exerceram ainda no ano de 1956. Essa iniciativa do Senador Humberto Costa, acompanhada à unanimidade dos Senadores desta Comissão, faz esse mais absoluto, carinhoso e respeitoso reconhecimento ao exercício dos senhores em nome da paz e da Nação brasileira. (*Palmas.*)

Consulto ainda, ao fim, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos repetir a votação para as emendas que foram oferecidas pelo Relator, Senador Eduardo Suplicy. Se todos estiverem de acordo, vamos ratificar a votação. (*Pausa.*)

Fica, portanto, aprovado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... com as emendas que foram incorporadas pelo eminente, ilustre e querido Senador Eduardo Suplicy.

Pede a palavra a Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ressalto que é um projeto do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, fiz aqui o registro dessa importante iniciativa do Senador Humberto Costa, que foi acompanhada à unanimidade pelos Senadores que compõem esta Comissão, numa demonstração de reconhecimento ao trabalho do Batalhão de Suez, ainda no ano de 1956.

Pede a palavra a estimada e ilustre Senadora Ana Amélia.

A palavra é de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Ricardo Ferraço, eu queria apenas endossar a manifestação oportuna, necessária, inadiável de V. Exª a respeito da aceitação das credenciais de embaixadores de países com os quais o Brasil tem relações.

O Senador Luiz Henrique aqui fala do Embaixador da Alemanha, seis meses à espera da creditação.

Então, eu gostaria de aproveitar a presença do Embaixador Pedro Bório, que aqui representa o Ministério das Relações Exteriores, para, na pessoa dele, ampliar a manifestação de V. Exª, na hora em que o Brasil sai de um processo eleitoral bastante relevante, sob todos os aspectos, nesta hora em que precisamos ativar a economia brasileira, só o faremos na medida em que tivermos um ambiente favorável, de confiança, de bom relacionamento com os países que mais investem no Brasil. Cito a Alemanha, porque o Senador Luiz Henrique mencionou o caso da Alemanha, que é um dos países da União Europeia com maior peso na economia brasileira.

E o embaixador, em geral, e no Brasil também, tem uma representação não apenas diplomática, mas ele é o elo que une os interesses brasileiros e alemães, seja o caso citado agora da Alemanha, mas também como Estados Unidos, Brasil, França, Argentina, e assim sucessivamente, nós temos que ter, como disse V. Exª, uma agilização nesses procedimentos. Não acontece isso em relação aos países em que os nossos embaixadores são recebidos. Às vezes até em países onde a monarquia vigora e tem que haver uma dupla acreditação.

Renovo e reforço a manifestação de V. Exª em relação a essa demora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu queria compartilhar com S. Exªs a iniciativa de solicitação de uma audiência junto ao Ministro-Chefe da Casa Civil para que nós, Senadores da Comissão de Relações Exteriores, coletivamente, pudéssemos buscar o entendimento e um diálogo com o Poder Executivo a respeito da forma pouco delicada, pouco diligente que o nosso Governo, que o nosso Estado – porque estamos diante de uma tarefa de Estado e não de Governo – tem tratado as nossas missões, os nossos embaixadores.

São quase 30 países que aguardam há meses pela oportunidade de representarem suas credenciais. Não me parece adequado esse tratamento que estamos dando.

Então, se S. Ex^{as} concordarem, vamos pedir uma audiência ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que já foi Senador da República, para que o Governo brasileiro possa priorizar essa agenda, credenciando os embaixadores que deram essas missões que têm com o nosso País amplos e plenos relacionamentos em todos os campos, culturais, comerciais e assim por diante.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de pleno acordo com a sugestão de que possamos fazer esse apelo à Presidenta Dilma Rousseff, que certamente, agora, concluído o processo eleitoral, e com a vitória dela – V. Ex^a sabe que ela teve muito trabalho com o Senador Aécio Neves –, concluída a disputa e vencedora terá a maior boa vontade. Mas eu gostaria de fazer parte desta missão junto ao Ministro Aloizio Mercadante para fazer o apelo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos, então, solicitar a S. Ex^a o Ministro Mercadante uma audiência para que possamos tratar desses assuntos que me parecem da maior relevância para o Estado brasileiro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Apenas para aduzir a referência feita pelo Senador Suplicy. Essa demora revela também a inconveniência do processo de reeleição no Brasil. Porque a reeleição acaba envolvendo o candidato à reeleição num procedimento político da disputa e a Administração fica à deriva, por assim dizer, num período extremamente expressivo.

Então, mantenho a posição contrária à reeleição no País.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou absolutamente convencido da necessidade de nós eliminarmos o processo de reeleição, o mandato com cinco anos, para trabalhar a alternância de poder, que vai fazer muito bem à democracia brasileira. Eu estou em linha com o pensamento de V. Ex^a.

Ouçó com prazer o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Ferraço.

Em relação ao requerimento de sua autoria que aprovamos há pouco para uma audiência pública a respeito do aditamento contratual na aquisição dos FX-2, eu fui informado que já existe um requerimento de igual teor para uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Consulto V. Ex^a sobre a possibilidade ou não de fazermos essa audiência conjunta, de tal maneira que possamos reunir as autoridades numa mesma sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A nossa audiência pública aqui não é especificamente para tratar do aditamento.

Nós fizemos aqui alguns debates para tratar das preliminares da contratação desse importante projeto para a defesa nacional. Contudo, não é apenas para a defesa, mas para a política nacional, para a indústria nacional de defesa, considerando os elementos que acompanham essa aquisição – não somente o equipamento, mas a transferência de tecnologia, que é algo fundamental para dar ao nosso País autonomia.

Se houver uma determinada convergência desses objetivos, eu não vejo óbice algum de que possamos tratar dessa audiência coletivamente, como Congresso, unindo as duas Casas que compõem o Parlamento brasileiro.

Vamos buscar o entendimento com a Comissão de Relações Exteriores, com o Deputado Eduardo Barbosa, para que possamos agir em conjunto, o que vai racionalizar muito o debate em torno desse importante tema.

Agradeço a iniciativa de V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Sugiro, inclusive, à Secretaria da nossa Comissão de Relações Exteriores já manter contato com a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores da Câmara para, em havendo convergência do objeto e também da data a ser definida, a gente poder fazer essa audiência conjunta, de tal maneira que a gente tenha uma audiência mais prestigiada, ainda, com a junção das duas Casas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pessoalmente entrarei em contato com o Deputado Eduardo Barbosa, Presidente da CREDN, que é a Comissão de Defesa da Câmara, na busca dessa convergência, atendendo à solicitação e ao encaminhamento de V. Ex^a.

Não havendo mais nada a ser tratado, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado. Até a próxima quinta-feira, se Deus quiser.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezessete minutos do dia seis de novembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Antonio Aureliano, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia e Flexa Ribeiro. Assina a lista de presença o Senador, não membro desta Comissão, Fleury. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e apresenta os expositores convidados que se encontram à mesa. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema desta reunião. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. Tem início a apreciação da PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de examinar o legado da política externa do atual Governo, de suscitar reflexões sobre opções estratégias de rumos futuros para o Brasil nessa área, bem como de identificar propostas e iniciativas que mereçam ser levadas em consideração pelo próximo Presidente da República, no período de transição para novo quadriênio. Convidados: William José Waack, Jornalista; e Murillo de Aragão, Presidente da Arko Advice Pesquisas. O Presidente concede a palavra ao Sr. Murillo de Aragão, para a sua exposição. O Presidente registra a presença das seguintes autoridades: Embaixador da Eslováquia Milan Cigán; Primeiro Secretário da Embaixada da Rússia Alexander Perevendentsev; Primeira Secretária da Embaixada da França Elena Tonev-Diviné; Conselheiro da Embaixada da Espanha Javier Salido Ortiz; Embaixador Pedro Bório do Ministério das Relações Exteriores; Primeiro Secretário, Seção Política, da Embaixada dos Estados Unidos Steve Simpson; Assessora da Seção Política da Embaixada dos Estados Unidos da América Gabriela de Campos Teixeira Fontenele; Ministra da Embaixada da República do Paraguai Helena Felip Salazar; Ministro da Embaixada da República do Paraguai Osvaldo Ostertag; Primeiro Secretário da Embaixada da República do Paraguai Rodrigo Velázquez Aguirre. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Sr. William Waack. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Mozarildo Cavalcanti. Os expositores apresentam novas considerações. Usa a palavra o Senador Antonio Aureliano e o Senador Luiz Henrique. Os expositores apresentam outras considerações. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. O senhor William Waack responde questionamentos. Usa a palavra o Senador Fleury. O senhor William Waack responde questionamentos. O Presidente apresenta suas conclusões e agradece a presença dos convidados. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Declaro abertos os trabalhos da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Já conosco à Mesa dois dos nossos convidados, o jornalista William Waack e o Presidente da Arko Pesquisas, Murillo de Aragão, dois especialistas em política externa que aceitaram o nosso convite para que pudéssemos, aqui, dialogar um pouco sobre os caminhos, as escolhas, o cenário, as consequências, uma avaliação sobre a nossa política externa brasileira, as escolhas que o País tem feito, as consequências e os impactos que essas escolhas e essas decisões têm produzido na política externa brasileira.

No Brasil democrático e plural, a política externa que nos projeta no mundo cabe ao Poder Executivo, é definido pela Constituição Federal como prerrogativa do Poder Executivo. Mas o debate, o aprofundamento, o acompanhamento daquilo que o Poder Executivo faz em relação a nossa política externa é dever e obrigação do Parlamento brasileiro e, sobretudo, da Comissão de Relações Exteriores, que tem a prerrogativa e tem se esforçado muito para exercer um protagonismo em torno desse tema.

As prioridades diplomáticas devem servir às necessidades internas e o serviço prestado pelo Itamaraty é essencial, à medida que contribui para problemas e desafios nacionais. Como política de Estado, os compromissos e implicações derivados da atuação internacional do Brasil não se esgotam em um ou outro governo, devem e precisam ser políticas de Estado, requerem que o sentido geral da política externa e suas principais linhas de ação estejam solidamente assentados em indispensáveis bases de caráter nacional.

A continuidade também é requisito indispensável de toda política externa. É essencial que a projeção da conduta de um Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos. Por isso, precisa construir sua trajetória internacional com base na confiança que se expressa pela coerência de suas ações. Tenho convicção de que a área da política externa é desses segmentos em que um segundo mandato poderá servir para extraordinária inflexão e reflexão. Nós estamos com a nossa Presidente da República reeleita e é o momento de perguntarmos se vamos dobrar as nossas apostas

em torno das opções que fez no primeiro mandato ou se vamos fazer uma reflexão, uma avaliação daquilo que foi bem, daquilo que foi muito bem, daquilo que precisa ser corrigido, de modo a melhorar, acelerar, fortalecer o papel e o protagonismo do nosso País em escala global.

Continuamos sendo um País muito fechado. As exportações brasileiras ainda representam apenas 20% do Produto Interno Bruto brasileiro. Se comparado com outros países da dimensão do nosso País, isso é muito pouco. A nossa participação no mercado global é superior apenas em 1%, o que mostra extraordinário campo de crescimento que a nossa política comercial tem pela frente.

Estamos meio que acomodados com o papel que o mundo nos reservou como fornecedor de matéria-prima ou precisamos, agregados à política externa, desenvolver um conjunto de medidas internas, inclusive de política industrial, que possa dar competitividade aos nossos produtos, aos nossos serviços, precisamos trabalhar a presença empreendedora do brasileiro e do País em tantos cantos do mundo? A nossa indústria continua absolutamente dependente – é o caso da indústria manufatureira – da América do Sul, sobretudo da Argentina, que vive problemas estruturais muito complexos.

O Brasil tem se acomodado diante de seu papel de líder natural da América do Sul. Assistimos, de maneira perplexa, à estruturação do Tratado de Tordesilhas em pleno século 21, vendo a América do Sul se dividir em duas regiões, uma região do Atlântico e uma região do Pacífico, a do Pacífico muito mais antenada, muito mais conectada com o que está acontecendo no dinamismo das cadeias globais de produção.

Então, para discutir política externa e para discutir política comercial nesta fase de transição é que nós estamos recebendo aqui os nossos convidados para um diálogo e uma conversa com os Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores. Agradecemos muito, portanto, ao Murillo de Aragão e ao William Waack pelo tempo e pela disposição de estarem aqui conosco refletindo, fazendo avaliações e cenários a respeito do que está por vir. É muito importante que façamos aqui um diagnóstico, ainda que, talvez, seja insuficiente diagnosticar. De toda forma, eu acho que prospectar cenários para o nosso País à luz dos nossos desafios é muito importante. Portanto, agradecemos muito a disposição dos senhores de participarem conosco deste debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pede a palavra a ilustre Senadora Ana Amélia, que ouço com muito prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, primeiro, cumprimentar a iniciativa de V. Exª, Presidente Ricardo Ferraço, por esta audiência pública, trazendo dois nomes respeitados na área da comunicação e da avaliação diplomática, econômica e política. Isso é extremamente relevante nesse momento em que estamos indo, como disse V. Exª, para o segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Mas eu queria fazer dois registros também, porque, na última reunião da CRE, V. Exª, com o apoio dos demais colegas Senadores, cobrou – e aqui quero registrar a ação do Embaixador Pedro Borio nesse sentido – a adoção de uma ação mais propositiva na apresentação das credenciais, uma vez que vários embaixadores, inclusive o embaixador da Alemanha – como William Waack fala um alemão perfeito, entenderá melhor –, há oito meses aguarda a apresentação de credenciais. Não há mais a justificativa de que havia uma campanha eleitoral. Então, na segunda-feira, estão marcadas 30 apresentações de credenciais de embaixadores, que estão aguardando essa liberação diplomática – claro que isso não implicava ausência de atividades, mas é um ato formal e necessário. Então, cumprimento V. Exª, porque segunda-feira haverá a apresentação de 30 embaixadores.

Cumprimento também a iniciativa do Itamaraty de cobrar do governo da Venezuela a incursão, sem avisar o Itamaraty, de uma autoridade da Venezuela firmando contratos com Organizações Não Governamentais brasileiras, o que tem implicações diplomáticas relevantes. Não se pode tapar o sol com a peneira num caso desses. Amigos, amigos, mas diplomacia à parte, temos que respeitar os códigos desse relacionamento. Então, eu queria, neste caso particular, dizer que a iniciativa do nosso Chanceler Figueiredo foi adequada e necessária para evitar algumas dúvidas relativas à interferência interna, de assuntos internos, inadequada, como aconteceu nesse episódio.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós agradecemos a intervenção sempre oportuna e qualificada de V. Exª ao fazer o registro desses fatos que vinham causando extraordinário constrangimento por um conjunto muito grande de embaixadores, que aguardavam, há meses, uma definição – há o caso do embaixador do Paraguai, membro efetivo e pleno do Mercosul, que há quase 12 meses aguardava para receber suas credenciais. Mas, com essa confirmação de que na segunda-feira, Sua Excelência, a Presidente da República Dilma Rousseff, receberá os embaixadores.

Penso que nós daremos um passo importante. A Comissão procurou colocar em pauta esse tema, na direção de contribuímos para as mais elevadas tradições do bom relacionamento com esse país, com o qual mantemos relações diplomáticas.

Agradeço a V. Ex^a.

Sem mais delonga, vamos passar a palavra para o Murillo de Aragão.

Muito obrigado, Murillo, por sua presença, pela exitosa contribuição que, seguramente, o senhor dará neste importante debate, até porque estamos saindo de uma eleição presidencial em que o tema política externa não frequentou de maneira preferencial os debates. Mas a política externa tem uma importância muito grande nos destinos do País, e é para isso que estamos aqui recebendo os senhores com muita alegria.

Por favor, a palavra é sua, Murillo.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Obrigado, Senador Ferraço.

É um prazer e uma honra estar aqui, na Comissão, juntamente com o jornalista William Waack.

Quero agradecer a presença também do Senador Jarbas Vasconcelos, da Senadora Ana Amélia, do Senador Mozarildo Cavalcanti e dos embaixadores aqui presentes.

A política externa é parte das nossas reflexões, análises e estudos, e a acompanhamos com atenção em nossa empresa, em nossos trabalhos, em nossas pesquisas.

Devemos dizer que, nos últimos anos, na minha opinião, o Brasil ganhou maior expressão internacional a partir de vetores conhecidos de muitos, como a abertura econômica, iniciada na era Collor; o Plano Real; as privatizações; a redução das desigualdades no governo Lula; e a existência também de um ambiente macroeconômico de maior qualidade e estabilidade, o que permitia que as relações econômicas e de comércio ganhassem maior dinamismo.

No campo diplomático, obviamente, houve avanços importantes. O próprio Mercosul é um grande avanço. É importante destacar que dinamizou o comércio regional. O Brasil, nos últimos anos, por exemplo, entre 2000 e 2011, obteve superávits no comércio em pelo menos oito anos, vendendo produtos industrializados. Além disso, o Tratado também distensionou a relação sempre tensa com a Argentina. Os mais antigos lembram que a relação entre Brasil e Argentina não era uma relação tranquila. Existia sempre algum tipo de... Saúdo a Senadora Vanessa Grazziotin por sua presença. Como vai? Tudo bem? Com o Senador Mozarildo eu já tinha falado. Tudo isso, obviamente, nesse âmbito das relações em nossa região, foi muito importante.

Mais recentemente, o Brasil promoveu e investiu em fóruns macrorregionais e extrarregionais que merecem o reconhecimento do esforço da nossa diplomacia, como a Unasul e a Celac. Houve também outras iniciativas, como o fortalecimento do BRICS. E há mais algumas, como a Aspa e o Ibas, que reforçaram o papel do Brasil fora do âmbito regional. Enfim, há um reconhecimento maior da nossa presença internacional. Fomos capazes de desenvolver uma relação melhor com a China e com a Rússia, apesar de haver grandes assimetrias entre nós. Mas o Brasil se mostrou capaz de ter parcerias estratégicas também mais além das tradicionais opções que sempre apareceram para nós em primeiro lugar.

Enfim, assisti, de forma modesta e pontual, como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a vários eventos da sociedade civil do Brasil com a sociedade civil dos países do BRICS, da Comunidade Europeia, promovendo o diálogo, promovendo a integração e a troca de experiências como uma espécie de paradiplomacia importante no sentido de aproximar os países, de reduzir o grau de desconhecimento e o distanciamento que existia e ainda existe do Brasil em relação ao mundo. Estamos ainda longe. Somos um País globalizado de certa forma, mas não somos um País internacionalizado. A nossa economia ainda é muito fechada. Nossa participação no comércio, como destacou o Senador Ferraço, é pequena.

Então, existem esforços que merecem ser reconhecidos e que, de certa forma, resultaram em alguns pequenos eventos, ou melhor, significativos eventos, como a escolha do José Graziano na FAO, do Roberto Azevedo na direção da OMC e da própria escolha do Brasil como País-sede da Copa e das Olimpíadas. Isso tudo faz parte de uma nova época em que vivemos, tendo a Diplomacia e a política externa brasileira como eixos centrais.

No entanto, apesar disso tudo, temos coisas e aspectos que não agradam e que revelam a perda de dinâmica na política externa, especialmente nos últimos anos. A saída do Presidente Lula resultou numa espécie de perda de prioridade da política externa no novo Governo, quer dizer, a mudança da Presidência trouxe essa espécie de rebaixamento da importância da política externa nas preocupações do Governo. Isso, evidentemente, fica refletido praticamente quando se nota que quase 38 embaixadores ficam esperando quase um ano – alguns, quase um ano – para apresentarem suas credenciais junto à Presidência.

Dentro desse quadro, temos que também olhar o futuro, que importa mais, e, olhando nesse sentido, algumas coisas me chamam a atenção.

O primeiro aspecto do qual uma nova política não deve prescindir ou no qual deve se concentrar é no restabelecimento da nossa relação com os Estados Unidos. O Brasil não pode prescindir de uma relação diplomática à altura da nossa relação comercial, cultural, financeira e empresarial. A verdade é que a nossa relação nesses níveis é muito mais intensa e consistente do que a própria relação diplomática. Então, há uma grave assimetria. A Diplomacia não reconhece ou não dá a prioridade que os agentes privados dão a essa relação. É

necessário haver uma conciliação desses interesses, e é importante que a relação com os Estados Unidos ganhe um novo nível. Isso não quer dizer que a gente deve, como País, deixar o olhar latino-americano da nossa política externa, que é um legado muito positivo dos últimos anos.

Eu me lembro que, quando fui estudar na Inglaterra, no final dos anos 70, início dos anos 80, eu não tinha a noção de que eu era latino-americano ou sul-americano. Eu não tinha essa percepção. Eu era brasileiro, e os outros eram, sei lá, peruanos, chilenos, bolivianos, o que fosse, mas eu não tinha a noção de que eu participava de uma região. Isso é importante. Nós temos os nossos vizinhos, e um país que tem mais de 15 mil quilômetros de fronteiras terrestres com esses países não vai ter a ilusão de querer fazer uma política, se desenvolver, resolver seus problemas de natureza social e econômica sem que haja um impacto, um reflexo em nossos vizinhos de fronteira terrestre. O Brasil não poderá construir muros para impedir o fluxo migratório, se amanhã voltarmos a apresentar taxas de crescimento muito relevantes em relação aos demais países. Isso é impossível. Então, não há como ter uma visão de desenvolvimento do Brasil sem considerar a nossa inserção na América do Sul.

Portanto, entendo que, nesse sentido, esse olhar latino-americano na nossa política, que é um ganho dessas últimas décadas, deve ser obviamente preservado, até porque temos que avançar em outras questões, de infraestrutura e do próprio comércio, enfim. Agora, também entendo que isso não significa que a gente, como país, vá abandonar os outros grandes movimentos internacionais que ocorrem no Pacífico, mais perto de nós, com a Comunidade Europeia, que devem ter uma nova visão. Quer dizer, não podemos deixar de buscar maior integração com a Europa e maior integração com os Estados Unidos. Isso não significa, na minha opinião, abandono ao nosso olhar latino-americano.

No tocante ao olhar latino-americano, temos também, por exemplo, que fortalecer o diálogo entre os Congressos, na região, e fortalecer, institucionalizar a eleição dos Deputados nacionais para o Parlamento do Mercosul. Isso tem que ocorrer.

O Brasil está adiando, a cada quatro anos, a entrada em vigor desse dispositivo, já acordado no âmbito do Mercosul e que necessita da aprovação do Congresso Nacional, das regras da eleição dos Deputados nacionais. Isso são aspectos relacionados à região.

Então, eu pontuei que a integração deve ser fortalecida, mas não em detrimento do nosso diálogo e integração com os Estados Unidos e com a Europa.

Temos que trabalhar também para fortalecer a imagem do País como um *soft power*. O Brasil é um país, por excelência, *soft power*. O Brasil não é um país que tenha inimigos. O Brasil tem uma agenda positiva. E o Brasil tem que fortalecer essa agenda positiva e essa imagem positiva, para também servir de via ao comércio, à cultura, à diplomacia, ao turismo. Temos uma presença ridícula no universo do turismo mundial. Temos uma presença ridícula no comércio internacional. Temos, então, que expandir e ter políticas consequentes de expansão da imagem do País fora. E o *soft power*, a imagem positiva que nós temos como país, como cultura, como expressões da nossa cultura, a bossa-nova, o samba, o futebol, os produtos, a moda, a culinária, enfim, devem ser trabalhados nesse sentido.

A questão internacional hoje não é meramente diplomática no sentido tradicional, nem econômica, nem apenas uma discussão de tarifas comerciais. Ela transcende tudo isso. Esse olhar é que é necessário termos também na política externa.

E, objetivamente, além disso, acredito que uma das medidas práticas que devem ser colocadas é o fortalecimento da Agência Brasileira de Cooperação, que pode ser uma plataforma mais eficiente para projetar o Brasil e fortalecer nossas relações.

Enfim, são esses os temas que eu gostaria de colocar.

E, finalmente, diria também, como palavra final, para termos condição de ouvir o William Waack, que tem muito mais a dizer sobre o tema, e também as indagações dos Senadores, dois aspectos finais. O primeiro é o envolvimento da sociedade civil na diplomacia. Quer dizer, a política externa brasileira não tem que ficar isolada no Itamaraty e longe, distante da sociedade civil. Deve haver uma aproximação, deve haver uma integração. Não digo que tenha que existir uma subordinação, mas a sociedade civil num país tem condição de instruir, de explicar, de transmitir seus anseios, suas necessidades, suas visões, que podem fortalecer e tornar a nossa política externa mais eficiente. O segundo é, sobretudo, ter o fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores. Eu acho que, do mesmo modo que temos que quebrar – diria – a caixa-preta da política externa, ao trazer a sociedade e outros organismos para o debate, temos que fortalecer o Ministério das Relações Exteriores. É imperativo que ele esteja aparelhado com pessoal, com instalações, com recursos, para projetar os nossos interesses no âmbito externo.

Enfim, seriam essas as nossas contribuições iniciais.

Eu estou à disposição para fazer outras colocações e responder perguntas, Senador, se forem objeto do debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com certeza será.

Gostaríamos, antes de passar a palavra ao William Waack, cumprimentar e agradecer a presença do Corpo Diplomático que nos honra aqui: o Embaixador Pedro Borio, membros das Embaixadas da França, do Paraguai, dos Estados Unidos da América, da Espanha, da Eslováquia e da Rússia.

Sejam todos muito bem-vindos à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal!

Passo a palavra ao William Waack.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Bom dia a todos!

Minha saudação a todas as autoridades e pessoas presentes aqui. Para mim é, evidentemente, um privilégio e uma honra muito grande ter sido convidado e poder contribuir como cidadão a um tema que eu, por razões profissionais, acompanho há várias décadas.

Eu vou ser mais abrangente, pois tenho certeza de que virão perguntas mais específicas que a gente poderá abordar, então, na sua sequência.

Eu gostaria de tentar justificar em alguns pensamentos mais provocativos, porque eu considero que a política externa brasileira nos últimos anos falhou e está levando o Brasil à irrelevância relativa e, na minha opinião, a nossa política externa repete o que a gente conhece de outras situações do Brasil, que é a grande distância entre o que o País poderia ser e do que o País na verdade é.

Eu acho que isso decorre de um problema muito mais abrangente do que simplesmente atribuir a culpa a este ou àquele formulador de política externa, seja ele um indivíduo em algum palácio, seja ele uma instituição, seja ele o conjunto de entidades. Acho que a falha fundamental da nossa política externa tem a ver com um problema central do País, que é não saber o que ele quer ser no mundo. Nós não temos uma definição do nosso papel. E isso, em parte, resulta da nossa extraordinária posição geográfica, não que eu seja um determinista e que adote como dogma que a geografia condiciona o papel internacional de cada país ou de cada nação.

Mas, de fato, hoje à noite, nós brasileiros somos abençoados, porque nenhum de nós vai dormir hoje preocupado se há algum ente querido participando de um conflito internacional, se está matando ou morrendo. Isso é uma bênção!

Por outro lado, do ponto de vista das relações internacionais, é uma maldição, porque nós, como sociedade, temos escassa compreensão da amplitude, abrangência, profundidade, escopo e natureza dos principais conflitos internacionais. Nós estamos simplesmente muito longe de qualquer conflito internacional relevante, seja ele comercial, seja ele geopolítico, no seu sentido clássico da palavra, seja ele por disputas de fronteiras, seja ele religioso, é um fator importantíssimo para a compreensão da natureza das relações internacionais hoje, por mais que a gente lamente isso – nós, seculares e positivistas.

Em outras palavras, o que o Brasil quer ser no mundo? Nós não fomos capazes de definir isso nos últimos anos. Vem daí a apropriação de algumas importantes decisões de política externa por um grupo político que tem uma definição clara e uma visão, no entender desse grupo político, que é o PT, de como deveria ser o papel do Brasil nas relações internacionais e o seu lugar no mundo. Estou falando isso sem um julgamento moral ou de valor. Eu estou querendo, em primeiro lugar, estabelecer com vocês o que eu considero que sejam fatos de consenso, a partir dos quais a gente consiga chegar a uma apreciação da situação do Brasil hoje nas relações internacionais e na constelação dos povos, na constelação dos países.

Na opinião desse grupo, a visão de mundo que esse grupo tem e toda – na minha experiência como jornalista – é a percepção que os agentes políticos ou econômicos têm da realidade ao seu redor que os levam a tomar decisões que tomam. A percepção desse grupo político da constelação internacional é a de que a supremacia de uma superpotência cedeu lugar a uma rearticulação no mundo multipolar no qual esses outros países se juntam no eixo formado, orientado para acabar com o mundo no qual uma superpotência determina o que os outros podem ou o que não podem. É uma visão, na minha opinião, completamente equivocada e que deixa absolutamente de lado todas as evoluções e desenvolvimentos recentes nas relações internacionais, particularmente a integração econômica entre os principais blocos e deixa de lado um princípio fundamental, a partir do qual se cometeu uma série de erros de política externa. É quase um dogma em política externa que ela não é feita em torno de amizades, ela é feita em torno de interesses. Não adianta fazer política externa achando que eu terei amigos que devolverão a minha solidariedade assim expressada. Isso é um erro de amadores, é um erro que a gente vem cometendo há mais ou menos 12 anos.

Não soubemos definir os nossos interesses em termos daqueles que sejam os interesses percebidos pelo País. Nós defendemos interesses de um agrupamento político. As pessoas que comungam os pensamentos políticos e o mesmo tipo de ideologia desse grupo estarão satisfeitas, estarão realmente achando que estão sendo recompensadas naquilo que fizeram. Não acho que a postura política do grupo seja idêntica aos interesses nacionais.

O Brasil, como país muito maior do que qualquer grupo político, de qualquer denominação, de qualquer espectro – e isso que me parece –, por falta de uma definição nossa de qual é o nosso lugar no mundo. O que nós queremos ser? Uma potência regional com interesses limitados? Queremos ser uma potência de projeção de poder internacional, seja ele *soft power*, como se referiu o Murillo, seja ele com a projeção, sim, através dos elementos clássicos de exercício do poder, que são força econômica, capacidade de intervenção militar, articulação diplomática, presença forte nas organizações multilaterais? Ou queremos ter um papel reduzido, levado apenas em função deste ou daquele objetivo de curto prazo? Não está claro para nós, como sociedade, infelizmente.

Eu sou um profissional de comunicação e, por razões profissionais, sou obrigado a calibrar exatamente aquilo que eu percebo que é interesse do público, e o público brasileiro, infelizmente, para o meu gosto pessoal, tem escasso interesse por assuntos internacionais, assim como tem escasso interesse por política, assim como tem escasso interesse por educação, assim como tem escasso interesse por discussão de valores. Eu estou falando do público de massa, público ao qual eu me dirijo como profissional de comunicação todas as noites através de um telejornal de uma emissora com o alcance e a penetração que tem a emissora para a qual eu vendo os meus serviços.

Colocadas essas questões fundamentais, eu me pergunto se, depois dessa eleição, nós passamos por uma redefinição do que me parecem ser nossas falhas essenciais, que são, em primeiro lugar, como sociedade, como Nação, entender qual é o nosso papel internacional e defini-lo. Em segundo lugar, se aqueles que me parecem que foram os erros fundamentais na aplicação daquilo que o grupo que está no poder considera ser o interesse dele, de fazer política externa em função de suas afinidades ideológicas, se esses passos serão corrigidos.

Muita gente acha que os fatos se impõem, especialmente esse é o pensamento de economistas. Eles enxergam os fatos – por exemplo, escasso crescimento de determinado país e índices de inflação – e consideram que esses são os fatos que se impõem. Na minha experiência profissional, não. Não acho que políticos e não acho que agentes que tomam decisões enxergam os fatos tais como eles possam ser definidos em números. Eles enxergam os fatos em função de sua percepção política da realidade, e a percepção política que nós temos da realidade internacional no Brasil hoje, depois da reeleição, me parece ser a mesma de antes: nós estamos empenhados numa articulação do eixo sul-sul que não existe, não existe.

Se perguntarmos a um chinês ou, quem sabe, aos russos que estão aqui, que são clássicos leitores de geopolítica e, por força da posição deles na história, na cultura e na geografia europeia, entendem o que é balanço de poder, entendem o que é relacionamento e equilíbrio entre forças internacionais, se perguntarmos a eles se existe um eixo sul-sul, provavelmente, particularmente no caso do chinês, isso provocará um sorriso de certo sarcasmo ou um sorriso de certa pena de quem estabelece as relações internacionais hoje como um confronto entre norte e sul no qual os que estão no norte são aqueles que impedem que aqueles que estão no sul assumam o papel que a geografia, que a justiça, que quaisquer valores políticos que se queira definir, de antemão lhes atribuiu. Não. Eu acho que a mesma visão que nós temos – nós, governo brasileiro – das relações internacionais, na minha avaliação, equivocada nos últimos anos, é que nos impede de adotar o que eu acho que seria necessário.

Com isso vou encerrar. São breves palavras que eu acho necessárias, porque é muito fácil definir: nós temos que reintegrar o Brasil aos grandes blocos de poder internacional sem que isso signifique, de maneira alguma, qualquer tipo de submissão. Eu discordo da narrativa político-eleitoreira feita relativamente à política externa brasileira recente de que éramos submissos e deixamos de ser: nunca fomos, desde o Império. Acho que essa é uma narrativa que prejudica a compreensão do nosso papel, em primeiro lugar, e é extraordinariamente negativa do ponto de vista da educação das jovens gerações. Nunca vi o Brasil como um país submisso, nem mesmo durante a ditadura militar – e muitos, hoje, a ela atribuem uma automática submissão aos Estados Unidos. Se formos lembrar, o rompimento dos acordos de cooperação militares com os americanos foi feito pelos militares brasileiros, por outros motivos, por estarem bravos com a perseguição que sofriam, com toda razão, aliás, do presidente americano por questões de direitos humanos. Seja o que for, adotar como narrativa da nossa história recente a ideia de que éramos submissos e deixamos de ser é pura e simplesmente uma enganação e não nos leva a lugar algum.

O que nos torna mais ou menos relevantes é a nossa capacidade de integração e de entendimento do que está ao redor e, principalmente – e esta é a minha convicção pessoal –, de que o País tem que ser o líder da sua região. Deixou de ser. Passou a ser amigo de quem é meu amigo. Deixou de representar os seus interesses essenciais, que são, não importa o grupo político que esteja no poder, a nossa projeção nesse espaço e a nossa afirmação internacional, que pode ser através do *soft power*, como o Murillo reitera – é um conceito com o qual não trabalho muito, mas respeito, é uma ideia, particularmente nas redes sociais.

Por último, isso está sendo corrigido? Dificilmente. Só o será com pressão da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, William.

Nós vamos abrir as participações dos nossos Senadores e dos cidadãos brasileiros que nos acompanham através dos canais de comunicação do Senado, com as redes sociais, para que nós possamos receber aqui uma participação direta da sociedade brasileira.

Eu faria a primeira reflexão tanto ao Murillo como ao William, pegando carona, William, nesse seu encerramento e me valendo do ensinamento do poeta: como encantar o mundo se você não encanta a sua aldeia? Como ter protagonismo para além da nossa região se nós não conseguimos uma integração ou se nós não conseguimos, mesmo que de forma compartilhada, liderar a nossa própria região? E liderar não é impor, liderar é conquistar, é fazer alianças e cooperações que possam ser boas para os cidadãos que habitam não apenas o Brasil, mas a nossa região. E o meu questionamento vai nessa direção.

Nenhum de nós discute a importância, a relevância do Mercosul. O Prof. Celso Lafer, certa vez, cunhou que o Mercosul não é opção, o Mercosul é destino. Não apenas pelas razões econômicas, mas pelas razões territoriais, regionais, de defesa, de comércio, de integração. É óbvio que o Mercosul está sangrando. Óbvio que o Mercosul está na UTI. Como fazer para fortalecer o papel do Mercosul em relação a essas regras que, de certa forma, estão engessando até mesmo a soberania brasileira? Nos últimos anos, mais de 500 acordos foram feitos mundo afora, e nós só tivemos a capacidade de fazer acordo com o Egito, com a Autoridade Palestina e com Israel. Há mais de dez anos, trabalhamos para fazer um acordo com a União Europeia, não que esse acordo seja importante a todo e qualquer custo, tem de ser um acordo que nos interesse, em bases de interesses mútuos.

O fato objetivo é que o nosso Mercosul precisa ser repensado para ser fortalecido, ou seja, se nós deixarmos o Mercosul ir como vai, eu não sei qual sobrevida que ele terá, até porque os nossos principais parceiros estão enfrentando problemas estruturais muito grandes, até por conta de quererem inventar a roda ou de quererem fazer chover de baixo para cima. Em nenhuma região do mundo, nós estamos vendo a tentativa de iniciativas na governança pública que me fazem ter a convicção – pelo menos, a minha convicção – de que não há a menor chance de dar certo. E os últimos indicadores, sejam sociais, sejam econômicos, asseveram essa posição. Enfim, como fazer para que nós possamos fortalecer o Mercosul de modo que o Mercosul, que é um excepcional ideia, possa produzir os resultados que o Brasil precisa e que os nossos irmãos precisam?

Nós temos uma dependência muito grande de termos uma boa relação, nos nossos quase 17 mil quilômetros de fronteira, onde temos problemas muito complexos. Todos nós sabemos que problemas, como a importação das drogas – que não são produzidas aqui em nosso País – e uma leniência estratégica do nosso País em não estabelecer alianças e políticas de fronteira de modo a combater o tráfico lá e não aqui. E isso tem uma consequência grave no dia a dia das famílias brasileiras em função da epidemia da violência pública, da escalada da violência e de termos o problema do consumo e do tráfico das drogas no centro dessa questão. Enfim, nós temos desafios muito grandes aqui na região que não passam apenas pela interação comercial, nós temos tantas outras questões.

Então, eu queria que tanto o Murillo como o William pudessem refletir um pouquinho sobre essa questão regional. Porque para termos protagonismo para além da região é necessário que a gente tenha uma organização estruturada dos nossos objetivos. O Brasil não sabe o que quer ser no globo e o Mercosul também não sabe o que quer ser ou acha que pode estabelecer um tipo de encaminhamento de autossuficiência: podemos ser uma ilha, podemos nos isolar. Nós falamos aqui e repetimos, quer dizer, é muito irrelevante a participação do Brasil e do próprio Mercosul no mercado global e isso representa oportunidade para os brasileiros.

Então, eu queria ouvir um pouquinho sobre essa reflexão mais regional, sobre as perspectivas do Mercosul com a manutenção desse engessamento das regras, em que tudo o que um faz só pode ser feito se todos concordarem, e o futuro e a perspectiva, na visão de vocês, com relação ao futuro do Mercosul.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, pois vamos acumular um conjunto de massa crítica para, em seguida, gostaríamos de ouvi-los a esse respeito.

Lembro que o Mercosul já chegou a representar, na área comercial, 16% da nossa balança comercial e, hoje, representa 8%. Há uma profunda redução da presença brasileira e há um desvio de comércio muito efetivo nesses países por parte da China, que tem financiado largamente a Venezuela, que tem financiado largamente a Argentina, e o chinês trabalha com pragmatismo absoluto os seus interesses – o que está absolutamente correto –, e o Brasil assiste a isso se conformando em perder a liderança em nossa região.

Passo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Ricardo Ferraço, colegas Senadores e Senadoras, queria cumprimentar a valiosa contribuição que William Waack e o Murillo dão para a Comissão de Relações Exteriores e para o Brasil.

No Mercosul – eu sou de um Estado que é a prova prática da sua disfunção – nós somos concorrentes e não somos complementares para buscar terceiros países. A origem de muitos problemas está aí. Um bloco não pode funcionar bem – e eu sou de um Estado exportador – em que a Argentina prefere importar sapatos da China em vez de pagar o sapato que encomendou no Rio Grande do Sul. Refiro-me a 750 mil pares de sapatos que ficaram estocados no Brasil, porque a Argentina não cumpriu o contrato. Aí realmente é muito difícil. E não houve nenhum esforço de um entendimento da diplomacia, dos agentes públicos, no sentido de resolver essa pendência. Ficou o prejuízo com os produtores de calçados, apurados, que acreditaram que uma importação encomendada e não oferecida, não foram levar produtos lá, foram encomendados, e os sapatos não entraram na Argentina por imposição dos licenciamentos prévios do governo argentino.

Então, eu começo por um assunto bem prático da relação ali, e fora a burocracia que temos na fronteira. Fizemos acordos de fronteira que não funcionam. Hoje para atravessar a fronteira, você é submetido a uma série de rigores, o que é bem diferente da União Europeia, em que você passa de um país para outro sem nenhuma dificuldade, não precisa nem se identificar. Mas ali precisa de uma série de coisas; até na exigência de que o seu automóvel, se estiver circulando ali, precisa de uma série de equipamentos que é diferente no Brasil. Acho que só se entende integração e Mercosul quando, na fronteira viva, você vai praticar isso. Já é melhor a nossa relação com o Uruguai, talvez por serem menos pretensiosos e mais pragmáticos nessa relação. Digo isso para aduzir.

O Murillo sublinhou muito a necessidade da questão da região latino-americana, que é muito importante. De fato, eu fiz uma viagem de 7 mil quilômetros, de carro, saindo do Acre até San Borja, pela Bolívia, Peru, Chile, Argentina, uma das coisas mais fantásticas do mundo. Quero dizer estradas maravilhosas, asfaltadas por empresas brasileiras e tudo muito bem sinalizado, mesmo em 4.900 metros de altitude, no altiplano boliviano. Então, foi, realmente, uma experiência inédita.

Nós temos o bloco bolivariano, liderado por Venezuela, composto pelo Equador, pela Bolívia e pela Argentina com uma visão ideológica – eu diria – de liderança sobre os demais, inclusive sobre o Brasil. E temos um grupo independente, que eu incluiria o Uruguai, o Chile, com uma política mais pragmática na relação. E um bloco focado – eu diria – mais em economia, que é a Colômbia, o Peru – o Peru surpreendentemente – e o Paraguai. Então, dentro de tudo isso, aonde nós temos que ficar nisso que você sugere de integração latino-americana? De que lado? O Brasil, como insiste o William Waack, diz ser líder de um processo e de não ser liderado, por um ou outro bloco. Não se trata de hegemonia, de supremacia, de comandar, como sublinhou ali.

William, você fala que houve um apequenamento da diplomacia brasileira pela falta de definição de uma política externa vigorosa. Eu lhe pergunto: que consequências esse apequenamento da falta de uma definição, porque, durante muito tempo – eu também acompanhava como jornalista –, desde o regime militar, desde a redemocratização e até, recentemente, o grande objetivo do Brasil é ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esqueceram-se disso. Isso era relevante? Tinha algum significado nesse processo, hoje, mundial de tanta turbulência? Por que isso, realmente, deve permanecer como objetivo e tentativa de o Brasil conquistar mesmo esse assento permanente nas Nações Unidas? Que consequências temos para a área econômica do País e para os fóruns internacionais dos demais blocos dessa falta de definição de uma política externa vigorosa, que seja de acordo com o tamanho deste País no concerto mundial?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós não questionamos aqui, a legitimidade de quem, democraticamente, vence as eleições, em fazer as escolhas. Porque nós estamos aqui a questionar são os resultados dessas escolhas para a sociedade brasileira.

Houve um esforço muito grande – o Murilo destacou aqui – nos últimos anos no governo Lula e no Governo Dilma. Mais de 40 embaixadas foram abertas; mais de 12 consulados foram abertos. Pergunto eu: qual é o resultado disso para a sociedade brasileira? Em que pesem as nossas relações com a África, que precisam ser intensificadas, a África continua representando, ainda, 5% das nossas exportações. De igual forma o Oriente Médio, onde nós temos um campo extraordinário de expansão, dadas as boas relações do nosso País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

É. Temos conquistado a presidência da OMC e da FAO. Pode não ter todo o espaço necessário...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim. O Brasil apostou todas as suas fichas no multilateralismo, que não revelou qualquer tipo de eficiência, infelizmente, mundo afora, e deixamos de apostar nas relações bilaterais. O que as regiões, mundo afora, vem fazendo, inclusive, na percepção clara de um giro do Atlântico para o Pacífico, e o Brasil, absolutamente, isolado desse contexto.

Mas ouço, com imenso prazer, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os convidados e já pedir desculpas, porque eu cheguei atrasada, ao Dr. Murillo e ao William Waack.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que iniciamos antes de V. Ex^a chegar. Peço desculpas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu cheguei muito cedo aqui, até fiz a minha inscrição. Mas já estava aqui a Senadora Ana Amélia. Eu nunca consigo chegar antes da Senadora Ana Amélia, nunca; e olha que eu chego cedo. Mas antes da Senadora Ana Amélia e do Paim eu não ganho.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. Então, eu demoro um pouquinho mais para chegar.

Mas, enfim, infelizmente eu não vou poder ficar até o final do debate porque daqui a pouco vou para minha querida Amazônia. Mas eu, aqui, acho vou ser a voz discordante. Eu discordo – é a minha opinião – porque tenho uma análise completamente inversa daquela que foi posta aqui. Eu não acho que a gente possa dizer que, primeiro, há uma indefinição na política externa brasileira.

Eu não acho que podemos dizer que há um apequenamento, e que isso aconteceu nesses últimos 12, anos na política externa brasileira, porque os elementos que temos para analisar, todos eles, não apontam nessa direção. Pelo contrário.

E aí eu quero fazer justiça: desde o governo anterior ao governo do Presidente Lula, o Brasil sempre foi um País respeitado internacionalmente, porque nós nunca nos metemos em conflito. Pelo contrário. Quando nós entramos, é para tentar ajudar a resolver os conflitos. No governo anterior e neste Governo exatamente. Ou nós nos esquecemos do que aconteceu em 2010, quando estávamos prestes a viver uma situação delicadíssima internacionalmente, com uma possível invasão do Irã? Foi o Brasil que, juntamente com a Turquia, diferente do Conselho de Segurança na ONU – não quero falar do país A ou do país B, mas o Conselho de Segurança da ONU que já está ultrapassado, um Conselho que não prega e não defende, na prática, a paz, mas que ajuda muito a guerra, e suas resoluções estão virando letra morta, porque não são cumpridas. Não nos esqueçamos que foi o Governo brasileiro, o Brasil junto com a Turquia, que conseguiu um acordo, porque, de fato, lutavam pelo acordo a favor da paz e não da guerra.

Então o Brasil sempre foi, no mundo, um País respeitado. Digo aqui e repito, faço justiça: na época do Presidente Fernando Henrique o País era respeitado. E depois do Presidente Fernando Henrique, nos últimos 12 anos? A minha avaliação não é a de que o Brasil se apequenou não; o Brasil se agigantou.

E nós temos muito claro o que nós queremos. O que queremos não é entrar na Alca da forma como queriam colocar o Brasil. Certamente chegaríamos lá para cumprir ordens. O que precisamos fazer – e aí concordo com o Senador nosso Presidente –, é atravessar essas dificuldades todas que temos que atravessar, é fortalecer os blocos, blocos dos quais participamos, não é só um bloco, o Mercosul talvez seja o mais evidente, mas não é o único, para, aí sim, lutarmos em pé de igualdade com os fortes.

Eu não sei se trago em mim uma carga muito forte da luta contra a discriminação, porque eu sou lá do Norte, e costumam dizer que quem vive no Norte não sabe votar, não é inteligente. Então, trago essa carga de quem sofreu discriminação, apesar de ter nascido lá no Sul. Eu fiz o caminho inverso: saí do Sul e fui para o Norte, e de lá eu não saio, porque luto para transformar o Norte e o Nordeste para se igualar ao Sudeste do País.

Eu acho que não podemos dizer que vivemos em um País democrático enquanto 40% da produção se concentra em uma única região, em um único Estado. Isso não é um País. O nosso Brasil é muito maior do que isso. Temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

Quanto à Amazônia, eu não tenho dúvida alguma, a nossa grande riqueza não é o pré-sal, a nossa grande riqueza é a Amazônia brasileira. Ela é o futuro. Agora mesmo, estamos em uma contenda com a União Europeia, que acabou de pedir a abertura de um painel perante a OMC contra o Brasil, contra política de incentivo fiscal. Para onde foi dirigida? Para a indústria automobilística, eletroeletrônico, mas a de informática tudo no Sul, e retirou a Zona Franca. Porque ficaria muito feio para a Europa manter a Zona Franca no papel, visto que ela é o modelo de maior defesa da nossa floresta hoje. Concreto! Por que o Amazonas tem o maior nível de preservação ambiental? Não porque os nossos Governadores foram mais eficientes. Não! É porque temos um modelo alternativo; a pressão da floresta. É alternativo. Então, pelos fatos, não por uma questão de eu querer ser assim ou assado; são pelos fatos.

Eu costumo dizer que falar é muito fácil. Agora, não precisamos falar, temos que analisar os fatos. Será que um país que dirige a OMC hoje é um país que tem se apequenado no cenário internacional? Não é assim! “Ah, mas nós ganhamos a OMC! Nós temos a FAO”. Esse é um país que se apequenou? Não! Não é fruto de um país que tenha se apequenado. Hoje, um brasileiro, o Embaixador Roberto Azevêdo, dirige OMC. Mas não é só isso não. Dirigimos a FAO, com José Graziano, como aqui foi colocado. Por que será? Por que temos muito a en-

sinar. Claro que temos muitas dificuldades a enfrentar, a corrupção é uma delas, mas a corrupção, não vamos nos esquecer, não é coisa do partido A ou B. É algo inerente ao sistema capitalista. Inerente.

E essa não é uma luta de ontem ou será de amanhã, é uma luta do cotidiano. Mas nós também dirigimos a Convenção da Biodiversidade. O Dr. Bráulio, que foi Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, dirige a Convenção Mundial da Biodiversidade no âmbito das Nações Unidas.

E aí eu poderia falar muito mais coisas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O microfone é de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não, porque estou no meu horário e vou ser mal-educada, porque não vou nem ouvir os outros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O microfone é de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu não vou poder ouvir os outros, porque já tenho que sair para o aeroporto. Mas gostaria que falassem sobre o BRICS, já pedindo desculpas por não ouvi-los. Mas quero dizer que acho esquisito abrir um debate sobre cenário internacional e não tocar no BRICS. Desculpe-me, talvez eu não tenha ouvido tudo o que o disse Dr. Murillo, que deve ter falado do BRICS. Um banco que está sendo criado com mais de 100 bilhões é coisa pouca, pequena? Hoje, o BNDES trabalha com um montante de recursos quase maior até do que o Banco Mundial e do que muitos organismos internacionais de fomento. Será que esse banco é pouca coisa, é coisa pequena?

Agora, há sim uma decisão. Nós não queremos abaixar a cabeça, queremos falar em pé de igualdade, não importa com quem seja. Todos iguais. Todos iguais. É isso que queremos.

Acho que vivemos um momento difícil no Brasil – não só no Brasil, mas em todo o continente –, aliás, o mundo inteiro vive, então, vamos precisar, neste momento, de muita unidade. Até para dialogar internacionalmente precisaremos de muita unidade.

Aí temos de nos despir de quaisquer questões que são mais individuais, partidárias, e nos vestirmos com a roupa do Brasil.

E o Brasil que eu ouço falar lá fora, o Brasil que eu vejo lá fora não é o Brasil que eu estou ouvindo aqui agora de “o coitado que não sabe o que quer”. Sabemos o que queremos. “Não sabe o que fazer.” Sabemos o que fazer e estamos fazendo, tenho certeza. Eu mesma fui incrédula quando ouvi, pela primeira, falaram dos BRICS.

O Brasil dá cartas na Convenção Internacional sobre Biodiversidade. Lá não somos BRICS, somos *basic*. Somos *basic*. E isso tudo não anda mais rápido não é por conta do nosso País – aliás, o pouco que anda é por conta do nosso País –, mas, se não anda mais rápido, é por conta daqueles que falam muito em direitos humanos mas não respeitam os direitos humanos, falam muito em meio ambiente, mas não respeitam o meio ambiente, que são os Estados Unidos. Este nunca assinou o Protocolo de Kyoto.

Neste ano vamos ao Peru, na Conferência sobre mudanças climáticas; ano que vem, será em Paris, prazo máximo para a assinatura de um acordo. E o Brasil já disse: “Nós somos do anexo B e não do A, mas topamos entrar no anexo A. Vamos fazer esse acordo, topamos colocar metas vinculantes”.

Então, Presidente, muito obrigada pelo espaço que me foi dado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a riqueza do contraditório que V. Ex^a coloca, porque isso é que dá riqueza a esses debates que fazemos aqui.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida, vamos ouvir os nossos...

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Posso responder muito rápido, porque sou treinado nisso? Já que ela vai embora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por favor, William.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Sou muito grato ao que a senhora mencionou, porque exatamente comprova o que digo, que é a confusão entre o supérfluo e o essencial.

Como não é o Brasil que manda na OMC, é um diplomata de passaporte brasileiro. Se a gente... Chego aí rápido da mesma maneira

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas é supérfluo também.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Se a gente considerar que o Sérgio Vieira de Mello era um brasileiro que foi bombardeado em Bagdá, não foi o Brasil que foi bombardeado em Bagdá. O presidente da OMC acaba de declarar que a OMC tem de saber o que quer, porque ela está condenada à irrelevância. É o Brasil que condenou a OMC à irrelevância? Não. Nós temos um funcionário de carreira, um brasileiro lá; não é o Brasil mandando na OMC. É uma confusão grave entre o que é supérfluo e o que é essencial.

Os BRICS não existem como grupo de política exterior. O banco é chinês. É um grande negócio para a China e da China. Nós tentamos fazer o banco ficar aqui. Não ficou porque não temos relevância suficiente para administrar os US\$100 bilhões no entendimento dos outros BRICS.

Os BRICS têm uma característica essencialmente peculiar do ponto de vista deles: toda vez que eles têm que resolver alguma coisa com os Estados Unidos, eles resolvem direto, não como grupo. O que mostra como os BRICS pensam. É um grande truque, porém não serve.

O SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, peço desculpas ao nosso convidado. Eu gostaria imensamente de ficar, mas tenho certeza de que vamos ter outras oportunidades. Eu sabia que ia criar essa situação, mas tenho de ir mesmo, senão perco meu voo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não tem situação; o que tem é um debate amplo e democrático em que nós...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É, mas eu também gostaria de falar de novo, porque o bom é a réplica e a tréplica. Até nos debates da Globo tem réplica e tréplica. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, mas V. Exª não vai falar porque não pode, porque os microfones estão abertos para V. Exª.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Os debates da Globo são comandados pelo TSE. A regra é estabelecida pelos partidos, infelizmente. Os políticos se protegem do público através das regras.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, uma boa viagem e um bom retorno para casa.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, ilustres convidados, eu sou Parlamentar do Mercosul já pela segunda vez, e quero ficar nessa discussão, inclusive endossando o que já falou o Presidente Ferraço, porque teremos uma reunião agora dia 10.

Quero dizer que sou da parte do Brasil que está geograficamente colada à Venezuela, e nós até pagamos um preço alto por isso. Refiro-me à questão de fronteira. Agora mesmo, um acordo assinado há alguns anos, já em vigor, estará sujeito a alterações nos marcos existentes e, portanto, milhares de pessoas estão ameaçadas de sair de lá, inclusive já com obras públicas construídas nessa área, tanto no Brasil, quanto na Venezuela. A saída é tão simples, porque está no próprio acordo, que diz que havendo entendimento de ambas as partes, o acordo poderá ser alterado. Mas, realmente, a diplomacia brasileira não tomou nenhuma iniciativa.

Aqui na Comissão de Relações Exteriores, o Senador Ferraço, atendendo a um requerimento de minha autoria, criou uma missão especial da CRE, nós fomos lá, levantamos todos os dados oficiais e, no entanto, estamos concluindo um relatório que vai terminar ficando ao arbítrio da chancelaria brasileira, quer dizer, do Governo brasileiro. Esperamos que a gente possa ter outro mecanismo mais forte.

Dia 10, lá, eu vou levar esse problema e mais outros. Por exemplo, na parte comercial, a Venezuela, hoje, praticamente não importa nada via Roraima, mas importa de Minas Gerais, de São Paulo. Então, nós brasileiros que estamos lá em Roraima apenas pagando o pato.

Portanto, eu espero também suscitar no Mercosul, mais uma vez aliás, essa questão, já que a Venezuela entrou para o Mercosul, não vou ficar no mérito de como entrou, mas é preciso, por exemplo, que, mesmo relativizando a importância do Mercosul, pelo menos tenhamos relações diplomáticas e comerciais, e, principalmente, de respeito aos cidadãos brasileiros. Nós temos notícias de milhares de brasileiros, principalmente de Roraima, que estão presos na Venezuela. O próprio Presidente Maduro anunciou que vai fazer uma revisão, uma reestruturação na polícia, porque a coisa está incontrolável até para ele. Porque mataram um deputado aliado a ele, e ele agora vai fazer essa revisão. Porque realmente é um achaque.

Quem vai, por exemplo, de Boa Vista à Ilha de Margarita, que tem que passar por pelo menos três estados, sofre aches de toda natureza, tanto extorsão, quanto ameaça de prisão e até prisão. Caminhoneiros nossos que foram à Venezuela comprar cimento e ferro, que são mais baratos para nós do que comprar do Brasil, também foram presos por questões simplesmente inventadas.

Então, eu acho que é importante falar sobre essa questão do Mercosul. Vou deixar as outras questões para os outros Senadores, mas quero me fixar a questão do Mercosul notadamente.

Foi bom ter ouvido a Senadora Ana Amélia, que mostrou também as dificuldades que estão tendo lá no extremo sul. Lá no extremo norte são piores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª traz um depoimento e um testemunho de problemas do dia a dia, da rotina, que podem parecer, aos olhos de muitos, irrelevante, mas para quem está lá na fronteira, como V. Exª está, como a população de Roraima está, esses fatos revelam a inexistência de uma relação que possa se estabelecer com base nessas reciprocidades. E as relações não são de governos, são de Estado. Porque os governos vêm e vão, mas os Estados vão precisar buscar destinos e caminhos comuns para essas e tantas outras realidades.

Vamos passar a palavra aqui aos nossos convidados.

Tem a palavra o Dr. Murillo de Aragão.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Bom, as observações foram muito relevantes. Evidentemente, a apresentação do William foi extraordinária. Ele é um pensador da política externa.

Eu tentei, na minha apresentação, ser pontual e pragmático, em de pontos que eu vejo essenciais para a melhoria da nossa política externa, como, por exemplo, o fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores.

Agora, é evidente, também, que temos que olhar e o Governo deve também entender que ele é produto de uma grande coalizão. Essa coalizão tem diversidade de entendimentos acerca de várias coisas, entre elas a própria política externa.

Então, a nossa política de governo também deve expressar a pluralidade da coalizão que sustenta o Governo, como também deve atentar e se orientar pelos interesses que uma política de Estado deve ter. Não podemos misturar uma política de partido, com uma política de governo, com uma política de Estado.

Evidentemente a receita é ter mais pragmatismo e menos ideologia. Toda a questão ideológica ganhou grande relevância porque houve, sem dúvida, um grande sucesso na administração, principalmente na administração do Presidente Lula, e isso, então, deu ao governo autonomias para avançar em áreas como a política externa. Nesse sentido, então, houve, sem dúvida, uma contaminação de questões partidárias e ideológicas que não atendem ao interesse nacional.

Vejo que a conjuntura de hoje favorece uma visão mais pragmática da política externa e espero que o atual Governo eleito da Presidenta Dilma tenha uma visão mais pragmática da política externa e menos ideológica.

Em parte, responderia à pergunta da Senadora Ana Amélia – se o Brasil deve se aliar ou aos bolivarianos ou aos pragmáticos. Acho que não há dúvida de que o Brasil tem que primeiro se aliar aos interesses do Brasil, e isso significa ter uma conduta mais pragmática e menos ideológica. Ter uma conduta de Estado e não de governo, muito menos partidária.

O Mercosul, para ser fortalecido, tem que deixar de ser um conjunto de políticas de governo nacionais. E hoje o que acontece é que o Mercosul está submetido aos humores da política nacional. Então, as fronteiras do Rio Grande do Sul ou o trânsito de brasileiros pela Venezuela estão sujeitos ao ambiente conjuntural vivido pela Venezuela, não a regras estáveis de uma relação de tratado, que deveria existir. Quer dizer, estamos submetidos a isso, que, evidentemente não funciona e é um entrave ao progresso e ao fortalecimento do Mercosul.

No nosso caso, a despeito disso, eu não considero que a política externa dos últimos 12 anos tenha sido um fracasso total. Não foi. Eu até pontuei aqui a própria eleição de Roberto Azevêdo; a questão da FAO; das Olimpíadas; da Copa do Mundo; da abertura de embaixadas; do comércio com a África, que, mesmo ainda sendo pequeno, aumentou muito nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em valores proporcionais, não. Nós continuamos. O que aumentou foi a corrente de negócios.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – A corrente de negócios.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas em valores proporcionais nós continuamos do mesmo tamanho.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Em valores proporcionais, sim, mas houve um aumento. Enfim, temos hoje uma maior exposição e possibilidades.

Agora, é evidente que houve, também – como eu pontuei –, nos últimos quatro anos, uma degradação da qualidade da política externa, em que predominou a micropolítica externa pontuada pelos interesses específicos.

Eu acho que o momento da eleição é o momento da recuperação da política externa, apontando as três variáveis. Primeira, sendo mais pragmático e menos ideológico. Não temos mais as condições fiscais, econômicas e financeiras para exercer uma generosidade e comprar apoios. Quer dizer, temos que ser pragmáticos. Segunda, temos que fortalecer o Ministério das Relações Exteriores. E temos também que ter a participação da sociedade no debate, porque a sociedade vai trazer os problemas, como foram apontados pelo Senador Mozarildo e pela Senadora Ana Amélia, a dificuldade que a cidadania tem, que o empresariado tem, que o turista tem nessa relação específica do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – William, por favor.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – O meu foco, como vocês perceberam, é o foco de um jornalista político e de um apaixonado leitor de história. Se a gente considerar o que o Mercosul é hoje, a gente é obrigado a pensar que o Mercosul não surgiu do nada, o Mercosul é uma instituição criada, em boa parte, em função da experiência que os europeus demonstraram para o mundo inteiro após a Segunda Guerra Mundial, primeiro nos acordos comerciais e acordos de cooperação na indústria do carvão entre a França e a Alemanha – os dois que tinham sido inimigos nos últimos cem anos ali –, que evolui para a Comunidade Europeia e que evolui para a União Europeia. E se a gente considerar hoje a crise do Euro, os economistas dizem: o Euro, como proposta econômica e monetária, não poderia existir; existe porque há por trás do Euro uma proposta política.

Então, a ideia do Mercosul no seu surgimento não é simplesmente a de uma união aduaneira, é a de uma proposta política de integração de países. E se a gente olha para a história do Mercosul nesses últimos anos, a gente tem uma distância suficiente para perceber como é que isto, do ponto de vista histórico e político, caminhou. Enquanto havia uma proposta política em torno do Mercosul, de fortalecimento de um bloco, enquanto os outros países do mundo se fortaleciam em blocos também, este setor razoavelmente caminhou. Quando o foco político do Mercosul passou a ser o de ser oposição a um determinado outro país, ou oposição a essa criatura do Norte contra o Sul, o Mercosul assume uma outra postura, um outro significado, e sofre por isso hoje, na minha opinião.

O Mercosul definido como união aduaneira ou integração comercial é uma coisa; o Mercosul definido como um grupo de países que têm afinidades ideológicas é outra coisa. E eu não estou fazendo um julgamento de valor, eu estou simplesmente estabelecendo a evolução desses fatos. Então, o problema do Mercosul hoje, além de todas as questões que os dois Senadores levantaram, práticas e imediatas, é, de fato, um problema da sua definição política. Por isso é que eu volto sempre a este ponto: detrás de toda postura de política externa existe a tradução de uma vontade, de um interesse, de uma articulação estratégica de um país ou de um grupo de países.

Parece-me bastante clara, hoje, qual é a articulação estratégica do Mercosul. É uma articulação estratégica de acordo com uma determinada visão da situação internacional nesta parte do Planeta. Eu não estou dizendo que essa articulação é correta ou errada neste momento da minha fala. Agora, sim, acho que essa articulação é equivocada, acho que ela nos leva aos resultados que estão sendo conferidos. Os resultados não são positivos, do ponto de vista dos cidadãos que enfrentam as dificuldades que vocês mencionam, do ponto de vista da nossa política comercial e do ponto de vista do que seriam, no meu entendimento pessoal e particular, os interesses ampliados e a longo prazo do nosso País.

Isso muda no momento? Talvez alguns fatos se imponham. O principal que me parece que vai se impor no Mercosul é o de que, se o Brasil não procurar outros acordos comerciais, e nós já estamos muito atrasados nisso, não há Mercosul que nos salve. Não podemos ficar parados como estamos. O resto do mundo está caminhando de maneira muito rápida. A nossa distância, relativamente aos países mais prósperos e desenvolvidos, continua a mesma de 12 anos atrás. Se a gente for medir qual era a proporção do PIB *per capita* brasileiro em relação ao PIB *per capita* americano há 12 anos, é a mesma de hoje, e eles passaram por uma crise monumental, da qual começam a se recuperar agora.

Então, fica a minha pergunta no ar. Se não houver uma reformulação dos nossos objetivos políticos em relação ao Mercosul, não há medidas pontuais que façam com que este grupo, surgido numa outra visão das relações internacionais, cumpra o papel que nós idealmente achamos que ele deva cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos ouvir o Senador Antonio Aureliano, mas antes eu gostaria de perguntar aos nossos convidados. O Brasil, há um bom tempo, fez o chamado Livro Branco de Defesa Nacional, que foi coordenado pelo Ministro Nelson Jobim. A meu juízo, deixou um extraordinário legado, estruturado, à Defesa Nacional e à política de defesa industrial do Brasil. O Itamaraty fez, também, ano passado, o chamado Livro Branco da Política Externa Brasileira, ouvindo especialistas, ouvindo um conjunto de segmentos do setor privado, do setor público, ouvindo, enfim, as universidades. E a minha expectativa é de que, como conclusão desse debate do Livro Branco da Política Externa Brasileira, nós possamos ter ali as diretrizes da política externa brasileira.

A minha consulta e a minha pergunta é se os senhores conhecem a consequência daquele grande e rico debate que foi conduzido pelo Itamaraty, um debate democrático, em que as visões mais plurais puderam manifestar as suas posições, porque, até aqui, o Itamaraty não apresentou as conclusões. E também pergunto se vai transformar esse complexo debate, rico debate que foi conduzido pelo Chanceler Figueiredo numa ação de política de Estado, ou se aquilo foi meramente um factóide para que nós pudéssemos discutir e debater. A pergunta é se os senhores conhecem a consequência efetiva do Livro Branco da Diplomacia Brasileira.

Mas vamos ouvir, antes, o Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, senhores representantes das Embaixadas aqui presentes, Sr. William Waack, Sr. Murillo Aragão, primeiro, eu queria parabenizar pela colocação tanto o Murillo Aragão quanto o William Waack, porque, em poucas oportunidades, eu vi uma síntese tão bem feita do momento que nós vivemos na Diplomacia brasileira. Queria parabenizá-los, porque foi resumida, clara e transparente, no momento em que nós vivemos o maior desprestígio da política externa brasileira.

Nunca, na história do País, houve tanto desrespeito ao povo brasileiro no que se refere a uma atuação do Ministério das Relações Exteriores, e digo por quê; porque nós, em primeiro lugar, temos uma ação desordenada, quando se tem um Presidente da República que não determina adequadamente quais as funções

que o Chanceler deve exercer de forma a ter uma política de Estado, como bem colocou o Murillo, porque é fundamental distinguir política partidária, política de Governo e política de Estado. A história da Diplomacia brasileira optou pela política de Estado, em que as diretrizes e o fundamento da orientação devem ser, antes de mais nada, pragmaticamente: o que é fundamental e necessário para que o País se fortaleça na relação entre os povos? Isto é fundamental: política de Estado clara, desde Rio Branco.

Como colocou muito bem, com muita clareza, a nossa política é independente, sempre foi, nunca passou por dependência nenhuma, a não ser agora, quando nós temos uma dependência política. Foi definido, o Brasil vive um momento de absoluta liberdade democrática, mas optou por uma dependência política; dependência política de uma ideologia em que, em determinado momento, tanto a Venezuela quanto Cuba se colocaram em relação ao mundo, hoje, frágil, e o Brasil está subordinado a ela. Ficou subordinado.

Então, cada vez mais, a gente observa a política externa, que é fundamental que ela tenha independência e que os povos se inter-relacionem cada vez mais, inclusive com os que competem mais. Vou dar um exemplo claro: hoje, a polarização do mundo está entre Estados Unidos e China, é claro. Qual é o país, o maior credor da China? Os americanos. Quer dizer, existe uma interdependência enorme. Isso quer dizer o quê? A dívida americana – são US\$4 trilhões que a China detém de títulos americanos – significa o quê? Que os chineses são extremamente dependentes dos americanos e vice-versa. Estão, absolutamente, em sintonia, caminhando juntos.

Quando se coloca que a política externa do ex-Presidente Lula foi vitoriosa sob certos aspectos, eu diria o seguinte, que o Presidente Lula, com a sua condição de homem que fez propaganda para o País, propaganda positiva... Um País como o Brasil, que consegue que um homem como o Presidente Lula, com as suas virtudes pessoais, chegue à Presidência da República, em um País com as suas diferenças, isso é uma propaganda positiva do País! Nosso País é um país de alternância social, que permite – não tem castas, é um País livre – que um homem que veio do Nordeste dê uma declaração clara da hegemonia nesse próprio Sudeste. Ele foi se fazer politicamente no Sudeste e se elegeu Presidente da República. Então, a política externa, em determinado momento, deu certo porque ele, a pessoa dele, não a política externa especificamente, por que já vinha em um outro caminho, mas ele, fez propaganda positiva.

É necessário que, neste novo Governo, a Presidente da República tenha consciência de que é fundamental ter um Ministério de Relações Exteriores que tenha, realmente... Eu diria até o seguinte: poucas pessoas, homens públicos, nesta Comissão... Eu diria que não... Porque a Comissão de Relações Exteriores não sabem nem o nome do Ministro! Não sabe quem é que está mandando no Itamaraty, porque você tem uma dualidade de poder. É claro! Nós não sabemos quem é que faz a política externa brasileira. Hoje, não existe uma diretriz clara. Então, é fundamental, é de extrema importância que nós, realmente, cobremos isso.

Meu caro Presidente, a sua clareza, inclusive defendendo os interesses – eu acompanhei muito a atuação de V. Ex^a nesta Comissão –, dando demonstração clara de independência, no sentido de representar bem o povo brasileiro nesta importância que existe... Política externa é vital para os países hoje – é vital. Hoje estamos em uma situação extremamente complexa, e nós não temos uma orientação clara sobre como atuar, a não ser a de que o Brasil, hoje, no que se refere ao Cone Sul, é liderado, não é líder.

Pela sua extensão territorial, todos os países, os países continentais, hoje, no mundo – não há nenhum país continental que não lidera a sua área, não há nenhum –: Rússia, Canadá, Estados Unidos, Índia, China, Austrália, todos esses países continentais têm a obrigação, é histórico isso, têm que caminhar.

Hoje, o Brasil é um País que não lidera e, evidentemente, tem muito orgulho de ter pessoas o representando. Há o Graziano na FAO, há um ministro o representando na OMC, o que eu acho importante, mas são coisas pontuais e de mérito individual, não de uma ação certa da diplomacia brasileira.

Então, é fundamental que nós tenhamos... Eu diria o seguinte: não é questão... Foi colocada, aqui, pela nobre Senadora Grazziotin, que a corrupção é uma consequência clara do capitalismo. Não! A corrupção não é uma consequência do capitalismo; a corrupção está intrinsecamente vinculada ao ser humano. Cabe, sim, à organização das sociedades estabelecer critérios e atuações com leis e punições que, realmente, a diminuam, porque a corrupção está no cerne, dentro do ser humano.

Eu gostaria de saber desses nobres palestrantes quais seriam as posturas necessárias, na visão de cada um, para o andamento do processo de o Brasil retornar à liderança na relação de Estado entre os povos, liderança que é natural, mas que não está sendo exercida adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Antonio Aureliano.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique. Em seguida, vamos ouvir os nossos convidados.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de pedir excusas pelo meu atraso. Eu gostaria de ter estado aqui durante as apresentações dos ilustres convidados:

o professor Murillo e o jornalista William. Por isso, vou fazer uma pergunta tópica apenas. Vou ser bem breve, já que eu não tive oportunidade de assistir às palestras, porque eu tinha outros compromissos nesta Casa.

Meses atrás, nós aprovamos aqui, sabatinamos aqui o Embaixador que o Itamaraty estava enviando para São Cristóvão e Névis, que tem uma população relativa à de um pequeno Município brasileiro. E aquilo chamou muito a atenção da Comissão – o Presidente se lembra disso – pela desimportância daquele posto. E, na época, então, a justificativa era de que o Brasil tinha estabelecido um protagonismo solidário, principalmente na África e na América Latina.

Como os senhores veem essa expansão de embaixadas brasileiras que ocorreu na última década?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Murillo.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Eu volto ao ponto central, talvez, de todas as minhas observações. Nós temos que distinguir o que é política partidária, o que é política de governo, o que é política de Estado. E, quando eu falo política de governo, é importante ressaltar que o governo expressa uma coalizão de partidos.

Eu tenho a impressão, aliás, eu tenho a certeza de que essa expressão nunca foi devidamente respeitada, vamos dizer, na elaboração de uma política de governo ante o que deveria nortear tudo isso que é uma política de Estado. Daí, então, temos visto situações em que a expansão de Embaixadas, por exemplo, atende a conceitos e interesses partidários ou ideológicos ou conceituais que não têm grande relevância para o País.

Isso também é fruto não apenas dessa situação, mas também do distanciamento da sociedade em relação à política externa, quer dizer, o fato de que a política externa opera longe do que ocorre nas relações financeiras do mundo, nas relações comerciais e nas relações culturais. A política externa tem que incorporar esses interesses para buscar os nortes que irão prevalecer, esse diálogo entre o que é política de governo e o que é política de Estado.

E o terceiro ponto é a própria autonomia e fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores não apenas materialmente, mas ideologicamente. O que se vê é que, nos últimos anos, o Ministério perdeu poder na formulação e na relevância e na própria defesa do que seria uma política de Estado.

Então, eu não sou contra a expansão de Embaixadas, mas acho que ela deve ocorrer com fundamentos muito claros e atendendo a objetivos muito específicos de uma política de Estado. E, muitas vezes, quando se mistura a política partidária com a política de governo, e a própria política de governo não é uma expressão do governo que a instrumentaliza – porque ela é uma coalizão –, então, há distorções que têm que ser revistas.

O sucesso econômico dos últimos anos terminou, de certa forma, nublando os defeitos da nossa política externa, mas, na medida em que as questões econômicas se apresentam de forma mais negativa, ficam mais evidenciadas as fragilidades da nossa política externa e a necessidade de ter uma política externa mais forte e mais pragmática.

Enfim, essa é a observação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sobre o Livro Branco do Itamaraty...

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Olha, sobre o Livro Branco... Eu acompanhei pelo noticiário a realização. Na época da elaboração, até tive contatos aqui com ex-Ministros e ex-Embaixadores que foram chamados também para dar sua opinião. Enfim, eu acho que foi uma grande iniciativa. Mas ela não deve ser isolada; o Livro Branco deve ser uma construção permanente. Deve-se ouvir o que está acontecendo nas esferas sociais e econômicas do País em bases permanentes.

Então, a iniciativa de S. Ex^a tem um caráter simbólico muito forte, é uma bela iniciativa, mas aconteceu e se perdeu no meio da irrelevância da política externa na nossa conjuntura, o que não deveria ser assim. Devíamos ter um debate constante sobre o que está acontecendo no âmbito da política externa do País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado.

William, por favor.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Vou ser mais estrutural agora. Anotei os pontos que ficaram em aberto.

Começando pelo Livro Branco do Itamaraty, parece-me que eu não participei desse; eu participei da elaboração do Livro Branco da Defesa, tem um artigo meu, fui contratado pelo Ministério da Defesa para escrever um artigo e participei de algumas reuniões, particularmente com o pessoal da Marinha e um pouco também com o pessoal da Aeronáutica, para pensar estas questões de defesa.

Tivemos ali o mesmo tipo de reflexão que já deixei aqui na sala a todos vocês: carece o País de definições claras de seus papéis internacionais, de seus objetivos, de como chegar lá. Isso ficou muito claro nas questões de defesa. Tivemos recentemente uma indefinição em torno da tecnologia de reequipamento dos aviões de combate da FAB, dos caças de interceptação, que é ao mesmo tempo uma decisão política. Difícil imaginarmos decisões tomadas no âmbito da Defesa que não sejam eminentemente questões políticas. Então, o Brasil optou por uma linha tecnológica que não é apenas uma linha tecnológica no reequipamento da Força Aérea, é

também uma opção em termos de como vamos trabalhar para os próximos 30 anos em termos de inserção no mercado internacional de defesa, que é um componente importante na política externa de qualquer país.

Em que medida essa medida é essencial do ponto de vista do direcionamento da nossa cooperação tecnológica com grandes potências, e estamos falando da Suécia, que é uma grande potência em termos tecnológicos, e da integração que ela tem no mercado de defesa europeu, em que termos essa decisão foi tomada por uma dor de fígado, porque espionaram o telefone celular da Presidente ou aquilo foi uma definição realmente de política de defesa, vamos precisar ainda de um pouco de tempo e de um pouco de documentação para estabelecer exatamente quais foram os fatores que levaram a esta ou àquela decisão.

Livro Branco do Itamaraty. Parece-me uma defesa saudável e genuína de um corpo extraordinariamente bem formado e responsável por aquilo que se chama em inglês de *civil servants*, ou seja, funcionário público que serve ao Estado e não ao governo de ocasião. O Itamaraty sempre foi um desses bolsões de excelência no serviço público brasileiro, assim como a Receita Federal, assim como o Banco do Brasil, assim como boa parte da assessoria econômica do Ministério da Fazenda. E é como essa burocracia – entendida aqui não como um problema, burocracia entendida como um órgão que se entende como existente pelo mérito e pelo funcionamento –: responde ao fato de ter sido diminuído do ponto de vista político e ideológico, como o Itamaraty o foi nesses últimos 12 anos.

Acho, qualquer que seja o objetivo político de um governo, um erro grave prescindir da *expertise* do funcionamento e da categoria que tem uma instituição como o Itamaraty. Assim que vi a formulação deste Livro Branco: como uma maneira de dizer “nós temos aqui décadas de experiência de planejamento e de formulação de política externa”. Isso não pode ser deixado na mão de amadores, que têm a sua visão de mundo particular e a aplicam através da Presidência da República. Parece-me um dos erros essenciais dos últimos anos prescindir da *expertise* de um corpo no qual o País investiu durante tanto tempo, que é formação de capital humano sobretudo. É assim que se entende o funcionamento de uma instituição burocrática: formação de capital humano.

BRICS. Não vou responder às questões levantadas com muita propriedade pela Senadora porque seria de uma deselegância profunda. Sou conhecido como um jornalista de opiniões contundentes, porém tento não ser deselegante. Não quero, de maneira alguma, aqui falar algo que ela não tenha oportunidade de avaliar, responder, contestar e fazer os seus pontos. Mas eu queria explicar por que digo que os BRICS não funcionam como um grupo de política externa. Basta olharmos para cada um deles.

Se olharmos, por exemplo, para a Rússia, que é um país com o qual tenho uma ligação afetiva imensa, porque fui correspondente em Moscou justamente quando a União Soviética deixou de existir, de 1991 até 1996, e tenho pela alma russa uma admiração e uma afetividade imensa – adoro a Rússia! –, a Rússia vive um momento político-internacional extraordinariamente especial, que é, de novo, projetar aquilo que a Rússia acha que é o seu papel como potência internacional. Está vítima de sanções dentro de um conflito armado perigosíssimo no leste da Europa. É uma situação absolutamente peculiar.

Temos a China, que é a potência emergente rival em escala planetária em relação à principal potência, que até agora foi a superpotência do planeta.

Temos a Índia, que tem não só com a China uma relação extraordinariamente complexa e perigosa, mas também com Estados Unidos uma relação especialmente complexa e perigosa. Basta a gente lembrar qual é o papel da Índia nos conflitos regionais naquela parte da Ásia e o seu perigoso – perigoso – acordo nuclear com os Estados Unidos.

Essas grandezas de relações internacionais estão anos-luz do nosso papel internacional. Com isso eu não quero dizer que o Brasil é um país pequeno ou menor, ou que eu tiro a minha camisa verde e amarela. Aliás, eu gosto de dizer, aos meus colegas sobretudo, que eu fui atleta, fui capitão da seleção brasileira de handebol, eu sei o que é estar numa quadra defendendo o País com as estrelas no coração. Então, quando eu digo que o Brasil hoje é um país menos relevante do que era, eu digo com dor. Não digo simplesmente como analista político; digo porque isso me afeta como brasileiro, porque eu acho que nós iríamos ser mais importantes do que somos hoje, e não o somos por erros próprios, não porque outros países nos impedem de assumir aquilo que a gente acha que é o nosso destino manifesto.

Isso eu digo porque no debate político-eleitoral, particularmente no debate eleitoral brasileiro hoje, é impossível defender qualquer posição mais nuançada sem que algum imbecil venha dizer que o outro é isto ou aquilo, ou é contra o País, ou é da elite branca rica. É ridículo o ponto ao qual chegamos no nosso debate político-eleitoreiro. Isso é uma culpa do *marketing* político, e fica o meu recado aos senhores políticos também: está difícil discutir política a sério no Brasil com essa mania que todo mundo tem de ter repercussão imediata através de redes sociais, sem pensar em qualquer consequência sequer a curto prazo. Nós estamos falando do prazo de segundos.

Por último, a expansão em embaixadas. De novo, de novo, se a gente olha para a realidade, se simplesmente expandir embaixadas garantisse a qualquer país maior relevância ou presença, nós seríamos obrigados a nos perguntar por que é que a China está tomando do Brasil o lugar que sempre foi nosso em Angola, na África. Por que é que a China é capaz de expandir os seus interesses e ocupar espaços que deveriam ser os nossos espaços na África? Por que é que a China está ocupando os espaços que deveriam ser nossos nos Estados Unidos, no mercado sobretudo? Por que é que a China está ocupando nosso espaço na Argentina? Aí, com a Venezuela é um pouquinho mais embaixo ainda o problema, porque há um tipo de associação política do qual eu espero que a gente passe longe.

A questão não é simplesmente a multiplicação da nossa representação formal nos países; a questão é a formulação das nossas políticas e da nossa estratégia. Isso é muito mais importante, e os chineses nos dão lições diárias disso. Os chineses têm uma visão histórica e cultural do papel deles que nos falta. É esse o ponto ao qual eu sempre volto, porque é muito fácil ficar, do meu lado, como jornalista, pondo o dedo no Governo, acusando o Governo, xingando o Governo, criticando o Governo, qualquer que seja o governo; mas eu não acho que essa seja uma postura que ajude. O que eu acho é que a gente tem que provocar essa reflexão.

Daí que eu realmente, com toda sinceridade – isto não é uma formulação diplomática ou simplesmente de ocasião, e nem é puxa-saquismo, para usar uma expressão bem popular –, é essencial esse tipo de atitude que esta Comissão toma, porque aqui estão representantes do povo realmente, os eleitos diretos para representar o que se chama em inglês de *constituencies*, os grupos de cidadãos articulados em torno dos seus interesses. E esse debate é essencial, porque é isto, na minha opinião, como disse logo na minha primeira intervenção, que está na raiz desses problemas que a gente percebe: a nossa sociedade se interessa pouco pelo assunto, infelizmente. Eu, como jornalista, me esforço. Eu tenho um programa que apresento, entre outros, na televisão fechada, onde a gente consegue discutir um pouco sobre política externa; mas na televisão aberta é difícil, o público reage de outra maneira, infelizmente. E esse é um processo a longo prazo.

Por último, é um clássico da política externa no qual nós ficamos envolvidos nesses últimos anos, Murillo, e você, como observador, sabe, aquele velho dilema entre agir no mundo por princípios ou agir no mundo por interesses. Quais deles deveriam, realmente, orientar a tomada de decisões? Nós somos defensores absolutamente irredutíveis de princípios como os direitos humanos. Isso que vai orientar o nosso comportamento em organismos multilaterais, sejam eles as Nações Unidas, sejam eles as organizações diversas, por exemplo, o Fundo Monetário. Há discussões de direitos humanos particularmente na concessão de empréstimos. O Banco Mundial é um grande exemplo. Ou copiamos princípios um pouco daquilo que lemos na história das grandes potências: percebe-se que os princípios são úteis em determinados momentos da sua atuação no mundo e, em outros momentos, esquecemos os princípios, porque vão atrapalhar? É um falso dilema, na verdade. Ele é colocado por nós, jornalistas, muitas vezes, e é uma pergunta fácil de ser feita a ministros de relações exteriores de qualquer país, a começar pelo nosso: o senhor está agindo por princípios ou está, simplesmente, defendendo aqueles que são os interesses claros, nus, despidos de qualquer tipo de escrúpulo em relação ao que acontecerá depois, como, por exemplo, vender armas para ditadores? Vender arma para ditadores produz empregos em casa – concordam comigo? –, e viola qualquer princípio básico de defesa de direitos universais, como os direitos humanos. É um falso dilema, no fundo. Ele é colocado a nós de maneira artificial quando, na verdade, o nosso problema no Brasil, hoje, não é dizer: o princípio da política externa brasileira é o da não intervenção. Em nome do quê?

Nós caímos exatamente nesse erro, recentemente, quando dissemos que não interferimos no que está acontecendo no leste da Europa, não falamos sobre o que está acontecendo no Oriente Médio, não nos pronunciamos sobre o que está acontecendo em guerras em países vizinhos, particularmente no caso da Colômbia, porque não intervimos. É hipócrita, em bom sentido, e é fácil de ser dito, é fácil de ser defendido em debates políticos eleitoreiros na televisão, porque, na verdade, é a expressão de um problema que está lá atrás, ao qual já me referi: falta a nós essa definição fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Diante dessa perspectiva e desse diagnóstico, que cenários nós podemos estabelecer como possível para os próximos anos? Nós estamos diante de um novo Governo, com a mesma Presidente, com a mesma base política. É possível imaginar se há possibilidade de a curva do aprendizado ter sinalizado algum nível de inflexão? Ou dobrar a aposta em torno das escolhas que foram feitas, porque as escolhas são impecáveis e produziram excepcionais resultados para a população brasileira?

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Senador Ferraço, em primeiro lugar, eu não acredito no que o senhor diz: que a base política é a mesma. Não é a mesma. A base política pode ter o nome dos mesmos partidos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Isso, os mesmos partidos.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – É, mas o comportamento não será o mesmo. A circunstância política do segundo mandato da Presidente Dilma é completamente diferente da que havia no início do seu mandato. O grau de hostilidade, de divergências e de incidências dentro da base política é muito grande. O Governo terá dificuldades em progredir com suas iniciativas no Congresso no ano que vem. E, se o ambiente econômico for mais instável, essas dificuldades serão ainda maiores.

É claro que o Governo ganha a eleição, mas encontra, sim, uma sociedade dividida – não apenas dividida em dois, mas dividida em três, porque houve também um elevado número de abstenção, votos brancos e nulos.

Então, não é um desafio fácil. E esse desafio ou os desafios político-econômicos que estão pela frente, no mínimo, vão obrigar o Governo a ter uma postura mais pragmática, menos romântica e menos ideológica. No mínimo, vão exigir que se olhem os fundamentos. E os fundamentos estão numa política de Estado, numa política externa que seja uma política de Estado. Quanto mais tempo o atual Governo demorar a entender essa dinâmica, pior será para o País e pior será para o próprio Governo também.

Então, eu não acredito na curva do aprendizado apenas porque as pessoas vão aprendendo com o tempo. Até porque eu me lembro de que as melhores composições do meu querido Paul McCartney foram feitas quando ele era um adolescente. Hoje, o que ele compõe não tem 10% do valor do que ele fez quando tinha vinte anos. Então, a curva do aprendizado do Paul McCartney é um horror, porque a decadência é evidente! Agora, ele é o Paul McCartney pelo que fez aos vinte anos de idade. Não tenho essa visão otimista da velhice no sentido de que quanto mais velho você está mais você aprende, mais experiente você é e menos erros você comete. Não é verdade. Não acredito pura e simplesmente na curva do aprendizado. Eu acredito, sim, é que as circunstâncias mudaram.

Como o Brasil é um país de espectro analítico muito curto, ele se influencia muito pelas circunstâncias. Então, as circunstâncias vão obrigar a que tenhamos uma política externa diferente. E acredito, volto a dizer, que o papel central dessa nova política externa será o Congresso Nacional, o fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores não apenas material, mas ideológico, como instituição, e também a maior participação da sociedade civil, principalmente dos maiores interessados, que são os trabalhadores e os empresários.

Eu lembro aqui, para finalizar a minha observação, que, quando do debate dos caças, os trabalhadores da Suécia mandaram uma mensagem de apoio à escolha dos caças suecos pelo Brasil, dizendo que estavam muito satisfeitos por que o avião iria, em parte, ser feito na Suécia e, em parte, aqui no Brasil. Ou seja, havia uma interação e um interesse no que está acontecendo. Hoje, isso não existe.

De certa forma, a política externa no Brasil, que era uma caixa-preta só do Itamaraty, foi sequestrada pelo Governo a partir de uma orientação partidária. Hoje, nós temos de trazer de volta a política externa tanto para o Ministério das Relações Exteriores, mantendo, é claro, a política de governo como um dos vetores, mas também de ter os interesses da sociedade. E o Congresso é fundamental nesse fortalecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Prof. Murillo Aragão, pela presença e pela oportunidade, pelas contribuições com o nosso debate.

A Senadora Ana Amélia pede a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria fazer um registro, caro Presidente Ricardo Ferraço, renovando os cumprimentos pela iniciativa desta audiência, aproveitando o gancho, pois se falou muito da falta dessa verdadeira política externa brasileira, com cara, com definição e com objetivos. Isso não significa, pelo menos no meu caso, desvalorizar os nossos profissionais que fazem a diplomacia brasileira, os embaixadores. Nós temos um grupo grande de pessoas muito qualificadas. Eu pego somente o gancho do Murillo, da história dos aviões comprados da Suécia, os caças, para falar de uma Embaixadora – e puxo brasa para o meu assado, porque ela é do Rio Grande do Sul –: Leda Lúcia Camargo, que até há pouco comandava a Embaixada do Brasil na Suécia. Ela é dessas diplomatas que, realmente, executam a diplomacia com o zelo necessário para isso. Então, não estamos fazendo juízo de valor sobre o exercício, mas sobre a falta de uma política que vem de chefia, vem do líder, vem do governo que define a política. Os diplomatas são executores da política. É apenas para exaltar essa qualidade.

Uma questão dentro dessa lógica que foi falada, sobre essa narrativa equivocada da nossa situação na diplomacia. Nós tivemos agora Willian Waack, uma situação com a Itália em relação à extradição de um brasileiro com passaporte italiano, o Pizzolato, mas antes disso houve um antecedente. O Brasil duvidou, eu acho, das instituições democráticas italianas quando manteve no Brasil o Cesare Battisti. Eu lhe pergunto se isso está mais no campo jurídico, diplomático ou político.

Foi dita aqui também uma frase: que a corrupção é um mal do sistema capitalista. Acho que a corrupção não tem ideologia. A corrupção está na máfia russa, a corrupção está em Cuba, a corrupção está na China, a corrupção está nos Estados Unidos, a corrupção está na Europa. Então, a corrupção não tem ideologia, parece-me.

É apenas para encerrar.

Eu queria agradecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que foi dito é que a corrupção não é intrínseca do capitalismo, e, sim, do ser humano. É o contrário. Ela pode acontecer em qualquer modelo, em qualquer sistema. Foi isso o que o Senador Antonio Aureliano disse. Pelo menos, essa foi a minha interpretação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas não foi ele quem falou.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ah, muito bem.

William, com relação ao futuro, que aposta podemos fazer? Ainda que o Murillo tenha questionado aqui a curva do aprendizado, se não funcionou bem para o Paul McCartney, pode funcionar bem para tantas outras... O Dr. Nelson Rodrigues já nos indicou as evidências disso. Os fatos, as condições de pressão, volume e temperatura podem nos levar a uma reflexão sobre a necessidade de repensarmos a política externa brasileira? Qual é a sua aposta, William?

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Eu vou lá. Eu queria começar pela última observação da Ana Amélia em relação ao Cesare Battisti. É um caso clássico, no qual uma visão de mundo impõe a um país uma postura de política externa, mesmo que não tenha sido essa a intenção.

É óbvio que, do ponto de vista do Ministro da Justiça da época, o Cesare Battisti, o grupo ao qual ele pertencia, não era um terrorista, era um lutador da liberdade. Eu, como correspondente na Europa, cobri essa época da Brigatti Rossi; do Baader-Meinhof, na Alemanha; do IRA (Irish Republican Army), na Irlanda do Norte, que é um outro grupo, porém, agindo com os mesmos métodos do terrorismo. E a sociedade europeia, começando pela alemã, pela francesa, quando tinha *action directed*, e a sociedade italiana conseguiram combater o fenômeno do terrorismo dentro das instituições democráticas e dentro das leis próprias. Deram um exemplo, aliás, a que os Estados Unidos poderiam ter chegado, evitando ter feito algo como Guantánamo.

Então, desse ponto de vista, na minha interpretação e de acordo com os meus valores, eu acho que pessoas como Battisti foram julgadas por sistemas judiciais independentes dentro do Estado de Direito. Não foi a interpretação de um representante do nosso Governo. Isso impôs ao Brasil, particularmente perante os países europeus, uma perda de imagem substancial, talvez irrecuperável, porque eles têm uma consciência histórica grande do que é a compreensão de valores fundamentais. Nós demonstramos nesse episódio ter escassa compreensão do que são valores fundamentais e um dos mais fundamentais é o império da lei. Achar que a justiça italiana é a expressão da justiça de classe, porque esse é o vocabulário político desse determinado grupo, é, no meu entender, um equívoco maior do que o equívoco em relação aos fatos. É um equívoco conceitual perigoso.

Essa é a minha resposta em relação a esse problema.

Agora, o que podemos esperar do futuro? Eu acho que temos de começar a resposta tentando imaginar que mundo é este que nos espera aí fora, quais são os principais elementos que estão em movimento no mundo lá fora e o que isso significa para nós. Isso não é uma tese de doutorado nem vai ser aqui uma exposição acadêmica.

Nós temos claramente o mundo andando da esfera do Atlântico para a esfera do Pacífico. Isso vai nos prejudicar, porque se entendemos oceanos e, ao longo da história da humanidade, oceanos não foram obstáculos, foram estradas de comunicação, nós somos obrigados a entender o mundo que está vindo por aí como um mundo que muda o seu eixo para lá, coisa, aliás, que os Estados Unidos entenderam já há algum tempo, tanto é que se propõem a desviar o seu eixo para o Pacífico. Isso vai beneficiar alguns países, e vai prejudicar outros países.

Se nós não entendermos a natureza dessa transformação fundamental que está acontecendo no mundo, provavelmente seremos deixados para trás. Ninguém está preocupado conosco, brasileiros, porque somos simpáticos, jogamos futebol, temos samba, somos gente conhecida pela alegria de viver. Ninguém atribui a isso qualquer fator relevante para a política internacional. Desculpe. Estou brincando com o seu *soft power*. Eu sou criado, fui educado numa universidade alemã e acabei virando um *realpolitiker*, como se diz. Sou um adepto da *Realpolitik*. Nesse ponto, os europeus saberão me ler muito bem; os chineses também.

O que esse mundo significa, esse mundo de transformação, para nós? Que nós temos alguns conflitos internacionais de natureza política, cultural e histórica, e nós não estamos entendendo o seu alcance e a sua profundidade. E o principal deles é o peso da religião nas relações internacionais. Para alguém que foi criado, como eu fui criado, na militância política, no secularismo e no positivismo, ser obrigado a reconhecer isso... Eu fui repórter enviado a vários conflitos no Oriente Médio, hoje eu faço um *mea-culpa*, eu entendi pouco o peso da religião na fundamentação e no desenvolvimento desses conflitos. Quando a gente reage, como o Brasil reagiu recentemente na questão do extremismo islâmico, simplesmente dizendo: "Vocês países ocidentais foram lá e invadiram aquele lugar, arrumaram essa bagunça e esses malucos que estão lá cortando a cabeça das pessoas só existem porque os países ocidentais criaram esta confusão", nós estamos trocando os sintomas pelas causas, ou seja:

1 – Nós temos um mundo que, na sua configuração mais abrangente, está mudando um eixo de um oceano que foi o oceano principal nos últimos 500 anos para o Pacífico, onde a potência que foi a grande potência do planeta por cinco mil anos volta a ser uma das grandes potências;

2 – Nós temos conflitos de natureza cultural e histórica de alcance e profundidade imensos que nós não estamos sabendo entender de novo porque a nossa leitura desses conflitos é uma leitura imediatista, baseada inclusive, na minha opinião, nos livros errados.

Nós, como país, pertencemos a uma esfera cultural. Nós somos parte do mundo ocidental, nós falamos uma língua que vem do Latim, a maior parte das pessoas no Brasil que se declaram religiosas pertencem a religiões cristãs. É muito claro de que lado do mundo nós estamos. Nós precisamos assumir esse lado. Essa é uma questão de valores, essa é uma questão cultural e histórica muito mais abrangente do que dizer: “Vocês invadiram o norte do Iraque e agora aquilo virou uma bagunça, então vocês que se virem para se livrar desses caras; vocês são os culpados disso.” Isso é bobagem.

Nós estamos diante, sim, de uma humanidade que volta a pensar em termos que a gente achava resolvidos pelas guerras religiosas na Europa no Século XVI e XVII. Esqueçam! Uma boa parte do mundo hoje continuará regida por conflitos religiosos de natureza arcaica, irracionais, porém de consequências graves – chineses, russos e indianos que o digam! A nossa distância desses conflitos não nos permite entender a natureza, a abrangência e o perigo que eles representam.

Diante disso o que esperar do futuro prático, imediato? Nós vamos ter, nos próximos dois anos, um Presidente americano que se tornou anteontem um *lame duck*. Os republicanos ganharam o legislativo nos Estados Unidos. E isso impõe a um país com o qual nós temos várias negociações importantes um hiato, aí, de mais ou menos dois anos nos quais vamos lidar com um homem que está lá, porém não manda. Isso não é muito bom para nós.

Nós temos a União Europeia embarcada numa crise muito grave, com consequências que vão obrigá-los a olhar para o próprio umbigo. Isso sem falar do conflito no leste da Ucrânia que coloca ao Brasil uma questão de política exterior essencial, que é em que medida o respeito ou não à ordem estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial nos interessa. Somos parte dessa ordem ou nós queremos terminar com ela? Porque se nós consideramos que a anexação de territórios através do uso da força pode ser tolerada, nós estamos abrindo uma porta. Nos interessa abrir a porta? Essa definição tem que ser dada também.

Se a gente é amigo do Irã, porque o Irã subverte um regime de não proliferação, do qual o Brasil faz parte e aderiu, nós temos que perguntar também se isso nos interessa. Em outras palavras, vocês já perceberam onde eu quero chegar. Nós precisamos, para esse futuro próximo, tomar definições fundamentais. E não as vejo acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nessa perspectiva qual é o futuro do multilateralismo em relação às alianças e aos acordos que regionalmente se constituem ao longo do mundo?

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Vocês gostam de ler velhos que andaram muito nos dois lados da fronteira? Foram de um lado do balcão e do outro? Eu vou citar um nome que na minha juventude era execrado. Eu, como estudante, tinha ódio desse cidadão. Quando eu o ouvia com aquele sotaque alemão horroroso, eu tinha pavor: Henry Kissinger. Ele acaba de escrever um livro interessantíssimo, para quem gosta de relações internacionais, que se chama *World Order*. Aos 93 anos, ele tem certa perspectiva. Precisamos saboreá-lo com todo o cuidado que isso exige.

Mas o Kissinger é um adepto daquilo que se chama *power politics*, ou seja, o equilíbrio das diversas potências. Ele é um adepto de um acontecimento histórico que é tratado pela literatura relevante com bastante abundância, que foi o Congresso de Viena em 1815, quando, após uma guerra planetária naquela ocasião – as guerras planetárias são as que, de certa maneira, moldam o que aconteceu, que foram as Guerras Napoleônicas –, países em equilíbrio precário se juntam para estabelecer uma forma de convivência. Ele faz esse paralelo. E esse paralelo precisa ser relativizado diante de algo que é nosso, que é a revolução da informação e a existência das redes sociais.

Então, nós temos hoje um mundo interessantíssimo, porque, ao mesmo tempo, é um mundo clássico no sentido de potências que buscam um equilíbrio precário sem que uma seja capaz de impor a sua vontade e, ao mesmo tempo, de instantaneidade e possibilidade de as pessoas, a custo zero, se comunicarem instantaneamente com qualquer parte do mundo. Aí está a observação interessantíssima que ele faz no livro que eu quero deixar para reflexão de vocês: os dirigentes que tomam decisões hoje o fazem olhando para as redes sociais ou estão preocupados com o longo tempo estratégico? Qual é a qualidade das decisões de política externa tomadas hoje pelas pessoas que estão mais preocupadas com a repercussão imediata em segundos nas redes sociais, sejam elas quais forem? Qual é o papel das redes sociais nas transformações políticas que aconteceram recentemente? Eu estou falando – vocês já captaram – das revoltas no mundo árabe. Como é que essas

duas coisas combinam: o mundo multipolar onde potências procuram um modo de convivência ao mesmo tempo em que têm que ser obrigadas a lidar com cadeias produtivas que desconhecem fronteiras nacionais e a revolução da informação que dá a qualquer habitante de qualquer parte do planeta a possibilidade de se comunicar instantaneamente?

É isso que torna o nosso mundo atual, do ponto de vista da política externa, tão difícil de ser entendido, tão fascinante de ser avaliado e tão perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Fleury, V. Ex^a pede a palavra. Nós vamos encerrar a nossa audiência pública com a manifestação de V. Ex^a.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Uma comparação com o estudo de V. Ex^a sobre a Comunidade Europeia e o Mercosul. Nós andamos de forma parecida, porque eu acredito que a formação dos dois era para melhorar vários países, o comércio e o trânsito. Logo depois se criou o Mercosul, acredito que copiando a Comunidade Europeia. Hoje como V. Ex^a vê isso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador. William.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Eu vou ser breve, porque eu vejo que a hora está adiantada.

É mais ou menos aquilo a que me referi anteriormente: os europeus chegam ao consenso sobre a necessidade de cooperar, porque percebem que não é mais possível passar por um cataclisma com outra guerra, com uma terceira guerra. A gente pode considerar do ponto de vista histórico também qual foi a pressão que a existência do bloco socialista exerceu para que os países do ocidente da Europa se fundassem. A expansão da Comunidade Europeia para os países que pertenceram, em boa parte do tempo, à órbita da União Soviética é, de certa maneira, a consagração desta constatação: a de que há sempre uma relação entre a situação política internacional mais abrangente e os fatores domésticos mais imediatos.

No nosso caso, se a gente lembrar o que era o Brasil e a Argentina durante boa parte da década de 60 e 70, países que chegaram a competir inclusive no campo nuclear e que, por meio não só do Mercosul, deram o que até agora é o único exemplo extraordinariamente positivo de enterrar uma rivalidade no campo que pode levar à fabricação de armas de destruição em massa, se a gente lembrar os acordos assinados em 1991, acordo quadripartite entre o Brasil, Argentina, Agência Internacional de Energia Atômica de Viena e a formação de uma comissão especial, pelo qual hoje brasileiros e argentinos desarmaram-se, não só no ponto de vista de desenvolvimento de tecnologias consideradas sensíveis, mas do ponto de vista da maneira como um enxerga o outro, é um grande exemplo internacional de cooperação e de possibilidade de abertura de horizontes.

Foi nesse contexto que o Mercosul surgiu. Ele surgiu não só como uma “cópia”, entre aspas, de um projeto, bem ou malsucedido, mas um projeto de enorme amplitude, que foi o da fundação da Comunidade Econômica Européia, e, depois, União Européia. Mas ele surgiu, também, como uma proposta política de cooperação e de formação e fundamentação de confiança.

Quando esse projeto político assume a postura que ele tem hoje, as consequências são outras, porque ele deixou de ser um projeto político de formação de confiança e cooperação mútua entre países que se viam como rivais e, até certo ponto, como inimigos, em um momento da história, e passou a ser um bloco em oposição ao que esses países consideram que são os males para a sua existência: basicamente, o imperialismo. É uma maneira de ver o mundo. Se ela traz os resultados adequados, necessários para a prosperidade desses países, é uma outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

Nós vamos chegando ao fim da nossa audiência pública, agradecendo muito aos nossos convidados, que nos honraram com as suas experiências, com suas visões, trazendo, a meu juízo, enormes contribuições ao debate democrático, aberto, franco à Comissão de Relações Exteriores e a tantos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado Brasil afora, agradecendo às mais diversas missões diplomáticas que nos honram aqui com suas valiosíssimas presenças, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que participaram conosco desta audiência pública.

Muito obrigado, William Waack; muito obrigado, Murillo Aragão. Até uma próxima oportunidade.

Vamos encerrar esta reunião.

Na próxima quinta-feira, aqui estaremos, de novo, com outro tema relacionado à política externa, à defesa e à inteligência, que fazem parte do nosso foco.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezoito minutos do dia treze de novembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador Jarbas Vasconcelos, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Antonio Aureliano, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República Libanesa.” Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.” Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República de Belarus.” Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores Jorge Geraldo Kadri, Marco Antonio Diniz Brandão e Paulo Antonio Pereira Pinto. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Luiz Henrique, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às doze horas e três minutos e reaberta às doze horas e seis minutos. Atua como secretária a Senadora Ana Amélia e como escrutinadores os Senadores Antonio Aureliano e Luiz Henrique. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores. ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 58, DE 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Para o “Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)” recomendamos a presença dos seguintes convidados com a subsequente agenda: Abertura: • Ministra Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente); • Antônio César Bochenek (Presidente da Associação dos Juizes Federais); • Denise Hamú (Coordenadora do Escritório do Pnuma no Brasil). Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental: • Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho (Chefe da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores); • Ministro Antonio Herman Benjamin (Ministro do Superior Tribunal de Justiça); • Ben Boer (Professor da University of Sidney Law School – Austrália e Wuhan University – China). Agenda Ambiental e Jurídica dos ODSs: Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação: • Peter Burdon (Professor da Adelaide Law School – Austrália). Tema: Ética e ODSs; • Tomme Young (Pesquisadora e Consultora Internacional – Estados Unidos). Tema: Biodiversidade, Acesso e Divisão de Benefícios, e ODSs; • Owen McIntyre (Professor da Faculdade de Direito da University College Cork – Irlanda). Tema: Água e ODSs; • Carl Bruch (Pesquisador do Environmental Law Institute – Washington DC). Tema: ODSs em Regiões Pós-Conflito; • Karl Rabago (Professor da Pace University – Nova York). Tema: ODSs e Energia; • Timo Koivurova (Professor da University of Lapland – Finlândia). Tema: ODSs, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos; • Ian Hannam (Pesquisador – Austrália). Tema: Degradação do Solo, Desertificação e ODSs; • Ken Markowitz (Secretariado da INECE – Rede Internacional para a Implementação Ambiental). Tema: ODSs e a Implementação Legal.” Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 59, DE 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada o sr. DIEGO ALFREDO MOLERO BELLAVIA, Embaixador da Venezuela no Brasil, para que apresente, perante os membros desta Comissão, os devidos esclarecimentos sobre o acordo assinado entre o Movimento dos Sem Terra e o Governo da Venezuela para troca de experi-

ências entre a entidade e o país vizinho na área de agroecologia.” Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Senador Eduardo Suplicy. Aprovado o Requerimento, com substituição do convidado Embaixador Diego Alfredo Molero Bellavia pelo Encarregado de Negócios Sr. Reinaldo Segóvia. ITEM 6 – MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 7 – MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Pedro Simon, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 9 – MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 905, de 2014, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 21 de novembro, para participar de evento na Câmara Americana de Comércio, em Washington D.C, nos Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do país no mesmo período.” O Presidente designa Relator, Senador Antonio Aureliano, que profere o relatório. Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 11 – MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.” É designado Relator ad hoc o Senador Antonio Aureliano. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 12 – MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.” É designada Relatora ad hoc a Senadora Ana Amélia. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Jarbas Vasconcelos**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Vamos iniciar os trabalhos com os três primeiros itens da pauta, que são: o primeiro item é a indicação pelo Governo Federal, a Presidência da República, do Sr. Ministro Jorge Geraldo Kadri para exercer as funções de Embaixador junto à República Libanesa. O Relator foi o Senador Pedro Simon. O item 2 da pauta é também a mensagem presidencial indicando o Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã. O relatório foi do nobre Senador Eduardo Suplicy. E o item 3 da nossa sabatina de hoje é também a indicação do (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos iniciar os trabalhos com os três primeiros itens da pauta, que são:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República Libanesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – *A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – *A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República de Belarus.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – *A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

A relatoria *ad hoc* do item 3 foi do nobre Senador Luiz Henrique.

A Presidência convida para que tomem assento à mesa os aludidos Embaixadores: o Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para a República Libanesa; o Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para República Socialista do Vietnã; bem como o Embaixador Paulo Antonio Ferreira Pinto, indicado para a República de Belarus.

Concedo a palavra ao Embaixador Jorge Geraldo Kadri.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Ex^{mo} Sr. Senador e Relator do meu processo, Pedro Simon, a quem eu agradeço muito especialmente, Ex^{mos} Srs. Senadores e Senadoras, senhoras e senhores:

É uma honra e um grande privilégio comparecer novamente a esta Comissão, e uma grande alegria poder servir ao Brasil no Líbano, país cuja maior diáspora se encontra no Brasil e cuja relevância no plano regional é superior às suas dimensões geográficas.

Para ajudar a entender a complexidade do Líbano atual, eu me permitiria apenas registrar historicamente os principais fatos que aconteceram nos últimos 70 anos e que vão moldar o Líbano atual, e vão moldar a política externa e a política interna praticada pelo governo libanês.

Primeiro, houve a criação do Estado de Israel, em 1947, com tudo o que isso significa; a chegada dos refugiados palestinos, em 1970, procedentes da Jordânia, em centenas de milhares; a guerra civil longa e penosa pela qual o Líbano passou, de 1975 a 1990; a entrada do exército sírio, no Líbano, durante a guerra civil, e a permanência por 30 anos; a chegada do Hezbollah, como sabemos, o exército de Deus, os guerreiros de Deus, de inspiração iraniana, que permanece como um ator importantíssimo e incontornável no Líbano atual; as sucessivas guerras com Israel – foram pelo menos quatro. A retirada do sul do Líbano de Israel foi, em grande medida, feita pelo Hezbollah, daí a popularidade que esse grupo religioso e político tem no Líbano.

De 2000 a 2005, o Líbano voltou a crescer de maneira importante, mas, em 2005, tivemos outro fato relevante, que foi o assassinato do Primeiro-Ministro à época, Rafiki Hariri. Aparentemente, esse atentado foi de inspiração síria, o que provocou uma grande comoção no país e a expulsão, a retirada do exército sírio, finalmente, depois de 30 anos. Isso também causou uma polarização política e a criação de dois grandes movimentos: o Movimento 8 de Março e o Movimento 14 de Março, o primeiro de inspiração mais de esquerda e o outro de inspiração mais de centro-direita. Como se isso não bastasse para moldar a realidade do Líbano, dois outros fatos relevantes muito importantes e atuais vieram complicar o cenário político no Líbano: exatamente a guerra da Síria, que continua até hoje sem previsão de término, e a criação do Exército Islâmico.

Esse é o quadro histórico que nós temos para o Líbano, que dá a dimensão dos desafios que o Líbano tem que enfrentar. Quais desafios?

Primeiro, o Líbano tem que buscar a melhor convivência possível com Israel. É uma realidade, e isso tem que ser devidamente interpretado.

Como lidar com o Hezbollah, que é um estado dentro do estado, que é popular, que tem a legitimidade do voto, mas que tem, ao mesmo tempo, um exército mais poderoso que o exército do Líbano. O governo libanês tem que conviver com essa realidade.

Como atenuar a influência síria, que, durante 30 anos, permaneceu no Líbano e que, mesmo tendo saído, deixou raízes importantes seja no exército libanês, seja no próprio grupo Hezbollah? Então, esse é um desafio também importante.

Como mediar o conflito regional de todo o Levante, que é o conflito entre sunitas e xiitas? E agora esse conflito já aparece internamente no Líbano como uma força importante desagregadora.

Como administrar a crise humanitária que o Líbano vive hoje? São 1,13 milhão, pelos últimos números, refugiados sírios, vivendo em tendas, em condições sub-humanas no Líbano, e cerca de 400 mil palestinos, que lá estão há 45 anos, há 44 anos. É um grande desafio que o Líbano tem de enfrentar.

E como superar o impasse político interno no Líbano? A comunidade cristã perdeu importância com o passar dos anos. Eram 62%, hoje são 30% da população. Os sunitas e xiitas juntos correspondem a cerca de 60% da população do Líbano. Então, o pacto interno que existe dentro do Líbano tem de ser repensado, e isso é um desafio a ser superado. O Presidente do Líbano não foi escolhido ainda – seis meses –, muito em função dessa disputa de poder interno e da necessidade de encontrar um novo arranjo institucional.

Bem, para superar todos esses problemas, o Líbano conta com os parceiros internacionais, com as instituições internacionais, e o Brasil tem um papel relevante: tem credibilidade e o capital-simpatia. O Brasil pode ser um ator importante para apoiar o Líbano para vencer e superar todos esses desafios.

Com relação às relações bilaterais, elas são excelentes no nível político-diplomático. Atestam essa relação privilegiada as visitas presidenciais nos dois sentidos, a visita de Parlamentares nos dois sentidos, a de empre-

sários. A última visita presidencial foi a do Sr. Vice-Presidente Michel Temer, que esteve no Líbano, em 2011. Foi um evento bastante importante para as relações bilaterais.

A cooperação consular vem se desenvolvendo de maneira bastante rápida.

No plano multilateral da defesa, o Brasil participa da Unifil, na missão da ONU. Nós temos um navio, o Capitânia, da frota naval, que faz a proteção das águas do Levante. São 270 homens e um navio. E há a perspectiva em estudo de que o Brasil possa enviar um pequeno contingente de soldados, entre 300 e 600, em algum momento, no futuro. Isso não está aprovado ainda, é apenas uma proposta e, naturalmente, vai depender de os Srs. Senadores e Deputados examinarem a conveniência dessa medida.

No plano bilateral, muito pontualmente, foi aprovada a criação de uma adidância militar no Líbano. Então, isso vai ser um instrumental para o nosso trabalho em campo.

No plano ainda multilateral diplomático, foi criado o Gial, Grupo Internacional de Apoio ao Líbano. O Brasil foi convidado e é parte. Então, esse é um novo vetor de possibilidade de cooperação do Governo brasileiro na recuperação, nos desafios, na superação dos desafios que o Líbano enfrenta.

Com relação à economia, comércio e investimento, o comércio é pequeno, cerca de US\$370 milhões, essencialmente exportações brasileiras de produtos básicos: carne, derivados de carne, café, etc. Oitenta e cinco por cento da pauta é de produto primário. Então, esse é um trabalho que pretendo, caso aprovado pelos Srs. Senadores e pela Senhora Presidenta da República, dinamizar.

Há também oportunidade de investimentos no setor de construção civil, portos, estradas, represas. A Andrade Gutierrez acaba de ganhar uma concorrência para construir uma represa, no valor de US\$250 milhões. Essa é uma oportunidade. E devo visitar também não só a Andrade, como diversas outras companhias, para ver o que a Embaixada pode fazer para ajudar a dinamizar.

Há o interesse importante da Eletrobras, porque o Líbano está renovando todo o seu sistema elétrico de geração e distribuição de energia. Temos, então, outra oportunidade. Há o interesse da Petrobras, um capítulo à parte, mas podemos tratar disso, também, com muita satisfação, durante a sessão de perguntas e respostas.

Na área de alimentos processados, o Brasil, também, tem um potencial grande, porque o brasileiro e os produtos brasileiros são muito bem recebidos, por razões mais ou menos óbvias, no Líbano.

Bom, qual será o sentido da minha missão, então? Eu vou partir, evidentemente, de uma base sólida, de um relacionamento muito especial que é o relacionamento Brasil-Líbano e focar a minha gestão em três pilares principais.

O principal deles será dar maior dimensão econômica às relações – politicamente, as relações são excelentes, mas, economicamente, há um longo caminho a percorrer.

Três novos projetos que estão, neste momento, sendo examinados pelo setor comercial da embaixada dão uma pista de que é possível alcançar essa diversificação. Primeiro, a compra de aviões da Embraer. A empresa Middle East Airlines, a MEA, empresa libanesa estatal, quer comprar aviões da Embraer para fazer frete regional. Então, esse é um projeto em que vamos trabalhar com muito carinho. Há um projeto, também, de aquisição de 250 ônibus para o Ministério de Obras Públicas do Líbano. A Anfavea já foi informada, e nós vamos trabalhar para ver se conseguimos viabilizar esse projeto pontual. E há compras de material de defesa. A Arábia Saudita alocou US\$3 bilhões para ajudar o Líbano em um contexto bastante amplo, mas, também, para a aquisição de armamentos e material não letal. O Brasil tem capacidade de atender a uma pequena parcela desse montante, e trabalharemos nisso.

Agora, outras providências que poderão ser importantes para ajudar a alavancar as relações econômico-comerciais são três:

Promover a conectividade, que é um problema grave, pois não há ligação aérea, por exemplo, entre São Paulo e Beirute. Somos, em São Paulo, cerca de 4 a 7 milhões de descendentes de libaneses – as estatísticas variam. Isso, por si só, justificaria uma linha aérea direta São Paulo-Líbano.

Acordos comerciais. Um acordo Mercosul-Líbano está bastante adiantado, pelo que fui informado, e poderá ser assinado o acordo-quadro inicial já neste mês de dezembro, quando a Argentina vai assumir a Presidência *pro tempore* do Mercosul. Um pedido libanês, também importante, é a assinatura de um acordo de bitributação, que é uma demanda de todos os países da região que têm recursos para fazer investimentos no Brasil, mas que não têm conseguido, da nossa Secretaria da Fazenda da Receita Federal, o sinal verde para lançar.

Um terceiro aspecto importante recente é a criação do Conselho Empresarial Brasil-Líbano. O embaixador é o presidente de honra desse Conselho, que reúne empresários dos dois países que se reúnem, periodicamente, com uma plataforma para estabelecer as possibilidades de cooperação na área de investimento, na área de comércio. É o mecanismo que eu pretendo utilizar da melhor maneira que eu puder.

O segundo pilar – e, rapidamente, eu já caminho para a conclusão – seria promover a cooperação na área da defesa. Essa é uma área que está despontando como, realmente, uma área factível de cooperação. O

Brasil é especialista na área, por exemplo, de combate a terrorismo. Não é o caso do Líbano, mas é especialista em combate na selva, e outro tipo de cooperação. Formação de oficiais: essa área já está em andamento – temos onze aspirantes libaneses na Escola Naval, no Rio de Janeiro. Então, essa é uma área que, também, merece uma atenção especial. Eu pedi hora com o Sr. Ministro Celso Amorim para tratar dessa questão, entre outras, na área da defesa.

Por último, mas não menos importante, pretendo empreender ações de caráter cultural e educacional com o objetivo de promover o Brasil na paisagem cultural do Líbano. Nós temos um centro cultural muito bem montado e organizado, inaugurado pelo Vice-Presidente Michel Temer, e eu, como tenho experiência na área cultural, vim dessa área – chefei uma divisão no Itamaraty e, também, no Paraguai, fui responsável pela área cultural –, pretendo dinamizar ainda mais esse centro, que já é bastante dinâmico.

Seriam essas as considerações de caráter geral que faria.

Agradeço muito aos Srs. Senadores.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Obrigado ao Embaixador Jorge Geraldo.

Em função do quórum baixo na presente reunião, a Presidência declara aberto o processo de votação. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que quiserem votar, já podem fazê-lo.

Concedo a palavra ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para representar o Brasil na República Socialista do Vietnã.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, gostaria de registrar que fico muito honrado pelo fato de V. Ex^a presidir a reunião, eu o conheço de algum tempo...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Fico, repito, muito honrado de ser o senhor o Presidente na minha sabatina.

Também gostaria de dizer que fico muito honrado pelo fato de o Senador Eduardo Suplicy ser o meu Relator. Ao tempo em que fui assessor parlamentar do Ministro Celso Amorim, eu frequentei, evidentemente, esta Casa, com muito prazer e muito proveito, e aprendi a admirar as qualidades humanas de homem público do Senador Suplicy. Muito obrigado, Senador.

Gostaria de registrar também o meu agradecimento ao Ministro Figueiredo por ter escolhido o meu nome para essa função e à Senhora Presidenta da República por ter enviado o meu nome ao escrutínio da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Os senhores todos conhecem o Vietnã, sabem perfeitamente bem da história vietnamita. É um país altivo, que sempre lutou pela sua sobrevivência, que derrotou várias forças estrangeiras. Todos sabem que a França foi derrotada em Dien Bien Fu, em 1954. Temos todos ainda muito presente que o Vietnã derrotou a maior potência militar do mundo, os Estados Unidos, na década de 70. Acho que todos temos bem claras as imagens ainda, daquela guerra: imagens terríveis de crianças fugindo desnudas pelas estradas e de monges em chamas e a imagem icônica da retirada, da queda de Saigon, em 1975, com a evacuação da Embaixada americana feita por helicópteros. Foram fatos que afetaram profundamente a minha geração e acho que muitos aqui se recordam desses acontecimentos ainda bastante vivos em nossa.

Depois da retirada americana, da queda de Saigon, o Vietnã viveu alguns momentos difíceis: readaptação, reformulação interna, procura de um rumo que pudesse assegurar a consolidação do país como um país unido, próspero e com futuro. Na década de 80, chegou-se a uma solução que foi a implantação de um modelo socialista clássico, de partido único, mas com uma grande liberdade econômica, como se fosse o modelo chinês de atividade econômica, em que o Estado controla a atividade política, através de um partido único, mas a atividade econômica é permitida com grande flexibilidade. Os investimentos estrangeiros são admitidos. Esse modelo que o vietnamita chama de Doi Moi, ou renovação, fez bastante sucesso, permitiu que o Vietnã, nas décadas seguintes, seguisse um caminho de grande desenvolvimento, de grande consolidação internacional.

O Vietnã, hoje, é membro de praticamente todas os organismos internacionais do mundo. É profundamente amigo dos Estados Unidos, de todas as potências ocidentais. Tem uma presença marcante nas negociações da Asean. Está negociando com os Estados Unidos uma parceira transpácifica, junto com outros países. É, portanto, um país que tem se inserido com muito sucesso no mundo em geral.

Internamente, é um país que tem ainda grandes dificuldades. Não é um país desenvolvido, é um país em desenvolvimento, mas teve enorme sucesso na superação da pobreza extrema. Tem programas muito bem su-

cedidos de criação de emprego, de transferência de renda. Tem sido, enfim, um modelo evolutivo, na verdade, também de participação política.

O Vietnã não é um país paralisado, ao contrário, é um país onde as ideias circulam. Há toda uma circulação de ideias que pode levar a uma mudança, ainda, a uma evolução do país para outros cenários, de modo que creio que o Vietnã tem assegurado, hoje, uma presença importante no cenário internacional, no comércio internacional. Pouca gente sabe, mas o Vietnã é um dos maiores exportadores do mundo, por exemplo, de telefones celulares – a Samsung praticamente fabrica seus celulares no Vietnã, e com grandes investimentos; anteontem, a Samsung anunciou, por exemplo, US\$5 milhões para a nova fábrica de celulares e de equipamentos eletrônicos no Vietnã. É um país que, cada vez mais, atrai investimentos, em razão da alta taxa, por exemplo, de alfabetização – mais de 95% do povo é alfabetizado –; e dos baixos salários, é verdade, mas também da alta produtividade. Então, é um país que tem condições de continuar crescendo, tem crescido a taxas muito elevadas de 5%, 6%, na última década, e seguirá assim, suponho, no futuro.

Nossas relações bilaterais se iniciaram em 1989, já há bastante tempo; faz, portanto, 25 anos neste ano. A nossa embaixada foi criada em 2004, e, devo mencionar, foi para lá um grande embaixador, um dos melhores diplomatas de sua geração, foi o primeiro embaixador, o Embaixador Ítalo Zappa, que teve um importante papel no reconhecimento de Angola. Ele foi nosso embaixador em Cuba, embaixador no Vietnã, um homem de grande importância na inserção do Brasil nas novas nações que se criavam naquele momento.

As relações Brasil-Vietnã têm seguido de modo bastante satisfatório, sobretudo no âmbito do comércio. Nosso comércio passou de cerca de US\$100 milhões para cerca de US\$2 bilhões em apenas dez anos. É, portanto, um fato concreto que realmente são relações sólidas e que têm um futuro muito promissor. Exportamos, sobretudo, matérias-primas – milho, soja –, e importamos, hoje em dia, calçados – é a nossa principal importação do Vietnã –, mas também componentes eletrônicos. E a Samsung brasileira, certamente, importa alguma coisa do Vietnã e começa agora a exportar também componentes eletrônicos feitos no Brasil para o Vietnã, para a composição final dos aparelhos lá. É, portanto, digamos assim, uma área em que muita coisa pode acontecer, em que a criatividade pode ter lugar. Há um grande desafio pela frente, mas grandes oportunidades.

As relações políticas também têm seguido de forma bastante adequada, bastante bem, mas creio que exigem um pouco mais de força, um pouco mais de priorização. Creio que, talvez, seja o que procurarei fazer, caso seja aprovado por V. ES, priorizar as relações políticas, porque elas podem abrir caminhos para as outras relações, para a cooperação cultural – e devo lembrar que o Vietnã tem o centro de estudos de Língua Portuguesa dos mais importantes da Ásia, criado com parceria Brasil-Portugal, mas que temos que apoiar cada vez mais. Há perspectivas no plano da defesa, perspectivas no plano de cooperação cultural-científica, mas tudo isso depende de maior aproximação política. É a aproximação política que abre caminho para esse tipo de atividade.

E é isso em que pretenderia, enfim, concentrar os meus esforços, e creio que, para isso, devo contar também com cooperação do Congresso Nacional. É importante. Está em preparação uma viagem ao Vietnã de um grupo de amizade Brasil-Vietnã e, mais adiante, em março, abril, virá também outra viagem de Parlamentares brasileiros para a União Interparlamentar. Creio que esse caminho da cooperação entre parlamentos é um caminho importantíssimo a ser seguido, e acho que deva ser reforçado.

Acho que é isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Muito obrigado ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão.

A Presidência concede a palavra ao Sr. Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto.

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Ex^{mo} Sr. Senador Jarbas Vasconcellos, que muito nos honra na Presidência da Mesa; Ex^{mo} Sr. Senador Luiz Henrique, Relator da minha indicação; Srs. Senadores aqui presentes; colegas, senhores e senhoras:

Entre os três países a serem examinados hoje aqui, sem dúvida, a Belarus é o menos conhecido. Por isso, vou me aprofundar um pouco nas referências tanto aos dados do país, quanto aos esforços de inserção internacional da Belarus.

A Belarus ficou mais nítida no mapa da Europa Oriental, no norte da Ucrânia, entre a Polônia e a Rússia, em função da crise ucraniana ora em curso. A capital do país, Minsk, por exemplo, aqueles que tinham alguma notícia sobre a cidade sabiam apenas que Lee Oswald lá residiu, na época da União Soviética, antes de voltar aos Estados Unidos e assassinar o Presidente Kennedy. Hoje em dia, Minsk é um local de conversações, de negociações entre o Presidente da Rússia e o Presidente da Ucrânia para tentar resolver o problema em curso na Ucrânia. Além disso, a Belarus tem uma posição estratégica, que cresceu em importância, em área de turbulência política, enquanto permanece o interesse pela inserção econômica bielorrussa no projeto Eurásia, ambicionado pelo Presidente Putin.

Aquela ex-república soviética, a propósito, possui área de cerca de 200.600km², equivalente ao Estado do Paraná, e população de 9.500.000 habitantes, equivalente ao Estado de Pernambuco. A sua renda *per capita* é estimada em US\$7,5 mil por ano.

Na área atual de turbulência política em que se situa a Belarus, haverá o fortalecimento seja de um modelo de governança nos moldes ocidentais, seja de um novo “paradigma civilizacional” – entre aspas –, ora defendido pelo dirigente russo. Em outro desenvolvimento, inclusão da Belarus em união aduaneira com a Rússia terá repercussão nos dois principais itens da pauta de exportação do Brasil para Belarus, que são carne bovina e aviões.

De início, cabe lembrar que, enquanto Bela significa branco, o nome do país não pode ser traduzido por Rússia Branca. O Rus não se refere à Rússia, mas descreve área da Europa Oriental coberta por neve e povoada por eslavos, em oposição à Rutênia Negra, controlada por povos lituanos. O nome Belarus referia-se, então, a uma região específica no centro da Europa e não a uma nação, até o final do século XIX.

A estruturação do território bielorrusso nos moldes de um Estado moderno ocorreu a partir de 1920, com sua inclusão na União Soviética. Durante o período da República Socialista Soviética Bielorrussa, o país adquiriu estrutura de Estado nacional pela primeira vez em sua história. Suas instituições nacionais eram e continuam a ser fortemente moldadas pelas criadas na Rússia soviética, daí não causar surpresa que a moldura institucional hoje existente em Minsk sirva para manter a Belarus em área de influência russa, isto é, a forma de governança com fortes traços autoritários, herdados do período soviético, servem à formulação de políticas nacionais, que, ainda hoje, com grande facilidade, se alinham com orientações ditadas por Moscou. Esse quadro, no entanto, não significa que haja total submissão da Belarus a políticas ditadas pela Rússia. Na prática, haveria um movimento pendular através do qual Minsk procuraria balancear seus interesses ora favorecendo Moscou, ora Bruxelas, a capital da União Europeia.

Conforme mencionado no parágrafo inicial, no entanto, a crise na Ucrânia colocou a Belarus em novo patamar, tanto por situar-se em área de turbulência política, quanto por aumentar a determinação da Rússia em manter a economia bielorrussa no âmbito de sua esfera de influência. Nota-se, a propósito, que, por trás da ofensiva da Rússia sobre a Ucrânia, há mais do que interesses geopolíticos e econômicos. O Presidente russo, Vladimir Putin, estaria sendo influenciado também pelo euroasianismo, ideologia nacionalista nascida na década de 1920 e reescrita após o desmoronamento da União Soviética.

No artigo Um Novo Projeto de Integração para a Eurásia: o Futuro que Nasce Hoje, publicado em 4/10/2011, Vladimir Putin defende a criação de uma União Euroasiática a partir da fusão de mecanismos de integração existentes e herdados da União Soviética, idealizada como um dos polos de poder no mundo contemporâneo e ponte entre a Europa e a região da Ásia-Pacífico.

A teoria, reafirmo, qualifica de identidade russa, nascida da fusão de Eslavos e povos de origem turca. A Rússia seria um terceiro continente, situada entre a Europa e Ásia, antes de quase desaparecer no Século 20. Esta linha de pensamento se opunha tanto ao ocidente liberal, considerado decadente, quanto a soviéticos que baniram o cristianismo ortodoxo da Rússia, assim como seus valores tradicionais. O presidente russo, então, adotou o discurso que ressalta a ideia de tradição, cara à igreja ortodoxa russa, recusando o multiculturalismo, o feminismo, a homossexualidade e o que chama de valores não tradicionais de origem ocidental.

O tratado para criação da União Econômica Eurasiática, com sede em Moscou, foi assinado em maio deste ano, pelos presidentes da Rússia, da Belarus e Cazaquistão, após 20 anos de negociações entre essas três ex-repúblicas soviéticas, que juntas, incluem 170 milhões de pessoas. O grupo deveria incluir Armênia, Quirguistão e Tadjiquistão a partir de 2015. Na prática, a União Eurasiática reconstituiria a maior parte do território da União Soviética, cujo esfacelamento foi considerado por Putin como uma das maiores tragédias do Século 20. O objetivo era manter a Ucrânia sob sua influência, fazendo-a participar de seu projeto e da União Eurasiática, não admitindo sua deriva em direção ao Ocidente.

O Brasil mantém relacionamento muito próximo com a Rússia. Acreditamos que a nossa capacidade de trabalhar com Moscou se fortalece na medida em que melhor compreendamos sua dinâmica política. Por isso, é muito útil conhecer visões de vizinhos daquele país, como a Belarus.

As relações da Belarus com a Rússia caracterizam-se, conforme já citado, por movimentos alternativos em direção à Rússia e o Ocidente, de modo a extrair vantagens de um e outro parceiro. A aproximação com Moscou tem sido conveniente para o Presidente da Belarus, Presidente Lukashenko, na medida em que o ajuda a contrabalançar pressões da União Europeia e dos Estados Unidos por maior abertura política para o País. A Rússia também é crucial para a Belarus em razão das deficiências energéticas que obrigam a pequena república a importar petróleo e gás natural do vizinho a preços subsidiados.

O Governo Putin tem intensificado a pressão econômica e política sobre ex-repúblicas soviéticas, como a Ucrânia e a Moldóvia, que estariam em vias de assinar acordo de associação e livre comércio com a União Euro-

peia. De sua parte, embora estimule as ex-repúblicas soviéticas a seguir caminho europeísta, a União Europeia tem sido marcadamente cautelosa nas críticas à Rússia.

No que diz respeito a relações bilaterais, o comércio bilateral tem sido deficitário para o Brasil, que importa grande quantidade de cloreto de potássio e exporta sobretudo fumo, caixas de marchas para caminhões e açúcar.

A Belarus apoiou a candidatura do Prof. José Graziano à Direção-Geral da FAO, assim como ofereceu suporte ao pleito brasileiro de um assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a despeito dos seguidos votos do Brasil contra o país no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Devemos trabalhar para fortalecer o arcabouço jurídico bilateral. Proponho – caso aprovado por V. Ex^{as} – focar nossos esforços em acordos que possam apresentar resultados práticos e benefícios de nossa sociedade a projetos em análise com acordos de cooperação econômica e proposta de acordo para promover a cooperação nos campos científico, educacional e agrícola. Ao Brasil interessa, sobretudo, diversificar a pauta, ainda muito concentrada em poucos produtos. Preocupa-nos igualmente o grande déficit que temos com a Belarus.

No que diz respeito ao comércio de carnes, é preocupante a manutenção do embargo à carne bovina brasileira, tendo em vista as informações técnicas já prestadas pelo Brasil sobre o assunto e as decisões da Organização Mundial de Saúde Animal de manter o risco sanitário do País no nível mais baixo possível. Caso aprovado por V. Ex^{as}, pretendo incrementar junto às autoridades Belorussas pressão política para solução desse entrave injustificável.

Há também o comércio de aeronaves com a Belarus. A Belavia, empresa da Belarus assinou um contrato com a Embraer, no ano passado, em 2013, para a compra de dois jatos E195. Os dois aterrissaram em Minsk, em abril e maio, respectivamente. A Embraer havia fornecido à Belavia duas aeronaves modelo 175, em 2012. Avaliamos positivamente a decisão da Comissão de Tarifas para Aeronaves que, até 2019, no caso da Belarus e do Cazaquistão... Agradecemos a postura da Bielorus em defesa da postergação das tarifas.

Como conclusão, eu gostaria de afirmar que, neste que parece que é o momento atual de turbulência causado pela crise ucraniana, que coloca a Bielorus diante de alternativas de formas de governança com traços ocidentais ou sob a influência do projeto Euro asiático de Moscou, venha a ser fortalecida a sua abertura política, que facilita a interlocução e o incremento das relações econômicas e comerciais com o Brasil.

Diante do possível cenário favorável de abertura política e econômica, caso seja aprovado por V. Ex^{as}, pretendo trabalhar com empenho no sentido de um relacionamento cada vez mais produtivo entre o nosso País e a Bielorus.

Era o que eu tinha a apresentar de início. Estou aberto evidentemente a eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – A lista de inscrição para uso da palavra tem as assinaturas da Senadora Ana Amélia, que não se encontra presente, e, como segundo inscrito, do Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a tem a palavra.

Eu pediria aos Embaixadores que anotassem as perguntas para que pudessem ser respondidas em bloco.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quantas pessoas precisarão (*Inaudível.*) per-ceba que muitas (*Inaudível.*)

Gostaria, prezados Embaixadores, Jorge Geraldo Kadri, Marco Antonio Diniz Brandão e Paulo Antonio Pereira Pinto, de lhes perguntar, tendo em conta os conflitos que caracterizaram os países onde os senhores representarão o Brasil, que passos avaliam os senhores deveriam ser dados para que não se desenvolva aquilo que o Papa Francisco chamou de Terceira Guerra Mundial, que já estaria em curso, em especial no Oriente Médio, onde tem sido tão difícil superar as diferenças entre Israel e a Palestina. Desde que houve a Primavera Árabe nos diversos países do Oriente Médio, iniciou-se um processo, por vezes interrompido por conflitos, tais como o que o senhor mencionou na Síria, que acabam afetando toda a região, inclusive o Líbano.

Ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, vai para um país que precisou enfrentar uma guerra muito longa, conforme salientou, primeiro para conseguir a sua independência em relação à França e depois para conseguir a unidade do País, o Vietnã do Sul e o Vietnã do Norte, conseguindo derrotar, conforme salientou, a nação com maior poderio bélico no mundo. Felizmente parece que o Vietnã caminha na direção da consecução da paz, a paz que precisa ser consubstanciada na realização da justiça. Salientou o senhor que, no Vietnã, tem havido passos consideráveis, mesmo sendo uma nação em desenvolvimento, com uma renda *per capita* bem menor que a brasileira, mas, ainda assim, com a diminuição das disparidades de renda e de riqueza. Agradeço se puder nos relatar um pouco mais sobre como isso tem sido possível.

Ao Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto gostaria de indagar como, na região onde era antes a União Soviética, em especial, tendo em conta os conflitos que ainda, de alguma forma, perduram na Ucrânia, mas que afetam toda a região da antiga União Soviética, como Bielorus, tem se desenvolvido as ações para que também possa haver a efetiva realização da paz com base na realização da justiça.

É capaz de eu já ter dado nas ocasiões em que estivermos juntos aqui e em outras arguições, mas vou lhes dar a sétima edição de meu livro *Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta* e lhes dizer, sendo eu Senador até 31 de janeiro do próximo ano – e é da democracia que tenha sido escolhido outro Senador para os próximos oito anos representando São Paulo –, que vou continuar batalhando pelas ideias que aqui tenho sempre defendido. Gostaria de lhes relatar que, como Copresidente de Honra da Rede Mundial de Renda Básica, estarei inúmeras vezes viajando por países. Posso lhes dizer que, em 2016, por exemplo, estarei no 16º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, que se realizará na Coreia do Sul, em Seul. É a primeira vez que a Bien vai se reunir na Ásia, depois da última reunião havida em junho em Montreal.

Como o Sr. Marco Antonio Diniz Brandão também foi Embaixador na Índia, gostaria de lhe dizer que tem havido experiências muito interessantes no mundo. Inclusive na Índia, por dois anos, recentemente, no Estado de Madhya Pradesh, se fez uma experiência de distribuir a seis mil habitantes de vilas rurais, semelhantes a outras vilas rurais onde moram seis mil habitantes, uma renda básica modesta, 300 rupias por mês – os menores até 14 anos receberam 50% desse valor – e se verificou, por comparação entre aquelas vilas rurais onde houve essa distribuição de renda básica e aquelas onde não houve, que os resultados são altamente positivos. É possível que, em janeiro, eu seja convidado para estar presente em uma conferência internacional na Índia para examinar os progressos havidos.

Eu relato isso para lhes dizer que continuarei à disposição dos Srs. Embaixadores brasileiros em cada país para debater e interagir a respeito do propósito de, em cada país, se instituir uma renda básica. Quem sabe, uma vez instituída em todo o Planeta Terra, inclusive em países como o Iraque, que pertence à área do Oriente Médio...

Em 2008, estive acompanhado do Embaixador brasileiro em Bagdá para transmitir-lhes que poderiam, por terem extraordinária reserva petrolífera, seguir o exemplo do Alasca, que, após 32 anos da distribuição igual para todos os seus 700 mil habitantes, de um dividendo que, nesse ano, foi U\$S1.884 por habitante – o Alasca, em 1980, era o mais desigual dos 50 estados norte-americanos –, se tornou o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos. Em 1976, quando foi feito um referendo para perguntar aos 300 mil habitantes de então se eram favoráveis a que se procedesse à separação de parcelas dos royalties decorrentes da exploração do petróleo para formar um fundo que iria fazer essa distribuição de dividendos, 76 mil disseram sim, 38 mil disseram não. Hoje, é considerado suicídio político para qualquer liderança no Alasca propor o fim desse sistema tão bem avaliado que ele o é. Três livros foram publicados, nos EUA, no ano passado ou nos últimos dois anos, sugerindo que as nações sigam o exemplo do Alasca.

Então, a minha preocupação, no dia de hoje, é como vamos estabelecer condições de justiça em cada um dos países para onde os senhores irão, para que não haja mais conflitos bélicos e se perceba que muitas pessoas já morreram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano de 1876, D. Pedro II fez uma viagem de quatro, cinco dias ao Líbano, no mês de novembro, e levou uma grande comitiva de dirigentes governamentais e empresariais. Foi uma visita que o Líbano celebra até hoje. O Imperador visitou universidades, manteve contato com grandes intelectuais libaneses, como o matemático Ibrahim Al-Yazigi e como Cornélio Van Dick, que eram professores da Universidade Americana de Beirute. Foi conhecer todo o acervo arquitetônico, histórico da antiga nação fenícia. Fez uma viagem muito interessante. Foi ao interior, foi ao campo, onde consultou os camponeses pobres para imigrarem para o Brasil. Isso, em 1876. Em 1880, começou a imigração que hoje é um fato marcante na construção da nossa Pátria, do nosso desenvolvimento, pela importante presença de descendentes libaneses na política, na educação, na saúde, na vida artística, no meio empresarial.

Eu perguntaria ao ilustre Embaixador se há, no Líbano, ainda uma memória desse fato e a que ponto esse fato representa um aspecto importante nas relações líbano-brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Concedo um aparte a V. Ex^a;

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Apenas para dizer que o meu pai foi daqueles que vieram do Líbano nessa ocasião. Apenas isso.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aliás, sobre o Senador Pedro Simon, eu já contei uma história aqui, e ele confirmou.

A história que me contaram: ele saiu pelo Rio Grande para mostrar que libanês, sírio, armênio, grego, turco, eram povos diferentes, mostrava o mapa de geografia, e era aplaudido pela sua capacidade didática, pela sua retórica. Um dia, ao sair de uma dessas palestras, havia um grupo conversando – e ele enfatizava muito que chamar o libanês de turco se devia ao de fato que, na época da emigração, o Líbano pertenceu ao Império Otomano e os passaportes eram turcos. E aí, na hora que o Senador Pedro Simon estava saindo, três pessoas estavam comentando: “Mas esse turquinho fala, não?” (*Risos.*)

Não adiantou. (*Risos.*)

Então, eu gostaria de saber do Embaixador Brandão, que vai ao Vietnã, qual é a importância histórica, hoje ainda, do líder Ho Chi Minh.

O líder Ho Chi Minh é famoso por frases notáveis, como aquela em que dizia: “Podemos facilmente compreender uma criança que tem medo do escuro, a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz”.

E a outra frase fantástica, que eu lembro, das leituras que fiz, que demonstra que ele era uma pessoa otimista e tinha uma fortaleza espiritual muito grande, é quando ele diz: “Podemos perder muitas batalhas, mas somente ao perder o bom humor é que nós poderemos nos sentir derrotados”.

Com relação a Belarus, eu queria abordar um assunto que interessa muito ao meu Estado, que é a abertura do mercado bielorrusso para a carne suína catarinense.

Santa Catarina é o único Estado que é atestado pela Organização Mundial de Saúde Animal como livre de aftosas sem vacinação. Eu tive a honra, como Governador, de receber esse diploma na sede daquela entidade, em Paris.

E, por isso, hoje, nós exportamos para o mundo todo, para mercados muito exigentes como o japonês. Estamos prontos já a começar exportar para os Estados Unidos. E a própria Rússia, que havia feito embargo à nossa carne, por conta de certo equilíbrio na sua balança comercial com o Brasil, voltou a comprar a nossa carne suína, em função do conflito com a Europa.

Eu lhe perguntaria como podemos fazer gestões para que a nossa carne suína conquiste o mercado bielorrusso? Por outro lado, eu gostaria de lhe perguntar o seguinte: 70% da população bielorrussa é de etnia russa, não obstante esse fato, há – como se manifestou na Ucrânia – algum sentimento de não integração à Rússia Imperial, e sim, de ligar-se ao Mercado Comum Europeu?

Seriam essas as três perguntas, saudando os três diplomatas e reafirmando aquilo que tenho dito aqui: os senhores representam a melhor massa crítica deste País, que é o Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradecendo ao senador Luiz Henrique, concedo a palavra à Senadora Vanessa.

A SRA VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jarbas. Quero cumprimentar aqui os embaixadores presentes, com os quais eu tive a possibilidade de estar no dia de ontem. Quero cumprimentar o Embaixador Jorge Geraldo Kadri – encontramos-nos na Conferência do Clima, na COP19, na Polônia –, o embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto e, da mesma forma, o Embaixador Marco Antonio, e desejar sucesso a todos na continuidade da missão, porque os senhores cumprem um papel muito importante para o País.

Assim como nós representamos a nossa população, e nós Senadores, as nossas unidades da Federação aqui no Senado, os senhores representam o Brasil em outros países – muito importante –, com os quais procuramos sempre ampliar as nossas relações, sejam culturais, econômicas ou sociais. Então, quero desejar, desde já, a todos, ao Embaixador que vai para a Belarus, o Líbano e o Vietnã.

É uma pena que, possivelmente, deveremos ir ao Vietnã, e o Embaixador ainda não esteja lá, porque ainda vai assumir. Mas é isso, no relatório do Vietnã que nós lemos aqui, eles destacam muito a importância dessa relação de amizade entre Brasil e Vietnã, e eu tenho tido a possibilidade de estar com certa frequência na Embaixada do Vietnã com alguns empresários, com alguns produtores, sobretudo de café.

Então, de fato, o Vietnã tem uma história, que é uma história conhecida no mundo inteiro, uma admiração do mundo inteiro, porque foi a sua gente, da forma mais simples, em um ambiente muito parecido com a minha região, que venceu o mais poderoso no momento de guerra. Então, a nossa geração já cresceu ouvindo muito essas histórias. E o Vietnã procura construir o seu próprio caminho.

Creio também, apenas para reforçar o que disse o Senador Suplicy, no que o Embaixador e os membros da embaixada nos questionam muito e querem cada vez mais aprofundar os conhecimentos acerca das políticas sociais de inclusão, esse é o objetivo maior. É um país pequeno, mas de uma população grande para o seu tamanho, muito grande. Então, acho que o Brasil tem muito ainda a trocar, muitas ideias a trocar, muitas experiências – daqui para lá e de lá para cá. Eu quero desejar ao senhor também e ao Vietnã todo o sucesso,

assim como aos nossos queridos embaixadores, que, tenho certeza, não encontrarão tempos tão tranquilos, mas também nem tanto mar no Brasil, mas todos os desafios que vêm são bons desafios.

Eu acho que o que importa é que nesse mundo cada vez mais globalizado a gente possa estreitar nossas relações cada vez mais, e sempre dentro dessa ótica de buscar a cooperação. O Brasil não é visto como um país interventor, um país imperialista, é visto com muito respeito, e isso devemos à atitude da nossa diplomacia, que eu digo que não é desse Governo, não é do governo passado, é uma história que a gente já carrega conosco.

Então, cumprimento desejando a todos o sucesso.

Obrigada, Presidente Jarbas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Há oradores inscritos. Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu lamento não ter podido estar aqui desde o início da arguição dos embaixadores. Acho que os nossos convidados conhecem bem a dinâmica daqui da Casa, em que são várias reuniões de Comissões acontecendo ao mesmo tempo. Infelizmente nós não podemos... Acho que é um dos postulados de Euclides, se eu não me engano, que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo.

Eu perdi inteiramente a exposição do Embaixador Kadri. Seguramente, ele já abordou um tema sobre o qual eu gostaria de ouvir alguma palavra, em relação às repercussões da crise da Síria na estabilidade política penosamente encontrada no Líbano.

Ao Embaixador no Vietnã, minha pergunta vai sobre as relações com a China. Seguramente, o senhor abordou antes de eu chegar como estão as relações hoje com esse país poderoso, com o qual o Vietnã teve, ao longo dos séculos, relações tempestuosas, para dizer o mínimo.

E, ao ouvir o Embaixador Pereira Pinto, faço uma indagação... Na verdade, é mais uma especulação, porque nós vemos várias repúblicas que se afastaram, que se desintegraram da antiga União Soviética, e que hoje vivem uma situação semelhante a esta que o senhor citou de Belarus: ao mesmo tempo, têm ligações profundas com a Rússia, com a antiga União Soviética, relações de tradição, religião, relações de semelhança de estruturas políticas; mas, por outro lado, há também a pressão, a tentação, às vezes até o interesse real de uma aproximação com a União Europeia.

A política ucraniana vive esse vai e vem. Belarus também. Vários países, como a Moldávia, a Geórgia, estão também pressionados, de um lado, pressão do Império Russo, e, de outro lado, as possibilidades que se abrem para integração com a União Europeia. Ou, pelo menos, o estreitamento das relações econômicas que poderão levar depois ao estreitamento das relações políticas.

Pergunto ao Sr. Embaixador: o senhor vislumbra algum tipo de estabilidade, possibilidade de criação de um bloco, de uma coordenação entre esses países que estão vivendo entre a cruz e a caldeirinha, para que eles pudessem conjuntamente adquirir forças para pesar na balança das relações entre a Rússia e a União Europeia?

Há uma coordenação de esforços entre esses países para constituírem, digamos assim, um contraponto entre essas duas pressões?

É mais uma especulação. Não sei se V. Ex^a tem elementos concretos para me responder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE. *Fora do microfone.*) – ... a sabatina. E assim peço aos Senadores que não votaram que... O Senador Aloysio, que não votou...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Um minuto, Senador. O Senador Suplicy, o Senador Simon e Luiz Henrique.

V. Ex^a com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu não tive como chegar no horário, por um compromisso que me obrigou a chegar mais tarde. Eu era o Relator do Ilustre brasileiro que vai nos representar no Líbano. Peço desculpas a V. Ex^a.

Mas quero, ainda que atrasado, dizer que confio muito no trabalho de V. Ex^a. Acho que V. Ex^a desenvolverá um papel muito importante e muito significativo na hora em que estamos vivendo.

Eu sou descendente de libaneses. Meu pai e minha mãe vieram de lá. Lá já estive, convivi e tenho muito respeito e muita admiração pelos meus ascendentes.

O Líbano, na minha opinião, é uma terrível vítima da série de problemas e dificuldades, em termos de raça, de religião, de poderio econômico, de interesses internacionais de outros países que veem nisso que está acontecendo no Oriente Médio... até os fabricantes de arma veem potencial com gente que compra e com gente que aceita.

Eu consegui ouvir o Senador Suplicy falar na Primavera Árabe. Realmente, aquilo chamou a atenção, porque foi a primeira vez, no mundo, que a chamada manifestação popular por meio das redes sociais de comunicação... É um fator importante hoje, na humanidade, pois, de certa forma, racha o monopólio da grande mídia.

Em muitos países ou em meia dúzia, como no Brasil, rádio, jornal e televisão controlam praticamente o pensamento, a vida intelectual e os acontecimentos.

Existe essa manifestação nova da mocidade através da mídia, formando pessoas que se comunicam pelo mundo afora. A primeira manifestação que impressionou ocorreu exatamente lá no Oriente, quando, inesperadamente, sem que ninguém imaginasse, sem luta, sem violência e sem morte, os jovens se manifestaram, foram às ruas e derrubaram uma ditadura com uma infinidade de tempo, ou seja, uma das mais antigas do mundo. É verdade que pensamos que era o início de algo que viria e se propagaria, mas, logo depois, a violência redobrou e está hoje mais presente do que nunca.

Eu vejo uma possibilidade nesse mundo em que estamos vivendo. Quando assisti ontem ao Presidente americano, que está no pior momento de sua credibilidade... Quando o Sr. Obama foi candidato, fui várias vezes à tribuna do Senado achando que era um fato novo, que alguma coisa de diferente estava acontecendo, não apenas por ele ser o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos, mas também pelo seu discurso, pelas suas ideias, pela sua propagação, garantindo que ia terminar com o problema impressionante, num país moderno como os Estados Unidos, que é a questão das pessoas que não tinham fundo de saúde e viviam na miserabilidade, sem condição nenhuma. A sua plataforma era excepcional. No entanto, hoje vemos que ele está num índice de credibilidade inferior ao que o Bush tinha e hoje é uma pessoa praticamente ridicularizada por parte da sociedade. Pois esse homem assinou, junto o Presidente da Rússia, um acordo com relação ao meio ambiente, com relação aos cortes que ocorrerão no futuro, o que não deixa de ser uma questão importante e significativa nesse sentido.

Eu vejo isso com otimismo. É muito tênue, quase difícil ver aonde vai chegar. Mas, quando o Brasil senta à mesa com a China, com a Rússia, com a Índia e com a África do Sul, tentando criar um bloco que tenha algumas entidades, se considerarmos que somos um dos maiores países em extensão do mundo e em população, vejo essas iniciativas como um fato muito positivo e muito concreto.

Quando vejo o Papa, este novo Papa, por quem tenho um respeito e uma admiração muito profunda, acho que é um fato novo. Eu talvez seja um órfão na espera de alguém que possa... Confiei até na Presidente Dilma. Quando ela assumiu, eu fui à tribuna dizendo que ela demitiu o primeiro, o segundo e o terceiro ministro por corrupção. Eu achei que ela ia fazer, que ela seria realmente... Na verdade, ela não teve condições. Não é nem culpa dela. A culpa é nossa que não demos a ela uma base para que pudesse ter o mínimo de interferência. E deu naquilo que deu. Mas eu acho que este Papa realmente vai fazer algumas mudanças importantes na nossa Igreja. Na hora em que ele... Esse número de clérigos, inclusive bispos, abusando de crianças, se transformou num fato que era levado, empurrado com a barriga. Hoje, eles estão na cadeia e foram colocados na rua. Aquele banco do Vaticano, de que se falava tanto, com aqueles escândalos, ele cortou e resolveu as questões. Eu vejo que alguma coisa está se modificando dentro dessa realidade.

Creio que V. Ex^a vai para lá num momento realmente muito significativo.

Eu tenho dito – e aproveito para dizer a V. Ex^a – que vejo o problema do Oriente Médio com muita mágoa. Ali havia algo que era absolutamente justo e compreensível. Os israelitas tinham direito a ter o seu território, a sua pátria. E, exatamente quando terminou a grande guerra e as fronteiras praticamente desapareceram, Rússia, Estados Unidos e Inglaterra fizeram da maneira que quiseram. Inclusive, racharam a Alemanha ao meio, dividiram Berlim em duas cidades.

E eles criaram o Estado de Israel. E criaram bem, acho que foi correto. Mas a lei que criou o Estado de Israel criou a Palestina, que são os caras que estavam ali. Então, eles reconheceram um pedaço de Israel e um pedaço da Palestina. E instituíram o Estado de Israel, e até hoje não instituíram a Palestina. Então, vê-se essa luta toda, porque não sei quantos milhões que estavam há 500, 600, 800 mil anos morando naquela terra foram expulsos, e não tinham para onde ir.

E nós, o Líbano – nós, eu falo, no sentido patriota do meu pai – pagamos o preço. O Líbano era considerado um país como a Suíça: não tinha exército, era pacífico, os bancos tinham os créditos de todos os países árabes, inclusive alguns países da Europa. Pelo porto do Líbano escoavam as necessidades de toda a região. Beirute era considerada uma cidade fantástica, como diziam muitas pessoas, ela era uma Paris orientizada. A Paris do Oriente, porque tinha tudo que tinha Paris. Mas havia uma questão a mais: tudo do mundo oriental, tudo que havia no Oriente, também havia lá. Então, havia uma filial do Folies Bergère, a dança do ventre e tudo o mais. Era uma cidade fantástica!

E o que aconteceu? Terminaram com a Palestina, extinguiram. A ordem da ONU, a determinação da ONU era criar os dois – um pedaço da Palestina e um pedaço de Israel. Criaram Israel e botaram para a rua os

palestinos. E 600 mil foram, no Líbano, um no colo do outro, ali para a fronteira, numa vila, acampados, sem coisa nenhuma, sem nada e ficaram ali. E aí, como é absolutamente natural, essas pessoas começaram a fazer rixa com os palestinos, como até hoje. Eu acho fantástico, luta entre os árabes e os judeus. Os árabes atiram bomba de foguete, molotovzinho para lá, e levam uma bomba de não sei quantos, que mata não sei quantos aqui. Então, a imprensa publica: “Os árabes lançaram duas bombas e uma pessoa perdeu, outra...” Aí vem uma bomba do outro lado, derruba um edifício e morrem não sei quantas pessoas.

Então, ali, esses 600 mil começaram a cutucar, começaram a provocar o Estado de Israel. E o Estado de Israel foi revidar. Só que, na hora de revidar, não revidou apenas ali, naquele pessoal – revidou foi de bomba mortal... Destruíu Beirute, uma cidade fantástica, espetacular foi destruída, desmanchada, desmoronada. E o mundo assistiu isso, como assiste isso com a maior tranquilidade. Quer dizer, a ONU não tem condições, se quisesse, de dizer: “Não, vamos estabelecer, a ordem é essa, a decisão foi essa, vai ter isso”?

Agora, é deliberado, na minha opinião. Quer dizer, as grandes nações não têm interesse em que haja entendimento e, por isso, não deixam aquilo que é absolutamente natural. Viva o Estado de Israel, tenha independência, que vá adiante, prospere, mas dê um pedaço de terra aos palestinos para que, eles estando ali, possam viver e não estejam se metendo a fazer as coisas que estão fazendo no mundo inteiro.

Então, diante dessa triste realidade é que eu pergunto a V. Ex^a: como V. Ex^a verá e poderá ver o que está acontecendo? Porque há uma coisa interessante acontecendo: agora não é mais o problema de luta de igreja, de fé, de não sei o quê. Agora é o terrorismo. Estão criando associações e é por isso que o americano está realmente mais preocupado que todo mundo. Essas associações estão no sentido de fazer terrorismo, de destruir, de causar guerra, causar luta e cada vez em política mais alucinatória. Lá mesmo, entre eles, sequestram 150 garotas para servir de programa, estão fazendo coisas que o céu é o limite.

Eu pediria a V. Ex^a, realmente, nesse sentido, o que eu vejo... Q

Quanto ao amigo do Vietnã, eu digo aqui, realmente, o que foi dito pelos meus colegas anteriores.

O Vietnã tem uma história! É o país que ganhou a guerra dos Estados Unidos. Nesse sentido, primeiro, lutou contra uma colonização que a França queria deixar pela vida inteira. Segundo, independente, racharam ao meio. E foi a guerra mais longa, mais cruel e mais absurda que os americanos fizeram. Ela foi tão grande que os próprios americanos, que são tão orgulhosos da ida dos soldados, das suas armas, para defender a “liberdade” – entre aspas – nessa guerra do Vietnã, a opinião interna era radicalmente contra. Realmente vejo hoje o Vietnã... São dois países que eu vejo com respeito, o Vietnã e a Coreia do Sul, que de repente estão crescendo, desenvolvendo, avançando e se transformando em países de indústria quase que de primeiro mundo.

Com relação à Belarus, eu vejo uma situação que até hoje considero interessante. Na festa dos 25 anos da queda do Muro de Berlim, estava como convidado especial o então Primeiro-Ministro da Rússia que, com a sua ação, com a sua maneira de ser, querendo diminuir o poderio do comunismo, querendo dar mais independência, quando ele viu, terminou com a União Soviética. E ele pagou um preço caro politicamente dentro do país. Foi candidato a presidente e teve 1% dos votos. Mas estava lá ele homenageado. Acho que foi uma homenagem justa. Essa é uma grande realidade.

Vejo ali uma coisa interessante. Com relação à guerra que está acontecendo ali do lado, são situações muito delicadas. Naquela província são todos russos. Então, ali, acho que é difícil de se fazer a distribuição de como é, de como não é. Alguém já falou que a Rússia deveria pensar em fazer uma espécie de, em vez de ser União das Repúblicas Soviéticas, aquelas repúblicas que se tornaram independentes, que são independentes, era um milagre e ao mesmo tempo um absurdo, elas todas unidas, igreja diferente, religião diferente, raça diferente, língua diferente, costume diferente, tudo diferente... Poderiam fazer como a Inglaterra até hoje tem, e parece mentira, a Austrália pertence à comunidade britânica, e a Rainha da Inglaterra é a grande autoridade. A Índia pertence à comunidade britânica, e a Rainha da Inglaterra é a grande autoridade. O Canadá pertence à comunidade britânica. Então eles poderiam fazer uma coisa nesse sentido de entendimento, que desse autonomia absoluta, mas parassem com essa questão de pensar num novo entendimento que acredito realmente nunca vai haver.

Peço desculpas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradecemos a intervenção de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Para concluir a sabatina, com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Depois da aula do nosso querido Senador Simon, dos questionamentos de todos os Senadores que me antecederam, Senador Aloysio, Senadora Vanessa, Senador Luiz Henrique, Senador Suplicy, quero dizer que as questões todas relacionadas à crise da Síria, Oriente Médio,

envolvendo os países também na Rússia... Vou me valer aqui do que o Senador Luiz Henrique fez defendendo a sua Santa Catarina em relação à Belarus, sobre a carne suína.

O Rio Grande do Sul também é um Estado exportador, não só em relação à carne suína. Eu pediria a todos os outros nossos Embaixadores do Vietnã, do Líbano e também da Belarus atenção especial. Claro, como sou Senadora do Rio Grande, tenho que defender os interesses do nosso Estado. Não só de todas as carnes, mas também de frutas, que exportamos para o Líbano, animais vivos exportamos para o Líbano, e ainda uma pauta enorme de manufaturados, para onde tiver possibilidade.

Não posso deixar de mencionar também o trabalho importante e relevante do Embaixador que vai servir à Belarus, Paulo Antonio Pereira Pinto, no episódio de grande repercussão no Rio Grande em relação à liberação do menino Iruan em Taiwan.

Pelo trabalho feito, então, parabéns, porque isso ficou na memória dos gaúchos pelo seu envolvimento, o que valorizou mais ainda o Itamaraty.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Encerrada a lista de inscrição dos Senadores que sabatinaram os Embaixadores e, nos termos da legislação, concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Ministro Marco Antonio Diniz Brandão.

Solicitando a todos os três Embaixadores que, de forma sucinta, possam responder às indagações dos Senadores e Senadoras presentes.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado, Presidente.

Gostaria de me referir, antes de mais nada, ao que perguntou o Senador Suplicy, os seus comentários sobre a paz no mundo.

Acho que ele próprio tem a receita, que é a justiça social, o entendimento entre as pessoas. Eu sou muito orgulhoso de ser membro de uma profissão que trabalha para isso. A diplomacia, no fundo, trabalha para o diálogo, para o entendimento entre os homens. É este o caminho que acho que deve ser seguido em todos os foros, em todas as relações bilaterais: a procura da justiça, do entendimento, do diálogo, acho que esse é o caminho. Não há outro.

Sobre a questão da renda no Vietnã, acho que o Vietnã tem vários caminhos para a distribuição de renda. O principal deles é a geração de empregos. Não há qualquer dúvida de que o Vietnã tem procurado realizar investimentos, atrair investimentos externos para criar empregos. A criação de empregos é a preocupação básica e constante do governo vietnamita. E eles têm tido um grande sucesso nesse particular.

O crescimento do país demonstra que, a cada ano, as exportações, a produção interna cresce. Isso, evidentemente, absorve cada vez mais mão de obra e dá renda necessária para a saída dos níveis mais baixos de pobreza, elevação da renda, e também manutenção de uma renda mínima para quem precisa dessa renda mínima.

Há também caminhos de distribuição de renda mais direta. O Vietnã tem um controle de preços muito eficaz: preços de alimentos, preços de produtos básicos. Já que o Estado lá tem uma presença muito importante, eles conseguem fazer um mecanismo de controle de preços muito eficaz e que tem sido bastante exitoso.

O Brasil pode também contribuir com os nossos exemplos, o que nós fazemos em relação à distribuição de renda. E os vietnamitas têm-se mostrado muito interessados em conhecer a nossa experiência. Acho que é um caminho que devemos seguir.

Sei que o senhor passará também agora a ter uma presença internacional importante nessa área. Espero que o senhor possa ir ao Vietnã, enquanto eu estiver lá. O prazer será todo meu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Espero seguir sua sugestão.

Obrigado.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Obrigado, Senador.

O Senador Luiz Henrique falou sobre Ho Chi Minh. Ho Chi Minh é o último nome pelo qual o grande líder foi conhecido. Ele, na verdade, teve vários nomes. Adotou vários nomes. Nasceu com um nome e durante a sua vida toda...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Dizem que esse nome era o nome de um mendigo. Ele tomou de um mendigo.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Possivelmente. Há várias histórias sobre Ho Chi Minh, que era um homem absolutamente extraordinário. Um dos grandes líderes da humanidade, um dos grandes homens que o século XIX, século XX produziram.

Há histórias de que ele teria vindo ao Brasil como tripulante de um navio cargueiro. Parece que esteve no Rio de Janeiro. Então, a figura histórica que ele representa no Vietnã, realmente é o pai da pátria, a figura principal. Deve-se lembrar que a antiga Saigon chama-se Ho Chi Minh. Da mesma forma como Washington adotou o nome do grande herói da independência americana.

Em todas as notas, o dinheiro vietnamita, têm impresso a figura de Ho Chi Minh. O seu mausoléu, em Hanói, é objeto de visitação popular constante. É uma figura realmente fundamental, acho que não só para o Vietnã, mas de importância fundamental para o mundo, pelo o que fez pelo seu país e pelo exemplo que deu de humildade, foi um homem muito humilde, mas, também, de grandeza da alma e de liderança.

Acho que foi isso o que ficou de Ho Chi Minh, um grande legado.

Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin, as menções ao Vietnã, ao papel que o Brasil pode ter. Devo-lhe dizer que vou ao Vietnã por minha própria escolha, foi minha escolha, porque eu tenho uma grande admiração por este País também, e acho que é um País que tem com o Brasil possibilidades imensas de parceria, de cooperação, e eu creio que isso pode ser explorado por todos nós e deverá ser explorado por todos nós para o bem dos dois países, para o bem do mundo, na verdade.

Agradeço muito as suas palavras.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira falou da China. E de fato a história toda do Vietnã é uma história de confronto e amizade com a China. Desde o surgimento da Nação do Vietnã, há períodos intermitentes de independência da China e de integração ao espaço político chinês. E isto tem sido uma constante nos últimos dois mil anos, na verdade. E pouca gente sabe, ou é pouco lembrado, mas houve uma pequena guerra, Vietnã-China, em 1979, quando o Vietnã interveio no Camboja para depor o regime do Khmer Rouge, houve, no norte do Vietnã, uma invasão chinesa e uma guerra de dois meses que foi importante, bastante importante.

Hoje as tensões se concentram muito, digamos assim, nas iniciativas chinesas quanto ao Mar do Leste. O mar territorial, algumas ilhas, cuja soberania é disputada, não só com o Vietnã, mas com outros países da região também.

A China tem sido muito insistente, muito ativa nessa procura de colocar realmente a sua soberania sobre o Mar do Leste. E o Vietnã tem reagido, mas de uma maneira muito pragmática. Não se deve esquecer que a China é um grande parceiro do Vietnã, embora o Vietnã reaja de uma maneira bastante clara quanto às tentativas chinesas de impor a sua soberania ao Mar do Norte, ao mesmo tempo o Vietnã tem sido hábil o bastante para conduzir a questão de modo diplomático. E eu creio que eles terão sucesso porque é um povo muito pragmático e bastante hábil no que fazem.

O Senador Simon mencionou a guerra com os Estados Unidos, e é verdade. Foi uma vitória totalmente clara, realmente o Vietnã ganhou uma guerra, com meios muito inferiores do que dispunham os Estados Unidos, pela força do seu povo, pelo heroísmo do seu povo, pela vontade de se libertar. E é bastante notável o fato de que não há mágoa no Vietnã, o Vietnã não guardou mágoa. Eles, hoje, têm, nos Estados Unidos, um parceiro importante, cada vez mais. Desde a época do Presidente Clinton, houve uma aproximação consistente, hoje eles têm, com os Estados Unidos, uma posição de altivez, como sempre tiveram em relação a qualquer outro país, mas, também, procuram a cooperação, sem qualquer tipo de amargura ou de mágoa e, isto, é um sinal importante de como o país atua no mundo, na arena internacional.

A Senadora Ana Amélia falou das exportações do Rio Grande do Sul para o Vietnã. E eu, claro, acho que será objeto de grande atenção, eu acho, da embaixada, de minha parte, e eu sugeriria que se pudesse, de repente, fazer missões de entidades empresariais, exportadoras do Rio Grande do Sul, ao Vietnã e outros países da Ásia, que são importantes mercados, e, eu acho, que isso teria um grande efeito.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradeço ao Sr. Marco Antonio Diniz Brandão e concedo a palavra ao Embaixador Jorge Geraldo Kadri.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela pergunta que fez, uma pergunta de uma dimensão que, evidentemente, é da maior complexidade. Quantas pessoas ainda precisam morrer para que o bom senso prevaleça no Oriente Médio?

Antes de fazer os comentários, eu quero dizer que sou pessimista, infelizmente. Eu sou um homem essencialmente positivo, mas neste particular, eu devo dizer que a situação ainda perdurará por algum tempo. Eu não vejo luz no final dessa disputa, Sr. Senador Pedro Simon, infelizmente.

Bom, eu passo então a fazer os comentários. A região é extremamente conflituosa, por razões diversas, por interesses diversos; interesses comerciais (petróleo); interesses religiosos, históricos. A Palestina estava há dois mil anos vivendo em sua terra; Israel vivia antes também, por milhares de anos. Então é uma complexidade muito grande.

Há uma disputa xiita-sunita, religiosa, que remonta à morte do Profeta Maomé, que também não é o caso de entrar aqui, mas pode ser motivo de uma conferência, para entender que os xiitas ficaram, durante mais de mil anos, numa posição inferior e agora eles têm finalmente o momento histórico de assumir uma relevância maior na região. Então, esse também é o pano de fundo de uma disputa múltipla, de múltiplas facetas.

Muito bem. A ONU, a Liga Árabe, as lideranças regionais, que são conflitantes, os Estados Unidos e a Rússia, no plano geral, os parceiros internacionais, entre os quais o Brasil, todos estão, de uma maneira ou de outra, tentando fazer valer o bom senso, fazer valer o diálogo. Mas os interesses ainda são conflitantes, não comungam para uma mesma direção.

Foram responsáveis por isso também as potências coloniais. Inglaterra e França dividiram aquela região do Levante – Iraque, Síria, Jordânia, Palestina e Líbano – conforme seus interesses.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Tarefa do Lawrence, famoso.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – O Lawrence da Arábia, é. Foi, foi objeto desse filme famoso, Lawrence da Arábia.

E infelizmente os povos da região, que pensaram que iam ter uma independência completa, acabaram sendo divididos de maneira artificial. Então a Síria, até o século XIX, englobava a Palestina, a Jordânia, o que era a Fenícia, toda essa região. Com essa divisão colonial, o Líbano ficou de um tamanho diferente do que ele tinha. Agora, as tribos vivem nas fronteiras, são primos, irmãos, falam a mesma língua, mesmos costumes, mesma comida. Então, é muito complicado.

Nós temos essa divisão artificial, nós temos a presença de Israel, que é uma presença marcante, que vem, conforme falei na minha pequena exposição, complicar muito mais o cenário, porque Israel traz consigo os Estados Unidos, os Estados Unidos trazem a Rússia – isso no plano global. No plano regional, nós temos Irã e Síria apoiando o Hezbollah no Líbano, que é uma coisa importante.

Essa visão xiita tem se alastrado pelo levante e é forte. Nós temos a Turquia, também com interesse concreto, porque tem os curdos, que querem um Estado curdo, que tem uma parte que está na Síria, outra parte está no Iraque, outra parte está na Turquia. Então, são várias mãos que estão atuando nessa região, que é uma região importante, milenar, que tem muita riqueza e que tem Israel.

Então, isso tudo junto dá um panorama de difícil solução a curto prazo. A saída, se a gente pudesse dizer em duas palavras, seria tolerância e diálogo. E talvez, complementando, que Israel, enfim, os Estados Unidos aceitassem a resolução das Nações Unidas, de criação de dois Estados. Mas o que a gente vê hoje é um distanciamento desse compromisso. Os assentamentos aumentam cada vez mais, enfim, a dinâmica está indo no sentido da separação, e não do casamento de interesses.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O senhor permitiria um brevíssimo aparte, se o Presidente conceder? *(Pausa.)*

Pouco antes de eu visitar o Iraque, em 2008, li uma entrevista do técnico brasileiro da seleção de futebol do Iraque, que havia conseguido ganhar o campeonato de futebol da Ásia. E ele então disse: “Quando eu comecei a treinar o time, era muito difícil fazer os xiitas passarem a bola para os sunitas e daí para os curdos, mas na hora em que eu consegui harmonizar o time, fomos campeões.”

É uma imagem muito interessante de como justamente esse espírito do Brasil, que inclusive existe no futebol, de levar as pessoas a se confraternizarem, é algo muito relevante.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Muito obrigado, Sr. Senador Eduardo Suplicy. Apenas complementaria essa questão dizendo que, efetivamente, os cristãos, que desempenhavam uma espécie de fiel da balança, de procurar harmonizar os interesses, são cada vez menos. Hoje são apenas 30% da população. Então, o que até os anos 70 era possível, com os maronitas, os melquitas, etc., que tentavam de alguma maneira acomodar os interesses... Uma boa parte dessa população migrou, inclusive para o Brasil. Isso realmente faz falta. Essa tolerância, esse diálogo, estão fazendo falta na região, mas é de uma complexidade que todos aqui conhecemos.

Eu passarei, então, à segunda pergunta, do Senador Luiz Henrique. Eu agradeço muito a pergunta. É uma pergunta da maior simpatia. Eu tenho um orgulho e uma satisfação em respondê-la, porque os meus avós vieram de Zahle, os meus pais também, então eu sou de primeira geração de filhos de libaneses. Efetivamente, a ida de D. Pedro II criou um ambiente que perdura até hoje. Até hoje eu me encontro com embaixadores libaneses mundo afora – eu já servi em diversos lugares – e eles comentam: “D. Pedro II esteve lá”. Isso foi marcante. O Brasil recebeu com braços abertos e, hoje em dia, entrando diretamente na pergunta do Sr. Senador Luiz Henrique: sim, no Líbano esse fato ainda é marcante, e é marcante em várias dimensões. Por exemplo, não se encontra – isso eu li em livros e notícias – uma família no Líbano que não tenha um parente no Brasil. Não há uma rua em qualquer cidade do Líbano, nas aldeias, que não tenha alguém que fale português do Brasil, que entenda um pouco do português do Brasil.

Então, o Brasil tem realmente um capital a explorar, e é uma coisa gratuita. Gratuita não, porque é história, mas é uma coisa natural. Eu sou um exemplo típico. Eu me sinto brasileiro, 100%, mas eu tenho que reconhecer que tenho uma origem libanesa, e isso me dá um orgulho muito grande, como o Senador Pedro Simon muito bem mencionou. Então, eu acho que esse aspecto histórico deve, sim, facilitar o meu trabalho, e muito, no Lí-

bano. O Líbano, para mim, vai ser um desafio não apenas profissional, mas um desafio pessoal de reencontrar as minhas origens. Isso deve ajudar muito, Sr. Senador.

Eu quero agradecer a Senadora Vanessa Grazziotin pelas palavras gentis, pelos votos de sucesso; e ao Senador Aloysio Nunes, de São Paulo, minha terra.

A repercussão da crise síria no Líbano é, infelizmente, uma realidade. As forças políticas libanesas se reuniram em torno da mesa e aprovaram o Acordo de Baabda, que era um acordo entre as forças políticas para impedir o transbordamento da crise para o exterior, para as fronteiras do Líbano. Infelizmente, isso não foi possível e ficou muito claro que não seria possível a partir do momento em que o Hezbollah entrou no conflito sírio a favor do Assad, o Presidente sírio. A partir daí, os Hezbollahs, que são muçulmanos, passaram a combater e a matar centenas de milhares de sunitas muçulmanos. A partir daí, os sunitas libaneses passaram a questionar: “Afinal de contas, o Hezbollah veio aqui para ser resistência a Israel e, na verdade, está matando irmãos muçulmanos”.

Essa complexidade faz parte de um daqueles itens que eu mencionei, complicação que não cessa de aumentar. Ao mesmo tempo, a existência do exército islâmico, que é um perigo para todo o Levante, chegou ao norte do Líbano.

Em Arsal, houve combates entre as forças libanesas, e 30 soldados e policiais libaneses foram presos e encontram-se sequestrados por esse grupo islâmico. Então, as hostilidades não cessaram; o Líbano é um país pacífico, ordeiro, não provoca crise, mas sofre as crises de uma região conflituosa, historicamente conflituosa.

O Brasil pode fazer, talvez, um grão de areia nesse contexto todo, ajudando os refugiados, participando da Unifil, enfim, fazendo um esforço de controle de danos, para que a coisa não seja ainda mais complexa.

Mas, infelizmente, essa é a realidade, e não vejo, em curto prazo, enquanto o conflito sírio não for resolvido de alguma maneira a contento, ou pela via diplomática, do diálogo, que acho a única possível, porque a via militar me parece, a essa altura, complicada, porque envolveria o Irã, outras forças, inclusive a Rússia... E não é de interesse de ninguém, inclusive dos árabes, que o conflito se estenda e ainda cause mais do que as 200 mil mortes só na Síria, para não falar dos outros países.

Bem, Senador Pedro Simon, quero aproveitar para agradecer novamente a sua relatoria, as suas palavras gentis.

Eu respondi à sua pergunta com essa breve análise superficial da complexidade que vigora atualmente. Entendo que as Nações Unidas e a Liga Árabe têm responsabilidade primária para atuar – e de maneira firme – contra o terrorismo. Os demais países evidentemente... O Brasil apoia claramente a Palestina, apoia claramente o Líbano e tem se mostrado pela via do diálogo sempre. Essa é a posição do nosso Ministério, como os senhores todos sabem, mas o problema está colocado, e a solução não está ainda visível.

Outro aspecto que poderia detonar – vamos dizer assim – um processo de pacificação seria a Palestina e Israel assinarem um acordo de paz. Isso vai desarmar os espíritos e teria um efeito extraordinário na região. Mas também para esse conflito não se antevê uma solução em curto prazo.

Então, temos de continuar negociando, dialogando, que é o que a diplomacia faz, esperando que a tolerância, o bom senso, o diálogo venham a prevalecer.

Gostaria, finalmente, de agradecer à Senadora Ana Amélia as palavras de encorajamento e gentis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Com a palavra, o Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto.

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Muito obrigado, Senador.

Gostaria também de agradecer a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, principalmente pelo caráter prospectivo do que o senhor sugeriu. O senhor sugeriu que se especulasse a respeito da possibilidade de paz e justiça naquela parte da Europa.

Se fôssemos pensar em termos de passado, tenho a impressão de que o índice de mortalidade causado pelas guerras que se passaram ali... Na Segunda Guerra Mundial, os alemães, os nazistas causaram danos enormes na área da Belarus, e, no retorno, parece que foi pior ainda. Tenho até a impressão de que, nesse quesito de mortalidade, a Europa Central ainda dá de 7 a 1 nas demais áreas de conflito.

Mas é muito bom pensar prospectivamente, porque, conforme procurei explicar, conforme procurei expor na minha exposição, vejo no momento uma disputa entre dois modelos de governança naquela parte do mundo, na Europa: o modelo ocidental e aquele novo paradigma civilizacional, sugerido pelo Presidente Putin.

Então, eu agregaria... Acredito que, em termos especulativos, haveria uma possibilidade de paz e justiça, que dependeria do modo de governança que prevaleceria. Haveria um modelo de justiça, enfim, adotado pelo modelo de governança ocidental e um modelo de justiça adotado por esse novo paradigma civilizacional que o Presidente Putin pretende impor.

A questão de paz acho que é muito de percepção, na medida em que os países do Ocidente não ofendam a percepção de Moscou, de que, enfim, ao interferirem na política interna da Ucrânia, na crise do ano passado, eles criaram a expectativa de que acordos firmados em 1994 estavam sendo contrariados e que haveria um aumento da presença ocidental em países que, historicamente, estão sob a influência da Rússia.

E, também, uma questão de percepção do ocidente com relação ao que pretende a Rússia fazer, no momento, na Ucrânia.

A minha sugestão é a seguinte, tenho impressão de que o fator de estabilidade seria que cada um desses blocos desenvolvesse uma percepção de prosperidade – acho que isso é que estaria faltando. Se houver prosperidade no bloco de governança ocidental e prosperidade no bloco proposto pelo Presidente Putin, aí sim, caminharemos para uma situação de paz e justiça.

Muito obrigado.

Ao Senador Luiz Henrique, o primeiro quesito que foi reforçado pela Senadora... Sim, conforme eu expliquei na exposição, eu considero inadmissível que haja ainda o embargo de carnes bovina e suína, uma vez que o Brasil já apresentou aos organismos internacionais especializados todas as justificativas para que essas barreiras sejam levantadas.

Caso aprovado por V. Ex^{as}, eu devo retornar ao Rio Grande do Sul, onde é o meu posto atual – continuo lotado na representação chefiada pela Embaixadora Leda – e teria, então, oportunidade de, com o credenciamento, após ter sido submetido à sabatina, procurar me informar mais sobre o que, realmente, está em jogo. Não sou especialista nesse assunto, mas posso lhe adiantar também que, no momento, há um adido agrícola na Embaixada do Brasil em Moscou.

Na medida em que esteja se fortalecendo essa área econômica euroasiática – a Belarus já faz parte dessa união aduaneira com a Rússia e o Cazaquistão, acredito que deveremos trabalhar em conjunto com esse adido agrícola de Moscou, e eu, pessoalmente, devo procurar me informar mais e, lá chegando, exercer a pressão diplomática que me pareça cabível para conseguir a liberação da importação de carnes.

O senhor perguntou, também, a questão da proximidade da população russa residente na Belarus e da população de origem russa na Ucrânia. A resposta seria que, no momento, a Belarus já firmou um acordo sobre esse projeto euroasiático com a Rússia e com o Cazaquistão, o que significa que a população de origem russa...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não, o que eu queria lhe perguntar era o seguinte: eu não estou me referindo ao Estado, ao governo bielorrusso, que já estabeleceu o seu engajamento absoluto dentro dessa comunidade liderada pela Rússia.

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Sim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Todos nós sabemos que a Rússia sempre teve a pretensão de ser uma grande protagonista mundial, uma grande potência mundial – foi assim no império dos czares, foi assim durante o regime soviético.

O que eu queria saber é se, no seio da população, há o anseio de um atrelamento à comunidade europeia, porque isso que motivou a questão da Crimeia e, também, da região de Donetsk, lá na Ucrânia.

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Eu gostaria de poder responder, ao mesmo tempo, a sua pergunta e a pergunta do Senador Aloysio, tentando colocar isso no contexto histórico.

Todos sabemos que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi consolidada na década de 1920. O projeto era que essas repúblicas se desenvolveriam com base na ideologia do comunismo e chegariam, em algum momento, a este mundo ideal do ditadura do proletariado em que todas essas repúblicas seriam poderes independentes iguais.

No meio do caminho, em 1991, desintegrou-se a União Soviética de uma maneira desastrosa. Então, acontece que essas repúblicas socialistas – como a Belarus, a Ucrânia, o Azerbaijão, a Armênia – já tinham, naquele momento, instituído certos poderes constituídos com lideranças firmadas, e, de repente, viram-se num vácuo.

Enfim, automaticamente continuaram raciocinando no mundo em termos bipolarizados. Se antes o conflito era entre o Ocidente e a União Soviética, agora passaram a imaginar: “Bom, temos a opção de aderir ao Ocidente ou de permanecer mais agregados, digamos assim, à Rússia.”

A Bielorrússia tomou a iniciativa de automaticamente... Foi o único país que não se “desestalinizou”. Permanece até hoje um regime centralmente planejado.

Então, em parte, a resposta à sua pergunta é: acho que não existe na Bielorrússia uma consulta popular que pudesse dimensionar esse índice de satisfação. Cabe lembrar que o czar era considerado o czar de todas as Rússias: a grande Rússia, que é a Rússia; a pequena Rússia, que era a Ucrânia; e Belarus.

Enfim, novamente os outros países acharam que, assim como aconteceu com a independência dos países africanos e do sudeste asiático na década de 60, em que era fácil optar pelo regime capitalista ou regime comunista e uma grande potência se aliava a eles, no caso dessa república, ex-república soviética, se defrontaram com uma situação muito diferente. Enfim, para se juntarem ao modelo de governança ocidental, era ne-

cessária uma série de coisas: liberdade de imprensa, um certo nível de respeito aos direitos humanos, proteção ao clima, coisas que eles começaram a reconsiderar.

Então, no momento, a avaliação que alguns setores fazem é que, na verdade, para grande parte das lideranças – e aí temos que novamente concordar que esse modelo de governança, esse novo paradigma civilizacional proposto pelo Presidente Putin não sugere muita consulta pessoal –, haveria, na verdade, uma tendência a aderir, sim, a esse bloco euroasiático.

Então é essa a visão que eu tenho no momento, já tendo servido como Embaixador em Baku, no Azerbaijão, que também era uma ex-república soviética, e tendo me debruçado sobre esses estudos há algum tempo. É com essa percepção que eu, aprovado por V. Ex^a, pretendo chegar e, aí, sim, procurar acompanhar. Deve ser um posto de observação interessantíssimo, porque pode ir para um lado ou para o outro. E isso muito interessa em extensão internacional brasileira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Não. Eu acho que nem é uma terceira via. É uma proposta que o Presidente Putin faz do que ele chama de um novo paradigma civilizacional. É uma ponte entre o Ocidente e a Ásia, com forma de governança muito própria.

Agora, e se der certo? Enfim, é importante uma extensão internacional brasileira pensar nisso. Daí, com a Bielorrússia já estando integrando esse bloco euroasiático, tanto do ponto de vista comercial, muita coisa poderá ser trabalhada lá, enfim....

Agora, me parece que o tema maior justamente é a questão de novas formas de governança planetárias. O que significa para nós? Quer dizer: alguns anos atrás, eram os partidos de esquerda da Europa ocidental que se aliavam a Moscou. Hoje são os partidos de direita que se aliam a Moscou.

Então, é um mundo realmente extremamente fascinante. E é muito difícil dar respostas de imediato. Esperamos que o encontro do Presidente Obama com o Presidente Putin agora, na Austrália, resulte em algum progresso nesse sentido.

Mas vejo com satisfação que, pelo menos, não há grandes ameaças de mortalidade naquela parte do mundo. Haverá conflitos, sim. E me parece que Moscou pretende desestabilizar a área em proveito de seus interesses nacionais. Enfim, não há o que questionar com relação a isso até que se chegue a um equilíbrio. E, acredito, voltando à pergunta do Senador Suplicy, que haja realmente prosperidade. Na medida em que houver prosperidade no mundo, haverá esse equilíbrio. Como chegar lá eu realmente não saberia.

Agradeço à Senadora Vanessa pelo incentivo. Agradeço muito à Senadora Ana Amélia pela referência ao caso Iruan, quando eu consegui, depois de três anos de batalha judicial, trazer o doce neto ao Salgado Filho. Completou dez anos agora, em 2014. O fato foi também lembrado na imprensa do Rio Grande do Sul. Agradeço também ao Senador Pedro Simon.

Talvez eu tenha respondido também à sua indagação. Quer dizer, foi o ex-Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, o Gorbachev, que esteve presente nessas comemorações dos 25 anos, enfim.

A expressão, em que procurei dar o meu entendimento, foi essa que transmiti aqui: houve uma desintegração desorganizada da União Soviética, e, até hoje, estão tendo de pagar um preço muito grande. Esperamos que eles se estabeleçam com um método de governança ou outro e que haja prosperidade, paz e justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradeço aos Srs. Embaixadores.

Encerrada a fase de sabatina, de acordo com a legislação vigente, a reunião da Comissão, a partir de agora, será transformada em secreta.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 03 minutos e é reaberta às 12 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – A reunião está reaberta.

A Presidência comunica a deliberação dos Embaixadores.

- . Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para a República Libanesa;
- . Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para a República Socialista do Vietnã; e
- . Embaixador, conterrâneo, Paulo Antonio Pereira Pinto, indicado para a República de Belarus.

Cumprimento os Embaixadores e desejo êxito à frente das Embaixadas.

Os Srs. Embaixadores estão autorizados a se retirarem, para darmos seguimento à reunião.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sucesso para todos!

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Assim como o Senador Luiz Henrique solicitou a V. Exª, que, com muita gentileza, aquiesceu fazer a leitura do relatório do indicado, e gostaria também que V. Exª incluísse extrapauta... Eu tenho uma relatoria da Embaixada da Polônia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Eu vou fazer isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E também uma matéria que tem interesse, das Forças Armadas, sobre o direito das mulheres militares à licença gestante.

Então, agradeço a V. Exª e agradeço o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Faremos isso tranquilamente.

O item 4 da pauta é um requerimento do Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão, para o Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Propõe a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o objeto que já deixei claro.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Para o “Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)” recomendamos a presença dos seguintes convidados com a subsequente agenda:

Abertura:

- *Ministra Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente);*
- *Antônio César Bochenek (Presidente da Associação dos Juízes Federais);*
- *Denise Hamú (Coordenadora do Escritório do Pnuma no Brasil).*

Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental:

- *Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho (Chefe da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores);*
- *Ministro Antonio Herman Benjamin (Ministro do Superior Tribunal de Justiça);*
- *Ben Boer (Professor da University of Sidney Law School – Austrália e Wuhan University – China).*

Agenda Ambiental e Jurídica dos ODSs: Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação:

- *Peter Burdon (Professor da Adelaide Law School – Austrália). Tema: Ética e ODSs;*
- *Tomme Young (Pesquisadora e Consultora Internacional – Estados Unidos). Tema: Biodiversidade, Acesso e Divisão de Benefícios, e ODSs;*
- *Owen McIntyre (Professor da Faculdade de Direito da University College Cork – Irlanda). Tema: Água e ODSs;*
- *Carl Bruch (Pesquisador do Environmental Law Institute – Washington DC). Tema: ODSs em Regiões Pós-Conflito;*
- *Karl Rabago (Professor da Pace University – Nova York). Tema: ODSs e Energia;*
- *Timo Koivurova (Professor da University of Lapland – Finlândia). Tema: ODSs, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos;*
- *Ian Hannam (Pesquisador – Austrália). Tema: Degradação do Solo, Desertificação e ODSs;*
- *Ken Markowitz (Secretariado da INECE – Rede Internacional para a Implementação Ambiental). Tema: ODSs e a Implementação Legal.*

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento aprovado, além da autoria do Senador Ricardo Ferraço, tem também a assinatura do Vice-Presidente, que a subscreveu.

Item 5:

ITEM 5**REQUERIMENTO Nº , DE 2014**

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. DIEGO ALFREDO MOLERO BELLAVIA, Embaixador da Venezuela no Brasil, para que apresente, perante os membros desta Comissão, os devidos esclarecimentos sobre o acordo assinado entre o Movimento dos Sem Terra e o Governo da Venezuela para troca de experiências entre a entidade e o país vizinho na área de agroecologia.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Em discussão o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que há uma retificação, porque o Embaixador atual voltou para a Venezuela. Então, o convite seria feito ao encarregado de negócios atual, Sr. Reinaldo Segovia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Espero que a Secretaria tenha anotado a sua observação, Senador Aloysio Nunes.

E quero parabenizá-lo pela oportunidade de fazer esse requerimento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

Queria fazer uma sugestão, porque, como é um acordo feito entre o Governo da Venezuela, salvo engano, e o MST, quem sabe possa ser convidado um dos coordenadores nacionais do MST, João Pedro Stédile para, assim, haver o esclarecimento pelas duas partes.

É a sugestão que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Supply.

Eu creio que se poderia até, numa outra oportunidade, ouvir alguém em nome desse movimento, mas creio que não seria de bom tom ter o embaixador de um país e o representante de um movimento que não tem nem existência legal, porque ninguém soube quando João Pedro Stédile foi eleito coordenador do MST.

Acho que em outra oportunidade não tem nenhum...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O MST não tem uma presidência, tem uma coordenação nacional. Dentre os coordenadores, estão João Pedro Stédile e Gilmar Mauro. São os dois principais coordenadores. Então...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – O senhor há de convir que existe aí uma questão de *status* que me parece um pouco constrangedora...

A proposta do Senador Aloysio Nunes é para que seja feita em momentos distintos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Em momentos distintos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem, então.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Eu concordo plenamente. Acho que tem todo sentido ouvir as duas partes.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não havendo oportunidade, em outra, ouviremos o MST.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – V. Exª faz um requerimento, e...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6 da pauta:

ITEM 6**MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2014**

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezem-

bro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, trata-se de proposta da Presidência da República, indicando o Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Itamaraty, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Finlândia.

Meu parecer foi distribuído em avulso e é de conhecimento de todos os Srs. e as Srªs Senadoras.

Trata-se de diplomata experiente, que já ocupou vários cargos relevantes e de uma função muito importante para o Brasil, como a de embaixador na Finlândia.

Por isso, meu parecer é, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Não havendo mais quem queira discutir, é concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu tenho um similar e gostaria de fazer a leitura agora. É a indicação de um embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Eu vou pela ordem.

V. Exª tem necessidade de sair? Tem? (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu também tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – É extrapauta.

Mensagem Presidencial encaminhando o nome do Sr. Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Jordânia.

O Senador Pedro Simon está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – A Casa é chamada a opinar sobre indicação do Sr. Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Primeira Classe, para a Jordânia.

S. Exª já serviu em diversas embaixadas, foi embaixador do Brasil em Buenos Aires, foi embaixador do Brasil em Havana, em Washington, em Pretória, capital executiva da África do Sul, em Maputo, capital de Moçambique, em Harare, capital de Zimbábue, e é uma pessoa da maior competência, da maior capacidade, e é com grande respeito que eu opino a favor de S. Exª para ocupar a Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não.

Encerrada a leitura do parecer, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41.

Há outro item extrapauta.

Dispõe sobre a licença gestante e à adotante as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e as licenças-paternidade no âmbito das Forças Armadas.

É de autoria da Presidência da República.

A relatoria coube à Senadora Ana Amélia, que tem relatório pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Jarbas Vasconcelos, eu lhe agradeço pela inclusão extrapauta.

Esta matéria é relevante do ponto de vista social porque pretende inovar o ordenamento jurídico para garantir aos militares tratamento não disciplinado pela Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que é o Estatuto dos Militares, porém já previsto para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e para os servidores públicos, regidos pela lei adequada.

O tema é tratado respectivamente em vários artigos desses diplomas legais.

Na verdade, a questão trata de restabelecer às mulheres e aos pais militares direitos dos servidores civis.

O parecer do Senador Humberto Costa resume tudo e resume também o meu voto.

Ele destaca um trecho dizendo que: “É comum associar a carreira militar a sacrifícios esperando-se desses servidores que enfrentem quaisquer dificuldades com estoicismo e abnegação.”

São valores tradicionalmente associados à carreira militar, que pretendem conferir dignidade e honra a essas pessoas, mas não podem, perversamente, fundamentar a negação de seus direitos fundamentais. Não há sentido nem, salientamos, necessidade de recusar aos militares um direito social básico como a licença à gestante e a licença paternidade, que beneficiam tanto os pais e mães quanto os seus filhos e, conjuntamente, as famílias que eles constituem.

Assim, reafirmamos que o PLC nº 22, de 2013, por todos os motivos já expostos, é meritório, uma vez que prevê a consagração e a institucionalização de dispositivos concernentes a direitos fundamentais previstos pelo legislador constitucional, mas que, até então, não haviam sido incorporados ao ordenamento jurídico pátrio exclusivamente no caso dos integrantes das Forças Armadas.

Portanto, o voto é pela aprovação do PLC nº 22, de 2013, com o devido merecimento desse reconhecimento, de iniciativa da Presidência da República, ao estender aos pais militares – mães gestantes e pais – o direito às licenças.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Não havendo quem queira discutir a matéria, eu encerro a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Ainda com a palavra a Senadora Ana Amélia, para relatar a Mensagem da Presidência da República que encaminha o nome do Sr. Alfredo Cesar Martinho Leoni.

Item 9:

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art.39, combinado com o art.41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: OS integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, farei uma única referência, porque é de conhecimento público e distribuído o currículo do Embaixador.

Ele nasceu em Bauru, São Paulo, em 15 de abril de 1956, e tem uma carreira diplomática bastante rica. Serviu em missões em vários países e irá servir na Polônia, País que tem com o Brasil relação muito intensa e também uma história riquíssima, que nos lembra os seis milhões de poloneses que morreram pela invasão das tropas nazistas e soviéticas no final da Segunda Guerra.

Também lembramos do fato de que tivemos com a Polônia a chamada crise das polonetas, que foi aquele momento já superado em 2001. E isso está plenamente resolvido.

A Polônia hoje tem uma relação de comércio com o Brasil de US\$1,2 bilhão. O Brasil é deficitário. Mas eu faço questão, Senador Jarbas, de citar, porque o principal produto exportado para a Polônia é do meu Estado, o fumo. Então, o fumo é exportado para a Polônia, bem como minério, açúcar e café. E importamos os manufaturados. Partes de aparelhos e vários equipamentos também importamos da Polônia.

E digo-lhe também que no Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon, está a mais polonesa das cidades brasileiras, chama-se Guarani das Missões. E a maior parte dos prefeitos dessa cidadezinha lá na Região das Missões, que tem nove mil habitantes, ultimamente é descendente de poloneses. Então, a cidade de Guarani das Missões é a mais polonesa das cidades brasileiras.

O Ciência sem Fronteiras também está na Polônia. Outras cidades gaúchas também sofrem grande influência de poloneses: Ijuí, Camaquã. Mas Guarani das Missões é que tem a maior influência.

Então, o meu voto é favorável à indicação do Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni para ser o Embaixador do Brasil na Polônia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva.

Com a palavra o Senador Antonio Aureliano, para relatar as duas últimas matérias, itens 10 e 11.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 905, de 2014

– Não terminativo –

Requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 21 de novembro, para participar de evento na Câmara Americana de Comércio, em Washington D.C, nos Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do país no mesmo período.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Antonio Aureliano

Relatório: Pela aprovação do Requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano para relatar a matéria.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, meu relatório é favorável ao Requerimento nº 905, que autoriza o Senador Humberto Costa a representar o Brasil nos Estados Unidos, em Washington, no período de 17 a 21 de novembro de 2014.

Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – O parecer do Senador Antonio Aureliano é pela aprovação da matéria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

A última matéria, item 11:

MENSAGEM Nº 69, DE 2014

Encaminha ao Senado Federal o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.

Autoria: Presidente da República.

Relator ad hoc: Senador Antonio Aureliano.

Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, a minha relatoria *ad hoc* é pela aprovação do Sr. Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, que vai representar o Brasil como Embaixador na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia, dois países onde não temos presença de nenhum brasileiro, nem na Somália nem na Eritreia, mas vai ser de extrema importância buscarmos uma relação e estreitar essa relação e procurar ter uma relação mais efetiva com esses dois países. Evidentemente que, com a República Árabe do Egito, temos já uma relação comercial e o Sr. Ruy Pacheco de Azevedo Amaral está habilitado para representar.

O meu voto como *ad hoc* é favorável, aprovando-o.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradeço ao Senador Antonio Aureliano o fato de ter feito uma relatoria *ad hoc* da matéria, que é importante.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva da aludida matéria.

Por último, item 12, extrapauta:

ITEM 12**MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2014**
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Como o Relator, Senador Fernando Collor, não se encontra presente, a Presidência designa a Senadora Ana Amélia para fazer a relatoria ad hoc.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o indicado, Eduardo Carvalho, diplomata de carreira, é de Blumenau, Santa Catarina, e tem uma carreira muito relevante na diplomacia brasileira. O relatório que fala das atividades exercidas pelo indicado pela Presidência da República é do conhecimento de todos.

Registro apenas um detalhe relevante das relações bilaterais Brasil-Namíbia, de que é bem pequena a relação comercial de chegar a um superávit, em favor do Brasil, de US\$23 milhões no ano de 2013. Os produtos que nós mais vendemos, no caso da Namíbia, ao contrário da Polônia, são manufaturados, e as empresas brasileiras que estão na Namíbia, já que esse país é muito rico em reservas de diamantes e também na área mineral, são especialmente do setor de energia, em razão dessas reservas de gás e petróleo e da construção civil também. Então, as empreiteiras brasileiras estão lá presentes.

Fica o voto consignado de apoio à indicação do Embaixador Eduardo Carvalho para Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Esse é o voto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Voto expedido pela Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc* e o nosso amigo e Embaixador Eduardo Carvalho, que se encontra, inclusive presente.

Feito esse registro, em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, do Senado Federal.

Não havendo mais matéria em pauta, declaro encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 26ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte de novembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência Eventual do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Antonio Aureliano, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Fernando Collor, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicia-se a apreciação da **PAUTA**: Deliberação de Emendas ao PLDO 2015. Reunião destinada à deliberação das emendas–CRE ao Projeto de Lei nº 03/2014-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei orçamentária de 2015 e dá outras providências. Relator das emendas na CRE: Senador Flexa Ribeiro. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para proferir o seu Relatório. Resultam aprovadas as seguintes Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: **Emenda**

nº 1 20WY – Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior, meta: 800; **Emenda nº 2** 14T4 – Aquisição de Blindados Guarani, meta: 16; e **Emenda nº 3** 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron, meta: 2. Aprovadas também as Emendas ao Anexo III do texto do PLDO referentes às propostas 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 26, 43, 44, 45 e 46. Essas propostas ressalvam do contingenciamento: **Emenda nº 4**, Aditiva, Item 62, Despesas com as Atividades do Programa Calha Norte; **Emenda nº 5**, Aditiva, Item 62, Despesas com Munição de Emprego Militar Terrestre; **Emenda nº 6**, Aditiva, Item 62, Despesas com Parcerias Público-Privadas; e **Emenda nº 7**, Aditiva, Item 62, Participação Brasileira em Missões de Paz. **Resultado:** Aprovado. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e dezessete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão apresentadas ao Projeto de Lei nº 03, de 2014-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências. Relator das emendas na CRE: Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Relator Flexa Ribeiro, para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sras Senadoras, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer ao Presidente pela indicação para que eu pudesse relatar as emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

No prazo estabelecido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foram apresentadas 58 propostas de emenda ao Projeto de Lei (PLN) nº 3, de 2014-CN, (PLDO 2015), que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências”.

Dentre as propostas apresentadas, 43 buscam incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades e 15 referem-se ao texto do projeto, especificamente ao Anexo III – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho.

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até três emendas destinadas à criação do Anexo de Metas e Prioridades. O Referido Parecer Preliminar estabelece, ainda, que não há limite ao número de emendas apresentadas ao texto.

As 43 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apontam para 14 ações distintas, voltadas para o Ministério da Defesa e para o Ministério das Relações Exteriores. Diante do fato de que esta Comissão poderá apresentar apenas três emendas, decidimos priorizar as ações com base no maior número de propostas coincidentes e na maximização na quantidade de Parlamentares contemplados, sem deixar de levar em consideração as prioridades dos órgãos beneficiados. Dessa forma, submetemos a esta Comissão a apresentação de emendas que incluam no Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2015 as ações “14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (Sisfron)”; “14T4 – Aquisição de Blindados Guarani”, (ambas relacionadas ao Comando do Exército), e “20WY – Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior” (ação do Ministério das Relações Exteriores).

Procuramos acatar, ainda, todas as propostas dirigidas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, uma vez que, de acordo com o parecer preliminar, não há limite para apresentação de emendas ao texto e por considerarmos todas meritórias. Essas emendas são dirigidas ao Anexo III do PLDO e pretendem proteger as ações por elas indicadas do contingenciamento.

Em conclusão, registramos que foram acatadas as seguintes propostas de emendas separadas por setor:

- a) Senadora Ana Amélia: propostas 7, 8, 9 e 11;
- b) Senador Cristovam Buarque: propostas 36, 39 e 41;
- c) Senador Cyro Miranda: propostas 19, 20, 22 e 26;

- d) Senador Flexa Ribeiro: propostas 1, 2, 3, 4 e 5;
- e) Senador Francisco Dornelles: proposta 56;
- f) Senadora Lídice da Mata: propostas 43, 44, 45, 46, 49, 50 e 52;
- g) Senador Mozarildo Cavalcanti: propostas 12, 13 e 16;
- h) Senador Ricardo Ferraço: proposta 58; e
- i) Senador Romero Jucá: proposta 29.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Desculpe, Presidente, tenho que ler as emendas de texto:

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas:

1. Ao anexo de Metas e Prioridades
 - 1.1. 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron;
 - 1.2. 14T4 – Aquisição de Blindados Guarani; e
 - 1.3. 20WY – Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior.
2. Ao anexo III do texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, as referentes às propostas 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 26, 43, 44, 45 e 46. Essas propostas ressalvam do contingenciamento:
 - 2.1. Despesas com as Atividades do Programa Calha Norte;
 - 2.2. Despesas com Munição de Emprego Militar Terrestre;
 - 2.3. Despesas com Parcerias Público Privadas; e
 - 2.4. Participação Brasileira em Missões de Paz.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o mesmo relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização.

E em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e aprovação desta reunião para que seja encaminhada à Comissão Mista de Orçamento Público Fiscalização e Controle, juntamente com as emendas aprovadas.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Está encerrada a presente reunião, que se seguirá de uma outra para sabatina de Srs. Embaixadores.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, APÓS A 26ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte de novembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Pedro Simon, Antonio Aureliano, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Cícero Lucena e Kaká Andrade. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente tece considerações a respeito do Relatório resultado da missão da Comissão Temporária Externa objeto do RRE nº 38/2013. Fica aprovado o encaminhamento desse Relatório ao Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores. Tem início a apreciação da PAUTA: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art.39, combinado com o art.41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro**

de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.” Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 66**, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.” Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 68**, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.” É devolvida a relatoria ad hoc da Senadora Ana Amélia ao anterior Relator, Senador Fernando Collor. Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 69**, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.” É devolvida a relatoria ad hoc do Senador Antonio Aureliano ao anterior Relator, Senador Cyro Miranda. Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores Alfredo Cesar Martinho Leoni, Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, Eduardo Carvalho e Ruy Pacheco de Azevedo Amaral. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usa a palavra o Senador Jorge Viana, o Senador Fernando Collor, o Senador Aníbal Diniz e o Senador José Agripino. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. **EXTRAPAUTA: ITEM 8 – MENSAGEM (SF) Nº 63**, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Haiti.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e três minutos. Atua como secretário o Senador Pedro Simon e como escrutinadores os Senadores José Agripino e Jorge Viana. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. **ITEM 5 – MENSAGEM (SF) Nº 65**, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.” É designado Relator ad hoc o Senador Aníbal Diniz, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Às doze horas e dois minutos assume a presidência desta reunião o Senador Anibal Diniz. E às doze horas e seis minutos reassume-a o Senador Mozarildo Cavalcanti. **ITEM 6 – MENSAGEM (SF) Nº 67**, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. **ITEM 7 – MENSAGEM (SF) Nº 70**, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.” É designado Relator ad hoc o Senador Jorge Viana, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e doze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão

Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores.

Antes de passarmos aos itens da pauta, eu quero submeter à apreciação e votação dos Srs. Senadores e Sras Senadoras o relatório da Missão da Comissão de Relações Exteriores que esteve na fronteira do Brasil com a Venezuela, no Estado de Roraima, para verificar *in loco* a situação que acarretou o acordo feito após décadas de edificações, de obras públicas e residenciais privadas e que, realmente, está causando um transtorno muito grande àquela cidade fronteira com a Venezuela. E nós terminamos, portanto, o relatório, depois de buscarmos nos documentar bastante, apesar de não termos tido a colaboração formal nem do Prefeito da capital, porque não mandou as informações que nós pedimos, como também do Presidente da Câmara. Mas temos um relatório técnico do Ministério do Exército Brasileiro, o Ministério da Defesa, em que essas lacunas são supridas. É um relatório feito *in loco*, inclusive, com mapa etc.

Então, quero submeter à apreciação dos Srs. Senadores e colocar em votação, já que essa medida precisa ser encaminhada ao Plenário.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório será encaminhado ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, para ser lido no plenário, em cumprimento às normas regimentais.

Voltando à pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art.39, combinado com o art.41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 13/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 13/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 13/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 13/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

A Relatora *ad hoc* do item 3 é a Senadora Ana Amélia e o Relator *ad hoc* do item 4 é o Senador Antonio Aureliano.

Convido para que tomem assento à Mesa: o Embaixador Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni, indicado para a República da Polônia; o Embaixador Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, indicado para a República da Finlândia; o Embaixador Eduardo Carvalho, indicado para a República da Namíbia; e o Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, indicado para a República Árabe do Egito e, cumulativamente, para a República Federal da Somália e Estado da Eritreia.

Informo aos Srs. Embaixadores indicados que o tempo destinado à exposição será de dez minutos, com tolerância suficiente para ouvi-los pelo tempo cabível.

Declaro aberto o processo de votação.

Antes, concedo a palavra ao Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni.

O SR. ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI – Bom dia.

Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Ex^{mos} Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, primeiramente agradeço pelo honroso convite de falar sobre a Polônia, país para o qual tive a honra de ser designado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República para exercer as funções de Embaixador do Brasil, funções estas que exercerei se aprovado por V. Ex^{as}.

A Polônia é um país muito antigo e com uma história muito variada, rica e atribulada. Mas de tudo o que se lê sobre a Polônia, não há dúvida de que um elemento sobressai, que é a determinação do povo polonês e a sua capacidade de superação.

Como V. Ex^{as} sabem, durante todo o séc. XIX a Polônia esteve sem território. Ela teve seu território, por mais de cem anos, retirado por três potências europeias, recuperou seu território logo depois da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e logo depois foi invadida e destruída pela Alemanha nazista. Em seguida, teve 45 anos de dominação da União Soviética. Só em 1989 que a Polônia recuperou a plenitude de sua soberania.

Isso tudo mostra o quão determinados os poloneses são e explica porque hoje a Polônia, no meio de uma Europa marcada pela crise econômica, com muitos países em recessão ou à beira da recessão, é o país que mais cresce na Europa e um dos países que mais crescem no mundo.

E justamente por essa vertente de êxito econômico, se V. Ex^{as} me brindarem com a aprovação, eu pretendo pautar a minha atuação, como futuro Embaixador do Brasil em Varsóvia, em três pontos principais.

O primeiro na dinamização do comércio. O Brasil é o primeiro parceiro da Polônia, o mais importante parceiro comercial da Polônia na América Latina, mas os números não são muito expressivos e precisam ser aumentados. E para isso, nós precisamos dinamizar as relações comerciais, naturalmente.

Nós temos hoje uma balança comercial de US\$1,4 bilhão, sendo que US\$900 milhões são exportações brasileiras e US\$500 milhões são importações. A balança é superavitária para nós em US\$400 milhões.

O segundo ponto de que eu gostaria de tirar muito proveito na minha atuação à frente da Embaixada é o trunfo de o Brasil contar com uma expressiva comunidade de descendentes de poloneses. Existem, no Brasil, mas de 1,8 milhão de descendentes de poloneses, sobretudo nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e acho que isso é um elemento importantíssimo para desenvolver as relações bilaterais.

O terceiro ponto que eu considero muito importante é salientar a importância da Polônia como posto de observação política. Naturalmente, a localização geográfica da Polônia é estratégica, porque está exatamente no limite entre o Oeste e o Leste, e a sua vizinhança com a Ucrânia, que como sabemos é um país que passa por uma das piores crises do cenário internacional.

Com esses pontos eu concluo minha breve exposição e estou à disposição de V. Ex^{as} para esclarecimentos adicionais e tratar de pontos adicionais na seção de perguntas e respostas.

Reitero meu agradecimento a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo, neste instante, a palavra ao Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva Neto.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO – Bom dia.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; senhores membros da Comissão, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Ex^a e por seu intermédio aos demais membros da Comissão pela oportunidade que me é dada, juntamente com os meus colegas, de nos apresentarmos e de falarmos da missão que nos foi oferecida, num processo que eu considero central para a legitimidade do trabalho diplomático no exterior.

Em segundo lugar, eu gostaria de agradecer ao Sr. Ministro de Estado, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, por ter submetido o meu nome à Senhora Presidente da República e, sobretudo, à Senhora Presidente da República pela decisão de levar meu nome a esta Casa do Parlamento brasileiro, para seu exame e eventual aprovação.

Caso venha a ser aprovado por esta Comissão e, posteriormente, referendado pelo Plenário do Senado Federal, eu creio que serei confrontado, na Finlândia, com uma missão muito diferente, talvez de natureza muito diferente daquela na qual eu ora me encontro na Jamaica.

Eu tenho ainda lembrança, Sr. Presidente, da sabatina, há quatro anos, para a Jamaica e tenho a satisfação de indicar a V. Ex^a e aos membros da Comissão que tentei, na medida do possível, atender a algumas das recomendações que V. Ex^{as} fizeram na ocasião, entre as quais o interesse que havia sido manifestado de que a Jamaica abrisse uma embaixada residente em Brasília, o que, para minha grande alegria e alegria do Governo brasileiro, ocorreu, efetivamente, há dois anos, com a primeira embaixadora residente da Jamaica aqui, a Embaixadora Alison Stone Roofe.

A Finlândia, certamente, não apenas pela geografia e pelo clima, é um país que apresenta para o Brasil, e certamente para o embaixador brasileiro que para lá vier a ser designado, um desafio, certamente, de outra natureza. É um país de altos índices de desenvolvimento, um país com uma sólida política social, um país que alcançou, em 2013, a 24^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano, o que reflete, talvez em parte, o grau de desenvolvimento e, sobretudo, o grau de desenvolvimento social, o grau de desenvolvimento do cidadão que o país atingiu.

À semelhança da Polônia, o Brasil é o principal parceiro comercial da Finlândia e, certamente, o principal destino dos investimentos finlandeses na América Latina. Todas as grandes empresas finlandesas estão presentes no Brasil, com fábricas e instalações, gerando, aproximadamente, 25 mil empregos diretos. Apenas

uma das grandes empresas finlandesas não está, que é a Kone, e creio que, de alguma maneira, isso reflete o interesse que um país nórdico da Comunidade Europeia, com as suas relações centradas no seu entorno, tem pelo Brasil, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto visto político.

Caso venha a receber o acordo de V. Ex^{as}, tenciono continuar a perseguir aqueles que têm sido os três objetivos prioritários do Brasil nas suas relações com a Finlândia desde a visita do primeiro ministro finlandês aqui, há um ano e meio, em que ele e a Senhora Presidente da República definiram quatro grandes áreas de concentração das relações bilaterais.

A primeira, evidentemente, é comércio e investimentos, com ênfase na transferência de tecnologia em benefício do Brasil; a segunda, cooperação e inovação em pesquisa, sendo a Finlândia um país em que, como os senhores sabem, pelos documentos que tiveram do relator, os altos índices de educação também se refletem nos elevados índices de investimento em pesquisa e desenvolvimento; há cooperação, evidentemente, em educação, tanto no âmbito do Ciência sem Fronteiras, quanto, também, no âmbito de educação básica, e a Finlândia é um país exemplar em matéria de políticas educacionais; e finalmente, obviamente, a ampliação dos investimentos finlandeses no Brasil, com concentração nas áreas de papel e celulose, indústria naval, extração de petróleo *offshore* e defesa.

Eu gostaria de que, nesses quatros eixos... Eu acho que é possível que eles possam ter uma abordagem integrada e que, de alguma forma, o trabalho que nós viemos a fazer em cada um desses grandes eixos possa reforçar os outros. Por essa razão eu proporia aos senhores, rapidamente, uma reflexão sobre aquelas áreas que me parecem relevantes.

A primeira, certamente, é a política, e, nesse contexto, eu gostaria de recordar, Sr. Presidente, que o Parlamento brasileiro criou um grupo parlamentar Brasil-Finlândia, que, no momento, ainda não está composto, mas que seria muito interessante que nós viéssemos a ter, na medida em que eu tenho conhecimento e sei, inclusive, de vários Senadores e também de membros da Câmara dos Deputados que fazem visitas frequentes à Finlândia para explorar diferentes temas de seu interesse.

Evidentemente, nós temos uma excelente relação com a Finlândia, sem nenhum irritante e com amplas áreas de coincidência. E eu acho que essa excelência no diálogo diplomático, no diálogo político-diplomático, certamente recomendaria não apenas o adensamento ainda maior do diálogo entre os Parlamentos, mas também – eu diria – dos diálogos em temas da agenda global, nos quais Finlândia e Brasil compartilham certamente princípios comuns, interesses comuns e objetivos comuns.

A economia eu diria que seria aquela em que merece maior cuidado e atenção, na medida em que o dinamismo do comércio bilateral, que cresceu, entre 2008 e 2012, aproximadamente 24%, sofreu – óbvio que por razões da crise internacional que os dois países confrontam – uma redução razoável, nos últimos dois anos.

Creio que é preciso, certamente, a retomada do crescimento nos dois países, o que permitirá novamente a retomada do crescimento do comércio. Mas eu acho que há espaço para nós explorarmos oportunidades para o Brasil e, quando fiz o cruzamento da pauta exportadora brasileira e importadora finlandesa, eu verifiquei que há uma série de produtos, sobretudo de maior valor agregado, que pode ser do interesse para a Finlândia, e que nós podemos buscar explorar oportunidades e também – eu diria – aproveitar a possibilidade de uma maior integração das cadeias produtivas.

A Finlândia, como uma outra característica da sua economia, é uma economia que tem a sua indústria em um elevado grau de integração às cadeias globais de comércio e investimento. Eu acho que para o Brasil a oportunidade que se abre é de maior parceria, sobretudo em benefícios de pequenas e médias empresas brasileiras que busquem parcerias com pequenas e médias empresas finlandesas. O governo finlandês tem interesse em ampliar a exposição internacional das suas pequenas e médias empresas, muitas delas em áreas de atuação de elevado conteúdo tecnológico. Eu acho que isso abre uma porta para nós, do ponto de vista de oportunidades para as nossas pequenas e médias empresas, e que mereceria ser examinado.

A Finlândia, em uma certa medida, já faz esse trabalho. Ela tem um escritório permanente da sua agência de promoção de exportações em São Paulo, em São José dos Campos.

Finalmente, eu diria que, novamente reforçando essa integração das áreas de atuação, estaria a área de educação. Como os senhores sabem, hoje, o Brasil conta com 177 bolsista do Ciência sem Fronteiras na Finlândia já. A experiência tem sido exitosa. Evidentemente, as dificuldades da língua e outras dificuldades de um país de elevado custo de vida não são de se esquecer.

Mas creio que, nesse aspecto, novamente, a maior exposição de estudantes e pesquisadores brasileiros na Finlândia, e também a oportunidade para que pesquisadores acadêmicos finlandeses venham ao Brasil, também poderiam ser aproveitadas para explorar oportunidades em matéria de uma maior integração entre as duas economias, em termos de inovação, para fins econômico-comerciais.

E com essas palavras, Sr. Presidente, eu concluiria minhas observações iniciais, obviamente me colocando à disposição de V. Ex^a e dos Srs. membros da Comissão para as perguntas e questões que, porventura, tiverem a respeito do posto para o qual eu fui indicado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Embaixador Eduardo Carvalho, para a sua explanação.

O SR. EDUARDO CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desejo inicialmente cumprimentar o Sr. Senador Antonio Aureliano, o Senador Cyro, o Presidente Fernando Collor, que muito me honrou com o seu relatório em palavras generosas. Como lhe antecipei, vou fazer de tudo, com o meu maior empenho, para poder merecer tudo que o senhor colocou como minhas qualidades.

Cumprimento o Senador Anibal, Sr. Vice-Presidente do Senado, e o Senador Jorge Viana.

Eu me sinto aqui um pouco em um rito de transição, Senador. Depois de quatro felizes e muito produtivos, para mim, anos aqui, sendo assessor diplomático na Comissão de Relações Exteriores, conheci a qualidade técnica, a dedicação dos funcionários, reconheci. Depois de muitos anos no Executivo, uma longa carreira de 32 anos, onde tive a honra de servir por duas vezes no Gabinete do Estado, no Gabinete do Sr. Secretário-Geral e na Presidência da República, eu, que achava que tinha trabalhado muito na minha carreira, descobri que quem trabalha muito é o Senado. No Senado, não conheci fim de semana. Na Presidência da República, onde eu era muito demandado, tinha sábado e domingo. Os Srs. Senadores, ademais de participar pela manhã, nas Comissões, pela tarde, no plenário, ainda vão aos seus Estados, onde as demandas estão acumuladas.

Aprendi muito aqui. Aprendi a admirar imensamente o esforço, a dedicação e o patriotismo de cada um dos Senadores com quem tive a alegria de participar em diversas atividades, sejam viagens internacionais, sejam simpósios. Lembro-me do simpósio parlamentar com os BRICS, da reunião bilateral de Parlamentares com o México, uma grande e efetiva contribuição que as duas Casas, Senado e Câmara, fizeram à Rio+20, chefiadas pelo então Presidente da Comissão de Relações Exteriores Senador Fernando Collor, onde foi possível agregar agenda a uma matéria que normalmente é tida como área de reserva do Executivo. Foi por força, insistência deste Senado que os países aceitaram o princípio do não retrocesso, a transição de um princípio que é comum nos direitos humanos, mas que não fazia parte do bojo das conquistas que a negociação internacional de meio ambiente havia logrado por força da insistência, principalmente do Senador Fernando Collor, com a ajuda também do nosso novo Governador do Distrito Federal, Senador Rollemberg, que negociou, no âmbito das atividades da Comissão de Meio Ambiente, um simpósio internacional. Isso tudo embasou a posição negociadora brasileira, e a presença de uma importante delegação parlamentar no Rio de Janeiro fez com que o Executivo se empenhasse em que isso fosse aprovado. São exemplos do enriquecimento profissional que tive aqui e do reconhecimento da crescente importância da diplomacia parlamentar.

O Parlamento tem um papel – estou convicto hoje, sou testemunha de muitas atividades – importante na formulação de nossa política externa e não só no seu papel mais tradicional, que seria o de vigiar a atividade do Congresso.

Perdão por essas palavras, mas me sinto, digo aos senhores, depois de um ano e meio afastado desta Casa, depois de ter missões transitórias em Sidney, no Timor Leste, onde estive a serviço do Sr. Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e mais recentemente nas cerimônias da Copa, me sinto, só hoje, Senador, abandonando a Casa, tanto assim que ainda uso o crachá. (*Risos.*)

Tive a felicidade de ser indicado para representar o Brasil na Namíbia, um país, uma república de muito recente criação. Só em 1990, a Namíbia conseguiu ser independente.

O processo de libertação, de independência dos países africanos começa logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1957, com a independência de Gana. O processo de lá basicamente do norte, vem ao centro da África, paulatinamente, consegue, durante a Guerra Fria, a liberdade de Angola e de Moçambique, mas a então chamada África do Sudoeste, por injunções políticas ligadas ao jogo de soma zero, que era a Guerra Fria, permaneceu ocupada, apesar de diversas moções e determinações das Nações Unidas, pela África do Sul, que já era uma República há bastante tempo, mas que ainda sofria o regime do *apartheid*. Então, a Namíbia só conseguiu ser independente em 21 de março de 1990.

O Brasil, que, há muito, participava com bons negócios e fazia a intermediação entre as partes, principalmente com Angola, criou desde logo um escritório de observação que, na verdade, não era chefiado por um diplomata, mas por um general, o General Péricles. Em 21 de março, houve a independência da República da Namíbia. Logo em seguida, o Brasil, reconhecendo os nossos interesses na região, promove a primeira visita de Estado de um Presidente brasileiro à Namíbia. O então Presidente da República Fernando Collor chefia uma grande delegação que fazia um périplo pela África e que terminava sua visita à África na Namíbia, para significar ao novo país, às novas lideranças a importância que o Brasil dava ao nosso vizinho, porque, na ver-

dade, eu entendo que a Namíbia tem fronteiras ao norte com Angola, ao sul com a África do Sul, ao leste com Botsuana e ao oeste com o Brasil, como diz um grande embaixador brasileiro, fino negociador, nosso maior especialista em África, o Embaixador Costa e Silva, a quem homenageio na figura do seu filho Toninho da Costa e Silva aqui, filho do nosso Embaixador. Ademais de ser membro da Academia Brasileira de Letras, foi modelo inspirador de diversas gerações de diplomatas, inclusive a minha. Em um dos seus livros, ele discorre sobre a África no Brasil e o Brasil na África. Uma das passagens mais interessantes é aquela na qual ele afirma, peremptoriamente, que o Atlântico não nos divide, o Atlântico nos une. Como disse, um homem clarividente, de grande capacidade analítica, ele já havia, anos antes, entendido onde seria o fulcro maior e primeiro momento da cooperação Brasil e Namíbia.

Nós, Brasil, somos os responsáveis pela formação da Marinha da Namíbia. Imaginem os senhores essa imensa costa rica, banhada pela Corrente de Benguela, riquíssima em peixes e recursos marinhos, onde se tem a certeza, ainda não provada, de que existe petróleo. É uma costa muito rica em urânio e diamantes. Uma das primeiras necessidades do Estado recém-criado, o Estado da Namíbia, era a da afirmação da sua soberania nacional e da defesa de suas fronteiras, principalmente das suas fronteiras marítimas. E isso o Brasil fez. Nós doamos a fragata Purus e tivemos um papel primordial na formação dos oficiais da Marinha da Namíbia. Em 2011, o número era mais impressionante que o de hoje: 90% dos oficiais da Marinha da Namíbia foram formados no Brasil. Hoje, ainda impressionante mas menor, são 80% dos oficiais são formados no Brasil. Nós temos, portanto, uma força militar amiga. Ela fala português, coisa rara em qualquer país, mesmo no Paraguai, onde a nossa presença militar foi sempre muito presente, os militares paraguaios falam ou espanhol ou guarani. Os oficiais brasileiros aprendem o espanhol e o guarani.

Na Namíbia, nós conseguimos levar a língua como fonte da nossa cultura. Não por outros motivos, na recente reunião da CPLP havida em Díli, quando eu fui designado para auxiliar o gabinete do Primeiro-Ministro, a Namíbia foi aceita como membro observador da CPLP, e há um grande interesse na Namíbia de aprender no Brasil.

Um pouco já se afastando da vertente militar, é importante ressaltar que a liderança namibiana tem na educação uma de suas mais importantes prioridades nacionais. Nós brigamos, no Brasil, para ter 10% do PIB aplicados na educação. A Namíbia já aplica 25% do seu PIB na educação. Eles têm formação de base; eles tentam construir escolas e fazer a educação de base dentro do país e têm um programa, devo dizer, que supera o nosso Ciência sem Fronteiras.

O Ciência sem Fronteiras leva os nossos jovens estudantes para períodos curtos no exterior. A Namíbia manda para o curso inteiro. Ela custeia todo o curso do aluno no estrangeiro. Nós chegamos tarde nesse veio. Nós teremos, a partir de 2015, muitos alunos vindo para o Brasil. Nós temos alunos, principalmente, de Engenharia – Engenharia de Petróleo, Engenharia de Minas –, de Enfermagem e de Medicina. Estão divididos por todo o Brasil, em São Paulo, no Rio de Janeiro, mas temos também em Roraima. Uma das universidades que mais recebem é a de Roraima. E os alunos voltam de lá com muito boa formação e muito contentes de estarem no Brasil.

Então, nós temos estas duas principais vertentes: a vertente militar e a vertente civil.

Nosso comércio bilateral Brasil-Namíbia é muito pequeno, realmente chega a ser na casa dos poucos milhões de dólares, cerca de US\$25 milhões. Ademais do interesse estratégico – nós dividimos, nós somos coproprietários de faixas importantes do Atlântico Sul –, onde está o nosso interesse, portanto? O interesse está na construção da infraestrutura.

A empresa Andrade Gutierrez, com que já tive alguns contatos, vai participar da licitação da construção de um tramo ferroviário que ligará a capital, Windhoek, ao seu principal porto, que é o Walvis Bay. Nós perdemos a licitação para a modernização e melhorias do porto de Walvis Bay. Quem ganhou foi uma empresa chinesa. Os chineses, juntamente com os americanos e os ingleses, são nossos competidores por influência na região. Os chineses têm um modo de produção que não se adapta à cultura e ao modo de fazer dos namibianos.

Há informações de que – é de jornal, não é matéria de fuxico ou de informação sofisticada – tem ocorrido muitas greves em que os operários namibianos se queixam do ritmo de trabalho imposto e do *ethos* de produção, que é característico daquela cultura asiática.

Nós temos, portanto, o *soft power*. Nós já estamos presentes lá. Nós ensinamos boa parte da oficialidade. Receberemos, esqueci-me de mencionar, no ano que vem, 50 oficiais do Exército para as três Academias: para a Academia das Agulhas Negras, para a formação de cadetes; oficiais em metade de carreira, capitães, para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; e estaremos também recebendo oficiais superiores, tenentes-coronéis e coronéis para a Escola de Comando e Estado-Maior. Basicamente, voltamos à formação de quadros.

Mas um quadro formado dentro de um pensamento militar, certamente, terá interesse em perguntar como é o nosso sistema Astros. Certamente, ele vai querer conhecer.

É conhecido que a Namíbia tem dois grandes desertos: na faixa costeira, o Deserto de Namibe, de onde veio o nome; e, no centro-sul, que divide com Botsuana, o imenso Deserto do Kalahari. A costa tem esse nome, Namibe tradicional, e os portugueses a rebatizaram como a Costa dos Esqueletos. Os navios, as naus que aportavam vinham de Angola, onde há grande quantidade de água e grande floresta, e conheciam também, pelos ingleses, a África do Sul, com grandes fontes de água e florestas. A Namíbia é um imenso deserto. A costa tem aproximadamente 8km de areia. Não há fonte de água. Portanto, se as naus que ali, por motivo ou outro, atracavam não pudessem sair, os marinheiros estavam fadados a um destino cruel.

Temos grandes planícies. Os nossos meios, os nossos caminhões, os nossos transportes, os nossos veículos militares são adaptados a esse meio.

Se eu tiver a honra e o privilégio de ser aprovada por V. Ex^{as}, essa é uma das linhas que pretendo difundir. Ademais do *soft power* brasileiro, fazer também com que eles se interessem por nossa indústria militar, nossa indústria bélica, que, no *Livro Branco da Defesa*, é um dos esteios: desenvolver nossa indústria militar.

Como investimentos, teríamos a construção das infraestruturas em aeroportos e, eventualmente, num próximo momento, a exploração das possíveis e, disse, prováveis jazidas de petróleo. A Petrobras se retirou um pouco, está menos interessada neste momento, mas a empresa brasileira HRT, depois de algumas tentativas malfadadas, resolveu reinvestir. Estão participando. Já são donos de alguns blocos, dizem eles, promissores e vão reinvestir na Namíbia.

Nossa terceira força, que é a força aérea, não está presente ainda na Namíbia, mas tem muitas oportunidades. A Namíbia quer comprar os aviões Supertucano do Brasil e demonstrou um interesse inicial nos nossos KC-130. Depende um pouco das modalidades de financiamento que o BNDES puder oferecer, mas são, principalmente o Tucano, aviões adaptados à missão naquele país.

Tenho uma grande alegria de estar aqui. Digo novamente: estou me sentindo como partindo hoje da Casa e estou à disposição de V. Ex^{as} para quaisquer outras perguntas ou elucidações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Lembra-me aqui a assessoria que, agradecendo aos Relatores *ad hoc*, que, portanto, adiantaram o trabalho, queremos formalizar a devolução da relatoria para o Senador Fernando Collor e para o Senador Cyro Miranda dos Embaixadores Eduardo Carvalho e Ruy Pacheco de Azevedo Amaral.

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral.

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL – Obrigado, Sr. Presidente.

Exm^{os} Srs. Senadores, senhoras e senhores, é uma grande honra para mim estar nesta Casa. Assim como o Embaixador Eduardo Carvalho, eu já tive a honra de trabalhar aqui e subscrevo todas as palavras do Embaixador sobre esta Casa.

Começo agradecendo à Comissão por haver analisado a indicação do meu nome pela Senhora Presidente da República para o cargo de Embaixador no Egito e, cumulativamente, na Somália e na Eritreia.

Agradeço, particularmente, ao Presidente Ricardo Ferraço por haver pautado o meu nome, as palavras generosas do Senador Cyro Miranda e ao Senador Antonio Aureliano por haver lido o relatório.

Caso venha a ser aprovado por V. Ex^{as}, vou assumir a Embaixada no Egito com a noção do desafio e da responsabilidade que significa.

O Egito, por sua posição estratégica de ligação entre Oriente Médio e África, é um interlocutor fundamental para o Brasil. Com sua população de 85 milhões de habitantes, é o país mais populoso do Mundo Árabe, é, de certa forma, o coração do Mundo Árabe, meca dos estudos islâmicos, uma influência política e cultural imensa sobre todo o Mundo Árabe. Também na África, onde é o terceiro país mais povoado e tem o terceiro Produto Bruto da África.

Nossas relações são antigas, estabelecidas em 1924, e tiveram um grande impulso a partir de uma visita que o Presidente Lula fez ao Egito, em 2003. Temos uma relação comercial importante. O Egito é o principal destinatário das exportações brasileiras para a África: 20% das nossas exportações para a África estão destinadas ao Egito, é o nosso segundo maior parceiro no Mundo Árabe, logo depois da Arábia Saudita. Nossas exportações para o Egito que estão, atualmente, no patamar de US\$2,5 bilhões. Interessante colocá-las em termos comparativos: o que nós exportamos para o Egito está um pouquinho abaixo do que nós exportamos para parceiros tradicionais, como a França, ou a Espanha e muito acima do que exportamos para outros parceiros tradicionais como, por exemplo, Portugal, ou Suécia. São exportações fundamentalmente de bens primários, ou semimanufaturados, mereceriam o esforço de tentarmos diversificar um pouco nossa pauta de exportações.

É um comércio muito desequilibrado, o Egito exporta para o Brasil 10% do que importa, isso é um pouco parte do padrão do comércio egípcio. O Egito é um país vendedor de serviços e tem sua balança comercial deficitária com a maior parte dos seus parceiros comerciais. Mas valeria a pena um esforço para diminuir esse

déficit tão grande que poderá vir a criar problemas no comércio. Ademais um comércio importante, há investimentos brasileiros no Egito: a Embraer esteve instalada no Egito nos anos 80, produziu aviões Tucanos no Egito, essa cooperação está desativada, mas há interesse egípcio em retomar esses entendimentos com a Embraer.

Há outras empresas brasileiras instaladas lá, como o caso de duas empresas gaúchas, a Marcopolo, fabricante de ônibus e a Randon, fabricante de semirreboques, e mais, recentemente, um investimento muito importante do Grupo Camargo Corrêa, que tem uma cimenteira em Alexandria, que produz 4 milhões de toneladas de cimento por ano, é uma cimenteira duas vezes maior do que qualquer outra cimenteira do Grupo Camargo Corrêa no Brasil.

Duas palavras sobre as cumulatividades, sobre a Somália e sobre a Eritréia.

O caso da Somália é um caso triste, é um país que vive uma situação humanitária desesperadora, quase 3 milhões de pessoas ameaçadas de padecer de fome, se não houver auxílio imediato. É um país que, em 1991, quando vários grupos regionais derrubaram o governo do Presidente Barre, não foram capazes de formar um governo de coalizão, fragmentaram o país e levaram o país a uma guerra civil, que perdura até hoje.

Ao longo dos anos, é conhecida a história da Somália, é uma história um pouco trágica, a debilidade do Estado permitiu a emergência de fenômenos de ilícitos transnacionais, caso de pirataria e terrorismo. O norte do país, um pouco mais estável, está nas mãos de... são regiões autônomas, com pretensões à independência. E o centro-sul, mais povoado, esteve dominado durante muitos anos por grupos islâmicos radicais, movimentos terroristas ligados a *Al Qaeda*.

Recentemente, a partir de 2011, uma missão da unidade africana, com o apoio de tropas etíopes e quenianas, conseguiu melhorar um pouco a situação do país; as forças armadas ampliaram o controle sobre o país, mas há um longuíssimo caminho a percorrer.

O caso da Eritréia, é um país recente que ganha sua independência da Etiópia em 1993, um dos países mais pobres do mundo, que tem problemas fronteiriços com os seus vizinhos, Djibouti e Etiópia, já esteve na guerra com esses países, e, desde 2009, sofre sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que acusa o governo eritreu de apoiar grupos terroristas na Somália.

A grande verdade é que o realismo nos impõe reconhecer que, a curto prazo, são muito limitadas as perspectivas de adensamento, tanto comercial como diplomático, das relações do Brasil com a Somália ou a Eritreia. Mas nossa prioridade é a política externa africana, nossos interesses multilaterais nos impõe ou recomendam que mantenhamos canais de comunicação abertos e que busquemos promover ajuda humanitária e alguns projetos de cooperação que poderiam ser a semente que poderá nos render frutos no futuro.

É importante ter em mente, também, que a estabilidade do Oceano Índico afeta, diretamente, os interesses do Brasil. Há navios da Vale que circulam pela região com minério de ferro, há plataformas da Petrobras nas costas da Tanzânia e, futuramente, o aproveitamento do carvão de Moatize, da Vale também. Ou seja, a paz no Índico interessa-nos diretamente, aos nossos interesses.

Volto, rapidamente, ao Egito, onde, como me referi, temos um comércio importante, que merece ser diversificado. Há investimentos brasileiros no Egito, que, pelo seu papel irradiador de cultura em todo o Oriente Médio, merece que nós pensemos em fazer promoção do Brasil, uma promoção que, certamente, terá repercussão em todo o Oriente Médio. Mas o fundamental, eu creio, se vier a merecer a aprovação de V. Ex^{as}, será o acompanhamento dos assuntos políticos do Egito, na região e na Liga dos Estados Árabes, que tem sua Secretaria-Geral no Cairo.

O Oriente Médio todo está ameaçado por fanatismo, que pode desestabilizar a região com consequências seríssimas para a estabilidade mundial. O Egito é um ator protagonista nessa crise. No Egito reside parte da segurança de Israel, reside parte do equilíbrio precário entre Israel e a Palestina. O Egito é um *player* fundamental no norte oriental da África; sobretudo nos países ribeirinhos do Cairo, ele tem uma relação importante.

Antes de terminar, queria comentar que eu sou, talvez, um dos poucos diplomatas brasileiros que já estiveram duas vezes em guerras – as duas no Oriente Médio. Foram experiências muito duras, naturalmente, mas muito gratificantes e das quais eu saí com um grande patrimônio de afeto pelos árabes. Tenho grande interesse pelo mundo árabe, estou estudando árabe e eu acho que essa minha afinidade com o mundo árabe pode contribuir para que eu faça um bom trabalho no Egito.

Por isso, venho pedir o voto de confiança de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Podemos dizer que o Embaixador Ruy Pacheco é duro na queda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra aos Srs. Senadores que desejarem arguir ou pedir algum esclarecimento dos Srs. Embaixadores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria aqui reiterar meu respeito aos quadros que o Brasil tem oriundos do Itamaraty e dizer que, como membro da Comissão de Relações Exteriores, é com muita satisfação que participo desta sabatina.

Há uma pluralidade enorme de assuntos e desafios completamente diferentes que a gente vê hoje aqui, desde a Polônia à Finlândia, que é, talvez, dos países colocados, o mais bem posicionado do ponto de vista de conquistas sociais e econômicas e que é um país pelo qual tenho uma admiração enorme.

Então, Embaixador, eu tenho a Finlândia como referência por conta da política florestal do país, da qualidade que se tem na Finlândia nessa relação homem-recursos naturais. A Finlândia, de fato, é uma referência de país, apesar da adversidade que enfrenta. Eu, quando estive lá – por uma única vez – percebi que a exploração florestal se dá de maneira resolvida, e é um modelo exemplar no mundo inteiro, só que o replantio é feito automaticamente depois de se fazer o corte dos talhões, de retirados, e a nova colheita só vai ocorrer 60, 70 anos depois. E se faz isso com a maior tranquilidade. Inclusive o licenciamento para a exploração florestal é feito de uma maneira... E a gente não consegue andar em um País em que, aqui, a nossa reposição, dependendo da espécie, pode ser de seis, sete anos, cinco anos até.

Então, a Finlândia é uma referência nessa área, apesar de ter períodos em que só tem noite, de ter períodos em que só tem dia, de ter, segundo os dados que eu tinha, 80 mil pequenas ilhas e espaços congelados, de ter uma população de cinco milhões de habitantes – ninguém no mundo fala finlandês, praticamente, são só eles que falam –, um país de cinco milhões de habitantes, que tem 700 mil proprietários de pequenas propriedades. Quer dizer, tem uma relação com a terra, é incrível.

Portanto, quando eu me vejo diante de qualquer dificuldade, eu me lembro e penso: mas os finlandeses resolveram os problemas deles muito bem, então as nossas dificuldades não são tantas dificuldades assim. E acho que vale para os outros países. A gente estava vendo aqui Namíbia, essa exposição que eu cumprimento pela aula que nos deu aqui; a própria Polônia, que é símbolo também de conflitos mundiais emblemáticos, o sofrimento do povo, e o Egito, que é um país que, desde que eu me entendo por gente, e todos nós, a referência de país é o Egito, a história, a relação. Eu tive o privilégio de ir ao Egito e lá eu visualizei o Terceiro Mundo. É lamentável. Do aeroporto a um ambiente, foi há quatro ou cinco anos, e quando eu vi a maior favela, ou uma das grandes favelas do Cairo, é o cemitério. E me assustou, porque eu andei alguns minutos à margem do cemitério, e o cemitério, por conta de uma mistura da fé, da credence, da relação cultural de um povo de construir os túmulos que são verdadeiras construções com divisórias onde se guardava – não há mais nada – o necessário para uma vida futura, e o espaço físico disponível e o sofrimento da população, eles já encontraram a casa feita, então é um grande conjunto habitacional.

É duro a gente ver um país milenar, que é uma referência para nós da história de vida, da formação dos povos no mundo, e quando a gente chega se depara com situações tão chocantes, o lixo. As pirâmides lindas de um lado, mas se você tirar uma fotografia para o lado oposto, próximo das pirâmides, você vê talvez o mais grave cenário de poluição que eu já vi na minha vida, eu vi exatamente ali do lado.

Então, são situações que vão exigir do nosso País, do Congresso Nacional, do Senado Federal um olhar diferente.

Eu cumprimento a todos os que estão indo; quero me colocar ao Embaixador Antônio Costa e Silva, dizer que espero poder voltar – eu encontrei com finlandeses agora em uma viagem que fiz agora ao Japão – para me atualizar em relação àquilo que a Finlândia é de referência no mundo, principalmente nessa área. Na hora em que se discute mudanças climáticas e o absoluto desencontro da relação homem com a natureza a Finlândia é um bom referencial.

Mas eu acho que nós todos aqui da Comissão de Relações Exteriores do Senado devemos ter um olhar diferenciado, especialmente, Embaixador, V. Exª que trabalhou aqui conosco e que nos deu uma grande contribuição. Ali a gente olha a Namíbia com tudo isso que se falou, e nós temos que procurar ter uma relação diferenciada o nosso País.

Aí, vemos o Embaixador que vai para o Egito, mas tem do lado a Somália, à qual ele vai também se referenciar, a Eritreia e a Etiópia do lado também. Portanto, é uma situação desafiadora para a humanidade. E eu espero, eu sei do seu apreço pela cultura árabe, pelo conhecimento que V. Exª tem dessa região, e eu acredito que o Brasil vai estar muito bem representado, o Governo da Presidenta Dilma, mas acho que nós todos devemos nos oferecer para seguirmos sendo uma interlocução relação do Brasil com o Egito e os vizinhos com quem V. Exª vai estabelecer relação.

E também desejo sucesso ao Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni nessa missão na Polônia, que é um símbolo também no mundo, um país que tem uma relação muito forte com o Brasil, inclusive, com o povo do Sul do nosso País, que também entendo deva merecer uma atenção especial.

No mais, queria cumprimentar a todos.

Penso que, mais uma vez, o Itamaraty está de parabéns pelos quadros de que dispõe, pelas indicações que faz. Certamente vão ser merecedores do apreço que vamos demonstrar através do nosso voto de confiança na indicação.

Muito obrigado.

Sucesso a todos!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srs. Embaixadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, as minhas palavras eu gostaria que ficassem circunscritas tão somente a uma homenagem à Casa de Rio Branco, ao nosso Ministério das Relações Exteriores, pela altíssima qualificação de seus quadros, pelo nível de excelência do desempenho de nossos Diplomatas em todos os quadrantes do nosso Planeta.

É reconhecida a capacidade dos nossos Diplomatas por todos aqueles países que julgam dispor de uma diplomacia de Primeiro Mundo, sendo esses países de Primeiro Mundo. Mas diplomacia de Primeiro Mundo que eu tenha conhecido na minha vida é a Diplomacia brasileira. Realmente é uma faceta do Estado brasileiro da qual nós temos que nos orgulhar, e muito.

Portanto, eu gostaria de desejar a todos os Srs. Embaixadores, após o devido escrutínio dos votos que já foram depositados nas urnas – eu tenho certeza, juntamente com os nossos colegas integrantes desta Comissão, de que V. Ex^{as} estarão devidamente aprovados pelos votos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para cumprirem seus mandatos nos países para os quais foram designados –, eu gostaria de desejar a todos os meus melhores votos de êxito, de profícua e exitosa missão.

Uma palavra especial ao nosso Embaixador Eduardo Carvalho, com quem tive a satisfação de poder trabalhar, como Presidente desta Comissão de Relações Exteriores em diversos eventos dos quais participamos, também pela sua capacidade técnica, pela sua capacidade humana, pelo trabalho de grande relevância que prestou a esta Comissão, ao Senado da República e ao Congresso Nacional, o meu reconhecimento.

Então, Presidente Mozarildo Cavalcanti, a V. Ex^a, que também nos dá a honra de presidir esta reunião, em que quatro expoentes da nossa Diplomacia estarão desempenhando suas funções em diversas localidades do nosso mundo, eu desejo também cumprimentar e desejar a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, muito êxito, muita satisfação pessoal, muita paz, muita saúde e um futuro ainda extremamente promissor para V. Ex^a também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Voltando à lista dos Srs. Embaixadores, eu concedo a palavra, conforme a ordem aqui colocada, ao Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni.

O SR. ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI – Obrigado, Sr. Presidente.

Limitaria a agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, a todos os Senadores aqui presentes, em especial aos Senadores Jorge Viana e ao Presidente Fernando Collor, pelas generosas palavras com relação ao Itamaraty e à ação da Diplomacia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra neste instante ao Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva Neto.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de, por intermédio de V. Ex^a, agradecer as palavras muito generosas feitas ao Itamaraty e aos seus quadros pelo Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Casa, e pelo Presidente Fernando Collor.

Eu gostaria muito particularmente, Sr. Presidente, de dizer ao Senador Jorge Viana que, caso conte com a aprovação do Senado, eu teria imenso prazer, uma vez tendo assumido em Helsinque, de recebê-lo novamente. Eu compartilho com ele como... Desculpe, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era só porque eu acho que, mais do que nunca, o Brasil, nessa área florestal, vai precisar muito de estreitar as relações com a Finlândia, não é?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO – Justamente, Senador. Era esse o comentário que eu ira fazer. Na minha apresentação inicial, tentando ser breve, conforme as recomendações do Presidente da Comissão, eu não me referi a um assunto que me chamou particularmente a atenção quando eu estava estudando para me preparar para essa sabatina, que é a experiência finlandesa, por um lado, no processo de transformação florestal e de aproveitamento florestal sustentável, que é uma coisa que eu tenho certeza que interessa ao Brasil como um todo e muito particularmente ao Estado que V. Ex^a representa aqui, ao Acre, e, em segundo lugar, o crescente investimento finlandês em tecnologias limpas, entre as quais, justamente, todo o reprocessamento da indústria florestal e reaproveitamento do que é remanescente da indústria florestal de forma sustentável e de proteção ao meio ambiente.

Eu obtive dados, e pelo o que eu sei, a Finlândia investe nas empresas que geram energia limpa nos mais diferentes setores da economia finlandesa e obtém, hoje em dia, aproximadamente R\$75 bilhões de rentabilidade. É um número impressionante. E quando eu fui olhar a composição dessas empresas, eu me dei conta, como

V. Exª bem apontou, que elas têm origem em pequenos proprietários, muitos deles ligados à terra. É um processo de enriquecimento da propriedade rural e de “retransformação” da propriedade rural que gera isso. E eu creio que essa é uma experiência que certamente tem valor crítico para o Brasil em termos de sustentabilidade, em termos das prioridades que o Brasil têm de proteção ambiental, de renovação e de reaproveitamento de água, de lixo, de dejetos tóxicos para fins produtivos. Eu acho que essas são experiências que certamente o Brasil só teria a se beneficiar e, sobretudo, como V. Exª bem apontou, Estados como o seu, que dependem de uma exploração sustentável dos seus recursos naturais, certamente não apenas poderiam melhor aproveitar a gestão ambiental com a experiência finlandesa, mas também aumentar o valor agregado da floresta, porque eu acho que esse é um elemento crítico para os Estados, sobretudo para aquelas populações que dependem da silvicultura.

Esses seriam os meus comentários, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, para as suas considerações, ao Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral.

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de também agradecer as palavras generosas que foram ditas a respeito do serviço exterior do Brasil, dos Diplomatas brasileiros. Eu gostaria de fazer um comentário sobre o que falou o Senador Jorge Viana com relação à sua viagem ao Cairo, a sua impressão do retrato do Terceiro Mundo.

A economia egípcia foi muito dependente, isso desde os anos 50, de uma política de subsídios, sobretudo a alimentação e a energia, que chegaram a consumir, e consomem atualmente, cerca de um terço do orçamento público do Egito, gerando déficits insustentáveis.

E acho que um grande desafio do Egito hoje é abandonar paulatinamente essa política insustentável de subsídios e passar para uma política de transferência direta de renda para as camadas socialmente mais necessitadas. Estou seguro de que o Brasil tem uma experiência absolutamente exitosa na matéria e que esse é um campo em que poderíamos prestar uma colaboração que seria muito bem-vista pelo governo egípcio.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Senador Anibal com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aproveitando o ensejo de que estamos ainda na dependência de mais um voto aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria também de aproveitar e cumprimentar os nossos quatro Embaixadores e dizer-lhes que é um privilégio poder participar de uma sabatina em que a gente tem a oportunidade de visualizar uma exposição múltipla, com quatro realidades, quatro culturas diferentes. Então, é um momento de uma riqueza excepcional.

E eu gostaria também de acrescentar às palavras do Senador Collor e às do Senador Jorge Viana, que o segredo do sucesso não pode ser outro que não a gente fazer exatamente aquilo de que gosta. E uma das constatações que eu vejo na Diplomacia brasileira é que são pessoas absolutamente apaixonadas pelo que fazem. Estão estudando permanentemente para oferecer o melhor do seu conhecimento a serviço do Brasil, das pessoas, sejam elas autoridades ou brasileiros comuns que dependam em algum momento de algum tipo de mediação da Diplomacia brasileira sempre encontram o melhor acolhimento, com a melhor qualidade e a melhor disposição.

E digo isso com muito orgulho, porque tive a oportunidade de usufruir dessa qualidade, dessa presteza, dessa disposição em fazer o melhor em todos os momentos nos quais a gente contou, digamos assim, com a colaboração da Diplomacia brasileira, seja representando o Senado, na COP-18, na COP-19, em que tive completa assistência da Diplomacia, quando fui, juntamente com o Governador do Acre, em atividade aos Estados Unidos, também tivemos total acompanhamento. E o aspecto que mais chama a atenção, que salta aos olhos na presença da Diplomacia brasileira é esse preparo sobre as realidades. Então vocês estão de parabéns por pertencerem, digamos assim, a uma classe de brasileiros absolutamente preparados. Tiveram e continuam tendo, porque o estudo é permanente, e vocês colocam isso a serviço do Brasil de maneira muito voluntariosa. Eu vejo que vocês trabalham e expressam amor pelo que fazem.

E por isso eu os parableno e desejo-lhes toda a sorte nessa missão que vocês têm pela frente nas realidades mais diversas. Nós temos aí um dos maiores PIBs *per capita* do mundo, a Finlândia, temos também um dos menores, na Namíbia, no Egito. Então são realidades muito díspares, mas que certamente vocês poderão contribuir para que as relações do Brasil com essas nações se fortaleçam e que a gente possa crescer cultural e economicamente nessas parcerias, que certamente a presença de vocês nesses países vai contribuir para que elas se solidifiquem.

Então parabéns a todos e votos de pleno sucesso nas missões que passarão a exercer a partir de agora!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes de concluirmos a votação, pois falta ainda um Senador para votar, mas que já está a caminho, eu quero incluir um item extrapauta.

ITEM 8**MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2014**
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: Concedo a palavra ao Sr. Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradeço, Sr. Presidente. Penso que é uma oportunidade que temos de seguir com nosso trabalho aqui na Comissão, mas pedindo desculpas aos sabatinados, pois aqui temos uma dificuldade, há várias comissões funcionando, mas já está a caminho o Senador, porque o quórum desta Comissão é um quórum qualificado, por conta da importância da matéria que estamos apreciando, que é a indicação de autoridades. E logo vamos...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Jorge Viana, V. Exª me permite um adendo antes da leitura do relatório de V. Exª?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sem dúvida.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu falei que uma das características da Diplomacia brasileira é o amor pelo que fazem e esqueci de fazer o contraponto. O Embaixador Eduardo Carvalho falou que foi um período muito profícuo a sua passagem pelo Senado e fez referência também ao tanto que se trabalha aqui no Senado. Devo dizer que um dos espaços em que se trabalha com mais prazer aqui no Senado é exatamente na Comissão de Relações Exteriores, pela diversidade cultural que está aqui presente nesta relação. Sempre as reuniões de sabatina são ambientes muito ricos, que causam grande satisfação em pertencer à Comissão de Relações Exteriores. E esses quatro anos de experiência aqui dentro, para mim foram momentos muito prazerosos, compartilhados com a Diplomacia brasileira.

Então, também faço o reconhecimento de que ter estado nessas reuniões de sabatina foram momentos muito, muito enriquecedores para mim. Agradeço muito por esta oportunidade também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem.

Sr. Presidente, temos dois colegas que estão chegando, os Senadores Pedro Simon e Kaká Andrade. Portanto, é importante aguardá-los, porque eles fazem questão de votar na indicação de S. Exªs.

Mas, atendendo à determinação desta Presidência, faço a leitura da indicação do Sr. Fernando de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre indicação que a Presidência da República faz do Sr. Fernando de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

A Constituição Federal atribui a competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto a escolha de Chefe de Missão Diplomática em caráter permanente.

O indicado nasceu, em 1959, em Genebra, filho de diplomatas, sendo brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição Federal. É filho de Paulo Padilha Vidal e de Nair de Mello Vidal.

Graduou-se no curso preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, em 1982, concluiu ainda o Curso de Altos Estudos, em 2005, quando defendeu a tese intitulada “Brasil-Estados Unidos: parceria estratégica em energia”.

Na Carreira Diplomática, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1983, e promovido a Segundo Secretário, em 1987. Tornou-se Primeiro Secretário, em 1995; Conselheiro, em 2000, e Ministro de Segunda Classe em 2006, todas as ascensões por merecimento.

Desempenhou várias funções no exterior: Conselheiro na Embaixada de Washington, de 2002 a 2006; Cônsul Geral Adjunto no Consulado-Geral em Beirute, de 2006 a 2008; Encarregado de Negócios na Embaixada de Libreville, em 2007; Ministro Conselheiro na Embaixada em Viena, de 2008 a 2010, Cônsul Geral em Cocha-

bamba, em 2010 até o presente, acumulando com o posto de Encarregado de Negócios na Embaixada em La Paz, desde 2003.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Haiti. Penso que dispensa comentários. Temos, no Haiti, um dos países que preocupa a comunidade internacional, especialmente com a situação se agravando após o desastre ocorrido em função do terremoto em 2010. Nós mesmos, no meu Estado, temos encontrado os reflexos dessa situação vivida pelo Haiti, que exige um posicionamento dos demais países do mundo. O Brasil tem sido um grande parceiro e tem feito dessa ajuda de reconstrução do Haiti uma missão humanitária, com o investimento, com a presença das Forças Armadas Brasileiras em uma missão de paz.

E, no meu Estado, como consequência dessa situação grave que o Haiti vive, nós tivemos, de 2010 para cá, a passagem de imigrantes, que já passam dos 28 mil, pelo Estado do Acre. Só haitianos, nós tivemos 26 mil passando pelo Estado do Acre, buscando uma melhor sorte no Brasil. É um desafio tremendo que estamos vivendo. Temos senegaleses... Vejam bem: passando por essa rota: senegaleses, 2.081; República Dominicana, 268; Gâmbia, 3; Gana, 2; Camarões, 3; Serra Leoa, 1; Mauritânia, 1, e Nigéria, 14. Então, vejam que há uma conexão, agora, com a África, passando pelo Panamá; de lá, seguem para o Equador; do Equador, por terra, entram pelo Peru e chegam até a fronteira do Acre, na BR-317. É uma situação... Criou-se uma rota. Há um esquema montado, que explora ainda mais esses que já estão explorados pelas circunstâncias nos países de origem. Essa é uma situação que, certamente, é um grande desafio para o Itamaraty. As autoridades brasileiras estão empenhadas, mas não tem sido fácil enfrentar esse problema. E certamente vamos ter, no nosso indicado para o Haiti, um dos ajudadores na busca de encontrar uma solução que nos tire e, inclusive, tire o Acre dessa situação, mas que, especialmente, encontre uma maneira de nós não termos a chegada de haitianos pela porta dos fundos do nosso País. Não que o Acre seja essa porta dos fundos, mas que essa imigração ocorra como parte de uma política de países amigos, e não da maneira como vem ocorrendo.

O Haiti mantém relações tradicionais próximas com os Estados Unidos da América e Canadá, principais destinos de migrantes haitianos – pelo menos, era assim; agora, é o Brasil. E os Estados Unidos são o seu maior parceiro comercial.

Como última informação, que considero relevante, transcrevo os dados do intercâmbio comercial, que já foi de US\$94 milhões em 2011, ficou em US\$52 milhões em 2013, com total predomínio das exportações brasileiras – quer dizer, uma balança absolutamente desfavorável para o Haiti e favorável ao Brasil –, e soma agora US\$51 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sr. Presidente, este é o relatório, aprovando a indicação do nome do Sr. Fernando de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti, conforme Mensagem nº 63, de 2014, da Senhora Presidenta da República, que o submete à apreciação ao Senado Federal, especialmente à Comissão de Relações Exteriores, de que sou membro titular.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª e o cumprimento pela iniciativa de já adiantarmos a nossa pauta.

Agora, podemos concluir esta importante reunião, em que são indicados três competentes brasileiros, ou melhor, quatro competentes brasileiros, para nos representar em quatro grandes desafios: Namíbia, Polônia, Finlândia e em três países da África.

Sei que o Brasil estará muito bem representado por todos os indicados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão a matéria.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, de 2013.

Com a palavra, o Embaixador Eduardo Carvalho, para as suas considerações.

O SR. EDUARDO CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, muito obrigado pelas elogiosas palavras ao Ministério das Relações Exteriores, do qual fazemos, todos, há mais de 30 anos, parte, e com grande orgulho. Os senhores tenham a certeza de que a Casa de Rio Branco é uma Casa dedicada integralmente ao Brasil.

Na questão da Namíbia, não tive oportunidade antes, eu já tinha me alongado um pouco, mas valeria a pena mencionar que, nos próximos dias 28 e 29, vai ter lugar a eleição para o parlamento e eleições Presi-

denciais. A SWAPO é, desde 1990, o partido dominante. Existe uma pluralidade de partidos, mas a SWAPO é o Partido dominante.

Hoje, o Congresso da Namíbia, são 78 membros, tem representação só por 60 parlamentares. Então, efetivamente, é o partido dominante no País.

Deve ser eleito o atual Primeiro-Ministro Hage Geingob, que é o entusiasta do Brasil. Ele quer implantar, na sua presidência – cinco anos, renováveis por mais cinco –, ele quer trazer à Namíbia a experiência brasileira de redistribuição de renda. Estão muito avançados os contatos com a Prefeitura de Belo Horizonte.

A posse coincidirá, no dia 21 de março de 2015, com o aniversário de 25 anos da Independência da Namíbia. O Brasil, como mencionei, se fez representar, desde o início da independência da Namíbia, com visitas presidenciais – o Presidente Fernando Collor, em 1991, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais recentemente. É um país que, efetivamente, atrai a atenção do Brasil.

Portanto, deixo uma dúvida ao Plenário sobre se não poderia ser imaginada a possibilidade de uma delegação Parlamentar às comemorações dos 25 anos de Independência da Namíbia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Deixo ao critério dos Srs. Embaixadores que desejem se manifestar, pois será uma honra para a Comissão.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, eu queria, apenas, agradecer as palavras igualmente generosas do Senador Anibal Diniz. Creio que o tratamento dos temas de interesse do Estado do Acre, eu já tinha tentado explorar de maneira mais detalhada possível. Reagindo aos comentários do Senador Jorge Viana, eu queria apenas sugerir aos dois Senadores do Estado do Acre, lembrá-los da referência que eu fiz à necessidade de recompor o grupo Parlamentar Brasil-Finlândia – eu acho que seria interessante que essa iniciativa pudesse ser tomada por Senadores do Estado do Acre, na medida em que, essa questão florestal é uma questão central.

Senador Anibal Diniz, se não me falha a memória – eu espero que não me falhe –, o senhor é historiador. Nós somos herdeiros de uma história de bons serviços prestados ao Brasil. Eu acho que o Diplomata nada mais faz, ao tentar bem servir ao Brasil, fazer justiça a essa história que vem de Rio Branco e que vem de uma longa tradição de excelência na Casa de Rio Branco, como nós a chamamos, e, portanto, nós somos, apenas fazemos a nossa obrigação ao tentarmos ser os melhores servidores do Brasil possível no exterior.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, manifestação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Eu fiz questão de vir a essa Comissão para trazer a minha palavra de cumprimento aos quatro indicados, aos quatro sabatinados.

Inicialmente, ao Ministro Ruy Pacheco do Amaral, que está indicado para o Egito. Vai ter uma tarefa complicada, porque S. Ex^a vai ser Embaixador do Brasil num país que eu reputo líder no mundo árabe.

Até Anwar Al Sadat, o Egito vivia um clima de relativa homogeneidade, comando e prosperidade. É um país singular no mundo, pelas razões arqueológicas e históricas, mas é um país de capital importância, porque, a par de ser líder no norte da África, um país de religião muçulmana, tem uma relação próxima com o Brasil. Quem faz esse liame é o futebol. É impressionante a relação de proximidade entre brasileiros e egípcios. S. Ex^a vai ver isso quando chegar àquele país. Já estive lá e pretendo voltar, porque é um país interessantíssimo. Então, a relação do Brasil com o Egito é muito mais importante do que se possa supor.

Quero desejar êxito na sua missão. Temos muito em matéria do que fazer no âmbito na colaboração mútua.

A mesma coisa ao Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva, que vai para a Finlândia. A Finlândia é o país da tecnologia. É o país das florestas preservadas. É o país de um turismo diferenciado. É um país que tem muito a ver com o Brasil. A minha irmã acabou de estar lá. Adorou o país, adorou o povo e adorou o que viu na Finlândia. Eu, pessoalmente, tive um encontro, até comentei com V. Ex^a, há três anos, com o então Primeiro-Ministro, que é de um partido assemelhado ao partido que eu presido, no âmbito da IDC, que é a Internacional Democrata Cristã. Tive a oportunidade de conversar longamente com S. Ex^a, que já deixou de ser Primeiro-Ministro, está no Comissariado da União Europeia nesse momento, mas a Finlândia é um país que tem que ser observado e cuja experiência tem que ser objeto de sensibilidade, pelo fato de o Brasil, que busca ser competitivo, poder buscar no que é a pequena Finlândia a capacidade de prosperar. A Finlândia é o país da Nokia, é o país do *design* industrial moderno, é o país que tem muito a oferecer em matéria de exemplo ao Brasil, inclusive de exemplo democrático, de comportamento democrático, de maturidade democrática e de tecnologia.

Acabamos de firmar com a Suécia um acordo bilionário e interessante ao Brasil, na minha opinião, de desenvolvimento da aeronave do Gripen, que venceu a concorrência com o Rafale francês e com os gigantes americanos. Foi a Suécia quem fez, junto com a Embraer, o melhor casamento. A Suécia está ao lado da Finlândia. É o mesmo exemplo de um país com população relativamente pequena, mas, do ponto de vista de capacidade de desenvolvimento tecnológico, precioso.

Esse é o estímulo, o incentivo que deixo como contribuição modesta, na minha palavra, a sua gestão frente à Embaixada do Brasil na Finlândia. Muito boa sorte!

O Embaixador Alfredo Leoni vai para a Polônia. Esse tem história, esse tem um *link* muito forte com o Brasil pela colonização. O contingente de poloneses, principalmente no Sul do País, é muito grande. Há uma interface entre o Brasil e a Polônia muito grande. E a Polônia é um país reconstruído, um país industrial, é um país que só cresce. A relação econômica entre Brasil e Polônia fala por si só.

Desejo muito boa sorte a V. Ex^a, nesse posto muito importante, que é o de representar o Brasil na Polônia, um país que foi da Cortina de Ferro, que soube se reconstruir – foi destruído na Segunda Guerra Mundial – e que tem um exemplo a dar aos países que têm vontade de ser como a fênix, ressurgir das cinzas – foi quase isso na Polônia.

Finalmente, o meu amigo Eduardo Carvalho, que foi o meu introdutor ao Cenáculo, onde está a maravilhosa obra da Santa Ceia, quando ele trabalhava em Milão. Vai, agora, para a Namíbia. Espero vê-lo.

Presidente Mozarildo, essa ideia que o Embaixador Eduardo coloca de, talvez, uma delegação de brasileiros ir à Namíbia para participar da solenidade de comemoração de 25 anos de independência pode ser simbólica. É uma coisa que devemos levar a sério e conversar com a Presidência do Senado. Acho que seria um gesto muito cortês, cavalheiresco e de reconhecimento a um país que luta para crescer, que está aqui buscando a parceria na redistribuição de renda, suponho, pelo fato de ser um país pobre, espelhado nos eventuais êxitos do Programa Bolsa Família, etc., em outros programas sociais, que têm que ser mostrados a quem queira fazer bom uso daquilo que foi sucesso no Brasil e que contém razão para ser copiado naquilo que ele é bom – naquilo que ele é bom. V. Ex^a vai ser um bom introdutor para que, na Namíbia, se copie o que há de bom em matéria de programa social no Brasil.

Desejo, igualmente, muito boa sorte e sucesso, e espero vê-lo, lá, como Embaixador na Namíbia.

Aos quatro Embaixadores, os meus melhores votos de bom trabalho e pleno êxito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 50 minutos e é reaberta às 11 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Está reaberta a reunião.

Comunico a deliberação das indicações dos Embaixadores Alfredo César Martinho Leoni, indicado para a República da Polônia; Antônio Francisco da Costa e Silva Neto, indicado para a República da Finlândia; Eduardo Carvalho, indicado para a República da Namíbia, e Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, indicado para a República Árabe do Egito e, cumulativamente, para a República Federal da Somália e Estado da Eritreia.

Cumprimento os Srs. Embaixadores e desejo-lhes todo êxito à frente das Embaixadas.

Estão liberados, portanto, para nos abandonar, lamentavelmente, com os nossos cumprimentos.

A nossa reunião prosseguirá.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Dando prosseguimento à reunião, concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, como Relator *ad hoc* para relatar o item 5.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Leio o relatório.

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Srª Maria Teresa Mesquita Pessoa, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal do Nepal.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da Diplomata.

A Srª Maria Teresa é filha de Harold de Lima Pessoa e Therezinha Espinheira Mesquita Pessoa, e nasceu, em 4 de março de 1961, na cidade de Salvador, na Bahia.

Em 1972, concluiu o curso de Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Instituto Rio Branco, a indicada frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1980) e o Curso de Altos Estudos (2003), tendo defendido a tese com o título de “Cooperação Fronteiriça. Aspectos institucionais. Os comitês de fronteira”.

A indicada tornou-se Terceira Secretária, em 1981, e Segunda Secretária, em 1984. Por merecimento, chegou à Primeira Secretária em 1994; à Conselheira em 2003; à Ministra de Segunda Classe em 2007, e à Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial, em 2011.

Ao longo de sua carreira desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul Adjunta nos Consulados-Gerais em Nova York (1994 a 1997), Vancouver (1997 a 1999) e Toronto (1999 a 2001); Conselheira na Embaixada em Nova Delhi (2001 a 2004); Chefe da Divisão do Mar da Antártica e do Espaço do MRE (2004 a 2007); Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas (2007 a 2013); e, desde 2013, Cônsul Adjunta no Consulado-Geral em Mumbai. Desempenhou também, integrando e chefiando delegações, importantes missões temporárias.

Acompanha a Mensagem Presidencial, também em atendimento à mencionada Resolução do Senado, Sumário Executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Nepal. Este documento dá notícias das relações bilaterais, apresenta lista de tratados celebrados, indica dados básicos do país, sua política interna e externa, bem como sua economia.

O Nepal é, desde 2008, uma República Parlamentarista. Sua população é estimada em 30 milhões de habitantes e professa majoritariamente o hinduísmo mesclado com crenças budistas. A capital é Katmandu e sua economia é basicamente agrícola.

No campo da política externa, o Nepal tem laços de cooperação muito estreitos com seus vizinhos Índia e China. Sobressai, no entanto, o relacionamento com a Índia, maior parceiro comercial nepalês. País classificado pela ONU como de menor desenvolvimento relativo, o Nepal favorece toda iniciativa relacionada com prestação de assistência técnica e financeira aos países menos desenvolvidos.

A economia do Nepal é baseada na agricultura, que emprega 80% da população e responde por 38% do Produto Interno Bruto (PIB), com destaque para o cultivo de arroz, milho e trigo. Turismo e remessas de trabalhadores nepaleses no exterior representam importante fonte de divisas.

No plano bilateral, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1976. A representação era feita cumulativamente com a Embaixada do Brasil em Nova Delhi. Em 2010, ambos os países estabeleceram embaixadas residentes.

No ano seguinte são firmados os primeiros instrumentos bilaterais, a saber: Acordo de Cooperação Técnica, Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço e Memorando de Entendimento sobre Consultas Bilaterais.

A comunidade de brasileiros no Nepal é composta por 60 pessoas.

O comércio bilateral ainda é bastante acanhado. Em 2013, o intercâmbio foi de aproximadamente US\$ 1 milhão. Exportamos, sobretudo, pedaços de miudezas de frango congelado e importamos basicamente produtos tradicionais (tapetes, xales, echarpes).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal.

Convido o Senador Jorge Viana ou o Senador Anibal para presidir momentaneamente a reunião, porque sou Relator da próxima matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Item 6 da pauta.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, de acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, compete privativamente ao Senado Federal o exame prévio e por voto secreto da escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Srª Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão de preceito regimental, currículo da indicada. Nascida em Aimorés – MG, em 20 de dezembro de 1954, ingressou na Carreira Diplomática em 1983, por concurso, tornando-se Terceira Secretária, no ano seguinte, Segunda Secretária; em 1989, Primeira Secretária em 2000, Conselheira em 2005, e Ministra de Segunda Classe em 2008.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública, destacam-se: Assistente na Divisão de América Meridional II (1994 a 1995); assistente na Divisão de Pessoal (1997 a 1998) e Subchefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (1998 a 2000).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Cônsul Adjunta no Consulado-Geral em Milão (1990 a 1994); de Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas (2007 a 2009); e de Embaixadora em Adis Abeba, desde 2009.

No que concerne ao posto para o qual é atualmente indicada, o Ministério das Relações Exteriores preparou relatório, do qual cabe aduzir que o Brasil se situou entre os primeiros países que reconheceram e estabeleceram relações diplomáticas com a mais nova nação africana, em 9 de julho de 2011, no próprio dia de sua independência. O Brasil encontra-se entre os 21 países em que o governo sul-sudanês tenciona abrir embaixada em futuro próximo. Nossa representação em Juba, por sua vez, foi estabelecida em 2013, não residente e cumulativa com a Embaixada do Brasil na Etiópia.

Há interesse bilateral no desenvolvimento de mecanismos de cooperação em diversas áreas, com ênfase na agricultura e na pecuária de corte e leiteira, e, ainda, na exploração de petróleo. Não há registro de brasileiros residentes no Sudão do Sul nem de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos àquele país.

Ante o exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva nos termos da Resolução nº 41 de 2003 do Senado Federal.

Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Solicito ao Senador Jorge Viana que funcione como Relator *ad hoc* nessa matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Procurando colaborar com os trabalhos desta Comissão, passo à leitura do relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 70, de 2014 (Mensagem nº 246/2014, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

Esta Casa do Congresso é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Carlos Alberto Hartog, Ministro de Segunda Classe, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica. O art. 52, inciso IV, da Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, os Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Nascido em São Paulo, em 9 de dezembro de 1956, filho de Frederik Marinus Den Hartog e da Sr^a Dora Michaelsen Den Hartog, o Sr. Carlos Alberto Hartog concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1982. Ingressou na Chancelaria no posto de Terceiro Secretário em 1983, ascendeu a Segundo Secretário em 1987 e a Primeiro Secretário em 1994. Passou à função de Conselheiro em 2000 e a Ministro de Segunda Classe em 2006, sendo as três últimas promoções por merecimento.

Para a ascensão a Ministro, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2003, e apresentou tese intitulada “Financiamento e Reforma das Nações Unidas”

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destaca-se a de Coordenador Executivo do Departamento das Américas entre 1995 a 1998.

No exterior, serviu na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, de 1987 a 1990; na Delegação Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração, em Montevideu, de 1990 a 1993; na Missão junto à Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 1998 a 2001; na Embaixada em Assunção, de 2001 a 2004; na Embaixada em Pequim, de 2004 a 2009; e na Embaixada do Brasil em Roma/FAO de 2011 a 2014.

Foi ainda chefe de diversas Delegações.

Quanto à Jamaica, é um país com 2,7 milhões de habitantes; a capital é Kingston; compõe o Caribe; e o Brasil tem com ela relações bilaterais, tendo sido o primeiro País da América Latina a reconhecer a independência da Jamaica em 1962.

Em termos econômicos, o intercâmbio Brasil-Jamaica aumentou 30% em 2012, mas diminuiu 47% em 2013. Nesse ano, as exportações brasileiras totalizaram US\$124 milhões, e as importações, apenas US\$1,4 milhão.

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais brasileiros à Jamaica.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente, cumprindo a deliberação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)* Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Fica concedida vista coletiva nos termos da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal. Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 50 minutos, reaberta às 11 horas e 53 minutos e encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Gleisi Hoffmann, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Gim, Eduardo Amorim e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Jarbas Vasconcelos. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores Fernando de Mello Vidal, Maria Teresa Mesquita Pessoa e Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog. Usa a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Cristovam Buarque, que solicitam inclusão de item extrapauta. As solicitações são aprovadas. Tem início a apreciação da PAUTA: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.”** Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.”** Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.”** Indicação apreciada. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.”** Sabatina realizada com indicação apreciada. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, o Senador Anibal Diniz, o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Sérgio Petecão. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. O Presidente registra a presença do Vereador Clézio de Freitas Moreira. A reunião é tornada secreta às doze horas e cinquenta e cinco minutos e reaberta às doze horas e cinquenta e oito minutos. Atua como secretário o Senador Anibal Diniz e como escrutinadores os Senadores Cristovam Buarque e Anibal Diniz. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 906, de 2014, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Requer, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar o Senado, em missão no exterior, na 4ª Missão de Estudos sobre Inovação, organizado pelo Instituto das Américas, a ser realizado no período de 28 de março a 03 de abril de 2015, no estado da Califórnia, Estados**

Unidos. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do país no período de 27 de março a 4 de abril de 2015.” É designado Relator ad hoc o Senador Anibal Diniz, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. EXTRAPAUTA: **ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 60, de 2014, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requerimento de Informações – CRE – DoJ e SEC x Petrobras, DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES: 1. Em virtude da potencial gravidade dos fatos relacionados a processos movidos (abaixo detalhados) contra a Petrobras por órgãos dos Estados Unidos (Departamento de Justiça-DoJ e Securities and Exchange Commission-SEC) e de seus impactos adversos, requeremos que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE/SF) encaminhe um Requerimento de Informação para os órgãos americanos acima relacionais (DoJ e CEC) para ter acesso imediato e tempestivo a todas as decisões legais referentes aos processos movidos contra a Petrobras. 2. Outrossim, estas informações também devem ser solicitadas diretamente à empresa citada neste processo (Petrobras). 3. Para tanto solicitamos que seja procedidas todas as medidas na alçada desta Comissão para que o Requerimento seja efetivamente atendido. 4. Sem prejuízo de novas ações apontamos que podem ser usados eventuais convênios entre o Congresso Nacional e o Congresso Americano que, por sua vez, poderia intermediar as informações processuais junto ao DoJ e à SEC.”** Aprovada a apresentação do Requerimento à Mesa. EXTRAPAUTA: **ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 61, de 2014, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “1. Requeremos, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as recentes notícias relativas a processos judiciais movidos contra a Petrobras por órgãos dos Estados Unidos (Departamento de Justiça-DoJ e Securities and Exchange Commission-SEC). 2. Esta Audiência Pública está associada ao Requerimento de Informações apresentado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE/SF). 3. A Audiência Pública terá como convidados as seguintes autoridades: a. Presidente da Petrobras (Graça Foster); b. Presidente da CVM (Leonardo P. Gomes Pereira); c. Ministro da Justiça (Eduardo Cardozo); d. Presidente do Tribunal de Contas da União (Ministro Augusto Nardes); e. Representante da SEC; f. Representante do DoJ; g. Presidente da Bovespa-BM&F (Edemir Pinto); h. Representante da New York Stock Exchange (NYSE).”** Aprovado. EXTRAPAUTA: **ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 62, de 2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Requeiro, nos termos regimentais, sejam adotadas por esta Comissão as providências indicadas no relatório apresentado pela Comissão Temporária Externa, criada pelo RRE nº 38/2013.”** Aprovado. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às treze horas e seis minutos assume a presidência desta reunião o Senador Anibal Diniz. E às treze horas e dez minutos reassume-a o Senador Eduardo Suplicy. EXTRAPAUTA: **ITEM 9 – MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2014, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.”** O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Havendo número regimental, declarado aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu gostaria de convidar a Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessoa, o Embaixador Fernando de Mello Vidal e o Embaixador Carlos Alberto Den Hartog, respectivamente designados para representar o Brasil na República Democrática Federal do Nepal, na República do Haiti e na Jamaica.

Por favor, queiram tomar seus assentos. Muito bom dia à senhora e aos senhores.

Item 1:

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2014**
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 20/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013.

2 – *A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

O Relator, Senador Jorge Viana, já leu seu parecer na quinta-feira passada.

Então, agora, passo a palavra ao Sr. Fernando de Mello Vidal para que possa transmitir as informações relativas à sua missão na República do Haiti e também falar a respeito de sua experiência como representante do Itamaraty no exterior e também em cargos aqui no Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes que o Embaixador comece a falar, eu queria fazer um pedido. Eu encaminhei um requerimento à Comissão que eu gostaria que fosse, se possível, hoje apreciado extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª está encaminhando o requerimento à Mesa?

Já o recebemos. Então, vamos considerá-lo com certeza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu também, Senador, tenho um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu o manifesto oralmente ou entrego? Está em meu nome e em nome do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Entrego?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pode entregar à Mesa para que possamos...

V. Exª quer expressar-se a respeito?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu o consulto sob duas formas: uma é a regimental, e a outra é se não vai atrapalhar a nossa audiência. Só quero que fique registrado que dei entrada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Poderemos examiná-lo imediatamente após o processo de arguição dos Srs. Embaixadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Sr. Fernando de Mello Vidal...

Se todos os Senadores estiverem de acordo, podemos já declarar aberto o processo de votação. (*Pausa.*) Assim, havendo a concordância de todos, está aberto, desde já, o processo de votação.

Passo a palavra ao Embaixador Fernando de Mello Vidal.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o senhor pela Presidência da reunião, eu queria cumprimentar os Senadores presentes e queria agradecer aos Senadores da Comissão de Relações Exteriores porque aceitaram me receber aqui hoje. Eu queria cumprimentar meus colegas que se apresentam comigo: a Ministra Maria Teresa; o meu colega de turma, Ministro Carlos Alberto.

Eu entendo que tem que ser brevíssimo porque o debate vem em seguida, mas, ainda que eu comprometa alguns minutos preciosos da minha apresentação, não posso deixar de registrar alguns agradecimentos aqui. Em primeiro lugar, à própria Presidente Dilma Rousseff, que indicou meu nome com o envio a esta Casa da Mensagem nº 63, de 2014, e, em segundo lugar, ao Ministro das Relações Exteriores que submeteu o meu nome à Presidente Dilma Rousseff.

Eu fiquei muito sensibilizado com a confiança em mim para uma missão que considero importante, delicada, sensível, difícil; e difícil até mesmo pelo lado pessoal. Ainda que não esteja aqui, hoje, o Senador Jorge Viana, eu também queria agradecer a ele o trabalho de relatoria, comentar que o meu trabalho atual lá na Bolívia tem muito a ver com o Estado do Acre, do Senador Jorge Viana, e, se eu for aprovado, aqui, hoje, tem muito a ver, porque a grande maioria dos brasileiros que residem na minha jurisdição é do Acre; e, se eu for aprovado aqui, hoje, meu trabalho futuro também terá a ver com o Acre, na medida em que, para cada haitiano, nós damos na Embaixada em Porto Príncipe um visto para que entre de maneira regular no Brasil, e é um haitiano a menos que entra de maneira irregular pelo Acre – como disse o próprio Senador Jorge Viana, pela porta dos fundos. Não que o Acre seja a porta dos fundos do Brasil, mas a entrada irregular é, sim, a porta dos fundos.

Para mim, é uma honra me apresentar à Comissão. Pela primeira vez na minha carreira, eu espero poder contribuir para um debate construtivo sobre as relações do Brasil com o Haiti, que começaram em 1928.

O Haiti é um país com o qual nós nos identificamos, porque somos americanos, porque tivemos o mesmo passado colonial, porque temos as mesmas raízes africanas. O Haiti é um país pobre que precisa muito da cooperação internacional e da cooperação técnica do Brasil para combater índices de pobreza como, por exemplo, 80% de desempregados, 80% de pessoas sem acesso à eletricidade, 80% de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Eu acredito que a cooperação técnica é um instrumento importante e útil, que ajuda os países em desenvolvimento. O Brasil tem projetos de cooperação técnica em quase cem países. O Haiti é o país que mais recebe cooperação técnica do Brasil, o que se intensificou muito depois do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Desde então, diversos projetos já foram executados ou estão em execução. O Governo brasileiro está dando prioridade, no momento, a projetos estruturantes nas áreas de saúde e segurança alimentar. Eu vou citar apenas três deles: O Brasil ajuda no combate à cólera; o Brasil comprometeu seu apoio a um projeto muito bem sucedido de leite na escola, que já beneficiou mais de 80 mil crianças haitianas entre seis e 12 anos; e outro projeto importante e bem sucedido é o chamado Aba Grangou, de luta contra a fome, que foi inspirado no Fome Zero brasileiro e foi mencionado em recente relatório da FAO, que incluiu o Haiti dentre apenas sete países do mundo que, neste ano de 2014, conseguiram reduzir consideravelmente a fome e a desnutrição.

Um tema que está muito em evidência, por isso não posso deixar de mencionar, é o da questão da emigração haitiana no Brasil. O Haiti é um país de tradição emigratória, a diáspora haitiana é de dois milhões de pessoas, ou seja, 20% da população vive fora, e eles remetem para o Haiti cerca de dois bilhões de dólares por ano.

A emigração aumentou muito, naturalmente, depois do terremoto de 2010. Os países tradicionalmente escolhidos são Estados Unidos, Canadá, França, alguns na região do Caribe, a vizinha República Dominicana e mais recentemente, na América Latina, o Chile, o Equador e o Brasil.

O Governo brasileiro descarta o fechamento de fronteiras, adequou a sua legislação a essa situação inteiramente nova que estamos vivendo aqui, com uma resolução que aboliu um teto que existia, de 1.200 vistos por ano. É uma política excepcional de concessão de vistos e o objetivo disso é desestimular a entrada irregular, sobretudo pelo Acre, e manter o controle sobre os que entram de maneira regular.

O Itamaraty reforçou bastante o setor consular da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Nós concedíamos lá cerca de cem vistos por mês e estamos concedendo, agora, 600 vistos por mês para os haitianos. Desde o início de 2012 até hoje, a Embaixada em Porto Príncipe já concedeu 13 mil vistos para haitianos entrarem de maneira regular no Brasil. Hoje, a grande maioria desses vistos é de reunião familiar, ou seja, haitianos que já estavam no Brasil e que já se consideram estabilizados aqui estão chamando suas famílias para se unirem a eles.

O Itamaraty defende que o número de vistos seja compatível com a capacidade do nosso mercado de trabalho de absorver esses novos trabalhadores estrangeiros. Até o momento, pelo que temos lido, sobretudo na imprensa, o mercado de trabalho brasileiro tem sido capaz de absorver os trabalhadores, sobretudo nos Estados do Sul, de São Paulo para baixo: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O que ocorre é que se montou no Brasil uma verdadeira rede de recepção, cadastramento, acolhimento e encaminhamento de haitianos ao mercado de trabalho. Essa rede é composta pelo Governo nos três níveis – Governo Federal, Governos estaduais e Governos municipais –, por Organizações Não Governamentais, pela Igreja Católica também, e até mesmo por empresas privadas que se dedicam a encontrar vagas para trabalhadores estrangeiros. O resultado tem sido positivo, na medida em que nós temos registro de que menos haitianos estão entrando de maneira irregular pela fronteira com o Acre.

Eu, se for aprovado aqui hoje, espero poder, lá em Porto Príncipe, aproveitar minha experiência consular que adquirir não apenas no posto em que estou hoje, mas em postos anteriores onde servi.

Uma palavra final sobre a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, criada em 2004 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para pacificar o Haiti, que vivia momentos conturbados após a queda do Presidente Jean-Bertrand Aristide. A missão da ONU tem cinco batalhões com 5 mil soldados de 19 países, sendo 11 da América Latina. O Brasil recebeu o comando das tropas. Chegamos a ter 2,4 mil soldados. O Brasil concorda que é hora de reduzir o tamanho da força de paz. Hoje já reduzimos, temos 1,36 mil soldados no Haiti.

Em outubro passado, o Conselho de Segurança das Nações Unidas prorrogou a força de paz até outubro de 2015 e reduziu pela metade, até junho de 2015, o número de militares, que passará de cinco mil para cerca de 2,3 mil soldados. Uma nova prorrogação da força de paz dependerá da avaliação que se faça localmente e de um relatório que o Secretário-Geral da ONU apresentará em março do ano que vem.

A tendência, portanto, é de prorrogação com redução até o horizonte de 2016, quando se espera que a Polícia Nacional do Haiti consiga, como se costuma dizer, caminhar com as próprias pernas. Espera-se também que a Polícia Nacional do Haiti preencha os chamados vácuos de segurança que ainda existem, muitos, no país, sobretudo no interior do Haiti.

A Polícia Nacional haitiana tem hoje 11 mil policiais. Em 2004, tinha apenas cinco mil e a meta é chegar a 15 mil em 2016, o que é considerado o mínimo necessário para dar segurança a um país de 10 milhões de habitantes. O que acontece hoje em dia é que, em quase todas as chamadas em que a Polícia Nacional do Haiti comparece para conter manifestações e distúrbios, ela ainda recorre muito aos capacetes azuis das Nações Unidas.

De qualquer maneira, há um consenso de que a força de paz da ONU contribuiu muito para a questão da segurança no país e para a reconstrução do país, sobretudo com sua engenharia militar.

Finalizo com uma mensagem importante, transmitida pelo Brasil, de seu compromisso com o Haiti, com a segurança, o desenvolvimento sustentável e a estabilidade, com ou sem força de paz. O Brasil tem hoje uma relação, um vínculo forte com a República do Haiti, atendeu ao pedido de socorro quando aconteceu o terrível terremoto e acho que isso não vai ser esquecido tão cedo pelos haitianos.

As relações são hoje mais intensas, eu diria, do que eram há alguns anos, e eu espero, se for aprovado aqui, poder lá em Porto Príncipe contribuir para uma aproximação ainda maior.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, caro Embaixador Fernando de Mello Vidal, sobre as suas considerações a respeito do Haiti e de sua representação lá.

Agora, passamos a palavra à Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessoa, indicada para representar o Brasil na República Democrática Federal do Nepal, tendo sido relator *ad hoc* o Senador Anibal Diniz.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu queria agradecer, através do senhor, a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e aos Senadores aqui presentes. Agradeço também, muito sinceramente, a designação do meu nome pela Senhora Presidente da República e a indicação inicial feita pelo Ministro das Relações Exteriores. Agradeço aqui a presença também de colegas e amigos, do Embaixador Pedro Bório, que é uma espécie de guia neste momento.

Gostaria de iniciar a minha exposição chamando a atenção para a localização do Nepal. O monarca, sob cujo reinado o Nepal foi unificado – o Nepal foi unificado muito cedo dentro do contexto asiático, em 1768, sob o reinado de Prithvi Narayan Shah, que dizia que o Nepal era um inhamo entre dois pedregulhos, se referindo à China e à Índia. E essa localização geográfica é um grande determinante das vicissitudes e das oportunidades do Nepal ao mesmo tempo.

O Nepal hoje se situa no centro de uma das regiões que mais cresce no mundo. A população do país é de cerca de 30,976 milhões de habitantes, estimado em junho de 2012. Desse total, um grande percentual, 54,2% da população, é de jovens e crianças; 31,6% de crianças entre 0 e 14 anos e 22,6% entre 15 e 24 anos. Os 17% que vivem em áreas urbanas constituem 40% da população urbana, mas, do total da população jovem, 83% vivem em áreas rurais.

O Nepal é um país de menor desenvolvimento relativo, sem acesso ao mar, mas com grande participação nos processos das Nações Unidas, sendo, inclusive, o líder dos países de menor desenvolvimento relativo, uma categoria de países que foi estabelecida pela ONU em 1971, da qual o Nepal é membro desde o estabelecimento desta categoria.

O país vive hoje um momento de transição, sob uma Constituição provisória, adotada em 2007, ao final das hostilidades iniciadas em 1996. A guerra civil se iniciou em 1996. Em 2006, iniciaram-se os processos de reaproximação que foram facilitados pela Índia. Foi assinado um acordo de 12 pontos que estabelecia, entre

outras coisas, a necessidade de se estabelecer um processo constituinte, uma assembleia constituinte, a primeira da história constitucional do país que se iniciou em 1948.

Então, em 66 anos, o Nepal teve seis Constituições, incluindo a transitória de 2007, e, atualmente, no país se desenrolam as negociações dentro da Assembleia Constituinte, da segunda Assembleia Constituinte, eleita em novembro do ano passado para concluir o processo de redação da Constituição.

A questão do Federalismo é central na Constituição porque foi um dos elementos também do acordo de paz, mas não há acordo sobre que espécie de Federalismo se deseja. O Federalismo iria pacificar o País no que diz respeito à representação das minorias.

Há duas ordens de desigualdades no Nepal, as horizontais, entre etnias, castas, campo versus cidade, e as verticais, que se referem às disparidades de renda. O índice de Gini no Nepal é bastante elevado, ele tem 34 no índice de Gini, é relativamente elevado.

Então, essa questão do Federalismo viria, no parecer de muitos, resolver essas disparidades ou garantir uma representação ampla.

A Assembleia Constituinte é composta de 601 membros, sendo 575 eleitos e 26 indicados pelo Primeiro Ministro, para que estejam representados também aqueles partidos que não reuniram a maioria suficiente no processo eleitoral.

Há 30 partidos e 2 independentes representados na Constituinte.

É um processo difícil, mas, ao mesmo tempo, um processo que, se concluído com sucesso, poderá colocar o país em um processo de desenvolvimento, porque é um País que cresce, apesar das dificuldades. Em 2012, o Nepal cresceu 4,9%. E é um país com um enorme potencial hidrelétrico, com uma grande pobreza energética, mas com um potencial energético estimado em 42 mil megawatts, mas muito pouco desenvolvido.

E esse setor é muito importante para o Brasil porque o Nepal vê no Brasil um parceiro no desenvolvimento deste setor. Nós temos já, inclusive, um projeto iniciado no Nepal, quer dizer, um projeto do qual já foram concluídos os estudos e estão em fase de ultimar os estudos ambientais, o financiamento e o licenciamento para a venda de energia à Índia.

E, nestes últimos meses, alguns acontecimentos vieram... São acontecimentos alvissareiros para esses projetos porque o Nepal e a Índia concluíram – após a visita do Primeiro-Ministro Modi ao Nepal, a primeira em 17 anos, por um líder indiano – um acordo de comercialização de energia. Esse acordo é essencial porque constitui um acordo-quadro para o desenvolvimento, a negociação e a conclusão de acordos de compra de energia, que são os acordos que viabilizarão esses empreendimentos no setor hidrelétrico, entre os quais, o desenvolvido pelo consórcio brasileiro Braspower, no Rio Arun.

Há um pleito da Braspower de que a concessão dada seja aumentada dos 400MW originais para 950, porque o projeto indiano, que está à montante do rio, é de 950MW. Este processo está sendo concluído, ainda não foi ultimado o licenciamento para o aumento da capacidade do projeto, mas, com esses desenvolvimentos recentes, é muito provável que isso aconteça.

As relações do Nepal com a Índia e a China são intensas. A Índia é o maior parceiro comercial do Nepal. A Índia responde por 59,1% do comércio exterior do Nepal, seguida dos Estados Unidos, com 9,3%, e da Alemanha, com 4,1%. Assim, há praticamente um monopólio da Índia no comércio exterior com o Nepal.

A China também tem aumentado muito a sua influência, mas, apesar disso, a Índia ainda é o maior investidor estrangeiro no Nepal.

O Nepal vê o Brasil como um parceiro, como já disse, nesse setor hidrelétrico, mas também vê o Brasil como um parceiro em função da participação do Brasil nos BRICS. Por isso, o Nepal nos apoia e apoia o pleito brasileiro no âmbito do G4, na ONU, pela expansão das duas categorias de membros do Conselho de Segurança.

Eu termino esta apresentação inicial citando a mensagem que o Primeiro-Ministro nepalês, Sushil Koirala, enviou à Presidente da República por ocasião de sua reeleição, porque é muito conotativa de como o Nepal vê o Brasil.

Eu cito:

Desde que o Nepal e o Brasil estabeleceram suas missões diplomáticas nas respectivas capitais, confio em que a cooperação em vários setores de desenvolvimento do Nepal será incrementada daqui em diante, em particular os investimentos no desenvolvimento do setor hidrelétrico e outros setores críticos de projetos de infraestrutura.

Como membro ativo dos BRICS, o papel do Brasil em negócios internacionais vem crescendo, e nós, no Nepal, valorizamos o imenso progresso realizado pelo Brasil em todas as esferas de desenvolvimento socioeconômico, ao longo dos anos.

Com isso, concluo, dizendo que, passada a fase de estabelecimento da nossa Embaixada em Katmandu, se aprovado meu nome por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, o meu trabalho será o de conce-

ber um programa de trabalho, para que essas relações e a presença do Brasil no Nepal se consolidem através de projetos de cooperação técnica.

Agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa, que está indicada para representar o Brasil no Nepal.

Agora concedemos a palavra ao Embaixador Carlos Alberto Michaelsen den Hartog, que está designado para a Jamaica.

O SR. CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG – Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, eu queria primeiro agradecer à Comissão ter incluído o exame da minha indicação para ser o representante do Brasil em Kingston.

Gostaria, de coração, de agradecer à Presidente Dilma Rousseff por ter submetido meu nome a esta Casa, e ao Ministro das Relações Exteriores por ter tido a confiança de propor meu nome à Srª Presidente.

Meu agradecimento especial ao Senador Cristovam Buarque, por ter feito minha relatoria em tempo hábil, com rapidez. Agradeço muito.

Sei que a agenda dos Srs. Senadores é muito intensa; sei também que o Itamaraty encaminha, junto com as nossas mensagens, uma informação bastante completa, embora sucinta, sobre os países das nossas designações. Pretendo, então, apenas fazer um voo de águia sobre as relações do Brasil com a Jamaica e sobre os nossos interesses, no que penso que seria uma espécie de programa preliminar de trabalho para o próximo embaixador – eu, no caso, se aprovado por esta Comissão e pelo Senado.

Da Jamaica propriamente dita, chamo a atenção para alguns fatos. É uma democracia parlamentar, independente do Reino Unido desde 1962, mas com quem mantém elos através da comunidade britânica.

Olhando a Jamaica pelos olhos brasileiros e tendo em vista as nossas dimensões de economia, de território, a Jamaica tem um território de mais ou menos 11 mil km², o que equivale aproximadamente à metade do Estado de Sergipe, tem uma população de 2,8 milhões de habitantes que é um pouco menos do que Brasília, que hoje deve estar com uns três milhões.

Outro fato que vejo até por meus trabalhos anteriores na área de comércio é como anda o nosso comércio com o País. E chamo a atenção para que embora em nossa ótica não seja um comércio muito relevante em tamanho, ele apresenta um enorme superávit para o Brasil ao longo do tempo – impressionante mesmo –, porque tem oscilado nos últimos anos entre R\$125 milhões e R\$300 milhões em 2008, e mais de 90% corresponde a exportações brasileiras para a Jamaica.

Esse é um elemento para o qual chamo a atenção porque acho que deve ser considerado na hora em que a gente fala de cooperação técnica, essa cooperação Sul/Sul que o Brasil tem prestado. A gente deve – um pouco – também ter isso em mente.

A economia jamaicana tem algumas bases como turismo, que é muito conhecido, é um grande produtor de bauxita, e tem uma agricultura potencial efetiva e também potencial, na região, muito grande para os parâmetros do Caribe.

Entrando diretamente na área das nossas relações bilaterais, nos últimos anos a gente tem dois pontos altos nessa relação. O primeiro seria em 2007, a meu juízo, com a primeira – e até o momento única – visita de um Presidente brasileiro à Jamaica, quando, em uma agenda grande, o tema central foi a discussão de biocombustíveis. Esteve lá o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para inaugurar a segunda usina de processamento de etanol com tecnologia totalmente brasileira. Hoje ela tem três usinas como grande produtor de cana-de-açúcar e também como importador de álcool brasileiro hidratado que, em parte, é tratado e transformado em álcool anidro e exportado para os Estados Unidos através das preferências tarifárias que a Jamaica tem com o mercado americano.

A gente teve como segundo momento – foi muito recente, agora em 2014 – a visita do Chanceler, do Ministro das Relações Exteriores brasileiro, que foi finalmente inaugurar a primeira comissão mista que havíamos acordado com a Jamaica em 2010. Foi uma reunião muito boa, discutiram-se vários pontos da agenda internacional no Haiti e a questão das relações do Brasil com o Caribe, CARICOM e OMC, e se aprovaram alguns acordos. Acho que deve haver agora na Embaixada uns segmentos para que sejam encaminhados, entrem em vigor e sejam executados. Há acordos sobre troca de informações na área tributária, sobre defesa e outro sobre uso de espaço aéreo, para se estabelecerem conexões aéreas entre Brasil e Jamaica, que ainda não temos.

Também se discutiram alguns programas e houve a inauguração lá de um centro de formação profissional que o Brasil ajudou, em um trabalho feito entre o Senai, a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e uma agência jamaicana chamada HEART, de treinamento de recursos humanos, que é para formar pessoal ligado à área de serviço, sobretudo turismo. Ele é bem amplo e vai desde ensinamentos de carpintaria até telecomu-

nicações e a ideia brasileira é a de formar quadros para formar pessoal e prover esse mercado crescente de turismo que tem lá.

Há outro elemento que também acho importante, de acompanhamento de informação pelo Brasil, que é a ideia jamaicana de criar um *hub* ou se transformar num *hub* de logística e transbordo. Quando a gente olha no mapa se vê a posição da Jamaica abaixo de Cuba, próxima ao Haiti, mas muito próxima à Flórida – são 200 milhas da Flórida. A ideia deles é fazer esse transbordo e estão trabalhando nesse projeto, têm dificuldades de financiamento e estão com interesse em atrair empresas brasileiras para participar disso.

Eu acho que essa também é uma função nossa na Embaixada: continuar informando e tentando atrair o interesse brasileiro para participar. A ideia é fazer parcerias público-privadas.

Depois, eles têm uma série de pedidos de cooperação, como exploração de calcário. Pediram que técnicos brasileiros estejam lá para avaliar a viabilidade econômica. Por causa da função que venho exercendo lá em Roma, com a FAO, eu também tenho em mente algumas ideias sobre cooperação agrícola. O próprio Diretor-Geral da FAO, que é um brasileiro, como os senhores sabem, o ex-Ministro José Graziano da Silva, tem um interesse muito grande pelo Caribe, esteve lá em visita, tem muito contato e manifestou interesse em promover essa cooperação Sul-Sul. O Brasil tem sido muito ativo na Jamaica, por causa do grande potencial agrícola que ela tem.

Nós vemos também a Jamaica sob outro ângulo, um ângulo um pouquinho mais multilateral. Acho importante a gente sempre lembrar que, no sistema multilateral, na maior parte dos organismos, sobretudo no sistema da ONU, não existem votos ponderados. Os votos são “um país, um voto”. Nesse caso, o voto da Jamaica é um voto que tem o mesmo peso que um voto do Brasil, dos Estados Unidos, da Rússia ou da Alemanha.

Além disso, a Jamaica, como membro do Caribe, tem uma grande coordenação. Os caribenhos são muito coordenados nos fóruns internacionais. Têm posições comuns que defendem, sabem atuar, e aí eu acho que é muito importante o nosso diálogo com eles, sobretudo com a Jamaica, que é um país que tem uma influência muito grande na região, pelo seu peso, apesar do seu tamanho, quando visto pelos olhos brasileiros.

Nós temos tratado de levar à frente dois diálogos com eles: um é o Brasil-CARICOM, de como podemos ampliar nossas relações de cooperação, de comércio e de investimentos; e o outro é uma relação Mercosul-CARICOM. Temos encontrado portas para atuar até bilateralmente. Há uma coisa interessante que foi desenvolvida na ALADI. Através desses acordos de alcance parcial, nós pudemos incluir pela primeira vez um país caribenho dentro desse acordo, sem criar conflitos com o Mercosul. Talvez seja uma forma de encontrar alternativas para ampliar nossas relações com países como a Jamaica e outros caribenhos, mas também uma forma de estimular mais o Mercosul a buscar, como já tem havido um diálogo, algum acordo comercial mais profundo com a região.

Eu me apressei um pouco em falar de Jamaica porque percebi que na informação transmitida aos senhores não veio o item. Eu até entendo o porquê. É porque ele é tratado de forma temática, não necessariamente ligado à Jamaica. Mas eu considero esse item de grande importância. O Embaixador do Brasil, quando é credenciado no governo jamaicano, também é credenciado em um organismo internacional localizado na Jamaica, em Kingston, que é a autoridade internacional dos fundos marinhos. É um organismo que decorre da Convenção das Nações Unidas de 1982 sobre direito do mar, e eu considero esse um tema de enorme interesse do Brasil.

Basicamente, de forma muito sucinta, ele trata de regulamentar como se faz a pesquisa e a exploração dos fundos marinhos em águas internacionais, portanto, além da área nacional do mar. O Brasil sempre teve interesse em acompanhar esse tema, como grandes negociadores do acordo da Convenção. Mais recentemente, este ano – também considero que é um marco –, foi a primeira vez que o Brasil presidiu a assembleia da autoridade. Exatamente foi o atual Embaixador lá que foi o presidente da assembleia, e nessa assembleia o Brasil pode aprovar uma proposta, um projeto nosso de pesquisa, de uma área de 3 mil quilômetros quadrados, localizada a 1.500km da costa do Rio de Janeiro, onde nós detectamos a possibilidade de haver reservas, ou nódulos de polimetais e outras coisas, que são do interesse do Brasil explorar e conhecer, com uma grande perspectiva econômica. Algumas pessoas consideram – até andaram anunciando na imprensa – que pode ser quase um pré-sal mineral para o Brasil. Então, acho que esse é um tema também de interesse de acompanhamento do Embaixador lá, com relações aqui.

Se aprovado por esta Comissão e pelo Plenário, minha ideia é conversar com todos os nossos órgãos internos, para saber os seus planos e projetos com relação à implementação dos acordos que estão na pauta, fazer um trabalho para que sejam, enfim, aprovados rapidamente aqui no Congresso, para que possamos começar a executá-los.

Obrigado, Sr. Senador. Com esse resumo, ficaria muito honrado com as perguntas que estiverem à mesa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixador Carlos Alberto Michaelsen den Hartog.

Agora, abro então para os Senadores que desejam arguir.

Senador Cristovam Buarque, em primeiro lugar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^a Embaixadora, Srs. Embaixadores, costumo dizer que nessas nossas sabatinas parece que nós que sabatinamos, mas na verdade aprendemos aqui; não só pelas falas, mas costumo concentrar minhas perguntas para tentar aprender coisas que me interessam. E o que me interessa, a partir dos senhores, da senhora, do corpo diplomático, é como o Brasil vai se situar no mundo, como o mundo será transformado e como vamos enfrentar os diversos problemas do mundo.

Antes de fazer pequenas referências a cada um dos países, queria tentar entender – e sempre coloco perguntas desse tipo, só que organizei um pouco diferente – qual é o papel das nossas relações com esses países que podem nos ajudar no enfrentamento de alguns problemas, quase que desafios, e na sugestão de encaminhamentos para o mundo. Por exemplo, o enfrentamento do problema da droga. Nesses países, são pontos de ameaças a droga, ou não? Usando a expressão que usou o embaixador sobre o *hub* para aviões, pergunto: a Jamaica, o Haiti e o Nepal podem ser *hubs* para droga, ou não?

Segundo, é paraíso fiscal? Eles representam a possibilidade do uso das suas leis para tráfico de dinheiro, inclusive da corrupção? O outro é sobre o crime organizado. São países que podem representar instabilidade devido a relações com o crime organizado? Outra é a proteção ambiental. Nos fóruns internacionais, esses países, pelo menos seus governos atuais, podem representar aliados na busca brasileira de um desenvolvimento sustentado? Ou não? Às vezes, um pequeno país, como o Butão, representa um grande aliado na busca de um desenvolvimento sustentado.

E, para não ficar numa lista muito grande, a luta pela redução da pobreza no mundo. Esses países têm experiências de políticas relacionadas com a pobreza? Além disso, quais são os benefícios que a gente poderia ter? E aí coloco, fundamentalmente, no caso desses países, a relação cultural, porque acho que o fato de podermos ter relações com outros países enriquece o Brasil culturalmente.

É muito comum, no mundo de hoje, que até nossos presidentes no mundo inteiro viraram caixeiros viajantes e não mais estadistas. Não vejo estadistas talvez porque a globalização impede, uma vez que o político precisa de voto local no presente, e o presente se choca com temas internacionais para os quais nossos políticos não têm preparo, no caso de enfrentamento. Fica impossível ser estadista. Ou é profeta, independentemente do país e da política, ou é político e consegue voto para se eleger. Essa é uma realidade. Então fomos transformados em caixeiro viajante.

E a diplomacia vem sendo usada muito em função de ter os embaixadores como vendedores do nosso produto. Acho isso uma diminuição do papel de um diplomata, embora não possa esquecer isso também. Acho que a relação cultural, para mim, é talvez a mais forte. E aí gostaria de ver como é que a senhora e os senhores vão ajudar no aumento desse intercâmbio nesses países.

Agora queria fazer alguns comentários específicos, especialmente para o Haiti, para onde fui num momento talvez dos mais difíceis da presença do Brasil, em que o Embaixador Paulo Cordeiro me recebeu e tivemos de passear dentro de um tanque de guerra com capacete, colete de bala e descermos um pouquinho na rua rodeados de soldados... As coisas foram melhorando.

Então, eu gostaria de discutir alguns desafios que a presença de um embaixador nosso no Haiti representa. Primeiro, ver, no local, um Estado que hoje se chama... Eles não gostam, as Nações Unidas protestam até, mas são Estados “inviáveis” – entre aspas –, que não conseguem funcionar direito.

Não são só os pequenos, não. Esta semana, o Presidente Mujica provocou um escândalo quando disse que o México é um Estado inviável. Eu já ouvi gente dizer que o Paquistão, um país com bomba atômica e com um potencial científico, em alguns setores muito mais desenvolvido do que o Brasil – eu disse muito mais –, é inviável também; alguns dizem. Se continuar a crise brasileira, vão dizer que o Brasil também está caminhando para isso – exagerando um pouco e caricaturando.

Mas o Haiti é um país que se aproxima dessa situação, como outros países na África que não têm condições, aparentemente, de sair da realidade que atravessam sem a comunidade internacional ajudar.

Eu li um trabalho, uma vez, Senador Suplicy, que propunha que alguns países do mundo estão ficando tão inviáveis que a comunidade internacional deveria adotá-los, não mais como protetorado colonizado de um país, mas como protetorado da comunidade das Nações Unidas, internacionalmente falando. Então, eu gostaria de ouvir um pouco sobre até que ponto essa ideia de inviabilidade se aplica ou não ao Haiti.

Segundo, é óbvio que é o tema fundamental da nossa presença militar. Eu tenho – embora não tenha notícia dele há alguns anos, a última vez foi quando eu estive lá – um grande amigo meu chamado Magloire, do tempo em que eu trabalhei no Banco Interamericano de Desenvolvimento, e, quando eu estive no Haiti, pedi para conversar com ele. Tomamos um café da manhã, e ele me disse uma coisa surpreendente, Suplicy,

sobre a intervenção do Brasil lá. Eu perguntei: “E como é que vocês estão vendo nós brasileiros aqui?” E ele disse: “Todo dia, de manhã, quando eu faço a barba, eu tenho uma raiva dos brasileiros que estão aqui... Todo dia, quando eu vou dormir, eu sinto um alívio, porque sei que o Exército brasileiro está aqui.” Ou seja, é uma necessidade, e eu saí de lá convencido de que a gente não tem o direito de sair de lá, a não ser quando o povo haitiano disser: “Não precisamos mais de vocês.” Eu não falo só do ponto de vista de colaboração econômica, social, eu falo do ponto de vista militar mesmo.

Então, eu gostaria de saber como é essa nossa presença militar, de acordo com o embaixador, se vai continuar, ainda, por muito tempo ou não, se estamos caminhando para que o Magloire possa acordar e dormir com o mesmo sentimento, e não mais com um sentimento de manhã e outro sentimento à tarde. O outro é a pobreza, em que o senhor tocou na sua fala. Eu gostaria de ver, um pouco mais, como é que nossa colaboração pode ajudar nisso. Então, isso com relação ao Haiti.

Eu tenho um pequeno comentário com relação à Jamaica, que é um país que, para a minha geração, tem um simbolismo muito grande por causa da música, e acho que para o Suplicy mais do que para mim. (Risos.)

Você, um admirador ainda maior da música e cantor também! Mas eu, também, na minha geração.

Então, é um país daquele pequeno tamanho que tem uma presença tão forte do ponto de vista da música e do esporte. Nas Olimpíadas, a Jamaica está presente, sobretudo no esporte de corrida. Mas a música... Isso daí é uma coisa muito interessante. Eu gostaria de ver até que ponto a gente pode, ainda, ou não, aumentar a colaboração cultural com a Jamaica.

Eu também gostaria de saber como está o enfrentamento da pobreza na Jamaica. Há políticas de pobreza? Eu não tenho informações, por exemplo, e gostaria de ter, embaixador, sobre a educação. Eu até procurei, antes de vir aqui, fiz um pouco o meu dever de casa e vi que não tem. Salvo a alfabetização – que está em 87%, ou seja, um pouquinho pior do que a nossa, mas não muito –, eu não consigo ver como está.

E, aí, a minha pergunta é clara: Os países influenciados pelos ingleses terminaram ficando com a educação melhor do que a brasileira – pelo menos para a elite. Então, como é o sistema educacional na Jamaica?

E sobre o Nepal, além da cultura, há uma pergunta: Como está a relação do Nepal com a Índia? A primeira parte. Em segundo, nossa relação com o Nepal atrapalha ou ajuda nossa relação com a Índia? Lembrem-se que ontem, com os três conversando, a gente falou como a hipótese de um aprofundamento da relação com Taipé atrapalharia de uma maneira dramática nossa relação com a República Popular da China. No caso da Índia, facilita ou não? E como está a relação entre os dois?

Finalmente, uma pergunta para a Jamaica, que pode servir até para o Haiti também. E a embaixadora tocou, de passagem, no assunto em relação ao Nepal. E a presença da China? Como está a presença da China nesses países? Por todo canto está a presença da China. Por todo canto.

Eu tenho estudado... E aproveito aqui para denunciar; e o Suplicy chamou também para ele, como um professor de Economia como eu, que nós vimos o açúcar que fazia de Olinda e Recife, minha cidade, as mais ricas do mundo àquela época; mas em poucas décadas caíram quando o açúcar foi para o Caribe.

Nós vimos o Maranhão, que era uma região rica, cair quando o algodão foi para o Sul dos Estados Unidos. E nós vimos, mais recentemente, Belém e Manaus, com aquela riqueza imensa de óperas que iam para lá e não para o Sul, de repente acabarem quando a borracha foi levada para a Malásia.

Eu tenho a convicção triste de que nós vamos perder a soja para a África por investimentos chineses. A China está ocupando, comprando terras; e empresários brasileiros também. Isso não é denúncia, não. Isso eles têm que fazer mesmo. A gente que tem que encontrar um caminho para que essa região do Centro-Oeste, que hoje nada na bonança da soja, em vez de nadar não seja asfixiada pelo fim da riqueza da soja e essa região se transforme em um *silicon valley*; Que se transforme em produtor de indústria de alta tecnologia ao invés de – como os outros que eu falei – ter a decadência.

A China... Empresários brasileiros estão trabalhando na produção... Aquele mapa mostra. E é metade do caminho de Moçambique para a China do que do Brasil para a China. Um pouquinho mais da metade. Quando isso acontecer, nós vamos ter uma debacle aqui, como tivemos na Amazônia. Eu creio que no Acre menos, porque naquela época o Acre estava tão distante que não chegou a se beneficiar plenamente.

Então, a minha pergunta é sobre se há ou não, em crescimento, a influência da China nesses países, como a gente vê hoje no mundo inteiro, mas muito especialmente na África? Um milhão de chineses estão lá e foram para ficar, não apenas para construir – aí são muitos mais. Estou falando daqueles que foram e compraram seu pedaço de terra, montaram seu negócio. Como está isso sobretudo na Jamaica? No Nepal talvez nem tanto, por causa da presença da Índia. Ali é uma briga de gigantes. Mas eu fico curioso também. No Haiti acho que menos, mas também vem aqui a pergunta.

É isso que eu tinha para colocar e mais uma vez parabenizar o Governo brasileiro, que por anos e anos, sobretudo depois do governo Lula – e Dilma se tem mantido fiel nisso –, tem conservado essa ideia de ter como embaixadores aqueles do corpo de diplomatas que tanto nos orgulha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelas arguições.

Eu pergunto ao Senador Anibal Diniz se gostaria também de fazer arguição?

Por favor, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Na realidade, uso a palavra apenas para desejar sorte aos nossos Diplomatas designados para o Nepal, para a Jamaica e também para o Haiti. E dizer que essa relação que foi referida pelo Sr. Embaixador Fernando de Mello sobre as entradas de haitianos via Acre realmente foi algo que causou, nos últimos três ou quatro anos, um desconforto muito grande, porque o Acre não estava preparado para aquela situação e, tão logo foi concluída a rodovia interoceânica, que passa pelo Acre, entra no Peru e chega aos portos do Pacífico, tanto em Lima como em outras cidades peruanas, isso facilitou muito a entrada dos haitianos. Eles descobriram esse caminho.

O fato é que, nesse período, a entrada irregular de haitianos, via Acre, se aproximou de 30 mil. Quer dizer, infinitamente superior ao número que é mensalmente regularizado na Embaixada brasileira em Porto Príncipe.

Então, há uma missão difícilíssima aí, mas houve uma intervenção forte do Governo do Estado, juntamente com o Governo Federal apoiando, tirou-se aquela concentração da cidade de Brasileia, uma cidade que não oferecia as mínimas condições. Ela tem dez mil habitantes e chegou a ter dois mil, três mil haitianos. Quer dizer, a infraestrutura existente, assim como os serviços públicos oferecidos não eram suficientes para atendê-los. Então, houve uma tomada de decisão de levar a concentração para Rio Branco e, de lá, fazer a destinação para os demais pontos de interesses deles, que, normalmente, são no Centro-Sul do Brasil em busca de trabalho e emprego.

Eu estive, também... Por conta dessa agenda que envolveu o Acre, eu fui ao Haiti, em missão do Senado, e pude conhecer o trabalho da presença tanto da diplomacia quanto da Força Nacional brasileira a serviço da ONU, e senti o quanto aquela população precisa, realmente, desse apoio. Como o Senador Cristovam Buarque, eu não consigo imaginar como ficaria o Haiti com a saída daqueles militares brasileiros que têm uma ação absolutamente abnegada ali, um ambiente que precisa muito da ajuda externa.

Sei que as missões serão muito difíceis, por isso desejo extrema sorte para todos. Na Jamaica, imagino que os desafios sejam também grandes, mas, digamos assim, o impacto que temos à primeira vista não é tão grande, comparando a situação da Jamaica e a realidade completamente diferente do Nepal. Então, vai ser uma missão grandiosa desses grandes brasileiros que estarão a serviço nessas localidades.

Muita sorte. Vamos estar na total torcida pelo sucesso da missão de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz, por suas considerações.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores e Sr^a Embaixadora, eu quero me valer da colocação do Senador Cristovam e dizer que, na verdade, há muito anos fazemos aqui o que nós chamamos de sabatina, mas, na verdade, são aulas que recebemos e que nos colocam a par, realmente, da realidade brasileira no mundo. Eu, portanto, quero cumprimentá-los e desejar que tenham bastante êxito na nova missão que irão exercer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu gostaria, também, de fazer algumas observações e indagações. Gostaria de, ao Embaixador Fernando de Mello Vidal...

Só um minuto para cumprimentar o Senador Armando Monteiro. Seja bem-vindo!

A ajuda internacional para a recuperação econômica do Haiti se tem revelado um tanto insuficiente do ponto de vista de não haver mais a necessidade da Minustah. Até quando avalia que o Brasil e a Minustah terão de lá permanecer? Será que final de 2015 é uma data viável? Nós temos recebido, às vezes, a visita aqui, por exemplo, de um Senador do Haiti que tem expressado que, no Senado haitiano, eles fazem moções para que seja abreviado o tempo da Minustah no Haiti.

Em 2004, quando o Presidente Lula lá esteve, a Seleção Brasileira fez uma apresentação ali, naquele momento em que o Presidente Lula estava, e pude testemunhar o extraordinário carinho e o respeito do povo haitiano pelo Brasil, pois se o jogo foi num estádio lotado, onde só cabia pouco mais de 20 mil pessoas, desde o momento em que a Seleção Brasileira chegou a Porto Príncipe até chegar ao estádio, havia praticamente um milhão de pessoas nas ruas – assim se estimou – aplaudindo Ronaldo, Ronaldinho, Romário e outros craques.

O Brasil ganhou de 6x0. Quando o Haiti fazia uma boa jogada, o povo muito aplaudia, mas também aplaudiu na hora em que o Brasil fez cada um dos seis gols. Já relatei ao senhor que, quando terminado o jogo, acompanhei o Presidente Lula ao vestiário, e os jogadores do Brasil lhe disseram: “Pode sempre contar conosco para missões de paz como essa.” O futebol ali se mostrou mais uma vez um grande instrumento, um fenômeno agregador, pacificador. Então, com esse espírito, acho que é muito importante que o Brasil contribua significativamente para o desenvolvimento econômico e social do Haiti.

Agradeceria se pudesse nos dar mais informações relativas à questão que o Senador Cristovam Buarque aqui enfatizou de como tem havido essa experiência de o Brasil ajudar o Haiti a efetivamente se desenvolver, mas também erradicar a pobreza e promover um sistema de maior equidade.

Quando eu estive lá, tive a oportunidade de conversar com algumas autoridades, inclusive sobre a proposição da renda de cidadania. E eu quero dar aos três embaixadores um exemplar do meu livro *Renda de Cidadania – A saída é pela porta*. Agradeço muito se puder nos dar mais informações a respeito.

No que diz respeito ao Nepal, Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessoa, conforme o Senador Cristovam salientou e V. Ex^a também mencionou, a política externa do Nepal é muito centrada na Índia e na China, dois países gigantescos que são vizinhos. Noto que a senhora mencionou que o coeficiente de Gini do Nepal é em torno de 0,34. Na verdade, em 2010, eu constatei que seria de 0,328. Se comparado ao de outras nações, é um índice relativamente baixo.

O do Brasil está em torno de 0,49 e 0,50. Ainda somos um dos mais altos, embora tenhamos baixado de 0,60 e poucos nos anos 90 para, hoje, próximo de 0,50. De terceiro, passamos para décimo sexto ou décimo sétimo país mais desigual do mundo. Ainda temos muito o que avançar.

O que noto é que lá no Nepal, como a renda *per capita* é muito baixa, ainda há uma proporção muito grande da população, cerca de 44%, abaixo da chamada linha de pobreza extrema. Então, eu gostaria de reforçar as indagações do Senador Cristovam Buarque sobre como eles estão enfrentando esta situação e em que medida poderá o Brasil interagir com o Nepal nas suas experiências de combater a pobreza e promover maior equidade.

Com respeito à Jamaica, eu gostaria de perguntar ao Embaixador Carlos Alberto den Hartog, como a Jamaica enfrenta problemas econômicos sérios, inclusive tem tido um acordo com o FMI para ter um alívio financeiro, quais são as perspectivas de recuperação econômica da Jamaica, levando em consideração a sua dependência em relação aos Estados Unidos? E o senhor mencionou que como a Jamaica quer se transformar em um *hub* logístico, apostando na ampliação do Canal do Panamá para ali haver como que um lugar de transição de movimentação daqueles navios que vêm do Canal do Panamá para os Estados Unidos, então, em que medida há interesse de empresas brasileiras de lá investirem, sobretudo nesta área?

E tal como o Senador Cristovam mencionou, ao lembrar da cultura jamaicana, sobretudo na área da música, nós sabemos que há regiões do Brasil que têm uma interação cultural muito grande com a Jamaica, em especial o Maranhão. Há muitos artistas maranhenses que se apresentam no Maranhão e artistas da Jamaica que... Quer dizer, do Maranhão que se apresentam na Jamaica e vice-versa, da Jamaica que se apresentam no Maranhão, sobretudo cantores de *reggae*. Nós sabemos o quanto Bob Marley é tão apreciado no Brasil por todos nós. Agradeço se puder também nos falar a respeito do potencial de intercâmbio cultural em todas as áreas com a Jamaica, que é tão rica nesses aspectos.

Passo a palavra, então, agora, primeiramente, ao Embaixador Fernando de Mello Vidal, para responder as arguições feitas.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Obrigado, Senador.

Foram vários pontos mencionados. Eu vou tentar abordar todos, a começar pelo primeiro ponto mencionado pelo Senador Cristovam Buarque, um assunto sobre o qual, de fato, não houve muita divulgação de informação, que é a questão de drogas – o senhor mencionou drogas, não é?

Não se tem muita informação a respeito desse tema no Haiti, mas, um pouco pela dedução lógica, basta olhar para o mapa para a gente deduzir que o Haiti terá que ser um ponto de passagem de drogas que chegam aos Estados Unidos. Se a gente sabe que hoje em dia as drogas chegam até a Califórnia por submarinos vindos da Costa Oeste da América do Sul, eu acredito, sim, que pode haver uma presença de drogas, como ponto de passagem apenas. Entendo que há pouca fiscalização e repressão, na medida em que o Haiti não tem exército e a Polícia Nacional haitiana – como eu disse na minha apresentação – ainda é muito carente de recursos humanos, sobretudo.

Mas eu acho que sim, que há passagem em direção à Flórida, em direção aos Estados Unidos. Apesar de eu não ser especialista nessa questão de drogas, mas acho que sim, que deve ser ponto de passagem.

Quanto à questão de proteção ambiental, é um problema grave, no Haiti. Cerca de 95% da energia vêm da lenha e com isso a gente sabe que grande parte da mata verde do Haiti já foi eliminada, foi usada para lenha,

para cozinhar. Dizem até que quando se passa da fronteira de um país para o outro – da República Dominicana para o Haiti – vê-se o contraste muito forte de vegetação, ambiental. Quando se entra... passando a fronteira, entrando no Haiti, já se nota que há uma devastação da ecologia muito violenta lá no Haiti.

O senhor menciona a relação cultural. Nós temos, lá em Porto Príncipe, um centro cultural brasileiro que, obviamente, neste último ano, tem sofrido um pouco por questões orçamentárias, mas é um centro cultural que tem sido muito útil, porque ministra aulas de Português, inclusive tem tido uma utilidade importante, porque muitas das missões haitianas que vêm para o Brasil, missões, por exemplo de cooperação técnica... Um caso recente, só para exemplificar, é de uma missão de cooperação com a Polícia Rodoviária Federal, em que os agentes que vieram ao Brasil passaram por esse centro cultural para terem aulas de Português, antes de chegar ao Brasil. Ficaram um mês com aulas intensivas de Português e conseguiram com isso aprender.

Obviamente, o Haiti é um país que tem uma cultura riquíssima e acho que nós temos muito que inclusive aprender com eles. Eu acho até que nesse debate sobre a questão migratória no Brasil, nós enriqueceremos a nossa cultura com a cultura que os haitianos trazem para o Brasil.

Isso foi até um comentário que a Ministra Salvatti fez lá em Rio Branco, quando esteve agora na Chácara Aliança, lá em Rio Branco, uma chácara que foi escolhida pelo Governo brasileiro para acolher os imigrantes que estão entrando pela fronteira. Ela fez esse comentário: "Nós temos a ganhar com a cultura que os haitianos trazem para o Brasil". Acho esse um ponto também interessante de se discutir.

Eu não posso, Senador, concordar com a tese de que o Haiti é um país inviável, porque senão não poderia estar aqui. Eu acho que é o contrário, eu acho que é um país que tem demonstrado ser viável. Os índices de recuperação econômica são evidentes. Em 2013 houve uma recuperação, o PIB cresceu 4,3%, isso não é pouco. Em 2014, o PIB deverá se situar em 4%. Os progressos são evidentes em várias áreas, sobretudo na questão da saúde. A cólera tem sido combatida. O número de pessoas afetadas caiu. Eu poderia citar números que eu tenho aqui, mas, enfim, o importante é a informação de que tem havido progressos também no combate à cólera.

O país procura... Como diz o próprio Presidente Michel Martelly... Achei uma frase feliz do Presidente Michel Martelly. Grande parte do orçamento do Haiti vem de doações internacionais e o próprio Presidente Martelly diz: "Nós estamos passando de uma fase de receber doações para querer mais investimentos." Acho isso importante, o país tem que buscar investimentos, a política externa haitiana é uma política externa voltada para os negócios e eles procuram, então, atrair investimentos. Obviamente, eles sabem que isso depende de uma série de fatores também, porque o investidor quer segurança jurídica, quer estabilidade política. Tudo isso tem que ser mostrado ao mundo pelos haitianos. Eles sabem, por exemplo, que não são mais um país... ou não serão mais um país de golpes de estado, como vimos no passado. O Haiti é um país que está crescendo, por isso, cobrará da comunidade internacional, no futuro, que a comunidade internacional responda a essa recuperação do país, sobretudo com investimentos que são necessários para reduzir a pobreza e garantir o crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me fazer uma pergunta de uma das pessoas que estão nos ouvindo, que nos enviou, inclusive encaminhada pela Conectas. A Sr^a Marina Rongo Barbosa, que é da ONG Conectas Direitos Humanos, formula a seguinte questão:

Uma das razões para a criação, por parte do Brasil, do chamado visto humanitário aos haitianos foi a preocupação para que aqueles que migram ao Brasil o façam de forma segura. No entanto, temos visto que centenas de imigrantes haitianos continuaram chegando pela fronteira do Acre, sem o visto, após uma travessia perigosa, com muitas extorsões por coites e abusos no trajeto até o Brasil [Reflexão que o Senador Anibal Diniz aqui colocou]. Como o senhor avalia essa situação e quais medidas o senhor, uma vez embaixador, adotaria para lidar com a situação?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, o senhor me permite? Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nosso Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Petecão, por favor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Embaixador, eu sou Senador pelo Acre. Ouvi o senhor dizendo que, inclusive, esteve no Acre, visitando a Chácara Aliança, é isso?

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Não, eu mencionei a Chácara Aliança, mas eu não estive no Acre.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Ah, o senhor não esteve.

Realmente, houve um avanço ali hoje. O espaço em que os imigrantes estão vivendo ali no Acre realmente melhorou. Eles viviam em condições subumanas lá em Brasileia, onde estivemos várias vezes. Uma situação muito difícil que causou um transtorno muito grande para os nossos Municípios da fronteira, tanto Assis Brasil quanto Brasileia.

Grosso modo, eu gostaria de fazer uma pergunta – eu conversava com algumas autoridades haitianas –: Existe uma perspectiva de aumentar esse fluxo de imigrantes ou a tendência é estancar? Estou perguntan-

do *grosso modo*, lógico, essa é uma pergunta que nem sei se o senhor poderá responder, porque isso é uma questão lá... Mas, com sua experiência... E por que o Acre? Eu queria saber por que essa imigração ocorre pelo Acre? Porque, por mais que o Governo brasileiro tenha se preocupado, criado situações, existe uma insegurança muito grande da população acriana em conviver com essa situação, com algumas situações difíceis, há o medo dessas doenças que podem entrar no nosso País.

Então, eu queria ouvir qual entendimento o senhor tem sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Embaixador Fernando de Mello Vidal.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Eu devo responder? Continuar na resposta anterior ou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Na forma como o senhor vem desenvolvendo, mas também respondendo a ele, pode completar as reflexões que estava realizando.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, queria registrar aqui a presença do Vereador Clezio, de Rio Branco, nossa capital.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Seja muito bem-vindo, Vereador Clezio.

Pois não.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Na verdade, são várias perguntas, todas com o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Essa feita pela Conectas, por exemplo, refere-se também ao tema da imigração.

Então, enfim, como disse na apresentação, condensei muito minha apresentação inicial naquilo que seria, na minha opinião... Enfim, falar sobre o Haiti em dez minutos não é muito fácil. Então, eu coloquei na minha apresentação aquilo que era realmente só o que eu achava que era essencial. Eu incluí ali, na minha apresentação – o que, na minha opinião, é essencial – duas informações importantes com relação ao Acre. A informação que temos é de que a grande entrada de haitianos pelo Acre se deu em abril de 2013, a partir de abril, maio de 2013. Foi, como eu disse, uma situação inteiramente nova para o Brasil, porque nós não estávamos preparados para isso. Apesar de sermos um País de imigrantes, todos nós aqui nesta sala somos descendentes de imigrantes – sem os imigrantes não haveria Brasil –, mas nós não imaginamos que isso aconteceria de uma maneira tão forte, sobretudo a partir de abril de 2013.

Eu entendo que este momento muito crítico estará passando... Talvez seja ousado dizer que já passou. Já passou talvez não, mas estará passando, porque continuam entrando, ainda existe uma entrada de haitianos pela fronteira com o Acre. Por que pelo Acre? Eu entendo que é porque é a rota que os chamados coiotes escolheram, que seja mais fácil entrar no Brasil por ali, porque saem do Haiti, vão para a República Dominicana, de lá vão ao Panamá e descem até o Equador, Peru, Bolívia e Brasil.

Nós temos um Consulado em Cobija, e o nosso Cônsul em Cobija, com muita frequência, vai ao Brasil para ver a avaliação da situação das entradas dos haitianos pela fronteira de Epitaciolândia e Brasileia. Por isso que eles entram pelo Acre, porque, para os coiotes, que são aqueles que ganham dinheiro com a entrada dos haitianos, essa rota é mais fácil de se fazer, sobretudo a partir do Equador para Peru e Bolívia. Agora, a informação que nós temos é que... As fontes nossas de informação são as mais diversas possíveis, sobretudo a imprensa, que também é uma fonte de informação. E a informação que nós temos é a de que não há aquele momento crítico que existiu a partir de abril de 2013, quando entravam 50, 60 por dia, que criou aquela situação muito crítica no Acre, em Brasileia.

O Governo do Acre também conseguiu responder a essa emergência, sobretudo com essa chácara chamada Aliança, em Rio Branco, que recebe 500 pessoas, tem uma capacidade de receber até 500 pessoas.

Então, nessa minha resposta, Senador, eu respondo também a indagação da Conectas, feita agora, que não acho que nós estejamos vivendo mais aquela emergência que vivemos no ano passado. Os vistos que estamos dando em Porto Príncipe hoje são quase todos de reunião familiar. O que quer dizer isso? Não são haitianos que querem entrar de novo no Brasil para procurar emprego, não; são os parentes que estão sendo chamados do Haiti pelos haitianos que já estão aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Uma média de quantos vistos por dia? Só para que eu tenha uma noção.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – São 600 por mês. A média mensal é de 600. A Embaixada demora mais ou menos 15 dias para aprovar um visto, os vistos são agenciados hoje em dia. Havia uma pressão muito forte sobre a Embaixada em Porto Príncipe, com filas enormes e tumulto. Então, agora, eles fazem via agenciamento por telefone, o visto demora mais ou menos 15 dias para ser concedido; 600 vistos por mês, são 150 por semana – sou péssimo em matemática –, mais ou menos 20 por dia. E a informação muito importante é

esta: quase todos de reunião familiar. É gente nova entrando no Brasil, mas não são imigrantes novos tentando entrar para trabalhar, conseguir emprego; são os que já estão aqui... O que, aliás, é uma boa notícia porque você não chama sua família se não está estabilizado no país, e a informação é a de que eles estão todos mais ou menos sendo inseridos no mercado de trabalho.

Não sei se isso responde a sua pergunta... Mas, sobre a questão de imigração, a informação que eu teria a dar seria mais ou menos essa.

Só para ilustrar um pouco mais a resposta, muita gente questiona por que o Brasil, por que os haitianos escolheram o Brasil. O próprio Senador Suplicy acaba de dizer que teve um jogo da Seleção, um jogo da paz em 2004. O que eu soube foi que os haitianos nesse jogo torciam pelo Brasil mais do que pelo Haiti. Na Copa do Mundo agora, Porto Príncipe estava toda de verde e amarelo porque todos torciam pelo Brasil. O Brasil é um País querido no Haiti. O senhor disse isso num artigo no *Jornal do Brasil*; os nossos integrantes da Força de Paz são muito bem vistos pela população haitiana porque eles adotaram a tática militar mais passiva até do que proativa, quer dizer, as patrulhas são feitas a pé, para não assustar a população.

Os brasileiros... a Força de Paz em geral, claro, mas como o Brasil é o maior contingente, o que acontece é que a população haitiana acaba confundindo a Força de Paz com o Brasil. E existem teorias, o próprio chefe do Batalhão Brasileiro da Minustah tem essa teoria de que a Força de Paz das Nações Unidas fez uma propaganda positiva do Brasil. E o Brasil é visto como um país de oportunidades e isso explicaria um pouco por que os haitianos escolheram o Brasil. A própria legislação aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração, que é essa Resolução nº 102/2013, que eliminou o teto de 1,2 mil vistos por ano, e a decisão do Governo brasileiro de não fechar as fronteiras – não sei, mas acho que se acontecesse isso, seria a primeira vez na história que o Brasil fecharia fronteiras –, também estimula os haitianos a virem.

Eu queria até citar, se me permitem, uma citação feita pela Deputada Perpétua Almeida, que eu tive o prazer de receber na Bolívia, em Cochabamba, quando disse: “Se nós ajudarmos o Haiti como estamos ajudando em várias áreas, como cooperação técnica, por exemplo, nós já ajudaremos para que eles fiquem lá.” Essa é uma tese que o Embaixador do Haiti no Brasil também defendeu, em um seminário na Fiesp, em que ele disse: “Eles estão vindo porque estão sem emprego. Se eles tivessem emprego no Haiti, eles ficariam lá.”

Então, eu acho que a boa notícia – não sei se posso dar uma boa notícia – é essa de que a emergência já terá passado, e, ainda que não tenha passado, o Brasil, hoje, está muito mais preparado para receber essa leva de imigrantes do que estava há um ano e, como eu disse, era uma situação nova para a qual nós não estávamos preparados e eu acho que, hoje, nós já temos uma experiência anterior.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O senhor me permite, Sr. Presidente, só para finalizar?

Na verdade, Embaixador, como o senhor disse, em 2013, nós nos deparamos com uma situação que ninguém esperava. Brasileia é um Município pequeno, 10% da população que estava ali era de haitianos, ocupando os espaços da população, em condições subumanas. É lógico que isso causou um transtorno muito grande. Aí a nossa preocupação de pressionar o Governo Federal para que houvesse uma política de ajuda ao Estado, foi quando estourou aquele episódio que o Governo tomou a decisão de socializar os haitianos com o resto do Brasil. Foi quando veio aquela leva para São Paulo e aí, Senador Suplicy, São Paulo gritou, não aguentou. Se São Paulo gritou, imagine nós no Acre como é que estávamos passando, não é? A população estava aterrorizada. O Governador conversava comigo agora, eu estava em meu gabinete: hoje, já existe essa preocupação em Rio Branco – ele é um Vereador em Rio Branco, e já existe essa preocupação em Rio Branco. Rio Branco, lógico, não é uma grande capital. É a capital do Estado, mas não temos...

Então, a nossa preocupação não é nada contra os haitianos – nada, nada, nada. A nossa preocupação é que, de repente, esses haitianos que estão adentrando em nosso País via Peru e Bolívia – nós estamos falando dos dois maiores produtores de droga do mundo, que são Peru e Bolívia –, de repente, essas pessoas podem se tornar presas fáceis do narcotráfico.

Então, são coisas para que a gente possa fazer uma reflexão para que, lá na frente, nós não venhamos a nos deparar com uma situação pior.

Obrigado, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Petecão, permita eu lhe dizer que eu estive lá conversando com os haitianos, inclusive com os representantes da Igreja Católica e da própria Prefeitura Municipal, em São Paulo, para dar a boa acolhida a eles e ajudar na reflexão sobre como canalizar oportunidades para que eles, mais rapidamente, pudessem obter seus documentos e conseguir oportunidade de emprego. Felizmente, conforme o Embaixador Fernando de Mello Vidal mencionou, nós estamos numa situação econômica no Brasil que está podendo providenciar, prover oportunidade de emprego a alguns milhares de haitianos, tanto em São Paulo quanto no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Pois não, pode continuar.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Obrigado.

Não, eu só ia concluir um pouco com essa informação, um pouco até com base no meu trabalho atual na Bolívia – eu sou Cônsul lá em Cochabamba.

Nós temos dado muitos vistos para bolivianos virem para o Brasil no âmbito do acordo de residência temporária do Mercosul, que é um acordo que permite que se dê visto, é um visto que permite tudo, permite trabalho, qualquer atividade lícita, assim diz o art. 4º do Acordo – então, trabalhar é uma atividade lícita. E há muitos bolivianos vindo para o Brasil chamados por empresas brasileiras. Obviamente, nós tínhamos que tomar cuidado com isso, porque temos que saber para quem estamos dando visto, por que vão trabalhar, onde. Então, as empresas estão chamando esses bolivianos. Desde julho passado até hoje, por exemplo, só lá no Consulado, nós já demos 300 vistos para trabalhadores brasileiros virem trabalhar aqui.

As empresas me disseram: “é vaga de ocupação que eu não consigo preencher com mão de obra brasileira”. É por isso que eles estão chamando os bolivianos, que têm uma experiência em instalação de estruturas, rede e tal. Então, isso me fez acreditar que, realmente, no caso dos haitianos está acontecendo o mesmo, sobretudo nos Estados do Sul. Os haitianos não se estabelecem apenas nos Estados do Sul, mas é lá que existe a maior oportunidade de trabalho. E eu acho que esse é outro motivo que explica por que o Brasil. Eu acredito que... Espero que não aconteça esse momento, mas se em algum momento as vagas começarem a escassear, os imigrantes deixarão de entrar, porque, obviamente, eles vão para os lugares onde há oportunidades. Então, se eles estão entrando, é porque sabem que estão sendo chamados. Se estão sendo chamados, é porque sabem que haverá alguma oportunidade em algum lugar. Isso é um termômetro que indica se é, de fato, relevante a informação de que o mercado de trabalho brasileiro consegue absorver a mão de obra.

Senador, eu não respondi a indagações do Senador Cristovam Buarque sobre a Força de Paz.

A Força de Paz das Nações Unidas já trabalha com o chamado processo de reconfiguração. Reconfiguração quer dizer prorrogação com redução do número de soldados. Já foi aprovada uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que prorrogou a missão até outubro de 2015 com uma redução pela metade. Redução pela metade é uma redução importante. O horizonte sempre é 2016, porque em 2015, no final de 2015, haverá eleições presidenciais no Haiti e espera-se que a Polícia Nacional Haitiana, a PNH, a única força de segurança do país hoje, tenha condições de assumir o espaço que a Força de Paz deixará no dia em que sair.

Não se sabe, eu não sei dizer – isto não é uma decisão nossa, mas do Conselho de Segurança das Nações Unidas – quando a Força de Paz vai sair. Especialistas no assunto, especialistas militares defendem que a redução e a saída sejam sempre graduais. Não se pode organizar uma saída abrupta dos nossos soldados da Força de Paz porque isso poderia comprometer todo um trabalho já realizado. A resolução de 2004 que aprovou a Força de Paz aprovou por um período inicial de seis meses, prorrogáveis; ela completou, em abril, dez anos. Então, eu acredito que não se prorroga por dez anos algo que não está dando certo. Claro que sempre há objeção, oposição de setores, sobretudo no Haiti, de que isso seria... Inclusive, já ouvi dizer que seria uma força de ocupação. Força de ocupação não pode ser considerada, porque foi pedida pelo próprio governo haitiano. É uma força de manutenção da paz. O horizonte é 2016. A partir de 2016, a decisão das Nações Unidas dependerá da evolução da situação local.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixador Fernando de Mello Vidal.

Passo a palavra agora à Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa, designada para representar o Brasil no Nepal.

A SRª MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA – Obrigada, Presidente. Agradeço muito as considerações e perguntas que nos foram dirigidas pelo Senador Cristovam Buarque; agradeço ao Senador Anibal Diniz pelos votos e também pela relatoria, ao Senador Mozarildo Cavalcanti e a V. Exª, Sr. Presidente, evidentemente.

Eu queria começar pelas questões do Senador Cristovam Buarque e dizer que, no que tange a drogas, o Nepal tem, sim, uma produção de *cannabis*, principalmente na região do Mustang. Mas a região do Mustang é uma região que está sendo desenvolvida, inclusive do ponto de vista de infraestrutura viária, sobretudo com investimentos chineses, porque interessa à China ter uma ligação viária entre a fronteira da China com o Nepal, de que a região de Mustang é próxima, e a fronteira da China com o Nepal é o Tibete. Então, é uma área de grande sensibilidade política, como se diz em inglês, da *soft belly* da China.

Mas o grande problema de segurança no Nepal é que, com a desmobilização dos combatentes da guerra civil, um grande número de pequenas armas ficou acessível à população, sobretudo na região *du Terail*, que é a parte plana do Nepal e que faz fronteira com a Índia, com uma região da Índia que também tem problemas políticos, a presença dos naxalitas, que são os maoistas indianos.

O que isso significa? Isso significa que é do interesse tanto da China quanto da Índia que haja estabilidade no Nepal e que ambos se mobilizarão neste sentido. Isso já também responde um pouco da sua pergunta sobre a relação com os dois vizinhos.

Nesse momento, realiza-se, no Nepal, a 18ª cúpula da associação de cooperação da Ásia Meridional, a Saarc, com a presença de Chefes de Estado e de Governo da região, da Ásia Meridional, inclui também o Afeganistão. Foram assinados dois contratos com empresas indianas para a conclusão de grandes projetos hidrelétricos no Rio Arun, um dos quais tem um impacto inclusive no nosso.

Por que estou citando isso? Isso significa que tanto a China quanto a Índia têm um grande empenho na estabilidade do Nepal. Ambos têm inclusive aconselhado os políticos nepaleses a que não adotem um modelo federativo baseado em etnicidades, porque justamente consideram que o modelo federativo baseado em etnicidade, um modelo federativo, digamos, homogêneo, seria passível de criar turbulências em ambas as fronteiras. Ambos disseram ao Nepal que desejam que o Nepal tenha um número pequeno de províncias, um número que corresponda mais ou menos às cinco regiões de desenvolvimento do País, porque não querem um número grande de províncias em suas fronteiras.

Esse é um fator positivo. Na verdade, a influência chinesa e indiana no Nepal tem feito uma espécie de competição positiva – são agendas positivas –, porque ambos têm grande interesse na total pacificação do Nepal e que o Nepal venha promulgar uma constituição, a primeira na história do Nepal produzida por uma constituinte realmente inclusiva.

A questão de drogas. Não cheguei a pesquisar a atuação do Nepal na UNODC, em Viena. Fico devendo ao senhor uma resposta a esse respeito.

Paraíso fiscal não se aplica. Crime organizado e instabilidade, creio que respondi ilustrando a questão do acesso a pequenas armas após a desmobilização da turbulência civil.

Proteção ambiental. Esse é um grande tema para o Nepal. O Nepal é uma das maiores vítimas dos efeitos da mudança do clima. É um país montanhoso. As fontes de fornecimento de água vêm de geleiras, que têm diminuído, que têm derretido, inundando inclusive produções agrícolas e afetando grandemente a economia rural do Nepal. O Nepal tem estado nos noticiários por causa de grandes acidentes nas montanhas, deslizamentos. O Nepal tem um grande interesse e se articula dentro dos grupos de países de menor desenvolvimento relativo e países insulares com propostas muito ambiciosas na mudança do clima.

Eles querem ver o limite de aumento da temperatura global muito abaixo de dois graus, porque, para eles, isso é vital. Eles, inclusive, se articulam dentro de um grupo de países montanhosos e organizaram, em 2010, no Nepal, a primeira reunião desses países, com vistas a uma mobilização dentro das negociações de mudança do clima.

No contexto da preparação da Rio+20, o Nepal foi um grande parceiro do Brasil. O representante permanente Gyan Chandra Acharya trabalhou muito proximamente comigo. Eu era representante do Brasil na Mesa Diretora da Rio+20 e, nessa função, eu participava de vários eventos nas Nações Unidas e o Nepal estava sempre conosco, sempre muito ativo na defesa dos interesses dos países de menor desenvolvimento relativo, no que tange ao desenvolvimento sustentável, tanto que o Embaixador Acharya se tornou o representante especial do Secretário-Geral para países de menor desenvolvimento relativo.

A luta pela redução da pobreza, no Nepal, as metas de redução da pobreza e de mortalidade materna e de escolarização de meninas e meninos ou já foram atingidas pelo Nepal ou possivelmente o serão dentro do prazo de consecução dos MDGs, das metas de desenvolvimento do milênio, ou seja, 2015.

Na questão de saneamento básico, eles ainda estão atrasados, mas fizeram progressos. Há um recente relatório da Organização Mundial de Saúde que demonstra que o Nepal está até à frente da Índia em termos proporcionais. Evidentemente é uma comparação de escalas muito distintas, mas o Nepal teria menos de 40% de pessoas que não têm acesso a instalações sanitárias, enquanto a Índia tem 50% de pessoas que não têm acesso. Então, não é uma comparação, talvez, justa, mas ilustra um pouco que o país tem feito alguns progressos nessas áreas.

Quanto à educação, também houve progressos apesar de que, por ter uma população jovem, eu mencionei que 54,2% da população é jovem, os desafios ainda são muito grandes, mas se nós pegarmos dados, por exemplo, de 1950, no Nepal, apenas 5 mil crianças frequentavam a escola e hoje 7 milhões têm acesso à educação, quer dizer, há progressos de toda forma.

Quanto aos esforços, enfim, também para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável, o Nepal tem uma vasta rede de comunidades de base, em inglês: *grassroots*, incluindo muitas comunidades ou muito grupos de autoajuda e cooperativas rurais. Essas organizações têm um papel importante nesse período de transição em que o Nepal se encontra, sobretudo considerando que desde 2002 não há governos locais. Então, essas comunidades têm tido um grande papel na mobilização das comunidades, na construção

social e econômica, do capital econômico e social. Elas estão envolvidas no gerenciamento de florestas comunitárias, de escolas, de facilidades de saúde pública, de irrigação, de sistemas de irrigação, em promover campanhas de conscientização, na melhora da renda local e na implementação de projetos locais de infraestrutura.

Relações culturais. Nas relações culturais, o meu antecessor fez um trabalho extraordinário no Nepal. Ele conseguiu levar não só artistas brasileiros a participarem da feira de arte de Katmandu, do festival de artes plásticas de Katmandu, que se realiza a cada dois anos e que se realizará, de novo, em 2015 – e espero poder repetir esse sucesso dele –, mas conseguiu levar, em coordenação com a Fundação Moreira Salles, do Rio de Janeiro, uma exposição de fotografias de Maureen Bisilliat, que foi um grande sucesso e que, inclusive, tramitou por várias outras capitais asiáticas. Foi a Deli, a Daca, em Bangladesh.

Há um festival de *jazz* em Katmandu, que seria também um evento que poderíamos explorar. Enfim, há o Museu de Patan, que é um museu com um acervo fantástico.

O Nepal, aqui, no Brasil, não tenho conhecimento de que tenha promovido um evento cultural, mas foi filmada no Nepal uma novela de bastante sucesso aqui, que foi agora receber um prêmio.

Então, são, enfim, promoções, que aumentam a sensibilidade de ambos os países para a cultura um do outro.

O senhor levantou o ponto do Coeficiente de Gini. O número que citei foi o índice relativo à distribuição de renda familiar. Então, o Nepal teria atualmente 32,8%, esse é o número de 2010...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, exato.

A SRª MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA – Número de 2010, relativo à curva de Lorenz. E é um número, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Coeficiente Gini.

A SRª MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA – O Coeficiente de Gini. O Coeficiente diminuiu, inclusive, porque, em 2008, tinha sido de 47,2%. Então, isso demonstra que, apesar de estar atravessando um período de transição, o Nepal tem, sim, feito progressos.

Nós assinamos três acordos com o Nepal até agora: um memorando de entendimento para consultas bilaterais, que se realizaria uma vez no Nepal e uma vez aqui – a primeira se realizou em Katmandu –; um acordo de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço; e um acordo de quadro de cooperação técnica. Esse acordo já tramitou pelo Congresso Nacional e se encontra agora no Executivo para promulgação. E é esse acordo que ensinará realmente, ou proverá o quadro, que possamos, então, estabelecer um programa de cooperação com o Nepal e, enfim, identificar os projetos que são de interesse deles e que realmente consolidem nossa presença.

Essa é uma preocupação – repito, acho que disse isso durante a minha primeira apresentação –, eu tenho grande preocupação com que o Brasil venha a consolidar sua presença.

A Índia ajuda ou atrapalha? A Índia ajuda grandemente. Eu li a mensagem do *premier* nepalês: eles nos veem no contexto do Brics e nos veem no contexto da relação privilegiada que eles têm com a Índia. Então, acho que, sim, a Índia ajuda, mas nós temos de entender que a consolidação dessa nossa presença, inclusive no setor hidrelétrico, passa por um diálogo com a Índia. Passa, inclusive, pela busca de fontes de financiamento na Índia, o que já tem sido feito por empresas brasileiras. Na minha experiência lá em Mumbai, como Cônsul-Geral, tenho visto empresas brasileiras, inclusive pequenas empreiteiras familiares, que vão buscar financiamento para seus projetos na Índia.

Então, nós temos de dialogar com a Índia, de ter a Índia como um ator que vai nos ajudar a consolidar essa nossa presença no Nepal.

Agradeço.

Espero ter respondido às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

Muito obrigado, Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa.

Agora, passo a palavra para o Embaixador Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog, designado para representar o Brasil na Jamaica. Tem a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG – Obrigado, Senador Suplicy.

São interessantes as perguntas. Acho que por alguns temas eu passei, o meu voo de águia foi alto demais, quase sem mencionar.

Permita-me responder, primeiro, às perguntas do Senador Cristovam Buarque, que são perguntas complicadas, complexas.

A primeira delas se refere à questão de drogas e a sua eventual conexão com esse *hub*. Com relação às drogas, ao contrário do que é dito, do que as pessoas imaginam: que haja uma certa liberdade na Jamaica, não há. Eles têm uma legislação contra as drogas, mas são um ponto de passagem. Efetivamente houve, e ainda

têm, um alto índice de homicídio provocado por gangues ligadas ao tráfico de drogas e de armas, mas não é um fenômeno que seja, infelizmente, estranho a nós. Esse fenômeno tem se espalhado por todos os lados, inclusive pelas grandes cidades brasileiras, ou seja, os problemas que eles têm na Jamaica não são muito diferentes dos que a gente vivencia aqui no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras capitais nossas.

A conexão que se vai ter com o *hub*. Enfim, eu acho que o mundo precisa rever um pouco o tipo de política que a gente vai ter, que os países vão trabalhar com relação ao combate à droga em geral. Não é mais um problema; é transnacional e, como tal, é difícil, é preciso se trabalhar. Essa é uma área em que eu pessoalmente, confesso, nunca trabalhei, nunca atuei nessa área de discussões sobre tráfico de drogas etc. Conheço pouco e não sei exatamente que tipo de políticas se podem adotar, mas eu acho que começa por uma certa transparência nas relações. Acho que é um pequeno passo que também está ligado à questão de paraísos fiscais, porque há sempre uma relação – e o senhor mencionou a questão de paraíso...

A gente assinou um acordo em 2014 sobre a questão de troca de informações tributárias, que eu acho que é um passo importante para isso aí. E é importante que esse acordo seja, enfim, colocado em vigor rapidamente para que a gente possa torná-lo efetivo e começar a manter consultas entre as nossas áreas tributárias por causa até dessa conexão que pode haver com o tráfico nessa área.

Crime organizado na Jamaica. Como eu já disse, isso também é conhecido, há livros sobre as gangues da Jamaica que ficaram famosas, mas repito que a impressão que eu tenho, pela leitura que fiz de toda essa matéria, é que a gente, infelizmente, no Brasil, vive em várias áreas – eu sou de São Paulo, mas também tenho família no Rio de Janeiro – e nosso problema não é tão diferente. A gente pode até, nesse campo, com países como a Jamaica, conversar, ir aos fóruns internacionais apropriados para saber que tipo de política a gente pode adotar bilateralmente ou multilateralmente para tentar, enfim, combater isso.

A questão da proteção ambiental é uma área em que tenho trabalhado um pouco mais, até ultimamente na FAO, que cobre toda a questão ambiental. Eu acho que, na Jamaica, a gente tem um aliado muito interessante, até por causa dessa opção de a Jamaica ser um importador líquido de petróleo e ter se dado conta da necessidade de ter alternativas e uma delas foi exatamente aproveitar a sua produção de açúcar, de cana-de-açúcar e começar a usar o etanol.

Em 2007, nessa época, a Jamaica aprovou uma legislação – parece-me que foi nesse ano – obrigando que haja um percentual mínimo de etanol na gasolina, o que já é um passo importante. Acho que são 10% hoje em dia. E a ideia é usar, como o Brasil vem fazendo com a sua tecnologia bioflex, utilizar um pouco mais o etanol.

Eu também fiz uma visita rápida, ano passado, a alguns países do Caribe, acompanhando, numa missão de assessoria, o Diretor-Geral da FAO. E pude conhecer a Primeira Ministra da Jamaica, Portia Simpson-Miller, em uma reunião que teve com o Prof. Graziano. Foi interessante que um dos primeiros temas que ela abordou, embora tratando de FAO, foi uma questão de preocupação ambiental, preocupação inclusive com o mar, problemas climáticos, mudança de clima e problemas até com o tráfico de navios com produtos químicos, porque tinham dado alguns sustos na Jamaica. Ali na área do Caribe há um mar muito sensível e há um tráfico muito grande de navios.

Apesar disso, a Jamaica tem esse interesse em criar esse grande *hub* e tem razões muito concretas: a posição geográfica a favorece, ela tem o 7º maior porto natural de calado e tem hoje um aproveitamento muito baixo da capacidade do seu porto instalada e potencial. É o 50º porto utilizado, sendo o 7º maior porto natural. Por isso, eu acho que é uma área de interesse, aumentando o Canal do Panamá. Eventualmente, se houver também uma mudança com referência às relações de Cuba com os Estados Unidos e houver um aumento de comércio na área, também passa a ser interessante, por causa da localização e dessa vantagem portuária, ter esse *hub* que ela pretende criar, que não é só de portos, é também de aviação, etc., razão pela qual também fizemos esse acordo de serviços aéreos com a Jamaica já pensando nisso, para ver se, eventualmente, teremos voos diretos em algum momento, Brasil-Kingston, ou pelo menos Brasil... Como se chama? Na região norte, na área em que existem os portos, os maiores aeroportos da Jamaica.

Uma das duas outras questões que me chamam a atenção é a questão da presença da China. Eu tive uma experiência passada na China. Eu servi quatro anos e meio em Pequim e, evidentemente, não nos desvinculamos mais dos temas de que tratamos. Eu sempre me interesso em ler sobre o que acontece com a China. Eu sei que a China tem buscado estar presente em todos os mercados e tem um superávit, um saldo imenso de recursos em dólares, e ela hoje começa a se espalhar e com interesses bastante pragmáticos, concretos e políticos também.

No caso dessa região da América Central e do Caribe, ela tem ainda essa dificuldade com a questão do reconhecimento de uma China só baseada em Pequim, tendo como capital ainda em relação com Taiwan. Então, a China tem procurado se aproximar dos países do Caribe e, no caso específico da Jamaica, tem, sim, feito investimentos. Os dados do Itamaraty acusam uma ordem em torno de 500 milhões em obras de infraestrutura.

Será, provavelmente, um investidor nessa questão do *hub*. A China deve entrar, sim, e ela tem se especializado. Até temos, aqui no Brasil, a construção daquele Porto de Sepetiba, que é feito com tecnologia e empréstimo chineses. Haverá sempre essa questão de mão de obra, etc., que é complicada. Eu acompanhei isso quando eu estava na Embaixada. Mas é possível, sim, ter entendimentos com eles até para ter uma coisa equilibrada e que sejam investimentos que também beneficiem a mão de obra brasileira muito mais do que a chinesa.

A outra questão é a da música e da cooperação cultural, educacional. Eu sei que o Senador Cristovam tem uma predileção muito grande pela área cultural e, sobretudo, pela área educacional. Eu acompanho o que o senhor tem dito. Eu também comecei minha carreira trabalhando na União Europeia e eu sempre tive, nessa época, um enfoque muito pragmático, muito econômico, comercial, nos contenciosos com o Brasil, etc. Mas, quando eu estava partindo de Bruxelas, nos anos 80 ainda, eu li uma matéria do Jean Monnet, um dos principais artífices do início da integração europeia no pós-guerra. Ele era considerado pelo ato francês o pai da comunidade do carvão e do aço. Quer dizer, uma coisa bem focada na economia para evitar futuras guerras. Em um dos artigos, quando já estava bem idoso, pouco antes de morrer, ele falou uma frase que me chamou a atenção para aquela minha visão da época, dizendo que ele teria errado o processo de integração ao começar pelo carvão e pelo aço. A verdadeira integração europeia começou pela cultura. Isso ficou na minha cabeça e levei muito tempo para digerir isso, até por começar a trabalhar um pouquinho mais na área cultural, que não é uma área na qual eu tenha focado muito a minha carreira.

Mesmo assim, eu tenho um foco especial com a questão educacional e vi muito isso na China e é um ponto em que, na Embaixada, há hoje uma discussão grande, que é a questão do leitorado brasileiro. Nós não temos hoje um leitor brasileiro lá e existe um grande interesse em ter. Há discussões burocráticas, logísticas e financeiras para se ter esse leitor na universidade.

Na Jamaica, há uma universidade grande chamada Universidade das Índias Ocidentais, com três *campi*, um *campus* na Jamaica, outro em Barbados e outro em Trinidad e Tobago. É uma grande universidade, com muitos professores, um corpo docente formado nos Estados Unidos e na Inglaterra, até pelos vínculos com eles. Eu visitei um, em Trinidad e Tobago, e fiquei impressionado até com o centro de pesquisa. Considerando as dimensões das ilhas, impressionou-me. E há um grande interesse deles, no caso da Jamaica, dos jamaicanos, em se aproveitar dos nossos programas: o PEC-G e PEC-PG, esse programa educacional de graduação e de pós-graduação.

A gente tem – eu acabei de ver no Itamaraty – uma lista de candidatos jamaicanos interessados em se aproveitar desse programa de bolsas para estudar em diferentes lugares do Brasil, mas sempre enfrentam o problema do idioma, quer dizer, falar português, porque não é fácil aprender português na Jamaica. Daí a importância de um leitor, do leitorado. Eu vi o funcionamento disso pessoalmente, acompanhei, trabalhei com ele na China, em Pequim, na Universidade de Pequim, e sei de sua importância. E era um leitorado acompanhado da iniciativa dos estudantes de fazerem a cadeira para aprenderem português, a fim de poderem futuramente estudar no Brasil. Tive até uma dermatologista chinesa em Pequim que fez pós-graduação em São Paulo e falava português com sotaque um pouco mais caipira, muito engraçado. Ela aprendeu português para estudar no Brasil, fazer pós-graduação, lá no leitorado da Universidade de Pequim.

Enfim, essa é uma área por que o Embaixador que está lá atualmente, Antônio Costa e Silva, está tentando lutar, para resolver esse problema. Ele disse: “Olha, é capaz de a gente sair daqui e ainda não conseguir resolver isso, e eu acho que seria muito bom a gente poder ter isso, aproveitar.”

Eu penso que não basta trazer jamaicanos para fazerem esse curso no Brasil. Eu penso o contrário: que a gente devia também olhar esses programas nossos como, agora, o Brasil sem Fronteiras, e colocar estudantes. Por que não ver que opções se abrem lá no Caribe? Eu penso até em áreas como Relações Internacionais, que hoje, enfim, não ficam mais concentradas no Itamaraty. Era comum que fosse só Rio Branco, mas hoje várias universidades no Brasil abriram o curso de Relações Internacionais, que passaram a ser, inclusive, uma graduação e uma pós-graduação. Eu acho interessante, já que se expande tanto isso, que a gente também tenha brasileiros que conheçam a realidade caribenha, porque não há nada melhor do que morar no país, viver nele, mesmo que seja como estudante, para conhecer a realidade, aquela que sai da área mais, vamos dizer, mitológica, de lembrar Bob Marley ou essas coisas que a gente tem mais em mente, e ver o que é a realidade do país mesmo, qual é a realidade de Kingstom, por exemplo. Quando eu falo a amigos de Kingstom, todo mundo pensa em praia. E eu digo: não, em Kingstom, não há praia, as praias estão em outros lugares da Jamaica, ali é uma área portuária. Então, é para tirar um pouco isso.

E há possibilidade além, enfim, de comércio com o Brasil, na parte mais econômica, e há a possibilidade de trazer brasileiros até para estudar nessas universidades, ou fazer pós-graduação. E eles têm curso. Eu acho que é uma coisa que eu vou procurar explorar e discutir aqui e com eles lá. Mas eu acho que começa, sobretudo, estabelecendo essa relação muito sólida com essa universidade através do leitor.

A outra pergunta que o senhor me fez é se há um programa de ajuda, como nós temos aqui o nosso Bolsa Família. Sim, nós temos. A Jamaica tem. Ela tem um programa chamado PATH, “caminho” em inglês, que

é um programa ligado à saúde e à transferência de renda. O objetivo é exatamente transferir renda para estudantes, crianças. É um programa feito com o Banco Mundial. Eu tenho os dados. Eu os tenho em *PowerPoint*, mas, infelizmente, ficaram no meu computador; eu não trouxe. Mas eu tenho até uma apresentação feita pelo Banco Mundial sobre os desvios, e eu sei, pelo ministério do trabalho deles e de previdência social, que esse programa já atendeu a 400 mil jamaicanos. Para uma população de 2,8 milhões, eu acho que é um dado relevante. É um programa de transferência de renda também vinculado a cumprir metas de saúde, de presença em aulas, notas, etc. Eles têm esse programa.

Finalmente, Sr. Presidente, quanto à pergunta que o senhor me fez sobre a questão dos problemas econômicos da Jamaica, a Jamaica teve até vítimas, em algum momento, de problemas ambientais, que são os furacões, que, enfim, às vezes, deixam danos grandes, sobretudo na área agrícola para o país. Eles entraram num programa desses de fundo estendido do Fundo Monetário Internacional, com a ajuda do Banco Mundial, com a ajuda do BID, e eles vêm cumprindo as metas. Começaram em 2013, têm recebido os repasses, porque estão relativamente cumprindo bem as metas do programa, e aparentemente o apoio político que têm tido nas eleições, inclusive locais, indica que há uma certa satisfação, apesar de ainda haver um desemprego relativamente grande.

Mas, com essas perspectivas que eles têm de uma agricultura que é até mais diversificada – eu falei em cana-de-açúcar, mas eles, com o Brasil, fizeram um programa de frutas; nós fizemos um projeto com eles, que foi muito bem recebido e muito elogiado, com a Emater de Minas Gerais –, eu acho que temos muito espaço ainda para explorar uma cooperação agrícola com eles, porque eles têm capacidade. Eles têm um café famoso, o Blue Mountain, que é considerado um café de qualidade. Ou seja, eles têm diversidade.

Eles ainda pediram a cooperação do Brasil na área de recursos hídricos. Eles têm bons recursos hídricos, mas também enfrentam problemas e querem conhecer soluções. E nós estamos negociando. A ANA esteve lá, a nossa Agência Nacional de Águas, e participou da reunião da comissão mista em que estava o Chanceler, e começaram a discutir um programa de cooperação.

Bom, como eu já havia dito, quanto ao *hub* – resalto o mesmo problema colocado pelo Senador: que pode haver outras consequências –, eu acho que são várias etapas. Esse *hub* não é um projeto imediato. Há uma fase de construção e desenho na qual as empresas brasileiras têm obtido muita experiência, e acho que podem participar em diferentes contextos. Se as condições forem interessantes, a gente, enfim... Acho que é uma função da Embaixada informar, transmitir e colocar em contato os parceiros para ver se, efetivamente, conseguimos ajudar o governo, até mesmo por interesse econômico nosso.

Sobre música, finalmente, *reggae*, eu também achei curioso o fato de, o senhor sabe disso, no ano passado, em 2013 – acho –, a Presidente da República estabelecer aqui o Dia Nacional do Reggae, celebrado em 11 de maio. Nós temos essa comemoração hoje no Brasil que mostra que realmente há uma proximidade e um entrosamento cultural, que eu acho que deveria ser ampliado, inclusive com essa troca de estudantes, se for possível fazer também pelo lado deles, até com bolsas nossas, enfim, dentro dos nossos programas.

Não sei se dei todas as respostas, mas, enfim...

Obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não, Senador Anibal Diniz.

Muito obrigado, Embaixador Carlos Alberto Den Hartog.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, queria só sugerir a V. Ex^a que pudéssemos fazer a contabilização dos votos para imediatamente aprovarmos os requerimentos que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De pronto.

Se V. Ex^a e o Senador Cristovam puderem, por favor, fazer a contagem dos votos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só queria, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Primeiro, eu preciso, se me permitem... De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo o Senador Anibal Diniz para atuar como...

(*Interrupção do som.*)

(*Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 54 minutos e é reaberta às 12 horas e 58 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Anibal Diniz, pode nos informar o resultado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, os três designados Embaixadores tiveram os seus nomes aprovados pelos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Então, queremos cumprimentar a Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessoa; o Embaixador Fernando de Mello Vidal; a indicada para exercer, cumulativamente com o cargo na República Federal Democrática da Etiópia, o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, que já esteve aqui e, portanto, hoje, é só o acréscimo; e também o Embaixador Carlos Alberto Michaelson Den Hartog, para a Jamaica.

Nós queremos aqui cumprimentá-los e desejar-lhes muito êxito nas suas respectivas missões no Nepal, no Haiti e na Jamaica. Muito obrigado aos senhores. Cumprimento os Srs. Embaixadores e os liberos. (Pausa.)

(Foram os seguintes os itens apreciados:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2014 – Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituída ad hoc)

Relatoria ad hoc: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 20/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc)

Nós vamos continuar a reunião agora com um requerimento de autoria do Senador Humberto Costa.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2014 – Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 20/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – Haverá apenas a votação da Mensagem, tendo em vista que esta indicação é cumulativa com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2014 – Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de

2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por ad hoc.)

Relatoria ad hoc: Senador Jorge Viana

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 20/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.)

Vamos continuar a reunião agora.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 906, de 2014

– Não terminativo –

Requer, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar o Senado, em missão no exterior, na 4ª Missão de Estudos sobre Inovação, organizado pelo Instituto das Américas, a ser realizado no período de 28 de março a 03 de abril de 2015, no estado da Califórnia, Estados Unidos. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do país no período de 27 de março a 4 de abril de 2015.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relator ad hoc: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Pela aprovação

Peço ao Senador Anibal Diniz, como Relator *ad hoc*, para ler o seu parecer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O meu parecer é favorável ao requerimento apresentado pelo Senador Humberto Costa.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora aos requerimentos extrapauta.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 60, de 2014

Requerimento de Informações – CRE – DoJ e SEC x Petrobras

DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

1. Em virtude da potencial gravidade dos fatos relacionados a processos movidos (abaixo detalhados) contra a Petrobras por órgãos dos Estados Unidos (Departamento de Justiça-DoJ e Securities and Exchange Commission-SEC) e de seus impactos adversos, requeremos que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE/SF) encaminhe um Requerimento de Informação para os órgãos americanos acima relacionais (DoJ e SEC) para ter acesso imediato e tempestivo a todas as decisões legais referentes aos processos movidos contra a Petrobras.

2. Outrossim, estas informações também devem ser solicitadas diretamente à empresa citada nestes processo (Petrobras).

3. Para tanto solicitamos que sejam procedidas todas as medidas na alçada desta Comissão para que o Requerimento seja efetivamente atendido.

4. Sem prejuízo de novas ações apontamos que podem ser usados eventuais convênios entre o Congresso Nacional e o Congresso Americano que, por sua vez, poderia intermediar as informações processuais junto ao DoJ e à SEC.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque e outros.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento também do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Senador Cristovam Buarque.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 61, de 2014

1. Requeremos, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as recentes notícias relativas a processos judiciais movidos contra a Petrobras por órgãos dos Estados Unidos (Departamento de Justiça-DoJ e Securities and Exchange Commission-SEC).

2. Esta Audiência Pública está associada ao Requerimento de Informações apresentado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE/SF).

Em discussão o requerimento, que terá como convidados especiais as seguintes autoridades:

a. Presidente da Petrobras (Graça Foster)

b. Presidente da CVM (Leonardo P. Gomes Pereira)

c. Ministro da Justiça (Eduardo Cardozo)

d. Presidente do Tribunal de Contas da União (Ministro Augusto Nardes)

e. Representante da SEC (Securities and Exchange Commission)

f. Representante do DoJ

g. Presidente da Bovespa-BM&F (Edemir Pinto)

h. Representante da New York Stock Exchange (NYSE)

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado.

Requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 62, de 2014

Senhor Presidente, requeiro, nos termos regimentais, sejam adotadas por esta Comissão as providências indicadas no relatório apresentado pela Comissão Temporária Externa, criada pelo RRE nº 38/2013, referente ao não cumprimento bilateral do acordo firmado entre o Governo brasileiro e a República Venezuelana, que estabelece zona não edificante na fronteira entre os respectivos países.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Já foi realizada a missão. Então, para que a Comissão possa se posicionar com propriedade sobre esse assunto é que ele apresenta este requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Anibal Diniz, há um parecer que eu preciso ler, como autor, sobre Mensagem da Presidência da República. Senador Anibal, se V. Exª puder me substituir na Presidência, apenas para que eu possa fazer a leitura do parecer...

Obrigado.

EXTRAPAUTA

MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do

Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.**Autoria:** Presidente da República**Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy**Relatório:** Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy para leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Sr. Evaldo Freire Filho é filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Mata Freire, e nasceu em 19 de agosto de 1954, na cidade de Teresina, no Piauí.

Em 1976, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É mestre em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica (1995). No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1985) e o Curso de Altos Estudos (2011). Defendeu a tese com o seguinte título: “O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1992. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2007; e a Ministro de Segunda Classe em 2011.

Desempenhou diversas funções, entre as quais: Cônsul-Adjunto nos Consulados-Gerais em Nova York (2004-2007) e São Francisco (2007-2011); Diretor do Comitê Nacional Rio+20 (2011-2013); missão transitória na Embaixada de Bissau (2013-2014); e Departamento de Serviço Exterior (2014).

Acompanha a mensagem presidencial, também em atendimento à mencionada resolução do Senado, sumário executivo elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores sobre a Guiné Equatorial. Esse documento dá notícias das relações bilaterais, apresenta lista de tratados celebrados, indica dados básicos do país, sua política interna e externa, bem como sua economia.

As relações diplomáticas bilaterais foram estabelecidas em 1974. Elas, no entanto, só adquiriram impulso com a abertura das respectivas embaixadas residentes no romper dos anos 2000. Desde então várias visitas oficiais em nível presidencial foram realizadas. A derradeira foi da Presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2013 para participar da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul-África (ASA).

A comunidade de brasileiros na Guiné Equatorial é estimada em 400 pessoas, que são atendidas pelo Setor Consular da Embaixada em Malabo.

O comércio bilateral tornou-se bastante expressivo nos últimos anos. Em 2013, o intercâmbio foi de aproximadamente US\$1,037 bilhão. Nas trocas comerciais, o Brasil acumula seguidos déficits. Essa circunstância está associada ao fato de que importamos petróleo e exportamos produtos com pouco valor agregado (pedaços e miudezas de galinha, carnes e miudezas de peru). Verifica-se, entretanto, forte presença de empresas brasileiras atuando em obras de infraestrutura no país. Há, ainda, negociações para eventual compra de aeronaves da empresa Embraer, bem como de uma corveta da classe “Barroso”.

A Guiné Equatorial tem, desde 1995, o petróleo como carro-chefe de sua economia. Nesse sentido, 98% de suas exportações são constituídas de petróleo cru e gás liquefeito. Os dinheiros obtidos com a comercialização proporcionou ao país a renda *per capita* mais alta do continente africano: US\$23 mil.

Digno de registro é o fato de que a Guiné Equatorial, ex-colônia espanhola, almeja sua inclusão como membro pleno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que já é observador. Para tanto, o governo guinéu-equatoriano adotou o português como terceira língua oficial em 2011. Informa-se, por fim, que o país não possui dívidas em atraso com o Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem a queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Senador Suplicy para que possa proceder ao encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia onze de dezembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Assina a lista de presença o Senhor Senador, não membro desta Comissão, Casildo Maldaner. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e relata a visita feita à Washington/DC a convite da AMCHAM. O Senador Luiz Henrique solicita a inclusão de item extrapauta. O Senador Jorge Viana também faz essa solicitação. Às dez horas e trinta e oito minutos, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para aguardar completar o quorum da reunião. Às dez horas e quarenta e oito minutos é reaberta a reunião. Tais inclusões são aprovadas. **EXTRAPAUTA ITEM 1 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010.”** O Presidente concede a palavra ao Relator Senador Jorge Viana, que profere o Relatório. Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **EXTRAPAUTA ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida”.** O Presidente submete à Comissão a retirada do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 57, de 2014. Aprovada a Retirada desse Requerimento. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador Luiz Henrique, que profere o relatório. Usa a palavra a Senhora Senadora Ana Amélia. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. O Presidente comunica a abertura do prazo para apresentação de emendas ao PLN 13/2014 (Projeto de Lei Orçamentária Anual), até às dezoito horas do dia quinze do presente mês. Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Senador Luiz Henrique. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema da audiência pública e convida os expositores para comporem a mesa. Tem início a apreciação da PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater a situação dos imigrantes no Brasil: sua situação e a capacidade (bem como as políticas) do Estado brasileiro em responder às novas demandas impostas pelo aumento expressivo no número desses estrangeiros em território nacional. Convidados: Paulo Abrão Pires Júnior, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça – MJ; Aurélio Veiga Rios, Subprocurador Geral da República, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal – MPF, João Guilherme Granja, Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça; Tânia Bernuy, Diretora do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC; e Vivian Holz hacker, Coordenadora do Programa de Proteção do Centro de Acolhida para Refugiados Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. Os expositores fazem suas apresentações. Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra aos expositores para fazer as considerações finais. O Presidente apresenta suas conclusões e agradece a presença dos convidados. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e doze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, em razão da audiência pública que faremos nesta Comissão e, eventualmente, de alguma deliberação que há por tomar, faço um comunicado relacionado a uma extraordinária visita que fizemos a Washington, capital dos Estados Unidos, a convite da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, juntamente com S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Avistamo-nos, em Washington, com empreendedores brasileiros e norte-americanos, com quem pudemos interagir para melhor compreender as oportunidades e também as ameaças que existem diante de nós. Estivemos com autoridades do poder executivo daquele País, que tem sob sua responsabilidade a operacionalização dessas relações. Reunimo-nos com congressistas norte-americanos que têm atuação concreta na temática que interessa ao Brasil, assim como com parlamentares e congressistas que veem, na relação dos Estados Unidos com o Brasil, uma relação estratégica, construção e ambiente de parcerias.

Por dever de justiça, devo fazer um agradecimento ao Sr. Gabriel Rico, Presidente da Câmara de Comércio, que nos convidou e coordenou essas visitas, e igualmente ao Diretor do Instituto Brasil do Wilson Center, o experiente e renomado jornalista Paulo Sotero, não apenas pelo acompanhamento, mas também pelas informações e pelas análises sempre muito precisas e muito apreciadas.

Se pudesse, de alguma forma, sintetizar a percepção trazida dessa viagem, pela média das opiniões e comentários colhidos, eu não poderia deixar de expressar, no que concerne às relações dos dois governos, minha profunda preocupação com o que me parece ser uma tendência de esvaziamento da nossa agenda bilateral. Mais que isso e, talvez, até como corolário, voltei preocupado por observar que o Brasil não mais está no centro do radar das prioridades dos Estados Unidos da América.

Com efeito, nota-se que o Brasil perdeu relevância para os formuladores da política externa norte-americana, ou seja, decresceu na escala de prioridades.

Apesar do notável esforço do Embaixador Mauro Vieira em tentar nos convencer do contrário, o fato é que nossa interlocução oficial e diplomática ainda não se recuperou do descarrilhamento simbolizado no cancelamento da visita de Estado que a Presidente da República faria a Washington, em outubro de 2013. Passada aquela oportunidade, aqui não cabe discutir as circunstâncias da decisão acertada da Presidência da República.

O fato é que o Brasil entrou em um período eleitoral. Nossa economia reduziu seu ritmo. A Casa Branca também atravessou difícil campanha política. Enfim, outras crises mundo afora e outras prioridades ocuparam o vazio que deixamos num radar das questões mais relevantes para a principal economia do Planeta, que é nossa vizinha nas Américas.

Como sabemos, no Brasil, as campanhas eleitorais deixam em segundo plano a temática externa. O que é pior: quando dela tratam, o fazem de maneira simplista e maniqueísta. Em geral, reduzindo a complexidade dos problemas internacionais, conforme cálculos políticos eleitorais que pecam por serem superficiais e imediatistas. Acabam não servindo para superar problemas e apontar soluções. Isso se observa na maneira como alguns analistas e líderes políticos, quando instados a abordar a questão, se referem ao relacionamento Brasil-Estados Unidos: como se não tivesse o significado que certamente tem ao longo da história e mirando o futuro.

Quando se fia nesse tipo de abordagem excessivamente simplista, deixa de examinar a realidade multifacetada e multidisciplinar de nossas relações com os Estados Unidos.

Por sorte, a densa rede de interesses cruzados que nos ligam aos Estados Unidos independe em boa medida dos instáveis e cambiantes humores que caracterizam certas encruzilhadas políticas no relacionamento entre os dois Estados.

Os operadores efetivos desse relacionamento: agentes econômicos privados, turistas em fluxos crescentes, estudantes, pesquisadores, investidores, cadeias globais de produção e empresas transnacionais, para citar apenas alguns, não interrompem, felizmente, suas importantes atividades cotidianas, cuja lógica, baseada em considerações econômicas e sociais, não é interrompida à espera da superação de desinteligências diplomáticas, ao contrário, não seria exagero lembrar que o *show* precisa continuar apesar dos governos.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores e todos que nos acompanham pela TV Senado, ao contrário do que transpõe pela leitura da crônica jornalística, que, se além das questões relativas à atmosfera e aos humores entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca, a realidade nua e crua é que temos relações indispensáveis com os Estados Unidos sob diversos ângulos.

No comércio, que é sempre uma medida de fácil compreensão, os Estados Unidos são o nosso segundo maior parceiro internacional atrás apenas da China, cujo avassalador crescimento ao longo dos últimos anos a tornou um magneto importador de *commodities* alimentícias e minerais, o que fortaleceu muito o nosso País.

Em 2013, segundo dados coligidos pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, o comércio bilateral alcançou a significativa cifra de US\$60 bilhões com déficit para o Brasil. Naquele mesmo ano, a China representou 16% do comércio total brasileiro enquanto os Estados Unidos ficaram em segundo lugar com cerca de 12%.

Por outro lado, vale observar que os fluxos comerciais do Brasil com os Estados Unidos envolvem uma ampla gama de tecnologias e produtos de alto valor agregado, ao passo que o comércio importante e relevante para a China é composto essencialmente pela exportação de produtos primários, as nossas *commodities*; 77% das exportações para a China, em 2013, estiveram concentradas em minério de ferro, soja e petróleo, com o Estados Unidos, cerca de 72% de nossas exportações eram constituídas por produtos manufaturados e semifaturados, em lista que inclui produtos químicos, motores elétricos, celulose, aeronaves, alimentos, entre tantos outros.

Em julho de 2014, os Estados Unidos ultrapassaram a Argentina como principal destino das exportações industriais brasileiras. O que embora reflexo da crise que se prolonga em nosso vizinho do sul, não deixa de ser significativo da importância continuada no mercado norte-americano para os nossos empreendedores brasileiros.

Das 18 mil empresas brasileiras que exportaram em 2014, cerca de 6.500 empresas o fizeram para os Estados Unidos, o que nos permite imaginar um volume de empregos diretos e indiretos que são viabilizados em razão desses fluxos. Isso sem mencionar nossas importações provenientes dos Estados Unidos, que incluem bens de capital e outros itens com conteúdo tecnológico, que contribuem para o aumento da nossa produtividade e para mover as engrenagens de nossa economia.

Outra régua interessante para medir a densidade do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos é a dos fluxos de investimentos. O Brasil é o principal destino dos investimentos norte-americanos entre os BRICS e entre a maioria dos países em desenvolvimento.

Em 2013, cerca de US\$9 bilhões em investimentos diretos foram enviados ao Brasil, ao passo que nós investimos US\$2,3 bilhões na economia dos Estados Unidos, segundo dados do Banco Central. Os Estados Unidos são detentores do maior estoque de investimentos diretos na economia brasileira, em montante superior a US\$136 bilhões até 2013.

Investimentos diretos brasileiros nos Estados Unidos também são expressivos, tendo alcançado a marca de US\$4,7 bilhões até 2008.

Estima-se que, em 2011, as subsidiárias de empresas brasileiras em operação nos Estados Unidos geravam cerca de 40 mil empregos diretos. No Brasil, decerto, ainda são mais superlativos os números de empregos gerados diretamente por empresas multinacionais norte-americanas em atuação em nosso País, gerando aqui, em solo brasileiro, um conjunto muito grande de oportunidades para brasileiros.

Outra maneira muito clara de se medir a intensidade do relacionamento entre os nossos dois países está no fluxo de turistas e viajantes de ambos os países. Também, nessa dimensão, é notável a evidência de uma boa vontade que aproxima as duas sociedades.

Em 2013, o número de brasileiros que visitou os Estados Unidos chegou a 2,1 milhões de brasileiros, aproximadamente. Com fluxos superiores aos nossos, apenas os vizinhos: Canadá, México, Reino Unido e o Japão; ou seja, os brasileiros são a quinta sociedade a visitarem os Estados Unidos da América. Os gastos daqueles visitantes alcançaram, em 2013, cerca de US\$10,5 bilhões. Por sua vez, quase 600 mil norte-americanos visitaram o Brasil em 2012, cerca de 10% de todos os turistas que aqui estiveram, contingente que só não foi maior que os nossos vizinhos argentinos. Isso, por si só, dá a dimensão do fluxo permanente entre os brasileiros e os norte-americanos.

Ademais, estima-se que mais de um milhão de brasileiros estejam domiciliados nos Estados Unidos, de longe o maior contingente, considerando que, no Japão, o segundo destino de nossa diáspora, a comunidade brasileira atinge pouco mais de 200 mil pessoas. Portanto, os Estados Unidos são, hoje, o destino de maior relevância em volume de brasileiros, ultrapassando a marca de um milhão de brasileiros vivendo naquele País.

Para atender a esses fluxos de pessoas que viajam a turismo, a negócio, por razões culturais e educacionais, há hoje mais de 150 frequências aéreas semanais entre os Estados Unidos e o Brasil.

Desde que entrou em vigor, em 2011, o Acordo Open Skies, o número de voos regulares nos dois sentidos não cessa de crescer. Entre 2002 e 2010, o fluxo de passageiros transportados entre os dois países praticamente dobrou, alcançando a marca de 3,24 milhões de passageiros. Essa é a realidade que se intensifica independentemente de os dois governos estarem na base da inclusão, na agência bilateral, de discussões da facilitação recíproca de vistos para turistas e homens de negócios, questões que, aliás, também ficou prejudicada pelo recente esfriamento no diálogo oficial entre os dois países.

Em outra dimensão igualmente relevante, destaca-se o apreço que estudantes e acadêmicos brasileiros, de um modo geral, nutrem pela capacidade norte-americana de gerar conhecimento, pesquisa, ciência, inovação e tecnologia. Evidência disso é o número de estudantes brasileiros que elegem os Estados Unidos e a língua, assim como a cultura, para realizar ou complementar sua formação e sua educação acadêmica.

Chama a atenção a participação de entidades acadêmicas nos Estados Unidos como destino dos brasileiros que participam do programa Ciência sem Fronteiras. Em outubro de 2014, praticamente 22 mil estudantes brasileiros são bolsistas em universidades dos Estados Unidos dentre um total de pouco mais de 75 mil participantes do programa Ciência sem Fronteiras, ou seja, de um total de 75 mil alunos brasileiros inscritos no programa Ciência sem Fronteiras, 22 mil desses estudantes são bolsistas e optaram por formação acadêmica nas universidades norte-americanas.

Ora, devemos então nos perguntar se todo esse vigor que se constata nas múltiplas ligações diretas entre as duas sociedades, do Brasil e dos Estados Unidos, nas mais diversas dimensões, através do tempo, de maneira sempre crescente, refletindo o que só se pode definir como um sentimento de admiração recíproca, de parceria, de amizade e de interdependência, se acha presente na bússola que norteia as relações governamentais entre nossos dois países. Quer-me parecer que a resposta é negativa.

Bem sei que a Presidente da República e o Itamaraty argumentarão, como se vê no discurso oficial, que tudo vai muito bem, que temos relações cordiais e amistosas. Não se pode discordar dessa visão edulcorada que, a rigor, também corresponde à realidade. O que devemos questionar, contudo, é se nosso relacionamento não poderia ser ainda mais intenso e mutuamente benéfico; se nossas instâncias governamentais não poderiam estar explorando ainda melhor o imenso potencial para ampliar as áreas de cooperação e aprofundar nossas parcerias. O que precisamos discutir, no Congresso, no Executivo e, creio eu, no seio da sociedade brasileira, é se as duas maiores democracias das Américas, se a primeira e a sétima economias do planeta, não teria a obrigação de ostentar uma rede ainda mais densa de vínculos e de interesses comuns.

Sabemos, sim, que, nos Estados Unidos, há toda uma estrutura de instituições e *think tanks*, ligadas ou não ao Governo, com maior ou menor participação empresarial, que se dedica a discutir temas como as relações com o Brasil, a fim de diagnosticar problemas e mapear possíveis soluções. Política externa e ação global, nos Estados Unidos, são temas presentes no cotidiano dos cidadãos, nas eleições, na vida partidária e na mídia. O alcance mundial da atuação diplomática, econômica dos Estados Unidos não lhes permitem manter à sombra de dogmatismos ideológicos aqueles parceiros que sejam especialmente relevantes em seu mapa-múndi geopolítico e geoeconômico. Será que o mesmo pode ser afirmado com respeito ao Brasil e à política externa conduzida pelo nosso Governo, pelo Itamaraty, nos últimos anos, especialmente quando pensamos nas possibilidades e oportunidades de fortalecimento com os Estados Unidos?

Para fazer o contraponto necessário ao panorama de relacionamento dinâmico que marca a vinculação de nossas duas sociedades, recorro, para ilustrar meu ponto, ao que se dá no campo dos acordos comerciais. Os Estados Unidos, no momento, estão engajados em negociações simultâneas de grandes acordos comerciais: o Acordo Trans-Pacífico (TPP), que envolve uma dúzia de países – Austrália, Brunei, Canadá, Cingapura, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã – e cuja área de influência haverá de se estender, quase naturalmente, a outros espaços econômicos adjacentes, como aos demais países da Asean; e o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, que abrangerá os Estados Unidos e a União Europeia.

Por cadeias de transmissão típicas da economia globalizada, é claro que outros elos serão influenciados por essa nova geografia econômica internacional que estará institucionalizada nos próximos anos, se considerarmos subconjuntos de parceiros com vínculos especiais com países que estarão nos novos Acordos – por exemplo, o México e sua rede de relações privilegiadas tanto com o NAFTA (com os Estados Unidos e o Canadá) como com o Caribe e com a América Central; ou os membros da Aliança do Pacífico, como o Peru, Chile, Colômbia e México – os quais também, por sua vez, preservarão seus laços especiais com vizinhos regionais, até mesmo com o Mercosul e Aladi, por exemplo, assim também com outros parceiros de maior importância para eles.

Ora, a novidade que não podemos ignorar é que, conforme conclui a Fundação Getúlio Vargas, 65% do comércio global ocorre no âmbito desses e de outros arranjos e acordos comerciais. O resumo da ópera é que o Brasil não pode continuar alheio, como infelizmente tem permanecido, a esses processos profundamente transformadores do sistema internacional.

Com efeito, a participação do Brasil no comércio internacional é absolutamente incompatível com a relevância geopolítica do País. Nossa economia representa apenas 3% do produto interno bruto global, porém, apenas 1,3% do comércio internacional, o que reflete uma economia ainda muito fechada em si mesmo, com poucos acordos comerciais, com baixo índice de integração às cadeias globais de valor, de produção e de competitividade.

O Brasil, ao longo do tempo, só conseguiu firmar acordos de preferência comercial via Mercosul, com a Índia e Israel, ambos já em vigor e com o Sacu, que é a União Aduaneira da África Austral com Egito e com autoridade palestina. A absurda modéstia desse quadro chega a ser embaraçosa para um país com aspirações de *global player* ou de protagonismo global. É preciso reverter essa situação antes tarde do que nunca.

Como a dramatizar ainda mais essa situação preocupante para o nosso País, agora, em 2014, se registrará pela primeira vez em muitos anos, déficit negativo em nossa balança comercial. Nosso estimado colega, Senador Armando Monteiro, que em breve estará assumindo o MDIC, deu declarações muito lúcidas e afirmativas quanto à imperiosa necessidade de que o Brasil e, particularmente, sua indústria recobre condições de competitividade internacional.

A Presidente Dilma Rousseff, agora prestes a iniciar o seu segundo mandato, tem, a meu juízo, uma chance de ouro para fazer diferente, para inovar, para mudar o que não vem rendendo frutos, para avançar, enfim, no que ficou parado e até mesmo involuiu.

Governar e liderar é obra em aberto que jamais termina e que deve ser capaz de incorporar críticas e recomendações construtivas. Não sei, evidentemente, se falo por todos os colegas Parlamentares, que estiveram presentes na recente missão a Washington, mas estou convencido de que falo por alguns deles e por centenas de lideranças e empreendedores brasileiros, quiçá também, por centenas de lideranças de trabalhadores

preocupados em preservar e valorizar seus empregos, por milhares de brasileiros que admiram e respeitam os Estados Unidos.

É hora, creio eu, Presidente Dilma, de resgatarmos o diálogo Brasil/Estados Unidos da situação de esvaziamento em que obviamente se encontra hoje, alçando ao patamar que merece e que seja compatível com o elevado grau de entendimento que une as nossas duas sociedades.

Entidades como a Câmara de Comércio Brasil Estados Unidos fazem um trabalho incansável, que mantém em permanente e atualizado inventário de nossas oportunidades e problemas, mapeando o caminho para a superação.

A Confederação Nacional da Indústria, que também esteve representada na comitiva que foi a Washington, igualmente é repositária de estudos e avaliações que poderiam ser mais bem utilizadas no momento em que não seja possível relançar o nosso relacionamento bilateral.

Acordos de livre comércio não se aplicam somente a tarifas, elemento aliás com importância declinante nesses debates, haja vista as demais esferas que regulam o comércio internacional.

Esses acordos são importantes porque contribuem para melhorar o ambiente de negócios como um todo, elevando padrões e requisitos estruturais para se adequar aos procedimentos previstos nesses compromissos, o que gera ganhos diretos de competitividade. Caso o Brasil continue ausente dos grandes acordos comerciais em discussão, de abrangência cada vez mais ampla, estará fadado a um crescente isolamento no comércio internacional. Cada vez mais, esses acordos comerciais disciplinam para muito além das questões meramente tarifárias, aliás, de menor importância relativa, quando se verifica que as tarifas médias de importação praticadas pelos EUA estão abaixo de 4% – um amplo leque de questões regulatórias, técnicas e legais estão inseridas neste debate.

A verdade é que já não é possível a um país relevante como o Brasil ficar fora da abrangência desses novos acordos e, ao mesmo tempo, manter-se competitivamente inserido nas cadeias globais de valor, de produção e de suprimento, beneficiando-se, por consequência, do comércio com os polos mais dinâmicos da economia internacional.

A própria OMC, nas últimas semanas, foi palco de um acordo por consenso, como não acontecia há duas décadas, em torno do que se poderia chamar de agenda da facilitação do comércio internacional. Como, realisticamente, a Rodada Doha emperrou, há anos, sobretudo na falta de consenso sobre questões tarifárias e tributárias, do que se poderia chamar de agenda da competitividade e do desenvolvimento, a comunidade internacional ao menos se pôs de acordo quanto a normas e procedimentos de facilitação, que também acarretarão reflexos muito positivos, conforme se espera.

O mesmo espírito deveria passar a nortear a estratégia negociadora brasileira. Se é impossível avançar de imediato em negociações sobre tarifas e temas semelhantes, seja por engessamento no Mercosul, seja por outros obstáculos, que não se desperdice mais tempo no aprofundamento de um diálogo estruturante na temática da facilitação do comércio. Isso, naturalmente, se aplica à perfeição ao contexto problemático de nossas negociações comerciais com a União Europeia, maratona que dura mais uma década sem sinal visível de linha de chegada. Poder-se-ia aplicar, do mesmo modo, a uma possível iniciativa de diálogo bilateral com os Estados Unidos, na seara comercial, o que presumo que não ocorrer, a rigor, desde que o projeto Alca foi descartado pelo Brasil, no primeiro mandato do Presidente Lula. Aliás, uma das vantagens de avançar nesse tipo de interlocução mais estruturada com os Estados Unidos reside em auferir ganhos para nossa própria competitividade diante do mundo, e não apenas tendo em vista o comércio com o mercado norte-americano, eis que muitos dos padrões e *standards* observados no comércio mundial acompanham regulações e procedimentos adotados, inicialmente, pelos Estados Unidos. Há todo um esforço de convergência regulatória que o Brasil precisaria intensificar, com vistas a se integrar nas chamadas cadeias globais de valor. Refiro-me à harmonização de produtos, de processos e de exigências, como fatores de promoção do comércio internacional. Outro aspecto que se beneficiaria de uma maior integração no diálogo bilateral Brasil-EUA diz respeito à acreditação de laboratórios e instâncias certificadoras habilitadas, com aceitação recíproca, a realizar ensaios, calibrações, inspeções de produtos e serviços. No Brasil, esta temática está afeta ao Inmetro.

Meu tempo, evidentemente, não é muito além desse, para uma reflexão com os membros da Comissão de Relações Exteriores acerca de uma densa agenda entre Brasília e Washington, agenda que poderia e deveria, a meu juízo, ser promovida e aprofundada, com o objetivo comum de recuperarmos o tempo perdido, de restaurarmos a indispensável confiança, comprovar que boas relações bilaterais podem e devem ser vantajosas para ambas as partes.

Durante nossa missão em Washington, tive ocasião de encontrar-me com alguns dos principais operadores e interlocutores pelo lado governamental, assim como pelas duas sociedades do que poderia voltar a ser uma agenda bilateral altamente positiva e impositiva.

Na área privada, por exemplo, permito-me fazer referência ao ex-Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Anthony Harrington, até hoje muito ligado ao Brasil; Presidente do prestigiado Conselho Consultivo do Brazil Institute do Woodrow Wilson Center, Presidente Emérito do Brazil-US Business Council, é também Presidente do Conselho da Influente Consultoria Albright Stonebridge Group.

Outra referência merecida é à Patri, empresa brasileira de consultoria, fundada pelo Dr. Eduardo Carlos Ricardo, e que, com grandes empresas brasileiras e norte-americanas em sua carteira de clientes, há mais de quinze anos mantém ativo escritório em Washington, o que lhe permite desempenhar papel valioso na facilitação do diálogo e na construção de pontes. Ainda na área privada, como elos de aproximação e adensamento de grande importância, permito-me destacar também o discreto, porém eficiente papel de personalidades como o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, hoje consultor e cuja passagem por Washington, muitos anos atrás, permanece na lembrança de efetivos e exitosos resultados na relação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos; e o também hoje consultor Thomas McLarty, Presidente da empresa McLarty Global e ex-Chefe do Gabinete Civil (*Chief of Staff*) da Casa Branca, na primeira gestão de seu amigo e conterrâneo Bill Clinton. Ambos contribuem para preservar fluidez na interlocução do Brasil com os Estados Unidos.

Devo ainda assinalar, no mesmo sentido, já me encaminhando para o encerramento, as produtivas conversas que mantivemos com a Secretária Assistente do Departamento de Estado para Assuntos Hemisféricos, Embaixadora Roberta Jacobson, e com seus congêneres da Representação para o Comércio Internacional, Sr. Hohn Melle, com o Sr. Ricardo Zuniga, do Conselho de Segurança Nacional, com o Sr. Jason Hafemeister, do Ministério da Agricultura, e com o Sr. Kenneth Hyatt, do Ministério do Comércio. Outra reunião de muita densidade que mantivemos foi o Congresso dos Estados Unidos, onde nos avistamos com membros da “Bancada do Brasil” na Câmara dos Representantes, sob a liderança do Deputado Devin Nunes, Republicano da Califórnia e descendente de portugueses. Com ele e seus colegas parlamentares, nosso grupo pôde ter uma franca discussão sobre os rumos das relações entre nossos países.

Por fim, porém não por último, permito-me ressaltar a reunião que pudemos manter com o Embaixador Thomas Shannon. Ex-representante de seu país no Brasil, hoje desempenha a função de Conselheiro do Secretário de Estado, historicamente considerada a terceira posição mais graduada do Departamento de Estado, cadeira no passado ocupada por personalidades como o lendário Embaixador George Kennon, um dos mais renomados estrategistas da Guerra Fria, ou o ex-Presidente do Banco Mundial, Roberto Zoellick. Shannon, que assumiu sua posição em Brasília no começo de 2010, deixou nosso País em setembro de 2013, justamente quando mais repercutia o escândalo dos vazamentos feitos pelo Sr. Snowden, inclusive sobre bisbilhotagem eletrônica de comunicações, invadindo a privacidade da nossa Presidente da República.

No ambiente diplomaticamente deteriorado que então se instaurou, sabe-se que Shannon, um velho e dedicado amigo do Brasil, onde já servira anteriormente, a ponto de ser fluente em português, não mereceu, em suas despedidas, a cordialidade, até mesmo institucional, que se esperaria nestes momentos. Contaminado o ambiente por um problema episódico grave, porém menor do que a história das relações Brasil-Estados Unidos, o Embaixador Thomas Shannon, que jamais reconheceria como verdadeiros, por elegância, esses meus comentários, voltou a Washington sem que o Brasil, de público, exaltasse os méritos evidentes de sua missão em nosso País. Thomas Shannon, assim como algumas das personalidades que citei acima, deve ser considerado como uma espécie de *champion* das relações entre nossos países, referência de diplomata construtor de pontes e empenhado no adensamento de nossas relações de amizade e parceria em benefício recíproco.

Concluo este meu relato com uma homenagem muito especial e merecida ao Embaixador Thomas Shannon, a qual faço na qualidade, também, de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República. Faço votos de que lê continue nos ajudando na reconstrução dessas efetivas e importante pontes

Evidentemente, nos últimos dias foi muito importante o sinal dado pelo Presidente Joe Biden, que estará aqui na posse da Presidente Dilma no próximo mês de janeiro. Isso sinaliza possibilidades e perspectivas possíveis e concretas dessa relação bilateral reacender-se em busca de frutos recíprocos e mútuos para o Brasil e para os Estados Unidos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em primeiro lugar, cumprimento-o por esse relatório tão competente que abrange com grande fidelidade a atuação de V. Ex^a à frente desta Comissão.

Gostaria de propor a V. Ex^a que, extrapauta, após a audiência pública ou tão logo considerar que haja quórum regimental, eu possa ler o parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014, do qual V. Ex^a é autor, alterando a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que pretende modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida.

Tão logo tenhamos quórum, gostaria de pedir a V. Exª que, extrapauta, me possibilitasse a leitura deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos apenas aguardar o quórum para submeter ao conjunto da Comissão a possibilidade de V. Exª apresentar esse relato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, no mesmo sentido, eu gostaria de pedir o acolhimento de V. Exª para que eu possa também fazer a leitura e pudéssemos apreciar o meu parecer ao projeto que trata de validar o acordo entre o Brasil e a Organização Internacional para as Migrações.

Tenho o relatório pronto, e a minha intenção era que pudéssemos apreciar ainda este ano, tendo em vista que é um acordo assinado em 2010. Seria importante que a Comissão pudesse apreciar o meu parecer e se posicionar sobre ele.

Então, no mesmo sentido do Senador Luiz Henrique, caso tenhamos quórum, eu gostaríamos que pudéssemos fazer a apreciação desta matéria da qual tenho a satisfação de ser relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos suspender esta reunião em razão da ausência de quórum para vermos a possibilidade de retomarmos em minutos a nossa pauta. Os Srs. Senadores devem estar a caminho da reunião.

Fica suspensa a reunião por dez minutos para que possamos retomar os nossos trabalhos.

(Suspensa às 10 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está reaberta a reunião.

Pede a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª apreciasse a possibilidade de, antes da audiência, apreciarmos algumas das matérias. Eu, inclusive, solicito que possa ser incluído, extrapauta, o item a que me referia ainda há pouco, que está pronto para ser apreciado pela Comissão, já que temos quórum agora. É uma matéria que trata de aprovar um texto do acordo do Governo brasileiro com a Organização Internacional para as Migrações.

Então, já que vamos ter esse tema debatido aqui, penso que isso aperfeiçoa a possibilidade de o nosso País tratar desse tema, que é tão relevante, inclusive objeto desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulto as Srªs e aos Srs. Senadores se algum de V. Exªs se opõe à solicitação do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique, para que possamos fazer uma inversão de pauta e deliberarmos sobre dois itens. Em seguida, iniciarmos a nossa audiência pública. *(Pausa.)*

Se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, vamos, então, fazer a inversão de pauta, e passo a palavra a V. Exª, antes, porém, ouço o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou plenamente de acordo com essa inversão de pauta, gostaria de declarar isso de viva voz, e estou ansioso também para a realização dessa audiência pública, que seguramente vai contribuir com o relatório que V. Exª deve oferecer a um projeto de lei de minha autoria, o 288/2013, que institui a Lei de Migração. É uma nova lei que vem substituir a lei já velha, de mais de 30 anos, e anacrônica, diante das mudanças do mundo e do Brasil, para que possamos ter uma legislação sobre migração mais acolhedora e mais democrática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

Senador Jorge Viana, a palavra é de V. Exª.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2014

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço o acolhimento de V. Ex^a, Presidente Ricardo Ferraço, dos colegas também, Ana Amélia, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e o Senador Luiz Henrique, que estava aqui e que já havia demonstrado a sua concordância.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2014, PDC 1.295, de 2013, na origem, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações, referentes à posição legal, privilégios, imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília no dia 13 de abril de 2010, ou seja, estamos aqui apreciando uma matéria que valida o acordo assinado no dia 13 de abril de 2010.

Com fundamento no disposto do art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 386, de 6 de setembro de 2013, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações, referente à posição legal, privilégios e imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília no dia 13 de abril de 2010.

O acordo foi, inicialmente, apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo PDC nº 1.295, de 2013, decorrente da referida mensagem, produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após análise pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania daquela Casa.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo PDC nº 3, de 2014, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e designado para relator o signatário.

O projeto não recebeu emenda no prazo regimental.

Cuida-se aqui de um acordo que estabelece para a Organização Internacional para as Migrações (OIM) os mesmos privilégios, imunidades conferidos às agências especializadas da Organização das Nações Unidas e ao seu pessoal no Brasil. Então, nós não estamos fazendo nada além de estender para a OIM o mesmo tratamento que as Nações Unidas aplicam ao seu pessoal que atua aqui no Brasil.

Os dispositivos do tratado em pauta têm, por base jurídica, a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas da ONU, de 21 de novembro de 1947, e a lei e regulamentos brasileiros vinculados a esse tema.

Assim, o Artigo 2º estipula que o Diretor-Geral, o Diretor-Geral Adjunto e o chefe da missão da Organização, bem como seus respectivos cônjuges e filhos menores de idade, desde que não tenham nacionalidade brasileira e nem residam permanentemente no país sede, gozarão dos privilégios e imunidade, isenções e facilidades, concedidas em conformidade com o direito internacional.

Entre outros direitos, desfrutarão dos seguintes: inviolabilidade pessoal; imunidade de jurisdição local; inviolabilidade de todos os papéis, documentos e correspondências; isenção de impostos sobre a remuneração, enfim, o mesmo tratamento estendido a funcionários das Nações Unidas.

O texto confere, ainda, às autoridades mencionadas, desde que satisfaçam às condições referidas, o direito de importar, livremente, enfim, todos os critérios livres de impostos que são garantidos a quem cumpre missões semelhantes no Brasil.

A OIM fica autorizada também, à luz do art. 3º, a possuir e usar fundos ou instrumentos negociáveis de qualquer tipo, manter e operar contas em qualquer moeda, assim como converter qualquer moeda que possua, bem como a transferir seus fundos ou moeda de outros países dentro do Brasil.

As autoridades brasileiras comprometem-se em adotar as medidas adequadas para garantir a segurança e a tranquilidade das instalações da OIM no Brasil.

A OIM, criada em 1951, é a principal organização intergovernamental voltada para a questão das migrações e conta com 155 Estados Membros, dedicando-se a solucionar os problemas resultantes das migrações e buscando assegurar aos migrantes uma condição humana e ordenada. O Acordo ora em exame, ao garantir à OIM e ao seu pessoal os mesmos privilégios e imunidades conferidos às Agências Especializadas das Nações Unidas e ao seu pessoal, permite que aquela Organização possa cumprir o objetivo de estabelecer cooperação no âmbito das migrações por período prolongado.

Voto:

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2014.

Esse é o meu voto e o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o parecer do eminente Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu estava presidindo a Comissão de Educação em debate sobre a psicofobia no transtorno do déficit de atenção. Por isso, não cheguei a tempo de ouvir a exposição de V. Ex^a a respeito dos resultados da viagem feita por um grupo de Parlamentares, Senadores e Deputados, aos Estados Unidos, liderados pela Amcham e pelo executivo Gabriel Rico.

Quero dizer a V. Ex^a que endosso, ratifico e assino embaixo as suas palavras – minha assessoria estava aqui acompanhando. Precisamos de fato aproveitar a transição, aqui no Brasil, não tão, digamos, acentuada politicamente quanto nos Estados Unidos, resultado das eleições, e tentar, através da Comissão de Relações Exteriores do Senado, um protagonismo maior nesse processo da política externa brasileira. Estamos já perdendo tempo e não podemos continuar nesse passo tão lento de inserção internacional.

Isso não tira prioridades que o Governo tem na região da América do Sul, mas temos de ampliar o nosso leque de atenção para outros mercados, para a inserção em outros países e outros blocos – a União Europeia e também o bloco da América do Norte.

Então, quero cumprimentá-lo por isso.

Como o Presidente Renan Calheiros delegou a mim – e vou fazê-lo com prazer – representá-lo na missa de final de ano, eu irei e voltarei a esta Comissão a tempo de acompanhá-lo em pelo menos parte da audiência pública requerida por V. Ex^a, para tratar das questões migratórias, ou seja, imigração, no nosso País.

Então, quero cumprimentá-lo também por essa iniciativa e reforço também o trabalho feito por esta Comissão ao longo desse tempo.

Muito obrigado.

Parabéns, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sou eu que agradeço pela oportunidade e pelo privilégio de ter a companhia de V. Ex^a nesses três dias em que fomos convidados pela Câmara de Comércio para intensos diálogos com autoridades do Parlamento, com autoridades do Executivo, com empreendedores norte-americanos, empreendedores brasileiros e outras entidades. Todos esses mostram toda a sua preocupação e todo o seu interesse em que possamos retomar com força e intensidade as nossas relações no melhor nível governamental, considerando que, no dia a dia, o fluxo de pessoas do Brasil para os Estados Unidos e vice-versa e o fluxo do comércio e de geração de oportunidades continuam com frequência.

Então, foram, de fato, três dias de um intenso debate. Quero agradecer a oportunidade de ter tido o privilégio de, na companhia de V. Ex^a, manter essa missão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para concluir, Senador Ricardo Ferraço, a respeito do mesmo tema, num outro evento internacional, pelo menos recebi a informação de que o Embaixador do Brasil nesse País, de cujo nome vou declinar, solicitou a proposta de um debate sobre a questão tributária e fiscal com a Receita Federal. E o Embaixador não conseguiu que a Receita Federal brasileira recebesse, aqui em Brasília, os representantes desse País.

Penso que essa não é uma atitude adequada, porque a diplomacia faz o seu trabalho, em muitos casos, na sua maioria, exemplarmente. Os diplomatas brasileiros estão preparados e qualificados para isso, e é uma matéria de interesse do Brasil.

Agora, a corporação, a Receita Federal, negar-se a receber para conversar sobre a questão tributária e fiscal, representantes de países que estão abrindo as portas para o Brasil, não é uma atitude adequada e correta, em relação à necessidade que temos de uma inserção internacional mais profunda e mais proativa.

Faço esse registro aqui. Posteriormente, encaminharei ao Ministério das Relações Exteriores, eventualmente até ao Ministério da Fazenda, porque penso que é um diálogo. A Receita poderia não concordar com nada do que viesse a ser argumentado, mas penso que é obrigação de um órgão público, como a Receita Federal, que todos respeitamos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2014**– Não terminativo –**

Altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A matéria foi designada à relatoria do Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra a V. Exª para que possa apresentar o seu relatório. E, na condição de requerente de uma audiência pública, para que pudéssemos debater esse tema, vamos retirar esse requerimento, considerando que V. Exª, como sempre, foi extremamente célere na construção do seu relatório. Essa matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos. Quero crer que, na referida Comissão, poderemos aprofundar o debate em relação a esse tema.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É um projeto muito importante, muito relevante. Quero cumprimentar V. Exª por ter tido essa iniciativa feliz.

Por isso, nós nos obstinamos em rapidamente relatá-lo para que ele tenha a tramitação rápida que demanda o seu próprio mérito.

Srªs e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 275, de 2014, da Autoria do nosso Presidente Ricardo Ferraço, cuja ementa está acima epigrafada.

Pretende o ilustre Senador capixaba, por meio deste projeto de lei, acrescentar à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, Lei do Ajuste Tributário, o artigo 24, “c”, para determinar que não será considerado País ou dependência com tributação favorecida aquele que não seja assim classificado, ainda que com denominação distinta, por órgão, entidade ou organização independente e internacionalmente reconhecida.

A proposta estabelece, ainda, que o Poder Executivo deverá indicar em ato específico de um ou mais órgãos, entidades ou organizações que atendam aos critérios definidos e devam ser considerados para o fim nele previsto.

Na justificação o autor recorda que a legislação brasileira confere tratamento tributário mais rigoroso a operações realizadas com pessoas físicas ou jurídicas residentes em países com tributação favorecida, os chamados paraísos fiscais, assim entendidos aqueles que adotem tributação máxima de renda em percentual inferior a 20%, a teor do que dispõe a Lei nº 9.430, já anteriormente citada, em seu art. 24.

Ressalta, entretanto, que, embora se trate de opção legislativa legítima, a presunção absoluta de que todos os países que tributem a renda abaixo desse percentual sejam paraísos fiscais acarreta distorções e leva ao tratamento inadequado de potenciais parceiros internacionais.

O listo autor quer dizer, explicando melhor a matéria, que se coloca no mesmo cesto, no mesmo tratamento, na mesma vala todos os países que têm tributação de renda inferior a 20%, sem reconhecer a especificidade da economia de cada um desses países.

O Senador Ferraço pondera por igual que, em face dos desafios do mundo globalizado, que exigem inserção dos países num cenário internacional sobre todos aqueles índices de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, afigura-se, de modo conveniente, permitir que a legislação interna possa adequar-se, de modo automático, ao tratamento preconizado pela comunidade internacional em relação à matéria, sem a necessidade da penosa via de alteração legislativa.

Por tais razões, propõe-se a inclusão do artigo 24, “c”, na referida lei que pretendemos modificar, cujo *caput* exclui da aplicação do tratamento mais severo previsto na legislação os países que não sejam reconhecidos pela comunidade internacional como paraísos fiscais, segundo critérios geralmente empregados por organizações de seriedade e excelência, reconhecidas mundialmente.

Portanto, o novo parâmetro a ser estabelecido é o que decorre de conceito firmado por agências de alta credibilidade, internacionais, e o reconhecimento por países desenvolvidos, de que aqueles países, embora com legislação mais baixa não se caracterizam como paraísos fiscais.

A proposição foi distribuída ainda à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual caberá decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise

O tema objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência legislativa da União e pode ser versado em lei de iniciativa parlamentar. Desse modo, inexistente vício de constitucionalidade formal.

No tocante ao mérito, observo, de início, que compete a esta Comissão apreciar o projeto desde uma perspectiva das relações internacionais. Dessa forma, parece correto dizer que não há no plano internacional regramento uniforme no tocante ao assunto. Tampouco se observa tratamento unívoco nas legislações de diferentes países. Nesse sentido, pesquisa de direito comparado assinala para o fato de se tratar de ato estatal discricionário adotado sem o concurso de outros países.

É válido também registrar que alguns padrões de conduta são encontráveis nas diferentes legislações tributárias. Nessa ordem de ideias, o autor do projeto faz, em sua justificação, exercício visando à indicação de certa tipologia. Segundo Sua Excelência,

Inúmeros países (v. g. África do Sul, China, Espanha, França, Itália, México e Portugal) conceituam como jurisdição de baixa tributação aquela em que a renda é onerada em até determinado percentual inferior ao adotado internamente (comumente 50%). Outros países (v. g. Argentina e Austrália) elaboram listas arrolando países aos quais se aplicam (ou não, tratamentos mais severos, sem a fixação de uma tributação mínima da renda para enquadrá-los em tal condição. Outros (v. g. Reino Unido) empregam uma série de testes para fins de identificar as situações a serem tratadas com maior severidade, sem levar em conta para isso uma carga tributária mínima pré-estipulada, a exemplo as jurisdições antes citadas.

Assim, como bem ponderou o autor da matéria, trata-se de opção do legislador. Já os efeitos dessa opção nos campos econômico e tributário deverão ser mais bem apreciados pela Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Não há, desse modo, vício material de constitucionalidade e, quanto ao mérito, pelas razões acima expostas, a matéria deve ser aprovada nesta Comissão. Também não há óbice quanto à técnica legislativa

Voto:

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, em homenagem a V. Ex^a, este é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Luís Henrique.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem querida discutir, eu apenas acrescento e reforço, de certa forma, a convicção de V. Ex^a, que é o que nos moveu, por consideramos absolutamente injusto que empreendedores brasileiros que querem se lançar para gerar oportunidades aqui e além-mar tenham sua competitividade restrita, ou seja, vamos ao campo prático.

Quando uma empresa brasileira multinacional, como é o caso da Brasil Foods, procura países do Oriente Médio para ampliar sua participação, a sua exportação e, com isso, gerar mais oportunidade aqui, ela não procura esse país porque tem tributação favorecida, ela procura esse país porque existem mercados potenciais que podem permitir a ampliação e a participação do nosso País no mercado competitivo.

Ora, quando essa região é considerada pelo Governo paraíso fiscal, ela é tributada além dos seus concorrentes, que passam a ter preferência melhor, portanto, ficando excluída daquele mercado. Então, o que nos moveu não foi outro sentido que não a competitividade.

Ora, é inadmissível que países, por exemplo, como Cingapura, possam ser considerados pelo Brasil paraíso fiscal, se não o é pela Comunidade Europeia, se não o é pelos Estados Unidos da América. Essa é uma visão absolutamente restrita de um país que precisa se alçar à competição global. E se o Estado não puder ajudar, que não atrapalhe; que permita que os empreendedores brasileiros possam continuar gerando oportunidade.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse foi o sentido da nossa iniciativa para que o Congresso possa discutir esse tema e encontrar uma solução que dê ao nosso País a mesma condição que outros países estão tendo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu realizei, nobre Presidente, uma missão, recentemente, no Marrocos, e lá conheci o Porto de Tanger Med. É um porto inaugurado em 2011, construído pela Maersk, a maior transportadora marítima do mundo. É um porto que tem 30 *portainers*, uma profundidade mínima de 18m, e é protegido por molhe, executado com a tecnologia mais avançada do mundo, hoje, e fica a 14km de Algecira, na Espanha.

O Marrocos tem uma política tributária também favorecida. Aquele porto pode se transformar em uma plataforma de exportação dos produtos brasileiros para a Europa, já que acordo do Mercosul inviabiliza o estabelecimento de comércio preferencial com a Europa. E esse projeto se encaixa bem no objetivo de utilizar a logística do Porto de Tanger para as exportações brasileiras à Europa e aos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Creio, portanto, que, na Comissão de Assuntos Econômicos, teremos, inclusive, a oportunidade de convidarmos os profissionais da Receita Federal,

do Ministério da Fazenda, do Itamaraty e dos demais órgãos, como o MDIC, para que possamos fazer um debate franco, claro, e sincero sobre a necessidade de atualizarmos e adequarmos essa realidade brasileira, de modo a permitir que o nosso País possa ter...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu gostaria de sugerir a V. Exª que ingressasse com esse requerimento de audiência pública para tramitação na CAE, para que a tramitação começasse pela audiência pública. E sugeriria – não sei se integra a nominata dos que vão participar dessa sabatina, desse diálogo, dessa audiência – o Ex-Embaixador Rubens Barbosa, que é um especialista nessa área.

Se não consta, eu gostaria, quando V. Exª encaminhar o pedido de audiência, na CAE, de incluir o nome de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem. Nós vamos fazer esse requerimento. A sugestão de V. Exª é extraordinária. Precisamos também trazer ao Congresso os empreendedores brasileiros, que, na prática, estão convivendo com esse tipo de desafio; precisamos trazer o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, porque a política comercial, a diplomacia comercial é um dos elos mais importantes da política externa.

Portanto, vamos colocar em votação esse projeto. E, na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos ter a oportunidade de fazer esse debate.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Comunico a S. Exªs, os Srs. Senadores, que o prazo para apresentação de Emendas ao PLN nº 13, a Lei Orçamentária para 2015, está aberto até o dia 11 de dezembro.

Somente ontem à noite, a Comissão Mista de Orçamento concluiu a aprovação da LDO, abrindo campo para que pudéssemos aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentar as nossas emendas à Lei Orçamentária Anual. Temos um prazo até segunda-feira, às 18h. As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas e por via impressa, assinadas pelo Senador que assim o desejar. A nossa Comissão poderá fazer três emendas ao Orçamento, vinculadas, evidentemente, às questões que são o foco dos nossos debates, ou seja, política externa ou defesa nacional.

É o comunicado que fazemos aos Srs. Senadores que desejarem apresentar as emendas, para que, na terça-feira, possamos fazer uma reunião extraordinária para deliberarmos sobre essas emendas e também sobre um projeto de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que trata da construção de nova lei de imigração, que está apresentado. Na condição de Relator, na terça-feira terei toda a condição de apresentar o meu parecer para que possamos fazer nosso debate sobre a necessidade inadiável de adequarmos a nossa legislação.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente, na verdade, quero felicitar o Sr. Presidente, o nosso Relator, pela iniciativa desse Projeto de Lei que nossa Comissão acaba de aprovar.

Lembro-me de que – e V. Exª se lembra também – quando se discutiu, entre outros temas, a tributação das empresas brasileiras no exterior, essa questão foi levantada com muita ênfase na Comissão Mista que examinou a Medida Provisória – porque era só uma medida provisória, tratando desse tema. A visão do Governo, infelizmente, foi uma visão imediatista, de curtíssimo prazo; uma visão estritamente fiscal, que orientou a persistência dessa situação que, como bem o senhor lembrou, dificulta a expansão das empresas brasileiras no exterior. Aliás, em muitos casos, como é o caso da BR Food, funcionam como ponta de lança de exportações brasileiras para outros países.

Quero também, uma vez que V. Exª se referiu a isso, manifestar à Comissão uma preocupação que vem da leitura de noticiário no jornal: que o Governo estaria prestes a promover uma mudança na estrutura do Itamaraty, retirando do Ministério de Relações Exteriores o Departamento de Promoção Comercial e colocando-o no Ministério do Desenvolvimento.

Considero isso um erro. Considero um erro porque o Itamaraty tem uma longa tradição nesse assunto, o Itamaraty tem uma estrutura internacional, o Itamaraty se apresenta, os funcionários do Itamaraty, os diplomatas brasileiros se apresentam no exterior como representantes do Estado brasileiro. O Ministério do Desenvolvimento não tem, nem de longe, estrutura de trabalho semelhante. Considero que isso é um verdadeiro tiro no pé.

Então, faça essa manifestação, Sr. Presidente, pedindo a V. Exª que procure esclarecer essa situação, se isso tem fundamento ou não, e trazer esse debate para a Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos fazer isso e teremos uma excepcional oportunidade, na reabertura dos nossos trabalhos aqui na Comissão de Relações Exteriores, de conversar com o Chanceler. Aprovamos aqui uma resolução, e logo no início do ano o Chanceler deve compa-

recer a esta Comissão para fazer um balanço das suas atividades e prospectar, também, cenários com relação às metas e aos programas de trabalho que a nossa política externa estará conduzindo no ano.

De modo que concordamos com V. Ex^a. Abrir mão da capilaridade da estrutura de recursos humanos, de recursos materiais e da longa tradição que tem o Itamaraty, que são bases extraordinárias que o País tem lá fora, me parece, realmente, um equívoco. Mas vamos sondar, vamos conversar e dialogar com o Ministério, com o Governo, para entender se isso, de fato...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Até porque, Sr. Presidente, essa capilaridade foi ampliada significativamente na última década. O Governo Lula, aliás, se caracterizou por isso, tem esse mérito de ter ampliado a presença do Brasil não só em novos grupos de atuação internacional, como também abrindo novas embaixadas e consulados, principalmente na África, na Ásia e em outros continentes.

O Itamaraty, repito, ainda é a melhor massa crítica deste País. Dispõe de um pessoal absolutamente especializado, preparado, que tem tradição na diplomacia comercial brasileira. Eu lembro, por exemplo, do famoso caso Embraer-Bombardier e da atuação do Ministro Celso Amorim, na época, Embaixador junto à Organização Mundial do Comércio; do hoje Presidente da Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevedo; e da equipe que integrava aquela delegação brasileira, na época, que foi fantástica. O Brasil, diplomaticamente, usando uma expressão popular, deu um banho na diplomacia canadense e os resultados estão aí, de modo que é um absurdo...

Acho que o que o Ministério do Desenvolvimento Econômico tem que fazer é atuar, supletivamente e integradamente, com o Itamaraty, mas não substituí-lo em uma tarefa que ele não tem condições de cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há, também, o caso do algodão. Foi um extenso conflito que o nosso País viveu com os Estados Unidos e que, por coordenação, por coincidência, do Embaixador Roberto Azevedo, hoje Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, o Brasil foi vitorioso, como foi vitorioso nesse caso que V. Ex^a cita, o caso Bombardier.

Portanto, abrir mão dessa excelência, dessa experiência, dessa capilaridade poderá se transformar em um equívoco muito grande, e nós teremos oportunidade de debater esse tema em nossa Comissão.

Passamos, agora, ao segundo item da pauta, a audiência pública que tem por objetivo discutir a situação de imigração e de refúgio no Brasil, temática cada vez mais relevante para a vida nacional.

Segundo dados da Agência da ONU para Refugiados, entre 2010 e 2014, o número de novos refugiados no País cresceu a 1.255%. Hoje, o Governo brasileiro reconhece pouco mais de 7,2 mil refugiados, de 81 nacionalidades, dentre as quais os sírios representam o maior grupo, com 20% do total. Ademais, estão em análise outras 8,6 mil solicitações, das quais 7,1 mil foram protocoladas neste ano.

Esses números não incluem os nacionais haitianos que chegaram ao Brasil desde o trágico terremoto que atingiu aquele país em 2010, aos quais foram concedidos os chamados “vistos humanitários”, criados pela Resolução 97 do Conselho Nacional de Imigração em 2012. De acordo com a Polícia Federal, mais de 39 mil haitianos ingressaram no Brasil entre 2010 e 2014.

No ano passado, em missão ao Acre com os ilustres desta Comissão, tive oportunidade de ver com meus próprios olhos a grave situação humanitária provocada pelo intenso fluxo de refugiados nos Municípios de Assis Brasil, Brasileira e Epitaciolândia, região de fronteira com a Bolívia e o Peru por onde 13 mil nacionais haitianos entraram no Brasil.

Apesar dos esforços de autoridades estaduais e federais, os escassos recursos e a inadequada infraestrutura disponível para atender aquele inesperado contingente de pessoas causaram graves transtornos às populações locais. Infelizmente, a dura realidade é que a maioria dos Estados brasileiros, em especial na Região Norte, onde 25% dos pedidos de refúgio são solicitados, não dispõe de estrutura de apoio para receber esses fluxos cada vez mais intensos em nosso País.

Reza a nossa tradição de nação constituída pelo somatório de comunidades e etnias de origens diversas a tolerância para com os imigrantes – realidade que está presente, hoje, no Brasil e em diversas regiões do mundo.

Portanto, é chegada a hora de o Brasil se preparar melhor para enfrentar essa problemática que requer um esforço mais eficiente de articulação e coordenação, o qual, necessariamente, deve envolver as três instâncias governamentais.

Com efeito a liderança desse esforço cabe ao Governo Federal com a participação do Itamaraty, Ministério da Justiça, do Trabalho, da Saúde e é necessária a constituição de um novo marco legal, que também tramita aqui nesta Comissão em iniciativa do Senador Aloysio Nunes, e que na próxima 3^a feira nós esperamos relatar.

Para fazermos um debate dessa natureza é que nós estamos recebendo aqui na Comissão, eu gostaria de convidar, para que tivessem assento à Mesa, o Dr. Paulo Abrão Pires Junior, que é Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; João Guilherme Granja, Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça; Tania Bernuy, Diretora do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, e

Vivian Holzhacker, Coordenadora do Programa de Proteção do Centro de Acolhida para Refugiados – Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Em nome da Comissão, agradecemos muito a presença de V. S^{as} aqui na Comissão de Relações Exteriores, para que façamos aqui um diálogo, um debate acerca dessa conjuntura e daquilo que as Organizações Não Governamentais estão assistindo, estão acolhendo. De igual forma, vamos debater as ações que o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça está colocando de pé, visando aperfeiçoar, estruturar a melhor política nacional de imigrantes.

Para tanto, passo já a palavra ao Dr. Paulo Abrão, que poderá fazer um amplo sobrevoo e um diagnóstico a respeito dessa conjuntura. Agradeço muito a presença de V. S^a aqui na Comissão de Relações Exteriores. V. S^a tem até 20 minutos para fazer uma exposição. Em seguida, vamos compartilhar esse diálogo também com as Organizações Não Governamentais – as duas aqui presentes – que têm tido um trabalho excepcional nesse ato de solidariedade humana a semelhantes que vivem circunstâncias de profunda incerteza em suas vidas.

Dr. Paulo a palavra é de V. S^a.

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – Muito obrigado pelo convite, Senador Ricardo Ferraço.

Manifesto o nosso reconhecimento pela sua sensibilidade ao tema e agradeço muito a oportunidade de debatermos essa questão hoje que, de fato, é uma questão nacional.

Meus cumprimentos aos nobres Senadores membros da Comissão, muito especialmente ao Senador Aloysio Nunes, autor de um projeto de lei de reforma da lei migratória, que, para nós, é uma referência. Queremos já, de início, afirmar a qualidade desse projeto de lei, que, acho, pode ser para nós um texto orientador para essa reforma normativa.

Agradeço a presença dos colegas aqui.

Vou fazer uma fala mais genérica até porque eu também trouxe aqui o Diretor de Departamento Estrangeiro para que ele, como dirigente da área, possa agregar elementos de instrução e mais dados para nós.

Acho que temos duas questões relevantes e que devem ser debatidas conjuntamente, porque, de algum modo, elas se complementam. Uma é relacionada à questão migratória; a outra relacionada à questão dos refugiados. Em ambas as matérias, o Brasil tem sofrido uma elevação do número de entrada de migrantes econômicos, ao mesmo tempo em que ocorre uma elevação do número de solicitações de refúgio.

Esse fenômeno concomitante, evidentemente, é influenciado por inúmeros fatores. São questões/razões multicausais, mas que de algum modo sinalizam claramente que a cidadania global enxerga o Brasil hoje como um lugar de destino, e nós estamos voltando, portanto, a ser aquele país que historicamente se constituiu pela força da imigração. Sempre foi assim, em todo o nosso período da história, também durante a história republicana. Só houve um único momento da história em que houve mais brasileiros saindo do que estrangeiros vindo viver aqui, que foi exatamente na década de 80 e início da década de 90, 70-80, duas décadas.

Foram mais ou menos uns 20 anos em que tivemos, aí sim, um momento de regime ditatorial que, evidentemente simbolizava um fechamento do País e toda uma cultura de fechamento, até mesmo diante da ameaça da entrada do pensamento estrangeiro indesejável à luz da ideologia da época. Além disso, houve a crise fiscal, a crise econômica que vivemos, quando passamos por aquele período de afirmação da nossa capacidade de retomada de estabilidade democrática e que muitos brasileiros foram para fora.

Passado esse período, houve um equilíbrio entre entrada e saída de brasileiros e estrangeiros. Hoje, um número maior de estrangeiros entram do que brasileiros saem. Foi verificado também um fenômeno recente: os números mostram também um fenômeno de retorno de brasileiros residentes no exterior para o Brasil. Isso é também bem representado pelo volume de remessas de recursos do Brasil para outros países, também por populações estrangeiras, que é cada vez crescente. Então, essa é uma situação que está colocada e que se materializa de forma mais aguda na situação da migração haitiana, que entra hegemonicamente pela Região Norte do Brasil, mas que hoje tem entrada dissipada pelos nossos principais canais de entradas, especialmente nos aeroportos, mas ele se dá em todo o País.

Por outro lado, uma elevação de mais de 1.800% no número de solicitações de refúgio. Nós saímos de uma média de pedidos de solicitação de 500 ao ano para uma nova situação em que chegamos a mais de 1.800 pedidos. Essa elevação é muito forte.

Esses são elementos que são globais. O último Relatório de Organização Internacional de Migrações aponta que 40% dos fluxos globais hoje já se dão no eixo Sul-Sul, com especial destinação para os países em industrialização, que é o caso do Brasil e os BRICS, que também é o caso do Brasil. Então, somos duplamente afetados por essa tendência e, com isso, evidentemente temos que nos preparar para essa nova ambientação, porque ela é uma realidade que interpela o País.

O que se percebe é que, com elementos de estabilidade democrática, com elementos de estabilidade econômica, com políticas sociais, essa progressividade de conquistas institucionais que tem ocorrido ao longo

de nossa história democrática, o fato de recebermos grandes eventos internacionais como as Olimpíadas, a Copa do Mundo, a Jornada Mundial da Juventude, a Rio+20, Jogos Pan-americanos, a participação mais ativa do Brasil na política exterior e na geopolítica mundial, sinaliza para fora duas visões simbólicas que contaminam os desejos dos migrantes, das pessoas que querem exercer o seu direito humano à imigração. Por um lado, dos migrantes econômicos de que aqui é uma terra de oportunidades. Os migrantes não saem do seu país em busca de um lugar pior do que o seu país.

Então, o lado positivo é que a imagem do País lá fora, de algum modo, transmite a ideia de que aqui é uma terra de oportunidades, e cada vez mais migrantes elegem o Brasil como local de destino. E, por outro lado, há os refugiados, cuja busca primeira não é necessariamente de um novo lar que lhe dê melhores condições de vida, mas sim um local que dê capacidade de garantir segurança. Então, os refugiados também têm visto no Brasil um País que tem tido, de forma crescente, a capacidade de garantir proteção e de respeitar os seus direitos humanos.

E essa variação quantitativa é acompanhada de elementos de diversidade de nacionalidades, ou seja, também temos aqui um fluxo que majoritariamente era composto, até pouco tempo atrás, de migrantes latino-americanos, da nossa própria região vindo para o Brasil. Agora, no entanto, estamos recebendo, de forma intensificada, migrantes transcontinentais da África e da Ásia. É muito interessante analisar esse aspecto e depois discutir os motivos específicos dessa migração asiática para além desses motivos explicativos mais gerais para os quais já atentamos.

A despeito disso, a despeito de voltarmos a ser um País de migração, a despeito de termos hoje uma elevação no número de solicitações de refúgio no Brasil e isso, de fato, impacta na nossa nova realidade interna, nós não vivemos uma crise de volume.

Eu, particularmente, não acredito que nós tenhamos uma crise de volume. Comparativamente a outros países em desenvolvimento e países desenvolvidos, nós não temos nenhum 1% da nossa população composta de população estrangeira. A Argentina chega a quase 5%, que é uma realidade muito próxima a nós e os países mais desenvolvidos chegam a ter de 15% a 20% da sua população composta de população estrangeira.

Então, não podemos caracterizar esse volume migratório como uma crise de volume, mas, sim, e é preciso reconhecer, uma crise de capacidade estrutural de internalização de atendimento de integração social e que, ao meu juízo, ela está focada, aí, sim, em dois déficits: um déficit que é normativo, porque temos uma legislação muito restritiva, pois obstaculiza as ações do Estado para gerar processo de documentação e também de aceleração da integração dos imigrantes.

O exemplo mais concreto disso é o dispositivo do atual Estatuto dos Estrangeiros, que veda a documentação do imigrante dentro do território nacional. Então, que dizer, o problema está aqui dentro, diante dos nossos olhos; não vamos realizar deportação em massa. Não é da tradição do Brasil fazer isso. Acho até que, historicamente, nós sempre afirmamos uma outra perspectiva nesse sentido.

Então, esse primeiro déficit normativo tem que ser superado. Para isso, nós adotamos duas estratégias, uma primeira de verbalizar publicamente o apoio ao PLS do Senador Aloysio. Isso nós temos feito em todas as oportunidades públicas, nos debates acadêmicos que temos feito, assim como nos debates públicos. E o segundo, o de criar uma comissão de especialista, por ato do Ministro da Justiça, para que ela apresentasse, também, um projeto de lei para que a sociedade civil, essa inteligência, pudesse agregar qual é a visão dela.

A comissão de especialistas acaba de entregar esse projeto para o Ministro da Justiça, que nos devolveu a finalização desse trabalho. Ela se inspirou muito no projeto de lei do Senado. Acho que há um elemento de convergência muito forte nos dois textos. Acho que seria interessante, agora, tentar promover essa fusão, porque ela tomou como base, também, o PLS do Senador Aloysio e ela aponta para dentro uma necessidade de simplificar o Regime Geral de Vistos, que é quase esquizofrênico, porque não dá conta de novos desafios que estão colocados para nós e ao mesmo tempo coloca o dedo na ferida na questão, que aí é o segundo déficit, que não é normativo, é o déficit estrutural mesmo, da existência de uma gama de serviços públicos para atendimento aos migrantes.

É isso. O Brasil não tem estruturado um conjunto de serviços públicos para os migrantes. Não temos porque essa não era, primeiro, uma questão para nós, até pouco atrás, e a lógica do Estatuto e da norma atual é uma lógica restritiva de entrada, então, nós precisamos abordar essa capacidade do Estado em estruturar essa rede de atendimento para além da atividade que já é feita pela sociedade civil. Veja, estou falando de um déficit estrutural do Estado. As entidades da sociedade civil hoje prevalentemente realizam esse trabalho de atendimento. Porém, é preciso que o Estado dê uma resposta para isso. E mais, que isso seja acompanhado, aí sim, de um plano de migração, porque o Brasil, agora, precisa se posicionar estrategicamente em relação a isso. Afinal de contas, hoje, o principal ativo em disputa no mundo são cérebros. O Brasil não pode perder dimensão estratégica em relação a isso e fazer um plano nacional de migração.

O primeiro esboço de um plano desse também procuramos construir com participação social. O Brasil fez a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, um processo que mobilizou várias etapas locais e municipais com a participação ativa dos atores governamentais da Polícia Federal, Defensoria Pública, dos setores das áreas de assistência social, saúde, educação, mais a sociedade civil militante, que promove assistência, mais os atores do Poder Executivo. E ali se gerou um conjunto de propostas, que chamamos de um plano nacional de integração dos migrantes e que tem sido objeto de implementação gradativa.

E essa experiência inclusive de construir um plano nacional de integração dos migrantes com a participação dos próprio migrantes – ninguém melhor que eles para dizer o que precisam – hoje já é referenciada pela organização internacional dos migrantes pelo próprio Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados como uma boa prática que deve ser reproduzida por outros países do mundo.

Então, nós temos hoje uma situação de uma proposta de reforma normativa, presente no PLS, e agora agregando aí um debate da nossa massa crítica instalada na academia com projetos da Comissão de Especialistas. Esse projeto o Ministro da Justiça encaminhou para o Itamaraty e para o Ministério do Trabalho e Emprego para agregarem as suas sugestões, para ver se com isso a síntese seja um projeto de governo para poder encaminhar para o Congresso Nacional. O Itamaraty já fez as suas sugestões e, agora, nesse instante, ele está em debate no Conselho Nacional de Imigração para que se tente finalizar uma proposta consensual.

No que se refere à estruturação desses serviços, as primeiras unidades de referenciamento ao atendimento ao imigrante nós começamos a implementar a partir de uma lógica de construção de uma matriz federativa, de uma matriz de responsabilidade federativa. O Senador Ricardo Ferraço teve um papel protagonista nisso, na época em que tivemos uma entrada significativa de haitianos. Aí nós fizemos uma concentração federativa com o governo de São Paulo, com a prefeitura de São Paulo, com o Estado do Acre. Construímos uma matriz de responsabilidade. A Secretária Eloisa Arruda, do Estado de São Paulo, o Secretário Rogério Sottili, da prefeitura de São Paulo, e nós pelo Governo Federal fizemos a assinatura dessa matriz de responsabilidade, o Secretário Torres do Acre também, e ela impõe algumas obrigações.

Essa matriz de responsabilidade gerou, inclusive, um conjunto de convênios. O Governo Federal repassa recursos para essas unidades federativas para que elas iniciem a estruturação de serviços de atendimento. Então repassamos recursos para o Governo do Acre, repassamos recursos para a prefeitura de São Paulo. A Secretária Eloisa Arruda disse que não precisava, num primeiro momento, porque ela já tinha um espaço físico e ela tinha um recurso advindo de um TAC que foi feito a respeito da matéria de trabalho escravo, que ela estava aplicando na criação de uma unidade de atendimento. E recentemente a prefeitura de São Paulo inaugurou o seu centro de referência e atendimento ao imigrante com esses recursos.

Então a gente está tendo as primeiras unidades de estruturação públicas, mantidas pelo serviço público, de atendimento ao imigrante. Isso já nos ajuda a superar as dificuldades relacionadas à integração, que envolve ações – e é preciso insistir nisso – que são federativas. A questão migratória não é uma questão do Governo Federal, é uma questão federativa, até porque os migrantes entram em cada uma das unidades e vão usufruir dos serviços públicos que são de competência constitucional de cada ente federativo.

Então, cabe à União fazer a documentação, dentro do seu sistema nacional de emprego buscar a empregabilidade, fazer toda a tarefa relacionada à segurança de fronteiras, aquilo que é da sua competência. E cabe aos governos estaduais e municipais implementarem serviços de educação, de saúde, assistência social que está dentro da sua competência. É preciso manter essa lógica e, claro, tentar impedir que ocorram efeitos colaterais negativos nesse processo.

Por último, em matéria de refúgio, o Brasil sediou agora na semana passada a Conferência Cartagena+30. Nós pudemos construir um plano de ação do Brasil e uma declaração do Brasil. Acaba de ser aprovada a declaração do Brasil e o plano de ação do Brasil em matéria de refugiados. Reunimos na semana passada os 33 países que compuseram essa reunião comemorativa, a Cartagena+30. O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados esteve conosco, e nós aprovamos esses dois documentos que também poderão agora nortear matérias para o futuro.

Quais são os três pontos fundamentais desse plano de ação e dessa declaração do Brasil? Primeiro, o compromisso dos países em erradicar a apatridia. Esse é um outro problema que está colocado. Nós hoje vivemos uma lacuna jurídica sobre apátridas no Brasil. A gente precisa superar essa lacuna jurídica.

Nossa proposta é trazer a competência, para também resolver a questão dos apátridas, para o próprio Comitê Nacional para Refugiados, porque já existe um Conare, que está ali para manter refugiados. Então, já declara também os apátridas.

É uma coisa simples. Um artigo dentro do Estatuto dos Refugiados, inserindo essa competência. Seria mais simples que pensamos. É claro, um segundo artigo concedendo aquilo que os apátridas precisam. O apá-

trida não tem pátria. Do que ele está em busca? É de uma nacionalidade. Então, concedemos para ele uma nacionalidade, porque, aí sim, ele sai daquela situação de vulnerabilidade.

Nesse plano, então, o primeiro ponto central é que, nos próximos 10 anos, todos os países da América Latina e do Caribe – e foi a primeira vez que os países do Caribe vieram para construir um plano juntos, concertamos isso, semana passada, e os países vieram –, superemos essas lacunas jurídicas e as situações de apatridia.

Segundo ponto, o reconhecimento da situação dos fluxos migratórios mistos, que têm a ver com a questão dos haitianos. Pessoas que estão vindo por motivos que não são, exclusivamente, econômicos, mas também têm outras razões conjuntas, questões ambientais ou desastres. O fato de o Brasil ter tido uma atuação ativa na reconstrução no Haiti – e até hoje tem uma missão lá –, de alguma modo, também estimula a vinda deles para cá. Então, o reconhecimento de que isso não se resolve, exclusivamente, nem com a legislação de refúgio nem...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – ... com a legislação de imigração.

Finalizando, essa declaração, inclusive, apontou para todos os outros países que esse modelo que o Brasil adotou de concessão de visto humanitário é referencial, que ele tem que ser utilizado pelos outros países. Os outros países não sabiam como enquadrar os haitianos. Eles estão indo para vários lugares. Se enquadravam como refugiados ou como imigrantes...

O último ponto: essa declaração reconhece uma problemática nova, que são deslocados da América Central, dos países do Triângulo Norte, especificamente da Guatemala, Honduras e El Salvador, em virtude do crime organizado transnacional.

Com o fenômeno dos Maras, estamos percebendo um deslocamento populacional desses três países para outros países da região, em virtude dessa violência não estatal, dos grupos que estão instalados. É um grupo paramilitar, uma espécie guerrilheiro, uma organização...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – Sim; um pouco isso, o que tem feito com que muita gente saia desses três países. *A priori*, isso não afeta o Brasil, num primeiro momento, porque eles estão preferencialmente se dirigindo ao Canadá e aos Estados Unidos. Mas essa é uma primeira onda de deslocamento. Pode ser que acabe também chegando aqui para nós.

Então, são considerações gerais, Senador.

Agradeço, muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Paulo Abrão, diga-me uma coisa. Considerando que há um nível de convergência muito grande entre os estudos que o Ministério está fazendo e a proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós estamos caminhando para aprová-la aqui, nesta Comissão, na próxima terça-feira, porque temos o mesmo entendimento que os senhores têm de que a proposta é adequada, pertinente, estando em linha com as principais preocupações, alterando profundamente uma legislação que vem do tempo de exceção e voltada para uma nova realidade, com foco no ser humano e assim por diante. Assim, a intenção do Ministério da Justiça é enviar posteriormente essa proposta ao Congresso?

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – O Ministério não tem autonomia para, ele sozinho, encaminhar, porque, como é uma matéria que afeta vários Ministérios, precisamos do o.k. dos outros ministérios.

Então, o Ministério das Relações Exteriores, agora, agregou algumas sugestões, e a proposta está em discussão no Ministério do Trabalho e de Emprego. Quando essa proposta chegar do Ministério do Trabalho e Emprego, deverá haver uma última reunião interministerial para tentar consensualizar essa como uma proposta de governo.

Aí acho que temos duas alternativas no processo legislativo: ou o governo mesmo encaminha como dele, mas isso dependerá de decisões superiores, que, inclusive, extrapola a minha competência, envolvendo até o próprio Palácio do Planalto nesse sentido; ou simplesmente encaminhar aqui para a Comissão e para o Congresso, para que ele seja, portanto, considerado na proposta que já está em tramitação, como uma forma de emenda.

Não tenho como dizer qual será o caminho, porque, de fato, esse envolverá decisões superiores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A sinalização que queremos dar a V. S^{as} é que o projeto, aqui, de nossa parte, está bastante maduro e, assim, estamos ensejando ambiente para votarmos na próxima terça-feira, em caráter terminativo. Portanto, ele segue daqui para a Câmara dos Deputados. Dessa forma, ou nós podemos fazer isso, ou podemos aguardar.

Nós precisamos ver com o Senador Aloysio o que ele considera mais viável, até mesmo a possibilidade de nós ganharmos um pouco mais do prazo, para, quem sabe, convergirmos na mesma direção, considerando

o bom ambiente criado; para que as contribuições do Poder Executivo possam ser incorporadas ou não, mas, enfim, que possam ser estudadas ou debatidas na proposta defendida, desde 2013, pelo Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Veio-me à cabeça essa contribuição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer muito as referências do Secretário Paulo Abrão ao projeto que, realmente, tem sido apoiado pelo Ministério da Justiça desde a sua apresentação.

É uma demonstração de que, em matéria de direitos humanos, aqueles que professam essa religião não têm fronteiras partidárias no que diz respeito à defesa dos direitos humanos.

Agora, eu penso, meu caro Presidente, que, se aprovarmos aqui, o projeto irá para a Câmara. Como os projetos que se originam do Executivo também começam sua tramitação pela Câmara dos Deputados, penso que a Câmara seria o terreno ideal de convergência entre essas proposições. Ou sob a forma de uma proposição que seria apensada à outra, ou sob forma de emendas que seriam examinadas pelas Comissões técnicas da Câmara e depois pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. S^a fala também de problemas imigratórios, sobretudo em relação a países do Triângulo Norte.

Há uma preocupação, também, com relação a uma alteração na Constituição da República Dominicana, alterando a cidadania, segundo se comenta, de centenas de milhares, de haitianos que poderiam perder essa cidadania, e isso poderia gerar um fluxo muito forte de haitianos para a região.

Essa realidade, essa conjuntura está presente no radar de V. S^{as}? Como isso está sendo analisado no interior do Ministério da Justiça? Qual é o nível de preocupação e intensidade desse tema?

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – Senador, obrigado pela oportunidade de falar disso.

Nós estamos mantendo uma relação de proximidade muito forte com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, que, inclusive, já expressou publicamente a contrariedade em relação a essa medida que a República Dominicana tomou.

Ela, na prática, joga na situação de apátrida um conjunto de cidadãos que nasceram lá, porque eles estão retirando também a cidadania *jus solis*, e, com isso, essas pessoas estão perdendo a cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fala-se em 500 mil haitianos.

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – Alguns nasceram na República Dominicana, são filhos de dominicanos, mas têm origem migratória de haitianos; são filhos de haitianos.

Então, essa situação, hoje, está em questionamento; a comunidade internacional está muito atenta; as organizações da sociedade civil têm se mobilizado; o Alto Comissariado, a Organização Internacional dos Imigrantes. O Embaixador da República Dominicana e os seus delegados estiveram conosco durante a semana passada na Conferência Cartagena+30, onde nós pudemos dialogar; e a Corte Suprema da República Dominicana também está se debruçando sobre o tema.

Eu tenho expectativa de que isso vá receber alguma solução, porque é mesmo um pouco inimaginável que, de uma hora para outra, pessoas que nasceram em 1940 e moram lá há 70 anos percam a nacionalidade.

Mas, se isso acontecer, terá um impacto forte em toda a região, certamente. As pessoas estarão buscando algum lugar onde elas tenham garantias de cidadania mínima. Certamente é motivo de preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem,

Dr. João Guilherme Granja, Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça. A palavra é de V. S^a para incorporarmos aqui ao tema as suas preocupações em seus ofícios.

O SR. JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA – Perfeito.

Agradeço V. Ex^a; agradeço a presença dos Senadores, das pessoas aqui presentes nesta reunião de comissão.

Depois desta apresentação feita pelo Secretário Paulo Abrão, detalharei mais um pouco da nossa análise institucional, hoje em dia, sobre esse passado recente migratório, esse quadro, essa história de longo prazo, que já foi comentada pelo Secretário.

Nós viemos de um período, com a redemocratização, de gradativo crescimento, embora sutil, dos fluxos de imigrantes em direção ao Brasil. E, mais recentemente, isso se acentua e ganha visibilidade, primeiro no começo da década de 2000, com o incremento dos nossos países vizinhos, dos nossos imigrantes que já tinham também uma trajetória tradicional de se dirigir ao País.

Então, a nossa migração, além dos países de formação histórica, como da região ibérica e da América Latina, nós tínhamos intercâmbios com alguns países africanos, com alguns países asiáticos, e isso era um pouco a base demográfica da nossa população, reforçada por essa imigração do começo do século XX.

Nessa virada de século, o fenômeno da migração, dos fluxos migrantes extracontinentais, é o que evidencia a necessidade da instalação dos mais diversificados serviços públicos de matriz de assistência social, mas

focados na inclusão inicial desses imigrantes. São serviços que têm características distintas daquela rede de assistência social que, muitas vezes, nós acabamos oferecendo, no Brasil, para, por exemplo, a população em situação de rua, que é uma população que está num processo descendente, de degradação, já num processo de cidadania bastante comprometida. Ao contrário, os fluxos de imigrantes precisam de um processo inicial de adequação, quando eles começam a vida e normalmente aceleram a sua vida com padrões econômicos e padrões laborais, padrões produtivos que são muito distintos.

Foi sobre essa primeira capacidade que o Estado brasileiro começou a ter que se debruçar para desenvolver, ampliando o conhecimento sobre as populações de imigrantes vivendo no Brasil e sobre os fluxos de imigrantes que têm o Brasil como referência. Nos últimos anos, nós percebemos a necessidade de mudarmos as práticas do Estado brasileiro. Nós vimos de décadas de atuação meramente cartorial, de controle documental inicial da situação migratória, e, ainda hoje, temos uma dificuldade censitária imensa para conhecer a população de imigrantes que, por exemplo, não têm documentação migratória regularizada no País.

Essa barreira da documentação é uma categoria de trabalho que é muito cara, muito valiosa para a concepção tradicional de migração europeia e que também mostra a nossa necessidade de desenvolver uma linguagem técnica, uma linguagem de trabalho própria, o que só vai surgir também com instituições especializadas na temática migratória, o que também é uma recomendação presente no texto que encarta o Projeto de Lei nº 288, do Senador Aloysio Nunes Ferreira. É necessário que nós tenhamos um corpo especializado de profissionais que possa atuar com a temática migratória.

Essas observações foram acolhidas pela Comissão de Especialistas, composta pelo Ministro de Estado da Justiça, e orientaram os trabalhos de proposição de um desenho institucional, que chegou a termo com a apresentação que foi feita pela Comissão em agosto deste ano ao Ministério da Justiça.

Hoje nós estamos trabalhando. A adoção de qualquer nova estrutura passa por todo um rito dentro do Poder Executivo, mas é um consenso técnico de que nós precisamos superar alguns dilemas, que são, sobretudo, dilemas de fragmentação, dilemas de baixa capacidade de execução, a incapacidade de proporcionar uma estrutura de incentivo unificada para Estados e Municípios poderem se alinhar, ou seja, financiar ações especializadas, financiar a criação de *expertises* nos Estados e Municípios, para que se possa interagir com os serviços preexistentes.

A ideia da criação de serviços novos é vista com muita parcimônia. Nós devemos aproveitar... Inclusive, o princípio da não segregação é um princípio que é apresentado nessa estrutura proposta em debate, que dialoga com o PLS nº 288; e a ideia é de que nós aproveitemos ao máximo os serviços públicos para integrar migrantes. E isso demanda a integração dos atuais serviços entre si, tanto em nível federativo, quanto em termos interinstitucionais.

A ideia de que nós tínhamos de substituir a nossa moldura de direitos já estava presente nos debates que alimentaram a proposição de um outro projeto de lei, apresentado pelo próprio governo, que nós já temos como obsoleto – o Projeto de Lei nº 5655, de 2009 –, cuja tramitação permite que nós consigamos captar também as sensações que estão em debate público hoje no Congresso e na sociedade civil, e que reproduz a estrutura da atual Lei nº 6.815, que é o Estatuto dos Estrangeiros.

Hoje, a incapacidade de nós termos uma estrutura normativa que seja legível, ou seja, grande parte dos dispositivos da Lei nº 6.815 não pode ser interpretada de forma coerente com a Constituição – ela veda o acesso a garantias fundamentais por parte dos estrangeiros –, faz com que nós tenhamos que fazer uma interpretação seletiva desse Estatuto, o que, por si só, já lança essa população numa insegurança jurídica muito elevada. Então essa é uma das causas que reforça a importância do debate legislativo de aperfeiçoamento da moldura, além da vedação, como já foi citada pelo Secretário, de que haja a regularização migratória no Território Nacional.

Além disso, nós precisamos migrar para um modelo que seja construído a partir da reflexão do nosso próprio contexto nacional, das nossas próprias características regionais, que partem, primeiro, de um diagnóstico profundo sobre a situação de nossas fronteiras, da nossa situação geográfica e estrutural das fronteiras... Ser um país com quase 20 mil quilômetros de fronteiras secas nos coloca desafios, e são desafios específicos no que tange à migração e que também fazem com que nós tenhamos que desenvolver capacidade especializada, separando, autonomizando o tema migratório em relação ao tema *lato sensu* da segurança pública, fazendo com que a segurança pública se especialize no campo que lhe concerne, para aumentar a sua eficiência, e o tema da mobilidade humana se especialize também no que concerne ao tratamento, inclusão e documentação de imigrantes e controle documental nesses pontos fronteiriços.

A ideia que essa perspectiva enseja é a ideia de que nós possamos passar a contar com a capacidade de organização de dados. Hoje, nós temos dados agregados apenas para a população migrante documentada e só podemos estimar aquela população que hoje vive no Brasil sem documentos.

Um dos indicadores mais eloquentes desse *gap*, dessa lacuna, é justamente o processo de implementação do Acordo de Residência do Mercosul, que contou com a participação efetiva desta Casa na sua internalização, que garantiu que nós conseguíssemos extinguir virtualmente com a irregularidade migratória entre nacionais do Mercosul.

Entre 2007 e 2012, nós documentamos centenas e milhares de pessoas no País e, com isso, também quebramos alguns dos mitos que povoam a retórica xenofóbica na Europa, isto é, de que a movimentação migratória pode dificultar o acesso dos nacionais aos mesmos serviços públicos. Com os mercosulinos, nós, na verdade, evitamos que a população caísse em processo de precarização muito preocupante e, hoje, nós sabemos que o grande inimigo é justamente a precarização dessas pessoas imigrantes. Trabalhar com a sua inclusão rápida, transparente, sustentável e autonomizante, ou seja, que as pessoas se independentizem muito rápido é um dos princípios que deve estar presente em qualquer legislação migratória. Está explicitado no PLS nº 288 e orientou também os trabalhos da Comissão de Especialistas constituída pelo Ministro da Justiça.

Para isso, nós precisamos integrar serviços públicos que não são apenas serviços tradicionais, como educação e saúde, embora também passe por esses campos, mas, sobretudo, desenvolver uma *expertise* técnica no campo da assistência social, que permita que essas pessoas rapidamente possam adquirir capacidades linguísticas, revalidar e adaptar suas certificações profissionais e educacionais e se inserir no mercado com o *status* educacional e o *status* profissional que elas costumavam ter nos seus contextos de origem; e, com isso, também prevenir os riscos de que a nossa mão de obra se deteriore e que as condições de competitividade se deteriore em termos de direitos trabalhistas.

A ideia de que esse trabalho reúne necessariamente atividades de diferentes pontos de vista também está presente nos debates que foram tomados por esta Comissão e está refletida na proposição de que essa estrutura, de que esse operador nacional do tema migratório – a nomenclatura sugerida foi de uma autoridade nacional migratória – contassem com o apoio de uma câmara de articulação interinstitucional, que também contasse com participação social, inclusive de associações e grupos dedicados à defesa de direitos dos imigrantes, com a ideia de que nós possamos também resistir, ter freios e contrapesos na atuação estatal para que essa atuação seja dosada com transparência e com acompanhamento social pleno.

A ideia de que nós precisamos aprofundar e ter elementos de interlocução para aproveitar o conhecimento já instalado no Estado brasileiro, aproveitando as capacidades já instaladas no Sistema Nacional de Estatística, no Sistema Nacional de Assistência Social, no Sistema Nacional de Educação, no Sistema Nacional de Saúde e que a essas capacidades preexistentes se possa agregar um conhecimento especializado e a capacidade de estimular, financiar e acompanhar o desenvolvimento das ferramentas técnicas especialmente dedicadas às especificidades do público migrante também permeou a preocupação da Comissão de Especialistas. Ela está presente numa estrutura proposta que segue uma divisão de competências para ser espelho de boa parte dessas políticas sociais e para produzir *expertise*, bem como para interagir com os atuais segmentos da segurança, naquilo que concerne; da inteligência, pois é evidente que existe a necessidade de que nós tenhamos tratamento da informação migratória de forma adequada, integrada ao Sistema Brasileiro de Inteligência, de forma madura, e democraticamente referenciada; e que também possamos criar uma capacidade, que hoje depende muito dos nossos esforços de articulação com outros segmentos do Estado e da sociedade, que é a capacidade de construir cenários, para que nós possamos ter essa capacidade de antever, Senador Ferraço, por exemplo, como as consequências, as repercussões que movimentos migratórios ou que decisões estatais ou sociais tomadas em outros lugares do mundo podem afetar o nosso cenário migratório e, com isso, possamos nos preparar e nos antever dentro de um quadro em que não há solução, não há alternativa técnica de inclusão.

O desafio posto é o de que nós possamos continuar com a nossa tradição, inclusive política, partidária de que esses grandes consensos são orientados para a inclusão social e para a prestação dos direitos humanos. Nós sabemos que nós estamos passando por um período de crise estrutural econômica sem que, por exemplo, tenhamos visto hoje retóricas xenofóbicas surgirem em torno de bandeiras político-partidárias. Eu acho que a nossa missão é fazer com que o desenho institucional do Estado possa estar a serviço de políticas sociais, políticas de inclusão que autonomizem o imigrante de forma mais rápida.

Nós também mapeamos, no trabalho da Comissão de Especialistas, que medidas normativas poderiam ser tomadas em outros campos, inclusive, em debates constitucionais no sentido de aperfeiçoarmos a nossa moldura. E seria interessante acoplarmos esse conhecimento, essa pequena contribuição que já surgiu dentro do Poder Executivo sobre direções, para que nós atualizemos o nosso regime de nacionalidade, para que nós, seguindo muito a esteira do que o próprio Senado já fez no passado, na sua participação na eliminação daquela cláusula que gerava a apatridia de filhos brasileiros no exterior, possamos nos adiantar também e produzir debates que mantenham, *pari passu*, nossa disciplina de nacionalidade de forma articulada, para que nós não tenhamos prejuízo.

Cada vez mais, nós teremos famílias brasileiras com elementos plurinacionais, famílias plurinacionais vivendo no Brasil, compostas por brasileiros e não brasileiros. Cada vez mais, nós teremos núcleos familiares e comunidades brasileiras crescendo no exterior, porque esse cosmopolitismo é crescente. Nós já temos desafios, inclusive, de proporcionar, em articulação com os demais Ministérios, em especial com o Ministério das Relações Exteriores, alguma capacidade de atendimento, de cobertura e de reconhecimento de direitos aos brasileiros no exterior, o que também está incluído nesse trabalho tomado por essa Comissão de Especialistas, e que amadurece também as características da chamada migração de retorno. Aquelas famílias que retornam ao Brasil e que, muitas vezes, têm a preocupação de discutir como vão ser adaptados os seus benefícios previdenciários, as suas poupanças, o patrimônio constituído no exterior e demais garantias, direitos, bem como os passivos contratuais que, muitas vezes, elas trazem consigo quando se movem de volta ao Brasil.

A ideia é de que nós tenhamos uma institucionalidade e normatividades que cada vez sejam mais compreensivas sobre esses fenômenos extraterritoriais vai nos exigir aperfeiçoamento legislativo e aperfeiçoamento também da moldura constitucional. Hoje, existe um consenso entre os movimentos de migrantes, que acompanha as mudanças legislativas em vários países da nossa região, inclusive, que, por exemplo, já demonstram a centralidade de um nível de participação política por parte das comunidades imigrantes fixadas, radicadas no Brasil.

Hoje, se nós pensarmos na inclusão dessas populações em todos os níveis, vai facilitar os processos de inclusão social, de autonomização, e eliminar os fatores de dependência, que, muitas vezes, são fatores que são a chave das retóricas xenofóbicas nos países do Norte – e toda dependência vai ocorrer e tem que ser superada da forma mais rápida. Assim, quanto mais tempo os fatores de dependência das populações imigrantes são explicitados, são tornados evidentes pelos meios de imprensa, pelos debates públicos, maiores são os riscos de que nós tenhamos essas bandeiras se organizando, estruturando-se e atraindo a atenção social de forma negativa e prejudicial aos nossos objetivos.

Nós estamos propondo, na verdade, uma alteração substantiva de um setor que faz parte dos nossos debates mais profundos sobre soberania, sobre identidade nacional, sobre segurança, sobre multiculturalismo. É importante ressaltar que, quando nós começamos a aprofundar essa capacidade técnica, profissional, acadêmica e nos debates com a academia, com a universidade, com os diversos segmentos de trabalhadores, de patrões, de pesquisadores, do setor produtivo e com os próprios migrantes, nós percebemos que temos oportunidade, por esse grau de consciência que conseguimos criar...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA – ... de fazer avançar nossa moldura normativa para além daqueles parâmetros que hoje estão aprisionando países desenvolvidos em dilemas realmente perversos para o bem-estar das suas próprias populações, sejam elas nacionais, sejam não nacionais, nesses países. Então, é realmente um momento muito interessante.

Agradeço novamente a oportunidade dessa audiência. O papel do Senado, com certeza, é central nesse processo.

Fico à disposição para qualquer consulta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. João Guilherme.

Já está conosco aqui – eu peço desculpas – o Subprocurador-Geral da República, Dr. Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, que nós gostaríamos de convidar para que pudesse ter assento à mesa conosco.

Pedindo desculpas ao Dr. João Guilherme pela escassez de espaço físico, peço que V. S^a fique ao lado do Senador Aloysio, para que o Dr. Aurélio possa se associar conosco à mesa.

Passo a palavra à Dr^a Tânia Bernuy, Diretora do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, para sua manifestação.

A SR^a TANIA BERNUY – Bom dia a todos! Muito obrigada, primeiramente, a esta Casa pelo convite. Agradeço humildemente pelo reconhecimento do trabalho do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante. Quero saudar especialmente ao Dr. João Guilherme, que agora está passando a outro setor; ao Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; a companheira Sr^a Vivian Holzhacker – desculpe a pronúncia, não é fácil.

Bom dia a todos!

Trouxe para vocês hoje algumas apresentações de eslaides que gostaria de comentar, sobre a situação dos imigrantes no Brasil e as políticas de imigração. Primeiramente, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante é uma organização da sociedade civil que integra o movimento social pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos imigrantes e suas famílias no Brasil e no mundo. Fazemos parte

de uma organização regional – Espaço sem Fronteiras – cujo objetivo principal é articular as políticas públicas pela integração regional, principalmente em nível da união das nações sul-americanas. Essa organização trabalha em alguns eixos, que são principalmente a orientação social e jurídica especializada em questões de imigração; a comunicação e acesso à informação crítica, construtiva; formação política e cidadã para as comunidades migrantes; valorização da multiculturalidade, diversidade e promoção de atividades culturais e articulação política e trabalho em rede nacional e internacional.

Nossos principais eixos temáticos são: que nenhum ser humano é ilegal no mundo. Migrar é um direito humano. Trabalhamos por uma cidadania universal e pelo direito a voto. Nosso lema é: “aqui vivo, aqui voto”. Temos também um trabalho organizado feito sobre um manifesto da sociedade civil sobre uma urgente reforma na política migratória baseada em direitos humanos.

Trouxe para vocês hoje algumas cópias, que gostaria de distribuir para os Senadores. Peço, por favor, a sua assinatura como recebido e protocolado. O Dr. Paulo Abrão já assinou. É justamente o pedido para esta nova política migratória no Brasil. Também saúdo e peço ao Sr. Subprocurador-Geral da República, Aurélio Veiga Ruas, que por favor assine e me devolva. Cada um pode ficar com a segunda via. Muito obrigada, Dr. Paulo Abrão, por já ter assinado anteriormente.

Queria indicar aqui que há alguns princípios norteadores para essa nova lei de imigração, que são: o reconhecimento às pessoas do direito de migrar; não identificar nem considerar nenhum ser humano como ilegal, por sua condição migratória; a proteção dos direitos das pessoas em mobilidade humana; o pleno respeito aos direitos humanos das pessoas migrantes, princípio que propicia o pleno exercício da migração mediante cumprimento das obrigações assumidas nos acordos e instrumentos internacionais de direitos humanos; o princípio da cidadania universal; a livre mobilidade de todas as pessoas; e o progressivo fim da condição de estrangeiro, como elemento transformador das relações desiguais entre os países. A gente trabalha para extinguir essa palavra, para que não se distinga a pessoa como estrangeira. Somos imigrantes.

A criação de uma instituição nacional migratória autônoma, permanente e especializada, que vele pelo cumprimento e aplicação de uma nova lei migratória dos acordos regionais de integração.

Aqui, gostaria de citar que existe um consenso – o que anteriormente mencionou, inclusive, o Dr. Paulo Abrão – entre o projeto de lei do Senado e o anteprojeto do Ministério da Justiça sobre essa questão. Inclusive, está citada aqui a criação dessa autoridade migratória nacional, que viria a cuidar desse tema, e não mais a Polícia Federal, porque ela não é capacitada para isso.

Então, acho que aqui existe um grande consenso para um grande avanço para essa nova lei. É a implementação dessa estrutura que iria cuidar do cumprimento dessa lei e dos demais temas sobre integração nos âmbitos regionais.

Sobre a migração no Brasil.

O Brasil é hoje reconhecido como um país líder na América do Sul pelo seu crescimento econômico, mas também por ter desenvolvido, nesta última década, uma política exterior proativa e desenvolvimento social.

As migrações são fenômenos históricos que ganharam força nas últimas décadas. Pessoas de vários continentes estão migrando para o Brasil. Há muitos imigrantes do continente africano, principalmente nas cidades do Sul – São Paulo, Curitiba, Porto Alegre –, imigrantes vindos de países como República do Congo, Guiné-Bissau, Mali, Nigéria, Senegal, Burkina Faso. Há casos pontuais do Caribe, como o Haiti. Também há os imigrantes sul-americanos vindos da Bolívia, que continuam vindo em massa, assim como do Peru, da Argentina, do Uruguai, de todos os países.

O que aconteceu com a migração no Brasil hoje? Há mais ou menos uma década, a raiz da crise econômica na América do Norte, em 2008, tem mudado este panorama de fluxos migratórios neste continente; na Europa, a crise econômica em 2008; na Ásia, os pedidos de refúgio político, buscas de oportunidades econômicas; no Oriente Médio, guerra civil na Síria desde 2011; na África, conflito no Congo desde 2004. Então, temos aqui um panorama que aponta o Brasil como um país muito atraente para esses fluxos migratórios a partir, mais ou menos desses, anos e tem se intensificado muito.

O que o Brasil tem hoje como legislação atual? Tem o Estatuto do Estrangeiro, uma lei que considera as pessoas que migram como potenciais elementos subversivos, baseada na restrição de direitos e é marcada pela proeminência do caráter de segurança nacional, agindo em detrimento dos direitos humanos básicos das pessoas imigrantes, fazendo distinção de forma a privilegiar determinadas pessoas em função de seu nível socioeconômico.

Pelas falas anteriores que tivemos até agora, nesta manhã, existe um consenso, tanto no Senado, como na Secretaria Nacional de Justiça, pela mudança dessa lei. Então, é importante que seja totalmente extinguido esse Estatuto do Estrangeiro.

As principais dificuldades que atravessam hoje em dia.

Apesar de o Brasil, hoje, possuir alguns marcos de regularização sobre Livre Trânsito e Residência – cito aqui o Acordo do Mercosul –, ainda há algumas problemáticas nesses instrumentos, que são as situações das crianças e adolescentes não acompanhados por pai ou mãe. Para o Ministério da Justiça e Polícia Federal, não se pode regularizar a não ser que se tenha sentença judicial ou autorização por procuração, carta de poder feita em cartório no país de origem e consularização específica para trâmite migratório.

Para a Defensoria Pública da União, para onde, muitas vezes, encaminhamos esses casos, esses problemas dos imigrantes que vêm às organizações em que trabalhamos e lidamos todos os dias, a recomendação é a dispensa de um dos genitores, porque as famílias que migram para cá, muitas vezes, desconhecem o paradeiro do pai ou da mãe, que sumiu e não se sabe. Então, não se pode condicionar a criança a permanecer irregular por essa situação. Ela tem direito à educação, à escola e à saúde.

Esse assunto está também em análise na OEA, com parecer do Centro de Direitos Humanos, e uma nova lei de imigração brasileira precisa ter um posicionamento claro sobre essa situação.

Para o CDHIC, não se deve presumir o tráfico de pessoas e, com isso, negar a documentação, mas garantir a regularização da criança e seus demais direitos, como eu já mencionei, acesso à escola, principalmente, saúde, enfim... Há muitos casos em que a família não conhece o pai e a mãe, não possui mais contato ou mesmo o consulado pode declarar que não sabe o seu paradeiro. Isso não pode ser justificativa para adolescente ou criança ficar em situação irregular.

Outras dificuldades, também, existem sobre a temática do Mercosul e outras situações de regularização, como por cônjuge brasileiro, filho nascido no Brasil ou reunificação familiar, em que a entrega do documento RNE demora até dois anos. O que é entregue é um protocolo de permanência que não é, às vezes, nem reconhecido pelas instituições públicas, nem por bancos, para a abertura de contas. Ou seja, no mínimo acesso a serviços públicos, eles não conhecem o protocolo, que nada mais é que um pedacinho de papel com uma fotografia, e eles não consideram um documento de identidade hábil. Como consequência, as pessoas não têm acesso aos seus direitos básicos, fundamentais.

A emissão da carteira de trabalho é centralizada e emitida somente pelo órgão do Ministério do Trabalho e Emprego. Consequentemente, demora até mais de três meses para ser entregue ao imigrante peticionante. Essa situação da carteira de trabalho dificulta muito a vida do imigrante, da pessoa que vem morar aqui, não somente por motivos de trabalho; muitos vêm por questão de reunificação familiar, por motivos, às vezes, até turísticos, e acabam querendo ficar. Esse motivo também precisa ser contemplado: o direito à residência, e com certo tempo, para se poder buscar e achar emprego para subsistir.

Há um avanço quanto ao convênio da “bancarização” em São Paulo. O banco Caixa Econômica Federal e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, através da Coordenação de Políticas para Imigrantes de São Paulo, organizaram esse convênio para que os imigrantes possam abrir suas contas bancárias nos bancos da Caixa Econômica e Banco do Brasil, para que eles possam guardar seu dinheiro não mais em casa, mas ao abrir essa conta bancária. É um avanço, mas esse convênio ainda não foi institucionalizado, somente funciona na cidade de São Paulo, não em todas as agências. É necessário que esse convênio seja institucionalizado em nível nacional. Por quê? Porque é uma situação de necessidade; obviamente, as pessoas trabalhadoras desejam guardar seu dinheiro em um banco; é de direito.

Isto se deu devido à triste consequência da grande violência que acontece contra os imigrantes. Os trabalhadores imigrantes guardando consideráveis quantias de dinheiro dentro de suas casas. No ano passado, morreu o menino Brian, lembro muito bem, porque houve toda uma mobilização da comunidade imigrante, revoltada por causa dessa situação de muita violência contra os imigrantes. A recente Coordenação de Políticas para Imigrantes, formada no mês de julho de 2013, instituiu esse convênio para prevenir essa situação de imigrantes roubados e assaltados nas suas casas. Enfim, como falei, é necessário que isso seja institucionalizado em nível nacional.

Projeto de lei do Senado.

Como temos esse projeto de lei, que já foi comentado pelo respeitável Senador Aloysio Nunes, e que vai entrar em discussão na terça-feira, o CDHIC fez recomendações sobre algumas questões que observamos nesse projeto de lei e que precisam ser melhoradas, aprimoradas. Coloquei algumas considerações para vocês que seriam:

Art. 2º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios:

[...] XI – integração dos imigrantes documentados ou regulares no trabalho e na sociedade brasileira mediante política pública específica;

O que acontece? Ao se condicionar que apenas teriam direito a integrar-se os imigrantes documentados ou regulares, a gente está marginando as pessoas que entraram de forma irregular a uma situação de fragilidade.

Então, nós colocamos a recomendação de retirar do inciso XI desse artigo as expressões “documentados” e “regulares no trabalho e na sociedade brasileira”. Somente colocaríamos “integração dos imigrantes na sociedade brasileira mediante política pública específica”.

Também recomendamos a retirada completa do inciso VII desse artigo, do incentivo à admissão de mão de obra especializada necessária ao desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico, porque aí estaríamos condicionando que somente seriam bem-vindas e regulares as pessoas que são capacitadas, os profissionais. A grande massa de imigrantes vem para o País, muitas vezes, somente com o ensino básico e fundamental completo, mas aqui se capacita e trabalha regularmente. Então, às vezes, isso não é positivo. A gente não considera que é positivo colocar isso somente para imigrantes especializados.

A justificativa é a de que, de acordo com a Opinião Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos, toda medida que propicie um tratamento prejudicialmente distinto a pessoas ou grupos de pessoas no território de um Estado americano que estejam sujeitos à sua jurisdição é contrária ao reconhecimento de igualdade perante a lei. Um órgão do Estado que, ao interpretar sua legislação interna, afirme alguma diferença de tratamento no gozo dos direitos trabalhistas baseado na condição migratória de um trabalhador estaria fazendo uma interpretação contrária ao princípio de igualdade jurídica.

Nesse sentido, favorecer a mão de obra especializada é institucionalizar políticas de migração seletiva que acabam por reforçar as desigualdades socioeconômicas internas e externas. Distinguir entre imigrantes documentados e indocumentados para regular o acesso a políticas de integração é institucionalizar uma política discriminatória.

Então, com essa justificativa, a gente passa para a próxima proposta, referente ao art. 3º, que diz:

Art. 3º. Ao imigrante é garantida, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como assegurados:

I – direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

[...]

A proposta é a de apenas incluir nesse artigo a previsão ao direito à organização e à participação política, porque, hoje, isso está vetado no Estatuto do Estrangeiro. O imigrante não pode se organizar, não pode ter participação política ativa. Então, queremos apenas acrescentar esses itens.

A justificativa é a de que o Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Políticos de 1996 dispõe que o ideal do ser humano livre, no gozo das liberdades civis e políticas, liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado a menos que se criem as condições que permitam a cada um gozar de seus direitos civis e políticos, assim como de seus direitos econômicos, sociais e culturais.

Ainda que garantidos os direitos à reunião e à associação, ainda que o direito ao sufrágio seja regulado unicamente pela Constituição Federal, é necessário compreender a participação política de forma ampla. Nesse sentido, é necessário prever o direito à manifestação e a outras formas de expressão e de participação política.

Eu vou me apressar um pouquinho. Vejo que falta pouco.

Quanto ao art. 3º, temos também a proposta de incluir o direito à permanência na educação, porque, infelizmente, como bem já foi comentado, o sistema, o aparelho institucional do Estado não é adequado para receber o cadastramento, para ter acesso à matrícula das crianças imigrantes pelos documentos que elas trazem ou até mesmo ao protocolo. Ele não cabe, são muitos números. Então, é necessário que as crianças tenham direito à permanência na educação também, que sejam todas estudantes.

Estão aqui algumas justificativas. De acordo com a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Nesse sentido, a permanência no sistema educacional de crianças e adolescentes imigrantes necessita de políticas específicas.

É necessário abordar ainda a questão da validação de diplomas internacionais no Brasil. A validação de diplomas e documentos representa hoje um empecilho para imigrantes e brasileiros, tanto com relação à burocracia e a prazos, quanto com relação aos custos altos. Há também muitos brasileiros que foram estudar fora e que, ao chegarem aqui, enfrentaram todos esses problemas, como os imigrantes.

(Soa a campanha.)

A SRª TANIA BERNUY – Enfim, para concluir, tenho mais propostas que gostaria de encaminhar para o Senado, para serem analisadas – não sei se isso é possível –, para entrarmos em consenso quanto a essa questão, porque vemos que o anteprojeto de lei apresentado pela Secretaria Nacional de Justiça, pela Comissão de Especialistas, é positivo. Ele é norteado pelas bases e princípios de direitos humanos. Acho que, se fosse feita uma convergência de ambos os consensos, seria uma nova lei migratória muito positiva.

Toda a comunidade de imigrantes no Brasil reivindica que o Estado brasileiro ratifique a Convenção Internacional da ONU sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros de suas famílias, o reconhecimento dos direitos fundamentais e políticos – o direito ao voto e de ser votado – e uma reforma urgente na política migratória no Brasil.

Enfim, aqui há apenas uma frase: “Trazemos em nossas faces marcas de interação entre culturas. Sendo praticamente impossível determinar a fonte primária de nossos genes, somos todos iguais, todos membros de uma única família, da família humana. Todos somos imigrantes.”

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a V. S^a, Tania Bernuy.

Nós gostaríamos que, após a reunião, pudéssemos, inclusive, ter a oportunidade de uma interlocução, para que nós pudéssemos ter acesso às boas contribuições que V. S^a traz, considerando que estamos ultimando a apresentação do nosso relatório. Então, em seguida, nós estaremos conversando para receber oficialmente as emendas da entidade da qual V. S^a é diretora, para que possamos discutir o acolhimento delas.

Muito obrigado a V. S^a.

Passo a palavra a Dr^a Vivian Holzhacker.

A SR^a VIVIAN HOLZHACKER – Obrigada.

Muito bom dia, quase boa tarde! Gostaria de saudar os membros da Mesa e todos e todas aqui presentes.

Trabalho no Centro de Referência para Refugiados, da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. A Cáritas desenvolve esse trabalho há mais de 40 anos, desde a época da ditadura militar, aqui, no Brasil. A Cáritas protegeu pessoas que fugiam de perseguição política, tanto aqui no Brasil quanto em países vizinhos. Nós desenvolvemos as nossas atividades e temos quatro programas principais: de integração local; de saúde mental, porque muitos refugiados que chegam ao Brasil passaram por traumas muito grandes e desenvolvem depressão e diversas outras dificuldades. Eles são acompanhados por psicólogos e psiquiatras na Cáritas. E temos também o programa de proteção, que é o programa que eu coordeno, que seria a parte jurídica do acompanhamento do processo de solicitação de refúgio e também a tentativa de acesso a políticas públicas existentes aqui, no Brasil.

Como o Dr. Paulo Abrão mencionou, nós estamos vivendo um momento de grandes mudanças. Nós tivemos um aumento significativo no número de pessoas buscando o Brasil tanto para pedir refúgio, mas também por outros motivos, por razões econômicas ou em razão de desastres naturais, por diversos outros motivos.

Na Cáritas, em 2010, nós atendemos 310 novas pessoas. Neste ano, o número chega agora, no final do ano, a quase 4 mil pessoas. Então, realmente, é um aumento significativo. As pessoas estão buscando o Brasil por diversas razões: por ser um País que está crescendo, e eles vão ter oportunidades melhores aqui; por ser um País pacífico, que aceita todas as diferenças. Não temos problemas religiosos ou com pessoas que tenham outra orientação sexual. Por isso, muitas dessas pessoas buscam o Brasil.

Eu sou filha de refugiados. Se existisse a lei de refúgio na década de 50, meu pai teria sido refugiado aqui, no Brasil. Por parte de mãe também. Vieram para o Brasil buscando melhores condições de vida, e imagino que muitos dos senhores também sejam filhos, ou netos, ou bisnetos de imigrantes, ou de refugiados, ou e pessoas que vieram para o Brasil buscando algo. E acho que todos nós sabemos. Somos exemplos positivos de como a migração é importante para o enriquecimento da cultura, da economia aqui, no Brasil.

Então, acho que a migração é um fator muito enriquecedor e não deve ser visto unicamente como tem acontecido hoje, sob um ponto de vista negativo. A migração é vista como um problema para a segurança nacional e um desafio para os trabalhadores brasileiros, que têm medo de perder os seus empregos. É muito importante mudar esse olhar, para que a migração, de fato, seja vista como algo muito positivo, que muito contribuiu para o crescimento do Brasil.

Bom, como já foi dito aqui muitas vezes, a nossa lei atual é focada em segurança nacional e proteção do trabalhador brasileiro, o que causa muitas dificuldades às pessoas que vêm para o Brasil como refugiadas ou como migrantes por razões econômicas, por desastres ambientais. E o que acontece é que essas pessoas ficam aqui irregulares e acabam sendo vítimas de diversas formas de violência e de exploração. Nós temos diversas denúncias de trabalho escravo, tráfico de pessoas, contrabando de migrantes, tráfico de órgãos. Nós acompanhamos de perto essa situação, recebemos pessoas que fugiram dessas situações, e é por isso que nós pedimos que essas pessoas possam ser regularizadas aqui no Brasil.

Até hoje, como nós temos essa legislação retrógrada, as iniciativas que foram tomadas para a regularização são fragmentadas, são iniciativas do Conselho Nacional de Imigração, que é baseado no Ministério do Trabalho e Emprego. Há algumas iniciativas também do Conare, Conselho Nacional para Refugiados, que está baseado no Ministério da Justiça. Então, nós temos diversas iniciativas que são fragmentadas. Reconhecemos que elas são muito positivas – como até hoje nós não temos uma lei, elas são muito importantes –, mas hoje não são mais suficientes, porque as pessoas têm um acesso desigual.

Hoje nós temos políticas pontuais para problemas pontuais. Recebemos haitianos, formulamos uma política para lidar com essa questão de emergência. Então, a questão não é pensada, não é estruturada antes que isso possa acontecer.

Com os haitianos por exemplo: aqueles que chegam ao Brasil sem visto, que é a grande maioria, devem pedir refúgio. O pedido de refúgio deles é encaminhado ao CNlg, e o CNlg concede. Depois, com aval do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça – então vai e volta –, eles recebem a permanência por razões humanitárias, que foi criada por uma resolução. Então eles recebem algo que eles não pediram – eles pediram refúgio, mas eles recebem a permanência. Isso está baseado em uma resolução. Então, não existe... Possivelmente, no próximo ano, essa resolução pode deixar de existir, é totalmente instável. E é garantido só aos haitianos. Então, muitas outras pessoas de outros países que enfrentam situações muito parecidas com a dos haitianos não têm o acesso à permanência por razões humanitárias da mesma forma como é concedida aos haitianos.

Então, é um problema muito grave: nós temos políticas pontuais para problemas pontuais, as pessoas são tratadas de forma desigual e não há instabilidade porque não existe uma lei. Isso também acaba sobrecarregando os outros mecanismos. Então, nós temos uma estrutura hoje. Há o Comitê Nacional para Refugiados para lidar com solicitações de refúgio, o que acaba incluindo também outros pedidos. As pessoas pedem refúgio, mas muitas vezes elas não se consideram refugiadas, mas elas não têm outra forma de se regularizar aqui no Brasil – se não se pode entrar pela porta, é preciso entrar pela janela, a gente vai tentando outras formas, o que acaba inflando muito os mecanismos que já existem. Por isso é que destacamos a importância de ser criada uma nova lei, isso é imprescindível, que tenha essa visão da migração como um direito, que não criminalize a migração, que não preveja e que proíba a detenção por razões migratórias.

Nós temos hoje algumas situações de detenção por razões migratórias. Por exemplo, nós temos no Aeroporto de Guarulhos algumas pessoas que tentam entrar, não conseguem, têm certa dificuldade, às vezes são refugiadas, têm dificuldade para solicitar refúgio e ficam lá por algum tempo.

Há a questão também da possibilidade da regularização migratória, que hoje no Brasil, pelo Estatuto do Estrangeiro, é muito restrita. Para uma pessoa que venha para o Brasil e queira trabalhar, por diversas razões, existem pouquíssimas possibilidades de regularização aqui no Brasil: precisam se casar com um brasileiro ou ter um filho no Brasil. Portanto, eu acho que é muito importante prever outras formas de regularização.

Uma dessas formas é a previsão da permanência por razões humanitárias, que seria algo amplo. Eu acho que a lei deve prever isso, não apenas o direito, mas também um processo, um mecanismo que determine exatamente como isso vai acontecer, para que não aconteça o que tem acontecido hoje, que é inflar os mecanismos que já existem.

E também, novamente, a importância da criação de uma autoridade nacional migratória. Hoje – já foi mencionado aqui –, os dispositivos são feitos de forma fragmentada, por diversos órgãos. Muito poder está nas mãos da Polícia Federal, que é uma instituição que tem um papel extremamente importante, mas o foco é em segurança nacional. E, justamente, nós não queremos mais que a questão migratória seja vista como questão de segurança nacional. É importante também a participação da sociedade civil, das entidades da sociedade civil nesse processo, e que haja também um mecanismo de controle e de participação social em todo esse processo.

Eu concordo com a minha colega Tania: hoje, temos diversas dificuldades. Uma delas é com relação aos menores. Os migrantes que vêm para cá com o pai ou a mãe enfrentam dificuldades, assim como os refugiados. Principalmente quando chegam aqui. Existe um número cada vez maior de crianças e adolescentes refugiados que chegam desacompanhados, totalmente sozinhos, ou separados. São acompanhados por um irmão mais velho, por um tio. E, por uma definição política atual, não conseguem solicitar refúgio. Antes, precisam passar pelo processo de nomeação de um guardião, de um representante legal, o que tem demorado de seis meses a três anos, para poderem fazer o pedido de refúgio. O que acontece? Eles ficam desamparados e acabam sendo grandes vítimas de diversas formas de exploração.

Como o direito à permanência no Brasil não é prevista, como nós não temos esse direito, nós permitimos que no Brasil exista trabalho escravo e violência contra migrantes. A Tania mencionou a situação das famílias bolivianas, que não têm acesso a banco e acabam sendo vítimas de ladrões que sabem que eles guardam o dinheiro que ganham de forma tão suada embaixo de colchões. Muitos são vítimas de tráfico de pessoas também. Então, não ter uma legislação de imigração forte significa permitir que pessoas continuem sendo vítimas de diversas formas de violência no Brasil.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e o convite.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Vivian, por suas contribuições não apenas no campo teórico, mas no campo prático, e pelo esforço que a nossa Cáritas Arquidio-

cesana tem feito na dimensão real e concreta de acolher tantos cidadãos de outras regiões que buscaram o nosso País. Muito grato.

Passo a palavra, então, ao Subprocurador, Dr. Aurélio Veiga Rios, que poderá, ao fim, dar a impressão do Ministério Público Federal, muito presente e muito ativo, acerca dessa problemática.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria agradecer o convite da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, na pessoa do Senador Ricardo Ferraço, e agradecer imensamente a presença do Senador Aloysio Nunes, que tem uma história na defesa dos imigrantes, como se vê no Projeto de Lei nº 288, que tramita e que, pelo que ouvi, já está próximo do fim, pelo menos aqui no Senado, e que significa um avanço extraordinário em relação ao que temos hoje.

Em relação à ótica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão ou de qualquer órgão que atue como *ombudsman* ou uma instituição nacional de direitos humanos, que não é um órgão de Governo, mas sim um órgão de Estado, o que verificamos de forma muito aguda, Senador Ricardo Ferraço, é a dificuldade do próprio Estado brasileiro se organizar na sua relação com os imigrantes, com a lei que a gente tem aí.

E, para a nossa alegria, Tania Bernuy, do nosso Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, e Vivian, da Cáritas, que tem sido uma grande parceira, é que o Governo Federal, especialmente através da Secretaria Nacional de Justiça e do nosso querido João Guilherme Granja, que hoje está no Departamento de Estrangeiro, eles têm galhardamente descumprido a lei, a atual lei, para flexibilizar as regras hoje já existentes para que os estrangeiros possam ter uma vida melhor.

Em claro e bom português, é isso que está acontecendo. E ainda bem que é assim. Porque, se fôssemos aplicar o Estatuto do Estrangeiro nos moldes que o Presidente Figueiredo sancionou àquela época, nós teríamos hoje uma situação ainda muito mais, querida Tania Bernuy e Vivian, do que a que temos hoje. De algum modo, tanto o CNlg quanto o Conare avançam muito mais do que permite a lei.

Então, nós temos que vencer também essa contradição, porque os nossos gestores, os nossos responsáveis pela política de imigração já estão há muito tempo nesse processo de flexibilizar uma lei que, rigorosamente, foi feita sob o princípio da doutrina de segurança nacional de ver o estrangeiro como uma ameaça. E essa lei, para quem se recorda dela – ainda sou desse tempo, e o Senador Aloysio Nunes, certamente, recorda mais e melhor do que eu –, era uma resposta do governo brasileiro à presença de padres e sacerdotes subversivos que estavam aqui no País. Então, era uma resposta a D. Pedro Casaldáliga, a D. Pedro Terra, à Teologia da Libertação, que fazia também refletir sobre as ações em que a própria igreja se colocava dentro desse ponto. Então, o enfoque dela foi o enfoque da desconfiança, de tê-los sob absoluto controle. Ao mesmo tempo, era uma lei que estimulava e protegia o trabalhador brasileiro – na época, isso tinha uma importância muito maior do que hoje –, mas também punia o estrangeiro por vadiagem, caso ele não encontrasse emprego. E, ao mesmo tempo, não lhe oferecia nenhuma possibilidade.

Então, essas contradições que ainda estão dentro da lei é o que se busca corrigir com o PLS nº 288, sob a relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – *(Fora do microfone.)* – De autoria.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Da autoria, exatamente. Perdão! O relatório é do Senador Ferraço e a autoria é do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tive oportunidade de participar, neste ano, dessa Comissão de Especialistas, no âmbito do Ministério da Justiça, em que a gente pôde discutir isso. E a primeira coisa que nos pareceu óbvia, não só ao Ministério Público, mas sobretudo à Procuradoria Federal de Direito aos Cidadãos, que é esse braço civil do Ministério Público no sentido da defesa dos direitos humanos, era de que nós tínhamos que acabar com essas contradições, essas ambiguidades. Porque, de algum modo, os nossos conselhos estavam fazendo um trabalho cívico dentro da nova visão da Constituição Federal, em que ela, de algum modo *(falha na gravação)* flexibilizando a dureza da nossa atual lei em relação ao tratamento ao estrangeiro.

Mas nós não fizemos a clivagem da nossa lei de estrangeiros à luz da Constituição de 88. E a nossa Constituição Federal de 88 dá um tratamento completamente diferente, e nem podia ser diferente: ela é fruto de um processo de redemocratização, em que saíamos de um período ditatorial e em que a visão dos direitos humanos passa a ser incorporada inteiramente, tanto no art. 5º, que trata dos direitos civis e políticos, quanto no art. 7º, que trata dos direitos sociais, econômicos e culturais. E esse outro olhar do imigrante passa também a ser dado pela Constituição, especialmente no que se refere ao *status* das convenções e tratados internacionais de direitos humanos.

Quando há a emenda constitucional que passa a equiparar – dentro da doutrina, há quem ache que é um dispositivo constitucional que estabelece uma cláusula pétrea –, no mínimo, a tratar isso como uma lei complementar, isso muda a relação e o olhar do Estado brasileiro com os estrangeiros e com os imigrantes.

Eu acho que essa comissão que veio agora vem se juntar ao projeto de autoria de V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes, porque acho que, no geral, estamos de acordo com todos os pressupostos que estavam lá. E algumas coisas se avançam. Eu ouvi, com muita propriedade, a Tania Bernuy, do Centro de Direitos Humanos e Cidadania de Imigrantes, colocar as dificuldades do prazo de entrega do Registro Nacional de Estrangeiros, da questão da carteira de trabalho.

E uma das coisas – e a Vivian certamente há de concordar comigo – que verificamos no contato com os imigrantes é o excesso de burocracia, é a quantidade de gavetas pelas quais os papéis têm de passar. Para nós brasileiros, isso não é estranho. Podemos até dizer que nós todos somos sufocados por um papel, por uma burocracia brutal. Para se morar legalmente neste País, é uma dificuldade. Uma grande parte das pessoas mora ilegalmente, porque, para se ter o habite-se, para se ter a regularização do lugar, é uma loucura e é caro. Então, nós todos estamos presos numa montanha de papéis, de burocracia, de registros que começam com o nascimento e com a morte, porque até para morrer temos de ter uma certidão de óbito, senão, não há o reconhecimento formal disso. Quem pensa que estou brincando experimente viver uma situação como a questão dos desaparecidos forçados para ver a dificuldade que há para o reconhecimento do Estado do fato de que aquela pessoa morreu ou presumivelmente morreu. Tanto que, em relação às vítimas da ditadura, quase todas elas tiveram ir à Justiça para que pudesse haver um documento, uma formalidade, para que se iniciasse, inclusive, o inventário e houvesse todas as consequências jurídicas que a morte de qualquer pessoa traz. Então, nós todos somos, de algum modo, vítimas de um Estado burocrático de uma tradição cartorária e, obviamente, não íamos poupar os estrangeiros e os imigrantes dessa história. Ao contrário, nós tínhamos que, tratando com algum requinte de perversidade, fazer com que a vida dos imigrantes ainda fosse mais complicada e que esse cipoal de papéis e de burocracia se tornasse uma coisa ainda mais pesada.

Uma das coisas por que eu, particularmente, João Guilherme, batalhei muito, com o apoio do nosso querido Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão – eu quero homenagear agora não só o compromisso, mas todo o empenho que ele teve para tentar fazer com que pensássemos essa lei e mobilizássemos o Poder Executivo para isso –, é a criação de uma autoridade nacional de imigração. Eu quero falar sobre isso, porque eu acho que é uma forma para muito além de saber se isso fica no Ministério da Justiça ou no Ministério das Relações Exteriores ou no Ministério do Trabalho. Para nós, isso pouco importa. O que importa para os imigrantes é ter uma única porta de entrada e saída, que os documentos todos, não importa se é Registro Nacional de Estrangeiro ou carteira de trabalho, sejam resolvidos num Na Hora, num lugar a que você vai e resolve tudo. Essa via-crúcis burocrática pode levar dois, três, quatro, cinco anos para ser resolvida. E isso é absolutamente desumano. Só o procedimento já é, em si, um atentado aos direitos humanos. Não importa se estamos falando de imigrantes ou de um brasileiro.

Nós temos sempre tido uma tradição muito forte dentro do Congresso Nacional, não exatamente positiva, Senador Aloysio Nunes, de, sempre que pensamos uma lei, criamos mais cargos e encargos para o cidadão. Poucas são as leis que desoneram o cidadão de tanto papel e que facilitam seja o ingresso no mercado de trabalho, seja o exercício dos direitos civis sem tanta burocracia.

O que desejamos em relação aos imigrantes, em relação às pessoas que, por alguma razão, decidiram morar no Brasil, seja porque aqui seja a terra do futebol, seja porque aqui se oferecem melhores empregos, seja por conta de crescimento econômico, seja por conta de uma visão simbólica do Brasil como uma terra de oportunidades... Isso pouco importa. Todavia, a questão da mobilidade humana é um fato. De algum modo, todos nós aqui somos, em maior ou em menor extensão...

Vivian, o seu pai era um imigrante, mas a gente chega facilmente a um bisavô ou a um tataravô que veio de fora, sem nenhum grande esforço. Essa é a cara do Brasil. Este é um País de imigrantes. E o modo como a gente os trata também fala muito do País e fala muito também de como a gente está em dívida com a Constituição Federal. Quando se lê a Constituição, não em tiras, não em pedaços, mas em seu conjunto, verifica-se que ela estabelece a igualdade de direitos entre os nacionais e os imigrantes. E isso, obviamente, não se vê na prática. Também podemos dizer que o princípio da igualdade em relação aos nacionais também não é assim tão certo. Dependendo da situação social e econômica, o tratamento, certamente, é diferente. Mas não importa. Isso demonstra o modo como, aos poucos, o Brasil vai se acertando, vai se arrumando, e como as desigualdades sociais e econômicas vão diminuindo ao longo do tempo.

Mas há essa dicotomia, essa distinção brutal entre o tratamento dos nacionais e o tratamento dos imigrantes. Obviamente, para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e para o Ministério Público Federal, isso tem de acabar, não só pelo nosso desprezo pela hipocrisia, porque quem defende hoje a lei, na verdade, não está defendendo a lei nos moldes em que ela foi sancionada, mas está defendendo a lei que o Estado brasileiro e a Secretaria Nacional de Justiça têm interpretado, o que, para a nossa alegria, tem sido muito próximo da Constituição do que o respeito à expressa disposição da lei.

Também é necessário que, antes que nos digam que todos os servidores públicos têm de cumprir a lei, especialmente os agentes políticos, no caso, Deputados, Senadores, membros do Ministério Público e juízes – não seria de bom tom um Procurador da República vir aqui dizer que estamos descumprindo a lei e isso ficar sem nenhuma consequência –, digamos que a forma como nós interpretamos a lei dentro da nossa conhecida hermenêutica mostra muito como o País tem se apresentado e como ele tem afirmado direitos. Um papel importante tem sido o do Supremo Tribunal Federal na afirmação de direitos, inclusive, dos direitos dos imigrantes e, mais ainda, dos direitos civis, como se viu em relação ao caso recente da união homoafetiva, em que o próprio Supremo Tribunal Federal expressa e determina melhor o que a Constituição diz a respeito disso.

Nós precisamos, Senador Ricardo Ferraço, de uma nova Lei de Estrangeiros, não só para diminuir a distância entre intenção e gesto, mas também para substituir os paradigmas. Saímos da doutrina da segurança nacional, saímos de uma mirada preconceituosa e de desconfiança dos imigrantes para uma política em que nós reconhecemos os imigrantes como sujeitos de direitos. Que essa igualdade de direitos seja, obviamente, concretizada em gestos, em atitudes! E o que a Secretaria Nacional de Justiça tem feito vem ao encontro desse propósito, vem no mesmo sentido de amenizar o que existe dentro da lei atual, que é extremamente dura e injusta e que, na minha opinião, não se coaduna com a Constituição Federal.

Mas também, de algum modo, esse novo projeto para o qual a nossa amiga Tania Bernuy pede apoio vem ao encontro dessa confluência entre Câmara e Senado para um novo estatuto, para um novo olhar sobre o imigrante. E nisso estamos inteiramente de acordo.

Nós vamos continuar lutando para que, para as pessoas que decidirem vir morar no País – e não importa qual seja a razão –, sejam estendidos os direitos dos nacionais. Para nós interessa muito mais um olhar generoso, presumindo a boa-fé de todos os que chegam ao País, do que tratá-los com indiferença ou com desconfiança. Essa é a ideia, esse é o propósito da nossa atuação em todas as áreas, em especial na questão dos direitos dos imigrantes.

Dito isso, Senador Ricardo Ferraço, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui. Peço desculpas pelo atraso. Hoje foi nossa primeira reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que foi instituído ontem, e estamos nessa fase inicial.

Mas eu gostaria de parabenizá-los, porque esse é um tema da mais alta importância, e o Senado da República não poderia ficar ausente, como, de fato, não está. E o projeto, de autoria do Senador Aloysio Nunes, é uma prova cabal da importância que o Senado da República dá à questão dos imigrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a V. Ex^a, Dr. Aurélio, pelas contribuições.

Eu, na condição de Relator, de forma derradeira, digo que esta audiência pública coroa o nosso entendimento de que, se não estamos produzindo o texto ideal, nós estamos muito seguros de que estamos num caminho absolutamente certo com as contribuições que foram aqui asseguradas, com a visão do Ministério da Justiça, com a visão da Procuradoria-Geral, enfim, das organizações sociais não governamentais. Então, a certeza de que estamos no caminho certo e, se Deus quiser, na próxima terça-feira, nós daremos um passo seguro.

Consulto se o Senador Aloysio Nunes Ferreira, na condição de autor, deseja fazer uma síntese sobre o que debatemos aqui, o que dialogamos aqui e o que está no núcleo das preocupações de V. Ex^a quando tomou essa iniciativa, porque não sei o que é mais grave: se é o preconceito dessa legislação à época ou se foi a inércia durante todo esse período em que poderíamos, todos nós, ter feito uma adequação óbvia dessa legislação e não fizemos. Claro que antes tarde do que nunca, mas fica evidente o quanto defasados estamos na construção de um marco que possa regular, de maneira civilizada, adequada e humana, essa nossa relação com o imigrante.

Vou conceder a palavra a V. Ex^a, como autor da proposta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu que agradeço a todos aqueles que participaram desta audiência pública pela contribuição extraordinária que deram. Foi uma das melhores audiências públicas das quais eu tive oportunidade de participar aqui, no Senado, e na Comissão de Relações Exteriores.

Para aqueles que acompanham o trabalho da Comissão de Relações Exteriores, eu apenas leria o art. 2º do atual Estatuto do Estrangeiro, que diz o seguinte:

Art. 2º Na aplicação desta Lei [a lei que está em vigor] atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quer dizer, é uma lei, toda ela, erigida de defesa, quase que de desconfiança, de preconceito.

Bem, eu me lembro, meu caro Senador Ferraço, quando, há muitos anos, eu presidi a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Naquela ocasião, em 96, 97, por aí, eu pedi a um queridíssimo colega, que era Deputado à época, o Deputado Almino Affonso, que se debruçasse sobre esse tema para propor uma atualização dessa lei. Adaptação dela aos novos tempos – a Constituição é de 88, para começar. O Deputado Almino Affonso trabalhou bastante, chegou a produzir um esboço, mas havia, na época, ainda na Comissão de Justiça da Câmara, condições políticas difíceis para que esse projeto pudesse avançar, porque havia muitos colegas da época que tinham compromisso com a lei atual, porque haviam participado, de alguma forma, daquela construção jurídica, e as coisas não puderam avançar. Depois eu me afastei. Fui exercer cargos no Executivo e voltei para o Congresso agora.

Eu penso que a aprovação aqui, no Senado, a partir da votação em caráter terminativo na nossa Comissão, desse projeto de lei, propiciará o seu envio à Câmara dos Deputados, se for aprovado. E na Câmara dos Deputados podemos fazer uma conjunção de proposições contidas ou elaboradas por essa comissão de especialistas no âmbito do Ministério da Justiça que não poderiam ser objeto de iniciativa parlamentar – por exemplo, a criação da Autoridade Migratória. Pelas regras que regem a iniciativa parlamentar, só poderia ter início no Poder Executivo. Então, eu creio que a Câmara poderá ser o terreno ideal da conjunção da iniciativa parlamentar com a iniciativa governamental.

Eu gostaria de lembrar uma breve menção do Dr. João Guilherme Granja à situação política no Brasil, onde não há, felizmente, nenhum partido político orientado por uma plataforma xenofóbica, não há. Agora, não há ainda, não há ainda.

Eu fui refugiado, eu me beneficiei do Estatuto do Refugiado, vivi sob a tutela do ACNUR na França. Fui condenado aqui no Brasil e busquei refúgio na França. Naquela época, a França era conhecida como a grande terra do asilo, como o Brasil hoje é visto como terra do asilo. Era impensável naqueles anos, final dos anos 60 e início dos anos 70, o surgimento de alguma coisa como esse partido de extrema direita, o Front National, dirigido pela Marine Le Pen. No entanto, esse partido chegou a colocar um candidato no segundo turno das eleições presidenciais. Eu fui militante, quando vivi na França, do Partido Comunista Francês, e eu vejo com tristeza hoje que o Partido Comunista Francês, em sua prática, adotada determinadas posições xenófobas.

Quer dizer, a globalização, que é um fenômeno positivo no sentido de ir aos poucos unificando o gênero humano em todas as dimensões da vida das pessoas, ela gera também o efeito do ressurgimento dos nacionalismos e da xenofobia – é o que está acontecendo na Europa. Será que isso não pode acontecer no Brasil? É possível que venha a acontecer. Daí a importância de nós afirmarmos o caráter universal e suprapartidário da defesa do Brasil como terra de asilo, terra de acolhida. Daí a importância da participação em todo este processo das associações que se dedicam a esse tema.

Então, eu quero saudar todos aqueles que participaram, cumprimentá-los, agradecer-lhes as referências que fizeram ao meu projeto, que é um projeto que, na verdade, eu recolhi do diálogo com muita gente. Eu apenas fui, digamos assim, o escriba de contribuições que vieram de muitos lados.

E quando falo de refugiados eu nunca deixo de lembrar uma pessoa extraordinária que eu conheci – foi um dos grandes amigos meus –, que foi o Guilherme Lustosa da Cunha. O Guilherme da Cunha foi representante aqui no Brasil – primeiro na América do Sul e depois no Brasil – da ACNUR e foi quem sugeriu a mim, que relatava na época o novo Estatuto do Refugiado, a inclusão de um artigo que caracterizava a situação do refugiado como todo aquele que fosse vítima de perseguições massivas de violações de direitos humanos. Foi realmente algo que permitiu que a nossa legislação fosse apontada como um exemplo – claro que precisa ser atualizada sempre à luz de novas contribuições. Mas eu não poderia concluir esta minha intervenção sem lembrar essa extraordinária figura que foi Guilherme Lustosa da Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Acho que desta forma nós concluímos as nossas oitavas e os nossos debates para, finalmente, na terça-feira, apresentarmos o nosso relatório com as extraordinárias contribuições que foram alcançadas ao longo desse debate. E, embalado por isso, eu estarei também buscando esforço para que nós possamos fazer outra coisa que me parece muito importante, que é dar ao residente permanente o direito ao voto. O sujeito que vive aqui, que mora aqui, que paga imposto aqui, que se realiza aqui, como cidadão, que tem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS *(Fora do microfone.)* – Que é vítima da burocracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como nós somos. Quanto a isso, ele vai se juntar a todos nós que padecemos nesse inferno, digamos. Mas a ideia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu quero fazer um comercial. Eu tenho uma proposta de emenda à Constituição que prevê o direito do voto nas eleições municipais. Vamos começar por aí. Porque são eleições de vizinhos, eleições de quem quer participar da vida...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro. De residentes permanentes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente. Está aí parado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E não de eleições nacionais?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente. Essas coisas enroscados no Senado, como, por exemplo, a sua proposta de emenda à Constituição que agilizaria enormemente a prestação jurisdicional, no caso, na jurisdição penal, que está parado há muito tempo. Mas vamos trabalhar para que as coisas possam andar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por favor, a Tania pede a palavra.

A SRª TANIA BERNUY – Muito obrigada. O projeto de emenda à Constituição de V. Exª é muito bom, porque não condiciona a quantidade de anos que a pessoa já tem de permanência definitiva para poder votar. Ou seja, se hoje eu tenho o meu RNE permanente, amanhã posso votar. Só que fizemos a recomendação de acrescentar também para âmbito estadual e federal, porque consideramos que os direitos plenos da pessoa, para ter o exercício da sua cidadania, não se concedem pela metade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu concordo com a senhora. É só uma questão, digamos, de viabilidade política. Começar por aí. Mas concordo com a senhora, claro.

A SRª TANIA BERNUY – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço muitíssimo a presença de V. Sªs, pela contribuição, pela riqueza das experiências pessoais. Agradeço muito ao Dr. Paulo Abrão, ao Dr. João Guilherme Granja, ao Dr. Aurélio Veiga Rios, às Srªs Tania Bernuy e Vivian Holzhacker pela contribuição e presença em nossa Comissão.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2014, SEXTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e treze minutos do dia doze de dezembro de dois mil e catorze, no plenário três, sob a Presidência eventual do Senador **Jorge Viana**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente a Senadora **Vanessa Grazziotin**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião faz pronunciamento sobre o tema. Tem início a apreciação da **PAUTA: Audiência Pública** referente ao Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), orientados à ação, de natureza global e universalmente aplicáveis, capazes de servir como agente para a implementação e popularização do desenvolvimento sustentável no Sistema de Nações Unidas como um todo. Convidados: **Francisco Gaetani**, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA; **Candice Lavocat Galvão Jobim**, Vice-Presidente Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE, **Denise Hamú**, Coordenadora do Escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; **Antonio Herman Benjamin**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; **Mario Mottin**, Chefe da Coordenação-geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores – MRE; **Ben Boer**, professor da University of Sydney Law School; Deputado **Sarney Filho**; **Tomme Young**, pesquisadora e consultora internacional; **Owen McIntyre**, professor da Faculdade de Direito da University College Cork – UCC; **Carl Bruch**, pesquisador do Environmental Law Institute – Washington/DC; e **Ian Hannam**, pesquisador da Degradação do Solo, Desertificação e ODSs – Austrália. O Presidente convida o Ministro Antonio Herman Benjamin, a juíza Candice Lavocat Galvão Jobim, a Sra. Denise Hamú e o Sr. Francisco Gaetani para comporem a mesa de abertura do evento. Os convidados fazem suas considerações. A reunião é suspensa às nove horas e cinquenta e dois minutos, e reaberta às nove horas e cinquenta e cinco minutos, para iniciar a primeira mesa do Colóquio. Integram essa mesa o Ministro Antonio Herman Benjamin, o Sr. Mario Mottin e o Sr. Ben Boer. O Presidente concede a palavra aos expositores. Após as exposições, usa a palavra o Deputado Federal Sarney Filho. O Presidente concede a palavra ao Sr. Anastácio Peralta, representante da Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros – APIB. O presidente convida

para compor a segunda mesa a Sra. Tomme Young e os Srs. Owen McIntyre, Carl Bruch e Ian Hannan. O Presidente concede a palavra aos expositores. Às doze horas e quatorze minutos, assume a presidência a Senadora Vanessa Grazziotin. Após as exposições, usa a palavra a Sra. Sônia Guajajara, representante da Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros – APIB. Usam a palavra o Ministro Antonio Herman Benjamin e o Deputado Federal Sarney Filho. A Presidente faz considerações finais e agradece a presença dos expositores. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Jorge Viana**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, dou as boas-vindas a todos e todas e agradeço o privilégio de poder estar abrindo esta reunião, que é da maior importância para o nosso País e para um desafio que o mundo enfrenta.

Esta audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em cooperação com a associação dos juízes – agradeço à Dr^a Candice, que aqui representa a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) –, tem a finalidade de realização de um colóquio internacional sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, orientados à ação de natureza global e universalmente aplicáveis, capazes de servir como agente para implantação e popularização do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas como um todo.

Quero cumprimentar o Ministro do Meio Ambiente do Brasil, no exercício do cargo, Dr. Francisco Gaetani, é uma honra tê-lo aqui. Também queria cumprimentar a Dr^a Denise Hamu, Coordenadora do escritório do PNUMA no Brasil. E, de maneira muito especial, agradecer o empenho e a colaboração do Ministro Herman Benjamin, para que este evento se realizasse.

O Ministro Herman Benjamin é um dos grandes colaboradores desta Casa, do Senado Federal, especialmente em temas vinculados à sustentabilidade, à questão ambiental. Entendo, Ministro Herman Benjamin, que a possibilidade que temos de trazer esse colóquio internacional sobre os objetos do desenvolvimento sustentável para o Senado é muito adequado, como V. Ex^a, inclusive, em conversas pessoais comigo, tem passado, tendo em vista que vamos ter, muito em breve, a realização de grandes debates, em todas as Casas Legislativas, sobre o resultado desse trabalho.

Então, sem demora, queria passar, nesta abertura simbólica do nosso colóquio, a palavra aos que compõem a mesa.

Primeiro, passo a palavra ao Ministro Herman Benjamin para poder fazer a sua saudação e, em seguida, pedindo licença ao Ministro Gaetani, vamos ouvir a Dr^a Candice e depois o Ministro do Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Senador Jorge Viana, queria inicialmente agradecer a V. Ex^a pela oportunidade de nos receber hoje aqui e dizer da grande honra que sempre sinto de voltar a esta Casa.

Realço para os nossos convidados estrangeiros que esta reunião não é propriamente um colóquio, é, na verdade, uma audiência pública. *It's a hearing*. Então, por isso mesmo, tudo que é dito aqui passa a integrar os Anais do Senado Federal. Portanto, passa a fazer parte, enfim, dos rituais legislativos.

Quero, se me permite, meu caro Senador Jorge Viana, fazer alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, agradeço ao próprio Senado, que abriu as suas portas para a realização desse evento. Em segundo lugar, à Associação dos Juizes Federais, aqui representada pela Dr^a Candice Jobim, que é uma das juízas federais mais conhecidas do Brasil. Para aqueles que não conhecem a realidade judicial brasileira, o concurso de juiz federal, juntamente com o concurso para o Instituto Rio Branco, para diplomatas, são considerados os dois concursos nacionais mais difíceis do País. E a Candice, no concurso em que ingressou na magistratura federal, foi a primeira colocada. Isso diz muito não apenas por ser juíza federal, mas por, no País inteiro, ter logrado ingressar na magistratura federal como a número um.

Quero também realçar que a Associação dos Juizes Federais – e a Candice vai dizer com maior propriedade – tem um grande número de juízes que se especializaram em Direito Ambiental, são professores de Direito Ambiental, entre os quais a própria Candice, e que escrevem sobre Direito Ambiental. Portanto, sou juiz também, tenho grande orgulho da minha Associação; sou associado – a maior parte dos colegas Ministros talvez não sejam, mas eu sou associado – da Ajufe. Sinto-me, como associado, extremamente grato à Ajufe por estar promovendo este evento.

Agradeço também ao Ministro do Meio Ambiente em exercício, Francisco Gaetani, que é uma das figuras mais extraordinárias que temos na administração pública, porque tem uma carreira inteira dedicada aos temas

da sustentabilidade e da boa governança. É muito bom vê-lo como Ministro do Meio ambiente em exercício. Não há evento que organizemos no campo jurídico que não contemos com o apoio do Ministro Francisco Gaetani.

Por último, agradeço à Denise Hamu, representante ou chefe do escritório do PNUMA, do Unep, no Brasil, porque é outra dessas figuras quase que necessárias em qualquer evento jurídico que realizamos no âmbito ambiental no nosso País.

Concluo, dizendo um pouco sobre o nosso Senador Jorge Viana. Ele não gosta que eu fale, mas aqueles que estiveram em Lima recentemente – vejo aqui Alejandro Iza e Juan Carlos – sabem que um dos mais importantes eventos que ocorreu no âmbito das negociações foi o encontro dos governadores a respeito de florestas. Esse grupo de governadores que inclui, entre outros, o governador da Califórnia, de vários Estados desde a Indonésia, África, Europa, América Latina, evidentemente, é presidido pelo ex-Senador e atual Governador do Acre, que vem a ser, com o mesmo sobrenome, Tião Viana.

Tião Viana foi Vice-Presidente do Senado Federal. Para nossa alegria, na perspectiva nacional, quando ele deixa o Senado Federal para assumir o cargo de Governador no Estado do Acre, nós recebemos – aí é o inverso – o Senador Jorge Viana, que era o Governador do Acre – e foi governador durante oito anos –, para ocupar o cargo, eleito com expressiva maioria no seu Estado, para ocupar o cargo de Senador da República e, agora, de 1º Vice-Presidente do Senado Federal.

O Senador Jorge Viana, nos oito anos que foi governador, instituiu uma política denominada “florestania”. Não sei como se vai traduzir isso para o inglês, porque florestania...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tivemos de traduzir, primeiro, para o português, porque é uma palavra que nós inventamos; não existia.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Como ele está dizendo, primeiro, nós temos que traduzir para o português, porque é uma palavra que ele e a sua equipe inventaram; não está dicionarizada. Significa que, em vez de enxergar a floresta como o antagonista, como o inimigo, devemos conviver com a floresta e encontrar mecanismos de sustentabilidade na exploração da floresta.

Hoje, o Acre, que está na Amazônia e que tem um território enorme, tem quase 90% desse território ainda coberto por florestas. E isso é absolutamente extraordinário, porque, nesse mesmo período – e aí nós estamos falando de algo em torno de 12 anos –, o Estado do Acre foi, possivelmente, em termos qualitativos, aquele que mais cresceu no contexto da Federação brasileira. E a lição que nós tiramos desse *leading case* do Acre é o fato de que é possível crescer economicamente, é possível retirar as pessoas da miséria absoluta – e milhares de cidadãos do Acre estavam na miséria absoluta – sem a necessidade de destruir, de colocar abaixo a floresta tropical.

Portanto, é um redobrado orgulho, Senador Jorge Viana, contar aqui, neste evento, com a sua Presidência e com a sua presença, porque V. Exª e o Estado do Acre representam no Brasil – e, diria mesmo, no mundo – aquilo que nós gostaríamos que outras regiões cobertas por florestas, que estão perdendo essas florestas em um ritmo acelerado, pudessem utilizar como exemplo.

O Acre é exemplo para nós, e temos certeza de que pode ser um exemplo também para o Brasil. E muito disso se deve à liderança, ao descortino, ao conhecimento de V. Exª, que é também engenheiro florestal.

Embora a ideia de florestania, talvez, na perspectiva jurídica – e lamento –, não tenha nascido no âmbito Direito, nós, no âmbito do Direito, podemos aproveitar essa concepção e lhe dar um perfil jurídico, até porque acredito que é esta a lição que sai da legislação brasileira sobre proteção das florestas. É a florestania; é a possibilidade de convivência entre floresta, ser humano e gerações futuras.

Assim, agradeço a todos, sobretudo a V. Exª, à equipe da Comissão de Relações Exteriores – e vejo, lá atrás, o Dr. Alexandre, o Secretário desta Comissão, que não para –, e ao Senador Ricardo Ferraço, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e que, em decorrência de compromissos no seu Estado, o Espírito Santo, não pôde estar hoje no nosso encerramento; porém, já esteve em vários outros eventos organizados aqui mesmo nesta Comissão. Então, eu peço que o próprio Senado transmita ao Senador Ricardo Ferraço, um grande líder na perspectiva da sustentabilidade, o nosso agradecimento também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin.

Certamente, eu tenho de reafirmar aqui que não sou merecedor da generosidade que ele me presta com as suas palavras.

Muito obrigado. Para mim, é uma honra ser merecedor da confiança de V. Exª.

Eu passo, então, a palavra à Drª Candice Lavocat Galvão Jobim, que falará em nome da Ajufe, que está aqui, e possibilitou também a realização desta audiência pública para que ela possa fazer a sua saudação na abertura desta reunião. Com a palavra, V. Exª.

A SRª CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Obrigada.

Ex^{mo} Sr. Senador Jorge Viana, Presidente desta Mesa, meu conterrâneo e amigo de longa data, meu e de toda a minha família, que mudou realmente a cara do nosso Estado. Rio Branco era uma antes que os irmãos Viana assumissem o seu governo, e passou a ser outra completamente diferente depois que eles passaram a administrar o nosso Estado.

Ex^{mo} Sr. Ministro Herman Benjamin, meu ex-Professor, na Universidade do Texas, do mestrado, querido amigo que muito honra a Magistratura nacional com sua presença no Superior Tribunal de Justiça.

Gostaria de agradecer, neste momento, as palavras gentis com que ambos se referiram à minha pessoa, com bastante exagero, também, com certeza, o que se deve à amizade que nós temos também há muito tempo. Eu tenho uma admiração enorme por ambas as autoridades que eu acabei de citar.

Ex^{mo} Sr. Ministro em exercício Francisco Gaetani, Ex^{ma} Srª Denise Hamu, Coordenadora do Escritório do PNUMA no Brasil, é com imensa alegria e satisfação que a Associação dos Juizes Federais do Brasil realiza, em cooperação com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, esse colóquio internacional sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, tema de suma importância para a sociedade brasileira e internacional.

Como todos sabem, em junho de 2012, no 20º Aniversário da Eco 92, o Brasil foi o anfitrião da Rio+20, onde se renovou o compromisso da comunidade internacional com o desenvolvimento sustentável. Agora o Brasil precisa manter esse protagonismo no sentido de implementar os objetivos do desenvolvimento sustentável mediante a elaboração de um marco legislativo adequado e mediante sua aplicação efetiva nos casos concretos, ações essas que cabem, respectivamente, a este Congresso Nacional e à Magistratura brasileira.

Por isso a união, neste momento, dessas duas entidades diretamente relacionadas à implementação dessas ações que possuem hoje o desafio de criar uma rede de soluções, encontrando um caminho em conjunto para uma solução que consiga equilibrar os interesses e necessidades de três importantes esferas: a esfera econômica, ambiental e social.

O que podemos afirmar aqui hoje é que esse tema é caro à Magistratura brasileira, que se empenhará para que os objetivos do desenvolvimento sustentável passem de um mero acordo de intenções para a sua efetiva implementação.

Deus permita que as ações legislativas e judiciais relativas aos objetivos do desenvolvimento sustentável redundem efetivamente em uma melhoria das condições de vida da população global e do Brasil, que este colóquio, que envolve palestrantes dos mais conceituados na área de desenvolvimento sustentável de diversos países, entre eles, não posso deixar de citar aqui novamente, o meu ex-Professor do curso de mestrado na Universidade do Texas, Ministro Herman Benjamin, gere frutos e resultados concretos.

Desejo a todos uma excelente manhã de trabalho e de estudos!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço as palavras da Drª Candice Lavocat. Quero dizer que, na verdade, ela orgulha a todos nós do Acre. Temos uma relação familiar de muito tempo, e de admiração. Ela é uma profissional que certamente orgulha a Magistratura brasileira, mas também a todos nós do Acre, porque não é fácil para alguém sair do Acre, independente até mesmo da condição familiar e, em tão pouco tempo, alcançar as vitórias que a que a Drª Candice já alcançou.

Eu passo, então, a palavra à Drª Denise Hamu, Coordenadora do Escritório do PNUMA no Brasil, para que possa também fazer suas considerações na abertura desta audiência pública.

A SRª DENISE HAMU – Bom dia a todos e a todas. Muito obrigada, Ex^{mo} Sr. Senador Jorge Viana, nosso amigo da área ambiental, um porta-voz importante, principalmente aqui nesta Casa, sobre todos esses aspectos e discussões fundamentais que temos tido sobretudo no âmbito do desenvolvimento sustentável aqui no Brasil.

Ao nosso querido Ministro Herman Benjamin, também outro colega inspirador, líder, mentor de uma série de ações que a gente vem desenvolvendo não apenas no Brasil, mas no exterior, principalmente na Comissão de Direito Ambiental da IUCN, em que ele é *chair*, nosso coordenador global.

E o nosso querido Ministro interino, querido amigo, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani.

Além da nossa colega, Drª Candice, que compõe a mesa.

Gostaria de comentar rapidamente, por pertencer ao sistema das Nações Unidas, a relevância deste encontro, esta audiência pública tem para nós que trabalhamos aqui no Brasil. Por várias razões. Primeiro, porque a pauta é fundamental, nós temos tido – acho que nós todos que estamos aqui – o privilégio e a obrigação de contribuirmos para este momento tão fundamental na história da humanidade. E nós estamos tendo esse momento de agenda pré-2015, como assim chamamos, esse conjunto de ações que endereçará todas as questões da sustentabilidade do Planeta.

Então, nós estamos aqui às vésperas do ano de 2015, reunidos para que possamos mais uma vez discutir um pouco quais são os objetivos do desenvolvimento sustentável e o que eles podem representar para o Brasil. Do ponto de vista das Nações Unidas, nós estamos à disposição para agregar valor a essa discussão, para também nos preparar para essa discussão. Discussão essa que não se resume apenas aos objetivos do desenvolvimento sustentável, mas também aos processos e a um novo arranjo, desenho, arquitetura para o financiamento do desenvolvimento sustentável, do qual o nosso Secretário Executivo do MMA participou como membro de uma comissão que norteou esses trabalhos. E nós teremos também, no ano que vem, daqui a um ano, a Conferência das Nações Unidas, em Paris, sobre mudanças climáticas, que espero culmine com um ano muito importante para gente.

Nós temos, na verdade, esses três grandes processos em andamento. Adis Abeba, que vai discutir a questão do financiamento. O *summit* em Nova York, que vai adotar os objetivos de desenvolvimento sustentável. E, por fim, a Conferência do Clima, em Paris, que esperamos nos aponte uma direção de um acordo global que possa realmente propiciar que a gente veja um futuro muito mais sustentável diante de nós.

Nesse processo todo – eu não sei se os senhores estão acompanhando, imagino e tenho certeza de que alguns estão –, no último dia 4, o nosso Secretário-Geral, Ban Ki-moon, divulgou um documento chamado *The Road to Dignity by 2030*, ou seja “O caminho para a dignidade”, um documento que está ainda no seu formato rascunho, que será divulgado até o dia 31 de dezembro próximo. Nesse documento, ele contribui para as discussões desses três âmbitos. Ele não substitui os objetivos de desenvolvimento sustentável que estão aí colocados e sobre os quais tenho certeza de que o nosso Itamaraty vai discorrer. E também não vai, obviamente, substituir as discussões dos Estados-membros. Esse documento procurar trazer um pouco mais de elementos para que possa inspirar também não apenas os processos em andamento, mas principalmente aqueles internos ao sistema uno, porque sabemos também que existem fragmentações, modelos de gestão, que não estão adequados a essas novas ambições que temos no plano global.

Então, gostaria de pontuar a importância de vocês também terem acesso e darem uma lida nesse documento, porque acredito que ele possa vir a ser um documento agregador de valor a esse processo.

Gostaria de colocar o Programa das Nações Unidas à disposição. Temos todo o interesse e compromisso em avançar essas discussões no plano global e no escritório aqui no plano nacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigada à Dr^a Denise Hamu. Ela, como os que compõem a mesa, não tem causa, a causa que a tem. A causa ambiental é parte da sua vida. Felizmente, temos figuras públicas como a senhora, ajudando-nos a lidar com essa causa tão desafiadora e importante para todos.

Deixei, por último, para que possa, inclusive, encerrar esta abertura, o nosso Ministro do Meio Ambiente em exercício, Dr. Francisco Gaetani, um respeitável militante e gestor público dessa área, que nos dá a honra de sua presença nesta audiência pública.

Passo a palavra a V. Ex^a, Sr. Ministro Francisco Gaetani.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Obrigado, Senador. Queria, primeiro, saudar a todos aqui presentes, em especial os meus companheiros de mesa – a Dr^a Candice, a Dr^a Denise, o Ministro Benjamin e o Senador Jorge Viana – e dizer que é uma honra muito grande para mim estar aqui representando a Ministra Izabella Teixeira.

É difícil dizer para quem trabalha nessa área o que significa compartilhar um plenário deste, uma discussão como esta, com outras pessoas aqui presentes. Quando se discute mudança, o Brasil parece ter áreas condenadas a não mudar, como se fosse um destino, e a trajetória do que aconteceu no Acre mostra que os milagres acontecem e as coisas mudam. Estar à mesa com o Senador Jorge Viana, um dos protagonistas desse processo, é motivo de muita alegria e satisfação, assim como a presença aqui do Ministro Herman Benjamin.

Discutimos muito hoje, no Executivo, o problema da judicialização das políticas públicas em geral como um problema. Se estamos vivendo um processo de judicialização das políticas públicas, de altos custos de transação das mesmas, é porque não está havendo um diálogo adequado e apropriado com o mundo do Direito.

Quando convivemos com o Ministro Herman Benjamin, percebemos que, no mundo do Direito, há pessoas, fazendo um esforço muito grande para estabelecer pontes na direção da sociedade, na direção dos governos, na direção do mundo, para que a justiça se faça e que as políticas públicas possam ser implementadas de forma confortável, sem incerteza jurídica, com foco nos seus objetivos principais relacionados à justiça, igualdade e espírito republicano.

Queria dizer também que trabalhei no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e acredito que o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) é uma instituição condenada a crescer e ganhar importância, facilitando e potencializando o nosso diálogo com o mundo.

O Brasil não é mais uma grande ilha no Atlântico Sul, de costas para os seus vizinhos latino-americanos, isolado do que se passa no mundo. Vivemos, hoje, num mundo conectado, em que todos acompanham o que todos estão fazendo, e a presença do PNUMA aqui é um desses portais, mostrando que temos muito com o que interagir e o que conversar com o mundo aí fora.

No Brasil, existem duas áreas em que o nosso País é um *global player* indiscutível: agricultura e meio ambiente. E, na área de meio ambiente, há um paradoxo. É muito comum encontrarmos junto a atores internacionais uma compreensão do que significa o Brasil ser G1, maior do que na própria sociedade brasileira.

Então, a participação do PNUMA nesse diálogo, nesse processo, é vital para que a gente catalize esse diálogo e intensifique a nossa interação com outros parceiros internacionais.

Queria dizer umas poucas palavras, para que possam enriquecer o debate que virá depois, em relação aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Em primeiro lugar, quero saudar essa iniciativa pelo caráter antecipatório dela.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio demoraram um certo tempo para engrenar aqui no Brasil. Foi no final do primeiro mandato do Presidente Lula, quando ele abraçou este debate, até alavancado pelos resultados que o Brasil vinha alcançando em relação ao Objetivo nº 1, que era o combate à pobreza, que essa discussão ganhou corpo e que a sociedade foi se dando conta da importância de trabalhar um conjunto de indicadores, de objetivos, de metas, para que ela dialogue consigo mesma e com o mundo. E os ODM acabaram organizando muito da pauta de desenvolvimento do Governo, particularmente no final da presidência de Lula e do início da Presidente Dilma Rousseff.

Esses 12 anos de governo que se encerram, agora, em dezembro, dessa presidência de um mesmo grupo político, os ODM farão parte dessa plataforma de governo e o Governo passou a ter uma preocupação muito grande em relação a como o País vinha evoluindo em relação a esses indicadores.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável têm uma natureza diferente, eles são um grupo mais abrangente de objetivos, são para todos – ao contrário dos ODM, que eram muito orientados para os países do Sul, os países pobres e emergentes – e existe uma discussão mais rica, mais densa do que é o desenvolvimento, hoje, no mundo.

Como foi mencionado pela Denise, pelo Senador, pelo nosso juiz, quando se fala em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nós temos que trabalhar perspectiva mais integrada do que é, hoje, produzir riqueza. No Brasil, o Governo tem pautado muito a ênfase na questão do desenvolvimento sustentável e com uma dimensão de inclusão social forte. Por quê? Porque é possível ter crescimento com desigualdade, porque é possível ter crescimento com exclusão, e não é isso que o País persegue. Nós buscamos um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável. E essa posição em que o Itamaraty tem sido um dos maiores protagonistas internacionais na sua defesa é muito importante que se debata no Brasil.

Nós não queremos crescer a qualquer custo, nós não queremos crescer com práticas predatórias, nós não queremos crescer com aprofundamento das desigualdades sociais. Nós queremos crescer com inclusão e dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O Senador Jorge Viana, melhor do que ninguém, sabe a dificuldade que é se promover o crescimento com respeito aos recursos naturais em escala e de forma a incluir. Nós vivemos uma situação na Amazônia, por exemplo, onde, a despeito das taxas de desmatamento serem as mais baixas da história – nos últimos quatro anos, nós tivemos os indicadores mais baixos de expansão de desmatamento –, nós ainda não conseguimos desenvolver um modelo em escala industrial de exploração de madeira sustentável, certificada. É um dos desafios do País. Nós não podemos pensar que vamos sustentar a preservação da Amazônia com base em instrumentos de comando e controle apenas. Nós precisamos produzir riquezas de forma inclusiva e sustentável. É um dos desafios do País, como temos no Nordeste outros desafios, como nós temos no Cerrado outros desafios, mas que precisamos construir soluções.

A discussão dos ODS permite ao País sistematizar de forma estruturada todo esse debate. Pelo menos seis desses objetivos são explicitamente corte ambiental, envolve oceanos, envolve florestas, envolve clima, envolve água, envolve produção e consumo – uma das decisões são os padrões de condição de produção e consumo, que foi uma das principais decisões da Rio+20. Precisamos rediscutir isso, ver se vamos ser uma sociedade da frugalidade, uma sociedade do desperdício.

Enfim, nós temos aí uma grande oportunidade de rever, sob essas lentes, um modelo de desenvolvimento do País. E estamos começando essa discussão antes de ela ser formalmente deflagrada no âmbito das Nações Unidas.

Isso significa que o País também tem aprendido com a sua experiência histórica. Nós tivemos uma experiência importante com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, agora, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, vamos trabalhar com uma perspectiva mais integradora, mais articuladora, e fazer

dessa plataforma a oportunidade para que a gente possa monitorar, implementar as nossas políticas de uma forma mais adequada.

Como a Dr^a Denise mencionou, eu tive oportunidade de participar no grupo das Nações Unidas, um grupo de especialistas, que eu diria que é o grupo mais sombrio, que discute o financiamento disso, como vamos financiar o alcance e a perseguição desses objetivos. É uma questão importante para o Brasil discutir. Por quê? Porque, do ponto de vista do mundo, nós não somos mais um país elegível para receber doações internacionais.

O Brasil graduou-se como um país de renda média. Então, nós não somos um País que pode contar com ajuda financeira internacional para doações, para ajudar o País a enfrentar uma série de desafios. Nós precisamos contar conosco mesmo. Isso significa basicamente duas coisas. A primeira, nós precisamos fazer melhor uso dos nossos recursos, precisamos buscar eficiência, qualidade do gasto, ver como gerenciamos melhor os nossos recursos públicos e enfrentar os desafios da produtividade. Segundo, precisamos encontrar formas de trazer uma maior participação do capital privado para os desafios do desenvolvimento: investimentos na base da pirâmide, parcerias público-privadas, concessões, privatizações mediante mecanismos regulatórios adequados. Quer dizer, nós precisamos abrir um diálogo em que o setor público e o setor privado possam construir juntos uma forma de trabalhar esses desafios de modo a promover crescimento e inclusão.

Essa é uma discussão muito importante para nós em todas as políticas públicas. Vários problemas do País, hoje, não vão ser resolvidos com mais recursos apenas. Envolvem mais recursos muito bem gastos.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável proporcionam uma plataforma de metas e de indicadores que dá condições de evoluirmos no monitoramento e no acompanhamento da qualidade e da implementação dessas políticas.

Queria desejar a todos que vão participar deste colóquio um bom trabalho. Nós do Ministério temos uma preocupação muito grande em acompanhar essas discussões. Coincidentemente, na semana passada, começamos essa conversa no Rio de Janeiro, com alguns parceiros. Segunda-feira vamos abrir esse diálogo, agora de forma mais especializada, com as agências das Nações Unidas. Na sequência, vamos trabalhar essa discussão com as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. Numa terceira rodada, vamos fazer discussão com o setor produtivo, com o setor empresarial e intragoverno.

A gente brinca que o final do ano, o verão, é uma época boa, porque todo mundo está distraído, então dá para trabalhar com mais sossego. E nós estamos procurando aproveitar essa oportunidade para fazer avançar essa discussão *pari passu* com o que se passa no debate global.

Muito obrigado. Bom trabalho para todos. Sucesso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento o Ministro Francisco Gaetani e, ao mesmo tempo, agradeço pela sua tranquilidade, que é só dele, e pelo conhecimento também, singular, com que ele traduz um tema tão complexo como esse em um momento tão desafiador que a humanidade enfrenta. A sua vinda aqui é da maior importância, está nos Anais da Casa, como diz o Ministro Herman Benjamin. Uma parte desta sessão é ao vivo, outra parte não, mas ela será repetida tanto na Rádio quanto na TV Senado e, certamente, ela cumpre um papel muito importante no Parlamento brasileiro, já que, breve, teremos que estabelecer normativas legais, com base nesse trabalho que o mundo inteiro busca concluir.

Eu preciso, então, agradecer e encerrar esta abertura, suspendendo a sessão por cinco minutos para, em seguida, se possa dar início à audiência, ouvindo e montando a primeira mesa de debates.

Muito obrigado a todos que nos ajudaram nessa abertura.

Por cinco minutos, suspendemos a sessão.

(*Suspensa às 9 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 55 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vamos dar início, então, ao primeiro painel, cujo tema é “Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental”.

Já tenho ao meu lado o Ministro Herman Benjamin (Ministro do STJ), que será um dos palestrantes; o Sr. Mario Mottin (Chefe da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável, do Ministério de Relações Exteriores), que também já está aqui conosco.

Eu convido o Prof. Ben Boer (Professor da University of Sydney Law School, Austrália; e Wuhan University, China) para nos dar a honra de sua participação aqui na Mesa.

Mais uma vez, agradeço a todos que ajudaram: a Ajufe, o Ministro Herman Benjamin. Cumprimento a todos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, à equipe e ao próprio Presidente, Senador Ricardo Ferraço, por nos possibilitar fazer esta audiência pública e termos aqui este encontro.

Antes de passar a palavra, Ministro Herman, eu queria fazer um pequeno comentário. Por coincidência, estou começando a ler um livro, e a dimensão do que nós estamos debatendo aqui é planetária. No fundo, nós estamos discutindo a vida no Planeta. O livro é de Fritjof Capra, *A Visão Sistêmica da Vida*, lançado no Brasil

nesta semana. Eu tive a oportunidade de participar de um debate com Capra em São Paulo, e ele me dedicou o livro. Nesse início de leitura, deparei-me com algumas coisas que poderiam servir para uma breve colocação, antes de passar a palavra aos palestrantes, já que estou na condição de presidir este painel.

No seu prefácio, diz Fritjof Capra:

À medida que o século XXI se desdobra, torna-se cada vez mais evidente que os principais problemas do nosso tempo – energia, meio ambiente, mudança climática, segurança alimentar e financeira – não podem ser compreendidos isoladamente. São problemas sistêmicos e isso significa que todos eles estão interconectados e são interdependentes. Em última análise, esses problemas precisam ser considerados como facetas diferentes de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria das pessoas em nossa sociedade moderna, em especial nossas grandes instituições sociais, apoia os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção inadequada da realidade para lidar com o nosso mundo superpovoado e globalmente interconectado.

Eu penso que é uma leitura bem adequada.

E ele vai mais adiante:

Há soluções para os principais problemas do nosso tempo, algumas delas são até mesmo simples, no entanto exigem uma mudança radical em nossas percepções, em nosso pensamento, em nossos valores. Na verdade, estamos agora no princípio dessa mudança fundamental de visão de mundo na ciência e na sociedade, uma mudança de paradigma que precisa ser radical.

Ele diz aqui:

Infelizmente essa compreensão ainda não despontou na maior parte dos nossos líderes políticos, que são incapazes de ligar os pontos, para usar uma expressão popular. Eles não conseguem reconhecer como todos os principais problemas do nosso tempo estão inter-relacionados. Além disso, eles se recusam a reconhecer como as suas chamadas soluções afetam as gerações futuras.

E mais um pouquinho:

Do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são as soluções sustentáveis, como discutimos aqui, neste livro. Uma sociedade sustentável precisa ser planejada de maneira tal que seu modo de vida, suas atividades comerciais, sua economia, sua estrutura física e sua tecnologia não interfiram na capacidade inerente da natureza para sustentar a vida.

Eu penso que isso traz exatamente os fundamentos daquilo que os Objetivos do Milênio buscam, que é um mundo que possa ser sustentável, que concilie.

Ainda não chegou o Prof. Ben. Se o Ministro Herman e também o Mário permitissem, eu achei isso tão interessante que talvez.... Se eu conseguisse, eu queria fazer a leitura de um trecho que eu também identifiquei, para constar dos Anais. Se nós estamos falando de vida, da vida sistêmica no Planeta, tem um capítulo sobre a aventura humana.

Aqui ele descreve que o mapeamento do desdobramento da vida na Terra gira em torno de 4,5 bilhões de anos:

Podemos distinguir três grandes eras na evolução da vida na Terra, cada uma delas se estende ao longo de um ou dois bilhões de anos e cada uma contendo várias fases distintas de evolução.

A primeira era pré-biótica, na qual foram estabelecidas as condições necessárias para a emergência da vida e das principais protocélulas. Essa era durou um bilhão de anos e se estendeu desde a formação da Terra até a criação das primeiras células, no início da vida, por volta de 3,5 bilhões de anos atrás.

A segunda era estende-se ao longo de todo um período de dois bilhões de anos. É a idade do microcosmos, na qual as bactérias e outros micro-organismos inventaram os processos básicos da vida e estabeleceram os ciclos de feedback globais para a autorregulação do sistema de Gaia.

Há cerca de 1,5 bilhão de anos, grande parte da superfície da atmosfera da Terra moderna se estabeleceu.

Ele descreve. E aqui eu queria fazer uma leitura e concluir com isso:

Para demonstrar o quão tardiamente a espécie humana chegou ao Planeta, o ambientalista californiano David Brower (1995) elaborou uma narrativa muito engenhosa, comprimindo a idade da Terra nos seis dias da história bíblica da criação.

Então, é uma leitura bem rápida, para, então, comprimir toda essa criação de bilhões de anos nos seis dias da história bíblica da criação.

No cenário de Brower, a Terra é criada no domingo à meia-noite; essa história segue até o sábado.

A Terra é criada no domingo à noite. A vida, sob a forma das primeiras células bacterianas aparece na terça-feira de manhã, por volta das 8 horas. Durante os próximos dois dias e meio, o microcosmo evolui e na quinta-feira à meia-noite, está totalmente estabelecido, regulando todo o sistema planetário. Na sexta-feira,

em torno das 4 horas da tarde, os microcosmos inventam a reprodução sexual e, no sábado, o último dia da criação, todas as formas visíveis de vida evoluem.

Por volta de 1h30 da madrugada no sábado, os primeiros animais marinhos são formados e, cerca das 9h30 da manhã, as primeiras plantas surgem em terra firme, seguidas, duas horas depois, pelos anfíbios e insetos. Aos dez minutos para as 5 horas da tarde, aparecem os grandes répteis, que passam a vagar pela terra em luxuriantes florestas tropicais. Eles fazem isso durante cinco horas ao fim das quais morrem todos. Subitamente, por volta das 9h30 da noite, horário em que eles aparecem, nesse meio tempo, os mamíferos chegam à Terra, por volta das 5h30 da tarde, e os pássaros, um pouco mais tarde, por volta das 7h15 da noite.

Pouco antes das 10 horas da noite, alguns mamíferos tropicais que vivem em árvores evoluem dando origem aos primeiros primatas; uma hora mais tarde, alguns deles evoluem em macacos e por volta das 11h40 da noite, bem já no fim da criação, os grandes macacos aparecem. Oito minutos antes da meia-noite, os primeiros macacos do sul se levantam e passam a caminhar sobre as duas pernas. Cinco minutos mais tarde, desaparecem novamente. A primeira espécie humana, o *Homo Habilis*, surge quatro minutos antes da meia-noite, evolui no *Homo Erectus* meio minuto mais tarde e, nas formas arcaicas do *Homo Sapiens*, trinta segundos antes da meia-noite. Os Neandertais comandam a Europa e a Ásia de quinze a quatro segundos antes da meia-noite. Finalmente, a espécie humana moderna aparece na África e na Ásia onze segundos antes da meia-noite, e na Europa, cinco segundos antes da meia-noite. A história humana escrita começa por volta de dois terços de segundo antes da meia-noite.

Essa é uma história que deve nos levar a uma boa reflexão.

Eu estava, em setembro, no encontro das Nações Unidas para discutir clima – pela primeira vez, fez uma conferência com todos os chefes de Estados para discutir um tema só, a mudança do clima no Planeta –, ouvi a fala da Presidenta Dilma e a fala do Presidente Obama, em que ele falou que esta geração da humanidade é a primeira a sentir os efeitos da mudança do clima e a última que pode fazer alguma coisa.

Com essa frase, reproduzindo essa frase do Presidente Obama, passo então a palavra para que possamos ter o início deste painel.

Primeiro, falará o Dr. Mario Mottin, chefe da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Com a palavra, V. S^a.

O SR. MARIO MOTTIN – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas; ao Ministro. É realmente uma honra estar aqui, sentar à mesa com o Senador Jorge Viana e com o Ministro Herman Benjamin, em representação ao Embaixador Marcondes de Carvalho, que é o Secretário de Meio Ambiente e Energia do Itamaraty, que tem levado, no plano internacional, essas discussões sobre a Agenda Pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Acho interessante que o Senador nos trouxe essa reflexão, com a metáfora do David Brown sobre a Criação. Se não me engano, David Brown é filho do conhecido pesquisador – conhecido e reconhecido – Lester Brown, que também dialoga com essa metáfora, usando outra metáfora. Ele diz que hoje nós vivemos a “antropocena”, que é o momento da história do Planeta em que uma espécie apenas, o ser humano, é capaz de decidir e definir os destinos do Planeta. E ele faz essa referência exatamente por ser uma publicação sobre o tema da mudança do clima.

Então, Senador, acho que foi “na mosca” a sua referência.

Para começarmos a nos aproximar da discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acho que há um ponto que tem que ficar claro: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam a pedra de toque entre dois megaprocessos internacionais que vêm acontecendo há décadas dentro das Nações Unidas.

O primeiro deles é o processo do desenvolvimento humano que ficou muito evidente, nos anos 90, com as grandes conferências internacionais que as Nações Unidas promoveram na área de direitos humanos, e cujo momento ápice foi a Declaração do Milênio, com o lançamento dos ODM, os Objetivos do Milênio. Esse megaprocessos, com foco no desenvolvimento humano.

O outro processo que falo é um processo que para nós, para o Brasil, é muito conhecido, que é o das grandes conferências ambientais internacionais que tratam de desenvolvimento e meio ambiente. O Brasil teve o privilégio de ser sede e protagonista de dois momentos importantes dessas conferências, que foram a Rio 92 e a Rio+20.

Por que eu digo que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a pedra de toque entre esses dois processos? Porque, se, de um lado, nos ODM, se criou um exercício de planejamento muito condensado, voltado para a ação, para se conseguir avançar em áreas básicas, como a erradicação da pobreza, melhorias nas condições de saúde e educação, de outro lado, nessa discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, nós temos aí, reconhecidamente, um déficit histórico. Se, em três décadas, nós avançamos grandemente em

um conceito de desenvolvimento integrado, como vinha mencionando antes o Ministro Gaetani, em que as dimensões ambiental, econômica e social são pensadas em conjunto, do ponto de vista da implementação há um grande déficit. Isso é um consenso internacional.

Então se pensou que esse modelo já aprovado, vamos dizer assim, reconhecido internacionalmente como de sucesso, como de êxito, que são os ODM, seria uma ótima oportunidade para pormos em prática um modelo voltado para a ação que pudesse dar corpo a esse conceito do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões.

Em 2010, houve uma conferência das Nações Unidas de revisão do processo dos ODM, se diante do iminente fim desse processo, em 2015, criou-se um mandato para renegociar um novo modelo de desenvolvimento que se tem chamado de Agenda pós-2015.

Esse processo teria um corpo de normas, um corpo de diretrizes voluntárias, e, ao mesmo tempo, faria uma discussão sobre as próprias regras da cooperação internacional e a mobilização de recursos para implementação desse modelo, mas, nesse momento, em 2010, não se tinha muito claro como isso ia se dar.

É a Rio+20, em 2012, que vai dar corpo e forma à Agenda de Desenvolvimento pós-2015. A Rio+20, como vinha falando, durante as negociações, viu a oportunidade de se ampliar esse modelo dos ODM, ao mesmo tempo que se concluía a tarefa, se aprofundavam os avanços sociais, se poderia trabalhar na área da sustentabilidade, num modelo, como destacou o Ministro Gaetani, que não mais era um tema de casa para países mais pobres, como eram os ODM, que eram focados em pobreza, saúde e educação, mas um modelo universal que envolvesse efetivamente todos os países, com uma agenda muito mais ampla, que tivesse temas econômicos e ambientais também refletidos, todos eles entrelaçados e tramados.

Com isso, na Rio+20, aprovaram-se três grandes mandatos:

1) Da negociação na Assembleia-Geral das Nações Unidas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
2) Também no âmbito da Assembleia Geral, a negociação do financiamento ao desenvolvimento, que o nosso Ministro Gaetani participou, como ele e Denise mencionaram, do Comitê de Peritos para Financiamento de Desenvolvimento Sustentável;

3) Também muito importante, principalmente para os países em desenvolvimento, um grupo de trabalho, dentro das Nações Unidas, para discutir a criação de um mecanismo de facilitação de transferência de tecnologias limpas, que é um meio de implementação essencial para o desenvolvimento sustentável, principalmente do ponto de vista dos países mais vulneráveis que ainda não têm condições de desenvolver internamente inovação e tecnologias que permitam avanços na área do desenvolvimento sustentável.

Bem, um aspecto que precisa ser destacado é que os ODM foram um processo quase gestado internamente no Secretariado das Nações Unidas, por um grupo de especialistas, de sábios. Ao mesmo tempo que esse processo permitiu uma certa lógica interna, ele causou o aspecto que o Ministro Gaetani estava destacando de que não só no Brasil os ODM demoraram a decolar, mas no mundo inteiro.

Os cinco primeiros anos foram de muita discussão e pouca ação, porque não havia apropriação dos países. Foi um modelo desenvolvido por sábios, por especialistas, mas os países não se viam refletidos ali. O que aconteceu no Brasil, essa enorme aderência do Brasil ao exercício dos ODM deveu-se à nossa própria realidade política interna, ou a vontade política daquele momento, de trabalhar nessas áreas.

Então, ficou muito claro que esse processo dos ODS não poderia repetir a realidade dos ODM. Ele teria de ser diferente.

Por isso, criou-se um modelo de negociação absolutamente inovador e extraordinário dentro das Nações Unidas. Ao contrário de outras negociações, onde os Estados são o ator único no desenvolvimento do acordo, nesse caso, temos os Estados membros negociando, a participação da sociedade civil de uma forma muito mais evidente e vocal, porque a sociedade civil senta à mesa de negociação com voz.

Temos um sistema de consultas, organizado pelas Nações Unidas com a sociedade civil. E, quando digo sociedade civil, falo inclusive porque nas Nações Unidas se chamam “grupos principais” a representação não só de sociedade civil, mas também de atores econômicos do setor privado. Em há um sistema de consultas bastante sofisticado que, ao mesmo tempo em que torna mais difícil negociar, porque estão todos esses novos atores envolvidos, torna a discussão muito mais rica e mais legítima.

O trabalho de elaboração de uma proposta de objetivos de desenvolvimento sustentável foi um trabalho de um ano e meio, que se concluiu na metade deste ano de 2014. Um grupo de 70 países, todos eles membros obviamente das Nações Unidas, da Assembleia-Geral, negociaram uma proposta que está disponível na internet, no próprio *site* das Nações Unidas, de 17 objetivos e 169 metas. O modelo dos ODM é aquele em que os objetivos gerais são acompanhados por metas voltadas para ação. É o caso do objetivo que acho ser conhecido de todos aqui, do ODM de pobreza, que diz: “reduzir em 50% as pessoas abaixo da linha de pobreza até 2015”. Então, no exercício dos ODS...objetivos, metas e indicadores que nos permitam acompanhar

e medir os avanços no cumprimento dessas metas. O modelo que foi elaborado por esse grupo de trabalho tem 17 objetivos, 169 metas, tratando de toda a gama de temas que são importantes para a economia e para o desenvolvimento social de um País.

Como o Brasil se organizou para essa discussão?

(Soa a campanha.)

O SR. MARIO MOTTIN – Havia a necessidade de uma discussão coordenada e integrada, porque todas as áreas têm o que dizer e, no desenvolvimento desse modelo em que nada está isolado e tudo tem a ver com tudo, as áreas não deveriam tratar apenas de suas área de especialidade, mas de como a sua área de especialidade dialoga com as outras áreas. Então, dentro do Governo brasileiro, criou-se um grupo interministerial de trabalho, que é integrado por 27 ministérios, presidido pelo Itamaraty e pelo Ministério do Meio Ambiente. É um trabalho já de um ano, que se deu em cima de uma proposta de elementos.

Se o Brasil pudesse definir hoje, sozinho, os objetivos de desenvolvimento sustentável, que cara eles teriam? Quais seriam esses objetivos e quais seriam as metas? Então, esse trabalho se fez durante um ano. Não é um trabalho só de governo porque houve contribuições da sociedade civil, do setor privado e dos governos locais, municipais através de uma série de oficinas organizadas por esse grupo interministerial, em que se ouviu e recebeu a contribuição destes grupos: sociedade civil e setor privado e governos locais. Com isso, o Brasil chegou a um documento, também disponível na internet, no *site* do Itamaraty, que se chama “Elementos orientadores da posição brasileira”.

No universo em que estamos lidando com 193 países-membros das Nações Unidas, os ODS têm de refletir – isso é óbvio, está muito claro para os negociadores –, têm de se ver espelhados nesse documento.

A primeira dificuldade era: como o Brasil, que fez seu exercício de desenvolver...quais seriam os ODS brasileiros que fazem com que a posição brasileira incida na negociação internacional?

A área do desenvolvimento é uma área complicada, onde os países em desenvolvimento acabam se dispersando. O Brasil é um país de tamanho continental, mas, entre os países em desenvolvimento, nós temos as pequenas ilhas, nós temos uma série de países com características muito diferentes das nossas e interesses muito diferentes.

O que o Brasil fez foi identificar um conjunto de países que teria interesses semelhantes. Nós trabalhamos, basicamente, com os países da América do Sul e com os países... Talvez, América do Sul ampliada, com outros países latino-americanos envolvidos e com as grandes economias em desenvolvimento, como a Índia, a China, a África do Sul e também uma série de outros “países-ponte”, como nós chamamos, que são, dentro de seus continentes, aqueles países que são de ligação. Na África, eu daria o exemplo do Egito, da Nigéria; na Ásia, a Indonésia, a Tailândia; enfim, países que têm um papel de líder regional, um grupo de 20 a 25 países em que nós fomos decantando as nossas posições.

A estratégia foi bem sucedida porque, hoje, se se compara o documento brasileiro que eu mencionei para vocês – os elementos orientadores da posição brasileira –, com o documento de Nova York, o que se vê é um grande nível de incidência das posições brasileiras no documento internacional. Isso se deveu não só a essa articulação política que eu estava relatando a vocês, mas também ao fato de que, no grupo dos países em desenvolvimento – o grupo mais amplo –, na hora final da negociação, o Brasil realmente tinha um repertório de posições muito completo, muito amplo, que se tornou o repertório de posições do mundo em desenvolvimento como um todo. Então, essa massa crítica, criada com a coordenação nacional brasileira, foi muito importante, foi muito valiosa na hora final da negociação, porque o Brasil tinha, virtualmente, posição sobre todos os temas em detalhe.

Estou falando muito do processo da negociação, como se chegou a ela, como se estruturou, mas quais são as posições sobressalientes do Brasil nessa negociação?

Um primeiro ponto, obviamente, o foco, o coração do modelo tem de continuar sendo, como foi estabelecido no acordo da Rio+20, a erradicação da pobreza. Esta é a pedra de toque do modelo dos ODS.

Segundo ponto: nós avançamos muito em questões básicas nos últimos 10 anos, mas, hoje, há uma grande preocupação com o tema da redução das desigualdades. Este é um tema que veio das discussões entre os órgãos de governo, mas, principalmente, da contribuição da sociedade civil. A sociedade civil nos destacou que a ênfase da atuação do Brasil nessa negociação teria que ter um foco muito claro no tema da redução das desigualdades. E assim foi feito. O Brasil foi um campeão desse objetivo. Esse tema acabou se tornando o Objetivo Proposto nº 10 do documento, da proposta de ODS da Assembleia Geral das Nações Unidas, e com foco na redução das desigualdades dentro dos países e entre os países.

Um terceiro ponto interessante, que eu gostaria de destacar, é aquele que o Ministro Gaetani já havia mencionado: a mudança dos padrões de consumo e produção. Este é um tema que está ligado ao coração des-

se modelo integrado, que tem a sustentabilidade como moto. O Brasil e o mundo em desenvolvimento foram também campeões desse tema da mudança dos padrões de consumo.

Um último ponto que eu destacaria é uma especialização e aprofundamento do tratamento ambiental, porque, nos ODM, tínhamos apenas um objetivo de caráter ambiental muito genérico, e agora, nesse novo modelo proposto, como o Ministro Gaetani mencionou, temos seis: florestas, oceanos, água, energia, cidades sustentáveis e mudança dos padrões de consumo e produção. Então, é um modelo muito mais sofisticado, muito mais ambicioso.

O que estou chamando de proposta de ODS? Essa proposta foi elaborada pelos 70 países e depois, em setembro, com a abertura da Assembleia Geral, foi adotada por todos os seus membros como a principal base da negociação da agenda pós-2015, ou seja, a proposta já teve apropriação clara dos países, todos os países das Nações Unidas, que reconhecem como: “sim, essas são as prioridades que gostaríamos de ver para um novo modelo de desenvolvimento”.

O que falta agora? Quais são as próximas etapas dessa negociação? Primeiro, é uma questão que para muitos é técnica, mas não é apenas técnica, também tem um componente político, a identificação dos indicadores para medir e para fazer o acompanhamento das metas aí desenvolvidas pela instância política. Não é um trabalho simples. Os ODM tinham 50 indicadores. Esse modelo terá 200 indicadores para serem acompanhados provavelmente, em média.

E o outro tema de grande importância é o tema que o Ministro Gaetani mencionou, o tema do financiamento ao desenvolvimento. Outra das críticas que se fez ao modelo dos ODM é que a sua implementação ficou muito prejudicada, principalmente nos países mais vulneráveis, mais pobres, pela falta de recursos de cooperação internacional, recursos oficiais, que são as doações que os países fazem para o desenvolvimento dos países mais vulneráveis. Esses recursos ficaram muito aquém da necessidade. Então, é a discussão sobre financiamento, que vai ser o que vai garantir a implementação dos futuros ODS.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado ao Mario Mottin.

Passo, em seguida, a palavra para o Ministro Herman Benjamin, para que possa fazer sua apresentação neste painel, agradecendo a presença do ex-Ministro, Deputado Federal Zequinha Sarney.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eu queria, mais uma vez, agradecer o convite que me fizeram o Senado e a Associação dos Juízes Federais. Saúdo a presença do Deputado Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente durante muitos anos e, aqui, além da saudação, Deputado Sarney Filho, faço um agradecimento, como brasileiro, pelos esforços de V. Ex^a nos vários anos em que foi Ministro, esforços no sentido de combater o desmatamento ilegal em nosso País e também pelos esforços de V. Ex^a naquilo que poderíamos chamar de o desenvolvimento de um marco jurídico legal adequado para o tratamento da questão ambiental no Brasil.

Eu vou tentar falar apenas dez minutos, ou menos, e não quinze, se possível, porque estamos muito interessados neste diálogo com os colegas que estão aqui presentes, muito mais interessados em ouvir.

Quando falamos em objetivos do desenvolvimento sustentável, várias percepções podem surgir a respeito da questão. Podemos enfocar os objetivos do desenvolvimento sustentável, que, partir de agora, chamo pela sigla ODS para ganhar tempo.

Podemos enxergar os ODS numa perspectiva estritamente de políticas públicas. Ou podemos enxergá-los numa visão economicista. Ou ainda, se quisermos ir para o outro extremo, numa perspectiva ética, daquilo que a Denise Hamu mencionou na sua fala de abertura em relação ao documento do Secretário Ban Ki-moon sobre o caminho para a dignidade. Isso traz um grande componente ético.

Mas o meu foco aqui não é nenhum desses, é o foco jurídico, o foco legal. Talvez seja o aspecto mais periférico neste momento dos debates. Não na perspectiva do direito internacional, porque qualquer documento elaborado sob os auspícios das Nações Unidas tem um componente jurídico intrínseco de direito internacional, mas na perspectiva dos direitos nacionais. Qual será o impacto desses ODS nos países via seu marco legislativo nacional?

Essa não é uma questão nova para o direito ambiental dos vários países, ou seja, um tema desenvolvido no âmbito internacional se constrói um vocabulário próprio e depois esse vocabulário próprio precisa permeiar os marcos legais nacionais dos Estados-membros. Evidentemente que se nós entrarmos agora em qualquer *data bank* de legislação de países que compõem as Nações Unidas, não vamos encontrar no vocabulário legal a expressão ODS. Mas, certamente, o que se espera é que, num futuro próximo, haja a transição, a caminhada do plano internacional para o direito nacional.

E é exatamente sobre essa caminhada e a chegada especificamente do plano internacional ao plano nacional que eu queria tecer algumas considerações.

Quando falamos em ODS, alguns obstáculos imediatos aparecem para uma aproximação mais concreta no plano das legislações nacionais e no que se refere à aplicação dessa legislação pelo Poder Judiciário. Vamos começar pelo começo, então, pelo título. Objetivos do desenvolvimento sustentável. Nós sabemos que o direito ambiental se organiza como se fosse uma mesa em quatro pernas. A primeira perna é o desenvolvimento de objetivos que são incorporados como uma base dessa disciplina jurídica. Em segundo lugar, são desenvolvidos princípios jurídicos, *legal principles*, que vão dar uma espécie de armação teórica a esses objetivos. E em terceiro lugar, nós desenvolvemos instrumentos que vão aplicar, a um só tempo, os objetivos e os princípios. E em quarto lugar, nós desenvolvemos ou aproveitamos, renovando instituições que vão aplicar esses três aspectos ou essas três pernas anteriores.

Esse é, em linguagem gráfica, seria a forma como o direito ambiental se organiza. Objetivos, princípios, instrumentos, instituições. Faltando qualquer um desses ou havendo falha na conexão entre qualquer um desses, o resultado pode não ser exatamente aquele que se esperava quando se legislou no plano internacional ou no plano nacional.

Pois bem, para o juízes, de uma maneira geral, há uma dificuldade intrínseca na implementação de objetivos – e ainda não me estou referindo a objetivos do desenvolvimento sustentável, mas à aplicação de objetivos estabelecidos na legislação, porque objetivos normalmente são tidos como não vinculantes – e não me refiro ao plano internacional, mas ao plano doméstico, nacional.

Em segundo lugar, os objetivos são vistos como uma espécie de declaração vaga, abstrata, portanto desafiando ou não encontrando um bom ambiente para sua implementação no Poder Judiciário.

Finalmente, os objetivos são normalmente vistos como *framework*, como galhas, como guia, não tanto para o juiz, mas para a Administração Pública, para o Poder Executivo e para o próprio Poder Legislativo, no caso de objetivos constitucionais.

Então, vejam, na própria terminologia, já encontramos dificuldades que independem de se tratar de objetivos do desenvolvimento sustentável ou de qualquer outro objetivo estabelecido na Legislação Nacional. Mas há uma outra dificuldade ainda no vocabulário: é a de que nós, juízes – de uma certa maneira, me permitam os dois legisladores, um do Senado e outro da Câmara dos Deputados, que aqui estão –, e também o Parlamento têm grandes dificuldades de trabalhar o tema do desenvolvimento sustentável.

Eu me arriscaria a dizer que temos, no Senado e na Câmara, tantas visões do desenvolvimento sustentável quanto os membros que integram cada uma dessas Casas.

Evidentemente, quando não temos uma espécie de uniformidade na compreensão de um vocabulário jurídico, isso cria dificuldades de interpretação e de aplicação pelos juízes. Então, vejam como a própria denominação ODS já traz em si várias dificuldades para a transposição, a internalização, no âmbito das legislações nacionais.

Permitam-me referir a dois outros problemas, e, aí, eu paro.

O terceiro problema é que normalmente os juízes têm grande dificuldade de trabalhar com o Direito Internacional. Ele é visto como algo muito distante do juiz, e certamente a minha querida Juíza Federal Candice Jobim concordará comigo. Quantas vezes vemos, por exemplo, em uma decisão judicial, que se debruça sobre questões relacionadas à biodiversidade, à diversidade biológica, o juiz citar vários autores (biólogos, ecólogos) sobre a definição do que seja a biodiversidade, ou diversidade biológica, quando a Convenção da Diversidade Biológica tem definições precisas do que seja biodiversidade.

Este é um dos muitos exemplos que poderia dar aqui. Claro que parte dessa dificuldade dos juízes, não só os brasileiros, mas de todo o mundo, com o Direito Internacional tem a ver com a falta de conhecimento acerca desses instrumentos internacionais e tem a ver também com um certo – e espero que a Denise Hamu não se sinta ofendida – desprestígio do Direito Internacional, na perspectiva da implementação nacional.

Então, aqui, uma terceira dificuldade na transposição, na internacionalização desses objetivos do desenvolvimento sustentável no nosso País. E eu me arriscaria dizer que em outros países também.

Eu termino com a quarta dificuldade. E aqui é uma dificuldade que pode ser mitigada pelo próprio Poder Judiciário e vem sendo mitigada pelo Poder Judiciário. É que, como o nosso diplomata Mário Mottin indicou, a expressão qualificadora que vem se utilizando acerca dos ODS é “diretrizes voluntárias”. Então, veja, nós já temos três fragilidades, que eu acabei de listar; há outras, mas o próprio vocabulário qualificador do que seria o produto dessas negociações já traz o título de “diretrizes voluntárias”.

E eu disse que aqui o Poder Judiciário pode ter um papel mitigador porque muitas vezes o legislador internacional ou nacional põe no texto legislativo a expressão “voluntário” e o Poder Judiciário faz uma construção, seja do Texto Constitucional ou seja das outras normas que estão nessa mesma caixa em que se encontra aquela norma dita voluntária, para dizer que não são voluntárias.

Então, aqui é que vem – e eu termino com esse ponto – a responsabilidade do Parlamento brasileiro. No instante em que esses objetivos do desenvolvimento sustentável sejam aprovados pela comunidade internacional, eu creio que o Brasil pode dar uma grande contribuição ao mundo, como fez com as mudanças climáticas, a ser o primeiro país a aprovar a sua legislação de implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Porque, se nós analisarmos o diálogo acerca das mudanças climáticas, nós vamos ver que o Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, em representação do nosso País, tem uma posição nas negociações internacionais que é menos dura do que a legislação brasileira interna.

Isso, evidentemente, é algo que é legítimo, porque negociar no plano internacional não significa utilizar os mesmos parâmetros adotados internamente. Então, nada impede, aliás tudo recomenda, que o Brasil, esta potência ambiental tão referida na abertura de hoje, possa dar um exemplo ao mundo de ser o primeiro país, via seu Parlamento, que está tão atento às questões ambientais, a legislar precisamente sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Acho, Senador Jorge Viana, Deputado Sarney Filho, que este é o plano de fundo principal desse diálogo que estamos tendo hoje. Não só olhar para essa estrutura do que possivelmente serão os objetivos do desenvolvimento sustentável, mas já pensar no próximo passo, para evitar que os ODS tenham o destino que não foi o melhor dos objetivos do milênio, aqui também referido pelo nosso diplomata Mário Mottin.

Eu agradeço muitíssimo e felicito mais uma vez o Senado e à Associação dos Juizes Federais pela organização desse colóquio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimentando o Ministro Herman Benjamin, eu passo imediatamente a palavra ao Prof. Ben Boer, que nos dá a honra de sua presença aqui no Senado Federal, para que ele possa fazer sua exposição.

O SR. BEN BOER (Tradução simultânea.) – Muito obrigado.

É um prazer estar aqui mais uma vez, no Brasil. Provavelmente é o meu país favorito na América do Sul não só porque estou aqui, mas porque eu sou sempre recebido tão calorosamente pelo Ministro Benjamin e por todas as pessoas em volta dele!

Eu vou falar, por alguns minutos, sobre um aspecto, em particular, das metas: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e, no processo, eu também gostaria de fazer alguns comentários sobre o que o Ministro Benjamin acabou de falar em termos de legislar sobre as obrigações dos ODS.

Uma das coisas que eu gostaria de falar é que, se você olha em cada um dos 16 ou 17 objetivos, você vê que cada um deles pode ser descrito em termos legais e, particularmente, a maioria deles pode ser descrita em termos de obrigações fundamentais de direitos humanos, ambos aspectos processuais e substantivos. Isso é algo que devemos explorar.

Em termos do que eu vou falar aqui, eu vejo o mundo inteiro como sendo uma área que deveria ser sujeita, área protegida. Se começamos por essa presunção de que o mundo inteiro deveria ser uma área protegida, realmente precisamos justificar o desenvolvimento e a exploração dos recursos da Terra. Então, vou particularmente focar na questão de área protegidas. Vocês vão ver que existem muitas ligações para outras áreas do Direito e que áreas protegidas também conectam outras metas e objetivos do desenvolvimento sustentável.

Primeiramente, vou falar sobre o que queremos dizer de uma área protegida, que desenvolvimento houve nos últimos anos, particularmente neste ano, com novos dados do Congresso Mundial de Parques, que acabou de se concluir em Sidney, na Austrália. Vou falar também no que está acontecendo na Convenção de Biodiversidade, que chamamos de objetivos Aichi para expandir as áreas protegidas.

Depois, quero concluir olhando as ameaças para áreas protegidas, particularmente através desse processo de PED, diminuindo, reduzindo prioridades e desclassificando.

Então, primeiramente, o que é uma área protegida? A definição que uso é da União Internacional para a Conservação da Natureza. Há duas, mas eu vou usar essa sobre a convenção de biodiversidade, que é um pouco mais restrita. Isso foi formulado em 2008, é um pouco mais amplo, e fala sobre meios legais e outros meios eficazes de proteger essas áreas. Podemos dizer que se aplica a ambas as áreas, terrestres e marinhas, mas eu também diria que isso ainda é limitado, porque, quando pensamos sobre o direito de um pássaro para voar de um país para outro por cima de uma área particular, precisamos pensar sobre o ar e as vias aéreas sendo protegidas. Protegemos até um certo ponto, na convenção, sobre as espécies migratórias, mas isso é suficiente?

Outro aspecto é: por que conservamos áreas protegidas. Podemos ver isso de um ponto de vista antropocêntrico, de onze segundos para meia-noite, como o Senador Viana falou, ou podemos falar de um ponto de vista mais amplo, ecocêntrico. De qualquer forma, podemos ver de um ponto de vista meramente instrumental que áreas protegidas são muito importantes para pessoas, sobretudo em termos de reduzir os riscos de desastres naturais de todos os tipos, principalmente se pensarmos nos manguezais, ilhas, costas de várias

ilhas ou absorção de carbono através do solo, de florestas. Áreas protegidas têm importante valor instrumental, bem como um valor bem mais amplo para o resto do meio ambiente e sua proteção.

Eu vou concentrar em dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como parte dos 17 que acabaram de ser mencionados pelo Sr. Mario Mottin. O de número 14 refere-se à conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para desenvolvimento sustentável. o outro tem a ver com área terrestre.

Então, aqui, temos uma obrigação para conservar e usar de forma sustentável essas áreas para o desenvolvimento sustentável. E vemos que há um grande ímpeto, particularmente na área pequena, aqui embaixo – eu posso achar com o *laser*. Vocês podem ver que existe a necessidade de uma meta de desenvolvimento sustentável dos oceanos e, no segundo caso, vocês veem que proteger áreas vulneráveis do mar, marítimas, é uma consideração importante, particularmente, estabelecendo áreas protegidas em alto-mar como um dos aspectos desses objetivos. Mas isso é suficiente?

Quando olhamos o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 15, vemos um foco muito específico em ecossistemas terrestres, ecossistemas na terra, mas, é claro, ecossistemas terrestres também têm a ver com ambiente marítimo, porque o que fazemos à terra também fazemos ao mar, em termos de poluição e por aí vai.

Então, proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar as florestas de forma sustentável, combater a desertificação e parar e reverter a degradação da terra e parar as perdas da biodiversidade.

O meu colega vai falar sobre a degradação da terra. Isso é um elemento vital em termos de áreas protegidas também.

Então, em termos de pensar sobre o uso sustentável de ecossistemas terrestres, isso é um problema em si porque, quando se fala de uso, está-se falando de uma abordagem antropocêntrica, uma abordagem que não é avaliada pelo seu valor inerente, do meio ambiente, mas pelo uso humano. E, quando se fala ou pensa sobre recursos, também sempre temos que pensar a respeito do uso para humanos. Isso é certo? Existe uma abordagem mais ampla, ética, que precisamos pensar em termos do direito do meio ambiente de existir.

Dando um passo atrás, voltando a 2010 e à Convenção de Biodiversidade e à preocupação de que estamos perdendo muita biodiversidade, algo em torno de 60% dos ecossistemas da Terra estão sendo degradados, e não estão sendo bem protegidos. Então, vemos que, em 2010, na Conferência em Nagoya, do CBD, várias metas estratégicas foram estabelecidas. Quero focar na meta estratégica C, “melhorar o *status* da biodiversidade, salvaguardando ecossistemas, espécies e diversidade genética”.

A Meta da Aichi B até 2020 – são os próximos cinco anos – é que pelo menos 17% da água terrestre e continental seriam protegidas e pelo menos 10% da área marítima e costal. Em 2010, 12,5% da terra era protegida e cerca de 1% da terra, em termos de ambientes marítimos. Então, em alguns poucos anos, eles já alcançaram um aumento significativo em ambas as metas.

Mas vou só salientar o segundo aspecto disso, para olhar como uma área é conservada. Primeiramente, através de gestão eficaz e igualitária. Isso é muito importante em termos de direitos humanos para a natureza e direitos para o ambiente – vou mencionar depois. Também temos que pensar sobre um sistema ecologicamente representativo e bem conectado de áreas protegidas. Falamos de conectividade entre áreas para manter viáveis as medidas de conservação, integradas a áreas mais amplas, tanto em ambientes terrestres e marítimos.

Então até onde progredimos para alcançar o Alvo Aichi nº 11? O Congresso em Sidney realmente foi um evento muito empolgante, com mais de seis mil pessoas vindo para Sidney e algo em torno de 400 ou 500 eventos, 22 dos quais eram eventos de direito ambiental.

Em novembro de 2014, esse relatório foi publicado e mostrou que agora 15,4% das áreas terrestres e 3,4% dos oceanos estão protegidos de uma forma ou de outra. Claro que há questões em termos de o que você usa para expandir essas áreas, como você calcula e se a terra e o mar que você está tentando proteger, por meio de arcabouços legais, realmente é representativo? Atende ao critério?

De qualquer forma, o relatório que mencionei, da Unep/2014, diz que o mundo agora está em bom ritmo para alcançar o objetivo de 2020 – 15,4% já foram, ainda faltam 5,6% das áreas terrestres, em termos de oceanos. Isso é um enorme desafio, porque ainda temos algo em torno de 6,6% dos oceanos, que agora precisam ser sujeitos à proteção. E estou aqui falando não só proteção em termos de política, mas em termos de proteção real, proteção legal.

Se você olha o mapa que acabou de ser publicado pelo PNUMA e o centro de monitoramento mundial, isso parece muito impressionante. Todas as áreas verdes são áreas terrestres que são protegidas e todas as áreas azuis são áreas marítimas que são protegidas. Pergunto, primeiramente: quão bem protegidas eles são? Segundo: é suficiente em termos de o que precisamos fazer para abordar os problemas que a Terra encara em termos de meio ambiente e, particularmente, o ambiente natural. É suficiente?

Se você olha o crescimento dessas áreas nos últimos 50, 60 anos, vê que realmente alcançamos uma quantidade fenomenal, e as áreas estão aumentando a cada ano. Se você considera que o primeiro parque nacional foi declarado nos Estados Unidos nos anos 1870, alcançamos muita coisa, mas o índice de crescimento dessas áreas produzidas é suficiente em termos do tipo de critério que precisamos manter em mente para salvar a Terra com um todo?

Se você olha as áreas da Terra em várias regiões, vemos que existem algumas regiões, como a América Central e a América do sul, que estão se saindo muito bem, essa região, 25%, fazendo muito bem; outras áreas, muito mais baixo, ainda estão tendo dificuldades para realmente alcançar os diferentes alvos. Isso é muito desigual, mas como você mensura isso? Estamos usando os critérios corretos.

Se você olha o Brasil, o Brasil está saindo bastante bem em termos de 1.164 áreas protegidas nas categorias e IUCN de proteção estrita, categoria 1A e 1B, até áreas de gestão sustentável, que são 256 áreas; mas apenas 47 áreas que estão classificadas como parques nacionais legalmente protegidos em termos do ambiente marinho e terrestre, essa é a divisão: 135 áreas marítimas e 1.732 áreas terrestres.

Quando olhamos o mundo, vemos que há um amplo crescimento nos últimos anos, poucos anos; não vou entrar em todos esses números, mas você pode ver realmente que estamos nos saindo bastante bem. Pergunto, então: o índice de crescimento dessas áreas protegidas é suficiente?

Agora, só voltando para as ODS. O relatório do PNUMA que acabei de mencionar reconhece explicitamente também que as áreas protegidas, como são áreas vitais do panorama e modelos de desenvolvimento sustentável, poderiam ter um papel importante no monitoramento das ODS – podem, não devem –. Acho que a linguagem tem que ser mais forte aqui.

Quando vemos o papel do IUCN em áreas protegidas, de novo, o congresso de pactos mundiais que só ocorrem a cada dez anos, fiz algumas declarações muito fortes, através de promessa, chamado Promessa de Sidney. Vimos também que o papel de direito ambiental em áreas protegidas está sendo reconhecido e, por meio do programa de direito ambiental, muitos progressos foram feitos nos últimos anos.

No entanto, de novo, ainda estamos no começo, realmente, de proteção legal apropriada em vários países, principalmente em países menos desenvolvidos.

Agora, só quero mencionar uma série de ameaças, particularmente para áreas protegidas. Estamos nos saindo realmente bem em termos de expansão das áreas protegidas, terrestres e marítimas; no entanto, em vários países, vemos esse processo de proteção legal por um lado, mas com a redução da área e a redução da classificação de parque nacional para parque estadual ou menos, e a retirada, a desclassificação, completamente, como área protegida.

Isso é muito interessante. Vendo-se a pesquisa que está acontecendo, em todo o mundo, em termos do que chamamos de *pad*, isso é um processo muito perigoso e que chama a atenção tanto de cientistas como de advogados que estão começando a trabalhar juntos para poder, realmente, criar os critérios para se definir se algo é sujeito a esse processo *pad*.

Então, o meu argumento é que, independentemente da expansão das áreas protegidas no mundo, há várias ameaças, em vários países, por causa de proteções jurídicas inadequadas. Na região do sudoeste da Ásia e na China, onde eu trabalho, pode-se ver que há várias ameaças em termos de boa proteção legal, mas, na realidade, nada está acontecendo do jeito que deveria. Há exploração excessiva de muitas dessas áreas.

Declara-se um parque nacional no Camboja, mas há uma mineração que consegue minerar os minérios embaixo do solo dos parques nacionais. É disso que estamos falando agora. Acontece no Brasil, também, é claro. Eu só queria usar um exemplo. Espero que não do Estado do Acre, mas, com relação a isso, que vem do Fundo Mundial da Natureza, que identificou 41 casos de *pad* na Amazônia, quase um terço dos casos brasileiros nos últimos 20 ou 30 anos. Atualmente, cerca de 27 áreas protegidas no Brasil, de acordo com esse site, ameaçadas por propostas ativas... Trinta por cento delas estão na Região Norte, com perda potencial de 4.5 milhões de hectares. Eu não garanto esses números, mas eles estão perto da precisão.

Temos um problema até no Brasil, que é um líder ambiental para o mundo. Aqui, estão alguns dos materiais extraídos do site. Eu não vou entrar em detalhes, mas isso, então, traz a questão. Quando estamos pensando em áreas protegidas, reduzindo-se a área, desclassificando-se, reduzindo-se a classificação – o princípio de não regressão – do qual os juristas brasileiros falaram a respeito e o tribunal que o Ministro Benjamin representa tem dito alguma coisa sobre isso.

Isto é algo em que precisamos pensar: áreas protegidas. Basicamente, o princípio de não regressão significa não voltar atrás. Uma vez que se institui algo, não se volta atrás. Então, uma vez que uma área natural é legalmente declarada, não há como voltar atrás, não se reduz a área ou a classificação. Esse princípio está emergindo em vários países, está começando a ser aceito. Parece-me que isso é um aspecto importante dos

ODS no geral, não só para os números 14 e 15, com mares e áreas terrestres, mas para cada uma das áreas do desenvolvimento sustentável – pobreza, saúde, etc.

Então, parece-me que temos que pensar sobre essa questão de erosão – a erosão da legislação, através de elementos mais conservadores nos governos, voltando atrás com o que foi entregue de início. Podemos falar, particularmente em termos de direitos humanos – uma das coisas de que eu queria falar –, é que, quando pensamos em metas de desenvolvimento sustentável, cada um desses objetivos se relacionam de um jeito ou de outro, a direitos humanos: o direito à vida, o direito à saúde, o direito à comida, o direito à segurança alimentar, à água, etc. Esses são todos aspectos fundamentais dos objetivos de desenvolvimento sustentável e precisam ser conhecidos como tal.

Portanto, em muitos países, pode-se basear a legislação para o arcabouço legal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em obrigações de direitos humanos.

Então, só para resumir: claramente, áreas protegidas são reconhecidas como uma parte importante da Meta de Desenvolvimento Sustentável nº 15 e, até de certo ponto, da nº 14. E, também, as áreas protegidas estão se expandindo. E, ainda, atendendo aos Objetivos, existe, claramente, um papel substancial para o Direito Ambiental na declaração, proteção e gestão de áreas protegidas. Contudo, eu também preciso dizer que, em muitos países, ainda temos problemas de grande porte em termos de proteção dessas áreas, porque a lei é muito fraca ou, se é forte, não é implementada de forma adequada.

Então, o que eu diria é que todos os ODS precisam ser estruturados em leis até o ponto possível. Precisamos pensar também que todos os ODS não estão sujeitos à proteção legal ou precisam ser implementados por lei, bem como precisam estar sujeitos ao princípio de não regressão.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Queria agradecer ao Professor Ben Boer.

É um privilégio para todos nós termos aqui a apresentação das suas preocupações e das suas reflexões.

Dando sequência, para a conclusão do painel, nós tínhamos aqui a previsão de que, se alguns dos presentes tiver interesse em...

Deputado Sarney Filho, ex-Ministro, com a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, sei que estamos com o horário um pouco avançado – e eu vou dividir a Presidência da próxima sessão com a Senadora Vanessa –, mas o assunto para o qual eu pedi a palavra agora diz respeito paralelamente àquilo que está se discutindo aqui. Então, bem rapidamente, Ministro Herman Benjamin... Depois, eu vou ter a oportunidade de me referir a V. Ex^a com mais detalhe e com mais vagar, para reconhecer os serviços que V. Ex^a tem prestado aos brasileiros, não só na questão da sustentabilidade, mas também na questão dos direitos do consumidor.

Mas nós estamos vivendo, Presidente, um momento muito difícil no Parlamento. É um momento em que, por mais paradoxal que seja, enquanto a sociedade sofre, como estamos vendo em São Paulo, problemas decorrentes já da questão climática, da questão ambiental, o Parlamento brasileiro, na sua grande parte, caminha na contramão da história.

Agora, ainda anteontem, nós tivemos uma reunião para discutir uma proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 215, que retira a possibilidade de o Estado criar unidades de conservação, áreas quilombolas e reservas indígenas. Ali, depois de muita discussão, eles, estrategicamente, retiraram a questão das unidades de conservação e das áreas quilombolas, deixando só as reservas indígenas; e deram um golpe na Comissão, lendo o parecer e pedindo vista do parecer, e, ao que tudo indica, nesta quarta-feira, a bancada ruralista do Congresso Nacional irá querer tratorar, usar do seu poder de fogo aqui, que é desproporcional à representação da sociedade brasileira... E esta é outra questão muito mais profunda que, talvez, nós tenhamos de discutir.

Todavia, este é um momento importante, até porque, Professor Boer, aqui no Brasil, a gente não conta as reservas indígenas como unidades de conservação, quando, na realidade, elas são grandes áreas de conservação, e áreas de conservação com humanos morando, o que é muito melhor até, pois há uma integração completa nessas áreas.

Então, nós estamos correndo o risco de perdermos a oportunidade de criar novas áreas e, seguramente, com a competência passando, como eles querem, para o Congresso, que é desaparelhado para fazer esse tipo de averiguação – nós temos um órgão especializado no tema, que é a Funai –, certamente, nós teremos uma diminuição dessas áreas e poderemos acabar, de uma vez por todas, com toda a política indigenista do Brasil, já que, infelizmente, o próximo Congresso eleito, segundo todas as análises, é ainda mais conservador do que este no que diz respeito às questões socioambientais.

A bancada ruralista aumentou, e a já pequena bancada ambientalista e dos direitos humanos diminuiu.

Portanto, Presidente, bem rapidamente, estão aqui presentes representantes da articulação dos povos indígenas do Brasil Anastácio Peralta Kaiowá e Paulino Montejo. Eles querem entregar um documento, e acho

que este é um fórum adequado para que esse documento seja entregue. Peço a V. Ex^a permissão para que eles possam entregá-lo. *(Pausa.)*

O SR. ANASTÁCIO PERALTA KAIOWÁ – Bom dia, quero agradecer os Senadores e os aqui presentes. É muito importante esse debate. Dois sofrimentos temos em nosso País: a natureza e os povos que viviam na natureza, que somos nós, os indígenas. Estamos sofrendo essa ameaça, quase um genocídio. Quero pedir a vocês, autoridades competentes, que nos ajudem, porque a PEC 215 não vem prejudicar apenas os indígenas, mas também a sociedade brasileira. Então, precisamos ter uma posição política, porque muitos Parlamentares não têm compromisso com seu País. Então, precisamos fazer essa frente e impedir essa PEC e outros PLs que vêm vindo aí, para termos um País de igualdade social em que todos possam viver. Muito obrigado *(Palmas.)*

(Procede-se à entrega do documento.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Deputado Sarney Filho, V. Ex^a estava com a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Era só para isso. No momento oportuno, quando eu assumir a Presidência dos trabalhos, terei o maior prazer em me alongar em determinados temas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem.

Estamos com atraso, e eu queria dar o seguinte encaminhamento: os temas são correlatos, poderíamos deixar o debate para o momento final, depois de ouvirmos as demais exposições. Assim, ganharíamos tempo. Eu mesmo gostaria de fazer um questionamento ao Prof. Ben Boer, mas acho que o mais adequado é seguirmos com a próxima Mesa. Então, agradeço a presença dos palestrantes pelas exposições feitas. Tenho que desfazer esse painel. Chamo o Deputado Sarney Filho para presidir. Trata-se de uma maneira simbólica de termos aqui a Câmara dos Deputados também representada. Assim, ele poderá montar a Mesa do próximo painel. Agradeço a todos e comunico que sigo na reunião.

Passo, então a Presidência para o Deputado Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente, para que ele possa conduzir esse próximo painel.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Estamos retornando ao 2º Painel agora – não vamos perder tempo – que será sobre Agenda Ambiental e Jurídica dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação.

Convido os seguintes debatedores a compor a Mesa:

Tomme Young – Pesquisadora e consultora Internacional, biodiversidade, acesso e divisão de benefícios;

Owen McIntyre – Professor da Faculdade de Direito da University College Cork, Irlanda;

Carl Bruch – Pesquisador do Environmental Law Institute, Washington em ODSs em Regiões Pós-Conflito;

Ian Hannam – Pesquisador, degradação do solo, desertificação.

Informo aos senhores convidados... *(Pausa.)*

Informo aos expositores que terão até dez minutos para fazerem a sua exposição.

Concedo a palavra à Senhora Tomme Young.

A SR^a TOMME YOUNG (Tradução simultânea.) – Pediram-me que falasse sobre biodiversidade e acesso ao compartilhamento de benefícios em relação aos objetivos sustentáveis do milênio, do desenvolvimento sustentável. A questão que tem que ser levantada, de acordo com os palestrantes anteriores é que, em 1992... *(Pausa.)*

A questão que tem que ser enfatizada é que, em 1999, e nas Cúpulas anteriores, de 1997 e 1972, a questão mais importante era fazer com que todos os países se comprometessem com objetivos ambientais críticos e reconhecer a importância das questões do desenvolvimento da sustentabilidade.

Em 2015, a questão não é mais essa, e isso foi muito bem afirmado pelos membros do 1º Painel. O que estamos olhando agora é a implementação. É uma questão muito mais complexa, como vimos. Saímos de oito objetivos do milênio para um número bem maior. Então, o crescimento deste processo e a extensão do trabalho de todos com esses objetivos é algo não apenas complexo, mas bem exemplificado pelo que tem acontecido no mundo da biodiversidade.

Então, vamos falar um pouco sobre a biodiversidade. Vou falar de um assunto mais amplo e depois um assunto mais específico, que eu acho que é muito importante em muitos países, inclusive o Brasil: é o acesso, o compartilhamento de acesso e benefício sobre a convenção da biodiversidade biológica. Finalmente, veremos as metas do desenvolvimento sustentável que tratam dessas questões.

Vocês já sabem sobre tudo isso, mas vamos começar com um breve exame do que é a biodiversidade. É realmente uma combinação do biológico com a diversidade.

A questão importante para todos nós, que olhamos a implementação, é o que está incluído no aspecto biológico da biodiversidade: são as plantas, animais, micróbios, ecossistemas, seres humanos, o produto da atividade humana e ecossistemas também, além dos seres humanos e produtos da atividade humana.

Então, vamos ver um exemplo tanto do ser humano e do ecossistema. Essa é uma velha piada, mas tenho que usá-la mais uma vez. Quando faleceu Bob Marley, descobriu-se que existiam 26 espécies de micróbios, pequenos animais, insetos no seu cabelo. Ele era um ser humano que também era um ecossistema.

Também são evidências de por que a biodiversidade foi simples de adotar em 1992, como uma questão de compromisso, mas é muito difícil lidar com isso hoje como uma questão de implementação, porque não podemos tratar os seres humanos e as questões ligadas a eles com as mesmas leis com as quais tratamos os ecossistemas. Não podemos tratar Bob Marley como ecossistema, mas como uma pessoa. Temos que escrever leis que tratem as questões e também vários valores da diversidade biológica, o valor econômico, o valor de pesquisa, o valor cultural e médico, ecológico, valores intrínsecos, como Ben falou, das áreas protegidas, valores estéticos. Há muitos outros valores que reconhecemos sociais e do bem-estar humano, que também são importantes quando falamos de biodiversidade.

Isso leva a uma questão muito importante: que diversidade protegemos? Noé e a arca estão perguntando: “ah, nós temos que levar os cupins, a arca é de madeira, não dá para deixá-los eles para trás?” Mas eles são parte do ecossistema, são uma espécie, nós os protegemos e nunca percebemos, até que seja tarde demais, que uma espécie é importante, que a perda de uma espécie afeta todos nós.

Vou voltar atrás um pouquinho. Quando vemos a biodiversidade falamos da conservação da biodiversidade, do uso sustentável, desenvolvimento sustentável da biodiversidade, mas também da necessidade, na implementação, de criar algum tipo de incentivo, algum mecanismo através do qual todo esse desenvolvimento sustentável e conservação sejam vistos como um benefício às pessoas que fazem um trabalho. Por que o fariam se não os beneficiassem?

No passado, a CDB (Convenção da Diversidade Biológica) tinha um tema que era “A biodiversidade é prosperidade”. Então, um aspecto da convenção sobre a diversidade biológica é a questão do compartilhamento do acesso a benefícios, e a intenção é que isso seja um exemplo do princípio de que a biodiversidade é ou pode ser prosperidade.

Um efeito de ter uma grande diversidade, como o Brasil tem, pode ser algo muito positivo para todos nós.

Vejamos a ABS. Possivelmente vocês já conhecem a ABS, mas vou dar uma descrição bem básica. Tem tudo a ver com a os chamados recursos genéticos. Nós sabemos que a definição de diversidade biológica é muito ampla. A definição de recursos genéticos também é extremamente ampla e essa definição determina que qualquer coisa que tenha DNA, ou seja, qualquer coisa viva praticamente é potencialmente recurso genético, e nós usamos esses recursos de maneira especial. Nós estudamos para encontrar maneiras que possam ser usadas sem necessariamente tomá-los em grandes quantidades. Não temos que colher todos os lírios do Brasil se houver um lírio que tenha uma propriedade genética que possa ser usada em cosméticos, em farmacêuticos. Isso significa que preservar todos os lírios ainda é importante, mas pode ser obtido o benefício sem tirar todos eles, sem começar uma transação nacional, comercial aqui no Brasil.

Então, há vinte e poucos anos, muitos países estavam dizendo: se vocês estão usando a nossa diversidade genética, estão se beneficiando da nossa conservação e da sustentabilidade desses recursos, porque não devemos ter alguns benefícios.

Então, a ABS tem tudo a ver com a questão de como a nossa conservação que resulta em benefício para o usuário pode ser reconhecida na nossa própria vida. A ABS começa com um provedor que é basicamente a pessoa ou o país onde existe o recurso genético, e esse provedor diz a um usuário, uma empresa, ou um país que queira envolver-se na pesquisa do desenvolvimento e talvez criar um produto: “você pode ter acesso a nossos recursos genéticos, você pode utilizá-los dessa maneira, na condição de que, quando você realizar essa pesquisa e fizer essa análise, o desenvolvimento, essa pesquisa e obter um benefício com essa pesquisa genética, você compartilha esse benefício conosco em algum nível.”

O benefício pode ser financeiro, pode-se estar vendendo um produto, mas também pode ser a informação, pode ser também a boa vontade de saber que esse produto vem de um grupo tradicional, conhecimento que tem sido preservado ao longo dos séculos por um povo nativo. Esses são benefícios que têm que ser compartilhados de alguma maneira por um provedor original, e a ABS enfoca isto, esse compartilhamento de benefícios. Mas isso é só um problema.

Há muitos problemas com a ABS. Há 25 anos estamos tentando ver como fazer isso. E agora vemos um mundo focado na implementação, e uma das grandes perguntas que as pessoas fazem sobre a ABS, ou seja, sobre o compartilhamento do bem, o acesso e divisão de benefícios é: por que vocês têm essa preocupação, por que é um problema? E nós podemos dizer: Bem, há muitos lírios maravilhosos no Brasil, mas há grupos deles

que compartilham o mesmo material genético. Se eu tenho um e o Ministro Benjamin tem outro, qual de nós pode ser o provedor? Qual de nós pode obter o benefício de compartilhar esse recurso para que alguém possa usar o material genético, já que o material genético do meu lírio é o mesmo do material genético do Ministro Benjamin. Então, temos que descobrir quem é o beneficiário. Esse é um grande problema.

O segundo problema é que, em 25 anos de negociações internacionais, o conceito de compartilhamento de acesso e benefício, especialmente o conceito de como vai ocorrer o compartilhamento, é ambíguo no nível internacional. Então, se você está lidando com um usuário de país estrangeiro, não dá para saber realmente o que esse usuário espera e o que vai fazer em resposta às obrigações de compartilhamento de acesso e benefícios. É muito difícil!

E, como consequência de tudo isso, muitos países...O Brasil tem uma legislação maravilhosa de ABS, mas encontraremos muitos desafios nisso. E agora o maior desafio é descobrir como lidar com novas mudanças no nível internacional, que criam mais ambiguidades, mas também mais obrigações.

Então, é muito difícil! Tudo no ABS, no nível de implementação nacional é muito difícil, mas também por esse motivo é uma enorme oportunidade

Quase duzentos países comprometeram-se com as obrigações de compartilhamento de acesso e benefício nas metas de desenvolvimento, mas não sabem como fazer isso. Se o Brasil, a China e a Índia, os grandes países em desenvolvimento, podem fazer o ABS funcionar, duzentos países vão ter que admitir que isso pode ser feito e vão aderir a isso. Mas o que há de bom é que o Brasil, a China e a Índia podem fazer essa implementação em seu próprio nível, no nível internacional, podem criar os seus próprios equilíbrios das necessidades dos usuários dos provedores. Não têm que deixar isso para a negociação internacional porque essas negociações proverão algo tão ambíguo que cada país pode decidir o que fazer. E isso é uma enorme oportunidade.

Que tipo de oportunidade? Não uma oportunidade de chegar a grandes benefícios macroeconômicos, mas de prover benefícios menores no nível comunitário. É uma coisa maravilhosa, uma nova espécie de ferramenta financeira, uma nova maneira de interação entre os países, e pode ser um mecanismo muito valioso para promover a conservação, o bem-estar social e a convivência.

Já falamos dos ODS, e a intenção é que eles sejam poucos, mensuráveis, com muitas outras qualidades. Era muito difícil fazer isso quando estávamos falando de implementação, ao invés de compromisso.

É fácil comprometer-se com a preservação de toda a biodiversidade, mas, para implementar isso, tem que ter 10 tipos de leis diferentes.

Os ODS mais importantes em relação aos ABS são a segunda, o fim da fome, segurança nutricional, a promoção da agricultura sustentável. Isso inclui muita atenção aos tipos de benefícios que podem ser compartilhados e desenvolver esses benefícios.

A Meta nº 15, já discutida por Ben, tem um alvo 15.6, que fala da divisão equitativa de benefícios. Isso é o ABS, e também a promoção de acesso adequado aos recursos. Isso é, especificamente, a implementação do ABS. Não havia nada assim nos ODM. É muito importante, é muito difícil ter isso como um alvo internacional. Realmente, é um marco importantíssimo para todos os países.

Finalmente, a meta, que já foi mencionada: a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas está ligada, de forma muito importante, ao ABS da biodiversidade e todas essas importantes, porque, como o Ben disse, nós precisamos de toda a gama de biodiversidade. Temos que planejar e usar de maneira muito importante para as sociedades terem o benefício e a riqueza que lhes permitam ser pacíficas, inclusivas, com acesso à justiça para todos. Sem isso, a sociedade desmorona. Essa é uma qualidade muito importante e isso é reconhecido nos alvos e nos meios implementação da Meta nº 16.

Isso é o que eu tinha a dizer.

Obrigada. (*Palmas.*)

Se eu puder dizer mais uma coisa, é importante pensar fora da caixa. Se não pudermos encontrar nada para dar para os seus bodes que estão no chão, então coloque-os numa árvore.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Professora Young.

Quero até comunicar à Casa que nós estamos, exatamente nessas duas últimas semanas, discutindo a lei de acesso à biodiversidade.

No Brasil, a grande discussão não é propriamente sobre quem detém os direitos sobre a nossa biodiversidade. Isso é pacífico, é a União. O que nós discutimos é justamente a repartição dos benefícios: como fazer, como ter acesso. A lei está sendo discutida.

Queriam, também, fazer uma votação muito rápida e nós pedimos cautela nisso. A comunidade científica ainda vai se pronunciar. Espero que também a comunidade jurídica se pronuncie. Esse é um assunto sobre o qual nós não tínhamos tido a oportunidade de conversar com os nossos parceiros nessa área jurídica da sustentabilidade.

Bem, dando sequência, então, vamos ouvir, agora, o Sr. Owen McIntyre.

O SR. OWEN MCINTYRE (Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma grande honra falar a uma plateia tão prestigiosa.

Nós todos nos damos conta de que os ODS não são vinculantes legalmente, mas não podemos entender errado sobre a interpretação e a aplicação do direito. Eu quero focar no direito de águas e como isso é influenciado por seu contexto social e político. Isso é verdade, claro, no direito nacional e, mais ainda, no direito internacional.

Por outro lado, princípios de direito da água estão evoluindo de forma muito rápida nos últimos anos e são vitais para a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Eu quero brevemente falar sobre as possibilidades da adoção da indenização dos ODS para o desenvolvimento contínuo do direito nacional e internacional a respeito de águas.

Primeiramente, para dar um panorama, eu quero olhar esse relacionamento entre os ODS e o direito nacional e internacional de água e olhar brevemente o processo para o desenvolvimento e adoção dos ODS, embora o Dr. Mauro Mottin tenha feito isso muito bem anteriormente. Eu vou olhar brevemente os textos atuais dos ODS para as previsões que têm a ver com água e descrever brevemente os efeitos para o direito internacional e nacional sobre águas.

Primeiramente, a abordagem adotada com respeito aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) é considerada um sucesso. Nem todos os objetivos foram alcançados, mas foi um sucesso em identificar metas ambiciosas, mas viáveis do desenvolvimento sustentável, principalmente para a água. Isso são metas não vinculantes, mas representam um compromisso político. E nós não devemos subestimar a importância de um forte compromisso político para as metas e valores que são inerentes no direito internacional à água. É claro que os Estados também têm um incentivo político para tentar alcançar essas metas.

Os ODS e, antes disso, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram apoiadas por normas crescentemente vinculantes do direito nacional e internacional. Um exemplo: com a adoção dos MDG em 2000, o discurso acelerou para a tese do direito humano sobre a água, o Comitê das Nações Unidas adotou um documento seminal sobre o direito humano à água dois anos após a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. E quando vemos os argumentos em prol de explicar o direito humano sobre a água, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estão regularmente citadas para a fundamentação política. Isso nos fala sobre o efeito disso; e isso pode ser um catalizador para o desenvolvimento, tanto o desenvolvimento e reformas de tratados e legislação, mas também a interpretação e elaboração contínua da legislação nacional, diretrizes e normas.

Para olhar brevemente o processo de adoção dos ODS, temos que o processo começou com a adoção do documento *O Futuro que Nós Queremos*, que adveio do processo do Rio+20, em 2012. Nesse documento, a água foi reconhecida como essencial, vital para o desenvolvimento sustentável, mas a questão permanece sobre se a água deveria ter objetivo separado ou, devido à sua natureza transversal, se a água seria inerente às outras metas. Eu acho muito importante que a água tenha seu próprio objetivo.

O processo para elaborar os ODS é muito importante, porque é muito inclusiva, e eu sei que o Dr. Mottin destacou isso. Há dois fluxos de trabalho antes de sua adoção: um liderado pelo Secretário-Geral da ONU; e outro, pelo grupo de trabalho aberto sobre os ODS. Os ODS serão adotadas por uma resolução da Assembleia Geral da ONU em 2015 e, depois de 2015, o processo envolve a implementação, fiscalização, disseminação, conscientização etc.

Olhando brevemente os dois fluxos de trabalho – e faço isso para salientar quão inclusivo e consultivo e amplo o processo foi.

O fluxo de trabalho do Secretário-Geral da ONU é assessorado por vários comitês de assessoramento técnico, e foi o comitê de assessores sobre água e saneamento que conseguiu implementar um ODS acerca de água e saneamento; porém, vários outros órgãos têm contribuído para o processo.

As soluções para o desenvolvimento sustentável, o acordo global da ONU, trazendo o *feedback* do setor privado, teve várias consultas, geralmente pela Internet, no processo *My World* e, pelo menos mais 22 processos de consultas de atores nacionais, isso foi um processo bastante amplo e inclusivo que não é comum no direito internacional, onde, por sua vez, o grupo de trabalho aberto parece mais tradicional.

Trinta e um Estados-membros da ONU lideraram esse processo, mas, na verdade, são muitos mais, uma vez que eles compartilham as vagas. Então, mais de 70 Estados estão participando por vez. Assim, são muitos mais além dos 30 Estados-membros, e também ONGs, com *status* de consultores, que também são convidados a participar. Então, mais uma vez, um processo amplo, inclusivo e consultivo. Isso é muito importante para a legitimidade dos objetivos que, por sua vez, são importantes por sua relevância política.

As metas são: assegurar a disponibilidade de água e saneamento para todos – esse é o texto de julho/2014. Meta 6.6: até 2020, preservar aquíferos, rios, lagos e montanhas. Meta 6.3: até 2030, reduzir poluição, química particularmente. Meta 6.4: até 2030, alcançar retiradas sustentáveis, eficiência do uso da água. E a Meta 6.5: até 2030, gerenciamento de recursos hídricos em todos os níveis. Essas são as metas legalmente relevantes que advêm disso, mas água e saneamento são transversais para muitas das outras metas, como, por exemplo, de fome, pobreza, saúde, educação, particularmente a educação de meninas – Meta 5: igualdade de gêneros –, em ecossistemas, energia; Enfim, água é central para todos esses.

Se olharmos as metas legalmente relevantes – as metas que advêm disso: água e saneamento básico para todos –, isso é refletido no discurso do direito humano sobre a água e saneamento nesse documento de 2002 do Comitê para Direitos Sociais e Culturais, mas o que esse processo vai adicionar? E o Dr. Mottin se referiu aos quase 200 indicadores. Isso vai ajudar a definir exatamente o que são os direitos humanos e as obrigações dos Estados nesses contextos, e, por sua vez, isso ajudará a fundamentar os direitos que são descritos de forma muito vaga, abstrata, ou seja, os direitos das pessoas em direito internacional.

Direito internacional sobre a água tem uma posição para os direitos vitais humanos. Isso reflete os valores sobre que fundamental o discurso de direitos humanos sobre a água, da Convenção das Hidrovias das Nações Unidas. Isso é uma indicação grandemente de princípios que são vinculantes de Estados que não são partes dessa convenção.

A convenção não é aceita universalmente. Eu entendo isso. Se olharmos o uso sustentável da água, veremos que isso, novamente, reflete a conscientização do direito internacional à água. Há crescente requerimento de proteção ambiental, mas usar o termo sustentável também traz princípios como igualdade intrageracional e intergeracional, igualdade entre comunidades com diferentes capacidades e, é claro, a preservação, em longo prazo, dos recursos e conceitos, tais como: os de gestão integrada e gestão conjunta de aquíferos terrestres e abaixo do solo.

E vemos isso em muitos controles comuns em nível nacional, controles ambientais de atividades de extração, controles ecológicos de comércio de água. Em Direito Internacional, vemos isso refletido nos princípios de utilização sustentável, no art. 5º da Convenção do Uso...

(Soa a campanha.)

O SR. OWEN MCINTYRE (Tradução simultânea.) – ... das Águas das Nações Unidas, com a inclusão de requerimentos de conservação e eficiência como fatores relevantes para o princípio de uso igualitário e razoável.

Proteção de ecossistemas. Vimos uma mudança radical de paradigma no Direito nacional e Internacional de águas. Mudanças extraordinárias. É muito comum no Direito Internacional haver requerimentos mínimos de fluxo ecológico, estabelecimento de uma reserva hídrica para ecossistemas, manutenção de sistemas, esquemas de pagamento para usuários, requerimentos de fluxos internacionais, compartilhamento de benefícios e outros padrões de qualidade em nível internacional.

Governança participativa de água. Isso é uma revolução muito grande acontecendo aqui, com Direito Internacional, água provendo engajamento e participação de diferentes comunidades. Isso é inerente ao discurso de direitos humanos para a água e proteção de comunidades indígenas e refletida novamente em nível internacional. O direito citado em nível internacional tem a ver geralmente com os direitos processuais que não têm a ver estritamente falando com água, cooperação transfronteiriça em águas.

Para concluir, os ODS proveem um compromisso universal dos Estados-membros para implementar valores progressivos no direito à água. Também incorporam preocupações e pontos de vista de vários envolvidos, principalmente os não governamentais, melhora a legitimidade desses direitos, principalmente os princípios mais progressivos. Isso provê a possibilidade de uma transformação em direito, principalmente direito de água.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Agora vamos passar a palavra ao Sr. Carl Bruch, pesquisador de desenvolvimento sustentável do Law Institute of Washington.

V. Sª dispõe de 10 minutos.

Por favor.

O SR. CARL BRUCH (Tradução simultânea.) – Eu vou falar sobre o papel e a importância dos ODS em contextos após conflitos. Por que vamos disso? Desde o final da Guerra Fria, em 1990, 59 países presenciaram conflitos de maior porte, com mais de mil mortes, e, em inúmeros outros países, houve conflitos menores. Até 2025, 80% das pessoas mais pobres viverão em países afetados por conflitos, e a maioria dos objetivos do milênio não foram alcançados nesses países e em Estados frágeis ou afetados por conflitos. Apenas oito países atendem a essa descrição, atingiram a meta de ter pobreza extrema; seis têm alcançado a meta de acesso à

água, e isso é menos de um quarto dos Estados. A maioria dos Estados frágeis que alcançaram uma meta alcançaram uma meta, e as outras sete não foram alcançadas.

De uma perspectiva ambiental, esses Estados também são importantes. Dos 45 Estados que a OCDE categorizou como frágeis, 91 contêm a biodiversidade de importância global ou caminhos hídricos transfronteiriços, petróleo, gás e outros recursos de importância global. Esses são estados importantes, portanto. Também são diferentes.

Uma das razões por que os estados têm tido dificuldade em alcançar as metas do milênio foi que pressunções de desenvolvimento não se aplicam da mesma forma em diferentes contextos. Primeiramente, de uma perspectiva de programação, os processos de paz impelem um compromisso de oportunidades políticas, recursos financeiros e a vontade das comunidades. Capacidades são devastadas. Pessoas fugiram, foram mortas, a infraestrutura se foi, não há como fazer valer a lei. A dinâmica é muito diferente, pode mudar muito. As estratégias apenas de sobrevivência que as pessoas adotam minam esses objetivos. As pessoas queimam as árvores para fazer carvão, para comprar comida hoje, porque precisam da comida hoje e, talvez, não estejam aqui daqui a seis meses.

Países afetados por conflitos são caracterizados por uma falta de confiança e insegurança contínua e uma atmosfera de governança enfraquecida. Demandas conflitantes criam novas oportunidades para conflitos e disputas. O que isso significa, sob o aspecto prático? Quando você está trabalhando num país assim, precisa se perguntar como esse esforço contribui para construir a paz. Também precisa conduzir suas operações de forma sensível ou ciente do conflito. Criar pontes, aquíferos ou qualquer melhoria em uma comunidade pode criar conflito com outras comunidades, porque eles podem perguntar: por que nós não recebemos isso? Se o desenvolvimento vai para um grupo étnico, isso pode criar um problema nesse sentido.

É importante reconhecer que o período pós-conflito é uma oportunidade. A guerra cansa as pessoas. As pessoas estão dispostas a fazer concessões. Há recursos humanos e financeiros que estão sendo usados após esse conflito e você tem oportunidade de consertar as coisas. Mas, como qualquer janela de oportunidade, isso fecha, e o que é feito ou não feito é escrito em pedra. Então, você precisa agir de forma rápida e entender que o que é feito ou não feito permanecerá e você precisa agir com informação imperfeita, informação destruída; você não tem dados sobre as florestas ou recursos hídricos que outros países, muitas vezes, têm.

Os potenciais de ODS em locais depois do conflito são imensos. As Metas do Milênio foram muito bem-sucedidas enfocando a assistência financeira e atenção política. Os ODS têm os mesmos potenciais. Se eles vão realizar esse potencial é algo que falaremos depois.

Agora, pela primeira vez, os ODS reconhecem a importância de paz, segurança e governança como sendo essenciais para o desenvolvimento sustentável. Eu acho que – vários palestrantes mencionaram – existe uma diversidade de pontos de vista que estão sendo trazidos para isso, e eu vou salientar particularmente o processo G7+, que é liderado por estados frágeis em situação de pós-conflito, como a Libéria, o Timor leste e vários outros estados que articularam para si mesmos, em vez de serem impostos por outros países. Eles falam: como é que criamos a resiliência permanente, a estabilidade em estados frágeis?

Um breve comentário: como vocês sabem, o desenvolvimento sustentável tem três pernas, os três elementos-chaves que apoiam a sustentabilidade ambiental: dimensões ambientais, sociais e econômicas. Isso, realmente, vai do Rio até o Rio+20.

A guerra foi descrita como desenvolvimento ao contrário. Todos os esforços, o tempo, a disponibilidade política, vidas, gastos em desenvolvimento são apagados em meses ou anos. Mas a comunidade internacional resistiu em falar sobre o impacto da guerra no desenvolvimento ou considerar paz e segurança como sendo um elemento de desenvolvimento sustentável, porque, no nome do bom Deus, não reconhecemos isso.

Política da ONU.

Desenvolvimento é visto como responsabilidade da Assembleia Geral, um órgão muito democrático da ONU. A segurança é responsabilidade do Conselho de Segurança, e os países não querem adicionar o elemento de segurança para o meio ambiente ou desenvolvimento, ou então eles resistiram esforços para incluir paz e segurança como um elemento do desenvolvimento sustentável. Pela primeira vez, no entanto, começando na Rio+20, paz e segurança foram reconhecidas como elementos-chave de desenvolvimento sustentável; agora temos quatro pernas.

E eu diria que há algumas poucas coisas que foram chaves para esse desenvolvimento. Nós nos demos conta na ONU de que acordos de paz não produziram paz. Forças de manutenção de paz eram boas, mas também não eram suficientes para garantir a paz. A paz precisa ser construída. Em 2005, o Conselho de Segurança estabeleceu a Comissão de Paz da ONU, e, nos últimos anos, houve uma experiência em vários aspectos de segurança e desenvolvimento sustentável, salientarei a liderada pelo Ministro Herman Benjamin, em estabelecer a fundamentação intelectual para isso. Então, não vou falar sobre a maioria desses ODS, há muitos ODS que são

relevantes para locais pós-conflitos. Eu diria que todos eles são relevantes. Do aspecto ambiental, são várias. A que quero focar é o ODS 16, que já mencionei, que, pela primeira vez, convoca a promoção de sociedades pacíficas para o desenvolvimento sustentável. Isso é importante. Tentem mensurar isso, tentem criar indicadores, é o que estamos tentando fazer agora. Isso é difícil, e digo que, provavelmente, vamos ter uns indicadores muito fracos aqui, mas, como as metas do milênio foram importantes como o primeiro passo para desenvolver essas metas, os ODS são importantes para descrever o desenvolvimento sustentável como incluindo paz e segurança.

Comentários finais.

Tem tudo a ver com governança, sabemos disso. Também descobrimos que países não querem se abrir para o escrutínio da comunidade internacional. Então, a questão é como montamos os indicadores, e isso vai ser um grande desafio. Mas é um primeiro passo.

Há um comentário, acho que é uma questão muito interessante, de se o número expandido de ODS vai ter o mesmo efeito em gerar recursos ou você vai pegar essa mesma quantidade de fundos e dividir por mais ODS. Acho importante reconhecer a tensão entre os desenvolvimentos, entre simplicidade e abrangência. As metas do milênio foram construídas em cima de uma visão simplificada do mundo e nós deixamos de abordar coisas enormes, mas fizemos progresso nesses poucos pontos. Agora tentamos ter um panorama mais amplo, mais compreensivo do mundo, e a pergunta é se vamos poder mobilizar os recursos políticos e os recursos financeiros nisso. Estamos tentando descobrir jeitos de adaptar abordagens de programação para países em pós-conflito. Há vários instrumentos para isso, que vêm sendo aplicados. O Banco de Desenvolvimento, africano, agora, está trabalhando muito em Estados frágeis de forma diferente, porque reconhece que não pode fazer o desenvolvimento da mesma forma em estados frágeis como em estados não frágeis.

Eu gostaria de concluir dizendo que estive falando sobre o papel dos ODS em estados frágeis... Eu acho que existe uma... Se você inverte isso, tem uma oportunidade aqui de usar essas reformas que acontecem em estados afetados por conflitos para fazer grande progresso, para sobrepujar enormes problemas que existem em outros estados e para construir a sustentabilidade dentro do crescimento pós-conflito... Desenvolvimento.

Com isso, eu gostaria de dizer obrigado... E bastante informação disponível nesse *site* aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Professor Carl Bruch, pela sua exposição.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Ian Hannam, pesquisador sobre a degradação do solo, desertificação e ODS.

O SR. IAN HANNAM (Tradução simultânea.) – Obrigado, Sr. Presidente. É um grande prazer estar aqui hoje.

Nos próximos 10 minutos, aproximadamente, eu quero falar um pouco sobre o tipo de ambiente legal, que precisa existir para atender adequadamente o objetivo do desenvolvimento sustentável, relevante para a degradação do solo e a sustentabilidade do solo.

Nós sabemos que a degradação do solo está espalhada pelo mundo todo e é bastante severa onde há maiores concentrações de seres humanos. É claro que, até aqui no Brasil, no sul e no leste, essas áreas têm uma degradação do solo severa – e muito severa. Mas, nas últimas três décadas, as questões da mudança do clima, a desertificação, a seca, a biodegradação têm se tornado cada vez mais ligadas e intensificadas.

A biodiversidade e a mudança do clima têm tido uma grande atenção da lei internacional ambiental, mas o solo é a base da biodiversidade terrestre e, até recentemente, foi muito ignorado. O solo requer o mesmo nível de atenção que a biodiversidade e a mudança do clima têm.

Todos sabemos que o solo tem limitações ecológicas e que há cada vez mais desequilíbrio na produção de alimentos, devido às diferentes taxas de desertificação e de degradação do solo no mundo. Mas, no contexto da segurança alimentar, isso teve um foco adicional com a nomeação, em 2014, do relator especial da ONU sobre o direito à alimentação.

Quanto ao estado do solo, nos preâmbulos da Convenção de Mudança do Clima e de Biodiversidade, tanto a mudança do clima e a biodiversidade são tratados como questões de preocupação conjunta da humanidade, mas isso não inclui a desertificação. Então, no nível internacional e nacional, o solo tem que ser melhor entendido da perspectiva dos direitos humanos, demografia, pobreza, saúde, globalização, conflito e governança dos solos – e ouvimos muito sobre isso já esta manhã.

Um dos papéis principais da lei ambiental, do Direito Ambiental, é encorajar a mudança do comportamento para melhorar a condição do ambiente. As pesquisas sobre o Direito Ambiental do solo, desde o ano 2000, pela comissão da ONU sobre a lei ambiental indicam que os tratados internacionais não cobrem bem a questão do solo e que a legislação nacional também é inadequada, de modo geral.

Em 2014, essa comissão produziu um guia genérico para ajudar os países a desenvolverem legislação para uso sustentável do solo. Então, muitas dessas questões, que eu já mencionei, têm se tornado parte da discussão sobre a formulação das metas de desenvolvimento sustentável da ONU que, como resultado da Convenção Rio+20 irão substituir as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

E isso cria um grande desafio para assegurar que os objetivos do desenvolvimento sustentável realmente tenham o que é necessário para uma implementação bem sucedida.

Na questão da degradação do solo sustentável é indicado que é necessário tomar passos corajosos para a frente urgentemente. As ODS devem convergir com a agenda de desenvolvimento pós 2015, já ouvimos sobre isso esta manhã, mas o importante é que no documento de resultado da Rio+20, parágrafos enfocavam seca, desertificação e desgaste do solo. Esses três parágrafos são refletidos nas ODS 15, que já foram bastante cobertas hoje pela manhã.

Então, os desafios-chave para a melhora dos marcos legais para o solo incluem como exemplo os padrões desiguais de consumo, a migração involuntária de pessoas de áreas improdutivas para áreas de proteção ecológica e áreas de maior progresso econômico. Esses objetivos é claro que aumentam a vulnerabilidade.

Em relação aos instrumentos legais existentes vinculantes nós encontramos muitas ineficiências no que se refere a um marco adequado para o solo. E, portanto, estamos longe de incluir a gama de elementos legais de que o solo necessita.

Os instrumentos não vinculantes internacionais geralmente incluem um material conceitual, que é relevante hoje em dia, e há alguns instrumentos vinculantes regionais que têm artigos específicos para o solo, além de outros artigos que podem apoiar os objetivos dos solos sustentáveis.

Então os tipos de opções que estão disponíveis para melhorar o meio jurídico incluem um tratado específico quanto aos elementos específicos para o solo. Um tratado marco, identificando os tratados existentes e ligamos através de um instrumento vinculante, e um tratado de protocolos especificamente para o solo.

Agora comentários sobre três dos acordos multilaterais existentes. A convenção de mudança do clima reconhece o papel dos ecossistemas terrestres como um escoadouro. E as mudanças na atividade agrícola têm uma grande relevância, os objetivos do desenvolvimento sustentável.

As partes da convenção têm obrigação de proferir medidas nacionais de mitigação para proteger esses escoadouros de carbono. O art. 2 do Protocolo de Kyoto encoraja as partes a promoverem medidas para proteger essas áreas. E nós sabemos que o protocolo está sob discussão, mas recentemente nas últimas semanas, em Lima, de Paris, em 2015, é claro, a convenção de uso biológico é muito relevante para os solos. Sabemos que a degradação do solo reduz a biodiversidade. O art. 16 mostra obrigações para preparar estratégias para conservar a biodiversidade e essas estratégias podem criar ligações importantes sobre a conservação da biodiversidade, ligada à conservação do solo, que então afetará a mudança do clima.

Dois instrumentos importantes ligados à convenção da biodiversidade incluem a convenção sobre conservação do solo e biodiversidade e o plano estratégico de biodiversidade de 2011 a 2020.

Chegando à convenção de desertificação, o mecanismo principal de tomada de decisão da UNCCD é muito relevante aos solos, particularmente no desenvolvimento de programas de ação nacionais, provendo um veículo de estratégias para gestão do solo; e o plano estratégico de dez anos, que oferece um bom marco para implementar programas detalhados.

Uma maneira adequada de implementar estratégias sustentáveis do solo seria através de um protocolo para a Convenção de Desertificação. Mas, neste momento, não há uma previsão de protocolo na Convenção como tal. Mas, sobre o art. 30, isso pode prover emendas que podem ser realizadas para a Convenção.

Talvez a coisa mais interessante que ocorreu em relação a como os ODS vão se relacionar com a degradação do solo e da terra está no conceito introduzido recentemente de degradação zero líquida, que apareceu na Rio+20, definindo que a neutralidade da degradação da terra ocorre quando, em certo ecossistema, ou globalmente, a área de terra produtiva, ou seja, do uso sustentável da terra continua estável ou aumenta.

O Secretário propôs um protocolo sobre a degradação da terra que poderia facilitar vários itens que estavam incluídos na política de maio de 2012.

Especialmente em relação à degradação zero da terra, um acréscimo a essa Convenção poderia ser um passo vital para chegar a um mundo neutro em termos de degradação do solo; mas há um acordo que é necessário, uma convenção sustentável para uso do solo para todas as terras.

Quanto ao documento da Rio+20, quatro coisas foram delineadas em relação a protocolos:

- incorporação de instrumentos econômicos emergentes à negociação;
- estabelecimento de alvos para a degradação zero do solo, que é muito importante para a implementação dos ODS;
- implementação de medidas e diretrizes para medidas de degradação zero em níveis nacionais e regionais;
- previsão de marcos legais, diretrizes e modelos para políticas nacionais e subnacionais para promover a degradação zero.

Então, sobre a Convenção, já há previsões para o desenvolvimento de anexos para melhorar a implementação da Convenção, e esses anexos podem ser focados regionalmente... (*Falha na gravação.*) ... gerais em sua aplicação.

Uma abordagem alternativa a um protocolo poderia ser a preparação de um anexo geral, com diretrizes para desenvolver uma legislação para solos. Um anexo geral à Convenção também poderia incluir provisões para implementar o ODS de um mundo neutro em termos de degradação do solo, mais especificamente o que é proposto no ODS nº 15; e também, através desse processo, encorajar os países a promoverem essa meta através de sua legislação e políticas nacionais.

Concluindo, há muitas coisas a levar em consideração. A primeira é o conteúdo e a estrutura ... do solo e seu relacionamento com o ODS nº 15 é o conceito de um protocolo mais realista. Temos que considerar o veículo mais realista, ou seja, pela Convenção de Mudança do Clima e Desertificação, a consideração do anexo geral à Comissão de Desertificação, ou se há outras opções de abordagem.

Mas, em todo esse processo, nós precisamos manter um forte diálogo entre a disciplina legal e as complementares, para assegurar que os aspectos práticos e legais da degradação zero sejam transformados adequadamente através dos ODS.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Professor Ian Hannam.

Estamos nos encaminhando agora já para o final. Assim, conforme havia sido acertado no primeiro painel, gostaríamos de saber se alguém deseja discutir, fazer alguma pergunta, algum esclarecimento. Se por acaso alguém quiser, é importante se identificar, porque nós estamos gravando, não é o caso do Ministro Herman Benjamin.

Alguém mais, além do Ministro Herman Benjamin, deseja usar a palavra para algum esclarecimento, para algum pedido? (*Pausa.*)

Herman, eu preferiria deixar você para falar por último.

Há mais uma pessoa. Então, vamos, pode se identificar, por favor.

V. S^a dispõe de até dois minutos.

A SR^a SÔNIA BONE GUAJAJARA – O.k. Bom dia, bom dia à Mesa, obrigada pela palavra. Eu sou a Sônia Guajajara e sou da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Eu fico bem contente de ouvir aqui os palestrantes quando trazem essa perspectiva de se adotar novas medidas para proteção da biodiversidade, para conservação do solo, para mudança de medidas também para o uso da terra. E, aí, eu não consigo ver como se fazer tudo isso desvinculado de se tratar também da garantia dos direitos, porque tudo isso, todas essas medidas só podem ser adotadas se há a garantia dos territórios e a garantia do uso sustentável do meio ambiente.

E, contraditoriamente, aqui no Brasil, tenta-se a todo momento flexibilizar uma legislação para se utilizar esses territórios, que é totalmente contrária a essa adoção de medidas que devem ser tomadas para poder proteger essa biodiversidade e para poder fazer esse uso sustentável do meio ambiente.

A última palestrante falou que outras opções de abordagens também podem ser adotadas, além do que ela citou aqui, que são as estratégias para proteger a conservação da biodiversidade e do solo, o protocolo para proteção da desertificação, a neutralidade da degradação da terra e o estabelecimento de medidas para promover a degradação zero. E eu só quero sugerir aqui, propor, que nós, povos indígenas, temos a proposta de dizer como se promover a degradação zero. E para nós, essa medida é, dentre essas outras abordagens, a de se estabelecer também nessas novas propostas a garantia dos territórios indígenas. Uma delas é garantir os territórios já demarcados e retomar o processo de demarcação de novas terras, porque assim, sim, nós teremos aqui uma forma de garantir a degradação zero. E a PEC nº 215 e a regulamentação do art. 231 da Constituição, que está aqui neste Senado, vão totalmente na contramão do que está sendo colocado aqui como medida para se adotar um desenvolvimento sustentável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho) – Importante esse depoimento.

A Senadora Vanessa, que ainda não vai assumir a Presidência neste momento, tem só uma informação a esse respeito para passar aqui para vocês da comunidade indígena, das lideranças indígenas, bem rapidamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero cumprimentar todos e todas e lamentar que não pude ter participado durante a manhã da reunião porque eu estava aqui ao lado coordenando outra reunião. Eu quero não só cumprimentar, saudar, mas, ao mesmo tempo, agradecer a iniciativa do Ministro Herman Benjamin, que traz pessoas tão qualificadas, que vêm do mundo inteiro, para nos ajudar nesse debate tão importante para todos. E o Ministro Herman Benjamin, dessa forma, ajuda muito na

condução da política em âmbito nacional. Nós, que somos um país de grande protagonismo nessa questão, também convivemos com problemas gravíssimos.

Antes, Deputado Sarney, de falar sobre esse assunto, eu quero dizer que o exemplo do problema de que mudanças climáticas, de que o problema ambiental atinge a todos, inclusive os países que têm aparentemente melhores condições, como é o caso do Brasil, é o fato de que, apesar de nós sermos possuidores da maior reserva de água de superfície do Planeta, a gente vive, na região mais populosa do Brasil, um problema gravíssimo de falta de água e com perspectivas não muito positivas.

A região metropolitana de São Paulo, a região mais populosa, que tem mais de 30 milhões de habitantes aproximadamente, tem um problema grave de abastecimento de água, ou seja, hoje nós falamos em aqueduto, não só em outros países do mundo, mas inclusive em território, porque apesar de termos essa grande riqueza, não está distribuída geograficamente de forma a garantir o direito a todos.

Enfim, temos uma outra questão, um outro problema, que é não só o avanço na conquista dos direitos dos povos tradicionais, como o caso dos povos indígenas, mas da manutenção de direitos já conquistados. No Congresso Nacional, na Câmara principalmente, o debate está na Câmara, vivemos um momento muito delicado, porque há uma tentativa de aprovar um projeto de lei que dificultaria, aliás emenda constitucional, que não só dificultaria a delimitação à demarcação de novas áreas indígenas, mas colocaria em risco as áreas indígenas já demarcadas.

Esse projeto de emenda constitucional é para garantir e tirar do Poder Executivo o poder da demarcação e dar este poder ao Congresso Nacional, o que seria na prática a inviabilização de novas demarcações, visto que o quadro político do Congresso Nacional é adverso à política de respeito aos direitos da minoria.

Só quero dizer que agora faço parte, representando o Senado Federal, são dois Senadores, assim como a Câmara dos Deputados que tem dois Deputados, compondo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que substituiu um conselho criado há mais de 50 anos, que era o Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana. Esse Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou, na sua primeira reunião que aconteceu ontem, uma moção contrária, de repúdio, a esse projeto de emenda constitucional e aprovou mais que isso, aprovou uma mobilização do próprio Conselho Nacional contrário à aprovação desse projeto. Acho que esse é um passo importante na luta da resistência.

Agora, enquanto resistimos temos que lutar para garantir mais direitos. Então, quero cumprimentar vocês e dizer que graças a pessoas Ministro Herman Benjamin, a pessoas como o Deputado Zequinha Sarney, como vários companheiros do meu Partido e de outros partidos também, que somos minoria, mas que temos conseguido, aliados ao povo, à mobilização popular, garantir a manutenção dos direitos e, até certo ponto, o avanço.

Muito obrigada, Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Nosso Ministro Herman Benjamim, com a palavra.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Deputado, queria pedir permissão a V. Exª para dizer algo a respeito da nossa Senadora Vanessa Grazziotin para os nossos convidados estrangeiros, que talvez não conheçam a biografia extraordinária desta grande parlamentar brasileira.

Ela é Senadora – e os Senadores no Brasil têm mandato de oito anos – pelo Estado do Amazonas. O Estado do Amazonas tem uma área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Para se ter uma ideia, isto significa três vezes o território da França e quatro vezes o território da Alemanha em um único Estado brasileiro.

O mais importante é que o Estado do Amazonas tem quase 90% da sua área com florestas tropicais em pé. Juntamente com o Estado do Acre, do Senador Jorge Viana, constitui nos Estados que conseguiram resistir ao desmatamento impiedoso que ocorreu, nos últimos 40, 50 anos, na Amazônia brasileira, mas também nos outros biomas.

A Senadora Vanessa tem uma trajetória que reputo das mais bonitas, porque no seu portfólio de interesses inclui desde a floresta, a água – e não é à toa que ela mencionou água na sua exposição –, mas, sobretudo, os direitos humanos.

Então, ter, num evento como este, a sua presença é um motivo de grande alegria para todos nós, porque V.Exª, juntamente com o Senador Jorge Viana e o Deputado Sarney Filho, representa – não são os únicos – o que há de melhor no Parlamento brasileiro.

Eu, como admirador de V. Exª, queria dar este depoimento pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Muito bem. Merecido. Merecidamente.

Bem, estamos... Vocês devem ter recebido alguns... Este livrinho, “Uma lei para o mar”. Trata-se de um projeto de lei que eu assinei – portanto, formalmente eu sou o autor –, mas foi elaborado pela sociedade civil, pelas ONGs SOS Mata Atlântica, rede de ONGs de proteção da água, enfim, foi discutido durante dois anos e daí surgiu o projeto de lei que assinei e está em tramitação. Seguramente, este projeto foi... Ele está na Comissão de

Agricultura, engavetado. Não há motivo por que eles ainda não votaram, acho que é porque eu sou o autor. Da próxima vez... Ano que vem vamos ver se eles colocam outro autor, para que ele possa andar mais celeremente.

É um projeto de lei que está aberto, ainda, às sugestões de todos aqui, inclusive dos professores de Direito Internacional. O Ministro Herman Benjamin tem os contatos devidos e já está autorizado também, dentro desse aspecto jurídico. Se tiverem algumas opiniões, algumas ideias a serem apresentadas, como não vai dar tempo este ano nós vamos reapresentar ano que vem e já podemos incorporar essas ideias no projeto de lei. Estamos inteiramente abertos à discussão e às propostas.

Também gostaria, antes de passar a palavra à Ministra ou à Senadora Vanessa – ninguém sabe, Ministra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Pois é. *(Risos.)*

Gostaria de fazer uma rápida abordagem a respeito do que está ocorrendo agora na COP 20. A notícia que temos é que a grande discussão de fundo, hoje – uma das grandes discussões, talvez a mais importante –, é justamente sobre as responsabilidades.

O Brasil fez uma proposta de diferenciação dentro daquele princípio de responsabilidade diferenciada, já que não somos, historicamente, responsáveis pelas emissões. Essa proposta a princípio foi rejeitada, depois, agora, essa proposta foi reapresentada de maneira que fosse gradual. Não seria mais uma liberação, como é no Protocolo de Kyoto, dos países em desenvolvimento, ao contrário dos países desenvolvidos. Ou seja, acaba essa carta branca aos países em desenvolvimento, aos países pobres, mas faz uma diferenciação, o que eu acho perfeitamente correto. Então, a discussão, hoje, está dentro disso.

Por outro lado, muitas pessoas, Ministro Herman, pensam – e eu sou uma dessas pessoas – que não cabe mais diferenciação. Acho que já estamos no limite de emergência, que países como a China, como o Brasil, que é o sexto maior emissor, não têm que se resguardar atrás de conceitos históricos. Acho que hoje não devemos mais isso. Mas há que haver uma compensação, sim. Essa compensação tem que ser financeira, é lógico. Manter, por exemplo, a Amazônia como um dos biomas que mais presta serviços à humanidade, tem seu custo.

É lógico que o Brasil é beneficiário disso, também, de manter a Amazônia, mas o mundo também é. Esse custo hoje ocorre porque estão tentando avançar nas terras indígenas para fazer mineração, estão tentando avançar nas unidades de conservação – e algumas já tiveram seu formato modificado, professor. Então, é preciso que a gente realmente tenha uma clareza sobre esse aspecto.

Acho que cada vez mais a sociedade civil internacional e os grupos de pressão – certamente, aqui nós temos um grupo importante de pressão mundial, professores reconhecidamente especialistas nessa área, que têm prestígio grande – podem caminhar e contribuir para que essas questões, que são questões relevantes, sejam resolvidas.

Então, a opinião de muitos aqui é que, ao contrário do que se está pregando, haja metas independentemente da responsabilidade histórica. Nós não estamos mais, Ministro Herman, no momento de discutir detalhes. A emergência climática é uma realidade. É uma realidade que bate na porta de todos os cidadãos do mundo. O Brasil está vivendo isso – a Senadora Vanessa falou. Nós estamos vivendo uma crise ambiental, uma crise climática em São Paulo que não se sabe; se até julho não chover, não haverá água! Enquanto isso, o Brasil tem um discurso ainda – alguns setores do Brasil – atrasado, de exploração do pré-sal; o dinheiro do pré-sal para promover o desenvolvimento do Brasil. Nós não sabemos nem se, daqui a dez anos, o petróleo vai ser permitido pela comunidade internacional, se não vai ser tachado.

Essa série de questões eu acho que não poderíamos estar aqui, em um encontro desses, dessa importância, dentro do Congresso brasileiro, sem registrar. Então, quero fazer este registro.

Quero, em meu nome pessoal e em nome também do Partido e da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso, que eu coordeno, agradecer a presença de todos e dizer que essas contribuições são importantíssimas.

Infelizmente, o nosso Congresso não reflete, de maneira objetiva, de maneira clara, direta, a sociedade brasileira. Aí, de certa maneira, fazendo uma brincadeira, culpo até o Ministro Herman Benjamin, porque foi quando ele começou a fazer cumprir a lei que os ruralistas resolveram ir contra a lei. Porque a lei existia e não era muito cumprida. Quando o Judiciário começou, através de sentenças, a botar os caras para pagar multa, para não ter mais acesso a financiamento, para perder a terra, aí eles resolveram se organizar e vieram flexibilizar o Código Florestal. Agora, estão querendo avançar nas terras indígenas. E, certamente, se a sociedade não se mobilizar, nós não vamos parar por aí.

Passo a Presidência, agora, à nossa Senadora Vanessa, agradecendo, mais uma vez, em nome da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar Ambientalista, esse rico encontro de ideias. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Sarney Filho.

Quero, em nome da Comissão de Relações Exteriores, registrar a satisfação, o orgulho de termos realizado esta reunião em conjunto com o Superior Tribunal de Justiça, representado na figura do nosso queridíssimo, uma das maiores sumidades em meio ambiente do Brasil, que é o Ministro Herman Benjamin. Agradeço a S. Exª por de ter nos propiciado a realização deste colóquio. Repito: é assim que o Ministro não apenas aumenta a sua compreensão, mas contribui com a elevação da contribuição do Parlamento brasileiro e da sociedade brasileira, realizando debates e permitindo o diálogo com pessoas internacionalmente tão importantes e tão reconhecidas nessa área ambiental.

Então, quero, em nome do Presidente da nossa Comissão, Senador Ricardo Ferraço – que não está aqui por que já tinha compromissos no Estado dele, mas tivemos a honrosa presença, até há pouco, do Vice-Presidente do Senado Federal, ex-governador do Estado do Acre, Jorge Viana –, agradecer, em primeiro lugar, ao Ministro Herman Benjamin, que fez, não sei se merecidas, mas referências à minha pessoa. Quero dizer que muito maiores são as referências em relação ao Ministro Herman Benjamin, que, repito, é quem nos orienta, é quem contribui não só para a execução da política ambiental brasileira, mas para a aplicação da política ambiental brasileira. Além de ser um Ministro, uma autoridade importante do Brasil, é um companheiro com quem contamos a qualquer momento. Quando temos problemas a enfrentar no debate e nos faltam argumentos, alguma luz, a gente pega o telefone e liga para o Ministro Herman Benjamin, que está sempre pronto a ajudar todos os Parlamentares brasileiros. E é uma pessoa extremamente respeitada. Quando ele fala, até mesmo os contrários param para ouvir as suas opiniões.

Eu cumprimento o Ministro Herman Benjamin, a quem agradeço pela presença e pela participação.

Eu perguntei, Ministro Herman Benjamin, sobre a relação de quem não estava presente, e apenas uma pessoa foi substituída, o Presidente da Associação dos Juízes Federais, que foi substituído pela Drª Candice, que é Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, o que mostra seu prestígio, Ministro Herman Benjamin.

Quero, então, agradecer a presença da Drª Candice; do Dr. Francisco Gaetani, do Ministério do Meio Ambiente; da Drª Denise Hamu, Coordenadora do Escritório do Pnuma no Brasil; as presenças de Mario Mottin, do Ministério das Relações Exteriores; do Dr. Ben Boer, professor de várias universidades, entre elas, da Austrália e da China; agradecer a presença da Drª Tomme Young; do Dr. Owen McIntyre, que é professor também na Irlanda; a presença de Carl Bruch, pesquisador em Washington, Estados Unidos; assim como a presença de Ian Hannam.

Muito obrigada não só pelas presenças, mas também pela colaboração valiosíssima. Como este colóquio não é a primeira vez que acontece, a gente sempre tem uma publicação, uma publicação que colaborará como orientação para muitos estudos e trabalhos desenvolvidos não só no Parlamento, mas em toda a sociedade brasileira.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que foi este tão importante colóquio internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência eventual da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Luiz Henrique, Antonio Aureliano, Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, João Capiberibe, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, e Armando Monteiro. Deixa de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara a abertura dos trabalhos. A Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicia-se a apreciação da PAUTA – 1ª PARTE: Deliberação de Emendas ao PLOA 2015. Reunião destinada à deliberação das emendas – CRE ao Projeto de Lei nº 13/2014-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Relator das emendas na CRE: Senador Ricardo Ferraço. A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu Relatório. Resultam aprovadas as seguintes Emendas de apropriação à despesa: Emenda nº 1 U.O. 52.121, Comando do Exército, Programa 2058, Ação 14T5, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON – Nacional, valor R\$ 669.000.000,00; Emenda nº 2 U.O. 52.101, Ministério

da Defesa, Programa 2058, Ação 123J, Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR) – Nacional, valor R\$ 100.000.000,00; Emenda nº 3 U.O. 35.101, Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Ação Nova – Ministério das Relações Exteriores – Ajuste o Subtítulo – Nacional, valor R\$ 50.000.000,00; Emenda de Texto: Emenda nº 4 Ementa: Art. 4 Inciso XXVI Cap. II Seção III, Modalidade: Individual, Tipo de Emenda: Substitutiva, Referência: Artigo 4 Inciso XXVI. Resultado: Aprovada. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: Deliberativa. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, de autoria do Aloysio Nunes Ferreira, que “Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.”** Passa a palavra para o Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu relatório. Às catorze horas e cinquenta e um minutos, passa-se a presidência ao Senador Jorge Viana. É dada a palavra ao Senador Sérgio Petecão que pede vista do PLS 288/2013. O Presidente concede vista coletiva do PLS 288/2013. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senadora **Ana Amélia**, Presidente

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Discussão e votação das emendas desta Comissão, apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

A relatoria é do nosso Presidente, Senador Ricardo Ferraço, a quem concedo a palavra, para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, S. Exª Senadora Ana Amélia.

Passo a relatar, Srª Presidente.

Em atendimento ao disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006 – CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13/2014 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

De acordo com a Resolução nº 1/2006 – CN, esta Comissão, na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao PLOA 2015 emendas à despesa, sendo identificadas como de apropriação, de remanejamento ou de cancelamento, bem como emendas ao texto do projeto.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite estabelecido pela CMO (três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento). Diante disso, não obstante todas as propostas submetidas a esta Comissão detenham inegável mérito, fomos forçados a optar por algumas delas, o que fizemos com atenção à priorização dos órgãos envolvidos e ao apoio que receberam dos ilustres Senadores.

No que diz respeito às propostas de emendas de despesa, manifestamo-nos pela apresentação de emendas de apropriação para o atendimento das seguintes programações:

- a) U.O. 35.101, Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Ação Nova – Ministério das Relações Exteriores, valor R\$ 50.000.000,00;
- b) U.O. 52.121, Comando do Exército, Programa 2058, Ação 14T5, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), valor R\$ 669.000.000,00; e
- c) U.O. 52.101, Ministério da Defesa, Programa 2058, Ação 123J, Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR), valor R\$ 100.000.000,00.

Como é do conhecimento público, o Ministério das Relações Exteriores foi alvo do grupo de *hackers* Anonymous em 2014, que invadiu seu sistema de mensagens eletrônicas e teve acesso a documentos internos, alguns deles confidenciais. A implementação de uma política de segurança e defesa cibernética exige mudanças profundas na tecnologia e nos processos utilizados. As medidas para fazer frente a esse desafio são imprescindíveis e essenciais tendo em vista as crescentes ameaças de ataques desse tipo. Assim, são grandes e urgentes os desafios com que se defronta a área de tecnologia de informação do Ministério das Relações Exteriores.

O projeto intitulado Plano Diretor de Tecnologia da Informação tem por objetivo contratar um canal exclusivo para uso do sistema de um canal exclusivo para uso do sistema de comunicação do Ministério das Relações Exteriores, de modo a conectar o Itamaraty com todos os 227 postos distribuídos em 150 países, utilizando conexões de cabos terrestres ou via satélite, conforme as peculiaridades locais. Tal rede permitiria a elevação da disponibilidade de conexão e a segurança do tráfego das informações, que deixaria de empregar rede pública, sujeita a todo tipo de invasão. Trata-se de projeto não apenas de interesse do Itamaraty, mas de todo o Estado brasileiro, e visa, naturalmente, dar confidencialidade e segurança nas comunicações em que os nossos postos avançados lidam em todo o mundo. Por essa forma, nós, em contato com o Ministério das Relações Exteriores, acatamos essa emenda, pelo nível de prioridade que nos foi oferecido pelo Ministério das Relações Exteriores, para que as informações pudessem ter um tratamento de maior segurança.

Com relação ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), a emenda visa fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre. O Sisfron foi concebido entre 2010 e 2011, com início da implantação em 2012. Seu funcionamento permitirá uma eficiente vigilância das fronteiras terrestres e o combate mais efetivo aos ilícitos transfronteiriços como o tráfico de drogas, armas e pessoas. Sua concepção permitirá, também, o aprofundamento das ações interagências, integrando de forma eficiente as Forças Armadas, a Polícia Federal, as polícias estaduais, Defesa Civil e outros.

Esse projeto possui caráter nacional e terá um impacto amplo e profundo ao se projetar pelos quase 16 mil km da faixa de fronteira, monitorando aproximadamente 27% do Território nacional, e é o principal projeto de transformação do Exército Brasileiro. O projeto inicial foi orçado em R\$12 bilhões e o período de implantação previsto é de 10 anos. Em 2012, os recursos autorizados foram de aproximadamente R\$260 milhões. Entretanto, foram liberados um pouco menos de R\$200 milhões. Em 2013, para uma autorização de R\$267 milhões, foram empenhados R\$242 milhões. Em 2014, foram autorizados R\$298 milhões e empenhados R\$256 milhões.

Em suma, nos três primeiros anos do projeto foram liberados aproximadamente R\$700 milhões, dos quais apenas R\$422 milhões foram efetivamente desembolsados, ou seja, apenas 3,5% 8,7% do total previsto para o projeto, o que causará grave atraso em sua conclusão. Nesse ritmo, o projeto demorará mais de 50 anos para ser completado.

No Orçamento de 2015, o PLOA prevê somente R\$285 milhões, valor insuficiente para assegurar a continuidade desse estratégico programa da República brasileira.

Já a emenda do Projeto H-XBR, de responsabilidade do Ministério da Defesa e sob a coordenação do Comando da Aeronáutica, tem por objeto a produção, a industrialização, o desenvolvimento e o fornecimento, inicialmente na França e depois no Brasil, de 50 helicópteros de médio porte para as Forças Armadas, aproveitando as possibilidades decorrentes do acordo de cooperação celebrado entre o Brasil e a França, tendo por objetivo a implantação de uma linha de produção das aeronaves EC-725, ancorada em um processo de transferência de tecnologias e desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa. O projeto envolve a entrega de 16 helicópteros para a Força Aérea, 16 para a Marinha, 16 para o Exército e 2 para transportes Especiais (Presidência da República).

Com o PLOA 2015 de R\$538,9 milhões e considerando que se tornará a Lei Orçamentária 2015, o projeto acumulará mais de R\$1 bilhão de déficit desde sua data inicial de eficácia (2009). No ano de 2014, eram previstas 13 aeronaves novas para as Forças Armadas, tendo sido entregues sete aeronaves, em função do orçamento disponível para o contrato.

Em vista da situação orçamentária apresentada pelo gestor do contrato (Copac), a realidade orçamentária considerada para os próximos anos está muito aquém do previsto inicialmente, obrigando a indústria a prolongar o contrato em mais dois anos e onerando o custo de forma sensível, gerando inúmeros problemas industriais assim como com seus inúmeros parceiros fornecedores e beneficiários no contrato de cooperação firmado através da Helibras, na cidade de Itajubá, no Estado de Minas Gerais.

No que se refere à execução orçamentária das ações relacionadas às propostas de emendas, a análise evidencia que, no exercício de 2014, a ação 123J – Aquisição de Helicópteros teve 96,4% das despesas previstas no orçamento de 2014 empenhadas (R\$646,8 milhões), embora o pagamento, relativo às despesas do corrente exercício, tenha atingido apenas R\$220,1 milhões. No entanto, observa-se um valor expressivo de restos a pagar pagos da ordem de R\$594,4 milhões, o que demonstra atraso na execução financeira do projeto com a postergação de pagamentos de um exercício para outro.

Com relação à ação 14T5 – Sisfron, foram empenhados 85,9% do Orçamento para 2014, embora o pagamento das programações do exercício em curso tenha se restringido à R\$54,2 milhões (21,2% do empenhado) e o pagamento de exercícios anteriores tenham atingido o montante de R\$134,8 milhões.

A emenda de texto refere-se a uma alteração de redação do inciso XVI do art. 4º do PLOA 2015, a respeito de autorização de abertura de crédito suplementar para movimentação de militares e de fardamento de militares das Forças Armadas.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação de emendas ao PLOA 2015 nas seguintes ações abaixo relacionadas com as respectivas propostas de emendas:

Emendas de apropriação à despesa:

1. U.O. 35.101, Ministério das Relações Exteriores, Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Ação Nova, valor R\$50.000.000,00;

2. U.O. 52.121, Comando do Exército, Programa 2058, Ação 14T5, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron, valor R\$669.000.000,00; e

3. U.O. 52.101, Ministério da Defesa, Programa 2058, Ação 123J, Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR), valor R\$100.000.000,00.

Ademais, por seu caráter meritório, votamos pela aprovação integral da única emenda de texto proposta, que se refere a alteração de redação do inciso XVI do art. 4º do PLOA 2015, a respeito de autorização de abertura de crédito suplementar para movimentação de militares e de fardamento de militares das Forças Armadas.

É como relato, Srª Presidente, evidentemente manifestando aqui minhas escusas e o agradecimento a um conjunto de mais de 60 emendas que nós recebemos do conjunto dos Srs. Senadores, mas que o ambiente de elevada restrição e, muito mais do que isso, também no diálogo e no debate que fizemos com as Forças Armadas, nós buscamos considerar os programas que as próprias Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores consideram prioritários, sobretudo por força de não haver descontinuidade de investimentos, como é o caso do Programa Sisfron, como é o caso das aquisições desses helicópteros que são fabricados no Brasil, em Minas Gerais, e são fabricados dentro de um contexto de transferência de tecnologia para o nosso País.

É como relato e submeto a V. Exª e aos demais membros da Comissão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Relator Ricardo Ferraço, eu queria cumprimentá-lo, foi bom V. Exª ter salientado que a apropriação das emendas pela Comissão resulta também das emendas dos Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, para esses projetos e outros. Nós as encaminhamos, mas, quando o cobertor é curto, fica difícil acomodar tudo.

Tão importante quanto as emendas apresentadas por V. Exª é a execução orçamentária daquilo que nós estamos orçando. Então, quando se fala que Sisfron, por exemplo, um programa que empenha apenas 21%, realmente fica comprometido aquilo que nós deliberamos aqui. Por isso, há relevância de orçamento impositivo.

Feita essa observação, quero colocar o relatório do Senador Ricardo Ferraço em discussão.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Srª. Presidente, apreciei o relatório do Senador Ferraço, que traz a marca da sua competência, da sua aplicação, que é uma característica da sua atuação parlamentar, mas eu queria fazer uma observação. Não sei se é possível nem em que medida é possível que o Senador possa atender a uma ponderação que pretendo fazer, relativa a recursos para o Prosub, o programa para a construção de submarinos.

Esta Comissão, por várias vezes, já se debruçou sobre esse tema e conhece bem o programa, que visa à construção de quatro submarinos convencionais e um submarino com propulsão nuclear.

Nós já sabemos que o propulsor está sendo feito aqui no Brasil, com tecnologia brasileira desenvolvida pela Marinha. E todos nós também discutimos e sabemos o quanto esse projeto é importante não apenas para a defesa nacional, como também pelas suas consequências na aplicação do mundo civil, pelo desenvolvimento tecnológico que ele propicia.

Desde a mocidade, eu luto muito pelo desenvolvimento da tecnologia nuclear no nosso País. Muito! Eu penso que esse projeto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pacifista, não é, Senador? Pacifista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É claro, com fins pacíficos. Não vamos construir bomba atômica, mas é importante termos um propulsor nuclear...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É estratégico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...para o nosso submarino, para a defesa das nossas águas territoriais, para a proteção dos navios, para a garantia do uso exclusivo dessas águas por embarcações brasileiras ou autorizadas.

De modo que eu faria um apelo ao nosso Presidente, para ver se é possível, dentro desse cobertor curto, encontrar um jeito de pelo menos um pé do Prosub ser coberto.

Este é um setor, este é um programa que não comporta solução de continuidade. Ele precisa ser levado adiante com constância e sem nenhum hiato, sem nenhum tipo de redução do seu ritmo, que já é bastante lento, atendendo às condições orçamentárias difíceis do nosso País.

Então, fica essa observação ao nosso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra o Relator, quanto às ponderações do Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A intervenção do Senador Aloysio Nunes é absolutamente apropriada, adequada. Pessoalmente estive na França, estive em Cherbourg para acompanhar uma etapa da construção deste projeto extraordinário, o Prosub, para construção, e não apenas construção, mas construção e transferência de tecnologia de submarinos a propulsão nuclear.

Ocorre que a Comissão Mista do Orçamento estabelece como limite três emendas.

Eu não tenho qualquer observação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nós temos esse limite? É *numerus clausus*?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que nós fizemos? Nós priorizamos o Sisfron. Trata-se de uma prioridade nacional, que é aprimorar, aperfeiçoar a presença do Estado brasileiro no chamado Brasil Profundo nas nossas fronteiras, por onde nós temos crimes transnacionais absurdos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não há dúvida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E o Estado brasileiro, em lugar de combater o narcotráfico nas médias e grandes cidades brasileiras, deve combater nas fronteiras, porque essas drogas não são fabricadas aqui, de modo a infernizar a família brasileira. Então, é dar condição ao Exército brasileiro, ao Estado brasileiro de ter um programa com recursos humanos, com recursos materiais, com tecnologia, com inovação, com inteligência na fronteira me parece uma prioridade incontestável.

Também me foi apresentada como prioridade incontestada a manutenção do Programa de Transferência de Tecnologia, também numa relação do Estado brasileiro com a República Francesa, para a construção de 50 helicópteros.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Inclusive alguns da Marinha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – São 16 helicópteros para a Marinha e 16 helicópteros para o Exército.

Esse programa tem sofrido alterações em função de ausência de dotação orçamentária.

Um programa que também tem sofrido solução de continuidade, em que foram entregues já...

O projeto envolve a entrega de 16 helicópteros para a Força Aérea, sendo 16 para a Marinha e 16 para o Exército. Enfim, para uma cada das Forças, 16 helicópteros, 14 já foram entregues, mas com os cronogramas absolutamente, tanto físico como financeiro, atrasados. E também um programa importante, porque ele pressupõe não apenas a aquisição do equipamento mas pressupõe a transferência de tecnologia, de modo que o Brasil possa se apropriar disso, para construir esses helicópteros.

Outro programa é para a construção de uma linha segura para as nossas 227 embaixadas e consulados, que nos foi apresentado pelo Secretário Executivo do Ministério, Embaixador Eduardo Santos, como algo imprescindível, tendo em vista a fragilidade, a vulnerabilidade da segurança nas comunicações dos nossos embaixadores, cônsules e embaixadas.

Então, Presidente, nós ficamos diante daquela situação: se ficar, o bicho come, se correr, o bicho pega. O cobertor é curto demais. Mas, evidentemente, não sou dono da verdade, eu procurei, no contato e no diálogo com as Forças e com Ministério, priorizar aquilo que eles consideravam, internamente, que era fundamental, de modo que também a Marinha está contemplada. E quero crer que para o programa Prosub o Governo terá que encontrar uma solução, não de emenda da Comissão, mas de recursos próprios para tocar esse projeto que é fundamental para o domínio da construção desses equipamentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Aloysio, a explicação do Senador ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu não quero, eu ia pedindo ao nosso Relator, Presidente, que traçasse a quadratura do círculo, porque nós estamos realmente condicionados a uma decisão que venha da Comissão Mista de Orçamento, o relatório preliminar. Então, não há o que fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É o exercício que ele ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas fica registrado aqui esse nosso, creio que poderia ser um compromisso de toda nossa Comissão, lutarmos para que as verbas que forem alocadas para esse programa, sejam efetivamente executadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Dada a relevância, Senador Aloysio, dessa matéria, eu também apresentei sobre o Astros 2020, penso que são importantes, nós teríamos projetos que serão inadiáveis como a questão cibernética do Ministério do Exército. Todos eles são de uma relevância muito grande.

O que nós conseguimos acomodar na Comissão de Educação foi acrescentar uma recomendação, Senador, aí tem um caráter mais político, Senador Aloysio, Presidente Ricardo Ferraço, um caráter mais político também de manifestar... aí, não é a emenda, é uma recomendação à Comissão Mista de Orçamento ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desde já.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – .. para que examine, dentro das possibilidades, a viabilidade de acomodar essas demandas.

Então, é apenas uma recomendação.

As emendas apropriadas são essas que o Senador apresentou e estas que vamos votar, mas penso que, como foi feito em outras Comissões, uma recomendação desta Comissão, dada a relevância e o significado não só da questão do submarino, mas também desses outros projetos que eventualmente tenham sido motivo de maior volume de emendas apresentadas à CRE.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria, cumprimentando V. Exª, Senadora Ana Amélia, cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço que preside esta Comissão e nos dá hoje um relato e nos ajuda, em nome de toda a Comissão, a definir o que podemos entender como as três prioridades que o Regimento nos impõe definir para o orçamento do próximo ano.

Eu, além de endossar as três matérias apresentadas pelo Senador Ricardo Ferraço, todas de fato de interesse e vinculadas diretamente ao papel que desempenhamos na Comissão de Relações Exteriores, queria me associar também a V. Exª nesse aspecto do projeto submarino. Ele é muito importante, o Senador Aloysio já fez aqui a defesa, e que nós pudéssemos encontrar uma maneira de recomendarmos, além das três emendas que estamos apresentando, colocarmos uma solicitação de que se priorize também e, ao mesmo tempo, certamente alguns de nós estará aqui no próximo ano como membro titular desta Comissão, e quem estiver possa assumir um compromisso de já incluir no próximo ano, entre as três, essa emenda que o Senador Aloysio defendeu aqui com tanta propriedade.

Então, eu, mais uma vez, cumprimento o Senador Ricardo Ferraço pela definição das três emendas.

Penso que atende ao Plenário desta Comissão, e solicito que nessa sugestão de V. Exª possamos incluir, além das três emendas, a recomendação de que se dê um tratamento adequado, priorizando esses programas, no caso do submarino que inclui, pela importância que eles têm para o País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço muito o Senador Jorge Viana e caro Senador Ricardo Ferraço, que relatou.

Esse foi o caminho encontrado pelo aconselhamento legislativo da Casa, quando votamos na Comissão de Educação uma matéria que fugia das quatro. Lá temos quatro emendas de apropriação da Comissão, que é educação, cultura e esporte.

E aí, então, ele entendeu por bem que isso seria próprio e adequado. Ao pé do relatório – que será aprovado por todos aqui –, essa recomendação à CMO no sentido de que examine a viabilidade.

Gostaria de saber se V. Exª acolheu essa sugestão e, ademais, vamos já colocar em votação o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A sugestão de V. Exª, assim como do Senador Jorge Viana, é absolutamente tempestiva e essas recomendações de texto não alteram o conteúdo, muito pelo contrário, vão reforçar a necessidade de mantermos o pé firme na conclusão desse que é um programa muito importante para o Estado brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Gostaria que fosse feita a referência. A iniciativa foi do Senador Aloysio, o Senador reforçou, e eu apenas dei um encaminhamento prático à questão relacionada.

Está em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço, que trata das despesas da União para o exercício de 2015 desta Comissão na área de relações exteriores e defesa nacional.

Em votação, o relatório. As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Parabéns, Senador Ricardo Ferraço.

Seria bom que não tivéssemos limitações orçamentárias para acomodar todas as demandas.

Vamos à segunda parte da reunião. A primeira está encerrada.

Item 1:

ITEM Nº 1**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2003****Terminativo**

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: Nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo, será submetido a turno suplementar.

Lembro aos Srs. e às Sras Senadoras que o projeto é terminativo e, portanto, exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. Antes que ele inicie a leitura do seu relatório, gostaria de pedir ao Senador Jorge Viana, que assuma a Presidência, porque gostaria de fazer uma solicitação nessa matéria. E prefiro fazer como membro do Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srª Presidente.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou esse projeto, por meio do qual se pretende e se propõe instituir a Lei de Migração, regular a entrada e a estada de estrangeiros no Brasil, estabelecer normas de proteção ao imigrante brasileiro, entre outras providências.

A proposição é composta por sete títulos. O título I, “Dos Princípios e dos Direitos dos Imigrantes”, traz a definição de imigrante como “todo estrangeiro que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça transitória, temporária ou definitivamente no País”. São excluídos, portanto, o turista e outros sem pretensão de se estabelecer em Território Nacional.

O repúdio à xenofobia, a não criminalização da imigração, a acolhida humanitária e a garantia à reunião familiar, entre outros, estão previstos como princípios da política migratória brasileira. Além disso, o art. 3º prevê uma série de direitos e garantias aos imigrantes, a exemplo do amplo acesso à Justiça, bem como as medidas destinadas a promover a integração do imigrante nas respectivas comunidades locais.

O Título II dispõe sobre os tipos de visto (de trânsito, de turismo e negócios, temporário, permanente, diplomático e oficial, assim como de cortesia). Traz, ainda, dispositivos sobre os institutos do asilo e da reunião familiar.

Os dispositivos sobre repatriação, deportação e expulsão encontram-se no Título III. Já o Título IV define as regras sobre naturalização, inclusive sobre seus efeitos e sobre a perda da nacionalidade. O Título V ocupa-se de situações referentes ao emigrante brasileiro.

O Título VI, “Das Sanções”, tipifica o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração e prevê infrações administrativas, com as respectivas multas, a exemplo da entrada ou estada de estrangeiro sem documentação adequada no Território Nacional; do exercício de atividade remunerada no Brasil por estrangeiro beneficiário de visto de turismo e negócios.

Por fim, o Título VII cuida das Disposições Finais, com alterações na Lei nº 8.213, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Pretende-se que o brasileiro que tenha trabalhado no exterior possa contribuir, de forma retroativa e como segurado facultativo, para o Regime Geral de Previdência Social. Há, ainda, a cláusula revocatória da Lei nº 6.815, com exceção dos dispositivos referentes à extradição.

O PLS foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo a esta decisão terminativa sobre a matéria.

Na Comissão de Assuntos Sociais, houve aprovação da matéria com quatro emendas. A primeira delas altera a ementa, com o fim de incluir a menção às normas, previstas no texto do projeto sobre proteção ao emigrante brasileiro. A segunda emenda corrige equívoco na remissão, constante do §2º do art. 27 do PLS, ou seja, substitui-se a referência à §2º por §1º. A terceira, na redação ao art. 47, apenas substitui a expressão “seguindo” por “segundo”. A quarta emenda tem por fim deixar expresso que a possibilidade de contribuição retroativa como contribuinte facultativo pelo brasileiro que tenha trabalhado no exterior não será aplicada aos casos em que ele já se vincule à Previdência Social em outra condição que lhe seja mais favorável. Para tanto, a emenda inclui as alíneas “c”, “e” e “f” do inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213, ao lado da já mencionada alínea “e” do inciso V do mesmo artigo. Ademais, é suprimida a referência ao art. 13-A constante na parte final do art. 102-A que o PLS pretende incluir no texto na Lei nº 8.213, em face da inexistência desse dispositivo.

O PLS nº 288, de autoria do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira, ao pretender instituir uma Lei de Migração, deve ser submetido ao exame desta Comissão de Relações Exteriores, em observância aos termos

do art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual prevê entre as competências da Comissão a análise de proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores.

Mediante a revogação de quase totalidade da Lei nº 6.815, conhecido como Estatuto do Estrangeiro, a instituição de uma Lei de Migração, por meio da aprovação do PLS nº 218 [quero crer que 288] vem atender a necessidade de um novo paradigma para o tratamento da questão do estrangeiro no Brasil. Em outras palavras, Sr. Presidente, busca-se dar enfoque agora ao migrante e não mais ao estrangeiro.

Para tanto, o autor da proposição esclarece na justificação que: “o regime jurídico brasileiro para estrangeiros apresenta defasagem evidente, já que à época em que foi concebido, no início dos anos 80, ainda estávamos em período autoritário e com grandes preocupações de segurança nacional, o que se refletiu na regulação jurídica. Contudo, outros enfoques são aconselháveis para abordar essa matéria, como o de cooperação, o trabalhista e o humanitário”.

Projeto visa, em essência, abordar o tema tendo em vista a preocupação com assistência humanitária, cooperação internacional e integração regional. Ele fixa princípios que deverão reger a política migratória brasileira em conformidade com diretrizes claras e humanitárias.

Nesse sentido, a matéria passa a ser inserida no contexto da proteção internacional dos direitos humanos, mediante a incorporação dos três princípios gerais de direitos humanos: interdependência, universalidade e indivisibilidade. Assim sendo, reconhece-se o cabedal normativo de proteção dos direitos humanos dos imigrantes e não o caracteriza como mero ato de soberania. Ainda segundo o Senador Aloysio Nunes Ferreira, “A lei almejada construirá um corpo normativo de direitos e deveres que devem alcançar todos os imigrantes, que cada imigrante faz jus a todos os direitos previstos e que cada direito se realiza em conjunto com a efetividade dos demais”.

Entretanto, não obstante o exemplar trabalho apresentado pelo Senador Aloysio Nunes, entendemos que o projeto possa ser ainda aprimorado, revogando-se o chamado Estatuto do Estrangeiro por completo. Primeiro, substituímos o termo “estrangeiro” por migrante e incluímos o trabalhador fronteiriço e o apátrida também como “alvos” da lei, ao lado dos migrantes, imigrantes, imigrantes transitórios e emigrantes. Para isso, foi criado capítulo para os residentes em municípios de fronteira. No Título III, que versa sobre a Condição Jurídica e situação documental do Imigrante, realizamos a junção dos vistos de turismo e negócios, que passam a ser o chamado visto de visita. O visto permanente também é extinto. Com a residência, não há necessidade dessa categoria.

Outra novidade é o prazo do visto temporário para estudantes. O visto passará a ter a duração do curso, e, em caso de desligamento do aluno, passa a ser responsabilidade da instituição de ensino avisar às autoridades. Acreditamos que tal medida contribui para a desburocratização do sistema. É incluído capítulo para a proteção da pessoa apátrida e redução da apatridia, além da adição do visto para fins humanitários.

No Título V do Substitutivo, foi instituído critério claro para a possibilidade de expulsão do imigrante. Ele poderá ser expulso se for aceita denúncia relativa a: crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio, quando não for possível a extradição ou a entrega à jurisdição penal internacional, crimes que atentem contra a ordem constitucional e o Estado democrático, crimes comuns passíveis de penas restritivas de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização.

O Título VII, que aqui apresentamos, dispõe sobre o emigrante brasileiro e amplia o que trouxe o projeto original.

No Título VIII, tratamos da extradição, da transferência de execução da pena e da transferência de pessoas condenadas.

Em face do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 288, de 2013, na forma da emenda substitutiva, com extraordinários elogios à iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que faz uma adequação absolutamente inadiável de valores e princípios que devem estar presentes numa sociedade que tenha princípios civilizatórios e pacíficos, como é o caso da sociedade brasileira.

É como relato e submeto aos Srs. e às Sr^{as} Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu, ao tempo que cumprimento o Senador autor, Senador Aloysio Nunes Ferreira, cumprimento também o Senador Ricardo Ferraço pelo relatório, e ponho em discussão a matéria.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente e Senador Jorge Viana, atendendo a um pedido, um apelo da Senadora Ana Amélia, que teve que se ausentar para tratar assuntos de interesses pessoais, e também atendendo a um pedido de V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, Senador Aloysio Nunes, nós vamos pedir vista ao projeto para que possamos dar uma trabalhada em cima e, se possível, aperfeiçoar.

Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vamos pedir vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência concede vista coletiva. Eu mesmo iria pedir vista, a Senadora Ana Amélia, e atende à solicitação do Senador Sérgio Petecão.

Nós não temos quórum para deliberar.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 05 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e quarenta e quatro minutos do dia três de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Jorge Viana**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Inácio Arruda, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Blairo Maggi, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles, Gim e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Após a leitura dos comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. **PARTE I** – Deliberação de Matéria: **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 25, de 2014**, de autoria dos Senadores **Pedro Taques e Jorge Viana**, que “*nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias*”. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **PARTE II** – **Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento nº 25, de 2014 – CI**, aprovado em que 3 de dezembro de 2014, que requer “*nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias*”, de autoria dos Senadores **Pedro Taques e Jorge Viana**. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o senhor General **Adriano Pereira Junior**, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, representante do Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira. Faz uso da palavra o Senador **Valdir Raupp**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e vinte minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Jorge Viana**, Presidente em exercício da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bom dia!

Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Quero cumprimentar todos os funcionários e funcionárias desta Comissão e a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado.

Início os nossos trabalhos fazendo a leitura dos comunicados, que, como é de praxe aqui na Comissão, é feita pelo Presidente, Senador Fernando Collor, recebidos pela Presidência desta Comissão.

A Presidência comunica o recebimento da Nota Informativa nº 2.309, de 2014, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, com recomendações relativas ao Aviso nº 1.159-Seses-TCU, do Tribunal de Contas da União. O Aviso trata de auditoria, executada pelo TCU, que teve por objetivo obter um retrato pormenorizado e atual das condições de escoamento da produção agropecuária do Estado de Mato Grosso por meio do corredor logístico Centro-Sudeste, que responde pelos fluxos mais significativos do agronegócio brasileiro.

A fiscalização identificou atrasos na implantação de empreendimentos prioritários para o escoamento da produção; que rodovias, ferrovias e hidrovias que compõem o vetor logístico Centro-Sudeste estão em

condições precárias de conservação e risco de reincidência de congestionamentos nos embarques da safra pelo Porto de Santos.

O TCU informou que acompanhará o cumprimento das determinações exaradas no Acórdão em análise, dessa maneira, a Consultoria Legislativa do Senado Federal posicionou-se pelo conhecimento da matéria e, em seguida, ao arquivamento do processado.

Cópia da Nota Informativa e do Aviso do TCU encontram-se à disposição das senhoras e senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

Outro comunicado: documentos recebidos pela Presidência desta Comissão.

A Presidência comunica o recebimento da Nota Informativa nº 2.311, de 2014, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, com recomendações relativas ao Aviso nº 1.097-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União. O Aviso trata de auditoria, executada pelo TCU, que teve por objetivo avaliar a execução orçamentária, o cronograma físico e o desempenho dos principais empreendimentos que compõem o Corredor Logístico do Rio Madeira, bem como as medidas adotadas pela Administração com vistas à solução dos empecilhos logísticos existentes.

Os achados da auditoria resultaram em recomendações ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), relativas a providências para avaliação e correção de irregularidades no pavimento da BR-364; e para implantação de programa de média duração para dragagem de manutenção e eliminação de pontos críticos, bem como de balizamento, sinalização e retirada de “paliteiros” na hidrovia do Rio Madeira.

Diante do exposto, a Consultoria Legislativa do Senado Federal opina pelo conhecimento da matéria, para, em seguida, proceder ao arquivamento.

Cópia da Nota Informativa e do Aviso do TCU encontram-se à disposição das senhoras e senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

Faço a leitura de mais um comunicado para entrarmos na pauta desta reunião.

Comunicado da Presidência.

Conjuntura econômica internacional. A atual conjuntura econômica internacional, ao término de 2014, mostra aspectos preocupantes para a recuperação que se ensaia.

A Europa chega a uma inflação próxima de zero, com os últimos dados da agência de estatística da União Europeia, mostrando que os preços do consumidor da zona de Euro subiram apenas 0,3% em novembro, número menor que o 0,4% de outubro. Teme-se a chegada de uma temida inflação, ao mesmo tempo em que os índices de desemprego mantêm-se altos, principalmente na Grécia (26%), na Espanha (24%), na Itália (13,2%). Essas taxas contrastam com o índice na Alemanha, de 4,9% e mostram as dificuldades que têm encontrado a política de flexibilização monetária do Banco Central Europeu.

Em setembro, o Banco Central Europeu cortou a sua taxa básica de juros para 0,05% e tem facilitado o acesso do sistema bancário a linhas de crédito baratas e de longo prazo, além de comprar títulos públicos no mercado aberto.

O presidente do Banco Central Europeu reiterou a intenção da autoridade monetária europeia de evitar uma deflação que venha a prejudicar a já difícil recuperação da crise de 2008. A atividade econômica europeia vem caindo, e os números são preocupantes, pois a base de comparação são os patamares já baixos do período pós-2008. A possibilidade de deflação assusta, porque atinge as expectativas das empresas, e dificulta o pagamento de empréstimos ao aumentar, em termos reais, os juros praticados. Vários economistas consideram que o problema europeu de fundo é o fraco consumo, e que vai demorar para que as medidas de flexibilização monetária tenham efeito em uma economia que trabalha aquém de seu potencial.

A economia do Japão, que vinha reagindo bem aos estímulos patrocinados pelo Primeiro-Ministro, Shinzo Abe, desde o ano passado, desacelerou bruscamente, principalmente pela elevação do imposto sobre o consumo. Essa elevação contrabalançou os esforços do *quantitative easing*, podendo mesmo anular os ganhos das medidas de estímulo e empurrar a economia para novos períodos de deflação.

A Rússia, além de sofrer com as sanções, americanas e europeias, causadas pela sua política em relação à Ucrânia, sente também os efeitos da diminuição dos preços da energia. Com a China mantendo seu crescimento na faixa dos 7%, e a Índia no patamar de 5%, teme-se que a economia dos Estados Unidos, embora em recuperação saudável, não possa, funcionar como indutor do crescimento global.

Na análise da conjuntura econômica internacional, deve-se levar em conta, ademais, a radical queda dos preços do petróleo, referência global, caindo ao nível de US\$70, o barril. Em reunião na última quinta-feira, 27 de novembro, a OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, decidiu manter os níveis atuais de dos países exportadores de petróleo, decidiu manter os níveis atuais de produção, o que diminuiu ainda mais as cotações. Há um excesso de produção mundial em uma economia desacelerada, e o aumento da produção de

petróleo de xisto, o gás de folhelho, dos Estados Unidos contribui para o desequilíbrio. As importações americanas de países da OPEP têm diminuído.

A queda dos preços do petróleo tem efeitos variados. Prejudica direta e fortemente produtores que não acumularam reservas, como o Irã, a Argélia e a Venezuela. Mas, por outro lado, pode beneficiar consumidores nos EUA, no Japão e na Europa e ajudar no relançamento da economia mundial. Em outra vertente, o baixo preço do petróleo desestimula investimentos em pesquisa e infraestrutura de produção, bem como em energias alternativas.

O Brasil, cuja problemática econômica deverá passar agora por ajustes macroeconômicos importantes, não contará com a ajuda do cenário internacional. Devemos ter em conta um baixo crescimento global e preços de *commodities* em desaceleração.

Além disso, a esperança na energia abundante do pré-sal pode ser inviabilizada pela dificuldade em construir uma infraestrutura de extração de petróleo em águas profundas por causa do baixo preço, que não remunera adequadamente os investimentos.

Eram esses os avisos que a Presidência queria tornar públicos.

Passamos, então, ao item 1 da pauta desta reunião com a apreciação do Requerimento nº 25, que passo a ler, como item único.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, DE 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos Municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os Municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Observações: lido em 19/11/2014.

Aqui entre outra parte do requerimento, que diz respeito a uma reivindicação de minha autoria: “(...) bem como sobre os valores orçamentários disponíveis e a possibilidade de não contingenciamento dos recursos para essas ações”.

Eu o apresentei juntamente com o Senador Pedro Taques, autor do requerimento e também fiz um requerimento verbal nesta Comissão, buscando o diálogo com os responsáveis pela Defesa Civil no Brasil, para que se possa compartilhar com a opinião pública os efeitos que nós temos visto de mudanças radicais referentes à seca ou à chuva no clima do Brasil, com consequências muito graves para centenas de Municípios.

Informo que o nosso convidado já está presente.

Agradeço ao Senador Pedro Taques, autor do requerimento – eu também o apresentei –, que foi lido na reunião do dia 19 de novembro.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

O requerimento, por não haver manifestação contrária, é considerado aprovado.

Convido, então, o General Adriano Pereira Júnior, responsável pela Defesa Civil nacional, para nos auxiliar na condução dos trabalhos.

Esta é a segunda parte da nossa audiência pública. *(Pausa.)*

Peço ao nosso ilustre convidado, o General do Exército Adriano Pereira Júnior, indicado por S. Exª o Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, que, aqui, possa nos auxiliar nos trabalhos.

Estamos numa reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, transmitida ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Nosso objetivo, nesta segunda parte da audiência, é discutir os procedimentos administrativos do Ministério da Integração Nacional, especificamente na área em que V. Exª tem responsabilidade sobre a condução, para que haja o reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública nos Municípios brasileiros. Essa é uma preocupação do Senador Pedro Taques, tendo em vista a quantidade de Municípios que recorre a esse instrumento legal, no sentido de buscar socorro, ajuda, para responder às intempéries e

aos desastres naturais que se repetem nas diferentes regiões do País. Com isso busca-se entender um pouco o processo administrativo no reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública.

Eu gostaria de solicitar também a V. Exª que pudesse nos auxiliar, falando sobre a segunda parte do requerimento, que é de minha autoria, sobre os recursos disponíveis para a Defesa Civil, o contingenciamento ou não desses recursos. Porque eu mesmo, como membro da Comissão Mista de Orçamento, estou apresentando uma proposta para que não haja contingenciamento dos recursos da Defesa Civil. Que os recursos estabelecidos no Orçamento possam ser os adequados e ampliados. Mas é bom que V. Exª possa nos dar uma panorâmica. Nós estamos no final de 2014, e parece-me que o ano inteiro houve uma convivência com desastres naturais. Que V. Exª possa nos oferecer um quadro panorâmico de quantos Municípios recorreram à situação de emergência e a estado de calamidade.

Agora mesmo tivemos um gravíssimo problema no começo do ano, com a cheia do Madeira, que isolou completamente o Acre. Tivemos cheia em vários Municípios, incluindo a capital, e agora no Município de Tarauacá, onde, fora de época, durante dez, quinze dias, choveu 270mm no Rio Muru e no Rio Tarauacá. Algo inédito. O maior desastre natural da história do Município. A cidade simplesmente ficou submersa durante 72 horas. Recorremos ao Ministro, acatou-se o decreto municipal de situação de emergência, e agora estamos aguardando o de calamidade pública, porque assim ficou realmente configurado pela circunstância. Todas as unidades de saúde, alagadas; todas as escolas, atingidas; os serviços básicos e fundamentais da população deixaram de ser prestados. Os prejuízos são incalculáveis. Houve até um socorro imediato com a liberação de R\$794 mil pela Defesa Civil para o Município de Tarauacá, houve um pequeno contratempo de conta, mas foi muito ágil a resposta nesse caso, e já existe, inclusive, um pedido de mais – avalio – R\$1 milhão, porque a situação foi de caos. O Governador Tião Viana socorreu, junto com o Prefeito do Município. Eu estive lá pessoalmente, como sempre faço, por ter sido ex-Prefeito, por ter sido Governador por oito anos e por ter sido autor de uma proposta de revisão do aparato, do arranjo institucional, legal, para se lidar no Brasil com os desastres naturais. Eu e o Senador Casildo Maldaner ouvimos os gestores dessa área no Brasil inteiro. Eu sempre acompanho e entendo a gravidade desse assunto.

Então, para mim é uma honra estar aqui presidindo esta reunião, por generosidade do Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor.

Como esta é a Comissão que mais cedo começa a trabalhar no Senado. Eu estou aqui desde às 7 horas e 15 minutos. Acho que há pessoas aqui que aproveitam e permanecem no Senado, esperando a abertura dos trabalhos, porque quando cheguei já havia um grupo grande de funcionários aqui na Comissão. Estão sorrindo, mas não sei se estão muito contentes por estar aqui tão cedo! Acordar cedo é muito bom. Eu acordo muito cedo sempre, e o Presidente desta Comissão também, o Presidente Fernando Collor.

Passo a palavra para o General Adriano Pereira Júnior, que é um especialista no assunto, acompanhou e acompanha diariamente os desastres naturais do País, para que possa nos ajudar, ajudar o Senado Federal, que é a Casa da Federação, a compreender melhor esse tão importante tema e atualizar as informações aqui na Comissão de Infraestrutura sobre os desastres naturais, que se multiplicam no Brasil, apesar de não termos um clima tão extremado como em algumas regiões do Planeta. Mas parece-me que temos mais do que evidências de que estamos enfrentando os sinais concretos do que a gente chama de mudança climática. Como estamos na véspera da COP 20, em Lima, que discute o tema, acho que este é o momento adequado da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal para tratar desse assunto, ou seja, das consequências dos desastres naturais para a população.

Com a palavra V. Exª.

O tempo será o necessário para que V. Exª possa fazer a sua explanação.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Em primeiro lugar, Senador Jorge Viana, o nosso bom-dia.

Nossa satisfação em poder estar nesta Comissão, nesta manhã, para falar sobre um assunto muito importante.

Acho que a cada dia, a cada ano que passa ganha uma importância maior a Defesa Civil. Todos nós temos a noção e o sentimento de que o mundo está passando por uma fase de mudanças climáticas bastante fortes. E essas mudanças climáticas estão sempre apontando para fenômenos climáticos cada vez mais intensos e extensos, o que tem imposto aos órgãos públicos a necessidade de se munirem de dispositivos legais e de meios para, em primeiro lugar, prevenir danos à população e, para além de prevenir, se houver o desastre, socorrer a população com dignidade.

O Brasil, como V. Exª falou, está fora de uma zona de grandes desastres, mas isso está se tornando algo do passado. Se computarmos de dezembro do ano passado para cá, veremos que tivemos um grande desastre lá no Espírito Santo, que atingiu mais de 90% dos Municípios; tivemos o desastre do Vale do Rio Doce ainda em dezembro; depois tivemos a cheia do Rio Madeira, a maior cheia de que se tem notícia naquela região – fo-

ram 2,2 metros acima do recorde anterior –; tivemos uma grande cheia no Amazonas; depois tivemos grandes cheias no Sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul –; e a maior seca na Região Sudeste, atingindo basicamente São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Esses fenômenos apontam para uma crescente importância do nosso Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, sistema esse que começou a ser trabalhado com maior intensidade após o desastre de janeiro de 2011, na serra fluminense, no Estado do Rio. Esse desastre vitimou mais de mil brasileiros e, aí, o Brasil acordou para o seguinte: embora Deus seja brasileiro, nós também estamos expostos a sofrer desastres.

A propósito, cito outro desastre acontecido no final do ano passado: em Lajedinho, Bahia, quando 1% da população urbana do Município foi vitimada e morreu, foram 17 pessoas numa população de 1,7 mil habitantes.

Então, a Defesa Civil é um assunto que tem que estar na pauta da sociedade brasileira e mundial, porque estamos vendo os Estados Unidos, o Hemisfério Norte de modo geral, sofrendo com grandes calores, com verões muito áridos e invernos também bastante fortes.

Eu vou fazer uma apresentação bastante curta, vou procurar ser breve, para depois poder ficar à disposição para algumas questões. É muito importante que o Congresso Nacional trabalhe com o Executivo na elaboração de normas que consigam que o nosso Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil seja mais ágil do que o atual. Hoje ele funciona com alguns gargalos.

Eu vou passar primeiro este eslaide mostrando quais são as fases que nós trabalhamos na Defesa Civil: no pré-desastre, no desastre e no pós-desastre.

No pré-desastre, basicamente nós trabalhamos com prevenção, com mitigação e com a preparação. A prevenção é basicamente voltada para obras, para a preparação de uma população para fazer face a alguns acidentes, e as obras de prevenção hoje estão muito concentradas, bem mais concentradas, no Ministério das Cidades, com algumas obras ainda no Ministério da Integração, na Secretaria de Infraestrutura Hídrica e na Secretaria de Desenvolvimento Regional. Já as outras ações, a mitigação e a preparação, estão muito voltadas para o Ministério e para a minha Secretaria.

As ações de resposta estão associadas ao desastre. Nós temos que atuar para dar dignidade no salvamento e no acolhimento daquela população que venha a ser atingida pelo fenômeno.

Por último, uma fase importante, que é a recuperação, que consiste na reconstrução da infraestrutura pública que tenha sido atingida pelo desastre. Chamamos de recuperação e não puramente de reconstrução porque se trata da reconstrução numa situação melhor, para que um acidente igual não venha causar os mesmos danos àquela infraestrutura.

Aí nós temos outra sequência de como ocorre o apoio federal. Começa, havendo o desastre, o órgão local, pode ser a prefeitura ou o próprio Governo estadual – normalmente, quando atinge mais de um Município, é o Estado que faz isso –, faz a decretação do estado de emergência ou de calamidade pública. Isso é encaminhado para a área federal, no caso, para a Secretaria, e faz-se o reconhecimento. A partir do reconhecimento, o Governo Federal atua no apoio às ações de resposta, às ações de recuperação e de reconstrução. E esse reconhecimento também gera benefícios.

Ali colocamos uma seta pontilhada que representa uma novidade proporcionada pela Lei nº 12.983. Trata-se de uma medida provisória de dezembro de 2013, aprovada e transformada em lei agora em junho, que já nos permite agir diretamente, após a decretação, previamente ao ato de reconhecimento, que é burocrático e demora, o Governo Federal já está junto à população atingida, ao governo estadual ou municipal, dando apoio às ações de resposta, que antes dependiam do reconhecimento. Ou seja, nós colocávamos a burocracia à frente da necessidade da sociedade atingida pelo desastre. Isso foi corrigido pela Lei nº 12.983.

Só para se ter uma ideia, a solicitação de reconhecimento federal, que agora já não é importante ou já não é um marco que impeça o apoio federal às ações de resposta, mas ainda é uma etapa para ser solicitado o apoio à recuperação, tem toda essa situação de ofícios, decretos e pareceres, uma documentação bastante extensa, que é remetida pelo Estado ou Município, e, recebida na Secretaria, passa por uma análise.

E aí temos o primeiro problema que estamos tentando, estudando como modificar. É que os parâmetros que são dados hoje para que seja reconhecida pelo Governo Federal a decretação de emergência ou de calamidade pública têm por base que tenha havido a ocorrência de pelo menos dois danos humanos, materiais ou ambientais e um prejuízo econômico público ou privado que atinja aqueles valores. Então, prejuízos públicos superiores a 2,77% da renda corrente líquida do Município ou do Estado. Em caso de calamidade pública, esse índice passa para 8,33%. Prejuízos privados também, para situação de emergência, 8,33%; e para calamidade pública chega a um índice de 24,93%. Todos eles da Receita Corrente Líquida anual do Município ou do Estado.

Isso ainda está em vigor. Hoje, felizmente, independentemente desse processo todo, nós já podemos fazer o socorro ao Município ou ao Estado na área de resposta, que é ajudar a salvar vidas e dar assistência, que é abrigar e tratar com dignidade as pessoas que foram atingidas por um desastre e que já estão fragilizadas por isso.

Eu coloquei nesse eslaide alguns direitos e benefícios que estão atrelados ao reconhecimento. Por exemplo: garantia à safra. Lá no Nordeste, na região do Semiárido, a Operação Carro-Pipa, que é federal, está atrelada ao reconhecimento. Ou seja, só há Operação Carro-Pipa nos Municípios em que houve o reconhecimento; antecipação de benefício da Previdência Social, para ajudar o cidadão a se recuperar, bem como a liberação de Fundos de Garantia do Tempo de Serviço; a redução da alíquota do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR). Existem outros; os principais são esses.

E também temos que dar uma repassada nisso aí, porque nós estamos misturando um pouco a legislação hoje. Ela condiciona esses direitos, que são direitos do cidadão atingido por um desastre, ao *status* econômico, vamos dizer assim, do ente, do próprio Município, quando não é isso. O FGTS é um direito do trabalhador. Se eu não reconhecer, caso o Município não atinja os índices previstos, o cidadão não pode sacar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para atender às suas necessidades provocadas por aquele desastre. Então, nós estamos hoje trabalhando para desatrelar alguns direitos desses, senão todos, da necessidade de reconhecimento.

Dou como exemplo uma cidade em que o desastre foi concentrado em um ponto e que destruiu dez casas. Dificilmente, esse Município vai atingir os índices previstos para que haja o reconhecimento. Mas o cidadão perdeu a sua residência, foi atingido, e ele não pode sacar o FGTS dele porque eu não reconheci. Então, há algumas correções que devem ser feitas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Na própria lei?

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Na própria legislação que nós temos aí.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Não, essa lei é a Lei do FGTS. São leis que regulam outras coisas e colocaram, nessa legislação, o condicionamento ao reconhecimento federal.

Para termos uma ideia do que é o nosso trabalho lá na Secretaria, eu tenho aí o quadro do que aconteceu neste ano.

Só neste ano, nos onze meses – estamos entrando em dezembro agora –, nós tivemos 1.968 reconhecimentos de calamidade pública ou de emergência de Município, só por estiagem e seca, ao longo do ano. Ou seja, normalmente, a situação de calamidade ou de emergência é de 180 dias. Então, quando vence, se o acidente ou se o fenômeno climatológico permanece, o pedido tem que ser renovado, tem que ser refeito o pedido de reconhecimento. Então, 1.968 pedidos foram atendidos, relativos à estiagem e à seca; 673 reconhecimentos por eventos relacionados a chuvas – podem ser enxurradas, cheias, hidrológicos, por excesso de água, vamos dizer assim. Isto – 673 – é mais de 10% dos Municípios brasileiros. É um número significativo. E 11, por outros acidentes diversos.

Hoje o Brasil tem 927 Municípios em situação de emergência ou calamidade pública, por seca ou estiagem, e 197 relacionados a eventos de chuvas. Isso dá mais de mil Municípios, bem mais, quase 1,2 mil aproximadamente. Então, são 1,2 mil de 5,6 mil Municípios, aproximadamente, que nós temos, em situação de anormalidade, seja por calamidade ou emergência.

Vamos falar um pouco agora sobre a Secretaria já no pós-desastre ou durante o desastre.

Nós falamos, no início da nossa apresentação, sobre as ações de reposta, que basicamente envolvem três atividades. Primeiro, o socorro, que é o salvamento, a busca, logo imediatamente ou até durante o acontecimento. Temos sempre pessoas trabalhando para ajudar a população atingida. Depois, a assistência que é dada a essa população atingida, que tem que receber apoio de saúde, abrigo. Nós temos ali uma imagem de um abrigo feito com barracas que a Secretaria fornece aos Estados, os nossos *kits*, assistência humanitária. E, por último, o restabelecimento, ainda como ações de resposta, que são trabalhos que têm que ser feitos emergencialmente, para restabelecer, de forma emergencial, os serviços públicos. Então, não são obras definitivas; são obras, ou são meios lançados no terreno para restabelecer, por exemplo, a ligação de um bairro de uma cidade com outro bairro, restabelecer a comunicação telefônica, mas como obra de emergência, não como obras definitivas.

Então, nós temos ali as três definições, a que já me referi.

Pode passar, para nós ganharmos tempo.

O requisito anterior – eu já me referi a isso no início, mas fiz questão de colocar aí –, a Lei nº 12.340, de 2010, estabelecia condições ao nosso apoio, o apoio federal, que é complementar, que é outra coisa que as pessoas confundem às vezes: a transferência de recursos que se faz é chamada de transferência obrigatória, mas ela é complementar à atuação do Município e do Estado; a União não pode atropelar isso e chegar à frente lá, antes que o Município ou antes que o Estado façam as suas atuações e solicitem esse apoio.

Então, voltando com essa alteração da Lei nº 12.983, hoje nós já podemos atuar em apoio ao ente federado mesmo antes de nós fazermos o reconhecimento federal. Isso foi um grande avanço, Senador, um grande

avanço que nós conseguimos graças ao Senado, graças ao empenho do próprio Governo, pois o Executivo que se empenhou para que fossem aprovadas as alterações dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Foi fruto da Comissão que eu criei, quando cheguei aqui, juntamente com o Senador Casildo Maldaner.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Agora nós vamos falar sobre um item que é o que me dá mais trabalho. É incrível, mas é o pós-desastre; é a área talvez de maior dificuldade para nós trabalharmos, porque, para o socorro, para a assistência, hoje nós já atingimos um grau que eu não diria que é muito bom, mas é bom, mas já estamos caminhando, estamos melhorando isso; estamos aprendendo e substituindo alguns dispositivos, algumas normas que regem por outras mais eficientes, que tornam a ação bastante eficiente. A reconstrução, a recuperação – que é basicamente a reconstrução – é o nosso calcanhar de Aquiles hoje.

Então, nós temos aí: a recuperação são ações planejadas que visam à reconstrução de áreas atingidas por desastres, tendo como foco evitar a instalação de novas situações. Ou seja, se eu tenho uma ponte, e o rio transbordou e levou a ponte, eu não devo, o Governo Federal não vai repassar recursos para o ente fazer uma ponte na mesma situação, porque, no ano que vem, na próxima chuva, essa ponte será atingida outra vez. Então, ela deve ser feita com um *grade* mais elevado, de uma forma que cheias recorrentes não possam mais atingir aquela instalação. Estou citando pontes porque talvez seja o exemplo mais fácil, mais palpável de se entender, mas isso é para todas as instalações.

Como funciona o apoio federal – é o que estamos tratando – a essas situações? Para essa situação, nós precisamos ter o reconhecimento federal, ou seja, os danos causados à infraestrutura pública ou privada têm que ter atingido determinados índices que justifiquem o Governo Federal complementar com recursos aquele ente, para que ele possa reconstruir a sua infraestrutura pública. Para isso, nós temos hoje na legislação que essas necessidades de apoio são remetidas pelo ente – Município ou Estado – para o Governo Federal, para a Secretaria, através de um plano de trabalho, plano esse que contém as obras que ele solicita, que nós chamamos de metas, ou seja, um plano de trabalho com várias metas; cada meta se constitui numa obra de recuperação ou de reconstrução. E nós temos um prazo estabelecido, se não me falha a memória, na Lei nº 12.608: esse plano tem que dar entrada na Secretaria em 90 dias da ocorrência do desastre, de quando ele aconteceu.

Aí há alguns problemas, por exemplo, Amazônia e Rondônia. Rondônia ficou debaixo d'água 90 dias. Antes de baixarem as águas, nós não poderíamos verificar o tamanho do estrago que estava embaixo d'água. Então, só para apontar que o Governo Federal e o próprio Congresso fizeram um esforço bastante grande de 2011 para cá para dotar o País de normas que propiciassem um Sistema Nacional de Defesa Civil, mas agora nós estamos vendo que há aperfeiçoamentos a serem feitos. Sempre há melhorias, nós sempre podemos melhorar o que já existe. Então, esse é um dos pontos – até coloquei aí – que eu gostaria de destacar.

Quando eu falei que o calcanhar de Aquiles é a reconstrução.... Ontem, eu estive em São Paulo num fórum com a iniciativa privada, buscando a participação da iniciativa privada na Defesa Civil, pela importância da participação da iniciativa privada. Eu disse, ontem, lá que eu vi uma reportagem sobre o Japão que mostrava que, 30 dias após o tsunami, a rodovia estava recuperada. Apareceram as imagens no telejornal. Nós não temos olhos puxados, nós não somos Japão, mas, se eles podem, nós também podemos. Então, essa é nossa meta na área de recuperação. É conseguir recuperar. Se aquela infraestrutura existe é porque ela é necessária. Então, temos que ter normas e meios que permitam essa recuperação num tempo em que a população está precisando dela.

Eu digo sempre que um governador que planeja expandir a sua rede pública de ensino planeja para o próximo ano a construção de uma escola; o governador ou o prefeito que teve uma escola destruída tem alunos já agora que estavam na sala de aula e não estão mais na sala de aula. Esses alunos têm de voltar para a sala de aula com boas condições no tempo mais curto possível. O tratamento dado pela legislação a essas duas iniciativas de construir uma escola é o mesmo. Isso é um problema que nós temos de avaliar.

Eu vou dar um exemplo nacional. O Rio Grande do Sul tem duas rodovias estaduais que foram interditadas, cada uma em um ponto, por problemas climáticos. Nós já avançamos um pouco no processo – depois, eu vou mostrar qual foi o avanço que fizemos, também com base na Lei nº 12.983 – isso foi em junho, nós ainda não conseguimos recuperar essas rodovias, nem começar as obras, ainda estamos trabalhando na burocracia junto com o Governo estadual. As estradas estão com desvios, o prejuízo diário é grande. É um prejuízo diário grande para as empresas que fazem transporte, para o cidadão que usa a rodovia, para o meio ambiente que está suportando um trânsito, às vezes, em vias que não são preparadas ou até por dentro de próprias áreas urbanas, que não têm preparo para esse peso. Então, nós temos de melhorar.

Para termos uma ideia, destaco o número de processos aguardando análise para liberação de parcela. Podemos liberar o recurso para a reconstrução parceladamente. Fazemos o empenho para o Município; passamos todo o crédito; à medida que o Município avança a obra – estou falando do Município, mas entendam Município ou Estado, aquele ente que está sendo apoiado –, ele faz a prestação de contas; depois da prestação de contas

analisada na Secretaria e no Ministério e de aprovada essa prestação de contas, é liberada uma próxima parcela. Assim, nós temos processos em três, quatro parcelas; alguns são de parcela única. Hoje, só para liberação de parcelas, há 68 processos na fila aguardando análise. Estamos falando em “aguardando”, mas nunca esquecendo que nós estamos falando de emergência. O número de processos aguardando a primeira análise de plano de trabalho vai a 180 processos, e, no Departamento de Recuperação e Reconstrução, hoje, há 15 ou 16 analistas para atender todo esse volume. Agora, a solução não é aumentar o número de analistas, porque não há analista que chegue.

Vejamos o caso do Espírito Santo, foram 54 Municípios, se não me falha a memória – com certeza, foram mais de 50 –, atingidos no mesmo dia por um desastre. Cada Município gera um plano de trabalho, e, em cada plano de trabalho, há quatro ou cinco obras. Isso dá mais de 600 obras, quase mil obras. Para cada obra, as exigências que são feitas pela legislação, ou que eram feitas, são muito rígidas. Inclusive, nós teríamos de analisar os projetos para a construção e dizer: “Olha, esse projeto é bom.” Isso tem de vir para a Secretaria. Eu precisaria contar com um batalhão – uso um termo militar – de engenheiros para fazer essa análise no tempo adequado à situação. No outro mês pode ser que nada aconteça, e aí não precisarei contar com esse batalhão.

Então, no processo, a visualização que nós temos não é a de que faltam pessoas para trabalhar nessas áreas, mas a de que temos de mudar os processos. Hoje, há até obras paradas em alguns Municípios por falta de análise do processo de prestação de contas de alguma parcela, e a liberação da outra parcela está retida aguardando disponibilidade para nós fazermos a análise. Isso tem atrasado o processo, e, às vezes, o prefeito tem até mesmo de suspender ou parar a realização da obra porque a empresa não suporta ficar tanto tempo parada. Isso causa problemas para nós.

E nunca podemos nos esquecer de que a sociedade é a usuária dessas obras e que essas obras são emergenciais e servem para repor o que já existia. Se algo existia, isso era utilizado e está fazendo falta agora.

Outro ponto nessa área de reconstrução é a quantidade de demandas dos órgãos de controle, que exigem a nossa atenção para responder, para atender às demandas. Então, foi o que coloquei ali. Trata-se de homem/hora trabalhando, analista/hora trabalhando. Só em 2014, da parte do Ministério Público Federal, há 175 demandas diversas, principalmente sobre processos mais antigos. Essas demandas determinam que, às vezes, um analista tenha de se dedicar ao trabalho durante um mês inteiro para atender à demanda. Há processos lá com mais de 80 mil páginas, com mais de 60 volumes, com projetos. São demandas que geram a necessidade de trabalho para nós e que empenham o nosso corpo de analistas no atendimento. Então, neste ano, são 175 demandas do Ministério Público, 36 demandas da Controladoria-Geral da União, 20 demandas do Tribunal e outras demandas, como as da Polícia Federal, que correspondem a mais 79. Estou colocando isso, porque o quadro que vivemos hoje na parte de reconstrução não é bom.

Quais os problemas que nós temos hoje? Eu, praticamente, já citei aqui esses problemas. Há um elevado número de planos de trabalho que nós recebemos pela Sedec. Esse não é um problema, essa é a natureza do nosso trabalho. Mas ele vira um problema com a situação que nós temos, com as nossas obrigações referentes às análises desses planos.

Há a análise técnica dos projetos básicos. Para cada obra, eu tenho de contar com um engenheiro, que recebe o projeto, por exemplo, numa ponte e que aprova esse projeto. Isso leva duas semanas, dez dias úteis. Dependendo da obra, por um mês inteiro, um analista examina uma obra, e, hoje, no território, há mais de oito mil obras em execução controladas pela Secretaria.

Existe também o processo. Nós temos uma legislação que trata de Municípios e nós temos o Município de São Paulo, o Município do Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, mas nós temos Lajedinho, com 1.700 habitantes. E a legislação trata todos os Municípios de forma igual e exige igual.

Então, eu tenho, às vezes, muito problema em atrasar o repasse de recursos para atender a um Município, porque o Município não consegue apresentar documentação, prestação de contas num nível aceitável, com correção.

Hoje, então, nós temos na Sedec um passivo de análise de processos, ou seja, processos que estão na fila; acima de 2,8 mil em aberto, aguardando na fila para análise por diversos motivos.

A contratação de obras no nosso País não conta com uma norma específica para atender emergências. Nós estamos melhorando – e vou mostrar mais à frente a legislação no que tange à nossa participação, à nossa atuação –, mas o Brasil tem que olhar para isso. O Congresso, o Poder Executivo têm que olhar para isso. Nós temos que ter uma legislação que nos permita a contratação de forma diferente do que é feito hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Ainda não resolve, e eu vou dizer por que depois.

A recuperação de áreas atingidas por desastre acaba sendo lenta e penaliza a população.

É incrível, mas algumas obras de reconstrução do Estado do Espírito Santo, de uma cheia ocorrida em dezembro do ano passado, próxima ao Natal – se não me engano foi dia 20, 21 o desastre –, ainda não iniciaram. Nós estamos falando de obras para reconstruir infraestrutura que já existiam e que eram utilizadas pela

população. Então, a população está sendo penalizada, e não é por falta de recursos que o Governo Federal possa alocar.

Até respondendo a um dos pontos agora, em nenhum momento a Secretaria deixou de receber da área financeira e da Presidência os recursos necessários para atender à Defesa Civil nas situações de emergência, seja para resposta, seja para reconstrução. Nós trabalhamos com crédito extraordinário. Não é orçamentário. É a ação 22BO. E sempre que atingimos um nível de crédito um pouco inferior ao que a gente necessita para aquele momento, a Presidência da República imediatamente expede uma medida provisória nos alocando novos recursos. Isso está para acontecer agora mesmo, em dezembro, nessa virada de ano para 2015.

Então, em nenhum momento a Secretaria deixou de ter recursos para atender àquilo que deveria atender quando os Municípios e os Estados nos solicitam recursos. É lógico que temos que fazer análise e temos que ser justos nessa distribuição, mas recursos não têm faltado. Isso não é problema. O problema maior é a legislação.

Eu vou falar agora um pouco sobre os nosso avanços. Esta Lei nº 12.983 trouxe avanços. Tendo em vista que ela não está regulamentada adequadamente – nós estamos trabalhando na proposta de decreto –, nós já emitimos uma portaria, assinada pelo Sr. Ministro Francisco Teixeira, Portaria nº 384, para já colocar em vigor alguns dispositivos que nos eram muito importantes dessa lei.

Então, os avanços da lei: primeiro, ela desonera a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil da análise e aprovação dos projetos. Isso quer dizer o seguinte: o Prefeito solicita o recurso, diz qual é a obra que ele precisa, comprova que aquela infraestrutura foi destruída em um desastre. Aquela solicitação é adequada a funcional programática. Ela nos demonstra a necessidade daquele recurso e nos dá um valor aproximado para execução daquela obra. Caberá ao prefeito fazer todo o processo e garantir que a obra será feita de forma adequada e com qualidade.

O problema passa a ser do ente que recebe o recurso e que tem interesse que seja assim. Então, ele não vai necessitar mais nos remeter o projeto e esperar o projeto ficar parado na Secretaria, às vezes 30 dias, na mão de um engenheiro, ou às vezes muito mais tempo, porque entra na fila de análise. Então, essa desoneração é muito importante para agilizar, para nós conseguirmos dar velocidade ao atendimento das necessidades dos Estados e dos Municípios no que diz respeito a recursos para reconstrução. Possibilita a utilização de um regime diferenciado de contratação para as obras de prevenção e de recuperação, todas voltadas para a Defesa Civil. Isso é ótimo, porque é uma forma de agilizar a contratação da obra – ainda não é o adequado, mas agiliza bastante. Atribui a maior responsabilidade pela execução e fiscalização das obras ao próprio ente que as solicitou – Estado e/ou Município –, aliviando a Sedec de diversas horas de trabalho para que a Secretaria possa, de fato, atuar de forma mais rápida.

A Portaria nº 384, de outubro agora, teve por base a lei, como já falei antes da regulamentação. Antes que saísse o decreto, nós precisávamos, tínhamos urgência em utilizar os dispositivos legais que favorecessem uma atuação da nossa defesa civil de forma mais rápida e mais efetiva.

Pode passar.

Então, essa portaria cria um regramento específico para a contratação de obras e aquisições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Ah, só a portaria aqui, não é?

Então, com base nesta Lei nº 12.983, a portaria estabelece procedimentos a serem adotados para a solicitação e transferência de recursos para as ações de recuperação em áreas atingidas por desastres. Ou seja, é quase um manual para o ente, Estado ou Município, estabelecendo como ele deve proceder e como será a relação União-Estado ou Município, como será essa relação tanto na solicitação dos recursos quanto na execução e na aplicação desses recursos, e basicamente passando de fato ao Estado e ao Município não só a responsabilidade, mas a capacidade para ele executar.

Então, hoje, a Secretaria se desonera um pouco, isso agiliza o nosso trabalho, mas o Estado e o Município têm que confirmar a qualidade daquela obra e não mais... Nós temos, como Secretaria, enquanto Governo Federal, de fiscalizar a execução física do objeto, que é o correto. Mas nós não temos gente para mandar para todas as obras. Nós temos um bueiro lá no Mato Grosso, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, num Município qualquer: para nós é uma obra, uma obra de R\$200 mil ou R\$300 mil, mas é uma obra. Pela forma de atuação anterior, nós tínhamos que mandar alguém lá inspecionar essa obra. Ou seja, essa lei, e a portaria hoje, dizem: “Olha, Município, você pediu. Faça benfeito, está aí o recurso”.

E nós temos os órgãos de controle: o Ministério Público, a CGU e o TCU, que devem fazer a parte de fiscalização também, e não o órgão Executivo mandar o recurso e ter que fiscalizar. Em outras obras talvez isso seja possível, no caso de outras secretarias e outros ministérios, mas, na defesa civil, pelo número de obras que nós temos, é impossível. Custaria muito caro para a União ter que fazer essa fiscalização, ter uma secretaria equiparada para isso. O nosso problema é atender a população. Caberá a outros a fiscalização pela aplicação daqueles recursos.

Oportunidades que nós enxergamos como oportunidades de melhoria, ou seja, são as coisas que nós visualizamos, depois de um ano no cargo, que nós temos que melhorar.

Primeiro, melhorar o nosso Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, criado pela Lei nº 12.608. Ele foi criado de forma a definir os seus componentes, mas não há um regramento sobre o seu funcionamento. Nós precisamos fazer isso porque nós temos alguns Estados em que a defesa civil é tratada por uma secretaria. Em outros Estados, é um coordenador, uma coordenadoria de Defesa Civil. Em outros ainda, é um diretor de um órgão qualquer que é nomeado coordenador de Defesa Civil. Não há uma estrutura nos Estados para compor e fazer com que esse sistema funcione.

Nós já fizemos duas reuniões aqui em Brasília com os coordenadores e secretários estaduais para debater isso. Nós temos que fazer que o sistema se fale, que ele possa circular. Hoje ele existe só no papel, dizendo quem é quem, mas não dá atribuições; não há atribuições. Nós temos que dividir responsabilidades e tarefas por todo o sistema.

E uma oportunidade de melhoria é nós criarmos, no nosso País, um regramento específico para contratação de obras e aquisições realizadas para atendimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Há necessidade que se crie esse regramento e que se entenda que obra de emergência é uma obra que já deveria estar terminada quando nós vamos começá-la. Isso é emergência. Porque ela é muito necessária, ela já existia, e eu tenho que repor as condições de vida daquela população daquela área. E incluir isso na ótica da gestão de risco de desastres em todas as leis federais.

Às vezes, nós temos uma obra de reconstrução de uma ponte que depende de uma licença ambiental. Assim como não há, na área de contratações, uma legislação específica, em outras áreas que também interferem na velocidade com que nós reconstruímos o que foi atingido, não há nenhum dispositivo que olhe aquela obra de forma diferente, como ela é: uma obra de emergência e de reconstrução. Então, esses dois pontos são fundamentais para que a gente consiga melhorar.

Foi uma apresentação em que procurei dar uma quadro geral. Agora eu me coloco à disposição, Senador Jorge Viana, para, naquilo que for possível, atender a Comissão, respondendo os questionamentos que nos forem apresentados. Eu tenho alguns assessores aqui comigo que poderão, se necessário, me auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria cumprimentar o General Adriano Pereira Júnior, que é o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Governo brasileiro,

Eu queria cumprimentar também o Ministro da Integração, Francisco Teixeira, que também tem – eu devo fazer este reconhecimento aqui no Senado Federal – dado um tratamento diferenciado, e tem sido possível, tem sido perceptível ver a melhoria da prestação do serviço na Defesa Civil nacional, que é um espaço fundamental do Ministério da Integração. Então, eu quero fazer esse reconhecimento porque, na condição de Prefeito de uma cidade da Amazônia e, depois, Governador do Acre por oito anos, eu vivi muitas situações ao longo destes últimos 20 anos. Entraram governos, saíram governos, tivemos vários ministros, tivemos vários secretários de defesa civil, e o certo é que nós temos melhorado muito no Brasil a atuação nessa área específica, que é tão importante. A previsão é parcial. Então, tem que haver uma equipe preparada, pronta, recursos estabelecidos e uma normativa de ação bem posicionada, para atender. O Brasil tem mais de 5,5 mil Municípios e, como foi colocado por V. Ex^a, mais de 10% deles tiveram que recorrer a situações de emergência ou estado de calamidade só por chuva.

Nós temos alguns com uma doença crônica da seca, que se estendeu agora, como foi colocado pelo General Adriano, pelo Sudeste brasileiro, o que é algo surpreendente, e na maior cidade do País. Temos a cidade de Itu, por exemplo, que vive uma situação mais que precária.

Aproveitando, eu queria dizer, além de cumprimentá-lo, que já pedi à Secretaria e já recebi da Secretaria da Comissão de Infraestrutura uma cópia, por ter sido autor da proposta de criação da comissão temporária para revisar a legislação de defesa civil do País, cujo Relator foi o Senador Casildo Maldaner. Então, nós tivemos, sim, algumas mudanças a partir de 2011, em cima da legislação feita em dezembro de 2010, ainda quando o Presidente Lula estava dirigindo o País.

Um dos problemas que nós identificamos na comissão foram algumas mudanças bem-intencionadas na legislação, mas que não funcionaram. Foi criado o fundo, por exemplo, e o fundo não funcionou porque ele estava diretamente vinculado à reconstrução, e o custo de reconstrução é algo astronômico. E a proposta do fundo era que, para cada um real que o Estado ou Município aportasse, a União poria três reais. Nenhum Estado aderiu porque, de fato, não há como fazer. Se fosse para prevenção, eu ouvi de vários prefeitos e governadores que eles aceitariam até um real para um real, ou seja, fazer uma ação conjunta. O Estado ou Município aporta um real, a União aporta um real, e se faz a prevenção. Tivemos audiência...

As Nações Unidas mesmo criaram agora um espaço importante em seu âmbito só para tratar de desastres naturais, que é algo muito grave que ocorre no mundo, os noticiários têm mostrado isso diariamente. Aliás, aqui no Brasil, acho que a imprensa ainda tem que se aperfeiçoar nisso. Em qualquer lugar do mundo em que você esteja viajando, seja no rádio, seja na televisão, amanhece o dia, e o cidadão tem informações sobre clima, sobre

tempo, sobre eventuais desastres naturais, e encerra-se a programação noticiosa no mesmo tema. Aqui no Brasil, não é por falta de assunto. Eu não sei, gostaria até que V. S^a nos passasse quantos Municípios no Brasil estão atualmente em situação de emergência ou dentro de decreto de estado de calamidade pública. Essa é uma informação.

Gostaria também que V. S^a nos detalhasse, se possível, o orçamento da Secretaria de Proteção e Defesa Civil anual. V. S^a afirmou aqui que – e cumprimento o Ministério do Planejamento, a Presidenta Dilma –, quando solicitados, os recursos são repassados; mas gostaria de ver o volume desses recursos que nós temos, porque um dos resultados do trabalho que fizemos na Comissão com o Senador Casildo Maldaner foi o art. 17-A das propostas que apresentamos, dizendo: “Fica vedada à União contingenciar verbas públicas destinadas à defesa civil, inclusive as referentes ao Funcap”, que é o fundo... Nós apresentamos porque essa foi uma das reivindicações que nós encontramos.

Mas V. S^a está colocando algo que entendo é óbvio, mas sobre o qual não se adotou ainda a medida mais adequada. Para se tipificar situação de emergência, óbvio, tem que haver algumas situações postas, inclusive alcançando questões econômicas, de dano; quanto a estado de calamidade, uma intensidade ainda maior. Mas V. S^a foi muito preciso quando disse: “Mas nós temos situações em que dez casas ou dez famílias perdem tudo, pode haver vítimas do ponto de vista material, não há reparo para esses prejuízos, mas essas situações não levam automaticamente à adoção de medidas como liberação de FGTS, não levam à execução de programas que estão previstos quando temos calamidade pública ou até mesmo situação de emergência”. Eu anotei e, inclusive inspirado na sua apresentação, pretendo apresentar algumas proposições no Senado, aqui no Congresso, visando aperfeiçoar a legislação.

Agora, quanto ao debate sobre as obras, de fato, há uma situação grave no nosso País, e o País, neste momento, enfrenta o debate de como fazer para enfrentar questões de desvios de conduta, de desvios de recursos públicos, para a boa aplicação dos recursos públicos. Nós sabemos que o histórico brasileiro é o de que, usando de situações de desastres naturais, muitos desvios foram feitos. No Acre, em 1988, houve uma das grandes cheias, e ficou conhecido também um escândalo de desvios de donativos. Agora, a situação está moralizada, mas nós tínhamos de encontrar uma maneira de não ficarmos imobilizados por conta dos desvios que, excepcionalmente, ocorrem. Hoje, o aparato de acompanhamento, fiscalização e controle é muito amplo. Há a CGU, há o TCU, há os tribunais estaduais, há os órgãos do próprio Ministério e da Secretaria. Eu acredito que nós não podemos, por conta da ação de alguns, comprometer uma política para todos.

Eu gostaria de aprofundarmos aqui um pouco mais o comentário sobre como é que V. S^a vê a ação mais na prevenção, porque a resposta é muito cara, embora ela tenha de ser feita. A reconstrução nem se fala. A ONU fala que, para cada R\$1,00 gasto na prevenção, são R\$7,00 que se economizam na reconstrução. V. S^a deixou muito claro também.

Eu estive no Japão agora há pouco tempo, é inacreditável a maneira como eles trabalham. Tóquio é uma cidade de 10 milhões de habitantes, que eu já conheço há algum tempo. Com todo o respeito, vou usar um termo aqui talvez seja bem inadequado, mas que possa comunicar: Tóquio tem semelhança com algumas periferias das cidades brasileiras, porque, quando você olha – eu gosto muito de urbanismo –, não vê um padrão de organização e de planejamento do crescimento. São vielas, são ruas pequenas de mão dupla, mas num padrão elevadíssimo de qualidade de vida e de segurança. Há postes no meio da rua. É inacreditável. São ruas estreitas em que mal passam apertados dois carros. E o poste está no meio da rua, não há calçadas, mas tudo funciona perfeitamente e muito bem. Só que é um lugar em que há extremos de desastres naturais. Há situações muito graves que vão do terremoto a maremoto, a *tsunami*. Todos os grandes eventos de desastres naturais ocorrem no Japão. A população é concentrada numa faixa pequena. E eles conseguem ser um modelo nessa área, ser um exemplo nessa área.

Já o nosso País, que não tem situações tão extremas, ainda tem um grande caminho a percorrer. Por isso, a importância de uma audiência como esta – e eu cumprimento o Presidente da Comissão, Fernando Collor, e o Senador Pedro Taques. É muito importante que o Brasil entenda que um dos mais importantes órgãos que precisamos ter é a Secretaria de Defesa Civil no Ministério da Integração. Ela precisa ter o apoio e a confiança de todos, os recursos necessários, um corpo técnico cada vez mais preparado para atender a essa situação que agora é corriqueira no nosso País. Antes, talvez, ficava o caos: o prefeito que se vire, a comunidade que se resolva.

Eu gostaria que V. S^a pudesse nos falar um pouquinho mais sobre quais mecanismos poderíamos fazer, indo além do RDC (Regime Diferenciado de Contratações). Por exemplo, há uma situação grave mesmo, um desbarrancamento por conta da cheia de um rio, 100 casas foram atingidas, e as famílias foram para um abrigo. Vai demorar pelo menos um ano e meio ou dois – V. S^a já colocou os exemplos – para que essa situação possa ser resolvida, para que algum recurso público possa ser aplicado. Como fazer para que não haja desvio de recursos e como fazer para dar uma resposta mais rápida possível?

Nós temos de ser vigilantes, porque há um outro agravante. A coisa que eu mais falo, quando eu visito um Município que está numa situação de emergência, é: “Não tente se aproveitar de uma situação real, que algumas famílias estão vivendo, para tentar resolver os problemas do seu Municípios”. É o que mais acontece.

Você tem 100, 200 famílias atingidas, uma situação gravíssima, e o prefeito apresenta um plano para atender mil famílias. O evento acontece em dois ou três bairros da cidade, e você põe a cidade inteira e tenta resolver problemas de décadas. Aí fica esse impasse, que termina sendo uma grande irresponsabilidade por conta do gestor público.

Eu penso que temos de ser rígidos nisso. Quando houve a situação da cheia do Rio Branco agora, foi feito um minucioso levantamento bairro a bairro, e dentro do bairro tinha divisão de ruas a serem atingidas para poder acessar FGTS, para acessar o desbloqueio de alguns recursos, para um crédito diferenciado para o comerciante. E alguns diziam: “Por que não põe para todo mundo da cidade? Está todo mundo em crise”.

É uma situação em que o Brasil ainda não amadureceu. Têm que virar uma cultura o respeito e a seriedade no trato, principalmente na hora em que há famílias que perderam tudo, até entes de sua família. Há perdas de vida.

O desastre de 2011, no Rio, foram mais de mil pessoas que morreram. Aquilo tem que ser um divisor. Aquelas históricas enchentes no Vale do Itajaí, que marcaram também uma mudança na legislação brasileira, precisam ser consideradas.

Então, passo a palavra para que V. S^a possa fazer um conjunto de considerações finais sobre: na sua compreensão, quem vive a realidade? Se pudesse citar três ou quatro pontos mais importantes em que deveríamos ter a colaboração do Congresso Nacional no sentido de aperfeiçoar. Entres eles obviamente um mecanismo mais ágil para as obras de reconstrução.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Eu anotei o que V. Ex^a colocou como pontos que gostaria que fossem esclarecidos, entre eles: quantos Municípios hoje temos na situação de emergência ou calamidade pública, ou seja, vivendo uma situação de anormalidade?

Nós temos hoje 1.124 Municípios em situação de anormalidade, sendo 1.124, se minha matemática não estiver errada, fiz uma adição, são 927 Municípios atingidos por estiagem ou seca e 197, por outros eventos climáticos, principalmente chuvas intensas ou inundações.

Em outro ponto, o senhor falou sobre o orçamento. A Secretaria tem um orçamento que é o que permite a ela exercer diversas funções, como capacitar pessoas, adquirir alguns materiais para o funcionamento orgânico da própria Secretaria, alguma coisa para auxiliar Estados e Municípios a se equiparem ou organizarem os seus órgãos de defesa civil.

Esse recurso é orçamentário. Ele vem no Orçamento anual. Mas o recurso é voltado para a atividade-fim, que é aquele que usamos para socorrer Estados e Municípios em todas as fases quando há desastre, desde a resposta, socorro, assistência, recuperação, reparação, reconstrução. Todos esses recursos são por medidas provisórias e é crédito extraordinário. Esse crédito, a Presidenta tem sempre nos colocado à disposição. Ou seja, fazemos a solicitação via Ministro, e a Presidência, em seguida, emite essa medida. Não tem faltado esse crédito. E não é contingenciado porque é um crédito fora do Orçamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Esse ano houve um limite, mas depois conseguimos convencer que era necessário.

O que posso dizer é o seguinte: se a Defesa Civil Nacional não funcionou bem este ano, não foi por falta de recursos, orçamentários ou extraorçamentários. Não foi isso. É muito mais pelo arcabouço legal, por deficiência da nossa estrutura, que está instalada em nosso País, e aí entro nos Municípios, entro nos Estados, e na própria União, para que a gente possa ser mais ágil e atender com mais eficiência. Mas recursos não têm faltado.

O senhor falou também sobre a importância da prevenção. Não é divulgado. Eu não tenho esses dados. Eu não trouxe porque a prevenção hoje não está mais com a minha Secretaria. Mas está junto ao Ministério das Cidades, está junto ao Ministério da Integração em secretarias que têm maior aptidão para atender esses obras. Por exemplo, habitação. A reconstrução de habitações, de residências está no Ministério das Cidades que já tem um programa. Obras de drenagem urbana estão no Ministério das Cidades. Já no Ministério da Integração estão obras de contenção de cheias, que são barragens que se fazem rio acima em toda a bacia para segurar a água para que ela não chegue num volume muito forte em áreas habitadas e produza inundações com danos à população e à infraestrutura.

Eu não tenho os valores, mas com certeza muitas obras estão incluídas no PAC. Algumas passam por mim e depois eu faço o encaminhamento para a secretaria ou para o ministério responsável. E eu tenho a impressão de que neste ano os valores postos em prevenção foram bastante elevados. Mesmo na prevenção nós vamos esbarrar de novo na possibilidade de o ente aplicar o recurso. Hoje o prejuízo não se deve à falta de recurso. O prejuízo maior hoje é a dificuldade do próprio ente em utilizar o recurso. Eu dei o exemplo aqui do Rio Grande do Sul que desde setembro, se não me falha a memória, podem me confirmar, nós autorizamos a contratação. Nós estamos em dezembro, e o Estado ainda não conseguiu contratar a obra para recuperar rodovias que estão interditadas. Então, essa dificuldade é muito grande.

Tudo isso vai esbarrar num outro ponto que V. Ex^a tocou, Senador, que é como tocar obras de forma rápida e de forma responsável pelo ente que a está executando. Eu tenho 66 anos de idade, 46 anos de serviço;

fui ordenador de despesas algumas vezes; percorri o Brasil durante a minha vida; foram 34 mudanças de residência ao longo desses 46 anos. A visão que eu tenho é que, quando eu fui ordenador de despesa pela primeira vez, em 1985, nós tínhamos uma liberdade para aplicar o recurso muito grande e uma fiscalização pós e uma punição pós. A prestação de contas era rigorosa. Mas hoje nós estamos criando dificuldade para aplicar o recurso, para usar o recurso. Essa é uma crítica à situação que nós vivemos em todo o País hoje, ou seja, se depois aplicarmos mal, a responsabilização nem sempre acontece, embora haja fiscalização.

Então, nós temos que mudar um pouco a cara do nosso País e não dificultar mais para o bom administrador público, porque nós temos excelentes administradores públicos e eles estão pagando, estão sendo penalizados pela conduta de alguns poucos que se aproveitam de algumas situações. Mas nós precisamos mudar isso.

Emergência, obras de emergência ... É preciso acreditar no administrador público. É preciso fazer o filtro que nós fazemos hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Compartilhar com a sociedade.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Compartilhar com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se nós indicarmos mecanismos de transparência, nós vamos...

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – V. Exª falou que alguns prefeitos, alguns administradores públicos tentam se aproveitar... De fato, porque às vezes a gente recebe ... Mas aí a gente faz o filtro. Quando se dá mais tempo para a minha equipe trabalhar, em vez de analisar o projeto, nós vamos analisar é se a obra se enquadra, se a obra é necessária. Isso é fundamental. Então, hoje isso até atrapalha e atrasa as nossas análises. Às vezes nós recebemos pedido, por exemplo, para reconstruir uma ponte num plano de trabalho com oito, nove obras, mas nós vamos olhar no Google. Nosso técnico vai lá no Google e verifica que aquela ponte não existia antes de vir a enchente. Então, ela não se enquadra. Ela é necessária, mas às vezes por dificuldades orçamentárias o prefeito ou o ente que precisa daquela ponte tenta incluí-la ali, mas ela não passa. Então, essa fiscalização, esse filtro nós fazemos.

E sempre que eu tenho oportunidade de falar com os prefeitos e com o pessoal ligado à Defesa Civil, solicito a eles que sejam bastante parcimoniosos e justos, que só coloquem obras que se enquadram, porque isso atrasa a nossa análise e atrasa o atendimento desses pleitos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu poderia fazer uma pergunta ao General Adriano?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pois não.

Com a palavra o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Secretário General Adriano, V. Exª esteve em Rondônia, acho que algumas vezes, durante a enchente histórica, maior enchente dos últimos 100 anos, no Estado, desde quando começou a ser medido o nível do Rio Madeira naquela região. Foi a maior enchente essa do final do ano passado, início deste ano.

O regime de chuvas lá começa no final do ano e termina no início do ano seguinte, como agora, quando já começa a preocupação novamente com o início das chuvas na Região Amazônica, na Bolívia, Peru e Rondônia, e com a cheia do Rio Madeira novamente.

O Brasil está se especializando em socorro e assistência – que faz muito bem – e a reconstrução, que é o que fica mais caro. E eu pergunto ao Senhor o seguinte: e a prevenção?

Nós já estamos preocupados com a prevenção em Rondônia novamente. A prevenção diz respeito ao que se sabe sobre as chuvas deste ano: se vai ou não haver novamente enchentes; se os índices de chuva vão superar ou vão se igualar; se serão maiores ou menores que os do ano passado etc.

É essa a pergunta que eu faria a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradecendo ao Senador Valdir Raupp, passo a palavra para que o General Adriano, Secretário da Defesa Civil Nacional, possa dar um posicionamento sobre o questionamento do nobre Senador e, ao mesmo tempo, as suas considerações finais.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Rondônia, para mim, é um dos pontos que está mal resolvido. Nós estamos chegando ao final do ano, com mais um período de provável... Bom; um período de chuvas normal, normal de acontecer nesta época. Espero que não no volume do ano passado que foi... O Rio Madeira atingiu 19,74m acima do seu nível normal. Um recorde de 2,20m acima da maior cheia já registrada lá. E uma cheia que durou aproximadamente de três a quatro meses, atingindo a população particularmente de Porto Velho...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Guajará-Mirim.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – ... e Guajará-Mirim. Aquela população ficou submetida a condições de vida bastante precárias...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Todo o Acre.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – ... durante um período grande. Então, até hoje, nós não conseguimos dar início à reconstrução em Rondônia.

V. Ex^a ainda não havia chegado quando eu me referi ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Ele ainda não funciona. Os Estados ainda não têm uma estrutura adequada, até para encaminhar as solicitações, até para fazer aquilo que eu chamo de – na Marinha às vezes eles usam, quando um navio sofre algum problema – controle de danos, é aquela equipe que procura o que está estragado e o que precisa melhorar e faz isso de forma rápida e eficiente.

Rondônia é o meu calcanhar de Aquiles esse ano, porque é um dos exemplos de como nós precisamos melhorar e eu tenho usado Rondônia como exemplo de como o sistema tem que evoluir. Eu tenho como meta este ano visitar todos os governadores – alguns eleitos novos – para conversar sobre Defesa Civil. Da importância do Governo estadual, porque a gente fica muito jogando a responsabilidade para o Governo Federal, não é?

E hoje o que eu sinto muito é que todos estamos devendo, do Município à União, passando pelo próprio Governo estadual. Eu quero conversar com todos os governadores, levar para eles um recado, uma mensagem de que é necessário investir. O Estado tem uma estrutura de Defesa Civil mais forte do que ele tem hoje.

A prevenção – e não vou falar só sobre Rondônia – nós temos feito. O Governo Federal tem investido muito em prevenção, em duas áreas, a prevenção por meio de redução de áreas de risco... E como se reduz uma área de risco? Por meio de um mapeamento que está sendo feito. É a minha Secretaria que conduz isso junto com a CPRM. Foram eleitos 821 Municípios considerados como de maior incidência de risco. Historicamente foi feita essa análise com dados de registro de um banco de dados existentes. Esses municípios estão sendo mapeados. Está sendo colocado em cada mapeamento o que tem que ser feito para reduzir a área. Em alguns pontos, nós temos que retirar a população, realocar para outra área, porque não há como reduzir o risco daquela área em outros pontos. É aconselhada ou apontada a necessidade de executar obras de contenção, algumas represas rio acima ou de contenção em encostas. Essas obras todas estão sendo registradas e muitas já executadas mediante o PAC 2. Há muitas obras de prevenção sendo feitas. Na própria seca, a interligação da Bacia do São Francisco às demais bacias é uma obra de prevenção bastante grande para prevenir a seca naquelas áreas do sertão do Nordeste.

V. Ex^a também falou sobre a previsão? O Brasil tem passado o mundo, mas especificamente tem passado por picos de clima que não eram esperados. A cheia do rio Madeira no ano passado aconteceu – se não me falhe a memória – em janeiro, quando a chuva mais forte seria em fevereiro ou março. Houve uma antecipação e uma intensificação das chuvas. Nós tivemos a maior cheia do rio Iguaçu este ano. Nós tivemos um desastre bastante grande no Estado do Espírito Santo, que atingiu mais de 90% dos Municípios daquele Estado. Estamos vivendo a maior seca do Sudeste. Não há registro. E a meteorologia – a gente tem trabalhado, conversado muito com ela, reunião aqui na Casa Civil – trabalha muito com registro histórico, olha para trás, vê o que vem acontecendo. Essas médias com as quais a Defesa Civil trabalha e que projeta estão sendo todas batidas e, em alguns casos, sendo invalidadas por qualquer estudo com base nessas metas, por causa evidentemente desses picos que está havendo, seja de chuva, seja de seca. A previsão, na última reunião que nós tivemos, tem um índice de confiabilidade bastante baixo, não porque seja malfeita, mas pela distância no tempo. É que o fenômeno El Niño está instalado hoje, com uma intensidade de fraca a moderada. Permanecendo esse quadro, que é a previsão do clima para o mundo nessa nossa área da América do Sul, não deverá repetir-se uma cheia do Rio Madeira ou do Rio Amazonas, da Bacia Amazônica como aquela acontecida no ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Antes de encerrar a presente reunião, eu queria agradecer muito a exposição, a maneira como V. S^a, General Adriano Pereira Júnior, veio nos esclarecer os pontos que eram objeto de um requerimento do Senador Pedro Taques e também de um requerimento de minha autoria.

Penso que aqui ficaram encaminhados tanto da Comissão de Infraestrutura do Senado como para o Senado, numa missão de aperfeiçoar a legislação, o regramento brasileiro de Defesa Civil.

Querida agradecer ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, General do Exército Adriano Pereira Júnior.

Por fim, convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta audiência pública, com pauta deliberativa.

Obrigado, Sr. General.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Bem, eu que tenho de agradecer esta oportunidade de vir a esta Casa e expor um pouco daquela visão que nós temos sobre um assunto que – volto a repetir – é muito importante para todos os brasileiros.

A Defesa Civil está ligada à defesa da vida, seja com prevenção, seja com a dignidade daqueles que são atingidos por algum desastre. Então, é um assunto de suma importância para a sociedade.

E estar neste espaço, poder falar sobre esse assunto me alegra muito, porque o Governo – e aí são os três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário – tem de olhar a Defesa Civil com um olhar especial e com as características que a Defesa Civil tem em todas as suas ações: de proteção à vida e atendimento a emergências.

Agradeço, mais uma vez, a atenção. Senador, foi um prazer estar aqui. Estamos sempre à disposição.

E trago aqui, também, as palavras e os agradecimentos do Sr. Ministro Francisco Teixeira, Ministro da Integração, que não pôde estar presente, porque está em viagem para o Nordeste a serviço, mas que determinou que nós fizéssemos este atendimento ao chamado do nosso Senado, desta Comissão, para estarmos aqui prestando esclarecimento aos senhores sobre a nossa atividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado.

Os nossos agradecimentos são extensivos ao Ministro Francisco Teixeira.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 19 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 31ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte minutos do dia três de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Blairo Maggi, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Gim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 31ª reunião da Comissão, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da pauta. O Presidente propõe inversão de pauta do Item 3, que é acatada pelos membros desta Comissão. Às nove horas e vinte e um minutos, o Presidente passa a presidência ao Senador Valdir Raupp. Passa-se à deliberação do Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2013, de autoria do Senador Clésio Andrade, que “altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste os municípios mineiros situados no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.” **Relatoria:** Senador Jorge Viana. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 1 – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, de autoria do Senador Eliseu Resende, que “dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.” **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2013, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.” **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 4 – Ofício “S” nº 6, de 2014, de autoria da Secretaria de Portos da Presidência da República, que “encaminha, nos termos do disposto no art. 57, § 5º, da Lei 12.815, de 2013, Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ”. **Relatoria ad hoc:** Senador Francisco Dornelles. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 26, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, informações relativas às instalações portuárias operadas em caráter excepcional, utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão, conforme determina o inciso IV do § 5º da Lei 12.813, de 5 de junho 2013.” Resultado: aprovado. **EXTRAPAUTA:** Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 27, de 2014, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, que “dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências”, para que seja devidamente encaminhado ao Plenário desta Casa.” Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e sete minutos, lavrando,

eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Jorge Viana**, Presidente em exercício da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo à pauta desta reunião, fazendo um apelo ao Senador Raupp para que possa vir à Presidência. E ao querido Senador Dornelles, tenho uma reunião na Vice-Presidência imediatamente, e meu relatório não passaria de cinco minutos. É o item 3 da pauta, e o de V. Exª é o primeiro.

Assim, se eu pudesse só fazer a leitura do meu relatório nesses cinco minutos, fazendo a inversão de pauta, eu agradeceria.

Passo a Presidência para o Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, para proferir seu relatório sobre o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste os municípios mineiros situados no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

Autoria: Senador Clésio Andrade.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2013 – Complementar, de autoria do Senador Clésio Andrade, que altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste os Municípios mineiros situados no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

Essa proposta é meritória por parte do ex-Senador Clésio Andrade. Não há dúvida da importância da preocupação de S. Exª, mas eu queria partir imediatamente para a análise que faço no meu relatório, que justifica o voto pela rejeição.

Conforme o disposto no art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.

A esta Comissão cabe analisar o mérito da Proposição. Nos termos do art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, caberá à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais da matéria.

Quanto ao mérito, concordo plenamente com o autor sobre a importância de que os Municípios relacionados sejam atendidos com os benefícios creditícios oferecidos pela Sudene. No entanto, é necessário lembrar que os Municípios listados na proposição já se encontram atendidos pela Sudene.

Então, há um defeito na proposição, apesar de meritória. Nós fomos fazer uma análise, e todos os Municípios que o ilustríssimo Senador pede que sejam incluídos e que possam ser atendidos nos benefícios da Sudene já estão contemplados.

O *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007, lista apenas 38 Municípios mineiros atendidos pela Sudene. Mas as leis mencionadas no artigo supracitado (Leis nºs 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, 6.218, de 7 de julho de 1975, e 9.690, de 15 de julho de 1998) determinam a inclusão de outros 130 Municípios de Minas Gerais, resultando uma lista de 168 Municípios mineiros atendidos pela Sudene.

A lista apresentada na proposição contém 160 Municípios, todos já atendidos pela Sudene.

Então, eu penso que fica muito claro que, inclusive, o aparato legal, o regramento legal que temos atendido a um número de Municípios maior do que o apresentado pelo Senador.

Diante do exposto, sou pela rejeição do projeto do Senador porque entendo ser uma matéria prejudicada. É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2007 – Não terminativo –

Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.

Autoria: Senador Eliseu Resende.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Francisco Dornelles para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura o Substitutivo da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária em vias navegáveis e potencialmente navegáveis.

O SCD foi distribuído exclusivamente à Comissão de Infraestrutura.

Análise.

De acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre transportes e obras públicas.

Como o substitutivo não foi distribuído a outras comissões, analisaremos não só o mérito, mas também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A Constituição Federal determina que a competência para legislar sobre águas e sobre navegação fluvial é privativa da União.

Quanto à juridicidade, a matéria inova o ordenamento jurídico, não sendo incompatível com ele.

No mérito, é necessário destacar a importância da matéria que analisamos. De fato, um dos maiores empecilhos à navegação interior em nosso País é a ausência de eclusas para a transposição das diversas barragens que fazem o aproveitamento hidroelétrico em nossos rios. Como essas eclusas não foram construídas quando os lagos ainda não existiam, os custos e as dificuldades técnicas para construí-las, depois que estes se encontram cheios, sobem de forma vertiginosa, inviabilizando sua implantação.

A solução que se propõe é que, a partir de agora, a construção desses dispositivos seja feita de forma concomitante com a barragem, ou que pelo menos seja implantada o que se denomina, nos meios técnicos, de cabeça de montante.

Diante do exposto, o SCD nº 209 atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, somos por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Em discussão o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente, Senador Valdir Raupp; Sr. Relator, Senador Francisco Dornelles; eu quero parabenizar o relatório do Relator pela aprovação. Esse projeto é da maior importância, Senador Raupp.

O Executivo continua construindo barragens para gerar energia sem garantir a navegabilidade dos rios. Isso, na nossa Região, Região Amazônica, é permanente. Ainda agora, está prevista a construção da barragem de Marabá, da Hidrelétrica de Marabá, entre o Município de Marabá e São João do Araguaia, sem eclusa. A Hidrelétrica de Lajeado foi construída no Rio Tocantins, no Estado de Tocantins, sem eclusa.

Então, apresentei já há muitos anos um projeto semelhante a este, de tal forma que o Congresso Nacional aprovasse uma legislação que tornasse obrigatória a construção da eclusa concomitante com a barragem.

O Governo diz que, Senador Dornelles, a barragem é responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, e a eclusa, do Ministério dos Transportes. Passamos, praticamente, 30 anos com a Hidrelétrica de Tucuruí para construir a barragem. Por sorte, à época, o Senador Gabriel Hermes fez uma luta e conseguiu que a barragem não fosse fechada em concreto, deixados uns *top logs* em aço, uma porta em aço que possibilitou, 30 anos depois, a construção das eclusas de Tucuruí.

Quando foram inauguradas pelo Presidente Lula, eu já vinha informando da tribuna do Senado que não adiantava construir as eclusas, se não fizesse o derrocamento do Pedral de Lourenço, porque não tornaria navegável o Rio Tocantins durante os 12 meses. E, até hoje, está lá a eclusa em que foram gastos bilhões de reais para ser construída e não tem nenhuma finalidade porque ainda não foi feita a derrocada do Pedral de Lourenço. Esse é um fato. Agora, o que o Projeto de Lei do Senado 209, de 2007, diz, ela é de uma importância, acho que já passou por aqui foi à Câmara e está retornando.

Precisamos aprová-lo o mais urgente possível, Presidente. Não sei se é terminativo aqui, na CI, não é terminativo. Então, vamos acompanhar o processo, Senador Raupp, V. Exª que, como eu, é amazônica, vamos acompanhar a tramitação do projeto para que ele possa o mais rapidamente possível ser aprovado para resolver esse problema em toda a nossa Região e em todo o Brasil.

Espero que, aprovado pelo Congresso, não seja vetado pelo Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Esse projeto não é terminativo, porque é um substitutivo da Câmara dos Deputados. V. Exª tem razão quando fala da construção de barragem e usina sem eclusas, e esse exemplo está acontecendo lá, em Rondônia. As duas usinas do Madeira e Santo Antônio do Jirau foram construídas sem as eclusas, já estão quase prontas as obras, existem os projetos, mas não estão previstas na construção das usinas as eclusas. É bem verdade que, para tornar o Rio Madeira, o Mamoré e o Guaporé navegáveis precisaria construir mais uma usina da Cachoeira Esperança lá próximo de Guajará-Mirim, mas a hora que começar a construir essa usina, se um dia ela for sair, vai ter que voltar para trás e construir as duas eclusas de Santo Antônio e Jirau, mas, sem dúvida, são obras importantes que tornariam navegáveis todos os três rios: o Guaporé, do Mato Grosso até Guajará-Mirim, o Rio Mamoré, que vem da Bolívia e pega uma parte na divisa de Rondônia com a Bolívia e, depois, o Rio Madeira que se tornaria 100% navegável até a foz do Rio Amazonas, até Itacoatiara.

Não havendo mais...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Eu gostaria de sugerir... Hoje, para que você construa uma obra do porte de uma hidrelétrica, passa por audiências públicas, por condicionantes, e acho que poderemos, daqui para a frente, nessas audiências públicas, colocar como condicionante a construção da eclusa concomitantemente com a barragem. Enquanto nós não tivermos uma legislação que obrigue o Governo a fazer, vamos tentar como condicionante para a licença de instalação da hidrelétrica.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeitamente.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pois não, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – ... encaminhamento, nos termos do art. 336, para ser encaminhado ao Plenário... *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Coloco em votação, se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, o pedido de regime de urgência. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o requerimento:

Nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, que dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho

de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências, para que seja devidamente encaminhado ao Plenário desta Casa.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2014.

Francisco Dornelles, Senador.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.

Autoria: Senador Paulo Bauer.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria, pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, na forma da emenda substitutiva.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Valdir Raupp, Srs. Senadores.

Esse projeto é da maior importância para que possamos regulamentar as parcerias público-privadas. Quero então parabenizar o autor, o Senador Paulo Bauer.

O relatório, Sr. Presidente, que analisa o projeto que altera as Leis nº 8.987, de 1995, e nº 11.079, de 2004, que dispõem, respectivamente, sobre concessões e permissões de serviços públicos e sobre parcerias público-privadas, para disciplinar a concessão de obra pública. É o PLS nº 444, de 2013.

Em relação à Lei das Concessões, são propostas as seguintes alterações:

- inclusão da concessão de obra pública entre as modalidades de concessão;
- definição de “obra pública” e “concessão de obra pública”;
- definição das formas de exploração de obra pública;
- inclusão, como conteúdo obrigatório dos editais de licitação, da indicação das “formas de aquisição dos bens declarados de utilidade pública” e “a forma jurídica a ser adotada na constituição de sociedade de propósito específico”;
- determinação de que a concessão de obra de urbanização ou reurbanização deverá ser expressamente prevista em plano de operação urbana consorciada;
- tornar obrigatória a constituição de sociedade de projeto específico incumbida de implantar e gerir o objeto da concessão, facultando-se ao poder concedente exigir que seu capital seja aberto à participação de órgãos ou entidades públicas específicas ou de proprietários de bens necessários à execução;
- inclusão da possibilidade de emprego de mediação e arbitragem para solução de conflitos entre concessionária e proprietários de imóveis de utilidade pública;
- inclusão da instituição de contribuição de melhoria decorrente da obra concedida entre as incumbências do poder concedente;
- substituição, entre as incumbências da concessionária, da promoção de desapropriações pela aquisição dos bens declarados de utilidade pública, que poderá ser realizada por meio de desapropriação, de integralização do capital de sociedade de projeto específico, de consórcio imobiliário ou de qualquer outro instrumento negocial em direito admitido;
- inclusão, entre as incumbências da concessionária, da arrecadação de contribuição de melhoria e de contrapartidas obtidas no âmbito de operações urbanas consorciadas e da constituição dos imóveis públicos e privados resultantes da obra.

A Lei das Parcerias Público-Privadas é alterada para compatibilizar a definição de “concessão patrocinada” com a hipótese de concessão de obra pública.

O autor argumenta que não se justifica a atual vinculação obrigatória da concessão de obra pública a um serviço público, uma vez que muitas obras podem ser financiadas integral ou parcialmente por receitas não tarifárias.

Particularmente significativas seriam as receitas derivadas da valorização imobiliária gerada pela concessão, como a contribuição de melhoria, o aproveitamento econômico de bens públicos, a revenda de unidades imobiliárias produzidas.

A concessão de obras de urbanização ou reurbanização apresentaria a vantagem adicional de facilitar o emprego de meios alternativos à desapropriação, uma vez que, ao contrário do Poder Público, o concessionário teria maior liberdade para negociar com os proprietários, inclusive mediante permuta por imóveis futuros ou participação no capital da sociedade responsável pela execução da obra.

A proposição foi distribuída às Comissões de Serviços de Infraestrutura e Serviços Públicos do Senado Federal (CI); de Assuntos Econômicos (CAE); e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

Foram apresentadas duas emendas, de autoria do Senador Pedro Taques. Segundo as respectivas justificações, o projeto seria louvável, pois supre a necessidade de disciplinar em lei federal a hipótese de custeio de uma obra executada por concessionário pela simples exploração de vantagens econômicas decorrentes da própria obra. Considera-se especialmente promissora essa atividade no segmento imobiliário, que já se estaria realizando sob a forma de operações urbanas consorciadas e concessões de direito real de uso.

Esse Projeto, Senador Valdir Raupp, do Senador Paulo Bauer, é importante porque permite essas Parcerias Público-Privadas em áreas de reurbanização, readequação. Então, o concessionário fica autorizado a negociar com os proprietários das áreas a serem alteradas pelo projeto de reurbanização e depois levar à iniciativa privada essas áreas que, negociadas com os proprietários, possam vir a ter maior valia em função do projeto de reurbanização

As alterações teriam por objetivo principal impedir que a disciplina proposta incidisse também sobre as concessões de serviço público, pois aquela seria uma atividade empresarial “de natureza exclusivamente econômica”, o que permitiria uma “latitude regulatória” incompatível com a concessão total ou parcial de serviço público.

Apresentamos a seguir o conteúdo da Emenda nº 1:

- supressão da possibilidade de arrecadação de contribuição de melhoria pelo concessionário. Considera-se que a arrecadação de contribuição de melhoria não se coadunaria com o papel fundamentalmente operacional do concessionário e que nada impediria o Poder Público de instituir e cobrar a contribuição e incluir os recursos correspondentes na equação da exploração;
- explicitação de que as formas de exploração de obra pública devem constar do edital de licitação apenas nos casos em que houver obra a ser explorada;
- limitação da exigência de constituição de sociedade de propósito específico apenas às concessões de obra pública. Não se justificaria a exigência para concessões de serviços públicos de pequeno porte;
- proibição de que a Administração Pública subscreva ou integralize com recursos públicos parcelas do capital das sociedades de propósito específico. A aplicação de recursos públicos na integralização do capital seria um desvio de finalidade e contrariaria o art. 173 da Constituição Federal, pois eles realizam empreendimentos de natureza estritamente econômica. Isso não impediria que se pudesse exigir do concessionário a outorga à Administração de parcela do capital da empresa a ser formada.
- limitação do emprego de mecanismos de mediação e arbitragem para a resolução de disputas entre o concessionário e o poder concedente ou proprietários de imóveis declarados de utilidade pública à concessão de obra pública. A jurisprudência constitucional somente admitiria a submissão do Poder Público à arbitragem quando em jogo direitos disponíveis ou patrimoniais, o que não ocorreria nas concessões de serviço público;
- limitação da possibilidade de aquisição de imóveis pelo concessionário mediante instrumentos alternativos à desapropriação apenas no caso de concessão de obra pública.

A seu turno, a Emenda nº 2 suprime o artigo que altera das PPPs, para incluir a concessão de obra pública entre as hipóteses de concessão patrocinada. A justificação afirma que “não há como se conceber pagamentos do orçamento público à empresa privada para custeio do funcionamento de qualquer empreendimento estritamente comercial ou econômico, por absoluta falta de finalidade pública”.

Análise, Sr. Presidente.

Como bem aponta o Senador Paulo Bauer, não há qualquer inconveniente em se conceder uma obra pública, remunerando-se o concessionário com receitas derivadas da própria obra, independentemente da vinculação a um serviço público.

A concessão de obra pública é mencionada no art. 1º da Lei de Concessões e no art. 2º da Lei das PPPs, embora não tenha sido disciplinada. Seus elementos essenciais já se encontram presentes no corpo dessas leis, que admitem a realização de obras por concessionários, inclusive mediante desapropriação de imóveis,

assim como sua remuneração por meio de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, que não apresentam natureza tarifária.

O projeto aperfeiçoa esses elementos e os desvincula da prestação obrigatória de serviços públicos.

Assim, faculta ao Poder Público exigir do concessionário o emprego de formas de aquisição de imóveis alternativas à desapropriação, como a participação dos proprietários na SPE, a permuta por imóvel a ser produzido na obra ou a compra e venda. A fim de facilitar essa etapa de aquisição de imóveis, o Poder Público poderá também exigir que o concessionário ofereça aos proprietários a opção por mecanismos de mediação ou arbitragem, medida que poderá reduzir significativamente a necessidade de desapropriações judiciais.

Visando tornar mais clara essa inovadora hipótese de arbitragem, apresentamos uma alteração destinada a esclarecer que esse mecanismo pode ser tornado obrigatório apenas para a concessionária, cabendo aos proprietários aceitá-lo ou não.

O conceito de exploração da obra é desenvolvido por meio da inclusão de artigo, que indica como fontes de receita o aproveitamento econômico de bens públicos, a apropriação de imóveis destinados a usos privados resultantes da obra, a arrecadação de contribuição de melhoria e outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.

Destaque-se, ainda, que a proposição não cria nenhuma hipótese de obra pública que já não seja admitida pela legislação em vigor. Ao definir a obra pública como urbanização, reurbanização, edificação, construção, conservação, reforma, ampliação, melhoramento, demolição ou reconstrução de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social, o projeto faz uma remissão implícita às hipóteses de desapropriação legalmente admitidas.

As alterações nas emendas do Senador Pedro Taques aperfeiçoam o projeto, razão pela qual as acatamos em parte, mediante apresentação de um substitutivo.

Entre as alterações propostas, consideramos que quatro dizem respeito a aspectos fundamentais do projeto: arrecadação de contribuição de melhoria pelo concessionário; participação do Poder Público no capital da SPE; inclusão da concessão de serviço público precedida da execução de obra no mesmo regime da concessão de obra pública; e possibilidade concessão de obra pública sob a forma de parceria público-privada.

A arrecadação de contribuição de melhoria pelo concessionário, embora plenamente compatível com a Constituição Federal e com o Código Tributário Nacional, é medida polêmica, tendo em vista seu ineditismo. Esse tributo é fundamental para recuperação da valorização imobiliária causada por obras públicas e para a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização, princípios de política urbana consagrados no Estatuto da Cidade. Raramente, entretanto, é cobrado em nosso País. De todo modo, a solução oferecida pelo Senador Pedro Taques nos parece adequada: cobrança da contribuição pelo poder público e repasse dos recursos arrecadados ao concessionário.

A participação do poder público no capital de sociedades de propósito específico responsáveis pela execução de concessões de obra pública pode ser necessária para viabilizar eventual remembramento de terrenos públicos e privados, etapa inicial de muitos projetos de urbanização ou reurbanização. Além disso, constitui instrumento de apropriação de parte da valorização imobiliária gerada pela obra. Como bem aponta o Senador Pedro Taques, é preciso, entretanto, distinguir essa situação do simples aporte de recursos públicos em empresa privada.

A limitação das alterações propostas no projeto apenas à concessão de obra pública criaria uma indesejável dualidade de regimes jurídicos entre a obra pública isolada e a obra pública integrada à prestação de serviço público. A reurbanização do entorno de estações de metrô, por exemplo, somente poderia ser realizada mediante desapropriação dos imóveis afetados, não se admitindo o emprego dos meios de execução da obra previstos no projeto. Entendemos, portanto, que a concessão de serviço público precedida de obra pública também deve atender ao regime que se pretende estabelecer para a concessão de obra pública.

A lógica que justifica a PPP nas concessões de serviço público aplica-se igualmente à concessão de obra pública. Se não for admitida a PPP de obra pública, ficará inviabilizado o financiamento híbrido de obras, o que exigirá que sejam financiadas exclusivamente pelo poder público ou não sejam realizadas. A experiência acumulada, com as concessões patrocinadas e administrativas de serviço público, precedidas ou não de obra pública, demonstra claramente que esse tipo de financiamento é benéfico, pois permite a colaboração da iniciativa privada em projetos que não são integralmente autofinanciáveis. A concessão de obra pública já consta, inclusive, da própria Lei nº 11.079, de 2004. O projeto meramente promove uma adaptação ao seu texto, para evidenciar essa possibilidade.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 444, de 2013, pela rejeição da emenda no 2 e pela aprovação parcial da emenda nº 1, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Muito bem-vindos esse projeto e esse relatório para aperfeiçoar a Lei das PPPs. Eu fui o Relator dessa lei aqui no Senado, por volta de 2008/2009. E toda lei precisa de aperfeiçoamento.

Então, agradeço ao Senador Paulo Bauer e a V. Exª, como Relator.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 4

OFÍCIO “S” Nº 6, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do disposto no art. 57, §5º, da Lei 12.815, de 2013, Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Autoria: Secretaria de Portos da Presidência da República.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento e ainda a apresentação do RQI nº 26, de 2014 – requerimento de informações à Secretaria de Portos da Presidência da República.

Pergunto se o Senador Francisco Dornelles poderia relatar *ad hoc*.

(Pausa.)

Tem V. Exª a palavra para proferir o relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente; Sras e Srs. Senadores.

Submete-se ao exame desta Comissão, o Ofício S/nº 6, enviado pela Secretaria dos Portos, que dispõe sobre a exploração direta e indireta da União de Portos e Instalações Portuárias e sobre atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

O Relator é o Senador Jayme Campos.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão manifestar-se sobre a matéria.

O novo marco regulatório alterou a organização institucional do setor e redefiniu as atribuições da Secretaria de Portos da Presidência da República. Os estudos elaborados para licitar o primeiro bloco, que abrange áreas dos portos de Santos, Belém, Santarém e Vila do Conde, foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise. Segundo informa a SEP, foi apresentado recurso em relação ao parecer emitido pelo Tribunal de Contas. Disso resulta a existência de diversos contratos vencidos ou a vencer nos próximos anos.

No que tange aos Terminais de Uso Privado, noticia a SEP que, sob a égide da nova lei, foi autorizada a instalação de 15 terminais, além de uma expansão de área que somam um investimento de R\$ 8 bilhões. Quanto à adaptação dos contratos de adesão e dos termos de autorização existentes requerida às novas bases estabelecidas, requerida pelo art. 58 da Lei nº 12.815, de 2013, é informado que tal medida está em andamento e deveria estar concluída dentro do prazo legal.

Verificamos que as informações encaminhadas pela Secretaria de Portos atendem ao que foi requerido no inciso I do § 5º da Lei nº 12.813, de 2013. Não identificamos no relatório encaminhado informações relativas a instalações portuárias operadas em caráter excepcional utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão. Por esse motivo, incorporamos a este Parecer requerimento solicitando as informações necessárias ao exato cumprimento da lei.

Conclusão

Em razão do que foi exposto, damos ciência do relatório encaminhado pela Secretaria de Portos aos membros desta Comissão e manifestamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 6, de 2014. Ainda, com amparo no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 133, inciso V, alínea do Regimento, sugerimos a apresentação do requerimento, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2014-CI

Com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, informações relativas às instalações portuárias operadas em caráter excepcional, utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão, conforme determina o inciso IV do § 5º da Lei 12.813, de 5 de junho 2013.

Sala da Comissão,

Este é o relatório do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para arquivamento, sendo destacado o requerimento de informações para nossa pauta.

Como já foi feita a leitura do Requerimento, vamos direto para a aprovação.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 26, de 2014
– Não terminativo –

Com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, informações relativas às instalações portuárias operadas em caráter excepcional, utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão, conforme determina o inciso IV do § 5º da Lei 12.813, de 5 de junho 2013.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Em discussão o requerimento.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento.

Agradecendo a presença de todas as Sras e Srs. Senadores e não havendo nada mais a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 57 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró, Jayme Campos, Gim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Após a leitura dos comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. PARTE I – Lançamento da Revista “Em Discussão!”, com o tema “Escassez de água – cada gota é preciosa”. O Presidente convida a compor a Mesa o Senhor Marco Antonio Reis, Diretor da Agência e Jornal do Senado Federal; e o Senhor João

Carlos Teixeira, Editor-Chefe da revista “Em Discussão!”. Dá-se início à SEGUNDA PARTE: Reunião de Trabalho, para apreciação dos Anteprojeto resultantes do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura em 27 e 28 de março de 2014. O Senador Ruben Figueiró solicita inversão de pauta do Item 5. Após consulta ao Plenário, o Presidente aprova a inversão de pauta. Item 5 – Anteprojeto de Lei nº 9, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal”. **Relatoria:** Senador Ruben Figueiró. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. O Senador Ruben Figueiró agradece à assessoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. O Senador Acir Gurgacz solicita inclusão de pauta das Antepropostas de Emenda à Constituição nº 4 e 5, de 2014-Cl. Após consulta ao Plenário, o Presidente aprova a inclusão de pauta. Item 2 – Anteprojeto de Lei nº 5, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões”. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 1 – Anteprojeto de Lei nº 3, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir volume mínimo de excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha”. **Relatoria:** Senador Walter Pinheiro. Relatoria ad hoc: Senador Ruben Figueiró. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 4 – Anteprojeto de Lei nº 8, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “altera o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para permitir que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado”. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 3 – Anteprojeto de Lei nº 6, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para eliminar a restrição à participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras”. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. Relatoria ad hoc: Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 6 – Anteproposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, para permitir à União delegar a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares”. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. Relatoria ad hoc: Senador Ruben Figueiró. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Proposta de Emenda à Constituição de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. EXTRAPAUTA: Item 7 – Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “altera o art. 159 e o inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal para permitir a utilização de recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível para subsidiar as tarifas do transporte coletivo”. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Proposta de Emenda à Constituição de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 8 – Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “altera o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, para atribuir à União a propriedade dos rios que deságuem em outros rios federais”. **Relatoria:** Senador Wilder Moraes. Relatoria ad hoc: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Proposta de Emenda à Constituição de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e treze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Iniciamos com comunicados.

Documentos recebidos pela Presidência desta Comissão, acusando o recebimento do Aviso nº 1234 – Sesses/TCU -Plenário, através do qual o Ministro Aroldo Cedraz, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 004.875/2014-1, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de auditoria, no âmbito do Fiscobras 2014, realizada

para avaliar a execução orçamentária, o cronograma físico e o desempenho dos principais empreendimentos contidos no Corredor Logístico da BR-163/MT/PA, bem como as providências da Administração Pública para solucionar os gargalos logísticos existentes.

Na forma do Ato nº 3 desta Comissão, de 2012, os Avisos serão encaminhados à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Documentos recebidos, ainda, do Tribunal de Contas da União.

Nota Informativa nº 2.318, de 2014, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, com recomendações relativas ao Aviso nº 982 – Seses/TCU – Plenário, do Tribunal de Contas da União. O Aviso trata de auditoria operacional, conduzida pela Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações, “com vistas a avaliar o cumprimento e a sincronia do cronograma para a entrada em operação dos empreendimentos de geração e transmissão de energia outorgados a partir de 2005, bem como os impactos de eventuais atrasos e descompassos dessas obras sobre o Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) e os mecanismos existentes para coibir tais ocorrências”.

Com relação às iniciativas que possam ser adotadas no âmbito da Comissão, a Consultoria Legislativa do Senado Federal opina pela negociação, junto à Aneel, de um mecanismo de acompanhamento e controle de obras, semelhante ao adotado em relação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); pela realização de audiência pública com o diretor-geral da Agência, no caso, da Aneel, para discutir o aprimoramento do sistema de monitoramento de empreendimentos de geração e de linhas de transmissão de energia elétrica; e, também, pelo conhecimento da matéria, para, em seguida, proceder ao arquivamento.

Cópias da Nota Informativa e do Aviso do TCU encontram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Terceiro comunicado.

Panorama econômico internacional: A queda dos preços do petróleo. Venezuela.

A atual queda dos preços do petróleo, além de atingir o setor energético, já começa a ter efeitos significativos sobre a economia mundial. Esses efeitos são complexos, na medida em que atingem de forma diferente países e áreas econômicas.

O aumento da disponibilidade de petróleo tem sido causado pela situação de baixo crescimento internacional, com apenas a economia dos Estados Unidos apresentando sinais mais vigorosos de recuperação da crise de 2008. Os Estados Unidos têm mostrado aumento das contratações de trabalhadores e valorização do dólar, com o fim dos estímulos da flexibilização monetária. O FED, o Banco Central norte-americano, deve aumentar, no próximo ano, suas taxas de juros, até aqui mantidas em níveis artificialmente baixos para facilitar uma recuperação que parece estar, cada vez mais, se consolidando.

Outras economias, no entanto, demonstram que estão enfrentando graves dificuldades na retomada. A Europa mantém-se estagnada e à beira de de uma perigosa deflação.

As exceções, dentre as grandes economias, são a Alemanha e o Reino Unido, pois a recuperação inglesa tem-se firmado. A Rússia está próxima de um período de recessão, com o rublo tendo que ser defendido para evitar um colapso, e o Japão, que vinha tentando com relativo êxito combater a deflação, apresenta uma recaída. A China mantém-se no caminho de uma economia cujos índices de crescimento não devem ultrapassar a marca dos 7% ou 7,5%. Em síntese, não é animador o quadro econômico mundial.

Portanto, desenha-se de forma clara que os preços declinantes do petróleo, do ponto de vista do consumo, têm como causa a queda da demanda. De outro lado, observa-se que ocorreu um aumento da oferta com o crescimento real ou potencial da produção em países como o México, o Canadá, o Iraque e na Líbia pós-Kadafi. O mercado internacional do petróleo baliza-se também pelo potencial de produção, e a possibilidade de exploração do pré-sal brasileiro foi fator de crença no aumento da produção e consequente queda de preços. Elemento importante, importantíssimo, é o enorme aumento da exploração de petróleo de xisto, o chamado gás de folhelho – *shale gas* – dos Estados Unidos que, embora não exporte petróleo cru, importa cada vez menos. Os Estados Unidos são hoje o terceiro maior produtor mundial de petróleo. Não se pode deixar de apontar, também, maior produtividade em relação aos gastos de energia e o uso de combustíveis alternativos.

Evidentemente, custos energéticos baixos podem ajudar economias como a da China, a da Europa, bem como a economia norte-americana. No caso dos Estados Unidos deve-se observar que a exploração do xisto pode ser prejudicada, pois os investimentos que têm sido realizados no atual *boom* podem deixar de ser remunerados adequadamente, o que desestimulará sua continuidade.

A combinação de uma economia mundial fraca e oferta maior de petróleo, que derrubou as cotações da *commodity*, apresenta risco gravíssimo para um país de nosso entorno, a Venezuela. Nosso parceiro do

Mercosul, que na reunião da Opep do dia 27 de novembro foi derrotado nas tentativas de segurar o preço do petróleo pelo controle da produção, tem mais de 95% de suas receitas provenientes do petróleo. O Presidente Maduro politizou a questão dizendo que “os inimigos da Pátria acham que vão parar a revolução bolivariana.” A Venezuela depende da *commodity* para importação não só de bens e insumos, como de alimentos e já enfrentava, desde o ano passado, uma situação econômica difícil, com inflação alta, escassez de produtos e endividamento público.

No plano externo, a Venezuela, por meio da empresa estatal PDVESA, mantinha ambicioso programa de fornecimento de petróleo, fortemente subsidiado, para vários países da América Central e do Caribe. Esse programa tem sido vital para a projeção externa do bolivarianismo e é um instrumento importante da diplomacia venezuelana. No entanto, a baixa dos preços já tem levado à sua redução, pois a Venezuela tem tido agravados seus problemas em relação às reservas em moedas fortes, podendo chegar mesmo a um *default*. Com o controle de divisas em vigor e a deterioração de sua situação cambial, as empresas brasileiras que fornecem para a Venezuela correm o risco de continuar a ter dificuldades para receber seus pagamentos. Os enormes problemas econômicos daquele país, que se agravam com o colapso das cotações do petróleo, são exemplo dos perigos de uma gestão temerária das contas públicas e do abandono de investimentos em infraestrutura.

Quarto comunicado: Notícias e panoramas da infraestrutura na palavra de especialistas.

O Diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, reconheceu que o leilão para a compra de energia existente para 2015, realizado na última sexta-feira, foi insuficiente para atender à demanda das distribuidoras. Por esse motivo, ele adiantou que o Governo realizará um leilão de ajuste, provavelmente em janeiro, para mitigar o problema, que tem impacto financeiro bilionário para o setor elétrico há dois anos.

Segundo o diretor, “a quantidade comprada no último leilão deu-se em volume inferior ao necessário, tanto que a energia foi vendida pelo preço-teto” – considerado, por ele, como superior à estimativa de preço médio da energia no mercado de curto prazo para os próximos três anos, o horizonte dos contratos negociados no leilão.

A baixa adesão de geradores no leilão pode ser explicada pelo prazo dos contratos, que variava de três a cinco anos. Para o diretor da Aneel, algumas usinas estão com contratos de concessão próximos do vencimento – o que, no seu entender, inviabiliza sua participação numa licitação com prazos mais longos. E o leilão de ajuste poderia ser a solução para esses agentes, de acordo com a avaliação do Sr. Rufino. Isso se dá porque, ao contrário das licitações tradicionais, esses leilões têm prazos de entrega de energia mais flexíveis.

De acordo com estimativas da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), o setor terá de adquirir – via leilão de ajuste ou via mercado à vista – de 2 a 2,5 mil megawatts médios no primeiro semestre do próximo ano. Porém, o Diretor-Geral da Aneel garante que o Governo buscará todos os mecanismos disponíveis para evitar a repetição do problema que atingiu as distribuidoras nos últimos dois anos, quando a falta de contratos de prazo maior exigiu aportes do Tesouro e empréstimos bancários no valor de R\$9,8 bilhões, no ano passado e, até o momento, mais R\$28,3 bilhões este ano de 2014.

Para as distribuidoras, esses recursos não serão suficientes para fechar as contas de novembro e dezembro, e elas estimam a necessidade de mais R\$3 bilhões adicionais. O Diretor-Geral da Aneel não acredita ser provável haver espaço para um novo empréstimo. Ele lembrou que o decreto que autoriza o pagamento dessas despesas com recursos do empréstimo prevê cobertura até o fim do ano, desde que haja saldo na conta criada para esse fim.

Na semana passada, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica utilizou o restante dos recursos para liquidar as despesas de outubro, restando sem cobertura, por enquanto, as despesas com compra de energia no mercado à vista de novembro e dezembro, que vencem em janeiro e fevereiro do próximo ano.

Por sua vez, o Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, estima em R\$35 bilhões o tamanho do rombo no setor elétrico em 2015. Ele explica que isso significa um aumento de tarifa de cerca de 39%, fora a inflação. Se o Tesouro colocar R\$9 bilhões, o aumento de tarifa cai para 29%. Se o Governo autorizar a partir de janeiro as bandeiras tarifárias, só na Light o aumento de tarifa seria de 8%.

Ainda no noticiário sobre o setor elétrico, a divulgação do Plano de Ampliações e Reforços – o recém-concluído relatório do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) – informa que mais de um terço das obras indicadas pelo ONS, como prioritárias para garantir o abastecimento elétrico do País, deixa de ser executado pelo Governo.

O Plano é atualizado anualmente e, nesse documento, o órgão responsável pela gestão do suprimento nacional de energia define quais os projetos atrelados à transmissão de energia devem entrar em operação nos próximos três anos para evitar riscos de pane e apagões. A lista de empreendimentos também aponta a necessidade de erguer novas subestações de energia.

No balanço, o ONS destaca que, de um total de 310 obras que precisam ser construídas entre 2015 e 2017, 34% são empreendimentos que já foram pedidos em estudos anteriores, mas não foram licitados pelo Governo. Por isso, são novamente cobrados pelo operador do sistema elétrico.

Pelos cálculos do ONS, o Governo teria de investir R\$ 13,8 bilhões nessas ações de ampliação e reforço de linhas de transmissão. Ocorre que boa parte dos projetos nem sequer tem previsão de ser objeto de leilão.

Os dados apontam que, dos 45 mil quilômetros de novas linhas de transmissão que precisam entrar em operação nos próximos três anos, 10,2 mil quilômetros ainda não têm previsão de concessão, ou seja, não estão no planejamento para serem leiloadas. A maior parte dessas linhas está concentrada nas Regiões Sudeste/Centro-Oeste (38%), onde está a maior parcela do consumo nacional de energia.

Os 10,2 mil quilômetros de linha e as novas subestações somam 147 empreendimentos, dos quais 43 são obras herdadas de anos anteriores. Quanto aos reforços para o Sistema Interligado Nacional (SIN), rede que distribui energia pelo País, são relacionados 163 projetos, com 61 deles já cobrados antes.

Para especialistas do setor, boa parte da frustração dos resultados está relacionada à crescente incapacidade do Governo de atrair empreendedores interessados em investir em projetos elétricos, principalmente de transmissão de energia.

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, especializado em estudos do setor elétrico, diz que “os projetos estão sendo oferecidos com um preço-teto totalmente irrealista ao investidor. Soma-se a isso o risco envolvido nesses projetos, principalmente quanto ao licenciamento ambiental. Não é por acaso que os leilões têm dado resultado vazio”.

No dia 18 de novembro, o Governo realizou um leilão de nove lotes de linhas de transmissão, os quais somavam 4.723 km de malha. Apenas quatro dos nove lotes receberam proposta, alcançando apenas 2.464 km do total. Nenhum dos lotes teve disputa. Quem deu o lance levou a linha pelo preço que apresentou.

Cristopher Vlavianos, Presidente da Comerc, gestora independente de energia elétrica, alega que “qualquer investidor faz a sua proposta comercial baseada no grau de risco que se dispõe a enfrentar”. Essa é uma regra básica. “O que ele acaba percebendo é que o risco está tão elevado que inviabiliza sua proposta. Ninguém vai entrar de graça em uma aventura”.

Para Claudio Sales, do Acende Brasil, a atuação da Eletrobras também tem afastado as empresas. Segundo ele:

Não bastasse o fato de o preço-teto estabelecido pelo Governo ser muito baixo, ainda temos um competidor estatal que joga contra o próprio patrimônio. No último leilão, a empresa fez uma proposta com deságio de 14% sobre o valor teto, em um leilão sem competição [avalia]. O resultado desse tipo de comportamento está no próprio balanço da estatal, que tem tido prejuízo recorrente e sequer dará conta de pagar dividendos neste ano.

Dos quatro lotes que tiveram proposta no último leilão, apenas um foi fechado com um investidor privado, a Isolux, que ofereceu um desconto de 0,60% em relação ao teto estipulado na licitação.

Tendo à frente incertezas, que vão de novas despesas multibilionárias até o fantasma de racionamento em 2015, associações do setor elétrico pretendem compilar propostas para um “acordão” com o Governo em torno de medidas para superar a crise de energia. As sugestões serão formuladas por um conjunto de 12 entidades empresariais e levadas em seguida à Casa Civil.

O Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Mário Menel, ressalta que “a situação de hoje é mais grave. Não temos como suportar o futuro sem um novo grande acordo”. Ele recorda que a conta da crise já ultrapassa R\$100 bilhões desde 2012. Indenizações às empresas que aderiram ao pacote de renovação antecipada das concessões, gastos com o acionamento intensivo das usinas térmicas e a sequência de socorros financeiros às distribuidoras estão na fatura.

Menel coordena o fórum das associações do setor elétrico, composto por 12 entidades, que deverá compilar o conjunto de propostas. Um dos pleitos será revisar imediatamente a garantia física das hidrelétricas.

Na prática, a garantia física é uma espécie de certificado que define quantos megawatts uma usina pode efetivamente vender no mercado, com base na geração média verificada em anos anteriores.

Mas esse número não é atualizado desde 2003 e há quem veja nisso uma das raízes da crise atual – as usinas têm produzido, na vida real, menos do que o previsto e abrem um buraco permanente na operação do sistema.

O baixo rendimento das hidrelétricas é justamente uma das hipóteses levantadas por especialistas para explicar o acelerado esvaziamento dos reservatórios nos últimos três anos. Apesar de chuvas abaixo do normal, é errado atribuir à estiagem todos os problemas do setor, segundo Luiz Augusto Barroso, Diretor da consultoria PSR. Ele recorda que, no triênio 2012-2014, choveu 88% da média de longo termo. Segundo ele: “Não foi exatamente bom, mas é apenas o décimo sexto pior registro, em 84 anos de série histórica.”

Em uma apresentação a executivos e investidores no início deste mês, durante um encontro do setor elétrico, Barroso fez suas primeiras estimativas sobre as chances de racionamento em 2015. Considerando o uso pleno das térmicas e redução das vazões nos rios federais, a fim de economizar água nos reservatórios, há, segundo informou, 19% de risco de racionamento – um déficit de pelo menos 4% da demanda. Foram analisados 1.200 cenários hidrológicos.

Uma das principais diferenças com as simulações do Governo, conforme explica Barroso, é que o baixo rendimento das usinas precisa ser levado em conta. Ele faz uma ressalva importante: “Estamos no início do período úmido e este é o pior momento para fazer esse tipo de previsão.” Destaca, no entanto, que, em igual período do ano passado, as projeções indicavam risco de apenas 6% em 2014. Ou seja, dessa vez a temporada de chuvas começa muito mais pressionada.

O consultor Edvaldo Santana, ex-Diretor da Aneel, aponta a repetição de outro problema em 2015. Para ele, as usinas hidroelétricas terão uma nova conta de R\$15 bilhões com o déficit na geração de energia, devido à queda nos reservatórios. Neste ano, estima-se que a fatura deva ficar entre R\$20 bilhões e R\$25 bilhões.

Quando produzem menos eletricidade do que suas obrigações contratuais, as usinas precisam recorrer ao mercado de curto prazo para repor o fornecimento. Como os preços atingiram valor recorde nos últimos meses, a conta disparou.

No próximo ano, a despesa das hidroelétricas deve ser amenizada com a redução do valor máximo do megawatt-hora no mercado de curto prazo, que a Aneel baixou de R\$822,00 para R\$388,00. Mesmo assim, o déficit na geração das usinas deve corresponder a 8% de tudo o que elas deveriam produzir, segundo Santana. “Haverá uma conta de R\$15 bilhões, que seria muito maior, se a agência não tivesse feito a mudança.”

Para o ex-diretor, uma das distorções vistas atualmente no setor é que a fatura acumulada pelo déficit hídrico – nos anos de 2014 e 2015 – já supera o valor de mercado das próprias geradoras.

Para Menel, “as perspectivas são sombrias.” Queixando-se da falta de interlocução com o Ministério de Minas e Energia, as associações buscam agora um canal direto com a Casa Civil, mas prometem virar a página das lamentações e dar sua contribuição. “Não adianta chorar o leite derramado. Todos teremos que ceder um pouco para salvar o setor” – diz Menel.

O sócio do BTG Pactual e Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel), Oderval Duarte, reforça o apelo por mais diálogo entre governo e iniciativa privada, o que é fundamental: “Mas é fundamental reconhecer que o setor elétrico está doente”.

Por sua vez, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou, no fim de novembro, o leilão de geração de energia A-5, que resultou na contratação de 51 projetos de geração de energia elétrica, com capacidade instalada total de 4.980 megawatts de potência. A energia irá suprir a demanda projetada de 38 concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 2019.

O preço médio da energia contratada no leilão foi de R\$196,11 o megawatts/hora, alcançando um deságio médio de 1,7%, com investimentos previstos da ordem de R\$15,2 bilhões. O valor negociado de R\$114,5 bilhões contratados no certame representa o maior valor já transacionado nos leilões de energia nova.

Foram contratados 1.581 megawatts em projetos a partir de fontes renováveis, equivalentes a 31,7% da potência total. Desses, três projetos são de pequenas centrais hidrelétricas, somando 44 megawatts, equivalente a 0,9% da potência total, contratados a R\$161,89 o megawatt/hora. Outros oito projetos contratados são usinas termelétricas a biomassa, somando 611 megawatts, equivalentes a 12,3% da potência total negociada no leilão e sendo contratada a um preço médio de R\$205,76 o megawatt/hora, além de 36 projetos contratados de parques eólicos, somando 926 megawatts e 18,6% da potência total negociada, sendo contratada a um preço médio de R\$136,00 o megawatt/hora.

Foram contratados ainda outros quatro projetos termelétricos, a partir de gás natural (3.059 megawatts, representando 61,4% do total) e carvão mineral (340 megawatts, 6,8% do total), totalizando 3.399 megawatts e 68,3% da potência total, negociados a um preço médio de R\$205,10 o megawatt/hora.

As 51 usinas serão instaladas nos Estados de Acre (1), Amazonas (1), Bahia (17), Goiás (2), Minas Gerais (1), Mato Grosso do Sul (1), Mato Grosso (3), Paraíba (3), Pernambuco (1), Piauí (9), Rio Grande do Norte (7), Rio Grande do Sul (2) e São Paulo (3).

Já a decisão da Aneel de cortar em 53% o teto do preço da energia à vista foi uma tentativa do Governo de equilibrar o setor elétrico, bastante prejudicado com a alta dos custos este ano. Com a aprovação do corte do limite máximo do preço da energia no mercado de curto prazo, chamado de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), o megawatt/hora foi reduzido de R\$822,83 para R\$388,45. Essa redução passará a valer na primeira semana de 2015.

É ao mercado de curto prazo que as distribuidoras precisam recorrer para comprar energia quando o volume contratado nos leilões feitos pelo Governo é insuficiente para suprir toda a demanda de seus consu-

midores. Devido à escassez de chuvas, este ano, o PLD manteve-se próximo ao teto e foi o responsável pelos prejuízos bilionários registrados pelas distribuidoras de energia. A situação forçou o Governo a organizar um socorro de R\$17,8 bilhões junto aos bancos, para resgatar as distribuidoras.

Com a redução do teto, o Governo também quer estimular geradores a vender energia nos leilões, em vez de segurar o insumo para oferecê-lo no mercado de curto prazo, lucrando com preços muito maiores. O patamar mínimo do PLD também foi alterado pela Aneel, passando de R\$15,62 para R\$30,26 por megawatt/hora.

As mudanças foram criticadas pelos representantes do setor e respaldadas entre professores e acadêmicos. Geradoras, distribuidoras e consumidores de energia afirmam que a medida é imediatista e pune empresas que acreditaram na manutenção das regras – manutenção das regras que é essencial.

A hidrologia desfavorável no início da atual estação de chuvas trouxe de volta a polêmica quanto à necessidade de racionamento de energia em 2015. Cinco grandes bancos divulgaram relatórios com alertas aos clientes sobre a situação, vendo como altas as chances de medidas para reforçar a redução do consumo caso não haja uma rápida melhora no nível dos reservatórios.

Ao mesmo tempo, as usinas térmicas bateram quatro recordes seguidos de produção, desde a semana passada, e geradores têm recebido pedidos para evitar manutenções programadas durante o pico do verão, quando as altas temperaturas fazem disparar a demanda e podem colocar em risco a segurança do sistema.

Por outro lado, o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, garantiu que não há indicativo de racionamento de energia, por parte do Governo, em 2015. Segundo ele, as condições do sistema elétrico brasileiro hoje são bem diferentes e melhores, em relação àquelas observadas em 2001, quando houve um programa de corte de consumo de energia. Zimmermann afirmou que uma avaliação mais clara sobre o risco de racionamento em 2015 só poderá ser feita em abril, quando termina o período chuvoso.

Vamos abrir agora a nossa reunião para o lançamento de 23ª edição da revista *Em Discussão!*, este exemplar que está aqui à mesa. Vamos dar início, então, à cerimônia de lançamento da 23ª edição da revista *Em Discussão!*, editada pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal com temas definidos a partir dos debates realizados nesta Casa.

Convido para que tome assento à mesa o Diretor da Agência e Jornal do Senado, Sr. Marco Antônio Reis e o editor-chefe da revista *Em Discussão!*, Sr. João Carlos Teixeira. Eu os convido a entrar, por favor.

O tema da 23ª edição da revista é: “Escassez de Água – cada gota é preciosa”, assunto abordado por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em duas reuniões, sendo a primeira realizada em 13 de novembro de 2013, com a participação do Dr. Vicente Andreu Guillo – já está ali a revista na tela –, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e o S. Ex^a o Sr. Senador Ministro José Pimentel, Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca.

A segunda reunião foi realizada em 4 de junho de 2014, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e que contou com os seguintes convidados: Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e Dr. Irani Braga Ramos, Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional.

Esta edição da revista alerta que a concentração da população em grandes cidades, a poluição, a degradação de mananciais e a falta de investimentos já fazem com que o acesso das pessoas à água seja cada vez mais trabalhoso e oneroso, concluindo que deve haver mais investimentos em segurança hídrica para não ficarmos à mercê de fenômenos naturais, como secas e enchentes.

A publicação trata ainda do planejamento do abastecimento de água, da descontaminação do aquecimento global, das mudanças climáticas e do combate ao desperdício.

Sem desconsiderar os múltiplos usos para a água, como produção de energia e irrigação agrícola, esta edição se concentra na oferta de água para o consumo, especialmente nos centros urbanos.

Parabenizo, portanto, pelo apropriado e importante tema a que se propõe abordar a *Em discussão!* E a todos os profissionais envolvidos nesse trabalho, na pessoa do Diretor da Secretaria de Comunicação Agência e *Jornal do Senado*, Dr Marco Antonio Reis, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. MARCO ANTONIO REIS – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Fernando Collor pela oportunidade. O Senador já é um parceiro da Comunicação Social como um todo e especificamente da nossa Secretaria nesse produto, a revista *Em Discussão!*, que já completa cinco anos. É uma publicação que procura aprofundar os debates que ocorrem nas Comissões do Senado. O Senador, então, tem sido um parceiro importante desde a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, já tivemos revistas temáticas relacionadas aos temas em discussão na CRE e agora, na Comissão de Infraestrutura, a mesma coisa. Então, primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador por mais essa oportunidade.

A revista já tem cinco anos e é uma publicação dirigida para um público de especialistas, de entidades relacionadas com o tema em foco naquela edição – são 3.500 exemplares. Então, ela acaba sendo uma revista com uma duração maior do que outras publicações, porque ela vai sendo distribuída para entidades de classe, entidades relacionadas com aquele tema, escolas, universidades, comunidade acadêmica, enfim. A gente está procurando também fazer algumas modificações no processo da revista, integrando o seu conteúdo com outras plataformas, plataforma digitais, redes sociais. Isso tem gerado maior alcance do conteúdo, acho que isso é importante, mostra para a sociedade o trabalho que é feito aqui no Senado, especificamente nas Comissões, que é um trabalho, na minha avaliação, que, muitas vezes, fica em segundo plano na cobertura midiática. Então a revista tem essa função de levar informação e mostrar que o Senado trabalha os temas com profundidade.

Nessa revista, a gente inaugurou também a participação dos internautas na elaboração da pauta. Então, boa parte da pauta é decorrente da participação dos internautas que sugeriram subtemas, questões a serem abordadas dentro desse tema que é a escassez de água, que é a segurança hídrica.

Enfim, a revista é um caso de sucesso. A última edição, por exemplo, recebeu um prêmio importante da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Urbana). Nossa última edição foi sobre resíduos sólidos.

Então, estamos conseguindo também ter uma inserção da publicação e do nome do Senado, numa revista que é toda feita com recursos próprios; só com o nosso corpo de funcionários, de servidores da Casa. Acho que isso é uma coisa que deve ser sempre louvada.

Só anuncio, então, que a próxima edição será entregue já no início da nova Legislatura, e vamos tratar de reforma política. Os novos Senadores terão uma noção do estado da arte desta discussão. Então, se o Senador permitir, o João poderia falar um pouquinho mais sobre o conteúdo em si desta edição da revista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Marco Antonio Reis, pela sua explanação a respeito da edição da revista *Em Discussão!*, que trata, neste número, do tema “Escassez de Água – Cada gota é preciosa”. O Dr. Marco Antonio Reis é Diretor da Agência e do *Jornal do Senado*.

Passo a palavra agora ao Dr. João Carlos Teixeira, Editor-chefe da revista *Em Discussão!*

O SR. JOÃO CARLOS TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Senador Collor, é um prazer estar aqui hoje para lançar esta revista. Queria agradecer o espaço que a Comissão de Infraestrutura nos dá para apresentar a revista *Em Discussão!*, especificamente esse tema que teve como base duas audiências públicas realizadas aqui pela Comissão de Infraestrutura.

Como o Marco disse, a Comissão de Infraestrutura e as comissões presididas por V. Ex^a já nos deram bastantes insumos, conteúdos, para que pudéssemos começar esse trabalho jornalístico, de apresentar à população, a um grupo maior de pessoas, os debates realizados no Senado de uma maneira leve, com textos jornalísticos, textos relativamente didáticos, e agregando todas as formas que a comunicação nos pode dar – imagens, infografias, que fazem com que tudo fique com uma apresentação que pode alcançar, talvez, um grupo maior de pessoas.

Lembro também que o nosso primeiro número, que foi sobre o pré-sal, de abril de 2010, também teve como base um debate comandado por V. Ex^a naquela ocasião.

Bem, sobre esta revista, quando escolhemos o tema, graças ao debate realizado em junho, imaginávamos que, a esta altura, essa crise hídrica já estaria, vamos dizer, um pouco mais distante das páginas dos jornais.

Hoje mesmo, a *Folha de S. Paulo* traz um editorial sobre o assunto e que continua muito preocupante. Este ano viu esse tema crescer muito na agenda política, inclusive fazendo parte da campanha eleitoral. E era um assunto com que, até pouco tempo, os brasileiros não se importavam muito. Parecia que o País tinha abundância de água, que nunca haveria esse problema tão iminente, com exceção, lógico, do Semiárido nordestino, que vive com esse problema crônico, que também é noticiado desde o século XVII naquela região.

Mas queria até ler um trecho que está na Carta ao Leitor. Na verdade, é um trecho do primeiro texto brasileiro, a carta de Pero Vaz de Caminha. Nela, ele diz: Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”. Ou seja, logo na certidão de nascimento do País, há uma referência à água e referência à abundância.

No entanto, agora, estamos vendo que, por várias situações, as quais inclusive o Senador Collor já narrou aqui – falta de investimento em infraestrutura, poluição, degradação dos mananciais e também o desperdício, pois, até por uma questão cultural, o brasileiro não se acostumou a lidar com essa possibilidade de falta de água –, estão todas essas situações trazendo esta ameaça de que as torneiras possam, um dia, não responder ao comando quando forem abertas.

Portanto, mais uma vez falando sobre o conteúdo da revista, apresentamos esta situação de falta crítica de água, que está acontecendo principalmente perto da região metropolitana de São Paulo, e também abordamos, graças, também, aos debates da Comissão de Infraestrutura, a situação, vamos dizer, de pouca oferta de água no Semiárido nordestino.

Ainda há alguns casos de boas experiências e, principalmente, o que eu acho que é o diferencial da revista, as propostas legislativas, as discussões que são feitas aqui para que o estado de coisas mude, para que se possa ter uma situação em que a população seja mais bem atendida, com qualidade. O Senado, então, debate projetos, projetos que saem desses debates, muitas vezes projetos que são instruídos nesses debates, debates que visam incentivar, por exemplo, o reúso da água, que tentam fazer com que as bacias hidrográficas sejam mais bem protegidas e com que, com isso, os mananciais também possam ter uma perenidade maior. Por exemplo, uma proposta, que já foi uma pauta de internauta, sobre o alcance e a possibilidade de dessalinização da água do mar, que foi objeto de um projeto já aprovado pelo Senado e enviado para a Câmara dos Deputados.

Então, esses conteúdos todos estão abordados na revista, que tem um infográfico, de uma maneira didática, leve, como o Marco Antônio falou, apresentando um conteúdo que, quando disponível na internet, a gente nota que tem um alcance bastante grande e é relativamente perene, porque ele serve como consulta, é um conteúdo que não está preso ali àquela circunstância imediata, mas que tem uma duração, uma durabilidade maior.

Esse projeto, como disse o Marco, tem cinco anos. Estamos indo para a 24ª edição, que esperamos entregar em fevereiro, nos primeiros dias dos trabalhos legislativos da nova Legislatura, já trazendo um tema que foi colocado como prioridade absoluta pela Presidente, pelo Congresso, pelo Presidente Renan Calheiros, que é o da reforma política, com toda a complexidade e dificuldade política inerente.

Bem, mais uma vez, agradeço o espaço oferecido pela Comissão, pelo Presidente Fernando Collor.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu gostaria de cumprimentar o Dr. Marco Antônio e o Dr. João Carlos pela excelência do trabalho que vêm realizando. As pessoas, em casa ou mesmo aqui, no nosso convívio dentro do Congresso Nacional, passam a vista numa revista como essa e não lhe dão, talvez, a importância merecida. Isso é procedente, pelo número de publicações que nos chegam todos os dias. O tempo é cada vez mais escasso e nós, às vezes, não temos tempo de dedicar atenção a tudo aquilo que recebemos, seguramente. Mas algumas publicações merecem a nossa atenção, e essa publicação que o Senado da República faz, por intermédio de seu departamento especializado, aqui expresso na revista *Em Discussão!*, merece não somente a nossa atenção, mas a nossa absoluta consideração.

Como sou também jornalista, quando leio essas edições, eu vejo nelas todo o esforço empreendido por um grupo de jornalistas abnegados que compõem o corpo do sistema de comunicação do Senado Federal. É um trabalho de excelente qualidade, um trabalho que não fica na superfície do debate, que vai a fundo, que apresenta propostas, que pesquisa, que mostra caminhos que poderão ser abordados pelas Sras e pelos Srs. Senadores e pelas Sras e pelos Srs. Deputados nos debates que se travam aqui, no Congresso, em torno de um tema tão importante como a questão da água.

Lembro-me de que, em 1996 ou 1997, fui convidado para participar de uma palestra seguida de um debate na Academia Real de Ciências do Reino da Suécia. Quando eu lá estive – passei lá uma semana –, em um dia ou dois de debates e da apresentação que me chamaram a fazer, eu fiquei impressionado, porque, naquela semana em que lá estive, estavam sendo realizados oito simpósios, seminários, encontros ou reuniões, em Estocolmo, tratando da questão da água.

Fiquei muito impressionado, mas com a preocupação que eles estavam tendo com um tema que ainda não havia ocorrido a nenhum de nós, como algo sobre o que devêssemos nos debruçar, porque seria um grave problema num futuro não muito distante.

Não fiquei mais impressionado com isso, porque foi na Escandinávia, especificamente na Suécia, que nasceu o Movimento Verde, nos idos de 1970. O primeiro grito de atenção ao Planeta foi dado nos idos de 70, pela Suécia, tratando da questão do meio ambiente, dos maus-tratos que nós, seres humanos, estávamos dando à natureza, e esta haveria de reagir a esses maus-tratos. Como eles lá são a vanguarda de todos esses movimentos no campo ambiental, do qual a água é um dos bens mais preciosos, verifiquei realmente que algo precisava ser feito.

Fico feliz, porque, antes tarde do que nunca, em função de vários problemas que estamos vivenciando, estamos acordando para essa questão de que fala a revista: a questão do desperdício da água, da utilização racional das águas da chuva, da proteção dos nossos mananciais, a questão da proteção das nossas matas ciliares, da poluição das nossas águas.

Então, todos esses pontos são algo que estamos, agora, levando em consideração, até mesmo no nosso dia a dia, na utilização da água que fazemos diariamente, da economia que devemos fazer, porque este é um problema presente.

Quero cumprimentar, em nome de todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o corpo técnico do Senado Federal, que edita a revista, e fico muito feliz, porque a Presidência desta Comissão... São quantos números em discussão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Das 23 edições já publicadas pelo Senado Federal da revista *Em Discussão!*, em três delas, eles foram buscar o motivo da sua capa e do tema a ser tratado, na primeira oportunidade em que fomos Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, quando fizemos aqui um amplo debate sobre a questão do pré-sal. Em seguida, na Comissão de Relações Exteriores, quando, também na Presidência, tratamos... E não me lembro agora qual foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Foi o Fórum da Defesa Nacional – lembra-me aqui o Dr. João Carlos – que fizemos um grande fórum sobre a questão da defesa nacional, que foi objeto de um outro tema tratado, de capa, pela revista *Em Discussão!* e, agora, com as discussões tratadas nesses fóruns, nesses seminários, que fizemos sobre a questão da infraestrutura no Brasil, notadamente a questão da água, como um fator indispensável para a nossa prosperidade.

Diante de tudo isso, e mais uma vez agradecido pela maneira como foi tratada essa questão e a Comissão dos Serviços de Infraestrutura, gostaria de, em nome de todos os nossos participantes e integrantes, Srs e Srs. Senadores, agradecer ao corpo jornalístico do Senado da República por mais essa grande contribuição que estão dando aos trabalhos do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Dr. Marco Antônio Reis, Diretor da Agência e *Jornal do Senado Federal*. Muito obrigado, Dr. João Carlos Teixeira, Editor-Chefe da revista *Em Discussão!* Também peço que levem ao Dr. Davi Emerich o nosso abraço e os nossos melhores votos de sucesso, continuado êxito e de Boas Festas e de um Ano Novo repleto de alegrias.

Muito obrigado aos senhores.

Gostaria, aditando ainda o que foi aqui dito sobre a revista *Em Discussão!*, de dizer que ela está sendo distribuída a todas as senhoras e senhores interessados, além, claro, de a S. Ex^{as} os Srs. Senadores e as Sras Senadoras e poderá também ser acessada, a revista, seu conteúdo, naturalmente, na internet pelo endereço www.senado.leg.br/emdiscussao.

Mais um comunicado, desta feita tratando do relato das atividades da Comissão em 2013/2014.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza hoje sua última reunião de 2014. Ao concluir os trabalhos desta sessão legislativa, gostaria de trazer ao conhecimento das Sras e Srs. Senadores integrantes deste colegiado um resumo das atividades desenvolvidas ao longo do biênio 2013/2014.

Nesse período, a Comissão promoveu 111 reuniões, contando com a de hoje, sendo 95 extraordinárias, 9 conjuntas e 10 de subcomissões. Desse total, 61 reuniões foram audiências públicas, das quais 39 fizeram parte da Agenda CI-2013/2014, referente ao ciclo de debates intitulado “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”.

Dentre as atividades da Comissão neste biênio, merece destaque a realização do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, nos dias 27 e 28 de março de 2014. A iniciativa teve como objetivo consolidar todas as discussões oriundas dos ciclos de debates promovidos pela Comissão nos biênios 2009/2010 e 2013/2014.

O Fórum foi formatado em sete mesas realizadas, paralelamente, nos plenários das Comissões Permanentes do Senado, com os seguintes temas: 1) Transporte de Cargas, 2) Transporte de Passageiros, 3) Energia Elétrica, 4) Combustíveis, 5) Mineração, 6) Telecomunicações e 7) Saneamento, Abastecimento de Água e Irrigação.

Cada mesa-redonda contou com cerca de cinco especialistas do respectivo segmento, dos quais um atuou como coordenador. Em duas das mesas – Energia Elétrica e Transporte de Passageiros – os trabalhos foram coordenados por integrantes desta Comissão, S. Ex^{as} os Senadores Delcídio Amaral e Acir Gurgacz.

O Relatório Final do Fórum, discutido e aprovado pela Comissão no dia 16 de abril último, contém 61 indicações, 13 proposições legislativas (cinco PECs e oito projetos de lei), duas propostas de criação de Grupo de Trabalho de especialistas no âmbito da Comissão de Infraestrutura, e duas propostas de Estudos da Consultoria Legislativa por meio de Nota Informativa. Foram, ao todo, 78 as recomendações das mesas, dirigidas ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e aos demais entes federados. E isso para demonstrar que todas essas audiências públicas e essas reuniões que realizamos não se bastam em si próprias, não se encerram ali nas discussões que são realizadas. O que nós desejamos foi extrair questões desses debates, riquíssimos em sugestões, em proposições, enfim, em encaminhamentos, reunir tudo isso e, de alguma forma, matrizar-las e

separá-las no que poderia ser encaminhado via projetos de lei, projetos de emenda constitucional, propostas de criação para o Executivo, para o Legislativo para os entes federados de modo a demonstrar ali a compilação, o resumo das sugestões aqui apresentadas pelo mundo acadêmico, pelo mundo empresarial e também com a participação de entes públicos.

Portanto, fica aqui a nossa contribuição e os caminhos que são sugeridos, para que nós possamos, de uma vez por todas, desatar esses nós, que impedem a nossa infraestrutura de avançar na medida das necessidades do nosso crescimento.

Participando das audiências públicas do biênio 2013/2014, 154 palestrantes, entre autoridades e especialistas dos diversos segmentos da infraestrutura, dos quais 108 fazem parte ou fizeram parte do Ciclo de Debates. Dentre as autoridades convidadas pela Comissão estiveram presentes S. Ex^{as} os Ministros de Estado da Fazenda, das Minas e Energia, das Comunicações, dos Transportes, da Casa Civil, da Integração Nacional, das Comunicações, da Aviação Civil; o ex-Ministro do Trabalho e Emprego e ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Almir Pazzianotto; o Presidente do BNDES; a Presidente da Petrobras; o Advogado-Geral da União; o Governador do Estado do Mato Grosso; além de secretários executivos de vários Ministérios; do Diretor-Geral do DNIT; e dos diretores-presidentes das agências reguladoras: Anac, ANP, Anatel, ANA, Antaq, Aneel; entre outros especialistas do Governo e das áreas acadêmicas e empresarial.

A agenda de debate da Comissão de Serviços de Infraestrutura, cujas 36 audiências realizaram-se na sua maior parte às segundas-feiras às 18h, foi dividida em 6 grandes ciclos temáticos e esses ciclos em painéis específicos, nos quais foram abordados os principais problemas e soluções dos seguintes macrossetores: Energia, Transporte, Mineração, Aviação, Comunicações e Água. Em atendimento a requerimentos dos integrantes da Comissão, foram realizadas 19 audiências públicas fora do Ciclo de Debates da agenda 2013/2014.

Uma inovação introduzida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura foi a participação direta de ouvintes, telespectadoras, telespectadores e internautas nas audiências públicas e sabatinas realizadas ao longo de 2013 e 2014. Por meio do Alô Senado e das redes Twitter e Facebook, demos a oportunidade a toda a sociedade de enviar os seus comentários e perguntas aos palestrantes, autoridades e sabatinados. Trata-se de um novo instrumento da democracia direta e ao vivo em que a Comissão de Infraestrutura foi precursora no âmbito do Congresso Nacional com registros de uma excelente repercussão e a participação de cidadãos de todas as regiões do Brasil.

Quanto às reuniões deliberativas, foram apreciadas 180 proposições, sendo 27 projetos de leis do Senado, 7 projetos de lei da Câmara, 1 substitutivo da Câmara a projeto do Senado, 15 mensagens de indicação de autoridades com as respectivas sabatinas, 1 relatório final de Subcomissão, 1 projeto de lei em turno suplementar, 81 requerimentos, 45 emendas orçamentárias da Comissão e 2 atos da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Das 15 sabatinas realizadas, 2 foram dedicadas à indicação de diretores para a Agência Nacional de Petróleo, 5 para a Agência Nacional de Energia Elétrica, 2 para Agência Nacional de Telecomunicações, 3 para Agência Nacional de Transportes Aquáticos, 1 para Agência Nacional de Transportes Terrestres e 2 para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Das dez reuniões das subcomissões, três foram da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil – presidida pelo Senador Flexa Ribeiro e relatada pelos Senadores Vicentinho Alves e Vital do Rêgo, cujo relatório final foi aprovado em 9 de abril de 2013; três reuniões da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – sob a Presidência de S. Ex^a o Senador e ex-Ministro José Pimentel; e quatro reuniões da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, cujos trabalhos foram retomados também este ano, sob a Presidência de S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

Outra importante atividade desenvolvida pela Comissão foi o acompanhamento sistemático do andamento das obras do setor de transportes, por meio de relatório atualizado semanalmente pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), sempre distribuído para conhecimento e análise dos integrantes da Comissão, nas reuniões de quarta-feira, às 7h30 da manhã.

Aqui está mais um e último relatório – porque esta é a nossa última reunião – de todas as obras realizadas pelo DNIT, com os respectivos compromissos assumidos por seu Diretor, o andamento da obra e a sua situação atual, que está sendo distribuído aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

Em virtude desse acompanhamento, sobretudo das rodovias federais, a Comissão realizou também uma diligência no Estado de Rondônia, com a presença dos respectivos Senadores, para verificação *in loco* do andamento das obras.

Ainda em relação ao acompanhamento de obras públicas, observamos que foi concedido à Comissão, pelo Pleno do Tribunal de Contas da União, a partir de solicitação formulada pelo Requerimento nº 28, de 2013, aprovado por esta Comissão no dia 5 de junho de 2013, o acesso ao Sistema Fiscalis, desenvolvido por aquele Tribunal, que permite o acompanhamento remoto do andamento dos processos de fiscalização de obras.

Trata-se, portanto, de ferramenta de grande utilidade para o bom desempenho da atividade de fiscalização desta Comissão. Ou seja, todas as Sras e os Srs. Senadores desta Comissão têm acesso *on-line*, em tempo real, ao andamento das obras de que tenham interesse em obter informações.

Além disso, a Comissão de Serviços de Infraestrutura promoveu, juntamente com a Secretaria de Comunicação do Senado Federal, o lançamento de dois números da revista *Em Discussão!*, com os temas “Mobilidade Urbana” e “Escassez de Água”, sendo esta última no dia de hoje.

Por fim, em todas as reuniões da Comissão, durante o período de leitura de expedientes e comunicados, esta Presidência trouxe ao conhecimento dos participantes, ouvintes e telespectadores o relato completo das 61 audiências públicas realizadas, assim como mais de 220 comunicados específicos sobre o panorama da economia internacional, o panorama da infraestrutura na palavra de especialistas, além de artigos jornalísticos e notícias relacionadas à infraestrutura nacional, com especial enfoque na realização e resultados dos leilões de concessão de rodovias, portos e aeroportos.

Observo que todo esse material de relatos e comunicados é objeto de publicações específicas, distribuídas aos Parlamentares do Congresso Nacional, órgãos, autoridades públicas e demais interessados nos temas, bem como integra o acervo histórico e bibliográfico da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Da mesma forma, a Comissão de Serviços de Infraestrutura promoveu a publicação completa dos resultados do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. Essa publicação foi distribuída e divulgada não somente aos quadros do Poder Público responsáveis pelos setores de infraestrutura, mas também aos meios acadêmico, empresarial e, ainda, às entidades representativas das áreas interessadas.

Creio, com isso, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura cumpriu rigorosamente toda a programação prevista para esta sessão legislativa que se encerra, bem como a extensa pauta ordinária de matérias e assuntos a ela submetidos.

Para tanto, foi imprescindível a colaboração de S. Ex^{as} as Sras Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão, e de seu Vice-Presidente, S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão, aos quais agradeço pela efetiva participação em nossos trabalhos.

Agradeço também, em nome de seu Secretário, Sr. Alvaro Araújo Souza, aos servidores da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Agradeço ainda ao General Darke Figueiredo, Chefe da Assessoria Especial de meu gabinete; ao Professor Heitor Luiz Cury, mentor desse ciclo de debates que realizamos; ao Sr. Carlos Murilo Frade Nogueira; e, em nome do Chefe de Gabinete, Sr. Joberto Sant’ Anna, a todos os servidores de meu gabinete parlamentar.

Especial agradecimento faço ainda à Consultoria Legislativa e à Consultoria de Orçamento do Senado Federal, pela presteza dos serviços e pela excelência profissional de seus quadros, assim como a todos os servidores e colaboradores que trabalham no sistema de comunicação do Senado Federal, ou seja, TV Senado, Rádio Senado, Jornal, Agência, Alô Senado, e ao setor de Taquigrafia.

A todos, portanto, o meu muito obrigado.

Dito isso, passamos agora à segunda parte da 33ª Reunião, destinada à realização da reunião de trabalho para apreciação de anteprojetos resultantes do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, realizado por esta Comissão em 27 e 28 de março de 2014.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentá-lo pela prestação de contas que acaba de fazer, que dá um panorama completo das atividades desta Comissão neste ano legislativo. Isso prova, evidentemente, a operosidade de V. Ex^a e o desejo de trazer a lume todas as questões importantes que interessam à infraestrutura nacional.

Receba portanto, da minha parte, a minha homenagem, os meus cumprimentos pela excelência do trabalho que V. Ex^a realizou neste ano legislativo.

Se V. Ex^a permitir, eu gostaria que autorizasse a inversão da ordem da pauta, porque sou Relator do Anteprojeto de Lei nº 9, de 2014. E me disponho também, se for necessário, a ler todos os demais relatórios em nome dos nossos ilustres colegas que têm essa responsabilidade também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu agradeço a V. Ex^a as palavras generosas com que brinda a coordenação dos trabalhos desta Comissão e estendo essas suas palavras, Senador Ruben Figueiró, a todos os integrantes desta Comissão, sem a participação dos quais nada disso seria possível fazer. Muito obrigado a V. Ex^a...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Ex^a merece.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ...na parte que me toca. Agradeço.

V. Exª solicita a inversão da pauta, do item...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – V. Exª solicita que o item 5 passe a ser o primeiro item da pauta do dia de hoje.

Não havendo discordância do Plenário, fica concedida a V. Exª a inversão de pauta.

Passamos então ao Item nº 5.

ITEM 5

ANTEPROJETO DE LEI Nº 09, DE 2014 – CI

Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Ruben Figueiró

Relatório: Pela apresentação como projeto de lei de autoria desta Comissão.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ruben Figueiró para proferir o seu relatório.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Grato, Sr. Presidente, pela deferência que muito me sensibiliza.

Permita-me, Sr. Presidente, antes de adentrar a leitura do relatório, expor a V. Exª e à Comissão algumas providências decorrentes da audiência pública que foi realizada no mês de agosto deste ano, graças à decisão de V. Exª de analisar a questão da Rota Bioceânica, ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, pela importância estratégica e econômica que ela tem, sobretudo para o nosso País, o Brasil.

V. Exª, naturalmente, foi informado do resultado da audiência, que contou aqui com a presença de ilustres autoridades, inclusive com o representante do Chile, que foi o Sr. Prefeito de Iquique, um porto de mar muito importante que nós temos para permitir o escoamento dos produtos brasileiros e sul-americanos.

Mas o que eu queria dizer no momento, para não entrar em detalhes maiores a respeito, é que... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Por favor, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Minhas saudações ao Senador Jayme Campos, da minha terra, o Mato Grosso.

Ainda ontem, graças à diligência do Dr. Alvaro Araújo, foi-me possível manter um contato com o Sr. Embaixador Parkinson, do Ministério das Relações Exteriores – que aqui esteve por ocasião daquela audiência a que me referi –, para obter informações sobre as providências que o Ministério das Relações Exteriores já estaria tomando no sentido de viabilizar a execução da importante obra de construção da ponte internacional ligando o Brasil ao Paraguai, nas localidades de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul – terra também do eminente Senador Jayme Campos –, e a cidade de Carmelo Peralta, no território guarani. Isso vai possibilitar realmente que se concretize essa ligação entre o Brasil e o Chile.

S. Exª informou-nos que as providências estão sendo tomadas para se constituir um grupo de trabalho multilateral – Brasil, Paraguai, Argentina e Chile –, para não só haver a viabilização da construção dessa ponte a que me referi, como também para os serviços de dragagem das águas profundas do Porto de Iquique. Esses são dois passos extremamente importantes para a concretização do projeto de implantação da Rota Bioceânica. No próximo mês de janeiro, possivelmente no dia 9, o embaixador estaria com planos de reunir-se com autoridades do Chile para tratar desse assunto, inclusive convidando autoridades do Mato Grosso do Sul, sobretudo o Secretário de Obras Públicas do Estado e o Prefeito de Porto Murtinho, para participarem dessa reunião em Santiago do Chile. Eu tive a oportunidade de dizer a S. Exª que seria importante a transferência para o mês de fevereiro, para dar tempo às autoridades que vão assumir o Governo do Estado de conhecerem melhor as tratativas do programa. E assim ficou mais ou menos decidido.

Eu faço esse breve relatório para também, mais uma vez, ressaltar a decisão de V. Exª em autorizar essa audiência pública para tratar de um dos problemas de infraestrutura mais importantes que nós temos no País, porque ele irá permitir que nós estabeleçamos um comércio com o Oriente, reduzindo o tráfego de mercadorias em cerca de 8 mil quilômetros, porque vai evitar o contorno da América do Sul pelo Estreito de Magalhães. Através dessa rodovia, vamos conquistar efetivamente o comércio do Oriente.

Eu gostaria, sinceramente, Sr. Presidente Senador Fernando Collor, que isso fosse consignado como uma das grandes iniciativas tomadas pela Presidência de V. Exª.

E agora, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a permissão de V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró, gostaria de informar à Comissão de Serviços de Infraestrutura e a todos que nos assistem que essa audiência pública a que se referiu S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró foi uma iniciativa de S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró. Foi ele que, junto à Presidência desta Comissão, solicitou, com muito afinho, que essa audiência pública fosse realizada, e ela assim o foi, sob a presidência de S. Ex^a, e transcorreu muito bem – os trabalhos transcorreram de forma excelente –, excepcionalmente bem. E a prova disso são as boas notícias que nos são trazidas por S. Ex^a, Senador Ruben Figueiró.

Portanto, a V. Ex^a todos os louros pelo sucesso alcançado por essa iniciativa e pelo desdobramento do que aqui foi debatido, que, sem dúvida, é de grande importância, conforme V. Ex^a acaba de afirmar e reafirmar, para o desenvolvimento do nosso País.

Retorno a palavra a V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró, como Relator do Anteprojeto de Lei nº 9, de 2014, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito grato a V. Ex^a, Senador Fernando Collor. Se mérito existe, é de V. Ex^a, porque encampou uma modesta ideia minha.

E quero ressaltar que tudo isso foi possível porque esteve presente auxiliando-me, eficientemente, a equipe de trabalho desta Comissão, liderada pelo Dr. Alvaro Araújo, incansável sempre, que foi para mim uma espécie de fanal, orientando-me: “Faça assim, faça dessa forma!”, para que desse certo – e está dando certo. É uma conquista também. Gostaria que isso fosse registrado, em favor do nome ilustre do Dr. Alvaro Araújo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimentando a todos, aproveito a oportunidade desta minha fala na Comissão para parabenizar o Senador Fernando Collor pela realização e condução do nosso 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

Minha análise sobre o balanço final desse trabalho não poderia ser mais positiva. Realmente, foi uma iniciativa engrandecedora para a Comissão que resultou na priorização de projetos importantíssimos para o crescimento do País em um dos seus campos vitais, que é o econômico.

O projeto de lei que hoje apresentarei a S. Ex^{as} trata da tentativa de amenizar as dificuldades que a mineração tem enfrentado para se estabelecer na nossa região de zona de fronteira. Tentarei contribuir, para suavizar um dos grandes entraves para o desenvolvimento dessa área, que ocupa 27% do Território nacional e que é, em parte, responsável por termos a maioria esmagadora dos 588 Municípios dessa área com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor do que a média dos seus respectivos Estados. Apenas 65 desses 588 Municípios na faixa da fronteira têm IDH superior à média do IDH do Estado. Sou de um Estado, Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com três países, e sei bem o cuidado que temos que ter com esse tema, que é de grande relevância para o País.

E, antes de entrar propriamente nos detalhes desse projeto, que visa expandir a indústria de mineração em nossa faixa da fronteira, gostaria de lembrar uma parte do discurso de V. Ex^a, Senador Fernando Collor, quando da abertura do 1º Fórum de Infraestrutura. Na oportunidade, V. Ex^a disse, aspas:

Hoje tornamo-nos reféns de auditocracia, da controlocracia e da licenciocracia, todas adeptas da letra fria da lei e de peculiaridades como a rigidez de análise, a estreiteza de horizontes e a insensibilidade perante as reais necessidades do País.

Quando Arnold Toynbee afirmou, há mais de meio século, que o Brasil só seria uma grande potência no dia em que adquirisse o dom da eficiência, certamente seu recado incluía variáveis desse tipo. [Fecho aspas.]

Classifico como brilhante essa fala de V. Ex^a, Senador Fernando Collor. E é imbuído do espírito dessa mensagem que surgiu o projeto de lei que agora passo a apresentar.

Entre os Municípios da faixa de fronteira, poucos se destacam por sua produção mineral. Essa região, que corresponde a 27% do Território nacional, recolheu menos de 3% do total arrecadado como compensação financeira de exploração de recursos minerais em 2013, do que se pode depreender que essa região não tem mais seu potencial mineral devidamente aproveitado, especialmente quando se verifica a existência de estruturas geológicas favoráveis à formação de jazidas minerais, como o Escudo das Guianas, situado na fronteira norte do Brasil.

No que diz respeito aos principais entraves para o estabelecimento da mineração na zona de fronteira, nossos estudos levaram à conclusão de que os principais óbices são dois: a necessidade de assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para as atividades de mineração da faixa de fronteira; e as restrições ao capital estrangeiro.

Enquanto no restante do País basta a autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), na zona de fronteira, a legislação atual exige dupla análise dos requerimentos de autorização de pesquisa pelo DNPM e pelo CDN. O processo para assentimento prévio é enviado pelo DNPM ao CDN para análise. Quando o CDN encontra alguma não conformidade na documentação, devolve o processo ao DNPM para que este intime o requerente para saná-la. Essa triangulação, como se pode imaginar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, torna o processo extremamente moroso.

Além disso, a normatização infralegal está ultrapassada e não é mais compatível com as práticas empresariais modernas. Por exemplo: o parágrafo único do art. 19 do Decreto 85.064, de 1980, determina que as empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão apresentar a relação nominal contendo a nacionalidade e número de ações de todos os acionistas, algo muito difícil de ser colocado em prática. E mais: quando uma empresa faz diversos requerimentos, eles são analisados individualmente, sem que haja ganho de agilidade decorrente da avaliação dos processos anteriores.

Por fim, parece não haver uma clara definição dos critérios observados para a concessão do assentimento prévio, o que faz com que o CDN extrapole o campo de defesa nacional e invada a esfera das atribuições do DNPM, passando a estabelecer a política mineral a ser seguida na faixa de fronteira.

Quanto às restrições ao capital estrangeiro na mineração na faixa de fronteira, constitucionalmente não se justificam mais. Elas foram removidas pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995, porém, continuam sendo exigidas pela legislação infraconstitucional. É um verdadeiro absurdo. Não se obedece, infelizmente, à Constituição, sobretudo nesse aspecto.

Além disso, é bem sabido que a poupança interna do Brasil é insuficiente para prover os investimentos de que o País precisa para se desenvolver com taxas de crescimento altas e sustentáveis. Essa realidade é ainda mais grave no setor mineral, no qual as empresas de exploração encontram grande dificuldade para levantar internamente o capital para a realização de suas atividades e precisam recorrer a fontes externas de investimento, em especial à Bolsa de Toronto, especializada em levantamento de capital de risco para empreendimentos de mineração.

Parece já haver algum consenso em relação à supressão das restrições ao investimento estrangeiro na mineração na faixa de fronteira, matéria que é, por exemplo, objeto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 403, de 2008. Mas, como compensação para permitir que empreendedores arrisquem seu capital na exploração mineral, atividade reconhecidamente de baixo índice de sucesso, o PLS nº 403, de 2008, determina que o minerador realize a transformação do minério encontrado.

Embora sejam facilmente compreendidas as boas intenções do autor de desenvolver a faixa de fronteira por meio da verticalização de um aproveitamento mineral, o resultado provocado fatalmente será oposto. Ao invés de desenvolver a faixa de fronteira com indústrias de transformação mineral, simplesmente afastará os potenciais investimentos da mineração. A mineração requer conhecimento altamente especializado, e as empresas mineradoras em geral dedicam-se exclusivamente à sua atividade fim e não possuem *expertise* ou interesse e estrutura empresarial necessários para a verticalização.

Sendo assim, a obrigatoriedade da verticalização do aproveitamento mineral torna-se uma desvantagem competitiva da faixa de fronteira a ser somada a muitas outras já existentes.

É evidente que o empreendedor preferirá investir em outras regiões mais desenvolvidas. Frise-se ainda que nem toda jazida possui porte que garanta produção mineral em quantidade e por tempo de exploração suficiente para permitir o retorno adequado dos investimentos na área industrial.

É verdade também que há alguns aspectos potencialmente negativos da mineração na faixa de fronteira como: a maior vulnerabilidade da empresa a intervenções estrangeiras; a possibilidade de um empresa de fachada se estabelecer na faixa de fronteira, isso também é muito importante ressaltar, com o verdadeiro intuito de viabilizar a prática de condutas ilícitas como o tráfico de armas, drogas ou pessoas; a evasão de divisas; a biopirataria, etc.; a dificuldade de controle na fronteira, que resulta em maior probabilidade de ocorrência de sonegação fiscal e de contrabando ou descaminho dos produtos de lavra.

Por outro lado, a atividade pode trazer benefícios para a defesa nacional e a segurança pública, como a ocupação da faixa de fronteira por brasileiros e o desenvolvimento econômico da região. Esse delicado equilíbrio entre os pontos positivos e os negativos da mineração na faixa de fronteira deve ser buscado não pela solução fácil da simples proibição, mas atuando com atenção na fiscalização dos empreendimentos.

Considerando tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que foi dito, o presente projeto de lei tem como objetivos principais: primeiro, simplificar o processo para concessão do assentimento prévio, por exemplo, criando um banco de dados das empresas mineradoras habilitadas de forma que, quando uma dessas apresentar um requerimento de autorização de pesquisa na faixa de fronteira, a análise no CDN focará no empreendimento e se tornará mais rápida; segundo, eliminar as restrições do capital estrangeiro para mineração na faixa de fronteira, obedecendo, inclusive, a uma disposição constitucional, como é o caso da Emenda nº 6.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a atenção de todos e encerro, afirmando que a aprovação desse projeto será um grande passo para que o Brasil se torne uma verdadeira potência econômica nos moldes em que instruiu Arnold Toynbee.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a distinção que me conferiu, designando-me Relator dessa matéria – só agora tomo conhecimento perfeito dela.

Muito obrigado.

E quero também que V. Exª consigne em ata a extraordinária contribuição que me deram a assessoria não só desta Comissão, como também a assessoria legislativa do Senado Federal, a quem transmito os méritos deste trabalho. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Ruben Figueiró. A solicitação de V. Exª já está devidamente atendida e consignada na ata dos nossos trabalhos.

Antes de continuarmos a avaliação dos itens expressos na pauta do dia de hoje, gostaria de tratar da questão de inclusão de itens extraordinários...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª para incluir – creio que este já era um assunto que V. Exª iria abordar – a Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, sobre a CID do transporte coletivo. Não está na pauta, foi entregue o relatório esta semana, portanto, a pauta já estava pronta, e eu gostaria de pedir para incluir na pauta de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Acir Gurgacz. Em relação a esse fato, como V. Exª bem anotou, eu estava começando a tratar da inclusão de itens extraordinários.

Considerando as normas e procedimentos adotados por esta Comissão, consulto as Srªs e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de incluirmos na pauta de hoje a Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, desta Comissão, que altera o art. 159 e o inciso II do §4º do art. 177 da Constituição Federal, para permitir a utilização dos recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, para subsidiar as tarifas de transporte coletivo, bem como a Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, desta Comissão, que altera o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, para atribuir à União a propriedade dos rios que deságuem em outros rios federais.

Coloco à deliberação de V. Exªs a inclusão desses dois itens extraordinários na nossa pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O item seguinte da pauta de hoje.

ANTEPROJETO DE LEI Nº 05, de 2014

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela apresentação do projeto de lei de autoria desta comissão, nos termos que sugere.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jayme Campos, para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, procurarei ser bem objetivo, sintetizando aqui, para que, com a maior brevidade possível, nós possamos ler aqui o nosso relatório.

Nesta fase inicial, examina-se nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Anteprojeto de Lei nº 5, de 2014, elaborado no âmbito do I Fórum Nacional de Infraestrutura, que pretende realizar as inovações legais epigrafadas por meio do acréscimo dos arts. 126-B e 126-C ao texto da Lei nº 8.112, de 1990, o Estatuto dos Servidores Públicos Federais. O último artigo do anteprojeto de lei em comento traz as cláusulas de vigência a partir da data da sua publicação.

Na justificação, em apertada síntese, argumenta-se que a retomada da realização das grandes obras de infraestrutura tem enfrentado muitos obstáculos, destacando-se entre eles o que os autores da minuta diagnosticam como a ausência de efetiva responsabilização de servidores que atuam nas atividades de controle, fiscalização, auditoria referentes a essas obras. Em várias situações, as manifestações desses servidores, exaradas sem o devido zelo, prudência, perícia necessários, têm dado ensejo a suspensão e interrupção da execução de obras, gerando enormes prejuízos ao Erário e a terceiros.

Visando ao aperfeiçoamento dessas normas de responsabilização, o anteprojeto importa algumas disposições da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 96, que regula as profissões de engenheiro e arquiteto. Dessa

forma, além do referido aperfeiçoamento, o pretendido diploma legal tem, como objetivo último, assegurar a continuidade das referidas obras e ampliar o acesso de milhares, às vezes, de cidadãos a bens e serviços públicos.

Não foram oferecidas emendas, Sr. Presidente.

Como esse projeto já se encontra à disposição aqui, eu queria entrar na fase dos capítulos e na fase de análise.

Capítulo IV

Das Responsabilidades

Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício regular de suas atribuições.

Art. 122. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comisso, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§1º A indenização do prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 123. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 124. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública. (Incluído pela Lei nº 12.527, de 2011)

Do cotejamento desses dispositivos, concluímos ser bastante complicada a responsabilização dos servidores públicos das áreas de fiscalização, controle e auditoria pelos prejuízos causados ao Erário e a terceiros, quando seus relatórios, pareceres ou decisões forem adotados como fundamento de decisão relativa a obra realizada com recursos públicos, ainda que tais manifestações sejam obrigatoriamente assinadas pelos responsáveis, como sugere o parágrafo único do art. 126-C.

Em primeiro lugar, porque tais servidores não possuem ingerência sobre as decisões tomadas com base em seus trabalhos, que podem ser realizadas com dolo ou culpa do decisor, seja por erro de interpretação do parecer ou interpretação intencionalmente divergente, seja por aquele ter tomado a decisão baseando-se em parte(s) do trabalho apenas (desconsiderando outras partes importantes), ou outras razões.

Em segundo lugar, tais pareceres e relatórios, muitas vezes, são realizados sem a informação completa acerca do que foi fiscalizado, controlado ou auditado. Devido à imensidão de dados e informações, é praxe, nesses tipos de atividade, o uso de amostragens, que são recortes estatisticamente representativos dos universos a serem observados. Dessa forma, sempre existe alguma probabilidade de erro (risco calculado), isto é, o trabalho feito por amostragem pode, eventualmente, omitir dado ou informação relevante, ou ainda, por exemplo, afirmar, com base em uma amostra, que determinado universo de obras está de acordo com o que se espera dele (jurídica, financeira ou gerencialmente), quando, na verdade, não está.

Nós queremos, Sr. Presidente, tendo em vista que esse parecer já se encontra na Comissão, ir ao voto.

Por todo o exposto, contemplando aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além do mérito, entendemos que parte do teor do Anteprojeto de Lei nº 5, de 2014–CI, tem condições de ser convertido em Projeto de Lei de autoria deste Colegiado, nos termos sugeridos abaixo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do art. 38-A, nos seguintes termos:

“Art. 38-A. Os órgãos e entidades da administração pública federal que executem obras com recursos públicos serão obrigados a manter cadastro atualizado e discriminado, por obra, dos servidores responsáveis pelas atividades de fiscalização, controle e auditoria que nelas atuem, os quais deverão firmar e apor identificação funcional em todos os relatórios, pareceres ou decisões de sua responsabilidade.

Parágrafo único. A responsabilização dos servidores por prejuízos causados ao Erário e a terceiros, sempre que seus relatórios, pareceres ou decisões forem adotados como fundamento de decisão relativa à obra com recursos públicos, que se dará nos termos da legislação vigente, especialmente do Capítulo IV da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sobre responsabilidade do servidor.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jayme Campos.

Coloco agora em discussão o relatório apresentado por S. Exª. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa.)*

Aprovado o relatório, a matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

Por um lapso me passou, na apresentação de S. Exª o Senador Ruben Figueiró sobre o Anteprojeto de Lei nº 9, colocá-lo em discussão, o que faço agora.

Em discussão o Anteprojeto de Lei nº 9, relatado por S. Exª o Senador Ruben Figueiró. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passo à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado o Anteprojeto de Lei nº 9, de 2014, desta Comissão, a matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

Vamos agora ao item 1 da pauta, Senador Ruben Figueiró.

ITEM 1

ANTEPROJETO DE LEI Nº 03, DE 2014 – CI

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir volume mínimo de excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela apresentação do Projeto de Lei de autoria desta Comissão nos termos que sugere.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ruben Figueiró, na condição de Relator ad hoc, para ler o relatório a ser apresentado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eminente Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, é com muita distinção que falo aqui em nome do eminente Senador Walter Pinheiro, na apresentação do relatório do projeto anunciado por V. Exª, Sr. Presidente.

Trata-se do Anteprojeto de Lei do Senado nº 3, de 2014, que tem por objetivo instituir um volume mínimo de óleo excedente destinado à União sob o regime de partilha.

O presente anteprojeto tem como origem os debates realizados no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, patrocinado por esta Comissão, em 27 e 28 de março de 2014. O fórum teve como objetivo discutir os principais problemas enfrentados pelas áreas de infraestrutura no Brasil e apresentar possíveis soluções. Do fórum resultou a apresentação de oito anteprojetos de lei, cinco antepropostas de emenda à Constituição, além da sugestão de formação de dois grupos de trabalho e dois estudos temáticos.

O anteprojeto, além da cláusula de vigência, contém somente um artigo na parte normativa. Esse artigo modifica os arts. 10 e 15 da Lei nº 12.351, de 2010, que instituiu o regime de partilha na exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, para estabelecer que:

I) o Ministério de Minas e Energia proponha ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) o percentual mínimo e o volume mínimo de óleo excedente que deverá ser entregue à União (alteração proposta ao art. 10). A redação atual da lei prevê somente o percentual mínimo;

II) o edital de licitação estipule percentual mínimo e volume mínimo de excedente em óleo para a União (alteração proposta para o art. 15). Atualmente, o edital deve prever somente o percentual mínimo.

A motivação para a apresentação deste anteprojeto decorre de uma lacuna na lei, que permite que a parcela do óleo excedente da União seja irrisória. O leilão do Campo de Libra no segundo semestre de 2013, primeira área leiloada sob o regime de partilha, mostrou que, mais do que uma possibilidade teórica, esse risco é real. A falta de concorrência fez com que o Campo de Libra fosse arrematado pelo valor mínimo, o que, em situações adversas de produção e de cotação do petróleo no mercado internacional, pode render ao Governo uma participação de meros 9,93% na forma de excedente em óleo. Lembrando que esse percentual incide somente sobre a parcela do óleo que resta após a empresa ter recuperado os custos de produção e pago os *royalties*.

O anteprojeto, ao estabelecer que o edital de licitação estipule um volume mínimo de óleo a ser entregue à União, solucionaria o problema.

Análise.

Esclarecemos, em primeiro lugar, que o anteprojeto não apresenta vícios de ordem constitucional ou legal – a iniciativa do projeto é legítima, por se tratar de matéria de competência da União, conforme o art. 48 da Constituição Federal –, tampouco invade as competências privativas da Senhora Presidente da República (art. 61, §1º). O anteprojeto atende aos pressupostos de juridicidade e está redigido segundo as boas normas de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em relação ao mérito, concordamos com o diagnóstico do fórum, de que a legislação atual permite que a União receba participação ínfima do óleo excedente. Para entender melhor o problema, é necessário esclarecer os conceitos envolvidos. No regime de partilha de produção, a União dispõe de três fontes de receitas:

I) o bônus de assinatura, que consiste em um valor fixo, estabelecido no edital do leilão, pago pela contratada à União para ter direito à exploração do campo. No caso de Libra, o bônus de assinatura foi fixado em R\$15 bilhões;

II) os *royalties*, entregues em dinheiro e que correspondem, no regime de partilha, a 15% do valor da produção;

III) o óleo excedente, que é a parcela da produção em óleo efetivamente repartida entre a União e contratada, e é calculada a partir da diferença entre a produção total e as parcelas, convertidas em óleo, destinadas ao pagamento de *royalties* e à recuperação do custo de produção. O óleo excedente corresponde, assim, a uma espécie de lucro do campo, e a parcela destinada à União se assemelha a um imposto sobre a renda.

No regime de partilha, a parcela do óleo excedente destinada à União é definida em leilão, respeitado o valor mínimo fixado no edital. Por isso, em tese, essa parcela pode ser pequena, dependendo dos parâmetros estabelecidos no edital e do resultado da licitação. Conforme o fórum concluiu, o leilão de Libra mostrou que, mais que uma possibilidade teórica, o risco de a parcela da União ser pequena é absolutamente real.

Contudo, apesar de o diagnóstico ter sido correto, a solução proposta contida no anteprojeto é insatisfatória. Recapitulando, o projeto altera a Lei nº 12.351, de 2010, para obrigar que, em cada licitação, o edital, com base em parâmetros propostos pelo Ministério de Minas e Energia, estabeleça um volume mínimo de óleo a ser entregue para a União. Identificamos dois problemas com essa proposta.

Em primeiro lugar, permanece a cargo do Poder Executivo a definição do volume mínimo de óleo a ser entregue para a União. Ora, se o Poder Executivo decide fixar um percentual muito baixo, como o fez no caso de Libra, nada impede que fixe um volume de óleo igualmente baixo. A solução, portanto, é fixar em lei um mínimo de óleo a ser entregue para a União.

O segundo problema refere-se à forma de fixar esse mínimo em lei: se em volume, em valor monetário ou em percentual da produção. Entendemos que a melhor opção é fixar um percentual, e não em volume, como proposto no anteprojeto. Tanto o volume quanto o valor podem representar quantidades irrisórias para campos suficientemente grandes, tornando a lei ineficaz, ou representar um fardo para campos com menor perspectiva de produção, podendo, no limite, inviabilizar sua produção em escala comercial. Já um percentual em relação ao total produzido, se fixado em nível adequado, cumpre o papel de garantir uma receita mínima para a União sem inviabilizar a exploração econômica do campo.

Sugerimos que o percentual seja fixado em 18% do valor bruto da produção. Para chegar a esse valor, supusemos um teto para o custo em óleo equivalente a 40% do valor da produção. Como a empresa paga 15% de *royalties*, sobram 45% (equivalente à diferença entre os 100% da produção e a soma de 40% do custo em óleo com 15% destinados aos *royalties*) da produção total para o óleo excedente. Se fixarmos em 40% a parcela mínima do óleo excedente destinada ao governo (ou seja, 40% dos 45% da produção total), encontramos o percentual proposto de 18%.

E o eminente Relator conclui.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação do seguinte Projeto de Lei do Senado por esta Comissão:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014**Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 10, 15, 18 e 29 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passam a vigor com as seguintes redações:

“Art. 10.

III –

b) o percentual mínimo do excedente em óleo da União, observado o disposto no § 3º;

§ 3º O percentual mínimo previsto no inciso III deste artigo será tal que garanta, para a União, um excedente em óleo que corresponda a, no mínimo, dezoito por cento (18%) da produção total do campo, mensurada a cada período, na forma do regulamento.” (NR)

“Art. 15.

III – o percentual do excedente em óleo da União, que deverá observar o disposto no § 3º do art. 10;” (NR)

“Art. 18. O julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa segundo o critério da oferta de maior excedente em óleo para a União, respeitado o percentual mínimo definido nos termos da alínea b do inciso III e o disposto no § 3º, ambos do art. 10.” (NR)

“Art. 29.

VII – as regras e os prazos para a repartição do excedente em óleo, podendo incluir critérios relacionados à eficiência econômica, à rentabilidade, ao volume de produção e à variação do preço do petróleo e do gás natural, observado o percentual estabelecido segundo o disposto no art. 18 e o percentual mínimo da produção total previsto no § 3º do art. 10;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Segue, Sr. Presidente, a justificação do projeto, baseada inclusive nas informações já prestadas na parte introdutória do excelente voto que apresenta o eminente Senador Walter Pinheiro.

É o relatório, que, com muita honra, passo ao conhecimento de V. Exª e dos ilustres pares para análise, com as minhas homenagens ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ruben Figueiró, Relator *ad hoc* do Anteprojeto de Lei nº 3, de 2014, desta Comissão.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exª, o Senador Ruben Figueiró. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

Próximo item da pauta.

ITEM 4**ANTEPROJETO DE LEI Nº 08, DE 2014 – CI****Altera o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para permitir que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado.**

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Valdir Raupp

Relatório: Pela apresentação como projeto de lei de autoria desta Comissão, nos termos que sugere.

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello; Sras e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura a minuta do Projeto de Lei do Senado, PLS nº 8, de 2014, elaborada a partir do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. A minuta pretende alterar o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para permitir que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado.

O 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi realizado por esta Comissão entre 27 e 28 de março de 2014. No relatório final do fórum, consta a deliberação, resultante dos debates sobre o tema irrigação, no sentido de alterar a Lei de Recursos Hídricos para possibilitar que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados em instrumentos de incentivo para a atuação do setor privado na qualificação da gestão de recursos hídricos.

Conforme a justificação da minuta, a cobrança pelo uso de água, regulada pela Política Nacional de Recursos Hídricos – a Lei nº 9.433, de 1997 –, objetiva sinalizar a escassez desses recursos, bem como estimular seu uso racional. Na regra atual, em especial, os grandes usuários não recebem incentivos para atuar na melhoria da qualidade e da quantidade da água disponível para todos; e, nesse sentido, a minuta pretende incluir a possibilidade de que os recursos oriundos da cobrança sejam destinados à qualificação da gestão hídrica pelo setor privado.

O art. 1º da minuta propõe a inclusão de um inciso no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, para possibilitar que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado. O art. 2º estabelece que a lei entre em vigor a partir da data de publicação.

Segundo o art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal, caso esta Comissão acolha a minuta em análise, poderá apresentá-la como projeto de lei do Senado de sua autoria.

O voto.

Por todo o exposto, consideramos recomendável o acolhimento da minuta apresentada, na forma do seguinte projeto de lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para facultar a aplicação em investimentos privados dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

“Art. 22.

§ 4º Os Comitês de Bacia Hidrográfica instituirão mecanismos de incentivo econômico, incluindo a redução de valores da cobrança, em razão de investimentos privados para ações de melhoria da qualidade e da quantidade de água e do regime fluvial, que tenham sido aprovados pelo respectivo Comitê.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Valdir Raupp, pela leitura de seu relatório.

Coloco, agora, em discussão o relatório do Anteprojeto de Lei nº 8, de 2014, de autoria de S. Exª o Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

ANTEPROJETO DE LEI Nº 06, DE 2014 – CI

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para eliminar a restrição à participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela apresentação como projeto de lei de autoria desta Comissão, nos termos que sugere.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, que indico como Relator ad hoc deste Anteprojeto de Lei nº 6, para leitura do relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que relato o projeto de relatoria do Senador Vicentinho Alves.

Submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura a minuta do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2014, elaborada a partir das discussões realizadas no âmbito do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. A minuta pretende alterar a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, do Código Brasileiro de Aeronáutica, com objetivo de eliminar a restrição da participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras. Uma das atividades mais profícuas do fórum foi, certamente, a mesa-redonda sobre transporte de passageiros, aquela coordenada pelo nobre Senador Acir Gurgacz.

Como resultado dessas discussões, esta Comissão aprovou, em 16 de abril de 2014, por meio do relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, o Anteprojeto de Lei do Senado nº 6, de 2014.

Na justificação do anteprojeto argumenta-se que a imposição de limites à participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas é anacrônica. Tal restrição seria remanescente de posições ideológicas, anteriores à queda do Muro de Berlim, não sendo justificada nos dias atuais. Ademais, argumenta-se que a limitação não é coerente com a situação verificada na grande maioria dos setores da economia, “que podem se beneficiar do conhecimento prático que o capital internacional pode trazer, a exemplo dos setores automobilístico e de telecomunicações, entre outros”.

Voto.

Nos termos do art. 213-A do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do exposto, voto pela apresentação de Projeto de Lei do Senado de iniciativa desta Comissão, na forma que se segue.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Mais uma vez, obrigado a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, pela leitura do relatório apresentado ao Anteprojeto de Lei nº 6, de 2014, que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

ITEM 6

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 02, DE 2014 – CI

Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, para permitir à União delegar a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela apresentação como proposta de emenda à Constituição de autoria desta Comissão, nos termos que segue.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Ruben Figueiró, que indico como Relator ad hoc desta Anteproposta de Emenda à Constituição nº 2, para leitura do relatório.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Fernando Collor, pela oportunidade de substituir aqui, como Relator, o eminente Senador Flexa Ribeiro. É uma distinção que agradeço a V. Ex^a.

Trata-se, portanto, de Anteproposta de Emenda à Constituição nº 2, que autoriza a União a delegar a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares.

S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro apresenta o seu relatório, que resulta de diagnóstico acurado sobre os principais problemas da mineração brasileira, realizado no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, iniciativa bem sucedida e altamente meritória desta Comissão e de seu Presidente Senador Fernando Collor, ocorrido nos dias 27 e 28 de março de 2014.

Na ocasião, divididos em painéis temáticos, foram discutidos – em mesas-redondas compostas por representantes altamente qualificados do Governo, das empresas e da academia – os principais entraves ao desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

O relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi lido e aprovado na 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, em 16 de abril, tendo sido incluída no relatório final, entre outras proposições sugeridas pelos diversos painéis temáticos, a Antepostposta em tela.

Análise.

Na mesa-redonda específica sobre mineração, concluiu-se que a atual restrição constitucional à participação da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares resulta no subaproveitamento do potencial geológico brasileiro e coloca em risco o fornecimento de combustível para as nossas usinas nucleares caso o Brasil decida ampliar a participação dessa fonte na matriz energética nacional.

Os recursos financeiros do Estado são finitos e devem, portanto, ser direcionados para aqueles fins de maior relevância para a sociedade, como saúde, educação e segurança. A participação do Estado na atividade produtiva, pela vontade do Constituinte, só deve ocorrer em casos especiais, quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo, na forma da lei.

O cerne estratégico da atividade nuclear, em termos tecnológicos e de segurança nacional, é o enriquecimento de urânio. As atividades de pesquisa, extração e beneficiamento de minérios e minerais nucleares não guardam diferenças significativas em relação às mesmas atividades voltadas para o aproveitamento de outros tipos de substâncias minerais. Sendo assim, a União pode delegá-las a outros agentes e concentrar seus recursos financeiros e de capital humano na pesquisa, desenvolvimento e inovação do enriquecimento de urânio e na fabricação de combustível nuclear.

Diante desse quadro, entendemos ser oportuno alterar a Constituição em seus arts. 21 e 177, preservando o monopólio estatal sobre a atividade nuclear, mas autorizando a União a conceder as atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares à iniciativa privada, conforme propugna a Antepostposta sob análise.

Voto.

O eminente Senador Flexa Ribeiro vota, e eu aqui reitero, pela formalização de apoio dos membros desta Comissão, mediante aposição de assinaturas à conversão da Antepostposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2014-CI, em Proposta de Emenda à Constituição – com a respectiva justificação e legislação citada – na forma que se segue:

Seguem-se as duas propostas, Sr. Presidente. A primeira dá nova redação aos arts. 21 e 177 da Constituição, para permitir que a União delegue a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares.

Ela diz, no seu art. 1º:

Art. 1º O inciso XXIII do caput do art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de nova alínea d e da atual alínea d renomeada para e, com a seguinte redação:

Art. 21. Compete à União:

.....
XXIII –

.....
d) sob regime de concessão, são autorizados a pesquisa, a lavra e o comércio de minérios e minerais nucleares;

e) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; (NR)

Art. 2º O art. 177 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do §5º, com a seguinte redação:

Art. 177. Constituem monopólio da União:

.....
§ 5º A União poderá contratar, com empresas estatais ou privadas, a realização das atividades pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares, conforme a alínea d do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal, observadas as condições estabelecidas em lei.(NR)

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor da data da sua publicação.

Segue a justificação para o Sr. Presidente da proposta apresentada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro, que, com muito prazer, endosso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Ruben Figueiró.

Coloco em discussão o relatório da Antepostposta de Emenda à Constituição nº 12 apresentado por S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá a Proposta de Emenda à Constituição a ser apresentada por esta Comissão.

Vou repetir a votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá a Proposta de Emenda à Constituição a ser apresentada por esta Comissão.

ITEM 7

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 04, DE 2014 – CI

Altera o art. 159 e o inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal para permitir a utilização de recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível para subsidiar as tarifas do transporte coletivo.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela apresentação como Proposta de Emenda à Constituição, de autoria desta Comissão, nos termos que sugere.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, sobre o relatório submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura a Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, a qual tem o intuito de alterar a Constituição Federal para ampliar o rol de destinações do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, denominada CIDE-combustíveis.

A referida Anteproposta foi elaborada a partir das exposições e debates realizados no âmbito do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, evento organizado por esta Comissão, que teve por objetivo buscar ideias e soluções para os problemas relacionados à infraestrutura nacional, mediante mesas redondas distribuídas em diferentes painéis temáticos.

O relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi lido e aprovado na 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, em 16 de abril, tendo sido incluída no relatório final, entre outras proposições sugeridas pelos diversos painéis temáticos, a Anteproposta em questão.

Análise, Sr. Presidente.

A Constituição Federal, no art. 177, § 4º, inciso II, determina que o produto da arrecadação CIDE-Combustíveis seja destinado ao: a) pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; b) financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; c) financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Contudo, conforme se concluiu nos debates realizados no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, é necessário realocar o ônus financeiro das gratuidades e dos descontos instituídos pelo Poder Público para determinadas categorias de passageiros, de modo que tais benefícios sejam custeados por recursos extratarifários, e não pelos usuários do sistema de transportes, contribuindo, dessa forma, para a almejada modicidade tarifária e principalmente também para a redução tarifária que hoje estamos acompanhando uma alta e um aumento real do custo das tarifas dos últimos anos, grande parte em função das gratuidades que são dadas aos usuários e quem paga essa gratuidade, Sr. Presidente, são os passageiros que pagam a passagem inteira. Portanto, não há uma contribuição nem dos governos estaduais, municipais e federal para que essas gratuidades possam ajudar o passageiro.

Eu entendo que as gratuidades são da maior importância para quem as recebe, mas temos que achar a fonte de pagamento, para não deixar que os passageiros, que, no meu entendimento, são os que menos têm condições de conseguir comprar uma motocicleta, comprar um automóvel, que são as pessoas que se dizem que têm uma das menores rendas deste país, paguem por essa gratuidade.

Por isso, entendo que nós, no Brasil, temos uma das tarifas mais injustas que nós poderíamos dar ao trabalhador brasileiro.

Para alcançar esse objetivo, foi proposta a ampliação do rol de aplicação dos recursos da CIDE-Combustíveis para possibilitar a sua ampliação nos subsídios às tarifas e ao transportes coletivo.

Isso contribuiria para a ruptura do ciclo vicioso decorrente do encarecimento das tarifas de transporte coletivo que terminam por induzir a migração de passageiros para o transporte individual que resultam em menos receitas tarifárias e mais aumento nas tarifas.

A utilização de recursos da CIDE-Combustíveis se justifica, primeiramente, porque tais recursos são oriundos dos tributos indiretos incidentes sobre o óleo diesel que representa recursos significativos da operação dos sistemas de ônibus urbanos.

Ademais considerando que os recursos da CIDE-Combustíveis são também oriundos das alíquotas previstas para incidência sobre o álcool e a gasolina, combustíveis da maioria dos veículos de uso individual.

A proposição se aprovada criariam um sistema de subsídio cruzado dos usuários de transporte individual em benefício do transporte coletivo, em benefício do usuário do transporte coletivo.

É preciso consignar ainda que a presente proposta pretende reservar uma parcela de 21% da arrecadação desta contribuição para que os governos locais sejam capazes de prover os recursos necessários aos subsídios que ora se propõe.

Assim, embora atualmente as alíquotas da CIDE-Combustíveis estejam zeradas, no momento em que as alíquotas da contribuição voltarem a ficar positivas estará garantida importante fonte de receita destinada ao transporte coletivo.

No entanto, é nosso dever também acrescentar na Carta Magna a contrapartida de que esses recursos serão revertidos em benefício da modestidade tarifária, isto é, que o dinheiro da CIDE-Combustíveis não será objeto de substituição de fonte de recursos ou apropriação pelas prefeituras ou pelos operadores dos transportes coletivos, mas destinando integralmente a diminuição dos preços de passagens.

Neste sentido propomos a inclusão do § 5º, do art. 156 para determinar a apuração de custos por uma planilha nacional a ser veiculada em lei completar.

Adiantamos que a proposição, em nosso entendimento, não fere as cláusulas que impedem deliberação sobre a proposta da emenda constitucional escritas nos §§ 1º, 4º e 5º do art. 60 da Lei Maior, pois sua tramitação não ocorre na vigência de intervenção federal e estado de defesa ou estado de sítio. Não tem por objetivo matéria tendente a abolir a forma federativa de estado. O voto direto, secreto, universal e periódico a separação de poderes ou os direitos e garantias individuais, nem se refere à matéria constante da proposta de emenda rejeitada ou havida por trecho de cidade ou prejudicada na atual sessão legislativa.

No entanto, uma vez que a Carta Magna não prevê a iniciativa de proposta de emenda constitucional para as comissões, esta deve ser subscrita por no mínimo um terço dos membros do Senado Federal, ou seja, por 27 senadores.

Por esta razão proponho que esta Comissão formalize a recomendação de apoio dos seus membros a conversão desta de proposta em proposta de emenda à Constituição mediante a posição de assinatura à minuta da PEC.

Voto pela formalização de apoio dos membros desta Comissão, mediante aposição de assinaturas, à conversão da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, em Proposta de Emenda à Constituição, na forma que se segue:

Altera o art. 159 e o inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal para permitir a utilização de recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível para subsidiar as tarifas do transporte coletivo.

Art. 1º O art. 159 e o inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159.

.....
III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, na forma da lei:

- a) 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, observada a destinação a que se refere o inciso II, “c”, do referido parágrafo; e
- b) 21% (vinte e um por cento) para os Municípios e o Distrito Federal, observada a destinação a que se refere o inciso II, “d”, do referido parágrafo.

.....
§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III, “a”, que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

§ 5º A transferência de que trata o inciso III, “b”, está vinculada à utilização integral dos recursos em favor da modicidade tarifária, comprovada mediante planilha de custos na forma da lei. (NR)

Art. 177.

.....
§ 4º

.....
II –

.....
d) ao pagamento de subsídios às tarifas do transporte coletivo. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa, Sr. Presidente.

Os problemas referentes ao transporte coletivo e à mobilidade urbana no Brasil têm sido apontados como um dos principais motivos de insatisfação por parcela substancial dos cidadãos brasileiros.

Levantamentos de preços realizados pelo IBGE nas principais aglomerações urbanas do país para o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor revelam um crescimento acima da inflação das tarifas de transporte público por ônibus nos últimos anos. Paralelamente, políticas de incentivo à aquisição de automóveis e motocicletas apresentaram como resultado prático a redução dos valores reais desses bens ao longo do tempo.

Em geral, o modelo adotado na maioria das cidades para o financiamento da operação do transporte público urbano por ônibus conta apenas com recursos oriundos das tarifas cobradas de seus usuários, que embora nem sempre sejam suficientes para custear o sistema, têm ainda de suprir as perdas tarifárias decorrentes das gratuidades e descontos instituídos pelo Poder Público para determinadas categorias de passageiros.

Por outro lado, as políticas e incentivos ao transporte individual têm contribuído para o encarecimento das tarifas do transporte coletivo por ônibus. Isso porque a perda de usuários do sistema de transporte coletivo faz com que, no cálculo da tarifa, o rateio dos custos se dê entre um menor número de passageiros pagantes.

O encarecimento das tarifas, por sua vez, alimenta um círculo vicioso que faz com que o transporte coletivo perca competitividade, induzindo mais passageiros a migrarem para o transporte individual, gerando, por conseguinte, menos receita tarifária e mais aumento nas tarifas.

Para que se quebre esse círculo vicioso há necessidade premente de se instituir fontes extratarifárias de financiamento do transporte coletivo, como forma de se promover a redução das tarifas cobradas dos passageiros. Nessa linha, surgiu, no âmbito do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, realizado nesta Casa nos dias 27 e 28 de março deste ano, a presente proposta visando destinar parte dos recursos provenientes da CIDE-Combustíveis para subsidiar tarifas do transporte coletivo de passageiros.

A utilização de recursos da CIDE-Combustíveis se justifica, primeiramente, em função de serem significativos para a composição de custos de operação do transporte coletivo, especialmente dos sistemas de ônibus urbanos, os tributos indiretos incidentes sobre o óleo diesel, como é o caso da mencionada contribuição.

Noutra perspectiva, a utilização de recursos da CIDE-Combustíveis, particularmente se consideradas as alíquotas previstas para incidência sobre o álcool e a gasolina – combustível da maioria dos veículos de uso individual –, possibilitaria a criação de um sistema de subsídio cruzado dos usuários do transporte individual em favor daqueles de caráter coletivo.

A persistir o modelo de expansão do transporte individual, sem que sejam criados incentivos para o transporte coletivo, assistiremos ao constante aumento dos congestionamentos, da poluição atmosférica, de perdas econômicas e da insatisfação dos cidadãos. Corre-se o risco do colapso completo do sistema, quando o excesso de carros nas ruas inviabilizará o direito de todos transitarem com dignidade nas cidades.

Quanto aos recursos, propõe-se que sejam destinados 21% da arrecadação da CIDE-Combustíveis, na forma da lei, diretamente aos Municípios e ao Distrito Federal, tendo em vista que os maiores problemas de mobilidade urbana concentram-se hoje nas médias e grandes cidades brasileiras. Dessa forma, assim que as alíquotas da contribuição voltarem a ficar positivas, restará garantida importante fonte de receita ao transporte coletivo.

Os percentuais atualmente dispostos na Constituição, que estipulam a destinação de 29% da contribuição para os Estados e o Distrito Federal e, desse valor, 25% para os Municípios, observado o disposto no art. 177, §4º, inciso II, c (financiamento de programas de infraestrutura de transportes), continuam mantidos.

Regulamentação legal posterior deverá contemplar a apresentação de projetos, criação de convênios e critérios para a distribuição dos recursos de forma a atender, além do interesse dos Municípios e do Distrito

Federal, o das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, que também devem ser considerados no planejamento sistêmico e integrado da mobilidade urbana.

O transporte coletivo é um serviço público essencial e sua prestação de forma digna e com preço justo deve ser um direito social. A pretensão do usuário de transporte coletivo de obter a redução da tarifa corresponde, nesta quadra histórica, ao interesse de toda a sociedade. O incentivo ao transporte coletivo desponta como a principal (senão a única) solução para os problemas de mobilidade urbana e de trânsito nas médias e grandes cidades brasileiras.

Contamos, portanto, com o apoio nos nobres Pares para aperfeiçoar e aprovar esta matéria.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, pela leitura de seu relatório, que coloco, agora, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório.

A matéria constituirá proposta de Emenda à Constituição a ser apresentada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Próximo item:

ITEM 8

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 05, DE 2014

Altera o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, para atribuir à União a propriedade dos rios que deságuem em outros rios federais.

Relatoria: Senador Wilder Moraes

Relator *ad hoc*: Senador Acir Gurgacz

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz, para, como Relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com prazer, Sr. Presidente, que faço o relatório *ad hoc* do Senador Relator Wilder Moraes.

Chega à minha relatoria, no âmbito desta Comissão da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, da CI, a qual tem o intuito de alterar a Constituição Federal de 1988 para transferir à União a propriedade de lagos, rios e quaisquer correntes de água que deságuem em outros rios federais. A referida Anteproposta é proveniente de extenso debate e de sugestões advindas do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, evento organizado por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, que ocorreu nos dias 27 e 28 de março de 2014 e teve como objetivo buscar ideias e soluções para problemas relacionados à infraestrutura nacional, mediante mesas-redondas distribuídas em diferentes painéis temáticos.

O relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi lido e aprovado na 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, em 16 de abril, tendo sido incluída no relatório final, entre outras proposições sugeridas pelos diversos painéis temáticos, a Anteproposta em voga.

Análise.

Segundo o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais. No entanto, conforme se concluiu nos debates realizados no supracitado Fórum, a configuração atual gera transtornos irrefutáveis para a região hídrica nacional.

De acordo com os especialistas da Mesa-redonda de Saneamento, Abastecimento de Água e Irrigação no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, a atual divisão fluvial não oferece respostas para problemas decorrentes da construção de barragens com recursos federais e das obras de transposição envolvendo águas de domínio da União.

Assim, a solução seria alterar a Constituição para sanar os problemas decorrentes da dominiedade, particularmente: a) dos rios estaduais que deságuam em rios federais; b) a existência de barragens e transposições feitas pelo Governo Federal.

Ademais, já adiantamos que, do ponto de vista da constitucionalidade material da proposição, não vislumbramos quaisquer problemas. Afinal, a proposição não tem a pretensão de abolir a forma federativa do Estado – voto direto, secreto, universal e periódico –, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais.

Aliás, vale mencionar que se encontra plenamente em vigor a Emenda Constitucional nº 46 de 2005, que alterou o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal para retirar do domínio da União as ilhas oceânicas e as costeiras que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao Serviço Público e à unidade ambiental federal.

Portanto, uma vez que tal Emenda Constitucional retirou certos bens da propriedade da União e não foi considerado que esta feriu a forma federativa do Estado – cláusula pétrea –, não há sequer que se questionar que vício de tal espécie incida na proposta em análise.

Por sua vez, quanto à sua admissibilidade, destacamos que a proposição não viola as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição, que afirmam que esta não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. No entanto, uma vez que a Carta Magna não prevê a iniciativa de Proposta de Emenda Constitucional para as comissões, esta deve ser subscrita por, no mínimo, um terço dos membros do Senado Federal, ou seja, por 27 Senadores.

Em face de tal restrição, proponho que esta Comissão formalize a recomendação de apoio dos seus membros à conversão desta Anteproposta em Proposta de Emenda à Constituição, mediante proposição de assinatura à minuta da PEC.

Por fim, saliento que se fez necessário realizar pequena alteração na Ementa da Proposição, com o intuito de deixá-la mais clara, de forma a explicar todo o objeto da PEC, conforme exigido pela boa técnica legislativa.

O voto, Sr. Presidente.

Voto pela formalização de apoio dos membros desta Comissão, mediante aposição de assinaturas, à conversão da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, da Comissão de Infraestrutura, em Proposta de Emenda à Constituição, na forma que segue.

Art. 1º. O inciso III do art. 20 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 20, §3º. Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado sirvam de limites com outros países se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, ou que deságuem em outros rios federais bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

Art. 2º. Essa emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

A justificação é basicamente a mesma da introdução, Sr. Presidente.

Esse é o relatório e o voto do nobre Senador relator Wilder Moraes, que eu tenho o prazer de fazê-lo *ad hoc*. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, a V. Exª, Senador Acir Gurgacz, pela leitura do relatório referente à Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, desta Comissão de Infraestrutura.

Coloco em discussão o relatório.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá Proposta de Emenda à Constituição a ser apresentada por esta Comissão.

Gostaria de observar que esses oito anteprojetos de lei aqui aprovados serão, agora, materializados em projeto de lei do Senado Federal e terão a sua tramitação iniciada formalmente nesta Casa, como de autoria desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Observo que existem, ainda, outros seis anteprojetos que se encontram sob a análise dos respectivos relatores e que devem ser deliberados na próxima sessão legislativa a partir de fevereiro de 2015.

Por fim, lembro que, somando esses oito anteprojetos aos quatro outros apresentados em 2010 já em tramitação no Senado, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura totaliza, assim, nos biênios 2009/2010 e 2013/2014, doze projetos de lei de sua autoria, podendo com os seis que ainda estão sendo relatados chegar a um total de dezoito proposições de sua iniciativa, todas elas advindas dos ciclos de debates promovidos nesses últimos anos.

Trata-se de um resultado concreto das audiências públicas realizadas, mostrando com isso que os trabalhos da Comissão dos Serviços de Infraestrutura não ficaram restritos às discussões dos temas da infraestrutura nacional.

É, sem dúvida, o Poder Legislativo auxiliando o Executivo com propostas factíveis para as políticas públicas do País. Isso só foi possível graças à participação intensa e denodada de todos os senhores integrantes desta Comissão, a quem ou aos quais, mais uma vez, agradeço.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos e convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 07 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA****ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 33ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às dez horas e treze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Presentes os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró, Jayme Campos, Gim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 32ª e 33ª reuniões da Comissão, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que “altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas”. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para proibir a cobrança de pedágios nos trechos de rodovias estaduais e federais que atravessem áreas urbanas e entre cidades que distem menos de trinta e cinco quilômetros entre si, e autorizar a arrecadação de taxas e contribuições de melhoria por concessionário de serviço público ou de obra pública”. Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para solicitar a retirada de pauta do item. Faz uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. Resultado: retirado de pauta. Fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Ruben Figueiró. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 32ª e 33ª Reuniões.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Item 1 da pauta. Caráter terminativo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, em função da ausência do relator e do autor do item 2, eu pediria para retirar de pauta esse item para que a gente possa debater com o relator. Temos aqui alguns detalhes que gostaríamos de debater com o relator, Sr. Presidente. Por isso, peço a retirada de pauta do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Coloco à deliberação de V. Ex^{as} a retirada de pauta do item 2 da reunião de hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Para discutir, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pelo que eu entendi, dito por V. Ex^a, esta será a última reunião da Comissão de Infraestrutura na atual Legislatura. Então, o Senador Acir Gurgacz está solicitando retirada de pauta para discutir com o Relator do Item 2, que é o Senador Inácio Arruda, que conclui o mandato

e não vai retornar, lamentavelmente. Ele não vai poder discutir na primeira reunião da próxima Legislatura. Só para lembrá-lo sobre isso e saber se ele quer manter o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – De fato, nós precisamos discutir o assunto e, se o nobre Relator não estará no próximo ano, deverá conduzir a outro Relator. Nós precisamos fazer uma votação e um debate amplo para que não venhamos aprovar algo que não seja de total interesse da população. Não é pelo fato de ser o Relator, mas, sim, pelo fato da matéria, Sr. Presidente.

Mantenho a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito bem.

Dito isso, novamente coloco à deliberação dos presentes a retirada de pauta do item 2.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada a retirada do item 2 da pauta deliberativa desta reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2010

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para proibir a cobrança de pedágios nos trechos de rodovias estaduais e federais que atravessem áreas urbanas e entre cidades que distem menos de trinta e cinco quilômetros entre si, e autorizar a arrecadação de taxas e contribuições de melhoria por concessionário de serviço público ou de obra pública.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação com emendas)

Passamos, então, ao item 1, de caráter não terminativo.

ITEM 1

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2008

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro para proferir seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, vem a exame nesta Comissão a Emenda da Câmara dos Deputados (ECD) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 274, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que dispõe sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e amplia incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas.

O PLS aprovado nesta Casa, em 2008, propõe as seguintes alterações:

– amplia de 30.000 kW para 50.000 kW o limite para classificação de um aproveitamento de potencial hidráulico como pequena central hidroelétrica (PCH), de forma que esses empreendimentos passam a ter direito a três novos incentivos:

I) desconto nas tarifas de uso do sistema de transmissão e de distribuição (TUST e TUSD);

II) direito de vender energia para consumidores especiais; e

- III) isenção de pagamento de compensação financeira pelo uso de recursos hídricos (CFURH);
- amplia o limite de potência injetada para que as PCHs, outras fontes alternativas e cogeração qualificada façam jus ao desconto mínimo de 50% na TUST e na TUSD;
- permite que o desconto na TUST e na TUSD seja usufruído em razão da energia gerada, e não mais em razão da energia comercializada. Essa alteração visa a favorecer o autoprodutor de energia;
- amplia o limite de potência injetada para que as PCHs e fontes alternativas possam vender energia para consumidores especiais; e
- amplia o limite de potência final devido a acréscimos de capacidade, acima do qual uma usina hidroelétrica perde o direito ao enquadramento como PCH.

O autor do PLS alegou que as usinas hidrelétricas entre 30.000 kW e 50.000 kW não são competitivas frente àquelas de maior porte e que, por isso, não têm sido construídas. Além disso, usinas hidroelétricas nessa faixa submetem-se a um rito mais rigoroso de outorga, e, por essa razão, passam por processo mais demorado de licitação.

Outro fato suscitado na justificação é que potenciais de energia hidráulica entre 30 mil kW e 50 mil kW vêm sendo arbitrariamente reduzidos para 30 mil kW, para que os empreendimentos sejam classificados como PCHs. Com isso, o País tem perdido a possibilidade de utilização plena dos aproveitamentos hidráulicos.

O Senador Lobão Filho salienta ainda que o aumento do limite de potência injetada, tanto para fazer jus ao desconto na TUST e na TUSD, quanto para a venda de energia a consumidores especiais, favorece também as fontes alternativas e a cogeração qualificada.

Finalmente, o autor destaca a importância do benefício para o autoprodutor que passará a usufruir do desconto mínimo de 50% na TUST e na TUSD. Essa medida corrige injustiça com esse agente, que contribui quando investe nas fontes alternativas e na cogeração, mas não faz jus aos incentivos que outros usufruem.

No Senado, o projeto foi aprovado com emenda de redação do Senador Wellington Salgado. Em 2014, a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados com emenda substitutiva que acata tão somente a inclusão dos autoprodutores entre os beneficiários do desconto mínimo de 50% na TUSTe na TUSD, mas com redação diferente daquela aprovada originalmente nesta Casa.

De resto, mantém o texto vigente da lei, inclusive o limite de 30.000 kW de potência injetada para PCHs, outros empreendimentos de fontes alternativas e de cogeração qualificada sejam elegíveis ao desconto na TUST e na TUSD.

Análise, Sr. Presidente.

Por não haver audiência da CCJ, esta Comissão também deve proceder às análises sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Nesse sentido não se vislumbra qualquer óbice.

No que tange ao mérito, as comissões da Câmara optaram por suprimir a alteração no inciso I do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, promovida pelo Senado sob o argumento de que o inciso incluído na Lei nº 11.943, de 2009, atende parcialmente o mérito do PLS. De fato, contempla parte do PLS, todavia deixa de contemplar a ampliação para o desconto na TUST e na TUSD. E a isenção do pagamento de compensação financeira para os empreendimentos hidrelétricos, entre 30.000 a 50.000 kW, com característica de PCH.

Apesar disso, parece-nos que a redação da ECD é uma evolução. Esses benefícios devem ser concedidos com parcimônia. O desconto é arcado sob forma de subsídio cruzado, o que por si só introduz distorções no funcionamento ótimo da economia, não é desejável aprofundá-las. Por sua parte, a inelegibilidade do pagamento da CFURH por usinas hidrelétricas de pequeno porte tem sido motivo de tensões entre o poder concedente e os prefeitos, o que estimula resistências à aprovação dos empreendimentos hidráulicos por parte das comunidades afetadas.

Deve-se ponderar também que a redação proposta pelo PLS poderia causar conflito com a redação em vigor do dispositivo, qual seja, eliminação dos prazos para que consumidores cativos se tornem especiais. Essas carências foram pleiteadas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, que são obrigadas a planejar a compra da energia com base na evolução do seu mercado. A imprevisibilidade causada pela ausência dos prazos produzia insegurança na gestão destas empresas. Portanto, é pertinente que as carências sejam mantidas.

A ECD acatou, tão somente, a alteração ao §1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, com duas modificações: (i) Substituição da expressão: “gerada”, por “comercializada ou autoconsumida”; (ii) Manutenção do limite de potência injetada de 30.000 kW.

A substituição da expressão “gerada” por “comercializada ou autoproduzida” aprimora a redação do PLS. Dá ao proprietário maior segurança no usufruto dos descontos na TUST e na TUSD e inclui o autoprodutor, como deseja o autor do PLS.

Por sua vez, a manutenção do limite de potência injetada de 30.000 kW, não contempla o desejo do autor em aumentar esse subsídio para a potência injetada de até 50.000 kW. A nosso ver, trata-se de supressão que impede o aperfeiçoamento da legislação.

De fato, atualmente, o limite de 30.000 kW não é isonômico entre as fontes. Por exemplo, empreendimentos eólicos numa mesma área são divididos, cada um, com potência máxima de 30.000 kW, apenas para fazer jus ao desconto. O mesmo não pode ser feito por outras fontes. Nossa recomendação, não fosse o fato a seguir descrito, seria retornar à alteração original proposta pelo PLS.

Entretanto, não é possível modificar a emenda da Câmara por meio de subemenda. O Senado não pode rejeitar apenas uma das modificações promovidas pela Câmara. Por outro lado, a rejeição integral causaria mais problemas do que a sua aprovação, sem que sejam atendidos os objetivos inicialmente almejados pelo autor do PLS.

Voto, Sr. Presidente.

Em face das justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2008.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Só para fazer uma referência ao projeto do Senador Lobão Filho, muito pertinente. Ele busca, através desse projeto, conceder às pequenas centrais hidrelétricas, que hoje têm potência até 30 mil kW, que são classificadas com potência até 30 mil kW, a extensão até 50 mil kW.

Como diz no seu projeto, o País perde energia para que o investidor possa usufruir dos benefícios de PCHs até 30 mil kW, ele abre mão de gerar algo além dos 30 mil, até 50 mil kW, como propunha o Senador Lobão Filho. Mas a emenda feita na Câmara não nos permite retornar ao projeto inicial do Senador, contemplando as hidrelétricas até 50 mil kW com os subsídios dados ou as vantagens dadas às PCHs.

Outro aspecto, Sr. Presidente. Eu fui indicado ontem pelo meu Partido para substituir o Senador Aloysio Nunes Ferreira em três medidas provisórias que estão tramitando. Uma das medidas provisórias, cujo relatório vai ser lido ainda hoje à tarde, pelo Relator, o Senador Romero Jucá, e o Relator-Revisor, o Deputado Eduardo Cunha, inclui esse projeto do Senador Edson Lobão. Há também um projeto de minha autoria que trata de autorizar o capital estrangeiro na área de saúde. Foi um projeto de 2009 apresentado no Senado Federal e aprovado ontem na CAE, com o acordo do Governo. O Governo levou cinco anos para entender que o projeto era benéfico para o País, tão benéfico é, e ele sabe da demora que levará para tramitar o projeto, que está autorizando a inclusão da Medida Provisória nº 656. Além desses dois, mais um terceiro, a medida provisória que eu relatei e que trata do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, uma medida provisória da maior importância para o País, em especial para a Região Amazônica, que caiu, perdeu a validade, em função do recesso branco à época das eleições. Ela vai estar incluída também nesse relatório. Tomei conhecimento disso de ontem à tarde para hoje de manhã.

Então, dois projetos e uma medida provisória incluídos pelo Relator em uma nova medida provisória, cujo relatório vai ser lido ainda hoje. Lógico, será pedido vista para que seja aprovado, com certeza, em uma reunião que será convocada para amanhã. Vistas de 24 horas serão dadas pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, por concluir uma Sessão Legislativa com tamanho sucesso e êxito. Cumprimentos pelo seu esforço, pela sua abnegação.

Coloco então em votação o relatório apresentado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2008, cujo relatório, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, acaba de ser lido, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Por dever de ofício, eu quero pedir urgência na tramitação do projeto, apesar de ele já ter mais urgência, por estar incluído na Medida Provisória nº 656.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente. A solicitação de V. Exª será atendida.

Eu peço à Secretaria desta Comissão que tome as providências devidas para a urgência na tramitação, que já está previamente antecipada pela inclusão na medida provisória, conforme informa S. Exª o Senador Flexa Ribeiro. De qualquer maneira, fica solicitada a urgência na tramitação dessa matéria.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Ao encerrar a atual Legislatura e a Presidência de V. Exª, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, eu quero parabenizá-lo, e a todos os meus Pares que compõem esta Comissão, pelo trabalho desenvolvido ao longo desses dois anos. Foi um trabalho que gerou para o nosso País a proposição de projetos da maior importância. V. Exª, nas suas considerações, já fez referência a quatro projetos da época da sua Presidência anterior, a oito projetos que aprovamos nesta Legislatura e mais a seis projetos que tramitam. Então, são 18 projetos que a competência e a operacionalidade de V. Exª à frente da Comissão de Infraestrutura trazem como sugestão, e, evidentemente, tramitarão para serem discutidos e, com certeza, aprovados, para beneficiar o desenvolvimento do nosso País, que tanto precisa. Está crescendo tão pouco. Outro dia, um amigo me disse que o Brasil daqui a pouco está crescendo que nem rabo de cavalo: para baixo. Eu espero que isso não aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, as referências que faz à Presidência desta Comissão, e compartilho com todos os integrantes da Comissão de Serviços e Infraestrutura as palavras oferecidas por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro. Foi um trabalho conjunto, um trabalho de abnegação absoluta dos Srs. e Srªs Senadoras nesses últimos dois anos, e graças a esse trabalho conjunto foi possível chegarmos a apresentar um relatório de atividades – acredito – extremamente positivo, não só para o Senado da República como uma instituição do Poder Legislativo, como para o seu destinatário final, que é o povo brasileiro.

Muito obrigado, portanto, a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Srs. Senadores, eu não poderia deixar também de somar às palavras do eminente Senador Flexa Ribeiro.

Veio-me aqui uma lembrança de um dos grandes brasileiros que, através do seu pioneirismo, do seu espírito de brasilidade, abriu os nossos sertões, levando linhas telegráficas até a Amazônia através do meu antigo Estado de Mato Grosso do Sul, e também teve a láurea de pacificar as populações indígenas dessa grande região. Foi o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Ele disse, em certa ocasião, que nós construímos e nós destruímos. Tudo depende de nós.

Eu me lembrei dessa expressão de Cândido Rondon, para dizer a V. Exª, Senador Fernando Collor, do prazer imenso que tive de participar este ano dos trabalhos desta Comissão. V. Exª é um grande obreiro. V. Exª, nesta Comissão, como em outras atividades de sua vida pública, só construiu, jamais destruiu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu quero que fique consignado, aqui, a minha admiração e o meu respeito pelo dinamismo, pelo espírito de iniciativa de V. Exª, abrindo horizontes para que esse importante setor da economia nacional, da estratégia nacional de desenvolvimento, que é a infraestrutura, tenha a possibilidade de abrir novos horizontes para o nosso País. Tudo o que V. Exª fez, no comando desta Comissão, no decorrer deste ano, do qual eu sou testemunha, reconheço que não vem de hoje. A administração de V. Exª vem de uma gestão anterior que, também, foi profícua.

Espero, sinceramente, à distância, no meu Estado de Mato Grosso do Sul, a partir do ano que vem, dedicando-me ao ócio com dignidade, que eu possa aplaudir a ação de V. Exª, como a do Senador Flexa Ribeiro, sabendo, perfeitamente, que esta Comissão teve seus olhos voltados para os grandes destinos do nosso País.

Meus cumprimentos a V. Exª, meus cumprimentos, na pessoa do Senador Flexa Ribeiro, a todos aqueles que vão compor a Comissão de Infraestrutura no ano que vem, e as minhas saudações, através do Dr. Álvaro, as minhas homenagens a todos os Srs. servidores. Quero manifestar a todos o meu respeito e a minha admiração.

Finalizando, que vocês tenham um feliz Natal e, se Deus quiser, apesar de tudo, um feliz Ano Novo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ruben.

Pela ordem, S. Ex^a Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Só para estender, também, como fez o Senador Figueiró, ao Álvaro e às nossas auxiliares os nossos parabéns, porque eles é que fazem a Comissão funcionar.

V. Ex^a é o comandante – um comandante determinado – e tem a obstinação de fazer, como disse o Senador Figueiró, de construir, e isso é exemplo para todos nós.

Um feliz Natal e um ano de 2015 de saúde e de bençãos de Deus para todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Retribuo os votos que V. Ex^a concede a todos nós que fazemos parte da Comissão de Serviços de Infraestrutura e agradeço, muito especialmente, agora, as palavras proferidas por S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró. A comparação com o Marechal Cândido Rondon é uma comparação que – pela generosidade de seu coração – V. Ex^a atribui, mas que é imerecida de minha parte.

De minha parte, eu gostaria, apenas, de dizer a V. Ex^{as} que esse tempo que fiquei na Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura foi o tempo em que procurei dar o melhor de mim, dar o melhor da minha dedicação, para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura apresentasse resultados práticos e positivos aos olhos da população brasileira.

É muito comum se falar – e se tornou tão fácil falar – que nós temos, sempre, que nos lembrar de que o que se fala com relação ao Poder Legislativo, com relação ao trabalho das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, das Sr^{as} e dos Srs. Deputados, que não há trabalho a ser realizado, que é um ócio remunerado, tudo isso é improcedente. Nós, que somos Senadores, e aqueles que acompanham o dia a dia do trabalho do Senado Federal e da Câmara dos Deputados sabem da enorme dedicação que cada um de nós oferece à causa pública. Portanto, o que nós, aqui, fizemos foi acompanhar a vontade de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores desta Comissão, que desejaram que esta Comissão apresentasse, como é do seu dever, do seu ofício, resultados concretos para desatar os nós que até hoje ainda atravancam o desenvolvimento da nossa infraestrutura.

Portanto, Senador Figueiró, muito obrigado a V. Ex^a. Quero, também, lhe dizer que a convivência com V. Ex^a neste ano que passou foi, para mim, particularmente, extremamente proveitosa. Com V. Ex^a muito aprendi. Com a sua paciência, com a sua sabedoria, com a sua luz em determinados momentos em que passávamos pelo plenário, e V. Ex^a sempre vinha com uma palavra pertinente, algum fato que estava ocorrendo naquele momento. E muito me auxiliou na minha condução, como Senador da República, nos trabalhos em plenário e também aqui na Comissão.

V. Ex^a deixará uma lacuna, uma lacuna aqui nesta Casa que somente será preenchida com as boas lembranças que nós todos guardaremos da sua atuação parlamentar no período em que tivemos o prazer de conviver com V. Ex^a.

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró.

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Por fim, agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, informo que a Comissão de Serviços de Infraestrutura retomará os seus trabalhos após o recesso parlamentar, na 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura.

Desejando a todos os melhores votos de boas festas e nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Ruben Figueiró**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Alvaro Dias e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Dá-se início à deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014**, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”. O Relator das Emendas na Comissão, Senador **Acir Gurgacz**, faz a leitura do relatório. É aprovada a apresentação das seguintes emendas: **Emendas de Apropriação de Despesa: 1-CI – 32101 – ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NÃO-SUPRIDAS PELA REDE ELÉTRICA CONVENCIONAL – NACIONAL, Valor: R\$ 100.000.000,00; 2-CI – 39207 – Ação atípica, com retificação no subtítulo, tendo em vista que o trecho proposto não se restringe à Região Centro-Oeste – CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSCONTINENTAL – EF-354 – CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO – SAPEZAL/MT – PORTO VELHO/RO – NA REGIÃO CENTRO OESTE – CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSCONTINENTAL – EF-354 – CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO – SAPEZAL/MT – PORTO VELHO/RO – NACIONAL – Valor: R\$ 500.000.000,00; 3-CI – 329252 – ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO – ENTRONCAMENTO COM A BR-174 (A)/MT – FIM DO CONTORNO DE RIO BRANCO/AC – CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO – TRECHO DIVISA AC/RO/MT – DIVISA GO/MG/SP (MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS) – NA BR-364 – NACIONAL – Valor: R\$ 300.000.000,00; 4-CI – 62901 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL – NACIONAL – Valor: R\$ 200.000.000,00; Emenda de Remanejamento de Despesa: 5-CI – 39252 – CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO PARANÁ – TRÊS LAGOAS (MS) – CASTILHO (SP) – NA BR- 262/NA – NACIONAL – Valor: R\$ 50.000.000,00. Resultado: aprovado o relatório. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador **Ruben Figueiró**, Presidente em exercício da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião não é terminativa.

Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014. Estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Nesta Comissão, o Relator é o Senador Acir Gurgacz.

O relatório é pela apresentação de uma emenda de remanejamento e quatro de apropriação ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional na forma seguinte:

I – Remanejamento

Proposta nº 13, do Senador Waldemir Moka, relativa ao Programa nº 2.075, e as Ações 7K18: “Construção de pontes sobre o Rio Paraná – Três Lagoas/MG – Castilho/SP, na BR-262 Nacional”, para o Departamento de Infraestrutura e de Transportes do Ministério dos Transportes, no valor de R\$50 milhões.

II – Apropriação

Proposta nº 12, da Senadora Lídice da Mata, relativo ao Programa nº 2.033 e à Ação 1.379: “Atendimento das Demandas por Energia Elétrica e Localidades Isoladas não Supridas pela Rede Elétrica Convencional Nacional”, para o Ministério de Minas e Energia (Administração Direta), no valor de R\$100 milhões.

2 – Proposta nº 15, do Senador Valdir Raupp, que contempla o objeto da proposta nº 2, do Senador Acir Gurgacz, relativa ao Programa 2.072, e a ação atípica, com retificação no subtítulo, tendo em vista que o trecho

proposto não se restringe à Região Centro-Oeste: “Construção da Ferrovia Transcontinental EF-354, de Sapezal, Mato Grosso, a Porto Velho, Roraima, Nacional”, para a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S. A., do Ministério dos Transportes, no valor de R\$500 milhões;

3 – Proposta nº 18, do Senador Acir Gurgacz, que contempla o objeto da Proposta nº 17, do Senador Valdir Raupp, relativa ao Programa 2.075 e ação atípica: “Adequação do Trecho Rodoviário Entroncamento com a BR-174, Mato Grosso, Fim do Contorno de Rio Branco, Acre, na BR-364, Nacional”, para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Ministério dos Transportes, no valor de R\$300 milhões; e,

4 – Proposta nº 50, do Senador Vicentinho Alves, que contempla o objeto da Proposta nº 13, do Senador Eduardo Braga, relativa ao Programa 2017 e Ação 14UB: “Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional – Nacional”, Fundo Nacional de Aviação Civil, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no valor de R\$200 milhões.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório. Tem a palavra V. Ex^a, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró, que preside esta reunião da Comissão de Infraestrutura.

Inicialmente, agradeço ao Presidente Fernando Collor e aos demais Senadores por me indicarem Relator do Orçamento desta Comissão.

Relatório, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 166, da Constituição Federal, e com fulcro na regulamentação disposta na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, encaminhado pela Mensagem nº 251, de 2014, na origem, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Conforme estatui a aludida resolução, especialmente os art. 43 e 45 em anexo e o parecer preliminar de que tratam os art. 51 a 55 do mesmo certificado normativo, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015, o PLOA 2015, na condição de autora de emendas coletivas.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem as subáreas temáticas desta Comissão, dispostas no Anexo da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e atualizadas pelo Anexo I do parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO, conforme comando, ao item 1, linha 2, da Parte Especial.

Análise combinada dos dispositivos aponta que compete à Comissão de Infraestrutura apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento de interesse nacional, desde que a programação resultante esteja abrigada pelas atribuições regimentais dos Ministérios das Comunicações, Minas e Energia, ou dos Transportes, onde há órgãos vinculados à Presidência da República no que estiver direta e materialmente relacionado às competências da Comissão.

Nesse caso pois, da Presidência da República, sobressaem a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil.

Emendas de remanejamento são as que propõem acréscimo ou inclusão de dotações mediante anulação de dotações constantes do próprio projeto para constituir fonte de recursos. Emendas de apropriação têm como fonte a Reserva de Recursos prevista no art. 56 da R1/2006-CN, consubstanciada no Anexo III do Parecer Preliminar da CMO.

Encontram-se sob a análise deste colegiado 54 (cinquenta e quatro) propostas de emendas, três das quais de remanejamento, e as demais, de apropriação. As três emendas de remanejamento foram propostas pelo Senador Waldemir Moka. Em relação às de apropriação, propuseram os Senadores Acir Gurgacz, Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Waldemir Moka. Quadro anexo a este parecer arrola as sugestões por proponente.

É o relatório.

Análise

Foram apresentadas emendas de remanejamento em número inferior ao limite máximo deste tipo reservadas à Comissão de Serviços de Infraestrutura. Portanto, para contemplá-las, basta avaliar o regramento atinente à admissibilidade das propostas. Nesse sentido, verificamos risco de inadmissibilidade na Proposta nº 22 em razão de aparentemente não concorrer interesse nacional. De outra sorte, por razão institucional, pareceu-nos prudente afastar a Proposta nº 27 em face de que a EF-484 não consta da relação exaustiva de ferrovias outorgadas à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., nos termos das Leis nºs 11.297/2006 e 11.772/2008.

No tocante às emendas de apropriação, as propostas suplantaram o número quatro reservado à Comissão, demandando escolha. Nesse sentido, colacionamos as propostas com fundamentos do Direito Financeiro, com as normas de tramitação expressas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional e, subsidiariamente, com regras procedimentais consagradas no parecer preliminar da CMO. Nessa vereda, prestigiamos as emendas que exibem caráter institucional, no sentido de que mantivessem estrita relação com as competências do colegiado e os trabalhos nele desenvolvidos. Outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, preterindo intervenções públicas cujos efeitos fossem adstritos ao atendimento a interesses locais.

Preliminarmente, não acolhemos as Propostas de nºs 06, 08, 11, 25, 29 e 34, de autoria do Senador Raulo Rodrigues, tendo em vista que o nobre Parlamentar deixou de ser membro desta Comissão, padecendo de poder para sobre elas deliberar.

Por outro critério, e com fulcro no art. 44, II, e no Anexo da Resolução nº 1/2006-CN, assim também no que prevê o Anexo I do Parecer Preliminar da CMO, preterimos as Propostas nºs 10, 19, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 48, 53 e 54. As proposituras versam sobre subáreas temáticas estranhas às matérias de competência desta Comissão, o que é vedado pelo art. 43, *caput*, da Resolução nº 1/2006-CN.

Sob risco de descaracterização de interesse nacional, ao arripio do que preceitua o art. 44, II, da Resolução em apreço, somos pela rejeição das emendas de nºs 01, 03, 04, 14, 49 e 51.

Por seu turno, a Proposta nº 28 atribui dotação para execução de serviços em ferrovia não outorgada para a Valec, diversa do rol taxativo disposto nas Leis nºs 11.297, de 2006, e 11.772, de 2008. Restou, pois, rejeitada.

A Proposta nº 42 constitui como fonte de recursos para emenda de apropriação a anulação de dotações constantes do projeto, não exclusivamente da Reserva de Contingência, contrariando o disposto no art. 39, I e II, da Resolução nº 1/2006-CN, combinado com o Anexo III, item 1, do Parecer Preliminar da CMO. Ainda que a propositura fosse para emenda de remanejamento, parte das dotações oferecidas para cancelamento pertence ao Ministério dos Transportes, enquanto o acréscimo se daria no Ministério de Minas e Energia, contrário ao regramento expresso no art. 38, §2º, combinado com o art. 48 da Resolução nº 1/2006-CN.

A Proposta nº 46 prevê a criação de um subtítulo na ação 20VK, para atendimento em um único Estado, podendo levar ao afastamento do caráter nacional, ademais de propiciar a execução de obras distintas, tipificando designação genérica de programação ou objeto inespecífico, nos termos do art. 47, II, da Resolução, o que é vedado pelo art. 38, §2º, do mesmo diploma.

Voto.

Conquanto algumas propostas pudessem ser inadmitidas pela CMO em razão dos critérios objetivos arrolados no item precedente, todas exibiram indubitável mérito. Entre as propostas acolhidas conforme critérios técnicos de análise e diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo do provimento de energia em localidades isoladas, ou estruturantes para o desenvolvimento nacional, com a propositura de programações novas com vistas à diversificação modal do transporte de cargas no País.

As diretrizes levaram a que referendássemos programações que este colegiado também prestigiou na feitura do Anexo de Metas e Prioridades que compõe o PLDO 2015, como a travessia sobre o Rio Paraná, entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, e a construção de aeródromos e aeroportos regionais. Além disso, abrangemos amplo espectro de competências relacionadas às subáreas temáticas previstas no Anexo à Resolução nº 1/2006-CN, atualizado pelo parecer preliminar da CMO. Por feliz coincidência, o emprego combinado dos critérios também resultou em que fossem atendidas demandas coletivas traduzidas em propostas de diversos membros do colegiado.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere pela apresentação de uma emenda de remanejamento e quatro de apropriação ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, na forma seguinte:

Remanejamento:

1. Proposta nº 23, do Senador Waldemir Moka, relativa ao programa 2075 e à ação 7K18: “Construção de Ponte sobre o Rio Paraná – Três Lagoas (MS) – Castilho (SP) – na BR-262 – Nacional”, para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes, no valor de R\$50 milhões;

Apropriação:

1. Proposta nº 12, da Senadora Lídice da Mata, relativa ao programa 2033 e à ação 1379: “Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas não Supridas pela Rede Elétrica Convencional – Nacional”, para o Ministério de Minas e Energia (Administração Direta), no valor de R\$100 milhões;

2. Proposta nº 15, do Senador Valdir Raupp, que contempla o objeto da Proposta nº 02, de minha autoria, Acir Gurgacz, relativa ao Programa nº 2.072 e a ação atípica, com retificação no subtítulo, tendo em vista que o trecho proposto não se restringe à Região Centro-Oeste: “Construção da Ferrovia Transcontinental – EF-354 –

Sapezal/MT – Porto Velho/RO – Nacional”, para a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., do Ministério dos Transportes, no valor de R\$500 milhões;

3. Proposta nº 18, de minha autoria, Senador Acir Gurgacz, que contempla o objeto da Proposta nº 17, do Senador Valdir Raupp, relativa ao Programa nº 2.075 e a ação atípica: “Adequação de Trecho Rodoviário – Entroncamento com a BR-174 (A)/MT – Fim do Contorno de Rio Branco/AC – na BR-364 – Nacional”, para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes, no valor de R\$300 milhões; e

4. Proposta nº 50, do Senador Vicentinho Alves, que contempla o objeto da Proposta nº 13, do Senador Eduardo Braga, relativa ao Programa nº 2.017 e à ação 14UB: “Construção, Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional – Nacional”, para o Fundo Nacional de Aviação Civil, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no valor de R\$200 milhões.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

Esse, portanto, Sr. Presidente, é o relatório da Comissão de Infraestrutura com relação ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, que é exatamente o Orçamento de 2015.

Eram essas as nossas colocações e esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Antes de passar à discussão do relatório apresentado pelo eminente Senador Acir Gurgacz, esta Presidência deseja cumprimentá-lo pela precisão com que V. Exª abordou todos os assuntos pertinentes às emendas apresentadas pelos ilustres membros desta Comissão. V. Exª foi preciso e ressaltou, no seu relatório, as propostas mais convenientes ao interesse nacional.

De minha parte, quero cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho de V. Exª, que representa, sem dúvida alguma, o seu interesse nacional na solução dos nossos grandes problemas.

Passamos à discussão do relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, as emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sras. e os Srs. Senadores, proponho a dispensa da leitura e a provação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Desejo, ao final desses nossos trabalhos, neste ano que foi de intensa atividade, dizer que, desta Comissão, não só participaram S. Exªs as Sras. e os Srs. Senadores. Também contamos com a assessoria extraordinária de todos os senhores servidores desta Comissão e com a presença sempre estimulante de todos os demais servidores desta Casa, dos senhores jornalistas e de outras pessoas que manifestaram interesse pelo trabalho da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

De minha parte, estou me despedindo com esse gesto não só desta Comissão como do Senado da República, uma vez que encerro o meu mandato. Não fui candidato à reeleição, permitindo que viesse para cá uma excelente Parlamentar, a Senadora Simone Tebet, e V. Exªs vão reconhecê-la como uma brilhante representante do meu Estado.

Desejo a todos, sinceramente, votos de um Natal cristão, com seus familiares e amigos. O próximo ano me traz, pessoalmente, muita apreensão, mas nós, brasileiros, que já vencemos tantos obstáculos, saberemos suplantá-los. Que o novo ano seja venturoso a todos os senhores, sobretudo que, durante todo o ano, V. Exªs tenham saúde e uma vida em comunidade, o que representa realmente os nossos sentimentos de irmãos.

A todos, desejo, portanto, muitas felicidades e boas-festas.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a reunião, antes, porém, ressaltando que tudo aqui nesta Comissão foi, sem dúvida alguma, fruto do trabalho dos servidores, a quem cumprimento através do nosso prezado amigo Álvaro Araujo.

Muito obrigado.

Como nós falamos lá na minha terra, no dialeto guarani: “Opama la fiesta baiê te decô” – acabou a festa. Desejamos a todos felicidades.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Ruben Figueiró e Armando Monteiro. Justifica ausência o Senador Ruben Figueiró. **ITEM 1** – Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo – “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues.” **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiada. **ITEM 2** – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo – “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.” **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico a este colegiado que, conforme Ofício nº 588, de 2014, do Líder do PTB, Senador Gim, à Presidência do Senado, tivemos a seguinte alteração na composição da nossa Comissão: o Senador Vicentinho Alves (SD – TO) passa a integrá-la como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força.

Ao Senador Vicentinho Alves dou as boas-vindas, externando o meu desejo de que tenha êxito no desempenho de seu mandato nesta Comissão.

Por força da Resolução nº 44, de 2013, do Senado, coube a esta Comissão a avaliação da política pública sobre a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata.

Efetivando seu Plano de Trabalho, a Senadora Lídice nos informa que a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros é um dos macroprogramas do Plano Nacional de Turismo e está centrada no Programa de Regionalização do Turismo, lançado em 2004. Este programa, que se constitui em uma política pública, é considerado estratégico para a Política Nacional do Turismo (Lei nº 11.771, de 2008) e tem foco na descentralização e regionalização.

O programa se desenvolve através do conceito de “regiões turísticas”, que agrupam conjuntos de Municípios. Foram identificadas 276 regiões turísticas, agregando 3.635 Municípios. Como aperfeiçoamento do programa, definiram-se ainda 65 “destinos indutores”, priorizados pelo Plano Nacional de Turismo. Estes 65 “destinos indutores” incluem todas as capitais do País e outros destinos turísticos mais desenvolvidos, totalizando 59 regiões turísticas e 740 Municípios.

Entre seus eixos de atuação, o Programa de Regionalização do Turismo contempla infraestrutura turística, captação e promoção de investimento (incluindo parcerias público-privadas, linhas de financiamento e incentivos fiscais), qualificação profissional e estudos de mercado. A gestão é compartilhada e feita em âmbito nacional, estadual, regional e municipal.

Importante também mencionar o Prodetur Nacional (Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional), que visa à obtenção de crédito de financiamento externo para organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística.

O Prodetur Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento turístico nacional, a fim de promover a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

Em suma, o Prodetur consiste no braço financeiro das políticas públicas integrantes da Política Nacional do Turismo. Os critérios para as transferências voluntárias de recursos para as unidades federadas constam da Portaria do Ministério do Turismo nº 112, de 2013.

A Senadora Lídice, tendo promovido reuniões no âmbito do Ministério do Turismo, colhido dados de entidades privadas, bem como realizado duas audiências públicas debatendo esse tema, almeja, no dia 3 de dezembro próximo, apresentar um relatório preliminar, permitindo novas contribuições para, em 10 de dezembro de 2014, votarmos o relatório final.

Prestadas essas informações, conclamo a todos que estejam presentes nas próximas reuniões, a fim de prestigiarmos e contribuirmos com os trabalhos que aqui estão sendo desenvolvidos, sobre a regionalização do turismo, que tem como Relatora a Senadora Lídice da Mata.

Por fim, convoco a todo o colegiado para participar da reunião conjunta com a Comissão de Educação e com a Comissão de Ciência e Tecnologia, inovando comunicação e informática no Senado Federal, para debatermos o tema “A Importância da Realização do WorldSkills no Brasil e a Contribuição do Sistema S para a Educação Profissional”. Este assunto é objeto de Requerimento nº 12, de minha autoria, que será objeto de votação. O evento ocorrerá hoje, às 14 horas, na Sala 15 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.

Convoco, portanto, para o próximo dia 3, reunião para a leitura do relatório sobre o programa de regionalização do turismo nacional e também debater os problemas atinentes aos interesses desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 22 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezenove minutos do dia três de dezembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores, Inácio Arruda, Valadares, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Vicentinho Alves e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves, e Armando Monteiro. É declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se divide em duas partes: Às nove horas e vinte e quatro minutos a Senadora Lídice da Mata, assume a Presidência da Comissão. 1ª Parte: Para apresentação e debate do relatório preliminar que objetiva instruir a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR definida pelo RDR 6/2014, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013. Tema: “A Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros”, de Relatoria da Senadora Lídice da Mata. Apresentado e debatido. 2ª Parte: Deliberação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. Resultado: **ITEM 1** – Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo – que: “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues.” **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiada. **ITEM 2** – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo – que: “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.” **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico que, conforme Ofício nº 22, de 2014, do Líder do Democratas, Senador José Agripino, à Presidência do Senado Federal, tivemos a inclusão do Senador Wilder Moraes na composição desta Comissão.

Recebemos o livro *Nordeste Brasileiro em Questão: Uma Agenda para Reflexão*. Esse livro é editado pela Sudene e organizado por Marcos Costa Lima e Ângela Nascimento.

O objetivo da obra é aprofundar a reflexão sobre temas importantes ligados ao desenvolvimento regional a partir de uma abordagem multidisciplinar. O livro traz artigos de economistas, cientistas, sociólogos, arquitetos e jornalistas convidados, bem como um texto inédito de Celso Furtado, gentilmente cedido por sua viúva, Rosa Freire d'Aguilar, que também está presente no livro.

A publicação é um produto do Procondel (Projeto de Preservação e Disponibilização do Acervo), produzido pelo conselho deliberativo da Sudene (Condel), no período de 1959 a 2000, realizado em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco. O Procondel tem como meta, até 2016, a preservação do acervo e a universalização de seu acesso.

A primeira parte desta reunião tem como objetivo a apresentação do relatório preliminar de avaliação de políticas públicas, segundo a Resolução nº 44, de 2013, que tem como Relatora a Senadora Lídice da Mata, do PSB, da Bahia, Líder do Partido aqui, no Senado Federal.

Antes de anunciar a palavra da Senadora Lídice da Mata, eu queria registrar o agradecimento desta Comissão pela iniciativa da Senadora em produzir um material que, sem dúvida alguma, vai contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das políticas públicas, notadamente daquelas relacionadas com as potencialidades turísticas do Nordeste brasileiro, em que a Senadora se deteve com muita propriedade e fez uma análise profunda das condições da nossa Região para proporcionar ao Brasil uma arrecadação maior nos seus Municípios com a inclusão do turismo como instrumento de desenvolvimento.

Portanto, Senadora Lídice da Mata, eu parabeno V. Exª por este grande trabalho, que é uma contribuição enorme desta Comissão para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, notadamente o da nossa Região Nordeste.

Também quero agradecer a todos aqueles que colaboraram com os debates aqui realizados para a elaboração desse parecer da Senadora Lídice.

Informamos que votaremos o relatório definitivo no dia 10 de dezembro deste ano, na nossa próxima reunião, para a qual os Senadores já estão sendo convocados.

Eu concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para fazer a leitura do seu relatório, assumindo a Presidência dos nossos trabalhos. *(Pausa.)*

É um prazer, Senadora. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Bom dia a todos os senhores e senhoras.

Quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Valadares pela competência com que dirige os trabalhos desta Comissão e pela oportunidade que me deu de relatar esta matéria. É decisão do Regimento do Senado que as comissões agora façam avaliação de políticas públicas que se relacionam com a atribuição dessas comissões. Portanto, nós tivemos, como consequência dessa deliberação, a realização de duas audiências públicas nesta Comissão, para tratar dos assuntos concernentes às políticas públicas de turismo. E isso está contido neste Relatório que passo a ler neste momento.

Como não há uma definição regimental de como proceder neste caso, a Secretaria da Mesa nos indicou que leiamos o documento de análise hoje, para dar conhecimento a todas as Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem fazer alguma modificação no texto, que tiverem alguma proposta de modificação, dando, portanto, esse tempo, para que na próxima semana nós possamos aprovar este Relatório.

Vou começando, portanto, pelo texto inicial, a definição.

1. DEFINIÇÃO E PLANO DE TRABALHO

1.1 DEFINIÇÃO

A avaliação de uma política pública consiste na investigação dos seus efeitos, ou seja, busca-se compreender se ela de fato atinge os objetivos para qual foi desenhada, bem como se foram utilizados de forma eficiente os recursos disponíveis para sua realização. Dessa avaliação extraem-se diagnósticos sobre a política, que podem resultar em propostas pela sua ampliação, aprimoramento ou pelo seu encerramento, com vistas à adoção de soluções alternativas.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, introduzido pela Resolução nº 44, de 2013, estabelece que as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. O relatório contendo as conclusões alcançadas deverá ser apresentado à comissão pertinente até o final da sessão legislativa.

Em obediência a esse mandamento regimental, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, em 26 de março de 2014, o Requerimento nº 6, de 2014, do Senador Antonio Carlos Valadares, para que a política pública a ser avaliada pela CDR fosse a “Estruturação dos Destinos Turísticos”. Tal política foi considerada pelo Senador crucial para o desenvolvimento do setor.

A política “Estruturação de Destinos Turísticos” se sustenta no tripé: I) Programa de Regionalização do Turismo; II) Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional); e o III) Programa de Infraestrutura Turística.

O objetivo da política de estruturação dos destinos é apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada. Os princípios de descentralização e regionalização estão explícitos também na Lei do Turismo (Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo), marco que define competências no setor.

O tema estruturação de destinos, segundo o Ministério do Turismo, refere-se a uma ampla atuação, que pode ser traduzida nos oito eixos do Programa de Regionalização do Turismo, que resumem a própria atuação do Ministério do Turismo: 1) gestão descentralizada do turismo; 2) planejamento e posicionamento de mercado; 3) qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; 4) empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; 5) infraestrutura turística; 6) informação ao turista; 7) promoção e apoio à comercialização; 8) monitoramento.

A Presidência da CDR definiu, em 14 de maio de 2014, que caberia a mim, Senadora Lídice da Mata, relatar a avaliação.

1.2 PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho da avaliação foi aprovado pela CDR em 16 de julho de 2014. Ele foi baseado na realização de audiências públicas, bem como na realização de diligências no formato de visitas técnicas, de forma que a Comissão pôde obter subsídios suficientes para elaboração do relatório final.

Nas audiências, nos dias 5 e 12 de novembro de 2014, foram ouvidos os setores públicos, dos três níveis de governo, bem como associações relacionadas ao turismo. As reuniões aconteceram em Brasília com a participação também de agentes de todo o País, tanto públicos quanto privados, que atuam no turismo.

Paralelamente, a Consultoria Legislativa do Senado manteve diálogo com diversos atores relacionados ao turismo e apresentou pesquisa sobre o tema a esta relatoria.

2. A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO TURISMO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Tem-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que a promoção e o incentivo do turismo nacional devem ser uma ação conjunta de todos os entes federativos como fator de desenvolvimento social e econômico (CF art. 180).

Cabe aqui ressaltar que o turismo gera direta ou indiretamente aumento da atividade econômica nos locais visitados, em particular, pela elevação da demanda de bens e serviços. Como consequência, a atividade turística é estratégica por criar empregos de boa qualidade; gerar divisas em um momento de dificuldades no balanço de pagamentos; reduzir a desigualdade regional de renda; e se relacionar com a economia verde – por ter um baixo impacto ecológico e por prover incentivos econômicos à conservação de áreas protegidas.

Assim, as políticas públicas voltadas ao turismo são políticas de alcance amplo. Seu diagnóstico e propostas para o aprimoramento permitem uma evolução cada vez maior para a consecução dos objetivos traçados inicialmente e, portanto, maior efetividade.

No mundo, o turismo movimenta cerca de US\$4 trilhões e gera cerca de 280 milhões de empregos. Segundo o Fórum Econômico Mundial, em relatório de 2013, somos ainda 51º país no *ranking* internacional de competitividade no turismo, apesar de sermos o primeiro no quesito “recursos naturais”. Nossa pior posição é em “regras e regulações de política pública”, apenas o 119º (centésimo décimo nono) lugar.

Ainda, o número de chegadas de turistas ao Brasil é de pouco mais de 0,5% em relação a todo o fluxo mundial, e, em termos absolutos, tem se estagnado ao redor de seis milhões de turistas internacionais. São dados que evidenciam a importância de discutir a “estruturação dos destinos turísticos”, já que está claro que não aproveitamos adequadamente o nosso enorme potencial.

3. DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS

Conforme as atividades contempladas no Plano de Trabalho, apresento o seguinte conjunto de diagnósticos e propostas a respeito da política de Estruturação dos Destinos Turísticos:

3.1 INDICADOR DOS RESULTADOS DA POLÍTICA

3.1.1 DIAGNÓSTICO

Não há dados relevantes para avaliar o desempenho da política pública “Estruturação dos Destinos Turísticos”. Conforme o item C.1.1.5 do recém-lançado Protocolo de Brasília de Avaliação de Impacto, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, não basta garantir apenas que os objetivos de

uma política estejam bem definidos. É fundamental traduzir esses objetivos em indicadores que possam ser efetivamente mensurados. O impacto de uma política só pode ser mensurado quando ela é capaz de alterar indicadores específicos.

Não é possível isolar o efeito individual da política em nenhum dos indicadores listados para o Turismo no Plano Plurianual (PPA), como o Índice de Competitividade dos Destinos Indutores, o número de chegadas de turistas internacionais, o número de viagens no mercado doméstico, o estoque de empregos formais nas atividades características e a receita cambial gerada pelo turismo. Uma avaliação com base nesses indicadores estaria sujeita a variados vieses estatísticos e não identificaria corretamente o efeito da política pública. Embora todos esses indicadores possam ser influenciados pela Estruturação de Destinos Turísticos, eles estão sujeitos à influência de uma série de outras variáveis. Um exemplo óbvio é a taxa de câmbio, que altera tanto o número de chegadas de turistas internacionais quanto a receita cambial gerada pelo turismo e pelo próprio número de viagens domésticas.

3.1.2 PROPOSTAS

Em face do diagnóstico exposto, propomos:

a) a criação, pelo Ministério do Turismo, de um indicador que reflita o impacto específico da política de Estruturação dos Destinos Turísticos;

b) a implantação, pelo Ministério do Turismo em parceria com outros órgãos competentes, como o IPEA, da Conta Satélite do turismo brasileiro, que mensure os efeitos diretos, indiretos e induzidos do turismo, conforme as recomendações metodológicas da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização Mundial do Turismo (OMT), da OCDE e da Eurostat.

3.2 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS E DO CAMPO DE ATUAÇÃO DA POLÍTICA

3.2.1 DIAGNÓSTICO

A política de Estruturação de Destinos Turísticos não possui objetivo claro, possui um excessivo número de Municípios como alvo da intervenção, e atua em áreas de diferentes ministérios, desviando seu foco da atividade turística. Portanto, seu caráter transversal exige uma estrutura de governança com capacidade de coordenação, bem como a delimitação dos objetivos relativos a cada pasta ministerial.

Esse ponto é um consenso na área de avaliação de políticas públicas, estando presente inclusive no Protocolo de Brasília da Secretaria de Assuntos Estratégicos (item C 1.1.4). O que percebemos com relação à Estruturação de Destinos Turísticos é que possui objetivos amplos e genéricos, o que tem a desvantagem de permitir que ela seja usada para a consecução dos mais diversos fins, nem sempre objetivando a competitividade dos destinos turísticos brasileiros.

Com relação ao número de atingidos, a atual versão do Mapa de Regionalização do Turismo possui 3.345 Municípios agrupados em 303 regiões. Esse número de Municípios é cerca de 8% menor do que o contido na versão anterior, mas certamente ainda é demasiado alto. A própria redução em 8% nos Mapas de 2009 e 2013 indica que se reconhece a impertinência de ter tantos Municípios envolvidos, ainda mais quando a aplicação dos recursos do Ministério não se dá obrigatoriamente neles. Conforme o §1º do art. 2º da Portaria nº 112, de 2012, do Ministério do Turismo, os Municípios integrantes do Mapa deverão ser contemplados apenas “preferencialmente” pelos recursos da área.

Observamos também que, hoje, o desenho da política de Estruturação dos Destinos Turísticos estabelece que o Ministério do Turismo tenha atuação semelhante à do Ministério das Cidades, já que atua pavimentando ruas, construindo calçadas e até executando obras de saneamento básico. Isso representa retrabalho e ineficiência na aplicação dos recursos orçamentários. E, além disso, é prova inequívoca de que a delimitação do foco da política e dos objetivos necessita rapidamente de uma revisão.

3.2.2 PROPOSTAS

Diante do exposto, propomos:

a) reflexão e redefinição do objetivo da política, por parte da Presidência da República, do Ministério do Planejamento e do Ministério do Turismo;

b) estabelecimento, pelo Ministério do Turismo, de critérios para que os Municípios possam integrar o Mapa do Turismo Brasileiro;

c) fortalecimento, pelo Ministério do Turismo, da iniciativa de categorizar os Municípios;

d) inclusão de dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias que obrigue que as emendas ao orçamento do Ministério do Turismo contemplem o mapa do turismo e a categorização dos Municípios.

3.3 ANÁLISE DE QUADRO DE PESSOAL ESPECIALIZADO PARA A EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

3.3.1 DIAGNÓSTICO

Não há quantidade suficiente de recursos humanos no Ministério do Turismo para trabalhar junto aos entes e facilitar a tomada de recursos e a execução dos projetos. Este fato fica evidente no frágil padrão de execução orçamentária e financeira identificado pelo TCU e apresentado em audiência pública.

Conforme as informações que o TCU prestou a esta Comissão, existem grandes atrasos nas obras de infraestrutura turística, que correspondem a três quartos dos recursos do Ministério. Menos da metade dessas obras contratadas em 2010 foram concluídas (equivalente a 45,6%). Também foram concluídas menos de um quarto das obras contratadas em 2011 (equivalente a 21,9%), quase nenhuma das contratadas em 2012 (equivalente 1%) e simplesmente nenhuma das 1.652 obras contratadas em 2013.

Vou parar um pouco para saudar o Senador João Durval, do meu Estado, e aproveitar para recuperar o fôlego, bebendo água.

Muito obrigado por sua presença.

Ainda no triênio 2012-2014, apenas 68% da dotação disponível foi empenhada – e se trata de uma etapa de responsabilidade do Ministério do Turismo –, e apenas 7% dos recursos passaram da etapa de liquidação, que reflete a entrega da obra.

Ainda que uma parte importante dos atrasos se explique pelas dificuldades dos tomadores, se o Ministério dispusesse de um quadro de pessoal mais robusto, poderia manter um canal de informações mais ágil com os Municípios, Estados, informando-os rapidamente das pendências e ajudando-os a resolver dificuldades como a apresentação dos projetos, por exemplo.

Sem o fortalecimento dos recursos humanos do Ministério do Turismo, observamos também a desproteção da política pública e das iniciativas do Ministério, sujeitas a descontinuidade conforme a conjuntura política, quando da alteração da cúpula ministerial.

3.3.2 PROPOSTAS

Em face do exposto, propomos:

- a) a alocação, no Ministério do Turismo, de servidores efetivos das carreiras interministeriais – estruturadas e especializadas – vinculadas ao Ministério do Planejamento, como Analistas de Infraestrutura; Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental; e Analistas Técnicos de Políticas Sociais, seja por meio de novos concursos públicos ou pelo aproveitamento de quadro já existente.
- b) qualificação de servidores já lotados no Ministério, visando ao entendimento das especificidades do setor turístico.

3.4 RECURSOS PARA A PROMOÇÃO TURÍSTICA, ESPECIALMENTE PARA O INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR)

3.4.1 DIAGNÓSTICO

Percebemos ainda um baixo número de visitantes internacionais no País – a despeito dos esforços com a Copa do Mundo, que não foram pequenos –, e a baixa eficácia da promoção do Brasil no exterior, apontada, mais de uma vez, pelos integrantes do *trade* turístico nas audiências públicas realizadas por esta Comissão e em todos os fóruns nacionais de turismo.

A chegada de turistas internacionais tem se situado ao redor de seis milhões de turistas, muito aquém do que podemos ter. O Brasil não acompanhou o crescimento que países vizinhos tiveram no setor, notadamente o Chile e o Peru.

Conforme o próprio do Ministro do Turismo, Vinícius Lages, afirmou a esta Comissão, o cenário é de ausência de quadros da Embratur nos principais centros emissores e insuficiência de recursos para fazer frente às despesas da estatal em moeda estrangeira. Mais recentemente, a Embratur sequer teve um papel significativo da divulgação do Brasil para a Copa do Mundo.

Naquela oportunidade, como todos sabem, foi constituída uma comissão no Ministério do Esporte, interministerial, com diversos segmentos, mas sob a coordenação do Ministério do Esporte, infelizmente.

Salientamos que a publicidade é essencial para criar a demanda que permite a estruturação dos destinos no país.

3.4.2 PROPOSTAS

Diante desta situação, propomos:

- a) Disponibilização na Orçamento Anual, discutida pelo Congresso Nacional, a partir da proposta do Ministério do Planejamento, de maior dotação orçamentária para a promoção turística;

- b) Adequação administrativa e jurídica da Embratur para que possa exercer com maior agilidade e eficácia as promoções do turismo do Brasil no exterior.

3.5 INCENTIVOS PARA A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO TURISMO NACIONAL

3.5.1 DIAGNÓSTICO

Nas audiências que acompanhamos nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ficou claro, pela participação dos atores envolvidos, tanto do setor público quanto do setor privado, que é fundamental, para tornar o nosso turismo mais competitivo, um tratamento diferenciado para as empresas que atuam no setor.

Sabemos que demandas por incentivos fiscais chegam a este Congresso Nacional vindas dos mais diversos segmentos da sociedade. Entretanto, ressaltamos que o turismo nacional tem importância estratégica para a economia do País e sofre para competir com destinos concorrentes sem incentivos adequados. Temos situações paradoxais, conforme vimos nas audiências, como o fato de uma agência de turismo que promova o turismo do Brasil não ter tratamento diferenciado nenhum em relação a uma agência que leve turistas brasileiros para o exterior.

Cabe lembrar que, conforme mensagem presidencial enviada ao Congresso, existe hoje um déficit do turismo na balança de pagamentos de incríveis US\$17 bilhões, o que mostra como é grande o desequilíbrio que temos que contornar e que mostra também como o turismo tem importância estratégica para o Brasil.

3.5.2 PROPOSTA

Diante do exposto, propomos:

- a) a discussão, pelo Congresso Nacional, sobre a ampliação de incentivos fiscais, para segmentos que atuam no turismo, que possam trazer divisas para o País e contornar a tendência deficitária nas contas externas.

3.6 BOAS PRÁTICAS INICIADAS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO

3.6.1 DIAGNÓSTICO

Percebemos o risco de descontinuidade de iniciativas bem-vindas realizadas pelo Ministério do Turismo, reconhecidas inclusive pelos órgãos de controle, como o TCU e a CGU, e que o tornaram referência no Governo Federal.

A CGU deu dois prêmios ao Ministério no final de 2013, no primeiro Concurso de Boas Práticas, na categoria “Promoção da Transparência”, pela criação do Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor) e também na categoria “Aprimoramento dos controles internos administrativos”, pela criação do Sistema de Demandas Externas (SDE).

Reconheço o empenho do Ministério do Turismo em superar a crise de 2011 e a qualidade de suas medidas.

O referido Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor) monitora detalhadamente os repasses dos ministérios. Além do reconhecimento da CGU, também o Ministro Presidente do TCU, Augusto Nardes, afirmou, em audiência nesta Comissão, sua apreciação pelo Siacor. Ressalto que o Siacor não está disponível somente para o Ministério e para os tomadores de recursos, mas para qualquer cidadão, e também para os órgãos de controle, com um acesso especial.

Já a categorização dos Municípios, prevista no inciso III do art. 5º da Portaria nº 105, de 2013, permite a classificação dos Municípios de acordo com o seu nível de desenvolvimento turístico, tornando clara e disponível a informação de quais projetos são mais adequados para cada Município. Parece-nos, assim, uma solução adequada e promissora para buscar a almejada convergência entre as políticas prioritárias para a área do turismo e as emendas parlamentares. É uma solução flexível, que respeita a sensibilidade do parlamentar em relação a algum projeto ou região, mas ainda tenta direcionar recursos para projetos importantes para o Ministério. Esperamos que a iniciativa cumpra as expectativas e aguardamos o resultado do processo de categorização que está sendo desenvolvido.

Peço um minuto para pausa. Melhor dizendo, um segundo.

Outra iniciativa importante, em fase de implantação, é o banco de projetos, que pode contribuir para que os entes de fato consigam acesso aos repasses do Ministério do Turismo. A intenção é que o banco seja um referencial que oriente os entes e solucione os problemas de gestão dos tomadores.

Por fim, destaco a abertura de diálogo que o Ministério tem tido com o *trade* turístico, elogiado por seus representantes mais de uma vez durante as audiências públicas que realizamos.

Como esses projetos são novos e vários dos cargos estratégicos do Ministério não são atualmente preenchidos por servidores de carreira, há risco de as iniciativas serem desprestigiadas de acordo com oscilações no cenário político e mudanças nos altos escalões do Ministério.

3.6.2 PROPOSTA

Assim, propomos:

- a) a continuidade, pelo Ministério do Turismo, de iniciativas como o Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse (Siacor); a categorização dos Municípios; o banco de projetos; e a abertura ao diálogo com o setor privado.

4. RECOMENDAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, concluo pelas seguintes recomendações ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo:

4.1 RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

- a) Reflexão e redefinição, por parte da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, da atuação do Governo Federal no turismo nacional;
- b) Criação de indicadores que avaliem adequadamente o impacto da intervenção do Governo no turismo, e também da Conta Satélite do Turismo, para que os reais impactos da atividade turística na economia possam ser mensurados;
- c) Alocação de quadro de pessoal especializado no Ministério do Turismo;
- d) Qualificação e capacitação profissional para políticas de investimento e promoção do turismo;
- e) Disponibilização de maior dotação orçamentária para os investimentos do Ministério do Turismo e para a promoção turística;
- f) Maior participação da Embratur na promoção e divulgação dos Jogos Olímpicos de 2016, em relação à participação que teve na Copa do Mundo de 2014;
- g) Transformação da Embratur, de autarquia para uma pessoa jurídica de direito privado, para que possa ter maior agilidade e flexibilidade no desempenho de suas atividades; e
- h) Manutenção das referidas boas práticas adotadas pela gestão atual do Ministério do Turismo – com relação ao monitoramento, à gestão, à transparência da gestão, etc.

4.2 RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

- a) Estabelecimento de regras que qualifiquem as emendas orçamentárias destinadas ao Ministério do Turismo, tendo em vista os precedentes de tratamento diferenciado dessas emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme o inciso XIII do art. 18 das Leis nº 12.919, de 2013, e 12.708, de 2012; e também conforme o inciso XIII do art. 20 da Lei nº 12.465, de 2011;
- b) discussão sobre ampliação de incentivos fiscais para o setor turístico.

Esse é o relatório, que submetemos à aprovação dos ilustres pares da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aguardando...

Registro a presença, para nossa alegria, do Secretário Executivo do Ministério do Turismo.

Este é o relatório que submetemos à aprovação dos ilustres pares desta comissão, CDR. E aguardamos, nesse período, nesta semana, para ver se algum dos nossos Senadores e Senadoras desejam fazer alguma correção ou dar uma contribuição a este relatório.

Registramos também que, em anexo a este documento, seguem as sínteses das duas audiências públicas aqui realizadas com a participação, inclusive, do Vinicius Nobre Lages, Ministro de Estado do Turismo.

Mais uma vez, registro a presença e agradeço a participação do Secretário Executivo do Ministério, o Sr. Alberto Alves, que leva o nosso agradecimento pelas contribuições que o Ministério, que o Ministro deu aqui nas suas participações nas duas audiências públicas.

Ainda para a informação desta Comissão, dos Srs. e Srs. Senadores da Casa e de todos os que nos acompanham, que assistem à reunião, a CDR realizará cerimônia de inauguração da galeria e aposição dos retratos de todos os ex-Presidentes desta Comissão no dia 10 de dezembro de 2014, quarta-feira, às 9 horas, antes da reunião deliberativa, aqui no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal.

Os Senadores a serem homenageados e que terão apostas suas fotos: Senador Tasso Jereissati, autor da resolução que criou a Comissão; Senadora Lúcia Vânia, Senador Leomar Quintanilha; Senador Neuto de Conto e Senador Benedito de Lira.

Não tendo quórum para deliberar os itens terminativos da pauta, consideramos, portanto, adiadas todas as matérias para a próxima reunião.

Desta forma, encerro a reunião.

Muito obrigada pela participação de todos.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 58 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dez de dezembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores, Antonio Valadares, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Capiberibe e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Nogueira. É declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se divide em duas partes: 1ª Parte: Votação do Relatório que objetiva instruir a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, DERINIDA pelo RDR 6/2014, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013. Tema: “A Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros”, de Relatoria da Senadora Lídice da Mata. Apresentado e debatido. 2ª Parte: Deliberação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. Resultado: **ITEM 1** – Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo – que: “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues.” **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiada. **ITEM 2** – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo – que: “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.” **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiada. EXTRA-PAUTA. **ITEM 3** – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13, DE 2014, de autoria do Senador Inácio Arruda, “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Comissão na Sede do Banco do Nordeste do Brasil, no dia 15 de dezembro de 2014, a partir das 9:00h para debater sobre o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, muito bom dia!

Tem início a solenidade de inauguração da Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Criada em maio de 2005, a CDR realiza um trabalho voltado para o fomento do turismo no Brasil e para o desenvolvimento das regiões que compõem o País.

A atuação da Comissão visa a otimizar o potencial turístico brasileiro e reduzir as disparidades ainda existentes entre essas regiões. Como exemplo, tramitaram aqui o projeto que originou a Lei Geral do Turismo e o que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa os Senadores ex-Presidentes: Senadora Lúcia Vânia, Presidente entre 2007 e 2008...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – S. Exª se encontra em outra comissão lendo o relatório. Retorna já.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senador Leomar Quintanilha. (*Palmas.*)

Senador Neuto de Conto. (*Palmas.*)

Senador Benedito de Lira. (*Palmas.*)

Neste momento, convidamos o Senador da República, Sr. Antonio Carlos Valadares, para conduzir esta solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – É com enorme satisfação que conduzo esta cerimônia.

Inicialmente, homenageio os ex-Presidentes que tanto contribuíram para dar importância a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo: Senador Benedito de Lira, Senador Leomar Quintanilha e Senador Neuto de Conto e a Senadora Lúcia Vânia, que, daqui a pouco chegará a este recinto.

Desde já, agradeço a presença de todos que prestigiam este evento.

Criada em 2005, a CDR aproxima-se de 10 anos de funcionamento, com importância reconhecida no cenário político nacional. Os importantes projetos que por aqui tramitaram, bem como as profícuas discussões que aqui se travaram, demonstram o indiscutível afinho com que este órgão tem-se debruçado sobre os temas que lhes foram confiados desde o início do seu funcionamento.

Certamente, para que todo esse trabalho tenha-se revertido em importantes contribuições para a sociedade brasileira, é fundamental reconhecer a participação exitosa daqueles que estiveram no comando deste colegiado.

Já são cinco os Senadores que ocuparam a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O primeiro foi o Senador Tasso Jereissati, de 2005 a 2006; Senadora Lúcia Vânia, de 2007 a 2008; Senador Leomar Quintanilha, de março de 2009 a setembro de 2009; o Senador Neuto de Conto, de 2009 a 2010; o Senador Benedito de Lira, de 2011 a 2012, cada qual, imprimindo seu toque pessoal à gestão, mas sempre trabalhando em prol do desenvolvimento regional e do turismo nacional.

Atualmente, tenho a honra de presidir esta Comissão, buscando, a exemplo dos demais, conduzir os trabalhos deste colegiado, no sentido de fortalecimento do seu papel institucional.

É neste cenário que realizamos esta inauguração da Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Trata-se de iniciativa voltada para o reconhecimento, homenagem e enaltecimento dos trabalhos daqueles que lutaram para que esta Comissão desempenhasse com êxito o papel que lhe foi conferido pelo Regimento Interno do Senado, oferecendo importantes contribuições para o turismo e o desenvolvimento regional de nosso País.

Informo que o Senador Tasso Jereissati, autor da Resolução do Senado Federal, de 1º de maio, que criou a Comissão, e esteve à frente da Presidência em seus primeiros anos de funcionamento, não pôde comparecer, em face de compromissos, lá no seu Estado, o Ceará.

Durante a presidência do Senador Tasso Jereissati foram recriadas a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), importantes instrumentos para o desenvolvimento regional do País.

Também quero assinalar que, por iniciativa do Senador Inácio Arruda, que se está despedindo da Casa, nosso Vice-Presidente nesta Comissão, estaremos realizando, na próxima segunda-feira, uma audiência pública lá no Ceará, em Fortaleza, no Banco do Nordeste, onde iremos tratar da importância do fortalecimento dos órgãos regionais que impulsionam o desenvolvimento do Nordeste, como o próprio Banco do Nordeste, a Sudene, a Codevasf e tantos outros, como o Dnocs também, que assinalaram, durante todos esses anos, uma passagem positiva em favor da nossa Região.

Quero registrar a presença do Diretor de Relações e Instituição da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, Sr. Flávio Peruzzi, e a Secretária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no período de 2005 a 2013, Srª Selma Perpétuo Martins.

Eu gostaria de franquear a palavra aos Senadores aqui presentes que compõem esta Mesa e que abrihantaram o funcionamento desta Comissão, presidindo a mesma pelos períodos que aqui mencionei. Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

V. Exª tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Senador Valadares; Srs. Senadores Leomar Quintanilha, Neuto de Conto e nossa companheira Lúcia Vânia, que acaba de chegar; senhores representantes do Trade Turístico nacional; Srª Senadora Maria do Carmo; Senadora Lídice da Mata; minha prezada companheira de trabalho Srª Selma, em seu nome eu cumprimento todos os funcionários e auxiliares da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Ao chegar a esta Casa, exatamente em 2011, dentro de uma composição política dos partidos de representação na Casa, coube ao meu Partido a indicação dos membros e consequente Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Além de outras comissões técnicas da Casa, o Senado Federal realmente necessitava criar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para que nós pudéssemos dar ênfase maior, tratar dos assuntos mais relevantes das regiões e, consequentemente, motivar, incentivar e promover os meios para que nós pudséssemos desenvolver o turismo, com especialidade no Nordeste brasileiro.

O turismo tem sido uma das molas propulsoras do desenvolvimento de qualquer nação do mundo, com especialidade da nossa, que, apesar das dificuldades e dos poucos investimentos que ainda se faz nessa área,

tem dado demonstrações inequívocas de que é através deste segmento, desta prestação de serviço, que nós podemos gerar mais empregos, proporcionar oportunidade para que as pessoas conheçam as coisas mais belas do País e vender, sem dúvida nenhuma, a imagem do nosso País no exterior.

Apesar de termos uma das maiores áreas turísticas do mundo, belezas extraordinárias, nós precisamos motivar mais, incentivar mais, Presidente, para chamar mais a atenção de todos, não só do turismo interno, mas, com especialidade, do turismo internacional. E, logicamente, que a Comissão não se restringe apenas a cuidar deste setor, desta área, mas também como um braço auxiliar do Governo e dos Ministério de Desenvolvimento Regional.

Eu tive o prazer muito grande de, aqui, desenvolvermos as mais diversas ações, inclusive, uma delas – acredito também que deve ter sido uma tecla tocada pelo nosso Presidente Valadares – foi cuidar exatamente da aviação regional, que é um gargalo muito grande, para que possamos desvendar mais o Nordeste, fazer com que as pessoas possam se sentir atraídas por aquelas maravilhosas regiões turísticas do País.

Nós tivemos alguns contatos, fizemos algumas audiências públicas, enfim, cumprimos com o nosso dever e com a nossa obrigação no exercício da Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Eu queria aqui cumprimentar os membros que compunham esta Comissão e que ainda hoje fazem parte dela, na pessoa da Senadora Lídice da Mata, da Senadora Maria do Carmo. Em nome de V. Ex^{as}, eu cumprimentar todos os companheiros que compuseram conosco esta Comissão.

Sr. Presidente, por fim, que queria agradecer a V. Ex^a pelo gesto e pela iniciativa de colocar na parede exatamente a fotografia dos presidentes que por aqui passaram, para que as futuras gerações que vierem desempenhar o mandato de Senador da República ou para que todos aqueles que participarem deste ambiente fechado de trabalho possam vislumbrar exatamente quais foram os políticos que, de certa forma, contribuíram para desenvolver este País, melhorar as condições regionais do nosso país e fazer com que as ações desenvolvidas nesta Casa e nesta sala possam refletir exatamente na estreiteza, na diminuição das desigualdades que, infelizmente, ainda são enormes, muito grande em um País que se desenvolve, País que ocupa a 6^a posição econômica do mundo, mas ainda temos um monte de dificuldades, com especialidade na Região Nordeste brasileira. Uma Região próspera, gigantesca e de uma capacidade de recuperação extraordinária, o seu povo tem dado demonstrações inequívocas da sua força de trabalho e, infelizmente, o País é devedor ainda, e muito, de um desenvolvimento mais equilibrado, mais equânime e mais justo para aquela Região. Mas gradativamente nós vamos ocupando os espaços, já foi muito mais distante. Graças à ação que é desenvolvida por muitos brasileiros nordestinos, nós temos ocupado alguns espaços.

Por isso, Presidente, eu queria cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar os demais Senadores, Senador Leomar, Senador Neuto e esta querida guerreira, extraordinária mulher, que representa com muita dignidade a mulher brasileira ao lado das suas outras companheiras no Senado Federal, que é a Senadora Lúcia Vânia.

De nossa parte, Presidente, muito obrigado.

Um abraço e meus cumprimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço ao Senador Benedito de Lira.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, ex-Presidente desta Comissão, que nos honra com a sua visita e a sua presença.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Bom dia a todos!

Meu ilustre Presidente Antonio Carlos Valadares; meus caros Senadores Neuto de Conto, Benedito de Lira; minha conterrânea, Senadora Lúcia Vânia; ilustres Senadoras Maria do Carmo e Lídice da Mata; meus caros companheiros de trabalho, que foram muito importantes no período em que tive a honra de desempenhar as minhas funções nesta Casa, Roberto Menezes, que foi meu Chefe de Gabinete, a Lindaura, que foi minha Secretária e a nossa querida Selma, que foi a Secretária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; minha esposa Márcia, companheira de todos os momentos.

É, sem sombra de dúvidas, meu caro amigo e dileto Senador Antonio Carlos Valadares, um privilégio singular e uma honra muito grande para qualquer brasileiro ter a chance e a oportunidade de representar o seu povo nesta importante Casa do Congresso Nacional, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados. E eu sou uma dessas pessoas que teve essa honra e esse privilégio de, em determinado momento da minha vida, numa circunstância especial, ser escolhido pelo valoroso povo do meu Estado para representá-los aqui nesta Casa. E cheguei aqui carregado de emoções, com a cabeça cheia de ideias, imaginando realmente que teria muita condição de alterar a circunstância, o *status quo* e, sobretudo, contribuir para reduzir as dificuldades, o sofrimento da brava gente tocantinense, do bravo povo brasileiro.

Nesta Comissão, que se depara efetivamente com os grandes problemas nacionais, onde se vivencia esta dura realidade ainda no Brasil da desigualdade regional e, ainda, da brutal concentração de renda, nós

tivemos a oportunidade de discutir e desenvolver inúmeras ações que permitiram ao povo avançar, melhorar um pouco a sua qualidade de vida, refletindo efetivamente o alto significado, a grande importância que tem esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, como ferramentas de melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Eu vim de um Estado recém-criado, um Estado novo em que a carência, o sofrimento e a dificuldade eram ordem do dia, e permaneci por algum tempo nesta Casa e, com a contribuição dos meus pares, nossos companheiros de sentimento, de luta e de ideal, nós, efetivamente, conseguimos levar uma contribuição para o Brasil e particularmente para o meu Estado do Tocantins, que experimentou uma transformação acentuada na condição e na qualidade de vida da nossa gente, procurando, na visão, no escopo desta Comissão, reduzir essa desigualdade regional.

Recordo-me da luta grande para substituir milhares de casas de taipa, de palha, parede e cobertura, que havia, sobretudo, na região norte do meu Estado, de eliminar a inexistência de um insumo tão comezinho, tão natural e tão importante hoje na vida das pessoas que é o da energia elétrica, que nós não tínhamos; de facilitar a mobilidade, a vida das pessoas na sua locomoção, com estradas de terra que foram substituídas por estradas pavimentadas. São coisas que, às vezes, a população não consegue perceber que isso não é fruto do acaso, nem cai do céu: é o resultado do trabalho perseverante de muitas pessoas, sobretudo daqueles que carregam a responsabilidade do mandato popular exatamente para transformar a vida das pessoas.

Então, é uma honra e um privilégio – repito – poder ter participado das ações, das discussões, dos debates aqui travados e das decisões tomadas, tanto no âmbito desta comissão, quanto nas demais áreas desta Casa, ter podido dar uma contribuição ao desenvolvimento do meu Estado do Tocantins e desenvolvimento do Brasil.

Fico particularmente gratificado, Senador Valadares, e hoje aqui matando um pouco da saudade desse convívio enriquecedor, esse convívio tão produtivo que tive aqui, reconhecido pelo gesto, pela iniciativa de V. Ex^a de colocar a nossa fotografia juntamente com a fotografia de líderes importantes, como Neuto de Conto, como Lúcia Vânia, como Lira, e os outros que não puderam comparecer, a exemplo de Tasso Jereissati – teve mais um? – que teve a oportunidade de presidir esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Tasso Jereissati, já me referi a ele.

É uma satisfação pessoal poder ter dado essa contribuição, essa modesta contribuição aos trabalhos desta Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado, Presidente.

Senador Neuto de Conto, com a palavra V. Ex^a.

O SR. NEUTO DE CONTO – É com imensa alegria, meu caro e eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que aqui comparecemos para saudar os eminentes colegas que presidiram a Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo, como o Senador Leomar Quintanilha, o Senador Benedito de Lira e a minha querida Senadora, vizinha de gabinete, por algum tempo, Lúcia Vânia.

Saúdo e cumprimento também, com muita alegria, a Selma Perpétuo Martins, que foi a nossa Secretária nesse tempo. Saúdo e cumprimento o Flávio Peruzzi, que nós dá a alegria desse encontro, da Abremar; o Cláudio, que sempre nos acompanhou em todo nosso tempo no Senado. Saúdo também os Senadores, a Senadora Lídice da Mata, Maria do Carmo. E, nesse momento, também se faz presente no plenário, o eminente catarinense, ex-Governador e Senador, Casildo Maldaner a quem saúdo.

Estava eu aqui a meditar e buscando, em um lampejo, o que eu poderia dizer em uma reunião tão importante para mim, quando vemos o País perplexo, uma turbulência social, econômica e política, quando encontramos o turismo, que, em função dos fatos, também é diminuído. Nessa reflexão eu retorno para dizer que um País dessa extensão, quinto maior território do mundo, a sexta economia do universo, um País que se destaca pelo trabalho, pela luta de sua gente, e que está, na área do turismo, principalmente no seu encaminhamento, muito distante desse quadro. Parece-nos que alcança quase o quadragésimo País em turismo.

Pensando no meu Estado, Santa Catarina, que tem somente 1,13% do território nacional, que é o quinto maior produtor de alimentos do País, a sexta economia do País e que tem uma exuberante área turística na serra, no mar, nos campos, em todos os quatro ventos daquele Estado.

Eu, lá, ocupei todas as Casas Legislativas do País. Meus nove mandatos, fui de Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e cheguei ao Senado da República. E que nos dá a oportunidade – além de ter sido Secretário de Estado e Presidente do meu Partido o PMDB – de conhecer todos os Municípios do Estado, a oportunidade de conhecer quase todo o Brasil e que nos dá também a responsabilidade na condução das ações das quais nós fomos guindados ao longo da vida.

E trago, nestas modestas palavras, um sentimento muito forte, um sentimento daqueles que veem a oportunidade extraordinária de colocar o turismo no mesmo nível das demais atividades da as demais atividades da Pátria, quer seja econômica, social, política, cultural, em igualdade os seus múnus perante o mundo.

E dentro dessas comparações é que eu alcanço e tenho a segurança e a certeza de que os homens de bem – e dando o contraponto daquilo que iniciamos a falar da turbulência nacional, elas estão aqui dentro, Senador Valadares –, os homens de bem que estão para refletir daqui para fora, minha cara Senadora Lúcia Vânia, para dizer que o Brasil tem soluções, tem caminhos e, principalmente, tem pessoas extraordinárias para conduzir os caminhos para o sucesso em todos os segmentos, e certamente o do turismo, que é um segmento econômico quase que inexplorado ainda no País, distante do seu lugar, mas que tem sim com a força da classe política, com as organizações que a compõem, a certeza de termos tão logo, tão logo um espaço tão grande quanto é o econômico, quanto é o social.

Por isso, eu venho aqui, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, todos quanto nos dão a oportunidade da escuta neste momento, para aplaudir aqueles que aqui trabalharam e lutaram, para homenageá-los um a um e para cumprimentá-los, deixando os meus parabéns por tudo o que fizeram e fazem pelo turismo, pela Pátria e pelo Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado, Senador.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares, a quem eu cumprimento pelo seu desempenho à frente de todas as Comissões que tem presidido. Eu tenho tido a sorte de ser parceira de S. Ex^a em várias Comissões: Assuntos Sociais, agora, Desenvolvimento Regional, e tivemos grandes relatorias juntos, a principal delas, o Ato Médico, em que nós sofremos muito, mas demos uma boa solução para o problema.

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, a quem eu agradeço as palavras elogiosas a meu respeito. Cumprimento o Senador Leomar Quintanilha, meu conterrâneo, que nos honra aqui com a sua presença. Cumprimento o Senador Neuto de Conto, que também esteve conosco aqui durante um grande período e de quem desfrutamos da amizade e, principalmente, da vizinhança. É muito bom provar do queijo de Santa Catarina. Cumprimento a Selma, que foi o meu anjo da guarda aqui na Comissão e, cumprimentar a Selma, estendo os meus cumprimentos a toda a equipe do Desenvolvimento Regional. Cumprimento o Maldaner; cumprimento a Lídice; cumprimento a Maria do Carmo.

As minhas primeiras palavras hoje são de agradecimento. Primeiro agradecer os colegas Senadores que participaram da Comissão de Desenvolvimento Regional quando eu a presidi, no biênio de 2007/2008. Foi uma fase importante, em que eu tinha como Vice-Presidente o Senador Jonas Pinheiro, a quem eu faço uma homenagem póstuma e que era meu amigo e que, junto comigo, constituía o núcleo do Centro-Oeste aqui nesta Comissão. Esta é uma Comissão em que o Nordeste teve sempre um peso expressivo, naturalmente pelas dificuldades da própria Região e pela presidência de Parlamentares daquela Região.

Entre tantas gratas lembranças que tenho deste período, que estive à frente da Comissão, quero destacar a luta aqui, que já foi também enfatizada aqui pelo Neuto, que eu tive o prazer de colocar em votação aqui a Lei Geral do Turismo, negociada entre as entidades representativas do setor, por meio do Executivo, Legislativo, e demos ao País esse marco regulatório do turismo, que foi uma coisa importante e destacada dessa região.

Sempre mantive, durante meu período, uma relação boa da Comissão com a Confederação Nacional do Comércio, com o Ministério do Turismo e com a Frente Parlamentar do Turismo. São todas as instâncias que nos ajudaram a enriquecer o debate sobre o papel do turismo no desenvolvimento brasileiro. Realizamos o IV Congresso e o 10º Cbratur (Congresso Brasileiro de Atividade Turística). Apoiamos o Ministério do Turismo, subsidiando-o para a retomada do Prodetur. Essa retomada foi fundamental para que pudéssemos fazer investimentos expressivos no turismo, tanto no Nordeste, quanto nas Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste. Promovemos várias audiências públicas debatendo essa questão. Foi uma época em que já prevíamos alguns movimentos em relação à Copa do Mundo.

Eu também tive a honra e o prazer de poder, aqui, capitanear a retomada da criação da Sudeco, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, ocasião em que pude ser Relatora nesta Comissão, o que me deu a oportunidade de criar o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que hoje, ao lado do FCO, que já havia sido constituído pela Constituição brasileira, nós conseguimos resgatar, para a Região Centro-Oeste, o FDCO, Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que já havia na Sudene e na Sudam e que era imprescindível para a Região Centro-Oeste esse benefício. Hoje é um instrumento de desenvolvimento da minha Região, e é, para mim, um marco importante, porque eu pude, através da Comissão de Desenvolvimento Regio-

nal, estabelecer uma interlocução com o Governo Federal e promover a retomada da construção da Sudeco na Região Centro-Oeste.

Tive a oportunidade de debater vários temas importantes em audiências públicas e procuramos, durante esse período, tornar visível esta Comissão de Desenvolvimento Regional, porque, de certa forma, nós concorremos aqui com a Comissão de Infraestrutura e concorremos com a Comissão de Assuntos Econômicos. É uma Comissão específica de desenvolvimento regional, mas nós procuramos aqui o debate dentro da integração nacional, não só evidenciando o desenvolvimento das Regiões menos desenvolvidas, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, sempre colocados, mas olhando também para a Região Sul nas especificidades, nos focos de pequeno desenvolvimento ou de depressão nas Regiões Sul e Sudeste.

Portanto, acredito que cumprimos o nosso dever aqui. Felicito os companheiros, pois cada um, no seu período, pôde desenvolver um trabalho. Esta Comissão sempre deu continuidade às discussões. Eu sucedi o Senador Tasso Jereissati – de quem eu trago um abraço e os cumprimentos a toda a equipe da Comissão de Desenvolvimento Regional, especialmente ao Presidente Antonio Carlos Valadares –, que, obviamente, colocava em evidência a Região Nordeste, então, quando eu assumi, o meu foco foi a Região Centro-Oeste, tendo como resultado mais importante a recriação da Sudeco. E assim sucessivamente todas as regiões. Naturalmente, com o Neuto, a Região Sudeste foi também evidenciada, como também a Região Sul. E assim nós temos, cada um no seu período, dado um passo à frente. E a Comissão, ao longo do tempo, tem se firmado, e hoje, sem dúvida alguma, é uma Comissão da mais alta importância, presidida por um Parlamentar aplicado, um Parlamentar respeitado, um Parlamentar que, acima de tudo, tem um compromisso com o País.

Parabéns a todos!

Muito obrigada por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Antes de encerrar esta solenidade, e marcharmos, através deste corredor, para a aposição dos retratos, para a inauguração da Galeria dos ex-Presidentes, eu gostaria de registrar o meu agradecimento pelas presenças desses grandes Senadores, da Senadora Lúcia Vânia, que deram seu contributo na passagem por aqui em favor do desenvolvimento turístico e regional.

Sabemos da importância que representa o turismo para o desenvolvimento de qualquer nação. Levantamento recente realizado pelo Conselho Mundial de Turismo e Viagens demonstrou que o Brasil ainda vive uma situação de inferioridade em relação a muitos países no setor turístico, está em 52º lugar. Mas, apesar disso, esse setor dá força à nossa economia. Segundo levantamento do IBGE, 3,7% do PIB é a contribuição do turismo para a economia do nosso País.

Em relação ao panorama mundial, o turismo tem uma ação preponderante para a economia, de vez que 9,2% do PIB mundial se refere ao turismo, impulsionando, portanto, a economia de muitos países no mundo inteiro.

Em relação à posição turística, os Estados Unidos têm tirado o primeiro lugar em todos os levantamentos feitos ou pesquisas realizadas, ao lado da China. E, na Europa, nós temos a Espanha, Portugal, Itália. O Brasil, que vive um momento de dificuldades, já que o dólar está alcançando patamares indesejáveis e imprevistos, podíamos aproveitar este instante de instabilidade monetária para que incentivemos o turismo regional, o turismo local. O Brasil tem muitas belezas a apresentar, tem um patrimônio cultural e histórico incomparável, não só no Nordeste como em tantas outras regiões, e o turismo poderia ser estimulado, incentivado mais aqui no âmbito regional.

Várias discussões foram aqui realizadas, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a respeito deste assunto, da evolução do turismo regional. Inclusive nós fizemos um seminário, que teve a relatoria da Senadora Lídice da Mata, que apresentou a situação do Brasil com referência ao desenvolvimento turístico regional, mostrando as nossas potencialidades, que são muitas, e a evolução deste setor no Brasil seria, sem dúvida alguma, uma fonte de enriquecimento para a nossa região.

Por isso, antes de encerrar, concederei a palavra ao Senador Casildo Maldaner, que deseja se manifestar. Com muito prazer, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a permissão do Presidente Valadares, serei breve. No entanto, eu não poderia deixar de, neste momento, Senador Valadares, que preside esta Comissão, prestar a minha homenagem aos Senadores ex-Presidentes desta Comissão, a exemplo da Senadora Lúcia Vânia, de Goiás; do Senador Benedito de Lira, de Alagoas; do Senador Quintanilha, de Tocantins. Quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata e também a Senadora Maria do Carmo. Eu também não podia deixar de cumprimentar o nosso catarinense Neuto de Conto. Também estendo os meus cumprimentos, mesmo não estando presentes, aos Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer. Ao cumprimentar o Senador Neuto, estendo meus cumprimentos aos demais Estados daqueles que serão aqui homenageados, em particular ao Senador

Neuto, pelas virtudes, pela vida pública, pelo que ele representa, não só no passado, mas no presente, em nosso Estado e perante o Brasil.

Não podíamos deixar de, neste momento solene, bonito em que o Senado reconhece e condecora os ilustres ex-Presidentes desta Comissão, sob a Presidência do Senador Valadares, homenagear as personalidades brasileiras que contribuíram para o turismo no Brasil. Ficamos muito felizes pelo fato de um catarinense participar dessa homenagem, não só pelo currículo extenso do Senador Neuto de Conto, mas, notem, que ele prega, ele fala manso, mas fala. S. Ex^a foi Secretário da Fazenda, em Santa Catarina, também foi Secretário dos Negócios da Agricultura e do Agronegócio e hoje é presidente de um banco de desenvolvimento da Região Sul, o BRDE. Então, hoje, ele é um empreendedor por natureza, além de presidir diversas empresas lá no Estado. E ele fala com uma calma naquilo que representa... Talvez seja porque ele tem um irmão que é bispo, isso tudo ajuda. Tudo ajuda. Ele é meio abençoado por todos os catarinenses aonde quer que vá. E entende até de costelão. Aliás, uma vez, aqui na CNBB, em Brasília, ele fez um costelão que estava uma loucura. Bispo, padre, tudo. Quem tinha bigode sambou, quem não tinha também. Foi uma loucura. Este é o nosso Neuto de Conto. É um homem de tradições, um homem empreendedor, um homem que acalma a todos, que conduz, que representa.

Então, eu não poderia deixar de, aqui, prestar essa homenagem ao Neuto de Conto. Como disse Ulysses Guimarães, certa feita, quando foi a Santa Catarina inaugurar a Ponte Pedro Ivo, ponte que liga o continente à ilha – à época eu era Governador –, que, nem que fosse a nado ele ali estaria. E eu digo que eu tinha que vir a essa homenagem ao Senador Neuto de qualquer jeito: a pé, a cavalo, mas eu tinha que vir aqui nesse momento.

Todo o gabinete está aqui, porque ele foi Senador, também para homenageá-lo. Todos os colegas, os funcionários, enfim, não só do atual gabinete, que a gente está representando, mas também dos que faziam parte da Comissão do Desenvolvimento Regional de Turismo.

Enfim, estendo minha homenagem aos demais ex-Presidentes desta Comissão.

Muito obrigado, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu que agradeço.

Eu gostaria de anunciar que estamos entregando aos Senadores que estão sendo homenageados algumas publicações na nossa Comissão durante esse período em que presido esta Comissão: “Desafios para o Desenvolvimento Regional” – esse trabalho envolve quase dois anos de atividades da nossa Comissão; os “Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte” – esse seminário foi realizado em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e esta Comissão; e o seminário “Novo Programa de Regionalização do Turismo”, também em parceria com a Câmara dos Deputados, a Comissão de Turismo daquela Casa. E ainda falta a publicação, sob relatoria da Senadora Lídice da Mata, de um trabalho excepcional, que foi realizado em várias discussões e vários debates aqui nesta Casa, envolvendo o turismo regional. E V. Ex^a, Senadora Lídice da Mata, deu uma contribuição enorme para o fortalecimento do setor.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, concedo a palavra a V. Ex^a, que a havia solicitado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para saudar, mais uma vez, a Presidência competente que V. Ex^a exerce nesta Comissão e, neste momento, fazer uma homenagem a todos os Srs. Senadores e Sr^a Senadora que desenvolveram tão bem os seus trabalhos.

Eu tive a oportunidade ímpar de poder, em certa medida, conviver com todos eles, ou quase todos. A Senadora Lúcia Vânia é uma companheira desde a Constituinte – nós fomos, juntas, Constituintes, integrantes da Bancada Feminina. E tive, como Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a possibilidade de, em diversos momentos, poder acompanhar o trabalho do Senador o trabalho do Senador Leomar Quintanilha e, especialmente, do Senador Neuto de Conto, com quem fizemos diversas ações conjuntamente durante o período da minha gestão. E ao Senador Benedito de Lira não preciso me referir, é um colega nosso, um companheiro de trabalho que, nesta nossa Legislatura, iniciou e deu o ritmo do trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Portanto, eu creio que a presença da Bancada de Santa Catarina para integrar essas homenagens ao Senador Neuto de Conto e a todos os outros Srs. Senadores registra o nosso reconhecimento e agradecimento pelo trabalho que todos os senhores puderam desenvolver nesta Comissão tão importante para o desenvolvimento do nosso País e do turismo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, na próxima semana, haverá a última reunião, na qual V. Ex^a terá a oportunidade de fazer a leitura do seu relatório e obter aprovação do relatório pela Comissão.

Agora, iremos fazer a aposição dos retratos dos nossos queridos homenageados. Fica, então, marcada para a próxima semana ou V. Ex^a queria fazer hoje esse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Havia sido combinado para hoje. Embora eu tenha feito a leitura inicial na semana passada, houve modificações, contribuições dadas durante a semana.

Então, hoje, eu novamente leria o relatório. Mas, se puder ser assim, eu inclusive o agradeceria, porque tenho, agora, uma audiência pública na Comissão de Educação. Estão me aguardando para poder iniciar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Também temos reunião na Comissão de Justiça.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois bem.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Dá para a gente garantir a presença de todos com o quórum, para, na próxima semana, aprovarmos esse relatório, pois temos uma obrigatoriedade regimental de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço-lhe, Senadora.

Peço aos Senadores que aguardem um pouco. Vou encerrar esta parte da reunião e iniciar uma outra para aprovação do requerimento de audiência pública a ser realizada em Fortaleza.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Convoco, imediatamente, uma reunião extraordinária para aprovação do requerimento visando a realização de um evento em Fortaleza, de iniciativa do Senador Inácio Arruda e também desta Presidência.

Passo a ler o item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13, de 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Comissão na Sede do Banco do Nordeste do Brasil, no dia 15 de dezembro de 2014, a partir das 9 horas para debater sobre o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações: Nos termos regimentais, coloco em votação o requerimento para realização de diligência desta Comissão na sede do Banco do Nordeste do Brasil, no dia 15 de dezembro, a partir das 9 horas, para debater sobre o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta.

O requerimento receberá o número 13.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, ao tempo em que convoco uma outra para a próxima quarta-feira.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSEIS DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Aloysio Nunes Ferreira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões 15ª, 16ª e 17ª, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a discussão e votação das Emendas da CDR ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 – PLOA 2015 (PL nº 13, de 2014-CN), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Em seguida o Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Inácio Arruda, para proferir o seu Relatório sobre as Emendas e as suas considerações. O Relator explana que

foram apresentadas 34 (trinta e quatro) Emendas de Apropriação, de autoria dos Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Lídice Da Mata, Lúcia Vânia, Ruben Figueiró, Vicentinho Alves e Romero Jucá e mais 01 Emenda de Remanejamento por sua indicação, totalizando 35 Emendas ao PL nº 13/2014-CN. Após a leitura do Relatório, submetida a votação, a Comissão aprova 4 (quatro) Emendas de Apropriação de Acréscimo e 1 (uma) de remanejamento, distribuídas conforme segue: Emenda nº 1 (Apropriação)– UO 56101 “Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano” do Ministério das Cidades, Localidade Nacional, no valor de R\$ 700.000.000,00; Emenda nº 2 (Apropriação)– UO 54101 “Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística” do Ministério do Turismo, Localização Nacional, no valor de R\$ R\$ 550.000.000,00; Emenda nº 3 (Apropriação)– UO 56101 “Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento”, do Ministério das Cidades, Localidade Nacional, no valor de R\$ 500.000.000,00; Emenda nº 4 (Remanejamento) – UO 53101 “Apoio a Obras Preventivas de Desastres”, do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 100.000.000,00 e Emenda nº 5 (Apropriação)– UO 53101 “Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água” do Ministério da Integração Nacional, Localidade Nacional, no valor de R\$ 300.000.000,00;. **EXTRAPAUTA. ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14, DE 2014**, que requer: “Nos termos regimentais, o aditamento ao RDR nº 13, de 2014, aprovado em 10/12/2014, para que a diligência seja realizada em 23 de dezembro de 2014”. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. Resultado: Aprovado. Em seguida, a Presidência comunica que nos termos dos artigos. 43 e 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da presente reunião e a submete a aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR **O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das Reuniões 15ª, 16ª e 17ª da CDR.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas, que serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”.

Foi designado como coordenador das emendas o Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente desta Comissão, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório e as suas considerações.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos diretamente ao relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 (PLOA 2015), Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão, conforme determinações constantes do Anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN, nomeadamente: o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades. Esse anexo ainda estabelece os limites de emenda à despesa a serem apresentados por cada comissão permanente. Nesse sentido, cabe à CDR quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 34 propostas de emenda, todas de apropriação de despesa, apresentadas pelos Senadores Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Ruben Figueiró e Vicentinho Alves. Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer.

É o relatório.

Vamos, Sr. Presidente, à análise das proposições.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CDR. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, assim como no Parecer Preliminar. Subsidiariamente à Resolução nº 1, o Parecer Preliminar traça regras procedimentais para a confecção, a apresentação e a admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando à região ou localidade específica.

Como não houve nenhuma emenda relacionada à prevenção de desastres, na qualidade de Relator, tomei a iniciativa, dentro do limite que me é permitido, de apresentar uma emenda de remanejamento para a adoção de dotação para o Programa de Apoio a Obras Preventivas de Desastres.

Não se sabe por que o Governo não o propôs. Só age depois que há o desastre. Então, nós tomamos a iniciativa de também apresentar uma emenda de remanejamento nesse sentido.

Voto.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo da questão da oferta de água, e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares, quais sejam: infraestrutura turística, transporte público e manejo de resíduos sólidos.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação e uma de remanejamento ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

Apropriação:

1. “Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água”, do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$450 milhões;

2. “Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística”, do Ministério do Turismo, no valor de R\$ R\$550 milhões;

3. “Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano”, do Ministério das Cidades, no valor de R\$700 milhões; e

4. “Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos”, do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 500 milhões.

Remanejamento – uma emenda apresentada pelo Relator:

1. “Apoio a Obras Preventivas de Desastres”, do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$100 milhões.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2014.

Sr. Presidente, são essas as propostas que nós buscamos acolher, porque elas representam o sentimento mais amplo da nossa Comissão. Praticamente, nós contemplamos todos os Srs. Senadores, tanto na questão do turismo, como na questão das cidades e, também, da integração nacional. E, no caso do remanejamento, por conta, exatamente, da necessidade de estarmos atendendo minimamente a prevenção de desastres em nosso País.

Então, esse é o nosso relatório. Peço a aprovação unânime dele.

E, na sequência, se for possível, Sr. Presidente, na nossa reunião, estou apresentando um requerimento para que possamos realizar, digamos, quase que uma última reunião ainda no prazo da discussão e do debate do orçamento, que é ligado à questão regional, ligado à área de atuação da nossa Comissão, o mérito da nossa Comissão, o desenvolvimento regional. Então, nós estamos apresentando um requerimento para que possamos fazer, ainda este ano, uma reunião no âmbito do Banco do Nordeste com a presença dos órgãos que são do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro. Se for possível, eu peço a V. Exª que, extrapauta, possa examinar esse nosso requerimento.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado ao Senador Inácio Arruda pelo relatório eficiente que conseguiu elaborar, apresentando quatro emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento, que foram objeto de iniciativa dos Senadores desta Comissão: “Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água”, do Ministério da Integração Nacional; “Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística”, do Ministério do Turismo; “Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano”, do Ministério das Cidades; “Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos”, do Ministério das Cidades; e, ao final, “Apoio a Obras Preventivas de Desastres”, do Ministério da Integração Nacional.

Acho que, com esse relatório, V. Exª conseguiu abranger todas as áreas que são objeto de preocupação desta Comissão relacionadas com as atribuições específicas da CDR. Por isso, os meus parabéns!

Ao fazer esse resumo, coloco em votação o relatório, com o respectivo parecer, do Senador Inácio Arruda.

Os que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer, por unanimidade.

Gostaria de dizer que amanhã estaremos realizando, Senador Ruben Figueiró – V. Exª está se despedindo desta Casa, teve uma participação, realmente, efetiva ao lado de Inácio Arruda nesta Comissão e está sendo convidado para amanhã –, nós faremos a última reunião do ano da CDR, quando V. Exª poderá fazer um relato também de suas atividades, que foram muitas – V. Exª foi um Senador atuante nesta Casa. E, no que diz respeito à sua região, V. Exª cumpriu religiosamente o seu papel.

Do mesmo modo, eu posso, para fazer justiça, dizer que o Senador Inácio Arruda, como nosso Vice-Presidente, foi encarregado de duas missões importantes que nós demos a ele: a primeira, uma audiência pública da nossa Comissão em Recife, Pernambuco, que teve um verdadeiro êxito com a presença dos diversos órgãos institucionais que fazem a cobertura da nossa região, a exemplo da Sudene, do Banco do Nordeste, DNOCS etc.

E, agora, na próxima terça-feira, haverá outra missão que entregamos a ele, em que estaremos presentes – eu e ele, e todos os Senadores e Senadoras desta Comissão estão sendo convidados –, para, na sede do Banco do Nordeste, debatermos as questões regionais, o fortalecimento dos nossos órgãos, como o próprio Banco do Nordeste, a Codevasf, o DNOCS, a Sudene, enfim, todas aquelas instituições que direta ou indiretamente estão contribuindo para o desenvolvimento da nossa região.

Agora, atendendo a um pedido de pauta extra do Senador Inácio Arruda, coloco em discussão o Requerimento nº 14, de aditamento ao RDR nº 13, de minha autoria, aprovado em 10/12/2014, para que a diligência – que na realidade é uma audiência que vamos ter no Ceará –, em Fortaleza, seja realizada no dia 23 de dezembro de 2014.

Eu viajarei, saindo de Sergipe, na segunda, e, na terça pela manhã, debateremos durante toda a manhã, na sede do Banco do Nordeste, os problemas que mais interessam à nossa região.

O fortalecimento do Banco do Nordeste é imprescindível para que as nossas empresas, a nossa agricultura, o nosso comércio, enfim, todos os segmentos sociais e econômicos possam ser beneficiados com recursos que muitas vezes não vão na mesma proporção, como vão, por exemplo, para o BNDES e deveriam ir para o Banco do Nordeste, porque o Banco do Nordeste é uma instituição exemplar, histórica, que tem um enorme serviço prestado à nossa região, e é orgulho para todos nós que esta instituição permaneça forte e, cada vez mais diligente, podendo prestar a colaboração indispensável ao desenvolvimento regional.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que aprovam o Requerimento nº 14 permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que estão de acordo permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Antes de encerrar a reunião desta Comissão, quero anunciar aqui a presença de Chico do Correio, nosso Prefeito de Nossa Senhora da Glória, uma das regiões mais promissoras, o centro nevrálgico da produção de leite no Estado de Sergipe. Hoje é a verdadeira capital do Sertão sergipano, graças ao dinamismo, à inteligência e à capacidade do seu povo e à grande administração que está sendo executada pelo nosso Prefeito, do Partido dos Trabalhadores, meu amigo, que tem como vice um companheiro também do PSB.

Quero agradecer a presença de V. Exª. Sinta-se à vontade nesta Casa, Chico do Correio, porque V. Exª é um homem público que honra a sua história e a história do seu Partido.

Encerro a reunião, convocando outra para amanhã, às 9 horas.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia dezessete de dezembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio

Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Aloysio Nunes Ferreira. É declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião divide-se em duas partes: 1ª Parte – Votação do Relatório que objetiva instruir a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 6/2014, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013 e do Artigo 96B do Regimento Interno do Senado Federal. Tema: “A Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros”, de Relatoria da Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. 2ª Parte – Deliberação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. **ITEM 1** – Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo – que: “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues.” **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiada. **ITEM 2** – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo – que: “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.” **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberto a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Aproveito esta última reunião da CDR, do ano de 2014, para fazer algumas considerações sobre as transformações recentes, desafios presentes do Nordeste brasileiro.

Nos últimos anos, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal tem debatido, analisado e decidido questões importantes para o desenvolvimento de nosso País. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar sobre a questão do desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil. No último biênio, além de aprovar 48 projetos de lei, a CDR desenvolveu algumas atividades em prol do desenvolvimento do Nordeste e foram muitas.

Eu quero registrar a presença da Senadora, por Sergipe, Maria do Carmo, que tem sido uma presença constante nesta Comissão, apoiando todos esses projetos, participando ativamente das atividades de nossa Comissão.

Eu estava falando que vários projetos em prol do desenvolvimento do Nordeste foram apreciados por esta Comissão, como também diversas outras atividades, a exemplo de audiência pública com o Ministro da Integração, Fernando Bezerra, para apresentar a nova Política nacional de desenvolvimento regional;

- Ciclo de Debates sobre as Obras de Revitalização e Transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da região Nordeste;
- audiência pública sobre a Redução da Vazão do rio São Francisco – a oferta de água no âmbito de sua bacia hidrográfica;
- queda dos Valores dos *Royalties* transferidos aos Municípios do Sistema Chesf;
- seminário sobre o Fortalecimento da Sudene no Contexto do Desenvolvimento Regional, realizado em Recife em 14 de março deste ano;
- audiência pública sobre a produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o potencial industrial da carnallita em Sergipe. Essa audiência pública teve grande repercussão, muito positiva, para o nosso querido Estado de Sergipe, porque, em razão dela, foi possível estabelecer um acordo entre os Prefeitos municipais de Japaratuba e de Capela para a industrialização da carnallita, o aproveitamento industrial da carnallita, com a participação também do Governo nessa audiência pública, que redundou, sem dúvida alguma, em benefícios comensuráveis para o Estado de Sergi-

pe, porque a Vale do Rio Doce se fez aqui presente, através do seu Presidente, e se comprometeu de fazer os acordos necessários com esses Municípios e com o Governo do Estado para a realização desse grande empreendimento, o que realmente aconteceu. A Assembleia Legislativa também esteve aqui presente, assim como Deputados Federais e Senadores. Enfim, foi uma audiência pública altamente positiva para os destinos econômicos de Capela, de Japaratuba e, especialmente, do Estado de Sergipe.

Esta Comissão, portanto, teve uma participação importante na condução desse problema para a obtenção do acordo necessário entre os Municípios que estavam em conflito sobre a divisão do bolo tributário. Felizmente, com a participação das câmaras municipais, dos Municípios e da própria Assembleia Legislativa, esse acordo se tornou possível, mas nasceu aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Nós também realizamos o seminário intitulado “O arranjo produtivo local de confecção e o turismo como vetores do desenvolvimento da região agreste”, realizado em Caruaru, em novembro de 2014; o seminário sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento regional, realizado em Aracaju, em agosto de 2013. Nesse seminário, nós conseguimos levar dois Ministros – o Ministro do Turismo e o Ministro da Integração Nacional –, que assinaram atos em benefício do nosso Estado de Sergipe, inclusive o anúncio pelo Ministério da Integração do Projeto Xingó. Foi dada, então, a ordem de serviço para a realização da licitação visando a execução do Projeto Xingó. E, a partir daí, a Codevasf local realizou várias audiências públicas com membros da sociedade civil e populações ribeirinhas, visando a aprovação desse projeto no que diz respeito às repercussões e aos impactos ambientais sobre a realização desse empreendimento.

Também realizamos audiência pública para discutir proposta do Movimento Brasil para reduzir as desigualdades regionais, conforme iniciativa do setor produtivo brasileiro; audiência pública sobre soluções tecnológicas para a reestruturação produtiva do semiárido brasileiro, visando a melhoria da convivência na região, com os períodos de estiagem prolongadas, bem como de pós-seca; audiência pública para discutir a gestão do açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, na Paraíba; audiências públicas sobre projetos que alteram regras do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios; audiência pública sobre as obras dos aeroportos do Brasil; audiência pública sobre a estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Enfim, grandes atividades foram aqui realizadas, visando o fortalecimento regional.

Uma questão fundamental, que todos nós, políticos, e também os gestores públicos, os pesquisadores, os acadêmicos e todos aqueles que estudam a questão regional, nos perguntamos: qual será o futuro do Nordeste? Ou seja, as transformações que temos visto no passado recente apontam para qual futuro da região? Quais os impasses que se observam e quais as possibilidades que se observam à frente, visando o desenvolvimento da Região Nordeste?

Para que possamos começar a pensar as respostas para essas questões, há um conjunto de temas que devem ser investigados. Eu gostaria de abordar alguns desses temas, trazendo dados e reflexões que compõem a agenda do desenvolvimento do Nordeste para os próximos anos.

Falarei, primeiramente, sobre o maior dinamismo econômico alcançado pela Região Nordeste nos últimos quinze anos, as tendências para o futuro próximo e os entraves que se acentuam e deverão ser resolvidos. Depois, tratarei da necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional forte para enfrentar os desafios que se apresentam ao Governo Federal e aos Governos Estaduais.

Sobre o dinamismo da economia do Nordeste, eu gostaria de lembrar um artigo do saudoso Governador Marcelo Déda, publicado no jornal *O Globo*, em fevereiro de 2011, o artigo intitulado “O que quer o Nordeste?” Nele, o Governador Déda já afirmava o seguinte – abro aspas:

“O Nordeste brasileiro virou uma página da história. É passada a imagem quase caricatural de um território sem esperança, condenado à miséria, onde a única indústria próspera era a da seca, explorada por oligarquias políticas e grupos econômicos ávidos por recursos públicos.

Nossa região ainda tem graves carências, mas o País não pode mais vê-la como problema. Ao contrário. É parte da solução. Somamos 14% do PIB, num mercado de 50 milhões de pessoas, desenhando uma economia que cresce a taxas superiores às nacionais.

Os programas sociais dos últimos anos, aliados à recuperação do poder de compra do salário mínimo, mudaram o perfil nordestino”.

E, ao final, diz o nosso saudoso Governador Marcelo Déda:

“O sólido processo de inclusão social e o vigor da região colocam o Nordeste no centro da discussão sobre o desenvolvimento nacional.”

Marcelo Déda tinha razão. Em 12 anos, de 1992 a 2009, enquanto a renda *per capita* do brasileiro subiu 59%, no Nordeste, subiu 84%. A indústria e o setor de serviços, com destaque para o turismo, cresceram em participação na economia da Região.

Vimos novos investimentos produtivos acontecerem e, com eles, verificamos mudanças significativas da estrutura produtiva da região em todos os setores da economia.

Na agricultura, o agronegócio avançou nos cerrados da região e a fruticultura irrigada se desenvolveu. Cresceu a participação da produção de soja e milho das regiões do sul do Piauí, Maranhão e oeste baiano, como, também, no Estado de Sergipe, que é o segundo produtor regional de milho.

Cresceu, também, a participação da fruticultura desenvolvida no Semiárido, Petrolina, Juazeiro e Assu. Enquanto isso, diminuiu a participação de culturas tradicionais como a cana-de-açúcar, de base patronal, e a mandioca, de base familiar.

No setor industrial, o Nordeste viu ressurgir a grande indústria, como montadoras, estaleiros, siderúrgicas, refinarias, farmoquímicas e outras grandes fábricas, mas também se expandiram as pequenas e médias fábricas de calçados, confecções e alimentos.

Ganharam espaço os segmentos ligados à fabricação de bens intermediários e de veículos automotores.

Com a maturação dos novos investimentos em plantas automotivas e de construção naval é possível vislumbrar, para os próximos anos, um aumento da participação das fábricas de bens duráveis e de capital.

O setor dos serviços, por sua vez, foi o que apresentou o maior dinamismo setorial, principalmente nos últimos dez anos, com a expansão do consumo.

As atividades comerciais foram as maiores beneficiadas, mas houve crescimento significativo também das atividades ligadas à saúde, ao serviço de intermediação financeira, e as mobiliárias. Também cresceram os serviços educacionais, notadamente com a disseminação das faculdades e escolas técnicas no interior. Ou seja, a interiorização da educação superior e técnica.

Fortaleceram-se polos de serviços tecnológicos de comunicação. Na infraestrutura, o Nordeste recebeu projetos estruturantes e grandes investimentos: irrigação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, duplicação de estradas, ampliação de portos, ferrovias e aeroportos. O Banco do Nordeste juntamente com o BNDES tiveram importância fundamental para viabilizar esses investimentos.

Houve impacto positivo nas relações de trabalho na região, com incremento do emprego formal, a diminuição da taxa de desocupação e o crescimento do rendimento da pessoa ocupada.

Do ano de 2000 a 2010, o número de pessoas ocupadas cresceu em média 2,4% ao ano. Destacou-se o aumento do número de empregados com carteira assinada, que subiu de 3,8 milhões para 6,8 milhões de pessoas, um crescimento anual de 5,5%. Significa que temos hoje, no mercado de trabalho, uma participação maior de trabalhadores com proteção social e cobertura previdenciária do que tínhamos há 15 anos.

O produto regional do Nordeste cresceu acima da média brasileira, impulsionado pela expansão do padrão de consumo e o aumento do mercado interno. Do ano de 2000 ao ano de 2010, o PIB brasileiro cresceu em média 3,4% ao ano, enquanto o PIB do Nordeste acumulou em média 3,9%. Essa diferença anual resultou, ao fim da década, em um crescimento do produto regional, que é 5% maior do que o crescimento nacional. Com isso, a participação relativa da região no PIB nacional cresceu de 12,7% para 13,8%.

Em suma, o que temos visto na Região Nordeste é um dinamismo socioeconômico como nunca antes visto. Mesmo assim, esse maior dinamismo nordestino é de certa forma frustrante sob o ponto de vista do desenvolvimento regional. Esperávamos mais do que isso, porque em 1995 a participação do Nordeste no PIB nacional estava em 12%. Então, levamos 15 anos para ter um crescimento menor do que 2% na participação do PIB nacional. Esses números se referem ao PIB nominal.

A situação é mais dramática quando analisamos o PIB *per capita* do Nordeste, que se mantém abaixo da média nacional desde a década de 1950. Segundo estudo do Ipea, o Nordeste precisará crescer 2,2% acima da média nacional durante os próximos 22 anos para que a região alcance o patamar de 7,5% do PIB *per capita* nacional. Essa proporção considera-se aceitável para a distância entre as duas regiões.

De todo modo, o maior dinamismo socioeconômico alcançado pelo Nordeste, em decorrência dos investimentos e transformações recentes a que me referi, permite-nos apontar algumas tendências para o desenvolvimento da região num futuro próximo, assim como entraves e vulnerabilidades a serem enfrentadas.

Entre as tendências, está o desenvolvimento das cadeias produtivas associadas aos novos empreendimentos industriais e aos investimentos recentes na infraestrutura. Significa dizer que ainda estão por vir os efeitos indiretos na economia regional das obras em rodovias, portos e ferrovias e de novos complexos industriais. Os fornecedores de produtores e serviços locais ainda se beneficiarão muito do processo de manutenção desses investimentos.

Outra pendência são as transformações do perfil do campo e da cidade.

O agronegócio tende a seguir se expandindo seja na fruticultura irrigada ou na produção de grãos. A urbanização, por sua vez, deve se intensificar pelo interior, consolidando cidades de médio porte, como polos sub-regionais, que servirão inclusive como centros de referência em serviços notadamente os educacionais e os de saúde.

É evidente que essas transformações tornam mais claros os entraves e vulnerabilidades da região, que se tornam verdadeiros desafios para que o Nordeste siga no caminho do desenvolvimento.

Quero destacar três destas questões: primeiro, o baixo padrão de ensino e a insuficiente qualificação da mão de obra. Os Estados do Nordeste, com exceção do Ceará, ainda estão entre os últimos do *ranking* das notas do Ideb nos três níveis: fundamental inicial, fundamental final e médio. A taxa de analfabetismo, embora tenha caído de 26% para 19% entre 2000 e 2010, ainda está muito acima da média brasileira, que era de 9,6% em 2010. O limitado grau de inovação das empresas e deficiências na articulação entre a infraestrutura científica e tecnológica e a base produtiva regional e, afinal, os elevados índices de pobreza e de desigualdade.

A região ainda concentra metade dos pobres do Brasil, cerca de dez milhões de pessoas, sendo que a maioria está no meio rural nordestino.

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, embora tenha melhorado mais do que em outras regiões nas últimas décadas, permanece abaixo da média nacional.

A desigualdade, portanto, também se verifica no mercado de trabalho. As regiões metropolitanas do Nordeste apresentam, de forma persistente, taxas de desocupação mais elevadas do que a média nacional.

Segundo pesquisa mensal do emprego do IBGE, em janeiro de 2014 a taxa de desocupação por região metropolitana no Brasil era de 4,8%, mas em Recife e em Salvador, por exemplo, alcançava 7, 4% e 8%, respectivamente.

Outro indicador de desigualdade no mercado de trabalho é o grau de informalidade que ainda permanece elevado no Nordeste brasileiro. Embora o trabalho formal, tenha crescido quatro vezes mais do que o trabalho informal nos últimos dez anos, a informalidade ainda predomina. Em 2010, o contingente informal ainda alcançava quase 60% da população, 12,4 milhões de pessoas. Se o ritmo de formalização seguir no nível atual, os trabalhadores formais passarão a representar metade das pessoas ocupadas apenas no ano de 2019.

Há outros temas de extrema relevância para o desenvolvimento da Região, mas que não poderei aprofundar neste pronunciamento, como o estado de saúde do Nordeste, o crescimento desordenados das cidades, os limites ambientais dos muitos ecossistemas lá existentes e a necessidade de respeito e promoção de nossa diversidade cultural, o aumento da violência. Esses temas também deverão compor agenda de desenvolvimento regional para os próximos anos.

Celso Furtado já identificava a necessidade de colocar a questão do planejamento no centro do debate. Sua reflexão era profundamente política e buscava modificações estruturais. Nesse aspecto é interessante que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional— PNDR, formulada pelo governo do Presidente Lula, tenha superado a visão tradicional que circunscreve o problema regional brasileiro à dimensão macrorregional. Então, a política de desenvolvimento regional construiu no lugar uma abordagem nacional articulada por múltiplas escalas que permitem identificar, dentro de uma região, sub-regiões e localidades mais vulneráveis. É de se ressaltar também que a PNDR tem adotado uma abordagem participativa de construção e acompanhamento das políticas a partir do território no lugar da política baseada em grandes investimentos e sem controle social. No entanto, o Governo não logrou constituir os mecanismos necessários para uma fonte suficiente de financiamento e uma instância de articulação política capaz de implementar as suas propostas.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional permanece com isso, como uma promessa a ser realizada.

Um breve olhar histórico nos deixa apreensivos quanto ao futuro dessa promessa. Entre os anos de 1980 e 1995, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro fez com que o Governo Federal abandonasse as políticas de planejamento em geral, e as de desenvolvimento regional, em particular.

O processo de desconcentração industrial se interrompeu. Os Estados com mais autonomia deram início, aprofundaram e levaram ao limite a chamada guerra fiscal, no intuito de atrair as indústrias.

A partir de 1996, as políticas de desenvolvimento regional foram sendo retomadas paulatinamente, e nos últimos anos, o Nordeste passou por transformações socioeconômicas, que mencionei.

No entanto, estamos passando hoje por uma nova crise fiscal no Estado brasileiro e a nossa economia tem agora uma abertura internacional incomparável ao que tínhamos antes de 1995. Somos obrigados a competir como país na esfera global, nesse cenário, as iniciativas de planejamento e a implementação de políticas de desenvolvimento regional ficam submetidas a um grande risco. Como evitar que elas fracassem ou que, simplesmente, sejam novamente abandonadas?

Defendo, primeiramente, a necessidade de uma política de desenvolvimento regional forte, ela deve ser uma política de Estado, não de Governo. Nossa Constituição Federal já estabelece que é objetivo fundamen-

tal da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades sociais e regionais. Mas é preciso que a política de desenvolvimento regional seja capaz de promover uma efetiva distribuição das atividades econômicas no Território Nacional.

Trata-se de viabilizar as condições de competitividade de nossa economia regional emergente. Significa assegurar e intensificar os investimentos em infraestrutura e logística, qualificação de recursos humanos, ciência, tecnologia e inovação, principalmente nas regiões como Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País.

Destaco a necessidade de investimentos maciços em educação, ciência e tecnologia. São eles que poderão induzir uma verdadeira transformação política, econômica e social na Região Nordeste e em todas as regiões. Nesse campo temos o desafio de implementar investimentos de longo prazo em infraestruturas de conhecimento, mas também de aprimorar a regulação e estimular a interação academia-empresa. O Nordeste precisa de fomentar ciência, tecnologia, inovação apropriadas para o desenvolvimento regional, ou seja, iniciativas que possam se comunicar com a base produtiva da região. Isso vale para todas as regiões do nosso País.

É verdade, que há questões federativas que precisam ser resolvidas, isso diz respeito, inclusive, à necessária reforma tributária que tanto é discutida neste Congresso Nacional. A autonomia conferida pela Constituição de 1988, aos Estados, estimulou mais a competição do que a colaboração entre eles. A ausência de limites bem definidos para essa competição ajudou a consolidar as simetrias federativas. A guerra fiscal passou a ser vista como algo natural, no ambiente federativo.

Hoje, nos vemos na necessidade de construir uma solução definitiva, que reconheça os incentivos fiscais conseguidos e trace para o futuro mecanismos claros que favoreçam a redução das desigualdades regionais. É possível resgatarmos a ideia de cooperação regional identificando incentivos que sejam percebidos como vantajosos para todos. Para isso, precisamos de uma instância política que viabilize a definição de uma pauta comum, que construa uma ação coletiva dos governos estaduais perante o Governo Federal, ou ao menos que minimize os conflitos de interesse entre os Estados da região.

Atualmente, existe um conjunto de instituições dedicadas ao desenvolvimento regional. Elas devem compor o modelo de desenvolvimento integrado e, portanto, não podem ser pensadas de forma isolada. Refiro-me, por exemplo, à Sudene, como também ao Banco Nordeste, à Codevasf, ao DNOCS.

Além disso, é preciso que o Governo Federal e suas instituições de desenvolvimento regional interajam com os governos estaduais e, também, com os governos municipais, para que os esforços de planejamento de todos os entes federados possam convergir na definição de objetivos comuns e ações prioritárias.

Comecei esse pronunciamento dizendo o quanto nós, políticos, também os gestores públicos e pesquisadores, os acadêmicos, todos aqueles que estudam a questão regional, estamos preocupados com a visão de futuro para a região nordestina. É a visão de um futuro mais generoso e socialmente inclusivo, sem se esquecer de olhar para os desafios que estão postos no presente, não só para o Nordeste como para todas as demais regiões do nosso País.

Destaquei a necessidade de melhorar os padrões de ensino, de qualificar a mão de obra, de ampliar os investimentos e as condições de infraestrutura, de seguir reduzindo a pobreza e as desigualdades socioeconômicas. Tudo isso deveria tomar corpo no âmbito de uma política nacional de desenvolvimento regional forte, assumida como prioridade do Estado brasileiro, como medida prioritária do desenvolvimento nacional e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Creio que esses desafios são peças fundamentais da construção de uma agenda de desenvolvimento regional para os próximos anos.

Enquanto não forem resolvidos os gargalos que mantêm nossas regiões em níveis desiguais de desenvolvimento econômico e social, a questão regional terá lugar garantido na pauta nacional. Uma coisa é certa, o Brasil não pode crescer de forma sustentável em meio a essas desigualdades.

São essas as questões que entendemos serem importantes para o próximo mandato da Presidenta Dilma no que se refere ao desenvolvimento regional. São esses os problemas que queremos que sejam enfrentados.

No próximo mandato presidencial, estaremos aqui prontos para mobilizar esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e participar, no Senado Federal, dos atos de fiscalização das ações do Governo para contribuir sempre com a Nação e efetivamente implementarmos a agenda do desenvolvimento regional.

Comunico a esta Comissão que realizaremos diligências no Banco do Nordeste, uma espécie de audiência pública, em Fortaleza, no próximo dia 23, antes do Natal, às 9 horas, com a finalidade de debater o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional, conforme o Requerimento nº 13, de 2014, aprovado por esta Comissão e aditado pelo Requerimento nº 14, aprovado ontem, dia 16.

Convido os Senadores e Senadoras para, dentro de suas disponibilidades, participarem desse encontro em Fortaleza.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada a debater o relatório da Senadora Lídice da Mata acerca da estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Em atendimento à avaliação de políticas especializadas na CDR em 2014, prevista na Resolução nº 44, do Senado, quero parabenizar a Senadora Lídice pela apresentação do brilhante relatório, analisando a política pública de estruturação dos destinos turísticos, escolhida como decorrência da aprovação do Requerimento nº 06, de 2014, de minha autoria e também da Senadora Lídice da Mata.

Considero tal política crucial para o desenvolvimento do setor no momento em que ela perpassa pelo apoio ao desenvolvimento das regiões turísticas, apoio à elaboração e implementação dos planos regionais de desenvolvimento turístico, melhoria da infraestrutura turística, mensuração da competitividade dos destinos turísticos e estruturação de segmento e programas e ações.

Dentre as diversas sugestões da Senadora, contidas em seu relatório, quero aqui destacar a contribuição da análise da política pública propriamente dita, ao sugerir a criação de um indicador que reflita o impacto específico da política de estruturação dos destinos turísticos, o estabelecimento de critérios para que os Municípios possam integrar o mapa do turismo brasileiro e uma verdadeira redefinição do objetivo da política, de maneira que se assegure e se reconheça a importância do turismo nacional.

Ainda destaca, em seu texto, a nobre Senadora, a necessidade do fortalecimento dos recursos humanos, por meio de contratações ou remanejamento, e sua maior qualificação; a importância da publicidade para criar a demanda pelo turismo e a priorização desse trabalho na América do Sul; e, por fim, a ampliação de incentivos fiscais para segmentos que atuam no turismo.

O Congresso tem, então, a sensibilidade política, a capacidade técnica e a autonomia institucional para produzir diagnósticos e sugerir aprimoramento no rumo das políticas públicas vigentes, de forma a aumentar o bem-estar da população. E é isso que a Senadora atinge com o seu relatório.

Dessa forma, com esse trabalho, a Comissão pode oferecer uma grande contribuição ao País ao fazer a avaliação dessa política de estruturação dos destinos turísticos brasileiros e apresentar sugestões, objetivando o crescimento desse setor.

Com a palavra, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, meus caros...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Se V. Exª nos der a honra, eu gostaria que se sentasse aqui, ao nosso lado.

Em seguida, passarei a palavra ao nobre e eminente Senador Ruben Figueiró, que está encerrando o seu mandato, que exerceu com muito brilho e devotamento, nesta Casa, dando uma contribuição enorme às atividades desta Comissão.

V. Exª, Senador Ruben Figueiró, é um ícone da política do seu Estado. Tenho certeza de que, como Deputado Federal, que foi por muitos anos, e como Senador, muito honrou a história dos homens públicos do seu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, na última reunião, o relatório foi lido integralmente. São 16 páginas de relatório, que foram já entregues a todas as Srªs e Srs. Senadores presentes, nesta reunião, e também a membros desta Comissão que não estejam aqui presentes.

Da reunião passada para a atual, foram feitas mudanças, apenas pequenos acréscimos na redação. Vou dar um exemplo: na página 5, quando nós tratávamos de ressaltar as qualidades da atividade turística, colocamos: “Como consequência, a atividade turística é estratégia por criar empregos.” E nós acrescentamos “de boa qualidade.”, ou seja, uma qualificação do tipo de emprego que o turismo gera.

No passado, já se combateu o turismo, a atividade turística, com a conclusão de que gerava empregos de baixa qualidade, empregos com pouca formação de mão de obra, empregos com pouca qualificação profissional e com baixos salários. Era a opinião até de alguns economistas, que desestimulavam, digamos assim, a atividade turística como atividade de peso numa economia regional, considerando que elas tinham essas características.

Hoje, o turismo é visto de outra maneira. É uma atividade econômica que, além de gerar muito emprego, gera emprego de boa qualidade, porque, cada vez mais, é exigida uma mão de obra qualificada de prestação de serviços, na disputa do mercado internacional, para a atração do visitante.

Cada vez mais, uma cidade, um Estado, um país se qualifica mais na busca de atrair o visitante, usando, como diferencial não apenas mais os recursos naturais ou a cultura do País, mas também a garantia do bom serviço.

E assim por diante, Sr. Presidente.

São modificações menores que foram feitas no relatório. V. Ex^a, já nessa última fala, sistematizou as principais ideias que constam no relatório. Na verdade, nós fazemos uma análise, ponto por ponto, do plano de estruturação dos destinos turísticos do Brasil, analisando o seu bom desempenho, a sua pequena execução – embora uma execução considerada média para boa, mas, ainda para nós, pequena – das obras na área do Ministério do Turismo, destacando as chamadas boas práticas desenvolvidas no Ministério do Turismo, ressaltadas aqui pelo Tribunal de Contas da União.

Após as dificuldades que o Ministério passou, isso obrigou o Ministério a adotar uma série de procedimentos que, hoje, serve de exemplo para outros ministérios e outros órgãos de política pública no Brasil, no sentido de garantir o controle, como também a transparência da aplicação dos recursos públicos no País. As contribuições que nós elencamos são para que sejam desenvolvidas na área da Embratur no sentido de tornar esta empresa uma empresa mais leve para o desenvolvimento da atividade de promoção turística do País no interior.

A ideia de rever essa política de promoção do País no exterior, garantindo a análise, até mesmo, dos principais mercados ou uma redefinição de mercados onde nós devemos prioritariamente aplicar os nossos recursos. Então, a constatação, já feita durante algum tempo pelo *trade*, de que muito tempo se levou fazendo a promoção do Brasil na Europa, quando, hoje, você tem, aqui, um mercado aberto aos países da América do Sul, em que muitos deles estão com sua economia dinamizada e podendo receber e atrair turistas vizinhos a nós. É o caso do Peru, que, hoje, é um *case* do turismo internacional, é um país que, utilizando-se do turismo, tem incrementado enormemente a sua economia, passa por uma boa fase na economia e que é visitado por brasileiros; mas poucos peruanos visitam o Brasil.

Então, a ideia é que o Brasil e a Embratur pudessem estabelecer uma política maior de promoção do Brasil aqui próximo, a nossos irmãos, nossos vizinhos. Não aceitar o argumento de que o Brasil não recebe muitos turistas externos porque é longe dos principais mercados turísticos, como Europa. Isso, hoje, é uma afirmação contestada, até porque países, como a China, como a Austrália, como a Índia e outros países vêm tendo uma enorme visitação e são países claramente distantes dos chamados países desenvolvidos e, portanto, emissores de turistas.

Então, é um relatório que se dedica a analisar, também, a política de infraestrutura dos destinos turísticos. E nessa razão, nós concluímos que não há, hoje, formas, caro Presidente, de o Ministério do Turismo e mesmo as instituições em geral analisarem de que maneira impactaram as obras efetivadas pelo Governo Federal numa determinada cidade, num determinado destino turístico – ter o antes e o depois daquela intervenção feita. Um exemplo claro: a aplicação do Prodetur no Nordeste brasileiro.

Nós, que somos nordestinos, temos convicção de que foi um programa extremamente importante para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, mas não há nenhuma pesquisa que demonstre, antes do Prodetur, o índice de visitação e, pós o Prodetur, o índice de visitação, e se essa visitação teve um impacto diretamente relacionado com as obras efetivadas.

Então, algumas sugestões são aqui apresentadas no sentido de garantir que a política de desenvolvimento do turismo brasileiro seja mais eficiente, aprofunde o seu processo de consulta democrática, porque esse tem sido um ponto extremamente positivo da construção do sistema nacional de turismo no Brasil; ser um sistema integrado de que participam Estados, nos Estados, os conselhos municipais, de maneira a garantir a construção de uma política de turismo feita de baixo para cima, ouvindo os destinos turísticos, ouvindo aqueles que fazem, na base, a aplicação da política.

E a compreensão de que o Ministério do Turismo, o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais devem agir no sentido de facilitar a atividade econômica do turismo, que é desenvolvida pela iniciativa privada, buscando uma relação proativa, o diálogo permanente com os principais agentes do turismo na iniciativa privada – hotelaria, restaurantes, bares –, a busca de contribuir, auxiliando com a qualificação de mão de obra ofertada por uma política estruturante do Governo Federal nessa direção. Enfim, todas aquelas questões que dizem respeito a estimular o desenvolvimento da cadeia econômica do turismo, que, para alguns, chega a incorporar 52 atividades econômicas. E reconhecer a força do turismo como uma atividade que deve ser considerada estratégica para o desenvolvimento do Brasil.

Alguns acham que o turismo pode ser para o Brasil o que a agricultura é hoje. Primeiro, porque ele emprega tanto ou mais do que a atividade agrícola no Brasil; segundo, porque ele tem potencial para se transformar em um grande vetor de desenvolvimento do País; e invertendo essa situação da balança comercial no Brasil, hoje desfavorável ao País, na medida em que os brasileiros comprem mais no exterior do que os estrangeiros comprem no Brasil. Nós precisamos, portanto, de um forte estímulo para o desenvolvimento daqueles que são

produtos que podem dar um novo tom a essa relação de compra e venda no Brasil, dentre eles o artesanato ou o que nós chamamos da produção associada ao turismo no nosso País.

Então, são muitas as ideias que estão aqui colocadas. Junto a esse relatório, segue a síntese das duas audiências públicas realizadas na Comissão. Estas, sim, foram a fonte principal para formatar as conclusões que nós fizemos nesse relatório.

Volto a agradecer aqui a contribuição especial, sem a qual nós não poderíamos fazer esse trabalho nem apresentar esse relatório, da Consultoria do Senado Federal, dos consultores, que foram de uma dedicação total, que estiveram disponíveis o tempo todo para trocar ideias comigo, para voltar a escrever algumas partes do relatório.

Volto a agradecer aqui a contribuição especial, sem a qual nós não poderíamos fazer esse trabalho nem apresentar esse relatório, da Consultoria do Senado Federal, dos consultores, que foram de uma dedicação total, estiveram disponíveis o tempo todo para trocar ideias comigo, para voltar a escrever algumas partes do relatório, enfim, a disposição, a gentileza de poderem construir juntos, ouvindo as contribuições dadas nas audiências públicas, mas também debatendo entre nós o resultado deste trabalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente. A V. Ex^a agradeço a confiança de nos ter escalado para essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Parabéns, Senadora Lídice da Mata, por esse trabalho primoroso que V. Ex^a realizou em benefício do turismo nacional e regional.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passemos à votação do relatório da Senadora Lídice da Mata sobre a reestruturação das políticas públicas sobre turismo.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer.

Informo a todos que esse parecer será editado e impresso pela Gráfica do Senado Federal e estará à disposição de todo este Colegiado, bem como daqueles interessados na Secretaria da Comissão.

Concedo a palavra, que me foi solicitada, e fazemos questão de que ele use este momento para as despedidas – a saudade já está começando, Senador Ruben Figueiró – ao Senador Ruben Figueiró.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meu caro Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; minhas homenagens a V. Ex^a, Senadora Lídice da Mata, que acaba de fazer o preciso e percuente relato das atividades que realizou como relatora desta importante Comissão, que exalta a problemática do turismo em nosso País; quero dizer a V. Ex^{as} que concluo agora aproximadamente 40 anos de vida pública.

Fui Deputado Estadual, fui Deputado Federal – estadual por duas legislaturas, no meu antigo Estado uno de Mato Grosso, e Deputado Federal por três legislaturas, sendo que na última tive a honra de participar da Assembleia Nacional Constituinte, quando me foi permitido apresentar algumas contribuições que foram aproveitadas pelos meus pares – e hoje, por circunstâncias, estou aqui no Senado Federal, na condição de suplente, substituindo dois valores do meu Estado – V. Ex^{as} naturalmente os conhecem –: primeiro, a Senadora Marisa Serrano, que está hoje no Tribunal de Contas do Estado; e o Senador Antonio Russo, que, por uma fatalidade, foi vítima de um AVC e está, infelizmente, impedido de exercer o seu mandato. Honra-me muito substituí-los.

Quero dizer que aqui estou, neste instante, atendendo a nímia gentileza do Senador Antonio Carlos Valadares, que acicatou-me, posso dizer assim, para que viesse aqui e prestasse contas da minha atividade parlamentar, especificamente nesta Comissão, e também para minhas despedidas de V. Ex^{as}, dos servidores que aqui sempre estiveram presentes e solidários com nosso trabalho.

O que eu poderia dizer, Sr. Presidente, é que sou, pelo que verifiquei aqui da relação de membros da Comissão de Desenvolvimento Regional, o único titular que representa a Região Centro-Oeste. Honra-me muito isso, porque, nesse período de dois anos que aqui estou, consegui captar a realidade da problemática nacional, sobretudo do Nordeste. Conheço panoramicamente o Nordeste. Tive oportunidade de conhecer o seu Estado, aliás, apenas a capital, Salvador, Bahia. Não tive a honra de conhecer o Estado de Sergipe; talvez um dia possa fazê-lo. Mas conheço Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e tive a oportunidade de passar pelo aeroporto de Teresina.

No Norte do País, eu tive também condições de conhecer os Estados do Amazonas, de Roraima, do Acre, de Rondônia, do Amapá e do Pará.

Está aí, portanto, uma visão panorâmica da questão, mas detalhes eu só pude tê-los aqui, através das manifestações dos seus ilustres representantes, principalmente, permita-me destacar, pela palavra assídua de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a, todas as vezes que se pronunciava aqui, lembrava-se dos problemas que o seu Estado e o Nordeste têm enfrentado. Eu tenho para mim que há de chegar um dia que nós

tenhamos um presidente – já tivemos presidentes do Nordeste e do Norte –, mas espero que algum dia nós possamos ter um presidente que se volte ativamente para os problemas que mais afligem essa importante Região do nosso País.

Sr. Presidente, para não ser longo nesta minha manifestação, eu quero reconhecer a gentileza e o espírito público de V. Ex^a, que me permitiu trazer aqui três problemas, os quais naturalmente estão registrados nos anais desta Comissão. Recordo-me perfeitamente de que esta Comissão promoveu uma audiência pública para apreciar os problemas do Pantanal sul-mato-grossense, talvez a maior zona alagada do mundo e que, por incrível que pareça, vive uma contradição: lá, hoje, nós temos uma região que é considerada como deserto aquático. Parece incrível que no Pantanal, uma região praticamente inundada por águas, exista um deserto que é justamente um deserto aquático, onde a fauna, a flora não têm condições de sobrevivência.

V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, permitiu que nós realizássemos uma audiência aqui que teve grande repercussão no País e, sobretudo, no meu Estado, e que possibilitou que o Poder Executivo da República se interessasse por ele. E hoje há um programa que há de permitir, a curto prazo ou médio prazo, melhor dizendo, um programa de recuperação da bacia do Rio Taquari, que é a razão maior desse chamado deserto aquático.

Quero dizer também a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, que nós aqui despertamos também para um outro importantíssimo problema que hoje interessa não só ao meu Estado do Mato Grosso do Sul, mas a todo o Centro-Oeste brasileiro, porque poderá permitir, num futuro também breve, que o Distrito Federal seja por ele beneficiado. Trata-se da construção de uma usina de beneficiamento de gás natural que vem no gasoduto Brasil-Bolívia. Há um trabalho muito grande no sentido de que se crie essa usina de beneficiamento que vai extrair, dos cem produtos que o gás natural boliviano pode fornecer, três: o butano, o propano, que permitirá a exploração ou engarrafamento no Brasil do chamado gás de cozinha, esse que nós utilizamos nos nossos domicílios. Para V. Ex^{as} terem uma ideia, se nós conseguirmos isso, só em Mato Grosso do Sul, o gás de cozinha, o botijão de gás terá seu preço reduzido em pelo menos 50% do seu valor atual. E isso aí poderá permitir o mesmo, através da construção de ramais de gasodutos, para Mato Grosso, Cuiabá, para Goiânia, no Estado de Goiás, e atingir aqui, o Distrito Federal. Isso tudo é possível, está dependendo apenas de uma autorização da Petrobras para que a iniciativa privada tome essa providência.

Finalmente, Sr. Presidente, há outro assunto em que a Comissão de Desenvolvimento Regional teve participação também expressiva, com relação à concretização de um programa de recuperação de pontes de madeira, substituindo-as por pontes de concreto. É um fator importante. Inclusive, Senadora Lídice da Mata, já estão consignados até, no Orçamento da República, na proposta de orçamento, recursos para que se faça isso.

V. Ex^a, que tem uma militância intensa no seu Estado da Bahia, naturalmente conhece essa questão. Sobre os pequenos Municípios sofrem muito, porque não têm recursos suficientes para a recuperação das pontes de madeira, e hoje não se pode mais usar madeira de lei, porque o Ibama não permite. Os recursos são pequenos. Hoje nós poderemos perfeitamente resolver esse problema através de uma iniciativa do Estado de São Paulo, que é a recuperação através da construção de pontes de concreto, que dará condições para a solução dos problemas não só da região sudoeste, a qual também pode ser imitada em todo o País.

Só quero salientar que fiz um levantamento: só nos Municípios de Mato Grosso do Sul, há mais de três mil pontes em estradas vicinais que precisam de recuperação.

Mas, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^{as}, para finalizar, que, no Centro-Oeste, tivemos um grande homem, que foi quem iniciou a política indigenista no nosso País, o General Cândido Mariano Rondon. O General Rondon dizia “[...] nós construímos, nós destruimos, tudo depende de nós”.

E quero lembrar também outra expressão, de um homem controvertido, sem dúvida alguma, mas que teve luzes para escrever um livro sobre a geopolítica do País – do qual V. Ex^{as} têm conhecimento –, que foi o General Golbery do Couto e Silva. Ele fez o diagnóstico de toda a situação territorial do Brasil e chegou à conclusão de que precisamos fazer uma redivisão territorial. E essa redivisão territorial começou por Mato Grosso, com a divisão em dois Estados. Essa ideia prosperou na Constituinte, houve depois o Estado de Tocantins, que se separou do Estado de Goiás, e depois a criação, a transformação em Estados dos Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

Eu citei esses dois nomes, para dizer a V. Ex^{as}, como despedida, que podemos produzir muito. Tudo vai depender de nós.

Quero que a intenção de todos nós seja construir, jamais destruir. E o General Golbery do Couto e Silva deixou-nos essa solução. Espero que essa política de divisão territorial também tenha um papel importante nas decisões futuras em nosso País.

No mais, Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares, quero agradecer a convivência que tive aqui, nesta Comissão. Quero ressaltar a liderança de V. Ex^a, abrindo oportunidades, janelas, para que todos nós discutíssemos os problemas nacionais.

Hoje, esta reunião se concretiza não só com sua prestação de contas, mas também com as explanações feitas aqui pela Senadora Lídice da Mata – que para mim será sempre lembrada com muita emoção – e também com a certeza que tenho de que, ao voltar para os campos da Vacaria, no meu Estado, eu poderei oportunamente ouvir, assistir às reuniões desta Comissão e relembrar, com muita saudade, a presença de V. Ex^{as}.

Permita-me, Sr. Presidente, que eu agradeça a todos as atenções que me dispensaram, sempre gentis, cordiais comigo.

Desejo a todos um feliz Natal!

Que o ano próximo, de 2015, seja venturoso e que afaste para distante, para que não possamos ver, aqui-lo que seria ou pode ser ruim para a Nação brasileira! Nós precisamos, realmente, construir; jamais destruir.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Antônio Carlos Magalhães a....

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Valadares.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Oh! Perdoe-me. Não sei por que...

Quero dizer a V. Ex^a...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Certamente, a minha presença lembra a Bahia.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... que me perdoe; sinceramente, me perdoe.

Mas, para mim, quem merece as minhas considerações, com todo o respeito à outra pessoa, é Antonio Carlos Valadares, até porque a minha esposa também é da família Valadares.

Sr^a Senadora Lídice da Mata, meu profundo respeito à sua pessoa pelo que a senhora representa pelo Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – V. Ex^a poderia declinar o nome completo de sua esposa para ficar registrado aqui.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Ah, sim. Ela se chama Clea Ceres Fialho – porque é filha de um agricultor – e eu tive a honra de emprestar o meu nome também: de Oliveira. Eu não sou conhecido por Oliveira, sou conhecido apenas por Figueiró, porque preferi, porque é um nome...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Um diferencial.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... mais emblemático, vamos dizer assim. Mas me honra muito participar da família Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – A honra é minha, Senador.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Senador Figueiró, eu quero aproveitar a oportunidade, também, para dizer da minha satisfação pessoal pela convivência com V. Ex^a, convivência absolutamente fraterna nesta Comissão, muito colaborativa. Sem dúvida nenhuma, todos nós que tivemos essa oportunidade de conviver com V. Ex^a sentiremos muito a sua falta. Um homem que tem 40 anos de vida pública certamente é um homem que deu uma contribuição enorme a este País.

Tive a oportunidade de ser Constituinte, como V. Ex^a, e ser testemunha da sua atuação objetiva naquele grande momento da vida nacional. O senhor volta com a admiração de todos os seus colegas.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata, V. Ex^a faz justiça a essa personalidade marcante da política brasileira, Senador Ruben Figueiró, que foi, como lembra V. Ex^a, constituinte e deu uma participação expressiva para a montagem de um novo sistema institucional e político com a nossa Constituição Cidadã. V. Ex^a merece, portanto, as nossas homenagens. Que retorne ao seu Estado certo de que o seu trabalho aqui é motivo de orgulho para os seus concidadãos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Chegamos ao final da 54^a Legislatura, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, com a impressão de que o tempo passou rápido, mas que, nesses dois anos, trabalhamos e desempenhamos corretamente as nossas funções. Por aqui, discutimos temas e aprovamos matérias relacionadas ao desenvolvimento de nossas regiões e ao fomento do turismo brasileiro, que, certamente, contribuirão para a constituição de um Brasil mais justo e democrático.

O momento é oportuno, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para fazer um balanço rápido de nossas atividades e prestar contas dos nossos trabalhos ao povo brasileiro e, especialmente, ao povo do meu Estado de Sergipe e à minha Região Nordeste.

Em março de 2013, tomei posse como Presidente desta Comissão, tendo como Vice-Presidente o Senador Inácio Arruda. Na oportunidade, expressei meu desejo de transformar esta Comissão em um ambiente de debates e projetos, visando à melhoria das nossas regiões, que sempre sofreram com a desigualdade.

Além de buscar as melhores formas de explorar o potencial turístico do nosso País, por ocasião dos megaeventos que tivemos, como a Jornada Mundial da Juventude, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, e dos que ainda teremos, como as Olimpíadas e as Paralimpíadas, em 2016.

O sentimento é de dever cumprido. Recebemos ministros de Estado, governadores, prefeitos, entidades públicas e privadas, organizações não governamentais e diversos segmentos para pensarmos juntos e propormos um País mais equilibrado.

Aqui debatemos de forma intensa o desenvolvimento de nossas regiões, abordando os assuntos de interesse nacional como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; os impactos econômicos e o legado dos megaeventos para o turismo brasileiro; a segurança pública nas fronteiras brasileiras; os problemas da região centro-sul, que aqui foram focalizados pelo Senador Ruben Figueiró; e o novo modelo de gestão para a Embratur.

E também temas do interesse dos Estados, como a produção da carnalita em Sergipe; a gestão do açude Epitácio Pessoa, da Paraíba; o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília; a atuação da Embrapa Pantanal no Mato Grosso do Sul; e o desenvolvimento sustentável na região pantaneira, dentre outros.

Realizamos diversas atividades externas, como as visitas às 12 cidades-sede da Copa do Mundo: Brasília, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Cuiabá, Curitiba, Natal, Porto Alegre, São Paulo e Manaus, para o acompanhamento dos preparativos e vistoria tanto das obras dos estádios e aeroportos quanto das obras de infraestrutura e mobilidade urbana; além de sete seminários: Desenvolvimento Regional da Amazônia, em Macapá, Amapá; Contribuição do Turismo para o Desenvolvimento Regional, em Aracaju, Sergipe; Novo Programa de Regionalização do Turismo: erros e acertos do desenvolvimento turístico regional no Brasil, no Sesc Pantanal, Mato Grosso; Políticas Públicas do Esporte: inclusão social e promoção do Brasil no exterior, em Aracaju; Fortalecimento da Sudene, em Recife, Pernambuco; Arranjo Produtivo Local de Confeção e o Turismo como Vetores do Desenvolvimento da Região Agreste, em Caruaru, Pernambuco; Turismo Brasil, Rio de Janeiro; e mesas-redondas, conferências e reuniões.

Foram dois anos muito produtivos.

Na área legislativa, deliberamos 160 proposições, que incluem 8 projetos de lei do Senado terminativos; 37 projetos de lei do Senado não terminativos; 1 projeto de lei da Câmara terminativo; 2 projetos de lei da Câmara não terminativos; 15 emendas a projetos de lei; 24 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO); 4 emendas à Lei Orçamentária (LOA), 2 emendas substitutivas; 63 requerimentos; e 4 ofícios "S".

Entre os projetos de lei aprovados destacam-se a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Foz do Iguaçu, a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe, a inclusão do Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia ocidental e às Áreas de Livre Comércio ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Que a próxima legislatura seja tão produtiva quanto a atual, para podermos contabilizar resultados ainda mais efetivos em prol do desenvolvimento das nossas regiões e do turismo brasileiro!

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos!

(Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de novembro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DELCÍDIO DO AMARAL**, **EDUARDO SUPLICY**, **WALDEMIR MOKA**, **ANTONIO AURELIANO**, **RUBEN FIGUEIRÓ**, **JAYME CAMPOS**, **FLEXA RIBEIRO**, **MOZARILDO CAVALCANTI** e **CYRO MIRANDA**. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 40, de 2014, de autoria do Senador Benedito de Lira, com a finalidade de discutir a eliminação da coordenação conjunta para gestão dos recursos pesqueiros entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Otacílio Filho de Lima**

Araújo – Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (representante de: Eduardo Lopes); Sr. **Abrão Lincoln Ferreira da Cruz** – Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA; Sr. **Elizeu Augusto de Brito** – Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP-BR; Sr. **Armando José Romaguera Burle** – Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – CONEPE; Sr. **Luís Sabanay** – Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Benedito de Lira e o Deputado Paulo Rocha (PT/PA) fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, registra a presença do Sr. Roberto Brandão Cavalcanti – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito De Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 40, de autoria do Senador Benedito de Lira, com a finalidade de discutir a eliminação da coordenação conjunta para gestão dos recursos pesqueiros entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca e da Aquicultura.

Comunico a presença dos convidados:

Sr. Otacílio Filho de Lima Araújo, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e da Aquicultura;

Sr. Luis Sabanay, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca;

Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores;

Sr. Elizeu Augusto de Brito, Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil e;

Sr. Armando José Romaguera Burle, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Srs. Senadores, convidados, é uma alegria muito grande recebê-los mais uma vez.

Senador Moka, no início desta gestão, houve necessidade de fazermos uma audiência pública sobre o conflito existente entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Pesca. Em função de audiência pública realizada por esta Comissão, chegamos ao entendimento. O fato é que há sempre permanentes conflitos nesse setor.

Em diversas oportunidades, estivemos no Ministério da Agricultura para conciliar os interesses daqueles que exercem atividade pesqueira no País. Agora, recentemente, recebi o Presidente da Confederação, que nos trazia a preocupação de que havia um problema, está havendo um problema, com relação ao Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca.

Segundo informações da Confederação, o Ministério do Meio Ambiente teria feito uma relação de 4.500 espécies de peixes, e seria publicada esta portaria, considerando que estavam em fase de extinção, para preservar essas espécies. Solicitaram este encontro, esta audiência, para que pudéssemos tratar aqui, na Comissão, e posteriormente tentar fazer algumas modificações, se possível, dentro do entendimento entre os dois ministérios ou por meio de alterações nos regulamentos que tratam da atividade pesqueira no País.

Já podemos colocar, desde a antiguidade, que a pesca constitui para a humanidade uma fonte importante de alimentos, além de proporcionar emprego e benefícios econômicos àqueles que a ela se dedicam.

No passado, considerava-se que a riqueza dos recursos aquáticos era ilimitada. Contudo, o avanço do conhecimento e a evolução dinâmica das pescarias, após a Segunda Guerra Mundial, têm alterado essa concepção e demonstrado que os recursos aquáticos, apesar de renováveis, são limitados e necessitam de um ordenamento adequado para contribuir com o bem estar nutricional, econômico e social.

É sabida a importância que é a preservação de tais recursos e é sabido que o ativismo político no ramo é de alta relevância, tendo em vista que há uma falta de consciência das pessoas ao utilizarem recursos naturais de forma geral. Contudo, preservação não é, nem de longe, sinônimo de engessamento. A chamada gestão conjunta colabora de forma significativa para a falta de desenvolvimento no ramo da pesca e aquicultura no Brasil. O objetivo do Ministério da Pesca é, afinal, o desenvolvimento sustentável da pesca.

Inexistindo consenso entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, as normas simplesmente não podem ser alteradas. Várias normativas vigentes foram criadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Ibama antes do surgimento do Ministério da Pesca, que, simplesmente, não pode alterá-las, salvo se diante da expressa concordância do Ministério do Meio Ambiente. Afirmar que esse modelo tem funcionado seria uma inverdade. Prova disso é a cada vez mais frequente necessidade de intervenção judicial para garantir os direitos dos pescadores por meio de liminares.

Todo o exposto pode ser resumido de forma muito simples: o Ministério da Pesca jamais poderá contribuir efetivamente para o desenvolvimento do setor pesqueiro enquanto estiver tão amarrado à necessidade de obter anuência de um órgão que quase sempre atua como verdadeiro opositor.

Não sendo de interesse do Ministério do Meio Ambiente, o processo quase sempre acaba arquivado “por falta de consenso”.

Portanto, devemos imediatamente nos opor ao atual modelo de gestão governamental aplicado ao ordenamento pesqueiro. A medida a ser adotada, conforme os documentos apresentados e as observações que foram feitas, seria a alteração do art. 27, §6º, da Lei nº 10.683/2003, colocando fim à chamada “gestão conjunta”, concedendo maior autonomia ao Ministério da Pesca e Aquicultura e mantendo a gestão compartilhada, que é uma relação entre o Ministério da Pesca e a sociedade civil organizada.

Com essas observações, comunicamos aos nossos convidados que estabeleceremos um tempo de dez minutos para que cada um faça a sua apresentação. Em seguida, haverá um debate entre os convidados e as Sras e os Srs. Senadores, para que possamos sair daqui com um caminho a seguir. E, logicamente, dando desdobramento a esta audiência pública, que possamos ter um encontro com o Ministério do Meio Ambiente a fim de fazer a conciliação e acabar com os conflitos que existem entre o Ministério da Pesca e a Confederação dos Pescadores, e, ao mesmo tempo, dar tranquilidade àqueles que exercem a atividade mais primitiva do mundo, a primeira atividade exercida pela pessoa humana, que foi pesca. E que diga mais sobre isso o nobre Senador Flexa Ribeiro, que é oriundo de um Estado em que se pratica muito a pesca para a sobrevivência das pessoas e, logicamente, para a distribuição de alimentos de melhor qualidade para a humanidade.

Assim sendo, composta a Mesa, concedo a palavra, como primeiro dos nossos convidados, ao Sr. Otacílio Filho de Lima Araújo, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O senhor tem a palavra.

O SR. OTACÍLIO FILHO DE LIMA ARAÚJO – Bom dia a todos.

Estamos nesta Comissão, nesta audiência, para tratar da pesca no País, somando nossos esforços para que haja o desenvolvimento da pesca nacional, da atividade pesqueira, inclusive da aquicultura, e somando os esforços de todos: do setor pesqueiro, da parte comercial deste País, do Ministério da Pesca e de todos os outros que participam do ordenamento pesqueiro nacional, inclusive o Ministério do Meio Ambiente.

A discussão que estamos travando é justamente para que possamos chegar a um entendimento sobre a melhor forma de conduzir o ordenamento pesqueiro nacional, a fim de colocar o nosso pescado, o pescado nacional, nas mesas brasileiras e aumentar seu consumo; que possamos buscar os desentranços, aquilo que impede que o setor cresça. Que todas as formas de pesca que têm sido praticadas aumentem, de maneira que a qualidade também chegue às mesas brasileiras.

Com essas palavras de abertura, digo que o Ministério da Pesca tem, junto com seus técnicos, buscado o melhor entendimento. Com seus esforços, o Ministro planejou, neste ano de 2014, toda uma reestruturação interna, uma gestão orientada ao resultado e uma melhor aplicação dos recursos, para que possamos ter resultados, e esses resultados apareçam no cenário nacional. Assim como a integração de todo o setor, vários encontros para a renovação de decretos para a frota brasileira, dentro do Programa Pró-Frota, e outras ações do Ministério para que possamos, em conjunto, buscar o desenvolvimento da pesca nacional.

O Ministro Eduardo Lopes se encontra em viagem. Ele está em Angola desde segunda-feira, numa missão de troca de questões técnicas da aquicultura e retorna hoje. Por isso, ele não está aqui nesta audiência, e eu estou aqui representando o Ministério da Pesca.

Venho, com muita satisfação, dizer ao setor que estamos nos esforçando, porque, no dia 17 de setembro de 2014, o Ministro assinou um aviso, encaminhado à Casa Civil, ao Ministro Ricardo Berzoini, relacionando estas ações: aquilo que havia em pendência de coisas para serem resolvidas entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca, entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Pesca.

Esse aviso foi encaminhado ao Ministro Ricardo Berzoini, para que pudéssemos, em conjunto, achar soluções para os problemas que, naquele momento, estavam causando entrave a algumas sequências do setor.

Bem, estamos aqui para ouvir e contribuir, para que possamos sair daqui com um entendimento melhor com vistas a esse desenvolvimento da indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Sr. Otacílio.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Armando José Romaguera, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura.

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Bom dia.

Eu peço licença, porque, primeiro, vou fazer uma breve leitura aqui. Depois, vou fazer uma explanação.

Quero agradecer ao Senador Flexa e ao Senador Waldemir Moka, cujas presenças aqui são muito importantes.

É pequena a leitura.

Hoje, eu queria dizer o seguinte: o pescado atualmente, no mundo, movimenta uma economia estimada em torno de US\$200 bilhões – US\$200 bilhões! –, representando o dobro – o dobro – da soma das economias geradas pela carne suína, carne bovina e ave. Ou seja, o peixe, no mundo, movimenta o dobro do boi, do frango e do porco. Isso no mundo. Aqui, no Brasil, a gente não consegue decolar.

Continuando a leitura, esse setor, no Brasil, é a principal fonte de renda de quase dois milhões de famílias brasileiras. Movimenta também, ao longo de toda a sua cadeia produtiva, o setor naval, indústrias de cabos, cordas, indústrias de motores e peças, fábricas de gelo, indústrias de embalagens, supermercados e diversos outros produtos de mercado interno e externo.

No ano de 2009, o setor pesqueiro comemorou a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, o que todos nós acreditávamos ser um reconhecimento do Brasil por uma das atividades mais antigas do mundo e por um setor que gera divisa para o Estado, renda para a sociedade e um dos alimentos mais ricos em proteína. Contudo, com o passar do tempo, o que era alegria e resultado de um reconhecimento se transformou em morosidade e falta de respeito. Descobrimos que, mais uma vez, a sociedade foi enganada.

O MPA foi criado totalmente deficitário de autonomia, de forma que “morosidade” é a palavra padrão que trata de dar resposta à sociedade e implementar recomendações justas. Segundo o próprio Abraão, o MPA não pode assinar um atestado de óbito de um peixe.

Atualmente, para a gestão dos recursos pesqueiros, temos o que chamamos de gestão conjunta, regulamentada pelo Decreto nº 6.981, que apresenta que, para qualquer aprovação de medidas relacionadas ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, é necessário que haja consenso entre o MPA e o MMA. Ou seja, você quer o consenso entre o ministério criado para fomento e um ministério criado para preservação ambiental.

É misturar óleo e água e ter uma mistura homogênea; não vai haver consenso nunca.

Na prática, a gestão conjunta se tornou um verdadeiro câncer para o desenvolvimento do setor pesqueiro. Não somos a favor de uma exploração desenfreada e irresponsável, pois sabemos que o mau uso dos recursos pesqueiros hoje pode tornar-se uma economia falida no futuro, e não é isso que queremos para nossa sociedade ou para nossas empresas do setor pesqueiro.

Também temos conhecimento de que o MPA e seus técnicos não são irresponsáveis a ponto de fomentar uma atividade pesqueira insustentável ambientalmente. Na verdade, o que podemos observar na prática e por meio dos fatos é que o que deveria ser um debate entre as duas instituições do Governo para elaborar normas como justiça social, viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental se transformou numa verdadeira banca de negociação e barganha. O MMA, atualmente, para aprovação de regulamentação para gestão pesqueira, utiliza-se do artifício da troca de imposição, mesmo que sejam apresentadas medidas sustentáveis à aprovação. Dependerá de inclusão de tópicos adicionais que, na maioria das vezes, são imposições de ONGs internacionais, às quais apenas servem de barreira para exportação do produto pesqueiro brasileiro ou impedem o desenvolvimento da pesca nacional. Em muitas situações, essas normas proporcionam o desperdício de proteína animal através de milhares de toneladas de pescados jogados ao mar.

Eu vou parar um pouco minha leitura para dar o exemplo do que aconteceu no nosso Estado, Senador.

Quando o ex-Secretário de Pesca – que, inclusive, hoje é Secretário de Infraestrutura e está aqui, o Sr. Eloy, pode dizer se estou mentindo –, há dois anos, fez um acordo com o Ibama, nós tínhamos uma frota camaroneira no Pará que chegou a 250 barcos. Não havia defeso. Quem pediu para fazer o defeso foram as indústrias de pesca; então, não há irresponsabilidade nisso. Resumindo, para ser mais rápido, essa frota hoje é de 185 barcos e estava em quatro meses; e aumentou a produção de camarão. O Secretário Eloy, que era Secretário de Pesca, fez uma reunião com o Ibama, e o Zé Dias disse: “Olhe, não precisa mais haver defeso, Eloy; vamos baixar aqui. Agora, para não passar de quatro meses para zero, vamos passar para dois meses, durante dois anos, e depois passamos para zero”. Tudo bem, foi feito isso. Foi feita uma INI que tinha validade de dois anos. Quando expirou essa validade de dois anos, que foi no ano passado, o Ibama disse: “Só dou se der uma área... Se... Se...”, um bocado de se. O Ministro Crivella falou: “Mônica, Mônica, Mônica, não vai...” e fez na INI unilateral; e nós pescamos no ano passado.

Neste ano de novo, a mesma coisa. Queriam fazer uma área de exclusão na pedreira. Oxente, é onde a gente pesca 60% da nossa produção! Eu disse: “Vou pescar onde? Na Doca de Souza Franco?”

Nós propusemos baixar de 185 barcos para 110 e dois meses de defeso. “Não, só se houver área de exclusão.” E ficaram cozinhando, cozinhando, cozinhando... Nós entramos na Justiça. Olhem, você entrar na Justiça Federal pedindo alguma coisa contra o meio ambiente no Brasil – é a mesma coisa na Justiça do Trabalho –, você já entra condenado duas vezes. E nós ganhamos. Infelizmente, perdemos um mês; foi publicada ontem. Houve a primeira publicação 15 dias atrás, e a juíza da primeira instância não botou bem clara: ela suspendeu duas portarias do Ibama, a 7 e a 9, mas não disse que a gente podia pescar. Aí, o procurador do Ibama disse: “Olhe, se sair, eu prendo”. Ontem, o desembargador saiu: “É para pescar, pode pescar. Quero ver quem prende”. Está lá. Agora, perdemos um mês, porque um técnico do Ibama quer botar uma área de exclusão, quer botar pequeninha e sair aumentando. Isso não pode continuar desse jeito. E, mais, com pesquisa financiada pelo Ministério da Pesca. Isso não foi irresponsável não. Nós temos pesquisa financiada pelo Ministério da Pesca, feita pela Universidade com cientista do Museu Emílio Goeldi, de Ronaldo Barthem, e o Ibama não quer saber disso. Então, é uma coisa sobre a qual não há dados: é porque quer. Ele senta em cima e passa o tempo. Isso é um caso que saiu ontem; tinha que continuar falando isso aqui.

Um exemplo claro é a criação dos CPGs (Comitês Permanentes de Gestão) de recursos pesqueiros.

Apesar de a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2, de 2009, regulamentar a gestão compartilhada, os CPGs, para sua implantação, estão na dependência de o MPA aceitar a imposição do MMA de incluir a participação de ONGs ambientais nos assentos do Conape (Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca). Na verdade, elas não são impedidas de acessar esses assentos; para isso, basta que sigam os mesmos critérios e diretrizes que são exigidos para todas as entidades que solicitam cadeira no Conape.

Esse assunto vem aguardando solução há mais de dois anos. Vejam o absurdo: não se cria uma comissão porque o Ibama quer que se bote a ONG, mas a ONG não cumpre os requisitos criados pelo Governo para entrar lá. E aí, simplesmente, não se criam os CPGs. Isso fica parado. E, ficando isso parado, não sai portaria, não sai nada, e a gente fica sem pescar.

Além da situação acima citada, que impede a participação social...

(Soa a campanha.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Estou acabando.

Além da situação acima citada, que impede a participação social e a contribuição necessária à decisão do Governo, fatos mais agravantes são resultado da falta de eficiência dessa gestão conjunta. Isso tem impedido o direito de capturar recursos oceânicos mesmo dentro dos limites jurisdicionais.

No ano passado, embarcações arrendadas que contribuíam para a produção brasileira tiveram encerrados os seus contratos de cooperação com o Brasil, em virtude de o nosso País ter internacionalizado as recomendações da ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico), quase dois anos após o início das negociações entre o MPA e o MMA. A recomendação da ICCAT para mitigação das aves marinhas somente foi internacionalmente publicada após todas as exigências ambientais serem aceitas e é ainda mais restritiva do que as recomendações internacionais. É mais restritiva no Brasil. Essas exigências em nada contribuíam a mais para a proteção da referida ave marinha.

Em virtude da baixa de produção, o Brasil, não tendo como justificar a manutenção de sua cota para a captura de albacora branca, que era de 3,5 mil toneladas anuais, teve de ceder parte de sua produção a outros países, consequentemente baixando o seu limite de captura para 2,16 mil toneladas. Ou seja, pelo fato de não pescarmos, tivemos de dar a nossa cota para terceiros.

Exemplos outros poderiam ser apresentados, como o caso do Plano de Gestão da tainha na Região Sul – está havendo outro problema seriíssimo lá agora – e as regulamentações do defeso do camarão-rosa e da piramutaba. Regulamentações pendentes deixam o setor pesqueiro à beira de um colapso e sujeito à irregularidade, por falta de empenho e de eficiência do Governo.

Os efeitos negativos das influências exageradas no setor ambiental para engessar o desenvolvimento responsável do País são verificados não apenas na pesca, mas também na aquicultura, onde, se bem aproveitadas as suas potencialidades, o Brasil poderia tornar-se um dos maiores produtores de pescado do mundo, de produtos provenientes da aquicultura.

Diante disso, eu gostaria de pedir a atenção por parte desta Casa, para que lute em prol da sociedade brasileira e de um setor que muito contribui para o desenvolvimento do País. Neste caso, solicito apoio para que o Governo, com seu bom senso, elimine a gestão conjunta dos recursos pesqueiros entre o MPA e o MMA.

Quanto a essa questão da aquicultura, no nosso caso, Senador, pode-se ver que o Pará é um grande produtor de peixe proveniente da aquicultura, mas não há registro, porque ninguém tem licença para pescar.

Todos são bandidos. Há a criação nos tanques. Todo mundo tem criação, mas não consegue regulamentar. A criação de tambaqui foi aprovada agora em Tucuruí depois de mais de cinco anos de luta, porque o Ibama dizia que o tambaqui era uma espécie exótica da Amazônia. Nem em piada você pode fazer um negócio desses. São coisas que eles fazem de propósito, com o intuito de parar por parar. O que poderia ocasionar essa questão do tambaqui? Sei lá!

Era isso o que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dando sequencia, concedo a palavra ao Sr. Elizeu Augusto de Brito, Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil.

O SR. ELIZEU AUGUSTO DE BRITO – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Benedito, Senador Flexa, Senador Moka, Secretário-Executivo do Ministério, Eloy, vários amigos aqui.

Eu gostaria de colocar uma coisa: esse compartilhamento, se não fosse exercida aquela atividade de sempre você dizer “estamos na presunção do que poderá acontecer”, sem nenhum fundamento técnico, aí sim, isso é uma coisa terrível que para todo o setor pesqueiro. A pesca é a que mais sofre com essa posição, mas a aquicultura no Brasil é uma coisa com a qual se fica estarecido quando há um normativo que não se pode usar.

Se os senhores prestarem atenção a uma coisa, recentemente, uma instrução normativa do Ministério da Pesca, conjunta com o MMA, por imposição do Ministério do Meio Ambiente, proibiu uma atividade pesqueira na Região Norte, de um peixe sobre o qual não existe nenhum estudo direto que mostre que ele está em extinção. Chama-se piracatinga.

A piracatinga, na Região Norte – acredito eu –, sustenta em torno de 20 mil pessoas que vivem dessa espécie de peixe. E com um simples argumento: como a pesca do boto é proibida, e algumas pessoas estavam pescando boto para fazer de isca, nós vamos proibir aquele peixe que tem preferência por essa isca. Mas seria mais fácil que o Ministério fiscalizasse e punisse os irresponsáveis que estavam desobedecendo à lei, e não penalizar os outros pescadores por conta de uns mil pescadores que cumprem a desordem. Quem cumpre desordem tem de ser punido, mas eu não posso punir a desordem de um prendendo quem trabalha corretamente. Isso é a mesma coisa de você deixar uma quantidade muito alta de pessoas passando necessidade por culpa de uma meia dúzia de pessoas que estão no setor.

Então, não é essa a situação. E por que isso acontece? Porque tudo que for aprovado tem que ser de consenso. Uma vez eu estava em uma sala em que – acredito, não estou bem lembrado agora – havia umas 22 pessoas, e 21 votaram a favor de uma coisa; só um disse: “Eu não aceito”. E prevaleceu a tese de um.

Então, torna-se difícil demais administrar desse jeito. O Ministério da Pesca tem um conselho, que está na lei, tem um comitê de cumprimento, que tem regulamento. Tudo vem sendo estabelecido da forma mais coerente possível. Existem falhas? Existem, mas são falhas que, ao longo do tempo, vão sendo corrigidas e melhoradas a cada dia. É feita eleição de dois em dois anos, e isso é aberto à sociedade. Mas nós precisamos de sociedade civil organizada, que é o que a nossa Carta Maior rege.

Eu não posso ter, por exemplo, uma representação de uma pessoa se hoje vem Elizeu a representar; amanhã, vem Armando; depois de amanhã, vem Abraão. E é da mesma pessoa, e eu pergunto: você tem uma ata em que foi eleito para isso, para ser o representante? “Não, tenho, não; mas eu sou o representante”. Isso, dentro de um conselho, nós não podemos, de forma nenhuma – eu, como conselheiro – aceitar, porque está aberto; é a sociedade civil.

Foi feito recentemente um conselho paritário pelo próprio MMA para ouvir os Estados, e eles não conseguiram viabilizar para ouvir os Estados. Então, eu não posso pegar uma associação de meio ambiente que não tem diretoria, que não tem CNPJ, que não tem reunião constante com seus filiados, lá – vou citar aqui – da Praia de Cajueiro, no Rio Grande do Norte, e trazer como representante nacional de uma certa atividade.

Então, teria de ser o representante dessas entidades espalhadas ao longo da costa brasileira, para que pudesse ser o representante nacional. Então, a grande imposição, o grande freio do CPG é esse: é porque ele quer pegar uma pessoa que não tem entidade registrada, que não tem uma ata de diretoria, e impor que ele seja representante nacional.

Então, isso se torna difícil. Tivemos uma eleição ano passado, o processo foi aberto, muito bem conduzido pelo MPA, muito bem conduzido com a sociedade civil, e ficou-se esperando que alguém se inscrevesse e colocasse os nomes. Se não apareceram, é porque não há documentação para tal.

Na pesca, isso é uma ação terrível, mas na aquicultura também não é diferente. Nós temos um regimento pelo meio ambiente que diz o seguinte: a princípio, sem um estudo mais alto, podemos usar até 1% da área de um espelho-d’água de determinado reservatório. Sabemos, principalmente no Nordeste, e hoje não é uma coisa só do Nordeste, é do Brasil inteiro, que dependemos do tempo. Nenhum criador de peixe ou de qualquer animal aquático, ou um pescador, quer acabar com a galinha dele. Ele quer aquilo lá para ter permanentemente, e quem primeiro zela pela qualidade da água é quem precisa dela. O peixe jamais vai poluir alguma coisa; ele

sempre vai indicar se o ambiente está bom ou ruim. Se o ambiente estiver bom, ele está confortável, crescendo, engordando e dando lucro ao produtor. Se ele estiver numa área ruim, ele estará doente, não crescendo, consumindo alimento e dando prejuízo ao produtor. Então, não vejo isso como impedimento.

Para se ter uma ideia, 1% numa pequena barragem de 100 hectares, o máximo que posso usar é um hectare. E, desse um hectare, só posso usar 8%. Se você fizer uma colocação, é um copo d'água dentro de um oceano. Só posso usar – isso é normativo do Ibama – 1% daquele espelho-d'água e daquilo que foi determinado como parque aquícola, só posso usar 8%. Ainda faço reserva ambiental dentro do próprio parque aquícola, dentro da própria área aquícola. Isso fica todo dia engessando o setor. O setor poderia estar produzindo muito mais. Como o Armando falou, tornam-se marginais, porque quem produz sem licença, de qualquer maneira, está fazendo uma desobediência. E a desobediência ele está fazendo por necessidade, inclusive, de empregar todo o efetivo de pessoas da área ribeirinha; de tirar o pescador que, muitas vezes, pode estar com determinada espécie, sob determinado risco, e trazê-lo para o lado do cultivo, fazendo com que aquele recurso natural seja renovável.

Uma das atividades muito importantes disso é o camarão, o cultivo da tilápia e o cultivo do tambaqui. Dizer que o tambaqui, na Região Norte, é espécie exótica, é uma piada muito grande, porque o tambaqui hoje se reproduz e se cria confortavelmente no Nordeste.

Nós estamos destruindo água com criação de peixe? Não. À proporção que os açudes vão diminuindo, acendeu a luz vermelha, todo cultivo para. Ainda que não existisse o sinal vermelho, o criador ia parar, porque ia começar a faltar oxigênio para o peixe respirar. Ninguém quer botar dinheiro no lixo. Essa é a verdade. A gente tem pescadores diminuindo a atividade de pesca, trabalhando nas colônias de pescadores. Há um açude onde não é permitido que não se cultive nada. Alguns pescadores, realmente, através de uma associação, estão insistindo, estão fazendo, estão deixando de capturar e estão produzindo. Mas tudo com baixa densidade, tudo de acordo com o volume da água, porque, só lembrando, se o volume da água diminuir, a gente é obrigado a parar o cultivo.

Era isso o que eu tinha a dizer aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Sr. Elizeu.

Sequenciando a nossa audiência, concedo a palavra, para dar continuidade, ao Sr. Luís Sabanay, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca.

Em seguida, o Presidente da Confederação, para encerrar os nossos debatedores e abrir o debate.

O SR. LUÍS SABANAY – Muito bom dia, Senador Benedito de Lira, em nome de quem quero cumprimentar toda a Mesa: Abraão, Armando, Elizeu, e o nosso Secretário Executivo, Dr. Otacílio. Acho que temos de tratar de duas questões, do ponto de vista da relação com a questão do meio ambiente brasileiro.

Primeiro, dizer qual é a nossa matriz de desenvolvimento do ponto de vista da política de pesca e aquicultura. Em se tratando, por exemplo, de atuação num segmento extremamente sensível, que é lidar com água, que é lidar com estoques públicos, que é lidar com produção e espaço físico em águas da União, que também... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Desculpe interrompê-lo, mas eu queria agradecer a presença do Sr. Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Continue, por favor.

O SR. LUÍS SABANAY – Muito obrigado.

Trata-se do atual desenvolvimento brasileiro, desde o processo da criação na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, depois no Ministério da Pesca e Aquicultura, herdando já todo um processo de desenvolvimento de políticas públicas que vem desde a Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca).

Temos de considerar que a questão da sustentabilidade é um ente fundamental. Nós temos de considerar, obviamente, na nossa atuação, do desenvolvimento brasileiro, na produção de pescados, seja na aquicultura ou na pesca, as regras da sustentabilidade, do cuidado em manter água com qualidade e manter o ambiente natural sustentável para que o peixe possa continuar vivendo e sendo pescado.

Então, não é um tema muito simples, em se tratando do ponto de vista dessa relação do compartilhamento das nossas atividades no Governo. Na verdade, é o único Ministério que trabalha com esse tipo de atuação. Agora, à medida que as regras vão ficando claras, à medida que vamos pautando, ganhando o aprimoramento da nossa ação de políticas públicas no Brasil, na produção de peixe e na captura de pescado no Território brasileiro, também nós temos de aprimorar as nossas regras de atuação no meio ambiente, falando isso do ponto de vista do Ministério da Pesca. Com o aprofundamento e com o aprimoramento das nossas regras, obviamente nós vamos aumentar ou ampliar o nosso grau de independência nesse processo – não tenho dúvida disso.

Agora, a discussão sensível está exatamente porque... O exemplo que costumo dar na prática é que estamos fazendo um processo de herdar uma série de relações construídas no passado. Todos sabem que, na sucessão do processo da criação do Ministério da Pesca ou da Política Pesqueira e Aquícola Brasileira, nós passamos pela Sudepe, pelo Ibama, pelo Ministério da Agricultura, até chegar aonde chegamos. Todos esses momentos tiveram o seu grau de relevância.

Agora, há outros aspectos, pois não é só a questão específica do meio ambiente que nós temos de tratar na relação do compartilhamento. Eu estabeleço o debate, por exemplo, porque precisamos estabelecer uma regra de compartilhamento com tudo aquilo que incide sobre as águas brasileiras. Por exemplo, temos petróleo na nossa costa, temos a mineração, temos a expansão do desenvolvimento de hidroelétricas no Brasil, nós temos a construção de grandes portos.

E todos esses elementos têm rebatimento em nossa política de desenvolvimento de pesca e aquicultura. Todos, todos!

Por exemplo, na regra ambiental brasileira, nós temos de considerar, nos licenciamentos ou nas regras de licenciamentos para a atuação desses empreendimentos ou grandes empreendimentos de desenvolvimento do Brasil, a questão do impacto sobre o recurso pesqueiro e sobre a atividade pesqueira e aquícola no Brasil. Não tenha dúvida disso.

Então, o ajuste fino desse processo, em minha opinião, após 12 anos de atividade na política pesqueira e aquícola brasileira, as regras, do ponto de vista do Ministério, têm de ser aprimoradas no que diz respeito à sua sustentabilidade, à sua atuação, e as regras do meio ambiente têm de ser compartilhadas a ponto de nos garantir um grau maior de autonomia de nossa atuação. Eu não tenho dúvida desse processo e de que nós temos de trabalhar com esse viés, mas também ampliar o debate para outras questões transversais à atividade do desenvolvimento da política ambiental brasileira e que dizem respeito a essas outras ações que nós precisamos regular, para que o espaço de atuação do desenvolvimento seja, pelo menos, equânime ou considerado.

Então, em nossa perspectiva, esta audiência pública nos traz e trará a riqueza deste debate, para que a sociedade, o setor pesqueiro, o setor executivo, da atuação do Governo Federal, representado pelo Ministério da Pesca, e o setor ambiental possam discutir como poderemos melhorar as condições, não só para agilizar nosso desenvolvimento, mas para que tenhamos nossos critérios e nossos espaços muito mais bem estabelecidos no compartilhamento de nossas responsabilidades como Governo e como sociedade também.

Então, a audiência pública, Senador Benedito de Lira, tem, na minha opinião, esse grau de relevância. Nós temos de, com certeza, ao longo de um período, fazer o aprofundamento exato da importância do desenvolvimento da pesca e da aquicultura, do pescado brasileiro e seu potencial de águas e o compartilhamento, não só das regras ambientais, como também das responsabilidades de ocupação de espaços no Brasil. Citei alguns exemplos, que precisam ser mais bem regulados para que a pesca e a aquicultura brasileiras possam ter seu grau de autonomia e de desenvolvimento adequados, conforme aquilo que o Brasil exige, principalmente na produção de alimentos, de renda e trabalho para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Luís Sabanay.

Como último convidado, concedo a palavra ao Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Nacional da Pesca.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira em nome de todos os Srs. Senadoras e Sr^{as} Senadoras que estão aqui presentes, da Mesa, e também de meus companheiros que vieram de todos os lugares deste País para participar de um momento tão importante para nós.

Eu acho que o cidadão brasileiro fica, sim, se perguntando: como é que um País que tem 8 mil quilômetros de costa e 12% da água doce do Planeta é o maior importador de pescado da América do Sul? Temos grandes reservatórios, sem contar os rios e os lagos que poderiam ser aproveitados para produzir esta proteína mais nobre que há em nosso mundo, que é o pescado.

Será que todos os pescadores, aqueles que vivem da pesca, são incompetentes? Ou será que o Governo necessita olhar com outros olhos? Não com olhos protecionistas só para a questão do radicalismo da sustentabilidade que, muitas vezes, acaba com um bicho que está acima de todos os bichos, que é o bicho-homem.

O Brasil era para ser uma referência internacional na produção de pescado, seja ele da aquicultura ou da pesca extrativa.

Mas não, torna-se, Senador, uma das vergonhas mundiais.

Aqui, quando se fala em produzir, parece que se está falando em subversão, em criminalidade. Quando alguém tenta produzir essa proteína tão nobre, Srs. Senadores, é coibido. É impressionante como é demorado

para se tirar um licenciamento, seja da aquicultura ou simplesmente, Senador Flexa Ribeiro, de um pequeno barco para pescar uma das espécies deste País.

Mas não é impressionante se verem os reservatórios do Nordeste, Senador Benedito Lira, V. Ex^a, como nordestino? Hoje, só quem se beneficia deles é o sol; completamente ociosos, podendo estar produzindo proteína, como colocou aqui o Presidente da Federação dos Engenheiros de Pesca. Os senhores imaginem: 1% de cada reservatório desses já faria deste País um grande produtor de pescado.

Se olharem para as embarcações que pescam no litoral brasileiro, vão encontrar uma resposta para ser considerado um país de Terceiro Mundo, talvez perdendo apenas para os países da África. E nós não temos a capacidade – o pescador tem, o empresário tem –, lamentavelmente, de ter uma convivência pacífica entre o Governo e o setor de pesca e aquicultura brasileiro.

Se é o camarão, Senador, todo produtor de camarão para ter o licenciamento tem de ganhar na Justiça; se é a tilápia, se é piramutaba, se é a lagosta do Nordeste, palco de grandes confrontos e que sempre teve o acolhimento do Senado e da Câmara Federal... Senão, neste País não se pescava mais uma lagosta, Senador Flexa Ribeiro, que nos auxiliou tanto nessa luta.

E a quem beneficia isso? A milhares de famílias do Amapá até o norte do Rio de Janeiro, que pescam lagosta, produzem, como aqui estão empresários do setor da lagosta também, como os pescadores, para produzir divisas de exportação para este País? Ou a ONGs internacionais que querem coibir a produção brasileira para que a produção dos seus países cresça, tendo um mercado na Europa, na Ásia e na América?

Estou falando isso porque sou brasileiro e percorro este País, cada Estado deste País, vendo o sofrimento do meu povo, que não quer pedir emprego para governo; quer o direito de produzir para dar uma vida melhor às suas famílias, para fazer com que seus Municípios cresçam, seus Estados, a sua Nação. E, lamentavelmente, na maioria das vezes, Srs. Senadores – e esta Casa é testemunha porque já contribuiu para evitar muitos conflitos e até derramamento de sangue –, é coibido pela polícia de produzir, sendo tratado como marginais.

Vimos aqui ao Senado, hoje, para pedir a intermediação e o auxílio do Congresso para fazermos uma única coisa com que todo cidadão e toda cidadã sonha: trabalhar para ter uma vida melhor, para ver o seu Estado e o seu País crescerem, porque, lamentavelmente, se temos de trabalhar, na maioria das vezes, temos de ganhar o direito na Justiça, como tem acontecido nos últimos anos em razão de conflitos internos dentro do Governo.

Eu entendo que a Presidente Dilma e o presidente Lula, quando criaram e mantiveram esse Ministério da Pesca, foi com esta visão de fazer com que um país que tem potencial, tem vocação para o setor primário e principalmente para a pesca e aquicultura, pudesse desenvolver-se; não ser o maior importador de pescado da América do Sul.

A quem interessa ver o Brasil nessa situação? A quem interessa ver milhões de cidadãos que trabalham todos os dias, diferentemente de todo mundo, e que terminam, vão para suas casas, muitas vezes em cima de um compensado com dois isopores dentro e uma vela, há algumas dezenas de milhas, sem ter nem onde se deitar, sendo obrigado a ficar esse tempo todo em pé, como é o caso do nosso jangadeiro nordestino, do nosso paqueteiro, para trazer a subsistência da sua família, e muitas vezes são recebidos à bala? A quem interessa isto? A quem interessa esse Brasil, um Brasil onde o bicho homem está abaixo dos outros bichos? É o que pergunto aqui para os Senadores presentes.

Quantas pessoas saíram de Rondônia, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul para vir aqui buscar essa resposta?

Nós queremos que o Governo dê um ministério de verdade, um ministério que tenha autonomia, não a autonomia que tem hoje o Ministério da Pesca, pois um técnico do Ibama se levanta em uma reunião interministerial, com a presença do setor produtivo, e diz “eu discordo e vou embora” e, simplesmente, empresários, trabalhadores e o resto do Governo têm que se submeter ao capricho de um cidadão. Esse não é o Brasil que nós queremos para o nosso povo. Nós queremos ter o direito de trabalhar, Srs. Senadores. E é por isso que nós sempre tivemos guarida aqui, no Senado e na Câmara, que o Congresso Nacional sempre nos intermediou.

Mas nós já estamos cansando, pela nossa falta de condições, de todos os meses de estar aqui dentro em crise, como foi, na semana passada, com a crise com que queriam fazer com que 80% ou 90% das nossas espécies comerciais simplesmente deixassem de ser pescadas. Por que estudo? Por qual estudo?

E eu queria fazer aqui uma denúncia muito mais grave para este Senado. Por que não se pega o dinheiro das compensações ambientais, principalmente das sísmicas, de onde o petróleo é explorado, do mar da gente, e as compensações das hidrelétricas, Senadores, e se cria um fundo nacional da pesca para discutir como a gente pode pescar, para fazer estudos, não para estar com estudos arcaicos e ultrapassados impedindo o desenvolvimento do Brasil e o crescimento da família brasileira que vive da pesca e da aquicultura? Para onde vai esse recurso que é oriundo, muitas vezes, do nosso sangue e do nosso suor, porque as plataformas estão em cima dos nossos pesqueiros, porque as hidrelétricas acabam com a piracema e com as pescarias das águas

interiores brasileiras, e não vai para um fundo nacional da pesca e da aquicultura para que esse dinheiro seja retomado em favor do setor, de pesquisa e de aumento de produção? Fica aqui esta interrogação.

Por que não há um dinheiro, Srs. Senadores, que é fruto da nossa desgraça, porque, na hora em que uma plataforma está em cima de um pesqueiro, tirou o nosso ganha-pão, porque na hora em que uma hidrelétrica é construída, há um prejuízo irreparável para o nosso setor. Mas nós não podemos ser contra o desenvolvimento. Nós estamos precisando, sim, que esse recurso volte dessas compensações que vão para outros setores, outros segmentos, para poder se estudar e dizer para o pescador o que ele pode pescar e dar condições de ele pescar, não como São Pedro pescou, mas como os pescadores modernos do mundo pescam.

Era isso que eu queria colocar no primeiro momento.

Lembrem-se de que, diante do país que nós temos, ser o maior importador de pescado da América do Sul não é incompetência de quem vive do setor, mas falta de gestão, porque o conflito entre os órgãos do Governo é permanente e é por isso que o setor clama pelo fim dessa cumplicidade que até hoje não tem dado certo e que só tem dado prejuízo para a pesca e a aquicultura brasileira.

Faço este apelo a vocês, para intermediar junto ao Governo, para nós sairmos deste marasmo e deste conflito, que termina à barra dos tribunais ou desta Casa, para intermediar todas as vezes, para podermos trabalhar e fazer um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Encerrada a apresentação dos nossos convidados, nós, agora, abrimos o debate.

Concedo a palavra ao primeiro orador, Senador Waldemir Moka, que precisará se retirar daqui logo em seguida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para ser objetivo, quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira pela propositura desta audiência pública.

Cumprimento o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincoln da Cruz; o Dr. Elizeu; o Dr. Armando Burle; o Dr. Otacílio Filho e o Dr. Luís Sabanay.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a mim foi passado que estão presentes aqui – pode ser que haja mais – as federações do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Ceará, do Pará, da Bahia, do Maranhão, do Amapá, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul. E deve haver outras aí.

Quero saudar todos, em nome do Presidente da Federação do meu Estado, Armino Batista dos Santos Filho.

Vou começar, dizendo o seguinte: sempre que escuto este debate, fala-se muito pouco em pesca de rio. Vocês falam muito de costa, de mar. Eu entendo isso do ponto de vista de recursos, da indústria. Não tenho dúvida disso, mas penso que temos de dar atenção também para os pescadores dos rios. E, no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, essa é a pesca que nós, que somos do Centro-Oeste, conhecemos.

Sr. Presidente, esta é a primeira coisa que ficou clara para mim: essa chamada gestão compartilhada entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente é realmente uma coisa muito difícil de acontecer, principalmente quando dizem “uma única pessoa”. Quer dizer, se não houver consenso... Até parece aquela decisão do Confaz: se houver um secretário da Fazenda que não concorda, não se pode fazer mais nada.

Então, acho que a intermediação começaria por aí. Acho que a gente deveria começar discutindo, por exemplo, com o Ministro Chefe da Casa Civil e com o pessoal aqui, porque essa é uma decisão política. Nós precisamos fortalecer o Ministério da Pesca, que precisa ter mais autonomia.

Agora, é muito importante que essas pescas sejam controladas. Sou um daqueles que acreditam que o próprio pescador tem interesse nisso, porque ele não quer que isso acabe. Mas deve haver regras claras, definidas, para que o pescador não seja tratado como criminoso. Já existe o período de defeso. Por um tempo, por um período, o pescador não pode pescar. Agora, proibi-lo de pescar fora do período de defeso parece um contrassenso.

Essas coisas precisam ficar claras, Sr. Presidente.

Lamentavelmente – quero pedir desculpas –, eu, como o Senador Jayme, tenho de participar de uma audiência pública em que se vai discutir a guarda compartilhada das crianças. Eu presido a Comissão de Assuntos Sociais, cuja reunião começa às 10h, daqui a 17 minutos. Eu tenho de ir lá para receber os expositores, para que possamos fazer a audiência pública.

Mas considero este assunto aqui da maior importância. E, junto com o Presidente da Federação do meu Estado, o Armino, quero, Sr. Presidente, colocar-me à disposição de V. Ex^a e dos representantes aqui para intermediar. O que é preciso é intermediação, é mediação política.

Para mim, ficou claro que, se não acabarmos com essa história de que uma única pessoa pode impedir a decisão de toda uma assembleia ou de um conjunto de vários segmentos que representam a cadeia, aí, realmente, será muito difícil algo acontecer.

Quero concluir, dizendo ao Armino que, evidentemente, hoje, não participo deste debate como gostaria, mas o Presidente Benedito de Lira me conhece, os Senadores aqui me conhecem, conhecem a minha determinação e conhecem, sobretudo, a minha disposição de estabelecer convergência. Ao longo da minha vida política, sempre acreditei que é possível, e a gente sempre tem que ir para o lado da convergência, mas uma convergência em que não pode haver essa questão de uma única pessoa vetar decisões quase coletivas. Aí, não dá. Então, temos que, politicamente, destravar essa questão. É importante a questão da sustentabilidade. Eu não consigo ver o desenvolvimento da pesca no País sem a questão da sustentabilidade, mas a sustentabilidade também não pode travar o desenvolvimento e o progresso.

Imagina, Presidente, somos importadores de pescado, com o potencial que tem o Brasil, seja na costa, seja também nos seus rios!

Eu gostaria que fosse um pouco mais discutida essa questão dos pescadores de água doce, ou seja, dos rios brasileiros.

Muito obrigado.

Peço desculpas por ter que me ausentar.

Eu tenho certeza de que o encaminhamento aqui será no sentido de marcarmos uma audiência pública – permita-me, só como sugestão, Presidente Benedito – com o Ministro-Chefe da Casa Civil, com um representante, para a gente começar a discutir: essa é a questão. E a partir daí, evidentemente, chamar o Meio Ambiente, chamar o Ministério da Pesca, para ver como é que nós encaminhamos isso, no sentido de que os pescadores possam, realmente, ter essa liberdade. Que não seja tão difícil se conseguir uma licença; que não seja tão difícil, como disse o nosso Presidente aqui, o pescador trabalhar para ganhar o sustento da sua família e produzir riquezas para este País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Moka, mas queria dizer a V. Exª que – muito bem lembrado por V. Exª –, nós já tínhamos anotado aqui que iríamos promover gestão junto ao Gabinete Civil para um encontro desta Comissão com representantes da Pesca, a fim de começarmos a tratar desse assunto.

Eu gostaria de cumprimentar o nobre Deputado e futuro Senador Paulo Rocha, que se encontra presente.

Eu queria fazer uma comunicação à Casa e aos Srs. Senadores: tive a informação agora de que faleceu na madrugada de hoje o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos. Enviamos à sua família as nossas condolências.

Dando sequência, com a palavra S. Exª o Sr. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Bom dia a todos.

Quero saudar o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, e os nossos convidados: Otacílio Araújo, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura; Luís Sabanay, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais; Abraão Lincoln, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores; Elizeu Augusto Brito, Diretor-Presidente da Federação Nacional de Engenheiros de Pesca do Brasil; o amigo Armando Burle, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura; o ex-Presidente do Conepe, o amigo Fernando Ferreira, hoje Vice-Presidente da Região Norte; Orlando Lobato, Presidente da Federação dos Pescadores do Pará; e, em nome do Orlando Lobato, do Cláudio Botelho e da Tanise, quero saudar todos os pescadores do meu Estado.

Quero saudar também o Senador Paulo Rocha, eleito pelo Estado do Pará. Vamos estar juntos, a partir de 1º de fevereiro, ajudando a desenvolver econômica e socialmente o nosso Estado.

Apesar das divergências ideológicas e políticas, nós trabalhamos juntos pelo Estado do Pará há muito tempo. Paulo Rocha é aquele petista com quem dá para conversar, porque há o petista com quem não dá para conversar. *(Risos.)*

O SR. PAULO ROCHA – Tem também o PSDB que dá para conversar. *(Risos.)*

Bom, Senador Benedito de Lira, quero parabenizá-lo pelo requerimento.

Lembro que, mais de ano atrás, tivemos uma dificuldade sobre a questão da pesca, e ao Abraão Lincoln e outros companheiros vieram até mim, e eu disse: isso quem vai poder resolver é o nosso Presidente da Comissão. Fomos ao seu gabinete, fizemos uma extensa reunião, e, após essa reunião, o Senador Benedito de Lira passou a defender o setor com toda a sua competência e determinação que nós conhecemos aqui no Senado Federal.

Quero agradecer a V. Exª a ajuda que tem dado, a partir de então, ao setor.

Acho, Senador Benedito, que a sugestão do Senador Moka é muito importante: que V. Exª, pela Comissão, peça uma audiência ao Secretário da Casa Civil, Ministro Mercadante, para que possamos fazer uma reunião

com S. Ex^a, se possível reunindo logo o Ministério da Pesca com o de Meio Ambiente e o Ibama, para dirimir essas posições que repesam o desenvolvimento da pesca em nosso País.

Lamento que nesta reunião não estejam o Ministério do Meio Ambiente nem o Ibama.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Mas ele fica escondido ali, porque ele não gostaria de ouvir aquilo que ele tem para dizer do Ministério do Meio Ambiente.

Eu sou a favor, como o Abraão Lincoln disse, do bicho homem. Essa, sim, é uma espécie em extinção se nós não cuidarmos dela.

Então, lamentavelmente, o Ministério da Pesca foi criado, Senador Benedito de Lira... E, se não fosse – lembro muito bem – a sessão, no plenário do Senado Federal, em que nós votamos a criação do Ministério da Pesca... Eu estava, naquele dia, relatando a Lei da Pesca e disse que nós não votaríamos a criação do Ministério da Pesca sem antes votarmos a Lei da Pesca, porque, se não votássemos a Lei da Pesca, estaríamos criando um Ministério para ser cabide de emprego do Governo. E, lamentavelmente, pelo que aqui foi dito, o Ministério da Pesca não tem autonomia para fazer aquilo que lhe é devido: incentivar a pesca no nosso País, fazer com que o Brasil participe do mercado mundial da pesca.

Foi dito que o Brasil é o maior importador de pescado da América do Sul. Se for bacalhau, tudo bem, mas não é só o bacalhau. Mas o Brasil, pelo que sei, participa do comércio mundial com apenas 1% – era o número que eu tinha; não sei se já baixou. Aumentar, com certeza, não aumentou. Então, isso não é possível. Nós temos uma costa para explorar, temos as águas interiores também, como disse o Senador Moka, e somos, podemos ser um grande produtor mundial, rivalizando com outros países. E não conseguimos nem cobrir o mercado brasileiro. O consumo de peixe *per capita* no Brasil é um dos mais baixos do mundo, também, pela dificuldade.

Acredito, Senador Benedito de Lira, que nós precisamos ter também uma audiência com o Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente, onde pode ajudar, atrapalha. Todos nós defendemos a preservação do meio ambiente.

Todos nós queremos. Inclusive foi dito que os pescadores são os primeiros a defender a sobrevivência do peixe, ou não terão do que viver. O mesmo ocorre com o setor madeireiro. Se cortarem as madeiras todas, não terão sustentabilidade para suas atividades. Mas o Ibama, que é um órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente, age de forma, eu diria, quase repressiva, com violência. Como foi dito aqui, a agressão não se limita a não permitir que o barco saia para pescar. Vai às regiões mais distantes do nosso Estado, chega lá e, em vez de repreender, fazer uma fiscalização educativa, queima os equipamentos. Onde encontra um trator, toca fogo. Onde encontra uma retroescavadeira, toca fogo no equipamento. Eu fui verificar, e está na lei. O fiscal tem autoridade para tocar fogo no patrimônio dos outros, que o conseguem com grande sacrifício.

Mas, com relação à pesca, já foram registrados aqui todos os problemas da pesca. O meu Estado rivaliza com o Estado de Santa Catarina em relação a quem é o maior produtor de pescados do Brasil. Eu acho que é o Pará. O que nos falta, às vezes, é ter uma estatística correta e definir o pescado produzido no Pará.

Lembro-me de que, certa vez, estava no plenário do Senado, Senador Benedito de Lira, fazendo um pronunciamento, e comentei com o Senador Tasso Jereissati, que está voltando ao Senado, para honrar a nossa Casa: “Senador Tasso, a lagosta que o seu Estado do Ceará exporta vem do meu Estado do Pará. Ela é levada para o Ceará e, de lá, é exportada como pescada no Ceará”. E ele me respondeu, brincando: “É, Flexa, eu já notei que a lagosta que está lá no Ceará tem sotaque paraense”. É uma verdade.

Mas eu queria perguntar aos senhores, e é uma pergunta coletiva: qual a maior dificuldade que vocês enxergam nessa gestão compartilhada do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio Ambiente? Que dificuldade é essa, que os dois Ministérios não conseguem fazer o que todos nós queremos: aumentar a produção de peixe, de cativeiro ou não, em nosso País?

Qual é a responsabilidade de cada Ministério no setor da pesca? O que o Ministério da Pesca tem como responsabilidade e o que o Ministério do Meio Ambiente tem como responsabilidade? Eu estou entendendo que o Ministério do Meio Ambiente está acima do Ministério da Pesca para o setor da pesca. Ele determina mais.

O que o pescado representa para a sociedade brasileira?

Eu gostaria, se possível, de confirmar a participação da pesca do Brasil no mercado internacional. Qual é a produção da pesca registrada pelo Ministério da Pesca no Brasil e até onde podemos avançar na produção e chegar a que nível, se tivermos o apoio correto do Ministério do Meio Ambiente e do Governo Federal?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Estava inscrito também para se manifestar o Senador Jayme Campos, mas parece que ele já deixou o ambiente.

Agradeço ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

Logicamente, concedo a palavra aos nossos debatedores para que possam dar as informações solicitadas pelo Senador Flexa Ribeiro: quantitativo, capacidade de produção, qual é a dificuldade existente entre os dois Ministérios com relação à gestão compartilhada ou à gestão conjunta. Parece-me que não há uma discussão com relação à compartilhada, mas sim, um conflito com relação à gestão conjunta, considerando, inclusive, esse episódio de que num colegiado, num conselho reunido, todos os conselheiros tomaram uma decisão e apenas um discordou e, conseqüentemente, o resultado não foi eficaz na decisão do conselho, por conta da divergência de um membro do conselho que representava naquela oportunidade o Ibama.

Então, é aquela mesma história, mesmo histórico do Confaz. Reúnem-se os 27 Estados com seus secretários de Fazenda para tomarem uma decisão; se houver a divergência de um, os 26 não representam absolutamente nada.

Então, tem a palavra... Vamos começar pelo Sabanay.

O SR. LUÍS SABANAY – Em relação ao desenvolvimento de pesca e aquicultura, Senador Flexa, o potencial brasileiro é a água. A pesca tem limites óbvios, o estoque que há no mar, nos rios brasileiros... Bem lembrado pelo Senador Moka, o continente tem uma vastidão de espaço onde a pesca extrativa é bastante presente no Estado do Mato Grosso do Sul, uma área muito sensível, que é a área do Pantanal principalmente, tem regras mais rígidas para essa questão da atividade pesqueira, mas o potencial do Brasil são as águas e a riqueza da diversidade dos estoques de pescados que o Brasil tem, uma riqueza imensa. Só na Região Amazônica, cerca de 4 mil espécies de peixes diferentes, que podem ser, de alguma forma, trabalhadas tanto de uma forma ordenada a pescaria, como também a questão do desenvolvimento da produção de aquicultura.

A segunda questão é por que ainda não alcançamos o patamar necessário do desenvolvimento. Aí, há um conjunto de fatores, mas, Senador Flexa, por exemplo, aquicultura brasileira cresce, em média, 10% ao ano, nos últimos seis anos. Nós saímos da produção de 1,1 milhão de toneladas para 1,7 milhão de toneladas, 1,8 milhão de toneladas nesse último período – não só de aquicultura, mas também da pesca. Como é um produto inicial no desenvolvimento e com diferenças... Porque não podemos falar no desenvolvimento em relação à água brasileira da mesma forma que falamos da terra, porque a terra é um ente privado, o solo é privado. O espaço das águas brasileiras é público e ele tem regras de múltiplo uso, necessariamente precisam ser consideradas no compartilhamento da ação do desenvolvimento. Então, não é só discutir por que não chegamos a um patamar de desenvolvimento de produção de 3 milhões de toneladas ao ano! Não é. Nós ainda estamos discutindo as condições de ocupação de espaço para o desenvolvimento, que são as águas do nosso País. Isso, por exemplo, na aquicultura, é um fator preponderante.

A segunda questão é que, na pesca brasileira, todos nós sabemos que temos um estoque diversificado, mas temos um estoque limitado de peixes.

Não dá para chegar e capturar, tem de ter... Podem-se capturar 2 milhões ou 3 milhões de toneladas de pescado? Pode. De fato é o que acontece, porque há uma pesca ainda que não está mensurada pela sua legalidade. Nós precisamos melhorar essa questão.

Há outro fator que são as condições de pesca que geram desperdício muito grande de pescado. Eu tenho dito o seguinte: se nós aprimorarmos a nossa regra de captura, com um manejo adequado na captura, nós podemos aumentar em até 20% a nossa produtividade de pescado, sem pegar um peixe a mais. Esse é um fato.

Outro fato é o acesso às condições econômicas para o desenvolvimento. Como o pescador não tem um patrimônio consistente – é água que ele ocupa não é um espaço fundiário –, ele não consegue dar uma contrapartida para um acesso a um crédito mais adequado para melhorar o seu barco, o seu apetrecho e as suas condições, apesar de isso ter melhorado ao longo dos anos.

São fatores que, ao longo desses anos, temos debatido, para saber como se aprimoram as regras e colocam a pesca e a aquicultura no seu devido lugar, para dar o salto de desenvolvimento de que o Brasil precisa.

Outra questão é qual é a dificuldade na relação com o meio ambiente. Não era para existir, mas são conceitos distintos. O meio ambiente tem o papel da conservação, uma série de políticas. As leis ambientais que o Brasil possuem uma das regras mais rígidas do mundo. Isso é fato.

O papel de pesca e aquicultura é fomento e desenvolvimento, é uma questão econômica e social. Como se equacionam essas relações? A questão do desenvolvimento do petróleo é um exemplo: é o mesmo espaço de atuação, a finalidade e o resultado também são, e há regras para que se possa explorar o petróleo de maneira adequada, porque é uma questão estratégica para o Brasil. A energia é a mesma coisa: ocupa o mesmo espaço, há também na regra o fator de desenvolvimento de atividade econômica, e já há regras estabelecidas. A dificuldade é exatamente o regramento que faça a leitura, na questão ambiental, de que nós somos uma entidade de fomento e de desenvolvimento para o Brasil, de que é fundamentada na questão do desenvolvimento econômico e social e de que temos de considerar na nossa política a sustentabilidade. Regras! Essa é a minha opinião.

Por último, encerrando a minha intervenção de respostas, qual é o papel de cada um? Na lei de pesca e aquicultura que foi estabelecida, existe um fator especificamente que é compartilhado, que é a questão do ordenamento da pesca. Por quê? Porque se fazia a leitura de que nós que atuamos no fomento e no desenvolvimento econômico e social do pescado brasileiro não podíamos estabelecer a regra em relação aos estoques que são naturais, à ocupação de água ou ao cuidado com o pescado. Então, estabeleceu-se esse compartilhamento para que, em conjunto, nós pudéssemos desenvolver a política de ordenamento de pesca brasileira.

São dificuldades iniciais, porque, comparando, por exemplo, com o desenvolvimento agrícola brasileiro com mais de 150 anos, em que, em 80 anos, houve a soja, o café, as tecnologias aprimoradas, a criação da Embrapa há 50 anos, a exploração do cerrado, ainda somos uma ferramenta juvenil do desenvolvimento brasileiro, Senador Benedito de Lira. Juvenil! Então, nós estamos pagando o preço da nossa adolescência nesse processo. Mas, obviamente, se tivermos uma atuação regada e adequada que faça a leitura da importância do desenvolvimento econômico e social da pesca e aquicultura brasileira, nós aprimoraremos as regras e poderemos agir com maior efetividade no resultado do desenvolvimento brasileiro do nosso setor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O Dr. Otacílio Filho tem a palavra.

O SR. OTACÍLIO FILHO DE LIMA ARAÚJO – O Brasil – algumas anotações que fizemos – é reconhecido como uma das nações de maior potencial de desenvolvimento da aquicultura e da pesca, o que torna imprescindível que a atividade pesqueira tenha um direcionamento voltado para o atendimento dessa demanda, permitindo impulsionar a atividade nacional a patamares semelhantes a um dos principais produtores e exportadores de pescado mundial.

Em termos legais, se você verificar a Lei da Pesca, que, quando diz atribuições com o MMA, o MPA faz a gestão compartilhada com o MMA, mas sob a coordenação do MPA. A coordenação é nossa. Em termos legais, compete ao MPA: a Política Nacional Pesqueira e Aquícola, abrangidos produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem, fomento da produção pesqueira e aquícola, implantação de infraestrutura de apoio à produção e ao beneficiamento, à comercialização do pescado e de fomento à pesca e à aquicultura; organização e manutenção do Registro Legal de Atividade Pesqueira (RGP), sanidade pesqueira e aquícola, normatização e fiscalização de atividades de pesca e aquicultura, no âmbito de suas atribuições e competências; concessões de licenças, permissões e autorizações; pesquisa pesqueira e aquícola.

Alguns dados para que vocês possam anotar, ter ciência: está no cadastro do MPA cerca de 20 mil aquícultores cadastrados, 143 empresas pesqueiras, 3.015 armadores de pesca, 230 mil pescadores amadores, mais de um milhão de pescadores profissionais (podendo chegar a um 1,2 milhão), 42 mil embarcações pesqueiras, que atuam nas mais diversas modalidades de pesca.

Então, é uma atividade que está a pleno vapor e precisa ser fomentada, ser gerenciada, ser desenvolvida, renovação da frota, pesquisas e mais pesquisas. O Ministério se comprometeu, em 2014, contratando o IBGE, a fornecer, referentes a 2013, os dados da aquicultura, e também contratamos em 2014 um instituto de pesquisa para fornecer os dados da aquicultura referentes à 2013, para nós podermos publicar isso, para que nós não trabalhemos, planejemos ou executemos nenhuma ação sem sabermos a real dimensão do que é pescado, onde é pescado, como é pescado e o que se pesca.

Fazendo isso, nós teremos, sim, um melhor ordenamento pesqueiro, uma melhor forma de desenvolver o setor, de maneira sustentável, sim. Queremos, sim, desenvolver a pesca de maneira sustentável. A integração do setor, o fortalecimento da indústria nacional – como eu disse no início –, para que os nossos pescados, os produtos de pesca, estejam na mesa do brasileiro, do cidadão brasileiro, na nossa mesa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Presidente da Confederação, Abraão Lincoln. (Pausa.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – O Abraão é mais fluente e demora mais, eu vou ser mais rápido aqui um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – O Abraão tem que ser rápido.

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Bom, eu vou primeiro agradecer a presença do nosso Senador Paulo Rocha. Muito obrigado por ter vindo.

A pergunta do Senador Flexa foi muito boa: qual é o conflito que existe?

O conflito é de conceito. Eu não tenho nada contra o pessoal do meio ambiente, muito pelo contrário. O pessoal do meio ambiente... Foi criado o Ministério para cuidar do meio ambiente. O Ibama foi criado para fiscalizar o meio ambiente. Então, toda a preparação dos fiscais é para a preservação, é ligada a ONGs, é preservação. Como que um camarada que é ligado à preservação vai fazer fomento? Nunca.

Não mata o peixe não, pelo amor de Deus, deixa o peixinho viver. Não corta a árvore não, deixa a árvore em pé. Não existe, não existe.

Vocês se lembram da soja transgênica, a confusão que foi aqui no Brasil para plantar isso. O meio ambiente quase mata todo mundo aqui.

Então, meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente é para fiscalizar, é para proibir excessos e pronto. Não é para fomentar. Nunca que o Ministério do Meio Ambiente vai fomentar. É você poder um médico legista e querer que ele salve vidas, ele não vai, ele vai dizer por que o cara morreu.

Acabou, não existe. Então, não existe. O conceito foi errado. Não existe. Meio ambiente tem que continuar forte, continuar fiscalizando para manter os estoques, mas é uma questão de conceito: meio ambiente é meio ambiente, é para fiscalização, não para fomento, nunca vai conseguir, sempre vai haver uma pessoa... É feito eu lhe disse, você entra na Justiça, quando há um conflito, e você já entra errado, porque meio ambiente no Brasil hoje, veja bem, se eu matar um Senador da República, eu tenho como ter um *habeas corpus*, agora, se eu matar um peixe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – ...um beija-flor, um peixe errado, é crime inafiançável, então é melhor matar Senador, porque é mais fácil de me defender. *(Risos.)*

Então, é um absurdo uma coisa dessa.

Vou falar agora com o Sabanay, meu amigo: parar de planejamento. Esse Ministério tem dez anos, amigo, está bom de planejar. Em dez anos, não planejou não?

O que eu acho é que tem que ser encarado esse Ministério e dar força, fortalecer. Em dez anos, tivemos seis Ministros. Em dez anos, nesse mesmo período, tivemos apenas dois Ministros do Meio Ambiente, a turma é a mesma lá. Agora, no Ministério da Pesca, só há o Sabanay nesse período. O resto, meu amigo, é tudo cara nova.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – E o Eloy também, que está... O resto muda todo mundo. Como é que alguém vai...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Móveis e utensílios.

Como que você pode, veja bem, um Ministério que, em dez anos, teve seis Ministros. Quantos secretários executivos? Sei lá, dez secretários executivos. Não tem, como é que vai fazer? O camarada, quando aprende o caminho de casa, sai. O meio ambiente não, está lá a equipe formadinha, esse pessoal de que ele está falando, esse técnico que saiu está lá desde o tempo da Sudepe. Então, amigo, a gente apanha com pau de dar em doido.

Outra coisa: o petróleo. Falou-se aqui do petróleo, quem polui mais: peixe ou petróleo? Por que o petróleo sai? Porque é uma decisão de governo, precisa de energia, então vai sair. Agora, enche de plataforma – é ótimo, eu acho que deve explorar o petróleo mesmo –, a plataforma já é uma área de exclusão, porque, em toda plataforma que botam e em todo oleoduto, a pesca é proibida ali. E cadê essa compensação ambiental? São alguns milhões. Foram para onde? Para a pesca nunca vi um real. E danam-se a fazer a área de exclusão, danam-se a fazer a área de exclusão, na marra. Eu fui para uma audiência pública em Bragança, fui com o Deputado Federal Miriquinho, pedi para ele ir lá. Nem direito... O cara dizia: "Eu sou Deputado Federal." E respondiam: "Cala a boca, fica aí sentado e toma um sanduíche."

E pronto, é desse jeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Você estava lá?

Perguntou: sanduíche ou coca-cola.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – E estava o Secretário também do Ministério da Pesca. E o Secretário: "Não, não, você não fala não".

Então, que diabo é isso, amigo? Então, não há muito o que planejar e o que coordenar nisso aí não. Está bom de planejamento. São dez anos no mesmo Governo. Seis Ministros!

Nunca você vai conseguir, e não é com o Ministério da Pesca. Se você pegar qualquer Ministério, da Agricultura e Pecuária, qualquer Ministério, e botar o Ministério do Meio Ambiente, vai travar, porque a função dele é essa. Eles são fiscais de meio ambiente. Acabou!

O senhor vai fomentar o quê? O senhor lembra qual vez, quando está acontecendo tal coisa: “Olhe, eu vou pensar em liberar o peixe ornamental.” Não pensa. Do peixe ornamental o Brasil era o maior produtor, hoje é tudo contrabandeado. As empresas que exportavam foram literalmente quebradas, lacradas, o pessoal continuar pescando e vai de contrabando, e nossos vizinhos exportam. E aí? E aí nada. Ninguém pensa no meio ambiente em fomentar. Quem é que pensa em meio ambiente: vou desmatar? Para completar, veja bem, se for do meio ambiente, e for Amazônia, e for Pantanal, piorou. No mês passado, houve a seca em São Paulo.

O Fantástico mostra que a seca em São Paulo é consequência do desmatamento no Pará e no Amazonas. Por isso falta água em São Paulo. Então, pagamos esse preço por estar na Amazônia, pagamos o preço por estar no Pantanal.

Senador Benedito, enquanto não for compartilhado, não vai para canto nenhum. Essa questão do compartilhamento é crassa. A fiscalização tem que existir, como existe em tudo. O compartilhamento – V. Ex^a não estava aqui Senador Flexa...

O servidor entra no Ministério do Meio Ambiente por concurso, é treinado, é um técnico bem treinado, o governo gasta dinheiro para fazer conservação do meio ambiente, mas ele não está preocupado com fomento nunca, não está preocupado com o PIB do Brasil. Ele não quer saber de PIB, não quer saber de exportação, ele não quer saber de geração de emprego e renda; isso não é problema dele. Isso é problema do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Pesca. Ele se preocupa com questões ambientais. E você não pode colocar um órgão ambientalista para fazer gestão de fomento, é uma questão de conceito. No meu ponto de vista não há como manter isso.

Uma coisa seriíssima no Ministério da Pesca é a rotatividade, como estou repetindo para o senhor, Senador. Em dez anos, foram seis Ministros, não sei quantos secretários, não sei quantos secretários executivos, técnicos. Começam mudando tudo, e não vai ter mais nada. Se em dez anos não conseguiu planejar, não vai planejar mais nunca, não é verdade? Está na hora de executar.

Vamos passar agora a palavra para o Abraão.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Queria falar para o Senador Flexa Ribeiro o seguinte: a avaliação que vamos fazer aqui num curto tempo é a de que, para quem está fora desta Casa, para a sociedade brasileira e para o mundo, o Brasil é o país mais incompetente em termos de setor pesqueiro e aquícola, por que, como já falamos daquelas razões do potencial todo, como um homem que está no Rio Grande do Norte ou do Ceará ao Rio Grande do Sul hoje, por exemplo, principalmente no Nordeste, entende o fato de o Governo chegar – claro que não podemos ser contra o desenvolvimento do Brasil, principalmente na área energética – e jogar uma plataforma de petróleo a quatro ou cinco milhas da costa, que é onde o pescador artesanal trabalha? Queiram ou não aquilo lá vira uma área de preservação, porque ninguém tem acesso a ela. Se chegar um barco nosso, meu Deus do céu, o mundo se acaba, porque já é uma área de preservação!

Quando nós temos, entre o litoral, por exemplo, de Icapuí, na divisa do Rio Grande do Norte, que é um Estado pequeno, e a cidade de Caiçara do Norte mais de 30 plataformas na área dos pesqueiros, do pescador artesanal e houve compensações ambientais, sabe o que acontece, Srs. Senadores e autoridades que nos escutam? Esses homens e mulheres que trabalham na região não têm sequer, como falou o Armando, acesso, Senador Paulo Rocha, a um real dessas compensações. Quando chegam lá, às vezes, é com um bombom, uma velinha de barco, como se fosse consolo para assinar um documento de compensação ambiental. Estou falando isso como Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e provo. Não existe compensação grande, capaz, porque a verdadeira compensação era para que o recurso fosse para o Ministério da Pesca, para um fundo nacional do setor, para, aí sim, ser investido na melhoria de vida daqueles que vivem naquelas áreas ocupadas justamente pelo petróleo, por exemplo, ou pelas hidrelétricas. E esse recurso voltaria para as pesquisas, porque entendo o Dr. Roberto Brandão, pessoa fina, grande Secretário de Meio Ambiente, entendo o papel dele.

Aqui eu pedi a esta Casa para criar o fundo nacional da pesca, para que parte dessas compensações ambientais não vá, por exemplo, para a associação de criadores de beija-flor – eu não tenho nada contra o beija-flor –, porque o dinheiro é da pesca.

Estava na audiência de Bragança junto com o Secretário e com o Presidente do Conep, onde simplesmente não tivemos o direito, Senador Paulo Rocha, de abrir a boca, porque já veio tudo orquestrado. Sinto-me à vontade para falar isso. E não é só lá: é no País inteiro!

Por que não pegar uma parte dessa compensação, que são bilhões, e jogar não na mão do pescador diretamente, mas num fundo nacional? Os recursos desse fundo serviriam para reformar embarcações para produzir melhor, para usar fibra em vez de madeira e para – aí, sim – fazer uma política ambiental sustentável.

Quando deixarmos de usar a madeira, passaremos a usar fibra. Motores menos poluentes. Ensinar o pescador que ele não pode pegar determinado tipo de produto, de pescado ou de crustáceo, porque está em extinção. E não com a força da polícia, mas com educação ambiental. Dar opção de vida ao pescador, não como fizeram na questão da lagosta, quando jogaram todos na marginalidade, mas dando a ele condição de sobreviver com esse recurso, que ninguém sabe para onde vai.

Então, Senador, é uma questão de conflitos. Nós precisamos fazer com que este Brasil cresça.

O senhor imagine o seu Estado – coincidentemente, há dois Senadores do Pará aqui –, que é o Estado com o maior número de pescadores; na minha visão, o maior produtor de pescado, porque, aqui para nós, não sabemos quantos quilos de pescado se produzem neste País! Não há uma estatística exata! Pelos números do Governo, cada pescador pesca 800 gramas de peixe por ano, Senador. Oitocentos gramas de peixe por ano! O cara está lá na Inglaterra, pega a estatística pesqueira do Brasil e vê que cada pescador – os senhores que estão me escutando, que estão me assistindo, ouçam – pesca 800 gramas de peixe por ano; ele vai chamar os pescadores brasileiros de preguiçosos, incompetentes, maus pescadores, quando, na verdade, a estatística que nós temos não é real!

Há um potencial adormecido anônimo neste País, que precisa ser recuperado. Não é que, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente entrave tudo. Tem uma grande parcela, sim. Grande. Não, por exemplo, pela Ministra, pelos secretários, que são pessoas que hoje estão na função, amanhã são outras; mas por algumas pessoas que, no saudosismo do tempo da Sudepe e do Ibama, tentam sonhar que vão controlar a pesca um dia ainda.

E a questão extrativista, que tanto se discute? Pessoal, ninguém mais do que o pescador quer manter. Está aí a questão do peixe-boi como exemplo para o Brasil. Quando os pescadores veem um peixe-boi encailhado, ou uma baleia, fazem todo o tipo de esforço para retorná-los para o mar. Mas é importante também que a gente cuide do bicho homem, esse bicho que faz o Brasil crescer.

Eu trago para vocês um dado interessante: eu tenho pescadores que ainda trabalham como trabalho escravo; sabem por quê? Porque aqueles peixinhos bonitinhos dos aquários de todo mundo, que todo mundo quer comprar, o Brasil produz em alta escala e é todo contrabandeado! Sabe por quê? Porque o Ministério do Meio Ambiente não quer regulamentar! E, lá no Pará, na Superintendência do Pará, existem servidores que trabalham sistematicamente e que inclusive já foram punidos pela Ministra, e hoje voltaram para as mesmas funções, para impedir a legalização desse tipo de pequenos peixes, que valem milhões de reais ou de dólares, que poderiam contribuir para a balança comercial brasileira e para melhorar a vida do pescador que pesca os peixes ornamentais no Amazonas e no Pará. Mas não! Ninguém quer discutir isso!

Ninguém quer discutir o fato de a lagosta, em alguns países, ser pescada de mergulho, Senador. Diziam para nós, quando a Confederação, os pescadores e as colônias não eram organizados, que não existia pesca de mergulho. Hoje, graças à internet e aos estudos que a Confederação tem feito, Cuba, Panamá, Austrália e outros países pescam de mergulho, sim, que é pescaria mais seletiva.

Agora, o que é preciso? É preciso educar o homem, investir na educação dele. Não botar a polícia em cima dele, porque ele está trabalhando para sustentar a família e fazer este País crescer.

Então, o que é que eu imagino, Senador? Uma reunião na Casa Civil, porque eu sei que a Presidente Dilma não pensa dessa forma; ela pensa e quer que este País, como todos nós queremos, seja um país de desenvolvimento, onde todo mundo produza, trabalhe para fortalecer a família e o Estado para chegar a um consenso.

Se um servidor tem raiva de outro, o Brasil para, Senador. O Brasil para no nosso setor. Se um servidor tem dificuldade de relacionamento com outro, entre as instituições, o Brasil para. E, se a gente quiser que aconteça alguma coisa, tem que ir para a Justiça e gastar dinheiro com advogado para as coisas poderem acontecer. Então, é um governo só.

Nós queremos a sustentabilidade ambiental? É claro que queremos, e mais do que o Governo, porque sem ela nós não temos produção.

Faço uma pergunta: por que o Ministério da Pesca é o único ministério deste Governo que tem que ter essas amarras? O Ministério da Agricultura está aí dando um exemplo para o Brasil. O agronegócio, o pequeno agricultor familiar está produzindo bem. E há essas amarras? Não! Porque ele sabe que também tem que proteger o meio ambiente para a sua economia poder sobreviver.

Nós sabemos disso. Agora, precisamos que o Governo tome conhecimento. O Governo também precisa saber, até para justificar a existência desse Ministério. É preciso haver produção. O Governo não pode investir milhões numa máquina que não dá justificativa à sua existência, como é o caso do Ministério da Pesca. E não dá não é porque os seis Ministros que passaram por lá, Srs. Senadores, sejam incompetentes, não; muito pelo contrário. Todos os Ministros, desde o Fritsch até o Eduardo Lopes, agora, têm se esforçado diariamente para que as coisas aconteçam, mas o conflito é permanente. O conflito não é mensal nem anual; é diário. Só se resolve uma coisa na barganha: “Eu faço isso, e você assina aquilo; eu só libero o camarão do norte se você

assinar aqui que o tubarão preto tem que ser proibido.” O Brasil não pode se submeter a este tipo de capricho de escutar técnicos ou seja lá quem for em nome do Governo, em nome do povo brasileiro. Está discutindo caprichos, e a nossa produção, diminuindo.

Por exemplo, o senhor imagina o Estado de Alagoas, Senador Benedito Lira, sem caranguejo? A pesca ia ser proibida, na semana passada, como o senhor sabe. E sem lagosta? Isso não atingiria só a pesca, Senador Paulo Rocha, mas também o turismo do nosso País, que é o carro-chefe, por exemplo, dos nossos Estados: Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, Bahia e outros Estados.

Quais seriam as decisões que iriam tomar diante da queda de braço que tiveram? Se não fosse o Senado e a Câmara, através do Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, através de Parlamentares do setor e do Presidente da Câmara, a esta hora não sei o que estaria acontecendo onde há água neste País de conflito. Sabe por quê? Porque não há entendimento.

Nós não estamos aqui para criticar o meio ambiente ou para criticar o Ministério da Pesca; muito pelo contrário. Nós precisamos da existência dos dois, mas precisamos que se entendam. Sabe por quê? Porque, se eles se entenderem, nós vamos poder trabalhar, vamos poder produzir para este País crescer. E essa é a razão maior de estarmos aqui.

Por isso, eu quero pedir, aproveitando a presença desta pessoa maravilhosa, o Dr. Roberto, que converse com a Ministra para mudar os técnicos – são sempre as mesmas pessoas. Se verificarmos as atas das reuniões do GT, são sempre as mesmas pessoas que estão nas funções, há muitos anos, fazendo com que este País em que vivemos tenha o prejuízo irreparável que estamos tendo.

As cotas da ICCAT – o Dr. Armando se esqueceu de falar, mas acho que ele queria falar sobre isto – não foram cumpridas, porque nós não temos mais embarcações suficientes e todas estão obsoletas, tanto no setor empresarial como no artesanal. Quem vai investir recurso no setor se ninguém sabe o dia de amanhã? Ninguém vai investir! Ninguém vai empregar o seu capital para investir. Quem vai querer fazer negócio com um país que tem uma política duvidosa no setor? Amanhã pode parar tudo, e os contratos que foram honrados pelos empresários que estão aqui, escutando a gente falar, não serão cumpridos e honrados.

Então, tudo isso é uma interrogação que fica, não por acharmos que o Ministério do Meio Ambiente ou o Ministério da Pesca, um seja melhor do que o outro, ou pior, mas pelo entendimento de que nós somos brasileiros, nós precisamos trabalhar e, principalmente, fazer com que este País cresça, porque o momento que nós estamos aqui vivendo hoje é este: o Brasil precisa muito melhorar a balança comercial. O Brasil precisa muito de produção, seja agrícola, seja pesqueira, seja industrial, seja a que for; nós precisamos produzir para dar emprego e para fazer com que este País melhore.

Então, é isso o que eu queria pedir. Não vim aqui execrar o Ministério do Meio Ambiente, Dr. Roberto, que sempre me recebe com muito carinho e atenção, mas avaliar se, realmente, o caminho em que nós estamos não é um caminho que está à beira do precipício e pode fazer com que a estabilidade econômica de um setor que já rendeu tanto para este País vá para o fim do poço, porque é isso que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Para encerrar esta rodada, concedo a palavra ao Dr. Elizeu, para suas considerações finais e comentários a respeito da pergunta formulada pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ELIZEU AUGUSTO DE BRITO – Em se tratando de caranguejo, a primeira visão de muitas pessoas é usar o não, quando poderiam usar essa palavra, mas em outra colocação.

Recentemente foi feito um estudo na região que envolve o Maranhão, uma parte do Pará e o Piauí, de melhoria da renda do pescador de caranguejo por um ato muito simples. Segundo estudos, o que vou falar aqui não os números reais, mas números aproximados, anteriormente, de tudo que se capturava, 50% dos caranguejos iam para o lixo. Um item estudado é que, hoje, nós temos um aproveitamento que está acima dos 80% – antes se perdiam 50% – simplesmente por terem educado o pescador, mudado a forma de pescar e a forma de transportar, acondicionando o caranguejo de forma correta.

O que é que está acontecendo? Como o pescador chega com o caranguejo todo vivo, ele está capturando menos. Ele está capturando menos.

Uma outra coisa aconteceu ali próximo, na divisa entre Alagoas e Sergipe. Houve uma doença que o pessoal chama vulgarmente de letargia, ou seja, o caranguejo não podia ouvir um grito que morria, mas o pesquisador foi lá e verificou que a influência para que aquilo ocorresse não era da captura e, sim, da entrada dos esgotos domésticos que ficam poluindo tudo e produziu um camarão resistente.

Agora, vejam bem uma coisa: os pescadores respeitaram as áreas que estavam dentro daqueles limites por seis anos, no mínimo, porque é o tempo do caranguejo se reproduzir e crescer. Então, não falta respeito por parte do pescador. Há alguns que erram, realmente, e esses devem ser punidos. O Meio Ambiente está aí para fazer isso. Agora, existem formas de a gente colocar as coisas com um não, mas esse não em uma frase, em posição diferente.

Então, não tenho notícia – o Presidente da Federação de Sergipe está aqui – de que pescador andou cortando rede das áreas que foram preservadas para que ninguém pescasse ali dentro. O caranguejo hoje está morrendo menos – não é, Presidente? – e a produção está voltando e voltando muito bem, obrigado.

Então, é muito simples eu chegar e dizer: proíba. Essa é a coisa mais fácil, quando o trabalho deve ser outro encaminhamento.

Abraão, eu vou discordar de você aqui quanto à história do retorno do dinheiro das compensações. Cito um fato que ocorreu bem ali, no Rio Grande do Norte. Eu fiz um projeto para pegar dinheiro de compensação. Mas, antes, eu entrei em uma segunda fase ou terceira, não sei. Antes havia um projeto em que foi feito – como o Abraão diz –, um “bubu” nos pescadores que era treinar as marisqueiras, treinar os pescadores, porque diziam que o Rio Grande do Norte não tem sardinha, mas tem, e um volume muito grande, mas todos os anos deixam de pescar porque não têm a quem vender. Então, o que acontece? Fica um estoque muito alto e aí é melhor parar de pescar do que pescar para jogar fora.

Precisam treinar o pessoal, treinar para pegar a sardinha e fazer o condicionamento. Na hora de colocar na indústria, aí vem o problema: cadê o dinheiro para fazer a indústria, para que aqueles pescadores, mesmo artesanais, e as esposas deles, as marisqueiras, como é dito, sejam treinadas? Se sabem fazer o produto, coloquem no mercado, mas não podem fazer porque o dinheiro da principal fase não existe.

Depois, como se trata de alimento, aí concordo, não podemos relaxar com a segurança alimentar, porque alimentação é uma coisa de segurança – não podemos relaxar! Então, o que acontece? O frigorífico não pode ser feito, porque passa a custar um pouco mais caro. Se investiu, se treinou o pessoal, se deu a qualificação acerca de como fazer a sardinha, de como embalar, para isso, para fornecer para merenda escolar... No fim, faltou uma casa que custava R\$1 milhão, com toda a infraestrutura, para que o pescador fosse lá trabalhar, condicionasse e fornecesse ao povo para merenda escolar. Quer dizer, isso é uma compensação daquilo que chamo como o seguinte: gozação – eu treino você, lhe ensino, mas você não pode passar pela rua, você tem que andar por dentro do mato.

Quanto ao caso dos barcos de pesca, principalmente os artesanais, a gente não pode hoje pensar em construir um barco, porque o número de licenças é muito grande. Primeiro, tenho que esperar para saber qual é a espécie que posso capturar, depois começa todo o trâmite de documento, e aí a coisa fica ruim. Mas se as navegações mais modernas estivessem aí, o pescador estaria pescando menos e ganhando mais.

Vou citar um exemplo para concluir: se a gente estivesse trabalhando no Brasil inteiro com a mesma frota de táxi que tínhamos nos anos 80, não quero nem falar de um tempo mais atrás, teríamos um nível de poluição altíssimo. De 1980 para cá, a gente tem muito mais táxi na rua e um índice de poluição bem menor, segundo dados, bem menor do que aquele que tínhamos em 1980.

Então, o barco pesqueiro hoje é objeto de uma questão: precisa de uma compensação, de um programa para que se faça a substituição da frota. Para os taxistas, o Governo investiu, diminuiu impostos e ainda deu o direito de o cara vender a sucata. Para nós, hoje, não: se um pescador quer trocar um barco por um melhor, além de não ter um financiamento, precisa jogar o dele fora, não há ninguém que o compense de nada disso.

Dentro de um programa, essa frota – não por um programa a curto prazo – seria renovada e haveria, nesses moldes, uma quantidade para Estado por Estado. O pescador iria pescar menos e ganhar mais, porque o grande problema que o leva a se esforçar para pescar mais é porque o custo do produto realmente está muito alto.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente, Senador Benedito de Lira, depois desta audiência, temos que dar continuidade para que possamos resolver essas dificuldades, esses impasses entre Meio Ambiente e Secretaria da Pesca.

Estive, sábado à noite, em Bragança, no meu Estado, e lá fui procurado pelos pescadores de Bragança, que alugaram três ônibus, viajaram mais de 2 mil quilômetros, para estarem aqui na audiência – não sei se já chegaram...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Isso é um absurdo, é um absurdo! Vejam como é que são tratadas as pessoas: viajam mais de 2 mil quilômetros, três dias de viagem, chegam aqui, e não podem entrar. Eu não sabia disso. Se tivesse sido informado, teria autorizado a entrada.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Senador, vieram não só do Pará, mas de outros Estados. Nós temos tradição nesta Casa de não criar tumulto. O senhor é testemunha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Eu reconheço isso.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Todo mundo sabe que nós nunca criamos tumulto, somos pacíficos, viemos aqui para reivindicar, é histórica a presença dos pescadores aqui no Senado e na Câmara, sem estresse, e, lamentavelmente, nossos companheiros que vieram, há três dias, de ônibus, estão todos lá fora sem ter acesso à Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Eu lamento. Peço desculpas a todos eles, não só aos do Pará, mas aos de outros Estados que aqui vieram, em nome do Senado Federal. Isso é fruto da interpretação do Regimento da forma como o funcionário que está lá entende. Podiam ter participado e deveriam ter participado da audiência, porque vieram para isso.

Concluindo, Presidente, peço que possamos, já na próxima semana, pedir audiência ao Ministro Mercadante, vamos até ele, e, depois, com a intermediação do Ministro, tentar fazer uma reunião com o Ministério da Pesca e com o Ministério do Meio Ambiente para tentar resolver.

Os pescadores de Bragança me informaram que têm todos os barcos monitorados por satélite e são um número bem menor, como disse o Armando, do que os que já pescaram no passado. Eles respeitaram o defeso, pediram para respeitar o defeso e eles respeitaram, mas mesmo assim o Ibama não os deixa pescar, atividade de manutenção da vida de cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Querida, com uma deferência toda especial, perguntar ao Deputado Paulo se desejaria fazer qualquer tipo de manifestação?

O SR. PAULO ROCHA – É quebra do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Não é quebra do Regimento, é um gesto que a Comissão faz a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Não há quebra de Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O Regimento aqui quem determina somos nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Quando o Presidente autoriza e há consenso do Plenário, você pode falar, porque não há quebra de Regimento. Faça sua estreia.

O SR. PAULO ROCHA – Presidente, eu queria primeiro agradecer a deferência e depois saudar a todos: à Mesa, aos pescadores, aos Presidentes de Federação, ao nosso Presidente de Confederação.

Antes de vir para cá, eu passei cinco mandatos na Câmara Federal e participei em todos os momentos dessa questão da discussão da pesca, inclusive, fui um dos autores da emenda e da proposta que criou o seguro defeso dos pescadores. Então, tenho bastante relação com a área e experiência. Já fomos mobilizados para todas essas questões.

O Armando sabe e também o pessoal da região de Bragança, – aliás, está ali o nosso Prefeito de Bragança, que estava impedido de entrar, mas chegou –, desde o problema do tamanho do pargo, dessas questões todas que foram levantadas aqui.

Os companheiros do Meio Ambiente – não sei por que para a audiência pública não chamaram oficialmente o Ministério do Meio Ambiente, acho que deveria estar na Mesa – sabem que esse conflito, também sabe disso o pessoal que ajudou a criar o Ministério da Pesca, nasceu junto com a criação, entre os dois Ministérios. Realmente acho que os companheiros fazem crítica ao Governo quanto a essa questão do sobreamento – assim diria melhor: em vez de conflito, para amenizar, para amenizar a palavra “conflito”, eu digo sobreamento –, um sobreamento de ações governamentais, porque realmente o nosso Governo já deveria ter resolvido, pois quem é prejudicado é o setor, o desenvolvimento, enfim.

Eu acho que, sem muito discurso e muita delonga, o encaminhamento que a Mesa deu – que a Presidência deu – é o adequado. Já deveria isso acontecer há bastante tempo para se processar, se for o caso, da parte da questão ambiental, a questão do arcabouço jurídico ou isso que o Sabanay colocou. Enfim, o fato é que isso é uma responsabilidade de Governo e não deste ou daquele Ministério; uma responsabilidade de Governo.

Acho que, neste caso, o encaminhamento está adequado: a gente ir à Casa Civil para poder administrar e buscar soluções conjuntas. Se depender do Parlamento, naturalmente, que o Presidente da Comissão se responsabilize por trazer para cá o debate sobre a questão da legislação. E, se for o caso de decisões governamentais, acho que o Congresso – o Senado – tem que exigir que o Governo resolva imediatamente, para que realmente deixe desabrochar um setor tão importante da economia do nosso País, com tanto potencial para ser, inclusive, uma das indústrias com desenvolvimento maior no mundo. E ter clareza de que ele alavanca ou-

tros setores fundamentais do nosso País, o que mostra a beleza do nosso País, a indústria do turismo, enfim, e por tudo isso que já foi levantado aqui.

Presidente, obrigado pela deferência. Contem, mesmo antes de assumir, com a minha participação nessa articulação e nesse debate, porque eu tenho participação efetiva desde o processo da construção e da criação do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Bem, Deputado, eu queria agradecer a V. Ex^a não só pela presença, mas pelas manifestações que agora faz.

E eu queria, ao encerrar esta audiência, em primeiro lugar, agradecer a todos que compareceram como nossos convidados.

No primeiro momento, nós fizemos uma análise para que nós pudéssemos dar como sequência uma segunda etapa no entendimento com o Ministério do Meio Ambiente. Evidente que o Ministério do Meio Ambiente e o da Pesca não podem conviver sem que tenham um bom relacionamento, cada um cuidando da sua parte: o Meio Ambiente cuida daquilo que é da sua competência e a Pesca, daquilo que é da sua competência.

Evidente que nós temos aí conflitos. Eu me lembro de que, logo no começo dessa gestão, Paulo, havia um problema muito sério com relação ao Ministério da Pesca e o Ministério do Trabalho. E procurado que fomos pelos representantes e, particularmente, pelo Presidente da Confederação Nacional da Pesca, fizemos uma audiência pública, desta feita em um ambiente bem maior, até porque eu dissera, na oportunidade, ao Presidente que seria interessante que a fizéssemos em um ambiente maior, com maior frequência de pescadores do Brasil inteiro.

Ao mesmo tempo, eu peço desculpas aos que ficaram lá fora. Infelizmente, a Mesa não foi cientificada disso. A informação que eu tive no primeiro momento é a de que estava havendo dificuldade para dar acesso às dependências internas do Senado. Então, chamando a assessoria da Comissão, a informação que eu recebi era de que, gradativamente, estavam sendo conduzidas pessoas para participar deste encontro.

Este encontro é muito mais importante para aqueles que fazem atividade pesqueira do que exatamente para nós, que somos apenas os interlocutores.

Mas eu queria dizer o seguinte, que a relação entre o Senado Federal, a Comissão de Agricultura e o segmento pesqueiro do Brasil tem sido uma relação muito boa, até porque eu tenho conversado frequentemente com o Presidente da Federação, da Confederação e com outros segmentos da atividade pesqueira, quer seja atividade normal, de pescador, como aqueles que praticam a comercialização da pesca, os empresários, que são responsáveis por um processo de comercialização e de exportação da atividade, do produto da pesca. Em alguns momentos, tivemos algumas audiências com o Ministério da Agricultura para apagar alguns incêndios, algumas dificuldades. E é natural isso. É natural, como bem disse o Armando, que quem fiscaliza fiscalize. Logicamente que eles estão para cumprir uma legislação. É lógico que não pode ser dente por dente nem olho por olho. Há que haver um processo de conciliação, de convivência que não traga dificuldade para a preservação do meio ambiente e tampouco traga dificuldade também para aqueles que vivem da pesca, quer artesanal, quer profissional.

E nós estamos aqui exatamente para, como parceiros desse segmento, que possamos encontrar caminhos para uma convivência pacífica. Que todo mundo possa trabalhar com absoluta liberdade e sem ter a pressão da coação ou a pressão da fiscalização e, ao mesmo tempo, que possam ter também as condições necessárias para que cada um possa desenvolver a sua atividade com absoluta tranquilidade. Além do mais, para encontrarmos caminho a fim de que tenhamos a segurança jurídica da atividade, não só para aquele que exerce artesanal e profissionalmente atividade interna, mas particularmente para aqueles que são responsáveis pelo processo de exportação, que é exatamente uma das ações desenvolvidas no País que têm mantido o equilíbrio da balança comercial brasileira, o processo de exportação. E ele está dentro do setor primário. Agricultura, pecuária, pesca, etc., são os segmentos da atividade produtiva do País que mantêm esse equilíbrio.

Como parâmetro nessa nossa relação, eu, ao terminar a audiência, irei imediatamente solicitar ao Ministério, ao Ministro do Gabinete Civil, Ministro Mercadante, esse encontro entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Pesca e o Gabinete Civil, que é exatamente o interlocutor, para fazer a intermediação entre os entes governamentais. E logicamente que, se for necessário protocolar uma ação legislativa, é evidente que faremos isso com a maior satisfação, para que possamos conciliar os interesses do País no que diz respeito a esse segmento.

Ao tempo eu queria cumprimentar a todos os que se deslocaram dos mais diversos Estados brasileiros, das mais distantes regiões, vindo a esta Casa, mais uma vez, para participar deste encontro, que é muito mais de vocês do que nosso, nós aqui estamos exatamente para proceder a ações capazes de lhes dar tranquilidade para que vocês possam exercer a sua atividade sem qualquer susto ou qualquer interrupção. É evidente que

tudo isso tem uma regra. E as regras terão que ser conciliadas. Mas, em primeiro lugar, nós levamos muito em consideração a pessoa humana, a sobrevivência, porque, como foram dados aqui os números, vamos admitir mais de 1 milhão de pescadores profissionais e mais de 300 mil pescadores artesanais. Somando essas duas categorias, nós temos aproximadamente 1,4 milhão trabalhadores...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Fora aquicultura. São mais de 2 milhões de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois bem, incluindo a aquicultura, como diz aqui o Presidente, são mais de 2 milhões de pessoas. Isso representa um segmento da maior importância, de quem quer fazer o seu dever, trabalhar.

É muito bom que as autoridades constituídas do País possam proporcionar oportunidade para quem deseja trabalhar, porque já temos muitos problemas neste País. Precisamos, na verdade, ocupar mais a mão de obra, aumentar esse potencial de trabalho para que cada um possa viver com dignidade. Esse é o objetivo maior daqueles que fazem o governo e, conseqüentemente, das pessoas que precisam de uma ação, não de proteção, mas de uma ação governamental para que possam ter tranquilidade, liberdade, dignidade para viver e dar dignidade à sua família. Isso é muito bom! A coisa mais decente que posso observar é quando as pessoas chegam a uma casa legislativa como o Senado Federal para pedir oportunidades para continuar trabalhando, para evitar a marginalização.

O setor primário precisa exatamente dessa ação do Governo, para evitarmos que as grandes cidades ou as médias cidades possam receber o êxodo rural, pessoas que não têm uma qualificação específica, porque, inclusive, os grandes centros não têm como receber nem dar condições de dignidade às pessoas. Eis aí o processo de marginalização, eis aí o processo de favelização, porque muitos deixam seu ambiente de trabalho, o seu habitat para se deslocar para as cidades, para os centros urbanos sem as menores condições, e o Governo tem que ter esta preocupação: manter o homem no seu habitat, no seu dia a dia, na sua atividade decente para que ele possa ter a sua sobrevivência.

Contem conosco, contem com o Senado Federal, contem com esta Comissão. Iremos fazer cumprir as etapas com a participação dos Srs. Senadores e daqueles que têm, direta ou indiretamente, uma ligação com o setor, quer seja no Pará, quer seja no Nordeste brasileiro, quer seja no Sul, no centro-sul, no Sudeste. Em todos as Regiões do País onde a atividade é exercida, ela terá que ter a proteção do Governo.

Por essas razões, eu queria, Presidente, meu caro Otacílio, Luis Sabanay, Elizeu, e Armando, agradecer aos senhores pela contribuição que trouxeram a esta Comissão na manhã de hoje, ao tempo em que daremos continuidade a esta audiência pública, logicamente que, agora, tentando marcar as audiências com as autoridades do Governo para encontrarmos o caminho da tranquilidade e pacificarmos esses conflitos que não vão ajudar a ninguém, nem ao Meio Ambiente, que tem que continuar cuidando da sua atividade primeira, nem, particularmente, ao Ministério da Pesca, que é um Ministério jovem, está na sua adolescência, precisa de mais apoio, precisa ter mais liberdade, precisa ter mais autonomia para que possa realmente cumprir fielmente o seu papel. Quando foi criado, foi porque havia um clamor daqueles que fazem a atividade pesqueira no País, por não ter um órgão que pudesse cuidar deles, cuidar de vocês, cuidar daqueles que, na verdade, fizeram a opção por essa atividade primária de trabalho.

Por isso, queria até, nesta oportunidade, cumprimentar o Presidente Lula, que foi quem criou o Ministério da Pesca e, logicamente, cumprimentar aqueles todos que passaram por lá, com a maior boa vontade, fazendo o máximo que puderam. No Ministério, como o cargo de Ministro é de indicação exclusiva do Presidente da República, é evidente que, por essas razões, em dez anos, seis ministros passaram por aquela casa. E é lógico que, se demorassem mais, consolidariam, sem dúvida nenhuma, as regras, as normas e as ações. Assim o Ministério talvez pudesse ser muito mais forte do que é hoje. Mas estamos juntos para fazê-lo grande, fazê-lo importante.

Tenho dito sempre: o Ministério da Agricultura, o Ministério da Pesca e o Ministério de Desenvolvimento Agrário deveriam ser os Ministérios primeiros da República, porque são eles que fazem com que possamos ter a produção, possamos fazer com que as pessoas possam pôr os alimentos na mesa dos brasileiros e das pessoas de fora do Brasil. Então, são Ministérios que mereceriam uma atenção muito maior do que recebem hoje do Governo, infelizmente.

Eu digo isso porque a minha origem é o campo. Eu gosto muito do campo e tenho sentido as dificuldades por que passam os pequenos, os médios e até os grandes produtores deste País. Não é possível, por exemplo, que um País que tem a dimensão do Brasil, com capacidade iminentemente agrícola, que, com relação à pesca, tem o maior potencial de água doce do mundo, a maior costa pesqueira do mundo, não seja um país que tem representatividade na produção do pescado.

Recentemente, fiz uma viagem a Israel, uma viagem de trabalho, com o Ministro Crivella, Deputado Paulo Rocha, e lá eu fiquei assustado e surpreendido ao mesmo tempo. Por quê? Porque as informações que temos é de que os de Israel vivem permanentemente de fuzil na mão, brigando uns com os outros, palestinos e israelenses. Quando cheguei à cidade de Jerusalém, confesso aos senhores a minha felicidade, eu não vi um policial na rua, eu não vi um fuzil nas mãos de ninguém, eu não vi uma criança na rua, eu não vi um pedinte debaixo de uma árvore, eu não vi uma favela! Vi um estado organizado. Saímos do centro urbano e fomos à zona rural. Era uma coisa impressionante comparar o solo daquele Estado com o solo brasileiro. Só as dificuldades fazem com que as pessoas possam ter amor pela sobrevivência!

Encontrei uma coisa fantástica no que diz respeito à piscicultura, criação de peixes em tanques! O que mais me chamou a atenção foi a criação de peixes a mais de algumas milhas da costa, mar adentro: criam peixe a 50 milhas, a 100 milhas. E eu perguntei a alguns técnicos que acompanhavam a nossa comitiva: como é que vocês criam peixes aqui? Havia como se fosse uma jangada que ia aonde o mar mandava que ela fosse. Lá eles criavam peixes a 200 metros, 300 metros de profundidade, com capacidade de produção. Só esse campo é maior do que a produção brasileira. Perguntei: como vocês fazem para levar o alimento, para levar o oxigênio e para pescar? Eles fizeram um teste. Uma máquina fazia a sucção. Ainda bem que o Ministro esperou e estavam saindo os peixes, sugados lá do fundo do mar. Isso me deu uma visão diferente.

Pensei: meu Deus, como é que aqui fazem isso e no meu País, que tem o maior potencial de água doce, tem a maior costa pesqueira do mundo, tem um povo dedicado a essa atividade, infelizmente nós não somos ainda um país com capacidade de produção extraordinária?

Perdemos para muitas republiquetas que há aqui na região da América do Sul. Isso não é possível. Só é possível porque não temos uma política consolidada no que diz respeito a esse setor.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença do Dr. Roberto que, apesar de não estar à Mesa, fez questão de vir aqui. Quero agradecer. Que o senhor leve ao Ministério do Meio Ambiente os nossos agradecimentos e a certeza de que em breve, breve iremos fazer um encontro, dessa feita entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca, Gabinete Civil e autoridades constituídas do País, para que possamos encontrar os caminhos pacíficos de convivência entre esses dois entes e esses trabalhadores.

Quero cumprimentá-los pela ação que exercem, no cumprimento fiel do que diz respeito à origem do Ministério do Meio Ambiente e, ao mesmo tempo, cumprimentar aqueles que fazem o setor pesqueiro do meu País, não só os pescadores artesanais, profissionais, mas, particularmente, a todos os que estão, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, vinculados a essa atividade.

Darei informação sobre o encontro. Comunicarei aos senhores exatamente no momento em que for marcada essa audiência com o Gabinete Civil da Presidência da República.

Estou vendo ali um cidadão levantando o braço.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Eu vim de Bragança, percorri mais de 2.000km, a bem dizer, sem dormir. Meu interesse aqui, Excelência, a minha vinda hoje aqui – vejo que aqui há vários empresários, e o pescador está lá fora – é para trazer a preocupação de Bragança e de outros Municípios. Bragança vive da renda da pesca. Aqui é a Casa da Lei. Eu quero que vocês olhem com muito cuidado essa decisão, porque o prejuízo que vai acontecer nessa região é muito grande. Tenho certeza de que nós, empresários e pescadores aqui, somos quem mais vai sofrer nessa região que vive da pesca. (*Falha na gravação.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – ... com todo respeito, o que eu vejo é isso. Peço: tomem uma decisão com bom senso, olhem para essas famílias que vivem disso.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu queria agradecer ao senhor e dizer o seguinte: no início desta audiência, tivemos as informações da dificuldade para o acesso. Chamei o pessoal da assessoria e, conversando com quem cuida da segurança da Casa, tive a informação, depois, de que, gradativamente, as pessoas estavam entrando. Ao final, tive a informação de que os pescadores que vieram de Bragança, do Pará, estavam na porta de entrada sem ter direito ao acesso. Eu queria pedir desculpas aos senhores, porque essa não foi uma decisão desta Mesa. Infelizmente, não fomos informados. O Senador Flexa Ribeiro, que é o 1º Secretário da Casa, quando soube dessa informação, saiu daqui dizendo: “Vou descer para autorizá-los a entrar”, porque esta Casa não pode proibir as pessoas de terem acesso a ela, principalmente de quem vem para reivindicar uma ação de direito e, infelizmente, tem alguma dificuldade. Mas é uma Casa do povo, e nós aqui estamos abertos para recebê-los. Eu quero aqui pedir desculpas, em nome da Comissão, aos pescadores, aos empresários, às pessoas que vieram de tão longe, e, infelizmente, não tiveram oportunidade de participar desde o início desta audiência pública.

Todos os que aqui estão trabalham exatamente na direção daquilo que o senhor acabou de dizer: nós vamos dar continuidade e iremos encontrar caminhos, pois já tivemos outros conflitos e encontramos os caminhos. Para este caso, também, não tenho dúvida, encontraremos o caminho, para a convivência pacífica, até

porque os Senadores que aqui vieram estão empenhados nesse caminho e, ao mesmo tempo, a Comissão de Agricultura tem sido parceira nestes encontros, nestas ações, nas decisões e continuará sendo a intermediadora, a interlocutora entre os conflitantes, para que possamos ter paz no segmento pesqueiro e paz no segmento de trabalhadores do País.

Eu queria, ao encerrar, agradecer, mais uma vez, a todos e dizer que continuaremos à disposição. Vamos tratar dos assuntos, dando continuidade a esta audiência pública.

Muito obrigado.

Um bom dia e um bom retorno para todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 8 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, WALDEMIR MOKA, JOÃO DURVAL, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI e BLAIRO MAGGI. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Antonio Aureliano, Jayme Campos e Gim. O Senador Ruben Figueiró justifica a ausência, em razão de licença médica no período de 21 a 28 de novembro do corrente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, procede à leitura de expediente: comunica o recebimento e a juntada ao processo do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 10, de 2014, cujo relator é o Senador Ruben Figueiró, do Ofício nº 732, de 2014, subscrito pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, no qual encaminha informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País, em resposta ao Requerimento de Informações nº 642, de 2014 (Requerimento nº 28, de 2014, na CRA). Feita a comunicação, o Senhor Presidente dá início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM 1:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. 1– Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3– Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 4– Matéria em fase de votação. 5– O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 20ª Reunião em 2014. 6– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 2:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. 4– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 3:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa

pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka, os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka fazem uso da palavra para discutir a matéria. Resultado: A Presidência encerra a discussão da matéria e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. **ITEM 4:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka, o Senador Blairo Maggi faz uso da palavra para discutir a matéria. Resultado: A Presidência encerra a discussão da matéria e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. **ITEM 5:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Retirado da Pauta. Encerrada a deliberação dos itens da pauta, o Senador Acir Gurgacz alerta a Comissão para a emenda apresentada à Medida Provisória (MPV) nº 653, de 2014 (que altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas), cujo Relator é o Deputado Manoel Júnior, que determina que a fiscalização dos frigoríficos seja feita somente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), praticamente eliminando a fiscalização que hoje é feita pelos Estados e pelos Municípios. Em seguida, o Senador Acir Gurgacz apresenta os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que revelam uma redução de 18% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014, contrariando informações do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém, junto com diversas ONGs ambientais, sobre a tendência de alta no desmatamento da Amazônia, baseado em um levantamento independente que revelou aumento de 191% no desflorestamento em agosto e setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado. O Senador Acir Gurgacz alerta, ainda, para a necessidade da abertura da BR-319, haja vista o aumento da produção em Rondônia, principalmente com relação aos produtos hortifrutigranjeiros, para que os produtos possam chegar até os mercados de Manaus, de Boa Vista; da Venezuela, exportados via BR-174. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 732, de 2014, subscrito pelo Exmº Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, no qual encaminha informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País.

Informo que o expediente lido será anexado ao Requerimento nº 10, de 2014, da CRA, que trata das políticas públicas de crédito rural, tendo como Relator o Senador Ruben Figueiró.

A presente reunião destina-se à pauta deliberativa constante deste sumário.

Os itens 1 e 2, por solicitação da Relatora, serão retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011**
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.

2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo).

3– Na 22ª Reunião da CRA realizada no dia 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

4– Matéria em fase de votação.

5– O Projeto constou também da pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 20ª Reunião em 2014.

6– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013**
– Terminativo –

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2, apresentada pela Senadora Ana Amélia, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto.

4– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.)

Passamos ao item 3.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014**
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– *A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Waldemir Moka, para oferecer seu parecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

Relatório, Sr. Presidente.

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 201, de 2014, de autoria do eminente Senador Ruben Figueiró, do meu Estado, Mato Grosso do Sul, que altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

A proposição é composta por dois artigos. O art. 1º inclui o art. 4º-A na Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, acompanhado de dois parágrafos. O *caput* estabelece que os recursos oriundos de pesquisas realizadas pela Embrapa, da venda de produtos, matrizes biológicas e animais serão aplicados obrigatoriamente em suas unidades de origem.

O §1º aplica a disposição do *caput* a recursos captados pela Embrapa, seja mediante convênios ou contratos, no desempenho das atividades de que trata o art. 2º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, ou seja, aqueles decorrentes da promoção, estímulo, coordenação e execução de atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País, e aqueles decorrentes da prestação de apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola.

O §2º determina que os recursos de que trata o *caput* não serão objeto de repasse ao Tesouro Nacional quando da apuração do balanço patrimonial e do resultado econômico, no encerramento de cada exercício financeiro.

O art. 2º da proposição constitui cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Sr. Presidente, o projeto tem análise, mas vou direto ao voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2014.

O que pretende objetivamente o projeto?

Pretende que os recursos de que trata a lei, de pesquisa, captados ou feitos por uma unidade – por exemplo, de Mato Grosso, de Rondônia ou de Mato Grosso do Sul – sejam utilizados integralmente pela própria unidade de origem, que fez a pesquisa e gerou os recursos.

Com isso, estimula-se a pesquisa em cada unidade, garantindo-se que esses recursos ali captados sejam novamente investidos na pesquisa, ou seja, reinvestidos na melhoria da própria unidade.

Eu achei o projeto meritório, embora seja autorizativo. Então, é um projeto que não é obrigatório. Salvo melhor juízo, ele autoriza o Governo a fazer isso. Quer dizer, o Executivo vai criar essas condições se entender pertinente.

Então, esses são o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz e Senador Moka.

Senador Moka, o seu relatório está condizente com o que se propõe. Como V. Exª diz, é um projeto autorizativo que não tem obrigatoriedade.

Embora – eu penso – estarmos trabalhando numa outra direção com a Embrapa, no sentido de dar maior liberdade não só à venda de produtos como os *royalties* que a própria Embrapa cobra sobre sua inteligência, sobre seus produtos que vão ao mercado, para que ficasse apartado, separado o que é dinheiro advindo do esforço, do trabalho dos pesquisadores e que esses recursos, de fato, pudessem fomentar maior ritmo de pes-

quisa agropecuária, seja em grãos, seja em fibras, no sucroalcooleiro, na parte de animais. A Embrapa tem um trabalho grande, tem muitos técnicos envolvidos nisso, e competentes.

Agora, o que tem acontecido é que, de fato, o Governo, além de levar esses recursos para o conjunto das contas do Governo, tem utilizado os poucos recursos que vêm para pagamento de salários e despesas da própria Embrapa. Então, a Embrapa hoje não se sustenta, não consegue sobreviver com os recursos que amalha trabalhando no mercado.

Então, a coisa é bem mais complexa do que está nessa discussão. Isso tem mérito; não há problema algum. Mas eu gostaria de fazer aqui um alerta de que se o Governo – e, quando falo Governo, refiro-me à sociedade – não entender o papel que a Embrapa tem no desenvolvimento da agricultura, da economia brasileira, não conseguiremos avançar.

A Embrapa foi – sempre tenho dito isso – a empresa mais importante de todos os tempos na agricultura brasileira. Foi ela que deu o pontapé inicial e fez as primeiras pesquisas, encaminhou técnicos para o exterior, preparou esses técnicos, que voltaram e fizeram a revolução que ocorreu no Centro-Oeste brasileiro. Mas isso foi – foi, isso é passado. Hoje, não acontece mais.

Outro dia, falei ao presidente da própria Embrapa e falei ao Ministro que a Embrapa vive muito hoje do seu passado, um passado glorioso, mas nós precisamos olhar para o futuro e, para o futuro, não estamos com a Embrapa no mesmo ritmo que estão as grandes empresas, os grandes *players* que trabalham em pesquisa em nível mundial, principalmente as multinacionais, que têm bilhões de reais à disposição, para fazer pesquisas de transgênicos, seja no aumento de produtividade, seja no aumento de resistência a pragas, no aumento da quantidade de óleos e teores de açúcar na cana. Enfim, é muito dinheiro que tem de ir, necessariamente.

Neste ano, fui convidado por uma empresa e a ir à Alemanha e fiquei impressionado, Senador Moka, ao ver os campos de pesquisa, a forma como fazem, a quantidade de dinheiro, a quantidade de gente, a infraestrutura que esse pessoal tem simplesmente para trabalhar com moléculas de pragas daninhas e também de insetos. Quer dizer, estamos muitos atrasados nesse setor.

Então, a minha fala aqui é mais no sentido de apoiar o projeto, sim, mas dizer que temos um caminho enorme a percorrer, e a sociedade brasileira precisa entender que temos de fazer isso. Não é que não adiante; eu diria que nós ficamos sob suspeita ou com uma espada no nosso pescoço. Quando falo assim, estou falando da agricultura brasileira, dessa pujança que é esse negócio do agrobiológico, uma vez que produzimos, temos capacidade, temos gente, mas a tecnologia utilizada hoje é toda comprada de fora. Estamos pagando *royalties*. Também não sou contra pagar *royalties*. Quem faz tem de receber. Do couro vem a correia, e não tem almoço de graça. A vida funciona assim, mas sempre há o risco de determinada empresa dessas, por uma questão política algum dia – falo em daqui a 50 anos, daqui a alguns anos –, dizer que o Brasil virou um *player* que incomoda a nação norte-americana ou qualquer outra, e não vamos mais transferir tecnologia para esse tipo de situação para o Brasil. E isso nos deixa 10, 15, 20 anos atrasados em relação ao que está acontecendo no mundo.

Tivemos muito isso, Senador Moka, e o Senador Acir também é testemunha, há muito pouco tempo atrás, na questão de máquinas. No entanto, era o processo inverso: tínhamos reserva de mercado internamente, não se permitia importar máquinas, não se permitia importar tecnologia. E nós tínhamos nossos CBTs velhos, aqui, o 2.105, os CBTs com queixo-duro, com direção dura. Nosso melhor trator era o Massey Ferguson pequeno. No momento em que se abriu e se permitiu importar, hoje temos tratores que puxam plantadeiras de 60 linhas. O Senador Moka visitou uma das fazendas lá em Mato Grosso, junto comigo, de altíssima tecnologia. Os tratores praticamente andam sozinhos, todos monitorados; fazem uma enormidade de trabalho por dia. O que nós demorávamos dois meses para plantar em Mato Grosso, numa semana hoje, nós fizemos, e conseguimos, com toda essa tecnologia, fazer com que dois plantios fossem realizados no Centro-Oeste brasileiro, praticamente em todo o Brasil, onde não existia isso. Quer dizer, duas safras por ano não é só porque chove mais. Não, pelo contrário: está chovendo menos. É que as máquinas são mais eficientes, os trabalhos são mais rápidos, e tudo isso é tecnologia. Infelizmente, não é tecnologia nossa. É tudo tecnologia comprada.

Então, nós somos grandes produtores, somos importantes na pauta de exportação, somos importantes na regulação da paz do mundo, vendendo produtos para o mundo inteiro, mas sempre sob a ameaça de um dia não poder fazer isso. E, assim, passamos por fertilizantes, por inseticidas, por um monte de coisas que há pela frente.

Então, aproveitando aqui o projeto que o Senador Moka relatou, de autoria do Senador Ruben Figueiró, mais uma vez, fazer esse alerta e dizer: nós, como sociedade brasileira, como governo, temos de priorizar uma empresa pública neste sentido, e essa empresa pública é a Embrapa, não nos esquecendo das demais, como a Fundação Mato Grosso, como o IBA, o IMA. São tantas outras iniciativas que há no mercado, que os próprios

produtores estão conduzindo, e os próprios *royalties* lá gerados estão realimentando esse setor. E elas mesmas conseguem hoje até fazer certas parcerias com a Embrapa, no Banco de Germoplasma existente.

Mais uma vez, Senador Moka, nós somos importantes? Somos importantes. Reconhecidos como tal? Sim! Mas, no momento em que colocarem o dedo no respiro do nosso negócio, a gente morre. E eu não gostaria de ver isso. Não vejo essa ameaça hoje, mas ela poderá vir no futuro. E quem tem algum receio do futuro tem de tomar providências neste momento.

Parabéns, Senador Moka, parabéns ao Senador Ruben Figueiró também pelo projeto autorizativo, mas chamo a atenção para um problema que temos e sobre o qual nós devemos nos debruçar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Continua em discussão. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É só para dizer o seguinte: eu acho que o Senador Blairo já levantou essa questão aqui. Eu penso exatamente a mesma coisa. Agora, o projeto do Senador Ruben Figueiró tem o mérito de já começar a discutir o assunto. É claro que não é no nível em que o Senador Blairo Maggi coloca, e coloca com muita propriedade, porque temos desde um engessamento dos nossos pesquisadores. Os nossos pesquisadores, por exemplo, são proibidos de fazer convênio com empresas. É isso o que está errado. Há um viés que não deixa a empresa também deslanchar.

Eu acho que essa discussão precisa ser feita. Ela é mais ampla, mas acho que o projeto do Senador Ruben Figueiró tem o condão de começar, de iniciar essa discussão. Quem sabe esse projeto estimule uma discussão mais ampla? E que a empresa, a Embrapa – porque aqui o projeto visa a fortalecer as unidades de cada Estado, o que acho positivo – seja fortalecida, a Embrapa, a empresa, como um todo. E, aí, o Senador Blairo Maggi tem razão, nessa visão mais ampla que ele faz e na necessidade que temos de fazer com que a Embrapa volte aos bons tempos, nas décadas de 80, 90, quando geramos... Continuamos gerando, mas não na mesma proporção.

Apenas para dizer que é fundamental a discussão que o Senador Blairo Maggi levanta aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Transfiro a votação, tendo em vista que não temos quórum suficiente para aprovação da matéria.

Passamos ao item 4.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Passamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Com a palavra ao Senador Moka, para leitura do seu parecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2014, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º acrescenta o inciso III ao art. 3º da Lei nº 9.393, de 1996, a fim de isentar do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) o imóvel cuja titularidade foi reconhecida pelo Estado em favor dos remanescentes das comunidades quilombolas, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O art. 2º estatui a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Sr. Presidente, o Projeto do Senador Randolfe Rodrigues tão somente isenta do ITR o imóvel que for reconhecido titulado pelo Estado como quilombola.

É uma proposição em que, se de alguma forma, o Estado está reconhecendo que é uma comunidade quilombola, eu não vejo... Sinceramente, eu olhei isso, pedi para a Consultoria do Senado... O Projeto é constitucional, ele atende, e tem uma abrangência social. Então, ele isenta do ITR a comunidade quilombola.

Eu acho que, em termos de Brasil, isso é pouco. E eu não vejo, realmente... Acho que o Senador Randolfe Rodrigues, ao propor isso, propõe exatamente porque, na maioria das vezes, são pequenas comunidades, com uma área pequena e com uma dificuldade para honrar esse Imposto Territorial Rural.

Penso que o projeto tem essa abrangência social, portanto, sou favorável.

O relatório é favorável.

Vou ler, aqui, o voto exatamente para concluir o meu relatório.

Voto.

Pelos motivos expostos, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRA

Na ementa do PLS nº 236, de 2014, onde se lê “dos antigos quilombos” leia-se “quilombolas”, que é a denominação que se dá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Blairo. *(Pausa.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Waldemir Moka pelo relatório e dizer a S. Exª que também sou favorável ao seu relatório, uma vez que o rito das terras destinadas a essas comunidades quilombolas, os antigos quilombos, é muito parecido com o da questão indígena, e não existe imposto sobre terras indígenas. Não há ITR para terra indígena. Eu não vejo óbice também para que esse projeto, de iniciativa do Senador Randolfe, estenda isso às comunidades quilombolas, já que é um reconhecimento social, histórico, cultural, além de também não serem volumes significativos que possam interferir na economia de um Município, já que o ITR hoje é municipal.

Então, quero deixar aqui o meu voto favorável.

Normalmente, essas comunidades são muito pobres, com muitas deficiências, em que a terra é apenas o primeiro insumo, o lugar onde elas podem ficar. Isso é quase como o cidadão que compra um caminhão, mas se ele não colocar pneu, não colocar combustível, não tiver a documentação ele não vai conseguir fazer nada. É muito parecido com essa situação.

Então, vou acompanhar o seu relatório e parabenizar o Senador Randolfe pela iniciativa, que é uma iniciativa social e justa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e suspendo a votação por falta de quórum.

O Senador Cícero Lucena pediu para retirar de pauta o item 5.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014

– Não terminativo –

Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE, em decisão terminativa.)

Eu queria dar uma informação ao Senador Blairo Maggi: o projeto de que S. Exª é Relator já se encontra na CAE e tem o número 341, dia 29 de junho de 2009.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bem, Presidente. Eu me sinto tranquilo, porque V. Exª me cobrou, outro dia, vir aqui relatá-lo. Esse projeto já passou e está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois é. Só que ele foi para lá para poder vir para cá, porque ele é terminativo aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele é terminativo aqui. Quando chegar, aqui estarei para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, vou cobrar do Presidente da CAE que pelo menos paute esse projeto, que é da maior importância para o setor pesqueiro deste País.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu sou titular lá e vou solicitar isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, eu pediria a V. Exª o obséquio de fazer essa solicitação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

Agora, eu queria conversar com os Senadores o seguinte: o Senador Aureliano propôs uma audiência pública para que a gente pudesse tratar aqui do setor de criação de cavalos e pediu que fosse convidados 32 criadores de cavalo no País. Eu acho que nós deveríamos, aqui, estabelecer... É impossível colocar 32 pessoas para fazer apresentação ou fazer um debate aqui, como se todos tivessem participação efetiva nisso. Eu queria ouvir o Relator, Senador Acir, para que a gente possa tomar uma decisão aqui e estabelecer o quantitativo, porque eu acho que essa audiência pública não vai produzir efeitos. Ele deseja que sejam convidados 32 haras para discutirmos a criação de cavalos no País.

Com a palavra ao Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bom dia, Sr. Presidente e Srs. Senadores – Senador Moka, Senador Blairo Maggi.

Eu sou Relator do PLS nº 254. Nós realmente temos que debater esse assunto, e é importante a vinda dessas pessoas para discutirmos. Mas é claro que não dá para ouvirmos 33 pessoas em uma única audiência pública. Mas é importante que elas venham e nomeiem cinco pessoas entre elas para falar por todas. Minha sugestão é que seja mantido o convite para que as 33 pessoas participem da audiência pública, mas que, quando elas chegarem aqui, ou previamente, peçamos para que elas escolham quem vai falar por eles, quatro, cinco ou seis pessoas do mesmo segmento, de regiões diferentes do País, acredito eu, para falarem sobre o tema, porque os problemas são os mesmos e as soluções são parecidas. Portanto, sugiro que mantenhamos o convite e peçamos que eles identifiquem quem possa falar por todos eles.

Esta é a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Alguém mais quer se manifestar a respeito? (*Pausa.*)

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu penso que o problema é do Senador. Ele é que tem que conversar, porque ele é o proponente, Senador Acir Gurgacz. Então, eu acho que cabe a ele conversar com o grupo. Nós apenas aprovamos o requerimento; não dissemos... Nós estamos falando de organização. Agora, ele tem que, ao conversar com essas representações, estabelecer isso.

Na Comissão de Assuntos Sociais, que eu presido, nós criamos uma norma: nenhuma audiência pública pode ter mais que seis palestrantes. Com mais que isso, a audiência pública não cumpre o seu objetivo. Já acho que seis é um número relativamente grande. O próprio Plenário apoiou isso. Seis é o número máximo de expositores.

Minha sugestão é que o Senador Acir Gurgacz ou V. Exª peça para o Senador Antonio Aureliano para que ele – porque ele, mais do que todos, tem essa relação – estabeleça quem falará em nome desse grupo no dia da audiência pública.

É minha sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito bem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu entendo, Sr. Presidente que devemos manter o convite para que todos possam participar, mas que falem alguns escolhidos, dando suas opiniões em nome do grupo. É evidente que o propositor vai conversar com os convidados, o que pode ser feito no dia da audiência pública. Não há nenhum problema.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, minha opinião também...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

Minha opinião é a mesma. É impossível colocar mais que seis pessoas à mesa. Cada um tem direito a falar por, no mínimo, 15 minutos, e dificilmente as pessoas obedecem ao tempo. É muito pouco para expressar todo o desejo de vir a uma Comissão como a de Agricultura, uma Comissão importante, e falar de temas importantes. Normalmente a gente não consegue sintetizar isso em 15 ou 20 minutos. Depois tem a réplica, tem a tréplica. Então, algo maior que isso levaria um dia inteiro. Não temos espaço para isso. Não temos tempo para isso aqui no Senado. Então, como os dois colegas aqui já se manifestaram, o Senador proponente tem que administrar isso. Pode convidar todos, há espaço físico, mas, efetivamente, quatro ou cinco à mesa para fazer o posicionamento a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Srs. Senadores.

Eu vou entrar em contato com o Senador Antonio Aureliano, que se encontra viajando, para apresentar a ele a sugestão dada pela Comissão. É absolutamente impraticável, impossível fazer uma audiência pública com 32 palestrantes. Não há espaço temporal para isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Acir, pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para alertar os Senadores, aos nossos colegas Parlamentares, para o fato de que chegou ao Congresso a Medida Provisória nº 653, de 2014, que trata de alterar a Lei nº 13.021, que fala sobre exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas. Lá foi colocada uma emenda sobre a fiscalização dos frigoríficos brasileiros, determinando que a fiscalização dos frigoríficos, que hoje é feita pelos Municípios e Estados, seja feita somente pelo Ministério da Agricultura, praticamente eliminando a fiscalização que hoje é feita pelos Estados e pelos Municípios. Isso vai inviabilizar completamente os frigoríficos brasileiros, principalmente os pequenos e médios, até porque o Ministério da Agricultura não tem pessoal suficiente para fazer essa fiscalização. É só um alerta que eu faço aos colegas, para que a gente possa acompanhar essa Medida Provisória que trata, Senador Blairo, de exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas. Não tem nada a ver com fiscalização de frigorífico.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O que tem a ver com fiscalização pecuária?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Colocaram ali uma emenda que trata da fiscalização dos frigoríficos, eliminando a autorização de Municípios e Estados fiscalizarem os frigoríficos brasileiros. Isso inviabiliza principalmente os pequenos e médios frigoríficos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Acir, V. Exª me permite?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com o maior prazer, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Só para eu entender. A emenda propõe que se tire aquela autorização e aquela fiscalização que o Município faz ao consumo municipal e ao consumo estadual?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eles mantêm a fiscalização do consumo municipal, mas a fiscalização do frigorífico municipal...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Certo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ..., que hoje fazem o comércio intermunicipal ficaria impedida.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Isso é impossível. Eles vão parar o sistema.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para o sistema. Até porque o Ministério da Agricultura não tem capacidade para isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente. *(Falha na gravação.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... dos grandes frigoríficos. Como é que chama o carimbo deles?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O SIF (Sistema de Informações Fiscais.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O SIF.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O SIF para exportação, principalmente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele não tem gente para o SIF.

Temos vários Municípios, Presidente, que estão respondendo na Justiça, acionados pelo Ministério Público, por colocar pessoas à disposição do SIF, do MAPA, para ajudar lá no Município, para os frigoríficos conseguirem trabalhar. Quer dizer, imagina então se parar e ainda levar mais gente da inspeção federal para atividades que hoje são reguladas ou cuidadas pelos Municípios e pelos Estados. É coisa realmente impossível e vai travar tudo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E os pequenos e médios frigoríficos, Senador Blairo e colegas, vão ter que obedecer às regras do SIF e também da exportação, o que, evidentemente, vai inviabilizar a existência desses pequenos e médios frigoríficos.

Então, é só para alertar. Essa é uma medida provisória que ainda está na Comissão Mista, mas é importante que a gente a acompanhe para que não haja... O Relator é o Deputado Manoel Júnior. Eu ainda não tive

contato com ele. Só estou acompanhando porque é um assunto que interessa muito à nossa Comissão e também ao nosso Estado de Rondônia.

Portanto, ao fazer esse registro, também aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para fazer outra colocação sobre os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe que, divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, revelam uma redução de 18% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 a julho de 2014.

No mês passado, dias antes da eleição, a organização ambiental o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Imazon, de Belém, junto com diversas ONGs ambientais, divulgaram a tendência de alta no desmatamento da Amazônia, baseado em um levantamento independente que constatou um aumento de 191% no desflorestamento em agosto e setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado.

Além disso, acusaram o Inpe, que faz a medição oficial, de segurar dados do desmatamento da Amazônia no período pré-eleitoral. A verdade é que o Governo não segurou as informações. Naquela época, segundo a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, os dados ainda estavam sendo tabulados pelo Prodes, que avalia os meses que integram o chamado “calendário do desmatamento”, relacionado com as chuvas e atividades agropecuárias.

Portanto, agora o resultado é oficial. Ao contrário do que apregoavam as ONGs, o desmatamento reduziu mais uma vez nesse último período da Amazônia, assim como está reduzindo ano após ano. Isto porque não há mais necessidade de desmatar a Floresta Amazônica para o desenvolvimento mínimo das atividades produtivas na região, em especial as agropecuárias.

Para isso, basta usarmos as áreas degradadas ou fazermos as conversões das áreas de pastagens para áreas de plantio de grãos, uma vez que a pecuária tem se aperfeiçoado muito na região e já não necessitamos mais de grandes áreas para manter ou até mesmo aumentar o nosso rebanho.

Portanto, é por conta do avanço tecnológico de nossa agropecuária que o desmatamento está sendo reduzido na Amazônia.

Os números divulgados pelo Inpe são confiáveis, resultado de metodologia científica testada e aprovada, tabulados em programas sofisticados, a partir de uma base de dados e históricos captados a partir de satélites. O Inpe não trabalha com especulação; faz ciência da melhor qualidade.

Diante disso e do aumento da produção de grãos, carnes e pescados de Rondônia, podemos dizer que estamos fazendo uma agricultura cada dia mais sustentável, e é nesse caminho que nós estamos trabalhando e devemos seguir: o de aumentar a produção de grãos, de carne, de pescado sem aumentar o desmatamento. Não precisamos aumentar o desmatamento. Então, esse é um dado importante que é bom que nós possamos deixar claro para a população brasileira que não estamos aumentando o desmatamento da Amazônia. Pelo contrário. Nós estamos reduzindo o desmatamento da Amazônia e, mesmo assim, aumentando a produtividade.

Mais um alerta também. Nós estamos aumentando a produção em Rondônia, principalmente com relação aos produtos hortifrutigranjeiros, e registrando que ainda não está aberta a BR-319. Nós precisamos desta BR para que nossos produtos possam chegar até aos mercados de Manaus, de Boa Vista; exportarmos também via BR-174 para a Venezuela.

Então, faço esse registro e também celebrar esse índice de diminuição do desmatamento da Amazônia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Acir pelas informações.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria também de manifestar que estou de acordo com o parecer do Senador Waldemir Moka, inclusive pelas observações do Senador Blairo Maggi no que diz respeito ao projeto do Senador Randolfe Rodrigues, ainda mais tendo em conta o que foi observado, que já as áreas indígenas estão isentas do Imposto Territorial. Então, como guarda uma certa semelhança com as áreas quilombolas, estou de acordo com a manifestação de ambos os Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Suplicy.

Antes de encerrar a nossa reunião, convoco uma próxima reunião para o dia 4 de dezembro, uma audiência pública, para tratarmos da criação de cavalos no Brasil.

Declaro encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 17 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador RUBEN FIGUEIRÓ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: EDUARDO SUPPLY, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, WALDEMIR MOKA, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, VALDIR RAUPP e IVO CASSOL. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Antonio Aureliano, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM 1:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. 1– Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3– Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 4– Matéria em fase de votação. 5– O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª, 20ª e 26ª Reunião em 2014. 6– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Anunciada a matéria, a Senadora Ana Amélia solicita a palavra para informar a adequação do seu relatório, consolidando, em novo texto de Substitutivo, a Subemenda apresentada à Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), que altera o número do art. 21-A do art. 1º da Emenda CCT (Substitutivo) para 12-B. Resultado: A Presidência adia a votação do PLS nº 679, de 2011, para a próxima reunião deliberativa. **ITEM 2:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka usarem da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 3– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 3:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi usar da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 3– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka, o Senador Blairo Maggi faz uso da palavra para discutir a matéria. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 4:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de

2013, e da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. 4– O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA. 5– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, a Presidência concede a palavra à Sra. Relatora, Senadora Ana Amélia, para a leitura do seu Relatório. Resultado: A Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil. **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Antonio Aureliano. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 135, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. 3– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA:** Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA. 3– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Retirado da Pauta. Encerrada a deliberação dos itens da pauta, o Senador Acir Gurgacz alerta a Comissão para a emenda apresentada à Medida Provisória (MPV) nº 653, de 2014 (que altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas), cujo Relator é o Deputado Manoel Júnior, que determina que a fiscalização dos frigoríficos seja feita somente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), praticamente eliminando a fiscalização que hoje é feita pelos Estados e pelos Municípios. Em seguida, o Senador Acir Gurgacz apresenta os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que revelam uma redução de 18% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014, contrariando informações do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém, junto com diversas ONGs ambientais, sobre a tendência de alta no desmatamento da Amazônia, baseado em um levantamento independente que revelou aumento de 191% no desflorestamento em agosto e setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado. O Senador Acir Gurgacz alerta, ainda, para a necessidade da abertura da BR-319, haja vista o aumento da produção em Rondônia, principalmente com relação aos produtos hortifrutigranjeiros, para que os produtos possam chegar até os mercados de Manaus, de Boa Vista; da Venezuela, exportados via BR-174. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Meus cumprimentos a todas as pessoas aqui presentes e minhas homenagens à Senadora Ana Amélia. Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT(Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.

2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo).

3– Na 22ª Reunião da CRA realizada no dia 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

4– Matéria em fase de votação.

5– O Projeto constou também da pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª, 20ª e 26ª Reunião em 2014.

6– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra a eminente Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente em exercício na Comissão, Senador Ruben Figueiró, estamos ainda sob o efeito do cansaço da longa sessão de ontem, do Congresso Nacional, em que se apreciaram as alterações nas metas do nosso superávit primário. Por muito pouco não deixei de comparecer, porque tive uma hipotermia. A sala do plenário estava extremamente fria, com uma temperatura muito baixa. Isso afeta as vias respiratórias. Até um Parlamentar do meu Estado... quem é gaúcho para sofrer frio? O frio estava muito grande. Como se diz lá, frio de renguear cusco. Cusco é cachorro no termo gaúcho. Quando está a geada sobre a superfície da terra, do barro, fica muito gelado, e o cachorro vira-lata caminha e gela as patinhas. Então, ele levanta uma pata para aquecer e anda claudicante. Nós usamos o termo espanhol *renguear*, caminhar claudicante. Então, quando está muito frio, e foi o que aconteceu ontem à noite lá, dizemos que é um frio de renguear cusco. Se assusta gaúcho, imagine as pessoas que moram no Nordeste o que sentiram com aquele frio, que é ruim para a própria saúde da gente? Era uma temperatura muito baixa e, à medida que diminui a lotação dentro do plenário, aquela temperatura, que era a mesma, parecia mais fria ainda. Até os funcionários ontem disseram que a temperatura estava abaixo da que normalmente está.

Foi uma sessão, eu acho, importante, porque a sociedade brasileira a estava acompanhando – eu e o Senador Ruben Figueiró estávamos comentando isso agora há pouco aqui. E eu penso que a responsabilidade do Congresso é exatamente esta: tentar recuperar um pouco a sua credibilidade, a sua independência do Executivo. Hoje estamos aqui sufocados pelo excesso de medidas provisórias, temos pouca capacidade de produção legislativa, por isso, penso que o embate deve ser e continuar desta forma: um embate respeitoso, um embate equilibrado.

O que me surpreendeu foi o número de mensagens que eu mesma recebi de pessoas se manifestando, contrárias à aprovação da iniciativa, de todas as partes do País; não só do meu Estado, mas do Nordeste, do Sudeste, da Bahia, do Ceará, pessoas estavam se manifestando. Então, eu acho que isso é o processo democrático.

A Oposição fez a sua parte. É evidente que, com a maioria esmagadora que tem o Governo, ele tratora as decisões, as deliberações. Claro, maioria é maioria, e a Oposição tem que cumprir o seu papel. Acho que fez o que deveria ter feito, embora o resultado seja conhecido.

Sou Relatora *ad hoc*, Senador, de matéria que trata de uma questão relacionada à política de agrotóxicos, para criar um agrotóxico mais natural. A autoria dessa matéria é a Senadora Ana Rita, e eu sou Relatora *ad hoc*; o Relator titular é o Senador Ivo Cassol. Assumi e fizemos uma matéria que aprovei porque já foi discutida – ela já foi discutida. Eu fui favorável à matéria. Ela está em caráter de definição terminativa aqui.

Nós não temos quórum para essa deliberação.

Então, deixaremos para a próxima sessão, quando tivermos quórum, para votarmos e aprovarmos a questão que institui – é iniciativa da Senadora Ana Rita – política nacional de apoio ao agrotóxico natural.

O meu voto é favorável a essa matéria, através de um substitutivo que já foi apresentado. Sugerimos a adequação no relatório com a finalidade de consolidar a subemenda ao texto, com a apresentação da Emenda nº 3 ao substitutivo.

Então, com isso, fica concluído o nosso trabalho e, agora, esperamos apenas a deliberação.

Então, elogio a iniciativa da Senadora Ana Rita, do Senador Cassol, e eu complementei esse trabalho.

Certamente, o Marcelo, nosso secretário, vai sobrestar, recomendar o sobrestamento, para votação na próxima reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senadora Ana Amélia, V. Exª, ao iniciar o seu voto como relatora, fez menção a uma questão muito importante, que o Congresso Nacional está decidindo.

Evidentemente, a expressão que V. Exª usou, “de renguear cusco”, também é nossa, lá de Mato Grosso do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ah, é?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – É.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Interessante. Tem muito gaúcho lá.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Aliás, em certa oportunidade, eu já disse a V. Exª que os mato-grossenses-do-sul são “matuchos”, não é? Uma cruz de gaúcho com mato-grossense-do-sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É verdade, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Então, as expressões idiomáticas que o Sul usa, nós as usamos, também, com muito prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu estive em uma cidade, Senador, se me permite, Chapadão do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E fiquei impressionada, primeiro, porque é um lugar belíssimo, lindo! A topografia é maravilhosa! Essa cidade deve ter uns 30 anos e uma população de 25 a 30 mil habitantes.

Eu estive lá a convite do Senador Waldemir Moka, que é seu colega do Senado, e fiquei impressionada: 95% da população de Chapadão do Sul são gaúchos. Essa população é formada por gaúchos, inclusive da minha terra, Lagoa Vermelha. Então, de todos os lugares do Rio Grande, ali estava um verdadeiro CTG, em Chapadão do Sul, e todos os hábitos foram levados para lá.

É uma cidade muito organizada, muito agradável, mas, sobretudo, a topografia do lugar, claro que com o espírito pioneiro desses agricultores, a maioria deles agricultores... Eu fiquei impressionada quando fomos lá discutir o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – A senhora me faz lembrar, também, das minhas ligações com Chapadão do Sul.

Eu, a pedido de um colonizador gaúcho, colaborei muito, porque eu era, à época, Deputado estadual por Mato Grosso e colaborei muito para a institucionalização de Chapadão do Sul, a princípio, como distrito e, depois, como Município.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Emancipação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu tenho razões atávicas, também, para rememorar aquela cidade, que é, hoje, uma das mais pujantes do meu Estado, porque talvez seja a maior produtora de grãos, hoje, em Mato Grosso do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ela está cercada de lavouras belíssimas.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Graças à fibra, ao espírito pioneiro do gaúcho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Que bom, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas eu estava dizendo a V. Exª, também, que a sessão que se realizou até esta madrugada no Congresso Nacional, da qual V. Exª participou ativamente – eu não pude, porque eu me encontrava, também, me recuperando de uma pneumonia dupla...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, aquele é pior ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... e o ambiente de lá não me permitia...

Fui lá apenas para votar os vetos, e a liderança dispensou-me. Eu fiquei de sobreaviso, apreciando a distância o sofrimento de todos os senhores e dos brasileiros, porque foi uma reunião que, historicamente, nós vamos lamentar profundamente. O Congresso Nacional se rendeu à vontade de uma pessoa, apenas para evitar que ela fosse, amanhã, penalizada através da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu também recebi muitos *e-mails* de pessoas exprobrando a decisão que nós iríamos tomar. Infelizmente, nós somos oposição e não temos força suficiente para suplantar essa maioria esmagadora que o Governo colocou em plenário, mas eu tenho a impressão de que isso é mais um sentimento de revolta do povo brasileiro. A cada dia que passa, a decepção torna-se maior.

Eu confesso à senhora que, às vezes, tenho receio de que possamos ter uma manifestação tão importante da opinião pública brasileira que, não fosse esse sentimento democrático que nos anima, tenho para mim, que poderíamos sofrer alguns abalos não na estrutura da nossa democracia, mas um abalo nas relações entre os Poderes. Essa é a impressão que tenho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É, de fato, V. Exª tem a observação, primeiro, por sua experiência, pela percepção clara, pelo conhecimento, pela convivência com a atividade de Deputado Estadual. Toda a sua carreira política mostra uma experiência que permite essa visão, digamos, mais acurada do que pode acontecer.

Eu, como Senadora independente aqui, espero que haja equilíbrio nesse processo para evitar um mal maior ao País. Não torcemos, Senador, como também não o senhor – partilho da sua escola –, não queremos o “tanto pior, melhor”. Não, não é isso que queremos. Queremos um Brasil com dignidade, com ética. Tudo que estamos vendo acontecer... a população se mobilizou e, graças a uma ação popular prevista no nosso instituto político, criou-se a Lei da Ficha Limpa. Foi a pressão que veio de fora sobre o Congresso Nacional. Não fosse isso, a matéria não teria sido aprovada. Então, a sociedade já teve e está tendo um ativo protagonismo nesse processo político, o que é extremamente saudável.

Lamento novamente o fato de as galerias terem sido evacuadas na noite anterior. Ontem foi proibido o acesso das pessoas, até de um grupo de 150 Vereadores de todo o País que tentavam assistir à sessão. O Presidente da União Brasileira de Vereadores pediu a minha interferência para falar com o Presidente para que eles pudessem assistir, mas, dado o tratamento recebido pela direção da Mesa do Senado e do Congresso Nacional, não foi autorizada a presença dos Vereadores que queriam participar daquele momento. Eram Vereadores de todos os partidos, de todos os Estados. Certamente, os Vereadores não estariam lá para tumultuar, e, sim, para participarem e assistindo em um momento decisivo para a vida do País.

Como foi dito e eu até lembrei, um grupo de Prefeitos do Rio Grande do Norte ressaltou – e o raciocínio está claro, não é, Senador? – “se a União e o Presidente da República podem alterar a lei em seu benefício, os Governadores, que também estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal, igualmente podem pretender igual tratamento.” Não cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal por uma série de fatores como os que foram alegados pelo Governo, de crise. Mas a crise mostra que, no nosso entorno, à exceção de alguns países como a Argentina e Venezuela, os países como Peru, Colômbia, a própria Bolívia, o Chile estão com um desempenho econômico de estabilidade, de controle de inflação, com inflação menor que a nossa. Por quê? Porque há um grau de confiança, estabilidade e segurança jurídica para as economias desses países. Então, penso que isso também levou a esse sentimento dos prefeitos dizerem: “bom, agora também temos o direito de mudar a lei.”

Mas a mudança da lei não é boa para a sociedade. O que é a Lei de Responsabilidade Fiscal? É uma trava, um freio na ganância. Tivemos uma disputa presidencial, uma disputa nos Estados, que revelou quanto o processo da reeleição representa em relação aos gastos. Por isso, acho que uma das principais questões da reforma política será rever a reeleição. Não é uma coisa boa para o País. Não é. Temos, agora, quatro anos, também para Presidência da República e Governadores, o que também não é o tempo necessário. Cinco ou seis anos, e também sou favorável à coincidência de todas as eleições: Prefeitos, Governadores e Presidência da República. Acho que o Brasil já está pronto, depois das experiências de reeleição, para a ousadia de ter essa nova mudança no processo. Senão, vamos continuar tendo esses solavancos, como estão falando, de sustos, com essa formação de uma maioria sem sempre comprometida com programas ideológicos, mas apenas com interesse no exercício do poder e, não necessariamente com o interesse nacional.

E são muitos os problemas, gravíssimos problemas. Nós estamos, aqui no entorno de Brasília mesmo ou no próprio Rio Grande do Sul, o meu Estado, enfrentando uma crise financeira aguda. O Governador eleito, que teve o meu apoio, do PMDB, ex-deputado, ex-prefeito, José Ivo Sartori, como todos os Governadores... Não há um Governador que esteja em situação fácil do ponto de vista financeiro e administrativo. Ou seja: vai ser problemático também para os Estados.

Então, nós vamos conviver aí com dias de alguma preocupação e turbulência.

Vamos, agora, esperar o Natal passar, Senador, e vamos trabalhar nessa direção.

É esse o nosso negócio.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senadora Ana Amélia, V. Exª manifestou-se de tal forma que representa não só o meu pensamento, mas o de muitas outras pessoas que estão preocupadas com os destinos do País. E, com essa decisão de ontem do Congresso Nacional, como dizemos lá no meu Estado – e acredito que também no Rio Grande do Sul –, abriu-se um boqueirão para que os Estados também tomem a mesma medida. É uma questão isonômica...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Abriram a porteira.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – É; abriram a porteira.

Meus cumprimentos a V. Exª pela exposição que fez.

A matéria constante do item 1, cuja Relatora é a Senadora Ana Amélia, mantém-se em fase de votação, pois não há número suficiente para apreciá-la agora.

O item 2 (PLS nº 201, de 2014), não terminativo, cujo Relator é o Senador Waldemir Moka, que não se encontra presente, fica, portanto, com a sua apreciação adiada.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– *Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka usarem da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.*

3– *A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa.*

Da mesma forma, o PLS nº 236, de 2014, não terminativo, cujo Relator também é o eminente Senador Waldemir Moka. Dessa forma, a sua apreciação fica transferida para a próxima reunião.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– *Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi usar da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.*

3– *A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.*

O item nº 4 é de autoria da Senadora Ana Rita.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013

– Terminativo –

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2– *A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.*

3– *Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto.*

4– *O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA.*

5– *A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.*

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Ruben Figueiró, eu vou deixar o relatório propriamente e vou passar diretamente à análise, para economizarmos tempo.

A proposição da Senadora Ana Rita é meritória, eis que busca atualizar o valor da multa sobre as infrações às normas de proteção ao trabalho rural, e, assim, combater de maneira mais efetiva os abusos contra o trabalho no campo.

Revisões pontuais, quando necessárias, devem ser feitas sempre que a realidade dos fatos assim o exija. Caso contrário infrações de grande potencial ofensivo continuarão a serem punidas com penas irrisórias, como é o caso que estamos a analisar.

O objetivo do projeto atende ao princípio da razoabilidade e, diante dos enormes danos que o desrespeito às normas trabalhistas pode causar ao trabalhador rural, constitui o instrumento mais apropriado a ser imposto aos infratores.

Quando de sua análise na CAS, o relator da matéria, com o intuito de adequar a proposição às normas da Constituição Federal, apresentou emenda convertendo em reais o valor da multa fixado em dois salários mínimos pelo projeto.

A mudança é necessária, tendo em vista que a instituição do salário mínimo tem por finalidade atender as necessidades básicas do trabalhador, não podendo este instituto ser desvirtuado, nem ter a sua função substituída pelo legislador, tornando-se inconstitucional qualquer ato desta natureza.

Assim, sua utilização para a formação da base de cálculo de qualquer parcela remuneratória ou com qualquer outro objetivo pecuniário (multas, indenizações, pensões etc.) esbarra na vinculação vedada pelo artigo 7º, IV, da Constituição da República, como está expresso.

Esse inciso diz o seguinte:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Todavia, ao se converter em reais o valor da multa (R\$1,356,00), o projeto mais do que o atualizou, eis que o salário mínimo, ao longo desses últimos anos, além de ter seus valores corrigidos monetariamente, a ele vêm sendo agregado ganhos reais.

Em consequência, sua atualização, nos termos pretendidos tanto pelo projeto, quanto pela Emenda nº 1 – CAS, resultaria em aumento significativo de gradação da pena.

Com efeito, se corrigirmos o valor da multa, que, à época, era de R\$380,00, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obteríamos o valor de R\$833,36, bem aquém, portanto, dos R\$1.356,00.

Desse modo, não há que se atualizar valor da multa, nem nos termos fixados pelo projeto, nem nos moldes adotado pela CAS.

Como vimos, ao projeto apresentamos emenda que estabelece o valor da multa de modo escalonado a depender do tamanho da propriedade do infrator. Porque seria injusto a aplicação de uma multa com o mesmo critério para um grande proprietário rural e para um agricultor com 20 hectares. Então, tivemos também a preocupação com esse aspecto e o levamos em conta.

Assim, no caso de propriedade com até 10 módulos fiscais, a multa será de 25% do salário base de cada empregado em situação irregular; com até 50 módulos fiscais, será de 50% do salário base de cada empregado; com até 100 módulos fiscais, será de 75% do salário base de cada empregado; com mais de 100 módulos fiscais, será de 100% do salário base de cada empregado.

Então, esse escalonamento, pareceu-nos, a nosso juízo, o mais adequado sob o nosso ponto de vista até da equiparação e da justiça social vislumbrada nesse projeto: pune de acordo com a capacidade do empregador.

Essa sistemática é a que mais se adapta à necessidade de atualização da multa proposta pelo projeto. Ao penalizar o infrator, de modo proporcional ao tamanho de sua propriedade, a sugestão contida na Emenda nº 2-CRA atende melhor ao princípio da razoabilidade, respeitando, igualmente, o caráter pedagógico que deve ter a sanção.

Por essas razões, acatamos a Emenda nº 2-CRA, que, com certeza, recompõe com mais justeza seu valor da multa aplicada aos infratores, no caso, da relação com os trabalhadores rurais.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, da Emenda nº 2-CRA e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, àquela que se reportava à questão do salário.

Esse é o voto, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoridade/PSDB – MS) – A Srª Senadora Ana Amélia, Relatora do projeto, conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2013, da Emenda nº 2-CRA e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS.

Não havendo quórum suficiente para a discussão da matéria, eu a transiro para a próxima reunião.

Estou retirando de pauta os itens 5 e 6, para apreciação na próxima reunião.
São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014 – Terminativo –

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Antonio Aureliano

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 135, de 2014, com duas emendas que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2– *A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto.*

3– *A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.*

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não terminativo –

Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– *O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA.*

3– *A matéria será posteriormente apreciada pela CAE, em decisão terminativa.)*

Consulto a Senadora Ana Amélia se deseja fazer alguma explanação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estamos chegando a este final, e seria natural que, após o prolongamento da sessão de ontem até quase 5h da manhã de hoje, fosse difícil estarmos aqui, hoje, agora, às 8h30, porque a nossa reunião começa às 8h30. Eu tive que sair à 1h da manhã, como falei, por conta da hipotermia. A saúde da gente tem que estar em primeiro lugar, não é, Senador? O compromisso já era muito grande.

Conseguimos a aprovação – eu fui Relatora na Comissão Mista de Orçamento, a CMO – do PLN nº 31, o primeiro item após a apreciação dos vetos, uma iniciativa do Executivo, para cumprir uma decisão judicial que autoriza uma provisão de recursos à Previdência Social para cumprir uma sentença judicial determinando que o Poder Executivo pague o valor devido aos aposentados do Aerus, que já estavam em vigília há bastante tempo, por mais de uma vez.

E quero fazer o registro de agradecimento ao Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, que permitiu essa vigília. Eles foram extremamente atenciosos, todos que estavam em vigília, e ontem, ao final da votação, no plenário do Congresso, víamos a felicidade deles, pessoas com 80, 83, 85 anos que não arredaram o pé até a hora da votação, o que aconteceu por volta de 23h.

Então, fico gratificada por ter me envolvido como Relatora na CMO e agradeço ao Presidente Devanir Ribeiro, que, por um acerto... a relatoria tem que pertencer à Comissão Mista de Orçamento. Conseguimos o apoio da Oposição e do Governo, porque a iniciativa era do Governo, e, então, tinha que ser cumprida.

Então, claro que, na questão regimental, os recursos foram usados e tal, e o retardamento não tirou a qualidade e a importância social da decisão aprovada ontem, beneficiando essas pessoas que trabalharam, que contribuíram, ao longo da vida, para um fundo de pensão, de aposentadoria complementar, mas a falha na fiscalização pelo Poder Executivo, pelo Governo, acabou prejudicando essas pessoas. Muitas delas estavam recebendo uma verdadeira esmola em relação aos direitos que tinham pela contribuição que deram ao longo do tempo para ter uma aposentadoria melhor do que aquela só do INSS. E aí é que veio o prejuízo.

Então, essa cobertura de R\$248 milhões e alguns quebrados foi uma sentença judicial que o Governo cumpriu e agora tem que fazer o efetivo pagamento a eles. Nós tínhamos a preocupação de que isso ultrapassasse o exercício... Tem que ser pago agora. O Governo estava sendo multado.

Na sentença, a Justiça disse que o Governo teria multas de R\$100 mil se não cumprisse a determinação legal. Mas, como era uma questão de suplementação orçamentária, de provisão orçamentária, era preciso o rito de apreciar na Comissão de Orçamento e também no plenário do Congresso Nacional, o que foi feito ontem.

Faço questão, de novo, de me referir à liderança da Presidente do Sindicato dos Aeronautas, da Graziela Bagio, que acompanhou a votação no plenário do Senado de cadeira de rodas. Ela foi retirada, na véspera, pelos seguranças, porque eles estavam de um lado das galerias e não estavam causando nenhum tipo de comprometimento, mas, como foi solicitada a retirada do outro lado da galeria, por solicitação da Deputada Jandira Feghali, que alegou ofensas à Senadora Vanessa Grazziotin, por isonomia ou igualdade, foram retirados também os representantes do Aerus que estavam nas galerias na noite anterior.

E a Graziela, então, que está de cadeira de rodas porque teve um problema, um acidente, que lhe rompeu os ligamentos e causou uma fratura no seu joelho, foi retirada pela segurança para evitar problemas. O próprio Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, se penitenciou e disse que aquilo não foi adequado, Mas é que, numa hora de tumulto, as coisas ficam realmente mais complicadas e mais difíceis. Então, o Senador Renan atribui...

Ela pôde assistir de dentro do plenário à votação dessa matéria muito importante de que tive a honra de ser Relatora na CMO e de ter defendido o acordo que havia sido fechado na semana anterior. Desse acordo participaram não só os Senadores do Rio Grande do Sul – Senador Paim, Senador Simon –, mas o Senador Alvaro Dias também, do Paraná, que se envolveu e, na Câmara, o Deputado Rubens Bueno, que liderou uma comitiva que tratou muito do Aerus.

Foram várias reuniões na Casa Civil, na Advocacia-Geral da União e, enfim, ontem se chegou ao desfecho tão esperado por eles. Saíram pelo menos confortados, depois de tanto sacrifício e de uma vigília tão longa aqui no Congresso Nacional, com o apoio, claro, também do Presidente da Câmara, o Deputado Henrique Eduardo Alves.

Então, vamos continuar cumprindo com o nosso dever, não é, Senador Ruben Figueiró?

Daqui a pouco – aliás, eu quero convidá-lo especialmente a comparecer –, teremos na CAS, às 10h, uma audiência pública de grande relevância para tratar da prevenção ao câncer de intestino. Nós temos trabalhado muito, na CAS, nas questões de prevenção. Dizem que prevenir é o melhor remédio, não é, Senador? E a prevenção é mais barata também. Quando se ataca uma doença no começo, o tratamento é menor e menos dispendioso, seja para o paciente, seja para o Poder Público – é o caso daqueles que dependem exclusivamente do SUS –, seja para os próprios planos de saúde.

O objetivo dessa audiência pública é trazer especialistas do Brasil inteiro. Vem o Dr. Paulo Hoff, do Instituto do Câncer de São Paulo, que tem grande expressão nacional, é um especialista. Sei que abriram mão de suas agendas, do atendimento dos seus pacientes. Também vem a Dr^a Marlise, que foi quem me provocou, é do Rio Grande do Sul, da área de Proctologia, do Hospital Ernesto Dornelles, e várias outras autoridades, especialistas na área da saúde, especialmente da área do tratamento do câncer. Então, estão todos convidados a comparecer a partir das 10h. Estão vindo pessoas de outros Estados e, evidentemente, a realização dessa audiência será importante. O Senador Moka vai presidi-la, e acho que teremos um bom resultado. O senhor está convidado também e todos os nossos telespectadores que nos acompanham aqui pela TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelas explanações que fez, sobretudo com relação à votação, ontem, da medida provisória, que concedeu recursos extraordinários para pagamento desse compromisso que o Governo da República tem com esses ex-servidores, beneficiários da Aerus.

Eu sou testemunha do trabalho de V. Ex^a, do Senador Paulo Paim, do Senador Alvaro Dias, do Senador Pedro Simon. Durante vários, vários meses nós tivemos oportunidade, no plenário, de receber a visita dos funcionários...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dos ex-comandantes, comissárias e comissários, pilotos.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoridade/PSDB – MS) – ... dos comissários, comandantes, pilotos da Aerus. Era uma situação extremamente constrangedora para todos nós. Senhores de idade avançada, meus companheiros de idade, estavam lá, aguardando uma manifestação do Governo, de instâncias do Congresso Nacional.

V. Ex^a foi muito feliz ao relatar, ontem, o projeto. Eu apreciei a manifestação de V. Ex^a. Acho que ontem esse foi o ponto alto daquela reunião. Não fora a decisão do Congresso Nacional, votando a medida provisória, nós teríamos uma noite negra no Congresso Nacional. Meus cumprimentos a V. Ex^a pela oportunidade e felicidade de ter se manifestado favoravelmente a uma causa que nos estava constrangendo, porque era um direito que eles tinham, e o Governo, infelizmente, estava negando a eles.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Não há mais nada a tratar.

Vou encerrar esta reunião, cumprimentando a Senadora Ana Amélia e todos os aqui presentes.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 26 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPPLY, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, ANTONIO CARLOS VALADARES e VALDIR RAUPP. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião se destina à apreciação dos Requerimentos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, decorrentes da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa. O Senhor Presidente dá início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, de 2014.** Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2014, seja o planejamento, a execução e o controle do crédito rural no País. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Relatoria:** Senador Ruben Figueiró. Anunciada a matéria, após a leitura do relatório pelo Senador Ruben Figueiró, o Senador Waldemir Moka sugere que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a execução das recomendações feitas no relatório no final do próximo ano e o Senador Ruben Figueiró acolhe a sugestão do Senador Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Ruben Figueiró. **ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, de 2014 –** Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2014, seja a política de recursos hídricos para a região semiárida nordestina. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Anunciada a matéria, após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, não houve oradores inscritos para discutir a matéria. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matéria decorrente da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa.

Item 1.

Requerimento nº 10, de 2014, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros, que tem por finalidade discutir, analisar as políticas públicas de planejamento, execução e controle de crédito rural do Brasil.

Informo que foram realizadas audiências públicas para instruir a matéria em 10/6/2014 e em 04/11/2014.

Comunico ainda que foram encaminhados requerimentos de informação para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como para o Banco Central do Brasil, sendo devidamente respondidos.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró, para proferir o seu relatório.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eminente Senador Benedito de Lira, Sr. Senador Waldemir Moka, meu querido conterrâneo, foi um trabalho exaustivo, principalmente realizado pela nossa extraordinária equipe de assessores.

Só antes de adentrar o texto das minhas declarações, quero dizer a V. Ex^{as} que foi um trabalho de mais de 216 páginas, trazendo um retrospecto minucioso dos trabalhos realizados pela Comissão, no sentido de levantar todos os dados referentes ao crédito rural no nosso Estado, planejamento, execução e controle.

Nesse período, Sr. Presidente, realizamos, ao longo dos últimos meses, trabalhos referentes à análise do planejamento, da execução e do controle do crédito rural em nosso País.

Por esse motivo, apresento para o conhecimento desta Comissão o relatório das principais atividades desenvolvidas.

Destacamos inicialmente a oportunidade e o acerto da Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que estabeleceu o procedimento de avaliação de políticas públicas em ciclos anuais no âmbito das Comissões Permanentes. Essas avaliações sistematizadas, que foram inauguradas no ano em curso, serão instrumentos de grande importância para a qualificação do debate político.

É de prever, conseqüentemente, que terão também impacto altamente positivo nas nossas deliberações e na contribuição do Poder Legislativo para o aprimoramento das políticas públicas em geral.

As análises realizadas permitiram verificar a existência de pontos fortes e de desafios nas políticas públicas referentes ao crédito rural brasileiro. Ressalta-se, assim, a constatação de oportunidade de melhorias nessas políticas.

Partindo-se da comparação com as realidades norte-americanas e europeia, observa-se a existência de particularidades quanto à política agrícola brasileira e quanto ao ambiente institucional do sistema financeiro nacional, que justificam a preocupação especial do Governo em buscar as condições necessárias para viabilizar o acesso do agricultor ao crédito, de forma que a coordenação dos recursos vinculados, fundos públicos e das dotações orçamentárias destinadas à equalização de taxas de juros, reveste-se de singular importância dentro do contexto da política agrícola brasileira. Além disso, conquanto apresente custo significativo para o erário, o subsídio nacional é relativamente baixo, se comparado com o das nações desenvolvidas ou mesmo com o de nações emergentes e que apresentam perfil socioeconômico semelhante ao do Brasil.

A participação de bancos privados e de cooperativas ainda é intermediária na concessão do crédito agrícola no Brasil, se comparado com a dos bancos públicos.

Ademais, a importância das instituições oficiais de crédito é destacada tanto por sua significativa participação no mercado nacional de crédito rural como por sua atuação estratégica, assumindo o papel de executores das medidas anticíclicas preconizadas pelo Governo Federal, em contraponto aos agentes privados que operam basicamente com recursos oriundos do mercado financeiro internacional, ampliando suas atividades como operadores de crédito rural nos períodos de expansão econômica local e reduzindo sua participação em tempos de crise.

Em que pesem os avanços recentes, a diversificação das fontes de financiamento da agricultura pode contribuir para aprimorar a oferta de crédito no País, proporcionando alternativas aos produtores rurais, sobretudo os hipossuficientes.

Quanto ao planejamento, os desvios entre a previsão e o volume de recursos e sua efetiva aplicação vêm diminuindo para todas as modalidades de crédito. Além disso, as transformações ocorridas no planejamento da política de crédito rural brasileira tornaram esse crédito mais sustentável e transparente, com menor dependência das fontes públicas de financiamento.

Há, todavia, desafios a serem enfrentados no que concerne à estruturação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento do crédito rural.

Entre as melhorias institucionais sugeridas, cita-se a necessidade de aprimorar o processo de prorrogação automática de operações de crédito rural e de repensar um modelo de renegociação de dívidas rurais do País, uma vez que o atual modelo de renegociação envolve: a) custo fiscal desproporcional; b) tendência de esgotamento das fontes de crédito; c) intensa necessidade de participação da esfera política na questão e distorção de incentivos, na medida em que o modelo tende a premiar, como se demonstrou em experiências recentes, o inadimplemento.

O aprimoramento institucional do crédito rural passa também pelo planejamento integrado ao de outras políticas públicas, cuja execução pode gerar efeitos de sinergia em relação ao crédito.

Quanto a esse assunto, verificou-se que há grandes espaços para avanços, seja com relação às políticas que dão suporte à atividade do crédito, seja quanto àquelas que se beneficiam do crédito para a consecução dos seus objetivos.

Merece atenção especial a política de Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater), que é importante na redução das desigualdades entre as regiões, uma vez que os níveis de desenvolvimento social e econômico, assim como o perfil fundiário regional, geram disparidades na aplicação dos recursos de crédito rural. Além disso, destaca-se a importância do sistema de Ater para a inclusão de parte considerável da agricultura familiar que ainda não tem acesso ao sistema de crédito oficial.

Com relação ao controle da política de crédito, não obstante a existência de avanço, ainda há desafios para o pleno funcionamento do sistema de operação de crédito rural e do Proagro/Sicor, quais sejam: a) tornar essa matriz acessível para a consulta de todos os cidadãos interessados no tema; b) a construção atualmente em curso de sistema em que será acoplado ao Sicor, referente às exigibilidades no crédito rural.

Essas medidas serão importantes para aprimorar o controle do crédito, proporcionando mais consistência e integridade dos ativos e dos passivos da política implementada.

Compreendemos que as análises e as conclusões deste relatório devam ser encaminhadas à Mesa do Senado Federal para envio, entre outras, a critério da administração da Casa, às seguintes entidades: à Presidência da República, ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central do Brasil, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, ao Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, às Secretarias de Agricultura dos Estados e do Distrito Federal, à Câmara dos Deputados e ao Tribunal de Contas da União.

No que diz respeito às recomendações ao Poder Executivo, sugere-se:

- a) fortalecer, no âmbito do Banco Central do Brasil, a abrangência, a consistência, a integridade e a tempestividade das operações operacionais do crédito rural, com vista à transparência e à necessidade de suporte ao planejamento, à execução e ao controle por parte dos órgãos governamentais e da sociedade;
- b) reduzir, nos escopos do planejamento e da execução, as instruções entre a previsão do volume de recursos e sua efetiva aplicação em todas as modalidades do crédito rural;
- c) ampliar a diversificação de fontes, agentes e instrumentos de crédito rural;
- d) desenvolver mecanismos de acompanhamentos em tempo real e de redução da inadimplência das operações financeiras do Sistema Nacional de Crédito rural;
- e) manter a diferenciação de linhas de crédito, conforme o porte do produtor rural, como estratégia de fomento à agricultura familiar e de apoio ao médio e grande produtor;
- f) reduzir a burocracia para acesso ao crédito rural, sem elevação do risco de impacto fiscal;
- g) desenvolver mecanismos de prorrogação administrativa de operações de crédito rural no âmbito dos agentes financeiros, diante da incapacidade involuntária de pagamento do mutuário;
- h) expandir a integração do crédito rural com uma política de pesquisa agropecuária e Ater;
- i) aprofundar a integração dos instrumentos de crédito rural com outros instrumentos existentes;
- j) aumentar a participação dos agentes financeiros privados e cooperativas na execução e no controle do crédito rural;
- k) planejamento, a execução e o controle do crédito rural no Brasil se encontram intimamente inseridos nas prerrogativas constitucionais exclusivas do Poder Executivo Federal.

Por esse motivo, dificulta-se a ingerência do Parlamento nas iniciativas de aperfeiçoamento da legislação, no que tange à atribuição de novas funções aos órgãos da Administração Federal que planejam, executam e controlam o crédito rural no País. Assim, as vias de aprimoramento da estrutura, dos instrumentos e do funcionamento do crédito rural brasileiro, passam pela necessária interlocução do Poder Legislativo com o Poder Executivo, bem como pela análise apurada e pelo aperfeiçoamento oportuno das proposições iniciadas pela Presidente da República no âmbito do Congresso Nacional. No entanto, como objetivo de médio prazo, entende-se como oportuna a constituição, em articulação entre o Governo Federal e o Congresso Nacional, de um grupo de trabalho para iniciar estudos, com vista à consolidação da legislação rural, onde se incluirá a pertinente ao crédito rural.

Por fim, excelências, registro meus agradecimentos a todos os Senadores desta Comissão e a todos os convidados que participaram das audiências públicas realizadas com objetivo de avaliar as políticas de crédito rural no Brasil. Gostaria de lembrar que essas avaliações neste ano de 2014 são as pioneiras no quadro das atribuições conferidas pela Resolução nº 44, de 2013, e oferecerão poderosos subsídios à formulação e ao aprimoramento das políticas públicas na agropecuária e em todas as demais atividades da vida nacional.

Ainda, Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, não poderia deixar de fazer um agradecimento especial aos Consultores Humberto Mendes de Sá Formiga, Eduardo Simão de Souza Vieira, Fernando Lagares Távora, Henrique Salles Pinto, que honram a nossa Consultoria Legislativa do Senado Federal, pelo conhecimento técnico, comprometimento com as questões desta instituição e dedicação com os temas desta Comissão. Da mesma forma, quero agradecer também ao Dr. Marcello Varella e sua equipe pelo profissionalismo com que secretariaram esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Srs. Senadores, seria impossível realizarmos o nosso trabalho sem o auxílio e a dedicação dessas pessoas que elevam o nome desta Casa Legislativa.

Sr. Presidente, é essa a minha manifestação, mas desejo finalmente e especialmente destacar a atuação de V. Ex^a, que deu oportunidade a que todos nós relatores pudéssemos exercer um trabalho de tal forma que representasse realmente o pensamento desta Comissão.

Portanto, tem V. Ex^a os nossos agradecimentos e, sobretudo, as nossas homenagens pelo seu espírito público na conduta desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Figueiró, pelo seu relatório e pela maneira como V. Ex^a tem se comportado ao longo deste período, na condição de membro efetivo desta comissão.

Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, a Mesa Diretora, o Senador Renan Calheiros, ele criou esta modalidade, pela qual cada comissão permanente pode fazer, no final do ano legislativo, uma avaliação de uma política pública nacional no âmbito das várias comissões permanentes.

Hoje, à semelhança do que estamos fazendo aqui, votamos o relatório da Senadora Ana Amélia, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre política pública, a saúde integral da mulher, um relatório à semelhança desse do nobre Senador Ruben Figueiró.

E nós fizemos uma avaliação que eu quero compartilhar, porque se trata de um relatório para o qual foram feitas audiências públicas, autoridades vieram, deram depoimento e sobre o qual a Consultoria do Senado se debruçou. O Senador Ruben Figueiró apresenta um relatório amplo em que considera várias formas de planejamento, a forma do crédito, como deveria ser, faz sugestões críticas. Agora, eu penso que esse relatório, se nós não tivermos uma forma de aferir, de acompanhar, ele vai virar mais um relatório.

Então eu queria aqui, ao aprovarmos, que criássemos algum mecanismo. Por exemplo, que ao final do ano que vem, nesta mesma Comissão, a gente pudesse avaliar – e que isso ficasse registrado – o que aconteceu, em termos práticos, de avanços, com as sugestões, com as críticas que foram feitas nessa avaliação de uma política pública nacional, porque só assim, a meu juízo, é que essa sugestão, ou melhor, o que o Presidente do Senado, a Mesa Diretora colocou para as Comissões permanentes, realmente vai poder ter algum valor, senão será mais um relatório sem, na prática, alguma coisa em que se possa avançar. O relatório, prestei atenção, é muito amplo e muito bom. Então, agora, a Comissão teria que ter condições de acompanhar. Não sei se estou sendo claro, Senador Acir, Ruben Figueiró e meu caro Presidente, mas eu enxergo dessa forma.

E ao encerrar, quero alertar – já o fiz, eu sou da Comissão Mista de Orçamento – hoje, ao contrário do que se imaginava, você fez um acordo, votou-se já o relatório da receita, vamos evoluir para, até o final da tarde, votar a LDO, e há um compromisso de votarmos também a Lei Orçamentária. Aí, vale dizer, a Comissão de Agricultura terá que ter, até terça-feira, uma votação das chamadas emendas de Comissão.

E aí queria apenas e tão somente, como faço parte lá, Presidente, lembrar que o nosso prazo é muito curto e seria o caso hoje, aqui mesmo... Estive conversando com o Senador Acir Gurgacz e, quem sabe, o nosso Acir Gurgacz poderia ser o relator. Eu não estou... Porque eu vou fazer o da saúde, Presidente. Lá não deu nem tempo, como a sessão foi de manhã, para designar. Então estou avocando, pela dificuldade de prazo, mas aqui talvez V. Ex^a tenha condição de designar já um relator, e a gente poder apreciar isso e dar a nossa contribuição à Comissão Mista do Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito bem, Senador Moka, foram muito bem lembradas essas observações que V. Ex^a faz. Realmente, se não houver a continuidade desse trabalho, não tem sentido essas políticas públicas que nós estamos aprovando aqui.

Aproveito a oportunidade e já designo o Senador Acir Gurgacz para ser Relator das emendas da Comissão para o Orçamento, para a próxima semana, a próxima terça-feira... Não é isso, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Terça-feira é o último prazo, Presidente. Era até a meia-noite de terça-feira, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Para a aprovação e o encaminhamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão o relatório do Senador Figueiró.

Com a palavra o Senador autor.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu achei extremamente oportuna a sugestão do eminente Senador Waldemir Moka.

Eu quero dizer que é preciso que nós tenhamos sempre à vista os resultados desse trabalho. Aliás, aqui, na p. 8 do meu relatório, eu ressalto essa circunstância dizendo: “Assim, as vias de aprimoramento da estrutura e instrumento de funcionamento do crédito rural brasileiro passam pela necessária interlocução do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como pela análise apurada e pelo aperfeiçoamento oportuno das proposições iniciadas pela Presidência da República no âmbito do Congresso Nacional”. E friso, finalmente: “No entanto, com o objetivo de médio prazo, entende-se como oportuna a constituição, em articulação com o Governo Federal e o Congresso Nacional, de um grupo de trabalho para iniciar estudos com vistas à consolidação da legislação rural, onde se incluirá a pertinente ao crédito rural”.

A sugestão, portanto, é no sentido de acolher plenamente a sugestão do eminente Senador Waldemir Moka. Assim, a Comissão de Agricultura do Senado terá condições de acompanhar *pari passu* a execução das recomendações feitas por esta Comissão, se aprovado agora o relatório que tive a honra de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão. (Pausa).

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir parecer da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências regimentais.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, DE 2014

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante a Resolução nº 44, de 2013, que a Política Pública de “Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil” seja avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no exercício de 2014.

Autoria: Benedito de Lira e outros

Relatoria: Ruben Figueiró.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Item 2.

Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 12, de 2014, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros, que estabelece procedimentos de avaliação de políticas públicas de recursos hídricos para a região semiárida Nordeste.

Informo que foram realizadas audiências públicas para instruir a matéria em 10/06/2014 e 06/11/2014.

Comunico que foi encaminhado requerimento de informação ao Ministério do Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de fato, as audiências públicas foram de fundamental importância para que esse relatório fosse feito.

Também aproveito a oportunidade para cumprimentar os consultores, que fizeram um trabalho muito importante e um bom trabalho de fato com relação ao relatório produzido. Os nossos Consultores foram o Dr. Frederico Andrade Tomich, Gustavo Cerqueira e Habib Jorge Fraxe Neto. Os meus cumprimentos pelo belo trabalho que fizeram os nossos consultores. Juntamente com as audiências públicas, eles puderam produzir um belo trabalho.

Apresentação.

Políticas públicas são programas de ação governamental para coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas no sentido da realização de objetivos que atendam demandas sociais e resolvam deficiências estruturais da realidade socioeconômica. Entretanto, não é o suficiente que as políticas públicas reflitam os anseios sociais, cabendo ao Congresso Nacional, como representante da sociedade, analisar se essas políticas de fato atendem tais demandas. Isso pode ser feito, por exemplo, a partir da avaliação do impacto dos programas de governo quanto ao atingimento das metas para as quais foram criadas.

A Constituição Federal prevê, no art. 49, inciso X, entre as competências exclusivas do Congresso Nacional, a de fiscalizar e controlar diretamente ou por qualquer de suas Casas os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.

Com o objetivo de tornar mais sistemática a ação fiscalizatória do Senado Federal sobre as ações finalísticas do Executivo, foi editada a Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, prevendo que a Casa realize a avaliação de políticas públicas no sentido de buscar, dentre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

Nos termos do art. 1º da norma, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. As comissões temáticas são o ambiente natural para essa avaliação, pois, nelas, se conduz o debate especializado sobre os principais setores em que se divide a realidade nacional.

No âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, um dos temas selecionados como objeto de avaliação refere-se às políticas públicas sobre recursos hídricos para a agricultura na região semiárida nordestina.

Inicialmente, aprovou-se o plano de trabalho para essa avaliação na CRA, com propostas de atividades a serem realizadas pela Comissão. O conteúdo do presente relatório fundamenta-se nesse plano, conforme sumário a seguir apresentado.

Das políticas públicas sobre recursos hídricos para a agricultura no Semiárido nordestino dependem milhões de brasileiros que residem naquela região, onde se observam inclusive processos de desertificação, agravados pelos recorrentes períodos de escassez de água. Avaliar essas políticas e propor medidas legislativas no sentido de aprimorá-las é uma tarefa fundamental para o Senado Federal.

O relatório foi dividido em nove partes, para melhor enfatizar as questões mais relevantes sobre o tema em análise.

Na introdução, são apresentados alguns aspectos econômicos que caracterizam o Semiárido nordestino, destacando indicadores relacionados à distribuição populacional e ao desenvolvimento social e econômico. Também na introdução são levantados os aspectos ambientais relacionados à disponibilidade de água no Semiárido, com ênfase nas características de clima e relevo.

Na segunda parte, são apresentados os resumos das audiências públicas realizadas no âmbito desta Comissão, com o objetivo de enriquecer o debate sobre a matéria.

A terceira parte contém um resumo dos principais resultados e recomendações presentes nos relatórios de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União em projetos públicos relacionados à mitigação do problema de disponibilidade de água no Semiárido.

Na quarta parte, discorre-se sobre o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco e sobre a disponibilidade de recursos hídricos para o Semiárido.

Na quinta parte, discute-se sobre a irrigação do Semiárido, com apresentação de resultados de alguns estudos de avaliação de perímetros irrigados no Nordeste.

A sexta parte apresenta uma breve discussão sobre as políticas de gestão da escassez hídrica no Semiárido, tendo como pano de fundo os eventuais conflitos decorrentes do uso múltiplo das águas.

A sétima parte trata da vulnerabilidade e de formas de adaptação das populações e dos sistemas agrícolas do Semiárido aos efeitos da escassez hídrica.

Na oitava parte está um breve relato sobre as proposições legislativas relacionadas a políticas de recursos hídricos no Semiárido.

Na conclusão, são apresentadas as considerações finais.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o relatório de introdução, Sr. Presidente, se compõe de mais de cem páginas. E muito bem feito, volto a dizer. E cumprimento os nossos consultores pelo belíssimo e importante trabalho que fizeram.

Como este relatório está à disposição dos Senadores e das Senadoras, eu peço permissão para pular essa introdução, Sr. Presidente, pelo tamanho do relatório. E passo às considerações finais.

Com fundamento nas informações contidas neste relatório, apresentamos as seguintes considerações no sentido de fortalecer as políticas públicas que cuidam dos recursos hídricos para a agricultura no Semiárido nordestino.

1) Em audiência pública, o Ministério da Pesca e Aquicultura informou sobre a identificação de áreas aptas para a produção, com estimativas de que se pode alcançar uma produção de 30 mil toneladas de pescado por ano, girando em torno de 5,6 mil empregos.

Considerando a população do Semiárido nordestino de, aproximadamente, 21,3 milhões de pessoas, essas metas de criação de empregos divulgadas seriam extremamente tímidas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informou, em audiência pública, que o potencial de irrigação para todo o Nordeste seria em torno de 1,3 milhão de hectares.

Dado o incremento da produtividade resultante de uma área irrigada, que pode chegar a até sete vezes a de uma área de sequeiro, programas de irrigação específicos para atender à população do Semiárido deveriam ser, cada vez mais, robustecidos, com foco não apenas na oferta de água, mas também na viabilidade econômica e na modicidade de custo do suporte energético.

Na mesma audiência pública, o mapa esclareceu que o consumo médio de áreas irrigadas é da ordem de 14 mil metros cúbicos por hectare por ano, com uma eficiência de 45%.

Se dobrada essa eficiência, o consumo seria reduzido a 7 mil metros cúbicos por hectare/ano, permitindo a maior disponibilidade hídrica para outros usos.

Isso demonstra a importância de programas para inovação tecnológica e extensão rural, associados a métodos mais eficientes de irrigação, sobretudo para evitar a salinização de solos, comumente observada em projetos de irrigação no Nordeste.

Segundo o Tribunal de Contas da União, o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco não resolverá a escassez hídrica do Semiárido. Para tanto, serão necessárias obras complementares, para possibilitar que o projeto alcance uma porção significativa das regiões afetadas.

Além disso, a gestão hídrica precisará ser modificada no sentido de uma possível maior autorização, por meio de outorgas, por uso de águas nos processos produtivos, como no caso da agricultura.

Os órgãos responsáveis para tanto seriam, no plano federal, o Ministério da Integração Nacional e a ANA, e os Governos Estaduais na região afetada, com seus respectivos órgãos de gestão hídrica.

5) Um dos aspectos principais para diminuir a vulnerabilidade do Semiárido, as secas e as alterações climáticas será a implementação de programas para a recuperação das pequenas bacias hidrográficas, por meio da restauração de nascentes. Ainda, o fomento a atividades de exploração vegetal sustentável para uso como lenha, no fornecimento de energia à população rural.

6) Em relação às medidas recomendadas, em 2008, pelo TCU, por meio do Acórdão nº 2467, de 2009, a CRA poderia, como desdobramento deste Relatório, reforçar a importância dessas recomendações aos respectivos órgãos, pois o Acórdão nº 1404, de 2012, do Plenário do TCU, avaliou que as seguintes recomendações ainda não haviam sido completamente implementadas:

9.1) Recomendar à Casa Civil da Presidência da República, na condição de Coordenador do Comitê Interministerial sobre Mudanças de Clima, instituído pelo Decreto nº 6.263, de 2007, que estude formas de promover a articulação político-institucional, entre os diversos setores do Governo Federal encarregados de atuar nas questões relacionadas com as mudanças climáticas, com vistas a agilizar a avaliação dos riscos de tais mudanças para o País, bem como a elaboração de informações técnicas sobre o tema, em especial no que diz respeito ao Semiárido brasileiro, levando-se em conta o impacto que poderão sofrer os recursos hídricos na região.

9.2) Recomendar ao Ministério do Meio Ambiente que adote providências, por intermédio da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, no sentido de obter as condições necessárias à implementação do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação, inclusive quanto à disponibilização dos recursos necessários a essa medida.

7) A gestão de recursos hídricos na Bacia do rio São Francisco pode ser aperfeiçoada em níveis estaduais e estadual, interestadual e estadual, por meio de novo planejamento para suas bacias e suas sub-bacias e pelo fortalecimento institucional dos respectivos comitês de bacia hidrográfica. Esse planejamento, consolidado nos planos de recursos hídricos, deve considerar a expansão das atividades econômicas, assim como a capacidade de suporte da bacia.

Para o produtor rural do Polígono das Secas, o acesso à água não é condição suficiente para o desenvolvimento, o que contradiz um dos mitos criados em torno das condições de pobreza dos agricultores no Semiárido nordestino.

Outros requisitos necessários para que possam produzir e se inserir de forma competitiva nos mercados incluem acesso a crédito, educação, escoamento da produção, acesso à assistência técnica e a tecnologias de irrigação eficientes, bem como soluções para o baixo grau de organização social.

Finalmente, em relação a medidas legislativas que poderiam ser apresentadas pela CRA para aperfeiçoar a execução dessas políticas públicas sugerimos:

1) alteração da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir inciso no art. 2º, no sentido de priorizar projetos destinados a garantir o abastecimento hídrico para consumo humano de sedentação de animais e atividades agrícolas familiares no Semiárido nordestino.

A inovação legislativa poderia ainda conceituar o termo Semiárido nordestino, com referência à legislação específica; e dar prioridade aos pedidos de outorga oriundos de Municípios do Semiárido nordestino, por meio de dispositivo específico ao art. 14, que regula a outorga do uso de recursos hídricos pela autoridade competente; incorporar programas e obras para a reserva hídrica no Semiárido aos planos de recursos hídricos voltados aos Estados da região, como o parágrafo único do art. 8º, e com previsões específicas sobre adequada gestão da quantidade e da qualidade da água reservada;

2) alteração da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação para:

I – incluir, entre os objetivos instalados no art. 4º, a prioridade na implantação e na manutenção de projeto de irrigação no Semiárido nordestino;

II – possibilitar processo de licenciamento ambiental simplificado para os projetos de irrigação a serem implantados no Semiárido, com inclusão de dispositivos aos artigos do capítulo V – da implantação dos projetos de irrigação, prevendo-se medidas para evitar a salinização dos solos, pois aproximadamente 30% das áreas irrigadas dos projetos públicos do Nordeste apresentam problemas de salinização.

Algumas dessas áreas deixaram de ser produtivas, e os custos para a sua recuperação são proibitivos.

Diante do exposto, requeiro dar conhecimento do presente relatório à Mesa do Senado Federal, para posterior remessa aos seguintes órgãos do Poder Executivo:

- 1) Presidência da República;
- 2) Casa Civil da Presidência da República;
- 3) Ministério da Integração Nacional;
- 4) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 5) Ministério da Pesca e Aquicultura;
- 6) Agência Nacional de Águas;
- 7) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Acir Gurgacz por esse brilhante relatório, que diz respeito às necessidades hídricas para o Nordeste brasileiro.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, DE 2014

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante a Resolução nº 44, de 2013, que a Política Pública de “Recursos Hídricos para a Região Semiárida Nordeste” seja avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no exercício de 2014.

Autoria: Benedito de Lira e outros

Relatoria: Acir Gurgacz.)

Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o parecer da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências necessárias.

Encerrada a Ordem do Dia, comunico aos Srs. Senadores que amanhã haverá, às 8 horas e 30 minutos, a aposição dos seis Presidentes da CRA e, em seguida, às 9 horas e 30 minutos exatamente, audiência pública para falarmos sobre criação de cavalos no Brasil.

Na próxima terça-feira, dia 16/12, haverá uma reunião deliberativa e, em seguida, a aprovação das emendas ao Orçamento, para o que está designado Relator o eminente Senador Acir Gurgacz.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião e agradeço a todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES**COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA****ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer, os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá início à Cerimônia de aposição de retratos na Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal: Senador Sérgio Guerra (2005/2006); Senador Joaquim Roriz (2007); Senador Neuto de Conto (2007/2008); Senador Valter Pereira (2009/2010); Senador Acir Gurgacz (2011/2012). O Presidente convida os ex-Senadores Neuto de Conto e Valter Pereira, o Senador Acir Gurgacz e a Deputada Distrital Liliane Roriz, representante do ex-Senador Joaquim Roriz, para comporem a mesa. Após a manifestação dos homenageados, os Senadores Benedito de Lira, Waldemir Moka, Jayme Campos, Ruben Figueiró, Luiz Henrique, Antonio Aureliano e Casildo Maldaner usam da palavra. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às dez horas e dezenove minutos, convidando a todos para o descerramento da faixa na Galeria dos ex-Presidentes da Comissão, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

Comunico à Comissão a abertura de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, na origem, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015, e dá outras providências. A abertura do prazo começa hoje e se encerra na segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos.

A presente reunião destina-se à solenidade de inauguração da Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Lembro os cinco Senadores que ocuparam anteriormente a Presidência desta Comissão permanente: Senador Sérgio Guerra, no período de 2005 a 2006; Senador Joaquim Roriz, no ano de 2007; Senador Neuto de Conto, no período 2007 a 2008; Senador Valter Pereira, no período de 2009 a 2010; Senador Acir Gurgacz, no período de 2011 a 2012.

Convido a Deputada Distrital Liliane Roriz, representante do Exmº Sr. Senador Joaquim Roriz, para tomar assento à mesa.

Convido também o Senador Neuto de Conto, o Senador Valter Pereira e o Senador Acir Gurgacz para tomarem assento à mesa.

Composta a Mesa, queria cumprimentar os Senadores Moka e Jayme Campos, os demais convidados e familiares aqui presentes.

É uma alegria muito grande para esta Comissão, na manhã de hoje, praticamente ao encerrarmos as atividades deste ano de trabalho na Comissão, inaugurar a Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Lembro-me muito bem – e está aqui o eminente Senador Moka – que a Comissão de Agricultura na Câmara, quando éramos Deputados, era uma das Comissões mais importantes daquela Casa pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados não só à Administração, mas, acima de tudo, ao setor primário do País.

Nenhuma Casa Legislativa pode sobreviver com dignidade se não tiver, em seu quadro de comissões técnicas, a Comissão de Agricultura, que é, sem dúvida alguma, um instrumento de desenvolvimento da atividade primária do País. Através dela, de suas discussões, dos ensinamentos ali proporcionados, inclusive como processo de assessoramento ao Ministério da Agricultura e a outros órgãos, não só para o desenvolvimento da atividade agrícola, mas com especialidade também da pecuária brasileira.

Apesar de os homenageados serem outros, mas, me chamou a atenção, Senador Jayme Campos e caro Senador Figueiró, a atuação do Parlamentar Waldemir Moka. Eu imaginava, à época, ser um dos maiores latifundiários que tínhamos lá em Mato Grosso, tendo em vista a sua dedicação, a sua determinação e pela maneira como ele se comportava e trazia os problemas para a Comissão de Agricultura da Câmara, a ponto de ser o seu mais eficaz Presidente. Posteriormente, eu tomei conhecimento de que o Moka não era agricultor, pois ele não tinha um palmo de terra, não tinha uma vaca, não tinha um boi, e que ele exercia a atividade cuidar da saúde das pessoas. E, a partir daquele instante, passei a admirar profundamente este Parlamentar, com quem tive a honra de compartilhar o mandato de Deputado e agora tenho a honra de compartilhar o mandato com ele aqui no Senado Federal.

Por isso, meus cumprimentos aos ex-Presidentes desta Comissão. Sem dúvida alguma, esta Comissão trouxe para o Senado Federal, apesar da pouca idade de sua criação nesta Casa, porque somente a partir de 2005 passou a existir a Comissão de Agricultura no Senado Federal, a prestação de relevantes e inestimáveis serviços – repito –, e tem-se saído perfeitamente bem de suas atividades. Aqui são travados os mais diversos debates em benefício do agronegócio e do desenvolvimento daquilo que realmente move o País, que é o setor primário: a agricultura, a pecuária, o agronegócio.

Tenho certeza absoluta de que o Senador Neuto de Conto, ao presidir esta Comissão, teve momentos de muita alegria, porque, através dos debates travados nesta sala, em outras salas desta Casa, pudemos oferecer e proporcionar ao País caminhos para encontrarmos soluções para o desenvolvimento do País e deste setor. Não é por acaso que o setor agrícola brasileiro, o setor agropecuário, o setor do agronegócio contrabalançam e equilibram nossa economia, apesar das dificuldades que estamos passando no momento, por conta da competitividade no País, competitividade que não tem acompanhado esse desenvolvimento, mas esse setor tem relevantes serviços prestados ao País.

Então, ao cumprimentar o Senador Neuto, eu queria dizer da nossa alegria por, hoje, inaugurarmos a Galeria de ex-Presidentes, da qual consta o nome de V. Ex^a como um dos ex-Presidentes.

Companheiro Valter, que conviveu conosco também na Câmara dos Deputados, grande Parlamentar, eu estava sentindo a sua ausência. Pensei até que você tivesse se mudado para outro país do mundo, porque ninguém o vê por aqui, a não ser em momentos dessa natureza.

O Valter foi um grande Parlamentar na Câmara dos Deputados, dedicado, foi Senador da República. E eu tive o prazer de ele haver me apresentado seu filho, que é Deputado Estadual lá por Mato Grosso...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – ... do Sul. Pois é. (*Risos.*)

Estão vendo como ele chama logo a atenção?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – ... Mato Grosso muito envidado. O sonho dele é que eu seja de Mato Grosso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É por isso que o Figueiró chamou logo a atenção: Mato Grosso do Sul.

É um prazer muito grande vê-lo, um jovem, entrando na vida pública, começando a vida, possivelmente, como prefeito e, agora, Deputado Estadual, e tenho certeza absoluta de que fará voos mais altos na vida pública, levando em consideração, sem dúvida nenhuma, o *pedigree* e o DNA do pai.

Valter, meus parabéns!

Muito obrigado por tudo quanto você pôde fazer no exercício dos mandatos que você exerceu nesta Casa em defesa dos interesses da sociedade brasileira.

Eu queria cumprimentar aqui a jovem Deputada Liliane Roriz, que representa, nesta solenidade, seu pai, o Senador Joaquim Roriz.

Quem é que não conhece, neste País, a história do Senador Joaquim Roriz, que foi, sem dúvida nenhuma, depois de Juscelino Kubitschek, um desbravador desta região, desta cidade? Tendo sido Governador da Capital por quatro oportunidades e um homem vinculado diretamente ao setor pecuário brasileiro. Não tenho dúvida

de que, ao passar por esta Casa, prestou relevantes serviços não só à sociedade brasileira, mas, particularmente, também ao setor produtivo do nosso País, como Senador da República e como um homem empreendedor.

Eu queria cumprimentá-la e mandar daqui o meu abraço para o Senador Joaquim Roriz.

Muito obrigado pela presença.

A SRª LILIANE RORIZ – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Por fim, eu queria cumprimentar este companheiro, o Vice-Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, que tem sido uma das figuras proeminentes desta Comissão e desta Casa, destacando-se, como representante de Rondônia, como um dos valorosos homens públicos daquele Estado do nosso País.

É uma honra muito grande, uma alegria prazerosa, particularmente deste seu servo, participar desta solenidade e tê-lo como ex-Presidente da Comissão de Agricultura.

Assim sendo, antes de conceder a palavra a cada um dos homenageados, eu queria cumprimentar também a Deputada Federal Jaqueline Roriz, e convidá-la para tomar assento aqui na bancada da frente, Deputada, mais próximo de sua irmã. Então, quero dizer da minha satisfação em conviver com V. Ex^{as}, meus companheiros que compõem a Comissão.

Posso dizer que, ao encerrar, na próxima semana, a minha participação como Presidente desta Comissão, terei a absoluta tranquilidade do dever cumprido, porque quem tem, na Comissão de Agricultura, os Senadores que temos, logicamente, se sentirá feliz ao encerrar o seu período, porque não passou aqui para deixar apenas um faz de conta, mas para deixar um trabalho em benefício da sociedade brasileira e, particularmente, do agronegócio nacional.

Quero, aqui, também cumprimentar o Senador Aureliano.

Neste momento, concedo a palavra à eminente Deputada Liliane Roriz para as suas manifestações.

A SRª LILIANE RORIZ – Bom dia a todos!

É uma satisfação muito grande, Sr. Presidente. Quero agradecer a homenagem e a V. Ex^a, Senador Benedito de Lira, Presidente desta Comissão. Agradeço também a esta Casa, o Senado Federal, pela homenagem que está fazendo ao meu pai. Saúdo também a presença do Senador da República Neuto de Conto, que foi Presidente desta Comissão no período 2007 a 2008; a do Presidente desta Comissão, no período 2009 a 2010, o Senador Valter Pereira, bem como a do Presidente desta Comissão, no período 2011 a 2012, do Senador Acir Gurgacz. Saúdo minha irmã, Deputada Federal Jaqueline Roriz, a todos os Deputados; senhoras e senhores, é com uma satisfação muito grande e alegria que tive a incumbência de representar aqui o meu pai, que não pôde vir porque faz um procedimento de hemodiálise em casa, mas que ficou muito feliz por esta homenagem. Portanto, hoje, para nós, é um dia de muita felicidade porque aumenta a responsabilidade de saber que esta é também uma homenagem ao povo do Distrito Federal. Joaquim Roriz foi o único Senador do Distrito Federal a ocupar essa importante cadeira no Congresso Nacional, onde debates e decisões tão importantes sobre o futuro do nosso País são pautas constantes de apreciação. Agradeço, mais uma vez ao Presidente desta reunião e a todos aqui presentes. Trago o carinho e gratidão do meu pai e da minha família.

Sabemos que, nesta Comissão – usando palavras ditas por meu pai –, neste “País continente” a agricultura é sempre um desafio muito grande. Então, sempre o ouvi dizer que a agricultura é um dos setores de maior importância que este País tem e um desafio muito grande.

Agradeço essa homenagem e digo que estamos muito felizes por esse reconhecimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Deputada.

Antes de conceder a palavra ao próximo homenageado, corrijo um lapso de nossa parte quando deixei de fazer alusão ao nome do Senador, saudosa memória, Sérgio Guerra, que foi o primeiro Presidente desta Comissão, no período de 2005 a 2006. Sérgio Guerra, como todos sabem, pernambucano da melhor qualidade, foi um dos grandes Parlamentares não só como Deputado, mas, posteriormente, como Senador da República e, depois, como Presidente do PSDB.

Sérgio nos deixou prematuramente. Foi uma perda considerável para a sociedade pernambucana, particularmente, e, ao mesmo tempo, para a atividade político-partidária do País. Houve passagens relevantes em sua vida. Era também um homem diretamente vinculado à atividade agrícola e pecuária, já que era um dos grandes criadores. O Aureliano, hoje, prestará homenagem, porque é um dos grandes criadores de cavalo mangalarga, se não me falha a memória, conhecido não só no Nordeste, mas também porque estendeu sua capacidade criadora para o resto do País.

Então, eu queria, nesta oportunidade, prestar as nossas homenagens ao eminente Senador Sérgio Guerra, de saudosa memória, e queria cumprimentar o eminente Senador Ricardo Ferraço, que me parece um pouso assutado, ficando assim à distância... (*Risos.*)

Então, eu gostaria de convidá-lo a ocupar o espaço que lhe é reservado.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO – Tenho a imensa alegria de retornar a esta Casa e a esta Comissão, para saudar o nosso Presidente, Senador Benedito de Lira, e saudar os companheiros que compõem esta Mesa, todos ex-Presidentes desta Comissão.

Saúdo o companheiro e eminente Senador Valter Pereira; o eminente Senador Acir Gurgacz; a eminente Deputada Liliane Roriz, que representa o Presidente Joaquim Roriz.

Desejo cumprimentar ainda os Srs. Parlamentares Júlio Campos, Waldemir Moka, Ruben Figueiró, Antônio Aureliano e a Deputada Jaqueline Roriz.

Cumprimento o Sr. Marcelo Varela, Secretário desta Comissão, que tão bem nos atendeu enquanto estivemos nesta Comissão. Não poderia deixar de citar a Srª Vera Gaudino, minha secretária em todo o período, quer como Deputado Federal, quer como Senador; o Sr. Cláudio Cerqueira, também presente; e o jornalista, que também me honra com a sua presença aqui, Marco Antônio.

Desejo saudar a todos e dizer que o Brasil foi abençoado por Deus, que nos deu a terra, nos deu a água, a chuva, o sol, a tecnologia e nos deu o homem.

Eu sou de um pequeno Estado brasileiro, com apenas 1% do Território Nacional, onde fui Secretário de Agricultura há 30 anos. É um Estado com minifúndios – 240 mil propriedades rurais; um Estado que se alicerçou na produção primária; um Estado que me deu a oportunidade de ter nove mandatos eletivos e onde ocupei quatro diferentes Secretarias de Estado. Portanto, tenho o dever e a obrigação de conhecer os quatro cantos daquela querida terra.

Como Secretário, lancei um programa muito forte, não aceito pela sociedade, mas nós passamos a vacinar os rebanhos doando a vacina. Num primeiro momento, eles a jogavam fora. Ora porque o animal tinha febre, ora porque tinha alguns outros problemas; enfim, não dava certo. Aí, nós passamos a mandar um vacinador, que também enfrentava resistências. Então, nós passamos a vacinar com a presença da polícia, de propriedade em propriedade, onde o programa não era aceito. Hoje, somos o quinto maior produtor de alimentos e exportamos, como Estado livre de febre aftosa – o único Estado brasileiro e da América Latina com essas credenciais –, para 184 países do mundo e estamos presentes nos mercados mais difíceis e mais complicados para se entrar, como Japão e Estados Unidos.

Vou citar um dos fatos para não ir buscar os tantos outros que também nos deram essa oportunidade.

O segundo ponto, também muito forte na nossa trajetória, é dizer que este País é o quinto maior território do mundo e também, hoje, é o segundo maior produtor de alimentos. Vamos ser o primeiro, talvez ainda nesta década, principalmente por razões muito sólidas. Hoje, já somos 33% do PIB do País; o agronegócio é 34% das exportações e 37% dos empregos. São números tão fortes e tão sólidos, que eles bem representam o quanto representa esse setor da economia da nossa Pátria.

Lembro que, há três décadas passadas, quando nós produzíamos 70 milhões de toneladas de cereais, o grande objetivo de toda a sociedade brasileira era atingir 100 milhões de toneladas, que só fomos alcançar no ano de 2000. Agora, podemos já anunciar que, em 2015, alcançaremos 200 milhões de toneladas de cereais.

Temos neste Brasil, ainda, sem agredir o meio ambiente e sem desmatar, 70 milhões de hectares para integrar ao processo produtivo. O País tem 30 milhões de hectares de terras degradadas nas fazendas, e podemos, ainda, consorciar a bovinocultura com a agropecuária – fala-se em torno de 20 a 25 milhões de hectares.

Com esses números, nós poderemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, triplicar a produção que nós alcançaremos em 2015. Sem dúvida alguma, é o principal produto da economia da nossa Pátria hoje, e será mais de 50% do PIB até o ano de 2025.

Se nós buscarmos uma visão mais universal, encontraremos a urbanização como uma realidade. A escassez de terras agricultáveis no mundo é, também, um fato concreto e, principalmente, o aumento da população. Hoje, o mundo tem 6,3 bilhões de pessoas. Os números da FAO e dos vários estudos nos dizem que, em 2050, seremos 11,5 bilhões de almas, quase dobrando a população atual.

Que visão mais ampla e mais clara tem uma sociedade que tem esse potencial econômico na mão, onde estarão os grandes negócios para o futuro? Seremos, sim, o celeiro de alimentos para o mundo.

Dito isso, meu caro Presidente Benedito – e, ontem, estivemos também numa solenidade igual, os dois homenageados na Comissão de Turismo, que presidimos –, eu venho a esta Casa com uma alegria contagiante. Chego, aqui, gratificado por poder reviver momentos muito importantes e debater esse setor extraordinário da economia do Brasil.

Por isso, antes de encerrar, eu gostaria, também, de fazer uma homenagem ao Sérgio Guerra.

Dizem os filósofos que a saudade é a presença dos ausentes e, certamente, ele está presente, porque aqui também trabalhou, lutou com esse objetivo nosso.

Por tudo isso e por tudo que podemos fazer, quero saudá-los, cumprimentá-los e dizer a esta Comissão e aos seus membros que nenhum setor da economia do Brasil é ou será tão importante, tão forte. E todos os governos precisam a ela dedicar-se, sustentando-a em tudo o que for necessário; do contrário, não terão sucesso. O sucesso está na nossa Pátria, dentro da força alicerçada no trabalho do nosso homem, mas principalmente na sua produção de alimentos.

Quero aplaudi-los, homenageá-los e agradecer pela oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, é com muita alegria que retorno hoje a esta Comissão, numa circunstância extremamente generosa para aqueles que comandaram este órgão, já que estamos aqui para participar da inauguração desta Galeria, com o retrato dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura.

É uma alegria muito grande rever companheiros que militaram conosco em momentos importantes da vida nacional, como nosso amigo Neuto de Conto, colega da Câmara e depois colega do Senado; de companheiros como Jayme Campos, que é um produtor rural de grande conceito em toda a Região Centro-Oeste e, diria, de conceito nacional também, dado o trabalho que sempre desenvolveu nesta Comissão – foi orgulho tê-lo aqui como parceiro, como companheiro; o Senador Acir Gurgacz, que participou comigo não só da Comissão de Agricultura, mas de outros eventos importantes, como a Comissão Especial do Senado que cuidou da elaboração do novo projeto de Código de Processo Civil, que está na iminência de ser aprovado aqui pelo Senado Federal.

E é uma alegria estar aqui também com outros Parlamentares que não conviveram em nossa época conosco, mas que têm cumprido papel relevante para a instituição, para a sociedade brasileira, como meus conterrâneos Ruben Figueiró, Waldemir Moka, como o Senador Antonio Aureliano, a quem somente agora estou conhecendo. Conhecia-o de nome, mas não sabia a origem, não sabia aquilo que o Senador Benedito definiu como *pedigree*. Então, o Senador Antonio Aureliano, em matéria de *pedigree*, acho que poucos podem exibir um de tanto vigor como o seu, já que é filho do ex-Presidente Aureliano Chaves, figura que cumpriu um papel histórico na transição, dada a serenidade, a competência, a retidão com que se houve em um período tão delicado da vida nacional.

Aqui não está presente o Senador Joaquim Roriz, que foi meu companheiro de Senado, mas, em nome de suas filhas, Liliane e Jaqueline, suas sucessoras – acredito –, quero mandar um abraço a ele e, aqui, quero felicitar também a presença de outra mulher que tem dado muito orgulho a todos aqueles que acompanham os trabalhos do Senado Federal, que é a Senadora Ana Amélia.

Então, após essas palavras, quero iniciar minha intervenção que será curta. O que era para se falar sobre a agricultura já foi muito bem-dito por meu amigo Neuto de Conto, que é, indiscutivelmente, um homem público muito voltado não só para a agricultura, como para todos os assuntos que dizem respeito ao cotidiano de nossa vida nacional.

A Comissão de Agricultura, Senador Benedito de Lira, a que V. Ex^a se referiu, lembrando o trabalho profícuo que foi desenvolvido por entidade congênere da Câmara dos Deputados, presidida por meu conterrâneo, Waldemir Moka, cujo latifúndio, lá em Campo Grande, eu conheço e que é, mais ou menos, o tamanho do meu latifúndio, então, é uma Comissão que, na verdade, mostrou, tanto por sua investidura lá quanto por nossa investidura cá, ser um órgão que cumpre um papel fundamental, já que aqui se cuida de um segmento que, na verdade, tem sido o esteio da economia do País: o equilíbrio das contas externas do Brasil. Não dá para analisar as contas externas sem levar em conta o papel cumprido pela agricultura brasileira.

Aqui, eu não posso deixar de interromper minha conversa para homenagear meu velho amigo, Senador Luiz Henrique, ex-Governador por Santa Catarina. E a Comissão de Agricultura, na verdade, tem sido, desde seus primórdios, um refúgio para todo segmento primário de nosso País, já que sempre foi fustigado pelos humores da política econômica. Então, a questão do câmbio, a questão da política monetária, a questão das exportações, a questão dos conflitos fundiários, a questão dos conflitos indígenas, enfim, apesar de ser um segmento de tamanha relevância para a economia de nosso País, a agricultura a agricultura – na verdade, aqui está um dos agricultores tradicionais do meu Estado, que é o Senador Ruben Figueiró, que conhece bem isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALTER PEREIRA – Minifúndio... O seu é diferente do nosso. (*Risos.*)

Então, a agricultura sempre foi fustigada por esses humores que colocavam, e colocam, em xeque, vez por outra, este segmento que tem socorrido a economia com tanto vigor.

E aqui nós passamos por alguns desafios – está aqui o Marco Antônio, que me acompanhou, foi nosso assessor de comunicação; aqui, quero homenagear todos aqueles que nos assessoravam nessa época, porque ele e o Marcelo Varela, que era o coordenador dos trabalhos, e continua como coordenador dos trabalhos aqui. Este último sabe dos desafios que enfrentamos. Aqui, tivemos audiências públicas, com os problemas mais díspares, e muitos deles foram resolvidos por intervenção da Comissão. Tivemos audiências públicas fora daqui. Lembro-me de um conflito que houve no Pará entre produtores, Ministério Público, ambientalistas e indígenas. E esta Comissão se deslocou para Belém, e, lá, num episódio bastante tumultuado, deixou aquele Estado com o problema praticamente resolvido, porque, logo em seguida, o Ministério Público encontrou a solução para pacificar aquela situação, que estava ameaçando toda a produção daquele Estado.

Pois bem. Este é o papel: de refúgio do produtor. Este, quando está fustigado por problemas, sejam locais, sejam regionais, sejam problemas nacionais, sempre procurava – como certamente hoje ainda procura – a Comissão de Agricultura, porque sabe que aqui é o porto seguro, para que sejam chamadas as autoridades, sejam elas de um Poder, sejam de outro Poder, a fim de prestarem esclarecimentos e de pacificar aqueles pontos de conflitos.

Então, a Comissão de Agricultura, realmente – na minha avaliação –, é uma das mais importantes Comissões do Senado Federal, como certamente o é na Câmara dos Deputados. Acho que esse papel é o que continua sendo exercido. Por isso, acho que todos os atos, todas as ações que são desenvolvidos aqui são em favor da produção e do povo brasileiro.

Sr. Presidente, com essas palavras, o me cumpre é agradecer a distinção do convite para estarmos aqui presentes e a distinção de inaugurar uma Galeria que assinala mais do que as pessoas, assinala os períodos em que ela cumpriu o seu mister e os seus deveres de servir a Pátria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; Sr^{as} e Srs. Senadores; nossos homenageados aqui presentes; em memória, o Senador Sérgio Guerra; Senador Joaquim Roriz, muito bem-representado pelas filhas Liliane Roriz e Jaqueline Roriz – sejam bem-vindas!–; nosso amigo, Senador Neuto de Conto; também homenageado hoje o Senador Valter Pereira e os nossos Colegas Senadores que participam ativamente desta Comissão, fazendo, realmente, a diferença nesta Comissão com a participação dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadores, que fazem um trabalho importante, do tamanho da importância da agricultura para o nosso País. De fato, a agricultura e o agronegócio sustentam a economia do nosso País. Então, esta é a importância desta Comissão no Senado Federal.

Faço o registro de um pouco da história desta Comissão, de quando ela foi criada, em 2005, através de uma resolução, proposta pelos então Senadores Osmar Dias e Pedro Simon, assinada por eles, que deu início a essa trajetória da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Como muito bem colocou o Senador Neuto de Conto a importância da agricultura brasileira, para não ser repetitivo, quero apenas registrar um dos temas mais importantes que nós debatemos nesta Comissão quando tive a honra de presidi-la, que foi a reforma do Código Florestal Brasileiro. Para mim, entendo que foi a matéria mais importante que discutimos e debatemos enquanto tive o prazer de ser Presidente desta Comissão. Tivemos também um Relator da altura da importância do Código Florestal, que é o Senador Luiz Henrique.

Levamos esta Comissão a vários Estados brasileiros, em audiências públicas, para debater e discutir com a sociedade e ouvi-la, transcrevendo aquilo que a população agrícola brasileira, Senador Ruben Figueiró, queria do novo Código Florestal brasileiro, e procuramos atender a todos, Senador Moka, a toda a sociedade, que opinou e pediu que realmente fizéssemos um Código Florestal, para que pudéssemos avançar na economia e na produção agrícola e pecuária brasileira, em especial a nossa Região Amazônica e o nosso Estado de Rondônia.

Tivemos o prazer de levar também, por várias vezes, esta Comissão ao Estado de Rondônia, estimulando, dessa forma, o aumento da produção agrícola e pecuária naquele Estado. Continuamos a fazer o mesmo.

Para mim, é uma honra fazer parte desse grupo seleto de Senadores que presidiram esta Comissão, juntamente com o Senador Benedito de Lira, que, hoje, conduz muito bem os trabalhos desta Comissão.

Agradeço e cumprimentos todos os nossos assessores, através do Marcelo, toda a equipe que participa desta Comissão, que nos ajudaram e ajudam a fazer os trabalhos, para que possamos realmente estar, cada vez mais, promovendo o agronegócio, a agricultura, a agricultura familiar, o pequeno, o médio, o grande agricultor, também dando segurança, para que essas pessoas possam continuar trabalhando e produzindo para o sucesso do nosso País.

Agradeço mais uma vez a confiança dos meus pares à época, em 2011, que nos escolheram para conduzir os trabalhos nesta Comissão.

Meus cumprimentos aos homenageados e agradeço a atenção das senhoras e dos senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente Benedito de Lira, quero dizer da minha alegria de estar aqui hoje. A iniciativa de V. Exª vai, na verdade, colocar na história os Presidentes dessas comissões.

Quando eu era Deputado Federal, tive a oportunidade de conviver com o primeiro Presidente, o então Senador Sérgio Guerra.

Eu gostaria de me permitir – tenho certeza de que o Senador Jayme vai concordar comigo – dizer que, talvez, no Senado da República, houve um Senador que, na minha avaliação, foi o que mais atuou em prol da agricultura deste País. E ele não fez parte disso, não teve oportunidade, porque não havia, na época, a presidência da Comissão de Agricultura, e acabou indo prematuramente.

Quero me referir a ele e quero saudar a todos, fazendo uma homenagem ao Sérgio, mas referindo-me ao Valter, meu amigo lá do Estado do Mato Grosso do Sul; ao ex-Governador e Senador Neuto de Conto – as pessoas o chamam de “Couto”, mas é Neuto de Conto; e ao Joaquim Roriz, na pessoa de sua filha, Liliana.

E eu queria lembrar aqui o Senador Jonas Pinheiro. Eu era Deputado Federal, e não havia Comissão de Agricultura no Senado – V. Exª se lembra disso, Presidente? –, e o Jonas era o grande defensor da agricultura aqui no Senado. Médico veterinário formado em Mato Grosso do Sul, mas cuiabano, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – De Santo Antônio do Leverger.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – De Santo Antônio do Leverger. Era técnico agrícola; depois, médico veterinário. Na verdade, quando o Jonas se formou, já era meio madurinho. Sei disso porque ele foi meu contemporâneo. Eu cursava Medicina e ele Medicina Veterinária. Então, quero dizer de sua importância.

O nosso Presidente, na verdade, vai consagrar, colocar na história, imortalizar todos aqueles que por aqui passaram.

E eu quero dizer ao ex-Governador e Senador Neuto de Conto que...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Ex-Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ex-Senador. O Luiz Henrique não deixou, não é? Com certeza. *(Risos.)*

Quero dizer a V. Exªs que, na verdade, como o Valter disse, todos os problemas acabam vindo para a Comissão de Agricultura.

Ele lembrou – não sei se, na hora, ele falou isso – como de maior importância o fato de Santa Catarina ser o único Estado que exporta carne sem vacinação. Esse é o grande mérito de Santa Catarina. E fez tudo às custas do Estado.

Ontem, nós tivemos a oportunidade de discutir aqui um assunto. Havia uma medida provisória querendo fazer com que todos – imagine, Senador! – os nossos matadouros municipais, pequenos frigoríficos, todos fossem fiscalizados só pelo Governo Federal. Imaginem isso!

Falo isso para mostrar que Santa Catarina, com recurso provavelmente desse grande estadista que é o nosso companheiro Luiz Henrique, fez o dever de casa. O ex-Senador disse que, de início, até compulsoriamente, mas foi importante e precursor de uma das maiores riquezas. Só de carne, o Brasil exporta algo em torno, se somarmos o boi, a ave e o suíno, de R\$8 bilhões! É muita coisa.

Encerro as minhas palavras pedindo desculpas. Eu tenho, realmente, um compromisso, mas vou voltar ainda para uma audiência pública que nós vamos fazer aqui.

Quero também dizer da minha alegria, Senador Valter Pereira, do meu Estado, de tê-lo aqui, junto com o Neuto, junto com Joaquim Roriz.

E aí, para encerrar, saúdo este extraordinário homem público, grande Senador pelo Estado de Rondônia, que o povo reelegeu inteligentemente, Acir Gurgacz.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, ilustres homenageados, meus ex-colegas; Senador Neuto do Conto, que colega eternamente será; meu caro amigo

particular, Senador Valter Pereira; ilustre, eminente e competente Senador Acir Gurgacz; Deputada Liliana Roriz, que, neste ato, representa o Governador e ex-Senador Joaquim Roriz; a Deputada Federal Jaqueline Roriz; meu colega, Senador Antonio Aureliano; meu caro amigo Ruben Figueiró; meu caro Líder incontestado deste País, Luiz Henrique, brilhante homem público, homem de retidão e de caráter invejável, que todos nós temos como bússola na orientação das causas e interesses do povo brasileiro.

Quero dizer da minha alegria e do meu contentamento, Valter, de estarmos hoje participando deste evento que, sem sombra de dúvida, reputo da maior importância, na medida em que homem público, a bem da verdade, tem mais desprazeres do que prazeres. Todavia, este é um dos momentos de prazer, de alegria, de felicidade que estamos vivendo neste instante da nossa trajetória como cidadãos brasileiros, mas, acima de tudo, como cidadãos políticos, pois também contribuimos sobremaneira com o desenvolvimento socioeconômico, defendendo sempre políticas públicas de interesse de toda a coletividade deste País.

No entanto, para não me alongar, confesso que, quando aqui cheguei, representando meu Estado de Mato Grosso, participei da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Como bem disseram, o Neuto foi nosso Presidente; V. Ex^a, Senador Valter, foi o nosso Presidente; também o Acir, e, desta feita, o Benedito de Lira.

Trata-se de comissão importantíssima, como bem o disseram aqui, a exemplo do Senador Moka, por sermos um país que tem grande parcela de sua economia calcada no campo brasileiro. Eu, particularmente, tenho uma visão diferenciada, Aureliano, de que esse campo, que tanto tem contribuído com a balança comercial, sobretudo para geração de emprego e renda, não tem o devido respeito por parte das autoridades, principalmente por parte do Poder Executivo.

Eu represento aqui um Estado que é campeão nacional na produção de soja, que tem o maior rebanho bovino deste País, que hoje já é o segundo maior produtor de milho e é um Estado que, sem sombra de dúvida, mereceria ter o devido respeito. Todavia, esta Comissão discutiu, por dois anos consecutivos, o Código Florestal Brasileiro, que é um instrumento, uma ferramenta que tínhamos que ter para dar segurança jurídica ao homem do campo. Os produtores rurais brasileiros, sejam grandes, médios ou pequenos, Liliane Roriz, que são os assentados – e Mato Grosso hoje têm 624 assentamentos –, não são respeitados pelo Governo, que assenta o cidadão e o deixa à mercê da sorte, tendo em vista a carência em assistência técnica, estradas, energia, educação, saúde etc.

Então, acho que a Comissão de Agricultura tem um papel preponderante, sobretudo quando vislumbramos a possibilidade de, se possível, em 2025, como disse o Senador Neuto de Conto, contribuímos com 50% do Produto Interno Bruto, ou seja, do nosso PIB. Mas tudo isso poderá acontecer na medida em que tivermos boas políticas públicas.

O Brasil tem tudo para dar certo. Tudo. Nós temos clima, solo, época das águas, época da seca – como já o dissemos –, mas, agora, nós precisamos realmente ter um governo que respeite esses cidadãos, que lhes dê o devido valor.

Eu contava aqui e repito, Senador Luiz Henrique, que, nos Estados Unidos, eu participei de uma exposição em Houston, que tem a maior pecuária do mundo, e lá me chamaram a atenção algumas placas diferenciadas em alguns automóveis e camionetes daquele evento.

E quem me assessorava lá, de quem eu havia alugado uma Van, era um policial naturalizado americano, mas que era colombiano. Ele tinha uma empresa de aluguel de Vans. Ele dirigia uma, e a esposa dele, que também era policial em Houston, dirigia outra. Então, aquilo me chamou a atenção. Então, eu lhe perguntei: “Por que as placas desses carros, que estão aqui nos pátios desse recinto, são diferenciadas das dos outros veículos?” Ele me explicou que, em Houston, no Texas, onde há a maior agricultura e pecuária dos Estados Unidos, um policial, ao abordar um cidadão, já o identifica pela placa do carro, que é diferenciada. Já sabem que se trata de um produtor rural. Então, esse cidadão já tem um tratamento diferenciado do tratamento dado ao cidadão comum a partir da placa, que é diferente. Então, ele é tratado de forma mais respeitosa; ou seja, o tratamento dado a ele é diferenciado, porque se sabe que aquele indivíduo não é bandido. Ele é trabalhador, é honesto, produz, contribui. Então, a abordagem policial é totalmente diferenciada.

Mas, aqui no Brasil, é o contrário: o produtor rural, aqui, é na porrada. É Polícia Federal, é Força Nacional, é Ministério Público etc., etc., etc. Lamentavelmente, o que nós temos acompanhado, muitas vezes, é o desrespeito a tudo aquilo que eventualmente esteja em nossa Constituição Cidadã. Não há esse respeito.

Veja os nossos assentados, Benedito de Lira: é uma vergonha! Vivem em estado de verdadeira miséridade por falta de assistência; não têm sequer o documento da terra! Ou seja, o mínimo seria dar-lhes o documento da terra em que foram assentados. Seria o mínimo dar-lhes o título definitivo, mas isso não ocorre na maioria dos assentamentos do Brasil.

Portanto, para não me alongar, quero dizer que eu participo feliz deste evento, ao ver que a Comissão de Agricultura está homenageando esse valerosos homens públicos. Isso, certamente, é o que nos resta, ouviu,

Valter? Muitas vezes, na política, você leva muitas contrariedades para casa. Uns morrem antes da hora até, de insatisfação, de dissabores. Mas, aqui, esta homenagem é justíssima, principalmente por eu ter tido o privilégio de conviver aqui e de dar a minha contribuição nas discussões de grandes projetos, desde a questão do georreferenciamento deste Brasil, que era um escárnio. Para se liberar um georreferenciamento, era necessário, muitas vezes, pagar propina. Hoje, graças a Deus, depois de grandes eventos e debates, ele é automatizado. De forma simultânea, ao acessar o computador, já se tem o domínio do georreferenciamento.

Portanto, tivemos grandes avanços, como o Código Florestal e outras políticas aqui, discutidas com valerosos cidadãos do quilate, do tamanho, da grandeza de Osmar Dias, que também participou desta Comissão; do ilustre Senador Blairo Maggi, que atualmente participa desta Comissão; do próprio Jonas Pinheiro, pois quando aqui cheguei, em 2007, também dela participou, juntamente conosco, do início desta Comissão. Lamentavelmente, ele foi a óbito antes da hora, porque ainda era jovem, na minha visão, com 66 anos, mas Deus quis levá-lo para perto. Também do nosso querido Joaquim Roriz, com quem eu tive o prazer de conviver aqui no Senado Federal, brilhante, grande homem público que contribuiu sobremaneira, sobretudo para esta vasta região do Brasil, este Planalto Central da Região Centro-Oeste. Eu tenho a certeza de que o Governador eterno do Distrito Federal, Joaquim Roriz, contribuiu também, em que pese, muitas vezes, sendo de forma penosa, sei lá... Acho que fizeram uma política neste Brasil com alguns homens públicos que são políticas que, jamais, em um país que fala em Estado democrático de direito, de democracia plena, poderia acontecer. O Brasil de hoje é o País do denunciamento.

Muitas vezes, perguntam-me por que eu não disputei a reeleição. Eu preferi me recolher, em que pese a minha reeleição ser tranquila. Eu seria vitorioso – tenho certeza absoluta –, mas acho que o papel do Parlamentar aqui é muito insignificante diante de tudo aquilo que nós podemos fazer.

Portanto, quero, aqui, manifestar a minha alegria, o meu contentamento e cumprimentar V. Ex^a, na certeza absoluta, meu caro, ilustre e valeroso Senador Benedito de Lira, de que essa homenagem prestada por esta Comissão, capitaneada e liderada por V. Ex^a, vai ficar eternamente registrada nos *Anais do Senado Federal*.

Parabéns a todos os senhores!

Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meu caro Presidente, Senador Benedito de Lira, inicialmente, minhas homenagens a V. Ex^a por esta solenidade que dignifica aqueles que muito contribuíram, nesta Comissão e nesta Casa Alta do Congresso Nacional, em favor da agricultura.

Eu gostaria de saudar a todos os homenageados, os Srs. Senadores, a Sr^a Deputada Federal, que participam desta nossa solenidade.

Sr. Presidente, eu tenho uma longa vida pública. Eu diria que ela começou em agosto de 1945, quando ouvi um grande líder nacional, que pregava a democracia neste País, dizendo que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. Eduardo Gomes. Faz mais ou menos 65 anos, talvez. Isso não quer dizer que eu seja velho.

Desde aquela época, talvez pelas minhas origens atávicas, fui uma pessoa ligada ao campo: meus pais, meus avós e tataravós sempre foram pessoas vinculadas, àquela época, à agricultura, como foi com a família do meu queridíssimo amigo, Senador Valter Pereira; e da família do meu querido amigo, também, e companheiro de Bancada, Senador Waldemir Moka. Ele, realmente, não tem um palmo de terra. V. Ex^a tem toda razão, mas a família dele teve e tem. E, talvez, seja esta a razão pela qual o Moka tenha essa aptidão de atender os reclamos do campo: ele tem origem. Isso é o importante.

Mas, Sr. Presidente, essas razões que rapidamente pincelei aqui são para dizer a V. Ex^a que estou aqui nesta solenidade não só para prestar minhas homenagens às pessoas que estão aqui distinguidas, mas também para concordar com S. Ex^{as} sobre a importância da agricultura nacional.

Já no passado, Benjamin Franklin disse da importância do alimento, da importância da produção nos campos para sustentar os habitantes da cidade, e isso continua. O Brasil hoje ganha expressão internacional pelo que tem contribuído nesse sentido e também aqui, internamente, para fortalecer a nossa economia.

Portanto, cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente Benedito de Lira por esta solenidade que hoje traz à lume, homenageando ilustres companheiros nossos do passado e do presente, pois está aqui o Senador Acir Gurgacz, que realmente funcionaram como uma catapulta no sentido de projetar no cenário da consciência nacional a importância do agronegócio e da agricultura, inclusive familiar, no contexto da nossa formação econômica.

Eu gostaria de dizer à Sr^a Deputada distrital Liliane Roriz que, talvez, a não ser, é claro, o Senador Luiz Henrique que acho que já estava aqui em 1979...

Senador Luiz Henrique, V. Exª já estava aqui. Já era veterano àquela época?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim. Eu sou, talvez, o mais pré-histórico da Casa. *(Risos.)*

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas ele há de se recordar também do então Senador pelo Estado de Goiás, Joaquim Roriz. Convivi muito com ele. V. Exª também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas, voltando: V. Exª àquela época não era Deputado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Então, V. Exª foi colega também.

Do senhor seu pai. Eu tinha um contato pessoal com ele amiudado. E, inclusive, muitas vezes eu levei questões de interesse de Goiás ou de sul-mato-grossenses que viviam e que vivem em Goiás, e ele sempre foi muito atencioso comigo.

Depois dessa ocasião, nunca mais o vi, mas quero que V. Exª leve a ele a expressão das minhas saudades e do meu respeito. Eu o considero um grande homem público deste País.

Quero também lembrar aqui do Senador Acir Gurgacz. V. Exª me impressionou desde os primeiros instantes em que participei com V. Exª aqui na Comissão de Agricultura: seu largo espírito público, conhecimentos profundos da atividade rural, e, sem dúvida alguma, V. Exª, com o mandato que se seguirá, terá oportunidades ainda maiores de servir à nossa causa.

O Senador Neuto de Conto eu já conhecia de nome e, talvez até, nas raras vezes a que assisti às sessões do Senado da República. Quero dizer a V. Exª que o respeito profundamente, sobretudo depois de ouvi-lo fazendo um retrato muito perfeito da realidade da agricultura nacional, sobretudo do seu Estado; e a ênfase que deu com relação à questão das terras degradadas.

O Senador Valter Pereira sabe tanto quanto eu que, em Mato Grosso do Sul, temos mais de 10 milhões de hectares de terras degradadas e que precisam ser recuperadas, e o Governo da República não tem tido a sensibilidade para isso. Talvez, por ação desta Comissão, ele tenha condições de fazer programas, como houve no Estado do Paraná, no tempo do então Senador Osmar Dias e do Governador Alvaro Dias, quando se criou um programa de microbacias extremamente eficiente.

E tive a honra, como secretário de Agricultura do meu Estado, também, de implantá-lo lá. E, para as obras de implantação da microbacia, contei com um grande goiano, que foi o Ministro Iris Rezende, que possibilitou condições, não só com recursos, mas também com interferências junto ao BNDES, para que tivéssemos equipamentos, aqueles grandes tratores Muller. Tivemos, então, oportunidade de recuperação, num curto espaço, de mais de 300 mil hectares de terras degradadas no nosso Estado, àquela época, ou seja, em 1989.

Eu deixei minhas homenagens e minhas palavras finais a V. Exª, meu caro Senador Valter Pereira, pela admiração, pelo respeito que tenho pela sua ação política, parlamentar, que vem desde mil, novecentos e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Isso é que eu gostaria de saber. Desde 1974.

Passei a admirá-lo através das nossas divergências. Passei a admirá-lo e tornei-me seu amigo. V. Exª deve lembrar-se de um dia – V. Exª era muito ardoroso, combativo, representando as ideias do seu então partido, o MDB, e eu era da situação –, quando tivemos um debate muito sério. No final dele, eu disse a V. Exª que, um dia, o seu pensamento coincidiria com o meu. Mais tarde, V. Exª abraçou-me, anos e anos depois, dizendo: “Não, Figueiró, você tinha razão”.

Tudo isso consolidou a nossa amizade e o meu respeito pessoal pela figura de homem público que V. Exª é, uma das pessoas mais destacadas da política do meu Estado. Quero aqui saudar o seu ilustre filho, o Deputado estadual Beto Pereira, que naturalmente vai trilhar o mesmo caminho de V. Exª para dignificar ainda mais a política do nosso Estado.

Sr. Presidente, são essas as minhas palavras, todas elas numa manifestação que sai do meu coração, de respeito aos homenageados e pelo muito que eles fizeram, aqui nesta Comissão, pelo agronegócio e pela agricultura nacional. Apenas isso. *(Palmas.)*

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu combinei com o ilustre Senador Antonio Aureliano, filho de uma das figuras mais importantes desta República, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, de pre-

cedê-lo, porque estou sendo chamado para a reunião da Comissão de Relações Exteriores. Então, eu pediria a V. Ex^a que me desse a precedência para falar neste momento. (*Pausa.*)

Eu entendo esta solenidade como de uma importância muito grande. Ela assinala um sentimento que, para mim, é o mais fundamental na política. Na política, a gente constrói amizades, a gente estabelece uma relação de companheiros. Essa palavra tem uma origem latina, vem de *cum panis*, ou seja, aqueles que se reúnem em volta do mesmo pão. Os antigos latinos faziam aqueles pães enormes, que ainda são vistos na colônia, colocavam-nos à mesa, e cada um tirava um naco daquele pão. Daí a palavra companheiros, quer dizer, aqueles que se reúnem em torno do mesmo alimento.

Nós nos reunimos em torno do mesmo alimento: o ideal de fazer desta uma nação não só democrática, mas também desenvolvida. A nação desenvolvida é a que cresce e propicia distribuição da riqueza e justiça social.

Eu me lembro do primeiro comício e do primeiro discurso feito pelo então iniciante, meio sem jeito, empresário, fazendeiro, candidato a Deputado estadual, Joaquim Domingos Roriz. Levado por duas figuras legendárias da política de Goiás, os irmãos Henrique e Ademar Santillo, fui lá prestigiar aquele comício. E lá conheci Joaquim Roriz, seu pai, Liliane. Foi aquele comício que desencadeou a carreira brilhante que ele teve na política. Aquele comício foi como o Ucayali, aquele pequeno ribeirão que vem de lá do Peru, da Cordilheira dos Andes, para formar o grande Amazonas.

Meu caro Acir, você falou no Código Florestal. Qual é a característica principal do Código Florestal? A da conciliação, da conciliação entre produção e preservação. E V. Ex^a, que tem um caráter conciliador, deixou a marca do seu caráter naquele código, reafirmando um dos documentos mais importantes que já foram produzidos na história mundial, que é a encíclica *Rerum Novarum*.

A encíclica *Rerum Novarum* estabeleceu o meio-termo entre comunismo e capitalismo, afirmando que era fundamental manter a liberdade de iniciativa e, de outro lado, dar ao Estado a força do arbítrio para, através do poder regulatório, fazer com que a livre iniciativa não criasse um fosso entre ricos e pobres e não esfomeasse ainda mais a população esfomeada dos primórdios da Revolução Industrial, tão bem retratada nas obras de Charles Dickens sobre a exploração de menores, de idosos, de mulheres nas indústrias de Manchester, na Inglaterra, nos primórdios da Revolução Industrial.

Então, o nosso código tem essa marca. O que diz a *Rerum Novarum*? Sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social. E qual é a nossa hipoteca social? É a reserva legal e a área de preservação permanente. Para quê? Para produzir o bem comum.

Então, V. Ex^a saiba que, como Presidente desta Comissão, V. Ex^a imprimiu seu caráter conciliador no caráter do próprio código.

Ah, Valter Pereira! (*Risos.*)

Quantos sonhos navegamos juntos? Sonhos pela redemocratização do País. Eu me lembro bem da sua postura, sempre ousada, insistindo no desencadeamento das Diretas Já. Lembro-me de que o primeiro comício, feito em Goiânia, pequeno comício perto das multidões da Candelária, foi o desencadeamento daquele movimento que resultou na superação do regime autoritário.

Eu me lembro bem de um episódio, um episódio que afirmou na política nacional uma figura notável, o Dr. Wilson Barbosa Martins. O Dr. Wilson estava ameaçado, por uma ação da política velha, de não ser indicado candidato a governador, por alguém que não tinha, minimamente, a sua dimensão, o seu tamanho. O Senador Valter Pereira procurou o Presidente do MDB – eu estava, naquele momento, na Presidência –, e elaboramos, colocamos, então, no estatuto do Partido o regulamento das prévias partidárias, que permitiu que a grande maioria dos militantes do Partido escolhesse Wilson Barbosa Martins e desse ao Estado de Mato Grosso do Sul toda a pujança que ele tem hoje, seguida por uma plêiade de políticos fantásticos, como Ramez Tebet, como V. Ex^a, como o nosso Moka e como o atual Governador André Puccinelli e o Nelsinho Trad.

Meu caro Neuto...

Você olha para o Neuto ali e vê o caboclo do Euclides da Cunha. O que diz Euclides da Cunha nos primórdios de *Os Sertões*? Diz que, ao ver aquele cidadão, pálido, magro, desajeitado, não se imagina a força e a resistência que tem o caboclo do sertão.

Você olha para o Neuto e não vê nele um Afonso Arinos, mas ele legou ao País uma das obras políticas mais importantes das últimas décadas.

Eu me lembro de quando o Presidente Fernando Henrique me chamou ao Palácio... Aliás, o Fernando Henrique, então Ministro da Fazenda, me chamou ao Ministério e me perguntou quem, no MDB, seria o melhor para relatar o Real. Eu perguntei: Mas como relatar o Real? O Itamar não vai fazer isso por medida provisória? Ele respondeu: "Não, nós vamos fazer por projeto de lei". Eu acho que nunca houve isto na história do mundo: implantar uma nova moeda por projeto de lei, discutindo no Congresso. E eu disse ao Fernando: "Olha, só tem uma pessoa hábil, capaz de fazer aprovar este projeto sem trauma".

E o Neuto de Conto foi esse Relator. Com agulha e linha caprichosa, ele fez a costura daquele projeto, que se tornou o símbolo da estabilidade econômica do nosso País.

Portanto, esta galeria, já integrada por figuras tão fantásticas da República – vejo ali o nosso Iris Rezende, assim como José Jorge –, vai engrandecer-se ainda mais com a aposição dos retratos de V. Ex^{as}.

Parabéns. O Brasil deve a V. Ex^{as}, e o Senado os cultua.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputada Jaqueline Roriz, Deputada Liliane Roriz, que aqui representam o nosso ex-Governador e ex-Senador Joaquim Roriz, pessoa por quem tenho muita estima e afeto, de quem tive a oportunidade de ser secretário de Estado do seu Governo há 20 anos, o que me honrou muito.

Gostaria de cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, Senador por Rondônia, que tanto enobrece esse Estado que se fortalece na agricultura nacional. Quero cumprimentar o ex-Senador Valter Pereira, grande representante de Mato Grosso do Sul, que tanto deu demonstração nesta Casa, como bem colocou o ex-Governador Luiz Henrique, da sua trajetória e ação política, no sentido de sempre buscar liberdade política neste País, sendo o homem público exemplar que foi. Gostaria de cumprimentar o Senador Neuto de Conto, que deu para nós a condição de realmente relatar a estabilidade econômica do País; que nos deu condições de, hoje, vivermos uma nova realidade tanto financeira quanto na agricultura e que teve a oportunidade, inclusive, de demonstrar ao mundo que, sem inflação, o Brasil é uma referência de competitividade e eficiência na agricultura. Quer dizer, é um país continental, que deu a demonstração de que temos a capacidade de produzir com eficiência, inclusive ganhando das melhores economias do mundo, hoje passando até os Estados Unidos.

Sr. Presidente, vou ser breve. Quero apenas dizer uma coisa sobre a vida pública, como colocou bem o Senador e ex-Governador Jayme Campos. Essa figura exemplar deu exatamente uma demonstração, quando Governador, de que foi o grande o incentivador da expansão agrícola de Mato Grosso, dando condições para que este Estado, inclusive, ultrapassasse Minas Gerais no que diz respeito a maior rebanho. Minas tinha o maior rebanho bovino do País; hoje, Mato Grosso tem o maior rebanho e também o maior produtor de soja do País.

Então, quero dizer que é um momento extremamente importante, porque é o reconhecimento de um trabalho feito por todos vocês em benefício da agricultura, que é a base de toda a estrutura econômica do Brasil e, particularmente, do mundo.

Todas as transformações que aconteceram no mundo tiveram como ponto fundamental a agricultura. A Revolução de 1917, na União Soviética, teve como ponto base a agricultura, e a derrota do comunismo em relação ao mundo foi exatamente na agricultura. A incompetência e a ineficiência na agricultura geram este problema sério, e é fundamental que assim o seja.

O Senador Jayme Campos colocou uma coisa fundamental: precisamos lutar, Sr. Presidente, nesta Comissão, cada vez mais, sob a liderança de V. Ex^a, que está fazendo um belo trabalho nesta Comissão, para exatamente o homem do campo ter a respeitabilidade que merece num país continental, agrícola e pecuário como é o Brasil.

Então, é fundamental que nós, no Senado e na Câmara, e todos os produtores do Brasil e todos os produtores do Brasil, a comunidade brasileira e todo o povo brasileiro tenham a consciência de que o Brasil é um país continental e precisa necessariamente incentivar cada vez mais os seus agricultores e trazê-los para a convivência cada vez mais fraterna com a coletividade.

Meus parabéns a todos. É muita justa esta homenagem. Isso é fundamental.

Sempre relembro uma poesia linda do Padre Antonio Vieira, sempre muito voltado para a vida do agricultor, porque este só consegue fazer através das obras. A poesia é singela e diz o seguinte: “O falar que é pregar faz-se com a boca; o falar que é semear faz-se com as mãos. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras”.

Estas os agricultores e os pecuaristas brasileiros estão fazendo pela sociedade brasileira.

Um abraço.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado.

Convido todos os presentes para nos dirigirmos até o corredor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só para endossar, Sr. Presidente, porque sei que o Senador Luiz Henrique já esteve aqui representando Santa Catarina, assim como o Senador Neuto de Conto, que foi Presidente desta Comissão, catarinense ilustre, nosso Senador.

Como ele já falou, quero endossar isso e estender aos colegas e aos amigos, não só os nossos catarinenses, como o Valter Pinheiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas dá rima com Pinheiro, Pereira. O Pinheiro não passou por aqui hoje também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já esteve por aqui também. Um Walter até exaltado pela Bahia.

Agora, este é o Valter, do Mato Grosso do Sul, amigo nosso. E o Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, na época do Código Florestal, percorreu o Brasil, foi ao oeste catarinense. Quero associar-me a Rondônia e, inclusive, ao Distrito Federal, Joaquim Roriz, representado pelas suas filhas, Deputadas Liliane Roriz e Jaqueline Roriz. Que coisa bonita!

Fiquei entusiasmado não só com os colegas do Mato Grosso do Sul, aqui presentes. Não sabia, Senador Valter Pinheiro, que V. Ex^a é um jurista. V. Ex^a, no Senado, sempre se portou como tal. Não só o Sr. Ramez Tebet foi um grande jurista, como também V. Ex^a tem sido. E é do campo – não sei se também é professor universitário lá ou é fazendeiro. Pena que V. Ex^a está saindo, como a gente, mas é uma luz para todos nós.

E o Antonio Aureliano é igual ao pai. Minas Gerais encanta o País, com as palavras do Padre Antonio Vieira, com aquelas figuras todas: a mão que semeia, a produção, o alimento. Aquilo encanta a todos.

Então, quero associar-me a todos os amigos que fazem parte desta Comissão, neste momento de congratulação e de condecoração para os ex-Presidentes desta grande Comissão, do agronegócio brasileiro, que tem sustentado, inclusive, a economia nacional. Essa é uma grande verdade!

O mundo de hoje demonstra o grande potencial que temos ainda adormecido.

Enfim, meus cumprimentos a todos.

Obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Como dizia, queria agradecer a todos e a todas, porque, se não tivéssemos ainda uma outra reunião, uma audiência pública para tratar de assunto relevante para a nossa Comissão, ficaríamos aqui ouvindo por mais tempo quem desejasse manifestar-se, porque o momento é significativo e da maior importância.

Convido-os para nos dirigirmos até os corredores desta Ala, a fim de que possamos fazer a inauguração oficial da nova Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Agradeço as presenças, ao tempo em que, ao encerrar esta reunião, esta solenidade, eu os convoco para a nossa audiência pública logo mais, para que possamos cumprir um requerimento de autoria do Senador Antonio Aureliano.

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia onze de dezembro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **BENEDITO DE LIRA e ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DELCIDIO DO AMARAL, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O

Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 35, de 2014, de autoria dos Senadores Antonio Aureliano e Ruben Figueiró, com a finalidade de Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Equideocultura Brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Celso Arras Minchillo** – Superintendente Geral da Associação Brasileira do Quarto de Milha – ABQM; Sr. **Marcelo Artur Motta Ramos Marques** – Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe – APFT; Sra. **Raquel Caputo** – Chefe da Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Antônio Sérgio Quadros Barbosa** – Diretor Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Manga Larga Marchador – ABCCMM; Sr. **João Carlos Lóssio** – Diretor da Associação Brasileira do Cavalo Pampa – ABCPAMPA. Os Senhores Senadores Antonio Aureliano e Acir Gurgacz fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 35, de 2014, de autoria do Senador Antonio Aureliano e do Senador Ruben Figueiró, que tem por finalidade instruir Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

Lembro que o Relator da matéria é o Senador Acir Gurgacz.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Srª Raquel Caputo, Chefe da Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – eu a convido para ocupar a Mesa –; Sr. João Carlos Lóssio, Diretor da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pampa; Sr. Celso Arras Minchillo, Superintendente Geral da Associação Brasileira do Quarto de Milha; Sr. Marcelo Artur Motta Ramos Marques, Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe; Sr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador.

Srs. Senadores, senhores convidados, composta a Mesa, eu queria comunicar aos nossos convidados que cada um terá dez minutos para fazer a sua apresentação. Depois, então, será aberto o debate, com as perguntas e as dúvidas que poderão ser dirimidas entre os Senadores e os nossos palestrantes.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano, autor do requerimento, para as suas iniciais considerações.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; senhores membros da Mesa; presidentes das associações de criadores de cavalos das mais diversas raças do País; Srª Chefe da Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Srª Raquel Caputo; Sr. Presidente da Associação Brasileira do Cavalo Pampa, meu caro João Carlos Lóssio; Sr. Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe, Marcelo Artur Motta Ramos Marques; Sr. Celso Arras Minchillo; representante do presidente, importantíssimo Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador, cumprimento-os. Quero cumprimentar também todos os Srs. Senadores e as demais autoridades aqui presentes.

Quero dizer ao Sr. Presidente que todas as associações – do Cavalo Mangalarga Marchador; do Cavalo Paint Horse, do Cavalo Appaloosa, do Cavalo Andaluz Brasileiro, do Cavalo Marajoara, do Cavalo Pantaneiro, dos Cavalos Crioulos, da Associação dos Criadores de Jumento Pêga, do Cavalo Árabe, do Cavalo Quarto de Milha, do Cavalo Pônei, do Cavalo Pampa, do Cavalo Campolina, do Cavalo Mangalarga, do Cavalo Bretão, do Cavalo Puro Sangue Inglês –, representantes de todas as áreas envolvidas neste tema, foram convidadas para participar desta reunião, desta audiência pública, porque é fundamental que se discuta de forma mais ampla esse importante tema que é a equinocultura brasileira.

Nós somos um país continental, e a equinocultura brasileira não está devidamente ordenada e incentivada, a população brasileira não tem verdadeiro conhecimento da importância econômica dessa atividade. Hoje, inclusive conforme o pesquisador Sr. Roberto Arruda Souza Lima, da Esalq, da Universidade Federal Luiz

de Queiroz, de Piracicaba, que em seus últimos estudos... Inclusive, no projeto nós colocamos, Senador Acir, um valor que já ultrapassa R\$10 bilhões para a atividade de equinocultura no Brasil – para se ter uma ideia da importância dessa atividade. Ela envolve a parte de saúde, através da equoterapia, ela envolve o turfe, corrida de cavalo, envolve cavalos de marcha, culturalmente envolve o País como um todo, porque o País é continental, é um país que precisa muito, inclusive, do cavalo como meio de transporte, é de extrema importância.

Então, Sr. Presidente, este projeto vem, exatamente, regulamentar e dar condições para que toda a população brasileira entenda essa atividade, desde o menor, desde aquela pessoa que tem o seu cavalo como fonte de renda no que se refere a transporte através de carroça, até os que exercem as atividades mais sofisticadas no que se refere ao desenvolvimento de animais na parte de pesquisa e na parte do turfe mesmo, na parte dos cavalos marchadores, que são de extrema importância.

No caso específico dos cavalos marchadores, eles acompanham toda a história da evolução do País. Se você quiser acompanhar a história político-administrativa do Brasil através do criatório de animais, particularmente os marchadores, você vai compreender toda a história política e econômica através da participação dos animais em conjunto com os homens.

Então, Sr. Presidente, este projeto é no sentido de dar, cada vez mais, condições para que essa atividade evolua de forma efetiva, trazendo benefícios para toda a sociedade brasileira.

Quero agradecer mais uma vez a presença do Dr. Antônio Sérgio, da Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Marchador, que é atualmente a maior associação de cavalos genuinamente brasileiros que existe no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Aureliano.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra para fazer as suas manifestações à Sr^a Raquel Caputo, Chefe de Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

A SR^a RAQUEL CAPUTO – Bom dia a todos.

Agradecendo o convite, cumprimento todos os integrantes da Mesa e todos os presentes neste plenário.

Primeiramente quero parabenizar pela iniciativa o Senador Aureliano. Realmente, a atividade tem uma importância econômica ainda pouco conhecida pela sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dr^a Raquel, dois minutinhos. É que convidei o Vice-Presidente para assumir o comando da reunião, considerando que tenho um compromisso com médico agora, às 11 horas. Se ele disser que está tudo o.k., eu volto para cá.

A SR^a RAQUEL CAPUTO – Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado.

A SR^a RAQUEL CAPUTO – Realmente, é uma atividade de extrema importância, e essa importância econômica ainda é um pouco desconhecida pela sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, eu quero fazer algumas considerações. Há poucos minutos, fiquei sabendo que esse projeto de lei foi encaminhado para o Ministério da Agricultura para que emitíssemos uma nota técnica, mas ele ainda não chegou. Foi encaminhado agora, esta semana, na terça-feira. Então, vamos emitir, obviamente, uma nota técnica sobre a redação do mesmo.

Mas antes quero fazer algumas considerações com relação à legislação hoje vigente de equideocultura. Existe uma lei vigente, que é a Lei nº 7.291, de 1984, que dispõe sobre a equideocultura no País. É uma lei abrangente, que contempla toda a questão de criação, de registro genealógico, de melhoramento genético, sanidade, abate, atividade turfística, exportação, *doping*. Enfim, tudo que estiver relacionado à equideocultura está contemplado nessa lei. Eu achei bastante interessante a iniciativa, mas creio que poderíamos conversar a fim de trabalhar, talvez, na atualização dessa legislação, para que não haja duas leis que tratam praticamente do mesmo assunto, porque, querendo ou não, a finalidade de ambas é o fomento da atividade, é o desenvolvimento da equideocultura.

Com relação a controles sanitários e até de dados estatísticos, o Ministério da Agricultura possui uma série de legislações. Eu não vou entrar, item a item, nos artigos, vou fazer apenas considerações gerais porque depois vamos nos manifestar com relação à redação e aos artigos específicos, por meio de nota técnica, assim que recebermos o projeto oficialmente. Como eu disse, o Ministério possui algumas legislações da Secretaria de Defesa Agropecuária que já dispõem que todo criador tem que fazer as vacinações, tem que informar para os seus Estados o número de animais, assim como quando há morte. Mas precisamos realmente é de capacitar melhor, levar mais informação para os produtores no sentido de que eles estejam mais conscientes, que atualizem sempre os dados, que sigam as legislações, que cumpram as legislações.

Precisamos unificar as informações, que são estaduais. Precisamos, de repente, dispor de recursos para unificar, elaborar um sistema que talvez possa unificar todas as informações com relação a números de rebanho e de abate. Por exemplo, hoje, com relação a abate em frigoríficos que possuem inspeção federal, já temos controles de número e de dados. Precisariamos extrapolar isso para frigoríficos municipais e estaduais. Essa seria uma forma de unificar e de melhorar a informação e de expô-la ao público, pois ainda há algumas falhas nisso.

A lei hoje vigente, inclusive por conta da atividade turfística, define que as entidades têm a obrigação de pagar uma contribuição devida com relação ao movimento geral de apostas que recolhem. E esse dinheiro que eles pagam, que eles têm que pagar, tem que ser revertido para o fomento da atividade de equideocultura de forma geral, não apenas atividade turfística. Então, temos tentado, inclusive com as associações, divulgar que apresentem projetos de fomento, que apresentem projetos com escopo de melhoramento, de boas práticas de manejo, de alimentação, enfim, é bastante amplo, para que a gente possa apoiar e melhorar a atividade.

Este ano, a gente firmou uma parceria com a Universidade de Brasília para uma pesquisa de caracterização genética da raça Crioulo e está previsto um projeto similar já para o ano que vem, para a raça Mangalarga Marchador, com a Universidade de Lavras. Falta conseguir levar mais informação e falta um pouco de união do setor, de organização do setor como um todo, para trazer as demandas para a gente conseguir evoluir com isso.

Muitos dos itens que aqui estão, na verdade, já existem, como a questão de pesquisa, questão de capacitação. A gente já tem isso previsto em outras legislações, até mesmo nessa legislação maior da equideocultura. Então, muitas das coisas que estão aqui já existem, e a gente precisaria, de fato, trabalhar uma atuação da legislação vigente e conseguir que o setor se organize melhor, conseguir perante os criadores uma melhoria na capacitação. Isso pode, inclusive, ser escopo para um projeto.

Nós estamos, por iniciativa de uma colega do Rio de Janeiro, tentando, na parte de turfe, levantar a ideia de um projeto de capacitação para os jóqueis. Todos esses artigos, essas iniciativas, essas demandas, de certa forma, já caminham e têm um embasamento legal.

Eu acho que, neste momento, poderíamos unir esforços para melhorar o setor, que realmente tem um problema de organização. E, como todas as outras cadeias, temos problemas com relação a estatísticas, porque é complicado. Às vezes, não é só questão de sistema ou só de governo, mas também de conscientização dos próprios produtores e criadores. Por exemplo, temos nas associações os dados de registro genealógico, e muitos criadores não comunicam nascimentos, não comunicam principalmente mortes, que são informações importantes. Muitas propostas do projeto de lei têm o foco em nós, para terem essa informação de estatística. E nós ficamos prejudicados por uma desorganização da própria cadeia. Então, precisaríamos trabalhar isso de outras formas e não mediante uma nova lei.

A princípio, essa é a postura que o Ministério da Agricultura tem com relação ao projeto de lei. Acharmos interessante, mas, como falei, talvez não nesses moldes como foi apresentado. Poderíamos juntar esforços para...

(Soa a campanha.)

A SRª RAQUEL CAPUTO – ...melhorar o setor nesse sentido.

Era basicamente isso que a gente tinha para colocar. A gente fez algumas considerações pontuais aqui. Então, eu acho que valerão mais no momento em que a gente for tratar da redação propriamente dita. De forma geral, era isso que a gente tinha para trazer.

Se quiserem mais algumas informações específicas sobre quais programas a gente tem, onde poderiam ser disponibilizadas as informações que aqui mencionei, a gente pode passar. Mas é isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigada, Drª Raquel Caputo. Passo a palavra, agora, ao Sr. João Carlos Lóssio, que é Diretor da Associação Brasileira do Cavalo Pampa.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar, primeiro, o Presidente, Senador Acir Gurgacz, também o Senador Antonio Aureliano, amigo fraterno de muitos anos, e dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui neste plenário, contribuindo para o desenvolvimento da equideocultura no Brasil.

A importância desse projeto para o fomento e desenvolvimento da atividade é muito grande. Estudos recentes da CNA apontaram que a equideocultura emprega mais, direta e indiretamente, que a própria indústria automobilística. Então, é de suma importância esse projeto para o desenvolvimento e fomento da raça; também para a qualificação da mão de obra para essa atividade, que é uma dificuldade muito grande hoje. O treinamento da mão de obra através do Senar seria de suma importância para o desenvolvimento da atividade.

A raça Pampa vai também trazer colaborações para esse projeto; encaminharemos para V. Exª, Senador, para que a gente dê nossa contribuição. Tudo isso é de grande importância para a atividade rural. Sem o cavalo, o campo não funciona. Nas grandes extensões de criação de bovinos, a atividade do cavalo é muito importan-

te; não só o cavalo, mas também os muares, etc. Nós vamos contribuir, e estou muito satisfeito de estar neste momento nesta Comissão, para dar a nossa contribuição.

Agradeço pelo convite, e, em breve, vamos apresentar as sugestões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Passo a palavra ao Sr. Celso Arras, Superintendente Geral da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha.

O SR. CELSO ARRAS MINCHILLO – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite. Parabenizo o Senador Gurgacz e, principalmente, o Senador Aureliano por esta iniciativa. Eu acho que a importância da equideocultura, realmente, é desconhecida pela sociedade. Então, qualquer coisa que se faça nessa linha eu acho que já é muito bem-vinda.

O Senador citou o trabalho que é feito pela Esalq, pela Faculdade de Jaguariúna, e, nessa nova edição, uma edição atualizada – eles tinham feito primeiro um estudo em 2006, que atualizaram agora em 2012 –, continua em evidência a importância desse setor. Segundo esse estudo da Esalq, da USP, o setor tem uma receita de mais de R\$13 bilhões, movimenta mais de R\$13 bilhões; mais de 3 milhões de pessoas são envolvidas direta ou indiretamente – aí vem a colocação do colega que me antecedeu –, um contingente maior até do que o que é empregado pela indústria automobilística. Esses números são muito grandes, mas são desconhecidos da sociedade brasileira. Então, eu acho que um dos primeiros objetivos desse projeto é exatamente trazer à tona para a sociedade essa importância. Eu penso que isso é muito bem-vindo.

Eu ouvi a explanação da representante do Ministério. Se já existe uma lei, nós temos realmente que trabalhar juntos, mas o fato é que isso, até hoje, é desconhecido. E eu estou aqui também representando a Câmara de Equideocultura – o Presidente Flávio Obino não pôde estar presente –, mas não estou falando em nome dela porque lá o assunto ainda não foi debatido, e a Câmara não tem um posicionamento. Mas a gente sente na Câmara, um órgão que funciona com o apoio do Ministério da Agricultura, a dificuldade que o Ministério tem hoje de recursos – recursos humanos, recursos materiais – para nos ajudar a desenvolver minimamente alguns programas, para resolver alguns problemas que a gente leva para eles, talvez pela falta dessa estatística. Apesar de já existir eventualmente uma lei, apesar de existir a Câmara, eu acho que um pouco desse desconhecimento é pela falta de apoio que o próprio Ministério, que o corpo técnico do Ministério tem para poder colocar isso de forma organizada e disponível para toda a sociedade.

Então, eu acho que a primeira coisa é pensarmos, de alguma forma – não sei se através de projetos de lei ou de que forma, sou leigo nesse assunto –, em dar um apoio maior ao Ministério da Agricultura para que ele possa fazer parte deste trabalho que está aqui, principalmente o trabalho de divulgação.

Estão um pouco fora do assunto específico do projeto de lei, mas eu gostaria de tratar de alguns assuntos que, principalmente, para o Quarto de Milha, são uma preocupação grande hoje. São três assuntos.

Um já foi citado, que é a qualificação de mão de obra. Realmente, é um setor que está crescendo muito, e há uma dificuldade de qualificação de mão de obra para o manejo, para o treinamento. Eu sou da Associação de Cavalo Quarto de Milha, que é uma associação muito voltada para o esporte, para o cavalo do esporte. Então, sentimos uma falta de qualificação de mão de obra que eu acho que, através de Senar ou de outros órgãos, poderíamos desenvolver.

Um assunto que temos debatido muito na Câmara de Equideocultura, para o qual não vemos ainda uma solução, um debate grande sobre o assunto, é aquele ligado ao mormo, que é uma doença que abate os equídeos. Ela tem se manifestado mais ou talvez ela não tenha se manifestado mais, mas, por uma exigência de exames em Estados como, por exemplo, São Paulo, começam a se fazer exames e começam a aparecer mais casos. Eu acho que isso é uma política pública de sanidade que precisaria ser mais bem tratada e observada pelos órgãos públicos.

A outra parte é a parte do cavalo de esporte. O trabalho da Esalq e da USP tinha indicado, em 2006, que o setor gerava mais ou menos R\$7,5 bilhões. Isso subiu agora para R\$13,5 bilhões, quase dobrando em seis anos. E eles até concluem aqui – eu estou com esse estudo – que uma das principais razões desse forte crescimento está exatamente ligada à criação voltada para o público urbano tanto para lazer quanto para esporte. No esporte, há, muitas vezes, alguns problemas ligados à proteção de animais. Por exemplo, existem cidades no Estado de São Paulo onde não podemos fazer prova de tambor. Então, o esporte vai também ser afetado quanto a isso. Sabemos que existem, na Câmara Federal, projetos de lei que praticamente vão impedir o esporte com cavalos. Isso é uma preocupação grande, porque acho que, de novo, falta o conhecimento da sociedade da importância desse mercado, para se estar discutindo esse tipo de coisa. Isso talvez não tenha muito a ver com o projeto, mas é uma preocupação que eu acho que o setor inteiro tem a respeito do assunto.

Agradeço a oportunidade. Vamos trabalhar também, na Câmara de Equideocultura, a proposta, enviando contribuições adicionais ao assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós é que agradecemos a sua participação e as suas colocações, Sr. Celso Arras.

Passo a palavra agora ao Dr. Marcelo Artur Motta Ramos Marques, Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Eu queria dizer o seguinte: é verdade que muita coisa que está aqui no projeto de lei está prevista na lei que a Dr^a Raquel citou, mas acontece que essa lei é de tal forma que não ajuda o setor, ela engessa o setor. Eu acho que esse projeto vem em excelente hora, até para revogar essa lei existente. Ele não é conflitante, ele vem modernizar a lei.

Eu falo, porque a finalidade da própria Câmara de Equideocultura, da qual também participo, é zero, uma vez que ela não consegue, no Ministério, seguir os assuntos em que vemos que há necessidade, assuntos prementes como a questão do mormo e tantas outras importantes.

Essa lei vem no momento exato, porque vai acabar ajudando o nosso setor a ajudar o Ministério, que também não nos pode ajudar. E ela fala uma verdade. Às vezes, há até recursos oriundos das apostas nossas para se aplicarem em projetos, mas não existem os projetos. Então, é coisa de Brasil que precisa crescer, é coisa de Brasil moderno com visão moderna.

O Senador está de parabéns por ter percebido este momento que a gente vem debatendo. As dificuldades são imensas, Senador. O senhor imagine o que passamos nós do turfe, então!

Eu ainda falava para ele que a equideocultura, quando todos falam em economia, emprega o desqualificado. É onde mais se precisa de emprego. Olha que eu sou conhecedor do turfe mundialmente. Levo isso muito a sério. Já vi páreos no mundo, em praticamente todos os hipódromos do mundo. Procuro conhecer e me informar. Por que para o turfe eles dão valor? Porque ele emprega o desqualificado, aquele cara que limpa o cavalo, que dá banho no cavalo, que dá comida. Nem cobrador de ônibus mais existe, porque agora há a catraca eletrônica. Então, é preciso colocar esse cara – esta é uma parte da população que existe e que vai sempre existir – para fazer alguma coisa, senão ele vai só matar ou assaltar. E, no trato do cavalo, não se consegue substituí-lo por robô, pela informática, porque o cavalo tem de comer. Então, é uma fonte de emprego para o desqualificado. Essa é a função maior e a importância maior da equideocultura. É isso que tenho falado.

Também acho que tenho de apresentar algumas sugestões. Eu as rabisquei aqui rapidamente. Eu as mandarei na de forma redação, com justificativa.

Acho que a Dr^a Raquel, do Ministério, teria a oportunidade de pegar da lei que existe o que é bom e colocar aqui. E o que ruim é preciso deixar para ser revogado. Acho que esse é o ovo de Colombo.

Isso era mais ou menos o que eu queria falar.

Agradeço a atenção de todos. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado por sua colocação, Dr. Marcelo, e por sua presença aqui conosco.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador.

Muito obrigado por sua presença conosco.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – Obrigado, Presidente, membros da Mesa, Sr. Senador, demais membros participantes desta reunião.

É com satisfação que a gente vem aqui representando a Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador, que, hoje, é uma entidade que congrega quase 10 mil associados. Nós temos 500 mil cavalos registrados.

Nós temos uma atividade muito constante de eventos. No ano passado, nós realizamos 250 eventos. Esses eventos ocorrem nos fins de semana. Se vocês dividirem por dez meses – em dois meses, não se trabalha –, vocês verão que são 25 eventos por mês e que, por fim de semana, são quatro ou cinco eventos. Então, é uma atividade forte e constante. Nós temos 240 leilões cancelados, o que representa quase um por dia. Nós temos 62 núcleos do Brasil, três núcleos no exterior. São 56 núcleos no Brasil e cinco no exterior. Na Europa, há três; nos Estados Unidos, dois; e, na Argentina, um.

Temos uma atividade constante de reprodução. No ano passado, fizemos 30 mil potrinhos. Desses 30 mil potrinhos, 6 mil foram gerados por transferência de embrião. Talvez, esse seja o maior número de embriões feitos numa raça no mundo, principalmente porque a técnica é muito mais desenvolvida aqui do que no exterior. Inclusive, para esses núcleos no exterior temos de levar veterinários, para eles ensinarem a técnica de coleta de sêmen e de transferência de embrião, para facilitar a execução dos projetos.

Temos um convênio com a Apex, o que viabiliza a realização de dez eventos internacionais por ano. Neste ano, fizemos três na Alemanha, dois nos Estados Unidos e um na Argentina.

Na Europa, nós temos seis cavalos andando nas principais exposições – Arnhem, Equitana, Munique, Cavalli –, divulgando a raça nacional, que é o cavalo Mangalarga Marchador, cuja diferença básica é o andamento marchado, que faz com que ele seja extremamente apreciado por onde ele aparece. E eles não conheciam isso. A raça nacional, advinda agora desse projeto do Deputado Arthur Maia, nos deu esse título que muito nos honra.

Então, é com extrema satisfação que nós temos um associado aqui presente que veio patrocinar uma lei dessa natureza. Nós estávamos precisando de um padrinho e o achamos. Nós três aqui frequentamos a Câmara de Equideocultura e sabemos das dificuldades que nós temos para fazer um processo rodar. Para sair a decisão que se toma lá dentro e fazer virar lei ou fazer virar uma decisão oficial tomada, não é brincadeira. E agora, com o padrinho, acho que nós vamos para frente, porque isso é o que estamos precisando.

Em relação ao projeto, Sr. Presidente, nós fizemos aqui a leitura rápida dele, e há algumas considerações a fazer. A primeira delas, que já foi falada aqui, na nossa Mesa, é o maior obstáculo que temos hoje e se chama mormo. O mormo, Sr. Presidente, nos bloqueou. O mormo impede as transações internacionais todas. O mormo fez com que as nossas perspectivas de fazer exportação de animais, de sêmen e de embrião ficassem bloqueadas. As compras e vendas que o pessoal estava acostumado a fazer foram dificultadas barbaridade. Acho que nem se está conseguindo executar. A cada dia que aparece – e cada vez mais vai aparecer –, na medida em que melhora a legislação do mormo, nós vamos achar mais cavalos com mormo.

Eu estava consultando a Dr^a Liziè agora mesmo. Para isso, só existe uma saída: uma vacina. Não sei se isso é fácil, se é difícil, se é possível. Essa doença tem três mil anos. Então, não deve ser fácil, mas nós vamos ficar bloqueados por essa operação. Ela é um limitante. É o maior limitante que hoje a equideocultura brasileira tem.

Então, a sugestão, custe o que custar, senhora representante do MAPA – não há outra saída –, é fazer essa pesquisa, e todas as associações estão solidárias. Todos os nossos laboratórios particulares estão solidários em achar uma solução dessa natureza para suprimir essa barreira, que é uma coisa que está nos dando um prejuízo monumental.

Estive lendo também, Sr. Senador, que aqui, no projeto, nós temos que incluir o bem-estar animal, cujo coordenador é o Celso. Ele fez um trabalho muito grande. Nós tivemos aquele caso do Monty Roberts, que muito nos afetou. Tivemos que fazer às pressas uma cartilha do bem-estar, para que a peãozada recebesse as instruções para se comportar direito durante a última exposição nacional, e ela foi extremamente efetiva, porque não tivemos nenhum caso lá, inclusive com a presença física do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, ONGs e Meio Ambiente. De modo que o comportamento com o qual se vai tratar a partir do trabalho que o Celso está fazendo em relação a toda a equideocultura nacional vai ser muito bom.

Fundamental, senhor padrinho, é legalizar a nossa legislação tributária. Nós estamos equiparados a *pet*. O cavalo, na hora em que começou a ser objeto de legislação para ração, remédio, veterinária, foi colocado como se ele fosse um bibelô. E, na verdade, ele é o grande instrumento da divulgação e da sustentação da pecuária nacional, que é a maior pecuária do mundo, é a maior indústria de carne do mundo. Então, esse trabalho compete ao Congresso Nacional fazer e trazer equiparação dos mesmos números da pecuária à legislação pertinente aos equinos.

Tive aqui oportunidade também de apresentar ao nosso auxiliar, Secretário Gláucio, um projeto que fizemos para o Banco do Brasil para promover o custeio pecuário equino. Essa foi uma realização pessoal nossa, e depois de uma luta muito grande, há três anos, conseguimos implantar isso no Manual de Crédito Rural.

No Manual de Crédito Rural, há um espaço chamado “outros projetos”, onde se encaixa o projeto Pecuária Equina – inclusive dei ao Gláucio a matriz, um boneco de como se faz isso. É baseado em cabeças de éguas que, naquele momento, forneciam R\$2,5 mil por égua matriz em cada rebanho. Então, se você tiver 20 éguas, você recebe R\$50 mil, o que dá para fazer o sustento anual do seu rebanho – isso também está aí.

Sobre as escolas para peões: nós criamos lá, com o Senar de Minas, Senador Aureliano, uma escola baseada naquele sistema francês, de fazer aulas durante 15 dias e a pessoa voltar para trabalhar 15 dias, são 600 horas em 6 módulos.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – O senhor me permite só mais um tempinho, Sr. Senador?

Essas 600 horas são cinco degraus: é o peão trabalhos gerais, casqueamento, primeiros socorros, demonstração em pista, e o último deles é gerente de haras. Então, esse boneco está pronto, é só levar para os outros Estados; o Senar dá – dá o projeto, dá o dinheiro e dá o professor. Então, qualquer lugar do Brasil inteiro que queira fazer esse sistema... Esse sistema tem uma coisa interessante, Sr. Senador: é que ele mais ou menos trabalha com 20 alunos, e os 20 alunos saem empregados. A falta de mão de obra é tão grande, é tão dificulto-

sa – profissionalizada, porque empírica há demais – que os meninos que saem de lá saem todos empregados. Então, é uma atividade na qual também já existe um caminho; depois de um esforço danado do Presidente, que fez isso lá com o Senar de Minas, isso já existe.

Peço licença, Sr. Senador, para pedir-lhe que, na primeira linha do seu projeto de lei, trocasse a palavra “incipiente” – da câmara setorial – para “esforçada”, porque estamos aqui em três – esse pessoal aqui também é de lá. Então, eu queria que o senhor fizesse a gentileza de substituir a palavra “incipiente” por “esforçada”.

Eu acho que nós não podemos perder a oportunidade de uma iniciativa como a sua. Mesmo que o senhor fique pouco tempo, veja se dá conta de viabilizar esse projeto no curto prazo, porque ele é a salvação não da lavoura, mas da equideocultura nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, por suas colocações.

Vamos fazer a mudança da palavra, não há problema. Como Relator da matéria, digo-lhe que acatamos já, de pronto, essa modificação.

Coube a mim relatar essa matéria, com muito prazer, e nós, através desta audiência pública, queremos, atendendo um pedido do Senador Antonio Aureliano, concluir os trabalhos para que possamos votá-la na terça-feira próxima, para que possamos avançar. Nós temos uma prática aqui na Comissão de Agricultura de não deixar que os projetos adormeçam nas prateleiras, nós procuramos avançar. Na terça-feira nós colocaremos em votação aqui nesta Comissão. Eu não sei se é terminativo...

Marcelo, é terminativo aqui? (*Pausa.*)

É terminativo aqui, nesta Comissão, e daqui irá para a Câmara dos Deputados – se aprovado e se nós conseguirmos quórum, porque para a votação terminativa nós temos que ter quórum, não é isso, Senador? Vamos trabalhar para termos quórum, porque o relatório estará pronto para votarmos, a seu pedido, na próxima terça-feira, às 14h30 – já marcada a nossa reunião da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra novamente ao Senador Antonio Aureliano, para fazer as suas colocações. Também pergunto se na Mesa alguém gostaria de fazer mais alguma colocação para colaborar com os nossos trabalhos. Mas, inicialmente, passo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer inclusive a colaboração de todos no sentido de demonstrar que estamos juntos por um mesmo objetivo.

A Dr^a Raquel deixou suas ponderações no que se refere ao Ministério da Agricultura. Reconhecemos o trabalho que está sendo feito pelo Ministério, mas o fundamental é que haja uma ordenação e que o próprio Ministério tenha condições de atuar de forma mais efetiva. Sentimos que o Ministério está com boas ideias e tem inclusive uma estrutura, mas o próprio projeto de lei é de 1984 e nem está regulamentado ainda.

A SR^a RAQUEL CAPUTO – É uma lei vigente.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – É vigente, mas...

A SR^a RAQUEL CAPUTO – ... por um decreto...

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Por um decreto, mas há uma série de engessamentos e precisamos dar flexibilidade a ela, entendeu?

A SR^a RAQUEL CAPUTO – É que, por ser antiga, ela tem..

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Por isso mesmo é que é de extrema importância nós estarmos realmente juntos.

Por que a ideia? A ideia era a seguinte, mesmo porque a minha ideia foi dentro exatamente do estudo que estava sendo feito...

Grande criador e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Mangalarga Marchador, meu caro Antônio Quadros, quando eu usei a palavra – que vai ser trocada – “incipiente”, não foi no sentido de insignificância. A significância é grande. É incipiência na quantidade. O número. O número é reduzido. Porque, na verdade, eu te digo, com toda sinceridade: como afirmou o Antônio Quadros, poucas pessoas no Brasil conhecem a importância da equideocultura, como ela é importante e como participou de toda a produção do País. Em termos econômicos e financeiros, ela ajuda diretamente. E também culturalmente.

Nessa regulamentação existe um assunto polêmico, que inclusive será discutido mais à frente. Polêmico no sentido mesmo de transporte. Por exemplo, aqui na Esplanada dos Ministérios, deveria existir um passeio, como existe em Nova Iorque, em Londres, na França e na Itália. Se você vai à Itália, há uma quantidade enorme de charretes passeando pelos monumentos de Roma. A parte de lazer é importantíssima. Portanto, também a regulamentação do próprio transporte.

Outro dia, eu falei uma coisa e alguém disse: “Mas que absurdo!”. Não tem nada de absurdo. Por que incentivavam tanto a bicicleta, e não o transporte a cavalo? Não é proibido andar a cavalo. Tem que ser regulamentado. É complexo? É. Mas, com certeza, o cavalo está presente em toda a vida do cidadão – toda a vida, você pode ver –, direta e indiretamente.

Também temos que resolver o problema da regulamentação, como afirmou o Antônio, porque está equiparado ao *pet*. Não temos nada contra *pet*, de maneira alguma. Quem gosta de um animal gosta de todos. Mas isso é fundamental.

E há esse absurdo que o Celso Arras citou. Eu não tinha conhecimento da intenção de se proibir o esporte. Nós estamos na contramão da história, totalmente na contramão da história, quando alguém fala em proibir esporte envolvendo animal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Não, isso é algo incabível, porque, na verdade, nós precisamos, cada vez mais, inteirar. Agora mesmo, alguém vai dizer que não se pode fazer equoterapia, que é algo extraordinário, o único tratamento em que existem três dimensões para crianças com problemas neurológicos. Não há nada que substitua a equoterapia. Nada. Estamos discutindo, na Câmara e no Senado, o uso da substância existente na maconha para curar problemas neurológicos. A equoterapia é mais importante e mais eficiente do que o canabidiol. Mais eficiente.

Drª Raquel, na verdade, temos que somar esforços. Somar. O projeto, no sentido de regulamentar, não está competindo com nada. Não está inclusive questionando a ação. Sabemos que o Ministério está procurando fazer, como disse o Marcelo. Ninguém está dizendo... A ideia do projeto é necessariamente haver uma política nacional.

Você pergunta nos Estados Unidos, você pergunta na França, na Alemanha, na Inglaterra, em todos os países, e vê que há políticas bem coordenadas, política nacional. Então, se nós tivermos, através do projeto de lei, uma política nacional em que a visibilidade da atividade fique...

Quando se fala em criador de cavalos, acham que o sujeito é simplesmente um milionário que está se metendo numa atividade de lazer. Esse é o erro! Na verdade, o empresário do cavalo é como outro qualquer, como o empresário da área do agronegócio, que dá uma contribuição enorme, que emprega pessoas, que dá condições, inclusive, de vida melhor para todos. Então, nós precisamos, e é importante, atuar juntos, Congresso Nacional e Executivo, no sentido de viabilizarmos uma ação imediata. Porque isso prejudica a equideocultura nacional.

Eram essas colocações que eu queria fazer. E agradeço muito, Presidente, essa colocação de V. Exª, que é um homem importante no setor e para o Senado Federal, no sentido de nós agilizarmos. É fundamental nós encaminharmos e aprovarmos o mais rápido possível para termos condições de ordenar e atuar, Parlamento e Executivo, em sintonia para esse projeto ser um agente catalizador no desenvolvimento da equideocultura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Aureliano. E cumprimento-o mais uma vez pela iniciativa do projeto, um projeto importante e que, de fato, vai trazer grandes benefícios para o setor.

Drª Raquel Caputo, com a palavra.

A SRª RAQUEL CAPUTO – Eu concordo, Senador Aureliano, com o que foi colocado no sentido de unir esforços. Não estou entendendo como uma lei que esteja competindo com nada, mas, justamente, devido àquilo que já comentamos aqui, esta lei vigente é de 1984, foi regulamentada pelo Decreto nº 96.993, de 1988.

Eu acho importante que a gente, antes de votar a redação desta lei, a estruture melhor, para conciliar e para não haver duas leis tratando de um mesmo assunto, sendo que esta seria uma ótima oportunidade para a gente reformular essa legislação que já está ultrapassada. Por quê? Porque, na época em que ela foi criada, a gente tinha a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN), que era um órgão colegiado do Ministério da Agricultura, diretamente ligado à Presidência e extremamente fortalecido politicamente e financeiramente. Enfim, detinha um prédio inteiro no Rio de Janeiro, então, tinha uma estrutura forte capaz de fazer, de realizar tudo que estava previsto. E hoje a gente não tem essa estrutura. Hoje todas as atribuições ficaram a cargo do Ministério da Agricultura, e a gente não tem gente nem recursos para trabalhar com tudo da forma como está aqui. Então, acontece isso que foi colocado e a gente acaba engessado. A realidade era outra, a gente tinha outra realidade.

Eu só acho que a gente tinha que aproveitar este momento, aproveitar a oportunidade. Já que está sendo proposto um projeto para a atividade e que já há uma lei que dispõe sobre equideocultura no Brasil, por que

não unir esforços e fazer uma atualização dessa legislação que, se dependesse de uma iniciativa dentro do Ministério, possivelmente a gente levaria talvez anos e anos, uns dez anos? Acho que a gente deveria unir esforços.

A nossa proposta é justamente no sentido de alterar a redação para ampliarmos e colocarmos o que há de interessante, de importante na lei hoje vigente e reformulá-la. Pelo que entendi, todos nós aqui temos a mesma finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Raquel.

Informo que nós estamos à disposição para nos reunirmos, de preferência até segunda ou terça-feira. Nosso consultor técnico está presente aqui, o Lagares. Nós poderíamos nos reunir com a senhora, Dr^a Raquel, para termos a sua contribuição, que para nós é muito importante.

De fato, não há competição. Realmente, o que querem os produtores e o que quer o Ministério são a mesma coisa. É só fazermos algo que seja importante para o Ministério e para os produtores também.

Então, nós estamos à disposição para nos reunirmos hoje ainda, se a senhora tiver tempo, ou amanhã, para que nós possamos...

A nossa preocupação, Senador Aureliano, é que, na próxima terça-feira, teremos a última reunião do ano da Comissão de Agricultura. Por isso a minha insistência em levarmos à votação na próxima semana. Poderíamos estender mais, não há problema, mas passaríamos para o próximo ano, e não teríamos aqui o Senador Antonio Aureliano para defender o projeto. Daí a importância de nós aprovarmos esse projeto na próxima semana. Eu creio que é importante para nós, da Comissão de Agricultura.

Mas ficamos à disposição. O nosso consultor está aqui e estará também à disposição para debater esse assunto tecnicamente e com mais objetividade em relação ao que estamos dizendo aqui, distinguindo, com mais precisão, o que pode e deve e ser mantido do que talvez tenha de sofrer algumas modificações no projeto de lei. A nossa intenção é fazer o melhor possível para o setor. O setor indo bem será uma contribuição maior para o nosso País, e é o que nós todos queremos.

Passo a palavra ao Dr. João Carlos Lóssio, para suas considerações.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Em relação ao rodeio de cavalos e de gado, há uma dificuldade enorme. Já houve convites para se fazerem dois rodeios aqui em Brasília neste ano, no Parque Leão e na Granja do Torto, mas houve uma dificuldade enorme em relação ao Ministério Público, que entende que gera maus-tratos aos animais.

Então, eu gostaria também que fosse contemplado um estudo no sentido de viabilizar essa atividade. O rodeio faz parte da cultura nacional, faz parte da cultura rural, mas está havendo uma dificuldade muito grande em todo o Brasil de se fazer essa atividade. As entidades de defesa dos animais entendem que pode haver alguns maus-tratos aos animais, coisa que não há. Nessa atividade, os animais são muito bem tratados, são treinados para aquela atividade, e não se gera nenhum risco para o animal, nem maus-tratos. Talvez seja preciso colocar nesse projeto alguma coisa no sentido de regulamentar isso, o que vai contribuir para essa atividade, que é muito importante para o interior. Aqui nós não pudemos fazer, na Granja do Torto, dois eventos dessa natureza, nem no Parque, por circunstâncias de legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Agradeço, João Carlos Lóssio.

De fato, o rodeio é uma prática forte no País. No meu Estado de Rondônia, é muito maior do que a média brasileira a prática do rodeio. Em todas as cidades, distritos do Estado de Rondônia, acontecem rodeios durante todo o ano. Realmente, é uma questão que, se conseguíssemos colocar nesse projeto de lei, seria importante. Então, peço ao Lagares que analise esse ponto. Se pudermos colocar nesse projeto algo para reorganizar a questão dos rodeios, será de uma contribuição muito grande para o nosso País.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – A vaquejada, no Nordeste, também é muito importante, não é? É uma atividade que usa o cavalo e o gado e também tem restrições nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Sem dúvida.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo, para suas considerações.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Presidente, acho que está tudo certo, mas o tempo é que está muito apertado. Realmente, esta é uma oportunidade única de reformar essa lei, que, segundo a doutora disse, engessa todo o setor e tem que ser reformulada. Ela tem razão. Havia uma Comissão, não tem mais nada disso, e a lei ficou. Isso é um dos grandes problemas do nosso setor como um todo. E esse projeto vem no momento certo.

Agora, eu não estou vendo como é que conseguimos... Mesmo quanto ao turfe, eu acho que deveria haver um capítulo do turfe, como deveria haver um capítulo dos esportes, tais como rodeio e vaquejada, específicos. O que acontece hoje nessas leis? Elas são interpretativas. E o Ministério Público hoje começa a atuar, como não atuava em 1988, em 1984 muito menos. Então, eles começam a interpretar. Se não for objetivo e

claro, por exemplo, que atividades de esportes são rodeios e vaquejadas... “Ah, vai maltratar os animais”. Não está maltratando nada, porque o rodeio tem regras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Claro.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Tem que ter comissão, como nós, no turfe, temos comissão de turfe e comissão veterinária presentes. Quer dizer, não existe isso. Pelo contrário...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nos rodeios também. A mesma coisa.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Então, o cara não entende isso.

Precisa haver o capítulo dos esportes, o capítulo do turfe. E precisa tirar esse entulho legal que é essa lei, esse decreto. Agora, eu não sei como conseguimos, Presidente – o senhor como Relator; eu queria contribuir, trazer um capítulo; a Doutora tem uma responsabilidade muito grande – , operacionalizar isso nesse tempo. Só isso que está me preocupando, porque nós estamos na quinta, e será na terça-feira. Eu vou para casa, estou em São Paulo...

A SRª RAQUEL CAPUTO – Teria de escutar o setor.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Não escutar o setor, porque o setor está aqui bem representado. Eu acho que é mais uma questão de a senhora conciliar com o assessor técnico e de o pessoal trazer contribuição da parte do esporte, que já foi citado aqui. Agora, eu não sei como operacionalizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Dr. Marcelo, se me permite.

Senador Aureliano, nós podemos também transferir essa votação para fevereiro. Eu consulto os senhores: se entenderem que é melhor aguardar e contemplar o setor como um todo com mais detalhes, nós podemos fazê-lo. Eu fico no compromisso de dar sequência a esse projeto: continuar com a relatoria, pedir a relatoria, porque, ao final do ano, todos os relatórios voltam para as comissões e serão redistribuídos no próximo ano. Posso pedir para o novo Presidente a relatoria novamente e dar continuidade, fazendo outras reuniões. Como a Drª Raquel Caputo bem colocou, é uma oportunidade, até porque é terminativo aqui, no Senado. Se nós fizemos um trabalho maior, mais detalhista, não contemplando todos os setores, mas tentando abordar todos os assuntos pertinentes ao segmento, talvez fosse de uma importância maior.

Consulto o Senador Aureliano se concorda com a posição de nós continuarmos o debate. De antemão, eu convidaria V. Exª para continuar também nos debates junto conosco no ano que vem, para que possamos adequar melhor o projeto, se assim V. Exª entender que é necessário.

Com a palavra, o Senador Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, primeiro, fico muito satisfeito com o fato de V. Exª colocar a possibilidade de continuar sempre na relatoria, acompanhando esse projeto, porque eu sei da eficiência, da competência e da seriedade de V. Exª no trato de todos os projetos cuja incumbência da relatoria lhe cabe e da sua responsabilidade que sempre é de extrema importância para o Congresso Nacional.

A experiência nos diz o seguinte: é uma oportunidade no sentido de que temos condições de termos uma matriz clara do que é mais importante até terça-feira – eu tenho absoluta segurança disso. Visualizo que a discussão mais prolongada pode acontecer no decorrer do trâmite do projeto, mesmo porque, no trâmite do projeto, na verdade, pode haver emendas e podem surgir algumas outras ideias que venham a colaborar com o andamento do projeto.

Agora, eu vejo que seria muito bom que ele fosse votado na terça-feira. Na verdade, a colocação que eu faço é a de que se faça um esforço. Nós temos claramente... Eu sempre digo o seguinte: o que não se fez... A colocação, por exemplo, do Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador é de uma clareza e de uma limpidez, ou seja, a Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador já está na frente, ela já está andando. O que eu quero é a contribuição dela para fazer também para o País como um todo, uma vez que a Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador está andando. As coisas estão acontecendo.

Sr. Presidente, eu diria o seguinte: se fosse possível, eu, particularmente, pediria a V. Exª para votar na terça-feira e pediria a todos os membros daqui que dessem a sua contribuição o mais rapidamente possível. Eu entendo a posição do nobre companheiro Marcelo. Eu entendo perfeitamente, mas o problema é que, se não aproveitarmos este momento em que temos um Relator desta magnitude, desta competência, um homem voltado para a área, que conhece a área e que acredita na área... É um momento singular o que estamos vivendo. Então, eu pediria ao meu Presidente que votasse na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, Senador. Vamos manter a votação na terça. Façamos as modificações que couberem na Câmara dos Deputados.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Fazemos dessa forma, porque, de qualquer forma, o projeto vai à Câmara dos Deputados...

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... e terá nova discussão, novas audiências públicas. Aí, os ajustes nós poderemos fazer lá e ganharemos essa etapa, porque a preocupação nossa, senhores, é realmente não deixar que a gente perca a oportunidade também de fazer andar os projetos, e projetos importantes como esse não podem ficar paralisados. Passa um mês, passam dois meses e, de repente, passam seis e um ano.

Então, vamos atender ao nosso Senador Aureliano e faremos a votação na terça-feira próxima.

Eu consulto a Mesa se alguém gostaria de se pronunciar. *(Pausa.)*

Pois não, Dr. Antônio Sérgio.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – Eu vi que o nosso padrinho é muito animado com a equoterapia. Então, eu vou dizer ao senhor o seguinte: nós temos, para estimular esses eventos, lá na associação, um regulamento do funcionamento dos núcleos. Esses núcleos recebem pontuação por evento. Então, exposição ganha tanto, copa de marcha ganha tanto, cavalgada ganha tanto etc. Quem fizer mais vai para a Marchador Fest, ganhar um prêmio em dinheiro e ser fotografado por nosso Diretor de Comunicação, que está ali, o Álvaro Pereira, que é o coordenador do Marchador TV.

Então, todos esses presidentes trabalham com afinco para subir no palanque e um dos itens, que é consagrado nesse regulamento, é o convênio com as APAEs para fazer funções de equoterapia. Então, o Mangalarga Marchador fornece, para essas APAEs, para essas entidades que têm condição de fazer a equoterapia, os animais. Os professores são treinados aqui em Brasília, num órgão especial – Ande, não é? –, e as entidades mantenedoras, lá, sustentam essa operação. Cada vez que o menino faz uma aula de equoterapia, ele passa uma semana por que a mãe agradece, substancialmente, a gente. O movimento pendular faz com que haja um equilíbrio, durante a semana toda, na mente do menino que tem problema.

Então, isso aí fez com que a gente corresse demais nessa direção, porque todo mundo quis fazer.

A nossa amiga lá de Itatiaiuçu – acho até que o senhor a conhece – fez a entidade maior de equoterapia de Minas Gerais e obteve um patrocínio da escola, acho, de Ipatinga ou de uma daquelas universidades ali, e editou um livro, já está no segundo, de equoterapia – dessa grossura, assim, Senador –, distribuído no Brasil inteiro.

Então, não estava contemplado aqui e eu esqueci até de mencionar esse item, mas o cavalo, em si, ligado diretamente a essa atividade... É uma atividade social altamente remunerada para nós, pessoalmente, porque ela mexe exatamente no social, ela tem um objetivo social fantástico. Inclusive, quando você fala desse assunto... Por exemplo, na Argentina, eu estava dando uma entrevista para o canal rural de lá, e, na hora em que passamos para esse assunto, os outros assuntos morreram. Falamos de equoterapia durante meia hora, como é que funciona, de que jeito se executava isso.

Agora, Senador, estamos fundando outra coisa grande lá, nessa linha, que é para ajudar as pessoas com câncer. É um projeto que foi criado pelo pessoal do sul de Minas, lá de Varginha. Nós já recebemos inúmeras doações de criadores, durante o Marchador Fest, e vamos estruturar – está sendo feito agora – um apoio do Mangalarga Marchador a pessoas com câncer, então, criadores, funcionários, agregados do Mangalarga Marchador. Podemos fazer aquelas coisas que acontecem em Barretos, uma casa de apoio, dinheiro para a pessoa que esteja doente.

Aquela solidariedade humana aconteceu lá em Florianópolis, agora. Acho que recebemos três milhões em doações lá, em duas ou três horas, durante uma festa.

Então, essas coisas do lado social, que tiram um pouquinho o enfoque do financeiro, dão uma contribuição muito grande para equideocultura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Antônio.

Consulto se alguém mais tem alguma colocação a fazer.

Então, agradeço a presença de todos: Dr^a Raquel Caputo; Dr. João Carlos Lóssio; Dr. Marcelo; Dr. Celso Arras; Antônio Sergio Quadros. Também agradeço a presença do Jornalista Álvaro Pereira em nossa audiência pública. Agradeço ao Senador Antonio Aureliano; mais uma vez, eu o agradeço pela iniciativa do projeto.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **DELCÍDIO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, ANTONIO CARLOS VALADARES, LUIZ HENRIQUE, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO E BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **BENEDITO DE LIRA**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas de Apropriação e Remanejamento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2014-CN** – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015 (**Mensagem nº 251/2014-CN – na origem**). O Senhor Relator, Senador Acir Gurgacz, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA: Emendas de Apropriação de Despesa: **Emenda nº 1 – CRA: UO: 22101** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Ação: 20ZV** – Fomento ao Setor Agropecuário; **Valor: R\$ 300.000.000,00; **Emenda nº 2-CRA: UO: 22202** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; **Ação: 20Y6** – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária; **Valor: R\$ 250.000.000,00; **Emenda nº 3-CRA: UO: 49101** – Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Ação: 210X** – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; **Valor: R\$ 350.000.000,00; **Emenda nº 4-CRA: UO: 58101** – Ministério da Pesca e Aquicultura; **Ação: 20Y1** – Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola; **Valor: R\$ 200.000.000,00. **Emenda de Remanejamento de Despesa: **Emenda nº 5-CRA: UO: 22101** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Ação: 20ZV** – Fomento ao Setor Agropecuário – Apoio a realização de Eventos Agropecuários – Exposições e Feiras Agropecuárias – Seminários e Convenções; **Valor: R\$ 33.000.000,00.************ O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedita de Lira**, Presidente da COMISSÃO

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN (Mensagem nº 251/2014, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Esclareço que foram apresentadas 52 emendas à LOA, conforme o quadro que se encontra sobre as bancadas.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz, para proferir seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, antes de iniciar o relatório, agradeço a V. Exª e aos nossos pares por terem me escolhido para fazer este relatório. O relatório ao Orçamento é importante para o País; portanto, para mim, é motivo de orgulho poder ser Relator nesta Comissão do Orçamento de 2015.

Com amparo nas disposições constitucionais tramita no Congresso Nacional, sob o nº 13, de 2014 – Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício de 2015 – PLOA-2015, que se encontra na fase de apresentação de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Conforme a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a CRA pode apresentar até oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, não havendo limite para a apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 52 propostas de emendas à despesa, sendo 51 de apropriação e uma de remanejamento.

Na análise, no Anexo a este parecer constam as propostas apresentadas pelos nobres pares, especificando autoria, unidade orçamentária beneficiária, ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos, nesse parecer, as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e a minuta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emenda – CAE e CMO, ainda pendente de entrega à CMO, mas que, em regra, mantém o mesmo disciplinamento dos anos anteriores.

As propostas são todas de interesse nacional e estão na área de competência regimental da CRA. A limitação numérica imposta pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, contudo, nos força a acomodar as propostas em apenas quatro emendas de apropriação desta Comissão.

Critérios para composição das Emendas da CRA.

Para as quatro emendas de apropriação, adotou-se o critério de uma emenda para o Ministério da Agricultura, uma para a Embrapa, uma para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e uma para o Ministério da Pesca e Aquicultura, escolhendo-se sempre a ação para a qual foram apresentadas o maior número de propostas.

O nosso voto, Sr. Presidente.

Como decorrência, votamos pela apresentação das quatro emendas de apropriação, todas do tipo acréscimo, conforme especificado a seguir:

A Emenda nº 1, aglutinando na Proposta nº 35, do Senador Romero Jucá, na ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura – no valor de R\$300 milhões, as Propostas nºs 4, do Senador Flexa Ribeiro, 10, do Senador Waldemir Moka, 20 e 21, do Senador Valdir Raupp, 25 e 28, de minha autoria, Acir Gurgacz, e 47, do Senador Benedito de Lira.

A Emenda nº 2, aglutinando na Proposta nº 17, da Senadora Ana Amélia, na ação 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária, da Embrapa –, no valor de R\$250 milhões, as Propostas nºs 6, do Senador Flexa Ribeiro, 7, da Senadora Ângela Portela, 14, do Senador Waldemir Moka, 22, do Senador Valdir Raupp, 26 e 27, de minha autoria, Senador Acir Gurgacz, 34, do Senador Romero Jucá, 39, do Senador Ruben Figueiró, 42, do Senador Rodrigo Rollemberg, e 45, do Senador Benedito de Lira, Presidente desta Comissão.

A Emenda nº 3, aglutinando na Proposta nº 11, do Senador Waldemir Moka, na ação 210X – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais –, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$350 milhões, as Propostas nºs 29, de minha autoria, Acir Gurgacz, e 38, do Senador Romero Jucá.

A Emenda nº 4, aglutinando as Propostas nºs 23, do Senador Valdir Raupp, na ação 20Y1 – Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola, do Ministério da Pesca –, no valor de R\$200 milhões, as Propostas nºs 8, da Senadora Ângela Portela, 13, do Senador Waldemir Moka, 31, de minha autoria, Senador Acir Gurgacz, e 33, do Senador Romero Jucá.

Votamos ainda pela apresentação da Emenda nº 5, de remanejamento, conforme a Proposta nº 9, do Senador Waldemir Moka, na Ação nº 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, no valor de R\$33 milhões.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria da CRA seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas.

Essa é a análise.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado, mais uma vez, pela indicação para relatar essa importante matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz sobre as emendas ao Orçamento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado, o relatório será encaminhado para a Comissão Mista de Orçamento, para que sejam tomadas as providências regimentais.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Quero fazer um pedido a V. Ex^a, para, em função da falta de quórum, nós encerrarmos esta reunião. E caso haja outra reunião não a abriremos também devido à falta de participantes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não a abriremos?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A próxima reunião. Não sei se há outra.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Podemos fazê-lo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mas, se houver quórum, a faremos!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Está encerrada a Ordem do Dia. Encerraremos a presente reunião.

Requeiro a dispensa da leitura e aprovação da ata desta 31ª Reunião da CRA. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

Aprovada a ata da 31ª Reunião.

Antes de encerrar a reunião, informo a V. Ex^a que, de acordo com a convocação, faríamos agora outra reunião, deliberativa, para apreciação e votação dos projetos constantes da pauta para deliberação de matérias. Considerando que não há quórum para aprovar as matérias, declaro cancelada a segunda reunião, por falta de quórum.

Eu gostaria de, antes de encerrar, dizer que considero que esta, sem dúvida alguma, deverá ser a última reunião desta Comissão, tendo em vista que, na próxima quinta-feira, boa parte dos Senadores, principalmente os que renovaram seus mandatos, deverá ser diplomada nos seus respectivos Estados. Assim sendo, não haverá mais nenhuma reunião nesta Legislatura.

Assim, resta-me agradecer aos Senadores e às Senadoras que compuseram esta Comissão. O trabalho que foi desenvolvido por todos nós aqui foi da maior valia e da maior importância para o setor primário do País. Todo o esforço foi fundamental.

Eu, ontem, dizia algo ao meu querido, prezado companheiro e amigo Senador Figueiró – faço um parêntese para dizer que eu estava em Alagoas, coincidentemente assistindo à TV Senado, quando se encontrava em plenário, inclusive, o Senador Aureliano – que eu imaginava que o Senador Figueiró fosse continuar conosco, mas somente hoje tive informações de que ele também encerra o mandato, pois elegeu-se em 2006.

Eu queria agradecer a contribuição, o trabalho, a dedicação, que foram emprestados a esta Comissão pelo Senador Figueiró, ao tempo em que também agradeço penhoradamente a participação de S. Ex^a o Senador Suplicy, que vai agora cuidar de outras atividades. Já passou muito tempo aqui no Senado, e deverá prestar relevantes serviços em outros segmentos para continuar ajudando o País.

Eu queria agradecer, Suplicy, a V. Ex^a, não só pela sua presença na Comissão de Agricultura, mas no Senado Federal. Parece-me que, durante 24 anos, V. Ex^a desempenhou, com dignidade, com respeito, com responsabilidade, o mais importante cargo do Legislativo nacional. Tenho certeza absoluta de que o Estado de São Paulo vai sentir a sua falta.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Por tudo quanto V. Ex^a pôde fazer em defesa dos interesses do mais importante, do maior e do mais rico Estado da Federação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu, o Senador Moka, o Senador Acir e o Senador Aureliano continuaremos. Acho que, se não na Comissão, como Presidente, mas farei questão de participar da Comissão como membro, porque reputo uma das mais importantes comissões técnicas do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu queria pedir desculpa a V. Ex^a, mas concedo-lhe a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Primeiro, quero cumprimentá-lo pela sua dedicação e trabalho aqui, nesta Comissão que, muitas vezes, começou na primeira hora de amanhã, e V. Ex^a sempre aqui presente, às 8h30, cobrando de todos nós que estivéssemos aqui realizando um trabalho de grande importância para a agricultura brasileira.

Eu fui o primeiro orador em comunicação inadiável. Vim logo para cá. Agora, tenho a informação de que se formou o quórum necessário. Se V. Ex^a assim o desejar, poderei ler o parecer do item 11, do qual sou Relator, que se refere à alteração do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas.

Como o Senador Waldemir Moka também chegou, parece-me haver quórum necessário para que a reunião continue.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Submeto o requerimento verbal do Senador Suplicy à apreciação dos Srs. Senadores.

Assim sendo, creio que possamos reabrir a reunião, considerando que não havia quórum, já que anteriormente eu a havia cancelado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estamos de acordo, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Confesso que tenho dificuldade de continuar mantendo esse quórum, porque sou também Relator das emendas, então, fiz questão de vir porque é, vamos dizer, a minha comissão do coração, mas sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Então, eu não sei se... Não quero também impedir o relatório. Talvez se o Senador Suplicy...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu sugiro que o Senador Suplicy faça a leitura do seu relatório, já que esta é a última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É o que podemos fazer agora: somente a leitura. Infelizmente, não há quórum para deliberar.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Peço permissão a V. Exª porque eu preciso reabrir a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às quatorze horas e cinqüenta minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUP LIC Y, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, ANTONIO CARLOS VALADARES, LUIZ HENRIQUE, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI. Deixam de comparecer, os Senadores Gleisi Hoffmann,, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM 1:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. 1– Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3– Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 4– Matéria em fase de votação. 5– O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª, 20ª e 26ª Reunião em 2014. 6– Na 27ª Reunião, em 04/12/2014, a Senadora Ana Amélia adequa o seu relatório, consolidando, em novo texto de Substitutivo, a Subemenda apresentada à Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 7– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 2:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka usarem da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA. 4– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. **ITEM 3:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi usar da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA. 4– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a Emenda nº 1-CRA. **ITEM 4:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. 4– Na 27ª Reunião da CRA realizada no dia 04/12/2014, após a leitura do Relatório pela Senadora Ana Amélia, o Sr. Presidente adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 5– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 5:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil. **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Antonio Aureliano. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 135, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. 3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA. 4– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, a Presidência concede a palavra ao Sr. Relator, Senador Antonio Aureliano, para a leitura do seu Relatório. Resultado: A Presidência encerra a discussão e adia a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **ITEM 6:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA. 3– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 7:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com três emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será apreciada pela CDH, CCJ e, posteriormente, pela CAS em decisão terminativa. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 8:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelece requisitos e limites para a produção e comercialização da cachaça artesanal, define diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 77, de 2014.

1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 9:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010 – Terminativo – EMENTA: Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 258/2010 e das Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e da Emenda nº 3-CMA/CAE. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pelas Comissões: a) CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ; b) CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA e a Emenda nº 3-CMA; c) CAE, tendo sido aprovado Parecer favorável, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e a Emenda nº 3-CMA/CAE. 3– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM 10:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, DE 2013 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da SUDENE dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei. **Autoria:** Senador Aécio Neves. (TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2013 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos demais municípios da SUDENE os benefícios de que trata esta Lei. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 547, de 2013. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– As matérias serão apreciadas pela CDR e posteriormente pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com as Emendas nº 3-CRA e 4-CRA, e pela rejeição do PLS nº 547, de 2013. **ITEM 11:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, sobre o registro e licenciamento, a categoria de habilitação para a condução e a infração referente à condução sem registro e licenciamento. **Autoria:** Senador Fleury. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 289, de 2014, com três emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa. Anunciada a matéria, a Presidência concede a palavra ao Sr. Relator, Senador Eduardo Suplicy, para a leitura do seu Relatório. Resultado: Vista concedida aos Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka (art. 132, §§ 1º e 4º do RISF). **ITEM 12:** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira. **Autoria:** Senador Antônio Aureliano. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 254, de 2014, com a Emenda que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Em 11/12/2014, a Comissão realiza Audiência Pública para instruir o Projeto. 3– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, a Presidência concede a palavra ao Sr. Relator, Senador Acir Gurgacz, para a leitura do seu Relatório. Resultado: A Presidência encerra a discussão e adia a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **TEM 13:** AVISO Nº 74, DE 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 2174/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente a indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a estruturação de assentamentos da reforma agrária (TC 015.563/2012-0). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS nº 74/2014; pela aprovação do Requerimento de Audiência Pública que apresenta; e pela aprovação do Requerimento de Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), a ser apresentado ao Plenário do Senado Federal. 1– Aprovado o Relatório do Senador Ruben Figueiró, a Comissão tomará as devidas providências para a realização da Audiência Pública e para a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS nº 74/2014 assim como pela aprovação do Requerimento de Audiência Pública que apresenta; e pela aprovação do Requerimento de Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual deverá ser apresentado ao Plenário do Senado Federal. **EXTRAPAUTA: ITEM 14:** REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 41, DE 2014 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-

B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, especialmente a ocupação irregular de lotes; a situação dos assentados com relação à questão ambiental e a aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos no País, com o intuito de buscar alternativas para o aprimoramento desse processo, com a presença dos seguintes convidados: Ministro do Desenvolvimento Agrário ou seu representante; Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou seu representante; Representante do Tribunal de Contas da União. Resultado: A Comissão Aprova o Requerimento (RRA) nº 41, de 2014, oferecido como conclusão do Parecer da CRA sobre o AVS nº 74/2014, relatado pelo Senador Ruben Figueiró. **ITEM 15: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 42, DE 2014 – EMENTA:** Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que sejam requeridas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca do item 9.8 e respectivos subitens, contidas no Acórdão nº 2.174, de 2014 – TCU – Plenário. Resultado: A Comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento (RRA) nº 42, de 2014, oferecido como conclusão do Parecer da CRA sobre o AVS nº 74/2014, relatado pelo Senador Ruben Figueiró. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedita de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Peço permissão a V. Exª porque eu preciso reabrir a reunião.

Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Fazendo a inversão da pauta, vamos ao item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, sobre o registro e licenciamento, a categoria de habilitação para a condução e a infração referente à condução sem registro e licenciamento.

Autoria: Senador Fleury

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 289, de 2014, com três emendas que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, o projeto é composto de dois artigos. O primeiro promove alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) com o fito enunciado na ementa, e o segundo prevê que a lei deverá entrar em vigor na data da sua publicação.

Especificamente, as modificações no CTB incluem: a) alteração do §4º do art. 115 – que mantém a obrigatoriedade de registro e licenciamento das máquinas agrícolas e de construção ou de pavimentação (desde que transitem em vias públicas), suprime a previsão de numeração especial e remete a matéria à regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito; b) inserção do §3º no art. 130 – para dispensar as máquinas agrícolas da renovação periódica do licenciamento; c) alteração do art. 144 e inserção do art. 144-A – para

dispor separadamente sobre a habilitação necessária para a condução do trator de roda e dos equipamentos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, que passa a incluir também a categoria “B”; d) inserção de parágrafo único no art. 230 – para dispor que a condução de máquinas agrícolas em vias públicas sem registro e licenciamento constituirá infração leve se não houver reincidência, ou seja, caso não tenha havido aplicação de multa ao mesmo veículo anteriormente; e) inserção do art. 339-A – que excepciona da obrigação de registro e licenciamento para trânsito em via pública as máquinas agrícolas fabricadas antes de 1º de janeiro de 2015.

O autor esclarece que o objetivo central de seu projeto é regular o registro e licenciamento das máquinas agrícolas nos moldes do que foi definido pela Medida Provisória nº 646, de 2014, que perdeu sua eficácia em 23 de setembro de 2014, por não ter sido convertida em lei no prazo constitucional. Defende que a proposta traz uma solução intermediária a respeito da questão do registro e licenciamento: nem a isenção total, nem a obrigatoriedade completa. Apenas as máquinas novas ficariam sujeitas ao registro, devendo ser licenciadas uma única vez, e somente nos casos em que se opte pela circulação em vias públicas. As máquinas usadas ficam isentas dessas obrigações e seriam automaticamente regularizadas.

Quanto ao mérito, a medida é louvável e visa a atender a pleito do setor agrícola, que reivindica a redução das exigências legais para a circulação de maquinário agrícola em vias públicas.

Na forma como proposto no presente projeto, as máquinas agrícolas que já estão em uso ficam automaticamente regularizadas e autorizadas a circular pela via pública independentemente de registro ou licenciamento. Evita-se, assim, que todo o contingente de máquinas já existentes tenha que passar pelos DETRANS para registro.

Por outro lado, o registro das máquinas agrícolas novas que possam circular nas vias é medida salutar. A criação de um banco de dados público sobre a propriedade dessas máquinas trará maior segurança jurídica aos negócios do campo. O registro no sistema Renavam e a emissão do Certificado de Registro Veicular (CRV) permitirão o rastreamento e o controle da transferência de propriedade. Além de o produtor ter maior segurança ao comprar uma máquina usada, a medida dificultará o furto, o roubo e o comércio ilegal dessas máquinas.

Nessa linha, a medida tem ainda o potencial de diminuir o valor dos seguros relacionados a esses bens, considerando-se a melhoria da rastreabilidade e o impacto sobre o número de sinistros.

Outro benefício que pode advir do registro desses bens, muitos deles de alto valor econômico, é a possibilidade dos produtores oferecê-los em garantia com maior facilidade, melhorando as condições e o acesso aos financiamentos. Afinal, um bem registrado estará em melhor alcance da Justiça para honrar os compromissos assumidos.

Sr. Presidente, são inúmeras as vantagens desta proposição, que me parece de bom senso. Eu acho que todos os Srs. Senadores já têm conhecimento do restante da análise aqui elaborada.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CRA

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2014, a expressão “a categoria de habilitação para a condução”.

EMENDA Nº – CRA

Suprimam-se os arts. 144 e 144-A, que o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2014, propõe alterar na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação ao art. 339-A, que o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2014, propõe acrescentar à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997:

“Art. 339-A É facultativo o registro e o licenciamento para o trânsito em via pública dos tratores e demais aparelhos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza fabricados antes de 1º de janeiro de 2015.”

Os agricultores presentes na Comissão entendem ainda mais de máquinas do que este Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão. (Pausa.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, para discutir o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, nós já discutimos a matéria nesta Comissão, por várias vezes. Lamento, inclusive, ser este o último projeto do Senador Suplicy nesta Comissão e nós sermos contra, porque entendemos que o licenciamento de máquinas agrícolas vem gerar mais um imposto para o agricultor. Os agricultores estão realmente muito preocupados com a possibilidade de terem que emplacar ou de terem licenciamento para máquinas agrícolas. Seria mais um entrave para a produção agrícola e pecuária, enfim, para o agronegócio brasileiro.

Nós gostaríamos de pedir vista do projeto, Sr. Presidente, para não eliminá-lo, para não votar contra, o que seria uma indelicadeza para com o nosso colega.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O projeto é do Senador Fleury. Eu sou o Relator. Note bem, V. Exª poderá ver com maior atenção, ao pedir vista, que a intenção do Senador Fleury foi exatamente a de facilitar toda a questão de licenciamento, que hoje é exigido em termos mais adequados e que já foi inclusive objeto de medida provisória da Presidência da República. Como a medida provisória não foi votada em seu projeto de conversão a tempo, acabou não valendo. Então, ele está querendo atualizar.

Muito bem. V. Exª, como conhecedor mais aprofundado da agricultura do que eu, terá os elementos necessários para avaliar. Mas me pareceu que a intenção do Senador Fleury é de bom senso. V. Exª conhece melhor que eu.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Então, peço vista, Sr. Presidente, para que possa avaliar melhor. E, felizmente, aquela medida provisória perdeu sua validade e fez com que nós não tivéssemos a obrigatoriedade hoje de emplacar os tratores, que os agricultores não tivessem mais esse problema – digamos assim – na sua vida, tendo que emplacar as máquinas agrícolas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O pedido de vista é regimental e está concedido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

Só para justificar também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, depois da perda da vigência dessa medida provisória, o Senador Romero Jucá, Relator da 656, admitiu uma emenda que foi discutida com as entidades de classe, com o Denatran, e já faz parte, essa medida provisória já está na Câmara dos Deputados, uma emenda que vai transformar, porque ao invés de emplacamento, apenas se fará um cadastro das máquinas. Apenas as máquinas novas, adquiridas daqui para frente, passarão por um cadastro, dispensando o emplacamento. Ou seja, não vai haver nenhum custo, e esse cadastro servirá, evidentemente, como uma garantia, porque muitas máquinas são roubadas e, depois, há uma certa dificuldade na identificação delas.

Mas, eu gostaria de dizer ao Senador Eduardo Suplicy – permita-me – que eu tenho o maior respeito por V. Exª. O Senador Eduardo Suplicy é um cavalheiro, um homem extremamente educado, muito atencioso, com um compromisso muito grande com as causas que defende. Nós divergimos na maioria das vezes, mas – e tenho certeza de que falo em nome dos nossos pares – temos um profundo respeito e admiração, até pela determinação e a convicção com que V. Exª defende aquilo em que acredita. Então, eu quero, aqui na Comissão, uma vez que certamente não teremos outra oportunidade, dizer a V. Exª, Senador Suplicy, da minha admiração, mais do que isso, da amizade de que nós, ao longo deste tempo, pudemos desfrutar.

Quero agradecer-lhe a convivência e dizer a V. Exª que, aqui nesta Comissão, sempre será lembrado como um Senador cumpridor das suas obrigações e que, mesmo divergindo dos seus colegas algumas vezes, sempre o fez com muita educação e muita gentileza.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certamente, a minha percepção do trabalho de V. Exª corresponde a esse mesmo respeito. E eu gostaria de cumprimentá-lo porque, sempre, ainda que tenhamos divergido em alguns pontos sobre alguns projetos, soubemos procurar dialogar até que chegássemos a um entendimento positivo e do interesse público. Então, também venho cumprimentá-lo pela forma com que nós sempre conseguimos construir soluções para o bem do povo brasileiro.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Vista coletiva ao Senador Acir e ao Senador Moka.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria dar uma contribuição no que se refere tanto ao relatório do Senador Eduardo Suplicy quanto ao pedido de vista do Senador Acir Gurgacz.

No que se refere ao controle, ao emplacamento e ao registro, o fundamental que seja isento. Na verdade, tem que ser a seguinte: os tratores e as máquinas agrícolas entrarem na regulamentação do Denatran, mas com isenção, com placa diferenciada e isenção. Porque isso dará uma contribuição na organização do trânsito, dará condição de, eventualmente, em quaisquer acidentes, termos condições de fiscalização, mas tem que ser isento.

Então, quero contribuir com a proposta no sentido da aprovação do relatório. O Senador Acir Gurgacz pediu vista, e com muita propriedade, mas a colocação é a seguinte: conforme o relatório, mas com isenção.

Isso é o que eu queria colocar, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado pela opinião, Senador Antonio Aureliano.

Essa questão já foi resolvida na MP nº 656 – modo de dizer – com uma emenda, pois a MP nº 656 ainda não foi aprovada; mas já inclui uma emenda que é exatamente isto: fazer o registro sem custo nenhum. Apenas o registro, para que as máquinas possam ter um controle com relação a furto, desvio, perda, trânsito, mas sem custo nenhum.

Eu peço a V. Exª, Sr. Presidente, inversão de pauta, se possível, para o item 12, que é terminativo, nós sabemos, mas aproveitando a presença do Senador Antonio Aureliano, que é autor desse projeto, que é da maior importância...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É só votar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... eu peço a V. Exª que façamos a inversão de pauta. Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, se o Senador Acir Gurgacz me permitir, eu já li dois projetos de lei aqui, eu posso até fazer uma breve exposição, que está aguardando apenas ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Depois nós faremos a inversão de pauta, porque já temos aqui dois projetos realmente.

Item 2...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria que houvesse inversão de pauta em favor do item 13, porque é matéria não terminativa e se trata apenas de apreciar um aviso do Tribunal de Contas da União. Eu gostaria que V. Exª desse prioridade a esse item.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – V. Exª será atendido.

Vamos fazer a explanação dos itens 2 e 3, cujos relatórios já foram lidos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014 – Não terminativo –

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka usarem da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA.

4– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa.

Em reunião realizada no dia 27 de novembro, o Senador Waldemir Moka proferiu a leitura do seu relatório e concluiu pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. Naquela ocasião foi iniciada e encerrada a discussão da matéria.

Em votação o relatório do Senador Waldemir Moka para o projeto de lei de autoria do Senador Ruben Figueiró.

As S^{ras} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer da CRA para aprovação da matéria.

A matéria será apreciada pela CCT, em decisão terminativa.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de me manifestar neste instante, sobretudo para agradecer pela aprovação da matéria, graças ao parecer lúcido do eminente Senador, meu amigo e conterrâneo, Waldemir Moka.

Esse projeto, Sr. Presidente, decorre de uma manifestação dos servidores da Embrapa. Todos nós reconhecemos aqui os relevantes serviços prestados pela Embrapa à agropecuária nacional. Esse projeto vai permitir que os recursos levantados nas operações realizadas pelas unidades da Embrapa, em todo o Território nacional, não sejam, como agora, recolhidos à central da Embrapa, à Diretoria-Geral da Embrapa, onde, infelizmente, têm permanecido, sem que as unidades tenham o retorno desses recursos para aplicação principalmente no custeio.

Então, esse reclame feito pelos servidores da Embrapa teve o acolhimento no parecer do Senador Moka, que, sem dúvida alguma, é aqui um dos maiores defensores dessa instituição nacional que é a Embrapa.

Eu gostaria, portanto, em nome dos servidores, de agradecer a V. Ex^{as} pelo apoio unânime que deram ao parecer do Senador Waldemir Moka e também de expressar a S. Ex^a o pleito de gratidão dos servidores da Embrapa pela precisão com que ele proferiu o seu parecer, e que terá sempre o reconhecimento de todos aqueles que prestam na Embrapa serviços inestimáveis à Nação.

Fica registrado aqui, portanto, o meu apreço, o meu reconhecimento e as homenagens que eu faço em nome dos servidores da Embrapa ao Senador Moka e a V. Ex^{as} que aprovaram seu parecer.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, na verdade, o mérito é de quem apresentou o projeto, que é o Senador Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Perfeito.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – Muito obrigado também a todos os parceiros.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi usar da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA.

4– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Em reunião realizada no dia 27 de novembro, o Senador Waldemir Moka proferiu a leitura do seu relatório e conclui pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta.

Naquela ocasião foi iniciada e encerrada a discussão da matéria. Desta forma, o relatório do Senador Moka está em votação.

As S^{ras} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer da CRA pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1 da CRA.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
Item 12, considerando a solicitação do Senador Acir, que é pela inversão.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2014 – Terminativo –

Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

Autoria: Senador Antonio Aureliano

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 254, de 2014, com a Emenda que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– Em 11/12/2014, a Comissão realiza Audiência Pública para instruir o Projeto.

3– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, submete-se a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 254, de 2014, de autoria do ilustre Senador Antonio Aureliano, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

A proposição compõe-se de quinze artigos, distribuídos em oito capítulos. Eu peço licença para não lê-los, já que está à disposição dos nossos pares e a matéria foi amplamente debatida e discutida em audiência pública.

A análise é de que, de fato, é importante nós aprovarmos esse projeto, pois vai trazer mais segurança para que os nossos produtores tenham condições de ampliar o investimento nesse segmento que é importante para o nosso País.

Portanto, o nosso voto, Sr. Presidente, é para a aprovação desse projeto de lei, entendendo que a matéria é importante para o nosso País, principalmente para a produção pecuária e agricultura familiar. Esse projeto, com certeza, está contribuindo com produção brasileira.

Então, o meu relatório é pela aprovação.

Fiz uma síntese bem simples em função de nós todos estarmos aqui com muitas atribuições. O Senador Moka também tem compromisso na sua Comissão, então, eu pergunto se nós conseguimos quórum para a votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para apreciação de projeto terminativo, não há quórum.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É terminativo.

Então, Sr. Presidente, fica aqui o nosso voto.

Meus cumprimentos ao Senador Antonio Aureliano pelo projeto, pela iniciativa de trazê-lo a esta Comissão. Tivemos o prazer, na semana passada, de fazer uma audiência pública para debatermos esse tema, em que nos trouxe várias informações, para que pudéssemos trazer este relatório para a aprovação hoje, Sr. Presidente.

Então, o pedido é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo quórum para deliberar, está transferida a votação.

Vamos ao item 13.

ITEM 13

AVISO Nº 74, DE 2014 – Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.174/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente a indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a estruturação de assentamentos da reforma agrária (TC 015.563/2012-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Ruben Figueiró.

Relatório: pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS nº 74/2014; pela aprovação do Requerimento de Audiência Pública que apresenta; e pela aprovação do Requerimento de Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), a ser apresentado ao Plenário do Senado Federal.

Observações: 1 – Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, a Comissão tomará as devidas providências para a realização da audiência pública e para a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra, o Sr. Senador Ruben Figueiró, Relator da matéria, para proferir seu relatório.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, nobres pares, a proposição que me cabe relatar neste instante se refere a um aviso do Tribunal de Contas da União comunicando a esta Casa e a esta Comissão, especificamente, a realização de uma auditoria sobre indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a estruturação de assentamentos da reforma agrária.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fazer uma análise percuciente do aviso do Tribunal de Contas da União e cheguei à conclusão de que a matéria exige uma maior reflexão por parte desta Comissão.

Em razão disso, o meu voto, considerando as razões extensamente expostas no meu parecer, é o de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do feito;

b) aprove realização de audiência pública para, a partir dos problemas observados pelo TCU no Estado do Paraná, debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, com foco nos seguintes problemas: I) ocupação irregular de lotes; II) a situação dos assentados com relação à questão ambiental; III) aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos;

c) encaminhe requerimento de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o andamento do atendimento das determinações do item 9.8 e de seus subitens, contidas no Acórdão nº 2.174, de 2014 – TCU – Plenário, nos termos da minuta a seguir apresentada; e

d) remeta o processado ao arquivo.

O requerimento, Sr. Presidente, dá-se nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2014 – CRA

Considerando o disposto na Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, especialmente a ocupação irregular de lotes, a situação dos assentados com relação à questão ambiental; e aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos no País, com o intuito de buscar alternativas para o aprimoramento desse processo com a presença dos seguintes convidados:

- Ministro do Desenvolvimento Agrário ou seu representante;
- Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou seu representante;
- Representante do Tribunal de Contas da União.

Passo a ler outro requerimento.

Nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), acerca do item 9.8 e respectivos subitens, contidas no Acórdão nº 2.174, de 2014 – TCU – Plenário.

Transcrevo-os, aqui, na íntegra, Sr. Presidente.

Essa a manifestação que faço como Relator da matéria.

São, portanto, dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Ruben Figueiró. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir parecer da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passo ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento.

Relatoria: Senador Antonio Aureliano.

Relatório: pela aprovação do PLS nº 135, de 2014, com duas emendas que apresenta.

Observações: 1– não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental;

2– a matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado parecer contrário ao projeto;

3– o projeto constou da pauta da 27ª reunião da CRA;

4– a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Antonio Aureliano, para proferir o seu parecer.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 135, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

O PLS é composto por dois artigos. O art. 1º inclui o §9º no art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999, estabelecendo para a Anvisa o dever de avaliar anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

O art. 2º da proposição constitui cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

O inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui à CRA a competência para opinar sobre proposições pertinentes à comercialização e à fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 135, de 2014, respeita a competência regimental desta Comissão, pois trata da fiscalização de alimentos no âmbito das ações de vigilância sanitária.

Tendo em vista a apreciação da matéria em caráter terminativo, além do mérito, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No que se refere à constitucionalidade do PLS nº 135, de 2014, verifica-se, inicialmente, que as ações de vigilância sanitária estão circunscritas ao campo de atuação do Sistema Único de Saúde, conforme dispõe o art. 200, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988. Além disso, a Constituição atribui, em seu art. 24, inciso XII, competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde.

A matéria não se encontra no campo da iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, CRFB), assim como não está inscrita entre aquelas de sua competência privativa (art. 84, VI, CRFB).

A espécie normativa a ser utilizada revela-se adequada, uma vez que se destina a alterar lei ordinária, tratando de matéria não reservada à lei complementar.

Quanto à juridicidade, a proposição mostra-se coerente com os princípios de Direito aplicados à matéria; apresenta generalidade e abstração; apresenta potencial coercitividade; e atende aos princípios da adequação e razoabilidade.

Além disso, a proposição inova no ordenamento jurídico ao estabelecer, de forma inequívoca, a obrigatoriedade de que, no âmbito da competência estabelecida pelo art. 8º, §1º, inciso II, da Lei nº 9.782, de 1999, a avaliação da presença e da toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil seja realizada anualmente.

Relativamente à regimentalidade não foram verificados vícios na tramitação da matéria, encontrando-se apta para a apreciação terminativa nesta Comissão.

No que se refere à técnica legislativa, há que se reparar erro material na redação da proposição que, ao indicar a competência da Anvisa para a realização da avaliação da presença e toxicidade de agrotóxico nos alimentos, faz referência ao inciso III do §1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999. O referido inciso trata exclusivamente de cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes.

Dessa forma, a redação deve ser corrigida para que faça referência ao inciso II do §1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999, que diz respeito aos alimentos. Além disso, a redação da proposição deve ser retificada para que conste o ano de 1999 como o de promulgação da Lei nº 9.782 e não o ano de 1996, como consta na redação original da ementa e do art. 1º da proposição.

Quanto ao mérito, a proposição busca dar efetividade ao direito à saúde, especialmente previsto no art. 196 da Constituição Federal, que deve ser garantido, inclusive, mediante políticas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

Muito embora deva ser ressaltado que a Anvisa conta com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) desde 2001, com publicação de relatórios anuais, é importante destacar que a aprovação da proposição contribuirá para garantir a perenidade do Programa.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014, com as emendas de redação que ora apresentamos:

Emenda nº – CRA

Na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 135, de 2014, substitua-se a expressão “26 de janeiro de 1996” por “26 de janeiro de 1999”.

Emenda nº – CRA

No art. 1º do PLS nº 135, de 2014, substitua-se a expressão “inciso III” por “inciso II”.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Antonio Aureliano. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será adiada tendo em vista que a matéria é terminativa e não há quórum para deliberá-la.

Convido o companheiro Ruben Figueiró para assumir a presidência, considerando que sou Relator do item 10.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Item 10, tramitação conjunta.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da Sudene dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei.

Autoria: Senador Aécio Neves.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos demais municípios da SUDENE os benefícios de que trata esta Lei.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 547, de 2013.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– *As matérias serão apreciadas pela CDR e posteriormente pela CAE em decisão terminativa.*

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, Relator da matéria, para proferir à leitura de seu relatório e voto.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão sob exame e em tramitação conjunta, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 462 de 2013, do Senador Aécio Neves, e 547, de 2013, do Senador Cícero Lucena, ementados em epígrafe.

O PLS nº 462, de 2013, contém três artigos.

O primeiro dispositivo altera a redação do art. 1º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para estender a toda a região de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a autorização da concessão de subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referentes à safra 2011/2012.

O art. 2º do PLS nº 462, de 2013, condiciona a subvenção à prévia abertura dos créditos orçamentários correspondentes e limita em aproximadamente R\$76 milhões o montante de recursos nas áreas abrangidas pela Sudene, mas não integrantes da Região Nordeste.

O art. 3º trata da cláusula de vigência.

Conforme a justificativa que acompanha o PLS, os Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, pertencentes à área da Sudene, sofreram o mesmo impacto da seca que assola a Região Nordeste, mas foram excluídos da possibilidade de seus produtores de cana-de-açúcar e etanol receberem subvenção extraordinária, em face de emenda supressiva durante a tramitação da Medida Provisória nº 615, de 2013, convertida na Lei nº 12.865, de 2013, na Câmara dos Deputados.

Argumenta ainda o autor que a subvenção de safra proposta tem natureza meramente episódica, razão pela qual não dá origem às denominadas “despesas obrigatórias de caráter continuado”.

O PLS nº 547, de 2013, contém dois artigos.

O art. 1º altera a redação do art. 1º da Lei nº 12.865, de 2013, para estender a toda a região de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a autorização da concessão de subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referentes à safra 2011/2012.

O art. 2º trata da cláusula de vigência.

Segundo o autor, a natureza econômica e social mostra que os Municípios não atendidos pela Lei nº 12.865, de 2013, apresentam as mesmas vulnerabilidades de Municípios considerados no Semiárido nordestino, razão suficiente para que não sejam prejudicados, e, ao contrário, possam ser beneficiados pelas políticas públicas governamentais para região da Sudene.

Em face da aprovação do Requerimento nº 676, de 2014, do Senador Eduardo Suplicy, os Projetos de Lei do Senado nºs 462 e 547, ambos de 2013, passaram a tramitar em conjunto por regularem matérias correlatas. Análise.

A aprovação do Requerimento nº 676, de 2014, do Senador Eduardo Suplicy, traz racionalidade ao processo e fomento a economia processual na tramitação das matérias.

No entanto, em face de o fenômeno não ter sido superado, a safra 2012/2013 sofreu perdas similares, gerando prejuízos econômicos e problemas sociais de ordem mesmo maior do que em safras anteriores.

Toda a região tem sofrido muito na maior seca dos últimos 50 anos no Nordeste. Em face desse cenário, entendemos que a safra 2012/2013 deva também ser atendida.

Portanto, não há nenhuma razão para que os produtores de cana-de-açúcar mineiros e capixabas, igualmente afetados pela seca que se abateu sobre seus pares nordestinos, sejam excluídos da possibilidade de receberem subvenção extraordinária, cuja concessão foi autorizada pela Lei nº 12.865, de 2013.

Não é demais destacar, dentre os argumentos dos autores, que o impacto fiscal da extensão proposta é desprezível para a União, cerca de R\$76 milhões, mas representa importante auxílio aos pequenos produtores da Região.

E, por meio do Decreto nº 8.079, de 20 de agosto de 2013, houve a aprovação do regulamento do pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unida-

des industriais produtoras de etanol combustível, os quais desenvolvam suas atividades na região Nordeste, no valor de R\$148 milhões.

Somando esses valores, chegamos a um gasto máximo potencial da ordem de R\$528 milhões para atender a Região Nordeste e mais R\$76 milhões para atender aos municípios da Sudene fora do Nordeste. Portanto, seriam necessários cerca de R\$604 milhões.

Assim, entendemos ser necessária emenda para inclusão da safra 2012/2013, com sua respectiva previsão orçamentária, que poderá, eventualmente, ser ajustada pelo Poder Executivo, caso seja necessária à ampliação do valor por meio da abertura de crédito extraordinário.

Por fim, em atenção ao preceito regimental do art. 260, II, “b”, que estabelece que, na tramitação conjunta de projetos, terá precedência o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa, o PLS nº 462, de 2013, do Senador Aécio Neves deve ser aprovado. Mas, para o caso em tela, ressalto que o PLS nº 547, de 2013, do Senador Cícero Lucena, foi contemplado integralmente.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela rejeição do PLS nº 547, de 2013, pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com as seguintes emendas:

Emenda nº – CRA

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 462, de 2013, a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º. É a União autorizada a conceder subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referente às safras 2011/2012 e 2012/2013 na Região de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

.....
.....
II – a subvenção será de R\$12,00 (doze reais) por tonelada de cana-de-açúcar e limitada a 10.000 (dez mil) toneladas por produtor fornecedor independente em toda a safra 2011/2012 e em toda a safra 2012/2013; e

III – o pagamento da subvenção será realizado em 2013, 2014 e 2015, referente à produção das safras 2011/2012 e 2012/2013 efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011, observados os limites estabelecidos nos incisos I e II deste parágrafo.’ (NR)

‘Art. 2º É a União autorizada a conceder subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível que desenvolvam suas atividades na área referida no caput do art. 1º, referente à produção das safras 2011/2012 e 2012/2013.

§1º A subvenção de que trata o caput deste artigo será concedida diretamente às unidades industriais, ou por intermédio de suas cooperativas ou do respectivo sindicato de produtores regularmente constituído, no valor de R\$0,20 (vinte centavos de real) por litro de etanol efetivamente produzido e comercializado na safra 2011/2012 e na safra 2012/2013.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 462, de 2013, a seguinte redação:

“Art.2º
.....

II – tratando-se das áreas abrangidas pela Sudene referente à safra 2011/2012, mas não integrantes da Região Nordeste, até o montante de R\$75.836.280,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e seis mil e duzentos e oitenta reais);

III – tratando-se das áreas abrangidas pela Sudene referente à safra 2012/2013, até o montante de R\$604.000.000,00 (seiscentos e quatro milhões de reais).”

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Em discussão o parecer do eminente Relator Senador Benedito de Lira. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão, e pela rejeição do PLS nº 547, de 2013.

As matérias serão apreciadas pela CDR e, posteriormente, pela CAE, em decisão terminativa.

Com prazer, devolvo a presidência ao Senador Benedito de Lira, nosso eterno Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Senador.

As demais matérias o Relator Acir Gurgacz pediu para retirar de pauta, bem como a Senadora Ana Amélia.

Requeiro a dispensa da leitura da ata desta 32ª Reunião da CRA. *(Pausa.)*

Com anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

Antes de encerrar a reunião, concedo a palavra, pela ordem, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, são breves as minhas palavras.

V. Exª, no início desta reunião, manifestou-se, palavras que tocaram muito a minha sensibilidade de cidadão e de homem público.

Como V. Exªs sabem, eu estou deixando, no próximo dia 31 de janeiro, esta honrosa missão de Senador da República representando o meu Estado. Sinto-me extremamente confortado para dizer a V. Exªs que, nesses dois anos em que tive a honra de participar do convívio com V. Exªs e com os servidores da Casa, eu levo uma impressão extremamente favorável das ações desta Alta Casa do Congresso Nacional.

Quero dizer a V. Exª, Senador Benedito de Lira, que, nas primeiras reuniões das quais participei nesta Comissão, eu fui parceiro de V. Exª na luta em favor da pecuária leiteira do nosso País. V. Exª traçou um quadro que me impressionou profundamente com relação à pecuária leiteira do seu Estado, e eu falei – lembro-me perfeitamente – que, lá no meu também, ocorria a mesma tragédia.

Eu fui produtor de leite. Cheguei a produzir mais de mil litros diários de leite tipo B. E cheguei à conclusão de que não tinha condições mais de prosseguir, tal o prejuízo que estava me ocasionando.

Ainda recentemente, um grupo japonês construiu, em uma cidade próxima à capital Campo Grande, na cidade de Terenos, um grande laticínio, e infelizmente há poucos meses, depois de investimento de milhões de reais, eles foram obrigados a fechar a indústria, causando prejuízo imenso àqueles que acreditaram na possibilidade de se estabelecer uma indústria de laticínios sofisticada, tecnificada, para produzir leite, não somente para o abastecimento do mercado interno, mas inclusive para exportação.

Lembro-me, portanto, daquela advertência que V. Exª fez. Isso nos fez aproximar muito, porque sofremos os mesmos pesares de acreditar que o produtor rural deste País seria um apoio mais expressivo do Poder Público, o que não ocorreu naquela época em que tivemos prejuízo está ocorrendo neste momento.

Tudo isso eu citei, e fiz questão de citar, para dizer a V. Exª que muito aprendi aqui nesta Comissão, onde todos têm se preocupado pela projeção maior, pelo significado maior da agropecuária em nosso País.

Queira Deus que, em um futuro próximo, nós sejamos reconhecidos!

E é por essa razão, Sr. Presidente, com essa expectativa, que eu volto à minha terra, como disse outro dia, volto aos campos imensos da vacaria onde fui criado e das terras vermelhas da minha cidade de Campo Grande, volto com essa expectativa de que aqui ficarão homens interessados pelos valores maiores da nacionalidade, sobretudo, pensando que o campo é a única atividade econômica hoje que pode dar segurança e tranquilidade à economia do nosso País, tendo em vista o PIB, pela participação que o setor tem tido no PIB.

No mais, Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Antonio Aureliano, a todos os componentes desta Comissão, aos servidores desta Casa, a partir do Marcelo, que nesta Comissão sempre me deram uma atenção e uma recepção que muito me sensibiliza, a V. Exª, Sr. Senador Benedito de Lira, que foi tão gentil ao se referir à minha pessoa, e quero externar as manifestações do meu mais profundo apreço.

Espero ainda, em vida, cumprimentá-lo como governador do seu Estado, a grande Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Meu caro Figueiró, foi uma alegria muito grande eu ter tido a oportunidade, não só eu como todos os companheiros, colegas aqui do Senado Federal, de conviver com V. Exª.

Nós não nos conhecíamos, mas o dia a dia nos aproximou. Mato Grosso do Sul deve se orgulhar de tê-lo como seu representante, ao tempo em que, na sua trajetória ao longo de muitos anos, V. Exª é um dos grandes construtores daquele Estado, daquela região.

Vamos conviver ainda até o dia 31, não mais nesta Comissão, mas, antes, iremos nos cumprimentar, mas, desde já, eu quero desejar a V. Exª e à sua família, nesse período que antecede o Natal, que Deus os proteja. Seja muito feliz. Que tenha um bom, belo e extraordinário Natal ao lado de sua família e dos seus amigos.

Tenha a certeza, Figueiró, isso é muito importante, porque todos nós passamos pelo Senado, passamos pela Presidência da Comissão, mas o que fica são as ações desenvolvidas por cada um de nós. Essa relação que nos aproximou, pela convivência do dia a dia, quero dizer que sou um homem feliz por tê-lo conhecido, por termos convivido. Não tenha dúvida nenhuma de quando eu tiver muita saudade pegarei um jipe ou um avião

e vou até Mato Grosso do Sul para ver V. Ex^a. Esse é o maior desejo. Não posso ir de jumento, porque fica muito longe, mas, aí, posso até tomar emprestado um cavalo, que o nosso querido Aureliano...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Cavalo mangalarga marchador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Cavalo mangalarga marchador. Quem sabe? Trinta dias depois, chegaremos lá... *(Risos.)*

... no Mato Grosso do Sul. E quero vê-lo com esta mesma fisionomia, com este mesmo riso, com esta mesma simpatia que V. Ex^a, ao longo desses dois anos, distribuiu com todos nós.

É uma alegria e um prazer muito grande termos convivido, nos conhecido e trabalhado juntos.

Figueiró, um grande abraço, amigo, e que Deus o proteja!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Benedito de Lira. De coração, retribuo as suas expressões, e reafirmo o convite para que nos visite, o que será uma honra para mim e, sobretudo, pelo Moka, que ficará, aqui, sempre presente, para compartilhar das alegrias desta Casa e desta convivência tão fraterna aqui, na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Figueiró.

Não havendo mais nada a tratar, quero desejar a todos e a todas – funcionários, auxiliares, assessores – um bom Natal.

Que Deus proteja a todos!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Vital do Rêgo, Ivo Cassol e Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino, Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. 1ª Parte da Pauta: Avaliação da política pública “Programa Nacional de Banda Larga – PNBL”, nos termos da Resolução nº 44, de 2013. O Relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela apresentação de recomendações e solicitação de encaminhamento, para conhecimento, a Órgãos Públicos e Entidades que relaciona. O relatório é aprovado. 2ª Parte, Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 540, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a disponibilização, em sítio eletrônico da operadora, de listas de prestadores de serviços e de extratos financeiros relativos ao valor da contraprestação e aos serviços utilizados pelos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 54, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação com a emenda que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas

e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 5: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer “..., nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs.

Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz.

Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos.” A deliberação do Requerimento é adiada. Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.” O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 93, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 82, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.” O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.” O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.” O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.” O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 60, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.” O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão designa o Senador Benedito de Lira Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESMERALDA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão designa o Senador Benedito de Lira Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 418, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 457, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE rádio IMBIARA DE ARAXÁ LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.” O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora “ad hoc”, em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 451, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que reno-

va a concessão outorgada à Rádio BURITI LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Alfredo Nascimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Anibal Diniz. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Alfredo Nascimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Anibal Diniz. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Anibal Diniz foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Anibal Diniz foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Benedito de Lira foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Anibal Diniz. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Benedito de Lira foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Anibal Diniz. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 421, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Delcídio do Amaral foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Delcídio do Amaral foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 449, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIBE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 453, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná.” Em 11/11/2014, o relatório do

Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 458, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 76, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Flexa Ribeiro foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 456, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Gim foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e

Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 80, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador João Alberto Souza foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 360, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapianga, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador João Capiberibe foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 361, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador João Capiberibe foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador João Capiberibe foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Marcelo Crivella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Marcelo Crivella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Marcelo Crivella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Ricardo Ferraço foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato

que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Sérgio Petecão foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantas, Estado de Goiás.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Sérgio Petecão foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RÁDIODIFUSÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 64: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 65: Projeto de Decreto Legislativo n.º 393, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Walter Pinheiro foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 66: Projeto de Decreto Legislativo n.º 415, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIRROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 67: Projeto de Decreto Legislativo n.º 416, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 68: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela

Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 69: Projeto de Decreto Legislativo n.º 444, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.” Em 11/11/2014, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e nove minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Zeze Perrella**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data de 02 de dezembro de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicado da Presidência

Chegaram a esta Comissão os Avisos nº 1162-Seses-TCU-Plenário, de 12 de novembro de 2014; n.º 1212-Seses-TCU-Plenário, e n.º 1215-Seses-TCU-Plenário, ambos de 19 de novembro de 2014 em que o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, encaminha, para conhecimento, cópia dos Acórdãos proferidos pelo Plenário do TCU, nos autos dos processos nº TC 003.732/2014-2; TC 015.894/2014-2; e TC 015.896/2014-5 respectivamente.

O primeiro processo tem por objetivo coletar informações sobre a situação da governança de tecnologia da informação na Administração Pública Federal, atualizando o panorama traçado no ano de 2012.

Os outros dois processos têm por objetivo verificar indicadores, resultados e governança relacionados com contratos de gestão supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sendo o primeiro referente ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e o segundo referente à Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Nossa reunião será dividida em duas partes, sendo que, na primeira, virá a apresentação do relatório, resultado da proposição de avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que teve como seu Relator o Senador Anibal Diniz e decorre da previsão inserida no Regimento Interno do Senado Federal pela Resolução nº 44, de 2013.

O Regimento Interno do Senado Federal estabelece, pelo seu art. 96-B, que as Comissões Permanentes selecionarão, no âmbito de sua competência, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo para serem avaliadas. No caso da CCT, por meio do Requerimento nº 3, de 2014, este Plenário aprovou a indicação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com a política alvo dessa avaliação para o presente ano de 2014.

O Relator da matéria, Senador Anibal Diniz, apresentará, logo em seguida, na primeira parte da nossa reunião, o seu relatório, produzido após intensos trabalhos e a realização de várias diligências.

Ainda na expectativa do conteúdo do relatório trazido pelo Senador Anibal Diniz para apreciação deste Plenário, cumpre-nos destacar o mérito dos trabalhos realizados, que procurou abranger os mais diversos segmentos e atores relacionados ao PNBL, o que resultou certamente na produção de um robusto relatório final, que procurará avaliar a política de popularização da banda larga no Brasil e também apresentar eventuais sugestões e recomendações com o objetivo de sanear eventuais problemas de uma maneira edificante e construtiva.

Passemos, então, a palavra ao Senador Anibal Diniz, Relator da matéria, para o início das suas considerações. Logo em seguida à apresentação do relatório e suas deliberações, passaremos à pauta da segunda parte da nossa reunião.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado e todos que nos acompanham pela rede mundial de computadores, quero, em primeiro lugar, cumprindo um dever de justiça, fazer um agradecimento especial a V. Exª pela confiança em mim depositada e também pela felicidade da escolha da política pública Plano Nacional de Banda Larga para ser apreciada por esta Comissão.

Devo dizer que recebi com muita honra essa missão e procurei me dedicar ao máximo possível a ela, inclusive no período eleitoral, fui criticado no meu Estado porque não estive completamente presente no período

eleitoral, exatamente porque estava cumprindo as agendas que faziam parte do programa de trabalho que nós aprovamos aqui nesta Comissão. Foi uma decisão que considero muito acertada, porque todos os órgãos com os quais nos relacionamos, todas as operadoras que fazem parte desse grande sistema, que têm como objetivo a popularização da internet em banda larga no Brasil, se sentiram muito prestigiados por terem a presença do Senado Federal tratando desse tema e tentando entender todas as nuances tanto no que diz respeito aos seus avanços, quanto no que diz respeito às suas dificuldades, os seus gargalos, os seus problemas, que devem ser superados. E nós nos dedicamos completamente a esse trabalho.

Quero também fazer um reconhecimento a toda equipe da Comissão de Ciência e Tecnologia: à equipe técnica, que também esteve completamente à disposição; à Consultoria do Senado, na pessoa do consultor Rodrigo; à nossa Secretária da Comissão de Ciência e Tecnologia, a Égli; ao Ari, que também nos acompanhou em todos os momentos; à Liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado, na pessoa do Carlos Hetzel, que esteve, a todo momento, conosco; no meu gabinete, a Gabriela, o Edísio, de tal maneira que a gente teve um trabalho intenso, que contou com várias audiências públicas.

Além das audiências realizadas aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós fizemos também audiência em Rio Branco, representando todas as cidades da Região Norte, e fizemos uma audiência Salvador, representando todas as cidades do Nordeste brasileiro. Realizamos visitas técnicas. Fomos a São José dos Campos, visitamos o INPE. Visitamos também a Visiona, empresa responsável pela integração do satélite geoestacionário de defesa e comunicações, que vai atender, sob o contrato da Telebras, tanto a demanda do Plano Nacional de Banda Larga quanto a demanda de comunicação estratégia do Ministério da Defesa.

Na medida em que sentimos a importância do satélite para atender as áreas isoladas, particularmente o Norte e o Nordeste brasileiro, nós fizemos questão de compreender como é que estava o calendário, como estava a agenda em relação à construção, à integração e à colocação em órbita desse satélite, por isso fizemos essa visita técnica à Visiona. E por se tratar – a Visiona – de uma empresa que tem como principais acionistas a Embraer, com 51%, e a Telebras, com 49%, nós também fizemos uma visita à Embraer para entender qual é o processo de incorporação de tecnologia, porque o satélite geoestacionário está sendo construído por uma empresa francesa, mas tem a Visiona, que é uma empresa constituída pela Telebras e pela Embraer, que tem a responsabilidade de incorporar tecnologia para que, no futuro, se possa ter mais componentes de satélites sendo produzido no Brasil. A visita ao INPE foi superinteressante, porque pudemos conhecer toda a *expertise* nacional na área de pesquisa espacial e também na área de produção e colocação em órbita de satélites.

Também, como fruto dessa agenda, nós realizamos uma audiência pública específica sobre o Programa Espacial Brasileiro, aqui nesta Comissão, uma audiência pública de altíssimo nível em que colocamos, pela primeira vez, acho que pela primeira vez na história do programa espacial brasileiro conseguimos colocar desde o sindicato da equipe técnica, dos trabalhadores da área espacial com os pensadores estratégicos do Ministério da Defesa, a Visiona, o Inpe.

Então, tivemos um debate superaberto, com os pontos conflitantes todos sendo colocados à luz, de tal maneira que foi uma agenda, Sr. Presidente, muitíssimo bem aproveitada. Acredito que esse foi um aspecto.

Outro aspecto, dando um pouco mais de importância para esse trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, é que nós fomos a única comissão a cumprir com a avaliação de uma política pública, porque todas as comissões permanentes deveriam se ater a uma política pública. Nós escolhemos o Programa Nacional de Banda Larga e hoje estamos cumprindo essa missão fazendo a apresentação desse relatório. Pelo que sei, nenhuma outra comissão se dedicou a nenhum outro tema, a nenhuma outra política pública.

Portanto, nós fechamos este ano de 2014, digamos assim, com chave de ouro, porque cumprimos integralmente com as nossas atribuições da agenda normal e também com essa agenda especial.

Então, Sr. Presidente, esse relatório é um vasto relatório produzido com base em todas essas agendas de trabalho, pois pudemos coletar o sentimento das pessoas nas audiências públicas. Ouvimos, por exemplo, o Instituto de Defesa do Consumidor, ouvimos o Ministério Público, ouvimos entidades que não só representam os consumidores, mas que também fazem a defesa dos direitos dos consumidores, apresentando, inclusive, críticas contundentes em relação ao não cumprimento das metas estabelecidas para o período de 2010 a 2014. E também ouvimos os segmentos que mostraram claramente quais eram as suas responsabilidades e que passos foram dados. Ouvimos, por exemplo, a Telebras uma manhã toda. Fomos com toda a equipe da Comissão encarregada desse relatório e passamos uma manhã inteira na sede da Telebras, ouvindo toda a sua estratégia, que missões devem ser e estão sendo cumpridas pela Telebras, desde esse contrato para a construção e colocação em órbita do satélite geoestacionário até a rede nacional de fibra ótica, os percalços que a Telebras vive na relação com as elétricas brasileiras, a Eletrobras, a Eletronorte, porque elas dispõem de uma vasta extensão de fibra ótica que não está sendo plenamente utilizada pela Telebras porque não existe um entendimento fino entre a Telebras e a Eletrobras, o que gerou, inclusive, no nosso relatório uma indicação de

que haja uma câmara setorial que possa discutir permanentemente essa política pública, porque política pública não é só concepção; mas concepção, planejamento e reuniões periódicas de avaliação. Se não há reuniões periódicas de avaliação, como é que se pode ter uma leitura clara da real situação, da radiografia do momento, de que passos foram dados e que passos precisam ser dados? Então, uma das indicações desse relatório é justamente essa necessidade de diálogo entre os integrantes do Governo responsáveis pela política pública Plano Nacional de Banda Larga.

Então, Sr. Presidente, eu não vou fazer a leitura integral do relatório, porque demandaria muito tempo, mas o relatório está registrado na Comissão de Ciência e Tecnologia e vai estar publicado para todos os interessados, e nós também temos recomendações para que ele seja encaminhado, ao final, à Presidência da República, à Casa Civil da Presidência da República; ao Ministério das Comunicações; ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; ao Ministério da Educação; ao Ministério da Cultura; ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; ao Ministério da Saúde; ao Ministério da Fazenda; à Agência Nacional de Telecomunicações; à Telebras, Telecomunicações Brasileiras S. A., e também aos SindiTelebrasil, que é a entidade representativa das prestadoras de telecomunicações.

Então, para todos esses organismos, nós indicamos, ao final, que esse relatório seja formalmente encaminhado, para que seja do conhecimento de todos. Logicamente, Sr. Presidente, com a autoridade da Comissão de Ciência e Tecnologia e com a autoridade de um relatório aprovado por essa Comissão, nós procuraremos, também, pessoalmente, alguns desses organismos para tratar desse tema, justamente numa tentativa de contribuição, porque é a nossa intenção, por se tratar de uma política pública fundamental para o desenvolvimento econômico e social, para a inclusão digital, para a inclusão social e econômica de regiões isoladas do Brasil, e considerando, também, que não existe possibilidade de avanço científico, tecnológico e cultural sem acesso a internet de boa qualidade no Brasil.

Hoje, a internet caminha a passos largos para ser um direito fundamental. As pessoas, hoje, sem a internet, não conseguem viver a plenitude da sua cidadania, por isso, nós acabamos nos dedicando tanto a esse relatório e à compreensão da dimensão, digamos assim, da magnitude dessa política pública. Exatamente por isso, a gente acabou adotando uma postura mais que técnica, eu diria uma postura apaixonada em relação a esse tema, exatamente porque o Brasil precisa demais que a gente faça acontecer esse Programa Nacional de Banda Larga, porque será uma grande possibilidade de elevação da cidadania do povo brasileiro se a gente tiver internet de boa velocidade em todas as regiões do Brasil. Por isso a nossa dedicação e a nossa cobrança no sentido de que todos os gargalos sejam superados, de que todas as dificuldades sejam identificadas, sejam entendidas e, na medida do possível, encontrem um tipo de solução, para que a gente tenha a internet de boa velocidade acessível para todos os brasileiros.

Assim, vamos fazer cumprir um direito fundamental, que é o acesso à internet de boa velocidade, para que todos os brasileiros possam usufruir da riqueza cultural, tecnológica e científica que está disponível na rede mundial de computadores. A gente não vai ter avanços no Brasil... Muito se fala, hoje, em escola em tempo integral e, a partir dessa convivência com a necessidade de internet de banda larga, eu diria que mais importante, hoje, no Brasil, do que escola em tempo integral é ter internet de boa qualidade e com boa velocidade em todas as residências, porque se tiver internet de boa velocidade em todas as residências, a gente proporcionará a cada família brasileira a possibilidade de ter uma escola em tempo integral dentro de sua casa, porque todo o conteúdo, todo o conhecimento científico e todo o conhecimento cultural estão inteiramente disponíveis na rede mundial de computadores.

Nós temos que enxergar a internet com essa dimensão e, exatamente por isso, nós temos que garantir não só o acesso à internet, mas o acesso à internet de boa velocidade, para que as pessoas possam baixar conteúdo e possam compartilhar conteúdo. Com isso, a gente vai contribuir para a geração de emprego, para o desenvolvimento de potencialidades, a gente vai colocar uma juventude toda incluída no mercado de trabalho, porque, a partir da internet de boa velocidade, a criatividade, a inventividade do povo brasileiro virá à tona e o restante, com certeza, a autonomia e a individualidade de cada um, a potencialidade, a capacidade, a inventividade, todas essas possibilidades juntas vão gerar uma nova ordem para a sociedade brasileira.

Então, Sr. Presidente, eu vou direto às conclusões, exatamente porque é um relatório extremamente vasto, mas fica o relatório, na sua integralidade, disponível para todos, com todas as audiências públicas, vale ressaltar. O conteúdo de todas as audiências vai estar, também, juntamente com o relatório, no *site* do Senado Federal.

As pessoas que acessarem esse relatório vão poder, também, acessar cada uma das palestras e exposições que nós tivemos ao longo desse período de audiências e de atividades decorrentes da construção desse relatório.

Portanto, Sr. Presidente, indo às conclusões.

Os trabalhos realizados no decorrer desta avaliação demonstraram que a publicação do Decreto nº 7.175, de 2010, que instituiu o PNBL (Programa Nacional de Banda Larga), foi um evento que assinalou o retorno da atenção do Governo Federal ao setor de telecomunicações. Por um lado, ele marca o início do planejamento da banda larga no País, mesmo que de forma ainda incipiente. Por outro lado, abaliza o retorno do investimento público para o setor.

De acordo com o modelo analítico proposto pelo Banco Mundial, o setor privado é responsável por prestar o serviço dentro da fronteira eficiente de atendimento, ou seja, nas áreas rentáveis. Nas demais áreas, compete ao Estado promover políticas públicas para expandir a infraestrutura em áreas de maior custo e oferecer subsídios às famílias que não podem pagar pelo serviço.

Naquele contexto, de reinício dos investimentos públicos no setor, as metas estabelecidas para atendimento a 35 milhões de domicílios e alcance em 4.278 Municípios brasileiros revelaram-se demasiadamente ousadas. É inegável que o baixo valor dos recursos destinados à Telebras, um dos principais órgãos executores do PNBL, afetou negativamente seu desempenho operacional. Mas igualmente impactantes foram os desafios inerentes ao restabelecimento e funcionamento de uma empresa pública, tais como contingenciamento de recursos, licitação e contratação de obras, serviços e materiais, realização de concurso público para preenchimento do quadro de funcionários.

Não obstante todas as dificuldades mencionadas, a Telebras desempenhou papel fundamental durante a Copa do Mundo de 2014, realizando as transmissões de todos os jogos do campeonato de forma absolutamente impecável. Como legado, as redes de fibra ótica instaladas pela Telebras nas cidades-sedes da Copa do Mundo 2014 para a transmissão dos jogos servirão agora para ampliar o PNBL, oferecendo serviços de transmissão de dados em altíssima velocidade.

Em resumo, houve extraordinários avanços em relação à inclusão digital dos cidadãos brasileiros nos últimos quatro anos. Observou-se um crescimento de, pelo menos, 80% das residências conectadas com banda larga fixa. Este crescimento é resultado direto da execução parcial e total não apenas das mais de 60 ações previstas no documento-base do PNBL, em seis diferentes dimensões, mas também de importantes ações complementares, acrescidas ao PNBL durante o governo da Presidenta Dilma.

Entre as ações complementares, destacam-se o plano de “banda larga popular” e o REPNBL, ambos em parceria com o setor privado. Também se ressalta o lançamento do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação), com vistas a atender às demandas do Ministério da Defesa relacionadas à segurança nacional e assegurar o atendimento do PNBL em todo o Território nacional. Ainda em relação aos serviços via satélite, foi concedido um benefício fiscal às estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL, por meio da Lei nº 12.715, de 2012. Infelizmente, tal dispositivo até hoje carece de regulamentação pelo Poder Executivo.

Porém, apesar de todos os esforços empreendidos pelo Governo Federal nos últimos quatro anos, dificilmente o resultado das políticas executadas ultrapassará o percentual de 60% da meta prevista de 35 milhões de domicílios com banda larga fixa ao final de 2014. Em contrapartida, são bastante meritórios os resultados obtidos com a banda larga móvel. Como consequência de políticas acertadas nas licitações de radiofrequência, especialmente nas faixas de 2,5 GHz, de 450 MHz e de 700 MHz, que impuseram condicionalidades de investimento em infraestrutura de telecomunicações às vencedoras do certame.

Convém destacar duas realizações do Governo Federal. A primeira refere-se ao atendimento de parte das áreas rurais com banda larga móvel a partir deste ano, com a oferta de banda larga móvel incluindo atendimento gratuito às escolas públicas rurais. A segunda está relacionada à ampliação da cobertura da banda larga móvel para todos os Municípios brasileiros a partir de 2019.

Não obstante os resultados obtidos, os desafios para universalizar o serviço de banda larga no Brasil são ainda maiores. De acordo com avaliação feita neste relatório, existem ainda 38,4 milhões de famílias brasileiras sem acesso ao serviço ou com acesso inadequado. Para solucionar a questão, é necessária uma parceria entre o setor público e o setor privado.

Ao setor privado caberá o atendimento às áreas economicamente viáveis, sempre em consonância com os anseios e as demandas dos consumidores e com a necessidade de modernização da infraestrutura de telecomunicações no País. Assim, as prestadoras precisam se comprometer a atender melhor às 7,5 milhões de famílias que ainda usam formas inadequadas ou ultrapassadas de acesso à internet e oferecer uma evolução contínua do serviço às 18 milhões de famílias que já estão bem atendidas.

Ao setor público competirá levar a banda larga às famílias ainda desprovidas desse serviço. Para isso, esta avaliação aponta que seriam necessários investimentos da ordem de R\$6 bilhões por ano, pelo Governo Federal, durante oito anos, para universalizar a banda larga no País, disponibilizando o serviço às 30,9 milhões de famílias que ainda não o possuem. O fluxo de investimento precisaria continuar por mais doze anos, para

que ao final desse processo todas as famílias brasileiras tivessem acesso à internet com qualidade compatível com a de países desenvolvidos. Para que este projeto se concretize, basta aplicar integralmente os recursos recolhidos aos fundos setoriais: Fust, Fistel e Funttel.

É bastante provável que, num prazo menor que o deste projeto de universalização, talvez daqui a dez anos, a banda larga móvel já tenha se disseminado tanto quanto se popularizou o telefone celular nas décadas passadas. Que a banda larga móvel faça parte do cotidiano de todos os cidadãos brasileiros, ou já esteja bastante perto disso. No entanto, este possível cenário não afasta o dever do Estado brasileiro em “garantir a toda a população o acesso às telecomunicações a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas”, conforme prevê a LGT, art. 2º, I.

Além disso, o projeto de universalização ampliará a infraestrutura de telecomunicações disponível no País, o que, por um lado, aumentará a competição neste segmento e, por outro, facilitará a atração de investimentos privados em serviços, aplicações e conteúdos digitais. Finalmente, a universalização da banda larga pelo poder público estabelecerá parâmetros mínimos de preço e qualidade do serviço, que balizarão as demais ofertas ao consumidor.

Quanto ao peso da carga tributária sobre o setor, reclamação reiterada das prestadoras de telecomunicações, este relatório é propositalmente silente em relação ao tema. De fato, é incontroverso que as alíquotas incidentes sobre os serviços de telecomunicações no Brasil são mais elevadas do que na maioria dos países.

Todavia, tais comparações são injustas, pois omitem a estrutura tributária de cada país. No Brasil, como é de amplo conhecimento, os tributos incidem de forma mais acentuada sobre o consumo do que sobre a renda. Assim, de forma geral, todos os bens e serviços são tributados por alíquotas superiores às de seus pares internacionais. Medidas que resultem em desoneração de bens e serviços precisariam ser compensadas com o aumento da incidência de impostos sobre a renda, remetendo tal assunto à muito debatida e esperada reforma tributária.

Ademais, embora seja inegável que, mesmo uma redução pequena nos preços da banda larga resultaria em aumento bastante significativa no número de usuários, não existe qualquer garantia de que a desoneração de tributos será repassada ao consumidor final.

Pelo contrário, a consequência mais provável seria a incorporação da desoneração fiscal aos lucros das prestadoras, resultando em transferência direta de recursos públicos a entidades privadas com pouco ou nenhum benefício para a sociedade.

Esse cenário provável decorrerá de duas razões: a primeira é o baixo nível de concorrência no segmento da banda larga, em que há apenas três concorrentes, disputando no mercado, o que reduz a dinâmica competitiva, que limitaria os preços a serem cobrados do consumidor; a segunda é a ausência de regulamentação sobre os preços dos serviços de banda larga que são prestados em regime privado. Assim, as prestadoras podem fixar livremente seus preços sem qualquer interferência estatal.

O uso da desoneração fiscal como forma de popularização da banda larga é uma política de grande custo social, que produz ganhos incrementais de eficiência no mercado. O custo social decorre da redução horizontal de impostos que atinge a todos, independentemente de sua capacidade de pagamentos, e os ganhos incrementais provêm apenas dos novos consumidores, que passam a ter condições de pagar pelo serviço.

Por fim, a desoneração fiscal, que é uma política acertada do Governo Federal, pode ser aperfeiçoada, no sentido de priorizar os benefícios àqueles que mais precisam. É o caso, repito, do REPUBL, Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga, que teve regulamentado o benefício para a tecnologia de fibra ótica, mas ainda carece de regulamentação para as estações terrenas de satélite.

Em breve síntese, apresentamos finalmente algumas recomendações que julgamos fundamentais para o sucesso do Programa Nacional de Banda Larga nesse período de 2014 a 2015.

As recomendações são as seguintes:

I – Em sintonia com os estudos realizados no âmbito do Ministério das Comunicações e da Anatel com o acórdão do Tribunal de Contas da União, Plenário nº 2.148, de 2005, Relator Ministro Ubiratan Aguiar, com o relatório em sintonia com os estudos realizados no âmbito do Ministério das Comunicações e da Anatel, com o acórdão TCU – Plenário nº 2.148, de 2005, relator Ministro Ubiratan Aguiar, com o relatório proferido pelo Deputado Paulo Henrique Lustosa, em 2009, e com o relatório final da Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações do Programa Nacional de Banda Larga, aprovado na CCTCI da Câmara dos Deputados, em 2013, prestar o serviço de banda larga em regime público, reconhecendo o acesso à internet como serviço essencial de interesse público, de forma a promover sua universalização;

II – elaborar novo Programa Nacional de Banda Larga, de forma a orientar as políticas públicas relativas ao setor, de forma articulada e com horizonte de longo prazo;

III – divulgar periodicamente relatórios de acompanhamento do Programa Nacional de Banda Larga, com indicadores detalhados que permitam avaliar a evolução do programa;

IV – ampliar investimentos públicos para alcançar a universalização do serviço de banda larga em vinte anos, fortalecendo o papel da Telebrás como executora do Programa Nacional de Banda Larga;

V – estimular a entrada de agentes públicos e privados no serviço de banda larga, ampliando os investimentos no setor e a oferta de serviços ao consumidor;

VI – definir metas de investimento para acelerar a redução das desigualdades regionais;

VII – criar a “tarifa social” para o serviço de banda larga, fazer exatamente o que acontece, já hoje, com a tarifa de energia, porque, na medida em que se cria tarifa social, se permite um número cada vez maior de famílias terem acesso à banda larga;

VIII – reestruturar os fundos do setor de telecomunicações e, principalmente, fazer com que os fundos possam ser destinados a sua finalidade precípua;

IX – ampliar os investimentos públicos destinados ao lançamento de novos satélites de comunicação.

Vale ressaltar que os estudos feitos até o presente momento já apontam que o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação, que será colocado em órbita em outubro de 2016, muito provavelmente já entrará em órbita saturado, porque a oferta não será suficiente para atender à demanda desse serviço. O ideal é que o Governo brasileiro, através da Telebrás, já comece a pensar em projetos futuros para o lançamento de outros satélites para atender plenamente a todas as regiões brasileiras.

X – fortalecer o papel institucional da Anatel, reforçando a regulação do setor e a fiscalização dos serviços prestados ao consumidor;

XI – ampliar a divulgação e revisar periodicamente as condições da oferta dos planos de banda larga popular;

XII – estimular a instalação e o uso de fibras óticas pelas empresas de energia elétrica.

Essa recomendação se faz acompanhar de um apelo para que os órgãos do Governo conversem entre si e entrem em entendimento, porque as redes elétricas têm a infraestrutura, a Telebrás precisa dessa infraestrutura, mas nem sempre tem sido possível lançar mão dessa infraestrutura exatamente por ausência de entendimento e por, digamos assim, ausência de clareza de possíveis compensações que as elétricas teriam pela utilização dessa rede de fibra ótica. Ou seja, não tem havido vantagem financeira para as empresas elétricas na utilização dessas redes de fibra ótica. Portanto, há que se encontrar um caminho de se compensar essas redes para que elas sejam plenamente utilizadas.

XIII – aumentar a velocidade da banda larga nas escolas públicas, urbanas e rurais, e integrar as políticas para a oferta dos equipamentos de laboratório, dos conteúdos digitais e da capacidade dos professores; e

XIV – fomentar o desenvolvimento tecnológico do setor por meio da aplicação dos recursos recolhidos ao Funtel.

Diante do exposto, Sr. Presidente, requeiro que se de conhecimento do presente relatório à Mesa Diretora desta Casa para que ela possa, posteriormente, remetê-lo aos seguintes órgãos do Poder Executivo, já citados anteriormente: Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Comunicações; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; ao Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Saúde; Ministério da Fazenda; Agência Nacional de Telecomunicações; e Telecomunicações Brasileiras S.A.; e também ao sindicato das empresas de telecomunicações, o SindiTelebrasil, que representa todas as prestadoras de telecomunicações do País.

Eu gostaria, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que peço a aprovação deste relatório, por esta Comissão de Ciência e Tecnologia, de fazer também um reconhecimento do trabalho do Senador Walter Pinheiro, que está ausente, que, legitimamente, seria a pessoa mais indicada para conduzir este relatório, por toda a sua vivência na área, por décadas de dedicação ao serviço de telecomunicações no Brasil. Ele é, sem dúvida, o Senador mais preparado na área de telecomunicações que nós temos nesta Casa e, eu diria, um dos técnicos mais bem preparados nessa área no Brasil. Portanto, ele é a pessoa que seria, digamos assim, a pessoa com mais legitimidade para conduzir este trabalho e para produzir este relatório. O Senador Walter Pinheiro não pôde ficar com essa responsabilidade por dois motivos. Um deles é sua saúde; ele não anda muito bem de saúde. Está fazendo um tratamento prolongado e precisa de atenção especial e exatamente por isso não pôde se dedicar a essa missão com tantas viagens. O outro motivo é sua necessidade de dar um acompanhamento especial ao seu Estado da Bahia. Ele, que é uma liderança muito expressiva no Estado da Bahia, precisava estar presente durante todo o processo eleitoral, que resultou numa magnífica vitória do Partido dos Trabalhadores naquele Estado, exatamente por poder ter contado com a presença efetiva do Senador Walter Pinheiro. Então,

por esses dois motivos ele não pôde acompanhar esse relatório e sugeriu, assinando com V. Ex^a, que eu fosse o Relator dessa matéria.

Portanto, fica um agradecimento especial a V. Ex^a por ter me indicado Relator e também um agradecimento especial ao Senador Walter Pinheiro, que, impossibilitado de conduzir os trabalhos deste relatório, S. Ex^a me indicou para substituí-lo, o que me deixou muito honrado e procurei me dedicar para produzir o melhor relatório possível.

Então, é um relatório que tem críticas, mas não críticas paralisantes. São críticas no sentido de fazer com que o Programa Nacional de Banda Larga ganhe novo ritmo, e que a gente possa cumprir integralmente com aquele objetivo que foi, inclusive, objeto de compromisso de campanha da nossa Presidenta Dilma, ou seja, universalizar o serviço de internet de banda larga. Vale ressaltar que universalizar é bem diferente de popularizar. Popularizar é levar o serviço ao maior número possível de pessoas, e universalizar significa fazer com que todo o cidadão brasileiro, com que toda família brasileira tenha acesso à internet de boa velocidade, para que haja mais justiça social, para que haja mais inclusão social e desenvolvimento econômico, social e cultural em todas as regiões brasileiras.

Portanto, nesse período, Sr. Presidente, nos dedicamos a uma política pública que é fundamental para a cidadania brasileira, que é o Programa Nacional de Banda Larga. E esse relatório faz esses apontamentos no sentido de que o Governo se dedique ainda mais, dê as melhores condições possíveis à nossa Telebras, para que a Telebras cumpra integralmente com o seu papel de fazer chegar a internet de banda larga nos locais em que não há lucro, em que não há retorno financeiro e, portanto, aonde as empresas não chegam. Porque as empresas operadoras só vão “na boa”, elas só vão até aonde chega o lucro. Nos centros onde há retorno as empresas prestadoras chegam e chegam bem, mas nos rincões, como no Estado do Acre, no interior do Amazonas, em síntese, nas Regiões Norte e Nordeste, naqueles rincões onde não chega rede de fibra ótica, onde as dificuldades tecnológicas são muito maiores, as empresas prestadoras não chegam.

Por isso a necessidade de um regime público que possa juntar essas duas potencialidades: a das empresas operadoras nas regiões que são economicamente viáveis e a necessidade da Telebras levar a internet de banda larga a todas as regiões isoladas do País.

Então, é o meu relatório, Sr. Presidente.

Peço o apoio dos Srs. Senadores para que aproveemos este relatório, para ter essa política pública como sendo resultado dos trabalhos da Comissão de Ciência e Tecnologia ao longo deste ano de 2014.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Anibal Diniz. Eu quero parabenizá-lo por este extraordinário trabalho.

Acho que esse exemplo que V. Ex^a está nos dando mostra a necessidade de cada comissão do Senado, como falou V. Ex^a, se especialize ou priorize um tema de política pública. Acho que essa é a grande contribuição que esta Casa poderia dar ao Executivo como sugestão, ideias.

V. Ex^a viajou o Brasil inteiro e ouviu todos os lados, coisa que o Governo deveria fazer e, às vezes, não o faz. Então, que o Governo tenha, eu diria, a inteligência de aproveitar esse relatório de V. Ex^a na íntegra, pois V. Ex^a viajou por todo o País e ouviu todas as partes, portanto, nos faz ver a necessidade que temos, hoje, de o Governo investir mais realmente em tecnologia, investir na expansão da banda larga, da internet.

Conforme V. Ex^a falou, e nós temos consciência disso, as empresas de comunicação, de telecomunicação são empresas que visam lucro. O Governo tinha que entender o seu papel social nesse processo e criar, de repente, até mecanismos, junto às operadoras, de isenção fiscal para determinadas áreas, para fazer com que a internet realmente chegue a esses locais de maior dificuldade País afora. Inclusive até pensando em números, pois sabemos a economia que o Brasil faria em outras áreas, como educação, se ele investisse mais na informação e na internet. Conforme citado por V. Ex^a, não existe mais quadro-negro e giz nas salas de aula.

Acho que a inteligência nos mostra, e a tecnologia está aí para provar isto, que o Governo, além de economizar nessa área, daria um grande impulso à educação, que é uma das prioridades do Brasil hoje. No dia em que o Governo entender e que nós entendermos que investir em informática não é despesa – é até economia, pensando-se friamente apenas nos números –, tenho certeza de que a própria educação no País vai dar um salto extraordinário. Extraordinário!

Então, parabéns a V. Ex^a – mais uma vez eu digo isso – por esse relatório minucioso e muito bem feito. Nós sabemos da dedicação que V. Ex^a teve durante esse período todo. V. Ex^a mesmo disse que sacrificou às vezes sua participação na política do seu Estado em prol desse relatório, mas acho que esse é o papel do homem público. Novamente lhe dou os parabéns pelo seu grande trabalho e que esse trabalho possa ser exemplo para outras Casas e aqui também no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Perrella. Fico muito agradecido pelo reconhecimento de V. Ex^a.

Gostaria, só a título de ilustração, de dizer que, em pleno segundo turno das eleições, quando tínhamos uma disputa super acirrada no Estado do Acre, nós estávamos cumprindo agenda lá no instituto técnico aeroespacial. Pudemos, então, ouvir da própria equipe técnica do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), do reitor e das pessoas que estavam à frente que estavam muito lisonjeados por, num período daqueles, numa agenda eminentemente eleitoral, poderem participar de um debate técnico de altíssima relevância sobre a importância da popularização da internet; e sobre como um instituto daquela magnitude, que tem estudos interessantíssimos em todas as áreas, pode dar grande contribuição, em parceria com o Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), sobre as possibilidades de satélite para popularização da internet no Brasil.

E, também, nesse mesmo período, nós fizemos visita a São José dos Campos e conhecemos uma experiência fantástica da prefeitura daquela cidade, que está universalizando a internet de boa velocidade para todas as escolas da rede municipal, situação que não vemos nem nas escolas particulares – confesso aqui. Minha filha estuda em escola particular aqui em Brasília, ao preço de R\$1.700 por mês e não tem o acesso à tecnologia que têm todas as escolas públicas de São José dos Campos. Disponibilizam interatividade plena, com quadro interativo, com *tablets* para todos os alunos, sob a coordenação da monitora; ou seja, os alunos só acessam a internet quando a professora dá o comando. Ela tem total domínio sobre a situação, mostrando que a internet é um instrumento fantástico de formação e que nós só vamos ter ganhos em termos de crescimento científico e tecnológico se tivermos internet de boa velocidade para todos. E quanto mais cedo as crianças tiverem acesso a essas tecnologias maiores serão as potencialidades do nosso País.

E a Prefeitura de São José dos Campos – quero inclusive fazer um cumprimento especial ao Sr. Prefeito daquela cidade – o fez com iniciativa própria, com recursos próprios, a um custo de R\$1.200 por aluno. Isso está permitindo que os alunos tenham pleno acesso a internet e possam utilizar dessas tecnologias para que o trabalho pedagógico aconteça com muito mais prazer. As crianças são muito mais motivadas, e inclusive os pais são envolvidos no processo, porque os *tablets* são levados para casa, e os pais também são treinados para utilizarem o equipamento, ajudando os alunos nas tarefas escolares.

Então, experiências como essa, Senador Perrella, estão presentes nesse relatório. Está presente também a experiência do Floresta Digital no Estado do Acre, que é um programa que visa a universalizar também a internet em todas as áreas urbanas dos Municípios do Acre. Esse programa se iniciou com o Governador Binho Marques em 2010, coincidentemente exatamente quando foi lançado o Programa Nacional de Banda Larga, e teve continuidade com o Governador Tião Viana. Esbarra numa série de problemas, quase sempre em relação à necessidade de fibra ótica e de tecnologia e de infraestrutura, mas é um programa que tem uma visão absolutamente correta de fazer com que todos tenham acesso a internet em todas as escolas, em todas as praças, em todos os ambientes em que se permite instalar uma rede *wi-fi* e internet de graça para todos.

Então, experiências como essa estão acontecendo no Brasil. Há experiências, também no Rio de Janeiro e em outros lugares, de cidades digitais, cidades inteligentes. Então, o que precisamos fazer? Pegar essas experiências que já estão acontecendo com sucesso e fazer com que se multipliquem por todo o Brasil, porque assim estaremos produzindo justiça social e permitindo que mais e mais pessoas tenham acesso à internet, que é esse instrumento fantástico de propalação da ciência e tecnologia, da cultura e também do acompanhamento das ações de Governo através dos portais de transparência, que é outro mecanismo fundamental viabilizado pela internet.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Inclusive como sugestão, Senador, proponho que a gente mande esse relatório de V. Ex^a não só para esses órgãos citados aí, mas que mandemos também para os Governadores, já que entendemos que grande parte dessas políticas passam necessariamente pelos governos estaduais e federais.

Eu acho que seria muito interessante, pela magnitude desse relatório, que nós o encaminhássemos também para cada Governador de Estado. Tenho certeza de que esse relatório será bem aproveitado por todos eles.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito oportuna a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nós fazemos esse encaminhamento, Senador Anibal, através da própria Comissão aqui.

Em discussão o relatório do Senador Anibal Diniz. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não havendo quem queira discutir, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT sobre a política pública do Programa Nacional de Banda Larga.

Item 4:

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2013**
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CMA (Substitutivo).

2) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 11/11/2014.

Nós passaremos a palavra, agora, para o Senador Benedito de Lira, que vai ler o relatório ao PLS nº 433, de 2013, que é terminativo. Então, faremos a leitura e obviamente votaremos em outra reunião.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em cumprimento ao rito legislativo, encontra-se sob exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 433, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Passamos à análise, Sr. Presidente.

Análise.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como sobre assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe a esta CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O projeto se mostra alinhado com as disposições constitucionais. A vedação ao anonimato, prevista no art. 5º da Constituição Federal, ganha efetividade com a identificação obrigatória do código de acesso dos telefones que originam as chamadas. Os direitos à privacidade e ao sigilo das comunicações também se mantêm intactos, uma vez que apenas o destinatário da chamada é informado sobre o código de acesso do assinante que a originou. De fato, a disponibilização dessa informação é medida que contribui positivamente para se garantir tanto a privacidade quanto a inviolabilidade das comunicações, pois evita fraudes diversas que poderiam atingir o usuário do telefone chamado.

Da mesma maneira, não se observa qualquer problema na juridicidade da proposição.

Com relação ao mérito, verifica-se que a proposição garante aos usuários da telefonia um direito essencial à segurança de sua comunicação. Contribui para evitar o uso das redes de telefonia para a prática de crimes e de abusos contra seus usuários.

Vale destacar que a obrigatoriedade de identificação dos códigos de acesso dos telefones que originam chamadas, conforme prevê o projeto, não entra em conflito com a garantia de não divulgação do código de acesso do assinante, prevista no art. 3º, VI, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Isso porque a não divulgação do código de acesso do usuário, garantido pela LGT, diz respeito ao direito de não ter publicado, por quaisquer meios, o nome do assinante relacionado a seu código de acesso. Assim, a Lei Geral de Telecomunicações protege a privacidade e a segurança dos assinantes do serviço de te-

lefoneia, impedindo que se conheça o nome do assinante de determinado código de acesso ou que, a partir do nome de uma pessoa, se obtenha o seu código de acesso telefônico.

Do ponto de vista dos custos para as operadoras de telefonia, a gratuidade da identificação dos códigos de acesso dos terminais originadores das chamadas não terá impacto significativo. A maioria das linhas telefônicas ativas hoje já recebe essa identificação sem qualquer custo.

Com relação ao substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, verifica-se que as alterações introduzidas aprimoraram o projeto original.

Inicialmente, mostra-se interessante não realizar alterações na LGT, pois o projeto alcança unicamente os serviços de telefonia, e não as telecomunicações em geral.

Também a exclusão do dever imposto aos usuários de permitir a identificação de seu código de acesso se revela oportuna. Esse dever não deve ser imposto aos usuários, mas às prestadoras do serviço de telefonia, pois essas sempre têm meios de determinar o código de acesso originador da chamada.

Com relação a esse substitutivo, entendemos ser pertinente realizar alguns ajustes redacionais, para aprimorar a técnica legislativa, para adequar a terminologia utilizada no projeto aos termos consagrados na legislação das telecomunicações e para melhor explicitar os direitos que se pretende conferir aos usuários da telefonia.

Por fim, também nos parece apropriado conceder prazo de sessenta dias para que as prestadoras de serviços de telefonia possam fazer os ajustes em suas redes a fim de dar cumprimento aos dispositivos da lei.

VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2013, na forma da emenda que se segue.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2013

Estabelece a obrigatoriedade da identificação dos códigos de acesso originadores de chamadas telefônicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade da identificação dos códigos de acesso originadores de chamadas telefônicas.

Art. 2º As prestadoras de serviços de telefonia fixa ou móvel oferecerão aos usuários, sem custo adicional, o serviço de identificação do código de acesso originador da chamada.

Art. 3º São vedadas a oferta e a comercialização de produtos ou serviços que tenham por objetivo impossibilitar ou dificultar a identificação do código de acesso originador da chamada.

Art. 4º Em todos os contatos telefônicos com consumidores, bem como nas ligações de empresas destinadas ao público em geral, será informado código de acesso telefônico que permita o imediato retorno da chamada, vedado o uso de numerações aleatórias que dificultem a identificação do originador da chamada.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no art. 173 da Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997, sem prejuízo de outras constantes de regulamentos específicos, respondendo solidariamente a empresa contratante no caso de o contato telefônico ser realizado por empresa terceirizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Este é o parecer, Sr. Presidente. E é o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pelo fato de a matéria ser terminativa, então, nós não a colocaremos em discussão nesta reunião.

Vamos, então, para a apreciação dos itens terminativos.

Designo o Senador Anibal Diniz como Relator *ad hoc* do item 6 ao item 8, por favor.

Depois, do item 9 ao item 14, designo o Senador Benedito.

Então, dos itens 6 a 8, será o Relator o Senador Anibal.

E, depois, serão relatados os itens 10 ao 14, pulando o PDS nº 82, de 2014, que é do Senador Benedito Lira.

ITEM 6**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, DE 2014**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento.

Relatório: pela aprovação.

ITEM 7**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, DE 2014**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: pela aprovação.

ITEM 8**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 111, DE 2014**
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: pela aprovação.

ITEM 10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, DE 2014**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: pela aprovação.

ITEM 11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, DE 2014**
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: pela aprovação.

ITEM 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, DE 2014**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: pela aprovação.

ITEM 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, DE 2014**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatório: pela aprovação.

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, DE 2014**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatório: pela aprovação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente!

Sr. Presidente, o item 6 da pauta trata de autorização à Rádio FM Conquista para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, no Estado do Paraná. Trata-se do PDS nº 66.

O item 7 trata de autorização à Associação Cultural e Comunitária de Califórnia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, no Estado do Paraná. Trata-se do PDS nº 93.

O item 8 trata do PDS nº 111, de 2014, que outorga à Universidade Estadual de Londrina a execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

O item 10 trata de autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Várzea Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, no Estado da Paraíba. É o PDS nº 61.

O item 11 renova a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 102.

O item 12 outorga concessão à Fundação Raphael Montoro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 139.

O item 13 aprova o ato que outorga autorização à Associação ONG Rádio Comunitária Mão Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 7.

O item 14 concede autorização à Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 85.

Os item 15 e 16 são da relatoria do Senador Sérgio Petecão.

Se V. Exª me permite, já posso fazer também a relatoria, por se tratar de Senador do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Por favor!

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, DE 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

Relatório: pela aprovação.

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, DE 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

Relatório: pela aprovação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O item 16 renova a permissão outorgada à Sompur São Paulo Radiodifusão LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O item 17 concede... O item 16 foi o que li. Falta agora o item 15, que concede autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Bairro Adelaide Menezes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, no Estado da Bahia.

Todos esses relatórios, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha esses PDSs não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos, Sr. Presidente, pela aprovação de todos esses relatórios lidos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Quanto ao 19, o Senador Walter Pinheiro acaba de chegar.

Itens 9, 17 e 18, por favor.

ITEM 9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela aprovação.

Observações:

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta Comissão para oferecer parecer no que diz respeito à outorga de autorização da Associação Cultural Comunitária de Tuiuti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo.

O 15 também Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não, os itens 15 e 16 já foram lidos, Senador. São os itens 17 e 18. O 19 é do Senador Walter, que acaba de chegar.

ITEM 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela aprovação.

Observações:

ITEM 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a RÁDIO ESMERALDA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela aprovação.

Observações:

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – O item 17 aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Excelsior de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.

O item 18 autoriza outorga a Rádio Esmeralda Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, esses são os relatórios. São todos pela aprovação, considerando que todos os documentos e aquilo que estabelece o Regimento Interno da Casa foram cumpridos rigorosamente. Por sequência, nós opinamos pela aprovação dessas outorgas para funcionamento de radiodifusão nas cidades citadas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem.

Vamos ao item 19, Senador Walter Pinheiro.

Trata-se do PDS nº 418, de 2013.

ITEM 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 418, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – PDS não existe mais não, não é, Sr. Presidente. Há muito tempo!

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Foi extinto.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro. Seja bem-vindo, Senador!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Morada do Sol, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Sr. Presidente, opinamos pela aprovação dessa matéria, não tendo encontrado nenhum óbice, e, ao mesmo tempo, todas as exigências foram literalmente cumpridas.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem.

Então, os itens 20, 21, 22 e 23, cujo Relator é o Senador Zeze Perrella, está sendo transferido, *ad hoc*, para a Senadora Angela Portela.

ITEM 20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 457, de 2013
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Zeze Perrella.

Relatório: pela aprovação.

Observações:

ITEM 21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2014
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2014
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 23**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2014
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RADIO IMBIARA DE ARAXÁ Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Com a palavra a Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Obrigada, Senador.

Trata-se do Decreto Legislativo nº 457, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão a Rádio Belo Vale Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, no Estado de Minas Gerais.

O item 21 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Cedro, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais.

O item 22 aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Progresso de Januária Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.

E o item 23 aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Nosso voto em todos os casos é pela aprovação de todos esses Projetos de Decreto Legislativo, considerando que não existe nenhum reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa. Então, opinamos pela aprovação de todos esses projetos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A discussão e votação ficarão para uma próxima reunião.

Vamos, então, voltar ao Item 2, de relatoria do Senador Flexa Flecha.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2014 – Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com emenda

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, Sr^{as} e Srs Senadores, esse projeto de autoria do Senador José Agripino é um projeto da maior importância e busca incentivar a formação e o fortalecimento das sociedade empresariais *start-ups*, aquelas de tecnologia.

O PLS do Senador José Agripino é o de nº 54, de 2014 que altera a lei que trata do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), para tornar dedutível da base de cálculo os valores em dinheiro integralizados no capital social de sociedades empresárias *start-ups*. O benefício da dedução vigorará pelo prazo de cinco anos, limitado a 20% do valor efetivamente integralizado, e não poderá ultrapassar o montante de oitenta mil reais por ano-calendário.

Para ter direito ao benefício, as seguintes condições devem ser atendidas: (i) o investidor deverá permanecer na condição de sócio cotista ou acionista, não podendo participar como sócio gerente, diretor ou administrador da pessoa jurídica investida; (ii) o investidor não poderá ter o controle majoritário das quotas sociais ou ações da pessoa jurídica; (iii) os valores integralizados deverão permanecer por, no mínimo, três anos seguidos à disposição da pessoa jurídica investida, não podendo haver diminuição do capital social; e (iv) a *start-up* em que for investido o recurso deverá ser selecionada, melhor dizendo, por ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Caso o contribuinte esteja em situação irregular em relação às condições estabelecidas, deverá pagar o imposto acrescido de juros e de mora como penalidade.

O autor destaca que a dedução proposta cria um estímulo aos contribuintes para investirem em projetos inovadores, reduzindo os riscos do investidor e tornando mais atrativa essa modalidade de investimento.

A matéria foi encaminhada a esta Comissão e à CAE, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise, Sr. Presidente.

Inicialmente, destacamos a importância do tema. O Brasil não conseguiu desenvolver um ambiente propício às atividades de inovação. Diversas ideias promissoras esbarram diariamente em inúmeros obstáculos. Um desses obstáculos é a dificuldade de o empreendedor conseguir financiamento para colocar em prática ideias arrojadas, com alto potencial de retorno, mas, ao mesmo tempo, com elevado risco.

Para aumentar as chances de sucesso desses empreendimentos em estágio inicial e com elevado risco, surgiu a figura do “investidor anjo”. Em geral, são pessoas com recursos disponíveis em busca de alternativas de investimentos de elevado retorno e que, ao mesmo tempo, possuem grande experiência com o desenvolvimento de negócios inovadores.

O investidor anjo identifica projetos com elevado potencial para realizar o investimento inicial, além de profissionalizar seu planejamento e sua execução.

O Governo Federal tem incentivado jovens empresas de base tecnológica, em especial na área de tecnologia da informação, por meio de programas, como o Start-up Brasil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e da realização do Seed Forum, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que estimula empresas nascentes. No entanto, o alcance dessas iniciativas é limitado.

O projeto em tela inova no ordenamento jurídico ao estimular o aumento dos recursos aplicados pelos chamados investidores anjos. Dessa forma, incentiva o próprio mercado a identificar os projetos mais promissores.

Apresentamos emenda para dispor que a *start-up* deverá ser registrada em programa de incubação de empresas ou de parque tecnológico de Instituição científica e tecnológica. Dessa forma, evitam-se questionamentos quanto à constitucionalidade de se determinar que as empresas sejam selecionadas por ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Portanto, o PLS nº 54, de 2014, tem potencial para aumentar o volume de recursos financeiros disponíveis para investimento em empresas iniciantes com alto potencial tecnológico e, com isso, contribuir para elevar a taxa de sucesso desses empreendimentos.

Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2014, com uma emenda. Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Flexa.

A discussão e a votação ficam, então, para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Obrigado aos senhores.

(Iniciada às 08 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às onze horas e dois minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Marcelo Crivella, Ivo Cassol Benedito de Lira, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Gim e Alfredo Nascimento. Justifica a ausência o Senhor Senador Anibal Diniz. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a disponibilização, em sítio eletrônico da operadora, de listas de prestadores de serviços e de extratos financeiros relativos ao valor da contraprestação e aos serviços utilizados pelos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCT. Item 3: Requerimento nº 25, de 2014 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros, que requerem, “... ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Eco-

nômicos, para instrução ao Projeto de Lei do Senado n.º 54, de 2014, que trata da “permissão para deduzir da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.” O requerimento é aprovado. Na sequência da reunião, a Comissão aprova o Requerimento n.º 28/2014, Extrapauta, Item 89, de autoria do Senador José Agripino e Lobão Filho, de desistência do pedido de audiência pública. Item 4: Requerimento n.º 26, de 2014 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros, que requerem, “... nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs.

Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz.

Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos.” O requerimento é aprovado. Item 5: Requerimento n.º 27, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz e outros, que requerem, “... nos termos regimentais, a remessa do Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, às seguintes instituições públicas e privadas: TCU, INPE, ITA, IDEC, PROTESTE, AEB, IPEA, Ministério Público do Estado do Acre, Ministério da Defesa, Câmara dos Deputados, SBPC, UPB, Visiona, Embraer, Prefeitura Municipal de São José dos Campos, ABINEE e Governos Estaduais.” O requerimento é aprovado. Item 6: Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “Altera a Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 7: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, “Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Ficam pendentes a discussão e a votação da matéria. Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 113, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE ASSOCIADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA AGUIARNÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 140, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à MMA COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO GUARANI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Sena-

dor Anibal diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 104, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE TERRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE NIQUELÂNDIA – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à SOM DA ILHA COMÉRCIO E PRODUÇÕES LTDA.-ME para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 78, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL IZABELENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 126, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 127, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA MATERNO INFANTIL DE SERRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha, Estado da Bahia.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 344, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO – ARACOSSAF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do São Francisco, Estado de Sergipe.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Valdir Raupp, em razão do Senador Kaká Andrade não mais pertencer aos quadros desta Comissão. O Relator oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 365, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE PACATUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacatuba, Estado de Sergipe.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Valdir Raupp, em razão do Senador Kaká Andrade não mais pertenc-

cer aos quadros desta Comissão. O Relator oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ROSA DE LIMA – ARACOSROL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Valdir Raupp, em razão do Senador Kaká Andrade não mais pertencer aos quadros desta Comissão. O Relator oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 126, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TAMBAÚ DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALTO PIRANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 93, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 82, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova

a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 60, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Benedito de Lira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESMERALDA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Benedito de Lira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 418, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

Goiânia, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 457, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE rádio IMBIARA DE ARAXÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 451, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por

11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CCT, aprovada por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 421, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Cícero Lucena e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Cícero Lucena e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 449, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 453, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 458, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação

e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 76, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Cícero Lucena e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 456, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Cícero Lucena e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da

Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 64: Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 65: Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 66: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 67: Projeto de Decreto Legislativo n.º 80, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 68: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 69: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE API-CUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador João Alberto Souza, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 70: Projeto de Decreto Legislativo n.º 360, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 71: Projeto de Decreto Legislativo n.º 361, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo.” O relator designado é o Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 72: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tec-

nologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 73: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 74: Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 75: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 76: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 77: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 78: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantas, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 79: Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Item 80: Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outor-

ga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 81: Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 82: Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 83: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 84: Projeto de Decreto Legislativo n.º 393, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 85: Projeto de Decreto Legislativo n.º 415, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 86: Projeto de Decreto Legislativo n.º 416, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 87: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 88: Projeto de Decreto Legislativo n.º 444, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDA-

DANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Extrapauta, Item 89: Requerimento n.º 28, de 2014 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino e outros, que requerem, “... a desistência do pedido de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ao PLS nº 54, de 2014.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Zeze Perrella**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de dezembro de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. Comunicados da Presidência.

Chegou a esta Comissão o Aviso nº 1.242, TCU/Plenário, de 28 de novembro de 2014, em que o Exmº Sr. Vice-Presidente, no exercício da presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, encaminha para conhecimento cópia do acórdão proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº 007680/2014-7. O processo tem como objetivo verificar resultados indicadores do desempenho de governança relacionados com os contratos de gestão supervisionados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência das atividades da Comissão no período de 8 a 17 de dezembro para o cumprimento de agenda no exterior, conforme requerimento apresentado à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos deliberativos, aproveitamos para apresentar breve balanço dos trabalhos da CCT.

Ao longo do biênio 2013/2014, ocupamos esta presidência, mas, sem o apoio e a diligência dos demais membros da Comissão, certamente não conseguiríamos empreender os resultados alcançados, conforme verificaremos adiante.

Mesmo considerando 2014 um ano atípico, com a realização da Copa do Mundo e também do pleito eleitoral, contabilizamos 33 reuniões da CCT. A CCT realizou, ao longo desses dois anos de trabalho, 79 reuniões, entre deliberativas, audiências públicas, reuniões de trabalho e seminários. Foram apreciados e deliberados mais de 730 proposições, entre projetos de decreto legislativo, outorga e renovação de concessões de radio-difusão e outras matérias, como projetos de lei do Senado e da Câmara, requerimentos e ofícios.

Observando-se as competências das comissões e as audiências públicas realizadas, foram 22 debates sobre temas de telecomunicações e internet; 11 sobre tecnologia e inovação; outras quatro sobre comunicação e assuntos de interesse da CCT.

É importante destacarmos ainda alguns dos principais momentos que protagonizamos nesses dois anos. Um deles foi a Subcomissão de Terras Raras.

A partir do RCT 22, de 2012, foi criada a Subcomissão de Terras Raras, sob a Relatoria do Senador Luiz Henrique. Foram realizadas várias reuniões de trabalho e audiências públicas, que resultaram na apresentação e aprovação do relatório do Senador Luiz Henrique, que passou a se constituir em parecer da CCT, com várias sugestões para alteração do Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, o Marco Regulatório de Mineração, atualmente na Câmara dos Deputados, de onde também resultou a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2013, de autoria também da CCT.

Outro tema importante foi a destinação da faixa de 700 megahertz, com a realização de vários debates e audiências públicas em torno do processo e destinação dessa mesma faixa, atualmente ocupada pela radio-difusão, mas que, após a licitação, a Anatel destinou para a telefonia móvel de 4ª Geração, o 4G.

A CCT do Senado teve papel preponderante na definição de algumas questões primordiais. Citamos como exemplo a destinação de blocos dessa faixa para os órgãos também de defesa.

Outro tema importante foi a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2014, que foi transformado em lei federal, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Essa lei, que contou com destacada participação da CCT em suas deliberações, colocou o Brasil na vanguarda mundial da regulamentação da governança da internet e inspirou vários outros debates pelo mundo afora.

A Lei das Antenas é um projeto originário do Senado Federal. O substitutivo da Câmara dos Deputados retornou este ano a esta Casa e pudemos nos debruçar novamente sobre a matéria e deliberar por seu encaminhamento para apreciação pelo Plenário, onde se encontra atualmente em pauta. Essa proposição significa um avanço maior em termos de regulamentação da infraestrutura e das telecomunicações no País.

Outro assunto importante foi o seminário “Caminhos para a inovação”.

Avaliação de políticas públicas.

O Programa Nacional de Banda Larga também foi outro tema muito importante.

Tudo isso resultou na coleta de um grande volume de informações e, posteriormente, na apresentação de relatório, que, aprovado no último dia 2 de dezembro, passou a se constituir em parecer da CCT sobre o assunto, buscando contribuir para o desenvolvimento e incremento dessa política tão importante para o avanço do Brasil.

Esta Presidência ressalta, ainda, o empenho do Senador Anibal Diniz no desenvolvimento do trabalho que possibilitou a apresentação de um robusto relatório, que se encontra disponível para todos.

Por fim, vale citarmos também a edição do Ato nº 1, de 2013, que alterou os procedimentos da designação de relatores para os projetos legislativos que outorgam renovação em radiodifusão. A CCT demonstra, mais uma vez, o seu papel preponderante nos trabalhos, sempre com o apoio dos membros desta Comissão.

Agradecemos também o apoio dado pelos setores da Casa e também pelos veículos e entidades que cotidianamente acompanham os nossos trabalhos. *(Pausa.)*

Vamos para a pauta? *(Pausa.)*

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a disponibilização, em sítio eletrônico da operadora, de listas de prestadores de serviços e de extratos financeiros relativos ao valor da contraprestação e aos serviços utilizados pelos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações: 1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 02/12/2014.

Será Relator *ad hoc* deste PLS o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes de passar a relatar o parecer do PLS nº 540, de 2013, eu gostaria de fazer o registro, nesta Comissão, do trabalho de V. Exª no comando da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Às vezes, o cidadão e a nossa comunidade, a sociedade não imagina a importância que têm os assuntos debatidos nesta Comissão. Todos os assuntos relativos à transmissão de dados e à radiodifusão passam, necessariamente, por esta Comissão. Todo assunto pertinente à inovação tecnológica e produtividade passa por esta Comissão.

Esta Comissão fez importantes audiências públicas, debatendo tanto o espectro de radiodifusão como seus processos licitatórios, com a melhoria na distribuição desses espaços, para que as nossas operadoras de telefonia pudessem dar ao cidadão uma melhor transmissão de dados, mais rápida e mais eficiente, o que hoje não há no Brasil. Nós temos dificuldades de telefonia celular graves, e esta Comissão tem dado uma contribuição significativa para que apareçam as soluções que a nossa sociedade tanto demanda. Isso tudo sob a augusta Presidência de V. Exª.

Portanto, eu aproveito esta oportunidade para parabenizá-lo no comando desta Comissão, com todas as dificuldades de ter quórum, porque ela confronta horário com outras Comissões também importantes. Mas, mesmo assim, V. Exª não desiste e mantém esta Comissão viva, trabalhando, produzindo, e produzindo em grande quantidade. Portanto, meus parabéns a todos os membros, mas principalmente a V. Exª no desempenho desse trabalho.

Passo agora a ler o relatório ao Projeto de Lei nº 540, de 2013, como relator *ad hoc* do Relator original, Senador Valdir Raupp.

Relatório

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2013, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que insere os arts. 18-A e 18-B na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O art. 18-A torna obrigatória a disponibilização, nos sítios eletrônicos das operadoras, de relação atualizada das clínicas e profissionais credenciados, contratados ou referenciados.

O art. 18-B prevê a disponibilização e o envio de extratos mensais com informações sobre os valores pagos e os serviços utilizados pelos segurados.

Após a manifestação deste Colegiado, a matéria seguirá primeiro para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e depois para a Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a deliberação terminativa.

Não foram apresentadas emendas a este projeto.

Análise.

O projeto possui a oportunidade e a legalidade. Portanto, o relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2013, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Emenda nº – CCT (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, DE 2013

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para obrigar as operadoras de plano de saúde a disponibilizarem, na internet, as informações sobre suas redes assistenciais e os extratos financeiros mensais para consulta dos consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 18-A:

“Art. 18-A. As operadoras dos produtos e serviços de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei disponibilizarão gratuitamente em seus sítios eletrônicos na internet, na forma de regulamento, as informações sobre a rede assistencial e os extratos financeiros do consumidor.

§ 1º O acesso às informações sobre a rede assistencial será franqueado ao público em geral.

§ 2º Os extratos financeiros, com periodicidade mensal, conterão as informações necessárias ao controle pelo consumidor dos pagamentos e procedimentos realizados.

§ 3º O consumidor poderá optar por receber, sem custos, o extrato financeiro por via postal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Lobão.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, lido pelo Relator *ad hoc* Senador Lobão.

As Sras e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CCT – Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com emenda

Observações: 1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2) Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

O item nº 2 já foi lido. Eu vou subscrever.

(Pausa.)

Então, vamos para o item nº 3.

Há um requerimento para instruir o item nº 2

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2014

Requeiro ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para instrução ao Projeto de Lei do Senado n.º 54, de 2014, que trata da “permissão para deduzir da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups”.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pois não, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Poderia me subscrever também no Requerimento 4 e no Requerimento 5?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Sim.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – E, logo após, poderíamos também colocar logo em votação o item 2, que é o PLS nº 54, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Subscreve então o item 4, Senador Lobão?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Afirmativo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É o requerimento do Senador Ricardo Ferraço, o RCT de número... São os itens 4 e 5, por favor.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs.: Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz; Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a remessa do Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, às seguintes instituições públicas e privadas: TCU, INPE, ITA, IDEC, PROTESTE, AEB, IPEA, Ministério Público do Estado do Acre, Ministério da Defesa, Câmara dos Deputados, SBPC, UPB, Visiona, Embraer, Prefeitura Municipal de São José dos Campos, ABINEE e Governos Estaduais.

Autoria: Senador Anibal Diniz

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Lobão, para relatar os itens 4 e 5, por favor.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Na sua justificativa, o requerimento diz que as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação são hoje componentes fundamentais da presença atuante e autônoma de um país no mercado global. A capacidade de inovar e comercializar novos produtos de

alta tecnologia é cada vez mais um fator determinante na avaliação da competitividade de um país no cenário internacional. Parte fundamental do complexo processo de tornar a inovação viável é a proteção jurídica que se confere a ela a fim de que gere lucro.

Não obstante a existência de diploma legal, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que rege a Propriedade Industrial, e de um Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria, estamos atrasados em relação a outros países devido à burocracia e à lentidão na concessão de patentes.

A edição do dia 20 de abril deste ano, do jornal *Folha de S. Paulo*, traz dados para lá de preocupantes, segundo a matéria. Isso é um problema sério, porque durante o período de espera, as empresas que investiram tempo e dinheiro em inovação ficam sem poder vender seus produtos ou serviços e ainda ficam vulneráveis à pirataria e ao plágio. Em outras palavras, as empresas não têm condições de auferir ganhos econômicos de suas inovações tecnológicas.

A reportagem revela, ainda, que a situação tem se agravado nos últimos 14 anos, pois os pedidos de patente têm crescido três vezes mais rápido do que as concessões registradas pelo INPI. Isso faz com que o tempo médio de espera aumente oito meses.

Diante disso, a fim de debatermos as atuais condições de proteção à propriedade industrial no Brasil é que solicito o apoio dos meus pares na aprovação do presente requerimento.

São os dois relatórios a serem lidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem.

Quanto aos itens 6 e 7, nós não temos quórum para votar.

Em discussão os itens 4 e 5, lidos pelo Senador Lobão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, estão aprovados.

Quanto aos itens 6 e 7, como são terminativos e estamos sem quórum, tenho sugestão aqui, Senador Lobão e Senador Raupp. Nós já lemos tudo na reunião anterior. Falta ler agora do item 8 ao item 24.

O Senador Lobão poderia ler o relatório para a gente do item 8 ao 16, e o Senador Raupp, do item 16 ao 24?

Ressalto que o 20, o 21 e o 22 são redistribuições, já que o Senador Kaká Andrade não faz mais parte desta Comissão.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 113, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE ASSOCIADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 118, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA AGUIARNÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à MMA COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO GUARANI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 104, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE TERRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE NIQUELÂNDIA – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à SOM DA ILHA COMÉRCIO E PRODUÇÕES LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 128 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório referente ao item nº 8, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação.

Relatório referente ao item nº 9.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2014, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Associada de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 113, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rede Associada de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão em FM na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Relatório referente ao item 10.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Aguiarnópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 118, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Aguiarnópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Relatório referente ao item 11.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2014, que aprova o ato que outorga concessão à MMA Comunicações Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 140, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à MMA Comunicações Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Relatório referente ao item 12.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 142 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 142 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Relatório referente ao item 13.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Vale do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 104, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Vale do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o relatório.

Relatório referente ao item 14.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Terra Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 135, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Terra Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

Relatório referente ao item 15.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Niquelândia – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 40, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Niquelândia – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Finalmente, relatório referente ao item 16.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 77, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo.

Esses são os relatórios até o item 16.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Lobão.

Do item 17 até o item 24, como relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL IZABELENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações: I

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA MATERNO INFANTIL DE SERRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 344, de 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO – ARACOSSAF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do São Francisco, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 365, de 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE PACATUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacatuba, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ROSA DE LIMA – ARACOSROL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TAMBAÚ DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALTO PIRANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

Observações: Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, relatório referente ao item 17.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Izabelense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente, do relatório ao item 17.

Relatório referente ao item 18.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola Parque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto do relatório ao item 18.

Relatório referente ao item 19.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Mantenedora Materno Infantil de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto ao relatório do item 19.

Relatório referente ao item 20.

Somos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santana do São Francisco (Aracossaf), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do São Francisco, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse, Sr. Presidente, é o voto do relatório ao item 20.

Relatório referente ao item 21.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Pacatuba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacatuba, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é voto do relatório ao item 21.

Vai até o 24.

Relatório referente ao item 22.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Rosa de Lima (Aracosrol), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Relatório referente ao item 23.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Tambaú de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Relatório referente ao item 24.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alto Piranhas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos abrir a votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – “Sim”

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Eu voto com todos os Relatores em todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Há um requerimento do Senador Agripino.

ITEM 89

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 28, de 2014

– Não terminativo –

Requeiro a desistência do pedido de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ao PLS nº 54, de 2014.

Autoria: Senador Zeze Perrella e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações: Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, acho que V. Exª vai ter que aguardar a gente terminar a votação dos projetos terminativos para depois submeter à votação o requerimento do Senador José Agripino. Eu vou subscrever com ele para possibilitar que ele possa sair e a gente esperar, porque não se pode votar duas coisas simultaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós estamos em aberto com a votação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Perfeito. Excelente observação, Senador Lobão.

Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Só um esclarecimento aos membros da CCT. O requerimento que está em apreciação e que foi objeto da manifestação do Senador Lobão Filho tem um objetivo. Qual é? As empresas-anjo ou os investidores-anjo são uma figura que existe nos países de economia moderna. São investidores que aplicam recursos pessoais em empresas pequenas de desenvolvimento tecnológico pioneiro. São investidores cujo aporte de capital proporcionará, sem sombra de dúvida, a multiplicação da atividade de pequenas empresas *startups*, que se voltam para a tecnologia de ponta, movidas quase sempre por jovens talentos, e que, com esse aporte de capital, poderão desempenhar a sua atividade de forma muito mais abrangente, muito mais consequente e muito mais produtiva para o padrão tecnológico do País.

O que objetiva o meu projeto? A isenção do imposto de renda para os investidores que aplicam por ano até R\$80 mil em empresas *startups*.

O Senador Valter Pinheiro apresentou um requerimento de audiência pública que eu solicito que, sim, seja feita, mas na última Comissão, a Comissão que vai examinar o mérito da matéria, onde essa audiência pública poderia ser feita. Mas que o projeto tramite e possa ter tramitação na CCT, para chegar à última Comissão, onde aí, sim, será terminativo, e se possa realizar a audiência pública que se pretende, para esclarecer o assunto em instância final.

É, portanto, com essas explicações que eu peço o voto dos Srs. Senadores da CCT, para que esta matéria seja apreciada, votada e remetida para a Comissão onde o mérito vai ser apreciado e onde ela vai ser votada em caráter terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

Quanto à fala do Senador Agripino sobre o projeto que permite a dedução do Imposto de Renda até um determinado valor para os investidores nas empresas *startups*, eu fui o Relator na reunião anterior. Fiz – V. Ex^a não estava presente – e faço novamente agora, parabenizando V. Ex^a pela iniciativa do projeto, que é da maior importância, principalmente para o nosso País, que tem pouco investimento em inovação, e essa é uma possibilidade que se abre para que se possa fazer esse investimento, deduzindo parte dele do imposto sobre a renda.

Parabéns a V. Ex^a.

Presidente, Senador Zeze Perrella, voto com os Relatores em todos os projetos que foram aqui apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Flexa. **ITEM 25**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 27**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 111, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 28**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 29**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 30**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESMERALDA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 418, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 457, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE rádio IMBIARA DE ARAXÁ Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 451, de 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 109, de 2014
– Terminativo –

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Pro-
cópio, Estado do Paraná.**

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação com emenda

Observações: 1) Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda.
2) Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 421, de 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 449, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 453, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 458, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 58

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 59

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 60

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 61

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, de 2014**– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 62**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 456, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 63**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 64**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 65**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2014****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 66

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radio-difusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 67

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 80, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 68

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 69

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 70

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 360, de 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 71

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, de 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 72

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 73

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 74

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 75

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 76

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 77

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 78

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantas, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 79

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 80

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14, de 2014
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 81

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 82

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 83

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 107, de 2014

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 84

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 393, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 85

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 415, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIRROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 86

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 416, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 87

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 435, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 88

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 444, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

Então, a Comissão aprova os projetos do item 8 ao 88 da pauta e a Emenda de nº 1, da CCT, referente ao item 49. Esse é o resultado.

Vamos, então, votar o requerimento do Senador Agripino, que requer a desistência do pedido de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao PLS de nº 54, de 2014.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Sr. Presidente, V. Ex^a colocou em apreciação o requerimento que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É. Falta o projeto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – O projeto em si.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos retornar à pauta, então. Chamem o Senador Flexa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Então, como Relator *ad hoc*, o Senador Lobão, já que o Senador Flexa não se encontra.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Tendo já sido lido o relatório, será colocado em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*) As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Está aprovado.

A matéria vai à CAE.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Eu agradeço a V. Exª e ao Senador Lobão Filho pelo brilhante relatório *ad hoc*, aqui, que acaba de ser proferido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Foi aprovado o item de nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião.

Muito obrigado aos senhores.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2015

Às dez horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala sete, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Angela Portela, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Zeze Perrella, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Senhora Presidente Eventual informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referentes ao Projeto de Lei nº 13, de 2014 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”. Neste momento a Senhora Presidente Eventual, passa a palavra ao Senador Anibal Diniz, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 3 (três) emendas de apropriação de despesa ao Orçamento de 2014: **Emenda nº 01** – Ação/Subtítulo 20UU.0001 – “**Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos – Nacional**” – UO 24101 – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R\$ 149 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Anibal Diniz, Angela Portela, Valdir Raupp, João Capiberibe e Lídice da Mata. **Emenda nº 02** – Ação/Subtítulo 2345.0001 – “**Missão Antártica – Nacional**” – UO 52133 – da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, no valor de R\$ 450 milhões, com base na proposta apresentada pelo Senador Anibal Diniz e Valdir Raupp. **Emenda nº 03** – Ação/Subtítulo 20XE.0001 – “**Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército – Nacional**” – UO 52121 – do Comando do Exército, no valor de R\$ 100 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Angela Portela e Anibal Diniz. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, a Senhora Presidente Eventual submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e treze minutos determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Angela Portela**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras presentes, havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 16 de dezembro de 2014.

Hoje temos um item único na pauta, que são as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária de 2015), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

A Comissão recebeu 26 emendas. Foi designado Relator das emendas o Senador Anibal Diniz, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu parecer e as suas considerações.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Angela Portela, que preside esta Comissão neste momento.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal pode apresentar até três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 (Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional).

As emendas a serem apresentadas pela Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião que as definiu.

No prazo estabelecido, foram apresentadas 26 propostas de emenda. Todas as propostas referem-se a emendas de apropriação e apontam para 16 ações orçamentárias distintas, destinadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ao Comando da Aeronáutica, ao Comando do Exército, à Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Diante do fato de que esta Comissão somente poderá apresentar três emendas de apropriação, decidimos priorizar aquelas dirigidas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Comando do Exército e à Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Cabe destacar que, para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, houve grande quantidade de propostas de emenda, de forma que foi necessário escolher apenas uma. Nesse sentido, acolhemos aquela com o maior número de indicações por parte dos Senadores.

Já para o Comando do Exército, priorizamos a proposta relativa ao Sistema de Comunicações Críticas, que tem como objetivo oferecer sistema de comunicações para ser operado pelas agências de governo, de defesa, segurança pública e infraestrutura, nos três níveis da Administração Pública, oferecendo amplitude de cobertura e alta disponibilidade através da padronização de tecnologia e compartilhamento dos seus recursos.

Por fim, acolhemos a proposta relativa à Missão Antártica, que necessita de apoio desta Comissão para continuar alcançando seus objetivos.

Nesse sentido, propomos que esta Comissão apresente as seguintes emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015 que, no nosso entender, são as que melhor sintetizam as prioridades apontadas pelos diversos Senadores:

1. Ação/Subtítulo 20UU.0001 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos – Nacional – UO 24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Propostas nº 01, 08, 12, 16 e 28, dos Senadores Angela Portela, Valdir Raupp, João Capiberibe, Anibal Diniz e Lídice da Mata;

2. Ação/Subtítulo 2345.0001 – Missão Antártica – Nacional – UO 52133 – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – Propostas nº 02 e 13, dos Senadores Valdir Raupp e Anibal Diniz;

3. Ação/Subtítulo 20XE.0001 – Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército – Nacional – UO 52121 – Comando do Exército – Engloba as propostas nº 09 e 15 dos Senadores Angela Portela e Anibal Diniz.

Não houve propostas de emenda de remanejamento.

Do voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática delibere pela apresentação das emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 relacionadas a seguir:

- a) Emenda de Apropriação – Ação/Subtítulo 20UU.0001 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos – Nacional – UO 24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – no valor de R\$149 milhões;
- b) Emenda de Apropriação – Ação/Subtítulo – Missão Antártica – Nacional – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – no valor de R\$450 milhões; e
- c) Emenda de Apropriação – Ação/Subtítulo – Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército – Nacional – Comando do Exército – no valor de R\$ 100 milhões.

É como voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Em discussão o relatório do Senador Anibal. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nos termos das arts. 43, 44 e 45 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, combinado com a Resolução nº 3, de 2008, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 1408 páginas
(O.S. 10017/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

